Actas Completas

da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica

Sociedade, Cultura e Poder

Maria Ferreira
e Paula C. Teixeira (org.)

JMPC
3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Editora Cravo

ACTAS COMPLETAS DA 3ª JORNADA VIRTUAL INTERNACIONAL EM PESQUISA CIENTÍFICA:

SOCIEDADE, CULTURA E PODER

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinea
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

Maria Ferreira
Paula C. Teixeira
(Org)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder

Editora Cravo
Porto, 2022

Copyright © 2022 **Editora Cravo**

Título: **Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder**

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-26-7

Conselho Editorial
Lou Calainho
Magno F. Borges
Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica
(2022 : Porto, Portugal).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder [recurso eletrónico] / Maria Ferreira, Paula C. Teixeira (org.). – Porto : Editora Cravo, 2022.

E-book (pdf): 32Mb

ISBN 978-989-9037-26-7

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Ferreira, Maria. II. Teixeira, Paula C.. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

Editora Cravo
Somos livros, somos livres
Porto, Portugal

www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder

Organização:
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Apoio:
Editora Cravo

Comissão de Organização

Maria Ferreira
(Universidade do Minho – Portugal)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil – Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Veiga de Almeida / Universidade Estácio de Sá / INCT Proprietas – Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso –
Centro de Investigaciones Filosoficas – Argentina)

Comité Científico

Paula Calainho Teixeira
(Universidade do Porto – Portugal)

Ana Paula Portella
(Universidade Federal de Pernambuco – Brasil)

Claudia Almada Leite
(Universidad de Sevilla – España)

Claudia Vanessa Rodriguez Hidalgo
(Universidad Técnica Particular de Loja – Equador)

Denize de Aguiar Xavier Sepulveda
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil)

Elis Regina Barbosa Angelo
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil)

Elizabeth Torrico-Ávila
(Universidad de Atacama – Chile)

Francisco Javier Herrero Gutiérrez
(Universidad de Salamanca – España)

João Batista de Menezes Bittencourt
(Universidade Federal de Alagoas – Brasil)

Karina L. Pasquariello Mariano
(Universidade Est. Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Brasil)

Leonor Lima Torres
(Universidade do Minho – Portugal)

Lucía Nuñez Lodwick
(Universidad Nacional de San Martín – Argentina)

Marcelino de Andrade Gonçalves
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil)

Marcelo Nunes Coelho
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Brasil)

Márcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso-Brasileiro – Portugal)

María Esperanza Rock Núñez
(OTEC Cultura y Territorio – Chile)

Maria Goretti da Costa Tavares
(Universidade Federal do Pará – Brasil)

Maria José de Rezende
(Universidade Estadual de Londrina – Brasil)

Marianna Moraes
(Universidade Portucalense Inf. D. Henrique – Portugal)

Morgana Paiva Valim
(UVA/Unyleya/UBM)

Onelia Carmem Rossetto
(Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil)

Patrícia Helena Milani
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil)

Pilar Parot Varela
(Universidad Nacional de San Isidro – Argentina)

Renata Monteiro Garcia
(Universidade Federal da Paraíba – Brasil)

Rosimar Santos Girão
(GPSEM/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil e IMAP – Portugal)

Sônia Regina Romancini
(Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil)

Tomás Sebastián Peters Núñez
(Universidad de Chile – Chile)

Valdenildo Pedro da Silva
(Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Valéria Moreira de Pinho
(Universidade do Porto)

Verónica Filardo
(Universidad de la República – Uruguay)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....25

ET 01
ESTUDOS HISTÓRICOS, POLÍTICA, ECONOMIA E RELAÇÕES DE PODER

SÃO PAULO: HISTÓRIA, PODER E O TRABALHO NA PRIMEIRA REPÚBLICA
Ana Maria Cardachevski.....27

DA ECONOMIA DA MELANCOLIA À MELANCOLIA DA ECONOMIA: UMA DIALÉTICA DO CONTEXTO TRABALHISTA CONTEMPORÂNEO
Ariel Campos Pinto | Wilson Camilo Chaves | Elizabeth Fátima Teodoro.....38

O NACIONALISMO BRASILEIRO, SEUS DISCURSOS AUTORITÁRIOS E EXCLUSÕES IDENTITÁRIAS: O REFLEXO DA CONJUNTURA POLÍTICA NA LITERATURA
Beatriz Passos Trimer.....51

MIGUEL REALE: INTEGRALISMO, TEORIA DO ESTADO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOSOFIA
Cícero João da Costa Filho.....62

O PARTIDO PANTERA NEGRA E A LUTA ANTICOLONIAL: TEORIA E PRÁTICA
Edson Mendes Nunes Junior | Luan Cardoso Ferreira.....83

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS SOB CONTROLE: BASES IDEOLÓGICAS E A LEGISLAÇÃO CENSÓRIA QUE NORTEARAM A AÇÃO DA CENSURA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)
Emilla Grizende Garcia.....98

UMA REFLEXÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DE ROMANCES HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX
Erick Oliveira da Silva Santos.....108

HEGEMONIA DE PRESTÍGIO: DIPLOMACIA E PODER NAVAL
Esley Rodrigues de Jesus Teixeira.....117

PÁGINAS NEGRAS E A LUTA ANTIRRACISTA NOS PERIÓDICOS JORNEGRO E AFRO-LATINO-AMÉRICA DURANTE A DITADURA MILITAR (1977-1981)
Fernanda Aparecida Antunes de Arruda.....128

CARLOS LACERDA E SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL: SEU POSICIONAMENTO NAS GUERRAS COLONIAIS (1961-1974)
Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi.....140

AÇÕES DE CARÁTER COMO SINAL DO BELO
Filif Nambera.....149

MERCADORIA, IDEOLOGIA E PODER: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE FRIDA KAHLO
Gabriele Carvalho Jardim Guimarães.....155

POLÍTICA E ECONOMIA NA AVENIDA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E SEUS ENREDOS CRÍTICOS NOS ANOS 1980
Guilherme José Motta Faria.....163

O TERRITÓRIO PELA PERSPECTIVA DOS TIPOS IDEAIS DE WEBER: A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CARIRI – CEARÁ – BRASIL
Guilherme Sawatani Guedes Alcoforado | Emmanoel de Oliveira Boff.....179

CARTAS PESSOAIS DE MARY BUARQUE COMO FONTE HISTÓRICA
Heloisa Amorim Pereira Louro | Soraia Regiane Carlos.....192

REGULAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL: ENTRE A AUTOCRACIA E A DEMOCRACIA, QUANTO IMPORTAM OS PARTIDOS?
João Paulo Ocke de Freitas.....206

VISÕES DO PASSADO: AS SANÇÕES PUNITIVAS DE MEMÓRIA E A MEMÓRIA CULTURAL NA ROMA TARDO-REPUBLICANA (133 A.C. – 44 A.C.)
Jonathan Cruz Moreira.....229

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL COMO COLONIALIDADE DO PODER DA CULTURA EUROPEIA CRISTÃ
José Adnilton Oliveira Ferreira | Lívia Freitas Fonseca Borges.....235

AS *DOCENAS* DE LOPE DE VEGA
Karenina do Nascimento Rodrigues.....248

SMITH: MERCADO, ESTADO E OS SENTIMENTOS MORAIS
Lara Demuner das Neves.....254

PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: DO DESENVOLVIMENTISMO DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA
Lilian Prado Pereira.....267

MODERNIDADE E NATUREZA NO BRASIL IMPERIAL: POTENCIALIDADES DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL (1854-1889)
Luca Leite.....280

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO E OS PROJETOS DE REORDENAÇÃO GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO BRASILEIRO
Luciene Pereira Carris Cardoso.....292

OS IMIGRANTES NA REVOLUÇÃO DE 32
Luiz Eduardo Pesce de Arruda.....306

D. BRITTES OU D. BEATRIZ: MULHER, POLÍTICA, PODEROSA E NÃO RAINHA
Luiz José da Silva.....321

FRANTZ FANON: A IMPORTÂNCIA DE SEUS ESTUDOS EM SOCIEDADES RACISTAS A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE RACISMO E COLONIALISMO NA OBRA *PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS* (2008)
Luiza Helena Dias Braga.....329

A COLÔNIA Z-13 NA PRAIA DE COPACABANA: UM PARADOXO
Luzimar Soares Bernardo.....338

POLITICS, GENDER AND HUMOR: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF CARTOONS FROM PUNCH MAGAZINE (1918-1945)
Maria Eduarda Fontes da Costa e Silva Merz.....353

NOTAS SOBRE A ASCENSÃO DA ELITE COMERCIANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO E O EXERCÍCIO DA CARIDADE OITOCENTISTA
Mirna Brito Santana.....365

A CONFIANÇA DO CRÉDITO: RELAÇÕES E PRÁTICAS CREDITÍCIAS NO MARANHÃO COLONIAL (1785 – 1822)
Paulo Juracy Carvalho Neto.....379

SERTÕES E INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO (1800 - 1822)
Rodrigo da Silva Goularte.....388

O CONCEITO DE NEOLIBERALISMO NA OBRA DE THEOTONIO DOS SANTOS
Rodrigo Lima.....400

"O MARFIM DE ANGOLA EM LISBOA": A HISTÓRIA DA REAL FÁBRICA DOS PENTES DE MARFIM, CAIXAS DE PAPELÃO E VERNIZES (SÉCULO XVIII)
Rogéria Cristina Alves.....413

ANÁLISE DO SUJEITO-HISTÓRICO NO PARADOXO DE UMA NARRATIVA CONCILIATÓRIA ENTRE A JUSTIÇA E O PARTIDO POLÍTICO: CARTA DE ANTÔNIO PALOCCI AO PT
Sílvio Cesar Masquietto.....426

ETNOHISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO SIMBÓLICO NO CAMPO DA VISUALIDADE APLICADO NA CESTARIA DO POVO KAINGANG
Tadeu do Santos.....436

UMA CRISE DO NOSSO TEMPO: REFLEXÕES SOBRE PROBLEMAS DE PÓS-VERDADE
Wérleson Alexandre de Lima Santos.....449

PRIVAÇÃO DA LIBERDADE E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS NO BRASIL: FRONTEIRAS ENTRE O DITO E O NÃO DITO
Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior | Giliarde Benavinuto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama.....460

ET 02
FORMAÇÃO DE PROFESSORES, TRABALHO DOCENTE E NOVAS TECNOLOGIAS

OS SABERES MUSICAIS E AS TIC NA FORMAÇÃO DOCENTE DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
Adelson Aparecido Scotti.....472

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO HOSPITALAR E DOMICILIAR: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS COM A ESCOLA REGULAR
Alyne Martins Gomes | Amanda da Silva Romeiro | Patrícia Mara dos Santos Machado | Marilu dos Santos Borba | Genilda Alves Nascimento Melo.....485

A FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: BASE DE CONHECIMENTO PARA O ENSINO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA
Braian Veloso.....493

AUTOFORMAÇÃO DOCENTE, AUDIOVISUALIDADES E INVENÇÃO DE MUNDOS: ALGUNS LAMPEJOS NA PANDEMIA DO COVID-19
Bruno Costa Lima Rossato.....504

ENTREVISTAS NARRATIVAS E O IMEDIATISMO DO COTIDIANO: DESDOBRAMENTOS DA PANDEMIA SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE
Christianne Barbosa Stegmann | Elvira Cristina Martins Tassoni.....513

GESTÃO EDUCACIONAL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: SOLICITAÇÃO DE APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS (PAD) NA FATEC DE BAURU
Claudines Taveira Torres | Maria Cristina Gobbi | Anderson Rogério Campana.....523

FECHE A PORTA QUANDO SAIR: MEMÓRIA E AUTORITARISMO EM K.
Danielle Barbosa.....542

A TRANSCRIAÇÃO COMO BUSCA DE SENTIDO: ANÁLISE, A PARTIR DO OLHAR DA LOGOTERAPIA DE VIKTOR E. FRANKL, EM UMA DRAMATURGIA CONSTRUÍDA A PARTIR DO TESTEMUNHO DE VENEZUELANOS REFUGIADOS NO SUL DO BRASIL
Gabriel Fontoura Motta | Suzi Frankl Sperber.....554

RELAÇÃO EMPÁTICA PROFESSOR/ESTUDANTE: ELEMENTO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGEM EM CLASSE HOSPITALAR
Genilda Alves Nascimento Melo | Alyne Martins Gomes | Marilu dos Santos Borba | Patrícia Mara dos Santos Machado | Amanda da Silva Romero.....566

PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DE PORTUGAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PERANTE OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO
Georgia de Souza Assumpção | Paula Peres.....575

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO HÍBRIDO: O RECHAÇO À PALAVRA PROFESSORAL
Isael de Jesus Sena.....586

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA DIANTE DAS RECENTES METODOLOGIAS DE ENSINO
Jonas Severino da Silva | Virgínia Laís de Souza | Valderlei Furtado Leite | Maria do Carmo Pereira Servidoni.....595

PROPOSTA DE AULA DE CAMPO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA NA ILHA DE PAQUETÁ
Juliene Lemos Saback | Wilson Messias dos Santos Junior.....605

O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO
Mauricio da Silva Lima.....612

EXERCÍCIO DE ADAPTAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR AO ENSINO REMOTO: INTEMPÉRIES PROVOCADAS PELA COVID-19
Mauro Machado Vieira.....620

O MESTRE IGNORANTE NO CONTEXTO DO CENTRO DE MÍDIAS DO AMAZONAS
Regina Ferreira da Costa | Sirley Marques da Silva.....630

ENTRE O ESCREVER E O VIVER: ESCREVIVÊNCIAS DE TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES NEGRAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO
Roberta Dias de Sousa | Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa.....639

TECNOLOGIA ASSISTIVA EM UMA ESCOLA ESPECIALIZADA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
Thiago Sardenberg | Helenice Maia.....649

REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E O TRABALHO DOCENTE
Wellington Félix Cornélio | Helena De Ornellas Sivieri-Pereira.....661

OBJETOS DIGITAIS NA PRÁTICA DOCENTE DO CENTRO DE MÍDIAS DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA
Sirley Marques da Silva | Regina Ferreira da Costa.....667

ET 03
CORRUPÇÃO, VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E DEFESA

A DESUMANIZAÇÃO NA INCITAÇÃO AO LINCHAMENTO: UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA
Amanda Mont'Alvão Veloso Rabelo.....677

ENTRE AMIGOS E INIMIGOS: A REVISTA MILITAR BRASILEIRA E A DISCUSSÃO DE TEMAS COMO ANTICOMUNISMO E A INDUSTRIALIZAÇÃO – 1946-1950
César Alves da Silva Filho.....686

ASSASSINOS SERIAIS: MITOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA, O LAÇO SOCIAL PERVERSO E O PODER DA SIDERAÇÃO
Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro.....700

ET 04
RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E PRÁTICAS RELIGIOSAS

IGREJA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS: UM ARTEFATO PEDAGÓGICO SOBRE O PATRIMÔNIO NEGRO EM BELÉM DO PARÁ
Antônia Maria Rodrigues Brioso | Júnia de Barros Braga Vasconcelos.....710

"NÃO TENHAS MEDO, EU SOU A GRAÇA": HISTÓRIAS CONECTADAS ENTRE AS APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA (BRASIL) E FÁTIMA (PORTUGAL) EM 1936
Carlos André Silva de Moura.....719

OS *SUBALTERN STUDIES* E A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR
Gabriel Cardoso Bom.....732

ANCESTRALIDADE E RELIGIOSIDADE PENTECOSTAL NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
Ione Maria do Carmo.....745

A CONSTRUÇÃO DAS INTOLERÂNCIAS NAS PREFEITURAS CARIOCAS. INTERFACE ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL
Joana Bahia | Camilla Fogaça Aguiar.....758

DO MODERNO ESPIRITUALISMO AO ESPIRITISMO
Jorge Vinicius Quevedo da Cruz.....770

A IGREJA MEDIEVAL COMO POSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DO MITO NA IDADE MÉDIA CENTRAL
Júlia Guimarães Vilela.....778

A PSICANÁLISE EVANGÉLICA DA FACULDADE GOSPEL
Milleni Freitas Rocha.....786

CIRCULAÇÃO DE SABERES E EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS NA ÁFRICA ORIENTAL DE FREI JOÃO DOS SANTOS (1608)
Moreno Brender Stedile.....798

"O SENTIDO DO PUDOR": REPRESENTAÇÃO DO FEMININO SANTIFICADO EM SANTANA DO CARIRI-CE
Tatiana Olegário da Silva.....811

ET 06
DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA

OCUPAÇÃO DA FAZENDA TERRA BELA E A GRILAGEM DE TERRAS NA REGIÃO DE BURITICUPU: A LUTA DAS MULHERES LAVRADORAS (1987-2001)
Darlene Rodrigues Area Silva.....823

MOBILIDADE: INFLUÊNCIAS PARA O TURISMO EM ÁREAS RURAIS NO BRASIL
Fátima Priscila Morela Edra | Marllon Santos da Silva | Osiris Ricardo Bezerra Marques.....834

QUESTÕES AGRÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL: RESTRIÇÕES AO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E EQUÂNIME
Kleber Destefani Ferretti.....847

UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE OS CASOS TRATADOS PELA DIRETORIA DA AGRICULTURA SOB CHEFIA DE MACHADO DE ASSIS
Pedro Parga Rodrigues.....858

ET 07
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL

MEMORIAL DA PANDEMIA: O ACERVO DE TODOS NÓS
Pietra Diwan | Alexandre F. S. Teixeira.....866

APROPRIAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO CULTURAL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
André Araújo Almeida.....874

ANA PAULA MAIA ENQUANTO DOCUMENTO: IMAGINÁRIO SOCIAL NAS PAISAGENS DOS HOMENS BRUTOS
Andre Luiz Godinho Aguiar.....891

A MÚSICA NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: MEMÓRIA E MODERNIDADE
Anna Cristina Cardozo da Fonseca.....899

SÃO MIGUEL - DISTRITO DE DIVERSIFICADOS SERVIÇOS AS LOCALIDADES LIMÍTROFES PERTENCENTE A CIDADE DE BENTO GONÇALVES, RS- BRASIL
Carina De Cesaro | Margit Arnold Fensterseifer.....921

CAPELA SÃO PEDRO E A FAMÍLIA FRIGO: MEMÓRIA E DEVOÇÃO
Cássia Maria Popolin | Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.....948

SABERES E FAZERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS LITORÂNEAS DA REGIÃO DOS LAGOS A PARTIR DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE
Giovane do Nascimento | Clara Mara Gonçalves Chaves.....971

HISTÓRIAS E NARRATIVAS: DOS SONHOS JUVENIS EM GRAMADOS IMAGINÁRIOS AO MARACANÃ DE JULINHO BOTELHO
Felicce Fatarelli Fazzolari.....979

PATRIMÔNIO FLUTUANTE: RELAÇÃO ENTRE RIBEIRINHOS E AS TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS VERNACULARES NO LAGO TEFÉ, AMAZONAS, BRASIL
Fernanda Rocha de Oliveira | Karina Nymara Brito Ribeiro | Gabriela Pontes Monteiro.....987

O ACERVO DE MÚSICA RELIGIOSA DO IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA, BRASIL): A HISTÓRIA INSTITUCIONAL E OS GRANDES MOVIMENTOS DO CATOLICISMO REFLETIDOS EM DOCUMENTOS MUSICOGRÁFICOS
Fernando Lacerda Simões Duarte.....1005

O *DISEGNO* DA CIDADE: O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAJAZEIRAS – PB (1920 A 1940)
Janaína Valéria Pinto Camilo | Katiana de Sousa Vale.....1021

MEMÓRIA FERROVIÁRIA E O ENSINO EM PATRIMÔNIO: A BICA DA MULATA E AS ESTAÇÕES DA RIO D`OURO, ACERVOS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO
Joana D`Arc Cesar Viana.....1034

KM2 - UMA VILA REPRESENTATIVA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO TRONCO NORTE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
Margit Arnold Fensterseifer.....1052

NAS ENTRELINHAS DO PINA: A RELAÇÃO DE IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DO MANGUEZAL COM A POPULAÇÃO COMUNIDADE BEIRA RIO
Mariana Medeiros Façanha.....1064

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDO SOBRE CONTEXTUALIDADE DOS ARQUIVOS PARA A MEMÓRIA SOCIAL
Renata Silva Borges.....1070

AS MULHERES NAS FESTAS EM HOMENAGEM AO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (BRASIL)
Sandra C. A. Pelegrini.....1083

PATRIMÔNIO SEM FRONTEIRAS: O ACERVO RAYMOND CANTEL DE LITERATURA DE CORDEL E XILOGRAVURA E OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS E ACADÊMICOS ENTRE O BRASIL E A FRANÇA
Sylvia Nemer.....1093

PATRIMOINE SANS FRONTIERES: LES FONDS RAYMOND CANTEL DE LITTERATURE DE CORDEL ET GRAVURE SUR BOIS ET LES ECHANGES CULTURELS ET ACADEMIQUES ENTRE LE BRESIL ET LA FRANCE
Sylvia Nemer.....1099

ACERVO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BELÉM DO PARÁ(BRASIL): ESTUDO EXPLORATÓRIO COM VISTAS A UMA INVESTIGAÇÃO DAS PRÁTICAS MUSICAIS DO PASSADO
Stherfany Taynara Ribeiro de Sousa | Fernando Lacerda Simões Duarte | Tainá Maria Magalhães Façanha.....1105

REGISTRO DAS TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE TRABALHADORES DA ÁREA DO TURISMO
Victor Hugo Geovú Esposito | Thayane Trindade Silva | Dalila Rosa Hallal | Valéria Lima Guimarães.....1113

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ
Jumára Soares das Chagas | Simey Thury Vieira Fisch.....1121

ET 08
DESIGUALDADE, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

AÇÕES PARA PROMOVER DIREITO À MORADIA DIGNA ÀS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Bárbara Delazeri | Guilherme Osterkamp | Jamile Maria da Silva Weizenmann | Raiza Betania Halmenschlager.....1141

ENSINO À DISTÂNCIA NA PANDEMIA: DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DE PIERRE BOURDIEU
Bruna Vanti da Rocha | Juliberta Alves de Macêdo | Letícia Rios Dias | Marielly de Moraes.....1148

A LEI EM CONFLITO COM O ADOLESCENTE: SELETIVIDADE PUNITIVA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO
Fernanda Bottari Lobão dos Santos | Hebe Signorini Gonçalves.....1155

MELHORIAS SANITÁRIAS EM HABITAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA INTERFACE ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS
Raiza Halmenschlager | Guilherme Osterkamp | Bárbara Delazeri | Jamile Weizenmann.....1170

NA CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA URBANA PULSA O CONFLITO: ENTRE A PRECARIEDADE MATERIAL E A AÇÃO POPULAR
Vivian Prado Pereira.....1175

ET 10
ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

LOUCA: INDEPENDENTE E VOLUNTARIOSA
Aline Michelli Crestani.....1188

A EDUCAÇÃO E O FEMINISMO CATÓLICO DEFENDIDO POR ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL
Anna Clara Granado.....1193

A INSERÇÃO DE MULHERES IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS
Camila Rocha | Odisseia Aparecida Paludo Fontana | Paola Pagote Dall'Omo | Silvia Ozelame Rigo Moschetta.....1209

NOTAS PÓSTUMAS SOBRE A MORTE INFAME DE JOÃO SINHÁ: O CRIME DE PELOTAS (1897)
Carlos Gilberto Pereira Dias.....1223

O SUJEITO IDENTIFICADO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO
Carolina Dal-col Vianna | Mardem Leandro Silva | Helena de Almeida Cardoso Caversan | Daniela Paula do Couto | Elizabeth Fátima Teodoro.....1235

A SERBIAN MOVIE: UMA CRÍTICA A PORNOGRAFIA?
Carolina Fernandes Carvalho.....1246

REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS NÃO DITOS: HOMOSSEXUALIDADE INDÍGENA E SEUS SILENCIAMENTOS ENTRE O POVO BOE-BORORO DA RESERVA TADARIMANA
Claudinei Caetano dos Santos.....1251

A CANÇÃO DE AUTORIA FEMININA EM BELÉM DO PARÁ, DA BELLE ÉPOQUE ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX
Dione Colares de Souza | Leonardo José Araujo Coelho de Souza.....1264

UM ROMANCE ESCRITO NO FINAL DO SÉCULO XIX, ONDE AS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E FORMAÇÃO EDUCACIONAL MISTURAM-SE E SÃO EXPOSTAS NA NARRATIVA DE UMA MULHER EM MEIO À UMA SOCIEDADE PATRIARCAL E OPRESSORA
Euridice Hespanhol Macedo Pessoa.....1271

A "MARAVILHOSA" HISTÓRIA DE MARIA UMBELINA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO: RELAÇÕES DE PODER NAS PROVÍNCIAS DA PARAHYBA E DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
Helmara Giccelli Formiga Wanderley.....1284

SEXUALIDADE SOB DEMANDA: ONLYFANS E A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO SEXUAL
Henry Fragel Madeira Peres.....1296

INDIANARAE ALVES SIQUEIRA:UMA TERRORISTA DO GÊNERO QUE ROMPE COM O CONTRATO SEXUAL DA NORMA
Jessica Tatiane Felizardo.....1309

LOS CRONOTOPOS DEL HOGAR Y LA CIUDAD EN *COMETIERRA* (2019) DE DOLORES REYES
Jimena Bracamonte.....1316

CENAS DE SANGUE: REPRESENTAÇÕES DOS CRIMES PASSIONAIS NOS PERÍODICOS CARIOCAS GAZETA DA TARDE, CIDADE DO RIO E GAZETA DE NOTÍCIAS
Mariana Schulmeister Kuhn.....1322

TERTÚLIAS COR-DE-ROSA
Marlene Filipa Rocha Almeida.....1334

CRÔNICA POLICIAL E AS MULHERES NO JORNAL *CORREIO PAULISTANO* NOS ANOS 1910
Mônica Diniz.....1347

A (SUB)REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO *#CONTATO HISTÓRIA* (VOL. 1, 2 E 3)
Elloisy Pedroso dos Santos | Debora Queren Santos de Godoi | Paulo Roberto Krüger.....1367

MULHERES PAULISTANAS E SUAS ATUAÇÕES POLÍTICAS NO MOVIMENTO FEMININO PELA A ANISTIA
Samara Regina da C. Santos.....1385

UMA SOCIALISTA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE: O FEMINISMO DE ANGELINA VIDAL PRESENTE NAS PÁGINAS DO JORNAL GAZETA OPERÁRIA, DE MARIANO GARCIA. 1902-1903.
Sayonara Faria Sisquim.....1396

A TRANSEXUALIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO DE PEDRINHAS – MA: À LUZ DO DIREITO DE PERSONALIDADE
Tassiane Sousa Corrêa Branco | Thaisa Viegas de Pinho.....1409

A GEOGRAFIA FEMINISTA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A VIOLÊNCIA CORPORIFICADA
Yasmim Silva De Campos Gonçalves Leal | Patrícia Helena Milani.....1417

ET 11
ESTUDOS CULTURAIS, ARTES E MULTICULTURALISMO

A RECEPÇÃO DE MITOLOGIAS CLÁSSICAS NO MANGÁ *OS CAVALEIROS DO ZODÍACO*
Emerson Aparecido dos Santos Bezerra.....1428

INCIDÊNCIAS AUTOCANIBAIS NA ARTE: VESTÍGIOS NO TERRITÓRIO LATINO AMÉRICA
Flaviana Benjamin.....1440

«QUASE INVISÍVEL»: TESTEMUNHO, ENCENAÇÃO E ARQUIVO EM «NAUSICAA», DE AGNÈS VARDA
Lucas Manuel Mazuquieri Reis.....1447

CULTURA, HISTÓRIA E NARRATIVA: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO A PARTIR DO EVENTO TRAUMÁTICO SHANGRI-LÁ
Manuela Chagas Manhães | Sulamita Conceição Ribeiro | Karina Ritter Manhães | Kaio Lucas Ritter Mota.....1464

MEMÓRIA E IDENTIDADE EM LOS ROJOS DE ULTRAMAR, DE JORDI SOLER
Maria Eugênia Morasco Agostinho.....1476

PARTICIPAÇÃO E COLETIVIDADE - DRAMATURGIAS DE FESTA EM SEUS ASPECTOS POLÍTICOS
Matilde Wrublevski Pereira.....1483

THE FALSE PERFORMANCE: ANALISANDO A NOÇÃO DE "POSER" ENTRE OS MEMBROS DO HEAVY METAL
Muryel Moura dos Santos.....1493

DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA FANTÁSTICA: J. R. R. TOLKIEN E OS PARADOXOS DA MODERNIDADE (1917-1949)
Roney Marcos Pavani.....1502

EESERUNPANENPÎRA WAYUUPA EKOKOMAMÎI: PARA ESPANTAR A TRISTEZA COM A VOZ, A PERFORMANCE DE VOVÓ BERNALDINA
Sonyellen Fonseca Ferreira | Katia Sayuri Fujisawa | Meire Lúcia Ferreira Lemos.....1511

OTROS VIAJES DE DESCUBRIMIENTO: LA EXPEDICIÓN SURREALISTA A HAITÍ
Xenia Roque Benito | Julio Moracén Naranjo.....1524

ET 12
MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PRÁTICAS DE CURA COM PLANTAS MEDICINAIS PARA ARBOVIROSES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA/NA AMAZÔNIA TOCANTINA- BRASIL
Andrea Silva Domingues | Benedita Celeste de Moraes Pinto | Sherlyane Louzada Pinto.....1542

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM PANORAMA SOBRE O CURRÍCULO DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Denis dos Santos Alves | Thais Aparecida Dibbern | Milena Pavan Serafim.....1552

AGENDA 2030-UNESA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Paulo José de Mendonça Ribeiro | Manuella de Azevedo Guedes | Beatriz Santiago Paganoto.....1564

ANTES DO RIO, PORTEIRAS E CADEADOS: APROPRIAÇÕES DA TERRA E DISPUTAS POR USOS DO MÉDIO RIO IVAÍ NO SÉCULO XXI
Simone Aparecida Quiezi | Vânia Inácio Costa Gomes | Cleiton Costa Denez.....1577

A CRISE CLIMÁTICA E OS EMBATES POLÍTICOS: O NECESSÁRIO RECONHECIMENTO LEGAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
Taynara Gagliano.....1594

NEXOS ENTRE ODS 3 E ODS 4 NO ENSINAR-APRENDER DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ESCOPO
Valdenildo Pedro da Silva.....1611

ET 13
ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

ASPECTOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Cinara Aline de Freitas | Helena de Ornellas Sivieri-Pereira.....1627

CORPOS NEGROS MASCULINOS NO CURRÍCULO – UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL
Claudinei Caetano dos Santos.....1640

POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS AULAS DE QUÍMICA
Higor Lopes Gonçalves | Giordano Barbin Bertelli.....1652

ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: DIREITO DA CRIANÇA IMIGRANTE
Julia D'Avila Santa Catarina | Odisséia Aparecida P. Fontana | Silvia Ozelame R. Moschetta.....1666

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE DESAFIOS PARA SUA EXECUÇÃO
Miriam Maria Coelho | Maria Cristina Piana.....1678

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – BRASIL (2010-2020)
Raquel Bernardes Correa | Solange Aparecida de Oliveira Hoeller.....1687

ET 14
MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITO E DIREITOS HUMANOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (1995-1999)
Ana Beatriz Ferreira de Oliveira.....1696

A PANDEMIA DA COVID-19 E AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NO BRASIL
Vanessa Pereira Corrêa | Bruna Vanti da Rocha | Roger Flores Ceccon | Ione Jayce Ceola Schneider.....1712

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968: QUEBRANDO PARADIGMAS
Edmilson José Zanin.....1721

POPULISMO DIGITAL: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO BOLSONARISTA DENTRO DO TWITTER PARA AS MANIFESTAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO DE 2021
Felipe Santino de Araujo Silva | Rafael Braz da Silva.....1731

HANNAH ARENDT E O MOVIMENTO NEGRO NORTE-AMERICANO
Isaac José da Silva.....1739

A VELHICE E O DIREITO NATURAL NO PENSAMENTO DE SIMONE DE BEAUVOIR
Lúcia Helena da Silva.....1747

DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: OS DEVIRES DO ÓDIO E A INTIMIDAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE IMPRENSA DURANTE A COVID-19
Luís Delcides Rodrigues da Silva.....1759

A SOCIEDADE INFORMACIONAL E A ERA DIGITAL: O PERÍODO PRÉ-ELEITORAL BRASILEIRO NO ANO DE 2018 E O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE
Mayara Paula Atanásio Soares da Silva | Paloma Rayana França da Silva.....1769

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS
Mayara Simon Bezerra | Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira | Maria Cristina Piana.....1779

CARTOGRAFIA DE PROTESTOS: MEMÓRIA E HISTORICIDADE NAS PERFORMANCES DE MOVIMENTOS SOCIAIS
Nádia Maria Weber Santos.....1790

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E INTERFACES PÚBLICO-PRIVADAS
Raiza Monteiro Poggiali.....1798

ET 15
RELAÇÕES ENTRE ESTADOS, CIDADANIA, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE

"*A VIDA É UMA ENTREGA*": O TRABALHO POR PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENTREGA E SUAS RESSONÂNCIAS NEOLIBERAIS
Ester Almeida.....1804

VÍNCULO DE EMPREGO PARA MOTORISTAS DE APLICATIVO: TEMAS DE UM DEBATE AINDA EM ABERTO
Guilherme Saraiva Grava.....1817

ANÁLISE DISCURSIVA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MATERIALIDADES E SUBJETIVIDADES
Mônica de Oliveira Pasini.....1828

ET 16
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL: PROBLEMAS E DESAFIOS
Maria Luiza Nogueira Rangel | Remi Castioni.....1843

A INFORMAÇÃO COMPARTILHADA DA ASTRONOMIA: CONHECIMENTO E PRAZER
Maria Veronica Silva Vilariño Aguilera.....1853

ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO SITE DA BIBLIOTECA NACIONAL
Paloma Rayana França da Silva | Mayara Paula Atanásio Soares da Silva.....1863

ASPECTOS BIOÉTICOS E BIOJURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Edna Raquel Hogemann | Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da Rocha.....1878

APRESENTAÇÃO

A vida em sociedade sedimentou, ao longo do tempo, determinadas formas de agir e de ser. Constituímos padrões, hábitos, formas de nos relacionar, enfim, cultura. Esse elemento foi (e é) determinante para nos reconhecermos como humanos e para identificarmos nosso lugar no mundo.

Contudo, apesar da aparente harmonia, a vida em sociedade é transpassada por inúmeros conflitos e tensões. A relação com o humano é igualmente moldada pela alteridade e pela necessidade de convivermos e respeitarmos a diversidade e a diferença, pontos nem sempre tão pacíficos. Debates e discussões se originam dessa característica e impõem-se ao nosso cotidiano social e académico, como indivíduos sociais e como investigares científicos.

A proposta da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica, cujo tema é Sociedade, Cultura e Poder, buscou debruçar-se sobre as investigações advindas da ampla gama de contributos possíveis a partir da vida em sociedade. Assim, o diálogo interdisciplinar é uma marca dos estudos científicos nas mais variadas áreas do conhecimento humano, com múltiplos enfoques possíveis para cercar o humano e suas relações em sociedade, no espaço e ao longo do tempo, que ora apresentamos ao público.

Fazemos votos de boa leitura!

ET 01
ESTUDOS HISTÓRICOS, POLÍTICA, ECONOMIA E RELAÇÕES DE PODER

SÃO PAULO: HISTÓRIA, PODER E O TRABALHO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ana Maria Cardachevski[1]

Às vésperas do Estado Republicano em 1889, prosseguia em São Paulo a política de imigração ou de "povoamento" capitaneado pelas elites, porque a expansão agrícola como desdobramento da política fundiária estabelecida pela Lei de 1850, redirecionou os investimentos para a vinda de trabalhadores livres europeus, num sistema de colonato.

Embora o grande contingente de imigrantes estivesse de passagem, pois o destino eram as lavouras de café, uma parcela significativa era atraída pelas oportunidades da cidade, obrigando ao acúmulo de trabalhadores e suas famílias em cômodos nas regiões de Santa Efigênia, Brás, Mooca e Bela Vista. A cidade que em 1874 possuía 23.352 habitantes passaria em 1900 a 260.000 habitantes (Santos, 1998, p.32). Ainda assim, foram necessárias outras medidas de higiene, visto que entre 1882 e 1914, entraram em São Paulo 1.553.000 imigrantes e saíram 687.000 (Hall, 1987 apud Kowarick, p.165).

Do trabalho livre como medida para atração e com a oferta de terras, São Paulo tornou-se uma rota privilegiada no negócio da emigração europeia, principiando com a Itália, de onde recebemos o maior número de imigrantes, seguida por outros países. Das fazendas para as cidades, das cidades para as fazendas. Esse circuito, possível pela mobilidade das ferrovias é expressão de uma movimentação que se tornou constante na Primeira República, seja pelas crises e pela retração de trabalho nas lavouras ocasionada pela oscilação do preço do café na balança comercial, seja pelas oportunidades criadas nas cidades (Prado Jr, 1984, p.221). Ao contrário do que parece mais corriqueiro, as atividades realizadas nas cidades e inclusive em São Paulo eram muito menos fabris ou industriais e muito mais artesanais. Apenas 1/5 da população estava distribuída nas indústrias do período (Fausto, 2016; Rolnik, 1997), principalmente as tecelagens. A maior parte do trabalho era realizado pelos artífices. Grande número de candidatos ao trabalho nas lavouras tinha ao menos duas qualificações. E nas cidades, muitas casas acomodavam conjuntamente as oficinas. Sapateiros, pintores, chapeleiros, marceneiros, encadernadores, alfaiates entre outras funções.

Ainda que próximos pelo princípio de pobreza, no entanto, os imigrantes, assim como os nacionais, reforçavam suas existências por meio de modos associativos. Os italianos recriaram suas condições por meio de uniões e federação de amparo ao trabalhador, além de escolas, jornais e associações culturais, num exemplo de transformação pessoal e comunitária. Tais experiências trazidas do velho mundo, reforçavam junto aos nacionais, a importância de formas cooperadas, na substituição das antigas confrarias religiosas leigas, o que já vinha ocorrendo com a formação das ligas operárias, grêmios, clubes, cordões e escolas de samba, responsáveis por novos

[1] Cientista social e historiadora, com doutorado em Urbanismo; anacardachevski@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

protagonismos culturais e políticos no Brasil da Primeira e Segunda República, como foi, entre outros, a criação da Frente Negra Brasileira.

Em meio às resistências desenhadas pelos italianos anarquistas artífices e pelos nacionais, considerou-se nessa parte da pesquisa, o desempenho notável dos trabalhadores também à luz da teoria do capital humano trazida por Foucault (2019, pp.173-238) na tentativa de avaliar a possível extensão das configurações do enriquecimento socioeconômico desse período, pelas qualidades desses trabalhadores e suas contribuições para o quadro paulista.

A nova geografia do trabalho, desenhada por bairros orbitando outros, com oferta de trabalho na capital, estavam representados pela concentração de afro-brasileiros na Barra Funda e no Bexiga, este concentrando tanto ítalo-brasileiros quanto afrodescendentes. Entre os tradicionais bairros como Brás e Moóca, seus habitantes majoritários eram italianos e espanhóis, já ao contrário, havia uma concentração equânime tanto de imigrantes quanto nacionais no distrito de Santa Efigênia. São Paulo, tanto a cidade como o Estado tornaram-se centros de fluxo e afluxo de pessoas, nacionais e estrangeiros que converteram ambas as realidades. Das novas sociabilidades disso advindas, quanto mais adensados e sem infra-estrutura ficavam os bairros, os cortiços e as habitações populares, mais compartimentadas e elegantes se tornavam as habitações peculiares da ordem burguesa, expressão do gosto e dos gestos mais sofisticados (Marins in Novais e Sevcenko et al, 1998; p.171). Entre a cisão dos bairros e locais de habitação populares, conforma-se uma cidade cuja centralidade comportaria muitas e novas distinções socioespaciais.

De todos os territórios negros (Rolnik, 1990), no entanto, o pertencente ao bairro da Barra Funda pelas condições e distância, acabou concentrando, nas primeiras décadas números expressivos de famílias com inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, que pela proximidade com bairros como Campos Elíseos, Bom Retiro, Santa Cecília e Higienópolis favorecera o deslocamento de homens e mulheres que desempenhavam atividades domésticas nas residências próximas ou ofícios em Santa Efigênia ou na região da Sé. A Estação Ferroviária da Barra Funda, possuía um entreposto comercial de café, além disso, nos armazéns dispostos junto à linha ferroviária, eram estocados produtos das fazendas vindos do interior, como açúcar, milho, entre frutas e outros insumos naturais. As atividades de carga e descarga dos produtos teciam oportunidades para muitos negros que chegavam à Cidade à procura de trabalho. Conseguir alojamento não era difícil, uma vez que o aluguel dos porões era muito comum e sua ocupação por esses grupos, era mais viável. Várias famílias com graus próximos de parentesco lá instalar-se-iam porque, além das facilidades apontadas, era territorialmente desvalorizado, naquele período, com menos infra-estrutura urbana (Rolnik, 1997, p.76) mas sem as grandes distâncias, ainda, conformadas pelas futuras periferias da Cidade a partir dos anos 1950.

Mas a resistência sociocultural daquele território deve e pode ser entendida mais além, pela sociabilidade que lá tornou possível a criação das manifestações culturais, sendo o samba, uma delas, como assinala a pesquisa de Iêda Marques Britto (1981), sobre essa emergência entre o período de 1900 a 1930. Diferentes grupos de negros e ex libertos chegaram à São Paulo em busca de novas formas de trabalho, mas também atraídos por novas experiências e sociabilidades, próprias da vida urbana. Durante toda primeira República o calendário festivo para o encontro dos grupos, além do Carnaval, ficaria por conta das datas religiosas e do 13 de maio. Como narra

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Geraldo Filme de Souza, em entrevista para Olga Von Simson, em 1981. As comemorações ao Bom Jesus de Pirapora, no dia 6 de agosto, reuniam muitos grupos de devotos e romeiros nos chamados barracões, localizados à certa distância da cidade. As famílias passavam alguns dias nas comemorações, também sob o pretexto de que São Paulo não oferecia mais espaços com a liberdade que as manifestações culturais lá em Pirapora, ocorriam. Além dos préstitos em rituais e nas procissões, em que já aconteciam sob a rememoração de antigas tradições afro religiosas, havia a sociabilidade e as manifestações que aconteciam depois das obrigações devotivas dos eventos religiosos, e que reuniam durante vários dias, os sambas de roda, batuques, cururu de viola, desafios.

> (...) os movimentos entre cidades e o mundo rural e mais do que isso, a constituição do samba paulista a partir da experiência coletiva dos negros de São Paulo e de outras cidades do interior, um samba urbano e não meramente rural aderindo inclusive práticas de lutas e passos vindos da tiririca e da capoeira de São Paulo. (Mário de Andrade apud Wissenbach, 2018,79)

Quando as primeiras desapropriações e demolições no Largo do Rosário, no final do Oitocentos têm início, um conjunto de transformações vão se impondo. A centralidade das atividades comerciais, criaram mecanismos de valorização imobiliária, que por sua vez receberam apoio da municipalidade, com reforços de uma normatização cada vez menos tolerante com a manutenção do patrimônio colonial, sobretudo no triângulo (ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro) dando demonstrações de como o processo das demolições era também um processo de substituições econômicas, com franca participação do capital estrangeiro. Essa articulação, do capital estrangeiro financiando e se beneficiando com a contrapartida do Governo estaria presente em inúmeras iniciativas, na capital e para diferentes empreendimentos no Estado. A questão, portanto, relacional, remete à expansão da economia cafeeira que fez do Brasil o maior produtor de café do mundo, liderado por São Paulo e seguido pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, numa composição de cenário político também determinante.

As demolições específicas das três Igrejas (N. Sra do Rosário, Santa Efigênia e N. Sra do Remédio) pertencentes às irmandades negras são expressão de um poder convergente, tanto da elite representada em seus interesses pela gestão da municipalidade, quanto da Igreja Católica em eliminar antigas formas religiosas de seus novos projetos. Com o fim do Padroado Régio e a instituição do Estado laico republicano, muitas transformações nesse âmbito acabaram também por impactar, não apenas as tradições, mas um conjunto de legitimidades associadas à materialidade dessas práticas religiosas leigas, seus templos e espaços, que desagradavam não só aos republicanos anti-monarquistas, mas também às diretrizes ultramontanas do Vaticano, que especialmente em São Paulo, estiveram estampadas na presença política marcante do último bispo e primeiro arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva. A sua postura de reprovação dos templos em taipa sempre foi explícita (Silva, 2021). O desprezo por uma arquitetura colonial favoreceu a substituição de diferentes edifícios com projetos inspirados na arquitetura neogótica, bem ao gosto das aspirações europeizantes. Nesses interesses, há um ideário de modernidade que animava a República, estando, portanto, expresso nos diferentes setores de configuração da cidade, na instalação de inúmeras residências e de um conjunto de equipamentos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

culturais, além do comércio e a própria expansão da indústria, como maneira de diversificação de investimentos advindos da produção e exportação do café.

O adensamento nas cidades, especialmente em São Paulo trouxe algumas dificuldades aos seus trabalhadores. As habitações eram limitadas e o custo dos aluguéis somado ao preço dos alimentos, eram altos, já os salários, em função da oferta e os valores das jornadas e serviços pagos aos imigrantes e, sobretudo, aos nacionais, eram baixos, muito baixos, obrigando mulheres e crianças ao trabalho. Nesse sentido, os cortiços, embora proibidos desde 1896, em toda a cidade, permaneceram por muito tempo, como negócio rentável que representavam, com altos aluguéis, e por um "setor" de multas pagas pelos proprietários, (quando em desacordo com as normas) sempre flagradas por agentes municipais (Cano in Azevedo et al, 2009,p.221).

O princípio de organização da relação dos indivíduos diante da ordem higiênica e seus pressupostos para a vida urbana, esconde a exclusão desses sujeitos do trabalho na cidade, de seus espaços públicos para usufruto comum, pela condenação de suas formas possíveis de viver e de habitar. Ao buscar sanear a cidade das condições inadequadas de vida e trabalho de nacionais e afrodescendentes, acabou por incluir os trabalhadores imigrantes, igualados nas dificuldades colocadas pela carestia urbana na qual se viam todos inseridos. Ainda que todos os cortiços pareçam inadequados, e nessa visão há um triunfo que deveria ser reavaliado (Morse, 1954, pp.238-239), é importante que suas qualidades possam de alguma maneira ser revistas e valorizadas. Devem-se eliminar os estigmas que marcaram os cortiços como sinônimo de insalubridade, reiterando que esses imóveis recebiam poucos investimentos em infraestrutura ao contrário das áreas mais ricas da cidade, casos da implantação de projetos dos bairros-jardim da Companhia City, cujos benefícios eram reiteradamente destinados às elites (Sevcenko, 2014, p.126).

De maneira concomitante às transformações do catolicismo tradicional e a perda do reconhecimento social das Irmandades leigas (de pretos e pardos), particularmente com templos próprios, surgiria um conjunto de leis com intuito de criminalizar ações e atividades dos nacionais pobres, ainda que nunca tivessem deixado de estar sob controle. Um novo Código Penal dos Estados Unidos do Brazil, em 1890 submeteria práticas religiosas, ao domínio da Saúde Pública, enquadrando diferentes e possíveis hábitos da população que, ao não dispor de assistência médica, havia constituído um manual de crenças e saberes, integrados ao cotidiano e que passam a ser combatidos segundo critérios científicos que definiam como charlatanismo e curandeirismo tais iniciativas. Também a partir do Código Penal de 1890, há um deslocamento da ênfase do ato criminal para a figura do criminoso (Alvarez et al, 2003, V.3). Com isso, as práticas mais comuns das camadas populares passam para significados delinquentes ou criminosos. O não-trabalho torna-se vadiagem, a prática da capoeira, sobretudo quando praticada em grupos, configurando milícias, seria enquadrada como agressão, sem falar na embriaguez e prostituição

Ao lado da cidade que era transformada por meio das melhorias urbanas promovidas na Primeira República, recrudescia a violência policial que ganhou fama até ser abertamente criticada pela imprensa. Casos diversos de abuso de autoridade, violação de direitos, eram reportados. Mesmo assim e com o aumento do efetivo policial não se obtinha a *docilidade* esperada. Os choques e confrontos de resistência, sobretudo de trabalhadores tornaram-se comuns (Beiguelman,1978).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Casos de extorsões praticadas por policiais, espancamentos promovidos por subdelegados e exageros cometidos à indivíduos embriagados ou em situação de tumultos populares, tornaram-se rotineiros (Martins, 2014).

O poder do Estado por meio de suas instituições legislativa, judiciária e policial tratou imigrantes e brasileiros pobres, os sem-trabalho ou trabalhadores com discriminação e prevenção, ajudando a constituir uma tipologia de inadequação de todas as formas criadas por esses grupos para a sobrevivência nas cidades, reiterando com isso, todas as demais medidas violentas, excludentes e arbitrárias em curso para manter impecável a ordem burguesa e sua civilização na São Paulo da Primeira República. As ruas em São Paulo sofreriam uma enorme distinção. Progressivamente foram eliminados os espaços de sociabilidade e referência que possibilitavam o antigo uso espontâneo de seus habitantes empobrecidos. O comércio e novos caracteres para a circulação restringiram o acesso desses segmentos, ditando o consumo e as novas sociabilidades, pouco dispostas à experiência ou pretensas tradições coloniais. O projeto de mestiçagem e branqueamento, por meio da contratação do imigrante europeu, dava mostras de deficiência, à medida que a figura indócil que resistia, também não era da terra. Com a contribuição dos regulamentos, proibições e posturas, a ordenação disciplinar, por meio de seu dispositivo policial atuaria, impedindo que os trabalhadores com ou sem emprego, pudessem sobreviver sem as formas assujeitadas oferecidas nas lavouras ou nas cidades (Cruz, 1987, pp.115-130).

Com apoio de alguns autores, pude depreender e apontar interações de poder a partir de aspectos relativos ao convívio social, não limitado apenas ao poder do Estado. Nos rastros do método genealógico de Michel Foucault foi possível, a partir das evidências do material de pesquisa, considerar articulações menores de poder como as que atingem os indivíduos no cotidiano da cidade. A microfísica do poder ao que esse autor se refere tanto representa um outro espaço/recorte de análise histórica, quanto um nível em que essa análise se efetua. Dito isso, também importa lembrar que há simetrias e assimetrias nas relações e interações de poder. Quanto ao poder investido para a disciplina dos indivíduos tendo em vista as novas sociabilidades para o trabalho nas cidades, a pesquisa indica como o corpo individual vai sendo dominado como força de trabalho ordenado, sujeitado e medicalizado. Segundo as características do poder disciplinar, devemos lembrar que também se aplica à organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos por meio da inserção desses corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, mas de forma complementar, também corresponde uma sujeição ao tempo controlado, com o objetivo de produzir rapidez e eficácia. Esses indícios estão colocados nas normas de controle da população e dos trabalhadores, sobretudo.

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história a figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como produção do saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas. Portanto, pareceu importante fazer essa inserção para apontar como a cidade da Primeira República assegura essa técnica aplicada aos espaços e aos tempos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Além do poder disciplinar, vai surgir na cidade o poder sobre o coletivo, sem eliminar o poder sobre o corpo individual. Essa ordenação do corpo coletivo é a origem da medicina urbana, que investe sobre a cidade conforme os dois principais motivos: o econômico – com a expansão da vida comercial (fluxos e normas de circulação) mas especificidades referentes à produção, da indústria e características próprias. Os motivos políticos, foram: adensamento da população operária (contexto europeu) e tensões com a burguesia, entre os trabalhadores (oficinas e fábricas) criaram-se cisões entre pobres e ricos. As revoltas urbanas tornam-se alvo do poder político para analisar e controlar a população.

Para conter o medo que a cidade representava, com aglomerações, sujeira, doenças, miasmas, cemitérios, fenômenos de controle médico e político, criam-se soluções baseadas no modelo de urgência da quarentena: distribuir indivíduos, isolá-los, vigiá-los, esquadrinhando, desde o estado de saúde até os espaços internos e externos. A consciência do meio urbano imprime a noção de ambiente "natural" ao homem social. A emergência do âmbito "natural" dentro da artificialidade política da cidade, será fundamental para a síntese do plano como intervenção sobre o organismo que é formado pela cidade e suas populações.

Convivendo, portanto, com o poder disciplinar, emerge, no conjunto do direito de soberania, o direito político. Esse poder, que não apaga o "direito natural" (soberano) de "fazer morrer ou deixar viver" vai penetrá-lo e modificá-lo e com ele vai se instalar o direito de "fazer viver e de deixar morrer"(Foucault, 1999, p.304). A noção de "natural" ao ambiente urbano, a mudança do plano de intervenções do corpo-homem para o corpo-espécie, dinamizando todas as especialidades para a vida do corpo-coletivo, como saúde pública, demografia, cuidados natais e pré-natais, engenharia sanitária, estatística aplicada as médias ideais de natalidade, mortalidade, índices etc. Na convergência dessas áreas, a *governamentalidade* do Estado será garantidora da vida. São os desempenhos do Estado, portanto, garantidores da vida, que passam a atender esse personagem chamado "população". A segurança será fundamental nesse conjunto de proteção da vida. Ocorre que nem todos devem viver no sistema político centrado no biopoder, já que há um ideário racializado sobre vida humana, o primado biológico sobre espécies superiores e espécies inferiores e essa modulação entre bons e maus que a história colonial tanto reforçou, vai contribuir na polarização da vida moderna e o racismo se condiciona a isso. O racismo tem a mensagem de uma alteridade de morte. Para viver é preciso que o outro, inferior, morra. Esse confronto biológico terá permeabilidade social e cultural. O direito do Estado em matar está associado à normalização como condição para o poder de eliminar, tendo as justificativas emprestadas pelo racismo. Com isso, pude pensar o Estado republicano com as características locais e regionais adquiridas, e como social e politicamente se pressupõe o branqueamento e a pobreza, mas para além desse tempo histórico, sendo inclusive, isso sendo bem atual.

Quanto à relação - Polícia e Cidade, há um destaque que deve ser dado pela importância representada nas transformações, e como, no contexto do sistema da biopolítica se inscreveria o aparelho policial na *governamentalidade* do Estado. A polícia é o braço direto do "soberano" agindo sobre os súditos, sobre a população, essa seria a gênese. O Direito é um código sob o qual fica inclusive o Soberano sujeito. Como diz Foucault (2009) a polícia é o poder do estado de exceção sobre a população. Seus instrumentos são os regulamentos e não o judiciário. A teoria da

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

soberania, criada a partir do direito romano para dar-lhe sustentação, aponta que "polícia não é justiça". Ainda que seja desdobrada do poder régio, assim como a justiça, a polícia, em suas origens não fora concebida como um instrumento para o exercício ou a aplicação das medidas judiciárias. Não seria o rei "agindo através do aparelho de justiça, é o rei agindo diretamente sobre seus súditos, mas de forma não judiciária". Reiterando, ainda, não se pode dizer, portanto, que o direito de polícia possa pertencer ou defender alguém mais, que o próprio rei.

> A polícia é a *governamentalidade* direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado." (Foucault, 2009, p.457)

Uma polícia sempre agindo como estado de exceção tem, no entanto, regras pelas quais poderá agir. Mas as regras da polícia são de outra ordem, diferente das leis civis. Os assuntos da polícia são da ordem menor, dos detalhes e os assuntos da justiça são mais definitivos, tem outro tempo de existência. Dizer, no entanto que a polícia entre os séculos XVII e XVII agia sempre como uma exceção significa para essa leitura de Foucault que isso só poderia ser feito mediante um instrumento: o regulamento, a instrução, o decreto e a proibição. A polícia depende de regulamentos mais do que das leis, portanto.

A partir de considerações sobre a história de Fernand Braudel a pesquisa incorporou reflexões importantes sobre patamares diferentes de história e as possibilidades em reuni-los, nessa pesquisa. Longa duração e curta duração, como define o autor, são percursos possíveis aos pesquisadores, porque esses podem transitar por estruturas e tempos curtos com detalhes. Ainda que essa comunicação esteja pautada pelo espaço/tempo da Primeira República, a pesquisa configurou aspectos da Colônia e do Império em São Paulo, inclusive permitindo com isso dimensionar o impacto sofrido pelos territórios e seus protagonistas no período mais recente, como aqui indicado. Entendendo como mesclar tempos mais longos com tempos mais curtos, além do que o autor chama de pluralidade do tempo histórico, em que se evidenciam continuidades e descontinuidades, Braudel aprofunda tais significados que aqui brevemente destaco (2014, p.123). Um desses aspectos seria a pertinência de sua crítica entre o tempo cômodo dos sociólogos e a diferença do tempo dos historiadores. Essa coerção ao que os sociólogos escapam, por um certo *presenteísmo*, o historiador está sempre tensionado

> (...) os sociólogos escapam quase sempre: evadem-se ou no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, ou nos fenômenos de repetição que não são de nenhuma idade; portanto, por uma marcha oposta do espírito, que os acantona seja no factual mais estrito, seja na duração mais longa. Essa evasão é licita? Aí reside o verdadeiro debate entre historiadores e sociólogos, inclusive entre historiadores de opiniões diferentes. (2014,p.75).

Para melhor ilustrar, trago o caso da cidade baiana - Minas Velhas, citado e descrito pela antropologia de Marvin Harris, comentada pelo autor (2014, p.219), que critica a antropologia, no caso dessa análise, (entre outras com Levi-Strauss) incapaz de ir além do presente para a compreensão de determinadas causas que teriam feito, no passado, a cidade parar no tempo. A conclusão parece satisfazer o antropólogo e aborrecer o autor pois, antes de se deter em uma leitura histórica do que a cidade teve de próprio, a análise conclui, de forma singela, sobre

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

semelhanças com outras cidades do sertão brasileiro sem garantir-lhe a singularidade posta pelo passado. A paisagem das Igrejas mantidas pelo tempo no presente, também não remete às considerações de seu passado, causando indignação à Braudel, e a mim. Pelos vestígios presentes nas Igrejas ou pela falta deles, entre outras demolições, portanto, foi possível, no presente, conceber algumas de suas características configuradas pela pesquisa e pela narrativa fotográfica como recurso também empregado.

Dito isso, também pude refletir sobre tais aspectos com o auxílio de Pierre Nora (1993) e a memória dos lugares, e como um excesso de arquivos tem se revertido em tentativas de recuperar memórias irrecuperáveis. A pesquisa reabilita uma leitura crítica sobre o papel do resgate científico em forma de narrativa histórica, lembrando a ambiguidade de se lançar a uma reconstrução dos lugares e suas memórias, porque sabemos que a memória é um fenômeno vivido e será sempre atualizado por seus herdeiros, e a história, uma disciplina que está investida como a legítima representação do passado. Sendo assim, a memória costuma estar perdida entre escombros pouco vistos ou nas rupturas cujos atores foram completamente subtraídos da versão histórica hegemônica, e essa foi uma das diretrizes seguidas pela construção histórica.

Com o marco das mudanças e demolições e o fim de festividades e procissões de rua, a propósito das irmandades leigas, em suas narrativas tradicionais e a experiência coletiva dos grupos, recupero o teórico Walter Benjamin (1996), crítico das formas engendradas pela cidade capitalista, na qual há uma destruição das tradicionais formas de memorização. Em sua análise, o autor destaca as transformações ocorridas no século XIX e no início do XX, cuja estruturação das informações resultaram na difusão de uma cultura voltada à informação impressa de jornais e revistas, com direito às efemérides e propagandas de apelo ao consumo, em detrimento das narrativas orais e escritas sobre as experiências individuais e coletivas até então consequências naturais dos diferentes tempos da vida. Sendo a narrativa uma forma artesanal de comunicação e a "experiência" (erfahrung) uma prática enfraquecida, mas fundamental para a tradição e memória, o autor lança possibilidades de reflexão sobre obras de arte abertas, entre formas de minimizar tal declínio, e garantir a existência ou visibilidade de uma experiência coletiva, trabalho comunitário e práticas de linguagem.

Por fim, como o enfraquecimento da arte de contar histórias está vinculado ao declínio da tradição e da memória, diante do apagamento dos antigos lugares referendados por seus habitantes originais, trabalhadores e suas formas de sociabilidade, tais lembranças foram subsumidas numa reconstrução dos lugares, o que transformou suas características em suportes para uma história monumental dos vencedores em São Paulo, mas que a pesquisa e seu resumo aqui apresentado, buscou subverter, tirando do silêncio protagonistas sempre tratados como vencidos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Duas fotos do imigrante italiano Vincenzo Pastore, 1910. Casario de aluguel para trabalhadores, mulheres proprietárias e estudantes de direito, intacto na primeira e demolido, na segunda foto. Ao menos 14 quadras foram demolidas nos primeiros quinquênios do Novecentos, na região da Sé, São Paulo. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Referências

ALVAREZ, M. C; SALLA, F. A; SOUZA, L. A. F. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. In: **Justiça e História,** v. 3, n. 6. Porto Alegre: 2003

AZEVEDO, E.; CANO, J.; Cunha M.C.P; CHALOUB, B. S.(Org) **Trabalhadores na Cidade.** Campinas: Ed Unicamp, 2009

BEIGUELMAN, P. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**: Aspectos Políticos. São Paulo :Livraria Pioneira Editora, 1978.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política**. São Paulo:Brasiliense, 10ª reimpressão, 1996,

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2014

BRITTO, I. M., **Samba na Cidade de São Paulo** (1900 – 1930) Um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH_USP, 1981

CRUZ, H.F., Mercado e Polícia – São Paulo, 1890/1915. **Rev. Bras. de Hist. São Paulo**, v.7 nº 14 pp 115-130, mar/ago 87

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 -1920.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2016

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: 13ª edição, Ed Graal, 1998.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010

_____. **Segurança, Território e População:** Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: 2009

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem** – A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense,1987.

MARINS, P. C., **Habitação e Vizinhança**: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras in NOVAIS, F. A. e SEVCENKO, N.(org) **História da Vida Privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio – Vol. 3., São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.131-214

MARTINS, M. T. Q. **A Civilização do Delegado** – Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 -1930. São Paulo: Alameda, 2014

MORSE, R. M. **De Comunidade à Metrópole** – biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão IV Centenário, 1954

NORA, P. Entre Memória e História – A problemática dos lugares; **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História- PUC SP**, 1993, ISSN 2176-2767

PRADO Junior.C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 30ª Ed. 1984

ROLNIK, R., **A Cidade e a Lei** – Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo, São Paulo:Studio Nobel, 1997.

_____. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) 1990. Meio Eletrônico
https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/

SANTOS, C. J. Ferreira, **Nem tudo era italiano:** São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume FAPESP,1998.

SEVCENKO, N., **Orfeu Extático na Metrópole** – São Paulo e cultura nos frementes anos 20. São Paulo:Cia das Letras, 2014

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SILVA, A. C., A antessala da demolição: revisitando o processo da montagem da Praça e Catedral da Sé em São Paulo, em primórdios do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo Nova Série vol 29,2021. https://doi.org/0000-003-1275-6051

SOUZA, L. A. F., **Lei, Cotidiano e Cidade** – Polícia Civil e Práticas na São Paulo republicana (1889 – 1930), São Paulo: IBCCRIM, 2009

SOUZA, Geraldo Filme de.[Entrevista em 27 maio 1981] cedida a Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. Acervo Online do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/2T5Bb8L

WISSENBACH, M. C.C., **Práticas Religiosas, Errância e Vida Cotidiana no Brasil** (Finais do Século XIX e Inícios do XX). São Paulo: entr[H]istória/Intermeios Ed., 2018

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DA ECONOMIA DA MELANCOLIA À MELANCOLIA DA ECONOMIA: UMA DIALÉTICA DO CONTEXTO TRABALHISTA CONTEMPORÂNEO

Ariel Campos Pinto[1]
Wilson Camilo Chaves[2]
Elizabeth Fátima Teodoro[3]

Introdução

Ao pensar o sujeito trabalhador e sua relação com o trabalho no contexto atual a partir de uma perspectiva psicanalítica, surge uma questão: seria possível a articulação entre o conceito de melancolia proposto por Freud, no texto "Luto e Melancolia", e a subjetivação do sujeito trabalhador no contexto capitalista contemporâneo? Buscando avançar no que tange a essa resposta, este trabalho objetiva refletir sobre o sujeito trabalhador e as relações materiais desses sujeitos com o trabalho na modernidade, as implicações dessas relações com a lógica desejante do sujeito inconsciente, e ainda compreender os possíveis modos de apresentação do mal-estar atual. Parte-se de uma investigação bibliográfica assentada na teoria psicanalítica freudiana, lançando mão ainda de algumas formulações teóricas de Marx. Levanta-se a hipótese de que a melancolia teorizada por Freud possa funcionar como chave de interpretação do sujeito trabalhador e suas relações com o trabalho na sociedade hodierna, no ponto em que ela (a melancolia) possibilitaria explicar o interminável luto no qual esse sujeito se encontra submetido devido às relações de expropriação e reificação de seu trabalho. Esse luto parece advir de uma perda inevitável para que o sujeito se mantenha no laço social do trabalho.

A investigação se divide em três momentos: 1º - Descrever a economia pulsional da melancolia; 2º - Apresentar as dinâmicas próprias do contexto trabalhista capitalista a partir de algumas teorizações marxistas; 3º - Investigar possíveis relações entre a economia da melancolia, enquanto função do mal-estar na civilização, e a perda do trabalho no contexto da expropriação capitalista.

[1] Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Pesquisador da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "Entre o luto e a melancolia: elucidações acerca da subjetividade contemporânea dominada pela perda do trabalho no capitalismo". E-mail: arielcampospinto@gmail.com
[2] Docente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Mestre e Doutor em Filosofia pela UFSCar. Membro do GT Filosofia e Psicanálise e do GT Filosofia da Religião da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia – ANPOF. Orientador da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "Entre o luto e a melancolia: elucidações acerca da subjetividade contemporânea dominada pela perda do trabalho no capitalismo". E-mail: camilo@ufsj.edu.br
[3] Psicóloga; Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ), na linha de pesquisa "Fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia"; Doutoranda em Psicologia pela mesma instituição, programa e linha de investigação. Pesquisadora voluntária da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "Entre o luto e a melancolia: elucidações acerca da subjetividade contemporânea dominada pela perda do trabalho no capitalismo". E-mail: elektraliz@yahoo.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A importância dessas articulações cumpre função de contribuir para a saúde psíquica dos trabalhadores, ao explicitar a necessidade de novos arranjos capazes de construir modos mais saudáveis de laço sociolaboral.

Algumas considerações sobre o narcisismo e a melancolia em Freud

Ao investigar sobre a teorização da melancolia em Freud, já encontramos em 1895, no "Rascunho G", um esboço do que posteriormente, em 1917, no texto "Luto e Melancolia", será trabalhado nos termos da melancolia baseada em uma perda inconsciente de objeto.

No "Rascunho G", Freud (1895/1996) inicia o texto tratando a melancolia como uma "perda na vida pulsional" (p. 253) e diz que ela efetivamente "consiste em um luto por perda da libido" (p. 253), ou seja, podemos notar que a melancolia não diz respeito a um luto qualquer que se resolve naturalmente com a possibilidade de novos investimentos da libido a objetos externos. Assim, encontramos nesse artigo de 1895 os fundamentos do que retornará como balizador da discussão em 1917, qual seja, o afeto do luto, que nesse segundo momento, aparece como correlato da melancolia no ponto em que serve para explicar a dinâmica da perda do objeto, fazendo o contraponto sobre a perda que se faz para o Eu na melancolia, pois, na radicalidade do afeto, o luto se diferencia da melancolia no modo de organização da economia do sujeito. Dessa forma, o luto seria o processo de organização psíquica capaz de encerrar o sofrimento sentido pelo sujeito quando se depara com a perda de um objeto estimado, enquanto que na melancolia, após o encontro com essa perda, ocorre uma identificação do sujeito com o objeto perdido (Ferrari & Pena, 2012).

Seguindo esses princípios, percebemos que a identificação realizada pelo Eu para com o objeto amado é o que sustenta a relação de melancolização do sujeito, pois é por meio desse processo de identificação que se torna possível dizer de uma ligação excessiva e autodegradante entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido, a identificação aparece, a partir da teoria freudiana sobre a identificação melancólica baseada em um retorno do investimento libidinal para o ideal de satisfação narcísico do Eu infantil (Freud, 1914/2010; 1917/2016), como uma etapa preliminar de escolha do objeto de amor na constituição tenra do indivíduo, fornecendo subsídios para que, por meio da cisão narcísica, o sujeito venha a ser balizado pelo que posteriormente Freud nomeará de SuperEu, uma instância psíquica que atua como voz ativa, vociferando contra o Eu em busca de um Ideal do Eu. Tal instância será configurada no momento da castração edipiana, a partir da satisfação projetada na ligação com o objeto (Valle, 2018).

Esse modelo de identificação se deve ao que Freud (1914/2010) trabalhou como sendo a formação da subjetividade e a instauração do aparelho inconsciente por meio do desenvolvimento da cisão do narcisismo, dividido entre os chamados "narcisismo primário" e "narcisismo secundário". O narcisismo, para ele, constitui-se como essa estrutura de formação que permite ao indivíduo se tornar um sujeito desejante capaz de ligar suas pulsões no mundo e amar os objetos que o referenciem, a partir de uma relação íntima com a fantasia de satisfação, ao seu próprio narcisismo abandonado na separação parental entre mãe-filho. Nesse sentido, vemos que: "o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo" (p. 33).

O desencadear dessa diferenciação narcísica inicia seu processo logo nos primeiros desenvolvimentos da cognição do bebê e se aprimora, no sentido de uma localização subjetiva desejante no sujeito, com a inserção do bebê junto ao meio social, que é quando ele começa a criar sua rede simbólica de apropriação do mundo. Para isso, esse bebê, que inicialmente se constitui como uma pura mônada de satisfação autoerógena, pois não se diferencia qualitativamente de sua progenitora materna, começa a receber sinais de que a ele nem tudo é completo nessa relação. Para desenvolver a vida, esse bebê possui necessidades básicas, ou seja, sente fome, frio e carência e precisa de alguém capaz de lhe fornecer subsídios para sua realização (Freud, 1914/2010).

É a partir do momento de vacilação dessa pura satisfação primordial que se instaura o desamparo vivido pelo sujeito como sentimento de culpa e que advém da exigência de castração feita pela civilização. Pois, como demonstrou Freud (1930/2010), as fontes do sofrer humano se mostram fundamentalmente em três vertentes: o próprio corpo destinado à morte; o mundo exterior que não permite compreensão integral de seus fenômenos e se mostra como ameaçador; e as relações humanas que comportam a ambivalência das pulsões e se entrelaçam ao mal-estar. Dessa forma, o narcisismo, que antes se mostrava completo, tem agora que se direcionar para as relações de investimento objetal com o mundo como única forma de contornar esse mal-estar inerente ao humano civilizado.

Somente após a cisão do narcisismo primário da pura satisfação autorreferenciada para um narcisismo secundário, que busca ligar o sujeito ao mundo, é que se pode falar em um Eu, visto que "uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido" (Freud, 1914/2010, p. 13). Nesse sentido, apenas por meio da diferenciação subjetiva que cinde a relação sujeito-objeto é que o Eu pode vir a surgir e, com isso, fazer dessa cisão o mecanismo de realização parcial da pulsão que busca sempre a referência do ideal narcísico para contornar o mal-estar. Freud, fala então de um investimento originário da libido no Eu que caracterizaria o narcisismo primário e que posteriormente essa libido é investida aos objetos, porém, o narcisismo primário não deixa de se fazer valer e instaura para o sujeito um ideal de satisfação mítico e fantasioso.

A esse ideal de satisfação, Freud (1914/2010) dá o nome de Ideal de Eu e diz que com a cisão causada pelo complexo de castração gerador do mal-estar, o sujeito "erigiu um *ideal* dentro de si, pelo qual mede seu Eu atual" (p. 27). Ou seja, o sujeito relegado à civilização, procura como princípio a realização desse ideal de satisfação fantasioso que o relembre do momento primário do narcisismo em que o desamparo não lhe afetava e o mundo não lhe era ameaçador.

Nesse ínterim, a relação ideal de satisfação que o Eu do sujeito procura no mundo corresponde a um ideal fantasioso, pois é por meio dessa fantasia de satisfação que ele estabelece identificações com os objetos da cultura na esperança de ver preenchido o lugar de um objeto originário que retorne a um "passado no qual sua libido não carecia de satisfação, em que ele era feliz" (Freud, 1917/2014, p. 395). Há, porém, uma ambivalência pulsional na busca por essa satisfação, que faz com que no humano as possibilidades de se ver realizado e feliz seja restringida pela própria

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

constituição. Isso se deve ao fato de que, na formação civilizatória, ou seja, no momento de instauração da castração e da cisão do narcisismo, o jogo das relações humanas não comporta a realização plena do princípio do prazer que se daria no encontro com esse objeto da fantasia de satisfação (Freud, 1920/2010; 1930/2010).

Para Freud (1930/2010, p. 31), então, "somos feitos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado", pois na limitação do princípio do prazer em favor do princípio de realidade, para que o convívio em sociedade seja possível e o desprazer evitado, há a instauração do sentimento de culpa, devido ao reconhecimento inconsciente do caráter agressivo da pulsão, e, por conseguinte, a limitação das capacidades de satisfação inerentes à pulsão a fim da manutenção da civilização e do progresso cultural. O contraste do qual fala o autor seria o modo próprio com que a pulsão encontra para se realizar no mundo, por meio da inibição em sua meta que implica no rebaixamento das demandas de escolha do objeto de satisfação, pois em essência, o único objeto capaz de fornecer a satisfação esperada pelo Ideal do Eu é a própria consumação da vida do sujeito que vê no masoquismo autoerótico, encontrado no narcisismo primário, a possibilidade de retorno do Eu ao momento mítico e originário de não diferenciação das pulsões e do narcisismo (Freud, 1917/2014; 1920/2014).

Feito esse recorte teórico sobre algumas questões fundamentais do narcisismo, podemos então compreender o modelo a partir do qual se desenrola a melancolia, qual seja, a impossibilidade de ligação com o objeto perdido, que faz parte da estrutura fundamental de constituição do sujeito, acrescida da percepção por parte do Eu consciente de que um objeto de investimento, seja ele ideal ou real, não se faz mais presente. Isso acomete o Eu em um ciclo de sofrimento que o impede de realizar o processo de retomada e consequente desinvestimento da libido do objeto perdido como se dá no luto. Na melancolia, após o reconhecimento da perda do objeto de satisfação, "a identificação com o objeto amado acaba se tornando um substituto da ligação libidinal, conservando a relação amorosa com o objeto" (Valle, 2018, p. 2). E devido a essa dinâmica Freud (1917/2016, p. 107) afirma que "a sombra do objeto caiu sobre o Eu", pois a identificação criada com o objeto perdido nega ao Eu a possibilidade de realização da pulsão que necessita se ligar no mundo, causando o sintoma característico dos sujeitos melancólicos que é o rebaixamento do sentimento do Eu. É o sentimento de si que promove a ligação com o mundo enquanto sentimento de um sujeito que vive.

A melancolia, portanto, é caracterizada fundamentalmente por uma perda de objeto, causando um abalo no ideal de satisfação do Eu e um conflito entre o Eu e o SuperEu (Valle, 2018). O SuperEu, instância moderadora que gerencia o Ideal do Eu e regula a agressividade da pulsão que o Eu quer direcionar à cultura, faz-se valer para o Eu como instância da consciência moral que "dá continuidade ao rigor da autoridade externa, a que sucedeu e que em parte substitui" (Freud, 1930/2010, p. 97). Assim sendo, o SuperEu surge junto à cisão do narcisismo e tem por função permitir, ainda que por procuração, às custas de um sofrimento vociferante causado por sobre si mesmo, que o Eu se realize fazendo uso dos objetos da cultura e que procure neles o ideal perdido de satisfação.

Na melancolia, em específico, o SuperEu age contra o Eu se transformando em seu algoz, assumindo uma atuação ainda mais imperativa que em outras dimensões do sofrimento humano,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

voltando contra o Eu a ambivalência própria da pulsão. O SuperEu se volta sobre o Eu identificado ao objeto morto ou perdido e exige dele toda a satisfação sadista de sua essência. O SuperEu, então, pode agir com tamanha ferocidade sobre o Eu, pois este último, identificado ao objeto, se torna ele mesmo o objeto perdido a qual a pulsão busca consumir e destruir (Ferrari & Pena, 2012).

O Eu, que agora está identificado ao objeto, substitui a ligação libidinal pela própria relação amorosa deslocalizada, transforma o objeto identificado e introjetado no Eu em expressão íntima de seu próprio Eu, e abre portas para o sadismo do SuperEu conferindo à satisfação do Eu a expressão masoquista de autopunição. Freud (1917/2016) nos mostra que "o autotormento indubitavelmente gozoso [*genussreiche*] da melancolia" (p. 109), que se expressa na satisfação encontrada pelo sujeito melancólico que tem identificado e transformado seu Eu no objeto perdido e aplica sobre o Eu objetificado todo o ódio reforçado pela perda do objeto de amor, significa "a satisfação de tendências sádicas e de ódio, relativas a um objeto que, por essa via, voltaram-se contra a própria pessoa" (p. 110).

Encontramos, então, na regressão da libido e no seu retorno para o Eu por meio da identificação com o objeto perdido de amor, e da transformação do Eu em objeto de gozo narcísico para sua satisfação, o modo de transformação da pulsão que permite ao sujeito melancólico sintomatizar sua vida lançando-se a uma autorrecriminação e um rebaixamento do sentimento de si muito radicais, em que o reconhecimento da própria vida se qualifica somente por meio de ataques contra si mesmo (Freud, 1885/1996; 1917/2016). Desse modo, ao ter identificado o seu Eu a um objeto perdido, o sujeito melancólico se depara com uma perda no plano do seu ideal de satisfação que o coloca em contato com o desamparo da sua condição de humano. E essa identificação passa a se ligar não mais ao objeto, mas à própria perda do objeto. O luto, que representa o empobrecimento temporário e necessário do mundo após uma perda de objeto, que permite ao Eu retomar gradualmente a libido aos objetos, seria o contrário da melancolia, que nesse sentido, representaria o empobrecimento e esvaziamento indefinido do próprio sujeito que agora se vê identificado à impossibilidade de ligação com o objeto, entrando em contato direto com o desamparo e o mal-estar que o levam a suspensão do ato de desejar, transformando o desejo em desejo de consumação de si próprio.

Breves considerações sobre o modo de produção capitalista: a expropriação e o estabelecimento da lógica do capital

Neste tópico, partimos de um recorte histórico do movimento original de instauração do capitalismo e sua dinâmica expropriadora estrutural, a fim de identificarmos possíveis formas do sofrimento atual dos sujeitos modernos baseado no que de essencial encontramos no modo de produção das sociedades capitalistas.

Marx (1867/2017), nesse sentido, fornece uma leitura precisa acerca do modo de organização das sociedades capitalistas de sua época, e que embasam até hoje o funcionamento estrutural de nossa economia. Afirma Marx que "a forma-mercadoria [*Warenform*] é a forma universal do produto do trabalho" e que, nesse sentido, "a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a

relação social dominante" (p. 136). Um modo de relação que perdura no contemporâneo e que só poderia surgir dessa maneira, como o que delimita a relação social entre os indivíduos, a partir do desenvolvimento de uma sociedade organizada por princípios e políticas que se baseiam na acumulação do valor como capital, e não no uso do valor da mercadoria enquanto objeto capaz de satisfazer o humano.

Portanto, ao falarmos em um modelo capitalista de divisão social do trabalho, entendemos que isso se deve primeiramente à uma cisão em relação a um modelo anterior de trabalho e organização social. Especificamente, uma cisão radical em relação aos modos de organização feudal de ocupação das propriedades comunais por camponeses e principalmente a transformação das relações desses camponeses com sua força de trabalho (Boschetti, 2020). Desse modo, a transformação do trabalho e de seus produtos, em mercadoria fonte de acumulação de valor para o capital, somente se concretiza em uma época "que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade 'objetiva', isto é, como seu valor" (Marx, 1867/2017, p. 137).

A questão central para Marx (1867/2017), porém, é que esse valor não existe sem um corpo, não sendo ele mesmo um sinal de materialidade do objeto, mas sim uma representação suposta pela cultura a fim de possibilitar as mais diversas relações entre indivíduos, e que no capitalismo é subvertido em valor para troca. Essa tese central da teoria marxiana mostra, em essência, que o processo de apropriação e subversão do trabalho pelo capital, se dá inicialmente a partir de uma lógica expropriante que domina as relações sociais e que não permite mais aos indivíduos dessa sociedade consumir os objetos, criados por meio de seu próprio trabalho, em prol da satisfação de suas necessidades enquanto seres dotados de uma subjetividade particular (Antunes, 2009).

Dessa forma, o trabalho no capital "na medida que se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso" (Marx, 1867/2017, p. 119), pois, ao ser tomado pelo sistema de organização política e econômica da sociedade capitalista como simples produtor de mercadorias para a troca mercantil, o trabalho é convertido em sua forma abstrata e reificada, constituindo a base da sustentação do capital pela capacidade de extração de mais-valor. O que se formaliza então com o estabelecimento e naturalização do estado social burguês capitalista é "o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio" (Antunes, 2009, p. 28).

Entretanto, não podemos cair na armadilha capitalista de naturalização das relações sociais próprias de sua organização. Há no capital, um ardiloso e sistemático movimento de dominação dos corpos e das subjetividades dos sujeitos que, em essência, transforma os próprios modos de subjetivação e de identificação desses sujeitos para com os objetos da cultura. O que se chama de naturalização das relações sociais no capitalismo é a intensificação unilateral das lutas de classes e a desigual distribuição de valores entre elas (Fontes, 2010).

Temos então que, no princípio, para o estabelecimento funcional do sistema de acumulação capitalista, uma completa inversão deve se dar no sentido do trabalho realizado pelos trabalhadores. Essa inversão, como já demarcamos, não é constituída por uma relação natural entre os camponeses convertidos em massa proletária e o detentor da propriedade capitalista. Há

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de ocorrer um processo inaugural de transformação das bases materiais da sociedade pautado pela expropriação das propriedades individuais dos sujeitos. Gostaríamos de sustentar, assim, que essa expropriação dos sujeitos pelo capitalismo, é o que promove as diversas relações de submissão e subversão das atividades humanas, transformando todo os meios de existência e reprodução da vida em capital (Boschetti, 2020).

A característica central do processo de estabelecimento funcional do sistema capitalista é que a "expropriação é simultaneamente condição e decorrência da instauração da lógica capitalista de produção" (Fontes, 2010, p. 75). Em termos objetivos, a expropriação nada mais é que o estabelecimento de modos de gestão dos recursos humanos e naturais que transforma qualquer meio de reprodução da vida em capital, ancorado pelo ímpeto capitalista de expansão e compulsoriedade produtiva baseada na extração do mais-valor.

A partir do processo inicial de expropriação dos trabalhadores, que confere a eles o seu caráter supostamente "livre" em relação à capacidade de satisfação de suas necessidades, Marx (1867/2017) demonstra que o assalariamento foi fundamental para que as subjetividades fossem subjugadas ao valor do capital, transformando todo o aspecto concreto de produção de mercadorias em uma equivalência fantasmagórica que socializa, em grande escala, os valores de todas as mercadorias, enquanto substância expropriada do trabalho produtivo, em relação à todas as outras mercadorias.

Dessa maneira, o trabalho passa de atividade concreta para satisfação de necessidades primeiras de vida, a mercadoria possível de ser alugada por dinheiro e equivalente a todas as outras, inclusive as produzidas pelo próprio trabalho. Sendo assim, a expropriação não pode ser vista somente como a negação do acesso dos trabalhadores aos recursos sociais de produção e à terra, mas sim a "supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis" (Fontes, 2010, p. 89), um modelo de expansão do capital que se apresenta como negação das possibilidades de identificação dos trabalhadores com seu próprio trabalho (Antunes, 2009).

Civilização, trabalho e sofrimento: uma promessa não cumprida

A partir das discussões anteriores, podemos aventar um ponto de semelhança econômica entre a melancolia e o mecanismo de produção capitalista, no que se refere ao apagamento do Eu e à centralização do ideal de satisfação nas instâncias individuais do sujeito. Na melancolia, um apagamento do Eu enquanto unidade organizadora da subjetividade, e no capitalismo, a partir da expropriação e da extração de um mais-valor do trabalhador, um apagamento do Eu na instância social econômica em tudo que isso implica para a formação dialética da personalidade do sujeito e suas possibilidades de ligação com o mundo.

Nesse sentido, encontramos em Marx (1867/2017) um preceito ontológico fundamental acerca de sua compreensão dos indivíduos, da história, como também da ciência, que auxilia a localizar a materialidade dos fenômenos psíquicos e sociais ao demonstrar que "a reflexão sobre as formas da vida humana, e assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real" (p. 150), pois, essa análise só poderia se dar *post festum* (após a festa), ou

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

seja, no momento em que os resultados do processo histórico já estão devidamente concluídos e instalados na cultura.

Sobre esse preceito ontológico, é Marx, no conjunto de sua obra, quem inaugura o método de análise chamado de materialismo histórico e dialético que utilizamos aqui a fim de compreender a dialética contida na relação sociedade-sujeito-cultura, e que diz que o ser humano, a partir do processo mediador do trabalho, cria a possibilidade de uma dominação da natureza e sua consequente transformação a fim de cumprir com as necessidades humanas. Há a compreensão, nessa perspectiva, de uma determinação de via dupla em que, por meio do pensamento, enquanto uma apreensão ideal da realidade objetiva, o indivíduo cria a possibilidade de sua objetivação material na cultura e abre espaço, pela dialética contida nesse processo, para determinar o processo histórico que, por consequência, determina um movimento contrário ao próprio pensamento capaz de criar suas possibilidades, o que caracteriza a subjetividade criada na cultura. A realidade objetiva, então, é tomada ainda como um *a priori* fundamental jamais apreendido em sua totalidade pelas capacidades sensíveis do humano (Alves, 2010).

Para o exame desse *a priori* fundamental, encontramos em Freud (1930/2010) a instauração do mal-estar na civilização como o que condiciona essa realidade para o sujeito. Ou seja, o mal-estar como um mecanismo fundamental de instauração da civilização e que regula a formação da subjetividade desejante para o sujeito, gerindo a ele o seu sofrimento e que se relaciona intimamente com a materialidade da sociedade pelo mecanismo de normatização dos afetos estruturados pela cultura (Alves, 2010). O mal-estar seria capaz de instaurar no sujeito o sentimento de culpa e o sofrimento de ter que regular seus desejos.

O mal-estar, então, para Freud (1930/2010) surgiria como esse pendor particular do humano a socializar seus afetos e articulá-los ao mecanismo útil da cultura, fazendo circular a pulsão, ainda que regulada em sua meta de satisfação e cindida enquanto uma que busca se ligar no mundo e outra que visa a autoconservação do corpo pulsional – pulsão de vida e pulsão de morte. E o autor, justo ao falar dos mecanismos criados pelo humano em cultura para dar cabo ao sofrimento causado pelo mal-estar, recorre à atividade do trabalho para dizer que a importância dela, muito mais privilegiada que todas as outras, é que "prende a pessoa tão firmemente à realidade" e lhe permite a inserção "de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana" (p. 36). Essas afirmações acerca do trabalho ainda parecem estar em conformidade com o que Marx (1867/2017) pensava sobre o trabalho como essa atividade que, em essência, ao produzir qualquer que seja a mercadoria, gera o seu valor, mas enquanto força humana aplicada de forma específica a fim de cumprir com uma necessidade de uso, direcionada a um fim, cria valores de uso, embora não seja a atividade um valor em si mesmo. Dessa forma, "a força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor" (p. 128), ou seja, a atividade do trabalho exerce função de formação e de inserção do sujeito em um determinado espaço social de identificação com a cultura somente enquanto uma atividade capaz de fazer circular os afetos criativos do humano, colocando em jogo a força de trabalho, que entendemos ser o "conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo"

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(p. 242), mesmo quando esse valor de uso é transmutado pelo capital em valor de troca equivalente.

Há, porém, um desenvolvimento da psicanálise freudiana acerca de sua compreensão da pulsão que opera como um jogo de forças particular do sujeito, é ela que o divide nesse ser que busca referenciar seu narcisismo nos objetos do mundo ao mesmo tempo que julga ser necessário, para sua satisfação, um retorno ao primado da não diferenciação do prazer (Garcia-Roza, 1986). Freud (1930/2010), então, demonstra que esse caráter dialético da atividade do trabalho, que cria a possibilidade de o sujeito "deslocar para o trabalho e os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais" (p. 36) abarca no seu processo a ambivalência própria da pulsão. Isso se deve ao fato de que o que impele os sujeitos ao trabalho não é necessariamente a qualidade de satisfação que ele promove, mas sim a relação que os sujeitos estabelecem com a cultura e que faz com que os indivíduos trabalhem apenas de maneira "forçada pela necessidade", sendo que "graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho" (p. 36). Freud conclui, portanto, que "o trabalho não é muito apreciado como via para a felicidade" (p. 36).

Podemos entender que há uma atividade do trabalho que estaria para além de suas determinações diretamente ligadas ao prazer alcançado na atividade e que poderíamos identificar como a práxis – que se diferencia da simples prática da atividade que coloca em uso a força de trabalho – e que "refere-se à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo" (Alves, 2010, p. 7). Para Crochik (2003), essa práxis estaria perdida, mesmo que em sua essência ela seja somente um potencial por vir, visto que no capitalismo, o trabalho, "como constituinte do homem, por ser alheio ao consumo do produto do trabalhador, não o forma, antes o deforma, pois no momento que produz, é expropriado" (p. 69).

Dessa forma, defrontamo-nos novamente com a expropriação do trabalhador no capitalismo como isso que deforma o potencial criativo humano e que não permite ligar a pulsão ao mundo, pois transforma todo meio de criação da vida em capital (Fontes, 2010). O que se concretiza no capitalismo, então, é uma identificação barrada, pois para o sujeito que busca se formar a partir de seu trabalho como uma promessa da cultura de que por meio de sua atividade ele alcançará seus desejos, tem transformado sua capacidade de identificação do Eu pulsional, esse mecanismo diferencial de formação narcísica da subjetividade (Valle, 2018), justamente no que se encontra determinado pelo processo de expropriação exercido pelo capital, uma vez que "se, no trabalho, o prazer é sacrificado na submissão ao capital, ele não deixa de existir, mas associa-se ao que lhe é contrário: a destruição" (Crochik, 2003, p. 63). Ou seja, como Marx (1987/2017) já havia demonstrado, o processo de acumulação do capital, que imprime nas subjetividades uma compulsão pela produção e pela acumulação de capital, transforma o concreto da atividade em uma abstração que modifica o trabalho em puro equivalente de valor, retirando dele sua qualidade criativa e o transformando em instrumento burguês de extração do mais-valor, uma atividade reificada.

Podemos perceber o caráter econômico e libidinal com o qual o sujeito se identifica com seu trabalho, dessa forma, transformando-o em atividade privilegiada para realização de satisfação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Porém, a partir do processo de expropriação do capitalismo, o trabalho é vivido pela classe trabalhadora não como potencialidade de autorrealização, mas como atividade estranhada e reificada (Antunes, 2009). Contudo, a pulsão não deixa de buscar os objetos que cumpram com sua fantasia de satisfação, assim, a libido enquanto apreensão dinâmica da pulsão, é o que se faz identificado aos objetos do capital (Quinet, 2009).

O sujeito, relegado ao mal-estar capitalista que o demanda como sujeito trabalhador "livre", sempre à disposição do valor capital, e ainda, como insumo primordial do processo de expropriação do mais-valor, logo, como substância capaz de produzir valor para a acumulação e expansão do capital, se vê subjugado à uma dinâmica econômica que toma sua libido não como o mecanismo da dialética sociedade-sujeito-cultura, mas como dispositivo de controle das massas para o processo de super produtividade e compulsão exigido pela produção na esfera capitalista de divisão social do trabalho (Antunes, 2009).

Poderíamos compreender, dessa maneira, que o trabalho no capitalismo se configura, como o que faz girar a economia dos sujeitos e da sociedade, de modo semelhante ao que ocorre na economia melancólica. No ponto em que o melancólico, diante da perda do seu objeto de amor, não consegue desinvestir sua libido, o que o leva a redirecioná-la para dentro de si a partir da identificação narcísica com o próprio Eu que se torna o objeto perdido. No capitalismo, por sua vez, os sujeitos são obrigados pela mesma relação libidinal de satisfação com os objetos a se identificarem a um resultado do trabalho que não é mais vivo, somente trabalho reificado, atividade abstrata e expropriada (Crochik, 2003).

A libido, pela sua função essencial de ligação com a materialidade, é o que faz movimento na história e confere a característica dinâmica ao inconsciente. E no capitalismo, já que a relação social é transformada em relação de troca, a libido é feita em capital e é determinada pelo seu valor. Dessa maneira, podemos encontrar no mais-valor, essa substância expropriada dos sujeitos de forma direta, o objetivo primeiro do capital como o que busca se expandir a custas de um valor que é somente do sujeito, o valor de seu desejo (Marx, 1867/2017). Já que ao sujeito só resta se identificar ao que não existe mais como valor de seu uso, o que se encontra no processo da atividade do trabalho é a constante identificação com um objeto perdido de sua satisfação, retirando da ordem da necessidade os registros do desejo e da demanda. A economia do trabalho no capitalismo é uma economia melancólica que perpetua o infinito processo de luto pela atividade irrealizada capaz de constituir a experiência humana enquanto uma práxis autêntica e emancipada (Antunes, 2009).

Considerações Finais

Nesta pesquisa, propomos realizar um questionamento acerca das configurações sociais impregnadas de mal-estar, buscando abrir espaço para a crítica da sociedade e dos modos de sujeição do sujeito moderno em um mundo, cada vez mais, competitivo e demandante, tudo isso em face de sujeitos que têm como referência de sua satisfação ideais de satisfação com os objetos pautados pelo narcisismo. Dessa maneira, encontramos na melancolia uma referência econômica importante para pensarmos esses modelos de sujeição e de formação das subjetividades que, no

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

capitalismo, verificamos serem pautadas por um sistema de expropriação dos direitos à vida que faz com que os sujeitos se identifiquem a um objeto de sua satisfação que está morto e reificado (Marx, 1867/2017).

Um elemento importante encontrado em nossa pesquisa acerca da melancolia, é que especificamente quando tratada pela psicanálise, ela aparece como um caso clínico difícil de ser delimitado enquanto um diagnóstico. E em se tratando da questão psicopatológica, ela é trabalhada pela psicanálise pós freudiana e lacaniana, ora como uma ferida narcísica que se instala na nosologia das neuroses narcísicas (Valle, 2018), ora como uma psicose melancólica diferenciada da psicose paranoica e da esquizofrenia pelo mecanismo diferencial da foraclusão (Ferrari & Pena, 2012).

Porém, ao buscarmos as formulações do mal-estar na sociedade atual, encontramos, antes da patologia em si, um mecanismo de configuração social do capitalismo que solicita dos sujeitos em formação uma virada econômica no processo de ligação da pulsão ao mundo por meio da libido tornada cativa pelo capital. Assim, a sociedade capitalista, cada vez mais, consome a vida em função da expansão da acumulação, naturalizando e direcionando os vínculos destrutivos para com as formas de vida tradicionais e dotadas de conteúdo: a natureza é tomada como matéria prima para a produção e a classe trabalhadora como forma fracionada e cambiável de valorização do valor.

Um último aspecto, que faz referência ao caráter criativo da pulsão, e que perfaz o conjunto de nossas indagações, é que a melancolia, enquanto esse sistema de afetos que instala o sujeito em um tipo particular de sofrimento narcísico muito ligado ao Eu como instância agregadora das pulsões, tal como vimos, - é tomada na antiguidade, com o desenvolvimento da medicina na Grécia antiga, não somente como uma afecção qualquer, pois nela há um caráter meditativo do sujeito que consegue se ligar a si mesmo e aos objetos referenciados a sua virtude e a sua ética (Chauí-Berlinck, 2008). Pensamos que isso possa demonstrar ainda, um aspecto de insurgência que metaforiza o mal-estar em relação aos discursos construídos na sociedade e na cultura, relacionando então a melancolia a um potencial de resistência do desejo do sujeito por sobre o sistema de anulação da experiência dos trabalhadores no capitalismo. Isso pode ser questionado em referência ao que Freud (1917/2014) propõe como o sentido de um sintoma, que converge um certo tipo de compromisso do sujeito com a sua satisfação, ainda que inibida em sua meta, e também com o potencial de superação da melancolia, que o autor (Freud, 1917/2016) referencia como uma capacidade do sujeito de "desfrutar a satisfação de poder reconhecer-se como o melhor, como superior ao objeto" (p. 118).

Referências

Alves, A. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*. Assis, 9(1), 1-13.

Antunes, R. (2009). Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (Ed. 2.). São Paulo: Boitempo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Boschetti, S. (2020). Limitações do Estado Social Capitalista Contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência. *Journal of Management & Primary Health Care*, Internet, 12(1), 1-13.

Chauí-Berlinck, L. (2008). Melancolia e Contemporaneidade. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, (18), 39-52.

Crochik, J. (2003). Notas sobre trabalho e sacrifício. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, 1(1), 61-73.

Ferrari, I. & Pena, B. (2012). Melancolia e modo de funcionamento dos melancólicos. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v.4(1), 53-58.

Fontes, V. (2010). O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história (Ed. 2). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora UFRJ.

Freud, S. (1885/1996). Rascunho G: Melancolia. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos* (v. 1, pp. 252-259). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1914/2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (v. 12, pp. 9-37). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1917/2014). Os caminhos da formação de sintomas. In S. Freud. *Sigmund Freud Obras completas, volume 13: conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)* (v. 13, pp. 475-499). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1917/2016). Luto e Melancolia. In *Obras Incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose, perversão* (pp. 99-121). Belo Horizonte: Autêntica.

Freud, S. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud. *Sigmund Freud Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (v. 14, pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1930/2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (v. 18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras.

Garcia-Roza, L. A. (1986). Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Marx, K. (1867/2017). O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital (2ª ed). São Paulo: Boitempo.

Quinet, A. (2009). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Valle, R. (2018). A triste trama da identificação em Luto e Melancolia. *Em curso*, São Carlos, 5, 1-8.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O NACIONALISMO BRASILEIRO, SEUS DISCURSOS AUTORITÁRIOS E EXCLUSÕES IDENTITÁRIAS: O REFLEXO DA CONJUNTURA POLÍTICA NA LITERATURA

Beatriz Passos Trimer[1]

Introdução

Consideramos que as nações modernas são construções sociais e políticas dispostas na união de um povo, de modo que seus sujeitos, juntos, corporifiquem a fluência do liberalismo econômico, compreendo que algo os deva unificar (ANDERSON, 2008; HOBSBAWN, 1990). Este fenômeno de união é intitulado nacionalismo. Ele parte da constituição sociológica de organização estatal e dispõe, sobre seu corpo social, a identificação de determinado lugar e cultura. Nesse sentido, destacamos o surgimento e o fortalecimento do capitalismo tipográfico para que esta identificação se efetuasse, em um momento decisivo da constituição dos nacionalismos.

O conceito de capitalismo tipográfico foi criado por Benedict Anderson (2008) e refere-se ao surgimento dos jornais e da imprensa, entre os séculos XVIII e XIX. Sua referência é o fenômeno de diluição das fronteiras linguísticas entre as diferentes culturas e, consequentemente, asseguração da eleição das línguas nacionais. No cenário das grandes colônias europeias espalhadas por todo o globo, foi no continente americano que estas mídias de comunicação desenvolveram uma administração colonial e, também, a manutenção independente das atividades educacionais – primordialmente ligadas à elite burguesa. Assim, a seleção de símbolos e eventos nacionais foi possível e resultou na delimitação de signos específicos dos Estados-nação. Estes, somados aos interesses oligárquicos de enriquecimento e ascensão social[2], constituíram o imaginário dos Estados nacionais independentes.

Esta unidade de valores inaugura a legitimidade universal da vida política dos Estados. Isto é o que Hobsbawn (1990) argumenta como fundamentação do nacionalismo. Não é possível que as nações modernas viessem a existir sem que, antes, houvesse a consolidação de uma ideologia que unifique seu povo à ordem política e econômica, com vistas ao progresso futuro. Em outras palavras, as ideologias sociais constituíram as unidades territoriais nacionais, em favor do progresso político e econômico (*idem.,* 1990). Diante disso, entendemos que o nacionalismo se alicerçou nas singularidades dos países, manifestadas literariamente, e, através delas, foi possível analisar suas transformações políticas.

[1]Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil. E-mail: trimer.beatriz@gmail.com

[2] Por serem considerados inferiores diante da ideologia metropolitana, as oligarquias americanas não possuíam grandes ascensões sociais para além do território colonial.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Antônio Candido (1989), no ensaio *Literatura de dois gumes*, argumenta que é perigosa a tentativa de traçar o paralelo entre o desenvolvimento da literatura e a história social do Brasil. Para ele, a complexidade de olhar esta realidade resultaria em um processo metódico que, consequentemente, tedioso e monótono. Isso porque ele supõe que o trabalho se alicerçaria como se "[...] os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devidos à sua correspondência dos fatos históricos" (2017, p. 164). Jaime Ginzburg lança-se em outra perspectiva em *Crítica em tempos de violência* (2017), em que defende que a complexidade da política brasileira, diante da multiplicidade da vida ideológica, pode ser observada em inúmeras perspectivas da esfera pública. "[...] Uma das faces dessa complexidade está na produção cultural que, não sem contradições, dialoga com as tensões da sociedade brasileira, apresentando impasses decisivos" (*idem*., 2017, p. 271).

Diante destas antagônicas perspectivas, este trabalho debruça-se sobre a análise crítica da constituição estatal do Brasil e seus reflexos na produção literária. Esse panorama fundamenta-se na ideia de que a cena literária espelha, como crítica ou comprovação, teorias segregatórias que constituem a formação do Brasil enquanto Estado-nação (SCHWARZ, 1987; SANTIAGO, 2019; ANDERSON, 2008). Diante disso, buscamos apresentar como a literatura pode refletir a constituição da nação brasileira como segregada e excludente (DALCASTAGNÈ, 2002). A proposta constata que a evolução política e a formulação das bases ideológicas estão refletidas em todas nossas escolas literárias.

A constituição estatal brasileira e a manutenção das oligarquias coloniais

O Estado brasileiro surgiu em resultado da transposição oceânica do aparelho estatal monárquico português, em 1808. Fugindo das guerras napoleônicas, a Coroa lusitana, satélite da hegemonia inglesa, fundou a cidade do Rio de Janeiro como capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (LESSA, 2008). Como forma de não criar um descontentamento dos brasileiros com a aristocracia portuguesa, D. João VI teve a preocupação de criar leis e sanções econômicas para assegurar os privilégios da elite colonial. A ordem política e econômica vigente abarcava uma estrutura hierárquica que não condizia com a realidade metropolitana. Isto significa que a organização de poder em território brasileiro condizia com o monopólio da terra enquanto sustentáculo das classes sociais (SCHWARZ, 2014). O modelo colonial tinha mão-de-obra majoritariamente escrava, sob os domínios da ínfima elite latifundiária e com escassa porcentagem de homens livres, também sujeitos a política de favores da elite. Neste sentido, havia uma ausência da esfera pública e do Estado, diante da colonização e da dinâmica das estruturas hierárquicas da "aristocracia meritória" (SCHWARCZ, 2019).

A manutenção desses favores resultou no processo de independência em 1822 (LESSA, 2008). O retorno da Coroa à metrópole, em 1821, e a permanência do príncipe regente, D. Pedro I, concluíram para que se consolidassem os alicerces do futuro Estado independente. As estruturas necessárias já estavam alicerçadas, uma vez que a ordem econômica nacional foi instituída junto à descoberta do ouro, no século XVI, enquanto a consolidação administrativa e jurídica se edificou junto à Coroa, a partir de 1808. Firmada em 7 de setembro de 1822, a independência brasileira foi

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pacífica e com garantias dos privilégios da elite. Seu resultado foi a falsa ideia de modernização e alicerce do seu discurso em valores conservadores.

O que Lilia Schwarcz (2019) intitula "pretensão à nobreza" é o que se aplicou à ordem econômica do recente Estado-nação. No território em que os privilégios da minoria eram legitimados pela ordem política e esta, por sua vez, não interferia na organização social, estruturou-se a sociedade brasileira patriarcal. Isto significa que estava centrada na figura do senhor o anteparo burocrático, simbólico e organizacional (*idem.,* 2019). Era cabível ao Estado a imunização dessas demandas. Seu resultado foi a fundamentação do corporativismo político.

> De fato, se tomarmos como exemplo o conjunto de famílias dos proprietários coloniais do Nordeste açucareiro, fica claro que poucos eram fidalgos portugueses, e menos ainda católicos. Muitos deles eram cristãos-novos, comerciantes, imigrantes de posse que dedicavam seu tempo e capital à produção e ao comércio da cana. [...] A partir de então, [...] dedicaram-se a refazer e construir genealogias míticas, buscando estabelecer no passado longínquo suas supostas e inventadas raízes nobres. Também se esmeraram em construir uma história edificante, unindo à figura do senhor aquela do 'pai' – bondoso e severo – e assim projetando uma sociedade patriarcal, na qual mulheres cumpririam um papel basicamente secundário e a hierarquia teria lugar especial, jamais questionando. Aí estava o modelo dessa sociedade patriarcal brasileira; a família (do senhor) funcionando como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social. (SCHWARCZ., 2019, p. 43)

A preservação do sistema econômico baseado na mão-de-obra escrava edificou a desigualdade do nacionalismo brasileiro (LESSA, 2008). Invalidou-se, também, as forças separatistas e fortaleceu a unidade nacional e territorial. Neste sentido, houve um desenvolvimento de nação amigável e boa vizinha, sem xenofobia, no discurso, e, na prática, o desequilíbrio entre as classes sociais (LEITE, 2017). Infundido ao liberalismo econômico, o contraste entre o povo e a elite resultou no discurso nacional brasileiro com apagamento das desigualdades sociais (SCHWARZ, 2014). E nesse contexto surgia a primeira escola literária brasileira: o romantismo.

Roberto Schwarz (2014) afirma que o pensamento intelectual engendrou a perspectiva de não-lugar. Para ele, as barbáries do corpo nacional alicerçaram os episódios da história nacional em detrimento daqueles que estavam no poder. Estes eventos fortaleceram o romantismo absorvido por características que desequilibraram a realidade com a construção crítica do nacionalismo. Isto significa que as discrepâncias entre os ideais sociais e o ideal romântico eram antagônicos em disposição com, "[...] sua atitude de fuga [da realidade], ora para o passado ora a utopia e os movimentos de libertação [da escravatura]" (LEITE, 2017, p. 215).

A eleição dos símbolos de brasilidade correspondia à consciência nacional em plena euforia (CANDIDO, 1989). Isto favorecia a busca por localizar o Brasil na História mundial. Os símbolos do imaginário brasileiro somavam sua originalidade e individualidade que traduzia a experiência coletiva desta perspectiva de lugar-comum, ou entre-lugar (CANDIDO, 1989; SANTIAGO, 2000). As oposições do cenário nacional levaram os escritores a articularem suas obras em favor do público letrado. Consequência das escassas políticas públicas de alfabetização, esta perspectiva, muito além de satisfazer os interesses e gostos destes sujeitos, também pertenciam ao segmento burguês (LEITE, 2017).

Nas primeiras décadas do Império, havia na literatura a "[...] estereotipação cansativa, que a estética romântica torna ainda mais monótona pela ligação entre a natureza e a vida afetiva" (*idem.,*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

2017, p. 224). Era comum que o homem se fundisse com a natureza, enquanto um ser de preferências exóticas, tal como pondera a perspectiva científica que estes intelectuais se aproximavam. O positivismo colocou os povos originários como representantes do passado colonial – originando o que intitulamos de indianismo – e pintou a falsa imagem brasileira liberal. "[...] O indianismo – sobretudo no romance de Alencar – cria uma Idade Média brasileira, o que era talvez a forma de atender às exigências estéticas da época, mas também forma de dar conteúdo histórico ao nacionalismo" (*ibidem.*, 2017, p. 228). Isto significa que, nas primeiras manifestações literárias, não havia qualquer manifestação ou indício dos regimes de escravidão e semiescravidão.
O desenrolar de uma outra perspectiva deu-se entre as décadas de 1840 e 1860 (LEITE, 2017). Com o nacionalismo já alicerçado, haviam discordâncias na ordem política e nas ideologias borbulhantes da cena cultural. As problemáticas do corpo político e econômico começaram a incitar mudanças de ordem estatal e social. O principal problema era a escravidão.
A crise administrativa e econômica, embebida na legitimação do ufanismo elitista, reconhecia a mudança da organização do Estado nacional (LEITE, 2017). Embebida na crítica social, ela divergia da imagem nacionalista brasileira. Entretanto, tal como pondera Dante Moreira Leite (2017), "[...] a crítica refere-se a apenas um aspecto que contrasta com a imagem nacionalista do Brasil. A crítica geral e a mudança de atitude seriam observadas na geração seguinte" (p. 233). A esta geração sucessora intitulamos realismo.
O combate aos princípios oligárquicos e o questionamento da realidade social instituíram outros aspectos estéticos à literatura pautados nas perspectivas cientificistas (*idem.,* 2017*)*. Entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX e embebidos pelas perspectivas evolucionistas e do darwinismo social, os positivistas buscavam entender a realidade brasileira com a justificativa "[...] elementalista do homem na sociedade" (*ibidem.,* 2017, p. 238). A ideia de evolução linear social, para a qual a sociedade europeia do século XIX era o ideal, justificava os critérios da hegemonia branca, masculina, eurocêntrica e hétero-cis-normativa. Neste momento, a discussão acerca da inferiorização do Brasil aparecia como resultado da mestiçagem. A ciência econômica e as inúmeras manifestações das ideologias preconceituosas legitimaram ações impolíticas defendidas em solo brasileiro (SCHWARZ, 2014).
O realismo, portanto, performativa-se como:

> [...] uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial — a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer original. (*idem.*, 2014, p. 624)[3]

A percepção estética aplicava-se ao valor estrutural (SCHWARZ, 1987). Isto significa que as narrativas realistas criticavam os homens livres, o setor intermediário e anônimo da sociedade brasileira. Roberto Schwarz (1987; 2000) ilustra este argumento através da prosa machadiana, na qual o protagonismo é ocupado por estes homens livres. Neste sentido cunha-se o termo 'dialética

[3] Por se tratar de um *e-book* e, para tanto, lido em plataforma *e-reader,* não há qualquer tipo de suporte físico que apresente a marcação da página da citação. Diante da inexistência de uma norma técnica, até o presente momento, entenda, nesta referência, por "p." a localização da citação no *e-book*.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da malandragem'. Nele, entende-se que a crítica está na estrutura da realidade social da obra diante da compreensão de seus espelhos nos romances machadianos. Há a negação do ufanismo conservador e a ponderação de uma posição racional da imprensa, sob a qual se instalou a desigualdade social (LEITE, 2017).

Todavia, o cenário literário estava constituído nos pontos de demarcação social, racial, de classe e gênero (SCHWARCZ, 2019). Uma vez que essas perspectivas foram constituídas e desenhadas na literatura, houve, também, a constituição das fantasias, das ideologias segregacionistas e das categorias preconceituosas. Incorporadas nos discursos, as construções sociais demarcaram o não reconhecimento de grupos dissidentes à ordem hegemônica. É justamente neste sentido que a literatura realista continuou como prerrogativa dos discursos preconceituosos incitados no romantismo (SCHWARZ, 1987). A crítica social apenas julgava o que não mais abarcavam os interesses da oligarquia leitora. O paralelismo do sistema literário com o sistema político social do Segundo Império (1840 – 1889) e da República Velha (1889 – 1930) impôs a fluidez da estrutura poética que absorvia o descompasso histórico. Em um cenário no qual compunha-se a heterogeneidade dos traços considerados formais, pela influência das vanguardas, surgiu a literatura modernista.

Constituição estatal na conjuntura da comunicação em massa: busca pela autenticidade brasileira

O movimento moderno nasceu no cenário do fim da *belle époque* e da falha perspectiva de progresso como linear, contínuo e pacífico (LESSA, 2008). Resultado das duas grandes guerras mundiais, a perspectiva crítica das limitações do caráter nacional brasileiro elucidou-se. Seu corpo intelectual voltou-se para o que acontecia no cenário nacional, assinalando a autoridade tradicional do povo e transformando o que, até então, entendia-se por Brasil (SCHWARZ, 1987). O nacionalismo bifurcou-se em: os adeptos dos ciclos históricos e os patriotas, por um lado, e os que questionavam o heroísmo ausente e que defendiam o desmantelamento dos estereótipos sociais, por outro (LEITE, 2017). Irei me debruçar e aprofundar a perspectiva desta segunda corrente. Roberto Schwarz (2014) afirma que:

> [...] para bem lhe reter o timbre ideológico é preciso considerar que o nosso discurso impróprio era oco também quando usado propriamente. Note-se, de passagem, que este padrão iria repetir-se no século XX, quando por várias vezes juramos, crentes de nossa modernidade, segundo as ideologias mais rotas da cena mundial. Para a literatura [...] resulta daí um labirinto singular, uma espécie de oco dentro do oco. (p. 730 – 739)

Ao que o crítico se refere é a perspectiva de que as elites imperiais eram somente as que compunham as ideologias que performaram o nacionalismo brasileiro. Era preciso que esta postura fosse renovada e preenchida por outras perspectivas de sujeitos não inertes à ordem política (SCHWARZ, 2014; LESSA, 2008). Nos desenrolar das primeiras décadas do século XX, estavam embebidas na reciclagem dos ciclos monárquicos, com pouca perspectiva do povo. Estes, quando colocados como centro das obras, alicerçaram e defendiam os interesses da elite, devido

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

à intensa prevalência da perspectiva europeia diante do desenvolvimento da nossa nação para com o ideal moderno (LESSA, 2008).

O recolhimento do campo artístico, embebido por ideias e visões de mundo populares, inaugurou a tímida contestação dos exotismos superficiais. Havia a necessidade de resgate das manifestações culturais negligenciadas nos períodos colonial e romântico (LESSA, 2008). A busca pela denúncia da realidade era próprio do movimento Realista, ao passo que o Modernismo abarcava as manifestações culturais e buscava entendê-las como relutantes do que se entendia por Brasil. A retórica do nacionalismo estava diante da dualidade democrática, no discurso, e no apagamento das pluralidades culturais. É justamente sobre este argumento que o linguista José Luiz Fiorin (2009) debruça sua crítica.

Para Fiorin (2009), o que circunda o nacionalismo brasileiro são os apreços da unidade e da mistura. O discurso baseia-se na dualidade entre a exclusão e a participação. Na primeira face, está ancorado o processo de valores que regulamenta o legítimo e o ilegítimo – ou impuro, nas palavras do linguista. Já a segunda figura-se diante da perspectiva do cortejo com as perspectivas que opõem os valores superiores ou inferiores na perspectiva nacional. Assim, podemos afirmar que a euforia da construção de uma identidade autenticamente brasileira aplicou-se em camadas claras de exclusão. Conforme Fiorin (2009): "[...] por exemplo, nas relações raciais, de gênero, de orientação sexual etc. A identidade auto descrita do brasileiro é sempre a que é criada pelo princípio da participação, da mistura" (p. 124).

As violências das relações cotidianas, escondidas no parecer nacionalista, influiu em camadas de questionamento dos valores nacionais. O movimento Moderno, ciente desta perspectiva, criou a mística-terceiro-mundista (SCHWARZ, 1987). Salientada pelo experimentalismo estético e pela crise da ordem burguesa, fugia-se da perspectiva terceiro-mundista e o anseio pela formação de um caminho autêntico, superior às ordens conhecidas do capitalismo e do consumismo.

> Em estética como em política, o terceiro mundo é parte orgânica da cena contemporânea. Sua presença é a prova viva do caráter iníquo que tomou a organização mundial da produção e da vida. E o próprio encanto que o 'atraso' possa ter para quem não sofre dele é outra prova de insatisfação com as formas que tomou o processo, formas entretanto a que o terceiro mundo aspira para as quais não se veem alternativas. Enfim, um quadro dificílimo, que não se compreenderá nem resolverá com mitos. (SCHWARZ, 1887, p. 128)

O processo histórico refletido no Modernismo procurava por novas ideologias, significados e redefinições (SCHWARZ, 1987). Na integração de perspectivas outras no discurso conservador, havia a indagação incessante pelo exotismo e pela arritmia da estrutura histórica brasileira. Os recursos literários abraçavam a universalidade industrial, a luta de classes e o trabalho científico. Isto significa que não negavam a perspectiva capitalista, mas o reconhecimento destas como insuficientes. A tradição como autoritária não mais era destaque e, sim, regra da colaboração de uma perspectiva antiquada e rudimentar de pensar-se o Brasil. É neste sentido que as sátiras e as paródias das grandes obras clássicas – como exemplo Shakespeare em *Manifesto antropófago*, de Oswald de Andrade – elucidam a necessidade de reinvenção dos discursos políticos.

O uso das orientações políticas, a partir da década de 1930, radicalizaram as vanguardas artísticas (CANDIDO, 1989). As reformulações ideológicas impulsionaram "[...] o movimento ainda em curso de *deliterarização*, com a quebra dos tabus de vocabulário e sintaxe, o gosto pelos termos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

considerados *baixos* (segundo a convenção) e a desarticulação da narrativa" (SCHWARZ, 1987, p. 204). Isto significa que a nacionalidade brasileira começou a se edificar como descompassada da cronologia normativa.

Com a comunicação direcionada à elite intelectual e alfabetizada, ainda com uma alta taxa de analfabetismo popular, o ofício da escrita estava subordinado a agradar esta minoria (CANDIDO, 1989). Isto elucida que a literatura brasileira ainda era pautada, com raras exceções, no agrado da elite segregada e conservadora. Este cenário começou a modificar-se na segunda metade do século XX, sob a influência dos meios de comunicação em massa. O rádio, a televisão e as histórias em quadrinhos, como pondera Candido (1989), influenciaram a formação cultural do Brasil. Com o aumento da influência de demais países, houve a disposição de novos materiais que, para além de entreter, divulgavam outros meios de sensibilidade dos interesses políticos. Isto significa que a massa começou a demandar seu espaço na prosa e na poesia.

A consciência amena de seu atraso cultural e educacional e a precarização dos meios culturais adentraram a consciência de onde e quem constituía o discurso nacional brasileiro (CANDIDO, 1989). O nacionalismo, por não deixar de ser uma ideia flutuante, começou a escancarar sua falta de originalidade e sua perspectiva claramente utópica. Neste cenário, as vanguardas modernistas procuravam minar esta perspectiva ainda demarcavam a euforia literária de construção do que seria o Brasil, confluindo, novamente, na realidade importada. Entretanto, a busca pela definição do discurso nacional despertou o "[...] estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciada, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores" (*idem*., 1989, p. 152). A consciência crítica que nosso país era subdesenvolvido foi amadurecida nos limites da década de 1950, sob a qual os valores do universo literário desligaram-se da preocupação ideológica de afirmação da nação (CANDIDO, 1989). Ou seja, os escritores não mais se preocupavam em afirmar ou construir o nacionalismo brasileiro e a composição de seus valores. Foi a influência do populismo de João Goulart (1961 – 1964) que inseriu a cultura de massa no seio de pertencimento da elite. O descontentamento deste grupo intercedeu no apoio das grandes oligarquias ao golpe militar de 1964.

Através do governo autoritário militar, sanções de repressão ao que não condizia com os valores dos sujeitos no poder foram gradativamente inseridas como políticas públicas. Seu ápice foi o Ato Institucional número 05 (AI-5), em 1968 (CANDIDO, 1989). As aspirações do povo, como o teatro, a poesia, a educação e o cinema, implicaram na revolta contra o então sistema político. Isto não significa que estas pessoas não possuíssem ou lhes fosse vetado o acesso aos aparatos culturais, porém, o que era exibido não os representava. As manifestações contrárias a este regime movimentaram o "[...] processo transformador que teve como eixo os movimentos estudantis de 1968 e desfechou num anticonvencionalismo que ainda hoje orienta a produção cultural" (p. 208).

É aqui que afirmo que a literatura, no recorte das décadas de 1960 e 1980, opunha-se ao cenário político. Antônio Candido (1989) conclui que isto implicou a hibridização dos gêneros literários em busca de camuflar e incorporar as ideias, gêneros e linguagens artísticas, limitadas pelas fronteiras discursivas. Neste contexto, nascia o "realismo feroz" literário.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O aumento da narrativa em primeira pessoa, a não limitação do escritor como pertencente à alta burguesia, em resposta à instabilidade das classes sociais, o "realismo feroz" aplicou-se em elucidar outra realidade social. As pluralidades de outras vozes começaram a tomar espaço, tanto pela perspectiva autoral como em diversidade de personagens:

> [...] [O escritor] deseja[va] apagar as distâncias sociais, identificando-se com a matéria popular. Por isso usa[va] a primeira pessoa como recurso para confundir autor e personagem, adotando uma espécie de discurso direto permanente e desconvencionalizado, que permite fusão maior que a do indireto livre. Esta abdicação estilística é um traço da maior importância na atual ficção brasileira (e com certeza também em outras).

Em meio a estas novas formas de implementação estética, surgiram os escritores que apresentavam desmedidamente seus afetos, angústias e pluralidades. É neste sentido que Ginzburg (2017) argumenta que aumentaram as denúncias sociais, o anseio de criar uma outra constituição de memória e, por fim, uma crítica social que esclarecesse os feitos passados e ideologias conservadoras. Foi aqui que as constâncias da crítica do nacionalismo brasileiro dispunham o século XX com utopias de liberdade dos indivíduos.

A convergência do processo de modernização abarcou no reforço da desigualdade social, traçando a literatura latina pós-ditatorial como repulsiva ao ufanismo anterior (GINZBURG, 2017). Silviano Santiago (1982) equivale a este pensamento, afirmando que a cultura elitista foi escancarada como desfalcada no processo autoritário ditatorial. O campo político autoritário salientou que o campo artístico não necessitava estar alinhado, invariavelmente, à perspectiva moral, política e econômica vigente. A sensibilidade dos artistas da década de 1980 aplicaram a renovação das suas manifestações e usaram da hibridização dos inúmeros fazeres culturais (*idem.,* 1982*)*.

As intituladas "patrulhas ideológicas", de acordo com Santiago (2019), encerraram o período de repressão e impuseram outras manifestações discursivas. O nacionalismo, portanto, estava desfalcado e ultrapassado. A narrativa ganha novos contornos, negando os valores que antes eram ínfimos. Inserindo as inúmeras individualidades e uma ligação íntima com o meio narrado e o público, o escritor contemporâneo dispõe das construções ideologias pungentes no seio brasileiro em resposta aos diferentes panoramas sociais e culturais do corpo nacional.

A nova construção do Brasil: seus sentidos nacionalistas

Os novos moldes da cultura brasileira estabeleceram-se na redemocratização política em vigência à continuação do desejo do Outro (SANTIAGO, 2019). Outras perspectivas narrativas, que não mais as canônicas, ganham a cena literária com a infusão da tradução de outros valores a respeito do Brasil. Neste sentido, a memória brasileira estava pautada no esquecimento das perspectivas passadas.

> [...] a aposta na democratização, feita pelos artistas e universitários entre os anos de 1979 e 1981, abriu o sinal verde para o surgimento nas esquerdas de uma "cultura adversária". Essa aposta e as negociações e traduções por ela propostas são consideradas por eles como (a) uma manifestação a mais do mito da cordialidade brasileira, retomado agora pelo viés da miscigenação, considerada como possibilidade virtual de outra nacionalidade em tempos de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> globalização, (b) uma aceitação passiva dos novos padrões impostos pela sociedade de consumo que vieram embutidos na opção pelo liberalismo democratizante, e (c) um endosse em nada formal, aliás, definitivo, da sociedade do espetáculo, em que as regras de excelência do produto são ditadas pelo mercado. (*idem.,* 2019, p. 136 - 137)

Escancarando as problemáticas estruturas, econômicas e políticas da sociedade brasileira, era inevitável o desmonte do cotidiano e do regime de exceção ditatorial (SANTIAGO, 2019). As pautas populares reconstituíram o passado recente e fundaram estratégias que pudessem inserir a identidade de toda a população. A abertura de novas falas, em demasia daqueles que foram silenciados e esquecidos ao longo da história do Brasil, ganharam espaço para manifestarem suas perspectivas de mundo. É neste sentido que as explanações do centro urbano ganharam espaço. Em uma sociedade na qual a maioria da população se encontra nestas áreas, Flora Süssekind (2005) defende que a literatura possibilitou o desdobramento desses novos panoramas.

Entre os anos de 1980 e 1990, o processo de segurança generalizada abriu alas para a cena literária explorar os espelhos dos estereótipos sociais. O que funcionava com

> [...] os interlocutores particularmente críticos de uma experiência citadina de violência, instabilidade e segregação alguns dos processos de desfiguração e desterritorialização, estruturais à literatura brasileira contemporânea, que se passam a examinar em seguida (SÜSSEKIND, 2005, p. 66).

A diversidade das moralidades e as vitimizações implicadas aos personagens aplicaram-se na cena literária, elegendo as conceituações de indivíduos anormais ou subalternos diante da perspectiva nacional. São eles: negros, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, pessoas não binárias, povos indígenas e pobres, para elencar alguns. Partindo disso, a literatura extrapolou outras as permanências do discurso nacional, empenhando em escancarar as exclusões sociais e em afirmar suas singularidades. Diante disso, Regina Dalcastagnè (2012) elucida a literatura como um território contestado.

A negação da ordem burguesa como transparência diante da realidade do nacionalismo brasileiro já não era mais suficiente. É hoje necessário demarcar e inserir novas vozes que, além de revigorar as permanências do discurso nacional, também insiram novas perspectivas sobre o Brasil. O ufanismo não mais faz sentido enquanto constituição nacionalista. A lucidez do não-lugar literário reconhece os alicerces postiços do seu nacionalismo (SCHWARZ, 1989). É, pois, necessário inventariar e modificar as representações que estavam encabeçando nosso país. A legitimidade das vozes marginalizadas é o início de quebra deste cenário.

É neste sentido, que podemos afirmar que a literatura brasileira contemporânea, ainda sob estudos aprofundados, não mais se performa como nacionalista. As manifestações artísticas não necessitam de uma literatura nacional edificada e forte, precisam, pois, questionar os alicerces do Brasil e seus valores (DALCASTAGNÈ, 2002). A flexibilidade e objeções do sustentáculo canônico, cada vez mais abarcado, tanto na crítica como no fazer literário, elucidam os específicos valores defendidos como pertencentes a todo o país (GINZBURG, 2017). Para além disso, o caráter nacional brasileiro está em revisão com a subversão das deslegitimações identitárias, mesmo que estejam claros os grupos que o negam ou deslegitimam. Concluo afirmando que a literatura brasileira contemporânea pode ser categorizada como literatura nacional. Entretanto,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

por questionar os conflitos sociais e negar determinados valores da cena cultural, não mais faça sentido considerá-la literatura nacionalista.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: _____. **A educação pela noite & outros ensaios.** São Paulo: Ática, 1989. cap. Terceira parte, capítulo 10, p. 163 - 181.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea:** um território contestado. Vinhedo: Horizonte, 2012.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira**. Bakhtiana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-116, 1º sem. 2009.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempo de violência.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** Programa, mito e realidade. Tradução: Maria Cella Paoll, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro.** 8ª ed. São Paulo: Editora Unesp., 2017.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos avançados**, [*s. l.*], v. 22, n. 62, p. 237 - 256, nov. 2008.

SANTIAGO, Silviano. **35 ensaios de Silviano Santiago**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura dos trópicos**: Ensaios sobre a dependência cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Repressão e censura no campo das artes na década de 70. *In*: _____. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político sociais. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986. p. 47 – 55.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin, 2014. *E-book*.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?:** ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4. ed. Duas cidades: Editora 34, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SÜSSEKIND, Flora. Desterritorialização e a forma literária. Literatura brasileira contemporânea e a experiência urbana. **Literatura e Sociedade,** *[S. l.]*, v. 10, n. 8, p. 60 - 81, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19619. Acesso em: 10 nov. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MIGUEL REALE: INTEGRALISMO, TEORIA DO ESTADO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOSOFIA

Cícero João da Costa Filho[1]

Introdução

O Pós-guerra não foi apenas um momento da história onde o morticínio deixara a humanidade perplexa. Abria-se um caminho para novas correntes de conhecimento, as correntes históricas e filosóficas eram abaladas por tempos de indefinição. Correntes como o positivismo e o evolucionismo deram a tônica num mundo liberal, explicaram as transformações econômicas, políticas, sociais e científicas, e quando o mundo das democracias políticas foi abalado, o mundo palpável ou empírico deixou de ser o principal elemento na apreensão do conhecimento. O naturalismo científico tão presente à época, que o Positivismo foi sua mais representação, era contestado; a materialidade era posta em xeque, o olhar transcendente para o eu agora marcava uma nova era. Se o século 19 havia sido o século da biologia, herdeiro de toda uma visão esteada nas ciências naturais, correntes como a Teoria dos valores, a psicanálise e o pensamento de Bergson, marcavam a derrocada do naturalismo liberal, conforme apontava Miguel Reale. Para este o naturalismo tinha relação direta com o liberalismo, no sentido em que, epistemologicamente, se limitava a identificação do objeto. Toda a crítica de Reale voltada contra as interpretações da jurisprudência se dá porque para o jus-filosófo as normas jurídicas não possuem caráter científico devido seus preceitos lógicos, há toda uma fundamentação filosófica juntamente com as condições históricas de cada sociedade na construção do Direito.

Primeira experiência que se abriu ao homem, o Direito é fruto da relação eu-mundo, se abrindo as necessidades do homem. Assim como a religião, o mundo se mostra ao homem o vasto a relação que este carrega com este, onde a partir de suas necessidades se estabelecem os valores. Nessa primeira experiência, Reale traz nomes como os de Cassirer, Levi Strauss e Weber. A forma de interpretar o mundo, as coisas, de processar conhecimento tem relação com o mundo liberal, é parte de um todo, no qual, punha-se a questão da democracia, "a democracia dá diversos sinais de fraqueza que é preciso destacar para perscrutar-lhes as causas. A sua crise provém do

[1] Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, respectivamente. Realizou os cursos de mestrado, doutorado e dois pós-doutorados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Este texto é uma adaptação de um tópico do relatório de pós-doutoramento desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sob a supervisão da Prof. Maria aparecida de Aquino. Esse texto foi recém publicado como capítulo de livro, com o título de coletânea Direitas ontem e hoje, organizado por Felipe Cazetta (UNIMONTES). É autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX* (1892-1898) (Ed. LCTE, 2016); *Sílvio Romero: literatura, raça e política* (1851-1914) (1851-1914) (Ed. Porto de Ideias, 2017); *No limiar das raças: Sílvio Romero* (1870-1914) (Ed. Todas as Musas, 2016). *Forças do mal: os prejuízos raciais da figura do judeu na obra integralista de Gustavo Barroso (1932-1937).* (Editora Todas as Musas, 2019). Organizador de *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil do século XX*), *À margem da História: representações e cerceamento de direitos no Brasil Contemporâneo*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. E-mail: cicerojoaofilho@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sentimento, exato ou errôneo, da inadequação dos princípios e instituições da democracia clássica, isto é, liberal e parlamentar, às circunstâncias, problemas e disposições do espírito público" (REMOND, 1988. pp. 59-60)

Em crise, as democracias liberais logo suscitaram sua oposição, no caso, o modelo de democracia forte, que marcou época desde o final do século XIX (STERNHELL, digitado). No Brasil, Reale foi uma das figuras mais importantes da AIB, movimento criado por Plínio Salgado, em 1932. Chefe de Doutrina do integralismo, Reale seguramente tenha participado no movimento devido seu conhecimento das teorias políticas, por ser um intelectual clássico, conhecedor das mais diversas teorias científicas, da cultura em geral. Ressaltamos que o fascismo não se limita a ineficiência do Estado liberal burguês, é alternativa (visão de mundo), de uma lógica racional remanescente do Iluminismo, que não evitou o caos, a tragédia, as piores crises que chegou a espécie humana. Antes de tudo, o fascismo se opôs a fé na ciência, na racionalidade, que gerou uma questão social e um caos que nenhuma racionalidade explica. Antes de ser instrumentalizado por líderes como Mussolini, que quando chegou ao poder fraquejara seu projeto inicial, o fascismo é um protesto de esquerda, que combatia todo um estado de coisa do mundo liberal burguês, científico, católico, etc. Teorias como o naturalismo possuem relação direta com o liberalismo, com a visão linear da história, com a ideia indiscutível de que os seres, a sociedade, evolui, ponto combatido por Reale.

Em 1917 é publicado *O Estado e a Revolução de Lenin*, com a aguda crítica ao Estado burguês, e diversas eram as vertentes no campo do conhecimento, que ora centravam suas análises na matéria, ora partiam de um subjetivismo como nos moldes de Bergson. Isso era sintomático dos novos tempos. Era a batalha pela melhor Teoria do conhecimento. Como se não bastasse a máquina mortífera dos regimes totalitários, estendendo seus tentáculos pelas áreas mais distantes do mundo, a sociedade se transformava estando ela mesma sujeita a novos olhares. Dizia Reale que, "assim como se diz que o século XIX foi o século da história, pode-se dizer que o século XX foi o século da cultura, o que assinala relevante progresso na compreensão do ser humano. É preciso, contudo, esclarecer em que sentido está sendo feita por mim essa afirmação" (REALE, s/n, p. 55)

Racionalismo, idealismo e empirismo: a postura filosófica de Reale

O Positivismo foi sem sombra de dúvida a corrente que mais influência deixou na delimitação das ciências no mundo, ou melhor, foi a paranoia da física social, tributária do cartesianismo, que mobilizou os objetos das diversas áreas do conhecimento. Quando se fala de Positivismo se fala de uma totalidade, de um *ethos*, de uma visão que captou o mundo tendo o homem branco como parâmetro. O início dessa totalidade do ponto de vista histórico historiográfico surge com Aristóteles quando o pensador grego separa o conhecimento captados na concretude e aqueles que estão além da physis. Essa foi a racionalidade que presidiu a análise histórica, que séculos depois culminaria com as ideias de linearidade, evolução e progresso. Nessa ótica, Reale nos chama atenção em sua produção intelectual para problemáticas como cultura e natureza, ciências naturais e ciências do espírito, intuição e objetividade, tópicos marcantes na complexa luta entre as teorias

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do conhecimento. Na literatura epistemológica paira a verdadeira luta entre aqueles que creditam a apreensão do conhecimento ao objeto, desconsiderando o sujeito que conhece; e uma outra corrente que supervaloriza a participação do eu, perdendo o foco do conhecimento; a meio termo situa-se Reale, herdeiro da vasta tradição kantiana e hegeliana, adotando o culturalismo como primordial em suas análises sobre a ciência jurídica ou do Estado. O filósofo escreveu livros sobre história da filosofia e verdadeiros livros sobre epistemologia, como *Filosofia do Direito* e *Verdade e Conjuntura*.

Reale se deparou com as diversas correntes neo-kantianas que marcou todos os campos das ciências sociais. Desde um Cassirer, que chama atenção para a possibilidade de representação a partir de signos (mitos), de um importante filósofo que fez escola, como como Max Scheler, suas análises partem de uma complexa e instigante teoria do conhecimento que defende a objetividade do pensamento. A teoria dos valores, interrompeu a crítica kantiana, superpondo uma crítica ainda mais profunda, numa dialética constante, de polaridade, negando Kant e Hegel, mas ao mesmo tempo mantendo a base da teoria.

Paradoxalmente, raros são os cursos nas faculdades de direito do país onde o nome de Reale é estudado, sua concepção de que o Direito, grosso modo, é produto da implicação de fato, valor e norma, uma visão que considera as particularidades da cultura, é desconhecida devido sua participação na AIB. Há uma farta produção bibliográfica no campo da história, que capta ou traz para a cena política a figura de Reale como fascista, por ter sido Chefe de Doutrina da AIB. Ter participado do integralismo, é o que basta para igualar Reale aos demais integralistas, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, e outros intelectuais afinados com as ideias de um Estado Forte, descrente com o modelo de democracia liberal, como José Calazans, Câmara Cascudo, Santiago Dantas, etc. Assim, sua adesão ao integralismo gera até um intelectual defensor da violência, um militante qualquer, um escritor de momento, que escreveu no calor da hora, sem uma trajetória intelectual e sem importância no cenário nacional e internacional. Nosso propósito é mostrar que o que perpassa a produção de Reale, em sua concepção de Direito – leia-se sempre como Estado – é a ideia de liberdade, por isso, sua crítica a farsa do liberalismo, das democracias liberais, que sempre afastava o povo das eleições, que como na seleção do mais forte, o pobre ficava a mercê, a política era gerida sempre por aqueles que compravam fotos, pairando um cenário que jamais mudaria, salvo se desse a esse mesmo povo a condição de voto.

As pesquisas que recuperam Miguel Reale se desenvolvem em função de sua militância a AIB, o que traz problemas sérios de pesquisa, primeiramente por que os líderes da AIB tiveram posturas diferentes no movimento, o que não se pode esquecer traços comum desses a ideologia de um Estado Forte, como nos alerta Fábio Bertonha (2011). Desse modo, lembramos o veio literário do jornalista Plínio Salgado, chefe do movimento integralista e por todos respeitado, considerado sempre o chefe. Não é raro encontramos, principalmente em Gustavo Barroso, falas que ganham força e autoridade porque remetem ao mestre, ao homem a quem se devia obediência, que jamais seria contestado, e que muito lutou para divulgar o integralismo fora do Brasil (GONÇALVES, 2019).

Encontramos um Gustavo Barroso que assumiu abertamente o ódio contra o judeu, um escritor que convencia o autor pela repetição e que se limitava em sua *História Secreta do Brasil* a destilar

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ódio ao judeu e a lhe imputar um complô, destilando ódio e, portanto, um projeto eliminacionista, somado a uma visão exotéricas de um Quarto Império, que tomou emprestado de Plínio Salgado. Miguel Reale, tem postura adversa, é um intelectual, homem de cultura clássica que em nenhum momento destilou o ódio racista e eliminacionista, nem enveredou por uma visão mística. Tão pouco vamos encontrar nas *Obras Políticas*, a generalização de que o liberalismo está nas mãos judaicas, tanto econômico, como politicamente, que o judeu tem arquitetado um plano de dominação mundial, que é responsável pelas mazelas mundiais, que agravou ainda mais a Questão Social. Reale é um teórico do Estado, um homem que conhece as teorias políticas, que adere ao integralismo para viabilizar a verdadeira democracia, onde a voz do trabalhador seja uma constante, por meio dos sindicatos e corporações.

A seguir com essa linha de análise encontramos um Miguel Reale autoritário, um intelectual dentre os diversos que o Brasil teve nos anos 1920. O autoritarismo é uma ideologia que tem o Estado como centro, escopo, modelo a ser seguido. Desse modo, trazemos uma questão do mais alto relevo, que é, a ideia de que para Reale, o Estado não se se forma para conter as liberdades individuais, pelo contrário, o Estado, tome-se o Direito como realização deste, é formado porque a sociedade se desenvolve, e assim, mantem uma relação dialética com o mundo, com as necessidades da vida, com o substrato do homem em sua totalidade. O Estado não se concretiza com ou no Direito, pois este não significa autoritarismo, mas sim integração social, pois os homens sempre tiveram relação com o mundo, seus signos, representando suas necessidades, crenças, etc. O autoritarismo de Reale necessita de análises dos seus fundamentos, não basta pura e simplesmente afirmar como afirmava o próprio jurista que a nação se identificaria com o estado. Essa é uma característica que para a maioria dos estudiosos identifica Reale como um pensador autoritário, mas se não se investiga os fundamentos de sua concepção de estado, naquilo que conforme suas palavras, a liberdade deve ser respeitada, se assume o risco de produzir uma pesquisa pobre, esquecendo a concepção dos fundamentos nos tempos de sua militância. É preciso ir além, e não criticar o escritor sem antes saber o que este entendia por tópicos que vamos elencar brevemente.

Ângela de Castro Gomes rompeu com a ideia de um autoritarismo 'por ele mesmo', como se este surgisse por si só, quando se vive uma cultura autoritária. Assim, até que ponto o autoritarismo é mais do político, do homem militante, do escritor com suas ideias, ou de parte da sociedade que entende esse autoritarismo? Gomes mostrou, por exemplo, que o autoritarismo de Vargas se fez pela hábil estratégia política de conceder direitos políticos e de cidadania, sem os quais, esse autoritarismo teria vingado. Denise Rollemberg recupera a inovação metodológica trazida por Gomes, nos estudos sobre o autoritarismo. Não estamos a negar a simpatia de Reale com a ideologia fascista, o que seria um contrassenso, mas sim, a partir daqui, problematizar o que tanto rendeu no plano historiográfico acerca de aspectos tangentes de sua postura intelectual, vista sob o prisma de sua adesão a AIB, que os estudos esquecem. Não se trata de um círculo vicioso querer amenizar a postura autoritária de um integralista chamando atenção para uma nação que se fez sob a égide da violência, da exclusão, barrando sempre a manifestação das ideias contrárias ao sistema vigente, ao *estatus quo*? São nossos intelectuais figuras autoritárias e conservadoras ou enfrentamos e vivemos uma cultura autoritária? Conseguimos encontrar problemas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

historiográficos a partir dessa ótica? Acreditamos que sim, porque antes de tudo Reale está preocupado com o fenômeno do Poder, donde os problemas da soberania e do estado, são inseparáveis.

É indispensável ressaltar para que se torne frutífera toda inquietação sobre a figura de Miguel Reale adepto da AIB, que a preocupação desse jus filósofo é com o fenômeno do poder. Aqui, cabe anotações pormenorizadas. Podemos sem percalços afirmar que Reale está preocupado com o fenômeno do poder, como jus filósofo, sua carreira como Professor da Cadeira Filosofia do Direito lhe trouxe o estudo do Estado sob um ângulo, diferente do ângulo do sociólogo ou do político. A obra máxima para que se entenda o que é o Estado para Reale é sua *Teoria do Direito e do Estado*. De forma resumida, seguindo as análises do autor, o Direito, a visão jurídica, que grosseiramente podemos chamar de Dogmática Jurídica, é uma visão onde se analisa o Estado, trata-se de um olhar ou dimensão onde este é analisado. Lendo essa obra vemos que Reale está preocupado com o fenômeno do Poder, e que para este, tem relação direta com o Direito, o que para o escritor não significa que o Direito surja com o Estado, pois o Direito existe desde as comunidades gentílicas, onde os preceitos, os códigos, era transmitida pelo homem mais velho. O objetivo de Reale é identificar em que momento surge o Direito racional e abstrato, no que defende, que este surge apenas no Estado Moderno. Direito, Estado e Poder, são assim, elementos inseparáveis. Segundo Reale, Poder nunca significa força, autoritarismo, algo que 'vem de cima para baixo'. Para Reale, o Poder representado pelas instituições significa espaços de liberdade, de manifestação social, jamais o encarceramento de uma dada sociedade. Reale pensa que o Direito, não podemos separar nem o Poder nem o Estado, é fruto do desenvolvimento social, é integração, algo que com o tempo, com o aumento da população, com as transformações, face a tais transformações, há condições históricas para o Poder. Em *Teoria do Direito e do Estado*, o fenômeno do Poder deve atender as necessidades de cada povo, de cada sociedade, deve respeitar seus valores, que se faz somado a ação teleológica do espírito. O Direito não está no Estado, nem este se apreende pelo Direito, o Estado apreendido pelo governante ou pelo técnico ou perito em Direito é apenas um olhar sobre esse *jano bifronte*.

O impasse só aumenta, pois seria forçoso apreender essa visão sem conhecer os livros fundamentais sobre o Direito, que em Reale, não se dissocia de Política. Em Reale, quando se fala de Direito se fala de Estado, de Teoria Política, ponto de partida para analisar um autor considerado autoritário. Em trabalhos anteriores acerca do tema afirmamos que Reale (COSTA FILHO, 2021), fora traído por ele mesmo, pois aos tempos de Integralismo, surgido em 1932, sua Teoria Política estava em germe, sua Teoria Tridimensional do Direito data de 1940, quando presta concurso para professor da cadeira de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo. Ao longo de mais de seis décadas de reflexão, Reale combateu a experiência jurídica, as normas, que são sua instancia máxima, que desconsideravam o amplo quadro de cultura social de cada povo, defendendo o homem e sua liberdade como o principal valor, o *valor fonte*. Como não é objetivo desse texto trazer as críticas que o jus filósofo em seus trabalhos combate as correntes interpretativas do Direito, a hermenêutica jurídica, ao positivismo e ao normativismo jurídico, a ideia de um Direito Puro que teve em Hans Kelsen o maior nome, se se esquece a importância do homem e de suas inquietações últimas, corre-se o risco de comprometer a concepção de Reale

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

no que tange a sua concepção de Estado, Poder, Soberania, Direito, etc. Integrando a sociedade e o homem em suas necessidades primeiras, satisfazendo as particularidades individuais dentro do complexo quadro social, a visão jurídica de Reale é de priorizar os valores do homem, das necessidades de cada cultura,

> Enquanto filosofamos sobre o direito, por conseguinte, permanecemos no plano transcendental, não se desprendendo o tridimensionalismo de suas matrizes intencionais e constitutivas, isto é, do espírito como fonte da qual todas as criações culturais promanam e a que permanecem essencialmente vinculadas: daí a essencial vinculação entre o tridimensionalismo, tal como o entendo, e os processos ontognoseológicos e histórico-cultural, à cuja luz a Jurisprudência pode ser vista e compreendida no desempenho de uma tarefa essencial para o destino do homem, que consiste em garantir as objetivações culturais, com a salvaguarda dos valores da subjetividade (REALE, 1992, 83).

Diante dessa passagem podemos ter uma ideia sobre a noção de Direito de Reale. Mais uma vez ressaltamos: para Reale, Direito é análise do/sobre o Estado. Nesse sentido, seu espírito irrequieto de filósofo tentado superar a si mesmo, inclinado as lutas, como chega a afirmar, carrega a força do espírito, que viabiliza o plano político, o pensamento inseparável da materialidade, que marca a postura do intelectual. O tridimensionalismo de Reale, tema que renderia uma pesquisa a parte, razão maior que o tornou conhecido internacionalmente, carrega tanto do ponto de vista histórico como filosófico suas razões. Se formos adentrar a influência que sofreu de Husserl, entenderemos a objetivação do pensamento (*intencionalidades objetivadas*), reflexão que começou desde a leitura de Kant, que adentrou autores das mais variadas áreas sociais. Reale é antes de tudo um epistemólogo, tanto combate o criticismo kantiano, substituindo por uma ontognoseologia, como toma do meio especificamente filosófico do último Hurssel a ideia de que o pensamento busca um fim. Daí que,

> Com a expressão "todo pólo de objetos" - escreve Reale - alude Husserl ao mundo intuitivo e familiar da vida quotidiana, à experiência comum, a todo complexo de coisas, situações e atos originários, da mais diversa e constrastante natureza, os quais não podem ser considerados "objetos" exatamente por serem anteriores à ciência ou a todo conhecimento formulado expressamente em juízos predicativos; é o mundo natural da vida ou do viver (lebenswelt) como experiência pré-categorial ou antepredicativa; o mundo pré-científico do meramente dado, ou o reino de evidências originárias como pólo de objetos infinitamente possíveis, ou por outras palavras, a experiência originária e fundante, como estrutura fundamental de toda experiência em sentido concreto (PAIM, 1999, 64)

Como vemos, a análise de Estado, aqui esmiuçada no momento máximo da experiência jurídica, que é a norma, traz a discussão complexa sobre a apreensão do conhecimento, que Reale em trabalhos específicos, como em sua *Filosofia do Direito*, tratara. É significativo que diante de um vasto cabedal teórico considerasse Reale as necessidades da vida comum do povo (*Lebenswelt*), marcando e influenciando a confecção das normas, do Direito, do Estado, de uma teoria política, influência sofrida por Hussserl. Conhecedor das teorias explicativas das sociedades, desde a Antropologia a Religião, Reale fundamenta sua concepção de Direito (leia-se de Estado), sob várias diretrizes. A primeira delas podemos reportar a própria lógica do conhecimento, que possui razão de ser na sua intencionalidade. É extremamente significativo que Reale insistentemente chame atenção para o plano empírico, da concretude das coisas, fugindo as análises formais do Direito visto sob a ótica naturalista, girando sobre seus pressupostos lógicos, *ab extra*, onde

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

recorria-se a análise linguística para averiguar a positividade desse. A contribuição de Reale se dá por rechaçar teorias jurídicas ancoradas nos meros enunciados lógicos, esquecendo dos seus próprios elementos constituintes. Em suas *Lições Preliminares de Direito*, curso introdutório aos recém ingressos alunos do curso de Direito, dizia Reale que "não há, em suma, Ciência do Direito em abstrato, isto é, sem referência direta a um campo de experiência social" (REALE, 2002, p. 27) Combatendo o método naturalista aplicado as ciências sociais, e o Direito compunha o quadro das áreas culturais, Reale preteriu o positivismo jurídico, com seu grau de já enunciado, impossibilitando a análise daquilo que era de suma importância para o interprete do Direito, no caso, a complexa estrutura valorativa, fática e normativa.

Aqui, cabe alguns pormenores sobre o tripé da Teoria de Direito de Reale, formada de fatos, valores e normas. Fato para Reale é 'evento' numa dada sociedade, portadora de valores, geradora de normas, de regras. Este fato pode surgir de questões econômicas, políticas, geográficas ou mesmo religiosas, visto que este é sempre um *fato* que porta *valores*, emanado das relações sociais, que buscam a liberdade de cada sujeito, em meio ao bem comum ou a justiça social, preocupação maior do Direito. O Direito enquanto ciência compreensiva normativa, diferente da Sociologia Jurídica, do historiador do Direito ou mesmo do politicólogo (termo utilizado por Reale), busca aplicar leis, regras, não desconsiderando as diversas áreas auxiliares, compreendendo a complexidade fática segundo valores,

> Pode-se dizer, pois, que pela sua própria natureza, o direito se destina à experiência e só se aperfeiçoa no cotejo permanente da experiência correspondente ao seu ser axiológico, experiência essa que não se reduz a uma adequação extrínseca, a uma tábua de referências fáticas ou a paradigmas de valores ideais, nem se resolve numa unidade indiferençada, mas conserva, como condição de seu próprio "experiri", a dialeticidade problemática e aberta dos fatores que nela e por ela se correlacionam e se implicam, na unidade de um processo ao mesmo tempo fático, axiológico e normativo (REALE, 1992, 31).

Fugindo à concepção do *jusnaturalismo*, do naturalismo, de alguns contratualistas, embora pontue avanços para a constituição de um Estado que trouxesse a liberdade humana, possibilitando o verdadeiro meio de se conquistar os anseios de si e do 'outro', do positivismo jurídico, a tônica maior de Reale se volta contra as análises formais, que perdem de vista o pano de fundo social, o terreno histórico onde o Direito é produto, experiência concreta, "se há algo, com efeito, que caracteriza o pensamento jurídico é a luta contra todas as modalidades de "formalismo", pelo reconhecimento de que a plena compreensão do Direito só é possível de maneira concreta e dinâmica, como dimensão que é da vida humana" (REALE, 2002, p. 77)

Mais do que um conjunto de regras impostas por um Estado coercitivo, Reale nos mostra que o Direito passa pelo crivo das relações humanas em sua complexidade, tem a participação dos valores. Frente as razões que aos olhos de Reale mostra a inevitabilidade do Direito, lembramos que para o jurista existe fatores que subjaz as normas, como por exemplo, as diferenças sociais, as necessidades de cada povo, e principalmente a existência dos valores. Reale não se preocupa com o Direito enquanto um conjunto de regras que devem ser seguidas, mas sim, do Direito como produto maior de integração, assentado sob as relações humanas, dotadas de sentido desde os clãs até as sociedades que tornaram o Estado a referência maior do Poder, "Já dissemos que a integração social tem como resultado uma unidade de ordem ou uma unidade orgânica, que se

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

caracteriza pelo fato de não serem as partes absorvidas pelo todo, de maneira que não se verifica um aniquilamento material dos indivíduos no corpo coletivo, mas sim uma integração de natureza jurídica" (REALE, 2000, p. 221)

É da natureza humana ter consciência da experiência histórica, finita, por isso o enlace, as normas nunca são vazias de sentido, surgem da onticidade do ser

> O específico do homem é conduzir-se, é escolher fins e pôr em correspondência meios a fins. A ação dirigida finalisticamente (o ato propriamente dito ou a ação em seu sentido próprio e específico) é algo que só pertence ao homem. Não se pode falar, a não ser por metáfora, de ação ou de ato de um cão ou de um cavalo. O "ato" é algo pertinente, exclusivamente, ao ser humano. Os outros animais movem-se; só o homem atua. A atuação pressupõe consciência de fins, possibilidade de opção, projeção singular no seio da espécie, aprimoramento de atitudes, aperfeiçoamento nos modos de ser e de agir. Seu problema liga-se ao da cultura, e como esta, tem sua raiz na liberdade, no poder de síntese que permite ao homem instaurar novos processos, tendo consciência de estar integrado na natureza e no complexo vital condicionado por ela (REALE, 1999, p. 378)

Seria o momento de indagarmos se toda essa bagagem intelectual fora tomada pelo jurista para amenizar seu lado fascista, que se sobressai nos estudos no campo da história? Achamos insuficiente reduzir a postura política de Reale em função de sua militância integralista, pois ainda que para este toda e qualquer sociedade necessite do Estado, em nenhum momento esse Estado deve ser o Estado das minorias. Muitas vezes aplaudindo e lutando por um Brasil ao estilo da Itália fascista, nem todos os elementos do regime italiano eram aceitos por Reale. Mais uma questão problemática a ser analisada, que é querer a real competição entre ricos e pobres, por meio de corporações quando essas corporações se ligam ao Estado!

Se os partidos representavam o canal da democracia liberal, objeto de críticas dos integralistas, era nos sindicatos que a democracia se tornava uma realidade, "é nestes círculos novos, grupalistas e não mais geográficos, onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. Em lugar de iludir o proletariado é preciso lhe dar o lugar que lhe cabe no organismo do Estado, ao lado das outras forças produtoras" (REALE, 1983, 154). Todo o esquematismo do projeto corporativo que não foi criado por Reale, trazia o mal do bolchevismo, do liberalismo e do marxismo, como pontos a serem evitados. Num momento onde os problemas políticos brasileiros eram uma constante, o mesmo quadro de corrupção e de mandonismo das elites fundiárias davam a tônica no cenário regional e nacional, respectivamente, o voto para Reale era uma grande mentira, a soberania nacional propugnada pelos ares liberais da Revolução Francesa cada vez mais privilegiava os pequenos grupos, alijando o povo como ator político. Reale reconhece a liberdade dada ao homem surgida com a eclosão da Revolução Francesa, possibilitando a 'verdadeira' soberania por ter trazido o problema do Estado como de fundamental importância (ainda que o homem dizia Reale ser visto apenas sob a ótica cívica e econômica), mas não acredita no contrato político, a seu ver mero instrumento burguês (naturalista); é nas corporações que a democracia se concretiza, "as corporações, portanto, não serão, no Brasil, subordinadas a um poder político de origem não-corporativista: as próprias corporações serão o Estado". (REALE, 1983, p. 202)

Embora um determinado segmento econômico pudesse ter vários sindicatos, apenas um, por exemplo, representaria cada setor econômico. Um dos objetivos era evitar os choques entres

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

patrões e empregados, como também a desagregação ocasionada pelo sindicalismo revolucionário, que era o modelo de Sorel, que trazia uma democracia favorável ao patrão, apesar de ser 'essencialmente antiestatal'. Cabia aos sindicatos deveres como: a) os empregadores conscienciosos contra a concorrência desleal desses patrões que, para dominar o mercado, recorrem a meios desonestos, tais como o pagamento de salários não correspondentes ao custo real do trabalho; b) os operários hábeis e dignos contra os companheiros submissos ou mal intencionados que aceitam retribuições incompatíveis com um teor justo e necessário de vida (REALE, 1983, p. 22-23)

Não menos importante eram as corporações,

> A corporação realiza a disciplina integral, orgânica e unitária das forças produtivas, em colaboração com toda a rede das cooperativas e dos institutos nacionais de crédito, representando integralmente os interesses da economia nacional, resolvendo os conflitos e traçando normas para a produção, a circulação e a distribuição das riquezas em colaboração com o poder executivo. Cabe-lhes a função de resolver, quando a solução não surge no próprio setor sindical, as dúvidas oriundas da aplicação dos contratos coletivos, ou na prática dos salários e dos lucros. Quando a Corporação não consegue resolver as pendencias, as partes recorrem à Magistratura do Trabalho, sem o sacrifício inútil das *greves*, e dos *lock-outs*. (REALE, 1983, 23)

As corporações, elemento maior do pensamento de Reale no que diz respeito ao meio de concretização democrática, tinha as funções política, econômica, cultural e moral. A moralização do voto era uma importante reivindicação diante do quadro de corrupção que se arrastou até a revolução de 1930, denunciada por ele, "basta examinar a atual situação dos partidos políticos da República para se reconhecer a falta de substancia nos vencedores de Itararé. Da Revolução de 30 podemos dizer o que disse o poeta desta batalha: foi a maior da América do Sul, mas não houve..." (REALE, 1983, p.75)

Apontando para um novo Brasil, o esquematismo da *Súmula* escrita por Reale ditava os meios a serem seguidos para a criação do novo Brasil. O agrupamento familiar, e sobretudo, as corporações e sindicatos eram ideais para que se alcançasse a tão propalada 'democracia social e orgânica'. Um ponto importante que merece destaque é a manutenção da propriedade privada, considerada um direito justo a qualquer pessoa que trabalhasse, tratava-se de um direito adquirido. A crítica ao capitalismo conforme análise de Reale se dava em função da exploração do patrão para com o empregado, pois o trabalho corporativo não era espoliador, não existia desacordos, luta de classes, tópico bastante explorado pela ideologia marxista, "o Integralismo, porém, repele o uso antissocial da propriedade que encontra um limite imposto pelo bem comum. Por isso, ao lado dos direitos, estabelece os deveres do proprietário que é responsável perante o Estado, o que não se dá no regime liberal que deixa o capital entregue à sua própria sanção" (REALE, 1984, p. 24). O 'bem comum', princípio de sociedade justa e democrática pensada por Reale não seria ferido, defendendo a moral (Economia Dirigida), contrário ao liberalismo do Estado mínimo que se abstinha de intervir na economia, por isso a concorrência desleal de grupos econômicos (trustes e cartéis), que tomam o Estado, sacrificando a liberdade do homem trabalhador que não tinha

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

direito que chegava a precisar deste. Os sindicatos eram o agrupamento ideal para o crescimento do capital sem a opressão do trabalhador

> Não basta criar sindicatos de fachada. É preciso que o operário se compenetre da missão de seu sindicato, da função que devem desempenhar os diretores, para que estes não se sirvam deles como instrumentos.
> O sindicato precisa ser uma célula da Nação. Sociedade para a garantia da justa remuneração dos produtores (do Capital, do Braço, da Inteligência), deve ainda desenvolver a sua atividade em outros campos, a começar da assistência escolar até à expressão totalitária das Corporações. Um sindicato é um centro para irradiação de *independência econômica, de autonomia moral, de elevação cultural.*
> Como simples associação de resistência na luta social, fica mutilado e perde a finalidade própria; como órgão de expressão unicamente moral, consome-se lentamente entre a indiferença dos que tem necessidades materiais imperiosas; como sociedade apenas cultural iguala-se às demais. Não é possível separar as três funções. A quarta, a função política, só poderá existir completamente no Estado integral, corporativo.
> Mas, os sindicatos, mesmo no regime atual, devem se constituir visando garantir a autonomia econômica e a justiça social; para cooperar com as outras forças nacionais, para elevar o nível cultural das massas obreiras.
> Só então o sindicalismo existirá verdadeiramente. Só então passaremos perto de um sindicato, sem sentirmos a impressão fria de um túmulo, com uma tabuleta na porta como lembrança de uma ideia morta há cem anos (REALE, 1983, p. 28) (grifo do autor)

Contrário à tudo que dificultasse a formação do 'Todo', como por exemplo, as economias locais, as diferenças raciais e mesológicas, a questão da centralidade política, a postura de Reale era uma verdadeira mudança na estrutura social, política, econômica e cultural brasileira

> Não há soluções parciais para a questão social, a qual não se resolve mediante leis sobre salário-mínimo, seguro, acidentes, etc. Antes de mais nada, é preciso ficar bem claro que a questão social não interessa somente a operários, mas a toda a toda Nação.
> É preciso fazer a revisão radical dos códigos individualistas, a reforma da nossa sociedade baseada na luta sem tréguas entre os homens, reforma econômica e moral. Só a modificação integral da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o Integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a Sociedade do Estado para entronização de poucos indivíduos (REALE, 1983, p. 28)

Como os demais integralistas, influenciado pela religião (espiritualidade) do chefe Plínio Salgado, Reale se espreitou com o tenso momento da época, onde somente sob uma visão do todo seria capaz uma interpretação positiva do Brasil. Não tanto como Plínio Salgado, as *Obras Políticas* são de doutrinação, que como tal, conclamam o homem brasileiro a aderir às ideias de um Estado Forte. Nessa perspectiva, e aqui, pode soar uma leitura ideológica, onde o autoritarismo se esconde, a adequação de cada habilidade de trabalho as capacidades individuais. Talvez seja por isso que Carlos Nóbrega de Jesus perscrutando o revisionismo sobre o holocausto nas versões publicadas pela Editora Globo conclui que figuras como Plínio Salgado e Miguel Reale não eram menos racistas que Barroso, a diferença era assumir uma posição claramente racista em uma cultura católica (JESUS, 2006). Para Ricardo Benzaquen,

> O fato de Reale adotar um esquema de representação corporativa como solução para os desafios do mundo moderno, contra uma revolução, fundadora ou restauradora, de caráter

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> ideológico e totalitário, não faz mais do que reproduzir, ao nível da vida pública, a mesma preocupação com a preservação das vocações específicas de cada um. Não nos esqueçamos, afinal, que o que distingue uma corporação da outra, ainda que elas reúnam, em seu interior, empregados e patrões, é precisamente a sua especialização em determinado ramo de atividades (ARAÚJO, 1987, 109-110)

Mas justiça seja feita, não vamos encontrar em Reale a pobreza literária presente em seus panfletos que tentam convencer o leitor pela repetição (CYTRYNOWICZ, 1992), com seu ódio ao judeu, "o Integralismo mantém-se alheio a todo e qualquer preconceito de raça, preferindo julgar o homem, não pelos aspectos exteriores da cor, ou do formato dos crânios, mas pelos valores morais e cívicos" (REALE, 1988, p. 33). Angariando elementos nacionais, pois o integralismo antes de mais nada é um projeto que propõe um modelo de nação, Reale negava as diferenças regionais, que dificultasse a edificação totalitária nacional, destacava o papel da cultura, como de fundamental importância para a integração sentimental, cívica, moral, etc

> O problema educacional exige uma solução uniforme para todo o Brasil. O integralismo iria de encontro às suas tendências fundamentais, se aceitasse uma dispersão ou desarticulação das células educacionais que o Integralismo não desconhece. A escola tem uma função educacional que o Integralismo não desconhece. Onde não existe unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade histórica e ética indispensável. Unificar, porém, não quer dizer estandartizar a cultura. O Integralismo é pela escola unifica (REALE, 1983, p. 32)

Não podemos negar o imbróglio de Reale, como de um Caio Prado e Sérgio Buarque que teceram suas análises de Brasil sob a 'ideia de espírito', herança de um conceito caro as interpretações brasileiras, tributária da ideologia de 'caráter nacional' (LEITE, 1976). Lembremos que nem mesmo Sílvio Romero (COSTA FILHO, 2016), como todo o seu determinismo racial, sua crença na superioridade do homem branco (afirmava que se o Brasil tivesse sido colonizado pela raça ariana nossa história teria sido outra), alguns conceitos devem se relativizados. Mas, cabe afirmamos que diante da 'revolução historiográfica' (REIS, 2000), operada na década 1930, em que os parâmetros das interpretações de Brasil combatiam as balizas raciais e mesológicas, a cultura suplantando o naturalismo científico, o que restou foi a cristalização de atributos (inclinações), de um imaginário perverso ligado ao conceito de raça. Veja por exemplo, passagens como esta

> Elementos estritamente sociais alteram a capacidade produtiva dos indivíduos, bastando lembrar que muitos homens, apáticos ou inoperosos na Europa meridional, se transformam em centros de poderoso dinamismo nas terras para onde nas terras para onde se dirigem em busca de fortuna, acontecendo o contrário a muitos dólico-louros.
> Essas e outras observações conduzem a uma apreciação totalitária do homem e da sociedade. Em lugar da unilateralidade étnica, compreende-se que é necessário levar em conta a totalidade dos fatores operantes, sem se esquecer que – acima de tudo – cumpre analisar o que de específico e de próprio há no indivíduo, que é quem sofre as influências exteriores, mas é também quem reage sobre elas e a modifica como ser dotado de inteligência e de vontade livre (REALE, 1983, p. 33-34)

Se por um lado Reale é um autor sensato que considera o destino dos povos, sua história, evolução e contingências, herda a concepção de uma história que se embrincou de nacionalismo, perscrutando as raízes de seu povo, abarcando particularidades como os hábitos, seus heróis, e o

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

complexo processo de independência da nação. Dono de um projeto de Brasil, Reale não se furtou a propor caminhos para resolver inúmeros problemas brasileiros, um desses problemas era amalgamar um Brasil tão complexo e composto por povos diferentes, tanto do ponto de vista racial (étnico) como cultural. Afirmava que não buscava remontar um Brasil do passado para daí alavancar seu projeto integralista, mas não poderia se furtar a falar da nação brasileira. Para solver esse impasse, as diferenças mesológicas, étnicas, econômicas, de forma hábil salientava o traço histórico do equilíbrio (a história incessantemente buscava o equilíbrio), era a fatalidade da harmonia, a história buscava o equilíbrio, "Os mais recentes estudos sobre tão momentoso problema marcam uma volta à posição de equilíbrio. Notam os pesquisadores alemães que, além do fator étnico, outros há que merecem atenção, tais como o geográfico, o histórico, o econômico, o educacional e o religioso que atuam sobre a natureza humana e produzem diferenciações importantes no sistema dos movimentos sociais" (REALE, 1983, p. 33)

Direito natural e Direito Positivo: problema de epistemologia

Embora reconheça a liberdade humana dizia Miguel Reale que o homem não pode ser dominado por essa, pois a liberdade se materializa na história, e embora não se realize plenamente, as normas nunca podem ser plenamente fruto dessa liberdade. Se assim fosse, não existiria o Direito (a ciência jurídica), pois o Direito não surge para satisfazer as necessidades humanas, mas sim para fazer valer regras (normas) que são oriundas das peculiaridades de cada sociedade, e que por meio do Estado tornam-se *força incondicionada*. Os valores não se materializam completamente na formação das normas, porque se assim fosse, segundo Reale, o Direito perderia sua razão de ser, haja visto se tratar de uma ciência que busca os caminhos para a obtenção de fins, fins estes que só possuem sentido devido a existência de valores. Não se trata de trocadilho de palavra, mas sim da influência fenomenológica de pensadores como Dilthey, Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty, abordam o fundamento último das coisas, de um dado espírito presente na história. Não sem razão que frente sua vastíssima obra jurídica, perscrutando essa ou aquela teoria, remetendo essa ou aquela área, Reale diversas vezes afirma que pretende realizar um processo fenomenológico da experiência jurídica.

Merece ser destacado em sua visão de Direito sua concepção tridimensional (a *dialética da complementaridade*), a postura de erudito que considerava as necessidades mais básicas do ser humanos, que eram as *exigências axiológicas*. O Direito nada mais era do que uma necessidade, por várias razões, uma delas porque era uma necessidade do espírito, participando das regras (normas jurídicas), os valores em parte se materializavam por ser produto da finitude humana. Mas os valores da vida, as necessidades eram fundamentais para a formação das normas

> No meu entender, tal como tenho exposto em minhas obras, o Direito só se constitui quando determinadas valorações dos fatos sociais culminam numa integração de natureza normativa. Ao contrário do que sustentam os partidários do irracionalismo jurídico, o Direito é impensável sem um momento de racionalização coincidentes com seu momento de caráter normativo. A admissão, porém, da forma racional, como elemento essencial ao Direito, não significa que possam ser esquecidos todos os fatores irracionais ou alógicos que estão presentes tanto na gênese das regras jurídicas como no processo final e decisivo de sua aplicação aos casos concretos, assim como em sua "recepção" pela *Lebenswelt*. Husserl observa com razão que entre

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> as duas formas de experiência, a "espontânea" e a "científica", estabelece-se uma recíproca e permanente influência, sendo aquela sempre a base de toda práxis, seja teorética ou extrateorética. Se, de um lado, a *Lebenswelt* condiciona as estruturas objetivas das ciências, estas, de outro lado, "afluem ao mundo da vida", mesmo porque os homens", participando, assim, das "contingências e necessidades da vida espontânea comum (HUSSERL *apud* REALE, 1994, p. 103)

Como não podia ser diferente, foi das correntes neokantianas que Reale começou a enxergar o Direito, uma *ciência normativa compreensiva*, de maneira dialética, uma dialética diferente da hegeliana, que era estanque, onde de dois elementos (a tese a antítese), resultava uma síntese. A *dialética da complementaridade*, diferente da genérica e abstrata, precisava ser concreta, alicerçada na experiência história, fundamentada nos princípios da cultura. Tendo como elemento principal os valores, que implicam nos fatos e assim, se voltam para as normas (regras ou leis jurídicas), desde 1940, Reale desenvolvia, e assim, esticava a visão tridimensional já presente, em países como Itália, França, Estados Unidos, América do Sul, etc. Mas, segundo ele tratava-se de uma *dialética aberta e genérica*, era preciso confrontar seus elementos, onde um não se reduzisse ao outro. Essa é uma das marcas de Reale, a ideia de irredutibilidade dos elementos teóricos que analisa, "O que há nelas de novo é uma ampliação do conceito de dialética — que já era dialética de complementaridade inserindo-a na experiência jurídica graças ao conceito de *lebenswelt* ou *mundo da vida,* recebido da Filosofia fenomenológica de Husserl, e já objeto de estudo por parte de Dilthey, o mestre da Filosofia dos valores" (REALE, 1994, p. 122)

Extremamente impaciente com o positivismo jurídico, onde o Direito era refém dos interesses individuais, os avanços das instituições públicas estatais não possibilitaram um questionamento do Poder. Reale didaticamente descreve as fases porque passou a ciência jurídica, suas escolas, as interpretações dos Pandectistas, a Escola de Direito Puro, até enquadrar Noberto Bobbio nas vestes de um neopositivista. A elasticidade das normas é uma necessidade para um autor que se agarrou ao complexo campo da cultura.

> Aceita esta última posição, como me parece necessário, multiplicidade das análises e perspectivas confluem para a unidade essencial do homem e de sua história, razão pela qual tenho reclamado a aplicação, nos domínios da cultura, a uma dialética de complementaridade, que parte de uma prévia análise fenomenológica do real recebido hipoteticamente como um "dado", para, a seguir, elevar-se à "reflexão histórico-axiológica", ou seja, à compreensão refletida como vivência no desenvolvimento histórico das ideias. Esse ponto é para mim essencial, embora não tenha sido sempre posto em realce pelos que me honraram com a sua tenção e a sua crítica, pois é graças a ele que o criticismo ontognoseológico se revele de caráter essencialmente histórico-axiológico (REALE, 1994, p. 146)

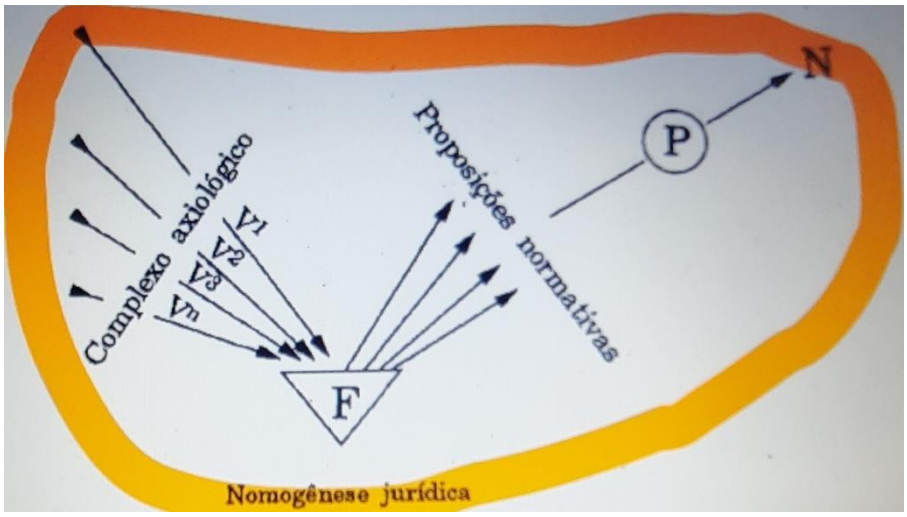
Trilhando as Teorias dos objetos, que mais tarde, configuraria numa Teoria dos valores, Reale empreende sua visão culturalista. Não se trata aqui da clássica Teoria dos valores como algo ideal, como nos moldes do último Hurssel, mas sim da ideia de valor 'valorado', atribuído pelas relações sociais singular de cada cultura. Contrário ao pressuposto de *inconsciente coletivo* de Durkheim, ao ponto de vista de Georges Davy, ao posicionamento de Kant de que o mundo do ser não passa necessariamente para o mundo do *dever ser*, importava sanar questões como essa:

> Desse modo, cabe reconhecer que a explicação sociológica e psicológica é válida para a gênese do mundo estimativo, mas não para a sua validade intrínseca. Porque os valores obrigam?

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Valerão apenas pelo fato de serem revelados pela consciência total? Mas, quem nos garante que, em dados momentos da História, o partidário do valor autêntico não seja aquele que se divorcia das médias estimativas dominantes e se contrapõe, heroicamente, ao comumente consagrado como concreção do valor mais alto? A História está aí para demonstrar-nos que mártires e heróis revelam, muitas vezes, num ato singular, um valor contestado pela sociedade inteira, e que é só o decurso do tempo que logra desvelar o seu significado altíssimo, arrancando os véus dos preconceitos e da rotina (REALE, 1999, p. 201)

Reale rechaça qualquer tipo de determinismo porque o *mundo das estimativas* negava a passagem do *mundo do ser* para o *dever ser*. Nem sempre o que acontecia na sociedade, em se tratando de uma conduta (a ou b) significava o desfecho daquilo que teria que ser. Essa postura faz com que Reale retome Max Scheler e Nicolai Hartmann, com o objetivo de buscar um apoio material empírico da importância dos valores, não do ponto de vista platônico, mas de valores existentes na concretude da vida real, na confecção da norma jurídica, na experiência do Direito. Mais uma vez destacamos a incessante busca de Reale por bases objetivas sobre a importância do valor, que embora sofra a influência dos filósofos citados, afirma ele que tais pensadores acabam por separar os valores do quadro da história, "estas doutrinas, que encontram seguidores entusiastas no campo da Filosofia Jurídica, notadamente na cultura hispano-americana, estabelecem, a nosso ver, uma separação entre o problema do valor e da história, ficando esta vazia de sentido" (REALE, 1999, p. 204). É no terreno da concretude histórica, infraestrutura para as ciências do espírito que se presencia a existência dos valores, por isso "explicação que nos parece mais plausível da experiência dos valores e de sua obrigatoriedade, é nos dada por várias teorias, cujas teses fundamentais reunimos sob a denominação genérica de doutrinas *histórico-culturais*" (REALE, 1999, p. 204). Nessa perspectiva adentramos a concretude dos valores, o Direito como experiência histórica e cultural é marcado pela implicação dos valores nos fatos e nas normas vigentes. Não se trata de um esquema dialético, mas sim de elementos irredutíveis, que só existem porque se chocam com fatos e normas.



Fonte: REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito, 123.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Como vemos na imagem, as normas jurídicas sofrem a ação de um *complexo axiológico*, estes se integram com os fatos, que por sua vez incidem em novas propostas ou seleção de normas. Reale empreendia um *axiologismo histórico* oriundo de sua concepção de cultura

> Era natural que de uma compreensão, por assim dizer subjetiva da cultura, se passasse a indicar, com a mesma palavra, o conjunto objetivo de bens artísticos, científicos, técnicos, etc., resultante de nossa atividade criadora. Finalmente, após terem os antropólogos estudado a cultura ou civilização dos povos primitivos, a palavra cultura adquiriu uma significação ainda mais extensa, servindo para indicar tudo aquilo que o ser humano, valendo-se da capacidade que lhe é própria, veio constituindo como patrimônio histórico da espécie, transmitido de uma geração às outras, desde o machado de sílex dos 'selvagens' às mais poderosas realizações da arte e da ciência contemporâneas, sem esquecer o aprimoramento mesmo da mente e a extensão dos poderes da sensibilidade, da inteligência e da vontade, em virtude dos prodigiosos instrumentos de comunicação de que dispomos (REALE, s/n, 56)

Colhendo parte dessa ou daquela Teoria, Reale é um intelectual que como já afirmamos sempre assimila parte das teorias reprovadas, daí seu rico cabedal teórico, tornando a tarefa do pesquisador embaraçosa. Vejamos, por exemplo, sua concepção sobre a Teoria cultural dos valores

> Não é demais esclarecer, desde logo, que sob a rubrica genérica de "doutrinas histórico-culturais" enfeixamos várias tendências, como por exemplo, a de tipo hegeliano, a de tipo diltheyano ou a de inspiração heideggeriana ou marxista, para não lembrarmos senão algumas das orientações de maior projeção em nossos dias. O que as unifica é a convicção da impossibilidade de compreender-se o problema do valor fora do âmbito da História, entendida esta como realização de valores ou como projeção do espírito sobre a natureza, visto dever-se procurar a universalidade do ideal ético com base na experiência histórica e não com abstração dela (REALE, 1999, p. 204)

Influenciado profundamente pelo pensamento de Dilthey, Reale não iria desconsiderar pontos teóricos de filósofos como Hegel, donde sua ideia de espírito; de Marx, um pensador com os olhos na matéria, e de outros pensadores que chegou a reprovar. Diante de várias leituras, restou a Reale não perder a crença de analisar o Direito como ciência, daí o filósofo ter uma postura que considere a subjetividade humana em contato com a experiência, com o mundo da cultura, e não como pensavam todos aqueles que consideravam as normas tendo por base o caráter lógico (de verdade) de seus pressupostos, uma racionalidade segundo ele *abstrata e genérica*, que desconsiderava as condições ou os fundamentos desse Direito. Essa sempre foi sua postura, a de estudar o Direito onde as condições transcendentais estivessem presentes na experiência da vida, na concretude das coisas, no Direito enquanto fator de integração social.

> Os valores não são, por conseguinte, objetos ideais, modelos estáticos segundo os quais iriam se desenvolvendo, de maneira reflexa, as novas valorações, mas se inserem antes em nossa experiência histórica, irmanando-se com ela. Entre valor e realidade não há por conseguinte, um abismo; e isto porque entre ambos existe um nexo de *polaridade* e de *implicação*, de tal modo que a História não teria sentido sem o valor: um "dado" ao qual não fosse atribuído nenhum valor, seria como que inexistente; um "valor" que jamais se convertesse em momento de realidade, seria algo de abstrato ou de quimérico. Pelas mesmas razões, o valor não se reduz ao real, nem pode coincidir *inteiramente, definitivamente*, com ele: um valor que se *realizasse integralmente*, converter-se-ia em "dado", perderia a sua essência que é a de superar sempre a realidade graças à qual se revela e na qual jamais se esgota (REALE, 1999, p. 207) (grifo do autor)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Essa passagem resume bem a visão que Reale possui dos valores. O jurista realiza um profundo mergulho com o objetivo de definir de onde partir para a análise do que seja ético. A solução é propor uma *axiologia histórica*, considerando o homem como principal elemento da experiência jurídica, este é o mais importante *valor-fonte* da nova interpretação do Direito.

> No centro de nossa concepção axiológica situa-se, pois, a ideia do homem como ente que, a um só tempo, é e dever ser, tendo consciência dessa dignidade. É dessa autoconsciência que nasce a ideia de *pessoa*, segundo a qual não se é homem pelo mero fato de existir, mas pelo significado ou sentido da existência. Quando apreciamos o problema do homem, toda Ontologia se resolve em Axiologia, abrindo-se as perspectivas da Metafísica. Em verdade, é só do homem que sabemos que *é* e, ao mesmo tempo, *deve ser*, mas é admissível que a mesma questão seja proposta com relação a totalidade dos seres, donde a especulação inevitável sobre o sentido do ser enquanto tal. Esta ordem de problemas desenvolve-se, porém, no plano metafísico, podendo apenas ser "pressuposta" ou "conjeturada" no momento da pesquisa puramente ontognoseológica. (REALE, 1999, p. 221-212) (grifo do autor)

Dizendo de outro modo, os estudos levados a cabo por Gustav Radbruch (um neokantiano como foram todos aqueles que interpretaram as teorias jurídicas, verdadeiras teorias do conhecimento, considerados por Reale em suas análises), somados a Teoria dos objetos, pela qual se busca o valor das coisas retomados por Scheler e Hartmann que reabilitaram Dilthey, juntamente com a visão de liberdade fora do plano da história e da polaridade entre o eu e o mundo na pena de Hegel, marcam do ponto de vista jurídico (o Direito é produto do espírito), as reflexões de Reale. Não é fácil apontar os teóricos que o jurista mais teve influência sem apontar em que tópico este se refere. Inicialmente apontemos que Reale combateu as interpretações jurídicas do positivismo jurídico reinante no ocidente e que ainda marca nossa forma de pensar. A influência de kant é decisiva para um autor que não desacredita o escritor que rechaça, o reelabora, assim se dá com relação ao filósofo alemão. Uma vez que para Kant a história (o direito é histórico, mas não se esgota nele), estar no plano da razão pura, o Direito mantinha-se preso as categorias puras do intelecto. Sempre a relação transcendental estará presente na mente de Reale, acontece que esta chega a ser ainda mais complexa, tornando uma *ontognoseologia*. Se somos levados a pensar que em Kant a participação do sujeito é de fundamental importância, o que dizer se se considera as razões de existência desse próprio homem!? Reale invade o mundo do Eu, sem perder a materialidade, as condições históricas, não sem razão que em sua *Filosofia do Direito* afirma que pretende aplicar as condições transcendentais no terreno da história, dando ao Direito a natureza concreta, de experiência.

Entendendo as categorias puras do pensamento, Reale salientava que Kant não colocou o Direito no plano histórico, fora Hume que se certificara da importância da história, nos cabendo lembrar da importância de Vico. O início dos estudos sobre a visão tridimensional como descreve Reale datam de 1940, quando era um jovem levado pela irrequieta paixão da pesquisa. Em sua *Teoria Tridimensional do Direito*, contextualiza as interpretações jurídicas, estas se davam sob uma dialética que aos olhos do jurista impedia uma visão culturalista do Direito. Nem Kant com sua visão histórica nas categorias puras do pensamento, nem Hegel com sua tentativa de síntese do eu com o mundo (daí a despersonalização sob os conceitos de raça, classe, etc), a partir de sua dialética,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como também Marx, que explicava a atividade ideológica a partir do modo de produção, davam conta da experiência jurídica priorizando suas condições de existência. As normas carregavam primeiramente a força do espírito, esse espírito não é o espírito de Hegel que o torna absoluto, mas é da mesma natureza: é o homem o *valor- fonte* do Direito, o homem segundo Reale é o ser fazedor de seu mundo, que mesmo sendo limitado faz a história, "se o valor da pessoa humana condiciona a experiência estimativa do homem, o quer dizer a sua história, é claro que é nos ciclos culturais que se desenvolvem os esforços de realização do humano, de maneira que em torno do fulcro central vão se ordenando constelações axiológicas distintas, múltiplas expressões do Espírito no processo de seu desvelar-se" (REALE, 1994, p.141)

Ser finito, o homem enfrenta o drama de sua própria tragicidade, uma vez que não é na história que concretiza seus anseios, mas no futuro, naquilo que *pode ser*. Diz Reale que o problema do homem não é sentir a história presente, sua preocupação é com o futuro. O futuro é que marca a importância do homem em sua liberdade, liberdade essa que de forma dramática dar sentido à sua conduta, não de maneira desorganizada, mas elaborada a partir das necessidades dos valores de cada época, considerando as relações humanas e as vontades de cada sujeito. Acontece que os seres, sujeitos históricos, não podem fazer aquilo que desejam, porque se assim fosse, se viveria uma anarquia, o lado mais irracional do homem; aqui estar o anteparo da liberdade, no qual, os intérpretes de Reale veem um ranço de totalitarismo. Um dos principais argumentos de Reale é que o homem é o único ser que é simultaneamente *ser* e *dever ser*, é o único ser que não se concretiza na história, não é estudando a história que se entende a concretude deste, pois o homem transcende o plano da história.

Se não chamamos atenção para a visão de que o homem é sujeito que não se apreende em sua totalidade no plano da história, e, por conseguinte, no plano do direito, a postura de Reale fica comprometida. A norma não é estanque, não é um mero preceito lógico emanada de suas fontes, com seus modelos jurídicos! Direito para Reale existe nas relações sem Estado, existe o *Direito pré-categorial* que se transforma em *Direito objetivo*. Embora exista *graus de positividade*, esse *direito pré-categorial* não se transforma como no pensamento evolutivo nos moldes do pensamento naturalista de Lévi-Strauss. A crítica a visão evolutiva se dá porque a priori já se sabe qual será o resultado, o elemento final, e o Direito não é uma ciência que possui como método o método das ciências naturais. Reale chama atenção para o uso específico do método a ser aplicado no Direito, por isso que sua concepção tridimensional é um processo, não se trata de um enfoque, tão pouco de uma simples justaposição dos fatos, valores e normas, mas sim, da implicação, da *dialética complementar* desses três elementos. Os valores culturais, não ideais nos moldes de Husserl, eram de fundamental importância na Teoria Tridimensional de Reale, "Do vivo contraste entre jusnaturalistas, empenhados na fundamentação transcedente dos valores jurídicos, e positivistas, afirmadores da imanência daqueles valores na experiência histórica, resultou a posição dos dois citados mestres da Escola sud-ocidental alemã, cuja solução, em última análise, se caracteriza pela interposição de um terceiro elemento, de ligação, entre realidade e idealidade, substrato empírico e valor: o domínio da cultura, a que correspondem os juízos referidos a valores" (REALE, 1961, p.67)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Um determinado fato nunca é puro, jamais é um fato bruto, pois o homem vê um objeto colocando sempre elementos de sua cultura. Os organizadores do *Manual de Antropologia Jurídica*, Olney Queiroz Assis e Vitor Frederico Kumpel, afirmam que "Miguel Reale (1999), por exemplo, entende que o direito é fruto da experiência e localiza-se no mundo da cultura, portanto, o direito possui uma dimensão valorativa que não pode ser desprezada. Fato, valor e norma são, segundo ele, os elementos constitutivos da experiência jurídica. Esses elementos sempre se implicam e se estruturam numa conexão necessária e constituem, assim, uma tridimensionalidade que pode ser estática, dinâmica ou de integração" (ASSIS & KUMPEL, 2011, p. 421)

A história peculiar de cada povo, o grau de desenvolvimento de cada cultura dá a tônica daquilo que é valorado. O *normativismo jurídico* que interpreta as normas jurídicas (*dogmática jurídica*), momento maior da ciência jurídica é rechaçado por Reale, pois os fatores culturais, as particularidades do 'Eu' demarcam essa experiência jurídica. Não é de estranhar vermos a presença de epistemólogos como Thomas Kuhn e Popper, de sociólogos como Weber e Dilthey, de antropólogos como Lévi-Strauss, Cassirer, e de filósofos como Max Sheler, Hartmann, Merleau-Ponty, Heidegger, Ortega y Gasset, e acima de tudo, Husserl, na vasta análise de Reale, na busca por uma interpretação culturalista do Direito, elaborando sua Teoria a partir das influências de vários pensadores, como por exemplo, da obra póstuma do autor de *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (1936), marcando seu pensamento com a certeza de que este possui uma intencionalidade, dando assim, caráter de objetividade analítica ao método aplicado ao Direito.

Na disciplina Filosofia do Direito, onde foi titular na Faculdade de Direito da USP, em suas *Lições Preliminares do Direito*, concluía que:

> a quarta missão da nossa disciplina consiste em localizar o Direito no mundo da cultura no universo do saber humano. Que relações prendem o Direito à Economia? Que laços existem entre o fenômeno jurídico e o fenômeno artístico? Que relações existiram e ainda existem entre o Direito e a Religião? Quais os influxos e influências que a técnica e as ciências físico-matemáticas exercem sobre os fatos jurídicos? É preciso que cada qual conheça o seu mundo, o que é uma forma de conhecer-se a si mesmo" (REALE, 2002, p. 23)

Podemos sem sobressaltos afirmar que Reale propõe uma antropologia jurídica por colocar o homem, provido de seu bem maior, que é a sua liberdade, no centro da experiência jurídica. Que não se pense que em função das influências filosóficas sofridas desacredite do caráter de objetividade do Direito. As leituras de Reale fizeram com que o jurista esticasse os *modelos jurídicos*, as normas que antes caracterizavam o Direito, estática e desconsiderando as transformações sociais, e o amplo quadro da cultura, agora tornavam-se indispensáveis na polarização com os fatos e as normas, que eram os valores. Sem estes, o Direito continuava estático, positivista, à mercê de um mundo liberal que se reduziu ou se fechou numa racionalidade abstrata.

Em 1940, quando Reale presta concurso para a cátedra de Filosofia do Direito, inicia suas análises sobre a importância dos valores na confecção das normas. Podemos falar de outro modo, a *experiência jurídica* se dava com a implicação de fatos e normas tendo em vista os valores de uma dada sociedade. Sendo tarefa espinhosa e fora de nossos propósitos, cercamos a importância dos valores (*invariantes axiológicas*), para que se possa compreender o ponto de inflexão de Reale para com o *normativismo jurídico* ou outras formas de interpretação do direito que veio a contestar.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ciência de conduta, que busca meios para o alcance do justo, o espírito está presente no Direito, esse espírito não se materializa de todo, pois como já dito trata-se de uma criação deste e que está presente em outras áreas, como a arte, a escultura, a pintura, a história, a sociologia, etc.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

_____Totalitarismo e Revolução – O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ASSIS, Olney Queiroz & KUMPEL, Vitor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. (Digitado)

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, 2013.

COSTA FILHO, Cícero João da. A defesa das liberdades individuais no pensamento político-jurídico de Miguel Reale. (Org) CAZETTA, Felipe. In: Direitas ontem e hoje. Rio de Janeiro: Eulim, 2021.

____Ainda se fala em raça: debatendo os desdobramentos em torno do racismo moderno e atual. Rio de Janeiro, Convergência Crítica, NEPETES, nº 8, 2016.

____Integralismo e Teoria Política: Miguel Reale e sua análise sobre o Estado, Poder, Direito e Sociedade (1931-1960). São Paulo: FFLCH, Relatório de Pós-Doutorado, 2021.

CYTRYNOWICZ, Roney. Integralismo e Antissemitismo nos Textos de Gustavo Barroso na década de 30. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH, 1992.

CRUZ, Natália dos Reis. O integralismo e a questão racial. A intolerância como conflito. Tese de doutorado em História, Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2004.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: revisão e as estratégias da intolerância, 1987-2003. São Paulo: UNESP, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. Revista USP, São Paulo, nº.65, p.105-119, março/maio, 2005.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____A revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAIM, Antônio. A obra filosófica de Miguel Reale. (Org). PAIM, Antônio. In: **Miguel Reale:** Bibliografia e estudos críticos. Salvador: Centro de documentação do pensamento brasileiro, 1999.

REMOND, Rene. Introdução a história do nosso tempo: o século XX, de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1988.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Org). A construção social dos regimes autoritários.: Brasil e América Latina. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

STERNHELL, Zeev. Nascimento da ideologia fascista. Disponível em: https://passapalavra.info/2014/02/91656/. Acessado em 25/05/2020

Fontes

REALE, Miguel. Diretrizes do culturalismo. s/n

_____Filosofia do Direito. 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____ Fundamentos da concepção tridimensional do direito. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 56, n. 2, p. 66-87, 1961. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66372. Acesso em: 19 set. 2021.

_____Lições Preliminares do Direito. 27ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____Memórias: Destinos Cruzados. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1987. V.I

_____Obras Políticas: 1ª Fase - 1932-1937. Brasília: Editora UnB, 1983. V. I

_____Obras Políticas: 1ª Fase - 1932-1937. Brasília: Editora UnB, 1983. V.II

_____Obras Políticas: 1ª Fase - 1932-1937. Brasília: Editora UnB, 1983. V.III

_____O Direito como experiência: introdução à epistemologia jurídica. 2ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____Teoria do Direito e do Estado. 5. Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____Teoria tridimensional do direito. 5º. Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____Verdade e conjuntura. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O PARTIDO PANTERA NEGRA E A LUTA ANTICOLONIAL: TEORIA E PRÁTICA[1]

Edson Mendes Nunes Junior[2]
Luan Cardoso Ferreira[3]

Introdução

Na segunda metade do século XX, a fagulha da luta anticolonial se espalhou por diversas nações e povos do mundo. Em geral, este período é lembrado a partir dos movimentos de nacionalismo africano e asiático contra a colonização. Destacamos, no entanto, como uma organização política inicialmente voltada para a condição na qual vivia o povo negro buscava fazer parte desta mesma tradição de luta: o Partido Pantera Negra dos Estados Unidos (1966-1982).

Partindo desta referência, investigamos a leitura dos Panteras nas décadas de 60 e 70, segundo a qual a situação dos negros no país é análoga à de um povo colonizado, sendo sua luta, portanto, de caráter nacionalista contra o colonialismo interno – ao que era conferido um sentido antirracista e socialista. Nosso objetivo é discutir esta ideia e suas consequências práticas na construção teórica e vida política prática do partido, norteando-nos pela hipótese de que tal paradigma foi relevante para um aprofundamento de reflexões sobre a dominação racial e para o estabelecimento de laços internacionais por parte do grupo.

Metodologicamente, além de uma pesquisa bibliográfica, realizamos uma análise documental com consulta a autobiografias e edições do jornal oficial do partido, *The Black Panther*. Nosso objetivo foi investigar como a questão colonial era mencionada, quais eram as posições públicas dos Panteras sobre grupos voltados para luta anticolonial da época e quais foram suas relações com os mesmos.

A posição dos Panteras Negras no campo do anticolonialismo

Apesar de um conceito abrangente e com diversas utilizações e abordagens ao longo do tempo, o termo "anticolonialismo", segundo Chauvin (2015), denota, inicialmente, uma rejeição ao discurso de uma historiografia dominante, apresentada muitas vezes como única, que aponta a relação entre o *Novo Mundo* e o *Velho Mundo* como simplesmente positiva. De forma geral, movimentos, pessoas ou organizações que posicionam-se como anticolonialistas compreendem que o processo histórico da colonização, mesmo em ambientes onde oficialmente não existe mais, não foi por

[1] Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no 45º Encontro Anual da ANPOCS, no Brasil.
[2] Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. Bolsista CAPES. Mestre em Ciência Política (UNIRIO). Email: mendesjr.edson@gmail.com
[3] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IESP/UERJ. Mestre em Ciência Política (UFF). Email: ferreira.luancardoso@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

completo finalizado, derivando em consequências ainda perceptíveis para a atualidade. Diferentemente dos processos de descolonização, com o fim da administração colonial formal, ou do giro epistemológico ligado ao decolonial, a prática anticolonial associou-se, historicamente, aos movimentos de luta por libertação nacional e anti-imperialistas.

Para os fins deste trabalho, destacamos uma concepção específica que se insere neste campo amplo de reflexões, que chamaremos aqui de tradição socialista do anticolonialismo ou anticolonialismo socialista. Partindo de elaborações teóricas como as de Vladimir Lênin (2021 [1917]), Ho Chi Minh (1976 [1960]), Mao Tsé-Tung (1949 [1940]), Frantz Fanon (1968 [1961]) e Aimé Césaire (2010 [1950]) – por exemplo –, tal tradição coloca no centro do debate o papel do imperialismo (a hierarquia metrópole/colônia) no processo de acumulação capitalista, entendendo a organização e a luta revolucionária como processos fundamentais para a construção de uma sociedade emancipada.

É em diálogo exatamente com esta tradição que os Panteras buscaram se constituir politicamente. A proposta de conectar o Partido Pantera Negra dos Estados Unidos ao anticolonialismo socialista, então, significa, antes de tudo, resgatar a história de um grupo que já entendia a si mesmo como parte de tal campo. O que estudos mais recentes (BLOOM e MARTIN JR, 2016; SAMYN, 2018; FERREIRA, 2021) indicam é que tal consciência não era apenas imaginária, mas que ela foi construída como parte de uma prática coletiva para lidar com os desafios históricos experienciados no momento. Em síntese, pensar na política dos Panteras é, antes de tudo, pensar numa tentativa dos grupos subalternizados de buscarem formas de compreensão e concretização da sua própria luta por libertação.

Segundo os fundadores do partido, Bobby Seale (1990 [1970]) e Huey P. Newton (NEWTON e BLAKE, 2009 [1973]), sua ideia de construir uma organização política de base estruturada desde os guetos urbanos foi expressão do reconhecimento de que apenas uma revolução dirigida pelos grupos mais marginalizados da sociedade estadunidense (com destaque para o chamado "lumpemproletariado[4] negro") seria capaz de fornecer alguma possibilidade de emancipação social[5]. Tais ideias, no entanto, não surgiram espontaneamente do ciclo de reprodução capitalista. Nas palavras de Newton, em sua autobiografia:

[4] Samyn (2018) destaca que, enquanto Marx usa o termo para tratar de uma massa social indefinida e desarticulada de elementos potencialmente reacionários, grupos sociais improdutivos, paupérrimos e criminais, os Panteras o associavam a uma diversidade de sujeitos situados nos estratos econômicos mais baixos e marginalizados da sociedade em geral (como prostitutas, domésticas, trabalhadores não-industriais e o exército industrial de reserva), com destaque para habitantes dos guetos. Para o autor (*ibidem*), esta diferença conceitual pode ser melhor compreendida se entendermos por "lumpemproletariado" (na definição dos Panteras) uma espécie de "subproletariado". De acordo com Bloom e Martin Jr. (2016), o recurso ao termo também foi expressão da aproximação teórica à tradição socialista do anticolonialismo, já que, além de Mao Tsé-Tung falar da possibilidade de organização revolucionária do lúmpen, Fanon o concebeu como uma "das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado" (1968 [1961], p. 106).

[5] Na prática, a militância ligada ao partido era diversa, principalmente em razão da proximidade que eles conquistaram com outros grupos antirracistas (como o SNCC, o *Red Guard Party*, os *Young Lords* e os *Young Patriots*) e com segmentos da chamada *New Left* (movimentos estudantil, feminista e antiguerra, notavelmente). O grupo também é conhecido pelo pioneirismo na aproximação política com o então chamado movimento *gay* (BLOOM e MARTIN JR, 2016; SAMYN, 2018).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> A literatura dos povos oprimidos e suas lutas pela libertação em outros países é muito grande, e nos debruçamos sobre esses livros para ver como suas experiências nos ajudariam a entender nossa situação. Lemos o trabalho de Frantz Fanon, particularmente *Os Condenados da Terra*, os quatro volumes do Presidente Mao Tsé-Tung e a *Guerra de Guerrilha* de Che Guevara (NEWTON e BLAKE, 2009 [1973], p. 67, grifo dos autores).

Enfatizamos como a educação política, enquanto fator fundamental para o processo de conscientização, é um elemento de destaque não apenas para a teoria política revolucionária, mas nas próprias biografias de Newton e Seale. São constantes as indicações dos Panteras de que seu estudo da obra de pensadores revolucionários – como Robert F. Williams, Malcolm X, W. E. B. Du Bois, etc. (além dos já citados Fanon, Guevara e Mao) –, tanto antes quanto durante a construção do partido, foi crucial para a formação de si enquanto militantes. Nesse sentido, é oportuno reproduzirmos outra passagem de Newton:

> Foram meus estudos e leituras na faculdade que me levaram a ser socialista. [...] Quando apresentava minhas soluções para os problemas dos negros, ou quando expressava minha filosofia, as pessoas diziam: "Bem, isso não é socialismo?" Alguns deles estavam usando o rótulo socialista para me rebaixar, mas achei que, se isso era socialismo, então o socialismo deve ser uma visão correta. Então eu li mais trabalhos dos socialistas e comecei a ver uma forte semelhança entre minhas crenças e as deles. Minha conversão estava completa quando li os quatro volumes de Mao Tsé-Tung para aprender mais sobre a Revolução Chinesa. Foi a minha vida mais leituras independentes que me fizeram socialista – nada mais" (NEWTON e BLAKE, 2009 [1973], p. 47, grifo nosso).

De uma maneira geral, entendemos que as condições concretas vivenciadas pelo povo negro – marcados por violência intensa, pobreza, exclusão política e falta de condições básicas de vida (saúde, higiene, habitação, alimentação, segurança) – levaram os Panteras a buscarem referências alternativas para pensar em possibilidades de realização do poder popular ("*Power to the people!*"). Sua aproximação à tradição socialista do anticolonialismo, então, diz respeito a uma tentativa de lidar com a própria situação histórica vivida, desde um paradigma radicalmente crítico a pilares da democracia liberal estadunidense.

A seguir, discutiremos concepções teóricas construídas pelos Panteras Negras neste campo, representativos de como eles visualizaram sua própria inserção no referido campo de pensamento. Então, apresentaremos alguns exemplos concretos de como práticas do partido estavam relacionadas a tais concepções.

Teoria anticolonial: o movimento negro estadunidense como movimento de luta anticolonial

A conexão teórica com o anticolonialismo num sentido socialista, proposta pelo Partido Pantera Negra em sua construção política, não significou apenas uma adesão descontextualizada a princípios filosóficos e tentativas mecânicas de implementar os mesmos na sua realidade. Pelo contrário: a prática social e o intenso estudo dos militantes foi acompanhado de uma preocupação em elaborar um pensamento original, condizente com a situação estadunidense. Veremos, a seguir, alguns dos pilares de seus argumentos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Destacamos cinco artigos publicados no jornal oficial *The Black Panther*[6], que foram escritos por Huey P. Newton num momento que o partido (em construção) buscava se articular politicamente – após aprovação da Lei Mulford na Califórnia em 1967, que proibia o porte de armas carregadas e dificultava a prática das patrulhas armadas, principal tática do grupo até então (BLOOM e MARTIN JR, 2016). Tais escritos proporcionaram as bases teóricas para uma reconcepção dos Panteras sobre si mesmos, que passaram a ver seu partido como a organização que deveria ocupar o lugar de vanguarda revolucionária nos Estados Unidos[7] – motivo pelo qual muitos dos seus argumentos foram mobilizados ao longo de diferentes artigos publicados no *The Black Panther* (*ibidem*). De nossa parte, compreendemos tais textos como importantes também em razão da presença de uma referência teórica anticolonial para analisar a situação das comunidades negras nacionais – o que apresentaremos a seguir.

No texto "Definição funcional de política"[8], Newton propõe uma análise geral da situação do negro nos Estados Unidos. O autor entende que o período da Reconstrução Negra[9], apesar de ter garantido a entrada de negros à arena política, não permitiu aos mesmos conquistarem efetivamente algum poder para representarem e atenderem verdadeiramente suas demandas. De acordo com Newton, seriam três as fontes de poder na arena política – poder econômico, poder militar e poder territorial –, e o período da Reconstrução não teria garantido nenhum destes. Então, em razão da falta de poder territorial e de poder econômico – pois os negros não eram donos de terras, indústrias ou dos "meios de produção" –, restaria a eles a opção de buscarem se organizar coletivamente para construírem um poder bélico: apenas o "poder de autodefesa" seria capaz de introduzir a representação negra na política de maneira efetiva, servindo de base à sua realização. Tal poder seria importante em razão do seu potencial de "destruição econômica", já que a supremacia branca é defendido não apenas por "razões racistas" mas também por ser "economicamente lucrativo".

Diante da impossibilidade do capitalismo estadunidense em fornecer condições adequadas à vida da sua população, o poder militar é defendido como alternativa capaz de garantir a conquista coletiva tanto do poder territorial quanto do econômico. "O povo negro deve controlar o destino da sua comunidade", diz Newton[10], refletindo sobre o que podemos chamar de necessidade de autodeterminação do povo negro. No entanto, o que entra diretamente em conflito com essa busca, segundo o autor, consiste no "departamento de polícia", este "exército de ocupação" que "brutaliza" e "oprime" as comunidades em razão dos "interesses egoístas do poder imperialista".

---

[6] Functional definition of politics, Fear and Doubt (*The Black Panther*, v. 1, n. 2, 15/05/1967), In defense of self-defense (The Black Panther, v. 1, n. 3, 20/06/1967 e v. 1, n. 4, 03/07/1967) e The correct handling of a revolution (The Black Panther, v. 1, n. 5, 20/07/1967).

[7] Objetivo que os motivou a ampliar em dezenas o número de sedes partidárias pelo país, popularizando-se dentre diversas camadas sociais (BLOOM e MARTIN JR., 2016).

[8] Functional definition of politics. *The Black Panther*, v. 1, n. 2, 15/05/1967.

[9] Em sua análise acerca do período da Reconstrução estadunidense, após a Guerra Civil Americana e a dissolução dos Estados Confederados da América, W.E.B Du Bois (1935) apresenta uma crítica acerca da visão comum sobre o tema de sua época, que compreendia o período como falha nos governos do Sul – com crises econômicas, sociais e políticas – por culpa dos afro-americanos. Du Bois, resgatando greves e protestos por parte de escravos desde antes da Guerra Civil, defende que os negros desempenharam um papel fundamental na tentativa de construção de uma democracia dos trabalhadores – a chamada "Reconstrução Negra" (*ibidem*).

[10] Functional definition of politics. *The Black Panther*, v. 1, n. 2, 15/05/1967

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nos termos de Newton: "Há uma grande semelhança entre o exército de ocupação do Sudeste Asiático e a ocupação das nossas comunidades pela polícia racista".

Então, no texto "Medo e Incerteza"[11], Newton discorre sobre a subjetividade do homem negro e pobre dentro de tal contexto, numa reflexão a respeito do sentimento de inferioridade que é gerado a partir das privações e opressões concretas vivenciadas cotidianamente. A sociedade o trata "como uma coisa, um animal, uma não-entidade, algo a ser ignorado ou pisado", "não o reconhecendo como homem", cultivando uma ideia do negro como inerentemente pobre, burro e incapaz, de maneira que a incerteza sobre si mesmo é tornada hábito e, então, naturalizada. "Seu desenvolvimento psicossocial foi prematuramente encarcerado", diz Newton ao falar da subjetividade do ser negro. De acordo com Bloom e Martin Jr. (2016), é possível ver neste artigo uma forte inspiração das reflexões fanonianas a respeito da personalidade colonizada – tal como discutida em *Os Condenados da Terra* (FANON, 1968 [1961]) –, agora aplicada aos habitantes das comunidades negras dos Estados Unidos.

Já no primeiro texto de sua coluna "Em defesa da autodefesa"[12], Newton discorre sobre como leis e regras de convívio social devem sempre servir ao povo. A instituição de um conjunto legal que seja oposto aos interesses populares, por outro lado, é capaz de gerar uma revolta social armada, em razão da busca por liberdade de dispor sobre as próprias leis. Este teria sido o caso das Treze Colônias, à época da Revolução Americana; tal luta, no entanto, foi feita em favor dos brancos e de seus interesses, enquanto foi negado aos negros a possibilidade de conquista da própria liberdade. Para estes últimos, foi criado um "sistema opressivo" de dominação – estruturado tanto por uma "sociedade de classes" quanto por um "sistema de castas" –, que historicamente vêm servindo de "óleo" para a "maquinaria" imperialista que "escraviza o mundo". Nas palavras de Newton: "O sangue, suor, lágrimas e sofrimento do povo negro são a base da riqueza e do poder dos EUA".

A condição dos negros, neste contexto, é a de viverem como sujeitos "encurralados em guetos", "cercados por fábricas" (além de outros componentes do "sistema econômico") e "relegados à posição de espectador" da própria realidade social. "Nós fomos transformados nos 'condenados da terra'", diz Newton[13], recorrendo ao célebre conceito proposto por Fanon (1968 [1961]). No entanto, o que se esconde desta condição é justamente que "os escravos sempre superaram numericamente os proprietários de escravos", de maneira que a questão do poder negro deve ser encarada em termos de "organização", "união" e resistência à "submissão".

O "armamento militar" e o aprendizado de "técnicas de guerrilha" nas comunidades negras para sua "autodefesa", então, são defendidos como "métodos" necessários para se avançar no processo de conquista do poder popular nos Estados Unidos. Afinal – entende Newton[14] –, manter domínio sobre "30 milhões de negros" em comunidades sem garantir-lhes condições para a sobrevivência significa dizer que "o povo negro é mantido capturado em meio aos seus opressores", e, nesta situação, o "poder da arma" serviria como "instrumento básico de

[11] Fear and Doubt, *The Black Panther*, v. 1, n. 2, 15/05/1967.
[12] In defense of self-defense. *The Black Panther*, v. 1, n. 3, 20/06/1967.
[13] *ibidem.*
[14] *ibidem.*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

libertação" – tese que o autor defende e, em seguida, reproduz uma passagem do líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung[15]. Posteriormente, em sua autobiografia, Newton voltará a mencionar lideranças revolucionárias anticoloniais para falar sobre o papel político das armas:

> Mao, Fanon e Guevara viram claramente que as pessoas haviam sido despojadas de seu direito de nascença e dignidade, não por qualquer filosofia ou meras palavras, mas à mão armada. Elas sofreram ataques de gangsters e estupros; para elas, a única maneira de conquistar a liberdade era enfrentar força com força. No fundo, esta é uma forma de autodefesa (NEWTON e BLAKE, 2009 [1973], p. 67).

Já no segundo texto publicado na coluna "Em defesa da autodefesa"[16], Newton se dedica a refletir especificamente sobre os métodos políticos utilizados pela "colônia negra da Afro-América". Em oposição a táticas de "não-violência", o autor – recorrendo aos termos popularizados por Malcolm X – defende a importância de se usarem "todos os meios necessários" na luta de libertação, no que se inclui o armamento das comunidades negras para a resistência. Se a política de dominação econômica, militar e territorial é uma arma imperialista mobilizada para ocupar os espaços do povo, defende-se uma resposta revolucionária à altura.

Newton, então, dá continuidade ao debate sobre o método de luta mobilizado pela "colônia negra" no texto "O manejo correto de uma revolução"[17]. Nele, apresenta-se o "método da guerra de guerrilhas" como vantajoso para a ação política naquela situação, mas acrescenta que este só pode ser organizado sob a direção de um partido, sendo esta a forma política capaz de sustentar um programa coletivo para a resistência e a transformação estrutural dos pilares da sociedade. Como exemplos de "lutas revolucionárias vitoriosas das quais podemos aprender", Newton destaca as Revoluções Cubana, Chinesa, Russa, Queniana e Argelina, além da luta dos "Viet Cong" (a Frente Nacional de Libertação do Vietnã).

O ponto em comum de todos estes textos de Newton consiste no reconhecimento da condição dos negros estadunidenses como um povo colonizado pelo imperialismo, numa condição similar à de outros povos do mundo – os colocando num patamar comum de luta e geraria um sentimento de solidariedade. A prática colonial, assim como em Aimé Césaire (2010 [1950]), ultrapassa as relações formais de fronteira dos Estados, de forma que a barbárie legitimada nas colônias é também expressa na própria metrópole. Os Panteras, então, partem desta proposição para refletir sobre suas consequências sobre o movimento negro: enquanto nação colonizada, as comunidades negras deveriam resistir à ocupação e à dominação multidimensional de sua existência, politizando seu cotidiano a nível partidário para lutar organizadamente pela sua libertação, contra a incerteza sobre suas próprias capacidades. Segundo Bloom e Martin Jr. (2016), os Panteras tiveram um importante papel na popularização e no desenvolvimento de tal tese, que foi introduzida

[15] "Somos os defensores da abolição da guerra, não queremos guerra; mas a guerra só pode ser abolida por meio da guerra, e para se livrar da arma é necessário empunhar a arma" (*The Black Panther*, v. 1, n. 3, 20/06/1967).
[16] In defense of self-defense. *The Black Panther*, v. 1, n. 4, 03/07/1967.
[17] The correct handling of a revolution. *The Black Panther*, v. 1, n. 5, 20/07/1967.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

inicialmente pelo nacionalismo negro de Malcolm X e Robert F. Williams[18] – que viam os negros nos Estados Unidos como membros de uma mesma nação oprimida (a América Negra [*Black America*]) em busca de libertação revolucionária.

O argumento construído nos referidos escritos de Newton (que marcaram o período de reconcepção dos Panteras sobre si em 1967) forneceu bases de legitimação política para a luta de uma multiplicidade de grupos sociais (com destaque para as comunidades negras). Como estudado por Bloom e Martin Jr. (2016), Samyn (2018) e Ferreira (2021), tal elaboração – enquanto tentativa de responder efetivamente aos desafios sociais do momento – motivou um movimento de expansão nacional dos Panteras, no qual foram abertas sedes e núcleos partidários em dezenas de cidades e bairros estadunidenses. O impacto das citadas reflexões newtonianas dentre a militância Pantera pode ser visualizado ao longo de diversos artigos publicados no *The Black Panther*[19] – como estudaram, por mais de uma década, Bloom e Martin Jr. (2016).

Para finalizar, neste trabalho, a apresentação das contribuições teóricas dos Panteras sobre o anticolonialismo, destacamos ainda dois textos publicados posteriormente no *The Black Panther*. Em "Da Resistência à Libertação"[20], publicado no jornal em 1970, reconhecia-se a proximidade, e também as diferenças, entre a luta dos negros estadunidenses e as lutas anticoloniais que ocorriam ao redor do mundo. Diferente dos outros povos, a situação do negro era a do colonizado ocupando o mesmo território que o seu colonizador: não existia, portanto, um "território nacional onde o povo negro poderia desenvolver sua educação, indústria e agricultura". Por este motivo – isto é, sem uma base geográfica própria – os negros se encontrariam numa situação de mais "interdependência" com os brancos "do que qualquer outra sociedade colonial". Assim, em razão desta diferença, aponta-se que a luta por libertação nacional do povo negro necessariamente inclui um processo de conscientização também dentre a militância da "esquerda branca" revolucionária. Então, em janeiro de 1971, foi publicada no *The Black Panther* uma entrevista concedida por Newton uma semana após sua soltura da prisão – sob o título "Repressão gera Resistência"[21]. Enquanto declarava que o programa dos Panteras tinha por objetivo a luta armada em direção à construção coletiva da "ditadura do proletariado" nos Estados Unidos, Newton apontou que, sendo o imperialismo estadunidense um "inimigo internacional", apenas uma "estratégia internacional" (a "unidade de todos os povos que são explorados") seria capaz de derrubar a

[18] O Partido Comunista dos Estados Unidos, partindo da linha leninista do programa da Internacional Comunista a respeito das questões nacional e colonial (apresentada em seu Sexto Congresso, de 1929), já havia introduzido tal ideia no movimento negro anteriormente. Nas palavras de Harry Haywood, importante liderança negra do partido: "A questão dos negros nos Estados Unidos deve ser considerada como parte do problema nacional e colonial" o que, em outras palavras, significa que ela "é parte do problema geral mundial de liberdade dos povos oprimidos e dependentes em relação às algemas do imperialismo" (1933). Entretanto, enquanto o PC enfatizava a existência deste aspecto colonial no Sul do país, Robert F. Williams e Malcolm X agrupavam também os guetos do Norte sob esta categoria (SCARMELOTO, 2018) – linha desenvolvida pelos Panteras.

[19] Destacamos a existência de outros artigos que trouxeram desenvolvimentos às teses de Newton, e que também resgataram reflexões do anticolonialismo e as aplicaram ao contexto estadunidense. Por exemplo: a ideia do "fascismo" como uma junção entre racismo e capitalismo (uma divisão racial da classe trabalhadora com fins de seu enfraquecimento político, de legitimação da exploração dos colonizados e de fortalecimento do capital). Ver, nesse sentido, "Fascist/Capitalist Contradictions" (*The Black Panther*, v. 3, n. 8, 14/06/1969) e "Can Capitalism Exist Without Racism?" (*The Black Panther*, v. 3, n. 29, 15/11/1969).

[20] From Resistance to Liberation. *The Black Panther,* 20/06/1970, v. 4, n. 29, p. 17-18.

[21] Repression breeds Resistance: Huey P. Newton talks to Sechaba. *The Black Panther*, v. 4, n. 29, 16/01/1971.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"burguesia internacional" imperialista. É por este motivo que se fazia necessária uma construção política que articulasse o nível nacional ao global, fortalecendo movimentos anticoloniais e comunistas ao redor do mundo como um todo.

É também por este motivo que, em outro momento da entrevista, Newton destaca as políticas revolucionárias de Fidel Castro, Che Guevara, Ho Chi Minh, Mao Tsé-Tung e de diversos grupos de guerrilha (em Moçambique, Angola, Palestina, África do Sul e Brasil) como sendo as maiores inspirações para o Partido Pantera Negra. Nesse sentido, merece destaque que a própria capa da edição do *The Black Panther* na qual se encontra o texto (v. 4, n. 29, 16/01/1971) é dedicada à memória de revolucionários assassinados pelo mundo – como Malcolm X, Che Guevara, Patrice Lumumba e Carlos Marighella[22].

Prática anticolonial: as alianças internacionais dos Panteras

Em relação a apoios públicos, foram diversas, ao longo da história do Partido Pantera Negra, as menções elogiosas feitas no *The Black Panther* em defesa de lutas anticoloniais organizadas em outras nações – como já destacado. Agora, apresentaremos outras formas nas quais podemos ver os diferentes contatos estabelecidos entre o partido e tais experiências políticas ao redor do globo.

Inicialmente, é curioso notar como o próprio ponto de partida dos líderes Panteras já foi marcado pela associação e o apoio à luta anticolonial. Huey P. Newton e Bobby Seale, os dois fundadores do partido, se conheceram na Universidade de Merritt, em Oakland (Califórnia), onde participaram juntos de um comício (em 1962) contra o bloqueio econômico dos EUA a Cuba (NEWTON e BLAKE, 2009 [1973]). Por esse motivo, a dignidade dos povos oprimidos parece ter existido como uma prioridade desde os primórdios políticos de Newton e Seale – numa abordagem que contemplava a própria luta por autodefesa e organização coletiva como uma luta por reconhecimento (em especial, das comunidades negras).

Então, com a construção do partido, a prática dos Panteras se relacionava de diferentes maneiras à solidariedade com povos ao redor do mundo, engajados no fortalecimento de laços internacionais nas lutas anticoloniais. Nesse sentido, listamos abaixo momentos importantes que exemplificam essa posição, destacando relações estabelecidas pelos Panteras com países específicos.

Como visto, Cuba foi objeto de atenção dos líderes do partido mesmo antes da formação do mesmo, através dos protestos contra o bloqueio econômico estadunidense. Além da Revolução Cubana e de suas lideranças terem sido elogiadas constantemente ao longo da história do partido (por meio de seu jornal), o pequeno país ao sul da Flórida – que representou um impulso revolucionário e anticolonial em um território bastante próximo dos Estados Unidos – também serviu de refúgio para alguns Panteras que se exilaram para evitar perseguições policiais e ameaças de prisão advindas do governo. Este foi o caso de Eldridge Cleaver – em 1968, após ter sido acusado de participar, com outros militantes, num tiroteio armado contra a polícia de Oakland –

[22] A experiência de guerrilhas no Brasil é destacada por Newton (e outros militantes) como inspiradora em razão de ter ocorrido no meio urbano. Não é sem motivo, portanto, a presença de um texto dedicado à memória de Marighella nesta mesma edição do jornal ("Organizing Self-Defense Groups". *The Black Panther*, v. 4, n. 29, 16/01/1971).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

e do próprio Huey P. Newton – em 1974, após ter sido acusado de assassinar policiais e de ter se recusado a pagar a fiança relativa ao suposto crime (BLOOM e MARTIN JR., 2016).

É também relevante a relação estabelecida por George Murray, então Ministro da Educação do Partido Pantera Negra, que, em agosto de 1968, viajou para Cuba como representante dos Panteras na conferência da Organização de Solidariedade com o Povo da Ásia, África e América Latina, a OSPAAAL (BLOOM e MARTIN JR., 2016). O encontro foi uma oportunidade para a promoção internacional da campanha "Libertem Huey! [Free Huey!]", que vinha sendo organizada em diversas frentes contra a prisão do líder Pantera (*ibidem*). Nesse sentido, destacamos a nota emitida pelo "Secretariado Executivo" da OSPAAAL em Havana, em 1 de agosto de 1968, na qual se solidarizam à campanha pela libertação de Huey P. Newton e elogiam as lutas pelo *Black Power* nos Estados Unidos – mensagem que foi reproduzida no jornal oficial dos Panteras Negras[23].

Em 1969, uma delegação dos Panteras, sob liderança de Eldridge Cleaver, foi convidada pelo governo da Argélia a participar no Primeiro Festival Cultural Pan-Africano (*First Pan-African Cultural Festival*/PANAF) do país – o que foi divulgado no próprio jornal do partido[24]. No evento – que ajudou o grupo a construir diversas relações internacionais, por meio de encontros e diálogos com embaixadores e outros representantes políticos (de nações africanas, principalmente) –, os Panteras foram creditados pelo governo argelino como um dos doze grupos revolucionários cuja luta pela conquista do poder em seus respectivos países deveria ser apoiada – ao lado de outros movimentos de libertação de Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Palestina, Brasil, Rodésia, África do Sul e Namíbia (BLOOM e MARTIN JR., 2016).

Então, em 1970, com a adesão, por parte do governo argelino, de uma política de maior enfrentamento anti-imperialista, foram concedidos ao Partido Pantera Negra uma série de reconhecimentos diplomáticos. Por exemplo, após o rompimento de relações com os Estados Unidos, os Panteras receberam um novo status formal, passando a ser reconhecidos como as únicas autoridades "americanas" legítimas no país (BLOOM e MARTIN JR., 2016). Além disso, o partido recebeu documentos próprios, vistos nacionais e, como presente, um prédio de embaixada para servir de sede à sua Seção Internacional[25] (*ibidem*).

De uma forma geral, 1970 foi um ano relevante para os Panteras internacionalmente, pois foi quando se estreitaram muitos laços entre o partido e outras nações e grupos políticos. Para além da aproximação com a Argélia, neste ano ocorreu uma grande viagem em três países da Ásia, com uma delegação composta por Panteras e outros militantes estadunidenses: Eldridge Cleaver e Elaine Brown (do Partido Pantera Negra), Robert Scherr e Jan Austin (da revista *Ramparts*), Regina Blumenfeld e Randy Rappaport (do *Women's Liberation Movement*), Alex Hing (da *Red Guard*), Ann Froines (do Comitê de Defesa dos Panteras de New Haven), Patricia Sumi (do *Movement for a*

[23] African, Asian and Latin-American Solidarity Groups Appeals to OSPAAAL on Black American Revolution. *The Black Panther*, v. 2, n. 5, 07/09/1968.

[24] The Moon Landing as Eldridge Sees It. *The Black Panther*, v. 3, n. 14, 02/08/1969.

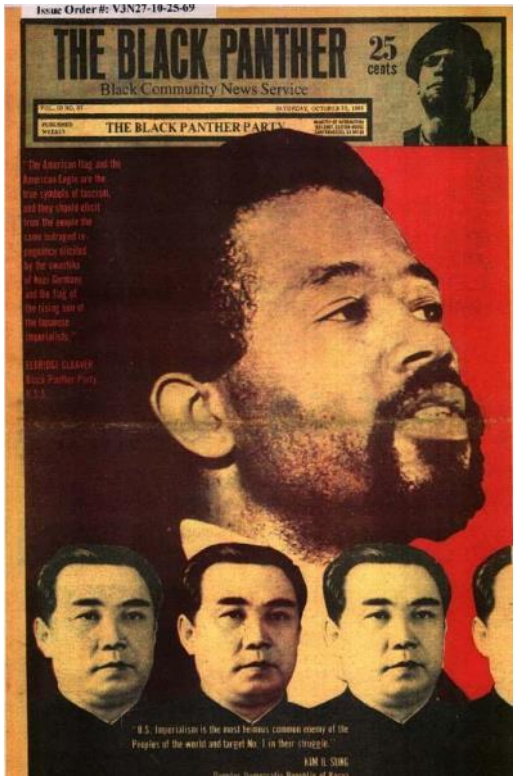
[25] A Seção Internacional do Partido Pantera Negra, criada no período em que Eldridge Cleaver esteve no exílio, foi importante, por exemplo, na criação de comitês de solidariedade a Huey P. Newton – em países como Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França e Alemanha Ocidental – e no fortalecimento de redes de apoio ao partido – cultivando laços com grupos cubanos, palestinos, africanos e asiáticos (CARPINI, 2000).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Democratic Military), Andy Truskier (do *Peace and Freedom Party*) e Janet Kranzberg (BLOOM e MARTIN JR., 2016).

O primeiro dos destinos foi a Coréia do Norte – onde foram recebidos pelo então vice-presidente do Presidium da Assembleia Popular Suprema (Kang Ryang Uk), conheceram o país e fizeram reuniões com autoridades locais para discutirem técnicas de luta. Os Panteras – em especial, Eldridge Cleaver, como vemos nas dezenas de textos que ele dedicou ao país (sobre questões de cultura, política e economia) no jornal do partido entre 1969 e 1971 – se fascinaram com a revolução coreana, passando a se inspirar também na ideologia Juche e na maneira como os coreanos adaptaram o materialismo histórico ao seu contexto. Uma capa do *The Black Panther* de 1970 – Imagem 1 –, aproximava uma fala de Cleaver e Kim Il-Sung acerca do imperialismo estadunidense.

Imagem 1 - Capa do *The Black Panther* com Eldridge Cleaver e Kim Il-Sung



Fonte: *The Black Panther,* 25/10/1969, v. 3, n. 27, p. 1

A Coréia, por sua vez, também divulgou textos a respeito do BPP e do movimento negro revolucionário dos Estados Unidos em jornais oficiais, prestando solidariedade nesta luta e a reconhecendo como extremamente importância na busca por emancipação (BLOOM e MARTIN JR., 2016). O próprio Kim Il-Sung chegou a enviar um telegrama para o BPP, que, como vemos na Imagem 2, foi publicado no jornal do partido:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 2 - Telegrama de Kim Il-Sung publicado no jornal *The Black Panther*

Kim Il Sung on the Question of Firmly Establishing 'Juche' and Thoroughly Implementing the Mass Line

Kim Il Sung

CONT. ON PAGE 11

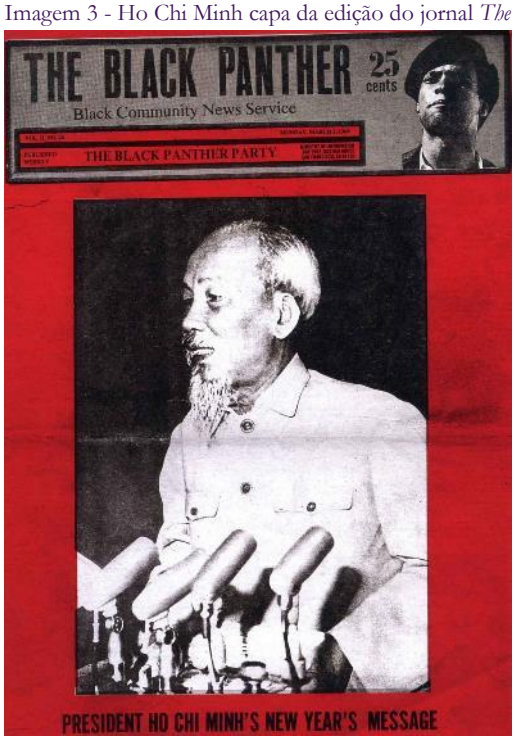
Fonte: *The Black Panther,* 24/01/1970, v. 4, n. 8, p. 9

Após a Coréia, os Panteras visitaram o Vietnã na qualidade de convidados de honra do governo, para participarem do "dia internacional de solidariedade com o povo negro dos Estados Unidos", em 18 de agosto de 1970 – tendo sido recebidos pelo então primeiro-ministro Pham Van Dong. Tal como os coreanos, os vietnamitas também apoiavam a luta anticolonial feita pelos Panteras em seu país, e chegaram a editar textos jornalísticos nesse sentido (BLOOM e MARTIN JR., 2016). Por outro lado, o partido também dava publicidade à luta no Vietnã e posicionava-se, junto de outros setores da esquerda estadunidense, contra a continuidade da Guerra do Vietnã. Newton, em entrevista publicada no *The Black Panther*[26], chegou a dizer que o partido ofereceu ao Exército de Libertação Nacional do Vietnã (e outros povos oprimidos, não citados) o envio de tropas dos Panteras. Ao longo da sua história, foram múltiplas as reproduções de textos e imagens a respeito da luta anticolonial do povo vietnamita. Destacamos a seguir, na Imagem 3, a capa de uma edição do jornal, dedicada ao líder revolucionário Ho Chi Minh:

[26] Repression breeds Resistance: Huey P. Newton talks to Sechaba. *The Black Panther*, v. 4, n. 29, 16/01/1971.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 3 - Ho Chi Minh capa da edição do jornal *The Black Panther*



Fonte: *The Black Panther*, 03/03/1969, v. 2, n. 24, p. 1

O último destino da viagem dos militantes pela Ásia em 1970 foi a China, um país no qual o governo financiou tours internos para os Panteras conhecerem cidades, fábricas e outras localidades (BLOOM e MARTIN JR., 2016). Então, no ano de 1971, houve uma nova visita: desta vez, Huey P. Newton (à época, não mais preso) fora recebido duas vezes pelo então primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai. De uma forma geral, a relação dos Panteras com a luta anticolonial do povo chinês sempre foi explícita, e o próprio "Livro Vermelho", que reúne trechos de discursos, textos e falas do líder revolucionário Mao Tse-Tung, circulava com frequência nas fileiras partidárias, além de sua leitura ter sido bastante endossada pelos Panteras. Por este motivo, era comum que mensagens e textos de Mao circulassem no jornal *The Black Panther*, como exposto na Imagem 4. Geralmente, elas eram apresentadas em uma seção do jornal dedicada aos assuntos internacionais, conforme visto na Imagem 5:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 4 – Declaração de Mao Tse-Tung publicada no *The Black Panther*

INTERNATIONAL NEWS

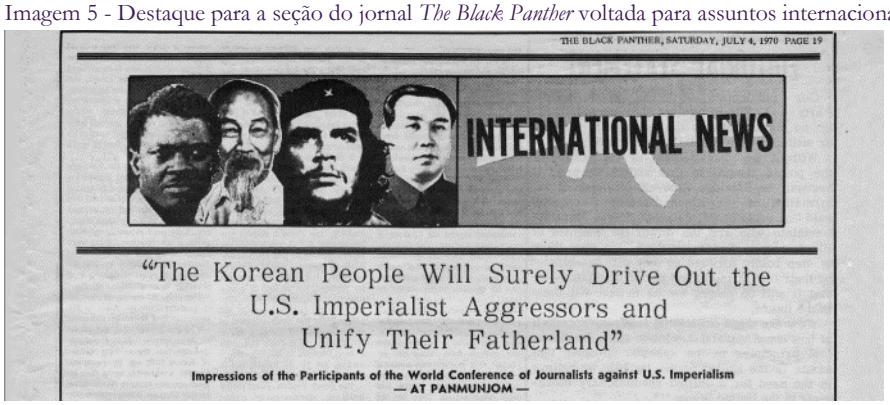
CHAIRMAN MAO'S STATEMENT

PEOPLES OF THE WORLD UNITED TO DESTROY THE AMERICAN AGGRESSORS AND THEIR LACKEYS

ON CHAIRMAN MAO TSE TUNG'S DECLARATION OF 20 MAY, 1970

Fonte: *The Black Panther*, 20/06/1970, v. 4, n. 29, p. 16

Imagem 5 - Destaque para a seção do jornal *The Black Panther* voltada para assuntos internacionais



THE BLACK PANTHER, SATURDAY, JULY 4, 1970 PAGE 19

INTERNATIONAL NEWS

"The Korean People Will Surely Drive Out the U.S. Imperialist Aggressors and Unify Their Fatherland"

Impressions of the Participants of the World Conference of Journalists against U.S. Imperialism — AT PANMUNJOM —

Fonte: *The Black Panther,* 04/07/1970, v. 5, n. 1, p. 19

Conclusões

Entendemos a elaboração teórica dos Panteras Negras como contribuição enriquecedora para as teorias anticoloniais, principalmente porque sua leitura nos permite pensar numa compreensão dialética sobre um colonialismo existente no próprio seio de nações centrais do capitalismo mundial (e não apenas nas periferias). Ver comunidades negras como uma nação colonizada

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

internamente pelo próprio país é uma chave de leitura que abre portas para novas interpretações sobre a situação do povo negro e suas possibilidades de resistência coletiva (ontem e hoje).
Para além desta potente contribuição teórica, também reconhecemos na história dos Panteras um engajamento prático em ações que visavam cultivar laços internacionalistas de solidariedade e amizade com outros povos subalternizados pelo mundo (principalmente Vietnã, China, Cuba, Argélia e Coréia). Tais atividades consistiram em: apoio público mútuo, trocas de cartas entre lideranças, viagens formais e reuniões em diferentes países, abertura de núcleos internacionais de apoio aos Panteras, etc.
A breve listagem acerca das relações que o Panteras buscavam manter com as lutas anticoloniais nos outros países, para além de uma representação de solidariedade, ocorre, como vimos, aproximando a própria luta das comunidades negras com a de povos subalternizados ao redor do mundo. A experiência do Partido Pantera Negra, portanto, nos permite compreender como a luta anticolonial pode se expressar mesmo no grande país representante do capitalismo mundial.

Referências Bibliográficas

BLOOM, Joshua; MARTIN JR, Waldo E. *Black Against Empire: the history and politics of the Black Panther Party*. California: University of California Press, 2016.

CARPINI, Michael X. Delli. Black Panther Party: 1966-1982. In: NESS, I.; CIMENT, J. (org.). *The encyclopedia of third parties in America*. Armonk: Sharpe Reference, 2000. p. 190-197.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010 [1950].

CHAUVIN, Jean Pierre. Anticolonialismo. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 03, p. 49-55, 2015.

DU BOIS, W. E. B, *Black Reconstruction*: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880. New York: Harcourt, Brace and Company, 1935.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961].

FERREIRA, Luan Cardoso. *O que pode o partido aprender com a psicanálise?: Autoridade evanescente, emancipação e o caso dos Panteras Negras*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 215 p., 2021

HAYWOOD, Harry. The Struggle for the Leninist Position on the Negro Question in the United States. *The Communist*, set. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/haywood/1933/09/x01.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021 [1917].

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MINH, Ho Chi. Trinta Anos de Luta do Partido. In: *Escritos II (1954-1969)*. Porto: Edições Maria da Fonte, 1976 [1960], p. 51-68. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1960/mes/partido.htm>.

NEWTON, Huey P.; BLAKE, J. Herman. *Revolutionary Suicide*. Londres: Penguin Books, 2009 [1973].

SAMYN, Henrique Marques. *Por uma revolução antirracista: uma antologia de textos dos Panteras Negras (1968-1971)*. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2018.

SCARMELOTO, Klaus. Introdução. In: _____ Todo Poder ao Povo!: Artigos, discursos, documentos e textos do Partido dos Panteras Negras. 3. ed. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2018. p. 11-36.

SEALE, Bobby. *Seize the Time: The Story of the Black Panther Party and Huey P. Newton*. Baltimore: Black Classic Press, 1990 [1970]).

TSÉ-TUNG, Mao. A Nova Democracia na China. *Revista Mensal de Cultura Política*, n. 20, 1949 [1940]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS SOB CONTROLE: BASES IDEOLÓGICAS E A LEGISLAÇÃO CENSÓRIA QUE NORTEARAM A AÇÃO DA CENSURA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Emilla Grizende Garcia[1]

Introdução

Atualmente, no Brasil, como uma sombra do período ditatorial, a censura vem sendo projetada sob uma nova configuração no espaço público brasileiro. Legalmente extinta pela Constituição de 1988, práticas censórias vem sendo retomadas por meio de ecos ensurdecedores do autoritarismo, que ressoam no atual cenário político brasileiro. Sendo uma ferramenta imprescindível à manutenção dos governos autoritários, as práticas censórias visam estabelecer o controle e o silenciamento das formas de expressão e das produções artísticas. À isso, somam-se discursos reacionários, retomados por simpatizantes da ditadura militar, embasados por valores morais e religiosos extremamente conservadores, que colocam em xeque as liberdades individuais, sobretudo das minorias, que ainda estão em processo de conquista.

Como exemplo dessas práticas, em 2019, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o prefeito da capital do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, determinou que o HQ *Vingadores, a cruzada das crianças*, da Marvel, fosse recolhido das estandes do evento. Em dezembro do mesmo ano, o Especial de Natal: "A primeira tentação de Cristo" foi impedido de ser veiculado na plataforma de streaming Netflix por decisão do Tribunal Regional do Rio de Janeiro. Apoiado em argumentos jurídicos frágeis, a liminar foi revogada pelo Superior Tribunal Federal (STF) (*O Globo*, 09/01/2020).

No entanto, as ações censórias de cunho moral e ideológico incidem sobre todos os meios de comunicação e formas de expressão artísticas. E para implementar tais ações censórias o governo federal age por meio de sanções financeiras. Foi o que aconteceu com os editais da ANCINE, direcionados às emissoras de TV públicas, suspensos por uma portaria do Ministério da Cidadania por se deter à temáticas LGBTs, como diversidade de gênero e sexualidade. Todavia, a decisão foi derrubada pelo Ministério Público Federal (*Carta Capital*, 08/10/2019). No tocante ao cinema nacional, o cenário não se mostra nem um pouco favorável, uma vez que foi impactado com o estrangulamento financeiro da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Além disso, o governo insiste em instalar 'filtros' na avaliação de filmes pela ANCINE, indicando militares e líderes evangélicos para sua diretoria, com o objetivo de barrar produções engajadas e socialmente críticas

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no doutorado intitulada "As telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo (1969-1979): espaços de negociação a Divisão de Censura de Diversões Públicas" orientada pela Profª. Drª. Alessandra Souza Melett Brum. E-mail para contato: milla_grizende@hotmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ou mesmo por abordar temas sensíveis ao governo, sejam estas de cunho ideológico ou moral/religioso (*Folha de S. Paulo,* 17/02/2020).

Com relação à temáticas sensíveis, filtros censórios também recaíram sobre o filme *Mariguela*, dirigido por Wagner Moura, que percorre a trajetória de um guerrilheiro comunista durante a ditadura militar no Brasil. O longa-metragem, lançado no Festival de Berlim em 2010, que tinha a previsão de lançamento no Brasil para 2019, enfrentou dificuldades na liberação e restrições de financiamento de distribuição por parte da Ancine, órgão que regula a indústria cinematográfica brasileira, só conseguindo estrear nos cinemas em novembro de 2021 (*Veja*, 23/10/2021).

No momento presente, mesmo não estando institucionalizadas, as práticas censórias são conduzidas pelo governo de Jair Bolsonaro, seja por meio de instituições federais – que tiveram seus gestores substituídos por administradores alinhados à política cultural do governo federal e/ou por meio de sanções financeiras, as quais impedem a elaboração e veiculação de produções que não se adequam aos pressupostos ideológicos e morais conservadores.

Mesmo sob um novo contexto, o discurso que hoje embasa tais práticas censórias é difundido em novos meios de comunicação, como as plataformas digitais, assumindo, além de um viés explicitamente neofascista, contornos similares à ideologia norteadora da cultura política conservadora, que remonta ao período de ditadura militar brasileira - marcado por ideais antidemocráticos, anticomunistas e por valores ultraconservadores no âmbito moral e religioso. Ademais, a *praxis* censória atual expressa conflitos e preconceitos, de toda ordem, questões ainda não resolvidas e arraigadas na sociedade brasileira, derivadas de longos processos históricos, tais como aqueles relacionados às questões étnico racial, religiosa, de classe, de gênero, entre outros. Frente a este cenário, se faz necessário compreender as bases históricas que ancoraram este discurso censório, que ainda reverberam e vem sendo projetados nas atuais políticas governamentais. Analisar as bases ideológicas e a legislação que amparava as políticas censórias, ao longo da ditadura militar, é fundamental para observarmos nosso próprio tempo histórico, marcado por permanências, continuidades e mesmo rupturas.

Censura de Diversões Públicas no Brasil

A ditadura militar brasileira, apesar das promessas iniciais de ser apenas uma intervenção breve, perdurou por 21 anos, entre o período de 1964 a 1985, sob o comando de sucessivos de governos militares. Com um verniz democrático, os militares outorgaram em 1967 sua própria Constituição ditatorial, e, afim de impor suas decisões e garantir a permanência no poder, instauraram diversos **Atos Institucionais** – decretos e normas que lhe conferiam amplos poderes - com a justificativa de serem imprescindíveis à luta contra o avanço do comunismo no país, a corrupção e a manutenção da soberania nacional.

A imposição de regras conservadoras de conduta moral, a delimitação ideológica do que era considerado legal ou ilegal, juntamente com a vigilância, repressão, coibição e intervenção, constitui uma estratégia da censura federal com o objetivo de assegurar a permanência do Estado de exceção, bem como de propagar a ideia de uma imaginária harmonia e de bem estar social. Em um contexto violento, sem liberdades políticas, marcado por um alto nível de exploração das

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

forças produtivas, era necessário veicular a imagem, em todos os meios de comunicação, de que o país estava imerso em um ambiente de estabilidade, desenvolvimento nacional e harmonia social.

Segundo a historiadora Beatriz Kushnir (2012, p. 38), a Censura de Diversões Públicas atendeu tanto a política de Segurança Nacional do Estado Autoritário, quanto às demandas de setores mais conservadores da sociedade brasileira, sobretudo militares, elite agrária, empresarial e industrial, Igreja Católica e ramificações protestantes e a classe média.

Por meio dos mecanismos censórios, os governos militares objetivaram resguardar e consolidar os códigos simbólicos da cultura política conservadora de qualquer representação que pudesse ser considerada uma ameaça subversiva, tanto na dimensão da moral e de costumes quanto na dimensão ideológica. Assim, as diversas manifestações artísticas, em especial as produzidas por intelectuais engajados, foram cuidadosamente monitoradas, controladas e mutiladas pelo Estado de exceção por meio da censura, uma vez que estas produções expressavam uma complexa teia social marcada por diversas disputas de representação ideológica.

A Censura federal foi guiada por um conjunto de parâmetros que norteavam os governos militares, a chamada Doutrina de Segurança Nacional, a qual determinava uma contraofensiva a fim de conter a ameaça comunista, buscando cercear o inimigo interno em áreas estratégicas como a política, economia e cultura. Sob o espectro da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional estabeleceu uma centralização administrativa, com o objetivo de fortalecer o caráter autoritário, através de diversas ações psicossociais. Tais ações psicossociais voltavam-se fortalecer a luta anticomunista e defender a civilização democrática e cristã, por meio da exaltação do nacionalismo cívico.

Um ar de legalidade à censura: a legislação censória que regulamentava a Censura de Diversões Públicas

Sem demora, em novembro de 1964, logo após ao golpe civil militar, através da Lei 4.483/64[2] o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) foi institucionalizado e incorporado à rede de segurança e informação federal. Para tanto, o Estado retomou a legislação já constituída que regulamentava a esfera de diversões públicas, como o Decreto Lei nº 20.493, de 26 de novembro de 1946. No entanto, foram instauradas um conjunto de leis adequadas aos novos meios de comunicação, como a televisão, expandindo, assim, o raio de ação da censura federal.

Em 1965, o Decreto Lei 56.510[3], determinou que o Serviço de Censura de Diversões responderia, hierarquicamente, ao Ministério da Justiça e diretamente ao Departamento de Polícia Federal (DPF). Através deste Decreto foi deliberado que à SCDP competia "coordenar, em todo o território nacional, do ponto de vista doutrinário e normativo, as atividades inerentes à Censura

[2] Lei 4.483 promulgada em 16 de novembro de 1964. Disponível para consulta em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12125372/alinea-f-artigo-1-da-lei-n-4483-de-16-de-novembro-de-1964. Acesso em 08/09/2019.

[3] Art.175. Decreto Lei 56.510/1965. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733 publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/09/2018.

Federal" com a finalidade de "unificar a orientação da Censura Federal, em todo o território nacional"[4] e nortear o trabalho dos órgãos estaduais. A Censura de Diversões Públicas, que até a década de 1960, era exercida por setores estaduais, passou a ser gerida pelo governo federal, que a centralizou e a transferiu para a capital federal, Brasília (GARCIA, 2009, p. 12).

Nomeado em cargo de comissão pelo Presidente da República, por indicação do Diretor-Geral da Polícia Federal, o Chefe do SCDP, deveria fornecer as informações solicitadas pelas autoridades do país, em assunto de sua competência, bem como apresentar um relatório anual das atividades do órgão ao Departamento Federal de Segurança Pública. Esta lei determina, também, a fiscalização, em caráter permanente, das estações de rádio e televisão e a exigência de certificados de censura para as produções culturais, com validade em todo o território nacional. O Decreto estabelece a subdivisão do Serviço de Censura de Diversões Públicas em quatro subseções: Secretaria; Seção de Censura; Seção de Fiscalização e Arquivo.

À Secretaria competia a organização administrativa de toda a divisão, cuidando da correspondência oficial e da tramitação de informações de caráter sigiloso[5]. A Seção de Censura, dirigida por um chefe censor designado pelo Diretor-Geral, tinha a atribuição de efetuar a ação censória propriamente dita, tanto a censura prévia quanto em caráter normal, em todo o campo de diversões públicas, como teatro, cinema, rádio, televisão, clubes, bailados e outros. A fim de dinamizar o desempenho das atribuições, a Seção de Censura contava com duas turmas: a de Censura Cinematográfica e a de Censura de Teatro e Congêneres. Os serviços exercidos pelas Turmas de Censura de Diversões Públicas (TCDPs) estavam sob responsabilidade dos órgãos estaduais. Por sua vez, as TCDPs deveriam submeter relatórios, pareceres e apreciações para avaliação final da chefia do SCDP[6].

Com relação à Fiscalização, a seção também era organizada em turmas separadas a fiscalizar esporadicamente ou em caráter permanente as estações de rádio e televisão, e aplicar as multas, previstas no regulamento interno do Serviço. A subseção do arquivo, além de resguardar toda a documentação referente aos processos censórios das produções artísticas, tinha a função de manter ativo, para consulta, dossiês contendo as firmas produtoras de filmes nacionais e estrangeiros e firmas proprietárias de casas de espetáculo, além de abrigar toda a legislação específica associada a censura[7].

Com o objetivo de criar uma instância efetiva de controle da informação foi regulamentado que o Serviço de Censura de Diversões Públicas teria entre suas diversas atribuições "organizar o tombamento de documentação, inclusive das cópias de correspondência expedida, em forma

[4]Decreto Lei 56.510 de 1965. Art. 175. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 10/09/2019.

[5] Decreto Lei 56.510 de 1965. Art. 175 e Art. 178. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 10/09/2018.

[6] Idem. Art. 179.

[7]Art. 511. Decreto Lei 56.510/1965. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733 publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/09/2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

discriminativa, por assunto, procedência e destino, obedecendo à ordem cronológica"[8]. Com a finalidade de disponibilizar o acesso das informações contidas nas avaliações dos censores "para melhor atendimento das missões que lhe são cometidas"[9] e a órgãos de Segurança Nacional, foi implementado, por este decreto, a criação de um Arquivo permanente[10]. Por conseguinte, o Serviço de Censura de Diversões Públicas pode ser concebido como um dos órgãos que alimentavam o aparato repressivo e de informações e trabalhava de forma articulada com o Departamento de Polícia Federal (DPF) e com os órgãos ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Destacamento de Operações de Informação, Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre outros.

Retornando a legislação que legitimava a prática censória, em 1967, no texto constitucional, estava expresso que os meios de comunicação deveriam atender ao interesse do "regime democrático" e que o Estado, para combater a subversão, poderia empregar medidas coercitivas como a "censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas"[11]. Neste contexto, a censura passa a adquirir contornos voltados ao campo político ideológico.

Um ano depois entra em vigor a Lei 5.536[12], que determina a criação do Conselho Superior de Censura (CSC)[13], subordinado ao Ministério da Justiça, que detinha o poder de submeter, avaliar e sujeitar as expressões artísticas à inspeções locais, realizadas por agentes autorizados. Esta Lei trazia determinações importantes referente ao cargo de censor, o qual era exigido nível superior nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia. Outra atribuição expressa nesta lei estipulou em três o número de censores para o exame das obras encaminhadas à SCDP e fixou o prazo mínimo de vinte dias para a manifestação do órgão sobre o material avaliado.

A Lei 5.536 define, também, a censura classificativa para o teatro, cinema, transmissões radiofônicas e para a grade programática da TV, determinando a idade liberada de acordo com a

[8]Art. 510. Decreto Lei 56.510/1965. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733 publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/09/2018.

[9]Parágrafo único. Decreto Lei 56.510/1965. Disponível para consulta em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733 publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/09/2018.

[10] Atualmente, este acervo está concentrado no Arquivo Nacional - Distrito Federal, e no tempo presente assumiu uma nova função, para além do controle da informação se tornando, segundo a concepção de Pierre Nora, um Lugar de memória. O pós-guerra, acompanhado pela guerra fria, alimentava a desorientação de tempo como progresso, causando a diferentes grupos sociais, um apagamento da memória, uma vez que passaram a não mais reconhecer como representantes de seu passado. Neste contexto o historiador Pierre Nora, propôs em 1984, o conceito de "lugar de memória", a constituição de espaços que resguardem a memória, que guardam fragmentos do passado, produzindo significado para o sujeito, a fim de posicioná-los historicamente, integrando-os como parte de sua cultura e da formação de sua própria identidade (NORA, 2013).

[11]Constituição de 1967, Capítulo V, Art. 16 e Art. 152. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67. Acesso em 05 set. de 2018.

[12] A Lei 5.535, de 1968 Capítulo IV, Art. 41, Disponível integralmente em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm>. Acesso em 12 out. de 2018.

[13] O Conselho Superior de Censura era composto por um representante do: Ministério da Justiça; Ministério da Relações Exteriores; Ministério das Comunicações; Conselho Federal de Cultura; Conselho Federal de Educação; Serviço Nacional do Teatro; Instituto Nacional do Cinema; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor; Academia Brasileira de Letras; Associação Brasileira de Imprensa; Autores Teatrais; Autores de Filmes; Produtores Cinematográficos; Artistas e Técnicos em espetáculos de Diversões Públicas; Autores de Radiodifusão. Lei 5.535, de 1969, Art. 16.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

avaliação realizada pelos censores, direcionando estes programas a horários específicos de exibição. Esta avaliação determinava a liberação do Certificado de Censura, necessário para apresentação ou exibição de espetáculos.

De acordo com Marcelo Ridenti (2014, p. 90), como resultado das mobilizações de rua de 1968, esta Lei foi parcialmente negociada com setores do meio artístico, com intuito de que fossem definidas normas claras para a censura, evitando vetos de última hora que inviabilizassem, economicamente, as produções artísticas. Por meio desta negociação, ficou estabelecido que todas as produções artísticas não poderiam veicular, representar, exibir ou mesmo transmitir conteúdos os seguintes aspectos expressos na Lei 5.536:

> a) qualquer ofensa ao decoro público; b) contiver cenas de ferocidade ou for capaz de sugerir a prática de crimes; c) divulgar ou induzir aos maus costumes; d) for capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes; e) puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos; f) for ofensivo às coletividades ou às religiões; g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacional; h) induzir ao desprestígio das forças armadas.

No entanto, com a promulgação do Ato Institucional nº. 5, o AI-5, em dezembro de 1968, o tom supostamente liberalizante e participativo que inspirou a formulação da Lei se perdeu (RIDENTI, 2014, p. 91).

O AI-5 recrudesceu o ambiente controle e vigilância política cultural, fase em que a Censura de Diversões Públicas atuou de maneira mais sistemática em todos os meios de comunicação. Neste contexto foi estimulada a prática da autocensura, visto que os responsáveis pelo meio de comunicação ou pela produção artística poderiam multados ou ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional (CARVALHO, 2002, p. 162). De acordo com Carlos Fico (2004), houve neste momento uma intensa politização do SCDP, pois com AI-5, buscou-se:

> [...] reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de "utopia autoritária" isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, "subversão", "corrupção") tendo em vista a inserção do Brasil no campo da "democracia ocidental e cristã" (FICO, 2004, p. 33).

A censura prévia para produções literárias, musicais, teatrais e cinematográficas, bem como para programas televisivos e radiofônicos, apesar de ser uma prática recorrente, foi formalizada apenas em 26 de janeiro de 1970, através do Decreto nº 1.077, que definiu que livros, periódicos, roteiros, scripts, letras de música, gravações e *videotapes* tivessem que ser, obrigatoriamente, apresentados para a análise do Serviço de Censura de Diversões Públicas antes de serem lançados, apresentados ou levados ao ar. Por meio deste Decreto Lei é possível perceber um entrelaçamento entre as discussões de natureza moral e determinações de cunho político ideológico, "considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional", os quais produzem "exteriorizações que estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira"[14]. À rigor, a concepção de que a propagação da imoralidade nos meios de comunicação seguia a um plano do movimento

[14] Decreto Lei nº 1.077 Disponível para consulta em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em 20/08/2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comunista internacional foi empregada como uma importante justificativa para que a censura de costumes assumisse, cada vez mais, uma conotação político-ideológica, como observou Marcelo Ridente (2014, p. 92).

Em 1972, o Serviço de Censura de Diversões Públicas foi reformulado e passou a ser designado Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), afinando-se cada vez mais ao aparato repressivo de combate à subversão que estabelecia a coesão de diferentes órgãos policiais-militares, infiltrados em quase todos os setores da vida social do país. A DCDP pode ser observada como uma das instâncias que compunham o imbricado sistema repressivo de combate à subversão, voltando-se para "reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita, por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem" (MAGALHÃES, 1997, p. 02). Este afinado sistema repressivo de combate à subversão, guiado pela Doutrina de Segurança Nacional, estabelecia a coesão de diferentes órgãos, dispersos em quase todos os setores da vida social do país (FICO, 2002, p. 254).

Para se ter a dimensão da vigilância da política exercida pelo Estado, embasado pela Doutrina de Segurança Nacional, o monitoramento exercido pela DCDP se alimentava e retroalimentava de informações produzidas por outros órgãos de inteligência policiais e militares ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), os quais produziam detalhados dossiês sobre a infiltração subversiva produtores culturais, como artistas, diretores, e escritores dos diversos meios de comunicação. Em tempos de repressão, representar a realidade nacional - ainda que por meio da arte e da ficção - expressando sua concepção de mundo e as transformações sócio culturais, era algo audacioso.

Ao analisar a censura musical, Marcos Napolitano (2004) observa que a Doutrina de Segurança Nacional lançava uma "lógica da suspeita ou "ethos persecutório", que compunha uma "comunidade de informações":

> Os milhares de agentes envolvidos, funcionários públicos ou delatores cooptados, eram regidos por essa lógica e, ao incorporá-la, acabavam produzindo um fenômeno que é típico de regimes autoritários e totalitários: mais importante do que a produção da informação em si, era a produção da suspeita (NAPOLITANO, 2004, p. 104).

Sob a perspectiva de guerra permanente, a função da DCDP voltava-se para a repressão preventiva, instaurando a vigilância e controle cotidiano sobre as diversas manifestações artísticas. E a fim de avaliar e monitorar toda esta produção cultural "sob suspeita", a DCDP estabeleceu maior centralização administrativa e manteve o Serviço de Censura, direcionando turmas de análise específicas para as manifestações artísticas mais visadas: teatro, cinema e televisão. Para tanto, foi arregimentado um novo grupo de profissionais qualificados para exercer a função de técnico-censor, tornando mais forte o controle, sobretudo, à representações de cunho ideológico. No decorrer dos anos de 1970, o controle exercido pela DCDP se enrijeceu, assumindo uma conotação político-ideológica, o que, por sua vez, não se contrastava com a defesa de questões associadas à moral e aos bons costumes.

> A tese de que a propagação da imoralidade nos meios de comunicação obedecia a um plano do movimento comunista internacional, por exemplo, pode ser facilmente encontrada nos documentos dos órgãos de informações, servindo como um importante meio utilizado por

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> esse segmento para demandar que a censura de costumes assumisse uma conotação tipicamente político-ideológica (MARCELINO, 2006, p. 11).

Conforme observa o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2020), a elaboração do imaginário anticomunista no Brasil é um fenômeno muito complexo e de longa duração, constituído por elementos provenientes de matrizes de pensamento diversas como o catolicismo, liberalismo e nacionalismo. A tríade - catolicismo, liberalismo e nacionalismo - subsidiou a cruzada contra o "perigo vermelho" e respondia aos setores sociais que promoveram o golpe civil-militar de 1964 e ancoraram a manutenção da ditadura.

Estes grupos sociais atemorizados pela "ameaça comunista", de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2020, p. 15), criaram e veicularam estratégias ideológicas de combate do projeto revolucionário, organizando e articulando uma propaganda contraofensiva de grande penetração e fixação no imaginário nacional. Por meio deste projeto foram criadas inúmeras iconografias comunistas, emersa por representações que associavam os comunistas à manipuladores, mentirosos, diabólicos, libertinos, antipatriotas, depravados, promíscuos, entre outras (MOTTA, 2020). Tais representações demonstram as dimensões do fenômeno, uma vez que relacionam aspectos morais a políticos, possibilitando uma compreensão ampliada do imaginário que conduziu a análise censória nos anos 1970.

Considerações finais

No moroso processo de reabertura política – lento, gradual e seguro – iniciado no ano de 1979, foi publicado o decreto 83.973/79 que determinou o fim da censura prévia, demarcando o enfraquecimento da DCDP enquanto órgão censor. Sem a censura prévia, as emissoras de rádio e televisão, produtoras teatrais e musicais e editoras não mais, precisariam mostrar legitimidade cultural ao Estado, não sendo mais obrigadas a apresentar antecipadamente suas produções artísticas para a emissão de certificados de censura, condicionantes à veiculação.

Neste contexto, intensos debates conduziram as revisões legislativas com relação à Divisão de Censura de Diversões Públicas, porém sem defender sua supressão por completo. Com o avanço do processo de redemocratização houve o desmonte da DCDP, afastando o órgão de sua vigilância política, de sua caça por representações subversivas, desvinculando-a de todo o aparato policial militar (GARCIA; SOUZA, 2019, p. 195). Todavia, com a "Nova República", estabelecida em 1985, resguardou-se como herança própria a tradição censória no âmbito das diversões públicas, uma grande preocupação com a propagação da imoralidade nos meios de comunicação, que se refletiu na manutenção da classificação indicativa (MAIA, 2021, p. 20).

Tal como no período da ditadura militar, a permanência da classificação indicativa se justificava pela proteção da União às audiências incapazes de avaliar os propósitos e o conteúdo de determinados espetáculos, que passam a ter seu conteúdo classificado conforme a faixa etária do público. Ainda sob a tutela do Ministério da Justiça, a classificação indicativa foi regulamentada por meio da Portaria nº 773, em 19 de outubro de 1990, que determinou a classificação prévia às diversões e espetáculos públicos classificados como: livres, que podem ser exibidos em qualquer horário; ou inadequados para menores de 12 anos, para apresentação até às 20 horas; 14 anos,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

veiculação até às vinte e uma horas; e para menores de 18 anos, com o limite das vinte e três horas. Atualmente, a classificação indicativa segue a Portaria de número 796, 1de 2 de setembro de 2000, a fim de atender, em especial, as necessidades dos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil:* o longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, 2002.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GARCIA, Miliandre. *A censura de costumes no Brasil:* da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, Miliandre; SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *Um caso de polícia*: a censura teatral do Brasil nos séculos XIX e XX. Londrina: EDUEL, 2019.

MAIA, Tatyana de Amaral. Intelectuais, direitas e a Censura de Diversões Públicas na ditadura: tensões, acomodações e ambivalências (1967-1985). *Revista de História.* São Paulo, nº. 180, 2021.

MAGALHÃES, Marionilde Dias B.. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História.* São Paulo, v. 17, nº. 34, 1997.

MARCELINO, Douglas Átila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão*: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Dissertação (Mestrado em História social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: uma censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, PUC, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Unesp, 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UMA REFLEXÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DE ROMANCES HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX

Erick Oliveira da Silva Santos[1]

Introdução

O romance histórico consolida-se como gênero literário em 1814 com a obra *Waverley* de Walter Scott (1771-1832). O gênero é caracterizado pela relação entre ficção e História, cujo autor emprega uma intriga que se situa no passado e é composta por acontecimentos, objetos, costumes e crenças que já existiram. Diferentemente das narrativas científicas e historiográficas, as quais contêm operações e documentos que obrigam o autor a controlar suas afirmações, as narrativas de romances históricos manuseiam os elementos do passado de forma livre, sem limitações. Nota-se que a ficção coabita com a realidade. Fato que suscitou amplos debates sobre o papel da literatura e da História para o conhecimento da realidade, ao ponto de Scott ter se lamentado por ter unido literatura (ficção de mundos possíveis) e História (conhecimento do mundo real).
Não é à toa que muitos autores de romances históricos se baseiam em livros historiográficos para escrever romances. Mas é possível um historiador utilizar os romances históricos para a construção do conhecimento? Acredito que sim. Resposta que será desenvolvida neste artigo. Para isso, foca-se numa abordagem em três dimensões do romance histórico: 1) a textual, com o estudo das técnicas literárias empregadas na narrativa; 2) a individual, com o exame das experiências de vida e das leituras do autor da narrativa; 3) a social, com a investigação dos debates intelectuais que aconteciam no momento da publicação do romance. Como exemplo, destaca-se uma breve análise do romance histórico *Guerra e Paz* (1863-1869) de Liév Tolstói. O argumento principal está na importância da relação entre tais dimensões para a análise de romances históricos. Vale ressaltar que me baseio no texto *História e Ficção* (2003) do historiador polonês Krzysztof Pomian para desenvolver a abordagem em três dimensões da narrativa. O texto explora a construção do conhecimento a partir da relação entre narrativas científicas e ficcionais. Um dos argumentos de Pomian é a fragilidade de considerar a construção do conhecimento a partir de uma única dimensão, seja a textual, a individual e a social. Adiante, desenvolvem-se as críticas do historiador polonês.

O texto

Primeiro, Krzysztof Pomian critica as abordagens que consideram apenas as propriedades intrínsecas de uma língua, considerando-a "por si mesma e em si mesma". Pomian destaca tais abordagens como más interpretações da teoria linguística de Ferdinand de Saussure (1857-1913),

[1] Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ericksantos@id.uff.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

cujos problemas se evidenciam no isolamento da narrativa de realidades extratextuais (a social e a individual) (POMIAN, 2003, p. 22).

Saussure é considerado o pai da linguística moderna, na medida em que definiu a linguística como ciência ao propor uma metodologia (estudo de signos) e um objeto (a língua) para o estudo da linguagem. No seu *Curso de Linguística Geral* (1916), propõe-se o estudo de signos a partir da Semiologia, que pode ser vista como "*uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social* [...]. Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem" (SAUSSURE, 1995, p.24, grifo do autor). A língua, por sua vez, é um sistema de signos constituído pela relação entre significado (conceito) e significante (imagem acústica, a representação proporcionada pelos nossos sentidos). Tanto o significado quanto o significante não são reflexos de uma realidade preexistente à língua, mas criações sociais com o intuito de nomear e organizar algo, que só podem ser dadas através da relação e organização mútua dos elementos de uma língua (sistema linguístico). O que promove um caráter arbitrário aos signos, na medida em que cada sociedade tem formas distintas de línguas. Saussure aproxima a realidade da língua, tornando-a o principal meio para organização e conhecimento sobre o mundo.

A teoria de Saussure foi abordada por um grupo de estudantes da Universidade de Moscou que, em 1915, formou o Círculo Linguístico de Moscou com o intuito de estudar linguística e poética. O grupo acabou sendo conhecido como "formalistas russos" e foi caracterizado por tratar a linguística como ciência através de estudos das estruturas da língua. Em 1917, Victor Chklóvski (1893-1984), um dos principais representantes do formalismo russo, publica *A arte como procedimento*, cuja mensagem defende uma abordagem linguística da literatura. Chklóvski acreditava que o homem torna-se um sujeito automatizado quando deparado com o cotidiano, ao ponto de perder a noção de suas ações sobre os objetos e as pessoas. A arte aparece com a finalidade de desautomatizar as ações ao renovar as percepções humanas através da sensação de estranhamento causada pela técnica literária denominada *ostranenie*.

Nota-se que Chklóvski detecta na escrita do conto *Kholstomier, a História de um Cavalo* (1886) e no romance histórico *Guerra e Paz* (1863-1869) uma narrativa que causa a sensação de estranhamento na descrição de objetos e relações entre pessoas. Em *Kholstomier*, Liév Tolstói coloca como protagonista um cavalo que faz observações sobre a vida humana. O estranhamento é posto em prática pelas palavras do protagonista, que descreve as ações humanas de forma que parecessem impressionantes, não convencionais, para ele. Tal técnica literária já é perceptível anos antes em *Guerra e Paz*, principalmente na descrição das guerras, dos salões de dança e dos teatros, na qual cada elemento é particularizado e valorizado na narrativa. Chklóvski acredita que a técnica de Tolstói ajuda na renovação da percepção de mundo do leitor. A língua torna-se o principal meio para a consciência e conhecimento humano.

O indivíduo

Segundo, são criticadas as abordagens inspiradas na psicanálise, as quais estudam as narrações a partir da análise de seus conteúdos implícitos, cujo foco principal não é *o que* nem *como* se diz, mas *quem* diz. O perigo é a negação tanto da dimensão social quanto da dimensão narrativa, reduzindo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o conhecimento apenas ao inconsciente do autor da narrativa. Não é mencionado nenhum nome referente à psicanálise. Entretanto, destacam-se dois autores que podem se encaixar na crítica do historiador polonês: Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Lacan (1901-1981).

Sigmund Freud, conhecido como o pai da psicanálise, publica *A interpretação dos Sonhos* em 1900, obra que tem o objetivo de entender os processos inconscientes dos indivíduos a partir da linguagem dos sonhos. Percebem-se no texto as bases da teoria freudiana, as quais são perceptíveis nos trabalhos posteriores do psicanalista, como em *Dostoiévski e o Parricídio*. Ao publicar o texto em 1928, Freud lê o romance *Os Irmãos Karamázov* (1879), de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), tendo em vista o inconsciente de Dostoiévski. Há a análise biográfica para entender a formação das neuroses do escritor russo e como elas se manifestam no romance. Freud argumenta que o passado violento de Dostoiévski, marcado pelo assassinato do pai e por ataques epiléticos, faz com que o escritor russo tenha preferências por personagens que são assassinos e odiosos, fato que aponta para a existência de tais inclinações no próprio escritor. Evidencia-se que a abordagem do psicanalista relaciona a obra, o escritor e sua vida, priorizando não os elementos narrativos do texto, mas o próprio autor do texto, cujo foco é o inconsciente. Por conseguinte, é possível afirmar que a abordagem ignora não só os procedimentos narrativos como o contexto social em que o autor está (FREUD, 2014).

A teoria de Freud está presente em diversos intelectuais do século XX, dentre eles, destaca-se o psicanalista francês Jacques Lacan. Para Lacan, o sujeito é constituído a partir do contato com o Outro que lhe transmite um desejo, cuja presença se dá pela relação de um significante a outro significante. Percebem-se alguns preceitos de Saussure, que compreende a linguagem como um sistema de signos capaz de representar algo. Entretanto, Lacan diferencia-se de Saussure ao introduzir a teoria freudiana de inconsciente na relação de signos, pensando o inconsciente como estruturado e manifestado pela linguagem. A angústia, consequência do sentimento de falta, é vista como signo do desejo daquilo que não se pode ter, como um sintoma que ajuda a entender o real. Em *Joyce, o Sintoma* (2003), Lacan demonstra que a criação literária pode ser um modo para o escritor expressar aquilo que o deixa angustiado. A escrita, por conseguinte, torna-se um sintoma do inconsciente.

Numa dissertação de mestrado recente, Felipe Rigon Borba tenta compreender *Guerra e Paz* e pergunta: "De quais formas as condições de felicidade, amor, paz e angústia podem ser abordadas através dos estudos de Freud e Lacan com o objetivo de clarificarmos as intenções de Tolstói a partir da literatura?" (BORBA, 2020, p.17). A resposta de Borba debruça-se sobre a relação entre a angústia da guerra e o desejo de paz de Tolstói como condicionantes para a escrita do romance. Apesar de a dissertação destacar alguns fatores da dimensão social e narrativa de *Guerra e Paz*, nota-se a prioridade no inconsciente do autor. Questão que pode trazer o problema de olhar o romance em destaque apenas por um único viés, psicanalista, e ignorar a relação do autor com seu contexto social e com sua própria narrativa.

A sociedade

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Por último, outro reducionismo atacado é aquele que aproxima as competências cognitivas a "meros bilhetes de entrada e sinais de pertencimento a uma classe social". Abordagens que negam a competência como especialização obtida através de constantes aprendizados e reforçam a perspectiva de que o conhecimento é acessível sem haver a necessidade de aprendizagem. O perigo é promover a ideia de que há um plano social, que governa a vida dos indivíduos sem espaços para a originalidade dos indivíduos na sociedade (POMIAN, 2003, p.25).

Pomian não cita diretamente Karl Marx (1818-1883), mas é possível pressupor que direcionava suas críticas a algumas interpretações marxistas. Marx desenvolve um método de abordagem denominado materialismo histórico, que compreende as relações materiais como a base das relações humanas. A base da sociedade (ou estrutura) depende dos modos e das relações de produção, os quais determinam a realidade. Questão destacada na *Ideologia Alemã* (1932): "A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados [...] tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente" (MARX, 2007, p.93). Além disso, Marx considera que as classes sociais são consequências da apropriação privada dos meios de produção. A classe dominante estabelece, dentre outros fatores, as ideologias políticas e o conhecimento estético. Evidenciam-se questões importantes: a realidade é reduzida às relações sociais, perspectiva que eclipsa a dimensão individual em detrimento do social.

Estudar *O romance histórico*, do crítico literário György Lukács (1885-1971), pode oferecer algumas reflexões úteis para a compreensão das críticas de Pomian. O objetivo de Lukács é desenvolver uma estética marxista com o intuito de compreender as forças motoras da História. Compreendem-se o romance histórico e seus problemas como "consequências necessárias das grandes convulsões sociais dos tempos modernos" (LUKÁCS, 2011, p. 31). O procedimento da escrita, baseada num realismo clássico, e a criação de personagens típicos, capazes de representar as características históricas, são fundamentais para evidenciar as mudanças históricas. O que está em jogo nos escritores de romances históricos do século XIX é uma experiência que fortalece "extraordinariamente o sentimento de que existe uma História, de que essa História é um processo ininterrupto de mudanças e [...] de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo" (LUKÁCS, 2011, p. 38).

É nessa perspectiva que o escritor húngaro compreende *Guerra e Paz* (1863-1869). Tolstói não só estabelece uma conexão entre passado e presente, como demonstra a interferência da sociedade e da História nas ações individuais. Percebe-se que Lukács leu Marx para desenvolver seus argumentos sobre o romance histórico. Entretanto, o foco não é a economia (como em Marx) e sim a estética, uma vez que se debruça sobre o papel dos gêneros literários nos processos de mudanças históricas. Mesmo assim, é possível destacar semelhanças entre os dois autores, como a dependência do conhecimento às relações sociais e a falta de atenção dada à complexidade do indivíduo. Nesse caso, o problema central encontra-se em abordagens que apontam para o conhecimento dependente apenas das relações sociais. Assim, é necessário atentar às dimensões que vão além do social, como a individual e a textual, para a compreensão da realidade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A sociedade, o indivíduo e o texto em *Guerra e Paz* (1863-1869)

Krzysztof Pomian faz a crítica dos três reducionismos para defender uma abordagem multidimensional que "começa por sublinhar numa narração os caracteres intrínsecos dos quais se faz uma descrição para tentar, em seguida, explicá-los relacionando essa narração com seu autor, de um lado, e com uma realidade externa, de outro". No texto, Pomian não pratica a abordagem defendida num romance histórico. Desse modo, o objetivo é saber como ficaria uma abordagem multidimensional num romance histórico específico: *Guerra e Paz*.

Quem lê *Guerra e Paz* percebe que um tema marcante do romance é a História. Principalmente no final de sua narrativa, Liév Tolstói desenvolve uma concepção de História ao criticar diversas obras historiográficas sobre a Rússia e a Europa. Não é à toa que, quando o romance foi publicado, a atenção à História nos debates intelectuais russos é latente. Atenção que ganha força gradualmente.

Pedro I (r. 1682-1725) constrói São Petersburgo (1703) com a finalidade de aproximar os contatos da Rússia com a Europa. Para Pedro, "tornar-se cidadão de São Petersburgo era deixar para trás os costumes 'sombrios' e 'atrasados' do passado russo em Moscou e entrar, como russo europeu, no mundo ocidental moderno de progresso e esclarecimento". Assim, a nova cidade russa foi criada para redesenhar a História da Rússia, modernizando-a, a partir de princípios europeus, seja no âmbito da arquitetura, seja no âmbito político e filosófico. O que começa a despontar é a preocupação do papel da Rússia na História que aparecerá nos sucessores de Pedro I (FIGES, 2017, p.24).

No reinado de Catarina II (r.1762-1796) parece que a preocupação de modernizar a Rússia se intensifica. A presença de livros e escritores europeus passa de uma "corrente para uma inundação". Voltaire (1694-1778) tornou-se "o historiador oficial do império russo e uma espécie de santo padroeiro para a aristocracia secular", com milhares de exemplares de sua *Filosofia da História* (1776) vendidos em poucos dias em São Petersburgo. Para a política, Catarina baseava-se no *Espírito das Leis* (1748) de Montesquieu (1689-1755), com várias edições produzidas em poucos meses desde seu primeiro lançamento. Denis Diderot (1713-1784) vai pelo mesmo viés em quesito de quantidade de exemplares com sua *Enciclopédia* (1751) (BILLINGTON, 1970, p.218-223, tradução minha).

Com o terror causado pela revolução francesa e a invasão de Napoleão na Rússia, a atração pela França se enfraqueceu e as preferências intelectuais tenderam para a Alemanha no governo de Nicolau I (r.1825-1855). Como destaca James H. Billington, Pedro abriu a janela para o ocidente, enquanto Nicolau a fechou, fazendo com que o culto a "Voltaire e Denis Diderot abrisse espaço para Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854) e Georg Friedrich Hegel (1770-1831)" (BILLINGTON, 1970, p. 210, tradução minha). Da ilustração francesa, com a filosofia baseada na razão, passa-se ao idealismo alemão, contrário à razão. A partir da derrota de Napoleão, o interesse pela História cresceu progressivamente, ao ponto de serem encorajados textos de cunho nacionalistas por Nicolau I. Romances históricos ganham relevância na cena literária, cujo impulso se iniciou com *Iúri Miloslávski* (1829) de Mikhail Nikoláievitch Zagóskin (1789-1852). Em 1836, foi publicada a *Carta Filosófica* de Piótr Tchaadáiev (1794-1856). O conteúdo da *Carta* colocou em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

destaque o debate sobre o papel da Rússia no progresso da História por anos (BILINGTON, 1970, p. 314-328).

No governo de Alexandre II (r.1855-1881), iniciou-se um intenso processo de modernização com as reformas que garantiram a libertação dos servos e o aumento da industrialização e urbanização na Rússia. A preocupação com os problemas sociais ganhou força no imaginário de diversos intelectuais russos, os quais tinham como principais bases textos franceses para desenvolver as crenças no progresso através da verdade científica. Um autor muito lido foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que defendia as virtudes do homem simples e a superioridade da moral em relação ao intelecto. Percebe-se o impacto das mudanças históricas com a necessidade de realismo, na medida em que a objetividade de um olhar sem preconceitos poderia ajudar a entender a condição do povo russo. A literatura foi o meio em que muitos intelectuais conseguiram expressar suas opiniões e teorias sobre questões históricas, políticas e sociais de seu tempo (BILLINGTON, 1970, p. 403).

Os debates sobre o tema ainda eram fortes no momento de publicação de *Guerra e Paz* (1863-1869), que pode ser lido através da necessidade de discutir a História presente na sociedade russa. Notam-se duas tendências que fizeram parte nos debates intelectuais russos. Nos governos de Pedro I e Catarina II, o estímulo à racionalização se intensificou progressivamente até o reinado de Nicolau I, que voltou suas atenções à crítica aos princípios ilustrados. Com Alexandre II, parece que as duas tendências ganham atenção. A defesa da razão seria importante para o progresso social da Rússia. Já a valorização da moralidade e das virtudes naturais do homem aparece como meio para diminuir as injustiças causadas pela urbanização e industrialização. Tendo em vista as duas tendências, pode-se argumentar que se desenvolveu uma interpretação original dos princípios iluministas através das experiências de vida e as diversas leituras que Liév Tolstói teve, questão perceptível em *Guerra e Paz*.

Nota-se que um assunto específico que fascinava Tolstói era o da guerra, cuja experiência direta começou em 1851 quando viajou para o Cáucaso e alistou-se no exército. É nesse momento que o escritor russo começa a escrever seus primeiros contos, como *A incursão* (1853), *Sebastopol no Mês de Dezembro* (1855) e *Sebastopol em Maio* (1855), todos escritos a partir da experiência com a guerra. Em 1852, Tolstói começa a se interessar pela História. Em 20 de março de 1852, escreve no diário que leu a *História da Revolução Francesa* (1823-1827) de Adolphe Thiers (1797-1877). Já em 14 de abril, alega que começa a "amar a História e a entender a sua utilidade", ao ler *História da Inglaterra* (1754-1762), de David Hume (1711-1776). Até 1854, o escritor russo teve contatos com os livros *Descrições da Guerra de 1813* (1860), de Alexandre Mikhailóvski-Danílevski (1789-1848); *História da Guerra da Rússia Contra França* (?), de Dmítri Miliútin (1816-1912); *História do Estado Russo* (1803-1826) de Nikolái Karamzín (1766-1826); e *História Russa* (?) de Nikolái Ustriálov (1805-1870) (TOLSTÓI apud QUINTERO ERASSO, 2011). Durante a escrita de *Guerra e Paz*, são latentes os frutos das leituras e pesquisas sobre a concepção de História de Tolstói: "Ao estudar uma época tão trágica (as invasões napoleônicas), tão rica de acontecimentos grandiosos e tão próxima de nós [...] cheguei à compreensão evidente de que as causas dos eventos históricos são inacessíveis à nossa mente" (TOLSTÓI, 2017a, p. 1463).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No começo das partes histórico-filosóficas de *Guerra e Paz*, o escritor russo tenta desenvolver um método para compreender a História: "apenas admitindo uma unidade infinitesimal para a observação [...] e alcançando a arte de integrar (fazer a soma dessas unidades infinitesimais) podemos esperar apreender as leis da História" (TOLSTÓI, 2017b, p. 991). Entretanto, conforme vai discutindo com algumas teorias da História no decorrer do romance, percebe que o objetivo é impossível, uma vez que constata a limitação do ser humano face à complexidade da História: "se admitirmos que a vida humana pode ser governada pela razão, a possibilidade de vida é aniquilada" (TOLSTÓI, 2017b, p. 1343).

A mudança de perspectiva pode ser explicada a partir das leituras que Tolstói teve contato durante e antes a escrita de *Guerra e Paz*. Em 18 de março de 1847, o escritor russo estava cursando Direito na Universidade de Kazan e lê as *Instruções* (1767) de Catarina II (1729-1796). Um texto escrito com o intuito de implementar na Rússia códigos de leis modernos, com claras aspirações ilustradas, sobretudo francesas. Nos diários, nota-se uma preocupação com a razão e a ciência durante a leitura das *Instruções*. Entretanto, em 1852, Tolstói tem contatos com *Emílio* de Rousseau e não escondia que tinha uma grande admiração pelo livro. Em 1865, quando chegava à metade de *Guerra e Paz*, começa a ler Joseph de Maistre (1753-1821), homem cético em relação ao método cientifico (BERLIN, 2017).

No final de *Guerra e Paz*, Tolstói afirma que é impossível compreender as leis da História na medida em que os sentidos humanos não são capazes de captar os infinitos elementos e processos que compõem os acontecimentos históricos. Por isso que o escritor russo promove tanta atenção à guerra no romance, por ser tão incompreensível quanto a História, "um acontecimento contrário à razão humana e a toda natureza humana" (TOLSTÓI, 2017b, p.738).

É possível notar que a própria escrita de *Guerra e Paz* traz a sensação de infinitude e incompreensibilidade da História pela técnica denominada *ostranenie*. A técnica destaca-se na descrição de Tolstói do prelúdio do choque entre os exércitos franceses e russos na invasão de Napoleão na Rússia:

> Era um dia quente de outono, e chuvoso. O vasto panorama que se abria dos cumes onde estavam as baterias russas que protegiam a ponte ora era encoberto de repente pela cortina de musselina formada pela chuva oblíqua, ora se alargava de repente e, sob a luz do sol, os objetos ficavam visíveis, ao longo, e com nitidez, como se estivesse revestidos de um verniz. Lá embaixo, via-se uma cidadezinha com suas casas brancas e seus telhados vermelhos, a catedral e a ponte, sobre a qual, de ambos os lados, estendia-se e fluía a massa das tropas russas (TOLSTÓI, 2017b, p. 171).

Nota-se como Tolstói descreve os cumes na paisagem chuvosa, encobertos por uma "cortina de musselina" e, quando deparados com a luz do sol, pareciam que estavam "revestidos de verniz". Na cidade descrita, "fluía a massa das tropas russas". Parece que as palavras são empregadas para aguçar a imaginação humana sobre as impressões do narrador.

Acontece o mesmo na descrição das peças de teatro:

> No centro do palco havia tábuas lisas, nos cantos erguiam-se formas de papelão pintado representando árvores, atrás se estendia uma tela acima das tábuas. No centro do palco, moças estavam sentadas, de corpete vermelho e saia branca. Uma delas, muito gorda, de vestido branco de seda, mantinha-se mais à parte, sentada num banquinho baixo, atrás do qual estava colado um papelão verde. Quando terminaram a canção, a moça de branco aproximou-se da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> cabine do ponto, e um homem de calça de seda colante nas pernas grossas, com uma pluma e um punhal, aproximou-se dela e começou a cantar e a abrir os braços (TOLSTÓI, 2017b, p. 661).

É como se o narrador estivesse ido ao teatro pela primeira vez e achasse cada detalhe impressionante, não conseguindo captar o imaginário do palco com "tábuas lisas", um "papelão verde" e um homem "de calça de seda colante" e de braços abertos cantando.
Tolstói emprega a técnica literária em diversos momentos de *Guerra e Paz*. A consequência é a sensação de estranhamento e singularização dos objetos narrados, como se cada detalhe de cada elemento fosse fundamental para a narrativa.

Conclusão

Em *Guerra e Paz*, é perceptível a relação de três dimensões narrativas: a social, a individual e a textual. A necessidade de discutir questões sobre a História desenvolveu debates literários durante boa parte do século XIX na Rússia. No momento de publicação de *Guerra e Paz*, é latente a herança ilustrada de cientificidade e progresso do governo de Catarina II. Entretanto, são perceptíveis posições contrárias à herança ilustrada. Não é à toa que Tolstói buscou por leis históricas com o intuito de desenvolver uma ciência que estuda os acontecimentos históricos, mas desistiu no decorrer do romance. O resultado do contato do escritor russo com as duas tendências a partir das leituras de textos historiográficos, filosóficos, literários e políticos é uma concepção de História, cuja originalidade e complexidade se devem também às suas próprias experiências de vida, sobretudo as da guerra do Cáucaso (1817-1864). Nota-se que a narrativa de *Guerra e Paz* promove a sensação de infinitude e singularização dos objetos narrados, fato que tem relação com a concepção de História infinita desenvolvida no romance.
A partir da abordagem multidimensional da narrativa, pode-se construir um conhecimento profícuo para o campo historiográfico e afastar o perigo de reduzir a realidade apenas a uma única dimensão. Quando as dimensões social, individual e textual são abordadas e relacionadas, é possível analisar não só *Guerra e Paz*, mas outros romances históricos do século XIX, uma vez que todos eles discutem o tema da História e foram escritos por um indivíduo com técnicas literárias específicas e publicados num meio social.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. O porco-espinho e a raposa. In. TOLSTÓI, Liev. **Guerra e Paz.** Tradução de Rubens Figueiredo. 1º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

BILLINGTON, James H. **The icon and the axe**: na interpretive history of russian culture. Vintage Books, 1970.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BORBA, Felipe Rigon. **A angústia, o amor e a escrita**: um estudo sobre *Guerra e Paz* a partir de seu autor, Liév Tolstói. 2020. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

CHKLÓVSKI, Victor. A arte como procedimento. In D. Toledo (org.). **Teoria da literatura**: Formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1972.

FIGES, Orlando. **Uma história cultural da Rússia**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. 1º ed. RJ: Record, 2017, Edição Kindle.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, Volume 17. Inibição, sintoma e angústia; O futuro de uma ilusão e Outros textos (1926-1929). Tradução de Paulo César de Souza, 2014.

LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

POMIAN, Krzysztof. **História e ficção**. Projeto História. Tradução de Marina Maluf. São Paulo, p.11-45, 26. Jun. 2003.

QUINTERO ERASSO, Natalia Cristina. **Os diários de juventude de Liev Tolstói:** Tradução e questões sobre o gênero de diário. 2011. Dissertação de mestrado. Departamento de Letras Orientais; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

TOLSTÓI, Liév. **Algumas palavras sobre o livro *Guerra e Paz***. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

_____. **Guerra e Paz**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HEGEMONIA DE PRESTÍGIO: DIPLOMACIA E PODER NAVAL

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira[1]

Introdução

Forjada sua independência em meados de 1822, o Brasil manteve uma perene estratégia capitaneada pelos diversos ministros dos negócios estrangeiros e da guerra durante longo tempo: garantir a hegemonia regional, motivando o prestígio internacional. Frente às lutas intestinas da regência e do império, e com as diversas ameaças na região do Prata, a manutenção desta hegemonia foi um desafio, e, durante períodos conturbados, o prestígio permitiu maior liberdade nas questões regionais frente a possíveis invasões ou ingerências europeias.

Este prestígio brasileiro no plano extra regional foi essencial para que, já findo o século XIX, o Brasil passasse sem maiores turbulências pela Era dos Impérios, mesmo com um poder militar bem menor que as potências europeias, cuja gana chegou a amedrontar vizinhos sul-americanos. Reflexo da necessidade de manutenção territorial e hegemonia regional, a Guerra do Paraguai foi o maior exemplo desta estratégia durante o período imperial. Poder continental clássico, caberia ao Império (e depois à república) a estabilização, a manutenção da harmonia e a pacificação regionais.

Nos últimos vinte anos, as Forças Armadas do Brasil passaram a ser fortemente demandadas em atividades de emprego limitado da força, particularmente em operações de garantia da lei e da ordem, ressuscitando a antiga e malfadada vocação de gendarmeria das Forças Armadas Brasileiras. Mesmo com a participação ativa do Brasil em missões de paz na Organização das Nações Unidas e dos Estados Americanos, como visto durante sua atuação em Santo Domingo, Angola, Moçambique e Haiti, as Forças Armadas foram amplamente utilizadas para a estabilização social e institucional nos estados da federação.

As ameaças internas que se apresentariam após a Guerra do Paraguai manteriam o Brasil com atuação tênue no primeiro conflito global, havendo o envio de poucos soldados ao teatro europeu, cabendo à Marinha do Brasil o esforço principal com a materialização da Divisão Naval em Operações de Guerra, cuja mobilização também refletiu o pouco preparo com que contava a expressão militar do poder nacional. Na Segunda Guerra Mundial, apesar do envio de uma (que deveriam ser três) Divisão de Exército à Itália, sua mobilização denotou a falta de traquejo para com campanhas militares.

[1] Capitão-Tenente do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Possui cursos na área de logística e cadeia de suprimentos pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS/RJ-2012), especialização em finanças corporativas (FGV/RJ-2014), mestrado em administração de empresas com ênfase em finanças (PUC-Rio-2015) e mestrado em estudos marítimos na linha de pesquisa Política e Estratégia Marítimas (EGN-2021). Serviu a maior parte de sua carreira no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e atualmente serve na seção de operações da Força de Fuzileiros da Esquadra. E-mail: esley.rodrigues@me.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mesmo com o desdobramento do Batalhão Suez e das diversas operações de paz em que foi requisitado, o Brasil não foi capaz de consolidar uma doutrina e uma tropa em prontidão para atuar em missões expedicionárias, seja em suas franjas lindeiras, seja além mar, em grande parte por causa de limitações logísticas. Esta dificuldade é reflexo, dentre outros, da falta de um orçamento previsível; do ainda pequeno grau de integração de meios e sistemas entre as forças armadas; e a incipiente base industrial de defesa, cujo desenvolvimento nos últimos anos não foi suficiente para garantir a independência nacional de sobressalentes, particularmente relativos aos meios necessários à projeção de poder como aeronaves e navios. A Grande Estratégia Brasileira, mesmo tendo sido delimitada por diversos estadistas ao longo de sua história, não foi capaz de ser resumida em processos práticos e perenes que se desenvolvessem ao longo dos anos.

O Poder Naval possui um papel essencial na projeção da expressão militar, sendo imprescindível para que a onipresença do Exército dentro de seu entorno estratégico seja um fato. Longe de pretender um controle de pontos focais como as potências marítimas, deve caber ao Poder Naval Brasileiro a negação do uso do mar e a capacidade de gerenciamento de contatos marítimos, impedindo tanto que haja a profusão de crimes transfronteiriços em águas territoriais, no Atlântico e Pacífico Sul e no Caribe, quanto evitando que a agenda da responsabilidade de (e em) proteger continue presente nesta região do mundo. É a patir desta hegemonia benigna que o Brasil terá o prestígio suficiente para defender os interesses regionais em foros multilaterais, permitindo que o antigo desejo de Arthur Bernardes durante a Liga das Nações seja finalmente alcançado.

O objetivo deste artigo é apresentar o conceito, consagrado na História do Brasil, de Hegemonia de Prestígio, qual seja garantir a hegemonia militar regional, permitindo a manutenção da harmonia e o prestígio global. Será dividido em quatro partes, em que serão abordados o panorama estratégico brasileiro contemporâneo, como os antigos estrategistas conceberam a utilização do Poder Naval brasileiro, como ocorreu essa evolução simbiótica entre Poder Naval e Diplomacia, e a importância da sinergia entre as forças armadas sul americanas, sobretudo das Marinhas Nacionais. Conclui-se que, em poderes continentais como o Brasil, é essencial que haja grande complementaridade entre Poder Naval e diplomacia, permitindo que haja a construção de uma Grande Estratégia cujo sistema que comungue a hegemonia regional com o prestígio internacional.

Novo ambiente estratégico

A revisão e proposta de uma nova concepção estratégica de defesa, particularmente para a força terrestre e anfíbia nacionais, visa a reforçar a hegemonia regional (sobretudo na América do Sul, Caribe e Atlântico Sul), e o prestígio internacional, a fim de contribuir para a adequada dosagem de meios materiais de poder com relação aos objetivos nacionais de defesa. Focou-se, portanto, no estudo da história da utilização das forças terrestre e anfíbia nacionais, particularmente da "Guerra de Independência" aos dias atuais, com o fito de se delimitar como tem sido usada esta ferramenta da expressão militar do Poder Nacional. Além disso, a análise do processo de ativação dos meios materiais de poder objetiva a proposição de maior autonomia ao Ministério da Defesa, sempre sob a tutela do Presidente da República, sem a necessidade de chancela congressual quanto

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ao uso da expressão militar do Poder Nacional. Foram também verificadas as potencialidades nacionais que pudessem contribuir para a consecução dos pressupostos da concepção política de defesa, particularmente: i) manutenção da ZOPACAS; ii) integração com países sul-americanos; iii) atuação sob a égide de organismos internacionais; e iv) participação de operações internacionais.

A pesquisa foi delimitada ao espaço temporal da Independência aos dias atuais, sobretudo na evolução da força terrestre (Exército Brasileiro) e anfíbia (Corpo de Fuzileiros Navais), e em uma análise comparada das estratégias nacionais de defesa de poderes continentais hodiernos. Como parte integrante da Marinha do Brasil, foi feito um estudo do papel dos fuzileiros navais e como é encarada sua projeção como componente do conjugado anfíbio (comunhão de meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais).

A defesa da Pátria, conceito bastante elástico, confunde-se com a defesa interna, abarcando cada vez mais atividades no portfólio de ações militares (Brooks, 20016, p. 13). Mesmo contando com a chancela formativa norte-americana desde o fim da Segunda Grande Guerra, as Forças Armadas mantiveram forte influência de sua gênese como tropa de gendarmaria desde a Guerra do Paraguai, quando a força terrestre brasileira, contando com efetivo menor que o guarani (Lima, 2016; p. 64), valeu-se de Corpos de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional. Nem mesmo o então Tenente-Coronel Deodoro da Fonseca, presente em Cerro-Corá, vislumbraria que as raízes de gendarmaria teriam influências tão longevas na concepção estratégica das Forças Armadas.

Diferente do Exército, a Marinha do Brasil manteve uma estratégia bastante perene desde as Guerras de Independência. Evitando a incursão de invasores, e tentando manter o controle tanto do Atlântico Sul quanto das vias fluviais interiores, evitou envolver-se em questões intestinas, voltando a figurar no cenário internacional na Primeira Guerra Mundial, com a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), permitindo que o Brasil tivesse acento ativo nas conversações pós-conflito. Foi também pelo mar que o Brasil precisou iniciar sua participação na Segunda Guerra Mundial, em resposta aos ataques do Segundo Império Alemão assegurando a segurança da navegação de cabotagem e na costa da África. Com efeito, foi graças ao Poder Naval e à capacidade de projeção por mar que o Brasil pode fazer-se presente no Batalhão Suez, na Nicarágua, República Dominicana e Haiti, transformando os navios anfíbios da Marinha nos principais vetores de apoio às participações brasileiras em Missões de Paz.

Neste cômputo, coube à diplomacia brasileira chancelar os desígnios nacionais, apoiando-se na capacidade de projeção da expressão militar do Poder Nacional. Desde as antigas ameaças de invasões por parte das potências europeias, passando pelas tentativas de invasão dos demais Estados sul americanos, nossos diversos chanceleres foram essenciais na construção de arcabouço conceitual e doutrinário que guiou o Brasil, particularmente desde a proclamação da República, no caminho da resolução pacífica dos conflitos. Com a evolução das novas ameaças contemporâneas, o Poder Naval Brasileiro torna-se um importante vetor de dissuasão, demonstrando a capilaridade da capacidade militar, bem como o nível de controle da harmonia regional que o Brasil possui.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A visão dos estrategistas e geopolíticos

Foram utilizados diversos autores para a formação da base de análise, com foco naqueles que se detém na demarcação das características que distinguem poderes marítimos dos terrestres e nas teorias dos grandes estrategistas militares de poderes continentais, observando-se não somente o que falam sobre a força terrestre, mas também sobre a força naval. Além disso, foi realizada uma análise das estratégias de defesa dos poderes continentais (Rússia e China), do poder marítimo (Reino Unido) e do poder anfíbio (Estados Unidos da América), comparando-as com as utilizadas na Estratégia Nacional de Defesa do Brasil. Também se observou como os grandes estrategistas brasileiros de nosso passado conceberam a atuação da expressão militar do poder nacional, influenciando a concepção estratégica atual, e como as forças anfíbia e terrestres devem ser dispostas em nosso entorno estratégico e alhures.

A diferença entre poderes marítimos e terrestres fica bem clara ao se estudar a história de países que assumiram os papeis de *hegemon* e de *nemesis* como Atenas e Esparta, Roma e Cartago, Inglaterra e Holanda, Reino Unido e Império Alemão e, mais recentemente, Estados Unidos e União Soviética/China. Como trabalho norteado pela corrente realista, tomou-se por base o diálogo *meliano* (Tucídides, 2001; p. 347) na compreensão da sociedade anárquica que se apresenta aos diversos atores internacionais, e que mantém seu equilíbrio a partir da comunhão de interesses (Bull, 2002; p. 65). Neste contexto, o conceito da Armadilha de Tucídides é essencial para que compreendamos como esta relação *seapower* x *continental power* guiou e ainda guia o destino da história, e como interesses comuns forjam alianças estratégicas. Tal qual no passado, o medo que uma potência crescente destila sobre uma hegemônica gera guerras e conflitos (Alisson, 2017; p. xiv) que poderiam ser evitados pela utilização de meios hoje revelados por teorias liberais (Alisson, 2017; p. 235-240). O BRICS, visto como a comunhão das potências terrestres da atualidade, deve ser encarado como uma oportunidade de projeção militar do Brasil.

As características de um poder marítimo e como a construção e manutenção de uma frota mercante e de guerra pode contribuir para a projeção militar e diplomática dos países foi ponto essencial na conformação geopolítica da influência global dos *seapowers*, bem como os diversos conflitos entre poderes marítimos e terrestres que moldaram a história do ocidente. A importância da manutenção e controle de pontos focais marítimos (*chokepoints*), principalmente daqueles que "fecham" o Atlântico Sul (Stavridis, 2018; p. 312) e nosso entorno estratégico (Estreito de Magalhães, Caribe, Golfo da Guiné e Cabo da Boa Esperança, e Pacífico Sul) tornam premente a necessidade de se manter tropas e navios para conter ações que possam ameaçar os interesses nacionais e de nossos aliados (Frederick et al., 2020; p. 139), bem como o bem estar e a harmonia no Cone Sul e África Ocidental.

Estadistas do passado utilizaram o poder naval, sobretudo no tocante à projeção de poder terrestre, controle de área marítima, e negação do uso do mar e dissuasão, valendo-se dos elementos do poder marítimo (Richmond, 1947; p. xi) para expandir sua influência e garantir hegemonia. O Brasil, poder continental clássico, também deve desenvolver sua parte marítima e naval, sem colocar em xeque seu potencial terrestre. Diferente das constatações de que poderes continentais orientais não desejam o mesmo grau de "progresso e sistema político inclusivo" do

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ocidente (Lamberth, 2018; p. 312), é interessante que se olhe com maior profundidade para a concepção naval defensiva de Gorshkov (controle de *chokepoints* que permitem o acesso ao território nacional, e negação do uso do mar através de larga frota submarina), adaptando-a às circunstâncias brasileiras.

A concepção de uma força armada forjada pelo conceito de batalha decisiva (Clausewitz, 1984; p. 248) apenas pode ser materializada quando se constrói uma força superior (Clausewitz, 1984; p. 545), ponto que não consubstancia, hoje em dia, maior valor de tropa. Derivado desta concepção estratégica, o conceito de guerra total deve ser aprofundado, já que não há possibilidades de se alcançar uma paz duradoura utilizando-se somente da expressão militar (Erich Ludendorff, 1939; p. 29), exigindo uma visão multidisciplinar de abordagem dos problemas regionais.

Os cinco pressupostos de Mearsheimer (o sistema internacional anárquico; o poder militar ofensivo inerente às superpotências; a incerteza quanto às intenções entre os Estados; a sobrevivência como objetivo primário dos Estados; e a racionalidade intrínseca às ações estatais), além de terem como base a primazia do poder terrestre sobre os demais, que servem, peremptoriamente, para projetá-lo ou defendê-lo antes e durante o combate (Mearsheimer, 2001; p. 30-32, 83) permitem conceber que o poder naval deve estar em consonância com a vontade e capacidade de projeção de poder militar

Poderes continentais maciços como o Brasil precisam garantir, durante o desdobramento de tropas, características como a surpresa e concentração de tropas (Englund, 2005; p. 299), e a superioridade tecnológica, pontos cruciais na decisão da vitória, o que acaba por envolver diversos atores da sociedade em seu desenvolvimento (Guderian, 2009; p. 94). O problema inerente aos poderes continentais (a logística de projeção e de sustentação), ponto fraco da capacidade expedicionária brasileira, deve ser mitigado por uma Marinha Onipresente no Atlântico Sul, sua área de interesse, além de navios patrula e de transporte de tropas nas vias navegáveis, contando, ainda, com integração naval com as marinhas sul americanas que possuem costas ao Pacífico. A hegemonia brasileira no cone sul deve, portanto, expandir-se a todo seu entorno estratégico, cabendo à força terrestre e anfíbia, apoiada por aeronaves e navios, garanti-la, levando em consideração pressupostos caros a sua constituição, como a não intervenção e a auto determinação dos povos. Neste cômputo crescem de importância as atividades de emprego limitado da força e benignas.

Evolução naval e diplomática

A formação do poder naval brasileiro durante as Guerras de Independência, e do poder terrestre nacional durante a Guerra do Paraguai, bem como o estudo da participação do Brasil nas duas guerras mundiais, é de grande relevância para a compreensão das dificuldades de mobilização nacional. A formação militar dos voluntários da pátria, recrutados e da guarda nacional, tida como precária durante a Guerra do Paraguai (Doratioto, 2002; p. 112) alinha-se à limitada capacidade de mobilização nacional observada durante a Segunda Guerra Mundial (Penteado, 2006; p. 35).

As dificuldades observadas durante a formação e desdobramento da DNOG contribuem na formação da percepção das dificuldades da força naval, sobretudo as limitações logísticas oriundas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da não formação de uma indústria naval autóctone (Araújo, 2014; p. 324), demonstrando, além da clara vocação terrestre nacional, o pouco trato dado ao desenvolvimento de força continental plena capaz de ser onipresente na região (Monteiro, 1934, p. 207), o que levou, ao longo dos anos, ao desenvolvimento militar por espasmos, geralmente atrelados à dependência externa, sem a criação de soberania na base industrial de defesa, tampouco de capacidade expedicionária. Verificar, estudar e respeitar as fraquezas é ponto central no combate ao *status quo* (neste caso, o fraco desenvolvimento da indústria de defesa e naval), sendo fundamental à estratégia enfrentá-las de modo adequado, ao invés de negar sua existência (Gaddis, 2018; p. 49).

A construção da diplomacia brasileira desde o Império até a Nova República, com ênfase na política externa para com a região do Prata, para a África e para os demais países do Cone Sul, regiões que consubstanciam o entorno estratégico nacional, foi bastante clara e perene. Particularmente a análise dos negócios estrangeiros é de grande importância para a percepção da complementariedade entre a expressão militar e diplomática. Nosso último imperador, sabendo ler o ambiente em que se encontrava o Brasil, sabiamente alinhou a recém criada república à esfera de influência norte-americana, buscando não só os ganhos econômicos e estratégicos que dela poderiam advir, como também um contrapeso à possíveis investidas europeias durante a Era dos Impérios (Cervo e Bueno, 2015; p. 193), mantendo, contudo, limites quanto ao alinhamento nos órgãos internacionais e evitando a automaticidade nas resoluções (Ricupero, 2017; p. 315). Neste contexto, a expressão militar foi essencial na concepção da Grande Estratégia brasileira, seja durante o Império, seja nos anos iniciais da república, neste último caso com grande impulso da corrida naval no Cone Sul e a "paixão" de Rio Branco pelo poder militar, cônscio das limitações que se impunham a uma nação como o Brasil (Alsina Jr., 2015; p. 149). O estudo da história militar deve ser corroborado pelo da história das relações exteriores não somente por, em sua gênese, terem estado diretamente relacionados em único ministério, mas também pelo fato de que os mesmos fatores que influenciam a defesa também influenciam os negócios estrangeiros.

Potências continentais que despontaram no século XX como grandes concorrentes continentais à hegemonia global (Segundo e Terceiro Império Alemão e União Soviética/China), valendo-se de seu poder naval para projetar o poder terrestre em sua área de influência e negar o uso do mar por meio de vasto arsenal subaquático devem ser, portanto, tidas como *benchmark* ao desenvolvimento de uma marinha que possa projetar poder ao mesmo tempo que proteger áreas de interesse, garantindo a onipresença brasileira em seu entorno estratégico. Aliado a isso, a expressão militar foi e ainda é utilizada pelos *continental powers*. A contemporânea aproximação com dos BRICS, é necessária, seja pela necessidade de criação de novas parcerias que permitam maior alcance às forças armadas brasileiras, seja pelo aumento dos custos de manutenção de tropas perenemente prontas para atuar em nosso entorne estratégico. Sendo assim, é necessário que haja, por parte de diversos atores, maior esforço de aproximação entre o Brasil e os demais membros, de maneira a garantir que os BRICS também participem ativamente dos esforços para a harmonia global.

A necessidade de se manter navios e tropas perenemente estacionados em pontos focais requer a comunhão de interesses entre os diversos entes envolvidos. Não se deve pensar que a responsabilidade seja das forças armadas dos Estados envolvidos, cabendo a diversas agências

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

públicas o controle de alfândegas e fronteiras, inspeção de embarcações, patrulhas em terra e no mar e sensoriamento oceânico. Neste sentido, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) precisa ser "expandido" para outras áreas como o Caribe, Pacífico Sul e África Ocidental, sempre contando com a cooperação dos países que são parte desta área. O controle da área marítima é essencial para coibir os crimes transfronteiriços cometidos na América do Sul como o tráfico de entorpecentes e pessoas, biopirataria e roubo de cargas marítimas, sendo mister que haja total adesão de agências policiais ao esforço. O Brasil, com mais de 48% do território sul-americano e compondo sua economia mais pujante, precisa garantir o protagonismo desta empreitada, não apenas por meio de maior número de meios materiais de poder, mas também pelo ativismo diplomático que se pretende ter uma potência regional.

Dentro do espectro das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Brasil precisa firmar sua posição como defensor não apenas da responsabilidade de proteger (R2P) como também da responsabilidade em proteger (RwP), enquanto peça engajada na proteção dos direitos humanos e na projeção de valores caros à humanidade. A manutenção de uma Marinha e força terrestre apta a desembarcar e exercer sua influência em sua zona de responsabilidade é essencial na manutenção do prestígio nacional frente às Nações Unidas, exigindo que, paralelamente, a diplomacia pregue maior integração de esforços neste cômputo. Para isso, organizações regionais e acordos multilaterais gestados pelo Itamaraty precisam chancelar este desejo de harmonia regional e institucional interna nos Estados latino-americanos.

Interoperabilidade e integração latino-americanas

Os esforços para a conformação de uma organização que uma os países latino-americanos estão previstos no artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um antigo desejo dos Chefes de Estado que, repudiando o uso militar para apaziguar as diferenças regionais, sempre presaram pela via diplomática. Após o conflito do Prata do final do século XIX, coube ao Brasil apresentar-se como grande defensor desta vertente, evitando, inclusive, fazer-se presente nas diversas guerras regionais que eclodiram no cone sul como a Guerra do Chaco e do Pacífico. Neste diapasão, as Forças Armadas brasileiras foram desdobradas no teatro europeu com a DNOG na Primeira Guerra Mundial, e com a FEB na Segunda, contribuindo decisivamente para sua projeção internacional e regional como único país sul-americano a enviar tropas para ambos conflitos mundiais.

O período atual é bastante distinto do século passado. O fim da bipolaridade, seguido da multipolarização das relações internacionais, permitiu a ingresso de diversos países em operações de paz das nações unidas, com tropas e observadores. O antigo desejo de fazer-se assente permanente no Conselho de Segurança, ponto que remonta o governo de Arthur Bernardes e a saída voluntária do Brasil da Liga das Nações, está diretamente relacionado não apenas à sua capacidade de projeção militar e diplomática, mas também na possibilidade de exercer seu "poder de império" em seu entorno estratégico, valendo-se de seus cânones diplomáticos e de seu desejo de potência. Sendo assim, sua influência tecnológica e doutrinária dentro de sua zona de interesse é essencial para que garanta a hegemonia regional, além do prestígio extra regional. No âmbito

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

militar, esta influência deve ser refletida na padronização da doutrina e tecnologia de defesa, com a consequente expansão nos países vizinhos do portfólio de cliente da Base Industrial de Defesa (BID)[2].

A padronização doutrinária deve ser alcançada a partir do aumento no número de exercícios combinados[3] e interagência[4]. Como um dos pontos necessários à garantia de maior segurança regional, as operações entre os países da região deve ser cada vez mais frequente, permitindo a formação de uma doutrina única que permita a maior sinergia entre os países. As operações combinadas devem ser concebidas desde o planejamento, com a utilização de processos coordenados de resolução dos problemas militares propostos, permitindo, durante a execução, maior integração entre os destacamentos das diversas forças envolvidas. Da mesma forma, operações interagência precisam levar em consideração a necessidade de padronização de procedimentos frente a crimes comuns da região, troca de informações policiais e estratégicas, e integração entre as diversas agências e as forcas armadas, haja vista alguns elementos adversos oferecerem condições de contraposição ativa de grande intensidade.

A padronização tecnológica deve ser baseada no oferecimento de melhor qualidade dos produtos de defesa, a um preço acessível e competitivo, haja vista a franca concorrência com os produtos europeus e norte-americanos. O fomento à BID passa a ser, portanto, mais que uma necessidade econômica visando ao desenvolvimento de industrias com potencial tecnológico rentável, sendo essencial à expansão da padronização tecnológica brasileira na região. Sua expansão representa, portanto, não apenas um esforço político da indústria nacional, como também uma saída mais economicamente viável ao déficit tecnológico latino-americano, bem como uma oportunidade para a geração de meios militares cuja cadeia de suprimentos seja totalmente regional. Partindo-se da padronização doutrinária, vista acima, a padronização de meios materiais de poder transforma-se em uma solução longamente acalentada pelos estrategistas do cone sul, que viam na dependência tecnológica norte-americana e europeia grande perigo à soberania nacional e regional.

Além da doutrina e da BID, faz-se mister a criação de uma organização regional de defesa, que abarque o Cone Sul e Caribe, e que permita o desdobramento de tropas em pronto emprego onde quer que a estabilidade e harmonia regionais estejam em perigo, bem como os direitos humanos estejam ameaçados, contribuindo para a prevenção contra genocídio, crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade (UN, 2005; p. 30). Apesar de não estar descrita em sua constituição, a união com países africanos é essencial, e a (re)concepção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) se torna ponto focal nesta empreitada.

Os exercícios anfíbios e a BID precisam lançar-se do outro lado do Atlântico, somando esforços com as forças armadas amigas da África de maneira a permitir melhores condições para o

[2] "Conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produto de defesa no país" (Brasil, 2020; p. 150).

[3] "Operação empreendida por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único" (Brasil, 2015; p. 190)

[4] "Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum" (Brasil, 2015; p. 196).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

surgimento de indústrias e doutrinas adequadas. Neste ínterim, a Marinha do Brasil é ponto chave nesta discussão, haja vista ser imperioso, para que haja exercícios combinados de monta, um poder naval respeitável e confiável, dotado de seus componentes aeronavais e de fuzileiros navais. Exercitando operações anfíbias, as forças armadas irão, necessariamente, operar em sua totalidade, atuando com as demais forças singulares regionais, de maneira coordenada, o que exigirá grande coordenação e controle por parte de todos os envolvidos.

Conclusão

Desde sua origem, estadistas brasileiros perseguem o mesmo objetivo: a hegemonia regional e o prestígio internacional. Após os conflitos intestinos e regionais, o Brasil, no século XX, despontou como único país latino americano a contribuir ativamente com tropas no campo (e nos mares) de batalha. Fazendo-se presente em diversas operações de paz desde então, o Brasil precisa, já na terceira década do século XXI, decidir-se pela criação de pujante poder naval, além da padronização doutrinária e tecnológica com reação aos países do cone sul e caribe, além dos da costa oeste da África. Para tanto, a expansão da BID e o aumento n número de operações combinadas e interagência devem ser considerados projetos estratégicos, devendo, portanto, haver definição orçamentária mínima para garantir, no mínimo, a garantia da perenidade dos projetos e evolução das invenções.

Desta forma, pretende-se contribuir para uma melhor delimitação das necessidades estratégicas nacionais, tendo em vista sua perene evolução, apresentando-se nova disposição da dosagem da Força Terrestre e Anfíbia em faixas de fronteira e pré-embarcadas em pontos estratégicos, conjugando nossas capacidades e objetivos nacionais de defesa aos anseios sociais (grande estratégia), defensivos (política de defesa), geopolíticos e da base industrial de defesa.

Por fim, torna-se mister a compreensão de que, para o Brasil, o desenho de uma Grande Estratégia é essencial, tendo-se em mente que "cada experiência requer o equilíbrio derivado do julgamento" (Gaddis, 2018; p. 213).

Referências

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio-Branco, grande estratégia e poder naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 416 p.

ARAÚJO, Johny Santana. "A guerra que vai acabar com todas as guerras": o Brasil na Primeira Grande Guerra - a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha (1917-1918). *História: Debates e Tendências*. v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.

BRASIL, Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília: EMCFA, 2015. 292 p.

BRASIL, Ministério da Defesa. Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília: 2020. 188 p.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BROOKS, Rosa. *How Everything became war and the military became everything*: Tales from the Pentagon. New York: Simon & Schuster, Inc., 2016, 438 p.

BULL, Heddley. *A sociedade anárquica*: Trad. Sérgio Bath. Lª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 361 p.

CARVALHO, José M. de. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 279 p.

CERVO, Amado Luz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, 605 p.

CLAUSEWITZ, Carl V. On War. New Jersey: Princeton University Press, 1984, 751 p.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, 632 p.

ENGLUND, Steven. *Napoleão*: uma biografia política. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, 630 p.

FREDERICK, Bryan et al. *Understanding the deterrent impact of U.S. overseas forces*. Santa Monica (CA): RAND Corp., 2020, 243 p.

GADDIS, John Lewis. On Grand Strategy. New York: Penguin Press, 2018. 368 p.

GUDERIAN, Heinz. *Panzer Leader*. London: Penguin Books, 2009, 528 p.

LAMBERTH, Andrew. Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict that made the Modern World. London: Yale University Press, 2018.

LIMA, Luiz Octávio de. A Guerra do Paraguai. São Paulo: Planeta, 2016.

LUDENDORFF, Erich. *Der Totaler Krieg*. München: Ludendorffs Verlag, 1939.

MONTEIRO, Góes. *A revolução de 1930 e a finalidade política do exército* (Esboço Histórico). Rio de Janeiro: Andersen editores, 1934.

PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. *The Brazilian participation in world war II*. A thesis presented to the Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College in partial fulfillment of the requirements for the degree Master of Military Art and Science (Military History). Fort Leavenworth, Kansas 2006.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RICHMOND, Sir Herbert W. Statesmen and Sea Power. Oxford: Clarendon Press, 1947.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

STAVRIDIS, James. Sea Power: the history and geopolitics of the world oceans. New York: Penguin Books, 2018

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Editora UNB - IPRI, 2001, 584 p.

UNITED NATIONS. World Summit Outcome. New Yourk: UN General Assembly, 2005. 38 p.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PÁGINAS NEGRAS E A LUTA ANTIRRACISTA NOS PERIÓDICOS JORNEGRO E AFRO-LATINO-AMÉRICA DURANTE A DITADURA MILITAR (1977-1981)

Fernanda Aparecida Antunes de Arruda[1]

Introdução

Este artigo é o primeiro resultado de pesquisa ainda em andamento do Mestrado em História pelo PPGHIS/UFMT, que tem como objeto a construção da luta antirracista da imprensa negra por meio dos periódicos Afro-Latino-América (1977-1979) e o Jornegro (1978-1981) ambos de São Paulo, na ditadura militar. A escolha do recorte temporal (1977-1981) deve-se ao fato que nesse espaço de tempo estava ocorrendo grandes transformações culturais, políticas e comportamentais das décadas anteriores, como por exemplo, os movimentos estudantis e feministas na Europa que inspiraram as quebras de tabus, mobilizações antiinstitucionais e antiautoritárias no Brasil, a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, independências de países africanos e posteriormente os movimentos de resistência pelo fim das ditaduras nos países da América Latina. Para captar e analisar a luta antirracista nas publicações dos jornais, a opção foi selecionar os periódicos e temas que mais foram citados no decorrer de cada publicação, privilegiando e analisando cada notícia no primeiro momento, e colocando-os em uma tabela, no segundo. Analisando ao mesmo tempo como os jornais contribuíram diretamente para o combate do racismo e consequentemente para o enfrentamento da ditadura militar cujo próprio posicionamento era também racista.

De certo modo, a década de 1970 foi o período em que o movimento negro se diferenciou dos anteriores, pois está em constante denúncia do chamado mito da democracia racial, ou seja, a idéia de harmonia e benevolência entre o povo brasileiro. A aproximação das esquerdas em relação a questões raciais principalmente na época da ditadura militar, as influências americanas e africanas na luta pelos direitos civis e contra o fim do apartheid e independência respectivamente, a incorporação do 20 de novembro no calendário como um dia de luta e resistência a ser comemorado e não o dia 13 de maio como uma farsa da abolição.

E nessa perspectiva que o presente artigo tem por objetivo analisar os temas e documentações produzidos, abrindo novas possibilidades para a pesquisa histórica brasileira ainda pouco explorada, na qual traz elementos importantes para pensar a própria dinâmica da imprensa negra que estava difundida no principal centro urbano do território brasileiro, durante a ditadura militar. Na primeira parte é apresentado, o "Movimento Negro no Brasil da Segunda Metade do Século XX e a Ditadura Militar", que historicamente trouxe a público o debate sobre o mito da

[1] Mestranda em História (UFMT), Licenciada em Pedagogia e História (UFMT), Especialista em Relações Étnico Raciais (UFMT), professora e pesquisadora de história e cultura afro-brasileira. E-mail de contato nandyarruda@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

democracia racial, racismo, desigualdade racial, violência policial, bem como um dos atos históricos que reuniu mais de mil ativistas negros nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo realizado em 1978, pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial.
Em seguida trouxemos "Alguns Apontamentos sobre a análise das fontes e a Luta Antirracista nos periódicos Jornegro e Afro-Latino-América (1971-1981)", nesta parte iremos destacar como as fontes através dos jornais possibilitaram a luta antirracista por meio de uma produção jornalística negra.
E para finalizar será apresentado "Algumas Considerações" na qual será destacado os primeiros resultados até o presente momento, tendo em vista que a mesma encontra-se em análise e portanto, está em fase inicial.

O Movimento Negro no Brasil da segunda metade o século XX e a Ditadura Militar

Falar em movimento negro no Brasil da segunda metade do século XX é lembrar os anos posteriores a década de 1960 na qual foi marcado pelo ato de refundação do movimento negro através das ações coletivas contra o preconceito e principalmente o combate ao mito da democracia racial. Bem como, as grandes agitações políticas da tomada de poder pelos militares.
Durante esse período, a censura, a repressão, as prisões, perseguições, expulsões de jovens universitários e professores das faculdades fizeram parte do cotidiano brasileiro. Sob a desculpa de manter a Segurança Nacional, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) cuja face principal foi mergulhar o Brasil em 21 anos de profundas violências, repressões e cerceamento da liberdade de expressão. Conforme apuração que consta no "Dossiê" publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos[2].
Nesse contexto histórico, segundo Jesus (2016), os militares tomaram como incontestável a idéia da democracia racial. A autora supracitada, destaca ainda, que o governo militar negava veementemente o problema racial no país, divulgando ao exterior a ideia de um país sem conflitos dessa ordem, onde a "paz das cores" formalizava a igualdade entre as raças. Assim, a crença na ideologia da democracia racial imperou em todo o Brasil, fortalecendo a política do branqueamento, encobrindo as desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos. Ainda sobre isso, Arruda (2016, p.53) destaca que, os militares rotularam os militantes de racistas e imitadores dos ativistas norte-americanos que lutavam pelos direitos civis naquele período.
Tal situação colaborou com os eventos públicos que ganharam aspectos expressivos, principalmente influenciados pelo antirracismo na África do Sul e dos Estados Unidos. Essas influências externas possibilitaram a articulação de grupos ligados a diferentes organizações e articulações negras. Conforme Gomes (2017) entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade.

[2] Fonte: Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html. Acesso em 11/06/2016.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

E nesse sentido, a geração de julho de 1978 começou a se articular, e o Movimento Negro Unificado foi uma das organizações negras mais reconhecidas na história recente do Brasil, e teve como berço grandes nomes da luta negra antirracista no país, dentre eles: Milton Barbosa, um dos fundadores do MNU, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Hamilton Cardoso, Abdias Nascimento, entre outros. Contudo, de acordo com Oliveira (2020, p.9),

> mesmo não tendo sido capaz de eliminar o preconceito, a discriminação e o racismo, o MNU ao seu tempo assumiu com coragem aquela tarefa e inspirou a geração de julho de 1978 a desconstruir o mito da democracia racial, a farsa da abolição, a escrever na Constituição Federal brasileira de 1988 que o racismo é crime, fortalecer a participação das mulheres nos encontros nacionais e internacionais, a celebrar Zumbi e Dandara como heróis nacionais, a exigir compromisso do Estado brasileiro em prover a igualdade racial em educação e saúde, garantir as terras dos quilombos e, sobretudo, a vida da juventude negra.

Desde o início da década de 1970, é possível verificar a formação de entidades que segundo o relatório do SNI, procuravam denunciar o racismo e organizar a comunidade negra. Jesus (2016, p.6) afirma que, os órgãos de repressão que se faziam presente nos encontros, nas reuniões, nos bailes, por meio de informantes, ou da ação policial, mas tudo de forma a não dar destaque aquela movimentação que se fazia em torno das discussões sobre o "problema do negro".

Os militares com o serviço de informação, vigiavam todas as organizações do movimento negro. A exemplo disso, alguns dos principais produtores e DJs das equipes de maior visibilidade começaram a ser convocado para averiguação policial. Paulão Black Power foi detido algumas vezes por agentes especiais do DOI-CODI, pois insistiam que o nome da equipe Black Power teria ligação direta com o partido norte-americano dos Panteras Negras (PEIXOTO & SEBADELHE, 2016, p. 84).

Contudo, apesar das vigilâncias do regime repressivo ditatorial, é possível constatar o surgimento de vários grupos e entidades negras como, o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre (1971), o Centro de Estudos e Arte Negra (CECAN), em São Paulo (1972), a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) inaugurado no Rio de Janeiro e o Bloco Ilê Aiyê, fundado em Salvador, ambos no ano de 1974. Nesse âmbito Rios (2012) destaca que, as manifestações de rua marcaram o retorno da política negra à cena pública brasileira nos anos 1970.

Os anos de 1970 e 1980 viram reflorescer o protesto reivindicatório. Jesus apud Santos (2016, p. 2) afirma que,

> durante o governo Médici (1969-1974), um dos militares mais "linha dura", cujo período foi de maior repressão àqueles que combatiam a ditadura, "nenhum jornal, grande, ou pequeno, podia publicar nada sobre índios[3], esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha – era como se, por decreto, tais problemas não existissem". Com isso, qualquer pensamento externalizado sobre as relações raciais naquele momento, ia contra a ideia da democracia racial.

Ainda de acordo com Jesus (2016, p. 2),

[3] Termos como "índio" e "tribo" vêm sendo questionados pelos povos originários, que compreendem que tais categorias foram criadas pelos colonizadores como forma de reduzir a pluralidade de cerca de 1.000 etnias indígenas que existiam no país na época do "descobrimento". Fonte: https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo. Acessado em: 25/10/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> os órgãos de repressão, as reações ao racismo por parte da comunidade negra apresentavam focos pequenos que deveriam ser vigiados, no entanto, em alarde, para não incentivar discussões em torno do "problema do negro". Num primeiro momento, aquela movimentação não chegava a se vista como "ameaça política", uma vez que a ideologia da democracia racial era sempre propagada. Contudo, qualquer possibilidade de reação coletiva do negro era vista como ameaça ao governo e à sociedade, porque os militares acreditavam haver "infiltração comunista" dentro daquelas organizações.

A exemplo disso, encontramos o Movimento Black, ainda que realizado no Rio de Janeiro, os produtores e organizadores dos bailes presenciavam certa vigilância constante nas imediações dos encontros. De acordo com Jesus (2016, p.6) nos documentos com carimbos de "sigilosos" encontram-se atas das reuniões, são relatórios detalhistas de tudo o que se passava naqueles encontros, as pessoas descritas e marcadas, as falas demarcadas com comentários dos agentes, tudo muito bem registrado. Os registros encontrados nos relatórios contra a discriminação racial eram tratados conforme Jesus (2016), como o "problema do negro", ou como "o racismo negro". A autora ainda destaca que, para os militares, aquela militância negra e as discussões que faziam, estavam embasadas e influenciadas pelas idéias comunistas.
Kössling (2008, p. 29) afirma que,

> os movimentos negros tornaram-se, assim como, outros movimentos sociais, subversivos sob a ótica do regime militar ao denunciar o racismo no Brasil. É preciso ressaltar que a vigilância aos movimentos negros por parte do DEOPS/SP não foi iniciada em 1964. Desde a década de 1930 ocorreu uma atuação repressiva às associações de afrodescendentes, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como "introdutoras" da questão racial no Brasil e, por consequência, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a "democracia racial brasileira".

No que tange o papel dos opositores ao regime, Arruda (2016) descreve que estes foram perseguidos ao lutar pela democracia e pela liberdade de expressão, dentre esses estavam membros de partidos de esquerda, militantes negros, estudantes, artistas entre outros. Segundo o Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo[4] é difícil mensurar as diversas formas de violações sofridas pela população negra durante o período da ditadura no país, basta rememorar notícias de jornais onde os negros e pobres figuravam em maior parte o noticiário policial.
Na década de 1970, em pleno ato público, a postura assumida pelos negros politizados em São Paulo atingiu a militância afro-brasileira em vários estados. Um grande fluxo de reorganização negra pode ser percebido desde então (SILVA, 2001, p.39). E em 1978, foi marcado pela realização um ato que reproduziu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a forma de protesto social que o Movimento Negro no Brasil assumiria posteriormente, ao retomar os espaços públicos abertos como palco privilegiado de manifestações.
A manifestação histórica do dia 7 de julho de 1978 trouxe a tona o discurso oficial sobre o mito da democracia racial, conforme é possível encontrar claramente no trecho destacado por Pires,

> existe no Brasil, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de

[4] Fonte: Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. Disponível em:http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html. Acesso em 11/06/2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> comunicação social. [...] Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (na época, o caso de Tony Tornado, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome [...] nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra [...] Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos conhecidos por Panteras Negras, Black Power e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M.C.I (Comunismos Internacional), em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedade ocidentais [...] O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional (PIRES, 2015, p. 7).

A refundação do movimento negro durante a ditadura militar pode ser analisada em dois aspectos: o cultural e o político. Já no campo da teoria, a ideologia da democracia racial começou a ser refutada e questionada por artistas e intelectuais, como o sociólogo Florestan Fernandes que realizou várias críticas demonstrando como os afrodescendentes foram integrados à economia, mas prevaleceu a duplamente a exclusão social e racial.

Corroboro com Rios (2012, p. 49) ao dizer que, as reivindicações ocorridas naquele período visavam o reconhecimento da existência do racismo, da desigualdade social, a violência policial, as condições subumanas da população carcerária e as torturas nos presídios contra os negros, uma vez que, o discurso oficial da ditadura militar era baseado no mito da democracia racial. Segundo Rios (2012, p. 43),

> as manifestações de rua marcaram o retorno da política negra à cena pública brasileira nos anos 1970. De lá para cá, cada vez mais, os atos do movimento negro têm tomado uma forma expressiva, litúrgica e pedagógica perante a sociedade e o Estado, enquanto outras formas de reivindicação puderam ganhar espaços institucionalizados de negociação, a exemplo das plataformas partidárias, das lutas judiciais, dos compromissos com órgãos internacionais e com o poder público.

Por outro lado, Guimarães (2001) destaca que,

> o movimento negro se juntou a pelo menos mais três: o movimento feminista internacional, que possibilita a emergência de uma militância feminina negra; o novo sindicalismo brasileiro, que leva o protesto aos chãos-de-fábrica e retira as lideranças da orbita dos partidos políticos tradicionais; e os novos movimentos sociais urbanos, que mantêm a sociedade civil mobilizada, durante toda a década de 80.

Os militantes negros entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência à política autoritária (KÖSSLING, 2008, p.34). E a partir dessa mobilização, inúmeros setores se uniram: os movimento feministas, sobre a situação da exploração das mulheres negras. Bem como, os demais setores discriminados na agenda social e política (RIBEIRO, 2008, p. 988).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A refundação e a consolidação do Movimento Negro no Brasil durante e posterior a década de 1970 fortaleceu a luta da população negra, que por muito tempo foi privada de direitos. A militância negra rompeu o silêncio, vindo a público denunciar o mito da democracia racial e da falsa abolição através das diversas organizações e das inúmeras denúncias relacionadas ao racismo estrutural, realizadas a partir de então que culminou com a criação de políticas públicas a partir de 2003 e que no atual contexto brasileiro encontra-se em risco.

Alguns apontamentos sobre sobre a análise das fontes e a luta antirracista nos periódicos Jornegro e Afro-Latino-América (1977-1981)

As fontes estão sendo estudadas mediante a sua origem, a organização, estrutura, as formas de produção, considerando seu o lugar social, seus proprietários, fontes de recursos, viés político e ideológico. Será explorado ainda, se os jornais possuem algum anúncio, como eram mantidos financeiramente, quais meios técnicos e tecnológicos foram utilizados, se rodavam em outras gráficas, quais sujeitos participavam (como fazem e porque fazem). Fazer-se-á também, uma verificação em livros de memórias dos militantes do Movimento Negro, para que possa encontrar outros dados sobre as produções dos jornais e a suas funcionalidades.

A metodologia utilizada é a seleção de periódicos, fichamentos e análises. Esta análise está sendo realizada à luz da historiografia sobre o tema. No que tange ao local de disponibilidade dos periódicos, o Jornegro é datado de março de 1978 e a fevereiro de 1981 sendo 11 exemplares analisados, está localizado na hemeroteca digital do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Já o Afro-Latino-América possui dois locais de acessos: na fundação Perseu Abramo em sua biblioteca e na página do Projeto de disponibilização da obra do jornalista Marcos Faerman, ambos no formato digitalizado. No que se refere o periódico Afro-Latino-América foi publicado entre os anos de 1977 e 1979. Os exemplares de número 12 ao 31, que fizeram parte de um dos jornais alternativos brasileiros Versus, e encontra-se em fase de análise.

Os anos de 1970 é marcado pela visibilidade de uma imprensa específica que se organiza para a sua autonomia dirigida pelo Movimento Negro urbano. Sobre isso, Jesus (2016) afirma que, enquanto a grande imprensa estampava os pronunciamentos do governo e suas declarações exaltando para o mundo o "modelo" de democracia racial no Brasil, a Imprensa Negra vislumbrava outro discurso de enfrentamento que apontava a realidade das relações raciais no Brasil.

Kucinski apud Regina Festa (2001, p.18) considera o período 1968-1978 como de acúmulo de forças, caracterizado por uma comunicação de resistência. Para Pereira (2020) a época era desfavorável para despertar de consciência. O regime militar reinante prendia e matava os questionadores do seu ideal de sociedade. E ao trabalhar com a imprensa negra, era dar destaque e respeito não apenas às raízes do Movimento Negro no Brasil, mas sim, conscientizar e denunciar pelas ruas que a democracia racial era um mito, bem como denunciar a violência policial.

Historicamente, grupos e indivíduos atuaram contra a discriminação. Neste contexto corroboro com Pinto (2010, p.15) ao destacar que, de forma ampla, bem como o estabelecimento de veículos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de imprensa negra, em particular, têm sido comumente localizados no século XX. Motta (1986), assim como Mendonça (1996) identificam as irmandades religiosas de tempos coloniais como originárias do Movimento Negro. Para esta autora, o "movimento negro que conhecemos hoje ancora-se numa tradição associativa que remonta aos tempos da escravidão, através das organizações das lutas travadas ainda que marcado por caráter assistencialista e cultural. [...]" (CRUZ Apud MENDONÇA, 2006, p. 63).

Durante os anos de 1970 foi intensificado o mito da democracia racial. Jesus (2016) destaca que, durante os governos militares, continuava sendo vendida a imagem do Brasil como uma democracia racial. Essa convivência pacífica foi apresentada por Freyre ao publicar a obra "Casa Grande e Senzala", na qual é apresentada em seu livro uma convivência pacífica entre os povos. Através de uma relação harmoniosa entre brancos e negros não existiam conflitos raciais, embora em sua obra não estivesse escrito diretamente com este nome. Em seguida sociólogos como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg refutaram este pensamento, dizendo que no Brasil existia preconceito de raça e desigualdade entre brancos e não-brancos no plano econômico, educacional dentre outros indicadores.

Para Jesus (2016) a denúncia do racismo no Brasil era um ato de coragem. A militância rompeu o silêncio em torno do racismo a partir de meados da década de 60, com sua ação nas organizações de luta de combate ao racismo e de busca pela cidadania plena dos afrodescendentes.

E durante esse período é refundado a imprensa negra[5], que já estava presente no Brasil desde 1833 através do homem de cor que realizava denúncia de discriminação de ordem racial, escritos por homens livres mulatos, pardos – negros (PINTO, 2010, p.17). A imprensa negra em conjunto com o movimento negro, tiveram um papel fundamental para desmistificar o mito da democracia racial que havia ascendido durante a ditadura militar.

Dessa forma, os periódicos apresentam-se como uma importante fonte de pesquisa e os dados levantados até o momento nos mostram alguns dos principais temas abordados pelo "Jornegro":

- práticas discriminativas;
- mito da democracia racial;
- taxa de desemprego entre a população negra e branca nos EUA;
- favelado é marginalizado;
- a maior concentração de negros é na favela;
- o Soul (ritmo de libertação).

Em São Paulo o Movimento Black, assim como no Rio de Janeiro, tinha como objetivo levantar a autoestima da juventude negra através das festas espalhadas pelos subúrbios e periferias da capital paulista.

[5] A Imprensa negra, embora criada e produzida para um público segmentado, propagou-se para leitores diversos e, no período posterior à abolição, destacou-se tanto no sentido de combater o preconceito racial em suas múltiplas manifestações quanto para tentar afirmar socialmente os negros, seja pela instrução, sela pela luta contra o que, para alguns era tido como apatia. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acesso em: 07/04/2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Como podemos analisar, algumas das pautas apresentadas pelo Jornegro está relacionado a luta antirracista nos através da denúncias contra a discriminação racial, moradia e a violência policial contra a população negra. Tal situação pode ser constatada no editorial cujo título "Aqui ninguém tem nome", na qual é apresentado a questão da moradia cuja concentração é negra, marginalizada e não possuem condições básicas de assistência pelo Estado,

> o favelado é um marginalizado. Sem concretas possibilidades de disputar melhores posições na sociedade em que vivemos sua única saída foi a favela. A «Ordem e Progresso» é uma favela a mais, das muitas existentes na periferia de São Paulo. Sua população é formada por uma maioria de crianças, sem nenhuma assistência básica (alimentação, higiene, ensino, lazer, etc). Fechadas num mundo sem nenhuma esperança de melhora ou mudanças. Os adultos procuram sobreviver em subempregos no centro da grande cidade. Sem nenhuma qualificação profissional, suas possibilidades de uma vida melhor se reduzem ao mínimo. Acrescida de uma série de preconceitos que dificultam a obtenção de bons empregos, principalmente nas grandes empresas. Outro problema é o de moradia.Vivem precariamente, em casas feitas com a sobra de material (madeiras, latas, papelão etc.) de construções ou industriais. Sem qualquer possibilidade de uma esquematização racional, constroem dentro de suas condições e com o material conseguido. A madeira é básica, são simples divisões para se protegerem do frio, da chuva, do sol, do mundo. Sem um saneamento básico, suas condições de saúde estão permanentemente em perigo (JORNEGRO. São Paulo. Março 1978, ano 1 Nº 1, pag. 5, coluna 1).

Outro ponto a ser destacado, são as notícias internacionais principalmente dos EUA no que tange ao aumento do desemprego entre a população negra e branca e a não realização de políticas públicas por parte do Estado americano em não alterar a realidade, bem como a influência do Soul e do Black Music nos bailes dos subúrbios paulistas.

No que diz respeito ao conhecimento da própria história, é levantado à seguinte matéria: "Precisamos conhecer escrever a nossa história"

> um dos maiores problemas que atinge nossa comunidade, é a falta de informação a respeito daqueles homens que dedicaram sua vida na defesa da melhoria das condições de vida do negro brasileiro. Não são raras vezes em que este negro desconhece um irmão que muito lutou por aquilo que ele sempre sonhou ver um dia. Por esta razão, Jornegro pretende a partir deste número realizar, uma campanha em favor da nossa história (que também é história do Brasil), e dos homens que a fizeram [...]" . (JORNEGRO. São Paulo. Maio 1978, ano 1 Nº 2, pag. 3).

É possível verificar no trecho da matéria que ocorre uma crítica em relação a falta de informação e conhecimento histórico por parte da população negra. Tal situação pode ser constatada quando o mesmo menciona que nas próximas edições pretende realizar uma campanha em favor da história do negro.

No que tange aos temas abordados no Afro-Latino-América, foram analisados até o presente momento as seguintes informações:

- resistência do negro;
- Teatro Experimental do Negro;
- cultura negra é uma cultura dominada neste País;
- Brasil negro não vai a Colômbia.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Vale ressaltar que o jornal analisado, possui uma linguagem abertamente progressista e socialista ao abordar Karl Marx, Lênin e outros filósofos contra o capitalismo.
Outro ponto verificado, é referente a notícia "Nem almas brancas nem máscaras negras",

> "até quando os brancos continuariam pintando a cara de preto, querendo imitar a cara de preto, querendo imitar o Negro nas peças teatrais? Até quando os ocidentais continuariam se apossando da cultura africana? Até quando os Negros continuariam sendo platéias de suas verdades, alegrias e temores tingidas à vontade de branco? [...]". (Afro-Latino-América. São Paulo. Jun 1978, ano 1 Nº 1, pag. 30).

Neste trecho, fica evidente a posição contrária a artistas brancos que pintavam o rosto na cor preta para realizar as peças teatrais. Bem como, traz a tona alguns questionamentos referente a cultura negra, que estava dominada pela elite branca. O pensamento e os objetivos que nas décadas de 40 fizeram parte da concepção do Teatro Experimental Negro, é retomado no que tange a valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio das manifestações culturais.
Outra reportagem que integra o Jornal Afro-Latino-América, tem como título "Brasil negro não vai a Colômbia".

> "Quando da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 21.3.77, o Brasil enviou mensagens se proclamando "o produto da mais ampla experiência de integração racial que conhece o mundo moderno, resultado, ao longo dos séculos, de um processo harmonioso e autônomo, inspirado nas raízes profundas dos povos que aqui somaram esforços na construção do país. Agora, quando se realiza o I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, Colômbia, de 24 a 28 de agosto, onde delegações de países africanos e dos países americanos que possuem população negra se encontram, a atitude assumida pelo Brasil vetando a ida da delegação brasileira contradiz a imagem racial que a ideologia oficial brasileira divulga para o mundo. [...]".(Afro-Latino-América. São Paulo. Set 1977, ano 2 Nº 14, pag. 25).

O trecho em destaque apresenta a comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial realizado no dia 21/03/77 na Colômbia. Bem como, a mensagem enviada pelo Brasil, na qual destaca a excelência do país na integração racial no mundo moderno resultado de um processo harmonioso e autônomo, somados aos esforços na construção do país. Entretanto, no I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, de 24 a 28 de agosto onde delegações de países africanos e países americanos possuem população negra se encontraram e a atitude do Brasil em vetar a ida da delegação brasileira contradiz com a imagem racial que a ideologia oficial brasileira divulga para o mundo. O Itamarati vetou sem explicar o motivo.
Outrossim, os periódicos abordavam as questões sociais, mas principalmente raciais, pois, a imprensa negra[6] teve um papel fundamental para desmistificar o mito da democracia racial que havia ascendido durante a ditadura. E sendo está a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças. Camargo (1987) explicita certo pessimismo em relação à existência de uma Imprensa Negra após os anos 1970 pelo fato de não existir "mais aquele leitor negro altamente receptivo e participante, sócio ou freqüentador de

[6]O contexto do pós- Negra Paulista. Disponível em: http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/. Acesso em 24/09/2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

associações ou entidades negras" e face aos novos projetos editoriais comerciais como a revista Raça Brasil, o que poderia receber, de acordo com o pesquisador, o nome de "imprensa negrista".

Algumas considerações

A pesquisa encontra-se em andamento. Entretanto, foi possível verificar que ambos abordavam as questões sociais, denúncias contra o abuso autoritário da polícia, mas principalmente denúncias relacionadas ao racismo e discriminação racial. O mito da democracia racial foi intensificado durante os governos militares, e a imprensa negra teve um papel primordial em realizar denúncias sobre a pseudo benevolência e harmonia existente. Foi verificada que a documentação produzida sobre esse tema ainda é pouco explorada. Entretanto, traz elementos importantes para pensar a própria dinâmica da imprensa negra que estava difundida no principal centro urbano do território brasileiro, durante a ditadura militar.

E é nessa perspectiva, que a relevância social em se estudar a luta antirracista na ditadura militar nos periódicos Afro-Latino-América e Jornegro são fundamentais para a nossa constituição enquanto sociedade. E do ponto de vista histórico, dar visibilidade a um tema pouco estudado e abordado na academia, principalmente em Mato Grosso as fontes que não são habituais, pois não possuem caráter mercadológico e empresarial. Tendo vista que funcionavam como porta vozes e divulgação de conscientização social, identitária e econômica para a população negra.

Referências bibliográficas

ALMA PRETA. Disponível em: https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo. Acessado em: 25/10/2021.

ARRUDA, Fernanda Aparecida Antunes de. **Reflexões sobre o processo de construção do movimento negro no Brasil do século XX**. Monografia. Departamento de História, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso curso de História. Setembro de 2016.

ARQUIVO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acesso em: 07/04/2020.

CAMARGO, Oswaldo. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça.** Educ. Soc., Campinas, V. 33, N. 120, p. 727-744, jul-set.2012. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 27\06\2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

JESUS, Marize Conceição. **O regime militar e a questão racial: o interdito**. XVII Encontro de História da ANPUH-RIO. UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As Lutas Anti-Racistas de Afro-descendentes sob Vigilância do DEOPS\SP 1964-1983.**Dissertação (mestrado em História Social) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários Nos tempos da imprensa alternativa.** 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.

MENDONÇA, L. F. M. **Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnic**a. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOTTA, U. D. da. **Jornegro**: **um projeto de comunicação afro-brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, José Adão; SANTOS Gevanilda; BRAUS, Ennio. **Movimento Negro Unificado a resistência nas ruas**. Edições Sesc. Fundação Perseu Abramo São Paulo, 2020.

PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima; SABADELHE, Zé Octávio. **1976: Movimento Black Rio**. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

PEREIRA, Neusa Maria. **Nasce o Movimento Negro Unificado**. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Genilda; OLIVEIRA, José Adão. Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas. São Paulo: Ed. Sesc, Fundação Perseu Abramo, 2020. P. 62-66.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PIRES, Thula Rafaela de. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro**. Relatório Comissão da Verdade, Rio de Janeiro, 2015.

Proposta de inclusão, no curso de Pedagogia, da disciplina Relações Étnico-Raciais. Disponível em: http://www.ufmt.br/noticias/noticia/4534/pedagogia-tera-disciplina-sobre-relacoes-etnico-raciais. Acesso em: 17/06/2017.

Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html. Acessado em: 11/06/2021

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização.** Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro 2008.

RIOS, Flávia. **O protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010)**. Lua Nova, São Paulo, 2002.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Amanda Siqueira da. **Renovação da História Política: a revista pindorama como fonte histórica**. Historiæ, Rio Grande, 2 (3): 161-170, 2011.

ZUBARÁN, Maria Angélica. **O acervo do jornal o exemplo (1892-1930): Patrimônio cultural afro-brasileiro**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun.2015. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede. Acessado em 10/06/2017.

FONTES

Afro-Latino-América (1977-1979)
Jornegro (1978-1981)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARLOS LACERDA E SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL: SEU POSICIONAMENTO NAS GUERRAS COLONIAIS (1961-1974)

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi[1]

Nasceu um português de alma

> *O Brasil sempre prezou em manter boas relações com Portugal, e Carlos Lacerda também, que dizia ser português de alma.*[2]
>
> *... Não poderia concordar com a expulsão de Portugal da África, pois, cada vez que Portugal diminui, diminui com ele o Brasil... Se for eleito vai permitir os portugueses erradicados a mais de 5 anos o direito ao voto*[3].

A proposta desse artigo é apresentar os primeiros resultados de pesquisa da tese intitulada, provisoriamente, *Carlos Lacerda em Portugal: salazarismo e as guerras coloniais (1956-1977),* orientada pelo professor Dr. Leandro Gonçalves no programa de pós graduação de História da Universidade Federal de Juiz de fora. A pesquisa prioriza investigar as proximidades que Carlos Frederico Werneck Lacerda possuía com Portugal no contexto do Estado Novo, bem como na transição democrática no 25 de abril de 1974. Lacerda se posicionou, midiaticamente, um convicto defensor de Portugal nas Guerras coloniais, exigindo esse posicionamento dos ex-presidentes do Brasil: JK, Jânio Quadros, João Goulart e os militares. Ele estava disposto a fazer campanhas para que o Tratado de amizade e comércio; os laços econômicos e sociais, e também a construção sólida da Comunidade Luso-brasileira, homenageada e respaldada durante seu governo de Guanabara, fossem concretizados.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda era filho de Maurício de Lacerda e Olga Caminhoá Werneck. Nasceu no dia trinta de abril de mil novecentos e quatorze, na Primeira República (1989-1930) no Rio de Janeiro, mas seu pai, preferiu registrá-lo em Vassouras, município próximo. Ele faleceu devido a um ataque cardíaco no dia 21 de maio de 1977, na cidade do Rio de Janeiro (MUSSI, 2020, p.17).

Ele nasceu em um meio político, seu pai Maurício de Lacerda escrevia críticas ao governo de Getúlio Vargas no *Diário de Notícia*, logo após, seus tios, Fernando e Paulo serem perseguidos por fazerem parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aprendeu que naturalmente o jornalismo

[1] Doutoranda na pós-graduação de História, na UFJF. E-mail: fernanda.gallinari@hotmail.com/ fegallinarimusse@gmail.com

[2] Em uma de suas entrevistas para RTP (rádio e televisão de Portugal), Lacerda declarou sua paixão por Portugal, afirmando que era um português de alma.

3 Recorte de jornal/PIDE/ARQUIVO DO TOMBO. Nome da reportagem: Se eu for eleito, o Brasil votará na (ONU) a favor de Portugal. (05/01/64).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

estava ligado a política, e tinha uma espécie de compromisso importante: "a força de dizer todos os dias, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las." (LACERDA, 1977, p.78)

Influenciado pelos seus familiares, se interessou pelo PCB, iniciando-se, portanto, sua trajetória política. Sua relação com o partido comunista brasileiro não terminou de forma amigável. Ele acabou sendo expulso, depois de uma notícia sobre a história do Partido que não agradou seus principais membros. Após isso, Lacerda participou da formação da União Democrática Nacional, a UDN, momento em que marca sua guinada para a Direita. Foi eleito vereador no Distrito Federal, em 1947.

Sua primeira atuação como político udenista, foi na campanha de Brigadeiro Eduardo Gomes. Escrevendo contra os concorrentes de Brigadeiro na coluna "na Tribuna da Imprensa", Lacerda foi ganhando fama como um exímio jornalista. Esses artigos vão ser o marco na sua profissão como jornalista, e vai ajudá-lo a conquistar o seu próprio jornal, o *Tribuna da Imprensa.* O *Tribuna da Imprensa*, era uma espécie de "arma ameaçadora dos governos", seu maior alvo de críticas inicialmente foram o PTB e Vargas. O jornal cresceu rapidamente, garantindo espaço no mercado nacional, principalmente, no Rio de Janeiro onde encontrava sua sede.

De fato, Carlos Lacerda esteve presente em todas as crises políticas que abalaram a frustrada experiência democrática iniciada em 1946. Sua fama de demolidor de presidentes, iniciou-se após o atentado que ele sofreu em 1954[4], que vai ter como consequência o fim de uma das maiores eras políticas da história brasileira, a era Vargas, acompanhada de uma das grandes crises institucionais que o país já sofreu: o suicídio do Presidente Vargas. Lacerda se ausenta do país por um tempo, e a escolha por Portugal não foi por acaso. Ele se sentia à vontade e em casa nas terras portuguesas.

Sua relação com os portugueses se intensificou em um período bastante conturbado de sua vida. O *Diário de Notícias,* um dos periódicos mais vendidos em Portugal, noticiou a chegada de Lacerda no país: *chegou hoje a Lisboa o jornalista brasileiro Carlos Lacerda cuja ação esteve na base da queda do regime de Getúlio Vargas*[5]. Na notícia havia uma minibiografia da trajetória política do Lacerda, e parte de uma entrevista concedida por ele onde ele defendia o "fortalecimento da política luso-brasileira". Fez muitos elogios, e afirmou que em toda oportunidade traria seus filhos a Portugal para eles entenderem mais de suas origens. Lacerda aproveitou para esclarecer que não candidataria a presidência do país, pelo menos nas próximas eleições.

A Polícia internacional e de defesa do estado, a PIDE, foi informada que um "Indivíduo perigoso e nefasto"[6] havia chegado ao país e poderia trazer graves consequências. Trata-se de uma carta extensa, e a assinatura do documento é desconhecida, anexada em um dossiê organizado pela

[4] Na hora do atentado, ele havia voltado de uma conferência que aconteceu no Colégio São José, na companhia de seu filho Sérgio Lacerda, que na época tinha apenas 15 anos e do Major Vaz, que decidiu o acompanhar de última hora no lugar do Major Gustavo Borges que não pode comparecer. Havia um revezamento, pois, ele já andava "escoltado" a um bom tempo, por ser considerado naquele momento, o maior oposicionista do governo Vargas. A história oficial é que o filho de Getúlio, Lutero Vargas, foi o mandante do crime com o Gregório Fortunato, guarda pessoal de Vargas. Os integrantes do crime foram: Climério Euribes de Almeida, o taxista, e um pistoleiro, Alcino João do Nascimento.

[5] *Diário de notícias*, Lisboa, 27 de outubro de 1954. (recorte/ PIDE/ Torre do tombo)

[6] Telegrama direcionado a PIDE, anexados em um dossiê localizado na Torre do Tombo. Data: 22 de outubro de 1954.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PIDE. O envelope confirmava que o destinatário era o chefe da polícia internacional portuguesa, que também foi anexado:

> Este indivíduo, conseguiu, mercê de uma democracia liberal-suicida, conspirar abertamente contra o presidente Getúlio Vargas, culminando por sublevar às forças armadas que jogou contra à pessoa do chefe da nação. Quando o governo do saudoso presidente desaparecido, tentou reagir, era tarde demais. Com palácio cercado na noite do dia 23, para 24 de agosto do corrente ano, e com a intimação de se render pela renúncia, mandou dizer aos revoltosos que só encontrariam seu cadáver. E cumpriu a promessa. Carlos Lacerda usando técnicas de usa exclusiva autoria, conseguiria penetrar no seio da mocidade militar, do exército, da aeronáutica e marinha sublevando a revolta não oferecendo nenhuma resistência (...) Assim, Exa. Senhor, muito cuidado com a nefasta personalidade que vai pisar no solo português. Ele declarou que vai descansar no interior… muito cuidado!!![7]

Sabemos que a PIDE controlou os passos de Lacerda em Portugal, encontramos registros e documentações a partir do ano de 1954. Foram arquivadas fichas, nomeada "Serviços Reservados", nas quais haviam informações de todos os tipos, como: os nomes dos lugares que ele escolhia para hospedar, o Ritz Hotel, um dos mais conceituados hotéis de Lisboa, era o preferido dele e da família. Monitorava também os seus encontros, principalmente com os políticos e outros intelectuais, horário de entrada e saída do hotel, além de pronunciamentos, textos publicados, aparições em gerais, etc.

Lacerda era um político bem articulado no país, portanto, essa vigilância em Portugal era algo esperado. Quando ele retornou para o Brasil, ele continuou suas diligências política, pois, não reconhecia a vitória dos políticos Juscelino Kubistchek e João Goulart, para presidência e vice-presidência do Brasil, respectivamente. Defendia o plano golpista, que se resumia na anulação das eleições de 1955, Café Filho, estava disposto a presidir as eleições na data correta, sem nenhuma objeção.

Ele vai ser um dos líderes do Golpe da Legalidade, em resumo, foi uma tentativa de golpe para impedir a posse dos eleitos democraticamente. Após o ocorrido, ele recebeu um recado do governo avisando-o que não havia mais a possibilidade da responsabilização pela sua vida. Temeroso, Lacerda prefere sair novamente do país, pois, sabia dos riscos que corria. De acordo com o historiador Jorge Ferreira,

> (...) Os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por volta de vontade e confiança, mas, porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos (...) a indignação dos militares antinacionalistas voltou-se contra o general Lott, principalmente depois da formação da chamada Frente de Novembro - composta por representados do movimento popular nacionalista. (DELGADO & FERREIRA, 2019, p.120)

Após uma breve passagem pelos EUA, Lacerda prefere terminar seu asilo político em Portugal. A situação nesse momento era muito favorável para os portugueses. Café Filho não tinha intenção de interferir nas relações Brasil-Portugal, portanto, Raul Fernandes, o ministro das Relações exteriores, procurou intensificar as relações entre às duas nações. A prova desse impulsionamento, foi o convite assentido pelo presidente Café Filho para ir a Portugal, demonstrar seu apoio ao

[7] Telegrama direcionado a PIDE, anexados em um dossiê localizado na Torre do Tombo. Data: 22 de outubro de 1954.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Estado Novo português[8]. Ele reafirmou todos os compromissos brasileiros para com a Comunidade Luso-Brasileira, que era tão idealizada também por Carlos Lacerda, enfatizando todo seu apoio a Salazar, principalmente, na questão Góa. Para Portugal, a viagem e todas as declarações do presidente, representava mais uma vitória diplomática (GONÇALVES, 2003, p.110).

Podemos afirmar que uma das únicas medidas que Lacerda não contestava de JK, fora o apoio incondicional a Portugal. Antes mesmo de tomar posse, no mês de janeiro de 1956, JK embarcou em uma viagem ao exterior, onde propôs fazer uma breve expedição: visitou os Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Portugal. O principal objetivo da viagem era ganhar apoio para pôr em prática seu programa de governo, e confirmar algumas alianças, no caso, com os portugueses: "o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos". Ele acreditava que seu plano estava começando, e, com sucesso,

> O que tinha em mente, ao realizar aquela excursão, não era apenas afastar-me por algum tempo da cena nacional, de forma a permitir que as paixões serenassem, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães de indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, de forma a tentar interessá-los naquela arrancada (KUBITSCHEK, 1976, p. 460).

Ao chegar em Portugal, o presidente Kubitschek foi bem recebido pelos portugueses. Transmitiu segurança às autoridades governamentais portuguesas, afirmando que o Brasil marcharia com Portugal, colocando assim, fim aos temores portugueses e que ele seguiria a linha colonialista. Ele era identificado pela diplomacia portuguesa, como "presidente capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras." (GONÇALVES, 2003, p.68). Após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, e todas as movimentações anticolonialistas que existiam pelo mundo, Portugal precisava mais do que nunca manter boas relações com o Brasil. António Salazar acreditava que ele era o presidente certo para manter as relações diplomáticas e a retificação novamente do Tratado de Amizade e comércio (GONÇALVES, 2003, p.11).

Os discursos de Kubitschek foram essenciais para compreensão de sua política externa e de seus objetivos como presidente do Brasil. Ele demonstrava através de suas ações, que estava disposto a fazer tudo para alcançar seus objetivos, agindo de forma estratégica. Prova disso, é que esse lusismo de Kubitschek está atrelado a seus propósitos. Ele registrou que seu apoio ao colonialismo português vinha acompanhado da ajuda do Estado Novo português para o desenvolvimento industrial do Brasil (GONÇALVES, 2003, p.70). Desde sua posse, ele não cedeu à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damão e Diu, até a véspera do fim de seu mandato, quando já havia muitas reivindicações anticolonialistas no país e no exterior. Ou seja, ele nunca descumpriu seus compromissos diplomáticos com Portugal,

[8] De acordo com historiador Williams da Silva, o presidente Café Filho estava sendo pressionado pelos defensores da viagem sendo seduzido também pela pompa das homenagens programadas. Sua viagem terminou em maio, de 1955 acompanhado pelo chanceler Raul Fernandes e pelo Ministro da Marinha, Amorim do Vale. Ele cumpriu todos os rituais, correspondendo plenamente às expectativas do governo português. GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal:** Do tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa, Portugal: 2003. Pág:110

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mesmo quando percebeu que a produção de café colonial africano e a Constituição do Mercado Comum Europeu estavam provocando queda das exportações de café do Brasil, ameaçando seu programa econômico.

O presidente prezou em manter boas relações com os países desenvolvidos do ocidente, para tentar capitais que seriam indispensáveis para ele poder cumprir suas principais promessas de campanha, o desenvolvimento industrial interno e a construção da nova capital, criando, portanto, uma política modernizadora. Porém, de acordo com Williams Gonçalves, o que o presidente tinha para oferecer, além das facilidades fiscais consideradas necessárias para remunerar os capitais investidos, era uma inequívoca posição anticomunista que transmitia segurança para os investidores estrangeiros (GONÇALVES, 2003, p.111). Lacerda tinha um posicionamento contrário e uma política oposicionista em relação ao governo, que ele afirmava ser comunista. Portanto, Kubitschek precisava lidar com essas críticas fortemente, e não deixar seus investidores acreditarem no discurso de um dos seus principais opositores. Que era um político de referência, com muitos aliados e uma voz muito ativa dentro e fora do país.

Kubitschek manteve também o Tratado de Amizade e Consulta durante todo o seu mandato. O tratado, assinado durante o governo Vargas em 1953, se tornou o mais forte argumento a favor contra todas as iniciativas de corrente nacionalista que pudessem, de algum modo, criar embaraços para os interesses lusitanos. O historiador José Honório Rodrigues, partidário da política externa independente brasileira de inícios dos anos 60, escreveu: O tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para sua órbita (...) visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais (RODRIGUES, 1961, p.314). Para ele, a política brasileira precisava ter uma maior aproximação com a África. Seus planos de governo estavam sendo divulgados por um dos mais importantes jornais portugueses do período, o *Diário de Notícias*[9]. Era recorrente notícias da situação de Lacerda na mesma sessão.

Lacerda participou ativamente do chamado Caso Humberto, em 1958, que obteve grande repercussão não apenas em Portugal, mas também no Brasil. Humberto Delgado era um importante político português, servidor e apoiador do Estado Novo[10], regressou na época de Washington, onde foi representante de Portugal na NATO. Delgado manifestava intenções de se apresentar, naquele ano, como candidato independente à Presidência da República, causando a insatisfação aos apoiadores do governo.

A ligação do político Humberto Delgado se inicia, quando ele é enviado para o Brasil para cumpriu um asilo político. Lacerda o recebe em casa, e passa defende-lo publicamente. Principalmente, após o governo português proibir a ida dele para a França e também qualquer manifestação midiática. Lacerda não achou justo, acreditava no livre arbítrio, e criou um cenário defensivo, até mesmo se propôs ir para Portugal para ajudar a amenizar a situação do ex defensor e membro do Estado Novo.

Lacerda faz um apelo ao governo português, que é bem claro:

[9] *Diário de Notícias*, Lisboa, 18 de novembro de 1955, primeira página.

[10] Tornou-se um entusiástico apoiante do Estado Novo, tendo publicado em 1933 um livro, *Da Pulhice do Homo sapiens*, onde fazia rasgados elogios ao "grande homem Salazar". <https://observador.pt/explicadores/humberto-delgado-quem-foi-e-como-morreu-o-general-sem-medo/>, acessado às 14:28, 26/10/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Sr. Presidente, desta Tribuna ouso fazer um apelo ao governo português, governo de uma terra em que eu próprio encontrei asilo não oficial, pois o não solicitei, nunca oficial, pois não solicitaria naquela emergência quando nessa terra também a minha vida foi ameaçada e, ainda mais do que ela, a minha honra de home público (...) Com autoridade de amor fraterno e com a autoridade da compreensão, mas com a veemência de quem espera preiteia justiça elementar a nação brasileira, que eu apelo ao governo de Portugal, para que, uma penada, com simples visto no passaporte, pois isso basta (...) permite o trânsito ao aeroporto para o avião brasileiro do Sr. General Humberto Delgado, nosso hóspede e nosso irmão[11].

Sobre a comunidade luso-brasileira, Lacerda era um grande defensor. Afirmava que teria mais eleitores caso houvesse uma política de imigração mais acessível no Brasil. Portanto, ele acreditava muito no apoio dos imigrantes portugueses na sua candidatura em 1965. Durante o governo de Guanabara, Lacerda criou um projeto onde construiria uma estátua do rei Dom João VI, para comemorar o IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Esse gesto constituiu um dos momentos mais reveladores da vontade de preservação da história luso-brasileira. O Jornal correio da manhã divulgou o projeto, que foi reconhecido em Portugal,

> "Ao inaugurar, ontem, a estátua de Dom João VI, na Praça 15 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Aberto Franco Nogueira, declarou que o Príncipe e Rei, que «tanto amou esta cidade», teria de ser 5 considerado o «construtor da comunidade luso-brasileira». Agradecendo a homenagem, o governador Carlos Lacerda disse que «a anedota vulgarizou-o, a sua obra o consagrou». «Nestas pedras brancas de granito; neste bronze antigo em que se encontram fundidos velhos canhões do Exército Português; nesta obra de arte, em suma, presta-se homenagem e perpetua-se a memória de um Príncipe e Rei que muito amou o Rio de Janeiro, que lhe devotou muito do seu labor, que lhe dedicou muito do seu esforço», disse em seu discurso o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dando início à solenidade de inauguração da estátua de D. João VI no Cais Pharoux (Praça 15), que foi presenteada ao povo carioca pelo governo de Portugal pela passagem do IV Centenário da cidade.

Estátua Dom João VI – Rio de Janeiro

Fonte: inventariosdosmonumentosrj.com.br

Houve outras manifestações de Lacerda em apoio a Comunidade Luso-brasileira, como podemos notar, era algo indispensável em sua percepção e nos leva a compreensão de suas

[11] Carta (recorte de jornal/ torre do tombo).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

artimanhas em relação a essa parceria. Um outro caso que teve repercussão nacional, foi de uma professora imigrante, nascida em Portugal, que veio para o Brasil em meados da década de 60 em busca de novas oportunidades de trabalho e uma melhoria de vida. Lacerda a apoiou. Ele a enxergava como uma possível eleitora. Portanto, era favorável a flexibilização da política imigracional e de permanência no país. Além de mudanças na Constituição, para que imigrantes pudessem votar após um determinado tempo residindo e trabalhando no país.

Lacerda foi um grande defensor de Portugal nas Guerras Coloniais. Em um artigo, publicado em 1973[12], ele afirmou que o Brasil deveria apoiar Portugal incondicionalmente. Foi publicado no *Estado de São Paulo*, um dos jornais mais divulgados e lidos no país. Lacerda sustentava o discurso de que a ONU está promovendo ou pelo menos ajudando nas guerras coloniais, e que falsa ideia de promover a independência de países africanos, pois, uma colonização será substituída por outra, ele chama de neocolonialismo. O Brasil precisava ajudar a Portugal, e a única solução é a Federação Luso-brasileira. Para ele, é necessário ter rapidamente a abertura comercial e promover a federação, que em sua concepção seria a única forma de melhorar a convivência racial.

Em resumo, Lacerda tem uma visão peculiar em relação as guerras coloniais. Por exemplo: ele defende a concepção de que o verdadeiro motivo das guerras, acaba não sendo divulgado, ou seja, a ideia que está na mídia, a de que a ONU está cooperando para acabar com as colonizações e principalmente, com explorações de mãos de obra baratas ou matérias-primas, mas que na realidade, se iniciará uma nova forma de exploração chamada neocolonialismo, e que isso, a ONU prefere não divulgar. Para Lacerda, é impossível esses países africanos caminharem sozinhos.

O Tratado de Comércio e Amizade, não incluía a interferência brasileira nos países africanos. Justamente, pois, os correspondentes internacionais que tratavam sobre o assunto, acreditavam que assim evitariam, que imigrantes africanos, negros e pobres, pudessem querer vir embora para o Brasil e ocupar parte da sociedade marginalizada de regiões mais pobres, como o norte e nordeste do país. Uma visão preconceituosa, e racista, que era sustenta e defendida por vários políticos e intelectuais da época, como o Gilberto Freyre.

Em uma reportagem anexada no dossiê da PIDE, revela que Lacerda visitaria cidades na África acompanhado do engenheiro Marcos Tamoyo, antigo ministro das Obras Públicas da antiga Guanabara. Marcos, em 1969 filiou-se ao MDB. Foi o primeiro prefeito do Rio de Janeiro após a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, tendo sido nomeado em 1975 pelo então governador Floriano Peixoto Faria Lima, e governou até 1979. Lacerda entrevista Leopoldo Senghor, em Senegal, no gabinete presidencial de Dacar. Que após a independência do Senegal, em 1960, foi eleito Presidente da República, cargo que ocupou até 1980.

Há ainda muitas fontes para serem analisadas e ponderadas em relação a esses conceitos de Lacerda, que foram levados para frente, e defendidos até a sua morte em 1977.

[12] Artigo anexado no dossiê da Pide, armazenado na torre do tombo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

Arquivo Brasil

Arquivo de Obras Raras Carlos Lacerda, Brasília. Universidade de Brasília (UDN)

Arquivos Portugal
Arquivo Nacional da Torre do Tombo:
Arquivo Oliveira Salazar
Arquivo Marcello Caetano
Arquivo da PIDE/DGS
Arquivo da Legião Portuguesa.
Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Arquivo da Rádio Renascença
Hemeroteca Municipal de Lisboa
Biblioteca Nacional -Pt

Periódicos
Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro.
Última Hora- Rio de Janeiro.
Diário de Notícias - Pt

Bibliográficas
BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o Udenismo. A ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política.** Editora Estampa, 1968.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **A economia política dos bacharéis udenistas.** Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A história contada**. Editora Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3° volume, Civilização Brasileira, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DELGADO, Márcio de Paiva. **O "Golpismo Democrático"- Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**, dissertação de mestrado defendida na UFJF.

_____. **A Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968.)**, tese de doutorado defendida na UFMG.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador.** Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DUTRA, Eliana. **Histórias e Culturas Políticas- definições, usos e genealogias**. Artigo para a UFMG.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1° edição, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil.** 2017.

KUBITSCHEK, Juscelino. **A escalada política:** meu caminho para Brasília. Vol II, Rio de Janeiro, Bloch editores, 1976, p.460

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968.** São Paulo: Códex, 2002.

MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977).** Dissertação de mestrado. História, Juiz de Fora: UFJF, 2020.

NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda – um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** 2° Edição, FGV editora.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Editora Paz e Terra, (1982).
Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal:** Do tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa, Portugal: 2003.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AÇÕES DE CARÁTER COMO SINAL DO BELO

Filif Nambera[1]

Considerando a linha de pensamento por trás desta temática, a tese aristotélica que destacamos é de que a ação virtuosa ou *mediana* é necessariamente uma ação *bela* (*kalon*). Isso significa que quem pratica um ato só pelo fato desse ato ser bom, o faz porque o mesmo é belo, já que a bondade e a beleza estão implicadas uma na outra e vice-versa. Ora, essa tese nos lança diante da necessidade inevitável de saber: a quem interessa o ato belo e quem pode perceber e praticar um ato verdadeiramente belo ou qual é a relevância da beleza na vida política?

Diante das questões propostas, importa-nos elucidar, já de passagem, que a bondade ou *mediania* enquanto *kalon* nos remete assim à noção do "valor[2]" (*axios*), cuja raiz grega vem do verbo *ágo*, que quer dizer arrastar, empurrar, levar (AQUINO, 2013, p.60). Ademais, os pesquisadores costumam distinguir três propriedades na beleza da virtude em Aristóteles: a ordem teleológica, a visibilidade e a satisfação (KRAUT, 2009, p.114). Por alguma razão, vamos abordar o segundo elemento intercaladamente com a racionalidade prática.

A 'visibilidade' significa "apresentação", algo apresentável, visível ou destinada à apresentação, ser notável, visível, etc.; é considerada um dos conceitos essenciais para a compreensão da beleza (*to kalon*) em Aristóteles. Considerando essa ideia de visibilidade atrelada à beleza da virtude, a definição do belo por Tomás de Aquino se torna bastante esclarecedora de conceito aristotélico. Enquanto o Estagirita definia a beleza como uma ordem ou simetria abarcável pela visão (Met. XIII.3.1078b1), Aquino define o belo como "aquilo que agrada a visão" (*pulchrum est id quod visum placet*). O desdobramento desta definição implica dois elementos constitutivos que devem ser analisados de per si. São eles: a visão ou conhecimento (*visum*), de um lado, e, de outro lado, o deleite, gozo ou alegria (*placet*), ou satisfação.

Nesta perspectiva, o *visum* (visão) visa caracterizar o belo como algo que é visto ou conhecido; sendo assim, sem a "visão" torna-se impossível falar de beleza. Mas isso, todavia, suscita uma pergunta: como se dá tal visão? A visão simplesmente sensível (enquanto órgão do nosso corpo), animal, seria suficiente no caso? Se assim for, então brutos também possuem a consciência do belo? Pois bem, tudo indica que não é esse o caso. Antes, para Aquinate, a afirmação do belo implica, imprescindivelmente, referência à inteligência (JUNIOR, 2018, p.2). Ou seja, o ver, nesse caso, aponta para a inteligência, a razão: o órgão com o qual se conhece.

A definição da beleza feita por Aquino traz a tona a ideia que se encontra na raiz do termo "valor", por fazer entender que com a razão o homem vê ou percebe algo nas virtudes (a bondade e beleza) que o atrai, o arrasta. Foi basicamente esta função da *razão* que o autor austríaco, Viktor Frankl atribui à *consciência* denominando-a de "órgão de sentido": "aquele que rastreia o sentido". Frankl

[1] Graduado em teologia pela Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Pós-graduado em Ciências da Religião pela mesma instituição; Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

[2] Em sentido geral significa: "aquilo que nos leva a escolher ou preferir algo" (cf ABAGNANO, N. Dicionário de Filosofia, p. 989).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

afirma que "os espectros dos valores irradiam na consciência do ser humano, despertando a sua vontade de sentido" (AQUINO, 2013, p. 60).

Assim, a afirmação do belo supõe, ainda que implicitamente, um juízo da consciência. Pois o juízo só aos seres inteligentes compete. É certo, entretanto, que a beleza é acessível aos sentidos: o ouvido encanta-se por uma bela música e os olhos deleitam-se com uma bela forma. Mas a acessibilidade do belo aos sentidos só é possível porque eles estão penetrados de razão. Santo Tomás diz que os sentidos que percebem o belo são os que mais ligados estão com a potência cognitiva, como é o caso da vista e da audição; ao contrário, com relação aos demais sentidos, não usamos o conceito de belo para caracterizar seus sensíveis, pois não dizemos, por exemplo, que os sabores e os odores são belos.

Em virtude da unicidade substancial, no homem, de espírito e matéria, os sentidos são perpassados pelo espírito, e o gozo que o homem experimenta pelos sentidos não se pode compreender sem referência à inteligência. O senso do belo supõe sempre a consciência, que, por sua vez, é uma categoria do espírito. É pelo espírito[3], sem a qual, contudo, não compreendemos o homem como convém, que o *homo sapiens* distingue-se dos irracionais, os quais podem até saber, mas certamente não sabem que sabem, isto é, não têm consciência (JUNIOR, 2018, p.3). Portanto, a visão – vale reforçar mais uma vez – que constitui elemento essencial para a apreensão do belo é, em última instância, o conhecimento, e por isso, referente à potência intelectual. Em outras palavras, o belo como algo visível, algo, podemos dizer, atraente, radiante, já expressa assim a função da inteligência prática, a função da razão, que é, portanto, a função propriamente humana.

O belo como ordem e simetria na natureza, na arte e na cidade

Com efeito, Aristóteles admite explicitamente que, no mundo mutável da natureza, a ordem é o arranjo das partes com referência em vista de um fim e de um bem comum. Assim, por exemplo, o todo da natureza contém o bem porque todas as suas partes estão ordenadas por referência (*pros*) à mesma coisa, nomeadamente, o primeiro motor, que Aristóteles compara ao general de um exército ou ao chefe de família (*Meta.* XII.10.1075a11-23):

> O que ele parece ter em mente é que, em todas essas esferas, as coisas são ordenadas (e, portanto, boas) quando – e até o ponto em que – contribuem para a atividade ou o objetivo próprio de seu "legislador". O ponto importante para nós é que as coisas não apenas manifestam uma boa ordem quando arranjadas em vista de algum bem comum. Aristóteles parece pensar, dada a definição de *kalon* na *Metafísica* XIII.3, que esse arranjo torna também as coisas belas. Beleza *qua* ordem não é uma mera propriedade formal, isto é, uma relação das partes *umas com as outras*. Ela é (ou inere a) um arranjo teleológico efetivo que visa a seu bem e o realiza ao atingi-lo (KRAUT, 2009, p. 114).

Entre várias passagens que confirmam essa interpretação, nos *Partes dos animais*, particularmente, Aristóteles afirma que mesmo as coisas vivas mais simples revelam alguma beleza e suscitam em nós o prazer sentido na presença do belo, pois são todas organizadas com vistas a um fim (*Part. An.* I.5.645a21-6). Na *Política* (VII.4.1326a33ss.), ele afirma que uma bela cidade é aquela cujo tamanho

[3] Esse termo compreende, na concepção de Aquino, a esfera duma "realidade misteriosa" que inclui a razão (cf "*Teoria Tomista da Beleza*").

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

é limitado por sua ordem própria, isto é, a ordem referente ao cumprimento da sua função com vista a felicidade de seus cidadãos. Assim, um modo pelo qual as coisas são belas consiste no fato de serem ordenadas por referência ao seu bem ou fim próprios, o fim para o qual elas existem.
Entretanto, o belo (*kalon*) – enquanto cumprimento de um fim bom – também implica a simetria e proporcionalidade. Por exemplo, a finalidade do pé duma estátua é contribuir para equilíbrio e o benefício da escultura inteira. Contudo, se um dos pés da estátua é proporcionalmente maior do que as demais partes do objeto esculpido, o escultor o rejeitará, considerando-o desproporcional com o restante da escultura. Do mesmo modo, a concentração de poder nas mãos de uma única pessoa pode ser desproporcional com o fim para o qual uma cidade existe, quando o poder é usado de maneira arbitrária para garantir a vantagem exclusiva do tirano: isso é desproporcional porque o fim da cidade é o "bem de todos", ou seja, "felicidade de seus cidadãos" (*Pol.* III.13.1284b 13-15). Em outras palavras, para Aristóteles, a beleza é a ordem, simetria e proporcionalidade que só se realizam dentro duma estrutura "teleológica", isto é, quando uma coisa cumpre um fim para o qual existe, seja na natureza, na arte ou na política.
Aristóteles também entende que quando a beleza causa a ordem no mundo, como consequência, vem a satisfação, prazer ou deleite. Aqueles que praticam determinadas ações simplesmente por serem boas ou belas, é inevitável que sintam a satisfação com aquilo. Ele vai dizer que na natureza e na arte podemos contemplar a beleza e sentir o prazer ou deleite: por exemplo, podemos contemplar os corpos celestes, as espécies biológicas bem ordenadas, uma escultura bem esculpida (*Part. An.* I.5.645a15ss.; *Poética* 4.1448b8-19; *EN* X.4.1174b14ss.). Sendo assim, para o nosso filósofo, a satisfação ou prazer e a beleza são inseparáveis.

A beleza enquanto síntese e harmonia interior e suas implicações

Para Aristóteles, a beleza não se limita apenas à estruturas físicas do cosmo; antes, de acordo com este pensador, a beleza também é uma questão de "síntese" e de "harmonia" dos afetos internos, ou seja, é também uma questão de caráter moral. Mas para compreender a concepção de beleza relacionada ao caráter, é indispensável abordar, primeiramente, como as ações se transformam em virtudes morais por meio do hábito.
Para explicitar melhor a concepção aristotélica da virtude ética como hábito, é preciso levar em conta os desenvolvimentos argumentativos que Aristóteles efetua no começo do livro II da *EN*. No livro II da *EN*, Aristóteles procurará determinar de uma maneira mais conceitualmente satisfatória a natureza da virtude ética e como se dá a sua gênese e o seu funcionamento. Para tanto, ele parte, no começo desse livro, da distinção entre excelência (ou virtude) dianoética e excelência (ou virtude) ética, afirmando que enquanto a primeira se origina para nós de um ensinamento (*ek didaskalías*), a segunda deriva da habituação (*ex éthous*). É por isso que a virtude ética possui este nome, pois ela deriva do "hábito" e com ele se identifica. Dizer que a excelência ou virtude ética é um "hábito" significa dizer que a excelência ou virtude ética é uma disposição adquirida, duradoura (*héxis*), que leva o sujeito a agir com certa constância ou regularidade. A virtude moral requer a regularidade praxeológica, vale dizer, a disposição para agir bem de maneira

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

constante. Bons atos realizados esporadicamente não constituem, para Aristóteles, verdadeira virtude (OLIVEIRA, 2011, p.169).

Para se entender este passo da *EN*, é preciso entender a distinção conceitual entre *ethos* com épsilon e *éthos* com éta: *ethos* com épsilon é a ação que se pratica regularmente, é aquilo que se faz com frequência e que, fazendo-se com frequência, se converte em "hábito" (*hexis*); *éthos* com éta é tanto o costume, entendido como o uso socialmente instituído, como a disposição moral interna que resulta da habituação, ou seja, o "caráter", o "temperamento", o "modo de ser" de alguém[4].

Aristóteles indica que há uma circularidade dialética entre *éthos* como "costume" e *éthos* como "caráter": o *éthos* como costume gera o *éthos* como comportamento praxeológico regular ou como hábito no indivíduo; este, por sua vez, se converte finalmente em "caráter" ou "modo de ser" do indivíduo que, por meio de suas ações, concretiza e perpetua o *éthos* como costume.

Podemos também compreender este processo de habituação ponderando sobre as palavras de Aristóteles de que a virtude não é a continência (na qual reprimimos os desejos ou apetites e nos agonizamos com fenômenos psicofísicos por praticar o bem), mas sim, ser temperante, entendendo o temperante assim como "o que tenha ultrapassado a necessidade de se autocontrolar", trata-se de um estado da alma em que se está livre de agonizar-se ou lutar-se contra os desejos escravizantes, porque já é capaz de se colocar acima, bem para além deles (*EN* III.12.1119b11-18; AGGIO, 2016, p.112).

Essa dinâmica é basicamente a mesma coisa que dizer que temperança é agir com base no que é próprio, como já indicamos atrás, que já tenha se naturalizado e se tornado o nosso caráter, caráter mediante o qual nos colocamos acima de tudo quanto pode nos arrastar para bestialidade (...); trata-se aqui da mesma liberdade também entendida por autossuficiência interior! Tal estado de liberdade é o que explica a compreensão aristotélica de que a virtude é, afinal, algo estável, seguro, do qual já se tem a posse, daí também o termo "próprio".

Vejamos que a virtude enquanto hábito convertido em "caráter" ou "modo de ser", ou em "costume" (*éthos*), e que aparece em outros termos como temperança (que é um estado de caráter livre e distante dos impulsos), é basicamente o que se entende por harmonia dos afetos, na outra expressão aristotélica: "estar bem disposto com relação aos desejos" (*EN* VII. 4). Portanto, como começamos a mostrar no início da seção, a beleza é uma questão de harmonia dos afetos. O homem virtuoso, graças a sua noção de beleza, é capaz de harmonizar os diferentes fenômenos de sua vida moral de modo a encontrar uma unidade e ordem interna colocando-se acima dos seus impulsos selvagens. Mas não apenas isso, ele é capaz também de encontrar a harmonia diante dos fenômenos mais trágicos e extremos que afetam sua estabilidade, como, por exemplo, um sofrimento inevitável, tipo denças terminais, a pobreza extrema, etc.; no enfrentamento dessas situações, a noção de beleza possibilita o indivíduo a adotar uma postura mais otimista da realidade encontrando o sentido no seu sofrimento, o que é uma forma de dizer sim à vida, isto é, amor à vida e á existência apesar de tudo.

Neste passo, Aristóteles toma o homem virtuoso como um artesão ou artista da vida ética, cujo papel é de preencher sua alma de beleza musical frente à situações adversas que ameaçam fragmentar seu equilíbrio; tais fenômenos, como já dissemos, não se restringem apenas aos

[4] Cf. o fragmento de Heráclito: "o caráter é o destino do homem".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

problemas tipo uma decadência moral ou desvio de caráter, mas também as tragédias, e entre outras situações, das quais o ser humano pode estar sujeito. Porém, a capacidade de se posicionar melhor diante desses fenômenos, de adotar postura de caráter mais racional e heroica é algo que Aristóteles acredita/atribui mais ao magnânimo. A fim de ressignificar seus momentos trágicos e de tornar sua vida bela e musical, ele é capaz de adotar uma postura mais otimista da realidade. De acordo com Aristóteles, ele está apto a agir com boa ordem e graça, não importando as circunstâncias. Assim, mesmo no infortúnio, algo de valoroso permanece em sua vida. Para o nosso filósofo, o que abranda o infortúnio de sua posição não é simplesmente o fato de que suas ações são ordenadas conforme as circunstâncias, mas o fato que sua beleza "brilha através delas".

> O feliz possuirá a estabilidade procurada na felicidade e permanecerá assim ao longo da sua vida. Levará a prática e terá na pura contemplação sempre e durante mais tempo do que todos os outros, aquelas coisas respeitantes à excelência e suportará o mais nobremente possível tudo o que aconteça a respeito do que quer que seja. Um homem verdadeiramente bom é "reto" como um quadrado. Irrepreensível [...] É evidente que os acasos mesmo bons e pequenas infelicidades não têm peso na vida. Mas acontecimentos bons, importantes e frequentes, fazem-nos bem, tornando a vida mais feliz (pois também não coloca apenas a vida, mas pode servir para a transformarmos de modo magnífico e autêntico). Por outro lado, inversamente, o que acontece de mal oprime e desgraça a nossa disposição, traz sofrimentos e impede o deflagrar de muitas atividades. E, todavia, até nessas circunstâncias reluz o esplendor, caso sejamos capazes de suportar com facilidade muitas e frequentes desventuras, não porque não se sofra, mas por generosidade e magnanimidade [...] Pensamos, pois, que quem é verdadeiramente bom e sensato suporta toda a espécie de sorte nobremente e a partir das condições disponíveis agirá sempre da melhor forma possível, tal como o estratego militar competente transforma o exército de circunstância no mais combativo que é possível e o sapateiro competente faz o melhor calçado possível a partir do couro de que dispõe, e de modo semelhante a respeito de todos os outros peritos competentes (*EN* I.10.1100b-1101a5).

Seja como for sua condição, uma pessoa genuinamente virtuosa, como é o caso do magnânimo, cujas ações são determinadas pela razão, é capaz de suportar tudo e "de cabeça erguida", pois "a beleza da virtude funciona como uma espécie de bálsamo ao espírito arruinado da pessoa desafortunada. Ele nunca virá a se tornar miserável, porque o brilho das ações virtuosas sempre lhe dará satisfação". Por isso Aristóteles o denomina de um bom artesão da proporção, ela capta a beleza e valor de seu sofrimento (após irradiarem em sua consciência) e se dispõe a configurá-los consciente de que algo de belo sempre resplandecerá através dele e, dado o tipo de pessoa que é, nele se fixará (IV.2.1122a 34-5). Ele é preservado da miséria e da infelicidade porque a beleza de suas ações assegura que possa apreciar a medida do sucesso que está presente em sua vida e, deste modo, pode tomá-la para si de algum modo significativo (KRAUT, 2009, p.128).

Ademais, a consciência de beleza não só possibilita a maior capacidade de se posicionar frente às adversidades, ela também é capaz de possibilitar uma amizade autêntica, que vai além dos impulsos apetitivos para priorizar a efetivação do bem nas relações (*EN* IX. 8). Para que isso ocorra, ele precisa encarar o outro como um fim e não como um meio para satisfação de suas carências, sua atitude parece de quem parte do princípio de que o amor é um valor que se efetiva no outro, fora de mim, ou seja, com o alvo sempre voltado para fora de mim. Nesta relação, para o homem virtuoso, o ser humano adquire um valor supremo, insubstituível, precioso.

Neste passo da reflexão Aristóteles, como podemos ver, a pessoa humana se confunde com a própria virtude, com o belo (*kalon*), ambos são preciosos e inegociáveis. O virtuoso ama o belo e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o vê como um troféu (ao invés de proveitos que atraem os desejos apetitivos). A preciosidade do prêmio ou troféu, isto é, o belo, lhe causa um certo prazer, pois as belas coisas gratificam o seu amor impetuoso pela vitória; em outras palavras, o belo é escolhido como um presente. Este amor pelo belo (encontrado na relação com o outo) é tão estimável e precioso que ele é capaz de desprezar até mesmo os bens materiais ou gastar toda sua fortuna, bem como ariscar a própria vida para preservá-lo:

> Abdicaria de dinheiro, de honrarias e, em geral, daqueles bens pelos quais se luta, se lhe restasse no fim para si a glória do feito. Prefere ter pouco tempo de vida e sentir uma alegria intensa do que ter muito tempo de vida mas num estado miserável. Prefere ainda viver gloriosamente durante um só ano do que ao deus-dará durante muitos anos. Mais vale um só feito glorioso e magnífico do que muitos sucessos mas medíocres. É isto o que acontece aos que morrem por outros. Escolhem para si próprios uma glória magnífica (*EN* IX.8.1169a 20-25).

Por isso, segundo Aristóteles, esse indivíduo adotará uma postura modesta e um tanto desinteressada consigo mesmo preferindo colocar a serviço do outro, a maioria parte de seus bens. Distintamente do avaro, ela não tem como prioridade última as necessidades pessoais, sua riqueza tem um fim que transcende a riqueza e o ego; por priorizar esse fim, ele entende que necessita de riqueza apenas em uma quantidade modesta. É por isso que é sua característica não olhar as próprias necessidades ao doar: diz Aristóteles, "Faz também parte do generoso o modo extremo como se excede no dar, a ponto de deixar ficar para si próprio muito pouco. O não se respeitar a si próprio é uma marca distintiva do generoso" (IV.1.1120b6).

Referência bibliográfica

ARISTOTLE. *Ética para Nicômaco*. Trad. do grego de António de Castro Caeiro, São Paulo: Atlas, 2009, pp. 103-127.

KRAUT, R... [et al] **Aristóteles:** *Ética a Nicômaco*. Trad. Alfredo Storck... [et al.], Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO, T. A. Avelar de. Logoterapia e Análise existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl; São Paulo: Paulus, 2013. (coleção logoterapia)

"Teoria tomista da Beleza" MONTFORT Associação Cultural *http://www.montfort.org.br/bra/veritas/arte/tomista_beleza/*Online, 01/08/2018 às 23:27:36h

LIMA VAZ, H.C. Escritos de Filosofia VII: Raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002, p.15-16.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MERCADORIA, IDEOLOGIA E PODER: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE FRIDA KAHLO

Gabriele Carvalho Jardim Guimarães [1]

Discussão teórica

O presente trabalho tem como proposta a discussão acerca da ideologia como forma de poder, especialmente o poder de construir novas narrativas, a partir da mercadoria. Fica claro, então, a necessidade de destrinchar teoricamente o conceito de ideologia. Primeiramente, vale lembrar que não existe um sentido único para tal. Em sua obra "Ideologia: uma introdução", Terry Eagleton, por exemplo, cita dezesseis sentidos possíveis para o termo, onde nem todas as formulações são compatíveis entre si (EAGLETON, 2019). Segundo o mesmo,

> De modo geral, uma linguagem central - de Hegel e Marx a György Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores - esteve muito preocupada com a ideia de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal. (EAGLETON, 2019, pp. 19)

Não existe apenas um significado para o conceito de ideologia, especialmente porque ele é trabalhado em várias correntes diferentes. Porém, Eagleton diz que o termo, mesmo entre as várias definições que tem, parece fazer referência não somente a sistemas de crenças, mas a questões de *poder*. Tratando-se de uma análise marxista da história, esse poder está inserido, neste trabalho, em uma sociedade com uma luta de classes marcada. Ou seja, uma luta por hegemonia. Essa luta por hegemonia, porém, acaba sendo, na prática, extremamente desproporcional, já que as classes dominantes estão sob posse do que Louis Althusser chama de *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Embora a palavra "Estado" esteja presente no termo, o autor nos adverte que, mesmo com a sua aparente dispersão, estes pertencem ao domínio privado. "Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais etc. são particulares" (ALTHUSSER, 1996, pp. 115). Até porque, o autor nos indica que "a distinção entre o público e o privado é uma distinção interna ao direito burguês, e válida nos domínios (subalternos) em que o direito burguês exerce sua autoridade'". Ainda esclarece que "o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre o público e o privado." (ALTHUSSER, 1996, pp. 115). Por isso, inclusive, compreendo que o Mercado também deva ser incluído à lista de AIEs (Aparelhos Ideológicos do Estado).

Chegamos a um ponto importante, onde Althusser afirma que

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Política, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: gabriele.jardim@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Se os AIEs "funcionam" maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da "classe dominante". Dado que, em princípio, a "classe dominante" detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos do Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições. (ALTHUSSER, 1996, pp. 116)

Percebemos, então, que "em nossas sociedades tudo está impregnado de ideologia" (MÉSZÁROS, 2014, pp. 57), mesmo que nós não a percebamos. Além disso, em nossa cultura capitalista, o "sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar - ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática" (MÉSZÁROS, 2014, pp. 57), e as transformam em discursos como os de "normalidade" (ou "naturalidade"), "objetividade" e "imparcialidade científica".

Fica evidente, com isso, que, nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, "o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores" (MÉSZÁROS, 2015, pp. 58). Valores esses que podem, de forma fundamentada, terem alternativas bastante divergentes, especialmente se pensarmos as formas de organização coletiva.

Vemos, então, a importância de se ter um pensamento crítico e não aceitar tudo passivamente. A educação, inclusive, tem papel fundamental nesse sentido. Mesmo Althusser afirmando que a educação faz parte desses Aparelhos Ideológicos do Estado, existe a possibilidade de pensar, dentro da própria estrutura, caminhos para uma educação libertadora. Nada mais óbvio, neste caso, pensar a partir de Paulo Freire. O mesmo demonstra que

> O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo — não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. Precisamente porque, se sua luta é no sentido de fazer-se Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar nos polos da contradição. (FREIRE, 2013, pp. 46)

Uma educação libertadora, e não bancária, é de extrema importância para a superação de ideologias que estejam a serviço do Capital, logo, em uma constante tentativa de silenciamento e manutenção de todo um sistema de opressões. Vale, então, refletir sobre esses territórios de pensamento como algo em disputa. Inclusive, nos lembra Mészáros, nossos processos de aprendizagem não estão completamente inseridos nas instituições formais de ensino. Fora delas, "esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada" (MÉSZÁROS, 2008, pp. 53). Há a possibilidade de se transgredir dentro de sala de aula, mas existe uma infinidade de espaços onde há possibilidades de pensamento crítico e de intervenções políticas.

Voltando (sem deixar de ter saído) à ideologia, percebemos, então, que a ideologia dominante tem uma grande vantagem nas determinações morais, éticas, políticas etc., pois controla as instituições

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

culturais e políticas da sociedade, especialmente as de massa. Mészáros, então, nos alerta que a mesma pode utilizar da linguagem a seu favor, de forma desenfreada, porque há um risco muito pequeno de ser "desmascarada", já que seus opositores (no caso da mídia, por exemplo) são fracos, por conta da relação de forças existente. O Mercado, então, faz parte de todo esse sistema de ideologias e tem uma linguagem própria, retroalimentado por sua própria dinamização, trabalhando para a manutenção do *status quo.*

Mais uma vez, Mészáros diz que "fica claro, então, que o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias." (MÉSZÁROS, 2014, pp.64)

Mais uma vez, o autor desmistifica a noção de ideologia como simplesmente uma "falsa consciência da realidade".

> Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2014, pp.65)

Claro está, mais uma vez, que há uma disputa entre as classes e suas específicas ideologias, inclusive, determinadas social e historicamente, já que, em cada momento histórico, as demandas de cada classe são diferentes mas, de forma evidente, conflituosas.

Trazendo Mikhail Bakhtin, para debater a noção imagética da mercadoria, pensando na mesma como forma ideológica, que fala sobre a temática em sua obra "Marxismo e Filosofia da Linguagem", temos agora a relação entre ideologia e filosofia da linguagem, ou da própria linguagem em si. O autor afirma que "...as bases de uma teoria marxista da criação ideológica - as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a moral, etc. - estão estritamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem." (BAKHTIN, 2014, pp.31).

Fazendo então essa relação entre linguagem e ideologia, Bakhtin afirma que "tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia.*". (BAKHTIN, 2014, pp.31)

A partir desse momento, podemos compreender a mercadoria como um corpo físico, afinal, a mesma tem materialidade. O autor afirma a respeito disso que,

> No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: é o caso, por exemplo, da simbolização do princípio de inércia e de necessidade na natureza (determinismo) por um determinado objeto único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (BAKHTIN, 2014, pp. 31)

Especificamente, portanto, para falar de mercadoria, Bakhtin diz que "qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico (...) Os produtos de consumo, assim como os instrumentos, podem ser associados a signos ideológicos" (BAKHTIN, 2014, pp.32). A mercadoria, então, levando em consideração sua importância para a sociedade capitalista e, mais que isso, para a sociedade do espetáculo, contém signos específicos, com significados específicos. Signos esses que são marcadamente ideológicos e servem a um propósito defendido por aqueles que têm domínio do Mercado. Ou seja, não há uma mercadoria que seja "neutra".

Para a discussão, é muito importante que compreendamos o conceito de "Sociedade do Espetáculo", mobilizado por Guy Debord. Segundo ele, "toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação." (DEBORD, 1997, pp. 13). A produção aparece aqui como forma bastante importante no contexto colocado. Percebe-se, também, que existe uma relação direta com a noção de imagem. Porém, "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens." (DEBORD, 1997, pp. 14).

A Sociedade do Espetáculo, então, é muito importante para compreender a relação entre imagem, mercadoria e poder. O autor afirma que

> Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos - , o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente.
> (DEBORD, 1997, pp.14-15)

Ou seja, a produção, logo, a mercantilização dessa produção, está diretamente ligada à sociedade do espetáculo, além desta produção não ser desenvolvida ao mero acaso. Ela é ideológica porque tem um fim, um propósito.

Guy Debord continua, afirmando que "o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores." (DEBORD, 1997, pp.17-18). A Sociedade do Espetáculo é o Capitalismo, é o Mercado, são as relações de exploração. "O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem." (DEBORD, 1997, pp.25). Isso é de suma importância pois aqui falamos de linguagem. E, como mesmo disse Bakhtin, a questão da ideologia está diretamente ligada à noção de linguagem. E aqui falamos da linguagem visual e da representação:

> "Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como sentido privilegiado da pessoa humana (...) Sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui." (DEBORD, 1997, pp. 18)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Aí, portanto, entra a internet, que se tornou uma grande vitrine para um mercado global. Tudo está exposto, algoritmos são desenvolvidos para o consumo. As mercadorias se apresentam ao espectador a todo instante, não importa o que estejamos utilizando na internet. Inclusive, ao escrever esse texto, Guy Debord ainda não tinha presenciado as redes sociais. Estas são a prova contundente de sua tese, especialmente na relação de imagens e à oferta de produtos a parte de um fetichismo que aparece a todo momento:

> O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por "coisas suprassensíveis embora sensíveis", se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagem que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência. (DEBORD, 1997, pp. 28)

O mundo, então, é a mercadoria dominando tudo que é vivido. "O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social" (DEBORD, 1997, pp. 30). Todas as relações são desenvolvidas em torno da mercadoria. É necessário, então, compreender que, quem tem domínio sobre essa mercadoria, tem poder. E se estamos falando de uma sociedade onde as relações são mediadas por imagens e mercadoria, a mercadoria é, antes de mais nada, imagem. E esta, reforçando, é linguagem. Portanto, as ideias sendo formadas na produção da mercadoria, já se compreende que seu produto final (logo, a mercadoria em si) é ideológico e serve a um fim ideológico específico.

As grandes corporações, tendo o monopólio da maior parte das mercadorias do mundo, especialmente as que são vendidas pela internet, já que são enviadas a todos os cantos do globo, têm poder de tentar impor certas ideias e, com isso, concluímos que as mercadorias também são aparelhos ideológicos, e as imagens mercadológicas podem facilmente ser modificadas para um fim específico.

O caso da pintora mexicana Frida Kahlo.

A partir do exposto debate teórico, pretendo tentar compreender o que representa a modificação da imagem de Frida Kahlo, e a que serve essa modificação, se tornando mercadoria e sendo vendida a nível mundial.

Antes de tudo, é importante levar em consideração algumas coisas. Primeiro quem era Frida Kahlo. Magdalena Carmen Frieda Kahlo Calderón nasceu em 6 de julho de 1907, em Coyoacán, na Cidade do México (KETTENMANN, 2015). Ela era uma pessoa não branca, pois tinha descendência alemã e indígena. Frida teve poliomielite na infância e um acidente de bonde na juventude, o que a deixou com deficiências. Era bissexual, comunista e mais uma série de coisas. Em seu diário, Frida diz:

> 1950-1951
> Passei um ano doente, Sete operações na coluna vertebral. O Dra. Farill me salvou. Me devolveu a alegria de viver. Mas ainda estou na cadeira de rodas, e não sei se voltarei a andar imediatamente. Estou usando um colete de gesso que, apesar de uma *coisa pavorosa,* faz com que me sinta melhor da coluna. Não sinto dores. Apenas um… cansaço assustador, e, como é natural, muitas vezes desespero.
> Desespero que palavra nenhuma é capaz de descrever. Mesmo assim, quero viver. Já comecei a pintar novamente. Um quadrinho para dar de presente ao Dr. Farill que estou fazendo com

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> todo o carinho. Estou inquieta em relação à minha pintura. Sobre-tudo quero transformá-la para que seja *útil* ao movimento revolucionário comunista, pois até agora pintei somente a expressão honrada de mim mesma, mas completamente distante daquilo que em minha pintura poderia servir ao Partido.
> Devo lutar com todas as forças para que o pouco de positivo que a saúde me deixa fazer seja direcionado no sentido de ajudar a revolução. A única verdadeira razão de viver. (KAHLO, 2017, pp. 237)

Em seu diário, é comum que haja muitas referências ao movimento comunista e a figuras como Stálin, Marx, Lenin e outros. Frida era assumidamente comunista. E deixou isso muito presente em sua obra também. Obras como "O Marxismo Dará Saúde aos Doentes" (Figura 1) , de 1954, é apenas um exemplo dos vários quadros políticos da artista.

Figura 1

Fonte: KETTENMANN, A. *Frida Kahlo 1907-1954: dor e paixão.* Koln: Taschen, 2015.

Além de sua vertente partidária, ainda vemos em sua obra a representação de um México profundo, onde a artista representava a classe trabalhadora, a cultura indígena etc.
Sendo, então, comunista, não-branca, pessoa com deficiência, bissexual, como a pintora se tornou esse ícone pop de representação do feminismo liberal, mesmo nunca tendo se reivindicado feminista?
Lana e Souza afirmam que

> No final da década de 1980, observam-se os primeiros esforços da mídia para incorporar, nos anúncios publicitários, as críticas do movimento feminista. De acordo com Rosalind Gill (2007), inúmeras pesquisas acadêmicas publicadas nos anos 1990 constataram a paulatina mudança da imagem da mulher na publicidade: elas passaram a ser retratadas no ambiente de trabalho, aparentando ter mais autoridade e autonomia que nas décadas anteriores, Naquele momento, a crescente presença do discurso feminista na vida social não poderia ser mais ignorada por narrativas que construíam conceitos de feminilidade e masculinidade, família e intimidade, emoções e projetos de vida. As reivindicações feministas tornaram-se, como argumentam Robert Goldman, Deborah Heath e Sharin Smith (1991), uma *commodity* da

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> publicidade. Os anúncios publicitários passaram a incorporar, assim, argumentos relacionados ao poder, à liberação e à autoestima das mulheres. Emergiu uma publicidade mais reflexiva, que reposicionou os modos de endereçamento dos produtos às consumidoras e, também, o olhar masculino para o corpo feminino. (LANA; SOUZA, 2018, pp. 116)

Embora o argumento das autoras seja a de um surgimento de uma *commodity* da publicidade, a Frida por ela mesma seria algo impensável de se ter como mercadoria altamente difundida no mercado internacional. Para isso, então, a pintora foi embranquecida e despolitizada, foi retirada a sua deficiência, sua bissexualidade apagada e se tornou um símbolo de empoderamento feminino. Até porque, é importante lembrar que o real objetivo de todas as campanhas publicitárias é o aumento das vendas das marcas:

> As reivindicações feministas na publicidade são, portanto, apresentadas como proclamação de liberdade para o consumo, atitude e sinal de estilo da mulher antenada. Afastado de ideais coletivos, o feminismo aparece na publicidade de maneira domesticada, contendo sua crítica social e criando uma protagonista empoderada para realizar desejos individuais. (LANA; SOUZA, 2018, pp. 116)

Embora haja toda a problemática de normalização de massa, é preciso pontuar que há uma valorização da individualidade e da personalidade, mas sempre ocultando a coletividade e pontuando a individualidade como ponto chave, ideologia clássica do neoliberalismo.
Percebemos, então, que essa nova imagem de Frida Kahlo foi "domesticada" para que pudesse ser vendida sem que, por trás, houvesse um apelo aos ideais defendidos por Frida Kahlo. Aqui, a artista entra como uma imagem de mulher forte, mas despolitizada e totalmente fora da sua realidade enquanto figura histórica. Apenas para exemplificar, trago a Barbie Frida (Figura 2), que foi lançada em uma coleção de mulheres inspiradoras:

Figura 2

Fonte: https://www.amazon.com.br/Barbie-Collector-Frida-Mattel-Morena/dp/B076QCW6GV

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Todas as questões colocadas são muito bem exemplificadas pela mercadoria acima. Não é a representação da figura histórica Frida Kahlo, mas da Frida Kahlo que o Mercado quer que as pessoas conheçam. Os signos ali colocados são estratégicos, pensados no momento de sua produção, muito antes das bonecas serem exibidas em vitrines (sejam elas físicas ou virtuais).

Portanto, podemos perceber que a imagem de Frida Kahlo foi transformada nessa mulher moderna, valorizada individualmente, tendo uma personalidade forte, mas dentro de uma estética totalmente padronizada. Além, claro, de ter sido despolitizada e se transformado em um ícone pop, para delimitar políticas ideológicas específicas do neoliberalismo.

Vale ressaltar que Kahlo é um grande objeto de disputa, especialmente entre grupos de esquerda, que a reivindicam enquanto mulher latino-americana e comunista. Mas, como já vimos em nossa parte teórica, mesmo que haja disputas, estas são bastante desproporcionais.

Através desse exemplo da pintora mexicana Frida Kahlo, percebemos que as imagens, especialmente as imagens-mercadorias (porque, como vimos, o mundo gira pela mercadoria na Sociedade do Espetáculo), têm um grande potencial ideológico, especialmente na construção de novas narrativas. Movimento importante ao grande Capital, já que esse potencial é sinônimo de poder, especialmente às classes dominantes, que possuem os Aparelhos Ideológicos de Estado.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação).* In: Um Mapa da Ideologia (Org. Slavoj Zizek). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução.* São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KAHLO, F. *O diário de Frida Kahlo: um autorretrato íntimo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

KETTENMANN, Andrea. *Frida Kahlo 1907-1954: dor e paixão.* Koln: Taschen, 2015.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; SOUZA, Carla Basílio de. *A consumidora empoderada: publicidade, gênero e feminismo.* Porto Alegre: Intexto, UFRGS, n. 42, p. 114-134, maio/agosto 2018.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital.* São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia.* São Paulo: Boitempo, 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

POLÍTICA E ECONOMIA NA AVENIDA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E SEUS ENREDOS CRÍTICOS NOS ANOS 1980

Guilherme José Motta Faria[1]

Primeiros Acordes

Durante os anos 1980 ocorreram diversos movimentos políticos, sociais e culturais que impactaram a sociedade brasileira. A grande produção de bens culturais, resultantes dessa dinâmica nos permite vislumbrar um período bastante rico em eventos e embates ideológicos, fruto de enfrentamentos no campo político que se refletiram com intensidade no comportamento dos brasileiros na virada do século XX.

A expressão "década perdida", cunhada por parte dos economistas revelou aspectos da desesperança que o período parecia evocar e projetava um legado carregado de simbolismos negativos para as gerações futuras. A longa transição democrática, com seus avanços e muitos retrocessos impactou nossa economia e evidenciou as fragilidades do regime republicano no Brasil.

As escolas de samba, ao longo da década também foram espaços de vocalização das insatisfações, de críticas e proposição de projetos que levavam em conta a reivindicação dos direitos do cidadão. Ao apresentar enredos de viés político e econômico, as agremiações cariocas exerceram seu papel de porta-voz de um grupo considerável da população brasileira, que buscava canais de comunicação para explicitar sua cidadania.

É fato, entretanto, que esse processo não se verificou em todas as escolas, mas, os exemplos, trabalhados neste artigo possibilitam ampliar uma narrativa que permite compreender o papel desempenhado pelas agremiações nos embates, disputas, conflitos e negociações que se estabeleceram ao longo dos anos 1980, tendo a avenida dos desfiles como palco dos debates sobre o cotidiano político, econômico e social do brasileiro.

Política e cultura

A ditadura civil-militar brasileira implantada no país, a partir de abril de 1964 governou o país por mais de duas décadas. A utilização de mecanismos de repressão aos direitos civis e políticos gerou um quadro de tensões que resultou em enfrentamento direto com grupos radicais militantes de esquerda, organizações sociais e políticas ligadas as classes populares. O Estado contou com a

[1] Professor Assistente da Universidade Veiga de Almeida, Pós-doutor em História (USP), Doutor em História (UFF), Mestre e graduado em História (UERJ).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

leniência de alguns setores da classe média e a omissão da maior parte da população brasileira "distraída" com o futebol, as novelas e as "benesses" do "Milagre Brasileiro"[2].

As dificuldades econômicas internas, advindas das limitações externas, como as crises do petróleo (1974 e 1978) gerou um quadro de insatisfação da população brasileira que novamente passava a conviver com o arrocho salarial e desemprego. Com sua política econômica questionada, o governo passou a administrar suas ações de controle social e repressão política para a manutenção do regime. A partir das provas de casos de tortura e desrespeito aos direitos humanos levados a cabo pelos órgãos repressivos das Forças Armadas e do aparato policial, o governo precisou rever seus métodos, oferecendo uma abertura política, lenta e gradual.

O processo iniciado por Ernesto Geisel (1974-1979) teve continuidade com o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Ao extinguir o Ato Institucional nº 5[3], o governo possibilitou que o processo de redemocratização da vida política brasileira fosse retomado, trazendo em seu bojo a abertura, a anistia, a participação de antigos e novos atores no centro dos debates políticos. A partir de 1979 os sindicatos retomaram fôlego e presença no cenário nacional com greves por melhores salários e direitos sociais. O movimento estudantil reconstruiu suas organizações extintas e passou a ocupar os espaços de reinvindicação.

Diversos líderes políticos voltaram ao país e passaram a reorganizar e criar partidos políticos se preparando para a retomada gradual do jogo democrático com eleições diretas para governadores em 1982 (FREIRE, 2014, p.26). A expressiva vitória da oposição acentuou os anseios de retomada da normalidade democrática. **O movimento** pela eleição direta para presidente da república**, *Diretas Já!*** tornou-se o símbolo da vontade de participação política popular em nossa história recente.

A proposta de emenda parlamentar que instituiria as eleições diretas para presidente foi derrotada no Congresso. Apoiado pelas mesmas lideranças do movimento das *Diretas Já!*, Tancredo Neves venceu a disputa na eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985. Chegava ao fim da Ditadura Militar e o processo de redemocratização se iniciava, repleto de incertezas, dificuldades, heranças complexas de duas décadas de autoritarismo, mas com imenso apoio popular, desejoso de novamente ser protagonista nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais da vida brasileira.

Até o final da década de 1980 o país se viu mergulhado numa sucessão de eventos na área política e econômica que intensificaram a participação popular nos assuntos nacionais. Da normalização das eleições para prefeituras de capitais até a eleição direta para presidente em 1989, resultou em aumento significativo de partidos políticos, organizações e movimentos sociais que lutavam pela garantia de direitos que estavam suprimidos ou inexistiam na constituição brasileira. A outorga da *Constituição Cidadã* foi o reflexo dos embates, disputas simbólicas e demarcação de espaços para diversos grupos sociais, organizados em associações reivindicativas como os movimentos negros, de mulheres, indígenas, sindicatos de trabalhadores, profissionais não regulamentados e agricultores sem-terra, entre outros (VERSIANI, 2014, p. 367).

[2] Expressão cunhada para representar o surto de crescimento econômico que se instalou no Brasil na virada dos anos 1960-70 durante os governos da Ditadura militar.

[3] A revogação da lei passou a vigorar em 1 de janeiro de 1979.

Os planos econômicos, todos malsucedidos, legaram uma inflação de portes gigantescos para a década de 1990. O aumento do desemprego, da carestia e do empobrecimento da população, assim como as mazelas sociais cada vez mais expostas criavam um quadro por demais aflitivo. Entretanto, pela via cultural, nas diversas manifestações artísticas e na carnavalesca, a situação econômica e social do povo era alvo de críticas, sátiras, retratadas em sambas e enredos das escolas do Rio de Janeiro.

A avenida Marquês de Sapucaí foi uma das vitrines onde as questões políticas, sociais e econômicas encontraram espaço de discussão e debate, dentro da dialética própria que a inversão carnavalesca possibilita. Os temas tradicionais continuaram marcando presença, mas a possibilidade de aliar uma visão crítica e satírica aos enredos ampliou as possibilidades comunicativas das agremiações. As lutas pela retomada dos direitos políticos e as transformações econômicas que o país vivenciava se tornaram motes temáticos nas apresentações das agremiações.

Ao demarcar espaços de fala em desfiles as escolas de samba atuaram nos episódios da nossa história recente. Neste artigo, utilizo as letras dos sambas, vídeos dos desfiles[4], textos jornalísticos "no calor da hora", publicados no *Jornal do Brasil* e textos de pesquisadores recentes. Apresento a seguir, algumas apresentações de agremiações que contribuíram, nos anos 1980 com o debate sobre a realidade social, econômica e política brasileira.

O desfile se inicia

O primeiro caso a ser analisado é o desfile da Unidos de Vila Isabel (1980) com o enredo *O sonho de um sonho*. A partir da poesia de Carlos Drummond de Andrade, Martinho da Vila compôs um samba, em parceria com Rodolfo e Graúna, e conseguiu, no ano seguinte à promulgação da Lei da Anistia, levar para a avenida uma composição que tocava em questões complicadas para o período, como a liberdade, a tortura e as relações de poder estabelecidas pelo regime autoritário.

> Sonhei/que estava sonhando um sonho sonhado/O sonho de um sonho/Magnetizado/As mentes abertas/Sem bicos calados/Juventude alerta/Os seres alados/Sonho meu/Eu sonhava que sonhava (bis)/Sonhei/Que eu era um rei que reinava como um ser comum/Era um por milhares, milhares por um/Como livres raios riscando os espaços/Transando o universo/Limpando os mormaços/Ai de mim/Ai de mim que mal sonhava (bis)/Na limpidez do espelho só vi coisas limpas/Como uma Lua redonda brilhando nas grimpas/Um sorriso sem fúria, entre o réu e o juiz/A clemência, a ternura/Por amor da clausura/A prisão sem tortura/Inocência feliz/Ai meu Deus/Falso sonho que eu sonhava/Ai de mim/Eu sonhei que não sonhava/Mas sonhei...

Em matéria anterior ao carnaval, a jornalista Maria Helena Dutra fez uma análise dos sambas e retratou a expectativa em relação ao desfile da agremiação. O comentário ressaltou as qualidades do samba, mas teceu intrigantes comentários sobre seu teor carnavalesco e lançou dúvidas sobre a visualidade que seria apresentada.

[4] Os desfiles das Escolas de samba, gravados pelas emissoras de TV (Globo, Bandeirantes, Manchete), a partir do final dos anos 1970 estão disponibilizados em diversos vídeos no canal youtube.com.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> É o melhor samba do ano. O Sonho de um sonho, [...] é lindíssimo, mas não parece ser muito apropriado para o desfile. O refrão "Sonho meu, eu sonhava que sonhava" é de uma baixaria atemorizante e nada magnetizado. Ele tem mais jeito de ser sucesso de Clara Nunes no meio do ano do que responsável por grande empolgação. Mas, a escola, que já cantou até Zodíaco, pode surpreender e o tema, baseado em Carlos Drumond de Andrade, ser mais simples do que as notícias e a letra do samba indicam. Ninguém sabe muito bem é qual alegoria corresponderá ao verso "puro amor na clausura/a prisão sem tortura" (JB, 15/2/1980, Caderno B, p.2).

O comentário da jornalista é intrigante, no que diz respeito a expectativa de como o teor político seria tratado como tema, gerando a plástica no desfile da Vila Isabel. As dúvidas levantadas por Maria Helena Dutra foram parcialmente respondidas, na matéria *Sonho Feliz* da jornalista Susana Schild na edição pós-carnavalesca.

> Unidos da Vila Isabel fez um bonito desfile. Para contar Sonho de um sonho, a Escola desafiou o consenso geral que considerava o samba [...] difícil de cantar e fácil de atravessar. Todo mundo cantou o tempo todo. O samba pegou, o que se podia constatar vendo os condutores dos carros alegóricos, empurrando e cantando, enquanto guardas da PM e representantes da Riotur assistiam e cantavam. A Escola ia passando, desdobrando o enredo baseado em poema de Drumond e contagiou a arquibancada, mesmo distante, e as pessoas na pista de serviço (JB, 20/2/1982, Caderno B, p. 4).

Sobre a visualidade que a escola apresentou, Schild descreveu de forma detalhada a tonalidade das fantasias, a divisão setorial do enredo e a receptividade do público em relação ao desempenho da agremiação. A jornalista destacou também a opção dos carnavalescos por adereços leves e simples, acentuando que a evolução era um item fundamental para a avaliação geral do desfile.

A cobertura pós-carnavalesca tinha suas limitações de espaço no jornal e os comentários eram bastante sucintos, entretanto, a jornalista destacou a ala dos presos, a representação mais explícita em relação ao momento de maior violência do regime ditatorial, resultando em muitas prisões, exílio e tortura. A opção pela "leveza" na abordagem do "doloroso" tema não escondia a coragem da escola em expor o assunto. *Foi a vez mais direta que, naqueles tempos, uma escola de samba clamou pela liberdade, sobretudo na ousadia contida no verso "a prisão sem tortura* (JUPIARA e OTÁVIO, 2016, p.115).

No mesmo ano de 1980, a Mocidade Independente de Padre Miguel, em seu enredo Tropicália Maravilha contribuiu para o debate político. A jornalista Maria Helena Dutra, em matéria anterior ao desfile desfiou suas críticas em relação a qualidade do samba e sublinhou sutilmente a ligação da agremiação com a contravenção.

> Este ano se lança na Tropicália Maravilha de total banalidade e sem os ardores nacionais que sempre lhe caem bem. "Baila no ar a poesia" é um pouco demais como refrão e tem até "o cravo brigou com a rosa por causa da margarida gostosa". Parece jingle mas vai provocar imensas alas amarelas. E muito ricas, porque a Mocidade continua muito bem apadrinhada e esta é rica de verdade mesmo (JB, 15/2/1980, Caderno B, p.2).

Na cobertura pós-carnavalesca a Mocidade teve seu desfile analisado por Maria Lúcia Rangel. No início de seu comentário ela percebeu as intenções estéticas do carnavalesco e lamentou que a visualidade da escola não tenha encontrado suporte na parte sonora e na empolgação dos desfilantes. Ao contrário da Vila Isabel, a crítica política realizada pela Mocidade não estava no samba e sim nos elementos plásticos, como na alegoria, no encerramento do desfile que "escancarava" a palavra anistia.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Foi pena, porque Fernando Pinto, o carnavalesco se esforçou. Sua "Tropicália Maravilha" – "se fosse filmada poderia ser vista como chanchada, mas pode ser chamada de revista sambada pelo GRES Mocidade Independente de Padre Miguel" – não empolgou. Veio de verde e amarelo, mulatas de seios nus abrindo o desfile às 2h 16m. O samba de Djalma Santos, Alsério e Domenil, ... enfatizava muito um "turbilhão de luz, na flora e fauna brasileira que seduz". E foi um turbilhão de brilho que passou pela avenida, em frutas tropicais ("Difícil foi convencer o sambista a se fantasiar de caju"), além de morangos e maças, bichos, índios, flores, futebol e até Caetano Veloso e Juscelino participando de um mesmo cartaz. Também vieram Carmen Miranda, Chacrinha e até um carro alegórico que carregava a anistia em letras gigantes (JB, 20/2/1980, Caderno B, p. 4).

Uma das fontes utilizadas neste artigo são os vídeos dos desfiles das transmissões das emissoras de TV (a Rede Globo, em especial), disponibilizados na internet. Em relação a alegoria "anistia" observei que o âncora da transmissão, o jornalista Léo Batista não fez nenhuma menção a sua passagem na avenida. Enquanto as imagens destacavam a palavra, o jornalista permaneceu mudo[5]. O fato me fez pensar sobre a possível autocensura que era praxe comum na emissora carioca (SOARES, 2016, p.4).

As divisões do enredo, reveladoras de uma intencionalidade crítica, em consonância com o movimento tropicalista, comentados no texto de Rangel, procurava exaltar a criatividade do carnavalesco e as conotações políticas que a proposta temática trazia para o debate, *Em síntese uma alegoria ao nosso Brasil, mas segundo Fernando Pinto: "de maneira não ufanista, mas tropicalista, carnavalesca, brincalhona, alegre, debochada, brasileira, tupiniquim* (JB, 20/2/1980, Caderno B, p.4).

O último parágrafo da crítica ressaltou a qualidade da bateria e a visualidade dos seus componentes, *com a fantasia maravilhosa de índio aculturado, de óculos escuros e peruca lisa* (JB, 20/2/1980, Caderno B, p. 4), inseridas no enredo como crítica sobre um dos vetores étnicos de nossa sociedade, quase "extintos" no país.

Dentre as possibilidades de eixos teóricos que nos permite a compreensão dos acontecimentos políticos e culturais nos anos 1980, acredito ser a Teoria da Recepção, embasados nas obras de Stuart Hall (2005), Nestor Canclini (2003) e Martin-Barbero (2009) um caminho com reflexões pertinentes, sobretudo na percepção da intensa batalha que se trava em relação ao estabelecimento de significados, numa luta constante entre as forças políticas que desejam instituir e direcionar o olhar do cidadão/espectador. As categorias típico-ideais, apontadas pelos autores trouxeram aos estudos da cultura a construção de um campo poderoso na emissão de mensagens, que denominamos *mídia.* Na síntese dos textos dos três pesquisadores temos um referencial teórico consolidado para examinar o fenômeno da *recepção* no público dos desfiles no período.

O enredo da Mocidade Independente de Padre Miguel pode ser analisado a partir deste viés teórico. As reflexões apontadas pelos estudiosos citados são basilares na compreensão de como as ideias propostas nos enredos, nas fantasias, nas alegorias apresentadas pelas agremiações encontraram espaços de circulação, apropriação e foram materializadas em elementos simbólicos, presentes no imaginário político brasileiro.

[5] www.youtube.com/watch?v=z4KkB51gkDQ, pesquisado em 06 nov. 2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Essa afirmativa se torna mais compreensível quando analisamos o desfile da Unidos da Tijuca em 1981. No início do texto relativo à escola situava-se o leitor a respeito da importância, dificuldades, a fonte utilizada para a criação do enredo e dos compositores, responsáveis pelo samba-enredo.

> A Unidos da Tijuca, tradicional escola do Rio de Janeiro (é uma das mais antigas, ao lado da Mangueira e da Portela) voltou ao chamado primeiro grupo depois de apresentar, no ano passado, o ótimo carnaval sobre a vida e a obra de Delmiro Gouveia, um dos pioneiros da industrialização brasileira. O enredo deste ano, baseado no livro Manuscrito Holandês, de M. Cavalcanti Proença, procura ser crítico também mostrando a luta do caboclo Mitavaí contra o monstro Macobeba no enredo O que Dá prá Rir, Dá prá Chorar, que tem samba de Celso Trindade-Nêga-Azeitona-Ronaldo-Ivar-Buquinha-Edmundo Araújo Santos (JB, 26/2/1981, Caderno B, p.5).

A matéria destacou o carnavalesco Renato Lage e sua equipe, os demais responsáveis pela parte plástica do desfile, a quantidade de componentes, *A escola deverá apresentar-se com 2 mil* e detalhes sobre o enredo, sobretudo suas alegorias.

> Quatro grandes carros tomarão parte do desfile: o primeiro representa um gafanhoto e o destaque sobre o carro é Élcio, da própria escola, seguido do carro dos males de Macobeba – uma casa exibindo cigarros, enlatados e refrigerantes – onde o destaque é Evandro de Castro Lima. Mas o carro do verdadeiro Macobeba virá em seguida e o destaque é Paulo Cesar Cardoso Pires, seguindo-se o da pecuária e o do caboclo Mitavaí. (JB, 26/2/1981, Caderno B, p.5).

O texto era bastante simpático em relação a escola. A aposta no enredo era mais um trunfo, mesmo que a fragilidade do samba fosse apontada como um fator que poderia prejudicar o desfile. Em sua coluna no Jornal do Brasil, o poeta Carlos Drummond de Andrade teceu comentários sobre os enredos e os sambas que as escolas apresentariam no desfile. Sua observação a respeito da Unidos da Tijuca, destacou pontos importantes da narrativa, assim como "absolveu" em parte os compositores.

> Mitavaí é o herói brasileiro exaltado no samba-enredo da Unidos da Tijuca. Basta dizer que ele é lavrador e vaqueiro, e está evidenciado o heroísmo, em confronto com a seca, as enchentes, o financiamento hipotético e o difícil transporte. Mitavaí, porém, não se satisfaz com a façanha contínua, e sai por aí a combater o monstro estrangeiro que com todo o seu dinheiro quer calar a nossa voz. Com certeiro bote fere o monstro no cangote, mas quem disse que conseguiu matar o bicho ruim? Mitavaí, triste, mas inconformado, jura que um dia voltará, e o samba conclui filosoficamente: O que hoje dá pra rir, amanhã dá pra chorar. A composição é de tanta substância que para fazê-la se juntaram Azeitona, Celso Trindade, Nega, Ronaldo, Ivar, Buquinha e Edmundo Araújo Santos. Se não estourar é porque o monstro não deixa (JB, 26/2/1981, Caderno B, p.5).

O samba da agremiação, após os comentários da matéria e do texto de Drummond merece ser apresentado.

> É tão sublime exaltar/Neste dia de folia/E cantar a odisséia de um valente brasileiro/Contra um monstro estrangeiro/Que com todo o seu dinheiro/Quer calar a nossa voz (e o nosso herói)/E o nosso herói/Sai no rastro da maldade/Pelos campos e cidades/Atrás do gafanhoto feroz/Tetaci, Tetaci/Agasalha com seu manto (bis)/Nosso herói Mitavaí/Mitavaí, bom lavrador e vaqueiro/Deixa o sertão brasileiro/Vai combater/Macobeba maldito, que devora o mato e o mito/Rádio, jornal e TV/Lança e com certeiro bote/Fere o monstro no cangote, pra valer/E ferido assim de morte/Bicho ruim não quer morrer/E o caboclo injuriado/Toma o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> caminho do mar/Jurando que um dia vai voltar/Tira daqui, leva pra lá/O que hoje dá pra rir/Amanhã dá pra chorar/Maldito bicho, se me ouviu/Se não gostou do meu samba (bis)/Vai pra longe do Brasil.

A jornalista Norma Couri, em sua crítica em relação a agremiação, sob o título *Valeu a Espera* se mostrou muito impactada pela apresentação da escola. O texto, bem-humorado entrou em sintonia com o enredo. A saga do herói, criada por Proença Filho, (guarda muitas semelhanças com *Macunaíma*, personagem criado por Mario de Andrade) combate o "monstro do mal" vindo do estrangeiro, metáfora que a jornalista utilizou para mostrar o paradoxo da situação: frases de saudação em vários idiomas, executivos estrangeiros nos camarotes e uma agremiação, organizada por brasileiros humildes apresentando sua crítica a situação de subserviência econômica do país.

> [...]E valeu o tempo, a espera ali onde a Riotur espalhou faixas de Welcome to Rio, Bienvenau au Carnaval a Rio, Bien Venido el Carnaval de Rio, entre os camarotes repletos de Macobebas de primeira linha, o caboclo Mitavaí, representando o homem brasileiro, deixou seu protesto. Puxado por Sobrinho, o samba O que Dá pra Rir dá Prá Chorar mandava os descontentes "pra longe do Brasil" enquanto a escola desfilava em alegorias a sua crítica (JB, 04/3/1981, Caderno B, p.7).

Na sequência, o texto se aprofundou na explicação do enredo e nos destaques que foram trazidos pela escola, ressaltando as imagens utilizadas, as metáforas e a mensagem geral que o público assistiu.

> [...] Carros simbolizavam a mãe da mata, o desmatamento, a queimada, a pecuária sobre a língua do monstro, nossos bois ricamente vestidos (para justificar o preço da carne) e as imensas facas de corte, o gafanhoto feroz de boca aberta para a lavoura, a cenoura, o feijão, o arroz, o milho, Macobeba destruindo tudo, na cidade entre a Coca Cola, televisão no lugar dos olhos, a lata de salsicha marcando a presença dos enlatados, o disco gigante criticando a indústria do disco. Não faltou a ala dos "dedos entreguistas" (enormes dedos por cima das cabeças dos sambistas, os dólares, o azul, o vermelho, o branco ou a presença da nossa imprensa estampada em cartazes entre letreiros Singer, Sanyo, "é problema seu", "o sonho é instantâneo." Macobeba (ou as multinacionais) ferido na Marquês de Sapucaí foi a vingança dos moradores do Morro do Borel que são na maioria os desfilantes [...] (JB, 04/3/1981, Caderno B, p.7).

No parágrafo final, Norma Couri se referiu as soluções estéticas empregadas pelo carnavalesco Renato Lage nas criações plásticas das alegorias. O encerramento da matéria me permite retomar a teoria da recepção para compreender o momento proporcionado pela Unidos da Tijuca. Quando a jornalista dá voz a um espectador, que reconheceu a coragem da agremiação em retratar um tema com conotações críticas, ressaltadas em seu teor político e social, o fenômeno se materializou.

> Para quem achou o tema rebuscado (baseado no Manuscrito Holandês de Cavalcanti Proença), Laíla pergunta "e quem conhecia Delmiro Gouveia até o ano passado?" Para quem associa beleza à riqueza (estilo Beija-Flor), Renato Lage responde com copinhos de café purpurinados ou prateados nos carros alegóricos. E para quem acha que a escola não ganha, um bombeiro hidráulico extasiado na arquibancada justifica a passagem; Eles tiveram é peito" (JB, 04/3/1981, Caderno B, p.7).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A preocupação com o hermetismo do enredo, se justificava, pois quando as imagens artísticas criadas tocam no imaginário coletivo, mas não são recebidas e processadas como mensagem diretas, o efeito discursivo se fragiliza. As imagens produzidas pela agremiação, no entanto, mesmo com certo grau de abstração foram ressignificadas como símbolos identificáveis de crítica política. Embalados também na musicalidade do samba a mensagem foi transmitida e apropriada pelos espectadores, que se identificaram com a crítica proposta.

Outro caso a ser destacado no carnaval de 1981, em relação a manifestação política foi o desfile da Estação Primeira de Mangueira. Em seu enredo, sobre o ex-presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, falecido em 1976, as intencionalidades da agremiação se revelaram diretas, mesmo que amenizadas pelo universo carnavalesco. Ao escolher o personagem de seu tema, a agremiação "desafiava" o poder dos governos autoritários que mantiveram JK fora do jogo político, desde sua cassação, nos primeiros momentos da "revolução de 1964".

Na edição pós-carnavalesca do *Jornal do Brasil*, estampando parte da capa do *Caderno B* foi apresentada uma foto de um dos carros alegóricos da Escola esclarecido por sua legenda, *A Mangueira, pedindo eleições, justiça, democracia e feijão, foi uma das escolas que trouxeram a política de volta ao desfile das escolas principais* (JB, 04/3/1981, Caderno B, capa). Na matéria, assinada por Luiz Mario Gazzaneo, o jornalista destacou a mescla de intenções estéticas e ideológicas da Escola, que sublinhou a origem geográfica e cultural do homenageado, suas realizações políticas e a diversidade de culturas abraçadas por seu projeto progressista e desenvolvimentista.

Outro desfile que merece ser destacado neste conjunto é o do Salgueiro (1983), intitulado *Traços e Troças*. A partir de um enredo sobre as caricaturas foi apresentado em tom de ironia a ação da censura e a proibição de "certos assuntos", citados na letra do samba, de autoria de Celso Trindade e Bala.

> Eu sou o Rio e Rio à toa/Só rio de quem me impede de sorrir/A minha pena não tem pena nem perdoa/Mexe com qualquer pessoa/Ela quer se divertir/Será que a política não vai me censurar?/Já sei, certos momentos não se pode criticar!/Gozar, traçar, ferir/Fazendo de novo meu povo feliz/Riscando aquilo que ele não diz/Bota a banca na avenida/Edição especial (bis)/Olha aí o jornaleiro/A piada está com sal/Caricatu-rindo/Virando a tristeza pelo avesso/A arte irradiou/Com um raio de luz de humor/A melindrosa, Amigo da Onça, almofadinha/Cantando em louvor ao artista/Caricaturista, revista e jornal/O Carnaval é a maior caricatura/Na folia, o povo esquece a amargura (bis).

A expectativa era grande para o desfile da agremiação. Na edição do sábado de carnaval, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria que revelava as intenções da escola, apontando o ineditismo do tema e as possibilidades de sátira e crítica política que a agremiação poderia explorar. A quantidade de políticos citados e as alegorias propostas procuraram aguçar a atenção do espectador e demonstrar o direcionamento estético/ideológico que seria a tônica da apresentação salgueirense.

> O Presidente Figueiredo, o Governador eleito Leonel Brizola, a Deputada Ivete Vargas e a ex-Deputada Sandra Cavalcanti, o Ministro Delfim Neto e os presidenciáveis Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Otávio Medeiros, Aureliano Chaves e Mario Andreazza desfilarão na escola de samba Acadêmicos do Salgueiro para arrancar aplausos e risos das arquibancadas e camarotes lotados de foliões, turistas e autoridades. Não irão, evidentemente em pessoa, mas caricaturados em bonecos de fibra de vidro, fantasiados de astronautas, melindrosas e candidatos derrotados. Eles são alguns dos personagens principais do enredo Traços e Troças que a escola vai mostrar na avenida, contando a história da caricatura brasileira. O Presidente

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> surgirá montado num cavalo branco, estilo São Jorge, perto de uma lua prateada, fantasiado de astronauta, o Ministro Delfim Neto abre o desfile carregando o estandarte da escola - "Nem melhor, nem pior, apenas uma escola diferente". Brizola aparece no carro abre-alassaindo de dentro do Pão de Açúcar todo loteado pelas imobiliárias. Ivete Vargas e Sandra Cavalcanti lideram um grupo de melindrosas e os presidenciáveis, Ministro Mario Andreazza e Otávio Medeiros, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães e o Deputado Paulo Maluf, aparecem com cara de derrotados num carro que tem ao fundo o Palácio do Planalto e um trono ocupado por Odorico Paraguassu, o prefeito de Sucupira, da série O Bem-Amado (JB, 12/2/1983, p.7).

A matéria apontou sua preocupação com os preparativos da Escola que justificava o que parecia ser atraso em seus barracões como uma estratégia para manter o segredo do que iria apresentar. O resultado, entretanto, foi muito aquém das expectativas. Luiz Mario Gazzaneo, em sua crítica foi efetivo em apontar os pontos negativos na apresentação do Salgueiro. *Nem Traços nem Troças – E o Rio não riu*, o jornalista apresentou suas críticas ao "desastre" ou "desperdício" da apresentação.

> Os traços e troças que a Acadêmicos do Salgueiro prometia como o carnaval que reviveria o espírito da escola – a criatividade, a alegria, a novidade – não aconteceram na Marquês de Sapucaí. Ela desfilou da mesma forma que nos últimos anos, nem melhor, nem pior, mas cometeu uma barbaridade, jogou fora uma das melhores ideias de enredo do carnaval carioca e não soube ganhar – porque nem de longe vai ganhar – com o melhor samba de escolas deste ano [...]. O que prometia o Salgueiro? Humor, sátira, crítica, a vida brasileira vista pelos artistas da charge (do traço) através dos personagens que eles criaram; prometia assim a irreverência tão carioca, tão povo ((JB, 12/2/1983, p.7).

Em seus apontamentos o "pecado" maior do Salgueiro foi a precária finalização, sobretudo das alegorias. As preocupações, na matéria do sábado de carnaval pareciam estar corretas e a "estratégia" da escola se mostrou ineficiente. As vastas possibilidades de diálogo entre a criação dos chargistas e caricaturistas, com a realidade política, social e econômica no Brasil permitiriam a construção de mensagens, a partir dos recursos visuais e linguísticos que teriam todas as chances de impactar os espectadores, ou pelo menos envolvê-los com o desfile de forma catártica. Assim como, quando assistimos um filme de humor, no qual rimos, na maioria das vezes de situações absurdas e ridículas que os personagens vivenciam nas telas, reproduzindo as nossas ações também absurdas e ridículas. Rimos de nós mesmo, como se estivéssemos nos olhando no espelho. Dessa forma, os equívocos do desfile foram apontados pelo jornalista como um desperdício de uma boa ideia.

Na teoria da recepção, muitas vezes o efeito imaginado acaba se tornando nulo. Entre a intencionalidade da proposta e a sua execução existem lacunas, na má execução ou na falta de clareza dos signos representados. A apresentação salgueirense parece ter incorrido nos dois pecados, apontados no texto de Gazzaneo.

Os enredos sociais, políticos e econômicos tiveram grande representatividade na Caprichosos de Pilares. Desde sua estreia no grupo 1A, a agremiação trouxe um leque de temáticas críticas e satíricas, "iluminando" os problemas do país. A sequência de enredos: *Um cardápio a brasileira* (1983), *A Visita da Nobreza do Riso a Chico Rei num palco nem sempre iluminado* (1984), *E por falar em saudade* (1985), *Brasil com Z não seremos jamais* (1986), *Eu Prometo, ajoelhou tem que rezar* (1988) foram momentos marcantes onde o desejo de debater os acontecimentos políticos se tornava necessidade dos artistas, dos sambistas e do público que ansiava o fim da censura.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nos preparativos para o desfile de 1983, o carnavalesco Luiz Fernando Reis foi entrevistado, em meio aos trabalhos no barracão. Suas opiniões sobre a função social do carnaval e como a festa também tem podia ser formadora de cidadania nos permite compreender a essência e o impacto junto ao público que seus enredos no triênio (83-85) alcançaram. Para o carnavalesco, o desfile, *tem de trazer uma proposta, fazer com que após a alegria do desfile, as pessoas levem alguma coisa para casa, "algo sólido para refletir"*. E os exemplos das alegorias apontava o teor da crítica social que estaria presente no desfile, *E os sete painéis da escola, montados no barracão, prometem crítica e sátira. Um deles perdoa os "ricos e gordos", outro pede desculpas "aos pobres e famintos", um terceiro afirma que "sobremesa de pobre é sonho e doce ilusão"* (JB, 12/2/1983, Caderno B, p.4).

O texto exemplificou a criatividade do carnavalesco e a forma de utilizar as alegorias como "carros de crítica"[6]. Segundo Luiz Fernando, *O mais engraçado dos carros, é o do churrasco, que tem várias vaquinhas, na frente e, no centro, uma grande vaca, com um aviso de que está em greve. O bezerro estará de chupeta, porque a mãe, ocupada em tomar chimarrão e comer churrasco, não tem tempo para alimentá-lo* (JB, 12/2/1983, Caderno B, p.4).

O desfile da Escola em 1983 teve a ação do "imponderável". A falta de luz em boa parte da avenida obrigou a agremiação realizar sua apresentação quase que totalmente no escuro. Era sua estreia no grupo principal e um fato que poderia ser uma tragédia acabou se transformando em bônus, pois a Escola não teve suas notas computadas e permaneceu no mesmo grupo, no carnaval seguinte.

O título do enredo de 1984, mesclava o mote temático, o humorista Chico Anísio e seus inúmeros personagens criados para seus programas de TV, com o inusitado fato da falta de luz. Personagens debochados, de crítica social e política estavam presentes neste desfile, onde os componentes e o público cantaram juntos o samba de Almir De Araújo, Balinha, Marquinho Lessa e Hércules.

> Sorria meu povo/Sorria, "Chico rei" chegou/Nesse palco todo iluminado/Que um dia, por pecado, se apagou/Ôôôôôôôô/E Popó mandou cair na folia/A festa é nossa no reinado da folia/É cascata, o pacotão/No combate, como bate o coração/Na agonia com a corda no pescoço/A piada rói o osso e alegra o meu povão/Salomé, Salomé/Bate um fio pro João/Que dureza não dá pé/Tantas loucuras/Dos ministros, "Os Trapalhões"/Brasil, "Brazil",brazuca/É Alice num país de ilusões/Meu sorriso brasileiro/Tempero nacional/Do Azambuja trambiqueiro/Do Turuna dando bronca Federal/Palmas pro velho guerreiro/Que o ano inteiro/faz o carnaval/Pai, painho no abaitolá/Dando axé/Até o dia clarear.

De forma definitiva, as questões políticas, sociais e econômicas haviam conquistado seu espaço nos desfiles e as agremiações, cada vez menos sufocadas pela ação da censura, buscavam se expressar e retratar as dificuldades do povo brasileiro, se tornando assim, porta-voz da imensa maioria da população na busca pela resolução dos problemas que afligiam cada vez mais a sociedade.

A consagração da agremiação do bairro de Pilares veio em 1985. Se não ganhou o campeonato, objetivo máximo em disputa, conquistou o "estandarte de Ouro"[7] de melhor Escola. Retratando temas importantes como a inflação, moradia, emprego, qualidade de vida, foram retratados no

[6] Elemento fundamental das Grandes Sociedades, associações culturais carnavalescas que eram as mais importantes no final do século XIX e primeiros anos do século XX.
[7] Importante prêmio concedido pelo jornal *O Globo*, aos melhores do Carnaval.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

samba dos compositores Almir de Araújo, Balinha, Marquinho Lessa, Hércules e Carlinhos de Pilares.

> Oh! Saudade, ô/Meu carnaval é você/Caprichosamente/Vamos reviver, vamos reviver..."Saudadeando" o que sumiu no dia-a-dia/Na fantasia de um eterno folião/O bonde/O amolador de facas/O leite sem água/A gasolina barata/Aquela Seleção Nacional/E derreteram a taça na maior cara-de-pau/Bota, bota, bota fogo nisso (bis)/A virgindade já levou sumiço/(Quero votar!)/Diretamente, o povo escolhia o presidente/Se comia mais feijão/Vovó botava a poupança no colchão/Hoje está tudo mudado/Tem muita gente no lugar errado/Onde andam vocês, ô ô ô/Antigos carnavais?/Os sambistas imortais/Bordados de poesia/Velhos tempos que não voltam mais/E no progresso da folia/Tem bumbum de fora pra chuchu (bis)/Qualquer dia é todo mundo nu.

As referências aos problemas sociais, econômicos e dos valores comportamentais da nossa sociedade, trabalhados de forma crítica e satírica atingiu em cheio os espectadores. O samba já havia sido consagrado no período pré-carnavalesco e no desfile alcançou sua magnitude. Uma simbiose perfeita entre os componentes da escola e o público, em catarse cantando seus anseios e frustrações, seus sonhos e o saudosismo com o passado que parecia ser menos pesado do que a década de 1980 estava oferecendo. As observações sobre futebol, as formas de economizar dinheiro, os costumes, os transportes e a certeza que o povo deveria retomar as rédeas da democracia, reconquistando o direito de votar diretamente para presidente da república, demonstrou no espaço temporal do carnaval a insatisfação com a derrota no Congresso da emenda Dante de Oliveira que frustrou a campanha das *Diretas Já!*.

A viagem nostálgica e crítica sobre as décadas anteriores a Ditadura Militar, realizada pela Caprichosos de Pilares, utilizado como tema, permite uma conexão direta de cidadania com o enredo do Império Serrano em 1986, ano que foi considerado pelos pesquisadores recentes o auge das representações críticas ao universo político e econômico do país.

1986 – O ano maior do Carnaval temperado com política e economia

O Carnaval de 1986 se tornou exemplar na exacerbação do debate político na avenida, ao registrar muitos enredos que se utilizaram da crítica direta ou indireta nos desfiles das agremiações do grupo especial. A cobertura pós-carnavalesca do *Jornal do Brasil* apontou esse fenômeno com a referência em várias escolas ao momento econômico que o país atravessava com as frequentes visitas dos representantes do FMI (Fundo Monetário Internacional) com sua cartilha de gestão e receitas amargas para emprestar mais dinheiro ao país. A intencionalidade de alguns enredos refletia a opinião popular sobre a situação social e econômica individual do brasileiro e da sociedade, em geral. Os escândalos financeiros, os casos de corrupção e o desejo do fim da impunidade dos "crimes de colarinho branco", estiveram presentes em alguns destes desfiles.

Caprichosos de Pilares, Portela, Imperatriz, Beija-Flor, Império Serrano, Unidos da Tijuca, entre outras exibiram representações que aludiam, de forma crítica e satírica as nossas mazelas políticas e sociais ao mesmo tempo que divertia também provocava reflexões. A citação aos escândalos políticos e financeiros ajudavam a lembrar, ou melhor, não deixar cair no esquecimento esses eventos traumáticos e seus desdobramentos. Apontar esses episódios da vida econômica

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

brasileira, tratados dentro da esfera carnavalesca era uma forma de também chamar atenção para nossos problemas cotidianos que estavam ocorrendo no final da ditadura militar.

A letra do samba do Império Serrano foi aclamada como um verdadeiro libelo, carta de intenções para a futura constituição, que estaria sendo construída nos anos seguintes, culminando com sua outorga em 1988. Seus compositores, Aluízio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega, com suas "armas" estilísticas de linguagem exerceram funções de deputados e a Escola lançou suas reivindicações e questões que não poderiam ficar ausentes na próxima Carta constitucional.

> Eu quero, a bem da verdade/A felicidade em sua extensão/Encontrar o gênio em sua fonte/E atravessar a ponte/Dessa doce ilusão/(Quero, quero, quero sim)/Quero que meu amanhã, meu amanhã/Seja um hoje bem melhor, bem melhor/Uma juventude sã/Com ar puro ao redor (bis)/Quero nosso povo bem nutrido/O país desenvolvido/Quero paz e moradia/Chega de ganhar tão pouco/Chega de sufoco e de covardia/Me dá, me dá/Me dá o que é meu/Foram vinte anos/Que alguém comeu (bis)/Quero me formar bem informado/E meu filho bem letrado/Ser um grande bacharel (bacharel)/Se por acaso alguma dor/Que o doutor seja doutor/E não passe de bedel/Cessou a tempestade/É tempo de bonança/Dona liberdade/Chegou junto com a esperança (vem, meu bem)/Vem meu bem, vem meu bem/Sentir o meu astral, que legal/Hoje estou cheio de desejo/Quero te cobrir de beijos/Etecetera e tal.

Na narrativa dos pesquisadores pode ser percebida como a exacerbação da temática política no Carnaval de 1986 foi impactante. Sobre o desfile da Império, Carlos Maia também teceu importantes considerações ressaltando a carga simbólica das mensagens propostas e a interação com os anseios populares cantados no samba imperiano, *os vampiros que se alimentavam do nosso sangue também foram lembrados, mas não aqueles de fora, e sim os daqui mesmo, que ficaram 20 anos no poder e deixaram um legado desastroso. Considerado pela crítica o melhor samba do ano, [...] caiu no gosto popular com seus clamores* (MAIA, 2010, p.116).

Eduardo Silva apontou essa tendência, pois o ano, *trazia uma quantidade jamais vista de enredos críticos e irreverentes, muito por ter sido o primeiro carnaval após o fim da censura*. Ao apontar a conexão da liberdade de expressão com o "fim da censura", o pesquisador comentou a apresentação emblemática do Império Serrano, que, *fez um enredo crítico e contundente intitulado "Eu quero", falando sobre os anseios da população brasileira à época e lembrando dos vinte anos anteriores de regime militar, vislumbrando um horizonte de expectativa de melhor esperança* (SILVA, 2012, p.6).

O jornalista Gustavo Melo, em artigo no Jornal Extra apontou esse *momento* carnavalesco como um momento especial de junção do campo político e cultural. Seu texto, de 2014 se relaciona em perspectiva com os fatos e consegue perceber o legado da experiência vivida pelo Império Serrano em completa sintonia com o público.

> Anos 80. O Brasil cobriu-se com o manto verde da esperança depois de duas décadas sob o comando verde-oliva dos militares. Mais do que clarear o matiz de um novo tempo, o país vivia a retomada das rédeas do próprio destino. Sentimento que ecoou na Avenida em 1986, quando o Império Serrano cantou um dos sambas mais marcantes da década: [...]Obra que caiu na boca do povão ao celebrar o raiar de uma era vivida pelos brasileiros no enredo de Renato Lage e Lílian Rabelo (MELO, 2014).

O jornalista seguiu seu texto enumerando os temas debatidos e exaltando a efetividade com que a Escola transformou um tema do campo da política em efeitos plásticos visuais, conquistando

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

uma posição de Escola cidadã. A empatia com o público, fundamental na visão de Melo foi um dos fatores para tornar o desfile da agremiação de Madureira especial.

> O samba descrevia sem rodeios e com uma melodia envolvente cada um dos desejos, enumerados no enredo: a preservação da natureza, alimentação, moradia, melhores salários, segurança, educação e saúde. Anseios encaminhados aos gênios e suas lâmpadas maravilhosas representados na comissão de frente, que veio seguida por uma fonte luminosa trazendo cada um dos pedidos do povo naqueles anos de renovação da fé em nosso país. Nas arquibancadas, o povão cantava a plenos pulmões, como um desabafo, os versos em uma clara menção aos anos de chumbo vividos no país (MELO, 2014).

A mensagem foi plenamente recebida e ressignificada em ação cidadã, dentro do que os teóricos compreendem como recepção direta e efetiva (CANCLINI, 2003, p. 221). O resultado do carnaval daquele ano, citado por Gustavo Melo e a referência aos anos da Ditadura foram seus destaques finais. O refrão, cantado a plenos pulmões pelo público, em êxtase, com desejo de exorcizar o legado que os governos militares deixaram para o povo brasileiro foi observado pelo jornalista como ponto positivo, entretanto, sua constatação final, procurou demonstrar que muitas questões ainda estão por ser plenamente resolvidas, *Os vinte anos em questão era uma referência explícita ao período de 1964 a 1984, anos em que os militares estiveram no poder. Mesmo assim, com todo o clamor popular a favor, o Império ficou com a terceira colocação. Mas, mesmo após 28 anos de ter sido um dos hinos da abertura política do Brasil, "Eu Quero" continua mais atual do que nunca* (MELO, 2014).

O pesquisador Carlos Maia ressaltou o momento de transição política após o carnaval de 1985, com a dramática morte de Tancredo Neves, a sua substituição pelo vice José Sarney e as expectativas geradas pela *Nova República*. No carnaval seguinte, essas angústias e as esperanças, em sua percepção, se coadunaram no ano mais politizado dos desfiles.

> No Carnaval de 1986, os problemas sociais e as políticas econômicas dessa fase da redemocratização seriam abordados nos sambas de enredo da União da Ilha do Governador, da Caprichosos de Pilares e do Império Serrano na forma arquetípica de fantasmas que rondavam o país. Na primeira escola, o samba foi composto por Armandinho, Barbicha, Robertinho Devagar, Marcio André para o enredo Assombrações, do carnavalesco Arlindo Rodrigues. Além de velhas e lendárias assombrações – monstros marinhos, lobisomem e Nhá Jança –, outras recentes e bastante reais eram mencionadas na letra, tais como o leão do imposto de renda, a miséria e o FMI (MAIA, 2010, p.116).

A Portela, agremiação considerada mais tradicionalista em seus enredos também aderiu a temática mais contundente em sua crítica, naquele carnaval. A tendência de introduzir as queixas cotidianas como forma de estabelecer comunicação direta com o público influenciou a escolha portelense, apontada por Eduardo Silva, *e até mesmo da Portela, escola com característica de enredos menos incisivos. A escola azul e branca de Madureira apresentou o enredo "Morfeu no Carnaval, a utopia brasileira" trazendo uma crítica à realidade nacional.* (SILVA, 2012, p.7).

Na relação entre história e memória, a narrativa, construída com o distanciamento temporal, permite uma reflexão geracional e o seu próprio lugar social, em relação ao objeto pesquisado. Dessa forma, podemos nos apropriar de sentidos que o momento vivido não dimensiona. Frequentei, durante os preparativos para o Carnaval de 1986, os ensaios da Portela, no clube Mauá, em São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Escutei centenas de vezes o samba e naquele momento a sensação do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

grito entalado na garganta, por conta de ser um adolescente, ainda não tinha a dimensão exata do que significava o rol de insatisfações e desejos inseridos no samba.

Minha percepção estava no desejo de ver a seleção brasileira novamente campeã. O meu chefe não era "vacilão", nem meu salário sofria com os descontos do Imposto de Renda. Parte do que era cantado não era vivenciado como sofrimento, diferentemente de quem já estava inserido no mercado de trabalho e sofria com os deslocamentos nos transportes públicos sempre lotados e em péssimo estado de conservação.

O samba mesclava expressões populares com as queixas cotidianas por conta das dificuldades financeiras, a insegurança em relação ao emprego, ao salário, ao transporte deficitário e aos impostos, sempre em processo de aumento, o que simbolizava que era "o povo que pagava o pato". A letra do samba, dos compositores Ary do Cavaco, Carlito Cavalcante, Nilson Melodia, Paulinho e Vanderlei, fez grande sucesso no período pré-carnavalesco, por retratar as paixões populares, como o futebol, em ano de Copa do mundo e os dissabores do dia-a-dia.

> Eu hoje só quero saber/De esfriar minha cabeça/Cantar, sorrir, pular/E esquecer minha tristeza (oh Morfeu)/Deixa Morfeu me levar/Nos seus braços, sonhador/Quero fugir da realidade/Desse mundo sofredor/Nessa noite eu vou/Fazer da dor minha alegria/Sepultar eu vou o dissabor/Do dia-a-dia/Ver o meu irmão plantando/No verde sertão/Descolar um troco e pagar/Geral pro meu patrão (que é vacilão)/Ver minha Portela estourando/A boca do balão/Vai, meu time, arrebenta/Até parece o escrete de setenta/O índio em sua selva a sorrir/Feliz nesse torrão/Livre do FMI e da poluição/Como é triste o despertar dessa ilusão/Que pesadelo/Meu Deus, quanta taxa pra pagar/É trem lotado, que sacrifício danado/Desempregado e com criança pra criar/O nosso ouro lá da serra tá pelado/Já que está tudo arrombado/Deixa o leão se arrumar/No país da bola/Só deita e rola/No país da bola/Quem vem com dólar.

O desfile da União da Ilha também apresentou suas críticas a situação social, política e econômica do país. Novamente o FMI foi citado e na apresentação da Escola assumiu ares de assombração, dentro de seu mote temático. O samba, composto por Robertinho Devagar, Márcio André, Armandinho e Barbicha, mesclava as assombrações originadas das crendices populares, desde a chegada dos portugueses e as originárias das mazelas do dia-a-dia.

> Veio de lá, buscando riquezas/As treze naus de Portugal/Na viagem, tantas miragens/Chegaram até ver dragões do mar/O índio, o dono da terra/Deu grito de guerra/Também se assombrou/A lenda diz (oi, a lenda diz)/Que o lobisomem/Era o pavor das crianças/Diz então que Nhá Jança/Assombrava o Maranhão/O leão/Só morde o bumbum do pobre (bis)/E o rico é quem explode/A boca do balão/O FMI chegou aqui, fincou o pé/Devo e não nego/Um dia eu pago, leva fé/Coração (ai, coração)/Marca passo com esperança/O amor é a herança/Para o mundo se encontrar/Um carnaval eu voz fazer lá no céu/E a bomba nuclear/Mando lá pro beleléu/Quem carrega amor/Vai com Deus (bis)/Sem assombrações/Vai com Deus.

A predominância de enredos de teor político alcançou seu epicentro no carnaval de 1986, nos anos seguintes ainda foram relevantes as apresentações sob esse eixo temático, mas no início dos anos 1990 a tendência aos enredos patrocinados passou a ser a tendência geral da escolha das agremiações.

Últimos acordes

A utilização de elementos simbólicos e conceitos políticos (liberdade, democracia, cidadania, anistia, povo e nação) nas letras dos sambas de enredo, nas sinopses e nos elementos de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

visualidade dos desfiles despertavam nos espectadores sentimentos de pertença as manifestações que estavam ocorrendo. Dessa forma, os desfiles e a sua recepção por uma imensa massa de espectadores se tornou um potente canal de comunicação de ideias e ideologias na década de 1980. Nos anos seguintes, ao auge de 1986, entretanto, os enredos políticos diminuíram consideravelmente

Com a crise financeira que as agremiações estão passando atualmente, reflexo das crises econômicas e a consequente diminuição de patrocínios de empresas e dos órgãos públicos, a crítica política retornou com vigor nos carnavais de 2018 e 2019. O fato novo é que essa escolha temática, se antes não vencia as disputas, nesses anos citados acima sagraram as campeãs do carnaval, Beija-Flor de Nilópolis, *Monstro é aquele que não sabe amar/Os filhos abandonados da pátria que os pariu* e Mangueira, *História para ninar gente grande.* Revisitar os carnavais da década de 1980 possibilita estabelecer conexões diretas com o presente e exercitar o olhar do historiador para os fenômenos que aparentemente procuram se "repetir".

Notas Bibliográficas

As letras dos sambas enredo foram pesquisadas em Novembro de 2016, no site www.letras.mus.br.

DREIFFUS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

CABRAL, Sérgio. As Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Rio: Ed. Lumiar, 1. Ed, 1996.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FREIRE, Américo. *A via partidária na transição política brasileira.* In QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi Tempo Perdido: Os anos 80 em debate*. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

JUPIARA, Aloy e OTAVIO, Chico. *Os Porões da Contravenção*. 1. Ed. Rio, Ed. Record, 2016.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Soltando o verbo: ratos e urubus, diretamente o povo escolhia o presidente. Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, nov. 2010.

MALLMANN, Maria Izabel. *Os ganhos da década perdida. Rio Grande do Sul,* Edipuc, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* 6.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MELO, João Gustavo. *Império Serrano cantou um dos hinos da abertura política.* www.extra.globo.com/noticias/carnaval , 2014.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editorial, 1995.

SILVA, Eduardo Pires Nunes da. *Narrativas sobre a História e Ação política nos domínios dos enredos das Escolas de Samba do Rio de Janeiro durante a década de 1980*. in Marcelo de Mello Rangel (org). *Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia* –Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. *Censura durante o Regime Autoritário*. In http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm,2010,pesquisadoem 09out. 2016.

VERSIANI, Maria Helena. *Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia*. In QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi Tempo Perdido: Os anos 80 em debate*. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O TERRITÓRIO PELA PERSPECTIVA DOS TIPOS IDEAIS DE WEBER: A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CARIRI – CEARÁ – BRASIL

Guilherme Sawatani Guedes Alcoforado [1]
Emmanoel de Oliveira Boff [2]

Introdução

A formação do Cariri cearense foi caracterizada pela miscigenação de culturas, a étnica e a religiosa. E, consequentemente, aconteceram repercussões sociais, políticas e econômicas de tal mistura.

Este artigo se propõe a apresentar de forma objetiva como se deu o processo de formação socioeconômica do território do Cariri através da Tipificação Ideal de Max Weber. A metodologia dessa pesquisa é de cunho qualitativo, secundário e bibliográfico. Foram consultados, artigos, periódicos, livros e outras publicações para se chegar ao resultado desse trabalho.

Além dessa breve introdução, a pesquisa possui mais quatro seções. Na segunda seção foram apresentados os componentes da sociologia econômica weberiana que dão subsídios à tipificação ideal. A seção seguinte trouxe o conceito do tipo ideal de Weber e os tipos e instituições para a análise da formação do Cariri. Na quarta seção foi realizada comparação dos tipos idealizados na seção três, com os tipos encontrados no período histórico estudado, chegando-se assim à formação do território, pela ótica da tipificação ideal. Na última seção foram feitas as considerações finais evidenciando que as especificidades dos atores e suas relações institucionais formaram o território do Cariri.

A ideia de sociologia econômica de Max Weber

Para o pensamento sociológico de extração durkheimiana, que entende as sociedades como unidades quase orgânicas, os indivíduos são elementos integrados em uma estrutura objetiva. Nessa linha de raciocínio, as ações individuais acabam obedecendo a uma estrutura definida pela coletividade e suas interações. O coletivo supera as ações individuais e estas se tornam particularidades, subjetividades nessa estrutura organicista. Weber defendeu que os homens possuem cultura e, assim, conseguem interpretar a realidade, colocando um sentido subjetivo na

[1] Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia - Universidade Federal Fluminense – PPGE/ UFF e professor do Departamento de Economia - Universidade Regional do Cariri – DE/ URCA. E-mail: guilhermesawatani@id.uff.br
[2] Doutor em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia - Universidade Federal Fluminense – PPGE/ UFF e professor da Faculdade de Economia - Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: emmanoel.economia@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mesma. Com base nessa subjetividade os indivíduos podem agir de forma independente da estrutura social (ação social) (KALBERG, 2010).

Os tipos de ações sociais

A ação social é vista como um efeito do sentido subjetivo. São diversas as motivações que fazem com que um indivíduo tome determinada ação. É através da reflexão e da interpretação ativa que o sujeito orienta o curso de suas ações, ao observar e considerar a conduta de outros. Mas estas ações não permanecem no *lócus* individual. Elas formam padrões de relações sociais que formam organizações socioeconômicas, podendo estas ser estudadas por meio de conceitos interpretativos. Diferentemente dos conceitos das ciências naturais, os conceitos das ciências interpretativas podem mudar de acordo com as características do território em determinado período histórico.

A primeira ação weberiana é a racional referente a fins, ou seja, o ator leva em consideração as relações existentes entre os meios, os fins e as consequências diretas e indiretas de tal ação. É chamada também de ação racional material, pois os atores tomam suas decisões ao levar em conta todos os fins que lhes ofereçam uma melhor relação custo-benefício dentro dos seus interesses materiais (SWEDBERG, 2005).

A segunda ação é a racional movida por valores. Swedberg (2005) a define como uma ação impulsionada por interesses ideais. São ações sociais determinadas por crenças em valores: condutas éticas, estéticas, religiosas, culturais. Tais ações independem da relação custo-benefício puramente instrumental. Como exemplo, observam-se a conduta movida pela noção de honra e as fórmulas de salvações religiosas (KALBERG 2010).

Já a ação afetiva é aquela determinada por emoções e sentimentos do ator. Referem-se a algum afeto que leva o ator a agir nem sempre de forma racional, mas de acordo com os seus sentimentos e instintos.

Por fim, a ação tradicional tem por base os hábitos e os costumes arraigados na realidade de determinados atores. Equivale a respostas rotineiras, permeadas por uma racionalidade embutida em padrões adquiridos por costumes e hábitos de grupos sociais (KALBERG, 2010).

É importante ressaltar que as ações sociais acontecem geralmente em conjunto. Geralmente estas possuem características racionais (fins e/ou valores), aspectos tradicionais e afetivos. As ações observadas de forma isolada não conseguem se aproximar da subjetividade dos atores e consequentemente não geram conceitos que ajudem a explicar os fenômenos socioeconômicos.

Cabe ainda ressaltar, como afirma Swedberg (2005), que o principal elo nas ações que relacionam a Teoria Econômica com a Sociologia é a ação racional, pois ela pode ser exclusivamente econômica (de acordo com os fins) ou social (de acordo com valores). Kalberg (2010) vai além, ao afirmar que as ações racionais estão geralmente interrelacionadas com fatos tradicionais e afetivos, trazendo novamente à tona a complexidade do pensamento weberiano.

Os tipos de dominação

A ação social geralmente está ligada a uma estrutura social, como afirmaram Durkheim e Marx. Mas existem diversos motivos (intenções) que levam à ação. É a heterogeneidade do sentido

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

subjetivo da ação que leva a variações nas características socioeconômicas, seja de organizações, seja de instituições ou de religiões.

Existe, portanto, uma quebra na chamada "Estrutura social". Instituições, como por exemplo, o Estado passam a ser reflexo das ações subjetivas de seus atores. As razões que levam os atores a orientarem ações conjuntas como se fossem definidas por um grupo social está prioritariamente relacionada às relações de dominação que determinados atores exercem sobre os outros. Dessa forma, as estruturas institucionais e sociais perdem a relevância, pois, na realidade, são reflexos das ações dos atores (políticos, juízes, policiais, funcionários públicos, etc.), agora com o seu devido grau de orientação padronizada, ou seja, através de normas, regulamentações, leis, tradições, costumes, entre outras formas que facilitem a padronização de ações de acordo com a subjetividade do ator dominante.

"Por que razões subjetivas as pessoas obedecem à autoridade?" Weber queria responder a essa pergunta de forma a compreender os diferentes modos pelos quais as pessoas "dão sentido" subjetivo às suas atividades. Afirmou que os sociólogos deviam tentar obter essa compreensão mesmo que os "complexos de sentido" que descobrissem lhes parecessem "estranhos ou bizarros" (KALBERG, p.27, 2010).

Para Weber esta obediência subjetiva estava relacionada aos tipos de dominação. O autor alemão os dividiu em: racional/legal, tradicional e carismático. Cada tipo de dominação ou relação de poder possui sua característica e ao mesmo tempo se correlaciona simultaneamente às diversas ações dos atores inseridos na sociedade.

Weber, embora tenha apresentado os tipos de dominação com a devida complexidade do tema, satisfez-se com uma definição próxima à compreensão cotidiana quanto ao que rege as relações de dominação: poder é a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas. Mas a sua inquietação estava justamente em descobrir o que legitima tal poder, dentro da subjetividade de cada ator e consequentemente em sua ação (WEBER, 2008).

O primeiro tipo de dominação é o Poder racional/legal. Tem por base estatutos, regulações e leis. O poder burocrático se enquadra dentro dessa denominação. É um poder imposto ou escolhido. A regulação é superior ao direito próprio da organização. É uma forma de dominação fundamentada em regras, leis, e administrativamente é fortalecido pelos processos burocráticos através de estruturas hierárquicas organizacionais (MORGAN, 1996).

O poder tradicional, para Weber, parte do princípio de que o domínio patriarcal, a hereditariedade e as tradições, que mantém nobres, senhores de terra e governantes no poder, conseguem gerar ordenamentos que são inquestionáveis, pois seguem uma tradição irrevogável. Se esta tradição ou fé for questionada este poder pode desaparecer imediatamente. "O senhor governa segundo o agrado, a afeição, a aversão, e, sobretudo também mediante favores pessoais a pontos de vista influentes". No seu corpo administrativo "é inexistente o conceito burocrático de competência" e assim esse corpo é constituído por pessoas que dependem do senhor ou possuem vínculos pessoais com o mesmo (WEBER, 2008, p.70).

Existe ainda o poder carismático, aquele oriundo da dedicação afetiva e ao seu carisma. Um exemplo desse tipo de poder é a demagogia. Existe agora a relação mestre/discípulo. O poder do mestre (chefe ou líder) pode vir a ser derrubado quando o mesmo perde seu carisma, ou seja, seus

dons gratuitos, ou então não consegue manter sua posição através do conhecimento, que não é mais superior ao de seus discípulos. Os seus discípulos ou seguidores, não são mais escolhidos por sua qualificação profissional como no poder legal, ou pela ordem, como no poder tradicional. É a dedicação e o carisma pessoal que determinam a hierarquia de poder. Assim o poder carismático se baseia na fé, seja no profeta, no guerreiro ou no direito proclamado pelo demagogo. A fé e o reconhecimento são obrigatórios e o chefe os exige. Tal fé é originada nos milagres dos profetas e também dos dogmas e mistérios da própria fé, no êxito e nas vitórias dos guerreiros e na legitimidade dos direitos demagogos através da validação das suas ideias (WEBER, 2008).

Weber identificou que os três tipos de dominação podem se tornar formas legítimas de autoridade ou de poder, mas reconheceu que estas relações raramente são encontradas em suas formas puras e que podem ser complementares quando os atores possuem os mesmos interesses, ou, quando os interesses diferem, os tipos de autoridade resultam quase sempre em tensões e mal-estar (MORGAN, 1996).

Na burocracia e na racionalização, Weber enxergou instrumentos de poder por excelência, pois eram ameaças constantes à liberdade humana e à democracia. Através desses poderes as classes dominantes conseguiam impor suas vontades sobre os interesses e o bem-estar da população. A burocracia administrativa passou a ser para Weber um dos principais instrumentos de dominação (MORGAN, 1996).

As Estruturas Sociais das Instituições Econômicas

Ao analisar as ações sociais e econômicas Weber vai aprimorando continuamente suas reflexões e, apesar de não se utilizar da terminologia "instituições", ao chegar aos fins pragmáticos de tais ações ele acabou caracterizando tal termo.

A primeira instituição econômica a ser apresentada é a Propriedade. Para se chegar a este termo é necessário o uso das noções de "Apropriação" e "Relação Social Fechada".

Por Relação Social Fechada entende-se uma relação que limita ou até exclui a participação de determinados atores em instituições específicas devido às condições da mesma. A noção de Apropriação é entendida como um monopólio permanente mais ou menos alienável de oportunidades dentro de uma relação social fechada (SWEDBERG, 2005).

Observa-se que a apropriação dentro de tal relação está relacionada às relações de dominação existentes nessa organização fechada. São as legitimações de poder que garantem que as ações sociais e as ações econômicas subjetivas (dos atores dominantes) encontrem sua execução e aceitação na coletividade, não somente nas relações sociais fechadas como também nas abertas.

O conceito de instituição (ou de Organização econômica) é oriundo da ação social econômica individual. Esta pode ser sem orientação mútua (subjetiva) ou pode acontecer dentro das relações econômicas que podem ser fechadas ou abertas. As relações econômicas fechadas podem ocorrer sem fiscalização de uma equipe (grupo) ou podem ser organizações economicamente orientadas. Estas podem ser: econômicas (empresas), economicamente ativas (igrejas), economicamente reguladas (sindicatos), com aplicação de ordem formal (Estado) (SWEDBERG, 2005).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"A divisão e a combinação do trabalho" é uma das principais características das organizações econômicas. A ênfase da Teoria Econômica somente na divisão técnica do trabalho é entendida por Weber como limitada. Como o objetivo da organização econômica é manter a margem de lucro ou suprir as necessidades de um grupo, a divisão econômica do trabalho se faz necessária. A estrutura social do grupo econômico influenciará na divisão do trabalho e na sua posterior unificação (SWEDBERG, 2005).

Os tipos ideais e conceitos presentes no Cariri

Nesta seção foram apresentados os tipos idealizados utilizados na análise comparativa da seção 4, com os tipos encontrados nos textos sobre o Cariri no período pesquisado. Para tal idealização partiu-se da hipótese que estes tipos ideais possuem ações sociais predominantes. Como este artigo faz parte de um trabalho acadêmico em andamento (tese), nas pesquisas preliminares foi constatado que, estas ações adquirem especificações locais por pertencerem ao Sítio Simbólico do Cariri e tendem a se mesclarem, não excluindo a predominância de uma ação social sobre as outras.

Os tipos ideais

Apesar da análise inicial de Weber começar a partir da ação individual, a sua ideia de sociologia econômica e sua metodologia consideram as relações sociais como ações orientadas mutuamente e inseridas nas instituições, ou seja, dentro das propriedades, das organizações econômicas e no mercado.

Ao investigar atores de grupos definidos e, assim, identificar regularidades nas ações destes, Weber deu ênfase às várias formas como os indivíduos agem em grupo e concluiu que estas possuem mais relevância que ações individuais isoladas. "Pode-se observar regularidades empíricas de fato na esfera da ação social, isto é, cursos de ação repetidos pelos mesmos agentes ou que ocorrem entre numerosos agentes (às vezes, simultaneamente), cujo sentido subjetivo pensado é tipicamente o mesmo. A pesquisa sociológica se ocupa desses modos típicos de ação." (WEBER, p.29, 2006).

A ação padronizada (orientada mutuamente) geralmente é resultado da junção entre orientações referentes à racionalidade (interesses materiais), a valores (ideais), a afetos e à tradição. Os comportamentos possuem sentido mais amplo quando baseados nas ações sociais econômicas destacando-se do perfil aleatório e imitativo do comportamento social defendido pelo pensamento positivista (KALBERG, 2010).

A construção do tipo ideal acontece através da categorização de regularidades da ação significativa. Por "significação" entende-se a parte da realidade que interessa e possui significado para o pesquisador, ou seja, a significação no mundo cultural do qual ele participa (COHN, 2006).

> Cada uma dessas ferramentas de pesquisa (tipos ideais) registra as orientações de ação padronizadas dos indivíduos – e nada mais. O tipo ideal do "puritano", por exemplo, identifica a ação regular desses crentes (voltada para o trabalho metódico e para um modo de vida ascético). Por conseguinte, na busca de apreender a ação regular por meio da construção de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> tipos ideais, a sociologia weberiana evita fixar-se, por um lado, na ação isolada e, por outro, na sociedade, na evolução societária, na diferenciação social, e na "questão da ordem social". Esse nível de análise prevalece do começo ao fim nos textos de Weber em vez da narrativa histórica detalhada ou dos conceitos totais (Kalberg, p.30, 2010).

Mas somente a classificação e categorização das ações sociais não levam ao construto do tipo ideal. Apesar de ter como embasamento a realidade empírica e o pesquisador precisar estar imerso na pesquisa ao tempo em que já possui conhecimento do que seja significativo, serão necessárias duas etapas para se formular tipos. A primeira delas é uma idealização consciente das características essenciais do padrão de ação interessante para a pesquisa. Uma segunda etapa é sintetizar as orientações das ações características em um tipo lógico, unificado e rigoroso (KALBERG, 2010).

> Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista (*Gesichtspunkte)*, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo de pensamento (*Gedankenbilde*) (WEBER, 2006, p. 73).

De acordo com Kalberg (2010), o procedimento indutivo é o primeiro a ser utilizado nas observações empíricas através de uma classificação ordenada dos padrões de ação. O tipo é então construído com o uso de procedimentos dedutivos que levem a uma comparação do que foi construído com "exagero" com o que se encontra na realidade pesquisada.

Cabe então ao pesquisador traçar a diferença entre o tipo ideal e a realidade, apresentando as características que são próximas e as que distanciam o real do idealizado. Assim, Weber buscou forjar no campo das ideias os tipos de atores para medir o que se desvia e/ou, o que se aproxima do ideal na realidade pesquisada (CUSTÓDIO, 2012).

Um tipo ideal auxilia a pesquisa empírica e apresenta uma forma de se compreender interpretativamente a realidade, mas não reproduz fielmente esta, pois é um construto idealizado e limitado, frente à complexidade e diversidade infindável de ações socioeconômicas. Os tipos ideais não descrevem somente a subjetividade dos atores: eles são instrumentos de análise das ações significativas destes atores na realidade.

Tipos e instituições idealizadas para o Cariri

A Região do Cariri compreende vinte e oito municípios e está situada no Sul do estado do Ceará. Uma classificação atualmente em voga é a de Região Metropolitana do Cariri que engloba nove municípios do Cariri, dos quais três deles (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) são pólos socioeconômicos e sítios fundadores regionais. A delimitação da pesquisa e, consequentemente, a classificação dos Conceitos que foram utilizados nela, estão relacionados à Formação histórica do Cariri, que nasceu correlacionada aos três municípios fundadores do território.

A Formação socioeconômica do Cariri se deu a partir do desenvolvimento econômico dessas três cidades, que possuem uma miscigenação das suas características econômicas, religiosas, políticas e culturais. Tal fato não aconteceu somente por estas possuírem fronteiras entre si. Um fator em comum a estas cidades foi a presença marcante das relações entre atores como o Padre Ibiapina,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o Padre Cícero e outros, nas decisões, nos fatos históricos e no imaginário social, dentro das instituições locais, assim levando à composição do comportamento socioeconômico da população do Cariri.

Desta forma, partindo de ações sociais econômicas subjetivas (abstraídas a partir das ações de atores como o Padre Ibiapina e posteriormente o Padre Cícero) chega-se a ações sociais econômicas mutuamente orientadas dentro de instituições como a propriedade, o mercado e as organizações econômicas do Cariri. Faz-se então necessária a caracterização dos Tipos ideais desse território.

Tal tipificação a seguir foi realizada através do instrumental de pesquisa bibliográfica em periódicos científicos, artigos publicados em eventos e livros que documentaram a História do Nordeste do Brasil, do Estado do Ceará e do território do Cariri e consequentemente as ações socioeconômicas dos atores nesses espaços.

O primeiro tipo ideal é o "Sertanejo". Este tipo possui como característica principal a resiliência, ou seja, a capacidade de se adaptar às condições do seu ambiente e assim resistir e permanecer no seu local. Nessa figura encontra-se também um misto de características como a fé, a subserviência, a honra, o altruísmo e a inteligência. Mesmo sem o conhecimento técnico e intelectual e sem possuir posses materiais, como terras, este tipo ideal mantém o homem nordestino no seu território.

O Sertanejo é caracterizado por ações predominantemente tradicionais. São subalternos aos Coronéis e proprietários das terras através dos costumes e da falta de acesso a recursos. As relações de dominação são predominantemente tradicionais entre esses tipos. Mas o sertanejo possui relação com o Clero e com a igreja, em que se configura a dominação carismática, principalmente pela religiosidade católica romanizada ocidental.

O segundo tipo ideal seria a figura do "Coronel". Detentor de boa parte das terras (agricultáveis ou não) é através da posse delas que este tipo ideal se utiliza das estruturas de dominação para submeter o sertanejo (detentor do trabalho) à produção. São características desse tipo: o clientelismo, o paternalismo, a religiosidade (quando lhe convém) e o autoritarismo.

Ações desse tipo ideal são geralmente racionais referentes a fins, ou seja, busca na produção a manutenção do seu bem estar e de seus interesses materiais. Mas suas ações racionais materiais são apoiadas pela dominação tradicional que mantém o seu *"status quo"*.

Outro tipo ideal é a figura do "Jagunço". Este tipo mantém a ordem e o "status quo" no território do Coronel. É um peão. Está na linha de frente de combate. Recrutado entre os Sertanejos por sua "coragem e disposição" possui características como ser violento, forte, estratégico e subserviente. Suas ações são predominantemente tradicionais de acordo com o que for estabelecido por seu coronel. Este tipo é dominado pelo Coronel através da tradição e apoiados pela dominação carismática da Igreja que, em alguns casos, impõe inclusive limites às ações violentas desses atores.

Um quarto tipo ideal seria a figura do "Padre". Este tipo ideal permeou todo o processo de Formação do Brasil em todo o seu território e possui as seguintes características: carismático, demagogo, intelectual, captador de recursos e celibatário. O padre é fundamental para a manutenção da estrutura de classes da região Nordeste, utilizando-se das estruturas de dominação

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

carismática e tradicional para preservar o Poder da instituição Igreja. Ao mesmo tempo, o padre apoia e é apoiado pela figura do Coronel através da simbiose da dominação carismática (padre) com a tradicional (coronel). Suas ações são racionais apoiadas nos valores do catolicismo cristão. Um último tipo ideal é o "Índio". Dono por direito das terras "descobertas" pelos primeiros colonizadores, o Índio, na literatura encontrada, é caracterizado como agressivo, místico, ardiloso, traiçoeiro e orgulhoso. Algumas vezes é visto como preguiçoso e, na maioria das vezes, como insano, ao preferir a morte ao invés de se sujeitar à "colonização" do branco. As ações desse tipo são predominantemente racionais movidas por valores, quando este defende a sua comunidade, costumes e cultura. Este tipo é dominado pelo clero através da dominação carismática, pelos donos de terra pela dominação tradicional onde este pode ser escravo ou possuir relações similares às do sertanejo.

Sobre instituições, faz-se necessária também a caracterização das mesmas para uma melhor compreensão da realidade que formou o Cariri.

A primeira instituição a ser caracterizada é o Estado. Possui a obrigação legal de garantir a proteção e bem-estar da população através do monopólio da força em certo território, independente da sua esfera de atuação: Federação (União), Unidades Federativas (estados) e Municípios. O Estado enquanto instituição possui a obrigação de prestar bens e serviços a todos àqueles assegurados pelas Leis do Império e, posteriormente, pelas Leis da República, a partir de 1889. Cabe salientar que tais obrigações do Estado para com a população não se estendiam amplamente às mulheres, crianças, índios e negros, ou seja, quem não fosse um "cidadão de bem". A dominação racional /legal é a principal relação de poder desta instituição.

A Igreja possui como fundamento básico gerar o bem-estar espiritual dos seus participantes. É fato que esta instituição ultrapassa essa característica e consegue ser detentora de bens materiais e de produção, assim como interage constantemente com o poder político e econômico das sociedades. O Poder Carismático é o tipo de dominação predominante desta instituição sendo geralmente utilizado pelos Padres, Madres, Frades ou qualquer outro que se arroga "representante de Deus" na terra através das relações de poder dessa organização econômica.

A formação do território do Cariri através dos tipos ideais

A formação do Cariri iniciou-se com a figura do índio. Ao se comparar o tipo ideal do índio romantizado, encontrado na literatura (José de Alencar), ou aquele intolerante, agressivo encontrado nos livros de História do Brasil "tradicionais" como o índio Kariri, observou-se nos relatos que este tipo no Cariri era mais "civilizado", organizado e se contrapôs ao domínio português. Os kariri, parte do Tronco Tapuia, diferentemente dos Tupis, organizaram inclusive movimentos de resistência à dominação portuguesa como a Confederação dos Kariri (1683-1713). Este índio caririense, adorador da Mãe d'água, via a atual região do Cariri como sacra e esta ao ser invadida pelo europeu gerou tal o movimento, que acabou mostrando que o homem branco era bem mais bárbaro que o bárbaro nativo (GONÇALVES, 2006).

Gradativamente, o índio do Kariri foi sendo utilizado como mão de obra escrava, assim como ocorreu com outros índios em outras regiões do Brasil. E, assim como nessas outras, foram sendo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

gradativamente exterminados e desaparecendo para dar espaço ao processo civilizatório ocidental. No Cariri aconteceu a metamorfose do índio em Caboclo (Sertanejo). A miscigenação com o branco e com o negro trouxe para o território um tipo de ator que mesclou no período de sua formação o misticismo dos Kariri com o catolicismo romanizado ocidental dos europeus e sua disciplina com o trabalho do negro, gerando o caboclo, que no final do século XIX seria o tipo encontrado pelo padre Cícero para exercer o seu poder carismático.

O índio Kariri não foi extinto; na realidade, foi "diluído" na população do Cariri como o tipo "Caboclo", através da busca por um Cariri civilizado e ocidentalizado que tornou evidente a necessidade de expansão das instituições como a propriedade, a igreja, o mercado, entre outras (FIGUEIREDO FILHO, 2010).

A manutenção das instituições se deu não somente pela participação do Estado, mas principalmente pelo poder exercido pelos Coronéis do Cariri. Figura proeminente na vida socioeconômica do território, o Coronel possuía uma relação de coexistência do seu poder, o tradicional com o poder carismático da Igreja. Ao tempo que esta o ajudava a se manter como detentor dos modos de produção, os párocos, além dos donativos repassados a esta organização, dispunham da subserviência espiritual e moral dos Coronéis e dos seus, para manterem os padrões católicos da Igreja. Com a chegada do Padre José Maria Ibiapina e posteriormente com o Padre Cícero Romão Batista, as relações socioeconômicas no Cariri sofreram grandes alterações.

A primeira delas foi à conjunção da ascese comunitária aliada a devoção disciplinada ao trabalho orientada inicialmente pelo Padre Ibiapina e, posteriormente, melhorada pelo Padre Cícero. Este último modificou um cenário socioeconômico assolado por guerras familiares e disputas por terras para um sistema produtivo mais eficiente e organizado.

A segunda transformação foi a ascensão do Padre Cícero ao poder. Este, considerado um "Coronel de batina", tipo estilizado principalmente pelos meios de comunicação da época e perpassado culturalmente para as outras regiões, altera as relações de poder, tornando-se tornando o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte e Vice-governador do Estado do Ceará.

As ações socioeconômicas e políticas do Padre Cícero contradiziam as limitações impostas pela Igreja aos Padres e, como consequência, este foi excomungado da instituição. O mesmo não achou outra forma de restabelecer sua condição dentro da Igreja a não ser adentrando mais na política. Sobre tal situação, Della Cava (2014) apresenta a dualidade nas ações do pároco: Este assumiu a posição de líder religioso, político e econômico do território por interesse pessoal, mas buscou manter ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico que ele havia criado com sua catequese.

O Padre Cícero era um ator que harmonizava as relações entre os Coronéis do Cariri, como o Cel. Antônio Luís Alves Pequeno, os Coronéis Joaquim e João Bezerra de Menezes, assim como os representantes de outras atividades. Servia também como intermediador das relações do território com o governo do Estado do Ceará. Aqui o tipo do jagunço é figura de relevância. Este agora não só assegurava o poder dos Coronéis através da violência, mas viriam a servir de guarda e exército para o Padre Cícero em episódios da História do Cariri e do Ceará, como o Pacto dos Coronéis, a Sedição de Juazeiro e a Guerra de Resistência do Caldeirão. Tanto o Jagunço como o movimento

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de Cangaço adquiriram características "caririenses" ao entrarem em contato com o poder simbólico do Padre Cícero.

Os jagunços agora serviam aos Coronéis e a Igreja e saqueavam cidades fora do território do Cariri e do domínio do Padre (Cangaceiros). Ambos estiveram sob a influência da dominação carismática do padre, pois a sensação de possibilidade de salvação começava a se configurar, quando um cangaceiro ou jagunço servia a um servo (demagogicamente) tão importante e tão íntimo de Deus e do povo como o "Padrinho".

Com o Pacto dos Coronéis (1911) o Padre Cícero centralizou na sua figura o poder econômico e político do território acabando com as guerras familiares pelo poder e com as disputas de terras. Com a Sedição de Juazeiro (1914), na busca de manter a Oligarquia coronelista dos Acioly no Ceará, o Padre Cícero derrubou com seu exército de jagunços e cangaceiros o Governo de Franco Rabelo (colocado lá pelo governo Federal) e assim ampliou sua área de poder político, tornando-se Vice-governador do Estado do Ceará (MATIAS, 2008).

Em 1926, um movimento messiânico apoiado pelo Padre Cícero fundou a localidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. A comunidade, liderada pelo Beato José Lourenço, antigo servidor e do convívio íntimo do Padre Cícero, ajudou a disseminar ainda mais o mito de santidade do pároco. O padrão produtivo do Caldeirão se baseava no uso coletivo da terra e na distribuição igualitária da propriedade e dos bens. Assim, a comunidade possuía autonomia econômica e política frente aos coronéis, que respeitavam a localidade devido esta ser protegida e guiada pelo Padre Cícero.

Mas o conflito econômico do padrão produtivo do Juazeiro do Norte, que já consistia em indústrias (mesmo que artesanais), comércio e pequenas propriedades individuais ficou explícito, pois o padrão produtivo do Caldeirão (baseado em propriedade comunal e distribuição igualitária do que era produzido), não só contrariava os interesses das elites do Cariri, mas atingia toda a estrutura de produção do Estado Nacional, que naquele período estava entrando no processo de industrialização capitalista (tardia).

Em 1937, sem o apoio e proteção do Padre Cícero (falecido em 1934) e a pedido dos coronéis locais e do governo do Estado do Ceará, o governo Vargas, interveio militarmente na Comunidade do Caldeirão (com a alegação de acabar com um movimento comunista) invadindo, destruindo e massacrando tudo e todos na localidade, chegando a um total de mais de mil mortos (ALMEIDA & RODRIGUES, 2012).

O Padre Cícero conseguiu dominar a população, os coronéis, jagunços, sertanejos e outros atores, através de uma ampla rede de fé, trabalho e engendros políticos. A grande massa composta pelo tipo miscigenado Caboclo (agora um Sertanejo do Cariri: místico, católico e trabalhador) foi dominado pelo carisma do Padre. Estes sertanejos possuíam crença absoluta no Padre Cícero, através de fenômenos como o milagre da Beata Maria de Araújo com a hóstia que se transmutou no sangue de Cristo, as visões premonitórias do Padre Cícero, entre outras "façanhas".

Ao exercer um poder dessa magnitude sobre as massas e orientá-la para a fé e o trabalho, o Padre Cícero não só alterou o modo de produção do Cariri, elevando a produtividade e diversificando as atividades econômicas do território, mas superou o poder tradicional dos coronéis e suas

posses, pois através da dominação carismática conseguiu gerar mais inversões no território que as atividades agropecuárias.

Outra questão relacionada a uma melhor aceitação da subjetividade dos párocos (Ibiapina e Cícero) pela população e a criação de ações mutuamente orientadas dentro do território do Cariri, se refere a estes representantes da Igreja serem considerados Padres Caboclos (GONÇALVES, 2006). Dessa forma, o tipo sertanejo do Cariri não via o tipo "Padre" como um ator maior, mas um indivíduo que possui as suas mesmas origens e pertencente ao território. Assim, o Padre Ibiapina conseguiu manter a hegemonia do poder Romano e a Igreja impôs seus valores e tradições sobre o Caboclo caririense. Posteriormente, o Padre Cícero iria elevar esta dominação ao transformar e evoluir as relações socioeconômicas do território do Cariri através da fé e do trabalho.

A importância dos Beatos (as) precisa ser ressaltada, pois foram partícipes fundamentais no processo de formação do território do Cariri. Com o advento do milagre da transmutação da hóstia em sangue ocorrido com a Beata Maria de Araújo surgiram as primeiras romarias ao Cariri com o Padre Cícero ainda vivo. Com a sua morte, estas se tornaram mais intensas e mais mistificadas. Sobre tal fenômeno Alves (1948, p. 84) afirmou que:

> O sentido místico da Cidade de Juazeiro foi criado e desenvolvido pelos romeiros que a visitaram nos primeiros dias dos fenômenos que deram origem às peregrinações e, quando deixou de existir o grande Patriarca, continuaram a visitar seu túmulo, criando-se em torno de sua vida a lenda da sobrevivência, principalmente no Baixo e Médio São Francisco, onde primeiro se arraigou a crença no Padre Cícero.

Os tipos ideais como os indígenas, agricultores, beatos, místicos, cangaceiros, comerciantes e tantos outros do Nordeste começaram a chegar a grandes levas para viverem próximos ao Santo vivo do Sertão. Quando ainda em vida, o Padre Cícero acolhia a todos. Aos menos abastados dava abrigo, alimento e trabalho. Aos que possuíam mais posse e cultura dava meios e acessos para estes se estabelecerem no Cariri e rapidamente os colocava em sua rede de influência (ALMEIDA & RODRIGUES, 2012).

Após sua morte as migrações continuaram, em parte pelo mito em torno dos seus milagres, mas em grande parte também pelas ações mutuamente orientadas criadas em torno da figura do Padre Cícero, que ultrapassaram as fronteiras de atuação da instituição Igreja, chegando às organizações econômicas em todos os outros espectros.

Os tipos ideais nordestinos, abstraídos a partir da miscigenação étnica, cultural e religiosa, transformaram-se então em tipos característicos do Cariri.

Considerações finais

A metodologia da Compreensão Interpretativa de Weber é complexa, pois, ao abordar como fundamento as subjetividades dos atores e como estas acabam por se transformar em ações mutuamente orientadas dentro das instituições, conseguem ultrapassar as limitações disciplinares encontradas na Economia tradicional, na Sociologia, na História, na Geografia, entre outras

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ciências, criando concepções que ajudam a explicar o que está em jogo entre a subjetividade e os postulados, normas, regras e leis das Ciências tradicionais.

A criação de tipos ideais segue uma metodologia compreensiva, pois ao se utilizar da significação para balizar a exageração (idealização) dos limites desses tipos, o (a) pesquisador (a) se contrapõe aos métodos positivos das Ciências naturais e Sociais aplicadas, como os da Economia tradicional. Os tipos ideais e instituições que serviram para a análise da formação do território do Cariri foram criados com base na história da região Nordeste, assim como os tipos encontrados no Cariri foram a partir do mesmo tipo de publicação.

Caracterizou-se, assim, o território do Cariri, formado pela miscigenação cultural que deu origem aos seus atores, com seu misticismo, catolicismo, fé, tradições e a devoção ao trabalho. Desses personagens que ajudaram a formar o território destacam–se o Padre Ibiapina com sua defesa pragmática da ideologia cristã no território e o Padre Cícero com suas ações que transformaram socioeconomicamente o Cariri, criando uma especificidade na formação do Cariri em comparação com o resto do Ceará.

As ações subjetivas do Padre Cícero acabaram por orientar as ações mútuas de outros atores do Cariri, seja em vida (com as visões e premonições do sacerdote, o milagre da transmutação da hóstia em sangue, o pacto dos Coronéis, a Sedição de Juazeiro, a criação da localidade do Caldeirão da santa Cruz do Deserto), ou após a sua morte (o massacre da Comunidade do Caldeirão e a ascensão socioeconômica do território do Cariri como uma das principais regiões do estado do Ceará).

Referências

ALMEIDA, F. A. de; RODRIGUES, R. R. **Padre Cícero Romão:** entre a religião e a política (adoração e acusação a um homem do sertão). Revista Brasileira de Filosofia e História, v. 1, n. 1, p. 41-48, jan. a dez. Pombal-PB, 2012.

ALVES, J. **Juazeiro, cidade mística**. Fortaleza, RIHGC, 1948.

COHN, G. O sentido da ciência. **In:** WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. Tradução, apresentação e comentários de Gabriel Cohn, p. 7 - 12. São Paulo: Ática, 2006.

CUSTÓDIO, H. F. F. **A fundamentação do conceito de possibilidade objetiva na metodologia weberiana**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2012.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joaseiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Vol. IV. Coedição Secult/ Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GONÇALVES, C. U. **A Geografia do Ethos Capitalista no Cariri Cearense.** Caderno do Centro de Estudos de Ação Social - CEAS: revista crítica de humanidades, nº 223 jul. a dez. de 2006. Campinas-SP: UNICAMP, 2006.

KALBERG, S. **Max Weber:** uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MATIAS, A. **O poder político em Juazeiro do Norte:** mudanças e permanências – As Eleições de 2000. Juazeiro do Norte: Gráfica Nobre, 2008.

MENEZES, J. P. B. **Município do Crato**. Fortaleza, RIHGC, 1918.

MORGAN, G. **Imagens da Organização.** São Paulo, Atlas: 1996.

SENEDA, M. C. **O problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

WEBER, M. **Ensaios de Sociologia** (W. Dutra, trad., 5a ed.). Rio de Janeiro: LTC. 2008.

WEBER, M. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais.** São Paulo: Ática, 2006.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARTAS PESSOAIS DE MARY BUARQUE COMO FONTE HISTÓRICA

Heloisa Amorim Pereira Louro[1]
Soraia Regiane Carlos[2]

Novas perspectivas historiográficas

O ponto de inflexão provocado nos rumos da pesquisa em história da educação no Brasil, como se observa hoje, apresenta em sua constituição a presença de novas perspectivas conceituais e diferentes olhares provenientes da apropriação que se realiza a respeito do repertório teórico e metodológico trazido pela nova História Cultural.

Esse movimento levou a uma redefinição da produção historiográfica sobre educação, que se expressou antes no domínio da pesquisa, a partir dos anos de 1980. Porém, vale considerar que a História Cultural já era praticada, tradicionalmente, na Alemanha, desde 1780, ao produzir registros sobre a cultura humana, e a cultura de regiões específicas ou nações.

O período que antecedeu a nova História Cultural apresentou três fases distintas: na primeira, denominada de "clássica", os historiadores ora objetivavam produzir o retrato de uma época, a exemplo do Renascimento, Idade Média, ora evidenciaram elementos ícones da arte, da literatura, da filosofia, ciências, entre outros; a segunda fase, "história social da arte", buscou estabelecer uma relação entre a cultura e a sociedade, reconhecendo-a como reflexo de uma visão do mundo vinculada às mudanças sociais e econômicas; a última fase, identificada como a "história da cultura popular", diferenciou-se das demais ao promover estudos tomando as canções e contos populares como fontes primárias, anteriormente desconsiderados, além das danças, rituais, artes e ofícios ou, por vezes, examinando o lugar ocupado pela cultura popular nas mudanças econômicas e políticas em meio a formação da classe (BURKE, 2008).

Diante dos debates e das críticas à abordagem clássica da cultura, por manter suspensa, em sua análise, à base econômica ou social, bem como pela fragilidade existente no conceito empregado de homogeneidade cultural diante da inconteste dificuldade existente na categorização distintiva entre cultura popular e cultura erudita, cria-se o que chamamos de novo, propriamente dito.

Portanto, coube a nova História Cultural romper com importantes pontos da tradição histórica por meio de novos aportes teóricos, abordagens e objetos de pesquisa, devidamente impulsionados pela interlocução com as características renovadoras do que se convencionou

[1] Doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). email: heloisalouro@usp.br
[2] Doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História da Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Licenciada em Pedagogia (Uninove) e Letras (UEFS). email: soraiacarlos@usp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

chamar de terceira e quarta geração da Escola dos Annales[3]. Segundo Barros (2010), "os novos tempos" começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade.

Essas discussões acabaram por favorecer a reflexão sobre questões metodológicas e conceituais no Brasil, contribuindo para uma melhor compreensão dos fenômenos ideológicos e culturais, vindo a sedimentar práticas de discussões historiográficas em torno de temas, questões e procedimentos, produzindo, desse modo, certa tradição disciplinar partilhada pelos historiadores da educação (WARDE; CARVALHO, 2000).

De forma progressiva, a especialização e a profissionalização na área de História da Educação avançaram na produção de conhecimentos que, gradualmente, se impuseram no território da pesquisa educacional, qualificando-a ainda mais com a ampliação e o fortalecimento dos programas de pós-graduação na área de Educação no Brasil. Essa renovação historiográfica, possível diante da abertura de novos eixos de análise, impulsionou a reconfiguração dos estudos históricos na produção de conhecimentos sobre educação e, nas palavras de Carvalho (1998), passou a ser marcada por uma enorme capacidade de "renovar temas e instigar o olhar" de pesquisadores.

Contudo, vale ressaltar que na década que antecedeu a 1980, esse campo de investigação ainda despertava pouco interesse por parte dos pesquisadores da área da educação, fato inversamente proporcional ao que ocorria com a disciplina de História da Educação, pois, nesse mesmo período, passou a configurar-se de forma cada vez mais legítima e autônoma em seus objetos de estudo, não restrita a outros estudos ou disciplinas hegemônicas da pesquisa educacional, eis o "rompimento das amarras que vinham até então conferindo à disciplina o caráter de saber subsidiário no campo da pesquisa sobre educação" (CARVALHO, 1998).

Esse período também testemunhou a definição de uma nova perspectiva de análise historiográfica, nomeada de "micro-história", nascida em contrapartida a construção de uma história social até então narrada sob a ótica de um modelo de história econômica baseada no uso de métodos quantitativos para descrever tendências gerais, sem atribuir valor as variedades e especificidades da localidade; além disso, o encontro da história com a antropologia intensificou a valorização do estudo de caso por haver, nessa perspectiva de abordagem, espaço para se discutir a cultura, a liberdade em relação ao determinismo cultural, e indivíduos; por último, ofereceu uma alternativa à crescente desilusão com a chamada "narrativa grandiosa" (BURKE, 2008).

Importa assinalar, neste contexto, que a micro-história relaciona-se também a uma renovada forma de estruturação do texto historiográfico, pois propõe um minucioso tratamento de suas fontes e variadas formas de apresentar o conhecimento produzido, ao romper com a centralidade atribuída somente ao autor em suas percepções interpretativas. O texto apresentaria outras enunciações, como as limitações e imprecisões da documentação utilizada pelo pesquisador, as

[3] A "*Nova*" História propriamente dita, desenvolveu-se fundamentalmente a partir dos anos 70, quando Braudel, Morazé e Friedmann cederam a direção dos *Annales* a uma nova equipe, formada por Le Goff, Le Roy Ladurie, Revel, Marc Ferro e Burguière. Conservaram-se muitas características da antiga Escola dos *Annales*, mas também se pode observar importantes pontos de ruptura, sob a bandeira de "novas abordagens, novos objetos, novos problemas". CARRION, R.K.M. A nova história e a escola dos Annales

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

contradições, as vozes e os silêncios de outros atores, evitando assim generalizações simplificadoras de um período ou fato a ser analisado. A partir de tal ótica, diante de um conjunto de fontes reconhecidas pela historiografia, compete ao pesquisador que se proponha a este fim, executar uma análise atenta e intensiva das fontes no intuito de captar detalhes reveladores da ação dos sujeitos na minúcia dos registros analisados.

No debate historiográfico brasileiro, merecem destaque os micro-historiadores italianos Carlo Ginzburg[4] e Giovanni Levi[5], presentes em muitas produções acadêmicas nacionais, tomados como referenciais teóricos para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa livre dos limites impostos por uma abordagem tradicional da história, ou seja, construir uma narrativa repleta de detalhes, revelando o que se passa nos bastidores da vida dos indivíduos. Assim, segundo José D'Assunção Barros (2007), "o que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador, com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos" (p. 169).

É preciso considerar que o processo de reconfiguração da historiografia educacional se fortaleceu ao desencadear manifestações em apoio a diversos pesquisadores e entidades de pesquisa, imbuídos de uma mudança de paradigma na investigação de documentação histórico-educacional e colocou em discussão aspectos da circulação de uma multiplicidade de dispositivos materiais fundamentais com vistas à renovação dos estudos históricos no Brasil.

Conhecer a nova História Cultural, com especial atenção a Micro-História, nos permite refletir entre tênue lacuna que separam cartas históricas de fontes epistolográficas, considerando a importância "destas" como fontes documentais, ou não, haja vista que a passagem de uma para a outra dependerá, em grande medida, do reconhecimento por parte do historiador dos fragmentos da história que permeiam suas entrelinhas.

Assim, referente ao tema em questão, o artigo se deterá, mais a frente, em apresentar como se deu o processo de incorporação das fontes epistolográficas pela historiografia brasileira e, após essa breve reflexão, compartilhará parte das informações reveladas na análise das cartas da educadora brasileira, Mary Buarque.

As fontes epistolográficas

Após a segunda metade do século XX, diferentes materiais impressos passaram a constituir o corpus documental dos estudos de história e historiografia educacional no Brasil, direcionando o olhar do pesquisador para um outro conjunto de fontes impressas e arquivísticas, até então secundarizadas nas produções historiográficas. Sob essa ótica, as memórias e narrativas pessoais - gênero textual utilizado na comunicação entre os sujeitos - inserem valiosos registros, entretanto, foram por muito tempo negligenciadas pelos historiadores que sobrepunham a esses a

[4] "No Brasil, [o livro que narra a história de Domenico Scandella, dito Menocchio, escrito por Carlo Ginzburg], *O queijo e os vermes,* inaugurou a publicação de livros do autor, em 1987, pela Companhia de Letras, ainda hoje, editora responsável pelo lançamento da maior parte de suas obras. Foi publicada antes de *Andarilhos do bem*, lançado no ano seguinte [também no Brasil], mas escrito e lançado antes na Itália" (ASSIS; MATTOS, 2019).

[5] Giovanni Levi, professor de história econômica em Veneza, trata a economia, a política e a cultura no seu conjunto como manifestações do social, ou seja, aproxima a história cultural da história social (DOESWIJK, 2002).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

investigação de fontes documentais oficiais que partem do Estado, muitas vezes generalistas e estereotipadas, e que ocuparam uma centralidade nos estudos historiográficos do Brasil.

Ao circunscrever as pesquisas na perspectiva da História Cultural, o olhar do pesquisador tem sido redimensionado para uma multiplicidade de documentos de arquivos privados que passaram a ser objeto de investigação do historiador, composta por cartas pessoais, diários íntimos, correspondências, bilhetes, fotos, filmes, depoimentos, biografias e autobiografias. Sobre isso, Xavier (2000) salienta que "a renovação do olhar que investiga e interpreta temas e questões educacionais tem sido redimensionado pela incorporação de fontes antes inimaginadas" (p. 229).

Nessa direção, considerando o alargamento da concepção de fontes que recentemente passaram a ser reconhecidas como importantes documentos de análise e objetos da pesquisa histórica, surge uma renovação da historiografia brasileira, distanciando o pesquisador das trajetórias de grandes homens e compreendendo o estudo de histórias de vida singulares, próximas do cotidiano, abrangendo diferentes grupos sociais e compreendendo os acontecimentos sociais através das múltiplas visões.

Simultaneamente, a História da Educação e a História Cultural se entrecruzam no estudo de uma variada teia social e cultural formada pelas experiências vividas na trajetória de sujeitos "comuns", não mais circunscrita apenas em explorar um diálogo ligado à história tradicional. Essa aproximação, proposta através do uso das memórias e narrativas como fontes primárias, além de permitir a ampliação do campo investigativo para coleta de informações, possibilita ao pesquisador analisar a concepção que o próprio signatário faz de suas experiências pessoais ou profissionais.

A pluralidade de temas, questões e objetos de estudo têm permitido a produção de trabalhos historiográficos diversificados, problematizando a questão das escalas geográficas e contemplando estudos regionais em detrimento da supremacia inconteste dos estudos nacionais, ou seja, a análise dos microclimas e o questionamento acerca das concepções lineares das produções no campo da História da Educação, tem fornecido conceitos que contribuem para o debate acerca da importância da história cultural na renovação da historiografia educacional.

No que concerne à problematização das fontes documentais de cunho íntimo, vale considerar que a narrativa vivencial do autor supõe um trabalho de construção de sentidos pelo historiador, questionando a potencialidade das informações reveladas pelo documento, e a partir da dessa constatação, conceda-lhe legitimidade mediante a apropriação das narrativas, dando-lhe um sentido e um lugar. Sobre esse ponto de vista, contribui Ângela Castro Gomes (2004), "Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo" (p. 15).

Atendendo a este fim, o pesquisador que se predisponha a fazer uma análise historiográfica apurada das informações coletadas em fontes pessoais, necessitará confirmar ou contrapor a veracidade dos dados obtidos, nesse sentido, será aconselhável expandir a sua análise a partir da incorporação de outras fontes, sobretudo, de documentos oficialmente reconhecidos e correlatos ao assunto em investigação; nesse sentido, cabe ainda atentar-se a articulação estabelecida entre o pensamento educacional do período vivido com os discursos e as ações das trajetórias individuais;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ademais, implicar-lhe-á distinguir, nos depoimentos coletados, as narrativas de cunho estritamente individual das informações que conferem relevância para a problematização dos fatos - fontes de pesquisa, contextualização dos vestígios materiais.

O pesquisador, ao utilizar-se de cartas como fontes de pesquisa, terá que se obrigar a intensificar a sua capacidade de criticidade, pois se fará necessário examiná-las considerando as tensões e contradições presentes no discurso, num contexto histórico mais amplo pois, seguindo essa perspectiva, "o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento" (GOMES, 2004, p.13).

Tomando como exemplo o uso de cartas na historiografia educacional e sua relevância, podemos citar a dissertação de doutoramento em História da Cultura Moderna e Contemporânea, defendida na Universidade de Évora, em 2000, de Francisco António Lourenço Vaz, intitulada *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820),* na qual o autor se reporta às correspondências de Ricardo Raimundo Nogueira[6] à António Ribeiro dos Santos[7], de 1785 a 1803, a partir da obra *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, de José Esteves Pereira, diante da análise de um total de 270 cartas. Essas fontes revelam os interesses literários de ambos, os estudos realizados de autores clássicos e das línguas vivas, bem como o descontentamento desses dois lentes da Universidade de Coimbra à instituição, evidenciadas na correspondência datada em 06 de maio de 1793, muito em função da resistência dos professores a aplicabilidade das propostas reformistas apresentadas por Ricardo Raimundo Nogueira a António Ribeiro dos Santos, anos antes, em 1787, em sua implementação no curso de Direito Civil.

Beatriz Berrini, na obra *Brasil e Portugal: a Geração de 70*, publicada em 2003, sugere, a partir do estudo epistolográfico, um diálogo entre as culturas portuguesa e brasileira oitocentista, com base num conjunto de cartas trocadas entre grandes nomes da intelectualidade portuguesa, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, ou mesmo, Maria Amália Vaz de Carvalho; e brasileira, como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rui Barbosa, Euclides da Cunha ou Machado de Assis.

A seleção de cartas reunidas nesta obra e os saberes desses homens os aproximam, definidos pela autora como partícipes de única geração de 70, a luso-brasileira ou a brasileiro-lusa. Mais do que possíveis semelhanças, a análise dessas epístolas revelaram a atuação dos homens letrados oitocentistas no processo de modernização cultural e sua intervenção no espaço público através dos periódicos, assim como a recorrente preocupação desses com os rumos da educação das camadas populares.

[6] Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827), professor de Direito Pátrio, poeta e literato, foi nomeado Deputado da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda da Universidade de Coimbra, em 1772; posteriormente, promovido a Cadeira Doutoral da Sé, em 1788; e nomeado Deputado da Inquisição de Coimbra em 09 de Julho de 1789, no início da Revolução Francesa. (VAZ, 2000).

[7] António Ribeiro dos Santos (1745-1818) cronista português e censor régio, foi lente do Curso de Direito Civil na Universidade de Coimbra, e contribuiu, juntamente com Ricardo Raimundo Nogueira, com propostas de reforma do Curso de Direito (VAZ, 2000).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ainda dentro do âmbito dos estudos históricos, a utilização de correspondências pessoais como objetos de pesquisa permite alçar um passado legível proveniente de uma prática discursiva intimamente ligada a suas experiências e vivências pessoais, cada qual absolutamente únicas. Quando o pesquisador opera novos recortes, deslocamentos e leituras na apreensão e aproximação do campo individual, proporciona um alargamento dos limites e possibilidades das realidades históricas através da intertextualidade com elementos aparentemente secundários, que auxiliam a preencher as lacunas dos acervos documentais a serem analisados. Podemos utilizar aqui a perspectiva epistemológica que Ginzburg chamou de "paradigma indiciário", na qual guiaria a tarefa do historiador, sobretudo, a indagar e observar os pequenos detalhes aparentemente irrelevantes das fontes documentais (1994, p. 143).

Desta forma, assim como outros impressos, as cartas são fontes documentais indiciadoras de observação das relações do sujeito, pois – constituídas em âmbito público ou privado – ficaram registradas através da troca de correspondências, portanto, passa a ser denominada "uma escrita auto-referencial" ou "escrita de si", numa acepção tomada de empréstimo a Ângela de Castro Gomes (2004), noção essa que tem despertado um interesse cada vez maior por parte dos leitores e historiadores da área.

Em consonância à relevância da ampliação de uma gama diversificada de documentos históricos, nos propomos a analisar as cartas produzidas pela educadora, escritora e compositora Mary Buarque, documentação de caráter íntimo, reveladoras tanto da sua trajetória profissional quanto da sua vida pessoal, mulher que alcançou papel de destaque no âmbito das propostas educacionais em São Paulo, a partir dos anos 1920, na interface com seus pertencimentos sociais e familiares e por sua atuação no meio cultural e educacional[8].

As cartas de Mary Buarque

Nascida nos anos finais do século XIX, em 3 de Outubro, de 1896, em uma família de expressiva relevância cultural em São Paulo, filha de Manuel Cyridião Buarque, lente na Escola Normal de São Paulo e um dos precursores da escola nova no Brasil e Brasília Marcondes Buarque, professora e diretora de colégios particulares em São Paulo, defensores incontestáveis da instrução pública e privada, e presentes de forma singular nas narrativas de suas cartas pessoais, inegavelmente, foram fundamentais.

A professora paulista Mary Buarque, diplomada pela Escola Normal de São Paulo, em 1912, teve a oportunidade de frequentar um curso especializado em diretoras de Jardim de Infância, durante dois anos, no Teacher's College - na Universidade de Columbia, ainda na década de 1910, período em que a instrução superior ainda era pouco acessível, sobretudo, às mulheres.

Dentre os seus feitos, Mary Buarque foi fundadora e diretora da Escola Montessori-Casa da Infância, em 1916. Nesse período, participou de um curso ministrado por Maria Montessori, cujas

[8] Esta pesquisa parte do acervo pessoal de Sérgio Augusto Marcondes Buarque, sobrinho de Mary Buarque, composto por com uma farta variedade de documentos originais, reunidos a partir das narrativas e das memórias da educadora paulista.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ideias sobre educação, em que se procurava incutir um sistema de valores nas crianças, uma filosofia de vida, exerceram forte influência sobre os pedagogos brasileiros (GOLOMBEK, 2016).

Mary Buarque se dedicou a festivais de música nas rádios paulistas e foi uma das primeiras locutoras de programa infantil na rádio em São Paulo, *O Pequenópolis*; escreveu os livros infantis *Bonequinho de Massa*, conto juvenil de 1940; *Jesus e Maria nos Corações Infanto-juvenis*; *Lunalva*, conto premiado no Rio Grande do Sul em 1941; *Natal de Maria Lúcia*; O *Rei Oscar e o Pernilongo*, conto infantil, 1940; *Pequenópolis*, coletânea de poesias, canções, diálogos, bailados, de 1944; *O Pracinha José*, conto cívico que exaltou os pracinhas da FEB; *Rosinha Chinesa*, folclore da China, 1946; *Quem faz Anos Hoje*, álbum para anotações de aniversários, 1947; e se dedicou por mais de meio século ao ensino infantil em São Paulo (GOLOMBEK, 2016).

As cartas enviadas por Mary Buarque à sua família, utilizadas como recurso investigativo da história, nos possibilitou entrelaçar evidências de sua participação profissional em meio à descrição circunstanciada da sua vida privada, confirmadas por outras fontes ou documentos; além disso, essas mesmas epístolas contribuíram com informações não oficializadas, ricas fontes de informações sobre o contexto histórico e permitindo uma compreensão mais detalhada de sua trajetória, firmando-se assim entre as fontes exploradas por esta pesquisa como importante recurso impresso, não sendo possível, devido às razões já mencionadas anteriormente, serem desconsideradas.

Diante do acervo, originalmente arquivado por familiares, por longo tempo, debruçamo-nos sobre estes artefatos culturais que expressavam as lembranças e experiências de uma vida singular. Dentre eles, destacam-se as correspondências pessoais de cunho íntimo de Mary Buarque – escritas num estilo quase poético, repleto de gentileza e carinho aos destinatários – foram aqui selecionadas como objeto de pesquisa, a fim de compreender suas experiências de vida em determinado tempo e lugar. De grande utilidade para abarcar suas experiências pessoais, suas redes de sociabilidade, os acontecimentos vividos e seus sentimentos mais profundos a partir de seus próprios olhares.

Nesse sentido, ao explorar a dimensão narrativa das cartas buscamos encontrar informações que dessem indícios da trajetória individual da educadora, e as redes de sociabilidade construídas no campo intelectual e político; dedicamo-nos a exploração cuidadosa de uma média de 30 correspondências, datadas entre os idos de 1956 e 1968, destinadas a seu irmão Martim Francisco Marcondes Buarque, a seus sobrinhos Sergio Augusto Marcondes Buarque e Manoel Cyridião Buarque e, especialmente, a sua sobrinha e afilhada Maria Lucia Marcotulio Buarque, com a qual expressava grande preocupação e estima.

Mais detidamente quanto à análise de aspectos relacionados à materialidade do objeto, vale dizer que todas as cartas são escritas seguindo convenções que se alteram de acordo com a época, a posição social que autor ocupa, e também o tipo de carta a ser redigida (BURKE, 2008).

Essas em particular, foram escritas em uma máquina datilográfica, com alguns acréscimos de escrita feitos por "penas metálicas" ou "caneta esferográfica", e todas assinadas manualmente pela educadora, aliás, esse é um aspecto bastante recorrente de suas escritas. As cartas podem ser consideradas uma prática escrita muito utilizada na trajetória da educadora, provavelmente, por propiciar o encontro de seu irmão e sobrinhos fisicamente distantes, pois viviam na cidade do Rio

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de Janeiro. A prática de escrita de cartas por Mary Buarque para seus familiares, provavelmente, perdurou por mais de uma década em sua trajetória e são reveladoras de sua identidade pessoal, manifestando desejos e constituindo-se documento privilegiado para a reconstrução histórica de fatos em tempo e espaço determinado.

Seguindo ainda a mesma proposta de análise, é plausível pensar que a máquina datilográfica era de sua propriedade dada à periodicidade de cartas enviadas, na maioria das vezes, com o papel timbrado do "Curso Artístico Mary Buarque". Tratava-se de recurso sofisticado à época, uma vez que a máquina de escrever era um equipamento importado e a inauguração das primeiras indústrias metalúrgicas, para sua produção, ocorreu somente a partir de 1941, o que contribuiu para torná-la, posteriormente, mais popular e acessível.

Vale notar, que as cartas analisadas neste texto, foram escritas pela educadora a partir dos 60 anos de idade e nos possibilita compreender, claramente, a relação familiar estabelecida com seus pais, irmãos e sobrinhos, concebendo assim, valiosos registros da sua vida pessoal.

Para além dos fatos contidos nelas, uma primeira leitura das cartas pessoais expõe aspectos de uma relação muito próxima com seu irmão Martim Buarque, três anos mais novo que a educadora. Há algumas referências aos outros irmãos, Paulo Marcondes Buarque e Otávio Marcondes Buarque, porém são bem escassas nas cartas analisadas. Nelas também se pode observar a construção da relação com sua mãe, Brasília Marcondes Buarque, falecida no ano de 1952, revelando relações de afetividade e intimidade no cotidiano familiar. Seguem alguns excertos das cartas enviadas por ela ao seu irmão Martim, durante o período analisado:

> No domingo, dia 08, estive no cemitério levando flores e lágrimas para a nossa inesquecível mãe, e relembrando essas datas queridas , quando você vinha passá-las em nossa companhia, trazendo-nos a alegria de sua presença tão útil e confortadora! (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1964. 1 carta).

> Minha mãe, que também foi minha ama, nunca me deixava de cantar quando me embalava, posso afirmar que, sem perceber, tomei com ela as minhas primeiras lições de música… (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 07 jan. 1960. 1 carta).

É importante ressaltar, neste aspecto, que frases semelhantes são recorrentes em outras cartas escritas por Mary Buarque aos seus familiares, ao replicar a mesma estrutura narrativa ao finalizar suas cartas, com frases de carinho e devoção à sua mãe: "Deus e, por intermédio dele, Mamãe, lá do céu, hão de reorganizar nossas vidas. Esperemos!".

O pai, Manuel Cyridião Buarque, foi citado em duas cartas no ano de 1965, uma em razão dos preparativos do governo para a inauguração do Ginásio Estadual Profº Manuel Ciridião Buarque, em São Paulo, momento em que Mary discorre relatos de memória com o pai e momentos de vida em comum. E outra, em que a educadora narra uma descrição detalhada do funcionamento do colégio recém inaugurado, em homenagem a seu pai, pontuando: "está funcionando, a título precário, com cadeiras emprestadas, luz controlada, etc. Coisas mal feitas do nosso governo" (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 06 maio. 1965. 1 carta). Este argumento narrativo nos remete a uma experiência individual do sujeito, no

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entanto, torna alcançável uma problematização de contextualização histórica importante para o pesquisador.

A forma como Mary Buarque se refere aos seus familiares, em especial aos seus pais, respeitadas suas variações, fica evidente o peso dessa influência na construção de sua personalidade e a referência importante na construção de sua identidade. Pensando numa identidade pessoal unitária, podemos nos perguntar "se não residiria precisamente aí, na condição informe e heterogênea, o desafio imposto aos biógrafos de 'juntar' as 'peças separadas' para apreender o suposto 'caráter' do biografado" (Oliveira, 2018 p.60), vislumbrando assim, conhecer verdadeiramente um indivíduo.

Dentre as cartas destinadas aos sobrinhos da educadora, presentes quase de forma protocolar na rotina diária de Mary Buarque, chama atenção, em suas narrativas, as orientações aos estudos, os cuidados com a saúde, saudações aos aniversariantes e relatos de momentos juntos. Tais relatos são recorrentes nas cartas, e foi possível perceber que eram inúmeras encomendas enviadas com as correspondências para a família do seu irmão Martim, composto por geléias, roupas, selos, guloseimas, livros e outras mais. Esse cenário sugere algumas observações, talvez por não ter se casado, ou ter filhos, Mary acompanhava de perto a educação de seus sobrinhos e mantinha estreitas relações sociais com a família.

Nas correspondências analisadas, Mary Buarque não escondia a afeição pela sobrinha Maria Lúcia, o encantamento que unia as duas ficava evidente na frequência e no conteúdo das cartas. Em vida, preocupou-se em garantir que parte do seu patrimônio fosse destinado aos filhos de Martim, deixando para a sobrinha grande parte de seus bens, além de escrever um livro infantil em sua homenagem, com o título "Natal de Maria Lúcia".

Essas descobertas constituem-se como parte integrante da biografia da educadora, pois evidenciam a sua teia de relações diretas e interdependências, visto que "para além das ligações mais frequentes e duráveis (fortes), é preciso observar a força dos 'laços débeis' que, apesar de não ocorrerem com a frequência dos laços mais densos, não podem ser considerados menos importantes no trato da rede social" (CARNEIRO, 2018, p.52).

Em paralelo às questões pessoais, Mary Buarque se formou em 1912 pela Escola Normal de São Paulo, onde, após concluir o curso de normalista, frequentou um curso para diretoras no Teacher's College, na Universidade de Columbia, em Nova York, na companhia de seus pais. Ao retornar ao Brasil, fundou com seu pai, a Casa da Infância - Escola Montessori, em 1916, encerrando as atividades por volta de 1926.

Para além das atividades em sua escola particular, no ano de 1921, Mary Buarque começou a ministrar aulas de música em sua própria residência[9], e em 1932, iniciou um programa infantil na Rádio Cosmos, *O Pequenópolis*. Sua atuação, não se restringe exclusivamente ao campo dos empreendimentos particulares, também atuou em outras instituições filantrópicas, como a associação beneficente A Tarde da Criança e colaborou em vários projetos sociais.

[9] Mary Buarque começou, então, a ministrar aulas de música, canto e declamação para crianças, em sua nova residência na Rua Cardoso de Almeida nº 797, em Perdizes (GOLOMBEK, 2016, p. 330). Residência que a educadora cita em suas cartas pessoais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Foi autora de livros infantis a partir de 1940, poetisa e compositora de músicas variadas, e realizava apresentações musicais em todo o Brasil *(GOLOMBEK, 2016)*. A participação da docente nas atividades elencadas, constitui importante pista de sua realidade cotidiana, seu engajamento nas atividades culturais e educacionais em São Paulo, bem como, nos permite perscrutar os caminhos que levaram a constituir sua rede social.

Em carta datada de 1956, relata as dificuldades financeiras vivenciadas com a hipoteca da casa para pagamento de tratamento de saúde do irmão Paulo, a venda de carro e do terreno em Itanhaém e as expectativas de arrumar maneiras de driblar as dificuldades do período. Já nas cartas do ano de 1958, aparece um outro cenário, possivelmente, em decorrência das relações de trabalho estabelecidas pela educadora, e: "Aqui, minha vida agora resume-se no trabalho e na conservação do patrimônio" e justifica os cancelamentos de suas visitas nos períodos de férias, "dada a demanda excessiva de trabalho" (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1958. 1 carta).

Ainda nesse conjunto de cartas datadas do ano de 1958, merecem destaque alguns excertos que retratam aspectos da sua vida profissional e paralelamente, a rede de relações constituída pela educadora: "Meus livros vão caminhando também, e justamente da Editora "Vozes Limitada", aí da Rua Senador Dantas, recebi já um pagamento de alguns exemplares que me haviam pedido" (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1958. 1 carta).

> A " Vida Doméstica" e o "Fon-Fon", aí no Rio, já trouxeram bonitas apreciações sobre meus livros (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1958. 1 carta).
>
> Como estou dirigindo agora uma "Hora Infantil", a volta do meu "Pequenópolis" de outrora, recebo alguns presentes de reclames e sorteios (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1958. 1 carta).
>
> A "Hora Infantil", será patrocinada por uma grande Fábrica de Brinquedos. (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 10 março. 1958. 1 carta).

A reconstituição dessa rede somente foi possível através das "pistas" deixadas pelas cartas pessoais e fez emergir as relações estabelecidas entre a educadora e estas instituições, que são de grande valia para a construção da trajetória pelo historiador.

Outro conjunto de cartas traz algumas menções acerca dos benefícios financeiros trazidos pelos seus trabalhos artísticos e venda dos livros infantis.

> Em 1964, envia dinheiro ao irmão Martim, com o intuito de ajudar nas despesas das crianças e descreve o envio de "200.000 cruzeiros, sendo parte de algumas aulas extras, de festas de carnaval para as crianças de dois clubes, a outra parte que arranjei no próprio banco" (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 25 fevereiro. 1964. 1 carta).

Já em 1965, enfatiza a repercussão de um de seus livros publicados,

> O meu livro 'Quem faz Anos Hoje?', saiu em nova edição, mais caprichada e vai ser lançada numa tarde festiva numa 'livraria chic da Rua Augusta', no dia 16 de setembro, quando

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

realizarão uma tarde artística (BUARQUE, M.A.M. **[Correspondência]**. Destinatário: Martim Buarque. São Paulo, 29 agosto. 1965. 1 carta).

É preciso ressaltar que as pistas deixadas nas cartas de Mary Buarque nos instigaram a buscar novas fontes não cogitadas anteriormente, no intuito de reconstruir sua ascensão na carreira, pois acrescentariam dados elucidativos dos caminhos percorridos pela educadora. No início da sua carreira no magistério.

Mary Buarque, na função docente, sempre fez questão de ministrar aulas para diversas turmas, suas poesias e publicações sempre foram dedicadas ao público infantil. Nesse sentido, foi reconhecida por seus pares como uma educadora da infância (GOLOMBEK, 2016). Nos anos finais de sua trajetória, Mary faleceu em 1970, sua dedicação era quase que exclusiva no campo artístico e literário.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as cartas pessoais permitem um enriquecimento da análise do social, na interface com seus pertencimentos profissionais e familiares, ao deixar transparecer as angústias, os medos, as alegrias e os sentimentos vividos numa determinada época, dentro de espaços sociais e funções específicas.

Entretanto, ao analisar fontes desta ordem, caberá ao historiador atentar-se a fim de não se restringir a interpretação das imagens e dos textos como meros elementos representativos da realidade; desta forma, deve comprometer-se em analisá-las numa perspectiva que seja capaz de identificar, no texto redigido, a "construção" ou "produção" da realidade por meio de representações (BURKE, 2008).

As lembranças compartilhadas através das cartas e o ato de escrever de forma pessoal a seus familiares trazem o dimensionamento das trajetórias singulares e deixam transparecer algumas marcas de suas ações como sujeito social, seja através da enunciação de seu discurso ou na maneira de relatar experiências. Em várias cartas, Mary Buarque mostrava preocupação com os problemas financeiros dos familiares, com o acompanhamento dos estudos dos sobrinhos e com a saúde da família, além do envio regular de "presentinhos". A partir daí, pode-se constatar em suas cartas sua preocupação constante com o bem estar de todos na família.

A construção da trajetória de Mary Buarque, a partir de um amplo conjunto de fontes documentais, utilizadas de maneira articulada às cartas pessoais, exigiu uma criticidade sobre suas narrativas e seu contexto histórico. Como observado por Xavier (2000, p. 229) "a renovação do olhar que investiga e interpreta temas e questões educacionais têm sido redimensionados pela incorporação de fontes antes inimaginadas". Entretecendo fatos e situações da vida cotidiana, fazendo emergir a narrativa de uma trajetória de vida, uma memória a desvelar e uma história a contar.

Considerações finais

Ao trabalhar com cartas pessoais, o historiador passa a compreender experiências relatadas pelo próprio sujeito, com seus modos de viver e pensar, e por vezes estão repletas de informações inéditas ou contraditórias, que extrapolam as fontes tradicionais de pesquisa e possibilitam uma nova abordagem histórica.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A partir dessas discussões, referenciamos a reflexão de François Dosse quanto às singularidades individuais do sujeito no decorrer de sua trajetória, "que não é mais linear e centralizada, mas apresenta reentrâncias e singularidades" (2018, p.33).

Entretanto, vale considerar que a análise epistolográfica nos permite ir também além dos limites do seu universo particular, pois nelas o autor, ao descrever os lugares onde frequentou, a rede de sociabilidade estabelecida, os vínculos familiares existentes, a profissão que exerce, entre outras informações, nos permite reconhecer os costumes e o papel social assumido por diferentes personagens em distintos contextos, oriundos de uma determinada classe social, dentro da sociedade.

Nesse sentido, as cartas de Mary Buarque - mulher, educadora, escritora, paulista - falam sobre si, mas apesar das suas singularidades, não obtidas por meio de outras fontes, podemos considerá-las plurais, pois revelam os papéis assumidos por uma parcela, ainda que restrita, da sociedade brasileira.

Cabe-nos ainda ressaltar que a presença cultural da família Buarque ainda se mantém viva na contemporaneidade brasileira, dentre seus nomes merecem destaque o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, o ex-ministro da educação Cristovam Buarque, o jornalista Paulo Planet Buarque, e o cantor, compositor e escritor, Francisco Buarque de Hollanda, mais conhecido como "Chico Buarque".

A nova História Cultural deixou suas marcas na historiografia ao se libertar das amarras de um discurso unilateral, que ignorava as nuances, os relatos e as descrições particularizadas próprias daqueles que também são agentes da história, na micro-história.

Assim, o reconhecimento das cartas como fontes de pesquisa possibilitou à historiografia educacional brasileira ampliar suas fontes de pesquisa, preenchendo as lacunas existentes nos documentos oficiais disponíveis.

Resta-nos imaginar agora como a historiografia, no futuro, reagirá diante o advento da internet vivenciado neste século, sobretudo, com a intensificação do seu uso, mais recentemente, em razão do distanciamento social exigido pela pandemia de Covid-19. A multiplicação dos acessos a site, blog, redes sociais, lives, classroom entre outros canais de comunicação virtual, conferem registros, semelhante às cartas no passado, quiçá, possíveis fontes de pesquisa, inclusive no campo educacional, seguindo as pegadas da história.

Referências

ASSIS, A. A. F. de; MATTOS, Illan. A escrita como patrimônio: o queijo e os vermes, de Carlos Ginzburg e sua influência na historiografia contemporânea. *Revista Escritas do Tempo* – vol. 1, n. 1, mar-jun/2019 – p. 49-71. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=rela%C3%A7%C3%A3o+de+obras+publicadas+no+Brasil+de+Carlos+Ginzburg&oq=rela%C3%A7%C3%A3o+de+obras+publicadas+no+Brasil+de+Carlos+Ginzburg&aqs=chrome..69i57.25231j1j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BARROS, J.C.A. A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

BARROS, J. D. A. Sobre a feitura da micro-história. DOI 10.5216/ o.v7i9.9336. OPSIS, *[S. l.]*, v. 7, n. 9, p. 167–186, 2010. DOI: 10.5216/o.v7i9.9336. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/ Opsis/article/view/9336. Acesso em: 7 nov. 2021.

BENCOSTTA, M. L.; VIDAL, D. G. A historiografia da educação paranaense no cenário da História da Educação Brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008). *Educar em Revista*, n. 38, p. 295-315, 2010.

BERRINI, B. *Brasil e Portugal:* a Geração de 70, Porto: Campo das Letras, 2003.

BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARNEIRO, D. F. O uso da biografia pela micro-história italiana. In: *O que pode a biografia.* ORG: AVELAR, A. de S. SCHMIDT, Benito Bisso – São Paulo: Letra e Voz, p. 33-58. 2018.

CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista: Edusf, 1998, p. 329-353. Notas do capítulo em anexo: p. 468-469.

CARVALHO, M. M. C. O GT História da Educação: um breve histórico. In: ANPEd. *Histórico dos Grupos de Trabalho*, Belo Horizonte, 1995, p. 53-56.

DOESWIJK, A. L. LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 189-195, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37772/19587>. Acesso em: 06 nov. 2021.

DOSSE, F. O desafio Biográfico: Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, M. de M. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de Si. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: ____. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 143-179.

GOLOMBEK, P. Caetano de Campos: a escola que mudou o Brasil. São Paulo: USP, 2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GOMES. Ângela de Castro (Org.) Escrita de si, escrita da história - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. História da educação: uma disciplina, um campo de pesquisas. In: *História da Educação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 25-49.

OLIVEIRA, M. G. Para além de uma ilusão: Indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: *O que pode a biografia.* ORG: AVELAR, A. de S. SCHMIDT, Benito Bisso – São Paulo: Letra e Voz, p. 59-72. 2018.

SILVA, K. N. "Mulher, professora universitária e pesquisadora: a trajetória de Amélia Americano Franco Domingues de Castro (1920 -) no ensino superior". In: VIDAL, D. (Org.). Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX). 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2019, p. 15-25.

VAZ, F. A. L. Instrução e economia nos projetos de Ricardo Raimundo Nogueira. In: _____, *Instrução e economia.* As ideias econômicas no discurso da Ilustração (1746-1820). 616 p. Dissertação de Doutoramento em História da Cultura Moderna e Contemporâneo. Évora, Universidade de Évora, 2000, p. 373-429.

VIDAL, D. G. FARIA FILHO, L. M. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2003, vol.23, n.45, p.37-70.

XAVIER, L. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: SBHE (Org.). *Educação no Brasil.* Campinas-SP: SBHE; Autores Associados, 2000, p. 217-234.

WARDE, M. J. Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira. *Em Aberto*, ano III, n. 23, set./out. 1984, p. 1-6.

WARDE; M. J.; CARVALHO, M. M. C. Política e cultura na produção da História da Educação no Brasil. *Contemporaneidade e educação*, n. 7, p. 9-33, 2000.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

REGULAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL: ENTRE A AUTOCRACIA E A DEMOCRACIA, QUANTO IMPORTAM OS PARTIDOS?

João Paulo Ocke de Freitas[1]

Introdução

A intersecção da Política e do Direito admite a formulação das seguintes questões: de que forma a teoria política pode abordar o *status* constitucional-formal dos partidos políticos *vis-à-vis* a ocorrência, no Brasil Republicano (desde 1889), de períodos democráticos (1889-1937, 1945-1964 e a partir de 1985) e de períodos autocráticos (1937-1945 e 1964-1985)? Que categorias teórico-empíricas podem ser mobilizadas para avaliar o parâmetro ideológico e o papel institucional que os partidos assumiram nos diversos "contextos político-constitucionais" do Brasil Republicano?

Para responder a essas perguntas, vale utilizar como referência o artigo de Ingrid van Biezen e Gabriela Borz (2012), em que as autoras entendem que as democracias novas e restabelecidas tendem a ser mais enfáticas ao constitucionalizar o papel dos partidos e ao regulamentá-los, o que implica maior intervenção estatal na política partidária. Segundo as pesquisadoras, isso se deve a que países com histórico de interrupção democrática ou com experiências ditatoriais ou totalitárias, ao restabelecerem a democracia, passam a relacionar os partidos a direitos e prerrogativas democráticas, e a controlar com mais rigor o comportamento, a ideologia e a organização dos partidos, inclusive com maior grau de supervisão judicial dirigida à atividade partidária. As pesquisadoras concluem que países com histórico de interrupções dos seus respectivos regimes democráticos apresentam elevadas extensão e intensidade de regulação dos partidos.

O presente trabalho visa acrescentar elementos à teoria que trata da relação entre a constitucionalização dos partidos e os regimes políticos, com base na avaliação do *status* constitucional-formal dos partidos em contextos democráticos e autocráticos. Disso decorre a necessidade de identificar, ainda que aproximadamente, qual o modelo de constitucionalização partidária que permite definir a dinâmica institucional do Brasil.

[1] Professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Departamento de Ciências Sociais); doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduado em Direito Material e Processual do Trabalho, na Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba; pós-graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Empresarial e Civil, na ABDConst-PR; graduado em Ciências Sociais e em Direito, na Universidade Federal do Paraná; advogado. E-mail: jp.ockedefreitas@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A construção de medidas de constitucionalização partidária implica reunir subsídios para ampliar a agenda de pesquisa voltada para a compreensão de como as instituições políticas podem interagir com (ou reagir a) arranjos governamentais de base autoritária, que transfundem visões de mundo personalistas, inspiradas por ativismos individualistas e pouco afeitas ao trânsito decisório institucionalizado.

Os campos e modelos da regulação constitucional dos partidos políticos

Biezen e Borz (2012) investigam se a maturidade democrática (Variável Independente) ou a persistência da experiência democrática (Variável Independente) têm relação significativa com a extensão e a intensidade da constitucionalização partidária (Variável Dependente). Nesse sentido, Biezen e Borz apontam quatro grandes campos que, nas Constituições, comumente expressam uma espécie de "narrativa sobre os partidos": "Princípios e Valores", "Direitos e Deveres", "Sistema Político" e Metarregras".
Tais campos exprimem a regulamentação dos partidos e são integrados por onze categorias analíticas específicas que, por sua vez, permitem avaliar o parâmetro ideológico subsumido pelos partidos ao longo do tempo e mensurar a sua regulação:

i. PRINCÍPIOS E VALORES: fundamentos da atividade política. Nesse campo inclui-se a categoria "Princípios democráticos" (1).
ii. DIREITOS E DEVERES: disposições referentes a "Direitos e prerrogativas" (2), a "Atividades e comportamento" (3), e a "Identidade e programa" (4). Essas duas últimas categorias manifestam regulação voltada para proibir certas atividades e certos compromissos ideológicos ou programáticos de natureza antidemocrática.
iii. SISTEMA POLÍTICO: refere-se às categorias "Partido extraparlamentar" (5) – partido como instituição ou organização burocrática, "Partido eleitoral" (6) – partido diante de sua capacidade eleitoral, "Partido parlamentar" (7) – partido como grupo parlamentar, "Partido no governo" (8) – partido em função pública, e "Recursos públicos" (9).
iv. METARREGRAS: expressa a hierarquia da ordem jurídica e as normas de interpretação e de revisão constitucional, o que implica considerar o "Controle judicial" (10) e a "Legislação secundária" (11) ou "Legislação infraconstitucional".

É, especificamente, com base nessas onze categorias que pode ser obtido o índice de constitucionalização dos partidos, considerando-se a sua "extensão" e a sua "intensidade".
Para mensurar a extensão da constitucionalização partidária, as autoras estabeleceram valores de 1 (quando os dispositivos constitucionais referentes aos partidos exprimem apenas uma categoria) até 11 (quando as disposições constitucionais referentes aos partidos abrangem todas as onze categorias).
A intensidade da constitucionalização corresponde à frequência com que as categorias de constitucionalização partidária aparecem dentro de uma Constituição ou ao número total de referências diretas e indiretas aos partidos. Essa medida indica o nível de detalhamento com que os partidos são tratados na Constituição, com base em seus dispositivos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As constituições do Brasil Republicano e a regulação dos partidos políticos

Constituição de 1934

Essa Constituição (BRASIL, 2021c) referia-se aos partidos em dois dispositivos constitucionais, sendo que o art. 170, 9º incluía o campo/categoria "SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar" duas vezes, e o campo/categoria "METARREGRAS/Controle judicial" uma vez.
Esses dois dispositivos constitucionais devem ser enquadrados no "SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar", porque expressam garantias de promoção da imparcialidade do Judiciário e de contenção de práticas patrimonialistas ou clientelistas.

Constituição de 1937

Essa Constituição (BRASIL, 2021d) não entrou propriamente em vigor, porque estabelecia que deveria ser submetida a plebiscito nacional (art. 187), o que nunca ocorreu; e porque, ao mesmo tempo, declarava estado de emergência em todo o país (art. 186), o que, por sua vez, implicava a suspensão das garantias constitucionais. A Constituição promoveu uma grande concentração de poder nas mãos do presidente da República (art. 175).
A Constituição de 1937 fez referência, no Preâmbulo, apenas a "partidarismos" como um fator de desestabilização social estimulada pela doutrina da luta de classes e que serviria para promover, inclusive, uma guerra civil.
Não há outra referência a partidos políticos na Constituição e nenhuma das 21 Leis Constitucionais que promoveram alterações na Constituição de 1937 regulou os partidos. Entretanto, em dezembro de 1937, o Decreto-Lei nº 37 dissolveu todos os partidos. Já no fim do Estado Novo, Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 7.586/1945 que exerceu ampla regulação dos partidos (o que não implica afirmar que garantiu amplas condições democráticas para a criação e o funcionamento dos partidos).

Constituição de 1946

Quirino e Montes (1987) afirmam que essa Constituição (BRASIL, 2021e) ampliou a cidadania ao garantir, por exemplo, o direito de associação partidária e sindical, o direito de greve e a função social da propriedade. Como se vê, a Constituição de 1946 revelava aspectos institucionais democráticos mais robustos.
Deve-se registrar que, sob a égide da Constituição de 1946, ocorreu a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, em maio de 1947 e, no ano seguinte, ocorreu a cassação de todos os parlamentares eleitos pelo PCB. Além disso, a Emenda Constitucional (EC) nº 4/1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo, não fez qualquer referência aos partidos (BRASIL, 2021i).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A Constituição de 1946 regulou os partidos em nove dispositivos constitucionais:

Tabela 1 – Regulação dos partidos na Constituição de 1946

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 31, V, *b*	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	2
Art. 40, Parágrafo único	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 48, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 96, III	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 119, I	METARREGRAS/Controle judicial	2
Art. 119, VIII	METARREGRAS/Controle judicial	3
Art. 134	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	3
Art. 141, § 13	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	3
Art. 141, § 13	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	2
Art. 160	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1

Fonte: elaboração do autor.

Constituição de 1967

A ditadura militar no Brasil durou de 1964 até 1985. Logo, não há como examinar a regulação partidária sob a Constituição de 1967 (BRASIL, 2021f) sem considerar os Atos Institucionais (AIs) editados e, especialmente, a EC nº 1/1969. Os AIs devem ser considerados porque tinham natureza constitucional e, inclusive, podiam se sobrepor à própria Constituição.

O AI-2/1965 (BRASIL, 2021a) extinguiu os partidos e cancelou os seus respectivos registros. Ademais, as determinações do AI-2 estabeleceram, artificialmente, o bipartidarismo no Brasil, que tinha, então, natureza compulsória.

As Tabelas 2 e 3 demonstram como o AI-2 e o AC nº 4 regularam os partidos.

Tabela 2 – Regulação dos partidos no AI-2

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCINALIZAÇÃO
Art. 9º § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 16	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 18, *caput*	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	2
Art. 18, Parágrafo único	METARREGRAS/Legislação secundária	1

Fonte: elaboração do autor.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 3 – Regulação dos partidos no AC nº 4

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 10	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 11	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 11, Parágrafo único	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 13, *caput*	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	6
Art. 13, Parágrafo único	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	5
Art. 15	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 16	METARREGRAS/Legislação secundária	1

Fonte: elaboração do autor.

A Constituição de 1967 estabeleceu critérios rigorosos para a existência dos partidos – segundo Schmitt (2000) essa "foi a cláusula de desempenho mais rigorosa de toda a história da legislação eleitoral no Brasil".

A Constituição de 1967 regulamentou os partidos em 20 dispositivos:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 4 – Regulação dos partidos na Constituição de 1967

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 20, III, *c*	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	3
Art. 32, Parágrafo único	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 37, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 37, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 77, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 109, III	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 130, I	METARREGRAS/Controle judicial	3
Art. 130, VIII	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 143	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	4
Art. 143	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 143	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 149, *caput*	METARREGRAS/Legislação secundária	3
Art. 149, I	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	4
Art. 149, II	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 149, III	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 149, III	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 149, IV	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 149, V	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 149, VI	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 149, VII	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 149, VIII	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 166, III	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 184	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1

Fonte: elaboração do autor.

Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e emendas posteriores

A Constituição de 1967 foi largamente alterada pela EC nº 1 (BRASIL, 2021g), que, por sua vez, foi produto de um decreto presidencial: nesse momento, o Congresso Nacional encontrava-se em recesso em virtude da vigência do AI-5/1968. De fato, a EC nº 1 editou um novo texto da Constituição de 1967. Até a sua revogação, essa Constituição foi modificada por 27 ECs.

Essa mesma EC introduziu o instituto da fidelidade partidária no Parágrafo único do art. 152. Em relação à Constituição de 1967, a EC nº 1 atenuou a cláusula de desempenho.

A EC nº 1 regulamentava os partidos em 22 dispositivos:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 5 – Regulação dos partidos na EC nº 1/1969

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 19, III, *c*	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	3
Art. 30, Parágrafo único, *a*	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 35, V, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 35, V, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 75, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 114, III	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 137, I	METARREGRAS/Controle judicial	3
Art. 137, VIII	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 148	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	4
Art. 148	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 148	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 150, § 2º	METARREGRAS/Legislação extraparlamentar	1
Art. 152, *caput*	METARREGRAS/Legislação secundária	3
Art. 152, I	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	4
Art. 152, II	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, III	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 152, III	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, IV	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 152, V	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 152, VI	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, VII	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 152, VIII	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 152, Parágrafo único	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	2
Art. 152, Parágrafo único	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 174, III	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 190	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1

Fonte: elaboração do autor.

A EC nº 11 sinalizou o fim do bipartidarismo, revogou todos os AIs e Atos Complementares (ACs) desde 1964 e, dessa forma, promoveu a restituição dos direitos políticos, inclusive atenuando a cláusula de desempenho (art. 1º da EC nº 11). Ademais, o princípio da fidelidade partidária não seria aplicável à fundação de novos partidos.

A EC nº 11/1978 (BRASIL, 2021j) fez referências aos partidos em 15 dispositivos:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 6 – Regulação dos partidos na EC nº 11/1978

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 152, *caput*	METARREGRAS/Legislação secundária	2
Art. 152, § 1º, I	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	4
Art. 152, § 1º, II	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, § 1º, III	DIREITOS E DEVERES/ Identidade e programa	1
Art. 152, § 1º, IV	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, § 2º, I	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 152, § 2º, II	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 152, § 2º, III	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 152, § 2º, IV	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 152, § 2º, V	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 152, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 152, § 4º	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 152, § 5º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	2
Art. 152, § 5º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 152, § 6º	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1

Fonte: elaboração do autor.

A EC nº 22/1982 (BRASIL, 2021l) regulou os partidos em apenas um dispositivo, estabeleceu que a cláusula de desempenho definida na Constituição não fosse aplicada nas eleições de 1982, o que, de acordo com Schmitt (2000), representou o único casuísmo da ditadura que teve efeitos democráticos.

Como pode ser visualizado na Tabela 7, a EC nº 25/1985 (BRASIL, 2021m) regulou os partidos em 13 dispositivos e retirou da Constituição o dispositivo referente à fidelidade partidária. A cláusula de desempenho sofreu nova atenuação. Ressalte-se que essa EC foi promulgada em maio de 1985, quando avançava o processo de redemocratização.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 7 – Regulação dos partidos na EC nº 25/1985

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIA	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 75	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 152, *caput*	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	5
Art. 152, I	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	1
Art. 152, II	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 152, III	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 152, IV	METARREGRAS/Identidade e programa	1
Art. 152, V	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 152, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 152, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 152, § 3º	METARREGRAS/Legislação secundária	7
Art. 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 6º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 7º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1

Fonte: elaboração do autor.

A Tabela 8 e as Figuras 1 e 2 demonstram que, dentre as Emendas à Constituição de 1967, a EC nº 25/1985 (promulgada após o fim da ditadura) apresenta extensão significativamente maior na regulação da categoria "Princípios democráticos" do que os documentos anteriores, apesar de apresentar intensidade de regulação menor que o da Constituição de 1967 nessa mesma categoria. A EC nº 25/1985 se destaca na intensidade de regulação das categorias de "Legislação secundária" e "Partido eleitoral" e, comparando-a com a Constituição de 1967 e a EC nº 1, fica claro que, no campo DIREITOS E DEVERES, a EC nº 25/1985 revela extensão muito maior na regulação das categorias "Direitos e prerrogativas" e "Atividade e comportamento".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 8 – Importância relativa das categorias de constitucionalização partidária no período 1964-1985 (%)*

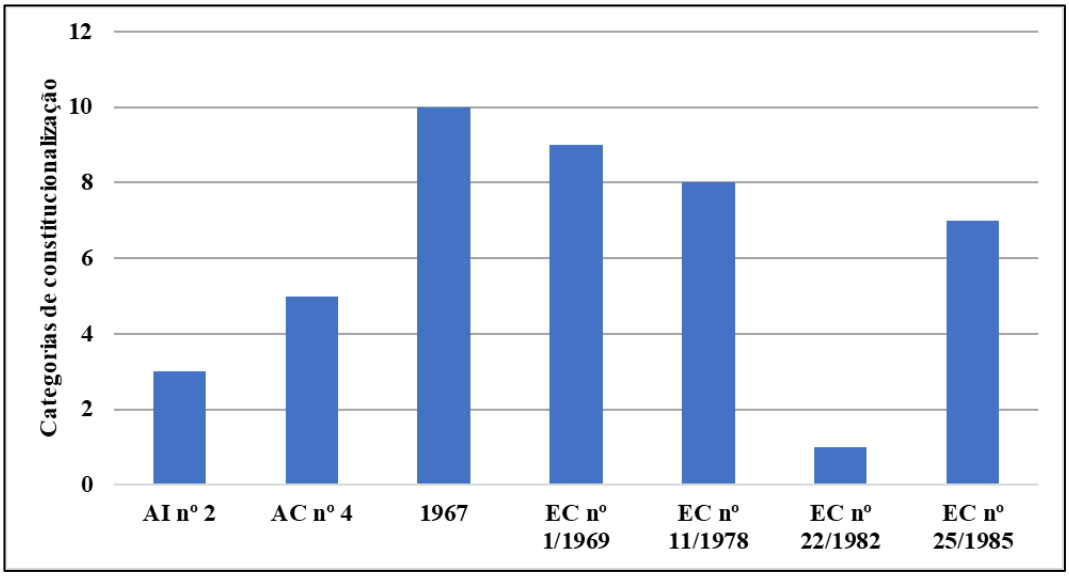
Campo	Princípios e valores	Direitos e deveres			Sistema político					Metarregras	
Categoria/ Legislação	Princípios democráticos	Direitos e prerrogativas	Atividade e comportamento	Identidade e programa	Partido extraparlamentar	Partido eleitoral	Partido parlamentar	Partido governamental	Recursos públicos	Controle judicial	Legislação secundária
AI-2	0	0	0	25,0 (2)	0	25,0 (2)	0	0	0	0	50,0 (2)
AC nº 4	0	0	25,0 (2)	25,0 (11)	0	12,5 (1)	12,5 (1)	0	0	0	25,0 (2)
Constituição de 1967	8,6 (8)	4,3 (1)	4,3 (1)	13,0 (3)	4,3 (1)	13,0 (3)	21,7 (5)	0	4,3 (3)	17,3 (6)	8,6 (4)
EC nº 1/1969	7,6 (8)	3,8 (1)	0	11,5 (3)	7,6 (2)	11,5 (3)	23,0 (7)	0	3,8 (3)	19,2 (7)	7,6 (4)
EC nº 11/1978	6,2 (4)	6,2 (1)	6,2 (1)	18,7 (3)	0	6,2 (1)	18,7 (4)	0	0	25,0 (4)	12,5 (3)
EC nº 22/1982	0	0	0	0	0	0	100,0 (1)	0	0	0	0
EC nº 25/1985	15,3 (6)	7,7 (1)	15,3 (2)	15,3 (2)	0	30,7 (4)	7,7 (1)	0	0	0	7,7 (7)

Fonte: elaboração do autor.
* Número absoluto (intensidade da constitucionalização)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

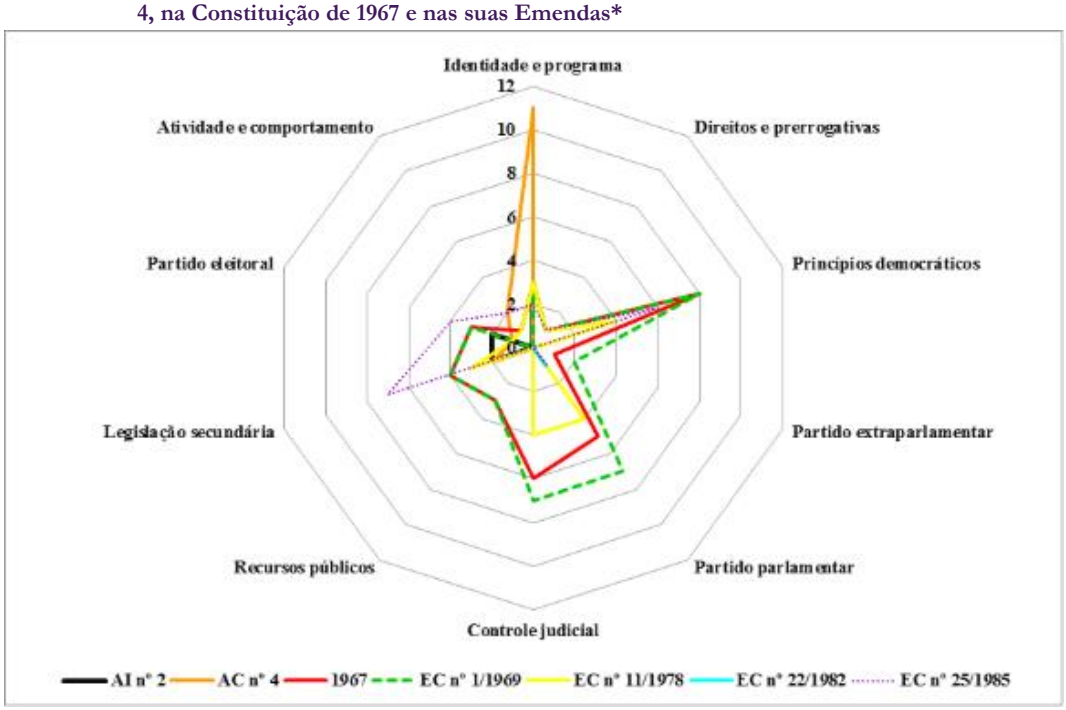
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1 – Distribuição da extensão da constitucionalização partidária (1964-1985) no AI-2, no AC nº 4, na Constituição de 1967 e nas suas Emendas



Fonte: elaboração do autor.

Figura 2 – Distribuição da intensidade da constitucionalização partidária (1964-1985) no AI-2, no AC nº 4, na Constituição de 1967 e nas suas Emendas*



Fonte: elaboração do autor.

* A categoria "Partido governamental" não foi incorporada ao gráfico porque não foi constitucionalizada nos documentos considerados.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Constituição de 1988

A Constituição de 1988 (BRASIL, 2021h), em vigor, alterou a natureza jurídica dos partidos, que assumiram a natureza jurídica de direito privado, tendo havido uma ampliação da sua autonomia, na medida em que cada partido recebeu autorização para definir as suas regras internas.
Ao entrar em vigor, a Constituição de 1988 regulamentava os partidos em 25 dispositivos:

Tabela 9 – Regulação dos partidos na Constituição de 1988 – publicação original

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSITUCIONALIZAÇÃO
Art. 5º, LXX, *a*	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 14, § 3º, V	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 17, *caput*	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	8
Art. 17, I	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 17, II	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 17, III	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 17, IV	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 1º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	3
Art. 17, § 1º	DIREITOS E DEVERES/ Identidade e programa	2
Art. 17, § 2º	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 2º	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 17, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	2
Art. 17, § 3º	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 4º	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 42, § 6º	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 55, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 55, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 58, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 58, § 4º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 74, § 2º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 77, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 95, Parágrafo único, III	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 103, *caput*	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 103, VIII	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 128, § 5º, II, *e*	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 140	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 150, VI, *c*	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	4
Art. 222, § 1º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1

Fonte: elaboração do autor.

A Constituição vigente regula os partidos em 28 dispositivos:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 10 – Regulação dos partidos na Constituição de 1988 – texto vigente

ARTIGOS	CAMPO/CATEGORIAS	INTENSIDADE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO
Art. 5º, LXX, *a*	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 14, § 3º, V	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 17, *caput*	PRINCÍPIOS E VALORES/Princípios democráticos	8
Art. 17, I	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 17, II	DIREITOS E DEVERES/Identidade e programa	1
Art. 17, III	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 17, IV	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 1º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 17, § 2º	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 2º	METARREGRAS/Controle judicial	1
Art. 17, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	2
Art. 17, § 3º	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 17, § 3º, I	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 17, § 3º, II	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 17, § 4º	DIREITOS E DEVERES/Atividade e comportamento	1
Art. 17, § 5º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 17, § 5º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 17, § 5º	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	2
Art. 53, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 55, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 55, § 3º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 58, § 1º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 58, § 4º	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 62, § 1º, I, *a*	METARREGRAS/Legislação secundária	1
Art. 74, § 2º	DIREITOS E DEVERES/Direitos e prerrogativas	1
Art. 77, § 2º	SISTEMA POLÍTICO/Partido eleitoral	1
Art. 95, Parágrafo único, III	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 103, VIII	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 128, § 5º, II, *e*	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 140	SISTEMA POLÍTICO/Partido parlamentar	1
Art. 142, § 3º, V	SISTEMA POLÍTICO/Partido extraparlamentar	1
Art. 150, VI, *c*	SISTEMA POLÍTICO/Recursos públicos	4

Fonte: elaboração do autor.

Extensão e intensidade da regulação constitucional dos partidos

As Constituições de 1824 (monárquica) e de 1891 (BRASIL, 2021b) não fizeram referência aos partidos ou a qualquer forma de organização partidária. Não há, nessas Constituições, elementos que permitam afirmar que o sentido de "Representantes da nação" (e equivalentes) esteja relacionado a estruturas políticas institucionalizadas; está mais propriamente relacionado às lideranças individuais das unidades da federação (SANTANO, 2016; MEZZAROBA, 2003).

Também não há elementos que permitam apontar o risco do anacronismo ou de invalidade semântica envolvendo a expressão "partido político" ao longo do século XIX. Se essa expressão não se encontrava nas Constituições de 1824 e 1891 não é porque ainda não existia. Rodarte

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(2011), inclusive, demonstra como o Governo Imperial, já em 1826, distinguia expressamente "partido" de "facção", assumindo uma posição teórica mais elaborada em relação à definição dos dicionários dos séculos XVIII e XIX, que igualavam os dois termos.

A regulação constitucional dos partidos no Brasil tem início com a Constituição de 1934 que, no entanto, ainda apresenta baixo índice de constitucionalização partidária, de acordo com a Tabela 11 e a Figura 3. De todo modo, por exemplo, não é possível encontrar uma perfeita inserção do Brasil nas ondas de democratização definidas por Huntington (1991), que entende o Brasil como um país que integra a segunda e terceira ondas de democratização. Em contrapartida, não é descabido afirmar que a constitucionalização partidária na Constituição de 1946 pode ser vista como uma das manifestações da inserção do Brasil na segunda onda de democratização, porque as Constituições de 1824, 1891 e 1937 não regularam os partidos. Ainda assim, a Constituição de 1946 apresenta baixa constitucionalização partidária, em comparação com a legislação constitucional posterior.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

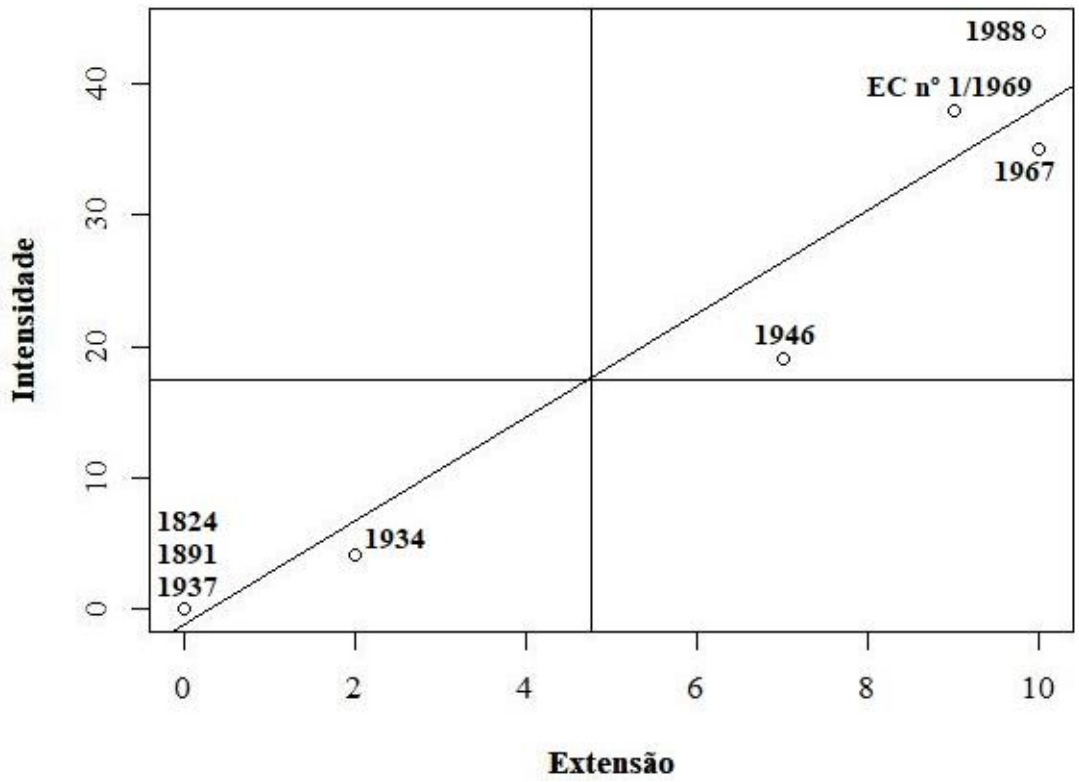
Tabela 11– Importância relativa das categorias de constitucionalização partidária por Constituição (%)*

Campo	Princípios e valores	Direitos e deveres			Sistema político				Metarregras	
Categoria/ Constituições	Princípios democráticos	Direitos e prerrogativas	Atividade e comportamento	Identidade e programa	Partido extraparlamentar	Partido eleitoral	Partido parlamentar	Partido governamental	Recursos públicos	Controle judicial	Legislação secundária
1824**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1891	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1934	0	0	0	0	50,0 (3)	0	0	0	0	50,0 (1)	0
1937	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1946	20,0 (5)	10,0 (1)	0	10,0 (3)	10,0 (1)	0	20,0 (2)	0	10,0 (2)	20,0 (5)	0
1967	8,6 (8)	4,3 (1)	4,3 (1)	13,0 (3)	4,3 (1)	13,0 (3)	21,7 (5)	0	4,3 (3)	17,3 (6)	8,6 (4)
1967 com EC nº 1/1969	7,6 (8)	3,8 (1)	0	11,5 (3)	7,6 (2)	11,5 (3)	23,0 (7)	0	3,8 (3)	19,2 (7)	7,6 (4)
1988–texto vigente	3,1 (8)	12,5 (4)	3,1 (1)	6,2 (2)	9,3 (3)	12,5 (4)	25,0 (8)	0	9,3 (8)	6,2 (2)	12,5 (4)
Total de Constituições	N = 4 (50%)	N = 4 (50%)	N = 3 (37,5%)	N = 4 (50 %)	N = 5 (62,5%)	N = 3 (37,5%)	N = 4 (50 %)	N = 0	N = 4 (50%)	N = 5 (62,5 %)	N = 3 (37,5%)

* Número absoluto (intensidade da constitucionalização); N = número de Constituições.
** Constituição da Monarquia (1824-1889).
Fonte: elaboração do autor.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 3 – Constitucionalização partidária



Fonte: elaboração do autor

Quanto às Constituições que efetivamente regularam os partidos, cabe confrontar as teses de Biezen e Borz, que encontram, para a Europa, uma média de constitucionalização partidária de 4,8 de extensão e de 13,5 de intensidade. No Brasil, a média de extensão é de 4,7 e a média de intensidade é de 17,5: a Figura 3 demonstra esses dados. Destaque-se que há significativa correlação linear positiva entre a extensão e a intensidade da regulação partidária no Brasil (Pearson, r = 0,95; *p*-valor = 0,001).

Os dados trazidos por Biezen e Borz sugerem que o ímpeto constitucional para regular os partidos aumenta quando há interrupção democrática, daí que a intensidade da constitucionalização partidária nas democracias interrompidas é substancialmente maior do que nas democracias contínuas. As democracias descontínuas também tendem a definir restrições na categoria "Atividade e comportamento" e "Identidade e programa", com o fim de proteger a ordem constitucional democrática, a soberania nacional e a integridade territorial do país, bem como tendem a sujeitar os partidos ao "Controle judicial" e à "Legislação secundária". De acordo com Biezen e Borz, há similitudes importantes na distribuição da regulação partidária entre, de um lado, as democracias contínuas e descontínuas e, de outro lado, as democracias antigas e recentes, sendo que o grupo de países democrático-liberais apresenta níveis mais altos de regulação constitucional na categoria "Partido eleitoral".

ISBN 978-989-9037-26-7

Ocorre que não há diferença relevante entre a intensidade da constitucionalização das três últimas legislações constitucionais do Brasil, como demonstram a Tabela 11 e a Figura 3. A Constituição de 1988 confirma os achados das autoras, mas essa Constituição não se encontra em posição muito díspar em relação à Constituição de 1967 e à sua EC nº 1/1969. Acima da média, com os maiores índices de constitucionalização partidária, encontram-se legislações que representam dois regimes políticos de natureza distinta: a Constituição de 1967, a sua EC nº 1 e, no contexto de restauração da democracia, a Constituição de 1988. A Constituição de 1967 apresenta maior extensão e menor intensidade regulatórias do que as verificadas na sua EC nº 1. Destaca-se a Constituição de 1988 com maior intensidade regulatória que suas duas predecessoras imediatas, porém com mesma extensão regulatória que a Constituição de 1967 e pouco maior extensão regulatória que a EC nº 1/1969.

Ora, o Brasil representa um caso de descontinuidades democráticas e, ao examinar a Tabela 11, não há, na Constituição de 1988, regulação do "Partido eleitoral" substancialmente maior do que na legislação constitucional anterior, mas é de se notar que houve um aumento da regulação de "Partido eleitoral" entre a publicação original e o texto vigente, tanto em extensão quanto em intensidade.

Ainda quanto à Constituição de 1988, a Tabela 12 e as Figuras 4 e 5 comparam o texto original e o que está vigente: a regulação partidária é similar em extensão e, no texto vigente, avança o detalhamento da regulação sobre "Partidos eleitorais", "Partido parlamentar" e "Recursos públicos"; em sentido contrário, recua no texto vigente a intensidade da regulação sobre "Direitos e prerrogativas". Destacam-se, nesse quesito, as ECs nº 91/2016 (BRASIL, 2021n) e nº 97/2017 (BRASIL, 2021o).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 12– Importância relativa das categorias de regulação partidária na Constituição de 1988, considerando a publicação original e o texto vigente (%)*

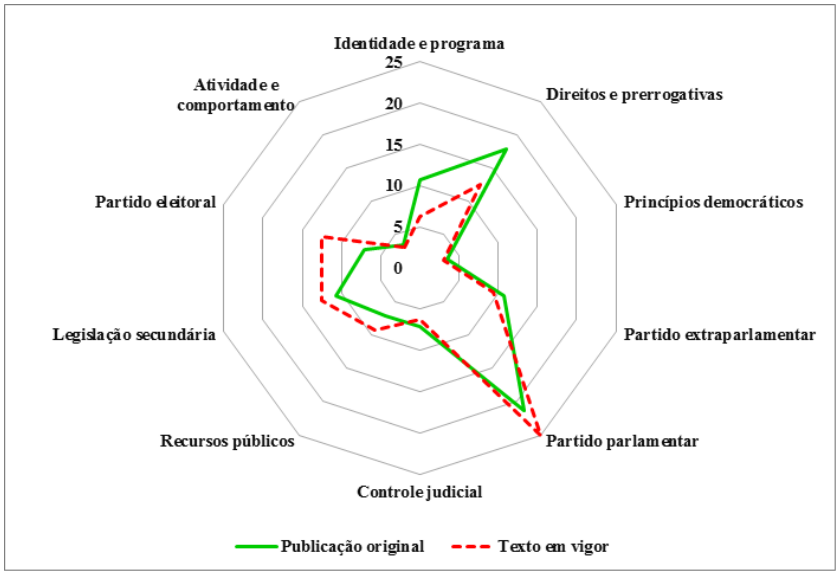
Campo	Princípios e valores	Direitos e deveres			Sistema político				Metarregras	
Categoria/ Constituições	Princípios democráticos	Direitos e prerrogativas	Atividade e comportamento	Identidade e programa	Partido extraparlamentar	Partido eleitoral	Partido parlamentar	Partido governamental	Recursos públicos	Controle judicial	Legislação secundária
Publicação original	3,5 (8)	17,8 (7)	3,5 (1)	10,7 (4)	10,7 (3)	7,1 (2)	21,4 (6)	0	7,1 (6)	7,1 (2)	10,7 (3)
Texto vigente	3,1 (8)	12,5 (4)	3,1 (1)	6,2 (2)	9,3 (3)	12,5 (4)	25,0 (8)	0	9,3 (8)	6,2 (2)	12,5 (4)

Fonte: elaboração do autor.
* Número absoluto (intensidade da constitucionalização)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

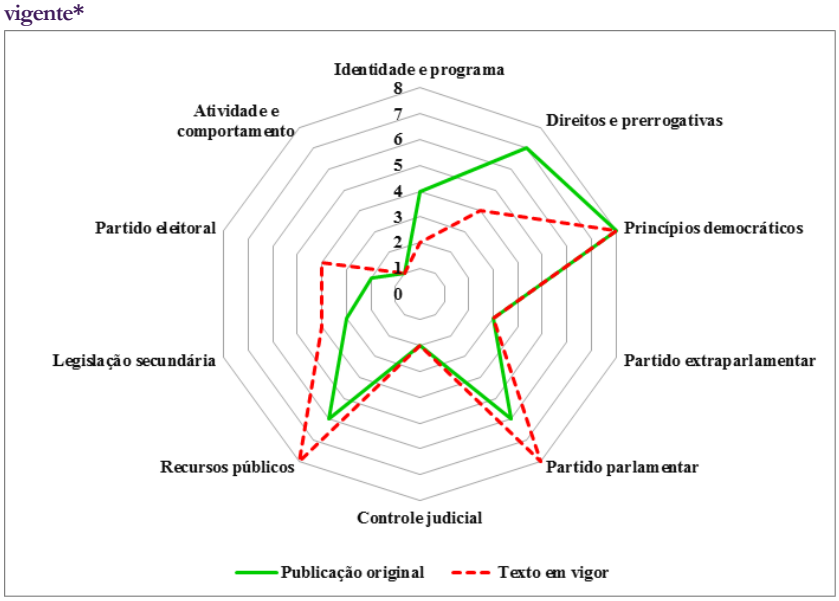
Figura 4 – Distribuição da extensão da regulação partidária na Constituição de 1988 – publicação original e texto vigente (%)*



Fonte: elaboração do autor.

* A categoria "Partido governamental" não foi incorporada ao gráfico porque não foi constitucionalizada nos documentos considerados.

Figura 5 – Distribuição da intensidade da regulação partidária na Constituição de 1988 – publicação original e texto vigente*



Fonte: elaboração do autor.

* A categoria "Partido governamental" não foi incorporada ao gráfico porque não foi constitucionalizada nos documentos considerados.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, a constitucionalização partidária no Brasil não está linearmente relacionada com a experiência democrática do Brasil. Até porque o Brasil nunca chegou a ser uma "democracia antiga" e as Constituições correspondentes aos períodos de redemocratização (a de 1946 e a de 1988) não podem ser compatibilizadas com os achados de Biezen e Borz, voltados para os países da Europa do pós-II Guerra.

Quanto à constitucionalização partidária, a análise de Biezen e Borz considera que há três modelos: "Defesa da democracia", "Partidos em função pública" e "Partidos como órgãos de utilidade pública". As autoras advertem que esses três modelos refletem apenas tendências de constitucionalização partidária, e que mais de um modelo pode ser aplicado a um mesmo país:

1. Defesa da democracia: expressa a preocupação de assegurar a continuidade da democracia e tende a prevalecer em democracias recém-criadas ou restabelecidas.
2. Partidos em função pública: atribui papel central aos partidos no Legislativo, no governo e no processo eleitoral e apresenta uma visão instrumental dos partidos. Esse modelo tende a prevalecer em democracias liberais antigas e consolidadas. De acordo com Biezen e Borz, esse modelo está relacionado com uma visão instrumental ou funcional dos partidos e fortemente associado às democracias mais antigas e consolidadas. Os dados da Tabela 12 e as Figuras 4 e 5 corroboram que a Constituição vigente está mais próxima do modelo "Partidos em função pública".
3. Partidos como órgãos de utilidade pública: expressa forte relação entre a definição de princípios democráticos e a definição de acesso a recursos públicos, que podem assumir a forma de espaços de divulgação na mídia. Esse modelo expressa uma grande proximidade institucional entre os partidos e o Estado e um elevado índice de regulação estatal dos partidos. Esse é um modelo presente em países de recente constitucionalização partidária.

Conclusão

Este trabalho se propôs fazer uma análise de conteúdo formal das Constituições, o que implicou enquadrar o texto constitucional nos campos e categorias definidas por Biezen e Borz sem considerações históricas acerca do real funcionamento das instituições reguladas pelas Constituições. Daí o esperado estranhamento causado, por exemplo, pela identificação de "Princípios democráticos" ou de "Direitos e prerrogativas" concernentes aos partidos numa Constituição de regime ditatorial. Tal estranhamento, contudo, permite antever tensões e complementaridades entre as instituições políticas, que podem enriquecer a agenda de pesquisas, especialmente no que tange às decisões judiciais que têm como objeto demandas referentes aos partidos.

Noutro aspecto, o trabalho de Biezen e Borz abre possibilidades de pesquisa que permitam melhor definir campos e categorias que estejam aptas a refletir o contexto histórico do Brasil, que não teve as experiências totalitárias com a dimensão das que a Europa vivenciou.

Além disso, o Brasil não registra longos períodos de continuidade democrática e não se consegue perceber uma correlação entre a experiência democrática do país e o índice de constitucionalização partidária, nos termos definidos por Biezen e Borz. A Constituição de 1946, que está inserida no

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

contexto da segunda onda de democratização, representa, de fato, um avanço na constitucionalização da regulação dos partidos. Entretanto, a Constituição de 1988 não apresenta constitucionalização partidária significativamente diferente da legislação constitucional de 1967 e de 1969.

Isso sugere que as categorias de análise da regulação constitucional no Brasil devem ser compatíveis com as peculiaridades institucionais do período da ditadura militar para serem capazes de captar as sutilezas desse regime, no que se refere à admissão de partidos e à sua regulação específica como um dos suportes do próprio regime. Ou ainda: sugere que a constitucionalização dos partidos não está, apenas e necessariamente, associada à democracia. O caso do Brasil pode acrescentar elementos novos à teoria.

Referências bibliográficas

BIEZEN, I. van; BORZ, G. Models of party democracy: patterns of party regulation in post-war European constitutions. **European Political Science Review**, vol. 4, n. 3, p. 327-359, 2012.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Constituição de 1891**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Constituição de 1934**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Constituição de 1937**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Constituição de 1946**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021e. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Constituição de 1967**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021f. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. **Constituição de 1988**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF. 2021g. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 1, de 1969**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021h. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-republicacao-28547-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 4, de 1961**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2021i. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978**. Brasília-DF, 2021j. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivIl_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 22, de 1982**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF. 2021l. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-22-29-junho-1982-363993-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 25, de 1985**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF. 2021m. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-25-15-maio-1985-364956-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016**. Brasília-DF, 2021n. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc91.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017**. Brasília-DF, 2021o. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

HUNTINGTON, S. P. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma Press, Norman and London, 1991. ePUB.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEZZAROBA, O. **Introdução ao Direito Partidário brasileiro**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2003.

QUIRINO, C. G.; MONTES, M. L. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo, Ática, 1987.

RODARTE, C. R. **Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20102011-132411/pt-br.php. Acesso em: 13 fev. 2020.

SANTANO, A. C. Do surgimento à constitucionalização dos partidos políticos: uma revisão histórica. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, vol. 20, n. 2, p. 9-32, 2016.

SCHMITT, R. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. ePUB.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

VISÕES DO PASSADO: AS SANÇÕES PUNITIVAS DE MEMÓRIA E A MEMÓRIA CULTURAL NA ROMA TARDO-REPUBLICANA (133 A.C. – 44 A.C.)

Jonathan Cruz Moreira[1]

Esta comunicação pretende apresentar o projeto de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, com o objetivo central investigar a tensão entre as sanções punitivas de memória que se desenvolveram no período tardo republicano de Roma entre os anos 133 a.C. e 44 a.C., e os diferentes discursos com relação a essas sanções punitivas na memória cultural romana na primeira metade do século I a.C. Compreendemos que as referências, avaliações e reavaliações do passado relacionadas a sanções punitivas da memória fazem parte do mesmo conjunto de diferentes narrativas de memória existentes no contexto de desenvolvimento dessas sanções no momento conflituoso da Roma tardo-republicana.

A memória possuía um papel central na sociedade romana, e entre a elite dirigente era permanentemente cultivada em diferentes formas comemorativas, por meio de tradições e rituais públicos como funerais, jogos, monumentos, triunfos, além própria escrita da história e da literatura. Para os romanos, o passado definia totalmente o presente, e esquecer - se desconectar - do passado, seja no nível do indivíduo ou do estado, arriscava a perda de identidade. Daí o perigo, e às vezes o apelo, ao esquecimento (GOWING, 2005, p.2). Além disso, para Hölkeskamp (2010, pp.99-125), a memória na sociedade romana possuía também a função de legitimar o poder constituído, conferindo ao *populus romanus* referências comuns ao passado, reafirmando hierarquias e consolidando na memória cultural as estruturas de poder.

O cultivo e o controle da memória era por tanto relevante, já que a memória individual se confundia com a memória do Estado e com as referências simbólicas da própria sociedade. A partir da segunda metade do século II a.C., o consenso entre a elite dirigente de Roma se rompia à medida que se acentuava a competição por postos de comando e de conquista pessoal, ao mesmo tempo que os resultados da rápida expansão pelo mediterrâneo faziam sentir as fraturas sociais e abriam novos dilemas internos. Tais dissenções culminaram no recrudescimento das rivalidades, no emprego da violência política de maneira cada vez mais sistemática e em formas cada vez mais sofisticadas de apagamento e ressignificação da memória daqueles considerados como inimigos do povo romano. Mais conhecidas no período do principado sob o termo *damnatio memoriae*[2], Tais

[1] Graduado em História pela Universidade de Taubaté – UNITAU (Brasil), Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Brasil), Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (Brasil). Membro do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo – NERO. E-mail: jonathan.cruzmoreira@edu.unirio.br

[2] Trata-se de um termo de cunho moderno, uma vez que os antigos romanos não possuíam um termo que designasse um conjunto coerente de práticas de apagamento da memória (ROLLER, 2010), por tanto, optamos pelo termo sanções punitivas de memória, termo utilizado por Harriet Flower (2006)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sanções consistiam, no período estudado, em execução sumária, negação do tradicional funeral aristocrático, a destruição de monumentos, troféus e inscrições comemorativas, e o banimento de sua representação em imagens e estátuas, perseguição a aliados, e no confisco e venda de bens e propriedades. Importante citar que, como destaca François Hinard (HINARD, 1985), tais medidas punitivas à memória dos derrotados ainda não possuíam regras bem definidas, E partiam da convicção de que se podia, a partir daí, alterar as percepções da posteridade em relação ao passado (VERNER, 2004, p.13). No escopo dos conflitos do período, para Flower (2006, p.68), as sanções de memória foram usadas com o objetivo de restaurar a ordem e o controle em uma comunidade que havia perdido seu senso de equilíbrio e coesão sendo incapaz de encontrar os mecanismos mediadores da discórdia civil.

Neste contexto se enquadram as principais questões que esta pesquisa propõe: Como a sociedade romana tardo-republicana lidava com as sanções punitivas de memória de seu passado recente? O enquadramento dos inimigos do estado na memória cultural era homogêneo ou disputado? Partimos da hipótese de que as incertezas e conflitos do período davam também oportunidade a uma multiplicidade de narrativas independentes, e que questões e incertezas do presente levavam ao questionamento de quadros estabelecidos na memória cultural por meio do sancionamento articulado à lembrança forçada por punições exemplares, característicos da seleção de valores resultante destas soluções de conflitos.

Antes de proceder a alguns exemplos que ilustrem as hipóteses desta pesquisa, é necessário explicitar as concepções de memória que norteiam o trabalho. Em nossa pesquisa, adotaremos uma concepção de memória que não a compreende apenas o produto das experiências pessoais de um indivíduo, mas como resultado de uma construção coletiva, constituída de experiências socialmente compartilhadas, e que dá sentido ao presente. Para Maurice Halbwachs, a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e as acepções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem (HALBWACHS, 1990, p.51). A memória coletiva em Halbwachs encontra-se invariavelmente no indivíduo, mas é na experiência de grupo, seja este grupo uma associação, uma região ou um Estado, que estas memórias individuais são organizadas, dando sentido e continuidade a um determinado grupo, selecionando e excluindo memórias a depender dos quadros elaborados no presente.

Jan e Aleida Assmann dividem o conceito de memória coletiva cunhado por Halbwachs em memória comunicativa e memória cultural, no intuito de oferecer um maior rigor conceitual, e diferenciar aquelas memórias consolidadas por tradições, referenciais fixos, frequentemente oficiais, e a memória de curta duração, próxima dos acontecimentos e limitada a algumas décadas e gerações pela necessidade de comunicação dos agentes diretos, (ASSMANN, J. 2011, p. 37). Essa diferença permite pensar na memória cultural como objeto de organização muitas vezes consciente, que não possui uma difusão espontânea, mas que é cuidadosamente preparada e examinada por meio da seleção de representações do passado por meio de leis, monumentos, discursos e tradições. Não há, nos dois conceitos de memória elaborados por Aleida e Jan Assmann uma separação estanque, mas

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

um movimento dinâmico da memória comunicativa para a memória cultural, em transição entre vários polos (ASSMANN, J. 2008). Segundo Aleida Assmann, transições políticas reforçam uma reorganização abrupta da memória, inaugurando novos sistemas de valores (ASSMANN, A. 2012, p.22). As sanções punitivas de memória na Roma tardo-republicana emergiam de dissenções e reorganizações políticas traumáticas e, como se pretende demonstrar na pesquisa, o presente estava em contínua reavaliação do passado e das sanções punitivas de memória.

Como exemplo dos casos estudados na pesquisa, cumpre citar o do tribuno da plebe Lúcio Apuleio Saturnino, morto em 100 a.C juntamente com seus principais apoiadores. Saturnino a partir de 104 a.C, passou a buscar a poio de grupos da plebe urbana de Roma por meio de um conjunto de leis tais como o oferecimento de alimentos a baixo custo, e o assentamento em terras públicas. Os distúrbios causados por L. Saturnino e seus aliados nas eleições de 100 a.C levaram a aprovação de uma moção do senado e seu apedrejamento. Além das medidas *post mortem*, como o confisco e derrubada de propriedades, a proibição do luto e a anulação de suas leis, a imagem de Saturnino foi banida. (FLOWER, 2006, p.85) A popularidade de Saturnino, segundo J.L. Beness (1991, p. 56), cresceu entre a plebe urbana após sua morte, diferente de uma vacilante popularidade em vida[3], causada em parte por sua da sua proximidade com a plebe rural (BENESS 1991, p.39); pelo menos duas ocasiões por volta de 98 a.C, a exibição pública da imagem de Apuleio Saturnino e a posse de imagem particular do tribuno foi punida com a pena do exílio. Saturnino foi, após a sua morte, objeto de tentativas de vingança e de reabilitação de sua imagem (GRUEN, 1975, p.278). De fato, além das imagens clandestinas de Saturnino, um senador de nome C. Rabírio fora julgado tempos depois pelo envolvimento em sua morte, e o texto de M. T. Cícero nos informa de uma veemente reação popular à citação do nome do ex-tribuno de maneira aviltante durante o julgamento (Cic. *Rab. Perd.* 9). O próprio julgamento de Rabírio em 63 a.C, quase 40 anos após a morte de Saturnino e presumivelmente com a validade ainda presente do banimento das suas imagens sugere a disputa das narrativas sobre as medidas de sancionamento da memória a ele aplicadas. É interessante também o fato de que a imagem de Saturnino como um tribuno perigoso e sedicioso permanecia relevante no discurso político, como fica patente no já citado discurso de defesa proferido por Cícero (VAN DER BLOM, 2010).

O processo de sancionamento de memória ganha novos formatos durante os conflitos que opuseram L. Cornélio Sila e Caio Mário, bem como os aliados do último após a sua morte em 86 a.C. Caio Mário havia sido cônsul por 6 vezes, foi dotado de grande popularidade entre a plebe urbana, a qual lhe oferecia homenagens e honras divinas (Plut. *Mar.*27.4). A vitória de Sila, retomando de forma violenta a cidade de Roma, tomada de forma também violenta por Mário anteriormente, seguiu-se da derrubada de troféus e monumentos à memória de Caio Mário, substituídas por símbolos e monumentos próprios. O corpo de Mário foi exumado,

[3] Segundo BENESS, 1991, parte significativa da popularidade de L. Apuleio Saturnino estava em seu esforço de aproximar-se da memória dos irmãos Tibério e Caio Graco, tribunos da plebe mortos em conflitos com grupos divergentes do senado entre 133 a.C. e 121 a.C. respectivamente, inclusive aliando-se a um suposto filho de Tibério Graco, chamado L. Equício, que revindicava o parentesco com o falecido tribuno popular.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mutilado, e lançado no rio Ânio. A memória de Caio Mário foi banida, assim como os símbolos de suas vitórias no tecido monumental urbano (STEIN-HÖLKESKAMP, 2016, p. 227-229).

As proscrições de Sila em 82 a.C foram um passo à frente em relação às sanções de memória. *A Lex Cornélia* que instituía tais proscrições, que dava base institucional à perseguição, é que garantia a imunidade daqueles que faziam cumprir as determinações da proscrição, enquanto determinava uma pena absoluta, garantindo sua eliminação definitiva da cidade, estendendo as punições também aos descendentes dos proscritos, que perdiam parte de seus direitos civis. (HINARD, 1985, p.78; Dio Cass., 41, 18.2).

Caio Mário, que não fora proscrito, posto que já estava morto quando as listas das proscrições eram expostas, teve nas décadas seguintes várias formas de reabilitação de sua memória e de seus símbolos, mesmo permanecendo seu banimento ainda em vigor. Caio Júlio César, que tinha laços de parentesco com Caio Mário, trouxe de volta seus troféus e imagens ao Capitolino, (Plut. *Caes*. 6.1), além de empreender uma consistente campanha contra os beneficiários e envolvidos nas proscrições de Sila e pela restituição dos direitos dos herdeiros, que permaneciam limitados (SANTANGELO, 2014, p. 21; MARSHAL, 1984, pp. 199-219).

Os estudos desenvolvidos no âmbito desta pesquisa, ainda que de maneira preliminar, permitem antever algumas considerações. As sanções punitivas de memória empregadas como parte das soluções de conflitos político-militares desde 133 a.C., possuíam um duplo objetivo: Por um lado, a criação de exemplo, imprimindo na memória cultural a advertência sobre as consequências de atitudes tidas pelos grupos vencedores destas disputas como sediciosas; por outro lado, o apagamento de certos aspectos da memória deste sancionados, por meio do banimento de troféus, destruição de casas ou o banimento do nome por exemplo. Tais sancionamentos, no entanto, não impediam que os personagens sancionados surgissem como parte importante no debate político, tanto como arquétipo de perigosos criminosos, quanto como políticos populares a quem parte da elite senatorial buscava aliar sua imagem por meio da recordação e da reabilitação desses personagens. Além disso, o próprio sancionamento da memória, especialmente por meio do assassinato violento e sem julgamento não deixaria de ser tema ora de debates, ora de lamentos. Tratando especialmente dos assassinatos ocorridos após a vitória de Sila, Alison Rosemblit escreve:

> Não acredito que a república romana jamais tenha se recuperado dos traumas culturais. Por esta medida, a reformulação da identidade romana falhou manifestamente. Roma cruzou um divisor de águas de aceitabilidade e não poderia ressaltar novamente essa linha (ROSEMBLITT, 2019, p.90)

Este divisor de águas causado por cada vez mais elaboradas formas de eliminação do outro em sua existência tanto física quanto simbólica foi, na perspectiva desta pesquisa, um elemento relevante para a precipitação da república Romana, em fins da década de 40 a.C., em conflitos cada vez mais incontornáveis, e na concentração de amplos poderes nas mãos de uma só pessoa a partir do principado de Augusto (27 a.C.).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências Documentais

Appian. *Roman History*, Volume III: The Civil Wars, Books 1-3.26. Translated by Horace White. Loeb Classical Library 4. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1913

Plutarch. *Lives, Volume VII -X:* Translated by Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library 102. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919-1920.

Cicero. Pro Lege Manilia. Pro Caecina. Pro Cluentio. Pro Rabirio Perduellionis Reo. Translated by H. Grose Hodge. Loeb Classical Library 198. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1927.

Dio Cassius. Roman History, Volume I: Books 1-11. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Loeb Classical Library 32. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914

Referências Bibliográficas

ASSMANN, J Cultural Memory and Early Civilization. Writing, Remembrance and political imagination. Cambridge University Press: New York, 2011.

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies*: an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

ASSMANN, A.; SHORTT, Linda. *Memory and Political Change*. New York: Palgrave Mcmillan, 2012

BENESS, L. J. The Urban Unpopularity of Lucius Appuleius Saturninus. *Antichthon* 25, 1991, 33-62

FLOWER, Harriet I. *The art of forgetting*: disgrace & oblivion in Roman political culture. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

GALINSKY, Karl. *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GOWING, Alain M. *Empire and Memory:* The representation of the Roman Republic in imperial culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRUEN, Erich. *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkley: University of California Press, 1975

HALBWACHS, Michael. *A memória coletiva*, Editora vértice, São Paulo: 1990

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HINARD, F. *Les proscriptions de la Rome républicaine*, Rome: École Française de Rome, 1985.

HÖLKESKAMP, K.-J. *Reconstructing the Roman Republic*: An ancient political culture and modern research. Princeton: Princeton University Press, 2010.

MARSHALL, B. Faustus Sulla and Political Labels in the 60's and 50's B.C. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 33, H. 2, 1984, pp. 199-2019.

ROLLER, M., *Demolished Houses, Monumentality, and Memory in Roman Culture, Classical Antiquity*, Vol. 29, No. 1, 2010

ROSENBLITT, A. J. *Rome After Sulla*. Londres: Bloomsbury Academic, 2019

SANTANGELO, F. Roman Politics in the 70s b.c.: a Story of Realignments*? Journal of Roman Studies*, n.104, 2014 pp 1-27

STEIN-HÖLKESKAMP, E. Marius, Sulla, and the War over Monumental Memory and Public Space. In. GALINSKY, K. *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

VAN DER BLOM, Henriette. *Cicero Role Models: The Political Strategy of a Newcomer*. Oxford University Press, NY: 2010

VERNER, E. *Mutilation and Transformation*. *Damnatio Memoriae* and Roman Imperial Portraiture (Monumenta Graeca et Romana 10). Leiden/Boston: Brill, 2004

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL COMO COLONIALIDADE DO PODER DA CULTURA EUROPEIA CRISTÃ

José Adnilton Oliveira Ferreira[1]
Lívia Freitas Fonseca Borges[2]

Introdução

Nesse estudo aborda-se a educação escolar indígena no Brasil a partir do contexto da colonização, apresentando algumas interfaces do processo de inferiorização dos povos indígenas que se deu principalmente por meio da hegemonia branca europeia, como efeito da colonização, que engendrou relações culturais, sociais, econômicas e da educação. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica do cabedal existente, partindo-se de autores que trazem uma abordagem crítica sobre a temática.

A educação colonizadora inicia em 1549, quando chega à América Portuguesa a primeira missão jesuítica enviada de Portugal por D. João III, composta por missionários da Companhia de Jesus. Faustino (2010, p. 98) salienta que com a vinda dos portugueses ao Brasil deu-se o início do processo de colonização, o qual teve por objetivo expandir o sistema mercantil português utilizando a mão de obra escrava dos indígenas."

Dessa forma, o instrumento de controle mais eficaz da colonialidade foi a educação. Para que os indígenas participassem da mão de obra, deveriam ser civilizados a partir da educação. Isto é, O 'selvagem' deveria ser 'civilizado' para aceitar a situação de exploração e submissão a que estava sendo sujeitado. Nesse projeto, a educação escolar exerceu um papel fundamental. Acreditava-se que, por meio da instrução e catequese, os indígenas abandonariam sua forma 'primitiva' de viver e se integrariam à 'civilização (FAUSTINO, 2010).

A referida autora afirma ainda que o processo educacional para o atendimento aos indígenas ocorreu de maneira com que eles fossem educados na fé cristã com o intuito de fazer da cultura europeia a referência a ser seguida. Assevera ainda que a lógica de supremacia do colonizador buscou extirpar outras culturas consideradas inferiores, incapazes e não puras. Enfatiza que cabia aos padres jesuítas propagar o cristianismo eurocêntrico:

> [...] inserir, nas culturas pagãs do novo mundo, noções de civilidade, de ordem, de disciplina, de respeito à hierarquia e a observância aos dogmas cristãos. Em algumas regiões, os jesuítas aprenderam e decodificaram a língua indígena, traduzindo textos doutrinários que foram usados na instrução e catequização (FAUSTINO, 2010 p. 32).

A colonialidade mostra uma estrutura social em uma relação de inferioridade com uma cultura europeia cristã que se sobrepõe a outras culturas respaldada nas discriminações sociais codificadas como étnicas e antropológicas, constituindo uma estrutura de poder. Para Quijano (2005, p. 121), "essa colonialidade se refere a um padrão de poder que permeia as relações intersubjetivas entre

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

colonizador e colonizado, e que reflete nas formas de valorização do conhecimento, na divisão racial do trabalho criada para justificar a hegemonia branca eurocêntrica."
O referido estudo está estruturado da seguinte forma: na introdução apresenta-se a justificativa, o objetivo e o problema referente ao objeto de estudo em questão, problematiza-se a colonialidade de poder eurocêntrica na educação do Brasil e sua dominação etnocêntrica sobre os povos indígenas e as conclusões do estudo.

Método

A pesquisa adotou metodologicamente a abordagem de um Estudo descritivo, apoiado no referencial das ciências sociais, da pedagogia e antropologia interpretativista, por meio do levantamento bibliográfico e da análise de dados que foram realizadas a partir da técnica da análise de conteúdo pela proposta de Bardin (2002).
Dentre os tipos de pesquisa bibliográfica, preferencialmente optou-se por Estudo descritivo, por compreender que atende aos objetivos definidos neste estudo, que aborda o contexto da educação escolar dos povos indígenas no Brasil como expressão da colonialidade do poder da cultura europeia cristã. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica mediante aos termos indutores: educação indígena, colonialidade de poder, cultura escolar indígena para a pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[1] e, Plataforma Sucupira (CAPES) com foco no acervo cultural e epistemológico sobre a colonialidade que se entende aqui como um padrão de poder que permeia as relações intersubjetivas entre colonizador europeu e o colonizado no caso dos povos indígenas.

Os trabalhos encontrados na BDTD totalizaram 08 publicações entre teses e dissertações de imensa relevância para com o estudo desse ensaio e na Plataforma Capes somaram 27 (vinte e sete), sendo 17 (dezessete) dissertações de mestrado acadêmico e 10 (dez) teses de doutorado, com uma pesquisa apenas abrigada em instituição de ensino privada, as outras em Programas de Pós-Graduação em Educação no total de 35 (trinta e cinco) considerando a produção do estado do conhecimento nos trabalhos publicados entre teses e dissertações e essa busca restringiu-se na investigação pela demarcação temporal no período de 2016 até 2019, levando-se em consideração os trabalhos publicados até às pesquisas mais recentes, quando do fechamento desse levantamento bibliográfico em dezembro de 2019.
A questão norteadora da investigação: como se dá a educação escolar dos grupos indígenas no Brasil como colonialidade do poder da cultura europeia cristã? Pesquisa Bibliográfica ou Quantitativa e suas principais características, entre elas, seu caráter descritivo. Uma pesquisa bibliográfica consiste em ser também descritiva, podendo ser definida como aquela que "observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los" (JARDILINO, ROSSI, SANTOS, 2000). A pesquisa bibliográfica implica em que os dados e informações

[1]O Ibict desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

necessárias sejam obtidos a partir do levantamento em (BARBUJANI, 2007; BERNARDINO e GALDINO, 2004; CARNEIRO, 2005; FANON, 1979) e Faustino (2010. p. 1130), (FERREIRA NETO,1997; FREIRE, 2004; GODELIER, 1981), Grosfoguel (2008, p. 115-147); (JARDILINO, J.R., ROSSI, G & SANTOS, G. T. 2000) e Meliá (1979); (MIGNOLO, 2011; QUIJANO, 2004) entre outras fontes. "A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos" (CERVO e BERVIAN, 1996). Em outras palavras, quando os dados coletados são oriundos da "própria bibliografia", significa que a técnica utilizada para elaboração do tema em desenvolvimento é a pesquisa quantitativa (TOZONI-REIS, 2009).

A educação colonial no Brasil como fortalecimento das estruturas de poder sobre as populações indígenas

O processo educacional no Brasil colônia se inicia com a necessidade de inserir, converter e catequizar a civilização indígena à fé católica, atribuindo-lhe também a função de vassalo da monarquia, principalmente como forma de domínio da população colonizada, usando de alicerce as diferenças de raça, sexo e etnia para a naturalização das diferenças.

> A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía, sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também lhes permitiu concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais (QUIJANO, 2005, p. 232).

Dessa forma o capitalismo europeu controlou e explorou outras populações inclusive indígenas impondo-lhes, no processo de colonização, novos costumes, ritos e identidades. Portanto, para Santos (2010, p. 35), "as hierarquias são consequências das diferenças" e sendo assim, as diferenças são veladas e naturalizadas a partir de uma escala baseada na inferiorização do que difere do padrão dominante." Afirma ainda que a supressão da diversidade cultural dos outros povos, pela exclusão e silenciamento de toda riqueza neles presente, visou atender aos interesses do capitalismo, fato que ocorreu por meio da dominação política, econômica e militar nas sociedades colonizadas.

A educação então foi uma das principais formas que o colonizador buscou para dominar os povos indígenas, já colocados em uma escala inferior da sociedade. Cabe reiterar que essa dominação não ocorre por meio passivo ou romântico, mas sim pela violenta segregação e inferiorização dos indígenas e pelo extermínio de muitos povos originários, com suas línguas e culturas. Godelier (1981, p. 186), ao reportar-se à legitimidade da classe dominante, afirma que, "[...] todo poder de dominação se compõe de dois elementos indissoluvelmente entrelaçados que lhes dão força: a violência e o consentimento."

A busca de legitimidade marcou o início do processo de desconstrução da identidade cultural das populações indígenas, com o envio de missionários religiosos que passaram a agrupar os ameríndios em missões, reduções e aldeamentos, para lhes apresentar a fé católica. Através da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

catequização foram disseminando os padrões de convivência e os modelos de produção que eram interessantes ao colonizador: Observa-se que o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005).

As primeiras experiências começam com a colonização portuguesa, no início do século XVI, num contexto em que o poder político-econômico e a evangelização eram inseparáveis e em que, como já destacado, a educação tinha o papel de ajudar a perpetuar as desigualdades e naturalizar as diferenças entre colonizador e colonizado.

> Estas casas, ou residências ou ainda recolhimentos, recebiam os meninos índios para serem catequizados e instruídos e se destinavam também a abrigar os padres aqui na colônia, bem como os órfãos vindos de Portugal e os da terra, a fim de lhes dar assistência e formação religiosa. [...] A vinda de órfãos de Portugal contribuiu grandemente como um motivador a mais para a já necessária construção de casas (residências ou recolhimento) e representou um reforço na conversão dos índios, uma vez que os jesuítas utilizaram como estratégia de catequese e instrução os órfãos para atrair os meninos índios (MENARDI, 2010, p. 159).

Pode-se contextualizar a relação entre os povos indígenas e os europeus nesses moldes explicitados que caracterizaram um processo de desconstrução da identidade das populações indígenas, ou seja, que queria produzir uma população indígena "civilizada" adaptada aos moldes europeus. "Os jesuítas perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever, os nativos poderiam de fato ser inseridos no mundo cristão" (AZEVEDO, 1978, p. 56). Para Aranha (1996, p. 78), "essa ação contribui para que haja um choque entre os valores pregados pela cultura nativa e os do colonizador."

O sociólogo Gilberto Freire, na obra *Casa-grande e senzala*, afirma que os primeiros missionários substituíram as 'cantigas lascivas', entoadas pelos índios, por hinos à Virgem e cantos devotos. Segundo Aranha (1996, p. 20), "não raro os padres ridicularizam a figura do pajé e os ensinamentos da tribo e condenam a poligamia, pregando a forma cristã de casamento, e dessa maneira começam a abalar o sistema comunal primitivo."

Aqui se percebem algumas das ações missionárias com o intuito de boicotar a cultura dos povos indígenas e empregar o modo de vida do branco europeu cristão, moldando o nativo segundo a civilização ocidental cristã, mais especificadamente a cultura portuguesa. Entretanto, os jesuítas eram contra a exploração dos indígenas, pois quando estes eram escravizados morriam de fome e doenças. Mas, infelizmente a escola serviu como mecanismo de aculturação dos povos indígenas.

> Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de serem indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas (FREIRE, 2004, p. 23)

"A escola, organizada com um modelo pedagógico alheio as cosmologias indígenas, foi imposta com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador" (BANIWA, 2013, p. 12). A violência foi um dos componentes utilizados para o alcance de tais objetivos. Afirma Godelier (1981) que dentre os componentes do poder o mais forte não é a violência, e sim, o consentimento

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do dominado em relação a sua dominação e sujeição. Ainda a respeito desse assunto, tem-se a pertinente reflexão de Fanon (1979, p. 27):

> Não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho. O colonizado que resolve cumprir este programa, torna-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência [...].

A homogeneização dos povos indígenas foi outro artifício para a destruição dos obstáculos encontrados no caminho dos colonizadores. A diversidade étnica foi ignorada e os indígenas concebidos como um só povo que deveria ser extinto ou assimilado. Para isso, a educação colonizadora contribuiu como um aparato político e pedagógico que tinha como finalidade a extinção de suas línguas e a negação de suas culturas, bem como a aprendizagem da língua e da cultura europeias obrigatória a todo o continente dominado pelo europeu (GROSFOGUEL, 2008).

Esse processo foi intenso no estado colonial português e motivado no intuito de destruir a identidade dos grupos indígenas. Dentre as estratégias utilizadas inicialmente destacam-se: a alfabetização das crianças (ensinar a ler, escrever e contar - cálculos matemáticos) e o ensino da doutrina cristã, que ocorriam nas missões volantes; as casas para a doutrina dos indígenas não batizados e os colégios, que abrigavam meninos portugueses, mestiços e indígenas batizados e onde **"**a educação tinha um caráter mais abrangente e estava voltada para a formação de pregadores (índios convertidos ao cristianismo) que ajudavam os jesuítas na conversão de outros índios." (RIBEIRO, 1984, p. 127).

A metodologia jesuítica de ensino baseava-se no código pedagógico chamado *Ratio Studiorum*, um manual que continha conjuntos de normas e/ou regras para ajudar e nortear as atividades de cunho pedagógico dos professores e na organização e administração escolar dentro dos colégios da ordem jesuítica. "Os jesuítas construíram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios e o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima" (SANGENIS, 2004, p. 93:

> O manual contém 467 regras, cobrindo todas as atividades dos agentes envolvidos ao ensino. Iniciava pelas regras do provincial, depois do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral, de cada matéria de ensino; incluía também as regras da prova escrita, a distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e por fim as regras das diversas academias. Além das regras e das normas, o *Ratio* apresenta os níveis de ensino (Humanidades, Filosofia e Teologia) e as disciplinas que os alunos deveriam cumprir (TOYSHIMA; COSTA, 2012, p. 3).

Nota-se que o referido manual pedagógico vislumbrava um currículo de educação literária e humanística. Primado pela organização do ensino curricular, das regras e normas impostas aos professores. Mesmo com toda a estrutura, organização e regras pedagógicas e administrativas, a educação jesuítica não satisfazia o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, porque as escolas da Companhia de Jesus atendiam aos interesses da fé, enquanto Pombal se preocupava em atender os interesses do Estado.

Essa discordância de objetivos fez com que os jesuítas fossem expulsos das terras brasileiras em 1759. Assim, a missão educacional e civilizatória, inicialmente sobre responsabilidade dos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

missionários jesuítas, teve como foco a submissão dos indígenas as normas da metrópole portuguesa, "domesticando-os" e disponibilizando-os ao mercado de trabalho braçal.

A sobreposição da cultura eurocêntrica sobre a indígena era o principal foco da escolarização, ou seja, civilizar o povo indígena para torná-lo cristão, um cidadão a serviço da coroa portuguesa. Por intermédio da educação negaram-se os saberes, as formas de organização social, política, econômica e religiosa e internalizou-se a do colonizador, fazendo com que perdessem suas identidades, tornando-se fracos, inseguros e mais dóceis para a dominação.

Cabe enfatizar que conforme o contexto de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima dos povos indígenas e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos povos aqui que consideramos originários da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento ao patrimônio cultural; pela imposição do modelo educacional europeu cristão. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

Neste período e nos quatrocentos anos seguinte, a educação escolar ignorava totalmente os saberes dos povos originários, a cosmogonia indígena foi praticamente aniquilada, como algo irracional, dando lugar a ciência europeia que se caracterizava pela transmissão de informações tidas como verdades absolutas e inquestionáveis, ou seja, utilizava-se a educação como estratégia de dominação, abdicação e submissão, buscando convencer os 'invadidos' da sua inferioridade. Para Freire (2014, p. 28), uma das características do processo de dominação colonialista, a necessidade que o dominador tem de invadir culturalmente o dominado.

É fundamental ao dominador: triturar a identidade cultural do dominado. A educação escolar é recente na história desse povo de cultura ancestral, no entanto, sabemos que antes do contato com o europeu, já existia uma educação indígena; os conhecimentos eram transmitidos oralmente, através de histórias e rituais. Esse processo educativo se perpetuou em muitas aldeias apesar das interferências externas e das políticas adotadas do Estado. Essa capacidade de resistência é denominada por Freire (2014) como manhas, segundo este, se não fosse às manhas, os oprimidos se acabariam, não daria para sobreviver. A partir de 1988, o sistema de ensino brasileiro passou por uma extensa reformulação decorrente da promulgação da Constituição Nacional, e da consequente aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Representou um marco institucional na política de educação escolar indígena, assegurando aos indígenas o direito de sua organização social, língua, costumes, rituais e crenças, assim, uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

A colonialidade de poder eurocêntrica por meio da catequização jesuítica na educação do Brasil e sua dominação etnocêntrica sobre os povos indígenas

"O colonizador europeu impôs aos povos indígenas a sua cultura, os seus modos de ver o mundo, o seu conhecimento, a sua epistemologia; assim, moldou e formatou consciências, colonizou o pensamento por meio de uma única lógica, a eurocêntrica." Santos (2007, p. 38) reafirmamos o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

epistemicídio, ou seja, a morte das diversas formas de saberes dos povos indígenas que sustentavam suas visões, leituras e interpretações do mundo e que faziam parte de suas histórias e culturas. O entendimento dessas questões está, segundo Mignolo (2011), na colonialidade do poder, que, por meio da colonização epistemológica eurocêntrica e etnocêntrica foi se constituindo no processo de formação do sistema moderno colonial, tendo a Europa como centro privilegiado de produção e avaliação do conhecimento.

Razão pela qual as cosmologias e os saberes indígenas foram subalternizados, invisibilizados e resumidos a superstições, folclore, entre outros. É a colonização da memória, que ocorreu por meio da negação da língua, pois os povos indígenas eram proibidos de falá-la na escola; dos conhecimentos, aproveitou-se apenas o que era útil ao capital; e a religião foi atacada, com a imposição de um único Deus.

Inicialmente, a população colonizada foi distinguida pelas características fenotípicas e, posteriormente, a cor da pele adotada como único critério para categorização racial da população. Desta maneira, cabe-nos pensar sobre a categoria raça e as devidas reflexões e discussões sobre a terminologia.

O termo raça vem possivelmente do italiano razza e pode ser descrito como raça ou linhagem. Podemos identificar que a terminologia começou a ser usada e serviu para se estabelecer a supremacia racial branca sobre povos espalhados pelo mundo colonizado. Consequentemente, naturalizaram-se as diferenças que foram construídas socialmente, gerando a discriminação e o preconceito, pois "raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população". (QUIJANO, 2005, p. 228)

Dessa forma o uso do termo raça se destinou e foi utilizado como meio de organização social e econômica pelo colonizador para hierarquizar e subalternizar outros povos, como a civilização indígena. Processo esse usado justificativa para a opressão das sociedades colonizadas. Mas cabe destacar no âmbito biológico o seguinte:

> A descoberta de que do ponto de vista biológico não existe raça não significa que as pessoas mudam suas representações sociais de acordo com as últimas descobertas científicas, nem tampouco significa que elas não utilizem essa categoria no seu dia a dia. Ao contrário, a despeito da genética revelar que as diferenças entre um negro, um branco e um oriental são ínfimas a ponto de não fazer sentido falar em raça, as pessoas continuam a efetuar classificações e hierarquizações entre os seres humanos em virtude de traços morfológicos (BERNARDINO, 2004, p. 19).

A partir do paradigma científico, com o advento da evolução dos estudos da biologia, comprova-se que o ser humano se deve colocado na condição de "raça" única. Dessa forma, cairá por terra a legitimidade do termo raça como forma de classificar a humanidade:

> Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raça. Ou seja, biologicamente e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2003, p. 3)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Posto isto, somente no início do século XX, os resultados dos estudos criticamente fundamentados na genética humana levaram a uma ruptura terminológica com a noção de raças humanas. A obra "A invenção das raças", do geneticista Barbujani (2007), apresenta argumentos que demonstram que só há uma raça humana, que nossa espécie não é uma miscelânea de grupos, biologicamente muito distintos, e mais: somos jovens no planeta e viemos da África, as sociedades subalternizadas no passado, como indígenas e africanas, sofreram vertiginosamente como colonizados dentro da categorização racial, no panorama colonizador eurocêntrico.

Nesse sentido, voltaremos, mas especificamente para causa indígena, para compreendermos o processo de inferiorização das populações indígenas. Na colonização brasileira, que iniciou no século XVI, foi necessário implementar mecanismos pelo colonizador, dentre eles a criação da categoria raça. O conceito de raça foi criado pelo colonizador para classificar os dominados e, desta forma, subjugá-los e inferiorizá-los.

Desta maneira, é estabelecida a hegemonia da raça branca sobre as não brancas. Para Quijano (2005, p. 102), a ideia de raça "é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial [...] o eurocentrismo". Por meio da categoria raça as diferenças entre europeus e não europeus foram naturalizadas e universalizadas. Portanto, na colonialidade do poder, o referido autor descreve este processo de dominação como algo específico da modernidade.

A nova identidade atribuída pelos europeus colocou, numa mesma categoria, culturas diversas e, considerando que as instituições que serviam de representação para as identidades nacionais podiam também ser aplicadas aos grupos indígenas (língua, território tradicionalmente ocupado, história comum,), porque não dizer, nações diferentes.

> Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005, p. 229).

Podemos notar que a naturalização do processo de dominação europeia passava pela desconstrução da identidade cultural dos indígenas e pela imposição do modo de vida europeu. As divindades dos indígenas deveriam ser abandonadas, devendo esses aceitar o batismo e a iniciação no Cristianismo. Os modelos sociais de convivência nas antigas aldeias passaram a ser repelidos pelos colonizadores que precisavam inserir os indígenas no modelo de servidão dos Estados europeus para, assim, disporem de sua mão-de-obra.

Os modelos técnicos de produção, por meio dos quais os indígenas tradicionalmente se relacionavam com o meio ambiente também precisavam ser substituídos, pois as suas roças de subsistência não dariam conta do volume de produção necessário à empresa da colonização conforme as ambições dos exploradores europeus.

A classificação social colonial produziu novas identidades baseadas, inicialmente, na cor da pele. Assim emergiram indígenas, negros, mestiços, oliváceos e amarelos como raças dominadas e consideradas inferiores. "A raça dominadora e superior autodenominou-se branca e, em meados do século XVIII, passou a chamar-se europeu" (QUIJANO, 2005, p. 19).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao operar a desconstrução identitária das populações indígenas, iniciada no século XVI, com a chegada dos europeus, criou-se uma identidade aos grupos humanos ali existentes, generalizando-os como índios. Essa classificação homogeneizante estabeleceu uma nova identidade a partir da qual os índios, dali em diante assim chamados, passaram a ser representados na interação com o colonizador europeu.

A catequização foi um elemento de profunda importância na desconstrução da identidade indígena, pois, na América e especialmente no Brasil, entre o século XVI e XIX, cristianizar, catequizar e civilizar eram parte de um mesmo processo de sobreposição dos modelos europeus aos modelos indígenas, sendo os três momentos considerados não apenas sucessivos, mas praticamente sinônimos quando aplicados à questão indígena. Contudo, foi ao longo do século XIX que se desenvolveu uma perspectiva biológica (comportamental) para se categorizar a espécie humana:

> [...] impôs-se a perspectiva que buscava nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e de personalidade, o que terminava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas. Legitimando domínios, tutelas e, eventualmente, extermínios em massa, não faltaram trabalhos preocupados em demonstrar o atraso histórico das culturas não-ocidentais (FERREIRA NETO, 1997, p. 320).

Para a consolidação da colonialidade do poder, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho por meio da regulação, exploração e monitoramento da produção-apropriação-distribuição de produtos associadas a relação capital-salário e do mercado mundial, configurou um moderno padrão global de controle do trabalho, constituído por uma nova, original e singular estrutura de relações de produção: o capitalismo mundial. "Assim, cada raça foi controlada por meio de uma forma específica de trabalho, tornando-se uma maneira de controle dos colonizados" (QUIJANO, 2005).

Esses princípios se mantiveram nos séculos de colonização, reforçados pela atuação das ordens religiosas como jesuítas, beneditinos, franciscanos, carmelitas, lassalistas e salesianos, e retomados pelo Estado brasileiro no início do século XX. Como afirma Henriques (2007), até o início do século XX o indigenismo brasileiro vivenciou uma fase de total identificação com a missão católica e o Estado dividiu com as ordens religiosas, mais uma vez, a responsabilidade pela educação formal dos índios com o intuito de transformá-los em "cidadãos"

> [...] noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita) e estímulo ao abandono das línguas nativas, além de se introduzir uma série de pequenas alterações no cotidiano de um povo indígena, a partir de **formas de socialização características de sociedades que têm na escola seu principal veículo de reprodução cultural**. O modelo de governo idealizado, e que foi em certos casos com certeza implementado, procurava atingir a totalidade das atividades nativas, inserindo-se em tempos e espaços diferenciados dos ciclos, ritmos e limites da vida indígena. (SOUZA LIMA, 1995, p. 191, grifo nosso)

A referida instituição também estudava a língua indígena com a finalidade de traduzir a Bíblia para os indígenas. Todas essas ações foram voltadas, segundo o citado autor, para "a preparação de material de alfabetização nas línguas maternas e de material de leitura, o treinamento do pessoal docente, tanto da Funai, como de missões religiosas, e a preparação de autores indígenas."

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(HENRIQUES, 2007, p. 15). Dessa maneira, os povos indígenas passaram a ser alfabetizados na sua língua materna e na língua portuguesa.

No intuito de garantir o sucesso do ensino bilíngue, passou-se a formar jovens nas aldeias para desempenhar a função de tradutor entre os alunos monolíngues e o professor não indígena, o qual ensinava o português e as demais matérias escolares, todas proferidas na língua hegemônica. A escrita da língua indígena, ensinada no primeiro ano escolar, servia de passagem para o aprendizado do português e para a introdução, entre os indígenas, de conhecimentos e visões de mundo eurocêntricos.

> Esse papel será instrumentalizado pelo discurso de valorização da diversidade linguística dos povos indígenas, com a proposição da utilização das línguas maternas no processo de alfabetização para grupos que não faziam uso da língua portuguesa, visando facilitar o processo de integração à sociedade nacional. Assim, o ensino bilíngue é estabelecido como prioridade e busca-se implantá-lo nas escolas indígenas por meio de materiais produzidos para a alfabetização e da capacitação de índios para assumirem função de alfabetizadores em seus respectivos grupos. (HENRIQUES, 2007, p. 14)

De acordo com Ribeiro (2017), o espanto não está na morte de inúmeros indígenas, uma vez que contra eles se travou uma guerra de extermínio sem paralelo na história, de duração multissecular, com muita perversidade e conduzida eficazmente com a utilização das armas de fogo. A autora afirma que a sociedade brasileira contrabandeou ideologias europeias como fruto de sua colonização, perpetuando a colonialidade do poder. De acordo com Meliá (1979, p. 09), "o indígena perpetua o seu modo de ser, nos seus costumes, na sua visão do mundo, nas relações com os outros, na sua religião". Um dos fatores relevantes na vivência do indígena é viver a coletividade.

Segundo Paula (1999), "a escola indígena constitui-se como uma extensão da comunidade". Mostra-se necessário a reflexão do estudo como uma possibilidade imprescindível para construir a ruptura com os moldes eurocêntricos e etnocêntricos trazidos pelos paradigmas colonizadores que reconhecidamente foram cristalizados na sociedade como hegemônico. "A escola, organizada com um modelo pedagógico alheio as cosmologias indígenas, foi imposta com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador." (BANIWA, 2013, p. 12).

Nesse panorama, o direito fundamental de uma educação verdadeiramente indígena, que não subalterniza a história e a cultura dos "indígenas" Os povos indígenas, obviamente, têm nenhuma relação com a Índia, mas continuam sendo autoclassificados, por meio de uma categoria europeia que apaga sua identidade que registra a legitimidade de seu laço com a terra a sua luta hoje e embaça semioticamente a história da invasão (BARON, 2004, p. 421).

Considerações finais

Os complexos processos educacionais de transculturação evidenciam uma história de desconstrução violenta da cultura indígena por meio da ação intencional dos colonizadores em transformar os indígenas em colonos submissos, obedientes e escravos para que servissem de instrumentos à lógica do capital em processo de implantação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Faustino e Silva (2003) discorrem que em 1889 houve a Proclamação da República o qual acalentou a necessidade de renovar a sociedade brasileira e consequentemente, novos olhares passaram a ser direcionados à educação indígena. Segundo as autoras supracitadas "[...] estudiosos são unânimes em afirmar que começou a se desenvolver uma política menos desumana e mais abrangente no sentido de proteger os povos indígenas das barbáries cometidas nos séculos anteriores".

Entende-se que o processo de colonização ocorreu eminentemente legitimado na base etnocêntrica europeia a partir da imposição de uma educação indígena que se deu gradativa, sedimentada e implantada primeiramente pelos padres jesuítas nos dois primeiros séculos da colonialidade de poder da monarquia portuguesa, processada pela doutrina católica como forma de inferiorização étnica, religiosa e social de toda amálgama indígena para corroborar com a hegemonia cultural europeia.

Referências

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.** São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura: a cultura brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

BANIWA, G. **Educação escolar indígena no Brasil:** avanços, limites e novas perspectivas. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf> Acesso em: 28/06/2019.

BARBUJANI, G. **A invenção das raças**: existem mesmo raças humanas? diversidade e preconceito racial. São Paulo: Contexto, 2007.

BERNARDINO, J. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.15-38.

CARNEIRO, S. **Raça, Classe e Identidade Nacional**. In: Revista Thoth – Brasília, Informe de distribuição restrita do Senador Abdias do Nascimento, nº 2. Secretaria Especial de Editoração e Publicação. Senado Federal, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4.ed.; São Paulo: Makron Books, 1996.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FAUSTINO, R. C. A política da diversidade cultural e da inclusão das minorias étnicas na sociedade globalizada**.** In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (Orgs.). **Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena:** contribuições da teoria Histórico-cultural. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2010. p. 1130.

FAUSTINO, R. C; SILVA, I. R. da. **A Educação Escolar Indígena no Paraná.** In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 1., 2003, Cascavel - PR. Anais eletrônicos... Cascavel, PR: Unioeste, 2003. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Educacao/eixo1/91Educacaoescolarindigena.pdf>. Acesso em: 28/06/2019.

FERREIRA NETO, E. História e Etnia**.** In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Domínios **da História***: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREIRE, J. R. B. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis** - tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

GODELIER, M. In: CARVALHO, E. de A. (org.). **Godelier**. São Paulo: Ática, 1981.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 80, 2008, p. 115-147.

HENRIQUES, R**. Educação Escolar Indígena:** diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>. Acesso em: 28/06/2019.

JARDILINO, J.R., ROSSI, G & SANTOS, G. T. **Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.** São Paulo: Gion, 2000, (p.35-39 e p.48-49).

MELIÁ, B. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MENARDI, A. P. S. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII**. 2010. 289f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PAULA, Eunice Dias de. **A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, dezembro/1999.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar***: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Porto: Edições Afrontamento, 2004.

QUIJANO, A**.** Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Buenos Aires – Argentina, setembro 2005.

___. Colonialidad del poder y Clasificación Social. In: CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFOGUEL, R (Orgs.). **El Giro Decolonial:** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 1984.

SANGENIS, L. F. C. **Franciscanos na Educação brasileira.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (Org.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 93-107.

SANTOS, S. A. dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

SANTOS. B. de S. **A gramática do tempo***: para uma nova cultura política*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA LIMA, A. C. de**. Um grande cerco de paz***:* poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

TOYSHIMA, A. M. da S; COSTA, C. J. **O *Ratio Studiorum* e seus processos pedagógicos.** São Paulo, maio 2012. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicações/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf> Acesso em: 01/06/2019.

TOZONI-REIS, M.F.de C. **Metodologia de Pesquisa.** 2.ed.; Curitiba: IESDE BRASIL, 2009.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AS *DOCENAS* DE LOPE DE VEGA

Karenina do Nascimento Rodrigues[1]

Lope de Vega, poeta e escritor espanhol de comédias do século XVII, teve as suas comédias impressas em vida no formato de *docenas*, que são edições de fólio contendo doze peças. Cada *docena*, portanto, possui uma ordem de leitura para o índice de comédias. Após o levantamento de *docenas* que foram impressas entre 1611 a 1625 (*vide referências*), observamos que Lope de Vega passou a submeter os seus próprios manuscritos de comédias ao Conselho Real a partir de 1617, data da primeira *docena* que passou pelo seu crivo, chamada *Novena Parte*. Ela foi impressa em Madri, por Francisca de Medina, que consta no frontispício como viúva de Alonso Martin de Balboa (VIÚVA DE BALBOA, 1617, 610p.).

Temos a intenção de analisar a dinâmica de legibilidade específica que cada edição imprime, o que, por vezes, é indiciável no próprio grafismo dos frontispícios das edições do século XVII, nas dedicatórias e/ou prólogos, nas cartas ao leitor, na ordem de leitura dos índices, nos capitulares de página e na configuração gráfica, para página, dos versos cênicos e rubricas. Ao observarmos os frontispícios das *docenas*, podemos perceber que Lope teve o desejo em vida de imprimir as suas comédias após se tornar Clérigo, em 1610, e Familiar do Santo Ofício, em 1614, pois as referências a funções de Lope em cargos são situadas como fatores de relevância social e respeitabilidade para as suas comédias impressas. Vemos Lope assumir cargos de Secretário Eclesiástico, Frei, Administrador de Bens da Igreja e Familiar do Santo Ofício.

Interessa-nos ponderar, assim, entre outros fatores, a forma como Lope é titulado e como é estabelecida relevância para as *docenas*, particularmente o fato de atributos que pensaríamos como não literários recorrentemente precederem, nos frontispícios, os elogios literários. A partir de 1617, depois da impressão da primeira *docena* organizada por ele, a *Novena Parte*, Lope passa a assumir prólogos, cartas ao leitor e ao patrono, deixando claro que é ele quem revisa o que se apresenta na forma impressa. Todos esses índices de relevância e legibilidade da época de Lope nos seriam inacessíveis caso partíssemos de edições críticas atuais de suas obras.

Desta forma, preocupamo-nos em tentar reconstruir padrões de legibilidades e códigos de relevância para temas e formas da escrita teatral cômica singular à época de Lope. Nosso foco específico é a própria *Novena Parte*, de Francisca de Medina, cujo fólio de mais de 600 páginas apresenta dedicatória e prólogo escritos por Lope. No prólogo, Lope de Vega diz imprimir as doze peças a partir dos seus originais como uma forma de compensar a profusão de impressos irregulares feitos em seu nome, que descaracterizavam suas intenções e estilo. Ele também retoma uma tópica irônica exposta em seu *Arte Nuevo*: Não era originalmente de sua vontade imprimir as peças porque sairiam dos "ouvidos do teatro" para a "censura dos aposentos".

O prólogo mostra, tal como em *Arte Nuevo*, a mesma retórica altiva e irônica de capitar a benevolência do leitor das Belas Letras que lidará com as suas comédias impressas de forma

[1]Doutoranda em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Correio eletrônico: kareninarodrigues@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

necessariamente "inadequada", ou seja, a leitura silenciosa e isolada nos aposentos. Lope fala que a *docena* de 1617 é o primeiro tomo, o qual começa com a nona parte. Ele dá a entender, portanto, que estaria organizando os seus originais de comédias para outras edições semelhantes que sucederiam o fólio de Francisca de Medina, o que confere a este a relevância de ter sido o primeiro fólio de comédias que Lope escolheu para ser impresso sob seus cuidados diretos; e que o fólio com doze comédias e a ordem proposta de leituras são intenções suas de cânone editorial de leitura.

Procuramos pela edição mais recuada de *Arte Nuevo* e a encontramos na edição lisboeta de *Rimas*, de 1605, do livreiro Domingos Fernandez (FERNANDEZ, 1605, p.129-143). Os estudos espanhóis costumam partir da edição madrilena de 1609 de *Rimas* como a mais recuada que contém *Arte Nuevo*, embora tenhamos encontrado essa edição lisboeta de 1605 que claramente partiu dos mesmos modelos de manuscritos das edições espanholas contemporâneas a Lope. Para esta pesquisa, *Arte Nuevo* e os paratextos introdutórios das *docenas* de comédias de Lope se constituem em índices-referência de seu modelo crítico de convenções de escrita e função para comédias. Ao que nos parece, há em *Arte Nuevo* o princípio da emulação das preceptivas poético-retórica aristotélicas das Belas Letras dos séculos XVI e XVII, para o qual o modelo clássico é um norte a ser permanentemente atualizado e aperfeiçoado (i.e., o princípio da emulação da *auctoritas* clássica) a partir dos contextos específicos dos costumes aos quais se referem os usos práticos do gênero cômico (HANSEN, 2013, p.11-46; LEY, 1977, p.579-585).

Em *Arte Nuevo*, quando um poeta cênico é reputado como excelente num processo de emulação de gênero passa, então, a ser tomado como modelo de gênero (i.e., Autor, com "A" maiúsculo (FERNANDEZ, 1605, p.132-133), segundo a métrica da edição de 1605), ou seja, o *corpus* de sua obra passa a servir como modelo da melhor encarnação atual de um gênero. Por isso, percebemos que a defesa que Lope faz de sua arte passa pela preocupação de explicar como as circunstâncias dos costumes do teatro antigo eram distintas daquelas que tinha quando escrevia para *corrales* e que o verdadeiro aprendizado moral e poético sobre a comédia como espelho dos costumes (i.e., o sentido elevado, mais grego do que latino, segundo Lope, para o gênero cômico) deve ser vivenciado nos *corrales* para os quais foi escrita.

Nos paratextos introdutórios da *Novena Parte*, os censores destacam o papel das comédias para o aperfeiçoamento moral e civilizatório do reino. O foco na natureza moral de *espelho de costumes* sem vulgaridade, segundo os decoros temáticos da tradição de Terêncio, possibilita que as comédias passem pela censura religiosa, moral e política sem ressalvas contrárias dos censores régios, muitos dos quais fazem elogio ao estilo empregado no desenvolvimento das personagens no gênero de comédia de Lope, tornando moralmente excelente um gênero considerado menor que a tragédia pela tradição poética aristotélica das Belas Letras de sua época.

Considerando o caso dos enredos reunidos e sua ordem de leitura na *Novena Parte*, fica aqui uma pista importante sobre como Lope conecta as comédias desta *docena* à função formativa dos *espelhos de príncipe*. Ele as eleva como gênero que atua no aperfeiçoamento dos hábitos e costumes dos nobres, haja vista, particularmente na *Novena Parte*, o fato de que esta edição é dedicada a um membro da alta nobreza (o Duque de Sessa) e seus enredos enfatizam a tradição terenciana do *espelho de costumes*, mas com foco em trajetórias de personagens nobres ou régios, os quais seriam

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tematicamente mais comuns à gravidade e elevação genética das tragédias. Portanto, esta pesquisa se preocupa em investigar os parâmetros críticos de relevância historicamente localizados para a comédia enquanto espelho dos costumes de seu tempo que visa a reformá-los.

As peças das *docenas* são escritas em versos dramáticos, e não em prosa, como já se publicou posteriormente. As páginas impressas da *Novena Parte* configuram os versos dramáticos em três atos e duas colunas – ressalvados os casos de diálogos em versos dramáticos de estilos mais elevados, particularmente aqueles desenvolvidos em soneto, que são apresentados centralizados nas páginas em coluna única, com o mesmo tipo românico dos versos em colunas duplas, mas com versos (linhas) mais largos que descontinuam as colunas duplas, as quais têm rimas mais curtas e ligeiras. Tudo isso significa uma alta carga de preenchimento de página com os tipos, assim como, o papel da casa de impressão na configuração da legibilidade do verso dramático em página impressa. A poesia cênica impressa – segundo cânones de *auctoritas*, censura religiosa, dedicatória patronal e decoro social-estamental na Espanha católica do primeiro terço do século XVII – investe-se de uma significação situacional que impregna a sua materialidade editorial com referenciais de gênero, recursos trópicos, repertório temático, senso estamental de hierarquia social e decoro social de gênero que configuram intenções de sentido para o leitor/audiência.

As peças aparecem na seguinte ordem de leitura na *Novena Parte*: *La Prueva de los Ingenios*; *La Donzella Teodor*; *El Amete de Toledo*; *El Ausente en el lugar*; *La Niña de Plata*; *El Animal de Vngria*; *Del Mal lo Menos*; *La hermosa Alfreda*; *Los Ponces de Barcelona*; *La Varona Castellana*; *La Dama Boba*; *Los Melindres de Belisa*. Percebemos que há o que se convencionou chamar de *mujer ingeniosa* em todas as comédias desta *Novena Parte* e o que nos chama atenção é o paradoxo contido no modelo que Lope aciona para figurá-la. A figuração está, portanto, referida a regras explícitas ou tácitas de decoro ou adequação de *personae* às circunstâncias de apresentação de si, seja em contexto social, seja em contexto genético-estilístico.

É possível identificar o que se consideram capacidades e qualidades femininas (como as posições de filha, mãe e esposa), bem como um tipo de subversão que demonstra tensões nos modelos de feminino codificados como aceitáveis, que são distintamente concebidas para o jogo dramático lopesco da *docena*. Não por acaso, a primeira impressão de comédias de Lope é realizada por uma *mujer ingeniosa*, configurada no frontispício como *viúva* de Alonso Martin de Balboa. Podemos perceber também como, a partir do paradoxo da *mujer ingeniosa*, Lope consegue mobilizar a audiência com a incerteza anfibológica, como propõe em *Arte Nuevo* (FERNANDEZ, 1605: 141). As comédias impressas de Lope não pressupunham personagens processuais evolutivos ou psicológicos (WATT, 1990, 280p.), mas caracteres estereotípicos referidos ao repertório dos costumes de comédias para *corrales* da Espanha dos séculos XVI e XVII. Por isso, as operações retóricas figurativas (FERNANDEZ, 1605: 140-141) e as operações poéticas estilísticas (FERNANDEZ, 1605: 140) de sua poesia cênica atuam tipos fixos segundo expectativas localizadas, compartilhadas e codificadas de verossimilhança para os caracteres segundo os costumes da audiência, por exemplo: Se é um rei que fala, diz Lope em *Arte Nuevo*, deve-se imitar o quanto possa a gravidade régia; se é um velho que fala, que seja com modéstia sentenciosa (FERNANDEZ, 1605, p.139). Todas essas figuras serviriam ao princípio figurativo maior da comédia enquanto espelho dos costumes. Há padrões poéticos de legibilidade nas *docenas* de

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comédias de Lope que pressupõem o conhecimento habitual do vínculo implicativo entre a expressão material (tipográfica e topográfica) em página impressa da poesia cênica e os seus parâmetros poéticos codificados de verossimilhança cênica e estilo de verso que caracterizam e circunstanciam personagens.

Na cultura letrada da Espanha dos séculos XVI e XVII, as peças impressas eram compostas para usos que não são aqueles de seus leitores de hoje, pois não pressupunham como destinatário o leitor solitário e silencioso à procura de um sentido pessoal e formado por um horizonte cultural que tem a emancipação individual como polo de valor, e que já está condicionado pela forma processual-evolutiva e psicológica de caracterização de personagens que emerge na cultura literária europeia da segunda metade do século XVIII. Havia um padrão de legibilidade implícito nas peças impressas que pressupunha oralização, sendo o seu leitor alguém que lê em voz alta e se dirige a uma audiência, ora cúmplice, ora deslocada em suas expectativas habituais. Indiciamos que pistas dessa legibilidade estão impregnadas na forma editorial do *corpus lopesco* do primeiro terço do século XVII e, portanto, os estudos de gênero e de materialidade editorial são aliados importantes no desenvolvimento das propostas de contextualização que serão experimentadas no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Bibliográficas

ASSIAYN, Nicolas de. **Doze Comedias de Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Sacadas de svs originales. Qvarta Parte**. Pamplona, 1614.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **Doze comedias de Lope de Vega, sacadas de sus originales por el mismo, Novena Parte**. Madrid, 1617.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **El Fenix de España, Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Sexta Parte de svs Comedias**. Madrid: Miguel de Siles, 1615.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **El Fenix de España, Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Octava Parte de svs Comedias. Com Loas, Entremeses y Bayles.** Madrid: Miguel de Siles, 1617.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **Decima parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio.** Madrid: Alonso Perez, 1618.

BALBOA, *viuda* de Alonso Martin de. **Onzena parte de las comedias de Lope de Vega Carpio, familiar del Santo Oficio**. **Sacadas de svs originales**. Madrid: Alonso Perez, 1618.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **Dozena parte de las comedias de Lope de Vega Carpio**. Madrid: Alonso Perez, 1619.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **Trezena Parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Procvrador Fiscal de la Camara Apostolica en el Arçobispado de Toledo**. Madrid: Alonso Perez, 1620.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de**. Decima Sexta Parte de las comedias de Lope de Vega Carpio Procvrador Fifcal de la Camara Apoftolica.** Madrid: Alonso Perez, 1622.

BALBOA, *viuda de* Alonso Martin de. **Parte Veinte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Procurador Fiscal de la Camara Apostolica**. Madrid: Alonso Perez, 1625.

CORMELLAS, Sebastian de. **Segvnda Parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio. Que contiene otras doze, cuyos nombres van en la ultima hoja**. Barcelona, 1611.

CORMELLAS, Sebastian de. **Parte Terceira de las Comedias de Lope de Vega y otros avtores, con sus Loas y entremeses, las quales Comedias van en la segunda oja**. Barcelona, 1614.

CORMELLAS, Sebastian de. **Doze Comedias de Lope de Vega Carpio Familiar del Santo Oficio. Sacadas de svs originales. Qvarta Parte**. Barcelona, 1614.

CORMELLAS, Sebastian. **Doze comedias de Lope de Vega sacadas de sus originales por el mesmo... Nouena Parte**. Barcelona, 1618.

CORMELAS, Sebastian de. **Decima Parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Sacadas de sus originales**. Barcelona, 1618.

CUESTA, Iuan de la. **El Fenix de España, Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Sexta Parte de svs Comedias, corregida, y enmendada en esta segunda impression de Madrid por los originales del propio Autor**. Madrid: Miguel de Siles, 1616.

CUESTA, Iuan de la. **Segvnda Parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, que son las que se siguen**. Madrid: Miguel Martinez, 1618.

FERNANDEZ, Domingos. Arte Nuevo de hazer comedias en este tiempo, por Lope de Vega Carpio. Dirigido a la Academia de Madrid. *In*: **Rimas de Lope de Vega Carpio. Primeira Parte. Và al fin el nuevo Arte de hazer Comedias**. Lisboa, 1605. p.129-143

GONÇALEZ, Juan. **Decimaoctava parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Procurador Fiscal de la Camara Apostolica, y Familiar del Santo Oficio de la Inquisicion. Dirigidas a diversas personas**. Madrid: Alonso Perez, 1623.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GONÇALEZ, Iuan. **Parte decinveve y la meior parte de las comedias de Lope de Vega Carpio Procurador Fifcal de la Camara Apoftolica, y fu Notario, defcrito em el Archiuo Romano**. Madrid: Alonfo Perez, 1624.

GRASSA, Bernardo**. Las Comedias del Famoso Poeta Lope de Vega Carpio. Recopiladas por Bernardo Grassa. Agora nvevamente impressas y emendadas, con doze entremeses añadidos**. Valladolid: Iuan de Bostillo, 1609.

HANSEN, João Adolfo. Instituição Retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, v.20, n.33, p.11-46, 2013.

LARUMBE, Iuan de. **Las Comedias del Famoso Poeta Lope de Vega Carpio. Recopildas por Bernardo Grassa**. Çaragoça: *viuda de* Pedro Ferriz, 1626.

LEY, Charles David. Lope de Vega y los conceptos teatrales de Aristóteles. *In*: LOPEZ, François et alii (ed.). **Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas, v.2**. Bordeaux: Université de Bordeaux, 1977. p.579-585

MARTIN, *vivda de* Alonso. **Parte Veinte de las comedias de Lope de Vega Carpio, Procurador Fifcal de la Camara Apoftolica**. Madrid: Alonfo Perez, 1625.

MONTENEGRO, *viuda de* Fernando Correa**. Parte Catorze de las comedias de Lope de Vega Carpio, Procvrador Fifcal de la Camara Apoftolica, y su Notario, defcrito em el archiuo Romano, y Familiar del Santo Oficio de la Inquificion.** Madrid: Miguel de Siles, 1621.

MONTENEGRO, Fernando Correa de. **Decima qvinta parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Procvrador Fiscal de la Camara Apostolica, y Familiar del Santo Oficio de la Inquisicion**. Madrid: Alonso Perez, 1621.

MONTENEGRO, Fernando Correa de. **Decima septima parte de las comedias de Lope de Vega Carpio, Procurador Fiscal de la Camara Apostolica, y Familiar del Santo Oficio de la Inquisicion. Dirigidas a diversas personas**. Madrid: Miguel de Siles, 1621.

OTEYZA, Iuan de. **Doze Comedias de Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio. Sacadas de svs originales. Qvarta Parte**. Pamplona, 1624.
SERRANO, Miguel. **Tercera Parte de las Comedias de Lope de Vega, y otros avtores, con sus loas, y entremeses, las quales Comedias van en la segunda oja**. Madrid: Miguel Martinez, 1613.

WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SMITH: MERCADO, ESTADO E OS SENTIMENTOS MORAIS

Lara Demuner das Neves[1]

Introdução

Adam Smith configura-se como um dos representantes do movimento iluminista durante o século XVIII, sendo considerado um dos principais expoentes do liberalismo econômico. A publicação de "A Riqueza das Nações" (1776) representa um marco na história do pensamento econômico e o condecorou como fundador da economia moderna. Para além de propiciar a abertura de uma vasta agenda de pesquisa na economia, seus ensinamentos estão longe de estarem restritos a tal área do conhecimento. Antes mesmo de ser conhecido como "pai" da economia, o escocês já era considerado um renomado filósofo moral.

A partir da tendência natural dos indivíduos às trocas (compreendidas em sentido amplo como trocas tanto de objetos, sentimentos e ideias) e ao comércio como meio para melhorar sua condição de vida, Smith aprofunda a hipótese de que o aumento da riqueza das nações dava-se pelas vantagens da divisão do trabalho em conjunto ao livre mercado. Dentre algumas questões abordadas pelo pensador escocês, tem-se o funcionamento do mercado, o trabalho, capital, propriedade privada, oferta e demanda. Ao longo do tempo, suas ideias foram revisitadas, aprimoradas e criticadas por pensadores como Ricardo, Marx e representantes da Revolução Marginalista, além de serem consideradas como base para diversas teorias econômicas; à guisa de exemplo, pode-se citar a microeconomia neoclássica e a economia comportamental.

Em ascendência durante o final do século XX, o campo da economia comportamental atenta-se aos limites do comportamento racional, dedicando-se a análise da tomada de decisão dos indivíduos (e das instituições) a partir de elementos psicológicos, emocionais e sociais. Para Smith, já no século XVIII, tal temática revela-se essencial. Antes mesmo de escrever "A Riqueza das Nações" (RN), o autor publica a "Teoria dos Sentimentos Morais" (TMS; 1790 [1759]), na qual descreve o comportamento moral dos indivíduos buscando explicações de teor psicológico para os motivos que impulsionam suas ações. Considerado primordialmente um filósofo moral, Smith pensa a construção dessa conduta por meio do convívio social e sua relação indissociável com os sentimentos, as emoções e a razão.

Dada a relevância e amplitude de suas ideias, propõe-se apresentar a visão de Smith (1790 [1759]; 1776) acerca da descrição do comportamento humano, levando em consideração que seus escritos merecem uma interpretação conjunta. Desta forma, deve-se levar em conta seu "tratado" da moralidade para compreender e dar sentido às ideias presentes em "A Riqueza das Nações". Esta última descreve uma sociedade na qual as relações são mediadas pela troca e pela atividade

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). larademuner@id.uff.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

econômica, onde os indivíduos são guiados pelo autointeresse. No entanto, quando o autointeresse é eticamente embasado, o comportamento humano não se confunde com o egoísmo dos agentes sociais.

O propósito deste artigo é sinalizar que evolução deste comportamento, em meio a relações de poder em uma sociedade hierarquizada, acaba afetando o modo ideal de funcionamento do mercado guiado por uma "mão invisível". A realidade evidencia que os seres humanos nem sempre possuem uma conduta prudente embasada pela justiça, benevolência e autocontrole que seja capaz de estabelecer alguma ordem social por meio da busca pelo autointeresse. Desta forma, tem-se que o mercado por si só não é suficiente para estabelecer a coesão social, o que abre espaço para atuação e participação do Estado em funções para atenuar e prevenir possíveis desordens sociais.

O artigo divide-se em três eixos. Inicialmente apresenta-se o conceito central da teoria moral smithiana - a simpatia - na busca de compreender as bases do comportamento humano proposto por Smith, para posteriormente apresentar o funcionamento ideal do mercado e seus desvios, finalizando com a abertura dada para conformação e atuação do Estado como auxílio ao mantenimento da coesão social.

Simpatia e as Paixões Humanas

O século das luzes é um período de valorização da ciência no qual os filósofos direcionam-se à tentativa de compreender o "homem como ele realmente é", considerando tanto suas virtudes como seus vícios. Ao não negar a natureza humana, começa-se a atribuir certa liberdade aos desejos e paixões individuais, buscando encontrar algum tipo equilíbrio entre as paixões destrutivas e as paixões virtuosas, isto é, entre as paixões humanas que podem não conduzir à ordem social. A filosofia moral escocesa, e, por conseguinte, a smithiana, se dedica à possibilidade de conhecer o modo moralmente correto de agir. As virtudes são entendidas como um comportamento temperado, em harmonia com o caráter excelente e louvável do ser humano, digno de estima, honra e aprovação. Ao menos em parte, defende-se a ideia de que algumas paixões, mesmo que destrutivas, podem gerar algo construtivo, como por exemplo, o amor ao dinheiro e o desejo de melhorar a própria condição de vida podem auxiliar o progresso do comércio (e também o progresso material). (HIRSCHMAN, 1979).

Em meio a este contexto, Smith escreve a "Teoria dos Sentimentos Morais", na qual defende a existência de uma tendência natural das pessoas a "simpatizar" umas com as outras. Em seu "tratado" da moralidade, Smith versa sobre o "deveria ser" das relações morais ideais entre os homens, sobre o certo e o errado, considerando que as ações são mediadas pela razão e pelos valores, sentimentos e emoções. Smith define as emoções como fazendo parte de um processo pré-racional indispensável às interações sociais, sendo também responsáveis pela forma com a qual experimentamos o mundo (WOLF, p.6). Os sentimentos morais aparecem como fundamentais para construção das regras gerais de moralidade. Tendo em vista que diante de situações particulares, o que agrada ou desagrada nossas faculdades morais é um reflexo dos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sentimentos imediatos. Para Smith, as percepções primárias são julgadas moralmente pelo sentimento imediato, e não pela razão (TMS, 2002, p.398).

Para se pensar as regras gerais de moralidade, atribui-se papel central à simpatia. Esta é vista como um sentimento instintivo, entendido como a capacidade de manifestar solidariedade com as emoções alheias, de maneira que "uma emoção análoga brota no peito de todo espectador atento ao pensar na situação das outras" (SMITH, 2002, p.7). Longe de se confundir com a benevolência e o altruísmo, Smith argumenta que a simpatia é o movimento que os indivíduos realizam de se pôr – imaginativamente – no lugar do outro, projetando-se em sua situação. Supondo tal movimento em um cenário teatralizado, essa troca de papéis entre os atores introduz a ideia de que as relações sociais funcionam como um jogo de espelhos, de onde o homem extrai sua substância através do reconhecimento e da aprovação do outro (GANEM, 2002, p. 683).

A simpatia surge concretamente quando os seres humanos se deparam com as mais diversas situações postas pela vida. Segundo Smith, por meio deste sentimento é possível participar de uma situação alheia por meio da imaginação, por exemplo, quando imaginamos o sentimento de infelicidade ou injustiça ao presenciar um comportamento rude com alguém que não o merece. Não apenas simpatizamos com o próximo, mas também buscamos sua justa aprovação. Smith afirma que nada nos agrada mais do que encontrar solidariedade do outro com todas as nossas emoções (TMS, 2002, p.11) e que "a natureza não apenas deu-lhe o desejo de ser aprovado, mas também o desejo de se converter no objeto justo e adequado da sua aprovação " (TSM, 2002, p. 236). Desta forma, a simpatia mútua aparece como um componente essencial de nosso bem-estar psicológico (RAMUSSEN, 2016).

Em Smith, a avaliação do comportamento do social perpassa a sensação de simpatia, podendo originar os mais diversos sentimentos, como de acolhimento, desprezo ou aversão. Sendo assim, é por meio da convivência social mediada pelas experiências intersubjetivas que surgem as regras gerais de moralidade (GANEM, 2002, p.383). Smith propõe que é devido ao desejo de ser admirado, reconhecido e amado pelo próximo que os indivíduos aprendem o comportamento socialmente aceito, controlando seus vícios e suas paixões (PAGANELLI, 2014). É por meio das experiências compartilhadas entre os indivíduos que se conformam hábitos que servem de conteúdo para a formação de regras de conduta. Seria dizer que a tendência natural a simpatizar ensina aos indivíduos a se colocarem na posição dos outros, o que os ensina a viver em sociedade. Tendo em vista que o julgamento moral é influenciado pelos sentimentos imediatos, Smith propõe a figura do *espectador imparcial* como capacitada a julgar a conduta utilizando-se da justiça e da imparcialidade. Este espectador é interno ao próprio ser, é "o homem dentro do peito - o grande juiz e árbitro de suas condutas" (TMS, 2002, p.159) que através de sua imaginação observa a si próprio, desenvolve consciência de si. Este é capaz de julgar a sua conduta da mesma maneira com a qual seria avaliada por alguém livre de preconceitos, parcialidade e desinformação, já que por vezes, o espectador externo encontra-se mais inclinado a um sentimento enviesado. Por exemplo, a família não é a melhor representação de imparcialidade para julgar o comportamento dos seus. O espectador deve posicionar-se a uma distância suficiente para que possa examinar tal comportamento com justiça, adequação e imparcialidade. Desta forma, o comportamento perfeitamente virtuoso, dotado da moralidade ideal, sempre é aprovado pelo espectador imparcial.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Há que considerar que para o escocês as virtudes (como a prudência, justiça e autodomínio) não são tidas como imediatamente disponíveis aos seres humanos. Não só as virtudes dependem da experiência em sociedade, como também considera que de maneira geral não existem relevantes diferenças naturais entre os indivíduos. Isto fica evidente quando Smith diz que até mesmo a "diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação" (RN, 1996, p. 158). Desta forma, os hábitos, os costumes e a educação não são elementos fixos na sociedade, e, portanto, podem ser estimulados como também reprimidos.

Partindo desta sintética exposição da teoria moral smithiana, pode-se pensar a noção de autointeresse presente em "A Riqueza das Nações" desvinculado de uma perspectiva estritamente egoísta. Posto isto, seguimos na tentativa de conectar as bases do amor-próprio da TSM a do autointeresse.

Amor-próprio e autointeresse

Quando falamos de sentimentos humanos, há que apreendê-los em sua diversidade e não os considerar bons ou maus em si mesmos. Por vezes, o senso comum nos diz que o amor-próprio é um sentimento egocêntrico; no entanto, o amor-próprio (*self-love*) smithiano é considerado uma virtude. Tal sentimento é visto por Smith como algo natural aos indivíduos, sendo inclusive um atributo capaz de estimular o aperfeiçoamento da existência humana. Garnett (2015) enfatiza que é fundamental notar que o amor-próprio smithiano não é o mesmo que o "amor de si" egoísta, vaidoso e arrogante, pelo contrário, é "amor de si mesmo" infundido de virtude. É o amor adequado e merecido pelo próprio caráter, marcado pela simpatia e aprovação de um espectador imparcial, sendo alcançado via exercício da prudência, beneficência, justiça e autodomínio (BROWN, 1994, p. 94-95 apud. GARNETT, 2015).

É exatamente por meio da ideia de amor-próprio presente na TSM que se articula o conceito básico da RN, o *autointeresse* (*self-interest*). Por este caminho, estudiosos (GANEM; BIANCHI; OTTESON; DUPUY) associam o "lado moral ao lado econômico" de Smith. Em uma de suas frases de maior impacto, diz:

> It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love" (RN, 1903, p.16).

Pode-se notar que a busca pelo próprio interesse encontra-se entrelaçada à noção de amor-próprio até mesmo na passagem mais utilizada para corroborar a ideia de que os interesses privados geram o bem-estar coletivo. Desta forma, o interesse não se esgota no interesse egoísta; pelo contrário, é impulsionado pela ideia de incompletude do amor-próprio, que tanto cede espaço para o olhar do outro como depende de seu reconhecimento (GANEM, 2002).

De fato, o indivíduo descrito em a RN é marcado pelo desejo de melhorar sua condição. Smith deixa claro que, apesar de normalmente se apresentar como um desejo "calmo e isento de paixão, herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura" (RN, 1996, p. 342). Esse

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

desejo é o que motiva e dá esperança, por exemplo, ao trabalhador que busca "melhorar sua condição e talvez terminar seus dias em tranquilidade e abundância" (RN, 1996, p.131). Ao considerar que o autointeresse está associado à teoria moral (tanto à simpatia como ao amor-próprio), esta motivação não se encontra desvinculada do comportamento ético anteriormente descrito. Quando Smith se dirige a assuntos econômicos, o autointeresse bem dosado pode converter na virtude da prudência, muito exaltada pelos filósofos éticos escoceses (BIANCHI, 2005, p.4) Desta forma, é tratado com um desejo legítimo que se distancia do puro e simples egoísmo por ser uma busca pelo autointeresse que considera uma conduta prudente e adequada às regras morais.

Quando o conceito de amor-próprio se encontra afastado de uma concepção individualista e egoísta na qual os indivíduos se encerram em si mesmos, torna-se um sentimento essencial para a atividade e para o progresso econômico ordenado. Posto desta forma, desempenha uma função que compreende e almeja o reconhecimento social. Apesar de os indivíduos buscarem a vantagem para si próprios, não se veem a parte da sociedade. Quando se considera o papel da simpatia, inverte-se as conclusões individualistas da economia convencional. Posto isto, o autointeresse de Smith leva em conta indivíduos sociáveis, "simpáticos" e com poder de criar na imaginação um espectador imparcial que julga as ações dos outros e de si mesmo.

Baseado na doutrina estóica, Smith apresenta ambos como virtudes da natureza humana, já que "todo animal seria por natureza recomendado a seus próprios cuidados, e dotado do princípio do amor de si, para que esforçasse em conservar não apenas a sua existência, como todas as diferentes partes de sua natureza, na melhor e mais perfeita condição de seria capaz" (TMS, 2002, p.342). O amor próprio é entendido como o cuidado de si, o mesmo que é considerado quando o indivíduo age visando seus interesses. Desta forma, as noções de amor próprio e de interesse próprio se ancoram no mesmo princípio - o cuidado de si - e se afastam de uma perspectiva estritamente egoísta. A versão que se aproxima do egoísmo, compreende-o como um autointeresse "excessivo" e "deturpado" ou como um amor próprio que incorre em dano ou negligência de outras pessoas (SANTOS; BIANCHI, 2007, p. 641), sendo elementos que afetam negativamente a ordem social. Ganem (2012) propõe que é o comportamento autointeressado com as mesmas bases do amor próprio, ambos respaldados pelo sentimento de simpatia que juntos fornecem coesão à emergência e a reprodução da ordem social do mercado (GANEM, 2012).

É importante notar que em todas as virtudes smithianas, há um equilíbrio criterioso entre a consideração por si mesmo e a consideração pelos outros (GARNETT, 2015), nem completamente voltada para si, nem completamente benevolente. Além disso, existe "uma considerável diferença entre a virtude e a mera conveniência; entre as qualidades e ações que são dignas de admiração e aplauso, e as que simplesmente merecem aprovação" (TSM, 2002, p. 27). Por exemplo, ao cuidarmos de nossa própria vida e de nossa família, somos merecedores de aprovação; ao cuidarmos da comunidade, merecemos aplausos. Este ser magnânimo, dotado de uma virtude superior, é o indivíduo que não se preocupa tão somente consigo, mas também cuida dos que o rodeiam, da sua comunidade, de seu país e neste caso, é merecedor de aplauso (GANEM, 2019). Posto isto, Smith defende que os indivíduos devem se ver como cidadãos do

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mundo, dispostos a sacrificar seus pequenos interesses em prol do interesse da grande comunidade (SEN, 1992, p.121).

Mercado e a "mão invisível"

As interpretações das ideias de Smith, principalmente quando feitas por uma perspectiva econômica, dão centralidade ao papel que o autointeresse e o mecanismo da "mão invisível" desempenham em seu pensamento. Este último aparece como o mecanismo que idealmente proporciona o desenvolvimento, o progresso ou como anuncia o próprio título da obra, a riqueza das nações. No entanto, quando tal visão não tem como base seu entendimento moral, o pensamento smithiano acaba por ser reduzido à sua "proposta econômica"; no entanto, sua concepção de desenvolvimento e progresso econômico na realidade faz parte do seu sistema filosófico moral. Quando tal interpretação é invertida, perde-se a totalidade do entendimento de seu pensamento (BOFF, 2021).

Até agora os esforços corroboram com a perspectiva de que a economia enquanto ciência não nasce rompida com moral; pelo contrário, é através dela que se torna possível compreender o funcionamento ideal do mercado capaz de fornecer coesão a estrutura social em meio a intensificação da divisão do trabalho. Ao considerar que o autointeresse não está destituído do comportamento ético, e tampouco é sinônimo de egoísmo, torna-se viável conceber a ideia de que a busca pelo próprio interesse pode fazer com que o mercado seja apreendido como ordem social.

Já no início da RN, Smith pontua que a tendência natural às trocas é um dos pontos que distancia o ser humano dos outros animais. As trocas estão intimamente relacionadas ao histórico processo de divisão do trabalho, que além de impulsionar ganhos de produtividade e o próprio desenvolvimento da nação, implica que apenas uma pequena parte das necessidades dos indivíduos é atendida por meio do produto de seu próprio trabalho. Sendo assim, por meio das trocas, os indivíduos podem melhor atender suas necessidades, a grosso modo pode-se considerar que todos se tornam comerciantes, o que direciona o desenvolvimento no caminho da construção de uma sociedade comercial (RN, 1996, p.37).

Apesar de Smith utilizar pouquíssimas vezes a expressão "mão invisível" em seus escritos, esta encontra-se presente tanto na TSM como na RN. Com o tempo tornou-se símbolo de defesa do liberalismo econômico, constituindo-se como uma forma simples de representar a ideia de auto-organização do mercado. Em Smith, o mercado não mais é visto como um mero local onde ocorrem as trocas entre os indivíduos; esse passa a funcionar como explicação para emergência da ordem social. Esta ideia configura-se como uma das "soluções" do questionamento central da modernidade: fundamentar a emergência e a regulação da ordem em uma sociedade sem recorrer a justificativas "divinas". A solução smithiana tem por fundamento a ação (incalculável e complexa) dos indivíduos da qual "naturalmente" resulta a ordem social do mercado (GANEM, 2019). Daí se resume a noção da mão invisível, quando os indivíduos seguem seus interesses próprios, ao invés destes se chocarem e serem conflitantes, são guiados por uma "mão invisível" que os direciona para o bem-estar coletivo e ao progresso econômico.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao ancorarmo-nos em sua teoria moral, é possível conceber um funcionamento do mercado capaz de gerar uma sociedade harmônica, onde o mercado aparece como um ordenador da sociedade e não como um fomentador de conflitos, guerras e discórdia. Considerando que o autointeresse é uma qualidade humana que perpassa por uma conduta ética, sendo através dele que indivíduos se inserem e participam do mercado na busca de melhorar sua condição de vida. Tendo em mente que naturalmente os indivíduos se colocam no lugar do outro e buscam sua admiração, seu reconhecimento e seu amor, é possível conceber trocas que, por mais que visem o bem-estar pessoal, também geram algum ganho coletivo, de tal forma que se considera aceitável as pessoas agirem perseguindo seu próprio interesse que tanto auxilia no desenvolvimento do comércio e como no progresso das nações. Sendo assim, é concebível imaginar um "círculo virtuoso" que facilita a mudança estrutural da economia por meio da divisão social do trabalho (BOFF, 2021).

A divisão do trabalho é apreendida por Smith como um elemento que dinamiza e estimula a mudança estrutural da economia, por exemplo, a invenção de máquinas que facilitam o trabalho aparece como causa deste processo. Ademais, o incremento de produtividade também pode ser visto como fator que amplia o excedente sobre os custos de produção, elevando assim os lucros dos capitalistas e, por conseguinte, impulsionando a acumulação de capital. Ao considerar que o indivíduo autointeressado também age com prudência[2], caso haja um ambiente com expectativa de expansão do comércio e do consumo com acesso a novos mercados somados a um arcabouço jurídico seguro, a expectativa é de que esses indivíduos prudentes farão novos investimentos com o excedente acumulado (BOFF, 2021).

Nota-se que, ao supor a relação de complementaridade entre capital e trabalho, também se espera que um aumento do investimento implique em maior demanda por trabalho, o que eleva a parcela da população empregada e, por conseguinte, pode gerar o aumento dos salários. Esta elevação pode ocorrer caso a população economicamente ativa seja menor do que o crescimento da economia, fazendo com que a demanda por trabalho (por parte dos capitalistas) seja superior à oferta de trabalho (por parte dos trabalhadores). Ademais, a possibilidade de aumento salarial também depende da capacidade de regulação da competição no mercado, que não se encontra destituída do processo histórico de acumulação de capital e relações de poder imbricados na sociedade que colaboram para a formação de monopólios que empregam tais trabalhadores a um salário menor do que teriam se a competição entre as empresas for menos desigual (mais próxima da competição perfeita).

Fecha-se este "círculo virtuoso" levando em conta que os trabalhadores consomem a maior parte do salário que recebem, já que produzem pouco dos bens que necessitam para sobreviver. Sendo assim, espera-se que um aumento, tanto da população empregada como de seu salário médio, estimule o crescimento do próprio mercado. Desta forma, tem-se uma boa oportunidade para intensificar a divisão do trabalho e desse modo propiciar um novo incremento de produtividade possibilitando a mudança estrutural da economia. No entanto, apesar de ser teoricamente plausível

[2] O homem prudente que se preserva é calmo, é, em última análise, um homem adequado e prático"; seus interesses, sua tendência à troca se vinculam a um sentimento de preservação de amor a si mesmo ou num desejo imperioso de ser aprovado, o que sugere um esforço de adequação para obtenção da aprovação (GANEM, 2002). Ademais, a "prudência" frequentemente é requisitada quando Smith desenvolve exemplos de "situações de mercado" em a "Riqueza das Nações".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pensar o desenvolvimento das nações via expansão do comércio e dos mercados, guiados por uma mão invisível que conduz a sociedade à opulência material, tal pensamento exige uma série de pressupostos que se afastam da realidade concreta. Portanto, tal funcionamento ideal do mercado não é o que se observa na sociedade (BOFF, 2021).

Fragilidade do "círculo virtuoso"

Como acima proposto, o "círculo virtuoso" que a divisão do trabalho desencadeia em prol do desenvolvimento estrutural da economia e do progresso das nações, supõe que a conduta dos indivíduos direcionada a melhorar sua condição de vida depende de um autointeresse embasado nas regras gerais de moralidade. Portanto, coloca-se uma série de condicionamentos ao comportamento dos indivíduos que torna possível conceber idealmente tal ordem social, porém acabam por se afastar do comportamento real destes. Smith não nega nem a dificuldade e nem o caráter ideal da conduta virtuosa, o deixa claro ao afirmar que "o homem que age de acordo com as regras da perfeita prudência, da justiça estrita e da benevolência adequada pode ser considerado perfeitamente virtuoso. [... Porém] o mais perfeito conhecimento [dessas regras não é suficiente], se não for amparado pelo mais perfeito autodomínio" (TSM, 2002, p. 297). Por isso Smith afirma que nem sempre o ser humano é capaz de cumprir seu próprio dever.

São raras as vezes que se atende por completo os pressupostos para que o mecanismo da "mão invisível" funcione de forma ideal, tendo em vista o caráter frágil e imperfeito dos seres humanos, torna-se problemático pensar em um "equilíbrio das paixões humanas". Apesar de apresentar a forma ideal da conduta humana com base nos sentimentos morais, é preciso atentar que não é incomum observar no convívio social um distanciamento do comportamento simpático, justo e prudente. Ademais, o juízo das ações por parte do "espectador" não costuma ser tão imparcial. Pesquisas atuais demonstram uma maior pré-disposição ao sentimento de empatia entre pessoas mais próximas (como a família e amigos) ou também entre pessoas que compartilham a mesma cultura, interesses e gostos. Ao mesmo tempo este comportamento não é tido como o moralmente mais correto (FOWLER, 2020); no entanto é o que se observa na interação social (BRICK et. al, 2021).

Vale ressaltar que Smith já demonstrava preocupação com tais tendências. Ao apresentar o exemplo do dedo mindinho e do terremoto, aponta que por vezes nós não nos solidarizamos com o próximo da mesma forma que fazemos com nós mesmos (TMS, 2002, p. 7). Apesar de condenar o comportamento do homem que não dormiria ao saber que perderia o dedo "mindinho", mas repousaria tranquilamente ao saber que milhares de chineses desconhecidos morreram em um terremoto, demonstra que está ciente de que o autointeresse pode se aproximar de uma conduta egoísta destituída do caráter justo, prudente e imparcial. Desta forma, não é ingênuo a ponto de imaginar uma coordenação perfeita das virtudes e dos vícios que tanto dependem da capacidade de autocontrole dos indivíduos como também dos costumes e dos valores cultivados em determinado local e época histórica.

Em meio ao desenvolvimento de uma sociedade permeada por relações hierarquizadas, características do capitalismo, entende-se que as relações de poder e as desigualdades são fruto do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

próprio processo de concentração e desenvolvimento econômico, e se conformam como alimento para a corrosão dos sentimentos morais. A própria afirmação de Smith que diz: "onde quer que haja uma grande propriedade, há uma grande desigualdade. Para um homem muito rico, deve haver pelo menos quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos" (RN, V.i.b.2, p. 709-10), esclarece que o filósofo escocês também aceitou que grande parte da desigualdade econômica advém do resultado natural das forças de mercado, como quando as pessoas são melhor remuneradas por se dedicarem a trabalhos que são desagradáveis, que talvez exijam treinamento especializado ou possuem baixa oferta. Também pode estar relacionada ao nível de confiança demandada ou também à probabilidade reduzida de se obter sucesso (RAMUSSEN, 2016).

Ramussen (2016) enfatiza que a extrema desigualdade social é um fator central para compreender a distorção da simpatia. Ainda que as distorções não sejam fenômenos restritos às sociedades comerciais do século XVIII, a extrema desigualdade é uma realidade em tal conformação social; esta alimenta a assimetria do sentimento de simpatia entre grupos que possuem interesses conflitantes e colaboram para corrosão dos sentimentos morais (RAMUSSEN, 2016). Smith aponta alguns dos problemas causados pela pobreza absoluta e relativa, enfatizando que a capacidade de as pessoas simpatizarem umas com as outras diminui sob altos níveis de desigualdade econômica e concentração de renda. Afirma que a "disposição para admirar, e quase adorar, os ricos e poderosos, e desprezar, ou, pelo menos, negligenciar pessoas de condição pobre e mesquinha" é "a grande e mais universal causa da corrupção dos nossos sentimentos morais" (TMS, 2002, p.72).

Portanto, na medida em que a sociedade e a economia evoluem, também se observa o surgimento de problemas inerentes a sua lógica de funcionamento; desta forma, passa-se a demandar a ação do Estado. Posto que as próprias forças do mercado em expansão são capazes de gerar desigualdades (sejam econômicas, educacionais ou culturais) que corroem os julgamentos morais, levando a questionar a capacidade de se obter harmonia social como produto direto do livre mercado. Sendo assim, torna-se relevante buscar compreender a conformação e integração do Estado a fim de prevenir desordens sociais e auxiliar na formação do bem-estar.

Formação e função do Estado

Para entender o surgimento do Estado, faz-se necessário distinguir entre as duas noções de história no pensamento de Smith, a *história conjectural* e a *história empírica*. Em suas "Palestras Sobre Jurisprudência"[3], a história conjectural aborda o desenvolvimento das sociedades em sucessivos estágios – caça-coleta, pastoreio, agricultura e comércio – baseados em diferentes modos de subsistência. Esses estágios históricos dão abertura para imaginar idealmente um progresso moral, político, social e econômico das nações; por outro lado, a *história empírica* é utilizada para verificar até que ponto tais progressos de fato ocorrem em conjunto ou passam a se contradizer. Desta

[3] Consistem em notas de aula tiradas das palestras de Smith na década de 1760. Além de conter sua 'teoria' sobre as regras de direção do governo civil, também se encontra as ideias formativas de a RN e se constrói a ponte entre a TMS e o processo histórico em que julgamos uns aos outros de modo a gerar uma ordem social possível (BOFF, 2021).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

forma, ao comparar ambas noções pode-se avaliar o progresso[4] de determinada nação em relação às demais (BOFF, 2021).

A partir desta perspectiva, a "mão invisível" pode ser entendida como um mecanismo ideal para se pensar a harmonia social e o progresso das nações. No entanto, ao observar a realidade, o desenvolvimento socioeconômico é marcado por guerras, desigualdades, perda de confiança e discórdia entre as nações e também entre seus habitantes. Portanto, tem-se que tal funcionamento ideal do mercado não é capaz de se auto afirmar. Apesar de Smith consentir com o que posteriormente é conhecido como *doux commece*[5] e compartilhar da ideia de que o comércio colabora para prosperidade da humanidade, está longe de acreditar que seja fonte de paz (HIRSCHMAN, 1977). Pelo contrário, Smith aponta que a quantidade e a duração das guerras injustas se intensificam com o aumento da riqueza gerada pelo comércio. A própria busca pela abertura de novos mercados faz com que grandes comerciantes estejam dispostos a levar um país à guerra devido a um "pequeno aumento do preço" (RN IV.viii.53: 661 apud. PAGANELLI, 2013).

Posto isto, pode-se dizer que o Estado emerge em simbiose com o próprio comércio ao longo dos quatro estágios de desenvolvimento, e se apresenta como instituição direcionada a resolver as adversidades vigentes em cada momento histórico e forma de organização social. A princípio, diante da necessidade de segurança tem-se o fortalecimento do aparelho de defesa externa; em seguida, a proteção da propriedade privada que tem por efeito a concentração de renda e capital. Posteriormente, já em um estágio mais complexo do corpo social, diante dos conflitos entre grupos sociais com interesses divergentes que também são parciais em seus julgamentos morais, surge um judiciário para julgar os atritos existentes (BOFF, 2021). Essa forma de polarização social pode ser entendida como um dos sintomas do próprio desenvolvimento econômico que impõe obstáculos ao processo cooperativo que se pode obter através da divisão do trabalho. Como já exposto, Smith considera que a adoração aos ricos e o desprezo aos pobres causa a corrupção dos sentimentos morais, limita nossa capacidade de simpatia (ainda mais prejudicada em sociedades estendidas e complexas) e reflete uma conduta que foge aos princípios da prudência e justiça, essenciais para que se atenda ao juízo imparcial do espectador. Por fim, já no estágio agrícola, conforma-se o sistema legislativo com a finalidade de elaborar leis gerais que trate todos os cidadãos com imparcialidade, atendendo assim a noção ideal do espectador imparcial.

No entanto, Smith não parece acreditar que a sociedade comercial seja uma etapa inevitável de estágios anteriores de desenvolvimento; tampouco a tem como resultado da ação planejada dos agentes sociais. Paganelli (2021, p.90) enfatiza que Smith não se concentra na criação de um mundo ideal, e sim no entendimento de que mudanças sociais são um produto não intencional do comércio. É importante notar que ao advogar as melhorias sociais destas sociedades, como, por exemplo, seu entendimento de que os pobres possuem maior chance de melhorarem sua condição material, acaba por sobrepor os efeitos positivos aos negativos da expansão comercial. Porém, também sinaliza que quando se quebra o vínculo entre a moral e o comércio, este acaba por gerar um sistema brutalmente injusto. O escocês não deixa de

[4] Há que considerar que no iluminismo escocês da época, a ideia de "progresso" está relacionada a um processo triplo de crescente abstração, refinamento moral e intelectual, e complexidade socioeconômica (BERRY, 2013 apud BOFF, 2021).

[5] The idea that the introduction of commerce changes the character and disposition of men, making them less violent and more sociable, as, among others, Montesquieu ([1748] 1989) and David Hume ([1752] 1985) suggest (PAGANELLI, 2013, p.344).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ser persuasivo ao descrever como a introdução do comércio pode incitar a depravação dos hábitos e dos costumes, além de fazer com que os indivíduos formem facções e busquem conforto em vícios políticos e religiosos. Frente a este mal social, Smith sugere como remédio o 'estudo de ciência e filosofia' e 'diversões públicas'. Além disso, também descreve como o comércio diminui o espírito marcial dos soldados e debilita a mente de alguns trabalhadores, para o qual sugere como "remédio" a educação (PAGANELLI, 2013, p.344). É diante destes fatores que causam a desordem que o Estado encontra espaço para sua atuação.

Posto isto, propõe no livro V de a "Riqueza das Nações" as três funções básicas do Estado: defender a nação de ataques externos, ser guardião de um sistema de justiça imparcial e desenvolver um conjunto limitado de obras públicas, sobretudo em infraestrutura com a finalidade de favorecer a circulação de mercadorias, como pontes, estradas e portos que facilitam a expansão do mercado e a intensificação da divisão do trabalho que está cerne da geração da riqueza. Para além destas funções, o Estado também tem abertura para minimizar os efeitos nocivos da divisão do trabalho. Sendo assim, deve encorajar as diversões públicas (pintura, poesia, música, dança e teatro) e fornecer educação básica (ler, escrever e contar) a todos cidadãos. Tanto a educação como a cultura ajudam a evitar, segundo Smith, a "superstição e entusiasmo" gerado por facções que esgarçam o tecido social das nações e impedem seu progresso (BOFF, 2021).

Segundo Alvey (1998, p. 444-6), para que o sistema de liberdade natural funcione a longo prazo, o governo também deve fornecer uma educação que incentive o uso prudente da liberdade já que essa não é ofertada pelo setor privado. A moderação, que depende do autodomínio, deve ser entendida como uma espécie de bem público que requer apoio governamental (ALVEY, 1998, p.443). Para além de promover a virtude, argumenta que Smith reconhece a consequência da solidão nas grandes sociedades comerciais e, portanto, para promover uma sociedade mais "comunitária" propõe uma "educação cívica" à população. Assim, o tipo de educação que Smith exige do governo produz cidadãos prudentes, que se envolvem entre si para promover um maior senso de comunidade com o objetivo de produzir "grandes estadistas", que, com "prudência superior", "constituem o mais nobre [...] de todos os personagens", o que demonstra o quão longe o autointeresse smithiano está do puro e simples egoísmo (TULLY, 2014, p.6).

Conclusão

Por último, destaca-se a importância da teoria moral de Adam Smith para que se possa assimilar seu pensamento em unicidade. Quando as interpretações e reflexões sobre o escocês voltam-se apenas para sua contribuição à economia, não são capazes de compreender seu sistema filosófico. Ao assumir sua relevância, entende-se que os sentimentos morais são essenciais para conceber o modo ideal de funcionamento do mercado quando guiado por uma "mão invisível". Ademais, pode-se sinalizar que a evolução do comportamento social, em meio as endêmicas relações de poder típicas do capitalismo, distanciam-se da conduta humana moderada ancorada no princípio da simpatia e da prudência.

Sendo assim, quando o comportamento autointressado voltado às trocas e a expectativa da melhora material da condição de vida é eticamente embasada, é possível desvincular o autointeresse do puro e simples egoísmo e conceber que, através do mecanismo da mão invisível

e da divisão do trabalho, é admissível pensar o bem-estar social somado ao progresso das nações. Porém, na prática, fica evidente que os seres humanos nem sempre possuem uma conduta prudente voltada à justiça, benevolência e autocontrole que seja capaz de estabelecer alguma ordem social por meio da busca pelo autointeresse.

Portanto, tem-se que o mercado por si só não é suficiente para estabelecer a coesão social, o que abre espaço para atuação e participação do Estado em funções de segurança, justiça, obras públicas (limitadas), educação e cultura para atenuar e prevenir possíveis desordens sociais. Desta forma, conclui-se que o autointeresse existente no mercado e o papel do Estado estão inter-relacionados e enraizados na filosofia moral desenvolvida por Smith.

Bibliografia

ALVEY, J. E. **Adam Smith's Higher Version of Capitalism.** Journal of Economic Issues, n. 32, p. 441-48, 1998.

BERRY, C. J.; PAGANELLI, M.; SMITH, C. **The Oxford Handbook od Adam Smith**. Reino Unido: Oxford University Press, 1ªed. 2013.

BIANCHI, A. M; SANTOS, A. **Adam Smith: filósofo e economista.** Cadernos IHUideias, n. 35, p.1-14, 2005.

BIANCHI, A. M; SANTOS, A. **Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições.** Estudos Econômicos. v.37 n.3, p. 635-662. jul-set, 2007.

BOFF, E. **Governança estatal para o desenvolvimento**: Contribuições de Smith a partir de uma sugestão de Medeiros (2018). Paper apresentado no II Seminário Internacional sobre Estado e Instituições. <https://seminarioestadoeinstituicoes.blogspot.com/>. set, 2021.

BRICK, C; FILLON, A; YEUNG, S. K; WANG, M; LYU, H; HO, J. Y. J; WONG, S. C; FELDMAN, G. **Self-interest is overestimated**: Two successful pre-registered replications and extensions of Miller and Ratner (1998). 10.13140/RG.2.2.15736.26880/2. 2021.

FOWLER, Z.; LAW, K. F.; GAESSER, B. **Against Empathy Bias: The Moral Value of Equitable Empathy**. 2020.

GANEM, A. **A Filosofia Moral de Adam Smith Face às Leituras Reducionistas de suas Obras:** Ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo. Cadernos IHUideias, v. 17, n. 282, p.1-20, 2019.

GANEM, A. **O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p.143-164, abr, 2012.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GANEM, A. **Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith.** Revista de Economia Política, v. 22, n. 4 (88), p. 670-684, out-dez, 2002.

GARNETT, R. F. **Adam Smith's Economics of Care**. p. 1-17, 2015.

HIRSCHMAN, A. **As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo antes de seu Triunfo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OTTESON, J. R. **Adam Smith's Marketplace of Life**. Cambridge University Press. Reino Unido: 2002.

OTTESON, J. R. **Adam Smith's Marketplace of Morals**. Archiv für Geschichte der Philosophie, v. 84, p.190-211, jan, 2002.

PAGANELLI, M. **The utopian dimension in the philosophy of social betterment in Adam Smith**. Nova Economia, v.31, n.1, p. 87-101, 2021.

PAGANELLI, M. **Adam Smith: Morals and Markets**. College of the Holy Cross conference on Adam Smith: Moral Philosopher and Economic Theorist. Abr, 2014.

RASMUSSEN, D. C. **Adam Smith on What Is Wrong with Economic Inequality**. American Political Science Review. p. 1-11. Maio, 2016.

SEN, A**. Ética, Política e Gestão Econômica**: Comportamento Econômico e Sentimentos Morais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.25, 1992.

SMITH, A. A **riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Livraria Martins Fontes. 2ª Ed. São Paulo: 2002.

TULLY, K. **Adam Smith: Providing Morality in a Free Market Economy**. BSU Honors Program Theses and Projects. n.61, 2014.

WOLF, B. **The Silent Role of Emotions in Hayekian Political Economy**. Exploring the Political Economy and Social Philosophy of F. A. Hayek. New York: Rowman & Littlefield International. 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: DO DESENVOLVIMENTISMO DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Lilian Prado Pereira

O objetivo deste trabalho é analisar as rupturas epistemológicas com a economia clássica que permitiram o surgimento de um pensamento social latino-americano original no seio da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e deram origem ao desenvolvimentismo. Posteriormente, falamos da incapacidade dessa teoria de produzir políticas efetivas para a superação do subdesenvolvimento, o que levou os teóricos do ILPES (Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social), órgão subordinado a CEPAL, a romperem eles também com o pensamento dominante (Cepalino) e criarem a Teoria da Dependência. No seio da teoria da dependência vemos uma nova ruptura epistemológica entre a linha de pensamento Weberiana (Cardoso, Falleto, Paz, entre outros) e a marxista que contou com Marini, dos Santos, Bambira, Frank, entre outros, que criaram a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Teoria do desenvolvimento vs. desenvolvimentismo da Cepal

Em um contexto de dominação ideológica dos Estados Unidos e da Europa sobre os países subdesenvolvidos foram criados conselhos econômicos regionais, sob a supervisão do Conselho econômico das Nações Unidas, para difundir a Teoria do Desenvolvimento, numa tentativa de explicar e justificar as disparidades entre aqueles e os países desenvolvidos e convencê-los de que eles também tinham oportunidade de se desenvolver. Assim surgiram a CEPAL (Conselho Econômico para a América Latina), a ECA (Comissão Econômica para a África) entre outros conselhos regionais.

A Teoria do Desenvolvimento difundida por esses órgãos entendia que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são apenas quantitativamente diferentes, ou seja, fazem parte de um mesmo continuum evolutivo, estando as economias subdesenvolvidas em fases inferiores do mesmo processo de desenvolvimento pelo qual já passaram as economias desenvolvidas. Assim, pretendiam transmitir a ideia de que, se se dedicassem, os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento pleno, uma vez que o desenvolvimento é um processo linear, dois momentos constitutivos de uma mesma realidade (MARINI, 1999).

Nesse contexto, a CEPAL surgiu na América Latina para estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento que estivessem de acordo com o pensamento dominante da Teoria do Desenvolvimento como apresentada. Entretanto, ao se debruçarem sobre as questões regionais, os teóricos da CEPAL não puderam deixar de considerar a realidade interna da América Latina e tirarem suas conclusões com base nas contradições de classe ali presentes.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> (...) la CEPAL, partiendo de la teoria del desarrollo, em los términos em que había sido formulada em los grandes centros, introduzca en ella câmbios que representarán su contribuición propia, original, y que harán del desarrollismo latino-americano um produto sí, pero no um simple calcoo de la teoria del desarrollo (MARINI, 1999, p. 140).

Ao analisar a realidade latino-americana, os teóricos da CEPAL desenvolveram um pensamento próprio que incluiu uma importante ruptura com a teoria clássica do comércio internacional (teoria das vantagens comparativas de David Ricardo).

Raúl Prebisch e a deterioração dos termos de troca

Em seu trabalho "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais" Raúl Prebisch (2000) faz uma crítica à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Para escrevê-lo o autor se baseou em um relatório elaborado pela Subcomissão para o Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas chamado *Post War price relations in trade between under-developed and industrialized countries*, de 1949. Este documento, que tinha circulação restrita, apontava para a existência de uma deterioração dos termos de troca de forma que as economias menos desenvolvidas ficavam em desvantagem no comércio internacional.

De acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, os países deveriam direcionar suas forças produtivas para alguns produtos em que possuem vantagens de produção em relação aos outros países e os trocar, por meio do comércio internacional, por outros produtos de que necessitassem. Dessa forma, os frutos do progresso técnico tenderiam a se espalhar de forma igualitária entre os países envolvidos por meio da queda dos preços ou do aumento da renda gerada por esses produtos. O mercado internacional, então, traria benefícios para todos se cada país se especializasse na produção de alguns itens de produção mais vantajosa (PREBISCH, 2000).

Na prática isso implicaria para a América Latina que ela deveria se ater à produção de bens primários e que a industrialização do continente não seria necessária para que seus países atingissem o desenvolvimento pleno.

Porém, os dados de comércio analisados por Prebisch o levaram a uma conclusão muito distinta. Ele percebeu que, com o passar do tempo a relação entre os preços primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Isso acontecia porque, com a sucessão de diversos ciclos econômicos, a oferta e a demanda de produtos produzidos nos países centrais se tornam continuamente mais díspares. Isso porque, nas fases ascendentes dos ciclos, as altas dos preços elevam os lucros corrigindo o excesso de demanda e na fase descendente acontece o oposto, os preços caem e com eles os lucros, corrigindo assim o excesso de oferta.

Prebisch afirma que na fase ascendente os preços dos produtos primários sobem mais intensamente do que os preços dos produtos finais e o lucro é canalizado para a periferia. Entretanto, na fase descendente os preços primários caem ainda com mais intensidade em relação aos preços finais e, ao longo dos ciclos, estes acabam se distanciando progressivamente fazendo que a remessa de lucros dos países periféricos para os centrais seja maior do que o oposto. A isso Prebisch chamou de Teoria da Deteriorização dos Termos de Troca (PREBISCH, 2000).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Temos, então, uma situação em que parte do valor produzido nos países periféricos é transferido para os países centrais na troca de produtos primários por produtos finais, o que prova que a Teoria das Vantagens Comparativas não se aplicava ao comércio entre os países periféricos e os países centrais no capitalismo.

Assim, na CEPAL, teve início um pensamento social latino-americano próprio que se baseou na realidade local para elaborar uma explicação e uma alternativa para o subdesenvolvimento da América Latina. Tendo em vista esse novo arcabouço teórico original, a CEPAL passou a promover sua proposta sobre como a América Latina poderia alcançar o desenvolvimento, o que passaria pela industrialização do continente para que este pudesse entrar no mercado internacional em situação de igualdade com os países desenvolvidos.

A CEPAL e o Processo de Substituição de Importações (PSI)

O que se seguiu, com base nas indicações da CEPAL, foi chamado de Processo de Substituição de Importações (PSI) que industrializou boa parte da América Latina, mas não conseguiu tirar a região de sua posição periférica no mercado mundial.

A América Latina concentra países que estão em uma posição periférica no comércio internacional; a eles, no início do século XVIII, cabia, na divisão internacional do trabalho, a função de exportar produtos primários e importar bens de consumo terminados e bens de capital. Entretanto, com a eminência das crises mundiais causadas por vinte anos de guerras e depressão, as economias latino-americanas foram muito abaladas. Os países periféricos, que tinham sua economia voltada para fora, foram atingidos grandemente pela depressão mundial e viram os preços de seus produtos primários despencarem. Uma vez que as exportações eram, para esses países, o fator de maior responsabilidade para o crescimento econômico, a queda na receita dali advinda fez diminuir pela metade a sua capacidade de importação (TAVARES, 1974).

A demanda nos países periféricos foi modelada por importações procedentes de economias muito mais avançadas no processo de acumulação (FURTADO, 1981), sendo formada pela pequena parcela da população beneficiada pela exportação de bens primários e da produção das poucas indústrias existentes. Essa demanda por produtos que requeriam alto grau de tecnologia para serem produzidos foi mantida, mas a capacidade dos países latino-americanos para importar foi reduzida drasticamente e não havia uma indústria nacional capaz de atender à demanda existente. Os processos de industrialização dos países latino-americanos foram atingidos de forma definitiva por essa situação, uma vez que, juntamente com as políticas adotadas pelos governos para proteger o mercado interno – que aumentaram os preços dos produtos importados – surgiu a oportunidade de elevados lucros para os empresários dispostos a investir na indústria nacional e na produção dos bens manufaturados importados demandados pelo mercado interno (BRESSER PEREIRA, 1977). Isso se traduziu em um grande estímulo para que empresários investissem em uma industrialização substitutiva.

O pouco que restou da capacidade interna para importar foi utilizado para compra de bens de capital e matérias-primas destinadas à instalação de novas indústrias para produzir internamente os bens que antes eram importados. Em um primeiro momento a seleção de novas linhas de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

produção foi feita de acordo com as necessidades da demanda interna, primeiro com os itens mais facilmente substituíveis e com maior demanda: os bens de consumo terminados (TAVARES, 1974).

Esse processo que implantou um novo modelo de desenvolvimento foi chamado de Processo de Substituição de Importações (PSI). O PSI, para Tavares (1974), pode ser entendido como uma resposta às restrições ao comércio exterior – importações – impostas pela crise internacional. Celso Furtado (1981) também afirma ter sido este um processo reativo à situação de crise internacional, buscando ocupar o espaço deixado vazio pela diminuição das importações.

Albert Fishlow, depois de investigar os surtos de industrialização no Brasil, analisando o relatório de 1949 da CEPAL elaborado por Raúl Prebisch, "Estudo Econômico da América Latina" também apresenta argumentos que confirmam essas explicações ao dizer que

> (...) instrumentos de política conscientes, tais como as tarifas, não foram muito eficientes para provocar a substituição doméstica das importações e a industrialização antes dos anos cinquenta (FISHLOW, 1972, p. 8).

Mas a industrialização e a mudança na divisão do trabalho social na América Latina não implicaram uma transformação na divisão internacional do trabalho, ou seja, os países latino-americanos continuaram com o seu papel de exportadores de produtos primários, embora grande parte dos produtos industrializados demandados por sua população estivessem agora sendo produzidos internamente. Para Tavares (1974) isso fez com que, na América Latina, houvesse uma distinção entre a produção que deveria atender ao mercado interno e a que deveria ser direcionada ao mercado externo (economia dual), o que não aconteceria nas economias centrais. No PSI a evolução do comércio exterior ocorreu de forma contrária à ocorrida nos países centrais (onde, com o passar do tempo, foi aumentando a exportação de produtos mais elaborados e a importação de produtos primários); com ele as exportações continuaram sendo primordialmente compostas de produtos primários e as importações se tornavam cada vez mais sofisticadas (produtos secundários e bens de capital) devido à demanda da introdução de indústrias de bens finais de consumo em economias sem autonomia tecnológica (FURTADO, 1981).

Para Maria da Conceição Tavares, os países latino-americanos buscaram "*repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos*" (1974, p. 35), mas o PSI consistiu em um processo de desenvolvimento "parcial" (uma vez que não modificou o setor produtor de bens primários levando ao surgimento de um novo tipo de economia dual) e "fechado" (com os novos setores dinâmicos restritos aos mercados nacionais). Para ela

> a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência. Ao longo desse processo, do qual resulta uma série de modificações estruturais da economia, vão-se manifestando sucessivos aspectos da contradição básica que lhe é inerente entre as necessidades do crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar. [...] Os problemas de natureza externa e interna tendem a se avolumar de forma a frear o dinamismo do processo (TAVARES, 1974, p. 42).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para a autora havia uma contradição interna no PSI que impediu que ele continuasse, trata-se do aumento da demanda causada pela produção de bens manufaturados nos países da América Latina. O investimento realizado para produção desses bens aumentou a renda de parte da população empregada em sua produção e isso, juntamente com a ausência de restrições internas para o comércio, fez aumentar a demanda por esses bens.

Isso não se configuraria em um problema não fosse a questão de que assim cresceu também a demanda por matérias-primas e outros insumos, necessários à fabricação desses bens, que não existiam no mercado local, tendendo a ultrapassar a capacidade de importação, que havia continuado limitada por questões externas.

O processo continuou com uma nova onda de substituição de importações para cobrir essas necessidades, que também gerou aumento da demanda e da necessidade de importações, assim acontecendo sucessivamente.

O PSI foi um modelo de desenvolvimento desencadeado pela existência de um mercado consumidor para produtos manufaturados na América Latina e pela ausência de capacidade de importação suficiente para atender essa demanda causada por anos de crise no comércio internacional. Os governos utilizaram também instrumentos, como tarifas e incentivos fiscais, para promover a substituição de importações, mas estes não foram tão eficientes como os fatores externos (crises).

O tipo de industrialização (substituição de importações) implantado na América Latina ocorreu de forma dispersa, com investimentos e tecnologia externos, sem a infraestrutura, capital e mão-de-obra qualificada necessários para garantir seu crescimento de forma satisfatória. Também demandava uma grande quantidade de produtos secundários e bens de capital não disponíveis na região e que precisavam ser importados. Como foi um tipo de desenvolvimento "voltado para dentro", que não produzia com capacidade para concorrer no mercado externo, sofreu as consequências da estreiteza do mercado consumidor (causada pela concentração de renda) combinada com a falta de planejamento de investimentos tanto governamentais como particulares.

O PSI não alcançou um significativo avanço tecnológico, uma vez que dependia de tecnologia estrangeira, e não conseguiu absorver satisfatoriamente a mão-de-obra nem aumentar a produtividade. O setor primário continuou subdesenvolvido e a produção da indústria não era competitiva internacionalmente para tirar da produção primária a responsabilidade pelo crescimento da economia. Foi um processo que conseguiu dinamizar a economia da região, mas que não conseguiu alterar sua posição no mercado internacional nem impedir que fosse castigada com as crises inflacionárias e com o aumento dos desequilíbrios setoriais regionais.

Desenvolvimentismo vs. Teoria da Dependência

Nos fins dos anos 1960 uma crise econômica atingiu a maioria dos países latino-americanos mostrando que a industrialização do continente não era suficiente para que superassem sua condição de subdesenvolvidos e o pensamento desenvolvimentista da CEPAL entrou em crise, o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que significou a perda da posição privilegiada ocupada pela CEPAL na América Latina e causou controvérsias entre os pesquisadores do próprio órgão (MARINI, 2011).

A estagnação causou um clima pessimista entre os pesquisadores latino-americanos e promoveu o surgimento das teorias da dependência com base nos debates sobre o marxismo clássico, a teoria do imperialismo e a viabilidade do capitalismo nos países dependentes (FIORI, 2012).

Dentro da CEPAL ganhou importância o ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social), órgão interno onde predominavam cientistas sociais provenientes de outras disciplinas que não a Economia e que trouxeram como contribuição uma visão multidisciplinar sobre as causas do subdesenvolvimento latino-americano (OSÓRIO, 1999).

No ILPES, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2010) escreveram "Dependência e desenvolvimento na América Latina"[1] onde uma explicação que levava em consideração aspectos externos e internos das economias do continente trouxe à tona o conceito de dependência, "*um passo adiante na busca de explicações sobre as particularidades do capitalismo latino-americano*" (OSORIO, 2000, p. 164).

Esse trabalho significou uma ruptura epistemológica com o pensamento cepalino (desenvolvimentista) ao entender que o subdesenvolvimento não é apenas quantitativamente distinto do desenvolvimento, mas é também qualitativamente diferente e por isso não poderia ser superado apenas pela industrialização da América Latina. Seria preciso implantar na América Latina um sistema socioeconômico desenvolvido, que seria conseguido por meio de alterações na estrutura política e social de seus países, para que estes conseguissem assim atrair o capital internacional e finalmente superar o subdesenvolvimento.

Estão dadas nessa obra as condições para que se olhe para a América Latina e o seu desenvolvimento capitalista de forma distinta, havendo uma ruptura (LIMONGI, 2012; DOS SANTOS, 2000) com o pensamento até então vigente uma vez que, partindo-se das mesmas premissas que os autores, não se pode mais admitir a possibilidade de um desenvolvimento dos países do sul nos mesmos moldes como se deu nos países já desenvolvidos do norte, dado que as condições em que estes se desenvolveram no passado não podem se repetir devido à especificidade de situação estrutural em que aqueles se encontram dentro do capitalismo mundial.

Para os autores a situação de dominação em que se encontra a região não pode ser considerada "*simples resultado do grau de diferenciação alcançado pelo sistema econômico*" (CARDOSO; FALETTO, 2010, p. 183), devem ser considerados também os interesses de poder e as alianças políticas efetuadas com o intuito de garantir que grupos e facções de classe, internos e externos, pudessem garantir sua hegemonia e utilizar as situações econômicas dadas num sentido em que se possibilitasse o desenvolvimento capitalista. A política é vista pelos autores como uma forma de dominação social em que uma classe se sobrepõe às outras para fazer valer seus interesses econômicos (PEREIRA, 2011) e assim promover o desenvolvimento.

Chegam à conclusão de que, uma vez que decisões políticas definiram o desenvolvimento, em maior ou menor grau no passado para que no período posterior (à escrita do livro) fosse possível o desenvolvimento capitalista na região seria necessário que essas condições políticas se

[1] Publicado originalmente em 1969.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

repetissem. As condições necessárias seriam, então: formação de um mercado supranacional, a estabilidade política e a acumulação e concentração de capitais.
Assim sustentam os autores que as classes dominantes se organizaram para garantir que isso acontecesse por meio do apoio à governos autoritários

> Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes se assente em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação ou do êxito dos movimentos de oposição... (CARDOSO; FALETTO, 2010, p. 177).

Propõem que o desenvolvimento depende exclusivamente da vontade política para aproveitar a situação dada, ou seja, fazer o que é imediatamente possível para promover o desenvolvimento econômico, mesmo dentro de uma situação de dependência, por meio da dominação política das classes inferiores para que as classes superiores possam se aliar ao capital estrangeiro para desenvolver a região. Essas são as bases do Desenvolvimento Associado proposto por Cardoso e Falletto como solução para promover o desenvolvimento econômico da América Latina.
Assim, como defendem que fatores políticos influenciaram a forma como cada país reagiu à crise de 1929 e adentrou o capitalismo mundial, aproveitando mais ou menos as oportunidades para se desenvolver, Cardoso e Faletto defendem a tese de que os países da América Latina poderiam se aproveitar da situação econômica para atrair investimentos estrangeiros e se desenvolverem mesmo dentro de uma condição de dependência.
Cardoso e Faletto não chegam a propor ações que culminariam no fim da dependência para os países analisados, mas que promoveriam o desenvolvimento desses países dentro da situação de dependência. Isso só é possível porque o desenvolvimento proposto pelos autores se baseia na industrialização da América Latina de forma dependente dos capitais privados, associados à burguesia nacional, internacional e ao Estado.
Os autores reconhecem que esta política irá fomentar um "sistema social excludente", mas não consideram que isso seja incompatível com o desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento que apresentam não inclui uma economia independente, ou socialmente igualitária, busca somente a modernização da estrutura social e econômica dos países estudados de forma que se tornem cada vez mais atraentes ao capital internacional para, com a ajuda deste, formar uma economia industrial moderna na periferia do sistema e minimizar os efeitos da exploração, mesmo sem sair da condição de dependência.
Enfim, retomam os ideais da CEPAL e do desenvolvimentismo ao propor o desenvolvimento por meio da industrialização, com o diferencial de dar ao contexto político um papel central nesse processo e de aceitarem a ideia de que o desenvolvimento a ser alcançado pelos países latino-americanos só pode ser um desenvolvimento dependente e associado com os países centrais.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Teoria Marxista da Dependência (TMD) vs. Teoria da Dependência do ILPES

Pensando a dependência por um viés marxista, os teóricos do CESO (Centro de Estudios Socio-Económicos) da Universidad del Chile[2] entendem que o subdesenvolvimento é uma característica estrutural do sistema capitalista e não conjuntural, como a veem os cepalinos, e que, portanto, só pode ser superada fora do capitalismo.
Para superar sua condição de região subdesenvolvida, a América Latina precisaria, então, sair da lógica capitalista para se tornar autônoma e alcançar uma distribuição de renda mais equitativa. A única solução seria "*um governo revolucionário popular que abrisse caminho para o socialismo*" (DOS SANTOS, 2011, p. 17).

> A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134-135).

A inspiração para seus trabalhos foi a obra inovadora de André Gunder Frank "Desenvolvimento do subdesenvolvimento", que tratamos com mais detalhes a seguir.

André Gunder Frank e o desenvolvimento do subdesenvolvimento

André Gunder Frank foi um economista alemão nascido em Berlin, criado como refugiado nos Estados unidos veio para a América Latina em meados dos anos 1960 como especialista em história econômica da América Latina para lecionar na Universidade de Brasília. Devido à ascensão dos militares ao poder no Brasil se mudou para o Chile e depois, juntamente com os outros pesquisadores do CESO, para o México, onde escreveu o artigo "Desarrollo del subdesarrollo" (1967), obra fundamental para o surgimento da Teoria Marxista da Dependência. Nesta obra, uma reação contra o pensamento desenvolvimentista que predominava nos círculos oficiais, estão postos os fundamentos para que houvesse uma mudança de paradigma no estudo do desenvolvimento e, principalmente, do subdesenvolvimento dos países latino-americanos.
Frank rejeita as categorias teóricas tradicionais da economia para a compreensão do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e credita à falta de conhecimento do passado desses países o aceite de que seu presente se assemelhe às etapas primitivas da história dos países desenvolvidos. O autor rejeita as teses de que os países subdesenvolvidos devem seguir os mesmos passos que os desenvolvidos seguiram para se desenvolver e de que o subdesenvolvimento das regiões periféricas se deve à falta de envolvimento dessas com as regiões capitalistas avançadas.
Enquanto havia entre os estudiosos da área um consenso de que o problema da América Latina eram as suas instituições feudais e a falta de desenvolvimento capitalista, Frank chega a uma conclusão oposta, a de que o que gera o subdesenvolvimento é exatamente o contato com os grandes centros do capitalismo comercial europeu (BORÓN, 2008) e a introdução do capitalismo no seu território pelos colonizadores.

[2] Posteriormente exilados no México, continuaram seus trabalhos na UNAM (Universidad Autônoma del México).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para Frank, a América Latina foi capitalista desde os primórdios da colonização europeia, colonização esta que foi puramente mercantil ao promover na região um modelo de crescimento baseado na exportação de produtos primários sem dar atenção ao progresso tecnológico, sendo, então, o capitalismo e o imperialismo as causas básicas do subdesenvolvimento da região (BRESSER-PEREIRA, 2010).

> (...) el subdesarrollo no es debido a la supervivência de instituciones arcaicas o a la existência de falta de capital em las regiones que se han mantenido aisladas del torrente de la historia del mundo. Por el contrario, el subdesarrollo há sido y es aún generado por el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico: el desarrollo del próprio capitalismo. ...las metropolis tendem a desarrollarse y los satélites tendem a subdesarrollarse. (FRANK, 1967, p. 165).

Em "El desarrollo del subdesarrollo" Frank apresenta três hipóteses que vêm comprovar que o subdesenvolvimento latino-americano é causado pelo capitalismo e não pela falta dele, estas são:
1) Não aceita a tese de que o subdesenvolvimento se deve a instituições feudais ou à falta de inserção no capitalismo. Para Frank os países latino-americanos foram inseridos no capitalismo desde os primórdios da colonização e o autor rechaça a tese da sociedade dual (com características ao mesmo tempo modernas e arcaicas), acusando as políticas que se derivam desse pensamento de intensificarem e perpetuarem as condições de subdesenvolvimento. Para Frank

> ... las instituciones y relaciones económicas, políticas, sociales y culturales que observamos actualmente ahí, son produtos del desarrollo histórico del sistema capitalista tanto como lo son los aspectos más modernos o rasgos capitalistas, de las metropolis nacionales de estos países subdesarrollados. (FRANK, 1967, p. 161)

2) Uma segunda hipótese do autor é que os países satélites apresentam maior desenvolvimento industrial capitalista clássico quando e onde os laços com a metrópole são débeis. Essa tese é o oposto da tese geralmente aceita, de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é consequência do maior grau de contato com e da maior difusão dos países desenvolvidos metropolitanos. O autor busca provar esta hipótese por meio da análise de regiões que passaram por dois tipos diferentes de isolamento: um isolamento temporal causado pelas crises de guerras ou depressões nas metrópoles estrangeiras; o outro é o isolamento geográfico e econômico de regiões que em um momento estiveram relativa e debilmente integradas e unidas ao sistema mercantilista e capitalista (FRANK, 1967).
3) A terceira hipótese é a de que as regiões que estão mais subdesenvolvidas hoje são as que tiveram laços mais estreitos no passado com a metrópole, eram os maiores exportadores de matérias primas e as principais fontes de capital para as metrópoles estrangeiras e que foram abandonadas por estas quando, por alguma razão ou outra, os negócios descaíram. Esta hipótese contradiz a tese geralmente sustentada de que a fonte do subdesenvolvimento regional é o seu isolamento e as suas instituições pré-capitalistas (FRANK, 1967).
A tese de Frank foi vista por muitos como muito radical (BORÓN, 2008) uma vez que para ele não há saída para o subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista, dado que os países periféricos se encontram nessa situação exatamente devido ao capitalismo. Para Frank o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

imperialismo é um bloqueio insuperável e a única saída para desenvolver estes países é a revolução socialista.

Seus artigos "El desarrollo del subdesarrollo" e "Sociology of development and underdevelopment of sociology"[3] representaram uma mudança de paradigma no estudo do subdesenvolvimento das regiões periféricas e inspiraram movimentos políticos e sociais em vários países (KAY, 2011).

> These essays were written to contribute to the Revolution in Latin America and the world, and they are collected here in the hope that they may help others to contribute more to the evolution than the author has been able to. The essays arise out of the author's attempt to assimilate the Latin American Revolution and the inspiration it finds in the Cuban Revolution, whose tenth glorious anniversary we celebrate while writing these lines. (Frank 1969: ix *apud* KAY, 2011, p. 526-527).

A obra de André Gunder Frank foi inspiração fundamental para que pudesse ser desenvolvida a Teoria Marxista da Dependência, dentro da qual estão postos os paradigmas que nos permitem entender a condição de dependência dos países latino-americanos como permanente.

Conclusão

A situação de dependência, como descrita pelos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em seus primeiros trabalhos, configura a conjuntura econômica, social e política dos países dependentes que ficam condicionadas ao desenvolvimento e expansão de outros países (centrais). Como afirma Theotônio dos Santos *"...o conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global* (DOS SANTOS, 2011, p. 5-6).

> (...) dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-135).

Theotônio dos Santos explicita em "A estrutura da dependência"[4] (2011) que o mercado mundial produz relações desiguais porque o desenvolvimento de algumas partes desse sistema (países dominantes) ocorre em detrimento de outras partes (países dependentes). Nesse sistema as relações de comércio baseiam-se em um controle monopólico do mercado pelos países dominantes que permite que estes extraiam dos países dependentes os excedentes por eles gerados. Isso acontece também por meio de relações financeiras que se baseiam em empréstimos e exportação pelos países dominantes que lhes permitem receber juros e lucros dos países dependentes e exercer controle sobre sua economia.

Dos Santos analisa também a contrapartida, ou seja, como os países dependentes podem permitir relações tão desvantajosas. Isso é possível porque os países dependentes conseguem produzir

[3] Artigo rejeitado 12 vezes antes de ser finalmente publicado em 1967 (FRANK, 1996) devido à sua crítica às teorias do desenvolvimento vigentes.

[4] Originalmente publicado em inglês: DOS SANTOS, T. Structure of Dependency. *The American Economic Review,* Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

grandes excedentes superexplorando a força de trabalho local. Este é o fator fundamental do capitalismo dependente para Ruy Mauro Marini (2011).

Marini inicia "Dialética da Dependência", originalmente publicado em 1973, com a integração dos países da América Latina no mercado mundial após a colonização, como países finalmente politicamente independentes de sua metrópole e que então passaram a gravitar em torno da Inglaterra, sem que houvesse entre eles qualquer interação, como exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados.

O envio de bens primários da América Latina para os países centrais permitiu aos últimos especializarem-se na produção industrial, mas essa não foi a única vantagem que os países desenvolvidos obtiveram com essa troca. Com a importação de produtos primários, necessários à reprodução da força de trabalho, a preços mais baixos os países centrais conseguiram diminuir o valor necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho, fazendo assim com que parte dos salários dos operários estivesse disponível para a aquisição de produtos manufaturados, aumentando assim o seu mercado consumidor interno. Vamos tratar essa questão de forma mais precisa a seguir.

Em primeiro lugar, é crucial esclarecer o mecanismo pelo qual a oferta de produtos primários no mercado mundial vem acompanhada pela queda nos preços desses produtos, enquanto os preços dos produtos manufaturados permanecem estáveis. Uma vez que é fato conhecido que não houve um aumento da produtividade desses produtos nas economias exportadoras, sabe-se que a desvalorização desses produtos não pode vir dali. Verifica-se uma transferência de valor das economias dependentes para as economias desenvolvidas, que acontece por meio da deterioração dos termos de troca em benefício das últimas.

Como já havia apontado Raúl Prebisch (2000) os efeitos dessa troca desigual consistem em impelir os capitalistas latino-americanos a reforçar métodos para extrair o trabalho excedente. Para compensar esse valor cedido gratuitamente, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho, pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o operário consiga repor sua força de trabalho. Isso consiste na superexploração do trabalhador e, de acordo com Marini (2011), é a essência do capitalismo dependente.

Trata-se de um modo de circulação próprio aos países dependentes, onde a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros. Aparece, então, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores, que são vendedores e compradores de mercadorias.

> (...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.(MARX apud MARINI, 2011, s.p., nota n° 30).

Enquanto para os países centrais a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O aumento dos lucros do capitalista leva ao aumento da demanda de produtos manufaturados supérfluos que só pode ser satisfeita por meio de importações. Esse consumo individual fundado no lucro é diferente do consumo individual fundado nos salários, que demanda bens produzidos localmente, da indústria tradicional.

Ocorre então, uma cisão do mercado interno em dois, um que demanda bens manufaturados importados de alta complexidade e que possui renda cada vez maior e outro que demanda bens de consumo popular que possui renda cada vez menor.

A acentuação das relações de comércio com os países centrais na América Latina impediu a criação de um mercado consumidor fundado nos salários ao estimular a superexploração do trabalhador. Sem demanda interna o mercado mundial se estabelece como única saída para a produção local, o que acentua ainda mais a situação desses países como dependentes.

Referências Bibliográficas

BORÓN, A. Teoria(s) da dependência. Realidad Económica, nº 238, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado e desenvolvimento industrializado. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOS SANTOS, T. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011.

FIORI, J. L. Desenvolvimento e dependência. Carta Maior, 29/03/2012.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, Vol. 2, nº 6, 1972.

FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. Pensamiento Crítico, Habana, nº 7, 1967

FRANK, A. G. Sociology of development and underdevelopment of sociology. In: CHEW, S.; DENEMARK, R. The underdevelopment of development: essas in honour of Andre Gunder Frank. Thousand Oaks Publications, CA: Sage Publications, 1996.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FRANK, A. G. Latin America: underdevelopment or revolution. New York: Monthly Review, 1969.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na indústria periférica. Revista de Economia Política. Vol. 1, nº 1, 1981.

KAY, C. André Gunder Frank: 'Unity in Diversity' from the Development of Underdevelopment to the World System. New Political Economy, Vol. 16, Nº 4, 2011.

LIMONGI, F. Fernando Henrique Cardoso: Teoria da Dependência e transição democrática. Novos Estudos, nº 94. 2012.

MARINI, R.M. Intercambio desigual y superexplotación : marxismo y sociologia. In: MARINI, R.M.; MILÁN, M. (Orgs.) La teoria social latinoamericana, textos escogidos. Ciudad del México: UNAM, 1994.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, J. Fuentes y tendências de la teoria de la dependência. In: MARINI, R. M.; MILLÁN. M. La teoria social latinamericana. Subdesarrollo y depdendencia. Tomo III. México: Edicionel El Caballito, 1999.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.
PEREIRA, G. O. A teoria da interdependência e do desenvolvimento associado: as posições de Cardoso e Faletto. Seminário Marx e o marxismo: teoria e prática. 2011, Niterói, RJ.Anais... Niterói-RJ: CEMARX, 2011.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre Economia Política. Zahar: Rio de Janeiro, 1974.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MODERNIDADE E NATUREZA NO BRASIL IMPERIAL: POTENCIALIDADES DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL (1854-1889)

Luca Leite[1]

Introdução Teórica

A questão ambiental, em escala mundial, é historicamente recente, e nos últimos 50 anos ganhou proporções antes nunca imaginadas. Estas últimas décadas foram marcadas por uma profunda mudança de nossa relação com o meio natural. A crise ecológica marcada pela expansão ao infinito do produtivismo capitalista, fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, extinção sistêmica e desenfreada de espécies da fauna e flora, e o surgimento de doenças desconhecidas.

Em 2020, infelizmente fomos acometidos pela chegada de um vírus, até então, desconhecido da humanidade: a COVID 19. O caos provocado pela pandemia exigiu da comunidade global uma série de políticas de quarentena e isolamento social. No momento da escrita deste artigo, depois de pouco mais de um ano de terror sanitário, o vírus em escala global começa a minguar, após desenvolvimento de vacina e da colaboração da comunidade internacional. Entretanto, o coronavírus ceifou mais de 4 milhões de vidas no mundo, no Brasil foram mais de 500 mil mortes e a situação ainda é delicada devido ao descaso e má gestão do Estado pelo governo Bolsonaro.

Dito isso, no último século, a humanidade se tornou ainda mais vulnerável a epidemias, graças a combinação de dois fatores: aumento da população e meios de transporte mais eficientes (HARARI, 2016). Soma-se a esses elementos a busca insaciável por lucro do capitalismo. Nesse sentido, o legado que o coronavírus deixa a nós seres humanos, é de que, embora pensemos que não, ainda pertencemos ao meio natural, e nossas ações frente a ele gerarão consequências.

Para o pensador indígena Ailton Krenak, a concentração de riquezas atingiu um clímax, de maneira que não existe mais dissociação entre gestão política e financeira do mundo. Isso porque os governos deixaram de existir e hoje, somos governados por grandes corporações. Para Krenak, fazer revoluções contra corporações é como lutar contra fantasmas (KRENAK, 2020), são instituições imaginas que só existem em nossa imaginação coletiva (HARARI, 2015).

Krenak ainda levanta uma crítica ao paradigma capitalista, citando o geógrafo Milton Santos, diz que a ideia de um outro mundo não poderia ser a repetição deste. Contudo, para muitas pessoas, na epistemologia ocidental, a ideia de outro mundo é apenas um capitalismo consertado.

> Em *Esferas da Insurreição,* Suely Rolnik diz que o capitalismo sofreu uma transformação tão grande que virou um necrocapitalismo; que esse capitalismo nem precisa mais da materialidade das coisas, pode transformar tudo em uma fantasia financeira e fazer de conta que o mundo

[1] Luca Araujo de Oliveira Leite. Acadêmico de História veiculado à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus de Paranaguá - Brasil. luca.leite.o.018@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> está operante, ativo, mesmo quando tudo estiver entrando pelo cano. É uma distopia [...] A mesma dificuldade que muita gente tem em entender que a Terra é um organismo vivo, eu tenho em entender que o capitalismo é um ente com o qual podemos tratar. (KRENAK, 2020, p.68-69)

Nesse sentido, sentimos cada vez mais a presença do meio ambiente em nosso cotidiano, seja por suas influências positivas ou consequências negativas. O meio natural faz-se presente em nossas agendas políticas, econômicas e educacionais. Essa legitimação externa da sociedade, em que a História Ambiental surge, pode ser percebida em, por exemplo, no crescente valor econômico que a biodiversidade adquiriu nos últimos anos, somando-se a isso as reais ameaças de extinção de muitas formas de vida. Incontáveis destas ainda desconhecidas e pouco estudadas, despertando atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas. Posto isso, podemos dizer que a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de estudo.

Essas mudanças sociais e medidas governamentais, lançaram nós historiadores frente a um problema epistemológico que requer um novo empenho analítico: a história do meio ambiente, ou, História Ambiental. Segundo Peter Burke, este "território não familiar" exige dos historiadores a elaboração de ferramentais teóricos novos, uma vez de historiadores estarem avançando em novos caminhos epistemológicos e se depararem com problemas de definição (BURKE, 2011).

O interesse pelo meio natural e as preocupações com a relação entre os seres humanos e as outras espécies costumam ser vistos como fenômenos do tempo-presente. O naturalista inglês Eric Ashby destaca que a mudança de atitude do homem frente à natureza modificou-se imperceptivelmente através dos últimos 100 anos. Em outras palavras "a mais importante revolução na sensibilidade desde a Segunda Guerra Mundial". (THOMAS, 1983, p.18)

Entretanto, como procuraremos mostrar nesta pesquisa, existiu no Brasil do século XVIII, e, sobretudo no XIX, uma expressiva tradição[2] intelectual preocupada com o ambiente natural. Essa problemática levantada por Pádua (2004) tem um reflexo regional nesta pesquisa, onde buscaremos verificar de que maneira o Paraná Imperial e o governo central se dedicaram à problemática ambiental.

Estas últimas décadas foram marcadas por uma profunda mudança de nossa relação com o meio natural. Para compreendermos estas mudanças devemos questionar nosso passado moderno. Uma vez que foi na modernidade em que grande parte dos antigos dogmas sobre o lugar do homem na natureza foram descartados e seu relacionamento com as outras espécies redefinido. Dessa forma, esse período constitui um fértil terreno para a História Ambiental produzir este debate acerca do nosso relacionamento com o mundo natural.

[2] "Não se trata, por certo, de uma tradição no sentido estrito do termo: uma doutrina básica transmitida ao longo do tempo. Utilizo o conceito de forma bastante ampla, indicando em primeiro lugar, a existência de um conjunto de preocupações, temas e ideias que foram retomados ao longo do tempo de forma recorrente e, em grade parte, acumulativa. Esse processo envolveu o estabelecimento de uma linguagem de pensadores onde, em muitas ocasiões, os autores mais recentes citaram os mais antigos, promovendo uma dinâmica coletiva de produção intelectual. Em segundo lugar, de modo ainda mais significativo, por ter sido possível encontrar, apesar das diferenças de forma e de conteúdo presentes em cada texto, um certo denominador teórico comum por trás de todos eles. Esse denominador comum entre eles, essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista. Em suma, profundamente enraizado no ideário iluminista herdado do século XVIII." (PÁDUA, 2004, p.12-13)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Donald Worster (1991), um dos pioneiros da história ambiental em língua inglesa, tem uma fala semelhante a Burke. De que esta abordagem seria uma "nova história", uma abordagem todo-inclusiva que, de certa forma, completaria o processo de transição de uma história política restrita às guerras e intrigas palacianas, para uma história que mergulha na experiência das pessoas comuns e, então, na própria terra de onde elas tiram suas. O geógrafo Diogo Cabral (2014) é de uma sensibilidade ímpar e nos ajuda a ilustrar as nuances do conhecimento epistemológico ambiental:

> É com razão, portanto, que alguns chamam essa nova corrente de "história dos mudos". Mas, se muitos desses personagens subalternos não podiam falar em português, havia muitos outros, tão ou mais subalternos que eles, que não podiam falar *em absoluto* – pelo menos não com palavras. Seres não humanos como árvores, capins, formigas, onças, capivaras, montanhas, solos e rios, embora tenham participado ativamente daquela fantástica empresa que foi a América portuguesa, nunca puderam dar o seu próprio testemunho dos fatos. Evidentemente, nunca poderão. Todavia, uma coisa é certa: esses seres se movimentam. Ao se movimentarem, eles se "registram", eles se "escrevem" em nós. "O transbordamento das coisas para fora delas mesmas, ao nosso encontro, nos outorga parte do próprio ritmo do mundo", escreveu o geógrafo Eric Dardel. A natureza é percebida pelos humanos "na medida em que ela 'vai passando', ou seja, num processo temporal; dai o 'livre movimento da matéria' ser parte da nossa cognição, tanto quanto nós somos parte da natureza e a percebemos sensorialmente". O mundo não humano "fala" simplesmente através de seu movimento. [...] Os não humanos, por mais "mudos" ou "silenciosos" que pareçam, possuem uma linguagem bem expressiva. Chamam e prendem continuamente a nossa atenção pelas impressões vivas que gravam em nossos sentidos, transmitindo-nos as condições dinâmicas de sua cognosociabilidade – e portanto, das nossas próprias possibilidades de existência e ação (CABRAL, 2014, p. 29).

Outro trecho que corrobora com Cabral é o do historiador José Augusto Pádua:

> Poder-se-ia usar a imagem de uma peça de teatro, em que o cenário serve de contexto passivo para o dinamismo contido na movimentação dos atores. A partir de certo momento, porém, o cenário começa a se movimentar e a se modificar de maneira intensa e surpreendente, forçando o reconhecimento da sua presença ativa. A peça passa a ser uma interação entre os movimentos do cenário e os movimentos dos atores. A diferença, em relação ao contexto científico contemporâneo, é que o cenário sempre esteve em movimento, tendo a mudança ocorrido na percepção subjetiva dos atores (PÁDUA, 2010, p.88)

Essa analogia do teatro nos ajuda a compreender que nosso pressuposto de "ambiente" é na verdade uma configuração dinâmica, e não um plano de fundo imóvel que nos serve somente como referência. Nossa vida é moldada à base destas relações, deste "teatro". Essa postura metodológica, de caminhar em terrenos epistemológicos não conhecidos, tem por fim recuperar um mundo histórico mais integral.

Em outras palavras, por fim,

> os historiadores ambientais não estão interessados em como a saga humana foi, aqui e ali, "perturbada" por azares climáticos e outros eventos e desastres "naturais", mas em demonstrar que aquele caminho foi, desde o começo e durante todo o percurso, construído em conjunto com outros seres. Chuvas torrenciais, tsunamis e terremotos, tanto quanto massapés, serras gerais e angiospermas, não "mudam" a história a história; eles são história. Outra forma de dizer isso, talvez até mais elegante, é que os humanos não "transformam a natureza", mas tomam parte, ao lado de outros seres no processo em que a socionatureza transforma a si mesma (CABRAL, 2014, p.28)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dessa forma, nosso objetivo aqui é, portanto, construir narrativas, onde, as florestas, os animais, os rios, solos e montanhas sejam entendidos e estudados enquanto sujeitos históricos, capazes de escrever sua história vista de baixo. "Lucien Febvre costumava dizer: 'a história é o homem'. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos" (BRAUDEL *apud* MOORE, 2003, p. 431).

Nesta comunicação, buscamos ilustrar as potencialidades metodológicas da Modernidade para a História Ambiental. A Modernidade e o estudos dos modernos em relação à Natureza chama particular atenção de nós historiadores ambientais. A Modernidade enquanto período histórico foi um momento marcado por mudanças que oferecem discussões sobre cultura e natureza. O meio natural passa por uma grande metamorfose de sentidos, em que grande parte dos antigos dogmas sobre o lugar do homem na natureza foram descartados e seu relacionamento com as outras espécies redefinido.

A respeito deste momento de mudanças, Donald Worster aponta que é muito comum que um historiador ambiental esteja em busca de estórias sobre mudanças para narrar. Mudanças nas atitudes das pessoas em relação ao mundo natural têm estado entre as mais dramáticas estórias descrita pelas pesquisas neste campo de estudo. A mudança da "montanha sombria para a montanha gloriosa por exemplo" (WORSTER, 2012, p.367).

Este terreno torna-se mais rico quando voltamos nossos olhares para as colônias. Historicamente o Brasil e a América Latina serviram de reservatórios de recursos naturais para os Europeus. Este cenário, mesmo após a "independência", é mantido sob *status quo* com outras nações, no XIX sob o imperialismo estadunidense por exemplo. Em suma, merece destaque a relação singular que o Sul Global desempenhou com o meio natural, tornando nosso debate extremamente fértil.

O sentido desta nova terra chamada Brasil, por exemplo, é veiculada à planta Pau-Brasil *(Paubrasilia echinata)*, sob propósito de que o Brasil era um imenso "pau-brasil", de uma rica natureza destinada a ser usada e explorada sem nenhuma preocupação além do ganho imediato. Portanto, o ato fundador do Brasil foi um projeto de exploração predatória mercantil da natureza, e este estigma está entranhado em seu próprio nome (PÁDUA, 1987). Em outras palavras, Caio Prado Júnior traz uma contribuição para esta discussão em:

> Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas de onde se extraía a preciosa madeira [...] foi rápida a decadência da exploração da exploração do Pau-Brasil. Em alguns decênios esgotou-se o melhor das matas costeiras [...] e o negócio perdeu-se o interesse. (PRADO JÚNIOR, 1979, p.25-27)

Nesse sentido, buscamos traçar um diálogo entre este período histórico e as políticas ambientais modernas. É muito comum associarmos a consciência crítica diante da destruição ambiental como um fenômeno do tempo-presente. Entretanto, como procuraremos pontuar nesta comunicação, existiu no Brasil do século XVIII e sobretudo no XIX uma expressiva tradição intelectual, de uma elite letrada, preocupada com o meio natural. As críticas desta elite, características deste momento da Modernidade, desenvolveram no aparata estatal algumas leis e decretos por meio de projetos de conservação e políticas ambientais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Introdução Contextual

Buscamos até este ponto, fazer uma contextualização teórica com a abordagem epistemológica escolhida. Assim, o Brasil Imperial é um momento de definição das primeiras bases jurídico-administrativas do então nascente Estado brasileiro. Posto isto, pensar as ações de exploração dos recursos naturais neste momento torna-se relevante na medida em que podemos compreender perspectivas da formação histórica brasileira e da postura do nosso Estado e sociedade frente ao mundo natural.

Pensando a relação dos colonos portugueses com o meio natural, verificamos que ao se instalarem ao longo da costa no século XVI, os portugueses foram com o passar dos anos, conquistando as matas e seus desafios, até o ponto de este modo de exploração se tornar inviável economicamente. Já em 1600, de acordo com os relatos de missionários jesuítas, muita da paisagem natural já havia sido completamente alterada e algumas espécies de aves não eram mais vistas (DEAN, 1996).

Esta tradição se inicia ainda na Colônia, com alguns poucos cronistas que se preocupavam com o desenvolvimento deste projeto colonial-mercantilista. Infelizmente este tipo de preocupação mais crítica com uma vida social mais orgânica à longo prazo no Brasil foi pouco cultivada no período Colonial.

Dessa forma, em 1786 foi o ano em que foi publicado o primeiro ensaio escrito por um brasileiro com reflexões políticas amplas sobre os problemas ambientais do país, dando início a tradição ambiental brasileira. Trata-se do *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil,* de Baltazar da Silva Lisboa (1786).

Seguindo essa linha de pensamento, em 1790, o patriarca da independência José Bonifácio (1965), escreveu *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. Esta primeira obra de Bonifácio conta com elementos teóricos que marcam o resto de sua trajetória: (i) a visão do mundo fundada na economia da natureza de Lineu; (ii) a defesa do progresso econômico como instrumento civilizatório; (iii) a apologia da racionalização das técnicas produtivas através da aplicação pragmática do conhecimento científico; (iv) crítica da exploração destrutiva dos recursos naturais (PÁDUA, 2004, p.134).

Este texto é interpretado por muitos como um texto ambientalista antes do tempo de emergência desta área. Bonifácio profetizou nestas páginas a ruína da espécie, pela pesca indiscriminada das baleias no período de reprodução. Uma leitura superficial da obra nos comove com sua sensibilidade, a estratégia dos caçadores era atacar os filhotes. Linhas poéticas descrevem o amor das mães pelos filhos, trazendo-os entre as barbatanas para amamenta-los, sacrificando suas vidas em vão, para tentar defendê-los. Essa maneira de caçar levava a queda brusca das populações de baleias, comprometendo as gerações futuras.

Ao lado dessas considerações de cunho sentimental, José Bonifácio salientava que "matar filhotes era um duplo desperdício. [..] eram magros ainda e geravam pouco azeite. As fêmeas em período de amamentação estavam igualmente mais magras" (1790). Nesse sentido, defendia com ênfase, portanto a criação de uma série de novas armações entre o litoral de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Vale ressaltar que esta não é uma obra de preservação ambiental tal como a conhecemos hoje, mas sim um consultoria econômica sobre as maneiras de torná-las mais rentáveis em longo prazo. Entretanto, Bonifácio inovou ao alertar para a responsabilidade humana e romper com o pensamento predominante de uma natureza inesgotável (Podcast *As quatro estações,* Duarte, 2018). Nesse sentido predomina nesta obra de 1790 a preocupação com os grandes lucros que Portugal deixava de obter por não fomentar suas pescarias, a exemplo do que faziam outras potências europeias.

O problema não estava na quantidade e sim na qualidade da exploração. A atividade baleeira, apesar de subexplorada, começava a dar sinais de declínio, gerando uma redução na população das baleias em algumas partes da costa brasileira. Para a Coroa, tratava-se do pior cenário possível, uma vez que a quantidade pescada era pequena, mas a qualidade dos métodos empregados era tão destrutiva que o recurso estava sendo dizimado antes mesmo de ser bem aproveitado. Esta é a grande máxima da conservação ambiental moderna que marca a tradição intelectual brasileira. Estes documentos nos revelam o choque entre "racionalismo arrogante dos intelectuais brasileiros retornados na Europa e a realidade brutal e destrutiva do empirismo predatório das práticas produtivas coloniais."

Para estes pensadores, a correta exploração econômica da natureza deveria partir do conhecimento dos sistemas da Natureza. Bonifácio como um seguidor de Lineu, aponta que estas baleias por exemplo, contavam com a "sabedoria do criador", e que tinham sido apropriadamente "destinadas a viver no meio do oceano". E que portanto, esta exploração deveria partir por meio da análise destas configurações fisiológicas e comportamentais de cada espécie. Apontando que o principal defeito destes feitores era a "falta de luzes" a respeito da economia da natureza.

Estes documentos chamam atenção dos historiadores ambientais e vale ser ressaltado, uma vez que é uma fonte datável, esse tipo de mentalidade é característico da Modernidade. Keith Thomas em *O homem e mundo natural* aborda essas mudanças de perspectiva em relação ao mundo natural, e afirma através de relatos setecentistas que:

> A espantosa ignorância do XVII com a sabedoria do XVIII. O conhecimento sobre o mundo natural, cresceu com 'rapidez inconcebível'. É ver que em um século lançou-se mais luz sobre esta ciência do que o que fora inferido no período precedente por cerca de 5700 anos. (THOMAS, 1983 p.124)

Dessa forma, o fato de no final do século XVIII estarem sendo discutidas no país ideias que se aproximam da reflexão ecológica contemporânea, indica que estamos diante de um fenômeno intelectual instigante (PÁDUA, 2004). Fato que depois de pouco mais de três séculos de exploração predatória e mau uso dos recursos naturais, a agricultura brasileira começa a dar sinais evidentes de que estava vivendo uma crise ecológica profunda (PÁDUA, 1998).

Nesse sentido, para compreendermos estas primeiras reflexões sobre a relação entre meio ambiente e seres humanos no Brasil, é necessário percebermos o cenário histórico no qual elas foram formuladas.

A gênese desse grupo de críticos ambientais brasileiros tinha epicentros institucionais bem definidos. Ao longo dos séculos XVIII e XIX um grande fluxo de jovens oriundos da elite social do Brasil destinou-se a universidades europeias como Coimbra e Lisboa, posterior à reforma de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1772, quando o ensino superior português começou a afastar-se do domínio da escolástica medieval, aproximando-se da filosofia natural e economia política que se desenvolviam na Europa. Durante esta reforma no governo de Marquês de Pombal (1750-1777) o iluminista italiano Domenico Vandelli difundiu novas concepções teóricas da ciência natural, divulgadas por Lineu (1707-1778) e Buffon (1707-1788) com a doutrina fisiocrata, defensora do progresso a partir da agricultura. Outro europeu que teve forte influência nos escritos de Bonifácio foi o renomado naturalista prussiano Alexander von Humboldt. Estes trocavam extensas cartas onde o brasileiro transcrevia e comentava a respeito das observações feitas pelo Humboldt em suas viagens pela América do Sul. Este relacionamento manteve-se ao longo das primeiras décadas do XIX, como revela testemunho de Emílio da Silva Maia, apontando para uma carta de Humboldt na casa de Bonifácio da década de 1830, manifestando seu desejo de vir ao Brasil (PÁDUA, 2004).

Humboldt morreu em 1859 aos 89 anos. A Europa das ciências naturais durante o século XIX borbulhavam com ideias humboldtianas. Muitos periódicos da época, depois de sua morte, noticiaram que morrera o "mais extraordinário" homem que já havia existido, e que tiveram a sorte de viver no que chamavam de "a era de Humboldt". Mais de duas décadas após sua morte, Charles Darwin ainda o chamava de "o maior viajante cientista que já viveu". Humboldt é extremamente relevante ainda hoje, uma vez que o conceito de Natureza humboldtiano foi incutida em nossa consciência como que por osmose. Era como se suas ideias tivessem se tornado tão evidentes que o homem por trás delas desaparecesse. Como definiu o rei prussiano Frederico Guilherme IV, Humboldt foi simplesmente "o maior e mais formidável de todos os homens desde o Dilúvio" (WULF, 2016, p.399)

Foi dentro dessa camada da elite que surgiram os primeiros críticos ambientais brasileiros. Jovens que tiveram contato e absorveram as concepções de filosofia natural, direito, economia e também o espírito pragmático e progressista que caracterizavam o Iluminismo europeu, podendo ser chamados de "geração ilustrada" luso-brasileira. Na Europa esses jovens tiveram contato com figuras que hoje conhecemos como os pais da ecologia moderna. Figuras como Domenico Vandelli, Lineu, Buffon, Charles Darwin e Humboldt. É relevante ressaltar que, a ecologia nasce nessa época a partir da preocupação com o fato de que tudo o que buscamos na natureza é finito (KRENAK, 2020) e nossos desejos são infinitos.

Surge do interior dessa elite intelectual, constituindo uma minoria dentro da minoria, os fundadores da crítica ambiental brasileira. Essa tradição crítica por sua vez encontrou sua expressão mais profunda e sistemática nas obras de José Bonifácio de Andrada e Silva. Suas reflexões e seu legado teóricos mais importantes, nesse sentido, foram o de estabelecer a existência de um nexo casual entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural, enfatizando a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial. Bonifácio pode inclusive ser considerado o fundador da crítica sistemática da destruição ambiental no Brasil (PÁDUA, 1997).

Em fala à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura em 1823:

> A Natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se esvalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos paramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros cometidos (ANDRADA E SILVA, 1962, p. 156).

Dessa forma, a politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado (PÁDUA, 2004). Na segunda metade do século XIX uma nova mentalidade, impulsionada pelos ideias de modernização e progresso econômico, formou-se sobre a natureza. Essa mentalidade se insere dentro de um contexto histórico mais amplo: a passagem do capitalismo para sua nova fase, o imperialismo. Esta nova percepção refletiu a concepção histórica da natureza como recurso e direcionou o olhar para formar uma paisagem composta de elementos com valor de troca.

Nossa pesquisa se insere dentro deste cenário, em que a Natureza passava por transformações epistemológicas. Três narrativas sobre a natureza, entre o XIX e início do XX, são caracteristicas dessa episteme: "um mundo de transformações na produção (segunda revolução industrial), dinâmica capitalista (imperialismo), e a estrutura social (urbanização crescente)" (HARUF, 2016, p.202-203).

Baseado nisso, percebemos que a função atribuída à Natureza nesta pesquisa liga-se ao que Donald Woster (1994) identifa como "espírito" do pensamento ecológico capitalista. De que: i) a natureza é vista como capital; ii) os humanos têm direito e obrigação de utilizar deste capital para seu constante progresso; iii) a ordem social estimula e legitima esse progressivo crescimento de riqueza pessoal. É importante ressaltar que estas ideias foram gestadas num momento específico para capitalização da natureza, ou seja, sua transformação em bem de capital.

A vista disso, o recorte do tema será dos anos de 1854-1889, em vista da nossa proposta de compreender o papel dos sujeitos não humanos dentro das políticas ambientais na Província do Paraná, em toda sua extensão. Nesse sentido, o Paraná se torna Província em 1854 quando é separado da província de São Paulo, e 1889 quando, após o golpe republicano, o Paraná se torna um Estado.

A análise da documentação legislativa consta como uma lacuna no campo de conhecimento da História Ambiental (PÁDUA, 2020). Dessa forma, escolhemos trabalhar com fontes oficiais, que consistem em um conjunto de normativas do Governo do Império do Brasil e da Província do Paraná. A politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado (PÁDUA, 2004). O Brasil Imperial é um momento de definição das primeiras bases jurídico-administrativas do então nascente Estado brasileiro. Nesse sentido, pensar as ações de exploração dos recursos naturais neste momento torna-se relevante para a história ambiental na medida em que podemos compreender perspectivas da formação histórica brasileira e da postura do nosso Estado e sociedade frente ao mundo natural.

É relevante ressaltar, entretanto, que esta pesquisa representa apenas um recorte do que foi a discussão ambiental no Brasil Império e no Paraná Provincial. O debate acerca da necessidade da preservação das matas, as discussões sobre os prejuízos econômicos da construção naval e civil causados pelo corte desproporcional de árvores, além das discussões sobre o clima e as secas,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ainda se estenderiam durante todo o XIX e posteriormente tomando novos rumos durante República.

Merece destaque também salientar o recorte que a escolha das fontes nos proporciona. Ao analisarmos as leis e decretos, fazemos, analisamos o fim de um processo. Perde-se o debate e a discussão que levaram à criação da lei. Essas discussões podem ser acessadas por novos historiadores através de outras fontes como atas de assembleias por exemplo. Somente reforçando que o campo é extremamente farto à pesquisas e que o presente relatório é somente uma fração do que pode ser levantado em pesquisas.

Metodologia

Baseado nisso esta comunicação pretende destacar uma proposta de pesquisa sobre as políticas ambientais empreendidas pelo Governo Central em torno da preservação do meio natural existente no Brasil. Tomaremos portanto, a Província do Paraná como espaço de nossas discussões, numa tentativa de compreender em que medida as decisões do Império ressoaram num contexto regional.

As fontes a serem utilizadas para a pesquisa tratam-se de fontes Primárias, Escritas, Oficiais e Seriais. A forma de apresentação é digital e, portanto de fácil acesso por meio dos sites do Arquivo Público do Paraná e na Câmara dos Deputados. Essas fontes consistem em um conjunto de normativas do Governo do Império do Brasil, que abrangem leis, decretos, decisões, cartas régias, alvarás e atos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e dos Ministérios. Também compõe esse rol de fontes as Leis e Decretos do Governo da Província do Paraná e os Relatórios de Presidente de Província. Esse conjunto de legislações e normas serão fundamentais para compreender como foram entendidas as propostas ambientais do Governo Central nas percepções dos primeiros presidentes provinciais do Paraná. Documentos históricos que nos permitem verificar projetos políticos e agendas oficiais de um Estado.

Deste modo, sendo foco da proposta o domínio socioeconômico sobre a natureza, a análise deste conjunto de fontes consistiu no levantamento de assuntos relacionados à exploração e apropriação dos recursos naturais. Assim os temas de destaque que foram usados como filtro na catalogação das fontes podem ser elencados em seis grandes categorias: extrativismo, agricultura, pecuária, águas, pesca e terra.

Dada a vasta quantidade de documentos e sua enorme quantidade de páginas, para a identificação dos temas relativos a política ambiental no conjunto da documentação que recolhemos, utilizamos o recurso de busca por palavras-chave. As palavras foram as seguintes: Corte; Madeira; Rios/Lagos; Natureza; Pau-Brasil/Pinheiro; Conservação; Queima; Gado/Pecuária; Pesca/Peixe; Minas/Mineração; Cultivo; Cultura; Plantação; Agrícola/Agricultura; Mato/Mata; Águas; Árvores; Matadouro; Lavoura.

Essa metodologia é proposta por Fabíola Sevilha de Souza em seu artigo "Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império", e tem por objetivo examinar as possibilidades analíticas e temáticas de trabalho dentro da História Ambiental no período Imperial brasileiro. Essa busca consiste pois nos resultados parciais da pesquisa de mestrado da mesma autora *Rios e*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Terras: história ambiental de Goiás (1822 – 1850). Em que foram analisados as Leis e Decisões do Governo do Império do Brasil e feito um mapeamento relativo às leis que envolviam a apropriação e exploração de rios e terras. A autora relata ter se deparado com uma riqueza de proposições e problemáticas caras a História Ambiental. Esse mesmo relato de riquezas quanto as fontes para estudos ambientais é encontrado em Pádua (2004).

Dessa forma, a autora expõe ao leitor, de que maneira o meio natural foi encontrado nos documentos analisados, e nos é revelado que os temas principais podem ser elencados em sete grandes categorias: abastecimento, terras, caminhos e transportes, administração, extrativismo, agricultura e pecuária. Foi a partir deste relato que montamos as bases do que viria a ser a planilha de catalogação.

Levantados os documentos e montada a problemática, a catalogação dos documentos foi feita através de três planilhas: uma destinada as leis imperiais, outra destinada as leis da província do Paraná e uma terceira destinada aos relatórios dos presidentes. As Leis e Decretos foram analisadas e catalogadas através das palavras-chave descritas acima e organizadas segundo as seguintes categorias: extrativismo, agricultura, pecuária, águas, terras e pesca. Nesse sentido, seguiremos para a análise, discussão e resultados do tema proposto, seguidas de nossas conclusões.

Considerações Finais

Hoje, podemos dizer que a "História" deu lugar a várias "histórias". Cada uma dessas histórias precisa de espaço para se desenvolver e traçar suas próprias narrativas. A História Ambiental propõem dar voz às narrativas de sujeitos historicamente subalternizados, devemos optar por ouvir e aprender com essas vozes. Por exemplo, os antigos *Sapiens* provavelmente não perceberam nenhuma conexão entre a caça anual aos mamutes – durante a qual eram mortos não mais de dois ou três - e o desaparecimento destes gigantes. São dessas vozes do passado, que acessadas por nós historiadores através das fontes, que devemos "de algum modo, tirar, com o auxílio da razão imperfeita, o que nós valorizamos e devemos defender." (WORSTER, 2012, p.384).

Nas páginas que se seguiram buscamos ilustrar metodologias e potencialidades de pesquisa por meio de algumas das repercussões das políticas fisiocratas em relação ao meio natural nos primeiros anos da Província do Paraná. A partir de uma análise comparada das políticas do governo central e das políticas regionais, foi possível verificar a modernidade presente nesses discursos. Ademais o caráter utilitarista da pauta ambiental na agenda política Imperial e Provincial, e de que maneira estas duas agendas estavam ligadas e se influenciavam.

É relevante ressaltar, entretanto, que esta pesquisa representa apenas um recorte do que foi a discussão ambiental no Brasil Império e no Paraná Provincial. O debate acerca da necessidade da preservação das matas, as discussões sobre os prejuízos econômicos da construção naval e civil causados pelo corte desproporcional de árvores, além das discussões sobre o clima e as secas, ainda se estenderiam durante todo o XIX e posteriormente tomando novos rumos durante República. Tal qual o debate ambiental tomou novas formas e sentidos, os sentidos de Modernidade se modificaram com o passar dos anos e tomou novas formas no século XX e XXI, uma vez que para Krenak, estamos viciados em Modernidade (KRENAK, 2020).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No Paraná, apesar de todas as leis e decretos a respeito do meio natural que foram analisadas no período Imperial, grande parte das matas e florestas do Paraná foram destruídas durante as primeiras décadas República, durante o ciclo do café, e não na colônia. Verifica-se aliás que o papel da colônia acabou por preservar as Araucárias paranaenses, até meados da Primeira Grande Guerra, quando cessaram as importações e o mercado de madeiras de baixa qualidade deu margem à exploração desordenada dessas madeiras (HAUER, 2010).

A partir dessas informações, procuramos destacar a importância das árvores e florestas, em geral, tiveram na história do Brasil. Desde a derrubada para a expansão das áreas de lavoura à uma mudança de mentalidade, com a defesa da conservação das áreas florestais para fins econômicos. Diante disso, buscamos portanto, contribuir com a rica discussão que vem sendo analisada pelos historiadores ambientais: a investigação acerca das influências da Modernidade no Brasil Imperial.

Referências

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta:** Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

DEAN, Warren, 1932-1994. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira; tradução C. K. Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **José Bonifácio e as baleias.** As Quatro Estações, 25/02/2018. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/47L6sVkG3aRubnJP61yrBR. Acessado em 29/07/2021.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Território, fronteira e natureza no Vale do Rio Doce.** In: FRANCO, J. L. A. (Org.); SILVA, S. D. E. (Org.); DRUMMOND, J. A. (Org.); TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiverisdade. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 2, p. 202-235.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus:** uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HAUER, Margit. **As florestas no Paraná**: um processo de involução. In: SONDA, Claudia; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). Reforma agrária e meio ambiente - teoria e prática no Estado do Paraná, Curitiba: ITCG 2010, p. 27-44.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MOORE, J. **Capitalism as world-ecology:** Braudel and Marx on environmental history. Organization and Environment, v.16, n.4, p.431-458, Dec. 2003.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888) – 2.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **As bases teóricas da história ambiental.** São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

_____ . **"Cultura Esgotadora":** a agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império – Estudos Sociedade e Agricultura, 1998.

_____ (org). **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERG, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. **Rios e terras:** história ambiental de Goiás (1822-1850). 2013. 214 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013.

_____ **Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império** – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOSRTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.** Estudos Históricos 4 (8), 1991.

_____. **Nature's Economy:** a history of ecological ideas. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **A natureza e a desordem da história**. In: FRANCO, J. L. A. (Org.); SILVA, S. D. E. (Org.); DRUMMOND, J. A. (Org.); TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 367-384.

WULF, Andrea. **A invenção da Natureza:** a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO E OS PROJETOS DE REORDENAÇÃO GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO BRASILEIRO

Luciene Pereira Carris Cardoso[1]

A partir dos anos 1930, significativas transformações afetaram a vida política, econômica, social e cultural da Nação brasileira, tais mudanças já se prenunciavam na década anterior, marcada pela crise do sistema oligárquico, a emergência do movimento tenentista, a comemoração do Centenário da Independência do Brasil e a realização da Semana de Arte Moderna em 1922. Ao mesmo tempo, as consequências da Primeira Guerra Mundial indicavam que o ideal cosmopolita cedia lugar a passos largos ao nacionalismo exacerbado. A busca pelas raízes brasileiras constituiria, assim, uma das principais preocupações dos homens públicos e letrados da época: "(...) seja através dos ideais da ciência ou da racionalidade (geração de 1870) da arte ou da intuição (geração de 1920), imbuídos de vocação messiânica, senso de missão ou dever social, os intelectuais se auto-elegeram sucessivamente consciência iluminada do nacional" (VELLOSO, 2003, p.148).

Em 1929, São Paulo rompeu com a tradicional "política do café com leite", ao indicar para a sucessão do presidente Washington Luís o também paulista Júlio Prestes. Os políticos de Minas Gerais, que esperavam a sua vez de ocupar a presidência da República, inconformados com a situação, formaram a Aliança Liberal. Com o apoio de políticos dissidentes e dos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba e das lideranças do movimento tenentista, a Aliança lançou as candidaturas de Getúlio Vargas para presidente e de João Pessoa, para vice-presidente.

A atmosfera de insatisfação se agravou com a vitória do candidato oficial Júlio Prestes. A acusação de fraude eleitoral, o assassinato do político paraibano João Pessoa e a crise internacional decorrente da depressão econômica de 1929 foram fatores que concorreram para deflagrar o golpe de outubro de 1930, que depôs Washington Luís e alçou Getúlio Vargas ao poder.

A Sociedade de Geografia de Geografia do Rio Janeiro, aliás, não se mostraria indiferente a essas questões políticas. Em que pesem as reiteradas manifestações de seus filiados sobre a neutralidade da ciência e das instituições científicas, a entidade revelou-se simpática ao movimento que pôs fim a Primeira República, entendiam a "Revolução" como um movimento de cunho popular. E poupavam críticas sobre aquele período anterior, considerado como "o máximo de federalismo hipócrita, em que a politicalha regional tinha criado, na exploração das massas populares incultas, máxime nas rurais, questões graves de soberanias locais em detrimento da unidade nacional". A historiografia costuma dividir a chamada Era Vargas em três fases: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

[1] Doutora em História Política (UERJ) com estágios pós-doutorais pelo Laboratório de Geografia Política da Universidade de São Paulo e pelo Departamento de História da PUC-RJ, pesquisadora do Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole da UFRJ. Correio eletrônico: lucienecarris@hotmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No primeiro, Getúlio Vargas iniciou o processo de centralização do poder, extinguiu os órgãos legislativos, suspendeu os direitos constitucionais e nomeou interventores estaduais, em sua maior parte, militares oriundos do movimento tenentista. A oposição às ações centralizadoras culminou na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. O movimento armado, entre julho e outubro, reivindicava a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte e o fim do Governo Provisório. As elites paulistas ansiavam recuperar o prestígio e o poder político perdidos, ao mesmo tempo em que cogitavam o separatismo. Em 1934, a Assembleia promulgou a nova Carta e o elegeu presidente da República, iniciando-se o Governo Constitucional. A segunda fase da "Era Vargas" caracterizou-se pelo espírito nacionalista. Entre outros dispositivos, a Constituição estendeu o voto secreto e obrigatório para homens e mulheres maiores de dezoito anos, consagram-se os direitos sociais dos cidadãos e instituía-se a Justiça do Trabalho, além de promover a nacionalização de empresas de seguros e das riquezas do subsolo e das quedas d'águas. Em 1935, diante de um ambiente de inquietação política advinda de manifestações de orientações ideológicas diversas, logo após uma sucessão de levantes de quartéis em diversos estados, o presidente decidiu impor determinadas limitações à cidadania: baixou a Lei de Segurança Nacional, passando também a exercer maior controle sobre o Congresso. Além disso, o movimento anticomunista fortaleceu o regime, que apoiado por determinados setores das forças armadas, conduziria o país a uma nova etapa na história do país, inaugurando a terceira fase do governo de Vargas em novembro de 1937, com o fechamento do Congresso, a implantação do Estado Novo e a adoção de uma nova Constituição de caráter autoritário.

O envolvimento das camadas cultas com o Estado Novo pode ser exemplificado pela atuação de Gustavo Capanema, ministro da Educação e da Saúde (1934-1945), que reuniu à sua volta uma constelação homens de letras e ciências. Cabia-lhes interpretar a brasilidade, uma vez que constituíam os formadores da opinião pública. Considerados a voz da sociedade, tais indivíduos faziam uma espécie de elo entre o povo e o Estado.6 Uma amostra desta simbiose pode ser identificada na edição do periódico oficial *Cultura Política* (1941-1945), diretamente vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda, e idealizado para promover as realizações do governo. Tratava-se de uma "revista de estudos brasileiros" destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas as quais atravessavam o país, e que agregou colaboradores de correntes ideológicas variadas, inclusive os modernistas, os quais: "adequavam-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstalavam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo" (GOMES, 1996, p. 39).

Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, nos regimes autoritários, a construção de uma cultura política, vincula-se fortemente à implementação de políticas públicas, que investem de maneira eficiente e consciente na busca de sua legitimidade (GOMES, 2007). No caso do Estado Novo, de acordo com a autora, o conjunto de medidas voltadas para a recuperação do "passado nacional brasileiro" revela uma dimensão específica de política pública em duplo sentido. No primeiro momento, buscou-se articular determinados setores do aparato de governo com atores sociais relevantes para a sociedade, a exemplo de artistas, de cientistas e de intelectuais. No segundo, delimitou-se o lugar de representação da nacionalidade, através da leitura e da valorização deste mesmo passado, por meio da formação de uma "cultura histórica". Segundo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ângela, o conceito de "cultura histórica" permite "compreender melhor o *quê* especificamente os homens consideram o seu passado e que lugar lhe destinam em determinado momento".

Na esteira das reflexões de Ângela de Castro Gomes sobre a cultura política, é possível inferir que ao lado da sua dimensão temporal, própria de uma "cultura histórica", uma sociedade também se empenha em definir o espaço físico que ocupa. Isto enseja o surgimento de uma "cultura geográfica", por assim dizer, capaz de estabelecer vínculos entre os indivíduos e o território pátrio. A categoria "cultura geográfica", aqui proposta, de um lado, articula-se com a cultura política do Estado Novo, de outro, aproxima-se com o que poderia ser delineado como o campo da geografia dos anos de 1930 e 1940.

Portanto, é viável supor que as políticas públicas desenvolvidas na "Era Vargas" levaram a um conjunto de ações sistemáticas, originando uma "cultura geográfica", que buscava responder às determinadas demandas, tais como: promover a reordenação geopolítica do Estado, por meio da promulgação de uma série de dispositivos legais, que culminaria com a chamada Lei Geográfica do Estado Novo; preservar a integridade do território nacional, por meio da demarcação e do povoamento de suas fronteiras; reverter os "vazios demográficos" e fomentar a ocupação ordenada do território; valorizar a população nacional em detrimento do elemento emigrante; criar órgãos públicos específicos voltados para a produção regular de conhecimentos geográficos, de forma a subsidiar as estratégias de gestão do território por parte do Estado; estabelecer um sistema geográfico nacional, promovendo a integração do Instituto Brasileiro de Geografia, fundado em 1938, com entidades do porte da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Clube de Engenharia e por último, organizar cursos superiores para o ensino da disciplina e a formação de quadros para o aperfeiçoamento e a difusão desse saber.

É evidente que para desenvolver essa "cultura geográfica" não se fez tabula rasa do passado. Procurou-se suporte nas experiências e estudos anteriores, empreendidos pela "prestigiosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que de longa data vem liderando no país as iniciativas e as realizações geográficas". Estabeleceu-se, assim, uma espécie de via de mão dupla entre os órgãos federais que reconheciam a contribuição do tradicional da agremiação, recebendo em troca apoio e colaboração na implementação dos seus programas de trabalho. Não houve, portanto, conflito de interesses entre a "associação de diletantes" e os novos organismos que seriam criados ao longo aos anos 1930, uma vez que o sistema geográfico pretendia integrar antigos e modernos.

Criada em 1883, a partir de uma cisão da Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, que desenvolveu atividades do lado de cá do Atlântico entre os anos de 1878 e 1888, inserida no contexto do movimento que estimulou a multiplicação de instituições congêneres na Europa e no continente americano, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi um dos espaços científicos que desfrutou do patrocínio de D. Pedro II. Nos seus primeiros anos, empreendeu um programa de trabalho que buscava responder às demandas do Estado monárquico, por meio de práticas científicas, direcionadas para o melhor conhecimento do espaço físico do Império e de seus habitantes. Apesar da queda da monarquia, em 1889, e das atribulações que sofreu com a instauração do regime republicano, a Sociedade permaneceu desenvolvendo atividades que pudessem auxiliar no aperfeiçoamento da sociedade, consoante o ideário positivista. Isto se observa nos temas e problemas abordados nas suas sessões, nos estudos e relatos de

experiências, nas homenagens e nas conferências proferidas por sócios e ilustres visitantes estrangeiros, a exemplo do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus (CARDOSO, 2013).

Tempos depois, a Sociedade perfilou-se junto ao governo instaurado em outubro de 1930, o que não é de se estranhar, quando se sabe que figuras atuantes dos seus quadros sociais apoiavam a Aliança Liberal, a exemplo de Raul Tavares, Bernardino José de Sousa, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Luiz Alves de Oliveira Belo, Liberato Bittencourt, Mário Augusto Teixeira de Freitas, José Matoso Maia Forte, Alexandre Emilio Sommier, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos e Thiers Fleming.

O período que se estende entre 1930 e 1945, não é demais repetir, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma "cultura geográfica" de cariz nacionalista, em que se observa forte incidência de trabalhos e de projetos voltados para a reforma geopolítica do território brasileiro. Neste sentido, a propósito da convocação para a Assembleia Constituinte, em 1933, a Sociedade de Geografia retomaria o debate a respeito da divisão administrativa do espaço nacional. Além disso, recuperou a discussão a respeito da demarcação das divisas interestaduais, uma vez que, os dispositivos do Decreto no. 20137, baixado pelo Governo Provisório, em 22 de junho 1931, para solucionar aquelas pendências com base no princípio do *uti-possidetis* ainda não havia sido posto em prática, "tendo predominado o espírito regionalista sobre o de brasilidade", de acordo com a opinião externada na Sociedade pelo sócio e comandante Thiers Flemimg (FLEMING, 1935, p. 19).

Aliás, Thiers Fleming (1880-1971), então oficial da Marinha, participou das negociações do acordo que poria fim ao conflito armado entre a população e os representantes do poder estadual e federal basileiro, denominada de "Guerra do Contestado". O conflito travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira que era disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Fleming ocupou cargos de destaque nas esferas militar e intelectual. Foi Ministro-Chefe do Estado Maior, sócio de entidades culturais e de representações da sociedade civil, tais como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Clube de Engenharia e a Liga de Defesa Nacional. Dedicou grande parte de sua vida aos estudos dos limites interestaduais.

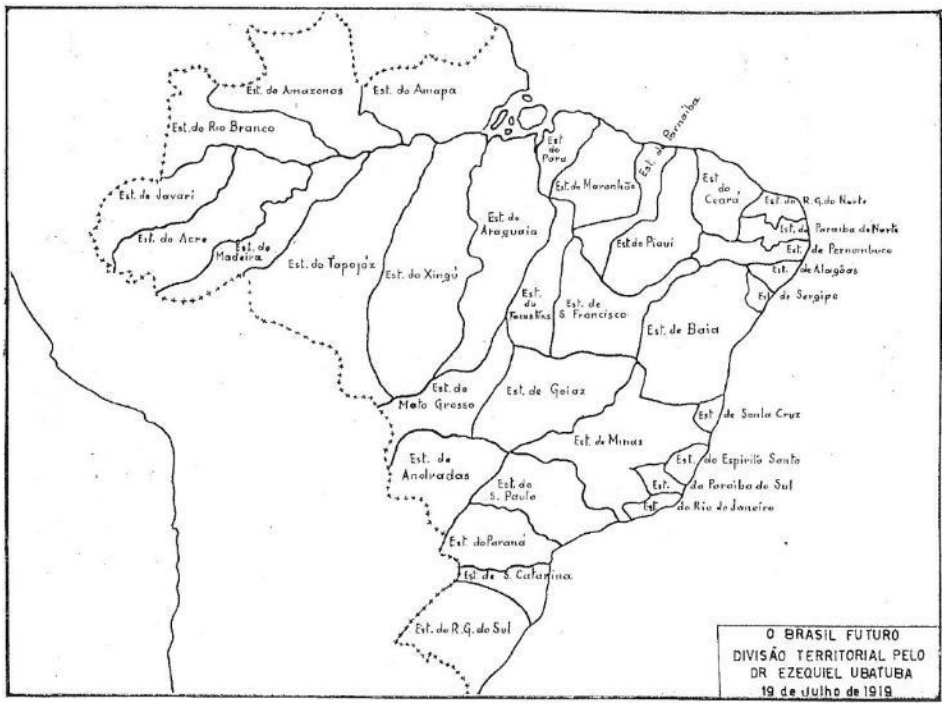
Seja como for, no entender do sócio general Liberato Bittencourt, professor e engenheiro formado pela Escola Militar da Praia Vermelha, as circunstâncias políticas se mostravam favoráveis para dirimir velhas pendências. O militar argumentava que, se geografia praticada até então no Brasil caracterizava-se pelo empirismo, "uma ciência pura de almanaque", esta abordagem tradicional estaria em vias de transformação, com o surgimento das "ideias revolucionárias", advindas do regime imposto em 1930 (BITTENCOURT, 1933, p. 71). Por conseguinte, para os filiados da SGRJ, que se autoproclamavam "construtores da nacionalidade", o governo forte instituído por Vargas dispunha de meios para a resolver aqueles impasses, eliminando certos regionalismos que constituíam um entrave ao desenvolvimento do país (PIMENTEL, 1935, p. 60).

De todo modo, vale a pena ressalvar que o desequilíbrio geopolítico entre as unidades administrativas da Federação já vinha sendo discutido na Sociedade de Geografia, desde 1919, quando o sócio Ezequiel Augusto Ubatuba expôs uma proposta de redivisão territorial. De fato, a desproporção entre as áreas dos estados, assim como as divergências sobre os seus limites físicos dificultavam a aplicação do sistema federalista. A Sociedade do Rio de Janeiro também voltou sua atenção para as questões demográficas e para a problemática do desequilíbrio da divisão territorial brasileira. No primeiro caso, deu publicidade

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aos resultados do recenseamento de 1920. No segundo, promoveu a discussão de um projeto de redivisão política do espaço nacional, elaborado pelo advogado Ezequiel Augusto Ubatuba.

Mapa 1
Divisão Territorial proposta por Ezequiel Ubatuba em 1919



Fonte: Thiers Fleming. Pelo Brasil unido e forte. Nova Divisão Territorial do Brasil. Rio de Janeiro, 1939, p.153.

O estudo de Ezequiel concluía que as desproporções entre as áreas das unidades da Federação - herança das capitanias do período colonial - constituíam um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Para equacionar o problema, idealizou uma reforma político-administrativa que, entre outros pontos, dividia o território brasileiro de maneira mais equânime, no seu ponto de vista, compreendendo trinta e cinco estados, além do Distrito Federal, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Andradas, Araguaia, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Javari, Madeira, Maranhão, Mato-Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba do Norte, Paraíba do Sul, Paraná, Parmahy, Pernambuco, Piauí, Rio Branco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santa Cruz, São Francisco, São Paulo, Sergipe, Tapajós, Tocantins e Xingu.

Complementando essa nova divisão territorial, Ubatuba cogitava ampliar o número de representantes por estado na Câmara dos Deputados. Sugeriu também a obrigatoriedade do imposto federal sobre a terra, e a proibição da tributação estadual sobre a exportação de gêneros agrícolas e de transmissão de propriedade (FLEMING, 1939, p. 153).

Em contraposição a um alegado "sentimento marcadamente regionalista", a Sociedade decidiu formar um grupo de trabalho com a finalidade de estudar um novo desenho político-administrativo para país

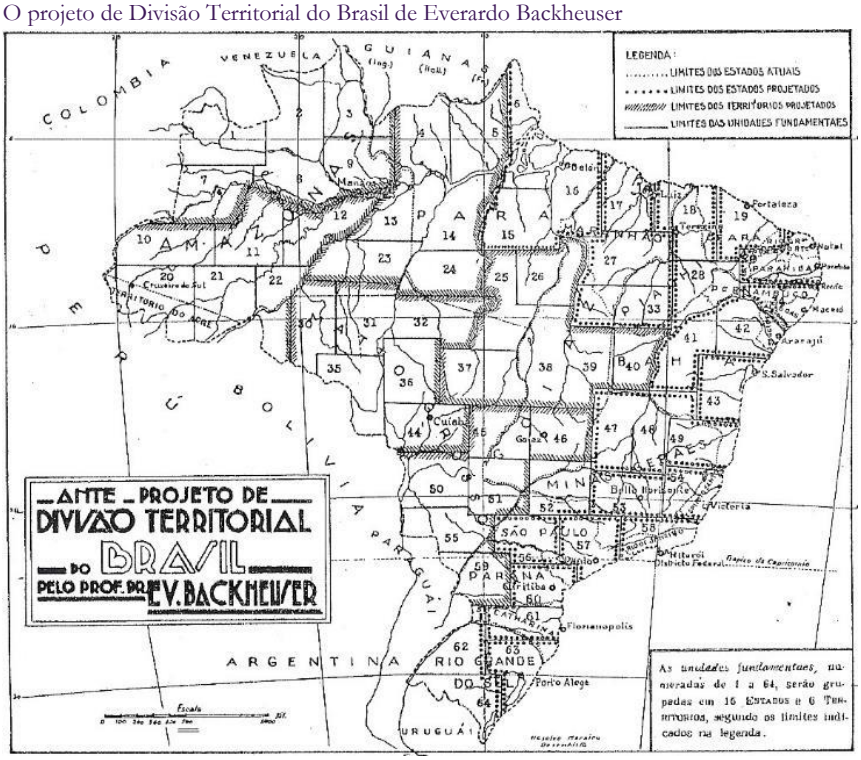
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

em 1933. Denominado de "Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal", o grupo seria coordenado por Everardo Backheuser, então vice-presidente da Sociedade de Geografia, e deveria somar esforços para "servir bem, sem o menor laivo e preocupação subalterna ou regionalista, os supremos interesses do Brasil". No fundo, buscava-se diminuir o poder das unidades mais expressivas da Federação, a propósito de promover o equilíbrio entre os estados.

A princípio, a "Grande Comissão" tomaria por base as reflexões de Everardo Backheuser, publicadas no livro *Problemas do Brasil: estrutura política, o espaço* (1933). Em particular, apoiou-se no princípio da equipotência "no qual se deveria fundamentar a divisão do país, de tal sorte que o território fosse repartido" (MIYAMOTO, 1995, p. 185), de maneira mais ou menos equivalente "em superfície, população e eficiência econômica". O país seria repartido em províncias e em territórios nacionais, cujos limites se definiriam cientificamente por meio de meridianos de paralelas.

A concepção de Backheuser, consoante o pensamento desenvolvido na Sociedade de Geografia desde a década de 1910, buscava fortalecer a unidade nacional em detrimento do regionalismo, no seu entendimento, "encará-lo para extirpá-lo como a França o extinguiu no século XVIII e como os Estados Unidos não lhe permitiram a formação graças a divisão nacional e lógica de seu território". Para Backheuser, o Brasil perdera duas excelentes oportunidades de resolver tais desequilíbrios: em 1822, na Independência e, mais tarde, em 1891, na Primeira Constituição Republicana. Não por acaso, o seu livro *Problemas do Brasil* veio a público durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1934, justamente quando se debatiam propostas de reordenamento territorial (FLEMING, 1939, p. 158).

Mapa 2
O projeto de Divisão Territorial do Brasil de Everardo Backheuser



Fonte: Fleming, Thiers. **Pelo Brasil unido e forte. Nova Divisão Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro, 1939. p. 159.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

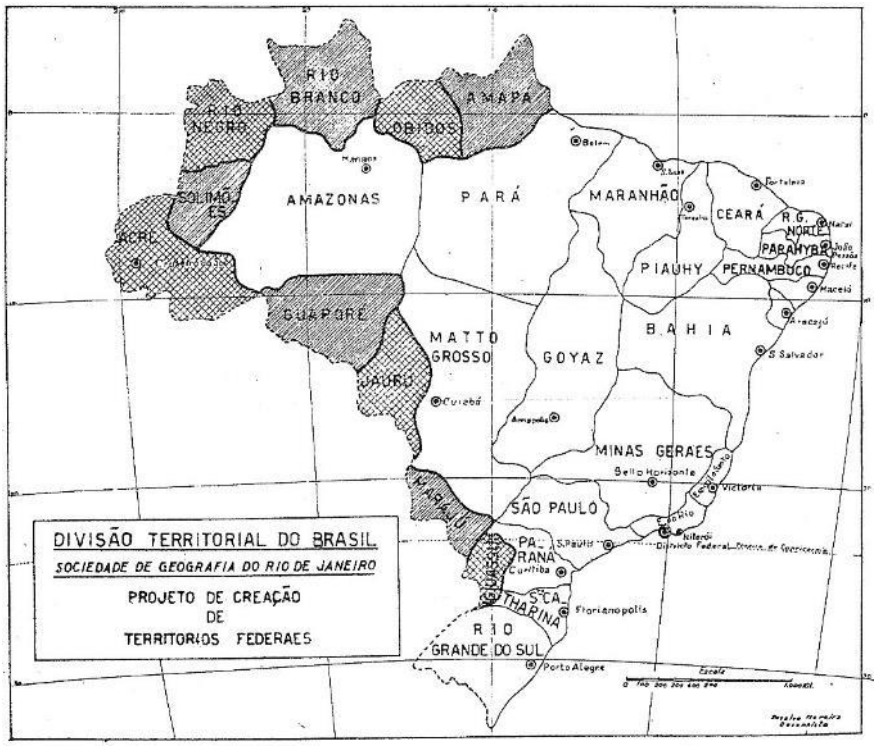
Na justificativa da sua proposta, Everardo Backheuser historiou as principais "tentativas racionais de subdivisão" do território brasileiro, e tomou como referência principal o *Memorial Orgânico* (1849-1850) de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. É importante ressaltar que Varnhagen havia identificado os problemas decorrentes da disparidade das áreas das províncias do Império e vislumbrou três projetos possíveis para resolvê-los. O primeiro inspirava-se no modelo dos Estados Unidos, cuja divisão era determinada por coordenadas geográficas. Todavia, o julgou inconveniente, pois tal modelo poderia recortar o país ignorando os acidentes geográficos. O segundo baseava-se nos limites naturais, enquanto o terceiro mesclava coordenadas geográficas com os talvegues dos rios. Para o Visconde de Porto Seguro, a solução seria dividir o país em vinte e duas províncias, adotando os limites naturais das linhas divisórias dos rios.

Além disso, de forma pioneira, Porto Seguro sugeriu transferir a capital do Brasil do litoral para o interior. Plano, aliás, que reapareceria em 1891, na Primeira Constituição Republicana, a qual previa a delimitação de uma área no planalto central de Goiás para que fosse erguida uma nova sede do governo federal. Para integrar a "Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal", a Sociedade de Geografia convidou instituições cientificas e culturais, além de órgãos técnicos do governo. Esperava-se, assim, receber subsídios de outros campos do conhecimento, como a história, a sociologia e a experiência militar, para redigir uma proposta consistente e de caráter científico, de modo a equacionar a assimetria das unidades políticas do país. Para que o projeto alcançasse os seus objetivos, era indispensável o fortalecimento dos laços entre os estados da federação, isto implicava na "ação unificadora da justiça e do ensino nacionais, das classes armadas bem aparelhadas, da exclusividade do hino e da bandeira da pátria, da multiplicação dos meios de circulatórios, da supressão dos impostos interestaduais e dos exércitos regionais".

Ao final dos trabalhos, a "Grande Comissão" propôs um mapa bem diverso daquele idealizado por Backheuser. Previa a adoção de um quadro geopolítico menos fragmentado, formado de vinte unidades federativas e dez territórios lindeiros, cobrindo praticamente toda a área de fronteira com as nações vizinhas, entre o extremo norte e o sudoeste do país, o que revela forte preocupação com a defesa da soberania nacional. Sugeria, ainda, substituir a denominação de "estado" pela de "província", de acordo com a tradição histórica da autonomia política nacional. Para legitimar tais alterações, a Comissão advertia para necessidade de se realizar uma campanha de esclarecimento junto à população, de forma a conscientizá-la da sua importância. Acreditava-se que o fracionamento territorial poderia enfraquecer a unidade nacional, mas para a Sociedade, "esse argumento procederia se a redivisão fosse feita violentamente, sem apoio do povo e das classes armadas, sem prévio trabalho de persuasão coletiva, com injustiças ou regionalismos parciais ("GRANDE COMISSÃO", 1933, p. 130).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mapa 3
Divisão territorial proposta pela "Grande Comissão Nacional" em 1933



Fonte: "Grande Comissão", **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, t. 37-38, 1933, p. 134.

No mapa concebido pela "Grande Comissão", da área do estado do Pará seriam desmembrados os territórios do Amapá e de Óbidos; da do estado do Amazonas, os territórios de Rio Bonito, de Rio Negro, de Solimões e do Acre; da do estado de Mato Grosso, os territórios de Guaporé, de Jaurú e de Maracajú. Além disso, entre os estados de Santa Catarina e do Paraná seria criado um território tampão, o de Iguaçu, ao qual se recomendava a maior atenção do governo, em decorrência da forte concentração de imigrantes estrangeiros na região e da importância econômica do rio Paraná. A demarcação dos limites entre aqueles dois estados constituía um tema de debate recorrente nas sessões da Sociedade de Geografia. O sócio José Arthur Boiteux cumprira missão especial de pesquisa na Torre do Tombo, em Portugal, quando levantou documentos para definir as linhas limítrofes entre aqueles estados ("GRANDE COMISSÃO", 1933, p.35)

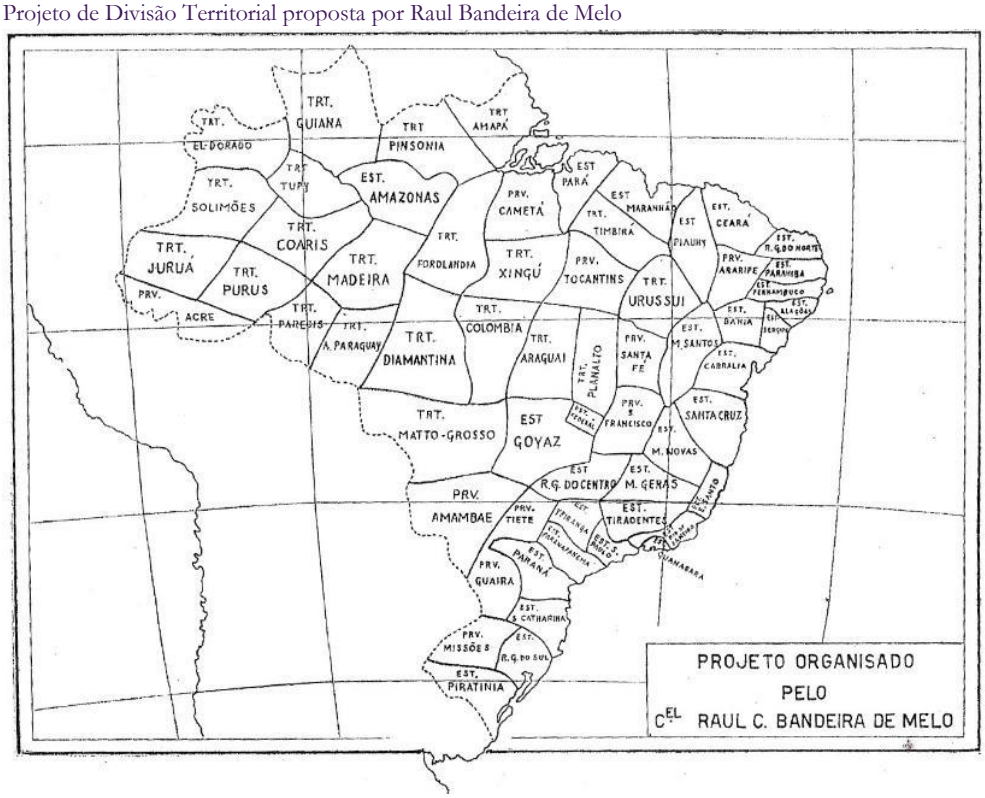
O contencioso se alongava desde o período imperial e acirrou-se durante a República com a chamada "Guerra do Contestado" que se estendeu de 1912 a 1916, em terras situadas entre os rios Negro, Iguaçu, Uruguai e a fronteira com a Argentina. É importante acrescentar que a disputa só seria resolvida em 1937, com o advento do Estado Novo, sendo Getúlio Vargas enaltecido na Sociedade como o "Deus-Terminus" das questões dos limites interestaduais.

Em relação à proposta da transferência da capital federal do litoral para o interior do país, a Sociedade de Geografia também se afastou do projeto de Backheuser. Recuperou o antigo Relatório da missão chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls (1894), que demarcou no estado de Goiás, uma área considerada adequada para erguer a nova capital da República, chamada de "Quadrilátero Cruls". Para a "Grande Comissão", novamente, prevaleceu a intenção de preservar a soberania nacional, já que a capital localizada em área central do país ficaria melhor protegida de possíveis ataques externos.

A consecução do plano elaborado pela Grande Comissão orientava-se por duas estratégias: a primeira cogitava separar os estados somente nas "partes despovoadas, decaídas, insalubres, longínquas, de difíceis comunicações"; e a segunda consistia em dividir as extensas regiões de fronteira, de "vida incipiente e progressista, mas carentes de policiamento, de instrução, de povoamento e de vigilância". Aconselhava-se efetivar a sua ocupação, por meio de medidas de incentivo à lavoura, ao lado da implantação de modernos meios de transporte, os quais permitiriam o escoamento da produção agrícola e garantiriam o contato permanente e rápido, com o governo central até então sediado no Rio de Janeiro.

Além do projeto da "Grande Comissão Nacional", outro esquema de divisão de unidades federativas seria submetido à Sociedade, em 1934, desta feita pelo tenente-coronel Raul Correia Bandeira de Melo, um dos integrantes daquele grupo e sócio da Sociedade. No ensaio geográfico "As novas subdivisões político-administrativas do Brasil", Bandeira de Melo sugeriu fracionar o território em setenta unidades, abrangendo trinta estados, vinte territórios, dez províncias e dez distritos.

Mapa nº 4
Projeto de Divisão Territorial proposta por Raul Bandeira de Melo



Fonte: Fleming, Thiers. **Pelo Brasil unido e forte. Nova Divisão Territorial do Brasil.** Rio de Janeiro, 1939. p. 129.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As inquietações manifestadas pelos integrantes da Sociedade com a divisão desproporcional dos estados e sua efetiva ocupação não pareciam infundadas. Em 1937, em sessão na Liga das Nações, o embaixador japonês, o Barão Shudo apresentou um indicativo para que as regiões desocupadas de todos os continentes passassem a ser exploradas, visando o bem comum de todos os povos, em nome da necessidade do "espaço-vital". Esta doutrina, por certo, constituía uma ameaça à integridade do Estado. Basta lembrar que em uma área que correspondia a apenas trinta e cinco por cento do território brasileiro concentravam-se noventa e três por cento da população, deixando evidente a sua fragilidade geopolítica (LOSANO, 2007). Acrescente-se a isso, o fato da diplomacia brasileira desde tempos coloniais defender o princípio do "uti-possidetis solis", ou seja, a posse efetiva do território se dava pela conquista e o respectivo povoamento.

Aliás, o fantasma de uma nova guerra já se fazia notar nas reuniões da Sociedade. Além das propostas de reordenamento interno do território formuladas por Backheuser, pela "Grande Comissão" e por Bandeira de Melo, passou-se a discutir a introdução de mais uma especialidade do conhecimento geográfico – a "geobélica". A nova disciplina seria defendida pelo mencionado coronel Bandeira de Melo, que procurava defini-la como uma área de estudos, destinada a aproximar civis e os militares, "com capacidade de aplicação compulsória nos misteres da segurança nacional e no respeito à nossa uniformidade linguística, a mentalidade militar atualizará a tática e a estratégia, mercê da impulsão que comunicarem ao binário geografia-operações militares" (MELO, 1938).

De qualquer modo, sabe-se que a noção de "espaço vital", uma das razões teóricas da deflagração da Segunda Guerra Mundial, constituiu uma das principais motivações que levariam a "cultura geográfica" do período Vargas a intensificar esforços para ocupar os vazios demográficos do centro-oeste, uma parte substantiva do território nacional quase despovoada. Neste sentido, o conhecimento geográfico serviria para o *aménagement* daquele espaço físico, sem falar dos seus fins estratégicos e militares (LACOSTE, 1989, p. 10).

Políticos e militares não escondiam sua inquietação com a integridade do espaço nacional ameaçada por interesses estrangeiros. A Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, repetia alguns dos dispositivos da Carta de 1934 como à propriedade do subsolo, tornando dependente de autorização federal sua exploração ou seu aproveitamento industrial, bem como o das águas e o da energia hidráulica. No Título relativo à "Segurança Nacional", o artigo 165 ampliava a faixa de fronteira de 100 para 150 quilômetros e restringia a utilização da mão de obra estrangeira.

Sintomaticamente, a Sociedade de Geografia divulgou um "Retrospecto" com a análise desses preceitos, acrescido de um comentário crítico do artigo 184. Este dispositivo extinguia as questões de limites entre os estados e determinava que o Serviço Geográfico do Exército procedesse às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até então sujeitos a dúvida ou litígios, ficando responsável pelas necessárias demarcações. De acordo com o parecer da Sociedade, o artigo carecia de regulamentação, pois se considerava que "as questões de limites interestaduais estão extintas, apenas, no texto escrito da Constituição ou no papel, em casos diversos, mas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

existem, em estado latente, no espírito pessoal que espera outra Constituição ou o não cumprimento do artigo 184" (SOCIEDADE DE GEGRAFIA, 1939, p. 87).

No entender de Getúlio Vargas, o território brasileiro se assemelhava a um "arquipélago de vazios demográficos", situação que poderia atrair a cobiça de outras nações. Para alterar esse panorama, o governo lançou a campanha da "Marcha para Oeste", iniciada em 1940. Buscava-se, assim, vencer os vazios territoriais e integrá-los à rede urbana, deslocando populações, abrindo novas frentes de ocupação, ampliando pequenos núcleos habitacionais existentes, de maneira a empregar os recursos naturais disponíveis ainda inexplorados.

Do ponto de vista simbólico, a "Marcha" retomava a tradição dos bandeirantes, os grandes heróis da conquista do território nacional. No âmbito prático, o avanço em direção ao oeste deveria contribuir para distribuir melhor a população, concentrada em determinadas áreas, desde a época colonial. O plano de penetração e aproveitamento do *hinterland* trazia as marcas da "modernização conservadora". Modernizar significava, sobretudo, reorganizar e ocupar o território, valorizando-o. Como se pode observar, a construção de um discurso sobre uma identidade nacional constituía uma figura central do imaginário político varguista (PANDOLFI, 1999).

No rastro da "Macha para o Oeste" e com base no conceito de região natural, em 1942, o Conselho Nacional de Geografia concebeu um novo mapa do território brasileiro, dividindo-o em cinco "grandes regiões": Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, sendo que a região nordeste se subdividia em nordeste oriental e nordeste ocidental, e a região leste, em leste setentrional e leste meridional. No ano seguinte, Vargas assinou o decreto-lei 5812 de 13 de setembro, estabelecendo cinco territórios federais, cuja gestão subordinava-se diretamente ao poder central: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia) na região norte; Iguaçu, na região sul; e Ponta Porá, na região centro-oeste. Cumpria-se, assim, a última etapa do processo, a chamada "Lei Geográfica do Estado Novo" (SOARES, 1940, p. VII).

Logo após o estabelecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi baixado o Decreto Lei n. 311, de 02 de março, a conhecida Lei Geográfica do Estado Novo de 1938, que determinava a ordenação da toponímia dos municípios brasileiros, evitando a duplicidade de nomes, regulamentando os limites interestaduais, bem como obrigava aos municípios a elaboração de cartas municipais para fins censitários. Previa-se preservar a integridade do território nacional, por meio da demarcação e do povoamento de suas fronteiras; reverter os "vazios demográficos" e fomentar a ocupação ordenada do território; valorizar a população nacional em detrimento do elemento emigrante; criar órgãos públicos específicos voltados para a produção regular de conhecimentos geográficos, de formar a subsidiar as estratégias de gestão do território por parte do Estado; estabelecer um sistema geográfico oficial, promovendo a integração do Instituto Brasileiro de Geografia, fundado em 1938, com entidades do porte da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Clube de Engenharia; organizar cursos superiores para o ensino da disciplina e a formação de quadros para o aperfeiçoamento e a difusão desse saber.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mapa 5
Divisão territorial do Brasil em 1944

Fonte: IBGE, **Conselho Nacional de Geografia**, Tiragem efetuada por ocasião da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, 1944.

Como se pode perceber, a nova configuração, em parte, acatava as proposições oferecidas pela "Grande Comissão" da SGRJ; os cinco territórios recém-criados se localizavam em "regiões de fronteira", de importância estratégica para o Estado brasileiro:

> a Sociedade teve o prazer de triunfar um dos seus projetos há muito cogitado, qual seja o problema da criação de novos territórios federais, problema esse encarado concretamente pelo governo da República, pelo decreto de 13 de setembro de 1943, que criou cinco novos territórios. Conforme deveis estar recordados, publicou em 1933 no tomo 38 de sua Revista e posteriormente em separata a redação final da matéria vencedora da "Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal", na qual era proposta a criação de dez territórios (RELATÓRIO..., 1944, t. 51, p. 99)

Referências

BACKHEUSER, Everardo, **Problemas do Brasil: estrutura geopolítica. O espaço**. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CAPEL, Horácio, **Filosofia y Ciência en la Geografia Contemporânea**. Espanha: Editorial Barcanova, 1983.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. São Paulo: Annablume, 2013.

FLEMING. Thiers, Pelo Brasil Unido. **Revista da SGRJ,** Rio de Janeiro, t. 40, 1935.

GOMES, Ângela de Castro**, História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____; PANDOLFI, Dulce & Alberti, VERENA (coords.,), **A República do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002.

_____: OLIVEIRA, Lúcia Lippi & VELLOSO, Mônica Pimenta, **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal**. Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: (1889-1938).** Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

LACOSTE, Yves Jean, **A geografia isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra.** São Paulo: Papirus, 1989.

LÓPEZ-ÒCON, Leoncio, Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au debút du XXa. Siécle. In: **Les Sciences Hors d'Occident au XXa. Siécle.** Paris: Unesco, 1994.

LOSANO, Mario G. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil. In: CANCINO, Hugo Cancino; MORA, Rogelio de la (orgs.). **Ideas, intelectuales y paradigmas em América Latina (1850-2000).** Xalapa (México): Universidad Veracruzana, 2007.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias Pátrias: Portugal e Brasil – 1875/1889**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MELO, Raul C. Bandeira de, As novas subdivisões da política administrativa do Brasil. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t. 39.

_____. **Ensaios de geobélica brasileira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil**. São Paulo; Hucitec, 2002.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1995.

PENHA, Eli Alves**. A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado do Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, Documentos para disseminação, 1993.

PIMENTEL, Waldomiro, Comentários sobre os projetos de redivisão territorial política do Brasil. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t.35, 1935.

SANTOS, Sydney M. G. dos, **A cultura opulenta de Everardo Backheuser: os conceitos e as leis básicas de geopolítica**. Rio de Janeiro: Carioca Engenharia S. A., 1989

SGRJ, Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t. 37, 1933.

SGRJ, Relatório das atividades da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de 1943. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t.51, 1944.

SOARES, José Carlos de Macedo. Prefácio. In: IBGE. **Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

UBATUBA, Ezequiel, O Brasil futuro. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OS IMIGRANTES NA REVOLUÇÃO DE 32

Luiz Eduardo Pesce de Arruda[1]

Introdução

Em 1930, um movimento revolucionário varreu o Brasil, levando Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório.

Após sua posse, Vargas viria a frustrar o proletariado ao revelar a incapacidade do novo governo de superar de pronto a crise econômica e a recessão, que eram fenômenos de abrangência mundial.

No campo político, Vargas renunciaria às promessas de modernidade, ao implantar uma ditadura: Por meio de Decreto[2], suspendeu a Constituição Federal, dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais, as Câmaras Municipais e transferiu as atribuições legislativas para o Poder Executivo. Estabeleceu a censura, adversários foram exilados, e políticos do antigo governo perseguidos e presos. Substituiu os governadores e gestores de organizações públicas por interventores federais, por ele nomeados, e passou a governar pela expedição de decretos.

A resistência contra a ditadura em São Paulo resultou no primeiro ato público pela volta do Brasil à ordem constitucional em 25 de janeiro de 1932. Na noite de 23 de maio as manifestações alcançaram o ponto de ebulição, resultando em conflitos de rua com saldo de quatro jovens mortos: Martins, Miragaia, Drausio e Camargo. Na manhã seguinte, criou-se uma organização secreta, cujo nome viria, nos dias subsequentes, a trazer as iniciais dos nomes dos quatro mortos: MMDC. Essa organização se incumbiria da mobilização logística e de voluntários. Cessara o diálogo das lideranças políticas paulistas com Vargas, até que a guerra eclodiu em 09 de Julho.

No cenário brutal da guerra, que perdurou até 02 de outubro, um dado chama a atenção. Um total de 634 mortos "paulistas"[3] foram contabilizados pela Comissão Pró-Monumento, organizada com o fito de erigir o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista. Fruto de um esforço notável, suas biografias foram reunidas no obituário "Cruzes Paulistas", editado em 1936.

Segundo pesquisa de MARQUES (2018), compulsando informações nesse obituário, sete dos que tombaram nasceram na Alemanha, 6 eram portugueses, 3 ingleses, 2 espanhóis, 2 italianos, 2 austríacos, 1 russo, um libanês, um húngaro e um judeu-húngaro.

Muitos desses combatentes eram veteranos da Grande Guerra de 1914-18. Vários dentre eles lutaram mesmo em trincheiras opostas. Em 1932, todos lutariam sob uma única Bandeira.

[1] O autor é coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo e doutorando no Programa de Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo

[2] Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930

[3] "Paulista", neste artigo, tem um sentido ideológico, não de referência à origem geográfica. Refere-se àqueles que lutaram incorporados ao denominado "Exército Constitucionalista" ou defendendo a causa constitucionalista, ainda que em outros pontos do território nacional. Civis tombados em território paulista, em decorrência da guerra, também foram assim classificados pelo autor.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Este artigo procura relatar sinteticamente o processo imigratório para São Paulo, o rito de passagem que foi 32 para os imigrantes, coroando sua admissão e assimilação pela sociedade local, cita a participação dos portugueses na guerra e o fluxo migratório forçado, que levou 140 líderes do movimento ao exílio em Portugal.

São Paulo , imigração e assimilação [4]

A ocupação original do território paulista por europeus, a partir do século XVI, foi realizada majoritariamente por portugueses e espanhóis, presença que se acelerou em face da União Ibérica. Esses imigrantes viriam a miscigenar-se com a população autóctone ainda nos dois primeiros séculos de colonização, promovendo um encontro de culturas que marcou profundamente o perfil étnico e demográfico e todo o modo de viver da população paulista.

Embora a presença de escravizados africanos fosse anotada em número expressivo no litoral brasileiro pelo menos desde c.1570, conforme relata GANDAVO (1980:p.43), aponta SOUZA (1980: p.175), que estudou os testamentos paulistas no período colonial, que os africanos eram raríssimos na economicamente pouco desenvolvida Capitania de São Vicente, nos primeiros séculos de colonização, apontando concretamente, apenas "uma negra da Guiné[5], casada com um índio, com um filho de peito e avaliados dois mulatos, seus filhos".

Com o advento da cana-de açúcar, no século XVIII, que deu base econômica ao café, introduzido em território paulista a partir de 1840, deparou-se com a indisponibilidade da quantidade necessária de mão de obra de escravizados africanos. Enquanto províncias historicamente opulentas, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco contavam com grandes contingentes de escravizados traficados da África, a pobreza de São Paulo não facultou a entrada, por várias gerações, de grandes contingentes desses escravizados na economia regional, pelo simples fato de que a aquisição de um escravizado apto para a dura labuta na lavoura e nas atividades de economia primária, era bastante cara.

Poucos anos se passaram desde que a riqueza contemplou São Paulo, e o tráfico de escravizados passou a ser severamente combatido pela Armada inglesa no Atlântico. Logo depois, a legislação brasileira adotou progressivas restrições à escravização de africanos e seus descendentes, obrigando os agricultores paulistas a romper tal paradigma.

O pragmatismo econômico, mais que considerações de natureza ética ou moral, levou os proprietários rurais de São Paulo a buscar alternativas mais sustentáveis. Daí o impulso à imigração.

O fluxo imigratório trouxe ao Brasil alemães, italianos, belgas, suíços, franceses, árabes do Império Turco Otomano, judeus do leste europeu e de Portugal e mesmo sulistas norte-americanos, empobrecidos pela derrota dos confederados na Guerra da Secessão.

Os portugueses – homens e mulheres, continuaram demandando, como faziam desde o período colonial, sobretudo para trabalhar nas áreas urbanas de São Paulo.

[4] Este capítulo teve por base principal o texto de (AMARAL, 1980). E TRENTO (1989)

[5] O termo genérico "negro da Guiné" é utilizado no período para diferenciar o africano do "negro da terra", indígena escravizado.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No caso brasileiro, e mais especificamente no caso da imigração dirigida a São Paulo no final do século XIX e primeiros 30 anos do século XX, a sociedade local caracterizou-se pela falta de sentimentos chauvinistas em relação aos estrangeiros.

O episódio conhecido como a "Questão dos Protocolos", em 1896, foi o único incidente de monta a perturbar o processo assimilatório estrangeiro em São Paulo no período.

Os portugueses, quer pela similaridade do idioma e de hábitos culturais, quer pela presença multissecular marcante na formação étnica da população local, rapidamente se adaptavam à nova condição de vida.

No caso dos italianos, observou-se a rápida integração do imigrante ao novo ambiente– do qual passou a participar primeiro como lavrador, depois como comerciante e artesão, operário e proprietário - fatos associados à facilidade com que os brasileiros acolheram os recém-chegados, adotando mesmo alguns dos hábitos e costumes trazidos pelos imigrantes.

Igualmente os árabes, dedicados ao comércio ambulante e mais tarde fixados em casas de comércio de secos e molhados em comunidades nascentes, assumiram uma liderança natural, que levou membros da colônia, em poucos anos, a serem eleitos vereadores e, depois prefeitos e deputados.

Mesclado à sociedade paulista, o imigrante deu o primeiro passo para assumir a liderança social e desligar-se, quase que por completo, de sua pátria de origem. Esse fato que preocupou, no caso dos italianos, os observadores enviados pelo governo, sobretudo despois da ascensão do regime fascista, que desaprovavam e lamentavam sua rápida desnacionalização e miscigenação.

Contra essa tendência irreversível, de nada valiam as exortações, os apelos patrióticos e emotivos dos representantes de um Estado que, em última análise, havia deixado o imigrante entregue a si mesmo.

Esse era um problema, aos olhos do observador estrangeiro, mais ainda em relação aos filhos de imigrantes: Cidadãos de suas pátrias europeias, pelo "jus sanguinis", e da América, pelo "jus soli", vivendo e trabalhando nos países onde haviam nascido, acabavam privilegiando a única nacionalidade sentida como verdadeira.

Se isso acontecia, a responsabilidade seguramente não podia ser atribuída ao governo, pelo menos no Brasil.

A Constituição Republicana de 1891 dispôs o seguinte:

> Art. 69 - São cidadãos brasileiros: ... 4 - Os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1891, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

A partir daí, dada a ocorrência da naturalização massiva de imigrantes, as autoridades locais não exerceram ostensivamente pressões para que os filhos de estrangeiros optassem por sua nacionalidade de sangue ou solo.

Desse processo rápido de assimilação, o Governo, quando participava, era de maneira discreta, especialmente na área da educação, insistindo no ensino do idioma português e buscando omitir, nas aulas dede Educação Moral, o local de nascimento dos alunos, ao tratar dos conceitos de "Pátria" e "Nacionalidade".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Isso não significava absolutamente que, sobretudo nos momentos marcantes da vida do país de origem, a velha identidade não aflorasse.
A iminência da eclosão da I Guerra Mundial em 1914, e o caminhar célere da Itália para incorporar-se aos Aliados (1915) fez florescer os antagonismos entre os italianos residentes no Brasil: que defendiam o intervencionismo e os socialistas e anarquistas, que combatiam com ardor "a guerra dos patrões", defendendo sua posição pacifista, embora constituíssem uma minoria.
Quando a Itália entrou na Guerra, a coletividade respondeu imediatamente: Só do Estado de São Paulo partiram 6.200 voluntários.
Ainda mais satisfatória e entusiástica foi a participação em eventos que requeriam apenas contribuições financeiras. Quando a Itália entrou na Grande Guerra, formou-se um Comitê "Pró-Pátria" que, em 1917, havia recolhido a soma considerável de 2.691.000 liras.
E enquanto a assimilação na esfera política se processava lentamente, no plano dos costumes, dos hábitos e da vida social o processo foi bastante ágil.
O encontro entre as culturas originou, sobretudo nas camadas populares, um processo reconhecidamente simbiótico, sendo que os casamentos inter-raciais também contribuíram para acelerar a assimilação.
E, enquanto na Itália crescia na década de 20 o ultranacionalismo, pela ascensão dos fascistas, diminuía no Brasil o interesse pela pátria de origem, sobretudo entre os filhos de imigrantes, que, por vezes, até mesmo escondiam suas origens, na tentativa de uma plena aceitação pela coletividade local.
No total, mais de 56% do total de 4,1 milhões de imigrantes chegados ao país entre 1886 e 1934, fixaram-se em São Paulo, marcando definitivamente a cultura paulista.

Os imigrantes como tema da propaganda e contrapropaganda

Com o início das hostilidades, a 9 de julho, a M.M.D.C., que já vinha atuando secretamente desde a manhã de 24 de maio, veio a público como organização ostensiva, instalando de imediato um posto de alistamento na Faculdade de Direito, colaborando na formação de unidades de voluntários para lutarem ao lado do Exército e da Força Pública[6].
Homens, mulheres e crianças acorriam em massa às sedes do movimento, oferecendo-se para serem enviados para o front ou para prestarem serviços.
Movimento de opinião pública marcado pela intensidade do emprego dos veículos de comunicação massiva – jornais, rádio, cartazes, medalhística, cinema, revistas – o levante constitucionalista, que eclodiu a 09 de Julho de 1932, foi palco diuturno de manifestações de personalidades expressivas da vida paulista – civis, militares, religiosos, representantes de populações de outros estados da federação – que não cessavam de proclamar ao restante do país a "unanimidade da causa em São Paulo".
As colônias estrangeiras, em uma proporção inédita, também aderiram com entusiasmo à causa. Como relata HILTON (1982: p. 227) dada a extensão da imigração em São Paulo, foi do lado constitucionalista que a presença estrangeira realmente se manifestou.

[6] Atualmente, denominada Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A contrapropaganda de Vargas, por outro lado, explorava essa suposta "unanimidade", buscando provar que, na verdade, estrangeiros radicados em São Paulo, interessados em separar São Paulo do Brasil, é que estavam estimulando essa luta fraticida.

Relata CARNEIRO (1989: p..329-320) que, de todos os pontos do país, tropas foram mandadas contra São Paulo, pretextando os interventores desses estados que "lutariam contra os italianos residentes na terra bandeirante, que pretendiam fundar ali uma colônia fascista, às ordens do Duce".

Está pacificado, presentemente, o entendimento de que esse argumento infundado, difundido pela propaganda de Vargas, produziu os efeitos esperados, quer entre seus aliados, quer exigindo grande esforço intelectual dos planejadores da propaganda paulista, para fazer frente a esse ponto, que fragilizava, perante a opinião pública nacional, a causa constitucionalista.

O envolvimento ou participação de estrangeiros no conflito, segundo HILTON, gerava preocupações, indagações, queixas, atritos e até ameaças.

Devido à extensão da imigração em São Paulo, foi do lado paulista que a imigração estrangeira realmente se manifestou.

Permeando a sociedade bandeirante em 1932, distribuídos pelas áreas urbanas e rurais, participando ativamente da vida local, os imigrantes e seus descendentes viram-se envolvidos no processo de protesto contra as atitudes do governo chamado de "ditatorial", amalgamados com a população autóctone.

Para a maior parte desses imigrantes, segundo TRENTO (1989), "o amor por sua pátria de origem se traduzia muito mais numa relação platônica, emocional, intangível, dedicando à nova pátria adotiva, até por pragmatismo, atitudes concretas de afeição e contribuição material", posto que sua pátria original representava, apenas, uma lembrança distante. Aqui suas famílias foram constituídas, ou se ampliaram, pelo nascimento dos filhos. Aqui cresciam e se multiplicavam seus descendentes.

MOORE JUNIOR (1987: p.660-661) traça em sua obra um modelo que nos permite melhor compreender o que ocorria no Estado:

> .... Como já se disse anteriormente, uma noção hegeliana da luta pela identidade, dentro e através de forças opostas, esclarece melhor os fatos do que uma análise limitada da situação econômica.
> Há sinais de um importante componente psicológico neste jogo de forças opostas: o alívio e a segurança de pertencer a um grupo com uma causa. Pertencer a um grupo pode salvar o indivíduo das ansiedades de cavar seu próprio lugar significativo no mundo, especialmente quando as chances reais de o conseguir são pequenas.
> Além disso, há a emoção de se ter um inimigo a quem se pode simultaneamente desprezar, temer e respeitar. Já houve fraternidade sem a ameaça de inimigos reais ou imaginários?

Embora MOORE JUNIOR teorize sobre outro momento histórico-social, as interpretações do autor coadunam-se, no caso, perfeitamente à interpretação da presença do imigrante como voluntário, combatendo pelas forças constitucionalistas.

Prossegue o autor:

> Para o trabalhador comum, a escolha era entre ir para a cadeia ou aderir. Para amigos, a decisão de resistir à excitação patriótica significava desgraça e ser insultado pelos companheiros; o oposto significava ser aceito numa fraternidade eufórica, mesmo que efêmera.... Um ato individual de desafio heroico significava perigo para o grupo como um todo e para todos que a ele pertenciam

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A luta, a par de mobilizar as famílias e associações comunitárias, era a grande porta de entrada, o rito de passagem, a prova de fogo para sua plena aceitação ao meio.
Amavam a nova Pátria? Pois provassem, submetidos à forja da guerra, ombro a ombro com os paulistas originários.
A fraternidade desperta pela presença do inimigo comum, cimentava as relações com os habitantes locais e a prisão e o desprezo geral eram reservados para aqueles que, eventualmente, hesitassem em escolher qual lado tinha razão.
Anarco – sindicalistas e traidores, ambos contribuindo para a derrota –os primeiros de forma passiva, os outros ativamente – foram parar na cadeia, quer por se recusarem a apoiar a causa, quer por ajudarem, pela dispersão de boatos, derrotismo ou mesmo sabotagem e espionagem, as forças de Vargas.
Notavelmente, os vínculos do imigrante – em geral fixados na região, sem laços expressivos com comunidades de outras regiões do Brasil – levou-o a apoiar com vigor e decisão a causa paulista.
A colônia portuguesa em São Paulo foi uma exceção, apoiando o movimento mesmo mantendo laços sólidos com a colônia portuguesa tradicionalmente radicada no Rio de Janeiro desde a época da Colônia e, política e economicamente, mais expressiva na sede da República que em São Paulo.
Quando eclodiu a luta, manifestaram- se os imigrantes, muitos deles, veteranos da Grande Guerra.
Na edição de 18/07 do "Correio de São Paulo", difundia-se ao público, em nota discreta, que se estava organizando uma unidade de assalto, composta por veteranos da Grande Guerra. O que se anunciava era que apenas brasileiros natos comporiam essas unidades, pois já se identificava, então, que a propaganda de Vargas iria explorar à exaustão a presença de combatentes "mercenários" estrangeiros nas fileiras constitucionalistas, justificando que o levante tinha cunho internacionalista, comunista e separatista.

O desenrolar dos combates, porém, mostraria que não apenas brasileiros natos, veteranos da Grande Guerra, iriam participar dessas unidades de assalto.
E "todos fizeram de São Paulo a pátria comum", disse PICCHIA (1933, p.70).
A luta, difundida pelos constitucionalistas como legitimamente brasileira e unionista, era atacada pela propaganda de Vargas como "separatista", "comunista" e repleta "de mercenários".
A assimetria educacional do público e a emotividade inerente à ambiência da guerra não ofereciam oportunidade para que os planejadores da comunicação paulista tentassem explicar e justificar, apenas tomando por base argumentos racionais, a complexa urdidura do tecido social local.
Optou-se então por uma técnica de ocultação, permitindo a censura que apenas atividades humanitárias desenvolvidas pelas colônias estrangeiras fossem veiculadas ao público.
Mesmo assim, nas vezes em que se anteviam iminentes problemas ligados à participação ativa de estrangeiros na frente de batalha, incorporados ao exército constitucionalista, o comando revolucionário adotava medidas enérgicas com vistas ao caso.
Relata HILTON (1982: p. 227-228) que o destacamento Trompowsky interrogou um civil vindo de São Paulo nessa época e soube por ele que a colônia germânica havia efetuado uma doação humanitária, várias "ambulâncias com chauffeurs alemães".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Realmente a 4 de agosto, uma comissão entregou à Cruz Vermelha 5 modernas ambulâncias completamente montadas e equipadas, guarnecidas por motorista, mecânico, enfermeira e médico socorrista, todos mantidos às expensas dos ofertantes.

Os propagandistas de Vargas imediatamente anunciaram o fato em programas de rádio– emissões que alcançavam inclusive o território paulista – provocando explicações constrangidas da legação alemã.

Os donativos à Cruz Vermelha em São Paulo – disse o ministro Hubert Knipping, em nota ao chanceler Mello Franco, eram um simples ato de "caridade e humanidade" e não significava intromissão nos assuntos internos do Brasil

A realidade, entretanto, iria comprovar a participação de imigrantes alemães na guerra que perderam a vida em combate, como Curt Mirwald, Walter Voss (aviador) e Willy Scheerschmidt, todos voluntários e imigrantes.[7]

O representante consular da Itália em São Paulo também interveio assiduamente para forçar o desligamento de italianos das forças constitucionalistas, para proteger as propriedades de cidadãos italianos em São Paulo (como as indústrias "Matarazzo", por exemplo), para assegurar as integridade de não combatentes envolvidos no apoio logístico ou para obter informações sobre, presumivelmente, ítalo-brasileiros que lutavam nas várias frentes, enquanto no Rio de Janeiro a embaixada servia de conduto para comunicações familiares com rebeldes aprisionados pelas forças federais.

Longe das discussões diplomáticas, porém, a participação dos estrangeiros, na luta e na retaguarda, era ativa e pode ser depreendida pela análise dos documentos que permanece à disposição dos pesquisadores.

Na carta abaixo, Maul José Mattar escreve da trincheira, a lápis e em um papel pautado rústico, a familiares de seu amigo Jorge Jafet. Em uma tradução livre:

> 09, agosto1932[8]
> De Cunha, trincheira de luta
> Caro amigo Antonio Jafet, ilustríssimo,
> Soubemos notícias da morte de meu amigo e seu filho Jorge Jafet. Na verdade, fiquei muito sentido com a morte dele porque o amigo era uma pessoa educada com muitos predicados. Deus quis que ele fosse para o outro mundo dos santos. Os meus sentimentos pela falta dele, os meus sentimentos à Senhora sua mãe e ao tio Jaber, maiores sentimentos quanto ao acontecimento.
> Maul José Mattar

[7] CRUZES PAULISTAS, 1936. p. 144, 439.

[8] Aäb, mês do Pai no calendário siríaco, correspondente a agosto no calendário gregoriano. Agradecimentos ao Reverendíssimo Sheik Hosni Abdelhamid, pela correta interpretação do mês em que a carta foi escrita, retificando a tradução original do documento em tela.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

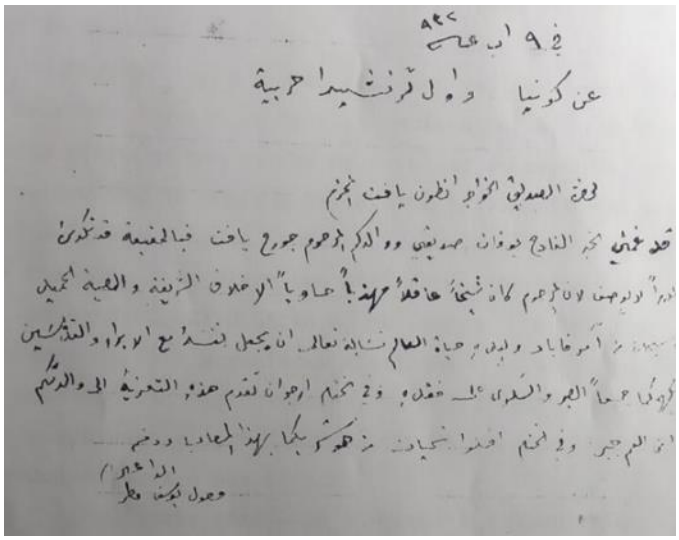


Figura 1: Carta de Maul José Mattar, 09/08/1932. Fonte: Arquivo Mário de Andrade - IEB/USP.

Anúncio fúnebre publicado na página 6 do jornal "O Estado de São Paulo" de 12 de agosto de 1932, convida para a missa de sétimo dia de Jorge Jafet em 13 de agosto, atestando que sua morte deu-se efetivamente em 07 de agosto.

Imigrantes na Força Pública

Desde o II Reinado, há evidências de alistamento de imigrantes no efetivo da Força.
Em seu estudo sobre a Polícia Militar no final do Império (então denominada Corpo Policial Permanente), ROSEMBERG (2010, P.133-139) anotou o engajamento, entre 1868 e 1886, de 74 portugueses. Entre 1886 e 1888 foram 21, fazendo dos lusos o segundo maior contingente de imigrantes no Corpo de Permanentes, superados apenas pelos italianos.
A presença cada vez mais acentuada de imigrantes no seio da instituição pode indicar sua admissão, em igual ritmo, na administração pública local.
No caso dos Permanentes, o fato ainda mais se tornava relevante, pela dificuldade em alistar habitantes locais, atendendo a fixação de efetivos anual, o que levava o governo a abrir vagas para os estrangeiros.
No caso dos portugueses, mais adaptados ao país que os demais imigrantes e tendo o domínio da língua, não se observavam arroubos xenófobos como os notados, por exemplo, em relação aos italianos (ROSEMBERG, 136-137).
Aos imigrantes, muitos deles jovens solteiros que cruzaram o oceano premidos pela miséria, desenraizados e com limitadas possibilidades de trabalho, muitas vezes restava perambular pelas ruas, sem tutela do patrão ou da família, em busca de um afazer qualquer, isso quando não se envolviam na prática de ilícitos.
Para esses jovens, desejosos de crescer socialmente e exercer uma atividade profissional estável e respeitada, o engajamento na Força era uma alternativa. Para muitos desses jovens, alistados no

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

início da República, a carreira foi promissora. O português Alexandre Gama foi coronel comandante do Corpo de Bombeiros, Francisco Júlio César Alfieri, que combateu como capitão voluntário pelo Exército italiano na I Guerra, foi depois coronel Subcomandante da Força Pública e o argentino Miguel Costa foi major da Força e general de brigada honorário do Exército, Comandante Geral da Força e primeiro titular da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo em 1931.

A espinha dorsal do chamado Exército Constitucionalista foi constituída pelos quase 9.000 homens da Força Pública do Estado de São Paulo[9]. Incorporados ao efetivo, um grande contingente de cerca de 22.000 voluntários civis, inclusive imigrantes.

Imigrantes também foram empregados em serviços de apoio, como motoristas, ferroviários, corpo de saúde, mecânicos.

Tombados na guerra

Conforme inserto na obra "Cruzes Paulistas", ao menos seis portugueses comprovadamente tombaram em operações de guerra, incorporados às forças constitucionalistas em 1932.

Dos nomes anotados em "Cruzes Paulistas" temos:

Albano José Pires – Nascido em 24 de junho de 1874. Imigrando para o Brasil, naturalizou-se brasileiro e constituiu família. Casado, teve cinco filhos. Ingressando na Força Pública, serviu no Corpo de Aviação e na Repartição do Material Bélico. Veterano da campanha de 1924, quando combateu pela legalidade, e da perseguição à coluna Miguel Costa-Prestes, foi designado para o Setor Sul, tão logo eclodiu a luta constitucionalista. Com anotações de bravura em sua fé de ofício, foi ferido na cabeça no combate do Fundão. Socorrido a Capão Bonito, morreu ao receber os primeiros socorros em 31 de agosto. Foi trasladado e está sepultado no Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista.

Antonio Amaro – Nasceu em Castelo Velho, Portugal, a 24 de abril de 1891. Casado**,** era naturalizado brasileiro, comerciante e proprietário em Tanabi, onde exerceu cargos públicos por várias vezes. Iniciada a luta, fez parte da comissão local do M.M.D.C. Querendo participar mais ativamente das operações, conhecedor da região do Porto do Taboado, serviu como guia para forças constitucionalistas do 1. ° Batalhão de São José do Rio Preto. A 12 de agosto seguia à frente da tropa, próximo ao córrego do Jacu queimado, quando uma força adversária atacou de surpresa. Ferido na cabeça teve morte instantânea, sendo seu corpo atirado ao rio Paraná pelos adversários, sem que pudesse receber sepultura.

Antonio Augusto – Nasceu no dia 12 de abril de 1908. Casado, teve uma filha. Era foguista na Estrada de Ferro Sorocabana quando eclodiu a revolução de 1932. Seus serviços foram requisitados e ele prontamente acedeu. Foi no seu posto de trabalho, no dia 08 de agosto, entre as estações de Muniz de Souza - Itapeva e Engenheiro Maia - Itaberá, que foi ferido nas pernas

[9]O decreto n. 4.847, de 22 de janeiro de 1931, fixou o efetivo da Força Pública em 8.627 homens para o ano de 1931. Em 1932 o efetivo permaneceu inalterado, pois não houve reedição do citado decreto. A Força Pública passou a denominar-se, após 1970, Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

por inúmeros disparos. Transportado ao hospital de Sorocaba, ali faleceu alguns dias depois. Foi sepultado originalmente em Itapetininga. Teve posteriormente seus restos mortais trasladados para o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista, em São Paulo.

José Pinto de Andrade Junior – Nascido em Vizeu, em 03 de novembro de 1898.Veio menino para o Brasil, fixando-se em São Paulo. Era casado e tinha duas filhas gêmeas. Engenheiro químico pelo Mackenzie College.

Apresentou-se voluntariamente para a luta e foi designado para o setor de fabricação de granadas de mão, na guarnição de Quitauna.

Depois de prestar relevantes serviços, foi vítima, a 28 de agosto, de uma explosão de granada, tendo o artefato detonado acidentalmente. Foi socorrido ao Instituto Paulista onde veio a falecer em 03 de setembro. Foi sepultado no Cemitério São Paulo e transladado posteriormente para o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista, em São Paulo.

Manoel Joaquim Villa D'Alba – Tinha 47 anos, Era casado. Depois de imigrar, assentou praça da Força Pública, onde servia como soldado no Corpo de Bombeiros. Foi elogiado individualmente por seus Comandantes em 1910, 1922 e 1929, conforme consta em sua Fé de Ofício. Seguiu para o Setor Norte, combatendo no "Túnel" até 23 de agosto, quando morreu instantaneamente, baleado na cabeça. Sepultado originalmente em Cruzeiro, teve posteriormente seus despojos trasladados para o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista, em São Paulo.

Manoel Martins – Nasceu em Funchal em 1899. Casado, quatro filhos. Veio menino ao Brasil, instalou-se em Casa Branca e empregou-se na Companhia Mogiana. Serviu como foguista voluntário no Trem Blindado que percorreu os trilhos da Mogiana, incorporado à Coluna Romão Gomes. Em 04 de setembro, num dos intervalos de batalha, entre Lagoa e Casa Branca, quando a locomotiva mantinha abertos eventos para entrada de ar, uma bala de fuzil veio a atingi-lo mortalmente. Sentindo-se morrer, as testemunhas relataram que não se lamentou de sua opção de participar da luta, mas dirigiu à sua família suas últimas palavras.

Teve posteriormente seus restos mortais trasladados para o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista, em São Paulo.

O caminho de volta: brasileiros exilados em Portugal

Outubro. A luta cessara. E os principais líderes do movimento permaneceram em suas casas aguardando ordens do governo provisório, que os havia reduzido pela força das armas. Convidados a se dirigir ao Rio de Janeiro, para lá se deslocaram. Presos na sala da "Capela", no presídio da rua Frei Caneca, aguardaram determinação do governo provisório, até que se decidiu por sua deportação para Portugal.

Depois dos primeiros exilados em 1 de novembro (esse primeiro grupo, a bordo do "Siqueira Campos", desembarcou em Lisboa em 18 de novembro de 1932), seguiram outros, em 30 de novembro e 04 de dezembro.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Foram deportados para Portugal, nesses três grupos, 48 oficiais do Exército, 03 da "Polícia de São Paulo" (Força Pública) e 53 civis – entre eles o governador deposto Pedro de Toledo, Arthur Bernardes e Borges de Medeiros.

Em 12 de dezembro, pelo vapor "San Martin", seguiu para o exílio Paulo de Moraes Barros, ex-secretário da Fazenda do governo revolucionário paulista.

Em 15 de dezembro, pelo vapor "Cuyabá", foram deportados para Portugal mais dois oficiais superiores do Exército, dois civis e o (sic) "doutor" (bacharel em direito e capitão da Força Pública) Romão Gomes.

Alojados em Lisboa, distribuídos pelo hotel "Metrópole", pensões, hotéis modestos e residências de amigos, vivendo por vezes com parcos subsídios coletados por damas da alta sociedade paulista, lideradas pela senhora Maria Dulce Magalhães Alves (LEITE, 1938: p. 21) e em contato permanente com seus conterrâneos, empenhados na preparação do processo constituinte finalmente desencadeado pelo governo Vargas, os exilados permaneceram em Portugal.

O ex-governador, embaixador Pedro de Toledo, ícone e bastião moral daquele grupo, foi alojado em um apartamento de dois cômodos no Hotel "Europa", na praça Luiz de Camões, em Lisboa. Dos parcimoniosos prazeres a que Pedro de Toledo ocasionalmente se concedia, descreve LEITE (1938, p. 36-44) incluía-se tomar um bom cafezinho ou realizar refeições fora do hotel "Europa". Dependendo de sua disposição física e dos recursos financeiros, podia fazer sua refeição no "Tavares" (mais caro) ou no "Fartabrutos", sempre acompanhado de alguns de seus amigos e antigos colaboradores.

Quase todos os exilados que puderam mandar buscar suas respectivas famílias, relata LEITE (1938: p.23-25), passaram a residir nos Estoris (Santo Antonio do Estoril, São João do Estoril, Monte Estoril) e em Cascais.

A facilidade de ligação dos Estoris e de Cascais com Lisboa permitiu aos exilados lisboetas que visitassem os confrades ali residentes.

LEITE (1938:p.21-22) elenca que, transcorrido alguns meses, 09 exilados, liderados pelo coronel Euclydes de Figueiredo e Batista Luzardo, deixaram Portugal rumo a Buenos Aires. Os chefes civis Francisco Morato e Álvaro de Carvalho deixaram Portugal e foram a Paris.

Dos frutos positivos do exílio, LEITE (1938: p.141) destaca o "entrelaçamento dos intelectuais de ambos os paizes".

É LEITE quem destaca que, da parte dos portugueses, "trabalhou-se no sentido de intercâmbio intelectual mais intenso e produtivo entre as duas Pátrias consanguíneas".

Recebidos com distinção nas Universidades, na Academia de Ciências de Lisboa e na Ordem dos Advogados Portugueses, homenageados pela Associação de Imprensa, foram os intelectuais paulistas convidados em várias ocasiões a proferir palestras a auditórios seletos, em companhia dos mais notáveis intelectuais de Portugal e a participar de eventos culturais, como na prestigiosa abertura da mostra da pintora paulista Guiomar Fagundes.

A Europa vivia o apogeu das ditaduras: Mussolini, Salazar em Portugal (que acolheu com gentileza os brasileiros), Stalin e Hitler, este ainda um personagem coadjuvante no cenário internacional, citado por LEITE, em episódio ocorrido em 1933 (1938: p.236) como "aquele austríaco de nascimento, o qual empolgara a grande nação alemã e punha, no momento, toda a França em pé

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de guerra pelos gestos insólitos dele, mal interpretados". O mundo, por certo, ainda não conhecia -ou não levava a sério - a extensão de seus planos sinistros e sua capacidade de arrastar o mundo à guerra e perpetrar o Holocausto.

Depois de quase um ano de exílio, chegava enfim a hora do repatriamento. Como as empresas de navegação, em Paris, não exigiam visto de autoridades diplomáticas para vender passagens, muitos adquiriram seus bilhetes mesmo sem visto, enquanto outros aguardavam a competente licença consular. Mesmos os que se arriscaram a retornar sem visto, na certeza de que seriam presos ao desembarcar ou obrigado a seguir viagem até o Prata, foram chamados nominalmente tão logo o navio aportou e comunicados que, autorizados pelo Ministro da Justiça, Antunes Maciel, poderiam desembarcarem livremente.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte ocorreram a 03 de maio de 1933. Em 28 de maio de 1934, às vésperas da promulgação da nova Constituição e das eleições presidenciais, foi assinado o decreto n.24.297, concedendo anistia aos revolucionários de 1932 e permitindo, dessa forma, o regresso de todos os remanescentes ao solo pátrio.

No dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição da República, retomando-se a democracia. No dia seguinte, Vargas foi eleito presidente constitucional. Esse período se estenderia até o golpe de novembro de 1937.

Dois exilados nunca retornariam ao Brasil: Haraldo Pacheco e Silva, a quem o governo provisório negou internação hospitalar ainda quando preso na "Capela", mandando-o seguir ao exílio mesmo doente, faleceu em Portugal. E Álvaro de Carvalho, cujos padecimentos se agravaram com o desterro, veio a falecer em uma estação de tratamento na Alemanha.

Durante a viagem ao exílio, o poeta Guilherme de Almeida destacou em crônica a única presença feminina a bordo do navio "Pedro I":

"Viaja conosco uma passageira clandestina de volta a Portugal, seu país de origem. Ela é a SAUDADE!"

Conclusão

O peso da imigração para São Paulo promoveu significativas mudanças no perfil demográfico paulista a partir de 1870, alcançando o ápice em 1930.

Por volta de 1932, a integração dos imigrantes à vida local já ia avançada. Fenômeno digno de nota, os imigrantes, particularmente os chegados a partir de 1886, encontraram em São Paulo uma mínima estrutura de apoio, conferida pelo governo estadual, associações e famílias de conterrâneos, igrejas e membros do grupo familiar emigrados antes. Sua contribuição também já se fazia notar, na oferta de mão-de-obra especializada e de serviços, antes indisponíveis em São Paulo, ao menos com a qualidade aportada pelos imigrantes.

A escalada da opinião pública em face do governo Vargas não poderia deixar de empolgar aqueles que já estavam assimilados – ou em avançado processo de assimilação - à vida local. No caso dos nascidos de primeira geração brasileira, a velocidade de integração era ainda mais veloz.

Assim, os imigrantes, em grande parte, não permaneceram alienados, mas contribuíram materialmente com o movimento, por meio de campanhas e doações, com destaque para a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

campanha do "Ouro para o bem de São Paulo"[10]. Mais que a contribuição material, porém, imigrantes apoiaram o movimento atuando nas oficinas de costura (as senhoras árabes, por exemplo, contribuíram costurando uniformes), nos hospitais, oficinas e nas "Casas do Soldado", sempre instaladas em cidades próximas ao *front*, onde o extenuado combatente que voltava da trincheira encontrava, 24 horas por dia à sua disposição, serviços higiênicos, alimentação e pousada.

Alguns imigrantes, sobretudo veteranos da Grande Guerra de 1914-18, também se voluntariaram a combater. Se, de um lado, sua experiência bélica era relevante, em um exército composto majoritariamente por civis, de outro sua presença constituiu um fator de atenção para o Comando Constitucionalista, preocupado que a propaganda de Vargas explorasse o fato, tirando a legitimidade do movimento, desconstruindo seus argumentos de brasilidade e explorando o fato de que havia contratado "mercenários estrangeiros" para lutar contra os interesses do Brasil".

A morte, as lesões e sequelas trazidas da luta e, principalmente, o estreito convívio das trincheiras com a população de origem local, fez de 1932 o grande rito de passagem para os imigrantes e seus filhos, na assimilação que fez deles paulistas e brasileiros.

E embora não tenham viajado voluntariamente a Portugal, 110 brasileiros, que haviam liderado a luta constitucionalista em 1932, refizeram, em sentido contrário, a rota dos imigrantes lusos, levando de volta à sua terra de origem, na bagagem, a saudade.

Referências bibliográficas

AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. Coleção Paulística, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo: 1980.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. 2 ed. Editora Record: RJ, 1989.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz** – Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo: Belo Horizonte, São Paulo, 1980.

GOVERNO DO ESTADO DE SÂO PAULO. **Recenseamento Geral do Brasil em 1920.** Volume 4, Parte 1: População por Sexo, Estado Civil e Nacionalidade. p. 867

HILTON, Stanley. 1932: **A guerra civil brasileira** coleção Brasil Século XX.- Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1982.

LEITE, Aureliano. **Episódios do exílio** – Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre: 1938

MARQUES, Sergio. **10 de julho de 1932, a partida da Força Pública para o front.....o Exército e os Voluntários Civis**. Artigo publicado em 10/07/2018 no Facebook do Museu de Polícia Militar de São Paulo. Consulta em 19 de agosto de 2018, 12:50h.

[10] Ver a respeito, por ex., OLIVEIRA FILHO, Benjamin. M.M.D.C.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MONTENEGRO, Benedicto (org.) e outros. **Cruzes Paulistas: os que tombaram, em 1932, pela glória de servir São Paulo**. Edição da Campanha pró-monumento e mausoléu ao soldado paulista de 32. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais: São Paulo, 1936.
MOORE JUNIOR, Barrington. **Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta**. Editora Braziliense, SP: 1987.

OLIVEIRA FILHO, Benjamin. **M.M.D.C**. Editora Schmidt: Rio de Janeiro, 1932.

PEREIRA, Antonio Carlos. **Folha dobrada: documento e história do povo paulista em 1932** – O Estado de São Paulo: São Paulo, 1982.

PICCHIA, Menotti del**. A revolução paulista, através de um testemunho do gabinete do governador.**- Empresa Gráfica Revista dos Tribunais: São Paulo, 1933.

PIRES, Cornélio. **Chorando e rindo...Episódios e anedotas da guerra paulista** - Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1933.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e de festim: Uma História da Polícia Paulista no Final do Império** - Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: São Paulo, 2010.

SOUZA, Washington Luís Pereira de. **Na capitania de São Vicente**. – Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo: Belo Horizonte, São Paulo, 1980.

SAFADY, Jamil, **Panorama da imigração árabe**. Editora Comercial Safady Ltda., SP: 1972.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. Nobel: SP, 1989.

SITES:

Governo Provisório suspende a vigência da Constituição. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a1republica.html. Acesso em 02/09/2019, 18:00h.

Pedro Manuel de Toledo. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-manuel-de-toledo. Acesso em 24/11/2021, 18:00h.
Mobilização Civil em 32 – As colônias estrangeiras. Postado em sexta-feira, 4 de agosto de 2017. Disponível em: http://mmdcstoamaro.blogspot.com/. Acesso em 06/09/2019, 19:22h.
Imigração-portuguesa-no-Brasil. Disponível em Wikipedia. Acesso em 20;/11/2021, 18:00 h.

ARQUIVO:

Arquivo Mário de Andrade – IEB/USP, São Paulo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

D. BRITTES OU D. BEATRIZ: MULHER, POLÍTICA, PODEROSA E NÃO RAINHA

Luiz José da Silva[1]

Introdução

D. Beatriz ou D. Brittes, como era chamada, membro da alta nobreza, neta de D. João I e do 1º duque de Bragança; sobrinha de D. Duarte e do 2º duque de Bragança; irmã de D. Isabel, rainha de Castela; cunhada de D. Afonso V e de D. João II de Castela; tia da rainha Isabel I de Castela; sogra de D. João II, 13º rei de Portugal e do 3º duque de Bragança; mãe de D. Manuel I, D. Leonor rainha de Portugal, D. Diogo de Viseu e D. João; avó do 4º duque de Bragança e do conde de Lemos na Galiza.[2]

Comentar que a infanta D. Beatriz era personagem importante na aristocracia e na complexa teia política portuguesa, desde que faleceu seu tio D. Fernando o 2º duque de Bragança, é simplificar[3] a trajetória de uma mulher que soube se impor diante das limitações impostas pela sociedade. Confirmar sua capacidade como administradora das casas ducais de Viseu e Bragança, é visualizar que as origens familiares não são justificativas para o sucesso desta matriarca, poderia ter sido uma pessoa apagada e sem brilho, distante da política e da economia como tantas outras e até mesmo assumir a frivolidade que era comum em mulheres e homens da alta nobreza. Estamos diante de uma mulher, política, poderosa e que nunca foi rainha, mas forjou sua própria história.

As tratativas de D. Beatriz junto a sua sobrinha D. Isabel, rainha de Castela, não teriam ocorrido por iniciativa própria, mas por solicitação do príncipe D. João com a concordância do rei de Portugal D. Afonso V. Identificar as ações da infanta que puseram termo a guerra, proporcionando a paz através do tratado de Alcáçovas-Toledo (1479), por consequência as Terçarias de Moura, conduz a uma reflexão na tarefa como embaixatriz e mediadora, portanto é um dos nossos propósitos. Justificar o comportamento político de D. Beatriz, que ao lado da rainha D. Leonor e irmã do falecido, não economizará esforços para que D. Manuel seja o sucessor de D. João II. Tal propósito deve-se a reação da infanta ao receber em Palmela os enviados de D. João II, o doutor Nuno Gonçalves e Gil Fernandes, que lhe notificaram a morte de seu filho, o duque D. Diogo, morto pelas mãos do monarca.

A busca por resposta a algumas questões como: em que momento uma mulher, esposa e mãe, despertou para uma nova e dura realidade, tornando-se uma destacada gerente dos bens da família, revelando dons que estariam escondidos, nos permitiu o tópico, *A Infanta administradora.* D. João

---

[1] Luiz José da Silva, doutorando em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro ´- PPGH/UERJ. Bolsista CAPES. E-mail: luizjosesilva909@gmail.com.

[2] COSTA, João Paulo Oliveira. Prefácio. In DÁVILA, Maria Barreto. *A mulher dos descobrimentos: D. Beatriz, Infanta de Portuga*l. Lisboa: Esfera dos livros, 2019.

[3] Não está em nosso propósito efetuar uma abordagem detalhada de fatos que não envolvem de forma direta ou indireta a duquesa D. Beatriz, apenas consideramos que não poderão ser inteiramente omitidos tais momentos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

II jamais foi favorável as Terçarias de Moura, se houve concordância para esta concretização, tal fato somente se justifica como necessidade política para encerrar o confronte com Castela; recorre a D. Beatriz, devido aos laços de parentesco com D. Isabel de Castela e por ter a muito percebido suas habilidades para o diálogo que deveria ocorrer a nível social, político e econômico. Reflexões a serem desenvolvidas em *Embaixatriz ou mediadora.* Aplicou seus dotes políticos interagindo junto a D. João II em prol dos duques D. Fernando e D. Diogo, também na reunião das Cortes de Évora-Viana (1481-1482) até a consagração de D. Manuel I como novo rei de Portugal, abordagem a ser efetuada *em Casas ducais de Bragança e Viseu na construção de um reinado venturoso.*

Infanta administradora

Logo a seguir a morte de D. Henrique, segundo Maria Teresa Coelho[4], o soberano concede ao Infante D. Fernando as ilhas da Madeira; as Açorianas e Cabo Verde; o senhorio sobre as terras de Besteiros; Lafões; Catam; Covilhã; a alcaidaria da Guarda; Tavira; Marvão; os direitos reais de Santarém; a judiaria; e a mouraria. D. Afonso V também entrega ao Infante D. Fernando o monopólio das saboarias, motivo de contestações por parte dos povos desde D. Henrique. A Ordem do Cristo e Santiago foram entregues ao infante, mas depois do seu falecimento retorna ao controle do rei. Estas propriedades são um breve relato dos bens que ficaram sob o controle administrativo de D. Beatriz.

A partir da morte de seu consorte, infante D. Fernando, D. Beatriz adquire realce no plano político do reino e das políticas atlânticas e durante "a governação de D. Brites, enquanto tutora de seus filhos menores, tutoria que lhe fora delegada por mercê de D. Afonso V, em carta datada de Lisboa a 10 de outubro de 1479"[5], colaborou para ampliar a liberdade de ação social, política e econômica da duquesa. A infanta assumiu no Atlântico o papel de herdeira do património do infante D. Henrique e é interessante constatar que a sua governação parece ter um carácter mais conservador do que os donatários anteriores, os infantes D. Henrique e D. Fernando. Não acreditamos que ela tenha despontando de repente, mas com o esposo ainda vivo se interessou por essas questões. Desta forma, assumiu o governo e a administração do patrimônio da Casa de Viseu e Beja, considerada como a maior Casa senhorial de Portugal. As suas ações governativas ocorreram sobre as ilhas do Atlântico, incentivando o povoamento e dedicou-se a uma maior complexificação da estrutura administrativa e fiscal, o que lhe permitiria um maior controle da arrecadação das rendas.

D. Beatriz se beneficia da importância do Oceano Atlântico através da comercialização de produtos como o trigo e açúcar que fluíam da Guine e ilha da Madeira. A exportação do trigo sob a gesta de D. Fernando ocorreria na década de 1470, embarcando o trigo por conta de um mercador catalão e posteriormente D. Beatriz firmaria contrato com Batista Lomelim pelo mesmo

[4] COELHO, Maria Teresa. *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia*. Porto: Universidade do Porto – FLUP – Faculdade de Letras, 2019.

[5] MARTINS, Maria Odete B. da Fonseca Sequeira. Poder e sociedade: a duquesa de Beja.Tese (doutorado) em História Medieval – Faculdade de Letras – Departamento de História – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4941/4/ulsd061765_td_tese.pdf.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

motivo.[6] A posição da infanta na alta nobreza adquiriu relevância política e econômica, a partir também das suas relações com seus familiares e muito pelo seu caráter firme e conservador.
O espaço político a ser ocupado por D. Beatriz no decorrer do reinado de D. João II, pode ser imaginado devido a sua presença no conselho régio, conforme observação de Saul Antônio Gomes[7], reunido no Porto em agosto de 1476, nas vésperas da partida de D. Afonso V para a França, solicitando auxílio de Luís XI (1423-1483) para tentar reverter o que se pode considerar como o desastre do Toro. O fato de D. Beatriz estar presente e ser a única mulher neste evento, representa sintomas de que sua participação política no cenário português antecede até mesmo a solicitação do príncipe D. João para sua mediação conciliadora para colocar ponto final nos embates com Castela.

Embaixatriz ou mediadora

Não é nosso propósito abordar a guerra entre Portugal e Castela, entretanto é necessário destacar que cronistas e historiadores ainda não chegaram a uma conclusão se realmente houve um vencedor. Aqueles que estudam monarquias portuguesas tenderão a explicitar, que o príncipe D. João conquistou o sucesso político nesta campanha. Segundo Manuela Mendonça, "a posição inconstante de alguns senhores castelhanos, apoiando alternadamente as pretensões de Afonso V e as de Fernando e Isabel ao trono de Castela, acarretou uma situação de instabilidade para ambos os reinos"[8]. O príncipe D. João deve ter percebido que o momento político lhe era favorável, chamou para si a responsabilidade das negociações de paz, indicando a infanta D. Beatriz de Portugal, tia da rainha Isabel de Castela, como sua representante para as negociações. Ambas se encontraram em Villa de Alcântara, em Castela, sendo este o início do processo e o acordo seria assinado pelo príncipe D. João, combinaram a paz referendada através do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479), no qual D. Afonso V e D. Joana renunciavam ao trono castelhano.
As Terçarias de Moura última etapa desse tratado foi o resultado das garantias solicitadas por Fernando de Aragão e Isabel de Castela, ficou acertado que "o infante D. Afonso, filho primeiro do Príncipe D. João de Portugal, tanto que fosse em idade de sete anos casasse por palavras de futuro, e em idade de quatorze anos por palavras de presente, com a Infante Dona Isabel filha maior dos ditos Rei e Rainha de Castela, [...]"[9]. Após este acerto casamenteiro bem no contexto da época, Antônio Carlos Martins Costa, explicita a conclusão deste acordo: "estabelecia-se que deveriam ser criados juntos, em Portugal, em zona de fronteira com o reino vizinho, sob a tutela da Duquesa de Viseu, D. Beatriz (confirmando, uma vez mais, uma grande comunhão de

[6] COELHO, Maria Teresa. *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia*. Porto: Universidade do Porto – FLUP – Faculdade de Letras, 2019.
[7] GOMES, Saul Antonio, *D. Afonso V o Africano*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.
[8] MENDONÇA, Manuela. . *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 145.
[9] PINA, Rui de. *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. In: SERRA, José Correa da. Colleção de Livros Inéditos de História Portuguesa: dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II. Lisboa: Academia Real de Ciências de Lisboa, 1790, Tomo I, p.592.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

interesses entre a Casa de Viseu e a rainha de Castela)"[10], um compromisso que prenderia ambos os reinos. Um questionamento surge em nossa reflexão: D. João concordou com este acordo? Ainda que estivesse na condição de príncipe, D. Afonso V deixava a administração do reino para total decisão de seu futuro herdeiro. Este tratado representava um limite as futuras ações do futuro rei de Portugal, uma vez que teria que mensurar suas ações em função da permanência de seu filho e único herdeiro sob a guarda compartilhada com os monarcas católicos na vila de Moura.

A relevância da participação de D. Beatriz no processo de destruição das Terçarias de Moura está em direta ligação com a retomada da força política de D. João II, que lhe permitirá agir contra as casas ducais. A constituição da monarquia portuguesa no início da Época Moderna, na fala de Antônio Manuel Hespanha[11], apresenta o peso de poderes inferiores, como o poder das câmaras municipais, o poder senhorial e as jurisdições corporativas, incluindo a presença dominante de conselhos e instituições eclesiásticas, gerando a diminuição e o enfraquecimento do poder real. Acrescenta-se que juristas a partir do pluralismo jurídico, tradicionalismo e casuísmo, elaboraram doutrinas jurídicas que favoreceram os poderes periféricos ante os poderes do monarca. É contra esta composição de forças contrárias que lutará D. João II pelos seus objetivos, que implicavam em uma centralização de poder, posteriormente discutido e explicitado em uma nova concepção de monarquia, caracterizada como corporativa. Todas as decisões que o monarca tivesse que tomar contra as Casas ducais de Bragança e Viseu, teriam que ser planejadas cuidadosamente, uma vez que o príncipe herdeiro D. Afonso estava sob a guarda de aliados de D. Fernando nas Terçarias de Moura.

Casas ducais de Bragança e Viseu na construção de um reinado venturoso

No decorrer das Cortes de Évora-Viana (1481-1482) a infanta D. Beatriz, representando os nobres que se sentiram prejudicados, devido a decisão tomada pelo monarca com relação a intervenção régia nas jurisdições senhoriais, escreve ao rei D. João II, conforme relato de Alvaro Lopes de Chaves:

> caso dos corregedores e justiça particularmente a mj senhor parece que Vossa Senhorja nom deuia de bolir com estas cousas acerqua destes porque será muj grande scandalo e deuia d esguardar que emquanto a estes sós foj dado este preuilegio elles usarão delle de tal guisa que Deos e os Reis erão seruidos e o Pouo contente e mantiudo em justiça (...) nom queira Vossa Senhoria nisto nem em al fazer cousas de guisa que uos por quam o amor que este he o milhor cabedal que os Reis deste Rejno sempre tiuerão de que se muj bem acharão, nem creja Vossa Alteza que uos dicer que façais mujtas nouidades, especialmente as que nom fizerão os Reis que ante vos forão (...) e prazerá a Nosso Senhor que uos leixara ser justo e perfeito e de todos mujto amado e por amor temid.[12]

[10] COSTA, Antônio Carlos Martins. *A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela*. 2011. p.137. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6785/1/ulfl118305_tm.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.
[11] HESPANHA, Antônio Manuel. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
[12] CHAVES, Álvaros Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina de B.N.L. Transcrição Paleográfica de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A duquesa exercendo os privilégios que sua posição como sogra do rei de Portugal e do duque de Bragança, utilizava-se como mãe da rainha e representante do maior domínio senhorial do reino, dos direitos e garantias que sua posição social lhe concedia e repreendeu D. João II, por todas as alterações efetuadas desde sua ascensão ao trono. Percebe-se a preocupação da infanta em manter a mesma política e ordenações deixadas por D. Afonso V, portanto não havia em suas intenções nenhum apreço por qualquer mudança ou reformas que beneficiassem o reino, isto é, os povos teriam que continuar ocupando o cargo de úteis serviçais.

As divergências políticas e a situação de endividamento do reino que se encontrava quase que totalmente nas mãos dos poderes senhoriais, colocava o monarca em conflito direto com D. Fernando, terceiro duque de Bragança. O momento político precisava ser bem trabalhado pelo monarca português, que para deter o avanço do poderio senhorial teria que agir contra aquele que sabia ser o líder, D. Fernando de Bragança e para isto organizou três embaixadas para extinguir as Terçarias de Moura. D. João conseguiu após esta terceira tentativa junto aos reis católicos, reafirmando o casamento entre o príncipe Afonso e a princesa D. Isabel. Todas as decisões que o monarca tivesse que tomar contra as Casas ducais de Bragança e Viseu, teriam que ser planejadas cuidadosamente, uma vez que o príncipe herdeiro D. Afonso estava sob a guarda de aliados de D. Fernando nas Terçarias de Moura.

Diante das condições imposto pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo, uma das condições implicava na estadia do duque Diogo de Viseu em Castela, como refém, enquanto durasse a estadia dos herdeiros D. Isabel e D. Afonso, filhos dos reis católicos e D. João II, respectivamente. D. Diogo passa parte do ano de 1482 em Castela, continuando D. Beatriz responsável pelos negócios da família. Segundo Maria Barreto Dávila, era de interesse de D. Diogo ter sob seu controle a Ordem de Santiago e D. Beatriz fazia pressão sobre D. João II para que concedesse a Ordem de Avis a D. Manuel, entretanto o monarca estava consciente do endividamento do reino, uma das heranças de seu pai e a necessidade de retirar o controle do reino que estava sob o poder das casas senhoriais, logo não atendeu as solicitações. Alegou o rei que o reino ainda se encontra muito endividado, também que pretendia posteriormente entrega a Ordem de Santiago ao príncipe D. Afonso e a de Avis a D. Manuel. Havia uma conspiração em andamento e o monarca não ignorava, tinha conhecimento das cartas trocadas entre o duque D. Fernando de Bragança e os reis católicos com o envolvimento do duque de Viseu, D. Diogo.

D. João II não ignorava que D. Beatriz havia anteriormente defendido os interesses da alta nobreza em relação a querela dos corregedores, manifestado posição contrária as suas decisões e estava ligada por laços de sangue e amizade aos duques de Viseu e Bragança, sendo mãe de um e sogra do outro.[13]. D. João conseguiu após esta terceira tentativa junto aos reis católicos, reafirmando o casamento entre o príncipe Afonso e a princesa D. Isabel. Extintas as Terçarias de Moura, em 1483, D. João II está livre, os laços que o impediam de seguir adiante em seu propósito de centralização de poder foram rompidos, podia concentrar suas atenções no duque de Bragança.

[13] NASCIMENTO, Denise da Silva Nascimento do. O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. 2009. 230 f. Tese (História Social) – Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As mortes dos duques D. Fernando e D. Diogo, principalmente a deste último foram marcos de uma oposição política contrária, a que D. João II tornasse seu filho bastardo D. Jorge seu sucessor. De acordo com Manuela Mendonça[14], o monarca português havia perdido nas tratativas junto ao papa Alexandre VI, por este ser próximo dos reis católicos, qualquer possibilidade de êxito nesta questão. D. Leonor, esposa e rainha de D. João II, não estava só no projeto de conduzir D. Manuel a legítima sucessão, contava com apoio direto de D. Beatriz e da irmã D. Isabel. Estas três senhoras tinham como denominador comum o ressentimento e dor pela forma como D. Diogo, duque de Viseu e Beja foi morto por D. João II, mas D. Leonor antes da perda do filho, D. Afonso, já cultivava a dor de ter sido traída pelo esposo e rei, ainda que Garcia de Resende[15] relate que no ano de 1490, após a morte da Infanta D. Joanna, o rei com consentimento de D. Leonor não somente trouxe D. Jorge para a Corte, como a rainha teria concordado em educá-lo. Considerando que o Príncipe D. Afonso estava vivo e indiscutivelmente seria o sucessor e herdeiro de D. João II, é possível que D. Leonor realmente tivesse se ajustado a esta circunstância. Ocorre uma mudança na postura da rainha, logo após a morte do príncipe D. Afonso registrada pelo cronista:

> El-Rei depois da morte do Príncipe deu logo carrego do Senhor D. Jorge seu filho a D. João d'Almeida, conde de Abrantes, e por tirar paixão a rainha sua mulher com a vista do senhor D. Jorge, lembrando-lhe a morte do Príncipe seu filho, (...), e tanto que depois que El-Rei lhe requereo, e muito apertadamente lhe pedio que o tornasse a recolher a sua casa, foi nisso tão dura e tão contraria, que recebendo por isso d'El-Rei muitos desfavores nunca em vida d'El-Rei o quis ver nem recolher[16].

Um questionamento é válido: os sentimentos favoráveis exteriorizados por D. Leonor em abrigar sob sua orientação o filho bastardo de D. João II, podem ser considerados autênticos? Entendemos que não foi apenas a dor da perda do seu único filho e herdeiro do trono português, a motivação para o repúdio narrado por Garcia de Resende, mas sentimentos outros, semelhantes aos vivenciados por uma esposa traída estavam como que amordaçados e foram libertados.

A doença do rei encontrava-se agravada, busca abrigo em Alvor, sendo acolhido na casa de Álvaro de Atayde, recebe a visita por algumas vezes de D. Jorge, sente a ausência da rainha e de seu primo e herdeiro por testamento, D. Manuel. Na narrativa de Rui de Pina[17], que é idêntica a de Garcia de Resende, o rei escreve uma carta solicitando a presença do seu futuro sucessor, que se apressa a ir ter com D. João II, porem no meio da viagem alegando ter recebido uma carta da rainha D. Leonor, que pedia sua presença por não estar se sentindo bem, o futuro rei de Portugal retorna à Alcáçovas do Sal. Esta motivação para não atender o chamado de D. João II tem sido motivo de contestação entre os estudiosos do tema, tendo o monarca falecido em 25 de outubro de 1495, com 46 anos e seis meses e reinado por 14 anos e dois meses. D. Leonor e D. Manuel

[14] MENDONÇA, Manuela. D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
[15] RESENDE, Garcia. *Chronica de El-Rei D. João II*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1902, Vol I, Cap. CXIII.
[16] RESENDE, Garcia, Opt. Cit., p. 124, Cap. CXXXIII.
[17] PINA, Rui. *Chronica D'El-Rei Dom João II*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. In: SERRA, José Correa da. Coleção de Livros Inéditos da História Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II – Tomo II, 1790, Cap. LXXIX.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

permaneceram em Alcácer ao lado de D. Beatriz e D. Isabel, irmã da rainha, durante todo o período de enfermidade e permanência do rei em Alvor.

De acordo com Maria Barreto Dávila, a restauração da Casa de Bragança foi uma das primeiras ações do sucessor de D. João II e por solicitação de D. Beatriz, que desta forma consolidava sua política de oposição ao falecido monarca. D. Jaime regressou a Portugal em maio de 1496, acompanhado por seu irmão D. Dinis e do seu tio D. Álvaro. "D. Manuel I levou os sobrinhos à câmara onde se encontravam a avó D. Beatriz, a tia, a rainha D. Leonor e a mãe, D. Isabel, duquesa de Bragança"[18]. É notável o papel que a duquesa de Viseu e Beja desempenhou a frente de sua Casa Ducal, seja no aspecto social, econômico e político. Observa Maria Barreto Dávila: "a longevidade da infanta D. Beatriz permitiu-lhe desempenhar um importante papel enquanto avó, não apenas na salvaguarda dos direitos da sua família, mas também como responsável pela criação e educação dos netos.

Finalizando, a infanta e duquesa de Viseu e Beja, uma mulher, política, poderosa e não rainha, viveu os seus últimos anos em Beja, a sua vila de eleição, ali estava sua corte senhorial. Faleceu em 1506, ocupa um lugar na História de Portugal.

Referências Bibliográficas

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489*). Códice 443 da Coleção Pombalina de B.N.L. Transcrição Paleográfica de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

COELHO, Maria Teresa. *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia*. Porto: Universidade do Porto – FLUP – Faculdade de Letras, 2019.

DÁVILA, Maria Barreto. A mulher dos descobrimentos: D. Beatriz Infanta de Portugal. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2019.

GOMES, Saul Antônio, *D. Afonso V o Africano*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006

HESPANHA, Antônio Manuel. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

MARTINS, Maria Odete B. da Fonseca Sequeira. Poder e sociedade: a duquesa de Beja.Tese (doutorado) em História Medieval – Faculdade de Letras – Departamento de História – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4941/4/ulsd061765_td_tese.pdf.

[18] DÁVILA, Maria Barreto. A mulher dos descobrimentos: D. Beatriz Infanta de Portugal. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2019, p.218.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

NASCIMENTO, Denise da Silva Nascimento do. O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. 2009. 230 f. Tese (História Social) – Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINA, Rui. *Chronica D'El-Rei Dom João II*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. In: SERRA, José Correa da. Coleção de Livros Inéditos da História Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II – Tomo II, 1790, Cap. LXXIX.

RESENDE, Garcia. *Chronica de El-Rei D. João II*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1902, Vol I, Cap. CXIII.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FRANTZ FANON: A IMPORTÂNCIA DE SEUS ESTUDOS EM SOCIEDADES RACISTAS A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE RACISMO E COLONIALISMO NA OBRA *PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS* (2008)

Luiza Helena Dias Braga[1]

Este artigo acadêmico procura conceber a compreensão e o aprofundamento da filosofia proposta por Frantz Fanon em sua produção bibliográfica. A respeito das obras escritas por Frantz Fanon, podemos lançar a lupa especialmente sobre *Pele Negra, Máscaras Brancas(2008),* com o propósito de aprofundar as concepções filosóficas do autor, demonstrando a sua argumentação a respeito do conceito de racismo e a relação que ele propõe deste conceito com a prática de colonialismo e suas consequências, enfatizando a contribuição filosófica fanoniana para as medidas de descolonização, tendo em vista que a análise sobre racismo realizada por Frantz Fanon, se desenvolve a partir de uma explicação de cunho emocional e também intelectual da relação de inferiorização e subjugação de um grupo social sobre outro grupo social, em meio aos mecanismos de colonialismo, destaca a c rueldade do grupo colonizador, e nesta relação de poderes, as determinações e consequências vividas pelos grupos colonizados.

Para apresentar Frantz Fanon, são fundamentais as contribuições do professor Deivison Mendes Faustino em sua tese de doutorado intitulada *Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil,* assim, Frantz Omar Fanon nasceu em 20 de julho de 1925, descendente de uma família de classe média de Forte de France, capital da Martinica, colônia francesa localizada no Caribe.

Aos dezoito anos, Frantz Fanon se alistou no exército francês durante a Segunda Guerra Mundial, em uma brigada antinazista do exército francês, contra a invasão alemã, seguindo o front de guerra na África do Norte e depois Europa, tendo antes de tudo, passado seis meses na República Dominicana em preparo militar.

---

[1] Luiza Helena Dias Braga possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2019), tendo experiência na área de Teoria da História, área em que atuou como bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPQ/UFRRJ. Integrante do LEAFRO/UFRRJ (LABORATÓRIO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS) por também ser membra do GRUPO DE PESQUISA AFROSIN (Afroperspectivas. Saberes e Infâncias), coordenado pelo Prof. Dr. Renato Noguera desde março de 2013, também foi indicada para representar o Grupo de Pesquisa Afrosin participando do Grupo de Pesquisa: The Cost of Opportunity: Higher Education and Social Mobility in the Baixada Fluminense, em convênio institucional entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ) e a Duke University/Global Brazil Humanities Lab(NC-USA).Integrante do LAPETHI (LABORATÓRIO DE PESQUISA EM TEORIA DA HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADES), onde participa do Grupo de Pesquisa CINEMA-HISTÓRIA, tratando principalmente, sobre a Teoria da História e a Produção Fílmica no Continente Africano. Participou como voluntária do Projeto de Pesquisa/Extensão intitulado "IDENTIDADES E EXPRESSÕES POLPULARES NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO: TERRITÓRIOS DA LITERATURA DE CORDEL" e continua a produzir nesses temas atualmente. E-mail de contato: luiza.helena.braga@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Posteriormente, Frantz Fanon retorna à Martinica no ano de 1945, como veterano de guerra, neste momento podem ser destacados seus pensamentos políticos e a aproximação com o intelectual Aimé Césaire, também nascido na Martinica, em 1908, e com retorno em 1939. Sendo importante lembrar que os dois intelectuais divergiam de pensamentos, inclusive no interior do pensamento marxista.

Nesse contexto, cabe mencionar de acordo com a Biblioteca Nacional da França, que em seu regresso, Aimé Césaire expressa a sua revolta pela condição de colonizado o que caracteriza a temática que desenvolve e marca seus trabalhos acadêmicos posteriores e na carreira política.

Em retorno a trajetória de Frantz Fanon, seguiremos lembrando-nos das palavras de Deivison Faustino:

> Neste período, Fanon engaja-se na campanha política de Aimé Cesaire para prefeito de Fort de France pelo partido comunista. A relação com o mestre marcou profundamente a sua maneira de pensar os problemas sociais: da relação – ora crítica, ora de adesão radical, à esquerda marxista (GEISMAR, 1972; MACEY, 2000) – à identificação da estética poética como caminho privilegiado para a autorreflexão filosófica (GORDON, 2015; HENRY, 2000a, 2000b), a presença de Césaire se fará visível na produção fanoniana, Fanon diferenciava-se dele, no entanto, no trato reservado ao movimento Negritude. É verdade, como argumenta David Caute, que o diálogo crítico de Fanon com a Negritude, se explica mais pela proximidade do que pela ruptura, mas a sua posição, marcadamente humanista, o levava sempre a apontar os limites essencialistas, culturalistas e particularistas assumidos pelo movimento. (FAUSTINO, 2015, p. 32)

Podemos perceber que o ano de 1947, toma destaque na vida de Frantz Fanon, pois demarca a sua escolha também para o viés acadêmico, após o falecimento de seu pai, Fanon decide ingressar em uma universidade francesa, e a princípio sua escolha seria medicina, no entanto ao julgar que o curso seria longo, opta pelo curso de odontologia em Paris, tendo pouco tempo na capital francesa Frantz Fanon muda-se para o interior da França, com destino em Lyon, iniciando seus estudos em psiquiatria forense.

Também neste período podemos destacar suas produções escritas, sendo algumas peças teatrais, nunca publicadas a seu pedido, o ensaio *Le plainte de Noir: L'éxpérience vécu du Noir* para o período Tam-Tam que também ajudou a fundar, no entanto, a dissertação recusada pelas convenções intitulada *Essai sur la désalienation du Noir,* a produção que mais tarde se dominaria *Peau noire, masques blancs,* traduzida no Brasil como Pele Negra, máscaras brancas, assim, apresenta e defende em 1951 outra dissertação para a conclusão do curso intitulada *Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'Hérédo-Dégenération-Spino Cérébelleuse. Um cas de maladie de Friedreich avec délire de possession.*

Em continuidade a seus estudos, Frantz Fanon realiza residência médica com o psiquiatra espanhol François Tosquelles, em Saint Alban, alguns estudiosos sobre Fanon apontam que a continuidade na residência com Tosquelles significa a possibilidade de encontrar respostas para os problemas sugeridos para o autor em *Pele Negra, máscaras brancas,* no entanto em 1953, os estudos são interrompidos por causa do concurso para o posto de Chef Servisse, sendo Frantz Fanon, aprovado.

Em sua atuação, merecem destaque as mudanças feitas por Frantz Fanon, inspirado nos ensinamentos de Tosquelles, especialemente, as que seguiram mudando radicalmente a relação de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tratamento dada aos pacientes, considerando o grau de sofrimento psíquico deles, determina a retirada da camisa de forças e a circulação de salas, bem como a introdução das reformas na estrutura do Hospital que dirigia (FAUSTINO, 2015). Nesse sentido, podemos destacar seu posicionamento político, produções escritas e reflexões, nesse contexto em 1954, iniciada a guerra de guerrilha, o intelectual se posiciona contra a França.

Outro elemento a ser destacado diz respeito à sua atuação no I Congresso de Artistas e Escritores Negros, cuja comunicação resultou no texto *Racismo e cultura,* publicado no livro *Em defesa da Nação África,* mesmo já sendo colaborador da Frente de Libertação da Argélia (FNL).

Ainda em relação ao I Congresso de Artistas e Escritores Negros, podemos destacar o estabelecimento de contatos com militantes revolucionários do continente africano, tendo destaque Jacques Rabemanjara e Mario de Andrade, no entanto, ao retornar a França, sua situação ficaria a cada dia mais acirrada e insustentável até que a sua escolha fosse oficialmente pela revolução.

Segue então para Lyon, encontrando-se com intelectuais como Francis Jaeson, Claude Lanzmann, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, podendo agir como militante revolucionário.

No entanto, no decorrer de 1960 a militância mostra a ele a face decorrente do ódio das forças coloniais francesas e norte-americanas ou até mesmo das elites do chamado terceiro mundo, em dois atentados contra a vida de Frantz Fanon.

Neste mesmo período, em missão do Mal pela GPRA foi acometido por esgotamento físico e diagnosticado em Túnis com leucemia, sua primeira reação foi de dedicação extrema ao trabalho revolucionário, mas com a aproximação da morte foi convencido a tratar-se, tendo como opção a Rússia e os EUA, escolhe a Rússia, desta maneira, somos informados que:

> Nessa época, Fanon trabalhava quase vinte horas por dia em seu último esforço para influenciar o curso de acontecimentos na Argélia e no restante do continente africano. Era uma época difícil para ele, principalmente porque o brio revolucionário parecia esfriar: as alas mais moderadas de sua organização ganhavam força a seu contragosto, já que, para ele, o recente assassinato de Lumumba, Moumié e outros nacionalistas mais ferrenhos, indicavam a negociação com o inimigo e significaria a morte de todo esforço empreendido. Assim, sabendo que esta seria a sua luta final, muda a direção do seu trabalho intelectual e foca em um texto que sintetizaria os seus acúmulos teóricos. Em nove semanas, bastante debilitado, conclui a redação do famoso Les damnés de la terre. Enquanto revisava os trechos do livro, chegou a voar para a Itália a fim de encontrar Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, quando encomendou ao filósofo o prefácio de seu livro. (FAUSTINO, 2015, pp. 49 e 50).

Frantz Fanon faleceu aos seis dias de dezembro de 1961, tendo recebido as primeiras impressões de Les damnés de la terre, traduzido no Brasil por *Os condenados da terra.*

> Diante do definhamento do próprio corpo, Fanon escreve uma carta a um amigo afirmando que o mais lhe entristecia não era saber que estava morrendo, mas, sim, morrer de leucemia em Whashington quando poderia estar no front de batalha. (FAUSTINO, 2015, p.50.)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sobre o conceito de racismo, o qual nos debruçaremos neste artigo, o autor Frantz Fanon destaca a necessidade de estudar as relações entre os conceitos de racismo e de cultura, pois tais relações configuram o levantamento do que ele denomina como ação recíproca, levando-o a afirmar que existem culturas onde existe o racismo e, outras em que o racismo não existe. No entanto, vale a pena enfatizar que o autor considera que nas culturas em que persistem o racismo, o racismo acaba tomando novas dimensões e formas.

Seguindo desta maneira, o autor Frantz Fanon afirma que mesmo com a implantação do regime colonial não existe o falecimento da cultura autóctone, nesse sentido, cita mais enfaticamente a observação histórica a fim de denunciar os processos de opressão que são impostos ao nível da cultura, o que denomina metaforicamente de mumificação cultural que prossegue em uma mumificação do pensamento individual (FANON, 2018, p.80), em continuidade cita a apatia, afirmando que esse sentimento outrora apontado como universal aos povos coloniais, é, não mais do que também uma consequência da lógica de opressão.

Frantz Fanon, afirmando que no contexto de implantação de técnicas de produção e consequentemente na implantação da industrialização nos países escravizados são exigidos colaboradores de forma progressiva e inevitável, fato que infunde ao opressor uma nova maneira de agir, reforça importantes considerações a respeito do estudo do conceito do racismo, a começar por negar que o racismo perca sua virulência em uma sequência de evolução dos espíritos e afirmar que nenhuma revolução interior consegue explicar a necessidade do racismo se misturar ou desenvolver, de modo que, afirma sobre a existência presente ao mesmo tempo em todos os lugares da libertação de homens, à proporção que, enfraquecem a letargia e opressão que estavam submetidos pelo racismo.

Adicionalmente, pontua sobre a impossibilidade de o racismo ser expandido, exposto ao que se espera de uma investigação sobre os dados culturais de um determinado grupo, informa que devido a existência do racismo, as estruturas sociais e culturais são reformuladas no mais excessivamente íntimo que possam atingir, e nesse sentido, prossegue afirmando que apesar do racismo consistir em uma chaga da humanidade, existe a necessidade de não contentamento com esta afirmativa, sendo indispensável pesquisar incansavelmente as repercussões que o racismo toma nos mais variados níveis de sociabilidade.

Seguindo, comenta, tendo como exemplo, a significativa importância do racismo aparecer na literatura americana considerada contemporânea a partir da ótica de sua vivência, trazendo outros exemplos de temas, como cinema ou o folclore, afirmando sobre a existência infinita de temas, quando retoma a América, afirma que o racismo é capaz de obcecar e viciar a cultura americana, produzindo o que denomina de gangrena dialética torna-se mais intensa a partir da apoderação da consciência e também pela vontade de lutar dos oprimidos pelo racismo.

Frantz Fanon compara a restituição do racismo como se esta restituição fosse o mesmo que afirmar a impossibilidade de existência de racismo inconsciente, e assim, reitera a ideia de que o racismo não consiste em uma descoberta acidental tão pouco consiste em um elemento escondido ou dissimulado capazes de fazerem existir esforços sobre-humanos que o evidencie.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, podemos pontuar que o autor Frantz Fanon argumenta em *Os condenados da terra (2009, p.55*) que o colonialismo não pode ser considerado um elemento de formação do pensamento, por constituir-se de violência, podendo ser suplantado por esta.

Neste contexto, o autor reitera a afirmação de que todo o grupo colonialista é racista e segue reforçando suas concepções a respeito deste conceito, a começar por afirmar que o racismo obedece a uma lógica que não apresenta falhas, assim, a inferiorização e racismo destinados ao oprimido é considerado normal, argumenta, negando que o racismo seja uma constante do espírito humano, por consistir em uma disposição inscrita num sistema determinado, pontuando fundamentalmente que não existe diferença entre o racismo aplicado a este ou aquele grupo humano.

Na elaboração de todas as suas obras, podemos perceber os questionamentos e inquietações de Frantz Fanon a respeito da relação entre os atores do colonialismo e os povos colonizados, com destaque ao conceito de racismo. Ao descortinar a escrita de Frantz Fanon, recorremos à *Em defesa da Nação Africana* através do capítulo *Racismo e cultura*, sobretudo, para aprofundarmos nossos estudos sobre o conceito de racismo, destacando que:

> A moderna teoria da ausência de integração cortical dos povos coloniais é a sua vertente anátomo-fisiológica. O surgimento do racismo não é fundamentalmente determinante. O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais quotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada. (FANON, 2018, p. 78)

Neste momento, torna-se fundamental pontuar a crítica que Frantz Fanon faz a Hegel, fato que torna ainda mais interessante e valiosa a crítica de Fanon, assim, ao citar Hegel quando este filósofo diz que a consciência de si é em si e para si quando e porque ela é em si e para si uma outra consciência de si; isso quer dizer que só é enquanto ser reconhecido. (HEGEL, p.155), no capítulo intitulado *O preto e o reconhecimento* contido no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas,* Fanon deixa evidente que discorda da concepção formulada por Hegel em torno do Ser, pois frisa que o Ser na perspectiva da filosofia hegeliana aparece como uma concepção inerente ao branco, assim:

> O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É este outro, do reconhecimento por este outro que dependam o seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON, 2008, p.180)

Nesse sentido, Frantz Fanon, segue sua crítica a Hegel, pontuando que:

> É na medida em que ultrapasso o meu ser imediato que aprendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantendo o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego a mesmo a tomar este ser-para-si.
>
> O único método de ruptura com este círculo infernal que me reenvia a mim mesmo é restituir ao outro, através da mediação e do reconhecimento, sua realidade humana, diferente da realidade natural. Ora, o outro deve efetuar a mesma operação. "A operação unilateral seria inútil, porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois (...) *Eles reconhecem a si próprios, com se reconhecem reciprocamente".* (FANON, 2008, p. 181)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Adicionalmente torna-se importante pontuar que o Prof. Dr. Kabengele Munanga considera que o conceito de racismo foi formulado por volta da segunda década do século XX, tendo protagonizado diversas leituras, interpretações e definições das mais distintas possíveis tanto em conteúdo como em significado o que não conferem ao conceito de racismo o consenso a fim de que se tenham soluções contra o próprio racismo. Seguindo na perspectiva apresentada pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga, podemos considerar o período de fins do século XX e início do XXI que o conceito de racismo torna-se independente do conceito de raça no sentido biológico, sendo considerada o objetivo de demonstrar a diversidade de estereótipos quando se refere especificadamente ao século XXI, considerando sua própria perspectiva como uma análise contemporânea.

Desta maneira, é válido salientar que mesmo sendo constatada a importância de Frantz Fanon para os estudos culturais, pós-coloniais e africano-americanos na Europa, África e Estados Unidos da América, encontramos no Brasil, até meados da década de 1960, o silêncio a respeito das produções bibliográficas deste autor, até mesmo sobre o lançamento da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* em 1952, considerada uma de suas maiores produções bibliográficas, bem como a publicação dos demais escritos em revistas culturais ou acadêmicas.

Assim, tomamos conhecimento que o pensamento de Frantz Fanon chega ao Brasil através de livros europeus, em uma de disputa entre o marxismo e existencialismo no contexto cultural e político brasileiro, um detalhe sobre a chegada das ideias sobre Fanon, na década de 1960 pode ser ligada a estadia de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no país, como ocorrido na China e Cuba, a militância do casal objetivava a promoção da solidariedade internacional tanto com a revolução cubana quanto a guerra de libertação da Argélia, como nos informa o trecho a seguir:

> Para compreender a posição de Sartre é preciso lembrar que o mundo do pós-guerra polarizara-se rapidamente em dois eixos. No primeiro, a contraposição se dera em torno da descolonização e do racismo, que opunham o Norte ao Sul. Sartre participara ativamente da construção desse polo. Escrevera o prefácio da Anthologie de la nou vele poésie nègre et malgache de la langue française (1948, 1949), em que abraçara a negritude, o movimento de afirmação identitária e de reconstrução cultural, étnica e racial de africanos e afro-caribenhos, ainda que fazendo uso da velha concepção de racismo como doutrina - a negritude, segundo ele, seria um racismo antirracista. Desde os anos 1950, porém, passara a acolher nas páginas de sua revista uma nova concepção do que era o racismo no pós-guerra: aquele, que apesar de negado doutrinariamente, era realizado e vivido nas práticas sociais e políticas de colonizadores e colonizados. No segundo eixo, a polarização se dera entre os intelectuais que defendiam a ordem burguesa e liberal, por um lado, e aqueles que se faziam porta-vozes dos interesses operários e camponeses, a partir do marxismo ou de outras ideologias. O primeiro eixo é marcado pelas raças e pela descolonização; o segundo, pela luta de classes e pelo anti-imperialismo. Ora, Sartre e Fanon representavam a fusão do anti-imperialismo, do antirracismo, da descolonização e das lutas de classes. (GUIMARÃES, 2008, p.102)

No contexto histórico dos anos 1950 e 1960 os dois eixos citados acima não se encontravam, segundo o Prof. Dr. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães existia o mesmo projeto de construção de uma nação mestiça, brasileira e pós-europeia que superasse a divisão entre brancos e negros, entre os liberais e os marxistas bem como os entre os brancos e negro, e que na realidade o que os dividiria seriam a defesa da ordem burguesa por um lado ou a luta de classes de outros e que esta realidade se estendia para a América Latina.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dada a urgência de estudos que compreendam as circunscrições, dinâmicas e efeitos do racismo e seu desenvolvimento em território nacional, indubitavelmente, existindo o interesse cada vez mais notável pelo pensamento de Frantz Fanon no Brasil, procuramos aprofundar o seu legado e contribuir no cenário acadêmico.

Atualmente, vivenciamos uma realidade política permeada de preconceitos, principalmente os que constituem o racismo, no entanto, nossa realidade política nos apresenta extremismos políticos que se configuram nos descasos às políticas sociais, circunscrito pelo pensamento neoliberal, que forja uma ideia absurda de democracia e docilidade, trazendo à tona as consequências que lembram a afirmativa de Fanon, quando nos diz: diante do negro, o branco contemporâneo sente a necessidade de recordar o período antropofágico (FANON, 2008, p. 187).

Em suas obras Frantz Fanon nos direciona para o que denomina de um novo humanismo, humanismo que segundo ele seria compreendido pelos homens, em suas produções tem confiança na desalienação tanto de seres humanos pretos como de seres humanos brancos, a partir da não aceitação da realidade imposta como definitiva, afirmando que ser um homem, sem juízos adjetivos, consiste na recuperação de todo o passado do mundo, enfatizando aquele que triunfa a dignidade do espírito e conjuntamente nega qualquer tipo de opressão ao seu próximo, e registra assim, que não existe superioridade entre pretos e brancos, sendo a humanidade existente em ambos os lados.

Torna-se importante mencionar as leis 10.639/03 e 11.645/08 como marcadores fundamentais da trajetória da educação brasileira ao incluírem temas sobre as relações étnico raciais nas mais diversas áreas acadêmicas, segundo intelectuais como Suze Piza e Daniel Pansarelli quando escrevem artigo *Eurocentrismo e racismo ou Em torno da periculosidade das teorias,* sendo assim:

> Sobre a Filosofia acadêmica afirma-se: é uma atividade intelectual atravessada pelo racismo epistêmico e por conseguinte, pelo epistemicídeo, pois ela se funda em uma razão colonial. (PIZA E PANSARELLI, 2017, p.283)

Desta forma, enfatiza-se com esse trabalho acadêmico a necessidade de retornar as obras bibliográficas de Frantz Fanon, pois elas nos possibilitam trazer à realidade sua última prece, a possibilidade de através de nossa humanidade sermos capazes de questionar a realidade em que vivemos, especialmente, na luta antirracista.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Gabriel Silveira de Andrade (Trad.) Bidima, Jean-Godefroy. De la traversée: reconter des éxpériênces, parteger les sens. Rue Descartes, n.36, p. 7 -17, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis-Rio de Janeiro, Vozes, 2016.

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. *Racismo no Brasil, São Paulo, 2012.*

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador. Editora: EDUFBA. 2008.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. Racismo e Cultura[1]. Revista Convergência Crítica. Dossiê: Questão ambiental na atualidade n.13 2018, p.78 – 90.

_____. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FAUSTINO, D. M. "A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do". In: Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 1, 2013a, p.121-136.

_____. "Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon".In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013b, p. 216-232.

_____. Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 261f. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra". In: Novos Estudos, 2008, pp.99-114.

MUNANGA, Kabengele. UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA. Palestra, 3º Seminário das Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 2003.

NOGUERA, Renato. O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP,2011.

Piza, Suze. PANSARELLI, Daniel. *Eurocentrismo e racismo ou Em torno da periculosidade das teorias.* Problemata: R. Intern. Fil. V.8 n.1, p.271-287, 2017.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. Kemet, Escolas e Arcádeas: A importância da Filosofia Africana no Combate ao Racismo Epistêmico e a lei 10.639/03. 93f. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2017.

RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy throught Ubuntu. Harare: Mond Books, 1999, p.49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

ROCHA, Aline Matos. *A exclusão intelectual do pensamento negro.* Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. ProIC/DPP/UNB – PIBIC nas Ações Afirmativas (CNPq), 2013.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ROCHA, Gabriel dos Santos. *Antirracismo, negritude e universalismo em Pele Negra, máscaras brancas de Frantz Fanon.* Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VIII, Nº XV, Agosto/2015.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. *Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial.* Revista de ABPN, v.9, n.21, nov.2016 – fev. 2017, p. 08-19.

SANDOVAL, Ana Cláudia Rozo. SANTOS, Luís Carlos. *Estudos decoloniais e filosofia africana: por uma perspectiva outra no ensino de filosofia. Revista Páginas de Filosofia, v.6, n.2, p. 1-18, jul./dez. 2014.*

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A COLÔNIA Z-13 NA PRAIA DE COPACABANA: UM PARADOXO

Luzimar Soares Bernardo[1]

A comunicação que aqui segue é parte de um trabalho maior, no qual pesquisei a existência de uma Colônia de Pescadores Artesanais na famosa praia de Copacabana. Portanto, trata de sujeitos alocados em uma das cidades mais conhecidas do país, aquela que, por quase 200 anos, foi a capital, a moradia da Corte, o centro financeiro e a cidade mais populosa do Brasil. Dessa maneira, para ser possível a compreensão desses atores em suas atividades até a atualidade, nas areias de Copacabana, que vem a ser um dos bairros mais famosos do Rio de Janeiro, é necessário uma imersão na história da localidade, um breve levantamento do desenvolvimento da urbe e sua evolução.

Nos primórdios da cidade, era comum a visita de europeus que faziam suas crônicas de viagens, nas quais descreviam suas impressões sobre as localidades exploradas. Aquelas que se referiam ao Rio de Janeiro, no princípio dos anos de 1800, davam conta de uma urbe atrasada, suja, mal ventilada e com vícios de construção. Mesmo salientando a exuberância da paisagem natural, destacavam as mazelas locais.

> O viajante francês Louis Freycinet afirma que as casas são mal ventiladas, inadequadas ao clima, ordinariamente construídas em apenas um pavimento, no máximo dois, com um grande salão dando para a rua e pequenas alcovas e corredores mal arejados; as casas do Rio de Janeiro impeliam seus moradores ao vício, à depravação e a preguiça. (TORRÃO, 2014, p. 313).

Essas observações por parte dos viajantes não significam que as alterações na cidade, de forma substancial, tenham acontecido naquele período. A historiografia mostra que a cidade do Rio de Janeiro teve um desenvolvimento, relativamente, lento nos primeiros séculos de sua existência. Incrustrada entre morros e limitada pelo mar, manteve-se, praticamente, inalterada, de acordo com alguns historiadores, até a instauração do regime republicano.

> O ponto preciso de transformação na vida urbana do Rio foi a instalação do regime republicano em 1889, sendo a função de capital da cidade a base das motivações político-institucionais de mudança.(ARAÚJO, 1993, p.26)

Sendo assim, após este momento, as reformas geográficas, sócio-políticas, administrativas e econômicas foram acontecendo para adequarem a cidade ao modelo europeu, pois, naquele momento, o Rio de Janeiro era o modelo para o resto do país. Demograficamente, era a maior cidade, mantendo-se, desse modo, até a década de 1950. Ordenada para atender às necessidades das elites, foi expulsando os pobres para as periferias, e dotando o centro com serviços que se dedicassem às classes mais privilegiadas.

> A solução foi amontoar os ricos em torno destes bens para que pudessem desfrutá-los ao máximo, e impedir a entrada de pobres no núcleo (do que se encarregou aempresa privada, através da especulação imobiliária); ou expulsá-los para fora dele (do que se encarregaram

[1] Luzimar Soares Bernardo. Mestre em História Social – PUC- SP. Autora de: A Dor de Ser Ana e Nas ondas do mar carioca: O moderno e as tradições vistos a partir da história dos pescadores da Colônia Z-13 na praia de Copacabana. luzimarsb@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> certos planos e instituições de governo), sempreocupação pela sua necessidade de aceso fácil ao mercado de trabalho, que em sua maioria permaneceu localizado no centro ou em suas cercanias. (ABREU, 1988, p. 17)

Em outras capitais, como São Paulo, as classes abastadas ficavam nas áreas altas, enquanto os pobres ocupavam as regiões das várzeas. Diferentemente, no Rio de Janeiro, durante seu crescimento, as classes abastadas ocuparam as áreas baixas, onde estava o centro, enquanto a população pobre "subiu" os morros, especialmente, depois da destruição dos cortiços. O mais famoso deles era o Cabeça de Porco.

> A habitação operária marcou profundamente o feitio de algunsbairros, como o Brás, Mooca, Bexiga e Bom Retiro, assim como as residências das classes dominantes moldaram outras áreas (Higienópolis —– cidade da higiene —–, Campos Elíseos, avenida Paulista, Vila Buarque, posteriormente Aclimação —– onde se situava o palacete dos Kowarick). Em expansão, a cidade apresentava zonas especializadas e segregadas. (KOWARICK, 2016, p.122)

As modificações na cidade ocorreram em etapas. Cada época teve um movimento diferente, uma motivação distinta. Em alguns espaços específicos, certas intervenções foram maiores tanto em custo quanto em espaço, e no bojo dessas alterações de ordem física, observam-se algumas, tais como: "1868 – Bondes doJardim Botânico, 1875 – Concessão Túnel Morro de São Bento, 1887 – Início desmonte Morro do Senado" (ANDREATTA, 2006, p. 32).

O Rio de Janeiro apresentava uma relação dicotômica entre o processo de escravização da população negra e o sistema capitalista em pleno funcionamento. Aos grandes empresários, foram ofertadas vantagens financeiras e sociais, através de concessões para execução de serviços públicos. "As concessões de serviços de obras públicas eram vistas como promessa de lucros, e os concessionários como privilegiados". (ENGENHARIA, 1986, p. 26)

A evolução demográfica, demonstrada na tabela abaixo, traz um indicativo da necessidade da expansão geográfica. Esse aumento de área não necessariamente veio acompanhado de moradia para as classes menos favorecidas. No entanto, a especulação imobiliária fez parte desse processo evolutivo.

Tabela 01 – evolução demográfica em comparativo[2]

Armazém de Dados

Tabela 694 - Taxa média geométrica de crescimento anual - Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro - 1872/2000

Brasil, Estado e Município do Rio de Janeiro	Períodos Selecionados									
	1890 / 1872	1900 / 1890	1920 / 1900	1940 / 1920	1950 /1940	1960 / 1950	1970 / 1960	1980 / 1970	1991 / 1980	2000/1991
Brasil	2,06	1,98	2,86	1,50	2,34	3,04	2,89	2,48	1,93	1,64
Estado do Rio de Janeiro	1,57	2,19	2,26	1,43	2,61	3,53	3,13	2,30	1,15	1,32
Município do Rio de Janeiro	3,63	4,50	1,79	2,13	3,03	3,28	2,62	1,82	0,67	0,75

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas -IBGE, vários Censos Demográficos

[2] Tabela retirada do site da prefeitura do Rio de Janeiro, visitado em 06 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.data.rio/search?groupIds=0f4009068ec74e17b25eb3e70891b95f&q=694&sort=-modified>.

Analisando os dados, é possível perceber que, dentre o período maior de 1872 até a década de 1960, foi somente entre 1900 e 1920 que a cidade do Rio de Janeiro teve crescimento inferior ao do país. Nos demais intervalos temporais, as taxas foram superiores às do país e, quase sempre, maiores que as do estado. Sendo que, no ciclo compreendido entre 1890 e 1900, a diferença é maior em 126% com relação ao país, e 114% se comparada ao estado.

O período de maior ascensão foi a década imediatamente posterior aos seguintes acontecimentos: assinatura da lei que aboliu a escravidão (1888), e, também, da mudança de regime do monárquico imperial para o republicano (1889). Esse é o exato decênio da "chegada"[3] da cidade ao arrabalde de Copacabana (1892), bem como o fim da Guerra de Canudos (1897). A expansão territorial agregada à efervescência política provocada pelosacontecimentos citados acima culminou em um crescimento demográfico de maior monta em todo o tempo pesquisado.

Destes acontecimentos, aquele que mais interessa para o âmbito desse trabalho é, justamente, o evento da "descoberta" do arrabalde de Copacabana.

> Removidos os obstáculos, foram então inaugurados, em1892 o atual Túnel Velho, perfurado pela Companhia Jardim Botânico e, consequentemente, a primeira linha para Copacabana, que tinha ponto na rua Barroso (atualSiqueira Campos). Em 19/ 01/ 1894, um termo aditivo ao contrato de 1890 permitiu, por sua vez, a criação de doisramais a partir desse ponto, um em direção ao Leme e outro à Igrejinha (atual Posto Seis). (ABREU, 1988, p. 48)

A partir do que Julia O´Donnell chamou de "A invenção de Copacabana", escreve-se um novo capítulo na história do Rio de Janeiro e de Copacabana, agora não mais afastada; e da vida de alguns moradores daquela localidade que, até este evento, desfrutavam de um local quase deserto, onde viviam e praticavam sua atividade extrativista. A chegada da cidade ao bairro será tratada mais à frente.

A cidade do Rio de Janeiro e o processo de transformação urbana

Durante o período de transformação, e em razão da crença de que era necessário transfigurar a sociedade brasileira de forma a enquadrá-la no padrão europeu, algumas intervenções precisavam acontecer, ou seja, reformas urbanas. Salientando que estas não eram apenas de ordem física e estrutural imobiliária, mas também, e talvez, principalmente, de ordem comportamental.

No princípio dos anos de 1900, já bem suportados, teoricamente, pelo pensamento higienista, médicos e engenheiros que compunham a classe dirigente da cidade seguiam, firmemente, na busca pela civilização e construção de uma nova sociedade.

> Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um "caminho da civilização", isto é, um modelo de "aperfeiçoamento moral e material" que teria validade para qualquer "povo", sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dosrequisitos para que uma nação atinja a "grandeza" e a "prosperidade" dos "países mais cultos" seria a solução dos problemas da higiene pública. (CHALHOUB, 1999, p. 35)

[3] A palavra chegada está entre aspas para salientar que na verdade, o arrabalde já fazia parte da urbe, porém, com os limitantes impostos pelos caminhos, as pessoas não costumavam dirigir-se a esta localidade. No entanto, a abertura do túnel Alaor Prata possibilitou um novo olhar, por conseguinte a cidade efetivamente chegou até a praia de Copacabana.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Eram épocas de mudança, de controle da sociedade, pois a cidade havia crescido desordenadamente, e o contingente populacional causava "distúrbios". Havia um problema de falta de moradia associado ao grande número de desempregados. De mais a mais, a domesticação se fazia inadiável para adequar o "povo" aos novos tempos.

As investidas de ordenamentos seguiram em várias frentes: reformaurbana, demolição de cortiços, "controle" da violência, construção de vilas operárias para abrigar os expulsos dos cortiços, proibição de construções coletivas, tudo isso como forma de civilizar a população.

> A manutenção da ordem na cidade, na visão dos governantes, era fator primordial para a consolidaçãodo poder republicano. A ocorrência de agitações, os sinais de rebeldia e o alto índice de criminalidade no Rio, dada sua função de capital, repercutiam em todo país abalando a firmeza do regime. Junte-se a isto o obstáculo que a desordem causava ao êxito do projeto de modernização da sociedade, grande tarefa cívica do governo republicano, onde a família exercia, como já foi dito, o papel de protagonista. (ARAÚJO, 1993, p.301)

A construção da sociedade carioca é entrelaçada ao que, hoje, pode se denominar como fronteiras invisíveis. Pois, enquanto as elites, representadas pelos governantes, adquiriam cada vez mais espaço e poder; as camadas maispobres da sociedade se "agarravam" a uma industrialização recente (século XX) que, mesmo nos subúrbios, proporcionava empregos.

> De um lado os Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e de embelezamento da zona sul. As cirurgias urbanas se sucedem, afetando como sempre, os bairros pobres da cidade. Por outro lado, e não contando com qualquer tipo de apoio do Estado, as indústrias se multiplicam na cidade e começam a se expandir em direção aos subúrbios, criando novas áreas, dotando-as de infraestrutura e, principalmente, gerando empregos. (ABREU, 1988, p. 72)

Ao longo do século XX, o aumento da população carioca foi acompanhado, cada vez mais, de desigualdades sociais. A história das classes dominantes não contou as lutas das classes dominadas. O que se busca aqui éuma história a contrapelo, como diz Walter Benjamin, ou seja, tirar do esquecimento e permitir que os sujeitos alocados como trabalhadores autônomos na cobiçadíssima Copacabana exteriorizem suas lutas.

Tendo, também, como referência analítica, a linha historiográfica que E. P. Thompson se valeu em seus escritos sobre uma parcela da sociedade inglesa que vendia suas esposas, busca-se compreender, para além da prática da pesca artesanal, a cotidianidade, as lutas e os desafios de uma comunidade pesqueira. Para isto, é preciso correlacionar os indivíduos e o meio.

> Com os procedimentos de história oral, por exemplo, pode se considerar o modo de vida e o posicionamento de pescadores sobre as tradições, o passado de rios, lagoas e lagos, salientando também os posicionamentos sobre a atual situaçãodo meio. Tal abordagem ainda vai ao encontro de extrair de entrevistas as percepções de natureza, as compreensões do passado e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o meio ambiente. (LOPES, 2010, p. 491)

Seguindo esta linha de pesquisa, busca-se compreender as vivências dos sujeitos inseridos no contexto urbano, em um bairro vanguardista dentro deuma cidade cosmopolita. São atores de uma atividade extrativistaintrinsicamente ligada à natureza, que se tornou parte da paisagem do local.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Origem e permanência dos pescadores na praia de Copacabana: de vila à Colônia Z-13

O capítulo "Copacabana" é escrito e reescrito desde que deixou de ser uma longínqua praia quase deserta de difícil acesso e integrou, definitivamente,o tecido da cidade. As costuras feitas na cidade como um todo, durante as muitas reformas urbanas, também, transformaram Copacabana.

> A concepção que via a praia como lugar de doença dá lugar à ideia de local importante na manutenção dos corpos saudáveis,Articulando a valorização do corpo e o lugar de lazer, o capital imobiliário passa agir intensamente na zona sul com a proteçãodo poder público, assim Copacabana nos primeiros anos deste século, estava deixando de ser um grande areal com um hospital para tuberculosos para ser um bairro de gente moderna, saudável e feliz. (SILVA, 1999, p.61)

Havia uma barreira física entre a praia e a cidade, um "lugarejo" pouco habitado e, menos ainda, explorado pela especulação imobiliária. A chegadada chamada "civilização" ao povoado foi o começo de uma nova era.

A história da pesca no Brasil é anterior à chegada do colonizador europeu. Os habitantes dessas terras sempre viveram da pesca e da caça. O trabalhador, objeto desta pesquisa, é o pescador, mais especificamente, aquele que pratica a pesca de forma artesanal, e, que está alocado no Posto Seis em Copacabana. Ele é remanescente de tempos remotos quando o bairro, ainda, era um areal. Muito antes da formação das Colônias de Pescadores no Brasil afora, os pescadores do arrabalde, que já fora apenas um areal denominado de "sacopenapan"[4], exerciam, ali, sua atividade de subsistência. Portanto, eram os ocupantes de um local distante do centro e de difícil acesso.

A existência de pescadores nesta localidade foi pouco estudada na historiografia que, prioritariamente, trata dos ocupantes do local como parte da paisagem. Nas bibliografias de diversos trabalhos historiográficos, há, apenas, breves menções à existência de índios que seriam os pescadores daquela época. A historiadora Julia O´Donnell, ao examinar o bairro de Copacabana, observou que os trabalhadores dedicados à pesca eram, praticamente, ignorados pelos órgãos públicos. Nas suas palavras,

> (...) O texto confirma aquele que é, talvez, o único fato veiculado acercados primeiros moradores do bairro: tratava-se de trabalhadores ligados atividade pesqueira. Sempre retratados em consonância com o "silêncio daqueles desertos", os pescadores de Copacabana, quandonão invisíveis aos olhos da ânsia civilizatória, apareciam em perfeita harmonia com a paisagem local, surgindo como personagens naturais do bucolismo. (O'DONNELL, 2013, p.63).

Na Copacabana de hoje, são poucos os resquícios da cidade do início do século XX. Os pescadores são um desses remanescentes do passado. No exato extremo direito de quem olha da Avenida Atlântica para o mar está a Colônia de Pescadores Z-13, mais especificamente, o núcleo

[4] No caso, a mudança do nome tupi Sacopenapan ("o barulho e o bater dos socós") para o quíchua Copacabana ("mirante do azul") foi causado pelo aparecimento, nessa praia, de uma imagem de Nossa Senhora de Copacabana, santa venerada no lago Titicaca... ENGENHARIA, João Fortes. História dos bairros – memória urbana – Copacabana. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, p. 19.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

intitulado Posto Seis. É ali, também, que fica a parte administrativa, que dá suporte aos pescadores em questões burocráticas.

Para falar dos pescadores do Posto Seis, é necessária uma breve contextualização da Copacabana que abriga esses trabalhadores, e que passou por várias transformações significativas, de forma que, praticamente, nada restou dos tempos remotos.

Nos idos de 1820, este arrabalde era habitado por "silvícolas". Suas choupanas não eram atraentes. A dificuldade de acesso à localidade somada ao entendimento de que a praia não era, exatamente, o melhor dos lugares, eram fatores que contribuíam para manter a elite carioca longe do areal, fato que garantia a moradia dos poucos ocupantes. Mas, o que interferiu no local foi o ideário das funções terapêuticas dos banhos de mar.

> No século XVII, os tratados e estudos médicos europeus começavam a pregar as virtudes terapêuticas da água fria do mar, creditando-lhe a longevidade de povos vivificados por antiga tradição marítima. No século seguinte, cientistas e filósofos tornariam ainda mais enfática a prescrição do mar para a cura de doenças ligadas à melancolia e ao sistema nervoso. (GASPAR, 2004, p.32)

Ainda que esta convivência tenha sido, a princípio, apenas para cuidarda saúde, o fato é que a chegada dos "homens brancos" ao arrabalde foi a gênese das transformações que ocorreram no local. Imagens antigas do arrabalde de Copacabana exibem uma paisagem que mistura pequenas construções e uma natureza quase intocada. Existem poucas gravuras do local, justamente, em razão da dificuldade de acesso.

Imagem 1 - Gravura 01. Copacabana 1820[5].

[5] ENGENHARIA, João Fortes. História dos Bairros, memória urbana. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, pg 21. – Rugendas, C. 1820 – Praya Rodrigues, IHGB. No final do século XIX, Hilário de Gouveia afirmou que o indígena "tinha seus aldeamentos nos pontos hoje reputados mais saudáveis nos arredores da cidade. Copacabana e Paineiras".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

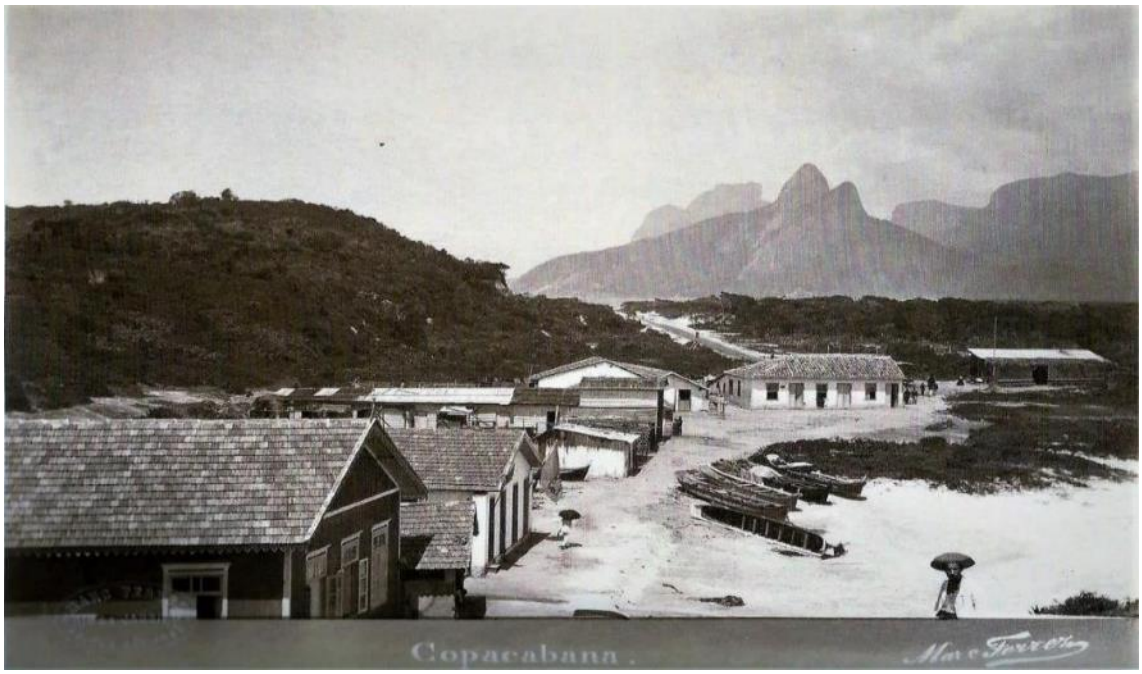


Imagem 02 – Copacabana em 1895[6]

Fotografia 03 – Copacabana, Posto Seis em 27 de maio de 2018.[7]

[6] Imagem de Copacabana em 1895, feito pelo fotógrafo Marc Ferrez e disponível em: <http://histormundi.blogspot.com/2018/08/como-era-e-como-esta-praia-de-copacabana.html>. Acessado em 30 de outubro de 2018.

[7] Fotografia feita pela autora durante visita a Colônia de Pescadores Z-13 para coleta de dados.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na sequência de imagens acima, é possível perceber a transformação que sofreu a localidade ao longo dos anos. O que mais chama a atenção é, justamente, a desterritorialização das moradias dos pescadores. Quando, na imagem 02, as suas casas são as edificações do local; na imagem 03, essas construções desapareceram completamente, e o espaço foi ocupado por prédios de apartamentos, hotéis e, até, uma galeria.

Para os administradores da cidade, a partir da República, sobretudo, tornou-se imperiosa a modernização dos serviços urbanos. Consequentemente, ocorreu a reforma urbana. Porém, esse processo não considerou as classes menos favorecidas. Araújo diz:

> O ônus da modernização, entretanto, recaiu sobre os setores mais pobres da população. Afetados pela crise habitacional criada pelas demolições e despejos, estes viram-se ainda obrigados a abandonar suas ocupações no mercado informal de trabalho, enfrentando obstáculos crescentes para a sobrevivência. Vendedores ambulantes foram varridos da rua, o transporte de tração animal, "lento, perigoso e antiestético", foi banido, a prostituição e a mendicância perseguidas, escondendo-se assim a imagem da miséria e da profunda desigualdade social. (ARAÚJO, 1993, p.284).

E foi nesse contexto de modernização que os pescadores começaram a perder seu lugar. E o, até então, vazio arrabalde foi desaparecendo diante de uma nova concepção de moradia, além da valorização do território em razão da especulação imobiliária. Foram esses os fatores que deram início ao processo de expulsão dos moradores.

> É nesse deslocamento das classes médias e altas para os bairros que então se caracterizavam como subúrbios, entre eles Copacabana, que se inicia o processo de sobreposição de uma lógica hegemônica de desenvolvimento sobre a comunidade de pescadores do Posto Seis. A chegada de novos moradores naquela localidade que se configuravaaté então como uma vila de pescadores carrega consigo a primeira grande transformação sofrida pela comunidade. (GIANNELLA, 2012, p.59)

É consenso entre os autores que falam sobre a expansão do bairro de Copacabana que a abertura do Túnel Alaor Prata, em 06 de julho de 1892, facilitou o acesso ao local. Antes desse empreendimento, o acesso era difícil, pois os caminhos tortuosos demandavam muita energia. Por esses motivos, a população da cidade se deslocava para o areal, somente, em dias de acontecimentos, como o surgimento das duas baleias noticiado em 1858.[8]

Não obstante, a abertura do túnel trouxe um novo olhar para o arrabalde,além de possibilidades singulares de investimentos. O prefeito Pereira Passos, em alguns escritos nomeado como o prefeito "bota-abaixo"[9], também, investiu no novo bairro durante seu mandato. Além de lançar

[8] Em 1858, foi noticiada a presença de duas grandes baleias junto ao seu litoral, atraindo, para lá, uma torrente de curiosos, mas que ficara a ver navios e a beleza do local, porque das baleias, não havia nem sinal. Pouco após a igrejinha foi reconstruída e fundada a Irmandade de N.S. de Copacabana. Em 1873, foi inaugurado o primeiro posto de telégrafo submarino, da Western Telegraph Company Ltd. Pouco mais tarde, já apareciam, nos jornais, anúncios de um hotel e de uma casa de repouso próximos à chegada da Real Grandeza, oferecendo banhos de mar, a nova terapia recomendada a quem buscasse a saúde.

[9] O engenheiro Francisco Pereira Passos foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período compreendido entre 1902 e 1906. Nomeado pelo quinto Presidente do Brasil, o advogado Francisco de Paulo Rodrigues Alves, executara, conjuntamente, uma grande reforma, no início do século, na cidade carioca, que ficou conhecida, e até hoje é narrada por historiadores, como a reforma bota-abaixo. Pois, inspirado em Haussmann, muitas edificações foram destruídas para darem lugar a outras mais modernas, ou para o alargamento de avenidas. Muitos autores se ocupam do tema incluindo aqueles que são referência para este trabalho. – Julia O´donnell, João Fortes Engenharia, etc..

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o Decreto número 1.041, em 18 de julho de 1905, alterando a determinação anterior com relação às construções. Até então, buscando o crescimento do bairro, as diretrizes para construções gozavam de termos diferenciados do resto da cidade, ou seja, as habitações erguidas no bairro tinham liberdade, quase total, de edificação até o decreto de Pereira Passos.

Esse decreto trazia, no bojo de suas argumentações, as ideias higienistas, hegemônicas e sanitaristas vigentes à época, e, com a nova determinação, evitavam-se os casebres e as choupanas, tidas como precárias. Esse processo resultou na elitização do bairro através da especulação imobiliária que, neste momento, já era visível nos anúncios de jornais da época. Os veículos de imprensa, por sua vez, serviram, também, para endossar o pensamento corrente no período.

Ainda, no século XIX, foram construídos palacetes e mansões, provocando grande alteração na paisagem do local. Com a aproximação das comemorações do centenário da Independência, foi encomendado, ao milionário Octávio Guinle, a construção de um Hotel que deveria hospedar parte das autoridades mundiais que viriam para as comemorações. O empresário, por sua vez, contratou o arquiteto francês Joseph Guire para a obra. Seguindo o estilo arquitetônico denominado "Mediterrâneo", o hotel foi erguido na Copacabana já ocupada por mansões: "A presença dessas mansões certamente também contribuíram para a implantação no bairro daquele que seria durante muitos anos o mais luxuoso e imponente hotel da cidade – O Copacabana Palace" (ENGENHARIA, 1986 pg. 156). O processo de construção, no entanto, não foi concluído a tempo de hospedar aqueles que estiveram na capital para as celebrações. Sua inauguração se deu, apenas, em 13 de agosto de 1923, constituindo-se como um símbolo da modernidade.

O bairro "novo" é alçado à categoria de símbolo da cidade do Rio de Janeiro. Traçando uma linha do tempo, para buscar as alterações arquitetônicas do bairro, é possível perceber o crescimento e o desenvolvimento de um areal que abrigava alguns poucos pescadores que viviam em suas choupanas, uma Igrejinha e o local de acomodação de romeiros até meados doséculo XIX, até se transformar no que é hoje. De acordo com um site de venda de imóveis, até agora, é o sétimo metro quadrado mais caro da cidade, avaliado em R$ 12.764[10]. Abrigando uma elite que, em muitos casos, desconhece sua história.

No arcabouço histórico do bairro, os muitos aspectos se misturam e criam representações e vivências culturais. Expulsos de seus locais de moradia, os pescadores se mantiveram como trabalhadores ocupando o mesmo bairro que a elite e vivenciando as culturas de massa e a hibridização dessas mesmas culturas.

O bairro, que expulsou seus antigos moradores, cumpriu sua "missão", pois nasceu para ser cosmopolita, futurista, dinâmico. Em Mello, encontra-se:

> Mais que um bairro, mais que uma praia era uma agregação de seres que se entendiam, num lugar autônomo onde se vivia regiamente sem atravessar o túnel, sem ver a cor do Leblon nem de Ipanema. Copacabana era uma verdadeira república dentro do Rio de Janeiro, orgulhosa de seu estilo de vida, libertária e sem concorrentes. (MELLO,2017, p.29)

[10] Informação colhida no site: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de- janeiro,rj/> - Acessado em 01de janeiro de 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O desenvolvimento das cidades, os chamados avanços que contam a história progressista, linear e hegemônica, muitas vezes "se esquece" dos atores do cotidiano, aqueles que já estão inseridos nas localidades antes destes fenômenos desenvolvimentistas acontecerem. Em muitos casos, são soterrados, ou melhor, são expulsos de seus habitats para darem vez ao capital.

Assim como as moradias que foram sendo substituídas, os sujeitos ali alocados, identicamente, foram deixando, aos poucos, de ser os "nativos" e deram lugar a outros atores. No fim dos anos de 1800 e começo de 1900, coma chegada de novos moradores, a população de pescadores, também, foi "afetada"; ou seja, os pescadores novos passaram a ser, em grande parte, os imigrantes que iam chegando para a jovem localidade, e assim, a vila depescadores desapareceu. Os trabalhadores ficaram, apenas, com o local físico, que se transformou em sede da Colônia.

A principal modificação na "construção" do bairro de Copacabana foi, indubitavelmente, no ambiente. Para a edificação da modernidade, foinecessário que a natureza fosse domesticada. A saber, as praias, também, foram aterradas, e Copacabana não fugiu dessa prática.

As origens dos pescadores da praia de Copacabana

A cidade do Rio de Janeiro e, também, o bairro de Copacabana são mais uma repetição das localidades no Brasil. O que vem a ser cidade, em sua origem, é "formada" por migrantes. Com o passar do tempo, a vocação para receber pessoas aumentou, e o Rio de Janeiro, por uma série de razões, tornou-se um dos maiores centros de recepção de migrantes do país.

As correntes migratórias mundiais têm uma infinidade de razões para acontecerem. Na atualidade, aquelas que têm o maior afluxo de pessoas estão diretamente ligadas a problemas tais como guerras, perseguição política, fome, etc.

> A migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente. Ele tem acompanhado a era moderna desde os primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção) -, já que nosso "modo de vida moderno" inclui a produção de "pessoas redundantes" (localmente "inúteis", excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissenções causadas por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder). (BAUMAN, 2017, p. 09)

Historicamente, esses motivos sempre estiveram no cerne das fugas das pessoas de seus locais de origem. Em se tratando de Brasil, um motivo em especial obrigou a muitos buscarem novas moradas. Este motor se chama: seca no Nordeste brasileiro. Ainda que, hoje, seja menos comum, especialmente no princípio do século XX, este era o grande motivo do êxododo nordestinos que se destinavam a muitas cidades do Sul e do Sudeste do país. "Alguns anos depois da primeira grande seca no século XIX, em 1915 um novo episódio assolou o sertão nordestino. Mais uma vez, a nova seca fez com que diversos nordestinos migrassem"[11].

Cabe salientar a forma como a urbe é vista, ou, pelo menos, é transformada para ser vista. As reformas urbanas, pelas quais a cidade passou, visavam, dentre outras coisas, metamorfoseá-la

[11] Texto disponível em: <http://www.museudeimagens.com.br/grande-seca-do-nordeste/>. Acessado em 18 de maio de 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

em modelo para todo o país, saneá-la, embelezá-la e a igualar aos modelos europeus. Obviamente, para tudo isso acontecer, era necessária mão de obra, somada ao crescimento industrial no país. Com a grande onda migratória iniciada no fim do século XIX para substituir a mão de obra escrava, tem-se um crescimento populacional considerável.

> Estudos sobre migração frequentemente se baseiamou numa teoria de expulsão ou de atração para explicaro deslocamento dos habitantes pobres do interior. A mais importante teoria relacionada à expulsão diz que as pessoas são corridas de suas terras pela exaustão do solo, condições climáticas precárias (especialmente enchentes ou secas), divisões cada vez menores de terra para culturas de subsistência, e a pobreza opressiva das áreas rurais mais remotas. (PERLMAN,1977, p. 95/96)

Segundo a prefeitura do Rio de Janeiro, através de um levantamento feito sobre imigração, na atualidade, o maior número de imigrantes, ainda, é de nordestinos. O quadro abaixo exemplifica essa situação. No mesmo estudo, é feito um levantamento de outros indicadores, tais como: nível educacional, porcentagem por idade; e traça um paralelo entre emigrantes e imigrantes na cidade.

DESTAQUES

- Saldo migratório da Cidade do Rio de Janeiro é de - 115.694 pessoas
- 53,3% das pessoas que saem da cidade apenas deixam para trás a cidade grande, mas vão morar no próprio estado.
- As faixas etárias até 29 anos constituem 57,7% do total dos imigrantes e 42,4% dos emigrantes.
- 37,9% dos imigrantes do Rio de Janeiro tem como origem a Região Nordeste; 23,5% vêm de outras cidades do próprio estado do Rio.
- Sem fuga de cérebros: das pessoas que vêm para a cidade, 22,2% têm, pelo menos, o ensino superior completo; enquanto, entre os emigrantes, são 18,3%.

Imagem 05 – Resumo da migração na cidade do Rio de Janeiro[12]

Um dos itens pesquisados, neste levantamento, é o tipo de ocupação dos imigrantes e emigrados, ou seja, se trabalham ou não formalmente. E os que chegam ao Rio de Janeiro, estatisticamente, estão em maior número dentro da formalidade, quando comparados aos que saem. Enquanto 19,5% dos emigrantes trabalham por conta própria, somente 13,2% dos imigrantes se sustentam dessa forma.

Na totalidade dos moradores da cidade, o índice de trabalhadores autônomos chega a 19,4%. Assim sendo, os imigrantes representam uma informalidade de menor monta. Neste extrato, estão os pescadores, pois são independentes. Ainda que sejam associados à Colônia, fazem parte do grupo "por conta".

[12] Material disponível em: <http://www.data.rio/datasets/cadernos-do-rio-migração-junho-2013>. Acessado em 18 de maio de 2019

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na primeira entrevista, feita com o pescador Manasi Rebouças,descobriu-se que o vice-presidente da Colônia, José Manoel, assim como ele, vieram do Ceará. Desse modo, pelas entrevistas, percebeu-se que a maioria nasceu no Nordeste, ou é filho de nordestino.

Sabe-se que o Nordeste exportou mão de obra para todos os estados das regiões Sul e Sudeste, e, que esses migrantes se inseriram nos mais diferentes ramos de atividades, portanto, também, estão na pesca. No trechoda entrevista com o vice-presidente José Manoel, ele discorreu sobre o motivo que o levou a migrar para o Rio de Janeiro.

> Bem. A minha vinda, assim, ao Rio de Janeiro. Eu tenho uma irmã, e ela bem cedo, ela casou, teve filhos... E aí o casamento dela não foi assim, muito legal, chegou a hora que, cedo, ela resolveu se separar, e uma das saídas foi a minha mãe, com certeza, incentivou 'ela' a vir aqui pro Rio de Janeiro porque aqui tinha umas pessoas conhecidas da família da minha mãe. E aí, o que acontece? Essa minha irmã veio pra cá, e chegou um tempo que, que, a minha mãe pediu pra deixar uma filha dela aqui no Rio, e foi aí que 'foi' a minha vinda ao Rio, entendeu? E dessa vinda eu acabei ficando aqui no Rio, entendeu? Na época, é... Na época 'que' eu vim deixar essa pessoa, da filha da minha irmã, eu... Meu casamento já nãotava muito seguro, entendeu? E aí, eu acho que não sei... Eu digo assim, hoje, né? É... Foi a saída pra que vida tivesse assim como eu estou, entendeu? Eu acho que foi isso. (informação verbal)[13].

O quadro de pescadores do núcleo do Posto Seis é bastante heterogêneo em todos os aspetos. Nestes, inclui-se a origem desses atores.No levantamento dessa pesquisa, foi constatada a diversidade de naturalidade. O número de pescadores entrevistados não corresponde ao total que ali trabalha.

Essa realidade da colônia agrega, também, pescadores de outros estados, como Goiás. É um local híbrido, cheio de representações, sotaques, crenças e, claro, disputas que acontecem no mar e nas areias. Há, além dos códigos escritos nos estatutos e regulamentos, um código de amigos que diz, por exemplo, que aquele que volta do mar e vir outro pescador esperando para atracar, deve ficar na fila, jamais tentar passar à frente.

Apesar das disputas por locais onde "largar" a rede, ou por vender mais rápido o seu peixe para evitar de ter gasto com gelo, existe um sentimento de coletividade claramente perceptível através de processos de entrada e saída do mar. Todos auxiliam todos, em uma espécie de técnica sincronizada. A seguir, fotografia tirada na manhã de 26 de maio de 2018. Neste dia, acompanhou-se o senhor José Manoel na ida ao mar.

[13] Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 05. [maio de 2018].

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fotografia 04 - pescadores unidos para colocarem o barco do senhor José Manoel no mar.[14]

Nas manhãs de Copacabana, o silêncio é rompido pelo grito de algum pescador pedindo ajuda para colocar o barco no mar. Em seguida, até mesmo os que estão envolvidos nos seus próprios trâmites param para auxiliar aquele a sair. Parece uma espécie de dança, a colaboração entre estes trabalhadores. Evento este que já foi observado por Roberto Kant de Lima, quando fez seu estudo sobre os pescadores da colônia de Itaipu.

> Os pescadores que eventualmente não "ajudam" sofrem sanções "morais", a mais explícita delas sendo a não-retribuição do auxílio quando necessitado por eles, já que todas as pescarias têm praticar essa operação para exercer a atividade produtiva. Não cooperar é romper a reciprocidade na troca de serviços, não apenas entre pescarias ou seus proprietários, mas ainda entre todo o grupo de pesca. (LIMA, 1997, p.147).

As relações de sociabilidade entre os pescadores vão muito além daquelas possíveis durante a prática da pesca. É muito comum, aos domingos, depois de encerradas as atividades pesqueiras, os pescadores se reunirem, na colônia, para confraternizarem através da comensalidade de pescados. Essa confraternização pode ocorrer, somente, entre os pescadores; mas, em muitas vezes, ela se estende aos outros "habitantes" das areias, ou seja, os vendedores ambulantes.

[14] Fotografia tirada pela autora em 26 de maio de 2018. Todos os clicados na fotografia são pescadores da colônia, no entanto, somente o senhor Manoel e seu filho Manasi saem neste barco

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Essas reuniões de pescadores, também, foram observadas em Itaipu: "*(...) nesses barracões, são também feitas 'comemorações', 'mariscadas', reafirmando-se com a comensalidade os laços de identidade e solidariedade dos pescadores*" (LIMA, 1997, p.161).

Na sede da Colônia, é comemorado o dia de São Pedro. Esse é um dos aspectos mantidos pelos pescadores desde sempre, festejado, anualmente, pela Colônia, com recursos próprios. De acordo com Katia Janine (presidente da Colônia), é vivida todos os anos, exatamente no dia 29 de junho, não importando em qual dia da semana a data esteja. Essa festa tradicional começa no período da manhã. Tem início com um almoço oferecido para os pescadores, seus familiares e convidados. Na lista de convidados, estão autoridades e membros de ONGs, como o Instituto Mar Adentro. Por volta das 18 horas, é celebrada uma missa pelo Padre José Roberto da Igreja da Ressurreição que vem até a Colônia para comemorar, em oração, o dia do padroeiro dos pescadores. Encerra-se a comemoração com bolo e canjica, divididos entre os presentes que, também, dividem a limpeza do local.

A religiosidade dos pescadores, hoje, acompanha uma tendência nacional de descentralização de uma única religião. Diferente da época dos antigos moradores do bairro que seguiam o catolicismo, atualmente, congregam do mesmo espaço, católicos, evangélicos e aqueles que se declaram sem religiosidade (não foi identificado, por esta pesquisa, nenhum pescador que se declare umbandista ou do candomblé, bem como, também, nenhum se declarou espírita). Todavia, no filme Z-13, dois dos pescadoresmais antigos da Colônia (um deles já falecido), dizem que quem dá o peixe e traz as riquezas do mar é Iemanjá. Ambos se declaram devotos de São Pedro, mas obedientes à mãe Iemanjá. No entanto, ao que consta, mesmo os não católicos se reúnem nas festividades do dia do padroeiro, 29 de junho, dia de São Pedro.

Considerações finais

A pesquisa sobre a praia de Copacabana e, especialmente, sobre os pescadores está em contiuidade, agora, no projeto de doutorado que foi submetido em algumas instituições. Nesta nova pesquisa, para além dos pescadores, incluem-se mais três sujetos que vivenciam e disputam as areias de Copacabana.

Os atores que tensionam os usos e costurarm as histórias de vivências e sociabilidades com os pescadores são: os vendedores ambulantes, os esportistas e os turistas. O que se buscará, nessa nova pesquisa, além de outras questões, é compreender as fronteiras das sociabilidades vivenciadas no espaço físico e, também, social.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2°Ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO ZAHAR, 1998.

ANDREATTA, Verena. *Cidade Quadradas Paraísos Circulares*: *os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. A *vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa Porta.* Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo: Companhia das Lletras, 1999.

ENGENHARIA, João Fortes. *História dos Bairros, memória urbana.* Rio de Janeiro: Editora Index, 1986.

GASPAR, Claudia Braga. *Orla Carioca História e Cultura.* Rio de Janeiro: Metalivros, 2004.

GIANNELLA, Letícia. "Desenvolvimento E Comunidades Tradicionais: A Comunidade De PescadoresDe Copacabana, Rio De Janeiro". IN: *Entre-Lugar*, Dourados, MS, ano 3, n.5.

KOWARICK, Lúcio. *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos* / organização de Lúcio Kowarick e Heitor Frúgoli Jr. — São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016.

LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana Freitas. *Pescadores de Itaipu – Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói-RJ: EDUF, 1997.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. "História Ambiental: uma demanda contemporânea"; IN: *Cad. Pesq.Cdhis,* Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, pg. 491.

MELLO, Zuza Homem de. *Copacabana: a trajetória do samba-canção.* São Paulo: Editora 34/Edições Sesc, 2017.

O´DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940).* Rio de janeiro: Editora Zahar, 2013.

TORRÃO, Amilcar, "A Tropicalidade dos Trópicos: Paisagem cultural e identidade nacional na Baía de Guanabara" IN: GAZZANEO, Luiz Manoel. *Arte e território no mundo lusófono e hispânico.* Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2014.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana – um estudo de antropologia social.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

POLITICS, GENDER AND HUMOR: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF CARTOONS FROM PUNCH MAGAZINE (1918-1945)

Maria Eduarda Fontes da Costa e Silva Merz[1]

Introduction

This paper aims to investigate how Punch, a British satirical magazine, associated images of the feminine with representations of nazism and socialism, between the Russian Revolution and the end of World War II. In this scenario, the economic, political and social instabilities favored the emergence of new imaginaries and political regimes, especially in the post-war Europe. Hence, this work comes from the idea that there is an interaction between the views expressed by the magazine and the British sensibilities of that period.

The tensions of those times had a strong ideological repercussion throughout Europe: the rise of fascism in Italy and nazism in Germany opposed to the "red danger" inaugurated by the Russian Revolution. In this context, these tensions were central to the development of a critical view of modernity, which favored the emergence of "alternative modernities" (Aarão, 2006, p. 8). The new regimes inaugurated ways of doing politics widely based on mass communication and the use of violence.

Intrinsic aspects of the culture of war, such as the hate towards the opponents (real or imaginary) and the willingness to annihilate them, did not disappear after the end of the First World War. In the midst of a total war (Becker, 2019, p. 243), imperialism, nationalism and a culture of exception were striking aspects of a mentality that removed the subjectivity of the soldiers and dehumanized the enemies. In this sense, the conflict contributed to the dissemination of important aspects that made up the post-war imaginaries, favoring the emergence of social, political and cultural dynamics marked by a growing violence.

Also in this context, Lenin and the socialists gained ground in the Russian Empire, given the inability of Tsar Nicholas II to respond to the demands of the people. Lenin returned to Russia in 1917 to lead the proletarian revolution and became the main leader of the Russian Social Democratic Workers Party. As a result of the revolutionary process, socialism ceased to be just a theory. It gained materiality in a regime strongly anchored in violence as a legitimate political mean and in the centralization of power within the party.

Amid the emergence of new ways of acting, thinking and doing politics, there was a great economic decline in the post-war Europe. Since the *fin de siècle*, but specially after the 1929 crisis,

[1] Undergraduate History student at Federal University of Rio de Janeiro, research fellow at FAPERJ, under the supervision of Dr. Vinícius Liebel, and participant of the research group "Social Construction of Authoritarian Regimes" (NIEJ-UFRJ). E-mail: maria.fontescs@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

liberalism and democracy were questioned in the sphere of politics (Rosanvallon, 1995, p. 12)[2]. This favored the formation of new modernities in different fields of society, as well as new emotional regimes. Thus, the interwar crisis propagated the feelings of fear, rancor and hatred, which marked the sensibilities of the period.

In the face of rising strikes, unemployment and inflation, a growing number of individuals came to believe that only strong leaders could reestablish the order and contain the "red danger". Hence, in 1922, fascism became the main political actor in Italy. By establishing a one-party dictatorship in 1928, the fascists founded the first mass autocracy of central Europe. It had as its emblematic expression the collective and militarized demonstration of force, characteristics that influenced other movements, like the nazism in Germany. Consequently, political, social and economic conservatism, as well as militarism, nationalism and racism, gained strength in Europe.

Differently from what happened in other countries, after the World War I, British liberal democracy remained strong, as did the domination of the colonial empire. In 1918, the British Empire reached its height by encompassing a quarter of the world's population, upon which it imposed not only free trade, but also Western norms of law, order and government (Ferguson, 2016, p.18). Expressed in the ideas and practices of colonialism towards the dominated areas, the British imaginary shared some of the racist and violent elements that constituted those other worldviews of the period. However, due to the maintenance of the democracy and the empire, Britain sustained the freedom of expression and the country's position as a superpower, in terms of global trade and naval strength (Jackson, 2013, p. 34).

Founded in 1841, Punch was a British humorous and satirical magazine, which circulated until 2002. The magazine stood out for its smart and acid humor that was able to arouse the fascination not only of ordinary people, but also of specialists in cartoons, counting on readers all over the world (Scully, 2013, p. 6). Through a common language based on visual and textual metaphors, the magazine produced cartoons that dialogued with the imaginary of its readers, a crucial point to understand the magazine's enduring popularity and its active role as part of the British history (Cayley & Horrocks, 2015, p. 239).

Between 1900 and 1953, Punch was the voice of the established social order, by mocking the upper middle class in its cartoons and boosting morale during the world wars. Closely following the changes taking place in the continent, British public opinion incorporated new elements into its own political imagination while also maintaining a certain distance. The hypothesis is that these illustrations reflected and produced a certain worldview about the political novelties and the social changes of the period. So, this paper analyzes two cartoons, selected among a collection of 267, by using the Documentary Method created by Ralf Bohnsack and adapted by Vinícius Liebel to the analysis of cartoons.

Still almost unexplored, Punch cartoons are excellent historical sources to investigate the impact of the transformations that took place during the interwar period on the British public opinion. This is because the magazine reached the height of its popularity between the 1920s and 1940s – surpassing the circulation of 175,000 copies per week – by producing images with a strong political

[2] The theoretical starting point for these reflections is the definition of the politics as a place of articulation between the social and its representation.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

and critical content. Thus, this paper seeks to analyze the worldview of the magazine's readers and artists through the interpretation of their cartoons. The perspectives of Cultural History of Politics and Women's History, as well as the Documentary Method, are the basis of this analysis, which interprets the cartoons as products and producers of a certain imaginary.

Humor, Totalitarianism and Gender

According to Lawrence James (1994), after World War I, the pre-conflict jingoist imperialism that preceded the conflict lost strength in Great Britain, giving way to the ridicule of its former heroes. Despite the victory, the experience in the front gave rise to questions by the British about the value of sacrificing so many lives for the Empire. Furthermore, it also challenged the concepts of honor, patriotism and glory, part of the pre-war ideal of masculinity. This change in sensibilities became evident in the cultural representations of the press and in the political sphere of the 1930s, with the inability of British rulers to react properly to nazi advances.

Amidst a weakened Europe in the postwar period, Britain had interests everywhere and, apparently, the means to secure them. The basis for this power was the empire, which provided men, raw materials and prestige. However, as Lawrence James (1994) points out, historians who have investigated Britain's decline as an imperial power have found the interwar period to be a very challenging time for maintaining these global claims.

As James (1994, p. 486) points out, there was a big difference between Britain's public image and its conduct in international affairs. In this scenario, Great Britain adopted the policy of appeasement as a mean of preserving the Empire in the face of a reduced room for maneuver due to economic weakness. Therefore, this policy made British rulers unable to take the necessary actions to keep the country as a world power and counteract the advance of authoritarianism in continental Europe, represented especially by the "red danger" and the nazi threat.

In the social sphere, World War I challenged traditional views on gender roles, which stimulated the emergence of new cultural and political trends. In this perspective, female participation in the war effort reinforced the arguments of those seeking their emancipation. This resulted, even before the end of the conflict, in the conquest of the right to vote by the majority of women over 30 years old[3] and the opening of some professions to women in Great Britain (Bingham, 2004, p. 1). Consequently, these and other transformations – such as the great increase in the circulation of newspapers and magazines – paved the way for new discourses and representations of the feminine. With new ideas circulating in the public sphere, British women conquered spaces previously denied.

As Judith Butler (2003, p. 48) points out, gender categories are culturally constructed and, thus, subject to change. In this sense, the changes in visuality, together with other transformations, contributed decisively to the "modernization" of social values and gender roles (Bingham, 2004, p. 2), which favored the emergence of new ways of acting and thinking. Despite the importance and radicalness of these transformations in the worldview of many contemporaries, its depth

[3] This was an important achievement, but electoral equality between men and women was only effectively achieved in 1928, when all women over 21 years old could vote, regardless of ownership.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

cannot be overestimated, given that most women continued to face different forms of misogyny in their daily lives. Therefore, the imagistic representations of the period, present in the press at the time, are rich sources for the analysis of the plurality of imaginaries that circulated in the period.

Complex and fragmented, ideas about masculine and feminine did not constitute a uniform whole. At the same time that conservative worldviews, still hegemonic, aimed to confine the feminine to the domestic sphere, the spread of "modern" values and the conquest of new opportunities influenced the behavior of many women, especially in urban areas. From this perspective, the representations that circulated in the press of the period influenced the structures of action and thought, as products and producers of different perspectives – even contradictories – about these changes[4].

In the economic sphere, while the crisis of 1929 deeply shook several capitalist countries and increased the existing tensions, the Soviet Union – isolated and economically autonomous – went through the world crisis practically unscathed. In this sense, the crisis contributed to the exponential growth of political projects with an anti-democratic character and to the increasing use of violence in the political sphere. Also, strikes and the growth of leftist movements furthered the fear of the "ghost of socialism". It was at this juncture that the nazis rose to power in Germany and established, from 1933 onwards, an authoritarian, nationalist and racist government, with a strong anti-Semitic character.

As mentioned, although economically weakened, Britain managed to maintain liberal democracy and its military power. In this context, the British underwent a gradual and irregular economic recovery, through the re-establishment of imperial preference and the strengthening of the economic link between Great Britain and its empire with the creation of the sterling bloc (James, 1994, p. 488). However, the British economy remained fragile, even compared to the economies of authoritarian countries, which limited the country's room for maneuver in terms of foreign policy.

As Lawrence James (1994) points out, as early as February 1934, the new Defence Requirements Committee identified Japan as an immediate danger and Germany as the greatest adversary in the long run. Despite that, based on the principles of the League of Nations and on the confidence in the stability of the international system created to maintain peace, until 1935 the British rulers did not expect to have to face a new war, while large social sectors had joined pacifism. For this reason, until the eve of the World War II, the threat of the Nazi and its allies was underestimated in a certain British worldview, as can be seen in one of the visual representations further analyzed in this paper. This reality only changed after it became evident that a new war was inevitable.

Therefore, the analysis of the cartoons from Punch Magazine is useful to investigate the imaginary of that period, as they significantly contributed to the construction of public and political discourses, dialoguing with the transformations that were taking place at that time. Nevertheless, it is noteworthy that the masses did not passively absorb the visual representations present in the media and both the representations and the individuals were – as continue to be – plural. Thus,

[4] However, this paper takes into account that since the public space of the period was predominantly constituted by male values, most representations of the female were made by the hands and voices of men.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

not only the political convictions, but also the social and moral values portrayed in the cartoons constitute a partial picture, which encompasses only the worldview of the "community of meaning" formed by the plurality of readers and artists of this magazine.

Documentary Method

The cartoons from Punch Magazine are sociocultural products, linked both to the political context and to the daily lives of their readers and the artists who produced them. These cartoons are available online, in the Punch Magazine Cartoon Archive. The method used to analyze the iconographic sources is the Documentary Method of Image Interpretation, created by Ralf Bohnsack and adapted to the analysis of cartoons by Vinícius Liebel. In this perspective, images are in a dual position: while they reflect a certain mentality present in that social context, they also constitute a certain imaginary and produce the reality of which they are part (Mitchell, 1994; Bohnsack, 2009, as cited in Liebel, 2011).

Taking Karl Mannheim's Sociology of Knowledge as a starting point (Bohnsack, 2007, p. 286), the method was influenced by the History of Art and, particularly, by the iconology (Panofsky, 2006 as cited in Liebel, 2011), which contributed to the development of qualitative methods for the interpretation of images in the Humanities and Social Sciences (Bohnsack, 2007, p. 286). To interpret an image, Mannheim's methodology points to the need to reconstruct its various meanings, decomposing it into three levels of study: objective, expressive and documentary (Liebel, 2011, p. 173). Furthermore, it indicates that there are two possible focuses of understanding: (i) about the image and (ii) through the image.

The fundamental premise of the Documentary Method is the search for the deep and social nature of the source (Liebel, 2016, p. 375), which must be comprehensively apprehended from the analysis of these three levels of meaning. While at the objective level the focus is the gestures, the symbols and the forms present in the image, at the expressive level it is the words or the actions and at the documentary level it is the form of production and the performance of the source in the context of production. The methodological steps for the interpretation of each of these levels are the formulated interpretation and the reflected interpretation. In the first step, the researchers apprehend the meanings inherent to the image, while in the second step they contextualize these apprehensions taking into account the historicity of the sources.

According to Bohnsack (2007) as cited in Liebel (2011), the inversion of the question from "what is the source" to "how it is constituted" is the key to the passage from the interpretation of the immanent meaning to the investigation of the documentary meaning. Thus, based on the Iconological Method of Erwin Panofsky and the Iconic Method of Max Imdahl, Bohnsack (2007) as cited in Liebel (2011) divides the formulated interpretation into three. In the pre-iconographic phase, the researchers describe the environment and the phenomena present in the image. In the iconographic phase, they apprehend the actions and the language present in the image, as well as recognize the symbology. Finally, following Imdahl's Iconic Method, they carry out the study of the image by the image (Liebel, 2011, p. 176), which is the analysis of the nature of the image from its colors, lines, lights and shapes.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

In the phase of reflected interpretation, strongly linked to Mannheim's Sociology of Knowledge and Bourdieu's Praxiological Sociology, the researchers analyze the apprehensions made in the previous step from the historical contextualization of the sources (Liebel, 2011, p. 175). This step of the Documentary Method consists of analyzing the image, while taking into account the context of its production. Following Panofsky's iconology (2006) as cited in Liebel (2011), it is necessary to interpret the image as a unique historical and social source. Thus, the source serves as a basis for the analysis of its producers' action and thought and for the characterization of determining aspects in the recognition of collective elements (Liebel, 2011, p. 176).

After analyzing the image content and according to it, the researcher interprets the textual elements in the cartoons, such as titles and captions. These elements must confront, support or prove the iconological analysis (Liebel, 2016, p. 383) and have a direct relationship with the worldview of the person who produced the image. In the case of a cartoon, there is no real interaction between who produces it and who is portrayed at the time of its production, contrary to what happens in a photograph, for example. Therefore, while the mental structures of the producer are manifested in the composition of the image, the *habitus*[5] of who is represented in the image has a subjective character (Liebel, 2011, p. 177), which follows the worldview of the artist and/or his audience.

Despite this lack of interaction, the image of who is portrayed in a cartoon does not only present subjective traits, but also objective aspects. In this sense, the cartoon represents the artist's view of a set of characteristics or actions of a certain agent that exists in the reality, but which is portrayed according to a subjective worldview. Thus, to overcome the problem of interpretive objectivity in the analysis of cartoons, it is necessary to pay attention to the *habitus* of who produces the cartoon and who is portrayed in the image. At the same time, the researchers must seek to separate their own structures of thought from what is represented in the image.

As Pierre Ansart points out, the weight and emotional consequences of a message depend on the social place from which it is enunciated (Ansart, 2019, p. 69). Therefore, besides studying the symbolisms and the history of the elements that constitute the cartoons, it is necessary to analyze the *habitus* of the artist and his target audience, taking into account the social-historical place of which they are part. This reconstructive character of the method favors a change in focus from who is represented to the artist, enabling a qualitative analysis of the images (Liebel, 2011, p. 179). Applying these procedures to interpret the cartoons and taking into account the spatiotemporal displacement between the source and those who analyze it, it is possible to avoid misinterpretations and contribute to the reconstruction of the specific imaginary surrounding these representations.

Analysis

From a universe of 267 collected cartoons – produced between 1917 and 1945 –, were selected 49 cartoons that feature representations of nazism and socialism in association with images of the

[5] Bourdieu's concept that refers to the set of dispositions learned by individuals, through the action of interconnected institutions such as the State, school and Church, reproduced in an unreflective way throughout life. On the construction of the *habitus* and its influence on gender issues, see BOURDIEU, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

feminine. Among them, two representative cartoons were chosen to be analyzed here, following the steps of the Documentary Method. The starting point of the analysis is the assumption that there is an interaction between the views expressed in the cartoons from Punch and the British sensibilities of the period. Hence, this paper seeks to interpret their role as products and producers of a specific political-cultural reality, which favor the consolidation of a certain *modus operandi* of act and think (Liebel, 2011, p. 175).

Published in May 1922, the first cartoon (Partridge, 1922) reflects and produces a certain imaginary about socialism and the feminine. The pre-iconographic analysis identifies the elements that constitute the cartoon: an attractive woman in a sophisticated costume dances with a bear wearing boots and gloves, in an elegant salon. The bear keeps its mouth open and holds the woman around her waist. Its face is slightly upturned and its size conveys strength. In parallel, the woman wears low-heeled shoes, a dress below the knees and a tiara, with the word "Europa". Her face is close to the bear's mouth and slightly tilted back. Also, her expression suggests that she is scared.

The iconographic analysis identifies that the representation of the bear in boots in a salon reveals a negative connotation, which refers to its inadequacy for such an environment, although it tries to fit in wearing gloves and dancing. On the other hand, in comparison with the strong and powerful animal that potentially poses a threat to her, the woman is fragile. In this sense, the bear can be identified as the post-revolutionary Russia, which represents a potential danger to Europe. Applying the iconic method (Imdahl, 1988; 1996b) as cited in Liebel (2011), through tracing two opposing diagonal lines, it is clear that the focal point of the cartoon is the bear's arm that wraps around the woman's waist. In fact, the diagonals show that the bear is the main focus of the cartoon, since it occupies all four spaces created by the diagonals and it is the main satirical element of the image. The movement is manifested in the dance, which highlights the bear and configures it as a potential threat to the woman when it presses her against itself. In a sexualized way, the bear maintains its mouth open and "involves" the woman with its arms and legs, not allowing movements other than those carried by him. The direction of the woman's gaze to the bear's mouth and her facial expression also confirm this interpretation.

The iconic-iconological analysis suggests that this is a representation of the threat that the post-revolutionary Russia represents to Europe. Starting from the idea that this image is based on a certain imaginary, shared by the artist and most of the magazine's readers, this image of the bear indicates the distrust of the British towards Russia. Even wearing gloves and dancing, the bear is not only clumsy and barbaric, but also potentially threatening because of its size, strength and posture. Furthermore, the representation of the feminine reflects what Simone de Beauvoir (2009) called the "woman's myth", as it refers to the naivety and fragility associated with the feminine in the patriarchal view. Therefore, the cartoon is a representation of Britain's opposition to post-revolutionary Russia and to the spread of socialism across the European continent.

Finally, the cartoon's title and subtitle say: "The bear hug"; "Miss Europe: "Aren't you rather squeezing me?"; Russian Bear: "Well, you wanted me to dance and this is my rough Soviet way of doing it"; The Bolshevist delegation at Genoa has refused to grant the demands of the powers unless Russia is simultaneously supplied with a heavy loan. The sum of two hundred millions has

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

been mentioned". Thus, the textual elements support the analysis of the visual elements and complement the understanding of the image, indicating that the scene refers to an event, in which Russia sought to receive this large loan in the context of the Russian civil war in exchange for accepting the demands of the powers in Genoa.

Presenting Europe in a fragile position, the cartoon subliminally asserts that the powers can make demands, but who is guiding the movement is Russia, which accepts them or not. In this sense, the representation of post-revolutionary Russia as a rude bear that squeezes and controls Europe, represented as a naive woman, produces and reflects a certain British imaginary about socialism and the feminine.

Published in September 1936, the second cartoon (Shepard, 1936) reflects and produces a certain imaginary about nazism. The pre-iconographic analysis identifies a woman and a man in a room with two beds, wearing pajamas. The man is crouched, looking for something or someone under the bed and holding something resembling a fireplace poker in his right hand. He has a swastika stamped on his left arm, indicating that he represents someone who is very active in National Socialism as he wears the swastika armband even when in his pajamas. On the wall over his bed, there is a frame with words in German, meaning Germany above all.

The woman looks at the man with an annoyed expression, with her mouth opened and her eyebrows raised. So, she probably woke up because of him. On her nightcap is written the word "Europa", indicating that the feminine again represents the European continent. There is also a small curtain separating the beds. As the man's bed remains intact, apparently, he did not go to sleep. Since he looks under his bed, he probably fears that there is something or someone under the bed.

The iconographic analysis indicates that the representation of man presents a critical character to nazism. Looking for something under the bed, with something that resembles a fireplace poker, the nazi man looks paranoid. Meanwhile, unlike the other cartoon, the representation of the feminine as Europe is materialized in the figure of a more mature and austere woman, who apparently tells the man to go to bed, irritated to be woken up by him.

Applying the iconic method, it is noticed that there is a greater color contrast in the man, which draws attention to his attitude. Furthermore, the swastika is aligned with the vertical center of the image and the woman's gaze is directed towards the Nazi man, indicating that he is the main figure in the cartoon. The woman is in the background, but she has an important role in the image, as she represents the British imaginary about Europe.

The context of the cartoon's production is the years after nazism's rise to power in Germany. Thus, the iconic-iconological analysis indicates that the man is a representation of nazism according to a certain British worldview, which portrays the nazis as a paranoid man. From this perspective, Europe is seen as a mature woman, who is no longer looking for something/someone under her bed.

Furthermore, the two separate beds, the curtain and the square over the second bed indicate an ideological, mature and worldview separation between Europe and Nazi Germany. In this sense, Germany is seen as "other", outside the European continent and distant from its ideas. This

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

indicates that until the eve of World War II nazism was not seen as a threat to Europe, but as an exogenous and comic element.

Lastly, the title of the cartoon and its subtitle say: "The Bolshevist Bogey"; "Europa. Do stop fussing, Adolf, and lie down."; "Muffled voice. Can't you realise that there is a Bolshie lurking under every bed?". Since "bogey" is a British expression referring to an imaginary evil spirit, the textual elements confirm the interpretation of the visual elements and further enhance the understanding of this imaginary.

Therefore, the man is represented as childish, because he fears the existence of an imaginary Bolshevist under his bed. In this logic, the fear of the "red danger", present in the Nazi imagination, is mocked in the cartoon. Also, the textual elements indicate that this childish man is actually Adolf Hitler, the German *Führer*.

This representation indicates the existence of a certain British worldview that not only infantilizes the nazis and their fears, but also underestimates their power. From this perspective, Europe has a more mature attitude, since the woman – representing Europa – no longer fears the existence of threats under the bed. This suggests that, in the imaginary of the period, nazism was something equivalent to a frightened child who needs someone telling him to go to bed.

As Paul Thompson (1992, p. 11) points out, in England at the beginning of the 20th century it was common to exist a curtain dividing a bedroom when two or more brothers of different sexes had to sleep in the same room, due to lack of space. In this sense, it is possible to interpret the image of the woman as an older sister, who has already overcome her fear of the "Bolgey Bolshevist". Therefore, the representation of the feminine takes on a positive connotation, of more maturity, in face of an infantilized representation of Hitler and, consequently, of Nazi Germany itself.

Final Considerations

In the period that separates the publication of the cartoons, many transformations took place in Europe and, consequently, in the worldview of the magazine's readers and artists. These cartoons reflect and produce not only different perspectives on the feminine, but also a change in the view of socialism. Despite that, it is noteworthy that both cartoons are aligned with the ideal of femininity at the time, in different ways.

In the first cartoon, the female, symbolizing Europe, is represented as an attractive, naive and fragile maiden faced with the Bolshevist threat, materialized in the figure of the bear. In the second cartoon, the female, also symbolizing Europe, is represented as an older and mature sister in front of a childlike Nazi Germany, personified in the figure of Adolf Hitler. Both the fragile maiden and the older sister are part of the same ideal of femininity, in which women are considered to leave childhood faster than men in the domestic sphere, while at the same time they are seen as fragile and naive when concerns to social life.

Seen as a major threat to Europe in the first cartoon, socialism is represented as a ghost in the second. From the analysis of these representations and the examination of the rest of the documentary *corpus*, it is observed that in the first years after the October Revolution, socialism

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

was perceived as a great danger to Europe, giving rise to cartoons that portrayed, in the foreground, socialism as a threat. However, these representations became less and less frequent after 1924, the year in which the Soviet Union was recognized by the United Kingdom, after Lenin's death.

As Stalin assumed the leadership of the country, the USSR's national expansionism ceased to be a threat. In this sense, from 1925 to 1935, there is no cataloged cartoon that has direct representations about socialism. In parallel, from 1933 onwards, cartoons with representations of nazism became increasingly recurrent[6]. However, the danger that the nazis posed to the maintenance of peace in Europe was not yet evident in 1936, as noted in the analysis of the second cartoon. In this one, as in several others between 1932 and 1936, the power of the Nazis was recurrently underestimated, based on representations that infantilized and ridiculed them.

Following each step of the method, it was possible to reconstruct the meaning of the elements that constitute the cartoons, which are part of the imaginary shared by the artists and by a large part of the magazine's readers about those themes. That is because Punch Magazine, with its relevant cartoons, reflected and produced a certain worldview about the feminine and the novelties in the political sphere, after the World War I, that reverberated at the time. Thus, it was analyzed not only the way in which socialism, Nazism and the feminine were represented in the cartoons, but also the differences between each representation, taking into account the historicity of the sources.

Moreover, the reconstructivist character of the Documentary Method favors an interpretation of the cartoons from the perspectives of the Cultural History of Politics and the History of Women. Based on a cultural and political perspective, which understands the representations of the feminine as part of the political sphere, the analyzes presented show the need to examine the different interpretative levels present in the images. Thus, the perspectives presented in this work demonstrate the importance of this method and its possibilities of use for the expansion of researches that use visual representations of the media as historical sources.

In this sense, these cartoons address not only socialism, nazism and the feminine, but also a certain imaginary that circulated in the context under analysis. The interpretation through the Documentary Method allows the reconstruction of the *habitus* metaphorically represented in each image. In the first cartoon, socialism is represented in the form of the bear and the feminine in the figure of the maiden, which represents Europe. In the second cartoon, nazism is represented as an infantile Adolf Hitler, the socialism as an imaginary evil spirit and the feminine as an older sister, which also represents Europe.

Therefore, the different representations of the feminine indicates two important aspects: the "social roles" of women in the British society of the time, as well as the views about the European continent itself. Between the damsel in distress and the older sister, Europe shows itself to be a continent in permanent mutation in relation to the new modernities that emerged in the first decades of the 20th century – elements that would lead it, a few years later, to earn some of its deepest scars.

[6] Only in 1933, Punch published 12 cartoons with representations of nazism.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

References

ANSART, P. (2019). *A gestão das paixões políticas* [The management of political passions]. (Seixas, Trans.). Curitiba: Ed. UFPR.

BEAUVOIR, S. (2009) *O Segundo Sexo I*: factos e mitos [The second sex I: facts and myths]. (Milliet, Trans.). Lisboa: Quetzal Editores.

BINGHAM, A. (2004). *Gender, modernity and the popular press in the inter-war Britain*. Oxford: Oxford University Press.

BOHNSACK, R. (2007). A interpretação de imagens e o Método Documentário [Image interpretation and the Documentary Method]. (Günther, Trans.). *Sociologias*, 18(9), 286-311. https://bit.ly/3BM1aFm

BOURDIEU, P. (2019). *A Dominação Masculina* [Masculine Domination]. (Küner, Trans.). (16th ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, J. (2013). *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade [Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity]. (Aguiar, Trans.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAYLEY, S., & HORROCKS, C. (2015). Spotlight on a New Digital Resource" "The Punch Historical Archive," 1841-1992: A Sustainable Brand for the Digital Age. *Victorian Periodicals Review*, 48(2), 238–243. http://www.jstor.org/stable/43663366

FERGUSON, N. (2016). *Império*: como os britânicos fizeram o mundo moderno [Empire: how Britain made the modern world]. (M. Cavallari, Trans.). (2 ed.). São Paulo: Planeta.

JACKSON, A. (2013). *British Empire*: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press.

JAMES, L. (1994). *The Rise and Fall of the British Empire*. New York: St. Martin's Press.

LIEBEL, V. (2011). Entre sentidos e interpretações: apontamentos sobre análise documentária de imagens [Between meanings and interpretations: notes on documentary image analysis]. *ETD – Educação Temática Digital,* 12(2), 172-189. https://bit.ly/3kbhCc9

LIEBEL, V. (2016). O historiador e o trato com as fontes pictóricas — a alternativa do método documentário [The historian and the handling of pictorial sources - the Documentary Method alternative]. *Topoi*, 17(33), 372-398. https://bit.ly/3COyw7P

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PARTRIDGE, B. (1922). The bear hug (Cartoon). Punch Magazine. https://bit.ly/3ECp4VA

ROSANVALLON, P. (1995). Por uma História Conceitual do Político [For a Conceptual History of Politics]. (Martinez, Trans.). *Revista Brasileira de História*, 15(30), 9-22. https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3782

SCULLY, R. (2013). A Comic Empire: The Global Expansion of Punch as a Model Publication, 1841-1936. *International Journal of Comic Art*, 15(2), 6-35. https://hdl.handle.net/1959.11/13741

SHEPARD, E. H. (1936). The Bolshevist Bogey (Cartoon). Punch Magazine. https://bit.ly/3bGGjsa

THOMPSON, P. (1992). *The Edwardians*. (2nd ed.). London: Routledge.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NOTAS SOBRE A ASCENSÃO DA ELITE COMERCIANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO E O EXERCÍCIO DA CARIDADE OITOCENTISTA

Mirna Brito Santana[1]

As reflexões feitas aqui fazem parte da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo.

O objetivo desse texto é discutir alguns aspectos na dinâmica de ascensão social de indivíduos ligados às redes comerciais estabelecidas na Capitania de São Paulo na virada do século XVIII para o XIX e sua participação na Irmandade da Santa Casa da capital.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, cristalizou-se em parte da produção historiográfica brasileira a tese de que no raiar dos oitocentos paulista, a região vivia um processo de estagnação e decadência, no qual a produção agrícola local estaria voltada para a subsistência de uma parca população empobrecida.

A tese sobre a ausência da Capitania de São Paulo no mercado exportador, atestada por autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Maria Thereza Petrone, embasados nas fontes produzidas ao longo do século XVIII, influenciou toda uma geração de historiadores que teria interpretado, na documentação de época, que São Paulo era um local à margem do Império Português.

Laima Mesgravis é uma das principais referências para entendermos o papel da Misericórdia paulistana e sua ambientação nos primeiros anos do século XIX em seu estudo *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo- 1599?- 1884: Contribuição as estudo da Assistência Social no Brasil*. Em sua análise, a São Paulo da primeira metade do século XIX era um local com uma população de no máximo 30. 000 habitantes, com poucas chances de uma agriculta rentosa, "[...] nada prenunciava na primeira metade do século XIX o surto de progresso que marcaria a cidade a partir de 1872, acelerado pela implantação do sistema ferroviário que a transformou no ponto de convergência das riquezas da Província" (MESGRAVIS, 1976, p. 97).

As condições locais, segundo Mesgravis, eram propícias para abrigar um público de desvalidos que necessitavam dos serviços assistenciais ofertados pela Santa Casa da capital. Os órfãos, pessoas pobres doentes e os encarcerados representavam um grupo importante no território da Capitania.

Richard Morse retratou o cenário desolador da Capitania em sua obra *De comunidade a metrópole: Biografia de São Paulo*. De acordo com ele, os processos de negociar eram diretos e havia constante interpenetração da cidade e do campo, não só no nível econômico como no nível social. As relações eram primárias e pessoais, de forma que as leis e instituições, só se tornavam efetivos se expressos em termos localmente reconhecidos (MORSE, 1957, p. 30).

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo e integrante do Núcleo de Estudos Ibéricos. Tem interesse na área de História Contemporânea, com ênfase em História da Saúde no século XIX no Brasil. Contato: mirna.brito@unifesp.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A visão de São Paulo como um lugar pacato e quase que inerte constituiu-se em uma narrativa forte, porém, recentemente, tem sido desconstruída pela historiografia. Autores como Marco Volpini Micheli, Vera Ferlini, Rodrigo da Silva, Ana Paula Medicci, dentre outros, sugerem novas abordagens para tratar a região paulista.

Esses estudos estão propondo novas leituras das fontes de época, sobretudo, dos relatórios de agentes do governo da Coroa e dos memorialistas dos setecentos e oitocentos que nos apresentam em seus textos, uma São Paulo decadente e de pessoas "preguiçosas".

Para entendermos esse suposto "empobrecimento" de São Paulo que aparecia constantemente nos documentos da administração da Capitania e nas memórias, é preciso mencionar que no século XVIII houve uma série de eventos que contribuiu para que os escritos de alguns dos homens mais distintos do lugar tivessem essa percepção.

Segundo Rodrigo da Silva, a questão da evasão populacional no final do século XVII para as Minas e, posteriormente, o declínio da mineração, é um ponto nessa discussão. A escassez de mão-de-obra indígena e os impactos disso na produção do açúcar também são relevantes, famílias como os Taques se viram em dificuldades e seu modo de vida ameaçados pelos problemas financeiros (SILVA,2009, p. 29 e 30).

> É possível também que a riqueza [...] estivesse correndo em caminhos pouco perceptíveis para alguém muito associado a um tipo específico de economia, centrado em moldes tradicionais para a região. [...]
> Concomitantemente, e talvez ainda mais, a uma perda material, uma crise econômica, esses homens que se auto-representavam como de uma linhagem antiga vociferavam contra a entrada de um outro grupo de homens, que em São Paulo constroem ou mesmo trazem de origem riquezas, riquezas as quais abandonaram os "nobres" paulistanos. Perda de poder econômico – ao menos relativamente -, perda de prestigio, perda dos partidos femininos, os quais até então eram concedidos por arranjos entre essa elite, mas que naquele momento de crise eram entregues aos bolsos mais bem calçados (SILVA, 2009, p. 46 e 47).

José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834) foi um porta-voz decadentista. O Doutor em Direito formado em Coimbra (O EDITOR, 1993, p. 15-18) era membro de uma família tradicional da capital paulista, mas também com raízes na região de Santana do Parnaíba desde meados do século XVII (MEDICCI, 2007, p. 247).

Em seu texto *Reflexões Sobre o Estado em que se Acha a Agricultura na Capitania de São Paulo* de 1788, o autor mostra sua preocupação com o estado da produção agrícola do litoral e sertão e a necessidade de aumentar suas produções a partir da reorganização da mão-de-obra local e a racionalização da estrutura tributária paulista.

A decadência, para Rendon, estava relacionada diretamente com a legislação pombalina e o decreto de liberdade dos indígenas promulgado entre 1755 e 1758. A "vadiagem" característica dessas populações teria feito com que o cultivo tivesse se voltado somente para a subsistência, ao contrário de antes, pois enquanto comandados pelos paulistas, os indígenas produziam mais (MEDICCI, 2007, p. 248).

Para Marco Volpini Micheli, a imagem de decadência de São Paulo que as figuras públicas do século XVIII e início do XIX projetavam, relacionava-se com a posição marginal da região paulista no sistema colonial, já que a Capitania não estava inserida no mercado transatlântico. Essa foi uma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

visão dos governadores que se conservou na documentação e foi amplamente utilizada pelas gerações da historiografia que se apoiaram nessas fontes.

Um nome considerado importante para o redimensionamento do debate sobre a tese da decadência no território paulista, foi Alice Canabrava, ao propor uma análise quantitativa dos níveis de riqueza da Capitania.

Canabrava buscou provar empiricamente a tese da decadência com o "[...] estabelecimento de planos de comparatividade com os níveis de acumulação de riqueza proporcionados mais tarde, na mesma Capitania, primeiramente graças à produção açucareira e depois à do café" (MICHELI, 2020, p. 486). Contudo, em meio aos estudos da autora surgiu uma pequena elite local ligada ao setor mercantil que estava localizada em rotas importantes da Capitania

> [...] a saber: São Paulo, como capital; Itu e Sorocaba, no caminho do gado; Parnaíba e Moji-Guaçu, na estrada de Goiás; Guaratinguetá, no caminho do Rio de Janeiro; Santos, como porto e importante local para o comércio do sal.
> Em suma, eram "cidades 'cabeças de estrada', locais de pouso, centros de aprovisionamento de negócios", e que funcionavam como verdadeiros mercados regionais, de maior ou menor amplitude. Essas áreas estavam, assim, ligadas a centros importantes da capitania que, de há muito, apresentavam movimentação intensa devido às trocas mercantis com o sul da colônia, com o mercado local paulista ou com a região mineradora de Mato Grosso e Goiás[...] (MICHELI, 2020, p. 489).

Assim, os estudos de Alice Canabrava que procuravam pela estagnação ou decadência na região paulista, acabaram encontrando uma pequena elite que, embora representasse uma minoria em termos numéricos da população, mostraram que havia riquezas circulando em São Paulo, suficientes para enriquecer alguns indivíduos e lhes proporcionar poderio e influência no ramo de negócios entre São Paulo e outras localidades, como o Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais.

Para Ana Paula Medicci, o termo "decadência" não tratava de uma situação, mas de um elemento que fez parte do discurso de homens ligados ao governo local para justificar os interesses dos grupos que se viam como prejudicados pela concentração de poder nas mãos do capitão general, as imposições que oneravam o comércio ou a dificuldade em controlar a mão-de-obra indígena (MEDICCI, 2005, P. 101 E 102). A estagnação do reino precisava ser combatida com reformas na estrutura do Império, o que tornava as colônias, e principalmente o Brasil, o potencial salvador da ruína (MEDICCI, 2007, p. 243 e 244).

Para que Lisboa conseguisse ter controle suficiente em seus vastos territórios era necessário que seus agentes combatessem a "preguiça e indolência" das populações dos territórios coloniais. Construir um discurso em cima da decadência foi o combustível necessário para ajudar os burocratas a participarem da modernização e obterem privilégios (MEDICCI, 2005, p. 96).

As elites paulistas e seus arranjos de sobrevivência nas primeiras décadas do século XIX

Quando tratamos da elite paulista, não podemos tratá-la pelo singular, mas pelo plural, porque havia vários grupos em diferentes segmentos da sociedade e que, segundo procuraremos demonstrar nesse item, estavam cada vez mais diversificando seus ramos de atuação e suas relações entre si.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O final do século XVIII já trazia indícios de instabilidade do que chamamos de Antigo Regime e, para as famílias mais antigas e tradicionais da região paulista, já não era mais suficiente ostentar a nobreza da terra como descendentes dos primeiros colonizadores em Piratininga.

Para se manter na ordem social que começava a se alterar, foi importante para a elite produtora de São Paulo (grupo mais antigo nas camadas mais ricas da São Paulo colonial) aceitar a introdução de novos sujeitos (os comerciantes e negociantes) na conjuntura social. Esses novos sujeitos viam nas terras paulistas uma chance de prosperar no comércio e criarem laços não só do ponto de vista das atividades econômicas, mas também alianças políticas e sociais a fim de garantir suas linhagens.

Havia fluidez suficiente em São Paulo para sujeitos de variados ramos coexistirem e ampliarem suas esferas de influência, uns tentando se manter na sociedade em transformação, outros tentando garantir seu espaço na nova dinâmica que se ensaiava com os cargos nas instituições de governo local, no círculo social das camadas mais ricas com os casamentos entre grupos de diferentes segmentos, nas tropas militares e na Misericórdia. Esse cenário é muito importante para a fundamentação desse texto, por isso, traçaremos conexões de todo esse complexo contexto com a experiência da Santa Casa de São Paulo na primeira metade do século XIX.

Em seu texto *Uma capitania de novos tempos*, Vera Ferlini procura mostrar que São Paulo, no final do século XVIII, estava longe de ser uma colônia decadente. Após a crise aurífera, a internalização de seus fluxos de capital dinamizou as atividades econômicas, tornando a região mais independente do fluxo de mercado externo e da metrópole (FERLINI, 2009, p. 243).

Segundo Ferlini, para que as vantagens da Capitania fossem aproveitadas, os governadores tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades, mas, principalmente, a intensa dispersão da população no vasto território, o desafio de criar uma infraestrutura básica, incluindo caminhos para auxiliar na mobilidade das rotas dos negócios, além de manter a comunicação e centralizar a administração de forma a implementar também as demandas metropolitanas no território paulista.

A organização social foi essencial para garantir que a Capitania de São Paulo pudesse cumprir com as metas dessa nova etapa de sua experiência e, quando o século XIX chegou, sua base mercantil de abastecimento das minas propiciou o surgimento de um ramo novo da elite, os comerciantes. Esse contexto possibilitou, também, que novas formas de distinção social aparecessem com a integração da população pobre livre no abastecimento das tropas, na constituição de seus efetivos, além da introdução dos escravizados africanos.

Segundo Carlos de Almeida Bacellar, foi a potencialização da monocultura de exportação da cana-de-açúcar a partir de meados do século XVIII, principalmente na última década do setecentos, que fez surgir uma rede de grandes engenhos na região do oeste paulista e deu um novo impulso à economia paulista, o que facilitou a ampliação do comércio e da circulação de escravizados africanos citada por Ferlini.

> O monopólio fundiário da exploração escravista, no período colonial, forjou poderosa articulação social, base de sólida estrutura de mando, e encaminhou, a partir do final do século XVIII, o processo de emancipação, a internalização da acumulação, e a afirmação do Estado nacional. Longo processo, em que a terra, apropriada através de privilégio real, explorada pelo braço escravo, constituiu-se na pedra angular da dominação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> A compreensão dessa forma contraditória e híbrida de organização social passa, necessariamente, pelo entendimento da expansão portuguesa, em suas dimensões econômicas, territoriais e políticas. Na colônia, o processo colonial reproduziu (também produzindo uma nova realidade) formas de dominação vigentes na metrópole, associando a afirmação/expansão do poder político imperial aos interesses dos grupos mercantis e às aspirações daqueles que, ao engajarem-se nas lides das conquistas, buscaram, nas novas terras, posições e honrarias (FERLINI, 2009, p. 244).

Conforme a dinâmica descrita no excerto acima, percebemos que, de fato, alguns dos sujeitos que se estabeleceram por meio do comércio e negócios das tropas de muares, gêneros alimentícios, dentre outros produtos, se tornaram também negociantes de escravizados africanos e adquiriram certo prestígio social (isso se já não faziam parte de famílias tradicionais da Capitania). Isso se comprova, por exemplo, quando observamos alguns dos indivíduos relacionados ao ramo comercial que tiveram vínculos com a Irmandade da Santa Casa de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX (conforme veremos a seguir), já que devemos ter em conta que fazer parte dessa confraria também conferia distinção.

A ampliação da atividade comercial na Capitania paulista promoveu um outro fenômeno que foi a imigração de portugueses para a localidade. O artigo *Os reinóis na população paulista às vésperas da independência* de Carlos de Almeida Bacellar é importante para dimensionar a introdução de reinóis em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, e como eles conseguiram fortalecer vínculos com a população nativa.

A reestruturação da Capitania com a criação de novas vilas e ocupação do vasto território paulista, conforme mencionou Ferlini, nas políticas desenvolvidas pelos governadores após a restauração de 1765, foi importante para a acomodação desses portugueses recém-chegados.

Os fluxos de portugueses, segundo Bacellar, teriam sido introduzidos pelo Rio de Janeiro e estendidos à Santos, por via marítima ou terrestre. Dessa forma, eles buscavam se instalar nas vilas esparsas, porém não de forma aleatória, já que em geral esses imigrantes procuravam as vilas portuárias ou relacionadas com as grandes rotas comerciais, como São Paulo, Curitiba, São Sebastião, Lorena, Santos, Ubatuba, Cananéia, Cunha, São Luís do Paraitinga e Paranaguá (BACELLAR, 2016, p. 6 e 7).

O fato de serem homens brancos e portugueses, portanto com maiores contatos e influência na metrópole, facilitou o processo de aceitação local, principalmente por ser possível e vantajoso para os paulistas criarem laços matrimoniais com esses imigrados (BACELLAR, 2016, p. 9).

Carlos Almeida Bacellar acentua um número considerável de reinóis que se casaram com moças paulistas de famílias importantes locais, mesmo os sujeitos que não possuíssem grandes posses, e esses casais foram analisados como uma maioria de grande mobilidade geográfica na Capitania.

Pensando nos indivíduos que foram irmãos da Santa Casa no oitocentos, identificamos somente Joaquim José de Oliveira como português que se estabeleceu em São Paulo, no artigo de Bacellar. Nascido em Lisboa, era viúvo, se fixou na capital e se tornou Tesoureiro das Bulas e negociante de comprar açúcar, café e anil que eram enviados para Lisboa.

Não encontramos nenhuma evidência de que Joaquim José de Oliveira fosse ligado a outras atividades, entretanto, a situação de Tesoureiro e negociante, comprova em certa medida, o argumento de Bacellar sobre que muitos dos imigrantes vindos de Portugal se estabelecerem confortavelmente em São Paulo (BACELLAR, 2016, p. 14).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apesar de não conseguirmos encontrar muita relação direta dos nomes de portugueses citados por Carlos Almeida Bacellar em seu texto e os irmãos da Misericórdia paulistana, devemos considerar a questão dos casamentos entre negociantes e as famílias tradicionais paulistas de outros ramos. Nesse sentido, o trabalho *Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX),* de Maria Aparecida Borrego, é uma pesquisa interessante que articula a estratégia dos casamentos entre as famílias nesse contexto de transição do setecentos para o oitocentos.

A investigação de Borrego nos permite perceber que os casamentos arranjados pelos comerciantes ascendentes com as famílias mais antigas da região paulista proporcionaram à elite local indivíduos notáveis no seio da alta sociedade do século XIX, e que alçaram voos nas posições mais poderosas da região.

Muitos dos indivíduos inseridos nas atividades comerciais, segundo Maria Aparecida Borrego, até o terceiro quartel do século XVIII, eram ainda jovens reinóis que partiram de diferentes regiões de Portugal em direção à América portuguesa, uma relação importante estabelecida com Carlos Almeida Bacellar e o fluxo imigratório de portugueses para São Paulo. Antes da residência definitiva em solo paulistano, muitos permaneceram na cidade do Rio de Janeiro ou percorreram as localidades de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ligadas à mineração.

Havia um alto índice de comerciantes casado, o que demonstra que o entrelaçamento entre a "antiga" e "nova" elite não era um acontecimento feito ao acaso, tratava-se de uma estratégia de ambos os lados para obtenção de vantagens na transição do século XVIII para o XIX, algo que evidencia que os indivíduos envolvidos nessas transações tinham lucidez sobre a movimentação social e as mudanças que estavam ocorrendo e mudando os parâmetros para quem buscava poder e distinção.

Na tentativa de entender o reflexo da dinâmica paulista e suas elites na Irmandade da Santa Casa de São Paulo em nosso recorte de 1808 a 1842, podemos destacar alguns nomes que fizeram parte desse contexto.

As principais famílias identificadas por Maria Aparecida Borrego nessas relações entre a "antiga" elite e a "nova" elite, são descendentes de: Manuel Veloso (1667-1752), Manuel Mendes de Almeida (?-1754), Manuel José da Cunha (?-1746), José Rodrigues Pereira (1703-1770), Francisco Pereira Mendes (1710-1781), Manuel Rodrigues Jordão (Alferes) (1727-1785), Manuel Rodrigues Jordão (Brigadeiro) (1780-1827), Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda (?-1834) e Joaquim José dos Santos (1747-1828) (BORREGO, 2010, p. 15).

A leitura do texto de Borrego e o *Livro De Actas Das Eleições E Termos De Posse Da Irmandade De Misericórdia De São Paulo De 1776 A 1857*, do acervo do Museu da Misericórdia paulistana, nos permitiu identificar alguns dos descendentes diretos ou indiretos com essas famílias, assim como sua atuação na Irmandade da Santa Casa no século XIX. Cabe referi-los.

- Rafael Tobias de Aguiar (1793-1857) nasceu em Sorocaba, foi filho do Coronel Antônio Francisco de Aguiar (dono de grande fortuna) e de Gertrudes Eufrosina Ayres e casado com D. Domitila de Castro Canto e Melo, Marquesa de Santos, desde 1842.

Aguiar teve carreira militar servindo nas tropas de milícias até atingir o posto de Coronel-comandante do Batalhão de Caçadores nº 36, de Sorocaba, e reformou-se como Brigadeiro em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1846. Enquanto angariava patentes, também assumiu o lugar de seu pai como Administrador do Rendimento das Carnes de Sorocaba e de Administrador e Recebedor das Rendas Nacionais em 1827[2].

Além de negociante, sabemos que Rafael Tobias de Aguiar teve uma participação ativa em cargos da administração local da Capitania de São Paulo como Deputado na 2ª e 3ª legislatura do Império (1830-1837), foi membro das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões do Conselho da Presidência (1824-1834), participou das 1ª e 2ª Reuniões do Conselho Geral (1828-1839), durante a revolta de 1842 foi indicado como Vice-Presidente da Província de São Paulo e depois Presidente da Província (HÖRNER, 2010, p. 12; BORGES, 2013, p. 66; FRANÇA, 2009, p. 112 e DOLHNIKOFF, 2005, p. 559).

Como irmão da Misericórdia de São Paulo, Aguiar atuou como Definidor da Mesa em 1827-1828 e 1838- 1839 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE DA IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO DE 1776 A 1857, p. 77 e 101).

- João da Silva Machado, Barão de Antonina (1807-1875) nasceu em Taquari, onde atualmente é o Rio Grande do Sul, mas fixou residência em São Paulo. Foi filho de Manuel da Silva Jorge e de Antônia Maria Bittencourt e irmão do Barão de Ibicuí.

Ao contrário de Aguiar, que era filho de família abastada, o Barão de Antonina começou sua vida como alfaiate, depois foi feitor de fazenda e tropeiro, no caminho Viamão-Sorocaba, fazendo fortuna e tornando-se destacado negociante na então 5ª Comarca de São Paulo, depois transformada em Província do Paraná. Foi Diretor da Fábrica de Ferro de Ipanema e cofundador da Colônia Alemã do Rio Negro (1826) [3].

Machado também atuou em cargos políticos e militares de São Paulo. Foi Vice-Presidente da Província entre 1837 e 1838, Coronel honorário para Comandante Geral da Cavalaria e na Revolução Liberal foi Comandante Geral das Forças da Comarca de Curitiba (HÖRNER, 2010, p. 138, 150, 167).

Na Santa Casa, Machado teve cargo de Mesa somente em 1832-1833, quando foi Definidor (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 89).

- Joaquim José dos Santos (?-?) natural de São Paulo, se fixou em Jundiaí. Seu pai foi Lopo dos Santos Serra, neto de Manuel Veloso (português de Braga).

Santos foi um negociante de escravizados, dono de vários imóveis na capital, exportador de açúcar, e tinha a patente de Coronel, mas não sabemos se lutou em algum conflito. Se casou com Antonia Joaquina Mendes da Silva, herdeira de Francisco Pereira Mendes e prima de Manuel Rodrigues Jordão (BORREGO, 2010, p. 20-23).

Joaquim José também foi irmão da Mesa da Misericórdia, como Conselheiro nos anos de 1808-1809, 1811- 1814, 1817- 1819 e 1821- 1822, além disso, foi Definidor também em 1814- 1815 e 1823 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 43, 48, 50, 51, 53, 58, 59, 64 e 67).

[2] Sua biografia consta no portal do IHGB. Vide.: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/rtobiasdeaguiar.html. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

[3] Sua biografia consta no portal do IHGB. Vide: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/BJSMachado.html. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

- Antonio da Silva Prado, Barão de Iguape (1788-1875) nasceu em São Paulo e montou residência em Sorocaba. Filho do Capitão Antonio da Silva Prado e D. Ana Vicência Rodrigues Jordão, sobrinho do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, que por sua vez, fazia parte da linhagem de Manuel José da Cunha.

O Barão de Iguape foi banqueiro, negociante de açúcar e escravizados, animais e gêneros variados e proprietário de engenho. Em 1825 obteve a patente de Capitão mor e foi membro do Conselho Geral da Província e Vice-presidente de 1841 a 1842 (BORREGO, 2010, p. 16 e 35).

Na Irmandade da Misericórdia teve uma atuação relativamente longa. Foi Definidor em 1823, Conselheiro nos anos 1820- 1821 e 1835- 1836, Tesoureiro em 1826- 1827 e de 1839 a 1843, além de Provedor posteriormente (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 62, 67, 75, 95, 103, 105, 107 e 109).

- Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda (?-?) teve residência em São Paulo, era descendente de Manuel Veloso e foi considerado por Maria Aparecida Borrego, um dos donos das maiores fortunas do início do século XIX, juntamente com seu cunhado, o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão.

Lacerda foi negociante de escravizados, fazendeiro e Marechal de campo. No campo da política da região se tornou membro do Conselho da Presidência em sua 1ª Reunião (1824-1829), como suplente (BORREGO, 2010, p. 22 e 23).

Na Santa Casa, Joaquim Mariano Lacerda elegeu-se como Definidor em 1805- 1806 e 1828- 1829, Mordomo dos presos em 1822 e Conselheiro no ano 1834- 1835 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 39, 65, 79, 80 e 93).

- Antônio Rodrigues de Almeida Jordão (?-?) foi filho do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e descendente do ramo familiar de Manuel José da Cunha (BORREGO, 2010, p. 22). Foi Conselheiro da Santa Casa em 1836- 1837 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 97).
- O Mestre de campo Francisco Xavier dos Santos (?-?) era natural de São Paulo. Não está atrelado às famílias de negociantes diretamente, contudo, se casou com Antonia Joaquina Mendes da Silva, filha de Francisco Pereira Mendes (BORREGO, 2010, p. 23).

Na Irmandade atuou como Irmão de mesa em 1803, Mordomo dos presos nos anos de 1803- 1805 e 1807- 1808, Mordomo da vara em 1806- 1807, 1810- 1816 e Mordomo dos pobres lázaros entre 1816- 1820 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 34, 35, 36, 37, 40, 41, 46, 48, 49, 52, 54, 56, 58, 59 e 60).

- Antônio Rodrigues Villares (?-?) foi filho de Francisco Xavier dos Santos (BORREGO, 2010, p. 23) e se elegeu Definidor da Misericórdia no ano de 1836- 1837 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 97).
- Francisco Inácio de Sousa Queirós (1789-1830) nasceu em São Paulo e se fixou em São Carlos . Foi casado com sua prima, D. Francisca Miquelina, irmã de Antonio Paes de Barros e filha do Brigadeiro Luís Antonio de Souza e de D. Genebra de Barros Leite.

Queirós foi negociante de alimentos e escravizados, além de dono de engenhos. Era Coronel e atuou como Deputado da Comissão Commercio no Governo Provisório de São Paulo, membro

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da 1ª Reunião do Conselho da Presidência (1824-1829) como suplente e da 1ª Reunião do Conselho Geral (1828-1839) como suplente também (BORGES, 2013, p. 67 e 68).
Na Irmandade da Santa Casa, Francisco Inácio foi eleito Tesoureiro no ano de 1824 e 1825-1826 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 69 e 72).

- Rodrigo Antonio Monteiro de Barros (?-?) morou em Mogi das Cruzes. Filho de Lucas Antonio Monteiro de Barros (primeiro Presidente da Província), foi casado com Maria Marcolina, irmã de Antonio da Silva Prado.

Barros foi dono de uma sociedade de comércio de bestas, Deputado na 1ª Legislatura do Império (1826-1829), Procurador e Juiz de fora da Câmara Municipal em 1828 de Mogi das Cruzes (FRANÇA, 2009, p. 228, 270 e 315 e DONATO, 2004, p. 607).
Na Misericórdia, Rodrigo Monteiro de Barros se elegeu Definidor em 1832- 1833 e 1842- 1843 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 89 e 109).

- Anastácio de Freitas Trancoso (?-?) foi um produtor de chá, Coronel, Deputado no Governo Provisório antes da Independência e em 1823 participou da 1ª Reunião do Conselho Geral (1828-1839) e 2ª Reunião do Conselho Geral (FRANÇA, 2009, p. 230 e 271).

Trancoso foi irmão da Misericórdia em 1805- 1806 e 1828- 1829 como Conselheiro, Mordomo dos pobres lázaros em 1815- 1816, Mordomo dos presos em 1818- 1819, e Mordomo da vara em 1819- 1820 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 39, 54, 59, 60 e 79).

- Tomás Gonçalves Gomide (?-?) se mudou para São Carlos, mas em algumas ocasiões prestou serviço como Cirurgião para a Câmara e em 1824 foi nomeado Vereador pelo Imperador. Gomide também era proprietário de terras entre as estradas de Moóca e Caguaçú (FRANÇA, 2009, p. 288 e DONATO, 2004, p. 607).

Na Santa Casa, Gomide foi Conselheiro em 1806-1807 e 1815- 1816, Mordomo dos pobres lázaros em 1816- 1817, 1816- 1817, 1817- 1818 e 1818- 1819, Definidor em 1822 e Irmão de Mesa em 1831- 1832 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 40, 54, 55, 56, 58, 59, 65 e 86).

- José Gomes Segurado (?-?) foi um negociante português fixado na Capitania de São Paulo. Foi Vereador da Câmara Municipal em 1836 (FRANÇA, 2009, p. 313).

Segurado se elegeu Conselheiro em 1825- 1826, Mordomo dos expostos em 1828-1829 e Definidor da Mesa de 1837-1838 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 72, 79 e 99).

- João Francisco Vieira (?-?) de Taubaté, negociava reses para a Corte e nesse negócio era sócio de Antonio da Silva Prado (LENHARO, 1992, p. 83). Vieira teve cargo de Definidor em 1831- 1832 e 1842- 1843 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 87 e 109).

- João José Vieira Ramalho (?-?) de Mogi Mirim, era Padre e proprietário de considerável quantidade de terras. Não está diretamente associado a nenhum cargo político ou militar, mas na Revolução Liberal de 1842 contribuiu com as tropas legalistas contra os liberais (HÖRNER e OLIVEIRA, 2007, p. 264).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na Irmandade da Misericórdia, Ramalho se elegeu Tesoureiro em 1827- 1828 e Definidor em 1826- 1827 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 75 e 77).

- Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) nasceu em Bragança, Portugal e seus pais eram Luís Bernardo Vergueiro e de Clara Maria de Campos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1801 e transferiu-se para o Brasil em 1803, fixando-se na cidade de São Paulo[4].

Vergueiro teve uma atuação significativa na área do Direito que resultou em seu cargo de Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em 1837, e também participou da política paulista representando a Capitania nas Cortes lisboetas como Deputado da Agricultura no Governo Provisório (1821-1822), como Senador do Império (1826-1829), como Presidente na 1ª Legislatura (1835-1837) e Deputado em 1838-1839, 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845 e 1846-1847 da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nicolau Vergueiro também foi proprietário de várias fazendas depois de ter se casado com D. Maria Angélica Vasconcelos, filha de Antônia Eufrosina de Cerqueira Câmara e do Capitão José de Andrade e Vasconcellos (DOLHNIKOFF, 2005, p. 559, 564 e 565).

Na Misericórdia de São Paulo, Vergueiro foi Definidor em 1811-1812, Mordomo dos presos entre 1813 e 1816, Conselheiro em 1816-1818, Mordomo dos pobres lázaros em 1821-1822, voltou a ser Definidor em 1827-1828 e Conselheiro em 1834-1835 (LIVRO DE ACTAS DAS ELEIÇÕES E TERMOS DE POSSE, p. 48, 51,52, 54, 56, 58, 64, 79, 80 e 93).

De acordo com o que foi possível apurar, os homens de negócios que iniciaram suas linhagens no século XVIII e se espraiaram ao longo do XIX, participaram de uma das mais tradicionais irmandades forjadas ao longo da colonização portuguesa e que, depois, durante o Império do Brasil, viria a crescer, a Santa Casa de Misericórdia.

No que se refere ao vínculo com a Santa Casa, parte dos irmãos destacados estiveram mais presentes até a década de 1820, como Joaquim José dos Santos, Francisco Xavier dos Santos, Anastácio de Freitas Trancoso e Tomás Gonçalves Gomide. Talvez possamos considerar esses homens mais atrelados aos grupos de poder do final do século XVIII e, possivelmente, às administrações ainda envolvidas da dinâmica colonial, à vinda da Corte e às diretrizes joaninas, ou também simplesmente estavam mais ativos até meados de 1820 porque tinham mais disponibilidade para contribuir para a causa caritativa.

Para os indivíduos que vemos mais atrelados aos cargos da Misericórdia entre as décadas de 1820 e 1830, acreditamos que estes eram mais jovens e estavam começando a se tornar mais influentes nesse momento devido à efervescência política antes da Independência e depois dela. Encontramos nomes como Rafael Tobias de Aguiar, Antonio da Silva Prado e Francisco Inácio de Sousa Queirós com maior frequência na historiografia nos desdobramentos do rompimento com Portugal, na reestruturação administrativa e dos poderes em São Paulo.

Percebemos que, de forma geral, os atores aqui elencados formaram um grupo de poder mais estabelecido, pois eram herdeiros de gerações anteriores que já vinham ascendendo décadas antes.

[4] Sua biografia consta no portal do IHGB. Vide: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/nicolaupdevergueiro.html. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sabemos que as famílias poderosas estavam se mesclando desde meados do setecentos, por isso, vários dos personagens citados em nossa relação eram herdeiros das casas de comércio e negócios, pois seus pais e avós já haviam se colocado nos grupos mais abastados da sociedade décadas atrás, como o caso de Antônio Rodrigues de Almeida Jordão e Antonio da Silva Prado.

Vemos também que alguns poucos indivíduos não tinham relações familiares mais diretas com outras famílias, mas de alguma forma se encaixaram na elite comerciante. João da Silva Machado é um exemplo, já que tinha uma origem humilde e, antes de se tornar Barão de Antonina, trabalhou como alfaiate até se destacar nos negócios. Francisco Xavier dos Santos é um outro exemplo de "infiltrado" nas grandes famílias paulistas, conseguindo se entrelaçar aos mais poderosos por meio do casamento.

Conforme destacamos anteriormente, a elite oitocentista guarda, em suas ações e tradições, elementos do Antigo Regime, como os títulos nobiliárquicos adquiridos e os casamentos dentro da elite, que se articulam com os novos atores sociais que adquiriram fortuna por meio de trabalhos considerados mais manuais e que cresceram seus capitais, embora não tivessem um nascimento considerado "notável".

Não é possível considerar os grupos de poder do século XIX como formadores de uma elite coesa e homogênea na qual todos os indivíduos vieram da mesma origem. Ao contrário disso, percebemos que ela surgiu de direções diferentes, com os reinóis, atores sociais que ascenderam pelo comércio, e a fidalguia tradicional ligada ao campo.

Todo o cenário articulado sugere que as décadas iniciais do oitocentos não trouxeram uma nova elite paulista, mas uma elite reformulada que possibilitou a entrada de novas gentes devido às mudanças que ocorriam, entretanto, não cerrou os espaços para os grupos antigo, já que esses utilizaram os diferentes setores de circulação de poder local para se reafirmarem, no ambiente militar, político e na participação na Irmandade da Santa Casa.

Cada grupo usou a estratégia que mais lhe favoreceria no "jogo" que os manteria em vantagem nas classes mais ricas e prestigiadas da sociedade paulista, e que, coincidentemente ou não, também faziam questão de mostrar seu lado caridoso fazendo parte da Misericórdia, fosse em prol do próximo ou de si mesmo.

Referências

Fontes

Biografias no portal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Rafael Tobias de Aguiar: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/rtobiasdeaguiar.html. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

João da Silva Machado: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/BJSMachado.html. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/nicolaupdevergueiro.html. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

Acervo do Museu da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

Livro de Actas das Eleições e Termos de Posse da Irmandade de Misericórdia de São Paulo de 1776 a 1857.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. As práticas testamentárias paulistanas na primeira metade do século XIX. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 9, p. 1-24, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da independência. Belo Horizonte: **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, p. 1-26, 2016.

BORGES, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. **Almanack**, p. 61-80, 2013.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). São Paulo: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, n. 1, p. 11-41, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na Independência. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 557-575, 2005.

EDITOR, O. Tenente General Dr. José Arouche de Toledo Rendon (1827-1833). **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 88, p. 15-18, 1993. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67183. Acesso em: 10 set. 2021.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). São Paulo: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p. 237-250, 2009.

FRANÇA, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HÖRNER, Erick. Usos e leituras de um episódio da "revolução liberal de 1842". In: COSTA, Wilma Peres e SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena de. **De um império a outro**: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec, p. 261-274, 2007.

_____. **Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **História do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp. Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

MANTOVANI, Rafael Leite. **Modernizar a Ordem em Nome da Saúde: a São Paulo de militares, pobres e escravos (1805-1840)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.

MEDICCI, Ana Paula. Expansão mercantil em São Paulo: 'decadência' e 'vadiagem' nos discursos de memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822. São Paulo: **Almanack Braziliense**, n. 1, p. 94-102, 2005.

_____. De capitania a província: o lugar de São Paulo nos projetos de Império (1782-1822). In: COSTA, Wilma Peres e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles eds. **De um Império ao outro: estudos sobre a formação do Brasil (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Hucitec, p. 241-260, 2007.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MICHELI, Marco Volpini. A questão da "decadência" na Capitania de São Paulo. Guarulhos: **Revista Hydra**: Revista Discente de História da UNIFESP, v. 4, n. 8, p. 482-512, 2020.

MORSE, Richard M. **De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 2004.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SILVA, Rodrigo da. **Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 e 1953).** 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A CONFIANÇA DO CRÉDITO: RELAÇÕES E PRÁTICAS CREDITÍCIAS NO MARANHÃO COLONIAL (1785 – 1822)

Paulo Juracy Carvalho Neto[1]

A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo estudar as relações e práticas creditícias em São Luís e na localidade conhecida como Ribeira do Itapecuru, Capitania do Maranhão, entre o período 1785 a 1822. Para isso, utilizamos como fonte inventários e testamentos de pessoas que viviam e/ou tinham propriedades nos locais estudados. O material aqui apresentado é uma parte pequena do material já analisado.

São Luís e a Ribeira do Itapecuru

São Luís, principal cidade da Capitania do Maranhão, no século XVIII, tinha uma população estimada em pouco mais de dezesseis mil habitantes de acordo com o censo realizado pelo vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Eram pessoas de negócios, comerciantes, mercadores, lavradores; políticos; religiosos; militares, que atuaram no processo de desenvolvimento do local, estando atrelados ao sistema financeiro de sua época, buscando crédito e o cedendo, quando fosse o caso.

Boa parte dos proprietários de terra que atuavam na Ribeira do Itapecuru também tinham propriedades em São Luís, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionada pelos lucros gerados da comercialização de produtos através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755 – 1777), que fora criada para impulsionar a economia através da exportação de algodão. (CAMPOS, 2010).

A despeito das condições descritas pela historiografia maranhense, sobretudo em obras descritivas feitas nos séculos XVIII e XIX, a partir dos lucros da Companhia de Comércio, a cidade passa por uma mudança muito brusca. Impulsionada pela renda gerada a partir dos negócios de exportação e comercialização de itens como o algodão, couro, arroz, açúcar, sal, anil, gado, ouro etc (LIMA, 2006,), passam os "terrenos a ter valor, vendendo-se por seis mil réis um de cinco e meia braças de frente"(AMARAL, 2003, p 76); bem como, nesse mesmo período já possível encontrar um prédio de pedra e cal onde passaria a funcionar o jornal *A pacotilha* (Idem, p. 76).

Esses dados apontam para um crescimento econômico e mudança no padrão de vida dessa sociedade, que, deixando de habitar em casas que inicialmente eram de pindoba, sendo depois substituídas por casas de taipa de pilão e madeira, passam a ter a propriedade de forma mais sólida e segura, construída de pedra e cal, por isso, mais caras também.

A região às margens de alguns rios, como o Itapecuru, Mearim e Munim vem sendo alvo de busca de desenvolvimento por parte de portugueses desde o início do século XVII, tendo sido local de

[1] Mestrando UNB. paulo.juracy@outlook.com Bolsista FAPEMA

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

instalação de diversos engenhos de açúcar, no entanto, no fim desse mesmo século, a região do Itapecuru encontrava-se "como despovoado pelas assaltadas e dano que o tapuia do mato por repetidas vezes lhe tem dado"(CHAMBULEYRON, 2013, p. 170) alguns motivos, como as disputas territoriais e guerras por busca de mão-de-obra indígena, acabaram por diminuir gradativamente, a ocupação econômica da região, mesmo ela senda apontada desde aquele século como uma área da qual a Capitania e a população "depende totalmente [...] de se povoarem as suas terras"(CHAMBULEYRON, 2013, p. 171).

E essa ocupação aconteceu, de acordo com a historiografia, para a exploração das terras a fim de cultivo de algodão, arroz, cana-de-açúcar, cacau, cravo e da criação de gado, não apenas para abastecimento da capitania onde o cultivo e criação eram feitos, também serviam para abastecer a população dos locais mais habitados. Esse processo de expansão transformou "extensas regiões da América Portuguesa dominadas por milhares de índios [...] em áreas criatórias, fundamentais para o abastecimento de carne em outras regiões da colônia" (CHAMBULEYRON, 2013, p. 173)

A movimentação ocupacionista ocorrida ao longo do século XVIII não teve apoio na doação de sesmarias, que "excetuando-se alguns poucos casos nas capitanias de donatários" (CHAMBULEYRON, 2013, p. 189), não aconteceu no Maranhão. No entanto, com o avanço em busca de terras para receber as plantações de algodão e demais culturas, é possível encontrar aqueles que "conseguiram sesmarias e se instalaram, justamente, nos sertões que haviam ajudado e ajudavam a devassar. Era o caso, por exemplo, [...] de João Nogueira de Sousa (1729, instalado no Itapecuru)" (CHAMBULEYRON, 2013, p. 189).

Gaioso classifica essa extensa área, responsável por cerca de 2/3 da produção de arroz e algodão no Maranhão (VIVEIROS, 1954, p. 173), como "a povoação mais importante pelas suas produções, e a mais povoada pela multidão dos lavradores"(GAIOSO, 1970), sendo, portanto, uma das regiões de maior possibilidade de circulação de crédito nas mais diversas formas, Cavalcanti (1893, p. 45) aponta que, de acordo com os hábitos da população interiorana em geral "de muito pouco dinheiro precisavam no seu viver ordinário" e que "predominava em grande escala o meio da troca", o que é apontado como uma forma de crédito, uma vez que os mais diversos itens e artigos podiam ser negociados nessa troca, com o pagamento sendo realizado de forma a durar meses ou anos.

É no contexto dessas áreas que buscaremos informações para analisar as relações de crédito, que, ao longo dos primeiros contatos com os documentos, pudemos perceber, ocorrem de diversas maneiras, desde a concessão através da Companhia de Comércio até cobranças feitas por pequenos comerciantes encontradas em inventários, como veremos mais a frente.

Crédito

A prática de crédito, "estava longe de ser somente um aspecto lateral da economia colonial" (SAMPAIO, 2003, p. 2), e funcionou como um "mecanismo engenhoso para driblar a recorrente escassez de meios circulantes", que era em parte suprida pela utilização de meios diversos para a realização de pagamentos, como o açúcar, a farinha de mandioca e da cachaça (SIMONSEN, 2005, p. 122; PEREIRA e NAVARRO, 2010).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

É necessário informar o que tratamos por crédito nessa pesquisa, e fazer uma breve diferenciação de outros meios que podem confundir o leitor, como a usura. Entendemos crédito como um empréstimo feito a alguém, seja por outra pessoa ou alguma instituição – Antonia Mota (2012) assinala que a Companhia de Comércio também servia como instituição credora, uma vez dava "incentivos" financeiros para aqueles que por ela eram favorecidos[2] - com o intuito de investir em sua produção de maneira direta ou indireta (compra de materiais, escravos, melhorias no plantio, obras que fossem necessárias). Antes de qualquer relação monetária, entendemos o crédito com uma relação de confiança entre as partes. Diversos são os autores que relacionam a confiança na palavrada dada, a verdade com que as coisas eram tratadas e a percepção que as pessoas daquela sociedade tinham sobre qualquer uma das partes, como aquilo que realmente importa nas relações de crédito, e como elemento fundamental para sua existência. Quanto a usura, utilizaremos, "adiantamento de rendas futuras" (MENDES, 2007) que não tem como destino a produção, normalmente com pagamentos acrescidos de juros[3].

Os estudos sobre crédito no Brasil durante o período colonial compilados em artigo de Angelo Carrara (2020), apontam na direção de palavras-chave para a melhor compreensão sobre o seu significado e uso ao longo do tempo na colônia. É possível encontrar palavras como "confiança", "verdade", "fidelidade", "honra", "financiamento", "escassez de moedas", "penúria monetária", atreladas à expressão "crédito", o que nos demonstra que, de acordo com a historiografia, o crédito, além de estar baseado numa relação de confiança, como já apontamos, faz parte da dinâmica econômica da colônia.

Antonio Carlos Sampaio (2003), chega a afirmar que o sangue do sistema colonial é, na verdade, o crédito, atribui, portanto, um lugar de destaque em tudo o que circunda as práticas que dão acesso a ele, dessa forma, não podemos, ao concordar com o autor, ter o crédito estudado apenas como algo acessório à economia de uma região que passava por diversas mudanças em sua economia, que será caracteriza de diversas maneiras pelos historiadores. Para alguns, o período posterior a criação da Companhia de Comércio será um grande momento de "desafogo econômico e de criação de riquezas pessoais", como classificava Mario Meirelles (2001) em sua obra já considerada clássica na historiografia maranhense "História do Maranhão"; para outros, no entanto, será algo considerado com a "idade de ouro" dessa economia, que terá suas consequências reverberadas até a década de 1830.

Uma das formas que podemos perceber o crédito e sua circulação é através das dívidas apontadas nos documentos, como é o caso de D. Anna Thereza Ferreira de Castro, cujo estado civil não foi identificado no inventário possui arrolada em sua documentação *post-morten* dívidas que superam

[2] Em sua análise sobre a rede de parentela e poder no Maranhão durante o século XVIII, Antonia Mota aponta diversos papeis da Companhia de Comércio, aqui ressaltamos apenas o papel de credora. Segundo dados da historiadora, esse crédito era cedido para as mais diversas pessoas com as mais diversas funções, desde lavradores, negociantes, mercadores, até carcereiros. Quanto aos favores, inferimos que não se tratava de algo exclusivo para a rede estudada pela autora, mas sim uma forma utilizada para enriquecimento e manutenção de sua rede de poder em São Luís e na região da ribeira do Itapecuru.

[3] Para termos uma noção de valores de juros, apontamos um da do extraído de Charles Boxer, que cita os juros praticados nas negociações com a Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, que giravam em torno de 5%, sendo diminuídas para 3% e por fim, zeradas nas negociações de compra de escravizados. BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415 - 1825.** Companhia das letras, São Paulo, 2008

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o valor de 5:000$000 e monte-mor que ultrapassava 48:000$00. Esses créditos foram cedidos e contraídos tanto com homens quanto com outras mulheres.

Dentre as dívidas dessa senhora encontramos uma no valor 1:260$000 contraída por Antonio Jose Suares Duarte, por "obrigação"[4], ao mesmo tempo em que apresenta dever 494$000 a D. Anna Roza Ferreira, sem, no entanto, especificar de que tratava. A hipótese levantada é que seja relativa a algum negócio envolvendo a produção em suas terras, uma vez que ambas as senhoras possuíam terras e roça na região conhecida como Ribeira do Itapecuru, que, conforme Antonia Mota (2012), foi a "primeira área a ser ocupada economicamente".

A historiografia maranhense aponta na mesma direção citada acima, o crédito é fundamentado na confiança que se tem junto aos seus pares e/ou possíveis credores e a sociedade de modo geral. Em caso relato em "História do comércio no Maranhão" Jeronimo de Viveiros (1954, p. 170 - 171) apresenta o caso de um comerciante por nome Meireles, que fora acusado de contrabando, vingança contra um concorrente, não ser bom administrador de suas finanças (e de seu comércio), por ter contraído vários empréstimos, e de praticar preços abusivos, aumentando o preço da carne "contra expressa cláusula do contrato", é visto que o maior temor apontado em sua defesa é "pelo crédito de sua casa comercial", e que, temendo "o abalo do seu crédito, [...] pediu aos seus amigos de Fortaleza, Belém e Lisboa declarassem público o conceito em que tinham a sua firma". O que confirma que em princípios do século XIX em São Luís, a prática creditícia também estava vinculada à percepção de confiabilidade existente nas relações pessoais.

Em São Luís, a partir de dados colhidos nos documentos e na historiografia maranhense que servirão para nossa pesquisa, conseguimos, até o momento, perceber que o crédito estava disponível em diversos espaços, e que pessoas das mais diversas camadas sociais tinham acesso a algum tipo de crédito (CARVALHO NETO, 2012). Encontramos inventários pequenos[5] como é o caso de Francisca Xavier de Andrade, cuja soma dos bens chega em 2:866$436, e suas dívidas ativas somam 725$516. A relação de dívidas que aparecem no inventário dessa senhora é extensa, são 12 pessoas, entre homens e mulheres que com a presença de algum tipo de dívida. Usamos esse caso para exemplificar a presença dessas relações envolvendo esse tipo de confiança entre pessoas que não eram possuidoras de grandes fortunas.

É possível perceber a circulação e a utilização de crédito em negociações de compra e venda de escravizados, como no mapa geral encontrado no ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, como vemos abaixo. A presença desse tipo de negociação, além de corroborar com a nossa visão sobre o crédito, traz também novas possibilidades que não estão, necessariamente, ligados à produção de algum item, de maneira direta, mas também à estrutura para a produção agrícola, por exemplo. Afirmamos isso ao perceber a grande quantidade de escravizados, que, de forma muito provável, trabalhariam no cultivo de terras e que eram negociados à prazo em um período posterior à Companhia.

[4] Esse não foi o único caso em que aparece essa expressão, ela ocorre em pelo menos outras três vezes, em nenhuma delas há qualquer explicação para o que seria essa "obrigação", o certo é que juntas, essa "obrigação" somam 2:187$500 em dívidas ativas.

[5] De acordo com a classificação utilizada por Mota, esse inventário estaria alocado na categoria "B", cujo nível de fortuna está entre 1:056$287 e 2:751$530. A faixa correspondente ao nível "C" abrange fortunas entre 3:506$984 e 7:569$127. O quadro completo pode ser visto na página 66. (MOTA, 2012). A

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 1 – Mapa geral dos escravizados comercializados em 1783 e a forma de pagamento

Mapa geral dos Escravos que entraram na cidade de São Luís do Maranhão no ano 1783[6]

Entrada	Quantidade	Quantidade vendido por tipo de pagamento		Pagamento	
		Dinheiro	Crédito	Dinheiro	Crédito
Janeiro	234	234	-	23:800$000	-
Fevereiro	130	75	20	11:830$000	2:795$000
Março	378	348	30	36:937$000	2:175$000
Abril	227	176	51	-	7:560$000
Maio	132	132	-	13:360$000	-
Junho	464	376	88	40:970$000	10:840$000
Dezembro	37	37	-	3:065$000	-
Totais	1602*	1378	189	129:962$000	23:370$000

Tabela 1: extraída do documento Ofício do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, D. Antonio de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Matinho de Melo e Castro.
* A soma entre os comercializados a dinheiro e a crédito é menor que o valor total apresentado, a diferença se dá pela quantidade de escravizados que aparecem como mortos na relação.

Diversos historiadores apontam as relações existentes entre a concessão de crédito e o meio social, entre mercadores e senhores de engenho, entre pessoas "comuns", como as vendas fiadas, e traçam essas relações tentando entender como o crédito era praticado. A historiografia tem dado espaço para um lado dessa relação, a preocupação, segundo o historiador, tem se firmado em entender a situação de quem cede, não em quem precisa ou busca o crédito. Entendemos que compreender o papel de cada uma dessas pontas é o que nos fará perceber as relações da melhor maneira possível, dessa forma, apoiado na documentação, pensamos que é necessário analisar as relações pessoais entre o credor e o acreditado, se eram familiares, se havia alguma outra relação além da financeira, se pertenciam ao mesmo grupo social (comerciantes, lavradores, políticos etc), e de que maneira essas relações influenciavam na cessão do crédito para, de fato, termos uma análise mais próxima dos fatos que envolvem essas relações em São Luís.

O crédito nos documentos

Ao buscar a relação de dívidas nos documentos analisados, nos deparamos com diversos casos que podem apontar alguns indícios das práticas e das relações de crédito em São Luís. Veremos através dos casos expostos a seguir formas distintas de acesso ao crédito e de relação que envolvem esse aspecto na cidade.
Natural de São Luís, Alexandre Ferreira da Cruz teve seus bens inventariados em 1800 por sua viúva. Com 9 herdeiros, além da esposa, deixou uma relação de dívidas bastante extensa relacionada a algumas de suas atividades econômicas, que estava vinculada à terra, uma vez que o possuía terras em Itapecuru, Pirapemas e na paragem Batatam, que fica na ilha de São Luís.

[6] Ofício do governador e capitão general do Maranhão, D Antonio de Sales Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter mapas referentes aos navios e escravos que entravam no porto de São Luís do Maranhão e das despesas de ouro, prata, sal e moeda corrente. AHU_ACL_CU_Cx. 61/Doc. 5562, 1784

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No inventário é possível encontrar dívidas atreladas a atividades de compra e venda de produtos, "obrigações" e empréstimos, são itens relacionados à dívida ativa, ou seja, dívidas que devem ao inventariado; quanto à suas dívidas passivas, vemos uma relação mais diversificada ainda, são compromissos relacionados à empréstimos, compra em lojas, obrigação de pagamento a herdeiros.

Os volumes financeiros podem ser considerados altos, a menor é uma passiva no valor 30$295 vinculados a um crédito aberto em uma loja de propriedade de Manoel João Correa, e que se refere à aquisição de fazendas de tecido; em comparação, a mais alta é uma ativa no valor 444$580, que é referente a uma escritura em nome de Pedro Guerreiro Cardozo, sem que haja, no entanto, o motivo dessa escritura, se de terra ou de alguma dívida específica.

Chama atenção a apresentação de várias dívidas do inventariado com seus descendentes, são compromissos vinculados à compra de terras e escravizados, bem como uma dívida cobrada por seu filho e herdeiro quanto a uma herança recebida de seus padrinhos e utilizada por seu pai, como descrito ao longo do documento.

Considerando ainda a forte presença de ativas com os herdeiros, é possível inferir que havia uma clara relação comercial no seio familiar funcionando como uma espécie de transferência de bens de modo a permitir a manutenção de qualquer riqueza entre os familiares, essa é a primeira impressão que fica. Porém, são relações comerciais, e cobranças são feitas, não eram, portanto, apenas para manutenção patrimonial, mas podem demonstrar alguma tentativa evitar endividamentos maiores com pessoas que não pertencessem àquela unidade familiar, haja vista que há um equilíbrio entre as dívidas com herdeiros (ou de seus herdeiros com o inventariado) e com pessoas que não fazem parte da unidade familiar.

Alexandre Ferreira da Cruz, é interessante destacar, tinha relações comerciais com algumas das principais famílias do Maranhão[7], pelo menos desde 1775, quando Alexandre Ferreira adquiriu parte das terras pertencentes à senhora Francisca Maria Belfort na região da Ribeira do Itapecuru, o valor da venda é de 1:200$000.

Todas essas informações nos servem para demonstrar um aspecto bastante forte nas relações creditícias, a confiança, somente havia negócios envolvendo pagamentos à prazo se houvesse alguma relação próxima que inspirasse alguma confiabilidade, seja na pessoa com que se estava negociando, seja no meio utilizado para pagamento. A historiografia corrobora essa informação, e são muitos os exemplos destacados por Angelo Carrara em uma revisão sobre o crédito no período colonial, que apontam na direção dessa prática ligada ao modo de vida e à confiança existente entre as partes.

Outro caso que nos desperta atenção dentre os muitos analisados, é o da senhora Brígida Luiza, que, não atuando em nenhuma atividade econômica ligada à produção agrícola ou à pecuária, nos mostra alguns meios de circulação de crédito em São Luís.

O seu inventário, que também data de 1800, mostra dívidas que vão desde a cobrança pela realização do funeral dessa senhora, até dinheiro de empréstimo contraído junto à comerciantes locais. Pelas informações contidas no documento, podemos inferir que essa senhora exercia a

[7] Essa classificação "principais famílias", é feita por Antonia Mota em livro intitulado "As famílias principais: redes de poder no Maranhão Colônia", 2012, EdUfma.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

profissão de costureira, suas dívidas estão relacionadas à itens típicos de pessoas que trabalham nessa profissão, como tecidos diversos, rolos de fita, varas de pano, além de itens de consumo pessoal, como fumo, panela, azeite e dinheiro emprestado.

São pelo menos duas relações de dívidas com esses itens, com comerciantes diferentes, uma com José Martins de Carvalho e outra com José Gonçalves da Silva, além de outros créditos com Bento Gomes Alves da Silva e Manoel Ribeiro Mattos, que não tem a indicação do motivo do débito.

Essas indicações nos levam a perceber que havia uma forma que parece bastante usual, ao menos no caso de Brígida Luiza, que era a venda a fiado. Esse tipo de venda não devia ser realizado a qualquer pessoa, mesmo com as indicações da historiografia sobre os problemas que envolvem a circulação de moedas na colônia (PUNTONI, 2020) e as indicações de Prado Jr sobre a utilização de outros itens, como tecidos de algodão, que servissem como meios de pagamento, haja visto que era necessário o mínimo de confiança, que pode ser traduzido também, como garantia, para que o pagamento fosse realizado no tempo estipulado entre ambos.

Essas relações nos suscitam outros questionamentos, como por exemplo: se era comum essa prática de venda fiada, era comum também o empréstimo de dinheiro dessa forma? Se sim, é necessário saber o motivo dessa prática; se não, é necessário entender o motivo da cessão de crédito a essa senhora. No momento, essa informação nos escapa, mas é fato que havia alguma relação de confiança e proximidade entre as partes uma vez que há mais de um valor em dinheiro cedido como empréstimo. O que também abre uma nova fresta, agora sobre a atividade comercial exercida por José Martins e José Gonçalves: qual a natureza de sua atividade comercial, era apenas de itens que Brígida poderia utilizar em seu ofício, ou atuam diretamente na cessão de crédito na cidade como parte de sua atividade financeira? Sob que condições?

O material mais oferece dúvidas que respostas, porém, nos leva também a perceber que os caminhos utilizados para acesso ao crédito em São Luís podiam ser percorrido de várias maneiras diferentes, seja através da Companhia de Comércio quando de sua implantação, como nos informam os estudos sobre o tema no Maranhão, seja através de relações mais próximas, familiares ou comerciais, baseados na segurança e confiabilidade das relações.

A pesquisa nos levou, até o momento, a encontrar a circulação dessa prática relacionada a ações voltadas para aquisição de bens para trabalho na lavoura e na pecuária, e ainda em ações voltadas para aquisição de bens para consumo, como azeite e fumo. Também conseguimos perceber que não era uma prática de caráter exclusivo de algum sexo, homens e mulheres eram agentes dessas relações, e atuavam de maneira bastante ativa, vide os exemplos utilizados ao longo desse material. Há ainda muito a ser visto e percorrido em toda a documentação, aqui apresentamos apenas algumas informações destacadas no material já analisado.

Referências

Documentos manuscritos

INVENTÁRIO de Alexandre Ferreira da Cruz. São Luís, MA, Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Autos Cíveis, Caixa 1 (1785 – 1800)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

INVENTÁRIO de D Anna Thereza Ferreira de Castro. São Luís, MA. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Autos Cíveis, Caixa 3.i, 1819.

INVENTÁRIO de Brígida Luiza. São Luís, MA, Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Autos Cíveis, Caixa 3.b, 1812.

INVENTÁRIO de D Francisca Xavier de Andrade. São Luís, MA, Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Autos Cíveis, Caixa 1 (1785 – 1800)

OFÍCIO do governador e capitão general do Maranhão, D Antonio de Sales Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a remeter mapas referentes aos navios e escravos que entravam no porto de São Luís do Maranhão e das despesas de ouro, prata, sal e moeda corrente. AHU_ACL_CU_Cx. 61/Doc. 5562, 1784.

Bibliografia

AMARAL, José Ribeiro do. O Maranhão Histórico. **Artigos de jornal (1911 – 1912)**. São Luís, Instituto Geia, 2003.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415 - 1825.** Companhia das letras, São Paulo, 2008.

CAMPOS, Marize Helena de. A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755). **Pergaminho maranhense**: estudos históricos. São Luís, Café e Lápis Editora, 2010.

CARRARA, Angelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial: Uma revisão historiográfica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 70, p. 15-51, jan/abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752020000100002> Acesso em: 16 mar. 2021.

CARVALHO NETO, Paulo Juracy. **Diversidade econômica e participação feminina no Maranhão colonial**: São Luís e Viana (1802 – 1822). Monografia de final de curso, UFMA, 2012.

CAVALCANTI, Amaro. **O meio circulante nacional**: resenha e compilação cronológica de legislação e de fatos. 1808 – 1835. Vol.1., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CHAMBOULEYRON, Rafael, MELO, Vanice Siqueira de. **Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII).** Revista de História São Paulo, nº 168 – p 167 – 200, Janeiro/Junho 2013. p. 170.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GAIOSO, Raimundo. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Belo Horizonte: Livros do mundo inteiro, 1970.

História Econômica do Brasil. PRADO JR, Caio.

LIMA, Carlos de**. História do Maranhão, a colônia**. 2ª Edição. São Luís, Instituto Geia, 2006.

Magnus Roberto de Mello; BORGES, Navarro, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: Relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 162, p. 105-129, 2010.

MEIRELLES, Mario Martins. **História do Maranhão**. 3ª edição, São Paulo, Siciliano, 2001.

MENDES. Claudinei Magno Magres, **C**rédito e usura na época colonial: autores coloniais e historiografia. **Mirandum**, Porto, ano XI, n.18, p.31-48, 2007. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirand18/nei.pdf > Acesso em: 16 mar.2021

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais**: redes de poder no Maranhão colônia. São Luis: EdUFMA, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Navarro, Joacir Navarro Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: Relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 162, p. 105-129, 2010.

PUNTONI, Pedro. Uma *pax monetária*? Impasses do sistema monetário português no tempo dos Filipes (1580 – 1640). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n 43, p. 216 – 236, jan – abril, 2020.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750.** Caxambu, 2003.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Senado, 2005. p.122.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do comércio no Maranhão**. Edição da Associação Comercial do Maranhão. Academia Maranhense de Letras, São Luís, 1954. P 173

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SERTÕES E INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO (1800 - 1822)

Rodrigo da Silva Goularte[1]

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre os indígenas e demais habitantes do Espírito Santo no período de 1800 a 1822. O recorte temporal vai do início da administração de Silva Pontes (1800 - 1804) sobre a então capitania até a independência do Brasil. Silva Pontes executou

> [...] um projeto estratégico de desenvolvimento e autonomia política, administrativa e judiciária do Espírito Santo. Esse projeto conformava-se com a abrangente política colonial portuguesa iniciada pelo Marquês de Pombal, que tinha em D. Rodrigo de Souza Coutinho um de seus maiores continuadores. Esse ministro dedicou grande atenção à administração de Silva Pontes no Espírito Santo, com base em sua visão global do Brasil, objetivando aproveitar o curso dos rios e fomentar a agricultura e a manufatura. A abertura do Rio Doce era estratégica nesse sentido (MARINATO, 2007, p. 36).

Silva Pontes participou da demarcação de limites entre Minas Gerais e o Espírito Santo. O limite entre as duas capitanias foi dado pelo "[...] espigão [atual Serra da Chibata] que corre de norte a sul, entre os rios Guandu e Mainhuassu [...]". Ao norte rio Doce, a divisão entre as duas capitanias se deu pela Serra do Souza (Serra dos Aimorés) (SANTOS, 2002, p. 173 - 178). Nota-se a importância da administração de Silva Pontes para a delimitação oficial do território do Espírito Santo, em boa parte ocupado por indígenas.

Sendo a independência brasileira o marco final do período analisado, no ano de 1822 o Espírito Santo tornava-se província do Império do Brasil. Comerciantes e autoridades entendiam esse processo como possibilidade concreta de expandir a colonização sobre as regiões interioranas da província, com o apoio do recém-criado governo central. No período de 1800 a 1822, o Espírito Santo foi administrado por governadores e por um curto período de tempo pela junta do governo provisório (no ano de 1822) que dividia a gestão provincial com um comandante das armas[2]. Por meio de documentos trocados entre essas autoridades, relatos sobre diferentes localidades do Espírito Santo ficaram registrados, incluindo informações a respeito dos indígenas que habitavam a região. Além dos relatos dos governantes, viajantes que estiveram naquela província nas primeiras décadas do oitocentos também relataram diferentes aspectos da localidade, também mencionando informações sobre os grupos indígenas. Os relatos dessas autoridades e viajantes constituem a base documental para esta análise.

[1] Doutor em História; professor do IFES; e-mail: rodrigogoularte@hotmail.com
[2] A administração da junta se estendeu até 1824.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os Sertões

Nas primeiras décadas do século XIX, um enorme contingente indígena habitava o território espírito-santense. A presença indígena tocava vilas e sítios mas se dava em grande parte nos "sertões". De acordo com Moreira, para os indivíduos do mundo colonial brasileiro a ideia de sertão estava em

> [...] oposição ao chamado mundo "policiado". [...] seja evocando a origem latina ou a raiz grega do termo polícia, o sertão era, em primeiro lugar, o oposto do mundo policiado, pois não se assemelhava à "civilização" e nem tampouco estava sob a jurisdição política da monarquia portuguesa e do "bom governo". Não é por acaso, portanto, que as primeiras e mais perenes imagens cunhadas no Brasil estejam intimamente associadas à ausência de "polícia cristã" ou "civilização cristã" entre os índios, que, nos relatos dos cronistas e na documentação produzida pelos agentes da administração portuguesa, aparecem frequentemente definidos como povos que viviam "sem lei", "sem rei" e "sem religião". A formação histórica brasileira liga-se, de maneira muito íntima, à conquista (civil, religiosa e militar) dos sertões e aos encontros, aos conflitos e às mestiçagens entre afro-luso-brasileiros e índios em lugares e em situações os quais a historiografia tem chamado de "fronteira" [...] (MOREIRA, 2011).

Para as autoridades do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX, os sertões eram as regiões cuja ocupação destoava da vida nas vilas e propriedades rurais, ou seja, que não se enquadravam na lógica produtiva da economia agrária colonial, no modo de vida cristão e no controle das autoridades luso-brasileiras. Até meados dos oitocentos a maior parte do Espírito Santo era sertão, correspondendo o restrito complexo de vilas litorâneas à "zona civilizada". Para Moreira, no processo colonizador formou-se em torno do Espírito Santo "[...] um enorme buraco na malha tecida pela colonização luso-brasileira [...]" entre essa capitania e outras zonas de maior povoamento. Esse "buraco" formou-se posteriormente à descoberta do mineral precioso em Minas Gerais, entre os séculos XVII e XVIII, direcionando a exploração para o interior da colônia. Essa área preservada entre as zonas ocupadas do Espírito Santo e Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro tornou-se território de indígenas de diversas etnias, principalmente os puris, os coroados, os coropós, os pataxós, os kamakãs, os maxacalis e os genericamente conhecidos como botocudos (MOREIRA, 2011).

Até meados do XIX, o vale do Rio Doce foi uma zona que congregava grupos indígenas consideradas "arredios aos contatos". O avanço decisivo da colonização acarretou uma crescente desestruturação desse território e modificação das relações originais dos indígenas, contribuindo para a exasperação dos conflitos entre os grupos autóctones e a reordenação da lógica das associações e identidades desses grupos. Nessa conjuntura, também surgiram os conflitos com o colonizador, defendendo os indígenas "[...] seu espaço vital, ou visceral [...]" contra a marcha colonizadora de agregação do território à economia colonial. O vale do Rio Doce permanecia como uma das últimas áreas do Espírito Santo que era pouco conhecida e dominada pelos colonos, constituindo-se, portanto, em um "reduto absoluto" dos indígenas denominados genericamente como botocudos. Para Marinato, essa área era uma característica fronteira colonial (MARINATO, 2007, p. 20-28).

Apesar das rivalidades entre os grupos indígenas do vale do Rio Doce, eles compartilhavam "[...] um mesmo sistema sociocosmológico [...]" e linguístico, mesmo possuindo variações dialetais

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entre si. Esse compartilhamento permitia a identificação e comunicação entre eles, proporcionando, assim, a formação de um jogo de alianças e rivalidades que se fazia e desfazia diante da sobrevivência às investidas do colonizador. A abertura do vale do Rio Doce à colonização, especificamente, se deu nos últimos anos do setecentos, por meio, principalmente, dos esforços do ministro português Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. Coutinho indicou Silva Pontes para tomar posse da capitania do Espírito Santo em 1800, tendo como tarefa primordial viabilizar os projetos de expansão colonial no vale do Rio Doce. Silva Pontes fez um levantamento topográfico do curso do Rio Doce e instalou o Quartel e Porto de Souza na divisa com Minas Gerais e alguns destacamentos militares ao longo desse rio, nas palavras dessa autoridade "[...] com o favor do venerável P. José de Anchieta [...] que tomei por advogado (MARINATO, 2007, p. 33-36)."

A Carta Régia de 1808 dividiu a área habitada pelos índios botocudos em seis partes estratégicas para combatê-los, as divisões militares do Rio Doce. Em 21 de maio de 1808, esse documento foi enviado para o então governador do Espírito Santo Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar (1804-1811), sucessor Silva Pontes, determinando a organização de duas divisões militares, uma na parte sul, dedicada à frente colonial que avançava ao longo da bacia do Rio Itapemirim, onde se encontravam muitos índios puris e cada vez mais contingentes botocudos deslocados, e outra ao norte, na frente de colonização do vale do Rio Doce, com objetivo de exterminar os botocudos para a liberação desse território, a divisão militar do Rio Doce. As divisões militares eram compostas por quartéis nos quais eram mantidos soldados destacados, correspondendo cada divisão a um território definido. Cada uma dessas divisões possuía um comandante escolhido entre os melhores soldados, que recebia soldo e patente de alferes, a quem era permitido escolher soldados para formar bandeiras de entrada nas matas. Sobre os alferes recaía a responsabilidade de manter a segurança dos povoados e dos colonizadores contra os ataques indígenas. (MARINATO, 2007, p. 41 - 42).

Em dezembro de 1808, nova legislação destinada aos botocudos foi criada em complemento à carta régia de maio do mesmo ano. O novo documento tornava claras as condições das terras não ocupadas pelas sesmarias já distribuídas e daquelas terras tiradas dos índios. As terras dessa segunda categoria foram consideradas devolutas e disponíveis para a colonização. Rezava o documento que os botocudos que procurassem pacificamente a "Real proteção" deveriam ser distribuídos entre os fazendeiros e a reunião em aldeamento só deveria acontecer quando houvesse um contingente indígena suficiente para ser formada uma povoação. A preferência, contudo, era dada para os fazendeiros que quisessem receber os indígenas, comprometendo-se a sustentar e instruir os índios acolhidos, em troca do trabalho destes, pelo período mínimo de doze anos (MARINATO, 2007, p. 42). Para Maximilian, que visitou o Brasil na segunda década do século XIX, os botocudos

> [...] tem oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Se algumas vezes se mostram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos e hostilidade em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro entre eles. Muitos anos atrás, existia um posto militar ("destacamento") de sete soldados a oito ou dez léguas rio acima, no local onde hoje se ergue a povoação de Linhares; esse posto estava guarnecido com uma peça de canhão para proteger a projetada estrada nova para Minas. A peça, a princípio, manteve os selvagens à distância, mas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> à proporção que foram conhecendo melhor os europeus e suas armas, os temores desapareceram. De uma feita assaltaram repentinamente o quartel, mataram um dos soldados, e teriam também massacrado os outros, se estes não tivessem fugido e escapado pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas (WIED, 1989, p. 153).

Maximilian aponta que depois desse fato o Conde Linhares declarou guerra formal aos botocudos. Ordenou o reforço dos quartéis militares à margem do Rio Doce e que outros quartéis fossem instalados. Tudo para a proteção dos estabelecimentos coloniais e as comunicações com Minas por meio do citado rio. De acordo com Maximilian,

> Desde então não se deu trégua aos botocudos que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo, e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas. Essa guerra de extermínio foi mantida com a maior perseverança e crueldade [...] (WIED, 1989, p. 153).

O sertão do Rio Doce, no início do século XIX, por conta das operações contra o indígena, era marcado por um estado de beligerância em que até as ações do cotidiano, como o trabalho na lavoura, careciam do porte de arma e da guarnição dos quartéis, próximos aos quais os cultivos eram feitos. Ainda no governo Silva Pontes, em 1800, formou-se o corpo de pedestres para atuação nos quartéis no vale do Rio Doce. Esse efetivo era composto de trezentas praças. Na administração do governador seguinte, Albuquerque Tovar, no ano de 1809, a linha de destacamentos foi reorganizada e reforçada contra os indígenas, inclusive com a construção de novos quartéis e em 1810 a zona do vale do Rio Doce recebeu novas armas, sendo instalados canhões no povoado de Linhares. Os quartéis marcavam a presença colonial contra os indígenas nos sertões do Espírito Santo. No extremo norte estava o quartel do Porto de Souza, fundando em 1800 por Silva Pontes, quando este firmou a fronteira com Minas Gerais. A quatro léguas ao norte da barra do Rio Doce foi erigido, tempos depois, o Quartel de Monsarás, na área chamada Gyparanã da Praia, que servia de limite da vila de São Mateus, à época considerada parte da Bahia. Ao sul do Rio Doce estava o Quartel dos Comboios. O distrito jurisdicionado pela Divisão Militar do Rio Doce estendia-se até o Rio Riacho, onde se localizava o quartel de igual nome, limítrofe à vila de Nova Almeida (MARINATO, 2007, p. 45 - 46).

Ainda em 1800, foram criados os quartéis de Regência Augusta, na barra do Rio Doce, e de Coutins, originando um rarefeito povoamento no interior do vale desse rio. Coutins foi destruído em 1808 por ataques indígenas. Regência, por sua vez, tinha a função de controle e transporte dos viajantes, comerciantes e colonos que subiam pelo Rio Doce. Posteriormente, foram levantados outros quartéis no sertão do vale do Rio Doce, que serviam como polos de apoio e segurança para a expansão da colonização: Anádia, o segundo Quartel de Linhares, Aviz, e o de Aguiar. Apesar dessa quantidade de quartéis, a segurança contra o indígena não era algo sempre garantido, conforme relato de Saint-Hilare, que esteve no vale do Rio Doce em 1818: apesar de todo esse guarnecimento, a viagem até Linhares era muito perigosa em virtude dos indígenas, pois nas picadas abertas na mata os botocudos atacavam frequentemente. Os caminhos que flanqueavam o mar, portanto, eram mais seguros. Essa insegurança advinha do fato de que os destacamentos de tropas não eram capazes de resistir aos indígenas. Citando mais uma vez Saint-Hilare, Marinato

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

descreve o Quartel de Regência como "[...] uma grande cabana isolada, construída no meio da areia e guarnecida com cinco homens." A realidade dos outros quartéis não deveria ser diferente (MARINATO, 2007, p. 47 - 48).

"ataques do gentio bárbaro"

O esforço de militarização dos sertões não conseguiu conter os indígenas e, por outro lado, acirrou os conflitos deles com os colonos nas primeiras décadas do século XIX, conforme relatos de viajantes. Visitando a região do Rio Doce, em sua viagem ao Espírito Santo nos anos de 1819 e 1820, o Bispo Dom José Caetano da Silva narrava que

> [...] há suma falta de braços, e roçadores para derrubar os espessíssimos (sic) matos vizinhos, que apenas deixam o único passeio da praça, e esse mesmo não sem perigo do botocudo, sendo preciso estarem sentinelas armadas de espingardas enquanto eu benzia o cemitério no meio dela; [...] delineei uma igreja [...]. O orago desta igreja deve ser São Sebastião, para livrar os moradores das setas dos botocudos, que infestam as duas margens do rio, e das febres epidêmicas, de que também é advogado o mesmo santo (COUTINHO, 2002, p. 70-71).

As falas das próprias autoridades comprovam os conflitos com os indígenas na província do Espírito Santo nas primeiras décadas do oitocentos. Em correspondência enviada pela junta provisória do governo do Espírito Santo para José Bonifácio em doze de abril de 1822, os remetentes pediam para que o Andrada intercedesse junto à "boa intenção" de Sua Alteza Real solicitando o envio de "[...] rendas suficientes para se sustentarem indispensáveis destacamentos de tropas por todo o sertão [...]". A necessidade dessas tropas se fazia em virtude dos "[...] cotidianos insultos do gentio bárbaro, que incessantemente destrói a agricultura e tem morto muitos lavradores [...]" o que era a "[...] causa lastimosa do atraso desta miserável província [...]". Prosseguindo em seu apelo, a junta informava que todos os transeuntes de uma importante estrada (provavelmente a que ligava o Espírito Santo a Minas Gerais)

> [...] estão desamparados, indefesos e invadidos [...] pelo gentio, por não haver tropa suficiente para os guarnecer, nem dinheiro para os sustentar, desertando muitos por causa da fome. E desta forma todos temem se estabelecer no interior, onde os lavradores se veem obrigados [...] a usarem as próprias forças para defesa (AEES, Nº 22).

Os conflitos entre indígenas e habitantes das vilas e sítios também se davam no sul do Espírito Santo, como narrava Maximilian na segunda década do oitocentos:

> As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por puris nômades, que nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. [...] Havia pouco, em agosto, [...] atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapuana e mataram [...] trinta bois e um cavalo (WIED, 1989, p.126 - 127).

Ainda no sul do Espírito Santo, mais especificamente na vila de Itapemirim, Maximiliam informa do ataque de puris e "outros tapuias", matando três pessoas, e espalhando "[...] tal pavor que todos os habitantes fugiram sem demora;". Os "selvagens" carregaram todos os utensílios de ferro e as provisões que encontraram, fugindo em seguida para a mata. Após o ataque, o sargento-mor da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

vila, com cinqüenta homens armados, fez "entrada" na mata em busca dos puris (WIED, 1989, p. 127 - 132).
Sobre Benevente, vila também no sul do Espírito Santo, os membros da junta provisória do Espírito Santo relatavam no início da década de 1820 que era

> [...] muito preciso um pronto socorro de tropa na vila de Benevente para defender aquele povo dos ataques do gentio bárbaro, porquanto agora lhe acaba de participar a respectiva câmara que os destacamentos estão desertos, e os bárbaros remetem [...]. Outrossim espera a mesma junta que vossa senhoria pelo seu zelo pelo bem público há já de mandar guarnecer também outros pontos de destacamentos donde se fazem iguais queixas e representações [...] (AEES, Nº 22).

Semanas depois desse pedido de socorro, os membros da junta encaminhavam ao comandante das armas o clamor da câmara de Guaraparim, na parte sul do Espírito Santo, onde a ameaça indígena era de tal proporção que a câmara local receava que "[...] o gentio conquiste aquela vila." Como amostra dos ataques em Guaraparim, estava o sofrido por D. Ermeneciana, que teve uma escrava morta pelos indígenas "[...] e por pouco a não pegaram a mão [...]" (AEES, Nº 22). Ainda em 1822, os habitantes da mesma vila fizeram outra representação à junta provisória do Espírito Santo pedindo "[...] um destacamento de tropas de pedestres para sua defesa e obrigando-se a sustentá-lo de farinha e feijão [...]". Os moradores alertavam que os indígenas causavam diversos prejuízos, atacando sítios (como o de Dona Ermeneciana). Para os suplicantes, suas vidas estavam nas mãos dos indígenas, que poderiam "[...] tornar a fazer semelhantes ruínas [...]" quando quisessem. Para repelir esses ataques, os moradores de Guaraparim informavam a necessidade de que as tropas enviadas fossem compostas de, no mínimo, [...] um destacamento de doze soldados e um comandante nas cabeceiras dos morros vizinhos à vargem nova, onde se faz preciso abrir uma estrada, que corresponda pela parte à estrada de Araçatiba, e pela do sul com o rio chamado Fundão [...] (AEES, Nº 22).
Voltando ao norte da província, situação parecida transcorria. A diferença era de que enquanto na vila de Guaraparim era pedida a vinda de tropas para repelir o nativo, na povoação de Linhares - norte -, o clamor era para que o comandante das armas não subtraísse o quartel de Avis de lá. A junta provisória do governo encaminhou esse pedido para José Bonifácio em 23 de julho de 1822, informando que esse quartel era a defesa da vida e das lavouras dos moradores de Linhares, vedando "[...] as hostilidades e roubos praticados pelo gentio bárbaro [...]" (AEES, Nº 14).

"Gentios que se estão pacificando"

Pelas digressões de Moreira e relatos das fontes (viajantes e autoridades), percebe-se que no Espírito Santo das primeiras décadas do oitocentos os "sertões" e as vilas tocavam-se constantemente e de maneira nem sempre pacífica. O projeto das autoridades (governadores, junta provisória, membros das câmaras de vilas) era expandir as vilas e propriedades rurais sertões adentro, mas o grande impedimento para essa efetivação eram os indígenas. Logo as autoridades perceberam que o embate direto não era a única abordagem possível para a realização daquele intento. As vilas de Nova Almeida e Benevente, por exemplo, eram consideradas locais de índios "civilizados". Para Moreira, o Espírito Santo de início do século XIX

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados 'índios bravos' ou 'tapuias', representantes das tribos puri, coroado, botocudo e outras, mas também os então denominados 'índios mansos', 'domesticados' ou 'civilizados', isto é, aqueles pertencentes às tribos Tupiniquim e Temiminó que desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760) estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira. [...] os Tupiniquim e os Temiminós (índios civilizados) representavam 25% da população da província durante o primeiro quartel do século XIX (MOREIRA, 2011).

Já Vasconcelos informa que em 1824, portanto bem próximo ao período aqui analisado, 16% da população do Espírito Santo era formada por indígenas (este dado refere-se aos indígenas aldeados, trazidos do sertão) e 26% da população livre (VASCONCELOS *apud* OLIVEIRA, 1975, p. 222). Moreira, todavia, chama a atenção de que essa cifra se referia à zona "policiada", e que se esse quantitativo indígena for somado aos indígenas que habitavam os sertões, poder-se-ia computar que os índios representavam 61% da população do Espírito Santo na década de 1820. Nesses termos, a autora conclui que nesse momento havia a distinção entre os indígenas civilizados (habitantes das vilas) e os "selvagens" (dos sertões), sendo que as autoridades locais lançavam mão dos "civilizados" para o combate aos "selvagens". Apesar dessa aparente distinção, os governantes locais reconheciam os limites em procede-la, pois as movimentações indígenas do sertão para as vilas e vice-versa eram de difícil controle. Diante desse quadro, Moreira conclui que essas autoridades possuíam diante de si

> [...] uma importante população indígena em diferentes estágios de contato e transculturação. Por isso, não se deve estranhar que para governar uns e outros fossem mobilizados regras legais ou costumeiras, artifícios e instituições nem sempre iguais (MOREIRA, 2011).

As vilas de Nova Almeida e Benevente destacam-se pelo grande número de indígenas considerados "civilizados" pelas autoridades. A primeira contava com três mil índios, 52% da população indígena do Espírito Santo nas primeiras décadas do dezenove, sendo uma das mais antigas e populosas vilas indígenas do Brasil. Para Moreira, Nova Almeida interessava ao governo local como contraposição aos indígenas "selvagens" e como fonte de mão de obra (MOREIRA, 2011). Anexos a Nova Almeida estavam os povoados de Aldeia Velha e Campo do Riacho. De acordo com Saint-Hilaire, em Campo do Riacho os índios "civilizados" faziam violas para seu uso (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 79). Em sua visita ao Espírito Santo na primeira década do século XIX, o viajante Maximilian, por sua vez, descreveu Nova Almeida como "[...] uma grande aldeia de índios civilizados" criada pelos jesuítas, que lhes ensinaram a língua geral. Os indígenas dali retiravam sua subsistência das plantações de mandioca e de milho e da pesca (WIED, 1989, p. 149). O excedente da produção era vendido pelos indígenas aos portugueses que residiam na própria vila e também com negociantes de fora, inclusive de Vitória (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 70).

Benevente, por sua vez, também era fruto do trabalho jesuítico. Após a expulsão dos jesuítas, os indígenas dessa vila receberam uma área inalienável de seis léguas. Pelo fato dessas terras serem férteis, os governadores da capitania passaram a doar partes destes territórios para amigos, apesar das reclamações dos indígenas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 31). Assim, essas terras eram passadas para a posse de luso-brasileiros, restando aos índios as tarefas de cultivar os campos de outrem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Saint-Hilaire também relata que foram abertas novas estradas e lançadas as fundações de uma nova vila, Viana. Em todos esses trabalhos a mão de obra indígena foi utilizada. Segundo Saint-Hilaire, de três em três meses um grupo diferente de indígenas era mandado trabalhar longe de casa. Nesse tempo de trabalho, alimentavam-se mal e no final dos meses de labuta eram pagos quatro mil réis para cada trabalhador indígena, "[...] mesmo assim sem regularidade." O resultado dessa exploração foi de que muitos dos indígenas abandonaram a região (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 32).

Apesar da existência de povoações indígenas consideradas "civilizadas", como as vilas de Benevente e Nova Almeida, as ações indígenas ainda grassavam, respondendo aos ataques do colonizador ou buscando, via saques, se abastecerem, já que a colonização desorganizava suas estruturas tradicionais de sobrevivência. Simultaneamente, havia a realidade dos indígenas "civilizados" que já estavam incluídos ou em processo de inclusão nas estruturas econômica e política das zonas policiadas, nos dizeres de Moreira, ou "civilizadas", como parece ser o caso dos indígenas mencionados na correspondência de dezoito de dezembro de 1822:

> A junta provisória de governo desta província ordena que o Inspetor dos Armazéns Nacionais faça remeter ao Major de Ordenanças Pasqual Francisco Ramos Comandante de (Aguiar?) a porção de ferramenta (ilegível) farinha, e carne, que por agora se podem aplicar para a civilização dos índios botocudos que se acham acolhidos àquele (ilegível) (AEES, Nº 22).

As autoridades do Espírito Santo, nas primeiras décadas do oitocentos, portanto, tiveram outras ações em relação aos indígenas para além da defesa por meio das tropas. Houve também a iniciativa de se "pacificar" os índios considerados "selvagens", ou seja, inseri-los na "na órbita da autoridade colonizadora" (MOURA, 2004, p. 54). Essa iniciativa é percebida na correspondência de seis de agosto de 1822 enviada ao deputado escrivão interino da Junta da Fazenda em que

> A Junta Provisória do Governo desta Província manda remeter a V.S. por cópia a representação que lhe dirigiu o Alferes de Pedestres Antonio Leite Barbosa, encarregado dos Gentios que se estão pacificando para que V.S. faça presente a Junta da Fazenda Pública a fim de que se lhe preste o que requer para tão útil fim parecendo a mesma Junta que por ora basta ir somente metade do ferro e do (aço?) que pede e para que se apresente naquele destacamento de Porto de Souza o Ferreiro de Linhares [...] (AEES, Nº 22).

Para as autoridades do Espírito Santo nas primeiras décadas do dezenove, a civilização do indígena significava a pacificação deste. As fontes analisadas são ricas de informação de como essa pacificação era promovida. Em correspondência enviada ao Escrivão Deputado da Junta da Fazenda em 27 de setembro de 1822,

> A Junta Provisória de Governo desta Província manda participar a Vossa Senhoria para ser presente a Junta da Fazenda, que se faz preciso aprontar com a brevidade possível vinte alqueires de feijão, cem camisas e cem calças, e cinqüenta (camisolas?) para se remeter para o gentio do Rio Doce [...] (AEES, Nº 22).

A pacificação ou civilização do indígena, portanto, passava pela vestimenta com trajes semelhantes aos utilizados pelos que circulavam nas vilas sob controle das autoridades do Estado e da Igreja. Por outro lado, a pacificação do indígena também se dava por meio do trabalho, como pode ser percebido na correspondência enviada pela junta provisória do Espírito Santo ao comandante das

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

armas em 22 de agosto de 1822. Nela, o comandante recebia a recomendação de que ordenasse ao alferes Antonio Leite Barbosa, encarregado do destacamento do Porto de Souza, localizado no norte da província, para que seguisse as ordens a ele incumbidas sobre a "pacificação do gentio". Seguindo essas ordens, o mencionado alferes deveria economizar dentro do possível na despesa dos mantimentos para os indígenas. Além disso, deveria direcionar para que os indígenas fizessem "plantações que são de mais fácil, e abundante produção, a fim de que a Fazenda se liberte o quanto antes destas, e que os vencimentos dos trabalhadores serão pagos pela Fazenda à vista das (elações?) que deve enviar mensalmente" (AEES, Nº 22).

Nesses termos, aprendendo a produzir como os moradores dos sítios e os índios "civilizados", os índios que estavam em processo de "pacificação" libertariam a administração provincial da tarefa de abastecê-los com alimentos. Na correspondência enviada pela junta para o próprio alferes Antonio Leite Barbosa, essa inserção dos indígenas nas formas de trabalho apreciadas pelas autoridades eram mais detalhadas. O Alferes deveria aos indígenas

> [...] mandar ensinar pelas línguas que a farinha, ferramenta, e mais gêneros que se lhes dá deve ser trocado pela cera do mel que eles comem, pelas resinas, e (ilegível), e palhas que acham pelo interior do sertão, e por toda e qualquer psicocidade (sic), que achem nos córregos, e lagoas; sendo muito acertado ensinar-lhes esta troca, e ao mesmo tempo acostumá-los pouco a pouco ao trabalho da agricultura para sua mesma subsistência e de tudo o que for colhendo fará remessas mensais, ou semanais para esta vila [...] (AEES, Nº 22).

O projeto das autoridades do Espírito Santo nas primeiras décadas do oitocentos, portanto, era transformar os indígenas em trabalhadores inseridos no mercado agrário e extrativo, contribuindo para o crescimento dessa economia e para o abastecimento da província. Membros da junta provisória, governadores e militares reconheciam que essa mudança não seria instantânea, mas seria feita "pouco a pouco", começando pela prática do escambo. Um processo tão lento quanto o ciclo natural de transformação de uma semente em vegetal produtivo. É o que fica apontado na recomendação dos membros da junta provisória do Espírito Santo ao vigário de Linhares, que deveria

> [...] fazer as necessárias advertências ao alferes Antonio Leite Barbosa encarregado da pacificação do gentio para o bom êxito da dita pacificação recomendando-lhe reverendíssima a moderação, e bons exemplos, que os faça trabalhar igualmente com os pedestres para se insinuarem no modo de viver de cultura, observarem o progresso, a utilidade desta e a sua demora em crescer para afim conhecerem o que custa aos outros a quem eles destroçam; proibindo-lhes até com algum castigo o tocarem em cousa alguma planta, sem que se lhes diga, que é tempo de poderem colher. (AEES, Nº 22).

Os indígenas, portanto, deveriam aprender como uma lavoura (base da economia provincial) demora a se desenvolver e, assim, acreditavam as autoridades, seriam convencidos de que a frutificação das culturas agrícolas demandam trabalho e paciência. Nesse processo, entendiam as autoridades, os indígenas seriam convencidos da importância da produção agrícola nos moldes coloniais e não mais atacariam as vilas e sítios. Em outra ocasião, os membros da junta provisória do governo do Espírito Santo recomendavam ao capitão José Maria Nogueira da Gama esse mesmo tratamento aos indígenas de Aldeia Velha (que fazia parte da vila de Nova Almeida). Em correspondência de 26 de setembro de 1822, o capitão era informado que seria concedido o envio

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

para o comandante Manoel dos Passos de (Christo?), de Aldeia Velha, "[...] duzentos alqueires de farinha, vinte (sacos?) novos, trinta e cinco machadinhas, e vinte alqueires de feijão para sustentação do gentio [...]" (AEES, Nº 22). Os membros da junta, entretanto, fazia uma ressalva ao capitão: esses gêneros deveriam ser regrados

> [...] com a maior economia, não dando grandes porções de uma vez mas sim aos bocados e em extrema necessidade, regulando a um décimo por dia para cada um pedestre, que trabalha nas (ilegível) para o gentio, e a este fará sempre dizer pelos lugares que não há mantimentos, que se acumularam trabalhos, e tenham paciência de esperar que as plantações cresçam, que não (ilegível) porque o capitão Grande se agonia com isso e há demandar atira-lhes enfim por mandar-lhe de modo possível estas causas para ir contendo e domando enquanto se não pode mandar (ilegível) maiores. E outrossim recomendo muito e vigie da sua parte que o alferes Antonio Leite Barbosa faça trabalhar, e fazer os maiores roçados, e plantações (ilegível) ao mesmo tempo que devem procurar caça para sustentar o aldeamento enquanto as plantações não tem fruto, ou espiga, que não comam mais do que duas ou três vezes no dia. Quando eles trabalharem bem, trouxerem caça, (ilegível) ou outro qualquer gênero útil de prêmios com algum bocado de (aguardente?) então (sic) ou machadinho, faca ou fumo para que vão conhecendo então, que assim se trocam estes gêneros, e assim se faz para o comércio. O que melhor se espera do seu zelo neste importante serviço do Estado, e dará sempre conta do aumento, ou diminuição, que for tendo a civilização e estado do trabalho (AEES, Nº 22).

Nesses termos, para as autoridades espírito-santenses nas primeiras décadas do século XIX, pacificar ou civilizar os indígenas significava condicioná-los à previsibilidade, paciência e produção nos moldes coloniais. Para aquelas autoridades, os indígenas eram destroçadores (das produções de vilas e sítios) que deveriam ser transformados em produtores nos moldes coloniais. Não era mencionado que os ataques a vilas e sítios pelos indígenas dos sertões se davam pela desarticulação das culturas - incluindo a cultura material - destes. Ou seja, os ataques à "zona policiada" eram em razão dos ataques iniciados pelos colonos contra os indígenas, como visto na seção anterior. Todavia, autoridades e colonos entendiam os ataques a vilas e sítios como um comportamento natural dos indígenas, não como consequências da intervenção colonial na vivência das populações que aqui já estavam antes da chegada dos brancos. Esse comportamento indígena, no entender das autoridades, poderia ser modificado pelo condicionamento. Condicionar os indígenas à espera, paciência e produção nos moldes coloniais. Para esse condicionamento, valia a pena a encenação de que o abastecimento era escasso, forjando até uma agonia do "Capitão Grande" por conta disso. O passo seguinte seria conduzi-los a produzir nesse momento de espera para que provessem o próprio abastecimento. Se a produção do aldeamento, entretanto, não vingasse, os indígenas também mais uma vez deveriam limitar o número de refeições diárias. Para as autoridades esse era um projeto civilizador para que os indígenas aprendessem a não lançar mão dos ataques, mesmo que a escassez alimentar se instalasse. Se os indígenas, por outro lado, se mostrassem produtivos, dentro da lógica econômica provincial, deveriam ser premiados por isso com aguardente, fumo e instrumentos de trabalho. Concordando com o Andrada, para as autoridades do Espírito Santo nas primeiras décadas do oitocentos, o indígena "[...] nem é bom, nem é mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios (SILVA *apud* MOREL, 2002, p. 96)".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Com os mencionados incentivos - ou benefícios, nas palavras de José Bonifácio -, pensavam as autoridades, os indígenas aprenderiam a trabalhar ("vão conhecendo então, que assim se trocam estes gêneros") e a se divertir (aguardente e fumo) como os habitantes das vilas e das propriedades rurais.

Conclusões

O esforço das autoridades do Espírito Santo nas primeiras décadas do dezenove, que era mais "sertão" do que vilas ou propriedades rurais, era cobrir esse "sertão" com lojas, igrejas, sítios e fazendas. Os indígenas, por outro lado, posicionavam-se diante dessa "civilização" que era imposta. Os ataques são a maior prova disso. As invasões das propriedades rurais para o saque podem ser entendidas como resistência por parte dos indígenas a se integrarem plenamente à vida cultural e econômica das vilas.

> Do ponto de vista dos índios, existia certa margem de manobra e de negociação com as autoridades governativas, que, afinal, precisavam deles tanto para o serviço público (construção civil, serviço de correio, navegação etc.) como para defesa militar das vilas e dos povoados. Assim, a despeito das relações muito desiguais e assimétricas de poder entre eles, de um lado, e de outro, os governantes e moradores locais mais abastados, esses índios defendiam seus próprios interesses nas tramas que compunham as relações de poder na região (MOREIRA, 2011).

No alvorecer do império brasileiro, portanto, as vilas e propriedades rurais litorâneas do Espírito Santo conviviam com indígenas que percorriam as matas dos interiores do território, o "gentio bárbaro", nos dizeres das autoridades, mas também com índios que estavam em processo de "civilização", ou "pacificação", por meio do trabalho. Era uma convivência tensa, conforme discutido linhas acima. Em relação aos indígenas abrigados nos "sertões", os relatos das autoridades e viajantes destacam os ataques daqueles aos sítios e vilas. Tratando-se dos "pacificados", a esses eram impostos trabalhos nem sempre toleráveis, o que gerava insatisfações e abandono das tarefas. O fato é que o Espírito Santo que adentrava o Brasil independente ainda possuía as vilas imprensadas entre o mar e um "sertão" povoado por indígenas.

Referências bibliográficas

ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (AEES). Fundo Governadoria Série 751. Nº 14. *Registro de Ofícios expedidos pela Junta de Governo Provisório*. Vitória.

AEES. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22. *Diário de Governo da Província do Espírito Santo*. Vitória.

COUTINHO, D. J. C. da S. *O Espírito Santo em princípios do século XIX:* apontamentos feitos pelo Bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MARINATO, F. A. *Índios Imperiais:* os Botocudos, os Militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824 - 1845). 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2007.

MOREIRA, V. M. L. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates* [on line]. pp 1-14, 2011. Disponível na internet via URL: http://nuevomundo.revues.org/60746.

MOREL, M. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o primeiro reinado. *Revista Dimensões. Dossiê Territórios, Espaços e Fronteiras*, Vitória, nº 14, pp. 91-115, 2002.

MOURA, A. M. S. Ao ocidente da Capitania do R.J.: os indígenas e a transformação do espaço. In: Claudia Andrade; Miridan Falci; José Assunção. (Org.). *Espacialidades: espaço e cultura na História.* Vassouras: Projeto Editorial do PPGHS/USS, 2004. p. 53-65.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do Estado do Espírito Santo.* Vitória [s;n.], 1975.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.* São Paulo: Editora da USP/Livraria Itatiaia Editora LTDA, 1974.

SANTOS, E. F. dos. O território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, G. *Espírito Santo:* um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial, 2002. pp. 123-154.

WIED, M P. V. *Viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O CONCEITO DE NEOLIBERALISMO NA OBRA DE THEOTONIO DOS SANTOS

Rodrigo Lima[1]

Introdução

O artigo tem como principal objetivo analisar o conceito de neoliberalismo na obra do economista e cientista social brasileiro Theotonio dos Santos, uma das principais referências da teoria marxista da dependência e da teoria do sistema-mundo.

O autor elaborou diversos livros e artigos nos quais debruçou-se sobre o modelo neoliberal. Dentre os quais podemos destacar a trilogia Teoria da Dependência: balanço e perspectivas (2000); *La economía mundial y la integración latinoamericana* (2004); *Del terror a la esperanza: auge y decadencia del neoliberalismo* (2007) escritos durante os anos 2000, além do livro Desenvolvimento e civilização (2016), no qual ele sistematiza suas elaborações sobre o neoliberalismo e elabora onze teses fundamentais para a compreensão das políticas neoliberais no século XXI.

A pesquisa sobre o autor faz parte de um esforço no sentido de ampliar o conhecimento e a análise sobre um autor cujas obras são extremamente relevantes para os dilemas da dependência na contemporaneidade. Nos últimos anos houve um movimento importante de resgate e profusão das contribuições teóricas de Santos, dentre os quais podemos destacar a publicação de dois volumes com antologias de seus principais textos, publicados pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2020; o artigo de Cristóbal Kay (2021) no qual é apresentado um panorama geral sobre a vida e a obra do autor; além da primeira tradução para o português da obra Socialismo e Fascismo(2020b), publicado pela editora Insular. O que faz parte de um movimento mais amplo de releitura da teoria marxista da dependência, que após a crise econômica de 2007/08, voltou a ganhar força como fundamento de explicação das crises econômicas e lutas sociais na América Latina (CARCANHOLO, 2013).

As mudanças socioeconômicas e políticas que ocorreram na América Latina, durante a década de 2010, sinalizaram para um giro à direita no subcontinente, com a ascensão de governos abertamente neoliberais e conservadores, que emergiram das urnas ou de golpes de estado, e que reacenderam o debate sobre a agenda neoliberal, após um ciclo importante de governos progressista. Na década de 2010, países como Argentina, Equador, Peru, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil e El Salvador tiveram a ascensão de governos com claro recorte neoliberal em suas agendas econômicas. Efeito dos desdobramentos da crise econômica de 2007/08, da intensificação da pressão imperialista na região e do esgotamento de certas experiências progressistas, houve o retorno de uma nova onda de golpes de estado, cujos exemplos de Honduras (2009), Paraguai

[1] Professor de Educação Básica Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá. Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: rodrigo.coslim@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9687-9600. Bolsista Uniedu/SC.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019) foram os mais emblemáticos, além da rearticulação da direita e da tentativa de uma restauração neoliberal no subcontinente.

O ciclo pós-progressista, aberto após 2015 (BÓRON; KLACHKO, 2020), reabriu os debates sobre a luta de classes na América Latina, recolocando a importância da pesquisa e análise sobre a resistência dos movimentos sociais e das lutas contra o neoliberalismo. A revolta popular chilena de 2019, um levante contra o neoliberalismo e o entulho autoritário da Constituição de 1981, promulgada no governo Pinochet e ainda vigente no país, é um dos casos mais significativos de resistência a agenda neoliberal, por ter ocorrido no bastião e primeiro laboratório neoliberal do subcontinente.

É neste contexto que a análise do referencial teórico marxista e interdisciplinar de Theotonio dos Santos pode contribuir para a compreensão do fenômeno do neoliberalismo e das suas implicações históricas, econômicas, políticas e sociais, além de possibilitar a reflexão sobre alternativas de sua superação numa perspectiva emancipatória. Já que o autor considerava a estratégia neoliberal em franco declínio, mas ainda representando uma ameaça para os povos latino-americanos (SANTOS, 2016).

O artigo busca a aproximação aos conceitos do autor a partir da pesquisa bibliográfica, revisando o referencial teórico produzido por Santos, com ênfase nas suas elaborações sobre o neoliberalismo, assim como das contribuições de autores/as que analisaram a sua obra.

O texto encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção busca-se analisar as principais contribuições de Theotonio dos Santos para a TMD e as suas elaborações a partir da teoria do sistema-mundo, fundamental na sua compreensão sobre o neoliberalismo. A segunda seção versa sobre as definições de Santos em relação ao neoliberalismo, analisado enquanto fenômeno histórico, contraditório e com implicações ideológicas, econômicas e políticas na economia mundial, cujas consequências são percebidas pelo autor a partir da elaboração das onze teses sobre o neoliberalismo, nas quais ele sintetiza sua análise sobre o capitalismo contemporâneo.

O pensamento de Theotonio dos Santos: da teoria marxista da dependência ao sistema-mundo

Theotonio dos Santos produziu uma vasta obra e construiu uma trajetória acadêmica e intelectual que o coloca entre os grandes economistas e cientistas sociais brasileiros do século XX. Nascido no ano de 1936, no interior de Minas Gerais, Santos iniciou seus estudos sobre o marxismo ainda na juventude, no período em que estudou na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais. No início da década de 1960 realizou as primeiras leituras de Karl Marx e Friederich Engels, apropriando-se do referencial teórico marxiano, além de leituras de autores marxistas como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Georgi Plekhanov, Leon Trótsky, Nicolai Bukharin, Antônio Gramsci, entre outros (SANTOS, 2020b).

Durante o mestrado na Universidade de Brasília, Santos aprofundou seus estudos sobre as obras econômicas de Marx, participando de um grupo de estudos sobre o Capital. O coletivo foi

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

reorganizado durante o seu exílio no Chile, no qual compartilhou seus estudos sobre a obra de Marx com pensadores como Fernando Henrique Cardoso, Vânia Bambirra e Francisco Weffort.
Concomitante a sua formação acadêmica, Santos participou ativamente das lutas políticas e sociais no Brasil no início da década de 1960. No ano de 1961 contribuiu na fundação da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), que aglutinou militantes das juventudes trabalhista e socialista de estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Uma organização política que não se alinhou ao marxismo soviético e que tecia duras críticas ao estalinismo.
A POLOP nasceu fortemente influenciada pela Revolução Cubana, com um alinhamento ao pensamento de esquerda do Terceiro Mundo, numa perspectiva anti-imperialista e latino-americana. Essa experiência marcou profundamente a vida de Santos, que chegou a assumir um cargo na direção nacional da organização e após o golpe empresarial-militar de 1964 foi condenado pela ditadura a 15 anos de prisão, passando a viver na clandestinidade até o exilio no Chile em 1966.
A sólida formação marxista ocorreu associada ao permanente estudo sobre o pensamento social brasileiro e latino-americano, autores como Caio Prado Jr., Nélson Werneck Sodré e Celso Furtado foram fundamentais para suas formulações sobre o capitalismo no Brasil. Santos não perdeu do horizonte teórico a estratégia socialista, fortemente influenciado pela experiência cubana, e em articulação com as bases progressistas de um projeto nacional-popular, que fundamentaram a constituição da teoria marxista da dependência, junto com Bambirra e Marini.
Desde suas primeiras obras, publicadas na década de 1960, Santos já apresentava preocupações sobre o imperialismo e o anti-imperialismo e suas influências na política latino-americana e brasileira; sobre a formação econômica no Brasil, analisando o latifúndio, o setor financeiro e industrial no país, além do estudo das classes sociais e da luta de classes, questões que permearam toda a sua trajetória intelectual. A partir de uma compreensão dialética e da interpretação teórico-conceitual de Marx, Santos articulou suas elaborações intelectuais e com a militância política durante toda a sua trajetória. (BRUCKMANN, 2020)
Foi durante o exílio no Chile, no qual permaneceu entre os anos de 1966 a 1974, que Santos consolidou juntamente com Bambirra e Marini, a teoria marxista da dependência. Em 1970, no contexto da vitória da Unidade Popular nas eleições de setembro daquele ano, ele entrou nas fileiras do Partido Socialista do Chile, o mesmo do então presidente Salvador Allende. A teoria da dependência serviu como base da elaboração do programa vitorioso da Unidade Popular, e Santos passou a militar em um dos principais partidos da esquerda chilena, contribuindo nas elaborações da política econômica do governo de Allende (KAY, 2021), mais uma vez aliou teoria e práxis no desenvolvimento da sua trajetória intelectual.
Com o golpe militar de 11 de setembro de 1973, passou a ser perseguido pela ditadura de Augusto Pinochet, tendo de permanecer durante cinco meses na Embaixada do Panamá, até a sua saída definitiva do país rumo ao México.
Durante sua permanência no Chile atuou no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) vinculado à Faculdade de Economia e Política da Universidade do Chile, um dos grandes espaços de elaboração e formulação do pensamento crítico latino-americano, pelo qual passaram

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

intelectuais como Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Andre Gunder Frank, Roger Debray, Orlando Caputo, Martha Harnecker, Cristobal Kay, entre outros (MARTINS, 2015).

Foi no CESO que a teoria marxista da dependência ganhou uma clara definição e diferenciação em relação às teorias do desenvolvimento, rompendo com a noção de um desenvolvimento socioeconômico linear e permanente das economias latino-americanas rumo a modernização capitalista, nos moldes dos países como Estados Unidos, Japão e da Europa Ocidental.

Para a TMD a dependência não era decorrente apenas de fatores externos, pois ela criava estruturas sociais que fundamentavam internamente a relação dependente. A dependência analisada como um modo de funcionamento das sociedades latino-americanas implicava numa mudança teórica fundamental na análise do subdesenvolvimento. (KAY, 2021)

Os autores buscaram demonstrar que desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte do mesmo processo de acumulação do capitalismo, apenas revelando aspectos diferentes. Neste sentido, o CESO rivalizava e conflitava com as teses da CEPAL.

As contribuições de Santos para esta corrente teórica foram fundamentais para a consolidação do novo referencial de análise sobre a América Latina. O autor levantou questionamentos sobre as teses liberais que buscavam replicar os modelos dos países centrais no subcontinente, além de refutar as noções de um conflito entre setores modernos e arcaicos dentro das economias nacionais, que na sua compreensão faziam parte de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista, agindo de forma integrada e não em atrito, rebatendo o argumento que fomentava programas de aliança com setores da burguesia nacional, que era muito presente nas elaborações estratégicas e táticas dos PCs. (KATZ, 2020)

Santos também avançou no próprio conceito de dependência, ao compreendê-lo enquanto a situação de determinadas nações que encontram-se sujeitadas e condicionadas pela expansão de outras economias, numa relação de dominação dos países que tem condições de organizar a ampliação das suas economias de forma autossustentável, enquanto os países dominados, só conseguem uma expansão de forma subordinada às economias dominantes. Compreendendo a dependência como uma situação de condicionamento, que implica numa relação de exploração e atraso para as economias dependentes. (KAY, 2021)

A abordagem do autor também avançou em termos metodológicos nos estudos da dependência, "[...]Santos foi um estudioso interdisciplinar treinado e um marxista, portanto, também trouxe para a análise das relações de dependência as dimensões sociais e política." (KAY, 2021, p.76)

Ele avançou na análise da dimensão política da dependência, estudando as particularidades da dominação política e de classe, numa relação subordinada ao poder imperialista. Assim retomava autores clássicos como Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo, avançando na análise do imperialismo e suas implicações a partir de uma perspectiva teórica que emergia das economias dependentes, mais precisamente da América Latina.

A TMD não dissociava a análise teórica do projeto político socialista, enquanto horizonte estratégico na superação da dependência. O futuro do sistema capitalista estava diretamente relacionado aos rumos do projeto socialista. Para tanto, Santos rejeitava a possibilidade de aliança para projetos de desenvolvimento entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional, pois a segunda já havia realizado a opção por uma aliança com o capital estrangeiro. No terreno político,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ele apostava numa composição entre o novo proletariado, a pequena burguesia progressista e o campesinato, sob a liderança do proletariado industrial, como as bases sociais para a transição ao socialismo. (KAY, 2021)

Durante sua permanência no México, entre 1974 e 1979, vinculou-se ao Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), na qual reorientou seus estudos para a economia mundial e a Revolução Científico-Tecnológica, buscando compreender processos históricos mais amplos. Junto com autores como Imannuel Wallerstein, Samir Amin e Andre Gunder Frank, lançou as bases da teoria do sistema-mundo. A partir da influência de Fernand Braudel, Nikolai Kondratiev e Giovanni Arrighi, ele passou a analisar o capitalismo mundial a partir de ciclos longos, expandindo e complexificando seus estudos, para um olhar além da América Latina.

> A aplicação feita por Santos desses ciclos se situa em outra tradição. É mais parecido com as teorias marxistas de ondas longas desenvolvidas por autores como Mandel. Registra movimentos econômicos prolongados apenas desde o século XIX e observa seu desenvolvimento em estreita relação com a dinâmica da luta de classes. Santos procurou desvendar como funciona um período Kondratiev no cenário contemporâneo da reorganização tecnológica-produtiva do capitalismo. Ele não colocou esses ciclos temporalidades de séculos ou em sequencias de desmoronamento do sistema-mundo" (KATZ, 2020)

Em sua estada no México, ele voltou seu esforço intelectual na compreensão da Revolução Técnico-Científica em curso na década de 1970 e marcada pelo aprofundamento das inovações tecnológicas e científicas, em especial no processo de produção das economias centrais. A robótica, informática, automação e novas formas de gestão de trabalho no contexto do pós-fordismo ganhavam espaço no processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital, na denominada terceira revolução industrial, ganharam especial atenção do autor em sua obra Revolução Científico-Técnica e capitalismo contemporâneo. (SANTOS, 1983)

Ao retornar ao Brasil, em 1979, Santos retomou a militância política, contribuindo na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), junto com Leonel Brizola, posicionando-se na defesa do socialismo democrático como horizonte estratégico. Chegou a participar do processo eleitoral, como candidato a governador de Minas Gerais, em 1982, e a deputado constituinte em 1986, ambas tentativas sem sucesso. Em 2002, rompeu com o PDT e ingressou nas fileiras do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Nas décadas de 1990 e 2000, Santos foi um ferrenho opositor às políticas neoliberais implementadas no Brasil. Criticou severamente os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, e também se posicionou de forma crítica ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, ao confrontar as políticas econômicas que ele considerava serem uma continuidade do governo anterior.

No âmbito acadêmico, retomou sua trajetória exercendo atividades de direção na Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1986, após ser anistiado pode ser reintegrado a UnB em 1987, onde permaneceu até assumir o cargo de Professor Titular na Universidade Federal Fluminense em 1994, onde trabalhou por 15 anos, até a sua aposentadoria. Durante toda sua trajetória acadêmica estabeleceu vínculos com diversas instituições e universidades internacionais, dentre as quais pode-se destacar a participação na Rede da Unesco

em economia global e desenvolvimento sustentável (REGGEN), e nas Universidades do Estado de Nova Iorque e de Kyoto.

Mesmo sendo uma das principais referências intelectuais da América Latina, Santos obteve pouco reconhecimento no seu retorno ao Brasil. Sua obra tingiu maior influência e alcance no Chile e no México. Os teóricos da TMD ficaram por um bom tempo marginalizados no cenário intelectual brasileiro, dentre os fatores que contribuíram para esta situação encontram-se: o legado da ditadura empresarial-militar nas universidades, o desconhecimento de boa parte da intelectualidade de esquerda brasileira sobre o debate econômico produzido em outros centros latino-americanos e a hegemonia de um projeto neoliberal na economia e conservador na organização da democracia numa economia dependente, que ajudaram a isolar pensadores que atacavam frontalmente o capitalismo e se posicionavam abertamente favoráveis ao socialismo. (SEGRERA, 2020)

No Brasil, o resgate das obras e contribuições dos teóricos da TMD ganhou força na década de 2010, num período marcado por novas transformações científico-tecnológicas e de aprofundamento de políticas neoliberais, especialmente após o golpe de 2016. O referencial teórico desenvolvido por Santos segue atual para pensar tais fenômenos e seus conceitos podem contribuir para uma melhor compreensão e definição do contexto político e socioeconômico contemporâneo.

O conceito de neoliberalismo na teoria de Theotonio dos Santos

Ao analisar o conceito de neoliberalismo na teoria de Theotonio dos Santos é importante situar as bases teóricas utilizadas pelo autor na compreensão deste ciclo do capitalismo contemporâneo. O autor analisou o neoliberalismo no período que confluiu com o seu momento de amadurecimento intelectual, já situado como um dos expoentes da teoria do sistema-mundo, mas segundo fiel as bases da teoria marxista da dependência.

Santos debruçou-se sobre o neoliberalismo, dedicando amplas pesquisas e estudos sobre o tema, em especial com a trilogia publicada no início dos anos 2000, através dos quais "[...] esperaba haber completado una trilogía sobre el neoliberalismo, mediante un pensamiento social crítico, como fuente de comprensión del mundo contemporáneo" (SANTOS, 2020ª, p. 38)

A compreensão de Santos sobre o neoliberalismo abrangia estudos sobre os seus impactos nas ciências sociais, nas políticas públicas e econômicas, e para os povos da periferia e da semiperiferia do sistema capitalista (SANTOS, 2016). Suas produções teóricas sobre o capitalismo contemporâneo ocorreram com base na teoria do sistema-mundo, na qual temas como globalização, economia mundial, sistema mundial e revolução técnico-científica passaram a ser suas grandes preocupações de investigação e elaboração teórica, desde meados da década de 1970.

A teoria do sistema-mundo surgiu nos anos 1970, a partir das elaborações de teóricos como Samir Amin, André Gunder Frank e do próprio Theotonio dos Santos, mas que teve no sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein o seu principal expoente (KATZ, 2020).

Segundo Santos (2000), a teoria do sistema-mundo busca analisar a evolução e o desenvolvimento do capitalismo enquanto um modo de produção com implicações econômicas, sociais, culturais e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

políticas que emergiu no contexto da Idade Média e que avançou para um sistema global que se confunde com a própria economia mundial. A teoria articula a existência do centro, semiperiferia e periferia no sistema capitalista, integradas a partir de economias hegemônicas que organizam o sistema, daí sua proximidade e conexão com as teorias da dependência.

A teoria do sistema-mundo tomou as referências de Fernand Braudel, de ciclos e ondas longas, buscando compreender o capitalismo a partir de ciclos econômicos e suas relações com as questões políticas, culturais e sociais. A análise dos ciclos econômicos também se articulava à teoria de Giovanni Arrighi, com a sua tese sobre os quatro longos ciclos de acumulação do capital (SANTOS, 2020a). Também dialogava com as elaborações do economista russo Nikolai Dimitrievich Kondratiev (1892-1938), que desenvolveu sua teoria baseado na noção de ciclos longos que da sua ascensão ao declínio duravam entre 50 a 60 anos. O pensador russo foi a principal referência no desenvolvimento da análise de Santos sobre o neoliberalismo.

Kondratiev sinalizava que era possível estabelecer os critérios para a determinação de um ciclo a partir dos índices de preço, das taxas de lucro, dos salários, da circulação internacional de capitais e do uso de recursos energéticos. Para o teórico russo, haveria dois momentos dentro dos ciclos dentro das ondas largas, no primeiro (ou fase A) destaca-se crescimento econômico, com duração de 25 a 30 anos, e no segundo momento (ou fase B) predomina o baixo crescimento econômico e a recessão. A partir destas definições ele estabeleceu a existência de três ondas largas no desenvolvimento do capitalismo, a primeira onda larga com duração entre 1780 e 1851; a segunda onda larga, entre os anos de 1851 até 1896; e a terceira onda larga que durou entre 1890 e 1920 (SANTOS, 2004).

A partir destas definições Santos avançou na elaboração sobre os períodos posteriores a morte de Kondratiev, compreendendo que a terceira onda larga teve seu término no período da segunda guerra mundial, e que a quarta onda larga teve seu início em 1945 e o declínio no final da década de 1990. O neoliberalismo e o seu auge enquanto estratégia e discurso do capitalismo mundial situam-se no ciclo de declínio da quarta onda larga.

> [...] analizar la economía de la postguerra desde el punto de vista de la teoría de las ondas largas, tal como se presenta actualmente, articulando cada onda larga con nuevos paradigmas tecnológicos, nuevas modalidades de regulación, y nuevas etapas en los procesos de hegemonía a escala mundial. Al hacerlo, quiero demostrar las razones históricas que generaron una corriente ideológica neoliberal en las dos últimas décadas del siglo XX, y la posible evolución de esta tendencia, con la pérdida de esta hegemonía neoliberal y la recuperación del crecimiento económico. (SANTOS, 2007, p. 138)

As origens históricas do neoliberalismo remontam o contexto de descenso do largo ciclo iniciado no período pós-guerra, que até o início da década de 1970 foi marcado por um período de crescimento econômico permanente, com curtos períodos de recessão. A ideologia neoliberal teve seu surto na década de 1980, com os governos de Margareth Thatcher do Reino Unido (1979-1990), de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América (1981-1989) e de Helmut Kohl, na Alemanha (1982-1998) (SANTOS, 1999).

Prévio a ascensão do neoliberalismo, o período pós-guerra foi marcado por três mudanças estruturais no sistema capitalista pavimentaram o período de crescimento econômico. A primeira foi a expansão global do modelo fordista de organização da produção; a segunda foi a forte

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

intervenção estatal na economia, com o Estado investindo diretamente em setores estratégicos, principalmente na infraestrutura, ao mesmo tempo em que o modelo de Estado de Bem Estar Social garantia uma série de direitos e garantias sociais, ampliando o acesso dos trabalhadores assalariados a níveis de consumo e de qualidade de vida antes inatingíveis; a terceira foram os crescentes gastos militares em período de paz, no contexto da Guerra Fria (SANTOS, 2007).

O modelo entrou em crise nas economias centrais no final dos anos 1960, abrindo o descenso da quarta onda larga e arrastando a periferia. Num movimento de perda da dinâmica econômica mundial, combinada a uma ofensiva da burguesia no sentido de destruição dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora nos países ocidentais.

Entre os anos de 1967 e 1971 surgiram os sinais de estagflação (estagnação econômica e inflação), o que não estava no horizonte das possibilidades das análises keynesianas. A queda da produção gerou uma recessão global, agravada pelos choques do petróleo em 1973. O Estado de Bem-estar social e as medidas anticíclicas entravam em crise e preparava-se o terreno para a ofensiva neoliberal (SANTOS, 2007).

O neoliberalismo é considerado por Theotonio dos Santos como um movimento reacionário, com a pretensão de conter conquistas históricas, sociais e políticas no interior das sociedades capitalistas no período pós-guerra, que se expressaram no modelo de Estado de Bem-estar Social. A estratégia neoliberal também emergiu para combater as experiências socialistas referenciadas pela URSS e os estados nacionais independentes frutos das lutas anticoloniais, em especial em África e Ásia (SANTOS, 2016).

O primeiro laboratório experimental do projeto neoliberal foi o Chile, governado por Augusto Pinochet, após o golpe de estado de 1973. A partir das teses reacionárias gestadas no grupo de *Mont Pelerin*, conformado após a segunda guerra mundial e liderado por Friedrich Hayek que influenciou os economistas sediados na Universidade de Chicago, o liberalismo ganhou novo impulso com a ascensão de regimes ditatoriais na América Latina que abriram a possibilidade de execução da agenda neoliberal, numa aliança entre o liberalismo econômico e os regimes autoritários de viés fascista, aliança que marcou a implementação do projeto neoliberal (SANTOS, 2016).

Mas foi na década de 1980 e nas economias centrais que hegemonia neoliberal atingiu o seu auge, a partir da ascensão dos governos Thatcher (RU), Reagan (EUA) e Kohn (ALE) que a agenda econômica dos países centrais e mais poderosos voltou-se para às privatizações, desregulação dos mercados e forte competitividade internacional, ações complementadas pela redução da tributação entre os mais ricos, aliadas aos cortes dos investimentos nas áreas sociais. (SANTOS, 2020a)

O neoliberalismo impactou fortemente a América Latina, acarretando políticas de ajuste fiscal para o pagamento das dívidas externas dos países dependentes e convertendo a região em exportadora de excedentes e poupança, o que implicou em problemas sociais gravíssimos, com rebaixamento de salários e o aumento da pobreza e da fome em todo o subcontinente. O neoliberalismo veio acompanhado das inovações científico-tecnológicas com o incremento da automação e informatização, o que elevou os índices de desemprego na região, num cenário de enfraquecimento das resistências e oposição ao sistema hegemônico neoliberal. (SANTOS, 2000)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na análise do autor, o ciclo esgotou-se entre o final dos anos 1980 e meados década de 1990, com o período de recessão econômica global, reflexo da desvalorização do dólar, dos ativos financeiros e imobiliários, que afetaram significativamente as taxas de crescimento, colocando em xeque um período de crescimento baseado na expansão forçada da economia, a partir da crescente dívida pública estadunidense. As derrotas dos conservadores ingleses em 1997 e dos republicanos nos EUA em 1996, marcaram politicamente o encerramento do ciclo neoliberal e o fim da quarta onda larga de Kondratiev. O que o levou a compreender o neoliberalismo enquanto fenômeno histórico (SANTOS, 2007).

Santos (1999), em sua pesquisa sobre a experiência do governo Reagan, considerou que o período de crescimento econômico observado entre os anos de 1983 e 1987 nos EUA, ainda que revestido de um discurso e narrativa neoliberal era fomentado pela forte participação do Estado no processo de acumulação de capital, com políticas direcionadas para o aumento do déficit público, com crescentes gastos nos setores militares e financeiros, em contrapartida da diminuição dos investimentos sociais. Havia para o autor um distanciamento importante entre a doutrina neoliberal e a ação dos seus executores.

No aspecto político, Santos procurou analisar as relações de proximidade e unidade entre a dominação ideológica do neoliberalismo com setores fascistas e para fascistas, chamando a atenção para a primeira experiência de implantação da doutrina neoliberal no Chile, que ocorreu em plena ditadura militar de Augusto Pinochet (que o autor conceitua como regime fascista) em sua aliança com o grupo de economistas liberais da Universidade de Chicago, os conhecidos *Chicago Boys*, ao mesmo tempo que os governos de Reagan e Thatcher usaram amplamente da violência para reprimir os movimentos sindicais e de contestação, no avanço da agenda de destruição das bases do Estado de Bem-Estar. Governos que também serviram de pilar e apoio a regimes autoritários na periferia, como foi o caso emblemático do apoio de Thatcher ao regime do apartheid implementado na África do Sul.

Santos (2020a), chegou à conclusão de que o terror do estado e às políticas neoliberais se relacionam diretamente com a implementação da agenda de retirada de direitos da classe trabalhadora no contexto internacional. Mais uma vez a perspectiva da luta de classes permeia a obra do autor.

Ao analisar a América Latina, o autor afirmou que as experiências neoliberais no subcontinente e o pensamento único nos anos 1980 e 1990 chegaram a um esgotamento, mas ainda que ainda não foram totalmente derrotados. O que coloca a região numa encruzilhada: "[...] não está claro quem serão os responsáveis de sepultá-lo. A tarefa é muito mais difícil do que pode parecer à primeira vista. Trata-se de fenômeno muito complexo que tem demasiados lados que se entrecruzam." (SANTOS, 2016, p. 369)

Por fim, cabe apresentar de forma sucinta as onze teses elaboradas por Santos (2016) no esforço intelectual realizado ao final da vida, de apreender as principais consequências do neoliberalismo, na sociedade capitalista contemporânea, as quais são apresentadas abaixo de forma resumida:

a) Primeira tese: o neoliberalismo fica preso a suas bases teóricas liberais do século XVIII, ignorando os avanços posteriores das ciências humanas e da filosofia, apresentando recursos teóricos e metodológicos há muito superados;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

b) Segunda tese: é uma ideologia reacionária, característica das etapas de recessão econômicas previstas nos ciclos de Kondratiev. O neoliberalismo visa conter às transformações socioeconômicas presentes nas fases de crescimento e avanço global, buscando reestabelecer o livre mercado num período de capitalismo monopolista;
c) Terceira tese: o neoliberalismo trata-se de uma análise pragmática e empírica do mundo, sem fundamentação teórica;
d) Quarta tese: o sistema global de circulação de capitais, mercadorias e serviços está subordinado a uma divisão internacional do trabalho que compõe um sistema desigual e combinado, que se impõe militar e economicamente pelos países colonizadores e imperialistas, sendo assim o comércio não ocorre de forma horizontal, mas a partir da divisão internacional do trabalho, submetido ao movimento internacional de capitais;
e) Quinta tese: o neoliberalismo parte de premissas falsas e não compreende as tendências para o avanço a um capitalismo monopolista e estatizante, sendo utilizado como um instrumento ideológico que justifica objetivos táticos do capital;
f) Sexta tese: a pobreza teórica do neoliberalismo não possibilita que emerjam políticas econômicas com alguma viabilidade a partir dele.
g) Sétima tese: a partir de 1994 apresenta-se uma fase de crescimento sustentado na economia mundial, que se inscreve como uma nova onda longa de Kondratiev;
h) Oitava tese: as intervenções políticas e doutrinárias do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional tem um viés extremamente conservador, consistindo nas consequências mais perversas do período de domínio neoliberal;
i) Nona tese: a imposição do pensamento único neoliberal penetrou nas fileiras de correntes políticas social-democratas e populistas, que ao ascenderem ao governo buscaram conciliar, sem sucesso, políticas macroeconômicas neoliberais com políticas sociais de base socialista. Sem uma ruptura com as bases doutrinária do pensamento único neoliberal, as tentativas de mudança sucumbirão.
j) Décima tese: as crises econômicas, em especial a financeira de 2008/09 revelam que as medidas adotadas pelos países em desenvolvimento ao priorizarem as reservas e a exportação de *comodítties* em detrimento de investimentos sociais, em infraestrutura em ciência e tecnologia são uma perda de oportunidade histórica, o que coloca a questão política como um elemento central para prever e compreender as forças que influenciam nos destinos dos países.
k) Décima-primeira tese: o neoliberalismo penetrou fortemente na academia, nos meios de comunicação e inclusive nos partidos políticos de centro-esquerda. Foi estabelecido um cenário de terrorismo ideológico de aversão ao planejamento. Mas apesar dos dogmas neoliberais fica cada vez mais claro que a economia

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mundial só pode ser organizada com políticas de longo prazo e de planejamento econômico, político, cultural e social.

As teses sobre o neoliberalismo elaboradas por Santos consistem em arcabouço teórico fundamental para pensar o atual cenário da luta de classes na América Latina e em especial no Brasil, principalmente no aspecto político e da necessidade de uma ruptura com a estratégia neoliberal, nas perspectivas teórica, econômica e principalmente política, tendo em vista o avanço do pensamento único em organizações e governos denominados de esquerda.

Considerações finais

A recuperação do pensamento e da obra de Theotonio dos Santos insere-se num contexto de retomada dos referenciais da teoria marxista da dependência criada há cinquenta anos, mas que segue atual para pensar os dilemas e possibilidades de superação da dependência na América Latina.

A vasta obra do autor consiste num referencial teórico e analítico, que ao basear-se na interdisciplinaridade, fornece categorias analíticas que permitem reflexões sobre variados temas da contemporaneidade, que perpassam a economia, a sociedade, a ciência e a tecnologia e a política. No seu esforço intelectual, Santos contribuiu decisivamente na criação de duas correntes teóricas, a TMD e a teoria do sistema-mundo, que retomadas de forma crítica, possibilitam uma aproximação à atual conjuntura e dos problemas produzidos pelo capitalismo contemporâneo.

A década de 2010 foi marcada por uma onda de governos e movimentos ligados de direita ligados a uma estratégia neoliberal e autoritária (elementos que se combinam, conforme constatou Santos), que associados a crise de projetos progressistas, que não romperam totalmente com certas lógicas neoliberais, recolocam a atualidade da teoria e dos conceitos elaborados por Santos.

Os estudos sobre o neoliberalismo exigiram muita dedicação e atenção nas elaborações de Santos. Produzindo uma análise original, ao posicionar a estratégia neoliberal na etapa decadente do ciclo de ondas largas de Kondratiev, o autor conseguiu dar amplitude e historicizar a compreensão da estratégia neoliberal, revelando suas contradições, entre o discurso e ações governamentais, que apesar da ode ao livre mercado não renunciaram ao papel do estado na condução da economia. O desafio de analisar a nova onda larga de Kondratiev, aberta no final dos anos 1990, que não pode ser analisada por Santos em vida, é um potencial de pesquisa a ser desenvolvido, para compreensão do alcance e validade de suas teses. Santos também conseguiu estabelecer uma análise ampla do conceito de neoliberalismo, ao compreender suas implicações e características nos campos teórico, econômico, político e cultural, como ele expressou bem em suas onze teses sobre as consequências do neoliberalismo.

A encruzilhada na qual se encontra a América Latina segue um palco em aberto para o desenvolvimento da luta de classes, com perspectivas de emancipação ou aprofundamento da dependência. Na atual quadra histórica, a aliança entre neoliberalismo e o fascismo, que foi apontada por Santos, nunca esteve tão atual e presente como o que verificamos na ascensão de movimentos e governos de extrema-direita nos últimos anos. Daí a atualidade e necessidade de revisitar criticamente a obra de Theotonio dos Santos para a compreensão do capitalismo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

contemporâneo, da dependência e do neoliberalismo e das possibilidades de construção do socialismo, a partir do seu referencial teórico.

Referências

BÓRON, Atílio; KLACHKO, Paula. Sobre o "pós-progressismo" na América Latina: contribuições para o debate. In: SANTOS, ROBERTO SANTOS; VILLAREAL, MARIA; PITILLO, JOÃO CLAUDIO (Org.). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes.** 1º ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 1–420.

BRUCKMANN, Mónica. Estudio preliminar. In: **Construir soberanía: una interpretación económica de y para América Latina.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2020. v. 1.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro v. 11, n. 1, p. 191–205, jan/abr 2013.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KAY, Cristóbal. Theotonio Dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência. **Reoriente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67–100, jan/jun 2021.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463–481, set/dez 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Centro de Estudos Socioeconômicos**. Boitempo. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/ceso>. Acesso em 20 set. 2021.

MARTINS, Carlos Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 445–449, set/dez 2018.

SANTOS, Theotonio Dos. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Theotonio Dos. **Construir soberania: una interpretación económica de y para América Latina.** Vol. 2 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020a.

SANTOS, Theotonio Dos. **Construir soberanía: una interpretación económica de y para América Latina.** Vol. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020b.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SANTOS, Theotonio Dos. **Del terror a la esperanza: auge y decadencia del neoliberalismo.** Caracas: Monte Ávila, 2007.

SANTOS, Theotonio Dos**. Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado.** 1ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

SANTOS, Theotonio Dos. **La economia mundial y la integración latinoamericana.** Ciudad de Mexico: ed. Plaza y Jánes, 2004.

SANTOS, Theotonio Dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica,** Niterói, p. 119–151, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/santos-theotonio/1999/06/90.pdf> Acesso em 20 set. 2021.

SANTOS, Theotonio Dos**. Revolução Científico-Técnica e capitalismo contemporâneo**. Petrópolis: ed. Vozes, 1983.

SANTOS, Theotonio Dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2020c.

SEGRERA, Franscisco López. Estudio preliminar. In: **Construir soberanía: una interpretación económica de y para América Latina.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2020. v. 2.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"O MARFIM DE ANGOLA EM LISBOA": A HISTÓRIA DA REAL FÁBRICA DOS PENTES DE MARFIM, CAIXAS DE PAPELÃO E VERNIZES (SÉCULO XVIII)

Rogéria Cristina Alves[1]

A criação da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes, no dia 20 de outubro de 1764, integrou um projeto de reformas urbanísticas e industriais em Portugal conduzidas pelo Marquês de Pombal após o terremoto de 1755. A fábrica compunha o rol de estabelecimentos situados no "Real Colégio das Manufaturas" (ou também chamada Colônia Fabril das Amoreiras), que incluía um complexo habitacional e manufatureiro, projetado no ano de 1759, no chamado bairro dos Fabricantes ou das Águas Livres (atual bairro das Amoreiras) (SEQUEIRA, 2013, p. 37).

A criação do "Real Colégio das Manufaturas" relaciona-se diretamente com a história da Real Fábrica das Sedas, que foi instalada na região do Rato (em Lisboa) em 1741. A fábrica das Sedas foi criada em 1734, pela iniciativa do técnico e investidor francês Robert Godin e com apoio da Coroa portuguesa (MAGALHÃES, 2010, p. 59). Para funcionar, recebeu uma série de privilégios tais como o monopólio da produção de sedas, o uso do brasão e do título de Real e a obrigação de instruir aprendizes portugueses na fabricação das sedas. Contudo, tais privilégios foram concedidos por um período de tempo e encerraram-se no ano de 1756. A partir de então, o estabelecimento passou a enfrentar problemas de ordem econômica e administrativa, como conflitos entre administradores e aprendizes e a concorrência dos tecidos ingleses de maior qualidade e menor preço (MAGALHÃES, 2010, p. 15).

No ano de 1757, a Real Fábrica de Sedas foi incorporada pelo Marquês de Pombal, na tutela da Junta do Comércio, alterando o seu estatuto e propósitos, que a partir de então, não estaria mais nas mãos da iniciativa privada (MAGALHÃES, 2010, p. 115). A partir desta mudança, a Real Fábrica das Sedas passou a integrar outras produções manufatureiras, incluindo unidades espalhadas pelo país, sendo algumas criadas e outras reabilitadas. Na região do Rato, em Lisboa, foram instalados outros conjuntos fabris voltados para a produção de louças, pentes, botões, tapeçaria, lacre, cutelaria, fundição de metais, vernizes, relógios e caixas de papelão (ROSSA, 2015, p. 342) — entre estes estava a Real Fábrica de Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes. Próximo a este complexo foi instalado o "Jardim dos Fabricantes" ou também chamado "Jardim das Amoreiras" que abrigou 331 árvores de amoras, tendo sido a primeira delas plantada pelo próprio Marquês de Pombal, no ano de 1771. A escolha das amoreiras tinha uma razão prática: elas eram o principal alimento do bicho da seda e desta forma, poder-se-ia também fomentar a produção nacional de sedas (SEQUEIRA, 2013, p. 37).

[1] Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em História Social da Cultura (UFMG). E-mail: rogeriaufmg@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ainda hoje, a memória sobre a existência destes estabelecimentos está viva na toponímia de Lisboa[2], sendo que na atual Freguesia de Santo António encontra-se a "Travessa da Fábrica dos Pentes" próxima à "Travessa da Fábrica das Sedas".[3] A figura 1 retrata um recorte feito sobre uma panorâmica da cidade de Lisboa em meados do século XVIII, com destaque para a região da zona das Amoreiras. No bairro das Amoreiras se construíram as acomodações para o trabalho dos mestres e dos aprendizes de treze diferentes tipos de novas artes e ofícios manufatureiros.

Figura 1: Zona das Amoreiras, Lisboa, meados do século XVIII.

Fonte: Extrato da Panorâmica de Lisboa de meados do século XVIII relativo à zona das Amoreiras. Academia Nacional de Belas Artes (ABNA). In: SEQUEIRA, 2013, p. 36.

Entre os mestres estrangeiros trazidos para Lisboa para coordenar e ensinar os ofícios manufatureiros predominavam aqueles de origem francesa (RATTON, 1813, s/p). O programa pombalino de desenvolvimento das fábricas previa a instalação de estabelecimentos fabris por vários pontos do país, numa tentativa de potencializar os recursos e a capacidade da produção local. As fábricas eram financiadas pela iniciativa privada, mas possuíam o apoio do Estado na concessão de "exclusivos no mercado interno". Havia também isenções fiscais como forma de incentivo e visando a expansão da produção manufatureira nacional (LUZ, 2018, p. 30).

A ideia por trás da criação de estabelecimentos fabris em Portugal era a promoção de setores estratégicos da economia nacional, por dois motivos principais: evitar importações e consequentemente promover o saldo positivo da balança comercial portuguesa; além de fomentar

[2] A Câmara de Lisboa mantém, em sua página, informações sobre a toponímia histórica da cidade. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/index. php?id=8565. Acesso em 12/02/2020.

[3] Veja no pelo Google Maps a exata localização destas referências geográficas em: https://www.google.com/maps/place/Tv.+F%C3%A1brica+dos+Pentes,+1250096+Lisboa,+Portugal/@38.7227725,9.1553696,41m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd1933707331c52d:0xda2cd6c8669a1855!8m2!3d38.7229152!4d-9.1553017. Acesso em 22/03/2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a indústria nacional, para recuperar o atraso de seu desenvolvimento. Neste sentido, as fábricas também visavam transformar em manufaturas produtos de origem colonial como o algodão, os couros, tabaco e o próprio marfim. Coordenadas pela Real Junta do Comércio (que havia sido criada no ano de 1756), as fábricas representavam a soma de interesses do Estado e dos homens de negócio. Contudo, segundo o historiador Glaydson Matta, o desenvolvimento das fábricas não suplantou a produção menor e doméstica, realizadas em oficinas. Para o autor, a produção manufatureira foi pontual e focada em atividades que eram consideradas estratégicas (MATTA, 2011, p. 95).

A história da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes

A Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes era subordinada e inspecionada pela Direção da Real Fábrica das Sedas. Foi coordenada por 20 anos (1764 a 1784) pelo mestre francês Gabriel de *La Croix*, cujo sobrenome, por diversas vezes, apareceu aportuguesado na documentação, sendo mencionado como Gabriel da Cruz (MOTA, 1997, p. 131). Gabriel de *La Croix* atento ao desempenho do estabelecimento sugeriu ao Marquês de Pombal melhorias, com o intuito de aperfeiçoar o desempenho da produção da Fábrica. *La Croix* conquistou a admiração e confiança da Direção da Real Fábrica das Sedas que o reconhecia como: "da maior probidade, e o que na sua conduta tem dado provas de zelo e diligências com que procura acreditar se [...]".[4]

Localizei poucas informações sobre a biografia do mestre Gabriel, mas foi possível rastrear alguns indícios sobre sua trajetória. Existiram duas categorias de cuteleiros na França — local de nascimento de Gabriel de *La Croix* — os ferreiros e os fabricantes de cabos. A julgar pela produção da fábrica em questão, o mestre *La Croix* se encaixava na segunda categoria. Os "fabricantes de cabo" trabalhavam com osso, madeira e marfim e eram também fabricantes de pentes de marfim e "encabadores" de facas. Para se tornar um mestre fabricante de cabos na França era necessário ter, no mínimo, oito anos de aprendizagem e produção de obra-prima. A corporação dos cuteleiros e amoladores franceses possuía um estatuto, o qual regulamentava o desempenho das funções e previa como o trabalho da categoria dos fabricantes de cabo deveria funcionar. Infrações aos estatutos eram punidas com multas. Segundo essas determinações, havia um código na elaboração dos cabos de talheres para que se distinguisse talheres com cabos de osso daqueles com cabos de marfim.[5]

De acordo com o relato de José Acúrsio das Neves, Gabriel de *La Croix* recebia, por sua atuação enquanto mestre, o ordenado de 600$000, livre da décima e de qualquer outro encargo (1827, p. 213). Ainda recebia a metade dos lucros da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes. Em 8 de outubro de 1768, quatro anos após assumir a administração da referida

[4] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante, ANTT). Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p.13.

[5] Informações disponíveis em: Boletim do Trabalho Industrial, número 111.Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=okGZxgEACAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_atb&redir_esc=y#v=onepage&q&f=falseAcesso em 12/05/2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

fábrica, *La Croix* caiu nas graças do rei, que por meio de um decreto concedeu-lhe uma tença, pois queria "gratificar o seu assíduo e louvável trabalho."[6]

Sob a administração do mestre Gabriel de *La Croix*, a Real Fábrica prosperou. Em 1772 já tinha uma filial, estabelecida na cidade de Tomar — a pouco mais de 100 quilômetros de distância de Lisboa. Esta era administrada pelo mestre Jorge Reynier, porém, não teve uma vida longa, tendo sido completamente destruída por um incêndio em 14 de agosto de 1773. A Fábrica de Lisboa também foi acometida por um incêndio, em julho do mesmo ano, mas este, de proporções muito menores, se limitou aos tornos nos quais secavam as caixas de vernizes, tendo sido facilmente controlado (NEVES, 1827, p. 216-217). O próprio Marquês de Pombal lamentou o ocorrido e a Direção Geral da Real Fábrica de Sedas alertou para o risco de acidentes como aquele e sugeriu uma reforma na estrutura da fábrica de Lisboa.[7]

O mestre Gabriel de *La Croix* também ampliou os ramos de atuação da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes. Introduziu no estabelecimento a produção de lacres e mandou vir da França outros dois mestres para começar um negócio de produção de bijuterias. Segundo o próprio *La Croix*, para iniciar tal empreitada era preciso um mestre ourives "*Byoutie*r" e outro lavrante e abridor — que estariam comprometidos a ensinarem aprendizes portugueses. *La Croix* também argumentava que tal produção era inédita no Reino e que seu desenvolvimento contribuiria para o comércio nacional.[8]

A mão de obra utilizada nas Reais Fábricas deveria ser totalmente nacional, com exceção dos mestres e operários qualificados, que exerciam o papel de gestores e formadores de novos mestres. As Reais Fábricas podiam empregar crianças, oriundas de instituições que albergavam menores abandonados, como aprendizes. Essas crianças, em sua maioria, viviam nas reais fábricas em regime de internato e muito raramente eram alfabetizadas.[9] Localizei poucas informações sobre a origem dos aprendizes da Real Fábrica dos Pentes de Marfins, Caixas de Papelão e Vernizes. Mas a julgar pela contabilidade, elaborada para o intervalo entre os anos de 1764 a 1770, pelo próprio mestre *La Croix*, a fábrica empregava aprendizes num regime de internato. Os cálculos mencionavam despesas com os aprendizes: "[...] de commendaria, vestuário, camas, enfermaria, e como gratificação", que somavam 4:517$120.[10]A Real Fábrica dos Pentes de Marfins, Caixas de Papelão e Vernizes possuía 50 aprendizes no ano de 1771, que estavam distribuídos da seguinte forma: 25 estavam empregados no fabrico dos pentes de marfim; 8 se dedicavam à pintura das caixas; 2 deviam se dedicar aos "círculos"; 2 aos vernizes; 1 para lavrar as caixas; 1 para resaltiar [SIC] as caixas; 10 para tornear as caixas e 1 para fabricar os vernizes.[11]

[6] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 13.
[7] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 387, p. 78.
[8] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 387, Representação do mestre Gabriel da Cruz, p. 80-81.
[9] FONTES, Carlos. *História da Formação Profissional e da Educação em Portugal*. Disponível em: http://www.filorbis.pt/educar/histFormProf52.htm. Acesso em 30/06/2019.
[10] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 96.
[11] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 99.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O mestre Gabriel de *La Croix* permaneceu à frente da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes até o ano de 1784. Tudo indica que, nos anos posteriores, a Real Fábrica foi desmembrada, dando origem a dois estabelecimentos diferentes: a *Fábrica das Caixas, Vernizes e Bandejas* que passou a ser propriedade de José Francisco Del Cuoco[12]; e a *Real Fábrica dos Pentes de Marfim* que se tornou propriedade de Antonio Martins Bastos e Marcos José de Matos.[13]
Localizei poucos documentos sobre a atuação de José Francisco Del Cuoco à frente da *Fábrica das Caixas, Vernizes e Bandejas*. Mas um, em particular, chama a atenção. Trata-se de um requerimento do próprio José Francisco, datado do dia 8 de janeiro do ano de 1789. Neste documento, ele relatava que era dono da Fábrica das Caixas, Vernizes e Bandejas para cuja fabricação ele detinha privilégio exclusivo. Mas havia um concorrente não autorizado, que lhe vinha causando prejuízos:

> [...] estando-lhe transgredindo o dito privilégio em dano do [?] bem comum e particularmente **por um Luiz José D'Oliveira ao qual se mandou fazer e fez apreensão do que se lhe achou por ele manufaturado e exposto à venda em loja pública no Chiado**, sem ter o Alvará de licença e nem o poder ter por se lhe não haver de conceder em fraude do privilégio do suplicante [José Francisco Del Cuoco].[14]

Os responsáveis por apurar a denúncia, o Desembargador Conservador das Fábricas e o Desembargador Fiscal, solicitaram a Del Cuoco que comprovasse, por meio de documentos, que seu estabelecimento era mesmo detentor de tais privilégios. Del Cuoco utilizou-se do Alvará concedido a seu antecessor, Gabriel de *La Croix*, e argumentou que os privilégios lhe eram extensivos. Os desembargadores aceitaram a argumentação e ainda reafirmaram que, de acordo com o Alvará que tinha sido passado a *La Croix*, qualquer torneiro, que quisesse abrir lojas não poderia fabricar nem tão pouco comercializar quaisquer das manufaturas que eram produzidas por Del Cuoco — que eram as seguintes: Caixas finas de Tartaruga e Marfim; caixas finas e ordinárias; bandejas, bules, cafeteiras, chaleiras e açucareiros acharoados [SIC] e pintados; carruagens pintadas e envernizadas.[15]

Naquela ocasião, José Francisco Del Cuoco também relacionou numa lista todas as pessoas que trabalhavam naquele momento da Real Fábrica das Caixas e também todos os oficiais que tinham sido formados por aquele estabelecimento desde o ano de 1778, quando ainda era a Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes. Del Cuoco relatava que entre os oficiais formados pela Fábrica naquele período, dois deles — Policarpo Jozé da Silva e Veríssimo Jozé Francisco — haviam se tornado torneiros do marfim e tinham estabelecido Loja no Rossio, em Lisboa.
É importante ressaltar que, com o desmembramento da Real Fábrica de pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes, a partir de 1784, em dois estabelecimentos, o consumo do marfim *in natura* para a produção de manufaturas em Lisboa divida-se entre a *Real Fábrica dos Pentes de Marfim* e a *Fábrica das Caixas, Vernizes e Bandejas* pois ambos estabelecimentos utilizavam o marfim *in natura*,

[12] Arquivo Histórico Municipal de Obras Públicas (doravante, AHMOP). Junta do comércio (JC)/08. Processos de Licenciamento de fábricas e matrículas de servidores, 1760-1833, p. 12.
[13] ANTT. PTTTERAWF0260002. Registro das leis, ordens, condições dos contratos e fábricas. Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, livro nº 1841, p. 23.
[14] AHMOP. Junta do comércio (JC)/07. Providências gerais acerca das fábricas, 1758-1832, p. 30.
[15] AHMOP. Junta do comércio (JC)/07. Providências gerais acerca das fábricas, 1758-1832, p. 32.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como matéria-prima em suas produções. Contudo, a maior parte deste marfim era destinada às produções da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, sendo que na Fábrica das caixas, o marfim era utilizado em menor escala.

Produções da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes

De acordo com o "*Livro Diário da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Verniz*"[16], o estabelecimento produzia no ano de sua inauguração, vários tipos de pentes, dois tipos de bolas de bilhar, sinetes, colheres, garfos, facas de cortar papel e um segundo tipo de faca, que não era um talher de mesa, chamada de "faca de tirar pós" — tudo isso em marfim. Na tabela 1, tem-se a relação das manufaturas produzidas pelo estabelecimento e seus respectivos preços de venda — com exceção dos pentes, cuja produção foi maior e mais detalhada, como veremos adiante.

Tabela 1: Manufaturas em marfim e seus preços, produzidas na Real Fábrica de Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Verniz em Lisboa, 1764.

Manufatura	Tamanho/Peso	Preço em reis	Observação
Bolas de bilhar	De 3 até 14 arrátel	700	Preço da dúzia
Bolas de bilhar	De 15 até 28 onças	960	Preço da dúzia
Colheres e Garfos	Não Consta	2400	Preço da dúzia
Facas de cortar papel	Variados	De 200 até 400	Preço da unidade
Facas de tirar pós	Não Consta	1000	Preço da Dúzia
		160	Preço da unidade
Sinetes	Variados	De 400 até 800	Preço da unidade

Fonte: ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 97-98.

As bolas de bilhar produzidas em marfim eram uma moda na Europa e na América dos séculos XVIII e XIX. Apreciadas, especialmente, pelas camadas mais ricas daquelas sociedades que tinham o jogo de bilhar como diversão. De acordo com informações do *The National Museum of American History*, cada par de presas de marfim, extraídas de um elefante adulto seria capaz de produzir até 10 bolas de bilhar.[17]

As produções de colheres, garfos e facas em marfim aparecem listadas no livro diário da Fábrica, mas não localizei documentação que mencione a exportação destes objetos diretamente de Portugal para outros locais, ao contrário da maciça presença dos pentes de marfim — principal produção daquele estabelecimento, que tiveram sua exportação bem documentada. As facas produzidas pela Real Fábrica não eram talheres de mesa, mas sim facas de cortar papel e de tirar pós.

De acordo com o "*Livro Diário da Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Verniz*"[18], eram produzidos três tipos de pentes de marfim naquele estabelecimento: pentes de marfim do

[16]ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 754, p. 4.
[17] Informação disponível em: https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah_1065504. Acesso em 02/04/2020 (ver 3ª imagem).
[18]ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 754, p. 98.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

feitio de Gênova; pentes de marfim do feitio de Olanda e pentes de marfim do feitio de Ruão. Cogito que essa menção a "feitio", seja uma referência ao modelo do pente produzido. Havia também uma diferença nos tamanhos dos pentes e na forma de comercialização, sendo que podiam ser vendidos em unidades ou em maços, que comportavam uma dúzia.

Quanto à produção dos sinetes em marfim, sabe-se pouco. O sinete é um instrumento utilizado como assinatura de uma pessoa ou carimbo de autenticação para documentos. O seu uso é difundido desde a Grécia Antiga e o mesmo pode ser constituído por diferentes materiais como metais, madeira, bambu, pedra sabão e marfim. A impressão dos símbolos ou assinatura inscritos nos mesmos se dá através da tinta ou cera.

Os pentes da Real Fábrica produzidos em marfim circularam por Portugal, Brasil, Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha e França. Estes objetos destinavam-se ao uso pessoal, na higienização do cabelo e barba. Há relatos sobre o uso dos pentes de marfim com dentes finos para retirar piolho dos cabelos (GOMES; GOMES; GONÇALVES, 2015, p. 88). Tudo indica que a fabricação dos pentes na Real Fábrica ocorria numa escala maior de produção e de forma não personalizada. Entretanto, sabemos que na Lisboa do início do século XIX, a produção de pentes de marfim sob encomenda e de forma personalizada ocorria e suscitava até mesmo disputas judiciais.[19]

Figura 2: Pentes de osso, marfim e tartaruga, localizados em escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa.

Fonte: GOMES; GOMES; GONÇALVES, 2015, p. 91. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4164731/Objectos_produz idos _em_mat_ria_dura_de_origem_animal_do_Convento_de_Santana_de_Lisboa.pdf. Acesso em 03/04/2020.

A Fábrica também produzia pentes em outros materiais: osso, pontas de boi (chifres) e carapaça de tartaruga — este último também era utilizado na decoração das caixas. Nas escavações

[19] Localizei um "auto crime de livramento", um documento de acusação contra um fabricante de pentes de marfim, residente em Lisboa no ano de 1819 — no qual foi acusado de ter "vendido uns pentes que haviam sido encomendados não à pessoa que encomendou, mas a outra pessoa". ANTT. Autos crime de livramento em que é réu Joaquim Roque do Nascimento e autora a justiça. PT/TT/CBRN/A/001/0916729.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

arqueológicas do Convento de Santana em Lisboa, realizadas em 2014, foram encontrados fragmentos de pentes produzidos nestes três tipos materiais de origem animal: osso, marfim e carapaça de tartaruga (ver Figura 2). Na análise empreendida pelos arqueólogos, os fragmentos dos pentes possuíam dentes em dois lados opostos, ou pentes duplos, correspondendo a uma forma conhecida desde a Idade Média: "Normalmente os dentes de um lado eram mais largos e, por vezes, mais compridos do que os do lado oposto, servindo não só para pentearem o cabelo e a barba, como para limparem e desparasitarem aqueles" (GOMES; GOMES; GONÇALVES, 2015, p. 88). Como se verá adiante o volume de pentes produzidos e comercializados pela Fábrica era vultoso.

Tabela 2: Tipos de pentes de marfim e seus preços, produzidos na Real Fábrica de pentes de marfim, caixas de papelão e verniz em Lisboa, 1764.

Tipo de pente de marfim	Tamanho	Preço (em reis)	Observação
Feitio de Gênova	Arrátel de 11	200	Preço da unidade
Feitio de Olanda	Arrátel de 11	240	
Feitio de Ruão	Arrátel de 11	300	
Pentes de Gênova	Arrátel de 10 e 1/2	1400	Preço do maço
Pentes de Olanda	Número 4	210	Preço da unidade
	Número 5	260	
	Número 6	310	
	Número 7	360	
	Número 8	410	
	Número 9	460	
	Número 10	510	
	Número 11	560	
	Número 12	610	
	Número 13	660	
	Número 14	710	
Pentes de Ruão	Número 6	410	Preço da unidade
	Número 7	460	
	Número 8	510	
	Número 9	560	
	Número 10	610	
	Número 11	660	
	Número 12	710	
	Número 13	760	
	Número 14	810	
	Número 15	860	
	Número 16	910	
	Número 17	960	
	Número 18	1010	

Fonte: ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 98-99.

O marfim consumido pela Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes

As ligações entre a Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes e o marfim *in natura* exportado dos portos de Luanda e Benguela insere-se no contexto do estabelecimento do monopólio real sobre aquela matéria-prima. Em 19 de outubro de 1770, o mestre *La Croix*

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

escrevia uma representação ao Marquês de Pombal com onze proposições para melhorar o funcionamento da fábrica. Dentre as propostas destacavam-se: o pedido para que ele mesmo, o mestre, pudesse administrá-la mediante o reembolso à Direção de todas as despesas feitas com o estabelecimento e também sob a condição de sujeição à inspeção da Direção da Real Fábrica de Sedas; o pedido de isenção de aluguel do prédio onde a referida fábrica estava instalada por um período de 10 anos; a proposta para acolhimento de 50 aprendizes nas diferentes repartições da Fábrica e o pedido de exclusividade para que somente a Fábrica pudesse produzir as manufaturas do marfim, por um período de 10 anos. *La Croix* também solicitava que a venda e negociação do marfim procedente do Reino de Angola fosse privativa da Real Fábrica dos pentes de marfim por um prazo de 10 anos.[20]

Segundo documentação apresentada por *La Croix*, a capacidade de produção da Real Fábrica dos pentes poderia ser otimizada, caso todo o marfim procedente do Reino de Angola fosse direcionado exclusivamente para o abastecimento daquele estabelecimento, pois havia uma grande circulação daquele marfim na praça comercial de Lisboa:

> **A quantidade de Marfim, que se extraí do Reino de Angola pode-se prudentemente fixar em ano comum na soma de 360 quintais**, e destes, segundo o sortimento, em que costuma vir, regulado pelas remessas de sexênio, de que correu de 1760 até 1765, poderão ser:
>
> | | |
> |---|---|
> | 235 quintais da Primeira sorte a preço de 50.500 reis | 11.867$500 |
> | 105 ditos segunda sorte dito | 5.302$500 |
> | 20 dittos terceira ou Escravelho 25.250 | 505$000 |
> | | Reis 17.675$000[21] |

As contas de *La Croix* baseavam-se na média de remessas anuais de marfins de procedência angolana que eram exportados para Lisboa, entre os anos de 1760 a 1765. E que contabilizavam, anualmente, cerca de 21 toneladas e 150 quilogramas de marfim. O mestre argumentava que se a Fábrica obtivesse essa exclusividade, Portugal não teria mais que comercializar o marfim bruto com as Nações Estrangeiras, o que desoneraria a Fazenda Real e ainda contribuiria para o desenvolvimento da produção manufatureira nacional.[22] Neste sentido, relembro que um dos principais objetivos da instalação das Reais Fábricas era promover uma mudança estrutural no comércio externo do Reino, que deixaria de comercializar matérias-primas e passaria à venda de manufaturas, com garantias de lucros maiores e de desenvolvimento da indústria nacional.

Antes da instalação da referida fábrica, o marfim *in natura* procedente do Reino de Angola que chegava a Lisboa era comercializado pela Casa da Índia.[23] O destino deste marfim *in natura* era, em sua maior parte, as praças comerciais de outras nações europeias com as quais Portugal

[20] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 98-99.
[21] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 96-97.
[22] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 98-99.
[23] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 95.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

estabelecia comércio, como França e Inglaterra.[24] E segundo o mestre *La Croix*, havia um acordo entre os últimos contratadores do marfim procedente do Reino de Angola (Domingos Dias da Silva e José Alves Bandeira) com Albertín y Frizeny — para venda daquele marfim na praça comercial de Lisboa.[25]

As solicitações de *La Croix* foram atendidas e após 1770 ficou acordado que o marfim procedente de Angola seria vendido preferencialmente para a dita Fábrica — como comprovam os registros do livro das faturas do marfim, que foi vendido ao mestre Gabriel de *La Croix*, entre os anos de 1770 a 1777.[26]

Ao responder às solicitações do mestre *La Croix*, a Direção da Real Fábrica de Sedas sugeriu apenas que o controle das finanças, na aquisição do marfim, deveria ser monitorado, para garantir o pleno repasse ao Real Erário:

> Deverá porém **ficar a cargo desta Direção a entrega das partidas do Marfim que houver de receber, e a diligenciar as cobranças do seu valor, para se fazerem as entregas no Real Erário de suas respectivas importâncias**. Igualmente devera ele Mestre fazer ciente esta Direção das negociações que pretender fazer com os ditos gêneros ou sejam fiados aqui [...].[27]

Mediante o exposto, afirmo que a Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes foi a responsável por uma reorganização na venda do marfim *in natura* de procedência angolana na praça comercial de Lisboa — logo após o estabelecimento do monopólio real. O marfim *in natura* procedente dos portos de Luanda e Benguela continuava a seguir a trilha dos escravizados, sendo remetido para o Brasil, em sua maioria, mas era reenviado para Lisboa, onde passava a ser preferencialmente comercializado com a referida fábrica, alimentando a produção de manufaturas nacionais. Essa comercialização reduzia a venda do marfim ao mercado externo, mas não a extinguia, pois a referida Fábrica consumia parte do marfim exportado dos portos de Luanda e Benguela e não a totalidade das exportações. De todo modo, o fornecimento do marfim procedente de Luanda e Benguela para a Real Fábrica garantiu a ampliação daquele estabelecimento e a formação de vários aprendizes que, nas décadas seguintes, tornaram-se mestres torneiros do marfim, abriram oficinas em Lisboa e ampliaram ainda mais as produções em marfim na capital portuguesa.[28]

Localizei boa parte dos registros contábeis sobre a compra de marfim pela Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Durante o período de administração de Gabriel de *La Croix* essa contabilidade parece ter sido mais frequente e organizada. Nos seis primeiros anos de funcionamento daquele estabelecimento (entre 1764 e 1770) haviam sido consumidos "420

[24] No tópico 3.2 sobre os papéis da Balança do Comércio, trabalharemos melhor essas relações comerciais.
[25] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 96.
[26] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 100 a 161.
[27] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 97.
[28] Localizei vários requerimentos dos mestres fabricantes de marfim, elaborados no ano de 1823, na cidade de Lisboa, nos quais afirmavam que a comercialização do marfim era um gênero privativo de suas fábricas. Neste ano, houve uma disputa comercial pela aquisição do marfim *in natura* em Lisboa, que opôs os ditos fabricantes de marfim a um influente comerciante daquela praça comercial. Fonte: AHMOP. Junta do comércio (JC)/08. Processos de Licenciamento de fábricas e matrículas de servidores, 1760-1833.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

quintais de marfim de diversas qualidades" — algo em torno de 24 toneladas e 675 quilogramas de marfim.[29] Essa contabilidade foi feita e apresentada pelo próprio mestre Gabriel de *La Croix* na ocasião em que ele representou à Direção Geral da Real Fábrica de Sedas e ao Marquês de Pombal, propondo as ações de melhoria para sua produção.

Segundo anotações feitas no próprio livro, cada compra do marfim e recolhimento dos impostos, inicialmente, era regulamentada pelos avisos do Marquês de Pombal, o que ocorreu até 22 de novembro de 1773. Após esta data, menciona-se que a Casa da Índia ficou responsável por organizar esse controle. Neste processo de comercialização, cada qualidade do marfim era pesada e avaliada segundo sua categoria e avarias. O livro traz a contabilidade das despesas que foram empregadas naquela operação de venda, "subtraindo-se para fins de cálculos do lucro líquido que o marfim renderia aos cofres reais, dois segmentos de impostos — os maiores (Direitos sobre a avaliação, Pia, Colégio) e os miúdos (Consulado, Quatro por cento, Contribuição, Mesa dos miúdos, Porteiro)". Também se subtraia o valor do frete das presas. O valor final apresentado no Livro referia-se aos rendimentos líquidos da Real Fazenda — que eram inferiores ao valor total de avaliação das presas em marfim, mas ainda assim, era muito vantajoso para o Erário Régio.[30]

Tabela 3 : Registro de vendas de marfim *in natura* para a Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes (1770-1777)

Classificação do marfim	Total de presas adquiridas	Peso total em Kg
Marfim de Lei	3.299	63.471,812
Marfim Meão	2.936	34.904,105
Marfim Escravelho/Miúdo	4.338	20.915,181
Marfim de Lei avariado	621	14.596,817
Marfim Meão avariado	188	2.136,263
Total	**11.382**	**136.024,178**

Fonte: ANTT. Livro de faturas do marfim que se vende a Gabriel da Cruz. PT/TT/RFS/B-S/3/1 p. 15-50.

Entre os anos de 1770 a 1777 foram consumidas pela Real Fábrica mais de 11.382 presas de marfim.[31] Estas presas somaram mais de 136 toneladas de marfim.[32] Entre os anos de 1778 e 1796 não foram localizados os registros contábeis de entrada do marfim *in natura* na Real Fábrica dos Pentes de Marfim. Mas entre 1797 e 1806, período em que vigorou o contrato de venda do marfim na Praça comercial de Lisboa, arrematado por Antonio Martins Bastos e Marcos José de Matos — os quais, naquele momento, eram proprietários da Real Fábrica dos Pentes — a contabilidade voltou a ser constante e foi evidenciada numa série de registros, também encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nestes nove anos, que envolveram a virada do século XVIII para o XIX, foram consumidas pela referida Fábrica um total de 15.949 presas de marfim.

[29] ANTT. Fundo da Real Fábrica das Sedas e das fábricas anexas. Real Fábrica dos pentes de marfim, caixas de papelão e vernizes. Livro nº 384, p. 96 a 98.
[30]ANTT. Livro de faturas do marfim que se vende a Gabriel da Cruz. PT/TT/RFS/B-S/3/1, p. 15-50.
[31] Embora bastante regular e específica essa contabilidade, em alguns momentos, não apresentou o valor numérico referente às presas adquiridas pela Real Fábrica, tendo registrado somente o valor do imposto cobrado.
[32]ANTT. Livro de faturas do marfim que se vende a Gabriel da Cruz. PT/TT/RFS/B-S/3/1, p. 15-50.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 4: Registro de vendas de marfim *in natura* para a Real Fábrica dos Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes (1797-1806)

Classificação do marfim[33]	Total de presas adquiridas	Peso total em Kg
Marfim de Lei	4.349	89.260,039
Marfim Meão	4.238	45.156,209
Marfim Escravelho/Miúdo	7.362	30.997,924
Total	**15.949**	**165.414, 172**

Fonte: ANTT. Registos da receita dos contratadores do marfim: PT/TT/ER/A-W-A/020/0007; PT/TT/ER/A-W-A/020/0008; ANTT. PT/TT/ER/A-W-A/020/0009; PT/TT/ER/A-W-A/020/0010; ANTT. PT/TT/ER/A-W-A/020/0011.

Deste montante de mais de 165 toneladas de marfim consumidas pela Real Fábrica dos Pentes ou negociada por ela — já que de acordo com o contrato, a Fábrica podia também negociar a venda do marfim Escravelho/Miúdo, considerado de qualidade inferior, com outras praças comerciais — o maior número de presas de marfim adquiridas pelo estabelecimento concentrava-se naquelas de menor tamanho, peso e preço. Essa informação reflete os números oficiais das exportações das presas de marfim Escravelho e Miúdo, a partir de Luanda e Benguela, para este período — quando há um significativo aumento do comércio deste tipo de presa.

Considerações Finais

Não há dúvidas sobre a importância comercial e econômica do marfim para a economia de Portugal ainda no século XVIII. E este é um ponto importante para os estudos históricos, pois há muito tempo a historiografia vem afirmando de modo unívoco e pouco investigativo, que a relevância comercial do marfim de procedência africana para os cofres da Coroa Portuguesa só fora significativa no século XIX, após o tráfico de escravizados cair na ilegalidade. Essa pesquisa, contudo, ressalta a importância da Real Fábrica dos Pentes de marfim, Caixas de papelão e Vernizes de Lisboa, enquanto produtora das manufaturas de marfim, ainda na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

A pequena contribuição deste texto sobre a história deste estabelecimento não seria possível sem os trabalhos elaborados por outros pesquisadores citados, que fizeram menção à Real Fábrica dos Pentes de marfim, Caixas de papelão e Vernizes de Lisboa. Sem dúvidas, ainda há muitos pontos sobre a história deste estabelecimento e sobre a relevância comercial do marfim, que merecem ser vistos e pesquisados.

[33] Em fins do século XVIII, em Luanda, existiam quatro classes de marfim, conforme o peso das presas: a) o Marfim de Lei, considerado de qualidade superior, chamada de terceira classe, cujo peso da presa variava entre 32 ou mais arráteis de peso; b) Marfim de Conta e c) Marfim Meão (Meam), que seriam a segunda classe, que possuíam entre 16 a 32 arráteis de peso; sendo que o marfim de conta era considerado superior ao meão; e o d) Marfim Miúdo (também chamado Escravelho), que corresponderia à primeira classe, com até 16 arráteis de peso. Há um aprofundamento maior sobre a relevância comercial do marfim na minha tese de doutorado: ALVES, Rogéria C. "*No Rastro Do Marfim*" A circulação do marfim *in natura* entre Luanda, Benguela, Brasil e Lisboa (1723-1808), que será disponibilizada em breve em: https://repositorio.ufmg.br. A tese também será publicada no formato de livro, no qual há uma reflexão inédita sobre a circulação do marfim pelo Brasil colonial.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

GOMES, Mário V.; GOMES, Rosa V.; GONÇALVES, Joana. Objectos produzidos em matérias duras de origem animal, do convento de Santana, de Lisboa. In: Livro de resumo do *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*: Uma Cidade em Escavação 2015. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4164731/Objectos_produz idos _em_mat_ria_dura_de_origem_animal_do_Convento_de_Santana_de_Lisboa.pdf. Acesso em 03/04/2020.

LUZ, Alex. F. da. *A Real Fábrica das Sedas de Lisboa*: administração, política econômica e comércio no Atlântico Sul (1734-1777). Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

MAGALHÃES, Alberto da C. A Real Fábrica das Sedas e o comércio têxtil com o Brasil (1734-1822). Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010.

MATTA, Glaydson G. Tradição e Modernidade: Práticas corporativas e reforma dos ofícios em Lisboa no Século XVIII. Dissertação de mestrado em apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

MOTA, Álvaro S. G. da. *Gravuras de chinoiserie de Jean-Baptiste Pillement*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 1997.

NEVES, José A. das. *Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na África e na Ásia*. Lisboa, 1830.

_____. *Noções históricas, econômicas e administrativas sobre a produção e manufatura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato e suas anexas*. Lisboa, 1827.

RATTON, Jacome. Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810. Londres, Impresso por H. Bryer, 1813.

ROSSA, Walter. *Fomos condenados à cidade*: uma década de estudos sobre património urbanístico. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/36618.

SEQUEIRA, João A. *Amoreiras:* O nascer de uma nova centralidade. Do Reinado de D. João V à atualidade. Dissertação de mestrado em Arquitetura do ISCTE apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2013. Disponível em: < https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15729 >. Acesso em 04/03/2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANÁLISE DO SUJEITO-HISTÓRICO NO PARADOXO DE UMA NARRATIVA CONCILIATÓRIA ENTRE A JUSTIÇA E O PARTIDO POLÍTICO: CARTA DE ANTÔNIO PALOCCI AO PT

Sílvio Cesar Masquietto[1]

Introdução e Justificativa

A polarização política tem tomado proporções extremas no Brasil, a exemplo disso basta olharmos a comemoração da data de 07 de setembro no ano de 2021. Nesse dia lembramos a independência do Brasil proclamada por D. Pedro I no ano de 1822 às margens do rio Ipiranga, localizado na cidade de São Paulo. A data foi oficialmente declarada como feriado nacional pela Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, assinada pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Depois de quase dois séculos do fatídico dia que o Brasil cortou vínculos coloniais com Portugal, em que brasileiros utilizavam o feriado para manifestar o civismo e a cidadania para com o país, a data foi deturpada de seu significado histórico para dar lugar a um discurso fundamentalista de extrema direita propalado pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Os dias que precederam o feriado, membros dos poderes Judiciário e Legislativo saíram em defesa da democracia brasileira, enquanto o Chefe do Executivo esbravejava ameaças de golpe. Os canais de divulgação em massa concentravam seus esforços em dar destaque a possibilidade de rupturas institucionais, assim, o assunto ganhou destaque em inúmeros noticiários, bem como em várias páginas da rede mundial de comunicação. Felizmente, a adesão de manifestantes não atingiu os números imaginados por Bolsonaro e o 07 de Setembro não foi marcado por nenhuma forma de golpe.

O breve relato acerca da conjuntura política que marcou a data alusiva à Independência do Brasil serve de introdução para refletirmos sobre uma pergunta: Onde estavam os historiadores públicos nesse momento histórico? No dia seguinte ao feriado, em 08 de setembro, foi realizado uma busca no buscador Google com os seguintes termos "o uso político do 07 de Setembro", o resultado[2] contou com inúmeras páginas com textos informativos que envolviam um breve preâmbulo da história da independência e os discursos de Jair Bolsonaro. O que chamou atenção nesses resultados foi o elevado número de páginas jornalísticas e a reduzida quantidade de sítios

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Especialista em História das Revoluções e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Licenciado em História pela UEM e Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Contato: scmasquietto@gmail.com
[2] Anexo I

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

especializados em História, levando em consideração as duas primeiras páginas exibidas com 16 (dezesseis) links, apenas uma (Café História) se auto descreve como divulgadora de história acadêmica para amplas audiências.

Na década de 1970, Robert Kelley, então professor da Universidade da Califórnia (Santa Bárbara), nos Estados Unidos da América, defendeu atividades de historiadores além dos muros acadêmicos, os historiadores públicos. O professor vislumbrou a possibilidade dos profissionais desenvolveram suas atividades em outras áreas, uma vez que as cadeiras universitárias se encontravam cada vez menos disponíveis e o desemprego era um fantasma real para os novos graduados. Contudo, conforme aponta Cauvin (2019), essa não era a causa exclusiva para o surgimento de um novo ramo na História, a questão também envolvia afastar o isolamento da produção acadêmica do grande público, pois, os historiadores eram figuras restritas ao habitat universitário e suas produções se encerravam no próprio meio. Desta forma, para atender as demandas que visavam alcançar o grande público, era preciso conceber três circunstâncias particulares envolvendo a aplicabilidade da história pública: "a comunicação da história a audiências não acadêmicas, a participação pública e aplicação da metodologia histórica a situações do presente" (CAUVIN, 2019, p. 9).

Ao retomarmos a polarização política, ocorrida de forma mais evidenciada no mês de setembro de 2021, reconhecemos a pouca expressividade de historiadores públicos nas divulgações fundamentando informações pertinentes ao debate envolvido, de modo que o público entenda as circunstâncias que envolveram os diversos discursos proferidos naquele momento histórico. Isso em razão das distintas temporalidades que envolvem um evento, carregando-o de conjunturas, as quais, Fernand Braudel chamou de durações. De acordo com Mello (2017, p. 242), Braudel distinguiu a questão temporal presente na história em três momentos: a curta, a média e a longa duração; a curta duração está intimamente ligada ao passado mais "recente", ou seja, aquela no qual o próprio indivíduo (aqui citado como ser histórico) se faz presente, Mello (2017) diz que o evento marcante pode ser cronologicamente representado por dias ou anos, contudo, não perpassando a sociedade em caminho naquele momento. Já a média duração engloba uma medida um pouco mais longa, mensurada em décadas, nas quais ciclos são findados, a exemplo podemos citar o fim do processo cafeeiro brasileiro que perdurou por algumas décadas, influenciando, inclusive, nas sucessões presidenciais do país. Por fim, a longa duração é caracterizada pela imperceptibilidade de sua ocorrência, vista apenas quando analisada de forma integralizada com as outras duas formas temporais, isso em decorrência da estrutura da qual ela se encontra inserida, assim, conforme Mello *apud* Braudel (2017, p. 242), os fatores que envolvem a longa duração se encontram tão inseridos na estrutura que acabam por durar por inúmeras gerações.

Como se percebe, os "ajustes" nos discursos adotados por certos políticos podem induzir estratos inteiros de determinadas sociedades, assim, a construção discursiva tende a se fundamentar em elementos históricos para dar validade ao que o emissor produz para seus receptores, pois, "Os sujeitos se movem [...] entre o acaso e a necessidade" (ORLANDI, 2015, p. 68). No caso dos discursos extremistas de Bolsonaro, seu construto vem tomando formas há alguns anos, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980, conforme Bauer (2019, p.43), os instrutores do então aspirante a oficial Jair Messias Bolsonaro, eram oficiais diretamente envolvidos nas operações de

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

repressão desenvolvidas durante a ditadura militar brasileira, ainda, que as formações militares desenvolvem em seus recrutas sentimentos de pertencimento institucional, os quais são carregados de deveres e valores devocionais com a pátria. Durante os adestramentos militares, os recrutas vislumbram um inimigo invisível, um inimigo que pode tomar qualquer forma, no caso de Bolsonaro, o inimigo tomou a forma de esquerda política.

Assim como Bolsonaro, outros personagens do tempo presente têm adotado discursos de convencimento para dar validade à sua fala, quase sempre se ancorando em fatos relevantes de um passado do qual tiveram algum pertencimento. A exemplo disso, cito Antônio Palocci, uma figura política militante e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT); no decorrer da carreira ocupou cargos importantes, principalmente durante os governos dos Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e, após ser acusado criminalmente, delatou um esquema de corrupção do PT o que culminou com sua expulsão do partido. Indignado com seu desligamento Palocci redigiu uma carta[3] em 26 de setembro de 2017, dirigida ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Apesar do discurso extremista ainda não estar em plena evidência na década de 2010, foi nesse período que os escândalos de corrupção envolvendo o governo petista ganharam projeção nos noticiários por meio das inúmeras incursões da Operação Lava Jato. Após as primeiras deflagrações da operação no ano de 2014, a Justiça Federal em Curitiba (PR), sob o comando do então juiz Sérgio Moro, denunciou criminalmente políticos, empresários e servidores públicos. Nesse contexto, criaram-se discursos regidos pela bandeira anticorrupção, do qual se destacou Jair Bolsonaro, em razão do ódio em suas falas dirigidas contra os criminosos; também o discurso de salvaguarda dos acusados para se eximirem da culpa apontada pela justiça. Palocci se enquadrava nessa classe, dos que tentavam de alguma forma proteger o *status quo* que gozavam perante a sociedade brasileira.

Para melhor compreender a questão é preciso primeiramente citar a Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013, que prevê o instituto da "colaboração premiada", comumente chamada de delação premiada, junto a Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019, que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. No decorrer da Operação Lava jato, o termo tomou grande divulgação midiática e foi recurso de muitos acusados judicialmente para reduzirem as penas às quais seriam submetidos. Dentre os recorrentes a esse instituto estava Antônio Palocci. Uma vez fechado o acordo com a justiça o depoimento dele foi colhido em audiência realizada em 20 de abril de 2017 e transcrito em 04 de maio de 2017, pois a citada audiência ocorreu por meio de gravação audiovisual. O PT, diante da confissão do militante que colocava o partido em posição de alvo para a justiça, promoveu a abertura de sindicância interna que culminaria compulsoriamente com sua desfiliação do partido, o que acarretou em descontentamento ao então delator que redigiu a carta manuscrita demonstrando estar inconformado com a exclusão, entregando-a aos seus advogados para ser digitada e entregue ao PT.

O que chama atenção no documento são os posicionamentos que Palocci assume no decorrer das linhas, ora se colocando como um bom militante, ora se opondo aos desvios de condutas

[3] Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ex-ministro-antonio-palocci-escreve-carta-pedindo-desfiliacao-do-pt.ghtml>

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

impetrados pelos filiados petistas, principalmente pelo ex-presidente Lula. A suavização do tom ao fim da carta que expressamente afirma apoiar o PT, indo ao desencontro do que é escrito no começo quando alega a decisão em colaborar com a justiça, é uma evidente demonstração de paradoxo discursivo.

Nesse interregno paradoxal do falante, é possível uma análise documental para interpretar a contextualidade em que foi produzida a carta; suscitar recursos históricos utilizados pelo autor para angariar a simpatia dos leitores do documento, pois, certamente a carta irá compor a historiografia da política brasileira. Além da análise sob ótica histórica, será necessário recorrer aos estudos da Análise do Discurso, justamente para compreender a Formação Discursiva do autor, pois, como bem lembra Foucault (2008), a importância do discurso encontra-se mais em "suscitar estratégias opostas, de dar lugares a interesses inconciliáveis" (FOUCAULT, 2008, p.41-42) do que na individualização dos enunciados pré-determinados de uma língua. Ademais cumpre ressaltar a importância do alcance que o documento obteve junto ao grande público após ser divulgado nos meios de comunicação em massa.

Desenvolvimento

Ao debruçar nos estudos em história pública, cuja finalidade, segundo Almeida & Rovai (2011), é alcançar a coletividade, esta proposta buscará levantar metodologicamente, a análise discursiva em Antônio Palocci. Longe de abordar quaisquer ideologias políticas, o projeto pretende questionar o posicionamento de um falante ante seu lugar-sujeito no discurso, o qual se mostra um tanto paradoxal, uma vez que discursa (por meio da escrita) em tom conciliativo com o PT e ao mesmo tempo com a justiça.

Importante citar que a pesquisa utilizará estudos acerca da Análise do Discurso, em especial com foco na formação discursiva do sujeito, para tanto, serão utilizados os trabalhos de Eni P. Orlandi, Michel Foucault e Edmund Husserl. Nesta proposta busca-se responder, ainda que parcialmente, os posicionamentos distintos de um falante para uma mesma situação, ou seja, se em um momento ele se propõe entregar à justiça todo um esquema criminoso e no outro procura se conciliar com o partido que delatou. Quando alguém se põe diante de um juiz e se compromete a colaborar efetivamente com a justiça com vistas a elucidar um crime e também a obter um perdão judicial, presume-se que todo o depoimento (discurso) seja verdadeiro. Porém, em uma outra vertente, o mesmo falante profere um discurso (a carta) em tom conciliatório com quem denunciou, há ainda nesse mesmo discurso posicionamentos incoerentes pois, se no primeiro momento demonstra espanto diante da possibilidade de desfiliação arbitrada, depois assume uma espécie de autobiografia com a finalidade de se apresentar como um bom militante que não merecia o descrédito do PT e, por fim, entona indiferença em estar ou nãos nas fileiras do partido.

Importante lembrar que o discurso em si, quando materializado pela fala ou escrita, em especial o político, mantém certo distanciamento entre a autoridade e os destinatários, pois os interlocutores podem se encontrar afastados físico ou socialmente, geralmente devido aos lugares distintos em que os envolvidos se encontram inseridos. Ao fazer uso da carta, Palocci busca certa aproximação com os leitores. Aqui cabe lembrar o que preceitua Michel Foucault, que as relações de poder são

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

irradiadas perifericamente, ou seja "o poder (...) que cada indivíduo detém e que cederia total ou parcialmente" (FOUCAULT, 2021, p. 273), poderia então, Palocci estar cedendo parte de seu poder ao compartilhar suas mazelas como estratégia para fortalecer a si próprio perante sociedade, PT e justiça.

No que tange a análise histórica da carta de Antônio Palocci, busco guarida nos conceitos de Koselleck (2006, p. 309-310) acerca de espaço experiência e horizonte de expectativa, enquanto o primeiro trata de um passado atual, diretamente ligado com a incorporação de lembranças, o segundo diz respeito ao que ainda não ocorreu, ou seja, o não experimentado. Longe de serem conceitos interdependentes, mas que ensejam o domínio em algumas vezes do personagem histórico, o qual vislumbra um "pode ser que" ao colocar seu passado em direção a uma determinada demanda. Contudo, há de se frisar que a produção do documento a ser analisado é feita sob legado histórico da trajetória política de Palocci e do PT, espaços temporais que abrangem a curta e média duração histórica, conforme conceitos de Braudel apontados por Mello (2017). A questão levantada por Braudel é útil ao se analisar elementos históricos produzidos em certos momentos, em especial os de curta duração, uma vez que a carga ideológica é sempre fator preponderante para ditar os caminhos sociais do homem. É óbvio que essa afirmação depende da sustentação por meio de outros teóricos, sempre buscando amplitude de pensamentos.

É claro que a pretensão não é um retorno ao preceito advindo da História *magistra vitae*, ou seja, a "mestre da vida", que serviria como um repositório de exemplos passados para que não se incorresse nos mesmos fatos no futuro, ou ainda, a utilização de exemplos positivos para acertos posteriores. O que se levanta é justamente a pretensão que repousa no documento produzido, seu contexto e os recortes históricos que traz consigo. Nesse sentido que se faz presente a questão da experiência levantada por Koselleck, bem como a expectativa resultante.

Ademais, é válido apontar que a análise documental não está restrita aos muros acadêmicos. Aqui reside justamente os ideais de Robert Kelley, o qual buscou formas de criar a História aplicada. Na prática, a intenção dele era o "emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia" (KELLEY, 1978, p. 16). Ainda que a presente pesquisa se materialize em um programa de pós-graduação, é importante lembrar que discursos políticos e suas manifestações podem se tornar objetos de pesquisas autônomas derivadas de inúmeros interesses, pois, segundo Kelley (1978), o historiador público responde questionamentos advindos de outros.

Os resultados apresentados na presente pesquisa em relação à Análise do Discurso e da historicidade documental, pretendem fornecer ao grande público subsídios interpretativos para compreender a conjuntura no qual a carta foi confeccionada, assim como os precedentes que fundamentaram o discurso de Antônio Palocci. Isso pode gerar um pretenso interesse em diálogos mantidos por meio de cartas com seus interlocutores, bem como instigar os leitores a desenvolverem a reflexão para além superficialidade das linhas transcritas, uma reflexão que busque a contextualização da produção e os subsídios históricos tacitamente utilizados pelo autor. Nesse sentido, coaduno com Cauvin (2019), que a produção histórica por profissionais acadêmicos, em certo momento assumiu (e ainda assume), audiências muito específicas, sendo que as divulgações são muito restritas ao meio especializado, inclusive com uso de linguagem que afasta ainda mais o grande público da interpretação acerca do assunto. Isso leva,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

consequentemente, a abertura para (re)produção histórica por indivíduos oriundos de outras áreas, o que, em alguns casos, podem distorcer o relato. A exemplo disso basta verificar a venda de livros no mercado, inúmeras obras líderes de vendas são escritas por profissionais estranhos à História.

Objetivos

Geral

- Investigar o sujeito-histórico de Antônio Palocci na Carta ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores no que tange seu posicionamento discursivo perante à justiça, o Partido dos Trabalhadores e a si próprio.

Específicos

- Levantamento da biografia de Antônio Palocci, principalmente a decorrente do ativismo político que lhe propiciou ocupar cargos do alto escalão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.
- Identificar a Formação Discursiva do falante Antônio Palocci e, a partir daí, verificar a Posição Sujeito dele diante da delação que promoveu e no discurso proferido por meio de texto em carta.
- Identificar os fundamentos históricos utilizados na construção textual para legitimar o discurso do autor junto aos seus interlocutores.
- Investigar o alcance do documento junto ao grande público depois que foi divulgado pelos meios digitais.

Metodologia

A metodologia a ser empregada no trabalho será a de análise bibliográfica de autores que dedicaram seus estudos em torno da Análise do Discurso. Tal análise se faz importante para levantar conhecimento disponibilizado acerca do tema, além de fornecer informações que visem a exemplificação e explicação do assunto. Na mesma vertente, ocorrerá a análise documental uma vez que o discurso de Palocci se manifesta em um documento, nesse caso a carta. Ainda em relação ao documento é importante apontar a Lei nº 12.850/13, a qual, faz parte do corpo de normas que compõem a legislação brasileira e que, por ter sido utilizada como fundamentação para a confissão de Palocci, é fator primordial no presente projeto de pesquisa.
Junto à análise supracitada ocorrerá a pesquisa em História, especialmente em História Pública, com vistas a denotar a importância documental que a carta detém para historiografia do século XXI. Da mesma forma apresentar ao grande público uma maneira diferente de receber o documento, para que possam ler as "entrelinhas" do texto.
A análise da biografia de Antônio Palocci também fará parte do método desenvolvido ao longo do trabalho para que seja possível identificar as ideologias que se fizeram presentes ao longo da sua Formação Discursiva.

Após o emprego das análises bibliográficas, documentais e biográfica, será realizado um comparativo entre a materialização discursiva em forma de texto, ou seja, àquele discurso produzido sob as implicações das regras gramaticais que denotam somente aquilo que se lê e àquele discurso produzido a partir de uma ideologia na qual se predomina uma determinada Formação Discursiva, tudo com a finalidade de se esmiuçar um documento de ordem pública.

Referências bibliográficas

AIUB, Giovani Forgiarini. **Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva**. Domínios de Linguagem, v. 9, n. 3 (jul/set. 2015) – ISSN 1980-5799.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. CÁSSIO, Fernando L. (Ed).

BAUER, Carolina Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, n.57, 2019, p.37-51.

BRASIL. Lei 12.850 (02/08/2013). Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: Dez. 2020.

_____. Lei nº 662, de 6 de abril de 1949. Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0662.htm>. Acesso em 24 de setembro de 2021

_____. Lei 13.964 (24/12/2019). Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal: Seção I: Da delação premiada. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art14>. Acesso em: Dez. 2020.

CABRAL, Michelle Silvestre. **A noção husserliana de consciência intencional e suas origens**. Intuitio. ISSN 1983-4012, Porto Alegre: Vol. 3 – nº 1. Junho/2010. p. 120-138

CAUVIN, Thomas. **A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional**. Revista Nupem, Campo Mourão, v.11, n.23, p.8-28, maio.agosto 2019.
ESTADÃO (01/10/2017). Carta ao PT foi escrita à mão por Palocci no cárcere da Lava Jato. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/carta-ao-pt-foi-escrita-amao-por-palocci-do-carcere/. Acesso em: Dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. **Microfísica do Poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

G1 PARANÁ (27/09/2017). Em carta, Palocci pede desfiliação do PT: 'Somos um partido ou uma seita guiada por uma pretensa divindade?'. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ex-ministro-antonio-palocci-escreve-carta-pedindodesfiliacao-do-pt.ghtml. Acesso em: Dez. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **"Espaço de Experiência" e "Horizonte de Expectativa": duas categorias históricas**. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio. 2006. p. 305-330

MELLO, Ricardo Marques de. **As três durações de Fernand Braudel no Ensino de História: proposta de atividade**. *Revista História Hoje,* v. 6, nº 11, p. 237-254 – 2017

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PALOCCI, Antonio. [carta] 26 set. 2017, Curitiba, 4 f. [para] HOFFMANN, Gleisi. Ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Anexo I

Critério da pesquisa: "O uso político do 7 de setembro"			
Endereço	Manchete	Subárea	Disponível em
www.politize.com.br	7 de setembro: Entenda a Independência do Brasil	História	https://www.politize.com.br/7-setembro-independencia-brasil/#
www.bbc.com	7 de Setembro: o que dizem as leis que preveem até 20 anos de prisão para policiais que participem de protestos	Não informado	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58416407
www.bbc.com	7 de setembro: como o Dia da Independência apagou a memória da luta negra por independência e abolição	Não informado	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58468215
www.correiobraziliense.com.br	Críticos e apoiadores do governo tentam ressignificar o Sete de Setembro	Democracia	https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947777-criticos-e-apoiadores-do-governo-tentam-ressignificar-o-sete-de-setembro.html
www.politica.estadão.com.br	Santos Cruz: '07 de Setembro é para celebrar	Política	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,artig

	e não deve ser transformado em dia de conflito'		o-o-7-de-setembro-e-dia-de-celebracao-e-nao-deve-ser-transformado-em-dia-de-conflito,70003832836
www.cafehistoria.com.br	O bicentenário da independência e os usos políticos do 7 de setembro, segundo esta historiadora	Divulgação científica	https://www.cafehistoria.com.br/o-bicentenario-da-independencia-e-os-usos-politicos-do-7-de-setembro-segundo-esta-historiadora/
www.opovo.com.br	Manifestação pró-Bolsonaro em 7 de setembro: entenda preocupação com golpe	política	https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/08/27/manifestacao-pro-bolsonaro-em-7-de-setembro-entenda-preocupacao-com-golpe.html
www.poder360.com.br	Políticos reagem a Bolsonaro e atos pró governo no 7 de Setembro...	Não informado	https://www.poder360.com.br/brasil/politicos-reagem-a-bolsonaro-e-atos-pro-governo-no-7-de-setembro/
www.g1.globo.com	Manifestantes fazem atos a favor de Bolsonaro no 7 de Setembro	Política	https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-7-de-setembro.ghtml
www.cnnbrasil.com.br	Clima de tensão política desperta preocupações com atos no 7 de setembro	Política	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/podcast-e-tem-clima-de-tensao-politica-desperta-preocupacoes-com-atos-no-7-de-setembro/
www12.senado.leg.br	Para Fernando Bezerra, manifestações em apoio a Jair Bolsonaro no 7 de setembro são legítimas	Plenário	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/31/para-lider-do-governo-manifestacoes-em-apoio-a-jair-bolsonaro-no-7-de-setembro-sao-legitimas
www.multirio.rj.gov.br	O Sete de Setembro	História do Brasil	http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/89-a-emancipa%C3%A7%C3%A3o-politica/8887-a-independ%C3%AAncia-do-brasil-o-sete-de-setembro
www.mundoeducação.uol.com.br	Independência do Brasil	História do Brasil	https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/independencia-brasil-1822.htm
www.noticias.uol.com.br	Sem desfile militar, atos políticos dominam agenda do 7 de Setembro	Política	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/06/se

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

			m-desfile-militar-atos-politicos-dominam-agenda-do-7-de-setembro.htm
www.novaescola.org.br	Quais mudanças a Independência do Brasil trouxe de imediato para o país?	Conteúdo	https://novaescola.org.br/conteudo/316/quais-mudancas-a-independencia-do-brasil-trouxe-de-imediato-para-o-pais
Www.educação.uol.com.br	Independência do Brasil - a separação política entre a colônia e Portugal	História do Brasil	https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/independencia-do-brasil-a-separacao-politica-entre-a-colonia-e-portugal.htm
www.agenciabrasil.ebc.com.br	Linha do tempo mostra registros fotográficos de 7 de setembro	Não informado	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/linha-tempo-registros-7-setembro

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ETNOHISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO SIMBÓLICO NO CAMPO DA VISUALIDADE APLICADO NA CESTARIA DO POVO KAINGANG

Tadeu dos Santos[1]

A presença humana em sua prática do trançado com fibras vegetais marca o período neolítico, datado de cerca de 10.000 a.C. Em seu aspecto geomorfológico, a superfície do planeta composta de terra e água é de 510,3 milhões km², e desta, 149,67 milhões km² é a extensão que corresponde à superfície emersa (29,31%), composta de biodiversidade. E o volume de água gira em torno de 59 bilhões km³, ¾ (*três* quartos) do total (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p.7-8).

No âmbito geográfico, os estudos sobre o trançado refletem aspectos da corrente migratória que percorre a Ásia, a Malaia-Polinésia-Polinésia e a Austrália. Considerando o cenário geomorfológico entre ser e natureza e suas tecnologias nas conexões com as fibras vegetais nos mais variados ecossistemas, buscamos refletir acerca dos processos de transformação entre espaço e sociedade.

Este estudo se constitui como uma observação da Mesoamérica em sua relação com a corrente migratória da América Latina (TRIGGER, 1978).

Nesse contexto a interação humana é ultradiversa, envolvendo, por exemplo, os povos que foram constituindo os Dongria Kondh na Índia; os Ainu no Japão; os Maori em Aotearoa/Nova Zelândia; povos do círculo ártico; os Yupiks no Alasca, Canadá e Groelândia; e os povos na costa norte-americana, como os Cherokee e os Hopi, assim como os Aka na África Central, com os símbolos Adinkra.

Os estudos pautados em perspectivas não eurocêntricas (MONTEIRO, 1995; HOBSBAWM, 1988; CLASTRES, 2004; GOODY, 2008) põem em xeque visões que subestimam as práticas cesteiras localizadas em outros continentes.

Quanto ao aspecto populacional geral, no mundo a soma é estimada em 7,7 bilhões de pessoas. Nessa relação, o Brasil é classificado como o sexto país, totalizando 212,5 milhões de pessoas (ONU, 2011; 2016).

Há aproximadamente 5.000 grupos étnicos em todo o mundo, os quais somam 370 milhões de indígenas em mais de 90 países, o que é equivalente a 8,3% da população. Deste montante, o relatório sobre os povos indígenas revela que dentre os 17 países da América Latina, somam-se 826 grupos étnicos, o que equivale a 45 milhões de indígenas (CEPAL, 2015)[2].

[1] Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá, UEM - Paraná, E-mail: pg54576@uem.br ou santos.tadeu17@gmail.com.

[2] Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/38716-estudo-economico-america-latina-caribe-2015-desafios-impulsionar-o-ciclo. Acesso: 23/10/2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No Brasil, havia mais de 3 milhões de indígenas antes do contato com os colonizadores, compondo o coletivo estimado entre mil grupos na interação entre ser e natureza. Os povos indígenas viviam cada ciclo e cada mundo em seu microcosmo (URBAN, 1992).

Na atualidade, a população indígena é estimada em 0,2%. Ou seja, em torno de 900 mil pessoas que habitam as 505 terras indígenas e que concentram os 305 grupos étnicos, ocupando áreas estimadas em 12,5% do território brasileiro, as quais são as barreiras consideradas como as 'ilhas de floresta' que ainda restam (IBGE, 2010).

Na etnohistória, por meio da interdisciplinaridade, o observador pode se aproximar das produções como objetos-sujeitos, já que estas incorporam em sua materialidade aspectos das relações coletivas com os demais seres em virtude da transformação que se dá no objeto e seu entorno (JAENISH, 2011, p.46).

Os sistemas de significado são parâmetros de relações estruturais da sociedade, estabelecidas em interações de contato com uma relação de sociabilização (GEERTZ, 1989; GELL, 1998).

No caso ameríndio, foram distinguidas basicamente em: quadricular, arqueado, sarjado, costurado, hexagonal, enlaçado, dobrado, torcido e marchetado (RIBEIRO, 1980; 1985). Certamente existem variações que ainda não foram descritas e publicadas. Contudo, há consenso quanto aos tipos de entrançamentos nas variações dos trançados.

Os primeiros esforços descritivos, taxonômicos e classificatórios deram-se conforme as investigações do arqueólogo James M. Adovasio (1974-1977)[3], sendo esta uma das mais antigas práticas desenvolvidas pela humanidade. Para além das práticas das artes manuais, Otis Tufton Mason (1976), em seu estudo no volume '*Handbook of North American Indians*', elabora um manual que abarca aspectos geográficos americanos pela perspectiva das regiões norte, centro e sul do continente.

Já Schmidt (1904) e Ribeiro (1980, 1985) versam sobre os trançados das terras baixas sul-americanas. Do mesmo modo, também há estudos feitos numa perspectiva global, como Lehmann (1907) e Balfet (1952).

Para as categorias de classificação do trançado, utilizamos os estudos de Jules Henry (1941; 1964), Henry H. Manizer (1930), David M. Guss (1989) e Egon Schaden (1959). Como fontes etnoarqueológicas sobre a região meridional do sul do Brasil, adotamos Sergio Baptista da Silva (2001), Pedro Ignácio Schmitz (2001.Para o embasamento com respeito à etnologia indígena das terras baixas sul-americanas, o estudo apoiou-se em Guss (1994) e O'Neale (1986).

Buscamos uma aproximação comparativa quanto aos aspectos dos dialetos e também sobre os grafismos (SILVA, 2001, p.163-164), além de matérias primas utilizadas nas cestarias a partir do final do século XVII, como visto no estudo: "*The Huron: Farmers of the North*", por Bruce Trigger (1990).

Das 567 tribos reconhecidas pelo governo federal dos Estados Unidos, o povo Cherokee, por exemplo, é considerado o maior contingente, contando com cerca de 310 mil indígenas. É formado por cinco segmentos: Osage, Seminole, Choctaw, Chickasaw e Creek, entre clãs matrilineares e exogâmicos. Estabelecidos os sete clãs da cosmologia Cherokee, vê-se que o

[3] Monografia de Mason (1904) publicada em '*Source-Books in Anthropology*' (A.O. Kroeber e T.T. Waterman, Eds., 1931). Nela, os editores selecionaram a tecnologia dos trançados (pgs. 221-258 da referida obra).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aspecto das marcas geometrizadas na cestaria serve para a análise comparativa, que apresenta aproximação apenas na convenção conforme a qual estas foram classificadas com respeito à tecnologia do trançado.

Em sua interação com as matérias primas da madressilva, carvalho branco e/ou cana do rio, os Cherokee utilizam para tingimento natural a nogueira preta, *butternut* e *bloodroot*, e possuem dialetos distintos com relação ao espaço geográfico das regiões da Geórgia, Alabama, Carolina do Sul, Tennessee, Kentucky e Virgínia do Oeste nos Estados Unidos (HILL, 1997). Já com os indígenas do Brasil, em específico os Kaingang, encontra-se a utilização das matérias primas: Taquara lixa, Taquaruçu, Criciúma e cipó Imbé. Estes usam tingimentos naturais como a *Penu Va Pé* (arribadea chica), casca de pinhão, entre outros. Portanto, na presente pesquisa, buscamos essas aproximações para a realização de análises comparativas sobre as fontes e indícios muitas vezes sutis dos sinais diacríticos.

O macro Jê também estabeleceu caminhos migratórios em processos de dispersão pelo planalto central, formando o Jê meridional (BROCHADO, 1984; NOELLI, 2004). Nessa trajetória o povo Kaingang, que também pertence ao tronco macro Jê, corresponde aos Jê do sul Kaingang e Xoclengue – povos que habitam quatro estados das regiões sul e sudeste do Brasil. Os Kaingang representam a terceira maior população indígena do Brasil, estimada em cerca de 37.470 pessoas de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010). Em locais como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, é possível comprovar a presença do povo indígena há mais de 9.000 anos (SCHMITZ, 1969). No tempo presente, encontram-se na região sul, nas terras indígenas de Palmas, no Rio das Cobras e Rio Ivaí.

Os Kaingang que costumam visitar a cidade de Maringá (Paraná - Brasil) vivem na Terra Indígena Ivaí, próxima às cidades de Manoel Ribas e Pitanga. Situada no centro do Estado do Paraná, a T.I. Ivaí está localizada a aproximadamente 180 km da cidade de Maringá. Atualmente vivem na T.I. Ivaí, conforme dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), 887 mulheres e 800 homens, somando 1.687 moradores distribuídos em 353 casas.

A Terra Indígena Rio das Cobras está situada na região sudoeste do Paraná, entre os municípios de Nova Laranjeiras - PR e Espigão Alto do Iguaçu - PR. A T.I fica próxima ao Rio Guarani e é atravessada pelos rios da União e das Cobras, possuindo a extensão de 18.681,9806 hectares. O território da terra indígena foi delimitado pelo Governo do Estado do Paraná por meio do Decreto nº 06, de 31 de julho de 1901.

A população Kaingang na região foi estimada em 2.247 pessoas a partir do Censo de 2010, sendo, portanto, considerada a maior população Kaingang no Paraná.

A população Kaingang da T.I. de Palmas é estimada em 755 pessoas (SIASI/SESAI, 2005)[4]. Pertencente à bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, Palmas se subdivide em: Terra Indígena Toldo das Lontras de Palmas e Campos de Palmas na tradução "Bituruna" ou "Ibituruna" ("Terra Alta" ou "Terra das Palmeiras"). A T.I foi homologada em 2007 e localiza-se na fronteira PR/SC, próxima ao Rio das Lontras. A T.I de Palmas é situada entre os municípios de Abelardo Luz (SC) e Palmas (PR). Sua área possui 4.000,00 hectares e está localizada no sudoeste paranaense.

[4] Link de acesso: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diret_indigena.pdf.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No século XVII, dentre as fontes sobre os Kaingang da região sul do Brasil, destacam-se: Pierre Alphonse Boolth Mabilde (1983), Alfred Métraux (1946), Juan Bautista Ambrossetti (1895), Curt Nimuendaju (1908), Telêmaco Borba (1908), José Loureiro Fernandes (1941) e Vanda Hanke (1950).

Por sua vez, as fontes históricas do século XVIII sobre a cultura material Kaingang foram forjadas por intencionalidades de Certeau (1982, p.70-71).

A palavra **'**Kaingang'**,** De acordo com Silva (2001), etimologicamente, Kaingang significa *caa* (mato) e *ingang* (morador): que significa "povo do mato, foi introduzida apenas ao final do século XIX, em 1882, por Telêmaco Borba. Franz Keller, no ano de 1867, menciona a autodenominação "Caengang" (MOTA, 2014, p.9-13).

Em seus estudos sobre "As Guerras dos Índios Kaingang", Mota (1994) destaca que seus territórios compreendiam áreas extensas nas quais os Kaingang exerciam atividades interativas com o ambiente na busca de fontes de proteínas da caça, pesca e coleta, margeando-as aos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, entre outros. Os Kaingang também foram denominados como "[...] guaynas, gualochos, botocudos e coroados" (MOTA, 1994, p.227-278). Em 1770 destacam-se os confrontos no Corangbag-rê (Guarapuava) e ainda no Campo-Erê (Palmas). Sendo assim, eles buscaram outras formas de resistência. Neste entendimento, as influências militares e religiosas trouxeram-lhes danos com a proliferação de doenças, revoltas e a exploração pelo trabalho por meios impositivos e, posteriormente, a inserção do trabalho como mão de obra nas zonas rurais. Esse discurso define áreas supostamente desocupadas com o termo 'Vazio Demográfico' por quase três séculos, como visto nas descrições presentes nos relatos do missionário Pe. Francisco das Chagas Lima (1810). A ocupação do centro-oeste e sudoeste paranaense, como dissemos anteriormente, só foi possível a partir de 1810 com a conquista dos Campos de Guarapuava e contra a generalização da presença de indígenas (MARTINS, 1995, p.65). A presença dos Kaingang nesta região já havia sido registrada desde as expedições de Afonso Botelho no século XVIII.

Martins (1995) partilha da ideia de que as paisagens das fronteiras geográficas do Paraná, em meados de 1889, reconfiguram-se ao norte e nordeste com a Província de São Paulo alicerçadas na lei de terras de 1850 e em 1882 com os trabalhos de Telêmaco Borba e do capuchinho Frei Luís de Cimitille (ISA, 2010).

A incorporação dessas áreas ao domínio do estado e ao sistema de loteamento das companhias de terras, como a 'Paraná Plantation', pelas frentes colonizadoras demonstra a negação imposta à pluralidade étnica, a qual foi descaracterizada pela expansão dizimadora com a redução demográfica dos indígenas e a ocidentalização infligida às formas contaminantes de pensar e de ordenar o mundo (BALANDIER, 1972, p.27; MOTA, 2014, p.6). Os Campos de Palmas situavam-se a sudoeste de Guarapuava, tornando-se uma área de conflito no caminho para as Missões. Esse território era conhecido desde a ocupação de Guarapuava no início do século XIX e já era alvo da cobiça dos fazendeiros da região. Oficialmente, a presença dos Kaingang em Palmas foi reconhecida com a lei n° 853, de 22 de março de 1909.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No século XIX, a atividade tropeirista e a consequente expansão das fazendas de gado sobre os campos gerais de Guarapuava e de Palmas atingiram diretamente os territórios tradicionalmente ocupados pelos Kaingang (FERNANDES, 1941).

Após violentos embates, os grupos que sobreviveram passaram a viver nos aldeamentos organizados pelo governo. No início do século XX, passaram a viver em reservas criadas pelo "Serviço de Proteção ao Índio" (SPI), posteriormente denominado "Fundação Nacional do Índio" (FUNAI).

A relação de tempo e espaço, manifestos nos conceitos de *emã* e *waré*, encontra natividade interacional entre passado e presente (respectivamente, *uri* e *wãxi*), estando ligados às transformações que ocorre no espaço geográfico as mudanças no uso de matérias primas, técnicas e simbologias presentes na cestaria Kaingang (MOTA; NOELI; TOMMASINO, 2000, p.216-219).

Em seu estudo, Silva (2001) e Veiga (1994) relacionam os desenhos registrados por Borba (1908, p.22), que são as metades exogâmicas para os Kaingang. A primeira é "Rá Téi", que pertence à noite e à lua (Kysã) e se refere ao Kamé: ele é forte, encorpado, e vagaroso nos movimentos e nas decisões. A segunda é "Rá Ror", que pertence ao sol (Rã) ou ao dia e se refere ao Kainru: ele é leve, tem o corpo fino, peludo, possuindo pés pequenos e sendo rápido nos movimentos (SANTOS, 2018).

No volume "A Arte do Trançado dos Índios do Brasil", um estudo taxonômico de Berta Ribeiro (1985, p.43), é apresentado um esquema sobre o tipo de trançado que envolve arremate e acabamentos. Ao buscar aproximar estes achados dos parâmetros dos grupos étnicos, uma vez que estamos diante da diversidade de significados no objeto enquanto corpo-sujeito (JAENISH 2011, LAGROU, 2007; SILVA, 2001; GEERTZ, 1989), vê-se que as fibras vegetais aplicadas às técnicas dos trançados podem ser feitas de matérias primas como: talas, palhas e fibras de folhas. A palha e a tala caracterizam os dois macroestilos de trançados, como definidos por Ribeiro (1980, 1986a).

Nessa perspectiva, Adovasio (1977), Mason (1904; 1976) e Heléne Balfet (1952) suscitam as atribuições às categorias de aplicação na ação de *entrecruzar*, *entrelaçar* e *entretorcer*. Essas operações correspondem às técnicas de trançado.

Essas técnicas do trançado de 'entrecruzar' se ampliam nas categorias simples e xadrezados, como visto em Ribeiro (1985, p.43). Adovasio (1977, p.99) considera o tipo de tecnologia, e Mason (1976) amplia essa categoria em: trançado cruzado quadriculado ou xadrezado, arqueado, em diagonal ou sarjado, hexagonal. Assim, temos múltiplas variações que podem ser aplicadas e combinadas conforme o motivo e a função que se busca na estruturação do cesto.

Quanto ao *trançado cruzado em diagonal* ou sarjado, essa aplicação das talas na urdidura ou estrutura em diagonais cria uma trama sarjada, que são intersecções em ângulos e os agrupamentos das talas. Esta pode ser agrupada de um em um, dois em dois, ou três em três, e as tramas formam uma espinha de peixe (RIBEIRO, 1985, p.48).

A técnica do *trançado cruzado hexagonal* exige uma experiência que demanda um bom cálculo mental devido às urdiduras em sua estrutura, que envolvem três elementos com três conjuntos para formar a trama, que são postos em direções verticais, horizontais e diagonais e que são

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

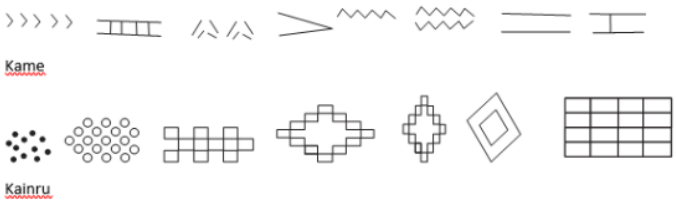
entrelaçados a partir desses cruzamentos entre os elementos, que são as hastes na formação da urdidura ou estrutura.

Na cultura cesteira Kaingang, o aspecto da cosmologia das metades clânicas remeteria à atribuição do Kamé ao tipo de trançado encontrado na base quadrada, e a base circular ou umbigo remeteria ao Kainru, outro aspecto na forma e dimensão da cestaria Kaingang que atua como complementaridade às metades clânicas. Essas metades podem ser verificadas na aplicação do trançado com técnicas variáveis de entrelaçamento, entrecruzado e entretorcidos.

Tal processo de significação dos grafismos na composição dos mosaicos na cestaria também é conhecido como "marchetaria" – termo oriundo de uma convenção ocidentalizada. Adovasio (1977, p.26-27) menciona a variação no sentido da geometrização e suas representações na cestaria Kaingang: para o Kamé, tem-se o riscado ou tracejado com a base do trançado quadrado, para o Kainru há a marca redonda ou em losangos, e também há a forma do trançado umbigo.

Nos modos entrelaçados e entretorcidos dessas variações, as ações ocorrem de modo que os elementos estão na horizontal ou na vertical, compondo-se na urdidura ou na estrutura. O cruzamento ocorre entre dois deles em um ângulo reto, formando uma grade em cada casa no entrelaçamento, uma torção simples. Esse tipo de tecnologia é encontrado no cesto-cargueiro (RIBEIRO, 1985, p.52).

Figura 1 - Os símbolos Kaingang desenhados por Mabilde (1983, p.146), com base nos apontamentos de Borba (1908).



Fonte: Gnoatto, Lima e França (2015, p.3), adaptado pelo autor.

Borba (1908) registrou os padrões em desenho, *Kãgrá*, relacionando a iconografia Kaingang dentro da própria tradução da língua indígena, afastando-a de uma classificação generalizante e tratando o objeto em sua especificidade étnica. Na concepção do autor, os elementos da iconografia Kaingang no Paraná estão relacionados aos sinais (*Fẽnja*) ou marcas clânicas *Rá* (marca), *Rá Téi* (riscado) e *Rá Ror* (círculo), além das pinturas corporais e grafismos (*Kong Gãr*) que identificam, respectivamente, as metades Kamé e Kainru, e a pintura de combate *Vein Kongat* (SILVA, 2001, p. 211).

A técnica de trançado Kaingang (*Wõfy*) com grafismo (*Kong Gãr*) que faz a composição dos cestos (*Kre*) e tipos de trançado (*Kygfy*), bem como as marcas nas formas dos cestos redondos e baixos *(Kre Rór*) e cestos roupeiros, altos/compridos ou abertos (*Kre Téi*), tem significado mesmo naqueles sem grafismos, podendo representar o trançado *Rá Téi* ou também o *Rá Ror*: os principais tipos de cesto considerados para o trabalho.

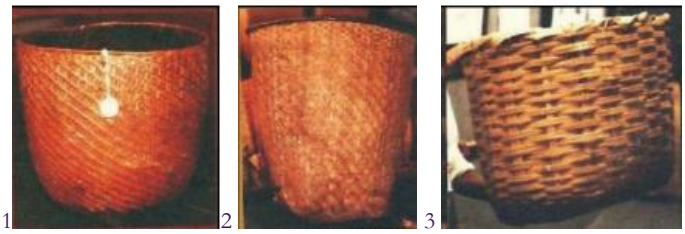
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

É comum perceber as marcas de identidade na produção indígena devido à predominância linear na cestaria, o que evidencia, dessa forma, uma padronização como as registradas abaixo e que atende ao aspecto morfológico, gráfico e espacial. Este aspecto foi observado durante a pesquisa de mestrado do autor Tadeu dos Santos, a partir do trançado Kaingang da Terra Indígena Ivaí, em 2017.

Na sintaxe visual, segundo Cavalcante e Pagnossim (2007), a base dos trançados também possui representação simbólica nos grafismos, morfológica e de posições/espaços vistos como redondos, quadrangulares, em forma de losango, baixos ou fechados, sendo chamados de *Ror* e representando a metade Kainru. Essa estrutura gráfica do cesto traz um rico significado nos estudos apontados por Silva (2001, p.181).

No estudo de Silva (2001) acerca da etnologia do grafismo Kaingang, é apresentada a seguinte classificação: os cestos se dividem nas categorias (1) *Konty* (MAE/USP-2580) - cesto com cera impermeabilizado para armazenar líquidos como água, mel, remédios; (2) *Kuaĩpé* (MAE/SP-4097) - cesto de trabalho de taquara; (3) *Koïn* (MAE/USP-541) - cesto de trabalho leve e *Kong-gor* - cesto de trabalho bruto feito de lasca de taquara.

Figura 2 – Exemplo de cestaria Kaingang.



1 2 3

Fonte: Silva (2001).

No século XVII, os Kuna teciam pequenos cestos à prova d'água "tão cerrados que dispensavam impermeabilização" (O'NEALE, 1986, p.334), como é o caso dos Kaingang (SILVA, 2001, p.171-172).

As tiras ou talas que estruturam a composição dos cestos se entrelaçam na horizontal (*Ti Fãia*) e na vertical (*Ti Kukâ*). As palavras em Kaingang presentes no cesto têm significado e se encontram nos eixos baixo e alto do cesto. Cestos com o eixo de cima aberto são denominados *Ian Kuky*. Quando eles possuem alça, são denominados *Ti Iãn*. Dentre as variações presentes nos cestos na geometrização, encontram-se os compostos em sua base (*Ngu*) e forma (*Ni*), redondo e (*ê*) quadrado.

Para Mason (1976), que discorre acerca do aspecto da classificação e do tipo de tecnologia empregado no trançado, este é definido por nomenclatura e pela função do objeto: cestos vasiformes, cestos gameliformes, cestos alguidariformes, cestos tigeliformes, cestos platiformes, cestos bornaliformes, cestos bolsiformes, cestos paneiriformes e cestos estojiformes.

Cabe assinalar, como, aliás, já fizeram Mason (1976) em sua obra "*Handbook of South American Indiana*" e Adovasio (1977), que há uma imensa variedade de formas observada nos tipos trançados: *cruzados em diagonal* e *cruzado hexagonal*.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O trançado cruzado em diagonal é uma técnica muito utilizada nas cestarias e que é evidenciada nos grupos étnicos do Brasil. Para os Kaingang, a tradução para "tampa" é *Kritã*, e a tradução para "cesto" é *Kre*. A tradução para "trançado" é *Wõfy*. Para Adovasio (1977), Mason (1904; 1976) e Ribeiro (1985), esse trançado é classificado a partir da morfológica: ao observar o trançado em sua forma, espacialidade e tecnologia (*Nog Noro*), verifica-se em sua proposição relações entre linhas horizontais, diagonais e paralelas, o que permite a aplicação das marcas de grafismo. Essa aplicação gráfica corresponde à marca *Rá Téi*, riscado ou fechado, e também à marca *Rá Ró*, redondo ou aberto. No caso em que o cesto possui as duas marcas juntas, diz-se *Rá Iãnhiá*, são marcas complementares no grafismo, *Kong Gãr*. Entre os Kaingang, esse trançado é denominado em sua forma como "roupeiro" ou "cesto cargueiro".

O trançado hexagonal possui variações na sua tipologia: trançado hexagonal reticular, trançado hexagonal triangular ou treliça e trançado hexagonal oblíquo. Nessa tecnologia, atende-se ao tipo de cesto cargueiro.

O trançado torcido comum é uma tecnologia comum aos indígenas norte-americanos. Essa operação é compreendida na categoria em que o urdume é constituído de um único elemento e a trama, de dois elementos torcidos um sobre o outro. As variações dessa tecnologia são: trançado torcido vertical, trançado torcido gradeado, e trançado torcido horizontal (RIBEIRO, 1985, p.55).

O trançado costurado ou espiralado utiliza em sua base o elemento horizontal. A costura ocorre no elemento vertical, que cria a conexão da urdidura ou estrutura. Também é exigido um maior preparo no manejo das fibras. Essa tecnologia conta com outras variações, como: trançado costurado com falso nó, trançado costurado com ponto de nó, trançado costurado com ponto longo, trançado costurado espacejado.

Há outros tipos de trançado, como o umbigo asterisco. É uma técnica que constitui os elementos da urdidura em posição radial, ou seja, são interseções que se sobrepõem em um eixo ao irem se entrelaçando à sua base. Assim, cria-se uma trama na qual os elementos vão sendo acrescidos continuamente com novas talas ao urdume. Outra variação dessa técnica que pode ser utilizada é o trançado torcido, o qual possui as suas variações, como mostra Adovasio (1977, p.32).

Ribeiro (1985) destaca que o trançado do tipo umbigo é o mais recorrente na cestaria indígena brasileira. As categorias do trançado sarjado são as que designam o *olho* a *ampulheta* e o *diamante*.

Os arremates dos cestos são uma tecnologia que vale a pena destacar em virtude de seu refinamento sobre as variações, na classificação proposta por Adovasio (1977), são descritas as relações sobre o acabamento dos cestos, as aplicações e a divisão da técnica: os tipos de trama que compõem as paredes dos cestos são aplicados às variações dos trançados costurado, torcido e sarjado. Nessa perspectiva, o acabamento é definido em dois tipos principais: de ourelas ou bordas. E suas variações são nomeadas como (1) tosquiado, (2) auto-remate, (3) auto-remate múltiplo ou intricado e (4) espiralado.

Quanto às variações de acabamentos, estes podem ser com reforço de aro plano-côncavo, aro do lado externo, acabamento com reforço de aro roliço aplicado na parte interna e costurado com fio disponível, acabamento com aros múltiplos, adição de vários aros costurados um a um com fio disponível e acabamento com reforço apartado utilizado para cesto cargueiro, o que exige uma costura reforçada (RIBEIRO, 1985, p.70). Por fim, o acabamento anelar é um tipo de tecnologia

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

no qual há o remate com beiral reforçado, um acabamento que pode compor os trançados torcidos, costurados e sarjados.

Considerações finais

No campo da pesquisa em etnohistória, o objetivo foi identificar como estas singularidades e regularidades presentes na execução da cadeia operatória do trançado podem ser identificadas na produção do repertório de marcas na cestaria, considerando versões descolonizadas nos componentes significativos nas terras indígenas de Palmas, Rio das Cobras e Ivaí no tempo presente.

A partir da revisão bibliográfica efetuada sobre as atribuições metodológicas dos autores que discutem as nomenclaturas e classificação das tecnologias utilizadas no trançado indígena, percebemos que foram seguidos conceitos ocidentais e, consequentemente, uma perpetuação do aspecto genérico nas representações coletivas da cultura cesteira. Tal conclusão pode ser encontrada nos estudos de Ribeiro (1987) ao se realizar uma aproximação com os estudos de Adovasio (1977) e Mason (1904;1976) discorrem os aspectos macrohistóricos sobre as categorias e classificações – algo que não pode ser aplicado em comparativos, principalmente no campo das diversidades étnicas.

Diante destes fatos, constatou-se que cada grupo étnico manifesta relações específicas em sua forma de representação simbólica na cestaria. Foi possível compreender, a partir da construção da etnohistória na produção de repertórios levantados a partir das análises, que o grupo étnico evidencia por meio de sinais diacríticos próprios o seu senso de pertencimento em relação ao espaço geográfico diante de suas constelações de agenciamento simbólico. Devido a tais singularidades e distinções, nada disso se aplica às classificações genéricas, como foi o caso verificado nos repertórios estudados, presentes na cestaria Kaingang em três terras indígenas do Estado do Paraná.

Referências

ADOVASIO, J. M. **Basketry technology**. Aldine Publishing Company, Chicago,1977.

AMBROSETTI, Juan Bautista. ***Los índios Kaingángues de San Pedro (Misiones).*** Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco. Revista del Jardin Zoológico de Buenos Aires, Tomo II, 1895.

BALANDIER, **Georges. El concpeto de situación colonial.** Ciudad de México, s.e., 1972.

BALFET, H. **La vannerie: essai de classification**. L'Anthropologie 1952. 56: 259-280.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BALDUS, Herbert. **A mudança de cultura entre índios no Brasil**. In: BALDUS, Herbert Ensaios de Etnologia Brasileira. 2.ed. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL-MEC (Coleção Brasiliana, vol. 101). 1979. p.160-186. (1.cd. 1937).

BORBA, Telêmaco. **Breve notícia sobre os Índios Caingangues, que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay**. In: Actualidade indígena (Paraná, Brazil). Curitiba: Impressora Paranaense, 1908, p16-17.

BRAUDEL, Fernand. **Écrits sur l'histoire.** Paris: Flammarion, 1969.

BROCHADO, José Proenza. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. Urbana: University of Illinois. (PhD Dissertation), (1984).

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: ensaios de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CAVALCANTE, A. L. B. L.; PAGNOSSIM, C. M. C. **Estudo da sintaxe da linguagem visual na cestaria Kaingáng**. Anais do Congresso Internacional de Pesquisa em Design, v.1. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GELL, Alfred. Art and agency: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.

GOODY, Jack. **O roubo da história**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

GUSS, David M. **Para tecer e cantar:** arte, símbolo e narrativa na floresta tropical da América do Sul. Berkeley: Universitu California Press, 1989. 274 p.

FERNANDES, José Loureiro. **Os Caingangues de Palmas**. In: Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. I, p. 161-229, 1941.

GNOATTO, Luciana Sabrina; LIMA, Thais Dyck; FRANÇA, MaurenSchafer. Coleção de Estampas Kaingang da Marca Curiô. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR** . Curitiba, 2015. Disponível em: <https://eventos.utfpr.edu.br//files/conferences /1/schedConfs/1/papers/anais_2015/2015_2.pdf> Acesso em: 23 mar. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HANKE, Wanda. Vocabulário del dialecto Caingangue de la Serra do Chagú, Paraná. **Arquivo do Museu Paranaense** v. 6,1947.

HANKE, Wanda. Estudos complementares sobre a cultura espiritual dos índios Caingangues. In: HANKE, Wanda. Ensaio de una gramatica dei idioma caingangue. Arquivos do Museu Paranaense, 8: 137-146. Curitiba. 1950.

HENRY, Jules. Jungle People, a Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil. New York, Vintage Books, 1964.

HILL, Sarah H. **Weaving New Worlds:** Southeastern Cherokee Women and their Basketry. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KINDELL, G.. Kaingáng basketry. In: Gudschinsky, S.C. (Ed.), Estudos sobre línguas e culturas indígenas: trabalhos linguísticos realizados no Brasil. Instituto Linguístico de Verão, Brasília, 1971 p.143-173.

JAENISH, Damiana Bregalda. Objetos sujeitos In: (Orgs.) FAGUNDES, L. Fernando Caldas; FARIAS, J. Maurício. **Objetos-sujeitos a arte kaingang como materialização de relações**. Porto Alegre: FUNAI/CR Passo Fundo/CTL Porto Alegre /Editora Deriva, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 2011. p.133-165.

LAGROU, Els. 2007. A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro: TopBooks. 565 p.

LEHMANN, J. S**ystematik und Geographische Verbreitung der Geflechtsarten.** Abhandlungen und Berichte des Koniglich Zoologischen und Anthropologisch-Ethnographischen Museums zu Dresden XI: 3. 1907.

MARTINS, Romário. **História do Paraná. Curitiba:** Travessa dos Editores, 1995.

MASON, Otis Tufton.. Indian basketry. Studies in a textile art without machinery. Doubleday, **Page & Company**, New York, 1. 1904

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MASON, Otis Tufton. **Aboriginal American Indian Basketry**. Peregrine Smith, Inc, 1976. (re-print of 1904).

MANISER, Henry Henrikowitch. **Les Kaingangs de São Paulo**. 23th International Congress of Americanists (1928). New York, 1930, p. 760-791

MABILDE, Pierre F. A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul** : 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; Brasília : INL, 1983. 246 p. (Biblioteca Estudos Brasileiros, 14)

MÉTRAUX, Alfred - **The Caingang -** In : "Handbook of South Anisrícan Indlans". Washington, J. Steward,ed., 1946, vol. 1, part 3, pp. 445-475.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Ed.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 237-249.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). **Uri e Waxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000. p.377.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Etno-história**: uma metodologia transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, julho-dezembro, 2014.

NOELLI, Francisco S. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L.; NOELLI, F. S. (Org.). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2004. p. 19-55.

O'NEALE, L.. Cestaria. In: Ribeiro, B. (Coord.). **Suma etnológica brasileira.** Vozes, Petrópolis2. 1986, p.323-349.

SCHADEN, Egon **Aculturação indígena: ensaios sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos**. São Paulo, Pioneira. 1959.

SILVA, Sergio Baptista da. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SCHMIDT, Max. Estudos de Etnologia Brasileira, Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Schmidt, Max. 1955. Autobiografia de Max Schmidt, **Revista de Antropologia**, São Paulo. 3, 1942. p. 115-124.

SANTOS, Tadeu dos. **Arte, identidade e transformações na cestaria Kaingang da Terra Indígena Ivaí, no contexto de fricção interétnica**. (dissertação de mestrado) UEM- Maringá 2018, p. 237. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5347>.

RIBEIRO, B. **A civilização da palha:** a arte do trançado dos índios do Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo,1980.

RIBEIRO, B. **A arte do trançado dos índios do Brasil**. Um estudo taxonômico. Museu Parense Emílio Goeldi, Belém; Instituto Nacional de Folclore, Rio de Janeiro.1985.

RIBEIRO, B. A arte de trançar: dois macroestilos e dois modos de vida. In: Ribeiro, B. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. Vozes, Petrópolis, 2, 1986a. p.283-313.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

TRIGGER, Bruce G., and James F. Pendergast Saint Lawrence Iroquoians. In Handbook of North American Indians: Vol. 15, Northeast, edited by Bruce G. Trigger, pp. 357-361. **Smithsonian Institution Press**, Washington, DC. 1978

TRIGGER, Bruce G. **Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*,** [S.l.], v. 29, n. 1, p.1-19, winter, 1982.

TOMMASINO, Kimiye.Teritório e **Territorialidade kaingang. Resistência cultural e historicao de um grupo Jê,in**: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). **Uri e Waxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000. p.191-226.

URBAN, Greg. História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas. In: Cunha, Manuela C. da (org). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, p. 87-102.

VEIGA, J. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional. Dissertação (Mestrado)– PPGAS/Unicamp, Campinas, 1994.

WOLF, Eric R..**Europa y La gente sin história**. México DF: FCE, 2005.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UMA CRISE DO NOSSO TEMPO: REFLEXÕES SOBRE PROBLEMAS DE PÓS-VERDADE

Wérleson Alexandre de Lima Santos[1]

Introdução

Algo que se tornou evidente, especialmente após as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) em 2016, a de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e com a Pandemia de Covid-19 em 2020, é que enfrentamos problemas generalizados com desinformação. Seja para inflar o ódio contra grupos sociais, seja para promover campanhas contra vacinação, seja para manipular as massas em prol de agendas políticas e econômicas, a desinformação apresenta-se como um problema grave a ser enfrentado, tendo em vista sua facilidade de disseminação com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as mídias sociais.

Para compreender a grande massa de desinformações online a qual estamos sujeitos hoje em dia, devemos também saber a partir de qual o contexto nossa conjuntura informacional se desenvolveu e como ela se encontra atualmente. Ela surge sob uma nova cultura conhecida como pós-verdade; o termo ganhou popularidade recentemente após ser eleito como palavra do ano em 2016 pelo dicionário de Oxford, porém seu uso tem indícios desde o início dos anos 1990, e tem o primeiro registro em título de livro ainda em 2004 (ARAÚJO, 2020).

Pós-verdade é um contexto que normaliza o desprezo pela verdade, é uma condição na qual a mentira é naturalizada, a preocupação com a verdade é posta em segundo plano – ou até mesmo em plano algum, e essas atitudes são propagadas na população, tornando-se parte de seu cotidiano, podendo inclusive serem estrategicamente incentivadas (ARAÚJO, 2020). Ela também pode ser definida como uma deturpação da verdade e da credibilidade, na qual emoções e opiniões pessoais valem mais do que fatos concretos e cientificamente comprovados, apelando dessa forma para a subjetividade dos sujeitos na formação de uma opinião (SILVA, 2018).

Para Buckland (2017, p.51, *tradução nossa*), "o que as pessoas sabem é parte constituinte de sua cultura, e saber, acreditar, e entender, sempre ocorrem dentro de um contexto cultural"; desta forma a pós-verdade é um contexto cultural que afeta a forma como as informações circulam e como elas são apropriadas pelos mais variados sujeitos. O presente trabalho, portanto, visa trazer reflexões a respeito de quais movimentos da realidade concreta levaram ao surgimento dessa nova cultura informacional que agora afeta nossa vida nas mais variadas esferas.

A ascensão do individual

A pós-verdade é consequência direta dos movimentos históricos de evolução da sociedade capitalista e das ideologias a eles atrelados. Ela insurge num contexto de nova modernidade pós-

[1] Estudante do Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco. werleson.santos@outlook.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

guerra, a qual Bauman (2001) vai denominar de *modernidade líquida*, porém, essa "nova modernidade" não implica necessariamente em uma pós-modernidade, mas em uma nova fase da modernidade adaptada aos resultados das evoluções das formas de produção feitas pela humanidade. O que há é uma fase tardia do sistema capitalista que, alicerçada nas mudanças surgidas após a Segunda Guerra Mundial e na criação das TICs do século XXI, ganha um novo corpo, mas mantém seu conteúdo.

Segundo Bauman (2001), uma das grandes características da nossa fase da modernidade é a individualização dos sujeitos, na qual a coletividade perde espaço para a singularidade. Desta forma, dentro da modernidade líquida, os sujeitos são individualizados e culpabilizados em si; os problemas nunca obtêm força o bastante para serem elevados ao senso de totalidade, deixando-os pairar dentro do campo da individualidade de cada um. Esse processo de individualização causa a corrosão do senso de coletividade – os sujeitos não se veem mais no outro, mas em si mesmos, e quando se veem no outro, é em busca de algo semelhante a si.

Essa ebulição da individualidade compromete o surgimento de verdades coletivas, tornando míopes as visões acerca da realidade na qual somente aquela individual, ou igualada, é vista. Nossa erosão das verdades se liga ao processo de individualização dos sujeitos; sem um senso de coletividade que conecte os mais variados indivíduos em sujeitos socialmente organizados, não há verdade que ecoe entre os grupos e seja forte o bastante a abranger certa totalidade, pois os indivíduos isolados em si e entre seus pares olham para a verdade que diz respeito apenas a si próprios. As verdades coletivas, que são construídas a partir da materialidade dialética dos conjuntos, somem e dão lugar a uma verdade individual, narcisista, que atende a uma visão e uma necessidade própria de cada sujeito por si, e não se conecta com outras realidades ao ponto de se tornar uma verdade de conjunto em diálogo com a concretude.

Esse processo de individualização dos sujeitos gera uma segmentação dos mesmos entre seus iguais e a hostilização daqueles que lhe são diferentes; esses indivíduos se fecham em suas células narcisistas e rejeitam aqueles que os opõem, mesmo que no menor dos níveis de oposição, e essa segmentação dos iguais cria uma sensação de "nós contra eles", de um suposto combate a existência "deles" em prol de "nossa" sobrevivência (BAUMAN, 2001).

> Nosso tempo é propício aos bodes expiatórios – sejam eles políticos que fazem de suas vidas privadas uma confusão, criminosos que se esgueiram nas ruas e nos bairros perigosos ou "estrangeiros entre nós". O nosso é um tempo de cadeados, cercas de arames farpados, ronda dos bairros e vigilantes; e também de jornalistas de tabloides "investigativos" que pescam conspirações para povoar de fantasmas o espaço público funestamente vazio de atores, conspirações suficientemente ferozes para liberar boa parte dos medos e ódios reprimidos em nome de causas plausíveis para o "pânico moral" (BAUMAN, 2001, p.53)

Sob essa condição, as verdades e existências que, de alguma forma, fazem contraponto às verdades e existências desses indivíduos em células são combatidas para, ou serem expelidas dessas comunidades, ou serem devoradas e subjugadas a elas (BAUMAN, 2001); desta forma, por exemplo, a ciência que se opõe a uma verdade narcisista individual, e aqueles que ousam portá-la, são combatidos por serem vistos como ameaça a existência daquela comunidade reclusa e cheia em si. Porém, mesmo que esses indivíduos se unam pontualmente – uma vez que, para Capurro

e Hjorland (2007), o que une as pessoas é a interpretação que elas fazem acerca de algo –, eles ainda se mantém individualizados e arriscam romper com essa união na menor das divergências.

A individualização, contudo, não é um movimento fantasma que surge em e de um vazio, mas acontece em decorrência de uma mudança na lógica econômica e política da sociedade com o surgimento da doutrina neoliberal, que tem como grandes marcos em sua adoção em políticas econômicas o Ronald Reagan nos EUA, a Margaret Thatcher no Reino Unido e a ditadura de Pinochet no Chile.

Segundo Paulani (2016), o neoliberalismo, que surge em oposição ao estado de bem-estar social que dominou o mundo pós-guerra, encontra terreno para sua difusão após a crise econômica enfrentada em meados dos anos 70. Ele traz em sua essência doutrinária a ideia de que a liberdade individual é sinônimo de liberdade econômica, pois é da primeira que tudo deriva (PAULANI, 2016); desta forma, ele prega a minimização do Estado na economia (políticas de austeridade) e o incentivo ao livre mercado, e reforça isso por meio de um discurso ideológico que superexalta o indivíduo em detrimento de seu coletivo.

A ideologia libertariana que está na raiz do neoliberalismo coloca o indivíduo acima de tudo, na qual a ideia de verdadeira liberdade está vinculada a liberdades individuais generalizadas sem o menor compromisso com o coletivo (MIGUEL, 2018). Sob a lógica libertariana, o 'eu' está acima do 'nós', como se todo sujeito fosse isolado dos demais e como se não houvesse nenhum fio que conectasse as mais diversas realidades em algum nível; para o libertarianismo, a liberdade individual é a única existente, colocando o indivíduo em detrimento do coletivo, e ignorando todas as diferenças impostas por um sistema naturalmente desigual. Essa ideologia, contudo, ignora que a liberdade individual pressupõe uma liberdade coletiva, e que sem uma emancipação do coletivo, os indivíduos jamais serão verdadeiramente livres (BAUMAN, 2001).

Como consequência dessa superexaltação do indivíduo, o neoliberalismo gerou hoje o que Byung-Chul Han (2017a) chama de *sociedade do desempenho*, onde os sujeitos exploram a si mesmos (e onde há uma exploração dessa autoexploração) guiados por discursos de super desempenho individual e competição exacerbada, na qual os indivíduos devem dar o melhor de si independente da situação. Vemos evidências dessa doutrina na quantidade de consumo e oferta de *coaches*/palestras motivacionais e livros de autoajuda, no discurso cada vez maior em defesa do empreendedorismo e investimentos financeiros e em slogans de empresas e instituições na linha *Just Do It*[2], "revolucione!", "você pode!" etc.

É sob essa ótica, em que cada um está por si e todos são concorrentes, que a individualização torna as pessoas cegas aos problemas coletivos e focadas em si próprias; numa sociedade onde todos são competidores, o outro surge como inimigo a ser eliminado, e a partir do momento em que um se torna entorpecido em relação a existência do outro, o ódio, e as ações e discursos consequentes dele, encontra o lastro para sua ascensão.

Outra consequência causada pelo neoliberalismo e, portanto, característica de nossa neomodernidade, é a colonização do público pelo privado, que diz respeito não só ao espaço público em si, mas também que "o "interesse público" é reduzido à curiosidade sobre as vidas

[2] Em tradução livre, "apenas faça". Slogan da companhia de peças de roupa esportivas Adidas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados" (BAUMAN, 2001, p. 51).

Junto a isso, a desvalorização do Estado causada pelo neoliberalismo em detrimento do "deus mercado" trouxe como consequência um divórcio entre a noção de poder e o Estado, na qual o poder agora é global e se impõe sobre os Estados-nações, subjugando-os e forçando-os a aderirem a sua lógica com a consequência de sofrerem embargos caso aconteça o contrário (BAUMAN, 2001). A globalização seria nada mais do que a exportação da ideologia libertariana e da doutrina neoliberal para as mais diversas partes do globo, atravessando as desigualdades geopolíticas entre os países, furando soberanias nacionais e impondo as vontades de potências econômicas aos países ditos 'em desenvolvimento'.

O digital positivo

Na interseção dessas duas consequências podemos ver a internet, em especial as mídias sociais, e seus impactos sociais em escala global. A internet tornou-se a ágora do século XXI; os debates não ocorrem mais em praça pública, em comícios ou em associações de moradores, mas em caixas de comentários do YouTube, em postagens do Twitter e em fóruns online. Hoje, postagens feitas por políticos em mídias sociais são trazidas para o telejornal em horário nobre por serem compreendidas como questões de interesse público, programas matinais mostram as tendências do momento a partir dos *trending topics* do Twitter, protestos de milhões de pessoas tomam países surgidos a partir de *hashtags* e grupos em redes sociais[3]. Da mesma forma, teorias da conspiração surgidas em fóruns online ganham proporção ao ponto de criarem movimentos e ações fora das redes[4].

Mas, para além disso, a internet e as mídias sociais operam hoje como um quinto poder, maior que todos os outros quatro e potencialmente nocivo a eles; elas são um poder global, que se impõe sobre as nações e atravessa as relações nos mais variados níveis, estando desde a administração pública até as relações menores da vida privada, em tendência expansiva e sem previsão de estagnação. Uma de suas forças está no fato de passarem a impressão de que esse poder é composto por nós, o povo, omitindo que, na realidade, ele é composto por e pertence a um seleto grupo de pessoas que se sustentam a partir do usufruto de nossa autoexposição e consequente autoexploração.

As mídias sociais dão amplitude a individualização neoliberal da modernidade líquida ao conectar todos em uma aldeia global, mas ainda assim não ser o suficiente para unir em uma massa coletiva. Esses sujeitos conectados, mas isolados em si, trazem a lógica de suas comunidades celulares para o ambiente digital que, apesar de aparentemente caminharem em uma direção em certos ambientes, ainda mantém seu espaço individual e negação do outro; o digital, portanto, não é

[3] O movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos e o protesto #EleNão ocorrido em outubro de 2018 no Brasil contra a eleição de Bolsonaro são exemplos disso.
[4] A narrativa do *Pizzagate* e a teoria da conspiração *Q-Anon* nos Estados Unidos ilustram essa questão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

capaz de formar uma massa, ou gerar efeitos de manadas, é capaz somente de gerar, como diria Han (2018), um enxame.

Esse processo de negação do outro traz para nossa contemporaneidade aquilo que Han (2017b) vai chamar de *sociedade positiva*, uma sociedade incapaz de lidar com o negativo ou com a alteridade dos fatos e das pessoas, e que busca sempre o conforto positivo. Em boa parte das redes sociais, não é possível *descurtir* algo, apenas curtir, não é possível reprovar, apenas aprovar – e por mais que algumas disponibilizem botões de reação, uma reação não tem o mesmo impacto que uma reprovação explícita. A negação do outro e a não-alteridade nas relações gerou uma busca incansável por positividade. Nessa perspectiva, para Han (2017b),

> A verdade é uma negatividade na medida em que *se* põe e impõe, declarando tudo o *mais* como falso. Mais informação ou um acúmulo de informações, por si sós, não produzem qualquer verdade; faltam-lhes direção, saber e o *sentido*. [...] A hiperinformação e a hipercomunicação gera precisamente a *falta de verdade*, sim, a *falta de ser*. Mais informação e mais comunicação não afetam a fundamental *falta de precisão do todo*. Pelo contrário, intensifica-a ainda mais. (HAN, 2017b, p. 24-25, grifos do autor)

A pós-verdade é, então, uma resposta positiva a negatividade da verdade. Quando defrontados com a negação que a verdade traz às convicções e crenças pessoais, os sujeitos recorrem a um conforto positivo que vise apaziguar e reforçar aquilo que já estava construído em si, agora abalado pelo choque com uma verdade; dessa forma, recorrem a uma verdade que lhes seja positiva, uma pós-verdade, que os recoloque no eixo e permita que a vida seja reproduzida sem a revelação de que sua individualidade não é única e sem o reconhecimento de um outro que o nega. Não haveria uma pós-verdade sem um processo de individualização precedente e sem o constante reforço do discurso em defesa do singular e estímulo a competição que exclui as relações com outros.

Como Han (2017b) fala, mais informação não necessariamente implica em um reconhecimento da verdade. O sentido da informação que gera um conhecimento surge a partir de uma interação, construída através do diálogo entre o sujeito e um outro externo que favoreça o estabelecimento desse sentido (em diálogos presentes e passados, num processo constante), se não há um outro, ou há um processo de negação do outro, não haverá algo com que essa informação possa ser confrontada, então esse sentido é individual e não-dialógico; a exposição a uma gama de informações sem o confronto com o outro, ou sem o preparo para buscar o confronto a outras, em uma sociedade positiva, gera a busca pelo reforço àquilo que já é conhecido – o conhecimento gerado a partir disso, e a verdade construída a partir desse conhecimento, é acrítico e individual(izado), e arrisca não encontrar eco na realidade. A individualização conduz a uma ideia de que o conhecimento (e as verdades, por conseguinte) não é uma construção coletiva socialmente organizada, mas individual.

No que diz respeito a esse processo amplificado pela internet,

> As mídias sociais e sites de busca constroem um *espaço de proximidade* absoluto onde se elimina o de *fora*. Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma dificação. Essa *proximidade digital* presenteia o participante com aqueles setores do mundo que lhe *agradam*. Com isso, ela derriba [sic.] o caráter público, a consciência pública; sim, a consciência *crítica*, privatizando o mundo. A rede se transforma em esfera íntima ou zona de conforto. (HAN, 2017b, p. 81, grifos do autor)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Uma das características da pós-verdade é seu fortalecimento pelas chamadas câmaras de eco, ou bolhas informacionais (ARAÚJO, 2020), e esses estratos digitais são formados pelo uso dos algoritmos, que redirecionam as pessoas para aquilo que seu rastro digital indica que desejam, aumentando a distância do outro – é uma consequência direta do processo de individualização neoliberal e, desta forma, os sujeitos ficam expostos somente a informações que reafirmam aquilo que já acreditam.

Essa amplificação das consequências neoliberais na modernidade líquida que as mídias trazem também encontram alicerce na concessão da sensação de anonimato por elas permitida. Esse anonimato em um local de afetos não dialógico permite o sentimento de total liberdade em desvelar crenças e características que são reprimidas e, em uma sociedade de constante competição, fechada em si e com repressão ao outro, o anonimato concebido favorece o expurgo do ódio (HAN, 2018). Elas então dão vazão a uma característica presente fora delas – se as mídias sociais são mídias de afeto, e, inevitavelmente, o ódio é um tipo de afeto, as mídias sociais são, também, locais do ódio.

O jornalista de tabloide que agita pânicos morais que Bauman (2001) cita não esperava que fosse ser deparado posteriormente com o processo de desmediatização e a quebra na representação formal dos produtores informacionais. Hoje, todos são não somente consumidores passivos, mas também produtores ativos de informação (HAN, 2018), e nessa lógica onde o processo de produção informacional foi facilitado, os pânicos morais agora podem ser agitados por qualquer um – ou reproduzidos por qualquer um, e se há um aumento de informações disponíveis devido à queda dessa representação formal, há também um aumento dos pânicos morais mobilizados.

É nesse contexto que as desinformações surgem. Com o aumento da produção de informações e as consequências pós-verdadeiras do processo de individualização, as antigas táticas de uso da desinformação como forma de manutenção do poder e propagação de ideologias encontram uma nova forma de agir, nutrindo-se do contexto de pós-verdade e se aproveitando dos novos veículos de comunicação para serem propagadas.

Os esvaziamentos

Esse processo acontece concomitante com outro fenômeno político histórico: a despolitização. Ela aqui não só nutre a pós-verdade e suas desinformações, como também é nutrida por ela – a falta do senso de coletividade, ou o definhamento da consciência de classe, é consequência de um processo orquestrado de despolitização, e sob um ambiente despolitizado, as desinformações surgem como formas de intensifica-lo e mantê-lo. Para Fernandes (2019, p.103) "sob pós-verdade, a política é justificada com ficções construídas por aqueles que controlam narrativas e que são validadas pelo senso comum", o que demonstra que a pós-verdade e suas implicações não devem ser encaradas sob uma ótica moral ou mais ou menos tautológica, mas sim política e de acordo com a concretude da realidade e dos atores que a compõe.

Despolitização é o processo de alteração de significados políticos e do apagamento do reconhecimento dos interesses de classe de uma pessoa ou grupos (FERNANDES, 2019), é um processo onde sujeitos pertencentes a determinada classe são levados a defender interesses que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

essencialmente são prejudiciais a si mesmos. A falta do senso coletivo causada pela individualização neoliberal é despolitização, pois, ao impedir que os sujeitos se reconheçam no outro, impede também que os interesses e problemas que são sentidos como individuais sejam vistos como problemas de classe, o que leva esses sujeitos a serem cooptados pelas ideologias da classe dominante, desvirtuando-os do caminho que os levaria a sua emancipação e ao atendimento de seus interesses agora fragmentados.

Fernandes (2019) nos elenca dois tipos de despolitização: pós-política e ultrapolítica. A pós-política é a despolitização atuante sob o senso comum que prega ideias de imparcialidade e neutralidade que se dizem além de qualquer posição ideológica, onde as disputas políticas, sociais e econômicas dizem respeito somente a caráteres técnicos (FERNANDES, 2019). Sob a pós-política, os discursos se munem de falas do tipo "nem esquerda, nem direita", "sem ideologia" ou "sem radicalismos" e defendem que as soluções para os problemas estão em sujeitos técnicos e altamente preparados, sob um véu inexistente de neutralidade que esquece que a própria posição de uma não-ideologia é uma posição ideológica.

O problema da pós-política é que ela apaga os conflitos existentes na sociedade e combate qualquer discurso que tente revela-los, favorecendo a manutenção do *status quo* e não agindo para uma mudança verdadeira. As propostas técnicas que ela defende são rasas e não dão conta de irem à raiz dos problemas para gerarem soluções reais; munindo-se de um discurso supostamente neutro e focado apenas nas aparências das questões políticas, ela relativiza o conteúdo das posições radicais (ex.: "a esquerda e a direita são iguais"), e pauta decisões e posicionamentos que, em um plano concreto, não trazem mudanças e mantém as coisas da forma como estão. O espectro da imparcialidade que tanto ronda os debates atualmente é um espectro pós-político.

Exemplos de discursos pós-políticos são aqueles em defesa da democracia, mas que deixam esse conceito em um plano abstrato que não é forte o bastante para refletir os conflitos e contradições existentes dentro do sistema democrático. Da mesma forma, discursos que tratam como "radical demais" qualquer posicionamento que se oponha veementemente certas questões que legitimam agressões, como o posicionamento antirracista ou a defesa às questões de gênero – especialmente no que diz respeito a pessoas transexuais e travestis.

Em conjunto a pós-política, que apaga os conflitos através de uma visão técnica que não contesta a ordem vigente, a ultrapolítica é uma tática de despolitização que apaga os conflitos alicerçada no ódio e no medo e "pela gestão do pânico pela via conservadora e de forma autoritária" (FERNANDES, 2019, p. 255). É uma despolitização onde os preceitos democráticos, até mesmo os mais esvaziados pós-politicamente, são ignorados ou irrelevantes e onde a política pode ser feita por e para uns em contrapartida a existência de outros (FERNADES, 2019).

A ultrapolítica cria ficções polarizadas de um campo de guerra na política, onde existe um "inimigo" a ser combatido sob o ideal de "se você não está conosco, está contra nós". Ela ignora as nuances e contradições que compõem a ordem política e baseia sua ideia de polarização em sentimentos de raiva e medo, jogando as pessoas umas contra as outras, em conflitos falsamente radicalizados e sob ideais de oposição deturpados. É sob uma visão ultrapolítica que, por exemplo, aqueles que criticam de alguma forma as medidas de Jair Bolsonaro na condução da pandemia,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mesmo que em algum momento tenham se aliado a ele, são prontamente atacados e vistos como inimigos, ou até mesmo taxados de "comunistas", mesmo que pertençam a partidos de direita.

Ela se sustenta através da instigação ao ódio e ao medo, na manutenção desses sentimentos, na eleição de um inimigo comum a ser combatido e na criação de fantasmas de apelo a pânicos morais que justificarão uma guinada falsamente radical. Através da ultrapolítica é justificável que indivíduos apoiem candidatos que, essencialmente, defendem políticas que vão contra seus interesses materiais de classe e existência. A ultrapolítica tira o foco do conflito da estrutura social e o direciona para as consequências das contradições geradas por essa estrutura, na qual os conflitos são centrados dentro da própria classe ao invés de olhar que esses problemas são gerados como consequências da ação de uma classe para outra.

Esses processos de despolitização favorecem e movem as desinformações na medida em que a ultrapolítica, para sustentar sua narrativa de guerra, vai se usar das desinformações para espalhar seus ideais e fazer a manutenção da despolitização generalizada – tirando proveito da individualização neoliberal; enquanto que a pós-política, com seu viés tecnicista, irá impedir que o problema da desinformação seja visto dentro dos conflitos materiais e passe a ser encarado como algo meramente processual, cuja solução está em ações de caráter tecnocrata. A ultrapolítica irá falsear conflitos para instigar a propagação de desinformação, e a pós-política irá impedir uma visualização do verdadeiro conflito subjacente que poderia trazer soluções reais para o problema.

A despolitização trazida por Fernandes (2019) conversa com a individualização trazida por Bauman (2001), sujeitos individualizados e incapazes de um senso coletivo não constroem consciência de classe e ficam sujeitos às narrativas despolitizadoras. A individualização não só é resultado de um processo de despolitização, como também fortalece ele. Nessa perspectiva, a consciência de classe é a consciência daquilo que é político e o reconhecimento do local ocupado dentro da luta de classes e dos interesses correspondentes a ele – longe da visão deturpada de consciência de classe que tenta conceitua-la como um vazio "reconhecimento de privilégios".

Há um outro ponto importante para compreendermos nosso contexto de pós-verdade e os problemas com desinformação dele decorrente, que é a questão dos problemas com a representação formal sob o capitalismo. Esse ponto jaz numa interseção entre os pensamentos de Fernandes (2019) e Han (2018). Para Fernandes (2019), a crise de representação tem conexão com as contradições sociais ocasionadas pelo sistema capitalista e o modelo representativo democrático-liberal que retoma força com o surgimento do neoliberalismo em meados dos anos 70, para ela "um povo despolitizado não se sente representado por ninguém" (FERNANDES, 2019, p. 226).

Esse processo de insatisfação com as representações vai de encontro ao processo de desmediatização causado pelo surgimento das mídias sociais; nesse ponto, Han (2018, p. 37, grifos do autor) anuncia que "a desmediatização generalizada encerra a época da *representação*. Hoje, todos querem estar eles mesmos diretamente *presentes* e *apresentar* a sua opinião sem intermediários". Esses indivíduos insatisfeitos com sua representação, ao entrarem em contato com essas novas mídias, usam-nas para expor sua indignação e se opor aos representantes (políticos, mídia tradicional, cientistas, etc.); mas, estando eles despolitizados, acabam por não perceber que os problemas sentidos com a representação não dizem respeito a quem representa, mas sim a forma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

com a qual foi construído e é conduzido o sistema que os legitima. Sendo assim, a revolta se direciona aos sujeitos, e não à estrutura e às contradições decorrentes dela.

É assim que, ao invés de se revoltarem contra a defesa de interesses da elite por parte da mídia tradicional, revolta-se contra o jornalismo em si; no lugar da revolta contra os sistemas de elitismo e segregação intelectual existentes na sociedade, há a revolta contra os cientistas. Da mesma forma, ao invés de revoltarem-se contra o sistema de defesa do capital, direcionam-se contra o sistema político como um todo, mesmo àqueles que fazem disputa política em defesa da classe trabalhadora.

Ainda, Fernandes (2019, p. 228) afirma "é impossível realmente questionar a representação sem passar por um processo de conscientização", ou seja, para que as ações de contestação acerca da legitimidade e intensões da imprensa formal, universidades, sistemas educacionais, políticos, etc. seja de fato feita com criticidade, é necessário haver uma educação política que vise desvelar a forma de organização social que impacta na forma como esses sujeitos e entidades se portam em sociedade – sem consciência crítica formada, toda ação se perde em si.

Conclusão

A pós-verdade, portanto, é uma consequência informacional do processo de neoliberalização da sociedade e do avanço do capital. A individualização decorrente dela, o surgimento das TICs e a desmediatização não conseguiram, contudo, apagar as lógica e relações que são inerentes ao capitalismo: o acúmulo infinito, as relações de produção, consumo e circulação, e a exploração da força de trabalho, que agora se aproveita do efeito discursivo do alto desempenho para explorar a autoexploração de trabalhadores.

Falar sobre desinformação e pós-verdade é falar sobre o capitalismo e as táticas de dominação, tanto práticas quanto ideológicas, que são empregadas para sua manutenção. Um debate que vise trazer frutos reais para solucionar os problemas desinformacionais e que proponha uma superação da pós-verdade deve vir sob uma via anticapitalista radical, que conteste as estruturas, aponte as contradições, e promova ações políticas concretas para uma emancipação geral.

Os problemas que geram a descredibilidade da imprensa, universidades, políticos, dentre outros, origina-se de uma indignação legítima, pois decorre de mazelas estruturais, mas para que as ações de questionamento acerca do que é dito e publicado por determinadas pessoas/instituições tenha realmente embasamento de crítica, é necessário que os sujeitos estejam politizados e conscientes acerca dessas estruturas para que suas ações gerem mudanças concretas. É um processo de transformar a classe trabalhadora em uma classe para si e por si, e isso advém de um processo de formação política que deve levar em consideração as novas dinâmicas informacionais provenientes do meio digital.

Para que novas sínteses sejam formadas acerca da pós-verdade, é necessário que os debates se atentem à: a) o monopólio das *big tech* sobre a internet e a mídias sociais; b) o processo de produção, circulação e apropriação de mercadorias e as ideologias a eles atreladas; c) as medidas políticas e econômicas adotadas e a luta de classes que as atravessa; d) as táticas e estratégias de

formação política da classe trabalhadora pensadas pelos mais diversos setores e movimentos sociais.

Os problemas com desinformação não estão isolados de demais problemas provenientes das contradições e desigualdades geradas pelo capitalismo e de suas estratégias de dominação e opressão; a pós-verdade deve ser encarada sob a lente de movimentos históricos concretos para que os atores responsáveis sejam apontados e que uma análise radical seja feita de forma a atrelar as constatações teóricas com a realidade material em curso. Para problemas estruturais, são necessárias medidas estruturais, e somente o reconhecimento dessa estrutura e de como seu funcionamento se molda e se adapta ao decorrer dos tempos pode fornecer instrumentos concretos de emancipação.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. O fenômeno da pós-verdade: uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, jul/set. 2020. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/79. Acesso em: 08 jul. 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.

BUCKLAND, M. **Information and society**. Massachusetts: MIT Press, 2017. 217 p.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47. Acesso em: 03 mar. 2021.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 387p.

HAN, B. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018. 134 p.

HAN, B. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017b. 116 p.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017a. 128 p.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. *In.*: SOLANO GALLEGO, E. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-127, 2016. Disponível em:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138. Acesso em: 08 jul. 2021.

SILVA, J. L. C. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018, p. 333-353. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103784. Acesso em: 14 abr. 2020

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PRIVAÇÃO DA LIBERDADE E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS NO BRASIL: FRONTEIRAS ENTRE O DITO E O NÃO DITO

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior[1]
Giliarde Benavinuto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama[2]

Introdução

As narrativas jornalísticas causam efeitos sobre o corpo social e vêm sendo objeto de pesquisas em todo o Globo. Não é diferente no Brasil, onde espaços historicamente de conflitos põem em xeque as bases éticas e científicas do Jornalismo.

É dizer, até onde os fundamentos e dirigentes da atividade jornalística são inquestionáveis ou questionáveis no voltado à sua percepção crítica e atenta ao bom desenvolvimento das instituições democráticas no Brasil?

Frente a isso, a pesquisa busca estudar, crítico-reflexivamente, o dito e o não dito em narrativas jornalísticas do Jornal do Tocantins no que se volta ao sistema carcerário do próprio Estado do Tocantins (Região Norte, Brasil).

Para tanto, far-se-á pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica a fim de debater a formação do produto notícia valorado em crítico espaço de segregação humana com vistas a melhor compreender os efeitos do dito e do não dito das narrativas analisadas.

Narrativas jornalísticas: acontecimento, discurso, dito e não dito

Prima facie, o acontecimento é o princípio da notícia jornalística, mas não anterior ao fato. Normalmente, refere-se a algo exterior ao indivíduo, contudo, arrimado a este para que assuma valor e sentido.

A relação acontecimento e indivíduo, sem embargo, baseia-se em fenômenos advindos da cultura e da história da sociedade. Demais, a relação acontecimento e sujeito pode transpor à coletividade, fornecendo a esta imagens da sua própria constituição ou das diferentes constituições de sociedades apartadas. Torna-se o acontecimento, nesse espectro, na relação intricada com o

[1] Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM, UFBA), Mestre em Educação (PPGE, UnB), Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP, ULBRA), Pedagogia (FE, UnB), Coordenador (OPAJE e INFO, UFT), Professor (UFT). Lattes: http://lattes.cnpq.br/8025807807825011 , ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5335-6428. E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

[2] Doutorando em Desenvolvimento Regional (PPGDR, UFT, Brasil). Mestre comunicacional e societário (PPGCOM, UFT, Brasil). Aluno Especial de Doutorado (USP e UNICAMP, Brasil). Criminologista. Penalista. Processualista Penal. Trabalhista. Processualista do Trabalho. Jurista (UFT, Brasil). Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS, Brasil). Pesquisador em direitos humanos e fundamentais e jurisdição para a educação no Mercosul. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4525837393612907. ORCID: http://orcid.org/0000-0001-8146-6811. E-mail: benavinuto.gama@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

indivíduo e a sociedade, ao que se percebe, valor midiático ou material de possível consumo repetitivo. O acontecimento, nessa esteira, é configurado em forma noticiável ou protagonizado na linguagem jornalística e se torna objeto de estudo dos *media* (ALSINA, 2009; BERGER e TAVARES, 2010).

É segmentário concluir que o acontecimento tem nascedouro, ocorrência (vida) e transcendência social (morte) numa dialética perene, ora ordenada, ora desordenada, espelhando-se na natureza, mas dependendo perceptiva e significativamente de um ser ou indivíduo assimilador, que interpreta o mundo (CHARAUDEAU, 2010).

Todo esse curso se dá em etapas: modificação, percepção e significação, o que recebe o nome de "processo evenemencial". Estaria, assim, a linguagem cumprindo o papel, no processo, de transação do acontecimento do fenomenal para a existência significante.

As palavras, sem especificar um código linguístico, são essenciais ao pensamento coletivo. Sem palavras, os indivíduos em sociedade não teriam memória. O pensamento social é memória formada de recordações coletivas dotadas de sentido, tomando as ideias corpo por meio de pessoas ou grupos de pessoas (BABO-LANÇA, 2013).

A laboração do curso discursivo-reflexivo à volta do grande tema "liberdade de imprensa" e suas variáveis histórico-constitucionais, tendo sido analisado o discurso jornalístico como produto da língua, da linguagem, da fala que destoam o fato, o acontecimento, põe-se em excerto de destacado impasse, seja no universo da Comunicação, seja no universo do Direito.

Aqui, busca-se entender encontros ou desencontros de vozes que possam levar as "narrativas jornalísticas" a travar conflitos com as aspirações éticas, constitucionais e/ou legais que ditam caminhos de exercício para a atividade de imprensa, mas que nem sempre são seguidos na via comunicacional.

Conhecimento objetivo e subjetivo de mundo, eis uma boa maneira de se falar de narrativa ou de buscar conceituá-la.

O mundo se dá sob diversas narrativas, da articulação da linguagem, da fala e da escrita *et cetera*. A narratividade está presente no jornalismo, servindo-lhe pela sucessão de acontecimentos reais ou fictícios que se ordenam para a formação do discurso.

O plano de fundo, observe, está na ideia de imitar, isto é, a capacidade de seleção de elementos linguísticos que hão de formar o fato a ser reportado. É, por natureza, o ato de narrar um movimento do narrador para a construção do seu plano narrativo, nada mais sendo que a conjugação de elementos selecionados e que compõem o relato de pretensão enunciativa, sendo uma escolha intencional e expressão de sentido que se almeja alcançar (BARTHES, 2008; GENETTE, 1995).

O real só pode ser representado. O real se demonstra, logo, se representa. O real, às claras, acontece ou ocorre no mundo, no *hic et nunc* (aqui e agora). A narração possui meio e fim, estabelecendo limites para a narrativa de mundo.

O ato de narrar é a busca de reportar o fato à maneira como ocorre. Narrar é ato de realização e de irrealização. O irrealizar está nos limites entre o que se vive o que é narrado, esperando-se, por meio do ato de narrar, o afastamento do mundo real, logo, a irrealização. Está o real a acontecer em ação única, requerendo-se a presença do sujeito narrador (BARTHES, 2004; METZ, 2007).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mas a visão dada à narrativa sob um plano de elementos linguísticos encartados, sólidos, e, de certo modo, estáticos, se amolda ao conceito moderno de narrativa?
Embora se espere do profissional a formar e conformar "narrativas jornalísticas" o ajustamento aos fatos aos acontecimentos tais como se dão, é consabido que a não-narrativa também compõe o discurso jornalístico, o que vem provocando reflexões acerca da questão.

> Definir positivamente a narrativa é acreditar, talvez perigosamente, na ideia ou no sentimento de que a narrativa é evidente, de que nada mais é natural do que contar uma história ou arrumar um conjunto de ações em um mito, um conto, uma epopeia, um romance. A evolução da literatura e a consciência literária há meio século terão tido, entre outras felizes consequências, a de chamar a atenção, bem ao contrário, sobre o aspecto singular, artificial e problemático do ato narrativo. (GENETTE, 2008, p. 255.)

Vê-se em claro que o discurso se transfigura ante os elementos apresentados de maneira sucinta e não exploratória: língua, linguagem e fala.

> Na década de 60, o estudo da língua por ela mesma, até então vigente, começa a se desestabilizar a partir de novas propostas teóricas. Surge a preocupação com o **funcionamento da linguagem em uso**, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava. Esse limiar dá lugar ao **surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise de discurso.** (MELO, 2009, p. 02, grifo nosso.)

O discurso, ou melhor, a análise do discurso ou do funcionamento da linguagem em uso numa dimensão social, ganha força histórica, conforme se expressou, em meados de 1960. É em razão dessa delimitação temporal pulsante que a atenção a processos de produção e interpretação da linguística surgem a demonstrar centros da atividade social, possibilitando-se observar o movimento da *societas* por meio da análise do discurso.
A fim de respeitar o curso lógico do debate cá proposto, vislumbrar-se-á a corrente dominante quanto à análise do discurso; fala-se das teorizações ocorridas na França por meio de Dominique Maingueneau, principal teórico desta pesquisa, e Michel Pêcheux e, dando continuidade aos estudos no Brasil, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.
A ideia é discorrer sobre a linguagem e a sociedade ao tom da vertente francesa, pois é destacado que tal segmento busca compreender o sujeito e seu acatamento, na vez de emissor, a discursos sociais de instituição (jornalístico, filosófico, científico *et cetera*) confluindo os sentidos verbais ou não verbais presentes em textos, no caso, nas "narrativas jornalísticas" (MANHÃES, 2009).
Persegue-se o sentido em detrimento do conteúdo, inquirindo-se as semânticas, verbais e não verbais (o dito e o não dito), sem se ater a uma ordem de palavras, descrição ou meio de comunicação. Assim, a análise de discurso é técnica de exploração de relações envolventes da narrativa com a realidade social, explorando-se a produção daquele, o processo social de leitura e seus significados (CAREGNATO e MUTTI, 2006; CHIZZOTTI, 2010; MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).
De forma entrelaçada aos autores clássicos da corrente francesa, Pêcheux (1990) vê o discurso como materialização ideológica. O sujeito se faz de depósito de ideologia, desprezando-se a íntima

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

vontade, figurando a língua como processo de exteriorização do âmago das atividades das diversas esferas sociais.

Maingueneau (2005) define discurso como exposição de textos de cunho histórico que permite a notação de espaço de regularidade enunciativa. Opera-se o discurso como enunciação de outro discurso, encontrando-se o sujeito imerso num espaço de narrativas

Já para Orlandi (2002), o discurso e sua correlata análise faz imbricamento linguístico ao contexto sócio-histórico e ideológico, traçando a linguagem aos modos de produção social. Desta forma, o sujeito e a ideologia se articulam para a concepção discursiva.

Observa-se, das apresentações e definições breves, que o cerne da "Análise de Discurso" é a busca pela relação sujeito, linguagem, língua, fala (uso da linguagem) e sociedade, numa linha de intersecção, objetivando o conhecer das manifestações humanas (relações de poder *et cetera*).

Ainda em Maingueneau (2005, p. 16), a paramentação do discurso vem com as seguintes terminologias: "como integralmente linguísticos e integralmente históricos; ideologia subjacente". Melhor dizendo, o teórico citado vê o discurso como formado de objetos dizíveis aos moldes do sistema de código de vinculação à língua e dizíveis ao tempo-espaço histórico. Visa-se a semântica geral, com um olhar para a força de sentidos do discurso.

Ordenação metodológica

Trata-se de pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Ante isso, convém trazer mais sobre o percurso metodológico com vistas a aguaritar o procedimento.

Conforme maestria de Gil (2008), deve-se "[...] considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. [...] tornam-se a mais importante fonte de informações em qualquer pesquisa de natureza histórica. "

Ainda se apoiando em proposições de Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é tida como aquela que utiliza de contribuições de autores e pensadores diferentes e, no caso da pesquisa documental, os materiais ainda não chegaram a receber um tratamento analítico, ou podem ser reelaborados nos termos da proposta de estudo.

A pesquisa, ratificando, fez-se sobre um conjunto de notícias do *Jornal do Tocantins* publicadas no ano de 2017 que tratavam de cenários críticos, especialmente de fugas de pessoas presas dos ambientes de encarceramento no Tocantins, observando-se o discurso jornalístico empregado. É a pessoa do preso o sujeito analisado nas "narrativas jornalísticas", descrevendo-se as concepções dos discursos adotados nas vozes dos textos, e como tais disposições narrativas inter-relacionaram a imagem, a privacidade e a intimidade dos indivíduos noticiados.

À ordem, elegeu-se como critério de seleção de notícias, no ambiente virtual do "Jornal do Tocantins", a expressão "uso de imagem de pessoa presa", e, como critérios à exclusão de notícias eventualmente não atendidas pelos proêmios da pesquisa, assinalaram-se os seguintes, divididos em seis graus distintos, vejamos: a) 1° Grau (pessoas presas fora do Tocantins); b) 2° Grau (sem identificação de rosto); c) 3° Grau (baixa qualidade imagética); d) 4° Grau (foto repetitiva); e) 5° Grau (foto em preto e branco); f) 6° Grau (foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta[3]).

[3] A nomenclatura "raça preta" é adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, por meio do menu "buscar" localizado no sítio eletrônico do veículo jornalístico, informaram-se, inicialmente, os termos: "fuga de presos". Como resultado, encontraram-se 26 (vinte e seis) notícias.

Os dados encontrados, quando do uso da palavra-chave sobreposta, se mostram da seguinte forma: a) 2017: 26 (vinte seis) resultados.

No estágio de adoção dos critérios de tratamento, na vez do critério de seleção das notícias (uso de imagem de pessoa presa), obtiveram-se: a) 2017: 04 (quatro) resultados.

Já na aplicação dos critérios de 1° grau, 2° grau, 3° grau, 4° grau, 5° grau e 6° grau de exclusão de dados desimportantes aos objetivos cravados de análise ante a presença de elementos outros a gravitar os principais que são de nítida e desejada inclinação crítica, atingiu-se o que se segue (critério a critério).

I. Resultados pós aplicação do critério de 1° Grau (pessoas presas fora do Tocantins) ano a ano: 1.3) 2017: 01 (uma) exclusão; e 1.7). Total: 01 (uma) notícia excluída.

II. Resultados pós aplicação do critério de 2° Grau (sem identificação de rosto) ano a ano: 2.3) 2017: 00 (zero) exclusão; 2.6). Total: 00 (zero) notícia excluída.

III. Resultados pós aplicação do critério de 3° Grau (sem qualidade imagética) ano a ano: 3.3) 2017: 00 (zero) exclusão; e 3.7). Total: 00 (zero) notícia excluída

IV. Resultados pós aplicação do critério de 4° Grau (imagem repetitiva) ano a ano: 4.3) 2017: 00 (zero) exclusão; e 4.7). Total: 00 (zero) notícia excluída.

V. Resultados pós aplicação do critério de 5° Grau (foto em preto e branco) ano a ano: 5.3) 2017: 01 (uma) exclusão; e 5.7). Total: 01 (uma) notícia excluída.

VI. Resultados pós aplicação do critério de 6° Grau (foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta) no ano de interesse: 6.1) 2017: 01 (uma) exclusão; e 6.2). Total: 01 (uma) notícia excluída.

Estacionando-se na fase de combinação de dados levantados e excluídos em 1° grau, 2° grau, 3° grau, 4° grau, 5° grau e 6° grau, chegou-se a 03 (três) notícias excluídas de 04 (quatro) notícias selecionadas. Em cálculo aritmético, obtiveram-se 01 (uma) notícia tida como apta à análise de discurso jornalístico e vetores oportunizados.

Pois bem, *infra*, ilustra-se tabela com o título do documento selecionado no *Jornal do Tocantins* que, após tratamento, foi considerado apto às discussões metodizadas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 01: Título da notícia selecionada após a aplicação dos critérios de tratamento (busca: fuga de presos; seleção: uso de imagem de pessoa presa; e exclusão: 1° Grau – pessoas presas fora do Tocantins/2° Grau – pessoas presas fora da unidade prisional/ 3° Grau – baixa qualidade imagética/4° Grau – foto repetitiva/5° Grau – foto em preto e branco/ 6° Grau – foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta).

ANO DE 2017
Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis – Jornal do Tocantins.
TOTAL 01 (um) título de notícia.

Fonte: elaborado pelo autor.

Análise do dito e do não dito

Presentemente, dar-se-á início à análise de discurso, à materialidade do discurso, à ideologização na língua *et cetera*.

Os dados de "discursos jornalísticos", nos quais se perquire principalmente o "não dito", se fazem das notícias compiladas do *Jornal do Tocantins* (jornal *online*), fundado em 18 de maio de 1979 (JORNAL DO TOCANTINS, 2020).

Soma-se ao *modus operandi* da análise (busca pelo "não dito", especialmente), a apresentação "do dito" e o exame do "não dito". "O dito" é a reprodução fidedigna do texto da notícia selecionada, já o "não dito" é conquistado pela compreensão dos efeitos dos sentidos dos enunciados, requerendo exame distintivo. "Ao não dito", visa-se os subentendidos discursivamente que porão às claras com identificação do sujeito, dos valores de que faz defesa, da classe de pertencimento, das posições políticas e ideológicas *et cetera*, tudo a possibilitar enxergar a materialidade e os mecanismos do discurso (histórico, social *et cetera*). À busca do "não dito", também se somam fatores elementares da língua (coesão lexical, par semântico dos termos, figuras de linguagem etc.) que, igualmente, possuem efeitos de direcionamento do autor-leitor (MAINGUENEAU, 2005; FREITAS, 1999; BRANDÃO, 2004).

Os documentos receberam o devido tratamento técnico-científico de seleção já apresentado na seção "Metodologia". Por fim, informa-se que a notícia selecionada recebe tratamento em fotos e dados pessoais que caracterizam ou qualificam os sujeitos eventualmente noticiados em zelo à dignidade humana, à legislação pátria e ao fim científico.

> "Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis"
>
> (JORNAL DO TOCANTINS, 2017).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O dito

Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis
Agentes da unidade e a Polícia militar realizam buscas pelos fugitivos; até o momento ninguém foi recapturado

26/03/2017 – 14:43

Cinco detentos fugiram na madrugada de hoje na Casa de Prisão Provisória de Dianópolis, a 320 Km de Palmas. A informação foi confirmada pela Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju).
Conforme a secretaria, os presos serraram as grades da cela dois da unidade. Posteriormente, eles pularam o muro, que fica próximo à área para banho de sol da cadeia.
A Seciju informou que os agentes da unidade com o apoio da Polícia Militar (PM) fazem buscas pelos fugitivos. Até o momento nenhum preso foi recapturado.
Os foragidos são os detentos L. S. (alterado pelo autor), C. E. (alterado pelo autor), D. G. A. (alterado pelo autor), D. S. (alterado pelo autor) e N. P. (alterado pelo autor).
Segundo a pasta ainda, o local usado para a fuga está passando por reparos. A unidade irá abrir um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar a fuga.

O não dito

a) Elementos interpositivos

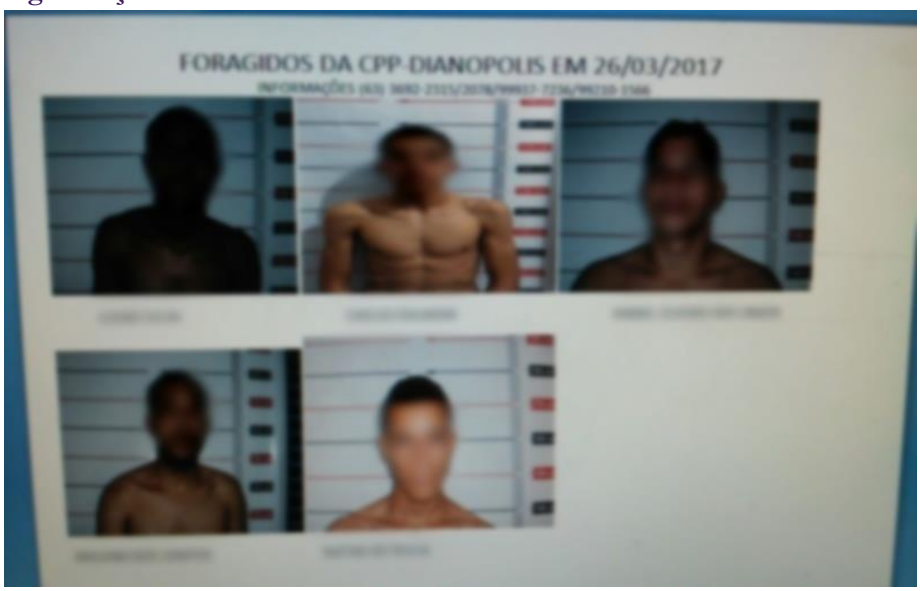
O sujeito que fala? Oculto, que trata da evasão de 05 (cinco) pessoas presas da cadeia em Dianópolis - TO.
A quem se dirige? A toda a sociedade, advogados (a) (s), defensores (a) (s) públicos (a) (s), familiares de pessoas segregadas na respectiva unidade penal e, principalmente, àqueles que se afeiçoam a eventos de crise no sistema carcerário, ação policial e sensacionalismo de operação repressiva estatal.

O significado do que se fala? De plano, possui caráter informativo com marcas jornalísticas sensacionalistas sobre evasão de pessoas do sistema carcerário.
A razão pela qual se fala? Utilidade pública dos acontecimentos no sistema prisional, adotando o sensacionalismo como elemento de atração do público.
A maneira com que se fala? Mantém informativo de tom sensacionalista nas adoções discursivas, apresentando e reproduzindo dados dos eventos internos que precederam a fuga, bem como dados pessoais das pessoas presas que se evadiram da cadeia de Dianópolis.
O público ouvinte? A sociedade em geral, especialmente familiares de pessoas presas sobre os quais recai inicial interesse de apreensão situacional e tratamento da realidade.
Qual instituição autoriza e justifica o discurso? A Secretaria da Cidadania e Justiça do Tocantins e Polícia Militar em Dianópolis - TO.

b) Elementos enunciativos

1° Enunciado selecionado

Significação literal:



Fonte: *Jornal do Tocantins*, Brasil.

Significação implícita: com o título "foragidos da CPP – Dianópolis em 26/03/2017", a pessoa enunciante divulga a imagem, constituída em ambiente carcerário, das 05 (cinco) pessoas que se evadiram. O termo "foragido" é de remissão histórica à clandestinidade, que alude a cenário de conflito e, portanto, chama a atenção da sociedade a eventualmente reprovar a conduta praticada. A adoção terminológica "foragido", sem esclarecer se se trata de pessoa presa condenada ou não, possui efeito negativo à imagem humana, pois atribui-lhe fato ilícito administrativo e penal, claramente desonroso, entre os pares sociais. A considerar, mais uma vez, que, sem a certificação

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da natureza da prisão, atribui-se culpabilidade sem conhecimento de eventual processo penal público resultante em julgamento formador de édito condenatório pela culpabilidade, antecipando efeitos da pena (castigo, sofrimento, reprovação social *et cetera*).

Na imagem sob análise e de fonte desconhecida, têm-se nomes civis expressos e traços característicos das pessoas que se evadiram da unidade prisional, possibilitando claramente a individualização e identificação destes pelo corpo social e não, especificamente, as autoridades públicas que farão adequado procedimento de recaptura dos envolvidos no ato evasivo. Referida decisão da pessoa enunciante é capaz de causar alguns outros efeitos sobre a pessoa presa evadida do cárcere, além das já discutidas a momento. Sobre esses outros efeitos, perfazem-se na vulnerabilidade público-social, na criminalização secundária e na identificação futura vinculada e maculada de imagem pujante ao tempo do ato, todas aptos a trazer consequências imediatas e mediatas que hão de atazanar os fins da pena, a reinserção social *et cetera* (BARATTA, 2002). Como pontuado, a foto de emprego na notícia não conta com fonte conhecida, o que atribui descrédito ao dado imagético.

Considerações finais

Observou-se, de modo analítico em discursos de notícia específica do *Jornal do Tocantins*, a força de produção, oferta e divulgação de sentidos pelas narrativas formadas frente à realidade de evasão de pessoas mantidas segregadas em unidades de pena ou provisoriedade.

As reflexões e os exames de práticas se voltaram para um fim íntimo a ambos os setores do saber anunciados (Comunicação e Direito), qual seja, direcionar as discussões para a preservação das atividades de jornais, noticiários e demais veículos ou meios institucionalizados ou empresariais de transmissão de informação para que atuem de forma segura, garantida, nas coberturas de acontecimentos penitenciários a bem do interesse público de fatos sociais relevantes, assim considerados no processo de tratamento técnico, ético e legal.

Inclinável a vigilância da estrutura do direito-dever à "liberdade de imprensa" ou imprensa para a sua continuidade hígida na República, pois, a depender do terreno de atuação, pode se divorciar dos fundamentos éticos, sociais e legais de instituição, consolidação e estabilidade, permitindo, a prejuízo próprio, discussões que pairam sobre a condigna e legítima performance de veículos jornalísticos frente a outros campos da vida social que são tangenciados direta ou indiretamente, *in casu*, a ambiência carcerária constituída, massivamente, por sujeitos de direitos e deveres que preservam a condição de titulares dos direitos, dentre outros, à imagem, à privacidade e à intimidade, não limitados no ato de ergástulo, persecução e sancionamento pelo Estado-Juiz.

É dizer, o exercício do direito à prestação de informação (liberdade de imprensa) carece, refrise-se, de consciência de si, o que só se obtém pelo mergulho na história política, social e legislativa do país, submersão capaz de evidenciar o quão turbulento foi o processo de estruturação e aparente estabilização da expressão liberdade (*lato sensu*), que reclama atuação responsável de profissionais da imprensa, a fim de preservar as bases políticas e sociais que dão justificabilidade à atividade dos veículos noticiosos, bem como diversos outros meios de transmissão de informação, públicos ou particulares.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.** Ed. Revan. Instituto Carioca de Criminologia, Rio de Janeiro, 2002.

BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, 2013.

BARTHES, Roland. **Aula.** 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____ [*et. al.*]. **Análise estrutural da narrativa.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Jornal do Tocantins. Periódico online.** Disponível em: https://www.jornaldotocantins.com.br/. Acesso em 20 set. 2021.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto: Enfermagem,** Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREITAS, Antônico Francisco de. **Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso.** 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalistico.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa.** Lisboa: Vega Universidade, 1995.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: **Análise Estrutural da narrativa.** Tradução: Maria Zélia Barbosa. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora São Paulo. Atlas, 2008.

MANHÃES, E. Análise do Discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 305-315.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gênese dos Discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p. ISBN 85-8814-131-0.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura,** Ano 05, n. 11, 2o Semestre de 2009, ISSN 1807-5193. Disponível em: < http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf >. Acesso em 06 de nov. de 2021.

METZ, Christian. Apontamentos para uma fenomenologia da narração. In: _____. **A significação no cinema.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC,** Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

ORLANDI, E. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos** (42), Campinas: Jan./Jun 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp. pp 61 – 161, 1990.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 02
FORMAÇÃO DE PROFESSORES, TRABALHO DOCENTE E NOVAS TECNOLOGIAS

OS SABERES MUSICAIS E AS TIC NA FORMAÇÃO DOCENTE DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Adelson Aparecido Scotti[1]

Apresentação

Os estudos relacionados a formação docente em música se intensificaram nas últimas décadas na medida em que as propostas de formação docente são variadas e o perfil profissional se altera a partir das demandas sociais. É possível destacar, nesse momento, dois aspectos que contribuíram para a mudança do perfil profissional do professor de música no Brasil. Primeiro, a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, com a promulgação da Lei 11.769/2008. Segundo, a presença cada vez maior das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano.

A partir da obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, através da Lei 11.769/2008, o espaço de atuação dos professores de música cresceu exponencialmente e as questões relacionadas aos saberes profissionais foram postas em discussão. As perspectivas metodológicas para a formação desse profissional são muitas na medida em que o perfil exige uma complexidade de saberes para atuar no ensino regular (QUEIROZ; MARINHO, 2005). O curso de Licenciatura em Música do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), localizado no nordeste brasileiro, é um local de formação que atende a demanda profissional para a educação básica da cidade e região, mas também para atuação em espaços como ONG, igrejas ou escolas particulares de música.

Especificamente, a literatura aponta para a perspectiva de uso das TIC para a formação docente e, numa proporção menor, a apropriação do seu conceito no momento da formação profissional. Nesse sentido, San Martín, Guarnieri e Rodríguez (2009, p. 18), alertam que a "adopción acrítica tanto de instrumentos como de terminologías, traducciones forzadas en el marco de teorías y/o prácticas pedagógicas descontextualizadas, nos pueden conducir a resultados instrumentalistas y oclusivos que refuerzan mecanismos de vaciamiento subjetivo."

No contexto apresentado, com os diversos espaços de atuação do professor de música e o acesso as TIC cada vez maior, é necessário um outro olhar sobre a temática da formação docente em música, de forma que amplie as discussões e culmine em propostas inovadoras para atender os diversos espaços de trabalho.

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Nacional de Rosario (Argentina). Mestre em Artes/Música pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do curso de Licenciatura em Música do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Correio eletrônico: adelson.scotti@ifsertao-pe.edu.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Entretanto, esse contexto demonstra que existe uma complexidade na formação docente em música. A complexidade pode ser percebida através do conhecimento necessário para atuar nos diversos espaços; a partir das possiblidades de ensino e aprendizagem oferecidas pelas TIC nos cursos de licenciatura; mas também na maneira que o governo cria regulamentações para os cursos superiores. Tal regulamentação pode ser observada através da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, expedida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação do Brasil (MEC), que direcionou as alterações do currículo do Curso de Música do IFSertãoPE

Ao perceber as alterações curriculares do Curso de Música do IFSertãoPE para atender às demandas sociais, culturais e políticas brasileiras, é importante compreender como se configurou o currículo, articulado ao marco teórico acerca da educação musical e das TIC para explicitar as conexões existentes na formação docente nos tempos atuais. Se por um lado, as alterações ocorridas no currículo do curso pretendiam atender as exigências político-pedagógicas, por outro, promovia a formação docente em música, observando a especificidade a partir dos objetivos do curso, do perfil profissional e do campo de atuação dos egressos. Assim, é possível supor que o currículo Curso de Música do IFSertãoPE, que articula os saberes musicais e das TIC, atende a demanda específica musical e das TIC na formação docente?

Dentro do contexto apresentado, o projeto de investigação tem como objetivo geral compreender de que maneira o currículo do Curso de Música IFSertãoPE articula os saberes musicais e das TIC na formação docente.

Uma breve revisão da literatura

Até o momento da construção desse projeto, foi identificado um número reduzido de investigações diretamente relacionadas ao tema. Nesse sentido, houve o esforço de ampliar a faixa temporal e trabalhar com uma literatura que se aproximasse do tema. Em outras palavras, as investigações utilizadas, mesmo não trabalhando diretamente com o tema, ao final culminam nos saberes para a docência. Por exemplo, trabalhar o tema da formação por meio de mudanças curriculares ou identificar múltiplas possibilidades de formação, ao final, representa aquisição de saberes necessários para a docência.

Dito isso, a busca por uma melhor qualidade da educação frente aos desafios contemporâneos resulta em "esfuerzos por crear y promover programas, proyectos y acciones que fomenten innovaciones y cambios en las distintas áreas educativas, como la formación docente, la gestión, los contenidos y los materiales curriculares" (UNESCO/OREALC, 2002, p. 09). Motivado por essa busca, a Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe publicou um livro em que trata especificamente sobre a formação docente em diversas localidades. Para os organizadores do trabalho, a compreensão sobre ensinar e aprender tem sofrido transformações, impactando na forma perceber como os estudantes aprendem, resultando em novas possibilidades de como ensinar.

Numa perspectiva regional, Vezub (2007) aponta outros desafios relacionados a formação docente. Para a autora, vários países da América Latina reformularam seus currículos tanto no âmbito de seus conteúdos como em sua estrutura e funcionamento e, posteriormente, iniciando

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

um novo ciclo de credenciamento dessas instituições. Vezub (2007) considera que os problemas são múltiplos, ramificando em diversas esferas, sejam de ordem técnica, política, ideológica ou que impactam diretamente nas condições de trabalho e carreira dos professores. Nesse sentido, "cualquier cambio dirigido a alterar las bases actuales de la profesionalidad e identidad del docente y construir otras nuevas, modifica las reglas de juego existentes y desestabiliza el statu-quo" (VEZUB, 2007, p. 21). Isso significa que as possibilidades de mudanças são diversas visando uma melhor adequação ao perfil profissional desejado.

Justamente nesse aspecto, a investigação de Saravia e Flores (2005) mostrou que não "existe una estructura única para la formación inicial. Cada país ha ido diseñando y ha constituido su propia estructura, dependiendo de las disposiciones que, en política de formación docente, hayan adoptado" (SARAVIA; FLORES, 2005, p. 26). Os dados utilizados correspondem a um estudo realizado em dez países da América Latina, a fim de coletar informações que caracterizassem a formação docente de cada país. Por outro lado, os autores constataram um processo de transformação na forma conceber e abordar a formação docente que coincidem com tendências globais. De acordo com Saravia e Flores (2005, p. 58), há uma tendência dos países estudados que "busca pasar de un sistema tradicional de capacitación, caracterizado por su verticalidad y centralismo en los ministerios de educación, a un sistema descentralizado y con mayor participación de los diferentes actores educativos."

É importante destacar que as investigações descritas acima, seja no trabalho da UNESCO sobre melhoria da educação, os problemas de reformulação dos currículos apontados por Vezub (2007) ou as múltiplas possibilidades de formação docente destacadas Saravia e Flores (2005), ao final, desembocam nos saberes necessários para a prática docente.

Abordando especificamente os saberes na formação docente em música, a problemática foi discutida por Riveros, Aguilera e Ibáñez (2017). Os autores observaram três aspectos: "caracterización de sus modelos formativos en referencia al contexto latinoamericano, los respectivos componentes formativos de práctica docente en el aula escolar (prácticum) y la tensión que presentan entre la formación disciplinaria y la formación pedagógica, así como el modo en el que cada programa responde a dichos desafíos" (RIVEROS; AGUILERA; IBÁÑEZ, 2017, p. 248). O estudo realizado na cidade de Valparaiso, Chile, analisou os componentes curriculares e extracurriculares da formação docente em música e de que maneira as instituições buscavam alcançar uma formação coerente a partir da interação com o contexto local. Assim, os autores identificaram o perfil profissional desejado pela instituição, elencando três grupos de competências necessárias para a atividade docente: "Competencias Genéricas de Formación Fundamental"; "Competencias Específicas Disciplinares, fundadas en las ciencias musicales" y "Competencias Específicas Profesionales, relacionadas directamente con la profesión docente en el campo de la educación musical". (RIVEROS; AGUILERA; IBÁÑEZ, 2017, p. 260).

De maneira similar, os saberes musicais resultantes da formação docente também foram estudados por Aguilera e Monmany (2014) para atuação na educación Primaria y Secundaria. A partir desse estudo, as autoras pretendiam "delimitar las necesidades formativas del profesorado de música y servir de guía para el diseño de programas de formación de estos docentes". (AGUILERA; MONMANY, 2014, p. 16). Como resultado, foi elaborada uma proposta de dez competências

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

profissionais desejáveis, divididas em três categorias: competências transversais ou comuns a todos os professores da área do ensino básico e secundário, competências musicais e competências pedagógicas e didáticas.

Se por um lado os estudos apresentados mostraram a complexidade da formação docente resultantes das diversas implicações ordem técnica, política ou ideológica a fim de aproximar o perfil profissional da demanda específica, por outro, temos a presença das TIC que afetam diretamente o processo de formação dos futuros professores.

A presença massiva das TIC no cotidiano das pessoas gera uma sensação de naturalização, intensificada ainda mais para as gerações que nasceram imersos nessas tecnologias e não conseguem entender o mundo sem elas. De acordo com San Martín, Guarnieri e Rodríguez (2009, p. 16), "la naturalización de las Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en las prácticas diarias es cada vez más frecuente por parte de los ciudadanos dando lugar a nuevas formas culturales de interacción." A Educação, ao perceber o acesso às TIC, passou a apropriar de seus recursos para o ensino e aprendizagem de conteúdos e os resultados podem ser encontrados em livros, revistas científicas e anais de congressos.

Os livros publicados por Barreto e Diazgranados (2017) e Ortega et al. (2012), relatam as experiências no uso de recursos das TIC nos processos de ensino e aprendizagem. O enfoque no ensino superior dado por Barreto e Diazgranados (2017, p. 11) se justifica por acreditarem que "el nivel de aprovechamiento de las tecnologías de la información se ubica en niveles medio-bajos o bajos, pese al reconocimiento general de la importancia y utilidad que estos recursos pueden tener en el proceso de enseñanza-aprendizaje". Para os autores, "diversos estudios indican que, si bien estas tecnologías han llegado a las instituciones, su utilización se ha limitado a su conocimiento y manejo, pero no a su incorporación -con sentido pedagógico- en los procesos de enseñanza-aprendizaje." (BARRETO; DIAZGRANADOS, 2017, p. 11). Por outro lado, para Ortega et al. (2012, p. 11), com um cenário crescente de acesso e inclusão das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, "cada vez es más fehaciente el cambio de actitud del alumnado: participa, se implica y muestra su afinidad, en especial en aquellos casos en los que se emplean tecnologías consuetudinarias a su día a día y hay docentes comprometidos." Ou seja, as tecnologias estão presentes, mas sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem depende da maneira que for utilizada pelos envolvidos no processo (alunos, docentes e instituições educativas).

Especificamente sobre os espaços virtuais promovidos pelas TIC, em publicação recente, os autores Mercado Borja, Guarnieri e Rodríguez (2019) analisaram e avaliaram a usabilidade e aplicabilidade das TIC no ensino superior, considerando os aspectos pedagógicos e técnicos, a fim de aprimorar os processos de interatividade. Para esses autores,

> los procesos de interactividad mediados con TIC, en el ámbito educativo, deben contribuir al logro de experiencias significativas que eleven el desempeño intelectual, al desarrollo integral del estudiante, a la potenciación del trabajo multidisciplinario, a la mejora de habilidades metacognitivas desde el pensamiento crítico reflexivo y a elevar calidad del e-learning. (MERCADO BORJA; GUARNIERI; RODRÍGUEZ, 2019, p. 67)

As TIC promovem experiências significativas na aprendizagem de conteúdos de maneira não tradicional, possibilita o acesso a uma grande quantidade de informações, disponibiliza a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comunicação virtual, permite o trabalho colaborativo, entre outros recursos. O interesse sobre um determinado assunto se transforma em possibilidade de conhecimento para os usuários das TIC. Nesse contexto, a utilização crítica das TIC no processo de formação dos futuros docente pode gerar modos próprios de aproveitamento dos recursos nos processos de ensino e aprendizagem de conteúdos específicos.

As investigações relacionadas a área da Educação Musical e as TIC cresceram significativamente nas últimas décadas. As possibilidades de reflexão e utilização dos recursos tecnológicos para o ensino e aprendizagem da música é uma realidade. Castro (2015), analisa os recursos educativos proporcionados pelas TIC no ensino e aprendizagem de piano. Com os recursos tecnológicos, foi possivel "examinar las múltiples dimensiones del acto musical (sea éste creativo, ejecutivo, interpretativo o de aprendizaje); potenciar el desarrollo de habilidades musicales concretas (auditivas, visuales, motrices) y obtener información de distintas situaciones de aprendizaje." (CASTRO, 2015, p. 37).

Sustaeta e Domínguez-Alcahud (2004), apresentam algumas aplicações de recursos tecnológicos para o ensino da percepção e apreciação musical. Os autores acreditam que mesmo com a vasta possibilidade de aplicação, a "pertinencia sobre su posible utilización en el aula corresponde al profesor, en función del contexto concreto en el que se desarrolla cada grupo de alumnos." (SUSTAETA; DOMÍNGUEZ-ALCAHUD, 2004, p. 12). Em sua recente tese de doutorado, Ferrerio (2015, p. 26) procurou conhecer "la visión del alumnado, los usos que hacen de las tecnologías y estudiar en profundidad un caso en el que sí se utilizan en el aula". Seu estudo mostrou que os alunos possuem uma intuição natural para trabalhar com as tecnologias, ou seja, se apresentam como "herramientas para el aprendizaje, herramientas que lo facilitan y que ellos mismos reconocen que cambian el alcance de su educación musical […]". (FERRERIO, 2015, p. 442). De maneira geral, as possibilidades de utilização de recursos tecnológicos para o ensino e aprendizagem da música são múltiplas e dependem de sua finalidade.

Para além da utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem, vale ressaltar que, o contato com as TIC no processo formativo, o aprofundamento nas discussões sobre o alcance desses recursos no apoio ao ensino e aprendizagem possibilita desenvolver saberes específicos das TIC que serão mobilizados durante a carreira profissional.

Até o momento, as investigações apresentadas mostraram propostas de mudanças na formação docente e a inclusão de recursos das TIC no processo formativo. Ambas as investigações convergem em um ponto: o currículo. Isso significa que qualquer mudança deve estar representada no currículo. Por isso, o currículo tem um papel importante dentro das instituições de ensino. É possível observar mudanças nos currículos motivadas por alterações de ordem econômicas, sociais e culturais, exigindo dessas instituições propostas que integrem o contexto e desenvolvam o conhecimento. Nessa perspectiva, inúmeras publicações podem ser encontradas nos mais diversos formatos desde o início do século XX.

Díaz-Barriga (2003) realizou uma investigação curricular abarcando a década de noventa do século passado no México, visando fortalecer e ampliar a difusão do conhecimento acerca do currículo. Através desse estudo, foi possível "ofrecer un documento que parte de una visión analítica integrada y que ofrece una importante visión de la situación en la que se encuentra la investigación

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

curricular en el país." (DÍAZ-BARRIGA, 2003, p. 32). Posteriormente, Díaz-Barriga e Garduño (2014) realizaram uma investigação envolvendo países da América Latina para estudar o desenvolvimento do currículo nesses países. Para os autores, essa investigação "constituye un primer esfuerzo a nivel regional por describir y analizar cómo se conformó un campo de conocimiento que no existía en nuestro medio, que fue objeto de un acto intencional de transplante cultural y educativo […]". (DÍAZ-BARRIGA; GARDUÑO, 2014, p. 13).

Do ponto de vista do currículo no ensino superior, é possível destacar a tese de mestrado de Ortega (2010, p. 2) cuja proposta era "establecer los criterios y las relaciones existentes entre los currículos de diseño como eje constante de producción académica en la elaboración de herramientas metodológicas que solidifican la actualización de los campos disciplinares y validan las innovaciones propias de la formación universitaria". Desse modo, ao analisar como o conteúdo disciplinario do currículo influenciava na geração, direcionamento e desenvolvimento de perfis específicos, Ortega (2010) aponta para a renovação metodológica, com a incorporação de outros campos do conhecimento, fomentando um espaço disciplinar autônomo, propício a reflexão e produção teórica.

Em artigo publicado por Litwin (2006, p. 26), a autora "focaliza en algunos debates que se presentan en la actual agenda universitaria, cuando se pretende mejorar la oferta educativa, responder a las demandas de la sociedad y que las universidades integren sus propuestas en un sistema de educación superior articulado". Nesse sentido, Litwin (2006) destaca que os currículos devem atender as práticas profissionais desde o início dos estudos, visto que o contato com as escolas permite o reconhecimento e a visualizações dos temas e problemas a serem enfrentados pelos futuros profissionais.

Marco teórico da investigação

A temática formação docente vem sendo investigado há décadas e discute a problemática na construção das propostas de formação nos cursos de licenciaturas (TANURI, 2000; GARCÍA, 1999; MARQUES, 1992; BRAGA, 1988; CANDAU, 1987). Para García (1999), a formação de professores é fundamental na medida em que a didática contribui para uma melhor qualidade do ensino. O autor argumenta que a formação docente se sustenta como uma área de investigação própria capaz de analisar os problemas específicos da sua estrutura conceitual.

Uma corrente de investigação localizada na América do Norte e na maioria dos outros países de cultura anglo-saxônica, e posteriormente ampliado para movimento internacional, iniciou os estudos relacionados à profissionalização da educação e dos professores (BORGES; TARDIF, 2001). A profissionalização do ensino constitui maneiras de buscar políticas educativas, reformas institucionais e novas ideologias da formação e do ensino. Assim, a epistemologia da prática profissional se encontra no centro das discussões. A definição epistemológica da prática profissional é dada por Tardif (2000, p. 10) como sendo "[...] o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse sentido, a distinção existente entre as profissões e demais ocupações está relacionado aos saberes necessários para o exercício profissional, abrangendo os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes. A diferença das profissões com as outras ocupações, pode ser percebida por três aspectos: 1) apoio em conhecimentos especializados e formalizados dos profissionais; 2) processo formativo longo e em nível superior; 3) os conhecimentos adquiridos para resolução de questões específicas (TARDIF, 2000).

O movimento de profissionalização dos professores trouxe contribuições significativas ao delimitar os saberes específicos que definem a profissão seja no processo formativo ou no espaço laboral. Assim, os saberes docentes correspondem "saber plural, formado pela amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais" (TARDIF, 2010, p. 36).

Dentro dessa perspectiva, o projeto considera que os saberes abrangem os conhecimentos, competências e habilidades necessários para o exercício da profissão (GARCÍA, 1999; PERRENOUD, 2001, 2004; TARDIF, 2000, 2009).

As tecnologias, tal como a temática da formação docente, têm seus estudos próprios e publicações variadas sobre as possibilidades de apoio no ensino. Apesar de no Brasil, nesses últimos anos, os estudos tenham voltado para Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), ou seja, as mídias digitais que se utilizam do processamento de dados armazenados e que funcionam a partir da decodificação de códigos binários (0 e 1), o presente projeto optou por denominar Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Isso porque, de acordo com Costa, Duqueviz y Pedroza (2015, p. 604), TDIC estão relacionadas ao "computador, tablet, celular, smartphone e qualquer outro dispositivo que permita a navegação na internet". Em contrapartida, TIC englobam além das mídias digitais, aquelas tecnologias que não possuem decodificação numérica como, por exemplo, os jornais impressos e livros, quadro negro, televisores, projetores de imagem e tantos outros. Portanto, o conceito de tecnologia a ser utilizado nesse projeto é de TIC. Segundo Álvarez e Mayo (2009),

> Las TIC son una realización social que facilitan los procesos de información y comunicación, gracias a los diversos desarrollos tecnológicos, en aras de una construcción y extensión del conocimiento que derive en la satisfacción de las necesidades de los integrantes de una determinada organización social. (p. 2).

As TIC, na definição dos autores, surgem na sociedade para atender necessidades especificas, ao mesmo tempo em que o surgimento dessas tecnologias promove transformações de ordem social, cultural e econômica. Para Riveros e Mendoza (2005)

> La tecnología en general, y especialmente las denominadas nuevas tecnologías (redes de computadoras, satélites, televisión por cable, multimedia, hipermedia, Internet, telefonía móvil, videoconferencia, entre otros) afectan no sólo la transformación de las tareas que se realizan con ellas, sino que también tienen consecuencias sobre la forma de percibir el mundo, sobre las creencias y las maneras de relacionarse de los individuos, transformando sustantivamente la vida social y cotidiana (p. 316-317).

Transpondo o entendimento de TIC para formação docente, isso representa uma transformação na prática pedagógica dos futuros profissionais (IZQUIERDO; PARDO; SÁNCHEZ, 2010). Ao

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

fazerem parte do processo formativo dos futuros professores, podem gerar metodologias diferenciadas no cotidiano laboral.

As transformações educativas promovidas pelas TIC na formação docente devem estar presentes nos currículos dos cursos superiores. Para Gimeno Sacristán (2010, p. 11), o currículo "tiene una capacidad o un poder inclusivo que nos permite hacer de él un instrumento esencial para hablar, discutir y contrastar nuestras visiones sobre lo que creemos que es la realidad educativa". Ao definir o conceito de currículo, Vera (1997), destaca o papel e as possibilidades de alcance do currículo, a partir do campo de atuação e suas dimensões. O campo de atuação engloba os aspectos estruturais-formais (as disposições oficiais, estatutos, regulamentações e normas, planos e programas de estudo) e os aspectos processuais-práticos (desenvolvimento do currículo com base no que acontece em sala de aula entre alunos e professores). As dimensões do currículo abarcam as questões sociais, culturais, políticas, econômicas, ideológicas, institucionais e didáticas, com ênfase nos aspectos relacionados a organização e gestão de conteúdos e sua distribuição do tempo.

A partir dessas definições, é possível observar que as possibilidades de organização do currículo são variadas e dependem dos marcos reguladores estabelecidos por cada sociedade (DURKHEIM, 1993). Assim, a definição de currículo entendida nesse projeto corresponde as experiências de aprendizagem implementadas pelas instituições escolares, a partir dos aspectos sociais e culturais, vivenciadas pelos alunos por meio de um conjunto de disciplinas (programa de conteúdos e atividades planejadas e orientadas metodologicamente), dentro de um ciclo, nível ou modalidade, que dará conhecimento e/o competência sobre una determinada área.

Percurso metodológico da investigação

Os fatos e relações estudadas em investigações científicas buscam em seus resultados responder ao problema levantado inicialmente. Para a obtenção desses resultados é necessário delimitar os procedimentos metodológicos para responder aos interrogantes da investigação. Dentro dessa perspectiva, a metodologia, os métodos e técnicas utilizadas nesta investigação terão como parâmetro o problema de investigação e o objetivo geral, delimitado anteriormente.

Considerando o exposto, esta investigação se enquadra na abordagem qualitativa uma vez que existe o envolvimento de pessoas e fatos relacionados ao objeto de estudo, sendo possível extrair significados a partir do olhar do investigador. Assim, essa abordagem pressupoe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (MUNARRIZ, 1992). A investigação se delimita a partir do estudo exploratório, uma vez que procura "establecer una interacción entre los objetivos y la realidad de la situación de campo; observar y recolectar los datos directamente de la realidad, en su situación natural". (BALESTRINI, 2006, p. 132).

A estratégia de investigação a ser utilizada será o estudo de caso. Segundo Yin (2005, p. 20), "utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, social, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados". Ademais, o estudo de caso é um método eficiente quando uma investigação requer múltiplas fontes de evidências (LÓPES GONZÁLES, 2013). O espaço do

Curso de Música do IFSertãoPE foi escolhido para realizar a investigação por entender que o estudo empírico possibilitará um melhor entendimento acerca das questões relativas à formação docente.

A metodologia prevista nesta investigação prevê diferentes fases de trabalho. A primeira fase será constituída de uma revisão bibliográfica acerca das temáticas formação docente, saberes e TIC. A segunda fase corresponderá a imersão no campo, tendo como método de coleta de dados a aplicação de questionários, entrevista semiestruturada e localização de fontes documentais oficiais referentes ao currículo, Resoluções, Leis e Decretos publicados pelos órgãos reguladores educacionais.

As fontes orais e escritas utilizadas nesse projeto serão constituídas por documentações diretas e indiretas. A documentação direta constitui a coleta de dados no IFSertãoPE a partir de questionários e entrevista semiestruturada. Os questionários serão aplicados com os alunos e professores do Curso de Música. De acordo com Gil (1999), uma das vantagens da utilização do questionário é a possibilidade de um número maior de pessoas participar. Está previsto a utilização de questões abertas, onde o respondente tem liberdade para manifestar; e questões fechadas, que correspondem a um conjunto de alternativas para ser escolhido, podendo conter uma ou mais respostas, dependendo do objetivo da pergunta. (GARCÍA ALCARAZ et al, 2006). Os questionários serão aplicados online a partir do envio do link para alunos e professores. A entrevista semiestruturada, direcionada a um representante da coordenação do Curso, tem como característica ser conduzida a partir da observação, onde, havendo lacunas no momento da entrevista, será possível um aprofundamento do tema para esclarecer informações contraditórias (MUNARRIZ, 1992). A entrevista semiestruturada será agendada previamente e realizada de forma online. As perguntas encontradas nesses dois métodos servirão identificar se os saberes musicais e das TIC promovidos pelo Curso atendem as necessidades contemporâneas na formação docente.

A documentação indireta corresponde aos dados elaborados por terceiros, dividindo-se em fontes primárias como, por exemplo, currículos do curso, leis, decretos e resoluções de funcionamento dos cursos de licenciatura; e fontes secundárias, relacionadas a revisão da bibliografia (LAKATOS; MARCONI, 1992). As fontes primárias estão disponíveis na internet com livre acesso.

Os dados coletados serão analisados a partir da triangulação das informações. A triangulação dos dados é uma técnica que proporciona uma ampla descrição, explicação e compreensão a partir do cruzamento de diversas fontes, aprofundando a investigação sobre o fenômeno tendo uma maior clareza nos resultados (BRESLER, 2000; STAKE, 1999). Com o cruzamento dos dados coletados por diferentes perspectivas (alunos, professores e fontes documentais), será possível obter resultados mais precisos, servindo "para clarificar el significado, identificando diferentes maneras a través de las cuales es percibido el fenómeno" investigado. (LÓPES GONZÁLES, 2013, p. 142)

Considerações finais

Discutir a formação docente corresponde a repensar a profissão, o perfil desejado para atuação, mas também discutir sobre os saberes docentes que correspondam a demanda da atualidade, No

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

presente caso, a demanda se configura como aos saberes musicais e das TIC necessários para o ensino no século XXI. A investigação concluiu a coleta de dados, organizou e categorizou as informações. No Brasil, existe a exigência da submissão de investigações que tratam com seres humanos ao Comitê de Ética Nacional. Por isso, os questionários e a entrevista seguiram os protocolos éticos estabelecidos em normativas próprias garantindo o anonimato dos respondentes. A coleta de dados correspondeu a 1 (uma) entrevista com um representante da coordenação e respostas via questionários de 3 (três) professores e 23 (vinte e três) alunos. A categorização foi realizada por meio do software Atlas.ti a partir de critérios estabelecidos previamente pelo investigador, em consonância com os objetivos e pergunta da investigação. Inicialmente foram identificadas 27 (vinte e sete) categorias que se transformaram em 6 (seis) categorias finais. A investigação se encontra na fase inicial da análise dos dados, portanto, não contemplada nesse artigo. A publicação dos resultados será feita em momento posterior. Por fim, espera-se que, a partir dessa investigação, seja possível expandir as discussões acerca dos saberes musicais e das TIC para o ensino de música no contexto atual.

Referências bibliográficas

AGUILERA, C. C.; MONMANY, M. V. (2014). El perfil profesional del profesorado de música: una propuesta de las competencias deseables en Ed. Primaria y Ed. Secundaria. *Revista Electrónica de Música en la Educación*, n. 33, p. 1-26.

ÁLVAREZ, R. B.; MAYO, I. C. (2009). Las tecnologías de la información y la comunicación en la educación superior: Estudio descriptivo y de revisión. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 50 n. 7, p. 1-12.

BALESTRINI, M. (2006). *Como se elabora el proyecto de investigación*. 7 ed. Venezuela: Editorial BL Consultores Asociados.

BARRETO, C. R.; DIAZGRANADOS, F. I. (2017). *Las tic en la educación superior*: experiencias de innovación. Colombia: Editorial Universidad del Norte.

BORGES, C.; TARDIF, M. (2001). Dossiê: os saberes dos docentes e sua formação. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 74, p. 11-26.

BRAGA, M. M. (1988). A licenciatura no Brasil: um breve histórico sobre o período 1973-1987. Ciência & Cultura, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 16-27.

BRASIL. (2008). Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.** *Lei nº 11.769*, de 18 de agosto de 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BRASIL. (2015). Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP 2/2015*: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília.

BRESLER, L. (2000). Metodologias qualitativas de investigação em Educação Musical. *Revista Música, Psicologia e Educação*, Porto, n. 2, p. 5-30.

CANDAU, V. M. F. (Org.). (1987). Novos rumos da licenciatura. Brasília: INEP/PUC-RJ.

CASTRO, C. (2015). Recursos educativos tic en la enseñanza musical pianística. *Revista Electrónica Complutense de Investigación en Educación Musical*, v. 12, p. 37-52.

Costa, S. R. S., Duqueviz, B. C. y Pedroza, R. L. S. (2015). Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 19, n. 3, p. 603-610.

DÍAZ-BARRIGA, A. (2003). *La investigación curricular en México*: la década de los noventa. México: Ideograma Editores.

DÍAZ-BARRIGA, A.; GARDUÑO, J. M. G. (2014). *Desarrollo del curriculum en América Latina*: experiencia de diez países. Argentina: Miño y Dávila.

DURKHEIM, E. (1993). *Escritos selectos. Selección e introducción de Antony Giddens*. Buenos Aires: Nueva Visión.

FERRERIO, E. T. (2015). *Uso y valoración de las TIC en el aprendizaje musical por los alumnos de los conservatorios de música profesional y superior de A Coruña*: estudio de caso de uso de "IRealb" y "Band in a Box" en el aula de improvisación. (Tesis de Doctoral). UNED. Facultad de Educación, Departamento de Didáctica, Organización Escolar y Didácticas Especiales, España.

GARCÍA ALCARAZ, F.; ALFARO ESPÍN, A.; HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, A.; MOLINA ALARCÓN, M. (2006). Diseño de Cuestionarios para la recogida de información: metodología y limitaciones. *Revista Clínica de Medicina de Familia*, v. 1, n. 5, p. 232-236

GARCÍA, C. (1999). *Formação de Professores. Para uma mudança educativa*. Portugal: Ed. Porto.

GIL, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

GIMENO SACRISTÁN, J. (2010). La función abierta de la obra y su contenido. In: GIMENO SACRISTÁN, J. G. (Comp.). *Saberes e incertidumbres sobre el curriculum*. Madrid: Morata.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

IZQUIERDO, L.; PARDO, G.; SÁNCHEZ, J. (2010). El proceso de formación para la investigación científica en la educación superior sustentado en las tecnologías de la información y las comunicaciones. *Ciencia en su PC*, Cuba, n. 3, p. 133-142.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico. Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

LITWIN, E. (2006). El currículo universitario: perspectivas teóricas y metodológicas para el análisis y el cambio. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 18, n. 46, (sep-dic), p. 25-31.

LÓPEZ GONZÁLEZ, W. O. (2013). El estudio de casos. Una vertiente para la investigación educativa. *Educere*, v. 17, n. 56, p. 139-144.

MARQUES, M. O. (1992). A reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação. Em Aberto, Brasília, DF, n. 54, p. 7-18.

MERCADO BORJA, W. E.; GUARNIERI, G.; RODRÍGUEZ, G. L. (2019). Análisis y evaluación de procesos de interactividad en entornos virtuales de aprendizaje. *Revista Ciencia Tecnología Sociedad - Trilogía*, v. 11, n. 20, p. 63-99.

MUNARRIZ, B. (1992). Técnicas y métodos en Investigación cualitativa. *Metodología Educativa I*. España: Universidade da Coruña, p. 101-116.

ORTEGA, J. H.; FRUSCIO, M. P.; LÓPEZ, D. S.; GUTIÉRREZ, A. V. (2012). *Tendencias emergentes en educación con TIC*. España: Asociación Espiral, Educación y Tecnología

ORTEGA, N. D. (2010). *Diseño del Currículo*: el currículo como generador de perfiles institucionales en las carreras de diseño. (Tesis de Maestria). Universidad de Palermo, Argentina.

PERRENOUD, P. (2001). La formación de los docentes en el siglo XXI. Disponível em: < http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/Textes_2001.html >. Acesso em: 10/01/2021.

PERRENOUD, P. (2004). Diez nuevas competencias para enseñar: Invitación al viaje. Graó, Colofón, México. Disponível em: < https://www.uv.mx/dgdaie/files/2013/09/Philippe-Perrenoud-Diez-nuevas-competencias-para-ensenar.pdf>. Acesso em: 10/01/2021.

QUEIROZ, L. R. S.; MARINHO, V. M. (2005). Novas perspectivas para a formação de professores de música. Reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Música da Universidade Federal da Paraíba. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, p. 83-92.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RIVEROS, R. A.; AGUILERA, C. C.; IBÁÑEZ, A. C. (2017). Formación del profesorado de música en Chile: dos casos en la ciudad de Valparaíso. *Revista Debates*, n. 18, p. 248-278.

RIVEROS, V. S.; MENDOZA, M. I. (2005). Bases teóricas para el uso de las TIC en Educación. *Encuentro Educacional*, v. 12, n. 3, p. 315-336.

SAN MARTÍN, P.; GUARNIERI, G.; RODRIGUEZ, G. (2009). *Perspectivas teóricas y prácticas para desarrollar procesos y materiales didácticos en el contexto físico-virtual de Educación Superior*. Rosario: Campus Virtual UNR. Secretaría de Tecnologías Educativas y de Gestión. UNR.

SARAVIA, L. M.; FLORES, I. (2005). *La formación de maestros en América Latina*: estudio realizado en diez países. Perú: Tarea Asociación Gráfica Educativa.

STAKE, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. 2ª ed. Madrid: Morata.

SUSTAETA, I.; DOMÍNGUEZ-ALCAHUD, M. P. (2004). Aplicaciones didácticas de la informática musical. *Revista Electrónica Complutense de Investigación en Educación Musical*, v. 1, n. 4, p. 1-12.

TARDIF, M. (2000). Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, p. 5-24.

TARDIF, M. (2009). Los saberes del docente y su desarrollo profesional. 2 ed. España: Narcea.

TARDIF, M. (2010). Saberes docentes e formação profissional. 11. ed. Petrópolis: Vozes.

UNESCO/OREALC. (2002). *Formación docente. Un aporte a la discusión. La experiencia de algunos países*. Santiago de Chile: UNESCO/OREALC.

VERA, M. T. (1997). *El curriculum como proyecto integrador*. Rosario: Homo Sapiens.

VEZUB, L. F. (2007). La formación y el desarrollo profesional docente frente a los nuevos desafíos de la escolaridad. *Profesorado Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, v. 11, n. 1, p. 01-23.

YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso*. Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO HOSPITALAR E DOMICILIAR: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS COM A ESCOLA REGULAR

Alyne Martins Gomes
Amanda da Silva Romeiro
Patrícia Mara dos Santos Machado
Marilu dos Santos Borba
Genilda Alves Nascimento Melo

Introdução

No Brasil, a estruturação da oferta do Atendimento Pedagógico Hospitalar (APH) e do Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) é definida pelas Secretarias de Educação (estaduais e municipais), o que amplia as discussões acerca da necessidade de legislação específica estabelecendo Diretrizes Nacionais. A ideia de relatar a importância e o fortalecimento de vínculos entre a escola regular, o APH e o APD, surgiu a partir da observação das dificuldades causadas pelo distanciamento existente entre eles na Rede Estadual de Educação da Bahia.

A realização do trabalho pedagógico em hospitais, domicílios e casas de apoio, necessita de sincronia com o trabalho que ocorre nas escolas, de modo que venha garantir significado às aprendizagens, evitando que as/os estudantes fiquem deslocados dos contextos das escolas, uma vez que a sensação de não pertencimento pode reverberar em prejuízos como: falta de motivação, repetência e/ou evasão advindo uma ideia de não-lugar (AUGÉ, 1994).

Repensando estas variáveis que impactam na vida escolar dos estudantes em tratamento de doenças, vislumbramos o poder da dialogicidade nas ações pedagógicas como produtora dos relevantes vínculos sem os quais, torna-se difícil realizar inclusão desses sujeitos. Para apresentar essa temática, além desta introdução, organizamos outras duas seções com discussões sobre legislação, caracterização e possibilidades, reunindo na seção "Considerações finais" os aspectos centrais e sugestões de encaminhamentos.

Legislação: demarcando sujeitos e espaços

A garantia do direito constitucional à Educação Hospitalar e Domiciliar no Brasil ainda está atrelada às condições de desconhecimento da sociedade de dispositivos legais vigentes. No contexto legal do APH e do APD, principia-se com a Constituição Federal – CF de 1988, em vigência no país, determina no Art. 205 que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Desta forma, todas as pessoas podem se beneficiar do que determina a lei. Nesta, a Educação é assegurada como direito social, o que reforça o desenvolvimento dos atendimentos pedagógicos para as pessoas em tratamentos de saúde, e ao mesmo tempo, fomenta a criação de Diretrizes Nacionais específicas e de caráter estruturante. Atualmente, o que existe é um documento orientador, criado pelo Ministério da Educação - MEC em 2002, cujo objetivo é oferecer estratégias e orientações aos Estados e Prefeituras, na sistematização dos atendimentos. Tal escrita, que não possui natureza normativa, possibilitou contudo, maior visibilidade aos atendimentos, definindo-os e caracterizando-os:

> Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana, ou em serviços de atenção integral à saúde mental. (BRASIL, 2002, p. 13).

A partir daí, os atendimentos foram sendo estruturados pelas Secretarias de Educação no Brasil e as discussões acerca da necessidade de uma legislação específica foram tomando corpo. No ano de 2018, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para 13.716/2018, regulamentando a oferta e garantia do atendimento educacional aos estudantes internados para tratamentos de doenças, acrescentando o Art. 4º-A:

> Art.4-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (BRASIL, 2018).

A partir de solicitações apontando a demanda, e a necessidade de atendimento aos estudantes adoecidos, no estado da Bahia, a Secretaria Estadual de Educação instituiu, através da PORTARIA N° 7569 de 06 de setembro de 2018, o

> Art 1° - Serviço de Atendimento à Rede em Ambiências Hospitalares e Domiciliares - SARAHDO, com a finalidade de garantir aos adolescentes, jovens e adultos hospitalizados, a continuidade dos seus estudos, seja no ambiente hospitalar, casas de apoio ou domicílio, com o fortalecimento do vínculo entre o aluno-paciente e o seu processo de aprendizagem. (BAHIA, 2018).

Embora esta conquista tenha um valor legal considerável, ainda há demandas referentes a implementação, ampliação, garantias profissionais e de permanência da oferta para que se consiga alcançar e atender a todos os estudantes que necessitam. O fortalecimento dos diálogos e pesquisas são imprescindíveis, bem como pela efetivação das políticas públicas que garantam o APH e o APD. Segundo Dias (2012),

> Na perspectiva das políticas públicas, muitos países têm desenvolvido estratégias para garantir o acesso às aprendizagens formais, mesmo que ainda de forma desigual, em vários aspectos, entendendo-se que não há como o Estado furtar-se da responsabilidade de garantir que todos os cidadãos tenham seu direito à educação preservado. (DIAS, 2012, p. 25).

Portanto, a Educação, atividade eminentemente humana, se processa como um direito universal, que assim como a saúde, deve ser repensada e discutida, de modo a traduzir o respeito que se deve à coisa pública, e aos usuários da coisa pública. Para Zombini e Pelicioni, (2019):

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"humanizar é garantir a palavra do outro, o diálogo com o semelhante. É o aceno de uma nova ética ancorada no princípio da linguagem e na ação comunicativa." (ZOMBINI; PELICIONI, 2019, p. 519).

A Educação, particularmente, quando realizada nos contextos hospitalares e domiciliares, necessita de parcerias e vínculos, para ser fortalecida em seus propósitos. Acerca da necessária construção de vínculos, o HumanizaSus considera: "Estabelecer parcerias também com outros setores, como escolas, creches, universidades, centros de assistência social e outras instituições/equipamentos sociais da região e organizações do movimento social/comunitário". (BRASIL, 2009, p.18).

A conexão entre a Educação e a Saúde, encontra nos Cadernos do HumanizaSus, a Política de Humanização da Atenção e da Gestão (PNH), o seguinte objetivo: qualificar as práticas de saúde e trazer o princípio de integralidade no atendimento aos sujeitos, priorizando a formação cidadã como atividade preventiva, a participação social nos seus processos de tratamentos, e na compreensão do ser humano e das suas complexidades.

> [...] o trabalho de educação hospitalar e domiciliar não pode prescindir dos conteúdos escolares formais, que estruturam o currículo escolar a partir dos conhecimentos científicos histórica e culturalmente produzidos pela humanidade para que os sujeitos/alunos apropriem-se desse saber científico a fim de compreender o mundo em que vivem e lutar para mudá-lo, se assim o desejarem. (AVANZINI e SILVA, 2011, p. 15912).

A Educação e a Saúde caminham entrelaçadas há alguns anos, embora essa relação, por vezes, seja pouco evidenciada. Atualmente, observa-se este entrelaçamento através de dois vieses: a competência número oito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aborda o autocuidado dos sujeitos; e o HumanizaSus, que traz a educação, por meio de uma mudança de visão da promoção da saúde dos seus usuários, em uma perspectiva de tratamento integral, observando o cuidado nos aspectos biopsicossociais. Ambos têm como objetivo desenvolver práticas humanizadas.

Vale ressaltar que nesta parceria, enquanto a Saúde visa à inclusão social dos sujeitos, a Educação objetiva mais além: a promoção de equidade, justiça, reparação, e ressignificação de vidas. Deste modo, a Saúde e a Educação firmam um pacto de atendimento integral. Esse diálogo entre o APH, APD e a saúde, possibilita que o estudante tenha aprendizagens significativas durante o seu processo de escolarização, permitindo-lhe, que ao retornar ou ingressar na escola regular, possa dar continuidade à sua escolarização.

"Discutindo a relação" e apontando possibilidades

Na perspectiva de construir as relações estruturantes para o APH e o APD, todo o Sistema Educacional deve cumprir o papel, de que se espera, de modo que as tessituras do trabalho e as especificidades sejam alcançadas a contento. Assim, cada Sistema de Educação tem determinantes na organização destes atendimentos, e devem sistematizá-los, de modo a acompanhar de perto a oferta, a demanda e os condicionantes.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dessa forma, a dialogicidade freireana constitui aqui uma ferramenta de oportunidades de aproximações, alinhamento e humanização, tanto dos processos de aprendizagens, quanto dos tratamentos de saúde. Dar voz aos sujeitos é reconhecer seus direitos de existir e estar no mundo, é aceitar a sua plena participação. Para Freire, "A voz é um direito de perguntar, criticar, de sugerir. Ter voz é isso. Ter voz é ter presença crítica na história. Ter voz é estar presente, não ser presente. (FREIRE, 2014, p. 160).

A afirmação acima reforça a relevância do diálogo como contribuição político-pedagógica freireana, como movimento direcionador de posturas inclusivas tanto no APH, quanto no APD. Zombini e Pelicioni (2019), corroboram Freire, e assim definem esta ação humana: "O diálogo constitui parte do tratamento. Ele humaniza a relação entre indivíduos permitindo a aproximação e a confiança necessárias ao processo de cura." (ZOMBINI; PELICIONI, 2019, p. 519). Nesta discussão, Jacobo (2015) enfatiza a riqueza das interações humanas, declarando que é a partir das diversidades da própria existência, que os sujeitos sociais se constroem ou se constituem.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas humanizadas devem ser consideradas como ponto de partida e de referência nestes atendimentos pedagógicos desenvolvidos fora dos muros da escola regular, e em espaços legalizados para a educação formal, de modo a trazer o estudante para o centro dos processos de aprendizagens. Como um dos principais objetivos da Educação é a promoção dos direitos humanos, a partir da formação cidadã, encontramos aqui o fio condutor para o entrelaçamento desses dois direitos sociais, Educação e Saúde.

Dentro da proposta do APH e do APD o estudante ocupa a parte central do seu tratamento integral, deixando de ser passivo, e sendo oportunizado a se pronunciar e adotar um posicionamento crítico-participativo. A relevância da estimulação do desenvolvimento de autonomia para estes sujeitos, reforça, por meio da proposta de práticas de letramento crítico, a construção e o exercício da cidadania.

Se ao APH e ao APD, cumprem a continuidade do percurso escolar dos estudantes e a não evasão, a reestruturação curricular, a partir do diálogo com a escola regular, é o requisito mínimo para desenvolvimento do trabalho pedagógico individualizado, pautado nas especificidades de cada sujeito. É este diálogo que vai direcionar os contornos dos atendimentos, até a sua estruturação. Sem este, a articulação do trabalho seria seriamente comprometida.

Para tanto, elegemos a dialogicidade como viés de possibilidades de desenvolvimento humano, procurando compreender o poder dessa ação no desvelamento de entraves e soluções para o estabelecimento de vínculos com a escola regular, na produção de conhecimentos e aprendizagens para os estudantes.

As preocupações com o desenvolvimento dos diálogos, que devem ser os fios condutores do APH e do APD, no momento em que abrem espaços para reflexões e considerações acerca de todos os aspectos constitutivos destes, têm origens na constatação do desconhecimento da legitimidade deste direito educacional, por parte de muitas instituições de ensino.

No caso do APD, que ocorre em ambiente domiciliar, a relação entre professor e aluno caminha diretamente ao lado da relação familiar. Assim, faz-se necessário desenvolver critérios adequados, baseados em valores éticos e morais que permitam ao professor criar atividades em que o estudante e as família possam estar inseridos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Neste atendimento, família e escola regular caminham juntas no preparo do estudante, possibilitando que o processo educacional ocorra. O APD insere-se na rotina do estudante e com isso, muitas vezes, sofre interferências no desenvolvimento das atividades educacionais, fator que torna necessário adequações estruturais, sobretudo curriculares voltadas às diferentes realidades que possam contemplar os estudantes, sem entretanto negar os conteúdos da escola regular.

Para que esse processo tenha êxito, é necessário que todos os envolvidos tenham consciência de seu papel, cabendo à família, oferecer um espaço no próprio ambiente doméstico, acompanhar e participar do desenvolvimento das atividades educacionais. O papel da escola regular, é oportunizar ao estudante, a iniciação, continuidade ou conclusão da sua escolarização, garantindo o acesso através da matrícula e a permanência por meio do acompanhamento direto. Desta forma, o APD está inserido entre a educação e a saúde: dois direitos subjetivos que devem ser garantidos ao longo da vida, o que permite repensar a Educação Inclusiva através de flexibilizações e adequações curriculares, trazendo o envolvimento da família, como um mecanismo para diminuir os prejuízos educacionais, causados pela ausência da presença física na escola.

Quanto ao APH, a equipe pedagógica hospitalar encontra como uma destacada dificuldade: a precariedade de informações oriundas da escola regular. Tal entrave constitui um impedimento no desenvolvimento das ações curriculares que garantirão as aprendizagens dos estudantes. Na busca por atender às reais necessidades de aprendizagens dos estudantes, o contato dialógico com a escola regular é essencial para a sistematização das atividades pedagógicas em múltiplos aspectos.

O estudante em tratamento de enfermidade apresenta, na maior parte das vezes, condições de se desenvolver cognitivamente. Isso posto, mesmo apresentando características singulares, o APH deve estar integrado à escola regular, uma vez que compactua para o fortalecimento do vínculo entre a saúde e a educação, contribuindo para a garantia da continuidade e do retorno do estudante à escola.

Para Freire (2014), embora a Educação não seja a chave para todas as portas, sem ela, as possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos podem ser nulas. Por isto, sair da invisibilidade e fazer ecoar as vozes de todos os sujeitos do APH e do APD pode ser entendido como promoção de direitos sociais. O diálogo entre o APH, APD, a saúde e a escola regular, possibilita que os estudantes tenham aprendizagens significativas durante os tratamentos, permitindo-lhes, que ao retornar ou ingressar para a unidade escolar, possam dar continuidade ao processo de escolarização, sem maiores prejuízos.

A conexão Saúde e Educação, entra em consonância, compartilhando espaços e valores no trabalho do cuidado dos sujeitos e na construção da cidadania, enquanto se apropriam destes direitos básicos e universais. Deste modo, para atender a todas as pessoas que constituem seu público-alvo, o APH e o APD são extensões vinculadas à escola, atendendo também aos objetivos propostos pela Educação Inclusiva.

Há outras ações mediadas pelo diálogo, que podem se estabelecer, através do compartilhamento, via mecanismos informacionais de dados entre as redes formadas pela Saúde e Educação. Na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

prática, isto significaria que, uma vez adentrando ao Sistema de Saúde para internamento ou tratamento de doenças, aquele/aquela estudante e/ou responsáveis por meio da própria Unidade de Tratamento, informaria sobre a hospitalização à Rede de Ensino. Outras informações relevantes que podem fazer parte dos dados solicitados nos Serviços de Saúde são o grau de escolaridade e a situação de matrícula (ativa/inativa).

> Acho que o grande valor da educação está em que, não podendo tudo, pode muita coisa. Assim, uma das tarefas da gente, como educador, é exatamente refletir sobre o que é possível. E o que é possível está histórica, social e ideologicamente condicionado também. [...] é preciso descobrir, afinal de contas, os condicionamentos históricos, sociais, políticos etc. em que as possibilidades se dão ou não se dão. E só diagnosticar essas possibilidades é uma enorme tarefa do educador e da educadora, ao lado de outros profissionais. (FREIRE, 2014, p. 214).

Assim o APH e o APD conferem oportunidades de participação aos estudantes nas atividades escolares, como premissa para termos um Sistema Educacional efetivo e realmente inclusivo. Para isto, é preciso transpor tudo aquilo que impede o estudante de frequentar a escola, e criar possibilidades de aprendizagens para esses sujeitos. Como vetores da educação inclusiva, o APH e o APD cumprem ainda a finalidade de alcançar os estudantes a partir das potencialidades. O trabalho investigativo de personalização dos atendimentos deve abranger a escola regular, a família e a equipe hospitalar, composta pela conexão Educação-Saúde.

Considerações finais

A palavra legislação, tomada em vários momentos neste trabalho, envolve mais do que o sentido de ordenamento e reunião de códigos, representam os anseios de profissionais da Educação, que defendem o reconhecimento de uma política pública educacional, que possa referendar os direitos dos estudantes adoecidos e a ampliação do APH e do APD.

Assim, observamos que os textos oficiais reconheceram o APH e o APD como um direito à Educação inspirado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social. Contudo, políticas públicas educacionais não se fazem sozinhas. Elas necessitam da mobilização da população, que percebem a necessidade, a demanda e a lacuna existentes. Nesta perspectiva, as instituições educacionais e de saúde precisam informar e ofertar esse direito.

Portanto, a sociedade precisa conhecer, compreender e se apropriar deste direito à Educação, que pode ocorrer em espaços de tratamento de doenças; mantendo relações diretas com os profissionais que atuam no campo da Saúde, sem deixar de cumprir seu o objetivo principal de oferecer diferenciadas possibilidades de aprendizagens para sujeitos que se encontrem em condições que demandem do APH e do APD.

Diante disto, cabe às Secretarias de Educação estreitar as relações com as Secretarias de Saúde e outros espaços para a implantação, gestão e ampliação da oferta deste tipo de Educação, bem como, divulgar para a comunidade escolar. Deste modo, acreditamos que essas mudanças atitudinais podem, além de dar maior visibilidade ao APH e APD, contribuir para a construção de novos olhares para essas práticas pedagógicas favorecendo a garantia do direito à educação às pessoas em situação de adoecimento.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

AVANZINI, C. M. V.; SILVA, T. G. **A educação hospitalar e domiciliar**: a identidade pedagógica dos professores que atuam no SAREH/SEED/PARANÁ. EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. PUC/PR, p. 15911 a 15922, 2011. Disponível em: https://bit.ly/3qgC67m. Acesso em: 18 jan. 2021.

AUGÉ, M. **Não-Lugar**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

BAHIA. Portaria nº 7.569/2018 de 6 de setembro de 2018, que institui o Serviço de Atendimento da Rede em Ambiências Hospitalares e Domiciliares - SARAHDO. **Diário Oficial da Bahia.** Salvador, ano 103, n. 22.496, p.19. 07 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **HumanizaSUS:** Política Nacional de Humanização. Brasília, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3d20X89. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3CSEMeQ. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13716**, de 24 de setembro de 2018. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

DIAS, Darli de Souza. Aprendizagem. *In:* **Dicionário de políticas públicas.** Orgs. Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Org. Ana Maria Araújo Freire. 1 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

JACOBO, Zardel. Direitos humanos e inclusão. *In:* Aída Maria Monteiro Silva;Valdelúcia Alves da Costa (org.). **Educação inclusiva e direitos humanos**: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção educação em direitos humanos).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ZOMBINI, Edson Vanderlei; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Classe hospitalar estratégias para a promoção da saúde da criança durante a hospitalização. *In*: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde:** teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Santos, 2019.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: BASE DE CONHECIMENTO PARA O ENSINO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA[1]

Braian Veloso[2]

Introdução

Quando pensamos nas experiências educacionais vivenciadas durante o período da pandemia, muitos são os problemas que precisam ser colocados em pauta. Dentre eles, chamamos a atenção para a formação de professores. Muitas instituições e profissionais que atuam na educação, ante a necessidade de se adaptarem ao ensino remoto e ao uso de tecnologias digitais no ensino-aprendizagem, adotaram práticas e propostas aligeiradas. Em muitos contextos, as lacunas no que concerne aos saberes e conhecimentos da docência foram evidenciadas, uma vez que muitos professores não estavam preparados, em especial no quesito pedagógico, para o uso significativo e efetivo de tecnologias digitais em âmbito educacional.

Partindo disso, propomos, neste texto, um debate enfocado na formação docente com base nas práticas vivenciadas durante a pandemia sem, contudo, desconsiderar a importância de se vislumbrar caminhos para a construção de uma educação posterior ao contexto pandêmico. Designadamente, o objetivo central do texto é analisar os desafios à formação docente no Brasil para o uso significativo e efetivo de recursos tecnológicos digitais em tempos de pandemia. Realizamos, nesse sentido, uma revisão bibliográfica a fim de constituir arcabouço teórico que compreenda alguns dos principais aspectos atinentes à docência na contemporaneidade, com ênfase no domínio de conhecimentos relacionados às tecnologias.

A estrutura subsequente do texto segue um encadeamento com vistas à boa condução das proposições que fazemos. Inicialmente, tem-se um panorama sobre a pandemia e sobre os desafios que se impuseram à formação de professores, especificamente no Brasil. Após isso, retomamos contribuições teóricas acerca dos estudos sobre a profissionalização da docência, com predileção pela teoria da base de conhecimento para o ensino. Como complemento, apresentamos, em seguida, o modelo *Technological Pedagogical Content Knowledge* (TPACK) que apreende a importância das tecnologias digitais para o exercício da docência na cultura digital. Por fim, tem-se as considerações finais que arrematam a discussão.

[1] O presente trabalho faz parte das atividades realizadas durante o Doutorado Sanduíche no Exterior sob o financiamento do Programa CAPES-PrInt. Portanto, foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

[2] Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade (PPGS-UFSCar). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte-UFSCar). E-mail: braiangarritoveloso@gmail.com

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A pandemia de Covid-19 e os desafios para a formação de professores

A pandemia ocasionada pela Covid-19 trouxe uma série de implicações para a sociedade. Nomeadamente no âmbito da educação, as medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelos órgãos de saúde impeliram instituições a paralisarem suas aulas presenciais, retomando-as no formato que, a despeito de variações na nomenclatura, pode ser consubstanciado na ideia de ensino remoto emergencial. Como decorrência disso, viu-se a necessidade de adotar ferramentas típicas da Educação a Distância (EaD) e, por consequência, tecnologias digitais que possibilitassem a condução do ensino-aprendizagem mesmo que professores e alunos estivessem dispersos no tempo e/ou no espaço.

Para Saldanha (2020), durante o cenário pandêmico, sobressaiu-se o discursos do ensino remoto, tido como alternativa viável e possível com vistas a dar continuidade às atividades acadêmicas – e também escolares – uma vez que as aulas presenciais foram interrompidas. No caso brasileiro, envidou-se esforços no sentido de promover uma distinção entre a EaD e as práticas aligeiradas adotadas emergencialmente como resposta às condições que se impuseram ante a pandemia. Em parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), as atividades não presenciais surgem como alternativa pedagógica no intuito de diminuir os danos causados para a aprendizagem de educandos, reduzindo, inclusive, possíveis perdas nos vínculos estabelecidos entre estudantes e escolas, o que levaria ao abandono (CASTRO; QUEIROZ, 2020).

No geral, problematizamos essa distinção feita entre EaD e ensino remoto emergencial, dadas as formas de materialização que as propostas educacionais assumiram na pandemia. Não é, entretanto, o foco deste texto aprofundar nessa discussão, tendo em vista que nos debruçaremos sobre isso em momento oportuno. Por ora, é importante destacar que, quer como EaD, quer como qualquer outra variação, os processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologias digitais cujos atores se encontram dispersos no tempo e/ou no espaço demandaram uma grande quantidade de ações de agentes públicos, professores, gestores, cientistas, dentre outros tantos sujeitos que tiveram que se adaptar às novas exigências engendradas pelas circunstâncias do contexto histórico-social.

Falando especificamente do Brasil, lidamos com vários percalços que vão desde a falta de infraestrutura até os problemas atinentes à formação de professores. Aquelas instituições que já tinham experiência consolidada com EaD e/ou com o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) mobilizaram seus conhecimentos e experiência no intuito de se adaptar ao cenário emergencial. Mas a regra, em especial na educação básica pública, mostrou-se como a dificuldade em se acomodar às novas exigências, haja vista o despreparo e a falta de recursos considerados imprescindíveis para um bom exercício da docência em tempos de ensino remoto.

Com ênfase na formação de professores, desvelou-se que muitos profissionais não estavam, de fato, preparados para o uso de TDIC ou de ferramentas típicas da EaD. O improviso se apresentou como incontornável em muitos contextos, e vários profissionais tiveram que, efetivamente, aprender fazendo. O processo de aprendizagem calcado em tentativa e erro acabou por levar a muitas angústias, especialmente por estarmos falando de uma área tão importante como é a educação básica. Em que pese a miríade de problemas e desafios enfrentados e que, em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

muitos sentidos, ainda não foram completamente sobrepujados, a importância da formação de professores para a cultura digital foi trazida à baila. Para se lidar de forma adequada com as TDIC a fim de promover uma aprendizagem realmente significativa, deve-se mobilizar um conjunto de saberes e conhecimentos que não são meramente inatos. São adquiridos mediante educação formal, mas também pela prática reflexiva.

De acordo com Mill, Ribeiro e Oliveira (2013), os conhecimentos que fundamentam a docência na educação presencial também servem como esteio para a atuação no contexto da EaD. Mas existem diferenças, e isso está fortemente relacionado ao domínio das TDIC. Noutra investigação nossa, identificamos que as características do trabalho docente em cursos a distância exigem conhecimentos específicos, tais como a boa gestão do tempo, as competências para atuar em equipe, o domínio de ferramentas tecnológicas com ênfase naquelas usadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), dentre outros (VELOSO, 2018). Corroborando essa percepção, Mill (2002) afirma que a docência na EaD demanda saberes diversos, muitos deles relacionados ao uso de TDIC.

Para ser um bom professor que promove aprendizagem significativa em contextos mediados por recursos tecnológicos, com separação no tempo e/ou no espaço, deve-se adquirir conhecimentos e saberes que, talvez não diametralmente distintos da educação presencial, se ressignificam e se transformam visando à adequação para as peculiaridades que o ensino remoto demanda. Noutras palavras, impelidos pelo cenário pandêmico, os docentes tiveram que lidar com novas características que estruturam o ensino-aprendizagem sem, muitas vezes, terem o devido preparo ou a formação necessária para tal. Em tantos contextos, não houve tempo, recursos, investimento ou infraestrutura para oferecer processos formativos indispensáveis ao exercício da docência no ensino remoto emergencial.

Não estamos, e isso é preciso destacar, reduzindo os percalços vivenciados nos dois últimos anos à questão da formação de professores. Tantas outras circunstâncias que passam, fundamentalmente, pela falta de investimento e precariedade da educação pública, geraram entraves recorrentemente intransponíveis para os profissionais. Reduzir a análise do ensino remoto emergencial à discussão sobre formação docente é distanciar o debate da realidade empírica. No entanto, há que se atentar para o fato de que a mera transposição de práticas empreendidas na sala de aula presencial para contextos virtuais é insuficiente. Os saberes e conhecimentos outrora consolidados, mesmo que não se tornem, por vezes, obsoletos, precisam se ampliados e reconstruídos em face das especificidades da EaD e da aprendizagem mediada por TDIC. Ao entender isso e sem desconsiderar o contexto macro social, propomos, na seção subsequente, uma discussão sobre a base de conhecimento para o ensino.

A base de conhecimento para o ensino

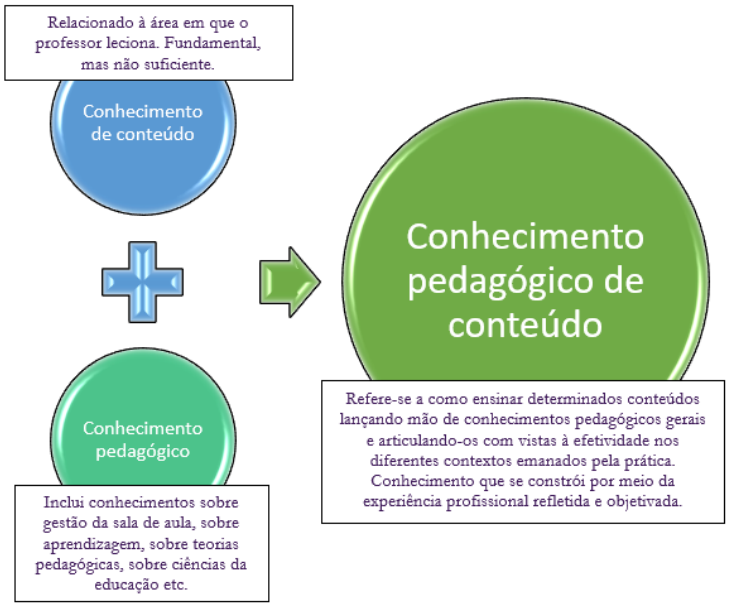
Conforme Nunes (2001), a partir da década de 1980 surge uma agenda internacional de estudos e investigações centrada na perspectiva de formação de professores. Essas pesquisas compõem o que podemos chamar de movimento pela profissionalização da docência. De acordo com Shulman (1986), os esforços voltados a profissionalizar o trabalho docente buscam, dentre outras

coisas, uma maior valorização dos professores. E isso se dá, porque, partindo de evidências empíricas, constata-se que a atuação docente demanda conhecimentos especializados. Estes, por sua vez, não estão circunscritos pela educação formal, mas se estendem por toda a trajetória dentro do contexto marcado especialmente pela prática. Para Corrêa et al. (2021), a docência é uma profissão que se aprende ao longo da vida e, mormente, durante o exercício profissional.

Tardif (2002), partindo de pesquisas relacionadas aos saberes docentes, assevera que os cursos de formação inicial – as licenciaturas, no caso brasileiro – não dão conta de esgotar tudo aquilo que, em vários momentos, mostrar-se-á necessário à prática em sala de aula. Esse autor afirma que, além dos saberes disciplinares, adquiridos pela educação formal, tem-se saberes profissionais, pedagógicos e curriculares, juntamente com os saberes ditos experienciais, ou seja, que são construídos por meio da prática. Destaca-se, todavia, que a atuação, por si só, não leva, como algo necessário, à transformação significativa da docência. A reflexão se apresenta como mediadora do processo, uma vez que, mediante a prática refletida, o professor irá construir, ressignificar, ampliar, atualizar etc. os seus saberes e conhecimentos.

Sob outros olhares, mas com interesse na mesma temática, Shulman (2015) ratifica a importância da experiência para a formação. Esse autor propõe, assim, a teoria sobre a base de conhecimento docente. Esta é construída durante toda a trajetória profissional, envolvendo os cursos formais de formação de professores e, como destacado, a prática. Para Mizukami (2004), a base de conhecimento para o ensino diz respeito a um conjunto de compreensões, conhecimentos, habilidades e disposições que são mobilizados com vistas a processos de ensino-aprendizagem. Essa base é ainda limitada nos cursos de formação profissional, mas se diversifica e se aprofunda por meio da experiência objetivada e refletida (MIZUKAMI, 2004). A proposição teórica de Shulman (1986) pode ser resumida conforme a Figura 1.

Figura 1 – Teoria sobre a base de conhecimento para o ensino



Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Shulman (1986).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Depreende-se, pelo que precede, que o conhecimento pedagógico de conteúdo se constitui como um amálgama dos outros dois. Ele envolve, dentre outras coisas, conhecimentos diretamente relacionados a como ensinar conteúdos específicos, tendo em vista as circunstâncias exigidas pela própria realidade da sala de aula ou do contexto escolar. Constrói-se, como mencionado, a partir da experiência profissional refletida. Isso significa que o docente se desenvolve ao longo de toda a sua trajetória, não se restringindo àqueles conhecimentos transmitidos nos cursos de formação de professores.

Apesar de importante para a compreensão da docência, a teoria de Shulman (1986; 2015) traz uma lacuna para as discussões mais atuais ao não enfatizar as tecnologias. Assim como discutido acima, o cenário pandêmico exigiu adaptação às condições de um ensino mediado por tecnologias cujos atores estão separados no tempo e/ou no espaço. Logo, a formação de professores precisou – e precisa – considerar o uso adequado e efetivo das TDIC. Na seção subsequente, aprofundamos esse debate.

O conhecimento tecnológico pedagógico de conteúdo

Decerto, as imposições trazidas pela pandemia e pelo ensino remoto emergencial colocaram em pauta a importância das tecnologias digitais no contexto da formação docente. Para saber utilizar de maneira efetiva e adequada os recursos tecnológicos mais atuais, o professor precisa adquirir um conjunto de saberes e conhecimentos que não são inatos, nem tampouco simples. De que modo, então, podemos entender a teoria de Shulman (1986) a partir das experiências vivenciadas em meio à pandemia? Recorremos ao debate de Mishra e Koehler (2006).

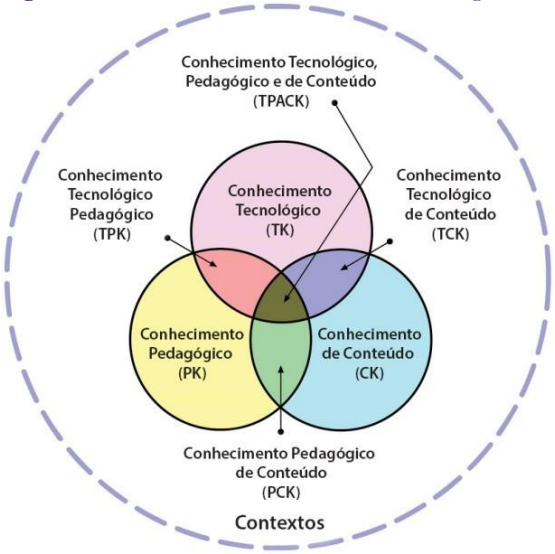
À época em que foi concebida, a teoria sobre a base de conhecimento para o ensino negligenciou os conhecimentos concernentes às tecnologias. Isso se deu, para Mishra e Koehler (2006), porque tais dispositivos tecnológicos eram como que "invisíveis". Para manusear um livro ou um quadro negro, que são também tecnologias no sentido amplo, o professor não precisava de conhecimentos intrincados e específicos. Porém, com o advento e os céleres avanços das TDIC, esse cenário se modifica. Não se pode conjecturar que o professor, por estar imerso numa sociedade marcada pela cultura digital, desenvolva, de modo quase que mecânico e automático, os conhecimentos necessários ao bom uso das tecnologias digitais em contextos de ensino-aprendizagem.

Partindo dessa noção, Mishra e Koehler (2006) incluem, na teoria incialmente proposta por Shulman (1986), o conhecimento tecnológico. Conseguintemente, surgem outras intersecções para com o conhecimento do conteúdo e para com o conhecimento pedagógico. Em nosso entendimento, tal proposição é imprescindível para apreendermos o cenário que se perfila na contemporaneidade. Mais do que dominar os conteúdos da disciplina, ou mesmo conhecimentos pedagógicos gerais, o professor, para lidar com ferramentas da EaD, com o ensino remoto ou mesmo com um ensino-aprendizagem situado na cultura digital, precisa desenvolver conhecimentos específicos sobre tecnologias. Uma das possíveis maneiras de se compreender a atuação docente efetiva e significativa em contextos digitais é por meio da noção de *Technological*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Pedagogical And Content Knowledge (TPACK), que pode ser traduzida como Conhecimento Tecnológico Pedagógico de Conteúdo, conforme Figura 2.

Figura 2 – Teoria sobre o Conhecimento Tecnológico Pedagógico de Conteúdo



Fonte: Tradução e adaptação feita por Rabello (2015) com base no modelo original de Mishra e Koehler (2006)

Para Mishra e Koehler (2006), o TPACK abarca desde conhecimentos sobre tecnologias analógicas até aqueles relacionados aos recursos tecnológicos mais atuais, como a Internet e o computador. Os autores defendem que esse amálgama envolve as habilidades necessárias para operar tecnologias, incluindo conhecimentos de sistemas operacionais, *hardware*, uso de *softwares* diversos, dentre outros. Essa proposição teórica nos ajuda a pensar a formação docente alinhada à cultura digital. Dadas as condições impostas pela pandemia, escancarou-se muitas das lacunas que persistem no que toca à capacidade dos professores para usar efetivamente ferramentas típicas da EaD e, de modo mais abrangente, lançar mão das TDIC no processo educacional. O TPACK, assim sendo, destaca a importância das tecnologias como conteúdo fundante das propostas de formação para a docência na contemporaneidade. Ademais, ele corrobora a centralidade da prática, considerando-se que a articulação entre todos os conhecimentos apresentados na Figura 2 está atrelada ao desenvolvimento docente que se dá mediante o exercício profissional. A conjunção entre teoria e prática mostra-se, portanto, como ponto nevrálgico quando projetamos mudanças para a formação de professores sobretudo no cenário pós-pandêmico.

Vislumbres para a formação docente pós-pandemia: articulação entre teoria e prática

Primeiramente, registra-se que o problema da formação de professores não foi inaugurado pela pandemia. Pensar no uso efetivo e significativo das TDIC, contextualizado à realidade dos jovens que chegam hoje à educação básica é algo que já vem sendo feito há algum tempo por diversos estudiosos. Não obstante, o cenário pandêmico escancarou e recrudesceu as lacunas que persistem. Se considerarmos que escola e sociedade são, em seus múltiplos sentidos,

indissociáveis, não é mais possível fugir ao debate no tocante à necessária inclusão de conteúdos sobre EaD, sobre metodologias ativas, sobre educação híbrida, sobre uso de TDIC, dentre outras coisas no processo de formação docente.

Mas sem perder de vista as contribuições de Tardif (2002), Shulman (1986; 2015) e Mishra e Koehler (2006), somente a educação formal não dá conta de abordar tudo aquilo que é necessário e fundamental ao exercício da docência. Muito do que o professor aprende e se torna basilar para a sua prática se constrói em especial na experiência refletida e objetivada. É em meio às especificidades que perfazem a sala de aula que os profissionais vão reestruturando seus conhecimentos e saberes, ressignificando-os, hierarquizando-os e, evidentemente, ampliando-os.

Acreditamos, aliás, que é preciso problematizar o debate quanto à mera inclusão de mais conteúdos nos currículos dos cursos de formação de professores. Tendo como referencial o TPACK, não podemos negligenciar, com efeito, a importância das tecnologias digitais como discussão que perpassa a educação formal. Entretanto, deve-se tomar o cuidado para que a discussão não incorra em mero conteudismo. Isto é, centrar o debate na ampliação das propostas curriculares de formação de professores a fim de conceber o desenvolvimento de saberes relacionados às tecnologias digitais como inteira responsabilidade das instituições de ensino superior. Reafirmamos que a prática profissional é momento privilegiado, capaz de contribuir significativamente para a constituição dos conhecimentos que sustentam o bom exercício da docência.

Pois bem, tomando como pressuposto a vinculação entre teoria e prática, pensamos que, tanto quanto possível, as propostas de formação de professores devem se atentar aos momentos que viabilizem essa articulação. O principal deles é, como se pode presumir, as práticas empreendidas nos estágios. Sem incorrer numa ingenuidade que desconsidera a materialidade das instituições de ensino superior brasileiras, é preciso que a preparação de estagiários para a atuação nas escolas esteja diretamente alinhada à formação para a cultura digital. Isso inclui, certamente, os saberes e conhecimentos críticos para avaliar todas as problemáticas quando pensamos no uso efetivo e significativo de TDIC nas escolas. Problemáticas estas que passam pela falta de infraestrutura, sobrecarga e desvalorização da atividade do professor, preconceito e resistência, lacunas na formação do próprio supervisor que acompanha o estagiário etc.

Além disso, haja vista os céleres avanços das tecnologias digitais que influem nas estruturas sociais, dificultando a constituição de um currículo que, somente na formação inicial, dê conta de apreender as dinâmicas da sociedade, há que se pensar na formação continuada. A EaD se mostra, dadas as suas características de organização do ensino-aprendizagem, muito propícia às propostas formativas em serviço. Ainda compreendendo a academia e as instituições formais como espaços privilegiados de desenvolvimento do pensamento crítico, os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, utilizando-se das flexibilidade de espaço e tempo nos estudos possibilitada pelas próprias tecnologias digitais, devem estar no horizonte de políticas públicas, incluindo aquelas de nível nacional.

Tal como discutem Mishra e Koehler (2006), as atuais circunstâncias em face das TDIC tornam as formações centradas no mero domínio mecânico e operacional muitas vezes insuficientes. Ensinar o professor a lidar com um *software* específico, conquanto seja importante a depender do

contexto, não dá conta, por si só, de conduzir ao real desenvolvimento do TPACK. Porque o domínio unicamente mecânico não prepara, suficientemente, os professores para lidarem com a mudança. Além do mais, na medida em que a prática docente demanda conhecimentos que emanam da realidade da sala de aula e que, em muitos sentidos, não podem ser anteriormente previstos, é fundamental que as competências dos professores transcendam a instrumentalização. É preciso, sim, desenvolver conhecimentos e saberes referentes a como manusear certas tecnologias. No entanto, a capacidade de pensamento crítico é imprescindível. O professor deve, inclusive, ser capaz de refletir sobre sua própria experiência, para que ela se transforme em novos saberes e conhecimentos. O movimento de profissionalização da docência já evidenciava, há décadas, que a profissão docente não se encerra nos cursos de formação inicial. O professor aprende a atuar durante toda a sua trajetória. Em nossa compreensão, isso se torna ainda mais acentuado na contemporaneidade. A prática refletida e objetivada é decisiva no processo de formação.

Mas as instituições também têm o seu papel, posto que a educação formal ainda se constitui – mesmo que, em muitos contextos, existam instituições ofertando ensino altamente precário – como espaço privilegiado de aquisição de conhecimento fidedigno e de desenvolvimento do pensamento crítico apoiado por especialistas. Logo, a formação continuada, alinhando-se àquilo que é possibilitado pela EaD e pela educação mediada por TDIC, mantém-se como ferramenta para a formação de professores que necessitam de atualização nos conhecimentos e saberes diante das novas demandas que eclodem constantemente. Novamente, a junção entre teoria e prática é o aporte para o desenvolvimento pleno de uma base de conhecimento ajustada ao uso efetivo e significativo dos recursos tecnológicos mais atuais.

Registramos, contudo, que nossas proposições neste texto não se confundem com um romantismo ingênuo. Não estamos vislumbrando um futuro pós-pandêmico cujos problemas sejam superados com iniciativas de formação continuada ou com o interesse, por parte dos professores, pela reflexão sobre a prática. Existem tantos outros elementos, histórico-sociais, que obstaculizam quaisquer discussões que se resumam às ações formativas. De qualquer maneira, as experiências e vivências durante a pandemia, sobretudo as dificuldades enfrentadas, reacendem os estudos sobre formação de professores. À luz das teorias apresentadas neste artigo, verificamos que não é viável falar em uso significativo e efetivo das TDIC no ensino-aprendizagem sem que se desenvolva conhecimentos e saberes especializados. Sem que se desenvolva, aliás, uma união entre teoria e prática, sendo esta, em última instância, o espaço de desenvolvimento por excelência do TPACK.

O fazer docente não deve ser compreendido como algo inato. Para ser um bom professor, saberes e conhecimentos especializados precisam ser construídos. Essa construção se inicia na graduação, mas perpassa os cursos de formação continuada e, como dito, a experiências refletida e objetivada. Pensar numa educação pós-pandemia, para além de todos os outros problemas que deverão ser enfrentados, resvala na questão sobre como formar os docentes.

Diante disso, surgem várias inquietações que, ao fim deste texto, podemos levantar. De que modo envidar esforços para que o ensino-aprendizagem esteja em consonância com as exigências de uma sociedade calcada na cultura digital? Como lançar mão das TDIC de modo efetivo e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

significativo em âmbito educacional? De qual forma desenvolver o tão necessário pensamento crítico nos estudantes para que eles saibam problematizar a influência das tecnologias na sociedade? De que maneira pensar numa educação crítica que, ao mesmo tempo, considere as reais possibilidades e limitações das TDIC? São questões que não possuem respostas fáceis, nem tampouco unívocas. Para todos os efeitos, acreditamos que as tentativas de lançar luzes sobre essas inquietações, sem perder de vista a construção de uma educação pós-pandemia, passam pelo debate acerca da formação de professores.

Considerações finais

Por ser um texto que se restringe à revisão bibliográfica, reconhecemos suas limitações. A educação num cenário pós-pandêmico deverá ser construída levando em conta vários estudos e avaliações do que foi feito. É de fundamental importância aquilatar as práticas empreendidas, desvelando os vários óbices que irão trazer implicações também a longo prazo. A título de exemplo, muitos estudantes da educação básica no Brasil em processo de alfabetização foram prejudicados devido à inadequação da EaD e do ensino remoto a crianças que, sem o domínio da leitura e da escrita e sem o grau de autonomia exigido por essas configurações do processo educacional, viram-se sujeitas às experiências frustradas que tentaram mitigar os impactos da paralisação das aulas presenciais. Todos esses prejuízos precisam ser cuidadosamente avaliados, para que se possa pensar em saídas e alternativas especialmente políticas.

Só que não podemos resumir a apreensão da realidade a uma visão maniqueísta. Em meio ao caos vivido, muitas experiências podem contribuir para pensarmos no futuro da educação. Muitas instituições e profissionais que, até então, desconheciam as potencialidades da EaD e do uso de TDIC no ensino-aprendizagem foram impelidos a repensarem sua própria prática. Acreditamos que, resguardando os devidos cuidados em se fazer tal afirmação, várias vivências tendem a contribuir para arrefecer preconceitos e para retomar debates fundamentais, como o da formação de professores. Nesse sentido, contribuições teóricas como as que foram trazidas neste texto auxiliam na compreensão do que aconteceu e do que ainda está por acontecer no que diz respeito à aquisição de saberes e conhecimentos para uso efetivo e significativo das TDIC. Esperamos, pois, que este texto, que não pretende, em nenhuma hipótese, esgotar a temática, preste a sua contribuição diante de tantos outros estudos que foram e precisam ser feitos.

Referências

CASTRO, E. A.; QUEIROZ, E. R. de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 3 - 17, 2020. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CORRÊA, André G.; CHAQUIME, Luciane P.; MILL, Daniel; VELOSO, Braian. Formação de professores e o Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo (TPACK). *In*: MILL,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Daniel; SANTIAGO, Glauber. **Luzes sobre a Aprendizagem Ativa e Significativa**: proposições para práticas pedagógicas na Cultura Digital. [*S. l.*: *s. n.*], 2021. p. 37-48. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353976030_Formacao_de_professores_e_o_Conhecimento_Tecnologico_Pedagogico_do_Conteudo_TPACK>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MILL, Daniel; FIDALGO, Fernando. Estudo sobre relações de trabalho em sistemas de Educação a Distância mediada por tecnologias da informação e comunicação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 11, p. 85-113, jul.-dez. 2002. Disponível em: < https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8993>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R. de C.; OLIVEIRA, Marcia R. G. Trabalho docente na educação contemporânea: saberes e prática pedagógica presencial e virtual. In: MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano (Org.). **Educação a distância:** elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo. São Paulo: EdUFMT, 2013, p. 103-124.

MISHRA, Punya; KOEHLER, Matthew J. Technological Pedagogical Content Knowledge: A framework for teacher knowledge. **Teachers College Record**, v. 108, n. 6, 2006.

MIZUKAMI, Maria da G. N. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 1-11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3838>. Acesso em: 09 nov. 2021.

NUNES, Célia M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 74, p. 27-42, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a03v2274.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

RABELLO, Cíntia R. L. **Tecnologias digitais e ensino superior:** uma experiência de desenvolvimento profissional docente na UFRJ. 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SALDANHA, L. C. D. O discurso do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, ano 50, v. 17, p. 124-144, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/8701/47967205>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 4, n. 2, jun. 2015. ISSN 2237-9983. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SHULMAN, Lee S. Those who understand: knowledge growth in teaching. **Educational Researcher** [on-line], v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1175860>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VELOSO, Braian G. **Organização do trabalho docente na educação a distância:** implicações da polidocência no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AUTOFORMAÇÃO DOCENTE, AUDIOVISUALIDADES E INVENÇÃO DE MUNDOS: ALGUNS LAMPEJOS NA PANDEMIA DO COVID-19

Bruno Costa Lima Rossato[1]

O início pelos itinerários: a autoformação

Enquanto penso sobre minhas inquietações de pesquisa e ouso realizar a escrita desse texto, a tela do computador pisca como um letreiro de boate, pronto para devorar-me em meus medos e anseios. Produzo, mais uma vez, uma extensão de mim que há muito queria trazer à tona, mas talvez reprimi por insegurança, por me sentir inadequado no *mise em scene* da docência. Algumas memórias, sobre minha história, são acionadas e surgem como uma agulha que vai costurando os pedaços de uma travessia; pedaços esses que se entrelaçam, envolvem, movimentam um pensamento, uma forma de ver e significar o mundo. Nesses pedaços, busco referenciar-me como um (des)combinado de práticas, rituais (WULF, 2013), experiências que me invadem e afirmam a potência e a expansão da vida.

Lembro-me que na infância e adolescência eu recorria à televisão para começar a fabular sobre meus *gestos-docente*[2] (ROSSATO, 2021). Gostava de assistir novelas e programas de TV que envolviam o universo do magistério, me encantava com aquelas encenações, mesmo que sem sua maioria compostas de mulheres brancas, meigas, com vestimentas e posturas suaves. Contudo, meu corpo vibrava como aquele em que as pulsões do desejo transitavam, como enuncia Guattari (1981, p. 31): "[...] o desejo como pura positividade intensiva [...] ele é fluxo, intensidade". É deste passado-presente que surge a proposta da minha pesquisa de doutorado em educação, no ProPEd/UERJ, no qual trago alguns apontamentos iniciais a este texto: alargar os entendimentos sobre as artes de fazer (CERTEAU,1994), à docência em educação infantil, a partir de uma paisagem audiovisual na qual as imagens se dão a ver (SOARES; REIS; GOMES, 2020). Sendo assim, de que maneira essas inquietações ficam mais latente quando eu me deparo – na rotina de trabalho como membro da direção de uma Creche pública – com professoras de educação infantil que tomam para si o protagonismo da cena e tecem histórias mediadas pela Internet, e pelos dispositivos de registro, no compartilhamento de imagens/vídeos/sons que partilham sentidos?

Trata-se de compreender os modos como os sujeitos ordinários (CERTEAU,1994) agenciam suas vidas, por meio dos encontros oportunizados pelo digital em rede, assim como mediados pela função fabuladora desencadeada com essas produções audiovisuais (SOARES, 2016). Nessa

[1] Doutorando e Mestre em Educação pelo ProPEd/UERJ, Brasil. Professor de Ed. Infantil na Rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e tutor a distância na Fundação Cecierj. rossatbruno@yahoo.com.br

[2] A ideia de gestos-docentes é uma das hipóteses iniciais que trago em meu projeto de tese. Entendendo que a formação docente não é produzida apenas em processos discursivos, mas também em processos gestuais e corpóreos. Dentre diversos parceiros intelectuais, faço diálogo com o autor Cristoph Wulf (2013). .

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

perspectiva, esse texto é desdobramento, continuidade e devir, do meu itinerário de vida e pesquisa. Proponho pensar a docência, e seus modos de existência, na abrangência dos atravessamentos que as audiovisualidades (KILPP, 2012) operam na produção de si e do outro, em um mundo no qual uma pandemia, num aspecto avassalador, potencializou, de certo modo, um registro cada vez mais imagético e em rede nos gestos (WULF, 2013) da/com a docência (ROSSATO, 2021).

Diálogos teórico-metodológicos

Esse texto traz como base metodológica as pesquisas nos/dos/com os cotidianos (ALVES; SOARES, 2012). Esses estudos têm surgido de forma mais presente nas pesquisas da Educação e nas Ciências Humanas, em geral, o que demonstra um interesse crescente e expressivo por parte desse campo em compreender as denominadas questões do dia a dia. Não se trata de abordar um campo de pesquisa, de observar um objeto, mas sim em "pesquisar com" os praticantes do cotidiano (ALVES; SOARES, 2012). De forma surpreendente e inesperada, nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos, estamos numa constante caça de nós mesmos, de nossas histórias de vida, tanto como alunos que fomos quanto como professores que somos (FERRAÇO, 2007). Estamos de alguma forma:

> Incluídos, mergulhados, em nosso objeto, chegando, às vezes, a nos confundir com ele, no lugar dos estudos "sobre", de fato, acontecem os estudos "com" os cotidianos. Somos, no final de tudo, pesquisadores de nós mesmos, somos nosso próprio tema de investigação. Então, em nossos estudos "com" os cotidianos das escolas, no lugar de perguntas como: significa essa atitude? Que quer dizer esse cartaz? Que significa esse texto? Qual o sentido dessa fala? Devemos perguntar: que leituras "eu" faço desse cartaz, texto ou fala? Assim, em nossos estudos "com" os cotidianos das escolas, há sempre uma busca por nós mesmos. Apesar de pretendermos, nesses estudos, explicar os "outros", no fundo estamos nos explicando. Buscamos nos entender fazendo de conta que estamos entendendo os outros, mas nós somos também esses outros e outros "outros". Por vezes, quando nós nos explicamos, pensando que explicamos os outros, falamos coisas próximas daqueles que queremos explicar. Mesmo assim, ainda somos os sujeitos explicados em nossas explicações. Somos *caçacaçador*. E com essas explicações nos aproximamos das explicações dos outros. Assim: – Eu penso o cotidiano enquanto me penso... – Eu faço parte desse cotidiano que eu penso... Eu também sou esse cotidiano... – Eu não penso "sobre" o cotidiano, eu penso "com" o cotidiano... – Esses momentos, movimentos, processos, tentativas, possibilidades, de pensar "com" os cotidianos, de me pensar, possibilitam que eu me conheça ao mesmo tempo em que busco conhecer os outros... – Mas, eu também sou esses outros... – Sou todos aqueles que ali estão e também aqueles que já não estão… – Sou parte ausente de uma história passada recontada pelos sujeitos de hoje... – Mas também sou parte de uma história presente ainda por ser contada pelos que virão [...] (FERRAÇO, 2003, p. 160-61, grifo do autor).

Com base no pensamento de Ferraço (2003), defendo o percurso de autoformação numa abrangência que, mais que responder e comprovar, venho argumentar, apresentar tensões, aprender com práticas que me desestabilizam em alguma ordem estabelecida. Nessa perspectiva, deparo-me enquanto *sujeitoprofessorpesquisador*[3] com as possibilidades de pensar minha história de

[3] A utilização da juntabilidade segue os pressupostos dos estudos com os cotidianos (ALVES; SOARES, 2012), uma vez que termos antes compreendidos como dicotômicos, ao serem unidos, procuram romper com a limitação imposta pela Modernidade

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

vida numa concepção de um desenho fluido, que traz algo profano, em contraposição à severidade das normas na docência e suas respectivas condutas esperadas, no que tange às expectativas sociais.

Conforme os pressupostos teórico-epistemológicos, as pesquisas nos/dos/com os cotidianos não buscam descrever sobre os cotidianos, o que colocaria o pesquisador com certo distanciamento sobre o campo. Porém, a configuração em questão busca uma tessitura, um mergulho nos/com os cotidianos. Debruçamos, nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos (ALVES; SOARES, 2012), no campo das sensações, das conversas, dos acontecimentos, do inesperado. Assim, articulamos os processos de autoformação docente entendendo-o enquanto produção de conhecimento:

> Valorizar esses outros modos de pensar e estar no mundo [...]. Para isso, vem sendo preciso considerar formas válidas de saber/fazer/pensar/sentir/estar no mundo tudo aquilo que a escola tem sido levada a negligenciar em nome da primazia do saber científico (ALVES; OLIVEIRA, 2006, p. 589).

Nessa prática de pesquisa e mais, especificamente, na produção do conhecimento em educação, Andrade, Alves e Caldas (2019) nos provoca com o que denomina "os cinco movimentos em pesquisa" – sentimento de mundo, virar de ponta a cabeça, beber de todas as fontes, narrar a vida e literaturizar a ciência, e *ecce femina* – problematizando os métodos tradicionais de produzir e pensar ciência e conhecimento, como: o afastamento da relação "sujeito X objeto"; a caça da ciência cartesiana por uma certa neutralidade e objetividade. A ideia de movimento traz, ao pesquisador, a concepção de que não buscamos solucionar questões levantadas com o campo de pesquisa, mas uma proposição, uma tentativa de "levantar a poeira" acerca do tema para que seja um disparador em outras pesquisas, outros apontamentos, outros pensamentos. Assim, é indispensável pensar na noção de tessitura de conhecimento em rede.

A noção de rede nos provoca a considerar a possibilidade de colocarmos em prática a horizontalidade das relações entre os diferentes saberes (ALVES; OLIVEIRA, 2006, p. 13), ou seja, os processos de *práticateoriaprática* envolvem a vivência de aprendizagens formais e cotidianas, que se misturam; que não são fragmentadas; não são presas em categorias fechadas em busca do real; que não mutilam vínculos ou sentimentos; colocando apenas um caminho na produção do conhecimento (ALVES; OLIVEIRA, 2006, p. 13). Assim, interrogo-me com as proposições deste texto: Busco um olhar? Uma análise de objeto? Creio que mais que um primeiro olhar, meu interesse é me jogar no desconhecido, no inesperado, mergulhar e sentir os processos de autoformação em meio aos lampejos da pandemia do COVID-19.

As audiovisualidades enquanto lampejos de pesquisa.

Ao abarcar nas indagações de KILPP (2012), às audiovisualidades retribuem ao modo como vem sendo denominadas as produções encenadas no limiar audiovisual, borrando as fronteiras construídas pelos pesquisadores e realizadores entre códigos imagéticos e produção de consumo. Os registros audiovisuais têm se constituído como linguagens por meio das quais os praticantes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

percebem, experimentam, se expressam e se deixam afetar no/com o mundo. Neste mote, os praticantes – por meio dos usos com o dispositivo audiovisual - desejam, inventam, produzem, experimentam, vivem de modo a potencializar, cada vez mais, sua capacidade de experimentar o mundo, usam as imagens do mundo exterior, por meio dos processos miméticos, para transformar e incorporar ao seu mundo de imagens internas (WULF, 2013). Nesse aspecto, a aprendizagem cultural é adquirida num processo de incorporação e atribuição de sentidos dos produtos culturais disponíveis.

No caminho de pensamento que passa a ser trilhado, considera-se necessária uma discussão sobre a produção audiovisual das professoras a partir do rompimento das categorizações de práticas, e seus gestos, nos contextos das relações de poder que organizam as sociedades.

> Muito mais do que se pensa, essas professoras, em especial no espaço/tempo do cotidiano urbano, sabem porque usam (e não só consomem) televisão e computador, além de geladeira, telefone, liquidificador, que escolheram e compraram com seu pouco dinheiro, pois entendem que estes objetos (mesmo antes de serem meios) são importantes para seus/suas filhos/as e para si mesmas. Neste processo, com estes/as companheiros/as de curiosidade e aprendizagem, vão "redescobrindo" a lógica que sempre usaram no cotidiano, mas não sabiam, e que indica que o conhecimento é tecido em rede, sem caminhos obrigatórios e sem hierarquias, com uns ensinando aos outros conhecimentos que mudam permanentemente (ALVES, 2000, p. 33-34).

Com isso, podemos destacar que os usuários, os praticantes ordinários (CERTEAU, 1994), se apropriam de artefatos culturais, produzem formas de combate e resistência aos preconceitos, e, operam para além de denunciar atitudes discriminatórias, mas inventam, em diferentes linguagens e por meio da imaginação, modos de produzir conhecimentos e significações.

O propósito é problematizar a produção performativa na formação de professoras, considerando que as prescrições têm que ser praticadas por nós, em suas articulações com os processos curriculares, e, que as aprendizagens se forjam em meio aos rituais e gestos (WULF, 2013), os quais têm como modelos e referências um cotidiano que é vivido e experimentado. Tais processos, que se realizam principalmente nas relações docentes (ALVES, FERRAÇO, SOARES, 2019), expressam e criam relações com o mundo que se modificam permanentemente, produzindo diferença, sendo o audiovisual um disparador das convivências estabelecidas.

Desta maneira, os vínculos construídos, mesmo que num percurso totalmente online, alavancaram a reflexão sobre as normas, os estereótipos e os padrões nas relações docentes, visando produzir subjetividades que extrapolam as expectativas sociais sobre a atuação na sala de aula. Como pressuposto, pensamos a formação, neste contexto pandêmico e online, entendendo essa experiência como dos vaga-lumes (DIDI-HURBEMAN, 2011), que, embora seja forjada na contingência das normas estabelecidas, atravessa e transborda as fronteiras do instituído como uma sobrevivência num momento tão duro da vida.

Entre sobrevivências: A experiência numa creche pública.

Há mais de um ano vivenciamos a lógica da morte, da dor, do sofrimento intenso. Um inferno (DIDI-HUBERMAN, 2011) foi instaurado? Como caminhar numa vida que, nesses tempos,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

opera pela lógica da opressão? Como ser inconveniente em nossas caminhadas cotidianas (CERTEAU, 1994) estando no clausuro da vida? Como conceber, em tempos tão cruéis, uma Educação como parâmetro de expansão da vida?

O que busca-se compreender, ao mergulhar nos/com os cotidianos de uma Creche pública, em meio a pandemia do covid-19, é problematizarmos as artes de fazer (CERTEAU, 1994) com as tecnologias, na qual, as docentes de educação infantil são atravessadas num momento tão delicado, e, que faz surgir um conjunto de produções audiovisuais para estabelecimento de vínculos com as crianças, fazendo assim existências outras, nem sempre coincidentes com a encenação praticada no exercício da profissão docente. É como se houvesse territórios existenciais variados (NOLASCO-SILVA, 2019) na composição de si, criando camadas que em teoria, não se misturam, mas que, na prática, no consumo das imagens, expõe tudo e todos, no bojo da vigilância panóptica (FOUCAULT, 2008).

Iniciamos o ano letivo de 2020 carregado de muitas incertezas, reinventando modos de viver ou sobreviver. Um medo foi colocado em xeque, novos hábitos passaram a ser criados na dimensão do viver e diversas situações novas 'reprojetaram' nossos pensamentos. Em presença dessas circunstâncias, alguns debates começam a surgir em diferentes campos da sociedade, dentre esses, o campo que pensa a docência com as crianças e suas infâncias. Muito se fala em desigualdade, pluralidade e opiniões a respeito de como vivemos nesse período tão delicado.

Percebemos, ao longo da trajetória, que vídeos são enviados às famílias – a partir de uma decisão coletiva dos diversos atores da creche – para ser apreciado pelas crianças conforme a orientação, do Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro[4], para o período de pandemia: "cabe a educação infantil a manutenção dos vínculos afetivos, sociais e culturais, não sendo admitida a antecipação de conteúdos relacionados ao Ensino Fundamental, conforme estabelecem as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil" (RIO DE JANEIRO, 2020 p. 16).

Ao visualizar as produções muito me afetei, pois essas professoras produzem vídeos curtos, entre 01 a 05 minutos, trazendo contação de histórias (orais ou de literatura); leitura de poesias – às vezes de autoria própria; exploração de obras artísticas; conversas informais envolvendo temáticas sobre racismo, corpo, gênero; músicas; propostas de brincadeiras e interações com as famílias. Nesse contexto, percebi o quanto tem sido latente as nuances com os *gestos-docentes* (ROSSATO, 2021) em meio ao isolamento sanitário e a prática das professoras de educação infantil, que ouso fazer alusão, a sobrevivência dos vagalumes (DIDI-HUBERMAN, 2011).

A relação de formação e autoformação nesta Creche, em meio a pandemia, ressignificou nossas práticas e, de forma repentina, pensamos em aparatos tecnológicos que dessem conta de viabilizar o compartilhamento dessas conexões de afeto (KILPP, 2012), bem como refletir sobre práticas e fazeres, indo na contramão do ambiente frio e seco, que as plataformas digitais de interação nos provocam. Neste momento, concepções foram colocadas à prova, discursos foram confrontados e práticas foram expostas, seria isso a destruição das relações *docentes*? Declínio ou desaparecimento? Declinação, incidência, bifurcação: "O inestimável versus a desvalorização. A temporalidade impura do desejo versus os tempos sem recursos da destruição e da redenção. Fazer aparecerem as palavras, as imagens" (DIDI-HUBERMAN, 2014, p.11). Desta maneira,

[4] Órgão deliberativo das políticas educacionais no município em questão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pensando com Didi-Huberman, sobre essas relações docentes na pandemia, o autor citado apoia-se em Walter Benjamin, ressaltando que toda experiência - aparentemente destruída - nos provoca, nos afeta, nos desestabiliza no inacabamento:

> O que Benjamin descreve é, sem dúvida, uma destruição efetiva, eficaz; mas é uma destruição não efetuada, perpetuamente inacabada, seu horizonte jamais fechado. O mesmo aconteceria então com a experiência e com a aura, pois o que se apresenta, em geral, sob o ângulo de uma destruição acabada da aura nas imagens à época de sua reprodutibilidade técnica pede para ser corrigida sob ângulo do que chamei uma suposição: o que "cai" não "desaparece" necessariamente, as imagens estão lá, até mesmo para fazer reaparecer ou transparecer algum resto, vestígio ou sobrevivência. [...] É como se nós tivéssemos sido privados de uma faculdade que nos parecia inalienável, a mais segura entre todas: a faculdade de trocar experiências (p.123).

A partir dessa premissa, peregrinamos, neste *espaçotempo* de fabulação, às invenções, às trocas de um grupo de professores mediante seu percurso formativo, e, tudo isso, no contexto - exclusivamente - online, tendo as relações postas como: "O pouco tempo que nos separa do vazio tem a consistência de um sonho." (BATAILLE *apud* DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 141), sendo, as audiovisualidades (KILPP, 2012), o disparador dessas práticas de sonhos, reflexões sobre o vazio e na produção de conexões, bem como de uma docência produzida em gestos de lampejos.

Imagem 1 – Registro do drive com os arquivos das professoras performando a docência em vídeo.

Fonte: Arquivo pessoal e da instituição.

Toda essa convergência afeta o meu processo de autoformação, pois penso nessas vivências, transformadas em relato, como nos menciona Certeau (1994, p. 200): "Todo relato é relato de uma viagem". Ao pensar nessa viagem em minha própria história, não tenho a pretensão de contar nem mesmo definir minha história, mas sim, conhecer e projetar uma trajetória que corrobora com uma ideia de educação no/com o cotidiano, negando qualquer distanciamento e imparcialidade ao tecer a pesquisa. "Somos, no final de tudo, pesquisadores de nós mesmos, somos nosso próprio tema de investigação" (FERRAÇO, 2003, p. 10).

Trazendo mais nós ao novelo: algumas (des)considerações

Como expõe o autor Christoph Wulf (2013), ao apropriar-se das imagens do mundo, os praticantes formam repertórios que compõem seu imaginário no qual criam referências e modelos

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a serem imitados. De modo prático, esses processos não abarcam apenas as maneiras em lidar com os produtos materiais da cultura, mas também com as relações sociais, os modos de agir e as formas como a vida social vai sendo encenada e executada. Esse conjugado de relações envolve formas de conhecimento prático que são aprendidos mimeticamente em processos corporais e nos permitem atuar no bojo das relações sociais (WULF, 2013, p. 53).

Nesse traço, partilho da ideia de que as práticas tecidas cotidianamente na/com a docência em educação infantil, em convergência com os usos do audiovisual, podem ser vistas enquanto processos miméticos que produzem diferença, afirmação permanente. Wulf (2013) nos indaga que os conhecimentos, gestual e ritual, são conhecimentos de cunho prático e tácito incorporados em seu caráter performativo, que emerge das relações. "Sem rituais, não haveria o social" (WULF, 2013, p. 14). Assim, os rituais cumprem um desempenho central na formação social e cultural dos sujeitos. Nos rituais, os gestos articulam um papel central já que "os gestos transmitem valores sociais e culturais em formas corpóreas [...]. Nos gestos muitas vezes estão condensados os significados dos rituais" (WULF, 2013, p. 16). Mas, esses rituais, gestos e aprendizagens são práticas a serem transmitidas? E as professoras, como se inserem nos processos miméticos? Nos rituais e gestos, produzidos com os dispositivos audiovisuais, temos como elemento central o papel dos recursos da imaginação, e, esse contribui para a multiplicidade e o caráter dinâmico da performatividade dos rituais e gestos. Sendo assim, podemos questionar se os *gestos-docentes* (ROSSATO, 2021) são projetados nas possibilidades que criam estéticas de existência, já que nos gestos, realizamos uma possível inventabilidade nos processos de subjetivação.

Ao buscar terminar a escritura desse texto, em sintonia com os questionamentos que me perseguem, vislumbro o quanto essas provocações – de sujeitos que lutam cotidianamente para romper com uma ordem estabelecida - não podem ser apagadas, silenciadas. Entendo que pensar nossas práticas cotidianas é mais interessante que procurar definir, ou classificar, o que qualquer coisa deve ser.

Na intenção de deixar essa conversa ecoando acredito na aposta, e possibilidade, de trazer à tona, junto ao meu processo de autoformação, a produção do conhecimento cotidiano de professores, e suas inventividades, no parâmetro de expansão da vida numa educação do porvir.

Referências

ALVES, Nilda (2000). A formação da professora e o uso de multimeios como direito. In: Filé, Walter. *Batuques, fragmentos e fluxos:* zapeando pela linguagem audiovisual no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: DP&A, pp.25-40.

ALVES, Nilda; SOARES, Conceição (2012). Currículos, Cotidianos e Redes Educativas. In: SANTOS, Edmea et al. (Orgs.). *Currículos*: teorias e práticas. São Paulo: Grupo Gen Ed. p. 39-60.

ALVES, Nilda; FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Conceição (2019). *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em Educação*. Rio de Janeiro, RJ: ED UERJ.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra; ALVES, Nilda (2019). *Os* movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos – após muitas 'conversas' acerca deles. In: OLIVEIRA, Inês; PEIXOTO; Leonardo SUSSEKIND, Maria Luiza (Orgs.). *Estudos com os cotidianos, currículos e formação docente:* questões metodológicas, políticas e epistemológicas. Curitiba: CRV, 2019, p.19-46.

BRASIL, 2020. *Parecer CNE/CP: 5/2020*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25 out. 2021

CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (Org.). *Método*: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____ (2007). Pesquisa com o cotidiano. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87313707005.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

FOUCAULT, Michael (2008). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

GUATTARI, Felix (1981). *Revolução Molecular*: pulsações políticas do desejo. Porto Alegre, RS: Brasiliense.

KILPP, Suzana (2012). *Disperção-convergência*: apontamentos para a pesquisa de audiovisualidades. In: MONTANO, Sonia; FISCHER, Gustavo: KLIPP, Suzana. *Impacto das novas mídias no estatuto da imagem*. Porto Alegre: Sulina, p. 223-238

NOLASCO-SILVA, Leonardo (2019). *Tecnodocências*: a sala de aula e a invenção de mundos. Salvador: Devires.

RIO DE JANEIRO, 2020. *Deliberação 39 E/CME*. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/> Acesso em: 25 out. 2021.

ROSSATO, Bruno (2021). *Docência produzida em gestos*: audiovisualidades na/com a Educação Infantil. I Congresso Internacional de Educação e Infância. Disponível em: https://infancia2021.wixsite.com/iciei2021 Acesso em: 01/11/2021.

SOARES, Conceição (2016). *O audiovisual como dispositivo de pesquisas nos/com os cotidianos das escolas*. *Visualidades*, Goiânia v. 14, n.1 p. 80-103, jan.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/43033>. Acesso em: 15 out. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SOARES, CONCEIÇÃO; GOMES, Simone; REIS, Vinícius (2020). *O espelho mágico das resistências*: das fabulações cotidianas à apoteose do carnaval. *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, *37*(2), 327–346. https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.11353

WULF, Christoph. *Homo Pictor*: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. São Paulo: Hedra Ed., 2013.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENTREVISTAS NARRATIVAS E O IMEDIATISMO DO COTIDIANO: DESDOBRAMENTOS DA PANDEMIA SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE

Christianne Barbosa Stegmann[1]
Elvira Cristina Martins Tassoni[2]

Uma coisa é certa: de forma confusa, caótica, desordenada, estamos a viver a maior experimentação na história da educação. O ano de 2020 marca, inevitavelmente, um tempo de transformações profundas na educação, na escola e nas aprendizagens. Positivas? Negativas? Desejáveis? Indesejáveis?

(Nóvoa; Alvim 2020)

Os professores do ensino superior que vivenciaram a prática docente em sala de aula nas últimas décadas, enfrentaram diversos desafios: o desafio da expansão, da diversidade, da flexibilização, da inclusão, da metodologia de ensino e, mais recentemente, da hibridização.
Em meio a todo esse processo, a pandemia Covid-19 apresentou a esse profissional, elementos que colocaram em xeque sua profissionalidade e sua professoralidade.
É no entrecruzamento desses dois conceitos que pretendemos transitar, no estudo a ser realizado, a fim de buscar compreender os efeitos da pandemia sobre o professor universitário e sua prática pedagógica, em outras palavras, sobre sua identidade.

Professoralidade x Profissionalidade x Identidade

Bolzan e Isaia (2006) defendem que a construção da professoralidade, ou seja do processo de aprender a ser professor, está diretamente ligado à construção do conhecimento pedagógico compartilhado, em uma rede de interações e mediações que moldam nossa concepção a respeito da ação pedagógica.
Segundo as autoras,

> (..) entendemos a professoralidade como um processo que implica não só o domínio de conhecimentos, de saberes, de fazeres de determinado campo, mas também a sensibilidade do docente como pessoa e profissional em termos de atitudes e valores, tendo a reflexão como componente intrínseco ao processo de ensinar, de aprender, de formar-se e, consequentemente, desenvolver-se profissionalmente. Esse processo de reflexão crítica, feito individualmente ou em grupo, pode tornar conscientes os modelos teóricos e epistemológicos que se evidenciam na sua atuação profissional e, ao mesmo tempo, favorecer a comparação dos resultados de sua proposta de trabalho com as teorias pedagógicas e epistemológicas mais formalizadas. (p.491)

[1]Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
[2] Doutora em Educação pela UNICAMP e docente pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A reflexão aqui entendida, não como um processo mecânico e solitário, onde o refletir por si só modifica a prática e cria novas ideias. Mas sim como um processo consciente de tomada de decisão e de escolhas metodológicas, teóricas e epistemológicas.
Constrói-se a professoralidade no exercício mesmo da função, do fazer docente. É o que Cunha (2018) chama de "profissão em ação". Ao mobilizar os saberes pedagógicos próprios da profissão e confrontá-los com a experiência vivida no exercício da mesma, tem-se o ofício vivo que se estabelece em um determinado contexto. E justamente este encontro que inclui na professoralidade uma dimensão individual e coletiva ao mesmo tempo.
Em outro trabalho as autoras comentam que

> Ao partimos do pressuposto de que não existe preparação prévia para ser professor do ensino superior, entendemos que a aprendizagem docente e, sua consequente professoralidade instauram-se ao longo de um percurso que engloba de forma integrada as ideias de trajetória e de formação, consubstanciadas no que costumamos denominar de trajetórias de formação. Estas se constituem na intrínseca relação entre trajetória pessoal, profissional e percurso formativo, compreendendo um processo sistemático, organizado e autorreflexivo, que envolve os percursos que vão desde a formação inicial, abarcando o exercício continuado da docência nos diversos espaços institucionais em que se desenrola. Tal processo orienta-se para a constante apropriação de conhecimentos/saberes/fazeres próprios à área de atuação de cada profissão, para os quais as ideias de conhecimento pedagógico compartilhado e redes de interações são imprescindíveis. (BOLZAN; ISAIA, 2006, p.492)

O contexto no qual o professor desenvolve sua prática é, pois, marcante para a professoralidade. No entanto, em especial no ensino superior, são poucos os espaços dedicados ao compartilhamento de experiências. Quando isso ocorre, ficam restritas a discussões dentro das disciplinas das áreas de conhecimento, (com caráter mais técnico voltados aos conteúdos e às atividades práticas a serem realizadas) ou a treinamentos ferramentais que auxiliem na dinâmica de sala de aula. Ficam relegadas ao um segundo plano, discussões didáticas e/ou trocas de experiências pedagógicas que contribuam para a construção de saberes comuns, próprios àquele contexto.
Isso, em grande parte, advém de uma falta de disposição das IES em possibilitar espaços de reflexão compartilhada. A própria condição de trabalho do professor universitário, notadamente no ensino privado, onde se encontra a maioria dos docentes do ensino superior, não abre margem para esse tipo de ação reflexiva compartilhada com base no trabalho pedagógico.

> Podemos, portanto, entender o desenvolvimento profissional como um processo contínuo, sistemático, organizado, envolvendo tanto os esforços dos professores em sua dimensão pessoal e interpessoal, como a intenção concreta por parte das instituições nas quais trabalham de criarem condições para que esse processo se efetive, possibilitando assim a construção de sua professoralidade. (ISAIA; BOLZAN,2007, p.164)

Ao dividirem o mesmo lócus de atuação esses profissionais dividem as mesmas diretrizes, incertezas, anseios e inseguranças, e são capazes de formar um conjunto único, pertencente àquela situação, mas que compõe a experiência de cada um. E, portanto, contam histórias semelhantes a respeito da professoralidade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cunha (2018) aponta na direção de que pensar a docência universitária requer a reflexão a respeito do papel da educação escolarizada. A expectativa em relação à docência se movimenta na dependência dos objetivos das próprias instituições formadoras. O lócus de atuação profissional, a instituição escolarizada, também encontra referência na própria sociedade e seu papel não é estático, pois se altera em consonância às transformações em curso.

Vimos que a docência, por ser uma profissão, se desenvolve no âmbito maior da sociedade e, por isso, modifica-se de acordo com as necessidades de cada momento histórico; desenvolve métodos e ferramentas próprias para cada contexto e enfrenta problemas diferentes em situações sociais diversas.

> Ao explorar a ideia de professoralidade, é importante retornar ao tema da identidade profissional, tão discutido pela literatura especializada. Independentemente da matriz teórica que se toma para compreender esse conceito, é importante reconhecer que há neste sempre movimento, uma vez que é tributário da função que o professor exerce num tempo e lugar. (...) Na perspectiva aqui assumida, se a identidade se refere ao papel social da profissão, a professoralidade diz respeito à profissão em ação; pressupõe a identidade e mobiliza os saberes próprios da profissão. (CUNHA, 2018, p.8)

A professoralidade, entendida como a profissão em ação, pressupõe o exercício da profissão em um determinado contexto, tendo a prática reflexiva compartilhada como matriz, de modo a estabelecer saberes profissionais que lhe são únicos e que os diferencie dos saberes de outras profissões.

> Entretanto, é fundamental reconhecer que a professoralidade docente se institui em um contexto; trata-se de uma prática que se dá num lugar e numa dimensão temporal. O professor exerce a sua profissão numa instituição e, assim como influência o espaço em que atua, também tem a sua ação atingida por sua cultura, objetivos e valores, expressos no seu projeto educativo. Essa situação inclui na professoralidade tanto uma dimensão individual e subjetiva como uma dimensão coletiva e cultural. A condição de ser docente de um lugar, de um curso, inserido numa cultura profissional, num tempo determinado. Portanto, é preciso reconhecer que, no caso da educação superior, há distintas pedagogias que influenciam e são influenciadas tanto pelos contextos das profissões, seus valores e culturas, como pela manifestação da professoralidade de seus docentes. Esses são parâmetros importantes para orientar a reflexão sobre a docência da educação superior na complexidade dos contextos. (CUNHA,2018, p.9)

Se compreendermos a professoralidade como o fazer-se professor em um determinado contexto, precisamos então considerar as exigências profissionais de cada um desses contextos e seus impactos no processo de construção do sujeito professor.

A compreensão da docência como uma atividade que se reconfigura à medida que novas necessidades e exigências emergem é fundamental para o entendimento dos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos na (re)construção da identidade de ser professor universitário.

Identidade que se (re) configura na tessitura entre tornar-se professor e o exercício da profissão.

E como entender a profissão hoje e o contexto no qual ela se desenvolveu?

Cericato (2016) ao fazer uma análise da profissão docente no Brasil, aponta para a dificuldade em se estabelecer um status profissional para os professores. A autora busca nos elementos históricos constitutivos da profissão no Brasil, a falta de um conjunto legitimador da atividade docente como profissão, que vão desde a centralidade do Estado como regulador, fiscalizador e licenciador da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

atividade até a e a falta de autonomia, por parte dos próprios professores, na regulação da sua profissão.

No ensino superior isso se agrava, devido a algumas especificidades dessa etapa da educação, que vem sendo atingida enormemente pelas reformas neoliberais levadas a cabo no país e que modificaram a face do ensino superior no Brasil.

Nas últimas décadas, podemos identificar fatores que apontam para novas configurações e entendimentos da profissão do professor universitário, fruto de transformações estruturais nas relações estado/universidade, que ampliou drasticamente a oferta, abrindo caminho para a mercantilização desse nível de ensino e incorporando o viés mercadológico nas relações estabelecidas dentro do ambiente universitário. Isso se deu de forma mais acentuada no ensino privado, mas seus efeitos, devido ao grande contingente que se dirige a essas instituições, pode ser percebido no sistema como um todo, atingindo a profissionalidade do docente do ensino superior.

Tomando o caso particular das IES privadas, vemos que os fins educativos dessas instituições estão cada vez mais atrelados à lógica do mundo do trabalho, com currículos adaptados para melhor adequação às exigências do mercado de trabalho e às expectativas de seus alunos quanto à aplicabilidade imediata dos conhecimentos adquiridos. Imersas em uma lógica de mercado, tais IES pautam suas decisões baseadas em questões alheias ao processo educativo, como concorrência, estabilidade financeira e posicionamento estratégico via ranqueamento.

Shiroma (2003), discute a problemática da suposta profissionalização docente, ao apontar na direção de que o que estaria em curso seria uma segmentação e, o que a autora chama, desintelectualização da profissão. Uma ideologia gerencialista que se dissemina pelo campo educacional e que atinge a finalidade da ação pedagógica.

Não apenas a ação pedagógica possui fins específicos. O espaço onde essa ação se desenvolve, no caso as IES, também os possuem, o que influencia diretamente o trabalho do professor. Espera-se uma certa convergência entre as finalidades das IES e os fins do trabalho docente, senão de modo individual, mas como coletivo da atividade profissional. Esse coletivo é o que se enxerga quando se observa o todo.

No entanto, para isso é preciso que cada professor faça a ponte entre os fins da ação educativa individual, aquilo que constitui sua identidade construída nos anos de ação pedagógica, e as finalidades educacionais colocadas pelas demandas da sociedade e pelos interesses da IES onde esta atividade se desenvolve.

É nesse espaço que as identidades se constroem e se reconstroem.

É também nesse espaço que a professoralidade se constitui.

Assim, a professoralidade precisa da reflexão compartilhada de saberes, tanto entre os pares, mas também com os alunos e com todos os agentes que dividem o espaço educativo.

A importância de espaços de reflexão coletiva, de construção de identidades profissionais e de políticas próprias para esse nível de ensino que se constituam em uma pedagogia universitária que se quer transformadora de realidades, torna-se ainda mais fundamental em momentos de enfrentamentos e desafios como os que se depara o ensino superior brasileiro.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

2020 e a Covid-19

Até aqui o intuito foi discutir as relações entre os conceitos de professoralidade, profissionalidade e identidade que servirão de pilares para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.
Tais conceitos se tornam importantes para a compreensão dos desdobramentos da pandemia Covid-19 sobre a prática docente no ensino superior.
Na esteira das críticas aos modelos escolares que inundaram o início do século XXI, o ensino superior também sofreu questionamentos quanto à sua função em uma sociedade que se transformava e frente a mudanças na forma de produção do conhecimento e seu compartilhamento.
Os professores universitários, os quais já vinham enfrentando diversos desafios profissionais nas últimas décadas - fruto de movimentos de expansão, flexibilização e mercantilização que dominaram o cenário dessa etapa da educação –mais recentemente se defrontaram o imediatismo da hibridização.
Conforme apontam Nóvoa e Alvim (2020, p.12)

> Na ambiência de fim de milénio, foram-se desenvolvendo propostas "futuristas" de transformação da educação com alguns pontos em comum, nomeadamente:
> i)um regresso da educação a esferas domésticas e familiares, ou "comunitaristas", isto é, a um recolhimento das crianças no seio de grupos sociais, culturais ou religiosos mais homogéneos, retirando-as dos espaços escolares públicos;
> ii)um esforço de personalização das aprendizagens, em grande parte assente nos estudos dos neurocientistas sobre o cérebro, que têm conhecido um grande sucesso nas últimas décadas;
> iii)um recurso sistemático às tecnologias e, cada vez mais, à inteligência artificial, procurando desenhar dispositivos e soluções mais eficazes do que a tradicional relação entre professores e alunos.

Tais propostas trazem em si uma visão individualizada da educação, orgânica a uma sociedade pós-moderna e a uma ideologia neoliberal. No Brasil, podemos reconhecer tais perspectivas individualistas de educação, em movimentos como a educação domiciliar ou o Escola sem Partido. O que se entende é uma crítica à escola pública dentro de uma visão de matriz conservadora, que adere a slogans que defendem a "liberdade de escolha" das famílias e a "liberdade de aprender" dos alunos. (NÓVOA; ALVIM,2020)
Sabemos que a educação institucionalizada de qualquer nível – Básico ou Superior- tem como tripé fundamental o *professor, o aluno e o processo pedagógico.* É preciso que todos os pilares estejam de pé, para que sustentem uma educação que cumpra a missão de disseminar conhecimento de forma igualitária, justa, inclusiva, visando o convívio social e o bem estar de todos. Por isso a defesa de um espaço escolar público onde os vínculos entre professor, aluno e processo pedagógico estejam preservados.
Ainda segundo os autores

> Um acontecimento vai tornar nítidas estas tendências: a Covid-19. De repente, o que parecia impossível tornou-se inevitável: as escolas fecharam, as crianças foram para casa, o ensino passou a basear-se nas tecnologias, etc. Nos últimos meses temos assistido, em todo o mundo, às mais diversas e díspares experiências para assegurar a famosa "continuidade educativa". (p.13)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apesar de o desenho de mudanças na educação já estarem sendo esboçados desde a virada do milênio, a Covid-19 transformou o esboço em obra de exposição.
A fragmentação identitária profissional, muitas vezes reconhecida, do professor universitário (ZABALZA, 2009) e que o leva a uma identificação profissional mais atrelada a seu ofício primário, pode levar ao entendimento de que esses profissionais são menos afetados por todas essas mudanças do que, por exemplo, professores de outros níveis da educação, os quais também se viram envolvidos pelo furacão Covid-19 que assolou todos os países e seus sistemas educacionais.
Justamente esta fragmentação identitária, foi posta à prova. É também no imediatismo do cotidiano, que se aprende a ser professor. E que novos saberes são construídos.
É preciso refletir sobre essas experiências para entender sua dimensão como potencial de mudança. Compartilhá-las e contá-las para que que deixem de ser individuais e passem a ser coletivas.

Metodologia

A opção metodológica a fim de buscar compreender os desdobramentos da pandemia Covid-19 sobre a profissão docente universitária será por uma abordagem qualitativa.
Destacamos nessa opção, o que nos traz Gatti e André (2013, p.30) a respeito dos fundamentos da abordagem qualitativa e seu surgimento:

> Assim, as pesquisas chamadas qualitativas vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder o desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. (...) Passa-se a advogar, na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais.

Em particular no campo educacional, a abordagem qualitativa proporcionou um maior entendimento dos problemas educacionais, na medida que ampliou o universo epistemológico das discussões e promoveu uma aproximação e um maior engajamento, por parte dos pesquisadores, com as realidades investigadas. O compromisso com as possibilidades e necessidades de melhoria socioeducacionais, também foram ampliadas, em grande medida pela proximidade da relação pesquisador-pesquisado e pela possibilidade de intervenções diretas, tanto na realidade pesquisa como nos debates a respeito da formulação de políticas educacionais.
Entre as contribuições para o campo educacional da abordagem qualitativa, Gatti e André (2013) destacam quatro pontos: 1) incorporação por parte dos investigadores de posturas investigativas mais flexíveis, voltadas para aspectos sociais e culturais em escala micro; 2) A constatação da importância de enfoques multi/inter/transdisciplinares para a compreensão e interpretação dos problemas educacionais; 3) A retomada do protagonismo dos atores em educação como foco das investigações, a partir do ponto de vista dos sujeitos investigados. 4) A consciência do papel da subjetividade como interventora no processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para controlá-la.
Conforme observam as autoras

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Há um outro grupo de estudos que reúne o maior número de produção no momento, o qual é centrado na perspectiva do sujeito, cujo objetivo é investigar opiniões, percepções, representações, emoções e sentimentos de professores, alunos, gestores escolares, pais de alunos, sobre um determinado tema ou questão. (2013, p.35)

O interesse por investigar os desdobramentos da pandemia Covid-19 sobre o trabalho docente no ensino superior não pode estar desvinculado da própria experiência do sujeito investigado ao se defrontar com o imediatismo imposto ao cotidiano de sua prática. A abordagem qualitativa, permite acessar as percepções, crenças, valores e angústias que perpassam os sentidos e significados atribuídos por esses sujeitos e que norteiam suas ações. O entendimento do fato particular, em sua dimensão histórica, não parece se desvincular do contexto onde ele ocorre e nem dos sujeitos que o vivenciam e a ele dá significado. É a partir desse entendimento que assumimos a aproximação ao conhecimento, pois são esses sentidos e significados que "traduzem as mudanças dinâmicas no campo social, no campo educacional, cuja compreensão pode trazer uma aproximação do real mais condizente com as formas humanas de representar, pensar, agir, situar-se, etc." (GATTI; ANDRE, 2013, p.29)

Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é um método de coleta de dados amplamente empregado.

O pressuposto é de que o mundo social não é um dado natural. Ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, porém em condições não estabelecidas por elas mesmas. Tais construções constituem a realidade essencial das pessoas, como elas vivenciam e experienciam o mundo a sua volta e em determinadas situações impostas pelo contexto.

Para Gaskell (2015, p.64)

> O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações.

Assim posto, as entrevistas qualitativas servirão de instrumento de produção de material empírico, pois fornecerão dados básicos para a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos dos sujeitos investigados, no contexto específico do enfrentamento da pandemia Covid-19, sob o ponto de vista das práticas pedagógicas e os desdobramentos sobre a profissão docente.

Será utilizada um tipo específico de entrevista qualitativa, qual seja, a entrevista do tipo narrativa.

A Entrevista Narrativa

A entrevista narrativa é um instrumento de pesquisa qualitativa elaborado na Alemanha, na década de 80 do século passado, por Fritz Schütze. Segundo ele, os procedimentos então vigentes não davam conta de representar, de modo adequado, os fenômenos sociais investigados, uma vez que cerceavam a livre manifestação dos participantes devido à rigidez imposta por seus instrumentos. Schütze desenvolveu a entrevista narrativa, por entender que compreensão da sociedade e dos fenômenos sociais implicam a compreensão dos indivíduos que nela se inserem, uma vez que a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sociedade é constituída e modificada por indivíduos, e pela interação entre eles, em um determinado contexto. Dessa forma o objetivo é compreender as peculiaridades dos diversos posicionamentos individuais dos entrevistados, as variáveis pessoais que motivam suas ações de enfrentamento ou eventuais mudanças de posicionamento perante os fenômenos sociais e perante a vida.

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, que visam a profundidade de aspectos específicos, no entrecruzamento das histórias de vida e dos contextos situacionais.

Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Segundo o autor, as entrevistas convencionais, estruturadas ou semiestruturadas, tendem a padronizar as respostas dos participantes, uma vez que trazem em seus enunciados, referências daquilo que o pesquisador busca ouvir, o que, consequentemente, limita as possibilidades de respostas. Além disso, a padronização das entrevistas pode levar o entrevistado a assumir um papel passivo, de escuta ao invés de fala, por ser confrontado com situações verbais diferentes daquelas vivenciadas em sua comunicação diária.

Nessa mesma direção, Jovchelovich; Bauer (2015, p.91) apontam que

> Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos torna familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.

Desse modo, grupos sociais imersos em contextos semelhantes, contam histórias semelhantes, porque partilham das mesmas experiências e, vão construindo uma linguagem que lhes é própria, única e coletiva. O léxico "do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica." (idem, p.91)

Seguindo a mesma perspectiva, Muylaert et.al (2014) identificam que as entrevistas narrativas permitem a combinação de histórias de vida e contextos sócio-históricos, permitindo a compreensão dos fatos geradores de mudanças nas crenças e valores dos informantes e que justificam suas ações.

A entrevista narrativa se mostra, assim, adequada, pois, reconstrói ações e contextos de modo mais adequado: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as decisões sobre as ações tomadas frente às solicitações impostas pelo momento. Acontecimentos isolados se apresentam como simples proposições que descrevem fatos independentes, mas se eles são estruturados em uma história e contados a um ouvinte de uma determinada maneira, permitem a operação de produção de sentido do enredo (BAUER e GASKELL,2015).

Serão convidados como sujeitos da investigação, professores que atuem em sala de aula há pelo menos quinze anos, no entendimento de que podem trazer para suas narrativas os impactos do imediatismo do cotidiano sobre a professoralidade e, por consequência, na (re) configuração da identidade profissional.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na percepção da importância do contexto sobre o trabalho docente, a investigação buscará sujeitos de instituições públicas e privadas nas diversas regiões do país.

Resultados esperados

Em tempos de mudanças aceleradas nas mais diversas esferas sociais, é preciso dar voz aos sujeitos que vivem e experienciam os contextos, pois não é possível compreender os fenômenos sociais sem a perspectiva daqueles que nele se inserem, uma vez que a sociedade é constituída e modificada por indivíduos, e pela interação entre eles, em um determinado momento histórico.
Ouvir o que nos contam os professores universitários em sua trajetória profissional e os desdobramentos da pandemia Covid-19 para a constituição do sujeito-professor, sua professoralidade e sua identidade, nos ajuda a entender a ação dos sujeitos nos contextos e suas motivações para agir como agem e fazer o que fazem.
A reflexão a respeito da profissão pode contribuir para o fortalecimento do papel do professor universitário, fundamental em tempos de fragmentação profissional.
Pretende-se enfatizar a importância da formação continuada, através de espaços compartilhados de construção de novos saberes docentes específicos desse nível de ensino, advindos da consciência da professoralidade e da identidade profissional.
Também busca ampliar a discussão política sobre o ensino universitário e o trabalho docente, frente a uma possível reestruturação da profissão.

Referências bibliográficas

BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático – 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOLZAN, Doris; ISAIA, Silvia. (2006) Aprendizagem docente na educação superior: construções e tessituras da professoralidade**. Educação.** Porto Alegre, RS, ano XXIX, n.3(60), p. 489-501, set/dez.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na Educação Superior: a professoralidade em construção**. Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 6-11, jan.-abr. 2018

CERICATO, Itale Luciane. A Profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – REBEP** *(online)*, Brasília, v. 97, n. 246. p. 273-289, mai./ago.2016. Disponível em https://doi.org/10.1590/S2176-6681/373714647 Acesso: 06/04/2021

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M; GASKELL, G. (orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p.64-89.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In WELLER, W; PFAFF, N.(orgs) Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Educação. Teoria e Prática. 3. Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

JOVCHELOVICH Sandra, BAUER Martin. Entrevista Narrativa. In: BAUER M, GASKELL G.(orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2015, p. 90-113.

ISAIA, S; BOLZAN, D. (2007) Construção da profissão docente; professoralidade em debate: desafios para a educação superior. In: CUNHA, M.I. (org.) Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas: Papirus, p. 161-177.

NÓVOA, Antônio; ALVIM, Yara. Covid-19 e o fim da Educação: 1870-1920-1970-2020. *Revista* **História da Educação** (online), 2021, v.25. p.1-20. Disponível em https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/110616. Acesso 16/10/2021

MUYLAERT, Camila et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista da Escola de Enfermagem da USP.** Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil, vol. 48, núm. 2, pp. 193-199. 2014 Disponível https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027 Acesso 15/05/2021

POWACZUK, Ana e BOLZAN, Doris. (2009) A construção da professoralidade do professor do ensino superior. *ANAIS IX Congresso Nacional de Educação; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. PUCRS

SHIROMA, Eneida Oto. Política de Profissionalização: Aprimoramento ou Desintelectualização do Professor? **Intermeio**: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003. Disponível em https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2605 . Acesso em 04/04/2021

ZABALZA, M. Á. Ser profesor universitario hoy. **La Cuestión Universitaria**, Boletin Electrónico de la Cátedra UNESCO de Gestión y Política Universitária – Universidad politécnica de Madrid, num. 5, p. 69-81, 2009. Disponível em http://polired.upm.es/index.php/lacuestionuniversitaria/article/view/3338. Acesso em19/11/2021

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GESTÃO EDUCACIONAL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: SOLICITAÇÃO DE APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS (PAD) NA FATEC DE BAURU

Claudines Taveira Torres[1]
Maria Cristina Gobbi[2]
Anderson Rogério Campana[3]

Introdução

Percebemos que no século XXI, principalmente nos anos de 2019, 2020 e 2021, um número expressivo de alunos com o desejo de ingressar no ensino superior, o qual pudemos confirmar na prática através das pesquisas realizadas desse aumento no número de candidatos que buscam sua primeira graduação no ensino superior, nas instituições públicas, em especial nos cursos da área da computação. Do mesmo modo, outros procuram a transferência de outras Instituição de Ensino Superior (IES), principalmente das instituições privadas, para as vagas remanescentes. Esse panorama chamou a atenção para a necessidade de desenvolver processos mais eficientes para ampliar o número de ingressantes, ocupando todas as vagas remanescentes das IES públicas. Então, foi feita a opção por estudar esse panorama na FATEC-Bauru.

É importante considerar que além dos pretendentes que ingressam através dos vestibulares, existem aqueles que procuram uma segunda graduação. Para esses casos de transferências e de entrada de candidatos portadores de diploma de ensino superior ou cursos em andamento na Fatec, quase sempre advém a necessidade da criação de um processo de solicitação de aproveitamento das disciplinas já concluídas. Isso ocorre em virtude do estudante ter concluído em outras ou na mesma IES cursos diferentes, processo esse que não segue um padrão em todas as IES. É exatamente essa a etapa que se pretendeu conhecer de maneira mais detalhada, objetivando oferecer maneiras para aprimorar os procedimentos internos para os processos de solicitação de aproveitamento de disciplina (PAD).

Assim, o cenário da FATEC-Bauru foi o local escolhido e os processos do PAD's o objeto foco da análise. A etapa seguinte definiu o problema a ser investigado, que consistiu em responder "De que maneira é possível organizar os processos de PAD's, oferecendo mais qualidade e agilidade às decisões dos coordenadores de cursos, bem como para os estudantes?". A resposta buscou atingir o objetivo central de melhoria em todo o processo. Para contemplar o objetivo central e responder ao problema de pesquisa definidos, ficou estabelecido como objetivos secundários:

1) Conhecer e estudar a legislação sobre o PAD;

[1] UNESP – PPGMiT, e-mail: claudines.taveira@unesp.br
[2] UNESP – PPGMiT, e-mail: cristina.gobbi@unesp.br
[3] UNESP – PPGMiT, e-mail: anderson.campana@unesp.br

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

2) Conhecer e sistematizar o processo de aproveitamento de disciplinas para os portadores de diploma ou nas transferências entre cursos da unidade e/ou de outras IES utilizado na Fatec;
3) Realizar pesquisas de campo objetivando mapear as possíveis dificuldades e as demandas dos coordenadores de cursos responsáveis (são eles que analisam os pedidos);
4) Realizar pesquisas de campo objetivando mapear as possíveis dificuldades e as demandas dos estudantes que fazem a solicitação do PAD;
5) Elaborar um protótipo de software para agilizar o processo do PAD.

A justificativa da tese passa por diversos cenários, objetivando não somente contemplar o problema e os objetivos da tese, mas o atrelamento entre teoria e a prática.
Para atender aos objetivos propostos e responder à questão central, a tese está dividida em Introdução, três tópicos, conclusões e as referências bibliográficas.

A Qualidade na Educação Superior: O ensino superior nos cenários das FATEC's

O cenário da tese é a Fatec localizada na cidade de Bauru-SP, Brasil, uma unidade de ensino pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que é uma autarquia do Governo do estado de São Paulo.
Descrito o cenário da pesquisa, a tese de doutorado terá como escopo central a compreensão sobre o funcionamento do processo de aproveitamento de disciplinas para propor melhorias, que podem permitir agilidade e eficiência no processo, gerando novas possibilidades para os coordenadores de curso, nas avaliações dos pedidos de aproveitamento de disciplinas nas transferências entre as IES.
No curso de Banco de Dados da Fatec de Bauru entram por semestre 40 alunos, os aprovados por vestibular que tiverem em seus currículos aprovação em disciplinas cursadas em outras IES, ao solicitarem o aproveitamento das disciplinas, é necessário o estudo para verificar as possibilidades e em quais disciplinas esse aproveito será possível. Dependendo dos resultados nos aproveitamentos e progressão no curso do requerente, possibilita a chamada do próximo candidato na classificação do vestibular para recompor a vaga aberta. Porém, para que isso ocorra, o tempo estipulado pelo Centro Paula Souza (CPS) é bastante reduzido. E o processo só é encerrado após a análise pelo coordenador de curso, realizada de forma totalmente manual, onde após a conclusão dos aproveitamentos, são realizados os lançamentos no SIGA.
Vale ressaltar que existe um descompasso entre as ofertas de vagas e as demandas dos estudantes, em especial nas instituições públicas, como veremos nos próximos itens.

A Educação Superior: alguns dados da educação superior

De acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), divulgado em outubro do ano de 2020, no Brasil existiam 2.608 IES, sendo 2.306 privadas e 302 públicas, divididas em: 110 Federais, 132 Estaduais e 60 Municipais. Os

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

números de IES públicas ofertam anualmente 839.809 vagas, já as quantidades de concluintes no ensino médio entre os anos de 2010 e 2019 se manteve acima de 1.793.000. Isto demonstra que a quantidade de vagas ofertadas nas IES públicas é insuficiente para todos que desejam ingressar, evidenciado por esses números. Através das melhorias dos processos e com ferramentas de TIC a entrada de um candidato que aguarda sua chamada possibilitará que ele tenha seu processo analisado com rapidez e eficiência, abrindo a possibilidade para o próximo candidato classificado.

Liderança, gestão, PAD's nas IES: o coordenador e o seu papel de líder, gestor

Nas IES os coordenadores de cursos possuem diversas atribuições, e desempenham papel fundamental para obtenção dos bons resultados no curso, atuando nas áreas acadêmica, institucional e política, além de ser mediador entre os diversos atores da instituição de ensino. Nunes e Leão (2015) descrevem o crescimento nas últimas décadas das instituições de ensino superior no Brasil e o acirramento das concorrências e exigências com a alta competitividades entre elas, paralelamente os índices e exigências do MEC e do próprio mercado de trabalho, colocando o coordenador no centro do problema. As inúmeras responsabilidades dos coordenadores de cursos aliados a sobrecarga de atividades diária são potencializadas nos inícios e finais de cada semestres, trazendo a tona a necessidade de otimização dos processos e busca incessante de alternativas para que os objetivos sejam alcançados com qualidade em um menor período de tempo.

Liderança, gestão, PAD's nas IES: estudos de aproveitamentos de disciplinas

Os estudos de aproveitamentos de disciplinas são realizados nas IES e não seguem um mesmo padrão em todas, isto ocorre segundo o pesquisador Rodrigues (2005), por não existir uma Legislação Federal que trate especificamente de aproveitamento de disciplinas nas transferências de alunos universitários entre as IES ou na entrada de alunos portadores de diploma de curso de nível superior, fazendo com que cada IES trate dos aproveitamentos de disciplinas cursadas com disparidades, algumas com muito rigor e outras nem tanto.

O Ministério de Educação, por exemplo, destaca que a Lei de nº 9.394, de 20-12-1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que em seu art.49, caput e parágrafo únicos, assinala que "[...] as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de na forma da lei", devendo os interessados apresentar comprovação através do histórico escolar, contendo a aprovação e de comprovantes das disciplinas cursadas, com carga horária e conteúdos ministrados oriundos da IES originária para que possa haver aproveitamentos. Na mesma LDB no seu art. 12, dispõem que o interessado deverá conhecer o regimento interno e as normas de funcionamento e de autonomia da IES de destino. O CFE nº 05/1979 e alterado pela Resolução CFE nº 01/1994, determina que o aproveitamento de disciplinas deverá ser guiado pelo estatuto ou regimento interno da IES receptora, devendo ter compatibilidade de conteúdo e carga horária com as disciplinas a serem

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aproveitadas. No caso de não aproveitamento o discente poderá apresentar recursos às instâncias superiores na IES receptora. (MEC, 2015)
Uma última alternativa ao aluno, será entrar com uma ação na justiça e buscar os seus direitos. Para se conhecer melhor o cenário, o site JusBrasil dispõem da opções de pesquisa jurisprudência e com o descritor "Aproveitamentos de disciplinas cursadas" obteve-se como resultados em 11 de novembro de 2021 às 23 horas, um total de 5.752 processos existentes. (JUSBRASIL, Web, 2021)

Liderança, gestão, PAD's nas IES: o SIGA nos PADS

O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) é um software resultado do projeto do sistema Acadêmico da Superintendência do Centro Paula Souza, possuindo acesso para os atores da unidade através dos seus perfis.
Pudemos observar que o SIGA é um excelente Sistema Acadêmico, e que possui vários processos com diversos objetivos, um deles é específico para os PADs, processo que foi bem elaborado para os lançamentos e registros, no entanto, com o desenrolar da nossa pesquisa notamos que o processo extrapola o ambiente do SIGA, sendo complexo e necessitava de padronização para encontrar alternativas para facilitar e organizar o processo, que pouco dispõem de recursos automatizados para auxiliar os coordenadores. Nesse sentido, confeccionou-se duas planilhas, para padronizar os dados de preenchimento, uma delas através de análise de todas as disciplinas e verificando quais disciplinas eram possíveis para aproveitamentos de alunos transferidos entre cursos na unidade, especificamente do curso de redes de computadores e outra específica para alunos vindo de outras IES. As alterações resultaram em melhorias no processo, mas, observou-se que existia uma manipulação expressiva de documentação física, pois além do formulário (FSEAD), exigia-se a entrega do histórico escolar, plano de ensino das disciplinas com as respectivas ementas e conteúdos programáticos, e no caso de transferências entre os cursos da unidade exigia-se também a entrega da planilha dos alunos de rede de computadores.
Diante do apurado, objetivou-se realizar de forma digital o pedido de solicitação através do Formulário Google, facilitando o processo e trazendo melhorias, inclusive com *upload* dos arquivos do histórico escolar, plano de ensino e planilhas, nos formatos com extensões "PDF" e "XLS". As pesquisas com os alunos que tiveram processos recentes de aproveitamentos, apontaram duas deficiências, uma delas registradas por 53% dos requerentes, relatando não saberem comparar as disciplinas e outra apontado por 28% dos pesquisados, que afirmam desconhecer o funcionamento do processo para solicitar as disciplinas para aproveitamento. Com o intuito de sanar as deficiências, houve a criação do tutorial de solicitação para aproveitamento de disciplinas para os alunos do curso de tecnologia em Banco de Dados, dessa forma, dará subsídios para entendimento do requerente do processo. Uma das alternativas utilizadas é o envio do tutorial, além do PPC do curso por e-mail aos ingressantes. As implementações trouxeram melhorias ao processo, que devem eliminar as deficiências apontadas. Podemos visualizar na íntegra o fluxograma do processo de aproveitamento de disciplinas nas figuras 1, 2 e 3.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os dados digitados no formulário Google serão utilizados para alimentar a planilha espelho para a digitação no SIGA, e em uma segunda fase, para os *inputs* nas digitações no software "Oráculo dos PAD" em desenvolvimento que ajudará nas análises dos aproveitamentos.

O Processo passou por duas fases, na primeira fase detectou-se a necessidade de padronização do processo fora do SIGA, para facilitar e simplificar o processo e criar meios para que o aluno entendesse o funcionamento das solicitações, o *start* para a padronização foi dado com a criação do formulário de solicitação de aproveitamentos de disciplinas (FSEAD) – v1, e da planilha para aproveitamentos de disciplinas de alunos procedentes do curso de redes de computadores para as transferências internas e outra específica das transferências externas. Nesta fase houve melhorias para o processo, mas, almejava-se outras, uma das principais visualizadas foi a necessidade de separar no *Form* os pedidos das entradas de alunos internos das demais entradas de alunos de IES externas.

Na segunda fase o processo recebeu melhorias das (TICs), com a criação do tutorial de solicitação para aproveitamentos de disciplinas para os alunos do curso de tecnologia em Banco de Dados, outra melhoria foi a criação do formulário google, dispensando nesta fase a entrega da documentação física e substituindo por envio de documentos digitalizados através de *upload* dos arquivos.

Nas figuras 1, 2 e 3, visualizamos o fluxograma do processo de aproveitamento de disciplinas, com as melhorias realizadas no processo, com a inclusão das TICS com a disponibilização do PPC do curso no site oficial da Fatec Bauru, contendo todas as informações necessárias para que o aluno possa identificar as disciplinas similares para solicitar os aproveitamentos, criação do Tutorial de orientação para que os alunos entendam o processo para identificar e solicitar os aproveitamentos do que já cursou na IES anterior, criação dos formulários para preenchimento e envio dos documentos digitalizados e planilha preenchida.

Foram confeccionadas no software Bizagi modeler em um fluxograma do processo com os três atores discente, coordenação e secretaria acadêmica conforme visualizamos na figura 1, 2 e 3 os fluxos dos processos são descritos a seguir:

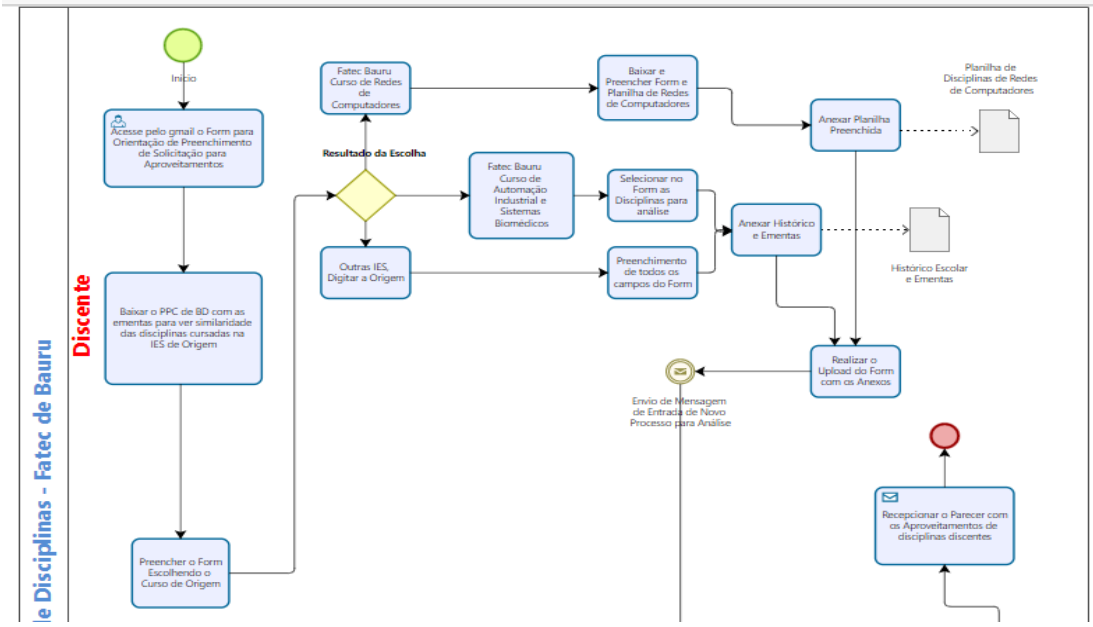
Discente

- Realizará o pedido acessando o formulário de solicitação das disciplinas para aproveitamentos;
- Acessará o link pelo formulário para baixar o PPC do curso de Banco de Dados da Fatec e o Tutorial dos PADs, constatar as similaridades das disciplinas cursadas;
- Iniciar o preenchimento do formulário Google* após ter identificado as disciplinas com similaridade;
- Terá uma opção de escolha para o curso de redes de computadores, se for baixar a planilha de redes de computadores;
- Preencher e anexar a planilha e realizar o upload com anexo, será enviado para o coordenador;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

- No caso de alunos de IES externas, preencher todos os campos, anexar o histórico, o plano de ensino contendo ementas, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas que se deseja aproveitamentos;
- Realizar o upload do *Form* com os anexos, será direcionado para o coordenador;

Figura 1 - Fluxograma do processo de aproveitamento de disciplinas – discente



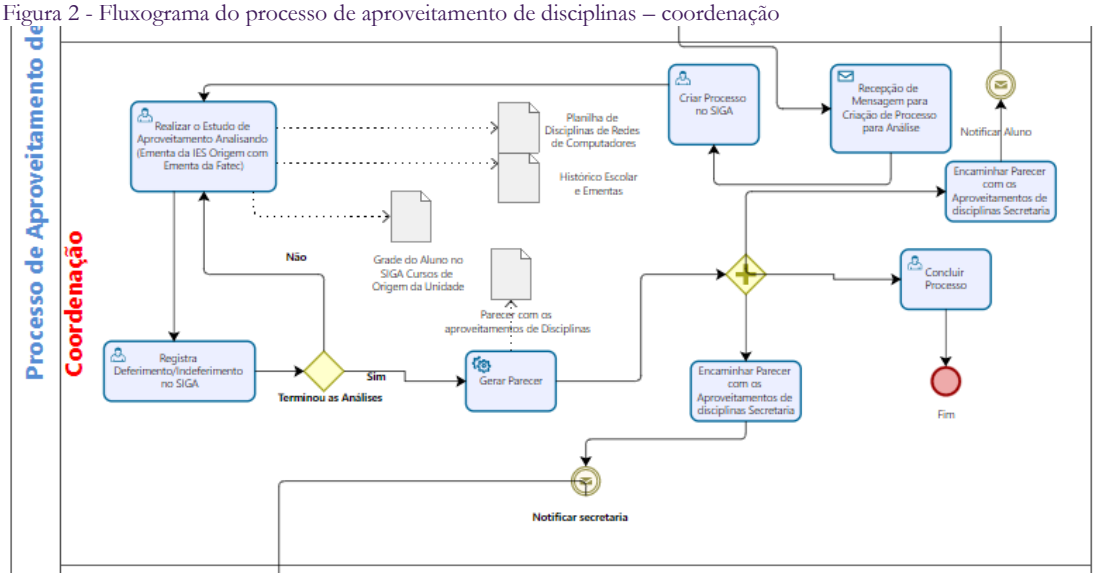
Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

Coordenador

- O coordenador receberá uma mensagem através do google alertando a entrada de processo para análise;
- Criará processo no SIGA pelo nome do aluno;
- Realizará o Estudo de aproveitamentos, verificando se for aluno de Redes de Computadores será analisada a planilha de Redes e grade do aluno pelo SIGA, se for de IES externas será gerada uma planilha pelas respostas do formulário google e baixada, preenchendo-se a planilha espelho para o lançamento no SIGA;
- Deferir ou indeferir disciplinas solicitadas;
- Gerar Parecer;
- Enviar para a Secretaria e para o Aluno.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2 - Fluxograma do processo de aproveitamento de disciplinas – coordenação

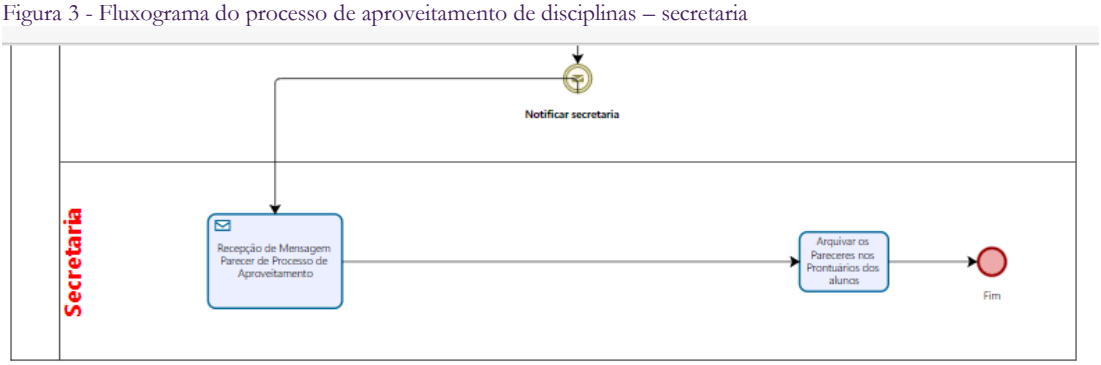


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

Secretaria Acadêmica

- Receber notificação por e-mail da coordenação contendo o parecer das disciplinas aproveitadas e arquivar nos prontuários dos Alunos.

Figura 3 - Fluxograma do processo de aproveitamento de disciplinas – secretaria



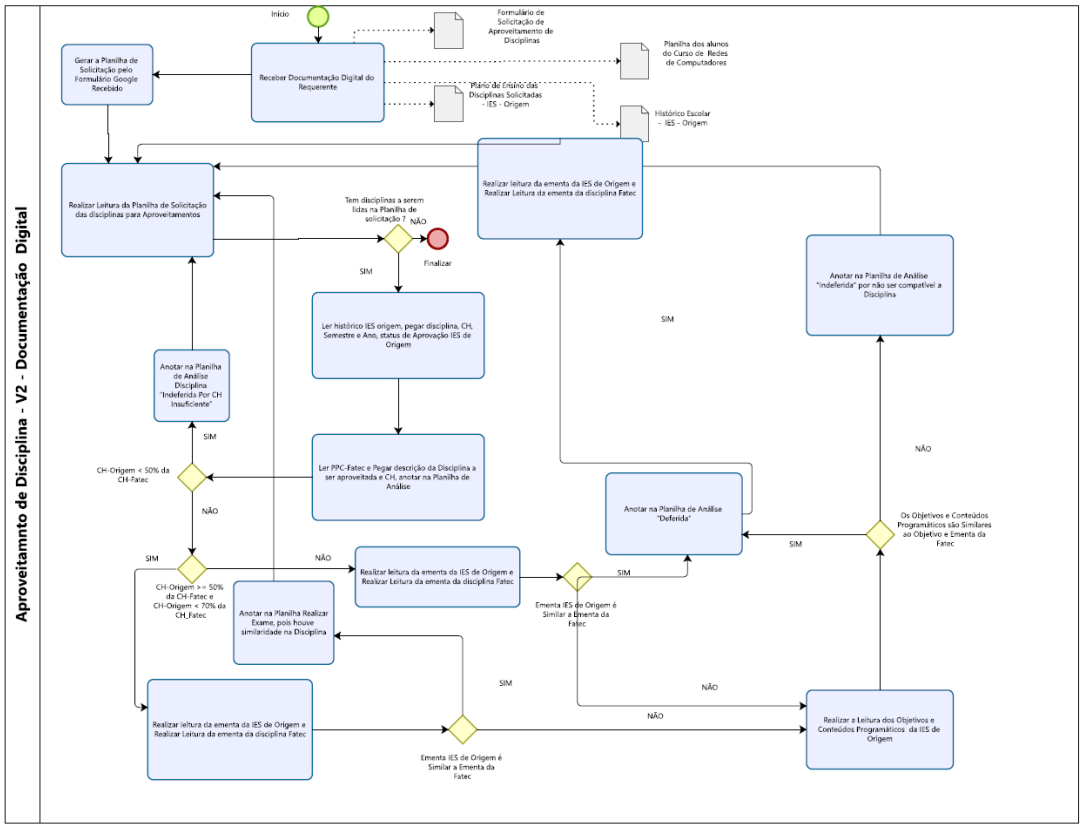
Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

Formulário Google*

D 1.1- Digite a DISCIPLINA da Fatec que deseja eliminar por aproveitamentos.
D 1.2- Digite a DISCIPLINA da IES de Origem similar à da Fatec para aproveitamentos.
D 1.3 - Digite a Ementa da Disciplina da IES de Origem
D 1.4 - Digite os Objetivos e conteúdos programáticos da disciplina da IES de Origem

Na figura 4 visualiza-se o fluxograma dos PADS na versão digital.

Figura 4 – Fluxograma do processo detalhado de análise para aproveitamento de disciplinas – digital



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

Basicamente a diferença da física para o digital está no manusear a documentação física e digital as buscas são nos documentos no computador.

Onde o procedimento é verificar qual disciplina o requerente está solicitando e se tem aprovação, em seguida verifica a disciplina para o aproveitamento no curso da Fatec, a segunda variável a ser checada é a quantidade da CH origem se é superior ou igual a 70% da CH destino, se for, passasse para a checagem da próxima variável, verificando-se se a ementa origem é similar a ementa destino, se sim, colocasse deferida na disciplina na planilha espelho, se não, verificasse os objetivos e conteúdos programáticos são similares, se sim, a disciplina é deferida, se não a disciplina é indeferida por incompatibilidade de disciplinas.

Caso a CH não for igual ou superior a 70%, verificasse se a CH é menor que 50%, se sim, colocasse como disciplina indeferida, se não, é sinal que a CH de origem é maior que 50% e menor que 70%, passando-se para a próxima verificação da próxima variável, a ementa origem é similar a ementa destino, se sim, colocasse "Aplicar Exame", se não, verificar os objetivos e conteúdos programáticos são similares, se sim, colocasse "Aplicar Exame", se não é indeferida por incompatibilidade de disciplinas e passasse para a próxima disciplina.

Realização de Testes com os PADS (Comparação dos Processos Físico e o Digital)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para as análises dos planos de ensino (Ementas, objetivos e conteúdos programáticos), foram realizadas várias baterias de testes, apresentamos uma das baterias contendo um pedido de aluno oriundo de IES externa do curso de Ciência da Computação para o 2º semestre de 2021, conforme demonstramos na figura 5, o processo foi realizado por coordenador com experiência de mais de 11 anos com os PADS. As análises foram realizadas em duas etapas, primeiro utilizando-se dos processos com documentação física e em seguida as mesmas análises utilizando-se o processo digital. Foram analisadas 23 disciplinas para aproveitamentos, obteve-se como resultados, 18 deferimentos e 5 indeferimentos.

Figura 5 – Planilha espelho do processo de análise para aproveitamento de disciplinas

Lucas IES 1 de Bauru -SP						
Item	Disciplina Destino Fatec	Disciplina Cursada Origem - IES	Faculdade - Curso IES1 Computação	Medições (minutos) Documento Físico	Digital	Digital+Software
1	Fundamentos da Administração Geral - CH 33,5 - 40 aulas	Administração - CH 72 - 1-2010	IES 1	00:06:20	00:02:03	
2	Algoritmos - CH 67 - 80 aulas	Algoritmos - CH 72 - 1-2008	IES 1	00:07:15	00:03:00	
3	Matemática Discreta - CH 67 - 80 aulas	Cálculo: Limite e Derivada 1-2010 /Introdução a Lógica 72h - 1-2008	IES 1	00:15:03	00:13:23	
4	Fundamentos de Cálculo CH 33,5 - 40 aulas	Cálculo: Limite e Derivada - CH 72 - 1-2010, e Cálculo: Limite e Derivada Integração com 1 variável - CH 72 2-2010	IES 1	00:04:45	00:02:41	
5	Estatística descritiva -CH 33,5 - 40 aulas	Estatística - CH 72 - 2-2009	IES 1	00:05:06	00:02:10	
6	Linguagem De Programação I - CH 67 - 80 aulas	Técnicas de Programação - CH 72 - 2-2008/Linguagem De Programação I - CH 72 - 1-2009	IES 1	00:07:23	00:04:05	
7	Linguagem De Programação II - CH 67 - 80 aulas	72- CH 72 - 2-2011- Linguagem De Programação III - CH 72 - 1-2012	IES 1	00:08:12	00:05:26	
8	Padrões De Projeto De Sistemas - CH 67	Métodos e Técnicas de Pesquisa - CH 72 - 2-2008	IES 1	00:06:07	00:05:00	
9	Engenharia De Software - CH 67 - 80 aulas	Engenharia de Software I - CH 36 - 1-2012	IES 1	00:05:28	00:03:00	
10		Engenharia de Software II - CH 72 - 2-2012	IES 1			
11	Estrutura De Dados - CH 67 - 80 aulas	Estrutura De Dados I - CH 72 - 1-2011	IES 1	00:08:57	00:04:00	
12		Estrutura De Dados II - CH 72 - 2-2011	IES 1			
13	Arquitetura E Organização De Computadores - CH 67 - 80 aulas	Arquitetura de Computadores CH72-2-2008/Introdução a Computação - CH 72 - 1-2008	IES 1	00:22:10	00:15:07	
14	Gestão de Processos de desenvolvimento de software - CH 33,5 - 40 aulas	Engenharia de Software I - CH 36 - 1-2012 e II CH 72 - 2-2012, Fundamentos de Sistemas de Informação - CH 36 1-	IES 1	00:20:04	00:13:35	
15	Arquitetura E Modelagem De Banco De Dados - CH 67 - 80 aulas	Banco de Dados I - CH 72 - 2-2009	IES 1	00:08:23	00:04:18	
16	Fundamentos De Gestão De Pessoas - CH 33,5 - 40 aulas	Sociologia da Responsabilidade Social - CH 72 - 1-2011	IES 1	00:07:01	00:06:09	
17	Fundamentos De Redes De Computadores - CH 33,5 - 40 aulas	Redes e Sistemas Distribuídos I - CH 72 - 2-2012	IES 1	00:11:50	00:05:15	
18	Sistemas Operacionais Centralizados E Distribuídos - CH 67 - 80 aulas	Sistemas Operacionais I - CH 72 - 2-2011	IES 1	00:05:54	00:04:09	
19		Sistemas Operacionais II - CH 72 - 1-2012	IES 1			
20	Legislação Aplicada À Tecnologia Da Informação - CH 33,5 - 4	Direito Aplicado À Informática - CH 36 - 2-2012	IES 1	00:05:29	00:03:02	
21	Comunicação e Expressão - CH 67 - 80 aulas	Comunicação e Expressão - CH 72 - 2-2009	IES 1	00:08:14	00:04:43	
22	Fundamentos De Gestão De Projetos - CH 33,5 - 40 aulas	Métodos e Técnicas de Pesquisa - CH 72 - 1-2011	IES 1	00:05:32	00:03:47	
23	Fundamentos de Gestão de TI - CH 33,5 - 40 aulas	Fundamentos de Sistemas de Informação - CH 36 - 1-2009	IES 1	00:03:50	00:01:46	
24	Metodologia Da Pesquisa Científico-Tecnológica - CH 33,5 - 40 aulas	Métodos e Técnicas de Pesquisa - CH 72 - 2-2008	IES 1	00:05:36	00:02:34	
25	Administração De Banco De Dados	Segurança e Auditoria de Sistemas - CH 36 - 1-2011	IES 1	00:04:11	00:03:02	
26	Planejamento Estratégico - CH 33,5 - 40 aulas	Fundamentos de Sistemas de Informação - CH 36 - 1-2009	IES 1	00:05:49	00:03:03	
				3:08:39	1:55:18	

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

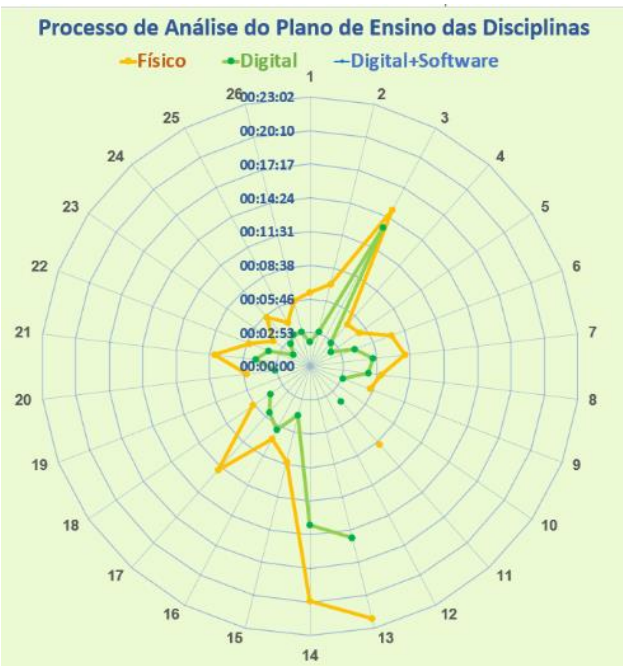
Foram cronometrados os tempos para conclusão das versões apurando-se que a versão física foi realizada em 03:08:39 (três horas, oito minutos e trinta e nove segundos), já na versão digital foi realizada em 01:55:18 (uma hora, cinquenta e cinco minutos e dezoito segundos), demonstrando que os processos utilizando as (TICs) são realizados com 61,12% do tempo gasto na versão física, outro item que foi apurado, que em média a versão digital gasta cerca de 5 minutos e um segundo por análise de disciplina, já a física gasta em média oito minutos e 12 segundos.

Podemos visualizar no radar no gráfico 1, o tempo decorrido para as análises documental física e o tempo decorrido para as análises digital, pudemos observar que em todas as análises de disciplinas houve melhorias na digital.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Gráfico 1: Processo de análise do Plano de Ensino



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2021

Quanto aos resultados não houve variação, pois tanto a física como a digital apontaram os mesmos resultados nos deferimentos e indeferimentos.

Pesquisa com coordenadores e estudantes: descrição da metodologia utilizada na tese e nas pesquisas de campo

Para a obtenção das pesquisas bibliográfica na internet foram utilizadas as bases eletrônicas como Google acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (Scielo).
Foi definido que seria realizado um censo com os 279 coordenadores de curso, das 73 unidades da FATEC. Do mesmo modo, faríamos uma pesquisa com os estudantes que utilizaram o PAD's. O escopo desenhado objetivou realizar as duas pesquisas de campo teve como foco atender aos objetivos secundários, oferecendo o ferramental necessário para contemplar o objetivo central definido. Assim, o foco das questões apresentadas aos dois grupos buscou conhecer e sistematizar as dificuldades enfrentadas pelas coordenações e pelos alunos da instituição nas solicitações do PAD. Do mesmo modo, consideramos importantes o conhecimento e a análise dos processos que envolveram e envolvem a complexidade da atividade.
A realização do censo com os dois principais atores envolvidos no processo, o primeiro, os alunos do curso de Banco de Dados da unidade de Bauru que tiveram análise dos últimos 5 anos, totalizando 90 processos de estudos de aproveitamentos de disciplinas realizados no período do ano de 2016 a 2020 no SIGA, para que possamos saber quais foram as suas principais dificuldades e opinião sobre o processo e o segundo, os coordenadores de cursos que são os responsáveis por

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

analisar os processos nas 73 unidades das Fatec's, deferindo ou indeferindo as solicitações e a sua visão sobre o processo.

Após o levantamento dos dados iniciais das coordenações responsáveis pelo PAD's, foi desenvolvido um formulário através do Microsoft Forms (online), contendo 20 perguntas. O material foi enviado aos 279 coordenadores de curso, pelo e-mail institucional. O período de realização foi entre os dias 24 de setembro até 31 de dezembro de 2020.

Dando prosseguimento ao levantamento de informações, no período de 04 de junho até 24 de junho de 2021 foi enviado um segundo questionário, por e-mail desta vez aos discentes do curso superior de Tecnologia em Banco de Dados da unidade de Bauru.

Para atender a definição da amostra, após análises exploratórias previamente realizadas, foram selecionados os últimos 90 processos de PADS existentes na base do SIGA para e enviar o questionário aos alunos que passaram pelo processo. Após, foi desenvolvido o questionário contendo 14 perguntas, através do Microsoft Forms (online).

Então, além das questões enviadas aos coordenadores e aos estudantes foi igualmente sistematizada as etapas que compõem os lançamentos no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico da Fatec (SIGA), etapa que ocorre durante todo o processo de análise do PAD's.

Pesquisa: coordenadores de curso responsáveis pelo PAD

"De que maneira é possível organizar os processos de PAD's, oferecendo mais qualidade e agilidade às decisões dos coordenadores de curso responsáveis, bem como para os estudantes?". A resposta buscou atingir o objetivo central de melhoria em todo o processo, minimizando possíveis falhas nos procedimentos, aumentando a velocidade na divulgação dos resultados, para possibilitar a abertura de todas as vagas disponíveis para o PAD na unidade, em um curto espaço de tempo.

O formulário de pesquisa, enviado aos coordenadores de cursos contém 20 perguntas, das quais 10 são fechadas, 8 abertas e 1 semi-aberta. O questionário foi disponibilizado por e-mail institucional @fatec aos 279 coordenadores de cursos das 73 unidades das Fatecs. Obteve-se o retorno de 45 unidades, representando 61,64% das unidades e de 80 coordenadores, que representam 28,67% do grupo de coordenadores. Para conhecer melhor o cenário, uma questão buscou conhecer a relação entre candidato/vaga nos vestibulares. A pesquisa demonstra que no vestibular das Fatecs a concorrência de candidatos/vagas varia muito de um curso para outro, onde apurou-se desde cursos com 1 candidato por vaga e no extremo curso com 36,4 candidatos por vaga, tendo em média nos cursos de 3 candidatos por vaga. Na unidade de Bauru o curso de Banco de Dados alcançou nos vestibulares dos anos de 2019, 2020 e 2021 a média aproximada de 5 candidatos por vaga.

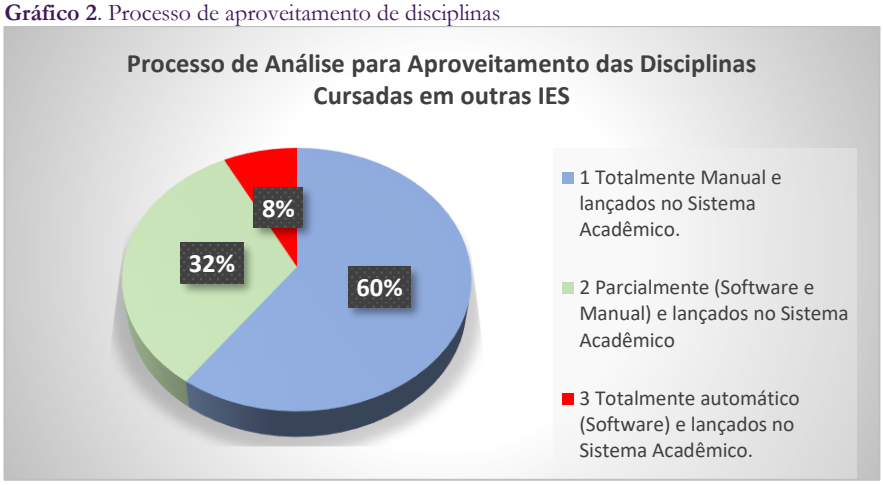
Uma questão da pesquisa buscou conhecer quem é o responsável por realizar o processo dos PADs, analisando toda documentação e verificando se as disciplinas cursadas podem ter aproveitamento. Detectou-se que 96% dos coordenadores realizam o processo.

Após o retorno positivo de quem realiza o processo, buscou conhecer como é realizado. Uma das questões da pesquisa trouxe a informação de que o processo de aproveitamento das disciplinas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

cursadas em outras IES ou entre cursos da unidade é realizado analisando-se o histórico com as notas, a carga horária e consultando a ementa da disciplina cursada com a ementa da disciplina constante no PPC da Fatec. Apurou-se que 92% dos coordenadores e ou responsável pela análise realizam o processo total ou parcialmente manual e posteriormente lançam no Sistema de Gestão Acadêmico (SIGA) conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Processo de aproveitamento de disciplinas



Fonte: Desenvolvido pelos Autores, 2021

Outra questão objetivou conhecer qual é a visão do coordenador de curso quanto a existência de prazo de validade ou não das disciplinas analisadas. Obteve-se que 65% dos respondentes entendem não existir validade para as disciplinas analisadas para aproveitamentos, isto demonstra que não existe um consenso entre os avaliadores e que este item precisa ser objeto de estudos.

Na questão anterior o objetivo foi verificar a validade e nesta conhecer se na visão do avaliador existe uma quantidade máxima de disciplinas que podem ser aproveitadas. A resposta apontou que 90% dos respondentes consideram não existir quantidade máxima de disciplinas que podem ser aproveitadas, evidenciando, mais uma vez, que não existe consenso neste item pelos responsáveis pelo PAD.

Outra questão sistematizou a quantidade de alunos que fazem aproveitamento de disciplinas por semestre. Obteve-se a quantidade de 12 alunos em média que fazem os aproveitamentos por semestre. Os documentos exigidos e utilizados para análise do processo pelos coordenadores ou responsáveis foi o tema de uma das questões. Apurou-se que 53,75% dos coordenadores analisam o histórico escolar, ementa das disciplinas, objetivos e conteúdos programáticos, mostrando que o assunto merece ser discutido e se possível padronizado.

Também mereceu atenção a informação sobre a quantidade de estudantes a mais que são chamados para o aproveitamento em relação aos candidatos aprovados no vestibular. Assim, os resultados apontam que em média são chamados 7 candidatos por curso.

A questão atual solicitou aos coordenadores que descrevessem quantos estudantes entram por vagas remanescentes por semestre. Os resultados, demonstram que em média 3,5 alunos por curso por semestre. Uma outra questão buscou conhecer a resposta com referência ao coordenador

acreditar que existe ou não a necessidade de criação de regras mais claras e/ou melhorias no processo para aproveitamento de disciplinas. Na sistematização dos dados, 40% indicaram que existe a necessidade ou de regras mais claras ou de melhorias para os aproveitamentos, desses 34% sugerem melhorias na automatização do processo e demais sugestões de melhorias.

Pesquisa com estudantes: PAD e os estudantes

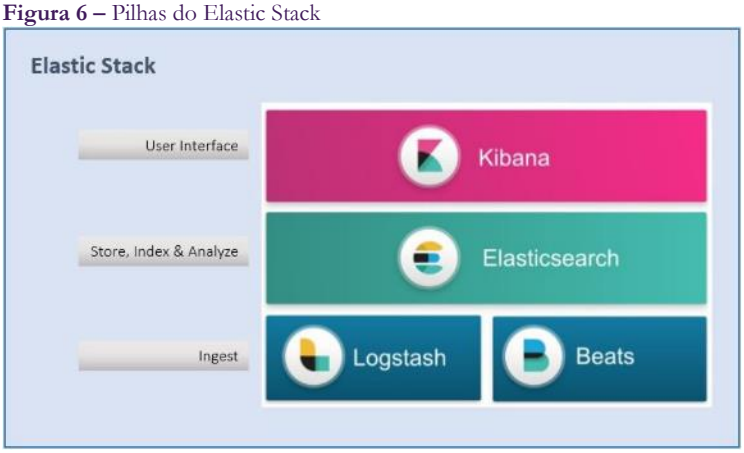
Também, conforme mencionado anteriormente, foi realizada pesquisa junto aos discentes, com formulário contendo 14 questões, sendo 8 fechadas, 4 abertas e 2 perguntas utilizou-se o Net Promoter Score (NPS). Obteve-se o retorno de 40 discentes, que representam 43% dos alunos que tiveram aproveitamento de disciplinas nos últimos 5 anos.
Uma das questões trouxe uma visão dos maiores entraves nos aproveitamentos de disciplinas, onde 53% dos respondentes têm dificuldade em saber se as ementas são equivalentes ou não, 28% desconhecem como funciona os PADs, 17% acharam dificuldade em conseguir as documentações das IES de origem e 3% não sabem onde encontrar as ementas das disciplinas.
Outra questão buscou conhecer quanto tempo o aluno demora para obter as documentações emitida pela IES de origem, histórico escolar contendo as notas e carga horária e as ementas com a descrição dos conteúdos ministrados e demais informações para que o coordenador possa iniciar o processo de análise das disciplinas para os aproveitamentos. Constatou-se que o tempo para obtenção pode demorar até 30 dias, e a pesquisa aponta que 22,5% aguardam mais de 14 dias.
Uma das questões buscou saber, se na visão do aluno poderiam ser realizados outros aproveitamentos, além dos que foram realizados, alvo de uma das questões. Para esta questão utilizou-se o Net Promoter Score (NPS), que pelo conceito de Reichheld e Markey (2011) Realizando a operação, após a sistematização dos dados, obteve-se como resultado -23, estando assim na zona crítica. Desta forma é possível avaliar que, de modo geral, os processos de aproveitamentos apresentam bons resultados. Dessa forma entende-se que a maioria dos respondentes não acreditam que pudessem realizar novos aproveitamentos.
Outra questão também utilizou o NPS e buscou saber se após os aproveitamentos das disciplinas, alguma disciplina dispensada de cursar causou dificuldades para o aluno em outras disciplinas. Apurou-se NPS=-85, isto demonstra que os aproveitamentos não trouxeram prejuízos aos discentes.

Proposta de desenvolvimento do protótipo

a) Sobre o software ELASTICSEARCH
O Elasticsearch faz parte do conjunto de software da pilha ElasticStack, ELK Stack (Elasticsearch, Logstash e Kibana), (ELASTIC, 2021)
Podemos visualizar na figura 6, a composição de pilhas com User interface, Stored Index & Analise e o Ingest.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 6 – Pilhas do Elastic Stack



Fonte: Elastic, 2021

O Elasticsearch armazena dados orientados a documento e utiliza uma estrutura de índice invertido, que é um conjunto de documentos relacionados, mantendo uma lista de cada palavra e sua localização, proporcionando armazenamento JSON, busca de textos completos com extrema velocidade, identificando as ocorrências em cada documento. (ELASTIC, 2021)

Um índice invertido é uma estrutura de indexação de um grupo de textos orientados a palavras, possuindo duas variáveis: o dicionário e as ocorrências. O dicionário é o conjunto de todas as palavras diferentes no texto e o índice armazena os textos que contém essas palavras. (BAEZA-YATES e RIBEIRO-NETO, 2013)

De forma resumida, o Elasticsearch realiza a análise, tokenização, indexação geralmente em palavras, separando as mais significativas e armazenando, descartando as menos significativas, dessa maneira mais rápida e eficiente.

b) Sobre o Protótipo em desenvolvimento "Oráculo dos PADS"

As ferramentas e as tecnologias utilizadas no ambiente de desenvolvimento do "Oráculo dos PADS":Plataforma: Web, Servidor: Apache 2.4, Linguagens: PHP 7.0, HTML5, Framework: Laravel 5.3, Banco de Dados: MySQL 5.7.57, Banco de Dados: ElasticSearch, Kibana.

De acordo com SÁNCHEZ, O Laravel é um Framework de código aberto para o desenvolvimento de aplicações Web em linguagem PHP. O Laravel facilita o desenvolvimento de software, simplificando as tarefas mais comuns como autenticação, cache, etc, além de facilitar as manutenções. É considerado um padrão de arquitetura de software, descrito como MVC (Modelo – Visão e Controle), sua característica é separar as camadas de dados, lógica de negócio e interação com o usuário. (SÁNCHEZ, 2021)

Os principais requisitos do Sistema "Oráculo dos PADS":

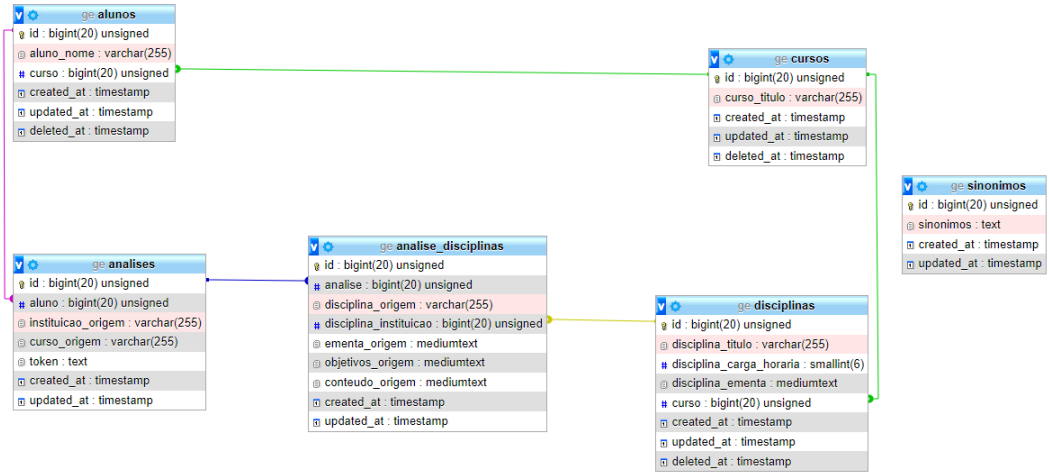
1. Cadastrar o Curso de Banco de Dados da Fatec de Bauru para análise dos Aproveitamentos de Disciplinas;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

2. Cadastrar todas as disciplinas da Fatec de Bauru do curso de Banco de Dados contendo: Título da disciplina, CH, realizar ligação com o curso da Fatec, cadastrar a Ementa e objetivos;
3. Cadastrar os alunos requerentes e realizar o vínculo com o curso de Banco de Dados - Fatec
4 Cadastrar a Solicitação de Análise – Disciplina/Ementa, selecionando o requerente cadastrado, IES de Origem, Curso de Origem, disciplina de origem cursada, colocar a disciplina da Fatec que será testada a similaridade, cadastrar a ementa da disciplina da IES de origem, Objetivos da disciplina da IES de origem, cadastrar o conteúdo programático da disciplina da IES de origem.
5. Realizar o processamento das Análises (será comparada similaridade entre as disciplinas e será mostrado um rankeamento das 10 primeiras disciplinas de Banco de Dados com similaridades)
6. Cadastrar Sinônimos

Na figura 7 apresenta-se as estruturas das tabelas de alunos, cursos, disciplinas, análise, análise de disciplina e sinônimo e os relacionamentos entre elas.

Figura 7 – Modelos Físicos de Dados (MFDs) – Oráculo dos PADS

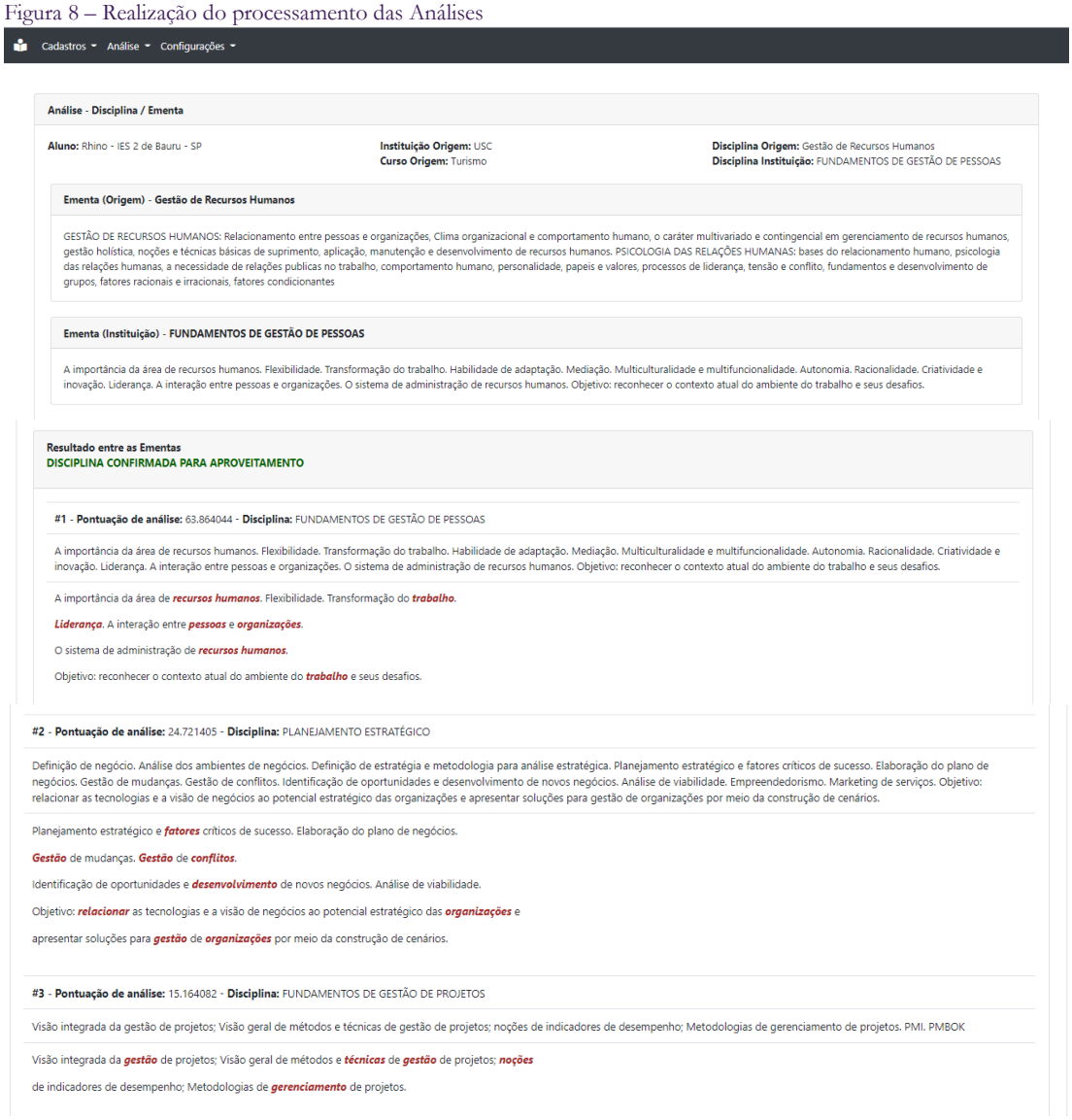


Fonte: Desenvolvido pelos Autores, 2021

Demonstra-se na figura 8, a realização do processamento das Análises entre as disciplinas da IES origem e da Fatec), servirá de apoio ao coordenador para decisão do aproveitamento. Podemos observar que a Gestão de Recursos Humanos da IES USC do curso de origem Turismo possui pontuação de 63,864044 de similaridade com a disciplina Fundamentos de Gestão de Pessoas do curso de Banco de Dados da Fatec de Bauru.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 8 – Realização do processamento das Análises



Fonte: Desenvolvido pelos Autores, 2021

Conclusões

Este tópico expõe as interpretações que finalizam esta pesquisa científica, a qual abordou o tema: Processo de solicitação de aproveitamento de disciplinas (PAD) na Fatec de Bauru. O desenvolvimento da pesquisa possibilitou compreender a complexidade do tema e ajudou a responder a pergunta: "De que maneira é possível organizar os processos de PAD's, oferecendo mais qualidade e agilidade às decisões dos coordenadores de cursos, bem como para os estudantes?". Para que fosse possível responder esta pergunta foram estipulados objetivos secundários como 1) conhecer e estudar a legislação sobre o PAD, esse objetivo foi alcançado através de pesquisas de materiais sobre o assunto disponíveis no MEC, CPS, FATEC, INEP,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CFE, JusBrasil e artigos de outros pesquisadores. O segundo objetivo secundário buscado foi 2) conhecer e sistematizar o processo de aproveitamento de disciplinas para os portadores de diploma ou nas transferências entre cursos da unidade e/ou de outras IES utilizado na Fatec, atingiu-se o objetivo com análise detalhado do processo, sistematização do processo, criação de fluxograma detalhando do processo, criação e envio de tutorial dos PADS para os alunos, disponibilização do PPC para os alunos, criação de Formulários Google Form para que a solicitação e envio dos documentos fossem digitais, criação de planilhas para o processo. 3) Realizar pesquisas de campo objetivando mapear as possíveis dificuldades e as demandas dos coordenadores de cursos responsáveis (são eles que analisam os pedidos), atingiu-se o objetivo com a realização de censo com os coordenadores das 73 unidades da Fatec, 4) Realizar pesquisas de campo objetivando mapear as possíveis dificuldades e as demandas dos estudantes que fazem a solicitação do PAD, atingiu-se o objetivo com a realização de um segundo censo com os alunos do curso de Banco de Dados da unidade que tiveram aproveitamentos de disciplinas nos últimos 5 anos. 5) Elaborar um protótipo de software para agilizar o processo, alcançou-se objetivo com a criação do Oráculo dos PADS. Ao concluirmos com êxito os cinco objetivos secundários, pudemos atingir o objetivo principal e concluir que o processo tornou-se mais eficiente, minimizando possíveis falas nos procedimentos, aumentando a velocidade de divulgação dos resultados e dessa forma, possibilitar e ampliar o número de ingressantes que forem possíveis, seja por entrada no vestibular com aproveitamento de disciplinas já cursadas disponibilizando novos vagas ou por vagas remanescentes, pois os resultados demonstram que houve agilidade no processo, assim como auxílio de um protótipo "Oráculo dos PADS" e mais dados para tomada de decisões dos coordenadores de curso no processo de aproveitamentos. Acreditamos que os resultados apresentados, em todo o conjunto da tese, além de colaborar no processo educacional, possam contribuir trazendo um novo olhar para as IES, Gestores, pesquisadores, órgãos da área Educacional e Tecnológica. Bem como, desejamos que possa estimular o desenvolvimento de estudos e de pesquisas futuras objetivando tonar as instituições públicas de ensino superior ainda mais eficientes em seus processos internos, mais inclusivas e amplamente acessíveis para um maior número de estudantes.

Referências

APPLE COMPUTER. Apple Computer, Inc. **Developer.apple.com**, 2005. Disponível em: <https://developer.apple.com/library/archive/documentation/UserExperience/Conceptual/SearchKitConcepts/searchKit_basics/searchKit_basics.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, **Recuperação de Informação:** Conceitos e Tecnologia das Máquinas de Busca. 2ª. ed. Porto Alegre-RS: Bookman, 2013.

BRASIL. LEI DE Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). **MEC**, 1996. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CEETEPS. **Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Aprova o Regimento das Faculdades de Tecnologia, D.O.E.; Poder Executivo, Seção I**. São Paulo-SP: CEETEPS, 2016.

DB-ENGINES. db-engines.com. **DB-ENGINES**, 2020. Disponivel em: <https://db-engines.com/en/ranking_trend/search+engine/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

ELASTIC. https://www.elastic.co/pt/what-is/elasticsearch. **Elasticsearch B.V.**, 2021. Disponivel em: <https://www.elastic.co>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GORMLEY, C.; TONG, Z. **Elasticsearch:** The DenitiveGuide. First. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc., v. First, 2015.

JUSBRASIL, 2021. **Aproveitamento de Disciplinas Cursadas**, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=aproveitamento+de+disciplinas+cursadas>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MARRS, T. **JSON at Work Pratical Data Integration For The WEB**. First. ed. Boston: O'Reilly Media, Inc., v. First, 2017.

MEC. **Portal MEC**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/apresentacao#:~:text=ProUni%20%2D%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o&text=O%20Programa%20Universidade%20para%20Todos,institui%C3%A7%C3%B5es%20privadas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior.>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MEC. Portal MEC. **MEC**, 2015. Disponivel em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17475-nt-n795-2015-transferencia-alunos&Itemid=30192>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MEC. Portal MEC. **MEC**, 2015. Disponível em: <www.portaldomec.com.br>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MEC. http://portal.mec.gov.br/. **Ministério da Educação**, 2020. Disponivel em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes?id=14384>. Acesso em: 18 out. 2020.

MEC/INEP. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 Linha de Base. **Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, p. 404, 2015.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEC/INEP. Censo da Educação Superior 2018 - Divulgação set. 2019. **Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Diretoria de Estatísticas Educacionais - Deed**, Brasília - DF, p. 77, set. 2019.

NUNES, T. P.; LEÃO, J. O. O Coordenador de Curso de Instituição de Ensino Superior Privado (IESP) como Ferramenta de Gestão Estratégica Universitária: um estudo de caso em uma instituição de Montes Claros/MG. **Cadernos Zygmunt Bauman**, São Luiz - Maranhão, v. 5, n. 9, p. 105-133, Quadrimestral 2015 2015.

REICHHELD, F.; MARKEY, **A Pergunta definitiva 2.0:** Como as empresas que implementam o Net Promoter Score prosperam em um mundo voltado aos clientes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Alta Book, v. I, 2011.

RODRIGUES, H. W. Aproveitamento de Estudos. **Revista @prender Faculdade Promove**, Marília-SP, p. 3, 2005. Disponível em: <http://faculdadepromove.br/bh/arquivos_up/documentos/AproveitamentodeEstudos.pdf>.

SÁNCHEZ, A.J.G. **Laravel 5 – The PHP Framework For Web Artisans** libro electrónico gratuito en PDF Disponível em <https://pdfcursos.com/149-curso-laravel-5.pdf>, Acesso em: 13 de nov. de 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FECHE A PORTA QUANDO SAIR: MEMÓRIA E AUTORITARISMO EM K

Danielle Barbosa[1]

A memória e a consciência pertencem a sistemas incompatíveis, e uma excitação não pode, no mesmo sistema, tornar-se consciente e deixar traços mnêmicos, o que significa que quando uma excitação externa é captada, de forma consciente, pelo sistema percepção-consciência, ela por assim dizer se evapora no ato mesmo da tomada de consciência, sem ser incorporada à memória. É o que Freud, ainda segundo Benjamin, resume na fórmula de que "a consciência nasce onde acaba o traço mnêmico". (Sérgio Rouanet, *Édipo e o anjo: itinerários Freudianos em Walter Benjamin*)

Memória e esquecimento

Esquecer e lembrar são mecanismos que permitem às relações intersubjetivas encontrar as coisas do mundo e reagir a elas conforme se apresentem. Da mesma forma, esquecer e lembrar promovem um ciclo de intercâmbio de experiências, no qual a transmissão da memória estabelece, em grande parte, o modo como as intersubjetividades identificam e performam o mundo. Essa *performance* gera efeitos, mas também pode ser percebida como efeito, ela mesma, de uma *performance* anterior, acessada no ato de lembrar. A memória, então, apresenta uma característica funcional, qual seja, a de oferecer fundamento, alicerce e conteúdo para a narração da experiência anterior – isso se a observamos do ponto de vista do ato de lembrar: a memória, quando acessada na reminiscência presente, organiza e oferece sentido à experiência anterior. Quando lembramos, não acessamos a informação específica que permitiria a compreensão da experiência, e esse fato não permite a completude no ciclo, a qual levaria a memória baseada na experiência anterior até o seu consciente narrativo, onde a experiência encontra seu espaço de resolução e transmissão. Não sendo, porém, exata, a memória não se transmite como fotografia de um real passado, mas como uma versão que fala não apenas da experiência, como também de seus laços psíquicos.

Nesse contexto de reflexão sobre as relações entre memória, consciência e esquecimento, analisaremos a obra *K. – relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, publicada em 2011 e cujo jogo oscilante entre autobiografia e ficção também se traduz na interlocução entre lembrar e esquecer. As constantes contradições entre culpa e luto se somam a essas relações duais, de forma a tornar instigante uma breve investigação sobre o acesso à memória a partir da experiência e, da mesma forma, da transmissão da memória por meio da percepção da experiência coletiva e da individuação dos efeitos dessa memória. Assim, a partir do contexto da ditadura militar brasileira

[1] Doutoranda em Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Teoria e História Literária na mesma instituição, em Teoria e Crítica Literária. Graduada em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Psicanalista e pesquisadora do Grupo U-TOPOS: Utopia e Renascimento. E-mail: d980935@dac.unicamp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(1964-1985), a trama expõe a dor da memória enterrada, mas não apaziguada – as ferramentas narrativas movimentadas por Kucinski levantam importantes questões sobre a natureza e as origens da memória, o papel do narrador e sobre o acesso do consciente aos mecanismos do lembrar – e do esquecer. Dessa relação, surge a necessidade de reparar e reelaborar os conteúdos mnêmicos para que tanto a dor individual quanto a memória oriunda da experiência coletiva encontrem um espaço de resolução.

Memória e cultura

Seguimos o caminho da relação entre memória, esquecimento e os mecanismos psíquicos de acesso ou de apagamento. É nesse sentido que a teoria psicanalítica oferece importante contribuição para as questões que aqui se introduzem. Uma dessas questões diz respeito à relação entre a memória e a narração – ou, ainda, ao modo como a experiência se manifesta na narração e à atuação da memória como mediadora da transformação da experiência em discurso. Da mesma forma, o papel do esquecimento – e, igualmente, do apagamento – é fundamental para a construção dos meandros da narração; porém, não sem a apresentação de como a tríade memória, esquecimento e apagamento está relacionada com a teoria psicanalítica de Sigmund Freud. Isso nos leva a uma questão capital: a narração a partir da experiência considera os pilares da condição humana e da vivência histórica em sua relação com o mediador memória, que, por sua vez, aciona os mecanismos de lembrar e esquecer. Assim, cada episódio mnêmico necessariamente se relaciona com as expectativas de *performance* e experimentação intersubjetiva.

Hannah Arendt (2007, pp. 10-11), em *A condição humana*, oferece uma importante definição que vem ao encontro da compreensão sobre a relação entre memória e experiência, quando afirma que

> Além das condições sob as quais a vida é dada ao homem na Terra e, em parte, a partir delas, os homens constantemente criam suas próprias condições, produzidas por eles mesmos, que, a despeito de sua origem humana e de sua variabilidade, possuem o mesmo poder condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante.

A compreensão acerca da produção a partir da cultura ou, ainda, das condições criadas pelo homem para estabilizar a própria condição também é demonstrativa de como os indivíduos são capazes de revelar suas singularidades (o *quem sou*), distintas de suas subjetividades (o *que sou*), como a primeira grande questão posta pela humanidade com relação à existência e à diferenciação daquilo que há no espectro do humano, do possível, em contraste com aquilo que há no espectro do sagrado, do divino. E na revelação, enquanto se engajam esses dois aspectos na fala e na ação, não pode haver certeza de qual natureza do eu será ali revelada, de forma retrospectiva, ou seja, na narração – espaço onde sua identidade irá se tornar manifesta. Ainda em Hannah Arendt (2007,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

p. 10), "a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [remembrance], ou seja, para a história".

Nesse sentido, a história busca imprimir no processo sua importância como elemento presente e dinâmico da narrativa. Na verdade, o que retiramos daí se torna uma das afirmações mais importantes de *A condição humana*: o significado da ação em si depende da articulação retrospectivamente dada a ela por historiadores e narradores, o que implica a necessidade da catarse e, portanto, da presença de um coletivo que se inclui na narrativa. Tal movimento é possível com a assunção de que lembrar a experiência anterior significa transformar em ação o movimento de acesso à memória bem como considerar que esse acesso não constitui um processo consciente, ainda que a ação que dali se origina irá se traduzir em uma *performance* consciente.

A trama narrativa é vista por Arendt (2007, p. 187) na montagem que se forma a partir da ação do indivíduo no mundo da vida, como elemento central, e elabora seu significado e sua importância na "ajuda do artista, de poetas e historiógrafos, de escritores e construtores de monumentos, pois, sem eles, o único produto de sua atividade, a história que eles vivem e encenam, não poderia sobreviver". O mediador-coletor da reminiscência a transforma memória, o que permite que a experiência anterior se torne significante tanto para o sujeito que produz a narrativa quanto para seu receptor. As construções de significados, então, passariam a apresentar-se como aspecto dialógico da transmissão da memória, esta que, por sua vez, passa a ser construída a partir do duo lembrar-esquecer. Somente quando a ação (*performance*) percorreu um determinado curso e após sua interação com um combinado de outras ações, seu significado pode ser manifestado plenamente e incorporado a uma narrativa, histórica ou ficcional, em um tempo já distante do momento de produção.

É necessária, porém, a existência da plateia, ou seja, da criação de uma audiência receptiva para a transformação da ação em discursos e do discurso em real. A audiência seria, então, a representação de uma comunidade de memória (ARENDT, 2007, p. 201) que oferece apoio ao narrador, na contação da experiência anterior. É dessa maneira que se torna possível introduzir o componente coletivo no conceito de memória – a *polis*, como espaço de cidadania, possibilitava exatamente a disseminação do discurso. O objetivo dessa disseminação encontra a motivação das palavras aqui escritas: o uso da experiência prévia no discurso com fins pedagógicos (como o caso da tragédia), onde cada cidadão possa ser uma testemunha e, portanto, um narrador em potencial. O que a *polis* estabeleceu, então, foi um espaço onde pudesse ocorrer a lembrança organizada e, com isso, a mortalidade e a fragilidade da condição humana pudessem ser paulatinamente superadas. Por meio do aprendizado coletivo, o destino compartilhado poderia ser reescrito e possibilitar o surgimento de novos narradores (ARENDT, 2007, p. 209), repetindo-se, assim, o ciclo de contação e propagação das memórias.

K. e o horror em narração

O panorama apresentado em *A condição humana* necessita do fator cultura como elemento formador dos meios de constituição e transmissão da memória via discurso. Este último – o discurso – é primordial como veículo de revelação da experiência anterior (ARENDT, 2007, p.

191). No âmbito do discurso, a chave argumentativa está na presença do narrador como transmissor de uma memória construída coletivamente. Walter Benjamin situa o problema da memória no momento da transmissão da experiência anterior, quando a ela constitui choque ou quando o desafio se encontra na comunicabilidade do evento experimentado. É o caso da experiência da guerra, cujo conteúdo essencial é perturbador tanto no nível da singularidade – quem somos em nossa materialidade – quanto no da subjetividade – o que somos em ações e no propósito da existência –, tornando-se uma experiência de construção coletiva. Em *O narrador*, Benjamin (1987) aborda o problema da construção consciente da memória, utilizando como fundamento a experiência transmitida pela narração. O acesso ao passado histórico e o acesso ao passado mnêmico se encontram na curva esquecimento-lembrança, admitindo-se que a experiência anterior está alijada do campo subjetivo da vivência, mas que se encontra associada à singularidade. Na completude do argumento, é necessário compreender a experiência de um ponto de vista cultural, já que a memória tem sua existência na adesão coletiva. Dessa forma, uma percepção de cultura pode ser encontrada no verbete culturalismo do *Dicionário de Psicanálise* de Roudinesco e Plon (1998, p. 140), como oferecimento de uma abordagem psicanalítica da cultura:

> Através desse termo designam-se as tendências da antropologia que procuram descobrir, na diversidade das culturas, dos comportamentos, das atitudes, das mentalidades e dos costumes, uma explicação para o homem que se fundamente na diferença e no relativismo, questionando o universalismo próprio dos grandes sistemas de pensamento oriundos da tradição do saber ocidental.

A narração permite, para além do romance (BENJAMIN, 1987, p. 202), a identidade coletiva e a adesão aos elementos culturais de constituição das memórias coletivas. O exercício aqui proposto leva em consideração o romance *K.* em seus contextos políticos – a experiência que gera a narrativa é uma imagem da experiência coletiva. Mas é igualmente interessante analisar a gênese da experiência e sua relação com a constituição dessa coletividade como substrato narrativo. Os eventos de repressão à participação política e às liberdades individuais, a prisão e os desaparecimentos de insurgentes, bem como as estratégias de precarização das condições de mobilidade social e econômica proporcionaram ao poder vigente a elaboração de uma verdade assumida, ou ainda, uma fantasia ideológica que fosse justificadora dos excessos e violências institucionais.

No ambiente da fantasia, a tortura e o horror se justificam em seu fim repressor e, ao mesmo tempo, na garantia de uma espécie de prazer narcísico na adesão coletiva ao horror apresentado (LACAN, 1998[1966], p. 483). Esse foi o caso, em distintas proporções e características, da ação do nazismo contra os judeus, bem como da repressão militar no Brasil, no sentido de que o elemento de criação da fantasia, no qual a justificativa do horror está em uma intrincada narrativa que busca alimentar a adesão à elaboração de um conteúdo mnêmico autoritário que compense a falta estrutural individual.

Seguindo o caminho da análise da memória da experiência em *K.* na dualidade *lembrar* e *esquecer*, é preciso, em primeiro lugar, situar o enredo na fantasia autoritária. Por um lado, dentro de uma concepção weberiana-kelseniana, o monopólio da violência não se constitui em ações aleatórias ou sem sentido. Mesmo em regimes constitucionais, a tolerância a áreas onde as ações são dirigidas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pelo objetivo de proporcionar terror é parte de sua organização política e manutenção das tensões sociais. Assim, eventos como a sistemática inobservância aos direitos de certas minorias seriam tolerados como eventos presentes nas democracias modernas como instrumento de manutenção das estratégias de dominação e controle (PINHEIRO, 1996, p. 197). No entanto, no caso dos governos autoritários o uso de tais mecanismos não se faz necessário quando o Estado possui o monopólio irrestrito da violência.

O que resulta do autoritário é a necessidade de regular a aflição da consciência por meio do esquecimento. Dessa forma, em Benjamin (1987), a experiência que se relaciona à violência extrema, à tortura e à guerra constituem eventos cuja narração chega a se impregnar de impedimentos comunicativos.

> Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se derramou dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca (BENJAMIN, 1987, p. 214).

A incomunicabilidade viria do choque, em que o narrador, preso no âmbito da vivência da experiência, estaria incapaz de transformar a memória da experiência em um elemento de agregação para a *polis*. Não havendo a possibilidade de comunicar o choque da experiência totalitária, ela se torna silenciosa ou fragmentada, até que os mecanismos facilitadores da transmissão (linguagem) tornem possível o entendimento do horror. Nesse sentido, a narração é um ato da vida, mais complexo e mais difícil de ser expresso quanto maior a proximidade da morte.

Seria possível, nesse contexto, pensar a posição do narrador Bernardo Kucinski, o irmão (de Ana Rosa, no romance, A. ou simplesmente "filha"). Em sua abertura, a observação "Caro leitor,/ Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu" (KUCINSKI, 2014, p. 7) oferece um indício de onde estaria esse narrador no conhecimento da experiência de Majer. O romance é narrado por alguém que acompanha Majer, o pai, com intervenções deste, sendo, assim, a narração marcada pela oscilação da pessoa narrativa e pelo desenvolvimento do mistério. É do pai que chega a informação sobre as cartas do banco, as quais se acumulam (pp. 10-12); é do pai que chega a dúvida sobre o endereço que constava nas cartas (p. 11). O processo de transferência, no qual, segundo Freud (1996b[1940]), a projeção do passado é parte constituinte do processo curativo da neurose presente, pode aqui ser compreendido como parte da estratégia de solução entre a dualidade pai *versus* filho-irmão:

> Outra vantagem ainda da transferência é que, nela, o paciente produz perante nós, com clareza plástica, uma parte importante da história de sua vida, da qual, de outra maneira, ter-nos-ia provavelmente fornecido apenas um relato insuficiente. Ele a representa diante de nós, por assim dizer, em vez de apenas nos contar. E, agora, o outro lado da situação. Uma vez que a transferência reproduz a relação do paciente com seus pais, ela assume também a ambivalência dessa relação. Quase inevitavelmente acontece que, um dia, sua atitude positiva para com o analista se transforma em negativa, hostil. Também isso, via de regra, é uma repetição do passado. Sua obediência ao pai (se se tratar do pai), sua corte para obter as simpatias deste, tem raízes num desejo erótico para ele voltado. Numa ocasião ou noutra, esta exigência pressionará seu caminho no sentido da transferência e insistirá em ser satisfeita (FREUD, 1996b, p. 113).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A autoria se torna compartilhada, isto é, um escritor-narrador transfere a memória ficcional a outro, igualmente participante dela, mas também produtor da ação-experiência e igualmente sujeito do esquecimento. Bernardo, o autor, se apaga na narrativa e transfere para o pai real e fictício a voz da comunicação da experiência, que chega repleta de singularidades e subjetividades. Essa transferência deveria oferecer o estímulo para a resolução do choque, se não esbarrasse em três importantes aspectos interpretativos:

O autoritarismo representa o espaço onde a fantasia de elaboração do horror, não obstante seu aspecto coletivo, tem direto acesso aos conteúdos subjetivo-individuais para que seja satisfeita a necessidade de ordem. Uma das questões mais presentes na contemporaneidade é: Como compreender o sujeito que adere à barbárie e a alimenta, tanto em seu entorno como em sua psique? Ao sairmos da esfera da compreensão subjetiva dos afetos que nos são proporcionados por tal problema, podemos encontrar no Édipo não superado, incompleto, uma chave interpretativa possível, fundamentada na marca inconsciente deixada pelo Complexo (FREUD, 1996a[1920]). Assim, a memória criada pela primeira experiência infantil se ressignifica na ação e no discurso de ódio.

A resolução das tensões adjacentes ao choque na sublimação da culpa. Majer expressa sua culpa em duas direções muito significativas. A primeira, a culpa por não haver reconhecido os sinais do estresse proporcionado pela militância de A., ou ainda, a frustração na *performance* do papel de protetor, socialmente atribuído à figura paterna e muito característica das composições familiares estendidas ocidentais. Da mesma maneira, Majer manifesta uma outra culpa, que muito nos interessa aqui – a culpa por não haver feito germinar a memória da filha. "Quando deparou com fotografias da filha em situações e cenários que nunca imaginara, percebeu de novo o quanto da vida dela ignorara e ainda ignorava" (KUCINSKI, 2014, p. 114); "A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais" (p. 167). A expectativa da *singularidade Majer*, aliada à *subjetividade pai*, cria uma imagem esperada – o que, na teoria psicanalítica de Freud, seria o produto da elaboração dos signos culturais, de uma ética preexistente e do ideal do eu [*ich-ideal*], mecanismos de preservação do supereu [*Über-ich*] (FREUD, 1996a, p. 47) –, que, em linhas gerais, é frustrada pela quebra da expectativa do comportamento esperado no papel de pai (ideal do eu) e pelo choque na realidade do apagamento da experiência da filha em um regime autoritário (p. 55). A culpa também pode, segundo Freud (1996e[1930]), ser uma manifestação do luto, da necessidade de apaziguamento da experiência.

O luto pode ser compreendido como parte importante da criação da memória funcional. No romance, o trecho "A própria filha, em carta a uma amiga, refere-se à atividade do pai: 'ocupa-se cada vez mais dos seus amigos escritores. [...]. Acabou a família e para ele só existe agora o iídiche. Refugia-se no iídiche'" (KUCINSKI, 2014, p. 49). Aqui, cabe igualmente a metáfora da ausência substitutiva: o narrador se retira[2] protegendo-se dos efeitos da arqueologia narrativa. E o narrador ficcional,

[2] Os mecanismos de defesa de deslocamento e de sublimação tomam grande importância no movimento de retirada do narrador. O deslocamento permite que a narração se aproprie dos efeitos negativos das tensões acumuladas por meio da experiência e os direcione à plateia. Os efeitos desse movimento são positivos para o equilíbrio das pulsões e para que seja igualmente satisfeita a sublimação das emoções geradas no luto em direção à resolução da memória. Para Freud (1996b[1937], p. 172), esse movimento geraria uma representação imperfeita, ainda que o eu se mantenha íntegro, mas não intocado.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como mensageiro, fica responsável por promover a guinada na narrativa. Não se procurava mais uma mulher desaparecida, mas um corpo para ser sepultado.

> K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos (KUCINSKI, 2014, p. 78).

O romance atinge seu clímax na identidade da perda. A filha, sem a *matzeivá*[3] seria apagada, e a memória de suas ações, esquecida. Outra dualidade se apresenta: a culpa permitiria solucionar a falha em construir a memória compartilhada na vivência da filha, compensada por ela pela luta na recuperação da memória histórica na experiência da militância e na experiência da fantasia autoritarista; mas, ao mesmo tempo, havia a necessidade de desfazer-se do objeto e aceitar sua perda. Freud (1996d[1917]) aborda, em *Luto e melancolia*, a temática da perda do objeto do afeto como forma de construção e manutenção do eu. O eu deve se identificar com o objeto perdido e, dessa forma, o processo de denúncia da dor da perda é o processo de denúncia do próprio eu, que se torna espelho do objeto. K. precisa da *matzeivá* para a separação entre o eu e o objeto *filha*, para que a busca assumida deixe de ser a busca pela construção tardia de uma memória desanexada da vivência.

Dessa forma, a transferência passa do narrador-irmão para K.; e deste para a *matzeivá.* O simbolismo da pedra está no encerramento. A *matzeivá* é colocada geralmente após o primeiro ano do falecimento, prevenindo a) a ostentação do que se foi em vida daquilo que separa os sujeitos na representação da riqueza; b) a profanação do túmulo, garantindo a perpetuação do laço com a linhagem; c) o esquecimento dos elementos da cultura, que mantêm a coesão entre os sujeitos da cultura judaica; e d) o esquecimento da memória e de sua inscrição no mundo. Assim, o que está na esfera simbólica do encerramento encontra aquilo que pertence à esfera simbólica cultural. Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro *in memoriam*. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a *matzeivá*. Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos das suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz, Israel (KUCINSKI, 2013, p. 82).

A resolução do luto de K. representa a resolução de um problema de inserção na cultura, de manutenção da ancestralidade e, essencialmente, um problema da memória. A decisão de colocar ou não a *matzeivá*, entretanto, não pode ser solucionada por K. O corpo ausente não lhe permite realizar isso. Corpo e memória ausentes, a resposta encontrada foi a elaboração do livro como memorial – resposta da ficção aos dois narradores para que fossem evitados tanto o esquecimento da vivência de A. como o apagamento de sua trajetória como mulher, filha e militante, esta

[3] A *matzeivá*, ou pedra tumular, é colocada no local do sepultamento para marcar o lugar do luto. Segundo essa tradição, uma vez coberto com a ela, o indivíduo ali sepultado terá sua memória preservada, o que permite a permanência do indivíduo na cultura judaica, pois é nessa inserção que a existência encontra seu sentido.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pertencente à História. Assim, a memória se reconecta à cultura e alija a fantasia autoritarista à qual se encontrava atrelada.

O fim de K.: Recordar, Repetir, Elaborar

A memória foi amplamente observada por Freud na elaboração da Primeira Tópica de seus ensaios metapsicológicos, onde o desenvolvimento das estruturas psíquicas de consciente, pré-consciente e inconsciente coloca aquele conceito em uma nova dualidade. A memória como lembrança, Freud a relacionou ao inconsciente como algo que não existe de forma simples e não pode ser acessado com objetividade empírica. Para a manutenção da memória psíquica, o aparelho especializou funções receptivas e criativas por meio da absorção do mundo; de conservação, para que seja mantida a memória, ainda que inacessível; e de preservação, permitindo que a memória seja instrumento acessível, de forma a garantir a integridade da psique (FREUD, 1996c, p. 6). Essa memória é parte constituinte do aparelho psíquico e, juntamente com a linguagem, participa da construção do processo psíquico e interage com outras memórias (como a reminiscência, passível de esquecimento). A linguagem auxilia na transformação, reorganização, representação, modificação e garantia da experiência cultural em contato com as singularidades.

Lembrar e esquecer são parte desse exercício psíquico, não sem dificuldades. Tanto para um como para outro, o aparelho psíquico oferece resistência quanto ao acesso das estruturas mnêmicas. Em *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (2010[1914]) ressalta a necessidade da lembrança, ou melhor, do resgate da recordação por meio do acesso do consciente. Trata-se, evidentemente, de um ensaio sobre a linguagem e o recalcado, relação que Freud situa no âmbito do acesso e da resistência (pp. 147-149). A resistência não é tão importante quanto o acesso, que permite o ato de recordar. E recordar é a ação do acesso para a produção de um novo projeto com vistas a mudanças na *performance*.

Assim, para Freud, recordar e elaborar são partes constituintes do mesmo momento psíquico. A repetição implica estipular determinados padrões e modos de recordar, utilizando ferramentas de transferência e resistência para que o acesso se realize (FREUD, 2010, pp. 150-151). Por meio da transferência, a experiência anterior se repete no presente – mas a transferência é uma pequena parte da repetição. A outra parte, mais substanciosa, vem do quanto resistimos à repetição. O elemento intrigante é: quanto maior a resistência, maior será o ato de repetição. A resistência, então, proporcionaria um melhor entendimento do processo de recordar e de como a memória se reflete em sintoma. Elaborar a repetição é ressignificar a recordação – o que Freud chama de reconstrução do passado (p. 155).

Em *K.*, essa reconstrução passa pelo paradoxo da fantasia autoritarista – o sentido do apagamento e do enterro dos mortos em vida. O fim do romance se dá por meio da reminiscência da vivência subjetiva, da recuperação da memória histórica e da ressignificação da cultura. K. visita o presídio do Barro Branco, último recurso na busca pela filha. Debilitado, carrega consigo aquilo que é a memória da sua vivência como preso político, como analogia da memória da repressão. O contato com os presos políticos é o fim de K. – a regressão ao sentido da vivência e a percepção da memória compartilhada, coletiva, da *polis* estão no retorno ao iídiche, da imagem da mãe (a *yiddishe*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mamme representa a tradição e a cultura), os cigarros e o chocolate (o alívio e a fuga da dor cotidiana e, ao mesmo tempo, as formas de manutenção da "protoeconomia" simbólica prisional).

> Armaram uma roda de cadeiras, K. sentou-se à frente. Depositou no piso a sacola e começou logo a contar a história que já havia repetido tantas vezes. Mas era como se a contasse pela primeira vez. Fitava um preso, depois outro. Tropeçava nas palavras. No meio da fala saíam palavras do iídiche. Repetia como um refrão, *mein tiere techeterl*, minha filhinha querida. Sentia de volta o sotaque dos primeiros dias de Brasil (KUCINSKI, 2013, p. 119).

O colapso de K. e a subsequente morte são narrados ao leitor como a imagem do começo e do fim. A gênese de K. se dá em sua vivência da prisão e dos símbolos; e sua morte na cela, olhando através das grades, evoca a figura da recuperação da imagem perdida, ou da configuração de uma memória da experiência anterior (RICOEUR, 1997, p. 59). Em Arendt (2007) compreendemos que um dos principais problemas da memória da ação é sua efemeridade e a fácil fragmentação de suas partes essenciais, mas em K. compreendemos que seus poucos minutos finais são inscrições do passado no presente, ou seja, a função da memória na representação de um momento congelado no passado e que é sistematicamente repetido – ainda que fragmentado. Ao(s) narrador(es) do romance, o acesso à experiência passa pela recuperação de uma memória que à primeira vista está conectada à vivência, mas que é representativa da *polis* e de suas aflições. E é nesse espírito que nós, leitores, podemos intuir que a morte de K., que buscava encontrar a filha viva para, a seguir, manter sua memória viva, de acordo com os preceitos da tradição israelita, sucumbe entre os mortos em vida – apagados, os prisioneiros políticos, alijados da história escrita em um espaço institucional construído para apaziguar as fragilidades da psique neurótica daqueles que o construíram.

Considerações finais

A célebre frase de Adorno sobre como seria possível qualquer poesia após Auschwitz segue válida. O século XX foi testemunha da adesão a ideias geradas por uma verdade incorpórea e de pouco fundamento, mas representativa das vozes daqueles que se consideram afastados de seus centros de desejo. Os anos pós-1945 viram nascer, em diferentes culturas, uma sucessão de regimes totalitários e militares cuja exploração da violência institucional serviu como instrumento para a reescritura cruel do poder. Do mesmo modo, expressões de resistência foram surgindo como formas de recuperar e salvaguardar o direito das gentes e a transmissão da memória histórica e coletiva. A dor, entretanto, de ser um ator em cada uma das histórias de horror se torna a dor do mundo, pois não há como sobreviver a Auschwitz.

Os contos *post-scripta* de K. apresentam ao leitor dois panoramas férteis para uma reflexão sobre como as memórias coletivas do horror são, confirmando a perspectiva benjaminiana, ilhas de história. O primeiro, a chegada de Regina ao narrador e seu questionamento sobre o conhecimento dele sobre Auschwitz, os procedimentos de catalogação e registro da polícia dos campos, as falhas apontadas e sua frustração em contraste com seu desejo de confirmação: para o sobrevivente, a quantificação e a racionalização do sofrimento oferecem um sentido para a experiência, cuja dificuldade de comunicação pode estar localizada na ausência de significados

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

transmissíveis das narrativas. O sobrevivente não vê sua experiência como parte de uma memória compartilhada da dominação e da exploração a partir da centralização dos signos de constituição de uma história feita por poucos. O sobrevivente precisa que sua história responda à pergunta: Por quê?

O questionamento de Regina resgata a relação entre o *por quê?* e o mundo pós-Auschwitz. Ela chega para o encontro levando objetos de confirmação – as fotos da família desaparecida, o livro de Bernardo, dados pesquisados com a ajuda do Instituto Yad Vashem. Não encontrando respostas que a amparassem, ela sai, mas abandona o livro. A perplexidade de Kucinski diante da fala de Regina representa o contraste entre as falas – testemunhal e literária. Maurice Blanchot (2005) aponta a literatura como um espaço cujo tempo circular gera narrativas que buscam o absoluto. A ambiguidade do tempo da experiência em contraste com o desenvolvimento do tempo literário cria um abismo entre aquele que narra a experiência para a *polis* e aquele que a registra. Ante a sensação da rejeição de sua história, Regina abandona o registro – deixa o livro ali, no passeio, como testemunha das diferenças de produto entre a narrativa da experiência (testemunho) e a narrativa ficcional a partir das memórias históricas movimentadas na obra literária.

Um conto seguinte narra as diferentes expectativas entre os afetos do autor da narrativa e da personagem, proprietária da memória afetiva do relato. O conto é a conversa entre Bernardo e uma amiga, que fala sobre a recepção de K. A fala final do romance – "Ainda perguntei: E você, o que achou do livro? – Não consegui ler; tentei, mas tive que parar. E fechou delicadamente a porta atrás de si" (KUCINSKI, 2013, p. 131) – também chega carregada de símbolos: a resenha sem a leitura, o abandono do livro, o ato final como o fechar da porta ao sair. O sobrevivente deseja fechar a porta, no constante movimento de lembrar para poder esquecer.

A chave psicanalítica neste texto buscou oferecer alguns indícios sobre como os processos de construção da memória coletiva são tão importantes como os processos individuais. As dores do autoritarismo, dos regimes totalitários, das guerras são produtoras de silêncio – daqueles que delas participam, dos que as promovem, dos que as registram. Narrar a experiência anterior da dor para a *polis* é fazer com que essa dor se torne parte da memória histórica, que deve ser compreendida e incorporadas às narrativas originais. Há um preço a pagar – a culpa, a degradação, até que se chegue na reconstrução do passado para a formação daquilo que não deve se repetir. A repetição hostil, já o havia dito Freud, possibilita a repressão da experiência e sua fragmentação, mas tais práticas jamais puderam impedir que o movimento constante de lembrar e esquecer impactasse a formação das singularidades e subjetividades do amálgama sociocultural. A ditadura militar de 1964, com seu aparato repressivo, ainda é geradora de testemunhos, de buscas, confirmações, afirmações, apagamentos, esquecimentos e um constante ciclo de luto e culpa a ser resolvido na narrativa da tragédia da condição humana, aliada como é dos processos de aniquilamento sistemático físico e psíquico.

Esquecer e lembrar são atos políticos contemporâneos, em que as formas de ver e viver o mundo passam pela capacidade de nossa sociedade em guardar suas tragédias como veículo de resistência. Resistir, em um sentido para além do freudiano, como uma forma de assumir o controle sobre os processos pelos quais criamos nossas histórias, narramos nossos passados e reconstituímos nossos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ossos partidos. Permanece, entretanto, a pergunta: Por que há, ainda hoje, adesão aos projetos de claro viés destruidor e promotor de contínua violência institucional? Uma resposta para isso poderia vir como adendo ao pensamento Adorno: talvez por não termos sobrevivido a Auschwitz.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XVIII* (1920). Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XVIII* (1937). Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, Sigmund. *Esboço de Psicanálise* (1940). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV* (1917). Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura* (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir, elaborar*. In: *Obras completas*. Vol. 10 (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010[1914].

KUCINSKI, Bernardo. *K. – o relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naïfy, 2014.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998[1966].

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estado e terror. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 191-204.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papirus, 1997.

ROUANET, Sérgio P. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A TRANSCRIAÇÃO COMO BUSCA DE SENTIDO: ANÁLISE, A PARTIR DO OLHAR DA LOGOTERAPIA DE VIKTOR E. FRANKL, EM UMA DRAMATURGIA CONSTRUÍDA A PARTIR DO TESTEMUNHO DE VENEZUELANOS REFUGIADOS NO SUL DO BRASIL

Gabriel Fontoura Motta[1]
Suzi Frankl Sperber[2]

Um psiquiatra austríaco tenta compreender o processo de continuar vivo depois de ter sido preso em Auschwitz e perder toda família assassinada nos campos de concentração nazistas. Um imigrante refugiado venezuelano tenta compreender o processo de continuar resistindo depois de escapar de um trabalho escravo em Manaus, na Amazônia. Encontra-se, na logoterapia, uma possibilidade de compreensão de sentido a partir da ressignificação da existência: a busca de sentido a partir da perspectiva de criação de responsabilidade em detrimento do sofrimento sentido.
Este trabalho mergulha no processo criativo de "Voz para Cumaná"[3]: série de audiodrama criada a partir do testemunho, em história oral, de três imigrantes não atores venezuelanos: Carlos Barrios, Jennifer Espitia e Pedro Bravo. A criação acontece a partir da vivência pedagógica de aulas voluntárias de português com teatro realizadas em organização não governamental de Porto Alegre/RS.

Ente venezuelano – recuo pedagógico através do conceito de Transcriação de Haroldo de Campos e dos estudos em Tradução de Max Bense

A pesquisa de iniciação científica "Do medo à resiliência: a construção de uma dramaturgia a partir do testemunho de imigrantes venezuelanos refugiados no Sul do Brasil" nasce a partir da

[1] Mestrando no Programa de Pós Graduação Artes da Cena (PPGAC) pertencente a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciado com graduação em Teatro realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é autor da série de audiodrama Voz para Cumaná publicada na Mostra Estudantil do 28º Porto Alegre em Cena e indicada Melhor Podcast Nacional na programação oficial do Rio Web Fest 2021. Gabriel possui interesse em dramaturgia, tradução, educação social e produção cultural. Contato disponível em g221041@dac.unicamp.br
[2] Atualmente é professora titular e professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas, foi coordenadora do NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS Teatrais - LUME por treze anos (até sua aposentadoria compulsória), membro do conselho editorial de: Ilinx - Revista do Lume, - Mafuá (Florianópolis), foi membro do conselho editorial da Revista ABP - Afrika Asien Brasilien. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, literatura comparada, hermenêutica, Guimarães Rosa, teatro - pesquisa e ação dramática, "Dramaturg". Credenciada como docente e orientadora no Instituto de Estudos da Linguagem (Departamento de Teoria Literária) e no Instituto de Artes (Departamento de Artes Cênicas) - UNICAMP. Coordenadora do GT Literatura e Sagrado (ANPOLL) com 4 mandatos. Coordenadora do simpósio Literatura e dramaturgia: entre o palco e a academia" (ABRALIC) desde 2011. Co-fundadora do Centro de Pesquisas Margens. Contato disponível em: sperbersuzi@hotmail.com
[3] Série de audiodrama disponível para acesso em: https://www.youtube.com/channel/UChaywQnw6Eb2s5Kg59Mimyw ou https://open.spotify.com/show/1dB1lJNv4s28Mo895dS99m?si=d22202baa46c4520

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

necessidade de compreender o fenômeno de "Ente Venezuelano". A descrição do que é "ser" um venezuelano a partir da descrição do brasileiro. O ente venezuelano é resultado da vivência do autor com alunos de teatro que vieram a integrar o projeto contemplado pela lei Aldir Blanc / 001 – 2020 do Fundo de Apoio à Cultura (FAC DIGITAL RS) do Estado do Rio Grande do Sul. O aporte financeiro de R$1.200,00 divide-se e paga-se R$200,00 ao elenco cada e R$300,00 para o diretor sonoro e para o design da identidade visual a partir da lei emergencial de apoio à cultura. O valor do "prêmio" não paga a criação de uma série de três episódios ensaiada e gravada em meio à pandemia de corona vírus entre ensaios através do Google Meet, Zoom e gelados domingos pela manhã do primeiro semestre de 2020. O episódio nº 02 "Wake UP – ou como acordar para o amanhã"[4] é o escolhido para apresentar Pedro Bravo. A resiliência trazida por Pedro dialoga com os diferentes perfis de cidadãos identificados, ou não, com o governo Chavista, mas que mantém no ente venezuelano a necessidade de compreender o brasileiro como ser que mantém um padrão de perfil social.

> A capacidade de o indivíduo lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos e resistir à pressão de situações adversas é chamado de resiliência, e esta é uma característica presente nos venezuelanos que conheci em Roraima.[5] (BENINGER; SILVA, 2018, p. 12)

A Associação da Solidariedade e da Cidadania (AVESOL) – pertencente à rede Marista abre as portas para que o autor apresente o projeto pedagógico do curso "Português com Teatro" em que abordamos aulas de gramática, escrita, pronúncia e escuta a partir do material teórico disponibilizado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) "Pode entrar: Português do Brasil para refugiadas e refugiados". Esta cartilha contém informações básicas para a apresentação do idioma com a brilhante intersecção do mercado de trabalho e das necessidades primárias que o ser migrante encontra no Brasil. O compartilhamento da cultura através do olhar humanitário, plural e horizontal desenvolvido por Talita Amaro de Oliveira, editora responsável da obra, apresenta o desenvolvimento de aptidões diárias, como ir à padaria, revisar documentos migratórios e acessar ao Sistema Único de Saúde, atrelado às múltiplas culturas locais do país grande em extensão territorial que é o Brasil.

> A gente fez uma avaliação com refugiados e refugiadas antes, para levantar quais eram as principais demandas deles, as principais dificuldades deles no Brasil, e fomos tentando criar uma ordem de prioridade nos conteúdos; eles vão se elevando de complexidade conforme o vocabulário vai aumentando, vão conseguindo ter um acesso melhor à língua. (Depoimento de Talita Amaro para o portal g1.globo.com)

É a partir de tentar entender a necessidade dessas pessoas recém-chegadas ao Sul do Brasil que se consegue experimentar o conteúdo didático com teatro. Todos os sábados, das 14h às 17h, de 07 de setembro de 2019 a 07 de março de 2020 os primeiros 60 minutos eram de Português. Depois do intervalo o restante da aula era teatro. Os Jogos Teatrais de Viola Spolin, como a máscara colombiana, e os improvisos a partir do Teatro de Jornal do Teatro do Oprimido de Augusto Boal

[4] Episódio disponível para acesso em https://www.youtube.com/watch?v=WhpiOu9bdWM ou em https://open.spotify.com/episode/0DdR6vhafyyUmMCi02AxzA?si=ZSCyguNpSzm4WGKUuAOnUw
[5] Chico Máx, é fotógrafo e autor da exposição "La Jornada" protagonista do artigo "LA JORNADA - a resiliência do povo venezuelano em busca de refúgio no Brasil" e presente na obra Migrações Venezuelanas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

serviram como mediação para encontrarmos a necessidade, durante as aulas, de se entender o brasileiro a partir de exercícios teatrais, improvisos e cenas que aconteciam durante a aula.

> O primeiro passo é entender o brasileiro. Pensar como o brasileiro pensa. Pensar como louco, sabe? O brasileiro é louco porque não tem limite. O brasileiro tem 40 anos, ainda vive com sua mãe, não trabalha, não tem limite. O cara ganha 100 reais e gasta 200. O cara vai para o Serasa para esperar 5 anos para o Serasa tirar ele do "nome sujo" e ele poder fazer isso de novo. Faz mal para ele, para as lojas, para o país. Nós precisamos comprar! Mas, mais ainda, pagar nossas dívidas para termos uma nação mais forte.[6]

Os encontros pedagógicos possibilitaram a afinidade necessária para manter-se o vínculo de amizade e auxílio, como na criação do grupo de WhatsApp que mantém contato com mais de 50 famílias refugiadas e funciona como um fórum de trocas de vagas de emprego, doações e informações relacionadas a documentos e serviços sociais migratórios. A oportunidade de conhecer Pedro Louzada Bravo acontece a partir da vivência também mediada pelos encontros digitais, vídeo chamadas, mensagens de texto e um encontro presencial já em meio a um mundo que não permitia mais trânsito. O lockdown possibilitou a imersão de contato entre o autor e Pedro. Assim, utilizando da transcriação como experimento de escrita, junto ao dramaturgista Clóvis Massa, foi empreendida a transcrição da entrevista com Pedro. A preocupação em apresentar, ou representar, um perfil de migrante venezuelano é trazido por Pedro enquanto, o próprio, utiliza da narrativa para descrever a interpretação do ser brasileiro.

> Pedro: É a cultura. É cultural. Na Venezuela não é assim, as pessoas têm consciência. Na cultura venezuelana as pessoas crescem, trabalham, casam e têm filhos. Pronto, é isso. Aqui parece que ninguém quer ter filhos. Depois que eu comprar meu apartamento, meu carro, minhas coisas... Daí sim, eu quero ter filhos! Um vizinho, diz que está doente para não trabalhar. Ele não sabe que no futuro, todo o dinheiro que o INSS pagou para ele agora, uns 1.200 reais eu acho, ele vai ter que pagar. É só um "empréstimo" da própria aposentadoria dele. Vocês sabiam disso? Era para vocês estarem me ajudando. Não me pedindo dinheiro. Eu que sou refugiado. Eu que tenho uma família pobre na Venezuela que precisa que eu mande dinheiro, não vocês. Não acho que o senhor possa reclamar do governo se prefere não procurar emprego enquanto o auxílio emergencial está vigente.

O processo criativo com Jennifer e Carlos, assim como todos os colegas alunos do curso, trouxe na religiosidade, na fé, na política e na disponibilidade de mudança o medo como choque inicial de saída forçada do país e na resiliência a tentativa de adaptação ao novo normal – que incluiria a construção dramatúrgica dos personagens protagonistas da série de audiodrama. As percepções do fotógrafo Chico Máx encontram olhares na mesma paleta de cores que nossos personagens compartilham com o público no Spotify.

> Quando o cidadão comum, vivendo seu cotidiano comum, se depara com notícias sobre os imigrantes venezuelanos em Roraima, de maneira rápida, misturado a suas tarefas, diante de imagens de gente amontoada, associadas à violência, criminalidade e problemas de diversas ordens, tende a formar uma ideia negativa dessas pessoas que passam a ser percebidas como um enxame de abelhas, uma massa de gente homogênea, com personalidade e propósito iguais.

[6] Fragmento de entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2021, com Pedro Bravo e Clóvis Massa, no bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS. O episódio 02 "Wake Up ou como acordar para o amanhã" utiliza do registro sonoro, na íntegra, como inserção dramatúrgica e encontra-se disponível para acesso ao longo do episódio. Tudo que "parecer errado" em português, ou espanhol, mantém fielmente a transcrição da entrevista. (N/A)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Surge, então, o ente "venezuelanos", que, em seu significado, não separa os indivíduos do sistema político, e este se sobrepõe às pessoas nascidas na Venezuela... (BENINGER; SILVA, 2018, p. 13)

Pedro aprofunda a necessidade de apresentar uma outra visão de seu personagem a partir da áspera crítica através da síntese dos personagens que encontrara em sua trajetória. Com a crise econômica e política que o país atravessa se mantém, ainda, a partir dos resultados de pesquisa "Impactos da Pandemia de Covid-19 nas migrações Internacionais no Brasil" (BAENINGER; FERNANDES, 2020) que 43% dos imigrantes entrevistados mantiveram o emprego mesmo durante o impacto da pandemia no mercado de trabalho.[7] Em nossa história, criada junto ao personagem vindo do campo, "nativo do estado de Delta Amacuro, Venezuela. Varão da família..." (CUMANÁ.V, 2020, #EP02WakeUP) a resiliência encontrou a determinação como foco para transformar o ambiente traumático na manutenção dos empregos. Vender o celular, para comprar uma passagem área, trabalhar na limpeza de piscinas, como empresário de Uber ou coach de imigração são as propostas colhidas a partir do testemunho de um imigrante refugiado e transcriadas a partir da vivência com o coletivo de trabalho. A dramaturgia do episódio de Pedro encontra no mundo do trabalho a legitimação da moral do ser venezuelano como refúgio para a xenofobia trazida pelo medo. Wake UP traz a força de um imigrante em busca de trabalho, que não nega esforços para manter-se fiel ao patrão e que acredita na família como responsabilidade para seguir em frente.

> Pedro: Eu tive que fazer um trajeto muito longo para chegar até aqui. Fiquei sem nenhum recurso pela situação econômica que meu país passa, né? Eu tinha 25 milhões de bolívares na conta. Saquei tudo para vir embora para o Brasil. Isso equivalia a uns 2.500 reais, na época. Em Pacaraima eu fiquei 3 dias sem comer. Em Boa Vista eu estive 4 meses e não consegui arrumar emprego... Então, eu fui procurar um trabalho em Manaus. Trabalhei 1 ano em uma casa de advogados que nunca me pagaram. Só me davam comida e moradia. Trabalhei 1 ano e meio lá. Me mentiram. Uma vez, eu levantei às 6 da manhã. Tinha que atender 4 cachorros, uma senhora de 77 anos, fazer compras, limpar 2 piscinas e, neste dia, fui deitar à meia noite. Quando eu estava deitado, o cara me ligou...

Na obra "Da tradução como criação e como crítica" – primeira manifestação de Haroldo de Campos sobre transcriação (1963) - encontra-se a possibilidade de atravessar o original em busca da tradução de sentido. Haroldo de Campos estuda a necessidade de compreensão de tradução poética, aprofundando-se na obra original ao encontrar a impossibilidade de tradução poética "Bense fala aqui da impossibilidade de uma "codificação estética"; seria talvez mais exato dizer que a informação estética é igual à sua codificação original" (CAMPOS, 2011, p. 32) dando liberdade para o novo. A transcriação, paramórficas, ao lado do original, sendo um objeto diferente, mas criado a partir de mais olhares além da essência, aqui, como o grupo de trabalho, a instituição, as aulas, o Google Meet, las cervezas e as histórias contadas pelos áudios e mensagens de texto quando entramos juntos em uma Nova Era de máscaras e com um vírus letal.

[7] Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo de Distribuição Espacial da População (GEDEC) - PUC MINAS/Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), maio a julho de 2020. (BAENINGER; FERNANDES, 2020, p.458)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O tradutor e ensaísta alemão, Max Bense (1910-1990) é uma das referências trazidas por Campos para tentar traduzir o processo criativo, aqui, pandêmico. A partir da análise da obra original, a entrevista de Pedro, por exemplo, Bense apresenta três possibilidades de informações trazidas na obra; Informação Documentária, sentença registro; Informação semântica, para além do original, contendo já a informação autoral de falso e verdadeiro e a informação estética; a tentativa de tradução da estética da obra – transcriação "A informação estética, por sua vez, transcende a semântica, no que concerne à "imprevisibilidade, à surpresa, à improbabilidade da ordenação de signos" (CAMPOS apud BENSE, 2011, p. 32). Se Pedro relata a tentativa de sobrevivência em um lugar que o persegue, a obra abraça personagens ficcionalizados a partir da violência do relato original.

(Flashback)
Advogado 1: Pedro, vem aqui lavar o meu carro porque eu preciso sair amanhã cedo.
Pedro: Não, eu não vou te ajudar.
Advogado 2: Como assim, você não vai ajudar ele, Pedro?
Advogado 4: Ah, pronto!
Advogado 3: Então faz um café pra ele!
(No auditório)
Pedro: Foi aí que eu parei, desliguei o telefone e tomei a decisão.
(INSERIR O BEAT) Hoje, eu estou aqui
(Flashback)
Advogado 4: Pedro querido, senta aqui por favor?
Pedro: (senta)
Advogado 2: Então, rapaz... Eu gosto muito de ti.
Advogado 1: Eu também.
Advogado 3: (silêncio)
Advogado 4: Todos nós gostamos. Você trabalha muito bem e tu não vai sair daqui. Eu te quero só aqui, entendeu? Você trabalha só aqui e, se eu souber que você trabalhou para qualquer outro, aí as coisas vão complicar para você, meu amigo...
Pedro: (rindo de nervoso)
Advogado 2: Sabe que as últimas pessoas que trabalharam aqui... Algumas saíram como ladrões, outras não voltaram... Eu não sei, mas a gente gosta muito de novela (risos).
Advogado 1: (risos)
Advogado 4: (risos)
Advogado 3: (para os outros advogados) quê?
Pedro: (perplexo)
Advogado 2: Tem novela lá também Pedro?
Advogado 3: Sim! Na Bolívia, né? Ou será no Peru?
(No auditório)
Pedro: E então meus camaradas... Eu iria ser o novo mártir da telenovela, né?
Já viram Maria do Bairro? Ela foi presa, não foi? Foi acusada de ladrona!!!
Foi então que tudo mudou.
(TRILHA SONORA MOTIVACIONAL RÍTMICA COMO A DE ASSALTO DO FILME "ONZE HOMENS E UM SEGREDO").
Pedro (com ritmo crescente): Eu fui em uma loja de telefones, mas de operadora – que é mais fácil. Comprei um A50 da Samsung novinho no crediário com a documentação da família. Lá eles pedem os registros de quem seria "responsável" pelo imigrante. A loja analisou a família para qual eu trabalhava e aceitou a compra – também porque ligaram para o Advogado 2 e ele, sem saber para o que era, recomendou eu abrir crédito na loja.
No mesmo dia que eu comprei o telefone, eu o vendi para os imigrantes senegaleses que lucram bastante vendendo coisas na rua (eles vendem muito bem). Com o dinheiro eu comprei as passagens. Mas quando o advogado 3 chegou em casa…

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Neste exemplo utilizamos da sentença registro de Max Bense, ou seja, da informação documentária da chegada de Pedro a Manaus, do vínculo com a família de advogados e da exploração submetida para transacionarem nossa análise já para a informação semântica, emitindo a informação verdadeira da conduta da família sendo transcriada através da informação estética – personificando advogados com diálogos ácidos e persecutórios a Pedro. Bense desenvolve o conceito de "fragilidade da informação estética" (CAMPOS apud BENSE, 2011, p. 32) Diferente da informação documentária e semântica, a informação estética pode ser transmitida de várias maneiras, mas igual à sua codificação original - ou seja, pelo artista autor, aqui Pedro Bravo.

> Na informação documentária e na semântica, prossegue Bense, a "redundância" (isto é, os elementos previsíveis, substituíveis, que podem ser reconstituídos por outra forma) é elevada, comparativamente à estética, onde ela é mínima: "a diferença entre informação estética máxima possível e informação estética de fato realizada é na obra de arte sempre mínima". A informação estética é, assim, inseparável de sua realização, "sua essência, sua função está vinculada a seu instrumento, a sua realização singular". De tudo isto, conclui: O total de informação de uma informação estética é em cada caso igual ao total de sua realização [donde], pelo menos em princípio, *sua intraduzibilidade* [...] em outra língua, será uma outra informação estética, ainda que seja igual semanticamente. Disto decorre, ademais, que a informação estética não pode ser semanticamente interpretada. (CAMPOS apud BENSE, 2011, p.32)

Logoterapia (a responsabilidade como busca de sentido do psiquiatra dr. Viktor Frankl a partir da construção de uma nova realidade dentro de si sob o conceito de Pulsão de Ficção da dra. em Literatura Suzi Frankl Sperber)

A realidade reconstituída pelo escritor e psiquiatra de Viena dr. Viktor Frankl coloca a obra "Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração (1987)" como referência na tentativa "costurar débeis filamentos de uma vida semidestruída e construir [...] um significado e uma responsabilidade – este é o objetivo e o desafio da logoterapia" (ALLPORT, G. *Em Busca de Sentido*, 1954, p. 01). A partir de relatos escritos através da memória e do testemunho do prisioneiro autor desta obra, entendemos a experiência do campo em capítulos que o autor analisa sob o viés psicológico para a resistência: do medo inicial à resiliência em busca de resistência. Se, para Frankl, "o amor próprio, quando ancorado em áreas mais profundas, espirituais, não pode ser abalado pela situação do campo de concentração" (1954, p. 47) a batalha contra a fome, o medo e a necessidade de fuga encontram na força de continuar existindo para si próprio a pulsão de ficção na narrativa de Pedro.

> Pedro: Estudar oratória me ajudou em todas as áreas de trabalho, em todos relacionamentos sociais, com a família, laborais e afetivos. Manipular a situação para o bem de todos, é isso que todos nós queremos. Com a oratória eu consegui descobrir coisas que estavam ocultas em mim. Ver se a pessoa está te ouvindo, te entendendo... Ou se estão compreendendo outra coisa. É praticamente adivinhar o que a pessoa está pensando enquanto falamos. Entender tudo o que está em volta de uma conversa. As pessoas têm uma face, uma composição de olhos, boca, nariz. A oratória faz você ter uma conversa que desperte o interesse da outra pessoa. Eu aprendi a interagir com todos os tipos de pessoas. E isso me ajudou muito, porque percebo quando a pessoa está me enrolando (risos). Eu sei quando eu estou perdendo meu tempo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A espiritualidade (Geist[8]) (FRANKL, 1954 .48) que o prisioneiro encontra a partir de longa batalha dentro de si para reconstituir um ambiente interno de responsabilidade por três fatores diferentes, segundo a logoterapia: criando um trabalho, ou praticando um ato; experimentando algo ou encontrando alguém; pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável. Para o autor, estar experimentando o campo era inevitável. Então, a partir da tentativa de criação de outra realidade interna, tentando ficcionalizar um mundo pelo qual ele precisa se responsabilizar para continuar existindo, fez com que praticasse ações que poupassem, todos os dias, aos poucos, mais ainda sua vida. Experimentar a sensação ficcional de encontrar os entes queridos, na obra bastante salientado pela referência à esposa, foi outra forma de manter-se fiel à sobrevivência – tão ameaçada aos prisioneiros, como no capítulo "Análise da Existência Provisória".

> A depreciação total da realidade oriunda da forma provisória de existência do recluso acaba seduzindo a pessoa a entregar os pontos completamente, a abandonar-se a si mesma, visto que de qualquer forma "tudo está perdido". Essas pessoas estão se esquecendo de que muitas vezes é justamente uma situação exterior extremamente difícil que dá à pessoa a oportunidade de crescer interiormente para além de si mesma. Em vez de transformar as dificuldades externas da vida no campo de concentração numa prova de sua força interna, elas não levam a sério a existência atual, e depreciam-na para algo sem real valor. Preferem fechar-se a esta realidade ocupando-se ainda apenas com a vida passada.

A logoterapia como técnica aplicada na análise da construção de narrativa de Pedro encontra na ficcionalização de sua trajetória a força para vencer os obstáculos inesperados encontrados em terras amazônicas pelo viés do otimismo trágico "assim que o paciente para de combater suas obsessões, procurando ridicularizá-las, tratando-se com atitude irônica, aplicando a intenção paradoxal, interrompe-se o círculo vicioso, o sintoma diminui e acaba atrofiando" (FRANKL, V. 1954, p. 84). Entendemos Pedro na situação de paciente vítima de perseguição e múltiplas violências no mundo do trabalho com que utiliza da história oral, formas contemporâneas de Teatros do Real, como metodologia de reconstituição ficcional de sua narrativa como herói em busca de independência. Liberdade do governo Chavista, do país, moralista, mas em batalha contra princípios, que segundo ele, são sinônimos de atraso da nação. País em que Pedro busca imersão, busca conhecimento e aprendizado para vencer a realidade imposta.

> Pedro: Eu poderia ter ido para o Peru, para o Chile, para a Colômbia. Mas eu escolhi o Brasil porque, para mim, os brasileiros eram sempre gente boa. [...] Na clínica eu fazia terapia (para os pacientes, ricos, é que eu também sou "quiropraxista") para as pessoas que faziam cirurgia plástica e necessitavam deste pós-operatório estendido. Então, eram muitos brasileiros endinheirados[...]. Minhas malas foram roubadas em Boa Vista. Eu trabalhei em um mercado "O mercado do Guilherme". Lá eu ganhava 15 reais por dia para trabalhar das 7h às 22h e eu tinha que obedecer todo mundo...Todos mandavam e desmandavam em mim.

A orientadora da pesquisa de mestrado do autor "Escrevivências Transcriativas", a Dra. Suzi Frankl Sperber, e coautora deste artigo, pesquisa e cria o conceito Pulsão de Ficção como fator disruptivo que pode utilizar da criação como segurança para situações adversas. A construção de uma narrativa utilizando-se do personagem principal como propulsor do movimento de transformação, a partir do local (migração), para o encontro de conflitos e adversidades e a

[8] Do alemão "espiritualidade" (N/A)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

superação a partir dos estudos e da fé faz com que Pedro ratifique a pulsão de sair de um lugar nocivo para autotransformação como mediação para o desejo de realidade, para a Vida – e não para a Morte, ou aniquilação. O mergulho nas fronteiras da ficção com o testemunho do acontecimento encontra na construção da narrativa, a partir do imaginário, criando relações, lugares, diálogos, personagens, a possibilidade de transposição para partilha em história oral como pulsão de criação.

> O imaginário cria um contexto de ação, personagem, relações, projeções do vivido. Projeta o evento historicizável (diacrônico) para fora de si, em um constructo a rigor ficcional (e neste momento sincrônico). Essa ficção se estrutura de acordo com certas funções e requer uma série de instrumentos que ultrapassam o que se tem convencionado como discurso. Vai além da palavra (oralidade), de certa forma corporificada, e do corpo, do qual emana uma qualidade do sentir, uma energia, que se manifesta independente ou para além do movimento, isto é, da gestualidade. (SPERBER. S, 2009, p. 06)

É importante salientar que a vivência entre aulas de teatro com português, diálogos relacionados à política, novelas e costumes de Porto Alegre, nos intervalos de aula, são experiências que contribuem para o enriquecimento do processo criativo com Pedro Bravo. No momento que convidamos Pedro, setembro de 2020, para uma conversa em um parque do bairro Menino Deus, já temos 01 ano de vivência com Pedro. Ou seja, a direção para a criação de um projeto artístico pode trazer expectativas que podem, ou não, influenciar a condição de chegada do sujeito para o encontro que foi registrado e que originou a transcrição da entrevista do dia 11 de setembro de 2020 e que se transformou no episódio dramatúrgico Wake UP da série de audiodrama "Voz para Cumaná".

> A ficcionalização é, pois, instrumento de transferência. Não se trata de deslocamento de sentido, mas de deslocamento de sujeito. O sujeito primeiro é objetualizado (até fisicamente, através do carretel[9]), enquanto o objeto, receptor, sofrente do evento primeiro, é convertido em enunciador, em narrador privilegiado, que se distancia do evento e de si mesmo, ainda que minimamente, para transformar a dor em sentido - repito, através da ficção. Assim o episódico passa a ter valor totalizante. Esse valor e sentido mais holístico - característico da ficção - constitui também e propriamente o novo conhecimento. A intelecção do evento (atribuição de sentido) depende mais de recursos que de repertório. Esses recursos são associativos: estabelecem redes de sentido entre elementos não concomitantes, organizados em torno de um relato de caráter ficcional. (SPERBER. S, 2009, p. 08)

A partir da análise da obra *Em busca de Sentido*, podemos encontrar, na narrativa de Pedro, a consciência de buscar uma razão para ser feliz, ou seja, a melhor qualidade de vida como responsabilidade para continuar sobrevivendo através do que ele acredita ser digno, ou da altura de sua necessidade, fazendo com que se altere a realidade, como obtendo novos conhecimentos praticando a oralidade (um ato), experimentando algo (a sobrevivência e a vivência na cultura brasileira - transformando a atitude agressiva e violenta que recebe no local de chegada para problematizar o limite do altruísmo, ou da aceitação de obediência.

[9] O carretel é referência à cena descrita por Freud, em que seu neto, para dar conta da frustração da partida da mãe, joga um carretel amarrado a uma linha ou barbante e repete "fort/da" (= para lá/para cá, ou foi-se/aqui). Tal referência foi o ponto de partida para *Para além do princípio do prazer*. E, para Sperber, para o conceito de pulsão de ficção.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As técnicas da logoterapia são encontradas na metodologia narrada e presenciada por Pedro. A tradução da experiência de testemunhas dos relatos em história oral através da transcrição de uma entrevista mediada pelo gravador de um smartphone, encontra, na "deficiência da sentença absoluta" (CAMPOS, 2011, p.16) de partilhar o ser que vivenciou esses caminhos e que sente a situação atual para as palavras digitadas no documento word.

> Às vezes você tem que deixar a coisa distante, imperfeita com a plena consciência de que está imperfeita, por uma questão de deficiência da língua, que é instrumento que, se usa, ou por uma questão de deficiência da sensibilidade que é a força que reúne os elementos. A melhor tradução é a que mais se aproxima das qualidades do original, é essa a resposta. (CAMPOS, 2011, p. 73)

É neste entre espaço que "Voz para Cumaná" acontece. É a partir da curiosidade do sujeito ator protagonista do episódio que nasce a transcriação através da ficcionalização do restante. Assim, a tradução (da vivência, aqui informação estética segundo Max Bense) "operaria sobre o que não é linguagem num texto, ou seja, sobre o resíduo não linguístico do processo de significação... (CAMPOS, 2011. p. 16). Se, para o Dr. Frankl o sofrimento "deixa de ser sofrimento no instante em que encontra um sentido, como o sentido de um sacrifício" (1954, p. 76) há no altruísmo a metodologia de responsabilizar suas atitudes independente da moral estabelecida pelo meio, aqui, um campo de concentração. Tomar consciência de uma possibilidade contra o pano de fundo da realidade serviu também como auxílio ao próximo também como resistência ao ambiente.

> Lembro-me que um dia um capataz (não-prisioneiro) furtivamente me passou um pedaço de pão. Eu sabia que ele só podia tê-lo poupado da sua merenda. O que me derrubou a ponto de derramar lágrimas não foi aquele pedaço de pão em si, e sim o afeto humano que esse homem me ofereceu naquela ocasião, a palavra e o olhar humanos que acompanharam a oferta... (FRANKL, 1954, p. 93)

O medo e a resiliência transitam na narrativa de Pedro e são transcriados junto à dramaturgia do segundo episódio de "Voz para Cumaná". Pedro, sendo vítima das violências, relata o processo de tentar entender o auxílio ao próximo estando em vulnerabilidade social. A identificação do ente venezuelano para com o personagem "brasileiro" dá espaço ao combate interno, ao tentar compreender os próprios limites em prol dos princípios apreendidos como certos em detrimento da nova realidade encontrada. A pulsão de ficção acontece na medida que o personagem de Pedro se desloca da narrativa, traduzindo a informação semântica de Max Bense, opinando na medida que narra a situação de "fora da cena", em detrimento da condução moral do acontecimento.

> A interpretação da efabulação por parte do receptor exige nova transferência. Dependerá de um receptor que atribua sentido a todo o conjunto de elementos que serviram para a estruturação da efabulação e o seu sentido dependerá do repertório disponível no receptor. A literalidade, a estreiteza, o limite de eventuais interpretações não darão ao evento o alcance que ele assumiu para o emissor. A amplitude de um lado e a estreiteza de outro não mudam o fato em si; isto é, revelam a força do impacto do evento no emissor e como suas repercussões despertam ou acionam a pulsão de ficção. Então, as repercussões são expressadas através de jogo, corporeidade e palavras, construção de imagens representáveis, que constroem uma representação ficcional feita de imaginário e simbologia. A recepção deficiente pode até afetar – quando a interpretação qualifica ou desqualifica o emissor – as manifestações deste emissor, mas não conseguem anular a amplitude virtual de suas manifestações, a qual permanece. (SPERBER. S, 2009, p. 09)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao presenciar o dia da entrevista com Pedro, ao vivenciar meses de aulas de português com teatro e ao conhecer Pedro, o autor, junto ao grupo de trabalho, experimentam a função de receptores desta vivência. Resultou uma narrativa composta de acontecimentos sintetizados em pouco mais de 01 hora de registro sonoro em gravador portátil que não traduz mais de 40 anos de experiências. Não traduz o tempo de vivência em solo brasileiro. E é nesta lacuna temporal que o trabalho dramatúrgico experimenta a transcriação. Os estudos de Haroldo de Campos trazem da impossibilidade de tradução de sentença absoluta (CAMPUS apud FABRI, 2011 p. 16) a tentativa de criação externa ao original, em busca, talvez, até mesmo do oculto que se encontra no original – como a partir dos olhares de Walter Benjamin na obra "A Tarefa do Tradutor". Os estudos transcriativos são necessários na medida em que a Pulsão de Ficção trazida por Pedro preenche de possibilidades histórias, desfechos, personagens e acontecimentos que a obra original (seria a gravação da entrevista ou toda a vivência de mais de 1 ano com Pedro?) não dá conta de contar.

> A tradução apontaria, para Fabri, o caráter menos perfeito ou menos absoluto (menos estético, poder-se-ia dizer) da sentença, e é nesse sentido que ele afirma que "toda tradução é crítica", pois "nasce da deficiência da sentença", de sua insuficiência para valer por si mesma. "Não se traduz o que é linguagem num texto, mas o que é não linguagem." "Tanto a possibilidade como a necessidade da tradução residem no fato de que entre signo e significado impera a alienação." (CAMPOS, 2011, p. 17)

A série de audiodrama "Voz para Cumaná: a construção de uma dramaturgia a partir do testemunho de venezuelanos refugiados no Sul do Brasil" possui três episódios. Três histórias de três imigrantes refugiados que trabalham como atores neste projeto contemplado pela lei emergência de auxílio à cultura pela pandemia de covid-19. Este trabalho encontra na obra "Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração" a logoterapia como uma possibilidade de compreensão do encontro com Pedro Bravo Louzada em nossa trajetória. Os estudos em tradução de Haroldo de Campos auxiliam na transformação de nosso processo criativo para compartilhar com mais pessoas as memórias migratórias de nossa América Latina. A pulsão de ficção criada pela profa. Dra. Suzi Frankl Sperber possibilita experimentarmos processos criativos mediados por experiências narrativas a partir da história oral e da construção dramatúrgica híbrida ao testemunho de pessoas, de sorrisos, choros, medo e resiliência.

> (MUITOS SONS DE VENTO, LEMBRAM PRAIA – sons de pássaros)
> Bairro Menino Deus, praça pública, Porto Alegre - RS.
> 11/09/2020
> (Gabriel: Eu acho que a gente nunca se apresentou, né...)
> Pedro: Meu nome é Pedro Rafael Lozada Bravo; eu tenho 41 anos, fiz agora 31 de agosto [...]
> (Clóvis: tu chegou a saber qual a visão que os brasileiros têm dos venezuelanos?)
> Sim. Brasil tiene más de 200 millones de habitantes. Y eso es como un punto de partida para desarrollar un pensamiento. La generalización es muy ruin, yo no podría generalizar que un porcentaje alto de los brasileiros tienen raiva contra los venezolanos porque no es. ¡Más yo puedo falar que o brasileiro é desconfiado! É muito desconfiado. É difícil encontrar um brasileiro que esteja confiando 100%. Para mi ha sido difícil. Mas acho que está certo, não dá pra confiar em todo mundo. Mas el brasileiro é desconfiado por natureza e por cultura. Esta errado e no esta errado. No culpo a ninguém. Mas si, el brasileiro tem uma cultura aproveitadora, sabe? O brasileiro se aproveita do mesmo brasileiro. Como passar a perna, né? Ele não esta nem aí para família, se vai ficar sem emprego... Só na sucata... Tipo, onde eu trabalho, tem um cara que só enrola. Ele no tá nem aí se empresa sobe ou cai e dai eu falei pra

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ele "cara, olha, estamos em plena pandemia, la empresa no está recebendo ingresso, porque esta se sostentando com o que previu para el año. Eso significa que se ela no ganhar dinheiro esse ano, não vai ter como continuar a empresa. Então a gente tem que dar 100% agora para que a empresa funcione.
- "Ah, não to nem aí".
Sabe, não entende... Tem outro cara, a mulher trouxe umas coisas pra vender... Ela tá necessitando em casa e fez bolo pra vender. O cara pego o bolo e não pagou. Quando perguntaram ele disse "ah, no lo pagué mismo."
Cara, pela fé!!! Tu no está nem aí para esta senhora, que está em una situación crítica.
Otro cara, alugô uma habitación, por 3 meses, no pagó ningún centavo y ya está se mudando. No paga nada e se muda; faz sempre assim. O cara que tem o gato, tem o gato y no paga eletricidad. No sabe como isso vai afetar la comunidade; él no ta nem aí. La cultura é essa: passar a perna! Roubar e roubar.
(Clóvis: já ouviu falar sobre o Brasil se tornar uma Venezuela?)
Já, el brasileiro tiene miedo de uma caída tan drástica, como em la Venezuela que ficô, así, no chão. Venezuela estava arriba de todos los países sudamericanos, todos. Economia, salud, turismo (las playas más lindas son de Venezuela, "Las Margaritas" llaman de playas del Caribe). Pero para muchos brasileiros la Venezuela no presta, son ladrones… É perigoso… Bom, tem como eu falei, a princípio, vários critérios... Mas não podemos generalizar. El brasileiro pensa asi... (telefone de Pedro toca).

Referências

BAENINGER, Rosana & Silva. João Carlos Jarochinski (coord.) *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf

BAENINGER, R.; BELMONTE DEMÉTRIO, N.; MAGALHÃES FERNANDES, D.; DOMENICONI, J. "Cenário das migrações internacionais no Brasil: Antes e depois do início da pandemia de covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, v. 4, 14 maio 2021. Acessado outubro 30, 2021. http://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89.

BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não-atores*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAMPOS, Haroldo de. "Da tradução como criação e como crítica". In: *Congresso Brasileiro De Crítica E História Literária*, 3, 1962, João Pessoa. *Anais*... João Pessoa: UFPB, 1962.

CAMPOS, Haroldo de. *Da transcriação: poética e semiótica da operação tradutora*. Belo Horizonte: FALE UFMG, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/15390256/Da_Transcria%C3%A7%C3%A3o_poetica_e_semi%C3%B3tica_da_opera%C3%A7%C3%A3o_tradutora

FRANKL, V. E.. *Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração*. Trad. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. Porto Alegre: Sulina; São Leopoldo: Sinodal, 1987.

FONTOURA, G. & Massa, C. "Série de Audiodrama 'Voz para Cumaná: a construção de uma dramaturgia a partir do testemunho de venezuelanos refugiados no Sul do Brasil'". "#02 Wake up ou como acordar para o amanhã". 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WhpiOu9bdWM

MORENO, Ana Carolina. ONU lança cartilha de ensino de português para refugiados no Brasil. São Paulo, SP. 29 de dezembro de 2015. G1.globo.com disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/12/onu-lanca-cartilha-de-ensino-de-portugues-para-refugiados-no-brasil.html

SPERBER, Suzi Frankl. *Ficção e Razão. Uma retomada das formas simples*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2009.

SPERBER, Suzi Frankl. Efabulação e Pulsão de Ficção. 2009. Disponível para acesso em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636168/3877/5831

SPOLIN, Viola. Improvisação para o Teatro. Tradução Ingrid Koudela, S.P.: Ed. JOGOS TEATRAIS: O FICHÁRIO DE VIOLA SPOLIN Tradução: Ingrid Koudela. S.P.: Perspectiva, 2001

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RELAÇÃO EMPÁTICA PROFESSOR/ESTUDANTE: ELEMENTO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGEM EM CLASSE HOSPITALAR

Genilda Alves Nascimento Melo[1]
Alyne Martins Gomes[2]
Marilu dos Santos Borba[3]
Patrícia Mara dos Santos Machado[4]
Amanda da Silva Romero[5]

Introdução

Uma das grande dificuldades no início do século XXI foi a relação professor/estudante. Os meio de comunicação testemunharam violências físicas e psicológicas e até tragédias envolvendo muitos professores em todo o Brasil. Como consequência de um tratamento inadequado do professor para com o estudante e vice-versa, estudantes empunhavam-se contra professores, trazendo resultados não desejáveis. Nos últimos séculos, o professor foi o centro do processo do ensinar, não acompanhando as transformações sociais impulsionadas pelo novo século, isto o fazia não saber tratar o estudante de forma mais empatia.

Frente a essas dificuldades, novos Parâmetros Educacionais foram construídos para orientações pedagógicas, bem como nova visão educacional com foco nas relações interpessoais. Para aprender a conviver, (DELORES, 2003) o professor tem recebido grandiosas contribuições de célebres pensadores nas áreas da Psicologia, da Pedagogia e mais recente das Neurociências. O foco saiu do professor, mas não foi para o estudante. Agora, professor e estudante precisam conviver em direção horizontal, o foco passou a ser nas relações interpessoais. Cada sujeito, dentro de especificidades, garante parte do processo: o professor como mediador e o estudante como elemento ativo e responsável pela construção da própria história.

Neste espaço de mediação, o docente precisa conhecer como o estudante aprende, quais estratégias melhor estimulam e chamam a atenção. Hoje, há orientações mais precisas com a contribuição da Neuroeducação, que trouxe a possibilidade de relações mais centradas no equilíbrio entre razão e emoção; entretanto necessário se faz que, em sala de aula, o professor

[1] Doutoranda em Ciências da Educação-Universidad Interamericana – ASUN-PY; professora da Educação Básica-SEC-BA; autora principal. genilda.melo@educacao.ba.gov.br .
[2] Mestranda em História do Atlântico e da Diáspora Africana - PPGH, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC-Ilhéus-BA-BR; professora da Educação Básica-SEC-BA; alyne.gomes@enova.educacao.ba.gov.br
[3] Mestranda em Educação – PPGE- Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC- Ilhéus-BA-BR; professorada da Educação Básica-SEC-BA; . marilu.borba@enova.educacao.ba.gov.br
[4] Doutoranda em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, patimaroxe@gmail.com
[5] Mestranda em Educação e Contemporaneidade PPGEdUC, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, amandaromeiro@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

utilize modelos empáticos no desempenho pedagógico. Trabalhar afetivamente descontrói uma cultura do ódio e do medo, propalada no século XX: razão, acima de tudo. Goleman e Senge (2015) orientam que a relação empática professor-estudante suscita novas ações de afinidade, favorece um ambiente acolhedor, criando estímulos para atrair a atenção do estudante e movê-lo a participar das práticas escolares com prazer.

Pensando neste aspecto, Daniel Goleman (2012) mostra a importância da empatia para a convivência humana e descreve três situações em que esta habilidade socioemocional se manifesta no cotidiano das pessoas: a cognitiva – em que o observador compreende o estado mental da outra pessoa, mas administra as próprias emoções, enquanto avalia o que está acontecendo com a outra. A empatia emocional – a pessoa observadora é identificada com a outra, na alegria, na dor, na tristeza, uma relação química acontece, na preocupação do bem-estar da outra. Mas, a terceira maneira é diferenciada, é a preocupação empática – está ligada a compassividade; o observador extrapola a mera expectação e assume a forma de afeto e de apego, sentimento de solidariedade, o que ele chama de "mensageiros da misericórdia".

Na Educação Hospitalar, há necessidade de uma preocupação empática, o estudante é carente de ação humana mais direcionada as emoções, já que a empatia é um fator decisivo no processo da aprendizagem. A mediação do professor entre o estudante e o conhecimento poderá acontecer de maneira mais prazerosa, quando o professor age de maneira afetiva. Assim,

> A afetividade é essencial aos seres humanos, e é partir dela que se constroem vínculos e relações com o outro, proporcionando oportunidades de formação de grandes elos de aprendizagem. As práticas afetivas em sala de aula podem contribuir para se produzir favoráveis condições de aprendizagem e para uma prática pedagógica de qualidade. (SAENZ *et al,* 2020,p.5)

Nesta pesquisa, objetiva-se discutir a relação empática professor- estudante como ponto fundante para aprendizagem na Educação Hospitalar, partindo das ideias de como o cérebro aprende, para se dar a conhecer os processos neurotransmissores na aprendizagem e como as estratégias pedagógicas podem contribuir para organização de um ambiente estimulante que chame a atenção, crie novas sinapses, de maneira que a informação seja interessante e o cérebro transforme em memória de longo prazo.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico sobre a relação empática professor/estudante como elemento potencializador de aprendizagem em Classe Hospitalar, que traz reflexões a respeito da dinâmica do trabalho docente e resultados significativos. Esta investigação foi realizada em livros físicos, e-books, revista, periódicos, dissertações e vídeos publicados no período entre 2003 e 2021, material que muito auxiliou no entendimento de como dever acontecer a comunicação entre professor e aluno, atentando para as relações socioemocionais.

A escolha pela abordagem qualitativa foi realizada por considerar a melhor opção no desenvolvimento desta pesquisa, visto apresentar possibilidades variadas de indagações no dia a dia da pesquisa, como também facultar que o pesquisador esteja em constante diálogo com os

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

colaboradores da pesquisa, pois de acordo com Maria Minayo e Iara Guerreiro (2014) há possibilidades de identificação e ampliação de necessidades sobre o assunto a ser analisado.
A coleta de dados foi efetivada por meio de leituras, compondo os elementos da investigação, o que permitiu construir diálogo entre os autores, a saber: Zygmunt Bauman (2021) traz a relações líquidas como causa da insensibilidade das pessoas; Goleman (2012) quebra esse paradigma e mostra que o ser humano tem um cérebro social, portanto feito para viver em comunidade; Fukamati (2015) e Krznaric (2015) mostram que as relações empáticas poderão ser solução para inúmeros problemas sociais; Consenza e Guerra (2011); Cruz (2016); Mendes e Costa (2020) discutem a Neuroeducação como meio para que se estabeleça a empatia na Escola; Camargo (2017) traz a importância do dialogo entre professor e estudante e Brasil (2017) apresenta Base Nacional para o trabalho com as habilidades socioemocionais.
O desenvolvimento de análise dos dados aconteceu através da seleção e organização de livros, textos, vídeos e demais materiais que deram base para o estudo, de acordo com Bardin (2016); na sequência, feita avaliação da coerência de cada instrumento na relação entre as ideias e conciliados em sequência temática, para conclusão da pesquisa.

Referencial teórico

O cérebro e o aprender

O ser humano entra em contato com o mundo por meio dos cinco sentidos: olfato, paladar, visão, audição e tato. Isto, inicialmente, movimenta a formação da memória. Esse ambiente externo encaminha informações, se interessantes, são filtradas e acolhidas, o que fará parte da memória de longo prazo. A memória tem função primária na aprendizagem, já que reaproveita experiências do sujeito e transforma em novos conhecimentos. Estudiosos da Psicologia Cognitiva, como Henri Wallon (1879-1962); Lev Vygotsky (1896-1934) e Jean Piaget (1896-1980) dedicaram grandes espaços de pesquisa, tentando compreender como o ser humano aprende, mas somente com o advento das neurociências foi possível compreender alguns processos do aprender.
A Psicologia Cognitivista entendia também que a aprendizagem era influenciada pelos sentimentos. Dessa forma, o afeto interferiria na razão e a motivação para aprender estaria intimamente ligada a base das emoções. Com a subdivisão das neurociências, o ramo da Neurociência Cognitiva tem favorecido o estudo no campo educacional. Assim, a Neurologia, a Psicologia e a Pedagogia uniram-se na formação da Neuroeducação, juntando forças para explicação de fenômenos mentais, que produzem a aprendizagem.
De acordo com Cinthia Mendes e Maria Costa (2020) a Filosofia sempre apresentou a dualidade mente e corpo, razão e coração, inteligência e afetividade, não fazendo relação de unicidade. Entretanto, hoje é possível compreender, grosso modo, que o ser humano é um composto de razão e emoção. Ambas estão em estreita comunicação.
Roberto Lent (2010) descreve o cérebro humano com regiões organizadas para funções gerais do corpo, como também funções específicas, o que ele chama de lobos, dentre eles: O lobo frontal-responsável pela tomada de decisão, julgamento, memória recente, crítica, raciocínio; o lobo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

parietal está diretamente ligado às sensações e a interpretação das sensações, pelo senso de localização do corpo e do meio ambiente; o lobo occipital ocupa-se principalmente com a visão, enquanto o temporal, com a audição; o lobo insular – atua nos processos emocionais fortemente influenciado pelos órgãos dos sentidos. Além disso, há uma superfície em que apresenta os sulcos, regiões que permitem aumento da superfície com espaço reduzido de volume; área em que guarda cerca de dois terços do espaço ocupado pelo córtex.

Luciana Cruz (2016) mostra que as funções cognitivas como memória, linguagem, atenção, emoções, de igual modo as de ensinar e de aprender têm como base o encéfalo e são executadas pelos neurônios; tais células intercambiam-se e interagem também com outras células, por meio de linguagem eletroquímica, compondo redes neurais para que aconteça a aprendizagem. Dessa forma, cada pessoa se comporta de acordo com a quantidade de neurônios que participa desta comunicação. Assim, são moduladas as tarefas dos neurotransmissores, quer inibindo ou evidenciando essa comunicação.

Ramon Consenza e Leonor Guerra (2010) observam que a aprendizagem é a formação e consolidação das confluências entre as células nervosas, as sinapses, como resultado das transformações químicas e estruturais no sistema nervoso de cada pessoa, que exigem tempo e energia; portanto um fenômeno individual, que respeita a circunstâncias e histórias de cada ser. Para estes estudiosos, os sentidos são uma janela aberta ao mundo, mas existe um centro de regulação que está alerta e chama a atenção, como que uma lanterna, foca nas informações, selecionando-as de acordo com preferências, experiências anteriores, necessidades e estado emocional.

Assim, os estímulos mais relevantes são selecionados, modulados por um circuito executivo, que atraem demandas cognitivas, emocionais e sociais, organizando uma aprendizagem consciente. Apesar de que as atividades cognitivas atuam junto as emocionais, é percebido que uma pode sobrepor a outra. Exemplo visto, quando há emoções negativas fortes, podem causar dano ao processo cognitivo. Por isso, a importância de escolher situações em que haja estímulos favoráveis, pois o cérebro está sempre disposto a aprender, mas reage de forma surpreendente aos estímulos, que considera agradáveis. Portanto, " a maneira primordial de capturar a atenção é apresentar o conteúdo a ser estudado de maneira que os alunos reconheçam como importante."(CONSENZA; GUERRA, 2010,p. 47)

Portanto, criar um ambiente agradável perpassa pelos espaços físicos e pelas condições emocionais. A participação dos estudantes de forma ativa, a interatividade, criação e proposição de metas é fator motivador, entretanto a forma como o professor aborda o estudante é um ponto fundante para todo trabalho e depende da forma empática como ele se relaciona com o estudante e demais pessoas do grupo. Por outro lado,

> O manejo do ambiente tem grande importância. A minimização de elementos distraidores e a flexibilização de recursos didáticos, com o uso adequado da voz, da postura e de elementos como o humor e a música podem ser essenciais, principalmente para estudantes de menor idade, mas também para plateias maduras. É bom lembrar que a novidade e o contraste são eficientes na captura da atenção. (CONSENZA; GUERRA, 2021, p. 47)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As descobertas sobre como o cérebro aprende permitem a área educacional criar estratégias de como o professor pode explorar o conteúdo de maneira atrativa, já que quando se conhece o funcionamento mental, é possível produzir situações que chamem a atenção do cérebro para formar novas memórias, um novo aprendizado. Apesar de que aprender não depende somente do cérebro, mas de um estado geral físico, que influencia na formação de novo neurotransmissores, formação e manutenção de memórias, entretanto conhecimentos neurobiológicos têm provado que excelentes estratégias pedagógicas produzem resultados de excelência na aprendizagem.

Mediação empática na relação professor –estudante – conhecimento: elemento fundante em Classe Hospitalar

A empatia tem sido uma das palavras mais usadas nesta Era do Conhecimento. As relações interpessoais nesta modernidade líquida (BAUMAN, 2021) necessitam de intermediação, já que a rapidez, a fluidez, a lógica do consumo, a mudança na construção familiar, a fragilidade dos laços entre as pessoas, a ideia do coletivo recuou o foco para o investimento individual; os valores cultivados, tudo isso afastou os humanos entre si, de momentos afetuosos para viver espaços de tempo superficiais. Não há mais relações, sim conexões. A frieza, o desamor e a incompreensão passaram ser marcas presentes e ausência de vínculos e rotina.

Entretanto, Daniel Goleman (2012) mostra que o homem, na essência, é empático. Este possui um complexo mecanismo neural que organiza as interações, os pensamentos e sentimentos sobre as pessoas e o relacionamento entre elas. Os seres humanos foram programados para viver em sociedade, por isso a mente humana contém circuitos, uma rede neurônios pronta para essa interrelação, os neurônios-espelho, chamado por ele de *wi–fi*[6] neural, visto que a propalação se dar como que por ondas de rádio, que faz a distribuição sem cabeamento, indica o caminho mais acertado para o ponto de chegada.

Essa forma de comunicação é chamada por pesquisadores, das ciências das emoções, de empatia. Fukamati (2016) explica que, quando a pessoa nasce traz marcas do comportamento empático, ao imitar pai, mãe, pessoas do convívio. Assim, a mimese é reconhecida como o fundamento da empatia, como por exemplo: o bocejo; alguém chora em um enterro, mesmo não sendo parente de alguém daquela família; chora ao assistir uma produção cinematográfica e em diversas outras situações.

Neste aspecto, a sociedade atual precisa resgatar este caminho de volta aos procedimentos de busca nas relações socioemocionais. Uma das bases para esse retorno é a relação professor-estudante frente a aquisição do conhecimento. Como visto, a aquisição do conhecimento – formação das memórias, acontece quando o cérebro capta informações, por meio dos órgãos dos sentidos; tais informações são selecionadas, pelo princípio da atenção, por que foi interessante; destacado na função da lanterna de Consenza e Guerra (2010).

[6] Wereless Fidelity – rede de conexão sem fio que dá acesso à Internet através de ondas de rádio.

Em sala de aula, a comunicação professor-estudante é mais direta, conciliável e produtiva, quando o professor se mostra empático. Este comportamento do professor move as áreas cerebrais do estudante, fazendo que este compreenda mais, se volte para o que se está fazendo; isto potencializa a formação das sinapses, criando e fixando novas memórias. A empatia funciona como janelas de abertura para novos conhecimentos, visto que agir empaticamente torna as pessoas mais sensíveis, tanto o professor quanto o estudante; para promover situações de ensinagem, quanto para abrir portais de aprendizagem; pois onde há respeito, liberdade de expressão, escuta sensível forma ambiente de grandes estímulos para o cérebro.

Assim, o olhar sensível do professor para com o estudante estimulará que este se torne também empático na relação com o professor e demais membros da comunidade. Esse estudante terá melhor qualidade nos relacionamentos: fica à vontade para tirar as dúvidas, compartilhar as ideias; ponte para criação de laços afetivos. Outro fator é que esse relacionamento empático serve também para despertar o sentimento de pertença e fixar os processos de permanência na escola. O estudante passa a gostar da escola, fixando raízes.

Por muito tempo foram reconhecidas as atividades de cognição na formação da aprendizagem, entretanto pesquisas realizadas por neurocientistas comprovaram que muitas pessoas que tiravam boas notas nas academias não conseguiram ter bons resultados no desenvolvimento profissional, em razão do desequilíbrio emocional; confirmando a importância do equilíbrio entre a razão e as emoções. A propósito de a Escola ter necessidade de desenvolver as habilidades socioemocionais dos estudantes (BNCC, 2017).

Quando se trata de Educação no âmbito Hospitalar, as atividades afetivas têm um significado maior, em razão da situação de vulnerabilidade do estudante. Muitas variáveis são abertas: diversidade sociocultural, faixa etária variada, classe multisseriada; pessoas debilitadas pela dor física, por enfermidades de várias ordens; na maioria das vezes, vitimizadas por marcas deixadas na alma, causadas pelo abandono da família, pelo olhar discriminatório da sociedade; em algumas vezes, na indiferença mostrada por profissionais da saúde, que não os compreenderam naquele instante de dor.

Por ser um ambiente de tristeza e dor, as pessoas não estão abertas ao diálogo nem para relações de amizade; portar – se com alegria, gentileza e amabilidade. Portanto, é preciso que o professor tenha um desempenho diferenciado. Portanto, é preciso que o professor tenha um desempenho diferenciado de outros ambientes de ensino.

Roman Krznaric (2015) mostra a empatia, sendo um elemento revolucionário nos contatos humanos, em momento de tanta indiferença. Para o docente da Classe Hospitalar, é imprescindível que perceba a dor alheia. Ele trabalha em um ambiente de sofrimento real; precisa compreender as fragilidades; ouvir, em meio ao silêncio dos olhares, dos gestos; um balbuciar do estudante, estar atento a aflição; usar a compassividade.

Resultados/discussões

A Neuroeducação traz novo entendimento para os processos do aprender. Estudos do século XX firmavam a cognição como responsável pelo sucesso do conhecimento. Entretanto, os estudos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

neurocientíficos possibilitaram acolher a ideia da participação dos sentimentos e das emoções na construção do conhecimento. Dessa forma, aprender é formar memórias, fortalecidas por um conhecimento prévio, por meio da retenção de informações selecionadas, tendo uma multirrelação entre a razão e as emoções; entretanto há colaboração dos estímulos que prendem a atenção da pessoa, motivando a participação ativa na aquisição desse conhecimento.
Para esta demanda, cabe ao professor apresentar uma prática diferenciada e estimulante, envolvendo os estudante de maneira participativa, já que as estratégias devem conter um duo de cognitivo-afetivo que contemple a personalização, que possa atingir cada estudante na especificidade. O Docente da Classe Hospitalar já possui características específicas para desenvolvimento de tarefas com maior eficiência, como: ser dinâmico e ético; ser criativo; usar formas de trabalho coletivo; dar atenção ao escolar. Mas, no ambiente, que é prioritário para a saúde, outras competências precisam ser desenvolvidas: usar a afetividade, ter uma estrutura emocional singular; utilizar de metodologias especificas e adequar o Currículo a realidade do estudante.

Considerações finais

A empatia é uma das ferramentas mais necessárias neste século, tendo em vista que as relações humanas se tornaram impessoais. As tecnologias invadiram o mundo, trazendo um novo olhar para a vida, desviando o foco do coletivo para o individual. As pessoas passaram a ter nova forma de ver o mundo, os valores sociais mudaram: o ter melhor que o ser; banalização do amor e da vida; a frieza nos relacionamentos; a busca incessante da felicidade; o consumo excessivo como forma de encontrar a felicidade; a rapidez e ansiedade trouxeram o desrespeito ao outro.

Na área educacional, não houve mudanças estruturais suficientes para acompanhar as transformações sociais, provocando a desmotivação dos estudantes. O professor passou a ser a chave principal para alavancar tais demandas e refazer o percurso para que o estudante se interesse pelo aprender. Portanto, a forma como o professor deverá abordar o estudante em sala de aula fará a diferença nos resultados acadêmicos. Estudos neurocientíficos trouxeram a possibilidade de compreender como o cérebro aprende. Assim, os estudantes desmotivados deverão ter a sala de aula como um campo de estímulos que o atrairá para a participação efetiva.
Logo, a empatia será o meio pelo qual o professor utilizará para atrair o estudante a trabalhar com foco na aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (2017) trouxe em destaque as competências socioemocionais para um viver social de qualidade, como também orientações pedagógicas para o desenvolvimento de atividades que valorize a formação integral do estudante.
Na Educação Hospitalar, o engajamento do professor precisa ser mais assertivo, visto que os estudantes têm especificidades: faixa etária, alguns nunca foram a escola, outros têm até 50 anos que deixaram a escola e outros estão se despertando para o mundo acadêmico; contando também com a vulnerabilidade física e emocional; diversas comorbidades e o ambiente feito inicialmente para cuidar da saúde.
Nisto, o professor precisa agir de forma empática, utilizando boa comunicação, criando estratégias multissensoriais, bastante significativas, capazes de provocar a neuroplasticidade do cérebro, para

que chame a atenção, sejam criadas sinapses e aconteça a retenção das informações, a formação da memória de longo prazo proceda a aprendizagem.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Tradução de Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CAMARGO, A.F. **O Diálogo na relação professor-alunos:** a complexa rama das interações no cotidiano da aula no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado do curso em Educação do Programa de Pós- graduação em Educação, da Faculdade de Educação. Passo fundo, 2017. Disponível em: https://bityli.com/VLcqx9 Acesso em: 13.11.2021

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L.B. **Neurociência e Educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRUZ, L.H.C. Bases Neuroanatômicas e Neurofisiológicas do Processo Ensino e Aprendizagem. In: **A Neurociência e a Educação**: Como nosso cérebro aprende? Ouro Preto: MPEC-CBIOL-NUPEB-OFOP, 2016.

DELORS, J. **Educação:** um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FUKAMATI, T. **A Revolução da Empatia.** Palestra apresentada no 4º GEITalks , publicada por MBI UFScar, em 01.04.2017.

GOLEMAN, D. **O Cérebro e a Inteligência Emocional: novas perspectivas.** Tradução de Carlos Leite da Silva. Rio e Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, D; SENGE, P. **O foco triplo**: uma nova abordagem para a educação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KRZNARIC, R. **O poder da empatia: arte de se colocar no lugar do outro para mudar o mundo**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio e janeiro: Zahar, 2015

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MENDES, C.P.R.; COSTA, M.A. **A Afetividade na Educação**: como cérebro emocionado interfere no processo de ensino e aprendizagem. VII Congresso Nacional de Educação, 2020. Disponível em: https://shortest.link/1F1i Acesso em: 07.11.2021

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa.** Revista Ciência e Saúde Coletiva. Abril de 2014.

LENT, R. **Cem Bilhões de Neurônios?** Conceitos Fundamentais de Neurociências. 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

SAENZ, C. C. B. *et al.* **Empatia no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior em saúde.** Revista Eletrônica FMU. Disponível em: https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ACIS/article/download/2369/1609

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DE PORTUGAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PERANTE OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO

Georgia de Souza Assumpção[1]
Paula Peres[2]

Introdução

Segundo mapeamento do Banco Mundial, no fim de abril de 2020, escolas de 180 países estavam fechadas e 85% dos estudantes em todo o mundo estavam sem aulas, em função da covid-19. Os impactos imediatos, como o aumento da evasão, danos à saúde física e mental e o aumento da vulnerabilidade dos estudantes, causados pela falta do apoio e estrutura que as escolas proporcionam, podem levar a custos a longo prazo, tanto para os estudantes como para a sociedade em geral. Rápidas ações por parte dos países para apoio à aprendizagem contínua, podem conter, pelos menos em parte, os danos e, além disso, a crise vivida pode ser uma oportunidade para construir sistemas de ensino mais inclusivos, eficientes e resilientes (BANCO MUNDIAL, 2020).

Os impactos da pandemia foram sentidos de modo global, mas as soluções encontradas para responder à necessidade de manter as atividades de educação, em um cenário de isolamento social, precisavam ser locais, dentro da realidade de cada país, cada comunidade ou instituição de ensino. Diante da impossibilidade de analisar um cenário tão amplo, optou-se nesse trabalho por abordar iniciativas de duas instituições de países de língua portuguesa, que se destacaram em suas comunidades.

Em Portugal, a Unidade de E-Learning e Inovação Pedagógica do Politécnico do Porto vem contribuindo há vários anos para o desenvolvimento e implementação de novas metodologias no sentido de impulsionar a inovação nas formas de ensino, aprendizagem e a formação em sua comunidade e área de influência, podendo ser considerada uma referência em e-learning.

No Brasil, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que faz parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conseguiu muito rapidamente retomar seu funcionamento num formato totalmente remoto, sendo uma das primeiras Instituições Públicas de Ensino Superior a prosseguir com suas atividades. E, diante da nova realidade do trabalho remoto, conseguiu ampliar as

[1] Doutoranda em Engenharia de Produção e Sistemas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ. Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. georgia.assumpcao@ibge.gov.br
2 Doutora em Sistemas de Informação. Agregação, Área de Doutoramento em Educação. Coordenadora da Unidade de e-Learning e Inovação Pedagógica do Politécnico do Porto. pperes@iscap.ipp.pt

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

formações a distância para capacitar os servidores do IBGE, incluindo a retomada da coleta de pesquisas, antes realizadas presencialmente, para um formato de coleta por telefone (ONU, 2020). Dentro desse contexto é que o presente artigo foi idealizado, tendo como objetivo analisar as duas iniciativas realizadas para a formação de professores do ensino superior no Brasil e em Portugal, durante o ano de 2020, numa nítida resposta às necessidades trazidas pela pandemia. A proposta de um trabalho conjunto nasce da expectativa de identificar aproximações e distanciamentos nos processos de formação oferecidos e nas percepções dos professores envolvidos, afinal, apesar de estarmos lidando com cenários e contextos sociais diferentes, o momento ímpar no mundo fez com que todas as instituições de ensino enfrentassem desafios semelhantes, tendo que propor soluções em tempos muito curtos.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, por meio do estudo de casos. Ventura (2007), partindo da análise de diversos autores, interpreta que o estudo de caso pode ser entendido como uma metodologia ou escolha de um objeto de estudo a partir do interesse em casos particulares, permitindo a investigação de forma delimitada e contextualizada em tempo e lugar. O estudo de caso também é útil quando são realizadas pesquisas comparativas, onde se pretende compreender os comportamentos e percepções de pessoas de diferentes instituições. Mas é preciso também estar atento às suas limitações, dentre elas a dificuldade de generalizar os resultados (VENTURA, 2007).

Os casos apresentados foram selecionados a partir das experiências das autoras com as ações realizadas em suas instituições de ensino. Como pesquisadores, buscamos obter um ponto de vista de "dentro do fenômeno", mantendo, porém, uma perspectiva de análise e certa distância como observadores externos. A intenção é descrever e buscar compreender os fenômenos, por meio das percepções e significados produzidos por aqueles que participaram das situações de formação (SAMPIERI *et al*, 2013).

A experiência portuguesa

Caracterização da instituição

O Instituto Politécnico do Porto é uma Instituição de Ensino Superior composta por oito escolas, distribuídas em três Campi por uma área extensa e geograficamente diferenciada, que vai do Litoral Norte ao interior da região da Cidade do Porto em Portugal. Sua unidade de E-Learning e Inovação Pedagógica (EIPP) foi criada em 2012 e vem contribuindo para o desenvolvimento e implementação de novas metodologias e pedagogias no sentido de impulsionar a inovação nas formas de ensino, aprendizagem e formação. Foi recentemente renovada (2019/2020), obtendo instalações mais amplas e funcionais, de modo a estar em condições de desenvolver novos projetos que respondam às novas linhas de trabalho, e permitindo fazer frente às necessidades surgidas durante a pandemia de covid-19.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O objetivo principal do EIPP é apoiar a implementação de uma educação baseada em tecnologias. A inovação pedagógica, as redes sociais de aprendizagem, a flexibilidade de tempo e espaço e a aprendizagem personalizada são os principais vetores desta unidade e a concretização deste objetivo está baseada num trabalho colaborativo desenvolvido por professores das oito Escolas que formam o Politécnico do Porto.

A proposta de ação de capacitação para o corpo docente

Desde 2019, a equipe do EIPP vem elaborando Planos de Formação que visam apoiar os professores do P.PORTO no aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Diante da necessidade da transição do ensino presencial para o ensino remoto, o Plano de Formação do primeiro semestre 2020/2021 foi ampliado e, dessa vez, todas as formações apresentaram-se totalmente online (Figura 1). Foram sessões de webinars e e-workshops síncronos, com apoio assíncrono da "Sala Virtual do Professor", um espaço criado no Moodle, onde foram partilhados os materiais das sessões e respectivas gravações, bem como fóruns, bibliotecas de recursos e FAQs (ARAÚJO; PERES; JESUS, 2021).

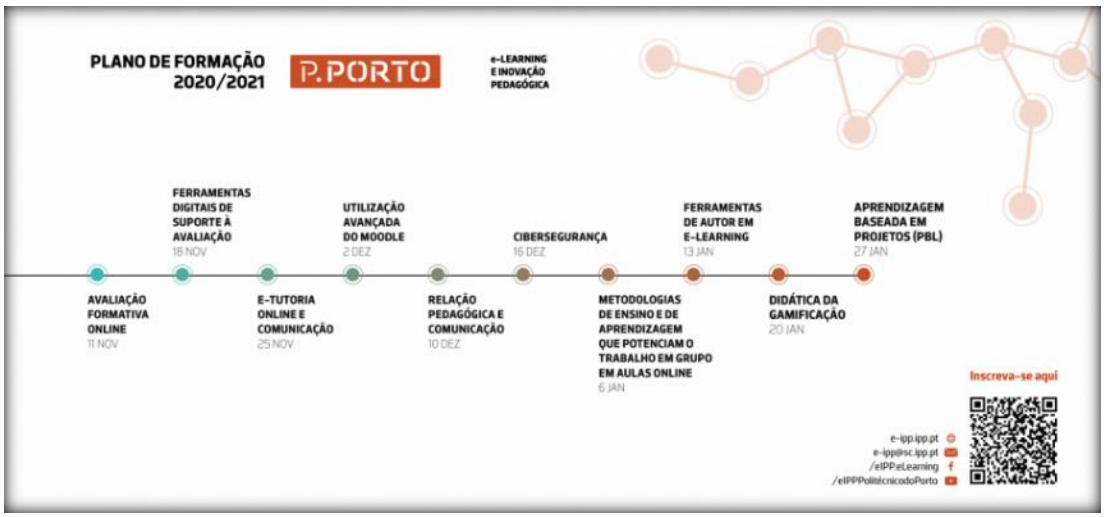


Figura 1: Plano de Formação do primeiro semestre 2020/2021. Fonte: ARAÚJO; PERES; JESUS, 2021.

Para além das ações de formação realizadas, havia também a possibilidade de apoio individualizado aos professores, sempre que estes solicitavam, seja através do Moodle, Microsoft Teams, WhatsApp ou ainda por e-mail ou telefone.

Resultados na experiência do EIPP

Os professores responderam a um questionário que tinha por objetivo identificar a reação perante as ações de formação. Os resultados dos dados coletados mostram que os professores valorizaram o trabalho realizado nas diferentes sessões, considerando-o muito positivo e formativo para o seu

trabalho como professores e pesquisadores. Os resultados também mostram que ter o apoio prestado pela unidade de e-learning ajudou a responder a dificuldades pedagógicas e técnicas, melhorando o desempenho e contribuindo para compreender a relação pedagógica com os estudantes. A possibilidade do trabalho colaborativo, a partir da convivência com diferentes professores com problemas muito parecidos para resolver, foi bastante valorizada.
Como pontos de aprimoramento, alguns professores apontaram a importância de aplicar na prática as ferramentas que estavam sendo apresentadas, com a proposta de construção de atividades do início ao fim.
Observa-se que a clara política institucional do P.PORTO no apoio ao uso de tecnologia educacional tem tido um impacto positivo na alocação de recursos, humanos e físicos, na coordenação de esforços, bem como no compartilhamento de práticas e conhecimentos (ARAÚJO; PERES; JESUS, 2021).

A experiência brasileira

Caracterização da instituição

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IES) que faz parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A ENCE integra a Rede Nacional de Escolas de Governo do Brasil, engajando-se na capacitação, formação e desenvolvimento de servidores e agentes públicos.

Como atividades de ensino e pesquisa, a ENCE promove o Curso de Bacharelado em Estatística, o Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e o programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, com cursos de mestrado e doutorado. Uma de suas ações de capacitação mais consolidada é o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP) que, adotando uma metodologia baseada em projetos, reproduz as etapas de uma pesquisa domiciliar por amostragem, sendo desenvolvida em condições reais e propiciando a vivência do trabalho em equipe. Esse curso atende não somente aos servidores do IBGE, mas também reserva vagas para estudantes de pós-graduação de instituições de ensino públicas brasileiras, servidores de órgãos públicos envolvidos no planejamento e execução de pesquisas no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), professores e pesquisadores de institutos de pesquisas e de instituições de ensino públicas brasileiras, capazes de atuar como multiplicadores, e servidores de agências e organizações públicas de estatísticas.
As atividades de ensino e pesquisa da ENCE estão a cargo de mestres e doutores que compõem o seu corpo docente e que trabalhavam, até 2020, em tradicionais salas de aula presencial nos ambientes da Escola. Mas os impactos que a pandemia de covid-19 gerou em todos os sistemas de ensino do mundo (UNESCO *et al.*, 2021), também não passaram despercebidos na ENCE. Assim, encontraram-se todos diante da necessidade de substituição das aulas presenciais por aulas que utilizassem "meios e tecnologias de informação e comunicação" (BRASIL, 2020), o que ficou conhecido como ensino remoto emergencial.

A proposta de ação de capacitação para o corpo docente

Assim como aconteceu no mundo todo, foi preciso responder às necessidades de mudanças rapidamente, com soluções de ensino que permitissem a continuidade dos estudos. Na ENCE, pensou-se na possibilidade de apoiar esse momento de transição através da união de esforços de seus profissionais, já que a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento, há mais de 14 anos, vinha desenvolvendo ações de capacitação a distância. Foi assim que se passou a planejar uma ação que, em tempo muito reduzido, pudesse promover um aperfeiçoamento profissional dos professores da graduação e da pós-graduação para usar o *Learning Management System* (LMS) Moodle. Isso porque, já existia a "Escola Virtual IBGE", um ambiente Moodle que possibilitaria a estruturação do conteúdo de cada disciplina curricular, o desenvolvimento de atividades e a integração dos estudantes.

O desenho instrucional da ação foi baseado no ADDIE, um modelo amplamente adotado em todo o mundo, que permite o desenvolvimento de atividades de aprendizagem de forma sistemática e coerente. Por meio dele é possível estabelecer os princípios, os objetivos e os métodos de ensino mais adequados à intervenção pretendida (OLIVEIRA; CSIK; MARQUES, 2015).

A ação de formação foi planejada e construída para que ocorresse com o acesso a duas turmas no Moodle, uma com os conteúdos e as atividades propostas, o "Moodle para facilitadores de aprendizagem", e uma segunda turma que serviria como um espaço de experimentação, numa relação constante entre a teoria e a prática. Essa segunda turma foi chamada de "Laboratório Virtual" e possibilitava que cada professor, além de realizar parte das atividades propostas, também pudesse observar as ações dos demais, num movimento de aprendizagem colaborativa.

Como o fator tempo era um limitador importante para o desenho instrucional da ação, optou-se por utilizar a curadoria de conteúdos digitais. Pode-se dizer que, diferentemente da criação de novos conteúdos, a curadoria refere-se a encontrar e fornecer as ligações (*links*) para conteúdo existente e disponível *online*. O conteúdo disponível torna-se então significativo quando filtrado por seres humanos que têm conhecimento sobre o assunto pesquisado, o que acaba por estimular um espírito colaborativo (CORREA, 2018).

Além dos conteúdos selecionados, foram construídas atividades que levassem cada professor a refletir sobre sua disciplina e as possibilidades de planejá-la para a oferta totalmente a distância, nesse momento de isolamento social. As tarefas foram pensadas de maneira encadeada, permitindo um planejamento da disciplina e posterior realização de ações no "Laboratório Virtual". Como a formação não poderia exceder quatro semanas e não contaria com uma tutoria ativa, o número de atividades teria que ser limitado, reduzindo-se ao que fosse considerado mais relevante.

No Quadro 1 estão identificadas as unidades de conteúdo, as atividades práticas propostas e os objetivos de cada uma delas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 1: Conteúdos disponíveis e atividades - Turma Moodle para facilitadores de aprendizagem.

Unidade	Atividade Prática	Objetivo da atividade prática
1 - O que é Moodle	Unidade sem proposta de atividade prática	
2 - Planejamento pedagógico de uma disciplina EAD	Pensar no planejamento da Matriz Instrucional de uma disciplina, desenvolvendo uma unidade ou módulo de conteúdo	Levar o professor a exercitar o planejamento e a elaboração da Matriz Instrucional, pensando em uma unidade disciplina, com todo seu conteúdo e atividades
3 - Acrescentando recursos	Pensar no planejamento e na estrutura da disciplina: acrescentar um vídeo do *Youtube* (URL), um título para organizar a página (rótulo) e um material complementar em formato de arquivo "pdf" relacionado ao vídeo (arquivo)	Levar o professor a praticar a seleção e a organização dos conteúdos que poderão compor sua disciplina, a partir dos recursos disponíveis no Moodle
4 - Acrescentando atividades	Criar uma Tarefa para envio de arquivos e uma outra atividade de livre escolha (*Chat*, *Wiki*, Lição, Glossário, Escolha, Base de dados)	Levar o professor a explorar as atividades disponíveis no Moodle, exercitando a criação de uma Tarefa, que possibilitasse que seus estudantes enviassem arquivos, e uma segunda atividade de livre escolha
5 - Os tipos de fórum e suas aplicações	Criar diferentes tipos de Fórum (uma única discussão simples, fórum P e R, fórum geral, cada usuário inicia apenas um tópico novo) e elaborar uma mensagem inicial de Fórum que estimule a participação dos estudantes	Levar o professor a praticar a criação de Fórum para uso nas discussões de sua disciplina e à criação de uma discussão bem orientada com seus estudantes.
6 - Ensino híbrido	Unidade sem proposta de atividade prática	
7 - Metodologias ativas na educação a distância	Unidade sem proposta de atividade prática	
8 - Banco de questões e questionário	Unidade sem proposta de atividade prática	
9 - Avaliação no Moodle	Praticar a apresentação de feedback para atividades realizadas pelos estudantes	Levar o professor a praticar a apresentação de comentários nas tarefas propostas a seus estudantes durante sua disciplina

Fonte: Elaborado pelas autoras

Nas unidades onde atividades práticas não foram propostas, a intenção era levar ao professor informações que lhe dessem suporte para o trabalho e ajudassem a desenvolver planos mais instigantes no futuro, junto a seus estudantes. A Figura 2 apresenta a proposta completa de uma das atividades práticas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

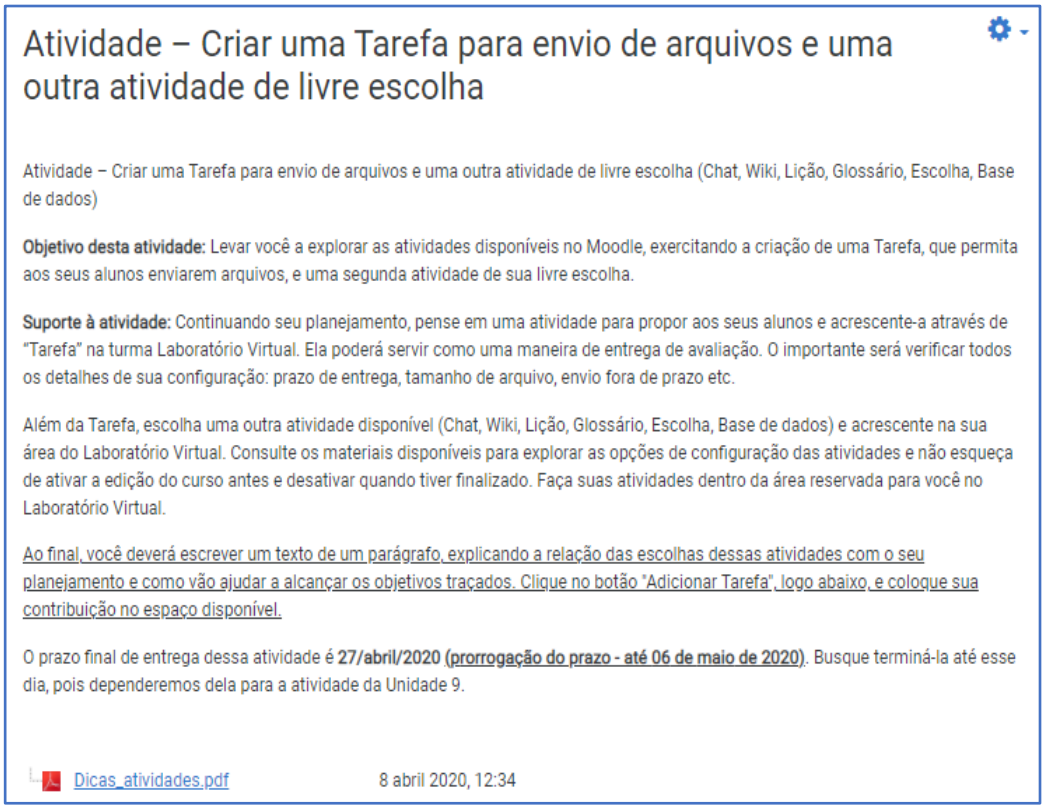


Figura 2: Atividade de criação de tarefa. Fonte: Curso "Moodle para Facilitadores".

Uma limitação da ação de formação foi a impossibilidade de realizar sessões síncronas pela plataforma Moodle, já que não havia nenhum *plug-in* instalado para esse fim, tal como o BigBlueButton. Dessa forma, os momentos de interação aconteceram apenas através de Fóruns de aprendizagem.

Para trabalhar com seus estudantes, os professores foram estimulados a realizar momentos síncronos utilizando plataformas gratuitas como o Zoom (https://zoom.us/) ou mesmo o Cisco Webex (https://ibge.webex.com/), a ferramenta de videoconferência adotada no IBGE.

Resultados na experiência da ENCE

Foram inscritos na ação de formação 55 professores que atuam no curso de graduação e nos cursos de pós-graduação. Destes, 37 são lotados diretamente na ENCE e os demais trabalham em alguma outra área do IBGE, atuando como professores colaboradores na ENCE. Do total de participantes, 32 completaram a ação de formação, 08 não finalizaram e 15 não iniciaram. Para que o participante obtivesse o certificado de participação na formação, ele precisava realizar todas as atividades propostas e preencher um formulário de avaliação da reação.

No modelo de Kirkpatrick (1993) são propostos quatro níveis de avaliação: reação, aprendizagem, comportamento e resultados. O nível de reação pode ser definido como o quanto os treinandos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

gostaram da ação de formação. A avaliação em termos de reação equivale a medir os sentimentos dos participantes, sem incluir qualquer medida da aprendizagem que tenha ocorrido. Nesse nível, avalia-se a percepção do treinando em relação ao conteúdo de um curso, à metodologia adotada, atuação do professor ou mediador, carga horária, material instrucional, aplicabilidade etc.

Dos 32 professores que finalizaram a formação, 20 responderam à avaliação de reação. Das 20 avaliações respondidas, observa-se que 20% dos professores que participaram têm entre 26 e 35 anos, 10% têm entre 36 e 45 anos, 60% entre 46 e 60 anos e 10% entre 61 e 70 anos. 80% dos professores têm doutorado em suas áreas de formação e 20% são mestres.

Na opinião dos que preencheram a avaliação de reação, a nota média da formação foi 7,95. O curso atendeu às expectativas de aprendizagem sobre o assunto de 85% dos participantes. Todos os participantes concordaram que adquiriram conhecimentos que iriam melhorar seu desempenho no trabalho e 95% concordaram que as atividades propostas no curso contribuíram para a sua aprendizagem.

Alguns aspectos ressaltados pelos professores foi o tempo reduzido para a realização da formação e a falta de um tutor que acompanhasse ativamente o processo. Esses são pontos a aprimorar em possíveis futuras ofertas. Assim como todos os professores estavam sendo afetados pela necessidade de migração para um cenário de ensino remoto emergencial, os profissionais de desenho instrucional estavam envolvidos com outros cursos, sem disponibilidade para uma ação ativa de tutoria. Era preciso continuar apoiando a formação para as coletas das pesquisas realizadas pelo IBGE, que também estavam sofrendo mudanças, em função da necessidade de isolamento social.

Outro aspecto que vale ser destacado é que alguns professores externaram preocupação, desconforto e insegurança frente à necessidade de realizar suas atividades totalmente a distância. Observou-se também que, em geral, relatos desse tipo vieram daqueles que estavam há mais tempo na atividade docente e mais habituados às práticas da sala de aula presencial.

Considerações Finais

Nesse trabalho, foram apresentados dois casos de ação de formação de professores durante o início da pandemia de covid-19. Era um momento de muitas incertezas, que exigiu ações de curto prazo, em um cenário totalmente desconhecido. Foi preciso alterar a prática docente, recorrendo-se a tecnologias de informação e comunicação que muitas vezes esses profissionais não dominavam.

Ao pensar o papel do docente deve-se analisar suas diversas dimensões, como a técnica, a pedagógica e a social. O docente precisa se sentir confortável, capaz de fazer uso das tecnologias, das ferramentas online, não só para a produção de conteúdo, mas também para a comunicação e interação. Para mediar interações online é preciso compreender a comunicação e a cidadania digital. Ao pensar sobre a dimensão pedagógica do trabalho, boa parte dos professores do ensino superior pode exercer a profissão sem formação pedagógica específica. Nesse sentido, ações de formação que abordem ambientes de *e/b-Learning* têm resultado num impulso à formação pedagógica dos professores. Estes são levados a refletir sobre a construção dos novos espaços de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

formação e sobre o uso dos recursos das tecnologias web, no sentido da inovação e preparação dos estudantes para um mercado cada vez mais global e complexo (PERES, 2018).

Na ENCE, a formação oferecida pôde dar um suporte inicial para o replanejamento das disciplinas e cursos, mostrando-se bastante relevante na medida em que permitiu apoiar os professores técnica e pedagogicamente, além de abrir um canal de trocas de experiências e compartilhamento de expectativas. Além dos recursos do Moodle, os professores passaram a ter acesso a outras tecnologias como WEBEX e o Microsoft Teams, permitindo que realizassem também atividades de maneira síncrona com seus estudantes. Apesar das dificuldades enfrentadas, dentre as IES públicas brasileiras, a ENCE foi uma das primeiras a conseguir retomar suas atividades de forma remota após a interrupção das ações. Entende-se que os desafios vividos, apesar das incertezas do momento e futuras, aos poucos estão ajudando a promover uma transformação digital nas atividades realizadas por seus professores e estudantes.

No Politécnico do Porto, o projeto da Unidade de E-learning e Inovação Pedagógica, iniciado em 2012, revela uma preocupação clara em difundir e apoiar o uso de tecnologia educacional. A promoção de um ambiente dinâmico de compartilhamento de conhecimento é outro fator que contribui para a sustentabilidade e melhoria contínua deste projeto. Para tal, são usadas várias ferramentas e abordagens, como os cursos de formação internos que abrangem as várias aplicações online utilizadas e as conferências promovidas com o intuito de partilhar a nossa experiência e aprender com outros que trabalham na mesma área.

Para além da existência de semelhanças e diferenças entre os dois casos apresentados, o principal a ser ressaltado é a importância da formação docente. Apesar dos inúmeros recursos das tecnologias de informação e comunicação, só eles não garantem uma ação mais ativa, crítica ou criativa pelos professores. Os métodos e as estratégias de ensino utilizadas serão sempre os elementos chave para acompanhar as mudanças requeridas na sociedade complexa em que se vive. E para tal, entende-se que formações de caráter não só técnico, mas principalmente pedagógico são essenciais.

Percebe-se também que o regime de ensino remoto, ao mesmo tempo em que traz desafios e apreensões para educadores e instituições, também permite o desenvolvimento de novos trabalhos, aumenta as possibilidades de interação, colaboração entre áreas e pessoas, gerando também novos conhecimentos (ASSUMPÇÃO *et al*, 2021). E, apesar da complexidade de uma situação de pandemia e de todas as perdas imediatas e futuras provocadas, os desafios vividos acabam por contribuir para a promoção da transformação digital nas atividades das duas instituições de ensino apresentadas e, por certo, em tantas outras pelo mundo.

Entende-se que as ações realizadas nas instituições devem ser constantemente desenvolvidas, revistas e comunicadas. E que o apoio técnico e pedagógico disponibilizado aos professores deve ser mantido de forma permanente, permitindo o aprimoramento de técnicas e práticas, levando os professores a fazer mudanças e promover a inovação, com segurança e confiança.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

ARAÚJO, M.J., PERES, P., JESUS, A. Teacher training and support in higher superior education: review of a training plan in the pandemic context. Edulearn21 Proceedings, pp. 8275-8280, 2021.

ASSUMPÇÃO, G. S.; SANTOS, C. M.; PESSANHA, L. P. M.; VINAGRE, R. F.; CASTRO, A. C. Interação entre Pós-Graduação, Graduação e Ensino Médio-Técnico: Experiências em Zona de Desenvolvimento Proximal no CEFET/RJ. *In*: XLIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), 2021, On-Line. Anais do XLIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), 2021. Disponível em: http://abenge.org.br/sis_artigo_doi.php?e=COBENGE&a=21&c=3557.

BANCO MUNDIAL. Sumário executivo. Pandemia de covid-19: choques na educação e respostas de políticas. 2020. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/321431590757092620-0090022020/original/Covid19EducationSummaryport.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 02 nov. 2021.

CORREIA, A. P. As múltiplas facetas da curadoria de conteúdos digitais. Redoc. Rio de Janeiro v.2 n.3 p. 15 Set/dez. 2018. ISSN 2594-9004.

KIRKPATRICK, D. Evaluating training programs: Four levels. San Francisco: Berrett-Koehler. 1993.

OLIVEIRA, J. M.; CSIK, M.; MARQUES, P. Desenho de cursos: introdução ao modelo ADDIE. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). 2015. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2288.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Brazil's capacity-building strategies in pandemic times [Internet]. Nova York: ONU, 2020. Disponível em:https://covid-19-response.unstatshub.org/posts/brazils-capacity-building-strategies-in-pandemic-times/.

PERES, P. O blended-Learning no contexto português do Ensino Superior: uma visão geral. Indagatio Didactica, vol. 10 (2), julho 2018. Disponível em: https://doi.org/10.34624/id.v10i2.11355.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

UNESCO *et al.* What's Next? Lessons on Education Recovery: Findings from a Survey of Ministries of Education amid the COVID-19 Pandemic, OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1787/697bc36e-en.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Rev. SOCERJ; 20(5): 383-386, set.-out. 2007.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. É preciso agradecer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por permitir o afastamento temporário da primeira autora, para a realização do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO HÍBRIDO: O RECHAÇO À PALAVRA PROFESSORAL

Isael de Jesus Sena[1]

Introdução

No Brasil, desde o final da década de 1990 (momento histórico do processo de redemocratização do país) até o presente momento, acompanhamos a evolução da incidência do discurso do ethos empresarial aplicado, paulatinamente, à formação universitária. Dito de outro modo, a educação, para um conjunto de instituições-empresas de capital aberto que negociam seus títulos na bolsa de valores, vem sendo transformada em um grande mercado lucrativo, como defendem diversos estudos (SENA, 2021; PIZOLATI, 2021; DINIZ-PEREIRA, 2015).

Vale destacar que, conforme mostra o estudo de Front (2020), existem, no Brasil, diferentes modalidades de instituições educacionais privadas. Dentre elas, destacam-se, de longa data, as instituições filantrópicas, geralmente vinculadas a entidades religiosas, as quais desenvolvem o ensino, a pesquisa e a extensão[2], assim como as demais instituições-empresas limitadas e as das sociedades anônimas de capital fechado e de capital aberto. Neste artigo, interessa-nos, particularmente, esse último perfil institucional, pois ele se enquadra no contexto da hegemonia da educação empresarial.

Algumas instituições universitárias, com fins quase tão somente lucrativos, tornaram-se objeto da bolsa de valores. Conforme foi publicado em um recente relatório, um conjunto de empresas de capital aberto que atuam no setor educacional tem como meta seguir a lógica financeira e especulativa que rege o comércio de títulos, marcada pela amplitude econômica global e pela volatilidade. Nesse sentido, os investidores que aplicam seu capital nas bolsas não estão preocupados com a origem nacional das empresas nem com os tipos de produto ou serviço que estas geram (FRONT, 2020). Desse modo, como o objetivo é o lucro, pulverizaram, então, o número de estabelecimentos de ensino superior, cujo critério de qualidade, por fim, é desprezado, uma vez que primam pela quantidade. Pode-se afirmar que os empresários da educação

> não estão interessados tampouco com os efeitos que estas empresas têm sobre o desenvolvimento ou o atraso do país. A única coisa que importa, independente da índole

[1] Doutor em Ciências da Educação (Cotutela entre a Universidade Federal de Minas Gerais e Université Paris 8 – Vincennes Saint-Denis). Pós-doutorado em Psicanálise e Educação (Université Paris 8). Mestre em Psicologia Social (Universidade Federal da Bahia – UFBA). Psicologo (Universidade Salvador – UNIFACS). Psicanalista (APOLa – Salvador – Bahia). senaisael@gmail.com

[2] O sistema universitário privado no Brasil não é homogêneo. Quando falamos em universidades privadas temos que considerar a sua diversidade, diferenciação e diversificação. Sampaio (2014) assinala que a Constituição da República do Brasil, em 1891, disciplinou a possibilidade de existência do ensino superior privado, que permitiu uma organização dual no sistema. De um lado, um setor público e gratuito, cujas instituições são mantidas pelos poderes federal, estadual ou municipal; de outro, um setor privado, constituído por estabelecimentos mantidos por entidades de natureza jurídica privada – laicas comunitárias ou confessionais de credo (católicas, protestantes etc.) – subordinadas a uma legislação federal.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> individual de cada investidor, é o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferece. Esta é a lógica que rege a esfera financeira (FRONT, 2020, p. 4).

Examinando, resumidamente, esse debate, do ponto de vista histórico, a relação entre o neoliberalismo e a educação tem seu marco balizado no governo sócio-liberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002). Em seguida, é potencializada durante os mandatos centro-esquerdistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e tende a ser consolidada e exacerbada nas gestões neoconservadoras de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019); destaca Pizolati (2021), o qual nomeia esse acontecimento de neoliberalização da educação.

A partir de estudos de psicanálise, educação e formação docente, retomamos, neste artigo, o debate crítico sobre a mercantilização do ensino superior no Brasil e os diversos usos pelos quais os empresários da educação têm se apropriado de medidas governamentais, por exemplo, a implementação de disciplinas no formato semipresencial, ou seja, o ensino híbrido. Este último permite conciliar atividades assíncronas e síncronas, entretanto, devido à maneira como vem sendo estruturado nas instituições mercantis, tem produzido mal-estar docente e precarização do trabalho do professor.

Em nossa pesquisa, os professores que trabalhavam em instituições de ensino superior quase tão somente mercantis associadas ao mercado universitário declararam como o *modus operandi* do discurso tecnológico tem contribuído para gerar incertezas quanto à manutenção do contrato de trabalho. Escutamos relatos de sofrimento psíquico produzido pela demissão em massa de professores, especialmente, dos profissionais horistas, aqueles cuja remuneração é calculada por hora de trabalho em tempo parcial.

Vejamos a que preço a lógica do mercado, aplicada sem restrições à formação acadêmica profissional, produz diversos impasses sobre o trabalho docente e o lugar de enunciação do professor.

O discurso tecnológico e o esvaziamento da palavra professoral

Em tempos de sedução do discurso tecnocrático na universidade, o qual promete não existir fronteiras e sequer obstáculos, a formação acadêmica reduz-se à relação do estudante com o conhecimento sob a forma de um "guichê". Dito de outra maneira, cada um, à sua maneira, formata o próprio "saber". A pregnância do paradigma cognitivista, na atualidade, difunde que a aprendizagem se reduz a apenas um mecanismo de operação de processamento de dados, submetida à percepção e à informação, tal como se processa uma máquina. Nesse sentido, as promessas anunciadas pela dita revolução tecnológica, guiadas pela premissa de uma orientação cognitivista, transformaram as formas de ensino e aprendizagem, assim como a dinâmica do trabalho nas instituições educativas.

> Nesse novo contexto, a velha ideia de compartilhar códigos e respeitar leis universais que sustentam a possibilidade de transmitir conhecimentos de cima para baixo – tão cara ao dispositivo pedagógico moderno – deixou de ser um mito para se converter num anacronismo (SIBILIA, 2012, p.177).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – vem produzindo mudanças substanciais no lugar e na representação do professor, em sua autoridade, na própria transmissão do conhecimento, além de incidir sobre as formas de aprender. No entanto, é preciso ter cautela, posto que nem toda mudança, mesmo sob a égide de uma revolução tecnológica, pode garantir, de fato, uma transformação social. O progresso guarda, em si, uma face de simulacro, ou seja, na tentativa de exaltar a riqueza do discurso técnico-científico, esconde-se também a sua pobreza. Como advertem Blais, Gauchet e Ottavi (2014) a respeito da Internet, trata-se de uma das prodigiosas inovações de nossa época. No entanto, é preciso precaver-se contra os dogmas da eficácia e do imediatismo.

No contexto discursivo das inovações tecnológicas, as instituições de ensino superior têm desenvolvido novas ferramentas que possibilitam o aprendizado, sobretudo, no atual estágio da sociedade marcada pelo excesso da virtualidade. Nos ambientes de formação orientados pela tecnologia é possível que cada um customize as formas de aprender, considerando o tempo e o lugar.

A modalidade do ensino híbrido, por meio da qual atividades assíncronas e síncronas podem ser conciliadas, vem sendo adotada na formação acadêmica. Em princípio, a justificativa se deve ao fato de que os alunos devem desenvolver a sua autonomia em relação ao processo formativo, o que, na prática, significa aprender sem sanção, controlar a si mesmo e ser seu próprio mestre.

Quanto à heterogeneidade do público com o qual trabalham os professores entrevistados em nossa pesquisa[3], convém explicitar que, geralmente, são estudantes trabalhadores, pois exercem atividade laboral diurna e cursam o ensino superior noturno. Destes, destacamos os alunos matriculados em cursos de licenciatura, em instituições menos rígidas em seus processos seletivos, como destacou Diniz-Pereira (2015), instituições "universidades-empresas" consideradas de "massa".

Entre os diversos relatos extraídos de nossa pesquisa, retomamos, especificamente, o emitido pela professora Patrícia[4], citado em uma discussão anterior (SENA, 2020), por meio do qual observamos os impasses vivenciados pelos docentes de uma instituição de ensino superior privada que atende ao perfil dos estabelecimentos de ensino com viés mercadológico. No excerto seguinte, a professora faz algumas declarações controversas sobre os impasses vivenciados por ela e os diversos usos, feitos pela instituição, das disciplinas disponibilizadas no formato híbrido:

> Os currículos são afunilados para responder a essas demandas. O assunto vem engessado. Já vem tudo pronto. A gente tem que enfiar na cabeça do aluno. O professor não tem o direito de fazer uma aula. Eu observo que os alunos assistem aos vídeos, mas voltam cheios de dúvidas. A instituição pegou uma disciplina complexa e colocou virtual. Pode uma coisa dessa? E ainda me contratou para ser tutora presencial porque os meninos não estavam entendendo nada. Você paga uma instituição presencial, mas 20% das disciplinas são on-line. A disciplina de metodologia científica é "super" importante, eu observo que o aluno encara como um

[3] Esses relatos fazem parte da pesquisa empírica realizada durante meu doutoramento (2016-2020). O trabalho de campo ocorreu durante os meses compreendidos entre maio e agosto de 2017 e foi realizado em uma instituição privada localizada em uma capital do Nordeste. No total, foram entrevistados 42 (quarenta e dois) professores de várias disciplinas. A pesquisa seguiu os trâmites das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos outorgadas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa (COEP)/UFMG, sob o número CAEE – 66241417.0.0000.5149.

[4] Nome fictício.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> passatempo. Ele fica enchendo o currículo. Há disciplinas EaD que são boas, mas os alunos não entendem o assunto (Professor Patrícia, 2017).

Ao observarmos o excerto acima, podemos identificar três problemas principais destacados pela professora Patrícia: a arbitrariedade das decisões tomadas pela instituição, que prescinde da participação ativa do professor; a perda da autoridade de enunciação do professor, a qual se desloca para a administração da faculdade; e a mudança de função do professor, que se torna quase tão somente "tarefeiro".

No que se refere ao primeiro aspecto, são arbitrárias as decisões tomadas pela instituição de ensino, as quais prescindem da opinião e da participação do professor. O professor se percebe desautorizado. Nós podemos inferir isso a partir do seguinte enunciado retomado: "a instituição pegou uma disciplina complexa e colocou virtual". Ademais, sob o modo de gestão empresarial aplicado à educação, "os currículos são afunilados", "o assunto vem engessado", ou seja, "já vem tudo pronto". Todos esses enunciados parecem revelar que a educação concebida como uma mercadoria pode ser consumida apenas como um produto.

Pode-se observar que, sob a ótica da lógica mercantilista, as justificativas para a transposição das disciplinas para o formato interativo, virtual, são decisões, em princípio, que sequer passam pelo diálogo entre os pares, tampouco há consulta ao "colegiado". O que essas decisões administrativas atestam é que as formas de gerencialismo aplicadas, irrestritamente, ao ensino corroem a própria essência da transmissão do conhecimento. Como observa Aladipani (2011), o problema da inserção da lógica gerencial no meio educacional é que ela passa a impor um "ethos" corporativo para um tipo de atividade que pouco ou nada tem a ver com o mundo das empresas. Considerando esse raciocínio, dispensa-se a noção de tempo necessário para que o professor possa amadurecer suas ideias. Sabemos que ensinar requer liberdade para transmitir a própria experiência sem a preocupação de ter que agradar um cliente ou um patrão.

O segundo aspecto, explicitamente, declarado no relato de Patrícia é este: diante da arbitrariedade da faculdade, "o professor não tem direito de fazer uma aula". Dito de outra maneira, o docente perde a autoridade de poder enunciar-se. Com essa afirmação, presume-se que, ao participar do cinismo da faculdade, o professor universitário se desobriga de negar, em sua transmissão do conhecimento, certa marca ligada à tradição. Além disso, ele é convocado a ocupar um lugar, mas sob a renúncia professoral, pois "conhecimento, saber, desejo e dívida simbólica" (LAJONQUIÈRE, 2010/2013, p. 109; tradução nossa), como pressupostos que deveriam estar articulados a toda educação que se preze, aparecem disjuntos na mercantilização da formação universitária.

Nesse sentido, a relação estabelecida como marca de um ensino "supostamente" eficaz e atento às competências do aluno, como defendem a exclusividade do "paradigma autoinstrucional" (SEGENREICH, 2015), exclui a dimensão do desejo do professor e do estudante, empobrecendo, assim, a experiência para ambos, considerando que se trata de "um processo aberto de passagem de uma posição a outra no campo da palavra e da linguagem, um giro trans/formador de *discípulo* a *mestre*" (LAJONQUIÈRE, 2011, p. 851). Se a educação resulta em deveres e débitos, se o mestre renuncia ou esquece de manter viva a lembrança da sua dívida existencial e se, além disso, abre

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mão da dignidade do seu ensino, o mundo dos números vira letra morta e o mestre perde um pouco de seu ser (LAJONQUIÈRE, 2009).

Seguindo esse raciocínio anterior, o não direito à liberdade de poder fazer parte da decisão sobre os usos da disciplina, quer seja no formato híbrido, quer exclusivamente presencial, faz corroborar a ideia defendida por Pereira, Paulino e Franco (2011) de que a autoridade docente não acabaou, mas foi deslocada. Por fim, a autoridade é atribuída à tecnologia.

> Em nossos tempos, muitos docentes precisam fazer um esforço considerável para que seu lugar, sempre em risco de destituição, assegure-lhes alguma autoridade e disciplina. Há cotidianamente um exercício esmerado para restituir um lugar discursivo apagado por gestões institucionais vacilantes, por políticas públicas ensaístas, por condições de trabalho desmobilizadoras, como também, e sobretudo, pelo escárnio, apatia, confronto e violência discentes (PEREIRA; PAULINO; FRANCO, 2011, p. 17).

Retomando os enunciados da professora Patrícia, ao transformar "uma disciplina complexa" em conteúdos interativos, virtuais, a instituição despreza o papel que a transferência exerce sobre discípulos e mestres para a instalação do desejo de saber. Além de enfraquecer a relação do estudante com a alteridade, este fica liberado de, ao entrar na vida universitária, não ser convocado a implicar-se subjetivamente diante dos desafios próprios da formação acadêmica. Assim, temos a impressão, como revela Lo Bianco (2010), de que não há mais enigma decifrável. A verdade está dada, aberta e pode ser acessada a qualquer hora e em qualquer lugar. O computador torna-se o parceiro ideal. Tudo parece resumir-se à constatação, feita por Bellenagé (2007, tradução nossa), de que a evolução cultural modificou a relação entre o saber e as modalidades de sua transmissão em uma sociedade dita de consumação. Nessas formas de laço social em que prevalece o gozar, o saber torna-se, essencialmente, saber-fazer. Logo, trata-se de uma relação de rentabilidade que deve ser a mais imediata possível, ou seja, de consumo sem moderação.

No modelo de ensino superior marcado pela incidência do discurso tecnológico, o professor reduz-se à posição discursiva de ser meramente um instrumento dessa montagem, pois a sua função reduz-se à de executar o *modus operandi* da "fábrica de diplomas". À vista disso, o professor perde a autonomia de decidir, pois desloca a sua autoridade enunciativa para os empresários da educação.

A formação universitária como um ethos mercadológico

A racionalidade do mercado é guiada pelo valor da mercadoria. Desse modo, confirma-se a máxima reiterada pelos *youtubers*, quando, ao final dos vídeos, dizem: "se este vídeo gerou valor para você, dê um like". No campo educacional, a "mercantilização da educação" tende também a resumir o ensino e a formação a partir de uma relação de utilidade. A equação pode ser resumida da seguinte forma: "si p... então q, se não p... então x" (DUFOUR, citado por SUPIOT, 2019, p. 13). Seguindo esse raciocínio, o conhecimento transmitido baseia-se em uma relação de cálculo, pois a lógica de mercado determina o que é mais ou menos importante, eficiente, eficaz e útil. O conhecimento bom é aquele que prediz o seu valor de resultado e aplicação.

No cenário no qual a educação é concebida como uma mercadoria, ao longo da recente história do processo de redemocratização do Brasil, diversas mudanças governamentais contribuíram para

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

favorecer as instituições de caráter mercantil e, como consequência, para o próprio processo de mercantilização da educação. No que se refere à discussão da seção anterior, a incidência do discurso tecnológico na educação responde à demanda do setor privado, o qual consegue, com o seu apetite voraz, obter mais lucros com a proletarização do trabalho docente.

Examinando o debate sobre a forma como a oferta de disciplinas no formato EaD foi sendo incorporada pelas instituições, destacam-se duas portarias publicadas em momentos distintos, as quais contribuíram, ao longo dos anos, para flexibilizar e precarizar o trabalho docente. Em 2004, a primeira portaria publicada pelo Ministério da Educação[5] autorizava a liberação de 20% das disciplinas em formato semipresencial. Decorridos mais de 12 anos, em 2019, a segunda ampliou o percentual para 40%[6]. Essas medidas governamentais colaboraram para precarizar o trabalho docente e, consequentemente, para a demissão de professores, especialmente, de empregados horistas, aqueles cuja remuneração é calculada por hora de trabalho, e dos profissionais de tempo parcial.

Esse processo de precarizar o trabalho docente vem sendo amplamente divulgado nas mídias sociais. Em uma recente reportagem[7], destaca-se a ênfase dada aos cursos a distância, os quais, finalmente, substituem o professor pelo robô, visando, dessa forma, reduzir os custos com encargos trabalhistas. Entretanto, entendemos que a principal motivação é promover o lucro. Em outros contextos, os professores são demitidos e novamente admitidos com remuneração menor. Retornando ao enunciado da professora Patrícia, esta declarou-nos que, após ser demitida como professora presencial, fora, posteriormente, recontratada pela mesma instituição: "[...] ainda me contratou para ser tutora presencial".

O ethos corporativo, próprio da gestão empresarial, costuma ser aplicado sem criticidade à formação universitária. As demandas administrativas, institucionais, pedagógicas e tecnológicas expropriam a autoridade enunciativa do professor. O ensino equivale a uma mercadoria e o professor é um instrumento dessa lógica discursiva, pois ele trabalha a serviço da outorga da "fábrica de diplomas" (SENA, 2020).

Conforme é possível observar, a mercantilização do ensino confirma o "declínio do sentido público da educação", que ocorre em contraposição a uma diluição evidente das fronteiras entre os domínios público e privado, como efeito da ascensão da sociedade de consumidores submetida aos imperativos econômicos e à perda de seu significado ético-político (CARVALHO, 2017).

O crescimento do número de faculdades privadas que se autodenominam "universidades" e atuam em nome de um igualitarismo perverso revela estritos fins lucrativos. Certas instituições mostram que o seu compromisso é com a lógica própria do Mercado, isto é, o efeito de ofertar cursos para criar supostas demandas; isso é algo que, efetivamente, funciona, mas somente para as economias dos empresários. Equivale a dizer que o neoliberalismo, para ser eficiente, faz semblante de

[5] BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria**. n. 4.059, de10 de dezembro de 2004. Institui a oferta de disciplina em modalidade semipresencial. Disponível em:
< http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso: 15 de maio. 2018.

[6] BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria** 1.134 de 11 de outubro de 2016. Institui a oferta de disciplinas na modalidade a distância para os cursos presenciais. Disponível em:
<http://www.faal.com.br/arquivos/portariaAVA.pdf>. Acesso: 10 maio 2018.

[7] https://www.brasildefato.com.br/2020/09/09/universidades-particulares-demitem-professores-em-massa-e-lotam-salas-virtuais

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

discurso do capitalista. Todavia, isso nem sempre representa o interesse em projetos de formação universitária que sejam capazes de construir alternativas de inserção profissional e de promover a transformação e a efetiva igualdade de direitos, tão caros ao ideal democrático e à ideia que sustenta o "projeto" de democratização do acesso ao ensino superior (SENA, 2020).

Dessa maneira, esses conglomerados de instituições que desprezam o índice da qualidade da formação não podem ser avaliados pelo mesmo crivo e critério de outros processos formativos que, ao longo de décadas, são desenvolvidos, por exemplo, pelas Pontifícias Universidades Católicas (PUC) e por outras instituições reconhecidas pelo seu legado histórico, ao conciliar em sua tradição um ensino articulado com a produção da pesquisa e com as práticas de extensão. Reconhecemos também que essas instituições confessionais e filatrópicas buscam, na atual configuração, sustentar um trabalho sério, a despeito da atual concorrência perversa no mercado da disputa pela formação acadêmico-profissional, em que a redução do preço da mensalidade, a custos módicos, torna-se um chamariz para qualquer cliente, ratificando a máxima de que "tem valor porque vende bem".

É curioso que, no início da década de 1990, Zilles e Quadros (1993) mostravam-se preocupados com a identidade institucional das Universidades Católicas que já lutavam com muitas dificuldades econômicas, políticas etc. Os autores chegararam à seguinte conclusão: " a maior de todas as dificuldades parece-me ser, no entanto, a crise de identidade... é mais acentuada na América Latina". Nesse contexto latinoamericano, "a prioridade básica é a sobrevivência.... O paradoxo de os alunos, por um lado, exigirem excelência acadêmica no ensino e na pesquisa é perfeitamente correto, sem, por outro lado, poderem ou quererem arcar com os custos". (ZILLES; QUADROS, 1993, p. 11).

Retomando a discussão sobre as instituições de contextos mercadológicos, Diniz-Pereira (2015) observou que o aumento da oferta do EaD faz

> com que os cursos de formação de professores nessas instituições tenham duração média de três anos (menor que a duração média das licenciaturas nas universidades públicas ou nas instituições privadas com tradição na oferta de tais cursos – que tem, em média, quatro anos), que parte da carga horária desses programas seja cumprida por meio de educação a distância – assumida, inclusive, em alguns casos, por empresas terceirizadas! – e que a "flexibilização curricular" seja usada para que tais "universidades-empresas" aumentem ou mantenham suas margens de lucro (DINIZ-PEREIRA, 215, p. 278).

Em suma, podemos observar que a educação concebida como uma mercadoria produz diversos impasses, pois além de o professor "demitir-se" de enunciar-se, uma vez que já fora desautorizado pela faculdade, em nome da lógica do mercado, a formação reduzida também ao lucro acaba prescindindo da qualidade. Mas estamos advertidos de que, se para os empresários da educação o que vale mesmo é a quantidade, todos – professores e alunos – são reduzidos às cifras, aos números. Convém advertir que, em nome da sobrevivência do próprio mercado educacional, o professor aliena a sua subjetividade e torna-se instrumento a serviço da rentabilidade da privatização.

Considerações finais

O ethos corporativo, sem nenhuma criticidade, vem sendo aplicado à formação acadêmica-profissional. Seguindo esse modelo de gestão empresarial, a dimensão do lucro sobrepõe as

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

individualidades e desejos. Pode-se concluir que, em nome da lógica do mercado, o professor reduz-se a um instrumento, ou seja, é objetificado pela empresa educacional, ao passo que, alienando a sua subjetividade, contribui para promover o lucro para os empresários da educação. Se por um lado, a oferta do ensino híbrido poderia ser concebida como um importante avanço, uma vez que a faculdade estaria atualizada frente ao discurso pedagógico contemporâneo que acompanha a incidência das tecnologias em todos os âmbitos da vida; por outro lado, o uso perverso realizado pelas instituições de ensino superior mercadológicas, no que se refere à adesão majoritária à tecnologia, em detrimento do professor, prescindindo da sua autoridade enunciativa, corrobora o compromisso dos empresários com a instância chamada Mercado. Quando a máxima é o Mercado, a autoridade do professor é demovida em nome de interesses privados, particulares.

Referências

ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **O&S Salvador**, v. 18, n 57. 2011.

BELLANGÉ, V. À consommer avec modération. **La Revue Lacanienne,** v. 3. 2007.

BLAIS, Marie-Claude; GAUCHET Marcel; OTTAVI, Dominique. **Conditions de l'éducation**. Paris: Stock, 2008.

CARVALHO, J. S. F. **Educação, uma herança sem testamento:** diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Perspectiva-FAPESP, 2017.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação,** v. 9, n. 3, 2015. Disponível em doi: http://dx.doi.org/10.14244/198271991355

FRONT, Instituto Tricontiental de Pesquisa Social. **Educação brasileria na bolsa de valores**: As oitos empresas privadas de capital aberto que atuam no ensino superior. São Paulo: Instituto Tricontiental de Pesquisa Social, 2020.

LAJONQUIÈRE, L. **Figures de l'infantile**: La psychanalyse dans la vie quotidienne auprès des enfants. Paris: L'Harmattan/FAPESP, 2013. (Trabalho original publicado em 2010).

LAJONQUIÈRE, L. A Maestria da Palavra e a Formação de Professores. **Eduação & Realidade**, v.36, n.3. 2011. Disponível em: doi : https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000200006.

LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (psico)pedagógica:** escritos de psicanálise e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LO BIANCO, A. C. O saber inconsciente e o saber que se sabe nos dias de hoje. **Ágora,** 13, (2), 2010.

PEREIRA, M. R. Será mesmo que o magistério atual é formado pela "seleção dos péssimos"? **ETD - Educação Temática Digital.** v. 21, n. 2. 2019. Disponivel em: https://doi.org/10.20396/etd.v21i2.8650480

PEREIRA, M.R; PAULINO, B. O; FRANCO, R. B. **Acabou a autoridade**: professor, subjetividade e sintoma. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

PIZOLATI, A. R. C. A Instituição da Racionalidade Neoliberal nas Políticas Educacionais Brasileiras a partir dos Princípios "Continuar Aprendendo" e "Aprender a Aprender". **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 150. 2021. Disponível em https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa. Acesso: 18. nov. 2021

SAMPAIO, S. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2011. Recuperado em 15 jun. 2019: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/

SENA, I. J A controversa democratização do acesso ao ensino superior privado: o que dizem os professores na berlinda. **Estilos da Clinica**, *[S. l.]*, v. 25, n. 3, p. 423-438, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v25i3p423-438. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/170999. Acesso em: 10 nov. 2021.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. A invasão silenciosa da ead nos cursos de graduação presenciais no Brasil: questões de gestão e avaliação. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-15, 2014.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes**: A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SUPIOT, Alain. **Le travail n'est pas une merchandise**: Contenu es sens du travail au XXIe siècle. Paris: Collège de France, 2019.

ZILLES, U; QUADROS, O. J. **Identidade, desafios e futuro das Universidades Católicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA DIANTE DAS RECENTES METODOLOGIAS DE ENSINO

Jonas Severino da Silva[1]
Virgínia Laís de Souza[2]
Valderlei Furtado Leite[3]
Maria do Carmo Pereira Servidoni[4]

Introdução

Este trabalho tem como tema central o Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, através do Programa Brasil Profissionalizado.

O Curso em questão, que teve início em 2014 e segue sendo ofertado, visa complementar a formação de professores(as) graduados(as) em bacharelados e cursos tecnológicos, mas que ainda não contavam com licenciatura em seus currículos. A necessidade desta ação se justifica na medida em que diversos docentes dispunham de vasta experiência em seus campos de atuação, mas conhecimentos reduzidos a respeito de didática ou de metodologias de ensino.

Espera-se, a partir do descrito nas próximas páginas, enfatizar a importância de políticas públicas para a formação (continuada) dos professores, assim como levantar reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem contemporâneo. A educação vem apresentando diversas transformações ao longo do tempo e parece crucial revermos nossas práticas docentes, a fim de melhor dialogar com o contexto atual e a realidade dos discentes que estão em sala de aula.

Fundamentação Teórica

Uma fala recorrente entre alunos do Ensino Superior é a de que os docentes "sabem muito, mas não sabem transmitir esse saber". Há a percepção de que os educadores têm formações sólidas e seguem em formação continuada, ampliando e revendo os conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Entretanto, quando se trata de compartilhar saberes, a tarefa nem sempre parece das simples. Para Martha Almeida (2021) acontece uma situação curiosa no universo acadêmico. Fazemos redes de colaboração para a realização de pesquisas, sendo bastante comum as parcerias para o

[1]Mestre pela Universidade São Marcos. Faculdade Estácio de Santo André. E-mail: jonasssilva20@gmail.com
[2] Doutora pela PUC/SP. Faculdade Estácio de Santo André. E-mail: virginia_lais@yahoo.com.br
[3] Doutor pela PUC/SP. Faculdade Estácio de Santo André. E-mail: valderlei.leite@estacio.br
[4] Mestra pela PUC/SP. Faculdade Estácio de Santo André. E-mail: servidonipereira@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

trabalho investigativo. Contudo, o ensino ainda é uma atividade solitária, com cada docente fechado em seu próprio fazer. Não há trocas, partilhas, diálogos que poderiam auxiliar o trabalho em sala de aula uns dos outros. A docência, ainda hoje, é uma experiência individual – mesmo que se considere que muito já se alterou ao longo dos anos.

Considerando essa perspectiva individual da docência, cabe pensar quais fatores indicam (ou não) o desenvolvimento profissional, ou seja, os parâmetros utilizados para se pensar se o professor está em um processo de autorreflexão e formação constantes. Ainda segundo a autora (2021) temos alguns elementos para pensar o assunto como, por exemplo, a formação continuada e o plano de carreira – e ambos podem ser problematizados.

O primeiro pode nos indicar uma somatória de atividades, um professor que está constantemente realizando cursos e adicionando certificados em seu currículo. Isso, porém, não nos parece garantia de uma formação complexificada ou de que o conteúdo visto em teoria esteja impactando a prática docente em sala de aula.

Da mesma forma, a evolução na carreira pode se dar por motivos como o tempo de atuação em determinado ambiente educacional – o que não necessariamente indica aprimoramento docente. É evidente que não se trata de desmerecer os sistemas de progressão ou promoção existentes, inclusive porque nosso país apresenta questões educacionais imensas e que desestimulam o investimento de muitos profissionais na própria carreira – e os que permanecem anos no "chão da escola" devem, sim, ser enaltecidos. Entretanto, o que chamamos atenção é para o fato de que tanto a formação continuada como a evolução na carreira não necessariamente significam uma melhoria no processo de ensino, uma vez que é possível passar por ambas situações sem, de fato, investir em modificações substanciais do próprio trabalho.

> Para que se observe desenvolvimento profissional, terá que haver, é certo, aprendizagem e, nesse sentido, terão que se operar mudanças nas concepções e nas práticas, sendo para isso fundamental uma implicação ativa do sujeito num processo de 'crescimento compreensivo do professor' (GOODWIN, 2005, p. 232 apud ALMEIDA, 2021 p. 5-6).

A partir desse entendimento, de que é primordial um investimento ativo por parte do docente para que seja possível aperfeiçoar suas aulas, avançamos neste artigo pensando sobre o processo educativo hoje. Este há anos vem passando por numerosas transformações e que já não mais permite um modelo de aprendizagem passiva, com alunos que se (in)formam apenas a partir do conteúdo verbalizado pelo professor.

Sobre esse modelo de aula, é possível embasarmos a discussão em Paulo Freire (1921-1997), um dos educadores brasileiros de maior prestígio nacional e internacionalmente entre seus pares, mas constantemente alvo de ataques de grupos conservadores. Freire apresenta o conceito de educação bancária, em que há a transmissão de conhecimentos de forma verticalizada entre professor e alunos, na qual os discentes são entendidos como passivos e o conteúdo é estanque, memorizável e que pouco (ou nada) permite de reflexão crítica.

Não surpreende que Freire seja atacado por suas ideias – que seguem inovadoras –, visto que ao questionar esse modelo bancário propõe um espaço educativo de maior interação, conscientização e diálogo entre os envolvidos. Nesse sentido, a sala de aula é pulsante e com momentos de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

conflitos, inclusive a respeito de pautas políticas e sociais, o que gera desconforto entre muitos dos que detém o poder.

> [...] Quanto mais vá 'enchendo' os recipientes com seus 'depósitos', tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente 'encher', tanto melhores educandos serão. [...] O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 2011, p. 80-81).

Parece-nos importante retomar o conceito acima, pois indica um modelo comum em muitos espaços educacionais, porém, problematizado há décadas. Especialmente após a situação imposta pela pandemia[5], temos concordado com o fato de que nossas aulas precisam se modificar, de forma a atender o público que hoje chega nas escolas. Há que se considerar o "caráter socialmente determinado da educação", o que indica que ela estará sempre em evolução (LIBÂNEO, 2010, p.80).

As mudanças tecnológicas e a maneira como hoje interagimos com as informações são outras e não parece salutar seguirmos reproduzindo o modelo de ensino de quando éramos nós os alunos da Educação Básica (aquela da educação bancária e de dispositivos analógicos). Segundo Moacir Gadotti (2008):

> O aluno aprende quando o professor aprende e pesquisa. Bom professor é o que enxerga longe, porque os alunos vão enxergar até onde o professor enxerga. Os alunos querem ver longe, têm muitos sonhos na vida e desejam que os seus professores não lhes imponham limites aos seus sonhos (GADOTTI, 2008, p. 106).

Para o autor, ser professor é um privilégio. É esta a profissão que pode transformar o mundo e a si mesmo, impregnando de sentido diversos aspectos da realidade. Nesta perspectiva, o docente deixa de ser um lecionador para ser um problematizador ou um organizador do saber e o ponto mais importante deixa de ser "o que é preciso saber" para focar em "como devemos ser para ensinar" (GADOTTI, 2008, p. 96-97).

Isto posto, cabe levantar perguntas, tais como: Qual o modelo de ensino contemporâneo? Quais os conhecimentos necessários para uma efetiva prática docente? Como aproximar teoria e prática na sala de aula? O intuito não é solucionar problemáticas tão espinhosas, mas contribuir com as reflexões sobre a formação docente, principalmente a partir de uma experiência do Centro Paula Souza, a ser melhor explanado no trecho a seguir – Formação Pedagógica.

Formação Pedagógica

Desde meados da década de 1990 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, vários estudos e discussões têm sido realizados no sentido de repensar a formação e a valorização dos profissionais da Educação Básica, e o propósito é organizar a instrução e a atuação docente em âmbito nacional.

[5] Referimo-nos a Covid-19, doença infecciosa e multifatorial causada pelo vírus SARS-CoV-2, que teve o primeiro registro na China, em 2019, e em 11 de março de 2020 foi considerada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia, dada sua dimensão geográfica.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesta perspectiva, com foco na Educação Profissional para jovens e adultos, é que houve a criação do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, através do Programa Brasil Profissionalizado. O Curso foi desenvolvido para atender os pressupostos da Educação Profissional, conforme previsto nos capítulos II e III da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) que contemplam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, respectivamente.

O curso ora discutido atende a Resolução 02/2015, que revogou a 02/1997, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Ao mesmo tempo, o programa atende também o contido na Resolução 06/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, principalmente no que consiste o Art. 40 desta Resolução:

> Art. 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.
> § 1º Os sistemas de ensino devem viabilizar a formação a que se refere o caput deste artigo, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério da Educação e instituições de Educação Superior.
> § 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:
> I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;
> II - excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;
> III - na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.
> § 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020.

A partir deste contexto, o curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados da Educação Profissional, criado pelo Centro Paula Souza, e com início em 2014, possuía uma carga horária de 540h e foi ofertado na modalidade semipresencial (Educação a Distância-EAD e provas presenciais). Este modelo de ensino foi proposto visando um maior alcance junto aos cursistas que iriam aderir ao Programa em busca de qualificação para atuar na docência. Nesta primeira edição, o oferecimento das vagas foi exclusivo para os docentes com contrato de trabalho por tempo indeterminado. Ao término da formação era conferido aos docentes concluintes o título de licenciado nas suas respectivas áreas de formação profissional como bacharéis/tecnólogos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A partir de 2017, em atendimento à Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação-CNE, a Formação passou a contar com 1.000 horas de carga horária, permanecendo com o mesmo objetivo - a formação de graduados não licenciados para docência nas disciplinas específicas do currículo da educação profissional de nível médio.

No novo formato o curso passou a ser ofertado como Pós-Graduação Lato Sensu, que conferia o grau de Especialista em Formação Pedagógica Para Graduados Não Licenciados. Neste momento, o Curso se estendeu para docentes com contrato de trabalho por prazo determinado, docentes de outras instituições públicas de ensino técnico profissional e até mesmo para o público em geral que se interessava pela carreira docente.

O curso de Formação Pedagógica possui duração de 03 (três) semestres letivos e a matriz curricular prevê um conjunto de oito disciplinas teóricas (700h) e uma disciplina prática (300h) - esta contempla várias atividades planejadas em um semestre e executadas em outro. Esta disciplina prática serve também para subsidiar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entregue pelo aluno no formato de um artigo e que contempla as experiências realizadas nas práticas pedagógicas ao longo do curso.

A Formação é realizada através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma do Moodle. As disciplinas são abertas nos respectivos ambientes de cada turma e há tutores que acompanham o cursista do início ao fim das disciplinas teóricas. O material disponibilizado em cada disciplina no AVA vai desde os textos de estudo, materiais complementares de leitura, vídeos a indicações de bibliografias específicas e complementares. É através deste mesmo ambiente que os cursistas interagem constantemente com seus tutores sobre suas dúvidas durante a realização do curso.

Neste modelo de oferta do Curso, os cursistas só precisavam comparecer presencialmente nos encontros avaliativos de cada disciplina. Para tanto, era organizada uma agenda de encontros avaliativos presencias em espaço próprio e adequado no Centro de Capacitação Técnica da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza para o atendimento aos cursistas.

Durante o último semestre da formação, é prevista a execução das práticas pedagógicas planejadas pelos cursistas. Desta forma eles precisam fazer contato com as coordenações/direções das unidades em que atuam ou até mesmo contatar alguma outra unidade escolar para aplicar as atividades. O cursista poderia realizar suas atividades práticas em outras escolas técnicas públicas ou privadas conforme sua disponibilidade e aceite das instituições. Ao final, devia coletar o registro e a assinatura atestando que houve a realização da ação e este atestado assegurava que a atividade havia sido executada pelo cursista naquela unidade escolar.

A matriz curricular do Programa de Formação Pedagógica propicia a reflexão do cursista a partir de subsídios teóricos que podem alicerçar as práticas em sala de aula, promovendo junto aos alunos o entendimento e a integração dos conhecimentos com determinadas práticas, ou seja, o aluno sendo protagonista de sua aprendizagem através de atividades que o façam pensar, refletir e agir diante das mais variadas situações, assim, a construção da aprendizagem do aluno torna-se mais significativa.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No quadro abaixo é possível identificar as disciplinas que contemplam o currículo do Programa. O Quadro 1 apresenta a matriz curricular do curso, com as disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

QUADRO 1 – MATRIZ CURRICULAR

Disciplinas	Carga horária (horas)	Duração (semanas)	Número de unidades de ensino
Disciplina 1: Cenários do trabalho e da educação profissional	100	10	8
Disciplina 2 Seminários e aprendizagem colaborativa	100	10	8
Disciplina 3: Fundamentos da Prática Pedagógica	100	10	8
Disciplina 4: Pedagogias contemporâneas	100	10	8
Disciplina 5: Linguagem e comunicação	100	10	8
Disciplina 6: Gestão da sala de aula e organização do trabalho pedagógico	50	5	4
Disciplina 7: Planejamento do ensino e da aprendizagem na educação profissional	100	10	8
Disciplina 8: Educação inclusiva	50	5	4
Total Parte teórica	700	70	56
Práticas Pedagógicas e TCC	300		
Cada unidade de ensino corresponde a 1 crédito, requer doze horas de trabalho do cursista e deverá ser desenvolvido em uma semana.			

Fonte: Coordenação do Programa de Formação Pedagógica do Centro Paula Souza, 2021.

Como observamos no quadro acima, as disciplinas versam sobre o cenário histórico da Educação Profissional que envolve estudos sobre educação, trabalho e sociedade em uma perspectiva histórica e segue até o presente momento com o advento dos mercados globalizados e de grandes mudanças e transformações na sociedade, no trabalho e na própria educação.

Destaca-se também a fundamentação e o contexto das práticas pedagógicas que são exercidas nas escolas, trazendo o docente para uma reflexão sobre o fazer pedagógico e para repensar suas próprias práticas em sala de aula. Assim, ressaltamos a importância do uso dos seminários como proposta de interação e discussão acerca de um determinado tema ou problema - e que mobiliza os alunos para a reflexão e a pesquisa.

Além disso, trata das pedagogias contemporâneas e os desafios aos quais nos propomos enquanto educadores. Em um cenário cada vez mais diversificado, é essencial realizar um alinhamento pedagógico de caráter teórico-prático, que dialogue com o mercado de trabalho e a sociedade em contextos diferentes como o desenvolvimento das ciências e das novas tecnologias, os problemas

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ambientais, as propostas para uma educação mais inclusiva que respeite diferentes credos, etnias, gêneros, orientações afetivas, condições físicas-cognitivas, dentre outros.

O acesso ao Curso de Formação Pedagógica era estabelecido por edital elaborado pelo Comitê Acadêmico do Programa em consonância com as diretrizes do convênio entre o FNDE e o Centro Paula Souza, com prioridade para professores da Educação Profissional de instituições públicas e em exercício. Neste edital previa-se todas as regras para seleção e admissão do público interessado em realizar a formação.

Durante a realização da formação os cursistas eram avaliados em cada disciplina com diversas atividades, com notas valendo de 0 a 10. Além destas tarefas realizadas no AVA, eles eram submetidos a uma prova presencial para cada disciplina cursada e passavam por uma banca de avaliação nas disciplinas: Seminários e Aprendizagem Colaborativa, Práticas Pedagógicas e em Trabalho de Conclusão de Curso. Contudo, para o cursista ser aprovado em cada disciplina do programa, era necessário atingir no mínimo a média 7,0. Os cursistas que não atingissem a média tinham direito a recuperação naquela disciplina.

A gestão do Programa possui uma estrutura administrativa-pedagógica e esta organização é dividida nas dimensões: Equipe Acadêmica, Equipe Técnica, Corpo Acadêmico, Tutores e Orientadores e Equipe Técnico-Administrativa. Cada função representa um rol de atividades pertinentes para que o programa possa ter êxito em seu propósito de formação. Assim, as atividades abaixo representam um pouco das responsabilidades atinentes de cada função.

Coordenadora geral – Coordena e responde por todas as ações previstas do programa celebrado entre o Centro Paula Souza e o FNDE;

Coordenação de Tutoria – orientações e acompanhamento do trabalho desenvolvido por tutores e orientadores atuantes do programa. Responsável pelos indicadores de desempenho dos cursistas e tutores;

Coordenação de conteúdo – orienta e coordena a produção de conteúdo, define e valida a linha pedagógica do programa;

Professor-autor – responsável pela elaboração do plano de ensino, dos conteúdos e das atividades previstas em cada disciplina;

Tutor-online – responsável pelo acompanhamento dos cursistas na plataforma do AVA, realiza a mediação, informa prazos e normas, faz correções das atividades no sistema, incentiva a participação nas atividades propostas;

Orientador – supervisiona o planejamento e a execução das atividades práticas desenvolvidas pelos cursistas, acompanha, orienta e corrige a escrita de relatórios e artigos técnicos científicos previstos no programa de formação, os orientadores são responsáveis pela mesma turma em três disciplinas: Práticas Pedagógicas, Seminários de Aprendizagem Colaborativa e Trabalho de Conclusão de Curso.

Secretaria Acadêmica – responsável por toda a operacionalização das inscrições, matrículas, conferência e expedição de documentos, acompanhamento dos registros acadêmicos.

Equipe Técnica - composta por coordenador de manutenção e suporte no AVA e sistema acadêmico. Presta atendimento aos colaboradores e cursistas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A formação das turmas após a seleção contava com 25 cursistas por grupo, um tutor e um orientador para cada grupo.
Já a equipe técnica administrativa prestava suporte aos coordenadores e ainda contava com uma empresa especializada em design instrucional, produção de áudio e vídeo para organização/criação de materiais no AVA e suporte técnico na plataforma.
Os resultados do programa seguem avançando ano a ano desde 2014 quando da primeira oferta do Programa. Abaixo apresentamos alguns indicadores de resultados.

Quadro 2 - Desempenho do programa especial de formação pedagógica para graduados não licenciados entre os anos de 2014 - 2021

	2014	2015	2016	2017/2018	2018/2019	2020/2021
Inscrições	2.389	2.214	2.308	2.059	2.014	1.913
Vagas ofertadas	600	600	800	600	600	100
Matrículas realizadas	625	636	842	621	615	108
Reprovados	151	136	152	134	101	Em execução
Desistentes/ Outros	03	23	09	47	51	5
Certificados emitidos	471	477	681	440	463	Em execução

Fonte: Elaborado pelos autores com dados fornecidos pela coordenação do programa, 2021.

É notório que o número de profissionais interessados em participar do programa sempre esteve acima de 3,0 candidatos por vaga. Isto representa que, ao longo dos anos, para cada turma que iniciava na Formação duas ficavam de fora devida à baixa oferta de vagas - em função da limitação de recursos financeiros para cumprir com o objeto do convênio.
Estes indicadores também nos geram um alerta sobre como o Brasil ainda carece de políticas públicas para a formação continuada de profissionais da educação. Desde o ano de 2017, com a flexibilização de inscrições no Programa, é nítida a participação de alunos de vários estados do país nas turmas em formação, fruto de não haver esta oportunidade em seus respectivos estados de origem, demandando sempre um número muito superior de pessoas buscando qualificar-se para a docência na educação técnica profissional.
Como podemos observar no quadro acima, até o final de 2019 o programa certificou 2.533 pessoas. Quanto a oferta reduzida de vagas em 2020, se deu por não haver a renovação do Programa por parte do Governo Federal. Desta forma, com os recursos financeiros disponíveis só foi possível o atendimento de um número restrito de matrículas (100 vagas).
Os instrumentos de pesquisa utilizados pela coordenação do Programa apontam para mais de 80% de satisfação em relação ao formato, conteúdo, estratégias e ações do curso. Os resultados da Formação indicam a ampliação da percepção dos cursistas sobre o fazer pedagógico, assim como sobre as relações teórico-prática que permeiam o cotidiano da escola.
Apresentamos abaixo relatos de cursistas que concluíram a Formação. Seus apontamentos sobre a Formação foram cedidos à coordenação do Programa, mas opta-se por suprimir a identificação dos participantes:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> "O curso em si está colaborando demais com a minha forma de ensino e aprendizagem dos alunos. Muito bom!!!".
> "Como sou formado em Sistemas de Informação, este curso veio a calhar com que buscava em relação a avaliação de tudo, como da escola, nosso de professor e dos alunos, parabéns".
> "O conteúdo aplicado e aprendido foi e será muito importante para meus próximos passos como docente. Fiquei muito feliz com o curso".
> "O curso foi muito relevante para avaliarmos as metodologias que aplicamos em sala de aula, apesar de ter sido trabalhoso, as atividades proporcionaram o entendimento necessário para provocar mudanças e melhorias no meu método de trabalho".
> "Vejo que durante todos estes anos de magistério eu tive a prática e a experiência de sala de aula, oficina, bibliotecas e projetos. Hoje com esta capacitação me sinto atualizado frente às mais diversas mudanças no cenário da educação".

Estes depoimentos demonstram parte dos resultados que o Programa propiciou aos cursistas. Fica evidente a transformação dos profissionais bacharéis e tecnólogos em relação a didática e as metodologias que aplicavam em sala de aula - e como elas foram ressignificadas ao longo de cada disciplina cursada e com a conclusão da Formação.

Assim, percebe-se que a oferta do Programa tem representado vantagens significativas para a transformação de professores que não são licenciados e atuam na educação profissional. Ao mesmo tempo, ressalta-se que são poucas oportunidades desta natureza que possibilitam a estes profissionais um Programa de Formação Pedagógica que os preparem para atuar como docentes nos variados cursos técnicos profissionais.

Considerações Finais

Ao apresentar o Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, objetivamos destacar um projeto de imensa contribuição para os docentes e que, infelizmente, parece fragilizado na última edição. A oferta, anteriormente de 800 ou 600 vagas, em 2020 contou com apenas 100 vagas, demonstrando o prejuízo para a formação de muitos professores.

É interessante retomar o motivo de considerarmos tal Programa único. A Formação é destinada a docentes que atuam na Formação Profissional, em geral indivíduos com amplos conhecimentos técnicos e experiência nas suas respectivas áreas, porém, sem instrução pedagógica consistente – se entendemos esta última como adquirida em cursos de licenciatura. Assim, reitera-se a necessidade de uma complementação da formação do docente, que amplia seus estudos em didática ou metodologias de ensino e que, em nosso entendimento, demonstra um ganho para a atuação em sala de aula.

Há décadas discute-se há necessidade de compreender o ambiente educacional como um processo dinâmico, considerando a participação ativa dos discentes e a possibilidade de interação entre todos os envolvidos. Isso indica o distanciamento do modelo de educação bancária, questionado por Paulo Freire, para um ensino dialogado, contextualizado, que considera as diferentes vozes em sala de aula. Além disso, muito impulsionado pela pandemia de Covid-19, há a discussão sobre a incorporação de novas metodologias de ensino, pois as mudanças na sala de aula, nesses últimos anos, indicam outra dinâmica para o processo de ensino-aprendizagem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, considerando o entendimento sobre educação, o perfil de alunos e o modelo de sala de aula que temos hoje, parece-nos fundamental mantermos um olhar crítico e em constante atualização para que o ensino seja constantemente aprimorado e caminhe em acordo com o contexto em que vivemos. Como afirma Morin (2000), o conhecimento possui uma dinâmica de tradução e reconstrução, passível a erros e a interpretação dos envolvidos no processo. Ao buscar o Curso de Formação Pedagógica, os docentes demonstram o entendimento sobre a necessidade de atualização e reflexão sobre a própria prática. Ademais, expressam o interesse por uma educação de qualidade, ao tomarem parte da responsabilidade para si no que concerne à revisitação da própria conduta e, quando necessária, a transformação desta.

Referências

ALMEIDA, Martha. *Fatores mediadores no processo de desenvolvimento profissional de docentes do ensino superior.* In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: Diário Oficial da União, 4/setembro, 2012.

BRASIL. MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. *Reinventando Paulo Freire na escola do século 21.* In: TORRES, Carlos Alberto [et al]. **Reinventando Paulo Freire na escola do século 21.** São Paulo: Ed,L, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PROPOSTA DE AULA DE CAMPO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA NA ILHA DE PAQUETÁ

Juliene Lemos Saback[1]
Wilson Messias dos Santos Junior[2]

Introdução

O mundo vem passando por grandes processos de transformação de seus ambientes naturais, especialmente a partir da Revolução Industrial, que foi um momento de grandes modificações da paisagem, de desenvolvimentos de novas formações urbanas e de degradação do meio ambiente. A fim de investigar como o homem vem se relacionando com a natureza e como a sociedade vem remodelando a paisagem, a Ciência Geográfica nos permite ter a compreensão de como as interferências humanas no meio natural impactam na vida social e na biodiversidade do planeta.

O pensamento geográfico está ancorado na relação entre sociedade e natureza. De acordo com Marques (2019, p.185) "a natureza é internalizada no processo de produção como matéria-prima, meio de produção, força produtiva etc. e transformada de diversas maneiras". E por isso, ao se pensar o modo capitalista de produção, a natureza passa a ser individualizada, sendo assim propriedade privada. É preciso se atentar aos riscos que a sociedade pode sofrer e que, na maioria das vezes, recai sobre as populações marginalizadas. Os impactos sentidos pela dominação da natureza têm localização conhecida. Porém, não são os pobres que mais usufruem dessa produção capitalista. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p.31) "[...] 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzida anualmente. "

Portanto, é essencial que a sociedade saiba e entenda quais são os fatores que estão relacionados com as questões ambientais e porque é tão importante o debate sobre esta temática.

Nesse sentido, as aulas de Geografia podem auxiliar no senso de pertencimento do mundo onde vivemos, bem como desenvolver o senso de crítico dos alunos para que, no futuro, se tornem cidadãos conscientes dos seus atos, assim como do direito a uma vida sustentável e justa. Dessa forma, os professores necessitam estar atentos a uma série de questões que são importantes para o desenvolvimento de suas práticas de aula.

Pensando em aulas que reflitam acerca da relação homem x natureza e que questionem os sujeitos sociais, as atividades relacionadas com a educação ambiental são extremamente ricas para serem debatidas durante as aulas de Geografia. São muitas as propostas de práticas escolares que poderão contribuir para o desdobramento de se abordar a importância do cuidado com o meio ambiente. Podem ser através de leituras referentes ao assunto, através do desenvolvimento de jogos, mostras

[1] Mestranda do Curso de População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, julieneacademico@gmail.com
[2] Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, wilson.messias@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de filmes e séries, atividades interdisciplinares – já que a temática ambiental se relaciona com as demais disciplinas escolares –, ou através de aulas de campo.
Mediante o exposto, este trabalho tem como objetivo principal explicitar uma proposta de trabalho de campo de educação ambiental para aulas de Geografia, como forma de sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental. Para isso, construiu-se um roteiro de visita para turmas de 6º ano do ensino fundamental para a Ilha de Paquetá, bairro da cidade do Rio de Janeiro, para que os alunos possam verificar, observar e analisar os principais pontos que sofrem impacto ou não de agentes antrópicos.

Metodologia

Na construção do presente trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa, utilizando bibliografias para auxiliar na construção da proposta de roteiro de aula de campo. É importante frisar que o roteiro precisa ser estruturado com antecedência e deve estar de acordo com o conteúdo programático das aulas de Geografia (no caso desta pesquisa, alinhado com o conteúdo referente ao 6º ano do ensino fundamental), a fim de que os alunos possam participar deste trabalho de campo já com conceitos pré-definidos sobre o que é meio ambiente, paisagem, natureza e sociedade, para que possam analisar o local que será observado.
Para desenvolvimento deste tipo de projeto, muitas são as variáveis a serem analisadas com atenção e cuidado antes da proposta ser colocada em prática. Por conta disso, o planejamento deve ser feito minuciosamente, verificando todas as possibilidades e dificuldade que poderão ser encontradas durante o trabalho de campo.
Aos preparativos prévios, é relevante que seja realizada uma aula pré-campo na escola, a fim de conversar com os alunos a fim de orientá-los sobre como será realizada a atividade de campo, explicitando onde será feito, como irão chegar, o que irão observar e analisar, enfatizando que não é apenas um passeio, mas que é uma aula que está sendo realizada externamente. Precisa-se ainda mencionar a necessidade de atenção e cuidado consigo mesmo e com os demais participantes do campo. Além disso, é preciso organização de transporte, alimentação, de professores, profissionais e/ou responsáveis que auxiliarão na atividade.
Nesta proposta de aula de campo, propõe-se a realização de 4 etapas, que será desde o ponto de partida, que é a Praça XV de Novembro; o período de travessia da barca desde a Estação Praça XV até a Ilha de Paquetá; a prática de campo em Paquetá e o debate avaliativo com os alunos.

Referencial teórico

Pensar sobre Geografia remete instantaneamente a pensar em questões ambientais. Isso porque a Ciência Geográfica tem como sua base de estudo e compreensão as relações entre a sociedade e a natureza. A própria palavra, Geografia, já diz ao que se quer tratar.
Ainda que a preocupação com os problemas ambientais no meio científico tenha se fortalecido a partir da década de 1960 (MENDONÇA, 2014), era necessário o desenvolvimento de um olhar que enxergasse não apenas os fatores relacionados com a degradação da natureza, como também dos impactos que os poluidores e degradadores ambientais faziam a população sofrer.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Por isso, ao se tratar as questões ambientais, deve-se ter a preocupação de uma abordagem integradora, que envolva tanto os danos à natureza quando aos seres humanos, tendo assim uma percepção holística acerca de toda a complexidade que envolve esta temática.

É notório perceber que a Geografia é uma ciência socioambiental, pois tratar sobre meio ambiente é ter em sua abordagem todas as relações sociais, políticas, culturais e naturais. Não se pode falar de ciência ambiental que não tenha todas essas temáticas envolvidas, e a Geografia faz isso muito bem. A análise ambiental não pode deixar de lado o ser humano, a construção do espaço e a percepção sobre a natureza. Quando o olhar se volta para o ensino de Geografia, em especial a Geografia Escolar, requer pensar não apenas nesta disciplina, como também em propostas pedagógicas que sejam direcionadas para uma melhor compreensão sobre a aprendizagem geográfica. Portanto, é fundamental uma reflexão acerca de como será a construção dos métodos de compartilhamento do conhecimento da Geografia para com os alunos. (GONÇALVES, JUNIOR, KAERCHER, 2018)

Nesse sentido, o Ensino de Geografia deve levar em consideração as vivências e experiências dos alunos, pois conforme salienta Castrogiovanni *et al* (2016) a Geografia está no cotidiano do aluno, nas relações entre a paisagem, os sujeitos e os lugares pelo quais ele mantenha a sua rotina. Assim, educador e educando podem trocar experiências que auxiliarão na percepção dos aspectos geográficos relacionados no dia a dia de cada um.

Nessa perspectiva, uma importante ferramenta para o ensino de Geografia são as aulas de campo. Elas podem ser realizadas nos mais diversos locais, como, por exemplo, a região onde a escola se encontra, já que é um local de fácil acesso tanto para os alunos quanto para a equipe pedagógica. Também pode ser em um parque, em uma reserva florestal, ou em qualquer outro local, pois a observação do espaço geográfico se faz presente em qualquer lugar. O importante nesta metodologia de aula é que a experimentação seja realizada para que sejam alcançados o reconhecimento e a complexidade da paisagem e do espaço.

O trabalho de campo é uma metodologia realizada por diversas áreas de conhecimento científico e, que tem na Ciência Geográfica, uma gama de oportunidades para realização de práticas, já que a Geografia tem o espaço geográfico como fonte de seus estudos. A pesquisa de fenômenos *in loco* faz parte da construção desta Ciência, sendo iniciada com Humboldt, através de suas viagens pelo mundo, coletando dados e amostras sobre a biodiversidade, dinâmicas ambientais, características populacionais, descrevendo, analisando, comparando e interpretando os fenômenos, observado por ele e sua equipe (NEVES, 2015).

Da mesma maneira que o ensino das disciplinas curriculares obrigatórias precisam ser avaliadas e repensadas, na educação ambiental não é diferente. Guimarães (2018), no livro Dimensão Ambiental na Educação, afirma que nos últimos 20 anos, o que se viu sobre educação ambiental no Brasil está muito voltado a um contexto tradicionalista, que não dialoga com o pensamento crítico ambiental, que é aquele que debate as questões sociais, os padrões civilizatórios, as dimensões políticas e ecológicas que estão diretamente vinculadas às questões ambientais.

É preciso entender que a educação ambiental não é um campo voltado única e exclusivamente para o cuidado com a natureza. Ela se preocupa em debater de que forma os processos capitalistas irão impactar todo o meio, e isso inclui toda a sociedade, especialmente os grupos que são mais afetados pelos impactos negativos causados pelos interesses financeiros de alguns.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Portanto, o desenvolvimento de práticas de campo pode proporcionar ao discente uma melhor construção do conhecimento sobre os estudos da disciplina de Geografia e de educação ambiental, pois além do saber extraídos dos livros, tem a experiência vivenciada pelo mesmo que, a partir da experimentação, pode vir a desenvolver uma nova visão sobre a temática abordada.

Discussões e resultados

A Ilha de Paquetá é um bairro do município do Rio de Janeiro, vinculado à Superintendência do Centro (AP-1 – Área de Planejamento-1), que fica no meio da Baía de Guanabara, a aproximadamente 16 km de distância da Praça XV, no centro financeiro da cidade do Rio de Janeiro e leva em torno de 60 minutos de viagem.

De acordo com o site Ilha de Paquetá (https://ilhadepaqueta.com.br/), a Ilha abriga cerca de 4.500 moradores, podendo aumentar em torno de 50% em períodos de fins de semana, feriados e férias. "São aproximadamente 2200 domicílios (entre moradores e veranistas), distribuídos em 40 ruas, 12 praças e 2 parques" (ILHA DE PAQUETA, 2018)[3]. Um fator interessante sobre os logradouros da Ilha é que todos os nomes são uma homenagem a alguma personalidade importante na sua História, como, por exemplo, Praia José Bonifácio. (ILHA DE PAQUETA, 2018)

A Ilha tem quase 8 km de extensão em sua circunferência e "sua mais longa extensão é da Ponta do Lameirão à Ponta da Imbuca, com 2316 m e a menor na Ladeira do Vicente, com aproximadamente 100 m." (ILHA DE PAQUETA, 2018). Na figura 1 é possível observar as principais localizações da Ilha.

Figura 1: Mapa da Ilha de Paquetá a partir de foto de satélite

Fonte: Elaborado pela autora, via software Google Earth

[3] Disponível em: https://ilhadepaqueta.com.br/populacao-ruas-e-pracas-paqueta/

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Próximo à Paquetá, se encontra a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, importante local de preservação ambiental, que preserva manguezais e ainda é local de abrigo dos Botos Cinzas, espécie marinha que é símbolo do Rio de Janeiro e que está ameaçada, contando com poucos animais em toda a extensão da Baía.

Por todos os aspectos de localização, geográficos e ambientais nos quais Paquetá está inserida, é possível afirmar que a Ilha é um excelente local para o desenvolvimento de práticas de campo.

Assim, a proposta de aula de campo prevê 4 etapas que serão fundamentais para sua execução, que se inicia na primeira parada após a saída da escola.

A Praça XV de Novembro (figura 2) é momento inicial da atividade, onde o professor fará uma explanação sobre o desenvolvimento e as transformações ocorridas no local ao longo dos anos. Serão abordadas temáticas relacionadas com a sua História e Geografia e as diversas modificações em sua paisagem.

Figura 2: Ilustração de quatro períodos da região da Praça XV de Novembro

Fonte: O Rio Antigo. Disponível em: https://twitter.com/ORioAntigo/status/1066002600028504064/photo/1. Acesso em: 30 de set. 2020

Na sequência, será tratada a parte do percurso da Estação das Barcas até a Ilha de Paquetá, no qual os alunos poderão observar os principais aspectos da paisagem ao redor da Baía de Guanabara e os principais pontos que podem ser problemas ambientais da área percorrida. Durante a travessia até a Ilha, será possível observar construções como a Ponte Rio – Niterói, complexos industriais, como o Polo Petroquímico da Petrobras e muitas embarcações estacionadas nas águas da Baía, conforme observado na figura 3.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

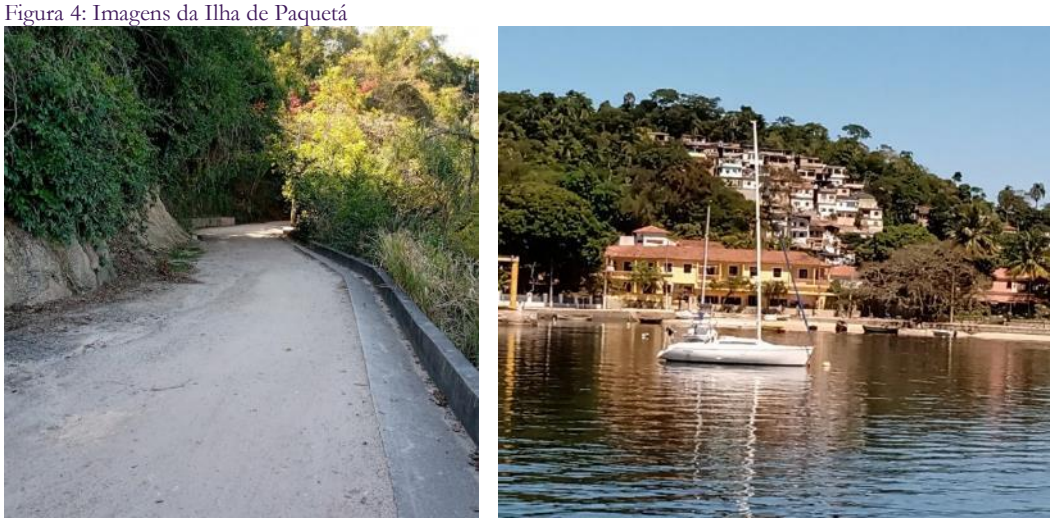
Figura 3: Ponte Rio – Niterói e Complexo da Petrobras

Fonte: autoria própria

A terceira etapa é já na Ilha de Paquetá (figura 4). Nessa fase a turma irá percorrer os principais pontos da Ilha, observando todos os aspectos relacionados à habitação, saneamento, mobilidade, estrutura local, entre outros.

A Ilha de Paquetá é bastante arborizada e possui ruas sem asfalto, o que propicia um bom escoamento das águas das chuvas, evitando alagamentos. Tem infraestrutura necessária para atender às demandas de um bairro residencial, como hospital, escola, unidade coleta de resíduos da Comlurb, de abastecimento e tratamento de esgoto da CEDAE, da companhia de energia Light. Delegacia, corpo de bombeiros.

Figura 4: Imagens da Ilha de Paquetá



Fonte: autoria própria

Na Ilha, a locomoção dos moradores e turistas é realizada através de bicicletas, charretes elétricas e Ecotaxi (uma bicicleta customizada para transporte de passageiros). Veículos motorizados não são permitidos, exceto os de serviços essenciais.

Infelizmente Paquetá sofre com a poluição das águas que a cerca. A Baía de Guanabara vem passando por um processo de degradação por longos anos, que atinge diretamente a qualidade e a balneabilidade.

Para finalizar o trabalho de campo, será realizada uma avaliação que se iniciará na própria Ilha, momento em que os alunos e professores se reunirão para uma conversa para contar sobre sua

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

experiência e será realizada a avaliação da percepção dos alunos, além de um relatório de campo a ser feito posteriormente com a finalidade de complementação avaliativa.

Considerações finais

Com esta proposta de aula de campo, espera-se que os alunos consigam refletir sobre como as ações antrópicas vêm modificando a paisagem ao mesmo tempo que vêm causando grandes impactos que refletem diretamente na qualidade de vida das populações e, assim, se consiga conscientizá-los acerca dos imprescindíveis cuidados que devemos tomar para a preservação de um meio ambiente sadio tanto para nós quanto para as próximas gerações.
Esta é uma proposta de prática de campo para o Ensino de Geografia, que pode ser adaptada para qualquer disciplina que queira trabalhar a questão ambiental. O roteiro do local da escola que realizará a atividade também pode ser adaptado para que qualquer comunidade escolar possa fazer.
A Ciência Geográfica tem muito a contribuir com a noção ambiental, especialmente no ensino da disciplina, já que a Geografia consegue englobar o entendimento sobre a natureza e a vida humana e, através de uma visão holística, ela auxilia na percepção de mundo dos indivíduos.
Este trabalho foi elaborado a partir de monografia defendida no segundo semestre de 2020 e foi idealizado a partir das memorias afetivas da autora e de suas vivências e experiências relacionadas à Ilha de Paquetá e à educação ambiental.

Referências bibliográficas

CASTROGIOVANNI, A. C. ROSSATO, M. S. CÂMARA, M. A. LUZ, R. R. S. Ensino de Geografia: Caminhos e Encantos– 2 ed., reimp. Dados Eletrônicos. Porto Alegre : Edipucrs, 2016. 111 p.

GONÇALVES, F. E. JUNIOR, F. A. N. KAERCHER, N. A. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento geográfico: reflexões teóricas e conceituais. *In*: Ensino e pesquisa na educação geográfica. ASSIS, L. F. JUNIOR, F. C. S. Natal: EDUFRN, 2018.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e Aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, MG, v.25, n. Especial,1036-1055, 2018

MARQUES, M. I. Natureza e Sociedade. *In*: A necessidade da geografia. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R. C. A. São Paulo: Contexto, 2019. 256 p

MENDONÇA, F. A. Geografia e Meio Ambiente. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2014

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio Ambiental, 3ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2012

NEVES, K. F. T. V. Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica, 1ª ed. Ilhéus: Editus, 2015. 139p

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO

Mauricio da Silva Lima[1]

Introdução

Os regimes totalitários - Fascismo, Nazismo e Stalinismo – são conteúdos que integram o componente curricular História Geral na educação básica, dispostos na Base Nacional Comum-Curricular (BNCC) que organiza esse tema para o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. A habilidade (EF09HI13), "descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto)", exorta essas diretrizes pedagógicas para a série do ensino fundamental. (BRASIL, 2018, p. 429). A apresentação do Totalitarismo nos conteúdos do ensino de história nesse documento reforça o pensamento ético no sentido formativo de fazer com que os alunos reflitam as regras do convívio social contemporâneo e busquem compreender o funcionamento dos regimes políticos e de comportamento humano na primeira metade do século XX, proporcionando uma dimensão histórica do progresso dos Direitos Humanos e do alcance da subjetividade centrada em sistemas democráticos sob o pensamento crítico contemporâneo à filosofia do coletivismo.

Os materiais didáticos que organizam esse tema apresentam à proposta curricular de identificar como se caracterizara o totalitarismo: pelo controle absoluto de um líder ou um partido na vida pública e privada, e descrever os elementos totalitários como o militarismo, a propaganda e o terror praticado por essas ditaduras. Para exemplificar esses casos, os livros didáticos de história, principais e mais viáveis recursos didáticos, expõem em seus textos, imagens e indicações recursos que ajudam o aluno compreender a conjuntura. Os capítulos voltados para o tema tratam do surgimento e auge desses regimes nas décadas de 1920 e 1930, no período entreguerras, no contexto da ruína da democracia liberal e do surgimento dos autoritarismos como alternativas ideológicas para o progresso das nações. Os estudantes, por fim, devem perceber como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente autoritárias contra raças, nacionalidades, grupos políticos e classes sociais.

Em uma análise da disposição com que a BNCC e os livros didáticos tratam a época totalitária para o ensino de história pode-se perceber a centralidade do Holocausto enquanto exemplo máximo de totalitarismo. Dada a sua importância para o entendimento do tema, o Holocausto se configura enquanto sinônimo da terminologia Totalitarismo, visto que o currículo nacional não apresenta outros casos totalitários e no senso comum poucas pessoas conseguiriam citar outro exemplo de experiência totalitária que não fosse o Holocausto judaico.

[1] Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Graduando no curso de História. mauricio.silvalima@ufpe.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Com o objetivo de acentuar as diretrizes pedagógicas sobre o passado totalitário, esse estudo se delimita a trabalhar com uma experiência totalitária ocorrida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre os anos de 1932 a 1933, popularizado na historiografia como Holodomor, ou Genocídio Ucraniano, que se caracterizou como uma das grandes tragédias humanitárias ocorridas na Europa no século XX e que não está prescrita nos manuais escolares de história sobre esse gênero temático, como também no currículo da educação nacional.
Ao longo do texto se discutirá as contribuições teóricas a partir de autores que pensam sobre o Holodomor e se apresenta as possibilidades do uso desse evento enquanto recurso didático para o Ensino de História sobre Totalitarismo. A metodologia lançada mão para a confecção da pesquisa foi a análise da historiografia sobre o fato e a avaliação dos conteúdos da BNCC sobre o que se ensina de época totalitária para as séries previstas na organização curricular desse documento.

O Holodomor enquanto um caso totalitário.

O acrônimo Holod (Extermínio) Mor (Fome), em ucraniano, é usado para descrever um genocídio usado como instrumento de controle político e social por Joseph Stalin (1878-1953) que resultou na morte de cerca de 3,9 milhões de vítimas ucranianas pelo fator da fome em massa (APPLEBAUM, 2019, p. 23), usada como arma de retaliação ao movimento nacionalista ucraniano, inimigo ideológico do bolchevismo nos anos 1920 e do stalinismo nos idos dos anos 1930, que perfez o genocídio através de uma engenharia social praticada pelo despotismo ditatorial.

Esse evento se deu em função da resistência dos camponeses às medidas de implantação da política de terras arrogada pelo Primeiro Plano Quinquenal de 1929 que consistia na coletivização dos meios de produção agrícola em toda URSS. A mudança econômica visava os seguintes objetivos:

> [...] a apropriação pelo Estado soviético das terras, colheitas, gado e alfaias pertencentes aos camponeses. Dessa forma, o Estado passaria a estabelecer planos de coleta para a produção agropecuária, que lhe permitiam de modo regular e quase gratuito abastecer as cidades e as forças armadas, bem como exportar para o estrangeiro. Por outro lado, pretendia-se estabelecer um efetivo controle político-administrativo sobre o campesinato, forçando-o a apoiar o regime soviético. (FIGUEIREDO, 2014, pág. 76-77).

Milhões de seres humanos foram assassinados num processo industrial, numa linha de produção de morte, sendo o Holodomor um grande ensaio de violência coletiva efetuada pelo Estado Totalitário que antecede o Holocausto nazista e que provocou consequências similares para o século XX como a cifra de milhões de mortos e a migração em massa para dentro e fora da Europa. Segundo Hobsbawm, sobre a mortalidade no século XX, o mundo acostumou-se à expulsão e as matanças compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: "sem Estado" (apátridas) e "genocídio" (1995, p.57).
A fome forçada pelo Estado soviético que dizimou em curto espaço de tempo uma grande fração da população ucrânio-soviética, que corresponderia a treze por cento da população da República

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Popular da Ucrânia (APPLEBAUM. P. 15), é um fenômeno totalitário que marca uma diferença conceitual entre a "fome tradicional", ou seja, a fome ocasionada por fatores geográficos ou epidemiológicos, e a "fome artificial", cujos fatores são induzidos e extrapolam as causas naturais e espontâneas, caracterizada pela manipulação social aos moldes de uma engenharia social arbitrária que culmina em genocídio.

A Fome Vermelha, a guerra de Stalin na Ucrânia é uma importante obra da historiadora Anne Applebaum que trata do Holodomor em específico e amplia os horizontes dos estudos históricos sobre o período soviético, especialmente sobre a etapa da expansão do socialismo no contexto do início da década de 1930, quando Stalin buscava implantar a coletivização dos minifúndios em todo o país após o Plano Quinquenal de 1929 e enfrentara uma oposição à política do Partido Comunista por parte do campesinato ucraniano - conservador e independentista. A obra espraia um novo paradigma para historiadores contemporâneos, sobretudo os da "sovietologia", pela abordagem que faz do período entreguerras a partir do recorte temático de um genocídio provocado por uma agenda política de escalada autoritária que se intensificou após a resistência ucraniana ao planejamento econômico do Partido Comunista da União Soviética para a produção agrícola.

A mesma autora constrói a genealogia da historicidade desse evento remetendo as origens das agressões antinacionalistas à Rússia imperial que resguardava sobre seu vasto território as nacionalidades eslavas subjugando seus domínios ao julgo imperial. Após a desestabilização do Império, a Ucrânia viu na oportunidade da queda do regime czarista uma brecha para sua independência e assim participou dos acontecimentos que levaram a derrocada dos Romanov em 1917. Após a Revolução Russa a independência adveio, mas por prazo. A agenda bolchevique de construção de um socialismo sólido exigiu o abandono das teses de Lenin para a emancipação das nacionalidades – fator decisivo para o fim do Império Russo. O movimento nacionalista ucraniano rivalizou com o bolchevismo sobre os planos para o seu destino político no período da Guerra Civil Russa e durante os anos 1930 será alvo da retaliação de Stalin pela resistência aos planos da política econômica.

Em 1932 após o fiasco da coletivização na Ucrânia, o governo central empreende um golpe impiedoso contra o que se julgava ser a sabotagem organizada pelos camponeses contra a política do Partido. Como meio de retaliar a insubordinação ucraniana foi criada uma Comissão de Aprovisionamento de Pão com o objetivo de fiscalizar o cumprimento de dois terços de toda produção de grãos em forma de imposto ao Estado o que acentuou a fome da população e gerou o morticínio desregulado. Ao invés de recorrer com ajuda à população que sofria os revezes daquele estado de calamidade, Stalin intensificou a retaliação criando um sistema de passaporte interno que proibia a migração para outras regiões do país, pois era necessário que se apresentasse o visto autorizado pelo soviete da vila (DOLOT, p. 254-255). O alto nível de mortalidade alcançara vítimas até 1933 depois de o regime stalinista ter concluído sua política de coletivização forçada.

Contribuições didáticas do Holodomor para uma contextualização totalitária

Bodo Von Borries (2019) aponta para a tendência historiográfica da monoperspectividade que ele também vai chamar de cânone histórico e da necessidade dos historiadores e dos currículos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

escolares adotarem uma leitura multiperpectivada do conhecimento histórico. Na mesma linha, Isabel Barca vai tratar das grandes narrativas sedimentadas no discurso historiográfico:

> Em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes. A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta, torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História – a de que não se aceita apenas "uma grande narrativa" acerca do passado – já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações. (BARCA. 2006, p. 95).

As fontes que tratam do evento em questão surgem, sobretudo, após a década de 1990 quando acontece a abertura dos arquivos soviéticos para pesquisadores do mundo todo e o consequente esclarecimento sobre a conjuntura que deu origem ao Genocídio a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, impulsionadas por uma nova geração de historiadores, jornalistas e arquivistas. A independência da Ucrânia, primeiro país do bloco socialista a oficializar a secessão, permitiu a partir de seus arquivos oficiais que o país desse status de narrativa expressa à historicidade do genocídio que foi silenciado pelas autoridades soviéticas ao longo da existência do sistema socialista.

A promoção desse evento histórico enquanto um caso de genocídio vem ganhando repercussão na história pública, nas mídias sociais (o filme premiado Mr. Jones (2019) trata da história do jornalista galês Gareth Jones que reportou o caso em sua viagem para a União Soviética em 1933) e nos debates geopolíticos a partir dos litígios diplomáticos entre a Ucrânia e a Rússia decorrente da anexação da Península da Criméia à Federação Russa em 2014, que serve de argumento histórico ucraniano em acusação ao colonialismo russo que desde a época imperial já adota uma relação paternalista no jugo pan-eslavista. O Holodomor, por tanto, é colocado em evidência nas reconsiderações sobre a leitura do passado, sobretudo a partir da sua impulsão nas academias com trabalhos científicos para tratar do caso que já começam a dar os primeiros passos (APPLEBAUM, págs. 25-27), tendo as academias americana e canadense como fortes propulsoras dos estudos envolvendo o Genocídio Ucraniano.

As narrativas historiográficas em torno do evento a partir dessas pesquisas desfiam que o regime stalinista promoveu na Ucrânia uma das grandes tragédias humanitárias que atingiu a Europa no século XX. A popularização do acontecimento perpassa pela conceituação jurídica do caso como Genocídio (UNESCO, 2007), (PARLAMENTO EUROPEU, 2008), (FRANCO, 2012, p. 203-207), que se constitui pela cifra de 3,9 milhões de mortes resultantes desse período de violência de Estado. Ao decorrer das últimas décadas o caso ganhou notoriedade e reconhecimentos de academias e Estados mundo afora (TAMANINI, 2019. p.171-175) como uma etapa da escalada autoritária do regime stalinista que justifica a intensão pedagógica de considerá-lo para uma contextualização totalitária.

Genocídio, categoria sociológica usada por (APPLEBAUM, 2019) para descrever os casos de abuso de poder russo na Ucrânia entre 1932 e 1933 é um termo também criado na mesma época por Raphael Lenkim, um advogado polonês, que entrou para o jargão jurídico do século XX e é definido segundo o Dicionário Oxford Languages como "extermínio, parcial ou total, de uma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comunidade, grupo étnico, racial ou religioso". A utilização desse termo pela autora é explicada por fundamentações históricas: a mortalidade produzida no Genocídio Ucraniano teve como precedente toda uma política de centralismo e de controle cultural que fez do evento uma tentativa de destruição de um povo e sua cultura como fatores de ameaça a soberania do Estado totalitário. A mesma autora salienta a argumentação de que nominalmente o Holodomor teria sido o "primeiro" genocídio da História, já que a partir dele é que Lenkim pôde ter formulado sua conceituação de uma palavra que hoje é dicionarizada no vocabulário historiográfico e político, sobretudo após o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial.

Para (TAMANINI, 2019), a descrição do caso não deixa de se interseccionar com outros eventos da época:

> A cifra de mortalidade na Grande Fome soviética instiga muitos pesquisadores a associar este acontecimento com outras tragédias que ocorreram na época, como a agressão mortal germano-soviética às classes cultas polonesas entre 1939 e 1941; ou aos três milhões de prisioneiros soviéticos que foram entregues à morte por fome pelos alemães; ou às centenas de milhares de civis mortos nas represálias nazistas e enfim o Holocausto. (TAMANINI, 2019. p. 170).

É fundamental perceber a partir do genocídio como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente violentas na União Soviética, a exemplo do que Stalin praticou contra os ucranianos. A caracterização do Holodomor enquanto um acontecimento marcado pela perseguição de um sistema contra uma cultura, um povo, uma língua nos dá aparato para pensar no caso em uma perspectiva de situar a perseguição às minorias, própria do período totalitário, como se empregou contra ciganos, judeus e comunistas. Faz-se necessário estabelecer as similaridades que coadunam na caracterização da época entre as experiências autoritárias, apesar de todas as diferenças ideológicas que nazi-fascismo e comunismo alheavam, mas que se compelem na terminologia sociológica Totalitarismo que aproxima os dois sistemas por suas políticas com finalidades arbitrárias e com fins de controle e extermínio.

Debater aqui neste artigo a primazia do Holodomor para se entender o processo como se constituiu a historicidade do Totalitarismo, até por ser um dos grandes ensaios de violência imprescindível no estudo sobre os regimes totalitários no ensino básico, é reorientar a nossa compreensão sobre esse determinado período. Ampliar os horizontes dos estudos sobre a época totalitária a partir do Holodomor, não quer dizer que estaremos integralizando o estudo sobre a época, mas tão somente lançando mão de uma nova perspectiva que aponta para a compreensão do século XX numa etapa muito marcante da história soviética, já que, como demonstrado, é senso comum associar o significado de Totalitarismo com Holocausto e isso se deve a unilateralidade com que nossos currículos e materiais didáticos moldam o ensino sobre essa categoria histórica.

A proposição do Holodomor enquanto um acontecimento que marca a história do século XX reforça o sentido da importância da inserção desse evento no ensino de História. Essa importância deriva das consequências do Holodomor para o processo histórico do período entreguerras e as possíveis contribuições subtemáticas para o ensino sobre aquele interregno da história soviética tais quais a migração/diáspora de eslavos para dentro e fora do continente europeu (PRADO,

2017)[2], a fome como arma política na contemporaneidade, a violência de Estado, a violação de direitos humanos, o Stalinismo, a construção do socialismo nos anos 1930 a partir da coletivização dos minifúndios, a coletivização agrícola no desenvolvimento econômico da indústria soviética e outras possibilidades didáticas a ele associado, como a explanação do processo de evolução histórica até a conquista dos Direitos Humanos.

Os fins que todas essas colaborações podem contribuir são identificar como o uso desse evento em sala de aula pode trazer a criticidade sobre o a caracterização do que é totalitarismo, percebendo que existem casos outros e que ajudam a pensar na relação teórica entre os três Estados totalitários que marcaram aquela época, explanando uma sucessão de fatos que articulem o pensamento histórico ao desenvolvimento da reflexão crítica em torno do coletivismo e autoritarismo.

Também é mister entender como a didática do Holodomor como experiência de violência coletiva também perfaz os rumos da história para explicar a subsequente caracterização de fatos na União Soviética, servindo também como experiência ensaística que abriria caminho para novas práticas autoritárias, segundo considera Figueiredo (2014,76-77):

> Com o seu cortejo de violências, de torturas e de chacinas pela fome, o Holodomor constituiu uma enorme regressão civilizacional. Assistiu-se à proliferação de déspotas locais, dispostos a tudo, para extorquir aos camponeses as suas escassas reservas alimentares e à banalização da barbárie, que se traduziu em rusgas, abusos de autoridade, banditismo, abandono infantil, "barracas da morte", canibalismo e agravamento das tensões entre a população rural e a urbana. A "arma da fome esmagou a resistência camponesa", garantindo a vitória de Stálin e do seu regime totalitário; abriu o caminho para a vaga de terror de 1937-1938 (o "Grande Terror"); O fato deixou um legado de dor em numerosas famílias que nunca tiveram direito a expressar o luto, porque a fome se converteu em segredo de Estado.

O fato vai ser marcante para o fortalecimento do regime stalinista que produziu durante os anos de poder autoritário as devassas que caracterizam esse recorte da histórica contemporânea como um exemplo de perseguição à humanidade e tudo aquilo que dela deriva como a perseguição a classes, grupos políticos e etnias.

Como exposto, é primordial reconsiderar nosso passado imediato, o século XX, e nele reconhecer os eventos que mudaram o mundo e os rumos da história do tempo presente, sobretudo finais desse mesmo século e primeiras duas décadas do século XXI. Os autores do campo da "sovietologia" têm com suas pesquisas grandes contribuições teóricas que nos fazem percorrer caminhos investigativos sobre os regimes de poder totalitários que apontam para um novo vigor nos estudos históricos, inclusive o escolar, de atualizar seu repertório sobre história a soviética stalinista e suas facetas na época totalitária.

Conclusão

Tomando emprestada a consideração de Borries (2019) de que 99,99% do passado caem em esquecimento, faz-se a seguinte pergunta: o quanto de responsabilidade tem os historiadores e os currículos escolares de assegurar o direito das pessoas ao conhecimento do passado? Ainda um

[2] O autor vai tratar na sua tese dos movimentos migratórios para o Brasil a partir do desdobramento do fato que provocou a ocupação de comunidades ucranianas em algumas cidades dos estados da região sul. As fontes da pesquisa são os relatos orais de testemunhas oculares e familiares das vítimas e as matérias do Prácia, um jornal da ordem de São Basílio Magno que atualizava a população sobre os revezes do genocídio no país.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

segundo questionamento: o que viria a ser História Geral já que a generalidade dos acontecimentos do tempo pregresso da humanidade não são totalmente elucidados no tempo presente, como incorporam os materiais didáticos que selecionam os temas mais importantes a serem ensinados?

> A história é necessariamente e altamente seletiva; 99,99% de todos os eventos passados, situações e estruturas são esquecidas sem alguma relíquia preservada. Adicionalmente, 99,99% das informações históricas que estão bem documentadas tiveram que ser deixadas de lado (ainda no caso de estudos muito especializados). (BORRIES, 2019. p.13).

No entanto, a seletividade da História que credencia alguns acontecimentos como representativos e explicativos de uma época vem sofrendo um processo de mudança no paradigma historiográfico, redesenhando os percursos com que historiadores trabalham com eventos e períodos a partir das múltiplas temáticas que auxiliam estudar o passado com mais recursos e novas abordagens. Os efeitos desses novos meandros também se fazem sentir nos estudos históricos na educação básica. O termo História Geral assume no vocabulário científico ares de uma história generalizada, mas como já sabemos isso é um problema de definição. As pesquisas historiográficas nos subsidiam com exemplos de que as diversas narrativas com certo grau de validade, obedecido ao estatuto científico da disciplina, asseguram uma visão multiglobalizada do passado a partir de suas facetas como, por exemplo, se tem variações narrativas a partir do relativismo cultural nos livros de história sobre a Guerra do Paraguai contada entre os brasileiros e as diferenças conceituais na versão paraguaia.

> Uma visão global do conhecimento histórico é uma ilusão, embora uma generalização. Isso é teoricamente impossível também, porque nós não precisamos de uma "visão global", mas várias delas (uma feminista, uma liberal, uma socialista, uma ecológica, etc., versões da história global) e uma comparação crítica entre elas. (BORRIES, 2019. P. 22).

Propor o estudo do Holodomor como um acontecimento que marca a década de 1930 é antagonizar historiograficamente esta década e todo o debate sobre ela no que se tem entendido ser a História Geral, retraçando a historicidade do regime Stalinista, assim como apresentar o ano de 1932 como o marco histórico da violência totalitária que antecede a violência nos campos de concentração nos idos de 1940. Considerar o Holodomor é revisar os anos 1930 e 1940 sem com isto negar a importância dos seus fatos consolidados, apenas trazer para a História ciência e história escolar uma nova abordagem sobre a consideração histórica que se faz dessa época.
Por tanto, trazer para o campo de discussão o processo totalitário que se desenvolveu na Europa no século XX sob o prisma de um genocídio desastroso para uma minoria feita bode-expiatório para dar vazão ao discurso de ódio e a prática autoritária é enriquecer de pistas o caminho teórico com que alunos e professores, pela facilitação dos produtores de livros didáticos, possam formar o conhecimento histórico a partir da consciência dos vários exemplos de tragédia social que perfez essa época como o cemitério da Democracia, tomando especialmente o Holodomor como um indicativo para se pensar tamanha magnitude de terror ainda no início dos anos 1930.

Referências bibliográficas

APPLEBAUM, Anne. A fome vermelha: A guerra de Stalin na Ucrânia. 1º ed.- Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. Educar em revista, n. SPE, p. 01-13, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BORRIES, Bodo von. Revista Ibero-Americana de Educação Histórica, Curitiba, v. 2, n.1, jan./jun. 2019.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

HOBSBAWM, Eric. A **Era dos Extremos** – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução RC-B6-0571/2008 de 23 de Outubro de 2008. *Sobre a comemoração do Holodomor, a fome artificial na Ucrânia (1932 -1933).* Acessível em: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2008-523&language=PT> (acesso em 23/10/2020).

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia:** Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933). 2017. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

UNESCO. Parágrafo 12.1 do Regulamento da Conferência Geral. *Homenagem às vítimas da Grande Fome (Holodomor) na Ucrânia.* 34º Conferência Geral. Paris, 2007. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000153838_spa?posInSet=2&queryId=94c9aa2b-f0ba-4cd9-a0a3-ab6cba41309a> (acesso em 26/10/2020).

TAMANINI, Paulo Augusto. O Holodomor e a memória da fome dos ucranianos (1931-1933): os ressentimentos na História. Projeto História; Vol. 64, (2019)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

EXERCÍCIO DE ADAPTAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR AO ENSINO REMOTO: INTEMPÉRIES PROVOCADAS PELA COVID-19

Mauro Machado Vieira[1]

Momentos difíceis - conforme figuro -
De um mar agitado e cruel tempestade;
A flecha do frio e do medo me invade
E eu fico parado, me sinto inseguro...

Um vento terrível, em golpe tão duro,
Provoca terror e devasta a cidade,
Destrói o que encontra, não tem piedade
E põe-nos em dúvida sobre o futuro.

Devemos, contudo, pensar com clareza...
Se não reagirmos, não há quem o faça,
Portanto, o caminho é lutar com braveza.
Pois mesmo enfrentando a mais grave desgraça,
Só temos conosco, de fato, a certeza
De que isso termina. Porque tudo passa.
(Gilliard Santos, S/data).

A intempérie covid19 registra hoje (01/07/2021) 518 mil vidas ceifadas (BRASIL, 2021), fora toda explicitação da desigualdade social que não tinha sido ainda tão evidenciada como nos dias de hoje., quando muitos cidadãos não podem se dar ao direito de se isolar para evitar o contágio pelo vírus. Esses sujeitos precisam continuar o processo desigual das suas vidas, trabalhar hoje para suprirem o alimento de hoje, amanhã, ou pior, o de ontem que ainda não ingeriram. "Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (SANTOS, 2020, p.14).

A hostilidade dessa desigualdade social é naturalizada no sistema capitalista mundial, à medida que as concepções liberais dependem dela para mobilizar os sujeitos a buscar o melhor para si, um incentivo contínuo ao egoísmo (HUNT & SHERMAN, 1990). Esse princípio desconsidera que os sujeitos que não têm o básico para sobreviver (alimentos, habitação, segurança e educação) não vão conseguir se desenvolver para adentrar com um mínimo de condição nesta competição esquizofrênica que o capitalismo promulga.

O Banco Mundial, um dispositivo de controle aperfeiçoador desse sistema e referência para os países emergentes, a partir das perspectivas do neoliberalismo, tem demonstrado, nos seus últimos relatórios, uma nova concepção de "pobreza". Associa esta apenas à incapacidade do indivíduo de suprir suas necessidades básicas e sobreviver contribuindo com a sociedade, sendo ativo para a economia e o consumo, ou seja, é apenas a estes que o Estado precisa conseguir formas de auxiliar na sobrevivência. Tal redução na concepção de pobreza ausenta ainda mais o olhar e as

[1] Doutor em História Social (UFU). Docente efetivo da Universidade Federal de Uberlândia.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

obrigações que o Estado deveria assumir frente a toda desigualdade social existente em nosso país e no mundo.

> As recomendações do Banco Mundial, como foi observado, são todas focalizadas nos pobres, visto como incapazes que necessitam de ajuda para inserirem-se no mercado. Portanto, suas propostas políticas de combate à pobreza resumem-se apenas à transformação do indivíduo incapaz e competitivo por meio do aumento de **"capital humano"** (no relatório de 1990) ou de "capacidade humana" (no relatório de 2000-2001) (UGÁ, 2003, p.60 - grifo meu).

A efetivação da redução das funções do Estado, uma ou a principal meta da proposta neoliberal, tem se efetivado cada vez mais nas diversas políticas econômicas, e no Brasil não está sendo diferente. Outra meta em que a governabilidade tem investido e potencializado são estes conceitos evidenciados no relatório do Banco Mundial: "capital humano, capacidade humana". Os indivíduos precisam cada vez mais se responsabilizar pelos seus sucessos ou fracassos. O ideal é serem capazes de transformar a sua realidade e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Pode ser considerado aqui que, se não existisse um olhar pontual sobre a diferença entre civilização e selvageria, sustentado pela política de direitos humanos internacional e nacional, a parte da sociedade que é considerada incapaz seria naturalmente eliminada.

O positivismo da nossa bandeira do Brasil, "Ordem e Progresso", é familiarizado com estas perspectivas: mantenhamos a ordem e o progresso a todo custo, independente das consequências e dos assolamentos aos "cidadãos" mais necessitados. Esse é um processo necessário do capital econômico, e o desenvolvimento e a acumulação dele são vistos como necessários para os já há tanto tempo detentores dele, o máximo que se permite é que mudem alguns detentores, mas a regra de exploração infinita deve ser "imutável".

Isso é nítido nas discussões sobre as probabilidades de crescimento populacional e produção de alimentos. O papel da miséria e das epidemias enunciadas no Ensaio Populacional de Thomas Robert Malthus (1996) seria aplicado naturalmente na perspectiva neoliberal para poder facilitar a circulação da mercadoria e o desenvolvimento econômico, pois o único limite que fragiliza esse fluxo são os "incapazes", eles são os geradores de conflitos e promovedores da violência, em suma o desequilíbrio para o bom desenvolvimento da economia.

Infelizmente, as ideias malthusianas podem ser consideradas como uma intenção desejada pela governamentalidade neoliberal. Se a intempérie covid-19 pudesse ser direcionada aos sujeitos que estão considerados "incapazes" (Banco Mundial) nem o isolamento social teria sido enfrentado pelas políticas econômicas.

> (...) os períodos epidêmicos demonstram ser a consequência natural e necessária. Por essa razão, eu desejaria que aqueles países em que os meios de subsistência estivessem crescendo suficientemente de vez em quando para estimular a população, mas não para atender todas as suas demandas, estivessem mais sujeitos a epidemias periódicas do que aqueles em que a população pudesse se ajustar mais adequadamente à produção média (MALTHUS, 1996, p. 283).

Não é possível discorrer sobre o ensino remoto sem antes contextualizar o fenômeno pontual que o tornou presente na educação brasileira, a intempérie covid19, sem apresentar ainda alguns pontos do processo de governamentalidade neoliberal que mantém o sistema capitalista em sua retroalimentação e a sobrevivência da nossa sociedade. As formas de saber e poder que permeiam

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

esse contexto político, econômico, cultural e social atravessam o processo educacional dando a ele uma forma e um conteúdo direcionado que transcendem as intenções e os desejos dos próprios sujeitos envolvidos no processo – docentes e estudantes.

Até o presente momento, o isolamento social é a medida mais efetiva para evitar a disseminação do vírus e estabelecer um controle da pandemia. Para que essa intervenção fosse possível, todos os cidadãos deveriam ter condições dignas de sobrevivência, e isso não é possível numa sociedade regida pelo capitalismo. Considero que é neste momento que as formas de saber e poder do neoliberalismo transcendem as vontades e as intenções dos sujeitos envolvidos na Educação, independentes de sua orientação crítica, apática ou afirmadora. Nessa perspectiva, terão que agir na medida em que o capitalismo não permite pausa, e essa ação pode até desejar alterar os processos, mas, antes de qualquer coisa, contribui para sua manutenção.

O ensino remoto, que é o objeto de reflexão neste texto, é um elemento que está permitindo que o sistema continue funcionando e ainda possibilitando elementos para a construção de um saber-poder que poderá até modificar as formas de investimento na educação brasileira, nesse momento, no ensino superior (MINTO, 2021).

Não optamos enquanto docentes, porém aderimos ao ensino remoto para podermos dar continuidade às formas de ensinar-aprender-conscientizar da educação superior como algo excepcional em tempos de pandemia. Mas, à medida que a educação se efetiva cada vez mais como uma mercadoria a ser negociada tanto no mercado nacional como internacional, os representantes diretos já estão aproveitando desse filão e articulando as novas formas de investimento na educação.

> A *remotização* é justificada como imperativo do presente e, ao mesmo tempo, de um processo de modernização, apontado **como futuro (desejável)**. A mistificação se amplia à medida em que tanto no setor privado como em partes do público celebra-se o "sucesso" desse ensino, **sem remeter a qualquer questão de fundo e problemas como desigualdade de acesso e qualidade formativa, mas apenas à forma** (número de atendidos, quantos acessos foram feitos, quantidade de redes e escolas que adotaram "alguma alternativa", etc.). Os mais exaltados chegam a celebrar uma "revolução" no ensino e a pandemia como "janela de oportunidades" para modernizar as práticas de ensino, currículos, etc. (MINTO, 2020, p.01 - grifo meu.).

Além da remotização ser um elemento novo no ensino superior, pois uma das discussões velhas era a relação dos docentes com as tecnologias, a intempérie covid19 obrigou-os a se reinventarem mais uma vez. E a maioria dos profissionais começou a aprender como gravar uma aula, como usar as plataformas digitais para aulas síncronas e assíncronas, devendo diferenciar ensino remoto de educação a distancia. Temos ainda a atuação do atual presidente da república, diminuindo as verbas direcionadas ao ensino superior, ao invés de usar novas formas de investimento. Já está sinalizado nos jornais de maior circulação, como Folha de São Paulo (RIGUETTI, 2021) e O Globo (BARREIRA, 2021), que os recursos de manutenção das universidades federais estão se esgotando.

A intempérie covid19 começa a tomar forma em dezembro de 2019. Os primeiros relatos desse fenômeno ocorreram em um país estrangeiro, e nós brasileiros fomos informados pela imprensa sobre os acontecimentos com uma publicação, no mês de março de 2020, da Organização Mundial

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de Saúde (OMS) nomeando o fenômeno como uma pandemia. Ainda estamos aprendendo a conviver frente a esta crise mundial sanitária. Logo, nossas ações estão ainda presas ao impacto da surpresa, do imprevisto, do inesperado.

O mês de março de 2020 tornou-se um marco na história da humanidade. Autoridades sanitárias começaram a exigir que todos os brasileiros ficassem em casa, mudassem sua rotina, evitassem aglomerações. "Comecem a trabalhar em suas casas, todas as atividades que forem possíveis, façam a distância" diziam autoridades de saúde. "Não façam mais comemorações de aniversário, evitem os almoços de domingo com toda a família, não se reúnam em velórios". Tantas coisas que eram normais não podem mais ser realizadas.

Tudo isso fruto do vírus SARS-CoV-2, que, segundo os noticiários, teve sua origem na relação humana com os animais silvestres, causando a doença covid-19. O primeiro país a sofrer com a contaminação do vírus foi a China, mas, como nos encontramos no apogeu da mundialização, esse vírus está circulando por todo o globo terrestre, alterando as rotinas e a concepção de normalidade das mais distintas culturas locais, regionais, nacionais e globais.

As palavras "pandemia", "coronavírus", "covid-19", respeitando a arbitrariedade da língua, vão se tornar comuns nos mais diversos dialetos da humanidade. Os governantes, sejam eles capitalistas ou socialistas, estão tendo que repensar as consequências de parar a economia de seus países, a não produtividade econômica. Se a opção é por não parar a produção, deverão arcar com o número de infectados pelo vírus, a alta taxa de hospitalização e o risco de aumentar ainda mais a mortalidade provocada pela doença. E, nesse momento, quem tem a palavra final é o príncipe regente da nossa sociedade global, o sistema capitalista, com suas determinações econômicas independentemente das condições e das consequências.

A Universidade Federal de Uberlândia, no dia 17 de março de 2020, divulgou a Resolução Nº 06/2020 do Conselho de Graduação suspendendo, por prazo indeterminado, o Calendário Acadêmico da Graduação. No final do mês de maio de 2020, a UFU iniciou novamente a chamada dos seus servidores para dialogar sobre o que estávamos fazendo nesse período e como agiríamos na continuidade do isolamento, à medida que tomávamos consciência de que não duraria apenas dois meses como imaginávamos inicialmente. Depois o quadro tornou-se ainda mais complicado, não havia perspectivas de retornar às atividades normais e presenciais no ano de 2020.

Inicialmente tivemos discussões internas nos cursos da universidade isoladamente, para depois, por meio do conselho superior, efetivarmos uma minuta de resolução, na qual tanto os docentes como os discentes não eram obrigados efetivamente a oferecerem e participarem das aulas remotas que se iniciariam no segundo semestre de 2020. No curso que estou lotado, Licenciatura em Pedagogia, apenas um profissional optou efetivamente por não oferecer disciplina na modalidade remota. Oferecemos as mesmas disciplinas do Projeto Político Pedagógico do curso, mas em um tempo menor, apenas nove semanas de aula. Com isso, nesse semestre, o discente que participou pôde fazer um ano em um semestre, na medida em que o semestre na UFU tem habitualmente 18 semanas de aula em cada disciplina ofertada. Eu ofertei quatro disciplinas (Sociologia da Educação I e II para duas turmas; Educação e Transformação Social; Antropologia Cultural).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Um ponto positivo que ressalto aqui foi o trabalho que a universidade fez para possibilitar condições aos estudantes mais carentes economicamente para que tivessem equipamento e rede de internet para poderem participar, se desejassem, das atividades remotas. Fez-se uma pesquisa com todos os estudantes, análise das suas condições econômicas e o lançamento de um edital de inscrição para oferta de capital para adquirirem computador e verba para pagarem internet mensal. Outro ponto foi o fato de, na minuta de resolução, ter sido decidido que não aconteceria a reprovação do estudante que frequentasse as disciplinas ofertadas, apenas apareceria no histórico o não aproveitamento.

Nessa primeira experiência com o ensino remoto, uma coisa ficou clara, não poderíamos em momento algum pensar em suprir a qualidade do ensino presencial, o contato direto com os estudantes, o olhar na face, mostrar a nossa face, ver as expressões de "não estou entendendo nada", "a aula de hoje está uma droga", "estou adorando", "surpreso com essas discussões". Porém, saliento que esse retorno das expressões tanto orienta o desenvolvimento das discussões como sinaliza o que precisa ser alterado ou mantido na aula em processo.

No ensino remoto, eu estou adentrando na casa do estudante, e ele está dentro da minha casa, meu novo espaço de trabalho, é uma invasão de ambas as partes da privacidade, que acaba instituindo novas formas de controle tanto sobre o meu trabalho como sobre o exercício de aprendizado do estudante envolvido. O neoliberalismo, com os aperfeiçoamentos dos saberes e poderes, pode agora inovar.

> Um dos deslocamentos centrais das técnicas biopolíticas farmacopornográficas que caracterizam a crise da Covid-19 é que o **domicílio pessoal** — e não as instituições tradicionais de confinamento e normalização (hospital, fábrica, prisão, colégio) — aparece agora como o novo centro de produção, consumo e controle biopolítico. Já não se trata só de que a casa seja o lugar de confinamento do corpo, como era o caso da gestão da peste. O domicílio pessoal se converteu agora no centro da economia do teleconsumo e da teleprodução. O espaço doméstico existe agora como um ponto em um espaço cibervigiado, um lugar identificável em um mapa do Google, uma caixa reconhecível por um drone (PRECIADO, 2020 - grifo meu).

Tanto os docentes como o discente estão expostos a um dispositivo[2] mais eficaz e mais aperfeiçoado pelos algoritmos, em conjunto com a Inteligência Artificial, que registra tudo que falamos e fazemos no encontro síncrono bem como pode nos conhecer ainda mais. Assim, oferta de forma mais agressiva novos produtos e intervenções nos nossos hábitos de consumo, como interfere na autoimagem que devemos negociar, divulgando quem somos, o que fazemos e o que podemos fazer, porque somos "importantes".

Adentrar no domicílio, como disse Paul Preciado, finda o hábito que tínhamos de ficarmos em casa com nossos pijamas ou peças íntimas confortáveis. Agora, aquele outro externo na minha vida adentrou meu espaço único, meu lar. Por outro lado, os discentes começaram a não ligar suas câmeras, com isso se iniciou a prática de o professor falar para nomes na tela, números nas telas, pois eles desligam seus vídeos e resistem a ligar até quando vão apresentar algum tipo de trabalho.

[2] A concepção de dispositivo que considero nesse texto é fundamentada por Michel Foucault. Para um bom entendimento desse conceito, indico Giorgio Agambem. **O que é Contemporâneo e outros ensaios**. [Tradutor: Vinicius Nicastro Honesko]. Chapecó – SC, Editora Argos, 2009.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Realmente uma sensação de vazio institui-se no processo de ensino-aprendizagem da educação superior.

Precisei fazer um trabalho hercúleo de convencimento dos estudantes que frequentaram as minhas disciplinas, deixando como obrigatório estarem com as câmeras ligadas. Só que aí conheci outro limite, eles mantinham seus vídeos ligados, mas a plataforma digital que utilizamos, Microsoft Teams, não possibilita ver um número grande de imagens ao mesmo tempo. Acrescenta-se, ainda, o fato da qualidade e da intensidade da internet, já que as redes disponíveis não suportam tantas imagens e sons de pontos distintos ao mesmo tempo, ficam mais pesadas e os provedores não suportam.

No final do ano de 2020, com novas reuniões no Conselho Superior e um conhecimento maior da intempérie covid19, ficou ainda mais claro que a situação não iria se findar no ano de 2021 sem que todo cidadão brasileiro estivesse vacinado. Com isso, criou se uma nova minuta de resolução, agora as aulas deveriam ser ofertadas remotamente e todo docente, como os discentes, deveriam participar. Então, a modalidade remota tornou-se obrigatória.

Nessa segunda experiência, já não ficamos mais mantendo 9 semanas para o semestre, e sim o tempo de quinze semanas, mais próximo da prática que tínhamos na oferta das disciplinas. Um ponto que causou estranhamento foi uma questão de gênero: três alunas me encaminharam mensagem dizendo que não fariam disciplinas na modalidade remota, pois, nas suas casas, não conseguiam conciliar o cotidiano familiar de esposa casada e mãe de filhos com o tempo necessário à formação universitária. Os filhos e o esposo chamavam o tempo todo, elas abandonaram as disciplinas. Agora, sendo obrigatório cursar no mínimo três disciplinas, elas retornaram, mas cursando o mínimo e ainda com dificuldades.

Abro um parêntese nesse texto para a política de gênero. Há necessidade de investimento mais efetivo no processo educacional. Ao contrário de ficar de fora das propostas curriculares, esse assunto deve transversalizar todas as disciplinas escolares, assumir espaço nas comunidades religiosas e potencializar-se nos movimentos sociais. A condição da mulher não pode continuar sobrecarregada de obrigações que chega até a eximir o homem de muitos compromissos que também são deles. Neste tempo de vinte quatro anos lecionando em cursos de Pedagogia, conheci várias mulheres que voltaram a estudar apenas após terem formado seus filhos, e, na maioria das vezes, o esposo tinha feito uma formação superior ainda em tempo de criação da prole.

Outro problema que se fez presente e justificou o abandono das disciplinas foi a depressão. Mesmo com turmas pequenas, de 20 estudantes, acontecia de ter no mínimo dois deles verbalizando para o grupo a situação de tristeza e desânimo que estavam vivenciando, o bom é que já estavam com acompanhamento profissional. Por mais que exista um histórico (FOUCAULT, 1972) que coloque em dúvida o entendimento e o tratamento da saúde mental, saber que o discente está tendo um acompanhamento já nos deixa um pouco menos apreensivos. Aconteceu ainda a perda de uma discente matriculada na minha disciplina. E a perda dela me obrigou a refletir diferente sobre todas as outras perdas que já julgava injustas, agora era uma perda ali, do meu convívio, não era um outro distante. Devo considerar aqui que, nesse momento, a pandemia ficou muito mais presente, o real dela sintonizou com as minhas dores por várias

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

outras vidas, mas agora a vida de um próximo. Tivemos, também, o fato de uma estudante perder o pai e a mãe com diferença de uns 15 dias.

Na primeira aula que tive nas disciplinas que ministro, procurei fazer um trabalho de entendimento do luto. Para isso, quem melhor tem se posicionado no meu entendimento é Judith Butler.

> Uma pergunta difícil: **como guardar luto pelas mortes em massa?** Sob condições de pandemia, as perdas são em grande parte suportadas na esfera privada. Voltamos para casa como local de luto, privados da reunião pública em que essas perdas são marcadas, registradas e compartilhadas. A internet reivindicou mais plenamente seu lugar como a nova esfera pública, mas ela nunca pode substituir totalmente as reuniões, privadas e públicas, que permitem vivenciar e tentar decifrar as perdas com outras pessoas. (...) O sequestro impõe uma sensação de um ambiente de morte e uma prática compartilhada de deflexão: "Não vamos nos concentrar no negativo!" Aprender a enlutar-se pelas mortes em massa significa marcar a perda de alguém cujo nome você não sabe, cuja língua você talvez não fale, que vive a uma distância intransponível de onde você mora. **Não é preciso conhecer a pessoa perdida para afirmar que isso era uma vida**. O que se lamenta é a vida interrompida, a vida que deveria ter tido a chance de viver mais, o valor que a pessoa carrega agora na vida dos outros, a ferida que transforma permanentemente aqueles que sobrevivem. O sofrimento de um outro não é o seu próprio, mas a perda que o estranho suporta atravessa a perda pessoal que sente, potencialmente conectando estranhos em luto (YANCI, 2020).

A vida dessa aluna, dos pais da outra e do irmão de outra são e foram importantes para nossa comunidade e sociedade. Ressalto, ainda, a necessidade de considerar a importância de todas as vidas que perdemos e procurarmos intervenções políticas possíveis para que os cidadãos que não têm o direito de se isolarem pelo menos saibam como higienizar as mãos, tenham máscaras para proteger-se da respiração dos outros e automaticamente cuidar da sua para não contaminar o outro.

A UFU aplicou uma pesquisa avaliativa do ensino remoto no ano de 2020, e nela existem vários pontos importantes para discussão e entendimento do processo, mas, frente ao objetivo deste texto que é um relato de experiência, a evasão é o item que desejo registrar.

No gráfico 22 (UFU, 2021, p.89) – Motivos da Evasão, selecionamos apenas as categorias que tiveram acima de dez por cento.

a) 15% foi por outros motivos;

b) **41,9% - Proposta metodológica e avaliativa realizada pelo/a professor/a da disciplina.** Este motivo é importante para repensarmos, enquanto docentes, as metodologias como também as formas avaliativas que desenvolvemos, independente de discussão sobre comprometimento ou não do estudante. Considero, nesse momento, que, enquanto docentes, precisamos sempre rever nossas práticas educacionais e aperfeiçoarmos a dialogicidade das nossas disciplinas.

c) **24,9% - Dificuldade de realizar aulas no ambiente remoto.** Nesse momento, considero que entra a situação das minhas alunas que, por relações desiguais de gênero, são prejudicadas. Podemos acrescentar aqui as estruturas físicas e digitais dos nossos estudantes mais carentes economicamente.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

d) **26,7% - Por avaliar que seria mais viável realizar a disciplina de forma presencial**. Esse item vem reforçar a importância da formação presencial, e que não nos é possível desejar equiparar a qualidade de ambas as modalidades.

e) **34,5% - Dificuldade de auto-organização para participar das disciplinas de forma remota.** As questões aqui é o próprio processo formativo que recebemos e a ausência de um investimento na construção da autonomia do cidadão brasileiro, que, na maioria das vezes, necessita de forças externas para poder direcionar melhor suas ações. Acrescento, ainda, o elemento do tempo corrido da esquizofrenia de trabalho na sociedade capitalista, no qual todas as coisas que pudermos empurrar ou deixar para depois deixamos, privilegiamos o emergente imediato e fiscalizado, com isso, quando chega o tempo do que ficou, estrangulamos o processo e abandonamos.

f) **14,4 - Questões relacionadas ao meu trabalho**. Nesse momento, fica nitidamente claro como a parte formativa fica em segundo plano frente às relações de trabalho, pois dele estou tirando diretamente a contribuição do meu sustento, e as regras de exploração, sendo aperfeiçoadas pelas novas tecnologias, extrapolam os ideais particulares dos trabalhadores.

g) **36,3% - Questões emocionais relacionadas à pandemia (Sentimentos de ansiedade, tristeza, angústia, desamparo etc.).** Essa categoria reforça a necessidade de pensarmos melhor como lidar tanto com as perdas como com o excesso de preocupação e as pressões sociais que recebemos cotidianamente. A sensação que fica em momentos como esse é como se essas pressões não tivessem fim, e sim algo que vai se acumulando dia a dia, a partir da rotina de trabalho e convivência em sociedade. O indivíduo necessita criar as linhas de fuga (DELEUZE & GUATARRI, 1995) para conseguir sobreviver e ainda ter esperança em uma sociedade como a nossa. Mas esse processo não se desenvolve naturalmente, como algo instintivo, o processo de formação desse cidadão necessita ser mais ativo e participativo, coisa que o nosso processo educacional ainda não desenvolveu. Tanto que, no atual momento, estamos discutindo e construindo bases para não perdemos o mero regime democrático que temos já consolidado em nosso Brasil.

Adentro agora nas considerações finais, e realmente considerações, pois esse ensino remoto ainda continuará no ano de 2022. Essa semana (21 até 27 de setembro de 2021) nosso conselho superior ficou em discussão na criação da nova minuta de resolução sobre se voltaríamos todos presencialmente após a constatação de que quase toda comunidade já tomou as duas doses de vacinas preventivas da covid19. Foi uma discussão muito tensa e intensa, disponível a todo público. Por fim, ficou decidido que os colegiados de curso terão autonomia para decidir quando será o retorno presencial completo dos seus discentes, desde que respeitadas as regras de prevenção e os cuidados para não disseminar o vírus. Incialmente, as disciplinas que têm atividades práticas retornarão todas. E os conteúdos teóricos continuarão remotamente.

O ensino remoto possibilitou a mim enxergar alguns pontos positivos para a contribuição na formação dos estudantes envolvidos nas minhas disciplinas, que são de caráter teórico – Sociologia da Educação, Antropologia Cultural. Nelas, na maioria das vezes, os textos clássicos, como os de Émile Durkheim, Max Weber ou Karl Marx, são leituras densas e bem distantes da realidade cotidiana da maioria dos discentes. Portanto, foi necessário tomar algumas medidas: a)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

estimulei grupos de educandos, fazendo reuniões particulares para construir questionamentos para a disciplina; b) também iniciei um horário nos sábados, na intenção de atender as duas turmas, integral e noturno – no qual me reúno com os discentes e leio o texto junto deles, e c) findo a possibilidade da presença nos eventos científicos da universidade de professores e pesquisadores nos assuntos especializados sobre os quais discorremos nas nossas disciplinas.

Nesse ínterim, destaco alguns aspectos negativos: a) a pouca interação entre professor e discente, que não permite acompanhar as impressões de como está sendo o impacto da discussão no momento experienciado pelo estudante; b) vários discentes acabam não concluindo as leituras dos textos indicados, numa intensidade maior que no presencial; c) os estudantes fazem mais de uma atividade no momento da aula, não ficando concentrados no que acontece naquele momento (síncrona), pois as atividades do seu ambiente particular interferem na atenção deles; d) o fato de estudantes mulheres deixarem a disciplina por pressões dos compromissos familiares (mãe, esposa), exatamente por estarem tendo aulas remotas dentro da própria casa.

Frente a esses apontamentos, o ensino remoto deve ser visto como um remendo possível para momentos como o que estamos vivendo, pois em hipótese alguma, tem o potencial para substituir as formas de ensinagem presencial. É uma modalidade a ser investida apenas na formação complementar dos estudantes e dos profissionais envolvidos no processo educacional.

Referências

BARREIRA, Gabriel. **UFRJ detalha crise após bloqueio de verba e cita risco de fechar: 'Não dá para manter'**, diz vice-reitor. G1-Globo. Publicado em: 12 mai. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/12/ufrj-detalha-crise-apos-bloqueio-de-verba-e-cita-risco-de-fechar-nao-da-para-manter-diz-vice-reitor.ghtml. Acesso em: 22 jul. 2021 às 8h44.

CORONAVIRUS //BRASIL. Painel **Coronavirus.** Atualizado em 30 jun. 2021. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 01 jul. 2021 às 8h57.

DELEUZE, Gilles. & GUATARRI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 01. [Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão.] Editora 34, Coleção Trans, Rio de Janeiro, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Dois Regimes de Loucos**: Textos e Entrevistas (1975-1995). [Edição Preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo.]. Editora 34, Rio de Janeiro, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos: Curso no College de France (1979-1980).** Tradução Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Trad. Jaime Larry Benchimol. 8ª Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 1990.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a População. IN: **Princípios de Economia Política e considerações sobre a sua prática**. Apresentação Ernane Galvêas. Tradução: Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo, Antonio Alves Cury. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

MINTO, Lalo Watanabe. **Ensino Remoto: presente e futuro em disputa**. Universidade à Esquerda. Jornal Socialista e Independente. Disponível em: https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/ensino-remoto-presente-e-futuro-em-disputa/ Acesso em: 22 jul. 2021 às 8h16.

PRECIADO, Paul B. **Aprendendo com o Virus**. [Publicado em El País em 28/03/2020. Tradução inédita dos geógrafos Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro. AGB-Campinas. Disponível: http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/. Acesso 30/09/2021.

RIGUETTI, Sabine. **Nenhum país do mundo enfrenta Covid parando uma de suas melhores universidades por falta de verba.** Folha de São Paulo. Publicado em: 12 mai. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/05/nenhum-pais-do-mundo-enfrenta-covid-parando-uma-de-suas-melhores-universidades-por-falta-de-verba.shtml. Acesso em: 22 jul. 2021 às 8h40.

SANTOS, Boaventura Sousa**. A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almedina, Coimbra-Portugal, 2020.

SANTOS, Gilliard. **Enfrentando Intempéries** – Nova Poesia. Disponível: https://www.jessicaiancoski.com/post/gilliard-santos-enfrentando-as-intemperies-nova-poesia. Acesso em: 01 jul. 2021 às 8h46.

UGÁ, Vivian Dominguez. **A categoria "Pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial.** Revista Sociologia Política, Curitiba, Nº23, p55-62, Novembro, 2004.

UFU – Comitê de Monitoramento à Covid19 no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia. **Relatório de avaliação das atividades acadêmicas remotas emergenciais – AARE e do Trabalho Remoto**. Universidade Federal de Uberlândia. COVID19 – 1ª Versão Setembro de 2021. Disponível em: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/imagem/relatorio_avaliacao_ensino_remoto_0.pdf. Acesso em: 01 out. 2021 às 8h58.

YANCY, G. **Judith Butlher:** O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades. [Tradução de César Locatelli – Publicado originalmente em "Trhthout"] Carta Maior. Publicado em: 04 mai. 2020, 15h49. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390. Acesso em: 01 out. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O MESTRE IGNORANTE NO CONTEXTO DO CENTRO DE MÍDIAS DO AMAZONAS

Regina Ferreira da Costa[1]
Sirley Marques da Silva[2]

Introdução

No Brasil, a denominação do ensinar e do aprender tem sido descrita como um processo que implica garantias de bons resultados conforme indicativos mensuráveis associados ao resultado do desempenho dos estudantes.

A melhoria da qualidade da educação básica passou a ser defendida como algo numérico no país visto a relevância dos resultados, tanto das avaliações nacionais realizadas a partir da década de 90 com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e na adoção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica instituído pelo Decreto n. 6.094, de 2007 (BRASIL, 2007), como também, nas avaliações internacionais, através de resultados comparativos entre países, como o *Programme for International Student Assessment* (PISA).

Estudos realizados com participação de organismos internacionais (UNICEF, 2007 e 2010) investigam a busca de eficácia e eficiência do ensino fundamental, e por que determinadas escolas públicas brasileiras se destacam positivamente nas avaliações e índices educacionais.

Entretanto, há um caráter polêmico sobre a questão da qualidade da educação escolar discutida por sua complexidade, sua natureza histórica e o seu caráter de classe na literatura educacional (BEISIEGEL, 2005; OLIVEIRA E ARAÚJO, 2005; DOURADO E OLIVEIRA, 2009; FERREIRA E TENÓRIO, 2010; OLIVEIRA, 2009).

A qualidade da educação brasileira comparativamente com a de outros países, exige o enfrentamento de amplas discussões e análises, desde a perspectiva do próprio contexto do ambiente escolar, quanto dos aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais que os cercam e afetam na busca e avanço da garantia do direito a educação de qualidade.

Do ponto de vista inerente ao ambiente escolar, a estrutura física das escolas, a organização do planejamento participativo, a gestão democrática, a formação e a valorização dos docentes, a violência no cotidiano escolar são apenas algumas das possíveis variáveis de investigação à qualidade da educação. É compreensível, portanto, que o desempenho final do sistema de ensino resulte da interferência das inúmeras variáveis relacionadas ao processo de ensinar e de aprender, assim, surgem necessidades de estudos sistêmicos para ampliar a condicionante qualidade do ensino público ofertado no Brasil.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. E-mail: reurreu@yahoo.com.br
[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. E-mail: sirleymarquesdasilva37@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os estudantes do Centro de Mídias do Amazonas (CEMEAM) configuram o universo das avaliações e índices educacionais da rede estadual de ensino do Amazonas e do país, portanto, discutir e reflexionar como a educação vem ocorrendo através de diferentes olhares é fundamental para que pelo menos amenizem as disparidades regionais na garantia da educação de qualidade socialmente referenciada como um direito de todos.

Diante desse cenário e sob a ótica de Jacques Rancière na perspectiva da emancipação intelectual a ideia norteadora do estudo pautou-se não em refletir no processo de ensinar e de aprender, mas reflexionar o processo entre o ensinar e o aprender, através das relações mestre-aluno estabelecidas e construídas nos momentos denominados interatividades no CEMEAM, para além de indicadores mensuráveis estabelecidos como parâmetros de qualidade, contudo que possam ampliar discussões em relação às condicionantes de qualidade para o ensino público ofertado no Brasil.

O presente estudo propõe inserir no contexto do CEMEAM um debate contemporâneo através do olhar de Jacques Rancière em sua obra intitulada O Mestre Ignorante sob a perspectiva e proposituras do mestre-Jacotot. A descrição se estrutura num primeiro momento com a apresentação do Centro de Mídias e em seguida a aproximação das principais ideias de Rancière na relação mestre-aluno.

O contexto do Centro de Mídias do Amazonas

Pensado preliminarmente enquanto proposta de projeto de universalização do ensino para o Estado do Amazonas, o Centro de Mídias do Amazonas **(**CEMEAM) foi concebido em 2005 à Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM), concretizado em 2006 e no ano seguinte iniciou suas atividades. Desde então vem atendendo a rede pública de ensino do interior do Estado, estimando cerca de aproximadamente 40 mil estudantes em 2019 em todas as etapas da educação básica, desde o ensino fundamental até o ensino médio, além da educação de jovens e adultos. Neste universo estudantil com inúmeras diversidades culturais, sociais e ambientais, soma-se o perfil dos alunos, alguns pertencentes a comunidades rurais, áreas indígenas e ribeirinhos.

Os estudantes do CEMEAM estão pulverizados nos 62 municípios do Estado, que se encontram de certa forma isolados geograficamente, tanto em virtude da própria extensão territorial, da ordem de 1.559.167,878 km² (IGBE, 2020), quanto pela dificuldade de acesso a maioria dos municípios por via terrestre, sendo possibilitado apenas por via fluvial ou aérea, o que leva de certa forma a também contribuir para a ausência ou indisponibilidade de professores especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

Em relação aos docentes no contexto do CEMEAM, classificam-se em professores presenciais e ministrantes. Os presenciais são professores da própria comunidade e que na maioria das vezes, apresentam formação em pedagogia, mas não necessariamente licenciatura nas áreas das disciplinas. Em contrapartida, os professores presentes no estúdio de gravação com formação mínima de especialista da área correspondente, são denominados professores ministrantes. Para cada uma das disciplinas e em cada série, dois professores ministrantes são responsáveis pelo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

planejamento, elaboração e condução das aulas e das avaliações, auxiliados por equipes pedagógicas e de produção artística.

As aulas são transmitidas em formato de módulos correspondente à carga horária de cada disciplina e percorrem o Estado, através de uma conexão via satélite, a partir da capital Manaus, sendo transmitidas em tempo real, pelos professores ministrantes que estão no estúdio no período vespertino e noturno nas diversas séries.

A metodologia presencial mediada por tecnologia utilizada no CEMEAM disponibiliza um plano de aula pré-determinado, subdividido em momentos de conteúdos, atividades e interatividades (Figura 1).

às 13h40min	**AULA 1.1: PROFESSOR(A) MINISTRANTE 1**		
	EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO (Com revisão da aula anterior)		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
03min	Revisão		
02 min	Desafio do Dia		
10 min	Continuação da exploração dos conteúdos.		
	DINÂMICA LOCAL E INTERATIVIDADE 1: PROFESSOR(A) MINISTRANTE 1		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
10 min	Dinâmica local interativa 1		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Interatividade 1		
0 às 14h20min	**EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO** (Continuação da aula 1.1): **PROFESSOR(A) MINISTRANTE 1**		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Continuação da aula 1.1		
	DINÂMICA LOCAL E INTERATIVIDADE 2: PROFESSOR(A) MINISTRANTE 1		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
10min	Dinâmica local interativa 2		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Interatividade 2		
20min às 15h	**AULA 1.2 : PROFESSOR(A) MINISTRANTE 2** **EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO**		
	CONTEÚDOS	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15 min	Continuação da exploração dos conteúdos		
	DINÂMICA LOCAL INTERATIVA E INTERATIVIDADE: PROFESSOR(A) MINISTRANTE 2		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
10min	Dinâmica local interativa 3		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Interatividade 3		
0 às 15h14min	**INTERVALO**		
5 às 15h55min	**EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO** (Continuação da aula 1.2): **PROFESSOR(A) MINISTRANTE 2**		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Continuação da aula 1.2		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
10 min	Dinâmica local interativa 4		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15min	Interatividade 4		
5 às 16h30min	**RESUMO E INTERATIVIDADE: PROFESSOR(A) MINISTRANTE 1 e 2**		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
15 min	Resumo do dia		
	CONTEÚDO	**PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**	**RECURSOS**
20min	Interatividade Final		

Figura 1. Modelo plano de aula CEMEAM.
Fonte: CEMEAM-SEDUC/AM (2019).

Os momentos de interatividades são também fragmentados e ocorrem sempre ao vivo no tempo de cada aula das disciplinas durante todo o ano letivo. No ensino fundamental as interatividades são realizadas em quatro períodos de quinze minutos intercalados com a apresentação de

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

conteúdos e atividades e um período final de vinte minutos, totalizando o tempo de uma hora e vinte minutos de interações.
Na educação de jovens e adultos (4º e 5º fase) são quatro períodos de quinze minutos, totalizando uma hora de interações. No ensino médio e na educação de jovens e adultos (1º e 2º fase do médio) são dois períodos de quinze minutos, intercalados com a apresentação de conteúdos e atividades e um período final de vinte e cinco minutos, totalizando o tempo de cinquenta e cinco minutos de interações.
Nessa proposta de estudo os períodos de interações considerados para a construção da relação entre mestre-aluno pautou-se na análise do ensino fundamental, por verificar maior tempo de observações comparativamente aos demais níveis de ensino, acrescido de pesquisa anterior como suporte analítico a este estudo.

Relação mestre-aluno no Centro de Mídias do Amazonas sob a perspectiva do Mestre Ignorante

O modo de pensar de Jacques Rancière no seu livro O Mestre Ignorante nos faz buscar um sentido reflexivo para o ato educativo, através do resgate da relação do mestre francês Joseph Jacotot com um grupo de alunos holandeses.
Inicialmente, Rancière apresenta um aparente dilema na propositura de Jacotot aos seus alunos holandeses, que não conheciam a língua francesa, para que lessem com a ajuda do texto em versão bilíngue o romance *Télémaque*, de François Fénelon (1699). Porém o que parecia a princípio algo improvável, pois o mestre também desconhecia a língua dos seus alunos torna-se possível, ou seja, os alunos holandeses aprenderam a ler em francês sem a explicação do mestre.

> [...] Creio que Deus criou a alma humana capaz de se instruir por si própria, e sem mestres [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 143)

A percepção de que os alunos haviam aprendido, sem passar pela lógica tradicional da explicação do mestre inverte a lógica no sentido de que não há uma explicação a aprender.

> [...] É preciso que eu lhes ensine que nada tenho a ensinar-lhes [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 27).

A lógica tradicional da explicação do mestre pode ser vista como a invenção da incapacidade do outro, permitindo assim o nascimento da figura do explicador. O mestre é esse explicador que tem inventado o incapaz para justificar a sua própria explicação.

> [...] A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender... É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 20).

Seria necessário então, inverter a lógica da explicação: a lógica de inventar o outro incapaz, e consequentemente, a lógica do ato de explicar, pois não há explicações melhores nem piores, uma vez, que não há explicação. Assim como, não há compreensão melhor ou pior, pois não há compreensão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] Compreender é a causadora de todo o mal. É ela que interrompe o movimento da razão, destrói sua confiança em si, expulsa-a de sua via própria, ao quebrar em dois, o mundo da inteligência [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 21).

Nas colocações de Rancière, observa-se que o que importa é que já não há mais alunos incapazes ou inferiores, assim como, já não há mais mestres sábios que não fazem nada além de assimilar sua inteligência na inteligência do outro.

> [...] O explicador é aquele que impõe e abole a distância, que a desdobra e que a reabsorve no seio de sua palavra [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 19).

Para Rancière, a relação mestre-aluno deve transcorrer dentro da igualdade de inteligências, um axioma que deve ser constantemente verificado, a partir do qual se pode pensar e agir. Rancière lembra que os alunos do mestre Jacotot aprenderam sua língua materna antes de passarem pelo sistema formal da escola, ou seja, foram expostos a conviver com ela, porém sem explicações, ou seja, a aquisição autônoma, de que todos, são capazes de exercitar, porque somos capazes de vivenciar, manipular, explorar novos saberes.

> [...] É preciso que [ele] decida que as inteligências são iguais. No entanto, essa decisão não é uma operação meramente intelectual, mas também da vontade, no sentido de uma operação que reestrutura as relações entre os homens. Eis toda a lógica da coisa. (RANCIÈRE em entrevista a VERMEREN et al, 2003, p. 192-3)

Dessa forma, para Rancière, o aluno poderia aprender o que quisesse, assim como o mestre ensinar o que ignora, desde que a vontade assim se colocasse. O desejo de aprender ou de ensinar é visto como requisito principal e envolveria uma operação que impõe, acima de tudo, uma vontade.

> [...] Esse método da igualdade era, antes de mais nada, um método da vontade. Podia-se aprender sozinho, e sem mestre explicador, quando se queria, pela tensão do próprio desejo ou pelas contingências da situação [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 30).

Para Rancière, o caminho, o funcionamento igual, universal das inteligências só seria possível pelo processo de emancipação intelectual, ou seja, quando há tomada de consciência de uma igualdade. O aluno, tendo despertado em si o interesse de aprender algo, pudesse fazê-lo por si só, numa condição que o iguala a qualquer outro ser humano que aprende. A convicção de que cada um é capaz de realizar uma obra, que cada um possui um saber que não depende de explicações, porém que se faz, que acontece, é deste modo, para Rancière atributo da emancipação intelectual.
A emancipação intelectual destaca-se como conceito elementar na obra O Mestre Ignorante de Rancière, a partir da experiência do mestre Jacotot, no qual demonstrou que é puramente a vontade do mestre que dialoga com a vontade do aluno, na busca de reconhecer a igualdade das inteligências.

> [...] para buscar seu caminho e, portanto, para exercer sozinho, sua inteligência [...] (RANCIÈRE, 2003, p. 188).

A partir da experiência de Jacotot é possível inferir aproximações no contexto do Centro de Mídias do Amazonas. Costa (2020) ao analisar o modelo do plano de aula utilizado pelo CEMEAM para

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o ensino fundamental evidenciou o predomínio de indicativos como a satisfação para os momentos de interatividade construídos na interação entre professor ministrante e estudante, mostrando a potência das relações através de um vínculo de segurança e de autonomia na postura dos estudantes no momento em que se mostram e apresentam-se nas interatividades.
Para Rancière,

> [...] Todo conhecimento de si como inteligência está no domínio de um livro, de um capítulo, de uma frase, de uma palavra [...] (RANCIÈRE, 2002, p. 37).

Os momentos de interatividades, para os alunos do CEMEAM, podem representar toda sua construção, leitura, cultura, conhecimento adquirido, enfim, ser entendido como a operação de tradução de uma inteligência autônoma para outra inteligência autônoma, e determinante, para que somente o igual compreenda o igual.
Costa (2020) percebeu também que a relação construída entre o professor ministrante e o professor local é favorecida, através das interatividades, na condução do professor local de forma clara, sinalizando e compartilhando detalhes perceptíveis da sua sala de aula que seriam praticamente indisponíveis da percepção do professor ministrante por estar em outro ambiente.
É interessante observar que há propositura de igualdades de inteligências não apenas na relação mestre-aluno, mas também mestres-mestres. Tornando-se claro que a não hierarquização dos saberes, reflete na construção da autonomia de modo dialógico, onde os indivíduos possam se educar e respeitar em conjunto dentro da sua cultura e na própria realidade em que vivem, criando um ambiente saudável do processo entre o ensinar e aprender.

Diante das contribuições de Costa (2020) que serviram de base de análise para discutir a relação mestre-aluno, entre outras observações, percebe-se que o momento de interatividade transfere o estudante do CEMEAM para o seu palco de ação, ou seja, é o momento em que ele se apresenta na forma de protagonista das suas ideias, narrativas, criatividades, enfim do seu próprio conhecimento. Podemos ir além e dizer que é onde a logica da explicação do mestre se inverte. Nesse momento a explicação do mestre não é necessária para socorrer uma possível incapacidade de compreensão, pois o próprio aluno será o seu próprio explicador.
Ao analisar o modelo plano de aula do ensino fundamental (Figura 1) nos tempos definidos, observa-se que uma hora e quinze minutos são destinadas ao professor ministrante em contrapartida os quarenta minutos atribuídos ao aluno para realização de suas atividades e uma hora e vinte minutos para sua interatividade, correspondendo um total de duas horas à sua autonomia.
Através do comparativo entre os períodos totais destinados à fala do mestre e a do aluno em cada aula, pode-se refletir como uma possibilidade de perceber que a metodologia presencial mediada por tecnologia utilizada no CEMEAM prioriza a autonomia do aluno como seu próprio mestre explicador, ou seja, a lógica da explicação se inverte neste momento.
Corroborando a estas análises, destacam-se algumas narrativas dos alunos do CEMEAM elucidadas no estudo de Costa (2020), apresentadas no Quadro 1.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 1 – Narrativas dos alunos CEMEAM durante as interatividades

[...] é isso que eu consegui fazer [...]	[...] vou apresentar o que eu entendi [...]
[...] essa é a minha resposta [...]	[...] consegui fazer assim [...]
[...] vamos apresentar em dupla [...]	[...] é a resposta da turma [...]
[...] a aula foi divertida [...]	[...] aprendemos muito hoje [...]
[...] vou ler a pergunta e a minha colega vai falar a resposta [...]	

Fonte: Adaptado de Costa (2020).

Verifica-se através das narrativas que é possível compreender o aluno do CEMEAM como detentor da sua própria história, não encarregado de uma tarefa de memorizar conteúdos ou assimilar o que o mestre explicou, mas apresenta elementos para construção de um individuo ativo, buscando ser o protagonista do seu próprio conhecimento.

O professor ministrante e o professor local, apesar do estabelecerem relações com um vasto quantitativo e ampla diversidade de alunos do CEMEAM, precisam se apropriar constantemente do pressuposto que todos os alunos são iguais e que possuem seus aspectos culturais e intelectuais antes da educação acontecer, devem agir, portanto, como mediador e facilitador do processo entre o ensinar e o aprender.

Embora ausente na sociedade, a igualdade é fundamental e atual. De acordo com Rancière é:

> [...] iniciativa de indivíduos e grupos que, contra o curso natural das coisas, assumem o risco de verificá-las e de inventar as formas, individuais ou coletivas, de sua verificação. Essa lição, ela também, é mais do que nunca atual [...] (RANCIÈRE, 2003, p. 14).

Considerações finais

As interações previstas do CEMEAM entre professor ministrante-estudante-professor local podem ser o ponto elementar do processo entre o ensinar e o aprender, através das relações de autonomia, segurança e confiança desenvolvidas a partir dos vínculos adquiridos das relações mestre-aluno e mestre-mestre.

Contudo as aproximações desse estudo focaram o nível de ensino fundamental baseado nas observações descritas, indicando a necessidade de ampliar as discussões para as demais etapas de ensino atendidas pelo CEMEAM, no intuito de favorecer uma análise mais abrangente da metodologia presencial mediada por tecnologia relacionada aos pressupostos da emancipação intelectual, sob a ótica de Jacques Rancière.

Neste sentido, outras análises quanto a este aspecto podem ser investigadas, principalmente no processo entre o ensinar e o aprender da educação de jovens e adultos, visto que os momentos disponibilizados para interações dessa parcela da sociedade já advinda de desigualdades no sistema educacional são inferiores aos estabelecidos comparativamente para o ensino fundamental regular ou igualmente ao estabelecido para o ensino médio regular na proposta do plano de aula do CEMEAM.

Evidentemente, que a amplitude dos momentos de interações não pode ser considerada fórmula para garantia de sucesso do processo entre o ensinar e o aprender, pois a emancipação intelectual do individuo sob a perspectiva de Rancière insere nessa discussão, a vontade do mestre que dialoga com a vontade do aluno, para buscar seu próprio caminho e, assim, exercer sozinho, sua própria inteligência. Entretanto, podemos considerar que a metodologia presencial mediada por

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tecnologia, através das interatividades pode aproximar as relações dos agentes do processo, na construção da autonomia de modo dialógico, ou seja, onde os indivíduos se eduquem em comunhão, dentro da sua própria cultura e realidade em que vivem.
Porém, apesar do quantitativo de estudantes atendidos pelo CEMEAM, ainda é pouco o que se sabe sobre eles, seu fluxo de continuidade ao projeto, suas trajetórias individuais, suas expectativas, necessidades, aspirações e seus desejos, assim como dos mestres e, principalmente sobre as relações entre eles. Diante da perspectiva de Rancière, de que é necessário respeitar as características de cada um, pois tudo aquilo que o individuo já sabe e entende faz mais sentido a si mesmo, são indicadas outras aproximações em estudos futuros ao CEMEAM.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade do ensino na escola pública.* Brasília: Liber Livro, 2005.

BRASIL. Decreto n°6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil***,** Brasília, DF, 25 abr. 2007.

COSTA, R.F. Análise do modelo plano de aula da disciplina de matemática no ensino fundamental do Centro de Mídias do Amazonas. ***Anais do CIET: EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)***, São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1240>. Acesso em: 20 de outubro. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Caderno CEDES*: Campinas. v. 29. n. 78. maio/ago. 2009. p.201-215.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. *Avaliação educacional e indicadores de qualidade:* um enfoque epistemológico e metodológico. *In:* TENÓRIO, Robinson; LOPES, Uaçaí de Magalhães. (orgs.) Avaliação e gestão: teorias e práticas. Salvador: EDUFBA, 2010. p.143-181.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Último acesso em: 16 de outubro. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A função social da educação e da escola pública:* tensões, desafios e perspectivas. *In:* FERREIRA, Eliza Bartolozzi.; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (org.) Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.237-252.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação.* n.28, p.5-24, jan./fev./mar./abr., 2005.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante*: Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SEDUC. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. Disponível em: http://www.seduc.am.gov.br/. Último acesso em 16 de outubro. 2021.

UNICEF. *Aprova Brasil*: O direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil. 2.ed. MEC; INEP; UNICEF, Brasília: 2007.

UNICEF. *Caminhos do direito de aprender:* boas práticas de 26 municípios que melhoraram a qualidade da educação. Brasília, DF, UNICEF, Brasília: 2010.

VERMEREN, P.; CORNU, L.; BENVENUTO, A. (2003). Atualidade de *O Mestre Ignorante* [Entrevista com Jacques Rancière]. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n.82, p. 185-202, abril de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a09v24n82.pdf. Último acesso em: 22 de outubro de 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENTRE O ESCREVER E O VIVER: ESCREVIVÊNCIAS DE TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES NEGRAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Roberta Dias de Sousa[1]
Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa[2]

> *A Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso... O nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá... No abebé de Oxum, nos descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual.* (EVARISTO, 2020 p. 38)

Trazemos para iniciar esse texto uma conceituação de escrevivência pelo olhar da autora Conceição Evaristo, mostrando a potência e a importância da fala em primeira pessoa, principalmente quando falamos sobre as narrativas do povo negro. Conceição Evaristo autora negra, nascida em Minas Gerais estado da região sudeste do Brasil, e um dos principais estados escravocratas do Brasil, é autora de livros importantes da literatura atual como "Ponciá Vicencio" e "Insubmissas lágrimas de mulheres" entre outros títulos, que trazem na escrita escrevivente narrativas que falam da história de vida de mulheres e suas lutas, dores, amores e dissabores. A autora que viveu em sua infância e início da vida adulta as adversidades e tensões que vem acompanhando a realidade das pessoas afro-brasileiras desde os tempos da escravização de pessoas negras, ao escrever sua dissertação de mestrado traz o termo escrevivência que tempos depois começa a ser utilizado e pensado como metodologia de pesquisa em diferentes cursos de diferentes universidades brasileiras.

Nesse texto traremos uma conceituação da escrevivência através do diálogo entre duas pesquisas de mestrado finalizadas no ano de 2021 que trouxeram essa metodologia para falar das mulheres negras pesquisadas em ambos os trabalhos, retratando a importância de metodologias outras, que se pretendem decoloniais, com um afastamento das metodologias hegemônicas para pensar as pesquisas atuais, principalmente as que tragam para o centro do debate experiências e vivências do povo negro. Nas pesquisas em questão tivemos um olhar sobre trajetórias escolares, caminhos para a docência e representatividade nesses espaços.

[1] Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP, professora das infâncias das redes municipais de Itaboraí e Niterói/RJ, Brasil, Membro do grupo de pesquisa Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Etnicorraciais. E-mail: betadias3112@gmail.com .
[2] Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP, professora das infâncias em Niterói/RJ, Brasil, Membro do grupo de pesquisa GIFORDIC. E-mail: driellelisboa@gmail.com .

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A escrita escrevivente como metodologia decolonial

A escritora Conceição Evaristo ao compartilhar através dos seus livros as suas escrevivências, não as trouxe como conceito ou ferramenta metodológica. Evaristo escreveu o seu primeiro texto, o romance memorialista Becos da memória (2017) em 1987/1988, mas a sua publicação, só aconteceu 20 anos depois de escrito, após diversas tentativas frustradas, o que nos mostra o quão tardia foi sua descoberta. O primeiro espaço que acolheu suas produções literárias, foi o Movimento Negro Unificado (MNU) principalmente as mulheres negras que a ele pertenciam, levando seus textos para as escolas. O grupo Quilombhoje publicou seus primeiros textos nos cadernos negros, antologia publicada anualmente alternando entre contos e poesias, o grupo incentiva o hábito da leitura, estudos, pesquisas e diagnósticos sobre literatura e cultura negra.
Em 1995, ao finalizar seu mestrado em literatura brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) com a dissertação intitulada: *Literatura Negra*: uma poética de nossa afro-brasilidade, Conceição Evaristo brilhantemente munida da arte das palavras fez um jogo de sentidos com os verbos escrever e viver, buscando formas ortográficas de nomear a sua vivência carregada de clivagens sociais, narrando como sujeito que ocupa um corpo mulher-negra-pobre. Entretanto, a própria autora nos aponta que o processo de construção do conceito se antecede a seus escritos, "Talvez na escrita de *Becos*, mesmo que de modo quase inconsciente, eu já buscasse construir uma forma de escrevivência" (EVARISTO, 2017, p. 9). Para além da estética literária frisada de uma perversidade poética, com marcas representativas de linguagem, Conceição Evaristo vem pensando em suas obras a *escrevivência* politicamente, a partir das histórias e perspectivas da população negra, sobretudo de mulheres negras. Uma escrita que se dá associada à nossa vivência, que é individual e coletiva, uma escrita inevitavelmente contaminada pela subjetividade de sua/seu escritora/or, como defende a autora.
Dessa forma Conceição Evaristo ressalta que:

> Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de *representação* da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se "da pena" objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpos literário brasileiro imagens de uma *auto-representação*. Criam, então, ...uma literatura em que o *corpo-mulher-negra* deixa de ser o corpo do "outro" como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. (EVARISTO, 2005, p. 54)

A *escrevivência* foi pensada nestas pesquisas, como uma ferramenta metodológica de caráter político e social, assim como Machado e Soares (2017) vem utilizando no campo da psicologia social. Uma escrita que traz em sua estética os marcadores sociais das vozes que representa. No diálogo com as autoras, expandimos nossa compreensão da escrevivência enquanto ferramenta teórica, aprendendo a definição do conceito de *escreviver*, agora pensado a partir das suas experiências, tratando a escrevivência como ferramenta metodológica:

> Escreviver significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (MACHADO e SOARES, 2017, p. 206).

Deste modo, a intenção da escrita nestes trabalhos foi vincular a sofisticação científica/acadêmica, com o pessoal e subjetivo representado pelos relatos de mulheres negras, como parte do discurso acadêmico. "Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético[...] Essa deveria ser a preocupação primordial da descolonização do conhecimento acadêmico (KILOMBA, 2019, p. 59)." Um discurso teorizado nas margens posicionado em um lugar que não é neutro, demandando uma linguagem didática, que utilize conceitos elaborados, mas que possam ser facilmente compreendidos pela/o leitora/o. Para Djamila Ribeiro (2017), isso de modo algum é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual com a prática política, com a intenção de legitimar a produção de mulheres negras e descolonizar o pensamento, trazendo para o debate diferentes perspectivas. Na nossa concepção, esta é a maior batalha epistêmica e metodológica desses trabalhos, produzir um conhecimento que seja acessível, não só nos espaços universitários, mas nos movimentos sociais e escolas de ensino básico, por exemplo.

Afinal de contas, para adentrarmos os espaços de poder historicamente ocupados por brancos, em especial na universidade, precisamos acessar a língua padrão ou estaremos mais uma vez, sendo excluídos destes. Compreendemos que a linguagem estabelecida como padrão é arraigada no colonialismo e arbitrária às outras vozes e culturas populares. Contudo, nós negras e negros, precisamos primeiramente estar nesses lugares, de forma não subalternizada. E a partir disso, criarmos outras linguagens possíveis. Pressupomos que seja esse o caminho para legitimar a nossa presença, enquanto grupo social marginalizado. Precisamos a todo instante refutar a ideia da voz única e a exclusão histórica de uma pluralidade de vozes em espaços de poder, inspirada por Grada Kilomba (2019) questionamos: quem pode falar? O que acontece quando nós falamos? E sobre o que nos é permitido falar? Para Djamila Ribeiro (2017) precisamos romper com o silêncio institucionalizado, que segundo a autora é produzido a partir da imposição de uma voz única, uma voz que quer falar sobre nós, para Djamila ter direito a voz é ter direito à humanidade.

> Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia [...] Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível "voz de ninguém", como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (RIBEIRO, 2017, p. 90)

Inspiradas nessas mulheres e em muitas outras autoras e intelectuais negras que discordam da ideia de um discurso fincado em uma neutralidade epistemológica, reconhecendo e legitimando o discurso que nasce apoiado e localizado em um lugar social, que carrega marcas e por vezes, silêncios. Em síntese, a cada palavra, conceitos e referenciais que optamos politicamente, definimos um lugar de uma identidade e representação. Sendo assim, nada mais sensato que Conceição Evaristo, para nos falar de uma escrita fincada em um lugar/contexto social.

> [...]quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um 'corpo- mulher-negra em vivência' e que por ser esse 'o meu corpo, e não outro', vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço - frente às outras mulheres, não brancas (EVARISTO, 2009, p. 18).

A escrita *escrevivente* propõe uma reviravolta nos padrões científicos, trazendo uma narrativa singular, mas que a todo instante ressalta um coletivo, isto é, a um grupo social cujas vozes são históricas e epistemicamente sufocadas: as mulheres negras pobres e sem escolarização. Resgatando o termo "pretuguês[3]" de Lélia Gonzalez (1988b) considerado resultado da interação entre a língua do colonizador e a resistência linguística dos africanos, que segundo a autora foi transmitido pelas mulheres negras na figura da mãe preta, que através de um golpe linguístico transmitiam a intelectualidade africana (AKOTIRENE, 2019).

Pensando o conceito de *escrevivência* aplicado como ferramenta metodológica de investigação, produção de conhecimento e posicionalidade. Em meio a diversos recursos de escrita, a escrevivência se utiliza da experiência do autor/a para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres. (MACHADO e SOARES, 2017).

> A produção de Evaristo aponta para o necessário incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica, como um sinal da virada epistêmica em que essa produção se insere, bem como por sustentar a força de uma ética engajada à militância nos escritos e movimentos políticos de mulheres negras (MACHADO e SOARES, 2017, p. 203).

As histórias das mulheres registradas e problematizadas nas pesquisas apresentam uma potente dicotomia, pois são vidas que se assemelham nas suas *interseccionalidades* e se diferem nas particularidades presentes na trajetória de cada uma, pois a mulher negra que fala de si, fala também de várias outras mulheres que são socialmente silenciadas.

Fernanda: uma história de Anas, Marias e Carolinas

Uma das pesquisas que fazem parte desse trabalho e que traz a perspectiva da escrevivência como metodologia de pesquisa, se apoia na pesquisa narrativa para pensar as relações entre autoidentificação e possíveis práticas antirracistas nos trabalhos com crianças da Educação Infantil. Durante os encontros da pesquisa, a potencialidade das falas das professoras sobre suas vivências e os atravessamentos dessas com suas perspectivas e experiências docentes se tornaram importante objeto de reflexão. Dessa forma falar sobre as questões iniciais pensadas para a pesquisa, ausentando essas falas/depoimentos, traria uma neutralidade que não pertencem à pesquisa narrativa. Uma outra questão percebida nos encontros eram as similaridades entre as

[3] Aclamada como uma das mais importantes intelectuais brasileiras, Lélia durante a sua vida adensou os seus estudos no campo da filosofia, geografia e história, refletindo o racismo e o sexismo no Brasil. Para Gonzalez (1984) a linguagem é um fator de humanização e subjetivação, que desloca o negro de objeto passivo para a condição de sujeito que se apropria de saber.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

histórias das mulheres professoras pesquisadas, trazendo a perspectiva individual/coletiva tão presente na escrevivência.

> escrevivência é uma escrita que fala de corpos, rostos e histórias muitas que se entrecruzam e se potencializam através de uma narrativa. São histórias de vida, que apesar de individuais em seus acontecimentos, representam e são vivenciadas por outras pessoas que carregam os mesmos marcadores sociais, sendo principalmente histórias de mulheres, negras, vindas das classes populares. Essas vivências são sobretudo acerca de formas de resistir e reexistir. (SOUSA, 2021, p. 74)

Abaixo, trazemos alguns trechos de uma das escrevivências escritas na dissertação para exemplificar e pensar os caminhos metodológicos da escrevivência.

> Em um parquinho de uma escola pública no centro de Itaboraí, sentada em um gira-gira, está uma menina de cinco anos. Poderíamos pensar que está ocupada com as *desimportâncias* de Manuel de Barros*:* o caminho das formigas, as flores que surgiram no quintal, o desenho das nuvens.... Mas, para algumas crianças, principalmente as de pele negra, até o direito de usufruir da imaginação ou exercitar o ócio lhes é retirado desde muito cedo. Ela pensava em como viveria sem a presença do pai. (...) Entre as lembranças da escola Fernanda não se recorda de rotinas escolares, professoras ou experiências que tenha vivido nas turmas que participou. Ela se lembra do papelão que usava para descer a pequena inclinação na área externa da escola que tinha uma grama convidativa. Se lembra das funcionárias, amigas de sua mãe, que sempre davam um jeito de transgredir regras para deixá-la mais tempo na escola, dar um lanche fora de horário e realizar as tarefas que seriam de casa. Nos corredores e biblioteca da escola Fernanda fazia seus trabalhos escolares e continuava gostando mais dos vazios do que dos cheios, como diria Manoel. (...) Fernanda cresce certa da profissão que não queria seguir, ao contrário da vontade de sua mãe, faz um ensino médio em formação geral, cursos profissionalizantes, e trabalho no contraturno, sem tempo para pensar muito sobre suas decisões e seus caminhos, foi tratando de viver. E nessa vivência foi se encontrando rotineiramente com o racismo estrutural quando passava por processos seletivos de empresas que não esperam por pessoas negras em seus caminhos. Não desistiu, e de tanto tentar, tornou-se recepcionista, mas os caminhos que nós planejamos nem sempre são os desenhados. Fernanda perdeu sua mãe e começou a pensar no sonho dela de ter uma filha com um diploma. Ao procurar por um curso em sua cidade, a única opção noturna era o Curso de Pedagogia. Ela fez o curso e gostou tanto que, ao concluir, fez imediatamente uma pós-graduação. Em seguida foi aprovada em concurso público para ser professora de Educação Infantil. Começou sua caminhada como professora e, mesmo sem se dar conta, o interesse pelas questões raciais já se colocava em seu horizonte. (...) Fernanda costuma dizer que suas práticas com as crianças negras na Educação Infantil nem sempre tiveram o caráter antirracista que hoje defende. Percebe que poderia ter feito tudo diferente, mas que a falta de referenciais, de leituras e de reflexões sobre as questões étnico-raciais corroboraram para que suas práticas não fossem comprometidas com tais questões. (SOUSA, 2021, p. 112)

A partir da escrevivência de Fernanda, podemos perceber algumas dessas singularidades que são parte de uma coletividade, principalmente quando se trata de corpos mulheres-negras-pobres, como nos alerta Conceição Evaristo, mostrando a potência de uma escrita que traga essas vozes para o centro.

Percebemos as dificuldades experimentadas por uma infância marcada por rompimentos e perdas, assim como a forte pressão para adentrar em um mercado de trabalho precocemente e para isso sendo possíveis dois caminhos, um ensino médio profissionalizante ou trabalhos que socialmente são subalternizados e que oferecem pouco retorno financeiro. A escolha de Fernanda foi pela segunda opção. Nessa caminhada ela narra as dificuldades e preconceitos que vivenciou em busca de um emprego. Ao reencontrar-se com o sonho de sua mãe e cursar pedagogia, Fernanda

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

reconstrói sua trajetória e ressignifica sua história, principalmente após a maternidade. Fernanda procura em seu trabalho como professora ressignificar as experiências de suas crianças da Educação Infantil, se empenhando em deixar marcas positivas sobre suas histórias, memórias, vivências e características.

Com essa escrevivência podemos pensar nos impactos que a educação desempenha na trajetória de crianças negras. Fernanda percebe com seu olhar de adulta o quanto alguns caminhos e algumas escolhas poderiam fazer a diferença em suas vivências. Ingressar em uma faculdade, algo que para muitas crianças periféricas tem sido impedido, pela necessidade das famílias de terem mais uma fonte de renda, foi uma das grandes questões de sua vida, para não seguir a docência, caminho em que não acreditava pertencer, optou pelo trabalho e só depois retornou para a faculdade. muitos não chegam a ter essa possibilidade, muitos sequer ousam querer essa possibilidade por acreditarem não pertencerem a ela. A trajetória de Fernanda narra as experiências de muitas outras.

Refletindo as trajetórias das mulheres negras à escola pública

Na sociedade contemporânea, uma das importantes vias de acesso à mobilidade social ascendente é a educação formal. E quando falamos de um país desigual como o Brasil, percebemos que as desigualdades de raça, classe e gênero colocam as mulheres negras como mais vulneráveis socialmente e com maiores dificuldades de ascensão econômica social.

Os fios urdidos das trajetórias escolares das mulheres negras ex-estudantes de um Pré-vestibular Popular exemplificam a árdua tarefa que é acessar e permanecer em espaços escolares. É interessante notar que os obstáculos que dificultam a permanência das entrevistadas aparecem desde a tenra infância, quando elas falam de suas lembranças transpassadas de ausências básicas.

> Tive uma infância bem complicada, né. Difícil, porque minha mãe, é mãe solteira, trabalhava pra sustentar a gente, a gente passou muitas dificuldades. [...]Então, às vezes acabava o gás e a gente, e ela não tinha dinheiro pra comprar. Aí a gente comia pão com mortadela até ter dinheiro pra ter uma comida, ou então comia angu, eu odeio angu. Eu tenho horror a qualquer mingau, hoje em dia, por conta disso. Porque era o que tinha, a gente não passou fome diretamente, de não ter comida pra comer, mas tinha dias que só tinha angu e arroz. (CRISLAINE, 2020)

A seguir, o dramático depoimento de Dâmaris traz a escola como um espaço, além de educativo, de acolhimento alimentar.

> A gente passou fome. Principalmente eu e o Lucas, né! Minha irmã engravidou com 14 anos, logo saiu de casa. Meu irmão mais velho era traficante. E aí a minha mãe ficou nesse impasse com a gente, comigo e com Lucas. Depois de se separar do meu pai tentando viver uma vida livre, jovem. [...], mas a gente passou muita dificuldade, a gente já chegou a passar fome. A fome é algo que dói, dói muito, dói demais, se criança. A ponto de você depender de comida de escola, assim. Ir para escola pra você almoçar. E a gente às vezes saía pra catar comida na rua eu e o Lucas. Ia a igreja pra pegar pão. Isso é uma coisa que, uma lembrança ruim da minha infância que eu carrego, assim. (DÂMARIS, 2019).

O drama apresentado nas falas de Dâmaris e Crislaine não é incomum em países como o Brasil. De acordo com o IBGE (2020), 10,3 milhões de brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, que ocorre quando há privação de alimentos. Quando a referência

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de insegurança grave é analisada por faixa etária, o IBGE aponta que 50,7% de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos vivem nessa condição no Brasil. Infelizmente, com a pandemia que o mundo enfrenta desde o início do ano, os dados no Brasil apontam que as vulnerabilidades sociais das classes populares não param de subir.

Outra variável na análise dentro do quesito anos iniciais é o direcionamento para a realização de trabalhos domésticos e de responsabilidades com os cuidados dos irmãos mais novos, que despontam muito cedo na vida da Edelane.

> Mas assim eu tive que crescer muito rápido, por conta da minha mãe ter que trabalhar. Então com 10 anos, eu já limpava casa, eu já fazia comida e já cuidava dos meus irmãos. Então assim eu brinquei muito eu curti muito, dentro dos limites que davam. Entendeu? [...] Depois disso, eu tive que ter outras responsabilidades. Então assim, que eu digo para você que eu tive que amadurecer muito rápido eu tive que ver o mundo de outra forma, muito rápida, por mais que minha mãe tentasse, eu tive que amadurecer muito rápido. Tudo foi muito rápido (EDELANE, 2020)

Diante de situações como essa, podemos constatar que tampouco existe um tempo para as crianças das classes populares; o tempo, por vezes, é dividido entre a escola e as obrigações domésticas para auxiliar a mãe, ou até mesmo com trabalhos remunerados.

> A gente tem que aprender sobre responsabilidade e autonomia, mas porque a educação é um instrumento pra gente se emancipar, então se a gente não tiver essa compreensão e tratar a educação como instrumento para nossa emancipação, não adianta eu com o meu terno e minha gravata botando minha frasezinha no quadro, isso não vai estimular. E eu não era estimulada, nem no Ensino Fundamental, o Ensino Fundamental era um saco! (CRISLAINE, 2020)

Assim, de acordo com o depoimento acima, reiteramos a urgência de nossas instituições educacionais desafiarem o *status quo,* rejeitando na prática uma *educação bancária,* embora não seja uma tarefa fácil. Percebemos a educação como um ato político e acreditamos na possibilidade de trilharmos caminhos para uma consciência crítica, que possa dar poder a nossos/as estudantes. Para Kohan (2019, p. 98) "a emancipação que interessa Paulo Freire não é apenas intelectual ou cognitiva, mas também econômica, social e política, com todas as complexidades e dificuldades que comporta a relação entre educação e sociedade."

Entretanto, mesmo diante de retrocessos a passos largos no sistema educacional brasileiro, não podemos deixar de apontar a potência que resiste nas escolas públicas. Estamos aqui buscando trazer essa narrativa outra, mostrando que a escola pública não é só o lugar da ausência, mas é também lugar de insurgências e de resistências, e é essa narrativa que escolhemos trazer.

Abaixo, transcrevemos falas das entrevistadas que demonstram a força da escola pública nos seus processos formativos:

> Assim eu tive essas experiências todas, de você ver o lado positivo, mas também tive professores maravilhosos. Assim, eu tive professoras de Espanhol fantásticas, tive professora de Geografia fantástica. [...]eu tinha um professor que ele era... professor de filosofia, que agora eu não lembro o nome dele, mas de vez em quando eu encontro com ele na rua. E ele era assim: negro, cabelo rastafári e o cara era muito inteligente, ele falava alemão, falava... eu sei que ele falava outras línguas e o cara assim... era top, vamos dizer assim. (EDELANE, 2020)

> Eu lembro muito da Cristina Margalho, tá aí até hoje. A Simone também. A Cristina me deu aula de redação. A Simone de português professoras muito boas. Eu lembro também da Jane,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> né uma professora de física. Que eu achava bem interessante o jeito dela ensinar, porque ela não se preocupava com o resultado, né. Ela não se preocupava com a resposta certa, ela se preocupava com o processo, né. (DÂMARIS, 2019)

> No primeiro ano do Ensino Médio tive uma professora de filosofia chamada Adriana. Lembro-me que ela solicitava que os meninos saíssem da sala, pois dizia que teria uma conversa de meninas, ela falava levemente com a gente sobre métodos contraceptivos, sexualidade e relacionamentos abusivos. Como venho de uma educação familiar conservadora, ter tido esse tipo de conhecimentos na escola foi fundamental para eu compreender os limites do meu corpo e principalmente me defender de possíveis abusos. (ADRIELLE, 2019)

Em vista disso, podemos afirmar que, na escola pública, existem professores/as compromissados/as com uma educação emancipatória, construída a partir do exercício diário do diálogo. Portanto, almejamos como professoras a construção de um país no qual o sistema público de educação seja amplamente valorizado e tenha sua potencialidade reconhecida.

Quando pensamos esse ambiente de escolarização e o aniquilamento que as classes populares, em maioria negros/as, sofrem nesse espaço, acreditamos que o fracasso escolar pode ser explicado não por uma causa decisiva, única, mas pela combinação de características gerais. O fato de ser um trajeto solitário em sua família de origem e questões econômicas compõem alguns dos fatores que dificultam o processo.

> Aqui em casa, em relação à escola, sempre foi muito difícil. Minha mãe sempre gostou de estudar, mas minha mãe nunca teve condições pela mãe dela ter muitos filhos e eles serem muito pobres. (EDELANE, 2020)

Outro fator a considerar nas trajetórias apresentadas é o fato de a maioria das mulheres terem vivenciado o dilema trabalho e escola, ainda na educação básica. Quanto a este aspecto, vale a pena transcrever as expressões de Edelane e Crislaine:

> O que foi mais cansativo pra mim foi trabalhar quando eu já estava no terceiro ano. Quando comecei o terceiro ano eu já estava trabalhando mesmo, então eu trabalhava em uma padaria e tinha dias que eu tinha que ir para a padaria na parte da manhã. Então, eu acordava tipo às 5h da manhã ia pra padaria atendia o pessoal da manhã, que era aquele período de 5h30- 6h atendia esse pessoal, saía da padaria, ia para a escola e a tarde eu voltava para a padaria. Então assim, eu fiz muito isso, e essa parte me cansava muito. Para chegar na escola estudar às vezes. (EDELANE, 2020)

> Depois eu fui reprovada no segundo ano do Ensino Médio, porque eu dormia na sala. [Risos, risos] Na época eu tinha um emprego fixo na padaria pão e etc. Eu trabalhava e estudava e assim tipo, eu fazia os deveres. Eu saia do trabalho 10 horas da noite, aí chegava à casa fazia os deveres de casa, dormia tarde, acordava cedo para ir para escola. Eu tinha muito sono, muito sono mesmo. E aí por conta, por conta de pouquíssimos pontos a professora não quis relevar e eu fui reprovada. (CRISLAINE, 2020)

A leitura que fazemos diante da narrativa dessas mulheres aponta precocemente a imersão no mercado de trabalho como um dos fatores que perpassa o distanciamento que ocorre entre elas e a escola. Assim, do ponto de vista político e epistêmico, a trajetória dos pré-vestibulares populares, se traduz historicamente por configurar um espaço educativo e político que tem possibilitado o empoderamento de jovens das classes populares que o procuram, seja como estudantes ou egressos, com o objetivo político de evolução social.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Considerações finais, embora ainda provisórias

Quando eu falo do lugar que eu ocupo
eu também falo da história desse lugar
(Djamila Ribeiro, 2017).

A citação utilizada como epígrafe para o fechamento, sempre provisório, do presente texto é emblemática do complexo lugar ocupado pelos estudantes pobres, jovens mulheres e homens, negras e negros e os diferentes marcadores sociais que os atravessam. Por exemplo, pensar a trajetória dessas mulheres como protagonistas das lutas por educação, é pensar qual o seu lugar de fala nessa sociedade patriarcal, capitalista e brancocêntrica na qual a maioria está inserida. A desigualdade de vida da população negra, tanto quanto aos aspectos econômicos quanto culturais, é reflexo de um dos períodos mais duros da história de nosso país: a escravização negra. Com a duração de mais de trezentos anos, suas marcas continuam a reverberar de forma contundente nas diferentes opressões que atingem à população pobre e invariavelmente negra no Estado do Rio de Janeiro.

Ainda vivemos sob as marcas deixadas por esse extenso período e a luta pela ocupação dos diferentes espaços de forma digna e ampla é um caminho de desconstrução e reconstrução que ocorre lentamente apesar das opressões e ataques de uma sociedade que insiste em não se perceber racista, embora reafirme e instaure o apagamento, a subalternização e o racismos em suas diferentes facetas cotidianamente.

Os espaços escolares precisam ser acolhedores e agregadores de práticas que se pretendam antirracistas, que colaborem para que crianças, jovens e adultas/os que frequentam esses espaços possam exercer sua cidadania, sua liberdade e as possibilidades de experiências várias, para além dos lugares e papéis sociais que a eles foram destinados por uma sociedade eurocentrada.

Ao optar pela escrevivência como metodologia, pretendemos ampliar as vozes que vem lutando por mudanças na educação e na sociedade. Uma metodologia decolonial, pensada e criada por uma mulher negra, que ocupa um corpo que experimentou o corpo mulher-pobre-negra, e como tal narra de um lugar que só quem ocupa esse espaço-tempo pode narrar. Escreviver, mais do que narrar de forma poética as adversidades e lutas de um povo é traçar novos caminhos de luta, pesquisa e educação.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, C. (2019) **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen.

EVARISTO, C. (2005) Da representação à autoapresentação da Mulher Negra na Literatura. **Revista Palmares-Cultura Afro-brasileira**, Brasília, n. 1, p. 52-57, agosto.

EVARISTO, C. (2009) Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, dez.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

EVARISTO, C. (2020) A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs**.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobra a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Editora Mina Comunicação e arte. p. 26 – 46.

EVARISTO, C. (2017) **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas.

KILOMBA, G. (2019) **Memórias da plantação- Episódios de racismo cotidiano**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora de livros Cobogó,

LISBOA, A. K. de S. (2021) **O Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar e a inserção de mulheres negras e de classes populares na universidade pública**: um estudo sobre trajetórias escolares. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro -FFP, Rio de Janeiro.

GONZALEZ, L. (1998) A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, n. 5, nov/dez.

MACHADO, P. S.; SOARES, L. V. (2017)"Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. XVII, n. 39º, p. 203-219, maio/agosto.

RIBEIRO, D. (2017) **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, v. I, 2017.

SOUSA, R. D. (2021) **Pertencimento etnicorracial e práticas pedagógicas antirracistas com crianças pequenas:** narrativas de professoras negras de Educação Infantil. 2021. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

TECNOLOGIA ASSISTIVA EM UMA ESCOLA ESPECIALIZADA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Thiago Sardenberg[1]
Helenice Maia[2]

Introdução

Tecnologia Assistiva (TA) é um termo relativamente novo no Brasil, utilizado a pouco mais de uma década que, de maneira genérica, pode ser caracterizado como recursos e/ou serviços que possibilitem as Pessoas com Deficiência (PcD) autonomia e independência na realização das mais diversas atividades. Devido à complexidade que abrange a deficiência e seus desdobramentos (modelo adotado, definição clínica e legal, necessidades educacionais específicas, barreiras, participação social, dentre outros), a formulação e a sistematização do conceito de TA ainda se encontra em apreensão, envolvendo profissionais com distintas formações.

Inicialmente, em conformidade com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), foram consultados três documentos internacionais que subsidiaram a formulação do conceito brasileiro: o *Americans with Disabilities Act* (ADA), *Empowering Users Through Assistive Technology* (EUSTAT) e Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD). Como efeito da ausência de consenso no referencial internacional consultado para a elaborar o conceito de TA, os termos 'Tecnologia Assistiva', 'Ajudas Técnicas' e 'Tecnologia de Apoio' poderiam ser utilizados em um primeiro momento até a aprovação do conceito brasileiro, pois eram termos já utilizados no meio acadêmico, nos movimentos e organizações das Pessoas com Deficiência, em instituições governamentais, institutos de pesquisas e na comercialização de produtos para esse público.

O conceito de TA foi definido em 2007 pelo CAT como:

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá, Mestre em Educação pela mesma Universidade, especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e em Neurologia e Neurofisiologia Aplicada à Reabilitação pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bacharel em Fisioterapia pela Universidade Estácio de Sá. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Orientação e Mobilidade do Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro - Brasil. E-mail:tsardenberg@gmail.com

[2] Pós-Doutorado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Representações Sociais, Subjetividade e Educação pela Superintendência de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Especialista em Dificuldades de Aprendizagem pelo Instituto de Pesquisas Socio-Pedagógicas (IPSP-RJ) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: helemaia@uol.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009, p. 9).

Após a aprovação deste conceito por unanimidade em reunião plenária e registrado como sendo o mais adequado, sua utilização foi recomendada em toda a documentação produzida por esse Comitê na formação de recursos humanos, nas pesquisas e nos referenciais teóricos brasileiros (BRASIL, 2009).

Embora o conceito tenha sido aprovado há mais de uma década, no Brasil, a criação de uma instituição educacional no Rio de Janeiro demarcou o uso de tecnologia específica para a Pessoa com Deficiência, considerada atualmente como TA, o que possibilitou o acesso à escolarização de alunos cegos: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant (IBC), com o uso do Sistema Braille desde a sua fundação em 1854 (IBC, 2021).

Como o IBC é a primeira instituição para pessoas com deficiência visual na América Latina, este trabalho objetivou analisar como o conceito de TA foi apropriado por esta instituição e como está presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio por ela ofertados, uma vez que desde a sua inauguração, em meados do século XIX, estavam previstos em seus regulamentos e regimentos, a educação e a capacitação profissional por meio de recursos, metodologias, estratégia, práticas e serviços específicos para essas pessoas. Salientamos que os cursos técnicos em Artesanato, Massoterapia, Instrumento Musical e Revisão de Textos no Sistema Braille são exclusivos para alunos com deficiência visual e este último é pioneiro no Brasil.

O Instituto Benjamin Constant: um breve histórico

Desde sua inauguração, em 17 de setembro de 1854, por meio do Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, nome à época, já utilizava o Sistema Braille como recurso de leitura e escrita de pessoas cegas, conforme o artigo 33 do referido decreto: "Seguir-se-ha no Instituto, até nova ordem do Governo, o methodo de pontos salientes de Mr. Luiz Braille, adoptado pelo Instituto de Paris" (BRASIL, 1854). Neste mesmo ano, o Sistema Braille foi reconhecido oficialmente na França, pelo *Institut National des Jeunes Aveugles de Paris* como o sistema de leitura e escrita utilizado por essas pessoas. Sua criação por Louis Braille, no entanto, ocorreu cerca de três décadas anteriores ao seu reconhecimento, mais precisamente em 1825.

Neste decreto de inauguração estava previsto como finalidade do Instituto a instrução primária, a educação moral e religiosa, o ensino de música, o de alguns ramos de instrução secundária e o de ofícios fabris. Logo depois, em 1857, o IBC possuía uma oficina tipográfica, pioneira no Brasil, empregando tipos especiais com pontos em relevo, importados da França. Em 1863, produziu sua primeira obra em braille, a *História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos* (IBC, 2008). Quase cem anos após sua criação, em 1939, a oficina tipográfica se transformou na Seção Braille, com máquinas importadas da França e da Inglaterra. Três anos mais tarde, em 1942, o IBC começou a produzir a Revista Brasileira para Cegos (RBC), tendo como público-alvo pessoas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

adultas com deficiência visual. A Imprensa Braille do IBC, criada em 1943, é hoje o maior parque gráfico especializado em produção braille do país.

Em 1949, com a publicação da Portaria n. 504, de 17 de setembro, do então Ministério da Educação e Saúde, o IBC foi autorizado a distribuir gratuitamente livros em braille para todo o território nacional. No final da década de 1950, teve início a produção da Revista Pontinhos, destinada ao público juvenil. A RBC e a Pontinhos ainda são as únicas duas revistas em braille do Brasil (IBC, 2008).

Na década de 1980, a Imprensa Braille ganhou novo maquinário acoplável a computadores e a produção de material em braille foi crescendo paulatinamente. No início dos anos 2000, o IBC começou a adaptar livros didáticos e paradidáticos em fonte ampliada. Além da Imprensa Braille, atualmente denominada Divisão de Imprensa Braille (DIB), a Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) adapta e produz diversos tipos de materiais táteis para facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência visual. Chamamos a atenção para que tanto a DIB quanto a DPME caracterizam-se como serviço de TA, definido pelo CAT como aqueles que

> têm por objetivo desenvolver ações práticas que garantam ao máximo os resultados funcionais pretendidos pela pessoa com deficiência, no uso da tecnologia apropriada. Eles incluem a avaliação individualizada para seleção de recursos apropriados; o apoio e orientações legais para concessão da TA; a coordenação da utilização da TA com serviços de reabilitação, educação e formação para o trabalho; a formação de usuários para conhecimento e uso da TA; a assistência técnica e a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias (BRASIL, 2009, p. 28).

Em 2018, por meio da Portaria n. 318 de 3 de abril de 2018 (em vigor), o regimento interno do IBC foi alterado. Esse regimento ampliou as competências institucionais para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas articulada e subsequente às pessoas com deficiência visual, além de prever a criação do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, responsável pela promoção e realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, extensão e aperfeiçoamento, na temática da Deficiência Visual (BRASIL, 2018).

Este regimento ampliou a possibilidade do uso da tecnologia para as pessoas cegas ou com baixa visão, tanto no âmbito da educação quanto da reabilitação. Tal fato pode ser observado no Artigo 14 que discorre sobre as competências da DPME:

> I – desenvolver, adaptar e produzir materiais didático-pedagógicos na temática da deficiência visual;
> II - realizar, em articulação com as demais unidades da Instituição, estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento, aplicação e disseminação de metodologias, tecnologias e materiais pedagógicos na temática da deficiência visual;
> III - adaptar, gravar, editar e revisar audiolivros e livros digitais acessíveis;
> IV - imprimir e encadernar materiais especializados;
> V - distribuir materiais especializados, audiolivros e livros digitais acessíveis para instituições que atendam pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2018, p. 4).

Atualmente, o IBC possui uma escola que atende a alunos cegos, com baixa visão, com deficiência múltipla (associada a Deficiência Visual) ou surdocegos nas três etapas da Educação Básica: Educação Infantil (para crianças de três a cinco anos), Ensino Fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Além dessas etapas, previstas na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

legislação educacional, devido as especificidades do desenvolvimento neuropsicomotor da criança com Deficiência Visual, Deficiência Múltipla ou Surdocega, o Instituto oferece um serviço de Educação Precoce destinado a crianças de zero a três anos, objetivando sua estimulação global por meio dos sentidos remanescentes e do resíduo visual e/ou auditivo (caso haja) e sua socialização.

No Nível Superior, o IBC oferta desde 1991 especialização em serviço, por meio do Programa de Residência Médica em Oftalmologia, tendo como objetivo a formação de médicos oftalmologistas especializados no diagnóstico, tratamento e prevenção das mais diversas causas de Deficiência Visual. Esse Programa é credenciado pelo Ministério de Educação (MEC) desde 2001.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* estão em fase de implementação e o Curso de Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual, com duas linhas de pesquisa (Linha 1: Corpo, subjetividades, cognição e linguagem e Linha 2: Saberes e práticas docentes no ensino de pessoas com deficiência visual) terá sua primeira turma no segundo semestre de 2021.

Os cursos Técnicos de Nível Médio do IBC

O IBC oferta, atualmente, os cursos de Artesanato, Massoterapia, Instrumento Musical e Revisão de Textos no Sistema Braille, porém o curso de Massoterapia é promovido desde 1932, sendo reconhecido, oficialmente, em 1952 como um Curso Profissional com o certificado registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia. Foi ministrado até 2011 como um curso de qualificação profissional, tendo como exigência de escolaridade, o Ensino Fundamental completo. Em 2012 foi reformulado, atendendo as exigências do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos definidas pelo MEC e de 2013 a 2018 foi o primeiro curso técnico ofertado pelo IBC, na modalidade concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, e chancelado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) por meio de um convênio interinstitucional, pois até esse momento o regimento do IBC não previa em suas competências a oferta de educação em Nível Médio e Superior.

Este curso tem como objetivo geral a habilitação para o exercício da profissão de Técnico em Massoterapia, visando ao atendimento da demanda crescente dos sistemas público e privado de saúde. Inserido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos no Eixo Ambiente, Saúde e Segurança, tem carga horária total de 1.880 horas (IBC, 2021).

O Curso Técnico em Artesanato é ofertado integrado ao Ensino Médio, tendo como objetivo contribuir para a formação politécnica, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, considerando as seguintes habilitações: artesão ceramista, artesão escultor e artesão em serigrafia. Tem duração de três anos, totalizando 3.140 horas. Quando integrado à Educação de Jovens e Adultos, o curso tem uma carga horária total de 2.520 horas (IBC, 2021).

O Curso de Instrumento Musical Integrado ao Ensino Médio tem como objetivo habilitar e contribuir na formação de profissionais técnicos, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, nas seguintes habilitações: violão, guitarra e piano. Tem duração de três anos, com carga horária máxima de 3.360 horas.

O Curso Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille, único no Brasil, é ofertado concomitante ou subsequente ao Ensino Médio objetivando habilitar pessoas para o exercício da profissão de revisor de textos no Sistema Braille, visando ao atendimento da demanda crescente dos sistemas educacionais público e privado, assim como outras demandas da sociedade civil. Tem duração de três anos e carga horária máxima de 1.200 horas.

Entendemos que nos projetos pedagógicos desses cursos, a TA está presente em decorrência não apenas da proposta do CAT, mas principalmente por ser o IBC uma instituição que desde sua criação inaugurou a utilização de tecnologia específica para a Pessoa com Deficiência Visual, o que nos instigou a investigar como o conceito de TA foi apropriado pelo instituto e como se encontra nesses documentos.

Método

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa (POUPART et al., 2016) que permite interação com o objeto pesquisado, possibilitando uma maior compreensão da realidade social. Minayo e Gomes (2015, p. 21) afirmam que essa abordagem "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". O paradigma adotado é o do construcionismo social, no qual, como explica Gergen (2009, p. 303),

> os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista, o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação.

Os Projetos Pedagógicos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Benjamin Constant foram analisados por meio da Análise de Conteúdo,

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Bardin (2016) discorreu que um conjunto de categorias boas deve possuir as seguintes qualidades: exclusão mútua: cada elemento só pode estar presente em uma categoria ou subcategoria; homogeneidade: qualidade dependente do princípio da exclusão mútua e, nesse caso, um único princípio de classificação deve organizar a análise; pertinência: uma categoria é pertinente quando se adapta ao material a ser analisado; objetividade e fidelidade: princípios muito relevantes desde o início do método, devendo o analista indicar o que determina a entrada de um elemento em uma categoria; e produtividade: um conjunto de categorias é dito produtivo quando possibilita um número elevado de inferências e de novas hipóteses.

Tendo tais regras como norteadoras, foram construídas duas categorias. A primeira, 'Educação', foi composta por quatro subcategorias: (1) Especificidades do processo educacional da pessoa com deficiência visual, abarcando aspectos históricos e conteúdos inerentes a educação do aluno cego ou com baixa visão nas diferentes etapas da educação e entraves de diferentes ordens que dificultam ou impedem a participação social da pessoa com deficiência visual em igualdade de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

condições com as demais; (2) Reabilitação, compreendendo os processos educacionais desenvolvidos ao longo da vida para pessoas que perderam ou estão perdendo a visão fora da idade escolar; (3) Formação docente, abrangendo a formação inicial e continuada ofertada no IBC ou externamente; e (4) Trabalho docente, contendo as peculiaridades do trabalho dos professores junto aos alunos com deficiência visual.

A segunda categoria, 'Tecnologia', foi composta por três subcategorias: (1) Tecnologia Educacional, compreendendo recursos utilizados pelo docente para facilitar o processo de ensino-aprendizagem; (2) Tecnologia da Informação e Comunicação, envolvendo a diversidade potencial destas tecnologias como facilitadoras da inclusão da pessoa com deficiência visual e (3) Tecnologia Assistiva, incluindo produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que possibilitem ou ampliem a funcionalidade da pessoa com deficiência visual nos mais diversos ambientes promovendo independência e inclusão social.

Para o escopo deste trabalho serão apresentados apenas os resultados relativos à categoria Educação, especificamente a subcategoria Formação Docente. Esta e as demais categorias e subcategorias integram uma pesquisa mais abrangente sobre como o conceito de TA vem sendo apropriado no campo educacional, desde a sua elaboração pelo CAT, e que se encontra em andamento.

Utilizamos as siglas CTA, CTA-PROEJA, CTIM, CTM e CTRB para nos referirmos ao Curso Técnico em Artesanato, Curso Técnico em Artesanato Integrado a Educação de Jovens e Adultos, Curso Técnico em Instrumento Musical, Curso Técnico em Massoterapia e Curso Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille, respectivamente.

Resultados

Na subcategoria 'Formação Docente' constatamos o trabalho que o IBC vem desenvolvendo nesta área. Desde a década de 40 do século passado, o curso Didática de Cegos, posteriormente denominado Curso de Qualificação de Professores na Área da Deficiência da Visão, de caráter teórico-prático, era ministrado com frequência regular nas dependências do Instituto para professores de todo o Brasil. A primeira turma data de 1947 e a última foi formada em 2011. Ao longo do tempo, a grade curricular sofreu inúmeras alterações para atender as exigências vigentes. Além deste curso, o IBC promoveu cursos de pós-graduação *lato sensu* em parcerias com outras instituições até 2018, quando teve seu regimento alterado por meio da Portaria MEC n. 310/2018 (BRASIL, 2018) que deu ao IBC a competência de oferecer cursos de Pós-Graduação *lato sensu,* em fase de implementação, e *stricto sensu,* com a primeira turma do Mestrado Profissionalizante em Ensino na Temática da Deficiência Visual, iniciada em agosto de 2021. São oferecidos também cursos de formação continuada (extensão e aperfeiçoamento), tanto no IBC, quanto em parcerias com outras instituições, nas diversas temáticas relacionadas a DV. Os fragmentos dos programas analisados e apresentados em sequência retratam este objetivo institucional:

> Por outro lado, o Instituto incrementou as ações voltadas à formação docente, dando suporte às instituições de todo o país. **Participou, por exemplo, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TecNep**. oferecendo Curso de Capacitação na área da deficiência visual para

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> professores do Ensino Médio da Rede Federal Tecnológica com carga horária de 160 horas. Ao longo dos anos, **o IBC seguiu ofertando cursos junto às Universidades, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, aos Centros de Apoio Pedagógicos e Núcleos de Apoio Pedagógicos e Produção Braille**. E, mais recentemente, no ano de 2016, o Instituto integrou-se ao **PROGRAMA CAPACITA BRASIL**, que levou aos Institutos Federais de quatro localidades (São Luís - MA, Natal – RN, DF – Brasília, Rio de Janeiro – RJ e Rio Branco - AC) a Jornada Nacional de Capacitação, composta por palestras e oficinas com temas da área da deficiência visual. **Esta ação tem o objetivo de ampliar a oferta de formação continuada na área educacional, visando subsidiar a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação (MEC)**. As Jornadas tiveram como público-alvo professores e profissionais do Sistema Educacional e acadêmicos da área da Educação. Foram capacitados docentes e servidores dos IFs, de Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNEs), de Centros de Apoio Pedagógicos (CAPs), das redes municipal e estadual. (CTA-PROEJA, 2019, p, 10; CTA, 2019, p. 9; CTIM, 2019, p. 9; CTRB, 2019, p. 11, grifo nosso).
>
> Também **oferece cursos de Pós-Graduação *lato sensu* na área da deficiência da visão**, alguns deles realizados em parceria com outras instituições, para capacitação de profissionais de diversas áreas (...) (CTA-PROEJA, 2019, p, 10; CTIM, 2019, p. 10; CTRB, 2019, p. 12, grifo nosso).
>
> [...] **a Portaria MEC nº 310/2018 dá ao IBC a competência de oferecer cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*,** (...). Cria-se, assim, não somente **a ampliação de suas ações**, mas a necessidade de um redirecionamento dos tempos e dos espaços de formação da instituição, bem como das práticas vigentes de ensino, de pesquisa e de extensão, ou seja, da própria política de educação do IBC. (CTA-PROEJA, 2019, p, 11; CTIM, 2019, p. 10; CTRB, 2019, p. 12, grifo nosso).

Ainda no escopo da formação docente, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille retratou a formação generalista e insuficiente para atendimento das particularidades do público-alvo da Educação Especial, o que gera grave prejuízo no processo de aprendizagem desses alunos, acabando por gerar "formas precárias, instáveis e marginais de inclusão" (MARTINS, 1997; 2002) que não condizem com as premissas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que fomentou o acesso, a permanência e a participação dos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtornos do Espectro Autista. Este Projeto destacou a falta de formação específica para o ensino do Sistema Braille e os trechos, a seguir, revelam essa precariedade.

> **Esse tipo de educação generalista, foco de práticas e políticas educacionais no Brasil, acaba por direcionar para um professor com formação insuficiente, a demanda de alunos com as mais diversas deficiências**, fato que acaba gerando uma educação falha e excludente. (CTRB, 2019, p. 45, grifo nosso).
>
> **Por não terem contato com professores devidamente capacitados no ensino do Sistema Braille, a alfabetização desses alunos acaba por ser incompleta e/ou insuficiente**, fato que impede que esse aluno tenha acesso ao conhecimento, à cultura e as atividades de leitura em geral, culminando numa iliteracia quase completa, até em um analfabetismo funcional latente em alguns casos. (CTRB, 2019, p. 46, grifo nosso).
>
> É necessário que haja profissionais que sejam capacitados para fornecer a este aluno recursos e alternativas que possam viabilizar uma alfabetização mais consistente e que os alunos já alfabetizados continuem tendo contato com material em Braille ao longo de sua vida acadêmica. Para ajustar esse cenário preocupante que ameaça difundir-se de maneira incontrolável, **é imprescindível modificar quanto antes à organização curricular que**

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> **preside aos cursos de especialização ministrados pelas Escolas Superiores de Educação, invertendo a tendência marcadamente generalista e descaracterizadora que os tem vindo a dominar e conferindo-lhes uma orientação que contemple as reais necessidades dos alunos deficientes visuais e os vários aspectos que integram o seu currículo específico. Concebendo decisivamente a matéria central desse mesmo currículo, o Braille não poder deixar de ocupar um espaço predominante em todo o programa de formação de professores especializados em deficiência visual**. (CTRB, 2019, p. 47, grifo nosso).

Diversos documentos educacionais abordam a necessidade de uma formação específica para a atuação na área de Educação Especial. Ao consultarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015a) verificamos que a Educação Especial está contemplada tanto na formação inicial, quanto na formação continuada no artigo 3º:

> Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas (...), **educação especial** (...) a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na **perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento**, a gestão democrática e a avaliação institucional. (BRASIL, 2015, p. 3, grifo nosso).

O parágrafo 2º do artigo 13º destas Diretrizes enfatiza a formação do magistério para a Educação Básica em nível superior e explicita os conteúdos específicos que devem constar nos currículos:

> Art. 13. § 2º **Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos** da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como **conteúdos relacionados aos fundamentos da educação**, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, **Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial** e direitos educacionais de adolescentes jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015a, p. 11, grifo nosso.)

Neste mesmo ano, a LBI (BRASIL, 2015b) no capítulo IV – Do Direito a Educação, mais especificamente no artigo 28, estabeleceu que é incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a:

> X - **adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;**
> XIV - **inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior** e de educação profissional técnica e tecnológica, **de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento**; (BRASIL, 2015b, p. 8; grifo nosso).

Embora a legislação tivesse previsto formação específica para atuar na Educação Especial, tal fato não se concretizou como o desejável devido a fatores políticos, econômicos, sociais e atitudinais, dentre outros, conforme apontado no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille e em inúmeras pesquisas. Calheiros, Mendes e Lourenço (2017) e

Sardenberg e Maia (2019), por exemplo, identificaram a carência na formação continuada de docentes para o trabalho com TA no espaço escolar, sendo o Sistema Braille apenas um entre inúmeros tipos de TA apontados como essenciais para a aprendizagem dos alunos com DV. Outro documento que havia previsto "a capacitação de profissionais para atuarem na educação, habilitação e reabilitação da pessoa cega, bem como na editoração de textos em Braille" (BRASIL, 2010, Art. 2º, inciso VI) foi a Lei n. 12.266/2010, publicada 10 anos antes e que instituiu o Dia Nacional do Sistema Braille.

Notamos que, apesar de o IBC fomentar a formação docente há mais de sete décadas, não atende plenamente a demanda nacional devido a inúmeros fatores, dentre eles o acesso a essa formação, que embora seja gratuita, até o ano de 2019 era predominantemente presencial. Mesmo o instituto disponibilizando alojamento para pessoas que residiam distante da cidade do Rio de Janeiro, toda a despesa de translado e alimentação ficava a cargo do cursista e um número bastante expressivo de professores não tinha condições de arcar com o desembolso. Um outro fator que dificultava ou impedia a formação era a liberação sem ônus para a realização desta, bem como o número acanhado de vagas ofertado para os cursos frente a uma grande demanda de todo o Brasil, principalmente das regiões Norte e Nordeste.

Da análise da subcategoria Formação Docente constatamos também a fragilidade desta formação, apontada por diversos pesquisadores da área como generalista e insuficiente para o atendimento dos alunos da Educação Básica (GATTI, 2013), sobretudo em relação às particularidades do público-alvo da Educação Especial, o que gera um grave prejuízo no processo de aprendizagem desses alunos (KASSAR, 2014), além de carência na formação continuada dos docentes para o trabalho com Tecnologia Assistiva (SCHIRMER et al., 2021).

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar como a TA está presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IBC, considerado um centro de referência nacional na área da Deficiência Visual.

Destacamos o pioneirismo do IBC em quatro aspectos: (1) na utilização de uma tecnologia específica para a educação de pessoas com deficiência visual, o Sistema Braille, utilizado desde a fundação desta escola especializada, em 1854; (2) como um serviço de TA, desenvolvido na oficina tipográfica desde 1857 e mais recentemente pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado; (3) na oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio, exclusivamente, para pessoas com deficiência visual, sendo o Curso de Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille, o único do Brasil; e (4) na oferta do Curso de Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual, pioneiro na América Latina.

Quanto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio identificamos que a TA foi contemplada em todos os projetos preferencialmente como recurso, o que promove a simplificação do conceito e acaba por não contemplar suas demais possibilidades. Acentuamos que recursos didáticos e materiais adicionais específicos para pessoas com deficiência visual presentes nos projetos analisados se caracterizam como TA, embora não tenham sido

identificados como tais pelos profissionais que elaboraram estes documentos. Entendemos que esta simplificação está diretamente relacionada à formulação e a sistematização do conceito de TA que ainda se encontra em efetiva apropriação pelos grupos interessados.

Referências

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015(a)**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854**. Crea nesta côrte hum instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Recuperado em 17 de fevereiro de 2021 de https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. **Portaria n. 310, de 3 de abril de 2018.** Altera o regimento interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria n. 325, de 17 de abril de 1998. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8974331/do1-2018-04-04-portaria-n-310-de-3-de-abril-de-2018-8974327. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 12.266, de 21 de junho de 2010.** Institui o Dia Nacional do Sistema Braille. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12266.htm. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015(b).** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 de maio de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia assistiva**. Brasília: CORDE, 2009.

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia. Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa. Ferreira. Considerações acerca da Tecnologia Assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 229-243, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18825/pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

GATTI, Bernadete A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807. Acesso em: 13 out. 2021.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: http://www.ibc.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2021.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **150 anos do Instituto Benjamin Constant.** Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitor Mercantil, 2008.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Artesanato Integrado a Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: IBC, 2019.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Artesanato Integrado ao Ensino Médio.** Rio de Janeiro: IBC, 2019.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Instrumento Musical Integrado ao Ensino Médio.** Rio de Janeiro: IBC, 2019.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Massoterapia.** Rio de Janeiro: IBC, 2019.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Revisão de Textos no Sistema Braille.** Rio de Janeiro: IBC, 2019.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Caderno Cedes**, Campinas,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

v. 34, n. 93, p. 207-224, mai./ago. 2014. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 27 mai.2021.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2015.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE; Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SARDENBERG, Thiago; MAIA, Helenice. **Uma porta aberta:** representações sociais de Tecnologia Assistiva. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto et al. Formação continuada e tecnologia assistiva: um estudo a partir das concepções de docentes de salas de recurso multifuncional. **Teoria e Prática da Educação**, v. 24, n.2, p. 68-85, mai./ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/58149/751375152602. Acesso em: 14 set. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E O TRABALHO DOCENTE [1]

Wellington Félix Cornélio [2]
Helena de Ornellas Sivieri-Pereira [3]

Este ensaio pretende promover discussões e reflexões acerca do papel do trabalho na contemporaneidade, em especial, do trabalho docente em tempos pós-modernos. A partir do olhar da Sociologia do Trabalho e das Ciências da Educação, utilizando um estudo teórico-bibliográfico, abordaremos questões relativas à centralidade e dualidade do trabalho e ainda, uma necessária análise sobre a identidade profissional do professor frente aos ataques sofridos nas últimas décadas no Brasil, que ressoam em perda de reconhecimento social, péssima remuneração, desprofissionalização e precarização do trabalho.

A temática do mundo do trabalho [seu papel, centralidade e dualidade no capitalismo] tem sido intensamente debatida e polemizada, longe de ser atenuada. Segundo Antunes (2004), é importante reputar que o trabalho "criou/moldou" o próprio homem. O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, define quem somos, em quem nos tornamos.

Através do trabalho, o homem também se distingue dos outros seres vivos. Ele é capaz de previamente desenhar e planejar [formar] como irão dar objeto à sua realização; isso através do trabalho, com o auxílio do intelecto e da consciência. Mesmo no trabalho mais manual, ainda assim, ele é mentalizado, idealizado e pensado.

O aperfeiçoamento gradual da mão do homem e a adaptação concomitantemente dos pés ao andar em posição ereta, ou seja, a sua evolução de *australopithecos*, passando por *homo ergaster* e *homo erectus* [com a grande conquista da "descoberta/dominação" do fogo] e chegando a *homo neanderthalensis* e *homo sapiens*, exerceram indubitavelmente, em virtude da referida influência, grande repercussão sobre outras partes do organismo.

A cada novo progresso, inclusive através de outras espécies da evolução humana que vêm sendo descobertas, o domínio sob a natureza com o trabalho [início com o desenvolvimento da mão] e novos objetos, ampliando horizontes e enfrentando o desconhecido; aprimorando este trabalho, multiplicando a ajuda mútua, a atividade conjunta, o trabalho coletivo, pois, constatando as

[1] Esta temática foi originariamente desenvolvida em Dissertação de Mestrado intitulada: "O Imaginário do 'Professor-Herói' na Cultura da Escola Pública do Estado de Minas Gerais", defendida no Brasil no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em dezembro de 2017, sob a orientação da coautora, Prof.ª Drª. Helena de Ornellas Sivieri-Pereira.

[2] Advogado e Cientista Social. Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Acadêmico do Curso de Filosofia na Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor de Educação Básica e 'Professor-Formador' na Casa do Educador 'Prof.ª Dedê Prais', instituição de formação profissional continuada dos Professores da Rede Municipal de Uberaba. E-mail: wfc.cientistasocial@gmail.com

[3] Psicóloga, Doutora em Psicologia pela USP/RP. Pós-doutorado em Educação pela UFSCar e pela Universidade do Minho (Braga/Portugal). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: helena.pereira@uftm.edu.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

vantagens deste trabalho conjunto para cada indivíduo, forçou-o a cooperar e apoiar a reunião e o agrupamento de mais pessoas ao trabalho.

Os homens em formação, em evolução, especialmente de *homo neanderthalensis* e *homo sapiens*, comentado acima, desenvolvendo as atividades conjuntas, tiveram a necessidade de dizer, de falar um com o outro. Alguns autores entendem que esta necessidade criou o órgão [a laringe], que gradativamente, produziram as principais modulações, sons articulados e palavras. Tal explicação, a decorrência a partir do trabalho, dá origem à linguagem, tornando o homem primitivo [pré-histórico] em ser humano. Primeiro o trabalho, depois a palavra articulada, dois estímulos para o "cérebro do macaco para ser humano" (ANTUNES, 2004, p. 19-20).

Desenvolvia-se os sentidos, a linguagem, consequentemente, a clareza da consciência, abstração, discernimento, progredindo (trabalho e palavra). Neste processo histórico, é importante pensar também em relação ao trabalho, que foram se destacando igualmente uma elaboração de instrumentos [armas] para caça e pesca, para diversificação da alimentação exclusivamente vegetal para mista [carnívora], alterando o metabolismo humano.

De tal cooperação da mão, órgãos da linguagem e cérebro, não só de forma individual, mas social [já vislumbrando o que se chamaria de sociedade] foram aprendendo a executar operações mais complexas, pois passando de geração em geração, o trabalho se sofisticava [caça, pesca, agricultura, fiação, tecelagem, metais, olaria, navegação, comércio, ofícios, artes, ciências]. Todas essas relações, influenciando as primeiras tribos, que passaram posteriormente a formar a *pólis,* as cidades, nações, estados, oportunizando o surgimento do direito, da política e da religião [reflexo das coisas do cérebro], evidenciando a mente, os pensamentos associados à consciência, revelando ao homem o controle da realidade, a desnaturalização das coisas, o conhecimento.

No olhar do autor [*Ibidem,* p. 31/32], o homem [já num nível que se denominou "civilização"], com controle e conhecimento, demandou a necessidade de algo mais, revolucionar e transformar o modo de produção por completo, ter um efeito mais útil do trabalho, de sua característica mais direta e imediata; consequentemente, surgindo a repetição e a acumulação gradual, levando à divisão social em classes e seus antagonismos.

A constituição do ser social, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho e a linguagem encontraram suas origens a partir do próprio ato laborativo. "[...] categoria intermediária, salto das formas pré-humanas para o ser social" (*Idem*, 2009).

Neste sentido, refletindo sobre cultura e o tornar-se humano, igualmente, podemos admitir, ressaltando o mesmo autor,

> [...] o trabalho também constitui centro do processo de ('humanização do homem'), [...] mediador entre a esfera da necessidade e da realização desta, avanço do ser consciente em relação ao agir instintivo [...], referencial ontológico para práxis social – processo de autorrealização da humanidade (ANTUNES, 2009, p. 139).

Porém, o trabalho, precursor da vida em sociedade, ponto de início do processo de humanização, como já exposto, a partir das mudanças do modo de produção, sobretudo, com capitalismo, transformou o trabalho, no dizer de Marx (2004), "assalariado, alienado e fetichizado". O que seria um intento precípuo e inato do ser social, converteu-se e se limitou em subsistência.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para o mesmo autor, "a força de trabalho" tornou-se uma mercadoria com o objetivo de produzir novas outras mercadorias, agregando mais capital, isto é, apresentando-se como meio e deixando de se tornar um fim, uma necessidade de realização humana. Por esta razão, o trabalhador torna-se um estranho quanto ao seu trabalho face à alienação. Esta alienação não se dá apenas com a perda do objeto [com relação ao produto do trabalho], mas com a perda da noção do desenvolvimento da sua produção.

Sob o capitalismo, o trabalhador perdeu a sua satisfação no trabalho, acima de tudo, degradou-se, não se reconhece enquanto agente criador, recusa-se, anula-se e se desumaniza no trabalho. O produto do seu trabalho é alienado, pois o seu "ser social" tornou-se estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, em relação ao gênero humano.

> [...] o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para a sua emancipação. Por outro lado, com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano [...] (ANTUNES, 2004, p. 10).

Apesar das significativas mudanças, especialmente, nas relações humanas e no mundo do trabalho, a categoria trabalho continua sendo central. O que se modificam são as formas de organização técnica e social do trabalho e da produção em escalas maiores: tanto nacional, quanto mundial. Em todas as situações está a contradição entre o trabalho e o capital, ou seja, entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção; contradição que emprega o caráter dual do trabalho ao homem [ao mesmo tempo constitui a sua identidade, mas perde a consciência do seu ser social] e que desarranja todo o seu axioma de glorificação e grandeza na organização social e humana.

Em tempos atuais de sofisticação do capitalismo, o próprio conceito de profissão tem sido objeto de instáveis controvérsias, ainda mais, associado à discussão do trabalho docente.

Sociologicamente, o debate se inicia a partir da distinção entre ocupação e profissão, pois nem todas as atividades são profissões. Como já dito anteriormente, o trabalho molda a identificação do ser humano em aspectos pessoais e profissionais; porém, na conjuntura atual do capitalismo financeiro/especulativo/rentista, o trabalho exercendo seu efeito dual, é desvalorizado socialmente, pois não importa mais o que as pessoas fazem, e, sim, como garantem o sustento próprio, ou seja, o trabalho tornou-se insignificante em detrimento da renda.

Neste cenário, a ideia de profissão, profissionalidade e profissionalismo vêm perdendo parte de sua significação (SILVA JUNIOR, 2016), todavia, ainda sendo de grande importância, particularmente, no campo do trabalho pedagógico, palco de lutas e disputas pelo reconhecimento e valorização da profissão de professor. Lembrando que profissionalidade, diz respeito ao conteúdo identitário [o que diferencia uma profissão das demais] e profissionalismo relativo ao fazer bem o que deve ser feito [um trabalhador profissional]. Ambos os termos estão associados no que diz respeito à especificidade do trabalho do professor entre as formas de trabalho social. "O mundo das profissões é o mundo do trabalho especializado" (*Ibidem*, 2016, p. 23).

Destarte, no caso do Brasil, é tensa a discussão sobre a desprofissionalização do magistério, pois como poderíamos "desprofissionalizar" uma atividade que nunca foi profissionalizada e carece de valorização e reconhecimento social?

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A propósito, a ideia do trabalho docente ligado ao sacerdócio é fruto da tradição brasileira católica que considera o trabalho um "horror" e no caso do professor, há ainda condições simbólicas que intensificam esse processo de sacerdotização e até sacralização do trabalho docente, segundo Oliveira (2001). Tal concepção, oriunda da idade média, que parecia não ser tão vivaz em épocas contemporâneas, ainda, ativamente, ultrapassa as fronteiras temporais na atualidade.
Paradoxalmente, por outro lado,

> Os ergonomistas [Pastré, 2006] definem o trabalho do professor como uma atividade complexa, de alto nível, que exige saberes múltiplos, competências e atitudes que facilitem a aprendizagem; respeito pelos alunos e pela sua heterogeneidade; abertura para outras culturas; habilidade para lidar com os pais e os colegas, assim como uma dose de autonomia e um julgamento profissional. O que caracteriza o trabalho do professor é que se trata de um saber humano, de um trabalho especializado e complexo com o outro e sobre o outro, em ligação com o saber, um ofício que exige muito e no qual as relações com os alunos são centrais e requerem profissionalismo (ALTET, 2016, p. 43).

O ofício docente mudou, evoluiu. Justificam que o magistério vem sendo afetado, pela "desvalorização da imagem" face a essas mudanças e aos novos desafios da atualidade, como a ampliação de tarefas, a diversificação, a complexificação e a obrigação de alcance de resultados em uma cultura do desempenho.

> A sociedade contemporânea demanda que os estabelecimentos e seus docentes estejam em condições de responder de forma eficaz às necessidades dos alunos oriundos de meios sociais e linguísticos diferentes, de lutar contra o fracasso escolar, de ser sensíveis às questões culturais, de respeitar a igualdade de sexos, de estimular a tolerância e a coesão social, entre outras demandas (OLIVEIRA, 2016, p. 72).

Além disso, as tarefas dos professores se multiplicaram, incluindo questões administrativas e burocráticas (avaliação, orientação, gestão de conflitos, trabalho interdisciplinar), acarretando altos níveis de pressão e estresse. "Em resumo, assiste-se a um declínio da instituição educativa, casado com 'uma crise de saber', que no caminho cruza com as desigualdades sociais [...]" (*Ibidem,* 2016, p. 42).

> Muitas vezes, o professor se sente convocado a desempenhar as funções de assistente social, enfermeiro, psicológico, conselheiro e orientador sentimental, entre outras. Nesta concepção, estas exigências colaboram para um sentido de desprofissionalização, de perda de identidade profissional da constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante. (NORONHA, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2004).

A universalização da escola agregou premissas da sociedade burguesa. Eficiência, reprodutibilidade, controle... o modelo de Escola Fabril, em que predomina a meritocracia, a teoria do capital humano...projetos esses que desencadearam também um processo contínuo de proletarização do professor e desqualificação profissional (MORILA e SENATORE, 2010).
Ou ainda, segundo alguns defensores, a necessidade de se "reinventar os professores" sob a lógica da racionalidade e produção, fomentando a precarização do trabalho docente, trazendo uma "versão paradoxal de profissionalização do magistério" sintonizada a mercantilização da educação e a processos de "estandartização do ensino" e perda de autonomia (BUENO, 2007; TARDIF, 2013 *apud* SILVA JUNIOR, 2016).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ademais, o resultado das avaliações externas tem sido vinculado diretamente à qualidade do ensino e mérito/competência dos professores; o que resulta em desconforto, insegurança, sofrimento; em que muitas vezes se sentem desestimulados e frustrados, até decidirem desistir da profissão. Tais efeitos impactam diretamente na relação do professor com a realização do seu trabalho, sua satisfação profissional e sua permanência na sala de aula (OLIVEIRA, 2016).
Providencialmente, a mesma autora, oportunamente referenciada por Araújo (2016), apresenta indagação sobre a necessária pertinência do conceito de profissionalização do magistério, salientando acerca da variedade de situações e peculiaridades:

> [...] Talvez a profissionalização, compreendida como o ato de buscar transformar em profissional algo que se faz de maneira amadora, no caso do magistério pudesse melhor designar o movimento de organização e busca de reconhecimento social e valor econômico de determinado grupo profissional, que comporta no seu interior distinções e complexidades que não lhe permitem identificar-se como profissão no seu sentido mais estrito (OLIVEIRA, 2008 *apud* ARAÚJO, 2016, p. 161).

Contrapondo à lógica mercantil capitalista, alguns autores vêm propondo outros sentidos ao processo de profissionalização da docência, desviado de uma ideia restrita de "empoderamento instrumental ou artificial", relacionando-o ainda, a categorias que aproximam à uma dimensão de maior amplitude ética e política do trabalho docente, investindo na possibilidade de descobrir caminhos para um "resgate social da profissão docente" (NÓVOA, 1999 *apud* SILVA JUNIOR, 2016, p. 11), prestigiando temáticas relativas à autoridade, compromisso, justiça social, conhecimento e valorização dos agentes.
Nesta perspectiva sinaliza, igualmente, Libâneo (2004):

> [...] Se o professor perde o significado do trabalho tanto para si próprio como para a sociedade, ele perde a identidade com a sua profissão. O mal-estar, a frustração, a baixa auto-estima (*sic*) são algumas consequências que podem resultar dessa perda de identidade profissional. Paradoxalmente, no entanto, a ressignificação de sua identidade – que passa pela luta por melhores salários e pela elevação da qualidade da formação – pode ser a garantia da recuperação do significado social da profissão (LIBÂNEO, 2004, p. 74-75).

Contudo, assumir o professor, o que legitimamente requer ao seu valioso ofício, isto é, assumir o protagonismo na produção da sua profissão, é permitir a sua conquista de posições mais centrais no campo educacional, maior controle sobre seu trabalho e formação, obtendo independência em relação à variabilidade das circunstâncias (*op. cit.,* 2016).
Enfim, essa anunciada e necessária profissionalização do magistério passa por um processo de ressignificação da identidade docente, que mobiliza também a necessidade de elevação do *status social* e do empoderamento da sua representatividade.
Que estejamos unidos, assertivos e esperançosos nesta empreitada!

Referências

ALTET, M. Profissionalização do ofício de professor e da formação em questão: explorar as contribuições da pesquisa para fortalecer e refundar a profissão. In: SPAZZIANI, M. L. (Org.)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Profissão de professor: cenários, tensões e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2016. Conferência de Abertura. Cap. 1, p. 39-66.

ANTUNES, R. (Org.) **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, H. Organização e lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação em defesa da formação de professores. In: SPAZZIANI, M. L. (Org.) **Profissão de professor**: cenários, tensões e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2016. Parte IV: Profissão de professor: perspectivas. Cap. 6, p. 157-174.

LIBÂNEO, J. C. A identidade profissional dos professores e o desenvolvimento de competências. In:_____. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004, p. 73-93.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORILA, A. P.; SENATORE, R. C. M. Trabalho e Educação em Marx e Gramsci. **Revista Estudos do Trabalho** UNESP, Marília, Ano III, Número 6, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/8RevistaRET6.pdf>. Acesso em: 15. jun. 2017.

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente entre a perda de poder e a afirmação da autoridade: o recurso à formação. In: SPAZZIANI, M. L. (Org.) **Profissão de professor**: cenários, tensões e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2016. Parte I: Profissão de professor. Cap. 2, p. 71-93.

_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set/Dez 2004. Disponível: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12. mar. 2012.

OLIVEIRA, E. S. G. Profissão Docente: O Périplo Heróico da Produção do Conhecimento. **Revista Teias:** Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4, Artigos. Jul/Dez, 2001. Disponível:<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/79/80 > Acesso em: 25. ago. 2014.

SILVA JUNIOR, C. A. [Apresentação]. In: SPAZZIANI, M. L. (Org.) **Profissão de professor**: cenários, tensões e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2016. p. 15-35.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OBJETOS DIGITAIS NA PRÁTICA DOCENTE DO CENTRO DE MÍDIAS DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA

Sirley Marques da Silva[1]
Regina Ferreira da Costa[2]

Introdução

Atualmente, vivemos a geração Y e Z de pessoas nascidas entre os anos de 1980 e início da década de 2000, uma geração contemporânea conectada à internet. Essas pessoas nasceram no advento de várias criações como: o de aparelhos eletrônicos tecnológicos modernos, a utilização da web, os quais através da Web, esses jovens se conectam, mas virtualmente, entre si e entre outros.

No entanto, os nascidos deste período apresentam um perfil imediatista, intolerantes, impacientes, pois, necessitam de feedbacks constantes, como também dentro deste perfil carecem de motivações e principalmente, habilidades para si trabalhar coletivamente.

E, para essa geração, se faz necessário uma metodologia educativa mais diversificada, uma metodologia que prenda a atenção desses jovens, algo que faça com que eles possam interagir, serem participativos. Enfim, algo inovador.

E, mesmo estando no século XXI, numa era globalizada, com recursos tecnológicos de última geração. Na era dos *smartphones*, *iphones* e muitos outros tipos de eletroeletrônicos e recursos digitais. Precisamos muito saber trabalhar com esses objetos digitais. Saber qual sua importância, como utilizá-los, como inseri-lo no planejamento pedagógico, e verificar se com a utilização de tais Objetos Digitais, alcança-se um resultado significativo de aprendizagem.

Enfim, mesmo o século XXI, sendo uma era bem diversificada, provida de grandes recursos tecnológicos, o ensino brasileiro nunca foi prioridade para os governantes.

Como também, mesmo a internet garantindo muitos benefícios tanto para estudantes como para professores, através de sua conectividade, uma grande maioria de brasileiros não tem acesso a essa portabilidade.

No entanto, diante desses questionamentos o Centro de Mídias de Educação do Amazonas, através do Ensino Mediado por Tecnologia, vem ao longo de seus quase 15 anos de implantação, oferecer por meio de uma metodologia bem diferenciada aos moldes convencionais. Uma educação inovadora e de qualidade. Fazendo com que, justamente esses jovens das gerações Y e

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. E-mail: sirleymarquesdasilva37@gmail.com
[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. E-mail: reurreu@yahoo.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Z, e agora uma geração mais recente intitulada de geração alpha. Se sintam mais atraídos pelas aulas, como também sejam mais participativos e possam interagir entre si e entre todos.
Nesse sentido, o presente estudo se vincula a conhecer quais os objetos digitais de aprendizagem são utilizados nos planos de aulas dos professores do Centro de Mídias de Educação do Amazonas? De que maneira eles são selecionados e qual a importância de cada objeto digital como ferramenta auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, e, se com a seleção desses objetos digitais, alcança-se uma aprendizagem verdadeiramente significativa e com resultados positivos?
Para responder a esses questionamentos, foram elaborados os seguintes objetivos:

Objetivo geral

• Conhecer todos os Objetos Digitais de Aprendizagens, disponibilizados nas aulas do professor do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), e verificar quais resultados são alcançados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Presencial Mediado por Tecnologia.

Objetivos específicos

• Relacionar os objetos digitais de aprendizagem no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Presencial Mediado por Tecnologia do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM);
• Explicitar a importância do uso dos objetos digitais de aprendizagem, como ferramenta tecnológica atrativa no processo educativo do Ensino Fundamental Presencial Mediado por Tecnologia do CEMEAM;
• Averiguar se os Objetos Digitais de Aprendizagem, está tendo alcance positivo no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental Presencial Mediado por Tecnologia no CEMEAM;
• Nomear os Objetos digitais de aprendizagem ofertados pelo CEMEAM e verificar quais suas utilizações.

O cenário Centro de Mídias de Educação do Amazonas

Atualmente, o CEMEAM oferece uma metodologia inovadora, pois sua grade curricular é modular, diferente da rede convencional de ensino, conta com a implantação de rede de serviços de comunicação multimídia (dados, voz e imagens) e autonomia para atender aos 62 municípios do estado do Amazonas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A metodologia do Ensino com mediação tecnológica que é a *blended learning*, ou *B-learning*,[3] soma, nesse modelo específico, tecnologias de comunicação de ponta a conteúdos escolares, planejados e estruturados em objetos de aprendizagens diversos, direcionados ao processo de construção dos conhecimentos dos estudantes numa performance exclusiva de ensino presencial com mediação tecnológica.

Diante deste cenário amazônico, na cidade de Manaus/AM, que é justamente onde está localizado o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), o qual foi implantado no ano de 2007, mas iniciou suas atividades educativas no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano somente em 2009. Com o intuito de atender aos alunos das comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas.

Esse atendimento, se deu em virtude desses estudantes não terem acesso à escola devido morarem em lugares bem longínquos da cidade e da capital amazonense. A dificuldade de atendimento a essa população deve-se a alguns fatores como: o meio de transporte, pois determinadas localizações é realizado por meio fluvial, terrestre ou aéreo, outra dificuldade é a falta de docentes habilitados para ensinar esses alunos, como também os recursos financeiros dos pais para manterem seus filhos na sede dos municípios para continuar seus estudos.

Assim, para atender a essa demanda o Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Educação do Amazonas, iniciou seu atendimento de forma gradativa, utilizando a metodologia do Ensino Presencial com Mediação Tecnológica. Tal metodologia propõe aulas com mediação tecnológica via satélite; as aulas são construídas pelos professores nomeados como ministrantes, essas aulas são roteirizadas para o formato televisivo, utilizando recursos midiáticos (objetos digitais), tornando as aulas mais atrativas.

Então, a SEDUC por meio do CEMEAM, cumpre o art.208 da Constituição Federal, que garante como dever do Estado o "Ensino Fundamental gratuito", assegurada inclusive para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria, bem como a universalização Ensino Médio gratuito". E o art. 211 § 4°, que determina: "na organização de seus sistemas do Ensino, os Estados e Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório".

Por essa razão, o presente estudo se debruça nos Objetos digitais na prática docente do Centro de Mídias de Educação do Amazonas das séries finais do Ensino Fundamental Presencial Mediado por Tecnologia. E, busca através de seus objetivos conhecer todos os recursos digitais de aprendizagens, disponibilizados pelo CEMEAM nas aulas do professor ministrante e verificar quais resultados são alcançados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental das séries finais no Ensino Presencial Mediado por Tecnologia, explicitando a importância de cada objeto digital como ferramenta tecnológica atrativa no processo de transmissão de conhecimentos.

[3] O *e-learning* (do inglês electronic learning, "aprendizagem eletrônica") ou ensino eletrônico corresponde a um modelo de ensino não presencial apoiado em tecnologia. Atualmente, o modelo de ensino/aprendizagem eletrônico assenta no ambiente *online*, aproveitando as capacidades da Internet para comunicação e distribuição de conteúdos. Outra definição simples para *e-learning* será "o processo pelo qual o aluno aprende através de conteúdos colocados no computador e/ou Internet e em que o professor, se existir, está à distância, utilizando a Internet como meio de comunicação (síncrono ou assíncrono), podendo existir sessões presenciais intermídias". O sistema que inclui aulas presenciais no sistema de *e-learning* recebe o nome de *blended learning* ou *b-learning*. https://pt.wikipedia.org/wiki/E-learning

O percurso das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação

A utilização da internet passou a ser um dos meios mais usados pelas pessoas para se comunicar, pesquisar e coletar informações de maneira rápida e acessível. Sua utilização promove uma dinâmica em suas vidas, devido seus impactos e inovações tecnológicas constantes que, ao longo de seu surgimento vem se propondo a fazer, não só transformando as necessidades básicas, como também, transformando-os e inovando-os.

O advento das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDIC), o acesso e as facilidades à Web trouxeram ao mundo virtual novos conceitos e novos aprendizados, como principalmente novas metodologias no campo do trabalho pedagógico. Dessa feita, vive-se uma nova era, novas gerações, a era da informação, da comunicação, da tecnologia e das "metamorfoses" nos processos educacionais. Na verdade, a Internet reconfigura toda nossa vivência em sociedade. (AUDINO; NASCIMENTO, 2010, p. 128).

Na esfera educacional, esse processo ocorre de maneira semelhante, fazendo com que, através de políticas públicas, busquem informatizar e garantir o acesso e a inserção de seus estudantes, ao mundo das tecnologias.

No entanto, experiências mostram que só o uso das tecnologias, não é capaz de solucionar os problemas educacionais. É, lógico que é importante, porém, faz-se necessário, que ocorram investimentos em políticas governamentais que venham constituir componentes e instrumentos básicos, que vão desde: a formação e valorização dos docentes, equipamentos de ponta para as escolas (computadores, Datashow e principalmente acesso à banda larga), reformulação dos conteúdos trabalhados e investimentos em programas educativos, como também o uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

Assim, as Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação transformam-se realmente, em possíveis desenvolvimentos de qualidade na educação escolar.

O Ministério da Educação corrobora esse compromisso ao declarar que

> [...] tem-se constatada a importância e a urgência de se promover a integração das tecnologias ao trabalho escolar, visto que elas estão cada vez mais presentes no cotidiano de crianças e jovens e que sua utilização é uma competência básica fundamental que deve ser desenvolvida no ambiente escolar, tendo em vista sua relevância para a formação de cidadãos críticos e aptos a utilizar essa competência no ambiente de trabalho, nos estudos e em outros contextos. (BRASIL, 2011, p. 53)

Compreende-se, que os recursos digitais servem para incentivar e inovar o fazer pedagógico, através de novas ferramentas e práticas educativas. No entanto, ainda existem práticas obsoletas, os quais os professores se recusam a fazer uso do novo, do digital. Muitos são bem resistentes à tecnologia. E, preferem ficar no ensino tradicional, fazendo uso somente do livro didático, do quadro branco, tornando-se, para uma geração inquieta. Uma aula monótona.

Porém, numa era globalizada, tanto professores e alunos, devem assumir o papel de protagonistas de suas histórias educativas, sabendo utilizar, ou mesmo procurando aprender a usar essas ferramentas tecnológicas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O uso dos recursos digitais está alinhado às práticas educacionais contemporâneas, pois, privilegia a concepção do próprio conhecimento, dando ênfase a produção colaborativa e coletiva. De acordo com Lévy (2015), esse processo constitui um modo peculiar de produzir coletivamente com a participação ativa dos atores envolvidos. O qual ele destaca que tal procedimento constitui um ciberespaço, o qual promove a inteligência coletiva, sendo esta última "[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências" (Lévy, 2015; p.29).

Para acompanhar esta era digital, eis que temos uma geração que experimentam justamente esses tipos de recursos tecnológicos que conforme nota através de apud (Gabriel, 2013; p.85), Pew Internet Research contemplam em suas análises:

> [...] sabemos que [o estudo] não é uma ciência exata. Estamos cientes de que existem muitas diferenças em atitudes, valores, comportamentos e estilos de vida dentro de uma geração, assim como existem entre gerações, isso meramente acrescenta riqueza e complexidade ao estudo.

Gabriel (2015), classifica essa geração como Geração Y que são os (nascidos entre 1980 e início da década de 2000) - também conhecida como Millennials, Generation Next e Echo Boomers. E, mais a Geração Z (nascidos a partir do início da década de 2000) - também conhecida como *iGeneration, Generation@, Net Generation, Generation AO (Always on), Generation Text* e Nativos Digitais.

Dessa maneira, entender as transformações comportamentais dos nascidos dessas eras, influencia bastante de como desenvolver algo que possamos chamar a atenção dessa geração, algo que possamos interagir, que eles sejam participativos, até porque esta geração necessita de constantes *feedbacks*. Por serem tão desligados.

Assim, Gabriel (2013; p.88 e 89) fala um pouco dessas gerações:

> Considerando-se que muitas vezes os professores e profissionais da área da educação são das gerações analógicas (X e *baby boomers*) e que os estudantes são das gerações digitais (Y e Z), existe a necessidade que os educadores conheçam as características predominantes dessas gerações digitais para poderem desenvolver processos educacionais adequados a elas em função de seus comportamentos, interesses e equipamentos que utilizam, modo como aprendem e a maneira como se relacionam com os outros e com o mundo.

Assim sendo, as mudanças e transformações são necessárias no contexto educativo, como no social, e devem ser colocadas em práticas com urgência, considerando, que a dinâmica que gira em torno das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação é constante. Nesse sentido o uso desses recursos tecnológicos na prática do professor do Centro de Mídias de Educação do Amazonas é constante. Sua prática docente, irá dinamizar e transformar seu fazer pedagógico e suas metodologias são aplicáveis e inerentes à uma educação diferenciada que é, o Ensino Presencial Mediado por Tecnologias do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM).

Para Perrenoud (2001, p.19):

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] o ensino é muito mais que um revelador das disposições individuais. É um sistema de ação, uma organização que transforma as pessoas, suas competências, assim como suas atitudes, suas representações, seus gostos. É um sistema que pretende instruir, exercer sua influência.

De modo igual, para Benavente (2013, p.2):

> À luz de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e social cresceram e generalizaram-se os sistemas educativos e as escolas modernas. Mas a legitimidade do estado-nação nasce na igualdade dos direitos de todos os cidadãos, numa lógica democrática universalista. A escola das sociedades modernas é "a escola para todos", aquela em que se confia para se formar o cidadão nacional".

Nessa perspectiva os sistemas educativos modernos formam o cidadão em um cidadão nacional, plural, através das igualdades de direitos iguais. A sociedade, a escola e todos de um modo geral vão e terão que se adequar a era moderna (digital).

Moran (2007) enfatiza que a realidade na esfera educacional está cada vez mais se transformando. Para ele, esse cenário exige maior empreendimento e qualificação por parte dos educadores e, concomitantes aos seus alunos. "Com as escolas cada vez mais conectadas à Internet, os papéis dos educadores se tornam mais desafiadores, se multiplicam, se diferenciam e complementam. Exigindo uma grande capacidade de adaptação, de criatividade diante de novas situações, propostas, atividades." (MORAN, 2007; p.37).

Ora, se na atualidade as inovações estão a todo o momento, em cada minuto se despontando, a prática do professor na era tecnológica precisa ser reconstruída, pois Schön[4] *apud* Jordão (2007), que apontou a necessidade de se repensar a epistemologia da prática, fundamentada a partir de situações concretas. Diante disso, o professor ministrante do ensino presencial mediado por tecnologia, através de suas distintas práticas educativas, desenvolve ações que visam possibilitar e desenvolver o processo de ensino e aprendizagem com a inclusão de recursos digitais em seus planos de aula.

Considera-se ora o exposto, que o professor ministrante, dominador e conhecedor das TDCIs e de seus conhecimentos inerentes a sua prática educativa, se torna peça chave nesse processo de ensino aprendizagem mediado por tecnologia. Como também, mesmo diante do movimento dialético das inovações midiáticas, além da apropriação dos conteúdos e saberes referentes à sua formação - que deverá ser esta última ser contínua e rica em saberes. Nos mostra no decorrer deste estudo, que não somente o professor é o protagonista deste saber, como o aluno também passa a ser o protagonista deste aprendizado.

O perfil do professor do século XXI, é justamente este, um profissional inovador, mediador, interacionista, criativo e dinâmico.

A metamorfose do processo de trabalho desenvolvido pelo corpo docente do CEMEAM

A Educação a Distância (EaD) é o termo genérico usado no Brasil para designar modos de formação ou de aprendizagem *on-line*, cuja mediação estudante-professor-conhecimento é feita

[4] Schön, D (19883). The reflexive practitioner. Londres: Temple Smith.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

por meio de alguma tecnologia e que, por isso, diferencia do modelo presencial clássico e, também, do ensino ao vivo, presencial, com mediação tecnológica.

As aulas são planejadas por professores especialistas das diversas áreas do conhecimento, são transformadas em peças televisivas, em uma central de produção educativa para TV e transmitidas ao vivo, diariamente, para todas as salas de aula, em horário regular. Conhecimentos são abordados, com o uso de diversos recursos midiáticos, games e objetos de aprendizagem inovadores como EVO Book e Homem digital em 3D. Na aula em tempo real o professor ministrante faz a mediação entre os objetos de conhecimento, que são os conteúdos e os estudantes, e o professor presencial atua localmente, como ativador do processo de aprendizagem dos estudantes.

Uma proposta de ensino não convencional com características de EaD com o efetivo acompanhamento de um professor presencial, o ensino presencial com mediação tecnológica tem como base os seguintes pressupostos metodológicos: a interatividade, a presencialidade e a mediação.

A interatividade é uma atividade pedagógica bidirecional em que os sujeitos do processo educativo, professores e alunos, se inter-relacionam em tempo real com interface tecnológica e digital. A tecnologia permite aos docentes a mediação do conhecimento a milhares de alunos em um contexto plural de aprendizagem, ressignificando o espaço educativo virtual em um contexto singular de interação, que é a sala de aula convencional.

A presença às aulas, em sala de aula, durante toda a jornada de estudos que tradicionalmente compõe-se de 4 horas diárias de efetivo trabalho escolar, ocorre em simultâneos e contínuos momentos de interação com professores e alunos. No modelo pedagógico do Ensino Presencial com Mediação Tecnológica, o conceito de presencialidade, além de cumprir as 800h/a obrigatórias do modelo clássico, supera os limites de tempo e espaço de aprendizagem.

Os recursos de interatividade por videoconferência permitem a presencialidade, pois garantem o acesso e a permanência dos alunos em salas de aulas das comunidades rurais nos diversos pontos de acesso à plataforma virtual. A presencialidade às aulas pressupõe a participação e interação efetiva dos integrantes no processo educativo: professores ministrantes, professores presenciais e alunos. As assistências às aulas ocorrem diariamente na sala de aula convencional durante todo o ano escolar.

Outro fator fundamental nesse processo educativo é o professor ministrante especialista de cada componente curricular, que embora esteja mediando os conhecimentos de um estúdio localizado em ponto remoto, faz-se presente em cada sala de aula, simultaneamente, através dos recursos da tecnologia.

No ensino presencial com mediação tecnológica, a *mediação* tem dois sentidos epistemológicos: mediação do conhecimento e mediação tecnológica.

A mediação do conhecimento é a tarefa efetiva dos professores do Centro de Mídias e ocorre de maneira planejada em função das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos durante o processo escolar. Na aula, em tempo real, o professor ministrante atua como mediador entre os objetos de conhecimento, que são os conteúdos e os alunos. O professor presencial

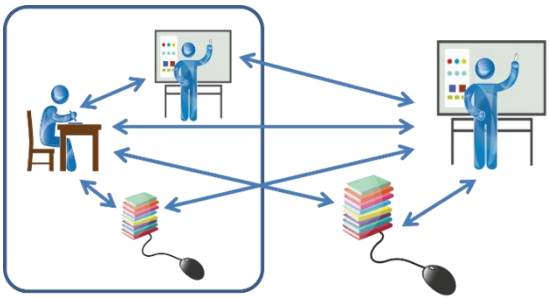
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

participa do processo de mediação orientando o desenvolvimento das dinâmicas locais interativas, projetos de pesquisa e atividades de extensão das aulas.

Segundo a Psicologia Moderna, os conhecimentos encontram-se nas zonas de desenvolvimento proximal[5] e através do processo de mediação passam a conhecimentos efetivos, resultando no desenvolvimento cognitivo real dos alunos. Para que ocorra a aprendizagem, os alunos devem atuar sobre o objeto do conhecimento. Nesse sentido, o modelo pedagógico dessa proposta curricular se destaca por assegurar aos alunos experiências de aprendizagens desafiadoras, com uso da tecnologia, levando-os à reflexão, à crítica, à criação, à produção e à interação com as mais diversas possibilidades de aprender a aprender.

A mediação do conhecimento é assegurada pela mediação tecnológica, tendo como suporte a moderna plataforma tecnológica e educacional do Centro de Mídias. Mediar o processo de aprendizagem requer dos docentes, além do planejamento intelectual dos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, o conhecimento dos diversos recursos midiáticos disponíveis na Central de Produção Educativa de TV para produção e criação das aulas.

É requerido também dos docentes o conhecimento das ferramentas básicas de interatividade, como chat público, chat privado e redes sociais, pois estas são estratégias de mediação dos conhecimentos a serem exploradas durante as aulas.



Os resultados desse processo cognitivista, com interface tecnológica e digital, são as aprendizagens efetivas dos alunos e o alcance dos objetivos educacionais. Nesse contexto, a formação continuada dos educadores é condição essencial para que os professores presenciais e ministrantes tenham total domínio das tecnologias da informação e comunicação disponíveis no Centro de Mídias.

Considerações Finais

Assim, diante do que foi apresentado, nos possibilitou navegar um pouco sobre o processo de evolução do fazer pedagógico, do caminhar do professor da era digital. Evidenciando que, ao

[5] **Zona de Desenvolvimento Proximal Iminente** (ZDI) (зона ближайшего развития) é um conceito elaborado por Vigotsky, e define a distância entre o nível de desenvolvimento atual, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e a gama de possibilidades, determinado através de resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro. Quer dizer, é a série de informações que a pessoa tem a potencialidade de aprender, mas ainda não completou o processo, conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis. https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_de_desenvolvimento_proximal

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

longo da história educacional este profissional vem desbravando papéis um tanto complexos, porém se destacando como professor inovador, e mostrando que tem habilidades para se trabalhar com novas ferramentas educacionais.

Vimos que a criação do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, caminha com avanços significativos, com o incentivo das políticas públicas educacionais e formativas. Seguindo sempre por melhores condições de vida para milhares homens e mulheres amazonenses. Apresentando cada vez mais oferecer propostas inovadoras e de qualidade junto ao ensino público do Estado do Amazonas.

Nesta perspectiva encontra-se o professor ministrante do CEMEAM, apto e atuante nesse espaço amazônico. Buscando desenvolver através de objetos digitais uma prática docente, pautada numa metodologia distinta na ótica das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, com dinamismo e responsabilidade social, colaborando para a consolidação de tal objetivo.

Para tanto, encerramos aqui este breve estudo com o seguinte pensamento: a metamorfose das boas práticas pedagógicas amazônicas e brasileiras, somente será possível no momento em que houver espaços formativos que conduzam à construção de competências sólidas promovendo a otimização da qualificação profissional. Crendo que, num futuro muito próximo a internet, como as TICs estejam ao alcance de todos. Para que dessa maneira possamos alcançar resultados eficazes e significativos.

Referências

DEMO, Pedro. (2009). **Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades**/ Pedro Demo. - - São Paulo: Atlas, 2009.

GABRIEL, Martha. (2013). **Educar** Martha Gabriel. - São Paulo: Saraiva.

LÉVY, Pierre, 1956. (2010). **Cibercultura.** Pierre Lévy. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Editora 34. (3ª edição). 272 p. (coleção TRANS).

LÉVY, Pierre. (2015). **A inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**/ Pierre Lévy; tradução Luiz Paulo Ronanet. –10. ed.—São Paulo: Edições Loyola.

SCHÖN, D. (1983). **The reflexive practitioner.** Londres: Temple Smith.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 03
CORRUPÇÃO, VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E DEFESA

A DESUMANIZAÇÃO NA INCITAÇÃO AO LINCHAMENTO: UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA[1]

Amanda Mont'Alvão Veloso Rabelo[2]

Introdução

O linchamento é um ato criminoso que envolve homicídio e lesão corporal, oposto à Justiça e passível de condenação formal. Chama a atenção que suas ocorrências sejam frequentes e populares no Brasil – foram 1.179 registros entre 1980 e 2006, segundo o Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), e cerca de um milhão de brasileiros protagonizou tentativas ou concretizações de linchamentos nos últimos 60 anos (MARTINS, 2019).

Ademais, esses crimes apresentam respaldo social mediante a ausência de depoimentos de testemunhas e de investigações aprofundadas (NATAL, 2015), além de haver consciência de pertencimento e conivência por parte dos linchadores (MARTINS, 2019). O aspecto irreversível desse tipo de violência é flagrante, já que menos da metade (44,6%) das vítimas consegue ser salva, conforme levantamento de Martins (2019).

São heterogêneas as definições acerca das motivações e composições dos grupos linchadores, mas estudiosos do assunto nas ciências sociais convergem para a conceituação do linchamento como uma manifestação coletiva e ilegal de violência empreendida com o objetivo de punição. Seus alvos são indivíduos suposta ou efetivamente acusados de um crime ou, em determinadas regiões, "identificados com movimentos ou estigmas de ordem política e racial", como esclarece Benevides (1982).

Nota-se que a vítima do linchamento torna-se alvo porque a ela é atribuído um crime ou característica que, naquele imaginário punitivo, justifica a ação de retribuição. É indispensável salientar que tanto o julgamento quanto a condenação são oferecidos pela multidão em dispositivos integralmente avessos à Justiça, sem direito ao contraditório e baseados em critérios subjetivos como moralidade e desejo de vingança. Resulta disso a constatação de que, no linchamento, tanto condenados juridicamente quanto inocentes compartilham do mesmo destino violento, decidido por uma massa que auto-ocupa o papel de juiz.

Martins (2019), que investigou 2.028 casos ocorridos no Brasil em um período de 60 anos, inaugura importantes considerações a respeito do caráter espontâneo, difuso, súbito e irracional da multidão no linchamento. Tais caracterizações, prestigiadas por este artigo, tornaram-se

[1] O presente artigo é uma parcial do desenvolvimento de pesquisa de doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP, iniciada em 2021 e sob orientação da profa. dra. Maria Francisca Lier-DeVitto. A pesquisa tem apoio financeiro da Capes.

[2] Doutoranda e mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: amanda.monveloso@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

disparadoras de perguntas menos focadas na intencionalidade racional e, por consequência, mais voltadas para os impulsos inconscientes que respondem por atitudes humanas consideradas "bárbaras" ou "bestiais". A manifestada atrocidade do linchamento expõe aspectos supostamente animalescos de seus praticantes – demarco o *supostamente* porque Freud, primeiro em 1920 e depois em 1930, estabeleceu a pulsão de morte como vértice das investigações sobre a agressividade, culminando em um reconhecimento das potencialidades mais cruéis dos seres humanos a partir de uma perspectiva do desejo inconsciente, e não do instinto. Martins parece corroborar com Freud ao indicar que a assinatura dos linchamentos é humana, mesmo estando fora do pacto civilizatório:

> No geral, os linchamentos nos fazem ainda medievais, na medida em que são práticas de punição que procuram cobrir o linchado de desonra, destituindo-o de sua humanidade, até o extremo da desfiguração e de sua redução a cinzas. (MARTINS, 2019, p.118).

Diante da monstruosidade atribuída a algumas vítimas de linchamentos, bem como a violência e desfiguração a que são submetidas, surge a pergunta sobre os fundamentos e efeitos da desumanização discursiva que antecede alguns destes crimes. São frequentes as denominações de "monstro" ou "animal" empenhadas para classificar essas pessoas, o que implica a construção de uma alteridade ameaçadora que é sistematicamente reafirmada pela separação entre "nós" e "eles". Lembremos que a vida em sociedade não é tarefa automática e preservada de tensões; com Freud (1930) aprendemos que o laço social é uma das três principais fontes de sofrimento para os seres humanos.

Este trabalho, de cunho teórico, assume a interdisciplinaridade que uma questão complexa como esta demanda e, em diálogo com os saberes das ciências sociais, faz uso de referenciais psicanalíticos sobre as relações entre sujeito, inconsciente e alteridade para uma tentativa de compreensão da desumanização, via discurso, de seus alvos. Visa a oferecer contribuições da Psicanálise sobre os aspectos psíquicos envolvidos na designação de uma pessoa como merecedora de uma punição coletiva, considerando a delicada relação entre o Eu e o outro, conforme a teoria do inconsciente proposta por Sigmund Freud em 1900 e 1915 e os avanços promovidos posteriormente por Jacques Lacan, sobretudo ao reconhecer a linguagem como central para este campo teórico.

Não se deixa de reconhecer aqui a sólida literatura sobre linchamentos produzida nos campos da Sociologia, Direito e Antropologia, especialmente com os trabalhos de Martins (2019), Natal (2013, 2015), Sinhoretto (2001), Benevides (1982), Benevides e Ferreira (1983), Souza (1999), Zaluar (1999) e Valle (2016), responsáveis por análises rigorosas sobre os aspectos da dimensão social e as relações com a Justiça.

A noção de sujeito adotada neste estudo é a de sujeito do inconsciente[3], ou seja, alguém que é constitutivamente dividido e, portanto, imune à primazia da razão e da consciência. Desta forma, este trabalho enfatiza seu interesse sobre aspectos que escapam à suposta regência da ordem e da racionalidade sobre os atos humanos.

[3] A concepção de sujeito do inconsciente é atribuída a Lacan a partir da leitura que ele fez da obra freudiana. Apesar de o sujeito não ter sido teorizado por Freud, sua obra circunscreve explicitamente um sujeito que é regido por seu inconsciente; portanto, alguém que nem sequer é "senhor em sua própria casa" (FREUD, 1917).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Punição aos monstros e animais

Em 3 de maio de 2014, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33 anos, moradora do Guarujá, foi linchada após um boato de que praticava magia com crianças. O crime foi antecedido por uma movimentação popular significativa na internet. Os comentários escritos em uma página do Facebook nomeada "Guarujá Alerta", que "denunciava" a suposta existência de uma sequestradora de crianças, permitem testemunhar exemplos de desumanização na linguagem:

> Um usuário disse que pensava que a história da sequestradora era boato, mas interpretou o post do Guarujá Alerta como uma confirmação. Outro perguntou onde havia fotos "desse monstro". Outro disse que se ela aparecesse em Morrinhos ia "tomar só rajada, essa cachorra". Outro pediu uma foto "dessa bruxa" e avisou que "ela vai ter o que merece". (PETRY, 2016)

Termos como "monstro", "cachorra" e "bruxa" são justapostos a uma reivindicação de punição e castigo, expressa em termos de desejo ou torcida. Sabemos que o linchamento marca a realização deste desejo, uma vez que é uma passagem da expressão verbal ao ato. A relação entre palavra e ato nesta modalidade de crime parece encontrar uma primeira pista em uma passagem de Freud em *Psicologia das massas e Análise do Eu*, de 1921, em que ele reproduz e comenta uma das teses de Gustave Le Bon sobre as massas:

> A massa está submetida ao poder realmente mágico das palavras, que podem provocar na alma da massa as mais terríveis tormentas e também podem apaziguá-la. "Com razão e argumentos não se pode combater certas palavras e fórmulas. Se as pronunciarmos com devoção diante das massas, imediatamente as expressões faciais se tornam respeitosas e as cabeças se curvam. Para muitos, elas são consideradas forças da natureza ou poderes sobrenaturais." Só precisamos nos lembrar do tabu dos nomes, entre os primitivos, das forças mágicas que, para eles, ligam-se a nomes e palavras. (FREUD, 2020 [1921], pp.149-150).

A análise de Freud destaca o efeito sugestivo da palavra sobre a multidão. Convém identificar o enlaçamento promovido pela justificação do linchamento, ou seja, sua funcionalidade como agente de coesão social, costurada, entre outras linhas, pela identificação e sensação de pertencimento. Martins (2019) conclui que 80% dos linchamentos têm como autores grupos de pessoas mobilizadas por motivos e relacionamentos de cunho tradicional, comunitário e autodefensivo, a despeito da suposição de que os participantes só se reuniriam em torno do ato punitivo, e não por outras razões.

Ademais, chama a atenção que Benevides e Ferreira (1983, p.234), ao abordarem a anuência dos linchadores à condenação de quem é "bandido", destaquem que as manifestações da turba costumam ser referidas como histeria coletiva: "pessoas que, de uma maneira ou de outra, além de não confiarem na ação da polícia e da justiça, introjetaram profundamente os princípios de que bandido tem mesmo é que morrer". Não à toa, a expressão "bandido bom é bandido morto" é corroborada por cerca de 60% dos brasileiros, segundo pesquisa divulgada no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (JUSBRASIL, 2016).

Dentre os autores que se dedicaram a elucidar o fenômeno do linchamento a partir do prisma da Sociologia e do Direito, destaco as contribuições de Martins (2019) pelo fôlego de sua investigação, que contemplou casos registrados ao longo de 60 anos, e pela originalidade de suas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

análises. Ao apontar para as características de sentimento de pertencimento e continuidade, conforme procurei exemplificar na Introdução, o autor deixa uma ponte possível para teorizações sobre os acontecimentos psíquicos envolvidos na adesão ao linchamento. Trago aqui uma consideração feita por Freud a partir da teoria de McDougall:

> Para que, dos membros casualmente agrupados de uma multidão de seres humanos, forme-se algo como uma massa no sentido psicológico, é exigida a condição de que esses indivíduos tenham alguma coisa em comum, um interesse comum por um objeto, uma mesma orientação afetiva em determinada situação e (eu acrescentaria: em consequência) um certo grau de capacidade de se influenciar mutuamente. (FREUD, [2020] 1921, p.154).

Percebe-se, pelas palavras de Freud, que o agrupamento em questão não sintetiza apenas uma reunião física, mas também um ajuntamento psíquico. Este artigo estabelece a hipótese de um caráter sugestivo advindo da desumanização dos alvos, considerando que os membros da multidão são suscetíveis à influência mútua. O "monstro" à solta passa a ser invocado pela comunidade ameaçada como algo a ser aniquilado em prol da retomada da ordem e da segurança. Ao analisar aspectos característicos dos linchamentos no Brasil, Martins (2019) assinala particularidades, especialmente quanto aos vínculos sociais mantidos pelos linchadores antes e após o ato criminoso. O pesquisador destaca uma duplicidade constitutiva no enlaçamento dos participantes: ele é imediato e súbito, típico de uma **multidão**, e também possui a estável sociabilidade de uma vizinhança ou bairro, reportando às características de uma **comunidade**.

Em outra segmentação, o autor analisa os crimes cometidos em ambientes rurais e urbanos do país. Ainda que o justiçamento cometido como um "direito de vingança" seja notório nas comunidades rurais, esta concepção tem se difundido entre as cidades. Denota, de fato, a existência de uma herança rural, comunitária e patriarcal, mas a forma gregária dos linchamentos no mundo urbano se diferencia e se redefine a partir da sobrevivência do típico sentimento agrário de pertencimento a um grupo por meio do estabelecimento de um "nós". Se no meio rural este pertencimento costuma se dar pelos graus de parentesco, sejam reais ou simbólicos, a costura de comunidade no meio urbano se dá pelas linhas do medo.

Não surpreende que o temor tenha engendrado uma multidão de cerca de 300 pessoas que tentaram linchar, em uma delegacia, os autores do assassinato de uma família em Bragança Paulista, em 2006, como relata o pesquisador:

> Alguém, na turba, mencionou que a comunidade pacífica estava ameaçada pelos que vinham de fora, mesmo sem saber quem eram os assassinos. Uma clara indicação de quanto num grupo desses está em jogo a ideologia do nós e do eles, o comunitarismo regulador da ordem, o forasteiro como ameaça. (MARTINS, 2019, p. 123)

Como apontado anteriormente, os comentários nas redes sociais e a documentação sociológica do linchamento permitem a observação da presença de termos desumanizadores dirigidos às vítimas, tais como "monstro" e "animal". Apesar de ser uma noção jurídica, o "monstro", para Foucault (2001), é aquele que viola as leis da sociedade e da natureza, o que evoca uma dimensão de exclusão. O autor prossegue: "Todo criminoso poderia muito bem ser, afinal de contas, um monstro" (FOUCAULT, 2001, p.101).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A definição de Foucault combina com as observações de Martins (2019) sobre a violência dos linchamentos e sua resultante desfiguração. É importante ressaltar que o pioneiro trabalho do sociólogo brasileiro oferece fartos subsídios para compreender a desumanização que transforma, nas palavras do autor, pessoas em cadáveres. Em proposta complementar, este artigo discorre sobre a eliminação simbólica da humanidade da vítima em **momento prévio** aos ataques físicos. É com a desqualificação que o outro é destituído da condição de semelhante e alçado a uma posição de diferença inadmissível e ameaçadora. Neste lugar de radical hostilidade foram colocados a dona de casa brasileira Fabiane de Jesus (PETRY, 2016) e todos aqueles cujo destino foi o linchamento. Desempossados de sua condição humana, Fabiane e as demais vítimas tiveram o valor de suas vidas decidido por um outro que anuncia sua violência sob a justificativa de "vamos eliminar o mal" (ROSA, ALENCAR, MARTINS, 2018, p.16).

A desumanização e o narcisismo das pequenas diferenças

Martins (2019) destaca que o destino desumanizante recebido pelos linchados corresponde a uma resposta ritualística por suas condutas socialmente impróprias e desumanas. Evidentemente, esse anseio por "repor a ordem no mundo" por meio de uma "vendeta reparatória" não é passível de justificação, mas impõe, como frisa o pesquisador, que o compreendamos. É importante ressaltar que, quanto aos agentes dos crimes, seus espelhos particulares não refletem imagens de autores de assassinatos. Refletem, sob suas equivocadas perspectivas, "a certeza de que participaram de um ato moralmente justo" (MARTINS, 2019, p.88).

A pesquisa desse sociólogo não cede a explicações reducionistas e, pela via oposta, trilha as nuances esperadas em uma manifestação coletiva brutalizante como é o linchamento. O autor posiciona, no centro de suas reflexões, a fragmentação da sociedade brasileira e seus inúmeros dispositivos de criação de desigualdade e exclusão.

> Os atos de linchamento (...) revelam-se ritos de definição do estranho e da estraneidade da vítima, o recusado e o excluído. (...) Eles denunciam o estreitamento das possibilidades de participação social daqueles que, deslocados por transformações econômicas e sociais, situam-se nas franjas da sociedade, nos lugares da mudança e da indefinição sociais. Ao mesmo tempo, denunciam a perda de legitimidade das instituições públicas, através do aparecimento de uma legitimidade alternativa, que escapa das regras do direito e da razão. Pode-se dizer que, de certo modo, o "contrato social" está sendo rompido. (MARTINS, 2019, p. 46-47)

Como demonstra o autor, na combustão social brasileira em que as bases de igualdade, equidade e justiça são consistentemente atacadas, as diferenças passam a constituir arenas de disputa.
Mesmo que a desumanização não seja um conceito da Psicanálise, é possível circunscrevê-la nas teorizações de Freud (1918, 1921) sobre o narcisismo das pequenas diferenças, em que a estranheza e a hostilidade detectadas em todas as relações humanas superam os sentimentos de união, evocando as pequenas diferenças capazes de separar os indivíduos daqueles com quem se guarda uma relação de semelhança. Estas mínimas diferenças são consideradas ameaças ao narcisismo, o que configura o caráter antipático desse contato e as estratégias de diferenciação que ignoram o que há em comum.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A esse respeito, é possível seguir a trilha deixada por Kehl (2020), que descreve a importância deste conceito para a compreensão do antissemitismo que antecedeu a eleição de Hitler na Alemanha. Freud havia percebido que a rejeição dos alemães ao povo judeu não era totalmente explicada pela concorrência econômica. Havia uma questão psicológica determinante, baseada nas semelhanças entre aqueles cidadãos. Escreve Kehl (2020, p.201): "Os argumentos que movem a intolerância baseiam-se na busca de diferenças inconciliáveis entre povos ou culturas que, ao contrário, contam com uma larga margem de aspectos em comum." Perante a matéria-prima humanizante que constitui nossa semelhança e que permite traços de identificação, a alteridade desumanizada e tornada ameaçadora parece oferecer um conveniente e chocante "pretexto" àqueles que buscam combater as diferenças pela via do extermínio.

Considerações

Nesta discussão pudemos refletir sobre a transformação de um semelhante em um animal ou um monstro, como vemos nos procedimentos do linchamento. Como catalisadores dessa transfiguração temos o medo e também o ódio. Este último é um afeto primário presente em todos nós – portanto, humano –, mas que assume enlaces adesivos e mortíferos em nossa convivência. "Somos muito suficientemente uma civilização do ódio", afirmara Lacan (1953-54, p.316) ao falar sobre este afeto que mira a destruição do ser do outro.

Ao medo, considerado por Safatle (2016) o afeto político primordial em uma sociedade sob ameaça, acrescentam-se as "inflexões do liberalismo radical" e o incentivo ao ódio no laço social como os combustíveis para a prevalência da intolerância que vivemos hoje em nosso país, segundo Rosa, Alencar e Lemos (2018); e Rosa, Penha e Lemos (2018).

Há, em nosso (con)viver, um enquadramento nada implícito de que determinadas alteridades são consideradas descartáveis e elimináveis. Como sociedade, não toleramos semelhantes sob o discurso de que a diferença é inconciliável e insuportável, ameaçadora à uma suposta integridade do Eu.

Enquanto humanos, somos munidos de afetos que podem ser instrumentalizados para a desumanização, isto é, para a eliminação física e simbólica de um outro. Eliminação esta que, ao contrário do que se objetivava, não restitui a segurança desejada: "o ódio não se satisfaz com o desaparecimento do seu adversário", adverte Lacan (1953-54, p. 316). Sendo o objeto do ódio um outro que não é completamente externo ao sujeito, na medida em que isso que é odiado no outro constitui o sujeito que odeia, ou seja, são a mesma matéria-prima, "a destruição do outro é parte da destruição de si mesmo, de sua humanidade" (ROSA, ALENCAR, MARTINS; 2018, p.21). Desumaniza-se todos nós, como previra Clarice Lispector ao refletir sobre um criminoso morto com 13 tiros:

> (...) há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. (LISPECTOR, 1999, p.123-124)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

BENEVIDES, M. V. Linchamentos: violência e "justiça popular". *In*: PAOLI, M. C. *et al.* **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, M. V.; FERREIRA, R. M. F. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979 –1982). *In*: PINHEIRO, P. S. (org.) **Crime, Violência e Poder**. Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos. *In*: **Obras Completas, volume 4 (1900)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1915) O inconsciente. *In:* **Obras Completas, volume 12 (1914-1916)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1917) Uma dificuldade da psicanálise. *In:* **Obras Completas, volume 14 (1917-1920)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1918) Contribuições para a psicologia da vida amorosa: o tabu da virgindade. *In:* **Amor, sexualidade, feminilidade**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. (1920) Além do princípio do prazer. *In:* **Obras Completas, volume 14 (1917-1920)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do Eu. *In:* **Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. (1930) O mal-estar na cultura. *In:* **Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

JUSBRASIL. **"Bandido bom é bandido morto", dizem 60% dos brasileiros**. 2 nov. 2016. Disponível em: https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/401711699/bandido-bom-e-bandido-morto-dizem-60-dos-brasileiros. Acesso: 10 set. 2021.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LACAN, J. (1953-1954) **O seminário, livro 1:** Os escritos técnicos de Freud. 2. ed. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LISPECTOR, C. Mineirinho. *In*: **Para não esquecer**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARTINS, J. S. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

NATAL, A. L. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo -1980-2009**. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18042013-121535/pt-br.php. Acesso em: 15 jun. 2016.

NATAL, A. L. 'Quem lincha sabe que tem respaldo social no Brasil', diz pesquisadora. [Entrevista concedida a] Jefferson Puff. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150722_linchamentos_jp_tg
Acesso em: 6 out. 2020.

NEV - Núcleo de Estudos da Violência. **Linchamento** - Brasil - Número de Casos e Vítimas - 1980 a 2006. São Paulo: Universidade São Paulo. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/dados/banco-de-dados-da-imprensa-sobre-as-graves-violacoes-de-direitos-humanos-dados-por-violacao-linchamento/. Acesso em: 10 out. 2020.

PETRY, A. "Mataram a mulher?": A gênese do linchamento que chocou o Brasil. **Veja**. São Paulo, 5 fev. 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/especiais/linchamento-guaruja-fake-news-boato/. Acesso em: 6 out. 2020.

ROSA, M. D.; ALENCAR, R.; LEMOS, P. Desilusão: impasses clínicos e políticos frente os dilemas de nosso tempo. **Revista Subjetividades**, n. 3, número especial de 2018 – "A psicanálise e as formas do político", 2018.

ROSA, M. D.; ALENCAR, S.; MARTINS, R. Licença para odiar: uma questão para a psicanálise e a política. *In*: ROSA, M. D.; DA COSTA, A. M. M.; PRUDENTE, S. (org.) **As escritas do ódio: psicanálise e política**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2018.

ROSA, M. D.; PENHA, D.; LEMOS, P. Intolerância: fronteiras e psicanálise. **Revista Subjetividades**, n. 3, número especial de 2018 – "A psicanálise e as formas do político", 2018.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

SINHORETTO, J. **Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/publicacao/os-justiadores-e-sua-justia-linchamentos-costume-e-conflito/. Acesso em: 13 out. 2020.

SOUZA, L. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. **Análise Psicológica**, Lisboa, vol. 17, n. 2, p. 327-338. 1999. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311999000200009. Acesso em: 13 out. 2020.

VALLE, B. S. **Análise do discurso do linchamento**. Petrópolis, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Ciências Jurídicas, Curso de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/6183. Acesso em: 6 set. 2020.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. *In*: SANTOS, J. V. T. (org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENTRE AMIGOS E INIMIGOS: A REVISTA MILITAR BRASILEIRA E A DISCUSSÃO DE TEMAS COMO ANTICOMUNISMO E A INDUSTRIALIZAÇÃO – 1946-1950

César Alves da Silva Filho[1]

Apresentação

O objetivo deste trabalho é apresentar minha pesquisa de doutoramento. Neste sentido, busca-se fazer um estudo da Revista Militar Brasileira[2], a revista oficial do Estado Maior Exército Brasileiro (E.M.E.). Objetiva-se compreender como a referida revista entendia temas como a industrialização, a defesa do território brasileiro contra o comunismo no período entre 1946 a 1950 e de que maneira a intelectualidade do Exército rompe com o Governo Vargas neste período. Procuramos investigar como a revista foi utilizada pelas várias correntes ideológicas em evidência entre a oficialidade naquele momento e de que maneira os debates na revista contribuíram para o surgimento destas ideias. É importante lembrar que a Revista Militar Brasileira representava o pensamento oficial do Estado Maior do Exército, sendo distribuída pela Imprensa Militar, o seu órgão de imprensa oficial.

Desta forma, pretendemos dar continuidade a nossa pesquisa de mestrado, onde tentamos compreender de que maneira foi construído o consenso entre o Exército Brasileiro e o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) em torno de assuntos como a industrialização, o anticomunismo e a defesa nacional, pesquisa esta que foi merecedora de uma menção honrosa no Prêmio Cultural Tasso Fragoso, concedido pela Biblioteca do Exército em 2018.

Nossa pesquisa chegou à conclusão de que dentro de um sistema complexo do jogo do poder no interior do governo, correntes diversas acabaram por enfrentarem-se em alguns momentos da história política referente à década de 1930 e 1940.

Procuramos demonstrar que alguns modelos de pensamento eram constantes dentro da oficialidade brasileira, o que acabou por reverberar nas publicações da revista. O primeiro destes modelos era o do soldado profissional, o segundo o do intervencionismo e o terceiro modelo, o único que não aparece nas publicações pesquisadas, era aquele influenciado por ideias comunistas. A partir da separação teórica destes três modelos, nossa pesquisa buscou identificar onde e quando a revista buscaria trazer para seu interior artigos influenciados por tais linhas de pensamento. Sendo assim, o que percebemos é que aos poucos, a ala intervencionista de pensamento foi ganhando um espaço maior a cada numero publicado.

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: cesar_silvafilho@hotmail.com

[2] A Revista Militar Brasileira nasceu em 1882, deste período até o ano de 1889 se chamava Revista do Exército Brasileiro. Posteriormente, nos anos de 1899 a 1908 ela sofre uma mudança de nome e passa a se chamar Revista Militar. Em 1911 houve uma nova mudança e seu nome passa a ser Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército, permanecendo assim até o ano de 1923. Uma nova modificação ocorre em 1924, e até o ano de 1981 ela passa a se chamar Revista Militar Brasileira e a partir de 1982 até os dias atuais seu nome é Revista do Exército Brasileiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Delimitação do objeto de estudo

O que interessa a este trabalho são as publicações da revista entre os anos de 1946 a 1950, quando chega ao fim o Estado Novo, passando pelo governo do presidente Eurico Dutra. O periódico era editado pela imprensa militar, órgão subordinado diretamente a Secretaria Geral do Ministério da Guerra, de modo que a direção da revista sempre seria ocupada pelo Secretário Geral.
Os artigos produzidos e publicados representavam o pensamento oficial do Estado-Maior do Exército Brasileiro[3], como demonstram Matos e Zary:

> A Revista do Exército Brasileiro [...] era organizado nas notas editoriais, que representavam o pensamento da Comissão de Redação e do Estado-Maior do Exército [...] Por norma, deveria ser remetido gratuitamente a todos os oficiais do Exército.[4]

Em 1946 a Revista Militar Brasileira era dirigida pelo General Canrobert Pereira da Costa, Secretário Geral do Ministério da Guerra e um experiente militar que havia comandado o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva em 1932 e, pouco antes de exercer a direção da revista, assume o comando da 3ª Divisão de Cavalaria, onde foi enviado para o Forte Leavenworth, EUA, para estagiar no Exército estadunidense.[5]
O cargo de subdiretor da revista neste momento pertencia ao Coronel Edgard do Amaral, que, antes de assumir este cargo, possuía larga experiência, tendo sido instrutor da Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, e permanecido neste cargo até 1935. Em 1938, assumiu o subcomando da Escola Militar de Realengo e no ano seguinte o comando da Escola de Educação Física do Exército. Promovido a Coronel em 1940, assumiu no ano seguinte o comando do 8º Regimento de Infantaria, no Rio Grande do Sul. Em 1942, chefiou o gabinete do Estado-Maior do Exército, função que exerceu até 1944, quando assumiu a chefia do gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, onde permaneceu até 1945.[6]
A partir da segunda edição de 1946[7], a Secretaria Geral do Ministério da Guerra passa a ser comandada pelo General Edgard do Amaral, que tempos antes havia sido subdiretor da revista, e agora, com o novo cargo, passaria a ser o seu diretor. A partir da segunda edição de 1948[8] o general Paulo Figueiredo assume o cargo ficando até 1949. As edições de 1950 ainda não foram pesquisadas.

[3] O primeiro capitulo de minha dissertação de mestrado é dedicado inteiramente ao estudo da Revista Militar Brasileira e ali procuro demonstrar como esta revista constituía o pensamento oficial do Estado-Maior do Exército. Ver: FILHO, Cesar Alves da Silva. **O NAMORO PERFEITO: O PAPEL DA REVISTA MILITAR BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO POLITICO ENTRE O EXÉRCITO E O GOVERNO VARGAS (1930-1945)'** 29/08/2017 219 f. Mestrado em HISTÓRIA
[4] MATOS, Sérgio Ricardo Reis; ZARY, Julio Cezar Fidalgo. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. Revista do Exército Brasileiro, v. 150, 3º quadrimestre de 2014. P. 3. Disponível em: http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/REB_rev_labsdef_Sergio.pdf.
[5] http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/canrobert_pereira_da_costa
[6] http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-edgar-ferreira-do.
[7] Julho a dezembro de 1946
[8] Julho a dezembro de 1948

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Justificativa do tema

O estudo da Revista Militar Brasileira como objeto principal nesta pesquisa se mostra interessante porque através da análise de suas páginas poderemos ter noção das ideias políticas que faziam parte das discussões da oficialidade brasileira no referido período.

É importante que o leitor perceba que o Exército brasileiro não era composto de uma unidade de pensamento. Como bem observa Alexandre de Sá Avelar[9], as Forças Armadas, durante a década de 1930, diversos militares se unem em torno de um projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil. Nesse sentido, era preciso um projeto de base nacional industrialista que rompesse com a tradição nacional de exportador de produtos primários[10]. Este debate continuaria após o fim do Estado Novo e o Exército se mostrava mais próximo das decisões políticas do Brasil do que nunca.

Em 29 de outubro de 1945 é deposto do poder Getúlio Vargas, político experiente e astucioso que governara o Brasil nos quinze anos anteriores. Neste mesmo período, o Exército, embora fragmentado por algumas correntes ideológicas e políticas[11], manteve-se coeso em torno de alguns temas, como a industrialização, o anticomunismo e o apoio irrestrito ao governo.

Para o historiador Jorge Ferreira, o esgotamento político do Estado novo se deu pelas derrotas do Nazismo e do Fascismo na Europa[12] e a partir do surgimento de um novo cenário político. O movimento queremista ganha forças nas ruas do Brasil e o nome de Getúlio Vargas era o preferido entre a classe trabalhadora para ganhar as próximas eleições.

Diferentemente de 1930, quando em sua segunda edição, a Revista Militar Brasileira saúda a chamada "Revolução de outubro", deixando claro um apoio irrestrito ao presidente Vargas[13], o posicionamento da revista em 1946 recua drasticamente. Artigos técnico- militares dão o tom das publicações naquele ano. Esta pesquisa, dentre outros objetivos, tenta compreender o motivo pelo qual isto acontece.

De maneira nenhuma isto quer dizer que as discussões políticas dentro do Exército tenham chegado ao fim e finalmente a caserna se tornou um espaço despolitizado. Os militares serviram como avalistas de uma crise política com a deposição de Getúlio. O próprio Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, estava presente em uma reunião no dia 25 de outubro de 1945 que

[9] Doutor em História - UFF

[10] AVELAR, Alexandre de Sá. **A formação de um pensamento técnico-industrial no Exército durante o primeiro governo Vargas: o círculo de técnicos militares**. In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, 2007, Vol. 9, numero 1, Jan-Julho de 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v9n1-2007.pdf.

[11] Ver: FILHO, Cesar Alves da Silva. **O NAMORO PERFEITO: O PAPEL DA REVISTA MILITAR BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO POLITICO ENTRE O EXÉRCITO E O GOVERNO VARGAS (1930-1945)'** 29/08/2017 219 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, Niterói Biblioteca Depositária: Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói

[12] FERREIRA, Jorge**. A transição democrática de 1945 e o movimento Queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORGS). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

[13] FILHO, Cesar Alves da Silva. **O NAMORO PERFEITO: O PAPEL DA REVISTA MILITAR BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO POLITICO ENTRE O EXÉRCITO E O GOVERNO VARGAS (1930-1945)'** 29/08/2017 219 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, Niterói Biblioteca Depositária: Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói. P. 52

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

determinou a sorte de Vargas, ficando acertado ali que José Linhares, Ministro do Supremo tribunal Federal, assumiria o Ministério da Guerra, cargo deixado vago por Góes. Os dois candidatos à presidência da República eram o general Eurico Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes. O temor naquele momento era que um triunvirato militar tomasse o poder ou Góes Monteiro fosse empossado, possibilidade que não era desejada por nenhum dos dois candidatos naquele momento.

João Roberto Martins Filho[14] aponta que houve muitos conflitos de natureza política no âmbito das Forças Armadas, principalmente nas discussões dentro do Clube Militar, onde duas correntes principais disputavam o pensamento hegemônico. O autor aponta que o debate foi intenso durante a primeira metade de 1950 entre os anticomunistas e os nacionalistas. Os primeiros, defendiam veementemente uma política externa próxima dos EUA e os últimos enxergavam no imperialismo os principais inimigos do Brasil.

Dito isso, podemos perceber que o Exército possuía algumas correntes políticas que circulavam dentre sua oficialidade e por alguma razão a Revista Militar Brasileira, que anos antes mergulhara de cabeça em assuntos políticos, preferiu, pelo menos em 1946, se manter afastada.

Outro assunto que merece destaque neste projeto é a questão da formação cultural do soldado. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi inaugurada em 1949, inicialmente previa-se um curso a ser frequentado por altos oficiais das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias. João Roberto Martins Filho parece discordar de Alfred Stepan no que diz respeito as intenções dos militares ao criar a ESG. Na visão de Stepan[15], a própria criação da escola aponta para o fato de que os militares eram mal preparados para enfrentar os grandes problemas da nação. Para o autor, a ESG nasceu da necessidade de os militares aprenderem com os civis[16]. Sobre isto, João Roberto escreve:

> O mais correto, neste sentido, seria dizer que o grupo que fundou a ESG partia da percepção da necessidade de estreitar os laços entre as elites militares e civis na luta contra o comunismo. A história da escola não parece evidenciar qualquer sentimento de modéstia militar diante da sabedoria dos políticos civis[17]

Esta pesquisa procurará contribuir nesta discussão. Para isto, examinaremos um artigo escrito na Revista Militar Brasileira em sua segunda edição de 1946, sob o título de "Reflexões sobre a formação cultural do oficial", escrito pelo capitão Geraldo L. Amaral.[18]

---

[14] FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e poítica,1945-1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORGS). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

[15] STEPAN, Alfred. 1971. **The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil**. Princeton: Princeton University Press. Apud. FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e poítica,1945-1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORGS). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P. 105.

[16] FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e poítica,1945-1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORGS). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

[17] Idem. P. 105.

[18] AMARAL, Geraldo L. **Reflexões sobre a formação cultural do oficial**. In: Revista Militar Brasileira, ano XXXIV, Nº 3 e 4. Julho a dezembro de 1946. Ano XLIV. Arquivo Histórico do Exército.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O autor faz uma crítica bastante aguda aos meios de educação do Exército, que para ele eram bastante deficientes. Neste artigo, o autor argumenta que a profissão de militar exige conhecimentos gerais básicos, além de noções de história e geografia.

Entretanto, um oficial não pode ficar amparado apenas em assuntos técnico-profissionais. Para o capitão, o oficial cidadão, além de ter uma formação cultural de alto nível, também deve participar ativamente dos destinos de sua nação, segundo o autor:

> O soldado moderno é um cidadão, participante ativo dos destinos de sua pátria. Assim o colocam as grandes Democracias. Se, ao penetrar na caserna, já não tiver o conhecimento pleno de seus direitos e deveres de cidadão, não pode deixa-la sem adquiri-los.[19]

Para o autor o Exército tinha um papel central no destino da nação e um oficial preparado culturalmente poderia cumprir este papel com muito mais êxito. Por isso, não faltaram críticas à maneira como que os oficiais eram formados naquele momento:

> O curso de humanidade que se faz hoje é deficientíssimo mercê de várias causas que são de conhecimento geral. O ingresso do jovem na Escola Militar se dá sem que ele possua uma sólida base de conhecimento das disciplinas fundamentais – português, matemática, história, geografia, ciências físicas e naturais, inglês, francês e espanhol.[20]

Embora o autor não discutisse a criação de uma Escola Superior de Guerra especificamente, o debate neste artigo é sobre o débil modelo de ensino da Escola Militar, principal órgão de formação dos oficiais do Exército, evidenciando uma clara admissão de que o ensino e formação dos oficiais brasileiros precisavam sim de uma expressiva melhora.

A questão do anticomunismo também era muito presente, mesmo nos momentos em que a concepção de soldado profissional era predominante. Evidentemente, as notícias internacionais ajudam a entender parcialmente o sentimento conservador no Brasil, mas não somente de fora vieram as ideias relacionadas à negação do comunismo. Em 1935, a "Intentona Comunista" propiciou que fossem construídas ideias contrárias ao comunismo de dentro para fora, ou seja, surgidas no interior das classes conservadoras do Brasil[21]. Desta forma, este projeto de doutoramento visa um maior aprofundamento nestas questões, que por diversas razões não puderam ser completamente esgotadas em nossa dissertação.

O General Dutra sabia que o inimigo não estava completamente derrotado, por isso, pedia extremo cuidado aos seus comandados. Através de sua fala podemos perceber o quanto os comunistas eram indesejados e até mesmo temidos. O principal fator de repulsa aos partidários de 1935 seria o seu completo desprezo pela pátria e pela bandeira.

O lema "ordem e progresso" deveria imperar acima de qualquer outro lema ou bandeira. Os ideais de Deus, Pátria e Família são valores que, segundo Dutra, o inimigo tenta a todo custo destruir. É dever do Exército resguardar tais ideais para que estes possam atravessar gerações, sendo dever dos soldados proteger o Brasil contra a desordem interna e a favor da soberania nacional. Desta

[19] Idem. P. 467
[20] Idem.
[21] Infelizmente, por motivos que fogem de nosso controle, não foi possível averiguar a edição da Revista Militar Brasileira para o ano de 1935, pois a mesma não consta nos arquivos do AHEX, tampouco nos da BIBLIEX.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

forma, conseguimos perceber que o anticomunismo das Forças Armadas obedece a um movimento mais geral que refletia também na sociedade civil.
Uma questão interessante que não pode passar desapercebida é um artigo publicado pela revista no ano de 1946 chamado "Reflexos da Guerra no Brasil", escrito pelo então capitão Nelson Werneck Sodré. Interessante notar que, apesar de todo o discurso anticomunista que pairava sobre o Exército e, em especial, sobre a Revista Militar Brasileira, isto não foi suficiente para impedir que um dos maiores nomes intelectuais do PCB contribuísse com artigos. A pergunta que tentaremos responder em nossa pesquisa é: a Revista Militar Brasileira, profundamente influenciada pelo pensamento anticomunista, abriu espaço para um autor filiado ao PCB, estabelecendo espaços de discussões ideológicas diversas em suas páginas ou Nelson Werneck Sodré foi obrigado, pelo menos ao escrever este artigo, a recuar em algumas posições ou a omitir, a partir de sua escrita, sua metodologia de pensamento marxista?
É neste aspecto que este trabalho pretende contribuir com a historiografia existente sobre um tema tão importante para a história política brasileira. Nos últimos anos, a CAPES registrou um numero baixo de teses e dissertações sobre este assunto[22] e o estudo da Revista Militar Brasileira é completamente inédito na historiografia, tendo sido iniciado por nossa dissertação de mestrado.

Objetivos

Geral

Analisar como a Revista Militar Brasileira contribuiu para as discussões políticas no interior das Forças Armadas durante o governo do presidente Eurico Dutra (1946-1950)

Específicos

1) Identificar como a Revista Militar Brasileira enxergava o comunismo como uma ameaça política dentro do território nacional.
2) Analisar de que maneira temas de interesse do Exército, como a industrialização, são abordados dentro do conteúdo da revista, mesmo após o rompimento com o governo Vargas.

Hipóteses

- A partir de 1946, a Revista Militar Brasileira, que durante a Era Vargas, se posicionou politicamente inúmeras vezes a favor do governo, volta a adotar um posicionamento mais parecido com o dos anos 1930, pouco antes da vigência do Estado Novo, diminuindo drasticamente o número de artigos que expressavam alguma opinião política por parte de seus autores e tratando de temas técnico militares. .

[22] Consultar o Banco de Teses da CAPES.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

- A Temática da Industrialização ganha espaço em suas publicações, evidenciando uma hegemonia do grupo nacionalista nas páginas da revista.
- A partir de 1946, com a crescente proximidade do Brasil com os EUA na política Externa, o que culminará no rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS em 1947, fica cada vez mais evidente que o comunismo era visto como uma ameaça interna, ou seja, um perigo constante dentro do território nacional.

Discussão bibliográfica

Para fazer uma pesquisa desta envergadura, é necessário dialogar com obras de alguns autores importantes e com isso ter mais clareza sobre o objeto proposto. Desta forma, tendo em vista que o tema é bastante complexo, será necessária uma pesquisa historiográfica bastante minuciosa para não se reproduzir erros de julgamento e conclusões precipitadas sobre o assunto.
Sendo assim, para pesquisar a relação do Exército brasileiro com a política e seus desdobramentos no período histórico proposto, torna-se necessário consultar alguns autores primordiais:

"O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964", organizado pelos professores Jorge Ferreira (UFF) e Lucilia de Almeida Neves Delgado (UFMG) é muito importante para esta pesquisa. Com Textos de vários intelectuais renomados no mundo acadêmico, como o próprio Jorge Ferreira e João Roberto Martins Filho, constitui-se em uma ds principais obras para o estudo do período proposto por esta pesquisa.

"Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945" do professor da Universidade de New Hampshire Frank D. McCann, Jr. é uma obra fundamental para todo pesquisador que almeja estudar as relações políticas entre os dois países durante o Estado Novo, sua pesquisa consta em praticamente toda bibliografia sobre o assunto. O autor deste livro é um famoso brasilianista estadunidense e sua leitura é importante porque nos oferece uma interpretação historiográfica a partir da interpretação dos EUA em relação ao Brasil. Entretanto, o autor aborda muito pouco a questão das revistas militares.

"Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade" escrito pelos autores Mauro Renault Leite e Novelli Junior já é uma obra bastante conhecida pelos estudiosos do tema. Escrito em 1983, este livro é leitura obrigatória para todo pesquisador do governo de Eurico Dutra e certamente será de suma importância para esta pesquisa.

"Construção do pensamento autoritário anticomunista no Exército Brasileiro nas páginas da revista Nação Armada (1939-1947)" é a dissertação de mestrado de Ciro Marques Reis, nela o autor procura fazer uma análise da revista Nação Armada, que contava com publicações dedicadas ao tema da Segurança Nacional e foi publicada pelo Exército brasileiro entre 1939 e 1947. Neste trabalho o autor se dedica a compreender de que maneira foi construído um pensamento autoritário e anticomunista dentro das Forças Armadas no período abarcado pela revista. A grande temática do trabalho de Ciro é entender qual foi o papel da revista Nação Armada neste processo. Apesar de possuir um recorte histórico diferente do que este projeto

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

propõe, o trabalho de Ciro será de grande utilidade para entendermos como uma revista pode influenciar seus leitores.

"Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) " do professor Rodrigo Patto de Sá Motta (UFMG) talvez seja atualmente uma das principais obras no estudo do anticomunismo no Brasil. Nela, o autor busca fazer uma análise da origem do pensamento anticomunista, desde a revolução de 1917 e seus impactos no país até o golpe de 1964, no qual uma das justificativas das Forças Armadas e dos civis que os apoiaram seria uma iminência ameaça de um golpe comunista.

"Em Busca de Identidade" de Edmundo Campos Coelho é imprescindível para compreendermos o papel dos militares na política. Nesse livro, o autor faz uma profunda análise do Exército brasileiro, desde suas estruturas organizacionais até sua doutrina, com o objetivo de estudar as causas determinantes do seu comportamento político. Por isso, a leitura de uma obra desta envergadura é de uma máxima relevância para o sucesso desta pesquisa.

Referências Teóricas

Os temas da industrialização do Brasil e da Segurança Nacional continuariam a ser de suma importância para o Estado-Maior do Exército, mesmo após o governo Vargas (1930-1945). Estas demandas eram importantes porque os militares possuíam seus próprios interesses e viam com muito bons olhos o projeto industrializante nacional, sobretudo porque a questão da autossuficiência na produção bélica era o grande objetivo deste grupo. Dentro deste contexto, a Revista Militar Brasileira, enquanto órgão oficial do Estado-Maior do Exército do Brasil, irá muitas vezes se pronunciar sobre estas questões.

Usarei o conceito de consenso para explicar as relações políticas entre o Exército e a administração de Eurico Dutra. No dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, Massimo Follis[23] afirma que este termo denota de um compromisso entre determinados membros de um grupo social no que diz respeito a acordos, princípios, valores, normas e objetivos almejados por certa comunidade no que diz respeito aos meios para alcançá-los.

A ideia de que consenso designa de um acordo baseado em princípios, valores e normas partilhados por certos grupos sociais é de extrema relevância para este trabalho, pois nos permite compreender que temas como a industrialização do Brasil, o nacionalismo, o autoritarismo e o anticomunismo foram fundamentais para a construção de um consenso entre setores do Estado-Maior do Exército e o governo Dutra. Mais ainda, entendemos que a Revista Militar Brasileira desempenhou um papel fundamental neste processo.

Ao mesmo tempo, este conceito nos permite compreender o quão complexo é o ator social, bem como suas pluralidades no que diz respeito à coletividade e também as várias variantes de um movimento de opinião de determinada sociedade. Segundo o autor:

> O Consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. Se se considera a extensão virtual do Consenso, isto é, a variedade dos fenômenos em relação aos quais pode ou não haver acordo, e, por outro lado, a

[23] Professor da Universidade de Turim

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> intensidade da adesão às diversas crenças, torna-se evidente que um Consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo Consenso tem um sentido relativo: mais que de existência ou falta de Consenso, dever-se-ia falar de graus de Consenso existentes em uma determinada sociedade ou subunidades. É evidente, além disso, que se deveria atender principalmente às questões relativamente mais importantes e não a aspectos de pormenor.[24]

Entendemos então que consenso não é sinônimo de unanimidade. Antes disto, trata-se de observar as diversas formas que uma sociedade se expressa com relação a determinados regimes políticos, bem como compreender todo um sistema de referências simbólicas e materiais.
Desta forma, o consenso construído entre a administração Vargas e o Exército girou principalmente em torno da ala intervencionista da oficialidade, muito mais do que em todas as outras.
Sendo assim, a pretensão deste projeto é, além de estudar a metodologia da Revista Militar Brasileira, é também discutir de que maneira a revista se posicionava diante de questões políticas presentes no período histórico proposto por este projeto e mais especialmente, estudar a questão da Segurança Nacional, que na visão dos militares ameaçava o território brasileiro.

Fontes e metodologia

As fontes utilizadas, além da bibliografia exposta, são os arquivos relativos aos principais atores políticos do Exército brasileiro e da política nacional do período estudado. Cabe discorrer sobre cada tipo de fonte primária e secundária, explicando como a pesquisa será realizada, os limites e possibilidades de cada tipo de fonte e o que se espera que cada uma contribua. É importante ressaltar que boa parte dos números da Revista Militar Brasileira necessários para esta pesquisa já foram previamente consultados e estão guardados em um arquivo, pois eles foram a principal fonte histórica para nossa pesquisa de mestrado, visto que este projeto é uma tentativa de continuação e aprofundamento destes estudos.

Arquivo Histórico do Exército

Este arquivo conta com quase todas as edições da Revista Militar Brasileira, com pastas dos oficiais generais, além dos almanaques do Ministério da Guerra, onde se podem consultar as cadernetas de assentamentos de militares que tiveram algum tipo de ligação, seja direta ou indireta, com o nosso objeto de estudo. É o caso, por exemplo, do general Edgard do Amaral, Secretário Geral do Ministério da Guerra entre 1946 e 1949, portanto, possuíam ligação com a Revista Militar Brasileira.
A Revista Militar Brasileira esta disponível ainda neste mesmo arquivo, sendo possível sua consulta, pois se encontra em excelentes condições de uso. As edições pesquisadas foram as de

[24]BORBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editor UNB, 1998. P. 240.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1946, 1947, 1948, 1949. A edição de 1950 ainda carece de pesquisa. As edições eram trimestrais e continham cerca de 15 artigos cada uma.

Cronograma de pesquisa

Atividades	Pesquisa em Fonte primária		Leitura de Bibliografia	Análise de Dados	Produção da Tese			Revisão	Defesa
Ano	2020		2020	2021	2020	2021	2022	2023	2023
Janeiro	x		x	x		x	x	x	
Fevereiro			x	x		x	x	x	
Março			x			x	x	x	
Abril			x			x	x		x
Maio			x			x	x		
Junho			x			x	x		
Julho	x		x	x		x	x		
Agosto			x	x	x	x	x		
Setembro			x		x	x	x		
Outubro			x		x	x	x		
Novembro			x		x	x	x		
Dezembro	x		x	x	x	x	x	x	

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva**. O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

ALCANTARA, Fernando César Diogo de. **As Forças Armadas nas Constituições brasileiras (1822-2004): Perenidade dos princípios de organização**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: editora PUC- Rio, 2002.

ALVES, Vagner Camilo**. Da Itália a Coreia: Decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BANDEIRA, Moniz. MELO, Clóvis. ANDRADE, A.T. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 2ª Ed.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na "visão do outro**". Brasília: FUNAG, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**. Natal/RN: EDUFRN, 2015.

DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III: O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964).** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GODOLPHIM, Coronel Waldir da Costa. **Obra e vida do General Valentim Benício da Silva: aspectos culturais, profissionais e humanos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1971.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.3ª Ed.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2009.**

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. (Orgs). **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. **Petróleo e "nacionalismo" no segundo governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobrás**. Rio Grande do Sul, FURG Historiæ, 2015.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, ABREU, Luciano Aronne de (ORGS.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Editora FGV, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOURA, Gerson. **O Alinhamento sem Recompensa: A Política Externa do Governo Dutra**. São Paulo: EdUSP, 2021.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro, DP&A: Faperj, 2006.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (ORG). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

RÉMOND, René (dir**.). Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946**). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (ORGS.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SILVA, Hélio**. O poder militar**. Porto Alegre: L&PM editores, 1984.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

VIANNA, Marly. **Os revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

Artigos

AVELAR, Alexandre. **Um construtor nacional: o General Edmundo de Macedo Soares e a montagem da grande siderurgia no Brasil**. MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 173-196, jan./jun. 2003.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A formação de um pensamento técnico-industrial no Exército durante o primeiro governo Vargas: o círculo de técnicos militares**. In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, 2007, Vol. 9, numero 1, Jan-Julho de 2007.

BARROS, Gustavo. **Discurso e contexto: política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930-1937).** Seminário do Hermes & Clio – Grupo de estudos e pesquisas em História econômica. São Paulo: FEA-USP, 2012.

JR, Celso Carvalho. **Monteiro Lobato e a descoberta de petróleo no Brasil: desafios e possibilidades de estudo**. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis; ZARY, Júlio Cezar Fidalgo. **A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial.** Revista do Exército Brasileiro, v. 150, 3º quadrimestre de 2014.

OLIVEIRA, Dennison de. **Herança francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945)** In: Revista de Estudos Estratégicos. Rest V. 7, nº 14. Jul-Dez 2015. Rio de Janeiro, INEST-UFF, 2015.
PEIXOTO, Luiz Eugênio Duarte. **Biblioteca do Exército: 120 anos**. FUNCEB, Revista DaCultura, Ano I, Nº 2. Julho/Dezembro de 2001.

Teses e dissertações

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940**). Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre o consenso e o consentimento (1972**). Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. PPGH- UFF, 2012

LOCASTRE, Aline Vanessa. **Projeção do Brasil para o pós-guerra: a boa vizinhança estadunidense no Brasil segundo a revista Em Guarda (1941-1945).** Mestrado acadêmico em História Social. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina, LONDRINA. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, 2012.

REIS, Ciro Marques. **Construção do pensamento autoritário anticomunista no Exército brasileiro nas páginas da revista Nação Armada (1939-1947)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Instituição de ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ASSASSINOS SERIAIS: MITOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA, O LAÇO SOCIAL PERVERSO E O PODER DA SIDERAÇÃO

Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro[1]

> (...) Os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes pulsionais deve-se levar em conta uma poderosa cota de agressividade. Em resultado disto, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial de um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar a sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (...) Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais que são contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma "fera selvagem" a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho (FREUD, 1990[1930], p. 133).

A violência, em seu sentido de destruição e aniquilamento da alteridade, se põe em foco ao analisarmos os modos de subjetivação e existência dos "Assassinos em série", enquanto fenômeno – a despeito deste se fazer presente há muito em nossa história social. No entanto, a contemporaneidade guarda laços de proximidade com este, de modo mais consistente em comparação a épocas outras, em suas relações com a violência e o laço social perverso que o constituem. Este é um relato em primeira pessoa, sobre a experiência de pesquisa à luz da Psicanálise, em toda implicação transferencial, vivenciada no decorrer de entrevistas realizadas com homicidas seriais.

Os modos de subjetivação dos homicidas em série vem sendo objeto de meus estudos há quase vinte anos, produção que resultou numa dissertação de Mestrado, numa tese de Doutorado, alguns artigos e em seguida, na publicação do primeiro livro científico do Brasil, destinado ao aprofundamento de tal temática, tendo sob título – "Assassinos seriais: o poder da sideração e do superego arcaico". As pesquisas continuam em andamento, no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

As pesquisas aqui apresentadas, objetivaram investigar, sob um enfoque psicanalítico, alguns dos processos que assinalam a constituição da subjetividade dos assassinos seriais. Enquanto construção subjetiva, tal fenômeno relaciona-se ao papel desempenhado pelo superego arcaico (KLEIN, 1926), fundamentalmente na tecitura das redes de conexão com o mecanismo da sideração (MONTEIRO, 2016). Do ponto de vista etimológico, segundo Holanda (2012), entre

[1] Professora Adjunta e Pesquisadora na área de Psicologia e Processos Clínicos do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPsi) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Contato: marcela.lmonteiro@ufpe.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

algumas definições, a palavra designa: "Aniquilar, atonizar, atordoar, estarrecer, fulminar, paralisar".

O mecanismo da sideração se constitui como uma descoberta de minhas pesquisas, ao me colocar no lugar promovido pela transferência – durante as entrevistas à assassinos em série, reclusos em unidades prisionais no Brasil. Naquela experiência, me propus à escuta flutuante e ao abrigo daquelas narrativas de tão denso teor, que eles ofereceram sobre suas historicidades. Assim, a sideração se põe como a capacidade apresentada por tais subjetividades de paralisação do pensamento dos expectadores de seus atos, bem como de suas vítimas – na tentativa de aniquilamento; por meio do excessivo uso de processos de identificação projetiva. O poder de tais aportes de projeção, submete vítimas e expectadores de seus atos (inclusive a mim, como entrevistadora), a uma espécie de aturdimento e impossibilidade de simbolização psíquica.

O caso que vem sendo foco de minha mais recente pesquisa, foi denominado pela mídia como: "Canibais de Garanhuns", ocorrido em cidade do Agreste do Estado de Pernambuco, região nordeste do Brasil, e que ganhou as manchetes mundiais em 2012, quando um trio da assassinos em série, composto por um homem e duas mulheres, integrantes de um triângulo amoroso; mataram três mulheres. As vítimas foram estranguladas, esquartejadas e canibalizadas. Além desses eventos, o trio se utilizou da carne das vítimas não apenas para se alimentar, mas para fabricar alimentos (típicos de nossa região, denominados coxinhas e empadas) e os vender nos arredores da cidade. Há indícios de que tenham praticados novos crimes em outros Estados, pois eram nômades.

A pequena filha da primeira de suas vítimas se tornou refém do trio. Quando o delegado responsável pelas investigações perguntou à criança sobre sua mãe, ela respondeu: "O pai[2] mandou ela para o inferno" (GUERRA, 2018). As investigações concluíram que a criança presenciou não apenas a morte de sua mãe, mas o esquartejamento de seu corpo. Além de todos estes graves eventos, também lhe foi oferecida a carne para ingestão.

Os restos mortais das vítimas foram encontrados na casa em que residiam, partes enterradas, e outras desossadas e congeladas no freezer para futuro consumo. Um livro (autobiográfico), escrito pelo homem, denominado "Revelações de um esquizofrênico", foi encontrado pelos investigadores, nele, há todo o relato do primeiro crime, e descrição de fantasias canibalísticas. Além deste material, também foi encontrado um filme – "Espíritos" - de produção caseira, com cenas de assassinatos e canibalismo, escrito, dirigido e atuado por ele. Os criminosos foram julgados e condenados por seus crimes.

Ao longo de muitos anos de experiência clínica, ouvi de alguns pacientes suas narrativas e histórias de vida, e alguns relatos sobre assassinatos praticados, momentos em que observei importante distorção afetiva (MONTEIRO, 2005). Um dos relatos mais impactantes nesta trajetória, tratou-se de uma mãe e suas preocupações com os atos de destruição e agressividade praticados por seu filho, de apenas nove anos de idade, que havia tentado matar um primo mais novo, por duas vezes.

[2] Após o sequestro, a criança passou a chamar o assassino de pai e uma das mulheres de mãe, tendo sido por eles incentivada a fazê-lo.

ISBN 978-989-9037-26-7

De modo a traçar conexões com os achados de minhas pesquisas, passarei a desenvolver algumas conexões teóricas ao tema, no que se referem aos modos de existência subjetiva dos homicidas em série.

Breves considerações sobre a constituição psíquica dos assassinos em série: do superego arcaico ao mecanismo da sideração

No artigo "Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental", Klein (1958) desenvolve uma nova e diferente concepção - uma espécie de cisão estrutural do psiquismo. Neste contexto, haveria uma área excindida específica no mais recôndito e profundo inconsciente, na qual habitariam figuras terroríficas fantasiadas. Ao tratar das ansiedades e mecanismos mais arcaicos presentes no psiquismo, a autora nos apresenta os mecanismos de defesa característicos das psicoses, em que estes pontos de fixação geram consequências importantes diante do desenvolvimento, não apenas do ego, mas do superego e das próprias relações de objeto.

Autora passa então, a destacar que a primeira relação de objeto se constitui entre a criança e o seio materno, o qual sofre processo de cisão entre seio bom e seio mau, portanto, gratificador e frustrador, consequentemente. Tais relações de objeto findam por serem marcadas pela divisão entre amor e ódio. Esta relação é marcada pelo jogo da interação entre a introjeção e a projeção. As fantasias de ataques sádico-orais ao seio materno, gradualmente se estendem para violentos ataques ao corpo materno como um todo, através das formas mais cruéis. Estes ataques, surgidos em decorrência dos medos persecutórios, agora visam:

> (...) assaltar o corpo materno e retirar os conteúdos bons, bem como dos impulsos sádico-orais de pôr dentro da mãe os próprios excrementos (inclusive o desejo de introduzir-se em seu corpo, para de dentro, controla-la), são de grande importância para o desenvolvimento da paranoia e da esquizofrenia (KLEIN, 1946, p.21).

As ansiedades persecutórias dão vazão aos impulsos destrutivos contra os objetos, que são percebidos como controladores. Esta vivência direcionada aos objetos, no caso dos assassinos em série, se conecta ao imperativo categórico do gozo, em toda sua potência destrutiva; a violência se põe em curso pela projeção no meio externo, de ataque às vítimas, mobilizada pelo campo pulsional. Nestes termos, Klein (1946) retrata que o impulso destrutivo é parcialmente projetado para fora - aspecto que remete à deflexão da pulsão de morte, assim prendendo-se ao primeiro objeto externo, ou seja, o seio da mãe.
Desta forma, a cisão do ego se opera, bem como a cisão do objeto e da própria relação objetal, no intuito de que o impulso destrutivo, violento, se disperse. Estas fantasias sádico-orais e canibalescas são cada vez mais reforçadas; as fantasias de destruição do seio frustrador giram em torno do despedaçamento deste. O que se estabelece nesta situação, em que o sadismo prevalece no processo de incorporação do objeto, destaca a autora, é que quanto mais fragmentado e despedaçado o objeto se torna, mais o ego passa pelo processo de cisão, concomitantemente. Por sua vez, o seio bom, se torna o ponto de partida para os processos de coesão do ego. O caso dos canibais de Garanhuns, nos leva a uma melhor compreensão de tais aspectos sádico-orais, afinal,

a incorporação pelo ato canibalístico visa assimilar as partes boas do self, as engolfando, mas sobretudo, destituir a vítima de sua própria existência, não apenas física, mas sobretudo psíquica. E o ato de "distribuir" a carne à população, convoca o espectador da cena perversa ao banquete totêmico, referendado por Freud (1913).

Contudo, importante é salientar que o objeto bom, por sua vez, passa pelo processo de introjeção, uma defesa utilizada pelo ego contra a ansiedade. Assim sendo, sentimentos amorosos se conectam ao seio bom e sentimentos de frustração, ansiedade persecutória e ódio, ao seio mau (MONTEIRO, 2016). Neste instante, em que os impulsos destrutivos se tornam preponderantes aos libidinais, a dinâmica psíquica parece traduzir-se naquilo que Klein (1946) pontua como uma "catástrofe interna", pois, ela nos diz: "Se o ego e os objetos internalizados são sentidos como estando em pedaços, o bebê vivencia uma catástrofe interna que simultaneamente se estende ao mundo externo e é projetada nele" (p.43).

Os estados de desintegração promovem esta ansiedade (arcaica) latente, apontada pela autora, em que frieza emocional e falta de empatia se apresentam. Por este motivo, quando ressalto o que denomino de distorção da afetividade (MONTEIRO, 2005), presente nos atos dos assassinos em série, representada por esta frieza emocional e falta de empatia, destaco os comportamentos cruéis e voltados unicamente à destruição de suas vítimas e os processos de cisão aqui presentes.

Neste sentido, um assassino em série de crianças me disse: "As crianças foram enviadas ao céu, assim não sofrem mais" (MONTEIRO, 2012). Não apenas a destruição aqui se processa, mas a repetição incessante desta experiência de cisão, em que a compulsão à repetição (FREUD, 1920), sob os auspícios da pulsão de morte, não cessa de não se inscrever, e põe em marcha os homicídios seriados, de um mesmo perfil de vítimas, reedições de objetos arcaicos, por isso as denominei de "vítimas-objeto" (MONTEIRO, 2016). Experiência esta que se aproxima do modo como os homicidas em série travam relações com estas, de modo a endereçar (projetar) suas angústias mais primitivas, as transformando em objetos de investimento pulsional destrutivo.

Rosenfeld (1988), nos escritos sobre a "Identificação projetiva na prática clínica" (1988), chama atenção para o fato de que é importante considerar a identificação projetiva a partir de duas vertentes simultâneas, não apenas pela sua característica expulsiva, em que o indivíduo busca, de variadas formas, inclusive bastante violentas por vezes, livrar-se de conteúdos extremamente insuportáveis, a partir do controle e domínio de outras pessoas – objetos. Entretanto, a identificação projetiva também pode ser compreendida como uma tentativa de comunicação, na medida em que ao projetar impulsos e partes do *self* para dentro do analista, há a possibilidade deste sentir e compreender suas experiências, desde que seja capaz de contê-las. Apenas desta forma, estas experiências perderiam suas características aterradoras.

Isto me recorda as palavras de um dos homicidas seriais por mim entrevistado: "Sou um lobo em pele de cordeiro" (MONTEIRO, 2016). Tais organizações estariam vinculadas à internalizações de objetos violentos. Em casos específicos, Steiner (1997) expõe que este tipo de organização da psique chega a dominar o indivíduo de forma que este apresenta problemas especificamente voltados à questão da destrutividade. Seriam estes poderosos sistemas de organizações defensivas, movidas na intenção de: "(...) conter, neutralizar e controlar a destrutividade primitiva" (STEINER,1997, p.20). Interessante, caro leitor, que possamos conectar esta noção de refúgios

psíquicos, ao modo cindido como os homicidas seriais lidam com a realidade externa, vestindo suas máscaras sociais (CLECKEY, 1988), na intenção de lidar com os aportes pulsionais destrutivos e suas passagens ao ato e ao mesmo tempo, não ser barrado pelo ato civilizatório, assim permanecendo livres ao exercício de suas fantasias.

Diante de tais aspectos, se faz em tempo compreendermos melhor como o mecanismo da sideração se conecta ao agir violento e destrutivo dos assassinos seriais e quais suas relações com o laço social perverso.

Sideração e laço social perverso: uma mitologia contemporânea

Nos últimos 14 anos, segundo dados que colhemos em diversos meios midiáticos, foram capturados 34 homicidas seriais no Brasil, com um impactante número de 332 vítimas fatais. Nestas estatísticas, estão incluídos dois homicídios seriais em massa, os casos de Realengo, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e o de Suzano, no Estado de São Paulo.

Estendo esta compreensão ao campo do social, a historicidade dos assassinos em série produz efeitos dessa mesma ordem, e passam a ser consumidas como mais um produto da sociedade predadora e canibalística contemporânea – filmes, livros, documentários, expõe seus atos de horror e espelha o obscuro que nos habita. Assim também, aparentemente, permaneceram suas vítimas, pois em um dos casos por mim estudados, as duas vítimas que escaparam de um dos homicidas, relatam sensação próxima destas considerações que ora referendo, nas palavras de uma delas: "Ele era doce e gentil, quando chegamos no meio da mata, ele se transformou num monstro" (MONTEIRO, 2005, p. 55).

Quando nos direcionamos às conexões existentes entre este fenômeno e o laço social perverso, encontramos em Figueiredo (2009), considerações sobre os destinos da crueldade como elemento de destruição e transformação de subjetividades, a partir dos elementos presentes no filme "Cidade de Deus". Naquele trabalho, o autor expõe como os impulsos destrutivos são capazes de exercer certa atração sobre as personagens do filme. A certa altura de seu texto, nos traz a imagem do labirinto, um lugar marcado pela falta de saídas e com ela nos apresenta ao Minotauro – Nêmesis – figura mitológica, guardião do labirinto, que ilustra o anjo da vingança, em outras palavras, o objeto interno persecutório. Labirinto – favela - em que Zé Pequeno, personagem central, se coloca como aquele, que pelo pavor e exercício do poder dos impulsos destrutivos tem:

> (...) como resposta, afirmativa ao aniquilamento que a consagração ao mal emerge como a única afirmação possível, e é neste contexto que devemos entender a barganha fáustica que se consuma no beco de Exu de onde Dadinho, virado em Zé Pequeno, parte para a conquista do poder total e para o extermínio em massa. O que se vê então é o mal em dosagem concentrada (o mal em miniatura) em oposição complementar às fantasias de onipotência: desde criança, ficamos sabendo, Dadinho queria ser, o dono da Cidade de Deus (FIGUEIREDO, 2009, p.174).

Voltemos ao mecanismo da sideração, que nesse sentido, se apoia nos dispositivos do superego arcaico. Em "Simpósio sobre análise de crianças", Klein (1927) nos brinda com considerações sobre a questão do superego arcaico, enfatizando não apenas sua forma severa e cruel, mas sua lenta passagem para uma consciência moral. Dessa forma, as características de rigidez e punição

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

deste superego precoce são produto, numa espécie de reflexo, dos impulsos sádicos e canibalescos da própria criança. Fantasias de despedaçamento de corpos e devoramento são partes deste conjunto de eventos, por outro lado, tais fantasias se voltam contra o próprio sujeito, fazendo surgir o medo de que estas sejam praticadas contra si – gerando o círculo vicioso da compulsão à repetição, bem como o distanciamento dos objetos reais daqueles da fantasia. Tais tendências, provenientes destas primeiras privações orais passam a alimentar o ciclo da hostilidade: fantasias agressivas - medo – ódio - novas fantasias (MONTEIRO, 2012).

Sobre o ódio, Freud (1990[1920]) salienta que no amor objetal apresenta-se a polaridade entre o amor (afeição) e o ódio (agressividade). Exemplo da segunda possibilidade é o componente sádico da pulsão sexual. Ele, tornando-se independente, pode dominar toda a atividade sexual de um indivíduo. Assim, antes da organização genital, quando predominam as pulsões parciais no processo do desenvolvimento libidinal, mais facilmente o componente sádico, que prevalece no ato de domínio erótico do objeto, converte-se em pulsão de destruição. Na fase da primazia genital, a função principal do componente sádico da pulsão sexual é a de "dominar" o objeto (MONTEIRO, 2005). Por isso, destacam os autores Cintra & Figueiredo (2004), que as etapas pré-genitais, por serem dominadas pelo ódio, voracidade e destrutividade, trazem ao superego precoce as mesmas características. Tanto mais frustrações sofridas, mais severo e cruel se torna o superego, e mais fortes serão as demandas das relações objetais parciais, marcadas pelo ódio e voracidade.

Neste sentido, há algo mais que os assassinos em série pretendem além do homicídio. Há a intenção de infligir repetidas injúrias à vítima, de modo que o assassinato é apenas um ato incidental. A terrível cena de dois jovens invadindo uma escola em Suzano, Estado de São Paulo, armados e matando jovens – atacando os corpos já inertes, numa fúria aniquilatória, nos impele a pensar sobre o conceito de "overkill". O propósito do crime é verdadeiramente a imposição da sodomização extrema. Algo que está "para além do assassinato". Este se tornou real, ainda, quando ouvi relatos detalhados de um dos homicidas entrevistados, ao se referir à prática do vampirismo e da necrofilia, aspectos que marcam que a passagem ao ato homicida não finda com a morte de suas vítimas, mas permanece em compulsão à repetição na destruição e vilipêndio de seus corpos e suas subjetividades. No início das práticas criminosas, o assassinato propriamente dito é o objetivo, com o passar do tempo o mais importante são os atos sádicos, o assassinato passa a ser uma mera consequência da sodomização. Como destaca Cunha (2017, p. 617):

> (...) somos levados a pensar que esse indivíduo só foi capaz do ato porque naquele momento destituiu o outro da sua humanidade, tomou-o como objeto, como meio para os seus fins, segundo a máxima *sadeana*. Ao mesmo tempo, segundo movimento, acreditamos que o outro, ao cometer tal ato, colocou-se à margem também do humano (...).

As narrativas e práticas construídas por tais subjetividades e as interfaces destas com o laço social, nos levam em direção a reflexões mais abrangentes sobre a mitologia construída, no cerne de nossa sociedade, em torno dos assassinos em série, de modo a serem cultuados como ícones de nossa cultura – verdadeiros ícones pop. Como salientei anteriormente, filmes, seriados, livros e documentários, podem ser encontrados inclusive nas redes sociais, todos em proliferação, vale

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

destacar o grande interesse do público neste que se constitui, inclusive, como um nicho de mercado bastante lucrativo e em plena expansão, um produto a ser consumido (literalmente incorporado por nossas subjetividades) - atualmente denominado "true crime".

Esta, que denominamos de mitologia contemporânea, se conecta à nossa realidade cultural imediatista, líquida, narcísica e sobretudo no espaço abismal entre as alteridades. Espaço promulgado por laços sociais perversos, que se impõem de modo categórico, impactando nossos modos de existência e nos conduzindo ao lugar de expectadores da cena aniquilatória dos assassinos em série, se inscreve, assim, uma metáfora do contemporâneo. Direcionada por sentimentos opostos de asco e desejo de aproximação dessas histórias de vida e atos criminosos, nossa sociedade finda por constituir um lugar subjetivo aos assassinos em série, enquanto mitologia de nossa contemporaneidade.

Lembremos como o Brasil foi paralisado pelos atos de um homicida em série, denominado o "Maníaco do parque", durante a empreitada policial em detê-lo - desta forma se estabelece a figura do mito. Não por acaso, os assassinos em série recebem alcunhas que os inscrevem, de modo muito particular no social. No breve artigo intitulado "A cabeça da Medusa", Freud (1922) salienta: "A visão da cabeça da Medusa torna o espectador rígido de terror, transforma-o em pedra" (p.329). Ao "olhar" (ver, ouvir, falar) no sentido psicanalítico, para a psique dos assassinos seriais, fica-se também petrificado, imobilizado pelo poder de suas sádicas fantasias.

Nesse espelhamento, pois os cultuamos e deles desejamos nos afastar, algo da ordem do insuportável se institui, as pulsões transgressoras e por isso excedentes, se põem em marcha e invadem os psiquismos de vítimas e espectadores de seus atos de aniquilamento da alteridade. De modo singular, o poder da sideração de tais modos de subjetivação, paralisa nossa capacidade de simbolização e sobretudo nos paralisa pela via do horror, diante de sua atuação de fantasias arcaicas – movimento que entendemos constituir a mitologia contemporânea que os cerca. O ódio se impõe como sintoma, inclusive social - temos sido incapazes de partilhar afetos.

Para além desse aspecto, a sideração ainda promove a ligação entre a violência pulsional e a permeabilidade de laços sociais perversos, que imprimem estados narcísicos de existência, em sua face mais impactante, que muito convém a uma sociedade fundada em ideais aniquilatórios e narcísicos, da ética da eficácia, em que a alteridade é percebida como ameaça, pondo em marcha o exercício da violência, destrutividade e sobretudo, do aniquilamento.

Afinal, como nos ensinou Rocha (2017, p.255): "Esperança não é esperar, é caminhar". Por isso, enredados nas teias de laços sociais perversos, cada vez mais densas, em seus reflexos em nossa contemporaneidade, é tempo de apostarmos em dispositivos mais disponíveis à alteridade – que nos convoquem à searas para além do horror da destruição, e que nos inspire à novas perspectivas, novas histórias, novos começos, que não atentem contra as existências, mas as acolha.

Referências bibliográficas

CINTRA, E. & FIGUEIREDO, L. C. Melanie Klein. **Estilo e pensamento.** São Paulo: Escuta, 2004.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CLECKEY, H. **The mask of sanity.** Georgi: Mosby Medical Library,1988.

CUNHA, Eduardo Leal. Perversão, maldade e reconhecimento: notas críticas em torno da ideia de perversão social. **Rev. psicol. polít.,** São Paulo, v. 17, n. 40, p. 607-619, dic. 2017. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300012&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 05 nov. 2021.

DOUGLAS & OLSHAKER. **Mentes criminosas e crimes assustadores.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

FIGUEIREDO, L.C. **As diversas faces do cuidar.** São Paulo: Escuta, 2009.

FREUD, S. **Totem e tabu** (1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Direção de tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. XIII.

_____. **Além do princípio do prazer** (1920). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Direção de tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. XXI.

_____. **A cabeça da Medusa** (1922). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Direção de tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. XXI.

_____. **Mal-estar na civilização** (1930). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Direção de tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. XXI.

GUERRA, R. **Os canibais de Garanhuns. A história de três serial killer brasileiros que comiam e vendiam salgados com carne humana.** Lisboa: Chiado editora, 2018.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** São Paulo: Positivo, 2012.

KEPPEL, R. **Signature Killers**. New York: Pocket Books, 1997.

KLEIN, M. **Princípios psicológicos da análise de crianças pequenas (1926) Amor, culpa e reparação e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Simpósio sobre análise de crianças** (1927a). Amor, culpa e reparação e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. **Notas sobre alguns mecanismos esquizoides** (1946). Inveja e Gratidão e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

_____ . **Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental** (1958). Inveja e Gratidão e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

MONTEIRO, M. **Assassinos seriais: o poder da sideração e do superego arcaico.** Curitiba: Prismas, 2016.

_____. Assassinos seriais e os efeitos da sideração no psiquismo e no laço social. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 17, n. 3, supl. 1, p. 738-748, Sept. 2014.

_____. **Assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica sobre o superego arcaico e os efeitos da sideração.** 2012. 201f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica.** 2005. 143f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2005.

ROCHA, Z. Esperança não é esperar, é caminhar: Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental,** São Paulo, v. 10, n. 2, p. 255-273. Junho, 2017. Disponívelem:https://www.scielo.br/j/rlpf/a/G6K6cRmKYfszXD8LhmjfJ4z/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 05 nov. 2021.

ROSENFELD, H. **Impasse e Interpretação. Fatores terapêuticos e antiterapêuticos no tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiriços.** Rio de Janeiro: Imago, 1988.

STEINER, J. **Refúgios psíquicos. Organizações patológicas em pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiriços.** Rio de janeiro: Imago Editora, 1997.

WINNICOTT, D.W. **Deprivacion and delinquency.** London: Tavistock Publication Ltd, 1985.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 04
RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E PRÁTICAS RELIGIOSAS

IGREJA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS: UM ARTEFATO PEDAGÓGICO SOBRE O PATRIMÔNIO NEGRO EM BELÉM DO PARÁ

Antônia Maria Rodrigues Brioso[1]
Júnia de Barros Braga Vasconcelos[2]

Introdução

O artigo Igreja do Rosário dos Homens Pretos em Belém objetiva analisar e descrever uma práxis de ensino interdisciplinar de História e Artes Visuais sobre o patrimônio negro em Belém do Pará, inserindo-se no âmbito projeto *Cartografia da Cultura Afro-Brasileira e Indígena* da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). As perguntas iniciais que problematizaram a pesquisa foram: A Igreja do Rosário dos Homens Pretos em Belém, pode ser vista como um *espaço de memória*[3] da diáspora africana na capital? É possível articular o estudo desse patrimônio histórico ao debate das relações étnico-raciais (principal escopo do Projeto Cartografia)?

Tendo em vista tais problematizações, o presente artigo está dividido em cinco partes. A primeira, versa sobre a presença negra no Pará analisando um pensamento histórico que invisibilizou a contribuição afro-brasileira na região amazônica. A segunda parte, discorre sobre o papel das irmandades católicas, em destaque para a irmandade do Rosário dos Homens Pretos, de Portugal a sua chegada no Novo Mundo. Também observa a história da construção da igreja do Rosário pelos pretos de Mina. Na terceira parte, faz-se uma inflexão sobre o uso do Rosário na tradição católica e o cordão de contas de outras culturas religiosas, apontando para a circularidade cultural desse objeto e seu uso religioso. A quarta parte, descreve o percurso metodológico da práxis de ensino sobre a Igreja do Rosário como patrimônio histórico e *lugar de memória* da presença negra no Pará. Na quinta parte, conclusiva, são feitas considerações sobre as contribuições do experimento pedagógico no campo da educação patrimonial e das relações raciais.

Identificar um patrimônio negro, como a Igreja do Rosário em Belém, é sensibilizar o olhar para perceber que os africanos e seus descendentes não foram ausentes no espaço belenense. Não obstante, não é um caminho tão simples, posto que é faz pouco tempo que existe uma visão de patrimônio histórico e cultural que incorpore a diversidade populacional brasileira. Em Belém, como em todo o Brasil, os bens culturais consagrados como Patrimônio Cultural são, na maioria,

[1] Doutoranda do programa de pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ensino de História pela UFPA. Professora de História da Escola de Aplicação da UFPA.
[2] Mestre em Artes Visuais pela universidade Federal do Rio de janeiros (UFRJ), na linha de pesquisa História e crítica de arte. É professora de Artes da Escola de Aplicação da UFPA. Desenvolve pesquisas em ensino de Artes e as Relações Étnico-raciais, participa atualmente do Projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena da EAUFPA.
[3] " Lés Lieux de Mémoire", expressão consagrada no livro clássico de Pierre Nora, historiador francês. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Patrimônios de Pedra e Cal, ou seja, de um modo geral são prédios e edificações que se relacionam à história oficial, política e econômica de grupos sociais de tradição européia e no Brasil associado as elites. (FONSECA, 2009, p. 64) Podendo assim afirmar que o patrimônio cultural reconhecido pela memória oficial e os tombados por lei são *"brancos"*.

O artigo apresenta-se relevante porque apresenta-se como resultado de uma pesquisa desenvolvida em 2019 na EAUFPA que traz importante contribuição para o desenvolvimento da equidade racial no campo educacional, pois discutiu com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio, a escravidão negra e outros temas das interações da diáspora africana em Belém, trazendo à tona histórias ocultas ou esquecidas, intervindo na construção de memórias públicas para além da escravidão, dando visibilidade a presença negra no Pará através de um patrimônio histórico e cultural.

A presença negra no Pará

Em relação à memória e marcas de povos africanos em diáspora, que lançaram, desde meados do século XVI fundamentos da vida colonial e alicerces de viveres urbanos no Brasil, há muito o que se investigar no espaço urbano de Belém do Pará a partir do século XVII pois as marcas dessa presença deixaram marcas indeléveis no *modus vivendi* paraense.

Não obstante, a essas evidências da presença negra em Belém, ainda reverbera uma imagem sobre a região amazônica, influenciada por uma historiografia que influenciou até metade do século XX, que assegurava que a escravidão africana foi pouco significativa na economia da região. Tais abordagens históricas, questionadas hoje por muitos historiadores brasileiros, contribuíram para criar uma imagem sobre a região como "terra de índios". Não renega-se aqui da grande presença dos povos ancestrais na região, mas em se perceber uma *nitidez da invisibilidade* negra, para usar aqui a expressão cunhada pelo historiador social Flávio Gomes. (2013) Todavia tal visão na escrita da história sobre a região está balizada pelo quantitativo modesto de escravos disponíveis na Amazônia.

Mesmo que o ocultamento da presença negra na capital paraense continue efetivo, mantendo incólume uma das mais graves distorções na escrita da história da região amazônica. (PINHEIRO, 1999, apud SAMPAIO, 2011, p. 16) muitos historiadores têm questionado essa visão e contribuído na afirmação contrária. O historiador Rafael Chambouleyron (2006, p. 79) por exemplo afirma que mesmo a principal força de trabalho no antigo Estado do Maranhão e Pará no século XVII tenha sido a indígena, livre ou escrava, no entanto, a presença africana na região não pode ser desconsiderada. Para Vicente Salles a força de trabalho africana não foi insignificante aqui e como fator étnico, foi elemento plasmador da cultura amazônica pois o negro foi agindo e interagindo nesse contexto espacial e social. (SALLES, 2005, p. 10).

A pesquisa sobre a Igreja do Rosário dos Homens Preto, procurou então analisar os escravos negros em torno da Irmandade do Rosário como sujeitos resistentes quanto as suas culturas trazidas de diferentes regiões africanas e que aqui foram intensamente intercambiadas, redesenhando as fronteiras étnicas para cá deslocadas. Observou-se também o agenciamento negro sobre o catolicismo na Amazônia.

O conceito foi útil, com apropriação outra e pelos novos usos dos objetos alistados inicialmente na obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, uma vez que os conceitos não são herméticos, mas elásticos e flexíveis. (THOMPSON,1981). Isso possibilitou abrir uma trilha que levou o trabalho com os estudantes para além das memórias eleitas pelo poder instituído e pela vontade de grupos dominantes que as escolheram e principalmente localizadas em patrimônios edificados. Os escravizados também propuseram outras e novas questões que promovem mudanças e modificaram suas experiências no cotidiano da cidade, problematizando o espaço instituído e fazendo uma cidade também para si. Nesse sentido, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos em Belém foi inventariado como um "lugar de memória" do tráfico do Atlântico equatorial[4].

As irmandades do rosário e a sua igreja em Belém

As irmandades católicas que surgiram na Europa, remanescentes das corporações de ofícios medievais, foram reinventadas pela igreja como um espaço para devoção tanto de religiosos como de leigos. Mas foi sobre o laicado que mais adeptos obtiveram, assumindo o controle delas. O modelo associativo atravessou os limites de Portugal espalhando-se pelos domínios lusos, chegando ao Brasil. Aqui essas confrarias religiosas foram núcleos de convivência social, passando a serem uma forma de distração e diversão para a sociedade através das festas e procissões religiosas. Nela o sagrado e o profano se mesclaram em proporções incalculáveis,

> Os bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres; as mães ninando os filhinhos com as mesmas cantigas de louvar o menino-Deus; as mulheres estéreis indo esfregar-se de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo do Amarante; (...) Nossa Senhora do Ó adorada na imagem de uma mulher prenhe. (FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala, 2002. p. 84)

Havia diferente tipos de confrarias, algumas extremamente ricas e poderosas, delas podendo fazer parte apenas a elite branca, como o caso das Santas Casas de Misericórdia, nas quais os membros deviam ser "limpos de sangue" e pagar grande soma em dinheiro ou joias. Outras extremamente pobres como São Francisco e Do Rosário. Esta última, desde Portugal o ingresso nela não exigia pagamento. Por isso muitos escravos em Portugal nelas se filiaram e no Brasil não foi diferente. A proliferação de irmandades negras em todo o Brasil está relacionada com o crescimento da população negra e a necessidade de catequização dessa população pelo catolicismo do colonizador e pelo interesse dos escravos e forros por elas. Lucilene Reginaldo (2018, p. 272) atribui mais aos interesses de auxilio material do que ao espiritual. Uma boa morte, funerais, tumbas, missas, tão caros a cultura africana e a relação com seus mortos e ancestrais, deva ter sido um fator muito importante para o ingresso na agremiação católica.

Das irmandades negras, chama atenção a devoção a Nossa Senhora do Rosário, que parece a mais difundida entre os escravizados, mesmo que a sua origem em Portugal do século XIII não estivesse ligada de modo algum com as populações negras e nem tão pouco foi escolha deles.

[4] Segundo o historiador Rafael Chambouleyron o tráfico negreiro para região amazônica efetivou-se a partir de uma rota muito específica, que ele denominou de Atlântico equatorial. Uma ligação que se fazia entre os Estados do Maranhão, a Guiné e a Mina na África. (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 82)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tratou-se bem mais de aproveitar as regras estabelecidas, que nessa irmandade de devoção não se levava em consideração critérios de riqueza e estatuto social para admissão dos confrades. O que era no começo um espaço demarcado ao longo do tempo transformou-se em espaço conhecido e reconhecido dos negros no Brasil escravo. (REGINALDO. 2018. p. 272) O compromisso, ou estatuto, mais antigo da Irmandade do Rosário no Brasil é a do Rio de janeiro, 1639. Belém tem o segundo compromisso mais antigo, de 1682.

Os pretos Mina no Pará foram reduzidos a um estado extremo de opressão, encontrando na Irmandade do Rosário um lugar de escape, onde poderiam viver alguns valores culturais africanos dentro do que era consentido pela ordem social escravagista. Notava-se "elementos religiosos africanos incorporados à tradição católica, exteriorizados por ritos e manifestações reformulados e reinterpretados na dinâmica cultural ao nível do simbólico", onde o negro "poderia exercitar sua autoafirmação como ser humano, capaz de refletir sobre sua condição de escravo", nos afirma Figueiredo. (Idem, p. 108, 110 e 112).

A festa do Rosário em Belém teve muito prestígio na época colonial. Os seus fiéis negros não mediam esforços na preparação das cerimônias religiosas, como das comidas, bebidas na quermesse frente à igreja. Um toque importante na festa era dado pela música, cuja as permanências estão em muito dos ritmos que hoje temos em Belém. A irmandade do Rosário, promotora e organizadora da festa, constituiu um espaço de translocação de tradições advindas da África. Ernesto Cruz descreve,

> Na véspera e no dia da festa, o rei e a rainha, vinham assistir às solenidades religiosas, estando preparados para ambos, lugares especiais da parte do evangelho. (...) Ao entrarem na igreja, os soberanos acompanhados de todos os confreiros, iam sem coroa. Regressavam, porém coroados, e assim percorriam a cidade, tirando esmolas para a festa. (*Apud* FIGUEIREDO, 2004 p.115).

A caminhada performática[5] que o casal de rei e rainha fazia anualmente pela cidade era um acontecimento que trazia o povo à rua, transformando-se num espaço de grande sociabilidade entre os confreiros. Toda a organização tinha como objetivo principal tornar público a gratidão para com a devoção, pois julgava-se a profundidade da fé e da devoção pela pelas homenagens prestadas a santa. Nisso os devotos do Rosário não economizaram fé, devoção e trabalho.

A igreja do Rosário dos Homens Pretos na rua Pe. Prudêncio no bairro da Campina em Belém é bem simples, discreta e pouco conhecida da população paraense. O historiador Aldrin Moura de Figueiredo (1994) aponta que no Pará do século XVII que essa igreja foi construída a partir da organização de uma irmandade de negros Mina que ergueram, a princípio uma ermida para homenagear Nossa Senhora do Rosário, mas no século seguinte, "demoliram a primeira ermida, devido ao seu estado precário e construíram, no mesmo local, outro prédio de dimensões maiores" para o qual conseguiram recursos oficiais. (P. 116). Figueiredo conta ainda que em 1820 o segundo templo foi demolido para iniciar a construção do atual prédio, projetado pelo arquiteto

[5] Expressão cunhada por Esiaba Irobi in "O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na Diápora". Revista projeto História, nº 44, São Paulo, EDUC, 2012.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Antônio Giuseppe Landi[6], em 1676. O prédio, construído pelas mãos dos membros da irmandade, e com ajuda de outras confrarias, demorou a ser concluído pelos recursos escassos. O viajante Henry Bates quando esteve no Pará em 1848, assistiu o fim da construção dessa igreja. Segundo o relato do viajante,

> Uma fila de negros de ambos os sexos costumavam desfilar tarde da noite pelas ruas, cantando em coro. Todos levavam na cabeça uma pequena quantidade de material de construção- pedras, tijolos, argamassas, ou tábuas. (...) quase todos escravos, os quais, após um dia árduo de trabalho, estavam dando sua pequena contribuição para a construção de sua igreja. (BATES, 1979, *apud* FIGUEIREDO, 1994 p. 117).

Esses homens escravizados em diáspora fizeram da profissão de fé que eram obrigados a assumirem uma experiência diferenciada, com suas interpretações e incorporações acerca do catolicismo, principalmente compreendendo esse processo a partir *da translocação* da bagagem cultural que trouxeram do continente africano e que foram transmitidos aos seus descendentes no espaço diaspórico. Segundo Marina de Mello e Souza o contato entre esses dois universos culturais originalmente distintos, acabou gerando um campo de compreensão mútua", o que gestou um "*catolicismo africano*" no Brasil (SOUZA, 2002, p.147).

A devoção ao rosário e a sua circularidade cultural

Circularidade cultural é um termo cunhado por Bakhtin (1987) e aprofundado por Carlo Ginzburg (1987), estando relacionado à "comunicabilidade que transcorria de maneira dialógica, circular e, por conseguinte, de forma mútua e recíproca (...) entre a cultura das classes subalternas e das dominantes existentes em uma Europa pré-industrial. " (SILVA, 2017, p. 73). Para Ginzburg, este relacionamento circular apresenta influências recíprocas, produzindo um movimento de baixo para cima e de cima para baixo, o que significa que não é possível que elementos de uma cultura hegemônica encontrados na cultura popular estejam ali simplesmente por um processo de aculturação deliberada, sem que, de igual forma, a influência inversa tenha ocorrido. No estudo com os estudantes do Projeto Cartografia, utilizou-se o conceito de circularidade cultural para abordar as trocas ocorridas na constituição do rosário enquanto instrumento sagrado do período medieval até a atualidade.

A origem da devoção ao rosário, enquanto um instrumento sagrado da cristandade católica, ocorreu ainda no período medieval num momento de declínio da igreja. O título mariano dado à Nossa Senhora do Rosário deveu-se à narrativa religiosa da aparição da Virgem Maria ao frade dominicano São Domingos de Gusmão, em 1214, que, "enquanto a Cruzada enfrentava o exército albigense, (...) lançava-se a rezar aos pés de uma imagem de Nossa Senhora, momento em que a Santa lhe apareceu e ensinou-lhe um método de oração", nos relata Pacheco. (PACHECO, 2008, p. 04).

[6] Giuseppe Antônio Landi (Bolonha, Itália 1713 - Belém PA 1791). Desenhador, arquiteto, gravador, geógrafo e astrônomo. Participou da Comissão de Demarcação de Fronteiras entre Portugal e a Espanha na América do Sul instituída, em 1750, pelo Tratado de Madri. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa206974/antonio-landi.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sobre seu surgimento, Pacheco (2008, p. 03) apresenta numa hipótese mais científica, que a origem do rosário antes de sua introdução na cristandade ocidental, sendo usado em tradições religiosas orientais na índia brahmânica, no budismo e no islã, mas também adquirindo um caráter laico na Grécia, Ásia e Norte da África, quando o colar de contas passou a ser usado como calmante. A hipótese deste contato é reforçada ainda mais pela convivência com estes povos, principalmente por ocasião das cruzadas, onde o costume mulçumano de usar o colar no pescoço possivelmente influenciou os cruzados. Como podemos perceber, a circularidade cultural já se faz presente, onde os colares de uso terapêutico, mágico ou não, usado por povos considerados pagãos, influenciam o uso do rosário enquanto elemento sagrado.

A exploração portuguesa na costa ocidental africana e o comércio com a elite local favoreceu tanto a divulgação e aceitação do catolicismo ali, como o início do comércio escravagista, o que requereu providências por parte da igreja para integração dos escravos à sociedade católica branca, sendo as irmandades o principal instrumento de introdução neste universo cultural, em especial, a devoção à Nossa Senhora do Rosário. Pacheco destaca que a adesão negra ao rosário foi facilitada porque este "remetia a ideia do 'rosário de Ifa', associando-o aos antigos *minkisi*, objetos mágicos da cultura africana que promovia cura aos necessitados." (PACHECO, 2008, p. 08).

O experimento didático

A pesquisa promoveu o uso de fontes históricas agenciadas para a reflexão sobre o Patrimônio Cultural articulado com a história de povos africanos e afrodescendentes, construindo em parceria com os discentes do projeto, reflexões históricas, por meio de debates, discussões, leitura de textos especializados e análise dos documentos e a partir daí produzir uma série de artefatos educacionais sobre o patrimônio em tela que foram apresentados na mostra de trabalhos do Projeto Cartografia que acontece no dia da Consciência Negra.

A metodologia do estudo iniciou-se com uma revisão bibliográfica, com os autores referenciados nesse artigo. A bibliografia foi socializada no grupo através de seminários, no quais os alunos demonstravam suas leituras sobre o tema investigado. O segundo momento consistiu na pesquisa de campo. A primeira visita realizada foi à Igreja do Rosário. Nessa excursão as professoras apresentaram sob a perspectiva da História e das Artes Visuais uma análise da igreja. Com auxílio de um roteiro de observação elaborado pela professora de arte, os estudantes em grupos investigaram e descreveram sob diferentes ângulos o prédio, mobílias, esculturas sacras e outros existentes na igreja.

Outra atividade de campo foi a excursão à comunidade quilombola de Jacarequara no Acará – Pará[7]. Nessa comunidade visitamos a igreja católica existente, dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, procurando fazer comparação com a igreja do Rosário visitada anteriormente. Também foi visitada nessa comunidade de religião de matriz afro-brasileira, um terreiro Mina. Nesse espaço, foi observado pelos estudantes e professores que um dos *voduns* da casa usava o rosário de Nossa Senhora. Corroborou-se assim a tese de circularidade cultural com esse objeto de culto católico.

[7] A excursão a comunidade quilombola faz parte da programação anual do Projeto Cartografia ao qual o grupo de estudo da igreja do Rosário está ligado. O Acará é um município do Pará, distante de Belém cerca de 2h.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Esse achado provocou um certo alvoroço nos estudantes, expressando a emoção da descoberta. O acontecimento serviu de estímulo a atividade mental dos estudantes.

O terceiro momento da caminhada metodológica do grupo foi a organização do trabalho a ser apresentadas no 20 de novembro. Para a apresentação dos resultados da pesquisados foram elaborados vários textos pelos estudantes, subsidiados teoricamente na bibliografia estudada pelo grupo e foram construídos a partir daí materiais didáticos concreto. Todo o material produzido pelos estudantes, foram dispostos numa sala de aula em formato de exposição. A exposição foi denominada *"Igreja do Rosário dos Homens Pretos em Belém: sociabilidade, devoção e resistência.* A mostra foi guiada por nossos alunos, que explicavam todo o percurso do trabalho e suas conclusões sobre a pesquisa.

Foi emocionante e compensador para as duas professoras que estiveram à frente desse trabalho acompanhar a aprendizagem dos estudantes, percebido pela capacidade deles em entender e explicar o conhecimento pesquisado, usando de criatividade, inventividade, empenho e compromisso, um exercício pedagógico de desenvolvimento do protagonismo estudantil. Observa-los pesquisando nomes de sujeitos históricos pretéritos, investigando o vestuário de época, desenhando personagens e cenas cotidianas a luz dos documentos histórico, procurando dar voz a esses agentes históricos que foram escravizados, foi compensador para o oficio de professoras.

A temática da diversidade foi o elemento que alimentou a pesquisa de forma muito positiva. Algumas experiências no ensino já têm demonstrado que o tema da diversidade tem sido uma vantagem pedagógica. Para Zeichner (1993*, apud* SOUZA. 2003, p. 93) a inclusão da diversidade cultural e linguística no programa curricular nas escolas americanas e australianas proporcionaram resultados positivos que aumentaram o *background* cognitivos dos alunos. Então, a diversidade tem um potencial pedagógico para a aprendizagem de estudantes e acrescento, de professores, como percebido em nossa experiência de ensino na EA-UFPA.

Considerações finais

A partir deste estudo tiramos várias conclusões. A primeira que, na perspectiva do raciocínio histórico, pode-se compreender que o rosário aproximou os negros da devoção à Nossa Senhora, assim como a permissão das irmandades a certas práticas da tradição cultural-religiosa africana, como a festa da coroação de reis, fortaleceu ainda mais a esta devoção negra no seio da cristandade católica. São as tradições negras resistindo e transgredindo o processo de dominação e aculturação. E como a circularidade cultural prossegue seu caminho, o símbolo do rosário, enquanto instrumento sagrado terapêutico e de proteção, segue influenciando algumas religiões de matriz africana - conforme observou-se na pesquisa de campo na comunidade quilombola de Jacarequara - que possuem também o rosário como objeto sagrado, resignificando a tradição religiosa do dominador, mas também reafirmando as raízes africanas das contas e guias. Essas inflexões corroboram assim, o pensamento histórico que a igreja do Rosário constitui um *espaço de memória* da presença negra no Pará.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A experiência de ensino demonstrou que se pode potencializar as escolas a cerca da riqueza dos patrimônios. Principamente visibilizar o patrimônio negro existente em todas as grande cidades brasileiras. Mais ainda uma demonstração a professores de história e artes visuais que o patrimônio negro é um recurso ecucacional importantissimo, que pode levar jovens (e crianças) a uma apropriação do conhecimento ativo e a valorização da heranças cultural afro-brasileira e desse modo, capacitá-los para melhor usufruto desses bens culturais, assim como fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA, 1999)

Sobre a educação étnico-racial, conclui-se que são multiplos os caminhos metodológicos no ensino que pode levar a colocar em prática a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2011, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, entendida como LDB. A proposta de pesquisa sobre a Igreja do Rosário em Belém é original e inovadora porque demontrou na prática a conexão da Educação Patrimonial com um ensino para as relações étnico-raciais e também o potencial de aprendizagem significativa pois aguçou a curiosidade dos estudantes, possibilitando a cognição e a superação da simples transmissão de conteúdos.

Enfim, inventariar os *lugares de memória* do tráfico Atlântico equatorial de escravos e da história dos africanos escravizados em Belém é valorizar a herança e o patrimônio cultural criado pela diáspora africana na região, dando visibilidade a presença negra e ao mesmo tempo desenvolver uma ação pedagógica de combate ao racismo cultural.

Referências

ABREU, Regina. Chagas, Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** 2ª ed. Rio de janeiro: Lamparina, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 1ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, [Brasília], 1987.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII).** Rev. Bras. Hist., São Paulo , v. 26, n. 52, p. 79-114, Dec. 2006 .

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo, Ática, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os reis de Mina: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Pará, do século XVII ao XIX**. Boletim do MPEG, Belém: v. 9, n. 1, p. 103-121, 1994.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002. (Coleção Archivos).

GOMES, Flávio dos Santos Gomes, DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil.** Belo Horizonte: Fino traço Editora, 2013.

HORTA, M.L.P.E. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Museu Imperial. Grumberg & A.Q. Monteiro.1999.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. **A origem branca da devoção negra do rosário**. Revista Tempo de Conquista. Jun. 2008. Disponível em http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC3/PAULOHENRIQUEPACHECO.pdf. Acessado em 10 de maio de 2019.

SALLES, Vicente; **O negro na formação da sociedade paraense**. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, p. 1-250, 2004.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio – Presença Negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai. 2011.

REGINALDO, Lucilene. **Irmandades,** In SCHWARCZ, Lilia Moritz, GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018. P. 1-560.

SILVA, Leonardo Santana da. Carlo Ginzburg: **O conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira**. Augustus, Rio de Janeiro: v. 22, n. 43, p.72-83, jan/jun, 2017. Disponível em http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2017v22n43p72. Acessado em 26 de setembro de 2019.

SOUZA, Izabel Porto de. FLEURI, Reinaldo Matias. **Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural.** In Educação Intercultural –Mediações Necessárias. Reinaldo Matias Fleuri (Org). Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar**. Estud. Afro-asiát. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-17, 2001

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"NÃO TENHAS MEDO, EU SOU A GRAÇA": HISTÓRIAS CONECTADAS ENTRE AS APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA (BRASIL) E FÁTIMA (PORTUGAL) EM 1936

Carlos André Silva de Moura[1]

As abordagens socioculturais utilizadas para a construção das narrativas sobre os eventos marianos possibilitam a elaboração de uma história transnacional, que demonstra as conexões entre eventos em espaços distintos, como nos Continentes Europeu e Americano. No Brasil, os relatos estão centrados nas histórias sobre a Irmã Amália de Jesus (1930), em São Paulo, Maria da Luz Teixeira de Carvalho e Maria da Conceição Silva (1936), em Pernambuco, Maria Milza (1955)[2] e Pedro Régis (1987), na Bahia e Eduardo Júnior (1988), no Paraná. Entendemos que as representações desses eventos são "[…] uma elaboração das relações pessoais, sociais e políticas que se expressavam na conflitualidade das reconstruções"[3].

Os eventos construídos na cidade de Pesqueira (Brasil), a partir de agosto de 1936, colaboraram para compreender a formação das devoções católicas no Estado. As supostas aparições foram utilizadas para a valorização do catolicismo, o combate ao protestantismo e o fortalecimento das novas circunscrições eclesiásticas. No entanto, as narrativas ainda são pouco debatidas pela hierarquia eclesiástica no Brasil. Em documento sobre as aparições e revelações particulares, publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não se fizeram referências às supostas ocorrências em Pernambuco, com relatos apenas de notícias a partir de 1960 (Conferência, 2009, p. 27-28).

As supostas aparições em Pernambuco aconteceram na região do Guarda, em terras pertencentes ao povo Xukuru do Ororubá, por este motivo denominado como Aldeia Guarda[4]. Segundo as narrativas, a partir de 06 de agosto de 1936, após realizar as suas atividades diárias, Maria da Luz Teixeira de Carvalho e Maria da Conceição Silva, 13 e 16 anos respectivamente, relataram ter visto e conversado com uma representação de Maria que se identificou como Nossa Senhora da Graça. Durante os anos de 1930, mesmo com o processo de industrialização da cidade de Pesqueira, a região de Cimbres era um lugar sem a distribuição de recursos, com recorrentes secas e as investidas de grupos armados, como os cangaceiros, que provocavam apreensões entre os locais.

[1] Docente da Universidade de Pernambuco. E-mail: carlos.andre@upe.br

[2] Os eventos não são considerados aparições por membros da Igreja Católica, mas denominados como locução interior, uma revelação privada ouvida e/ou recebida internamente pelos personagens envolvidos. (VERDE, 2016).

[3] "[…] la storia dei "fatti" dell'apparizione era in realtà una elaborazione delle relazioni personali, sociali e politiche che si esprimeva nella conflittualità delle ricostruzioni" [Tradução livre]. (APOLITO, 1990, p. 12).

[4] Em várias documentações encontramos a denominação de Sítio Guarda ou Aldeia Guarda. Durante a narrativa, utilizaremos as duas nomenclaturas a partir da temporalidade dos eventos. As demarcações não são nossas problemáticas de pesquisa, mas podem ser consultadas em diferentes trabalhos. (Cf. FIALHO; NEVES; FIGUEIROA, 2011).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O medo das investidas dos grupos estava diretamente ligado às ações realizadas entre os meses de maio e agosto de 1936, com notícias de que um dos mais conhecidos bandos tinha adentrado o Sertão através do Estado da Paraíba (Jornal Pequeno, 1936, p. 01; Diario de Pernambuco, 1936, p. 01). As informações sobre os crimes e as formas de violência na região eram tema das rodas de conversas e uma realidade do cotidiano entre as crianças, que não estavam distantes dos principais assuntos dos trabalhadores, da família e dos espaços de sociabilidade.

O período também foi marcado pelas notícias do surto de febre *tifo,* febre amarela e gripe, que atingiu parte da população, com morte de pessoas de várias localidades e grupos sociais. As informações foram registradas na imprensa, com relatos de que:

> […] recebemos de Pesqueira, onde, segundo registamos, há pouco tempo manifestou-se um violento surto epidêmico, diz que nesse município está grassando assustadoramente a febre amarela, verificando-se nesses últimos 15 dias, vários casos fataes, adeanta ainda a informação que na semana passada fallecera ali, victimado pelo mal amarílico, um seminarista de família distincta daquela cidade, os casos fataes teriam sido constatados pelo medico local […] (Diario da Manhã, 1929, p. 03).

A epidemia foi marcante para os diferentes setores da região, como os eclesiásticos que realizavam trabalhos na localidade. Na segunda metade da década de 1920, os surtos de febre tifo acarretaram a morte de moradores. Entres as vítimas, três religiosas do Colégio Santa Dorotéia, que precisou encerrar as atividades devido ao contágio de funcionários e discentes (WILSON, 1980, p. 50). A questão apresentou incidência nas ações religiosas, com a mudança na rotina das atividades das famílias e nos espaços de culto, como as igrejas, os seminários, a realização das procissões e a catequese.

As notícias colaboraram para que os anos de 1930 fossem marcados por um apego religioso que buscava soluções para os problemas cotidianos da localidade. Com uma população essencialmente católica, as devoções a Maria se intensificaram, com notícias de visões, aparições e manifestações divinas em diferentes localidades[5]. Foram relatados eventos nas regiões de Alagoinha, Pedra e Jenipapinho, mas foram descartados por não atenderem às normas eclesiásticas, uma vez que eclesiásticos consideraram que atentaram contra os dogmas católicos, as leis da Igreja ou buscavam benefícios individuais, sem a legitimação da população ou validade da Igreja.

O *Jornal Pequeno* foi um dos primeiros veículos de comunicação que relataram os eventos das supostas aparições em Pesqueira. Em artigo publicado no dia 02 de setembro de 1936, informou que a Vila de Cimbres foi tomada por uma multidão de fiéis, que estavam à procura do lugar onde duas meninas relataram ter "[…] visto a imagem de Nossa Senhora. A noticia do milagroso acontecimento logo chegou aos ouvidos de todos os sertanejos, que cheios de fé e confiança no poder de Maria Santissima, abandonaram as suas casas á procura do local onde tamanho phenomeno se havia operado" (Jornal Pequeno, 1936, p. 01-02).

Periódico com um número considerável de colaboradores católicos, o jornal construiu informações que colaboraram com a legitimidade das narrativas, a formação de devoções e

[5] O censo demográfico de 1940 informou que, em Pesqueira, existiam 52.762 católicos e 66 protestantes. As abordagens da pesquisa eram limitadas entre os católicos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos e budistas, sem considerar outras religiões. (Cf. BRASIL, 1950, p. 62).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

romarias para a localidade. Segundo Rafael Maria Francisco, as notícias foram compartilhadas rapidamente com a vizinhança e as cidades próximas. Em poucos dias, diferentes indivíduos "vieram para observar o lugar e, as duas meninas, indo ao monte diariamente, falavam e rezavam". Durante todas as tardes, "[…] ali se […] cantava o Ofício de Nossa Senhora. [...] De todas as partes chegaram fiéis para no lugar […] fazer seus pedidos a Nossa Senhora" (SILVA, 2016, p. 68).

Os dias que se seguiram foram marcados pela desconfiança dos familiares, silêncio das autoridades eclesiásticas e a tentativa do poder governamental de interromper as práticas religiosas. Devido às movimentações no local após as primeiras visões, os relatos se tornaram caso de polícia, com o interrogatório do pai de Maria da Luz, Arthur Teixeira de Carvalho, deslocamento de destacamentos armados para a vigilância da região e controle das manifestações populares.

No entanto, como podemos observar no fragmento da notícia, as informações sobre as aparições de Nossa Senhora da Graça foram acompanhadas por um processo de legitimação dos fiéis que buscavam conexões com diferentes representações do divino. Deve-se destacar que, desde as primeiras notícias, a relação do evento com as representações do cangaço como grupo violento foi uma constante entre as videntes. Ainda no *Jornal Pequeno*, foram apresentadas as narrativas que supostamente marcaram o dia 06 de agosto de 1936, com a inserção de questões cotidianas, relacionadas aos debates políticos e sociais. No periódico foi destacado:

> […] que as meninas […] filhas de paes pobres, residentes no povoado de Cimbres, perderam-se na floresta. Lourdes[6], menos corajosa que a irmã, logo começou a se preocupar com a situação em que se encontrava no ermo, e voltando-se para Maria disse:
> - Que seria de nós se aparecesse Lampeão?
> - E a irmãzinha respondeu
> - Nossa Senhora nos valeria...
> E como por encanto, uma grande pedra próxima do logar, transformou-se na belíssima visão da Virgem Santissima. As duas irmãs, confundidas ante aquelle maravilhoso espectaculo em transporte de uma doce alegria ajoelharam-se dando graças a Mãe do Céo.
> Nossa Senhora, então, falou ás meninas:
> - Minhas filhas! Continuae firmes na pureza de nossos sentimentos e na pureza de vossa fé.
> A bençam de Deus confirmará a virtude de vossa virgindade. Por vós é que o mundo ainda merecer do Pae a bemaventurança de sua misericórdia. A virgem se servira assim da presença daquelas donzelas para dar um exemplo do que vale a fé e pureza de intenções. Surprehendidas com tão sublimes palavras, pronunciadas com uma ternura inexplicável que só aos santos é dada esse merecimento, as mocinhas se abalaram no seu natural espanto sem saber pronunciar uma palavra, quando nossa Senhora prosseguia:
> - Minhas filhas! Continue na pureza de nossa fé e segunda-feira as 8 horas, de novo, estarei aqui para vos confortar. E assim, desappareceu, de repente, aquella visão celeste que trouxe aos corações infantis […] o conforto da palavra do ceu (Jornal Pequeno, 1936, p. 01-02).

As narrativas referentes aos primeiros diálogos apresentaram conexões das manifestações em Pernambuco com outros eventos marianos da contemporaneidade, com mensagens sobre a manutenção da fé, da piedade, a solução dos problemas sociais e o anúncio de novas aparições. É

[6] A reportagem nomeia as crianças como Lourdes e Maria, assim como, são indicadas como irmãs. No entanto, os nomes das personagens são Maria da Luz Teixeira de Carvalho e a sua amiga Maria da Conceição Silva. As personagens também não possuíam parentesco.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

possível compreender que a salvação apresentada no diálogo estava destinada unicamente a propostas católicas, com a necessidade dos fiéis seguirem as orientações da Igreja Católica.

Alguns autores divergem sobre as narrativas relativas ao momento da primeira aparição, especialmente, em relação à presença do "menino Jesus". Ione Paiva enfatizou que os relatos dos envolvidos com o evento destacaram que, após a visão, iniciou uma chuva fina e relâmpago em direção ao monte. Naquele instante, Maria da Conceição teria se assustado por ter visto no alto da serra uma mulher com uma criança nos braços que fazia sinais com a mão (PAIVA, 1987, p. 27-28).

Os diálogos apresentados pelas crianças e parte do clero colaboraram com o projeto de recatolização, da expansão dos ensinamentos católicos e da organização de novas devoções, baseados em projetos internacionais de reafirmação política da Igreja. Os eventos foram marcados pela elaboração de um processo de taumaturgia do espaço das aparições. Como evidenciado em Lourdes e Fátima, os instantes de devoções foram acompanhados por demonstrações da presença de Maria para outros personagens além das crianças. A reportagem do *Jornal Pequeno* é concluída com destaque de que:

> No meio daquela multidão surgia um sertanejo idoso, chefe de numerosa prole. Descrente embora do milagroso fenômeno conduzia uma filha enferma para que a Virgem a curasse. Sua esposa, piedosa e boa, sem perder a fé de velha mãe sertaneja, lembrou-se então de tocar com a mão da filha á lage milagrosa. De momento, para espanto geral daquela multidão, a mocinha dando um grito de satisfação, ajoelhou-se, beijando a pedra, ainda com a emoção que lhe produzia o milagre da cura. E o velho incrédulo, abismado com tamanho poder de bondade divina, ajoelhou-se chorando, dando graças á Virgem pelo grande milagre de saude da sua filha (Jornal Pequeno, 1936, p. 01-02).

A cura de uma criança pode ser considerada a demonstração da presença mariana e a reafirmação de uma rede de eventos em torno das aparições com base na configuração visionária e a construção de novas devoções para a Igreja Católica. A ênfase dessa questão é importante, uma vez que, entre os seus requisitos, existe a necessidade de se tornar um momento público (RATZINGER, 2000).

O lugar das aparições foi registrado pela família de Maria da Luz, interpretado a partir das narrativas dos devotos e nos depoimentos apresentados nos periódicos. Na imagem abaixo, é possível perceber uma pedra com marca clara, utilizada como uma das comprovações para o surgimento de Nossa Senhora da Graça e de milagres relatados por fiéis. Com isso, a localidade passou a ser representada como um espaço sagrado.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 1: Maria da Luz, Maria da Conceição e sua família, trabalhadores e amigos no lugar da suposta primeira aparição

Fonte: Acervo do Arquivo da Diocese de Pesqueira

Com a divulgação de notícias e a atuação de parte do clero, a Vila de Cimbres colaborou com a descentralização dos cultos católicos, com o protagonismo de lugares distantes das capitais, mas com a integração de uma rede de devoção. A imprensa pernambucana enfatizou que "a notícia que corre pelos sertões […] levou […] a Cimbres […] para mais de três mil pessoas. […] segundo informa o nosso correspondente […] cada dia aumenta o número de romeiros, ansiosos de vêr a Santa ou ouvir das meninas, que têm esse privilégio, palavras de conforto" (Jornal Pequeno, 1936, p. 01).

Por determinação do bispo da Diocese de Pesqueira, Dom Adalberto Sobral (1934-1947), o seu secretário, padre José Kehrle (OSB) (1891-1978), e o Frei Estevam Roettger (OFM) (1877-1955) acompanharam os fatos com diferentes interrogatórios às crianças, com a elaboração de um parecer favorável sobre os eventos e o atestado de veracidade. Durante as análises, os eclesiásticos fizeram investigações das mais variadas formas, com interrogatórios e observações do que foi relatado pelas crianças. Entre as suas estratégias, acompanharam as supostas aparições, com indagações que buscavam confrontar as informações das crianças e identificar alguma inverdade. Para isso, questionaram as videntes em latim e alemão, recebendo as respostas em português, mesmo que não fossem alfabetizadas ou tivessem conhecimento de outra língua.

Rafael Maria Francisco da Silva apresentou uma discussão sobre a construção das narrativas em torno dos personagens e das aparições, enfatizando o caráter milagroso e a construção de um discurso baseado na nacionalidade. Segundo o autor, "durante vinte seis dias, com Maria da Luz, ela [Maria da Conceição] foi protagonista das confidências e súplicas de Nossa Senhora a favor do Brasil e da conversão do povo. É ela que identifica os raios que saem das mãos da Virgem, símbolo das graças alcançadas" (SILVA, 2016, p. 23-24).

As propostas de construção de Cimbres como um espaço de devoção e a inserção do evento em uma rede visionária iniciaram nas primeiras semanas após os relatos das crianças. A afirmativa pode ser compreendida a partir das narrativas do Frei Estêvão Roettger, quando enfatizou aos que acompanham os eventos no "[…] Sítio Guarda no ano de 1936, há-de se convencer que foi

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"Nossa Senhora da Graça ou das Graças" que se manifestou e que na bondade do seu Coração maternal quer ajudar aos homens a se salvarem" (ROETTGER, 1947, s/p).

Os discursos do religioso estavam atrelados às mensagens atribuídas a Nossa Senhora que, supostamente, foram traduzidas pelas crianças envolvidas no evento. As abordagens foram fundamentais para a organização de cultos na localidade, o fortalecimento dos trabalhos diocesanos, a organização de romarias e a manutenção da fé entre os católicos. No entanto, é importante perceber como as ideias do eclesiástico estavam conectadas com a proposta de salvação dos indivíduos a partir de uma representação de Maria, construção que foi utilizada em outras aparições.

Segundo os religiosos que acompanharam os acontecimentos, as distinções entre as aparições em Cimbres e das localidades próximas se basearam na constatação de que as mensagens, as ações das videntes e dos seus familiares não foram de encontro aos ensinamentos da Igreja. Todos os envolvidos respeitaram determinações da Cúria, não buscaram benefícios, colaboraram com a organização de instituições eclesiásticas, como a construção da capela em 1938 e não atentaram contra a fé daqueles que se destinaram à cidade de Pesqueira (LAMBERTINI, 1852). A questão pode ser compreendida a partir da análise das peregrinações ao lugar que, para os fiéis, se constituíram como a "[...] procura de Deus, de respostas e de socorro para suas necessidades espirituais e materiais" (QUÉRETTE, 2006, p. 17).

As informações são reforçadas a partir da análise dos procedimentos adotados pela família de Maria da Luz. Por recomendação de membros da Igreja Católica, os pais da criança encaminharam as duas videntes para avaliação médica e psicológica, onde foi atestado o bom estado de saúde. Mesmo assim, outra comissão foi formada, com o objetivo de realizar uma nova investigação, com a participação do Monsenhor Urbano de Carvalho e do Monsenhor Elizeu Diniz, mas sem os procedimentos adotados pelos primeiros inquisidores.

Diante das discussões, da pressão de setores da sociedade e do receio de um reconhecimento imediato, Dom Alberto Accioli Sobral decidiu suspender os estudos sobre os eventos e ordenou que os diocesanos não falassem sobre o assunto. As orientações do eclesiástico provocaram um hiato nas informações, mas não impediram a realização das romarias e peregrinações, mesmo com o "isolamento" das videntes em lugares distintos. Sobre a negação dos eventos, o Frei Estevão Roettger destacou que:

> Se porém, mais de uma pessoa veio dizendo: - "Não, Nossa Senhora não pode se manifestar aqui no Brasil de uma maneira tão condescendente", devia-se responder: - "Meu amigo, lê primeiro e considera bem, o que, e como Nossa Senhora fez em La Sallete (1846), em Lourdes (1858) e em Fátima (1917) e em outros lugares!" (ROETTGER, 1947)

As afirmativas inseriram os acontecimentos em Pesqueira na rede de aparições elaboradas a partir de 1858. As narrativas sobre os supostos acontecimentos reforçam que Nossa Senhora da Graça surgiu para crianças, pobres, não alfabetizadas, em um momento de crise, com anúncios para a manutenção da fé e o fortalecimento dos ensinamentos divinos. As aparições citadas pelo eclesiástico mantiveram aspectos que colaboram para visualizarmos um modelo transnacional para o culto mariano.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O Padre Júlio Maria Lombaerd (1878-1944), missionário belga de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, realizou considerações no mesmo direcionamento do frei Estevão Roettger. Em publicação em que discutiu sobre o fim do mundo, o religioso destacou que considerou as aparições de 1936 "[…] revestidas de todos os requisitos da veracidade, […] Si ella se dignou mostrar-se um dia em Lourdes, La Salette, Pontmain, Pellevoisin, em França; em Fátima (Portugal) e […] na Belgica, porque ella não se mostraria também no Brasil […]" (MARIA, 1940, p. 58). O fragmento da fonte demonstra como, entre os religiosos atuantes nos eventos, as conexões de internacionalização eram realizadas como uma forma de legitimação do discurso.

As considerações dos religiosos são reforçadas com as cartas escritas por Maria da Luz ao padre José Kehrle. As missivas se tornaram uma prática entre a vidente e o seu confessor, especialmente no instante quando os dois personagens saíram da cidade de Pesqueira. Nos documentos, encontramos diferentes relatos sobre os eventos que protagonizaram, a formação religiosa da vidente e a organização de atividades da Igreja.

Com as fontes, compreendemos as conexões da vidente com a representação mariana e os cuidados de repassar as mensagens para os fiéis ou os integrantes do clero. Em correspondência do dia 01 de setembro de 1936, Maria da Luz escreveu que perguntou a Nossa Senhora se:

> […] os padres estavam abensoados por Jesus Cristo ela disse que so estavam as pessoa so os dois padre que viram, então ela diz que rezasi muito. Ela manda dizer que o senhor não se esquesa da gruta déla que Jesus Cristo ficará abençoando. Então ela disse que é para fazer uma capela para butar outra engulha a ela. Ela disse que o senhor avize ou pessual no sermão que reze muito longe do comunismo. Ela disse que so ia imbora quando o padre marqueis. Padre José si o senhor quiser de que eu fasa pergunta a ela mande por escrito (Maria da Luz, 01 set. 1936).

As informações demonstram a preocupação de uma das videntes em atender às mensagens e manter aproximação com as questões sociais que eram enfrentadas pelos fiéis. Nota-se que assuntos como o cuidado com os religiosos, a manutenção das orações em favor do povo e a necessidade de seguir os ensinamentos católicos também estiveram em eventos como em Fátima. As referências à gruta de água que, para muitos fiéis, foi utilizada como meio para alcançar os milagres, e a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Graça se constituíram como uma demarcação do catolicismo na localidade. Deve-se destacar que a região já mantinha uma forte devoção a Nossa Senhora das Montanhas, denominada como "M*ãe Tamain", sendo uma das primeiras expressões marianas na localidade.* A relação afetiva dos indígenas com devoções femininas contribuiu com ressignificações entre Tamain e Nossa Senhora da Graça (SILVA, 2002).

Em 1922, Dom Pedro Roeser fez uma análise sobre as práticas religiosas em Pernambuco, a partir das "heranças culturais" dos negros, dos brancos e dos indígenas. Sobre a região de Pesqueira, o eclesiástico destacou a existência de uma dança "[…] chamada o *Toré,* a qual eles executam todos os annos, na villa, nas vésperas de S. João e de S. Pedro. […] há quem faça promessa para dansar o *Toré* em honra de N. Snra. das Montanhas, a quem têm eles muita devoção" (RESER, 1922, p. 200-201).

No entanto, a localidade de Pesqueira também era um espaço de interesse para os missionários protestantes, com problemas sociais e a necessidade de fortalecimento das práticas diocesanas. As mensagens de Nossa Senhora foram trabalhadas para atender aos requisitos estabelecidos pela

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cúria romana, com a organização de um espaço devocional que contribuísse com os projetos do clero.

As mensagens em Cimbres não apresentaram uma divisão narrativa entre a teologia e políticas, uma vez que essas discussões estavam em uma mesma construção, efetivadas a partir dos diálogos entre a representação religiosa e as videntes. Sendo assim, as mensagens mantiveram críticas a pensamentos políticos específicos, como o comunismo e as ideias da esquerda, com utilidade para os projetos locais e nacionais. Durante as 40 aparições em Cimbre, a crítica ao pensamento de esquerda foi uma das principais temáticas das mensagens (LIRA, 2018, p. 11).

O período das aparições foi marcado por diferentes debates no cenário político. Os eventos relacionados ao levante comunista de 1935 marcaram cidades de Pernambuco, do mesmo modo que a organização de núcleos da Ação Integralista Brasileira possibilitou a atuação dos seus militantes em diversas localidades. Os atritos entre essas ideias estavam presentes nas mensagens marianas, certificadas a partir dos questionamentos em um dos interrogatórios, quando as crianças atuaram como tradutoras de Nossa Senhora. Na ocasião foi indagado se:

> 4 – É verdade que vêem 3 dias de escuro?
> Jesus mandará se não fazeres penitencias forte. […]
> 6 – Quaes serão os castigos?
> Os castigos muitos lugares já estão vendo e são estes mesmo se assim continuarem.
> 7 – O communismo ainda virá ao Brazil?
> Si não rezarem
> 8 – É conveniente de auxiliarmos o integralismo?
> Si quizereis.
> 9 – Ou será futuramente o integralismo em ruina da egreja?
> Filha não temas que nada virá mal para teu lado. […]
> 28. Ainda continuará muito tempo a perseguição na Allemanha?
> Si não rezarem e não fazerem penitencias.
> 29. Ainda se realizará o que a senhora me disse sobre o comunismo no Brazil?
> Filhas o que pesso é que rezem que Jesus perdoará as penas cometidas; […]
> 31. Ainda há de correr sangue? No Brasil?
> Jesus diz que se não fizerem penitencias, correrá, muito.
> 32. Os castigos ainda virão no actual regimen?
> Jesus pormete si assim continuarem (Diocese de Pesqueira, 1937).

Com o documento se observa que os debates não estavam destinados apenas a assuntos teológicos, mas abordavam pontos específicos sobre a política, como as "ameaças" comunistas, a aproximação de membros da Igreja Católica com a Ação Integralista e os conflitos bélicos na Alemanha. A condenação ou a flexibilidade de movimentos específicos demonstram que os eventos em Pesqueira foram utilizados para legitimar um discurso político.

Enquanto as narrativas em Fátima foram caracterizadas de modo teológico e político, com o segundo momento marcado por uma defesa autoritária e a condenação ao comunismo, os discursos em Cimbres foram gerados com aspectos que atenderam às especificidades locais. As propostas de valorização do catolicismo dividiram espaço com as críticas ao comunismo e a defesa do "Deus, Pátria e Família". As práticas e representações em torno das aparições de 1936 foram utilizadas para sanar problemáticas vivenciadas no Brasil, mas com construções discursivas próximas às das mensagens do evento português, uma vez que, em Pernambuco, as narrativas foram construídas a partir de um contexto messiânico (SILVA, 2004).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O decorrer dos eventos marianos em Pesqueira demonstrou caminhos diferentes entre as duas protagonistas das aparições. Enquanto Maria da Luz ingressou na congregação das Irmãs Dama, com adoção do nome de Irmã Adélia, a Maria da Conceição foi atribuído o silenciamento da sua história, materializado nas fontes sobre o evento.

Parte das suas dificuldades para o ingresso em uma congregação religiosa foi resultado do contexto social dos anos de 1930. Ana Lígia Lira destacou que a inserção de meninas negras em casas eclesiásticas, no Brasil, aconteceu a partir de 1928, mas ainda com a realização de trabalhos secundários (LIRA, 2018, p. 163). Leila Mezan Algranti fez uma análise da origem das moças que adentravam as casas religiosas no sudeste do Brasil. Para a autora, a questão social era um dos pontos que afastavam as negras e pardas desses estabelecimentos, uma vez que "a fixação de dotes em quase todas as instituições também podia limitar a entrada das mais humildes" que, em sua maioria, eram descendentes de escravizados. Sendo assim, é preciso compreender que a questões raciais e sociais estavam próximas para definir a manutenção de um "chamado" devocional destas mulheres (ALGRANTI, 1992, p. 185; BRITO, 2009, p. 22). Por isso, mesmo com a sua vontade, ser religiosa não era um processo de fácil condução para a vida de Maria da Conceição.

Entre 15 de fevereiro e 02 de dezembro de 1937, Maria da Luz frequentou o Colégio Santa Sofia na cidade de Garanhuns, pertencente ao Instituto das Religiosas da Instrução Cristã (Damas). No entanto, devido à ordem do bispo, foi impedida de relatar os eventos ocorridos aos integrantes da instituição. Mesmo com a indicação de religiosos, a sua estada no local foi marcada por atritos, questionamentos sobre os eventos em Pesqueira, pela falta de recursos para custear as despesas ou a distância da família.

A sua formação eclesiástica foi acompanhada pelos inquisidores do caso, fato que não aconteceu com Maria da Conceição, que passou a viver na cidade de Arcoverde sem um acompanhamento eclesiástico específico. Nas cartas endereçadas ao padre José Kehrle, nota-se a preocupação de Maria da Luz em seguir as orientações do clero. Em correspondência de 1938, a vidente destacou que foi:

> […] ate Alagoinha, e falei com frei Estevam. Si o senhor concentir só abasta que seja assim, que eu farei este grande sacrifício de não voltar ao collegio este anno, porque reconnheço que meus paes não podem, se o senhor quizer e assim se Nossa Senhora quizer que eu va ser Freira em 1939, serei leiga mesmo, tenho coraje de sofrer (Maria da Luz, jan. 1938).

O documento demonstra as discussões sobre decisões que poderiam ser tomadas em momentos específicos da formação de Maria da Luz e os cuidados para que a vidente mantivesse o interesse pela vida religiosa. Em 12 de junho de 1940, com o incentivo do padre José Kehrle, ingressou na vida eclesiástica, continuando como personagem "principal" das narrativas sobre as aparições. Em contrapartida, devido a um processo de silenciamento ou dificuldades impostas por questões sociais, Maria da Conceição não seguiu caminho parecido, mesmo sendo a sua vontade.

Em 02 de outubro de 2021, Dom José Luiz Ferreira Salles, CSsR, bispo da Diocese de Pesqueira, publicou uma carta pastoral sobre as aparições em Cimbres. O documento é o único posicionamento da Igreja Católica sobre o evento, com destaques relativos aos fundamentos histórico, bíblico, teológico e os ganhos missionários para a instituição. Como em outros instantes, o eclesiástico destacou que para o reconhecimento destas questões, "o princípio fundamental é o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da prudência". Neste sentido, alertou-se sobre os cuidados dos usos políticos das mensagens marianas, uma vez que "[…] deve sempre se expressar dentro de um conteúdo cristológico" (SALLES, 2021).

A pastoral autorizou o culto, reconheceu a sua importância missionária, os valores para os projetos da Igreja Católica e as características de "sobrenatural" do ocorrido em Pesqueira. No entanto, identificamos que mesmo sem o documento do clero, uma legitimação não oficial, com uma permanente assistência aos fiéis, manutenção de práticas religiosas, organização de um calendário devocional e a estruturação de um espaço físico garantiu as ações dos fiéis. Desde os anos de 1930, os católicos atribuem legitimidade às narrativas das videntes, de parte dos religiosos e da imprensa, com a construção de cultos em torno de Nossa Senhora da Graça e das crianças, a quem é atribuída "fama de santidade" (CONGREGATION, 2018, p. 97-103).

É preciso compreender que o processo de sacralidade é eclesial, político, social e cultural. As suas atividades não são realizadas apenas por integrantes do clero, como os bispos ou colaboradores da Igreja Católica, mas também por pessoa que identificam a possibilidade de santidade em indivíduos, com a realização de orações, manutenção das relíquias, relato das graças, milagres e devoções que contribuem para a formação de um discurso de santidade (WOODWARD, 1992, p. 17).

Como destacou o Cardeal Angelo Amato, ex-prefeito da Congregação das Causas dos Santos, os personagens que emergem de uma devoção do povo "se revelam como os mais convincentes tradutores do Evangelho que eles interpretam na linguagem concreta da caridade, compreensível a todos" (AMATO, 2012). É importante destacar que mesmo que uma das personagens esteja sendo submetida a um rito de legitimação devocional, fiéis lhe atribuem sentido de santidade.

Para Letícia Quérette, as narrativas construídas a partir de Cimbres foram responsáveis por direcionar os trabalhos com a população do entorno do santuário, com a formação de pontos de peregrinação, romarias e espaços para promessas (QUÉRETTE, 2006, p. 49). As questões foram percebidas nos escritos do padre José Kehrle, que destacou que "do acontecimento espalhou-se logo a fama e em poucos dias tornou-se o local parte de uma verdadeira romaria". Ainda para o confessor de Maria da Luz, "[…] em nenhuma aparição de Nossa Senhora se manifestou tão explicita e extensiva, tão clara e precisamente como no 'Guarda'" (KEHLE, 1941).

As narrativas que se originaram na Diocese de Pesqueira foram fundamentais para compreendermos a lógica da formação de uma devoção transnacional em torno das aparições marianas. As suas estruturas estavam de acordo com os projetos da Cúria romana que, em momentos de rupturas, elaborou propostas para um processo de recristianização, valorização da fé e expansão dos ensinamentos católicos.

Fontes

BRASIL. Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil.** (1º de setembro de 1940). Censos econômicos, agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Quadros de totais referentes ao Estado e de Distribuição segundo os municípios. Série Regional. Parte IX – Pernambuco. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p9_t1_pe.pdf

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. **Aparições e Revelações Particulares.** Subsídios Doutrinais. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CONGREGATION de Causis Sanctorum. **Le Cause dei Santi.** Sussidio per lo *studium.* Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2018.

DIOCESE de Pesqueira. **Livro de Tombo da Freguesia de Santa Aguida de Pesqueira**, 13 mar. 1870. Doc. 19, mar. 1925.

DIOCESE de Pesqueira. **Ultimas apparições em Genipapinho**, 22 dez. 1937.

Em pleno paraizo Estacista. **Diario da Manhã,** Recife, 06 mar. 1929.

Febre Amarella em Pesqueira? **Diario da Manhã,** Recife, 05 mar. 1929.

LAMBERTINI, Prospero Lorenzo. ***De Servorum Dei Beatificatione Et* Beatorum *Canonizatione.*** *Venetiis: Excudebat Antonius Foglierini, 1852.*

Lampeão em território pernambucano? **Jornal Pequeno**, Recife, 22 maio 1936.

"Lampeão" está em território pernambucano. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 out. 1936.

Maria da Luz de Carvalho. **Carta para o padre José Kehrle**. Guarda, 09 jan. 1938.

Maria da Luz. **Carta para o padre José Kehrle**. Guarda, 01 set. 1936.

MARIA, Padre Júlio. **O fim do mundo está próximo?** Prophecias antigas e recentes. Rio de Janeiro: Livraria Boa Imprensa, 1940.

MATTOS, Potyguar. Escoria! **O Ororubá**, Pesqueira, 22 ago. 1936.

NO LOGAR onde apparece a Santa está jorrando agua milagrosa. Segunda-feira estiveram em Cimbres mas de três mil pessôas. **Jornal Pequeno**, Recife, 15 set. 1936.

Paladinos da honra e da grandesa pátria. **Avante,** Pesqueira, 31 dez. 1934.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ROESER, D. Pedro. A religião dos índios e dos negros de Pernambuco. Crendices populares. **Revista do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano**, Recife, Vol. XXIV, nº 115 a 118, p. 189-209, 1922.

ROETTGER, Frei Estevão von. **Manuscrito**. Recife, 1947.

SALLES, Dom José Luiz Ferreira. Diocese de Pesqueira. **Carta Pastoral.** A Diocese de Pesqueira e as presumíveis aparições de Nossa Senhora da Graça (orientações espirituais e pastorais). Pesqueira: Diocese de Pesqueira, 2021.

VISÃO Confortadora! Duas creanças, perdidas na matta, viram Nossa Senhora. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 set. 1936.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas:** mulheres da Colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822). 369 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/69_algranti_leila_mezan_termo.pdf

AMATO, Angelo. **Santi e Beati.** Come procede la Chiesa? Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012.

APOLITO, Paolo. **"Dice che hanno visto la Madonna"**. Un caso di apparizioni in Campania. Bologna: Il Mulino, 1990.

BRITO, Luciana da Cruz. **Sob o Rigor da Lei:** africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841). 114 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279253/1/Brito_LucianadaCruz.pdf

FIALHO, Vânia; NEVES, Rita de Cássia Maria Neves; FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (Org.). **Plantaram Xicão:** os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território. Manaus: UEA, 2011.

LIRA, Ana Lígia. **O Diário do Silêncio:** o alerta da Virgem Maria contra o comunismo no Brasil. Eclesiae, 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Representações da cura no catolicismo popular. In. ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Saúde e doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

PAIVA, Ione Maria Cavalcanti. **Aqui o céu encontra-se com a terra.** Recife: Editora do Autor, 1987.

QUÉRETTE, Letícia Loreto. **Onde o céu encontra com a terra:** um estudo antropológico do Santuário de Nossa Senhora da Graça na Aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira – PE). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

RATZINGER, Joseph. **Comentário Teológico**. 26 jun. 2000. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html

REESINK, Mísia Lins. Para uma antropologia do milagre: Nossa Senhora, seus devotos e o Regime de Milagre. **Caderno CRH**, Salvador, p. 267-280, vol. 18, nº 44, mai.-ago., 2005. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18527

SILVA, Edson. "Nossa Mãe Tamain": religião, reelaboração cultural e resistência: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In. BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil.** Recife: EDUFPE, 2002.

SILVA, Rafael Maria Francisco da. **"Eu sou a Graça":** as aparições de Nossa Senhora das Graças em Pernambuco – História e Teologia em confronto em busca da verdade. Campinas: Ecclesiae, 2016.

SILVA, Severino Vicente da. As Deusas do Ararobá. BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil.** Recife: UFPE, 2004. Vol. 2.

VERDE, Gabriel Vila. **Maria Milza**. Milagres e mistérios no sertão da Bahia. Rio de Janeiro: Albatroz, 2016.

WILSON, Luís. **Ararobá, Lendária e Eterna.** Notas para a História de Pesqueira. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

WOODWARD, Kenneth L. **A Fábrica de Santos.** São Paulo: Siciliano, 1992.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OS *SUBALTERN STUDIES* E A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Gabriel Cardoso Bom[1]

História Vista de Baixo: breve histórico

Durante a década de 1980 surgiu o movimento historiográfico da chamada "História Vista de Baixo". Em 1985, Eric Hobsbawm (2013, p. 280) proferia que essa perspectiva historiográfica não precisava mais de "comerciais". Baseando-se nas obras dos precursores Edward Thompson, Georges Lefebvre e George Rudé, a *History from Below* ("História Vista de Baixo") surge como "movimento historiográfico" a partir da década de 1960, inserida nos estudos sobre a história dos movimentos sociais e políticos[2].

Aquilo que instigou a preocupação desses historiadores e de toda essa proposta metodológica se expressa numa pergunta feita por Bertolt Brecht em 1935: "Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?". O que os historiadores buscavam era entender a agência daqueles sujeitos silenciados da participação histórica: trabalhadores, camponeses, colonizados, mulheres. Essas pessoas agiram em movimentos sociais em diversos momentos da História, não foram espectadores passivos diante das decisões e ações tomadas por parte de instituições, ou então de classes dominantes. O que emerge, portanto, nessa perspectiva é uma instigante tensão entre *agência* e *estrutura*, entre a forma com a qual a sociedade se organiza e as atitudes daqueles que se encontraram subjugados dentro dessa mesma sociedade: as classes sociais têm sua história "ditada por um ritmo histórico mais agitado", aquele que envolve as disputas sociais, a luta entre as classes (BARROS, 2011, p. 103).

Nesse sentido, o conceito de "classe" se torna fundamental para que o historiador entenda as formas com as quais os "grupos subalternos" contribuíram, de forma consciente, com o fazer-se da História. Esse elemento é expresso por Edward Thompson (1987, p. 12) da seguinte forma: "[a] classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história", ou seja, é uma *relação* constituída entre partes.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGHS-FFLCH-USP). Professor de História, Filosofia, Sociologia e Artes na rede privada do estado de São Paulo. Membro do LABORINDIO - Grupo de Pesquisa Sobre o Trabalho nas Américas. Contato: <gabriel.bom@usp.br>.

[2] A investigação sobre as classes "populares" não se inicia apenas em 1963, com a publicação de *The making of english working class* de Edwart Thompson. Ainda antes da II Guerra Mundial, Walter Benjamin e Georges Lefebvre já refletiam sobre uma história que se fizesse a partir do ponto de vista daqueles que foram "derrotados", deixados de lado ao longo do triunfo do capital (Benjamin), ou então que buscasse a lógica do pensamento dos "de baixo" (Lefebvre). Interessante notar como esses dois autores lançam as bases para dois elementos de extrema importância no movimento, e que podem ser encontrados em várias das "vertentes" da *History from Below*: a história lida à contrapelo, de uma forma não condescendente, com fortes perspectivas antipsicologizantes.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Não foi apenas pelo elitismo que a dimensão popular (da "gente comum") do passado ficou desconhecida, mas também devido às dificuldades documentais que se apresentam àqueles interessados em estudar a história dos subalternos. O que se torna necessária é uma abordagem crítica das fontes, principalmente devido ao recorte social que a maioria dos documentos nos apresenta. Portanto, num primeiro momento, existiam duas grandes perguntas para as fontes partindo de uma perspectiva "de baixo": *o que* e *por quê*. Primeiro, devemos nos perguntar *o que* as classes populares faziam[3]; em seguida, os arquivos devem ser investigados, com o recorte de pesquisa em mente; por fim, dever-se-á responder aos *por quês* sobre aquilo que se encontrou nos arquivos (HOBSBAWM, 2013, p. 285). A partir dessas duas perguntas, o historiador busca não apenas reconstruir as coisas que ocorreram no passado, mas também investigar o funcionamento daquela sociedade, também com vistas para o presente e as questões atuais.

A *History from Below* se desenvolveu em diferentes direções, com variados recortes, sejam cronológicos ou geográficos. O contato com outras áreas das ciências humanas, principalmente com a antropologia cultural, contribuiu para o aprofundamento da crítica ao etnocentrismo ocidental (PORT, 2015, p. 110). Uma terceira pergunta passa a figurar junto àquelas duas mencionadas anteriormente: além de se perguntar *o que* faziam os subalternos e *por quê*, deveremos nos perguntar, ainda, "*quem* é o subalterno"?

A partir dos anos 1980, surgem várias perspectivas de resposta. Alguns historiadores vão reduzir sua lente de análise, visando explorar aquilo que se chamou de "micro-história". Outros, passam a olhar para os movimentos sociais com uma visão que passe a encarar a questão de uma perspectiva que fuja do etnocentrismo e de uma visão patriarcal da sociedade. Mas, a busca é basicamente a mesma: como entender a subalternidade e a lógica interna dos grupos que se tornaram subalternos por algum tipo de ação colonizadora?

Escola Italiana de História das Religiões e o método comparativo

Em consonância, o problema da História das Religiões já se consolidava na Itália na década de 1950, principalmente a partir do ponto de vista comparativo. Raffaele Pettazzoni (1959, p. 1) afirma categoricamente que o desenvolvimento do conceito de religião na modernidade não é nada se ignorarmos o senso da comparação.

É em berço protestante que começa a haver, dentro das ciências humanas, a autonomização do conceito de religião daquele de "cristianismo", mesmo que ainda em termos teológicos, como aponta Adone Agnolin (2013, p. 22-24). Entre o final do século XIX e início do século XX as vertentes fenomenológica e sociológica do estudo das religiões irão se estabelecer como as principais formas de interpretação desse complexo objeto de estudos, a "religião" – ou "as religiões", conforme a crítica italiana. A primeira das vertentes, ligada a autores como Rudolf Otto e Mircea Eliade, implica em apontar que a religião tem como origem uma ideia implícita de "sagrado" comum a todas as culturas – a religião viria "do céu". Em contrapartida, o paradigma

[3] Inclusive muitas vezes, devido o problema documental, lidar e acreditar no que as fontes oficiais transmitem literalmente seria apenas reproduzir aquilo que as classes dominantes imaginavam que os subalternos faziam, e não aquilo que faziam na realidade e no cotidiano.

antropológico de de Franz Boas a Émile Durkheim implica que seria próprio da "natureza humana" a organização social em torno de "religiões" ou, então, dos "aspectos elementares" da religião (GASBARRO, 1996, p. 194).

Para além dessas perspectivas, o que a Escola Italiana buscou fazer foi comparar os *processos históricos* de formação de elementos religiosos, desde contextos pré-monoteístas – como os "politeísmos" romano e grego – até o momento de contato entre as diferentes civilizações no decorrer do processo colonial. O processo comparativo não consiste em uma comparação horizontal e estéril – como se fosse uma espécie de receita de "ideias religiosas", aos moldes de Eliade – e sim em uma comparação cuja intenção é diferenciar e precisar os elementos distintivos nos distintos processos históricos[4] (BRELICH, 1979, p. 129). Inclusive, o próprio processo de formação da História das Religiões de Pettazzoni passou por um processo dialético com outras escolas europeias de interpretação das religiões, como o evolucionismo inglês e a escola histórico-cultural alemã (MANCINI, 2015, p. 231).

Vários autores se enquadram no grupo de historiadores e antropólogos que seguiram o princípio da historicização do objeto religioso como objeto histórico e historiográfico. Começando por Raffaele Pettazzoni (1883-1959), passando por Angelo Brelich (1913-1977), Ernesto De Martino (1908-1965), Dario Sabbatucci (1923-2004) e Vittorio Lanternari (1918-2010); o objetivo de nossa análise vai ser aquele de aproximar a obra dos italianos àquela dos estudos subalternos, e para isso os dois últimos autores nos serão caríssimos.

Segundo Adone Agnolin (2013, p. 68-69), do ponto de vista historiográfico, a obra de De Martino aponta para a autonomia da pesquisa científica, que é a ocasião em que se colocam em discussão os limites do próprio horizonte cultural do historiador/etnólogo – dando importância *clara* ao encontro entre pesquisa de campo e análise diacrônica, que se faz mediado pelo plano teórico. Partindo desse ponto de vista, dois elementos na obra de De Martino tornam-se cruciais para um possível diálogo entre a Escola Italiana e os *Subaltern Studies*: os conceitos de "crise da presença" e o "etnocentrismo crítico".

Segundo De Martino, a subalternidade joga a sociedade no centro de uma "crise de presença" que, segundo Agnolin (2013, p. 72):

> [N]o contexto das análises demartinianas, [...] vem a apontar uma das característica subalternidade e involução de determinadas sociedades "folclóricas" que, se são produzidas por um porvir histórico não compreendido por aquelas sociedades, por outro lado, as joga nessa angústia existencial que impõe a elas um recuo, momentâneo e ritual, com relação à história; isso para que, depois, uma vez canalizada, cultural e ritualmente, essa crise, aquelas sociedades possam reabrir-se novamente e em uma nova perspectiva à situação história, sem mais sofrer o choque que impôs a elas, inicialmente, essa estratégia ritual de recuo e reestruturação interna.

Em síntese, acontece uma "angústia existencial à qual as sociedades tradicionais respondem através do resgate ritual". O rito de sociedades subalternas – as do sul italiano, no caso de De Martino – torna-se uma *solução operativa* para sociedades que não tenham outras alternativas culturais. Agnolin (2013, p. 73) aponta ainda para os possíveis problemas dessa interpretação –

[4] A redundância, inclusive, é proposital.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como a "essencialização" de um problema histórico – contudo, o próximo conceito indica como o motivo da obra demartiniana seja, do ponto de vista metodológico, pioneiro. Esse conceito é o do "etnocentrismo crítico".

Esse conceito é "a consciência do envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo" (AGNOLIN, 2013, p. 73). Essa problemática é abordada já na primeira obra de De Martino (1989, p. 22) que afirma que "o problema da realidade dos poderes mágicos não tem por objeto somente a qualidade de tais poderes, mas também nosso próprio conceito de realidade". O etnólogo nos convida a enfrentar o nosso próprio conceito de "ciência", de "realidade", afirmando que um *fenômeno* é algo que nos pertence, que pertence a um mundo *dado*, em que a presença e a existência são elementos *garantidos*. Nesse sentido, o mito é uma possibilidade de fazer história, pois não existiriam sociedades com e sem história: o homem constrói o mundo e, ao fazê-lo, constrói a si mesmo.

Essas duas concepções que se concatenam demonstram uma contribuição importante à metodologia histórica que a antropologia interpretativista, ao aparecer na obra de Guha e nos *Subalter Studies*[5], irá desenvolvendo.

Se De Martino avança nos estudos da Escola Italiana do ponto de vista da crítica etnológica, Vittorio Lanternari traz, em seus trabalhos antropológicos sobre "religiões do tempo presente", o refinamento metodológico que se sintetizou após as obras de Pettazzoni, Brelich e do próprio De Martino. Sumarizando, podemos afirmar que Pettazzoni iniciou o processo de uma interpretação dialética e dialógica da História das Religiões, que sofreu uma crítica etnológica com a obra de De Martino e que ganhou um detalhamento temático e metodológico com o historicismo de Angelo Brelich – o "fato objetivo da contínua mudança das culturas [...], as analogias e as diferenças entre as várias religiões, colocadas em evidência pela comparação, se explicam com a história" (BRELICH, 1979, p. 222-249).

Vittorio Lanternari publicou em 1960 o ensaio *Movimenti Religiosi di Libertà e di Salvezza dei Popoli Oppressi*, que reflete o contexto da descolonização afro-asiática e a orientação política desses autores. Neste ensaio o autor dedica seu trabalho aos modos (estratégias religiosas) com as quais sociedades subalternizadas pelo processo colonial lidam com o encontro entre culturas estranhas[6]. Seguindo a perspectiva demartiniana, Lanternari afirma que as reações dos oprimidos não se relacionam a instrumentos habituais das tradições ocidentais, elas evocam ritos e perspectivas culturais próprias desses povos.

É fundamental que nesse ponto tenhamos em mente a obra de Ranajit Guha e sua análise das reações institucionais do Raj britânico aos processos pelos quais passaram os camponeses indianos. Não é apenas através da insurgência que os camponeses se conhecem nos processos revoltosos da Índia colonial, houve um senso de identidade próprio que, segundo Guha, era uma "soma de suas subalternidades" (GUHA, 1999, p. 18). As classes mais baixas só poderiam atingir a autoconsciência através de *negações*, da formação de uma consciência de identidade das classes inimigas.

[5] No caso, com a obra de Clifford Geertz.
[6] Encontro este que "se coloca em termos de choque, ação e reação" (AGNOLIN, 2013, p. 89).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O processo de identificação entre elementos estranhos e inimigos é reflexo de uma capacidade inerentemente humana, a *curiosidade* (SIGNORELLI, 2008, p. 276). As relações interculturais são inerentemente dialéticas, e isso fica claro no trabalho de Lanternari. O processo de aculturação seria um processo de "integração verdadeira e ativa" em que ocorre a "*elaboração de elementos novos, sob o estímulo do encontro com o diferente*" (LANTERNARI, 1974b).
Assim,

> [A] consequência importante dessas contribuições de Lanternari é representada pelo fato significado de entregar à tradição de Pettazzoni uma Antropologia religiosa (influenciada por De Martino) em condição de utilizar o comparativismo e a ótica historicista também voltada para a análise do "presente", das dinâmicas religiosas e sociorreligiosas em ato[7] (AGNOLIN, 2013, p. 93).

Elementos para uma interpretação religiosa dos *aspectos elementares* da insurgência popular na Índia colonial

Uma instigante mobilização de acadêmicos indianos e do sul da Ásia se afirmou na década de 1980, estabelecendo o que foi chamado dos *Subaltern Studies* – principalmente após o lançamento da série de livros homônimos, a partir de 1982. O alcance intelectual dos *Subaltern Studies* ultrapassou os limites da "história", pois teóricos pós-coloniais[8] de diversas disciplinas tomaram interesse sobre o assunto. Atualmente a denominação "estudos subalternos" define um *campo de estudos*, que se aproxima do pós-colonialismo e das perspectivas decoloniais. Inclusive, muito dos estudos que reivindicam ligação com os *Subaltern studies* acabaram passando para os departamentos de teoria literária das universidades, saindo do campo da história. Segundo Dipesh Chakrabarty, isso acontece pois o que se realizou a partir dos primeiros empreendimentos dos historiadores indianos, como Ranajit Guha, foi um processo de se repensar a forma de *escrita* da história (CHAKRABARTY, 2000, pp. 9-10).
Exemplo de um dos textos fundadores dessa problemática, o livro *Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India* apresenta os princípios desse novo modo de se escrever a história. Por conta disso, no prefácio à edição de 1999, James Scott afirma que aquilo que se encontra no livro de Ranajit Guha é muito mais uma "filosofia da forma de construir um barco" do que um *design* rígido em si, o que não surpreende o fato dos *Subaltern studies* se desenvolverem em várias direções, inclusive na teoria literária e na análise do discurso (SCOTT, 1999, p. IX-X).
Este livro de Ranajit Guha apresenta uma série de revoltas e rebeliões camponeses que ocorreram na Índia sob o domínio britânico. Guha se preocupa em responder, à sua maneira, *o quê* faziam os camponeses subjugados no sistema colonial indiano, e, principalmente, *por quê* o faziam. A principal preocupação do historiador, inclusive, é a defesa de que os movimentos camponeses

[7] Uma das últimas obras de Lanternari é significativa disso: em uma longa análise "do primitivo ao pós-moderno" o autor faz uma perspicaz leitura das questões sociorreligiosas no mundo pós-queda da União Soviética (LANTERNARI, 2006, p. 223-244).
[8] Inclusive, concordamos com Lauri Wirth (2013, pp. 129), que diz que "não há unanimidade quanto aos termos mais adequados para designar esse amplo leque de aportes, a partir dos saberes subalternizados no processo da expansão colonial", demonstrando a própria dificuldade de chamar essa vertente de "pós-colonial", "decolonial" ou simplesmente de "estudos subalternos".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tinham uma lógica política própria. Os revoltosos sabiam o que estavam fazendo, pelo menos no nível semiológico, e mobilizaram uma série de signos e elementos com o objetivo de subverter a ordem – seja aquela colonial, seja a ordem da dinâmica interna da sociedade de classes/castas da Índia pré-Raj britânico (1858).

A problemática central do livro se estabelece ao procurar entender o sentido das ações dos camponeses em revolta, a partir da análise de suas mentalidades, valores, ideais e estrutura que podem ser encontrados a partir de sua ação na Índia colonial entre 1783 e 1900, em busca da compreensão desses aspectos nos termos próprios dos revoltosos. Ademais, a forma com a qual o autor nomeia esses eventos é interessante: a escolha pela palavra "*insurgency*" demonstra o posicionamento de Guha sobre o colonialismo, a forma com a qual a história da Índia e dos indianos foi escrita e como é possível transformar esse processo:

> Insurgency was thus the necessary antithesis of colonialism during the entire phase between its incipience and coming of age. The tension of this relationship required a record for the regime to refer to so that it could understand the nature and motivation of any considerable outbreak of violence in the light of previous experience and by understanding suppress it (GUHA, 1999, p. 2).

Tanto que, segundo Scott, os dois elementos-chave para entender a obra de Ranajit Guha são as ideias de *subaltern* e a utilização do conceito de *elementar aspects*. A primeira ideia se coliga com uma leitura vivaz da obra de Antonio Gramsci[9], e a segunda busca nos clássicos da sociologia (principalmente Durkheim) a perspectiva para poder abandonar a presunção de inferioridade com a qual se tratou os camponeses.

Guha enxerga, a partir da análise das características elementares das revoltas indianas, uma relação dialética que só pode existir no contexto colonial: a própria *subalternidade* dos grupos que entram em insurgência é composta pelos atos de insubordinação, resistência e recusa. A insurgência não é uma exceção no contexto colonial: a partir do momento que existe uma força exploratória que desapropria as pessoas de suas bases materiais, existirá a resistência e a insurgência, mesmo que ela não seja constantemente expressa na forma de revoltas violentas. Os elementos do cotidiano são em si formas de insurgência, os símbolos e signos mobilizados pelas populações subalternas tornam-se ao mesmo tempo a característica de sua existência de forma subalterna e a forma com que buscam deixar de ser subalternos[10]. O que importa para Guha é o camponês indiano como "*maker of his own destiny*".

Os recursos dos historiadores dos movimentos camponeses acabam sendo escassos, tendo que recorrer a outras disciplinas. Nos anos 60 e 70 os historiadores se viraram para a antropologia (Thompson, Keith Thomas). A escolha de Guha é interessante: ao reconhecer o problema da

[9] Inclusive Guha irá desenvolver mais os aspectos gramscianos de suas ideias em uma obra posterior, *Dominance withouth Hegemony*, de 1997 – lido por nós na edição em espanhol: GUHA, 2019.

[10] Guha retoma a ideia de colocar o mundo "de cabeça para baixo" (1999, p. 33-34) de uma forma similar a qual Christopher Hill irá se utilizar em sua obra de 1972. Guha parece responder à pergunta final deixada por Hill (1987, pp. 367): "Os radicais acreditavam firmemente que agir era mais importante do que falar. [...] Sois dos que agem, ou dos que apenas falam? — perguntou Bunyan aos homens de sua geração. E você, o que lhe responderá?". Guha toma o lado dos que agem com seus signos, símbolos, através da negação e da ambiguidade, que constroem costumes cotidianos que servem à constante insurgência a qual são forçados pelo próprio caráter subalterno a qual as forças repressivas lhes submetem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

documentação e, como esses historiadores, emprega técnicas e métodos de diversas disciplinas na sua busca pela lógica da consciência camponesa. Porém, para Guha, a ideia de "consciência" não algo generalizado, e sim algo imanente às práticas da insurgência. *Elementary Aspects* é um estudo das práticas de insurgência camponesa, não um estudo da "consciência" camponesa: não busca construir um "camponês" que seja distinto de suas práticas sociais, políticas e culturais, e sim entender como essas práticas se fizeram a partir do embate com o colonizador. O objeto de Guha não é o "camponês" enquanto objeto histórico estático, e sim as *relações* estabelecidas entre os "de baixo" e as elites indianas: sejam elas coloniais, sejam elas de caráter local (CHAKRABARTY, 2000, p. 22-23).

As classes dominantes, no contexto colonial indiano, podem ser classificadas em dois grupos: os "não-indianos" e os "grupos indígenas dominantes", estes últimos divididos entre aqueles de poderio em toda a Índia – os maiores magnatas feudais – e aqueles com poder regionalizado. Portanto, a elite indiana seria tão heterogênea que poder-se-ia mesmo contestar sua unidade enquanto "classe". Da mesma forma, os "subalternos", enquanto aqueles que não fazem parte da elite, também seriam heterogêneos e totalmente distintos entre si, gerando um conjunto de ambiguidades dentro do contexto colonial indiano (GUHA, 1982, p. 8).

O livro *Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India* tornou-se uma obra indissociável da perspectiva dos *Subaltern studies*, apesar de Guha reivindicar uma separação do movimento historiográfico (CHAKRABARTY, 2000, p. 15). E isso se dá por sua novidade metodológica, caracterizada por duas particularidades com as quais Guha trabalha nesse livro: a forma criativa com a qual lida com o problema documental e a busca em recursos fora da História para fazer uma análise correta de suas fontes.

O primeiro elemento com o qual Ranajit Guha se confronta em sua obra é a dificuldade documental: as evidências e documentos têm origem nas elites. Informações chegaram a nós na forma de documentos oficiais ("police reports", "army despatches", "administrative accounts", "minutes and resolutions of governmental departments", etc), e as fontes não-oficiais também acabam representando discursos ligados às elites. O autor buscou analisar as percepções contraditórias e diversas que são apresentadas sobre seu objeto de forma a chegar nos aspectos comuns que caracterizam esses movimentos: "A measure of the difference between two mutually contradictory perceptions, they have much to tell us not only about elite mentality but also about thato to which it is opposed - namely, subaltern mentality" (GUHA, 1999, p. 16). O que Guha encontra é que esses movimentos acontecem muito mais através de um aparato gestual e cultural, trazendo a necessidade de encarar as fontes com um cuidado metodológico maior.

Com esse objetivo em mente, Guha mobiliza um cabedal teórico interessante, que consiste em três grupos de obras: (1) outras obras que analisam "revoltas populares" de Engels a Thompson, passando por Mao Zedong e G. Lefebvre; (2) antropólogos sociais como É. Durkheim, M. Gluckman e C. Geertz; (3) e, finalmente, a antropologia estruturalista de C. Lévi-Strauss. Notamos que o recurso às "revoltas populares" foi uma forma de encontrar os pontos comuns, os "*elementary aspects*" da revolta popular – inserindo as revoltas indianas num grupo que tem uma metodologia própria de ser analisado. Já o recurso à antropologia – seja a social, de Geertz, seja a linguística, de Lévi-Strauss – demonstra a sensibilidade de Ranajit Guha com a sua documentação

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

e com a forma de olhar para seus documentos de modo a buscar o distanciamento necessário das formas de escrita ocidentais.

Teriam sido seis modalidades distintas que os camponeses mobilizaram em suas revoltas coloniais, todas elas ligadas com elementos do cotidiano que deveriam ser significados – ou ressignificados – para que os subalternos pudessem resistir, em diversos níveis, ao domínio colonial. Esses níveis vão desde os mais materiais, como a resistência física e a subsistência econômica, até os mais abstratos, como a apropriação/destruição dos símbolos da elite.

Ranajit Guha coloca a atuação *política* como o principal aspecto da vivência subalterna no contexto da Índia colonial. Guha se utiliza de "*people*" e "*subaltern classes*" como sinônimos, reforçando seu argumento de que há, na Índia colonial, um domínio autônomo da política por parte do "povo", que se organizava de forma diferente do domínio da elite. Enquanto a política da elite envolve "mobilização vertical" e "legalismo", os subalternos tendiam a afiliações horizontais e à violência. O que é central para os subalternos é a noção de *resistência.*

Esse procedimento metodológico adotado pelo autor, de separar os domínios políticos da elite e dos subalternos e analisar os procedimentos – simbólicos ou não – mobilizados especificamente pelos "de baixo" implicou em novas perspectivas para a teoria social e para a historiografia. Os camponeses teriam sido parte integrante do colonialismo e, também, fundamentais para a "modernidade" com a qual o comando colonial se instaurou politicamente na Índia. Por isso os insurgentes indianos leram o mundo ao seu redor de forma correta: as revoltas buscavam a inversão dos códigos que eram usados pelas classes superiores.

A crítica central de Guha se dirige à categoria de "pré-político", rejeitando qualquer teoria etapista da história. Por exemplo, as relações "feudais" da Índia foram contemporâneas àquelas "modernas", de certos pontos de vista. Em um texto posterior, Partha Chatterjee (2004, p. 45-6) aprofunda essa questão com relação ao conceito de modernidade:

> Meu tema é a 'modernidade', mas, mais especificamente, 'nossa' modernidade. Ao fazer a distinção estou tentando apontar que pode haver outras modernidades que não a nossa, ou, para colocar de outra forma, que há certas peculiaridades sobre a nossa modernidade[11]. Pode ser o caso de que aquilo que outros pensam ser moderno seja inaceitável para nós, assim como aquilo que estimamos como elementos valiosos da nossa modernidade não sejam em absoluto considerados modernos por outros.

O que se demonstra aqui é o desenvolvimento da proposta inicial de Guha de que existiriam multiplicidades de perspectivas que *convivem* e que, através do contato, se interpelam, dialogam e conjugam-se nos processos históricos. Por isso a crítica às noções universais[12]. Não dá para utilizar ideias como a da "sobrevivência do feudalismo indiano" sem ser elitista e historicista. Segundo o autor os historiadores buscavam elementos de distinção entre as classes sociais para, enfim, poder determinar aqueles conflitos de classes com atuação "conscientemente" política daqueles que não teriam "consciência de classe" – ou seja, movimentos pré-políticos. Ranajit Guha insinua que essa busca pelo que é "político" seria uma forma tácita de deslegitimar as revoltas camponesas (GUHA, 1999, p. 91-92). Ao analisar certos crimes do campo e o modo com o qual os próprios subalternos

[11] Nota-se aqui uma possível aproximação à ideia do "etnocentrismo crítico" de De Martino.
[12] Inclusive com a crítica de Spivak à noção "universal" do "capital", comum ao "marxismo ortodoxo".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

olhavam para esses crimes – diferenciando aqueles que eram moralmente justos daqueles que não o eram –, o autor defende que haveria sim, um "senso-de-si" dos camponeses. Os subalternos indianos não podem ser vistos como uma massa social definida não apenas por uma queixa comum, e sim pela sua capacidade de lutar por reparações e mudanças através da ação militante e coletiva: "the beginnings, if no more than that, of a recognition of their identity as a class-for-itself" (GUHA, 1999, p. 92).

A perspectiva inaugurada a partir da série de livros *Subaltern studies* passou por uma grande ampliação em sua própria perspectiva metodológica. Vários departamentos de teoria do discurso e de teoria literária agregaram às perspectivas pós-coloniais suas próprias contribuições, com relativa aproximação ao chamado *linguistic turn*. Por outro lado, a filósofa Gayatri Spivak vai desenvolver uma contumaz crítica sobre o "sujeito subalterno" que irá ser o ponto de partida do qual a maioria dos "estudos subalternos" desenvolver-se-á.

Todas essas contribuições se desenvolveram durante os anos 1980 a 2000, emergindo uma espécie de disputa sobre o caráter distintivo dos "*Subaltern studies*" com relação à "*History from below*" inglesa. Críticos da "autonomia" dos estudos subalternos levantaram a hipótese de que seria apenas uma espécie de aplicação, para contextos coloniais, dos métodos estabelecidos por Thompson, Hill e Hobsbawm. Enquanto isso, historiadores ligados a esse movimento reivindicaram autonomia em três pontos básicos: (i) o foco na história política em contraposição a uma "história universalista do capital", (ii) a crítica na ideia do Estado-nação e o (iii) questionamento sobre a intersecção entre poder e conhecimento (CHAKRABARTY, 2000, p.15).

O debate é interessante, porém acreditamos que o acirramento desse tipo de disputa possa prejudicar que se entenda a principal contribuição da obra de Guha: acrescentar uma perspectiva ao mesmo tempo crítica ao Estado-nacional e às formas com as quais ele se estabelece, principalmente no contexto colonial[13]; e, principalmente, o entendimento de uma lógica *interna* – assim como busca Thompson – dos objetivos *políticos* das classes subalternas, colocando em evidência as *relações* entre oprimidos e opressores como um campo de embate não apenas político, mas simbólico.

Possíveis e prováveis aproximações para um estudo subalterno das religiões

Nos parece surpreendente que poucas aproximações tenham sido feitas entre os *Subaltern Studies* e às obras de Lanternari e De Martino. A História das Religiões muitas vezes é confundida com a

[13] Portanto, acaba se tornando uma perspectiva verdadeiramente internacionalista. Se essa crítica foi de certa forma ignorada por aqueles que seguiram o caminho da análise do "discurso opressor" e se autodenominavam "estudos subalternos", outras obras, ligadas ao marxismo-leninismo, aprofundaram essa crítica e subverteram a ideia de Nação em uma perspectiva pautada pela autodeterminação e que busca enxergar, em sua análise historiográfica, as resistências locais ao capital de uma forma dinâmica e contextualizada. "No Terceiro Mundo", escreveu Vijay Prashad (2019, p. 135) " o comunismo era um movimento dinâmico e não foi tratado como uma religião incapaz de errar [...] O socialismo exigia críticas incessantes para se fortalecer". E, Domenico Losurdo (2015, p. 29) aponta que, para "Marx não define de modo claro e unívoco a relação entre luta de classes e luta nacional, questão social e questão nacional [...] a verdade é que o interesse e a paixão com que ele acompanha as 'insurreições das nacionalidades oprimidas' são expressão não de distração em relação à luta de classes e à questão social, mas de empenho para colher suas manifestações concretas".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fenomenologia das Religiões, uma análise simplista do processo religioso[14]. Em conjunto, do ponto de vista historiográfico, diversas ressalvas foram feitas aos estudos subalternos – partindo do princípio de que "relações de classe, hegemonizadas pela burguesia enquanto classe dominante, condicionam a existência concreta das classes" (GALASTRI, 2014, p. 22).

Contudo, se o objetivo é entender o processo histórico e cultural da dinâmica entre as elites coloniais e as populações subalternizadas, não há como deixar de lado as inovações metodológicas da escola indiana e nem a problemática histórico-religiosa. Se, como afirma Sahlins,

> A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. [...] Nesses termos, *a cultura é historicamente reproduzida na ação* [...] Por outro lado, entretanto, como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhe são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que *a cultura é alterada historicamente na ação*.

Não podemos deixar de buscar uma forma de estudar com rigor histórico o processo sociorreligioso, e nem tratar as populações que foram subalternizadas como "primitivos" de forma pura e simples. Enquanto Ranajit Guha buscou demonstrar as dinâmicas culturais, políticas e sociais próprias dos camponeses indianos defronte ao processo de colonização pelo qual o país passou no século XIX, De Martino e Lanternari trouxeram perspectivas histórico-religiosas que historicizaram os conceitos sociorreligiosos.

Os procedimentos histórico-comparativos da Escola Italiana de História das Religiões permitem ao historiador que queira lidar com contextos subalternos encontrar um profícuo material metodológico que lhe permita realizar um estudo com rigor historiográfico, pois não cai na simplificação característica das obras que lidam com a religião como um objeto unívoco. Lanternari e De Martino apontaram para uma direção em que o objeto religioso, considerado de um ponto de vista (etnicamente) crítico, possa ser pensado não apenas como um elemento de dominação, mas sim como um elemento de disputas e ressignificações dentro do processo de colonização.

Referências Bibliográficas

Agnolin, A. (2013). *História das Religiões*: metodologia histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas.

Barros, J. A. (2011). *Teoria da História*, vol. III: Os paradigmas revolucionários. Petrópolis, BRA: Vozes.

Benjamin, W. (2011). *O anjo da história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

[14] O que não é de se surpreender. "[A] a religião do Sagrado não pode ser resolvidade em nenhum outro código da vida cultural nem identificada com instituições humanas: toda alteridade histórico-social que se relaciona com a religião é reabsorvida na dinâmica, ao mesmo tempo prática e especulativa, do *ganz* Andere, como justamente ocorre na mística [...] A experiência consciente do cristão torna-se *a priori* à história, assim como a ontogênese do numinoso religa-se à filogênese da sacralidade" (GASBARRO, 2013, p. 83).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Brelich, A. (1979). *Storia delle Religioni: perché?*. Napoli: Liguori Editore.

Chakrabarty, D. (2000). Subaltern Studies and Potscolonial Historiography. *Neplanta*, 1(1). Durham, EUA: Duke University Press, 2000, p. 9-32.

Chatterjee, P. (2004). *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, CEAO.

De Martino, E. (1989). *Il Mondo Magico*: prolegomeni a uma storia del magismo. Torino, Boringhieri.

Dirlik, A. (2010). El aura poscolonial. La crítica del tercer mundo en la edad del capitalismo global. In: P. Sandoval (comp). *Repensando la subalternidad*. Miradas críticas desde/sobre América Latina (pp. 53-102). Lima: IEP, 2010.

Galastri, L. O. (2014). Classes sociais e grupos subalternos: uma crítica aos "Subaltern Studies". In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Gasbarro, N. (2013). Fenomenologia da Religiao. In: J. D. Passos, & Usarski, F. (orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus (pp. 75-100).

Gasbarro, N. (2009). Il diavolo interculturale. In: N. Gasbarro (org.). *Le culture dei missionari*, vol. I: le culture e le lingue dei missionari (pp. 283-304). Roma: Bulzoni.

Gasbarro, N. (1996). Il Linguaggio dell'Idolatria: per uma storia delle religioni culturalmente soggetiva. *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 62 (p. 189-221). Roma.

Gliozzi, G. (2000). *Adam et le Nouveau Monde*. La naissance de l'anthropologie comme idéologie coloniale: des généalogies bibliques aux théories raciales (1500-1700). Paris: Théétète.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80 (pp. 115-147). Coimbra, POR: Centro de Estudos Sociais de Coimbra.

Gruzinski, S. (1991) *La colonización de lo imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México colonial. Siglos XVI-XVIII. México: FCE.

Guha, R. (1982). On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: R. Guha (org.). *Subaltern Studies I*. Writings on South Asian History and Society (pp. 1-8). Delhi: Oxford University Press, 1982, p. 1-8.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Guha, R. (1999). *Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India*. Londres: Duke University Press.

Guha, R. (2002). *Las voces de la historia*, y otros estudios subalternos. Barcelona: Crítica.

Guha, R. (2019). *Dominación sin hegemonia*. Historia y poder en la India colonial. Madrid: Traficante de Sueños.

Hill, C. (1987). *O mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Hobsbawm, E. J. (2013). *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Lanternari, V. (1974). *As religiões dos oprimidos*. São Paulo: Perspectiva.

Lanternari, V. (1974). *Antropologia e Imperialismo*. Torino: Einaudi.

Lanternari, V. (2006). *Dai "primitivi" al "post-moderno"*. Tre percorsi di saggi storico-antropoligici. Napoli: Liguori.

Lefebvre, G. (1979). *O grande medo de 1789*: os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus.

Losurdo, D. (2015). *A Luta de Classes*: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo.

Mancini, S. (2015). *El humanismo etnográfico.* Ocho lecciones sobre la historia de la antropología y el debate sobre cultura popular. Havana: Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello.

Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

Port, A. I. (2015). History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory. In: J. D. Wright (ed.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, vol. 11 (pp. 108-113). Amsterdam: Elsevier, 2015.

Pettazzoni, R. (1959) Il metodo comparativo. *Numen*, (6) 1 (p. 1-14).

Prashad, V. (2019). *A estrela vermelha sobre o terceiro mundo*. São Paulo: Expressão Popular.

Sahlins, M. (1990). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Scott, J. (1999). Foreword to the Duke Edition. In: R. Guha *Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India*. Londres: Duke University Press, 1999 (pp. IX-XIV).

Signorellli, A. (2008). Acculturazioni, etnocentrismi, identità. In: A. Lombardozzi & L. Mariotti (a cura). *Antropologia e dinamica culturale*. Studi in onore di Vittorio Lanternari. Napoli: Liguori (pp. 267-280).

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária*, vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Trevor-Roper, H. R. (1967). *Religion, the Reformation and Social Change*. Londres: Macmillan.

Villa, G. (2008). Ernesto de Martion e Vittorio Lanternari. Maestri di pensiero per psichiatri e psicologi. In: A. Lombardozzi & L. Mariotti (a cura). *Antropologia e dinamica culturale*. Studi in onore di Vittorio Lanternari. Napoli: Liguori (pp. 159-164).

Wirth, L. E (2013). Religião e epistemologias pós-coloniais. In: J. D. Passos, & Usarski, F. (orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus (pp. 129-142).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANCESTRALIDADE E RELIGIOSIDADE PENTECOSTAL NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Ione Maria do Carmo[1]

A presença do pentecostalismo numa comunidade quilombola pode gerar para um observador externo, à primeira vista, um estranhamento e a convicção da impossibilidade de convivência, num mesmo território, da cultura de matriz africana com um dos segmentos da religião protestante. O pentecostalismo manifestado na comunidade quilombola de Rasa, através da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, apoia-se no discurso doutrinário que compreende uma interpretação bíblica que tende a apresentar uma atitude extremamente hostil perante elementos da cultura de matriz africana. Portanto, a demonização das práticas culturais de origem africana, nessa leitura, pode desencadear tensões dentro de um território onde coexistem descendentes de escravizados e cristianismo pentecostal. No entanto, considerar apenas essa via de interpretação é tratar de tal fenômeno de forma reducionista e excluir outras possibilidades de leitura. Nesse sentido, a presente comunicação pretende apresentar parte da pesquisa concluída sobre a comunidade quilombola da Rasa, em 2019, através de um olhar que compreeende os quilombolas enquanto sujeitos históricos, considerando seu protagonismo e autonomia na construção de suas histórias, afastando-se de uma visão desses indivíduos como personagens frágeis e passíveis de manipulação dentro de um contexto de dominação.

A comunidade quilombola da Rasa

A promulgação da lei de proibição do tráfico Atlântico, em 1831, provocou o reordenamento do recebimento de africanos no litoral brasileiro. Objetivando burlar a fiscalização, as praias de difícil acesso foram utilizadas para dar continuidade aos desembarques ilegais. Na região do antigo Cabo Frio, as praias da Rasa e José Gonçalves – esta última recebeu o nome de um dos traficantes – recebiam os africanos que seriam encaminhados para a Fazenda Campos Novos e distribuídos para outras fazendas. Os traficantes e comerciantes que atuavam no sistema deram continuidade à atividade ilegal, até mesmo após a lei de 1850, quando houve a intensificação do combate ao tráfico. A cidade de Armação dos Búzios, emancipada em 1995 da cidade de Cabo Frio, tem como legados a história do desembarque ilegal de africanos escravizados no território e a memória da escravidão, presente na narrativa dos grupos remanescentes dessa população.

As comunidades negras, formadas por descendentes dos últimos escravizados do século XIX, ganharam visibilidade, principalmente, após a Constituição de 1988. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconheceu os direitos territoriais aos

[1] Doutora em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Pós-Graduação em História da Àfrica e da Diáspora Atlântica/Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos. (e-mail: ionedocarmo@gmail.com)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"remanescentes das comunidades dos quilombos" existentes no território brasileiro. Dentre as comunidades negras que buscariam o direito de titulação coletiva das terras ocupadas, no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se a comunidade da Rasa, localizada no município de Armação dos Búzios, região norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro, é descendente dos últimos africanos de origem banto que desembarcaram na região sudeste no século XIX.

O estudo sobre as práticas religiosas no território das comunidades remanescentes de quilombo ainda é tema pouco estudado por historiadores. As pesquisas existentes sobre o cenário religioso dos povos tradicionais ainda carecem de um aprofundamento sobre à presença das religiões protestantes nesses territórios. É importante dar atenção ao universo das práticas culturais e religiosas dos grupos quilombolas mesmo que o foco da pesquisa esteja nos conflitos fundiários desencadeados pela reivindicação territorial. A ameaça da perda do território ou da não legalização da terra, para muitas comunidades quilombolas, significa colocar em risco as práticas culturais e sociais traduzidos em saberes e fazeres que são transmitidos intergeracionalmente por esses grupos sociais.

A construção das identidades das comunidades negras no Brasil tendo a marca quilombola como escopo se configura dentro da experiência da diáspora, apresentando um universo de representações que se afasta cada vez mais da idealização de uma "África original". A experiência da diáspora, como argumenta Stuart Hall, é definida pelo reconhecimento da diversidade e heterogeneidade. (HALL, 1996) Essa tem sido a resposta dada pelas comunidades que adotam a categoria jurídica de "remanescentes de quilombos" ao serem questionadas sobre suas identidades, sem o receio de frustrar o interrogador, o que frustraria o andamento esperado no processo de reconhecimento de sua identidade quilombola. Esse proceder está marcado no processo de construção da identidade quilombola da comunidade da Rasa, iniciada na década de 1990, com a declaração de autorreconhecimento dirigida à Fundação Cultural Palmares, em que se abrem precedentes para questionamentos sobre si mesmos, a começar pelos elementos diacríticos. Identificar-se dentre esses elementos é a distinção étnica entre os moradores de Rasa e os habitantes do centro de Búzios, conforme em seu relato, Valmir[2] busca esclarecer:

> Baseado no decreto (refere-se aqui ao artigo 68 do ADCT da CF/88) e baseado na experiência pessoal do nosso pessoal, porque você não tinha um contraste muito grande aqui na Rasa, por exemplo. A Rasa é em Búzios. Você está a 3 minutos do centro da cidade de carro e todo mundo lá no centro é branco... e aqui, na Rasa, todo mundo tem a pele escura mesmo. Eu sou mestiço, mas aqui, você olhava aqui, você tinha... por que todo mundo era preto. Então, por que isso? Aquilo matutava a cabeça da gente. Bem, eu vou ter que levantar isso. Comecei a levantar com meus pais, com o seu Olavo, que faleceu agora com 102 anos... então começamos a buscar esta história toda, e aí procurando eu vi que nós éramos descendentes de escravos. (FRANCO, 2007)

No cruzamento da constatação que permeia a distinção racial entre os moradores de Rasa e os habitantes do centro de Búzios e o relato de Valmir, ao explicar tal distinção, percebe-se que o diferente é fundamental para a definição da identidade. O contato com o outro desencadeia, no processo de análise da construção identitária, duas vias: a que possibilita o indivíduo perceber as peculiaridades de um grupo, do qual ele não faz parte, e outra, pela qual através das distinções o

[2] Valmir Conceição de Oliveira é filho de dona Eva Maria de Oliveira e irmão de dona Uia.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sujeito se coloca no mundo com suas identificações e sentimento de pertença a um determinado coletivo. No caso da comunidade da Rasa, a afirmação étnica negra parte do processo de identificação do grupo com os demais que compõem o território da cidade de Búzios, bem como dos "outros" em relação aos quilombolas. (D'ADESKY, 2009) A identidade étnica da comunidade quilombola da Rasa é, também, alicerçada na memória construída pelos moradores sobre a escravidão na antiga região de Cabo Frio.

A memória coletiva é um dos principais elementos na construção da identidade étnica de um grupo. No caso do quilombo da Rasa, a memória familiar reinventa a trajetória de africanos que vieram forçosamente para a região do antigo Cabo Frio, reforçando os laços de pertencimento e a unidade da comunidade. É recorrente nos depoimentos dos moradores mais antigos da comunidade da Rasa a figura do africano Zioleiro, que teria sido, na memória construída pelos moradores, um príncipe que chegou às terras do Antigo Cabo Frio no período da escravidão para a Fazenda de Campos Novos. Considerando o levantamento feito pelo Incra, a área de Zioleiro, assim chamada, que teria sido ocupada por tal escravo, [3] corresponde à subparte do território reivindicado pelos quilombolas de Rasa. Essa área não é habitada pelos quilombolas de Rasa, pois está sob o domínio da empresa Sodema Aktiengesellschaft. [4] Apesar de, até o momento, nenhum registro ter sido encontrado comprovando a existência de Zioleiro, ele é uma das referências ancestrais que fortalecem as famílias de Rasa em suas lutas políticas. E é essa memória, apoiada nos antepassados africanos que ocuparam o mesmo território onde se situam esses sujeitos no presente, que dá não apenas o suporte necessário que legitima seus pleitos, mas sentido às suas existências, e colabora na definição de suas identidades.

O decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 legitima a titulação das comunidades que possuam, dentre outros elementos, a ancestralidade negra relacionada à opressão histórica. Descendentes de escravizados, a comunidade da Rasa, através da história, da memória e da tradição oral, demonstra a ancestralidade como herança cultural que não apenas está relacionada à opressão histórica sofrida pelos antepassados. A ancestralidade envolve outras heranças culturais, que são repassadas através da transmissão intergeracional[5], ou seja, a transferência de elementos ancestrais que produzem laços entre as gerações, mas que podem ser transformados pelos indivíduos que os recebem. Num sentido histórico, a geração se constitui através das mudanças dos contextos

[3] Posteriormente ocupada pela família (e descendentes) do casal Avelino/Donária e também por Tertela, tradicionais famílias quilombolas da Rasa.

[4] Empresa com sede no Principado de Liechtenstein, pequeno estado europeu localizado entre a Suíça e a Áustria. A empresa Sodema tem a posse do terreno desde 2003 e responde a uma Ação Civil Pública pela acusação da construção de um condomínio no terreno localizado em uma Área de Proteção Permanente com Vegetação Regional. A licença para a realização do empreendimento foi concedida pela Prefeitura de Búzios, inicialmente em 2004, sendo renovada em 2007 e 2011. Tal procedimento foi considerado ilegal pelo Ministério Público, por se tratar de um empreendimento colossal, divergindo da lei de proteção ao meio ambiente. Disponível em:< https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/379433027/agravo-de-instrumento-ai-49805972012819000 0-rio-de-janeiro-armacao-dos-buzios-1-vara/inteiro-teor-379433044>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

[5] O conceito de transmissão intergeracional compreende a travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições, a qual pode ser consciente ou inconsciente. Como uma modalidade da transmissão psíquica, a transmissão intergeracional compreende a possibilidade de uma geração transformar uma herança psíquica ou cultural. (Ver: Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T. *Transmissão psíquica geracional na contemporaneidade*. Psicologia em Revista, 10(16), 2004.; Ruiz Correa, O. B. O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica. Rio de Janeiro: Contra Capa , 2000).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

históricos, social e cultural nos quais a famíilia está inserida. Percebe-se situando o período que cada geração viveu, que as vivências são marcadas pelo tempo, por épocas com repercussões importantes para a compreeensão de questões vinculadas ao aspecto transgeracional. Nesse sentido, o sujeito é analisado como o produto de diversas heranças que ocorrem no interior da família, mas também da herança que ela recebe do contexto em que sua família está inserida desde o momento do seu nascimento ao período do seu desenvolvimento. Esse conjunto de heranças certamente contribuirá para a formação de sua identidade. (DUARTE; GOMES, 2008) Importante ressaltar que cada sujeito tem uma forma de lidar com essa herança, que não permanecerá imutável. E as vivências do tempo presente de cada geração vão influenciar diretamente no processo de apropriações, trocas e reinvenções culturais. (CARNEIRO; PONCIANO, 2007)

Portanto, ao considerar as heranças itergeracionais como elemento significativo no processo de formação da identidade individual ou coletiva, podemos pensar que esse legado também se apresenta no campo religioso de um grupo. Ao pensar a religiosidade da comunidade da Rasa, por exemplo, podemos considerar que as heranças intergeracionais estão presentes no campo religioso, mesmo que essas não sejam visíveis a olho nu pelo observador externo. A pertença religiosa de seus antepassados foi transmitida como herança intergeracional, correspondendo a um processo de ressignificações e de apropriações. A conversão ao pentecostalismo assembleiano da comunidade da Rasa é um exemplo da apropriação de um elemento que pertence ao contexto do tempo presente. Segundo Luiz, a casa da avó Donária, onde era ponto de referência dos jongos, transformou-se em ponto religioso. A partir do momento em que a família se converteu ao protestantismo, o jongo, herança intergeracional, deixou de ser praticado:

> ...tenho lembrança forte da primeira igrejinha, que era na casa da minha avó Donária, eu estava com 8 ou 10 anos.... certamente era aonde tinha o jongo, era a família que cantava o jongo, que tocava o jongo, que o povo dançava ... No momento que essa família se tornou evangélica, acabou o jongo, nunca mais dançaram o jongo. Logo que a família tornou-se crente, o jongo terminou. (O'DWYER, 2007)

De acordo com o relato acima, a conversão da família ao protestantismo, na década de 1960, foi crucial para o término da prática do jongo. Nesse sentido, a apropriação da vertente religiosa pentecostal chocou-se com a prática do jongo, possivelmente, pela aproximação dessa herança cultural com elementos da Umbanda. Apesar do reconhecimento de elementos religiosos no jongo não ser uma unanimidade entre os jongueiros, já que parte dos praticantes tende a negar tal fato como forma de se proteger do preconceito contra a religião umbandista. A negação pode estar relacionada também ao segredo, recorrente no discurso mágico, onde limita-se o acesso aos fundamentos apenas àqueles que fazem parte do grupo. (CARMO, 2012) Dessa forma, a prática do jongo, com todos os seus fundamentos, dentro de uma comunidade pentecostal, pode, à primeira vista, destoar da doutrina religiosa apoiada na interpretação da leitura bíblica. No entanto, o jongo permaneceu vivo na memória familiar da comunidade da Rasa através de um de seus elementos: a musicalidade. Então, apesar de os atuais negros de Rasa terem deixado a dança do jongo no passado, juntamente com a fogueira, as saudações aos santos católicos, entre outros elementos que compõem o universo do jongo, as cantigas permaneceram no cotidiano do grupo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dessa forma, podemos perceber a musicalidade do jongo como uma fagulha de uma fogueira que tentou-se apagar? E até que ponto um vento, uma brisa, ou apenas um sopro, pode ser suficiente para fazer da centelha uma fogueira novamente?

A religiosidade ocupa um espaço importante dentro do processo de identidade quilombola da comunidade de Rasa, pois a pertença religiosa foi responsável por novas configurações culturais no território. Ao passo que o pentecostalismo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, situada na Praça da Rasa, também sofreu influências da população negra local e ganhou características próprias.

A construção da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Rasa aconteceu na década de 1960.[6] Antes de a igreja ter sido erguida na Praça da Rasa, defronte da Igreja Católica, os cultos eram realizados em uma edificação simples, localizada no território, conhecido hoje como Mangue de Pedras. A conversão dos moradores de Rasa ao pentecostalismo assembleiano trouxe modificações no universo cultural, como identificamos na fala de Luíz, mas não significa que houve um esquecimento das práticas executadas antes da alteração da pertença religiosa. O fato de assumirem uma identidade religiosa evangélica não significa o rompimento total e definitivo com os elementos relacionados com o catolicismo e os sinais relacionados a elementos que relembram uma religiosidade de matriz africana.

O batizado de bonecas

A autoidentificação das comunidades negras enquanto quilombolas perante a Fundação Cultural Palmares, no sentido de iniciar seus processos de regularização fundiária, suscita na legitimação de suas lutas através da exposição de signos culturais do passado africano e escravo existentes no interior de seus territórios. Quando tratamos da religiosidade quilombola como um elemento de de identidade, também encontraremos aspectos que remontam ao processo de escravização onde o catolicismo esteve presente nas práticas religiosas. Ao observar as comunidades quilombolas do Sudeste brasileiro percebemos a presença de permanências do catolicismo oficial e não oficial. Assim, tanto encontramos praticantes da versão institucionalizada do catolicismo, quanto uma prática religiosa autoproduzida por leigos. Na comunidade da Rasa, a memória do catolicismo praticado antes da conversão ao pentecostalismo, é evocada nos depoimentos de Dona Uia:

> Tinha oratório cheio de santo. Aqui tinha oratório grande com os santos todinhos. Aí eles cantavam... tinham as ladainhas... primeiro fincavam o mastro e depois do mastro começavam a rezar as ladainhas. Mas eram as pessoas que sabiam mesmo. Uma ladainha cantada era uma coisa linda: "Orai por nós!..." Eu tinha vontade de aprender mas eu era menina, sabe? Nessa época eu era menina, não aprendi. Mas até hoje eu lembro. Era muita gente. Era muita coisa... era bonito. Vinha o pessoal de Campos Novos pra ajudar o pessoal daqui da Rasa a cantar ladainha. Mas era muito bonito. Tinha o oratório...[7]

[6] O Ministério de Madureira possui, além da Igreja Assembleia de Deus localizada na Praça da Rasa, mais 7 igrejas no bairro da Rasa: Maria Joaquina, Alto da Rasa, Vila Verde, Teixeira, São Mateus, Arpoador e Montevidéu. No Centro de Búzios, o mesmo Ministério possui 6 igrejas a ele vinculadas: Rua das Pedras, Manguinhos, Cem Braças, Tucuns, São José e José Gonçalves. É uma das 8 igrejas filiadas ao Ministério Madureira na cidade de Búzios.

[7] Entrevista de Dona Uia concedida a Luiz Romano de Souza Lorenzi em 5 de outubro de 2018.. (Dova Eva e Dona Uia contando histórias. Quilombo da Rasa).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O relato de Dona Uia nos revela uma realidade encontrada em outras comunidades negras espalhadas pelo país, onde encontramos elementos de práticas católicas transmitidos oralmente pelas sucessivas gerações, como a reza e o culto aos santos. O indício da presença do oratório subentende a execução de tais práticas. No universo religioso das comunidades negras, muitas vezes, a ausência da catequese possibilitou num terreno propício para que tais práticas religiosas fosses moldadas e ressignificadas de acordo com a experiência de cada grupo.

> A festa tinha tudo. Cantava ladainha, tinha baile, tinha biju, batata assada, tinha aipim... na casa do avô de Luiz que ficava o oratório. Era festa de São João. Mas tinha festa de Santo Inácio. Eu quando estava no Rio trabalhando, fui escolhida para ser festeira da festa de Santo Inácio. Eu, Seu Américo, que depois de um tempo foi embora pra Cabo Frio, mas era muita gente.(...) Na festa de São João, Aristides que era o festeiro, o avô de Luiz, de Maria Joaquina. O mastro era fincado na casa do festeiro. Então vinha pessoa de fora.(...)[8]

Na cultura das comunidades negras, as festas religiosas fazem parte das manifestações culturais dentro do universo familiar, se apresentam como plataformas ou perspectivas de observação (ABREU, 2003) evidenciando as multiplicidades culturais, os hibridismos religiosos que estão no bojo das construções identitárias desses grupos sociais. A festa representa um momento de devoção, de lazer, de alegria, de união, de tradições, "contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais" (ABREU, 1999) No exemplo dado por Dona Uia, o festeiro, pessoa que organiza a festa, era Seu Aristides, o avô do pastor Luiz. Aristides, que morava em Maria Joaquina, onde hoje está localizada comunidade quilombola de mesmo nome. As festas religiosas geralmente estão associadas à homenagem ao santo de alguma paróquia local. No caso da festa de Santo Inácio, relatada por Dona Uia, está relacionada à Paróquia de Santo Inácio, localizada nas terras da Fazenda Campos Novos. A festa de Santo Inácio foi realizada durante a administração de Eugênio Arnoud, até a metade do século XX, época da decadência econômica da propriedade. (CUNHA, 1994) A tradicional festa de Santo Inácio não ficou restrita ao domínio estendeu-se para o ambiente familiar.

A festa de São João também é uma tradição em muitas comunidades quilombolas do país, como a comunidade quilombola Mato do Tição, localizada em Jaboticatubas/MG. (GLÓRIA, 2014) No quilombo da Rasa, em 2018, presenciei a festa de São João realizada no quintal da Dona Eva. O evento aconteceu no dia 24 de junho foi uma iniciativa da Associação de Cultura Popular de Armação dos Búzios. O evento foi chamado de "Arraiá de Dona Eva" e contou com a participação de membros da comunidade e convidados. A programação começou às 13h com feijoada feita pelas quilombolas da Rasa. Logo no início da festa foi feito o levantamento do mastro, seguido de apresentações como a Folia de Reis da Igreja de Santana, Capoeira, Quadrilha do quilombo Maria Joaquina e o Batizado de bonecas do Quilombo da Rasa.

Mesmo que a iniciativa tenha partido de uma entidade externa, a realização de uma festa católica dentro de um território pentecostal nos mostra a dinâmica cultural, que caracteriza a natureza fluida e porosa das fronteiras que estabelecem os limites religiosos na comunidade quilombola da Rasa. Pois, apesar de sabermos que não existe uma *Assembleia de Deus* no singular, até mesmo porque ela já nasce plural, (ALENCAR, 2014) não existe uma tolerância dos assembleianos quanto

[8] Idem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aos santos católicos e aos ritos ligados a eles. O caso de Rasa demonstra que a ortodoxia encontrada no discurso religioso pentecostal pode não corresponder à vivência do crente no cotidiano. Ao mesmo tempo, observamos uma vivência católica que corresponde a análise feita por historiadores como Eduardo Hoornaert (HOORNAERT, 1974) e Riolando Azzi (AZZI, 1978) que defendem a ideia de um catolicismo plural, confrontando com a possibilidade de um catolicismo oficial e autêntico. Assim, através da festa junina, pude identificar manifestações culturais no território do quilombo da Rasa, mesmo que não tenham sido executadas pelos seus membros, mas que correspondiam ao catolicismo e à cultura de matriz africana. Nesse sentido, percebo que existe uma flexibilidade dos membros da comunidade perante às diversas expressões, acarretando na aceitação de práticas que perpetuam costumes religiosos e sociais dos ancestrais escravizados e libertos no período pós-abolição.

No entanto, percebermos que existe limites nessa fluidez do pentecostalismo vivenciado pelos membros de Rasa. A leitura de alguns elementos da religiosidade de matriz africana que soam de forma pejorativa, como a menção aos orixás ou a práticas que poderiam agregar algum componente que seja interpretado como parte do culto às divindades africanas, são rejeitados pelos crentes.

Em 2014, o quilombo da Rasa recebeu a visita de uma pessoa representante do Projeto Rede Sustentável de Relacionamento da Cidade Inteligente de Búzios, capitaneado pela Ampla, concessionária de energia da região. A representante do projeto fez um primeiro contato objetivando desenvolver uma proposta de trabalho com os quilombolas. Dona Uia conta que a representante do Projeto Rede sugeriu a realização de uma oficina de produção de bonecas negras confeccionadas em tecido com as quilombolas de Rasa. No decorrer da conversa, dona Uia relatou para a visitante como era o costume de batizar as bonecas feitas de sabugo de milho nos tempos de infância:

> Essas bonecas é história de criança. Já tinha essa história. Quando veio uma pessoa, que a Ampla mandou pra dar aula de boneca... ela já fazia aula de boneca no Capão, em São José. Como eles sabiam que tinha associação aqui, a Ampla mandou que ela viesse dar curso de bonecas negras. Aí ela veio.(...) Eu contei como era na época de criança, que batizava as bonecas de sabugo de milho, que a gente era pobre, não tinha boneca. Fazia o batizado, a gente fazia a dança. A gente fazia uma senzala de palha e a gente fazia as comidas, cozinhava aquela comida na panela de barro. Tudo menino e menina, era compadre e comadre, era um casal. Só que, quando a gente crescia, costumava ter aquela tradição que era chamar de compadre e comadre.[9]

A parceria estabelecida entre o Projeto da Rede e as quilombolas de Rasa uniu o projeto de confecção de bonecas negras e a prática de batizado das bonecas. A parceria com a Rede, num primeiro momento, foi vista de forma positiva pela comunidade. A junção da oficina de bonecas negras com a tradição lúdica de batizar as bonecas feitas de sabugo de milho resultou na ressignificação da prática de mais de 50 anos, que havia ficado adormecida, mas que permaneceu viva na memória da comunidade, principalmente pelos laços de compadrio ainda existentes. A

[9] Entrevista com Carivaldina Oliveira da Costa concedida a Ione Maria do Carmo, 15/10/2018. Armação dos Búzios-RJ.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

boneca, então, deixou de ser feita por material natural (produto da agricultura local) e passou a ser feita de pano. As mulheres quilombolas de Rasa passaram a confeccionar uma boneca que ganhou uma identidade étnica ao ser confeccionada em tecido preto e a batizá-las nos moldes do batismo católico. A culminância do projeto de produção de bonecas negra foi realizada no evento do dia 20/11/2014 na Praça da Rasa. Parte das bonecas produzidas ao longo das oficinas foi colocada à venda durante o evento, atendendo a um dos objetivos do projeto, que era o de geração de renda.

Figura 1: Bonecas colocadas à venda na barraca da comunidade no evento ocorrido na Praça da Rasa em 20/11/2014

Fonte: Arquivo pessoal de Deise Kelly Bertulani

De acordo com depoimento de Deise, nora de dona Uia e participante da oficina de bonecas, a ideia de convidar Padre Zito para a benção das bonecas no dia da festa partiu de Luciana, responsável pela oficina e uma das representantes do Projeto Rede Sustentável de Relacionamento da Cidade Inteligente de Búzios. Foi a primeira e a única vez em que a comunidade teve um sacerdote da Igreja Católica durante a apresentação do batizado de bonecas. Segundo Deise:

> O primeiro batizado de bonecas com o padre da região, que foi no dia 20 de novembro, no Dia da Consciência Negra, com palestra, junto com a festa do quilombo. No dia do batizado, a gente colocou algumas bonecas à venda, e as pessoas compraram as suas bonecas. Na hora do batizado, o padre abençoou todas as bonecas, fazendo uma oração, uma a uma, fizemos uma roda, ele orou, rezou e depois a gente dançou com música de roda, com dona Uia cantando pra gente.[10]

Naquele ano, padre Zito era o pároco responsável pela Capela de Santo Antônio, localizada na Praça de Rasa. É importante ressaltar que o pároco não fez um batizado, que na Igreja Católica tem como principal objetivo a purificação do pecado original e estabelecer os vínculos com os pais espirituais (padrinho e madrinha). O sacerdote realizou uma benção, com oração e água-benta, elemento de significação do catolicismo, como mostra a foto abaixo:

[10] Entrevista concedida por Deise Kelly Bertulani, em 19 de abril de 2019, em Armação dos Búzios/RJ.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2: Padre Zito abençoando as bonecas (Ano: 2014)

Fonte:https://www.cieds.org.br/890,2,tradicao-e-cultura-batizado-de-bonecas-negras

O batizado de bonecas realizado pelo Quilombo da Rasa pode ser entendido como uma prática cultural lúdica, que comporta elementos da religiosidade católica. A prática, que na atualidade é realizada apenas por mulheres, não comportando mais os laços de compadrio que havia no passado, provavelmente seria tratada de forma naturalizada se a maioria dos quilombolas fosse católica ou umbandista. No entanto, o fato de a pertença religiosa dos moradores de Rasa ser majoritariamente evangélica, faz de tal prática um fenômeno. As categorias de *táticas e estratégias*, de Michel de Certeau, podem nos ajudar a entender esse acontecimento. Para Certeau, as estratégias correspondem a ações, circunscritas dentro de um campo de forças, realizadas por sujeitos detentores de algum tipo de poder que, por esta via, "(...) postulam um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta". As táticas, em contraposição às estratégias, são definidas pelo autor como ações que transgridem à ordem dominante e se apresentam como práticas desviacionistas por indivíduos destituídos de poder, mas que possuem capacidades inventivas para driblar o controle. (CERTEAU, 1994) Nessa perspectiva, o território pentecostal poderia ser entendido como um espaço de poder, de imposição de regras, dentro de uma estrutura hierárquica, onde o rebanho obedece ao comando do seu pastor, reproduzindo as normas sem quaisquer questionamento ou alteração. No entanto, o que pode parecer, num primeiro momento, um posicionamento arbitrário sem críticas e modificações, tendo em vista que a vigilância sobre a conduta do fiel extrapola as paredes do templo religioso, na prática, os indivíduos incorporam elementos ou suprimem outros dentro do conjunto de padrões a serem seguidos e impostos pela ortodoxia. Desse modo, o membro pentecostal pode manter um comportamento que não apresenta consonância com os fundamentos religiosos da denominação religiosa ao qual pertence. Para Nicolas Gasbarro, essas práticas que contrapõem a ortodoxia, as "ortopráticas", revelam as ações que os sujeitos incluem na vida social que não pressupõe fidelidade a um suposto sistema de crenças anterior à ação. Par o autor:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> a religião é compreensível historicamente antes pela análise da prática e do exercício do culto do que pela estrutura do dogma e/ou pelo sistema de crenças. Como provocação metodológica, proponho utilizar a noção de "ortoprática" a antepor e contrapor à de ortodoxia no estudo da religião – religiões. Ao privilegiar as regras rituais e as ações inclusivas e performativas da vida social, ela pode dar conta também da construção histórica do sistema de crenças como lugar das compatibilidades simbólicas das diferenças culturais. (GASBARRO, 2006)

A tática utilizada pelos quilombolas de Rasa para a execução de um ritual, que tem elementos do catolicismo dentro de um território majoritaramente evangélico, é considerar tal prática como algo que está inscrito no campo da cultura. Campo cultural, que no discurso dos quilombolas está apartado do campo religioso.

> De um lado, a Igreja Católica. Do outro lado, a Igreja Evangélica. Então era assim: uns eram evangélicos e outros eram católicos. Hoje, a maior parte é evangélica. Eu digo, pela minha família: mesmo sendo evangélicos, eles não fogem à tradição, porque eles sabem que ciranda, quilombo, é uma cultura, não é uma religião. Então, eles sabem separar a religião da cultura. Às vezes as pessoas falam, como minha neta mesmo, que tem 15 anos, que falou que não ia pro grupo dançar porque era coisa de macumba, porque botava saia e cantava... ela cismou que era ponto de macumba, e não é. Aí eu tive que explicar a ela que religião é uma coisa, e cultura é outra.[11]

A explicação dada por Marcia, no relato exposto acima, se repete nas entrevistas com outros quilombolas. A oficina de bonecas e todos os elementos que a constituem são percebidos dentro do universo cultural, que, na visão dos quilombolas, não entra em conflito com a pertença religiosa. Desse modo, não existe sentimento de culpa ou medo de ser observado e censurado por algum outro membro da igreja, que possa não comungar do mesmo entendimento. Essa consciência, livre de culpa, é percebida na atuação de duas figuras emblemáticas dentro da comunidade: dona Uia e Marta. Como Deise relata, em seu depoimento, era dona Uia quem inciava os cânticos, que eram cantados por todos da roda. A execução da dança de roda acompanhada de músicas, que os quilombolas de Rasa nomearam de ciranda, também foi uma decisão das mulheres. Nos preparativos para as apresentações do grupo, Marta é a responsável por ensaiar a coreografia que será realizada, e dona Uia é quem rememora no momento do batizado de bonecas as cantigas antigas, como os versos descritos abaixo:

> Tava dormindo candongueiro me chamou
> Se levanta e se apronta
> Cativeiro se acabou
>
> Lá no cruzeiro tem um boi que sabe ler
> Ô passa corda nele
> Vem aqui que eu quero ver[12]

Os versos acima chamam a atenção por pertencerem ao conjunto de pontos de jongos cantados pelas comunidades negras do Sudeste. Em Rasa, antes do surgimento do batizado de bonecas, tais cânticos eram apresentados por dona Uia como jongo. A renomeação acontece associada a uma dança de roda executada apenas por mulheres. De fato, a dança executada no momento do

[11] Depoimento de Marcia Oliveira Soares, bairro da Rasa, município de Armação dos Búzios, em 21 de janeiro de 2019.
[12] Cantiga cantada pelos quilombolas de Rasa durante a ciranda realizada no batizado de bonecas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

batizado de bonecas não é o jongo, que é classificado como uma dança de umbigada, onde um casal se encontra no meio da roda para exibir sua performance. A ressignificação dos pontos do jongo talvez se justifique pelo entendimento dos quilombolas em fazer o transporte de uma expressão de um campo que comporta elementos religiosos, o jongo, para um campo "neutro" de religiosidades, a ciranda.

A revitalização do batizado de bonecas, apesar de ter sido estimulado por um agente externo, não deixa de ser significativo na construção da identidade quilombola de Rasa, tendo em vista a aceitação da proposta pelo grupo. Porém, se tal proposta não fizesse sentido para o coletivo, não teria sido autorizada. A ideia passou pelo consentimento de dona Uia, que é a principal liderança feminina do quilombo. Nesse caso, dona Uia considerou a valorização desse conhecimento e de sua transmissão para a geração atual como uma marca que compõe o conjunto identitário do grupo. Um outro aspecto importante a ser ressaltado é que tal prática pode ser entendida como uma herança cultural herdada mas ressignificada pelas mulheres num território pentecostal onde, culturalmente, as posições de comando são ocupadas por homens.

A presença do catolicismo, outro elemento da cultura banto, continua na comunidade mesmo com o estabelecimento do pentecostalismo. A estratégia dos quilombolas para a realização do batizado de bonecas é justamente separar o campo religioso do campo cultural. Colocar o batizado de bonecas apenas no universo cultural, desconsiderando que nele também está inserida a religiosidade, é uma forma de garantir a execução de uma prática de infância, relatada por dona Uia, que fazia parte do cotidiano de meninos e meninas em um ambiente católico. Batizar bonecas feitas de milho com a presença de um padre fictício e a forma de se referir ao outro como "compadre" e "comadre" foi ressignificada pela comunidade e trazida para o tempo presente. A dança realizada durante o batizado de bonecas é chamada pelo grupo de "ciranda", provavelmente por tal tipo de dança trazer uma conotação de neutralidade religiosa. Mas a música que acompanha o batizado é o jongo, cantado pelas mulheres que participam do ritual dançando em círculo em sentido anti-horário. O único homem que participa do batizado de bonecas é a pessoa que representa o padre, responsável pela celebração.

No caso de Rasa, vimos que a pertença religiosa protestante não impediu que os quilombolas se apropriassem e ressignificassem as heranças intergeracionais dotados de elementos do catolicismo, desafiando a ortodoxia assembleiana. Compreender a pertença religiosa na construção das identidades quilombolas implica na desconstrução de generalizações. É imprescindível considerar as inúmeras possibilidades, como a autonomia dos sujeitos em transitar pelo campo religioso protestante ao qual assumem pertença e manter práticas no cotidiano ligadas à ancestralidade negra.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. *Jongo, registros de uma história*. In: LARA, Sílvia; PACHECO, Gustavo. (orgs.) Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ABUMANSSUR, Edin Sued. *A conversão ao pentecostalismo em comunidades tradicionais.* Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 396-415, jul./set. 2011.

ARAÚJO, Isabel. Dicionário do Movimento Pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras.* In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CARMO, Ione. "*O caxambu tem dendê": jongo e religiosidades na construção da identidade quilombola de São José da Serra.* Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Unirio, 2012.

CARNEIRO, T. F.; PONCIANO, E. T. *Família e casal: da tradição a modernidade.* In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Famílias em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. *Assembleia de Deus: a igreja que mais cresce no Brasil? Uma proposta de reinterpretação sociológica dos dados do IBGE.* In: Anais do VII Congresso Internacional em Ciência da Religião: a religião entre o espetáculo e a diversidade – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Puc Goiás, Goiânia, de 08 a 11 de abril de 2014

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano.* 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre Práticas e Representações.* Rio de Janeiro. Bertran Brasil, 1990.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.* Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

EIGUER, A. *A Transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica.* São Paulo: Unimarco, 1998.

GASBARRO, Nicola. *Missões: a civilização cristã em ação.* In: MONTERO, Paula (org). Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora.* In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora DP&A: São Paulo, 2001.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. *Transmissão psíquica geracional na contemporaneidade*. Psicologia em Revista, 10(16), 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição de tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MATTOS, Hebe. *"Remanescentes das comunidades de quilombos": memória do cativeiro e políticas públicas de reparação no Brasil*. In: Revista USP, São Paulo, n° 68, p.104-111, dezembro-fevereiro, 2005-2006.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. RJ: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino(org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

OLIVEIRA, Anderson. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj. 2008.

OLIVEIRA, Marco Davi. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?* Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

ROLIM, Francisco. *O que é Pentecostalismo*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

RUIZ CORREA, O. B. O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica. Rio de Janeiro: Contra Capa , 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves. *Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos*. In: Afro-Ásia, n. 56, 2017.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A CONSTRUÇÃO DAS INTOLERÂNCIAS NAS PREFEITURAS CARIOCAS. INTERFACE ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Joana Bahia[1]
Camilla Fogaça Aguiar[2]

Estudos apontam que os evangélicos no Brasil, em suas diferentes correntes, devem ultrapassar os católicos em número na próxima década. O número de evangélicos cresce a cada ano um pouco menos de 1%, enquanto o de católicos diminui em proporção parecida[3]. O avanço dos evangélicos na população brasileira se reflete no cenário político. Para as eleições de 2020, houve um aumento de 34% no registro de candidatos que utilizam a designação de pastores e pastoras no nome que aparecerá nas urnas, incluindo siglas e abreviações. Evidenciando que há décadas está em curso no Brasil essa mudança do perfil do cristianismo, o fiel católico está se transferindo para o pentecostalismo e suas vertentes.

Paralelo ao crescimento do pentecostalismo, temos o aumento das intolerâncias religiosas denunciadas por lideranças de terreiro que apontam os evangélicos como seus principais agressores. O estado do Rio de Janeiro é o segundo maior em denúncias[4] relacionadas a violações[5] religiosas, com 30.481 e 120.336, respectivamente. O estado do Rio perde apenas para São Paulo, que registrou 51.662 denúncias e 193.813 violações. Atrás do Rio de Janeiro está Minas Gerais, com 24.415 denúncias e 94.470 violações. No primeiro semestre de 2021 são os povos tradicionais que continuam liderando como vítimas as estatísticas de violações dos direitos humanos no Brasil. Evidenciando o Rio de Janeiro como o segundo estado com mais violações contra declarantes candomblecistas e umbandistas, em sua maioria mulheres, e vítimas que se declaram pretas. Elas apontam para o perfil do suspeito que realiza as violações, como cristão, sexo masculino e líder religioso.

No estado do Rio de Janeiro, os municípios que mais sofrem violações gerais são Rio de Janeiro (53. 433), Duque de Caxias (7.404), Nova Iguaçu (7.057) e São Gonçalo (5.753)[6]. São Gonçalo é o segundo município mais populoso e, com isso, o segundo maior colégio eleitoral do estado do

[1] Professora titular de Sociologia e Antropologia da UERJ. Coordenadora do Lärm/CNPQ. E-mail: joana.bahia@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2172-5022
[2] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ)/ FAPERJ. E-mail: camillafogaca.pesq@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5128-8428
[3] ELEIÇÕES 2020: aumenta em 34% o número de candidatos evangélicos. Disponível em: https://exame.com/brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/ Acesso outubro de 2021.
[4] Denúncias: Quantidade de relatos de violações de direitos humanos envolvendo uma vítima e um suspeito. Uma denúncia pode envolver uma ou mais violações de direitos humanos.
[5] Violações: Qualquer fato que atende ou viole os direitos humanos de uma vítima.
[6] Uma das formas de dificultar ações em defesa dos terreiros é o silenciamento de diferentes esferas de poder sobre as agressões sofridas por estes. A invisibilidade das religiões de matriz afro-brasileira também é aparece como um problema central evidente nos dados coletados pelos órgãos públicos. No último Censo do IBGE, de 2010, o número de religiosos de umbanda e candomblé era de 0,3%. Márcia D'Oxum líder de um terreiro de candomblé em São Gonçalo, acredita que o levantamento, quando feito pelos próprios adeptos, se torna muito mais fiel à realidade.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Rio de Janeiro[7]. O crescimento evangélico nacional também pode ser percebido nos dados, uma vez que também é o segundo município mais evangélico, contabilizando 325.310 declarantes, perdendo apenas para a capital, que registra 1.477.021 fieis[8].

A história do município de São Gonçalo está marcada pela forte presença da Igreja Católica no espaço público. Mesmo com o advento da República, fim do monopólio religioso e consequente aumento da disputa entre os diversos grupos religiosos, no sentido de atrair fiéis e conquistar espaço na arena política, os memorialistas de São Gonçalo continuam apresentando o catolicismo como parte intrínseca da cultura local. Na comemoração do primeiro centenário de emancipação política de São Gonçalo frente à Niterói, em 1990, os historiadores memorialistas gonçalenses buscaram criar um mito fundador para a cidade. Era importante ressaltar uma história mais longeva, então se reportaram ao nome do santo da cidade visando apresentar não apenas o centenário, mas também certa "tradição histórica" (FERNANDES, R., 2004).

Tendo como cenário a naturalização do catolicismo na esfera pública municipal, e a decadência socioeconômica da cidade entre as décadas de 1970 e 1980, entre outros fatores, as igrejas pentecostais encontram em São Gonçalo um campo propício para expandir suas influências e oferecer "redes e laços de proteção" (VITAL DA CUNHA, 2009) aos indivíduos marginalizados pelo estado. Uma vez que o pentecostalismo tem o poder de fazer com que os indivíduos que não são assistidos pelo estado tenham acesso a alguns serviços, como qualificação profissional e assistência médica, além de fazer com que os indivíduos se sintam pertencentes a uma "comunidade de irmãos".

Essa constatação aparece quando analisamos as ações de Aparecida Panisset frente à prefeitura de São Gonçalo (2005-2012), pois seu governo expõe a relação entre religiosidade e esfera pública municipal, evidenciando como as práticas ideológicas do pentecostalismo não se restringem aos templos, mas se estende por diferentes esferas da vida social e política, onde os religiosos parecem não ter alternativa senão prosseguir nas linhas de frente dessa guerra espiritual contra o "diabo" (MARIANO, 2004, p.124) e seus representantes na terra ou demônios que se disfarçam de divindades pertencentes ao "panteão afro-brasileiro" (SILVA, 2005, p.151).

Trajetória e Mandato de Aparecida Panisset

Maria Aparecida Panisset nasceu em 1947, na cidade do Rio de Janeiro. Converteu-se ao Cristianismo aos 12 anos, na Igreja Nova Vida da Cinelândia. Ainda adolescente, se mudou com sua família para o município de São Gonçalo, bairro Gradim. Panisset é graduada em História e atuou como professora da rede estadual de ensino até 1994, quando se tornou subsecretária de Educação, também da rede estadual do Rio de Janeiro. Foi vereadora de São Gonçalo em duas legislaturas (1996 e 2001) pelo PDT e deputada estadual (2002-2004), pelo PPB, e assumiu a prefeitura de São Gonçalo por dois mandatos seguidos (2005-2012) pelo PFL/DEM[9].

[7] A região metropolitana do Rio de Janeiro é composta por dezessete cidades: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita e Tanguá.

[8] IBGE- Dados de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso outubro de 2021.

[9] Em 28 de março de 2007 o PFL muda a sua legenda para DEM.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apesar de Panisset se declarar da Igreja Nova Vida, em suas páginas políticas nas redes sociais mostra certa aproximação com representantes da Igreja da Graça, Assembleia de Deus, Igreja Universal, Igreja Presbiteriana Renovada e Igreja Batista Betel. Essas aproximações ocorrem para indicar candidatos a cargos políticos e em festejos cujo intuito é a divulgação de projetos para a cidade. Outro fato curioso é que determinadas figuras de destaque na política local demonstram suspeitas em relação à identidade religiosa defendida por Panisset[10].

No início dos anos 2000, no contexto dos "Grandes Projetos" (MODESTO, 2008, p.98), Panisset surge como opção para o poder executivo do município. Durante a primeira campanha, Panisset adotou o discurso assistencialista[11] e obteve 50.338 votos. Suas ações corroboram com estudos sobre a atuação das parlamentares brasileiras com dedicação especial a projetos na chamada "área social", como saúde, educação e assistência social (MACHADO, 2006, p.133). Panisset teve como símbolo a imagem de um tijolo, que propunha a reconstrução de São Gonçalo. À época, pequenos tijolos de borracha foram distribuídos nas ruas do município. A "Lavoura de Saia", como se intitulava em suas páginas sociais, também entoava discursos de "grandeza a terra gonçalense" e de "progresso municipal". Panisset se apresentava para o público como uma personalidade trabalhadora e, principalmente, aquela que representava o povo evangélico.

Assim como empreendido pelo ex-prefeito Edson Ezequiel, Panisset evidencia como os grupos hegemônicos no município de São Gonçalo se articulam e rearrumam o quadro das coligações. Porém, ao realizar as combinações e desmanches partidários com o intuito de manter o próprio poder, esses grupos políticos acabam influenciando no planejamento do projeto pensado para a cidade e indicam o quanto "o espaço é um instrumento político manipulado" (LEFEBVRE, 2004) e o quanto o Plano Diretor de São Gonçalo aparenta ineficiência frente às demandas socioespaciais do município. No entanto, apesar de ser principalmente através das constantes obras públicas, como iluminação, pintura de ruas e criação de praças, que Panisset conquistou o eleitorado fora dos vínculos religiosos, garantindo assim a reeleição em 2008, a ex-prefeita já alimentava as articulações entre denominações evangélicas e diferentes esferas do poder publico municipal, operando o "voto de cajado" (MATEUS, 2014, p.12).

Foi observada a diversidade de denominações evangélicas que se apresentou unida a Panisset. Não podemos destacar uma denominação pentecostal, mas sim salientar a pluralidade das denominações evangélicas que atuaram em uma frente unida a favor do "povo evangélico" do município. É notório como os pentecostais e neopentecostais, através da figura executiva de

[10]Silvio Henrique, presidente da UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) de São Gonçalo, aponta como a figura religiosa de Panisset é controversa. Ele acredita que Panisset frequenta terreiro de um município próximo a São Gonçalo, mas, para ele, essa informação é velada devido à imagem construída por Panisset como representante política-religiosa do município de São Gonçalo, que tem um importante eleitorado evangélico. Não obstante não ser tema deste artigo, é bastaste comum os segmentos afro religiosos atenderem pentecostais como clientes se consultarem para banhos, ebós e feitiços, em especial para saúde, ou mesmo para arrumarem namoro e casamento.

[11] Na sua primeira campanha para o cargo executivo da prefeitura de São Gonçalo, Panisset utilizou discursos de ex-prefeitos que tiveram destaque na história do município, como Joaquim Lavoura. Joaquim lavoura foi prefeito de São Gonçalo pelo antigo PTN, nos anos de 1954-1959, 1963-1967 e 1973-1975. Lavoura entoava expressões como: "Unidos pela grandeza da terra gonçalense" e "O progresso e a ordem só vêm com o trabalho". Essas frases serão enfatizadas pelo grupo político "Lavourista" a fim de transformar Joaquim Lavoura num verdadeiro "mito", atribuindo-lhe valores de honestidade, trabalho, poder decisório e especialmente uma "identidade" com o povo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Panisset, tinham destacada presença na inauguração de obras, comemorações de eleições, apresentação de projetos, angariarem verbas públicas, entre outros. Esse mesmo tipo de conduta veremos no mandato de Crivella na prefeitura do Rio de Janeiro.

Depois de vencer a primeira eleição para o cargo executivo do município, Panisset fazia constante uso da produção musical gospel durante os eventos políticos. Na cerimônia de retorno à filiação do PDT, em 2007, Panisset contou com a participação da missionária Flordelis, que cantou hinos evangélicos de gratidão a Deus por aquele momento[12]. A aproximação entre a cantora Flordelis e Panisset evidencia como os personagens políticos utilizam da indústria gospel para a promoção de suas ações e a afirmação da sua identidade religiosa diante dos demais candidatos.

No processo eleitoral de 2004, Panisset teve como principal adversária uma colega da ALERJ, Graça Matos (PMDB), que contava com o apoio da ex-governadora Rosângela Matheus e do presidente estadual do partido, Anthony Garotinho. À época, jornais com fotos da candidata em rituais de umbanda foram distribuídos, numa tentativa de confundir os eleitores evangélicos no município de São Gonçalo. Panisset garantiu 51,95% dos votos no primeiro turno do pleito (MACHADO, 2006, p. 142).

Já na sua reeleição, em 2008, o discurso de vitória de Panisset destacava o quanto o povo evangélico a ajudou na "guerra" contra os demais candidatos, e a importante participação dos pastores ao mobilizar e cativar eleitores. A fala de Panisset destaca uma "guerra religiosa" e nos remete a mesma ideia presente no livro *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios* (MACEDO, 1993, p.18).

Tanto no discurso de Panisset quando na obra de Edir Macedo podemos observar que a relação com o econômico e a busca pelo sucesso são entendidos pelos fiéis pentecostais como a vontade de Deus, e a política seria um meio de levar esses líderes religiosos à ascensão material. Não obstante, a importância da ascensão econômica neste contexto ressalta que o envolvimento na política, na qual os fiéis são convertidos em eleitores, é carregado pelo sentido de continuidade da "guerra espiritual" (MACHARETE, 2015, pp.60-61).

Logo após vencer as eleições de 2008, Panisset realizou uma cerimônia para assinatura de convênio entre o Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços das Atividades Petrolíferas Interestaduais (SEPSAP) e os governos Estadual e Federal. Representando o governo Estadual estava presente Benedita da Silva, ocupante do cargo de secretária de Estado de Assistência Social durante a gestão do ex-governador Sérgio Cabral. Além dos representantes do governo, no palco se destacavam as figuras do reverendo Isaias dos Santos Maciel e dos Pastores Paulo de Tarço e Sancler[13].

Durante o discurso de Panisset os pastores ficaram posicionados no palco à frente dos representantes políticos e sindicais. Atrás dos pastores observava-se uma faixa com a seguinte

[12] A pastora e cantora gospel Flordelis ganhou fama nos meios de comunicação após adotar 55 filhos, e fundar um instituto de acolhimento e amparo às crianças de rua em São Gonçalo. Ela é um importante exemplo de como a indústria fonográfica gospel vem se consolidando no país nas últimas duas décadas, ao permear diversos campos sociais além do religioso, como o político e o cultural, e apresentar grande potencial econômico (REFKALFSKY, 2006).

[13] Não encontramos informações concisas sobre os pastores Paulo de Tarso e Sancler. Já Rev. Izaías de Sousa Maciel, está atualmente com 93 anos, dirige diversas entidades sociais, filantrópicas e Policlínicas Populares. É diretor da Ordem dos Ministros Evangélicos no Brasil e no Exterior (OMEBE). Disponível em: < https://www.omebe.org.br/>. Acesso junho 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

frase: "Todo povo é de Deus, mas a qualificação do profissional do petróleo é nossa". Mediante ao contexto aplicado, essa faixa nos leva à interpretação de que à frente da prefeitura de São Gonçalo, Panisset se colocava como a responsável capaz de administrar a "bênção" de Deus e qualificar os "escolhidos" do município para prosperar mediante a oportunidade divina de emprego.

Para finalizar o evento, Panisset afirmou que aquele não era um movimento evangélico, mas sim um movimento liderado pelo povo evangélico para levar melhorias à terra de São Gonçalo, e os pastores ali presentes estavam conscientizando suas comunidades religiosas, e movimentando projetos junto às esferas governamentais. Tal conexão entre atividades religiosas e objetivos políticos seria fortemente condicionada pelo prestígio das lideranças religiosas na condução de cultos e outras atividades das igrejas.

O tratamento dado pela prefeitura de São Gonçalo às denominações religiosas ganha destaque quando há eficiência na aplicação das leis favorecendo as religiões evangélicas no mesmo período em que são sancionados decretos que diminuem os espaços das religiões afro-brasileiras. E nesse cenário de disputa pelo poder público municipal aparecem candidatos que se colocam como representantes das religiões afro-brasileiras, elaborando respostas ao crescimento evangélico pentecostal no município e articulando medidas contra casos de intolerância religiosa a terreiros, recorrentes na esfera pública municipal.

Acreditamos que as ações políticas-cristãs da ex-prefeita Panisset contribuíram não somente para intensificar o crescimento do pentecostalismo no município, mas exporem suas presenças e suas ações na espera pública municipal. Atuando no mesmo modo político de intercambiar púlpito e palanque com *modus operandi* próximo de Panisset temos alguns aspectos comuns no mandato Crivella.

Trajetória e mandato de Marcelo Crivella

Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, sobrinho de Edir Macedo, é eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2016, iniciando seu mandato em janeiro de 2017. Sua trajetória está relacionada ao conglomerado Record-Universal-Republicanos[14]. A rede de televisão Record, e o Partido Republicanos, atualmente alinhado ao governo Jair Bolsonaro, estão sob a égide da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Durante sua juventude Crivella frequentou a Igreja Metodista, mas a partir da relação com seu tio, começou a frequentar a IURD em 1977. Depois de sua conversão começou a trabalhar na igreja. Após ter seu ministério aprovado, tornou-se pastor e depois foi consagrado a bispo. Trabalhou

[14] O Partido criado, em 2003, é ligado a Universal, porém com atuação de católicos como Celso Ubirajara Russomano e outros como o empresário Jose Alencar Gomes da Silva, dono da Coteminas (vice-presidente do país de 2003 a 2011, no governo Lula). Disponível Em:< https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,russomanno-o-catolico-imp-,932142 > Acessado em 14 de junho de 2020.

por dez anos como missionário em países da África[15]. Sua pregação religiosa também é veiculada por radiodifusão. Durante sua atuação como bispo, tornou-se cantor e compositor, tendo 14 discos lançados na gravadora Line Records (pertencente à Record), vendendo mais de 5 milhões de cópias.

A entrada de Crivella na política é resultante de um movimento político religioso de algumas décadas. Neste sentido, as eleições de 1986, a chamada "irrupção pentecostal" na política (FRESTON, 2006, p. 180-221), a participação dos evangélicos na eleição de Collor, em 1989 (MARIANO e PIERUCCI, 1992, p.94) e o gradual desenvolvimento de vários projetos de poder por parte das diversas lideranças religiosas brasileiras, que confluíram, nas eleições de 2018, no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro.

Crivella foi eleito senador pela primeira vez em 2002, com cerca 3,2 milhões de votos, teve como padrinho político Garotinho, que segundo o próprio lhe deu "uma aula particular de PMDB", pois senão não poderia equilibrar em que momentos se valer do tom religioso e em que momentos de certa laicidade necessária à atividade política[16]. Em 2010, se tornou o primeiro senador reeleito no estado do Rio de Janeiro em 24 anos. Exerceu seu mandato até sua posse como prefeito da capital fluminense, cargo para o qual foi eleito no segundo turno da eleição municipal de 2016, em disputa com Marcelo Freixo, do PSOL.

Alguns analistas atribuem a sua vitória um momento em que as forças conservadoras estavam crescentes no país, somado a um vácuo da esquerda, erros de estratégia dos demais candidatos e também a pauta política do seu adversário no segundo turno Marcelo Freixo[17]. Além de usar o discurso laico nos momentos em que é necessário ganhar outra parcela do eleitorado, muitas vezes tendo que se distanciar da Universal (bispo licenciado) e adotar outras estratégias como a de "governar para todos".

Dosou também suas falas sobre a questão da intolerância, afirmando em sua campanha que era evangélico, porém não perseguiria as religiões de matrizes africanas. Para isso, Crivella se valeu de um discurso de que sua fé já foi minoria, portanto não perseguiria minorias, e também da ideia de

---

[15] A frequência a eventos pentecostais marca a trajetória, os apoios políticos em momentos cruciais, e as estratégias de campanha de muitos políticos. Mesmo em momentos em que já são eleitos, esse intercâmbio de capitais políticos e religiosos, são campos que se retroalimentam. Crivella, no início do seu mandato a prefeito, retorna à África do Sul, em 2017, e participa de um culto de Páscoa da Igreja Universal, no estádio Ellis Park, em Joanesburgo. Crivella foi anunciado como bispo e saudado por uma multidão de pessoas. Ao lado dele, aparece o bispo Marcelo Pires. O evento também contou com a participação do presidente da África do Sul, Jacob Zuma. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/marcelo-crivella-comenta-pascoa-em-culto-na-africa-viagem-pessoal-os-gastos-tambem-21212852>. Acessado em 16 de junho de 2020.

[16] A declaração de Garotinho é interessante e contraditória, como se religião e política não se misturassem, sendo a aula de PMDB imprescindível para Crivella. Entretanto, convertido ao pentecostalismo em 1995, pertence à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), em 2002, Garotinho fez um tour evangélico para obter mais apoio a sua candidatura à presidência da República. Em seu governo no estado do Rio de Janeiro, promulgou a Lei Estadual 3.459, onde determinou a implantação do ensino religioso confessional nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, suscitando acirrados debates no âmbito escolar. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc29039815.htmhttps://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711199912.htm E ainda: http://www.conectabaixada.com.br/politica/2016/11/18/pastor-revela-segredos-de-garotinho/ ; https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136999/lei-3459-00>. Acesso em 20 e junho de 2020.

[17] Perfil do eleitorado do Marcelo Freixo e as rejeições a este candidato. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html>. Acessado em 16 de junho de 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que estamos todos num estado laico. A ideia de minoria é uma chave de compreensão para a organização da identidade social e religiosa da IURD e uma forma de ação no espaço público. E como os usos do termo minoria são estratégicos, ora demonstrando autonomia e modernidade, ora se opondo aos católicos e ainda "como forma contrastiva de expressar resistência a uma maioria que lhe oprime" (CAMURÇA, 2020, p.51).

Nas eleições de 2010, essa instrumentalização é notória, pois vemos líderes religiosos concorrerem a cargos políticos com uma pauta conservadora com exigências morais e religiosas. E essa instrumentalização renderá frutos anos depois. Não é à toa que o lema da campanha de Crivella "vou cuidar de você", ou seja, vamos cuidar das pessoas, traz não apenas a mensagem religiosa como propaganda política, mas também evoca uma ideia de um assistencialismo social, em que a população será cuidada pela autoridade do pastor.

A "questão social" foi de fato a pauta eleitoral de Crivella, não apenas na campanha para prefeitura do rio. Neste sentido, a implementação de projetos de assistência social é uma das principais estratégias utilizadas pela IURD, a fim de amenizar controvérsias e se dispor a uma ideia de diálogo. Isso não significa que não se valha de uma retórica também combativa na ocupação de espaços públicos para além da esfera religiosa.

Não obstante ter tido um forte apoio dos segmentos evangélicos, Crivella não foi apenas eleito por este segmento[18]. O modo de Crivella concorrer, não o restringiu a um público evangélico, pois ampliou seu leque de eleitores para além de sua pertença religiosa, aspecto presente na candidatura de Panisset (MACHADO, 2006). Essa estratégia em longo prazo fez com que ele ganhasse espaço ao longo de várias eleições até o resultado de 2016, quando vira prefeito do Rio de Janeiro. Se por um lado ele adotou um pragmatismo, por outro lado um tom mais moderado em assuntos mais polêmicos. O pragmatismo é uma qualidade presente no estilo Universal, em especial no uso da máquina da Igreja na promoção de seus candidatos políticos e no seu projeto de poder[19].

Em uma de suas falas, chegou a pedir desculpas por declarações homofóbicas no passado, e se comprometeu a manter o financiamento da prefeitura à Parada Gay e ao Carnaval: "Por que se fala em conservadorismo se nós temos aqui, por exemplo, todo o respeito às manifestações das minorias? Se há algum preconceito religioso, isso vai sumir na minha administração. Se houver preconceito contra a comunidade LGBT, vamos lutar contra".[20] Se por um lado manteve um tom ameno sobre a cultura do carnaval e os direitos da comunidade LGBT, por outro manteve

[18] Para alguns autores (MARIANO e PIERUCCI, 1662; OLIVEIRA e TURGEON, 2015; VITAL DA CUNHA e EVANGELISTA, 2019) mostram que apesar de que nem todos os evangélicos tenham votos suficientes para eleger governadores ou mais prefeitos em capitais relevantes, mas ressaltam que eles "podem ter um peso considerável (na decisão dos pleitos), principalmente em disputas de segundo turno". Cabe lembrar o apoio dado à ex-presidente Dilma Rousseff na acirrada eleição de 2010, sua ida a um culto na Igreja Batista ao lado de Eduardo Cunha e a sua carta ao povo de Deus. Esta carta também era uma reação ao polêmico artigo em que o bispo de Guarulhos (SP), dom Luiz Gonzada Bergonzini, defendeu o boicote à candidatura de Dilma, por considerar que ela defende o aborto. Disponível em:< https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/em-carta-ao-povo-de-deus-dilma-evita-tomar-posicao-sobre-aborto-4990009>. Acesso em 16 de junho de 2020.

[19] Ver livro **Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política**, de autoria do Bispo Macedo, publicado em 2011, no mesmo há um projeto claro de teocracia.

[20]Declarações de Crivella na época ao Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37795802>. Acesso em 16 de junho de 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

claramente seu posicionamento contra liberação das drogas, legalização do aborto e a discussão de ideologia de gênero nas escolas, associando a defesa dos chamados valores da família a uma construção natural da cidadania.

No decorrer do seu mandato, o prefeito Marcelo Crivella acumulou processos de improbidade administrativa e um quase impeachment[21], grande parte por conta das situações em que se vale da máquina administrativa em benefício do universo pentecostal. Isto é, ora os serviços do estado seriam mais diretamente disponibilizados ao universo de evangélicos, e em muitos casos ao próprio Partido Republicano, ora a Igreja Universal, através de ações sociais, entraria no universo escolar municipal, ou nas comunidades em que já atua se valendo de ações voltadas para assistência social. Nesse último caso, as fronteiras entre laicidade, secular e religioso estão embaralhadas, transpassadas em muitos momentos da sua atuação na prefeitura. Vejamos os processos do ministério público e o impeachment contra o prefeito.

O seu processo de impeachment aberto em julho de 2018[22] foi em decorrência de uma "reunião secreta" com um grupo de pastores, no Palácio da Cidade, no qual indicou facilitações de acesso a auxílios do governo municipal, como cirurgias de catarata e varizes, a grupos evangélicos[23]. Há um processo tramitando no Ministério Público sobre improbidade administrativa e abuso de poder político[24], uma vez que na citada reunião se encontravam pré-candidatos a deputados ligados as igrejas e promessas de benesses aos seus fiéis próximo ao período de campanha[25]. Neste mesmo processo, há outros casos de improbidade como violação à liberdade religiosa na Guarda Municipal do Rio, eventos da Igreja Universal do Reino de Deus dentro de escolas públicas[26], e ainda perdão das dívidas de IPTU de pastores evangélicos.

O ministério público apura ainda o corte de patrocínio de eventos religiosos de matrizes afro-brasileiras (a exemplo o presente de Iemanjá no dia 2 de fevereiro pelo grupo de afoxé filhos de Gandhi e o presente de Iemanjá dia 29 de dezembro pelo Mercadão de Madureira) e controle de eventos com poder de veto diretamente pelo gabinete do prefeito, demissões de servidores comissionados de órgãos municipais para contratação de pessoas ligadas à Igreja Universal. E ainda o caso das escolas.

As diretoras do Ministro Gustavo Capanema, na Maré (zona norte) e da Escola Municipal Joaquim Abílio Borges, no Humaitá (zona sul), rede pública municipal, informaram, em depoimento à

[21] . Disponível em:< https://oglobo.globo.com/rio/2018/07/10/2272-crivella-faz-articulacoes-politicas-para-evitar-processo-de-impeachment>. Acesso em 18 de junho de 2020.

[22]Impeachment politicamente renegociado. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/rio/2018/07/10/2272-crivella-faz-articulacoes-politicas-para-evitar-processo-de-impeachment>. Acesso em 18 de junho de 2020.

[23] Disponível em:< https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ministerio-publico-do-rio- com-acao-na-justica-contra-o-prefeito-marcelo-crivella.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2020.

[24]Disponível em:< https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ministerio-publico-do-rio-com-acao-na-justica-contra-o-prefeito-marcelo-crivella.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2020

[25] Conforme citado pelo Jornal o Globo em 12 de julho de 2018, O Ministério Público se refere aos pré-candidatos Rubens Teixeira e Raphael Leandro, do PRB, mesmo partido de Crivella. Os dois estiveram no encontro secreto em que o prefeito ofereceu facilidades a cerca de 250 pastores e líderes evangélicos. Entre as promessas, tinha prazo pra passar por cirurgias de catarata. "Nós estamos fazendo o mutirão da catarata. Contratei 15 mil cirurgias até o final do ano. Então se os irmãos tiverem alguém na igreja com problema de catarata [...] É só conversar com a Márcia que ela vai anotar, vai encaminhar, daqui a uma semana ou duas a gente tá operando".

[26] Acesso em 15 de junho de 2020: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/12/mp-acusa-crivella-de-usar-escolas-publicas-para-eventos-da-universal.htm

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

promotora Gláucia Santana, que pastores da Universal pediram para usar o espaço escolar para a realização do evento "Grande Ação Social" que incluía serviços gratuitos à população do entorno das escolas e "atendimento espiritual"[27]. Ato considerado pelo ministério público uma afronta ao estado laico.

Apesar de em todo o seu mandato encontrarmos vários vetos aos projetos que valorizam os lugares e os ritos que constituem a memória negra carioca, durante o seminário internacional realizado no Museu de Arte do Rio de Janeiro, em 2018, Crivella recebeu o título de patrimônio mundial atribuído pela UNESCO ao Cais do Valongo[28]. O mesmo aconteceu com o mandato de Panisset, que sob alegação de obras públicas ela desapropriou o terreiro de Cristiano d'Oxalá, liderança de axé umbandista. E construiu um ambiente pentecostal em grande parte de seus eventos políticos, o que dificultou bastante à ação dos segmentos afro-religiosos contra seu governo intolerante (AGUIAR, 2018).

Considerações Finais

Como foi apresentada anteriormente, a formação histórica da esfera pública de São Gonçalo teve como referência simbólica a religião cristã, o que modelou o espaço cívico da cidade, assim como aconteceu na esfera nacional. Dessa maneira, outras tradições religiosas, como o candomblé, só podem ter seus ritos aceitos publicamente quando são capazes de articular simbolicamente suas ambições de visibilidade pública aos interesses políticos tanto da Igreja Católica quanto do Estado. Durante o governo de Panisset a desigualdade existente entre as denominações religiosas e suas participações da esfera pública municipal, se mostrou evidente. Neste período foram tomadas medidas que favoreceram as denominações cristãs, como a Lei Municipal nº 29/200543, que legaliza a Marcha para Jesus, tornando-a patrimônio público e viabilizando financiamentos municipais a esse evento. Porém, a ação da ex-prefeita que teve grande mobilização popular foi à destruição da conhecida Praça Chico Mendes para a construção de uma área voltada para a religião cristã, denominada informalmente por Panisset como Praça da Bíblia.

A construção da Praça da Bíblia contou com diversas manifestações contrárias organizadas por moradores. Panisset prometeu à jornalista do Jornal Extra, Berenice Seara, que não iria retirar totalmente a memória do ativista Chico Mendes para construir uma praça evangélica. Mas a praça foi inaugurada em 27 de dezembro de 2012. Vemos que ocupação dos espaços por segmentos pentecostais e a promoção de eventos também fez parte das estratégias de Crivella. A frequência a eventos pentecostais marca a trajetória, os apoios políticos em momentos cruciais, e as estratégias de campanha de muitos políticos, e mesmo em momentos em que já são eleitos, esse

[27] Disponível em:< https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/12/mp-acusa-crivella-de-usar-escolas-publicas-para-eventos-da-universal.htm?cmpid=copiaecola
E ainda: https://oglobo.globo.com/rio/universal-usa-escolas-municipais-para-atendimento-espiritual-22877993>. Acesso em 18 de junho de 2020.

[28] Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/cais-do-valongo-um-patrimonio-mundial-sob-risco/ http://cultura.gov.br/unesco-entrega-titulo-de-patrimonio-mundial-para-o-cais-do-valongo-2/>. Acesso em 24/06/2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

intercâmbio de capitais políticos e religiosos, são campos que se retroalimentam. Como a presença de Bolsonaro na 27ª. Marcha de Jesus, em 2019, em São Paulo, e nos 40 anos da Igreja Internacional da Graça de Deus, em fevereiro de 2020, na cidade do Rio de janeiro e devidamente acompanhado de Marcelo Crivella.

Os discursos de Panisset evidenciam o quanto a influência religiosa pentecostal transforma o sujeito em um militante, que busca a santificação através da constante participação e o intuito de realizar as orientações pastorais. Também nos evidencia como a narrativa Bíblica de Pentecostes oferece o cumprimento de promessas, as quais envolveriam libertação e regozijo a essa classe menos favorecida. Assim, o que aconteceu no passado envolvendo um povo também poderia acontecer nos dias de hoje, envolvendo todo aquele que passa pela experiência comunitária do batismo do Espírito Santo, o que o tornaria pertencente à mesma comunidade.

O ato de conversão ao pentecostalismo produziria uma ruptura com a cultura brasileira hegemônica, o qual passaria a ter um exponencial de conduta confessional, onde seria preciso "participar para ser, em oposição às outras religiões, quando não seria preciso ser para participar" (ALCANTARA, 2013, p.99). Nesse contexto de participação congregacional entendemos os constantes pedidos da ex-prefeita Panisset para que a população religiosa também participe e lidere a política municipal na busca por melhorias de vida.

Entretanto, os discursos religiosos de Panisset não são todos direcionados apenas para a mudança de vida financeira ou por melhores condições econômicas, mas também clamam por uma vida sem conflitos e sem vícios. Esses desejos por cuidados em relação aos problemas cotidianos que são recebidos, e atendidos no meio pentecostal, nos fazem entender a eficiência dos discursos e vínculos religiosos estabelecidos por Panisset, uma vez que tanto o público evangélico quanto o povo gonçalense em geral ansiavam por dias melhores. Não muito longe de preocupações assistencialistas temos a pauta de Crivella voltada para estas questões, que traz de modo sutil uma mensagem ao mesmo tempo religiosa e política, mas que também produz uma efeito na promoção de uma assistência social, só que quem cuidará ou governará para todos tem proximidade da autoridade do pastor, ou pelo menos domina bem o léxico.

Nas comunidades em que essas denominações religiosas atuam, essa mensagem cria uma rede de sentidos, pois a igreja é algo presente no cotidiano dessas populações, como as atividades escolares (promoção de gincanas, distribuição de alimentos e outros tipos de atividades) e mesmo na resolução de conflitos em que a autoridade do pastor frente ao traficante, ao diretor da escola e demais autoridades é crucial.

Vemos que nem em todos os momentos esses políticos se pautam "aparentemente" em aspectos religiosos, pois se preocupam em "governar para todos", ou "cuidar de você", respectivamente frase da campanha de Panisset e Crivella. Porém, por um lado, esse aspecto assistencialista é fundamental por ampliar a base eleitoral, e não se deter efetivamente a um único grupo, ou a segmentos pentecostais. Por outro lado, tanto o povo do Rio de Janeiro quanto de São Gonçalo, seriam cuidados e assistidos pelos prefeitos escolhidos por Deus para liderarem um pleito municipal em suas "guerras e conquistas". Se por um lado não pode ser religioso o tempo todo, por outro a ideia do "cuidar e assistir a todos tem muito sentido religioso, sem ser, pois, quanto mais não aparenta, mais produz eficácia política".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A "questão social" foi de fato a pauta eleitoral de Crivella, não apenas na campanha para prefeitura do Rio de Janeiro. Temos esse lema na campanha de Panisset. Entretanto, cabe ressaltar que a implementação de projetos de assistência social é uma das principais estratégias utilizadas pela IURD, a fim de amenizar controvérsias e se dispor a uma ideia de diálogo. Isso não significa que não se valha de uma retórica também combativa na ocupação de espaços públicos para além da esfera religiosa.

Anos de produção de uma gramática de disputa eleitoral dos candidatos pentecostais trará inúmeras dificuldades a candidatos de outros segmentos religiosos, que terão que se adaptar a interpelação religião e política vigente até os dias atuais, especialmente diante de um eleitorado, que ainda é interpelado pela presença pentecostal.

Referências

ALCANTARA, Sergio P. Gil de. **Espiritualidade e cidadania pentecostal clássica**: Caso das comunidades gonçalenses. Protestantismo em Revista, v. 32, p. 93-104, 2013.

AGUIAR, Camilla Fogaça. **"Deus abençoe São Gonçalo!"** – Uma prefeita da linha de frente da Guerra Santa. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Igreja Universal do reino de deus**: entre o "plano de poder" e a lógica de minoria perseguida. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 40(1): 43-66, 2020.

FERNANDES, R. A. N., **Um santo nome.** Histórias de São Gonçalo de Amarante. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004.

FRESTON, Paul. Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política. Ultimato, Viçosa,2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

FUKS, Mario e RODRIGUES, G. A.; **Grupos sociais e preferência política:** O voto evangélico no Brasil. RBCS, Vol. 30 n° 87 fevereiro, 2015.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias Deuses ou Demônios**. Rio de Janeiro. Universal, 16ª edição, 1993.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religiões:** a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 180p.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MACHARETE, Felipe Ribeiro. **Os evangélicos e a política**: O estudo de caso da IADJN e PIB-SG, 2015. Tese (Dissertação em Historia Social)- Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

MARIANO, Ricardo. **Expansão Pentecostal no Brasil:** o caso da Igreja Universal. Estudos Avançados, vol.18, nº 52, São Paulo, set./ Dez. 2004.

MARIANO, Ricardo, PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. São Paulo, **Novos estudos Cebrap** número 34, p. 92–106, 1992.

MATEUS, Marília Gabriela de Souzas. **O voto dos evangélicos na América Latina:** a influência da religião na determinação do voto. In: Quinto Congresso Uruguayo de Ciência Política: ¿ Qué ciência política para qué democracia?. Associação Uruguaia de ciência Política, 7-10 de octubre de 2014.

MODESTO, N. S. D. A. . **A (re)produção espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, C; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". **Opinião Pública**, vol. 21, n° 3, p. 574-600, 2015.

VITAL DA CUNHA, Christina. EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo no Brasil. **Sur**: Revista Internacional de Direitos Humanos, ed. 29, 2019.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas**: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PPCIS/UERJ. 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves Da. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais:** uma análise simbólica. Revista USP, São Paulo, n.67, p.150-175, setembro/novembro 2005.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DO MODERNO ESPIRITUALISMO AO ESPIRITISMO

Jorge Vinicius Quevedo da Cruz[1]

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX ganhou força nos Estados Unidos da América um movimento religioso chamado de moderno espiritualismo. Sua inserção no campo religioso rapidamente começou a atrair um grande número de pessoas que buscavam conhecer a "nova religião". Na Europa, a repercussão do movimento atraiu não apenas religiosos, mas pessoas que buscaram compreender esse novo fenômeno através da ciência.

Na França, o educador Hippolyte Léon Denizard Rivail foi quem buscou investigar tais fenômenos através de uma perspectiva racional e científica. Rivail que começou a frequentar as chamadas "mesas girantes", logo tornou-se adepto ao espiritualismo. Nesse contexto, o francês assumiria o pseudônimo de Allan Kardec, publicando diversas obras e codificando o que se chamou de espiritismo. A partir desse momento, a doutrina espírita, configurou-se como movimento diferente daquele emergido das terras estadunidenses.

Surgido na França, o espiritismo alcançaria seu maior número de adeptos no Brasil. Em território brasileiro a doutrina espírita constituiu-se em um movimento organizado. Muito além disso, emergiram a partir do movimento líderes como o médium Francisco Cândido Xavier, que alcançaria um reconhecimento a nível nacional em um país de maioria católica. Destarte, o objetivo deste trabalho é fazer uma síntese histórica entre a formação do moderno espiritualismo e sua relação com o espiritismo na França e no Brasil, buscando demonstrar algumas diferenças e aproximações.

Das Irmãs Fox a Allan Kardec

A relação entre homens e o espiritualismo não é algo novo na história, desde os tempos mais remotos buscou-se um elo com o sobrenatural. Compreender os sentidos da vida e de sua existência, do nascimento e da morte, são apenas uma das inquietudes humanas. A busca por significados e respostas fizeram constituir-se um contexto onde o sagrado era o comum entre povos primitivos, ou seja, as ações humanas e os elementos da natureza eram sacralizados, ao mesmo tempo não havia a ideia de religião, mas um sistema aberto de crenças (GONÇALVES, 2010).

Embora o surgimento e expansão de algumas religiões monoteístas, sobretudo as abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo, Islamismo), o contato/evocação ao mundo dos espíritos ainda está presente na sociedade contemporânea. Seja na literatura, nos filmes, ou nas religiões/doutrinas

[1] Doutorando em História – Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jorgequevedo3@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mediúnicas, o ser humano por curiosidade, ou simplesmente por uma questão de fé, não deixou de aproximar-se do espiritualismo. Nesse contexto, possivelmente fora a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos da América, que o espiritualismo teve a explosão enquanto movimento religioso e cultural.

Muito justificou-se a ascensão e auge do moderno espiritualismo devido a presença da morte que a sociedade estadunidense convivera com as sucessivas epidemias de cólera (1832, 1842, 1866), e a explosão da Guerra Civil (1861-1865) (DANTON, 2013). O espiritualismo, nesse sentido, teria oferecido às pessoas um conforto e segurança diferente daquele promovido pelas religiões dominantes (cristãs).

No moderno espiritualismo, os espiritualistas costumavam dizer que a explosão do movimento aconteceu a partir de 1848, mais precisamente no condado Wayne, em um vilarejo chamado Hydesville, no estado de Nova Iorque, Estados Unidos (PRIORE, 2014). Nessa localidade, estabeleceu-se a família Fox, composta por John David Fox e sua esposa Margaret Smith Fox. Conforme os estudos de Weisberg (2004), o casal chegou à comunidade rural de Hydesville em 1847, acompanhado de suas duas filhas mais novas, Margaret (Maggie) Fox e Catherine (Kate) Fox.

Em 1848, Maggie (14 anos) e Kate (11 anos) começaram a ouvir pancadas em sua casa, e supostamente julgaram que aqueles sons estranhos vinham de espíritos. Esse episódio foi narrado pela mãe das meninas, e aparece na obra de Ann Leah Underhill[2] (1885), irmã mais velha que morava em Rochester, no estado de Nova Iorque. O fato é que as meninas ao acreditarem estarem sob a presença de espíritos iniciaram uma conversação através de um código de batidas e perguntas em resposta aos ruídos escutados.

Imagem 1: Irmãs Fox (Margaret, Catherine e Ann Leah (1852))

Fonte: Library of Congress.

[2] Ann Leah Fox casou-se com Daniel Underhill e passou a se chamar Ann Leah Underhill (WEISBERG, 2004).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A notícia acabaria se espalhando pela comunidade, e vizinhos que foram chamados para testemunhar o ocorrido, ligaram a comunicação das irmãs a pessoas já falecidas daquele lugar. Em pouco tempo, o episódio repercutiu além dos limites da região, e apareceram muitas pessoas que se diziam poder intermediar mensagens com os espíritos. Isso tornou-se um movimento de grandes proporções, em diversas regiões do país começou a organizar-se reuniões públicas que chegavam a atrair um grande público, logo, o fenômeno atravessou o Atlântico e chegou ao continente europeu (ABREU, 2018). Nos Estados Unidos, muitos espiritualistas integraram-se a diversas seitas e grupos protestantes, através da organização de Igrejas e seminários formavam-se médiuns, futuros líderes religiosos, grupos de estudos e a publicação de diferentes materiais para divulgar o movimento (SILVA, 1997).

O moderno espiritualismo não teve uma organização ou a criação de uma Igreja Nacional, pelo menos até 1893, com a fundação da National Spiritualist Association of Churches (Associação Nacional de Igrejas Espiritualistas) (BRAUDE, 2001). Embora o surgimento ou a tentativa de organizar o movimento através de Igrejas, não existiu naquele momento uma forte ortodoxia sobre os espiritualistas, o que deu a seus adeptos um lastro largo de visões sobre suas próprias crenças.

No continente europeu os acontecimentos de Hydesville começaram a ser noticiados pelos jornais, e alcançou o interesse, sobretudo, de uma classe média letrada. Os fenômenos espiritualistas tiveram grande repercussão na Europa, chamando a atenção de muitos líderes religiosos, mas também de pessoas que buscavam entender esses eventos à luz da razão, como foi o caso do educador francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (SCHERER, 2015). Rivail que assumiu o pseudônimo de Allan Kardec, acabou constituindo a codificação do espiritismo, tendo publicado diversas obras: O Livro dos Espíritos (1857) , O Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho Segundo o Espiritismo (1864), O Céu e o Inferno (1865) e A Gênese (1868).

> Com o início surto das mesas girantes, que prevaleceu na Europa e em especial na França do Terceiro Império até 1870, foi inaugurada uma fase de pesquisas com a pretensão científica sobre a comunicação com os mortos e outras manifestações neste campo. Sociedades de cientistas para investigar o assunto foram organizadas, e Allan Kardec juntou-se um grupo eclético, composto por intelectuais de diferentes áreas - alguns consagrados (BRETTAS, 2012, p. 171).

Embora a busca pelo contato com os espíritos seja intrínseca à história dos seres humanos, o espiritualismo, na medida que ultrapassou a esfera religiosa conseguiu em sua gênese a articulação da religião com a ciência. Logo, se em séculos anteriores tínhamos uma corrente mais dogmática da religião, o espiritualismo lançaria "novas verdades" religiosas (SILVA, 1997). Nesse contexto, surgiu o espiritismo, em um cenário de desenvolvimento das ciências, e, que embora em um período de secularização do conhecimento, aproximou-se do saber científico, na medida em que seus adeptos buscavam legitimar suas crenças. Então "o que de início parecia uma futilidade se tornou assunto para pesquisa, pois tudo Rivail estudava de forma racional e científica". (PRIORE, 2014, p. 32-33).

É de se ressaltar, que a fim de diferenciarmos o termo moderno espiritualismo do espiritismo surgido na França, no final do século XIX, é importante entender alguns conceitos desses dois

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

movimentos (COSTA; PORTELLA, 2019). A principal semelhança entre eles é de fato a possibilidade da comunicação além vida, intermediada por pessoas que detêm um dom mediúnico. Podemos dizer que o espiritismo é uma derivação do moderno espiritualismo. A própria palavra espiritismo foi um neologismo criado por Kardec (2013), pois, entendia que era preciso distinguir a doutrina espírita do vocábulo espiritualismo, visto que, esse último seria apenas uma ideia de oposição ao materialismo, isto é, alguém que acredita em algo além da matéria. Nessa perspectiva, compreende-se que todo espírita (adeptos do espiritismo), era espiritualista, mas nem todo espiritualista era espírita.

Costa e Portella (2019), ressaltam que o espiritismo geralmente concentrava suas sessões a portas fechadas, sendo os humanos orientados por espíritos superiores que traziam uma certa moralidade às pessoas ali presentes. Enquanto no moderno espiritualismo, as sessões eram muitas vezes públicas, repleto de adivinhações e demonstrações dos fenômenos espirituais, possuindo um caráter mais profano, na medida em que, era comum a cobrança de ingressos ao público presente. Segundo Amorim (1989), o moderno espiritualismo em geral ficaria restrito a países de língua inglesa (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros), e com o tempo se constituiria (com exceções) através de igrejas espiritualistas, em semelhança a muitas igrejas protestantes que possuíam pastores e cultos cerimoniais. Em contrapartida, o espiritismo teve maior difusão na França, e sobretudo alcançou no Brasil um número significativo de adeptos, constituindo um campo religioso que perdura até os dias atuais.

O estabelecimento do movimento espírita brasileiro

Entre o final do século XIX e início do século XX, o campo religioso brasileiro passou por diversas transformações, que em certa medida, seriam positivas para a difusão do espiritismo no Brasil. A Proclamação da República (1889), por exemplo, romperia uma relação entre Estado e Igreja Católica constituída desde o período colonial, através do padroado régio. A partir desse momento abriu-se caminho para um processo de laicização do Estado, muito além disso, seria uma porta de entrada para o desenvolvimento mais seguro de outras vertentes religiosas. Pois, até então, o catolicismo era a religião oficial do Império do Brasil, como apontou o Artigo. 5. da Constituição de 1824, enquanto outras práticas religiosas deveriam limitar-se ao seu culto doméstico, ou dentro dos seus templos (BRASIL,1824).

O fenômeno das "mesas girantes" que reuniam multidões nos salões europeus, sobretudo, na França, não tardou a chegar no Brasil. Em 1853, três periódicos anunciavam a novidade: O Jornal do Commercio – Rio de Janeiro, o Diário de Pernambuco – Recife, e O Cearense – Fortaleza (ROCHA, 2014). A inserção do espiritismo no Brasil teve no Rio de Janeiro uma boa receptividade, haja vista a influência francesa, sobretudo, de imigrantes letrados, e com prestígio econômico e social. As primeiras publicações datam de 1860, com a obra *Les temps sont arrivés,* de Casimir Lieutaud, o francês também participaria de algumas edições do *Courrier du Brésil – Politique-litterature-revue des theaters-sciences et arts-industrie-commerce* (1854-1862).

Se no Rio de Janeiro as discussões em torno do espiritismo, em geral, limitaram-se a uma roda de intelectuais, foi na Bahia onde buscou-se aproximar a doutrina espírita da sociedade brasileira.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para Fernandes (2008) esse processo iniciou-se com o jornalista baiano Luís Olímpio Teles de Menezes, intelectual afeito às ideias de Allan Kardec, e que frequentava diversos círculos espíritas franceses no Rio de Janeiro. Nesse âmbito, Menezes fundaria a primeira agremiação espírita, o *Grupo Familiar do Espiritismo* (1865), e o primeiro periódico da doutrina, O Écho d'Alêm-Tumulo (1869). Segundo Scherer (2015, p. 39), em torno desses eventos "[...] se reuniu um grupo seleto da sociedade baiana formado por aristocratas, médicos, autoridades, políticos e intelectuais".

A partir da década de 1870, muitos espíritas brasileiros passaram a apoiar questões que estavam em voga na sociedade brasileira. Entre elas estavam o abolicionismo e o republicanismo, temas que ganharam força, sobretudo, após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com a vitória no conflito e a formação de um exército nacional, os militares ganham notoriedade e prestígio frente à população, mas, ao mesmo tempo, sentem-se desvalorizados pela monarquia. Dentro do exército reivindicavam-se verbas, gratificações, promoções e pensões, insatisfações que começaram a ser publicadas pela imprensa. Nesse contexto, inseriu-se dentro dos quarteis propagandas republicanas, abolicionistas e positivistas, onde naquele momento "[...] defendiam, além das reformas corporativas, a abolição da escravidão, a imigração, o incentivo às industrias, a construção de ferrovias [...]" (BASILE, 1990, p. 279).

Do ponto religioso, o apoio dos espíritas ao abolicionismo e a república também se deram por outras razões. Para Fernandes (2008), o apoio a essas questões sociais estavam ligadas a dois motivos: o primeiro seria a necessidade de resgatar os valores de um cristianismo primitivo, onde a escravidão não poderia ser tolerada, o que também iria ao encontro das ideias de Kardec; já o regime republicano era a possibilidade que os espiritas viam de discutir a laicização do Estado, já que com a liberdade de culto o espiritismo poderia desenvolver sem restrições pelo território brasileiro.

No final do século XIX e início do século XX o espiritismo no Brasil difundiu-se principalmente através de periódicos, grupos e agremiações, promovendo debates, reuniões e respondendo a seus opositores. Conforme Scherer (2015, p. 39) "Os esforços levaram à organização de instituições agremiadoras como a Federação Espírita Brasileira (FEB), fundada em 1884".

Ao longo do século XX o movimento espírita buscou criar estratégias de inserção na sociedade brasileira, frente às disputas no campo religioso, médico e jurídico, e muitas vezes, entre os próprios espíritas. As acusações de charlatanismo, exercício ilegal da medicina, e a demonização da doutrina, repercutiam pela imprensa e órgãos estatais. Nesse cenário, um de seus principais opositores, a Igreja Católica, aproximava-se novamente do governo, favorecido pela projeção de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1930. Igreja e Estado tinham, nesse momento, o comunismo como inimigo incomum. Entre as iniciativas de Vargas estiveram a declaração de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil, por outro lado, havia a ação do clero junto aos círculos operários através da devoção de Nossa Senhora Medianeira (BORIN, 2010).

A resposta da Federação Espírita Brasileira foi legitimar-se enquanto religião. Para isso, os dirigentes espíritas implementaram normativas de funcionamento e a possibilidade de filiações por todo o país, além disso, buscou-se separar a doutrina do falso espiritismo, e para alguns, seria possível aproximar-se do catolicismo através da ideia de caridade (SCHERER, 2015). No final do século XIX, um dos grandes expoentes do espiritismo no Brasil foi Adolfo Bezerra de Menezes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cavalcanti, que buscou fomentar o movimento a partir de sua esfera religiosa, colocando a doutrina dentro de uma perspectiva cristã. Isso seria fundamental para o contexto brasileiro, fundado pela tradição portuguesa do catolicismo popular, mas com forte influência da cultura indígena e africana. Logo, o apego e a necessidade da religião, de uma população fortemente religiosa, mas sobretudo, com problemas sociais, colocou o espiritismo como mais uma opção de religião consoladora.

A partir da década de 1940, a difusão do espiritismo no Brasil teve a partir da figura de Francisco Cândido Xavier seu maior expoente. Enquanto médium, Xavier notabilizou-se pela escrita psicográfica, ou seja, materializou muito de seus discursos através de um espírito. Muitas das obras do médium brasileiro foram atribuídas ao espírito Emmanuel, considerado o seu mentor espiritual ao longo de sua vida, além de André Luis, espírito que frequentemente aparecia em seus textos. Durante esse período, "sua atividade mediúnica [...] foi intensa, [...], produziu, nos mais diversos gêneros discursivos, um total de 412 textos psicografados, além de inúmeras mensagens dirigidas pelos mortos aos seus familiares (GONÇALVES, 2010, p. 50-51).

Ao encontrarem no Brasil um terreno fértil para popularização de suas crenças, os espíritas constituíram as bases para a consolidação de um movimento organizado e articulado. Líderes espíritas e médiuns conseguiram ganhar certa notoriedade entre parte da sociedade brasileira, sendo importantes divulgadores de obras e projetos ligados à causa espírita. Isso foi fundamental para manter vivo até os dias atuais o espiritismo no território brasileiro.

Considerações Finais

O moderno espiritualismo esteve ligado a uma crença na comunicação com os mortos que teve um grande impacto nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Dessa forma, o espiritualismo surgiu como um novo tipo de conforto espiritual, dado o seu poder de representação no campo religioso. Com a popularização do movimento no território estadunidense, muitos médiuns espiritualistas profissionalizaram suas sessões, ou seja, espetáculos, conferências, palestras, em sua maioria passaram a ser pagos. Assim, independentemente de seu caráter religioso, o trabalho dos médiuns espiritualistas era também visto como uma forma de ascensão social.

Na França, Allan Kardec colocou o espiritualismo em um processo de transformação, isto é, criando as bases do que se denominou espiritismo. Mas, foi no Brasil que o espiritismo alcançou sua maior representatividade, organizando-se enquanto movimento e religião, através de periódicos, agremiações, e uma federação nacional. Isso possibilitou os surgimentos de líderes que através de seu trabalho religioso consolidaram o espiritismo na sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Deolindo**. O espiritismo e as doutrinas espiritualistas**. 4.ed. Rio de Janeiro: CELD, 1989.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BASILE, Marcello Otávio N. de C. "O Império Brasileiro: Panorama Político". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BORIN, M. R**. Por um Brasil Católico**: tensão e conflito no campo religioso da república. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Rios dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

BRASIL. **Constituição Politica Do Imperio Do Brazil** (De 25 de Março de 1824). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 10 nov.2021.

BRAUDE, Ann. **Radical Spirits**: Spiritualism and Women's Rights in Nineteenth-Century America. 2nd ed. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2001.

BRETTAS, Anderson C. F.. Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec: Um professor pestalozziano na França do tempo das Revoluções. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

COSTA, V. L.; PORTELLA, R. . O Moderno Espiritualismo: uma reflexão sobre a produção de sentidos religiosos na modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 11, p. 171-189, 2019.

DANTON, Mark. The Victorian Occult Explosion ((Expanded Version) In: **Manifest Thy Glory**: Proceedings of the Eighth Biennial National Ordo Templi Orientis Conference, Seattle, 2013.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As Origens do Espiritismo no Brasil**: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GONÇALVES, Iracilda Cavalcante de Freitas. **Comunicação com os "mortos"**: espiritismo, mediunidade e psicografia. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Tradução de Guillon Ribeiro. 93ª Edição. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. **Irmãs Fox**. Disponível em: <https://www.loc.gov/>. Acesso em: 10 nov.2021.

PRIORE, M. L. M.. **Do Outro Lado, o sobrenatural e o espiritismo no Brasil**. 1. ed., v. 1. São Paulo: Planeta, 2014.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ROCHA, Alessandro Santos da. **A Imprensa Espírita e Suas Estratégias Pedagógicas em Fins do Império Brasileiro (1869-1882)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SCHERER, Bruno Cortês. **A Federação Espírita do Rio Grande do Sul e a organização do movimento espírita rio-grandense (1934-1959).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

SILVA, Eliane Moura. **Reflexões teóricas e históricas sobre o Espiritualismo entre 1850-1930**. IFCH – UNICAMP, 1997.

UNDERHILL, A. Leah.. **The Missing Link in Modern Spiritualism**. Nova York: Thomas R. Knox & Co, 1885.

WEISBERG, Barbara**. Talking to the Dead**: Kate and Maggie Fox and the Rise of Spiritualism. HarperOne: Reprint Edition, 2004.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A IGREJA MEDIEVAL COMO POSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DO MITO NA IDADE MÉDIA CENTRAL

Júlia Guimarães Vilela[1]

Apesar de o homem "primitivo" também ter experienciado o mito, tal concepção ainda pode ser observada até mesmo nos dias atuais. No entanto, é necessário que consideremos o contexto histórico a ser abordado e como o sagrado se manifesta em tal período. Ao usarmos o conceito de *mito* para analisarmos o contexto religioso da Idade Média Central (séculos XI ao XIII), é necessário termos em mente que o conceito por si só não explica o sofisticado sistema teocrático ao qual a sociedade se estruturara. Portanto, para que possamos compreender o mito no recorte acima referido, partiremos das mentalidades. A definição de mentalidade não é de fácil conceituação, contudo, o medievalista Hilário Franco Júnior (2010, p. 56) a define como "conjunto de emoções básicas e pelo pensamento analógico, formas diferentes mas não contraditórias de percepção do mundo e de intervenção sobre ele".

Partindo disso, primeiramente consideremos o que o conceito expressa: o medievalista Jean-Claude Schmitt define Mito como uma explicação que "fala dos deuses, das origens do mundo e das razões da organização social, enuncia o fundamento dos costumes e das atividades dos homens" (SCHMITT. 2014, p. 50). O Mito, por conseguinte, tem a função de descrever eventos primordiais, que narram a criação e/ou a revelação (mito cosmogônico), assim como dão sentido à vida humana, refletindo em seu modo de ser e agir perante o mundo, como criatura e criação sagrada. Ao lermos o Gênesis, podemos encontrar o relato da criação do mundo e do ser humano, assim como outros textos bíblicos mostram os fundamentos de uma hierarquia social baseada na Criação. Como instituição da crença e intimamente presente no período medieval, a Igreja fará com que Deus, enquanto símbolo mítico (ou seja, um personagem que integra uma narrativa fantástica), esteja presente na vida de seus fiéis.

No entanto, considerando que o cristianismo ainda se faz presente atualmente como um dos pilares da sociedade contemporânea, para analisarmos o mesmo no período da Idade Média Central, é necessário nos afastarmos da religião cristã como uma doutrina presente no tempo atual e aderirmos à ótica da mitologia para entendermos sua estruturação.

Mito Cosmogônico

Considerando ainda o livro de Gênesis, analisemos Gn 2:7 e Gn 2:22 em que é narrada a criação do primeiro homem e da primeira mulher: respectivamente, é evidenciado que Adão é feito a partir do pó (ou do barro), enquanto Eva, a última criação do Senhor, é originária da costela do homem. Em diversas culturas pagãs, a figura da mulher relacionava-se à fertilidade, visto que, ela

[1] Graduanda em História pela faculdade Unis São Lourenço. juliaguimaraesv@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

é um agente pujante na reprodução humana, como aquela que dá a luz. Após a ascensão do cristianismo, tal figura passa a ter caráter secundário diante a natureza instável de Eva, fazendo com que o homem se sobressaia nas relações sociais, o que se perpetua por toda a sociedade ocidental.

Mais à frente, em Gn 2:17, Deus ordena que o fruto da árvore do conhecimento não deve ser comido. É importante notar que tais ordens se passam antes do surgimento da primeira mulher. Até então, havia a concepção de que "Adão seria um ser andrógino (macho e fêmea) e que a separação de Eva representaria a cisão da criatura original andrógina em duas" (LARAIA, R. 2000 p. 151 apud UNTERMAN, A. 1992, p. 25), como apontado acima, somente em Gn 2:22 Eva é criada, dando origem aos dois gêneros, de acordo com a mitologia cristã.

Em Gn 3:6, após ser tentada pela serpente, a mulher desobedece às ordens diretas do Senhor e come o fruto proibido, incitando seu parceiro a também cometer tal desobediência. O animal que aparece no paraíso, interpretado como uma transfiguração do diabo, condena Eva e suas descendentes ao estigma de agentes do mal, pois, é a mulher que é enganada pela serpente e colhe o fruto, obrigando o homem a seguir suas ordens antes das ordens de Deus. Portanto, sobre ela recai a culpa do pecado original.

> Quando respondeu à serpente, Eva deformou o mandamento de Deus, não evocando a árvore do conhecimento, mas "a que está no jardim". Enfim, "dando o fruto a seu homem", não o seduziu propriamente falando, não procurou fazê-lo crer no que ela própria crera. Com um gesto, ela impôs. (DUBY. 2013, p. 292)

Consequentemente, "o pecado original introduziu rompimento, [...] dissonância e desequilíbrio com o Cosmos e alienou a face humana de Deus" (RUSSEL, 2003, p. 160). Contudo, como Adão é a imagem e semelhança de Deus e, logicamente, mais próximo a Ele, o homem se torna o encarregado de domar os impulsos femininos, o que é reforçado em I Coríntios XI, 9. Rute Salviano Almeida (2011, p. 58) aponta que "a mentalidade medieval foi influenciada pelo Gênesis e outros textos bíblicos", portanto, tais passagens são elementares para entendermos a estruturação sagrada da sociedade medieval.

Nascimento do Mal

Portanto, considerando que o diabo é o culpado por incitar Eva a comer a maçã, dando origem à desfortuna humana, o medo de sua figura se tornará um temor real na Idade Média Central, visto que, "a crença no diabo tornava-se efetivamente um elemento essencial da "verdadeira" crença em Deus e da vida moral dos cristãos" (SCHMITT. 2014, p. 111), ele também é um elemento mítico presente na mentalidade do cristianismo medieval.

No entanto, no Velho Testamento, a princípio, Satanás ainda não é referido como inimigo, mas um dos filhos de Deus, como podemos observar em Jó 1:6. O termo Satanás não se referia especificamente a um ser, mas à uma prática: satanás era aquele que se opunha, impedindo um caminho ou uma ação. Elaine Pagels (1996, p. 67) evidencia que "satanás [...] podia apenas ter sido enviado pelo Senhor para proteger o homem de um mal maior", como é narrado no Livro dos Números 22:23-25. Considerado o anjo mais poderoso na hierarquia celestial, mais

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

especificamente um querubim, como relatado em Ezequiel 28:14-16, sua revolta contra Deus se dá de forma lenta. É ainda no Velho Testamento que Lúcifer é apontado como anjo caído (Isaías 14:12). Tal passagem se dá antes da criação da humanidade, pois, o homem é criado para substituir o hiato deixado pelos anjos revoltosos.

> Essa queda é o início da história humana, uma vez que Deus criou os homens para que ocupassem no paraíso os lugares vagos deixados pelos anjos caídos. Mas, depois da Criação, satã para se vingar de Deus, retornou sob a forma de serpente do Gênesis para tentar os primeiros homens. (SCHMITT. 2014, p. 59)

Apesar de se tornar o opositor de Deus, sem Ele, sua própria história não seria possível, pois, assim como a humanidade, o diabo também é uma criação divina. A diferença crucial entre o homem e o "inimigo" é que ele escolhe pecar (enquanto a humanidade é levada a pecar), a partir disso, aquele que era o senhor dos anjos, se torna "o príncipe dos demônios" (RUSSEL. 2003, p. 88). Porém, ao final dos tempos, o diabo retornará ao seu Criador, não como fora antes, mas como um ser que já não mais pode fazer o mal.

Desenvolvimento das percepções de Deus na Idade Média

Após a queda da humanidade causada pela tentação de Eva por meio da serpente, como punição, o casal primário é expulso do Paraíso, dando origem à vulnerabilidade humana. Porém, entre os diversos malefícios que o pecado original trouxe ao mundo, um deles foi a morte, que ocupará um lugar expressivo no desenvolvimento da história eclesiástica.

Sobre os três dias em que Jesus esteve morto, a Bíblia não fala especificamente acerca do que teria ocorrido, entretanto, "o apócrifo Evangelho de Nicodemos desenvolve [...] o relato da "Descida ao Inferno", que desfrutou de uma considerável aprovação a partir do século XII" (SCHMITT, JC. 2014, p. 57 apud LE GOFF, J. 1968, p. 151-173). Jesus, portanto, torna-se um símbolo de redenção ao morrer para salvar a humanidade de seus pecados, o que dará à Igreja uma legitimidade para "levar" a salvação e a verdadeira religião a todos.

Contudo, não é apenas a figura de Jesus que se torna símbolo da redenção, Maria "que é um elemento essencial da incarnação e desempenha um papel cada vez maior nas relações entre homem e Cristo" (LE GOFF. 2007, p. 112), também tem sua importância ressaltada, pois, se até então Eva, uma mulher, era culpada pelos males do mundo, a mãe do filho de Deus mostra que é possível se redimir perante sua própria natureza. Apesar de expressar-se mais cedo no cristianismo ortodoxo, o culto mariano encontra seu ápice na baixa Idade Média, tornando-se um símbolo exemplar a ser seguido pelas mulheres ocidentais. Maria tem sua imagem tão elevada, que por volta dos séculos XIV/XV, sua figura aparece como um quarto membro da Trindade, mostrando sua divinização.

As acepções de Deus ou Cristo, no entanto, não seguem uma lógica, pois a crença não permanece estática, contrário a isso, "o Deus dos cristãos da Idade Média torna-se um deus histórico, cuja visão evolui e se altera no curso do tempo" (LE GOFF. 2017, p. 95). Paralelamente, a iconografia parece expressar, mesmo que de forma inconsciente, as mudanças estruturais que ocorrem na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sociedade. Para entendermos tal mutabilidade, comecemos entendendo como a própria percepção de Deus aparece ainda na Antiguidade Tardia.

A passagem de tal figura mítica como símbolo de uma religião perseguida à religião oficial do Estado se dá em um tempo relativamente curto. Após o Édito de Milão, em 313, que proclamava a neutralidade do Império Romano em relação à qualquer crença, o imperador Constantino (306-337) adere ao catolicismo como esperança de salvação do Império. Em 325, é realizado o primeiro concílio ecumênico da cristandade: o Concílio de Niceia, com o propósito de se discutir o dogma católico. Mais tarde, em 392, Teodósio (347-395) instaura o cristianismo como oficial do Estado romano, deixando para trás um passado pagão, não sem resistência por parte da população, principalmente ao que se refere aos intelectuais romanos. Porém, a hierarquia à qual a sociedade se estruturava mostra-se de grande utilidade para que haja a conversão da massa.

> Existia certamente no paganismo greco-romano uma tendência crescente a considerar que os diferentes deuses constituíam mais ou menos uma pessoa coletiva, que era deus. Esse deus, porém, se escreve com um *d* minúsculo. É o deus de Cícero. Quando chega o cristianismo, Deus assume um *D* maiúsculo. Isso marca com clareza a tomada de consciência de passagem para o monoteísmo. (LE GOFF. 2017, p. 20)

Portanto, ao aparecer como uma religião oficial, o deus dos cristãos é o Deus do maior império até então conhecido, "esse Deus é um Deus oriental que consegue se impor no ocidente" (LE GOFF. 2017, p. 18); esse é um Deus imperador.

A alta Idade Média ainda é um período de conversão de pagãos (somente ao final do século XII quase toda a Europa estará convertida), com a hierarquia mostrando-se um ponto estratégico para o catolicismo, era conveniente recorrer à cristianização dos líderes políticos. O caso de Clóvis é um exemplo categórico de como a conversão hierárquica foi de grande utilidade para a Igreja. Ao se batizar, por volta do século V, o rei dos francos fazia uma clara escolha pelo catolicismo romano em oposição ao arianismo, que também seria adotado por seus súditos. Expressando o contexto de sua época, esse Deus é um Deus dominador.

> O Deus dos homens e das mulheres da Idade Média, portanto, é também o Deus dos chefes. [...] O Deus é um Deus do senhor, com uma espécie de superposição dos dois níveis de dominação: *dominus*, com *d* pequeno, designa o senhor terrestre, e, com D grande, o Deus que em geral é chamado de Senhor, na Idade Média. (LE GOFF. 2017, p. 22)

Na baixa Idade Média é possível observar um cristianismo mais humanitário e mais voltado para seus fiéis, o que não exclui, obviamente, suas mudanças internas. Também é nesse período que a figura do diabo aparece com mais força, como inimigo de uma sociedade unificada através de Cristo e, consequentemente, da Igreja. É possível apontar também o crescimento do culto mariano, que está intrinsecamente relacionado à imagem de Cristo como sofredor.

> …na evolução histórica da imagem de Deus, de Cristo, durante muito tempo representado na tradição dos heróis antigos, como vencedor da morte, um Cristo triunfante cede o lugar a um Cristo sofredor, a um Cristo da dor. [...] O Cristo que se impõe agora é o da Paixão, o Cristo sofredor. (LE GOFF. 2007, p. 116)

Notemos que um elemento fundamental nesse humanismo cristão é a identidade advinda principalmente dos crentes: o fiel se reconhece em um Cristo que experimentou dor e sofrimento

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

durante sua encarnação. O símbolo mais explícito de Seu martírio é o momento da crucificação, que passa a ser parte da iconografia cristã no século XI. Mais tarde, no século XIII, a ação substancial de Jesus passa a ser manifestada através de um gesto que se perpetua até os dias atuais: o sinal da cruz, que se torna a expressão da Trindade e da doutrina católica.

Encarnação do Mito - Cristo

Anteriormente, foi abordado como as percepções acerca de Deus/Cristo foram desenvolvidas na Idade Média e como a iconografia, de certa forma, acompanha a versatilidade da crença. No entanto, para analisarmos a mitologia cristã, é necessário analisarmos Cristo como um símbolo mítico (ou seja, um personagem que integra uma narrativa fantástica) através de sua história.
Enquanto um deus encarnado, a morte de Cristo é necessária por trazer a esperança de redenção dos pecados, assim como salvar-se do inferno. A vida de Cristo torna-se um exemplo a ser seguido, não só por ser o Filho do Senhor, mas também por vencer o mal, como relatado em Mateus 4:1-11. Suas ações tornam-se um guia para o fiel, sendo assim, devem ser reproduzidas e, é a Igreja que se encarrega de fazer com que Seus passos sejam seguidos, pois o homem corrompido, torna-se essencialmente pecador.

> O homem é à imagem de Deus, mas não passa de seu reflexo; é "superior" ao animal porque foi dotado de razão, mas é inferior ao anjo porque foi corrompido no nascimento. É inevitável, portanto, que peque, mas é indispensável que se lave do pecado. [...] Pesa sobre a espécie humana uma noção latente de culpabilidade, e convém que disso seja persuadida. (FOSSIER. 2018, p. 296)

Analisando Jesus, a ideia da encarnação de um mito pode parecer paradoxal, pois mito o sendo, não encarna. Contudo, a encarnação de Cristo ocupa um lugar significativo na mitologia cristã, como um deus que se fez carne e morreu para salvar a humanidade do pecado advindo da falta original. Não é de se estranhar que o dogma cristão tenha sua doutrina tão firmemente fixada em tal relato, tendo em vista que, ao passar por uma experiência terrena e, como um ser antes imortal, experimentar a morte, o que renasce a partir de Jesus é um ideal de vida cristão baseado em suas ações, que estarão presentes na vida do homem medieval.

Estruturação social e sua relação com o divino

Mesmo com toda a variabilidade acerca da interpretação da imagem do divino, a sociedade da Idade Média Central será hierarquizada de forma a manter Deus como o pináculo da pirâmide social, que rege as relações humanas. A sociedade medieval, que se baseia no sistema estamental, se estruturará de uma forma a seguir os desejos divinos. Deste modo, Johan Huizinga (2021, p. 117) observa que "estamento é estado, *estat* ou *ordo*, termos que remetem à ideia de uma entidade ditada pela vontade de Deus", tal entidade, o Estado, consequentemente, é por si mesma, uma estrutura sagrada, sendo a própria palavra *ordo* utilizada para manifestar a consagração do divino em seus diversos âmbitos, de acordo com Jean-Claude Schmitt (2014, p. 36), "expressa ao mesmo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tempo as ideias de planejamento do espetáculo dos corpos, de organização ideológica do terrestre e do celeste, de ordenação, isto é, consagração dos autores, dos lugares, dos objetos do ritual".
Considerando a influência que o livro de Gênesis exerce na sociedade medieval, portanto, é possível interpretarmos a criação do mundo e do casal primordial como uma hierofania; ou seja, uma manifestação do sagrado, visto que "para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O Cosmos, na sua totalidade, pode tornar-se uma hierofania" (ELIADE. 2018, p. 18). Sendo assim, o mundo e a espécie humana compartilham de uma mesma origem sagrada que deve ser exaltada a todo momento. Entretanto, após o pecado original, a humanidade também passa a dispor de um lado profano: sua natureza pecadora, contra a qual o ser humano deve buscar sua redenção, visando retornar ao Paraíso após sua morte. Por conseguinte, a Igreja tem em suas doutrinas uma forma de fazer a sociedade manter-se alinhada ao exemplo de Cristo.

Papel da Igreja

A Igreja Medieval, portanto, ocupava uma posição estratégica, no centro da relação entre fiel e divino. Não só representava Deus na Terra, como era a própria instituição do Senhor, "cujo objetivo principal é a salvação para todos os homens" (SCHMITT. 2014, p. 92). Assim sendo, cabe à ela guiar o caminho de seus seguidores ao Paraíso e, a melhor forma de se merecer a salvação, é seguir os caminhos do próprio Cristo.
A partir disso, consideremos a divisão do tempo pela Igreja Católica e sua respectiva leitura na Bíblia e consagração: o Desvio que trata do momento em que Adão se afasta de Deus, se estendendo até o profeta Moisés; três domingos antes da Quaresma até a Páscoa; Gênesis; a Renovação que se inicia com Moisés, se estendendo até o nascimento de Jesus; o Advento; Isaías; Reconciliação, que trata do tempo em que a humanidade se reconcilia com Cristo; Páscoa até Pentecostes; Apocalipse; e Peregrinação se passando no tempo atual; Pentecostes ao Advento; Reis e Macabeus.

> O tempo do Desvio, iniciado quando Adão se afastou de Deus, durou até Moisés, tempo representado pela Igreja da Septuagésima até a Páscoa. É por isso que nesse momento recita-se o livro do Gênesis [...]. O tempo da Renovação ou do Retorno, iniciado com Moisés, durou até o nascimento de Cristo. [...] A Igreja representa esse tempo do Advento à Natividade de Cristo. Nele se lê Isaías, que trata exatamente dessa renovação. [...] O tempo da Reconciliação é aquele em que fomos reconciliados por Cristo. A Igreja o representa da Páscoa ao Pentecostes, quando se lê o Apocalipse [...]. O tempo da Peregrinação é o da vida presente, tempo de mudança e combate. Esse tempo é representado pela Igreja da Oitava de Pentecostes ao Advento do Senhor. É quando se lêem os livros dos Reis e dos Macabeus (VARAZZE. 2003, p. 41)

A Bíblia tal qual conhecemos hoje, é dividida somente no século XVI, até então o que se era utilizado, era a Vulgata, a versão latina da escritura sagrada. No entanto, tal divisão temporal se inicia ainda no século IV. Através da divisão do tempo acima citada, é possível notarmos que a Igreja divide o tempo terreno de forma a sempre retornar a um passado mítico, pois "pode-se dizer até que o homem religioso [...] é por excelência um homem paralisado pelo mito do eterno retorno" (ELIADE. 2018, p. 82). A repetição cosmogônica imposta pela Igreja se faz necessária

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

para lembrar o homem de um passado intrinsecamente próximo ao Criador e de sua criação advinda de uma hierofania, e que, pela falta humana, a espécie é condenada a pagar em seu tempo de vida terrena. No entanto, ao aproximar-se do modo de vida idealizado pela encarnação de um símbolo mítico cristão, há a possibilidade de se redimir perante a natureza errônea que o homem passa a ter a partir de sua falta original. A repetição da hierofania através da Igreja, portanto, religa a humanidade com seu Pai.

História Sagrada e Mito cristão

Ao mesmo tempo que "o cristianismo tem todos os traços de uma mitologia", (SCHMITT. 2014, p. 52), com narrativas bíblicas que buscam explicar a origem do mundo e da humanidade e fornecer modelos exemplares de vida, o catolicismo, desde cedo, se defendeu de ser classificado como tal. A Igreja se opôs à concepção de mitologia declarando que o cristianismo se trata de uma História Sagrada, "essa oposição é essencialmente a da verdade e a do erro, do cristiansimo ou do judaico-cristianismo e do paganismo" (SCHMITT. 2014, p. 54), pois a história narrada na Bíblia não se trataria de um conto, mas de um passado real que explica o nascimento do mundo e do homem como criaturas concebidas de uma divindade. A Patrística define o mito (do grego *muthos*) como fábula (no latim, *fabulae*), ou seja, um erro. Tal erro refere-se à religião do outro, os pagãos, para os quais a Verdade não fora revelada. Portanto, ao impor regras de como é ser cristão na Idade Média central, mesmo que a Igreja proclame o cristianismo como História Sagrada, ela oferece elementos genuinamente míticos de como ser e agir no mundo baseados na descrição de um mito.

Referências

ALMEIDA. R S. **Uma voz feminina calada pela Inquisição**. São Paulo: Hagnos, 2011.

Bíblia Online. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/acf>. Acesso em: 10/11/2021

DUBY, G. As damas do século XII. 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

EMÉRICO, N. **O Manual dos Inquisidores.** Lisboa: Afrodite, 1972.

FRANCO JR, H. Os três dedos de Adão: ensaios de antropologia medieval. São Paulo: Edusp, 2010.

LARAIA, R. **Jardim do Éden revisitado**. **Revista de Antropologia [online]**. v. 40, n. 1, p. 149-164, nov. 2000.

LE GOFF, J. **As raízes Medievais da Europa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LE GOFF, J. **O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PAGELS. E. **As origens de Satanás: um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na Sociedade Moderna.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões.** 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOSSIER, R. **As Pessoas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GILSON, É. **A Filosofia na Idade Média**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HUIZINGA. J. **O outono da Idade Média**. 1ª ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.

RUSSEL, J B. **Lúcifer: O Diabo na Idade Média.** São Paulo**:** Madras, 2003.

SCHMITT, JC. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: Ensaios de antropologia medieval.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VARAZZE, J. **Legenda Áurea: vidas de santos.**São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A PSICANÁLISE EVANGÉLICA DA FACULDADE GOSPEL

Milleni Freitas Rocha[1]

Introdução

Como graduanda em História e participante do laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos-NIEJ da UFRJ, tive contato com a investigação sobre os evangélicos e a Igreja Pentecostal devido à utilização de símbolos judaicos nos ritos evangélicos e a criação, por essas igrejas, de uma Israel imaginária pré-moderna. Uma Israel que não tem a ver com o Estado moderno de Israel hoje, mas uma Israel bíblica que encontra no estado de Israel uma espécie de continuidade de profecia. Para esses evangélicos, a ruptura que modernidade causa com um estado moderno de direitos nada interfere em sua Israel, que é imaginária porque capta imagens bíblicas, imagens de uma Israel espiritual e, portanto, borra a fronteira entre o estado de Israel e a Israel bíblica. Nesse momento, as discussões sobre a modernidade e a anti-modernidade dos grupos religiosos passaram a ser um ponto de virada. Dentre algumas leituras sobre a modernidade pude perceber que um dos saberes ocidentais cujo maior símbolo de atualidade moderna é a psicanálise. A psicanálise freudiana passa a atravessar o público e o privado e transforma o que é do íntimo para uma reflexão teórica consistente. A psicanálise se faz perguntas típicas da modernidade. A sexualidade, a ética do desejo psicanalítico e uma série de abordagens da psicanálise atrapalham o saber religioso. A psicanálise, portanto, passou por um processo de evangelização para existir dentro do discurso teológico. Por isso, apresentarei aqui um resumo de algumas reflexões feitas até o momento sobre o curso de psicanálise evangélica, sua forma e conteúdo.

Vale destacar um resumo da trajetória reflexiva para se chegar até o objeto, partindo de um debate sobre o pensamento moderno. Uma das rupturas que a modernidade causou foi a substituição da crença divina pela crença na ciência e na racionalidade. Se antes o que era invisível era sagrado, a partir da modernidade alguns elementos invisíveis passam a integrar o campo das ciências e se desencantam. Nos séculos XIX e XX alguns objetos invisíveis como a Teoria da Relatividade de Einstein, a Dialética hegeliana, a Luta de Classes do Marx passam a ser conceitualizadas por uma ciência do invisível e dessacralizada. Nesse mesmo eixo de produção do conhecimento, o Inconsciente teorizado por Sigmmund Freud passa a fazer parte dessa modernidade de uma maneira muito específica: traz discussões acerca do íntimo e do privado da vida cotidiana e as transforma em debate público e político.

As relações entre psicanálise e modernidade são vastas, ora são vistas como produto ora são vistas como sintoma. No Brasil, é também sintomático que a psicanálise tenha chegado aqui pela Semana de Arte Moderna de 1922, onze anos de diferença da chegada dos primeiros

[1] Mestranda em Sociologia (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – PPGS\ UFF).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

missionários suecos que fundaram a Assembleia de Deus(AD) no Brasil, em 1911. No entanto, nos registros consultados até o momento, o vínculo entre psicanálise e religiosos foi consolidado de maneira mais ampla na década de 1970, com movimento cristão ecumênico do Centro de Debates e Estudos de Psicanálise(CADEP), pertencendo à a Escola Superior de Psicanálise(ESP). Logo após em 1976, foi fundado o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC).

A atuação da teologia pentecostal na reinvenção de uma psicanálise gospel se consolida no ano de 1996, com a fundação da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB) com sede em Niterói. Seu fundador foi o pastor evangélico Heitor Antônio da Silva, um ex aluno da CADEP\ESP. A partir dos anos 2000, houve diversos projetos de leis sobre a psicanálise e os pentecostais feito por deputados evangélicos ou com o apoio da bancada evangélica. As pautas se dividem em duas abordagens: a primeira como autorização para praticar a "cura" de homossexuais, tal como o PL717/03, criado pelo pastor da AD Édino Fonseca e a segunda como regulamentação da profissão de psicanalista por missionários que também promovem a "cura pela palavra" tais como (PLS)147/2017 e (PLS) 101/2018 do deputado Telmário Mota, até então do PTB.

Nesse sentido, pretendo investigar por meio de análise qualitativa dos cursos de Psicanálise Clínica do Seminário Gospel[2], vinculados à AD e suas congregações. Para a pesquisa, há algumas perguntas preliminares que podem me guiar como: De que maneira a construção de um saber autorizado da psicanálise passa a participar da configuração de uma teologia pentecostal brasileira? Porque a psicanálise e não outra coisa? Por que as especificidades da psicanálise freudiana e o conhecimento moderno ajudam e atrapalham, ao mesmo tempo, a adaptação desse saber aos dogmas pentecostais da Assembleia de Deus? É possível afirmar antecipadamente que cura pela fé e as transformações corporais e simbólicas que a igreja forja nos fiéis produzem afinidades eletivas com certo discurso psicanalítico de cura pela palavra.

Os trabalhos de Luiz Fernando Dias Duarte e de Joel Birman sobre as relações dos estudos "psi" com as ciências humanas oferecem reflexões sobre como a psicanálise foi difundida de uma maneira muito específica no Brasil: foi vista pela elite intelectual brasileira como ferramenta civilizatória. Ou seja, ela se apresentou como uma possibilidade de higienizar o "povo" e a "nação" orientando-os e educando-os nos costumes, dessa maneira, alguns médicos cristãos, segundo Emílio Nolasco, viram a oportunidade de atuar fervorosamente nos costumes segundo sua fé cristã.

Ao avançarmos no tempo, a fé pentecostal passou por um processo de consolidação no Brasil e na América Latina, se disseminando em contextos específicos que Paul Freston identificou como "ondas pentecostais". Essa cisão em "ondas" nos permite enxergar a clivagem de práticas religiosas e cultura política de cada momento histórico que elas estavam imersas. Para essa pesquisa, interessa mais os processos após a Renovação Carismática na década de 1960. Quando

[2] A ementa do curso está disponível em: <http://cgiadb.com.br/curso-a-distancia/curso-internacional-em-psicanalise> Acesso em abril de 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o "aporte emocional da experiência pentecostal"[3] reflete uma inovação na maneira de enxergar as subjetividades e sua interioridade. Como consequência não imediata e não óbvia, há sinais de aproximação com certa "psiquê".

Esse movimento carismático oferece ainda mais pontes para relacionar ao que Wilhelm Reich descreveu em sua obra. Segundo Reich, falar para as massas em um contexto de surgimento do fascismo traz modificações de sentido das palavras, de movimentação de uma gramática ideológica de exclusão do outro que está fora e redenção para os que estão do lado de dentro. Ora, na lógica pentecostal, se a glossolalia permitiu falar na língua dos anjos, um aparelhamento da psicanálise freudiana produz uma crença de que é possível entender a língua da mente humana e seu funcionamento, com o objetivo de modificar os costumes.

O curso de formação do psicanalista gospel

Fazer esse curso de psicanálise evangélica de maneira integral e crítica viabilizaria a compreensão da gramática forjada por esse pastor ou esse grupo de evangélicos. Ao produzir um conhecimento auto-denominado psicanalítico, alguns perguntas surgem, além das descritas acima, que é por exemplo: onde o pastor que produziu esse curso teve acesso às leituras sobre Freud? Como surgiu a necessidade de se produzir esse conhecimento? E por fim: a psicanálise laica e freudiana se tranforma nesse processo? É possível medir o alcance de mobilização de pessoas e fiéis voltadas para o estudo de uma psicanálise evangélica específica? Deixo essas perguntas como guias para a pesquisa e parto para o início da entrada nesse campo de estudos. Quando alguém demonstra interesse em comprar algum curso no site você pode optar por autorizar a ter um atendimento particular no whatsapp. Aceitei e a mulher que me atendia, a qual nos chamamos mutuamente de "irmã", uma representante de vendas online dos cursos veio me oferecer ajuda e retirar dúvidas. Ela disse que trabalhava na Faculdade Gospel há 13 anos. No ano de 2021 a Faculdade Gospel estava fazendo 30 anos, especificamente em abril, o mês em que diversos cursos teriam mais de 50% de desconto. Claro, como uma boa vendedora me convenceu a levar o mais caro, apesar da ementa do curso ser igual ao de todos os outros em relação à "psicologia".[4] Nesse contato com a minha interlocutora, haviam muitas perguntas sobre meu vínculo com a igreja, tive que omitir a pesquisa e me passar por evangélica. Devido à pesquisa da monografia estive em Israel em 2019, acionei esse trunfo e automaticamente o tratamento mudou. Como disse Durkheim, em certo sentido, eu havia tocado o sagrado. Minha figura ali que possuía um espectro diferenciado devido à ida para a Terra Santa, prossegui fazendo mais perguntas sobre a origem do curso e todo tipo de informação que pudesse extrair. Não quis parecer inoportuna e muito menos suspeita, por alguma razão é relativamente comum que os alunos da Faculdade Gospel façam inúmeras perguntas e segui sendo atendida como

[3] ORO, A. P. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil (Some questionings of Pentecostalism in Brazil) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p383. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 22, p. 383-395, 23 set. 2011. p. 386

[4] Importante enfatizar que no próprio material às vezes ocorre uma mistura dos termos "psicologia" e "psicanálise", a escrita do material e os conceitos não seguem um rigor acadêmico e teórico, e às vezes torna o material em algumas partes pouco claro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"irmã" e cliente. Consegui um desconto a mais, parcelei o curso em 12x e aguardei o retorno. Esse breve relato é importante para a compreensão do lugar de Israel e do Judeu nesse curso de psicanálise e na teologia evangélica neopentecostal como um todo.

O curso chegou. A partir daí tive acesso à formação de pastor do Seminário Internacional de Teologia da Faculdade Gospel, que é todo EaD, com aulas em DVD assíncronas e três livros relativamente grandes. Ao todo o curso tem 3 volumes e 5 DVDs. O material oferece no primeiro volume do curso de Psicanálise uma reflexão sobre como criar, administras e crescer uma igreja em poucos meses, escrita pelo próprio autodenominado Reitor Ap. Pr. Dr. Omar Silva Costa. Todos os livros têm a mesma ilustração na capa, a bandeira de Israel e do Brasil em um formato de aliança e uma frase muito simbólica "Uma nação de adoradores apaixonados por Jesus".

Os três módulos são divididos tematicamente de acordo com a ordem que se supõe a mais lógica na formação (ver Anexo 1) de um pastor que segundo o curso será capaz de atuar como: Conselheiro, orientador e mentor religioso; Pesquisador, dedicando-se à investigação de temas teológicos; Ministro pastoral, a critério de sua Igreja; Assessor e consultor no campo da Teologia.[5] Após o curso, segundo o próprio site de vendas[6], o concluinte terá perfil para: Administrar, planejar, organizar e controlar o funcionamento das instituições sob sua responsabilidade, visando fomentar o conhecimento teológico que auxiliem os membros da comunidade no exercício dos seus direitos fundamentais e civis; orientar as famílias no contexto da valorização e da dignidade humana e da solidariedade social; incentivar os jovens e adolescentes na busca de formação espiritual, intelectual, técnica e tecnológica; cooperar com as autoridades constituídas nas atividades que visem erradicar a pobreza e miséria em busca do desenvolvimento nacional.

O curso é destinado para pastores, teólogos e obreiros, vinculados a alguma igreja. O curso é de autoria do próprio reitor da Faculdade Gospel, o Omar Silva Costa é presidente da Convenção das Assembleias de Deus - CGIADB com 14.000 pastores, bispos, apóstolos filiados e Presidente do Conselho Federal de Pastor com 11 mil filiados, assessor da CICAI e Convenção Batista Internacional. Segundo o material, o pastor Omar já abriu 5.996 Igrejas com presidente vitalício, rádios e ONGs. Localizada em Ituiutaba-MG, a Faculdade Gospel oferece cursos EaD de Antropologia, Música, Dança, Pneumatologia, História, Hebraico… todas com um valor mais ou menos parecido e a garantia de um certificado de bacharelado, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

É importante levar com consideração que o amplo oferecimentos de cursos supostamente universitários, com nomenclaturas de "bacharelado" "mestrado" e "doutorado" tem sua expansão simultaneamente à expansão das universidades brasileiras, na primeira década dos

[5] Disponível em: <http://cgiadb.com.br/curso-a-distancia/curso-internacional-em-psicanalise>
[6] Idem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

anos 2000. Coloco entre aspas pois o próprio curso se posiciona diante do não reconhecimento do MEC em relação aos cursos propostos pela Universidade Gospel.[7]

O encontro entre camadas populares fora desse meio "secular" e acadêmico com uma faculdade que dialoga com seu cotidiano e valores cristãos produz então uma parte desse acesso das classes populares a um título "universitário".

No meio evangélico, os cursos de formação bíblica, de obreiros e o estudo como parte do processo de provação de fidelidade a deus[8] não está presente em todas as denominações evangélicas. Há uma dinâmica de formação da liderança religiosa, sempre em disputa, em cursos teológicos que servem à própria igreja ou congregação. A formação dentre os evangélicos não é necessariamente uma novidade, mas o estudo da psicanálise tal como é feita hoje, sim. Claro, há uma diversidade imensa no meio evangélico e a formação do fiel nem sempre é estimulada. Algumas igrejas como a IURD[9] afirmam que o excesso de teoria atrapalha a própria fé.

Freud, judeidade e judaísmo em jogo - o antissemitismo filosemita dos evangélicos

Com o avanço nos estudos desse livro de formação do psicanalista, o lugar do psicanalista transita entre o sagrado e o profano. Há uma sacralização do profano Freud. Freud nos livros está para a psicanálise tal como Jesus está para as sarar as chagas da humanidade. No início do terceiro livro o pastor e autor afirma que Jesus foi o maior psicólogo que já existiu. Após algumas páginas declara que Freud não segue nenhuma religião e é contra as religiões pois "não conheceu a religião verdadeira". Essa é uma fala típica da conversão de judeus no cristianismo. Uma fala antissemita no sentido religioso do termo, na qual, na lógica da teologia neopentecostalizada hoje, o judaísmo que existe deixará de existir com a volta do verdadeiro messias.

Então o fato de Freud ser retratado como um judeu ateu mas que ainda assim carrega o sentido de seu judaísmo cultural, de sua identidade judaica além da religião, é passível de ser disputada

[7] O curso afirma inicialmente que não é um curso equivalente ao "bacharelado" mas quando você recebe o material, logo na capa podemos encontrar afirmações que dizem o contrário. O site explica que: O Titulo Honorifico em Psicanálise é por causa da honra, em virtude da honra, de modo honorífico; Não é um título de graduação ou especialização é um título que reconhece a virtude da Honra de um Cidadão, é emitido pelo Seminário Gospel que reconhece esta atuação, independente de lei específica, discriminação ou partidarismo; amparado pelo principio da legalidade. Não é um Diploma Universitário de Graduação Civil, nem Pós-Graduação Civil, nem Técnico, Não necessita de ser Reconhecido pelo MEC. Têm a finalidade de Caráter Cultural de Reconhecimento livre para a Honra de Notório Saber. O Diploma: Titulo Honorifico em Psicanálise "significa" que é um Diploma de Honra e para a Honra de Reconhecimento de Notório Saber concedido a: determinada pessoa sem discriminação de graduação, formação, raça, cor, partidarismo ou ideologia política. O Diploma Titulo Honorifico em Psicanálise é concedido pela Honra, para a Honra e pelo reconhecimento de um Ser Humano do bem e que seja um Multiplicador do Bem através de seu Caráter, sua Cultura e de Sabedoria Humanitária Universal. O Titulo Honorifico em Psicanálise, é concedido a um estudioso em virtude do "conjunto de sua obra", ou seja, da sua importância geral para determinada área do conhecimento humano. Não é especificamente mais um título de nível de graduação civil ou eclesiástica, mas sim uma espécie de "prêmio", de reconhecimento pelo trabalho acadêmico, social, científico de determinada pessoa independe de sua graduação ou formação escolar. Ter o Titulo Honorifico em Psicanálise, significa literalmente, um Fato Honroso. Esse Titulo Honorifico em Psicanálise é um reconhecimento público é dado em forma de Certificado a pessoas ou instituições que, apesar de não terem feito os estudos necessários, se destacaram em determinado campo, durante sua vida.

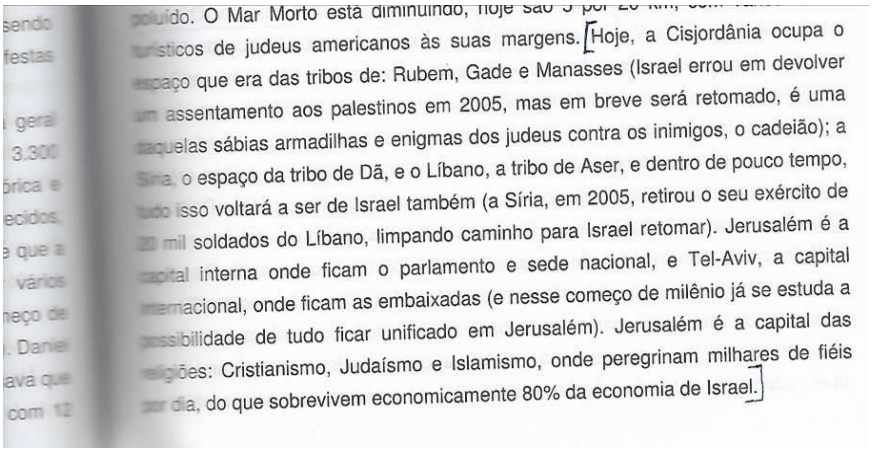
[8] Há uma série de trechos bíblicos mobilizados para reafirmar o argumento que está sendo dito. No caso desse curso a citação é "O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento. Porquanto rejeitaste o conhecimento, também eu te rejeitarei, para que não sejas sacerdote diante de mim" Oséias 4:6

[9] Igreja Universal do Reino de Deus

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pela conversão. Aqui há algumas reflexões ainda preliminares. Entretanto, com algum acúmulo no campo dos Estudos Judaicos podemos levantar questões acerca do material.

Por exemplo: no Livro 1 do curso de Psicanálise Evangélica, é intitulado "Formação de Pastor" (ver anexo página 16) os judeus e Israel aparecem muita frequência. Esse é o primeiro dos três livros do curso e narra principalmente como montar uma igreja, tanto pela ordem jurídica quanto pelos valores e ensinamentos que a igreja deve ter. A História da Igreja é descrita tendo seu início marcados pelos estudos bíblicos dos judeus nas sinagogas de Jerusalém, onde se agregaram 3mil almas, aqui citam passagens bíblicas do Atos e logo em seguida é narrado que esses judeus sofreram perseguições, prisões, apedrejamentos e a dispersão. Ou seja, na perspectiva evangélica, o início de sua fé começa com os judeus lendo a bíblia nas sinagogas, não apenas isso, mas também o início da dispersão e da perseguição aos judeus começam com o surgimento da Igreja, que, segundo a narrativa do livro, foi perseguida por Roma até 313 e depois oficializou-se a religião. No entanto, essa igreja oficial rompia com a "Igreja primitiva" no início da inquisição, esses evangélicos que criam essa história mítica eram contra a venda de indulgências e contra a ideia da infalibilidade papal. Para essa narrativa assembleiana, os judeus são o início de tudo. Os judeus, para eles, são os verdadeiros cristãos, tal como Israel é visto[10] como o país mais cristão do mundo os que iniciaram os estudos bíblicos e de onde surgiu Jesus. Aqui os judeus são vistos como o povo próspero, o povo que venceu apesar das perseguições. O êxito dos judeus também é descrito em outro momento, no caso mais contemporâneo em relação à Israel e aos palestinos.



poluído. O Mar Morto está diminuindo, hoje são 5 por 20 km, com [illegible]
turísticos de judeus americanos às suas margens. [Hoje, a Cisjordânia ocupa o
espaço que era das tribos de: Rubem, Gade e Manasses (Israel errou em devolver
um assentamento aos palestinos em 2005, mas em breve será retomado, é uma
daquelas sábias armadilhas e enigmas dos judeus contra os inimigos, o cadeião); a
Sina, o espaço da tribo de Dã, e o Líbano, a tribo de Aser, e dentro de pouco tempo,
tudo isso voltará a ser de Israel também (a Síria, em 2005, retirou o seu exército de
20 mil soldados do Líbano, limpando caminho para Israel retomar). Jerusalém é a
capital interna onde ficam o parlamento e sede nacional, e Tel-Aviv, a capital
internacional, onde ficam as embaixadas (e nesse começo de milênio já se estuda a
possibilidade de tudo ficar unificado em Jerusalém). Jerusalém é a capital das
religiões: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo, onde peregrinam milhares de fiéis
por dia, do que sobrevivem economicamente 80% da economia de Israel.]

Imagem 1 – Livro 1 de formação do Pastor em Psicanálise Gospel. A citação retrata a visão do judeu ardiloso sendo positivada.

As imagens forjadas nesses imaginários antissemitas do "judeu rico" e do "judeu ardiloso" aparecem nos textos. Só que dessa vez com exaltação dessas figuras. É um antissemitismo filossemita pois esses elementos do antissemitismo histórico que causariam a perseguição e o racismo, nos evangélicos causam encantamento e consagração. O "judeu rico" aparece quando o

[10] Aqui há um cuidado em respeitar os limites da representação "dos evangélicos" enquanto grupo. Quando fazemos referência aos evangélicos, é necessário ter em mente que são aqueles que produzirem e para quem se destina o material da Psicanálise evangélica. Não há tentativas de homogeneização da teologia evangélica e menos ainda de seus membros.

autor afirma que Israel é o país mais rico do mundo. O "judeu ardiloso" aparece para se referir à ocupação israelense na Cisjordânia (Ver Imagem 1), em que os judeus saíram de algumas terras, mas com certeza há um plano por trás dessa ação porque são os mais poderosos e não perderiam para os "árabes atrasados". A lógica do judeu imaginário é que passam a criar o judeu, é o antissemita que cria o judeu.

O antissemitismo, nessa lógica de aproximação com os evangélicos, precisa existir porque cria essas imagens dos judeus para serem positivadas. Enquanto há judeus imaginários, distantes do que se reconhece como judeu histórico Enquanto houver antissemitismo do "judeu poderoso" a narrativa evangélica se fortalece, se há perseguição, morte e massacre é um indicativo do fim dos tempos, ou de uma "cristofobia" da inquisição. Os salvos serão aqueles que se curvarem para a segunda vinda do messias. Só há salvação se há conversão dos judeus e só há vinda do messias se Israel permanecer onde está. Israel atua como organizador dessa teologia. Enquanto Israel for imaginado como forte, poderoso e rico, ele participará da configuração teológica desses evangélicos.

Nesse sentido, Israel precisa ser dos judeus, ainda que imaginários, precisa estar em Jerusalém e triunfar, caso isso não aconteça compromete a profecia do arrebatamento, do objetivo que é Jerusalém Celeste e o salvamento do fim do mundo estará inconcluso. Israel é interpretada como o êxito e comprovação da bíblia. Nada explicaria mais a existência de Israel e do lar judaico do que o cumprimento da profecia. Os judeus são o início e o fim, alfa e ômega. Não há menção ao antissemitismo no sentido racial e na Europa da década de 1930, mas há sobre perseguição religiosa que os evangélicos sofreram pelos católicos. Se os judeus eram vistos por esses evangélicos como "o povo mais perseguido do mundo" eles também o são. Se os judeus sofrem perseguição esses cristão sofrem cristofobia na mesma medida. Assim, Israel é interpretada como o êxito e comprovação da bíblia. Nada explicaria mais a existência de Israel e do lar judaico do que o cumprimento da profecia.

Como esse livro de formação do analista precisa, em certo sentido, criar condições para a autorização do psicanalista evangélico e criar uma noção de verdade. O próprio livro busca se assemelhar como um guia tal como a bíblia. A leitura atenta e as explicações de mundo contidas nas páginas desse livro do curso, é necessário abordar as diversas facetas da realidade, tal como a Bíblia precisa ser encarada de maneira ahistórica e trans-histórica. Ela explica o passado, presente e futuro. Só há a bíblia e nada mais, nessa lógica fundamentalista de independência do texto em relação ao seu contexto.

Nesse sentido, como o turismo evangélico em Israel[11] se tornou um ponto fundamental para a discussão e o estímulo dessas viagens. Por isso, tal como a bíblia precisa ser lida para encontrar respostas, o livro de formação do psicanalista gospel conta que a existência de judeus negros são explicados pela história de Salomão ter tido filhos com a rainha de Etiópia, não há referências de datas ou maiores explicações. A explicação da existência de judeus espalhados pelo mundo é mencionada no curso de psicanálise a glossolalia misturada à festa de pentecostes, onde cada presente (judeu) falou em uma língua diferente. A noção de falar em línguas estrangeiras nessa

[11] Para ver relatos sobre a Embaixada de Israel no Brasil e os evangélicos, ver RAMAGEM, 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

passagem bíblica do Atos, transforma o judeu da diáspora nesses 18 personagens bíblicos que falavam línguas estrangeiras, sem ser a "língua original" o hebraico antigo ou aramaico.

Aqui, damos um salto reflexivo para unir os elementos da diáspora judaica, que é uma marca da modernidade e Freud, que é outra marca fundamental da modernidade. Os pentecostais atuam como iconoclastas, seja ao chutar uma santa, ao eliminar imagens dos templos ou nesse caso do curso, se empenham em destruir Freud para criar outro Freud, evangelizado e palatável para sua própria teologia. O Freud que está para Jesus, não serve enquanto morto ou não cristão, só serve vivo e convertido à esse cristianismo. Freud sendo retratado como psicólogo secular e Jesus, segundo o autor do curso, é o maior psicólogo de todos os tempos, pelo silogismo, Freud e Jesus estão conectados, e são capazes de atuar somente segundo os preceitos da igreja. Evangelizar Freud, a judeidade e a psicanálise funcionam como uma ótima metáfora sobre a modernidade para esses grupos.

A psicanálise evangélica retira de Freud e de seus seguidores a autoridade sobre a análise e seus efeitos terapêuticos atravessando os saberes "psi". Existem vários "freuds" abordados aqui, um é Jesus-Freud e o outro é o freud-inimigo-ateu, o outro é o Freud convertido, que metaforiza a conversão dos Judeus. Com a frase "Freud é ateu e contra as religiões porque não conheceu a religião verdadeira". A cura gay, ainda que esteja falando de outro assunto pode ser pensada pela chave da conversão de judeus. Nesse caso, na conversão de gays (Lê-se qualquer indivíduo que se sinta parte da comunidade LGBTQIA+). O ato de cura gay é um assassinato simbólico. Em vez de matá-lo fisicamente, mata-se o que se considera matável, que é a sua "gaydade", sua homossexualidade. A conversão seria a morte de um tipo de vida através da palavra. A cura pela palavra é a cura gay e a cura da judeidade. Curar Freud de seu ateísmo seria convertê-lo, transformar Israel em um país cristão seria convertê-lo. Curar e converter aqui se confundem e caminham juntos. Judith Butler em Quadros de Guerra afirma que "a aceitação da homossexualidade é o mesmo que a aceitação da modernidade" (p. 158). Mesmo que esteja retratando outro contexto em seu livro, suas reflexões podem ser extraídas para pensa-los em outro formato. Aceitar Freud também é aceitar a modernidade. Aceitar os judeus históricos, que são cheio de contradições, integrados ainda que com uma integração incompleta, seria aceitar a modernidade. Para se combater a modernidade, Freud e os judeus, é necessário convertê-los ao judaísmo imaginado por esses grupos. Ao judaísmo verdadeiro que deixará de sê-lo pelo messias verdadeiro.

ANEXO 1 – Ementa do curso de psicanálise evangélica

Módulo I – Psicologia Pastoral			
01	Teoria da Criação	**05**	Psicologia
02	Saúde e Doença	**06**	Psiquiatria
03	Criação dos Hospitais	**07**	Neurologia
04	O Monopólio	**08**	Neurociência
Módulo II – Aconselhamento Pastoral na Bíblia			
01	Aconselhamento Pastoral	**03**	Elementos do Aconselhamento Pastoral
02	Conselho	**04**	A Bíblia Sagrada
Módulo III – Relação de Ajuda			
01	Comportamento	**06**	Terapia Diretiva
02	Salmoterapia	**07**	Terapia Permissiva
03	Os Sacerdotes	**08**	Remissão Espontânea

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

04 Profissionalização da Terapia
05 Abordagens de Terapias
09 Aconselhamento Cristão

Módulo IV – O Pastor como Conselheiro
01 Significado da Palavra Pastor
02 Personalidade do Conselheiro Cristão
03 Função do Conselheiro Cristão
04 O Pastor e a Entrevista de Ajuda

Módulo V – Transtornos Mentais do Comportamento
01 Transtorno Dissociativo ou Converso
02 Transtorno de Humor
03 Esquizofrenia
04 Epilepsia

Módulo VI – Manifestações Psicopatológicas
01 Origem da Psicopatologia
02 Alteração da Consciência
03 Alteração das Representações
04 Alteração no Julgamento
05 Alteração da Percepção
06 Alteração do Afeto
07 Estudo de Caso

Módulo VII – Fundamentalismo no Aconselhamento
01 Fundamentalismo versus Modernidade
02 Atacando Freud
03 Fundamentalismo no Aconselhamento
04 Mecanismo de Defesa Psicológico

Módulo VIII – Ministração de Auto Ajuda
01 Como Receber Cura Física
02 Sucesso no Vale
03 Vitória Sobre Inimigos
04 Do Poço ao Pódio
05 Como ser um Campeão
06 O Segredo para Ficar Rico

Volume 2

Módulo I – Constituição e Códigos Para Pastores, Capelães e Igrejas
01 Noções, Histórico e Títulos
02 Rituais Religiosos
03 Constituição e as Convenções
04 Ministrar em Presídios
05 Escarnecer de Alguém por motivo de Fé
06 Calúnia, Difamação e Injúria
07 Dano Moral, Material e à Imagem
08 Charlatanismo e Curandeirismo
09 Culto ao Ar Livre, Racismo e Direitos Autorais
10 Direito Trabalhista e Previdenciário do Pastor
11 Tributos e Impostos para Igrejas
12 Despejo e Reintegração
13 Sermões com Cultura Jurídica
14 Direito Penal
15 Direito Civil
16 Direito Trabalhista e Previdenciário
17 Código de Trânsito
18 Processos Penal e Civil
19 Capelão (conceito e histórico, base legal e capelão em outros países)

Módulo II – Teologia
01 Carta aos estudantes
02 Teologia Geral
03 Teologia Sistemática
04 Pentateuco
05 Geografia Bíblica
06 Religiões e Seitas
07 Teologia Pastoral
08 Escola Dominical
09 História da Igreja
10 Psicologia
11 Sociologia
12 História de Israel
13 Pneumatologia
14 Angeologia
15 Antropologia
16 Hermenêutica
17 Homilética
18 Tipologia
19 Escatologia
20 Bibliologia

Módulo III – Oratória, Discurso, Pregação e Ministração
01 Noções
02 Fluência do Tema
03 Efeitos Psicológicos
04 Divisões do Estilo
05 Preparar o Sermão
06 Objetivo do Sermão
07 Assunto e Título do Sermão
08 Divisões de Temas
09 Persuadir e Dissuadir
10 Vocalização
11 Artes Dramáticas
12 Decoro e Roteiro

Módulo IV – Dízimos e Ofertas Alçadas
01 Teoria
02 Diversas Igrejas
03 Termômetro da Fé
04 Roubo e Maldição
05 Bênção e Prosperidade
06 Como Iniciar
07 Fundamentos Bíblicos
08 25 Razões Para Ser Dizimista
09 Conclusão

Volume 3

Módulo V – Administração Eclesiástica

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

01	Localização, divisões e departamentos	**16**	Pastores
02	Igreja de cura e libertação	**17**	O líder
03	Igreja de louvor e avivamento	**18**	Divisão dos trabalhos
04	Igreja de doutrina, obreiros e ministério	**19**	Visitas e visitantes
05	Costumes	**20**	Termômetro espiritual
06	Corpo de obreiro, diretoria e ministério	**21**	Tamanho das igrejas (A - Igreja ou congregação de 10 a 50 membros; B - Igreja pequena 50 a 200; C - Igreja média 200 a 800; D - Igreja grande, acima 800)
07	Diretória hierárquica	**22**	Evangelismo (som, rádio, panfletagem, TV, etc.)
08	Culto de família, louvor e evangelismo	**23**	Festas (aniversários, jovens, senhoras, bodas)
09	Culto público, estudos bíblicos e doutrinários	**24**	Batismo e comunhão, rol, carteirinha e livros
10	Culto de cura e libertação	**25**	Pastor cursado, membros e amigos, bajuladores e inimigos
11	Culto de campanha ou corrente	**26**	Como medir o grau espiritual e cultural da igreja
12	Culto de jovens	**27**	Como trabalhar com homossexuais
13	Culto das irmãs	**28**	Stress
14	Escola dominical	**29**	Regimento interno das convenções (A - Assembléia de Deus; B - Igrejas e Comunidades Autônomas; C- Batista Pentecostal e; D - Batista Tradicional)

Bibliografia

ALVES, José Eustáquio et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil1. Tempo Social, v. 29, p. 215-242, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: Edusp, v. 116, 1996.

CARVALHO, Emílio Nolasco de. *O Divã e o altar: cultura psicanalítica e movimento protestante no Brasil*. 2007. 359 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Museu Nacional do Rio de Janeiro - Programa de Pós Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CASTELLANOS, Renee de La Torres. De la globalización a la transnacionalización de lo religioso. In ORO, Ari Pedro, ALVES, Daniel, MEIRELLES, Mauro e FRANCISCO DE BEM, Daniel (orgs). Transnacionalização Religiosa. Debates do NER, 10(16), 2009.

CERTEAU, Michel de. História e psicanálise: entre ciência e ficção. 2 ed. 1 reimp. - Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2016.

DEGANI-CARNEIRO, F. Investimentos evangélicos em Psicologia no Brasil: a Psicologia no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil na segunda metade do século XX. 2017. 152f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. "Être Affecté". In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8. p. 3-9. Tradução de Paula Siqueira, cadernos de campo n. 13: 155-161, 2005.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GHERMAN, Michel. Deus e Diabo na Terra Santa: pentecostalismo brasileiro em Israel. WebMosaica, v. 1, n. 1, 2009. p. 56-71

GIUMBELLI, Emerson Alessandro. Regulação do religioso: discussões conceituais e panorama da situação em quatro países latino-americanos. Ciencias sociales y religion. Porto Alegre, RS. Vol. 18, n. 25 p. [14]-37, 2016.

GOLDMAN, Márcio - "Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos: Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia" - Revista de Antropologia, vol. 46, n. 2 julho/dezembro de 2003.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Editora 34, 1994.

_____. "O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? Horizontes Antropológicos, 29, 2008. p. 111-150

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ORO, A. P. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil (Some questionings of Pentecostalism in Brazil) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p383. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 22, p. 383-395, 23 set. 2011. p. 386

RAMAGEM, Sonia. "Jews as percieved by neo Evangelicals in Brazil" in Judaica Latino Americana, Jerusalém: Universidad Hebrea, 2001.

REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1972.

Reis, M., & Assis, A. (2020). Do Céu de Menocchio aos Terreiros infernizados: formas de crer e intolerâncias religiosas da Modernidade aos tempos atuais. *Escritas Do Tempo*, *1*(3), 3-7.

SAID, Edward W. Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993. Editora Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Jésus. Presentismo e novos modos de relato: efeitos sobre o sujeito suposto saber. Revista asephallus, v. 3, p. 89-96, 2008.

SANTOS, Giovanna Paccillo dos. Crucifixos de luta: materialização da disputa por direitos sexuais e reprodutivos entre coletivos religiosos. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 23, 2018.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

TRAVASSOS, Deborah. Judaísmo messiânico no Brasil: a Beit sar Shalom: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas, USP, 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina. Oração de traficante: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CIRCULAÇÃO DE SABERES E EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS NA ÁFRICA ORIENTAL DE FREI JOÃO DOS SANTOS (1608)

Moreno Brender Stedile[1]

O presente texto, proposto para o Eixo Temático Religião e Religiosidades, da III Jornada Virtual Internacional da Pesquisa Científica, levada a cabo na Universidade do Minho, no Porto, em dezembro de 2021. Temos por objetivo abordar, por meio da obra *Etiópia Oriental* de Frei João dos Santos, texto considerado clássico da cultura dos descobrimentos portugueses, as experiências religiosas em Sofala, cidade swahili da África oriental, entrecruzamento da teia de relações do oceano Índico e do planalto do Zimbábue, de onde vinha o ouro para aquele comércio, no final do século XVI. No momento da viagem e da escrita do dominicano, os portugueses já acumulavam um século de experiências e circulação por essa região (MUSCALU, 2017; 2015). Para isso, adotamos uma perspectiva de circulação de saberes, procurando identificar lastros de como conhecimentos e sujeitos africanos informaram o registro presente no documento (WISSENBACH, 2008). Nesse sentido, a ideia de "dialogia" na construção do texto como para Carlo Ginzburg aparece de maneira significativa. O historiador italiano mostrou como um inquisidor pode parecer um antropólogo, fazendo as mesmas perguntas e buscando as mesmas informações. (GINZBURG, 1991). No caso de João dos Santos, um missionário, que atuou 4 anos como confessor em África. Nosso objetivo é rastrear temáticas e elementos possíveis, para o estudo das experiências religiosas nesse território onde o autor atuou, buscando os diálogos em sua narrativa, as outras vozes e saberes que informam o seu texto. Significativamente poderemos observar uma vivência religiosa compartilhada entre portugueses, shona e swahili, inclusive dentro de rituais de adivinhação e juramento, onde se fazia a conexão com o mundo espiritual para estabelecer uma verdade terrena, como por exemplo para saber se um escravizado roubou ou não ao seu senhor, através de uma série de práticas específicas.

Em 1609, no Convento Dominicano de Évora, com as devidas licenças inquisitoriais, foi impressa por Manuel Lira a obra em dois volumes de Frei João dos Santos *Etiópia Oriental e Vária História de Coisas Notáveis do Oriente*. O primeiro volume se notabilizou já no Seiscentos com a tradução latina pelo jesuíta Alonso de Sandoval em 1622, através da qual a obra acessou os "circuitos cultos europeus" (CARVALHO, p. 5, 2012). Haveria ainda, no final do século, uma tradução manuscrita francesa. A obra continuou sendo lida ao longo do século XVIII. No século XIX, foi retomado com diversas outras fontes, no contexto da disputa colonial da África. Foi republicada em Portugal

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com pesquisa sob orientação da prof. Maria Cristina Wissenbach. Bolsista do CNPq (Ministério da Educação). Contato: stedilemoreno@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8676314654308034. Grupo de Estudos "Ana Gertrudes de Jesus, mulher da terra: história social dos grupos subalternizados no Sul Global (África & Américas)" (https://historia.fflch.usp.br/Ana-Gertrudes-de-Jesus) e Grupo de Estudos História Ibérica Moderna (https://historiaibericamoderna.wordpress.com/).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

com louvores à ancianidade das "conquistas" portuguesas, em resposta à utilização em sentido contrário pelos estudiosos britânicos (traduzida numa compilação de fontes portuguesas do missionário sul-africano e funcionário colonial britânico McCall Theal). Como diz Luciano Cordeiro na sua introdução:

> (...) a reproducção da notabilíssima obra de João dos Santos tem, neste momento histórico, uma excepcional opportunidade, que a bem dizer lhe imprime o duplo caracter de uma homenagem e de um protesto. Homenagem à memoria e ao trabalho de um dos tantos «varões assignalados», — na phrase do grande poeta, — que conquistaram para a nação portugueza
>
> *Em perigos e em guerras exforçados*
> *Mais do que prometia a força humana*
>
> o direito e a gloria de ter, primeiro do que nenhuma e melhor do que todas, descoberto a Africa interior à civilisação e à sciencia.
> Protesto contra a conspiração immoral da cubiça mercantil, da aleivosia política e da venalidade litteraria, que trahindo a sciencia e -a civilisação procura há annos, — e mais do que nunca agora, açulada pela especulação dos Fife e dos Rhodes, —apagar aquelle direito e aquella gloria, da consciência universal e da carta política do Continente Escuro. (CORDEIRO *apud* SANTOS, pp. 7, 8, 1898)

Além do caráter da disputa política, Cordeiro atribui a João dos Santos a glória de ter "descoberto a África interior à civilização e à ciência". Significativamente, a sua obra informa parte importante da historiografia da região até hoje. Através da edição inglesa, a obra foi uma fonte importante nos anos 1960 na *Cambridge History of Africa* e na *História Geral da África* da UNESCO. O historiador Thomas Vernet, em resenha a uma nova publicação francesa de 2011, destaca que, na fonte,

> de fascinantes descriptions sont par exemple consacrées aux pouvoirs karanga et à l'exercice de leur autorité – tantôt surestimée, tantôt nuancée : rituels de cour, cultes des ancêtres royaux, rites de possession, ordalies, etc., sont decrits, souvents accompagnés de leur vocabulaire (...). Même si les descriptions ne sauraient être neutres, nulle autre source des XVIe-XVIIe siècles n'offre une telle fenêtre sur ces échanges et ces mélanges, très loin d'un regard impérial, globalisant et in fine trompeur (VERNET, p. 460, 2011)

O que fez com que essa fonte tivesse tamanha relevância desde sua própria época até a historiografia contemporânea está relacionado a um aspecto comum a muitos textos portugueses da época, que é sua relação com experiências em terreno concreto, o "saber das experiências de feito", no dizer de José Sebastião da Silva Dias. No caso de *Etiópia Oriental,* o autor deixa esse aspecto claro no início de sua obra:

> E por que para o bom entendimento e credito de qualquer história, é necessário saber-se o fundamento d'ella, e a razão em que se funda o autor que a conta para que assim mais facilmente se venha em **conhecimento de sua verdade** (sendo a historia que pretendo tratar da Ethiopia Oriental que tive larga noticia em onze annos que n'ella residi) pareceu-me que ficava obrigado antes que d'ella fallasse, dizer a causa que tive para ir a estas partes, e como andei por ellas, e para que effeito, por que vendo-se as cousas que adiante contar como **testemunho de vista**, se lhe dê o credito devido. (SANTOS, p. 40, 1898 [1608], grifos nossos)

Observamos como no trecho o autor estabelece um estatuto de verdade, fundando o conhecimento a partir do testemunho de vista. O papel atribuído na época moderna à experiência na construção do conhecimento engendra um grande debate no campo da história das ciências e da história do pensamento, sobre o lugar do conhecimento construído pelo indivíduo diante da revelação divina, reelaborando a noção de indivíduo em relação ao problema do conhecimento.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Esse debate passa pelo papel importante dos conhecimentos construídos na Península Ibérica em relação ao contato com os novos espaços de circulação de portugueses e espanhóis (CASSIRER, 2001; MARAVALL, 1966; SILVA DIAS, 1982). No entanto, essa análise da ciência moderna pode redundar numa metanarrativa da modernidade, enfatizando demasiadamente a trajetória europeia, dentro de uma leitura específica elaborada pelos próprios autores europeus, que começa a ser construída justamente no Renascimento, no contexto da escrita de Fr. João dos Santos, mas é reelaborada no século XIX, no contexto dos nacionalismos, quando se formula com mais nitidez a ideia da "tocha da civilização", que passa entre as nações ao longo de uma seta do tempo, pautada pelo progresso, desde a Mesopotâmia até a moderna civilização industrial.

Essa grande narrativa se configura numa "filosofia da história", com caráter sistêmico, organizador e teleológico. A partir dos anos 1960, a crítica pós-estruturalista, os estudos provenientes do Sul Global, os estudos feministas, desmontaram as grandes narrativas da modernidade, com a abertura de novos campos temáticos para a história, outrora considerados marginais, que são trazidos para o centro do debate: a história das mulheres, a história dos subalternos, das populações rurais, a história da sexualidade, das relações quotidianas, das experiências vividas. A história da África também se insere nesse movimento. Com o abandono das filosofias da história, o historiador envereda por teorias do conhecimento tópicas, localizadas, que não visam dar conta da realidade por inteiro, que não estabelecem uma história única (como nas filosofias da história), mas sim exploram a diversidade de possibilidades que o real oferece. (FEIERMAN, 1993; DIAS, 1998).

Neste texto, optamos por trabalhar com a ideia de "circulação", como diz Kapil Raj, com a condição de que "por circulação não entendamos a 'disseminação', 'transmissão', ou 'comunicação' de ideias, mas os processos de encontro, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorrem em interações entre culturas" (RAJ, p. 171, 2013). Antes da presente voga da categoria "circulação" no debate historiográfico, Carlo Ginzburg já propôs, em seus trabalhos nos anos 1970, a noção de "circularidade cultural" como forma de conhecimento. No início de *O Queijo e os Vermes*, ele retoma a noção de Bakhtin sobre cultura popular em Rabelais. No entanto, Ginzburg observa que o interesse da perspectiva de Bakhtin é não só ouvir o popular pelas palavras de Rabelais, mas procurar ouvi-lo por suas próprias palavras, mesmo que através de filtros, como o do inquisidor que registra as falas do famoso Menochio em seus interrogatórios (GINZBURG, p. 21, 2000). No entanto, Ginzburg chama a atenção para o risco de se cair num simples positivismo buscando o popular, entendendo que o próprio conceito de popular dificilmente se justifica, não cabendo distinções rígidas entre cultura culta e cultura oral, ou entre escrita e oralidade. Existem vasos comunicantes, assim como indivíduos que se configuram como intermediários culturais. No caso, Menochio possuía um conjunto de leituras formado por seu interesse e do que lhe foi possível contingencialmente acessar, a partir do que formulou uma série de ideias, não muito sistemáticas, sobre a formação do mundo e a condição do homem, e as difundia nos seus circuitos de sociabilidade, inclusive referindo as informações que lera naqueles livros, produzindo essa circulação entre escrita e oralidade, e assim acabou caindo nas malhas da Inquisição romana, o que possibilitou a Ginzburg o acesso a visão de mundo desse camponês do século XVI.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Pensamos em Frei João dos Santos e o seu circuito de sociabilidade desenvolvido em África. Isso porque ele funda o argumento de sua obra nessa experiência africana, que fornece estatuto de verdade ao que diz, pelo que foi visto ou ouvido de outras pessoas, esses testemunhos de vistas próprios do autor ou relatados a ele por pessoas que de fato teriam visto aquilo que está sendo contado. Nesse caso se vê que a oralidade e escrita não são hierarquizadas mas duas formas igualmente válidas de narrar uma experiência. O movimento do dominicano em *Etiópia Oriental* é um movimento de construção de conhecimento, se configurando o autor num intermediário cultural, entre aquele mundo africano por ele descrito e o público culto letrado europeu. No entanto, a nível das experiências vividas por Fr. João dos Santos, como observamos em sua narrativa, existem muitos outros intermediários culturais. Nesse sentido, o debate da atual historiografia da ciência, com as noções de circulação, de Kapil Raj, conhecimento situado, ou localizado, de Donna Haraway, e a teoria do ator-rede de Bruno Latour se mostram bastante adequados. Ginzburg, em "O inquisidor como antropólogo" (1991), retornou a outra ideia de Bakhtin para ressaltar que os textos são dialógicos, são sempre polifônicos, como os romances de Dostoiévski, ou seja, uma variedade de sujeitos podem falar através de um texto.

Com esses elementos podemos nos debruçar sobre o objetivo principal deste texto que é o conhecimento religioso e as práticas religiosas, pela lente da narrativa de Fr. João dos Santos. Como missionário da Ordem de São Domingos, o frade foi incumbido de ser confessor da povoação cristã de Sofala, onde permaneceu por quatro anos, como ele relata, "junto a seiscentas almas de confissão, em que entravam portugueses, mestiços e gente da terra" (*op. cit.*, p. 41]). O papel do confessor teve sua importância renovada no contexto do catolicismo pós-tridentino, quando se buscou reforçar as estruturas de dominação da Igreja, por formas ora mais duras, como a Inquisição, a escravidão por ordens religiosas, ou o trabalho tutelado; ora mais brandas, como é o caso da escuta ativa e constante oferecida pela confissão. O confessor, como mostra Adriano Prosperi em *Tribunais da Consciência* (2013), foi visto como figura essencial no exercício do poder espiritual pela Igreja, como porta de acesso ao foro íntimo dos indivíduos e de interferência nas relações de poderes domiciliares. Oferecendo, com constância regida pela obrigatoriedade da confissão, a remissão dos pecados da alma, o confessor exercia uma escuta ativa e construía uma rede de informações sobre a vida quotidiana dos súditos espirituais que, ao menos em princípio, era útil a tentativa de governo da Igreja de Roma sobre o universo espiritual.

Podemos observar como Fr. João dos Santos busca acessar esse conhecimento do universo religioso, das crenças e das práticas religiosas, o que evidencia também a circulação entre escrita e oralidade nesse texto. Quando se refere a construção da fortaleza de Sofala e retoma a história da presença portuguesa na cidade, afirmando ter acessado memórias de pessoas ainda vivas que testemunharam aqueles acontecimentos:

> No anno de 1586, em que eu fui a esta fortaleza, achei ainda n'ella alguns mouros velhos, e algumas mulheres christãs, que haviam sido mouras, naturaes da mesma terra, que se lembravam mui bem d'esta guerra, e de quando se fez a fortaleza, que n'este tempo havia mais de oitenta annos que era feita (*op. cit.,* p. 46)

O estatuto de verdade do que é relatado é validado pela memória de pessoas velhas, uma outra forma de testemunho de vista. Vale lembrar que a transmissão da experiência para W. Benjamin

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

em "O narrador" está relacionada a um distanciamento, seja no espaço, no caso a história contada pelo viajante, ou no tempo, quando quem conta a história é o ancião. Essas experiências para Benjamin são de transmissão oral. Os dois aspectos aparecem na obra de Fr. João dos Santos, sobretudo o primeiro, se tratando dum texto que poderia ser classificado como 'literatura de viagem', mas também o segundo, na medida que acessa a memória de pessoas velhas, como no trecho acima. O mesmo quando o dominicano busca especificamente o conhecimento do mundo espiritual, como nesta passagem, que evidencia mais uma vez a dialogia (como entendida por Ginzburg) em seu texto:

> **Perguntando eu algumas vezes a cafres honrados e bem entendidos, em que logar estavam seus reis defuntos**, e os mais a quem tinham por santos, se lhe parecia que estavam no céu, **me responderam que no céu não estavam mais que Deus, a quem chamam Mulungo**, e que os seus defuntos estavam em umas terras, e logares mui fartos, alegres e frescos, mas não sabiam em que parte, aos quaes logares chamam paraizos de contentamentos, festas e alegrias. (*op. cit.*, p. 61, grifos nossos)

Ginzburg, em "O inquisidor como antropológico", se questiona sobre a incômoda posição do pesquisador, que olha os sujeitos estudados por sobre os ombros dos investigadores, esperando com eles que o interrogado fale – mesmo que com propósitos diferentes, o que eles buscam, em alguns casos, é parecido. Se o nosso confessor quinhentista em África estava disposto a ouvir e registrar, tinha material farto disponível, pois os Bantu em geral e os shona, especificamente, possuem uma rica tradição oral que remonta a priscas eras. Não podendo cair no risco de aceitar acriticamente as informações oferecidas pela fonte, os estudos linguísticos africanos confirmam o que foi dito a João dos Santos por "cafres honrados e bem entendidos": tais estudos permitem rastrear a concepção de Deus criador entre os Bantu desde 3500 a.C., tendo a designação Mulungu, a partir do antigo verbo Bantu **lung-* (tornar-se adequado, ordenado), aparecido por volta de 500 a.C. entre os falantes Mashariki Bantu, que se dispersaram nessa época pela costa oriental da África e seus interiores. Tanto os shona quanto os swahili pertencem a este tronco linguístico. (FOURSHEY; GONZALES; SAID, p. 105, 2019)

A visão de um Deus criador é de fato longínqua entre os Bantu, sendo um elemento distante da vivência religiosa, talvez por isso o registro "sabem confusamente que há Deus grande, a que chamam Molungo, mas não lhe rezam nem se encomendam a ele" (*op. cit.*, pp. 68, 69). No entanto, esse elemento de sua religiosidade aparece desde os primeiros registros católicos, que os identifica como um povo passível de ser convertido pacificamente ao cristianismo. Dentro do que podemos chamar "cosmovisão Bantu", o mundo espiritual é regido por espíritos territoriais e espíritos ancestrais, que têm poder de interferência sobre o mundo real. A conexão com esse mundo espiritual é feita por indivíduos especializados, homens e mulheres, que os portugueses logo categorizaram como "feiticeiros", termo que acabou de certa forma sendo apropriado localmente em diversos contextos. É significativo notar que Fr. João dos Santos buscou contato com esses indivíduos especializados, em sua passagem pela Zambézia, e registrou o que entendiam por Deus, assim como outros elementos. Diversas passagens mostram considerável domínio da língua shona por parte do dominicano. Se com swahilis e outros muçulmanos ele falava através de intérpretes, alguns elementos indicam seu conhecimento do shona falado na África centro-oriental. Após sua permanência em Sofala, João dos Santos viajou rio Zambeze acima, onde esteve na corte do

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Monomotapa, Comparando com o falar arranhado do árabe, destaca a sonoridade da língua falada em Mocaranga, região central do Monomotapa,

> (...) a melhor e mais polida língua de cafres que tenho visto n'esta Etiópia, porque tem mais brandura, melhor modo de falar; e assim como os mouros de Arábia, e de África, falam de papo, que parecem que vomitam, e arrancam as palavras da garganta, assim pelo contrário estes mocarangas fallam e pronunciam as palavras com a ponta da língua e beiços, de maneira que muitos vocábulos dizem quase assobiando, no que tem muita graça, como eu vi algumas vezes falar os cafres da corte do Quiteve e do Monomotapa, onde se fala o Mocaranga mais polidamente. (*op. cit.*, p. 225)

Esse conhecimento do shona se nota também no registro de toponímicos, que aparecem com seus nomes portugueses e africanos: a Ilha de São Lourenço consta também como Madagáscar, os rios de Cuama constam também por seu nome africano: Zambeze. Nessa cartografia, nomes de rios importantes, ilhas, cidades e feiras do interior. Verificar a acurácia desse registro de Fr. João dos Santos, provindo da oralidade, é-nos importante pois permite reconstituir através dele rituais e práticas religiosas com sua nomenclatura própria e indumentária (como destaca Vernet no trecho supracitado), evidenciando a dialogia ou circulação a na construção do texto. Ele escreve que "o melhor instrumento, e mais músico de todos em que estes tangem, chama-se **ambira**, o qual arremeda muito a nossos órgãos". Precisamente, o xilofone que é uma evidência da circulação antiga entre a costa oriental da África e a região do Sudeste Asiático, pela navegação entre as monções, assim como das grandes redes internas ao continente africano, de modo que o instrumento se difundiu por toda a África central e na diáspora com nome de *mbira**, com variações como ambira, ou marimba. Entre os shona, o *mbira ganhou um papel importante na conexão com o mundo espiritual.

A religiosidade Bantu, ou o que pode ser melhor definido como uma cosmovisão Bantu, ou, como para Herkovits, uma gramática da cultura, que se desdobra em práticas culturais e religiosas com manifestações diferentes entre os diversos grupos do tronco linguístico Bantu, que se difundiram por faixa territorial expressiva da África central ao longo de milênios, e na diáspora centro-africana no Atlântico, formando identidades diversificadas e distintas no espaço e no tempo (por serem históricas, como todas as formas de identidade) mas que compartilham uma gramática cultural comum. O registro de Fr. João dos Santos oferece uma janela, como disse Vernet, sobre essas práticas na África centro-oriental no final do século XVI, através de sua experiência como confessor, suas entrevistas, suas descrições de cerimônias religiosas. Ao longo dos séculos de relações entre europeus e africanos na época moderna, missionários cristãos produziram diversos mapeamentos e registros que influenciaram posteriormente o campo de estudos bantuístas, como notadamente o livro *A filosofia Bantu*, do missionário oitocentista anglicano Placid Tempels. Algumas visões excessivamente estruturalistas sobre o que seria a cosmovisão Bantu podem decorrer dessa influência do pensamento missionário e suas formas de categorização, tendo sido revistas em estudos mais recentes que enfatizam a diversidade das identidades, das práticas culturais e das relações quotidianas, no entanto sem perder de vista, como dissemos, essa gramática cultural comum.

Como destaca Vernet, sua obra é justamente expressiva no sentido das dinâmicas locais, da circulação de experiências religiosas na África centro-oriental, no espaço de circulação de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

portugueses (sertanejos, oficiais, mercadores, religiosos) entre as sociedades shona, do Monomotapa e de territórios adjacentes, como o Quiteve, Manica e Sedanda, e na costa swahili, em cidades insulares e costeiras, como Sofala, Moçambique, as Quirimbas, Mombaça. Nesta análise, colocaremos em evidência especialmente o que diz respeito a Sofala e o espaço de circulação que ali se entrelaça, em direção ao sertão, passando pelo território do Quiteve para chegar a Manica, onde havia feiras importantes, e ao longo da costa onde através da navegação de cabotagem podia-se acessar ilhas e rios, indo ao norte até o Zambeze e ao Sul até o Sabe, ou mesmo o Limpopo. Isso porque realçamos a permanência de quatro anos de Fr. João dos Santos em Sofala e sua atuação como confessor junto a população diversa e significativa. Lembramos a metáfora benjaminiana das histórias contados por marinheiros, a experiência que vem de longe e circula oralmente. Sobre os moradores da fortaleza, suas "almas de confissão", ele diz:

> Os moradores d'esta fortaleza ordinariamente são mercadores, uns se ocupam em ir a Manica ao resgate do ouro, com roupas e contas, assim do capitão, como suas, e outros ao rio da Sabia, e às ilhas das Bocicas, e a outros rios que estão perto de Sofala, ao resgate de marfim, âmbar, gergelim, e outros legumes, e muitos escravos. (*op. cit.*, pp. 43, 44)

Essa circulação de informações aparece na sua obra num trecho que é significativo para um debate bem específico da recente historiografia das ciências que é o do conhecimento produzido à bordo, as embarcações como local de circulação de informações e produção de conhecimentos. Ao introduzir o reino do Preste João, que ocupa um livro inteiro dos 5 de *Etiópia Oriental*, o autor revela suas fontes, mais uma vez, orais:

> D'estes reinos tratarei algumas cousas mais notáveis que n'elles ha, de que **tive noticia n'esta costa por informação de alguns abexins,** que a ella vielam e **particularmente de um, que captivaram os mouros do reino de Adel** nas guerras de Ianamora, **e fugiu de Zeila para esta costa**; **e também por de um veneziano mercador chamado Jeronymo Cherubim, homem de muito bom entendimento, o qual passou aos reinos do Preste João por via de Alexandria, com suas mercadorias**, e correu quasi todos, e residiu n'elles alguns annos, e depois se tornou pela via do mar Roxo para a índia, trazendo comsigo uma mulher abexin e um filho que d'ella tinha, **e da Índia se veiu para Portugal com elles na mesma náo em que eu vim**, onde me informei d'elle de muitas cousas, que lhe perguntei e me disse d'estes reinos, que são mui conformes com as que escreveram o patriarcha D. João Bermudes, e o P. Francisco Alvarez, clérigo de missa, os quaes andaram muito tempo n estas partes, e viram as mais das cousas notáveis que nellas há, e d'ellas também relatarei n'este livro algumas. (*op. cit.*, p. 342, grifos nossos)

Entre seus informantes sobre o Preste João, estão escravizados islâmicos da região do chifre da África que teriam fugido para a costa mais ao sul, e um mercador veneziano, que tendo passado por aquelas partes vindo de Alexandria, acompanhou João dos Santos na longa viagem de volta da Índia para Portugal. As fontes talvez não sejam as mais seguras, embora realce o "bom entendimento" do veneziano, João dos Santos as contrastou com dois textos escritos por homens da Igreja. No caso de Sofala, os escravizados também estavam entre informantes privilegiados, acompanhando mercadores e o próprio autor em viagens ao interior, caçadas, passeios de lazer, atuando como intérpretes. Entre as "almas de confissão" africanas, sem dúvida estavam os escravizados pela ordem religiosa, que não poderiam escapar à obrigatoriedade de assistir a missa e confessar-se. Assim, os escravizados são intermediários culturais, dentro duma relação que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

envolve negociação e colaboração. No mundo Índico, antes da metade do século XVIII, as margens de negociação dos escravizados eram muito maiores do que se pode pensar nos termos da escravidão atlântica. Nas viagens ao sertão, tanto em África como na América, os escravizados eram indispensáveis, enquanto carregadores, guias e intérpretes, onde o perigo de uma revolta poderia ser maior do que num navio negreiro. Um dos mais importantes informantes do dominicano é um sertanejo que ocupava uma posição de prestígio junto ao *sachiteve*, de quem recebera o direito de ocupar uma ilha no rio de Sofala, criando uma rede própria de dependência, como conta em sua obra:

> N'esta ilha tinha Rodrigo Lobo muitos cafres seus escravos e os mais que n'ella moravam, todos eram seus vassalos. Algumas vezes fomos a ella eu e o padre meu companheiro, a catechisar e baptisar alguns d'elles, que pela mór parte eram gentios, outras vezes a folgar, porque é a ilha de muita recreação, por haver n'ella grandes pescarias e caça de muitos e vários animaes bravios(...). (*op. cit.*, pp. 114, 115)

Além do cargo oficial ocupado pelo confessor junto a feitoria portuguesa de Sofala, que tinha uma relação institucional com o Quiteve pagando-lhe uma taxa anual pelos direitos de comércio e travessia de seu território, certamente Rodrigo Lobo foi uma figura importante para introduzir o dominicano no *zimbabwe* (ou corte) do *sachiteve*, dado o prestígio que gozava junto a ele, chegando a receber, como relata o dominicano, o título traduzido como "esposa do rei", que, para Alberto da Costa e Silva, seria um título de grandeza que permitia o controle sobre terras e tributos (COSTA E SILVA, p. 451, 2011). Os sertanejos, homens transfronteiriços, que podem receber nomes diferentes como "lançados", "pombeiros", "paulistas", "peruleiros", a princípio sujeitos marginais, foram revelando ser úteis nas diversas partes do Império português, justamente por seu papel de intermediários culturais, facilitando o estabelecimento de relações entre as Coroas ibéricas e as populações locais. No caso da África oriental, o papel dos sertanejos teve importância reforçada em vista das grandes dificuldades dos portugueses em interceptarem o comércio dos muçulmanos, chegando até a ter dificuldade em obter os víveres necessários à sobrevivência nas fortalezas (para o que precisavam estabelecer boas relações comerciais com as sociedades africanas). Os trabalhos de Ivana Muscalu mostram a crescente importância dos sertanejos na estrutura social shona ao longo do século XVI, intensificando-se ao longo do século XVII. O interesse dos sertanejos nem sempre se coadunava com o da Coroa, chegando as vezes a entrar em conflito direto. Esse impacto culminou na expulsão dos portugueses do planalto pelo *mutapa* no final do século XVII.

Como dissemos, a circulação a partir de Sofala para as feiras de Manica era regida pela soberania do *sachiteve* sobre aquele território. O pagamento anual da curva, ou *kuruva*, franqueando o acesso dos mercadores portugueses, foi um acerto obtido pela expedição Barreto-Homem no reinado de D. Sebastião. O pagamento deste tributo era acompanhado de todo um cerimonial, descrito por Fr. João dos Santos, que assistiu ao evento nos quatro anos em que esteve em Sofala. No entanto, diversos outros aspectos reforçavam a soberania Quiteve. Um aspecto descrito pelo dominicano, que é retomado em muitos outros textos, é o protocolo de corte utilizado para falar com o *sachiteve*:

> Se querem os cafres fallar a este rei, logo à entrada da porta se deitam no chão, e deitados entram para dentro da casa arrastando-se até onde o rei está, e d'ali deitados de ilharga lhe

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> fallam sem olharem para elle, e emquanto lhe vão fallando, juntamente vão batendo as palmas (que é a principal cortezia de que uzam os cafres) e depois de concluído seu negocio a que foram, do mesmo logar se tornam para fóra do modo que entraram, de maneira que nenhum cafre pôde entrar em pé a fallar ao rei, nem menos olhar para elle quando lhe falla, salvo se são familiares e particulares amigos d'el-rei, ou quando está em conversação com elles. Os portuguezes quando lhe vão fallar não entram arrastando-se pelo chão, como fazem os cafres, senão em pé, mas entram descalços, e chegando junto do rei deitam-se no chão, recostados sobre um lado, quasi assentados, e d'esta maneira fallam ao rei sem olharem para elle, batendo-lhe também as palmas, de quatro em quatro palavras, como é costume. (SANTOS, p. 62)

Diversos outros protocolos deveriam ser observados por indivíduos de origem portuguesa quando circulavam por aquelas partes, como por exemplo os dias dedicados a festejar os "musimos", termo utilizado para designar os espíritos ancestrais e precisamente registrado pelo dominicano:

> Estes cafres tem muitos dias de guarda (...). Chamam a estes dias musimos, que quer dizer almas de santos já defuntos, e tenho para mim que à honra d'estes seus negros santos guardam estes dias. Um portuguez, morador em Sofala, foi com suas mercadorias ao Zimbaohe, onde mora o Quiteve, para d'ahi passar as Manicas, onde há muitas minas de ouro, e estando n'esta cidade do Quiteve mandou matar uma vacca em sua casa, para de comer a seus escravos, e a outra gente que levava comsigo para lhe ajudar a vender suas mercadorias, e n'este dia que se matou a vacca, se celebrava uma festa d'estes musimos, que tenho dito. Esta nova foi logo levada ao Quiteve por via de seus malsins, que tem infinitos para lhe mexericarem quanto se faz na cidade, e ainda em todo o reino, o qual Quiteve mandou logo dizer ao portuguez, que fizera muito mal de quebrantar o seu dia santo, matando n'elle a vacca, e já que tal fizera, deixasse estar a vacca sem lhe pôr mais a mão, por que o musimo d'aquelle dia havia de comer a própria vacca, e que a cobrissem com rama. D'esta maneira esteve a vacca morta em casa do portuguez, sem consentir o rei que se tirasse nada d'ella, e ali apodreceu, e cheirava tão mal, que o portuguez quis sair da casa por esse respeito, e tomar o outra, mas o Quiteve não quis consentir, senão que em pena da morte da vacca no dia do seu musimo lhe sofresse o ruim cheiro, ou que pagasse a empofia que tinha feito, pela qual razão vendo-se o portuguez forçado, e obrigado da pena em que vivia, veiu a concerto com o rei, e pagou-lhe cincoenta panos da empofia. (*op. cit.*, pp. 69, 70)

Os espíritos ancestrais e territoriais têm, na cosmovisão Bantu, agência direta sobre as coisas do mundo material e a conexão com esses espíritos é feita por esses médiuns, indivíduos especializados, que organizam redes própria de clientela e colaboração. No caso de sociedades Bantu mais centralizadas, como o Monomotapa, uma das maneiras pelas quais o poder central se assentava era pelo estabelecimento de médiuns oficiais e pelo culto dos ancestrais reais. Assim, podemos entender a guarda pelo *sachiteve* de seu *musimo*, e a reafirmação de seu poder diante do desrespeito a esse dia de guarda por um português, submetendo-o a situação de conviver com um cadáver animal em sua morada e ao pagamento de uma multa de cinquenta panos, duas formas de afirmação do domínio.

A música e a dança desempenhavam um papel importante na conexão com os *musimos*, bem como uma série de rituais relacionados a uma indumentária própria. O domínio dessas formas de comunicação do mundo espiritual, numa sociedade Bantu mais centralizada como o Monomotapa, ou no caso o Quiteve, se manifestava já nos rituais de sucessão, que associavam o culto a espíritos ancestrais e territoriais, como registra João dos Santos. Podemos observar no início do texto como ele rememora suas vivências em Sofala em contato com o *sachiteve*, bem

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como associa um imaginário político propriamente da Europa moderna a esta forma de poder shona, como a prudência e o bom governo:

> No tempo em que eu estava em Sofala, o rei que então vivia tinha mais de trinta filhos, entre legítimos e bastardos e a nenhum deles nomeava por príncipe herdeiro, senão a um seu irmão que muito amava por ser homem prudente, e de grande governo. (...). O modo que tem em succeder é o seguinte. O dia em que morre o rei não se faz mais que negociar o enterramento, que é leval-o a uma serra, onde se enterravam todos os reis, e o dia seguinte de madrugada vae-se o príncipe nomeado pelo rei defunto ás casas reais, onde estão as mulheres do rei já esperando por ele, e de seu consentimento entra em casa, e assenta-se com as principaes d'ellas em uma sala pública no lugar onde se os reis assentam a ouvir as partes, o qual está cuberto com um panno, (...). e d'ali mandam logo aos principaes ministros e officiaes que vão por toda a cidade, dando vozes ao povo, que façam festas ao novo rei, que já está de posse da casa real pacificamente, com as mulheres dos reis passados (...) e a mór-parte d'este dia se gasta n'esta ceremonia, havendo grandíssimas festas, tangeres, e bailes em toda a cidade. (pp.54- 56)

Um dos aspectos que se destaca no trecho é o papel das mulheres na sucessão do poder central, aspecto que não poderemos desenvolver neste artigo. Destacamos o culto de um território específico onde se enterram os reis mortos, que seguem agindo como ancestrais. As festas, as músicas, danças, são formas de oferendas para esses espíritos. Fr. João dos Santos nota a presença de músicos oficias no *zimbabwe* do *sachiteve*:

> Serve-se mais o Quiteve de outro gênero de cafres, grandes músicos, e tangedores que não tem outro officio mais que estarem assentados na primeira sala do rei e à porta da rua e ao redor das suas casas, tangendo muita diferença de instrumentos músicos e cantando a eles muita variedade de cantigas e prosas, em louvor do rei, com vozes mui altas e sonoras. (p. 73)

Em seguida o dominicano passa a descrever o *mbira, instrumento que, como dissemos acima, "era parte da epistemologia Shona". O papel social dos indivíduos especializados na conexão com o mundo espiritual não se dá apenas nos ritos de sucessão, mas na solução de diversos conflitos sociais e quotidianos, no caso de uma sociedade mais centralizada, como o Quiteve, reforçando o poder central, como vimos do caso do mercador português que matara uma vaca num dia de culto ao *musimo* real. Esses conflitos são muitas vezes solucionados por ritos de juramento, em que por intermédio dos ancestrais se estabelece uma verdade terrena, de maneira semelhante aos ordálios praticados na cultura europeia moderna. Os ordálios praticados pelos Bantu podem ser entendidos dentro de um complexo ritual-terapêutico, em que uma série de ritos específicos, envolvendo música, dança, certos objetos e palavras, visam acionar os espíritos ancestrais para tirar os males do mundo, podendo seja a doença ou a injustiça. Dada a necessidade de, estando no território do Quiteve, submeter-se a essa forma de jurisdição, Fr. João do Santos a descreve minuciosamente, também por seu aspecto de curiosidade e espanto:

> De três gêneros de juramentos tem estes cafres, de que usam em juízo, terribilíssimos e espantosíssimos, dos quaes usam alguns cafre tem cometido alguma culpa grave, de que não há prova bastante ou quando alguma dívida ou quaisquer outras coisas similhantes, pelas quaes seja necessário deixar a certeza d'ellas no juramento dos culpados e eles querem jurar para provar de sua inocência. (...). Estes três modos de juramento se viram já experimentar algumas vezes entre estes cafres, com os quaes muitos que juravam falso morriam da peçonha que bebiam e a outros finalmente se lhe atrevessava a garganta a beberagem sem poderem d'ella engolir cousa alguma; e pelo corario se viu também aos inocentes que juravam verdade, não lhe fazerem mal os taes juramentos. Cousa que muito me espantou sempre, nem eu o crera se

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> m'o não contaram pessoas de crédito, que se acharam algumas vezes onde fizeram similhantes experiencias, nem sei a que atribua uma tão grande maravilha, salvo a Deus querer mostrar a inocência d'aquelles que eram acusados falsamente, sem terem culpa ou também como dizem mui doutos theologos, poderem estas cousas deixar de fazer damno ao corpo por artíficios do demônio, para assim os assegurar nos erros em que vivem, trazendo-os cegos toda a vida. (pp. 77, 79)

Os três juramentos descritos são chamados "lucasse", "xoca" e "calão", segundo a transcrição do dominicano. O primeiro deles é descrito como mais grave e perigoso, consistindo na ingestão de peçonha. Um outro registro de sua gravidade é o papel central que tal forma de juramento desempenha no romance *Balada de Amor ao Vento* de Paulina Chiziane, cuja protagonista é uma rainha às margens do rio Sabi. Essa forma de juramento era muitas vezes utilizada como forma de punição a um dissidente, que aceitava ingerir veneno em troca de preservar os direitos de sua linhagem. A nível do relato do dominicano, as cerimônias são consideradas eficientes, havendo casos em que o sujeito passaria incólume pela ingestão do veneno. Podemos aqui jogar nova luz sobre o estatuto de verdade na obra do dominicano: histórias orais, contadas por pessoas tidas de crédito, são consideradas como testemunho de vista, mesmo que de outrem, o que aponta para essa circulação de informação, e até para o "mexerico" (expressão utilizada por João dos Santos num trecho acima. Já o segundo juramento, "xoca", que consistia lamber o ferro de uma enxada saindo do fogo, seria de uso corriqueiro, conforme João dos Santos,

> Este juramento é mais ordinário e usam muitas vezes d'elle não somente os cafres, mas também os mouros, que n'estas partes habitam, e o que peor é, que também alguns christãos deram já este juramento a seus escravos sobre furtos que suspeitavam terem-lhe feito. De um certo morador de Sofala me afirmaram algumas pessoas que dera este juramento a um seu escravo para que jurasse como lhe não furtara uma pouca de roupa, o qual cafre inocente de tal culpa lambera trez vezes o ferro abrasado em fogo sem lhe fazer mal algum. (*op. cit.*, p. 78)

Neste trecho aparece explicitamente a ideia de uma vivência religiosa compartilhada, entre shona, swahili, registrados como cafres e mouros, e portugueses, na África centro-oriental, e as vivências em terrenos concretos de portugueses e sertanejos como fontes privilegiadas de informação, no que se destaca a relação com escravizados. A ideia de que tal prática é ordinariamente utilizada por africanos, islamizados ou não, e por cristãos, remete ao seu uso como forma de solução de conflitos através da intermediação com o mundo espiritual, como no caso de um escravizado acusado de roubar seu senhor. Retomamos a ideia do confessor que pratica essa escuta quotidiana elaborando um conjunto de informações sobre as práticas do dia-a-dia, bem como a narrativa como transmissão oral da experiência na visão benjaminiana: o conhecimento obtido por João dos Santos diz respeito a esses arranjos do dia-a-dia e as formas de interações práticas entre vários sujeitos nesse espaço de entrecruzamento de rotas índicas, fluviais e orientais, de comércio e de circulação de saberes, nas quais os portugueses se intrometem a partir do século XVI.

Bibliografia

ALPERS, Edward. "Moçambique marítimo (séculos XIV-XXI)". *Revista de história (São Paulo),* n. 178, 2019

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____.; EHRET, Cristopher. "Eastern Africa". In GRAY, Richard. *The Cambridge History of Africa, vol. 4*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975

BHILA, H. H. K. "A região ao Sul do Zambeze". In OGOT, B. A. (org). *História Geral da África, vol. 5*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011

CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do Renascimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteiro, 2011

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea". *Proj. História,* n. 17, 1998

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

_____. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 1, n. 21, 1991

FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In BATES, R.; MUDIMBE, V.; O'BARR, J. (eds.). *Africa and the disciplines*: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp. 167-212.

FOURSHEY, Catherine; GONZALES, Rhonda; SAIDI, Christine. *Africa Bantu: de 3500 a.C. até o presente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019

MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y modernos*. Madrid: Sociedade de Estudios y Publicaciones, 1966

MUSCALU, Ivana. *"Da boa guerra nasce a boa paz": a expulsão dos portugueses do planato do Zambeze: reino do Monomotapa, África Austral (1693-1695)*. Tese de Doutoramento, Programa de História Social (USP), 2017

_____. *"Donde o ouro vem": uma história política do Reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)*. São Paulo: Intermeios, 2015

RAJ, Kapil. "Além do Pós-colonialismo… e Pós-positivismo: Circulação e a História Global da Ciência". *Revista Maracanan*, n. 13, 2015, pp. 164-175

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência*. São Paulo: Edusp, 2013

SALIM, A. I. "A costa oriental da África". In OGOT, B. A. (org). *História Geral da África, vol. 5*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011

SILVA DIAS, José Sebastião da. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982

VERNET, Thomas. Resenha de "Etiopie Orientale". *Journal des Africanistes sur le pas de Geneviève Calaume-Griaule*, v. 85, 2011

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano". In ALGRANTI; MEGIANI, *O império por escrito*. São Paulo: Alameda, 2009

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"O SENTIDO DO PUDOR": REPRESENTAÇÃO DO FEMININO SANTIFICADO EM SANTANA DO CARIRI-CE

Tatiana Olegário da Silva[1]

Introdução

A cidade de Santana do Cariri está localizada na região Sul do Ceará. O município atrai inúmeros visitantes durante o ano em razão de seus belos pontos turísticos, assim como pelo museu de paleontologia, reconhecido como patrimônio cultural desta cidade. Além disso, desde o ano de 2004 a devoção local tem ganhado visibilidade e atualmente tem atraído milhares de romeiros de diversos locais do país, que se deslocam para Santana para venerar a "heroína da castidade", Benigna Cardoso da Silva, tema do presente trabalho.

O estudo sobre a santidade é recorrente, sobretudo em pesquisas acadêmicas realizadas por estudantes do Cariri Cearense, tendo em vista que a região é marcada por uma forte devoção "popular", sendo um dos principais nomes o Padre Cicero Romão Batista, em Juazeiro do Norte. Para além do padre Cicero, temos inúmeras figuras femininas santificadas no Cariri, boa parte delas foram assassinadas e vítimas de violências por seus companheiros, e posteriormente tornaram-se popularmente conhecidas e veneradas em suas localidades.

Como exemplo citamos o caso de Filomena, que foi vítima de seu esposo e da amante dele em Julho de 1975 no Sítio Pereiros, Zona Rural da cidade de Mauriti - CE (GENEROSO, 2018). Outro caso similar foi o de Maria de Bil, a vítima teria sido assassinada a facadas por seu esposo Bil, em Março de 1926 em Várzea Alegre - CE (ALVES, 2014). Temos também o caso de Rufina, na cidade de Porteiras - CE, que também veio a óbito, vítima de violência. Diante do exposto, percebemos que os trabalhos abordando tais devoções perpassam as temáticas da violência de gênero, santidade e religiosidade popular.

É nesse contexto de fé e devoção que a imagem de Benigna Cardoso da Silva ganha destaque. Ela, aos seus recém completados treze anos de idade, ao realizar uma atividade corriqueira e bem comum na região, pegar água em um poço, foi estuprada e assassinada por um colega de classe, Raul Alves Ribeiro, à época ele tinha entre 16/17 anos de idade. O fato ocorreu no Sitio Oiti dos Cirineus, que era uma zona rural da cidade de Santana do Cariri, e atualmente é conhecido como bairro Inhuma. O fato gerou comoção na cidade e regiões circunvizinhas, e Benigna a partir de então se tornou para as pessoas sinônimo de fé e esperança em dias melhores, ganhando o título de "santinha" e "heroína da castidade".

Com o passar dos anos, as pessoas começaram a pedir bênçãos a Benigna, e através de uma graça alcançada pelo devoto Ary Gomes, no ano de 2004, iniciou-se a primeira romaria à Benigna, desde

[1] Graduanda em História pela Universidade federal do Cariri - URCA. Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão- FAPEMA. E-mail: tatianaolegario12@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

então os números de devotos aumentam a cada ano. Diante disso, percebemos que a Igreja e o poder público local começaram incentivar a devoção apenas a partir do ano de 2004, uma vez que teve-se consciência que de fato as romarias poderiam atrair o turismo religiosos e gerar visibilidade e lucro para a cidade.

Sendo assim, iniciou-se então o processo de construção de santidade em torno da imagem da jovem. O primeiro escrito a respeito de Benigna foi a biografia oficial intitulada: **Benigna:** um lírio no sertão cearense (2011). Nela podemos observar que os autores dedicaram-se a enfatizar vários elementos que constituem um modelo de jovem/mulher "ideal", exemplificando-a como referência e enfatizando sobretudo seus valores, formas de agir e se comportar perante a sociedade.

Portanto, consideramos que essa idealização de santidade quase sempre está relacionada as condutas morais instituídas pela Igreja Católica, essencialmente no que concerne a construção dos papéis ideais do "ser feminino" perante essa instituição e alguns seguimentos sociais nos quais fazemos parte.

Diante disso, cabe enfatizar que esse trabalho parte de uma pesquisa ainda inicial onde buscamos discutir as representações do feminino santificado a partir da história de Benigna Cardoso, observando os discursos em poemas, cordéis, biografia e processo crime. Apoiados nos pressupostos teóricos de Roger Chartier (1990) no que concerne suas perspectivas a respeito das representações e práticas culturais, Pierre Bourdieu (1930) para pensarmos a violência simbólica presente nesse processo de construção de santidade feminina, dentre outros que nos permitirão melhor entender conceitos que auxiliará nessa discussão.

"Mártir da pureza": Benigna Cardoso como modelo de santidade a ser seguido.

Após a primeira romaria em homenagem a Benigna, iniciou-se por parte da Igreja e Diocese local o processo de construção de sua história de acordo com os modelos canônicos, cujo principal objetivo era levá-la a causa dos santos afim de torná-la beata.

Deste modo, ao analisarmos a biografia, esta traz alguns elementos hagiográficos, uma vez que contando com a participação de um historiador e membros da Igreja, nesta obra são destacadas a vida, hábitos e sobretudo as virtudes da jovem, seguindo uma linha cronológica que tem início na infância (igual as demais garotas da cidade), adolescência, martírio e terminando nos relatos de fé, fama e santidade.

Notamos claramente que os autores e membros da Igreja constantemente enfatizam o "ato heroico" de Benigna por "preferir morrer" para não pecar contra os mandamentos de Cristo, prezando sua virgindade e sendo fiel seguidora dos ensinamentos da Igreja, legitimando, deste modo, o título de "heroína da castidade "no imaginário popular.

Existe na biografia oficial de Benigna uma grade semelhança com a história de vida dos santos relatadas em textos hagiográficos. "As histórias retratam uma infância normal, até tranquila, quando um evento externo interrompe a vida da criança e a coloca numa situação de perigo e consequente morte, sem ter quem a defenda do agressor" (ANDRADE, 2008, p.251). Na biografia, as características pessoais de Benigna são destacadas como modelos e as narrativas a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

respeito de sua morte enfatizam que a mesma foi uma vítima que lutou apenas por seus ideais cristãos de não desrespeitar a Deus entregando-se ao algoz.

Identificamos nesses escritos oficiais, em discursos proferidos por padres e membros do poder público uma construção da imagem de Benigna enquanto santa e uma certa preocupação em exaltar os seus pontos positivos como uma forma de legitimação de sua santidade e exemplo para os demais. Em cada discurso, panfleto e o que remete a vida e morte da jovem, há ênfase no seu amor a Deus e uma reprodução da narrativa é instituída pela Igreja através da biografia:

> Benigna foi capaz de amar Jesus até ao supremo sacrifício da sua vida, porque era pura. Foi na sua vida de pureza que brotou e enraizou o seu amor por Jesus. Para isso, ela foi capaz de viver de acordo com a letra do salmo: não hesitou em tirar a vida do corpo, a fim de preservar a vida, que amadureceu dentro de si; para não ser erradicada do amor a Jesus; só pra ficar com Deus. (CIDRÃO, 2014, p.69)

Tendo essa biografia como meio de propagação de condutas, valores e normas institucionalmente aceitas, percebemos que os discursos então elaborados são claros e tem um intuito de convidar o leitor e os devotos a viverem essa vida de santidade, cujo exemplo é Benigna.

> Uma santidade proposta enquanto expressão de perfeição da caridade. Uma santidade que é apresentada como o cumprimento pleno da fé na vida ordinária de cada um e, por conseguinte, como um modelo de vida acessível a todos, com a ajuda de Deus. (ANDRADE, 2008, p.244)

Diante disso, começamos a interpretar a santidade de Benigna como uma construção não apenas por parte da Igreja, que luta por interesses específicos, mas também pelo poder público, que divulga e incentiva a causa, e pelos devotos, uma vez que nas narrativas, as ações de Benigna em vida ganharam mais significado e virtudes como bondade, benevolência, amor ao próximo e aos animais, amor a natureza e a caridade, tornaram-se excepcionais, dando assim mais sentido ao seu passado. Observamos essas características no poema *A história da menina que foi matada a facão, heroína da castidade.* (Poeta Pedro Bandeira):

> [...] não esmagava lagartas
> Não matava passarinhos
> Não tocava nos filhotes
> Não desmantelava os ninhos
> Admirava as montanhas
> Poupava até as aranhas
> Que encontrava nos caminhos
>
> Noites de céu estrelado
> Ela Irani e Tetê
> Ouviam a mãe da lua
> Cantando no pé de Ipê
> Rangendo nos arvoredos
> Criança que ver segredos
> Que outras crianças não ver
>
> [...] esbelta, cabelos grandes
> Morena cor de canela
> Meiga, dócil e sorridente
> Autêntica pura e singela

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Por dentro da veiga infinda
> Sem se saber quem mais linda
> Se era as flores ou ela
>
> Simples, reservada e leve
> Humilde e meditativa
> Generosa e carismática
> Obediente e prestativa
> Tímida suave e honesta
> Medianeira e modesta
> Lutadeira e criativa[...]

Partindo desse poema, consideramos que há certa "romantização" e até personificação da imagem de Benigna. Essa "santidade" construída no seio familiar, a valorização da simplicidade, obediência, ênfase na religiosidade e humildade de sua família, explícito também na segunda estrofe, onde o ambiente que Benigna nasceu e cresceu ganha um caráter sagrado é "uma forma de legitimar seu ato como consequência de uma boa formação" (ANTUNES, 2011, p.30). Mas determinados aspectos já citadas anteriormente no poema, "Se comparada sua vida a de outros santos poderemos notar facilmente que estas características são comuns a todos" (ANTUNES, 2011, p.34), traduzindo assim um modelo de santidade aceito pela Igreja Católica e que a história de Benigna precisa seguir para que possa ser aceita.

Neste modelo, Benigna então torna-se diferente de todas as crianças: uma jovem dotada de simplicidade, caridosa e amante da natureza e dos animais, "criança que ver segredos/que outras crianças não ver"[2]. O poema enfatiza Benigna como uma jovem de dons extraordinários, o que diferencia das demais na época. Logo percebemos que esses são pontos chaves na construção de santidade e da vida de Benigna, sua capacidade de ser diferente das outras, de fazer coisas que na visão da Igreja outras jovens da época não fariam, e toda essa narrativa é construída para dar legitimidade ao seu martírio[3] "é por meio do mito, enquanto uma narrativa original, que o homem religioso busca uma identificação com a divindade, com o transcendente. Quanto mais personificado for o transcendente, maior o sentimento de identificação a um projeto de salvação" (ANDRADE, 2010, p.135).

Diante do que foi exposto, convém observar a realidade social em que essa santidade é construída, pensada e divulgada, buscando entender como as pessoas recebem essa imagem de Benigna enquanto modelo ideal e aceitam as normas impostas sem que haja questionamentos ou discordâncias, concordamos com Chartier quando este enfatiza que:

> No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto e, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo. (CHARTIER, p.24.)

Logo, a partir do momento que esses discursos e narrativas chegam aos devotos e leigos eles apropriam-se dessa visão e aplicam em sua realidade, um discurso tão forte que é capaz de fazer

[2] Trecho do poema, "A história da menina que foi matada a facão", Pedro Bandeira.
[3] Entendemos o martírio em sua definição mais simples como uma morte trágica por adesão a fé cristã.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

com que muitos mudem sua compreensão de mundo, de si próprio, suas formas de agir, de se comportar e seguir.

Desta forma, devemos enfatizar que os discursos proferidos por membros do poder público e da Igreja partem de grupos "dominantes", que buscam elaborar tais informações afim de persuadir o leitor:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, p.17. 1988)

Em uma sociedade marcada por uma forte religiosidade popular e sobretudo que infelizmente ainda mantem traços do machismo e do patriarcado imbricado em seu meio, discursos que colocam a mulher como indefesa, passiva e temente a Deus, ainda ganha muito respaldo, uma vez que por mais que as pessoas não sejam assim, elas projetam em Benigna esse modelo ideal que boa parte gostariam que ser.

Percebemos também a ênfase nas qualidades de Benigna em depoimentos do processo crime, onde são repetidas pelas testemunhas como um refrão por parte das pessoas que a conheceram: "conhecia a vítima e sabe que era menina muito direita e inofensiva"[4]. A bondade de Benigna é sempre destacada: "conhecia a vítima e a mesma era uma pessoa doente, muito boazinha"[5]. Para os devotos essas qualidades possibilitam uma maior aproximação com Deus. Já para a Igreja, a ênfase no martírio e nas características consideradas extraordinárias de Benigna é de grande importância, visto que podem facilitar e tornar possível o processo de beatificação.

Com os inúmeros casos de santos não oficiais é importante que exista essa construção da santidade enquanto um caso único, pois a Igreja leva em conta, sobretudo, os casos excepcionais para canonização, decidindo assim "aceitar como santas as pessoas que fossem formalmente declaradas como tais pelo Papa" (BÁRBARA LUCAS, 1969, p. 417). Assim, suas qualidades devem ser exemplares e dignas de ser seguidas por outras pessoas, no caso de Benigna, sobretudo pelos mais jovens, como destaca os membros eclesiásticos em suas falas.

Desta forma, a construção não perpassa apenas a história de vida dela em si, mas os elementos simbólicos que ela usava no dia do assassinato. O pote de barro, que ela carregava ao ir pegar água no poço, o modelo do vestido usado, que atualmente muitos romeiros usam no dia da peregrinação, sendo esse um vestido vermelho com bolinhas brancas, cobrindo toda a parte dos ombros e cumprimento até a altura dos joelhos.

Observamos que a construção dessa indumentária também iniciou-se através da Igreja. Neste caso entendemos a representação como o tornar presente o que está ausente, as características do vestido original de Benigna foram perdidas ao longo do tempo, e houve essa necessidade de reconstruí-lo. Destarte, consideramos que esta é mais uma forma de amoldamento feminino, na qual destaca a "roupa composta" como digna de santidade.

O caráter disciplinador da vestimenta de Benigna estar presente em falas e também nesse cordel, como uma forma de controlar os corpos, observamos nesta estrofe:

[4] Trecho retirado do depoimento de Tomaz Araújo Silva, processo crime, 1941. p.14.
[5] Trecho retirado do depoimento de Vicência Alves Duarte, processo crime, 1941. p.17.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Desde cedo aparentava
> Deste mundo mal não ser
> Nunca usou vestido curto
> Pois não queria aparecer
> Suas roupas tinham mangas
> E decote nem pra ver.
> (SOBREIRA, p.03. 2021)

Conforme o autor desse cordel, usar roupas compostas é sinônimo de bondade, em contrapartida, decotes ou algo destoante aos ensinamentos da Igreja é totalmente incabível, que remete ao mundo mau, pecador. "Essas maneiras de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convém às mulheres, continuam a lhes ser imposta pela roupa" (BOURDIEU, p.20), prontamente na visão que ainda domina boa parte da sociedade, a roupa caracteriza se a mulher/jovem é "direita" ou não, se tem "moral" ou não.

Sendo assim, é nítida a diferença que Benigna é tratada diante as "outras" menina da época, nesses discursos eclesiásticos: "algumas jovens, com a desculpa do calor- o que é verdade- aproveitavam-se disso e vestiam-se de forma muito livre e provocante" (CIDRÃO, p.52, 2014). Considerando a indumentária como elemento da cultura e parte das representações sociais, ainda hoje existe um pensamento retrógrado de que a mulher que se veste da forma que quer, com roupas curtas ou decotes grandes, são consideradas vulgares, e, vemos esse discurso claramente reproduzido nos escritos sobre Benigna, desde a biografia que foi escrita em 2014 até o cordel em 2021. Logo, concordamos com Bourdieu quando destaca:

> A moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade feminina se inscrevem assim, sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética. (BOURDIEU, p.19)

Portanto, essa ênfase no corpo, nas vestimentas, posturas "naturais", "éticas" e "santas" atribuídas a Benigna destacados em discursos oficiais, através dessa construção santidade, tem objetivos sempre muito diretos, a saber, controlar os corpos femininos a partir desse exemplo, bem como fazer com que as mulheres sigam o modelo estabelecido pela Igreja, e aceito socialmente por uma boa parte da população mais conservadora. Ajustar as mulheres em uma sociedade dominada por um forte viés machista.

O diferencial de Benigna exposto pela Igreja é o fato dela não pecar contra Cristo e seus ensinamentos, é a jovem que dedica-se integralmente a religiosidade e afasta-se das "coisas mundanas" sendo assim, todo o enredo da sua história a leva para um ponto central, a santidade. E esse perfil traçado nas narrativas pretende que esse discurso seja apreendido pelos devotos e leigos de forma natural, assim como o amoldamento feminino presente nos relatos e discursos.

Mas, à medida que o papel feminino é muito bem definido nas narrativas acerca da história de Benigna, pouco se fala de Raul, seu assassino, e menos ainda do estupro cometido por ele contra ela. Há uma clara intenção de fazer com que Benigna seja exemplo para as jovens, mulheres e devotos, mas nada é mencionado acerca da violência, do estupro, e, sua história raramente é associada a outras inúmeras situações atuais que as mulheres vivenciam. Há uma tentativa de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

apagamento sobre as "Benignas" que todos os dias sofrem assédio, estupro e vivem em situação de perigo e que são silenciadas.

"A tentativa não consumada": o estupro silenciado.

Em boa parte das ocorrências de assassinatos de mulheres que culminaram em santidade feminina na região caririense o que diferencia de fato o caso de Benigna dos demais é a forma que a Igreja trata o homicídio. Esta instituição apropriou-se da história e elaborou uma narrativa religiosa em volta deste acontecimento, enfatizando as virtudes da jovem e destacando que ela abdicou sua vida por conta de seus princípios morais, seu amor a Deus e sobretudo, que ela preferiu morrer para não perder sua virgindade.

> Benigna viveu apenas 13 anos e 9 dias e findou sua existência terrena por ferimentos mortais, vítima de uma tentativa de violência sexual à qual resistiu bravamente, para preservar sua castidade. Foi uma vida breve, permeada pela amizade com Jesus, vivida em meio a pobreza, orfandade, trabalhos domésticos, gestos simples e solidários. Uma verdadeira santidade leiga, na qual realizou fielmente o projeto e a palavra do pai. (CIDRÃO, 2014, p.67)

Percebemos que o ponto central nessa biografia é destacar quanto Benigna foi fiel a sua religião e a Deus por não permitir que Raul a estuprasse, pois para a Igreja, a virgindade é uma virtude. Neste entendimento, Corbin (2008, p. 68) assinala: "aos olhos da Igreja, a virgindade é, ao mesmo tempo, um estado definido de integridade da carne, quer dizer, pela abstinência de todo ato venéreo consumado, ou seja, permanecer sempre em abstinência". Deste modo, o estado de pureza atribuído a virgindade é uma das condições essenciais para alcançar a salvação e ter uma maior aproximação com Deus.

Considerá-la como "heroína da castidade", além de romantizar seu ato de "heroísmo" por não se deixar seduzir, aproxima-a de outras mártires que tiveram histórias parecidas e que hoje são canonizadas, como santa Maria Goretti:

> O jovem Alexandre, o qual, por várias vezes, tentou seduzir Goretti. Por ser uma menina temente a Deus, a jovem era cheia de maturidade e sempre negava o ato, dizendo: "Não, não, Deus não quer; é pecado!" Maria Goretti tinha apenas 11 anos de idade, quando Alexandre Serenelli, com maior idade e estatura, tentou estuprá-la. Maria resistiu e ele esfaqueou-a por 14 vezes. Porém, antes de morrer, Maria rogou: "Que Deus o perdoe, eu o quero no céu". A história de sua piedade se espalhou, e ela ficou conhecida como "A Mártir da Pureza" (REVISTA RAINHA DO SERTÃO, 2015, p. 01).

Como podemos perceber, ambas as histórias são bastante parecidas. O título de Mártir da pureza é atribuído tanto a Maria Goretti quanto à Benigna. Assim, de acordo com os relatos, sempre houve uma tentativa de estupro, mas nunca coloca-se explicitamente o que de fato ocorreu.

Isso posto, ao analisarmos as narrativas, fica evidente que a narrativa difundida para o público geral é que o estupro não ocorreu. Em nenhum momento, ao indagarmos os devotos e ao pároco da cidade sobre o crime, eles citam o estupro, mas enfatizam que tudo não passou de tentativas. Por serem falhas, Raul optou por tirar a vida da jovem. Mas ao defrontarmos com o processo crime, obtivemos novos informações em que se enfatiza claramente que Benigna foi estuprada, antes mesmo de ser assassinada:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Chegando ao meu conhecimento que ontem por volta das quatro horas da tarde mais ou menos foi barbaramente estuprada e assassinada a menor impúbere Benigna Cardoso da Silva, no Sítio "Oiti" deste Termo, cujo cadáver tendo sido transportado para esta cidade, onde se encontra nesta delegacia para o competente exame... (PROCESSO CRIME, 1941. p.1, Grifo meu).

Foram notificados os peritos José Ulisses Coelho e Virgílio Nunes da Cruz, dois importantes nomes da medicina na época da cidade do Crato, para realizarem o exame de corpo delito anteriormente citado, no qual constataram alguns ferimentos no corpo de Benigna:

> passaram a examinar as partes genitais do referido cadáver e constataram o desmembramento por laceração do esfíncter anal interessando todo o períneo até a vulva deixando aparecer o intestino estando as bordas anais umedecidas por uma substância que presume ser esperma, aparentando assim ter havido copula carnal e que o hímen estava intacto havendo entretanto, em ambos os lados manchas arroxeadas dos pequenos para os grandes lábios tudo produzido por pênis em ereção e ao que parece auxiliado pelas armas naturais (os dedos) e por fim verificaram várias manchas de sangue nas coxas e pernas e arroxeada toda região lombar.. (PROCESSO CRIME, 1941. p.3, Grifo meu)

Deste modo, no exame de corpo de delito presente no processo é notório a barbaridade com que ocorreu o crime, evidenciando que foi um estupro anal. Por este motivo não houve o rompimento do hímen. Soares (2015) aborda que na atualidade entendemos que o "Estupro é a coação feita pelo homem ou pela mulher que, mediante emprego de violência (física ou real) ou grave ameaça, compele a mulher ou o homem à cópula sexual ou à prática, ativa ou passiva, de ato libidinoso diverso da conjunção carnal". Mas nem sempre o conceito de estupro foi tão abrangente assim, (Sousa, 2017, p.11) enfatiza: "por muito tempo, o entendimento de estupro concebeu apenas casos onde a conjunção carnal fosse comprovadamente forçada e com penetração vaginal." Neste caso de Benigna não houve a penetração vaginal, mas anal, caracterizando de todo modo o crime de estupro.

Logo, o fato do hímen permanecer intacto leva os membros da Igreja Católica e aos demais que tiveram acesso ao processo crime a afirmar que Benigna morreu virgem. Para além do rompimento do hímen, não é apenas um fator biológico que está em evidencia, mas uma questão de honra, pois "Com o cristianismo, a virgindade ganhou valor moral e espiritual, idealizada como um caminho para a santidade" (CRUZ, 2016, p. 1016). Concordamos também com Matos, quando este escreve que:

> Virgindade[...], estava vinculada diretamente ao caráter individual de uma mulher, por isso possibilitava a está um bom comportamento, agir corretamente em seus atos para não deturpar sua imagem e consequentemente sua conduta moral e de sua família. Para tanto, a honra sexual das mulheres estava diretamente ligada à honra moral da família. (MATOS, 2013, p. 10)

Entendemos que além da aproximação com o ser superior, os valores de uma virgem são considerados diferentes. Seu comportamento moral e sua imagem tem que refletir em ações, de forma que a virgindade acabava por dar mais respaldo não apenas à jovem, mas também à sua família. Portanto o motivo pelo qual a Igreja Católica tende a ocultar uma parte tão importante da vida de Benigna seria esse conjunto de valores que estão arraigados no termo virgindade e que permanece até hoje.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O fato das pessoas saberem que houve estupro tiraria a pureza que lhe é atribuída por ela ter sido tocada por um homem, por seu espaço sagrado (corpo) ter sido penetrado de forma tão brutal e, de certa maneira, ainda existe muito pré-conceito, além da desqualificação da figura feminina onde a vítima ainda é taxada como a culpada. Nesse sentido:

> O julgamento dos casos de estupro são experiências profundamente perturbadoras [...] pois ele o é (desde a fase policial) um processo de desqualificação das mulheres e uma celebração dos valores falocêntricos, relativos à exacerbada sexualidade masculina que distorcem a noção de consentimento. (ANDRADE, 2018, p.73)

Esses valores falocêntricos dizem respeito ao espelho de uma sociedade que ainda hoje é voltada para o masculino, associando briga e ódio, como sinal de força e algo inerente ao homem, enquanto a mulher é tida como um ser passivo, paciente e, de uma certa maneira, inferior.

Deste modo, o fato de Benigna ter sido estuprada, mesmo que ela continue sendo considerada "virgem mártir", pesa diante do olhar das pessoas que conhecem sua história e não tinham conhecimento disso. Ela não será mais a virgem intocável, por mais que tenha resistido, seu corpo foi violentado de forma cruel, o que, de uma certa maneira, tira a leveza com que foi construída sua "santidade", dando espaço para questionamentos e julgamentos a respeito de sua pureza e de como ocorreu o crime.

Todas essas questões nos fazem perceber a violência simbólica que perpassa a história de Benigna, a "naturalização" do assassinato em falas como: "não há mártires sem o martírio e não há martírio sem o algoz[6]" expressa o quanto a sociedade ainda é presa a muitos pensamentos machistas, não precisamos que uma mulher seja estuprada e assassinada para que a mesma venha a tornar-se santa, não devemos naturalizar dessa forma o que Benigna sofreu, logo, essa dominação masculina encontra-se presente diversas vezes em falas e escritos oficiais partindo sobretudo de um lugar social de quem detém o poder, portanto:

> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e portanto, à dominação) quando ela não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que não sendo mais que forma comparada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, p.23)

Partindo desse pressuposto, a violência simbólica então analisada parte sobretudo dessas falas, relatos e discursos muitas vezes machistas e reguladores no que concerne a moldar a mulher de acordo com os ensinamentos da Igreja e exemplo de Benigna. Essa violência simbólica de não aceitar a mulher agir e ser da forma que ela quer, considerá-la desviante por conta de suas vestimentas e modos de comportar-se, essa relação encontra-se tão presente na sociedade que muitas vezes esse amoldamento feminino acaba por tornar-se natural, sem que haja questionamentos ou discordâncias, pois muitas pessoas não se dão conta disso, desses intenções por trás dos relatos então estabelecidos.

Portanto, consideramos essa violência não física como parte do jogo de poder na qual é exercido sobre os corpos. E o próprio fato de haver o ocultamento do estupro é também uma violência

[6] Fragmento de uma entrevista concedida a Tatiana Olegário por João Paulo Cabral em Outubro de 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

simbólica, uma vez que casos como o de Benigna aconteceram e infelizmente continuam acontecendo na sociedade, muitas mulheres também são silenciadas, muitos estupros e assédios são ocultados das narrativas oficiais e em muitos casos a mulher enquanto vítima acaba tornando-se alvo de questionamentos e desconfianças.

Considerações

Diante do exposto, consideramos que estudar a respeito da devoção e construção de santidade em torno de Benigna é de extrema importância, sobretudo atualmente, mas desde que sejam problematizados os discursos, falas, nuances e narrativas para além do contexto religioso, analisando como essa história é semelhante a infinitas "Benignas" que conhecemos em nosso dia-a-dia que sofrem assédio, estupro e que são assassinadas por não querer ter relações com seus parceiros ou por simplesmente falar um não. Sendo que muitas vezes estas também são silenciadas e tem sua "honra" colocada à prova, são julgadas por conta da roupa que veste e da maquiagem que usa, como se isso fosse algo que pudesse justificar as violências de que são vítimas.
Todo esse pensamento retrógrado e machista que vivenciamos parte dessa violência simbólica que ao longos dos anos foram tidas como naturais, a mulher usar roupas longas, ser submissa, aceitar o que homem manda, são características que observamos comumente e reproduzidos muitas vezes vemos em discursos eclesiásticos nos quais usam da imagem de Benigna para "enquadrar" os corpos femininos em um padrão socialmente aceito.

Referências

ALVES, Daniele Ribeiro. **Decifrando o sagrado feminino**: o assassinato e a devoção a Maria de Bil em Várzea Alegre - Ce. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2014.

ANDRADE, Solange Ramos de. **A religiosidade católica e a santidade do mártir:** Projeto História. São Paulo, n.37, p. 237-260, dez. 2008.

ANDRADE, Solange Ramos de. **O culto aos santos**: A religiosidade católica e seu hibridismo. Anpuh, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena. Kühner. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In:**AHistória Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CORBIN, Alain. A influência da Religião. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, George. Dissertação**. História do corpo**: da revolução à grande guerra, v. 2. Petrópolis: Vozes, 2008.

GENEROSO, Welinaidia de Sousa. **Devoção e santidade a Filomena de Lacerda** (1984-2014), III seminário nacional de história e contemporaneidades Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos. Crato, 2018.

KNIBIEHLER, Yvonne. **Virgindade**: tema atual, tema de história. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

LUCAS, Bárbara. **Grandes Santos e Figuras Veneráveis**. Nova Enciclopédia Católica. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1969.

MACIEL ANTUNES, Alex Sandro. **Albertina Berkenbrock**: Virgem e Mártir: A Construção de seu martírio e santidade/ Alex Sandro Maciel Antunes. - 2011.

MATOS, Paulo Roberto. **Virgindade, uma questão de honra**: sexualidade feminina na São Luís republicana (1880-1920) XXVII Simpósio Nacional de História conhecimento histórico e dialogo social. Natal-RN. 2013.

RAFAEL, A. L.-et al. **Benigna: um lírio no sertão cearense.** Ceará. 2014.

SOARES, Daniela Bastos. **Análise jurídica do crime de Estupro.** Conteúdo Jurídico, Brasília mar. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52686&seo=1>. Acesso em: 12 de novembro, 2021.

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro:** prática e incitação à violência sexual contra as mulheres. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 06
DESENVOLVIMENTO RURAL E QUESTÃO AGRÁRIA

OCUPAÇÃO DA FAZENDA TERRA BELA E A GRILAGEM DE TERRAS NA REGIÃO DE BURITICUPU: A LUTA DAS MULHERES LAVRADORAS (1987-2001)

Darlene Rodrigues Area Silva[1]

Introdução

Esta pesquisa é uma breve análise do processo de ocupação e posse da terra no município de Buriticupu, desde a perspectiva das mulheres e da literatura existente acerca da região. Buriticupu situa-se no oeste do estado maranhense, nordeste brasileiro e região de fronteira agrícola amazônica. O maior conflito de luta pela terra na região foi com a tomada e ocupação da Fazenda Terra Bela que ocorreu entre 1987 e 1988, protagonizada por homens e mulheres do campo apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Igreja Católica.

A fazenda possuía mais de 24 mil hectares que foi "vendida" pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) para um fazendeiro de Santa Helena de Goiás que a utilizava para pecuária e agricultura. Os acontecimentos que antecederam a tomada da fazenda tem entre suas origens ações do governo estadual com a abertura da MA-74, que abriu caminho para a grilagem de terras, e a edição de Lei de Terras nº. 2.979/1969 que em muito contribuiu para o aumento dos conflitos no meio rural maranhense entre camponeses e latifundiários (AZEVEDO, 2009, p. 192-195). Buriticupu se inseriu nesse processo acelerado de privatização da terra e concentração fundiária.

A má administração da COMARCO gerou um clima de tensão social que levou a eclosão do conflito e tomada da fazenda. A presença das mulheres e o protagonismo feminino foram fundamentais para a consolidação da posse da terra na fazenda ocupada, elas estiveram diretamente envolvidas nos conflitos de terras por todo o país, em Buriticupu não foi diferente, nos papéis de esposas, muitas viúvas, mães, filhas, domésticas e lavradoras.

Este trabalho se pretende como uma contribuição para a história das mulheres na historiografia maranhense e como uma pesquisa de histórica política e econômica, pois a presença e ação do estado foram fundamentais para consolidação da posse da terra, assim como para a luta em sua defesa. Do ponto de vista econômico, tentamos compreender o processo de "produção e a reprodução da vida material" e os meios de existência (CARDOSO, 2002, p. 451) dessas famílias lavradoras que migraram para a região de Buriticupu em busca de um pedaço de terra para plantar, trabalhar e viver, com sonhos de um futuro melhor.

[1] Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2021). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da UFMA. Bolsista FAPEMA. https://orcid.org/0000-0002-2073-7048. Email: dra.silva@discente.ufma.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O governo estadual do Maranhão idealizou e implementou um *Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola* para a região de Buriticupu na década de 1970 através da criação da COMARCO, a empresa colonizadora, para assentar famílias camponesas de áreas de conflitos de terras.

Assim, o Estado é um órgão fundamental para entender o processo de ocupação do território na região, o *Projeto de Colonização* foi pensando e gerido pelo Estado, mas incluía interesses e sonhos dos pequenos lavradores e também de grandes empresas transnacionais e latifundiários. O aumento das atribuições do Estado alterou profundamente o território e as relações que sobre ele se desenvolveram, incidindo direta ou indiretamente na vida e no cotidiano das mulheres camponesas-lavradoras que habitavam a região no período estudado, e consequente sobre a posse da terra. (LACERDA, 2014, p.15).

O Estado é aqui entendido como um "conjunto de organismos de decisão (parlamento e governo) e de execução (o aparato burocrático), que desenvolve a função de mediador" (BOBBIO, 1987, p. 26) de conflitos sociais, mais do que detentor de poder. É também sobre o Estado, após a Declaração de Direitos Humanos da ONU em 1948, que recai a função de garantidor dos direitos fundamentais, a partir daí sua intervenção passou a ser necessária para a garantia das liberdades individuais e civis.

Outro conceito que permeia a compreensão das condições históricas que possibilitaram a ocupação da terra em Buriticupu, é ideia de território e/ou região, que aqui aparece enquanto "conceito político" constitutivo de relações de poder e afirmação de autoridade. (MYSKIW, 2002, p.36).

Por intermédio de uma abordagem múltipla do território, é possível afirmar que o território constitui uma materialidade, mas incorpora também o imaterial: os sonhos, os desejos e o mundo espiritual de quem nele habita. Seguindo a compreensão de Saquet (2007, p. 56-57), o processo de territorialização pode ser cultural (produção da existência), pode ser político (presença do Estado) e também econômico (produção do capital). Daí o território ser, além de abrigo, lugar de investimentos econômicos.

É no processo de ocupação do território que acontecem os movimentos, que "há fluxos, conexões, articulações, codificação, decodificação, poder." (SAQUET, 2007, p. 56). Em outros termos, "fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam" (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 283 apud SAQUET, 2007, p. 56).

Foi a partir da teoria dialética de Marx que o território começou ser entendido também como uma espécie de "ciranda mercantil" do sistema capitalista e "como produto da práxis social e conflitual e da organização capitalista do trabalho e da produção" (SAQUET, 2007, p. 58), articulando uma totalidade em suas dinâmicas e conexões. É a partir da apropriação e dominação do território que se configuram as relações de poder, de lucro e reprodução ampliada do capital. (SAQUET, 2007, p. 54). A luta das famílias lavradoras pelo direito à terra em Buriticupu é também uma questão territorial.

Por fim, outra categoria fundamental para a compreensão da história da luta pela terra em Buriticupu é a *fronteira agrícola*, pois a região, como já citado, situava-se numa área de fronteira. Numa região de fronteira "as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

movimento de expansão demográfica sobre terras 'não ocupadas' ou 'insuficientemente' ocupadas. Na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia, em particular a Amazônia brasileira" (MARTINS, 1996, p.25). Buriticupu situa-se na Pré-Amazônia brasileira.

A expansão e o deslocamento na região de fronteira, geralmente são marcados pela destruição do meio ambiente, por conflitos violentos de terras, assassinatos e expropriações de antigos moradores. Paralelamente, é também uma região de "resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança". (MARTINS, 1996, p.26). O que há de mais importante "para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social". (MARTINS, 1996, p.27). O que faz dela um lugar singular de encontro e desencontro entre grupos étnicos, classes sociais e interesses econômicos.

Com esses conceitos e categorias explicitadas, a hipótese norteadora desta pesquisa é a de que a presença das mulheres foi fundamental na luta cotidiana pela ocupação e posse na terra no Brasil e em Buriticupu não foi diferente, assim como foram elas às mais afetadas com as graves violações de direitos humanos no processo de territorialização na região estudada.

Em seguida trataremos do contexto que possibilitou a idealização por parte do estado de um projeto de ocupação de território maranhense, seus objetivos, a chegada das primeiras famílias e a constante grilagem de terras nesse processo, que "acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região maranhense" (COSTA, 2002, não paginado).

Por fim, abordaremos as "origens" do processo que gerou um clima de tensão social na região e culminou na tomada da fazenda Terra Bela em 1988, destacando a presença ativa e o protagonismo das mulheres na luta diária e no "sangrento conflito", suas vivências e subjetividades. De algum modo, este trabalho visa contribuir para a inclusão e o reconhecimento do lugar dessas mulheres (camponesas, líderes, mães, avós, esposas, viúvas, religiosas) na história do Maranhão, em suas experiências de vida na luta pela posse da terra e pela própria sobrevivência. Desse modo, tenta-se romper com os silenciamentos e os apagamentos dessas memórias como parte da narrativa histórica.

"Uma ilha no meio de empresas": grilagem de terras no Oeste maranhense

Atualmente, o município de Buriticupu integra a microrregião do Pindaré (com mais 21 municípios), inserindo-se dentro de um contexto amazônico e nordestino. Seu nome faz menção as duas frutas abundantes na região (Buriti e Cupuaçu) na época de instalação do Projeto de Colonização. Sua história foi marcada por muita violência e conflitos de terras, intensificados na década de 1980. Pela Lei Estadual nº 6.162/1994, o povoado foi elevado à categoria de município. (LACERDA, 2014, 15-19).

Segundo registrou Silva (2015, p. 22),

> Buriticupu limita-se no sentido norte/leste pelos rios Buriticupu e Pindaré, que o separam dos municípios de Bom Jesus da Selva e Bom Jardim. No sentido leste/sul, parte pelo rio Presa de Porco, que o separa de Alto Alegre do Pindaré, indo até o limite sul com o município de Santa Luzia do Tide. Já no sentido sul/oeste, o rio Zitiua o separa do município de Arame, continuando na fronteira do município de Amarante do Maranhão.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A história da formação de Buriticupu esteve diretamente atrelada às políticas territoriais estatais voltadas para a integração da microrregião do Pindaré ao desenvolvimento da economia nacional. A ideia de desenvolvimento regional e de investimento no setor primário mediante a expansão da fronteira agrícola do estado consequente a uma política de ocupação do território fazia parte da dinâmica ideológica do regime militar (1965-1985), voltada para a segurança nacional e para o crescimento econômico. Com a crise do petróleo na década de 1970, e com a balança comercial desfavorável, a estratégia tomada foi investir no crescimento das exportações e da expansão da fronteira agrícola por meio de uma política de ocupação. A partir da década de 1960 a região para expansão da fronteira foi o oeste maranhense. (LACERDA, 2014, p.62).

A política econômica dos generais no poder era de tentar uma "maior integração entre os capitais financeiro, industrial e agrário" somada às novas formas de dominação e autoritarismo sobre as populações rurais (BARBOSA, 2015, p. 58), através do estímulo e facilitação para grandes empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) instalarem seus negócios no país. Um dos objetivos era atrair supostos investidores para a compra de terras pertencentes ao Estado. Em vista disso, o meio rural foi sendo gradativamente incorporado ao projeto autoritário dos militares. Começou-se, assim, investir em planos governamentais para colonização de terras devolutas amparadas pelo governo.

O estado do Maranhão se inseriu com maior vigor na ambiência dos governos militares quando, em 1969, o governador José Sarney sancionou a Lei nº. 2.979, de 17/07/1969, conhecida como Lei Sarney de Terras. Essa Lei respaldou a privatização das terras públicas e incentivou a expansão de projetos agrários, pecuários e agroindustriais no estado, propiciando (ou entregando) o controle de grandes extensões territoriais para grupos empresariais do nordeste, do centro-sul e também de fora do Brasil. (BARBOSA, 2015, p.49-54). A Lei de Terras em muito contribuiu para o aumento dos conflitos no meio rural entre camponeses e grandes empresários/latifundiários, "na medida em que se tornou um dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas do acesso à terra" (BARBOSA, 2015, p. 49-50). Buriticupu, como uma região de fronteira agrícola, se inseriu nesse processo acelerado de privatização da terra e de concentração fundiária.

O então governador do Maranhão, Pedro Neiva de Santana (1971-1974), escolheu o setor primário como meta de desenvolvimento econômico para o estado com o plano de "distribuição racional de terras devolutas do Estado". (ASSELIN, 2009, p. 159). Nos primeiros anos da década de 1970 foram realizados diversos planos governamentais sobre a economia maranhense que enfatizavam a necessidade de uma nova "alternativa econômica" e apresentava o setor primário como a saída para a economia do estado. (BARBOSA, 2015, p. 60). Medida que passou a ser entendida como permissão e estímulo para instalação de grandes projetos agropecuários na zona rural do estado e também para transferência de famílias lavradoras de áreas de conflitos de terra. (BARBOSA, 2015, p. 61).

A Lei de Terras favoreceu e levou à criação da COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização) em 1971, criada com três objetivos básicos: facilitar e orientar a implantação dos grandes projetos agroindustriais e agropecuários de interesse socioeconômico para o Estado, ordenar as ocupações de terras já existentes e executar projetos de colonização para assentar cerca

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de dez mil famílias camponesas do Maranhão. (ASSELIN, 2009, p. 159). As terras públicas da área de atuação da COMARCO englobava parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré Mirim, Santa Luzia e Amarante do Maranhão. (BARBOSA, 2015, p. 55 apud ALMEIDA; MOURÃO, 1976, p.6). Na região de Buriticupu, entre Açailândia e Santa Luzia, foi implantado um "trecho rodoviário de aproximadamente 250 quilômetros, na época MA-74 e hoje, BR 222." (LACERDA, 2014, p.83).

Segundo o Estado, essa região era constituída de terras devolutas e desocupadas e foi escolhida para implantação do projeto de colonização, ou seja, para assentar as famílias camponesas. O projeto visava fixar dez mil famílias em dez anos, com distribuição e demarcação de terras, a fim de diminuir as desigualdades sociais. Com isso, o Maranhão seria incorporado na lógica desenvolvimentista do regime militar e num contexto mais amplo de "inserção da Amazônia no processo de globalização econômica integrando-a ativamente ao comércio e a produção mundial" (LACERDA, 2014, p.88). Escritórios foram instalados em várias cidades do estado para cadastramento das famílias dos lavradores com a promessa de um mundo novo, de apoio tecnológico a agricultura familiar e melhorias das condições de vida. (SILVA, 2015, p. 31).

Entretanto, como diz Lacerda (2014, p.84), "as terras de Buriticupu já eram habitadas há aproximadamente 350 anos pelos Guajá e Tupi-Guarani, que haviam se interiorizado, a que se juntaram os Guajajara, trazidos pelo extinto SPI [Serviço de Proteção ao Índio], do vale do rio Zutiua, na década de 1940". Tais indígenas tiveram suas terras expropriadas pelo Estado e ficaram à mercê da violência de fazendeiros e de empresários, tendo de fugir da violência, vivendo escondidos nas matas, em situações precárias de subsistência.

A maioria das promessas feitas para as famílias camponesas nunca foram cumpridas. Por exemplo, o lote prometido por lei de 35 ha, passou a ser de 25 ha, demarcação insuficiente para os lavradores sustentarem suas famílias e poucas estradas foram construídas (LACERDA, 2014, p.85). Além da falta de medidas elementares para existência social, como água potável, energia elétrica, moradia e comida. Muitas famílias ficaram essencialmente dependentes do Estado, outras desistiram do projeto por conta do abandono estatal.

A má administração da COMARCO favoreceu sobremaneira a grilagem de terras no Estado, em especial na região de Buriticupu, gerando muitos conflitos de terra. A grilagem se tornou uma prática costumeira de domínio e incorporação de terras no Brasil, em especial no Maranhão após a edição da Lei de Terras. Tal como definiu Asselin (2009, p. 17-18),

> […] a grilagem é um instrumento oficialmente assumido para incorporar as terras públicas – terras do povo brasileiro – às mãos dos grandes proprietários. […] faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é um problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estimulada.

A COMARCO funcionou como um instrumento de entrega de terras aos grileiros, sendo o Estado uma espécie de intermediário nesse processo. A grilagem seguiu o curso da abertura das estradas, que facilitava a comunicação e o transporte das mercadorias (ASSELIN, 2009, p. 28). Era a nova "mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão […] Era uma lei que jogava o Estado do Maranhão dentro da nova realidade política nacional". (ASSELIN, 2009, p. 151;176).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A região de Buriticupu era uma espécie de "ilha no meio das empresas", empresas que precisavam de mão de obra (ASSELIN, 2009, p. 177). Por causa do abandono estatal, muitos colonos serviram como reserva de mão de obra barata para essas grandes empresas. A presença deles no projeto funcionou como uma "propaganda simpática para a opinião pública estadual e nacional." (ASSELIN, 2009, p. 180). Muitas famílias sem cadastro no projeto começaram a migrar para a região e se instalavam nos arredores, se fixando em pequenos pedaços de terras para plantar e trabalhar, pois havia em abundância embora sem a demarcação suficiente.

Numa região de fronteira agrícola, no sistema mundo capitalista e no modo de fazer política do governo militar no Brasil, operou-se a mentalidade empreendedora de que a área de povoamento, era antes de tudo, uma zona para investimento, expansão e modernização econômica. A frente de expansão da fronteira agrícola apareceu como sendo expansão da sociedade nacional ou ainda, como expansão do capitalismo e seu modo de produção. (MARTINS, 1996, p. 29). Dessa forma, a fronteira se torna também uma fronteira política e, por isso constitui uma totalidade dialética (de espaços, poderes e indivíduos). (RÉMOND, 2003, p. 444).

De fato, na região de fronteira em Buriticupu ocorreu uma reprodução ampliada do modo de produção capitalista, mediante o extrativismo da madeira, o uso de mão de obra barata do camponês, e principalmente através da grilagem de terras, quando a terra passou a ser essencialmente (e apenas) uma mercadoria, sendo o mercado seu principal mediador no processo de ocupação do espaço. (MARTINS, 1996, p.30). Daí a fronteira ser um lugar de trocas de comércio, de redes de mercadorias, fluxos de pessoas de diferentes etnias, mas também lugar de valores sociais específicos, de crenças, de refrigério, de esperanças e utopias. (MARTINS, 1996, p. 30;52)

A presença das mulheres na luta pela terra em Buriticupu

As migrações de lavradores e lavradoras para a região foi uma constante durante toda as décadas de 1970, 1980 e 1990, a cada dia novas famílias chegavam em busca de um pedaço de terra. A COMARCO faliu e essas famílias se encontravam num estado de verdadeiro abandono estatal, sem condições mínimas de subsistência e em 1988, eclodiu o mais significativo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região, a tomada da fazenda Terra Bela, hoje um bairro da sede municipal. Os problemas que motivaram a eclosão do conflito, como já mencionado, primeiro foi com abertura da rodovia estadual MA-74 que abriu caminho para grilagem, segundo com a promulgação da Lei de Terras, encorajando o latifúndio no Estado. (AZEVEDO, 2009, p. 193-195).

A região de Buriticupu foi palco de uma política desastrosa do Estado. De fato, muitos camponeses nunca receberam o título de propriedade (LACERDA, 2014, p. 86), gerando inevitavelmente um clima de tensão social, tendo em vista que as reivindicações dos lavradores na região eram por condições básicas de sobrevivência. Ao longo desse sangrento conflito, somando os dois lados, foram registradas, pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros.

As mulheres, geralmente esposas ou filhas dos posseiros, estiveram presente durante todo o conflito, ao lado dos seus companheiros. Ficaram acampadas e escondidas na fazenda tomada na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"expectativa" de algum ataque da polícia ou dos jagunços do fazendeiro. Vivendo dias de muito sofrimento, miséria, violência e fome. Cozinhavam, lavavam, plantavam, colhiam e cuidava dos filhos e da "casa". Dia e noite sem descanso digno, em barracões comunitários, feitos de imbaúba e cobertos de palha e lona, alguns nem paredes tinham. Conforme registro de Barbosa (2015, p. 63-64),

> […] a segunda metade do século XX foi marcada pelo aprofundamento da violência provocada pelos que se nomeavam "donos das terras". Nesses confrontos, é possível notar a coragem e o enfrentamento de mulheres camponesas que agiam de forma organizada e buscavam auxílio de outros órgãos ligados à Igreja Católica ou a setores dos direitos humanos, na tentativa de superarem as contradições vividas.

Das seis mulheres catalogadas até o momento presente, duas são viúvas (seus maridos foram pioneiros na luta de tomada da fazenda) e quatro casadas. Todas lavradoras (não tiveram a oportunidade de frequentarem a escola), exceto uma que depois se tornou pedagoga e professora da primeira escola no Acampamento. No campo da religiosidade, estão distribuídas entre católicas (cinco) e evangélicas (Igreja Assembleia de Deus), chegaram na região nos anos de 1988, 1989, 1990 e 1991. Com idades entre 14 e 25 anos, advindas do interior de cidades maranhense, como Coroatá, Santa Luzia do Tide e Altamira.

Essas mulheres relatavam que a principal motivação para deixarem suas casas e seu lugar de origem era o sonho de ter um pedaço de terra para melhorar as condições de sua sobrevivência e poder sonhar com o futuro, além de acompanharem seus maridos. Outra relatou que pra ela "não havia outras alternativas ou oportunidades", outra ainda relatou que de onde vivia ela "morria de trabalhar e não conseguia tirar nem o sustento".

Comiam o gado da própria fazenda e traziam arroz e feijão consigo. Não raras vezes lhe faltavam o arroz e o feijão. A carne do gado também foi se tornando rara, e essas famílias começaram a plantar (arroz, feijão, mandioca, milho, verduras diversas…) e caçar (aves, cutia, anta…) para se alimentarem. Podemos afirmar, dessa forma, que essas mulheres e suas famílias sobreviviam unicamente da terra e que a principal motivação ao migrarem para a região era a luta pelo direito a terra livre.

A maior dificuldade, dentre tantas outras, citada por elas era o acesso à água, por vezes suja e distante do acampamento, havia uma lagoa há 6 km do lugar que estavam acampados, onde elas lavavam suas roupas e transportavam para cozinhar e banhar. Elas relataram também que os posseiros construíram um poço ("poço Santa Luzia") próximo aos primeiros barracões que foram levantados e que durante todo o dia havia famílias buscando água nele, inclusive de madrugada com um pedaço de madeira nos ombros e balde na cabeça: "as vezes nem conseguia dormir".

Elas relataram também o medo constante de policias e pistoleiros invadirem o acampamento e matar seus companheiros e familiares. Medo de ficarem doentes e terem de ir para o hospital e serem mortas. Além do medo do próprio dono da fazenda.

Por fim, essas mulheres juntamente com suas famílias, lutaram por condições mínimas de existências, pelo direito a terra livre e a uma distribuição democrática do território brasileiro. Suas lutas demonstram a necessidade de evidenciar a questão agrária no Maranhão como uma questão prioritária de políticas públicas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Considerações finais

Na construção de uma história das mulheres, estão delimitados certos "marcadores sociais" que produzem diversas formas de hierarquia, dominação e violência, e "que acabam condicionando, negativamente, sua inclusão na sociedade, com um acesso mais precário à saúde, ao emprego, à educação, ao transporte e à habitação." (SCHWARCZ, 2019, p. 174-175). O acesso dificultado aos direitos básicos elementares, amplia as desigualdades socioeconômicas e propicia práticas sociais de exclusão e processos de silenciamentos na sociedade e na narrativa histórica. (SCHWARCZ, 2019, p. 177-178).

Por isso, esta pesquisa, ainda que incipiente e inicial, busca romper com esse processo de silenciamento das vozes dessas mulheres e o apagamento de suas memórias na construção de uma identidade regional de Buriticupu e na escrita e produção da história. Além de ressaltar a importância de inserir essas experiências femininas na compreensão da história política e agrária maranhense e da luta pelo acesso à cidadania plena estendida a mulher e o homem do campo com a Constituição de 1988 e, por fim, oferecer subsídios para compreensão da inserção da região maranhense na dinâmica mais ampla do modo de produção capitalista que se reinventa na grilagem de terras.

Estudar acerca das experiências femininas na luta pelo direito à terra, é estudar o protagonismo da sociedade civil e dos movimentos sociais pela implementação de políticas públicas que priorizem a questão fundiária e que busquem erradicar a fome e a violência policial/estatal contra as comunidades rurais.

A implementação de políticas públicas agrárias no estado maranhense, onde ainda há inúmeros e intensos conflitos de terra, é uma exigência política fundamental para processo de fortalecimento do próprio regime democrático.

Referências

AGUIAR, Isaías Neres. **A história do Assentamento Terra Bela**: 30 anos de lutas e conquistas. Buriticupu: 2018.

AGUIAR, Isaías Neres. **Buriticupu-MA:** sua história, geografia e características gerais. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

ARNS, Evaristo; WRIGTH, Jaime. Parte I e Parte II. In:_____. **Brasil:** nunca mais. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

AZEVEDO, Emílio. O livro e a conquista da terra. In:_____. **Grilagem:** corrupção e violência em terras do Carajás. ASSELIN, Victor. Imperatriz: Ética, 2009.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In:_____. **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 45-72.

BARBOSA, Zulene Muniz. As "temporalidades" da Política no Maranhão. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais.** São Paulo, v. 9, ano 2003.

BITTENCOURT, Drielle Souza. Eleições de 1965: uma análise da construção positiva do candidato José Sarney feita pelo jornal "O Imparcial". In:_____. **Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo**: rupturas e continuidades. PICCOLO, Monica (org.). São Luís: Editora UEMA, 2016, p. 267-286.

BORGES, Arleth S. **PT Maranhão 1980-1992:** origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. [trad] Marco Aurélio Nogueira. 3.ed: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Novos estudos sobre e a ditadura e a transição no Brasil: caminho aberto para uma nova síntese histórica. In:_____. **Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo**: rupturas e continuidades. PICCOLO, Monica (org.). São Luís: Editora UEMA, 2016, p. 11-22.

CARVALHO, José Murilo de. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In:_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 155-196.

Como a História Oral chegou no Brasil: Entrevista com Aspácia Camargo em 08.12.1998. Rio de Janeiro. In:_____. **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº2. Jun. Rio de Janeiro, 1999, p.167-179.

CORREIA. Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama:** Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo / Maranhão Novo:** quais os tempos da oligarquia?. São Luís 2001. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-

observanordeste/ observanordeste/2144-novo-tempo-maranhao-novo-quais-os-tempos-da-oligarquia. Acesso: 07/02/2021.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Configurando o espaço social no Vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In:_____. **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 99-134.

GARRIDO, Joan del Alcazar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set 92-ago/93.

GUMES, Scheilla; GONDIM, Adenor. **Dez mulheres muitas vidas**. Salvador: CEBI, 2013.

LACERDA, Neemias Rodrigues. **Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu.** [Dissertação de mestrado]. UFMA, São Luís, 2014.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. São Paulo, 1996, p. 25-70.

MATA, Roberto da. **O que é o Brasil?.** Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 7-20.

MENDES. Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1996-1970). In:_____. **Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo**: rupturas e continuidades. PICCOLO, Monica (org.). São Luís: Editora UEMA, 2016, p. 315-340.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros:** conflitos de terra no Oeste Paranaense
(1961/66). [Dissertação de mestrado]. UFF, Pós-graduação em História UFF – Unioeste, 2002.

RÉMOND, Renê. **Por uma história política**. [trad] Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Cristiana Costa da. Narrativas dos sentidos, desejos e imaginação sobre o direito à posse de terra. In:_____. **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto. O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org.). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 21-44.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Antonio Rafael da. **A colonização agrícola de Buriticupu:** a história contada por quem viveu. São Luís: EDUFMA, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MOBILIDADE: INFLUÊNCIAS PARA O TURISMO EM ÁREAS RURAIS NO BRASIL

Fátima Priscila Morela Edra[1]
Marllon Santos da Silva[2]
Osiris Ricardo Bezerra Marques[3]

Introdução

A palavra mobilidade descreve o movimento de algo, mas geralmente acaba sendo utilizada de forma conjunta com outra palavra para que seja possível compreender o sentido do que se move e entre o que se move.
Talvez o primeiro termo que se tornou mais usual tenha sido a mobilidade social que se referia às transformações sociais provenientes das divisões sociais do trabalho. Mas, com o desenvolvimento da sociedade, outros termos passaram a ser utilizados. No cenário atual, fala-se sobre mobilidades cotidianas que se referem não somente à mobilidade social, mas à residencial ou do trabalho; nomadismo ou imobilismo e; migrações, sejam elas pendulares, de turismo e/ou lazer (Edra, 2021).
O fato é que as formas de mobilidade se apresentam como o resultado da soma entre três dimensões: a divisão social, a divisão territorial e do trabalho e, os modos de produção. Deve-se entender que a mobilidade é que configurará o espaço (social e territorial) e, no caso do turismo, a partir das mobilidades, o espaço do destino turístico para cidadãos e para turistas.
"Historicamente há uma emergência e a predominância de movimentar-se como um dos principais elementos de definição dos indivíduos e das sociedades." (Balbim 2016).
Assim, os transportes surgem com a finalidade de fornecer mecanismos para troca de bens e informações, deslocamento (viagens) de pessoas e apoio ao desenvolvimento econômico da sociedade. Ademais, fornece meios para viagens de negócios, exploração e realização pessoal. E, por fim, apresenta-se como condição necessária para as atividades humanas de comércio, recreação e defesa (Hoel, Garber e Sadek, 2011).
Diariamente são realizadas milhares ou milhões de viagens, utilizando-se meios de transportes diferentes, em horários diferentes, por motivos diferentes. Alguns exemplos: famílias que viajam para outro país em busca de uma vida melhor; emergências médicas com transferências entre hospitais; trabalhadores entre locais de residência e trabalho; entrega de produtos etc. (Hoel, Garber e Sadek, 2011). Talvez por isso, a associação da imagem mobilidade esteja com frequência relacionada à circulação e acessibilidade de pessoas, assim como ao trânsito e aos modos de transportes.
Com base em diversos autores, Edra (2021) define transportes como movimento de pessoas e bens para atender às necessidades básicas da sociedade que demanda acessibilidade (existência de vias para acesso

[1] Doutora em Ciência Política, ULHT – Lisboa. Professora colaboradora no Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, PPGTUR/UFF. fedra@id.uff.br
[2] Graduado em Gestão de Turismo, CEFET/RJ. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, PPGTUR/UFF. marllonsilva@id.uff.br
[3] Doutor em Macroeconomia Internacional, UFRJ. Professor no Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, PPGTUR/UFF. osiris.marques@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a um lugar ou conjunto de lugares) e mobilidade (condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço). E acrescenta que a segunda, a mobilidade, quando com baixo nível de serviço (inexistência ou pouca oferta de transportes, vias com dificuldade de percurso em função da infraestrutura apresentada etc.), pode apresentar impedância (dificuldades) para o deslocamento o que no turismo é denominado, por Feitosa (2007), como distância turística.

Contudo, as discussões sobre mobilidade no que se referem aos deslocamentos e aos transportes tiveram e ainda tem muita influência dos impactos do rodoviarismo nos grandes e médios centros urbanos. Mas, e quando essa discussão se refere aos espaços rurais? Acredita-se no agravamento das impedâncias a ponto até de se chegar à imobilidade, por diferentes fatores.

Para Balbim (2016), os deslocamentos urbanos representam a "força criadora da circulação, que se vincula à existência das cidades e ao seu desenvolvimento histórico." Já no meio rural, falas de pessoas que estão "lutando" pela mobilidade nos espaços rurais (quadro 1) revelam os desafios/fragilidades agravadas em pequenas/médias mobilidades presentes na simples dificuldade de acessar a sede do distrito. Tal fato mostra a necessidade de uma política nacional de mobilidade rural.

Quadro 1: Falas sobre as dificuldades da mobilidade em espaços rurais.

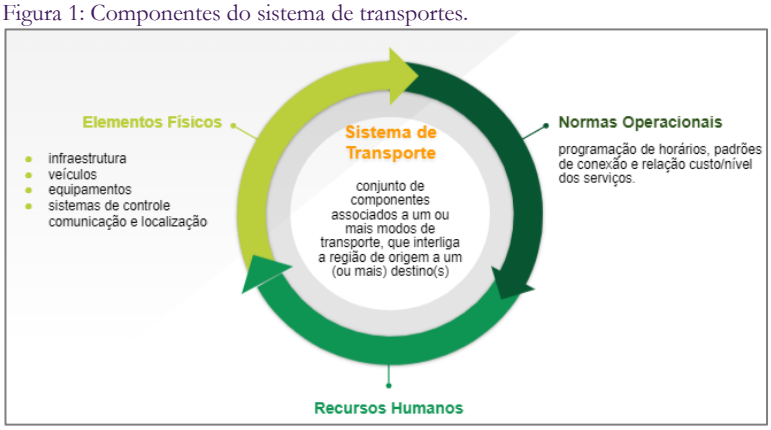
- Não é só estrada, é conectividade...
- Pensar da porteira para dentro. Às vezes não há condições de preservar a estrada que chega até a porteira, custa tempo, dinheiro... e desanima...
- É preciso dialogar sobre iluminação, internet, e não apenas as estradas...
- Em época de chuva fica impossível sair de lá.

Fonte: Elaborado a partir de Notícias Agrícolas (2021).

No Brasil, o Projeto de Lei 1.146/21 dispõe sobre a criação da Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção – Estradas da Produção Brasileira que visa assegurar a mobilidade no meio rural por meio de estradas vicinais, facilitando o escoamento da produção e o turismo rural. Envolverá desde o diagnóstico até a construção, restauração e conservação de estradas, acostamentos e pontes.

Importante destacar que a mobilidade não se apresenta como o resultado da existência de estradas, estas se apresentam como um elemento físico que somados a outros componentes possibilitará (ou não) a mobilidade (figura 1). De acordo com Lohamnn & Netto (2008), sistema de transportes é o conjunto de componentes associados a um ou mais modos de transporte, que interliga a região de origem a um (ou mais) destino(s).

Figura 1: Componentes do sistema de transportes.



Fonte: Elaborado por Amplia Mundo a partir de Edra (2021).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sobre os elementos físicos, na figura 1, a infraestrutura se refere às partes fixas do sistema de transporte, incluem vias, terminais e estações. Os equipamentos são os componentes físicos que facilitam o processo de transporte. E os sistemas de controle, comunicação e localização, aos equipamentos de sinalização.

O fundamental é entender que o objetivo principal é o ser humano e que este analisa o deslocamento a partir de alguns indicadores, que são: rapidez, segurança, preço, nível de serviço e experiência.

Quando se pensa em deslocamento e mobilidade em turismo, duas perguntas são prioritárias para a demanda turística: Para onde vou? Qual caminho seguir? E, no caso de destinos e/ou empreendimentos turísticos, as perguntas são: Onde estou? Quem recebo e/ou quero receber? Qual a minha distância turística?

Ao planejar a mobilidade turística, deve-se entender que a partir do momento em que o turista se afasta de seu domicílio e dos locais onde costuma ir, ele perde os referenciais – paisagens, ruas, praças, edificações, equipamentos urbanos e elementos de sinalização – com os quais está familiarizado em seus deslocamentos cotidianos. Deste modo, o foco das ações de planejamento deve se concentrar em facilitar a movimentação entre as áreas visitadas de forma a contribuir para o desenvolvimento e potencialidade da atividade turística. Assim, as principais ações devem estabelecer trajetos e ordenar a utilização das vias para atender aos usuários de veículos motorizados, ciclistas e pedestres com a utilização da tecnologia da informação (TI) para sinalização e experiência turística.

Experiências do Brasil Rural

O projeto Experiências do Brasil Rural é idealizado por meio de uma parceria entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a responsabilidade de execução da última.

A iniciativa começou a ser idealizada em fevereiro de 2021, com o objetivo de ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, com foco na agricultura familiar a partir dos produtos e serviços ofertados pelas rotas e roteiros turísticos localizados em áreas rurais, bem como o enquadramento e estruturação dos integrantes no mercado turístico.

O fomento e apoio ao desenvolvimento dos roteiros e rotas turísticas estavam voltados para produtos da oferta turística envoltos nas cadeias agroalimentares do queijo, do vinho, da cerveja e dos frutos da Amazônia, definidos pelo MTur e pelo MAPA a partir das políticas públicas e priorizações de ambas as pastas, no escopo do Acordo de Cooperação, que tem como objetivo "promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo por meio do incentivo à promoção e comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar no turismo".

O desenvolvimento do projeto teve início em fevereiro de 2021, momento em que os pesquisadores começaram a idealizar as ações[4]. As etapas com os roteiros participantes

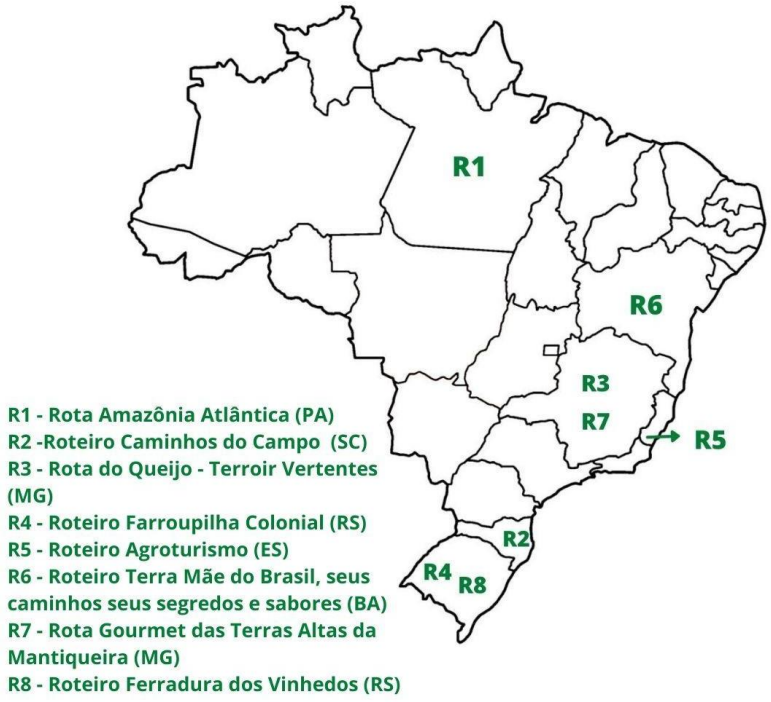
[4] Além das etapas diretas com os roteiros, foram realizadas atividades internas, como o levantamento bibliográfico, estruturação da metodologia do diagnóstico, planos de ação, entre outras.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

envolveram: 1) Seleção dos roteiros turísticos participantes; 2) Realização do diagnóstico dos roteiros turísticos e empreendimentos; 3) Capacitações e mentorias, que ocorreram a partir da oferta de dez cursos, em que quatro foram selecionados com base nos resultados obtidos no diagnóstico em cada roteiro; 4) Visões de Mercado; 5) Oficinas de Experiências Turísticas Memoráveis; 6) Validação das Experiências Turísticas Memoráveis pela equipe da UFF, MTur e MAPA; e 7) Apoio à comercialização.

Os oito roteiros selecionados de acordo com o edital divulgado pertencem às regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil, conforme explicitado na figura 2:

Figura 2 - Localização dos roteiros participantes do projeto



Fonte: Os autores (2021).

Apenas a região Centro-Oeste não obteve nenhum roteiro classificado a partir do edital[5] divulgado em março, que pode ser consultado no site do projeto. As etapas foram conduzidas concomitante nos oito roteiros selecionados por professores, mestrandos e graduandos da Universidade Federal Fluminense e/ou por professores convidados de outras instituições federais.

A seguir, os percursos metodológicos adotados para a elaboração da pesquisa serão evidenciados, com o intuito de delimitar o número de respondentes na etapa do diagnóstico, assim como o porquê da abordagem utilizada.

[5] O edital de seleção, assim como outras informações do projeto podem ser consultadas no site oficial: http://pesquisaturaf.uff.br/experiencias-do-brasil-rural/.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Metodologia

O projeto Experiências do Brasil Rural desenvolveu-se de forma virtual, com encontros durante a semana, distribuídos de forma prévia, por meio da plataforma Zoom, momento em que os pesquisadores desenvolveram ações com os roteiros selecionados.

A etapa do diagnóstico, processo que concebeu os dados para a presente pesquisa, realizou-se concomitantemente nos oito roteiros participantes no período compreendido entre 8 de junho e 1 de julho, às terças e quintas-feiras, no horário de 18h às 20h, apresentando como principais objetivos:

1) Identificar e avaliar as oportunidades de experiências turísticas memoráveis que possam ser oferecidas aos turistas no roteiro; 2) Identificar e avaliar as ações de hospitalidade e acolhimento adotadas pelo roteiro; 3) Avaliar a qualidade técnica do roteiro e; 4) Identificar e avaliar a composição do mix de marketing do roteiro e outros aspectos pertinentes à sua gestão.

O diagnóstico foi subdivido em quatro dimensões: Experiência; Hospitalidade; Qualidade Técnica e; Gestão & Marketing; sendo aplicado, portanto, três questionários na respectiva etapa.[6] O quadro 2 evidencia os 27 atributos relacionados a cada dimensão, que se desdobraram, ao todo, em 145 indicadores de avaliação.

Quadro 2: Dimensões e atributos.

Dimensões	Atributos
Experiência	Aprendizado, Fuga do cotidiano, beleza, diversão, tradição e roteirização
Hospitalidade	Acolhimento, conhecimento e interação com a comunidade
Qualidade técnica	Infraestrutura, limpeza e higiene, segurança, confiança, capacidade de carga, informações turísticas e acessibilidade e mobilidade
Gestão e Marketing	Público-alvo e imagem, produtos e serviços, preço, comercialização, promoção e marketing digital, associativismo e sustentabilidade financeira

Fonte: os autores (2021).

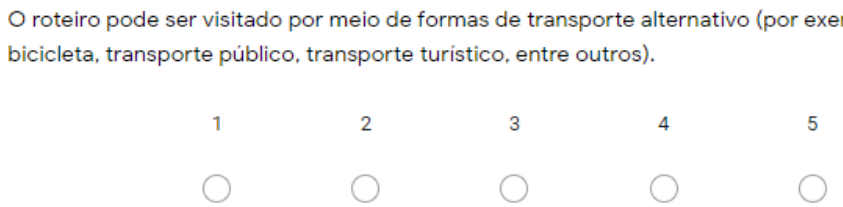
Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas em que os atributos eram avaliados por meio da escala Likert, a fim de indicar o grau de importância, para em seguida, mensurar a relevância de seus indicadores para o diagnóstico.

A avaliação era de 1 a 5, sendo 1 = a nota mais BAIXA (inexistente, insuficiente) e 5 = a nota mais ALTA (excelente, plenamente atendido), conforme o exemplo a seguir:

[6] O questionário respectivo às dimensões hospitalidade e experiência foram enviados em conjunto, posto que eram mais sucintos e englobavam um menor número de indicadores, quando comparados aos outros dois.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 3 - Modelo de avaliação do diagnóstico



Fonte: os autores (2021)

Além da avaliação por escalas, destinou-se um espaço em todas as seções para comentários dos avaliadores, de modo a possibilitar a expressão de indagações, exemplos, entre outros. A tabela 1 expõe o total de respostas obtidas em cada questionário que revelaram dados significativos em relação aos roteiros participantes, que foram complementados com a condução de seis Oficinas Participativas de Diagnóstico, em que as respostas eram discutidas semanalmente, de acordo com o questionário aplicado. Dessa forma, discutiu-se os pontos fortes e a melhorar do roteiro.

Tabela 1 - Total de respostas na etapa do diagnóstico

Roteiro	Experiência e Hospitalidade	Qualidade Técnica	Gestão e Marketing
Rota Amazônia Atlântica	15	13	14
Roteiro Caminhos do Campo	21	22	19
Roteiro Ferradura dos Vinhedos	14	22	16
Roteiro Farroupilha Colonial	7	9	9
Roteiro Terra Mãe do Brasil, seus caminhos, seus segredos e sabores	13	14	15
Roteiro Agroturismo	32	33	26
Rota Gourmet das Terras Altas da Mantiqueira	25	26	22
Rota do Queijo - Terroir Vertentes	21	20	18
Total de respostas	148	159	139

Fonte: Os autores (2021)

A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa, com foco nos atributos relacionados à mobilidade, a saber: 1) Existe disponibilidade de internet para turistas no roteiro (wi-fi, 3g, 4g)?; 2) O roteiro oferece informações detalhadas sobre os serviços de transporte prestados aos turistas?; 3) O roteiro disponibiliza mapas para orientação e facilitação do deslocamento?; 4) O roteiro possui acesso por meio de estradas e vias transitáveis?; O roteiro pode ser visitado por

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

meio de formas de transporte alternativo?; O roteiro possui estacionamento adequado aos tipos/quantidade de veículos esperados?.

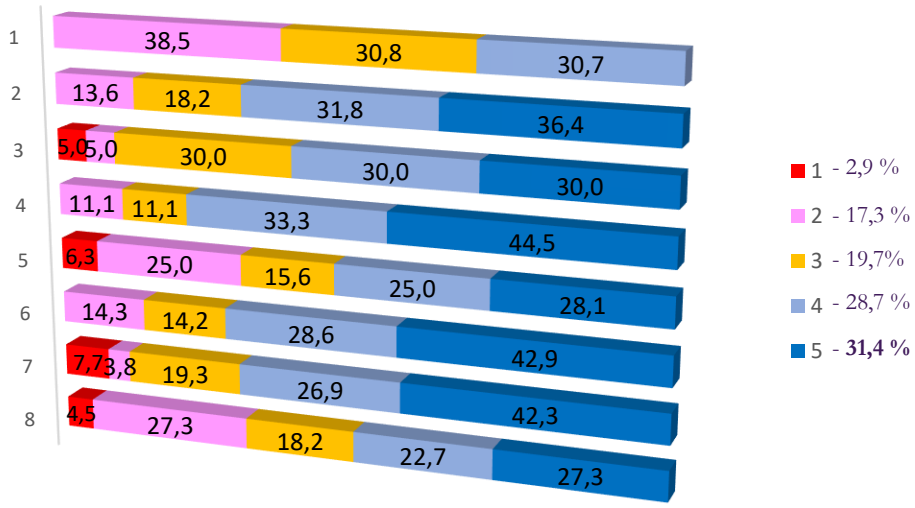
Resultados e discussões

Antes de dar início à apresentação dos resultados e discussões, vale destacar que os dados apresentados visaram analisar a mobilidade dos roteiros turísticos rurais contemplados pelo projeto Experiências do Brasil Rural como um todo, assim, não se aprofunda especificidade de cada roteiro, ainda que seja verificado um dado que de alguma forma apresenta disparidade em relação aos demais, no máximo se aponta como um aspecto pontual.

O primeiro atributo, existência de disponibilidade de internet para turistas no roteiro (wi-fi, 3G e 4G), foi questionado com base no fato de que nos dias de hoje se torna comum o uso de aplicativos para localização, informações sobre distâncias e tipos de modos de transportes, definição e tempo de percursos, por exemplo.

No gráfico 1 se verifica que a maior probabilidade encontrada foi no nível 5 (31,4%). O único roteiro que não indicou o nível 5 foi o R1 (Rota Amazônia Atlântica), localizado no estado do Pará, na região Norte do país, que num primeiro momento se torna compreensível por se tratar de localidade no interior brasileiro onde ainda há dificuldades na implantação de um sistema tecnológico.

Gráfico 1: Disponibilidade de internet para turistas no roteiro.

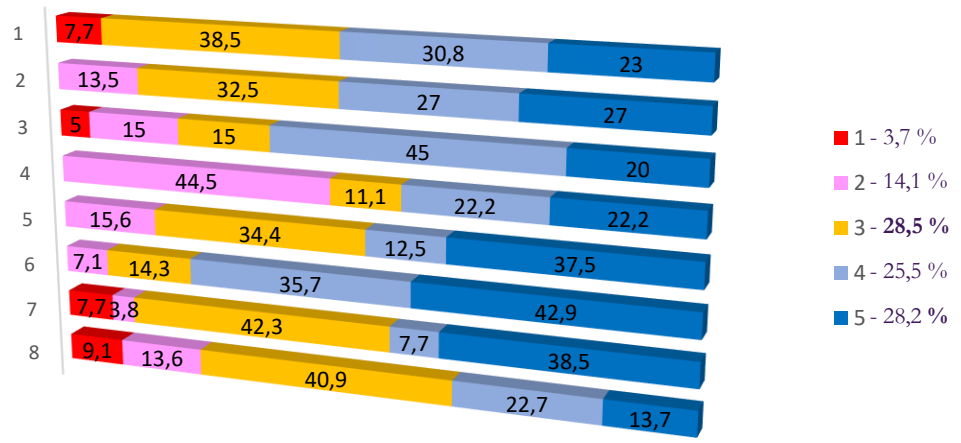


Fonte: Os autores (2021).

As informações detalhadas sobre os serviços de transporte prestados aos turistas pelo roteiro foram consideradas porque o turista, nem sempre, está com veículo próprio para o deslocamento até e no próprio destino turístico, então se apresentam necessárias informações sobre como

acessar o roteiro e se locomover dentro dele a partir da disponibilidade de transportes existentes, sejam modos, horários, percursos, acessibilidade, entre outras informações.
O gráfico 2 mostra que houve maior porcentagem no nível 3 (28,5%), entretanto, ao observar as porcentagens alcançadas pelos níveis 4 e 5 (25,5% e 28,2%, respectivamente), verifica-se uma similaridade. Situação que pode ser melhor compreendida após examinar o próximo indicador.

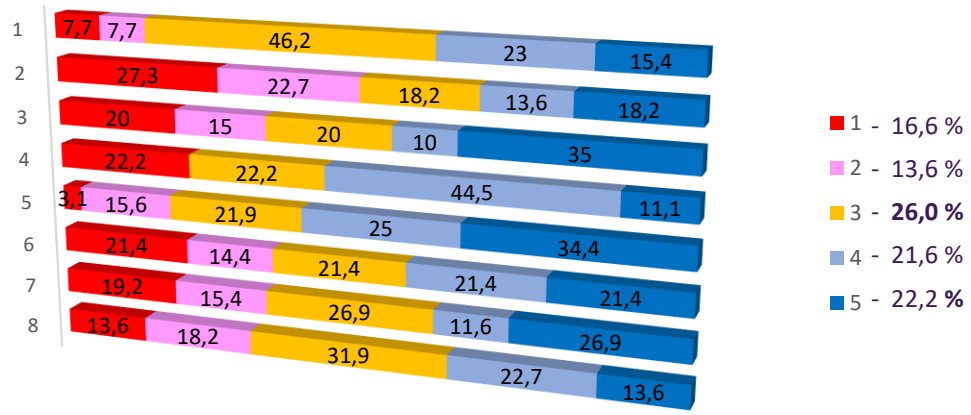
Gráfico 2: Informações detalhadas sobre os serviços de transporte prestados aos turistas.



Fonte: Os autores (2021).

Sobre a disponibilidade de mapas para orientação e facilitação do deslocamento, de certa forma, aparece como uma complementariedade dos questionamentos anteriores, visto que os mapas podem ser físicos, neste caso para complementar informações sobre serviços de transportes prestados, ou virtuais, para prover orientação antes e durante o próprio deslocamento de maneira síncrona, desde que haja internet no roteiro.
Mais uma vez o nível 3, com 26%, foi o indicador que apresentou a maior probabilidade (gráfico 3). E, se for feita uma comparação entre esse resultado e os apresentados nos indicadores anteriores, verificam-se dois roteiros que "puxaram" o nível para baixo, no caso 3, os roteiros 1 e 8, mostrando assim a correlação entre os indicadores.

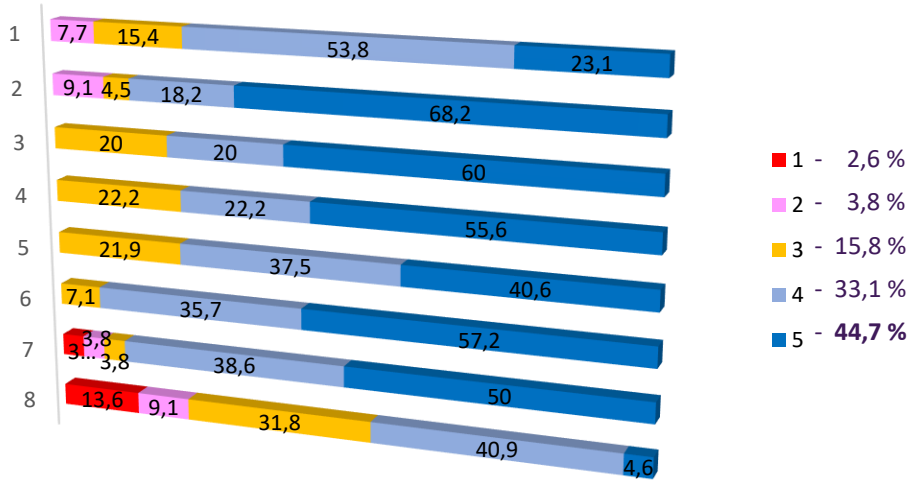
Gráfico 3: Disponibilidade de mapas para orientação e facilitação do deslocamento.



Fonte: Os autores (2021).

O indicador que questionou sobre o acesso por meio de estradas e vias transitáveis tem relevância visto que os roteiros se localizam em espaços rurais onde é comum vias de chão batido que, neste caso, sem manutenção/conservação constante, inclusive com uso de máquinas, principalmente em épocas de chuvas, por exemplo, pode tornar o percurso inviável. Entretanto, como pode ser visualizado no gráfico 4, com exceção do roteiro 8 em que o nível 5 foi indicado com a menor probabilidade entre os demais, nota-se que os demais roteiros indicaram bastante os níveis 4 e 5, sendo o último o que atingiu a maior porcentagem (44,7%).

Gráfico 4: Acesso por meio de estradas e vias transitáveis.



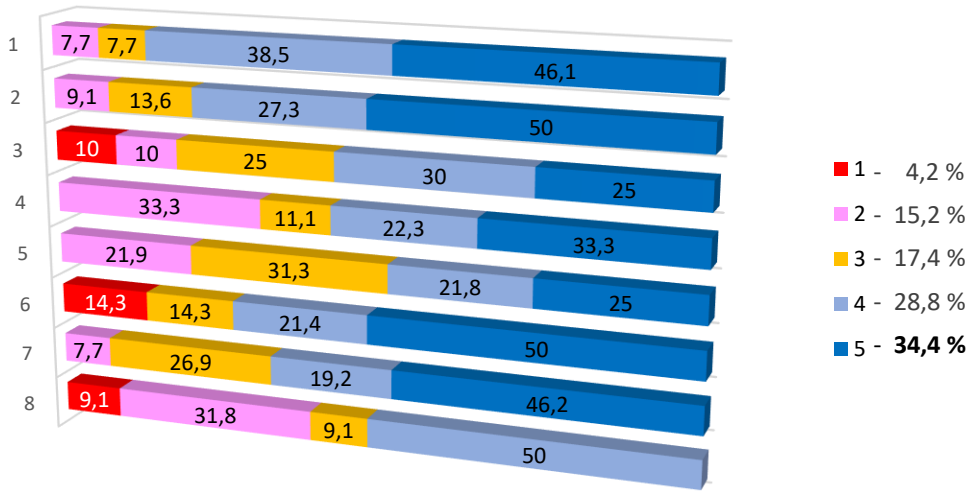
Fonte: Os autores (2021).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No caso de o roteiro poder ser visitado utilizando formas de transporte alternativo que se referiam aos transportes não convencionais, principalmente em áreas urbanas e grandes centros, mas que se apresentam como modos de transportes característicos da região e, por que não, como uma possibilidade de experiência turística? Com exceção do roteiro 8 (gráfico 5), todos os demais roteiros apontaram os níveis 4 e 5 como aqueles que mais representavam seus cenários. E, mais uma vez, o nível 5 foi o que apresentou a maior probabilidade (34,4%).

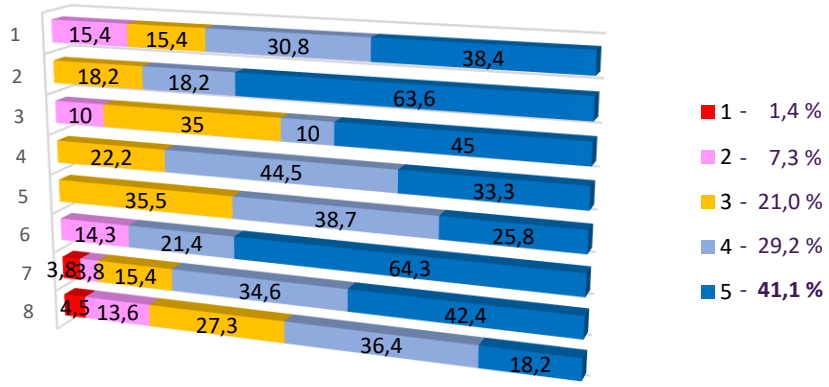
Gráfico 5: Visitas por transporte alternativo.



Fonte: Os autores (2021).

Por fim, questionou-se se o roteiro possuía estacionamento adequado aos tipos/quantidade de veículos esperados, mais uma vez o nível 5 foi o mais apontado apresentando a porcentagem de 41,1% (gráfico 6).

Gráfico 6: Estacionamento adequado aos tipos/quantidades de veículos esperados.



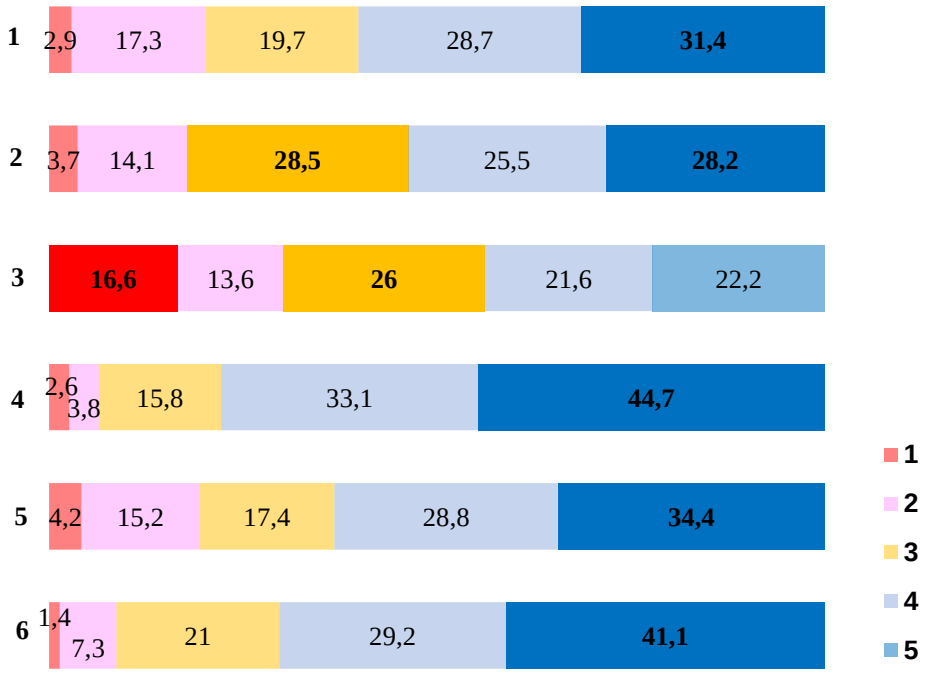
Fonte: Os autores (2021).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Juntando todos os indicadores (gráfico 7), observa-se que, dos seis indicadores apresentados para o atributo mobilidade da dimensão qualidade técnica, cinco deles revelaram resultados com nível 5. E, entre estes, apenas um, o indicador 2, apresenta porcentagem maior no nível 3 (28,5%), ainda que muito próxima do nível 5 (28,2%).

Gráfico 7: Mobilidade.



Fonte: Os autores (2021).

Ao olhar para o indicador 3, observa-se que os níveis 1 e 3 foram bastante apontados (16,6% e 26%, respectivamente). Inclusive o nível 1, comparando com a porcentagem apresentada nos demais indicadores é bastante relevante. Mas, o que esses números mostram?

Ressalta-se que o indicador 2 questiona se o roteiro oferece informações detalhadas sobre os serviços de transportes prestados e, o indicador 3, pergunta se o roteiro disponibiliza mapas para orientação e facilitação do deslocamento. Mapas se referem às orientações físicas e virtuais, indicações aos turistas sobre localizações e percursos para e entre atrativos e equipamentos, horários de transportes, pontos de informações e apoios à demanda turística etc. Observa-se correlação entre os indicadores 2 e 3, resultado que se reforça quando se atenta para as falas dos participantes dos roteiros durante o período do diagnóstico (quadro 3).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 3: Fala dos participantes sobre os indicadores 2 e 3 no período do diagnóstico.

- "Falta de sinalização turística e material informativo (placas, guias, turísticos, entre outros)."
- "Existem as sinalizações verticais "pontuais", identificando o atrativo, por exemplo, mas falta sinalização de movimento".
- "É difícil para o turista conseguir se locomover livremente devido à insuficiência de informações/sinalização. Onde estou? Como chegar?"
- "Se não tiver um guia de turismo ou uma pessoa para instruir, o turista fica perdido."
- "Não existem placas ou qualquer outro tipo de material semelhante."
- "Existência de poucos pontos que distribuem materiais como mapas e guias que deem informações e indicações ou tenham placas que auxiliem os visitantes."
- "O roteiro não disponibiliza mapas (físicos ou virtuais) para orientar ou facilitar o deslocamento dos turistas."

Fonte: Os autores (2021).

Considerações finais

Ainda que os roteiros ocupem espaços rurais, onde há restrições quanto ao tipo de solo das vias e oferta de transportes, além de menor capacidade de internet, o indicador que apresentou maior necessidade de intervenção foi a sinalização.

Nos roteiros, a sinalização, seja de natureza orientativa, interpretativa ou de indicação se apresenta insuficiente, tanto no que se refere aos percursos de acesso aos atrativos e equipamentos de interesse quanto às distâncias a serem percorrias e características.

Desta forma, o desafio dos roteiros está em prover sinalização física e tecnológica integradas e padronizadas, para que as mensagens sejam complementares, além de acessível e sustentável. No caso da física, deve levar em conta o material a ser utilizado considerando as condições ambientais brasileiras para maior tempo de conservação. Ambas as sinalizações deverão permitir o planejamento e orientação antes, durante e depois da viagem, além de valorizar a mobilidade como uma experiência.

Referências bibliográficas

BALBIM, Renato. (2016). Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: R. Balbim, C. KrausE, & C. C. Linke (Orgs.), *Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.* (Cap. 1, pp. 23-42). Brasília: Ipea: Itdp.

EDRA, F. P. M. (no prelo). *Experiências no trajeto: transportes e acessibilidade no turismo.* (Experiências do Brasil Rural: capacitações). Niterói: FTH/UFF, 2021.

FEITOSA, O. (2007). A distância turística. *Turismo & Companhia,* 2, 30-34.

HOEL, L. A., GARBER, N. J., & SADEK, A. W. (2011). Visão geral do transporte: transporte e sociedade. In: L. A. Hoel, N. J. Garber, & A. W. Sadek. *Engenharia de infraestrutura de transportes: uma integração multimodal.* (cap 1, pp 1-17). São Paulo: Cengage Learning.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LOHAMNN, G. & NETTO, A. P. (2008) Transportes. In: G. Lohmann, & A. P. Netto. *Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas.* (pp. 330-336). São Paulo: Aleph.

Notícias Agrícolas (2021, maio 14). Infraestrutura e mobilidade rural é debatida na Comissão de Agricultura da Câmara. Recuperado de https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/287876-infraestrutura-e-mobilidade-rural-e-debatida-na-comissao-de-agricultura-da-camara.html#.YNXlnOhKjIU.

Projeto de Lei n. 1146, de 30 de março de 2021. Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção – Estradas da Produção Brasileira. Recuperado de https://www.camara.leg.br/noticias/757246-projeto-cria-politica-de-mobilidade-rural-para-facilitar-escoamento-da-producao/.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

QUESTÕES AGRÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO BRASIL: RESTRIÇÕES AO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO E EQUÂNIME

Kleber Destefani Ferretti[1]

Introdução

Com o passar das décadas no Brasil, este caminhou e transpassou por questões necessárias, como também ainda caminha para buscar um desenvolvimento rural eficiente e para isso, necessita de uma participação do Estado brasileiro de forma pujante. E desde a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, esta "tem sido um elemento norteador da formulação e da implementação de políticas públicas que contribuem para o alcance desses objetivos pactuados" (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 21). Pois, essas políticas visão "promover mudanças sociais. Nesse entendimento, as políticas são instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida" (ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021, p. 13).

Como é no caso das políticas fundiárias que derivaram de uma herança histórica negativa em detrimento dos interesses públicos da União com as grandes propriedades rurais. Por entender erroneamente que, o caminhar do campo de forma eficiente só seria através dessas grandes propriedades rurais, que detém poder para contratar vários assalariados, expondo assim, o desprezo e condenando estes pequenos agricultores (agricultores familiares) a uma vida de restrição e sem perspectivas para crescimento (CARVALHO, 2010).

E advém Vilela (2017, p. 258) expor que para objetivar o desenvolvimento rural, deve-se atribuir também "valor efetivo ao desenvolvimento da agricultura familiar, deve considerar todas as alternativas de políticas públicas, tendo em vista, tratar-se de uma categoria social e não de um extrato setorial agrícola". E com isso, acaba por propiciar a formulação de ideologias voltadas para atender os grandes produtores agrícolas mais bem estruturados economicamente, através das políticas públicas criadas pelo Governo Federal (CARVALHO, 2010; GRISA, 2017).

Contudo, o Brasil precisa caminhar de forma mais alinhada a um desenvolvimento rural mais equânime para possibilitar meios facilitadores e lineares aos diferentes agricultores, principalmente aos agricultores familiares de forma a desburocratizar os estímulos financeiros para o acesso, conforme entendimentos de Carvalho (2010), Balem (2015) e Grisa (2017), mas também afirmado por Carneiro, Palm e Alvarenga (2017). Entretanto, essas atitudes desalinhadas que dificultam o acesso decorrem do próprio Estado que é o gestor e propulsor dessas políticas públicas

[1] Bacharel em Direito; Pós-Graduado em Direito Constitucional Aplicado, e; Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás. Professor de "Políticas Públicas e Sustentabilidade no Agronegócio" na Faculdade de Gestão e Inovação. *E-mail*: kleber.jurista@gmail.com .

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

norteadoras que acabam por estarem alinhadas mais estruturados economicamente (CARVALHO, 2010; GRISA, 2017).

Além do mais, Neves Neto (2013, p. 74) apresenta que, "um elemento importante de toda política pública é a avaliação, que constitui o momento de conhecer a efetividade das ações e de saber se o problema foi resolvido. O mais recomendado é realizar a avaliação antes da implementação da política pública", visando com isso detectar os defeitos e então possibilite as correções de forma eficiente sem agregar transtornos jurídicos futuros.

Em decorrência disso, os representantes políticos do Brasil, realizam debates e implementações de projetos normativos alinhados aos grandes produtores rurais ou latifundiários, acreditando que os agricultores familiares conseguiram se enquadrarem nessas políticas públicas de estímulos financeiros. Desta forma, advém a indagação de que, essas políticas públicas introduzidas no ordenamento brasileiro estão objetivando um desenvolvimento rural isonômico ou equânime? Mas também, será que as políticas públicas de estímulos financeiros disponibilizadas ao meio rural, alcançam ou atendem os agricultores familiares da forma como se é esperada para propiciar uma equanimidade?

A pesquisa seguiu a estrutura para desenvolver um levantamento juntamente com uma análise das políticas públicas destinadas ao amparo socioeconômico dos agricultores familiares, para demonstrar o desalinhamento destes estímulos financeiros com estes agricultores e acarretam um desenvolvimento rural de forma não equânime. Sendo: 1. Argumentado sobre as políticas públicas e desenvolvimento rural; 2. Tratado sobre a questão do desenvolvimento rural equânime; 3. É abordado sobre créditos aos agricultores familiares, e; 4. Por fim, feito as considerações finais da pesquisa sobre as indagações.

Metodologia

A metodologia será a qualitativa por haver um levantamento de pesquisas científicas e normativas relacionadas as políticas públicas, assim como analisar estas e outros documentos referentes aos agricultores familiares. A qual será em conjunto com o método dialético, para após os levantamentos argumentar sobre a questão do tipo de desenvolvimento rural no Brasil e em decorrência das burocracias ocasionadas, pois para este método nada está "acabado", mas em constante readequação (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para alcançar as respostas das indagações, foi necessário construir um arcabouço que possibilita-se um diálogo robusto por intermédio do acesso nas plataformas de periódicos científicos para embasamento, como: Google Acadêmico; Periódicos CAPES, pelo sistema CAFe (Comunidade Acadêmica Federada); Revistas Científicas com enfoco nas pesquisas relacionadas, e; Acesso aos *sites* do Planalto (local que consta as normativas brasileiras vigentes e revogadas) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), locais que constam as normativas federais e regramentos aplicados ao meio rural do Brasil. Tendo como base de raciocínio o lapso temporal da década de 1990 até a atualidade.

Tal embasamento normativo norteador decorre de políticas públicas de amparo como: Lei da Agricultura Familiar n. 11.326/2006; Lei de Política Agrícola n. 8.171/1991; PRONAF do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Decreto n. 3.991/2001; Crédito de Instalação do Decreto n. 9.424/2018, em conjunto com Norma de Execução n. 121/2018 do INCRA. Tais normativas, regulam as concessões de créditos sem distinguir as condições socioeconômicas vivenciadas por estas famílias agrícolas, as quais possuem regramentos que em certos casos dificultam alguns de acessarem por não estarem equânime. Tendo como embasamento científico para o alinhamento do diálogo, alguns dos principais pesquisadores citados, como: Castro e Oliveira (2014); Cunha e Holanda (2007); Fernández e Garcia (2001); Gomide, Pereira e Machado (2018); Grisa (2017); Kageyama (2004); Neves Neto (2013); Oliveira e Lima (2012); Schneider (2010); Santos (2012).

Políticas públicas e desenvolvimento rural

Primeiramente, se faz interessante expor que as "Políticas Públicas compreendem, portanto, um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados 'atores políticos'" (SANTOS, 2012, p. 117). Ademais, se pode definir que as "políticas públicas como o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade" (ROSA; LIMA; AGUIAR, 2021, p. 14). Mas também, Rosa, Lima e Aguiar (2021, p. 14) dialogam que a "política pública envolve um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade".

E a compreensão das "políticas públicas, dos seus impactos e desdobramentos só é possível a partir da análise do Estado" (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018, p. 85), sendo este ente público o gestor que providenciará meios e alternativas para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, por intermédio de representantes políticos que devem adequar tais providencias para a atualidade vivenciada devido ao avanço mercadológico e globalização (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018). "Apesar dessa relevância, há uma 'estranha ausência' de estudos sobre o funcionamento do Poder Executivo e da burocracia governamental na ciência política contemporânea, implicando a necessidade de melhor entendimento sobre os processos e dinâmicas internas do Estado" (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018, p. 85).

Pois, essas políticas públicas não estão alinhadas aos agricultores familiares para seu crescimento socioeconômico, que acarretam barramentos em decorrência das burocracias derivadas das exigências nas normativas. Isso só acarreta uma restrição e redução no desenvolvimento rural de forma ampla, além de acarretar uma elevação na desigualdade social, já que alguns terão mais facilidade de acesso a políticas de amparo que outros em virtude das condições econômicas. Ademais, acaba não sendo equânime essa distribuição e acarreta um barramento da "homogeneidade na distribuição dos recursos aos beneficiários" (BALEM, 2015, p. 60).

Por isso, Schneider (2010, p. 518) expõe que o "tema do desenvolvimento rural no Brasil vem sendo fortemente influenciada pelas ações de caráter normativo e pelas políticas de intervenção do Estado". Entretanto, uma atitude aceitável que o Estado deveria fazer jus para favorecer "a ideia de que o desenvolvimento rural não deve ser exclusivamente econômico, mas deve incluir aspectos sociais e ambientais. [...], indo muito além do simples crescimento econômico medido

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pelo aumento do PIB per capita" (KAGEYAMA, 2004, p. 404). Ademais, crescimento do PIB não significa que toda a sociedade cresceu uniformemente, pois "desenvolvimento vai muito além do PIB de uma nação" (NEVES NETO, 2013, p. 38).

Com isso, "o papel de cada instrumento utilizado para promoção do desenvolvimento regional, como por exemplo, as externalidades de natureza pecuniária, os 'ativos relacionais', o 'capital social', dentre outros" (OLIVEIRA; LIMA, 2012, p. 74), são táticas que favorecem e propiciam o crescimento socioeconômico, que deverão ser empregadas de maneira individualizada ou possibilitar variantes que auxiliem na adequação aos diferentes meios e regiões, devido a diversidade existente (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

Mas nesse caminho do "desenvolvimento econômico e social, o peso estratégico do setor de produção e comercialização de alimentos torna-o foco primordial no planejamento governamental e para a estruturação de políticas públicas" (SANTOS et al., 2017, p. 447). Questões que devem ser objetivadas para favorecer o crescimento no futuro, que são "cruciais para que um país subdesenvolvido possa aproveitar as escassas oportunidades de se desenvolver as taxas crescentes" (RENZI; HENZ; RIPPEL, 2019, p. 67).

E alcança a ideia de que o Brasil, partindo da década de 1990 até atualidade, não propôs "uma política para o desenvolvimento regional do país, mas sim programas e projetos isolados, herdados do período da ditadura militar, cujo escopo era integrar as regiões e não propriamente provocar o dinamismo das mesmas" (OLIVEIRA; LIMA, 2012, p. 74). Ademais, as políticas públicas deveriam estar na busca do desenvolvimento rural que fosse mais equânime.

Por isso, se chega a um vislumbre de que os representantes políticos (Deputados Federais, Senadores e Presidente da República) objetivam certos interesses econômicos que não condizem com atitudes esperadas constitucionalmente, ou seja, enfoque econômico voltado mais aos grandes produtores rurais. Mas também, esses representantes políticos acabam por delinearem tais estímulos financeiros aos seus interesses, ou seja, "são desenhadas e alinhadas especificamente com interesses dos grupos que as delinearam" (MONTEIRO; BIDARRA; PIFFER, 2020, p. 59).

Pintor, Silva e Piacenti (2015) expõem que é necessário a confluência desses estímulos financeiros para as pessoas que trabalham no campo, que possibilite maior amparo para conseguirem ampliarem a sua produção agropecuária no Brasil. "Que se propagam na economia agrícola de três principais formas: crédito de custeio, investimento e comercialização. O crédito de custeio tem o objetivo de financiar a produção, [...]" (PINTOR; SILVA; PIACENTI, 2015, p. 06). "Já o crédito de investimento visa financiar os bens de capital da agricultura móveis e/ou imóveis e as melhorias no solo. O crédito de comercialização tem por finalidade auxiliar o processo de comercialização dos bens produzidos na agropecuária" (PINTOR; SILVA; PIACENTI, 2015, p. 06).

Todavia, a formulação de meios de créditos para amparo dos agricultores deve ter observância nos "resultados que tendem a ser a de um crescimento autossustentado e, por conseguinte, tender-se-ão para obterem os melhores resultados em termos de distribuição de renda, emprego e equidade socioeconômica" (CORRÊA; BIDARRA, PIFFER, 2019, p. 166).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Neves Neto (2013) incrementa sobre critérios necessários para avaliar esses estímulos geridos pelo governo e constatar a situação delas na sociedade relacionada ao campo, mas que também objetive o desenvolvimento rural equânime, enumerando:

> **Economicidade**: mede a quantidade de recursos utilizados; **Eficiência econômica**: mostra a relação entre os recursos utilizados e a produtividade; **Eficácia**: avalia o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos; **Equidade**: mede a homogeneidade na distribuição dos recursos aos beneficiários (NEVES NETO, 2013, p. 74). (grifo do autor)

Após essa exposição, Balem (2015, p. 74) diz que a "implementação de um planejamento para o desenvolvimento de uma comunidade não pode resultar em mais trabalho para os agricultores, apenas. O resultado deve de preferência diminuir a penosidade do trabalho, [...]". E caso essas políticas não objetivem tal desenvolvimento rural equânime para favorecer a simetria econômica e social, só causará disparidade e prejuízos ao governo federal com políticas desalinhadas.

Caracterização do desenvolvimento equânime

De início, para contextualizar se vale dizer que "desenvolvimento rural entendido como um processo equânime, sustentável e gerador de renda para as famílias envolvidas, requer profissionais capazes de mobilizar as comunidades" (BALEM, 2015, p. 09). Sendo um processo de constante alteração com imputação de ações por intermédio de extensionistas, para construção de uma realidade palpável e adequada para a realidade da região rural (BALEM, 2015).

Nesse linear extensionista, Balem (2015, p. 110) incrementa ainda que a "extensão rural tem por finalidade gerar a autonomia dos agricultores. Essas três dimensões permitem o desenvolvimento equânime das atividades, e são altamente interligadas". Esses tais dimensionamentos são: I- Dimensão Tecnológica: tange de ações que possibilite melhoramentos de meios para uma produção eficiente e de qualidade, sem prejudicar o ecossistema, ou seja, sendo de forma sustentável; II- Dimensão Institucional ou Organizacional: Envolve as cadeias produtivas, indo do pequeno ao grande produtor para estimular uma convivência harmoniosa, além de buscar a visão de se verem como parceiros ao invés de concorrentes; III- Dimensão de Mercados: Engloba a questão mercadológica, pois não adianta estimular e criar políticas para produção de determinadas culturas em regiões que não favoreça a comercialização dos produtos a um valor satisfatório (BALEM, 2015).

Ademais, esse desenvolvimento equânime abordado pela Balem (2015), deriva da equidade que envolve a aptidão do agroecossistema, decorrente do quão equânime será a distribuição de apoio e estímulos aos envolvidos na produção de bens e serviços do meio rural (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001). Essa equidade "implica uma menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades: especialmente, supõe o aumento dos ativos, capacidades e oportunidades dos mais desfavorecidos" (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001, p. 22). Dessa forma, este desenvolvimento equânime "seria aquela situação em que se põe fim à discriminação das mulheres, das minorias e dos mais despossuídos, situação na qual desaparece a pobreza rural e urbana" (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001, p. 22-23).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Todavia, Neves Neto (2013) dialoga fazendo um destaque sobre a autonomia necessária à sociedade para gerir o respectivo território de forma a propiciar o desenvolvimento da respectiva região, pois no caso do Brasil há uma grande diversidade. Para que dessa forma haja uma valorização da sua "cultura e distribuindo os seus recursos de maneira equânime para todos. Isso não significa ausência de poder, mas uma oposição à presença de um Estado centralizador, distante das necessidades da sua população" (NEVES NETO, 2013, p. 38). Ou seja, seria oportunizar aos estados e municípios autonomia para complementar políticas federais de forma que possibilite alinhá-las as suas necessidades locais ou regiões NEVES NETO, 2013; FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001).

E como arguido sobre o agroecossistema, o qual se define como entidades destinadas para o desenvolvimento de regiões que objetivam maneiras de manejos para "produzir alimentos e outros produtos agropecuários, compreendendo as plantas e animais domesticados, elementos bióticos e abióticos do solo, rede de drenagem e de áreas que suportam vegetação natural e vida silvestre" (CUNHA; HOLANDA, 2007, p. 03). E para essas características, o agroecossistema faz a incorporação do homem de forma transparente em todas as fases, ou seja, tanto na via como produtor/agricultor como na via de consumidor, com pretensões de devem visar a busca da sustentabilidade (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001; CUNHA; HOLANDA, 2007; NEVES NETO, 2013).

Por fim, chega ao vislumbre de que o desenvolvimento é um processo derivado principalmente "do Estado, por meio de políticas públicas, com a prioridade de diminuir as assimetrias sociais, atendendo o maior número de pessoas carentes e que seja sustentável, ou seja, mantenha e/ou recupere os recursos naturais para as próximas gerações" (NEVES NETO, 2013, p. 38-39).

Créditos aos agricultores familiares

Antes de tudo, vale incrementar que em 1994 a agricultura familiar passou a ser categorizada em quatro partes, por intermédio de uma pesquisa que envolveu a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), indo da mais estruturada a até a menos privilegiada, sendo estas categorias: a) Patronal; b) Consolidada; c) Transição; e d) Periférica ou recém-assentados (FERRETTI, CORCIOLI, 2021).

Assim, Santos (2012) dialoga que os estímulos financeiros não estão bem alinhados ou estruturados aos beneficiários, em decorrência das condições burocráticas. O que "descarta a possibilidade de a agricultura familiar acessar esses recursos, sem dizer que há, na prática, baixíssimo potencial de gerar impactos positivos na atenuação dos danos ambientais" (SANTOS, 2012, p. 130). Contudo, advém novamente Santos (2012) com a informação de que, os créditos disponibilizados pelas políticas públicas brasileiras aos agricultores familiares é pouco mais que 10% (dez por cento), bem diferente do que ocorrer aos grandes produtores e empresas agrícolas com percentuais de estímulos financeiros elevados.

Nesse linear econômico, a "Norma de Execução n. 121/2018 do INCRA legisla modalidades de créditos com valores fixos que não acompanham os valores de mercado (tangente à matéria-prima

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

e mão de obra, que vêm sofrendo alterações) disponibilizados aos recém-assentados" (FERRETTI; CORCIOLI, 2021, p. 232). O qual, se destina para "início da implantação dos assentamentos rurais, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação" (BARBOSA; LIMA JUNIOR, 2018, p. 113).

Em conjunto com normativa do parágrafo anterior (Norma de Execução n. 121/2018), que se consubstancia nas indagações de desalinhamento das políticas públicas aos agricultores familiares, por base na Instrução Normativa n. 99/2019 do INCRA, que permanece vigente no ordenamento interno da autarquia federal e aplicada aos agricultores familiares beneficiários da Reforma Agrária (RA), para obtenção do título de domínio da terra em que será assentado (FERRETTI; CORCIOLI, 2021).

Essa IN n. 99/2019 mencionada, legisla três tipos de contratos de adesão (não pode sofrer alteração nas cláusulas), sendo: 1º- O Contrato de Concessão de Uso (CCU): documento de caráter provisório, conforme art. 24, inciso I, do Decreto n. 9.311/2018, para famílias que se enquadram no programa de RA; 2º- O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU): documento intermediário com mais respaldo e liberdades para acender certos incentivos, e; 3º- Título de Domínio (TD): beneficiário da reforma agrária passa a ter o imóvel rural registrado em cartório, que possibilitará acessar inúmeras formas de créditos pela possibilidade de dar o imóvel em garantia (INCRA, 2019). Com isso, se compreende que em cada modelo/fase haverá um número limitado de possibilidades de acesso a certos estímulos financeiros.

Como o Decreto n. 3.991/2001 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que contém obscuridades e omissões. Além disso, ocorreram alterações recentemente no que tange ao acesso, devido que antes iniciava-se com o Cadastro de Aptidão ao PRONAF (DAP) e agora foi renomeado para Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) que inseriu em seu corpo normativo a compreensão e nomenclatura "produção agrária". Denominação que erroneamente remete aos grandes produtores, conforme se pode observar no corpo do Decreto n. 9.064/2017 – Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrícola (UFPA) e CAF, alterado pelo Decreto n. 10.688/2021. Fato que, decorre da visão política distorcida de agronegócio em conjunto da pretensão de "isonômica".

Essa atitude de burocratização ao acesso ou facilitação na obtenção de estímulos financeiros pelos agricultores familiares, derivado de projetos legislativos dos representantes políticos provoca um desalinhamento no desenvolvimento rural brasileiro (CARVALHO, 2010). Assim como no caso da Lei n. 14.119/2021 sobre Política de Pagamento por Serviços Ambientais, que antes de ser sancionada houve vários contrapontos e que culminou numa benesse disfarçada, para os grandes proprietários e infratores ambientais (FERRETTI, 2021). Indo em caminho oposto ao que o Estado deveria seguir, ou seja, favorecendo a assimetria (disparidade) socioeconômica dos brasileiros por meio de estímulos e políticas para alguns (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001; NEVES NETO, 2013).

Por fim, "tanto esse governo quanto o próximo necessitam superar alguns desafios e adotar políticas diferenciadas para que possam realizar a reforma agrária, não de forma compensatória, mas sim como uma política de desenvolvimento territorial" (CARVALHO, 2010). Que objetive

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

maiores meios ou possibilite ampliar as oportunidades econômicas que favoreçam o melhor crescimento socioeconômico de maneira equânime, mas principalmente dos menos estruturados economicamente como os agricultores familiares.

Conclusão

Os representantes políticos no Brasil caminham para um desenvolvimento rural isonômico ao invés de equânime, assim, em decorrência das desigualdades existentes no meio rural acabam por privilegiar os latifundiários devido a forma como são construídas essas políticas.
Em detrimento disso, estes estímulos financeiros acabam por ficar burocratizados e desalinhados com os agricultores familiares, que se explicaria no barramento do desenvolvimento socioeconômico dos mais necessitados, já que esses regulamentos são elaborados com uma visão genérica que não leva em consideração a diversidade social, econômica e biodiversidade. Atitude política que vem seguindo uma visão desalinhada ao desenvolvimento equânime, acreditando que tal política pública de estímulo financeiro terá o mesmo efeito positivo em todas as regiões brasileiras, fato que não é verdade. Por isso, necessita de mais estudos científicos após esse trabalho, através de uma metodologia quantitativa para tal levantamento, que possibilite constatação de tais efeitos negativos.

Referências

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise Sobre a Distribuição Regional e Setorial dos Recursos**. Revista Sociedade e Natureza, v. 23, n. 3, Set./Dez., 2011, p. 483-496.

BALEM, Tatiana Aparecida. **Extensão e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015. 123 p.

BARBOSA, Verônica de Fátima Fernandes; LIMA JUNIOR, Francisco de O. de. **O crédito instalação e a qualidade de vida dos assentados no semiárido cearense: reflexões sobre políticas públicas de desenvolvimento rural**. Revista Geotemas, v. 8, n. 3, 2018, p. 100-120.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Atualizado até Emenda Constitucional n. 107/2020.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 30 Ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 2006 – Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html > Acessado em: 02 Set. 2021.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa. **Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013).** ***In***: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 110-129.

CARVALHO, Lívia Hernandes. **A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes.** Revista IDeAS, v. 4, n. 2, 2010, p. 395-428. Disponivel em: < https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7carvalhoconcentracaofundiaria.pdf > Acesso em: 27 Ago. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **Políticas Públicas e Desenvolvimento. *In*:** MADEIRA, Lígia Mori (Org.). *Avaliação de Políticas Públicas* – Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, 254 p.

CORRÊA, Alexandre de Souza; BIDARRA, Zelimar Soares; PIFFER, Moacir. **Desigualdades e desenvolvimento humano municipal no estado de mato grosso do sul entre os anos de 2005 e 2013**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 2, Mar. 2019. Disponível em: < https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4458/772 >. Acesso em: 03 Set. 2021.

CUNHA, Cleidinilson de Jesus; HOLANDA, Francisco Sandro Rodrigues. **Estrutura, função e propriedades de agroecossistemas: Um estudo de caso no estuário do rio São Francisco.** ***In*:** III CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 2007, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 1-22. Disponível em: < http://isssbrasil.usp.br/artigos/cleidinilson.pdf > Acesso em: 20 Out. 2021.

FERNÁNDEZ, Xavier Simón; GARCIA, Dolores Domínguez. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica**. Título do original em espanhol: "El desarrollo rural sustentable: una perspectiva agroecológica". Tradução ao português: Francisco Roberto Caporal. Revista Agroecológico e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001, p. 17-26.

FERRETTI, Kleber Destefani; CORCIOLI, Graciella. **Reforma Agrária e o Crédito para os Recém-Assentados. *In*:** Júlio César Ribeiro (Org.). *A face transdisciplinar das ciências agrárias II*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021, p. 230-235.

FERRETTI, Kleber Destefani. **AVALIAÇÃO CRÍTICA À LEI N. 14.119/2021: UMA BENESSE DISFARÇADA.** ***In*****:** Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º EBPC. Brasília-DF: UnB, 2021. Disponível em: < https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343559-avaliacao-critica-a-lei-n-141192021--uma-benesse-disfarcada/ >. Acesso em: 06 Set. 2021.

GOMIDE, Alexandre; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. **Burocracia e Capacidade Estatal na Pesquisa Brasileira.** ***In*****:** Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira (Orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018, p. 413.

GRISA, Catia. **A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar.** ***In***: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2017. p. 292-313. Disponível em: < https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf# > Acessado em: 05 Set. 2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Despacho Decisório n. 6201/2020/DD/Sede/INCRA: Criação de modelos dos anexos da Instrução Normativa n. 99/2019**. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/anexos_in_99_2019.pdf > Acessado em: 08 Ago, 2021.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceito e medida.** Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, Set./Dez. 2004, p. 379-408.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Estrutura Normativa e Implementação de Políticas Públicas**. ***In*****:** MADEIRA, Lígia Mori (Org.). *Avaliação de Políticas Públicas* – Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, p. 254.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006, p. 305.

MAIA, Cláudio; FIDELES, Júnior; MEDINA, Gabriel. **Reforma Agrária.** ***In*****:** MEDINA, Gabriel (Org.). *Agricultura Familiar em Goiás: Lições para o assessoramento técnico*. 4ª ed. Rev. e Ampl. – Goiânia: Editora UFG, 2018, p. 228-252.

MONTEIRO, Marcelino Armindo; BIDARRA, Zelimar Soares; PIFFER, Moacir. **A estratégia top-down da política pública de agricultura familiar na Guiné-Bissau**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v. 8, n. 2, , Ago. 2020, p. 55-78. Disponível em: < https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6476 >. Acesso em: 02 Set. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente, 2013, 312 f.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto; LIMA, Jandir Ferrera de. **O processo de construção da política nacional de desenvolvimento regional no brasil.** Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n.º 31, 3.º Quadrimestre, 2012, p. 71-81. Disponível em: < http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER31/31.6.pdf > Acesso em: 08 Set. 2021.

PINTOR, Eduardo de; SILVA, Geisiane Michelle da; PIACENTI, Carlos Alberto. **Crédito rural e crescimento econômico no Brasil.** Revista de Política Agrícola, Ano XXIV – n. 1 – Jan./Fev./Mar. 2015. Disponível em: < https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/962/852 >Acesso em: 02 Set. 2021.

RENZI, Adriano; HENZ, Aline Patrícia; RIPPEL, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: do crescimento à prosperidade**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 6, Dez. 2019. Disponível em: < https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5185/843 >. Acesso em: 01 Set. 2021.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas Públicas: introdução.** — Dados eletrônicos. 1ª Ed.: Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p.

SANTOS, João Dagoberto dos. **Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas. Desafios e Antagonismos, no Pontal do Paranapanema-SP: Versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 5890 de 2010.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; Piracicaba, 2012, 252p.

SANTOS, Leandro; BIDARRA, Zelimar Soares; SCHMIDT, Carla; STADUTO, Jefferson. **Políticas públicas para o comércio de produtos orgânicos no Brasil.** Revista de Ciências Agrárias, 2017, p. 447-459. Disponível em: < https://revistas.rcaap.pt/rca/article/view/16480/13428 > Acesso em: 05 Set. 2021.

SENADO FEDERAL. **Portal e-Cidadania: Ideia legislativa.** Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/ecidadania/comofuncionaideia > Acesso em: 03 Out. 2021.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: O contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política. São Paulo. vol. 30, n. 119, Jul./Set. 2010, p. 511-531.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: Elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica".** ***In:*** DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 246-264.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE OS CASOS TRATADOS PELA DIRETORIA DA AGRICULTURA SOB CHEFIA DE MACHADO DE ASSIS*

Pedro Parga Rodrigues[1]

Introdução

Trata-se de apresentar panoramicamente alguns processos de solicitações de terras por compra que passaram pela segunda seção da Diretoria da Agricultura entre 1876-1889. Durante grande parte deste recorte cronológico, o escritor Machado de Assis atuou como chefe desta agência do Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP). Todos os processos possuem sua assinatura. A referida repartição era encarregada de aplicar a Lei de Terras de 1850 e outras legislações agrárias, bem como de responder à inúmeras requisições relacionadas com o problema fundiário.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior acerca da aproximação de Machado de Assis com a questão agrária oitocentista. O escritor oitocentista debochou dos conflitos de terras e da percepção dos potentados rurais acerca da propriedade em pelo dois de seus textos literários: "Na Arca: Três (capítulos) inéditos do gênesis", publicado pela primeira vez em 1878; e "Memórias póstumas de Brás Cubas", de 1881. Também escreveu o livro "Terras", lançado em 1879, contendo uma compilação das legislações e dispositivos jurídicos relacionados com a questão fundiária. Na década de 1870, atuou em uma comissão encarregada de propor uma reforma da Lei de Terras de 1850. Todos esses textos e a atuação na redação do projeto ocorreram no período no qual ele atuou na Diretoria da Agricultura. Desta forma, a nossa preocupação em aprender mais sobre as aproximações desta personagem com a questão proprietária do Segundo Reinado nos fez buscar os documentos desta repartição. Encontramos muitos casos assinados por Machado de Assis. Aqui, apresentaremos panoramicamente alguns deles, dando destaque para a repartição ministerial na qual ele atuou.

As requisições de terra do Espírito Santo

O Espírito-Santo foi a província na qual mais encontramos solicitações de terras movidas por mulheres. Encontramos nove requisições de terrenos desta província, sendo seis solicitantes homens e três mulheres. Alguns argumentos foram recorrentes nas petições iniciais desta localidade, deixando de aparecer somente em alguns poucos casos. A maioria dos peticionários, 7 de 9, anunciaram preencher o requisito legal de ter a posse das terras contíguas àquelas demandadas e a capacidade para cultivar os quinhões almejados. A Circular de 19 de julho de 1873, o Aviso de 1862 e a Lei de Terras de 1850

[1] Bolsista da Capes de Pós-doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pesquisador do Nupep e INCT Proprietas. pedropargar@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

valorizavam os requerentes que preenchesses estas duas condições. O artigo 15 da Lei de Terras de 1850, por exemplo, determinava que: "Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, contanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las". Neste sentido, os autores dos processos dialogaram de perto com os requisitos estabelecidos nas fontes jurídicas. Todas as mulheres argumentaram preencher estas exigências. Uma delas afirmou ter "(...) escravatura suficiente (...)" (FERREIRA, 1876-1877, 1), como forma de demonstrar ter capacidade para cultivar as terras demandadas. Entretanto, outras, como a colona italiana Isabela Puttine, afirmou já ter semeado o lote vizinho e precisar de "(...) mais terras para cultivar (...)" (ARQUIVO NACIONAL, 5F-602). Desta forma, os suplicantes tiveram formas diferentes de lidar com os requisitos legais. Eles interpretaram e acionaram os dispositivos jurídicos partindo de suas experiências sociais.

Os agentes da Diretoria da agricultura valorizaram quem tinha a posse contígua e capacidade para o cultivo. Em algumas solicitações, a inexistência dessas condições foi utilizada como argumento para o indeferimento. Eles chegaram a enfatizar em alguns processos que o requerente dispunha "(...) de forças para cultivar as terras (...)" (ANDRADE, 1876, 2-3), destacando isto como um fator positivo para o deferimento. Mas eles autorizaram uma petição, movida por João Chaves Ribeiro, sem que ele argumentasse em sua petição preencher tais imperativos (RIBEIRO, 1888, 1). Desta forma, as exigências foram operadas de forma elástica por aqueles que atuavam na repartição.

Os funcionários da diretoria ainda exigiram de uma requerente, Luísa Amália Ferreira, que ela tivesse realizado a medição das terras já possuídas como condição para a autorização da venda das áreas solicitadas (FERREIRA,1876-1877, 9). Eles negaram o pedido desta autora por ela não ter realizado isso previamente. Outro motivo comumente enunciado pelos agentes ministeriais para negar uma solicitação também foi a extensão excessiva dos terrenos solicitados. O Aviso de 27 de novembro de 1854, pois este "(...) declarou que as presidências só podem conceder terras do seu patrimônio à empresários para colonizá-las em limitada extensão (...)" (LIMOEIRO, 1889, 29). A Circular de 5 de novembro de 1887 ainda reduziu esse limite. No caso iniciado por Eduardo Mendes Limoeiro, por exemplo, os funcionários da Diretoria da Agricultura argumentaram o tamanho excessivo da área solicitada como razão para indeferir (LIMOEIRO, 1889, 21-22). Os territórios demandados por ela poderiam ser ocupados por outros moradores. Sobre o assunto, Machado de Assis afirmou: "me parece que não em tão vasta escala se podiam conceder as terras" (LIMOEIRO, 1889, 24). Em outro caso, o inspetor da província do Espírito Santo, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, afirmou: "(...) são mais aproveitadas as terras distribuídas por pequenos agricultores, já porque assim procedendo-se, evitam-se possuidores de extensos terrenos, sempre propensos a cometerem abusos contra os pequenos agricultores e seus vizinhos" (ANDRADE, 1876, 2-3). Desta forma, para esta província, o tamanho também foi um importante fator na hora de julgar a qualidade das requisições.

As solicitações do Rio Grande do Sul

Foram encontradas três demandas de terras devolutas localizadas no Rio Grande do Sul. Os peticionários também costumaram argumentar a posse das terras contíguas às requeridas e a capacidade de cultivar as áreas demandadas para conquistarem deferimento. Mas, nesta província,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

um dos peticionários apresentou um argumento ímpar para justificar sua requisição. Para defender seu interesse, o major João Schimitt afirmou ter "(...) descoberto e feito verificar a existência de terras devolutas (...)" (SCHIMITT, 1876-1878, 13). O inspetor geral afirmou sobre o caso: "Baseia-se a sua pretensão em ter sido quem descobriu esses terrenos, indevidamente em poder de particulares e quem despendeu, para verificar a sua existência, a quantia de 3:000$000 réis" (SCHIMITT, 1876-1878, 13). Ele afirmava ser um desbravador como argumento em favor do governo lhe vender as terras. Essa justificativa não aparece em nenhum outro caso da Diretoria da Agricultura encontrado nos acervos consultados.

Os agentes da diretoria consideraram alguns temas na hora de decidir sobre os casos sul-rio-grandenses. Em primeiro lugar, questionaram se os terrenos demandados eram de fato devolutos, demonstrando um descontrole estatal sobre o território. Em segundo lugar, consideraram se existiriam ocupantes irregulares, afirmando que caso houvesse posseiros esses deveriam ser privilegiados para a compra, ao invés dos requerentes. Em terceiro, cogitaram se conviria reservar aquele território para colonização. Um funcionário ainda demonstrou seus critérios ao afirmar: "(...) deve o terreno ser vendido em primeiro lugar aos (...) confinantes à vista do artigo 15 da Lei n 601 de 18 de setembro de 1850, que outorga a preferência na compra aos proprietários vizinhos" (SCHIMITT, 1876-1878, 3-4). A exigência da medição das terras previamente ocupadas também foi um importante requisito estabelecido pela Diretoria da agricultura para o Rio Grande do Sul. Ao considerar uma das petições, um segundo oficial desta repartição anunciou: "Concordo, às vistas das informações, em que se pode autorizar se a venda. De um documento junto à petição de que se trata, vê se que essas terras, em pequena porção, já foram medidas pelos instrumentos e confirmam com outras de sua propriedade, o que fez supor existência de recursos para beneficiar as que ora pedem (...)" (ARQUIVO NACIONAL, 5F-602). De uma só vez, deixou evidente a valorização da capacidade do cultivo das terras demandadas e a exigência da medição das já possuídas. A posse das áreas contíguas também foi tematizada pelos funcionários públicos nos casos desta província. A temática da extensão máxima e a valorização dos solicitantes de pequenas áreas também apareceu nos pareceres relacionados às solicitações sul-rio-grandenses.

Não estranha o fato de a diretoria ter cogitado corriqueiramente se as terras pedidas serviriam para a colonização nas províncias do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. A repartição também se preocupou com o tamanho das terras alienadas nas duas províncias, recusando solicitações de terras mais extensas do que o permitido pelos dispositivos jurídicos. Estes foram os dois critérios mais corriqueiros nos casos desta província. Em ambas as províncias, a colonização e a produção em pequenas propriedades tiveram destaque. Segundo Paulo Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul houve um grande investimento "(...) na infraestrutura de colonização para a pequena propriedade" (MACHADO, 1999, 13). Da mesma forma, no Espírito Santo, a produção de café e a colonização eram realizadas em áreas menores do que o da cafeicultura fluminense (ROCHA, 2008, 16).

Amazonas

Encontramos oito solicitações de compra de terras devolutas no Amazonas, mais especificamente em Manaus, nos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Arquivo Nacional referentes à

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diretoria da Agricultura. A totalidade das requisições desta província transitaram pelas repartições públicas na segunda metade da década de 1880. Este foi um momento de crescimento da extração da borracha. Cinco solicitações foram autorizadas pela diretoria da agricultura. Todos os autores dessas demandas deferidas informaram já possuir, ocupar ou produzir nos terrenos requeridos. Isto não ocorreu nos casos indeferidos ou caídas em exigência. Trata-se de uma especificidade da província em questão, pois os autores dos casos deferidos não estavam pedindo as terras contíguas, como no Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Tratava-se de demandar áreas já ocupadas, de legalizar posses irregulares. Chama atenção o fato de a Diretoria da Agricultura ter priorizado esses casos à contrapelo da legislação imperial. A Lei de 1850 determinava a priorização dos posseiros das terras contíguas das terras devolutas a serem vendidas pelo governo. Mas na Amazônia, este critério foi transformado. O governo passou a autorizar e favorecer compradores que já ocupassem a área demandada, ao invés das vizinhas. Neste sentido, naquela região, a Diretoria da Agricultura contornou a legislação de forma a legalizar ocupações irregulares. Em um dos casos, por exemplo, foi dito expressamente que o requerente buscava "(...) legalizar a posse que tem sobre um terreno à margem direito do igarapé de Manaus" (ARQUIVO NACIONAL, 5F-291).

Somente em um caso do Rio Grande do Sul, movido pelo Major João Schimitt, aparece o tema da priorização de posseiros irregulares (SCHIMITT, 1876-1878, 7-8). Mas, neste caso, o pedido foi indeferido porque a área demandada era ocupada por terceiros. A diretoria recusou, afirmando que priorizaria os posseiros de boa-fé. Já no Amazonas, este tema esteve mais presente nos pareceres da diretoria e na petição inicial, pois foi mais comum solicitar áreas já ocupadas, ao invés das contíguas. Os requerentes amazonenses primeiro ocupavam áreas de forma irregular para depois solicitarem a compra destes.

Entretanto, para realizar melhor esta comparação é preciso analisar a existência dessa diferença entre as províncias conferindo as requisições feitas às presidências da província. Os casos eram iniciados nesta esfera, passavam pelas Inspetorias Gerais de Terra pública, por juízes comissários e terminavam na Diretoria da Agricultura. Ao estudar as 24 requisições de compra de terras em Lages, Curitibanos e Campos Novos, municípios de Santa Catarina, Flávia Darossi e Paulo Pinheiro perceberam que 41% das solicitações demandavam "(...) parcelas de terras públicas já ocupadas" (MACHADO & DAROSSI, 2016, 105). Talvez, portanto, olhando os documentos de diferentes províncias, possamos ver outras localidades nas quais posseiros tentavam legalizar suas posses comprando-as do Estado. Ainda assim, chama a atenção o fato deste subterfúgio ser mais recorrente nos casos amazonenses que chegaram na Diretoria da Agricultura. Isto significa minimamente que essa prática quando realizada nesta província tendeu a chegar mais vezes no último estágio da tramitação e a ser mais deferida. Embora ainda existam lacunas para serem exploradas, não deixa de haver uma determinada especificidade no que se refere as solicitações do Amazonas.

Porém algumas questões se repetiram na relação da diretoria com as três províncias. Em todas elas, foram valorizados os requerentes capazes de produzir nas terras demandadas. Em um dos casos amazonenses, por exemplo, o funcionário da diretoria afirmou: "Antes de qualquer resolução, parece-me conveniente verificar (...) se o suplicante dispõe de meios para cultivar as

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

terras (...)" (ARQUIVO NACIONAL, 5F-602). A discussão sobre os núcleos coloniais também apareceu, com diferentes roupagens, nos pareceres escritos para essas localidades. Entretanto, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo houve pedidos de lotes em núcleos coloniais. Já no Amazonas, isto não ocorreu e ainda houve a relativização da exigência legal de preservar as áreas destinadas aos núcleos coloniais em um caso, no qual o agente ministerial afirmou: "Todavia, atendendo-se às condições especiais daquela província, ao seu grande território, pouca população e a diminuta imigração que aflui para ali, penso que poderá atender se ao suplicante" (ARQUIVO NACIONAL, 5F-602). A questão do tamanho máximo das terras que poderiam ser alienadas pelo Estado também se manifestou nos casos amazonenses. Entretanto, nesta província, um dos requerentes tentou argumentar inutilmente as especificidades da geografia local, como as cheias recorrentes, para conseguir a totalidade da área pretendida por ele.

Conclusões

Da análise das fontes demandando terras em diferentes províncias, uma conclusão necessária é uma concordância com a proposta da historiadora Márcia Motta (1998) segundo a qual precisamos analisar localmente a aplicação das legislações agrárias oitocentistas. Não é possível reduzir inúmeros processos complexos de interpretação, apropriação e utilização dessas normas a um suposto fracasso, tampouco a ideia de que teria criado a propriedade absoluta em todo território nacional[2]. É preciso estudar os diferentes conflitos, com feições locais, e contextos nos quais esses dispositivos jurídicos foram pensados e acionados. Embora existam critérios que se repetem no tratamento dado pela Diretoria da Agricultura para os casos das três províncias, os requisitos legais utilizados por esta repartição assumiram feições diferentes ao ser aplicado a cada uma delas. Eles foram, inclusive, relativizados diante de aspectos específicos de cada localidade.

Outra conclusão importante é o fato de que os requerentes, a despeito da classe social, sabiam dialogar com os requisitos legais e com os critérios geralmente utilizados pelos funcionários públicos. Variando de acordo com as suas experiências sociais, eles liam esses critérios de uma forma ou de outra. Mas, ainda assim, eram agentes de suas histórias e capazes de se apropriar dos discursos institucionais ao seu favor.

Referências

ANDRADE, José Theodoro de. Solicitação de concessão de terras devolutas no Espírito Santo. In: Coleção Machado de Assis. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1876. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=MachadoAssis

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Agricultura. Diretoria da Agricultura. 2ª Seção. Seção de Guarda Codes, Código do fundo OI, Fundo GIFI, notação 5F 602.

[2] A interpretação do fracasso das legislações agrárias oitocentistas é defendida por: CARVALHO, 1981, 39-57.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem*: A *elite política imperial & Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980

CARVALHO, José Murilo de. A Modernização frustrada: A política de terras no Império. *Revista Brasileira de História. São Paulo,* n. 1, p. 39-57, 1981.

FERREIRA, Luísa Amália. Solicitação de concessão de terras devolutas no Espírito Santo. In: Coleção Machado de Assis. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1876-1877. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=MachadoAssis

FERREIRA, Rodrigo Paste. *Luta e labuta: o papel social e econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES). 1891 a 1927*. Dissertação de mestrado, Universidade federal do Espírito Santo, 2008.

LIMOEIRO, Eduardo Mendes. Solicitação de concessão de terras devolutas no Espírito Santo. In: Coleção Machado de Assis. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1889. http://www.docvirt.com/DocReader.net/MachadoAssis/2036

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed; Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro; DAROSSI, Flávia Paula. A política de acesso à terra no Brasil Imperial e a compra de terras devolutas no planalto da província de Santa Catarina. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, n. 34.2, 2016.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Maximino José. Solicitação de compra de terras devolutas em Manaus. In: *Coleção Machado de Assis*. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

RODRIGUES, Pedro Parga. A Diretoria da Agricultura sob a chefia de Machado Assis: Os processos de solicitação de compra de propriedade no Amazonas (1887-1889). REVISTA MARACANAN, p. 83-103, 2020.

RODRIGUES, Pedro Parga. A Diretoria da Agricultura sob chefia de Machado de Assis e as solicitações de terras no Rio Grande do Sul (1876-1889). Revista Escripturas, v. 1, p. 52-72, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RODRIGUES, Pedro Parga. . Machado de Assis y el debute con los grandes. REVISTA ELECTRONICA DE FUENTES Y ARCHIVOS, v. 10, p. 114-134, 2019.

RIBEIRO, João Alves. Solicitação de permissão para compra de terras devolutas na povoação Alfredo Chaves, no Espírito Santo para plantação de videiras. In: Coleção Machado de Assis. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1888. Disponível em: http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=MachadoAssis

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

SCHIMITT, João. "*Solicitação de compra de terras devolutas no Rio Grande do Sul*", Casa Rui Barbosa, Coleção Machado de Assis, 1876-1878. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=MachadoAssis

THOMPSON, E. P., *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*; estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 07
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL

MEMORIAL DA PANDEMIA: O ACERVO DE TODOS NÓS

Pietra Diwan
Alexandre F. S. Teixeira

O Memorial da Pandemia é resultado da iniciativa de historiadores na tentativa de contribuir com o debate histórico futuro sobre o impacto da pandemia do coronavírus enquanto fenômeno global. A pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 (WHO, 11/03/2021). Esta crise sanitária fez do vírus SARS-Cov-2, popularmente chamado Coronavírus, a estrela das redes sociais, acumulando milhões de registros, em especial, de experiências pessoais em diferentes plataformas digitais. Dependendo da territorialidade em que se vive, a pandemia está num diferente estágio. O que é ainda inegável é seu caráter global e ainda incerto em relação ao futuro.

Com o intuito de entender as implicações e o impacto deste processo na sociedade, este grupo se reuniu semanalmente para refletir sobre diversos temas, tais como: uma vez que esta pandemia é a mais midiatizada da história, como ela será documentada? Quem são os detentores destes documentos? De que forma estarão preservados estes documentos, uma vez que um volume muito grande deles é digital? Quais são as narrativas predominantes? A partir dessas questões surgiu a ideia de criação de um repositório de registros digitais mantido voluntariamente por cidadãos comuns. Como elaborou Ricoeur, para evitar os "usos e abusos da memória coletiva" foi criado um espaço em que a memória pode ser democrática, voluntária e aberta e comprometida tanto com a identidade coletiva como pessoal (RICOEUR, 2008, p. 94).

Nesse sentido, foi concebida uma base de dados digital - Plataforma Google - com a capacidade de coletar de forma sistematizada, constante e segura, imagens, textos, áudios e vídeos referentes à pandemia. Diante da impossibilidade de reunir um volume significativo de registros decidiu-se reunir relatos orais, adicionando um outro suporte documental ao acervo, a história oral. Os relatos pessoais de experiências atreladas às novas práticas, as imposições e as flexibilizações do isolamento trouxeram uma nova perspectiva para o Memorial da Pandemia.

Esta proposta tem a intenção de valorizar a voz do cidadão comum. De acolher materiais a partir de experiências vividas que proporcionem a escrita de uma historiografia futura, e que esta possa ser escrita através de uma abordagem da história vista de baixo, como descreveu Sharpe (1992). Desta forma, o narrar da história tem a intenção de mostrar os sujeitos comuns - no contexto da pandemia - para além da experiência coletiva valorizando as vivências dos indivíduos, não visto como "mais um dos problemas que o governo tem que lidar" (1992, p.41). As fontes, nesse sentido, criadas pelas pessoas que submetem seus registros no Memorial da Pandemia, são relevantes por - justamente - serem seletivas e muitas vezes não objetivas. Esta é uma das dificuldades desta abordagem "vista de baixo", mas ao mesmo tempo revela sua potência de ampliar no âmbito da escrita da história, experiências que são vivenciadas no âmbito familiar e doméstico. Ela faz mais sentido "dentro de um contexto", como ressaltou Sharpe, e no nosso caso, o contexto da pandemia (1992, p.54).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Por uma história cidadã

O acervo do Memorial da Pandemia foi concebido tanto como um lugar simbólico, mas também como repositório de registros digitais deste momento que impôs drásticas mudanças e transformações no cotidiano mundial. Entre algumas das experiências vividas neste processo destacam-se o cotidiano sob o isolamento social; as mudanças das práticas sociais, educacionais e culturais; as transformações nos rituais fúnebres; a adoção de usos e práticas preventivas e terapêuticas; além do dilema entre a esperança e o descrédito em relação à vacina gerados pela desinformação. Neste sentido, o acervo foi criado com o compromisso de preservar fora dos conglomerados privados de mídia, os materiais submetidos por todos os cidadãos, e com a proposta de assegurar a integridade dos registros ao longo do tempo e de forma gratuita.

Sendo a pandemia um fenômeno global, é sabido que os indivíduos vivenciaram este momento a partir de suas particularidades territoriais e de seu contexto sócio-econômico-cultural. O Memorial da Pandemia pretende resgatar facetas destes olhares, percepções, subjetividades e práticas para lidar com o impreciso, o incerto, o medo constante e a rotina alterada através da criatividade, da afetividade, da luta e da resiliência, mas também do trauma, do medo, da negação e da insegurança. Até o momento de fechamento deste artigo foram confirmados pela Organização Mundial da Saúde, mais de 250 milhões de casos e mais de 5 milhões de mortes mundialmente (WHO, 09/11/2021). Após quase dois anos sob o medo de contaminação, podem ser destacados pelo menos três grupos predominantes nesse cenário: o primeiro, se recusa a seguir os protocolos de prevenção questionando a letalidade da doença, e se recusando a receber a vacinação; o segundo, não tem os meios materiais de manter o isolamento por causa das suas condições sócio-econômicas, e mesmo vacinado, corre o risco de contaminação, e o terceiro, pratica o isolamento, está vacinado e pode cumprir todas as determinações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde. Nesse sentido, os números de internações e mortes, assim como as taxas de positividade entraram em declínio, mas ainda mostram-se incertos por conta do alto índice de pessoas que se recusam a ser vacinadas, ou ainda não tiveram acesso à vacina. O caso português é um dos poucos em que a "imunidade de rebanho" está próxima de ser atingida, uma vez que mais de 85% da população já foi vacinada (NYT, 21/10/2021). No Brasil, pouco mais de 55% da população está vacinada com as duas doses, e ainda há um caminho pela frente, mas acredita-se que a cultura histórica de vacinação em toda a América Latina contribuiu para a aceitação da vacina contra o coronavírus durante 2021. (UNDARK, 14/10/2021).

O Brasil registrou até novembro de 2021, cerca de 22 milhões de casos confirmados e mais de 610 mil casos fatais (GOOGLE TRACKER, 09/11/2021) ocupando o segundo lugar entre os três primeiros países com maior número de mortes e casos positivos, entre os Estados Unidos e a Índia (JOHN HOPKINS UNIV CSSE Covid19, 12/11/2021). É reconhecido que o caso brasileiro foi agravado pela falta de planejamento e políticas públicas preventivas do governo do atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Não foram tomadas medidas unificadas em escala federal para impedir a contaminação. Por essa razão, é fundamental a reflexão sobre o momento em que vivemos, pois a história do ano de 2020 foi atravessada por diversos temas

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

políticos, sociais e culturais, dentre os quais a pandemia destaca-se como a maior irradiadora e aceleradora de tendências, conflitos e tensões já presentes na sociedade brasileira explicitando ainda mais nossas discrepâncias sociais.

Neste tempo pandêmico e caótico vivenciamos uma outra epidemia de dimensões globais: a desinformação, chamada pela OMS de infodemia (WHO, 12/11/2021). Ela consiste na criação de notícias falsas baseadas em fatos, mas que em essência distorcem sua verdade por admitir o fato de forma parcial. A desinformação não é um problema de interpretação do fato, mas de distorção para que se encaixe à uma outra narrativa ligada a interesses políticos. As notícias falsas geram a desinformação, ou seja, a confusão das informações e a falta de clareza sobre o que é certo e o que é errado. Munidos desta premissa, o grupo de negacionistas, aliados do presidente Bolsonaro, assim como o próprio presidente desvalorizaram e desacreditaram o trabalho da ciência criando uma espécie de versão distópica e contemporânea do que foi a Revolta da Vacina, em 1904, a qual sob a obrigatoriedade da vacinação - pelo então presidente Rodrigues Alves e pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz - para o combate da epidemia de varíola no Rio de Janeiro. A população protestou violentamente nas ruas, ocasionando mortes, prisões e degredos (SEVCENKO, 2018). No Brasil da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro apostou na política de "imunidade natural de rebanho" atuando diretamente no investimento do tratamento precoce ineficaz e no atraso para a compra de vacinas. Tais medidas provocaram a contaminação em massa e a consequente morte de milhares de pessoas. Desta forma, o país alcançaria a imunidade sem a necessidade de compra de vacinas, como apontou o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia - CPI da Pandemia (CPI 2021, p. 46-51).

A desinformação fomentada pelo governo de Jair Bolsonaro chegou ao extremo da irresponsabilidade no episódio ocorrido no dia 11 de junho de 2020, quando o presidente do executivo brasileiro, incitou seus apoiadores a invadirem hospitais e confirmarem se de fato, os leitos destinados aos doentes pelo Covid-19 estavam de fato ocupados. Segundo as hipóteses dos negacionistas, a pandemia não é letal e os leitos ocupados nos hospitais estariam sendo utilizados com o intuito de obter verbas federais para o tratamento da enfermidade. (HOSPITAL, 12/06/2020)

A concepção do acervo

A maneira como o Memorial da Pandemia foi concebido pretende contribuir para a construção de um saber baseado em fatos e nas experiências vividas durante esse momento que tomou conta de nosso cotidiano. Este é um esforço para compreender a dinâmica desses acontecimentos contribuindo com fontes primárias para o futuro, em diferentes campos do conhecimento científico a partir do olhar do indivíduo, numa plataforma coletiva e colaborativa. No mesmo contexto do que Alan Irwin definiu como "citizen science" (ciência cidadã ou CS), a qual há uma demanda por uma relação da ciência com o cidadão que seja mais colaborativa, e o cidadão não tenha que estar tutelado pelo saber científico de cima para baixo (IRWIN, 1995).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A formação do Memorial da Pandemia propõe uma relação de "citizen history" (história cidadã ou CH) a qual é a visão do indivíduo e sua coleta seletiva sobre a importância da memória dos acontecimentos que deve ser incentivada, como a visão da entrevistada Sandra Paulino:

> É triste, mas é a memória que abraça a todos sem distinção e que se assim será registrada, como explicação do fanatismo civil-religioso que através do ódio e da seletividade, destrói vidas, não apenas por pandemia. (Entrevista com Sandra Paulino, 14/08/2020)

Ao pensar a dimensão política da história e na sua capacidade de confrontar e transformar os valores sociais de uma época, é que constituímos este acervo como o nosso maior ponto comum de expressão. A fala pública - vista aqui como a reunião de expressões pessoais - deve ser recuperada para que não se corra o risco de apagamento através dos dispositivos tecnológicos de poder de produção e difusão, característico de suas formas contemporâneas da como apontaram Courtine e Piovezani (2015, p.12).

O presidente do Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura do Brasil, José do Nascimento Junior, sinalizou durante o Fórum Nacional de Museus que "sem memória, não há projeto de nação" (2010). Portanto, neste amplo estudo acerca das interpretações e sentidos dos conteúdos das memórias é que o Memorial da Pandemia torna-se um lugar potente e fundamental. Considerando, que todo momento político cria suas narrativas, como Durkheim (1970) afirmou, a lógica do social não corresponde à soma dos indivíduos. Nesse sentido, a lógica do coletivo e a lógica do indivíduo sobre a memória de um fato - ou de um trauma - estão entrelaçadas, mas o foco deste acervo digital são as experiências pessoais. A importância do testemunho arquivado em diferentes suportes possibilitará no futuro olhar para o passado com abordagens e problemáticas do presente, e fazer das memórias uma repetição educativa para que injustiças não se repitam e fortaleçam espaços de tolerância e diversidade.

A intenção de tal acervo de memórias e testemunhos é possibilitar a justiça, vista como um direito cidadão garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Concebido com o intuito de coletar os registros pessoais e experiências vividas durante a pandemia, o acervo é alimentado por meio do preenchimento de um formulário na Plataforma *Google*, e regido pelos termos de uso com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). É possível acessar o formulário através do acesso à página www.memorialdapandemia.com gerenciada pelo grupo de cofundadores. A divulgação do endereço de acesso para submissões está disponível pelas redes sociais Instagram, Twitter e Facebook e por diversas entrevistas para além da imprensa brasileira. Além da ação direta de colaboradores dedicados à constituição de coleções específicas, que atualmente formam o acervo do Memorial da Pandemia destaca-se a coleção Alma Puída que foi organizada pelo Instituto Angelim (www.institutoangelim.com). A coleção Alma Puída foi constituída exclusivamente por áudios de até 3 minutos com impressões, reflexões e também desabafos predominantemente de mulheres sobre a pandemia. O material foi espontaneamente enviado para o link do projeto ou por Whatsapp, entre 15 jun. a 19 nov. de 2021. Até o momento foram recebidos mais de uma centena de áudios de diversas regiões do Brasil.

Entre os materiais doados ao acervo há uma variado perfil simbólico sobre a pandemia da Covid -19. É possível relacioná-los aos seguintes sintomas: ao mal-estar inicial da pandemia como um fato desconhecido à nossa frente; ao trauma dado a suspensão abrupta das atividades cotidianas;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

à negação dos fatos reais e todo desgaste psíquico que estes grupos geram; ao luto dos sobreviventes; ao estranhamento causado pelo conflito ou pela a falta de juízo ao que estamos realmente sentindo, chamada pela psiquiatria de alexitimia; à reconciliação com a vida que foi interrompida pela pandemia e, finalmente a esperança da imunização.

Os registros documentais são submetidos voluntariamente por qualquer pessoa com acesso ao link do formulário da plataforma Google. No momento da submissão ao sistema é gerado automaticamente um selo de identidade (*timestamp)* com data e hora de submissão mostrando o momento exato em que o colaborador fez a doação ao acervo do Memorial da Pandemia. Todas as submissões são imediatamente incluídas de forma automática em uma planilha gerada pelo Google que contém todas as informações preenchidas no formulário pelo colaborador. Entre os dados coletados estão nome, cidade, tipo de registro (imagem, texto, áudio ou vídeo), categoria (políticas, saúde, novas práticas, trabalho, educação, lazer, vacinas, entre outras), e a relevância do documento escrita sob o ponto de vista da pessoa que está fazendo a submissão. Para consolidar a inclusão do material no acervo é necessária a leitura e o aceite do termo de cessão de direitos incluído no formulário. A divisão quantitativa do acervo e suas possibilidades de suporte para submissão podem ser observadas no quadro abaixo com dados aproximados.

Imagens	Textos	Áudios	Vídeos	Entrevistas	Coleção Infodemia
• Fotografias, pinturas, *print* de notícias • 300+ itens	• Diários, relatos escritos, ensaios, poesias. • 60+ itens	• Áudios diversos • Coleção Alma Puída • 100+ itens	• até 60 segundos • 30+ itens	• Transcrições • Transcriação e textualização posterior • 29 itens	• Grupo de registros de desinformação circulada em aplicativo • 60+ itens

Quadro quantitativo de submissões até nov. 2021

Notou-se que na fase inicial da constituição do acervo que houve grande dificuldade em receber submissões espontâneas através do formulário *Google*. Para fins de teste e registros os cofundadores submeteram os materiais. Mesmo após a divulgação nas nossas redes de relacionamentos acadêmicos, instituições de ensino e meios de comunicação, a adesão ao formulário foi tímida e pouco expressiva. Por essa razão, decidimos abrir a coleta de outras fontes de registro acerca da pandemia do novo coronavírus.

No caso da História Oral, estas entrevistas estão reunidas numa outra parte do acervo - composta de forma independente e autônoma ao formulário Google, mas dentro do mesmo drive, ou nuvem. As entrevistas foram feitas predominantemente de forma remota, por telefone ou raramente de forma presencial - por imposições da pandemia - utilizando os princípios teóricos de entrevista em História Oral. Utilizamos como referenciais os textos de Verena Alberti (2005) e José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), ambos com livros de mesmo nome - *Manual de História Oral* - cujas reflexões contribuíram para a formação das questões norteadoras que estão presentes em todas as entrevistas do acervo. O critério para a elaboração das transcrições foi feito a partir do texto *Considerações Sobre a Transcrição de Entrevistas* (Manzini, 2014) que nos deu os parâmetros normativos básicos para o trabalho. Nesta etapa, estão feitas as transcrições somente, mas é a

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

intenção do Memorial da Pandemia expandir estes relatos na forma de transcrições e textualizações, gerando interlocução e re-autorização com os entrevistados-colaboradores.
As contribuições orais foram feitas através de entrevistas com pessoas em posições sociais distintas na tentativa de dar diversidade aos relatos através de visões diversas. No entanto, é preciso reconhecer que não foi atingido ainda um perfil de diversidade suficiente que dê representatividade aos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, mas o Memorial da Pandemia tem trabalhado nesse sentido criando recortes e abordagens que contemplem diferentes etnias e grupos sociais. É certo que este acervo de entrevistas deverá ser ampliado, assim como os outros segmentos que o compõem, tornando-o mais dinâmico. Até o momento, foram feitas cerca de três dezenas de entrevistas levando em conta a área de atuação dos entrevistados. No quesito profissão há empresários, agentes comunitários de saúde, professores, ativistas na área de direitos humanos, acadêmicos, profissionais da comunicação, músicos e profissionais de marketing, para citar alguns.

O direito à memória

O direito à memória é uma premissa do Memorial da Pandemia que se preocupa com a integridade dos documentos submetidos organizados de forma responsável, e com apreço e gratidão a todos os colaboradores. Através desta premissa, museus, arquivos e acervos históricos têm a função e a responsabilidade de garantir que a compreensão da realidade não seja distorcida pela desinformação e pelo negacionismo que investem na manutenção de uma sociedade desigual e polarizada.

Na posição de curadores do acervo, muitas das decisões tomadas pelos co-fundadores tiveram a intenção de preservar a integridade do documento e do colaborador. Entre estas destaca-se o direito de optar pelo anonimato. Ao documento está reservada a sua integridade completa, a qual nenhuma interferência ou interpretação será feita pelo Memorial da Pandemia no contexto do acervo, a não ser para estabelecer os descritores arquivísticos. Quaisquer análises podem ser feitas mediante disponibilização do registro pelo Memorial da Pandemia com a intenção de contribuir com pesquisadores em trabalhos futuros.
Alinhados com a tarefa de manter um acervo documental que permita a preservação da cultura, da percepção de mundo e, principalmente do elo entre o passado, presente e futuro, entende-se que há um custo financeiro e operacional para que esta tarefa permaneça íntegra. Sem recursos financeiros, o Memorial da Pandemia depende de doações individuais para realizar suas atividades, e esta iniciativa garantiu a publicação do primeiro balanço que consolidou o acervo após um ano de sua criação na forma de livro, *Memorial da Pandemia: o acervo de todos nós* (Teixeira *et al.,* 2021).
A perspectiva futura ainda é incerta, mas sabe-se que com o prognóstico de um suposto "fim da pandemia" e o retorno às atividades presenciais tal como no período que antecedeu março de 2020 não nos colocará no mesmo lugar. "Normalidade" significa na verdade um novo normal, que de novo não tem nada. Este tempo novo está repleto de experiências e vivências boas e ruins pré-pandemia, mas agora estão atravessadas também pelas novas formas de sociabilidade e afetos, pelo trauma, pela perda e pelo período de alento que marcou tanto as famílias de pelo menos 620

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mil pessoas que perderam suas vidas, como também de toda a sociedade brasileira. A intenção do Memorial da Pandemia é preservar o espaço de coleção destas memórias em tempo contínuo e indeterminado, mas que sejam as memórias das vivências desse período tão impactante para toda a comunidade global.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Editora FGV. Rio de Janeiro. Ano: 2005. 3ª Edição.

COURTINE, J.J.; PIOVEZANI, C. *História da Fala Pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

CPI. Relatório Final. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021). 19/11/2021. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf

Entrevista realizada com Sandra Paulino em 14/08/2020. Acervo Memorial da Pandemia.

DURKHEIM, E. Representações Individuais e Representações Coletivas. Sociologia e Filosofia (J. M. de T. Camargo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FÓRUM Nacional de Museus (2010: Brasília – DF) Direito à Memória, Direito a Museus: relatório. / Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.

GOOGLE TRACKER. "Google Coronavirus Tracker". 09/11/2021. Disponível em: https://www.google.com/search?q=coronavirus+tracker+brazil HYPERLINK "https://www.google.com/search?q=coronavirus+tracker+brazil&oq=coronavirus+tracker+brazil&aqs=chrome..69i57.9200j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8"

"HOSPITAL é invadido e depredado após Bolsonaro incitar apoiadores". Catraca Livre. 12/06/20. Disponível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/hospital-e-invadido-e-depredado-apos-bolsonaro-incitar-apoiadores/. Acesso em: 31/01/21.

IRWIN, Alan. Citizen Science. A Study of People, Expertise and Sustainable Development. Londres: Routledge, 1995.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a Transcrição de Entrevistas. (2014) Livre Docência. Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP- Marília. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf [consultado em 03/02/2021]

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. Editora Loyola. São Paulo. Ano: 2000. 4ª edição, revista e ampliada.

MEIHY, José Carlos Sebe; SEAWRIGHT, L. Memórias e Narrativas: HIstória Oral Aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

NYT. "In Portugal there is virtually no one to vaccinate", The New York Times, 21/10/2021. Acesso em 09/11/2021. Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/10/01/world/europe/portugal-vaccination-rate.html

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François. São Paulo: UNICAMP, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo", IN Burke, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62.

TEIXEIRA, A.F.S.; DIWAN, P.; ROSSINI, C.; FERREIRA, M. Memorial da Pandemia: o acervo de todos nós. São Paulo: Todas as Musas, 2021.

UNDARK, "In Brazil's Successful Vaccine Campaign, a Lesson for the U.S.", 14/10/2021, Undark. Kiratiana Freelon. Disponível em: https://undark.org/2021/10/14/in-brazil-successful-vaccine-campaign-lesson-for-us/

"WHO Coronavirus Disease Dashboard". World Health Organization (WHO). 09/11/2021. Disponível em: https://covid19.who.int/?gclid=Cj0KCQiAx9mABhD0ARIsAEfpavS-Ckj2hr_aNq1GGiSLASA5iu6NaJIbJAcmtCGFDuMpKYllXPvWn_8aAkMNEALw_wcB. Acesso em: 09/11/2021.

"WHO Director-General's opening remarks at media briefing on COVID-19 in March 11 2020" World Health Organization (WHO). 11/03/2020. Disponível em: https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020. Acesso em: 10/02/21.

"WHO Covid19 Infodemic". World Health Organization (WHO). 12/11/2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

APROPRIAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO CULTURAL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

André Araújo Almeida[1]

Introdução

Este artigo explora o tema da paisagem cultural e suas formas de representação e apropriação, elementos fundamentais na construção do imaginário urbano. Parte do entendimento de que as identidades locais fortalecidas ou enfraquecidas podem interferir no processo de apropriação cultural da paisagem. Parte também da compreensão de que o exercício interpretativo de uma paisagem urbana encerra em si mesmo certa subjetividade, ou imprecisão, resultando em uma infinidade de significados. Em contextos urbanos onde atuam forças e interesses em desequilíbrio, essa diversidade de interpretações costuma ser utilizada para justificar discursos e práticas contrárias aos interesses locais. Como resultado, várias formas de segregação sócio-espacial, especialmente no contexto das fragilidades geradas pelas novas dinâmicas econômicas globais, costuma ser conseqüência da estigmatização causada por estereótipos criados sobre determinados trechos dos territórios. Como forma de enfrentamento a essa realidade, o fortalecimento das identidades locais é fundamental para a promoção do desenvolvimento local, como na abordagem proposta por Alberto Magnaghi e Mauro Giusti (1989) conhecida como Escola Territorialista Italiana.

Sabemos que cada parcela do território e sua população possuem particularidades culturais muito importantes para as histórias locais. Contudo, cada vez mais tais populações e suas paisagens têm estado à revelia das decisões e das ações públicas e privadas. Costumam ser ignoradas e desconsideradas: a sua identidade, os seus direitos e a sua própria existência. Em todo o mundo, interesses políticos e econômicos locais hegemônicos tem se aliado a interesses globais em planos e projetos arquitetônicos e urbanísticos que resultam na descaracterização e na homogeneização das paisagens urbanas. Para se discutir o impacto de tais ações nas paisagens locais é preciso primeiro rever as formas de interpretação e reconhecer tais paisagens como patrimônio cultural dos lugares onde se inserem.

Compreendemos que analisar um objeto através da sua representação visual, assim como um texto através da sua representação escrita, compõe-se tanto pelo conhecimento e/ou informação que temos a respeito do que se quer interpretar, quanto pela nossa capacidade de compreensão do

[1] Mestre e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo, Brasil); Professor Universitário (Universidade de Fortaleza e no Centro Universitário 7 de Setembro; Fortaleza, Brasil); Arquiteto e Urbanista (Politecnico di Torino; Turim, Itália / Universidade Federal do Ceará; Fortaleza, Brasil); andrearaujo.almeida@mackenzista.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

objeto através da percepção pela sensibilidade. Tal exercício precisa se pautar nos princípios democráticos e do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Como nos faz refletir Mia Couto (2011):

> Falamos em ler e pensamos apenas em livros, nos textos escritos. O senso comum diz que lemos apenas palavras. Mas [...] lemos emoções nos rostos, lemos os sinais climáticos nas nuvens, lemos o chão, lemos o Mundo, lemos a Vida. Tudo pode ser página. Depende apenas da intenção de descoberta do nosso olhar. Queixamo-nos de que as pessoas não lêem livros. Mas o déficit de leitura é muito mais geral. Não sabemos ler o mundo, não lemos os outros. (COUTO, 2011, p.103)

O presente trabalho tem assim, por objetivo, contribuir com os estudos sobre paisagem cultural a partir da reflexão sobre as formas de representação e apropriação do espaço urbano no fortalecimento de laços culturais comunitários com foco no desenvolvimento local.

Diante das reflexões de partida aqui colocadas, a questão norteadora deste trabalho se baseia na seguinte pergunta: As diferentes formas de apropriação urbana podem interferir no desenvolvimento local? Para responder a essa questão, propõe-se um investigação exploratória percorrendo um percurso metodológico de investigação teórico-conceitual pautada em pesquisa bibliográfica. Tal investigação aborda a compreensão do tema da paisagem urbana como parte da cultura local e cujo imaginário pode constituir-se de estereótipos ou estigmas; e conecta tal compreensão à importância da valorização dos territórios locais como forma de enfrentamento da estigmatização de parcelas das cidades importantes na construção de sua própria cultura.

Para essa discussão de partida, em especial quanto a tendências contemporâneas na construção dessas falsas identidades contra valores da cultura local, dialogamos com alguns autores, entre eles Josep Maria Montaner (2002), Leonardo Benevolo (2007), Montaner e Zaida Muxi (2014), Heliana Comin Vargas (2014). Bruno Zevi (2018) e Fernando Carrión (2018). Levanta-se a discussão sobre o papel da construção das representações na percepção e na apropriação da paisagem e sua relação, como patrimônio cultural, com o desenvolvimento local proposto por Alberto Magnaghi (2011) e Magnaghi e Mauro Giusti (1989) e sua abordagem conhecida como Escola Territorialista Italiana.

Paisagem cultural e interpretação: discussões de partida

Ao discutirem o tema da paisagem cultural, Pereira e Almeida (2019, p.118) afirmam que "a cultura de um povo sintetiza-se ao longo do tempo nos seus costumes, nas suas regras sociais e nas suas diversas formas de manifestação e expressão, resultando nos seus registros materiais ou imateriais". Nesse sentido, os contatos sociais que compõem a sociedade são os veículos onde a cultura se propaga, e parte dessa propagação se dá pelas formas de leitura e comunicação do espaço e suas representações. Por leitura não entendemos apenas a textual, mas a interpretação de diversas formas de comunicação, como oral, gestual, visual, midiática, entre outras. Entendendo assim paisagem urbana como uma manifestação cultural de uma sociedade que a produziu, faz-se necessário exercitar a prática da leitura e interpretação da paisagem pelos profissionais da arquitetura e do urbanismo. As mais conhecidas cidades do mundo costumam, através das suas imagens, ensejar nas mentes humanas diversas interpretações, que criam o

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

imaginário a seu respeito. A título de exemplo, Bruno Zevi (2018) reproduz sua percepção sobre Los Angeles da seguinte forma:

> Considero Los Angeles não como uma cidade, mas somente uma extensão sem limites e amorfa de edifícios. Isso se confirma pelo fato de que alguns a exaltam como prelúdio de uma nova estrutura urbana, ou seja, de um organismo desestruturado. Mas para Lévi-Strauss, nem mesmo New York é uma cidade no sentido histórico, ou europeu, do termo. Evidentemente, a diferença entre cidade e não-cidade não é de ordem de categoria: refere-se à intensidade das trocas sociais, o comportamento comunitário dos habitantes, o número e a qualidade dos polos condensados dos interesses coletivos [tradução nossa] (ZEVI, 2018, p. 61)[2]

Posteriormente, Bruno Zevi (2018) também registra a percepção do antropólogo Francês Claude Lévi-Strauss sobre New York:

> Aqueles que acham feia New York são apenas vítimas de percepção ilusória. Não tendo ainda aprendido a mudar de paradigma, teimam em julgar New York como cidade e criticam as ruas, os parques, os monumentos. Sem dúvida, New York è, objetivamente, uma cidade, mas o espetáculo que oferece à sensibilidade europeia é de uma outra ordem de grandeza que é aquela da nossa paisagem: enquanto as paisagens americanas nos transportam a um sistema ainda mais vasto, do qual não possuímos equivalente. A beleza de New York não depende da sua natureza como cidade, mas da sua transposição, inevitável para o nosso olho se renuncia o enrigecimento, do nível de cidade aquele de paisagem artifical, onde os princípios do urbanismo não possuem mais razão de ser: únicos valores significativos, o aveludado da luz, a evanescência da distância, os precipícios sublimes aos pés dos arranha-céus e os vales sombrios polvilhados de automóveis multicores como flores... [tradução nossa] (LÉVI-STRAUSS, 1960 *apud* ZEVI, 2018, p. 74)[3]

Bruno Zevi (2018) também nos dá sua percepção sobre uma cidade brasileira, nesse caso o Rio de Janeiro, da seguinte forma:

> Em 1935 no Rio de Janeiro, o lugar ocupado por qualquer pessoa na escala social se mede com o altímetro, quanto mais baixa a altitude, mais alto o domicílio está nessa escala. Os miseráveis vivem empoleirados nas alturas, nas 'falevas' onde uma multidão de negros vestidos com limpíssimos trapos inventavam no violão aquelas brilhantes melodias que durante o carnaval desceriam a invadir a cidade... [tradução nossa] (ZEVI, 2018, p. 74) [4]

A partir das interpretações de Zevi e Strauss, podemos compreender que as paisagens das cidades e seus "[...] edifícios podem e devem falar." (TIETZ, 2008, p.85). O ato de ouvir ou ler a paisagem

[2] *Che Los Angeles non sia una città, ma solo una sconfinata e amorfa distesa di edifici, è confermato dal fatto che alcuni le esaltano come preludio di una struttura urbana di tipo nuovo, cioè di un organismo desestrutturato. Ma per Lévi-Strauss neppure New York è una città nel senso storico, o europeo, del termine. Evidentemente, la differenza tra città e non-città non è di ordine categoriale; riguarda l'intensità degli scambi sociali, il comportamento comunitario degli abitanti, il numero e la qualitlà dei poli di condensazione degli interessi collettivi.* (ZEVI, 2018, p. 61)

[3] *Coloro che trovano brutta New York sono solo vitime di una percezione ilusoria. Non avendo ancora imparato a cambiare registro, si ostinano a giudicare New York una città, e criticano le strade, i parchi, i monumenti. Senza dubbio, New York è, obbiettivamente, una città, ma lo spettacolo che offre alla sensibilità europea è di un altro ordine di grandezza che è quello del nostro paesaggio; mentre i paesaggi americani ci trasportano in un sistema ancora più vasto di ciu non possediamo l'equivalente. La bellezza di New York non dipende dalla sua natura di città, ma dalla sua trasposizione, inevitabile per il nostro occhio se rinunciano a irrigidirci, dal livello di città a quello di paesaggio artificiale, dove i principi dell'urbanesimo non hanno più ragione di esistere: unici valori significativi, il vellutato dela luce, l'evanescenza delle lontananze, i precipizi sublimi ai piedi dei grattacieli e le vallate ombrose cosparse di automobili multicolori come fiori.* (LÉVI-STRAUSS, 1960 apud ZEVI, 2018, p. 74)

[4] *Nel 1935 a Rio de Janeiro, il posto occupato da ciascuno nella scala sociale si misurava con l'altimetro, tanto più basso quanto più il domicilio era alto. I miserabili vivevano appollaiati sulle alture, nelle 'favelas' dove una folla di negri vestiti di stracci pulitissimi inventava sulla chitarra quelle vivaci melodie che durante il carnevale sarebbero discese a invadire la città..* (ZEVI, 2018, p. 74)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

urbana pode ser feita de diversas formas, entre elas, pela leitura visual do espaço natural e construído. Para isso, precisamos aprender a ler criticamente as representações da cidade. Porém, é muito comum as pessoas se influenciarem mais pelos significados incutidos nas imagens do que pelos significados ocultos, mas dedutíveis se compreendidos os contextos, a história e os agentes ali presentes. Isso se dá pelas dificuldades encontradas no próprio ato de interpretar. Como nos alerta Tietz (2008):

> As pessoas são diariamente assaltadas por milhares de sensações e imagens: os sinais visuais que nosso ambiente nos impõe são cada vez mais fortes: dos sinais de trânsito passando pelos cartazes até o 'spot' publicitário na televisão. [...] tudo isto tem apenas um objectivo [sic]: chamar a atenção a qualquer preço para se destacar da concorrência. (TIETZ, 2008, p.82)

A interpretação visual é, na contemporaneidade, cada vez mais concorrencial, fortemente caracterizada pelo *marketing* urbano aplicado às imagens, ofuscando o olhar do observador, que busca uma compreensão do que está sendo retratado. Quando há um desequilíbrio entre os mecanismos narrativos presentes nas representações urbanas e as capacidades pessoais de identificação destes, as interpretações se tornam frágeis e manipuláveis, contribuindo para a construção de estereótipos e de estigmas sobre as cidades. A indução imposta à imagem e à sua interpretação reduz a complexidade do fato urbano às informações superficiais e parciais da realidade que as representações urbanas buscam fixar.

Inúmeras cidades, a exemplo de Fortaleza, no estado brasileiro do Ceará, têm sido representadas explorando-se massivamente um dos aspectos de sua realidade, reforçando-o (figura 1), enquanto outros aspectos são pouco representados, ou abordados apenas em canais de comunicação específicos, reduzindo-o a "situação de exceção" (figura 2) no imaginário coletivo, mesmo que algumas vezes trate-se "da regra". As partes excluídas das representações urbanas de massa, em muitos casos, correspondem à cidade que a maioria da sua população vivencia.

Essas parcelas do território, constantemente excluídas em inúmeros outros aspectos da sociedade, são também excluídas do imaginário de suas próprias cidades, que buscam reforçar apenas a parcela do seu território que a maioria da sua população não identifica como sua realidade. A estereotipação e a estigmatização da cidade nos preocupam pois reduzem ou mesmo excluem importantes aspectos sociais, histórico e culturais daquele território. A partir do que afirma Maria Luisa Malard (2006, p. 20), "não podemos pensar figuras – ou imagens – que não conhecemos, que o mundo não oferece aos nossos olhos", precisamos ficar atentos e atentas às imagens que representam as cidades contemporâneas. Cada vez mais se torna um desafio proceder com as devidas interpretações de forma equilibrada e não excludente. Elas podem revelar os contrastes das nossas sociedades, ou escondê-los. Como nos alerta Leonardo Benevolo (2007), um dos maiores desafios de arquitetos e arquitetas, no limiar do século XXI:

> [...] é justamente defender a realidade, conservar a distinção entre a paisagem real em que se desenvolve a vida cotidiana e a paisagem virtual das aparências que os meios de comunicação de massa fabricam [...]. A ilusão faz parte do repertório arquitetônico desde sempre, mas em uma reconhecida relação de subordinação à realidade. Essa relação deve ser confirmada ou modificada depois de ter sido bem avaliada, não deixada na imprecisão. (BENEVOLO, 2007, p. 10).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1: Imagem estereotipada de Fortaleza (turística)
Fonte: MONTES, sd.

Figura 2: Imagem estigmatizada de Fortaleza (jornalística)
Fonte: TOSI, 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Não se pode esperar que individualmente uma única imagem seja capaz de expressar a tamanha complexidade que é o fenômeno urbano e suas articulações sociais. Salvo raras exceções de imagens fortes e impactantes (figura 3), a grande maioria não possui tal força comunicativa

Figura 3: Paraisópolis e Morumbi, São Paulo
Foto: Tuca Vieira *apud* GUIMARÃES, 2019

As representações, além de registrarem os pensamentos de quem a produz, nos são úteis como ferramenta de análise urbana. As imagens contemporâneas nos ajudam a compreender os interesses e os discursos dos grupos hegemônicos sobre a cidade e sua paisagem, ou "o que queremos que pensem de nós" (FERRARA, 1988, p. 7). Para isso, através da representação das paisagens urbanas (espaços naturais e construídos), precisamos relacionar os discursos e as relações de poder entre os agentes presentes no contexto urbano representado, buscando sua melhor interpretação. Dos estudos tradicionais sobre a morfologia da cidade, cujas análises se dão sobre a imagem da cidade como espaço físico e sua percepção visual e simbólica pelo usuário desse espaço, o que se propõe aqui é refletir sobre a compreensão das representações (imagens produzidas) das cidades contemporâneas, ou seja, a composição (espontânea, artística, publicitária ou informativa) de elementos visuais que constituem a representação da paisagem urbana. Focando no discurso transmitido, essa reflexão interpretativa deve se pautar não no espaço em si, mas na sua representação, elemento da linguagem e da comunicação não-verbal que constrói o imaginário sobre as cidades.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Um dos grandes desafios a se enfrentar nas técnicas de interpretação de imagens é a subjetividade das análises. Esse fato demanda constante revisão e renovação das metodologias de leitura não-verbal de forma a aproximar as diversas interpretações da "realidade". O desafio, no caso de imagens urbanas, está no fato de que a cidade e sua complexidade não se esgotam nas suas representações nem nos pontos de vista que a estigmatizam ou a interpretam como estereótipo. Contudo, nos tempos atuais, esse desafio torna-se cada maior, à medida que, como sociedade, passamos a cada nova geração a valorizar, ou mesmo supervalorizar, a imagem. O acesso e a sua produção têm se tornado cada vez mais abundante, em virtude do avanço das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação – como as mídias eletrônica e digitais.

A imagem passa a ser também objeto dos meios de comunicação de massa e consequentemente, de consumo (BENEVOLO, 2007). Ou seja, a imagem não mais está associada apenas à função de registro ou informação. A grande velocidade de produção e reprodução de imagens desencadeia a superficialidade de leitura e interpretação (FERRARA, 1988; BENEVOLO, 2007). Além da velocidade, também a condução ou mesmo manipulação das ideias e interpretações sobre as representações urbanas promovem a remodelação do imaginário coletivo. Quanto a isso, no campo da arquitetura e do urbanismo, Leonardo Benévolo (2007) alerta:

> Da divulgação das realizações contemporâneas cuidam principalmente as revistas, com comentários monográficos e ilustrações dotadas de um verdadeiro profissionalismo midiático, que estilizam e às vezes obscurecem os artefatos reais. (BENEVOLO,2007,p. 10)

Parece-nos então que, na contemporaneidade, a superabundâncias de imagens (BENEVOLO, 2007), os estigmas e os conflitos de interesses presentes nas cidades (MONTANER, 2002) podem nos ajudar a verificar a hipótese sobre a construção ou fortalecimento de estereótipos nas representações urbanas, em detrimento da realidade da paisagem e das identidades locais. Abordaremos um pouco mais sobre esse assunto a seguir.

A construção contemporânea do imaginário urbano e os impactos à paisagem cultural como patrimônio

Discutimos até aqui como os registros urbanos são documentos, e como tal servem de objeto de pesquisa. Mesmo diante da complexidade científica que esses registros encerram, e a diversidade formal com que a paisagem da cidade pós-moderna se apresenta, podemos, observar o que as imagens das cidades contemporâneas têm a nos dizer hoje e como elas podem nos ensinar a ler as representações futuras. Partimos da premissa de que, na contemporaneidade, um conjunto selecionado de representações exaustivamente expostas a um público desatento às estratégias de comunicação de massa pode construir, no imaginário coletivo, estereótipos que se sobrepõem à identidade historicamente consolidada e se afastam da realidade das cidades ali representadas, alterando-a ou mascarando-a para atender a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

interesses específicos. A paisagem fragmentada da cidade, segundo Harvey (2000), é fruto dessa sobreposição de "colagens" sobre o tecido urbano:

> O pós-modernismo cultiva [...] um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um 'palimpsesto' de formas passadas superpostas umas às outras e uma 'colagem' de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. (HARVEY, 2000, p. 69)

Essas exposições têm o poder de sobrepor-se também à própria democracia e ao direito à cidade. A partir de Lefebvre (2001), pensar o direito à cidade, para Carrión (2018) é pensar a permanência da população local para a preservação da paisagem histórica como patrimônio de cada território local.

> [...] a função residencial vai além de si mesma para integrar a sociedade e o espaço, porque se trata do lugar onde a população reside, se reproduz e habita, e porque é o uso do solo dominante em termos de extensão física e simbólica [...] [tradução nossa] (CARRIÓN, 2018, p. 53)

"Centro histórico" não é uma "parcela" da cidade, mas a própria cidade quando suas dimensões eram reduzidas, encerrando as dinâmicas e a heterogeneidade que compuseram a cidade tradicional. Porém, em processos *top-down* de intervenção urbana, como na Paris do Barão de Haussmann no século XIX, ou na Paris contemporânea (figura 4), marcada pela reconstrução da identidade da própria cidade, percebemos que se privilegiam interesses culturais globais homogeneizantes sobre os interesses e as identidades locais.

Articulado à questão patrimonial, a valorização da população local, das suas características próprias, incluso a sua paisagem, é um ato saudável para a própria cidade. Preservar o patrimônio apenas pela "monumentalidade" significa não preservar as dinâmicas que fizeram dessas cidades atrativas a essa própria arquitetura "monumento". Mas as intervenções na cidade contemporânea, em especial em áreas centrais, tem se mostrado exlusivistas, associadas a um único público-alvo, gerando riscos às áreas residenciais pré-existentes.

Contra tais intervenções, devemos considerar os conflitos entre os sujeitos político-econômicos que atuam sobre os centros históricos e reivindicar planos e projetos promovidos por um governo "autônomo, representativo e legítimo, assim como multi-nível e multi-escalar" (CARRIÓN, 2018, p. 63) em prol dos agentes locais, únicos destinatários da transmissão desse "patrimônio" (herança histórica).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 4: La Defênse, Paris (2004)
Fonte: Wikimedia Commons (2006) *apud* FISCHER, 2017

Cabe aqui destacar que tais representações homogeneizadas das cidades correspondem apenas a uma parcela do território urbano, e expressam o pensamento da ideologia hegemônica sobre as próprias cidades ali representadas. Como nos ensina Malard (2006), a imagem não é o pensamento, mas ela constrói o pensamento sobre cada coisa.

> [...] a imagem não é o pensamento (como não é um cachimbo, como não é uma cadeira, como não é um edifício...); é uma imagem: e a descrição do pensamento, sua representação visível, sua aparência para o mundo. (MALARD, 2006, p. 21)

Assim, no universo de representações urbanas, interpretar as imagens resultantes das intervenções arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas requer a compreensão de cada contexto, dos agentes ali atuantes e dos interesses e conflitos existentes.

> Uma obra é uma criatura viva e vívida; uma peça que cada geração verá e interpretará de maneiras distintas. [...] Toda construção surge em um contexto social, político e econômico, e [...] toda grande obra é resultado de decisões políticas e do conflito entre os interesses privados e públicos, dos diversos grupos e operadores urbanos. [...] cada obra de arquitetura possui uma missão ideológica [...] a mesma cidade é o banco de provas e comparações mais eficaz (MONTANER, 2002, p. 19-20)

A crítica e a interpretação arquitetônica e urbana não podem adotar posturas dogmáticas, ao contrário, devem ser dialéticas. Nesse contexto, a profissão da arquitetura e do urbanismo tem uma responsabilidade à parte. Além da contribuição teórica sobre o tema da paisagem cultural e a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

construção de capacidades sociais de leitura da cidade, temos um papel direto sobre a produção da própria paisagem urbana, já que a projetamos e a construímos em nome dos agentes sociais que atendemos. A arquitetura e o urbanismo são políticos por natureza; isso está na essência da *polis*. E como tal, podem ser utilizado como ferramentas para desequilibrar o jogo de forças e interesses presentes na sociedade. Agentes detentores de poder econômico e político têm como prática histórica o uso da arquitetura para fortalecimento de poderes, nas mais diversas épocas.

> [...] qual é o objeto do urbanismo como comumente se entende? É o mesmo objeto que há a política [...]. O objeto do urbanismo é o levantamento de uma situação histórica dada, com o fim de lhe operar a transformação atual e futura segundo princípios, crenças, convicções, ideias motrizes, diretrizes e programas, quaisquer que sejam. (ZEVI, 2018, p. 57) [5]

No passado a arquitetura sempre foi usada a favor dos poderes simbólicos e estabelecidos (*status quo)*. Mas mesmo com a sociedade moderna e a construção ideológica da liberdade e da democracia ocidental, os poderes hegemônicos têm usado a arquitetura e o projeto urbano como instrumento político e econômico (MONTANER; MUXI, 2014). Na contemporaneidade, essa prática tem se intensificado, com o fortalecimento do poder comunicativo que a imagem tem adquirido desde fins do século XIX, fortalecido pelas TIC's no século XXI.

> Não apenas a arquitetura dos edifícios, mas também o projeto urbano e o planejamento urbano têm sido usados como instrumentos de divulgação e promoção pessoais e político-eleitoreiras. (VARGAS, 2014, p. 05)

Na esfera privada e com a acentuação do caráter concorrencial das atividades econômicas, também as empresas e a prática profissional da arquitetura tem utilizado a paisagem como ferramenta de auto-promoção.

> A obra arquitetônica, no seu aspecto formal e construtivo, marca e identifica o negócio e o edifício, agindo como propaganda do próprio negócio e do arquiteto que o projetou. (VARGAS, 2014, p. 04)

Assim, com a mercantilização da sociedade, a profissão da arquitetura e do urbanismo tem perdido ou enfraquecido gradativamente seus valores fundamentais. O principal valor perdido é seu caráter orgânico, capaz de adaptar o projeto às condições específicas de cada contexto, integrando o espaço projetado ao contexto local, e consequentemente contribuindo com a democracia através do fortalecimento dos poderes locais (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989).
Também se perde, ou se reduz, o caráter racional, funcional e abstrato responsável, na primeira metade do século XX, por reaproximar a arquitetura dos princípios vitruvianos (*firmitas, utilitas* e *venustas*), passando, na contemporaneidade, a se afastar dos objetivos sociais modernistas adquirindo o caráter mercadológico atual.

> Há, nos dias de hoje, um sentimento profundo de que a arquitetura deixou de ser ou ter preocupações específicas para cada projeto. [...] a transformação dos edifícios em commodities

[5] *[...] qual è l'oggetto dell'urbanistica come comumente s'intende? È lo stesso oggetto che ha la politica – la quale é sata del resto anch'essa variamente teorizzata come scienza o come arte, e ancora come misto de tutti e due. L'oggetto dell'urbanistica é il rilevamento di una situazione storica data, al fine de operarne la trasformazione attuale e futura secondo principi, credenze, convizioni, idee motrici, direttive e programmi, quali che questi siano.* (ZEVI, 2018, p. 57)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] exige certa universalidade do produto imobiliário, cujas feições e qualidades devem ser inerentes a todo homem e a toda empresa, ao invés deste homem e desta empresa. (VARGAS, 2014, p. 05)

O terceiro princípio vitruviano, *venustas*, muitas vezes compreendido como o princípio da beleza da deusa romana Vênus, pode ser interpretado também como o caráter simbólico-visual do espaço. Esse princípio, associado não apenas ao seu valor artístico, mas também à estética de mercado, parece ser o valor em ascensão, mas que coloca a função social da arquitetura em desequilíbrio quanto aos seus princípios fundantes.

> [...] as imagens produzidas estariam carregadas de significados, passando a incorporar valores de signo. [...] a visibilidade inerente à própria arquitetura a tornam mais atraente como instrumento de demonstração de poder. (VARGAS, 2014, p. 04)

Ao deixarmos de lado os princípios e os valores éticos da nossa profissão, caminhando de maneira individualista, reduzimos a arquitetura a um objeto de consumo. Vitório Gregotti (*apud* VARGAS, 2014) alerta que somos nós, os próprios arquitetos a contribuir para a desvirtuação da profissão, dizendo: "Quem ameaça a arquitetura atualmente são os próprios arquitetos. Em geral, sua maior preocupação é com sua fama pessoal, com suas publicações, com a imagem." (GREGOTTI *apud* VARGAS, 2014, p.12)

Diante da contemporaneidade como a tratamos neste capítulo, principalmente quanto a alteração das paisagens urbanas e suas representações para manutenção das relações de poder, a desvirtuação da profissão da arquitetura e do urbanismo torna-se tema ético de grande relevância. Os processos de produção da cidade e de representação das suas paisagens têm o poder de construir estereótipos que colaboram com a manutenção das estruturas de poder. De modo análogo, também contribuem com a simplificação da percepção da complexidade e da diversidade sócioespacial, e assim estigmatizar, excluir e invisibilizar territórios inteiros. Os efeitos resultantes, associados a outros processos históricos, mantém, ou mesmo acentuam, as desigualdades sociais existentes. Sem uma compreensão crítica desses processos, a arquitetura contribui com a manutenção das desigualdades, valorizando e desvalorizando parcelas selecionadas do território com suas intervenções.

Até aqui discutimos o tema da paisagem cultural e suas representações a partir do olhar da construção dos estereótipos e estigmatização dos territórios. Tais representações são instrumentos de poder quando excluem, pois podem tornar invisíveis (MALARD, 2006, p. 20) e anular seu poder e participação política. Esse processo tem se acentuado na contemporaneidade, fortemente marcado por aspectos econômicos, ligados principalmente à mercantilização da arquitetura e do urbanismo, e a apropriação das representações urbanas como ferramenta de marketing urbano. Tudo isso dentro de um contexto de compreensão de desenvolvimento econômico pautado no princípio do crescimento ilimitado (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989).

No próximo capítulo discutiremos então as positividades trazidas pelo fortalecimento das identidades locais a partir da Escola Territorialista Italiana de Alberto Magnaghi. Nessa escola de pensamento discute-se caminhos alternativos apoiados no conceito de desenvolvimento como forma de enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente, cujos resultados tem resultado no aumento das desigualdades sociais e enfraquecimento das democracias. No tema da

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

paisagem cultural e suas representações, pensar o contexto local é um caminho possível, pois se contrapõe ao imaginário estereotipado da cidade contemporânea e fortalece o senso de apropriação e as identidades locais, fortalecendo a cidadania.

Apropriação e paisagem: uma discussão necessária para o desenvolvimento local

Alvim, Castro e Zioni (2010) nos conduzem a contribuir com o debate mundial em prol do direito à cidade e do combate às desigualdades como forma de construção social e democrática:

> O tema da resolução das desigualdades sociais no meio urbano tem se dirigido para o estabelecimento de uma troca de experiências e de um debate em nível mundial que conflui para as questões do direito à cidade e dos direitos da cidadania. (ALVIM, *Et al*, 2010, p. 38)

Partindo desse debate sobre desenvolvimento local no contexto urbano, Dowbor (2016) reflete sobre a mudança cultural a se promover a partir de experiências de iniciativa comunitária:

> Faz parte da nossa cultura achar que alguém "em cima" vai resolver os nossos problemas. No entanto, ao olharmos para países que se urbanizaram antes de nós, constatamos que as pessoas não esperam, arregaçam as mangas e enfrentam a resolução de problemas elementares que as cercam. (DOWBOR, 2016, p. 19)

O autor compreende que as instituições públicas se apropriam de processos locais, em uma estruturação que pode parecer lógica se pensarmos o Estado como provedor das necessidades sociais, mas ilógica quando grande parte dessas necessidades podem ser atendidas pela articulação social local, sem afastar o cidadão das decisões e da cidadania.

> [...] a maioria das ações que concernem as nossas necessidades do dia a dia [...] podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tende a burocratizar o processo e manter o divórcio relativamente ao que é realmente importante para a população local. (DOWBOR, 2016, p. 26)

O Brasil é avançado no que concerne à democracia participativa, presente na Constituição de 1988, mas atrasado quanto à aplicação social e institucional desse pensamento. Ao contrário, vemos a manutenção do *status quo* em muitos aspectos, em especial, na compreensão unívoca de que nossa democracia se resume à representatividade. Dowbor (2016) comenta sobre isso:

> Trata-se, sem dúvida, de um problema de maturidade política: somos um país de incipiente cultura participativa e a transformação do nível de consciência sempre leva tempo. (DOWBOR, 2016, p. 98)

A mudança cultural faz-se necessária, com olhar direcionado à escala local, do lugar, à escala do espaço onde ocorrem as relações humanas e onde os vínculos se constroem e se fortalecem.

> Estas relações criadas dia-a-dia dão sentido ao lugar, isso porque este só pode ser compreendido em suas referências, que não se limitam à forma ou à funcionalidade, mas são formados por uma união de ideias e materializados pelas práticas sociais ali presentes. (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 5)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante dessa constatação, Pereira e Almeida (2021), a partir do pensamento de Alberto Magnaghi (2011), compreendem que o processo de construção de estigmas e estereótipos nas cidades, atualmente caracterizados pela importação de imagens homogeneizadas globalmente, podem ser desconstruídos com o "fortalecimento das características heterogêneas dos lugares" (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 6). Sobre os territórios excluídos e estigmatizados:

> Consideramos as favelas como alguns destes lugares heterogêneos, de constituição simbólica na imagem da cidade, pois conseguem guardar na dimensão espacial a identidade dos grupos que as produzem espontaneamente por meio de suas próprias relações sociais. (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 5)

Esses saberes locais são altamente valorizados pela Escola Territorialista Italiana, pois são reconhecidos como os saberes capazes de enfrentar o "*déficit* de legitimação" (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989, p. 12) do modelo eurocêntrico ocidental que compõe o padrão cultural vigente na contemporaneidade, propondo:

> [...] uma discussão radical do caráter inevitável do processo de desenvolvimento tradicional,baseado no crescimento econômico, na importância do mercado, nas formas e relações de produção industrial-capitalista [...] processo de desenvolvimento que se deriva substancialmente do hábito de atribuir valor ao interior de uma estrutura portante unilateral, antropocêntrica, econocêntrica. (MAGNAGHI. GIUSTI, 1989, p. 13) [6]

Alberto Magnaghi e Mauro Giusti (1989) apontam que as críticas a esse modelo de desenvolvimento vêm de várias reflexões teóricas e práticas sociais que propõem "modalidades alternativas de desenvolvimento" (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989, p. 14). O autor defende um desenvolvimento local pautado: 1) na valorização das necessidades qualitativas, e não apenas as materialistas; 2) na relação humana diferente com a natureza, de respeito e não mais de domínio; 3) no território local como sujeito do desenvolvimento, acima 4) dos localismos econômicos e 5) das autonomias administrativas, mas valorizando 6) o localismo e o microglobalismo (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989). O autor propõe ainda a valorização 7) do Terceiro Setor e da viabilização da 8) sociedade pós-industrial com suas atividades locais, de ordem qualitativa e com resultados concretos; 9) incorporando a complexidade, oriunda dos aspectos qualitativos, como recurso para o desenvolvimento e construindo, por fim, um movimento para construção de 10) novas teorias de desenvolvimento (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989).

A partir da sua teoria sobre desenvolvimento local, Magnaghi (2017) desenvolve seu "esquema hidráulico" (figura 5). Esse esquema deve ser lido compreendendo-se os fluxos como fluidos que se interconectam organicamente, construindo um caminho teórico-conceitual viável para a "reterritorialização", ou desenvolvimento local autosustentável.

O modelo expresso nesse esquema se estrutura em duas grandes partes: estrutura e estratégica. A parte estrutural se compõe da junção das positividades trazidas pelas "energias inovativas e contraditórias" e dos "sedimentos territoriais". Na primeira observamos que a apropriação de tecnologiase os atores locais tem conexão direta e ativa na construção dos cenários estratégicos e

[6] *[...] una discusiòn radical del carácter inevitable del proceso de desarrollo tradicional, basado em el crecimiento económico, La importancia Del mercado, las formas y relaciones de producción industrial-capitalista [...] processo de desarrollo que se deriva sustancialmente Del hábito de atribuir valor al interior de uma estructura portante Del todo unilateral, antropocéntrica, econocéntrica.* (MAGNACHI, 1989, p. 13)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do status dos lugares. Os sedimentos territoriais, por sua vez, divididos entre os cognitivos e os materiais, contribuem com a consolidação do *milieu* (ambiência) e com as representações territoriais (paisagem), os dois elementos que compõem o patrimônio territorial, objeto da consolidação, pelos atores locais, do status dos lugares citado anteriormente.

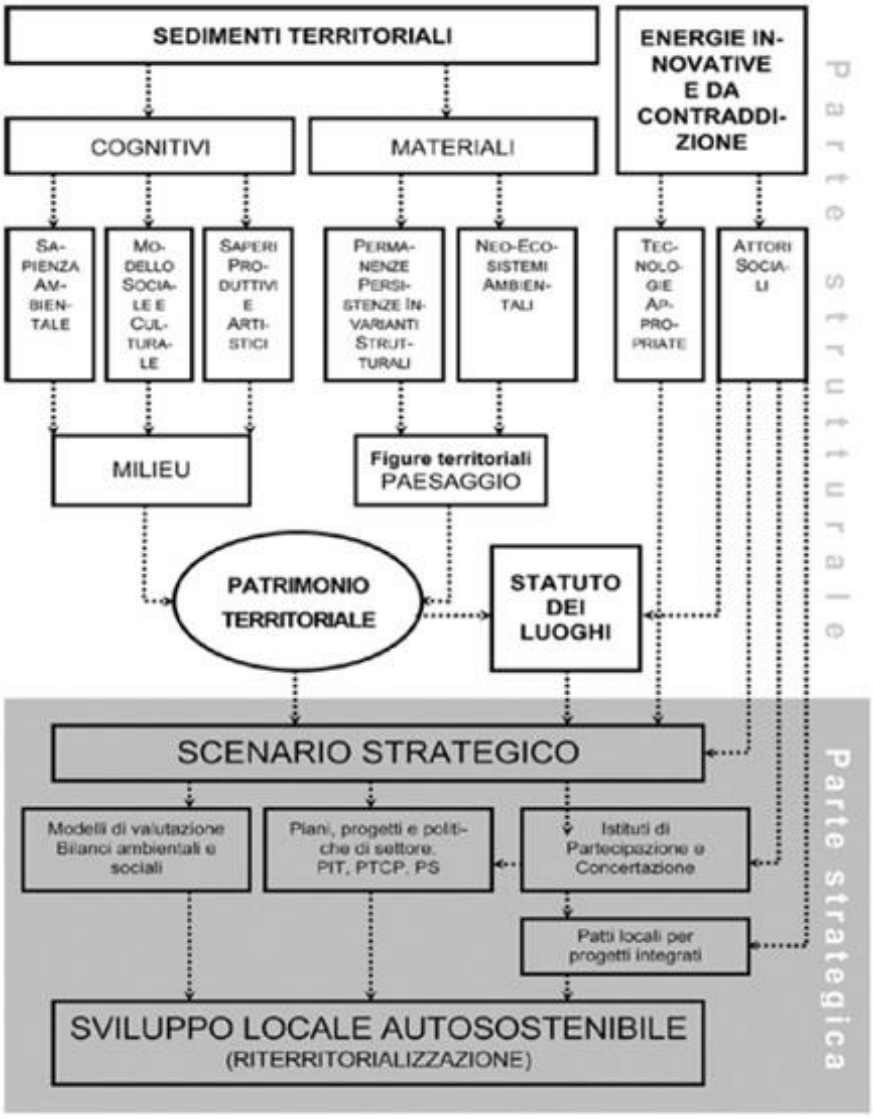


Figura 5: Esquema "hidráulico" de Magnaghi.
Fonte: MAGNAGHI, 2017, p. 38

A parte estratégica do modelo é composta pelos elementos propositivos de reconversão do desenvolvimento. Nele podemos constatar que o cenário estratégico, construído a partir do patrimônio territorial, do status dos lugares atribuídos pela população local e das tecnologias apropriadas, impulsiona as ferramentas de implementação do modelo pelos agentes locais. São elas: 1) modelos de avaliação / balanços ambientais e sociais; 2) planos, projetos e políticas

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

setoriais; e 3) institutos de participação e consulta que dão como resultado os pactos locais para os projetos integrados. O modelo busca, assim, alcançar o desenvolvimento local autosustentável, ou a "reterritorialização".

Considerações finais

Pudemos perceber pelas reflexões aqui desenvolvidas que as representações urbanas, sejam propositivas, sejam construtoras do imaginário, são cruciais para a apropriação da cidade. Na contemporaneidade, muitos projetos urbanos são usados para justificar e naturalizar intervenções na paisagem que não atentam aos interesses da coletividade, pois não consideram tais paisagens como parte do patrimônio cultural local. O presente trabalho convida também os profissionais da arquitetura e do urbanismo a refletirem sobre a construção do imaginário urbano cujas representações e interpretações dadas às paisagens podem ser usadas para valorizar estereótipos e construir estigmas sobre os territórios, ou, ao contrário, fortalecer o desenvolvimento local auto-sustentável e os territórios locais, plenos de vitalidade, identidade e apropriação.

Referências

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de; ZIONI, Silvana. 1 – Avaliação de políticas urbanas. *In*: ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. **Avaliação de políticas urbanas**: contexto e perspectivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra Editora, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. **A arquitetura no novo milênio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CARRIÓN, Fernando. Centros Históricos: ¿Es posible y necesario el espacio residencial en su seno? In: **CIVITIC,** Revista Interuniversitaria de Estudios Urbanos de Ecuador, Año 1, N. 2, PP 51-64. FLACSO Ecuador: fev.2018. ISSN: 2588-0985

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?:** e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local.** Imperatriz, MA: Ética, 2016.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Ver a cidade:** cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

FISCHER, Luca. **Do antiespaço moderno, pelo hiperespaço pós-moderno, ao encontro do espaço na contemporaneidade.** 17 ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, maio.2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ ST%206.7/ST%206.7-02.pdf>. Acesso em 07 maio.2019.

GUIMARÃES, Ligia. Para moradores de Paraisópolis, vida média é 10 anos mais curta que no vizinho Morumbi. **BBC**. São Paulo: BBC News Brasil, 05 dez.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/ portuguese/brasil-50666702>. Acesso em 14 jun.2021.

HARVEY, David. Cap 04 - A pós-modernidade na cidade: arquitetura e projeto urbano. *In:* HARVEY, David. **Condicao pos-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude.Tristi Tropici. Milano: Il Salvatore, 1960. *In:* ZEVI, Bruno. **Saper vedere La città** – Ferrara di Biagio Rossetti, 'la prima città moderna d'Europa'. Milano: Bompiani, 2018.

MAGNAGHI, Alberto; GIUSTI, Mauro. **Notas para uma teoria del desarrollo local.** Cuadernos de Agroindustria y Economia Rural, n.23, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1989. Disponivel em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/3312>Acesso em 04 mar.2021

MAGNAGHI, Alberto. **El Proyecto local:** hacia una consciencia del lugar. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya Iniciativa Digital Politècnica, 2011.

MAGNAGHI, Alberto. **La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione.** Scienze del Territorio. n.5. p.32-41. Florença: Firenze University Press, 2017. ISSN 2284.242X; DOI: 10.13128. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/ 228590357.pdf>. Acesso em 27 maio.2021.

MALARD, Maria Lucia. **As aparências em arquitetura.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MONTANER, Josep M. **Arquitectura y crítica.** Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e política:** ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTES, Ian Pellegrini. **Fortaleza.** Website Viagem & Turismo. Ed. Abril, sd. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/ fortaleza/>. Acesso em 08 jun.2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PEREIRA, Rafael Carvalho Fernandes; ALMEIDA, André Araújo. Paisagem cultural e reconhecimento social: o caso do Conjunto São Vicente de Paulo (Comunidade das Quadras) em Fortaleza, CE. *In*: DOARTE, Luciano Chinda. **Educações e cultura**: teorias, perspectivas, formas e análises. Curitiba: Instituto Memória, Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2019.

PEREIRA, Rafael Carvalho Fernandes; ALMEIDA, André Araújo. **A patrimonialização da imagem do 'outro' como ferramenta de voz**. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DA PAISAGEM. 1, Maceió. Artigo completo. Universidade Federal de Alagoas, 2021.

TIETZ, Jűrgen. **História da Arquitectura Contemporânea**. Berlim: h.f.ullmann, 2008.

TOSI, Marcela. **Fortaleza é a quinta cidade brasileira com maior percentual de casas em favelas.** OPOVO online. 19 maio.2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/05/ 19/fortaleza-e-a-quinta-cidade-brasileira-com-maior-percentual-de-casas-em-favelas.html>. Acesso em 08 jun.2021.

VARGAS, Heliana Comin. O arquiteto e seus clientes. *In*: VARGAS, Heliana Comin; ARAÚJO, Cristina Pereira de (org.). **Arquitetura e Mercado Imobiliário**. Barueri – SP: Manole, 2014.

ZEVI, Bruno. **Saper vedere La città** – Ferrara di Biagio Rossetti, 'la prima città moderna d'Europa'. Milano: Bompiani, 2018.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANA PAULA MAIA ENQUANTO DOCUMENTO: IMAGINÁRIO SOCIAL NAS PAISAGENS DOS HOMENS BRUTOS

Andre Luiz Godinho Aguiar[1]

Introdução

Como o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa e pelo lugar que ocupa na sociedade? É em torno desta pergunta que a escritora brasileira Ana Paula Maia desenvolve um projeto estético que batizou de "saga dos homens brutos". Em suas próprias palavras, são histórias sobre "a amarga vida de homens que abatem porcos, recolhem o lixo, desentopem esgoto e quebram asfalto", personagens que ela chama de homens-bestas: "que trabalham duro, sobrevivem com muito pouco, esperam o mínimo da vida e, em silêncio, carregam seus fardos e o dos outros" (MAIA, 2009, p. 7).

Esta opção artística se iniciou com a publicação do volume *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (Record, 2009) composto pela novela homônima e pela novela *O trabalho sujo dos outros*. Na sequência, a escritora publicou *Carvão Animal* (Record, 2011), *De gados e homens* (Record, 2013), *Assim na terra como embaixo da terra* (Record, 2017) e *Enterre seus mortos* (Companhia das Letras, 2018) - os dois últimos laureados como "Romance do ano" no Prêmio São Paulo de Literatura em seus respectivos lançamentos. Recentemente, anunciou ainda o lançamento de *De cada quinhentos uma alma* (Companhia das Letras, 2021).

Todos os livros foram escritos com o mesmo tom, que a autora nomeia naturalista, por tentar entender como o meio intervém na construção de identidades e como essas identidades modificam o ambiente onde estão. Seus personagens principais são sempre homens insensibilizados por uma vida dura, de jornadas de trabalho exasperantes, moradias indignas e poucas possibilidades de mudança social. As poucas mulheres apresentadas têm papéis coadjuvantes, como cozinheiras, amantes ou prostitutas e, na maioria das vezes, têm finais trágicos e violentos. A partir disso, os livros da autora abordam a violência, o embrutecimento e a indiferença do espaço urbano marginal.

Desdobrando dinamicamente as narrativas da autora, esta comunicação visa apresentar os processos que os romances e novelas de Ana Paula Maia suscitam por meio da articulação de um repertório interdisciplinar que fala tanto sobre sua escolha estética quanto sobre o Brasil contemporâneo. Mais do que interpretar os textos para entender significados escondidos, objetiva-se apreender possíveis experiências sensíveis, coletivas, estéticas e políticas, ou seja, pensar como estas histórias e personagens que não existem também estão dentro da existência e

[1] Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Viçosa, onde pesquisa Literatura Brasileira Contemporânea. Esta comunicação faz parte do seu tema de pesquisa intitulado "Paisagens, homens e animais em Ana Paula Maia", orientado pelo professor Angelo Adriano Faria de Assis (UFV). andre.godinho@ufv.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

constituem o real, seguindo uma carreira precedida pelos autores naturalistas do século XIX e atuando como uma proposta de documento de Brasil.

Naturalismo enquanto documento

A tradição literária Naturalista é derivada, segundo Bosi (2017), do movimento Realista — ambos como formas de superar a tradição do Romantismo, em voga até então, cuja expressão estava saturada de projeções e identificações que resultavam numa mitificação dos temas abordados (natureza como refúgio, o amor como fatalidade, a mulher como musa, o herói como prometeu, a nação como tradição). O desafio desses autores era derrocar ideais arcaicos apoiados em dogmas religiosos e renovar as instituições nacionais aos moldes das européias, por meio de uma forte crítica social conservadora, facilmente observável na elite do oitocentos. A posição romântica de não temer as demasias do sentimento nem os riscos da ênfase patriótica passou a ser questionada em um processo de crítica na literatura, levando os autores que surgiam nas últimas décadas do século XIX a acercarem-se impessoalmente dos objetos e pessoas.

Tal sede de objetividade desdobrou-se na cultura da época, influenciada pelas técnicas científicas cada vez mais exatas daquele tempo, com a busca de um entendimento da existência tal qual ela se dava aos sentidos, fundamentando o estilo com o método experimental já aplicado à Química, à Física, à Fisiologia e à Medicina. Este método denota uma concepção de ciência que busca a aproximação fiel dos fenômenos que analisa, sendo o objeto de análise já dado *a priori*. Ao cientista, caberia a posição de observar os fenômenos passivamente, demarcando a separação entre objeto observado e sujeito observador, e, em seguida, formular leis que podem ser postas à prova. Para o escritor naturalista, o processo seria semelhante: a observação é sempre o ponto de partida para se construir a paisagem pela qual as personagens caminharão; depois, as personagens evoluem em suas histórias, mostrando a sucessão dos fatos tal qual exige o determinismo dos fenômenos estudados. O resultado é uma interpretação do real que não é absoluta, mas também não é individual, pois tem origens compartilhadas socialmente (SILVA, 2018).

Para isso, optava-se por um supremo cuidado estilístico e pela vontade de criar um objeto imperecível, imune às pressões e aos atritos do tempo, sem contaminações subjetivas. As narrativas traziam a caracterização de cenários e pessoas com o objetivo de retratar de forma documental sua época, assemelhando a literatura à fotografia e sua ideia de "revelação literal", que estava no imaginário da população e nos padrões estéticos do século. Autores naturalistas, como Adolfo Caminho, Aluisio Azevedo e Inglês de Souza tomaram para si a tarefa de descobrir a verdade por trás de suas personagens, no sentido positivista de dissecar seus comportamentos, desnudando as mazelas da vida pública e contrastando com os costumes da vida íntima, reduzindo as liberdades de um dado indivíduo e se justificando com causas naturais (como raça, clima e temperamento) ou culturais (como meio e educação), escondendo suas personalidades da narração por meio da ausência de lirismo e reflexões (CANDIDO, 1991).

Estes buscavam uma configuração de romances que não criava enredos e criaturas inverossímeis, mas típicas: deslocava-se o eixo da literatura para o homem comum, desfigurado pelas heranças biológicas, pela vida familiar, pela própria profissão, inteligível enquanto tipo, contudo, entendido

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como homem singular. A prosa de ficção ganhava, assim, em sobriedade e em rigor analítico, deixando de ser regida pelos caprichos de autores e verdadeiras caixas de surpresa. Ganhava-se um estilo meio jornalístico, meio sofisticado, e o cuidado com necessidades objetivas do ambiente e com a estrutura moral das personagens, captando justamente a mediocridade da rotina, os sestros, os desvios, as taras (WAIZBORT, 2008).

A diferenciação entre Realismo e Naturalismo se localiza justamente na exponenciação que o segundo dá para o determinismo, pelo qual personagens e enredos eram submetidos ao destino cego do que eram chamadas as "leis naturais", supostamente codificadas pela ciência da época. Enquanto um autor realista, como Machado de Assis, utilizava os temas brasileiros enfocando os conflitos com os ideais metropolitanos do Império Português, o autor naturalista aborda essa dualidade (a relação do português com o brasileiro, do branco com o negro, do homem do império com o da colônia, do estrangeiro com o autóctone) aproximando-a dos conceitos de miscigenação, degeneração e desintegração social. As personagens de Aluisio Azevedo em "O cortiço", por exemplo, são soberanamente dominadas pelo sangue, como que desprovidas de livre-arbítrio, arrastadas por uma vida de fatalidades. Seus lugares sociais, vícios e virtudes determinavam para onde seguiam seus enredos. A formulação e resolução de problemas era ampla, todavia, o resultado era sempre o mesmo. O pretensioso conceito de neutralidade não consegue ocultar o fato dos autores sempre escreverem desfechos trágicos para suas personagens. Os naturalistas julgavam não intervir com a força dos próprios afetos nestas formulações da realidade, mas projetavam-se na elaboração da obra justamente por meio dessa impessoalidade, dos sentimentos amargos e deste fatalismo. Ou seja, os finais infelizes eram uma forma de representar a impotência que era relegada ao povo naquele contexto (SODRÉ, 1965).

Esta estética dominante da escola naturalista, não raras vezes, acarreta em uma deformação da imagem do "outro" a partir do medo, do preconceito e do sentimento de superioridade da classe dominante. Um efeito de naturalização que inscreve as realidades sociais no mundo natural, ou seja, justifica as diferenças produzidas pela lógica histórica como surgidas da natureza das coisas. Esta feição, conferida pela tradição, pode ser reforçada mesmo em obras que tentam ser críticas, "fazendo de gente que vive à nossa volta, seres tão distantes e estranhos quanto os mongóis no tempo de Marco Polo", pois a literatura, assim como todos os lugares em uma sociedade hierarquizada, também exprime as distâncias sociais de onde se correspondem, sob uma forma mais ou menos mascarada (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 27).

Este discurso, reproduzido assim, estereotipifica, rejeita a alteridade, nega o intercâmbio da diferença, impede o diálogo entre dois grupos; se encontra de tal forma permeado por uma duplicidade discriminatória psíquico-discursiva que acarreta uma estratégia de individualização e marginalização vinculada a imagens como o malandro, o favelado, o sambista, o periférico… Estes se tornam personagens rasos quando fixados como uma ideologia estética dominante (BARBERENA, 2016).

Flora Süssekind (1984, p. 117) compara este efeito naturalista no Brasil com a máquina de Morel da obra de Adolfo Bioy Casares. Da mesma forma que a invenção do personagem do romance cria repetições eternas e apaga um pouco mais a cada cena o limite entre a imaginação e a realidade, é possível perceber ainda hoje certa obsessão naturalista pelo retrato fiel: "Ao invés de negar a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

realidade histórica representada ficcionalmente, o naturalismo acaba por fixar o mundo enquanto imagem. Não funciona como um convite iconoclasta à mudança histórica". O resultado dessa construção é que os referentes perduram, os estereótipos resistem — o que morre não é a imagem, mas a ficção, e isto ainda na contemporaneidade.

Ana Paula Maia enquanto documento

Da mesma forma que a palavra grega para verdade, *aletheia*, significa "não esquecimento", a literatura ajuda a memorizar, fixar verdades, salvá-las e transmiti-las de um grupo a outro, de uma pessoa a outra. Toda narrativa é uma cápsula do tempo e da cultura e, justamente pelo modo como foi ou tem sido lido pelas abordagens críticas do país, para Wolff (2013, p. 234), o naturalismo tornou-se a partir da década de 1970 uma espécie de "segunda natureza da cultura brasileira, de sua identidade e de sua constituição como nação", o problema fundamental da literatura brasileira, visto que foi a produção principalmente deste período que constituiu a manutenção da identidade do Brasil. Esta fronteira borrada entre o real e o imaginário é precisamente o que deve ser percebido enquanto leitura crítica e cívica, pois é o espaço que o Estado costuma utilizar para fazer dos modos de produção artística e cultural uma manutenção das ideias de identidade, simetria, semelhança.

Não é em vão que Flora Süssekind (1984) aponta o naturalismo como uma fantasmagoria em nossa história, um espectro estético recorrente. A partir de 2000, a teórica notará uma nova multiplicação de testemunhos diretos e histórias de vida em forma de escrita para-jornalística quase documental, o que seria um novo "surto" do naturalismo enquanto documentalismo, a partir de nomes como Ferréz, Dráuzio Varella e Paulo Lins. Outros autores recentes de impulso neonaturalista articulam esse estatuto de realidade por meio de outros referenciais que não se encontram claramente num real sociológico, apesar da constatação estupefata da influência deles nos indivíduos que apresentam. Concebem uma forma contemporânea de "determinismos sem determinantes", pois acusam a influência do meio no caráter das personagens, mas não permitem que o leitor saiba com exatidão a que ambiente, época ou mesmo grupo étnico as personagens fazem parte — em alguns casos, todas essas informações são ocultas; em outros, apenas algumas destas. Para citar dois exemplos, pode-se falar em Bernardo Carvalho e Fernando Bonassi (CARVALHO, 2018). É neste segundo grupo que se inclui a obra de Ana Paula Maia.

Recebe destaque, primeiramente, como os ambientes criados pela autora são marcados pelo trabalho precarizado, decorrente das divisões de classes sociais e do capitalismo avançado. Ao visibilizar abatedores de gado, serviçais, garis, quebradores de asfalto, curtidores, mineradores, ela aponta para as relações íntimas que essas pessoas têm com seus empregos, moldando seu jeito de se comunicar, interagir com o outro e pensar na vida coletiva. São homens cansados, de corpos docilizados, comumente mutilados, modelados de maneira tal que se tornam embrutecidos — como afirma o título da saga. A autora bate com frequência na invisibilidade dessas profissões que fazem o trabalho sujo, acreditando prestar um papel social necessário quando escreve história que partem desses lugares, desses pontos de vista dos quais é quase impossível sentir esperança em relação ao futuro, sendo todas as suas ações presentificadas pelos narradores.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O extrativismo, marcado tanto pela pedreira de calcário em "Enterre seus mortos" quanto pelo campo de carvão mineral em "Carvão animal", e a indústria de grandes proporções, que aparece com destaque em "De gados e homens", significam o sustento dos personagens, mas também aparecem relacionados ao desenvolvimento da miséria da região. São trabalhos que não dignificam, expõem éticas questionáveis da sociedade e destroem a natureza ao redor. Da mesma forma que mutilam os homens, essas empresas ocupam um lugar de devastação no meio ambiente. São rios contaminados de sangue, rios contaminados por minério, cidades danificadas, energia e recursos distribuídos de forma desigual, vegetações que mudaram suas cores, animais mortos por envenenamento, aves que voam por onde não deveriam.

As regiões mais distantes do centro — aquelas que Ana Paula Maia costuma retratar — são as mais afetadas pela falta de saneamento básico, que provoca acidentes com fossas abertas e um mau cheiro comum pelas ruas, e esta ausência de Estado diante dos problemas das regiões marginalizadas é sentida ao longo de todas as histórias. Também são diversas as descrições de poeira e asfalto precário, pessoas que vivem com o mínimo em moradias sempre em reforma. Faltam policiais, sempre sem responsabilidade, e também viaturas em funcionamento, pois estão sempre sem gasolina ou presas em oficina. Os acidentes, doenças e mutilações que acontecem nas histórias também não levam a citações de hospitais, pronto-socorros, atendimentos médicos, estando todas as pessoas sem resguardo de qualquer aparato de saúde pública. Fica evidente que Ana Paula Maia não se coloca a obrigação de cumprir "agendas" políticas, pois seu tom não é denúncia ou alarme, mas seus cenários não deixam de pontuar demandas sociais, mostrando espaços que a sociedade quer ignorar, empurrando para "debaixo do tapete".

Se vivem em um lugar que o Estado não chega, é preciso que suas personagens fabriquem e coloquem em prática suas próprias leis. As cenas de violência — sequestros, assassinatos contratados, mortes por vingança, roubos de órgãos, feminicídios — são comuns em todos os livros e apresentam a marreta, a faca, a arma de fogo como mediadores dos conflitos, mais do que a palavra. Não há acordo, apenas sangue, tanto humano quanto não humano.

Todas essas características apontam para um novo realismo e uma permanência do naturalismo? É possível dizer que sim. É o mesmo tom naturalista que opera com a expectativa de um "efeito de verdade", construído retórica e linguisticamente. A narrativa linear, o narrador com aparência de objetividade, a continuidade sem furos e o vocabulário atribuído aos personagens são aquilo que auxiliam o romance a alcançar esse estatuto de confiabilidade, sendo o trabalho do escritor justamente o de constituir essa forma, seus detalhes, suas relações internas (GINZBURG, 2017). Apesar disso, faltam referenciais concretos que deem a impressão de laboratório que o movimento literário pretendia no século XIX. Temos aqui um naturalismo sem ambiente, cujas descrições sugerem muito, mas evitam determinações e vinculações com o real. Em pouquíssimos momentos, por exemplo, conhecemos a cor da pele dos personagens, não sabendo se dizem respeito a populações brancas ou pretas, o que levaria a outras questões e formas de análise. Todos os trabalhadores aparecem de forma uniformizada, têm as mesmas questões, não são determinados por nada além do cargo que ocupam - a falta de descrições mais específicas às personagens também afasta o texto do conceito de naturalismo que a autora diz escrever. Se não se diferem por quaisquer características físicas, também não são representados por uma linguagem

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que os determine ou os identifique. Todos falam um português contido, sem afetações ou gírias, independente de seus lugares sociais.

Se, para Süssekind (2005), a neutralização do processo narrativo não acontece apenas em prol de um inventário imagético ou de uma imposição documental, mas também quando se reproduzem tipologias e conceituações correntes com relação às populações periféricas, Ana Paula Maia, enquanto autora, acaba por produzir um documento que congela as perspectivas de leitura, com a criação de uma observação restritiva, estática da experiência brasileira em situações marginais.

É um naturalismo antirrealista. Ana Paula Maia ignora a ênfase no ambiente real, não dá nenhum dado histórico ou geográfico que permita relacionar seus cenários e personagens à realidade em si, apesar de suas obras ainda assim serem lidas como um retrato particular do Brasil. Um Brasil sem marcação no tempo, mas presentificado – um horizonte aberto para a aceleração e o desenvolvimento de alguns poucos, mas fechado quando percebemos a sobrevivência diária e a estagnação de outros. Um Brasil cujo futuro deixa de ser percebido enquanto promessa, passando a ser encergado como uma ameaça, sob a forma de um "tempo de catástrofes" (HARTOG, 2019, p. 15).

O que importa, por fim, acaba sendo seu modo naturalista – o tom, como ela diz – de se portar diante das realidades das quais desviamos os olhos, dos homens embrutecidos, do trabalho sujo, da violência relativizada, das imagens que remetem a sistemas de representação que questionam a hierarquia entre natureza e cultura.

Considerações finais

Heloisa Buarque de Hollanda (1991), ao observar a prática artística contemporânea (ou pós-moderna), aponta que o Brasil, assim como a América Latina de maneira geral, caminha para "importações indevidas", que geram um sentimento de inadequação política e moralmente problemática. Isto é sinalizado pela estabilidade do poderio estadunidense e pelas novas formas hegemônicas de cultura, como os filmes *blockbusters* e as celebridades hollywoodianas, que ocasionam o processo de perda de credibilidade das metanarrativas fundadoras e/ou populares, considerando que acessam facilmente espaços em qualquer continente, e ainda a desintegração das categorias de originalidade e autoria, já que se apoiam quase sempre em repetições e fórmulas. É esta a nova política da produção artística: uma constante negociação com os termos das múltiplas modernidades possíveis.

Quando Ana Paula Maia presentifica o tema e a escrita naturalistas, ela se abre para essa investigação não da realidade como ela é, mas para um documento possível sobre nosso imaginário social. Ana Paula Maia examina não a realidade, mas sim as existências, ou seja, investiga não o que aconteceu, mas as possibilidades que poderiam vir a acontecer. A matéria da sua literatura é tudo aquilo que a realidade poderia tornar-se, tudo aquilo de que a sociedade é capaz de produzir. Todas as rasuras e hibridismos que se impõem reforçam uma ideia de que o mundo verificável objetivamente é insuficiente e a romancista demanda tratar o território à sua maneira. O chamado "pacto ficcional" designaria, então, essa espécie de pacto pelo qual autora e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

leitor desrealizam esse mundo, tirando sua consistência para, em seguida, realizar e dar consistência a um mundo acessível pelo texto (NODARI, 2015).

Isto é, como estamos mais próximos do que nunca estivemos da captura da "realidade", muitas vertentes da narrativa buscam se confundir com uma certa verdade indiscutível, apontando para o imaginário fotográfico e cinematográfico. O ideal mimético, representativo ganha destaque para que as fronteiras entre o real e o imaginário nos fazeres das artes são borradas. Neste sentido, qualquer documento é simultaneamente verdadeiro e falso, sobretudo os falsos — é tudo montagem, seleção, edição, recorte, narrativa, ponto de vista (LE GOFF, 1997).

Este retorno de Ana Paula Maia ao tom naturalista supostamente confere às produções um ar de documento, mesmo que ficcional. Sua imagem poética é absorvida e fixada enquanto certeza, comprovação, depositário de verdade e autenticidade — tudo que imagem, texto, documento definitivamente não são. A realidade é, nesses casos, uma modalidade estética adotada pela autora, uma escolha interessada em que o leitor assuma a expectativa de que a "saga dos homens brutos" é o reflexo de uma realidade escondida e é esse o paradoxo: o fato de que, quando recorre ao falso, ao exagerado, ao imaginário, Ana Paula Maia o faça para aumentar sua credibilidade.

Referências bibliográficas

BARBERENA, R. A. A hipercontemporaneidade ensanguentada em Ana Paula Maia. IN: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: v. 51, n. 4, p. 458-465, outubro-dezembro, 2016.

BOSI. A. P. Dos Açougues aos Frigoríficos: Uma História Social do Trabalho na Produção de Carne, 1750 a 1950. IN: **Revista de História Regional**. Porto Alegre: v. 19, n. 1, p. 83-103, agosto, 2014.

CANDIDO, A. De cortiço a cortiço. IN: **Novos Estudos**. São Paulo: n. 30, p. 111-129, julho, 1991.

CARVALHO, L. B. M. **Zonas desconhecidas da realidade**: Permanências do naturalismo na literatura brasileira contemporânea. Tese (Ciência da Literatura/Literatura Comparada). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea, um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora Horizonte e Editora da Uerj, 2012.

GINZBURG, J. **Literatura, violência e melancolia**. Coleção Ensaios e Letras. Campinas: Editora Autores Associados, 2017.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa Souza de Menezes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HOLLANDA, H. B. Políticas da teoria. IN: **Pós-modernismo e política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991.

MAIA, A. P. **Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos**. São Paulo: Record, 2009.

_____. **Carvão animal**. São Paulo: Record, 2011.

_____. **De gados e homens**. São Paulo: Record, 2013.

_____. **Assim na terra como embaixo da terra**. São Paulo: Record, 2017.

_____. **Enterre seus mortos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 1 Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1997.

NODARI, A. A Literatura Como Antropologia Especulativa. IN: **Revista da Anpoll**. Florianópolis: nº 38, p. 75-85, janeiro-junho, 2015.

SILVA, P. R. M. Naturalismo Brasileiro: as tensões e contradições em relação ao projeto da objetividade. IN: **Travessias Interativas**. São Cristóvão: v. 15, n. 1, p. 276-293, janeiro-junho, 2018.

SODRÉ, N. W. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SÜSSEKIND, F. Desterritorialização e forma literária. Literatura brasileira contemporânea e experiência urbana. São Paulo: **Literatura E Sociedade**, v. 10 n. 8, p. 60-81, 2005.

_____. **Tal Brasil, Qual romance?** Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1984.

WAIZBORT, R. F. A fêmea seletiva: Uma interpretação darwinista de O cortiço (1890), de Aluísio Azevedo. **Ometeca: science & humanities**, p. 1-11, 2008.

WOLFF, J. Tal Brasil, qual romance? Literatura não é documento. Sobre Ana Cristina César e Flora Süssekind. IN: **Revista Crítica Cultural**. Palhoça: v. 8, n. 2, p. 417-424, julho-dezembro, 2013.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A MÚSICA NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: MEMÓRIA E MODERNIDADE

Anna Cristina Cardozo da Fonseca[1]

Introdução

Às vésperas de completar o segundo centenário de sua autonomia política, debruçou-se esse trabalho sobre as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, em busca da identidade de um objeto em especial em um ambiente específico: a música na Exposição Internacional do Centenário da Independência.

Realizada de setembro de 1922 a julho de 1923 na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, a Exposição Internacional do Centenário da Independência, com a qual o país decidiu comemorar aquela data, refletiu uma aparente oposição entre a tradição, o passado e a memória, e a civilização, o futuro e a modernidade.

Evento inicialmente planejado para durar pouco mais de três meses, acabou cerrando as portas quase um ano depois, tendo tido seu término adiado por mais de uma vez. Ao longo desse tempo, mereceu aquela feira de mercadorias a visita de mais de três milhões de pessoas, que a ela compareceram para conhecer e atestar a qualidade dos produtos de mais de dez mil expositores, entre representantes nacionais e estrangeiros, que, ladeados, apresentavam-lhes as virtudes.

Educação e ensino; agricultura e pecuária; mecânica, eletricidade e engenharia; indústria e higiene; comércio e economia; artes e esportes. Todas as áreas da produção e da atividade humanas deveriam participar do balanço das realizações nacionais durante aquele século de independência, um verdadeiro levantamento do progresso da nação.

A opção pela promoção de uma exposição, evento de caráter eminentemente mercantil, que celebrava as maravilhas da ciência e do progresso efetivadas pelas ideias iluministas e concretizadas na Revolução Industrial, e que ocupou lugar de destaque no universo da modernidade, parecia perfeita para a comemoração de uma data nacional que, sob o ponto de vista da história do país, mostrava-se repleta de dicotomias, e, ao mesmo tempo, atendia à necessidade e ao desejo daqueles que haviam impulsionado o país para o regime republicano como caminho para a civilização, o progresso e a modernidade.

O Centenário da Independência e, em especial, a dita Exposição Internacional, cujas dimensão, grandiosidade e riqueza de significados têm proporcionado leituras diversas sobre si e sobre

[1] Doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Música pela mesma instituição e Especialização em performance ao piano pelo Conservatório Estatal de Odessa (Ucrânia/ 1990). Professora titular da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II, instituição federal de ensino com sede na cidade do Rio de Janeiro, no qual leciona desde 1992, nele tendo exercido diversas funções docentes e administrativas. Correio eletrônico para contato: annacrisfonseca2019@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

assuntos que os tangenciam, vêm sendo tema de um bom número de trabalhos e estudos acadêmicos.

Diversos são os aspectos abordados por essas investigações sobre a Exposição do Centenário, que vão desde a arquitetura dos pavilhões à cinematografia; de transmissões radiofônicas como expressão das novidades tecnológicas a concursos, congressos e mostras científicas; de exposições de arte a reformas urbanas, sempre com o fito de apontar a importância desse evento comemorativo na construção da nação brasileira, sob o signo da modernidade, do progresso e da civilização.

Ainda que se apresente incompleta pela própria limitação e recorte dessas produções e pela abrangência do material explorado, a pesquisa documental empreendida pelos investigadores cujos trabalhos foram consultados revelou importantes dados e informações e concluiu pela relevância da Exposição Internacional no cenário do país naquela ocasião, embotada, entretanto, por certa depreciação que lhe foi conferida por parte da historiografia e da intelectualidade e obstaculizada pela agenda modernista e de bandeira vanguardista dos anos que se seguiram.

No universo da produção acadêmica sobre a Exposição Internacional do Centenário, a cujo levantamento se procedeu, foi identificada, entretanto, uma significativa ausência de estudos sistematizados sobre a participação e o papel da música em um evento de tamanha magnitude, ainda que neles tenha sido registrada a realização de número expressivo de eventos musicais. É, de fato, curioso que esse tema não tenha sido ainda tratado com a atenção que lhe fora dada em outros eventos de mesma natureza, nacionais e internacionais, sobre os quais há importantes trabalhos.

Dada essa lacuna, a presente pesquisa pretendeu, então, identificar e caracterizar o lugar da música na Exposição Internacional de 1922, no contexto do Brasil republicano do início do século XX, considerando os conceitos de modernidade e de progresso, vinculados à construção da identidade nacional a partir da memória coletiva.

Para tanto, foi necessário cumprir dois outros propósitos. O primeiro deles propunha-se examinar os programas de espetáculos musicais realizados na esfera da Exposição Internacional, aqui considerados os palácios, pavilhões e seções que a integravam, a partir do qual se buscaria, então, neles identificar a existência de traços de modernidade e de memória, como segundo dos objetivos pretendidos.

Lançou-se mão, inicialmente, de pesquisa bibliográfica para identificar questões históricas e de fundo, vinculadas à modernidade e à memória, dada a característica celebrativa e comemorativa que o evento encerrava em si.

Em seguida, concentrou-se a pesquisa nas centenas de documentos produzidos pela Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, órgão oficial responsável pela elaboração da programação para aqueles festejos e que trabalhou entre 1921 e 1925. Essa documentação encontra-se parcialmente organizada e recolhida no Arquivo Nacional, responsável pela gestão do patrimônio documental do país.

Dada a limitação desse material documental inicial, partiu-se para outras bases de consulta que fizessem confirmar a realização do que havia sido planejado. Atuou-se, então, em duas outras frentes. A primeira delas deteve-se no balanço dos festejos que o governo fez publicar,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

concentrando-se em duas importantes obras: o *Livro de Ouro comemorativo do Centenario da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro – 1822 a 1922-23*, que guarda textos acadêmicos, e o *Relatório dos Trabalhos da Exposição Internacional do Centenario*, de caráter mais técnico, com o histórico da elaboração dos festejos.

Nada seria tão rico quanto o material produzido pelos periódicos locais, a segunda das frentes acima citadas, e que, além de informações oficiais sobre a Exposição Internacional, divulgavam e disseminavam pensamentos e realizações dos organizadores das comemorações, editando-se também impressões e detalhes do cotidiano da sociedade.

Foram inicialmente acessados os periódicos identificados como representantes oficiais das comissões responsáveis pela organização dos eventos comemorativos, quais sejam a revista *Illustração Brasileira*, que atuou como órgão oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência durante dezoito edições, e a *Exposição de 1922*, periódico especificamente criado pela Comissão Organizadora do Centenário da Independência.

Essas edições, no entanto, possuíam apenas parte do material que se objetivava apreciar, motivo pelo qual outros periódicos passaram a ser consultados. Dessa feita, o foco da pesquisa esteve em publicações de frequência diária e de grande alcance, que, via de regra, mantinham colunas específicas sobre as comemorações do Centenário ou sobre assuntos que tangenciavam as atividades da Exposição Internacional. Serviram a esse propósito primordialmente o *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, periódico considerado como o jornal modernamente mais bem feito e intelectualmente mais bem cuidado da imprensa nacional.

Tabulados os dados obtidos, organizaram-se os registros considerando o local e o perfil das apresentações; e o grupamento musical responsável pela execução.

A tese foi originalmente organizada em quatro capítulos, o primeiro dos quais trata dos conceitos de modernidade e de memória, que permeiam toda a proposta da pesquisa. Assumiu-se o estabelecimento da modernidade a partir da ruptura com antigas práticas políticas e econômicas, localizadas na sociedade feudal, e a admissão daquelas que, atuais e em oposição às que lhe antecederam, pudessem promover uma nova ordem social. As ideias iluministas que impulsionaram o conhecimento humano, com base no método investigativo, e que pretendiam o domínio da razão sobre a natureza, foram responsáveis pelas intensas e rápidas transformações na dinâmica produtiva das sociedades a partir do século XVI.

A memória aparece na pesquisa sob o perfil da construção da identidade de que se revestiram as festas do Centenário da Independência Nacional e que parece estar, dicotomicamente, localizada em polo aposto à modernidade, já que, para alguns estudiosos, o 'moderno' pressupõe o completo e absoluto afastamento do passado, o esquecimento e o rompimento com o 'antigo'. Entretanto, como construir uma identidade sem o passado? O esquecimento, para os estudiosos do assunto, impede o reconhecimento individual e precisa da alteridade para se constituir. Assim, evocar e rememorar lembranças seriam condições imprescindíveis à identidade.

As comemorações dão início ao segundo capítulo e, dentro delas, as exposições internacionais. Eventos de caráter eminentemente mercantil, mas, ao mesmo tempo, de natureza celebrativa, sob diversos aspectos, esses espetáculos se tornaram verdadeiros templos e representações da modernidade. A história e a caracterização dessas efemérides sustentam a contextualização do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

empreendimento que o Brasil realizaria em 1922, para celebrar o Centenário da Independência Nacional, em meio a graves crises política e econômica, cujas questões de fundo são neste capítulo resgatadas.

Trata o terceiro capítulo dos projetos idealizados especialmente para a música pelas diversas comissões estabelecidas pelo governo central, incluindo o estabelecimento da edição definitiva do Hino Nacional Brasileiro, detalhando-se a programação discutida e aprovada pela Comissão Executiva no âmbito da Exposição Internacional.

Deter-nos-emos, para efeito desse texto, em parte do último capítulo, em que se apresentam as realizações musicais que tiveram lugar nas comemorações do Centenário, concentrando-se em três dos principais palcos daqueles festejos: o Theatro Municipal; a Exposição Internacional; e as ondas da radiofonia.

A Exposição de 1922

A Exposição Internacional do Centenário foi oficialmente inaugurada em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações oficiais pela passagem do Centenário da Independência Política do Brasil. Formalmente, as portas da Exposição Internacional acabaram por se fechar em 24 de julho de 1923, em sessão solene destinada à entrega dos prêmios concedidos aos expositores nacionais e estrangeiros, após ter tido seu fim adiado algumas vezes.

Inicialmente concebida e formulada como um evento de caráter nacional, teve essa abrangência modificada em julho de 1922, passando a intitular-se "Exposição lnternacional do Centenario da Independencia - Rio de Janeiro, comprehendendo, sob essa denominação, a parte nacional (...) e a secção estrangeira" (BRASIL, 1922).

Para receber esse emblemático e característico evento da modernidade, seria necessária nova intervenção na paisagem urbana da capital federal, em adendo às que haviam sido realizadas quando do governo do presidente brasileiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), de modo que a cidade se apresentasse modernizada e pudesse receber visitantes de boa parte do mundo civilizado que a ela, esperava-se, acorreriam.

A nova reforma teve à frente o engenheiro Carlos César de Oliveira Sampaio (1861-1930), nomeado para a prefeitura da capital federal em março de 1920, na gestão do presidente Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919-1922), e que via-se envolvido com as transformações urbanísticas da cidade desde o final do período monárquico.

Dessa feita, já na década de 1920, utilizando-se de argumentos baseados (novamente) no quadro sanitário, que ainda não havia sido superado – o Morro do Castelo era tido como o obstáculo ao saneamento e à ventilação da capital – e na necessidade de embelezamento do espaço para acolher as comemorações que vinham sendo planejadas para o ano de 1922, Carlos Sampaio foi o

> administrador que melhor soube conjugar os melhoramentos urbanos com os principios da sciencia e do bom gosto, não tratando apenas de transformar para embellezar, porque todas as suas iniciativas são inesperadas soluções de equilibrio entre necessidades de ordem esthetica e economica, hygienica e social (A EXPOSIÇÃO DE 1922, 1922, 10).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

e empreendeu ações que alterariam substancialmente o cotidiano e a configuração da metrópole e compreenderam o tratamento de esgoto e o escoamento de águas pluviais, o combate às enchentes e o aterro da região que receberia os palácios e pavilhões da Exposição Internacional.

Nessa oportunidade, as principais mudanças na paisagem da cidade foram feitas à custa do desmonte do Morro do Castelo, subjugando a natureza ao avanço incontinenti da modernidade, sempre em prol da estética e do melhoramento das condições de tráfego, de saneamento e da higienização, e que havia passado incólume às demolições ocorridas na gestão do prefeito Francisco Franco Pereira Passos (1836-1913) à frente do Distrito Federal, para o qual o Morro do Castelo possuía "grande importância histórica para a urbe, posto que local de sua segunda fundação por Mem de Sá e sede do primeiro núcleo de civilização da autoridade colonial portuguesa no Rio de Janeiro" (AZEVEDO, 2016, 188).

Verdadeira e apaixonada disputa travou-se na sociedade e debates acirrados tomaram conta dos periódicos de então em torno da derrubada daquele acidente geográfico, reunindo manifestantes contrários e favoráveis à medida, os quais, "longe de envolver apenas aspectos urbanísticos, colocaram frente a frente diferentes concepções de modernidade" (MOTTA, 1992, 4).

Assim, de símbolo da fundação da cidade que era então a capital do Brasil, o Morro do Castelo passou a entrave à modernização econômica e social. A decisão por desmontá-lo, ainda que sob protesto da parte da sociedade, que via, naquele ato, menos a destruição de um monumento histórico do que o despejo de cidadãos que, naquele contexto, eram identificados com atraso e pobreza, utilizou-se das celebrações do ano de 1922 como mote e pretexto.

Superada, por fim, a questão referente à demolição do Morro do Castelo, construíram-se, então, os pavilhões e as avenidas da Exposição Internacional do Centenário em áreas aterradas junto ao mar a partir do desmonte do referido acidente geográfico, desdobrando-se por 2.500 metros, desde o "velho Passeio Publico, o lindo e historico jardim, até a Ponta do Calabouço, de dahi demandando, após leve e graciosa curva, a explanada do Mercado" (RIO DE JANEIRO, 1923, 303) (figura 1).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1: Vista aérea da Exposição Internacional de 1922. Ao fundo, a Baía da Guanabara. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1922-1923)

A Exposição de 1922 constituiu-se, então, de duas seções – a Avenida das Nações, na qual alinharam-se as representações estrangeiras, e a seção nacional, integrada por dezoito pavilhões, nos quais o Brasil apresentou sua riqueza e capacidade de trabalho –, "de egual importancia", as quais "o visitante percorre entre deslumbrantes monumentos architectonicos" (RIO DE JANEIRO, 1923, 303), levantados ou reformados especialmente para o evento.

Algumas construções já existentes foram incorporadas à Exposição Internacional, localizadas em pontos contíguos ao local em que havia sido majoritariamente estabelecido o empreendimento, e que lhe foram igualmente agregadas, caso em que se enquadram o Pavilhão das Grandes Indústrias Nacionais, estabelecido na Praça Mauá; a Ilha Fiscal (BRASIL, 1926, v I, 299); o Palácio Monroe[2]; e o Theatro Municipal[3], na Cinelândia.

[2] O Palácio Monroe, construção de estrutura desmontável, havia sido erigido especialmente para a Exposição de Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos, realizada em 1904, para abrigar o Pavilhão do Brasil naquele evento. "Incorporado ao recinto da Exposição, foram os seus tres elegantissimos pavimentos occupados com os serviços officiaes do certamen" (RIO DE JANEIRO, 1923, 308).

[3] O processo de construção do Theatro Municipal do Rio de Janeiro teve início em 1904, tendo sido inaugurado somente em 14 de julho de 1909, como "um teatro lírico que deveria ser a grande referência da alta cultura na cidade" (AZEVEDO, 2016, 184).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na Avenida das Nações, "que se estendia do Arsenal de Guerra ao Palácio Monroe, e no Cais do Porto, próximo à praça Mauá" (SANT'ANA, 2008, 63), perfilaram-se quinze palácios e catorze representações estrangeiras[4].

Essa participação estrangeira na Exposição Internacional foi bastante celebrada e considerada como deferência e especial reconhecimento do valor e da importância do Brasil em âmbito mundial, "o attestado vivo da admiração e do affecto que nos votam as maiores Nações do globo" (RIO DE JANEIRO, 1923: 303).

> Na solicitude gentilissima com que attenderam ao convite do governo brasileiro, (...): há uma prova de consideração para com o nosso espirito, de confiança em nosso destino de povo, de reconhecimento esclarecido da importancia que assumimos perante as nações do globo (RIO DE JANEIRO, 1923, 312).

Segundo apresentado pelo *Relatorio dos Trabalhos da Exposição Internacional do Centenario*, edificadas a expensas dos governos dos países estrangeiros que, ao longo dos preparativos, foram paulatinamente aderindo às comemorações do Centenário, viram-se "sumptuosos palacios ou pittorescos pavilhões para abrigo dos mostruarios riquissimos" (RIO DE JANEIRO, 1923, 312) das representações de países da Europa, das Américas e do continente asiático.

Alguns dos pavilhões estrangeiros foram incorporados à própria dinâmica da capital federal após o término da Exposição Internacional, caso em que se incluem o Pavilhão dos Estados Unidos, que se constituiu sede do governo daquele país em território brasileiro, e o Pavilhão do Japão, doado à municipalidade do Distrito Federal – "nelle se installará uma escola de aperfeiçoamento technico" (RIO DE JANEIRO, 1923, 322). Por sua vez, o Pavilhão da França, doado ao governo brasileiro por aquele país, e conhecido como *Petit Trianon* por ser réplica do palácio francês de mesmo nome, viria a abrigar Academia Brasileira de Letras, ainda nos dias de hoje (figura 2).

[4] "Portugal erigiu dois palacios diversos na Avenida das Nações: o Palacio de Honra e o das suas industrias" (RIO DE JANEIRO, 1923, 312).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2: Pavilhão da França na Exposição Internacional de 1922, que abrigaria a Academia Brasileira de Letras (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1922-1923)

A segunda parte da Exposição do Centenário, a seção nacional, localizava-se "entre o antigo Arsenal de Guerra e o Mercado Municipal, ocupando também a área da praia de Santa Luzia, aterrada com desmonte do Morro do Castelo" (SANT'ANA, 2008, 63), em uma "magnifica praça em torno da qual se erigem os palacios brasileiros – mostruarios generosos de nossa riqueza e de nossa capacidade de trabalho. (...) é o nosso proprio espirito que se apresenta, realizador e viril, mostrando-se digno daquellas homenagens mundiais" (RIO DE JANEIRO, 1923, 303).
Compreendeu a seção nacional edificações "adrede feitas, reconstruidas ou simplesmente adaptadas para os serviços da Exposição" (BRASIL, 1926, 298), sob a responsabilidade do governo federal, e que figuraram no "recinto principal", das quais citam-se o Palácio dos Estados, o Palácio das Grandes Indústrias, o Palácio das Festas e o Pavilhão da Música.

Os palcos do centenário

Principal efeméride daquelas comemorações, a Exposição Internacional, para além de buscar revelar às demais nações o progresso do país em todos os domínios do conhecimento, do trabalho e da ciência, foi cenário de intensa programação cultural, que teve lugar em pavilhões da seção nacional e da Avenida das Nações; em coretos e em praças situados no interior do recinto do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

evento; e em prédios localizados fora dos limites geográficos da Exposição, mas que, pela importância e natureza, foram colocados a serviço daquele evento e passaram a dele funcionar como seções, caso em que se inclui, em especial, o Theatro Municipal.

O Theatro Municipal e a *Grande Temporada Lyrica do Centenario*

Pela importância, significado e simbolismo de que se revestia o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, foi ele o palco escolhido para acolher a "Exposição Internacional de Musica Theatral e Symphonica" (O PAIZ, 1922a, 8), denominada ***Grande Temporada Lyrica do Centenario***, constituída por duas partes, cada uma das quais detentora de um elemento musical que a identificava.

A primeira delas foi dedicada à música sinfônica e ficou a cargo da *Orquestra Filarmônica de Viena*, sob a regência do maestro austríaco Felix Weingartner (1863-1942). A presença dessa orquestra no Brasil revestiu-se de dimensões bastante significativas pela relevância daquele conjunto orquestral na cena musical mundial e pelo fato de ter sido essa a primeira vez que a dita orquestra se apresentava fora da Europa e na América do Sul, tendo sido os brasileiros, nesse continente, os primeiros a ouvi-la.

Essa participação constou de uma série de doze concertos, ocorridos quase dois meses antes da data oficial de comemoração do Centenário da Independência, de modo a adequar a agenda daquele grupamento às temporadas empreendidas em outros países da América do Sul.

A orquestra interpretaria, na temporada brasileira, "os melhores programmas habitualmente executados em Vienna, (...), aggregando em cada concerto trechos de musica dos nossos autores nacionaes" (O PAIZ, 1922b, 2), nota de destaque na programação.

Na segunda parte da ***Grande Temporada***, destinada à arte operística, incluíram-se obras líricas de compositores italianos, alemães, franceses e brasileiros, em proporção diferenciada entre si, apresentadas por grupos de cantores daqueles países, de modo que as óperas foram cantadas no idioma pátrio dos respectivos autores. As representações operísticas foram realizadas em sessões diárias, acrescidas de espetáculos de gala realizados em datas comemorativas, e ocuparam o Theatro Municipal por praticamente dois meses.

Quase metade do total de óperas constantes da programação dessa segunda parte era de autores italianos, cuja figura de maior destaque foi Pietro Mascagni (1863-1945), não só pela execução de obras desse compositor como por sua própria presença, como regente, à frente de eventos sinfônicos e operísticos.

A participação da ópera alemã, também quantitativamente expressiva, revestiu-se de significativa importância dada a relevância da representação, "pela primeira vez na America, e na lingua original" (O PAIZ, 1922b, 2), do ciclo integral, sem cortes e em ordem cronológica de composição de quatro óperas épicas do compositor alemão Richard Wagner, conhecido como *O Anel dos Nibelungos*[5].

[5] O ciclo do *Anel dos Nibelungos* compreende cerca de 18 horas de música, do qual constam as óperas *Ouro do Rheno*, *Walkyria*, *Siegfried* e *Crepusculo dos deuses*.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A presença das óperas nacionais na *Grande Temporada* foi bastante modesta, imposta por questões contratuais e pelo momento de comemorações, e teve um significado muito maior pelo simbolismo, representação e ineditismo de algumas situações do que propriamente por características nacionais.

A Exposição Internacional

A modernidade de caráter civilizatório que simbolicamente se identificou na *Grande Temporada* – pelo palco escolhido, pelos programas executados, pelos artistas venerados, pelo público ao qual se destinava – deu lugar a outros tipos de espetáculo no cenário especialmente construído para abrigar a Exposição Internacional. Nesse espaço físico, os diversos pavilhões e palácios construídos para a Exposição do Centenário promoveram inúmeros eventos, com a presença da música como protagonista ou coadjuvante.

Muito do sucesso das exposições ao longo da existência desses fenômenos se mediu pelo fluxo do público e essa afluência se apresentava maior na mesma medida da oferta de divertimentos capazes de agradar a uma sociedade estimulada e ávida pelo consumo dos fetiches a ela vendidos como inovações indispensáveis. "Espaço de lazer, a exposição ofereceu às mercadorias e à produção técnica que lhes deram nascimento o aspecto lúdico capaz de arrastar multidões" (PESAVENTO, 1997, 50).

Foram registrados números impressionantes a algumas dessas apresentações, sempre citados aos milhares, e privilegiados eventos que pudessem reunir essa quantidade de pessoas, com repertório suficientemente atraente para o público, mas, ao mesmo tempo, que pudesse instruir o povo que viesse a frequentar a Exposição e dar-lhe um ar de civilização.

Duas das construções da seção nacional concentraram as principais e o maior número de apresentações musicais regulares e concertos ali ocorridos, agregando enorme afluência de público à Exposição Internacional: o Pavilhão da Música e o Palácio das Festas.

O Pavilhão da Música foi a construção menos dispendiosa, cujo projeto arquitetônico previu uma estrutura vazada em forma de anfiteatro para aquela edificação (figura 3).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 3: Palácio da Música, com cadeiras dispostas à frente, para acomodação do público (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1922-1923)

Esse fato, agregado ao material utilizado – madeira e gesso – e à localização junto ao mar (figura 4) parecem ter sido determinantes para a definição do tipo de apresentação musical que ali se daria, majoritariamente realizada por grandes grupos instrumentais, mormente bandas militares e orquestras, que, por constituição, teriam fôlego e potência sonora suficientes para romper as dificuldades acústicas que àquela construção foram impostas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 4: Praça dos Estados tendo, à esquerda, o Pavilhão da Música, atrás do qual se vislumbra a Baía da Guanabara (FERREZ, 1922)

Inaugurado em 17 de setembro de 1922 "com um concerto popular symphonico, executado por uma grande orchestra" (O PAIZ, 1922c, 1), composto integralmente por obras de autores nacionais, foi imediatamente demolido ao fecharem-se as portas da feira internacional.

Desde as primeiras discussões empreendidas pela Comissão Executiva, o Palácio das Festas (figura 5), "construcção monumental, das mais faustosas e deslumbrantes do certamen" (RIO DE JANEIRO, 1923, 308), dentro do qual encontrava-se a Sala das Festas (figura 6), fora considerado como o local que abrigaria os espetáculos de música promovidos por aquele grupamento.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 5: Inauguração da Exposição à frente do Palácio das Festas (O MARTELO, 2011)

Figura 6: Aspecto do Salão de Festas do Palácio das Festas, por ocasião do encerramento official da Exposição do Centenario (FON-FON, 1923c, 44)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O Palácio das Festas vinculava-se, no que diz respeito a questões arquitetônicas, à representação da questão nacional, da evolução e do progresso do país no contexto da Primeira República. As descrições dessa construção ressaltam a grandiosidade, a riqueza e a originalidade da obra arquitetônica nos aspectos escultóricos e plásticos; a representação do caráter nacional na reprodução, ainda que estilizada, de aspectos da natureza, da natividade e de episódios histórico-patrióticos; e a presença do progresso expresso em soluções modernas de construção (figura 7).

Figura 7: Palácio das Festas. À frente, as cadeiras destinadas ao público que assistiria as apresentações musicais. (O MARTELO, 2011)

Entretanto, toda a magnitude e a modernidade que se identificavam nos projetos arquitetônicos e no uso do material para a construção da sala em que se planejavam realizar importantes apresentações musicais parecem não ter obedecido aos cuidados necessários com a acústica daquele espaço, contribuindo para incrementar debates acalorados nos periódicos locais e para certa opacidade da programação musical nele realizada, constituída em boa parte de eventos beneficentes nos quais se apresentavam artistas amadores com obras de pouca consistência musical.

No espaço da Exposição Internacional, merecem destaque, ainda, os concertos líricos e sinfônicos ao redor dos quais congregaram-se verdadeiras multidões.

Em dois desses momentos, realizados ao ar livre, no palco externo ao Palácio das Festas, esteve à frente o compositor Pietro Mascagni. O primeiro teve lugar em 30 de setembro de 1922, referenciado como "um concerto monstro": "a primeira grande festa da exposição" (O PAIZ,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1922d, 7), ouvido em toda a Exposição pelo aparelhos alto-falantes (figura 8), tendo o segundo concerto sido realizado em 7 de outubro de 1922 (figura 9).

Figura 8: Aspecto do recinto da Exposição durante o grande concerto ao ar livre, sob a regência de Mascagni, em 30 de setembro de 1922 (O MALHO, 1922a, 41)

Figura 9: Aspecto tomado no recinto da Exposição do Centenário, quando de um dos monumentais concertos regidos por Pietro Mascagni (O MALHO, 1922b, 41)

Outros três concertos, realizados em datas comemorativas, devem ser aqui apontados. O primeiro deles ocorreu à meia noite do dia 24 de dezembro de 1922, quando foi executada, em palco armado no Pavilhão da Música a *Missa solene*, do compositor Lorenzo Perosi (1872-1956),

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"assistida por uma verdadeira multidão, gente de todas as classes sociaes, habitantes dos bairros e dos suburbios mais longinquos, num total seguramente de 50 mil pessoas" (O JORNAL, 1922, 2) (figura 10).

Figura 10: Missa campal de Natal (FON FON, 1923a, 44)

Em 20 de janeiro de 1923, data em que se comemora o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, foi representada, a caráter, a ópera *Cavalleria Rusticana*, de Pietro Mascagni, como a principal obra do programa (figura 11). O terceiro desses concertos homenageou Tiradentes, cuja memória se celebrava em 21 de abril, e que, em 1923, fora comemorada com um espetáculo de gala realizado no Palácio das Festas.

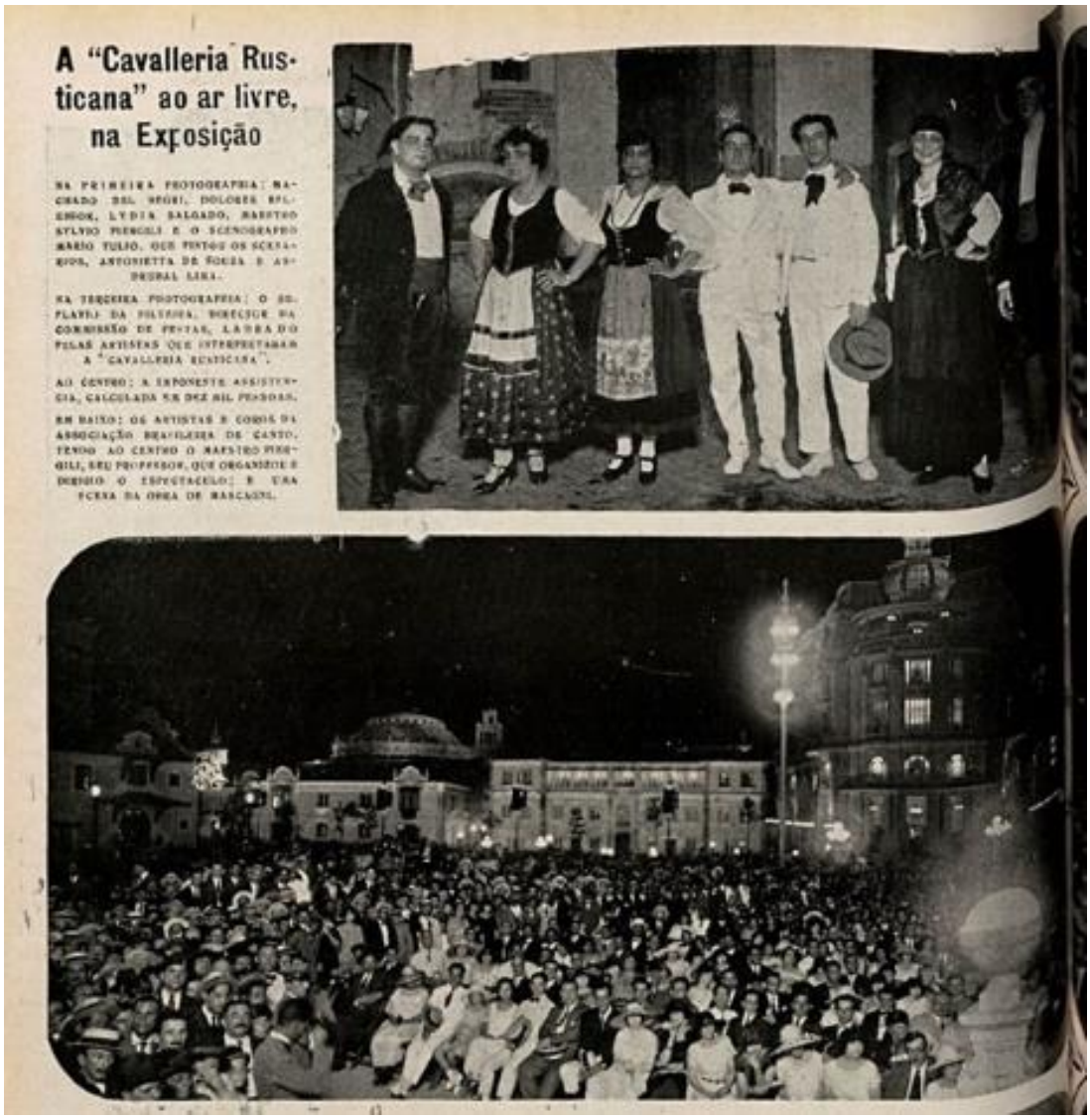


Figura 11: Detalhes dos artistas que tomaram parte na apresentação de *Cavalleria Rusticana* ao ar livre, na Exposição, em janeiro de 1923, e do público que a ela afluiu (FON FON, 1923b, 32)

Nas ondas da radiofonia

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro tornou-se também lócus de performances científicas, algumas delas inéditas em território brasileiro, como aquelas relativas à transmissão do som, e que se fizeram apresentar inovadoras não só pelo avanço tecnológico em si, mas principalmente pelo alcance formidável de público que os novos equipamentos permitiam, tornando-se o principal ponto de tangência entre a ciência e a música naquele cenário de celebração e de modernidade e proporcionando importantes desdobramentos na vida da sociedade brasileira e, em particular, na música.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fizeram parte dessa experiência tecnológica, a radiotelefonia e o sistema de telefone alto falante, os quais, ao possibilitar que discursos, conferências, audições e concertos musicais realizados sob os auspícios daquelas comemorações, fosse no recinto da Exposição Internacional ou fora dela, pudessem ser transmitidos para espaços diferentes daqueles em que se realizavam, permitiram a vulgarização da cultura da civilização e a disseminação do conhecimento para criar uma "nação amparada nos valores da ciência" (COSTA, 2012, 39).

As primeiras transmissões radiofônicas em solo brasileiro se deram no dia da comemoração do Centenário da independência política do país, tendo sido veiculados o discurso do Presidente da nação quando da abertura da Exposição Internacional e a obra musical acadêmica de maior envergadura, reconhecimento e amplitude nacional e internacional – a ópera *O Guarany*, do compositor brasileiro Antônio Carlos Gomes (1836-1896) –, executada em espetáculo de gala no Theatro Municipal e transmitida para todos quantos se encontravam nas avenidas da Exposição, atingindo um público muito superior ao que havia comparecido àqueles atos.

Em parceria com empresas estrangeiras, foram montadas duas estações radiofônicas, uma na Praia Vermelha e outra no Morro do Corcovado, as quais, aliadas aos telefones alto-falantes instalados em algumas das construções da Exposição Internacional, permitiram que os visitantes da Exposição Internacional fossem apresentados às possibilidades que as inovações tecnológicas ajudaram a instituir.

Considerações finais

No contexto da Exposição Internacional, entende-se a música como reflexo e produto de uma época em que coabitavam todas as particularidades de que se revestiam as discussões ideológicas presentes nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Naqueles palcos celebrativos, ela foi mercadoria, como mercadorias eram os produtos expostos na mostra internacional.

Na cena da Exposição do Centenário, a música foi primordialmente elemento mobilizador e gerador de um ambiente de civilização e de modernidade, no qual, por conceito, só havia espaço para demonstrações que se relacionassem a uma perspectiva modernizante próxima de uma estética associada à modernidade cíclica das práticas contemporâneas e civilizatórias da ocasião e distante da ruptura pregada pela vanguarda.

Nesse sentido, a modernidade que esteve presente na Exposição Internacional não se revestiu de um espírito de vanguarda. A idealização daquela mostra não pretendia rompimentos. Mesmo a radiofonia, principal inovação tecnológica nela apresentada, esteve longe do espírito de ruptura com tempos pregressos que caracteriza a experiência vanguardista e mais próxima do progresso preconizado pela modernidade cíclica, que se funda no passado e dele se alimenta para lançar-se ao futuro.

A estética da música praticada na Exposição Internacional utilizou-se de práticas e repertório tradicionais como alicerce para catapultar suas experiências, pela adoção de recursos de intervenção então atuais e contemporâneos e pela atração que provocou nas multidões, revelando, por meio deles, conceitos ideológicos escondidos. Naquele contexto, a única maneira de ser moderno era ser civilizado, o que significava imitar o modelo de uma civilização.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As perspectivas apontadas nesse trabalho, que permitiram que se conhecessem os sons ouvidos por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, integram a protofonia de uma complexa obra, desconhecida até então, cujos demais movimentos ainda precisam ser compostos. Mais do que uma seção conclusiva, essas considerações pretendem instigar pesquisadores para o manancial de estudos possíveis acerca do tema, como restou assinalado, e – quem sabe? – enlevar atuais e pósteros leitores.

Referências bibliográficas

A EXPOSIÇÃO DE 1922 (Ed). O Rio de Janeiro e as grandes phases do seu desenvolvimento. **A Exposição de 1922: Orgão de propriedade da Commissão Organizadora.** Rio de Janeiro, p. 10. Jul. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/800899/9. Acesso em: 20 jul. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Minas Gerais). Exposição Internacional do Centenário da Independência. **Palácio da Música**. Sem autoria. Fotografia. Belo Horizonte: 1922-1923. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27006. Acesso em: 12 out. 2017.

_____ . Exposição Internacional do Centenário da Independência. **Pavilhão da França.** Sem autoria. Fotografia. Belo Horizonte: 1922-1923. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27033/. Acesso em: 12 out. 2017.

_____ . Exposição Internacional do Centenário da Independência. **Pavilhão de Caça e Pesca, visto dos Fundos.** Sem autoria. Fotografia. Belo Horizonte: 1922-1923. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27009/. Acesso em: 12 out. 2017.

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro:** Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

BRASIL. Decreto nº 15.569, de 22 de julho de 1922. Altera a denominação da Exposição Nacional Commemorativa do Centenario da Independencia e dá outras providencias. **Diário Oficial. República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 jul. 1922. Seção 1, p. 14223. **Disponível em:** http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15569-22-julho-1922-520364-publicacaooriginal-1-pe.html**. Acesso em: 27 jan. 2016.**

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____ . Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. **Exposição Internacional do Centenario. Rio de Janeiro – 1922-1923. Relatorio dos Trabalhos**. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Nacional, 1926. 2 v.

COSTA, Patricia Coelho da. **Educadores do radio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia. São Paulo, 2012. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072012-104019. Acesso em: 2 jan. 2017. doi:10.11606/T.48.2012.tde-04072012-104019.

DUARTE, Adriana. Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (org.). **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/radio-sociedade-do-rio-de-janeiro. Acesso em: 24 nov. 2021.

FERREZ, Julio. Pavilhão da Música. Fotografia. **A Exposição Internacional de 1922 – memória e civilização**. 1922. Exposições virtuais do Arquivo Nacional. Disponível em: http://exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/images/exposicoes/4-Rio_do_morro_ao_mar/5-A_Exposicao_Internacional_de_1922-memoria_e_civilizacao/07_mod05img06.jpg. Acesso em 25 fev. 2017.

FON FON (Ed.). As commemorações do Natal. A missa campal, na Exposição. **Fon fon**. Rio de Janeiro, p. 44, anno XVII, n. 1, 6 jan. 1923a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/259063/42075. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____ . Musica. **Fon fon**. Rio de Janeiro, p. 32, anno XVII, n. 4, 27 jan. 1923b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/259063/42359. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____ . O encerramento official da Exposição do Centenario. **Fon fon**. Rio de Janeiro, p. 44, anno XVII, n. 31, 14 ago. 1923g. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/259063/45066. Acesso em: 15 ago. 2016.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: o Centenário da Independência no Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (MG), 20-23 out. 1992b. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1039.pdf. Acesso em: 27 jun. 2015.

O JORNAL (Ed.). A Exposição Internacional. O Natal no recinto do grande certamen. **O Jornal.** Rio de Janeiro, p. 2. 26 dez. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/11163. Acesso em: 19 jun. 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O MALHO (Ed.). Na Exposição Internacional. **O Malho**. Rio de Janeiro, anno XXI, n. 1047, p. 41. 7 out. 1922a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/116300/48060. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____ . Os attractivos da Exposição. **O Malho**. Rio de Janeiro, anno XXI, n. 1049, p. 41. 21 out. 1922b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/116300/48196. Acesso em: 22 ago. 2016.

O MARTELO. **Palácio das Festas**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.omartelo.com/omartelo21/materia1.html. Acesso em: 15 jan. 2016.

O PAIZ (Ed.). Theatro Municipal. **O Paiz.** Rio de Janeiro, p. 8. 6 jun. 1922a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/9828. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____ . Artes e artistas. Theatros. **O Paiz.** Rio de Janeiro, p. 2. 6 jun. 1922b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/9822. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____ . Artes e artistas. Musica. Grande homenagem á arte brasileira. **O Paiz.** Rio de Janeiro, p. 1. 10 set. 1922c. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/10776. Acesso em: 7 fev. 2016.

_____ . A commemoração da Independencia Nacional. Na Exposição. Um concerto monstro. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 7. 24 set. 1922d. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/10917. Acesso em: 3 ago. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIO DE JANEIRO. O Livro de Ouro - Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional de 1922. **Anais do Conselho Municipal**, Annuario do Brasil/Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=26504&pesq. Acesso em: 19 fev. 2015.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920**. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Campinas, 2008. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000428274. Acesso em: 13 set. 2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SÃO MIGUEL - DISTRITO DE DIVERSIFICADOS SERVIÇOS AS LOCALIDADES LIMÍTROFES PERTENCENTE A CIDADE DE BENTO GONÇALVES, RS- BRASIL

Carina De Cesaro[1]
Margit Arnold Fensterseifer[2]

Introdução

O patrimônio é o conjunto de bens materiais e imateriais que representam uma cultura, local e época, além de serem o registro não escrito das realizações positivas ou até negativas de uma sociedade. A preservação desses bens é de extrema importância, pois a partir disso é possível perpetuar essa história, cultura e valores para as gerações atuais e futuras.

Para preservar é necessário conhecer, assim inicia este artigo, o qual busca demonstrar o registro do Patrimônio Cultural edificado na comunidade de São Miguel pertencente ao município de Bento Gonçalves/ RS, identificando construções com potencial histórico e cultural visando a preservação destes bens.

Amparando este estudo estarão conceituados os valores para definição do patrimônio cultural edificado em São Miguel, além de abordar a necessidade de educação patrimonial junto à comunidade e aos profissionais capacitados visando um melhor reconhecimento da importância da preservação por parte destes grupos.

A fim de compreender melhor o sítio será levantado o contexto geográfico, econômico e histórico do local e o processo evolutivo da região. Demonstrando os fatores que levaram ao atual estado de preservação da comunidade.

Por fim serão apresentados os levantamento do patrimônio cultural edificado juntamente com as paisagens naturais e culturais do sítio. Através da coleta de dados a partir de entrevistas dos moradores locais, fotografias da região e levantamento métrico de algumas edificações.

Conceitos de patrimônio histórico e cultural

Ao longo da história e contextos culturais os valores patrimoniais mudaram, estando sempre em evolução e revelando diferentes sentidos e valores para o que era definido como patrimônio histórico, artístico, cultural, edificado, antropológico, assim como tantos outros. Um dos

[1] Cesaro, Carina De- Formação em Arquitetura e Urbanista (UCS)- email ccesaro2@ucs.br.
[2] Fensterseifer, Margit A. - Formação em Arquitetura e Urbanismo, mestre em História e doutoranda em História. Professora da Universidade de Caxias do Sul-RS, Brasil. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4347904453511471// - email mafenste@ucs.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

principais fatores para a preservação de bens nas modernas sociedades é a ligação deste bem com a memória social. São bens que estabelecem um elo afetivo, físico, cognitivo e sensorial entre o momento atual e o passado. Essa relação de memória cultural pode ser entendida segundo a seguinte definição:

> O Patrimônio pode ser compreendido como o próprio ecossistema do homem, e também como ambiente que fabrica para si, situando-se, ele próprio, no âmago desse processo de construção, usualmente chamado de cultural (FONSECA & DÒRIA, 2008, p.1)

A memória coletiva é compreendida pelas memórias individuais ou repassadas por uma pessoa referentes a uma comunidade ou grupo, as quais tornam parte do patrimônio desta comunidade tendo forte ligação com o local idealizando o passado e tendo vínculo com acontecimentos pontuais relevantes (DE MIRANDA, 2019) O Patrimônio cultural estabelece, portanto, um território e um grupo de indivíduos que juntos possuem semelhanças e características peculiares.
As ações de proteção patrimonial brasileira tiveram seu primeiro registro em 1742, com a solicitação de proteção de monumentos de valor histórico no território nacional, como a proteção de construções deixadas pelos holandeses. Mais de duzentos anos depois em 1934 surge a nova Constituição Federal, e em 1937 a criação do instituto SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atualmente conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) , através dele foram elaborados e instituídos conceitos de patrimônio a nível nacional, sendo um órgão determinado a fiscalizar e preservar, passou por diversas mudanças para abranger a cultural de um país tão vasto . Entretanto, apenas na Constituição da República de 1988 ocorre a criação da Carta Magna, ampliando o conceito de patrimônio cultural. Nela são atribuídos valores aos bens de natureza material e imaterial através dos quais era expressa a identidade e memória da diversidade cultural brasileira (FONSECA E DÒRIA, 2008).
Para uma nação é de suma importância a criação de um instituto de salvaguarda, que se propõe a manter vivas suas memórias através de suas cidades. Pois a cidade é o produto de uma sociedade e de todas as histórias que nela foram vivenciadas. São os registros dos valores e defeitos das sociedades que por ali passaram. Assim o monumento ganha caráter de documento histórico motivo pelo qual prioriza se sua integridade e autenticidade (FONSECA E DÒRIA, 2008).
Entende se, portanto, que o valor não está no bem em si, mas nas múltiplas dinâmicas inter relações entre o objeto e o homem, sendo estas inter relações mutáveis de acordo com o local físico, temporal, cultural ou histórico em que se encontram (FONSECA E DÒRIA, 2008).

Ações educativas de conscientização e preservação do patrimônio edificado

No Brasil há uma série de instrumentos e políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural. Apesar de não existir uma definição precisa sobre políticas públicas, pode-se entender como um conjunto de ações executadas por um governo visando objetivos para a coletividade. A partir desta premissa entende-se que a preservação do patrimônio por essas políticas está ligada diretamente a definição de importância sobre conjuntos de bens culturais de interesse social (MICHELON, 2012).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os resultados destas políticas públicas devem ser complementados com ações educativas "exemplo disso são cursos, congressos, e uma série de outras atividades que apontam para a discussão de questões envolvendo reconhecimento, gestão, apropriação e legislação sobre o patrimônio cultural." (MICHELON, 2012, pg. 281) Uma questão a ser levantada é a necessidade de educação patrimonial nos cursos de arquitetura e urbanismo, preparando esses profissionais para lidar com a atual realidade de cidades como Bento Gonçalves, onde existem diversas edificações antigas correndo o risco de demolição pela falta de preparação destes profissionais (FENSTERSEIFER,2016).

Os profissionais que trabalham com a preservação, gestão ou salvaguarda do patrimônio cultural, como museólogos, conservadores/restauradores, artistas, historiadores, arquitetos dentre outros, possuem fundamental importância para a transmissão do patrimônio para as gerações futuras (MICHELON, 2012).

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) surgiu em decorrência do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apontando as necessidades de expansão da Educação Superior no Brasil. Devido aos significativos investimentos realizados pelo REUNI nas universidades federais, ocorreu a expansão dos cursos já existentes além da criação de outros cursos de graduação. Os cursos de conservação e restauro, ainda se apresentam em número reduzido, mas apresentam a compreensão da diversidade de patrimônio cultural refletida inclusive no perfil do curso (MICHELON, 2012).

O campo do patrimônio cultural passa por um processo de consolidação e ampliação de sua abrangência. Com isso a compreensão e valorização da preservação do patrimônio cultural vem crescendo, demandando um maior número de profissionais no mercado a cada dia. Assim sendo a regulamentação da profissão de conservador/ restaurador de bens culturais busca não somente o reconhecimento desta profissão, assim como a necessidade de uma formação qualificada e diversificada, reforçando a importância dos cursos de graduação (MICHELON, 2012).

A imigração na Serra Gaúcha

Para que possamos entender melhor um local no momento atual é preciso entender como esse local se constituiu. O fenômeno de imigração foi um grande fator constituinte da história e cultura da serra gaúcha, pois contribuiu na formação desta população assim como foi responsável pela criação da identidade deste lugar. Para compreender este processo é necessário analisar o que motivou a imigração na serra gaúcha tanto na história brasileira quanto na história italiana.

Devido às mudanças do modelo econômico Brasileiro em decorrência da abolição da escravatura e a necessidade de colonização do sul do país, foram realizadas diversas tentativas externas de atrair imigrantes de outros países. A política de colonização Brasileira buscava estabelecer no país homens livres de preferência europeus em núcleos coloniais para atividade agrícola. Entre os anos de 1824 e 1830, chegaram ao estado do Rio Grande Do Sul as primeiras levas de imigrantes, totalizando 5000 colonos alemães. Esses colonos se estabeleceram às margens do Rio dos Sinos. Conforme a vinda de alemães passou a diminuir começou a ser incentivada a vinda de Italianos para o Rio Grande Do Sul .A colonização Italiana no estado teve um início tardio em relação a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

colonização alemã pois apenas no ano de 1875 é registrada a chegada dos primeiros imigrantes italianos ao estado (CAPRA E LUCHESE, 2005).

A Itália, assim como o restante da Europa passava por uma série de mudanças em função da Revolução Industrial, gerando dificuldades políticas, econômicas e sociais para a maior parte da população em função da mão de obra excedente e não qualificada para este novo modelo de trabalho. Essas pessoas passavam por condições difíceis em seus locais de origem em muitos casos alcançando a miséria. Outro fator contribuinte para o descontentamento da população conforme apontam Capra e Luchese (2005 p.13) "era o esgotamento das terras, as péssimas relações entre trabalhadores e grandes proprietários, a crise agrícola, a opressão fiscal, o desflorestamento, a política comercial entre outros" o que tornou atrativa a vinda para o Brasil, em busca de um país onde encontrariam oportunidade de uma vida digna (CAPRA E LUCHESE, 2005).

Os imigrantes Italianos vieram de várias regiões do país para o Nordeste do estado do Rio Grande Do Sul, sendo as regiões de Vêneto e Lombardia as principais origens desses imigrantes, outros locais de origem foram Trentino e Friuli e com uma menor proporção os imigrantes de Piemonte, Emília-Romanha, Toscana e Ligúria. (DE PARIS, 2006).

Bento Gonçalves na História Gaúcha

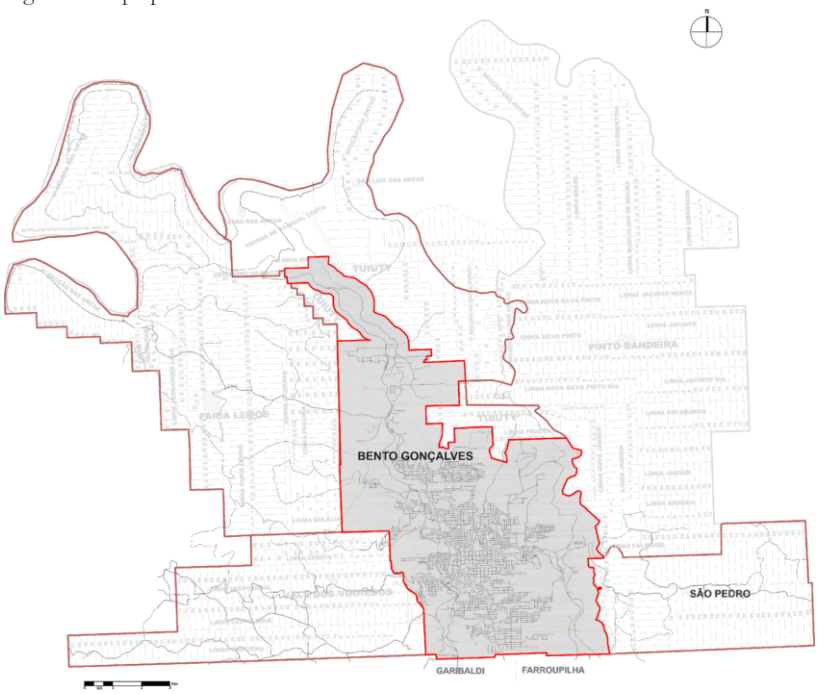
A primeira referência de nome pela qual Bento Gonçalves ficou conhecida foi Cruzinha. origem deste nome vem de uma cruz simples sobre um túmulo, havendo divergências se a mesma marcava o túmulo de um tropeiro ou de um traçador de estradas, que faleceu no local. Em 1870 foram criadas as colônias Conde d'Eu e Dona Isabel respectivas Garibaldi e Bento Gonçalves, neste mesmo ano iniciou-se a medição e demarcação dos lotes pelo Major Palmeiro. Apenas em 1890, a colônia de Dona Isabel passa pelo processo de desmembramento de Montenegro, recebendo o nome de Bento Gonçalves (DE PARIS, 2006).

No ano de 1870 as colônias Conde d' Eu e Dona Isabel respectivas Garibaldi e Bento Gonçalves foram criadas, neste mesmo ano iniciou-se a medição e demarcação dos lotes pelo Major Palmeiro. Em 1875 foi criada a colônia de Fundos de Nova Palmira, atual Caxias Do sul (DE PARIS, 2006). Antes da denominação de Dona Isabel a localidade era conhecida pelo nome de Cruzinha. Existem algumas variações sobre a origem deste nome, mas a história principal conta que após a morte de uma pessoa que passava pela região o mesmo foi enterrado e o local foi demarcado com uma cruz tosca de madeira a qual serviu de inspiração para o nome (DE PARIS, 2006).

Atualmente Bento Gonçalves possui um território de 273,955Km². A cidade está localizada na região da Encosta superior do Nordeste do Estado, a uma distância de 124 Km da capital Porto Alegre e a uma altitude de 618 m do nível do mar (BENTOGONÇALVES.RS, 2020).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1: Mapa perímetro e Colônias



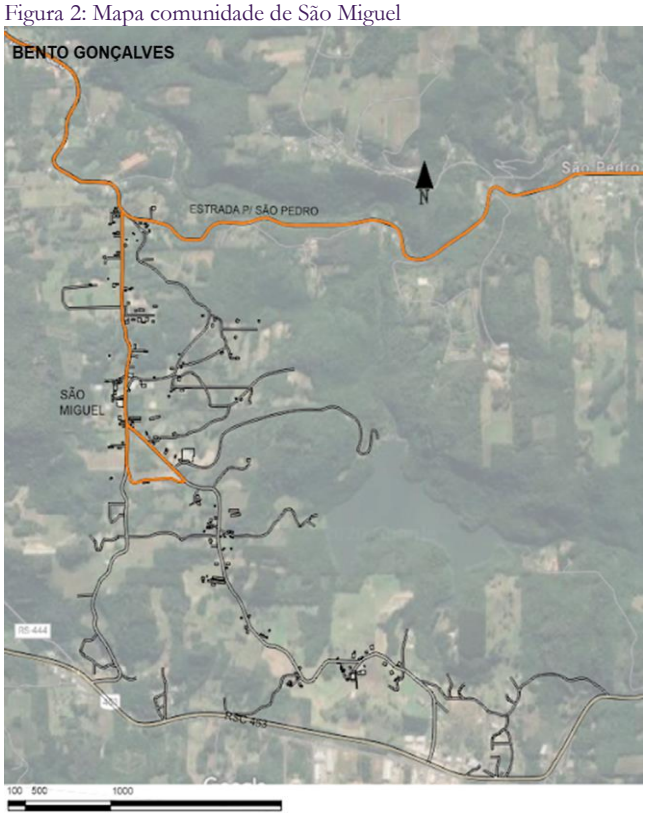
Fonte: Plano diretor de Bento Gonçalves. Anexo 1: Mapa perímetro e colônias,2020

A cidade faz divisa com os municípios de Veranópolis a norte, Pinto Bandeira a leste, Farroupilha a sudeste, Garibaldi a sul, Santa Tereza a sudoeste, Monte Belo a Oeste e Cotiporã a noroeste. Bento Gonçalves faz parte da região metropolitana da Serra gaúcha junto com outros 13 municípios (BENTOGONÇALVES.RS, 2020).

Caracterização do Distrito de São Pedro e São Miguel

Situado à nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Bento Gonçalves , a comunidade de São Miguel encontra se no trajeto da antiga Linha Palmeiro que se estende através das cidades de Bento Gonçalves, Farroupilha e Caxias do Sul, estando a uma distância de aproximadamente 9 Km do centro da cidade de Bento Gonçalves. A Comunidade de São Miguel pertence ao Distrito de São Pedro, o qual é composto por sete comunidades: Barracão, Cruzeiro, Santo Antônio, Santo Antoninho, São José da Busa, São Miguel e São Pedro, no atual roteiro Caminhos de Pedra, na região sudeste da cidade, em zona rural (SILVA, 2019).

Figura 2: Mapa comunidade de São Miguel



Fonte: Google maps adaptado pela autora, 2020

A comunidade de São Miguel também faz ligação de acesso a RSC 453, principal via de ligação entre as cidades de Farroupilha e Caxias do Sul com Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa.

História local

O início da colonização na região de Bento Gonçalves teve grande participação no distrito de São Pedro. Nomeado originalmente como Distrito de Dona Isabel, é renomeado posteriormente em virtude do descontentamento de seus moradores (SIQUEIRA & SILVA,2019)

Na comunidade de Barracão, a qual faz parte ao distrito de Dona Isabel, foram construídos os primeiros barracões que recebiam e abrigavam os imigrantes recém chegados ao local, fornecendo proteção no período inicial de quarentena até o momento da designação das colônias destinadas a cada família (SIQUEIRA & SILVA,2019).

Devido à grande quantidade de lotes pertencentes a este distrito a ocupação foi próspera no início. Assim que as famílias recebiam suas colônias, dedicavam os primeiros anos de colonização à instalação de moradias, seguidas pela implantação das culturas de subsistência (SIQUEIRA & SILVA,2019).

Passados estes anos iniciais, as comunidades já estabelecidas começaram a prosperar nos setores comerciais em função da localização estratégica deste distrito na época. Pois a estrada que liga

estas comunidades era o caminho principal de ligação para a cidade de Caxias do Sul (SIQUEIRA & SILVA,2019).

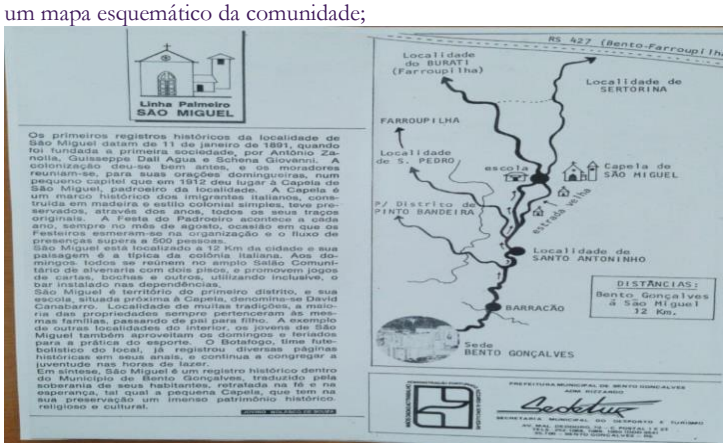
Assim foram surgindo, moinhos, ferrarias, pousadas, entre outros comércios. Até a década de 70 do século XX, o distrito de São Pedro teve sua época próspera. Entretanto, com a criação da RSC-453, uma via asfaltada que proporciona a mesma ligação entre estas cidades, ocasionou por desviar o fluxo de veículos que passavam por esta estrada. Desta forma houve uma estagnação no local, o que se tornou de certa forma algo positivo atualmente, em vista da preservação das edificações da época (SIQUEIRA & SILVA,2019).

Os primeiros registros realizados na comunidade de São Miguel datam de 11 de janeiro de 1891, entretanto a colonização do local ocorreu muitos anos antes. Devido à grande religiosidade dos imigrantes estes logo construíram um pequeno capitel que em 1912 foi substituído pela capela de São Miguel.

Figura 3: Antigo registro realizado por Jovino Nolasco De Souza

Fonte: Arquivo pessoal de morador da comunidade;

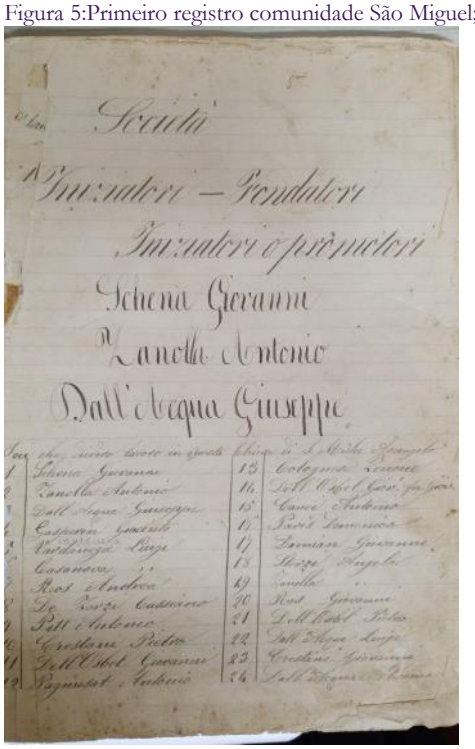
Figura 4: Antigo registro realizado por Jovino Nolasco De Souza relatando a história da comunidade, juntamente com um mapa esquemático da comunidade;



Fonte: Arquivo pessoal de morador da comunidade;

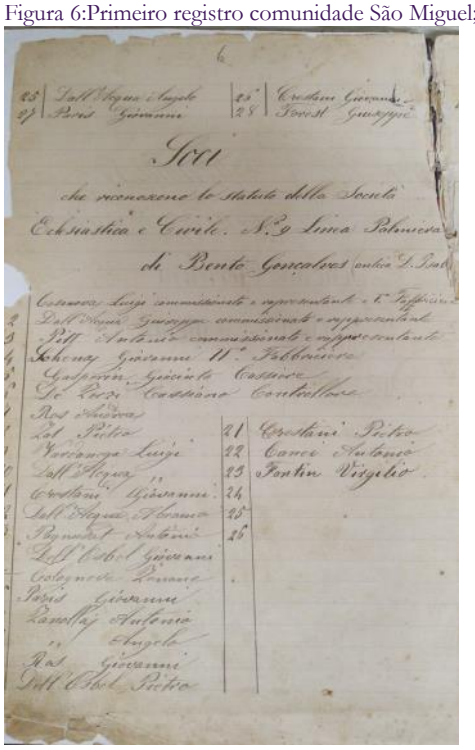
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 5:Primeiro registro comunidade São Miguel;



Fonte: Arquivo pessoal de morador da comunidade;

Figura 6:Primeiro registro comunidade São Miguel;



Fonte: Arquivo pessoal de morador da comunidade;

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 7: Primeiro registro da comunidade de São Miguel;

Fonte: Arquivo pessoal de morador da comunidade;

Nesta comunidade era realizada a festa do vinho doce e junto a ela ocorriam competições de carrinho de lomba. Originalmente as primeiras corridas eram realizadas na conhecida estrada velha, antigo acesso principal para a comunidade, posteriormente foram realizadas na descida da estrada que dá acesso a Localidade de Sertorina, mas em ambos os trajetos a chegada ocorria em frente à igreja da comunidade(Fonte: Relatos fornecidos por moradores locais).

Contexto econômico

Durante os primeiros anos e na sequência com a evolução urbana e econômica na comunidade de São Miguel surgiram diversas atividades realizadas pela população local como listado a abaixo segundo CAPRARA & LUCHESE (2005):

- Armazém de secos e molhados: de propriedade de Mário Foresti. Vendia tecidos, bebidas, mantimentos, etc. O primeiro proprietário foi Lorenzini;
- Ferraria: Paulo Mugnol deu início a uma ferraria por volta de 1945. Ela era movida a roda d'água;
- Alambique: de propriedade de Vitório e Romano de Paris, em 1930. Foi o primeiro e existe até hoje. Fábrica graspa. Atualmente pertence à família de Olimpio de Paris;
- Olaria: de propriedade de Alexandre Bertarello. Iniciou-se na década de 1950 com a fabricação de tijolos e posteriormente foi vendida para Vitório Cusin e filhos;
- Posto de recepção Vinhos Salton: de propriedade de Amadio Osmarini ;
- Produção de "Dressa": Algumas mulheres de São Miguel faziam a " dressa", trança de palha de trigo e vendiam para Garziera, proprietário de uma indústria de artefatos de chapéus. Muitas delas tinham como finalidade juntar dinheiro para fazerem o enxoval;
- Vinícola: A família de Paris possuía uma vinificação e a elaboração de vinhos artesanais, era uma pequena cantina. Por volta de 1915 ela foi aluga para a Dreher para a fabricação do vinho tinto. Após a falência da Dreher a cantina ficou fechada por muitos anos. Atualmente a família de Gilmar De Paris retomou o negócio como Vinhos De Paris, funcionando desde 1985. A uva é comprada de produtores da região e ali é processado o vinho tinto e o branco a granel, de ótima qualidade, vendidos para São Paulo e Santa Catarina;
- Carpintaria: Ernesto Osmarini era carpinteiro;

- Ataúdes:Orminio Vardanega construía caixões para mortos (ataúdes);
- Empreiteiros, construtores:Júlio Dalmás e Camilo Barp, construíram algumas casas de pedra (como a da família Dal Ponte), sendo auxiliados por Santo Dal Ponte, que levava as;

A agricultura é outra atividade presente ao longo de todo o sítio de São Miguel, desde seus primeiros moradores que plantavam trigo e milho para subsistência, até os dias atuais onde é possível encontrar uma grande variedade de frutas, hortaliças assim como a criação de animais que configuram a paisagem ao longo do trajeto. CAPRARA & LUCHESE (2005). Conhecendo todas as atividades que foram exercidas e algumas até hoje ocorrem no local pode se entender que o sítio de São Miguel era uma localidade com diversificação comercial e de serviços, podendo já desde os primórdios ser independente dos grandes centros.

Figura 8: Parreiral em latada,plantio tradicional dos primeiros parreirais

Fonte: A autora Figura

Figura 9: Plantação de milho, em frente alguns pés de "vime" e ao fundo araucárias.

Fonte: A Autora;

Figura 10: Lago artificial com araucárias e taipa de pedra ao fundo

Fonte: A autora

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 11: Grupo de pinheiros, arbusto gigante costela de adão e estrada de chão batido

Fonte: A autora

Figura 12: Construção para criação de animais,

Fonte: A autora

Figura 13: Campo para criação de ovelhas, construção coberta para alimentação;

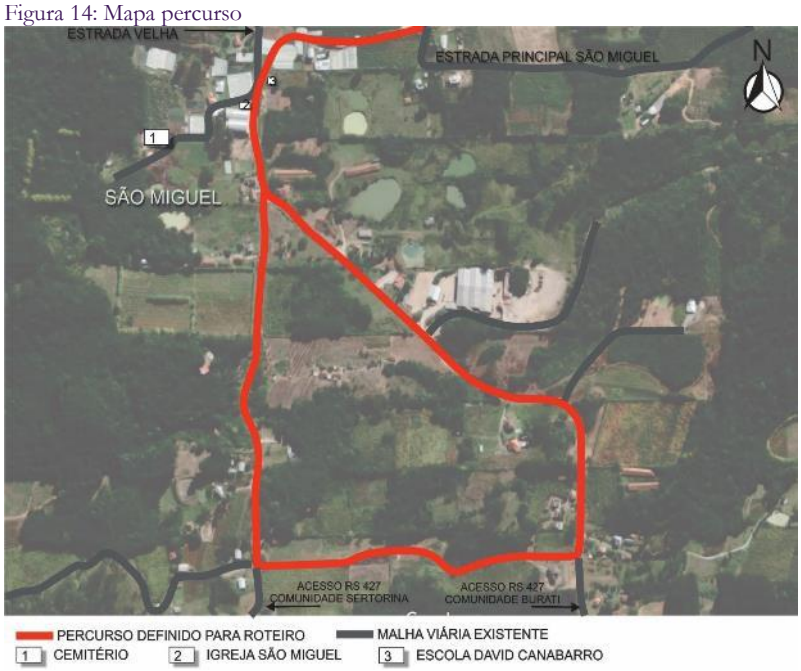
Fonte: A autora.

Levantamento de patrimônio cultural edificado

A definição do recorte específico para realização do levantamento do patrimônio cultural edificado, foi realizado em conjunto com a equipe administrativa do museu municipal de Bento Gonçalves, em visita à comunidade para análise inicial e compreensão do local.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

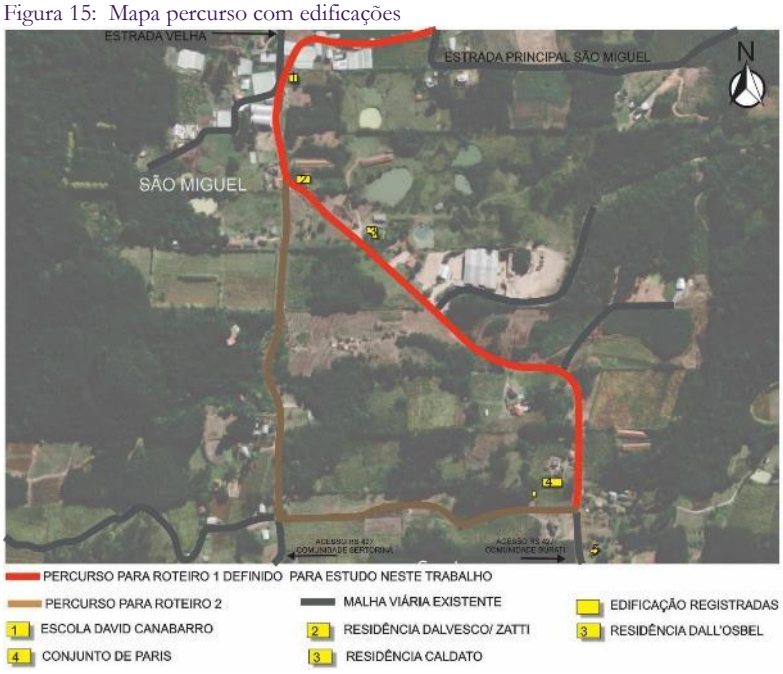
Figura 14: Mapa percurso



Fonte: Google maps adaptado pela autora, 2020

Após essa visita inicial foram selecionadas algumas edificações para levantamento. As edificações escolhidas fora: a Escola David Canabarro, a Residência Dalvesco/ Zatti, a Residência Dall'Osbel, o conjunto De Paris e a Residência Caldato, conforme demarcado na imagem abaixo:

Figura 15: Mapa percurso com edificações



Fonte: Google maps adaptado pela autora,2020

Além das edificações listadas acima foi realizado levantamento do roteiro para caracterização do território e entorno e posterior trabalho de preservação das paisagens naturais e culturais do sítio de São Miguel.

A primeira escola em São Miguel era construída de madeira e coberta de "Scándole" tendo o ensino ministrado em italiano, A Segunda escola foi construída no mesmo local da primeira tendo o nome de Escola Municipal de Bento Gonçalves. Por fim foi construída a terceira escola chamada de Escola David Canabarro como vemos nas fotos acima, ela foi inaugurada em 1947. Após um ano de funcionamento a mesma foi fechada, voltando às atividades posteriormente (CAPRARA; LUCHESE, 2005).

Esta edificação já foi utilizada como escola, moradia e museu. Atualmente encontra-se fechada, mas em seu interior ainda estão algumas classes do tempo de escola e alguns objetos da história da comunidade (Relato de morador local).

Figura 16: Vista frontal da antiga escola David Canabarro, vegetação de jerivás e árvores frutíferas ao fundo.

Fonte: a autora.

Figura 17: Lateral da edificação onde é possível verificar os danos do tempo na beirada do telhado e no reboco da edificação.

Fonte: a autora.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 18: Lateral da escola, onde é possível ver as instalações hidráulicas instaladas posteriormente a edificação;

Fonte: a autora.

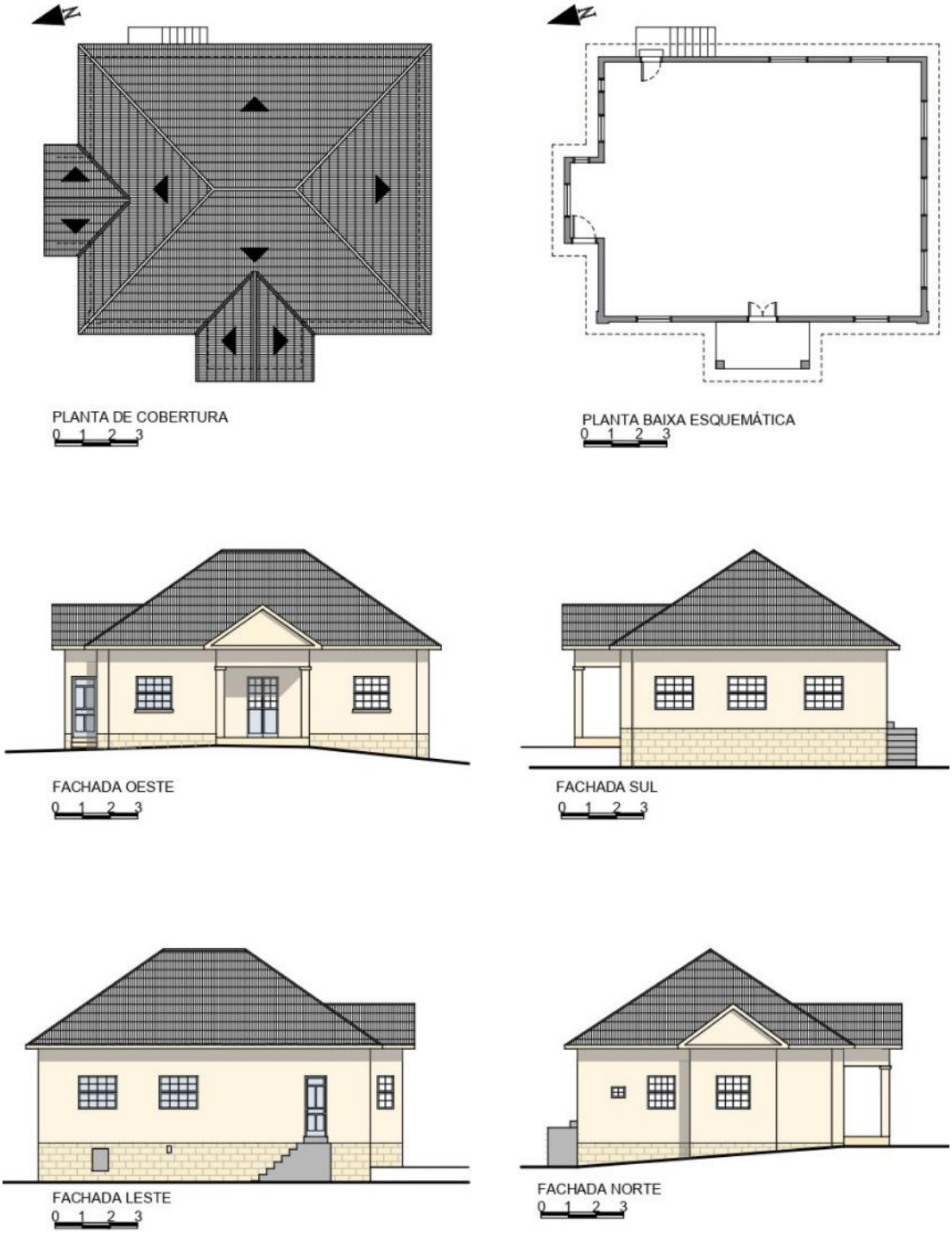
Figura 19: Lateral da edificação onde fica a antiga instalação de luz.

Fonte: a autora.

Em percepção no local o porão da edificação é utilizado como depósito estando cheio de entulho atualmente, também é possível notar alguns vidros quebrados nas janelas e as cortinas danificadas pela ação do tempo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 20: Planta Baixa, Planta de Cobertura e Fachadas Escola David Canabarro



Fonte: Levantamento feito "in loco" pela autora.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 21: 1º casa construída no conjunto De Paris pela família Dalaqua atualmente utilizada como paiol.

Fonte: A autora

Edificação construída em 1945, sendo moradia de Vitório Zatti que possuía as profissões de motorista e agricultor e sua esposa Catarina Molon Zatti a qual cuidava da casa e dos filhos. Esta foi a segunda casa da família, antes o casal morava em um casarão também na comunidade de São Miguel. Originalmente além de residência a casa abrigava um bar que atendia a comunidade. Por volta de 2010 a casa foi reformada, o pavimento superior da casa foi modificado, não restando mais as características da edificação original.Aos fundos da casa foi mantido o antigo paiol no qual ficam os objetos antigos da família (Fonte: Relato fornecido pelos moradores atuais da casa).

Figura 22: Interior da 1º casa a ser construída no conjunto De Paris atualmente utilizada como paiol

Fonte: A autora

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 23: Interior da 1º casa a ser construída no conjunto De Paris atualmente utilizada como paiol

Fonte: A autora

Figura 24: Lateral da antiga cantina, antigo parreiral ao fundo da edificação, vegetação de araucárias e jerivás.

Fonte: a autora.

Figura 25: Antiga casa de Paris

Fonte: a autora.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 26:Lateral Cantina De Paris

Fonte: a autora.

Figura 27: Acesso carga e descarga Cantina de Paris

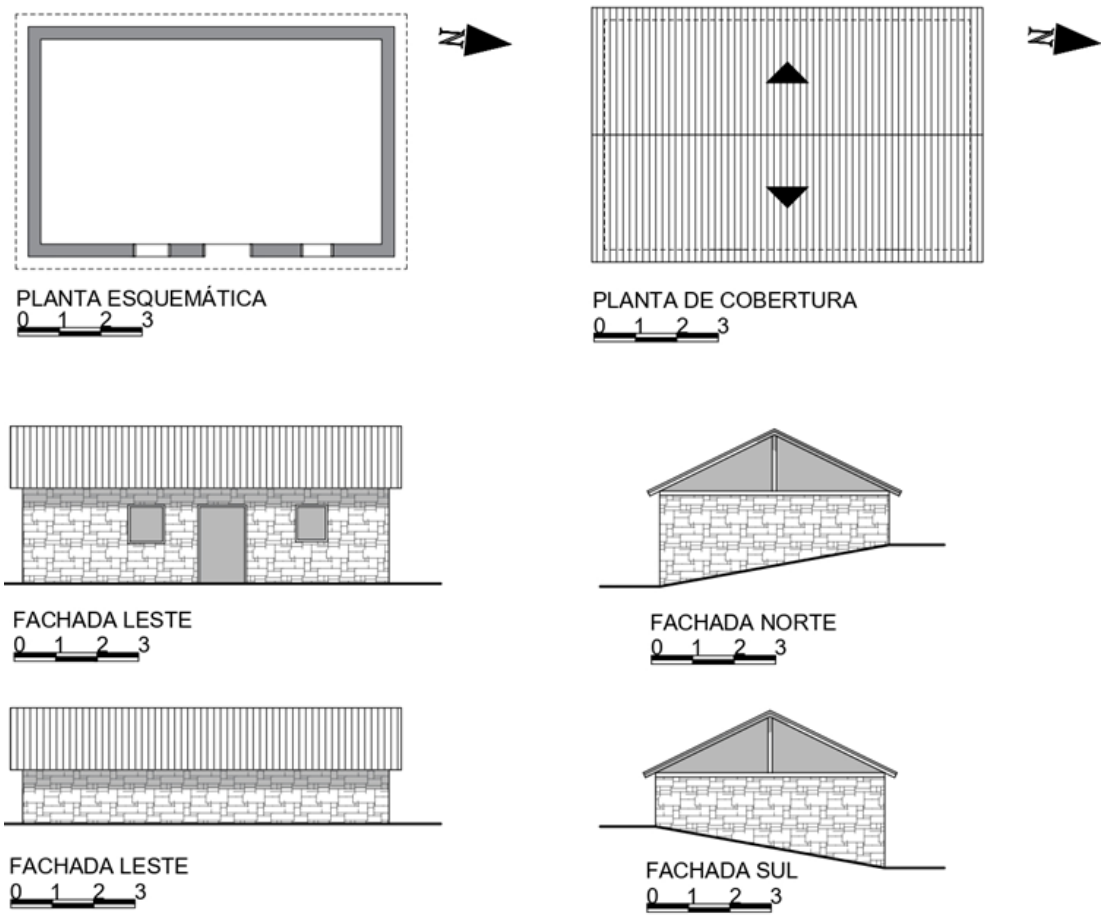
Fonte: a autora.

Figura 28: Lateral antiga em tijolos Cantina De Paris

Fonte: a autora.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

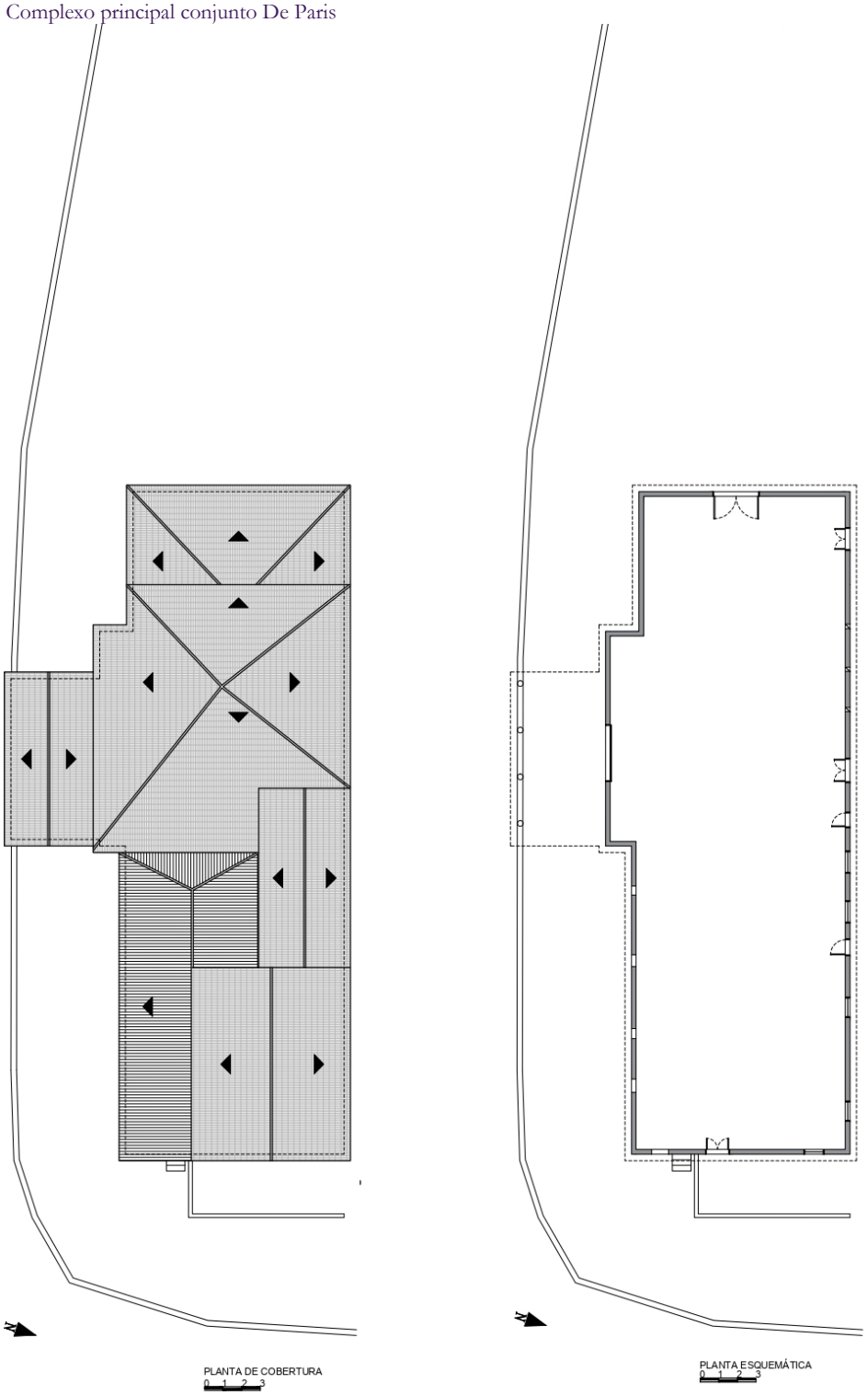
Figura 29: Primeira casa família Dalaqua atualmente utilizado como paiol



Fonte: Levantamento feito "in loco" pela autora.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

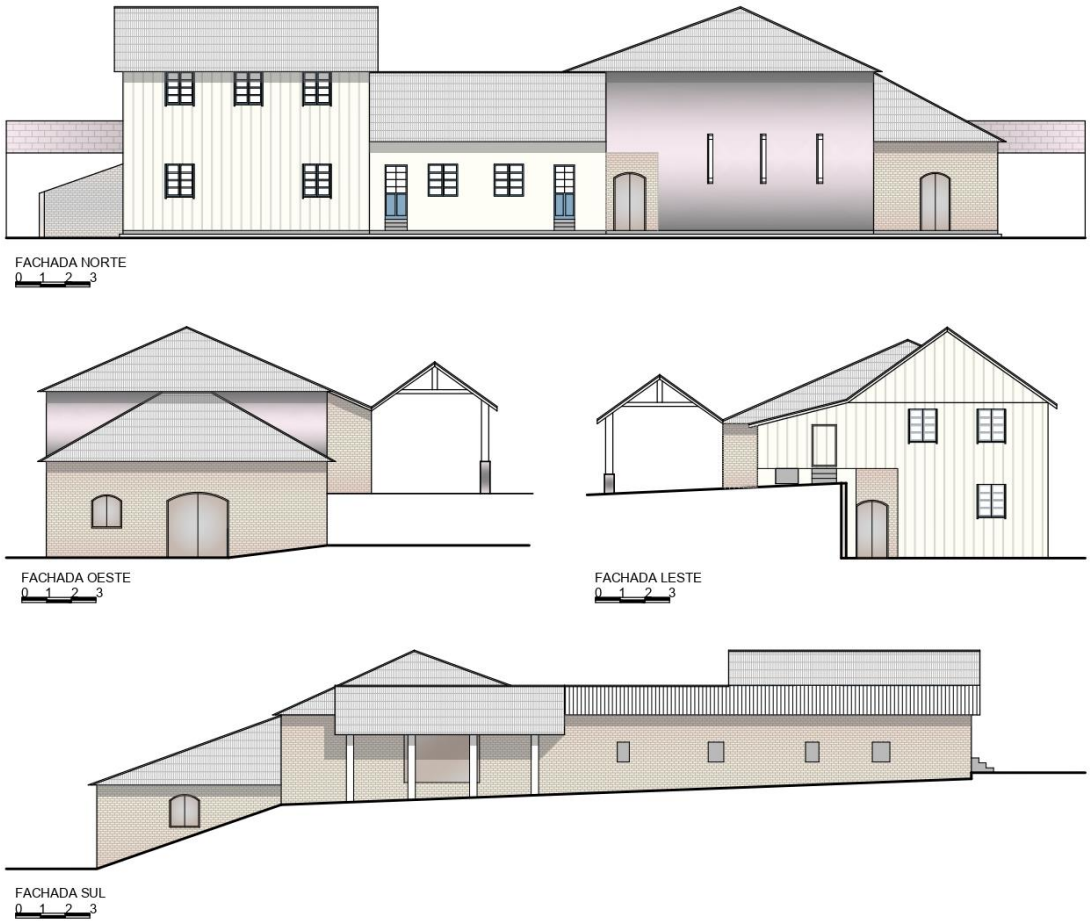
Figura 30: Complexo principal conjunto De Paris



Fonte: Levantamento feito "in loco" pela autora.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 31: Complexo principal conjunto De Paris



Fonte: Levantamento feito "in loco" pela autora.

Figura 32: Casa de Paris

Fonte: Registro municipal

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 33: Cantina onde iniciou a Dreher;

Fonte: Registro projeto Laços Patrimoniais

Figura 34: Conjunto construído por Angelo Dal Vesco.Proprietário: Vitorio De Paris

Fonte: Registro projeto Laços Patrimoniais

Construída em 1957 como moradia de João Santo Dall'Osbel e Marcília De Paris Dall'Osbell juntamente com seus filhos Pedro, Leonora, Agnese e Antônio. Antes a família residia em uma casa de pedra construída pelo pai de João Dall'Osbel o Sr. Pietro Dall'Osbel, imigrante vindo da Itália com sua esposa Judith Monego Dall'Osbel.

Em 1961 a casa foi ampliada com a construção de uma cozinha, pois João e Marcília Dall'Osbel tinham por desejo que os seus homens Pedro e Antônio residisem junto a eles na casa.

Em 1969 faleceu a Srª. Marcília, e em 1971 faleceu o Sr. João. Assim residiam na casa Antônio e sua esposa Zaira e seus 4 filhos, Pedro e sua esposa Luiza e seus 3 filhos. As irmãs Leonora e Agnese já eram casadas nesta época e não residiam mais na casa.

Atualmente residem na casa a Sr. Márcia Dall'Osbel, filha de Antônio e Zaira, com seu marido Vilson e sua filha Patrícia(Fonte: Arquivo pessoal morador local).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 35: Detalhe coluna em Basalto

Fonte: A autora.

Figura 36: Fachada Residência Dall" Osbel

Fonte: A autora.

Figura 37: Fachada Residência Dall" Osbel

Fonte: A autora.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 38: Família de João Santo e Marcília de Paris Dall' Osbel

Fonte: Arquivo pessoal morador local.

Figura 39: João Santo e Marcília de Paris Dall' Osbel

Fonte: Arquivo pessoal morador local.

A residência de Ivone Caldato filha de Pedro Caldato (1901 a 1982) e Victória Forest Caldato (1901 a 1976), neta de Domingos Forest nascido na Italia em 1870 e Oliva Forest nascida na Itália em 1870 por parte de pai e de Rocco Caldato e Magdalena Caldato nascidos na Itália por parte de mãe. Originalmente havia outra casa em frente a residência atual, também em madeira, mas após a construção da nova residência a antiga foi removida. Não foi possível datar com precisão o ano de construção da atual residência entretanto estima se que ela possua mais de 90 anos sendo mantida em seu estado original desde então, alguns reparos foram sendo realizados ao longos dos anos como renovação da pintura o último desses reparos foram realizados a poucos anos onde foram substituídas todas as janelas antigas por janelas novas com o mesmo modelo das originais (Fonte: Relato de moradores locais).

Figura 40: Residência Caldato

Fonte: A autora

Figura 41: Residência Caldato

Fonte: A autora

Considerações finais

O patrimônio cultural seja por suas qualidades arquitetônicas, por seu modelo tipológico consagrado em uma região ou por sua ligação com o local possui a habilidade de perpetuar a história, cultura e valores de um determinado grupo para as gerações futuras através do reconhecimento de pertencimento a está cultura e a está história. A partir do momento que uma comunidade conhece o seu patrimônio e reconhece o seu valor também reconhece a necessidade e dever de preservá-lo.

Com essa premissa é inerente a necessidade de realizar uma educação patrimonial de qualidade na cidade de Bento Gonçalves, apresentando à população a riqueza em patrimônio existente. Além da implantação de novas políticas públicas reforçando esse incentivo e aumentando as condições para a preservação destes bens.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Foi possível notar uma considerável preservação dos bens na comunidade de São Miguel. Onde diversas edificações permanecem em seu estado original de concepção, entretanto foram encontrados casos onde a descaracterização das edificações foi nítida justificando ainda mais a necessidade de realizar um levantamento urgente das edificações com potencial de preservação em toda a cidade e a implantação de políticas mais rígidas sobre a preservação destas edificações. Desse modo, este artigo com base na pesquisa realizada busca contribuir com o levantamento e criação de material para auxiliar no processo de preservação do patrimônio edificado na comunidade de São Miguel, resgatando a memória coletiva dos moradores e registrando por meio de levantamento as características das edificações.

Por fim fica o anseio que esta pesquisa possa contribuir assim como ser complementada no desenvolvimento de material educacional voltado à população gerando assim o reconhecimento e entendimento da importância do patrimônio cultural edificado como elemento de representação da identidade e memória de São Miguel.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organizado por Cláudio de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002 320p.

DE MIRANDA; Lucas Mascarenhas. Jorna da Unicamp. **Memória individual e coletiva.** Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/ memoria - individual-e-coletiva. Acesso em: 28 mai. 2020.

DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves- RS Fundamentação Histórica.** Arquivo Público Histórico e Municipal, 2006.

FONSECA, Alice; DÓRIA, Renato. **Definindo o valor histórico: uma reflexão sobre patrimônio.** Horizonte Científico, Uberlândia, MG, v. 2, 2008.

IPHAN. **Patrimônio Histórico e Artístico do país.** Disponível em : http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608. Acesso em: 23 de mai. de 2020.

IPHAE **(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), Patrimônio edificado: orientações para sua preservação.** 2ª ed. Porto Alegre, 2009.

IPHAE. **Patrimônio Histórico e Artistico do estado.** Disponível em: http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc Acesso em: 02 de junho de 2020..

LUCHESE, Bernadete Schiavo & CAPRARA, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves 1875 a 1930 História.** Fundação Casa das Artes, 2005.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** 2008. 483 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós- graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JR., Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa. (Org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos.** Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-do-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

SILVA, Daniel. **DE COLONOS DO VINHO A AGRICULTORES DO TURISMO: A IDENTIDADE EM TRANSFORMAÇÃO NO DISTRITO DE SÃO PEDRO, BENTO GONÇALVES (RS)**. Universidade de Caxias Do Sul, 2019

MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES. **Bento Gonçalves - Localização.** Disponível em: http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/conheca-a-cidade. Acesso em 22 jun. 2020

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CAPELA SÃO PEDRO E A FAMÍLIA FRIGO: MEMÓRIA E DEVOÇÃO

Cássia Maria Popolin[1]
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini[2]

Virada do século XIX. Com o fim da escravidão (1888), a mão de obra escrava foi substituída pela mão de obra imigrante, em sua maioria italiana, que viu nas terras brasileiras e nos cafezais a grande esperança de dias melhores. Muitas famílias deixaram a Itália, que acabara de ser unificada, sofria com o excedente de mão de obra gerada pela revolução industrial e partiram em busca de novos horizontes. Atravessar o Atlântico, naquele momento, era a única possibilidade para driblar a pobreza e a fome. Do Porto de Santos, chegavam a São Paulo, hospedavam-se na Casa da Imigração e de lá eram conduzidos aos cafezais no interior do Estado.

Foi nesse cenário que as famílias de José Frigo e Maria Geovanoni (Figura 1) chegaram ao Brasil, em 1893. Ainda crianças desembarcaram em Santos, vindos da Itália. Não vieram na mesma embarcação, mas por coincidência, foram na região de Araraquara, em fazendas cafeeiras na cidade de Descalvado, interior do Estado de São Paulo, trabalhar como colonos[3]. Ali se conheceram e anos mais tarde se casaram e tiveram quatorze filhos.

[1] Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Londrina, Especialização em Fotografia, Mestre em Comunicação e Mestranda em História pela mesma Universidade. Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista Capes. E-mail cassiapop16@gmail.com

[2] Pós-doutora em História pela Unicamp (2006-2007). Membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em História (UEM – Universidade Estadual de Maringá, desde sua criação. E-mail sandrapelegrini@yahoo.com.br

[3] Colonos – Segundo Pozzobon (2006, p.53) "o sistema de colonato adotado na época era um regime de trabalho que proporcionava oportunidade de trabalho e renda de maneira a se tornarem proprietários de terras em pouco tempo (...) a remuneração era fixa por mil pés de café e outra por sacas de café colhido"

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1 – Maria e José Frigo

Fonte: Acervo Nivaldo Frigo

Uma reviravolta no mercado cafeeiro fez os produtores, e, consequentemente os colonos, sofrer as consequências dos preços baixos pagos pela saca do café, alto custo na produção, aliada à uma forte geada, fatores que começaram a traçar novos rumos para a cafeicultura paulista. A superprodução da safra no início da década de 1900, estimada em 20 milhões de sacas, para uma demanda mundial bem abaixo desse índice, provocou um acúmulo do estoque, o que se intensificou nos anos seguintes. É a lei de mercado, alta oferta, preços baixos.

Em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo,* Monbeig (1998) ressalta que a marcha do café, que até então era um movimento otimista, perdeu forças e deixou de avançar e abrir novas áreas no estado. Os Estados Unidos, um dos principais importadores do café brasileiro, sofre com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e deixou de comprar o produto, trazendo consequências graves para o Brasil e para a cafeicultura. Muitos foram à falência.

Segundo Pozzobon (2006, p. 35), esse episódio acarretou "uma grave depressão econômica de âmbito mundial, baixa demanda de café e preços aviltados. Esse foi o período mais crítico da história da cafeicultura". Para contornar a situação, o governo Vargas toma uma medida extrema: a queima de 80 milhões de sacas ao longo de 1931, atitude reprovada por muitos políticos da época e que vai dar novos rumos ao cenário político e econômico.

Em 1932, uma intervenção federal proibiu novos plantios em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Diante desse quadro, Pozzobon (2006) afirma que o norte do Paraná se tornou a nova 'terra prometida' com forte poder de atração para o plantio do café. Muitas famílias deslocaram-

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

se das fazendas de São Paulo, das mais variadas regiões do estado para o norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP soube aproveitar muito bem o declínio da cafeicultura paulista e conquistar compradores e colonos para as terras que estava comercializando. Monbeig (1998, p. 260) ressalta que a "liberdade de plantar no Paraná lhes deixava a porta aberta e eles aproveitaram. (...) O café atravessou o rio Tibagi, quando os ingleses puseram à venda as terras de Londrina e região, que a partir de 1935-37, tornou-se a grande área produtora do norte do Paraná". Ao lado de Londrina, Rolândia estava despontando-se como uma localidade promissora para a cafeicultura. A família Frigo não teve dúvidas e acompanhou essa mudança: trocou as terras paulistas pelas terras paranaenses.

Em terras paranaenses

Duas fotografias do álbum de família foram o ponto de partida para que os netos de José e Maria Frigo – Irene, Nivaldo e Antônio contassem a trajetória da família. Parafraseando Barthes (2017), as fotografias da inauguração da Capela São Pedro (Figura 3) e da primeira turma da Primeira Comunhão (Figura 7) são suas "Ariadne", que puxaram o fio da memória e trouxeram à tona histórias silenciadas pelo tempo. Ou nas palavras de Kossoy (2016, p. 47) "a imagem fotográfica é o relê que aciona nossa imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível)".

Nivaldo e Antônio contam que seu pai, Ricardo Frigo, o filho mais velho, foi o primeiro da família a deixar o estado de São Paulo. "Veio com a mulher, minha avó Maria Danegute, os filhos e o sogro, meu bisavô, para o Paraná, trabalhar na fazenda da família dos Chinaglia, no Km 9, em Cambé/PR", lembra Nivaldo. "Em poucos anos conseguiu juntar dinheiro e, em parceira com meu avô José, compraram o sítio da família na Gleba do Ribeirão Vermelho, em Rolândia, hoje conhecida como Deizinho do Vermelho, em 1937. O sítio está comigo até hoje", pontua Nivaldo que, na divisão da herança adquiriu a parte dos outros irmãos. "Meu pai continuou com o sogro em Cambé e meu avô e o tio Domingos vieram para o Deizinho abrir o sítio" lembra Antônio.

Derrubaram a mata no serrador (não havia motosserra), construíram um rancho de palmito, árvore abundante na época, que desempenhou um papel importante nos primeiros anos do desbravamento servindo de alimento e matéria prima para a construção e cobertura das casas e, ainda, de colchão. Segundo Schwengber (2003, p. 15), esse era o cenário da época: "uma clareira aberta na mata virgem. Uma estrada rudimentar. O cavalo como meio de transporte mais acessível. O rancho de palmito, evidenciando o propósito de fixação do homem à terra".

Tudo pronto (ou quase), era hora de trazer toda a família. Mudança e família no mesmo caminhão, levaram horas para chegar até aqui. "Enfrentaram muitas dificuldades, estradas que pareciam "picadas" abertas na mata, poeira da terra vermelha, nuvem de fumaça das queimadas. Mas a vontade de vencer era bem maior que os percalços enfrentados pelo caminho", conta Nivaldo.

Aos poucos, a mata foi substituída pelo cafezal e, a primeira colheita começou cinco anos após o plantio. Era comum a plantação de milho, feijão e arroz entre as ruas do café para o sustento da família. "Depois de dois anos, em 1939, meu pai veio com a família morar no Deizinho para ajudar meu avô e o tio Domingos na formação do sítio", lembra Antônio.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Lembraram também das dificuldades enfrentadas pela família, histórias contadas pelo pai e pelo avô. "Comeram muita polenta com feijão", ressalta Nivaldo. "O sal era produto raro por aqui, não tinha para vender. Iam a pé até Jataizinho, cerca de 80km ida e volta. Saiam de madrugada, ainda escuro e voltavam no final da tarde. Enfrentavam o frio e os perigos da estrada. Colocavam fogo numa folha de coqueiro e a arrastavam acesa para espantar as onças. Eram muitas. Geralmente iam em quatro ou cinco pessoas, um de cada família. De vez em quando cruzavam no caminho com o caminhão da CTNP, mas a maior parte da viagem era só o grupo solitário em meio à mata. Meu pai, como era o mais velho, era o encarregado de fazer essa viagem. Muito sofrida. Fizeram essa vida por três anos, depois conseguiram comprar uma égua. Meu pai ficou feliz da vida com a compra do animal, agora seria mais rápido ir até Jataizinho buscar o sal e outros mantimentos que não eram produzidos na propriedade", conta Antônio.

A capela

José e Maria, de família católica, sensibilizaram-se com as netas, filhas do Domingos, que percorriam a pé o trajeto entre o Deizinho e a igreja do Bartira, comunidade vizinha, para assistirem à missa aos domingos. Irene conta que andavam 5km na estrada de terra. "Saíamos cedo para chegar à celebração que começava às 8 horas. Muitas vezes, tínhamos tomado só um golinho de café, o que tornava a volta complicada. Sorte quando encontrávamos uma goiabeira no caminho para enganar a fome até chegar em casa para o almoço". A menorzinha da turma, Irene lembra que sempre ficava para trás: "Eu era pequenininha, amarelinha e doentinha, difícil acompanhar os outros (risos). Mas valia a pena. Para nós aquilo era uma novidade. Como era linda aquela igreja!"

Seu avô tinha um terreno na beira da estrada, com algumas bananeiras e uma pequena plantação de cana-de-açúcar, usada para alimentar o gado, que ficava ao lado da venda. Foi esse terreno que ele doou para a construção da capela. Em pouco tempo, um grupo de pessoas da comunidade limpou e plainou todo o terreno, cortou a cana e deixou preparado para o início da construção.

Ao ver a fotografia da inauguração da capela, emocionado, Antônio recordou o dia da visita do bispo, no final de 1953. "Eu tinha uns nove anos. Me lembro perfeitamente do padre Carlos Bonetta, segundo vigário de Rolândia e o bispo Dom Geraldo Proença Sigaud, de Jacarezinho[4], chegando e estacionando o carro na venda. Nesse dia, o bispo abençoou o local e fizeram o lançamento da pedra fundamental." Irene recorda também desse dia: "Eu tinha uns oito anos. Aqui era uma cidade[5], tinha muita gente. Fizeram um círculo em volta do bispo e ele perguntou

[4] Londrina e região pertenciam à Diocese de Jacarezinho. Somente em 1956, Londrina é elevada à Diocese e Dom Geraldo Fernandes Bijos é nomeado como seu primeiro bispo.

[5] A lavoura do café exige um grande número de pessoas, porque seu processo de produção é todo manual. Pozzobon (2006, p 78) explica as etapas: "arruação (limpeza do terreno soba a saia do café), derriça (colheita), abanado para separar folhas e terra, ensacado" e levado para o terreirão para secar, durante o dia espalha, à noite faz os montes e cobre com encerado. Numa propriedade de 10 alqueire, por exemplo, tem aproximadamente 20 mil pés de café.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

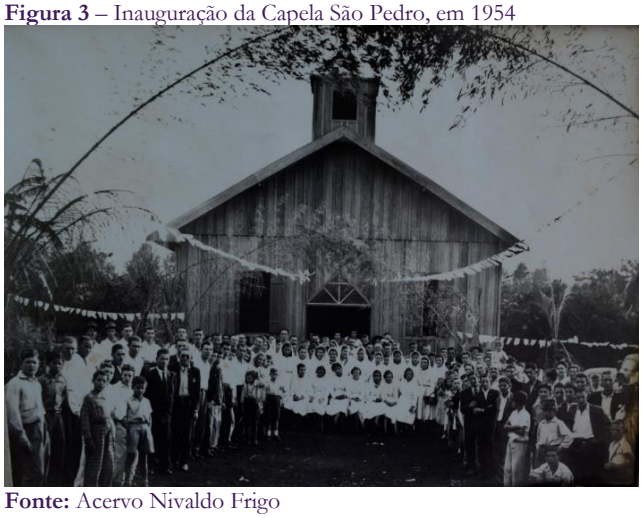
ao meu avô qual seria o padroeiro da capela. Meu avô respondeu que seria São Pedro, porque ele negociou a compra do sítio no dia do Santo, em 29 de junho".
Terminada a cerimônia, um grupo de moradores da comunidade logo se reuniu e formou uma comissão (Figura 2), que ficou responsável pela obra da capela. Foram realizadas campanhas dentro das propriedades para doação de material ou dia de serviço, além dos bancos e das imagens dos santos. Contrataram dois carpinteiros: os irmãos Hilário e Roberto Bosqui, de Cambé, cunhados do Frederico Lovato, um dos membros da comissão.

Figura 2 – Comissão responsável pela construção da capela, no dia da inauguração: Em pé, da esquerda para a direita: Antônio Daines, Ricardo Frigo, Frederico Lovato, Silvio Daines, Antônio Gozi e Luiz Bugo. Sentados: Maria e José Frigo

Fonte: Acervo Nivaldo Frigo

Antônio era menino e acompanhou a obra de perto. "Eu era curioso, gostava de acompanhar tudo e ajudava levando água para os carpinteiros. Deve ter levado uns dois meses para ficar pronta. Era um pouco menor de como está hoje e tinha uma torrinha com o sino. No dia da inauguração foi celebrada uma missa" (Figura 3).

Figura 3 – Inauguração da Capela São Pedro, em 1954



Fonte: Acervo Nivaldo Frigo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A construção da capela intensificou não só a prática religiosa, como também a vida social dos moradores da comunidade. As missas, os terços e as quermesses viraram ponto de sociabilidade e fortaleceram os laços entre as famílias. Todo mês de junho, e permanece até hoje, é realizada a festa do padroeiro, com missa, procissão, levantamento do mastro e confraternização. E, nos dois finais de semana seguintes, tem almoço com renda revertida para a manutenção da capela. Muitos namoros começaram durante essas festas.

No coreto (Figura 4), construído ao lado da capela eram realizados os leilões e a famosa barraca do coelho, quem acertasse em qual casinha o coelho iria entrar, ganhava um brinde. Aos domingos, o coreto virava o cinema. Os filmes, principalmente do Mazzaropi, eram projetados do coreto para a parede da igreja. Em pouco tempo a capela ficou pequena para o número de fiéis que a frequentava. Três anos depois ampliaram a capela. "Precisou aumentar a parte da frente, trouxeram o sino para a entrada e na parte de trás construíram a sacristia e o quarto do padre. Tiveram que mudar o sino de local, ele ficava em cima do telhado e começou dar problemas de infiltração quando chovia. Silvio Mazei, era o presidente da comissão da capela na época e resolveu construir outra torre para abrigar o sino", destaca Antônio (Figura 5).

Figura 4 – Coreto construído à direita da capela

Fonte: Acervo Diva Consani

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 5 – À direita , torre da igreja após a primeira reforma. Procissão no mês de maio, Coroação de Nossa Senhora

Fonte: Acervo Diva Consani

Na festa de 1968, sob a direção de Alberto Zabini, instalaram uma antena para colocar o alto-falante. Nivaldo Frigo conta que gostou tanto de fazer a locução no serviço de alto-falante, que quando se mudou para Cambé, trabalhou 12 anos como radialista. "Foi lá que aprendi a falar ao microfone. Este serviço animou ainda mais as festas e quermesses da capela, os casais pediam música e ofereciam um para o outro, havia também o famoso correio elegante, que eram mensagens e recadinhos, em geral com teor amoroso, direcionado à pessoa que se estava interessado". O serviço de alto-falante também anunciava o falecimento de pessoas da comunidade, e, com trilha sonora própria, antecipava que não se tratava de boa notícia.

No final da década de 1960 mais uma reforma (Figura 6). "O presidente na época era Pedro Miotto e meu tio Domingos Frigo também era da diretoria. O sino apresentou problema na corda que o segurava e nos parafusos que o fixavam. Como não era a primeira vez, por segurança, resolveram desmanchar a torre, e colocar o sino embaixo do telhado, no fundo da capela, onde está até hoje", conta Antônio. "As pessoas costumavam ficar na varandinha, conversando, antes de começar a missa ou o terço. O sino pesava uns 15 quilos e, se despencasse, poderia acontecer uma tragédia", lembra Antônio. O cruzeiro, que aparece na imagem, foi doação de missionários que passaram pela comunidade no final da década de 1960, no qual, estava escrito 'Salve a tua Alma".

Figura 6 – Capela após a reforma no final da década de 1960

Fonte: Acervo Igreja Matriz de Rolândia

Em 1971, ainda não havia energia elétrica na comunidade. A renda da Festa de São Pedro daquele ano foi para comprar um novo motor, a óleo diesel, para a geração de energia.
A energia chegou ao Deizinho somente no ano seguinte, em 1972.

Primeira turma da Primeira Comunhão

A fotografia da primeira turma da Primeira Comunhão foi um passaporte para o passado. Através dela, Irene e Antônio Frigo lembraram de momentos vividos na comunidade do Deizinho do Vermelho. A fotografia acionou o "gatilho da memória" [6] e trouxe à tona histórias latentes, que extrapolaram o retângulo da imagem. Cada relato foi importante para recuperar mais detalhes da história da comunidade. Suas histórias pessoais confundem-se com a própria história do Deizinho. São peças de um mosaico, importantes para reconstruir a narrativa de uma época.

> A imagem fotográfica funciona, na realidade, como um espelho cultural, que tanto informa quanto constrói interpretações sobre os objetos e sujeitos fotografados. Dentre a multiplicidade de usos e funções a ela atribuída, há que se celebrar e difundir a memória coletiva de grupos sociais e sua capacidade de definir perfis socioculturais de resgatar e desvendar histórias latentes. É a fotografia sendo alçada à condição de documento histórico. (BORGES, 2011, p.92).

[6] O uso da fotografia como gatilho disparadora da memória é uma metodologia de pesquisa, criada pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História,* sob a coordenação do professor Paulo Boni, da Universidade Estadual de Londrina, que alia história oral à fotografia e que vem apresentando resultados positivos para obter informações que antes, em depoimentos comuns, poderiam ficar à margem da memória. Os pesquisadores usam a fotografia como um meio de "viajar no tempo" e de instigar lembranças.

No dia do lançamento da pedra fundamental da capela, bispo Dom Geraldo Sigaud ficou impressionado com o número de crianças na comunidade e solicitou que já providenciassem a catequese. "Enquanto a capela fica pronta, as crianças vão se preparando para receber a primeira comunhão". A primeira turma fez a Primeira Comunhão no final de 1954 (Figura 7). Irene Frigo está nessa fotografia e foi a primeira entrevistada. Das 42 pessoas que estão na fotografia, ela identificou 40 com nome e sobrenome. Oito já faleceram e das 34 vivas, 11 foram encontradas até o momento. A emoção desses depoimentos e as histórias revividas, proporcionaram à Irene um reencontro com sua criança de 1954. Fotografada após a entrevista indica no *banner* o lugar que estava na imagem do passado.

Figura 7 - Na primeira fila, da esquerda para à direita: Maurício Vituri, João Luiz de Paula, Paulo Fontana, João Vituri, José Elias, José Aparecido Frigo, Armando Rodrigues, Genésio Vieira, Irineu Lovato, José Da Ines, Antônio Pereira, Laurindo Mazei, Antônio Frigo, Dirceu Rodrigues, João Catamuro e Valdomiro Caire. Na segunda fila: Maria Contarte, Angelina Fontana, Maria Aparecida Daines, Maria Antônia Pereira, Margarida Bueno, Josefa Elias, Denízia Rodrigues, Alzira Frigo, Aurora Gozi, Carmem Pietro e Lúcia Frigo. Sentados: Conceição Caire, Irene Frigo, Leonilda Mazei, Lourdes Gozi, Enedina Vituri, Padre Francisco Foglia, coroinha Celestino Lovato, Laurice Zabini, Natalina Milan, Encarnação Navarro, Iraci Alves, Viceia Lovato, Doroteia Rodrigues, Maria Aparecida Alves e Helena Frigo

Fonte: Acervo de Nivaldo Frigo

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Irene Frigo

Figura 8 – Irene Frigo Zabini

Fotografia: Cássia Popolin, tomada em 13 de outubro de 2020
Fonte: Acervo pessoal da autora

Ao ver a fotografia, Irene (Figura 8) ficou admirada e disse "Meu Deus do céu". Silêncio e emoção misturavam-se no reencontro com seu passado. Ela não tinha essa fotografia. Passando os olhos na fotografia, reconheceu um a um. "Esse é o Maurício Viture. Essa menina aqui, a Maria Aparecida, é surda e muda, ela faz aniversário dia 23 de julho e eu dia 22. Morava aqui vizinha, está no Mato Grosso e faz um ano que ela veio me visitar. João Luis é irmão da Joaninha, minha cunhada. Meu irmão José Aparecido Frigo, coitadinho, está na cama. José Daines, faz uns dois meses que ele morreu. Jesus amado! esse não me lembro o nome", espanta-se Irene por não se recordar do amigo que estava na fotografia. Como diz Pollak (1989, p.8) "existem nas lembranças zonas de sombras, silêncios e "não-ditos", ei aí uma explicação: Antônio, o menino da foto e sua irmã Maria Antônia, moravam no Caiubi, bairro vizinho ao Deizinho. Não frequentaram as aulas de catecismo porque uma comunidade ficava longe da outra, a mãe foi catequista deles. Vieram somente para o dia da Primeira Comunhão. Não houve experiência vivida, não houve laços guardados na memória.

E continuou reconhecendo "Laurindo Mazei, irmão da Leonilda. Ele faleceu de acidente aqui perto de casa. Meu primo Antônio Frigo, mora em Cambé. Valdomiro Caires, é primo do Zé, agora é meu primo também. Maria Contarte, essa menina foi criada sem a mãe, mas pensa numa menina boa, éramos amigas da escola, sabe Deus onde ela está. Angelina Fontana, mora em Cambé, anda de bengala, coitadinha. É irmã do Paulo. Conceição Caire, irmã do Valdomiro. Eu e a Leonilda Mazei, Lourdes Gozzi, Enedina Viture. Laurice Zabini,

minha cunhada, mora em Cambé. Vilcéa Lovato, irmã do Irineu, mora em Paranaguá, queria tanto ver ela, íamos juntas para a escola. Natalina Milan, Encarnação Navarro. Iraci Alves é minha prima, mas já faleceu. Doroteia Rodrigues é irmã do Dirceu, do Armando e da profa. Diva. Maria Aparecida Alves, Helena Frigo, minha prima, já faleceu também. Padre Francisco Foglia e o coroinha é o Celestino Lovato, seu primo. Daqui a pouco a gente é parente (risos), na lei de Deus nós somos mesmo. E as catequistas, Denísia Rodrigues, também já faleceu. Alzira Frigo é minha irmã e mora em Pitangueiras, Aurora Gozi, veio semana passada aqui em casa, está morando em Toledo/PR. Carmem Pietro, falecida também. E a Luzia Frigo, minha prima, irmã do Nivaldo e do Antônio".

Quando perguntada, como foi a vida da menina de 1954, Irene respondeu: "depois que fiz a Primeira Comunhão, entrei para a Cruzadinha e depois para as Filhas de Maria, éramos em umas trinta e oito moças. Quando entrávamos na igreja, era aquela nuvem, coisa mais linda, e depois participei do Apostolado". Irene é a segunda filha, de nove irmãos, filhos de Domingos Frigo e Olívia Deganute Frigo. As memórias entrelaçando-se numa sequência de afetos, nesse momento foi buscar uma fotografia da família (Figura 9).

"Sou essa menina, em pé à direita, estava com doze anos, mas olha bem o que minha mãe fez no meu cabelo, queria me cortar da foto!". Dessa vez o silêncio era indignação. A fotografia tinha perpetuado um momento da infância que não lhe trazia boas lembranças. Mas estava ali, como testemunha do tempo, do passado imutável. Tantos anos depois e ela reviveu vontade de "cortar" aquela cena da sua história. Como afirma Kossoy (2014, p. 32) "É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informação e detonador de emoções".

A comunidade do Deizinho pertence a Rolândia, mas está mais próxima de Cambé, "preferíamos fazer compras, ir ao médico, casar e até tirar fotografias da família no Foto Moderno, de Taketoshi Assanuma", conta Irene. Nesta imagem, relata que a mãe estava grávida do oitavo filho, o Rozildo e depois dele nasceu o Antônio Isauri. As roupas da família foram costuradas pela mãe. Era costume fazer várias peças com a mesma estampa, comprando a embalagem fechada do tecido. Os quatro meninos estão vestidos iguais. "Minha irmã mais velha é a Alzirinha e a pequenininha é a Maria Elvira. Nesse dia da fotografia fomos de carroça para Cambé. Quando o pai comprou a carroça e o cavalo Lambari, foi uma alegria. Podíamos agora passear a família toda e irmos juntos à casa da minha avó em São Martinho", recorda Irene. "Com a carroça meu pai também podia ir à cidade e comprar saco de açúcar e farinha fechados. Depois abríamos o saco e fazíamos toalhas de mesa, o tecido era muito bom, tenho delas até hoje."

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 9 – Irene Frigo (primeira à direita) com os pais e irmãos

Fotografia: Taketoshi Assanuma. **Fonte:** Acervo de Irene Frigo

Irene trouxe também sua fotografia de casamento. "Esta fotografia também foi tirada no Foto Moderno (Figura 10), em 1961". Uma fotografia, muitas lembranças. Irene conta que, na verdade, fizeram apenas duas fotografias, mas infelizmente uma delas "queimou". "Falei para o Zé que queria me vestir de noiva de novo e ir até lá fazer outras fotografias, outras poses, eu sentada e ele em pé", mas não foi possível, e a vontade ficou entre as memórias desse dia. Rever essa fotografia fez Irene lembrar dos detalhes do seu vestido, da loja onde comprou o tecido, da costureira. Casava-se muito jovem. "Eu tinha 18 anos e meu marido 19. Tudo muito simples, mas muito especial. Meu vestido e o buquê eram lindos. Foram 18 metros de tecido, minha mãe comprou na Casa Brasil, em Cambé e uma conhecida, dona Antônia, que costurou. A maquiagem eu mesma que fiz: passei pó e batom", conta Irene.

Figura 10 – Casamento Irene Frigo e José Zabini, em 16 de novembro de 1961

Fotografia: Taketoshi Assanuma. **Fonte:** Acervo de Irene Frigo

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Irene e José nunca saíram da comunidade do Deizinho do Vermelho, moram no mesmo sítio desde que se casaram, e foi onde seu marido nasceu. Ainda vivem da cafeicultura. São felizes ali. "Aqui, aos domingos, é uma festa. Minha família sempre vem em casa. Almoçamos juntos, depois tomamos o café da tarde. Minha alegria é ver a família reunida". Perguntada se já pensaram em se mudar para a cidade, ela respondeu: "se eu tirar o Zé daqui, ele morre".

Antônio Frigo

Figura 11 – Antônio Frigo

Fotografia: Cássia Popolin, tomada em 29 de outubro de 2020. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Antônio Frigo (Figura 11) é o quarto, de dez filhos – Maria Aparecida, Luzia, Lídia, Antônio, João, Helena, Nivaldo, Luís Carlos, Maria Antônia e Claudemir - do casal Ricardo e Maria Frigo (Figura 12). Diante da fotografia da primeira turma da Primeira comunhão, emocionado ele disse: "Filha, isso aqui tá valendo ouro". Sobre as lembranças que o menino de 1954 tem do Deizinho, ele disse: "Lembro até hoje o bispo chegando para o lançamento da pedra fundamental da capela, meu pai o acompanhando até o terreno e eu fiquei tomando conta da venda. Lembro da construção, eu menino, com nove anos, vendo tudo aquilo. Estudei até o terceiro ano na Escolinha do Deizinho, aquele tempo tinha só até a terceira série aqui. Meu primeiro professor foi o Antônio Goes. A quarta série fiz em Rolândia, em 1957".

Conheceu sua mulher, Nair Lopes, no Deizinho. "Estudamos juntos na escolinha, dona Guiomar foi nossa professora. Depois seus pais se mudaram para Lobato/PR e anos mais tarde para o Estado de São Paulo. Quando ela voltou a morar no Deizinho, já estávamos mocinhos. Fomos nos rever durante uma quermesse, nos encontramos na varanda da torre da capela (risos). Olhei para ela e perguntei: você é a Nair? E ela disse que sim. No final da festa pedi se podia acompanhá-la até em casa, porque conversar ali na festa ficava todo mundo de olho", lembrou sorrindo. "Na primeira vez, fui até à porteira do sítio vizinho. Na segunda vez, fui até a ponte. Na quinta vez já

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tínhamos certeza que a mãe dela não daria bronca e cheguei até quase na casa. E começamos a namorar. Casamos na igreja Matriz em Rolândia, em 1963. Eu estava com 18 e ela com 19, temos um casal de filhos. Moramos aqui em Cambé já faz um tempo. Fiz curso de corretor de imóveis e trabalhei muitos anos no ramo".

Figura 12 – Da esquerda para a direita: Encarnação, Luiz Carlos, João, Alícia, Marileide, Nivaldo, Nair, Antônio, Ricardo, Maria, Edinaura, Claudemir, Luzia, João, Maria Aparecida, Antenor, Maria Antônia, Natal, Helena e Lídia.

Fonte: Acervo de Nivaldo Frigo

Festa de São Pedro

Dia 29 de junho é feriado na comunidade. Há 67 anos, ininterruptamente, celebram o dia do padroeiro, São Pedro. Em 2020 e 2021, mesmo com a pandemia, realizaram a missa e levantaram o mastro[7], usando máscara e mantendo o distanciamento social. Não houve procissão, nem a confraternização. Em 2019 foi a última festividade completa, com todos os ritos, desde a limpeza do salão de festas, procissão, missa, levantamento do mastro até a confraternização. Na fotografia, a sequência de imagens da comemoração (Figura 13). Andrea Zabini (à direita) colando as flores no quadro que seria colocado do mastro. Autodidata, ela mesma pintou o São Pedro. No salão, ao lado da capela, homens e mulheres finalizado a limpeza e acertando os últimos detalhes. Outro grupo de mulheres preparava o quentão, pipoca, buraco quente (pão com carne moída) e o famoso e tradicional chá de amendoim, pratos típicos das festas juninas. Tudo seria servido após a missa, numa grande confraternização.

[7] O levantamento do mastro é uma tradição ancestral, de origem pagã, originalmente celebrada em diversos países da Europa, simboliza a força e a fertilidade masculina. Atualmente é para agradecer ao santo pela boa colheita.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figuras 13 – Preparativos para a festa de São Pedro

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 29 de junho de 2019. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Na capela, tudo pronto. Bandeirinhas de papel decorando a entrada, cena que se repete desde sua inauguração em 1954. Aos poucos, surgem a pé moradores vindos dos sítios; a poeira no alto da estrada anuncia a chegada de carros dos fiéis vindos das cidades de Rolândia e Cambé. São antigos moradores ou amigos que todos os anos participam da celebração. Os homens carregam a imagem e puxam a procissão. Entoando canções de louvor, a comunidade segue São Pedro. Caminham pela estrada de terra e retornam à capela para a missa. Antes da chegada, o padre vai abençoando as gerações – homens, mulheres e crianças - que se misturam e se unem no mesmo ato de devoção (Figura 14).

A procissão (palavra derivada do latim *procedere* significa ir adiante, caminhar) é um ritual muito antigo, praticado por diversas religiões, com várias referências em passagens bíblicas[8]. As pessoas caminham de maneira formal ou cerimonial, em marcha solene pelas ruas ou pela estrada da localidade, entoando orações e cânticos religiosos. Segundo a crença, as pessoas e os locais ficariam abençoados com a sua passagem. Souza (2013, p.44) afirma que "a procissão simboliza o pertencimento dos fiéis à igreja".

[8] Josué 6-4 "sete sacerdotes, tocando sete trombetas, irão adiante da arca. No sétimo dia dareis sete vezes volta à cidade, tocando os sacerdotes a trombeta".

Figuras 14 – Capela, procissão, bênção e missa

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 29 de junho de 2019. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Ao final da missa, o padre abençoa o quadro de São Pedro, que é levado até o mastro. Sob as luzes multicoloridas de fogos de artifício, os homens da comunidade levantam a imagem para abençoar as famílias e agradecer pela colheita. É tradição, crianças e mulheres baterem a terra em volta do mastro, num gesto de participação, integração e esforço mútuo (Figura 15).

Figuras 15 – Bênção e rituais do levantamento do mastro

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 29 de junho de 2019. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Para finalizar as comemorações do padroeiro, toda comunidade participa da confraternização no salão comunitário (Figura 16). Bolos e doces são trazidos pelos moradores.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 16 - Confraternização

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 29 de junho de 2019. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Manutenção da capela

O autor chinês Yi-Fu Tuan (1983) criou o termo topofilia para designar "todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material". O amor, o carinho e o cuidado são visíveis na comunidade do Deizinho e são responsáveis pelos seus 67 anos de atividades ininterruptas capela em 2021. Desde os primeiros contatos com a comunidade foi possível perceber todo o afeto das pessoas nos depoimentos, na narrativa de suas recordações e das fotografias. As comissões da igreja, até o momento formadas só pelos homens, são responsáveis pela manutenção da estrutura física da igreja, como reformas, ampliações, adequação dos sistemas hidráulico e elétrico, pinturas, entre outros.

Às mulheres, cabe a tarefa de zelar pela limpeza e decoração da capela, montando o presépio na época do Natal. Elas se dividem em grupos e cada sábado uma equipe é responsável pela limpeza. O piso ainda é vermelhão e requer cera, enceradeira e escovão para manter o brilho. Na Figura 17, as responsáveis pela limpeza eram Andrea Trujilio Zabini, Cidinha Scramim Chiconato e Aparecida Mioto. Em um segundo momento, a equipe responsável era composta por Sueli Silva Miotto, Amanda Miotto, Valéria Brusaferri Zabini, Adriana Rocha e Neusa Caetano Kressin.

Figura 17: Manutenção impecável da Capela

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 21 de novembro de 2020 e 24 de abril de 2021. **Fonte:** Acervo pessoal da autora

Celebração de missas

As missas (Figura 18) mensais ainda fazem parte da programação de atividades da capela: na segunda sexta-feira do mês, às 20h e no quarto domingo, às 15h. Monsenhor José conta que seu carinho pelo Deizinho é antigo. "Celebro missa aqui desde que cheguei em Rolândia. Meu primeiro contato com a comunidade rural foi no Ribeirão Vermelho. Era seminarista em Curitiba e vim passar férias em Rolândia, em julho de 1962, e acompanhei o padre Carlos Bonetta, segundo vigário da paróquia", lembra. "Fui com ele de jipe rezar missa na Capela São Pedro e me apaixonei por aquele povo simples e bom. Acompanhei padre Bonetta até as propriedades para fazer uma campanha do café. Os produtores doavam sacas de café que ajudavam nas despesas da paróquia. Fiquei impressionado com a fé da comunidade. À tardinha, paravam de arruar o café, sentavam no meio fio do terreirão para rezar o terço, era um costume e uma tradição daquela época. Que saudade", destaca Monsenhor. "Tantos anos frequentando a comunidade, mas não conhecia as fotografias da inauguração da capela e da primeira turma da primeira comunhão. Fotos belíssimas."

Sobre os grupos da igreja, Monsenhor explicou que "são agrupamentos dos fiéis. Por exemplo, a Cruzadinha, reunia os adolescentes depois que faziam a Primeira Comunhão, a cor da fita e da bandeira era amarela e branca, cores do Papa; as Filhas de Maria (Figura 19), era para as moças solteiras, hoje não tem mais esse grupo na igreja; Marianinho, para os moços solteiros e Marianos (Figura 20), para os homens casados. Os três movimentos usam fitas azuis, representando o manto de Nossa Senhora. Apostolado (Figura 21), para as senhoras casadas e a fita vermelha, simboliza

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o amor e o coração de Jesus". A Capela do Deizinho foi muito atuante, com grupos numerosos e participação ativa nas celebrações e eventos da comunidade.

Figura 18 – Missa celebrada em 23 de fevereiro de 2020, às 15h. E para manter a tradição, tubaína na Venda, na saída da missa

Fotografias: Cássia Popolin, tomadas em 23 de fevereiro de 2020
Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 19 – Filhas de Maria do Deizinho, grupo das moças solteiras, com o bispo Dom Geraldo Fernandes Bijos, primeiro bispo de Londrina. Era obrigatório o uso do véu, roupa de manga comprida, branca e fita no pescoço

Fonte: Acervo de Encarnação Navarro

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 20 – Marianinhos e Marianos. Ocasião solene para eles, por isso o uso do terno

Fonte: Acervo de Nivaldo Frigo

Figura 21 – Apostolado, grupo das senhoras casadas, usam véu preto e fita vermelha. Da esquerda para a direita, em cima: a primeira não identificamos, Zélia Caixeta, Olívia Deganute Frigo, Teresa Cardoso Zabini, Teresa Caixeta e Juraci. Em baixo: Maria Bueno, Maria Frigo, Clotilde, Domingas Sete, Hermínia de Paula, Maria Deganute Frigo. Sentados: Aparecida Frigo Carraro, Dom Geraldo Fernandes Bijos e Joana Aparecida Gonçalves Zabini

Fonte: Acervo de Nivaldo Frigo

Bodas

Irene Frigo conta que ela e o marido nasceram no Deizinho, cresceram na mesma comunidade, mas não se falavam. "Aquele tempo nós não convivíamos com os meninos, não conversávamos com eles. Eu era amiga da irmã dele, a Nice". Quando terminaram a terceira série, ele ficou ali no

sítio, ajudando o pai e ela foi para São Martinho (Distrito de Rolândia), ficar na casa da avó para cursar a 4ª série e aprender a costurar. "Um domingo, vim na missa com um vestido rosa, de nylon, que eu costurei. Aquele vestido era novidade aqui. Meu marido conta que quando me viu, falou para o Zé Milan que eu tinha ficado uma moça bonita. Mas só três anos depois, eu já estava com 17, num dia de via sacra[9], que ele veio conversar comigo, primeira vez na vida. Minha mãe não tinha ido naquele dia, eu estava só com meus irmãos. Pedi a eles que não contassem para ela que eu tinha conversado como Zé Zabini, pelo amor de Deus vocês não contam", lembra Irene. Mas, poucos dias depois, um de seus irmãos quebrou a promessa, e contou para a mãe. "Ela só ficou preocupada porque disse que em breve ele iria servir o governo e eu ficaria chorando. E palavra de mãe, pode escrever. Pouco tempo depois veio a chamada e ele foi. Mas antes, foi em casa falar com meu pai e me pedir em namoro. Ele ficou 10 meses em Santa Catarina, nesse meio tempo veio me visitar duas vezes. Não namoramos quase nada. Assim que ele chegou, nos casamos, eu com 18 e ele com 19, na igreja em Cambé. Nas minhas Bodas de Ouro, em 2011, comemoramos aqui na capela. Padre Zé não pode vir e quem celebrou foi o diácono Orlando e o ministro o João Chiconato, que também mora aqui no Deizinho". (Figura 22). Este ano (2021) celebram Bodas de Diamantes pelos 60 anos de casados.

Figura 22 – Celebração das Bodas de Ouro, José Zabini e Irene Frigo

Fonte: Acervo de Irene Frigo

Outro casal da comunidade que celebrou as Bodas de Ouro foi Nivaldo e Marileide Frigo. "Namoramos quatro anos e nos casamos no dia 12 de setembro de 1970 (completei 19 anos em outubro), na igreja matriz em Rolândia. Tivemos seis filhos, Milton, Regina, Ricardo, Carlos, Fernando e o Marcinho, que infelizmente faleceu aos 11 meses. Ano passado (2020) comemoramos as Bodas de Ouro e, devido à pandemia, foi restrita somente à família. Mas não poderia ser em outro lugar: na Capela do Deizinho. Padre Zé quem fez a celebração". (Figura 23)

[9] Cerimônia realizada na Quaresma, antes da Páscoa, que consiste em orar diante dos 14 quadros que representam o percurso que Jesus fez até o calvário.

Figura 23– Marileide e Nivaldo Frigo com a família e o Monsenhor José

Fotografia: Sandra Costa. **Fonte:** Acervo de Nivaldo Frigo

Considerações

Há 67 anos, o lançamento da pedra fundamental da Capela São Pedro, no Deizinho do Vermelho, em Rolândia-PR, mudaria os rumos da história da própria comunidade. Ao doar o terreno, a família Frigo não só fortaleceu a religiosidade e a devoção dos moradores daquela comunidade, como também estreitou laços de amizade e de sociabilidade, que vem sendo preservados por gerações. Das quatro capelas rurais, ainda em atividade no município, é a única que mantém a sua construção original e as comemorações anuais de seu padroeiro, graças ao comprometimento de seus moradores e ex-moradores que continuam ligados afetivamente com a localidade.

Invisibilizada pela história oficial do município até então, o Deizinho a partir dessa pesquisa compartilha suas memórias, extrapolando as margens do Ribeirão Vermelho e chegando até Portugal. Ao contrário da caixa de Pandora, as histórias dessa comunidade e de seus moradores deve ser acessada, desvendadas, pesquisadas e divulgadas, pois representa a preservação da própria História de Rolândia.

Como pesquisadores e historiadores devemos continuar nesse caminho incessante de desvendar histórias encobertas pela "poeira do tempo", termo usado por Kossoy (2014, p. 135) ou "assoprar a poeira" como prefere o escritor romeno Aharon Appelfeld e trazer à tona novas peças desse incrível quebra-cabeça chamado História.

Referências

BARTHES, Roland. Trad. Júlio Castañon Guimarães. **A Câmara Clara:** Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. **Os Tempos da Fotografia –** O efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

MONBEIG, Pierre. Trad. FRANÇA, Ary; SILVA, Raul de Andrade e. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná.** Londrina: Grafmark, 2006.

SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos históricos de Rolândia**. Cambé: Wgraf, 2003.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias milagre –** Aspectos do catolicismo popular. Natal: Editora IFRN, 2013.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

FONTES ORAIS

FRIGO, Antônio e Nivaldo. Entrevista concedida à autora na residência de Antônio, em Cambé. 29 de out. de 2020 (1h39'17"): gravação em áudio.

FRIGO, Irene. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, na Comunidade do Deizinho. 15 de jan. 2020 (2h06'37"): gravação em áudio.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SABERES E FAZERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS LITORÂNEAS DA REGIÃO DOS LAGOS A PARTIR DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE

Giovane do Nascimento[1]
Clara Mara Gonçalves Chaves[2]

A pesquisa aqui apresentada está inserida no Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, o qual se caracteriza como uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Se trata da cultura material e imaterial dos pescadores artesanais, de modo a recorrer-se à retomada de vivências culturais das comunidades pesqueiras litorâneas do Norte Fluminense e Região dos Lagos, mais especificamente nos municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, observando a relevância dos saberes e fazeres dessas comunidades no âmbito da tradição oral.

A Região dos Lagos, notadamente os municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, é caracterizada por forte movimentação turística, exploração de petróleo e recursos naturais e, principalmente, pela presença característica e atuante da pesca artesanal. Assim, para nós, interessa tematizar sobre os sujeitos dela partícipes, entendendo-os como sujeitos da ação levando em conta suas vivências, para compreender a produção de cultura tradicional da pesca refletindo sobre temas tais como o respeito, autonomia, criação e autocriação. Admite-se que o reconhecimento da produção cultural feita por essa comunidade tradicional, acarreta no reconhecimento do patrimônio cultural por eles produzido e, desta maneira, os saberes e fazeres da pesca artesanal encontrados sistematicamente em processo de silenciamento, encontram-se, por outro lado, em movimento de constante resistência.

A produção simbólica de sentidos fornecida pelos pescadores (as) aos seus saberes e fazeres cotidianos e a luta contra a violência simbólica foi notoriamente sentida em seus depoimentos. Assim como os mestres artesãos sentem a necessidade de repassar seu saber tradicional, as mulheres rendeiras veem seu trabalho como indispensáveis na construção de suas identidades e os pescadores emocionados ao falar do fado[3], antes cantado em sua comunidade pesqueira, demonstram como é importante a valorização destes saberes e fazeres, como forma de

[1] Doutor em Políticas Públicas e Formação Humanas (UERJ); Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) atuante no Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem (LEEL). giovane@uenf.br
[2] Pedagoga pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Agente de Desenvolvimento Socioambiental (IFF); Ex-bolsista de Iniciação Científica do PEA Pescarte. clarachaves55@gmail.com
[3] De canção tipicamente portuguesa à dança afro-brasileira, o Fado surge no Brasil em torno do século XVIII, caracterizando-se como uma dança sincopada, de origem afro-brasileira, concatenada aos tempos da escravatura, e que possui um sapateado conduzido ao som da viola e do adufe, atualmente substituído pelo pandeiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

reconhecimento dessas identidades como significativas socialmente. Não se trata de atentar-se somente aos saberes e fazeres dessas comunidades, se trata de olhar para os sujeitos da ação como produtores de algo expressivo, considerável e fundamental para a estruturação de uma heterogeneidade sócio-cultural efetiva.

Assim sendo, objetiva-se compreender sob quais bases se dá a formação das identidades culturais da pesca e do consequente processo de socialização. Tais grupos ou comunidades compartilham um modo de vida que é definido pela representatividade dos elementos culturais e apreendido pelo processo de socialização. A importância da vivência dessas práticas pelos membros de um grupo é a compreensão da identidade de uma comunidade, e é somente a partir dessas práticas vivenciadas que se torna possível criar, reinventar e autocriar-se diante da vida cotidiana. Quando pensamos sobre a formação dos grupos sociais, passamos a evidenciar especificidades, que são eixos norteadores para as relações sociais definidas, por isso, determinantes da forma de pensar, agir e sentir. Consequentemente, essas especificidades tornam-se sua marca, ou seja, são formadoras de sua identidade cultural. Sendo assim, nosso primeiro ponto é a definição do contexto da formação, do conceito cultura e dos elementos culturais para a identidade cultural e constituição da formação da diferença. Desse modo, iniciamos nossa reflexão, trazendo a contextualização do sentido da cultura e suas abordagens. A definição dessa abordagem nos faz entender que a cultura constitui as especificidades e é formadora de múltiplas identidades culturais, respaldando o sentido de diversidade cultural.

Cultura: olhares antropofilosóficos

A palavra *cultura*, ainda hoje, costuma ser usada, erroneamente, para definir se uma pessoa é ou não letrada, se possui ou não certo grau de escolaridade, se é ou não instruída, e, portanto, "culta". Contudo, atualmente, a ideia geral de *cultura* possui um amplo significado e vai além de uma determinação preconceituosa definida por parâmetros discriminatórios que dizem que estipulado grupo tem *cultura*, enquanto outros não a têm. Este conceito de *cultura* pautado em distinções com base na dominação de classe, nada tem a ver com o conceito que iremos tratar.

O conceito de *cultura* construído sob bases antropológicas é o conceito cultural empregado que mais se enquadra no que a pesquisa procura pelo fato de nos orientar a relatar, de maneira mais precisa, todas as formas de expressão de diferentes grupos sociais. Poderíamos, então, afirmar que cultura é a forma ou o modo comum de viver a vida cotidiana na sua totalidade por parte de um grupo humano. Essa inclui "comportamentos, conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos, aptidões, tanto adquiridos como herdados." (MASSENZIO, 2005, p. 72-76).

Tomando a definição de *cultura* acima como referência, a concepção de *cultura* imaterial é baseada, então, em processos simbólicos que ocorrem dentro de grupos sociais específicos. Para entendermos a cultura imaterial e os processos que a engendram, é necessário compreender que o formato acadêmico tendo como instrumentos a análise social não parece ser suficiente para caracterizar o aspecto imaterial e, portanto, tal como Ferreira Santos destaca em seu artigo em 2004 que: teríamos que sair um pouco das nossas práticas mais cartesianas e aristotélicas de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

conceituar, ou seja, nos desamarrar dos padrões clássicos da academia e nos apossar das amostras do campo e das colocações dos sujeitos estudados.

Todavia, como se preserva uma cultura imaterial? Como fazer outros sujeitos entenderem senão àqueles imersos no grupo social daquela subjetividade imaterial, o significado e importância de valorização de certa *cultura*?

Observa-se aqui, que as formas representativas simbólicas para se preservarem, necessitam de um constante acesso às suas particularidades e contínua vivência de sua representação. Para preservar o imaterial e conservar o valor simbólico se deve residir, coabitar no universo vivo das relações sociais, não somente no domínio daquele grupo particular que vivencia o simbolismo, mas no orbe social geral.

Aludir sobre a cultura imaterial diferencia-se também pela não continuidade dos bens culturais, pela não estabilidade desses bens, pela dimensão variável do ser humano. Quando ao olhar para uma forma representativa imaterial, como uma representação artística, seja musical ou artesanal, não se tem a certeza de que aquela representação manter-se-á com o tempo, que haverá uma continuidade histórica e muito menos uma ininterrupção do simbolismo ali envolto. O que dirá se essa expressão tornar-se-á constante e visível, dependerá dos agentes sociais inclusos no processo de subjetivação desta cultura imaterial, de como são vistos socialmente por estarem em determinada posição social cultural e de como as formas simbólicas são vistas por eles e pela sociedade.

Segundo GEERTZ (2000), compreender a cultura de um povo é expor sua normalidade sem reduzir suas particularidades. Os sistemas simbólicos de um povo são compreendidos a partir do sentido de seus traços culturais, referendados na cotidianidade de suas práticas, ou seja, não apenas entender a cultura como padrão determinante do comportamento de uma comunidade, mas também como um conjunto de mecanismos de controle, exemplificado por receitas, regras, instruções, que, na verdade, irão nortear a conduta dessa comunidade. Isso manifesta uma certa dependência por tais mecanismos que são programas culturais que culminam num ordenamento objetivo do comportamento para "estar no mundo". O "estar no mundo", propicia uma troca inter relacional a partir, fundamentalmente, da linguagem. É a partir de estruturas significantes mediadas por esta, que há variações e novas variáveis de um sistema significado, que é compartilhado entre os membros da comunidade. Ou seja, compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções. Eles são definidores e determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio histórico cultural. Devido a isso, esses elementos são recontados e reinterpretados permitindo a constituição da memória social individual e coletiva que está sempre sendo reconstruída, reinterpretada. A memória social e coletiva, então, está na contextualização histórica e é formadora da comunidade por intermediar as interações na dinâmica social, da comunidade pesqueira tradicional, possibilitando sua sobrevivência às adversidades da Modernidade.

Se percebe a importância da intersubjetividade na relação entre os sujeitos sociais. Essa intersubjetividade tem como alicerce um quadro de referências, o qual ainda é desenhado pela memória social e coletiva. A socialização realizada por meio da herança cultural permitiu, e ainda permite, que valores sejam rememorados e recontados nas suas narrativas intermediando as

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

interações cotidianas. Essas ainda hoje são peças de um grande quebra cabeça entre passado e presente e existência (sobrevivência) no futuro.

Formas simbólicas da cultura imaterial

Para identificarmos uma cultura imaterial de natureza simbólica, a investigação realizada sobre os agentes sociais deverá compreender que existem especificidades que conotam uma condição e organização palpável, tangível, que pode ser medida como qualquer outro objeto do mundo físico, enquanto existem outras propriedades de natureza intangível, incorpórea muito mais complexas de serem compreendidas e examinadas.

Os atores sociais dessas expressões simbólicas tal qual outros atores valorizados por sua expressão material, devem ser vistos como produtores de realidades sociais particulares, essenciais ao seu mundo. Entender essas formas de expressão e a distinção destas de outras formas, pela maioria daqueles que não as compreendem, ou que não as valorizem, seja por preconceito, ou ainda por ignorância, não serem capazes de cederem espaço à essas formas representativas, o que acarreta, muitas vezes, num reducionismo das formas de vida resultando, em muitos situações no que Bordieu denominou de *violência simbólica*.

Ora, se comparados os diferentes saberes em uma perspectiva não discriminatória, percebemos nitidamente que o formato simbólico das aptidões e práticas são apenas diversos entre si, mas, de forma alguma, superior ao outro. O conhecimento tradicional diferencia-se de outros conhecimentos por assentar-se em uma percepção de mundo trazida pela herança histórica, pelo patrimônio imaterial, pela transmissão simbólica passada de geração em geração.

O exercício constante de visão de mundo seguindo uma ótica cartesiana, determinou a normalização do sistema de violência simbólica, visto que o reconhecimento das formas de opressão vividas em nossa sociedade se encontra em constante indagação e dissimulação por parte daqueles que a exercem, ignorando-a, ou encobrindo-a, e, também, daqueles que a sofrem por estarem submergidos na brutalidade simbólica social normatizada. Conhecer e reconhecer esses simbolismos será medido pelo capital simbólico dos agentes envolvidos, capital simbólico este que enquadra tanto o capital social quanto o capital cultural em configurações compreensíveis aos indivíduos.

Este capital simbólico é constituído pelas estruturas físicas e mentais dos agentes sociais envolvidos e que constroem, a partir deste capital, suas relações e interações. Contudo, essas compreensões simbólicas são erigidas apoiadas em um conceito de mundo já pré-estabelecido em um universo de *pressuposições*: os jogos e os objetivos que ele propõe, as hierarquias e as preferências que impõe, que não nos é evidente, mas que estabelece nossas formas de convívio, nosso modo de vida, nossas relações diárias e a maneira com que vemos o meio e este nos vê. Bourdieu, nomeia esse pré-estabelecimento de conceito de mundo como *doxa*, tudo isso está definitivamente assentado sobre o acordo imediato entre as estruturas do mundo social e as categorias de percepção que constituem a *doxa*, ou, como dizia Husserl, a *protodoxa*, percepção automática do mundo social como mundo natural.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A *doxa* é um dos fatores mais salutares para a crise política, econômica, social vivenciada nos dias atuais. O racismo, a misoginia, os preconceitos de classe, o antifeminismo e a volta dos grupos fascistas e nazistas são fundamentados pela acepção de que aquilo que está, de certa forma, deve continuar a ser assim, de que o que sai do formato conservador tradicional estabelecido por esta *doxa* não lhes apraz e deve, por este motivo, ser exterminado.

Quando tratamos das formas simbólicas de expressão cultural, entramos em um diálogo constante com essa *doxa* e no que por ela é acordado como natural e aceito. Será que o formato simbólico pesqueiro artesanal é aceito por essa *doxa*, bem como outros formatos mais materiais objetivados são aceitos? A contemplação do simbolismo é sentida e valorizada pelos indivíduos incluídos neste meio, mesmo que orientados por uma *doxa* que não o valoriza? Porventura se cogita a existência de um pensamento social coletivo que favoreça os formatos simbólicos que não seguem o parâmetro euro-americano?

As formas simbólicas encontradas no campo pela pesquisa Saberes e Fazeres Tradicionais das comunidades pesqueiras da Região dos Lagos, refere-se à gastronomia, aos artesanatos e às sonoridades das comunidades da pesca. Se verificarmos essas formas de expressão, elas só figuram sentido aos agentes que ali estão estabelecendo sua arte e modo de vida, entretanto, para aqueles que os veem externamente, não exerce nenhuma significação imediata. Apenas com um contato mais direto com esse simbolismo e com a interpretação dos agentes sociais que ali estão imersos é que perceber-se-á a sua representação sensível. Todavia, o estado simbólico de representação dessas estruturas nem sempre é visível para os agentes sociais imersos neste capital simbólico. A violência simbólica por eles sofrida frequentemente serve como inibidora do estabelecimento de luta social que pode vir a surgir, a partir da auto percepção do espaço dominado em uma conjuntura de discriminação social.

As expressões simbólicas significam não somente manifestações a parte daqueles que a constituem, mas, reiteradamente são expressões da própria identidade, de como esses sujeitos se veem no mundo, de como formulam sua ideia subjetiva de universo social, e, em vista disso, compreender que estes sofrem - mesmo que não visivelmente - de um aparato social de injustiça, nos coloca em posição de responsáveis pela não reprodução dessa arbitrariedade.

E o meu legado? O que é um homem sem o seu legado?

Na sociedade contemporânea, o capital simbólico dominante não depende somente do menosprezo, da depreciação, da indiferença e do reconhecimento para que sobreviva. Ele depende de uma objetividade estabelecida conforme práticas assentidas socialmente e que levam a uma inconsciente alucinação coletiva de apreciação desta classe dominante.

Perceber que a física social está emergida em um determinado campo configurado por padrões e preceitos não é tarefa fácil, as classificações feitas tendem a defender as distribuições determinadas de maneira a contribuir para a sua reprodução. Contudo, essas estruturas e representações não são somente estruturantes como são estruturadas, pois temos presente a ação de vários agentes com estruturas cognitivas diferentes apesar da *doxa* social a qual encontram-se embebidos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A representação que os sujeitos fazem de sua posição na atmosfera social é a elaboração final de um conjunto complexo de percepção e de apreciação, em que ele mesmo é o produto incorporado deste sistema definido por uma posição determinada que leva em conta a distribuição de bens materiais e de capital simbólico, e que quando aceita alguma diferença configurada por uma injustiça social como legítima, este capital simbólico incorporado aufere lucro de distinção. Tratamos, portanto, de um cabedal estruturado por forças simbólicas de repressão, que coloca os sujeitos que estão agregados às forças participantes da construção do pensamento social coletivo, como sujeitos – mesmo que dominados – dominadores. As disposições podem ser fracas ou fortes e, não obstante, flexíveis.

Para Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. O *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. As classes, as frações de classe e os grupos sociais e culturais elaboram práticas de reprodução social, através das formações de *habitus* e de trajetórias de reprodução e de reconversão.

Os indivíduos são agentes favorecidos por um mesmo *habitus,* já que estes internalizam e incorporam a estrutura social. Conduzindo-se por essa lógica, todo e qualquer sujeito imerso em um campo social, entendendo campo como a objetivação do *habitus*, pode modificar e flexibilizar este campo. Portanto, a luta que se trava é material e política, bem como simbólica, e que batalha pelos interesses de preservação e subsistência contra os interesses de dominação e subordinação. Não existe senão um campo sequer em que os agentes dominados não entrem em conflito com os agentes dominantes, o processo de dominação, de violência simbólica não é feito sem afrontes, e é por este motivo que toda e qualquer forma de agressividade simbólica ocorre sobre coação física, seja ela sobre os corpos ou sobre as consciências.

A violência simbólica que fora mais analisada pela pesquisa no decorrer de dois anos, fora aquela que atinge os setores da consciência e que coíbem as externalizações do Ser. Os exemplos mais visíveis em nossa sociedade de prática desta violência estão nas questões raciais, em que os negros são vistos de maneira inferior aos brancos e, portanto, tudo que os rodeia também é visto como inferior, sua cultura, forma de vestir, dança, música, interpretações artísticas, enfim, todo o universo do capital simbólico negro é corrompido e deteriorado pelas formas opressoras brancas; na dominação masculina sobre a mulher, no machismo que é institucionalizado, cultural e normatizado, que coloca a mulher em todos os setores sociais como inferior ao homem e que, em função disso, as fazem receber menos, serem mortas pelo simples fato de serem mulheres (feminicídio) e terem que seguir um padrão impositivo de subjugação aos homens em casa, no trabalho, na faculdade, em suma, a mulher é criticada, retalhada por exercer sua liberdade social; e, por último, a diferença de classe, colocando aqueles que são englobados por outros tipos de violência simbólica, como a mulher e o negro, a sofrerem outro tipo de opressão agora baseada na quantidade de capital financeiro que possuem e que engloba uma série de heranças culturais e históricas que são vistas como inferiores pela classe dominante.

No campo simbólico dos pescadores artesanais essa violência exercida por campos externos a essas comunidades, mas que são essenciais à permanência e durabilidade destas no contexto histórico social, como o Estado que segue omisso às problemáticas pesqueiras, acaba por

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

enquadrá-los em um grupo atingido pela diferença de classe, por não poderem muitas vezes vender seu produto, o peixe, por um preço justo visto que são explorados dentro do campo social em que estão por não possuírem os bens materiais necessários à realização do seu trabalho ou por não terem contato com a mercadoria, a falta do peixe devido a poluição das lagoas e pela exploração de recursos marítimos é bastante visível; os pescadores artesanais por localizar-se em uma posição social tida como inferior sofrem em sua cultura, e é aqui que a pesquisa ganha fôlego, essa opressão mascarada que causa um tipo de ilusão desses agentes pela *doxa* do campo, estando os agentes consentindo, mesmo que inconscientemente, com o presunções cognitivas e valorativas deste campo ao qual pertencem.

O valor social, o crédito destas comunidades tradicionais, a reputação e a sua respeitabilidade são colocadas em cheque quando vistos de perto por agentes externos que não rotineiramente têm contato com esse meio. Ao observarmos em campo as formas simbólicas apresentadas pelos pescadores, como a gastronomia, a sonoridade e o artesanato, percebemos que são formas que não somente fazem jus à expressão cultural, mas a expressão do ser social, que apesar de sofrer por esses processos de violência resiste e trabalha para sua sobrevivência como humano, tanto física quanto metafisica, espiritual. As expressões simbólicas são, então, uma forma de resistir às injustiças impregnadas da esfera social.

A resistência como garantia do legado

"Heranças orais e intangíveis da humanidade, revela a corporeidade no substrato das obras: grafismo, dança, teatro, músicas, cantos... Nossa herança". (FERREIRA SANTOS, 2004, p. 148.). Essa herança que fala Santos, tem relação com o simbolismo encontrado nas manifestações artísticas culturais vividas no âmbito do campo social e seja qual for este campo, essas manifestações são importantes para a estruturação da especificidade daquele meio, mas, o mais importante, para a formação de uma visão que os agentes fazem sobre eles mesmos.

Em uma das entrevistas realizada ao longo de dois anos de pesquisa, um mestre barqueiro, construtor e reparador de embarcações na Praia do Figueira no município de Arraial do Cabo, se mostrou nitidamente emocionado, nos contou sua história como pescador, narrando como a comunidade pesqueira sofre com a ausência de políticas públicas adequadas para a realidade social da pesca e como escolheu a profissão de mestre barqueiro dentro da cadeia pesqueira. Ele nos fala da tradição desta manifestação, de como ele aprendeu com o seu pai e seu pai aprendeu com seu avô, todavia, mostrou-se desanimado e entristecido quando o perguntamos se ele gostaria de repassar essa profissão para o seu filho. O mestre barqueiro, visivelmente abalado e com lágrimas nos olhos, disse que gostaria, mas que não via o porquê de fazê-lo antevendo o fim dessa atividade. Ao finalizar a entrevista indagou: E o meu legado? O que é um homem sem um legado? Ele não é nada. Foi apoiado neste ponto que entendemos que as representações daquela comunidade não são meramente expressões culturais simples, mas estruturas complexas, rodeadas de sentido.

O drama vivido pelos mestres barqueiros se apresenta apenas como mais um dos muitos exemplos que foi possível observar, a vivência ao longo de dois anos de pesquisa, nos mostrou a forma de resistência às tentativas da sociedade capitalista que, de maneira direta e indireta, busca

o cerceamento das expressividades culturais que não são condizentes com o capital cultural predominantemente euro-americano. Não podemos deixar de citar a atual conjuntura política brasileira, que institui por meios opressivos um regime que contradiz o dito democrático, que inibe quaisquer proporções culturais, artísticas, educacionais que não se enquadram no seu aspecto governamental, este, majoritariamente, preconceituoso e propagador de discursos que incitam ao ódio. A resistência neste cenário é essencial para a manutenção da democracia enquanto regime não somente político, mas, também social, que permite à sociedade o respeito às diferenças, à busca pela equidade em todos os espaços do campo social, à mitigação dos males advindos do avanço neoliberal e a transformação, mesmo que vagarosa, desta coletividade. Expressar-se culturalmente de acordo com o campo microssociológico em que se está incluído, significa não somente àquilo que se aparenta materialmente, no entanto, as expressividades mostram e solidificam a exposição individual do que a coletividade é capaz de fazer em prol da construção individual, portanto, violentar uma exteriorização cultural material ou imaterial atinge, para além do indivíduo, o meio social que este está inserido. Resistir unicamente seria olhar para o ambiente geral que nos compõem como indivíduos e entender suas mais diversas manifestações, respeitá-las e compreender que elas, apesar de não estarem diretamente ligadas a nós, são também formadoras do espaço social coletivo que nos cerca.

Referências Bibliográficas

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. **Sur l'État. Cours au Collège de France** *(1989-1992).* Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 672 pp, 1996.

BOURDIEU, P. **As regras da arte; gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA SANTOS, M. Cultura Imaterial e processos simbólicos. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo,14: 139-151, 2004.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MASSENZIO, M. **A história das religiões na cultura moderna**. São Paulo: Hedra, 2005

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HISTÓRIAS E NARRATIVAS: DOS SONHOS JUVENIS EM GRAMADOS IMAGINÁRIOS AO MARACANÃ DE JULINHO BOTELHO

Felicce Fatarelli Fazzolari[1]

Treze de maio é uma data que envolve diferentes histórias, significados e sentimentos. Em 13 de maio de 1888, a segunda filha do Imperador D. Pedro II, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Orléans e Bragança, ou "Isabel do Brasil", tornou-se a "redentora dos escravos". Prestes a assinar a Lei que destruiria de vez os grilhões da escravidão, Princesa Isabel escreveu em seu punho que "seria um dos dias mais belos de sua vida". Sua mão deveria tremular ao empunhar a pena para a assinatura e o silêncio envolto ao seu redor logo foram convertidos em belos aplausos que ecoaram além das paredes do Palácio Imperial. Estava assinada a Lei Áurea.

Vinte e nove anos depois da assinatura dessa Lei, no mesmo 13 de maio, mas dessa vez na cidade de Fátima, em Portugal, segundo a crença católica, acredita-se que Nossa Senhora apareceu para Francisco, Jacinta e Lúcia, três crianças de origem humilde. Ainda hoje, muitos católicos são divergentes quanto às narrativas sobre a aparição da Santa. Segundo o padre Anselmo Borges, "para ser um bom católico não é preciso acreditar em Fátima, por este fato não ser dogma, mas ser uma narrativa." É sabido que toda criança tem a imaginação sem limites, cria inúmeras possiblidades, vislumbra mundos, tempos, e situações que sua cultura e formação inicial oferece. A imaginação também pode estar inserida a uma vida tediosa, vazia, como em *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carrol, em que a entediada Alice "estava cansando de ficar sentada na beira do lago, com a irmã, sem nada para fazer" (CARROL, 2007, p. 11).

Monteiro Lobato apresenta outro vazio de estímulos sobre a imaginação infantil por meio da personagem Narizinho, que fez parte do ambiente conhecido por reino das Águas Claras (*Reinações de Narizinho*, 1931) e por meio da aparição da personagem folclórica Saci, que também é muito presente na vida de Pedrinho. "Um leve tédio permite que a mente relaxe e divague, permite liberdade mental e solidão." (EGAN, 1992, p. 158) A vida reclusa em uma casca de noz nos torna reis do espaço infinito? Os argumentos de Hamlet, convertidos a uma pergunta complexa, nos faz refletir sobre infinitudes de imaginações e pensamentos inseridos na mente de uma criança.

Já que estamos falando sobre imaginação e possibilidades, não podemos nos esquecer dos sonhos para então caminhar até o dia 13 de maio de 1959. "Quem não sonhou em ser um jogador de

[1] Graduado em História pela Universidade Guarulhos (2003), Filosofia pela Universidade Camilo Castelo Branco (2007) , pós-graduado em Sociologia pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Estado de São Paulo Paulo Renato Costa Souza (2012), Pedagogia pela FALC (Faculdade Aldeia de Carapicuíba) e Mestrando pela Univesidade Presbiteriana Mackenzie no Centro de Educação, Filosofia e Teologia, no Programa de Educação, Arte e História da Cultura. Fui Professor Coordenador do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de São Paulo. Professor de História, Filosofia, Sociologia, disciplinas Eletivas, Tecnológicas e Projeto de VIda para os ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). felicceffazzolari@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

futebol?" A pergunta feita por Samuel Rosa e Nando Reis, cantores e compositores de duas das maiores bandas da história da música brasileira, Skank e Titãs, respectivamente, publicada na bela canção *É uma partida de Futebol,* parece fazer parte dos sonhos de diversas crianças brasileiras de origem simples que querem ascensão social e estabilidade financeira, em alguns casos, a busca pela realização dos sonhos de seus avós, pais e, enfim, os seus.

Também tive o sonho de ser um jogador de futebol, porém, por "limitações físicas", não o realizei. Em minha mente, o futebol sempre foi algo grandioso e inalcançável, mitológico, sagrado, épico, catártico, consequentemente levando-me sempre à estesia. Quando criança, amava os meus jogos de botão, todos, devidamente guardados, limpos e etiquetados. Cada adesivo com o escudo de diferentes clubes do futebol mundial colado em um botão representava a vida, a garra, o suor e a vontade de vencer de cada jogador. Os botões representando seleções mundiais eram mais robustos, requintados, dignos de serem condecorados pelos chefes de Estados dos seus respectivos países. Os botões que representavam a Fiorentina, clube italiano de Firenze, era o Santo Graal dos botões; eram maiores e mais bonitos, o escudo sendo maravilhosamente detalhado em uma pintura cuidadosa, além dos números de cada jogador.

Independentemente do tempo cronológico que eu vivia, o botão de número 7 sempre seria Julinho. Os goleiros eram figuras imponentes. Caixas de fósforos cheias de areia e revestidas com fitas isolantes, lembrando a camisa negra de Lev Yashin (1929-1990), goleiro Soviético conhecido como "Aranha Negra" devido a sua camisa negra e por seus belos saltos. Com 150 pênaltis defendidos, impossível não ter medo diante de tamanha "monstruosidade". Campeonatos eram criados e com perfeição registrados em cadernos. Campeonatos Nacionais de Clubes, como o Campeonato Brasileiro, Italiano, Alemão e o Campeonato Argentino eram disputados pelos seus respectivos clubes. Eram classificatórios para os "Campeonatos Continentais", a tão sonhada Libertadores da América e a então Copa dos Campeões da Europa. Os campeões dos torneios continentais enfrentavam-se na "batalha" mais esperada da temporada, o "Mundial Interclubes". As seleções também disputavam torneios entre si; eram os mais esperados, visto que existia um calendário para a organização de cada torneio.

Assim como os clubes, as seleções também disputavam os torneios continentais, além do maior torneio de todos que eram organizados como a "Copa do Mundo". Batalhas épicas eram travadas minuto a minuto, lance a lance, gol a gol. Nasciam Deuses, heróis e vilões, nasciam a tradição e o "peso da camisa", nascia a história. Para Aristóteles, a tendência à imitação, à melodia e ao ritmo são naturais em nós, fazendo nascer improvisações e a poesia, portanto, os jogos eram narrados com a mesma maestria de Fiori Gigliotti (1928-2006)) e Fernando Solera (1932).

Bordões eram criados, táticas e jogadas eram comentadas com a destreza de alguém que entendia do assunto. "Nós estamos sobre os ombros de gigantes". O nosso estilo é baseado em alguém. "É a forma e é o conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história (...)"; "o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo". (GAY, 1990, p. 17). Afinal de contas, não eram simples torneios, eram os principais torneios do mundo.

Tantas batalhas e histórias que aconteceram em um pedaço de madeira com o desenho de um campo de futebol, com traves de plástico, botões com desenhos colados e cadernos com anotações, tudo isso sobre uma pequena cama. Ficava ajoelhado no chão controlando os botões

e narrando os jogos, solitário em meu quarto, dentro da minha casca de noz. Vivi um período a que chamo de significativa ficção com inúmeras possibilidades que não se realizaram, mas estavam no meu horizonte. Tudo que era material se desfez com o passar dos anos, ficando apenas as narrativas, enfim, quem ler os registros das "incríveis batalhas campais" e ver o antigo quarto, local das pelejas, terá o mesmo sentimento, segundo Pierre Vidal-Naquet que, ao ir à colina Hissarlink para buscar a Tróia de Homero, encontraria "uma grande decepção". Estava apenas em meus sonhos a possibilidade de ser um grande jogador de futebol, mesmo estando dentro das possibilidades das ações humanas. Até os dias de hoje vislumbro uma possível cobrança de pênalti em uma final de Copa do Mundo, o estádio lotado com pessoas de diferentes lugares do globo, alguns se contorcendo para soltar o grito de "é campeão", outros, com o choro da derrota que jamais foi pensada, e tudo isso dependendo de apenas um chute, um chute para a glória eterna, ou para sumir na escuridão das trevas.

"Tá vendo esse campo? É o campo do Julinho". Sempre que passeava com o meu pai, ele fazia questão de deslocar-se até as proximidades do Metrô Penha, na Zona Leste de São Paulo, para mostrar os campos de futebol onde foi muito feliz jogando em times da várzea paulistana. Sempre dizia sobre o campo de futebol do "Julinho" e de uma partida na qual teve a honra de enfrentar um dos maiores jogadores da história do futebol mundial. Sempre a mesma história, com tons dramáticos, meu pai narrava a sua derrota em campo. Entendo não ter sido uma simples derrota, afinal, sofrer uma, em uma partida contra um dos maiores jogadores do mundo, seria o ápice para um jogador de futebol da várzea. Até hoje, o máximo que consegui foi fazer um gol, em um pênalti "mandrake", marcado por Carlos Botelho, filho de Julinho, em um jogo entre professores e alunos na quadra do Colégio que leva o nome do jogador. O que para alguns pode parecer uma pilhéria, o pênalti que converti em gol, é claro, estava carregado de sentimentos e histórias.

Era uma segunda-feira chuvosa, do dia 29 de julho do ano de 1929, o senhor Francisco Botelho e Dona Maria Teixeira Botelho, um casal de origem portuguesa, estavam ansiosos, porém, cheios de felicidade, esperando o nascimento de seu quinto filho, Júlio. Entre diversos raios e trovões, que parecia ser uma mensagem do Deus Júpiter, Júlio veio ao mundo dos homens mortais e trouxe consigo a missão de disseminar o respeito, a moral, a humildade, a persistência e a perseverança. Coube ao bairro da Penha, em São Paulo, receber o presente de Deus.

Júlio cresceu em um ambiente saudável e familiar. Logo cedo, começou a trabalhar em uma mercearia fazendo entregas pelo bairro após o horário de suas aulas no grupo escolar. Seus pais esbanjavam cultura e cantarolavam belas canções após cumprir com suas obrigações. Seu pai trabalhava na construção de poços de água e seus irmãos trabalhavam como construtores de casas. Após o cumprimento de suas obrigações, Julinho aproveitava para jogar a tão esperada partida de futebol com seus amigos.

Na década de 1940, o futebol já era considerado um esporte popular no Brasil, e diversos campeonatos eram disputados entre os clubes, atraindo inúmeros espectadores aos jogos. Segundo Sevcenko (1994), esses espectadores se veem atraídos, dragados para a paixão futebolística que irmana estranhos, os faz comungarem ideias, objetivos e sonhos, consolida gigantescas famílias vestindo as mesmas cores.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Foi em 1942 que o clube Palestra Itália sofreu a mudança de nome para Sociedade Esportiva Palmeiras, clube esse que teria Julinho entre os seus maiores ídolos. Desde criança, o amor de Julinho pelo futebol era tão grande que bolas de meia eram feitas para jogar em casa e sempre após o horário das aulas e do trabalho treinava descalço com a sua bola caseira. Sua primeira chuteira foi calçada aos 12 anos de idade e utilizada por muitos nos campos de futebol de várzea do bairro da Penha. Jogou por diversos clubes locais até se profissionalizar e, aos 19 anos de idade, estava no Clube Alético Juventus, fundado por membros da colônia italiana no tradicional bairro da Mooca, clube este visto como um dos mais simpáticos da cidade de São Paulo. Julinho era alto, forte, e dono de uma genialidade fora do comum.

Da Rua Javari, Julinho migrou para o Canindé, em 1951, e estreou pela Portuguesa de Desportos. Sua genialidade era convertida em belos lances e inúmeros gols, o que o levou para a Seleção Brasileira de Futebol, sonho almejado por todo jogador. Sua primeira convocação foi em 1952 para o campeonato Pan-Americano; dois anos depois, veio a convocação para a Copa do Mundo, que seria disputada na Suíça e vivê-la foi sua consagração assim como é para qualquer jogador de futebol. Autor de dois belos gols, e um deles contra a poderosa seleção Húngara - dos craques Ferenc Puskás (1907-2006) que dá nome ao troféu entregue pela FIFA (*Fédération Internationale de Football Association)* ao autor do gol mais bonito do ano, e de Sándor Kocsis (1929-1979), artilheiro da Copa com 11 gols - , o futebol de Julinho chamou a atenção da Fiorentina, clube italiano da cidade de Firenze, berço do Renascimento e dos mestres da Arte. Em 1955, Firenze receberia um novo artista que expressava a sua genialidade e produzia a sua arte com os pés. Esse artista era Julinho.

Como todo grande artista, Julinho precisava de sua musa inspiradora. Após duros três meses, Tereza, a mulher que tanto amava, chegou a Firenze para completar o seu coração. Os certames eram memoráveis, com belos gols e dribles dignos de serem retratados por artistas renascentistas. Os italianos sucumbiram diante de tamanha genialidade, que trouxe em 1956 o primeiro "*Scudetto*" para o clube. No mesmo ano, em outro dia 13, mas do mês de julho, sua genialidade foi posta à prova por outro gênio dos gramados, o argentino Alfredo Di Stéfano (1926-2014), após a emocionante e contestada final da Copa dos Campeões da Europa.

O ano de 1958 foi do Brasil. A Copa do Mundo que aconteceria na Suécia colocaria a seleção canarinho no seleto grupo dos campeões mundiais, e apresentaria para o mundo jogadores talentosos e extraordinários, entre eles Mané Garrincha, jogador do Botafogo de Futebol e Regatas, da cidade do Rio de Janeiro, e um menino sob a alcunha de Pelé. No dia 15 de junho de 1958, o Brasil jogou contra a temida seleção da Rússia. Nelson Rodrigues, em sua crônica *Descoberta de Garrincha*, relata ao seu modo como foi a partida:

> Só Garrincha poderia fazer isso. Porque Garrincha não acredita em ninguém e só acredita em si mesmo. Se tivesse jogado contra a Inglaterra, ele não teria dado a menor pelota para a rainha Vitoria, o Lord Nelson e a tradição naval do adversário. Absolutamente. Para ele, Pau Grande, que é a terra onde nasceu, vale mais do que toda a Comunidade Britânica. Com esse estado de alma, plantou-se na sua ponta para enfrentar os russos. (RODRIGUES, 1993, p. 54)

Para Nelson Rodrigues, o jogo foi decidido nos três primeiros minutos quando Garrincha resolveu driblar "até as barbas de Rasputin". (RODRIGUES, 1993, p. 53) Em 1958, a seleção brasileira de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

futebol tinha a difícil missão de acabar com o "Complexo de vira-latas", expressão criada por Nelson referindo-se ao trauma sofrido pelos brasileiros em 1950, quando a seleção brasileira foi derrotada pela seleção do Uruguai na final da Copa do Mundo de 1950, diante de quase 200 mil pessoas no estádio do Maracanã:

> Por "Complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos "os maiores" é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: - e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: - porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. (RODRIGUES, 1993, p. 51)

O antropólogo Roberto Da Matta acredita que este evento "é, talvez, a maior tragédia da história contemporânea do Brasil" e contextualiza as implicações daquele acontecimento:

> Ocorreu no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar o seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir. O resultado foi uma busca incansável de explicações e responsabilidades para essa vergonhosa derrota. (DA MATTA *apud* MORAES NETO, 2000, p. 39)

Se para Nelson Rodrigues o brasileiro sofria do "complexo de vira-latas", Julinho mostrava ao povo o seu caráter e respeito ao recusar a convocação para a Copa do Mundo de 1958, segundo a visão de Nassar:

> É nesse momento que o homem Julinho se coloca acima do craque Julinho, em uma atitude sem paralelo na história do futebol. Ele manda uma carta ao presidente da CBD, João Havelange, dizendo que não aceitaria a convocação, pois não achava justo que um jogador que atuasse fora do Brasil tirasse a vaga de um atleta que estivesse jogando no futebol brasileiro. (NASSAR, 2010, p. 102)

"Caráter é aquilo que mostra a escolha numa situação dúbia: aceitação ou recusa". (ARISTÓTELES, p. 26) Se Julinho não tivesse recusado a Seleção... A Seleção Brasileira sagrou-se campeã mundial de futebol, pondo fim ao "vira-latismo" dito por Nelson Rodrigues e tendo papel importante na formação da autoestima popular e na formação da identidade nacional.

Quase um ano após a conquista do mundial em 1958, o "scratch" brasileiro faria um jogo amistoso contra a Seleção Inglesa no mesmo palco da final do mundial de 1950, o Maracanã: *"Julinho, no treino do "scratch" devorou a pelota. Empenhou-se como se estivesse disputando a final de uma Copa do Mundo".* A notícia, publicada no dia 8 de maio de 1959, na coluna de esportes do jornal *O Globo,* já dava indícios de que Julinho seria o titular do certame que aconteceria no dia 13 de maio do mesmo ano. Garrincha era um dos principais destaques da Seleção e não poderia ficar de fora da partida. Preparado para o certame, na manhã do dia 13 de maio de 1959, Julinho acordou com a disposição que tivera desde menino. Sempre sorridente e carismático, cumprimentou os seus amigos de equipe e com eles partiu para o estádio Mário Filho, o Maracanã. Os torcedores cariocas esperavam por mais um espetáculo de Garrincha, que havia se tornado costume. Era o jogo mais esperado do ano. Já pela tarde, mais de 130 mil pessoas estavam no estádio aguardando pela

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entrada do "scratch" canarinho. Os alto-faltantes do estádio começavam a anunciar os jogadores brasileiros: "Gilmar, Djalma Santos, Bellini, Orlando, Nilton Santos, Dino Sani, Didi, Pelé, Canhoteiro, Henrique, e..... silêncio... uma breve pausa... e o estouro de uma imensa vaia. Percebia-se que a vaia já havia sido programada pelos torcedores cariocas, vaia injusta, que destrói qualquer ser humano. Garrincha, amigo de Julinho, o desejou boa sorte e ainda sob vaias as duas Seleções perfiladas subiram as escadas para o gramado do Maracanã. Os demais jogadores sentiram-se magoados debaixo de tantas vaias. Julinho tropeça no último degrau, o goleiro inglês segurou-o pelo braço. Com o rosto cheio de lágrimas, Julinho disse ao amigo Djalma Santos: "Eles vão engolir. Essa torcida vai engolir a seco essas vaias". Julinho estava concentrado e um filme veio a sua cabeça, lembrando desde a bola de meia que chutava nas ruas da Penha ao ápice na Fiorentina, pensava em sua família e em sua esposa, que sempre esteve ao seu lado. Machucado, mas com a força de um exército espartano, Julinho precisava e queria dar uma resposta instantânea ao torcedor presente.

7 era o número de sua camisa, o número da magia, da força, da garra, o número que mais tarde seria transformado em nome de torcida, a *Settebello*, e queriam os deuses do futebol que o filho de Júpiter, após uma bela sequência de jogada de Canhoteiro, marcasse um gol aos 7 minutos. Algum tempo após o gol, Julinho, que estava jogando o fino da bola, fez uma jogada incrível, deixando três jogadores adversários perdidos, dando assistência para o gol de Henrique. "Toda a plateia do Maracanã passava a aplaudir de pé o velho ponta-direita. E os aplausos ensurdecedores comoviam a todos. A euforia tomava conta do Maracanã. (NASSAR, 2010, p. 203) O Brasil venceu a Inglaterra por 2 x 0 e o melhor jogador em campo foi Julinho:

> Foi a vedete da tarde. Sua produção surpreendeu ao ponto de transformar vaias em palmas fartas. Deu um baile no zagueiro Flowers, seu opositor natural e em qualquer outro que se aventurou a combatê-lo. Nota 10. (*Manchete Esportiva*, 30 mai, 1959)

Após o jogo, Julinho estava em um canto do vestiário, e todos queriam abraçá-lo e ali, naquele local, pairava o pensamento: "vaiar-me, por quê? O público esquece depressa, de certo já não se lembrava de mim. Pois tudo que fiz contra os ingleses foi avivar a memória do público", disse Julinho após o certame.

Toda sociedade que deixa registro está construindo a memorização. O mesmo Nelson Rodrigues, criador do termo "vira-latismo" curvou-se a Julinho. "Assim é o brasileiro de brio. Deem-lhe uma boa vaia e ele sai por aí, fazendo milagres, aos borbotões. Amigos, cada jogada de Julinho foi exatamente isto: um milagre." (RODRIGUES, 1959)

Segundo Koselleck, o terror não só provoca sonhos; os próprios sonhos fazem parte dele" (2006). Anos depois, Julinho acordava durante a madrugada, ouvindo as incansáveis vaias, como se ainda estivesse dentro do vestiário do Maracanã. "Essas histórias sonhadas não só testemunham o terror e suas vítimas, podemos dizer que elas constituíam um presságio:

> São sonhos de perseguidos, mas também de pessoas que se acomodaram, ou que desejaram acomodar-se, mas não puderam. Não conhecemos os sonhos dos partidários dos vencedores – também eles sonharam, mas ninguém sabe se o conteúdo de seus sonhos coincide com as visões dos que foram espremidos contra a parede pelos vencedores temporários. (KOSSELECK. 2006, p. 253)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Julinho ainda defendeu a Sociedade Esportiva Palmeiras (1958-1965), marcando 80 gols, e encerrou sua carreira em 1967, em um jogo de despedida contra a equipe do Náutico e nos deixou em 11 de janeiro de 2003 devido a uma parada cardiorrespiratória.

Os dias 13 de maio de 1888, 1917 e 1959 nos remete a diferentes prismas, e estilos sob diferentes óticas: a do público, do oprimido, do opressor, da história contada pelos "vencedores", pelos "derrotados", dos cronistas esportivos do jogador, e do pesquisador deste presente texto. Segundo Gay (1990, p. 17) "o crítico e o estudioso, o poeta lírico e o jornalista político empregam o estilo, a cada qual à sua maneira e para finalidades próprias. Assim como Napoleão, que de "Monstro Corso" passou a "Vossa Majestade Imperial", os torcedores que podemos dizer que precedeu a "cultura do cancelamento", substituiu as vaias para os aplausos.

Para KOSSELECK (2006) faz-se necessário o entendimento dos acontecimentos e textos do passado em diferentes extratos, isto é, tirá-los de seu contexto original e reuni-los progressivamente, pois sem esse movimento não avançaremos na interpretação da confusa realidade histórica.

Agradeço à Isabel, ao Francisco, à Jacinta, à Lucia, ao Nelson e ao Julinho, por estarem presentes nos fatos históricos e nas narrativas ficcionais, pois, segundo Buffon, a história não pode ser uma ciência, e deve ser uma arte – um embate subjetivo entre um homem de letras e o passado, o qual ele remodela com sua visão pessoal e relata daquela maneira idiossincrática a que damos o nome de estilo. (GAY *apud* BUFFON, 1990, p.30).

Referências

ARISTÓTELES. *Arte Poética. In*: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. A Poética Clássica. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1981, p. 19-52.

CARROLL, L. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*. Trad. Jorge Furtado e Liziane Kugland. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, 166 p.

DINIZ, Ana Carolinna Paiva. *O futebol como epopeia: análise das crônicas de Nelson Rodrigues sobre a Copa do Mundo de Futebol de 1958*. Ciências Humanas em Revista, v. 7, n. 2, São Luis, MA, 2009. Disponível em < https://www.academia.edu/10126594/O_futebol_como_epopeia_an%C3%A1lise_das_cr%C3%B4nicas_de_Nelson_Rodrigues_sobre_a_Copa_do_Mundo_de_Futebol_de_1958>. Acesso em 09 mai. 2021.

EGAN, K. *Por que a imaginação é importante na educação? In*: FRITZEN, Celdon; CABRAL, G. S. (Org.). *Infância:* imaginação e educação em debate. Campinas: Papirus, 2007, 139 p.

Estadão. *Infográficos*. História das Copas do Mundo 1950. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/esportes/copa/2018/historia-das-copas-do-mundo-de-futebol/1950/#:~:text=22%20gols%20fez%20a%20sele%C3%A7%C3%A3o,ao%20Maracan%C3%A3%20no%20jogo%20final>. Acesso em 10 mai. 2021.

Estado de Minas. Internacional. *Cem anos depois, duas das três crianças pastoras de Fátima serão canonizadas.* 20 abr. 2017. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/04/20/interna_internacional,863662/cem-anos-depois-duas-das-tres-criancas-pastoras-de-fatima-serao-canon.shtml>. Acesso em 13 mai. 2021.

GAY, Peter. *Introdução: O estilo, da maneira à matéria. In*: _____. O Estilo na História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRARDELLO, Gilka. *Imaginação: arte e ciência na infância.* Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 75-92, maio/ago. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a07.pdf>. Acesso em 13 mai. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Terror e sonho* – anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich. *In*: _____. Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 245-265.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê 50*: Os Onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2000. Disponível em < https://ludopedio.com.br/biblioteca/dossie-50/>. Acesso em 14 mai. 2021.

O minuto trágico de Julinho. Rio de Janeiro, *O GLOBO*, 8 mai. 1959, Matutino.

SEVCENKO, Nicolau. *Futebol, metrópoles e desatinos*. Disponível em <https://ludopedio.com.br/biblioteca/futebol-metropoles-e-desatinos/>. Acesso em 14 mai. 2021.

Skank. *É uma partida de futebol.* Sony Music. Brasil, 1997.

SILVA, Eliazar João da. *A Seleção Brasileira de Futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos de identidade nacional.* 2004. 335 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103197?show=full>. Acesso em 10 mai. 2021.

NASSAR, Ubirajara Luciano. Julinho Botelho: Um herói brasileiro. São Paulo, Editora Expressão e Arte. 2010.

UEFA. *Champions League.* Disponível em <https://pt.uefa.com/uefachampionsleague/match/61219--real-madrid-vs-fiorentina/>. Acesso em 10 mai. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PATRIMÔNIO FLUTUANTE: RELAÇÃO ENTRE RIBEIRINHOS E AS TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS VERNACULARES NO LAGO TEFÉ, AMAZONAS, BRASIL[1]

Fernanda Rocha de Oliveira[2]
Karina Nymara Brito Ribeiro[3]
Gabriela Pontes Monteiro[4]

Introdução

Cotidianamente, os seres humanos produzem materialidades resultantes de processos de criação e adaptação aos diversos contextos físicos, sociais e culturais em que vivem, mobilizando, para isso, um conjunto de práticas e saberes adquiridos. Um exemplo disso ocorre na Amazônia brasileira, onde existem tipologias construtivas, ao longo dos rios, que estão associadas aos conhecimentos de grupos sociais locais, denominados ribeirinhos. Eles não apenas conhecem as riquezas naturais e os condicionantes que interferem no território em que habitam, como sabem a importância de preservação desses recursos para sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, estudos têm demonstrado a importância de tipologias construtivas ribeirinhas (palafitas e flutuantes), seja com foco nas suas contribuições técnicas no âmbito da adaptação do ser humano ao meio ambiente – a exemplos dos estudos desenvolvidos por Proietti (2017) e Meirelles et al. (2017), que buscam a apreensão dos processos construtivos ribeirinhos para sua aplicação em edificações contemporâneas –, seja pela importância de registrar e de preservar um modo de vida que traduz, na paisagem, uma relação específica entre o ser humano e a natureza de seu entorno – vide dissertação de Brugnera (2015), que fez importante pesquisa sobre o assunto.

A relação que os moradores da região Amazônica possuem com os rios é bem conhecida na literatura. Mesmo nas áreas urbanas, há uma particularidade de grande relevância simbólica na ligação dos espaços habitados com os rios e as florestas (BRUGNERA, 2015). Lorena Proietti (2017, p.35), por exemplo, descreve a imagem cultural característica do modo de vida ribeirinho dessa região:

[1] O presente artigo é uma versão adaptada do trabalho apresentado no 3º Seminário de Arquitetura Vernácula/Popular: olhas sobre o Brasil, ocorrido em 2021.

[2] Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN); Doutoranda em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: fernanda-arq@hotmail.com
[3] Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN); Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamiraua. E-mail: knymara@gmail.com
[4] Arquiteta e Urbanista; Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: gabrielapmonteiro@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Rios adentram as cidades por meio de áreas baixas, de cota zero. É quando se faz presente uma imagem cultural muito característica: o modo de vida ribeirinho. Ele é oriundo da população tradicional amazônica, a qual desenvolveu uma forma de suprir sua necessidade de habitação de maneira coerente com a realidade física natural do espaço em que se encontra, marcado pela floresta densa, úmida, regularmente cortada por rios e igarapés.

Buscando compreender o modo de morar sobre as águas e registrar o olhar dos ribeirinhos, o presente trabalho se propõe a investigar a relação entre uma tipologia construtiva ribeirinha, seus moradores e o ambiente onde estão inseridos, tendo como objeto empírico de estudo as casas flutuantes do Lago Tefé-AM, Brasil.

Como procedimentos metodológicos foram realizados: pesquisa bibliográfica para levantar o contexto histórico da cidade de Tefé e o estado da arte sobre tipologias construtivas ribeirinhas no estado do Amazonas, sistematizada no primeiro tópico do artigo; pesquisa de campo, onde se utilizou do método etnográfico (URIARTE, 2012; PEIRANO, 2008; ECKERT et al., 2008) para acessar a realidade e as experiências de uma família de moradores de uma casa flutuante localizada no Lago Tefé, apresentada no segundo tópico do trabalho.

A última sessão traz as considerações finais da pesquisa, identificando os desafios a serem superados, visando contribuir para a permanência destas manifestações culturais intrínsecas à paisagem amazônica.

Arquitetura vernacular ribeirinha na cidade de Tefé

Figura 1: localização do município de Tefé (incluindo sua cidade) no estado do Amazonas e na área da Amazônia legal, região Norte do Brasil. Fonte: Lopes (2020, p. 25).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O município de Tefé tem papel de destaque no estado do Amazonas, não apenas quanto ao processo histórico de ocupação do território, mas na organização urbana e econômica atual. Além de constituir o oitavo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado (IBGE CIDADES, 202-), Tefé exerce uma função importante do ponto de vista da hierarquia da rede urbana amazonense, conectando-se ao centro principal do estado (metrópole de Manaus) e a outros centros secundários, bem como sendo buscada por pessoas de municípios menores devido a sua oferta de bens e serviços (Figura 2), sendo classificada como "cidade média de responsabilidade territorial" (LOPES, 2020, p. 25).

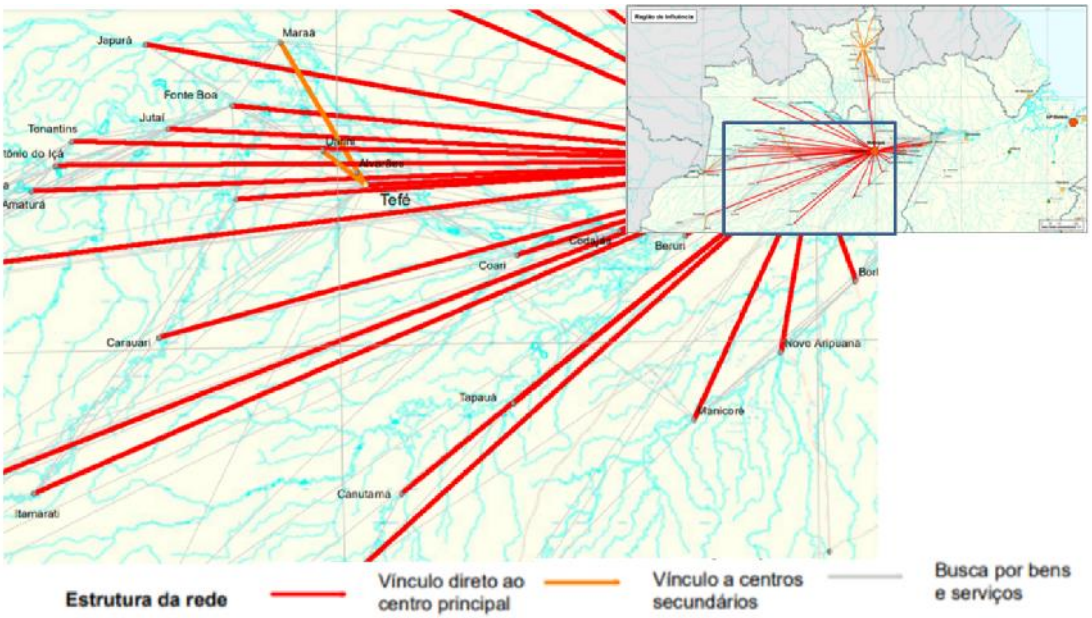


Figura 2: Mapa ampliado da Região de Influência da metrópole de Manaus (capital do estado do Amazonas), demonstrando os níveis de conexões de Tefé com outros municípios. Fonte: IBGE (2018), editado.

O espaço urbano de Tefé agrega um conjunto de materialidades que marca diferentes momentos da história do lugar. Podemos citar, como exemplos, os artefatos arqueológicos (pré-colonial e histórico), o Seminário de Tefé (1913 a 1919), a Igreja Matriz (1922-1935) e o Mercado Municipal de Tefé (1973) (QUEIROZ, 2015). Quanto às construções arquitetônicas, tanto podem ser vistos, nelas, traços estilísticos herdeiros de uma tradição europeia (vindos dos colonizadores que atuaram nesse território), quanto modos de edificar tipicamente utilizados em rios amazônicos, como é o caso das tipologias ribeirinhas denominadas palafitas e flutuantes (Figura 3).

Alguns estudos contribuem para melhor entendimento das origens dessas materialidades diversas. Stephano Fernandes (2017, p. 49) – que cita diversas obras que descrevem e analisam períodos de ocupação do espaço geográfico tefeense – e Sandriele Santos (2016) trazem pontos relevantes para entendimento das transformações urbanas vividas por Tefé: a formação social na localidade teve relação com o período da extração do látex no Amazonas, pela localização estratégica do território e sua forte capacidade de comunicação fluvial; houve conflitos pela exploração dessa porção de terra, mesmo já sendo habitada por numerosos povos indígenas; ao mesmo tempo em

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que missionários atuavam sobre as culturas indígenas, os conhecimentos destes sobre o território garantiam a sobrevivência dos europeus em terras amazônicas.

Figura 3: exemplos de construções em Tefé. A – Abastecimento da feira junto ao mercado e ao Seminário São José (Fonte: instagram @drone_da_amazônia); B – Casa Flutuante do lago Tefé (Foto: Karina Nymara, 2021); C – Seminário de Tefé, com linguagem estilística francesa (Fonte: https://noamazonaseassim.com/5-locais-que-nao-se-pode-deixar-de-visitar-em-tefe/>).

Cabe destacar que, para entender a realidade de Tefé, Santos (2016) analisou o processo histórico do município à luz do entendimento do papel da "cidade" no período colonial, uma vez que Tefé integrou o projeto civilizatório de ocupação e desenvolvimento para a região. Ao ser reconhecida como Vila de Ega, em 1759 (nome de uma cidade portuguesa), a localidade esteve submetida a um urbanismo ideológico ligado ao poder central (metrópole colonial portuguesa), visando a uma urbanidade como elemento civilizacional – como ocorreu em outras cidades brasileiras. As figuras 4 e 5 mostram os rebatimentos arquitetônicos e urbanísticos da ocupação portuguesa na localidade.

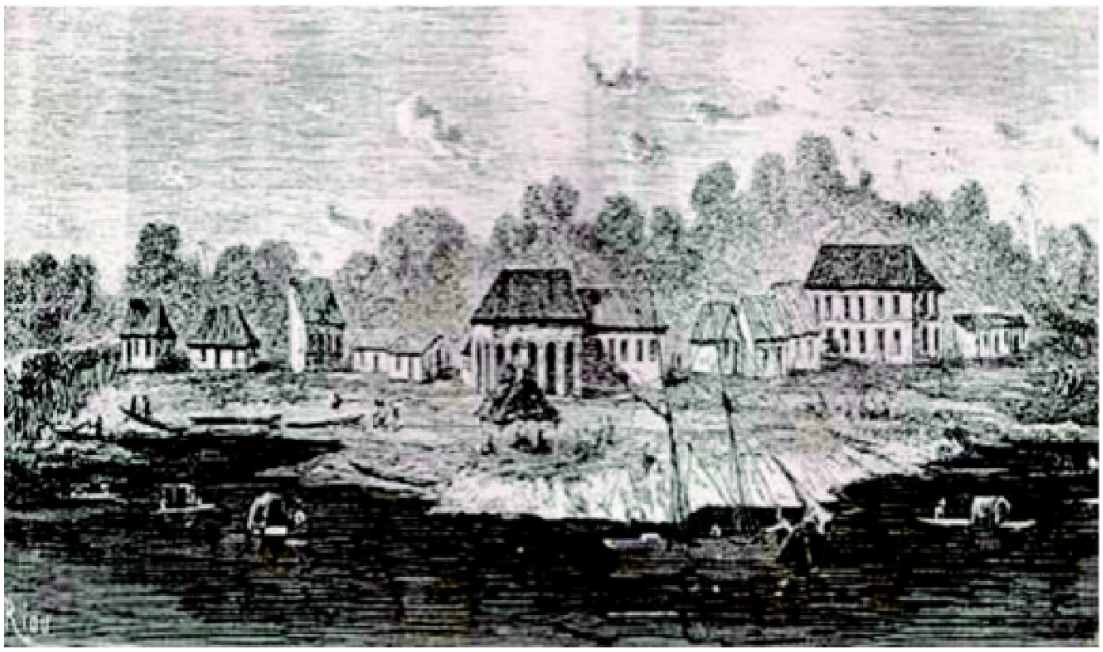


Figura 4: Vila de Ega, com a representação de uma arquitetura típica da ocupação portuguesa no Brasil. Fonte: Paul Marcoy (2001, p.108 apud SANTOS, 2016, p. 70).

Figura 5: Planta da cidade de Tefé, de 1900, mostrando a existência de um planejamento urbano para o local. Fonte: Albuquerque (1942, p. 1 apud SANTOS, 2016, p. 89).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Este processo marcou a materialização da paisagem local – inclusive a posteriori, na transição do período colonial para o imperial (quando a vila foi convertida em cidade) – denotando uma hierarquização social: "as casas cobertas de telha representam a moradia do colonizador português e as casas de palha à identidade indígena, estas últimas são vistas como submoradias." (SANTOS, 2016, p. 80).

O que algumas referências que tratam da história de Tefé deixam em aberto é em qual momento da sua transformação urbana foram inseridas as tipologias construtivas ribeirinhas vernaculares, aí inclusas as casas flutuantes. Para avançar no entendimento dessas construções tão marcantes na paisagem tefeense, foram utilizadas produções literárias que têm como objeto de estudo as construções ribeirinhas amazonenses.

Um dos primeiros registros escritos encontrados da palavra "flutuantes" – referente à região do atual estado do Amazonas – é citado no trecho do Relatório dos Presidentes da Província (1852-1857). Nele consta a descrição de trocas ilegais de comerciantes ambulantes, realizadas em canoas:

> O commercio interior tinha desaparecido quasi todo dos povoados, e se dirigia em direitura das feitorias, estabelecidas nas matas, para o Pará, ou se fazia à retalhos, pelos rios, lagos, sitios e aldeias do interior em pequena canôas, como se fossem lojas e tabernas fluctuantes em que, sem paragens direitos, por veredas tortuosas, iaõ os mascates e regatões illudir a singeleza dos indios, embrutecel-os e concentral-os ainda mais; [...] (Relatório dos Presidentes da Província 1852-1857, p. 65 apud SANTOS, 2016, p. 97).

Leno Souza (2011), procurando investigar as origens dessa tipologia vernácula, toma a década de 1920 como ponto de partida (extraído da literatura, por ser o suposto ano de origem das moradias flutuantes manauaras). Contudo, o autor encontrou um registro que, embora não garanta a datação do início do uso de flutuantes, dá noção da antiguidade dessa tipologia: um relato do viajante francês Paul Marcoy, quando chegou à então vila de Coari, em 1847:

> [...] um conjunto "desordenado" de casas nas margens desviou o olhar do viajante, não propriamente as casas oscilantes de palha, pequenas e baixas, '...mas elas, ao invés de serem construídas em terra firme como as outras, apóiam-se sobre jangadas ou balsas, singularidade que merece uma explicação (...). Surpreendidos pela água, os moradores correriam o risco de afogar em seus próprios lares se as casas flutuantes não estivessem a mão para servir de refúgio' (MARCOY, 2001, p. 141-142 apud SOUZA, 2011, p. 114).

Na citação acima, é feita uma menção ao ciclo das águas (cheia e seca), observando-se como as casas flutuantes constituíam alternativas criativas, elaboradas pelos moradores dessa região, para ali viverem, constituindo um dos modos de vida típicos da região amazônica. A mobilidade sazonal decorrente desse tipo de mudanças ambientais foi bastante analisada por Gislany Sena (2021).

A origem dos flutuantes segue indefinida. Em entrevistas que realizou com ribeirinhos manauaras, Leno Souza (2011) foi informado que os flutuantes não apenas eram bem anteriores ao suposto marco de 1920, como não eram produtos da "cidade flutuante" de Manaus-AM: teriam sido levados à capital amazonense só depois do declínio do ciclo da borracha. Paula e Martins (2019), por sua vez, atribuem a incidência de flutuantes na localidade a uma crise de moradias ocorrida na referida década, ocasionada pela migração de nordestinos para Manaus.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O que há em comum entre alguns estudos sobre essa tipologia é a verificação de um imaginário negativo sobre as construções vernáculas, incluindo flutuantes, em alguns períodos da história brasileira: Santos (2016) diz que as casas com telhas de palha (influência indígena) eram tidas como inferiores em relação àquelas de características portuguesas; Souza (2016) mostra como os discursos modernistas de meados do século XX, pautados em ideais de estética e higiene – mas também em pretensões políticas e econômicas associadas à Zona Franca, de Manaus, então em construção – levaram a uma perseguição a essa tipologia construtiva, culminando na extinção da "Cidade Flutuante"; em breve artigo elaborado para a Revista Brasileira de Geografia, Irio Costa (1966) descreveu os flutuantes como rudimentares, anti-higiênicos, um tipo de "favela" e um problema social que vinha sendo combatido, à época, pelo governo; segundo Meirelles et al. (2017), alguns fatores contribuíram para gerar, no meio técnico brasileiro, um preconceito em relação às construções em madeira, que passaram a ser consideradas de baixas qualidade e durabilidade desde princípios do século XX.

A partir da ampliação do campo do Patrimônio Cultural, no Brasil, bem como do desenvolvimento de pesquisas de apoio a projetos mais sustentáveis de arquitetura e urbanismo, pareceu ter havido uma inversão dos discursos valorativos predominantes, gerando diversos estudos voltados ao reconhecimento das habitações vernaculares ribeirinhas (palafitas e flutuantes) como tipologias a observar, a preservar e a inspirar novas construções.

Do ponto de vista da análise da paisagem cultural constituída pelo modo de vida ribeirinho (em suas relações afetivas e de adaptação das necessidades do habitar ao ambiente fluvial amazônico), a dissertação de Ana Carolina Brugnera (2015) tem sido uma fonte importante, reproduzida em diversos outros trabalhos (PROIETTI, 2017; MEIRELLES et al, 2017; OLIVEIRA; MEIRELLES; FEHR; LARA, 2020; SENA, 2021). Estas fontes trazem informações sobre as características construtivas e de ocupação dessas tipologias e/ou ressaltam a relevância simbólica desse modo de viver, registrando saberes e práticas culturais (com a ajuda de relatos de moradores[5]), bem como a interpretação dessa tipologia como patrimônio a ser protegido.

A dissertação de Jair Oliveira Junior (2009), por sua vez, analisa as habitações ribeirinhas (com descrições, fotos e croquis) e as compara à arquitetura indígena, considerando seus pontos de convergência (adaptação de materiais construtivos retirados da floresta) e de divergência (disposição espacial das casas).

Já o artigo de Fernando Mesquita (2018, p. 183) estudou "a relevância da diversidade da produção vernacular/popular como um saber passível de reconhecimento como patrimônio cultural", bem como a adequabilidade dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural utilizados pelo Estado para a realidade cultural paraense (estado que está inserido na área da Amazônia Legal, conforme mapa apresentado na Figura 1).

Outros trabalhos têm estudado essas tipologias como fontes de inspirações para a elaboração de diretrizes construtivas, seja em decorrência das mudanças climáticas que temos vivenciado com o passar dos anos (CARDONE; RAMOS, 2019; OLIVEIRA; MEIRELLES; FEHR; LARA, 2020), seja como proposta de superação de práticas de urbanização inadequadas para as condições em

[5] Quanto à exposição de relatos de moradores, outra referência importante é o artigo "Arquitetura vernacular e paisagem amazônica um caminho na busca pelo habitar poético", de Laelia Nogueira (2016).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que se inserem, como é o caso dos aterros feitos com técnicas construtivas convencionais em áreas alagáveis (PROIETTI, 2017).

Proietti (2017), por exemplo, analisou a divisão espacial interna, as composições mais comuns de fachadas, os acabamentos e vedações mais empregados, os ambientes mais utilizados pelos ribeirinhos em suas casas, entre outros tópicos. Chama atenção como a autora associa a técnica construtiva aplicada e a espacialidade interna resultante a um conforto ambiental considerando típico das modalidades de arquitetura vernacular:

> Os pátios cobertos ao redor da casa, além de áreas de convívio, são uma proteção importante para as aberturas, já que impossibilitam que a luz do sol incida diretamente no interior da casa. Além disso, a ventilação cruzada é favorecida pelas grandes janelas e pela planta baixa parcialmente livre, com poucas divisões internas, intensificando a circulação de vento no interior e, consequentemente, dissipando o calor e melhorando a sensação térmica. São medidas simples que tiram o melhor proveito das vantagens dadas pela natureza. (PROIETTI, 2017, p. 36-37).

Meirelles et al. (2017) trazem informações detalhadas sobre processos construtivos (modo de estruturação, ferramentas, nomes dados às partes componentes da estrutura, etc.) e a diferenciação entre as arquiteturas ribeirinhas mais novas e mais antigas (indicando que estas últimas apresentariam maior qualidade técnica e influência de outras culturas). Mas vão além das descrições de ordem técnica, contemplando olhares sobre a relação dos moradores com essas tipologias ribeirinhas em que habitam, sobretudo as palafitas. A exemplo, demonstram como o modo de viver do ribeirinho interfere diretamente na paisagem local, protagonizando a mesma: "[...] quando se chega a uma casa ribeirinha após a hora do almoço, seus moradores provavelmente estarão descansando em suas redes que ficam próximas às janelas e portas de onde a paisagem do rio ou o movimento da comunidade são observados." (MEIRELLES et al, 2017, p. 73).

Além das caracterizações dessas tipologias construtivas, é importante o destaque de algumas problemáticas levantadas pelos autores: questões relacionadas ao mau esgotamento sanitário dessas tipologias (MEIRELLES et al, 2017; SOUZA, 2016; COSTA, 1966; OLIVEIRA JÚNIOR, 20096); e a baixa autoestima dos moradores quanto a suas moradias, vistas como "inferiores" ou "de pobres" frente àquelas que possuem materiais e/ou sistemas construtivos mais convencionais (NOGUEIRA, 2016; BRUGNERA, 2015; SOUZA, 2016).

Sobre a baixa autoestima de alguns moradores, vale trazer o olhar de Laelia Nogueira (2016), que conversou com ribeirinhos. Segundo a autora, durante a realização da sua pesquisa uma moradora teria questionado o motivo de as pessoas estarem estudando sua casa, que seria uma "casa de pobre". (NOGUEIRA, 2016, p. 178).

Dentre as casas dotadas de materiais construtivos mais convencionais estão inclusas as edificações ribeirinhas, que vêm incorporando, como o passar dos anos, produtos da indústria da construção civil. Nesse processo de transformação construtiva, conforme destaca Mesquita (2018, p. 171), "as inúmeras sobreposições de tempos que configuraram as diversas paisagens na Amazônia, [...]

[6] Segundo o autor, a constatação da problemática da falta de um tratamento adequado do esgoto gerou uma proposta de desenvolvimento de biodigestor para atendimento dessas populações (PROJETO PIATAM), um sistema que seria mais adequado para os flutuantes porque os existentes (fossa e sumidouro) não são eficientes e têm altos custos de construção e manutenção.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

têm [...] modificado a maneira como os sujeitos constroem identidades e se apropriam do legado edificado".

Entre as consequências desse processo está a mudança nos modos como os sujeitos apreendem e produzem o lugar onde vivem, o que acaba influenciando os saberes que norteiam as práticas de produção espacial.

Nesse sentido, é uma realidade a ser considerada a mudança de materiais que tipologias vernaculares, como os flutuantes, têm experimentado com o passar dos anos. Como exemplo, houve incorporação de telhas de zinco e de fibrocimento (em substituição às de palha) e de estruturas de concreto para reforço do embasamento (BRUGNERA, 2015; SENA, 2021; MEIRELLES et al., 2017). Considerando que Costa (1966), em seu artigo publicado na década de 1960, já indicava a prática de incorporação de telhas de zinco em flutuantes, percebe-se que se trata de um processo que ocorre há décadas.

Meirelles et al. (2017) destacam que a palha vem sendo menos utilizada com o passar dos anos pela sua baixa durabilidade (quando exposta às intempéries) e pela alta demanda de tempo necessário para sua confecção (é preciso trançar a palha para elaborar a coberta). Já Brugnera (2015, p. 54), diz que "[...] aos olhos do ribeirinho, as novas técnicas construtivas industrializadas conferem '*status*' à casa". E que o uso de telhas industrializadas, embora não resulte no mesmo conforto térmico proporcionado pela palha, é bem aceito por esses moradores porque são materiais finos e mais leves, sendo facilmente reutilizáveis.

Como visto até aqui, diversos têm sido os estudos relativos, por um lado, à formação urbana da cidade de Tefé; por outro, às tipologias ribeirinhas da Amazônia. Contudo, para um estudo mais aprofundado sobre a relação estabelecida entre os ribeirinhos de Tefé e o território que habitam, foi necessário realizar uma observação mais aproximada de seu cotidiano.

Os moradores de casas flutuantes no lago Tefé

Antes de sintetizarmos as informações coletadas em campo, entendemos ser necessária uma contextualização sobre como a relação entre os moradores de casas flutuantes e seu território ocorre ao longo de muito tempo, envolvendo saberes relativos não apenas aos aspectos construtivos, mas às técnicas de manejo e à interferência no ecossistema amazônico.

De acordo com Henyo Barreto Filho (2006, p.118), as paisagens que hoje fazem parte do cotidiano dos ribeirinhos – especialmente na bacia Amazônica – podem "muito bem ser um legado de civilizações passadas, a heranças de campos cultivados e florestas manejadas abandonadas há centenas de anos atrás". O autor afirma isso a partir de evidências arqueológicas, etnohistóricas e etnobotânicas que apresentam uma região com ocupação humana contínua muito anterior às invasões europeias. Com base nisso, ainda pontua que seria incorreto falar de florestas ou áreas naturais e indica o termo "florestas culturais" (BALÉE, 1982; 1992) como sendo o mais adequado.

Nessa perspectiva, ao falarmos de tipologias construtivas ribeirinhas, estamos falando do passado e do presente, das práticas de manejo que resultaram na atual biodiversidade da floresta e que são realizadas ainda hoje, e dos saberes e técnicas mobilizados nesses fazeres – todos centrados na relação humano e ambiente.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Conforme Tatiana Marinho (2008), as florestas de várzea alta – como as existentes em Tefé – possuem muitas espécies utilizadas no abastecimento do setor madeireiro, entres essas, encontramos a *Hura crepitan* (conhecida como Assacu), espécie madeireira utilizada na produção de canoas, artefatos e na construção de casas flutuantes (Figura 6). No Brasil ocorre, predominantemente, na região amazônica. Como seu látex é reconhecido como "venenoso" por causar irritações e outros sintomas na pele humana, a extração dessa madeira deve ser realizada por pessoas que dominam as técnicas de "sangra" da espécie, um saber compartilhado por grande parte dos ribeirinhos que residem em casas flutuantes.

O registro fotográfico da Figura 7 apresenta uma vista parcial da cidade em terra firme e do lago Tefé, que é habitado por construções "flutuantes" utilizadas para finalidades diversas como residências, comércios, posto de gasolina, depósito entre outros usos.

Figura 6: Detalhes do Assacu e demonstração de sua flutuação na água. Fotos: Denise Santana, 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 7: Vista parcial da Cidade de Tefé- AM. Fonte: @DronedaAmazonia (2021).

Durante a pesquisa de campo, observamos que alguns dos moradores de casas flutuantes se reconhecem como ribeirinhos e realizam atividades produtivas como pesca e criação de animais de pequeno porte (como galinhas), além de oferecerem serviços relacionados ao transporte fluvial. As residências flutuantes tefeenses são basicamente compostas por uma sala, um banheiro (geralmente independente), uma cozinha e alguns quartos. Na maioria delas há pátios ao redor da casa, e em algumas existem anexos para criação de galinhas, plantas e para dar suporte a atividades relacionadas aos transportes fluviais, como carpintaria naval, estacionamento de embarcações de pequeno porte, entre outras – como ilustra a Figura 8, que no primeiro plano mostra uma "tora de Assacu", que sustenta uma casa flutuante.

O acesso à casa flutuante visitada (Figura 8) é realizado por uma escadaria que fica no final da última rua, antes de um barranco. Do alto é possível ver a extensão da escadaria que dá acesso a várias residências: algumas construções mistas de madeira e alvenaria, outras feitas de madeira. Entre as casas construídas em terra firme no barranco e as águas do lago Tefé estavam apenas as casas de palafitas, e logo adiante, estavam as casas flutuantes.

Figura 8: Flutuantes no lago Tefé. Fonte: Karina Nymara (2021).

A casa visitada é um pouco longe e, por isso, ficamos aguardando um dos moradores do flutuante ir nos buscar. Logo um rapaz chegou numa embarcação pequena feita de alumínio e conduzida por um motor conhecido como "rabeta". Ele veio nos buscar a pedido dos moradores do flutuante; soubemos depois que era sobrinho deles. Conforme a embarcação se distanciava da escadaria era possível ver a dimensão do barranco e as diversas construções que ocupavam até a beira do lago e misturavam-se com a vegetação.

Em menos de dois minutos estávamos encostando na casa flutuante. O morador e seu filho de 3 anos, que estavam na varanda, nos recepcionaram. Em seguida, sua esposa nos chamou para a cozinha, para fazer o café. Pela porta dava para ver o pôr do sol mergulhando nas águas do lago. A iluminação refletia nas panelas de alumínio da cozinha – todas organizadas numa parede do cômodo, oposta à pia e ao fogão. O café com torradas foi servido no pátio da frente, pela esposa do morador. A brisa do lago ajudava a esfriar o café na xicara; não muito longe do flutuante, as aves conhecidas como mergulhões pescavam, nadavam e mergulhavam quando viam os peixes no fundo. No lago ainda cintilavam os últimos raios do sol.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 9: Pôr do sol no lago Tefé visto de uma casa flutuante - AM. Fonte: @DronedaAmazonia (2021).

Com este cenário, um dos moradores da casa nos descreveu sua dificuldade de adaptação numa casa de terra firme: "não aguento, passar muito tempo, devido ser muito fechada, pois gosto de olhar o lago e o horizonte". Esse sentimento de pertencimento dos ribeirinhos, relacionado a morar sobre as águas do lago Tefé, corresponde a um modo de vida que dá sentido à paisagem local, ao mesmo tempo em que a transforma.

Este morador nos contou, também, um pouco de sua vida. Morou por uns anos na capital amazonense e retornou para Tefé após o término de um casamento. Nisso recordou que, há 40 anos, havia poucos "flutuantes" no lago e quase nenhuma casa de palafita. Os "flutuantes" que existiam eram de propriedade de comerciantes locais e nenhum era usado como moradia, apenas comércio. No seu retorno tentou comprar uma casa flutuante, mas não conseguiu, e teve que morar de forma provisória numa casa de terra firme. Daí a experiência que não o agradou. Após um tempo, adquiriu o que ele chamou de "base para construir uma casa flutuante", ou seja, comprou uma estrutura de Assacu, de "segunda mão". Segundo ele, foi a única forma de ter acesso a essa madeira, que permite que a casa construída sobre ela flutue.

Nas conversas buscou-se reconhecer, ainda, o quanto se detém do conhecimento sobre o modo de construir estas casas, justamente por se tratar também de uma técnica de autoconstrução que necessita que o morador domine os meios para a manutenção de sua integridade construtiva, conferindo-lhe condições de habitabilidade. Nossos interlocutores creditaram esse conhecimento técnico aos "carpinteiros navais" da região. São, em maioria, mestres que tiveram uma formação familiar e/ ou de vizinhança sobre os saberes e técnicas construtivas que hoje garantem seus sustentos. E por isso, embora muitos dos moradores conheçam esse "saber fazer", afirmam não trabalharem com isso.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apesar desse ofício estabelecido, os moradores acreditam que os flutuantes de madeira serão substituídos pelos de alumínio. Relatam que essa madeira, que é base na produção das casas flutuantes, não é fácil de encontrar na região próxima à cidade. Afirmam que "todos foram cortados". Explicam que os flutuantes com madeira nova que surgem no lago vêm de longe. Identificaram três casas flutuantes como sendo construídas fora do lago, além de outras que teriam sido apenas transportadas de outro lugar para o lago Tefé.

A madeira de Assacu dura, flutuando na água, uns 20 anos; após isso começa a "encharcar" e acaba "baixando". O morador descreve que teve que "comprar novas boias de Manaus para colocar debaixo de sua casa flutuante, para subir um pouco", por não encontrar essa madeira com facilidade.

Embora alguns autores associem o habitar em casas flutuantes a condições periféricas e de submoradias, dando a entender que sejam construções mais econômicas do que as casas feitas em terra firme, as pessoas ouvidas disseram que residir em casas flutuantes tem um custo econômico alto, pois a manutenção é mais constante que outras construções.

Quando retomamos a conversa sobre residir numa casa de terra firme, o morador assegura que não pensa nisso e acha que alguns de seus vizinhos, provavelmente, também não. Contou que a maioria dos moradores de palafitas e flutuantes tem, no lago, sua base de sobrevivência: alimentam-se dos peixes do lago, além de oferecerem serviços relacionados ao transporte fluvial e ao armazenamento de mercadoria. Pela descrição das atividades desenvolvidas pelos moradores dos flutuantes e palafitas, permanecer no lago é a garantia de sua sobrevivência. Isso porque a base da renda de muitas famílias está nesta atividade ou em outras ligadas ao habitar o lago.

Com isso, constatou-se que o processo de ocupação do lago por estas construções flutuantes se deu por fatores econômicos, sociais e culturais. Inclusive, cabe o registro de que grande parte dos moradores do lago se deslocou de outras localidades, principalmente, pela necessidade de acesso às instituições de ensino médio e superior, localizadas em Tefé – realidade não encontrada em localidades menores.

Considerações finais

A experiência em campo, realizada no lago Tefé, nos mostrou que nem sempre "os olhos das pessoas vão brilhar" ao falar de suas referências e bens culturais, em especial, quando estão submetidas a uma situação de exclusão social. Conforme visto no primeiro tópico, é histórico o processo de desqualificação das moradias de madeira, em especial, as palafitas e os flutuantes, de modo que os impactos desses discursos afetam a autoestima de parte dos moradores ribeirinhos. Embora o reconhecimento e a valorização cultural de si sejam uma realidade para certos grupos sociais, esse sentimento é mais comum quando vindo de indivíduos organizados politicamente, que lutam pela garantia dos seus direitos constitucionais; o que não é o caso desses moradores tefeenses. Mas suas falas como "gosto de olhar o lago e o horizonte", associadas à declaração de que a maioria deles tem, no lago, a base de sua sobrevivência, reforçam a importância econômica e simbólica desse meio ambiente para seus modos de vida.

Sabe-se que o habitar casas flutuantes, sobre as águas de rios, lagos e igarapés, está inserido no cotidiano de determinados grupos sociais de cidades amazônicas, como Tefé. Por constituir uma solução criativa e inteligente para resolver questões de moradia em um local com ciclos de águas e paisagens específicas, é preciso reconhecer a importância desse modelo de moradia, que junto a seus agrupamentos sociais, dá sentido à existência de certos lugares em que se insere. Poder se adequar naturalmente às cheias dos rios e deslocar as casas de uma cidade para a outra sempre que necessário demonstra o quanto o modo de vida em um flutuante é flexível e adaptável.

Com base nisso, é notória a relevância dessas construções enquanto patrimônio cultural tangível e intangível e enquanto tipologia arquitetônica vernacular da região amazônica. Nesse sentido, entendemos que algumas ações propositivas são necessárias, a fim de contribuir para a salvaguarda desse modo de vida e, por conseguinte, da paisagem por ele gerada. E para isso acontecer, entendemos que alguns tópicos precisam ser refletidos.

Como a manutenção dos flutuantes depende do acesso dos ribeirinhos ao Assacu, principal matéria-prima dessa tipologia construtiva, entendemos que o investimento em pesquisas e em programas de manejo, aliado a políticas patrimoniais, possa constituir uma importante saída para melhoria da oferta dessa espécie vegetal na região. Nesse sentido, para estudos futuros que abarquem esse tema, recomenda-se o aprofundamento na atuação de organizações como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que vem atuando, há cerca de duas décadas, com "pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável" (MINAUARÁ, s/d, s/p).

Como identificado em campo, muitos dos moradores conhecem o modo de "saber fazer" as construções, mas não trabalham com isso, e dependem dos carpinteiros navais (mestres do ofício) para a construção e a manutenção de suas casas. Assim, convém um estudo aprofundado sobre os conhecimentos dos detentores desse saber, bem políticas afirmativas de valorização e de manutenção da sua prática laboral.

Disso podemos inferir que ações de preservação e conservação, nessa linha de atuação descrita, podem contribuir com a permanência dessas tipologias construtiva e com a geração de emprego e renda na região, o que vem a colaborar com o desenvolvimento social local. A política local deve ser pensada não apenas enquanto gestão do patrimônio natural e cultural, mas focando-se no anseio de uma comunidade humana que almeja sua permanência, a longo prazo, nessa localidade.

Esse debate dialoga com outro, que é a reflexão sobre as materialidades dessas tipologias enquanto registros de um modo de construir e viver. Como apontado nos relatos de campo, muitos moradores acreditam que os flutuantes de madeira serão substituídos pelos de alumínio. Pela limitação do tempo que a madeira permite a flutuação, alguns materiais industrializados têm sido incorporados nas construções vernaculares (como as boias e as cobertas em zinco ou fibrocimento). Por um lado, é preciso compreender que faz parte da dinâmica construtiva haver alterações de práticas antigas. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que algumas incorporações só ocorrem porque os materiais originalmente utilizados não estão mais acessíveis no meio ambiente envoltório. Ademais, nem todas as famílias têm meios financeiros para aquisição destes materiais industrializados, ficando dependentes do que o ecossistema local tem a oferecer.

Sobre o contexto específico do lago Tefé, entendemos que o artigo atingiu seus propósitos na busca por um maior aprofundamento das relações ali estabelecidas entre ribeirinhos e o contexto em que vive. Ainda não ficou claro o início da ocupação do lago de Tefé por flutuantes e palafitas, de modo que são sugeridos estudos sobre o tema. Contudo, algumas pistas serviram de avanço, como o fato de ter sido sinalizado, pela memória social, que há pelo menos 40 anos já havia flutuantes (antes das casas de palafita), mas com uso de comércio (fato que parece dialogar com as práticas existentes desde a ocupação do território, de comercialização de produtos por vias fluviais).

Por fim, é interessante perceber que, ao tratarmos das questões relacionadas aos ribeirinhos de Tefé também estamos falando de referências culturais basilares na elaboração de memórias e das identidades de um nível mais ampliado, que é o da Amazônia. As problemáticas e reflexões levantadas aqui podem, portanto, servir de inspiração para políticas que sejam desejáveis em outras localidades com contextos similares.

Referências

BALÉE. William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In W. A. Neves (Org.), **Biologia e ecologia humana na Amazônia**: avaliação e perspectivas (Coleção Eduardo Galvão, pp. 95-109). Belém: MPEG, 1989.

_____. The people of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. In: Redford, K.H. e Padoch, C. (eds) **Conservation of neotropics forests**. New York: Columbia U. Press, 1992, p. 35 – 57.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção.** In: ADAMS, Cristina et alii (orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p. 109-143

BRUGNERA, Ana Carolina. **Meio Ambiente cultural da Amazônia Brasileira:** dos Modos de Vida a Moradia do Caboclo Ribeirinho. (dissertação) Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

CARDONE, Laura; RAMOS, Ricardo C. L. A habitação flutuante como uma resposta resiliente: entre o vernacular e o contemporâneo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2019, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, 2019. p 585-595. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/054_a_habitacao_flutuante_102.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

COSTA, Irio Barbosa da. **Tipos e aspectos do Brasil:** Flutuantes. Revista Brasileira de Geografia, v. 28, n. 2, Abr.-Jun. 1966, pp.83-84. Disponível em:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n2.pdf >. Acesso em: 16 set. 2021.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia:** Saberes e Práticas. Iluminuras. V.9, n.21, 2008.

FERNANDES, Stephano Mhae Alves. **Vilas e estruturas urbanas na Amazônia:** a Vila e a Microrregião de Caiambé, Médio Solimões, Amazonas. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

IBGE CIDADES. Tefé. **Panorama**. In: IBGE CIDADES [Portal da Internet]. 202-. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/panorama>. Acesso em: 16 set. 2021.

IBGE, Coordenação de Geografia. Regiões de Influência das Cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

LOPES, Jennifer da Silva Guimarães. **O campo térmico e higrométrico de Tefé - Amazonas**. 2020. 239 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8247>. Acesso em: 16 set. 2021.

MARINHO, Tatiana Andreza da Silva. **Distribuição e estrutura da população de quatro espécies madeireiras em uma floresta sazonalmente alagável na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazônia Central**. Manaus: INPA/UFAM, 2008.

MEIRELLES, Celia Regina Moretti (et al). **Processo construtivo de habitação em madeira:** interfaces e rebatimentos nas populações ribeirinhas do Amazonas. (Relatório Técnico científico), 2017.

MESQUITA, Fernando. Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia marajoara. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 37, 2018, pp.- 169-189.

MINARAUÁ. [Portal da Interet]. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/>. Acesso em: 16 set. 2021.

NOGUEIRA, Laelia Regina Batista. Arquitetura vernacular e paisagem amazônica um caminho na busca pelo habitar poético. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies** – XXII, v.2, pp. 171-180, jul-dez, 2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OLIVEIRA, Jair Antonio de; MEIRELLES, Célia Regina M.; FEHR, Lucas; LARA, Arthur H. Habitação em ambientes extremos: áreas de várzea do Rio Solimões. In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 12, 2020, São Paulo; Lisboa. **Anais...** Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/9810# >. Acesso em: 16 set. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jair. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia:** o habitat em ambientes complexos. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAULA, Andreza Vidinha de; MARTINS, Cláudia Araújo de M. G. **De bubuia no rio:** a utilização do símbolo de moradia cabocla no fortalecimento do turismo local. ANAIS... III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE TP3: TURISMO, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS; IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA AsTRESP, Belém: NAEA, 2019. p. 75-77.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida.** Ponto Urbe (online), 2. 2008.

PROIETTI, Lorena C. C. **Manual da boa morada:** Diretrizes Construtivas para uma Habitação de Baixo Impacto em Áreas Úmidas. (monografia). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2017.

QUEIROZ, Kristian Oliveira. **Centralidade periférica e integração relativizada** – uma leitura de Tefé no Amazonas. Tese de doutorado em geografia humana. USP: 2015.

SANTOS, Sandriele Pessoa dos. **Tempo e espaço na Amazônia Colonial:** da Vila de Ega a cidade de Tefé século XVIII e XIX**.** 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SENA, Gislany M. de. **Etnoarquitetura na Comunidade Nossa Senhora das Graças, Manacapuru/AM:** um estudo de mobilidade sazonal. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

SOUZA, Leno Barata. Os Flutuantes Antes da "Cidade Flutuante". **Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos**, vol. 1, nº 1 –Jun. 2011, p. 105-126.

_____. Cidade flutuante uma Manaus sobre as águas. Urbana: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade.** V.8; N.2, p.115-146, Campinas, mai./ago, 2016.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Ponto Urbe (online), 11. 2012

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O ACERVO DE MÚSICA RELIGIOSA DO IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA, BRASIL): A HISTÓRIA INSTITUCIONAL E OS GRANDES MOVIMENTOS DO CATOLICISMO REFLETIDOS EM DOCUMENTOS MUSICOGRÁFICOS

Fernando Lacerda Simões Duarte[1]

Introdução

Uma instituição, ao passo que cria sua identidade e desenvolve suas atividades, dialoga com o momento histórico em que se encontra, com os grandes movimentos econômicos, políticos e culturais. Com o passar do tempo, ela acumula vestígios do passado, que acumulam traços de sua memória coletiva, os quais se apresentam sob os mais diversos tipos e suportes: patrimônio edificado, documentos textuais manuscritos e impressos em suporte de papel ou, mais recentemente, em suporte digital, mobiliários, livros, troféus, placas comemorativas, registros fonográficos e videofonográficos, dentre outros. No presente, esses vestígios servem à seleção ou, nas palavras de Pollak (1989), enquadramentos envolvidos nos resgate das memórias e legitimação de identidades no presente. Assim, não mais havendo meios de memória que estabeleçam uma continuidade natural com determinado passado, os lugares de memória permitem esses resgates intencionais (NORA, 1993).

Neste trabalho, busca-se o resgate de uma memória histórica a partir da interpretação de documentos que, dadas as particularidades das informações neles registradas e da própria forma do registro, acúmulo e reprodutibilidade (DUARTE, 2019), são escassamente considerados fontes. Trata-se dos documentos musicográficos, ou seja, registros em suporte de papel que contêm informações que podem ser convertidas em instruções para um determinado fazer musical. Além deles, são considerados também neste trabalho alguns documentos textuais que contêm os textos de cânticos. O conjunto de tais documentos foi constituído no exercício das atividades de religiosas de origem teutônica, que administraram o Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis em fins do século XIX e parte do século XX. Dadas sua característica de acúmulo "natural" e não uma reunião de documentos feita *a posteriori* com finalidade ou baseada em interesses específicos, o conjunto se aproxima mais da noção de arquivo do que de coleção (BELLOTTO, 2002). O acervo musical foi tratado – catalogado, organizado e acondicionado – pelo Centro de Memória do Hospital de Caridade, encontrando-se recolhido à Biblioteca do mesmo.

[1] Doutor em Música. Docente da Escola de Música da Universidade Federal do Pará, Brasil. Contato: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O contato inicial do autor do trabalho com a instituição foi realizado em 2014, junto à historiadora, mediadora e conservadora Wendy Daniela Perez, que atua no Museu Sacra Capela do Menino Deus, que integra o hospital, e posteriormente, com responsável pelo Centro de Memória do Hospital de Caridade, André Luis da Silva, aos quais se registra nosso profundo agradecimento. A visita ao acervo se deu por ocasião da realização da pesquisa de campo com vistas à produção da tese doutoral *Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)*, que abrangeu o campo em setenta cidades brasileiras, das vinte e sete Unidades da Federação (DUARTE, 2016). A pesquisa na cidade teve início com a proposta de alguma forma de tratamento do acervo da Catedral de Nossa Senhora do Desterro pelo então regente de seu coro, o padre e compositor Ney Brasil (1930-2017). Na ocasião pudemos produzir fotografias digitais do acervo integral da catedral e, nos momentos vagos, ampliar a pesquisa a outras instituições, dentre as quais o Hospital de Caridade e o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Florianópolis. A realização da pesquisa nas três instituições possibilitou mais bem compreender as práticas musicais na Florianópolis do século XX.

Uma vez realizadas as fotografias, seu conteúdo foi analisado, dentro de um escopo muito maior de cidades e instituições para a escrita da tese e, mais recentemente, para estudos comparativos entre os acervos de religiosas de origem teutônica atuantes na região Sul do Brasil (DUARTE, 2021a) e entre os acervos localizados no Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis, no Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, e no Hospital Dom Luiz I, da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, na cidade de Belém (DUARTE, 2021b). A amplitude temporal do acervo, sua relação com outras instituições catarinenses e o próprio patrimônio musical organológico e documental[2] do Hospital de Caridade demandavam, entretanto, um trabalho específico. Assim, optou-se pela escrita do presente, que partiu da formulação do seguinte problema: quais as características musicais do repertório e como esse se articula com os grandes movimentos das histórias religiosa e musical, bem como com as constituições de identidades musicais locais, com a história institucional do Imperial Hospital de Caridade e das Irmãs da Divina Providência atuantes em Santa Catarina? Para responder a tal questionamento, recorreu-se a referenciais que possibilitam a aproximação entre os acervos musicais, o patrimônio cultural, memórias e identidades, além da história eclesiástica e da música religiosa católica no Brasil (EZQUERRO ESTEBAN, 2016; GÓMEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2008; CANDAU, 2011; NORA, 1993 DUARTE, 2016; 2020; PEREIRA, 1997; DE PIERI, 2014; CARMO, 2012; BORESTEIN, 2000; AREND; SILVEIRA, 2020).

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em três partes. Na primeira, traça-se um breve histórico da cidade de Florianópolis, do Imperial Hospital de Caridade e da atuação das religiosas da Congregação da Divina Providência, oriundas de Münster, na Alemanha. Na segunda parte,

[2] Antonio Ezquerro Esteban (2016) elaborou uma taxonomia do patrimônio musical – ou seja, do patrimônio cultural diretamente ligado à música – que abrange quatro categorias: (1) organológico – relativo às fontes emissoras de som, tais como os instrumentos musicais; (2) espacial – refere-se aos espaços nos quais ocorrem práticas musicais; (3) documental – referente aos documentos musicográficos e textuais com interesse para a compreensão das práticas musicais, documentos fonográficos e videofonográficos etc.; (4) propriamente musical, que pressupõe as práticas musicais, se consolida com as performances, sendo, portanto, evanescente, imaterial.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

discorre-se brevemente sobre a autocompreensão hegemônica na Igreja Católica Romana no Brasil entre o último quartel do século XIX e a década de 1960, a Romanização, bem como sua contraparte no âmbito da música, a Restauração Musical decorrente do Cecilianismo. Finalmente, aborda-se com maior detalhamento o acervo em questão e os pormenores de suas fontes.

A cidade, o hospital e as Irmãs da Divina Providência

A ocupação humana da Ilha de Santa Catarina – onde se encontra Florianópolis – data de cerca de 4.500 anos, com populações sambaqueiras. Já no século XIV, indígenas Carijós – da etnia Guarani – passaram a ocupar a Ilha.

Embora tenha servido como ponto de parada e abastecimento logo após o início da dominação europeia do território americano, somente em 1675 o bandeirante caçador de indígenas de nome Francisco Dias Velho se empenhou no povoamento da ilha juntamente com sua família e outra família agregada, tendo ali fundado o povoamento de Nossa Senhora do Desterro, construindo uma capela ao orago de mesmo nome. Após um desentendimento com o capitão de um navio corsário, Dias Velho foi morto e sua família retornou a São Paulo após a conclusão da capela.

Em 1714, Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de freguesia e, em 1726, à de Vila. A partir de 1737, a ocupação da ilha com objetivo militar também se fez perceber, de modo que até hoje possui fortificações. Entre 1747 e 1756, ocorreu considerável onda migratória de açorianos para a ocupação dos territórios insular e costeiro do atual estado de Santa Catarina. Já na primeira metade do século XIX teve início a imigração das diversas regiões germanófonas para Desterro.[3] Em 1823, a vila foi elevada à categoria de cidade e capital da Província de Santa Catarina e cerca de setenta anos mais tarde ocorreu – a contragosto de parte da população local – a mudança de nome, de Desterro para Florianópolis, em homenagem ao militar e político alagoano Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil (1891-1894), no ano de 1894.

Na segunda metade do século XVIII teve origem a história da instituição que tem lugar central neste trabalho. Em 1761, nasceu em Desterro o Joaquim Francisco do Livramento, que mais tarde, em 1781, viajaria a Portugal para tornar-se irmão leigo da Ordem Franciscana. Quando de seu retorno, em 1782, criou uma instituição da Caridade dos Pobres e de uma Santa Casa de Misericórdia. Pouco após seu nascimento, Joana Gomes de Gusmão recebeu a doação de um terreno para a construção de uma capela dedicada ao Menino-Deus no Morro da Boa Vista. A partir da capela, desenvolveu-se gradativamente o complexo hospitalar, que ainda hoje tem a capela ao centro.

Em 1764 chegou a Desterro, vinda da Bahia, uma imagem do Senhor dos Passos, que havia sido esculpida pelo escravo liberto Francisco Manoel das Chagas, artista também conhecido como "o Cabra" (IPATRIMONIO, [1998]; PEREIRA, 1997, p. 96; ESCRITÓRIO DE ARTE.COM, [2009]). A imagem (Fig. 1), de proporções consideráveis, tinha como peculiaridade o fato de expirar, ou seja, de abrir a boca e mover a língua, mecanismo que foi travado pela forte impressão que causava em participantes da procissão. No ano seguinte à chegada da imagem, foi instituída a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, que se tornaria a administradora do Hospital de Caridade.

[3] Nossa opção por "regiões germanófonas" se dá pelo fato de a unificação alemã ter ocorrido somente em 1871.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O complexo hospitalar teve diversas denominações ao longo da história: Hospital da Caridade dos Pobres, Santa Casa da Cidade do Desterro, Santa Casa da Misericórdia de Santa Catarina, Hospital de Caridade de Florianópolis e o atual, Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis (PEREIRA, 1997, p. 13).

Figura 1. Imagem do Senhor Jesus dos Passos (PEREIRA, 1997, p. 67).

Após ter fundado diversas outras instituições pias ao longo de sua vida, em 1826, o Irmão Joaquim do Livramento embarcou novamente para Lisboa, a fim de conseguir religiosos da Congregação da Missão – padres lazaristas – para o Seminário de Jacuecanga, em Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro (PEREIRA, 1997, p. 251-252). Embora pareça não ter logrado êxito, em algum momento, no século XIX, missionários lazaristas passaram pelo hospital acompanhados de religiosas francesas, que por pouco tempo ali permaneceram (BORENSTEIN, 2000, p. 80-81).
Com vistas ao atendimento religioso e hospitalar da população de imigrantes oriunda das regiões que haviam se tornado, em janeiro de 1871, a Alemanha, em "25 de maio de 1897 chegam as primeiras irmãs enfermeiras e assumem o Hospital de Caridade em Florianópolis no dia 29 de agosto do mesmo ano, só deixando o mesmo aos 30 de junho de 1988" (PIAI *apud* CARMO, 2012, p. 45). As religiosas, conhecidas à época como "irmãs enfermeiras", eram provenientes de Münster, na Alemanha, cidade da Renânina do Norte-Vestfália onde a congregação foi fundada, em 1842, pelo padre Eduardo Michelis (Fig. 2). Não se deve perder de vista o ambiente anticlerical que se instalou no território da Alemanha na segunda metade do século XIX, especialmente sob Otto Von Bismarck, a chamada *Kulturkampf*.

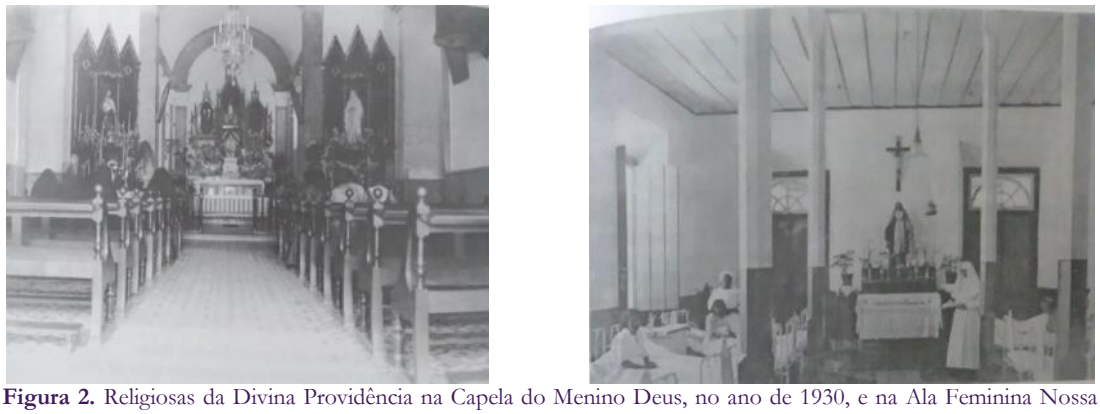


Figura 2. Religiosas da Divina Providência na Capela do Menino Deus, no ano de 1930, e na Ala Feminina Nossa Senhora das Graças, do Hospital de Caridade, em 1925 (PEREIRA, 1997, p. 30; 357).

A Congregação das Irmãs da Divina Providência já nasceu com forte caráter ativo, voltado aos trabalhos sociais, inicialmente, ao acolhimento de crianças e à educação. Em 1895, se dirigiram para o Brasil as seis primeiras religiosas: Ir. Rufina, Ir. Paula, Ir. Anna, Ir. Albina, Ir. Oswalda e Ir. Albertine. Em 1899, chegou ao país um segundo grupo, de oito irmãs. "Seguindo a tradição da Congregação, que desde a sua fundação tivera sempre ao lado da Superiora Geral um sacerdote como Superior, ou Diretor, foi também nomeado um Superior para acompanhar e assessorar as Irmãs no Brasil, em suas reflexões e decisões" (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO, [2020]). Ao longo século XX, as religiosas se espalharam por diversas cidades e hoje são mais de setecentas irmãs da Divina Providência em solo brasileiro, organizadas em cinco Províncias e duas Regiões.[4] Atualmente, a congregação tem a Rede Divina Providência de Educação, com escolas em cinco municípios de Santa Catarina: Blumenau, Tubarão, Joinville, Laguna e Florianópolis (QUEM SOMOS, [2019]).

A Restauração Musical Católica e o contexto da Romanização

A chegada das religiosas da Congregação da Divina Providência se deu num contexto em que a Romanização era a autocompreensão do catolicismo hegemônica à época. Esse movimento foi uma continuidade em relação ao Ultramontanismo do século XVIII, que pressupunha centralização da autoridade eclesiástica naquele que está "além dos Alpes", ou seja, no romano pontífice, mais do que em quaisquer decisões sinodais locais.

Dentre os pressupostos da Romanização estavam a instrução e moralização do clero, o reforço à hierarquia eclesiástica, a separação oficial entre o Estado e a Igreja, a promoção do catolicismo institucionalizado de modelo tridentino – implicando uma aversão a determinadas devoções populares, consideradas profanas –, centralização das atividades religiosas no clero, em oposição à proeminência dos leigos no catolicismo popular, a gradativa substituição de devoções, o controle das irmandades e a fundação de instituições leigas como o Apostolado da Oração e a Pia União

[4] Pela semelhança das nomenclaturas, faz-se necessária a distinção entre as religiosas de origem teutônica, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, e a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, fundada em 1899, pela madre italiana Madre Teresa Grillo Michel. Hoje, as duas congregações estão presentes no Brasil.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

das Filhas de Maria. No plano ideológico, a Romanização foi impulsionada pelo *Syllabus Errorum*, promulgado por Pio IX, que condenava os "vícios da Modernidade", sendo os principais o Secularismo, o Espiritismo, a Maçonaria, o Positivismo e o Comunismo. Dele resultava a necessidade de um "juramento antimodernista" por parte daqueles que intentavam assumir o sacerdócio. Ademais, a proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, em 1854, e a proclamação da infalibilidade papal, no Concílio Vaticano I (1869-1870) são pontos característicos da Romanização (DUARTE, 2016).

A Romanização implicou ainda uma nova onda missionária no Brasil. Posterior à Abertura dos Portos às Nações Amigas, a vinda de religiosos de diversas regiões da Europa se tornou constante. Novas congregações femininas e masculinas passaram, então, a se fazer presentes no território nacional: salesianos e Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora, verbitas, servitas, passionistas, barnabitas, redentoristas, espiritanos, sacramentinos, maristas, passionistas, palotinos, dentre muitas outras. Se um clima de secularismo se instalara na Alemanha, com a *Kulturkampf*, no último quartel do século XIX, em Portugal e no Brasil, este já era passível de observação na Reforma Geral Eclesiástica, no primeiro, em 1834, e na proibição aos noviciados, em 1855, no segundo. Assim, a nova leva de religiosos vindos especialmente da Alemanha permitiu a restauração de muitas casas religiosas que já se encontravam em franca decadência, tais como os conventos e mosteiros de beneditinos e franciscanos.

A Romanização permaneceu hegemônica no Brasil nas primeiras décadas do XX, sendo que uma mudança real decorreria somente do Concílio Vaticano II, na década de 1960. Num período de transição conhecido como Aggiornamento, a Igreja Romana passava a reconhecer o valor das culturas não-europeias, o que mais tarde seria oficializado pelo Concílio. Disso decorreu um movimento conhecido como *inculturação litúrgica*, ou seja, a adaptação da liturgia católica às características culturais de cada povo particular (DUARTE, 2016). No Brasil, há de se destacar ainda, ter ocorrido maior engajamento do clero em questões sociais, a partir do Pacto das Catacumbas, firmado entre prelados latino-americanos ao tempo do Concílio Vaticano II, mas também da chamada Teologia da Libertação. Esses movimentos acabaram por resultar, então, em forte oposição de setores da Igreja Católica à ditadura militar que se estabeleceu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Já no pontificado de João Paulo II, a Teologia da Libertação perdeu gradativamente espaço e hoje se percebe um novo movimento voltado às grandes coletividades, a Renovação Carismática Católica, bem como um viés mais tradicionalista por parte do clero ordenado mais recentemente.

No âmbito da música religiosa, o século XIX – especialmente a segunda metade – foi marcado pela assimilação de elementos musicais oriundos da ópera e da música sinfônica. Em oposição a tal fato, acadêmicos e especialistas em música religiosa pertencentes ao clero passaram a se reunir em agremiações denominadas associações de Santa Cecília ou São Gregório Magno. Seu objetivo era restaurar o repertório religioso a uma condição de dignidade que consideravam ter sido perdida. Disto, resultam os nomes pelos quais o movimento ficou conhecido: Cecilianismo ou Restauração Musical Católica. Um marco no alinhamento entre as tendências teológicas da Romanização e musicais, do Cecilianismo, que passariam a se tornar gradativamente hegemônicas na Europa foi o reconhecimento pontifício dado por Pio IX à Academia de Santa Cecília da

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Alemanha, em 1868. Três décadas e meia mais tarde, Pio X oficializaria a Restauração Musical com a promulgação do *motu proprio* "*Tra le Sollecitudini*", uma espécie de código jurídico que buscava disciplinar a produção e a interpretação da música litúrgica. Dentre as principais diretrizes do instrumento estão: a busca pelo afastamento da ópera e da música sinfônica, com a valorização do canto gregoriano e com a polifonia renascentista como modelos de composição para a configuração de uma "polifonia moderna", a proibição ao piano, às bandas de música e instrumentos de percussão nos templos, bem como aos coros mistos – sendo tolerados os coros exclusivamente femininos, especialmente nos conventos e havendo necessidade de vozes agudas junto aos coros masculinos, meninos, os *pueri cantorum* deveriam cantá-las. Embora o gênero musical praticado fosse essencialmente vocal e coral – limitados, tanto quanto fosse possível, os solos de cantores – o órgão também era aceito e foi declarado o instrumento oficial da Igreja. Nos templos menores, que não podiam adquirir órgãos tubulares, o harmônio – instrumento de teclados com palhetas e foles pedais – funcionava como substituto. Ademais, para que fosse cumprido, o documento prescrevia o ensino de música e a inculcação de seus paradigmas também nos seminários, na formação de novos sacerdotes. A chamada "polifonia moderna" – de inspiração gregoriana e renascentista, mas com recursos técnicos e harmônicos estabelecidos no século XIX – também foi denominada repertório restaurista (DUARTE, 2016). Todo o repertório empregado nas missas solenes deveria ter o texto escrito em língua latina, cabendo às missas paralitúrgicas ou não-solenes a possibilidade do emprego de cantos religiosos populares ou cânticos espirituais em língua vernácula, o que acabou por resultar na maior parte do repertório cotidiano nas igrejas brasileiras na primeira metade do século XX. Nas festas, contudo, eram empregadas as missas cantadas em língua latina.

Embora os religiosos lazaristas se alinhassem aos ideiais ultramontanos e, posteriormente, da Romanização, seus manuais de cânticos em vernáculo – *Canticos Espirituaes* e *Canticos Sagrados colligidos pelos padres da Congregação da Missão Brasileira* – não podem ser considerados restauristas, já que muitos ainda empregavam melodias extraídas de óperas, da música popular ou compostas à maneira de ópera. A restauração musical passa a se estavebecer no Brasil, portanto, com a chegada dos religiosos e religiosas vindos da Europa. Ademais, o Concílio Plenário Brasileiro – *Concilium Plenarium Brasiliense* – ocorrido em 1939 representou um reforço à Restauração Musical no país, pois teve uma de suas sessões dedicadas à música sacra. Após a realização do Concílio Brasileiro, foram publicados periódicos especializados, a exemplo da revista *Música Sacra*, da editora Vozes, sediada em Petrópolis-RJ, sob a cura dos religiosos franciscanos de origem alemã (DUARTE, 2016).

Paralelamente, o recrudescimento da ideia de adaptação da liturgia à índole de cada povo particular na década de 1940 – especialmente com a Carta Encíclica "*Mediator Dei*", de Pio XII, de 1947 – começava a apontar novos rumos para a música religiosa. É deste período, por exemplo, a *Missa Luba*, composta no Congo Belga, pelo franciscano Guido Haazen, em 1958. Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), houve – conforme apontado anteriormente – um reconhecimento, em pé de igualdade, do valor das culturas não-europeias por parte da Igreja, o que resultou também na assimilação de elementos musicais locais no rito romano. Assim, passou a desenvolver-se no Brasil a chamada música litúrgica autóctone ou inculturada, que assimilou ritmos e instrumentos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

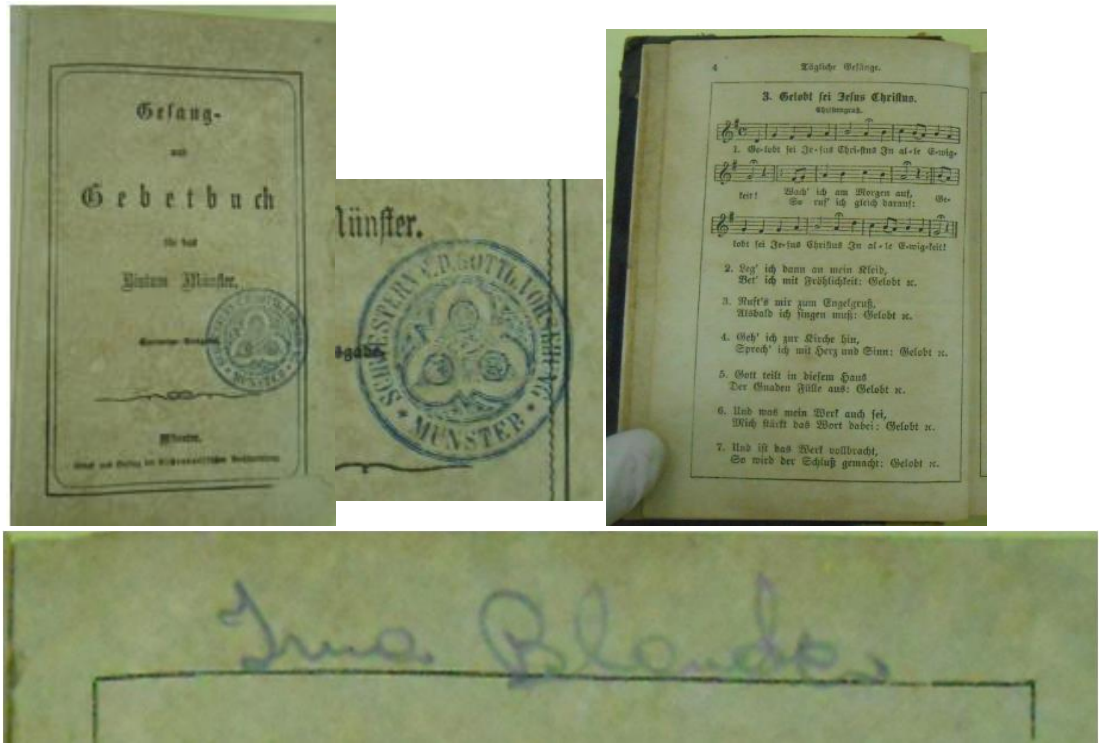
até então empregados na música popular, especialmente o violão e os instrumentos de percussão. O movimento coadunava as propostas da Teologia da Libertação.
A partir da década de 1990, tornou-se perceptível o crescimento do modelo musical mais próximo da música *pop* urbana, impulsionado, sobretudo, pela Renovação Carismática Católica e pelo movimento dos padres cantores. Finalmente, nos atual pontificado e no anterior observa-se no Brasil um novo recrudescimento do canto coral nas igrejas católicas, o que aparenta ter sido encorajado pelo tradicionalismo firmado no pontificado do papa Bento XVI.

Memórias, identidades e esquecimentos: um olhar para os documentos musicais

O arquivo de musicográficos recolhidos à Biblioteca do Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade revela publicações e manuscritos situados temporalmente entre fins do século XIX. O acervo está associado essencialmente às religiosas da Congregação da Divina Providência de Münster, já que o termo final dos musicográficos está aproximadamente na década de 1980. Uma vez observados os marcos temporais do acervo, torna-se perceptível a ausência de documentos relacionados às práticas musicais dos séculos XVIII e da maior parte do século XIX. Embora os lazaristas tenham tido intensa participação na vida religiosa de diversas regiões do Brasil e, musicalmente, terem difundido suas duas coletâneas de cantos religiosos em língua vernácula, *Canticos Espirituaes* e *Canticos Sagrados colligidos pelos padres da Congregação da Missão Brasileira*, no século XIX (DUARTE, 2020), não restam no acervo quaisquer vestígios de atividade musical relacionadas a eles ou às religiosas francesas que, segundo Borenstein (2000, p. 80-81), os acompanhavam.

As fontes mais antigas foram trazidas da Alemanha e datam da segunda metade do século XIX, como é o caso do item impresso *Gesang und Gebetbuch für das Bistum Münster* (GESANG, [1868]) – Livro de cantos e orações para a diocese de Münster –, com *imprimatur* de 1868. No volume em questão, é possível observar uma marca de proveniência do convento das irmãs da Divina Providência de Münster, bem como a anotação do nome de uma das religiosas, sugerindo a propriedade ou uso do item no coro (Ex. 1).

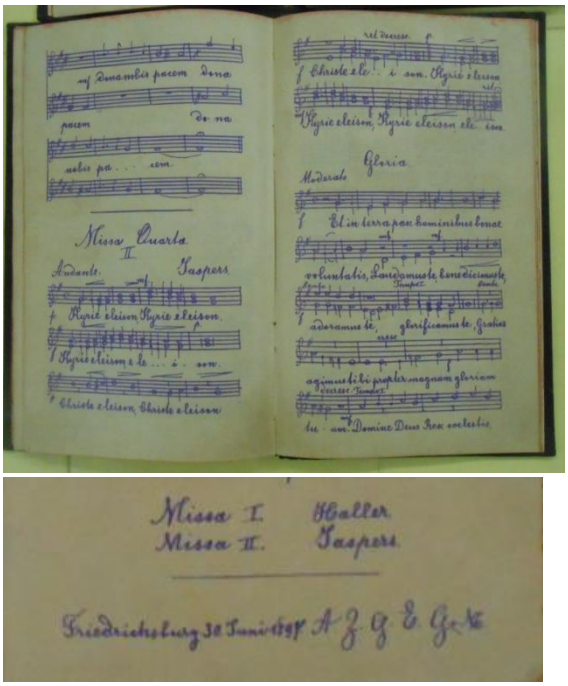
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7



Exemplo 1. Exemplar do livro de cantos e orações para a Diocese de Münster (GESANG, [1868]) recolhido à biblioteca do Imperial Hospital de Caridade, no qual se observa o carimbo úmido do convento das Irmãs da Divina Providência de Münster: "*Schwestern V. D. Göttl. Vorsehung*" e uma possível marca manuscrita de propriedade no verso da primeira folha "Irmã Blanda".

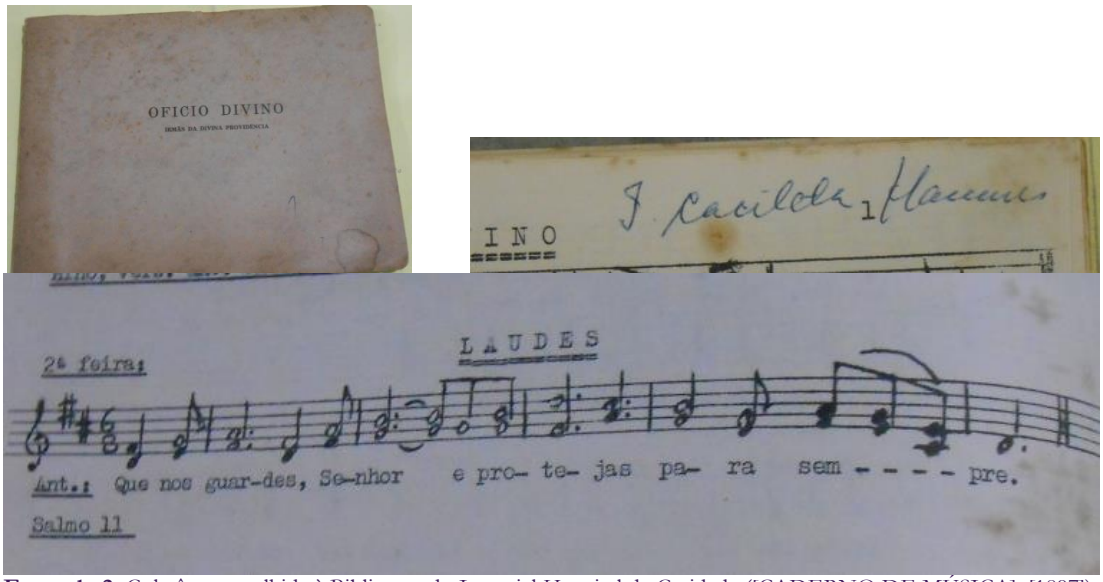
Há ainda fontes de datação relativamente próxima, com cânticos espirituais em alemão, cujo processo de impressão parece terem sido feitas com uma espécie de cópia heliográfica ou de mimeógrafo. São três cadernos ao todo, contendo repertório semelhante, além de Missas em língua latina – os cantos do Ordinário, *Kyrie*, *Gloria*, *Credo*, *Sanctus* e *Agnus Dei*. Um caderno contendo cantos em latim para missas solenes foi copiado em Friedrichsburg, região da Prússia, em 1897 (Ex. 2) e outro, em localidade que não conseguimos transcrever, em junho de 1896. Já o terceiro não apresenta local ou data ao final, como os outros dois.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7



Exemplo 2. Coletânea recolhida à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade ([CADERNO DE MÚSICA], [1897]).

Na fonte acima (Ex. 2), chama a atenção o fato de as músicas estarem escritas a duas vozes, o que é recorrente em praticamente todas as fontes consultadas das religiosas, inclusive em um *Ofício Divino* (Ex. 3), que se supõe que fossem rezados e cantados apenas pelas mesmas, e não eventualmente pelas alunas de instituições escolares que estivessem sob os auspícios das Irmãs da Divina Providência.



Exemplo 2. Coletânea recolhida à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade ([CADERNO DE MÚSICA], [1897]).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A marca de propriedade da fonte (Ex. 3) indica a Irmã Cacilda Hammes (1929-2017), que nasceu em Santa Cruz do Sul – RS, tendo sido batizada Ottillie Hammes. Após os votos, como era costume antes do Concílio Vaticano II, assumiu o nome de religiosa de Cacilda. Sobre a religiosa:

> Seguidora das diretrizes do provincialato, em 1953 realizou um estágio no Hospital de Caridade em Florianópolis – Santa Catarina, para se aproximar e conhecer o trabalho da Enfermagem. E a querida Irmã Cacilda, na época, mostrou-se apavorada com a experiência, com o modelo de orientação e com a definição de não retornar mais ao trabalho num hospital. Mas, como a vida segue ora desenho imaginado, ora imposto, nossa afável Irmã Cacilda foi encaminhada à Escola de Enfermagem Luisa de Marillac para formar-se Enfermeira. Retorna, em 1956 à Florianópolis e assume como primeira Enfermeira da Maternidade Carmela Dutra.
> Irmã Cacilda em 1978 funda com mais 58 Irmãs a Ordem Fraternidade Esperança, trabalho que desenvolveu até seus últimos dias com comunidades carentes, rurais, pesqueira, periféricas e indígenas (BELLAGUARDA; MAIA, 2017, p. 65).

A ligação com as religiosas se faz observar em diversas fontes. Um exemplo é a dedicatória manuscrita, como a da coletânea de partituras para coro misto *E. N. R.: Escola Nacional Rural* feita por um padre de nome não identificado para "as R.R. Irmãs da Div. Providência do Hosp. – Fpolis | 20 – 3 – 48" (ENR, 1944). *Freiburg im Breisgau* – e Monastério – *Münster*. Em outro caderno de músicas manuscrito, encontra-se um carimbo (Fig. 3) indicando "Asilo de Órfãs S. Vicente de Paulo. Nº.... [não preenchido] | Florianópolis" ([CADERNO DE MÚSICA], [19--], p. 65). A instituição também se encontrava aos cuidados das religiosas (Fig. 3), evidenciando uma rede de atuação que permeava diversos âmbitos da assistência social, especialmente a saúde e a educação.

Figura 3. As meninas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo de Florianópolis juntamente com as Irmãs da Divina Providência na década de 1920 (AREND; SILVEIRA, 2020, p. 311).

Há ainda no acervo uma coletânea impressa de textos de cânticos espirituais em português intitulada *Laudate*, para uso do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis, que também era gerido pelas religiosas. A rede de atuação na saúde e educação, bem como o consequente deslocamento de fontes entre instituições geridas pelas religiosas da Divina Providência também é perceptível entre diferentes cidades catarinenses, como é o caso de um carimbo úmido que indica o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão (Fig. 4). Segundo Marlise De Pieri, as "irmãs da Congregação da Divina Providência, além do Colégio São José, instituição criada em 1895, fundaram o Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição" (DE PIERI, 2014, p. 45).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

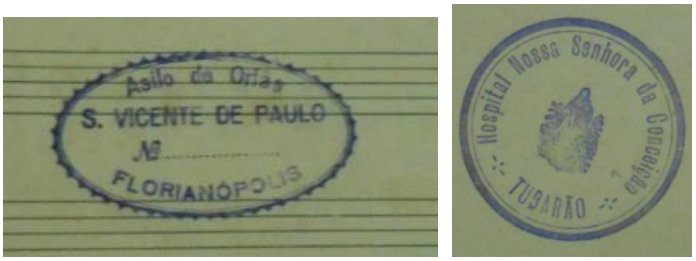


Figura 4. Marcas de proveniência de instituições catarinenses sob os cuidados das Irmãs da Divina Providência na primeira metade do século XX ([CADERNO DE MÚSICA], [19--], p. 65; RÖWER, [19--], f.1).

Ainda sobre as marcas de proveniência, lê-se em um exemplar de *Choralschule ein handbuch zur Erlernung des Choralgesanges* – Manual para aprendizagem de canto coral impresso em Friburgo na Brisgóvia, em 1899 – uma marca de propriedade do "Pe. Bernardo Bläsing" (CHORALSCHULE, 1899, f.1). Trata-se do clérigo (Fig. 5) nascido em Südlohn, diocese de Münster, na Alemanha, em 1889, que atuou em Florianópolis, viria a se tornar cônego e faleceu em 1965 (BESEN, [2015]).

Figura 5. Cônego Bernardo Bläsing (BESEN, [2015]).

Registros manuscritos de nomes de religiosas estão presentes em diversas fontes do acervo, algumas delas claramente como copistas e noutras, com a possibilidade de terem sido intérpretes da obra – marca de propriedade da fonte – ou até mesmo compositoras. A ligação com a congregação da Divina Providência pode ser observada ainda na temática do repertório, a exemplo da *Missa da Divina Providência*, para 2 vozes femininas e barítono *ad libitum*, composta pelo frade franciscano alemão Pedro Sinzig, com *imprimatur* de 1936 (registro no acervo n.° 002519); um hino *Salve, Divina Providência*, de autoria do também franciscano Gaudêncio Engelhardt, cópia manuscrita em um caderno de música; além do já referido *Ofício Divino*. A relação direta com o Hospital de Caridade se faz perceber na *Lira do Hospital de Caridade*, coletânea de 360 cânticos datilogafados e encadernados, com textos em português e latim (acervo n.° 002441), bem como em folhetos de cânticos para cerimônias da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.

A presença de repertório restaurista nas fontes é massiva, naquelas que antecedem o Concílio Vaticano II, especialmente obras escritas a uma e duas vozes, com ou sem acompanhamento de órgão. Há diversas coletâneas, a exemplo de *Melodias Eucharisticas*, organizada pelo religioso claretiano P. Luiz Iruarrizaga, impressa em São Paulo, em 1937; o segundo volume da série *A*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Música Sacra, pelo padre verbita Jorge Braun (acervo n.° 003001); Motetes e Hymnos ao Divino Espirito Santo e ao Ss. Sacramento, pelo frei Basílio Röwer, de 1907 (acervo n.° 002526), uma coletânea de Cânticos para o Congresso Eucarístico Diocesano, realizado em Criciúma-SC, em 1946 (acervo n.° 003026); dentre diversos outros. Há ainda duas coletâneas para órgão em duas claves, com repertório que também poderia ser praticado ao harmônio, o que leva a supor que uma ou mais religiosas da congregação tivesse domínio de técnica instrumental tanto para tocar os acompanhamentos ao canto, quanto as passagens a solo. O fato de a capela ter, ainda hoje, dois harmônios reforça a hipótese do uso do repertório no ambiente do Hospital de Caridade.

Sobre as fontes produzidas a partir da década de 1960, é possível observar razoável quantidade de repertório pós-conciliar, desde o repertório alinhado às tendências estéticas mais tradicionais de compositores atuantes no Brasil – linha esteticista (DUARTE, 2016) – até os cantos pastorais a uma voz, que se tornaram hegemônicos nas liturgias católicas no país a partir da década de 1970. Outros exemplos de repertório pós-conciliar que dialogam com o grande movimento da liturgia pós-conciliar é a coletânea *Salmos e Cânticos*, composta pelo jesuíta francês Joseph Gelineau e traduzida para português, além das missas – partes do Ordinário – compostas pelo monsenhor Guilherme Schubert, no Rio de Janeiro, na década de 1960. Há ainda cantos de características autóctones e temática socialmente engajada, sobretudo nas cópias de apostilas utilizadas em cursos de canto pastoral.

Finalmente, é possível observar no acervo do Imperial Hospital de Caridade obras do compositor e regente coral José Acácio Santana, atuante na cidade de Florianópolis, como sua *Jazzmissa*, baseada em temas de *Negro Spirituals*.

Considerações finais

Ao final deste trabalho, retorna-se ao problema que lhe deu origem, propondo respostas: o acervo é constituído de documentos de interesse musical, tanto musicográficos, quando textuais, contendo letras de cânticos, manuscritos e impressos. A datação das fontes abrange cerca de um século. Os documentos musicográficos são, em sua maioria, de obras sacras vocais, com ou sem acompanhamento de instrumento de teclado, mas há também duas coletâneas para órgão ou harmônio.

Os resultados apontam para a assimilação de características da congregação religiosa alemã, desde o entresséculos, e a gradativa aproximação do paradigma pós-conciliar de adaptação da liturgia às culturas locais. Marcas sugerem propriedades da partitura/intérpretes ao coro ou até mesmo religiosas compositoras.

Por sua aproximação da noção de arquivo, o conjunto de musicográficos revela ainda, sob um prisma específico, a história da instituição e sua inserção na cidade, de modo que se percebem fontes oriundas de outras instituições florianopolitanas, tais como o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e o Colégio Coração de Jesus, além de quantidade considerável de obras do compositor José Acácio Santana, atuante na cidade. Parece ter havido ainda a incorporação de fontes oriundas de outras cidades catarinenses, para além das produzidas em Florianópolis ou trazidas da Alemanha, inclusive de instituições geridas pelas religiosas da Divina Providência, como foi o caso

do Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão. Ademais, o próprio Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo se encontrava numa rede de atuação das religiosas na cidade de Florianópolis (AREND; SILVEIRA, 2020).

Quanto à música, as fontes apontam para a assimilação de características da congregação religiosa alemã, desde o entresséculos, e a gradativa aproximação do paradigma pós-conciliar de adaptação da liturgia às culturas locais. Finalmente, as partituras revelam traços de uma religiosidade vinculada tanto à atividade hospitalar quanto à da irmandade que é responsável pelo Imperial Hospital de Caridade, que até hoje tem na procissão do Senhor Jesus dos Passos o ponto alto de sua atuação no calendário religioso de Florianópolis.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero; SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. Relações de gênero, infância e assistência social: registros sobre meninas acolhidas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo (Florianópolis, Santa Catarina, 1904–1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 298-317, 2020.

BELLAGUARDA, Maria Lígia dos Reis; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues. In memoriam: Irmã Cacilda Hammes (Ottillie Hammes): 1929-2017. História de Enfermagem: Revista Eletrônica, Brasília, v. 8, n. 1, p. 65-66, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística*: objetos, princípios e rumos. São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BESEN, José Artulino. *Cônego Bernardo Bläsing*. [2015]. Disponível em: https://pebesen.wordpress.com/conego-bernardo-blasing/. Acesso em 10 out. 2021.

BORESTEIN, Miriam S. *O cotidiano da enfermagem no Hospital de Caridade de Florianópolis, no período de 1953 a 1968*. Florianópolis, 2000. 228 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

[CADERNO DE MÚSICA] – Missa de Engler. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002450. Friedrichsburg: [s.n.], [1897]. Partitura.

[CADERNO DE MÚSICA] – Altra noite. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002560. [Tubarão-SC?]: [sem copista identificada], [19--]. Partitura manuscrita.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARMO, Catarina Lisboa do. *Vozes em trânsito*: um estudo sobre o agenciamento de diferentes discursos acerca da presença das Irmãs da Divina Providência no Hospital Colônia de Sant'Ana (1941-1985). Florianópolis-SC, 2012. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2012.

CHORALSCHULE ein handbuch zur Erlernung des Choralgesanges. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002463. Freiburg im Breisgau: Herder, 1899. Partitura.

DE PIERI, Marlise de Medeiros Nunes. *A educação infantil em Tubarão/SC*: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969). Tubarão-SC, 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

DUARTE, F. L. S. Acervos musicais de religiosas germanófonas recolhidos a duas instituições hospitalares na região Sul do Brasil. *In*: NEUMANN, Rosane Marcia *et al.* (org.). *Migrações, territorialidades e ambientes*. 1ed. São Leopoldo-RS: Oikos, 2021a. p. 195-208.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. A língua vernácula na música católica no Brasil desde o século XIX: cânticos espirituais e as representações acerca da participação ativa dos fiéis nos ritos religiosos. *Opus*, Belo Horizonte-MG, v. 26, n. 3, p. 1-44, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20504/opus2020c2604. Acesso em: 3 jul. 2021.

DUARTE, F. L. S.. Documentos musicográficos recolhidos a três instituições hospitalares brasileiras: memórias e identidades musicais de freiras imigrantes na primeira metade do século XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais*. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais. Acesso em: 15 nov. 2021.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)*. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

ESCOLA NACIONAL RURAL. *Coleção E. N. R.*: 12 Despe o Luto | 13 Saudai Jesus | 14 Honra ao Rei da Glória. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002461. Porto Alegre: [s.n.], 1944.

ESCRITÓRIO DE ARTE.COM. *Francisco Manoel das Chagas*. [2009]. Disponível em: https://www.escritoriodearte.com/artista/francisco-manoel-das-chagas. Acesso em: 15 nov. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

EZQUERRO ESTEBAN, Antonio. Desafios da Musicologia Panhispanica na atualidade: uma reflexão. *In*: ROCHA, E.; ZILLE, J. A. B. (Org.). *Musicologia[s]*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-40.

GESANG *und Gebetbuch für das Bistum Münster*. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002436. Münster: Aschendorff, [1868]. Partitura.

GÓMEZ GONZÁLEZ, Pedro José et al. *El archivo de los sonidos*: la gestión de fondos musicales. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2008.

HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO – Província do Coração de Jesus. [2020]. Disponível em: https://www.pcj.org.br/historia-da-congregacao/. Acesso em: 15 nov. 2021.

IPATRIMONIO. *Florianópolis - Capela do Menino Deus*. [1998]. Disponível em: http://www.ipatrimonio.org/floranopolis-capela-do-menino-deus/. Acesso em: 15 nov. 2021.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Nereu do Vale (org.). *Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. v. 2. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

QUEM SOMOS - Irmãs da Divina Providência. [2019]. Disponível em: https://www.sdp.org.br/historia-da-sdp/. Acesso em: 15 nov. 2021.

RÖWER, Frei Basílio. *Missa em honra de santa Inês V. M. para duas vozes iguais ou coro uníssono com acompanhamento de harmônio de fácil execução*. Recolhido à Biblioteca do Imperial Hospital de Caridade. Registro n. 002525. Petrópolis: Vozes, [19--]. Partitura.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O *DISEGNO* DA CIDADE: O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAJAZEIRAS – PB (1920 A 1940)

Janaína Valéria Pinto Camilo[1]
Katiana de Sousa Vale[2]

Introdução

A ideia deste projeto surgiu quando eu, Janaína Camilo, fui nomeada ao cargo de docente da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus de Cajazeiras, Estado da Paraíba - Brasil. Na ocasião, em 2019, ao chegar à cidade de Cajazeiras deparei-me com prédios históricos que logo despertaram a minha curiosidade. As primeiras impressões oscilaram entre o fascínio da riqueza arquitetônica e a preocupação com a deterioração de alguns edifícios.

Ao iniciar minhas atividades na UFCG conheci Katiana Vale, aluna aplicada e muito disciplinada do curso de História, que logo me procurou para manifestar seu interesse em estudar educação patrimonial, mas ainda estava sem orientadora. Foi, neste momento, que convidei a referida aluna para desenvolvermos, juntas, o projeto de iniciação científica, "O *disegno* da cidade: o patrimônio edificado de Cajazeiras – PB (1920 a 1940), cujo título também nomeia este texto.

Assim, este trabalho diz respeito aos resultados obtidos neste projeto de Iniciação Científica, cujo desenvolvimento ocorreu junto à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, aprovado pelo CNPq em 2020 e que se destinou ao estudo do patrimônio cultural material do centro histórico da cidade de Cajazeiras, especificamente, os prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Portanto, propõe-se a aplicação de conceitos trabalhados pela História Cultural, como os de memória, identidades culturais, representações, patrimônio cultural e educação patrimonial, que se articulam com diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A grande área em que se insere este projeto é a de Ciências Humanas e foi inserido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil - na área prioritária de "Desenvolvimento sustentável/cidades inteligentes e sustentáveis" do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

[1] Pós-doutora, Professora Adjunta I do Curso de Licencitura em História da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras-PB. Profa. colaboradora do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Regional do Cariri – ProfHistória Urca. E-mail: janaina.valeria@professor.ufcg.edu.br
[2] Aluna do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras – PB e bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: katianasv.eco@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Uma breve digressão histórica

A cidade de Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, acerca de 475 Km da Capital, João Pessoa. A população estimada é de 62.289 pessoas.[3]

Entre os anos de 1920 e 1940, a cidade viveu um *boom* urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos, já iniciado na Europa desde o século XIX - com as imposições de transformações nas relações sociais, culturais e econômicas advindas da segunda onda da Revolução Industrial -; e que no começo do século XX chegou no Brasil, provocando importantes transformações na distribuição do espaço urbano de grandes cidades brasileiras. Escolhemos para este texto, iniciar a narrativa a partir do século XIX, objetivando desenhar melhor o cenário onde as tramas históricas ocorreram e, assim, mostrar como de fazenda, povoado e vila; Cajazeiras tornou-se cidade - uma das mais promissora do alto sertão paraibano até a primeira metade do século XX.

Ainda, no século XIX, a fazenda Cajazeiras foi iniciadora do núcleo social, político, econômico e cultural da região banhada pela bacia do rio Piranhas, que se expandiu a partir da construção de um colégio, um açude e uma igreja nas proximidades da casa grande da fazenda. Os proprietários, Vital de Sousa Rolim e Ana Francisca de Albuquerque, pais do Padre Inácio de Sousa Rolim – considerado pela historiografia local como o fundador do povoado de Cajazeiras -, providenciaram a construção de um açude para abastecimento da fazenda, provocando a imigração de sertanejos e sertanejas à região em busca de água. (SOUZA, 1981).

Em 1834, no entanto, Ana Albuquerque, também conhecida como mãe Aninha, mandou construir a primeira capela, denominada Nossa Senhora da Piedade (ROLIM, 2010). Enquanto o colégio do Padre Inácio Rolim foi inaugurado em 1843, também nos limites da fazenda, tendo recebido muitos moradores dos povoados vizinhos para completarem as primeiras letras. Naquele período, a fazenda foi reconhecida como povoado de Cajazeiras e, em 7 de agosto de 1848, sob iniciativa do Padre Rolim e seu cunhado Tenente Sabino Coelho, realizou-se no lugar a primeira feira livre e onde, em 1859, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Santa Padroeira de Cajazeiras. Já no dia 23 de novembro de 1863, o povoado foi elevado à categoria de Vila de Cajazeiras, sendo desmembrada, posteriormente, da cidade de Sousa e, finalmente, no dia 10 de julho de 1876, Cajazeiras foi elevada à categoria de cidade (SOUZA, 1981).

Com a instalação das primeiras feiras na cidade, as relações comerciais com as cidades vizinhas intensificaram-se, a exemplo de Sousa, Pombal e algumas outras localizadas nos estados limítrofes do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na medida em que se estabeleciam os primeiros vínculos de comércio, o núcleo urbano de Cajazeiras crescia consideravelmente e, no início do século XX, a cidade já apresentava "modificações significativas na vida material e cultural" (SILVA FILHO, 1999, p. 284). Vale ressaltar que, "o estímulo [ao] desenvolvimento para essa área urbana, resultou do cultivo e comércio do algodão e do investimento dos recursos daí provenientes, melhorando as condições materiais da cidade" (SILVA FILHO, 1999, p. 288).

[3] Esta informação corresponde ao senso 2020 do IBGE. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama, acesso em 11jun21.

Neste sentido, conforme nos aponta os memorialistas de Cajazeiras, o cultivo do algodão, entre os séculos XIX e XX, proporcionou o desenvolvimento, pelos menos comercial, da cidade: foram inaugurados estabelecimentos de roupas, alimentos e utilidades domésticas. Nitidamente, iniciava-se uma transformação da urbe cajazeirense "onde o velho pass[ou] a conviver com o novo, o tradicional pass[ou] a conviver com o moderno" (SILVA FILHO, 1999, p. 293).

O cultivo e comércio do algodão providenciaram a instalação, na década de 1920, da Usina Santa Cecília de propriedade de Joaquim Matos e que foi considerada a primeira de grande porte instalada no alto sertão paraibano. A esse processo de modernização da produção e, consequentemente, da vida social e cultural da cidade, somou-se a chegada da firma norte-americana Dwight P. Robinson responsável por iniciar a construção dos açudes da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS e, atrelado a isso, surgem na cidade "novos gostos e novos hábitos, ocorrendo, dessa maneira, significativas mudanças na vida cotidiana cajazeirense" (SILVA FILHO, 1999, p. 295). Assim, o regular inverno, a favorável safra do algodão e o dinheiro que circulava da inspetoria dos americanos, fizeram os negócios prosperarem cada vez mais. (COSTA, 2013).

Importante destacar, também, a chegada à cidade, em 1922, da ferrovia. O trem possibilitou a aceleração do escoamento da produção, principalmente do algodão, e a locomoção das pessoas, tendo permanecido como principal meio de transporte da região do alto sertão, até meados da década de 1970. Mas com a chegada à cidade de Cajazeiras da Rede Viação Cearense – RVC, a cidade ampliou a comunicação como outras cidades do sertão paraibano e dos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. E, assim, as lojas em Cajazeiras enchiam-se de fregueses que consumiam novidades que chegavam dos estados vizinhos. (LEITÃO, 2000).

Imagem 1. Antiga Estação Ferroviária de Cajazeiras-PB. Ca. 1960

Fonte: Acervo pessoal Profa. Eliana Rolim

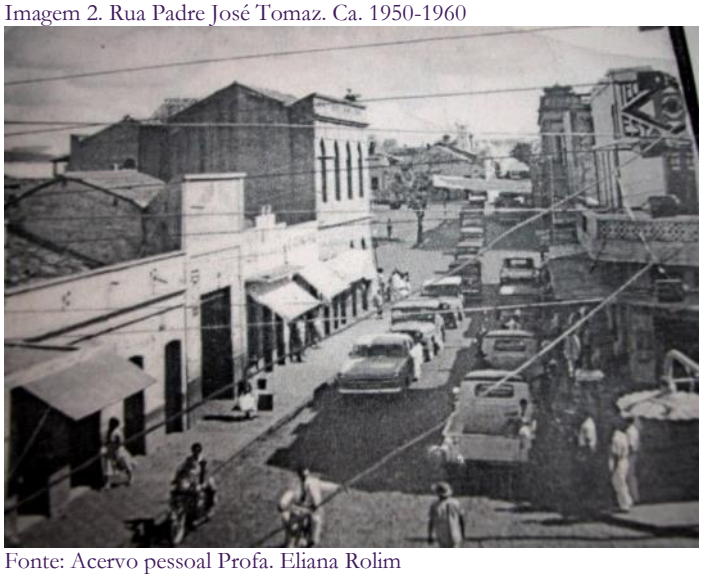
O progresso continuava e, na década de 1930, "Usinas de beneficiamento como a Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil – SANBRA, e a multinacional Anderson Clayton, trouxeram emprego e renda para o município" (ROLIM, 2010, p. 75). Assim, entre os anos de 1920 e 1940,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cajazeiras adquiriu novas formas arquitetônicas com a construção de prédios, praças, coretos, igrejas e lojas requintadas. E neste embalo, no começo do século XX, além da linha férrea, foram instalados a luz elétrica, o jornal impresso, o telégrafo e os prédios que seguiam os traços da arquitetura modernista (ROLIM, 2010).

Os prédios e casarões que foram construídos nas ruas centrais durante as primeiras décadas do século XX, serviram de instrumentos para a construção do discurso da cidade como um espaço de modernidade e civilidade. Além disso, Cajazeiras – que ganhara a fama popular da "cidade que ensinou a Paraíba a ler", culturalmente era assistida pela inauguração de jornais locais como: O Pátria Jornal, O Rebate, O Sport, O Rio do Peixe, O Estado Novo, a Revista Flor de Liz, entre outros. (SOUZA, 1981, p. 187-188). Além dos jornais, também chegou à cidade, o cinema, o futebol, o automóvel e os clubes recreativos. A década de 1930, mostrou-se marcante devido à reformulação do espaço cajazeirense, observada no melhoramento das ruas e suas construções imponentes. Nesta mesma década, Cajazeiras já contava com os seguintes investimentos comerciais: uma concessionária da Chevrolet, uma agência da Ford, e uma agência do Banco do Brasil.

Imagem 2. Rua Padre José Tomaz. Ca. 1950-1960



Fonte: Acervo pessoal Profa. Eliana Rolim

As marcas desse tempo pujante, pelo menos aquelas que resistiram às intempéries do tempo e ao descaso humano, foram reconhecidas em 2004, quando o Governador da Paraíba homologou o Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004, pelo qual estabeleceu a delimitação do centro histórico de Cajazeiras, contornando:

> O açude grande, seguindo as Ruas Coronel Guimarães, Manuel Mariano, Juvêncio Carneiro, Geminiano de Sousa, Victor Jurema, contornando a quadra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, através da Rua Barão do Rio Branco, contornando a Praça José Guimarães até a Rua Padre Ibiapina, perfazendo o contorno de todo o Colégio Diocesano, ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 3. Delimitação do centro histórico em Planta baixa

Fonte: Acervo IPHAEP e Fundação de Cultura Ivan Bichara. In: SILVA; FERREIRA; CAMILO, 2020, p. 713

Pelo mesmo decreto, considerando a delimitação do centro histórico de Cajazeiras, esta ação tombou as seguintes construções, objetos principais de investigação para esta pesquisa: Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano, Catedral de Nossa Senhora da Piedade, Palácio Episcopal, Praça Cardeal Arco Verde, Prefeitura Municipal e Praça João da Mata, Seminário Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de Nossa Senhora do Carmo.

O projeto de iniciação científica: questões sobre memória, patrimônio cultural e educação patrimonial

Para muitos autores, como Boaventura de Souza Santos (2002) e Maria Amália Silva Alves de Oliveira (in PELEGRINI, NAGABE; PINHEIRO, 2010); a sociedade contemporânea vive uma inflação de memória: a velocidade das transformações faz com que seja necessário fincar no passado referências para as identidades sociais. Não se trata de recuperar o passado tal qual aconteceu, mas do passado realmente existente que temos disponível, ou seja, os vestígios do passado no presente: vestígios de instituições, de práticas sociais, de artefatos, de narrativas e de memórias.

Toda memória, pois, é memória presente do passado, e diz respeito às demandas do presente. A sociedade presente é que define o que deve ser lembrando e, necessariamente, o que deve ser esquecido. Mas isso não ocorre de modo simples: muitas vezes, estes vestígios foram selecionados ora por lógicas do poder, ora pelo acaso. Porém, vale a pena observar o alerta de Luiz Roberto Guarinello, para quem a memória, sob a ótica da História, é um conceito muito complexo, visto que esta relação significa, ao mesmo tempo, afirmação e negação das memórias coletivas, muitas vezes forjadas por "interesses particulares que animam as memórias coletivas" (GUARINELLO, 2014, p. 10).

Mas essa ação reveladora das representações sociais e culturais não é uma seara exclusiva dos profissionais da História. Para este autor, ainda, "a legitimidade para falar, pensar e produzir memórias para nossa sociedade" (GUARINELLO, 2014, p. 9) fica a cargo, também, de diferentes comunidades envolvidas no processo de preservação de suas identidades e que podem ser reveladas por diferentes profissionais das Ciências Humanas e Sociais.

Contudo, a sociedade do presente, que constrói suas imagens do passado, deve ter em conta os modos como os vestígios do passado foram transmitidos e preservados. Em suma, o passado é infinito, mas os vestígios do passado são finitos e normalmente caóticos. É preciso, pois, organizar os vestígios ao mesmo tempo em que se conserva sua história. Esses vestígios do passado, que tendemos a chamar de Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico - seja bens moveis ou imóveis, material ou imaterial -, estudados sob a ótica da manipulação das memórias sociais, sobre o que lembrar e esquecer, ou ainda, conforme escreveu Roger Chartier (2002), sobre o jogo ambíguo das representações, que ao mesmo tempo significa ausência e presença, servem de fundamentação teórica para esta proposta de pesquisa "O *disegno* da cidade: o patrimônio edificado de Cajazeiras – PB (1920 a 1940)" que, para além da fria materialidade das paredes e pedras das construções, pretendemos estudar a história da cidade de Cajazeiras, as influências arquitetônicas e as personagens envolvidas no processo de modernização urbana.

Este projeto, portanto, teve como objetivo central promover instrumentos didáticos que viabilizem a educação patrimonial sobre a história da cidade de Cajazeiras. E, por isso, sua metodologia dividiu-se em duas etapas: pesquisa qualitativa documental e organização de um site educativo (pela plataforma wix.com)[4] com textos e fotos que representam os planos, desígnios ou destino dos moradores de Cajazeiras a partir das reformulações do espaço e da vida cotidiana, entre os anos de 1920 a 1940. Então, foram analisadas fontes bibliográficas – pesquisas acadêmicas e livros memorialistas, documentais – fotografias, além de observação de campo para analisar a atual situação das edificações. A educação patrimonial, neste sentido, torna-se, para além de um instrumento de salvaguarda, uma prática de preservação de identidades traduzida por meio de diálogos, de trocas de experiências e de memórias, fazendo com que se desenvolva um sentimento de pertencimento ao local.

Reconhecer a importância da educação patrimonial e sua interface com a valorização e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e paisagístico, não nos parece uma tarefa simples, porém se faz extremamente necessária! Assim como o direito de acesso à informação e ao conhecimento, o patrimônio tem relação direta com o saber e o bem-estar de todas as pessoas. Neste sentido, é importante ressaltarmos, conforme estudos de Sônia Regina Rampim Florêncio (2015) que o tema da educação patrimonial não é uma temática atual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na verdade, ainda nos anos de 1930 quando o Instituto chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, o anteprojeto de Mario de Andrade já expunha a importância "do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas" (FLORÊNCIO, 2015, p. 21). Essa preocupação se repetiu na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na década de 1960, vindo a influenciar, ainda, Aloisio de Magalhães à frente da Fundação Nacional Pró-Memória nos anos de 1970.

[4] Para visualizar o site produzido, basta clicar no link: https://katianasveco.wixsite.com/my-site-3

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Entretanto, o termo educação patrimonial só passou a configurar nas ações do IPHAN nos anos de 1980, quando chegou ao Brasil algumas experiências britânicas que transformaram os museus e os patrimônios históricos em suportes de educação. Naquela mesma época, a Fundação Nacional Pró-Memória criou o projeto "Interação" que estabeleceu diretrizes do trabalho educativo com foco na cultura, relacionando Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no Brasil e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e os lugares da memória, que são espaços promotores da multiculturalidade e, portanto, são lugares importantes para o exercício da tolerância, do reconhecimento do diferente e do respeito às diferenças.

Contudo, é importante ressaltar que patrimônio cultural, assim como ocorreu com o ensino de história, sobretudo durante a primeira metade do século XX, também foi instrumentos de poder e de manipulação das tradições culturais, que se pretendia branca, civilizada e cristã. Por essa razão, segundo Sônia Florêncio:

> A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade. (FLORÊNCIO, 2015, p. 24)

Assim, o conceito de educação patrimonial pode ser definido, ainda, como ação constitutiva de todos os processos educativos formais e não formais, cujo instrumento da ação é o patrimônio cultural visto como "recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação" (FLORÊNCIO, 2015, p. 24). Além disso, Sônia Florêncio (2015, p. 24) considera ainda que:

> Os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

Por fim, concluímos que a educação que se pretende é aquela que serve como mediação para a construção coletiva do conhecimento, pela apropriação social do patrimônio cultural que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local e a diversidade cultural. A função da educação democrática torna visível esses saberes e a diferentes personagens: homens pobres, mulheres, crianças, velhos, negros, negras, índios e índias que a História tradicional, em diferentes contextos, tentou silenciar e esconder.

Resultados da pesquisa

No que concerne aos resultados desta pesquisa, a partir das primeiras análises da bibliografia existente acerca do patrimônio cultural material da cidade de Cajazeiras – PB, procuramos compreender por meio da investigação dos nossos objetos de estudo – as edificações tombadas –

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como foi ocorrendo as reformulações do espaço e da vida cotidiana na urbe, entre os anos de 1920 a 1940, que ainda hoje são sentidas a fim de analisar a situação em que se encontram essas edificações.

Em vista disso, os prédios e casarões que foram construídos nas ruas centrais durante as primeiras décadas do século XX, serviram de instrumentos para a construção do discurso da cidade como um espaço de modernidade e civilidade. Nitidamente, aos olhos da comunidade, Cajazeiras se urbanizava e se modernizava, e essas edificações a partir de indagações "contam-nos" sobre os aspectos da vida cotidiana vividos neste período de pujança, uma vez que, aos olhos da comunidade cajazeirense, a cidade estava envolvida em um progresso econômico-social e o que estava acontecendo, nessa época, era uma urbe em transformação. Além disso, chama atenção, também, que a maioria dos prédios foram construídos sob orientação dos saberes informais dos construtores, principais personagens que promoveram o processo da modernização urbana e, portanto, na mudança da paisagem de Cajazeiras, que foi de fazenda à categoria de cidade.

Todavia, cabe destacar que o estudo do patrimônio cultural de Cajazeiras ainda se recente de pesquisas acadêmicas, porém, não podemos deixar de registrar a importância dos trabalhos já produzidos sobre a sua história, a cultura, e o seu patrimônio, tendo em vista que as bibliografias disponíveis foram fundamentais para nos subsidiar na presente pesquisa. A historiadora Eliana Rolim (2010) em "*Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial"* alerta que a cidade cajazeirense, na atualidade, vive um momento de agitação no tocante ao crescimento comercial, urbano e imobiliário, nos asseverando que este, vem se perdendo ao longo do tempo com o crescente processo de transformação urbana. À vista disso, a autora ressalta a necessidade urgente de políticas públicas de educação patrimonial nos espaços de educação formal e informal. Corroborando com Rolim (2010), Oliveira (2015), em sua pesquisa "*Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do Concreto e Cimento*", nos assevera que:

> Desde que o Centro Histórico local foi demarcado, parte da população e do poder público da cidade de Cajazeiras continua demonstrando estarem sob o efeito do desinteresse em manter a preservação daquele que foi escolhido como um importante lugar na memória coletiva e histórica do município. Como cidade polo que é, Cajazeiras também sofre as "consequências" destas mudanças no setor econômico-político-social e urbano que o crescimento populacional e a expansão do seu centro e bairros adjacentes provocam. A prova disso reside em observar como são conduzidas as reformas nas estruturas das construções antigas do centro da cidade, que muitas vezes ocasionam recortes profundos na estrutura original das edificações. (OLIVEIRA, 2015, p. 46-47).

Ao dialogarmos com estas pesquisas, observamos que o patrimônio arquitetônico cajazeirense se encontra ameaçado, tendo em vista as descaracterizações dos imóveis e o descaso por parte dos órgãos competentes, e, também, da própria população, o que já nos evidencia que não está havendo um sentimento de pertencimento e de identidade para com esse patrimônio, portanto, a população cajazeirense necessita ser despertada para essa realidade. É importante citar que, na realização da visita de campo, constatou-se que o descaso permanece até os dias atuais, alguns edifícios do centro histórico estão em estado de degradação, além disso, não é precipitado citar que, praticamente todos já tiveram sua forma original alterada, e a população parece continuar em estado de "inércia" em relação a isso, uma vez que a maioria parece não conhecer a história da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

própria cidade, o que vem a ser preocupante, pois isso já nos evidencia que na cidade de Cajazeiras não há políticas públicas de Educação Patrimonial nos espaços de educação formal e informal.

Imagem 4. Antigo Edifício OK na década de sua fundação,1938

Fonte: LIRA, Francisco Cleudimar F. de. Disponível em: http://cajazeirasdeamor.blogspot.com/2011/11/. Acesso em 15/07/2021

Imagem 5. Prédio do antigo Edifício OK, em estado de deterioração

Fonte: Foto Katiana Vale, setembro de 2021

Construído na década de 1930, o Edifício Ok configurou-se como um marco de grande destaque e espaço de sociabilidade para a comunidade cajazeirense (ROLIM, 2010). Foi inaugurado em agosto de 1936, e sediava "o conjunto de diversões: cinema, clube, sorveteria, salão de cabeleireiro e manicure, bilhares" (COSTA, 2013, p. 164). No andar térreo foi instalado o *Cine Éden*, o qual manteve sessões regulares de cinema na cidade até o início da década de 1990. E, no piso superior, encontrava-se um clube dançante chamado *Excelsior Clube* (ROLIM, 2010). Logo, o histórico edifício OK faz parte da história cajazeirense e, atualmente, está em completo estado de abandono. Enquanto o Edifício Ok encontra-se em estado de abandono, o antigo Hotel Oriente – atual Espaço Cultural de Cajazeiras – apresenta descaracterizações parciais da sua forma original. Este

edifício foi construído no início do século XX, cujo propósito da sua construção seria abrigar uma clínica médica particular, entretanto, o edifício não teve essa funcionalidade, e transformou-se então, em uma hospedaria muito frequentada. Após o fechamento do hotel, este edifício já foi sede do Colégio Objetivo da rede privada de ensino e do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. (OLIVEIRA, 2015). Segundo o historiador Silva Filho (1999, p. 304), esta é uma "Construção belíssima, inscrita no rol das ecléticas. Obra erudita, neoclássica, fruto de um mestre de oficio experiente. Composição de detalhes bem elaborada."

Imagem 6. Antigo Hotel Oriente. S.d

Fonte: Acervo pessoal Profa. Eliana Rolim

Imagem 7. Espaço Cultural de Cajazeiras, anteriormente, Hotel Oriente.

Fonte: Foto Katiana Vale, setembro de 2021

Diante das imagens acima, observamos claramente que é necessário um comprometimento dos órgãos municipais e estaduais, a quem compete a fiscalização e assistência desses bens. Sendo assim, acreditamos que essa falta de assistência, fiscalização, e a ausência de políticas públicas de Educação Patrimonial na cidade, a princípio, é o que de certa forma vem gerando o silenciamento

da população no que diz respeito ao conhecimento dos patrimônios históricos e culturais e a importância dos mesmos para a valorização e salvaguarda das identidades locais.

Ao realizarmos uma investigação para saber se existia na cidade políticas públicas de Educação Patrimonial, constatamos que até o presente momento, não existe, o que é preocupante, pois Eliana Rolim (2010), na sua dissertação de mestrado já alerta para a necessidade de um maior engajamento do poder público e da própria população para resguardar esses bens. Entretanto, em 2021, os descasos com o patrimônio cultural material cajazeirense ainda permanecem. Além disso, é relevante destacarmos que há ausência de informações sobre esses imóveis tombados no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP – órgão estadual responsável pelo tombamento e fiscalização desses bens.

Diante da abordagem acima, acreditamos que promover instrumentos didáticos – como um site com textos e fotos que representem os planos, desígnios ou destino dos moradores de Cajazeiras a partir das reformulações do espaço e da vida cotidiana, entre os anos de 1920 a 1940 – é um recurso que poderá ser utilizado e, assim, viabilizar a educação patrimonial nos ensinos formal e informal e, dessa forma, contribuir para divulgação, conhecimento e proteção dos imóveis estudados, uma vez que eles fazem parte da história de Cajazeiras e que, portanto, precisam ser preservados.

Considerações finais

Estudar o centro histórico da cidade de Cajazeiras significa estabelecer discussões em torno da relação entre memória e patrimônio que, suscitam questionamentos sobre:

> Como decifrar as memórias em torno de suportes, de objetos, de signos, de palavras, de expressões, de vestígios da presença do ser humano? Como colocá-las como protagonistas na missão de entender quem sou e onde estou na cidade? (PINHEIRO, 2015, p. 13).

Esses questionamentos são importantes para estudarmos o patrimônio cultural na contemporaneidade, inclusive, por meio de projetos de educação patrimonial que objetivem "garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles" (PINHEIRO, 2015, p. 13).

Nesse sentido, patrimônio é memória. Portanto, os bens culturais não são apenas registros que ficaram no passado, mas podem e devem ser instrumentos de construção e reconstrução do presente "que se atualiza[m] constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade" (PINHEIRO, 2015, p. 13).

Assim sendo, a cidade de Cajazeiras possui um belo acervo arquitetônico e a maioria dos prédios datam do início do século XX, os quais foram construídos sob orientação dos saberes informais dos construtores, principais personagens que promoveram o processo da modernização urbana e, portanto, na mudança da paisagem desta cidade. Neste sentido, conforme o historiador Silva Filho (1999):

> A cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar. (SILVA FILHO, 1999, p. 1)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante disso, as obras arquitetônicas de Cajazeiras são importantes fontes para compreendermos a cultura da cidade. Contudo, mesmo sendo protegido por lei pelo Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004, homologado pelo governador da Paraíba, o Centro Histórico de Cajazeiras ainda enfrenta sérios problemas no que se refere à sua preservação. O descaso por parte dos órgãos competentes, e, também, por parte da própria população, chega a ser visível em alguns edifícios que se encontram dentro do limite do tombamento, uma vez que, quase todas as edificações tiveram suas estruturas originais alteradas, enquanto outras encontram-se em estado de abandono. Durante a atividade de campo, observou-se que a população cajazeirense parece desconhecer a História da própria cidade, pois ao indagar as pessoas sobre a localização de alguns dos edifícios estudados, a grande maioria não soube responder a localização precisa do lugar, e quando não se conhece, também não se preserva. Assim sendo, a comunidade cajazeirense necessita conhecer a história de Cajazeiras, criar laços de identidade, para se sentirem pertencentes a ela, somente assim, haverá uma preservação eficiente no que concerne à sua cultura material.

Tomando por base essa discussão, constatamos que a falta de conhecimento da história local por parte da comunidade cajazeirense está, também, associada à inexistência de políticas públicas de educação patrimonial na cidade, o que compromete a divulgação e a importância desse patrimônio para a própria população. Assim, acreditamos que o site educativo voltado para a educação patrimonial construído com registros documentais sobre a História de Cajazeiras, contribuirá na sua divulgação, e, consequentemente, na preservação desse patrimônio. Então, acreditamos que o site construído nesta pesquisa, mostra-se como uma excelente ferramenta pedagógica, o qual poderá ser usufruído pela população em geral.

Referências

ANDRADE, M. de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do IPHAN**, n. 30, p. 270-287, 2002.

BUENO, Beatriz Siqueira. A construção do Brasil Urbano, **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, jan./mar., 2000)

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre práticas e representações. Portugal: Difel Editora, 2002.

COSTA, Antonio Assis. **A (s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi**. João Pessoa: Gráfica JB – 3ª edição, 2013.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, **Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004**. Disponível em https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2004/junho/diario-oficial-29-06-2004.pdf/view, acesso em 20jun., 2020.

GUARINELLO, Noberto Luiz. **Ensaios sobre História Antiga**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais**, vol.1. Brasília: IPHAN, 2012.

LEITÃO, Deusdedit. **O inventário do tempo**: memórias. João Pessoa: Edições Empórios dos Livros, 2000.

PELEGRINI, Sandra C. A.; NAGABE, Fabiane; PINHEIRO, Áurea da Paz. **Turismo e Patrimônio em tempos de globalização**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010.

PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB**: memória, políticas públicas e educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as Ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Everson Moura da; FERREIRA, Pedro Henrique de Sousa; CAMILO, Janaina Valéria Pinto. "A modernidade chega ao sertão": preservação do patrimônio, memória e educação patrimonial, na cidade de Cajazeiras – PB. In: SOUSA, Israel Soares de. **Anais do XIX Encontro Estadual de História ANPUH - PB**: História: liberdades e direitos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba,** o percurso e as tramas do moderno. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SOUZA, Antônio José de. **Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1981.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEMÓRIA FERROVIÁRIA E O ENSINO EM PATRIMÔNIO: A BICA DA MULATA E AS ESTAÇÕES DA RIO D`OURO, ACERVOS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO

Joana D`Arc Cesar Viana[1]

Introdução

A relação entre cidade e patrimônio cultural estabelece um recorte geográfico pautado na apropriação e ressignificação do território da urbe a partir da noção de pertencimento sob a inscrição de uma territorialidade, e como disse Milton Santos, territorialidade significa "pertencer ao que se pertence" (SANTOS, 2000, p.88).

Para além de uma identidade construída de cima para baixo, ou seja, a partir de uma unidade administrativa circunscrita pelo Estado e, consequentemente, na construção identitária dos moradores da cidade atrelada a fronteiras artificiais podemos desenvolver o conceito de uma geografia do afeto que apropria-se das linhas delimitadas no espaço urbano pelo poder público e as transgride ao associar não apenas os monumentos que seriam marcos de perpetuação da visibilidade do poder estatal nas localidades, mas principalmente, a outras configurações estabelecidas pelos moradores da cidade (LE GOFF, 1990, p. 288).

Segundo Milton Santos (2001), em seu estudo sobre os símbolos e a ideologia no movimento das totalidades, o estudioso relativiza a oposição e o confronto entre a essência e a existência dos símbolos sendo que entre a oposição e o confronto da essência com a existência há uma via em constante movimento. O autor ainda afirma que esta via em que essência e aparência justificam-se por meio de imposição, muitas vezes não prosperam, dando origem a outros símbolos (SANTOS, 2001, p.82).

Os bens culturais escolhidos para serem tratados neste estudo fazem parte deste contexto. São eles: as três esculturas Harmonia do escultor Jacques Pradier que foram trazidas ao Brasil no período do império. Essas esculturas foram encomendadas por Dom Pedro II e sua esposa Tereza Cristina e estão localizadas em territórios distintos da região metropolitana do Rio de Janeiro. A princípio, foram trazidas para servirem do ornamento de chafarizes e atualmente, duas delas, são denominadas pelos seus moradores de Bica da Mulata. E os acervos da antiga

[1] Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGPACS. Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduada em Normal Superior com especialização em Educação Infantil pela Uniabeu - Centro Universitário. Pós-Graduada em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar nas Faculdades Integradas de Jacarepaguá - FIJ. Especialização em Educação Infantil pela Faculdade Simonsen. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Patrimônio e Memória Fluminense NUPAM-UFRRJ. Colaboradora do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros NEABI-UFRRJ. Professora de História da Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo (SEME/PMBR- RJ). Contato: darcvial@yahoo.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Estrada de Ferro Rio D`Ouro, inaugurada em 1883 no século XIX, também no período do império, a qual foi desativada na década de 1960 no século XX. Atualmente, ainda encontram-se vestígios desta ferrovia no sítio histórico do Rebio Tinguá situado na Vila Iguaçu na cidade de Nova Iguaçu que pertence ao estado do Rio de Janeiro.
O estudo busca a reflexão sobre os significados e ressignificados desses patrimônios culturais em seus territórios e a sua potencialidade quanto aos elementos de identidade e pertencimento a serem trabalhados por meio da Educação Patrimonial com o intuito de compreender os espaços como elementos de constante transformação e as singularidades de cada sociedade.

A Harmonia

No final do século XIX, três esculturas produzidas pelo artista francês Jean-Jacques Pradier (1790 - 1852) foram trazidas para o Brasil por Dom Pedro II. A intenção do governo imperial foi instalar essas esculturas em regiões estratégicas para servirem tanto de ornamentos quanto para compor a construção de chafarizes; recurso usado desde 1723 com a construção do primeiro chafariz no Largo da Carioca. Com as proposições da Inspetoria de Obras públicas, os chafarizes da capital não só aumentaram como alguns receberam encanamento e bicas, a exemplo do antigo Cais da Imperatriz que é o atual Cais do Valongo.
As três esculturas idênticas eram a reprodução da Deusa grega Harmonia, cujas representações estão relacionadas à paz, à harmonia e à concórdia. Ambas foram utilizadas para ornar chafarizes na região metropolitana, porém, em locais distintos. Devido à falta de manutenção, as esculturas postas na região da Pavuna e Belford Roxo sofreram com a oxidação e, por conseguinte, houve o escurecimento do ferro fundido levando a população a atribuir aos monumentos outra denominação: a de Bica da Mulata. Segundo Muniz Sodré (1988), os processos de territorialização podem apontar as especificidades imprimindo a marca dos grupos. A noção de território estaria ligada intimamente às questões identitárias, e neste sentido, os grupos estabelecem suas diferenças e demarcam seus espaços e seus territórios (SODRÉ, 1988, p.143).
As ressignificações do patrimônio cultural por meio do reconhecimento identitário no contexto regional do Rio de Janeiro, a partir da averiguação do caso da Bica da Mulata e as diferentes formas pelas quais a escultura foi apropriada em três localidades distintas na região metropolitana do Rio: o bairro do Humaitá, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro; Pavuna, bairro do subúrbio do município do Rio de Janeiro; e uma das cidades que compõe a baixada fluminense, Belford Roxo, as quais podem servir de exemplos de que as questões identitárias locais demarcam territórios e espaços.
As ressignificações que a representação das esculturas Harmonia receberam sob a perspectiva dos moradores das distintas localidades, de alguma maneira, apresentam-se na subversão dos chamados lugares de memória oficiais explicitados por Pierre Nora (1993) e evidenciou as referências da população da cidade de Belford Roxo e do bairro carioca da Pavuna. Isso se revela não apenas numa inversão simbólica acerca da iconografia de uma deusa da mitologia grega representada por meio da escultura neoclassicista de Jean Jacques Pradier como também explicita a cor das fronteiras urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No referido lugar, encontra-se a ideologia cuja representação não é feita de maneira conjunta com o que se entende como um movimento real das ideologias, porque os símbolos se tornam autônomos. Haja vista que as sociedades estão em constante movimento, são dinâmicas e acabam fazendo que a verdade e a ideologia tornem-se a história dos indivíduos num movimento em que os símbolos sejam elementos de um todo. Neste sentido, as bicas podem estar inseridas nesta dinâmica, na qual a verdade se torna um elemento que não representa o símbolo que demarca esta sociedade. E, assim, a verdade é aquela cuja história está representada não exatamente na memória oficial, mas nas práticas e vivências cotidianas dos indivíduos (SANTOS, 2001, p. 83).

A Deusa Harmonia, esculpida por Pradier oficialmente no dicionário[2] de etimologia, Harmonia aparece como filha de Afrodite e Ares e esposa de Cadmo. Sua representação no Brasil carrega uma lira em formato de cornos na mão esquerda e sob seus pés há um vaso do qual jorra líquido. A lira, segundo consta no Livro III da República de Platão, compunha os instrumentos de cordas utilizados pelos gregos na antiguidade formados também pela cítara, péktis e trígonon (ZWILLING, C., 2015, p. 03).

A música era utilizada, entre outras coisas, para acompanhar os poemas falados em cerimônias pagãs e no intuito de cultuar os deuses. E segundo Paula da Cunha Corrêa:

> Havia, desde o sexto século, basicamente três avatares de Harmonia: a heroína, a deusa e a personificação. A lenda de Harmonia, a heroína de Tebas, foi adaptada e absorvida pelo grande ciclo épico tebano. A deusa Harmonia, presente no Hino Homérico a Apolo e na Teogonia de Hesíodo, seria uma antiga divindade beócia que, provavelmente, foi suplantada por Afrodite. Como, porém, essa Harmonia compartilhava da maior parte das atribuições da nova deusa estrangeira, ela não desapareceu, mas passou a integrar o cortejo de Afrodite como figura menor. Por fim, em Empédocles, encontramos a personificação de Harmonia (1999, p. 180).

Inicialmente, quando chegaram ao Brasil no século XIX, as esculturas de Pradier não foram alocadas onde localizam-se na atualidade. Cada uma das fontes foi instalada em lugares distintos. Alguns estudos ainda são insipientes para dar exatidão ao destino de cada uma delas assim que chegaram ao Brasil ainda na metade do século XIX. Não obstante, seria correto afirmar que os relatos e os documentos institucionais dão indícios do local que permaneceram e se instituíram como monumento e símbolos para os passantes entre o início do século XX até os dias atuais. Hodiernamente, ambas esculturas engalanam trechos urbanos de seus bairros, regulamentadas pelo Estatuto das Cidades elaborado a partir da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. O Estatuto se constitui como instrumento regulamentador dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. No que tange ao patrimônio cultural, o inciso XII do Estatuto diz que é previsto em Lei a "proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico" (BRASIL. Diretrizes Gerais da Política Urbana, 2001).

[2] Conferir: Dicionário Etimológico da Mitologia Grega multilingue ON Line. P. 130. Disponível em: www.demigol.units.itAcesso em 03/09/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nele dispõe ainda o Parágrafo Único e os respectivos incisos do Artigo 2º destacados para este estudo em que a Lei estabelece:

> Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.
>
> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
>
> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
>
> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
>
> III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

Corroborando para este contexto, percebe-se que existem circunstâncias específicas para cada uma dessas esculturas. Essas prerrogativas deram-se em espaços no âmbito do privado e público. Os territórios ocuparam outros símbolos, os quais, a antiga comunhão dos lugares ocupa na atualidade um espaço universal em que a interdependência dos lugares também tornou-se uma nova realidade dos territórios. O meio ambiente que deriva da natureza histórica tem valor local relativo ou relativizado e por isso, cria novas sinergias em um papel ativo (SANTOS, 1998, p.15).

Em suas versões míticas, a Deusa Harmonia de Tebas encontra-se sempre com expressões serenas e pacíficas e seu comportamento mescla com a Deusa romana da Concórdia e a musa da música Euterpe havendo similaridades, principalmente, no que diz respeito à utilização do vocábulo harmonia enquanto conexão ou ligadura no intuito de encadear as notas para formar uma melodia. O comportamento híbrido de ambas pertence a um universo mítico, lendário e fantástico descrito por Hesíodo (Teogonia) e Homero (Odisseia) visto que a símile nessas divindades gregas é a utilidade delas para inspirar indivíduos na criação científica e artística ao longo dos tempos.

As fontes

A Fonte Harmonia do Humaitá foi uma das três esculturas doadas pela CEDAG, a antiga Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE), na década de 1970. A peça inicialmente serviria como ornamento no Largo da Carioca; ideia que não prosperou na ocasião. Assim, a peça foi instalada no Largo dos Leões, no Humaitá, zona sul do Rio de Janeiro em novembro do mesmo ano. Somente trinta anos depois, em novembro de 2000, a peça foi tombada pelo governo municipal por meio do Decreto 19.011/2000 (Inventário dos Monumentos no Rio de Janeiro).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

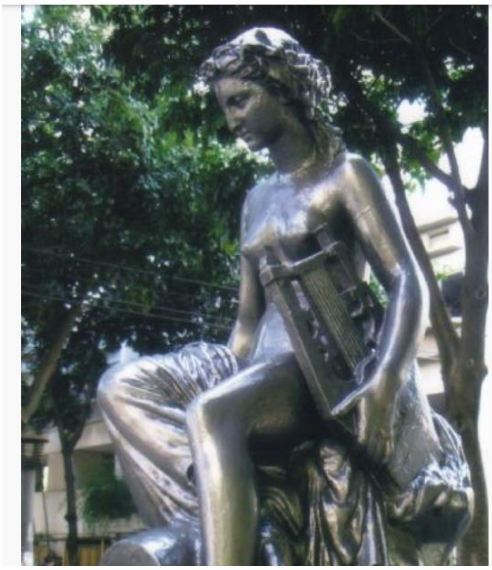


Figura 1: Fonte Harmonia (Deusa Harmonia). Localizada no Largo dos Leões, bairro Humaitá, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Uma das duas esculturas Harmonia, hoje denominada Bica da Mulata, foi fruto de disputa entre as cidades de Belford Roxo e a capital do Rio de Janeiro. As esculturas, tanto da Pavuna quanto de Belford Roxo, foram retiradas de seu lugar original pela companhia responsável pelo abastecimento de água e, anos mais tarde, foram reivindicadas pelos governos municipais para a revitalização de seus espaços urbanos.

Na cidade de Belford Roxo, a escultura foi reinstalada no ano de 1995, na Praça Getúlio Vargas no centro da cidade. A obra neoclassicista foi inserida ao contexto da cidade pelo governo municipal da época numa perspectiva de projeto urbanístico voltado à formação no sentido de pertencimento, referência territorial e identidade. Isso se deve ao fato de que a cidade, anteriormente, era um dos distritos da cidade de Nova Iguaçu e se tornou município por meio da Lei 1.640 de 03 de abril de 1990 após sua emancipação.

Atualmente, a escultura foi instalada em uma rotatória próxima à indústria farmacêutica multinacional Bayer como parte de um projeto de recuperação ambiental e de revitalização do Corredor Verde da cidade de Belford Roxo. Por ser transferida para outra área da cidade e por se tratar de um monumento artístico, a escultura foi submetida ao que se denomina de transferência de bem cultural, ou seja, essa transferência ocorre quando o acervo material por questões logísticas, urbanísticas ou de natureza de proteção é realocado em outro espaço.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2: Bica da Mulata: (Deusa Harmonia) localizada na Estrada da Boa Esperança, Bairro das Graças, Belford Roxo. Fonte: https://tvprefeito.com/bica-da-mulata-e-instalada-em-novo-local-de-protecao-ambiental-em-belford-roxo/

Próximo à rotatória da indústria Bayer em Belford Roxo, encontra-se outro patrimônio da cidade: as ruínas das Fazendas do Brejo e Boa Esperança - monumentos que ajudam a contar a história da cidade que recebeu o nome de Belford Roxo em homenagem a Raymundo Teixeira Belford Roxo. Este era engenheiro que trabalhava na Inspetoria de Obras Públicas e foi um dos responsáveis pela captação de água da Baixada Fluminense para a Corte. A Bica da Mulata, nome dado pelos moradores da região, também faz parte deste contexto histórico, já que no século XIX, a mesma situava-se próximo a ferrovia cujo trecho pertencia a Estrada de Ferro Rio D`Ouro com o intuito de atender às necessidades hídricas da população local (PERES, 2003, p.20; RODRIGUEZ, 2014, p. 82).

A terceira escultura encontra-se na localidade da Pavuna. Trata-se de uma réplica da peça original esculpida em bronze e, em junho de 2012, o governo municipal da época decidiu atender a reivindicação dos moradores da região.

Figura 3: Peça Harmonia instalada na Praça Copérnico no bairro da Pavuna, zona norte carioca, e popularmente denominada como Bica da Mulata. Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5705234

A proposta inicial era de reaver a fonte que supostamente estaria na cidade de Belford Roxo.Contudo, para pôr um ponto final no dilema, a solução tomada pelo governo do município foi a de produzir uma cópia da deusa Harmonia, também renomeada de Bica da Mulata pelos moradores do bairro da Pavuna e de seu entorno. A escultura foi instalada como ornamento chafariz e encontra-se na Praça Copérnico, próxima à estação do metrô. Vale ressaltar que a estação de metrô Pavuna fez parte da Estrada de Ferro Rio D`Ouro construída a caminho das águas e, atualmente, foi reaproveitada para o trecho da linha 2 do metrô do Rio (RODRIGUEZ, 2004, p. 85).

A datação da chegada destas três esculturas do artista francês Pradier ao Brasil ainda é uma lacuna que espera-se preencher em estudos futuros, uma vez que será preciso apurar a fundo sobre a precisa data da desativação dessas fontes antes delas retornarem aos projetos urbanísticos de suas cidades. No que se refere à escultura faltante, também há o desejo de se apurar sobre seu paradeiro, pois a sua ausência desencadeou na localidade da Pavuna, a necessidade da materialidade do bem em detrimento de sua autenticidade devido à reivindicação dos moradores daquela região em reaver seu patrimônio.

Porém, o paradoxo desafiador desta reflexão encontra-se no contexto geográfico que envolve os espaços demarcados por cada uma dessas esculturas e nas experiências diárias das populações que pertencem a esses espaços, nos quais os patrimônios podem estar em uma linha tênue entre os espaços de fronteiras e enunciados de resistência. Esses fatores podem estar associados ao sincretismo decorrente do processo violento de aculturação, porém, não significa a submissão dos

descendentes da diáspora africana aos cânones de um cristianismo hegemônico ou a um processo que remeta a uma possível democracia racial. O enegrecimento dos símbolos europeus pode apontar a presença da ancestralidade negra como um signo de memória e identidade quando os indivíduos, moradores das localidades de Belford Roxo e Pavuna denominam as esculturas de Bica da Mulata (VIANA e ARAÚJO, 2021, p. 16).

Assim, as imagens das Deusas Harmonia estão em regiões distintas, nas quais o povo, segundo Guilherme Peres (2003) em:

> Belford Roxo - Antiga fazenda do Brejo e anteriormente Calhamaço, lembrando o antigo canal do Calhamaço aberto pelo visconde de Barbacena (seu antigo proprietário), e que formava um braço do rio Sarapuy. Sua estação recebeu este nome em homenagem a Raimundo Teixeira Belford Roxo, chefe da 1ª divisão da inspetoria de águas. Havia em frente a esta estação um artístico chafariz de ferro jorrando água, que o povo denominou "Bica da Mulata", cuja figura mitológica de uma mulher branca sobraçando uma cornucópia oferecia aos passantes o líquido precioso, que a oxidação do ferro transformou em "mulata". Cópia da estátua existente na Pavuna (PERES, 2003, p.21).

É interessante pontuar que, se há algo que Pradier jamais almejaria, seria a possibilidade de suas esculturas inspiradas em deusas gregas de fenótipos europeus serem associadas à figura de uma mulher fenotipicamente afro-brasileira. As esculturas denominadas de Bica da Mulata encontram-se em uma região na qual a população é, em sua maioria, afro-brasileira (negros e pardos). Em oposição a este fato, estão as evidências de que, na zona sul do Rio de Janeiro, há uma população majoritariamente branca, e nesta região, a bica permaneceu com seu nome de origem (Deusa Harmonia).

No tempo presente, a estimativa populacional do Estado do Rio de Janeiro encontra-se por volta de 17.463.349 habitantes. O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE evidenciou que esta população era de aproximadamente 15.989.929 habitantes em 2010. Na capital, essas áreas são divididas em área de planejamento 2 em que se localiza o bairro do Humaitá que pertence a quarta região administrativa; a área de planejamento 3 que se localiza o bairro da Pavuna, sendo também a décima segunda região administrativa; e a localidade denominada Baixada Fluminense, local que concentra-se a região do Rebio Tinguá com seus mananciais, o sítio histórico da Vila Iguaçu e os vestígios da antiga ferrovia Rio D`Ouro.

O bairro do Humaitá fica localizado na zona sul do Rio de Janeiro e é considerado local de alto desenvolvimento humano e possui, aproximadamente, 0,8 % de sua população que se autodeclara preta ou parda. O bairro da Pavuna localizado na zona norte da capital, nas pesquisas do mesmo órgão, demonstram que cerca de 60% da população se denomina preta ou parda. Já nos municípios da Baixada Fluminense, segundo a instituição que realizou as análises no mesmo ano, indicam que o quadro populacional desta região também se apresenta majoritariamente de pretos e pardos.

A maioria dos indivíduos que circula nesta região trafega nos trens em direção à zona norte ou da capital e, em geral, são moradores da Baixada Fluminense ou do subúrbio do Rio de Janeiro. Os dados aferidos pelo IBGE sobre pretos e pardos mostram os municípios de Nova Iguaçu com 63%, Belford Roxo com 66,59%, Japeri com 69,43 e Queimados com 65,02% e uma população majoritariamente afro-brasileira. Assim, municípios que geograficamente localizam-se nesta parte

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da região metropolitana do Rio de Janeiro, nos apontam para uma reflexão mais profunda a respeito deste processo demarcador de território.

Muniz Sodré (1988) em sua análise sobre a hegemonia das classes, afirma que muitos significados são caracterizados na lingüística, na organização social, no modo capitalista e de muitos outros enunciados que apontam o universo dominante dessa cultura hegemônica e a complexidade existente no universo constituído pela diáspora africana, foge da lógica dos modelos construídos pela civilização européia. E aprofunda sua reflexão afirmando que "A territorialização é dotada de força ativa" (p.15) em que é importante:

> Localizar espaço temporalmente as diferenças e as aproximações nos modos como os grupos humanos se relacionam com o seu real, na busca de uma identidade. A territorialização não se define como um mero decalque da territorialidade animal, mas como força de apropriação exclusiva do espaço (resultante de um ordenamento simbólico), capaz de engrenar regimes de relacionamento, relações de proximidade e distância (SODRÉ, 1988, p. 15)

Ao se discutir o patrimônio do ponto de vista estético, político e geográfico, as esculturas neoclassicista, que foram cunhadas por James Pradier na fundição Val D'Osne no século XIX no contexto da reforma urbana de Haussman em Paris, explicitavam não apenas o apogeu da Revolução Industrial européia, mas também, um sentido civilizatório através do ordenamento da urbe com a instalação de marcos que consagravam a perpetuação da visibilidade do poder através de ruas largas, boulevards, monumentos e chafarizes. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, as esculturas de Pradier sofreram uma inversão por meio do olhar dos moradores afro-brasileiros da Pavuna e Belford Roxo com a transformação da deusa Harmonia em Bica da Mulata. No que diz respeito ao uso do termo "mulata" "repensar o passado nas Américas significa também reavaliar padrões de uso linguístico" (SILVA, 2018, p.76).

Ao pensar o contexto lingüístico e na etimologia do termo, infelizmente percebe-se que suas derivações são carregadas de estereótipos negativos; os quais se desdobram na desumanização e na despersonalização do corpo negro. Isso se deve ao fato do termo estar relacionado à derivação de um animal híbrido, cuja mistura das raças resultaria em mulato/mulata (cor de mula). A miscigenação foi usada como aporte para uma política de branqueamento no início do século XX, visando o apagamento da identidade da população diaspórica e a objetificação do corpo negro feminino. Outro fator que deve ser evidenciado é que, após o evento da abolição, as estruturas sociais continuaram sendo estabelecidas pelos homens brancos e, por conseguinte, durante muito tempo, a terminologia mulato/mulata era considerada como uma expressão de brasilidade com um discurso que enfocava a mestiçagem como um projeto de melhoramento da raça brasileira (SILVA, 2018, p. 79).

Estudos recentes levaram o termo a um amplo debate, no qual a história do Brasil começa a ser revisitada e recontada. Nesta perspectiva, repensar o termo "mulata" atribuído aos patrimônios das regiões de Belford Roxo e Pavuna é, neste caso específico, uma atribuição aos ressignificados e os símbolos de resistência desses moradores. Pois aos cidadãos dessa região se investiu a escultura de uma deusa grega com odisséias distantes de suas realidades e fenótipos cujos traços esculpidos não condizem com traços de seus moradores.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os traços da deusa mitológica se contrapõem aos traços da maioria da população que ali reside. Eles são desconexos em sua essência, em sua existência e em sua aparência. As esculturas encontram-se em um movimento em que os símbolos e os ressignificados contam a história dos espaços e dos territórios (SANTOS, 2001, p. 82).

> Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de "realidade" e "ideologia". É assim que a história se faz. Não podemos, assim, pensar um objeto que seria constituído de uma parte "real" e de uma parte "falsa". Também não podemos pensar numa totalidade, numa estrutura, numa essência que seriam formadas de uma parte "real" e uma parte "falsa", separadas uma da outra. E mais: tanto essa parte dita real, como essa parte dita falsa da estrutura têm um papel motor e estrutural. A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica. Mas, a ideologia toma o lugar do referido, na representação, mas não pode fazê-lo no movimento real (movimento do real e da ideologia conjuntamente), exatamente porque o símbolo, por sua própria natureza, dispõe de autonomia. Com a sociedade em movimento - isto é, com a história se fazendo - o movimento do Todo é, ao mesmo tempo, movimento dos elementos de "verdade" e movimento dos elementos ideológicos (SANTOS, 2001, p. 82-83).

Os argumentos são de fato desafiadores, porém, os fomentos e as políticas educacionais brasileiras já possuem dispositivos legais com o papel fundamental de estabelecer ações afirmativas e a discussão sobre a formação das identidades. A Lei 10.639/2003 que estabelece a Promoção da Igualdade Racial foi um divisor de águas para se discutir as desigualdades sociais e os discursos contra-hegemônicos no Brasil (FERNANDES, 2014, p.192).

O artigo 242, inclusive no parágrafo 1º, determina que "O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro" (Brasil. Lei 10.639/2003) o que poderá auxiliar as discussões sobre o termo mulata na contemporaneidade. Neste caso específico, não com o teor de carga pejorativa, mas como um demarcador de território e de processos identitários.

> A observação da incidência local dos processos naturais lhes permite datar áreas inteiras, segundo a disposição das camadas que revelam as fases da história natural. Essa observação é frequentemente ajudada pela abertura de cortes, que deixam perceber a natureza das diversas camadas, sua espessura e a ordem de sua superposição (SANTOS, 2001, p.35).

É importante ressaltar que as contribuições da cultura afro-brasileira são exponencialmente visíveis em toda parte do país: na cultura, na arte, na composição lingüística, na indumentária, na estética, na religião. Apesar desses aspectos fortemente marcantes, as estruturas historicamente construídas, fazem com que ainda seja necessário se demarcar território e demonstrar resistências em determinadas categorias, pois "as transformações atuais do espaço parecem reformular as relações de territorialidade" (SANTOS, 1998, p. 13) em que a principal proposição é que se estabeleça uma plena relação de igualdade e não uma linha de fronteiras.

Neste contexto, temos as Bicas Harmonia, hoje denominadas de Bica da Mulata em bairros cujos vestígios são traços da antiga Ferrovia Rio D`Ouro, assim como suas estações ferroviárias que constituem-se como acervos culturais na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Estações ferroviárias da Estrada de Ferro Rio D'Ouro: as memórias de Cava,Tinguá, Jaceruba e Rio D`Ouro

Com o advento da Revolução Industrial explodindo em grande parte do ocidente, em 1854, o empreiteiro Irineu Evangelista também conhecido pelo pseudônimo Barão de Mauá, inaugurou a primeira estrada de ferro do Brasil. Apesar dos passos a caminho do desenvolvimento, em 1870, ainda não havia água em abundância na capital do império e isto era algo que incomodava o governo, pois a população utilizava, como único recurso, os chafarizes instalados em locais estratégicos. A água para o consumo era captada nas fontes chafariz e armazenada nas residências e estabelecimentos comerciais; fato que pode ser modificado anos mais tarde quando o engenheiro Antônio Rebouças visitou uma área brejeira, repleta de mananciais na região hoje conhecida como Baixada Fluminense (PERES, 2003, p.20).

Essa região pertencia a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú à margem direita do Rio Iguassú. Sua igreja recebeu o mesmo nome e foi construída em uma planície nas terras do alferes português José Dias de Araújo que autorizou sua edificação em 1699. Tornou-se Freguesia em 1719, graças a Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes Leme, que em 1704 começa a abrir o Caminho Novo que favorece o crescimento da região (TORRES, 2004, p. 32).

O relatório feito pelo engenheiro Antônio Rebouças enunciou os numerosos reservatórios de água na região denominada como Baixada. Trata-se de termo que designa uma extensão de planície embrejada e que apareceu na documentação do Ministério da Agricultura que era integrado pela Inspetoria de Obras Públicas e Negócios do Império. E a partir deste documento, a região já conhecida como Baixada, passa a ser vista como um local determinante para sanar a escassez hídrica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (PERES, 2003, p. 20; RODRIGUEZ, 2004, p. 82).

O governo iniciou um grande projeto para a construção de um aqueduto até a região da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e essa iniciativa mobilizou mão-de-obra escrava, local e estrangeira. A ideia dos empreiteiros foi a de construir uma estrada de ferro para transportar os trabalhadores e os materiais até a região dos mananciais para a construção da adutora. A ferrovia iniciava na região da Quinta do Caju e findava na localidade da Baixada Fluminense e o projeto recebeu o nome de Estrada de Ferro Rio D`Ouro. O objetivo inicial era de transportar materiais, tubulações, locomotivas importadas da Europa e, ainda, os operários. O trabalho a ser realizado seria a instalação dos dutos, a construção dos aquedutos, da linha férrea, das respectivas estações ferroviárias e finalmente as adutoras (RODRIGUEZ, 2004, p. 82).

Coincidentemente, Rio D`Ouro é o mesmo nome da estrada de ferro[3] ao norte de Portugal na região de vinícolas, as margens do Vale do Rio D`Ouro, construída entre os anos de 1875 a 1887. Esta teve como objetivo facilitar o escoamento de produtos agrícolas para o comércio mercantil. Os produtos que antes trafegavam em barcos pelo Rio D`Ouro, passaram a ser transportados na estrada de ferro que recebeu o mesmo nome do rio em que trilhos e trens beiravam suas margens.

[3] Constitui-se de uma estrada de ferro construída as margens do Rio D `Ouro cuja nascente se encontra na região da Espanha, possuindo uma bacia hidrográfica de 98.400 km² Rio D`Ouro. Fonte: pt.eurail.com/europe.by-train/portugal

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Hoje, as antigas locomotivas a vapor daquela época, ainda preservadas, fazem parte de um conhecido e tradicional circuito turístico entre o norte de Portugal a região de Barca d`Alva na Espanha tornando-se um ponto de entretenimento que atua como atividade econômica, cultural e turística para o país.[4]

A coincidência entre os nomes das estradas de ferro pode ser associada a diversos fatores. Apesar da construção das ferrovias terem objetivos distintos, ambas foram construídas no mesmo século, no mesmo período, por empreiteiros ingleses, para clientes portugueses e por questões fluviais. O Rio D`Ouro já era um rio de importância econômica para a região e acabou por ter seu nome dado as duas ferrovias em territórios diferentes. Apesar de possuírem o mesmo nome, as ferrovias foram construídas pelos seus governantes com interesses distintos: a de Portugal com intuito econômico como a maioria das ferrovias construídas no mundo e a do Brasil com intuito de atender as necessidades hídricas da população da época.

As Estradas de Ferro Rio D`Ouro são patrimônios culturais de seus países: uma as margens do rio a caminho das vinícolas e a outra a caminho das águas; compõem-se de duas ferrovias que integram o campo do patrimônio ferroviário; convém sublinhar que o tempo é um fator influenciador na conservação, sendo inevitável impedir seus efeitos e somente à reabilitação desses espaços retira-lhes da estagnação e permite que as gerações futuras tenham consciência do legado construído e deixado pelos seus antepassados em torno desses espaços (MACEDO, 2019, p.44; PERES, 2003, p.24).

Estas hoje fazem parte do patrimônio ferroviário demonstrando como este campo é dinâmico e repleto de significação. Segundo Magalhães, "a preservação cultural é o resultado da valoração social das raízes culturais e do seu progressivo reconhecimento, como um testemunho de um passado que não deverá ser esquecido." Testemunho que se encontram presentes como parte da história e da cultura de seus lugares (MAGALHÃES, 2010, p.34).

Após sua inauguração, ainda no século XIX, as estações da Rio D`Ouro passaram a receber fluxo com transportes de carga, passageiros e bagagens. Já na em governança da República, a ferrovia, como muitas outras no país, onerava os cofres públicos e causava altos índices de acidentes. Por isso, ela entrou na lista de ferrovias antieconômicas. Isso se devia ao fato de muitas ferrovias possuírem trechos desconexos, com trens e linhas em mau estado de conservação. Além disso, as ferrovias já não atendiam mais as demandas econômicas da época. Outro fator determinante foi à construção de rodovias por todo país (RODRIGUEZ, 2004, p. 84-85).

A ideia de modernidade ligada à indústria automobilística fez com que essas estradas de ferro fossem desaparecendo. A Estrada de Ferro Rio D`Ouro, como outras ferrovias do Brasil, teve suas linhas e ramificações gradativamente desativadas deixando rastros e vestígios de memória em várias partes do país como as estações Cava, Tinguá, Jaceruba e Rio D`Ouro (PERES, 2003, p. 24; RODRIGUEZ, 2004, p. 85).

As estações receberam o título de patrimônio cultural em 1989 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultual (INEPAC) por meio de tombamento E – 12/000112/89. Após a Carta de Nizhny Tagil, elaborada na Rússia em 2003, houve uma melhor compreensão sobre o conceito de patrimônio industrial ferroviário, a memória ferroviária e seu caráter

[4] Fonte: pt.eurail.com/europe.by-train/portugal

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

multidisciplinar. Os debates se desdobraram na criação de leis específicas como a Lei 11.483/2007 que conduzem os bens ferroviários pertencentes a extinta RFFSA à tutela de órgão federal.

A Lei 11.483/2007 passou a estabelecer que todos os bens e acervos pertencentes a memória e o patrimônio industrial ferroviário seriam inventariados e protegidos por instituição federal.

Estação Cava

Figura 4 – Imagem da fachada da estação de Vila de Cava ano de 1989. Localizada na Rua Álvaro Gonçalves, s/n, bairro de Vila de Cava, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. - Fonte: INEPAC – 02/11/2015.

A Estação de Vila de Cava foi construída com a finalidade de ser uma estação parada de abastecimento de água para os trens. Sua inauguração ocorreu em 15 de janeiro de 1883 e nela havia um entroncamento construído entre 1885 e 1886 com intuito de alimentar o ramal da Serra do Tinguá para que as tubulações chegassem aos mananciais dessa região. Em Vila de Cava, a linha servia a dois ramais: Rio D`Ouro e Tinguá. Geralmente era necessário que os maquinistas parassem para abastecer as locomotivas de água já que eram a vapor. As outras instalações da estação serviam como locais de descanso para os trabalhadores, as chamadas casas de turma (RODRIGUEZ, 2004, p.83).

Sua construção foi feita em arquitetura *Mission Revival*, *Spanish Revival* ou *Spanish Colonial Revival*, fruto do romantismo ascendente da vida rural recorrente da colonização de espanhóis em terras americanas ((JUNIOR, 2009, p.04). No início do século XX, recebeu intervenções art déco, algo que era muito comum em arquitetura neoclassicista. A intenção era dar um tom de modernidade e sofisticação às arquiteturas, pois "no mundo industrial brasileiro é possível localizar expressões do Art Déco em exemplares situados em cidades e no campo, em diferentes estados e regiões" (CORREIA, 2008, p.55).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Antes de ser desativada, funcionou como sede da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), da cidade do Rio de Janeiro, como escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), também como local de entretenimento quando foi utilizada para ser cenário da novela *A cabana do Pai Tomás,* realizada por uma grande e famosa emissora brasileira no final dos anos de 1960.

Estação Tinguá

Figura 5 – Estação Tinguá localizada na Rua Nossa Senhora da Conceição nº 234, bairro Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

A estação Tinguá localiza-se próxima a reserva do Rebio Tinguá e sua inauguração foi posterior as demais estações pela necessidade de captar água dos mananciais desta região. A obra da linha tronco Tinguá iniciou por volta de 1885 e terminou em agosto de 1886 com a conclusão da colocação da linha e a construção da estação (RODRIGUEZ, 2004, p. 82).

Há alguns indícios de que a sua arquitetura *Mission Revival* recebeu aplicações de *Art N*ouveauou do francês cujo significado se designa à arte nova. Esse movimento artístico surgiu na última década do século XIX sendo muito utilizada até a primeira década do século XX. Seu estilo se emprega nas arquiteturas com a utilização de artes figurativas e aplicadas, possuindo um profundo ecletismo de formas, fontes, inspirações e propósitos. Estudos apontam que este estilo arquitetônico pode se considerado "parte de uma ampla tendência e teve uma relação estreita com movimentos nos romances, na poesia, no teatro e na dança" (DURANTE E MINUZZI, 2018, p. 8).

A estação Tinguá é um dos patrimônios históricos e culturais da cidade de Nova Iguaçu e possui tombamento estadual desde 1989, com legislações mais recentes, deram aos patrimônios ferroviários, outras medidas de proteção. Assim, a estação Tinguá como as demais são patrimônios industriais da memória ferroviária do Brasil protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ela está localizada em área de preservação ambiental do Rebio Tinguá e faz parte de um circuito turístico da região.

Estações Jaceruba E Rio D`Ouro

Figura 6 – Estação ferroviária de Jaceruba. Localizada na Praça Paes Leme nº 3, bairro Jaceruba, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil.

As estações ferroviárias Jaceruba e Rio D`Ouro foram inauguradas em janeiro de 1883 no mesmo período da inauguração da Estrada de Ferro Rio D `Ouro. Nessas áreas, localizam-se as adutoras que fazem a captação do sistema de água para parte dos municípios da Baixada Fluminense e bairros da zona norte da capital do Rio de Janeiro.

Figura 7 – Estação ferroviária Rio D`Ouro. Localizada na Rua da Represa, nº 59, bairro Rio D`Ouro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil.

As estações Jaceruba e Rio D `Ouro também são de arquitetura *Mission Revival* trabalhadas em tons simples e modestos. Não obstante, de nada tira a beleza dos monumentos neocoloniais que ornam com a simplicidade local. Convém traçar uma análise sobre o período da construção destas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

edificações para que se reflita e lance um olha sob a perspectiva da época; seria incorreto afirmar ou pensar em construções simples em região brejeira, mas sim uma construção até muito sofisticada para um local de expressivos traços rurais, com pequenos aglomerados humanos, dispondo de indivíduos residentes dentro de um parque ambiental.

As estações Cava, Tinguá, Jaceruba e Rio D`Ouro são exemplos de patrimônios culturais que podem ser trabalhado em diversos campos e a Educação Patrimonial permite trabalhar essa inter/muldisciplinaridade. Indubitavelmente, é importante a análise do público no qual os fomentos serão aplicados e, principalmente, que alvo pretende ser alcançado.

Vale ressaltar que as estações ferroviárias estão próximas de um circuito do Parque Ambiental de Tinguá; o maior Rebio do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, essas edificações possuem valor histórico e artístico que também merecem ser explorados no âmbito educativo.

Considerações finais

Este estudo buscou trazer a reflexão argumentativa de que o espaço geográfico e os bens culturais estarão sempre inseridos no campo social, político, econômico ou ideológico. Pensar esses patrimônios sob a ótica local é também refletir a respeito de sua manutenção e existência.

As acepções sobre as Bicas Harmonia de Pradier que, escurecidas pela oxidação do ferro acabaram por receber outro nome da população na região em que foram instaladas, pode ser um exemplo claro de territorialidade. As diferenças sociais, econômicas e raciais também se colocam explicitas neste tema. Entretanto, é fascinante pensar as formas de resistência dos patrimônios e dos indivíduos.

A escultura Harmonia de Pradier transformando-se em Mulata aos olhos dos passantes que trafegam nos trens, que utilizam os chafarizes e contemplaram o tempo executar a metamorfose transformadora; A Deusa grega se transforma em mulata, aos olhos do povo; Mulher greco-romana e afro-brasileira, duas mulheres ocidentais, nascidas em espaços iguais, porém em períodos distintos.

As estações da Rio D´Ouro já nasceram com destino bem diferentes, pois sua ferrovia ao contrário de outras no Brasil e no mundo, nasceram para seguir o caminho das águas; fenômeno que levou a ferrovia receber nome de Rio e D´Ouros ser a denominação de dois rios . Dois Rios D`Ouros: um em Portugal e outro no Brasil.

Nesta perspectiva, os fomentos a serem trabalhados, podem levar a reflexão sobre museologia, arquitetura, arte, historiografia, geografia, biologia e um vasto leque de campos do conhecimento. É de suma importância pontuar três categorias que deverão transitar em qualquer um destes eixos: noção de espacialidade temporal, territorialidade e ancestralidade.

É preciso que os nossos meninos e meninas saibam que as Bicas da mulata são duas esculturas de ferro fundido que escureceram com o tempo e que a população não se identificou com a mulher branca avessa aos seus traços. É preciso que eles e elas saibam da Ferrovia Rio D`Ouro e do seu rastro de memória. É necessário que os patrimônios culturais sejam repletos de significados e acessível para todos, visto que a cultura e educação são direitos que todo indivíduo deve ter acesso.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

BRASIL, Educação Patrimonial: Histórias, Conceitos e Processos, 2014. Disponível em http//iphan.gov.br/ acesso em 16 de jan. 2017.

BRASIL. Lei 10.639 de 20 de novembro de 2003. Lei da Promoção da Igualdade Racial. Altera os artigos 26-A e 79-B da Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Base da Educação.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

CORREIA, Telma de Barro. Art Déco e indústria Brasil, década de 1930 e 1940. In Anais do Museu Paulista. N.Ser. v16, n.2, p.47-104, jul - dez, 2008.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSFEGUEL, Ramón. Decolonidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Vol. 31, nº 1, Janeiro/Abril, 2016.

CORRÊA, Paula da Cunha. Harmonia: mito e música na Grécia Antiga. Kléos, nº 02/03, p. 174-217, 1998/1999.

DURANTE, Rafael Agatti, MINUZZI, Reinilda de Fátima Berguenmayer. Art Nouveau como referência na criação de estampas para decoração têxtil. Revista Seminário de História da Arte, vol 01, Nº 07, 2018.

FERNANDES, Otair. O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABIS. Caderno do Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vol.7, nº 2, p. 191-204, Rio de Janeiro, 2014.

FERRET, Sérgio F. Notas sobre o sincretismo no Brasil: modelos, limitações, possibilidades. Tempo, vol. 6, nº11, julho, p. 13-26, UFF, Rio de Janeiro, 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Editora Unicamp, Campinas, 1990.

MACEDO, Marta Sofia Simões Costa Marques. Patrimônio Ferroviário do D`Ouro – Proposta de reativação do tronco abandonado entre Côa e Barca d`Alva. Dissertação de mestrado, Faculdade de Lisboa, 2019.

MAGALHÃES, Manuela.Estrutura, Ecologia da Paisagem de Lisboa, Isapress, 2007.
MARQUES, E.C. A higiene na construção da cidade do Rio de Janeiro. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol 2, nº 2, 51 – 67, julho – outubro,1995.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NORA, Pierre. Lugar de Memória. Entre a História e a memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, vol. 10, p. 07-28, São Paulo, 1993.

PERES, Guilherme. Estrada de ferro Rio D`Ouro: A ferrovia das Águas. Revista Pilares da História. Ano II nº 2 – maio, RJ, 2003.

JUNIOR, Rafael Alves Pinto. Modernidade e imprensa: o interesse da revistas pelo espaço arquitetônico urbano no Rio de Janeiro 1902 à 1934. In. IV Simpósio Internacional de História, Cultura e Identidade, Goiás, 2009.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CORRÊA, Felipe Souza: As cores das fronteiras urbanas. Segregação residencial e desigualdades raciais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, vol. 22, nº 2,p-9-36, ago/dez, 2008.

RODRIGUEZ, Hélio Suevo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro. O resgate de sua memória. Editora Open Plus Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record, São Paulo, 2001.

SILVA, Lilian Ramos. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português. Revista Línguas Aplicadas, Campinas, nº 57,71-88, jan./abr. 2018.

SODRE, Muniz. O terreiro e a cidade. Vozes, Rio de Janeiro, 1988.

VIANA, Joana D`Arc Cesar, ARAÚJO, Érica Barros de Almeida. Bica da Mulata: a Harmonia e sua ressignificação nas identidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. COPENE SUDESTE, 2021.

Referências eletrônicas

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo/panorama acesso em 09/11/2021.
Inventário dos Monumentos no Rio de Janeiro. Disponível em: http://inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo. Acesso: 19/07/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

KM2 - UMA VILA REPRESENTATIVA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO TRONCO NORTE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Margit Arnold Fensterseifer[1]

A fim de compreender e revelar algumas facetas da Vila KM2 - Quilômetro dois (Figura 1), localizada no distrito de Veríssimo de Matos, pertencente à cidade serrana de Bento Gonçalves(BG), no Rio Grande do Sul (RS),estado ao sul do Brasil, esta pesquisa necessitou encontrar documentação em pontos diversos, pois o arquivo oficial foi perdido com um sinistro ocorrido no museu do BF(Batalhão Ferroviário) que se localizava em Lages no estado de Santa Catarina, vizinho ao RS. (FERREIRA, 2014) O conteúdo, portanto, foi enriquecido com história oral (segundo metodologia de Alberti,2004), realizada com moradores, antigos usuários, profissionais, soldados e professores que lá trabalharam. Além disso, também foi pesquisada uma escassa documentação no 6° Batalhão de Comunicações (extinto BF- Batalhão Ferroviário - com sede em Bento Gonçalves),no acervo municipal e também no escritório da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) que atualmente é arrendada por uma empresa internacional de transporte, segundo entrevista concedida a esta pesquisadora pelo Engenheiro da Rede Ferroviária José Gilberto Niemczensky em 2014,ponto este fundamental para o abandono de alguns trechos da ferrovia que não tem importância econômica para o transporte de mercadorias. Outrossim, para que se possa compreender a implantação das ferrovias no Brasil (VIEIRA,2010) faz-se pertinente conhecer a história desta modalidade de transporte no país. A seguir mapa geral do trajeto a ser construído com a localização das quatro Vilas que foram necessárias facilitando o processo de implantação, e importante para elucidar esta pesquisa:

[1] Fensterseifer, Margit A. - Formação em Arquitetura e Urbanismo, mestre em História e doutoranda em História. Professora da Universidade de Caxias do Sul-RS, Brasil. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/4347904453511471// - email mafenste@ucs.br;

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 01- Mapa Tronco Norte, localização das Vilas, 1940

Fonte: RRFSA- Porto Alegre (2016) adaptado pela autora

A Vila foi construída para abrigar os trabalhadores do batalhão ferroviário (BF) que iriam implantar as vias férreas do tronco norte do estado. O batalhão ferroviário foi uma divisão do exército brasileiro responsável pela construção de ramificações das vias férreas já consolidadas e que em lugares de difícil acesso necessitavam de mão de obra e de locais de moradia, pois o tempo de implantação destes trechos exigia anos de trabalho, segundo entrevista concedida pelo comandante Alexander Ferreira em 2014. Os moradores (migrantes de diversas localidades do Brasil) que habitavam e ainda moram neste local eram recrutados devido a sua capacitação e formação tecnológica, ocasionando uma diversificação da etnia no contexto municipal predominantemente de imigrantes italianos. Atualmente, a Vila ainda abriga parentes dos antigos trabalhadores, entre outros. A seguir uma imagem da Vila KM2 quando concluída a implantação e em pleno funcionamento nos anos 50:

Figura 02- Visão geral da estação de trem de KM2, Vagões e Depósitos em 1950

Fonte: Acervo do BF de BG-RS (2016)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

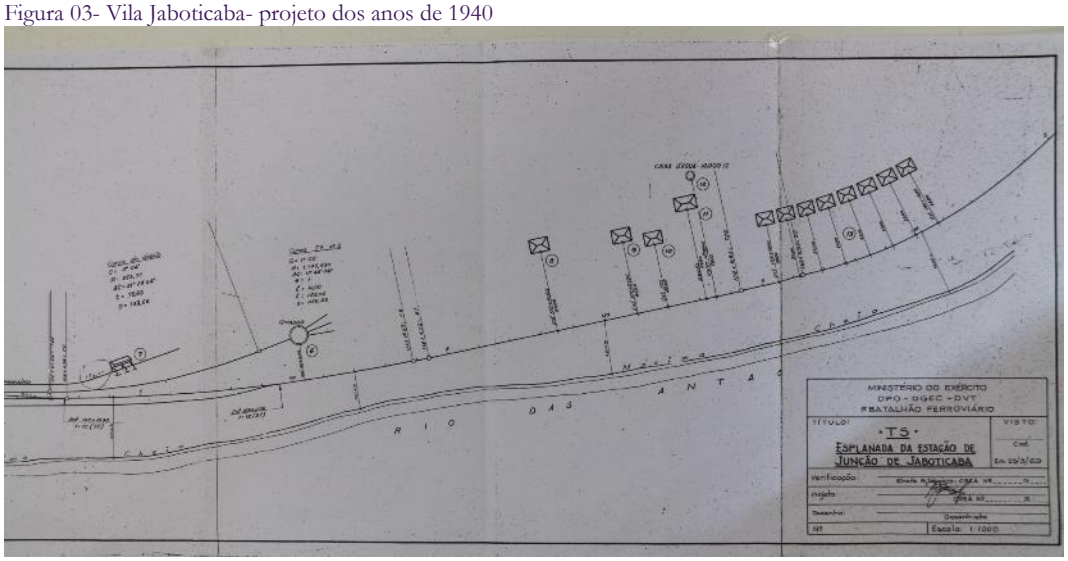
O local geográfico que possui um agrupamento de pessoas e suas moradias torna-se uma cidade ou vila quando organiza uma estrutura de serviços, lazer, cultura e educação mútua. A comunidade começa a estabelecer esses espaços em áreas residenciais e de atividades de suporte para melhoria do cotidiano e esta representa uma ação inicial de urbanização. As novas associações decorrentes visam à autonomia social, econômica e política do local. No entanto, estas vilas podem ser geradas de modo informal ou formal com projetos de implantação e construção planejados (SANTOS, 1998). O lugar habitado "é percebido como lugar da vida e é símbolo daquele tipo de vida que a situa em relação a outras possibilidades, é a essência do espaço onde é necessário considerar os diferentes cotidianos" (SANTOS, 1988, p. 45). Os primeiros povoamentos, no Brasil, eram chamados de aldeias. A aldeia chegava ao status de Vila quando agregava alguns serviços como comércio de abastecimento, áreas de convívio social e um espaço administrativo.

Segundo os conceitos a Vila, KM2 era um centro urbano de vida própria, independente de Bento Gonçalves, cidade a que pertence até hoje. Implantada de modo formal, pois foi antecipadamente planejada no espaço geográfico às margens da via férrea, onde foram distribuídas de modo linear as residências e edificações públicas. Foram responsáveis por estabelecer a Vila os militares pertencentes ao BF. (PRADO,1997) Esta implantação Linear possui com três zonas bem definidas, casas dos chefes, casa dos trabalhadores (TURMA) e estação férrea (com todas as construções provisórias de apoio no seu entorno inclusive uma casa em posição deslocada, mais alta, que servia de vigia do local, segundo a análise da planta baixa de implantação e da entrevista com Niemczensky (2014). O espaço ocupado por KM2 possuía em seu entorno pequenas propriedades agrícolas. Os habitantes destas também se beneficiaram da Vila pois utilizavam os espaços públicos como a escola e refeitório e também por terem acesso ao abastecimentos de produtos diversos que chegavam ao local através do BF. (TREVISAN,2015) Esta Vila é uma das quatro que foram construídas no percurso férreo a ser construído. As três outras Vilas são a estação Jaboticaba, São Luiz e São Valentin (segundo observação local e a partir de mapa geral existente na RRFSA em Porto Alegre, 2016, figura 1). Todas seguiam o mesmo método linear de planejamento, pois eram implantadas em platôs gerados em meio ao morro (Figura 16 a seguir). No acesso eram instaladas as casa dos chefes (sargentos responsáveis pela administração e controle do local), após eram instalados os equipamentos de uso público, como escola, refeitório, depósitos de manutenção, a futura estação ferroviária, uma caixa d'água, um depósito para os explosivos necessários para dinamitar as imensas pedreiras de basalto a fim de serem abertos túneis que facilitava a locomoção dos trens, segundo entrevista de um soldado que auxiliou nas atividades da Vila, Sr Trevisan (2015). Na figura 03 projeto da Vila Jaboticaba (que está disponível na RRFSA- Porto Alegre) e na figura 04, o levantamento técnico a campo realizado pela autora da Vila KM2, que foi desenvolvido utilizando como base o mapa da RRFSA e no *Google maps*

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

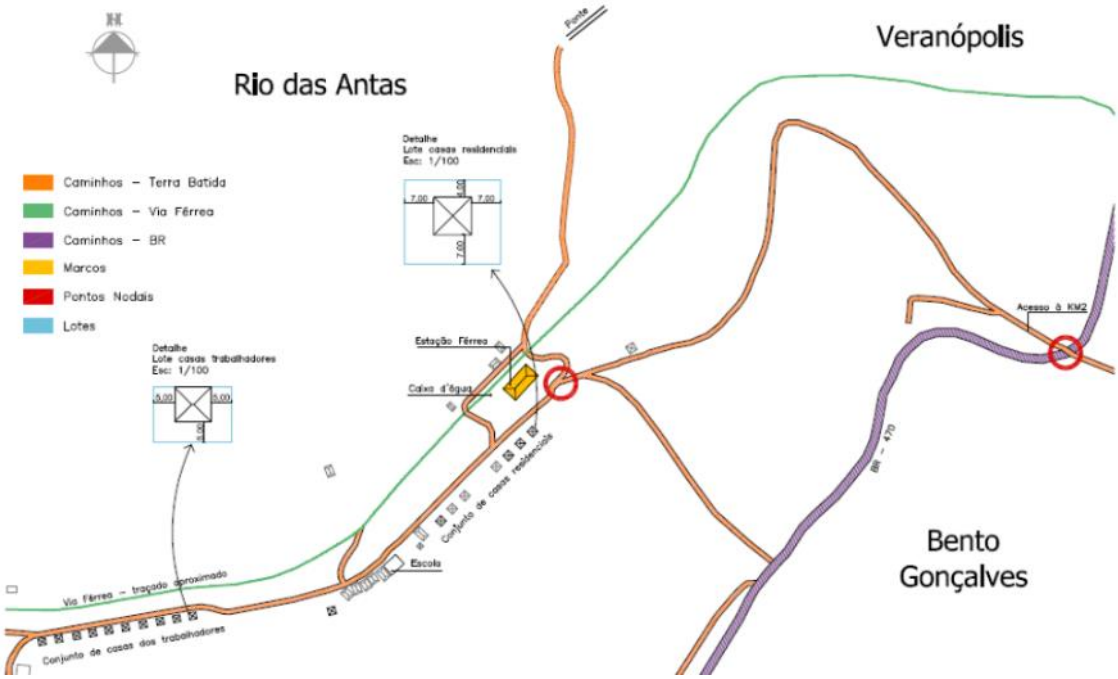
Figura 03- Vila Jaboticaba- projeto dos anos de 1940



Fonte: RFFSA- Porto Alegre- imagem captada pela autora em 2016.

A seguir levantamento técnico da Vila KM2 que não possui mais cópia do projeto original, por isso foi representado no desenho a seguir pela autora como resultado de levantamentos técnicos, métricos e fotográficos.

Figura 04- Mapa de KM2- representando o que ainda existe no local em 2016.



Fonte: Google maps, adaptado pela autora 2016 com base na leitura do mapa da Vila Jabuticaba.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os acessos ao local ainda são rudimentares em estradas de chão batido, no entanto, atualmente a Vila fica muito próxima a BR 470 estrada construída neste trecho sobre a antiga Buarque de Macedo (rota utilizada pelos primeiros imigrantes italianos a partir do final do século XIX para o escoamento da produção agrícola das colônias). A via férrea após construída levava mercadorias e produção agropecuária a diversos municípios lindeiros e acabou sendo chamada carinhosamente como " Ferrovia do Vinho[2]".(DE PARIS, 1999) Também é curioso que devido a topografia local foram necessários vários túneis e viadutos que atravessam e sobrepõem vales e montanhas nesta ferrovia.(NIEMCZENSKY, 2014) No entanto, atualmente com a via férrea desativada a facilidade de acesso ao local pela rodovia BR 470, propiciou a ocupação das casas que estavam fechadas sem uso no século passado.

A Vila além das moradias possuía edificações sociais, uma escola em alvenaria (figura 05 e 06), depósitos de manutenção (em madeira existentes Figura 09 na sequência) uma sala de cinema e um galpão de enfermaria (estes dois também em madeira e não existem mais).Como curiosidade a enfermaria, segundo a moradora Terezinha de Paula em entrevista (2015) chegou a possuir quatro médicos o que representava um plantel maior do que havia no hospital de Bento Gonçalves. Na figura a seguir a escola nos anos 1970 quando encerrou as atividades e atualmente é ocupada por moradores:

Figura 05 -Escola anos 1970

Fonte: Acervo Municipal BG-1970

Figura 06 Escola atualmente como moradia

Fonte: da autora 2016.

Como já descrito anteriormente as moradias eram alocadas em dois agrupamentos. As casas dos chefes eram implantadas na entrada da Vila como forma de controle das atividades que ali ocorriam. Possuíam espaços internos e pátios(jardins) maiores que as casas dos trabalhadores O agrupamento destas era chamado de "TURMA" (presente no mapa da figura 1) era localizado na finalização da Vila e eram menores e mais próximas entre si com jardins menores.Os lotes são diferenciados de uma implantação urbana pois as casas não possuem jardim frontal, mas um quintal grande na parte dos fundos do terreno, onde as esposas, em geral donas de casa, criavam

[2] Vinho: produzido na região desde o início da colonização italiana no final do século XIX, continua sendo uma das gerações de economia mais importante na região; (CAPRARA, LUCHESE, 2005)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

galinhas, lavavam e estendiam roupas e onde as crianças brincavam sob o cuidado das mães. Ainda existiam pequenas hortas e árvores frutíferas para consumo familiar.(DE PAULA,2015)
A parte interna da residência possuía dois pequenos dormitórios, um banheiro, uma pequena sala de estar, uma varanda, um tanque para lavar roupas atrás da casa e uma pequena cozinha, pois as refeições mais importantes eram disponibilizadas no galpão/refeitório do local. A ideia, portanto, era uma moradia compacta e provisória que abrigaria os trabalhadores somente durante a construção da ferrovia. Em meio aos detalhes construtivos interessantes desta casa está a fundação direta, executada em todo perímetro em pedras de basalto (abundante na região) onde encontram-se várias aberturas para passagem de ar cruzado. A utilização de um espaço entre o solo e o assoalho, característico das construções nessa época, permite que haja uma aeração sob o assoalho, evitando apodrecimento deste e ao mesmo tempo permite um conforto térmico por gerar esta camada de ar inferior. Este afastamento do nível do terreno também evitava a entrada de animais peçonhentos frequentes naquele local por possuir mata densa. Também interessante é a laje e em estuque, na cobertura que permite que as casas sejam protegidas da intempérie e fiquem isoladas do frio e do calor. (MONTENEGRO,1978) Essa é uma região onde ocorrem muitos ventos e essas lajes permitem que se firme melhor o telhado. Na imagem a seguir a casa da esquerda dos chefes e a casa da turma. A seguir a esquerda a casa dos chefes e a casa do trabalhador que era chamada de Turma (segundo o mapa da figura 1). São ao todo 7 casas de chefes e 10 casas de trabalhadores, no entanto no ano de 2016 uma das casas desmoronou e atualmente uma delas foi totalmente remodelada, perdendo a característica original:

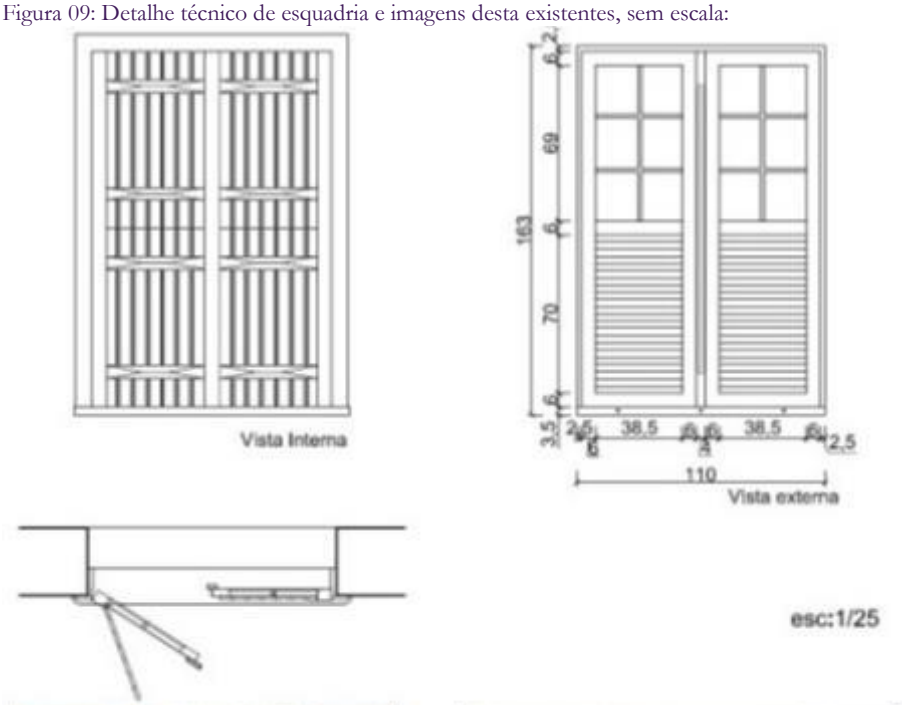
Figura 07 e Figura 08- Casa dos chefes e Casa do trabalhador

Fonte: da autora 2016

A telha francesa é característica das casas no Sul, de fabricação estadual (na região de São Sebastião do Caí). É uma telha de excelente desempenho quanto ao deságue de chuvas, com encaixes perfeitos que diminuem a possibilidade de vazamentos. No interior as áreas molhadas utilizam ladrilhos hidráulicos estampados que eram produzidos na cidade de Pelotas no RS, material este de alta resistência que ainda se encontra intacto mesmo com o uso frequente.
Muito interessantes também são as esquadrias que possuem três sistemas de abertura: caixilho com vidro e neste uma portinhola inferior com veneziana para a privacidade, e tampões para a

noite. Na imagem a seguir detalhe da esquadria e seus detalhes diferenciados em madeira fresada (os detalhamentos seguem a metodologia de Montenegro,1978):

Figura 09: Detalhe técnico de esquadria e imagens desta existentes, sem escala:



Fonte: da autora 2016

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

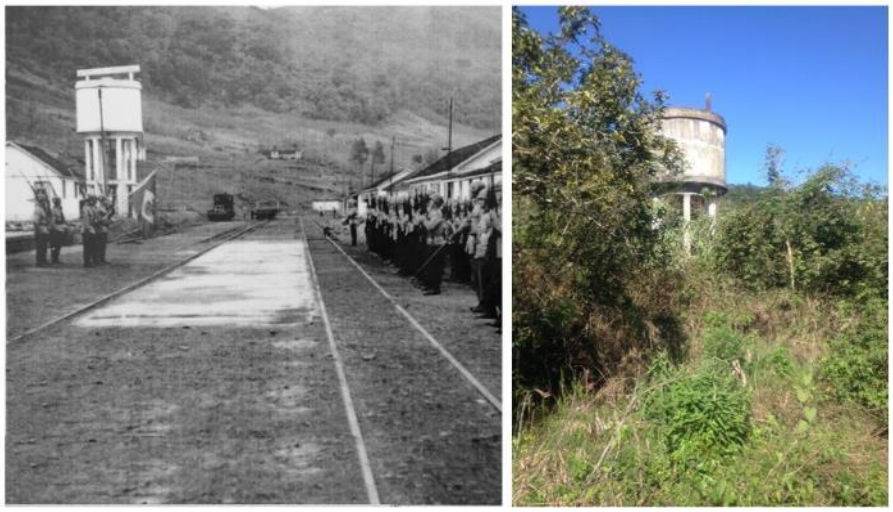
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O modelo para a concepção arquitetônica proposta é o industrial protomoderno (FABRIS,1987), uma simplificação do *art déco*[3] europeu presente em várias edificações concebidas nesta época (1940) no país.

A escola (figura 5 e 6 anterior) era localizada no centro da Vila linear (entre as casas dos chefes e da turma) e chegou a abrigar mais de 500 alunos em três turnos. Ainda segundo entrevista com a professora Eliana Lorenzini (2015) que ali ministrou aulas, durante o dia as crianças estudavam e à noite os soldados analfabetos aprendiam a ler e escrever. Como a Vila não possuía uma igreja (pelo fato de o governo brasileiro já afirmar ser laico) era no pátio da escola que ocorriam as missas e celebrações diversas. Foi neste local que curiosamente ocorreu uma invasão de um enxame de abelhas, episódio comum em um local de mata densa onde proliferavam aranhas, cobras e macacos. Atualmente, as crianças que ali moram estudam em Tuiuti, distrito vizinho e se deslocam com micro ônibus da prefeitura de Bento Gonçalves.(LORENZINI,2015)

Na figura 10 e 11 a seguir, a caixa d'água, presente em todas as Vilas. Ela aparece em uma comemoração cívica (evento militar) próximo aos trilhos e a estação férrea e em foto atual. A água era bombeada do Rio das Antas e distribuída para toda a Vila:

Figura 10 - Ao fundo a Caixa d'água 1950- Figura 11- Caixa d'água desativada;



Fonte: Acervo BF, 1950 e da autora 2016.

Nos galpões de madeira funcionavam os depósitos, a enfermaria, o refeitório e o cinema. As sessões de cinema com filmes trazidos pelos militares da sede do BF em Bento Gonçalves alegravam o fim de tarde. Neste momento do dia todos se reuniam e não havia restrição por classe social ou gênero, segundo Terezinha De Paula (2015). Era um momento de conversas e encontros onde os moradores das propriedades vizinhas também participaram. Na entrevista com esta moradora (que era criança no auge da Vila nos anos 1950) ela também revelou que a família dela

[3] *Art decó:* Linhas circulares ou retas estilizadas, uso de formas geométricas, design abstrato. O protomodernismo simplifica estas formas. (ARTES LITERATURA,2021)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

nunca mais passou fome pois sempre havia alimento em fartura no local. A seguir imagem do último galpão de madeira que ainda existe no local:

Figura 12 - Galpão de madeira- apoio a Vila:

Fonte: da autora 2016

A última edificação a ser mencionada é a estação ferroviária (figura 2 em 1950). Construída para receber as cargas e as pessoas que viajavam tem um estilo protomoderno com linhas arredondadas e marquise em balanço. Na parede sobre a porta um símbolo do Batalhão ferroviário moldado no reboco. (FABRIS,1987) Atualmente também está ocupada por uma família que improvisou divisórias internas para separar os ambientes. A seguir uma imagem da edificação atualmente e com a presença do símbolo que se encontra sobre a porta principal da estação:

Figura 13 Estação atualmente moradia - Figura 14 Símbolo do BF

Fonte: da autora 2016

De forma também importante é a paisagem contemplativa local que também representa a paisagem cultural da região. Da Vila se avista o Rio das Antas que abasteceu muitas localidades durante a colonização (CAPRARA; LUCHESE,2005) e que até hoje é um manancial de sustento

e de beleza diferenciada já que possui várias ferraduras e leitos navegáveis entre vários pontos impossíveis de navegar devido a quantidade de pedras no seu leito. A Vila KM2 também é uma marca sutil no meio da montanha quando se avista ao longe pela BR 470. As imagens a seguir mostram o Rio e a densa mata que ainda cobre as encostas:

Figura 15 Ferradura Rio das Antas Vista da Vila- Figura 16 - Vista de toda a Vila pela BR470

Fonte: da autora 2016. Marcações do Rio das Antas e da Vila KM2 pela autora

A decadência da Vila Km2 iniciou com a saída do BF quando acabaram de construir as vias férreas. A propriedade então passou a ser administrada pela RRFSA até os anos 2000 ainda segundo o Eng. Niemczensky (2014) quando toda a infraestrutura férrea nacional foi arrendada por uma empresa privada de transportes. Há dois outros pontos a considerar: um remete ao início da rede ferroviária em todo Brasil e o outro a implantação forçada dos transportes rodoviários em todo o país onde foram começaram a ser construídas em todo país estradas para o escoamento rápido das produções tanto agrícolas como manufaturadas. Durante o reinado de D. Pedro II no Brasil no século XIX houve incentivos para empresas do exterior construírem ferrovias em todo o Brasil para escoamento em especial de produtos agrícolas que eram transportados do interior do país para os portos marítimos brasileiros. A concessão de uso foi de 100 anos, após este período esta estrutura ficaria a cargo do governo federal através da RFFSA. (VIEIRA,2010) Com o incremento das rodovias a malha férrea em vários locais foi inutilizada. Atualmente, alguns trechos por sua ímpar beleza estão sendo restaurados e utilizados para o turismo. Seria muito conveniente que a Vila KM2, por sua história local, também pudesse ser valorizada e recuperada para o bem dos moradores atuais e de futuros visitantes com a recuperação deste trecho da via férrea que proporciona uma experiência cultural e diferenciada.

Enfim, KM2 é revelado em sua materialidade, no cotidiano vivido, no resgate de memórias e no imaginário social (BOURDIN,2001) Entende-se que é evidente que um espaço, por mais isolado que esteja, possui conexões com o seu passado, articulações e trocas atuais de forma regional e até mesmo de modo global.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARTES LITERATURA. **Art Déco.** Disponível em https://www.suapesquisa.com/artesliteratura/art_deco.htm acesso em setembro de 2021.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAPRARA, Bernadete S.; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930: história. Bento Gonçalves, RS:** Fundação Casa das Artes, 2005.

DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves, 109 anos. Bento Gonçalves, RS:** Arquivo Público e Histórico Municipal de Bento Gonçalves, 1999.

DE PAULA, Terezinha. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer**. Bento Gonçalves, 18 de jul. de 2015. Entrevista.

FABRIS, Annateresa et al., **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo: Nobel, 1987.

FERREIRA, Alexander E. V. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer.** Bento Gonçalves, 17 de setembro de 2014. Entrevista.

LORENZINI, E. C. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer.** Bento Gonçalves, 02 de jul. de 2015. Entrevista.

MONTENEGRO, G. A. **Desenho Arquitetônico**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1978.

NIEMCZENSKY, J. G. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer.** Bento Gonçalves, 17 de setembro de 2014. Entrevista.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. **1º Batalhão ferroviário (Batalhão de Engenheiros/1855).** 1a ed. Lages, 1997.

RFFSA. **Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.** 2016. Disponível em: <http://www.rffsa.gov.br/>. Acesso em 11 mai. 2016.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

TREVISAN, Rui. **Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer.** Bento Gonçalves, 18 de jul. de 2015. Entrevista.

VIEIRA, Leda R. **Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira** artigo 2010, disponível em https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/10411/6757 acesso em setembro de 2021.

Artes literatura: disponível em https://www.suapesquisa.com/artesliteratura/art_deco.htm acesso em novembro de 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NAS ENTRELINHAS DO PINA: A RELAÇÃO DE IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DO MANGUEZAL COM A POPULAÇÃO COMUNIDADE BEIRA RIO

Mariana Medeiros Façanha

Introdução

Com o crescimento das cidades, as intervenções urbanísticas têm se intensificado e modificado as paisagens urbanas morfologicamente e também em seus aspectos naturais, históricos, culturais, e consequentemente, as relações das populações locais com os seus espaços de vivência. Bezerra (2017, p. 36), compreende que "(...) a noção de paisagem abarca além da imagem processada no pensamento humano, o mundo vivido, construído materialmente ao longo do tempo e experenciado pelos agrupamentos humanos, num estado de contínua transformação".

A cidade do Recife, pertencente ao estado de Pernambuco, teve em sua zona Sul uma significativa expansão no início do século XX, a partir de um grande "boom" imobiliário, que repercutiu na visível verticalização de Boa Viagem, bairro vizinho ao do Pina, objeto do estudo aqui tratado. O Pina se situa em uma área estuarina, permeada por um conjunto de corpos d'água, com abundante presença de vegetação de mangue e expressivas tipologias arquitetônicas remanescentes de vila de pescadores, sua formação territorial se deu por meio de sucessivos aterros. A área, originalmente um ilhéu, cujo acesso se dava por meio de barcos, compõe um complexo aquático que agrega os rios Jordão, Tejipió, o riacho Pina e o braço sul do rio Capibaribe, com configuração geográfica favorável e propícia ao desenvolvimento de vegetação de mangue e fauna pesqueira. A fisiografia local, ainda presente na atualidade, pode ser descrita tal como "as terras alagáveis" de Josué de Castro (1954, p.15) em sua obra Homens e Caranguejos, ao ressaltar que "não há, pois, a menor dúvida que toda esta terra que hoje flutua à flor das águas, na baía entulhada do Recife, foi uma criação dos mangues".

No mapa cartográfico da cidade do Recife a seguir (fig.01), no século XIX, nota-se que o trecho do bairro apresenta, ainda, um cenário de território "virgem", com baixa interferência humana, onde a natureza se configurava cercada de corpos d'água, vasta extensão de faixa de areia, significativamente marcada pelo manguezal e seus altos coqueiros. As tipologias das habitações, em sua maioria de madeira e sem cercas, delimitavam as ruas e quarteirões da área, sendo elas casebres, mocambos e barracos. Segundo Silva, com o adensamento populacional, o Pina não era mais o mesmo; "onde, por tanto tempo, trabalhadores navegaram livres, criando seu próprio mundo" (1990, p.43). O caráter de um território inabitado e excluído foi se perdendo, embora que a vegetação rasteira da praia, os coqueiros, cujos troncos eram utilizados para construção das primeiras pontes entre os territórios, mantinham a característica litorânea e particular do lugar. Pela troca da oferta de trabalho e melhorias quanto às suas moradias, boa parte das minorias permaneceram no território.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

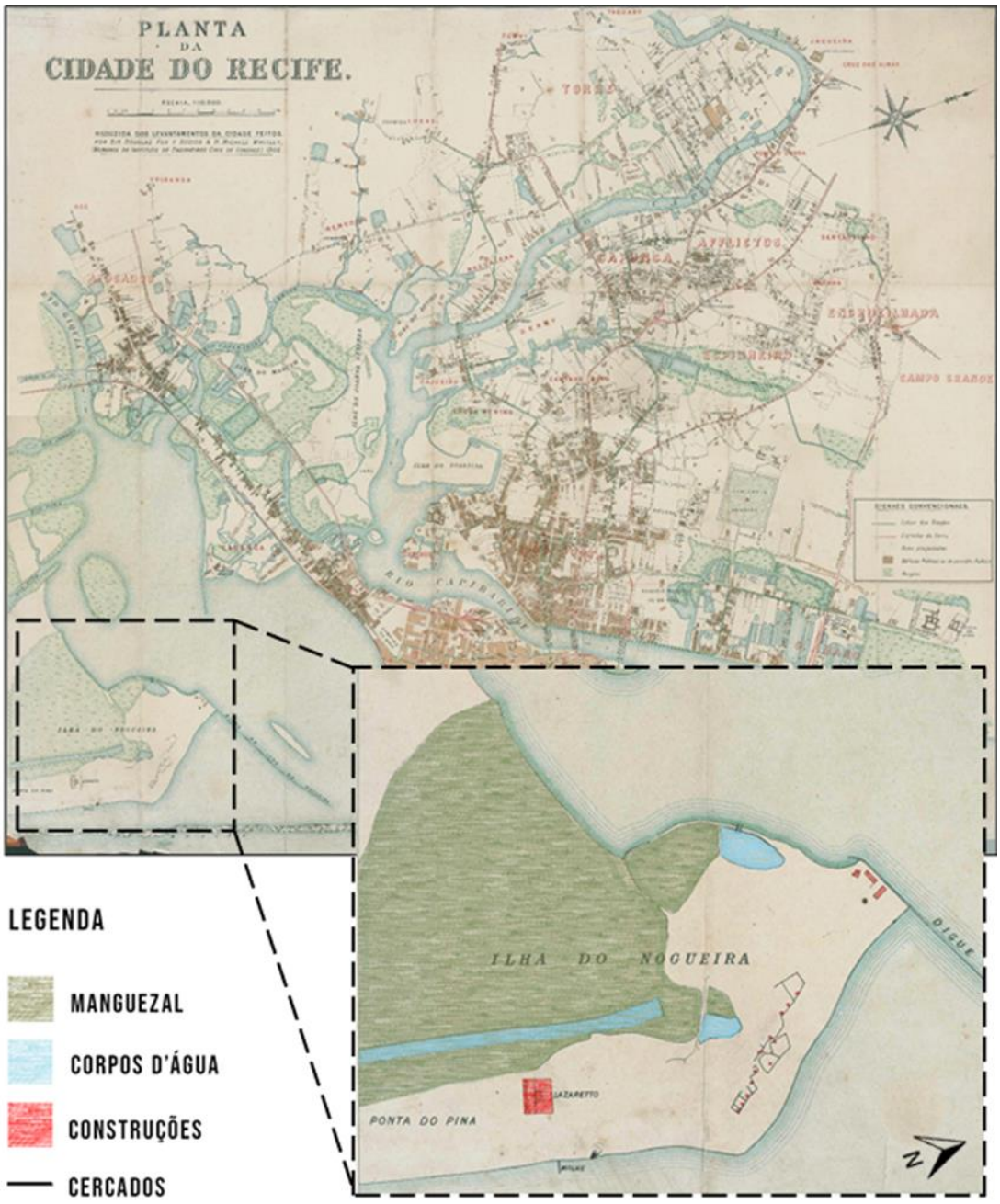


Fig.: 01: Base cartográfica da cidade do Recife, 1906. Fonte: Museu da Prefeitura do Recife; edit. autora.

Por meados da década de 1980, com a aceleração da urbanização e crescimento econômico nas cidades brasileiras, e consequentemente no Recife, ocorreu uma valorização e desenvolvimento das áreas centrais e periféricas. Com propostas para construir novos equipamentos, mais aterros foram promovidos, no caso do Pina, e passaram a transformar as paisagens e o caráter cultural do

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

local. Esse processo de aterramento do solo e construção das moradias, foi feito pelas mãos do povo do lugar, com a própria lama do manguezal, que tornou mais frequente e evidente a supressão dessa massa vegetal, em contraposição à atender a demanda de modernização e expansão da área.

> [...] quando voltava do trabalho, me metia na maré a tirar lama pra botar em casa, e quando socava, ficava duro, parecendo cimento. (CHIQUITO, 1988, apud SILVA, 1990, p.33)
> Nessa época, algumas mudanças ocasionadas pelos aterros já refletiam na paisagem, que se compunha de praia com piscinas naturais, um extenso coqueiral, sítios de fruteiras e pequenos aglomerados de casas de palha; mangue, viveiros e a maré. A vegetação nativa se constituía de pés de carrapicho, feijão de boi, guandu, guagiru, olho de pombo; da maré provinham os peixes, mariscos, os caranguejos, as cachadas de ostras para fazer o escabeche e alimentar a população pobre que só precisava da farinha, e o sal era retirado das pedras da praia. (SILVA, 1990).

Dentro do processo de colonização, os Jesuítas edificaram uma fazenda, na ilha da Barreta (ao Norte do Pina), bem próxima ao mar, onde tinha a casa-grande, a senzala e a capela. Na capela, eles guardaram a imagem de uma santa trazida de Portugal – Nossa Senhora do Rosário da Barreta –, e ela se tornou a padroeira do Pina até os dias atuais. A igreja, atualmente nomeada Nossa Senhora do Rosário, está localizada na Avenida Herculano Bandeira, e é um significativo eixo que interliga a zona Sul e o centro do Recife, e recebeu, nos anos 90, o projeto de saneamento do engenheiro Saturnino de Brito, para construir a 1ª ponte do Pina, que inicialmente era estreita, de madeira e ferro. Através da ponte, que hoje se denomina Paulo Guerra, deslanchou-se a modernização do bairro, e então pôde receber, em 1924, a instalação do bonde elétrico, já inserido em alguns estados no Brasil. Em contraponto, previamente à chegada da eletricidade no bairro, o povoado original percorria as terras com lampião à gás, o que gerou uma taxação quanto ao território ser um ambiente hostil, escuro e silencioso.

As três primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelo investimento em novos equipamentos para o Pina: pontes, avenidas, transporte, saneamento básico, regulamentação das moradias, já que com o aumento populacional, o bairro teria de haver necessária infra-estrutura para abrigar os que ali já se estabeleciam, e também a população que migraria. Acontece que o modo de espacialização e a população do Pina era uma configuração urbana bastante resistente à modernização, por suas características litorâneas, onde várias pessoas buscaram asilo, calmaria, prosperidade e novas oportunidades. Por outro lado, o bairro passou a ter visivelmente uma divisão de classes, já que o Estado beneficiou camadas da população com alto poder aquisitivo, por meio de grandes construções.

Com a evolução do uso do solo e desenvolvimento urbano da área, a camada popular que agregava as empregadas domésticas, os operários, pescadores, marisqueiros, não "participavam" das novas intervenções propostas para o lugar. Ao contrário, a modernização fez com que esse público fosse repelido e afastado das mudanças ocorridas, fato que o fizeram, de maneira forçada, se aproximar do manguezal e de sua essência. O processo de higienização das áreas urbanas e periféricas da cidade do Recife, objetivou interligar o bairro do Pina ao do Cabanga (à Oeste), a partir do aterramento dos solos alagáveis e de manguezais, para criar espaço para os novos equipamentos. Pontual (1999, p.95), comenta que "a luta contra o mocambo estava associada a outro requisito inerente a uma cidade moderna: a salubridade, no caso particular da geografia do Recife, com o aterro dos alagados".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As comunidades de Brasília Teimosa (antigamente nomeada Areal Novo - 1937), a do Bode (que nasceu da Ilha Encanta Moça), a Ilha de Deus, e mais as habitações construídas em palafitas que pareciam "incrustadas na lama do manguezal" (SCIENCE, 1994), expressam a desigualdade sócio-econômica que começou a surgir em porções do bairro do Pina, a partir dos aterros e de diferentes modos de ocupação do solo, por meados de 1930. Isso ocorreu quando as camadas populares passaram a se concentrar nos arruados: locais mais afastados da urbanização dos centros onde viviam a da classe média/alta, e que, consequentemente, recebiam menos investimentos do Poder Público. O padrão construtivo da área, nessa época, esteve atrelado às habitações espontâneas construídas em alvenaria, com duas águas, majoritariamente conjugadas, em formato estreito, e que ocupavam todo o lote. Ao não se fazer possível construir em alvenaria, a população passou a avançar para além do solo natural, construindo nas margens do rio e do manguezal, com tábuas de madeira, e fragmentos de outros elementos, que pudessem manter em pé a edificação, ainda que houvesse enorme riscos e altas taxas de insalubridade.

A comunidade Beira Rio, como já diz o nome, se conforma de modo ribeirinho, de frente para o Parque dos Manguezais, e por detrás do Shopping RioMar e todo seu complexo empresarial. O manguezal, um ecossistema muito importante para o equilíbrio ambiental e a biodiversidade de um espaço, e dentro do território, "o Parque dos Manguezais tem uma área total de 316 hectares, da qual 225,82 hectares são de cobertura vegetal característica desse ecossistema. Por isso, é uma das maiores áreas de mangue em zona urbana do Brasil" (CHARLES; NEVES, 2010). Apesar da área ser pertencente à Marinha do Brasil, e legalmente instituída como Parque dos Manguezais, vêm sofrendo diversos impactos e desequilíbrios ambientais em seu ecossistema, pois algumas dessas intervenções estão associadas à implantação de via expressa para veículos automotores (Via Mangue) em sua borda, como também a ocupação das margens do manguezal com construções de palafitas por comunidades ribeirinhas, desassistidas pelo Poder Público, agravaram o desequilíbrio ecológico desse ambiente natural. Além disso, a considerável redução quantitativa das espécies existentes, o aumento da poluição, a alteração da hidrodinâmica natural dos cursos d'água, comprometem a integridade da biodiversidade do ecossistema, e sobretudo, o caráter da paisagem do lugar, junto à sua identidade e patrimônio natural, onde pode-se perceber variados níveis de mudanças se evidenciando na área.

Embora os moradores tentem resistir às novas intervenções urbanas implicadas pelos novos valores atribuídos à terra e ao solo urbano, as legislações urbanísticas, sobretudo as implementadas a partir do século XX, geram tensões sociais e ambientais, com graves prejuízos à essência do ambiente natural e construído da comunidade. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) Nº 16.176/96 causou significativas mudanças na morfologia da trama urbana, principalmente no que tange às tipologias dos lotes, ao permitir o máximo aproveitamento do potencial construtivo do terreno. Em face dos altos índices de adensamento populacional, a LUOS de 1996 possibilita a supervalorização do espaço urbano, e instiga o mercado imobiliário a construir grandes equipamentos urbanos e edificações verticalizadas, como é o caso do RioMar. Esses modelos edilícios vieram a adensar o bairro do Pina comprometendo o solo natural, a ventilação e iluminação das edificações, e enormemente, os recursos naturais da área. Ainda na LUOS de 1996, foram estabelecidas as Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA) onde o Parque dos

Manguezais está inserido como Unidade Protegidas (UP), pela revisão da Lei Municipal Nº 17.511/2008 do Plano Diretor do Recife (PDR), o que veio garantir legalmente a permanência desse importante ecossistema no bairro.

A instalação do Shopping RioMar e seu complexo empresarial, num terreno com bastante solo natural, onde existiu a fábrica Bacardi, comprometeu consideravelmente a conexão afetiva dos moradores para com a identidade da comunidade, e o patrimônio natural do seu entorno. Essa constatação pode ser demonstrada através do trecho de uma das entrevistas aplicadas no local, onde a pessoa entrevistada comenta sobre a variedade de árvores frutíferas na época, com extenso espaço de área verde, onde as crianças e adolescentes pulavam o muro para coletar frutas.

> Vê esse shopping, daqui do começo até lá no final, isso era só um terreno, [...] tinha mato, pé de árvore, todo tipo de fruta tinha: manga rosa, manga espada, manguito, azeitona, goiaba, tinha tudo, pé de limão, laranja... Aí a gente fica só na lembrança. (Entrevista 02, janeiro de 2019)

O acelerado processo de urbanização do Pina, a ocupação do uso e solo urbano, a inserção de sucessivos investimentos como, em específico, a instalação do shopping RioMar e da ViaMangue, alteraram o caráter ambiental, social, cultural e morfológico da área. Em consequência disso, as relações previamente estabelecidas pelos moradores da comunidade Jardim Beira Rio, para com a mesma, tanto quanto com o rio, o mangue, vêm passando por novos processos de construção da identidade do lugar, da memória coletiva, e da resistência do patrimônio natural.

Dentro da extensão territorial do Pina, existe a comunidade Beira Rio, recorte territorial que será tratado neste trabalho, visando investigar as características do ambiente natural na sua relação com o ambiente construído e com a memória e identidade dos moradores da comunidade.

Fontes e metodologia

Para nos aproximarmos do tema da memória e identidade, recorreremos às fontes documentais a seguir descritas.

Livro *Pina: Povo, Cultura, Memória*, de 1990, de autoria de Oswaldo Pereira da Silva, escritor, pesquisador e educador, morador do lugar por 50 anos. Em seu livro, Silva aborda o curso historiográfico e do bairro por meio de desenhos, imagens, entrevistas e contos, que em sua maioria, advém de relatos dos moradores mais antigos do Pina. Na apresentação da obra, ele expõe sua sensibilidade e paixão pelo lugar:

> Este documento tem como objetivo organizar a informação histórica de um bairro, pondo à luz do conhecimento do povo, a memória secular que não seria possível resgatar tão somente nos arquivos. Sendo o povo agente vivo dos fatos históricos, optamos pela pesquisa de arquivo e oral, fazendo o elo de ligação entre o passado secular e o contemporâneo pulsante em nossa comunidade. Criaremos assim condições para outras análises, de óticas das mais variadas tendências, dando ao morador do Pina a oportunidade de contar sua vivência, seus triunfos e derrotas diante da dureza que foi construir com as próprias mãos o chão onde mora. (SILVA, 1990, p.07)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Além do livro de Oswaldo, será de suma importância consultar, a partir de pesquisa documental, fotografias, jornais, entrevistas, que possam vir a retratar como a população da comunidade Jardim Beira Rio se relaciona com o manguezal.

Hipótese

Levantamos a hipótese de que a conservação e manutenção dos elementos naturais no território são essenciais para o equilíbrio do ecossistema pré-existente, bem como para a economia de subsistência local, práticas sociais, identidade e memória da população.
Como anteriormente dito, o Pina, por ser um arquipélago, era cercado de diversos limites: Brasília Teimosa e o Porto do Recife ao Norte, Boa Viagem ao Sul, Oceano Atlântico ao Leste, e a Bacia do Pina ao Oeste (onde se situa a comunidade Beira Rio). Por décadas a população predominante em todo o território se resumiu aos pescadores jangadeiros – muitos deles homens negros que corriam pro mangue pra tentar fugir da escravização. Isto reafirma o caráter social e econômico dos habitantes da área até a atualidade, sendo perpassado pela forte relação do homem com o mangue/rio/mar, traduzida por uma economia local de subsistência que continua girando em torno da pesca.

Referências

BEZERRA, Onilda. 2017. **Segunda porta: Paisagem como totalidade homem-natureza**. In Veras Lúcia et al. Cadernos de arquitetura e urbanismo : Cidade-paisagem, Recife : Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE); João Pessoa : Patmos Editora, 2017.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Lei nº 16.176/96. **Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe> Acesso em: 14 mai. 2019.

Lei nº 17.511/2008. **Plano Diretor do Recife**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe> Acesso em: 14 mai. 2019.

SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina: povo, cultura, memória**. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire, 1990.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDO SOBRE CONTEXTUALIDADE DOS ARQUIVOS PARA A MEMÓRIA SOCIAL

Renata Silva Borges[1]

Introdução

Neste trabalho, sintetizamos as principais reflexões e conclusões apresentadas na tese de doutorado *O elo perdido: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade* (BORGES, 2021). Por meio da questão "Como uma abordagem contextual das articulações de arquivos institucionais e pessoais contribui para uma visão não dicotômica dos arquivos?" apontamos, na literatura e no campo empírico, as articulações existentes entre arquivos pessoais e institucionais, utilizando a abordagem não dicotômica da contextualidade dos conjuntos de documentos como meio de ampliar a noção de contexto arquivístico, como parte de processos informacionais no contexto sócio-histórico.

Ao alcançarmos tal objetivo, confirmamos nossa hipótese de pesquisa de que a análise de arquivos institucionais e pessoais, pela ampliação da noção de contexto arquivístico na perspectiva sócio-histórica, na literatura e no campo empírico, possibilitaria refletir sobre as articulações de que fazem parte os constructos teóricos e as práticas que circunscrevem dicotomicamente esses conjuntos na Arquivologia, contribuindo para reforçar a relevância de abordagem integradora e não dicotômica para elucidar a contextualidade dos documentos.

A abordagem da contextualidade consiste na compreensão do contexto arquivístico através de sua expansão para o contexto sócio-histórico, articulando múltiplos contextos, agentes e proveniências.

Os capítulos da tese foram elaborados a fim de: identificar, na literatura arquivística, os constructos teóricos que definem arquivo, arquivos pessoais e institucionais, e o contexto histórico da elaboração dessas construções; analisar, na literatura que apresenta abordagens não dicotômicas dos arquivos, as principais perspectivas identificadas e as contribuições desse tipo de abordagem para a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI); examinar arquivos pessoais e institucionais através de seus históricos, descrições arquivísticas e documentos, apontando as articulações encontradas; e cotejar os resultados das análises teórica e empírica, apontando as contribuições do estudo para a Arquivologia e a CI.

[1] Graduada em Arquivologia, pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Planejamento, Direção e Organização de Arquivos pela Universidade Federal Fluminense e Arquivo Nacional. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz com experiência no tratamento documental de arquivos pessoais e institucionais e de documentação iconográfica, sonora e audiovisual. Atuou como arquivista no Museu de Astronomia e Ciências Afins e como professora substituta dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense. Contato: renata.borges@fiocruz.br e renata.silvaborges@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Arquivos privados ou arquivos particulares são fundos de entidades coletivas de direito privado, famílias ou pessoas (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35), sendo arquivo pessoal aquele produzido e acumulado por pessoa física (*ibidem*, p. 34). Arquivos públicos são os provenientes das entidades coletivas de caráter público, "independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país". São também os fundos integrantes da administração pública (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35).

A vida em sociedades de escrita é orientada pelo funcionamento das instituições e pela necessidade e vontade de criar e manter registros para salvaguardar as memórias de interesse dos sujeitos sobre eventos e acontecimentos. Os desejos e necessidades dos produtores[2]/acumuladores de criar e reter documentos podem ou não estar relacionados à ideia de arquivamento e de arquivo[3] na forma como é concebida pelos arquivistas. Os atos que justificaram a criação e a guarda de documentos pelos produtores/acumuladores são interpretados pelos arquivistas no presente a partir desses vestígios.

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento e análise de bibliografia selecionada no campo da Arquivologia e da CI, e em levantamento e análise de arquivos. Foram utilizados os fundos *Celso Arcoverde de Freitas* e *Instituto Nacional de Endemias Rurais*, e a entrevista realizada com Celso Arcoverde de Freitas no âmbito do Projeto Memória da Saúde Pública, cujos depoimentos integram o fundo *Casa de Oswaldo Cruz*. Todos os arquivos foram selecionados no acervo histórico custodiado pela Fiocruz.

A sistematização dos resultados da análise da literatura é apresentada nos dois capítulos teóricos da tese, um deles dedicado ao histórico de criação da dicotomia pessoal/institucional e aos movimentos em torno de sua manutenção e desmonte através da literatura tradicional e pós-moderna. O outro foi dedicado ao entendimento da contextualidade, ou de como o conhecimento da história dos documentos é o conhecimento do contexto sócio-histórico no qual foram criados. Neste artigo, priorizaremos a discussão dos capítulos teóricos.

Para elaborar o contexto histórico de criação e desmonte da dicotomia, analisamos manuais, artigos e livros. Os manuais, publicados ao longo do século XIX, XX e o atual, foram elaborados para a organização do trabalho desenvolvido em arquivos públicos na Holanda, França, Reino Unido, Itália, Estados Unidos e Brasil. Com exceção dos manuais, a maioria das publicações pesquisadas foi lançada dos anos de 1990 até a data atual.

Na análise da contextualidade, observamos que essa noção vem sendo trabalhada, na teoria, pela articulação dos conhecimentos da Arquivologia, memória, História e CI. A compreensão da história dos documentos articula a interpretação pós-moderna dos princípios, características e métodos ao contexto sócio-histórico, seus agentes e relacionamentos, aproximando a noção de contextualidade e o conceito de documentalidade. Os artigos analisados para abordar a contextualidade e a documentalidade foram publicados em periódicos voltados à Arquivologia e à CI.

---

[2] Utilizaremos o termo "produtor" nas menções aos produtores de documentos e arquivos.

[3] O fundo (arquivo) é o "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), o qual equivale ao conceito de fundo como "conjunto de documentos de uma mesma proveniência" (*ibidem*, p. 97).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Embora a análise do capítulo empírico não seja detalhada neste artigo, é relevante registrar que, por meio do exercício empírico realizado com a documentação dos fundos selecionados, demonstramos como as relações entre arquivos pessoais e institucionais podem ser explicitadas através da história dos documentos que constituem tais arquivos, ressaltando as articulações entre eles. A análise se deu a partir da contextualidade e documentalidade dos documentos custodiados nesses dois fundos gerados em um mesmo contexto: a realização das campanhas sanitárias em Saúde Pública entre as décadas de 1930 e 1970.

Para contextualizar os arquivos, foram utilizadas obras de pesquisadores da história das ciências e da saúde, a maioria publicada a partir do ano 2000; um conjunto de entrevistas concedidas por Celso Arcoverde de Freitas ao projeto Memória da Saúde Pública, em 1994, e alguns dos livros publicados por Celso Arcoverde de Freitas, produtor do arquivo pessoal analisado.

Quadro teórico

Inicialmente, explicitaremos a delimitação histórica de criação da teoria de fundos – e da dicotomia pessoal/institucional na Arquivologia –, assim como da contextualidade; duas abordagens contextuais que denotam diferentes visões dos arquivos. Constam desta delimitação história: a criação e reinterpretação dos princípios arquivísticos e a crítica à naturalidade e organicidade, características arquivísticas, considerando a relação entre tais constructos e a historiografia do século XIX; a utilização dos arquivos privados como fontes e a sua custódia pelas instituições arquivísticas públicas; a importância dos manuais técnicos na difusão do Princípio do Respeito aos Fundos; e as semelhanças e diferenças entre arquivos públicos e pessoais.

Apresentamos, ainda, a importância das idiossincrasias identificadas nos arquivos pessoais, mesmo sendo tais conjuntos de documentos tratados na literatura por meio da mesma base conceitual dos arquivos institucionais, para a compreensão do desenvolvimento de abordagem contextual que contemple os documentos através de sua história, na constituição dos arquivos e da memória.

Compreendemos que, na trajetória da Arquivologia, a abordagem dicotômica dos arquivos pessoais e institucionais é fruto de uma construção alicerçada nas ações de custódia, preservação e acesso, como estratégias constituintes das instituições arquivísticas dos séculos XIX e XX, criadas no âmbito do Estado.

Identificamos, na literatura, duas correntes teóricas que embasam a fundamentação teórica da área: a "teoria de fundos", criada em meados do século XIX, e o "paradigma social", desenvolvido a partir dos anos de 1970. Suas metodologias de tratamento documental se baseiam na noção de contexto arquivístico, embora as interpretações desse contexto sejam diferenciadas. Do século XIX até meados do século XX, predomina a visão focada no contexto de produção como meio de identificação da proveniência, mas, a partir dos anos de 1970, essa visão é expandida para o contexto sócio-histórico.

Alguns acontecimentos merecem destaque na criação das duas abordagens por estarem relacionados à criação, sustentação e desmonte da dicotomia pessoal/institucional dos arquivos na literatura da Arquivologia. Os dois primeiros são a criação do conceito de arquivo (fundo) e da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

dicotomia, juntamente com o Princípio do Respeito aos Fundos[4], seguido do "apagamento" dos arquivos pessoais observado durante a primeira ruptura teórica da área. Através desta dicotomia, os arquivos públicos e os institucionais privados são definidos como arquivos e os pessoais, como coleções.

Apesar de o Princípio do Respeito aos Fundos ter sido definido na *Circular de Duchâtel* em 1841 (DUCHEIN, 1986, p. 14), o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13) – *Manual dos holandeses* – publicado em 1898, define arquivo (fundo) como os conjuntos documentais provenientes das instituições públicas e das organizações privadas, categorizando os documentos de pessoas e de instituições como coleções. A obra enfatiza, baseando-se no controle dos arquivistas sobre o contexto das instituições públicas, que o caráter institucional dota os arquivos de objetividade, imparcialidade e naturalidade. Ao contrário, a constituição das "coleções" é considerada arbitrária. Estes movimentos identificados na literatura definem teoricamente a "natureza arquivística", através de conceitos, princípios e métodos: o conceito de fundo, os Princípios da Proveniência e da Ordem Original[5] – visão externa e interna do Princípio do Respeito aos Fundos, respectivamente – e as metodologias de arranjo e descrição. Os questionamentos sobre os constructos teóricos da teoria de fundos possibilitaram que novas interpretações fossem realizadas sobre eles, chamando a atenção para a naturalidade e a organicidade, características que atenderam aos usos dos arquivos pelos historiadores de acordo com a historiografia do século XIX, mas que demandavam novas interpretações no século XX, tendo em vista a renovação historiográfica. Os documentos passaram a ser vistos não mais como reflexo de ações, uma vez que nem todas as ações e transações estão neles materializadas, o que evidenciou o caráter metafórico da naturalidade.

Sobre o Princípio do Respeito aos Fundos, com suas dimensões externa e interna, identificamos na literatura três interpretações: princípio organizativo, constructo físico e intelectual, e contexto sócio-histórico. Na primeira, é ressaltado o valor da proveniência, na segunda, o da ordem original e, na terceira, o conhecimento do contexto sócio-histórico dos documentos (contextualidades ou história dos documentos), o seu valor evidenciário, o trabalho arquivístico na elaboração de memórias, os agenciamentos que englobam a produção e acumulação de documentos, a concepção de arquivos como processo, e a participação de vários agentes (incluindo o arquivista) no processo. Tais interpretações refletem as percepções teóricas em torno da concepção dos arquivos, inicialmente voltada para a noção de "natureza" arquivística, mas redirecionada para a

[4] O Princípio do Respeito aos Fundos (ou Princípio da Proveniência) é considerado o princípio basilar da Arquivologia. De acordo com ele, "o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família, não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Ou, segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, é o "princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa" (AAB, 1996, p. 61).

[5] O Princípio do Respeito à Ordem Original é o que preconiza a conservação de um arranjo de acordo com o originalmente concebido pela "entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137). Ou, "princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade" (AAB, 1996, p. 61-62). O princípio se refere à dimensão interna de um fundo, à relação "natural" que liga documentos a atividades e produtores. Estes conceitos e princípios foram estabelecidos desde meados do século XIX, e têm sido usados para caracterizar os arquivos e desenvolver metodologias de tratamento documental na Arquivologia.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

historicidade dos conjuntos de documentos na perspectiva da contextualidade, valorizando-os como construção sócio-histórica.

A ênfase na dimensão externa do fundo – presente na compreensão do princípio organizativo – trata o arquivo como "todo" orgânico e não possibilita a elucidação do contexto e das relações, o que só ocorre quando este é visto por sua dimensão interna, pela compreensão do princípio como constructo físico e intelectual e como contexto sócio-histórico. Estas três interpretações evidenciam as transformações dos arquivos face às mudanças da sociedade, assim como os novos conhecimentos sobre o documento.

Outro movimento importante é o relativo à utilização dos arquivos privados como fonte de pesquisa, pois possibilita a entrada desses conjuntos nos arquivos públicos (instituições públicas), levando-os a compartilharem os lugares ocupados pelos fundos públicos nas instituições de custódia. Esse fato conduz ao reconhecimento dos arquivos pessoais como arquivos e à adoção de procedimentos de custódia e tratamento técnico similares para ambos.

No histórico elaborado sobre as relações entre arquivos pessoais e institucionais – com base nos manuais utilizados para disseminar os conceitos, princípios e características visando o tratamento documental desses conjuntos –, explicamos esse terceiro movimento na trajetória da Arquivologia. Destacamos a importância da teoria de fundos para a criação e manutenção da dicotomia, mesmo quando os arquivos pessoais e familiares deixaram de ser abordados na literatura da área como coleções e começaram a ingressar nas instituições arquivísticas públicas. Os manuais voltados para os arquivos pessoais, apesar de ressaltarem as peculiaridades desses conjuntos em relação aos fundos institucionais, vêm destacando em seus métodos a importância da identificação das funções dos produtores e dos documentos na definição do arranjo, assim como ocorre com os manuais destinados aos arquivos institucionais.

Nos manuais da literatura da Arquivologia produzidos entre o século XIX e a primeira metade do século XX, os arquivos pessoais e institucionais são definidos a partir de uma "matriz pública" estabelecida no contexto das instituições públicas do século XIX (HEYMANN, 2009, p. 43; COOK, 1998, p. 129-130, 2018, p. 31-32; EASTWOOD, 2016, p. 21-22). Segundo essa visão, os produtores de arquivo são diferenciados de acordo com o seu estatuto jurídico (pessoa física ou a instituição), mas as transformações sociais na economia, na ciência e nas técnicas vêm modificando os processos de produção e acumulação dos documentos, apresentando novas demandas aos arquivistas quanto à sua atuação no tratamento documental dos arquivos (DOUGLAS, 2016, p. 66-69).

Essas metodologias preconizadas acentuaram as diferenciações entre esses arquivos, ao mesmo tempo em que adotaram a mesma base conceitual. De acordo com elas, as peculiaridades apresentadas pelos arquivos pessoais têm justificado a sua disponibilização para a pesquisa histórica. Ao mesmo tempo, à luz da teoria, esses conjuntos foram considerados idênticos aos arquivos institucionais, mesmo quando os arquivistas ressaltam as dificuldades de tratamento dos fundos pessoais na "reconstrução" da ordem original ou apontam a sua "subjetividade" em contraponto à "objetividade" dos arquivos institucionais.

O desenvolvimento de abordagens contextuais elaboradas sobre os arquivos pessoais representa um quarto movimento, baseado em críticas à concepção tradicional de fundo. Esse fato, embora

ressalte as peculiaridades dos arquivos pessoais no que diz respeito ao processo de sua constituição e à presença de documentos institucionais em sua composição, ainda enfatiza a busca pela identificação da função dos documentos e de seus produtores, um traço da influência das experiências de tratamento documental de arquivos institucionais. No entanto, são ressaltadas as relações entre os fundos pessoais e institucionais. Consideramos tal movimento como transitório no sentido de uma aproximação desses conjuntos.

Quando destacamos as idiossincrasias dos arquivos pessoais, destacamos algumas de suas contextualidades – sua variedade de documentos e temas, e a acumulação de documentos da vida privada e profissional pelos produtores de arquivos pessoais –, que fazem com que esses arquivos apresentem atrativos não identificados nos arquivos institucionais e que apresentem, ainda, documentos institucionais. Consideramos este o quinto movimento, que possibilita aproximá-los dos arquivos institucionais, por meio da interseção de seus contextos e documentação.

Neste ponto, recorremos ao campo empírico para ilustrar a nossa discussão. Observamos que os documentos produzidos e acumulados por pessoas e instituições, embora tenham sido custodiados como arquivos distintos, apresentam articulações. Selecionamos para análise dois arquivos que fazem parte do acervo arquivístico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os fundos *Instituto Nacional de Endemias Rurais* e *Celso Arcoverde de Freitas*, pelo fato de o titular do arquivo pessoal ter sido funcionário do Instituto e de outros órgãos de Saúde Pública que existiram antes da criação da instituição, como a Delegacia Federal de Saúde (DFS) e o Serviço Nacional da Peste (SNP). O Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu) foi criado como parte da estrutura do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), sendo o setor responsável pelas pesquisas em Saúde Pública. Tendo passado pelo INERu e outros setores do DNERu, desde a sua criação até a incorporação pela Fiocruz, Celso Arcoverde de Freitas apresenta em seu arquivo muitos documentos relativos ao seu trabalho nestas instituições. A partir das relações entre o médico sanitarista e as instituições de Saúde Pública, foi possível listar os documentos acumulados por esses agentes em seus arquivos e demonstrar a possibilidade de uma abordagem contextual integradora dessa documentação na perspectiva do contexto sócio-histórico, ampliando nosso conhecimento da história dos documentos.

Essas relações tornam-se mais evidentes por meio da abordagem dos documentos com a ampliação do contexto arquivístico para o contexto sócio-histórico, para além da concepção de fundo, proposta pela contextualidade (história dos documentos). Esse avanço teórico possibilita que, através dessa história, sejam construídas as relações entre documentos, chamando a atenção para múltiplos contextos e proveniências e para as relações entre documentos e produtores/acumuladores. Essa abordagem não dicotômica permite que os arquivos sejam vistos sob outra perspectiva.

A literatura produzida no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 manteve os princípios, características e métodos, assim como essa dicotomia. E, apesar da predominância das discussões sobre questões relacionadas aos arquivos públicos, avançaram os estudos sobre os arquivos pessoais baseados em investigações epistemológicas. Destacamos, dentre eles, os dedicados à compreensão da lógica de acumulação dos arquivos como parte de processos sociais (HEYMANN, 2012, p. 31; VIANNA; LISSOVSKY; SÁ, 1986; COOK, 2018, p. 25, 31, 42-44).

No contexto internacional, a importância dos constructos teóricos é reforçada entre os arquivistas, mas sob novas interpretações, influenciadas pela perspectiva sócio-histórica dos arquivos e de seus usos como fonte, mas principalmente como objeto de pesquisa. Segundo Heymann e Nedel,

> A década de 1990 marcou o início da reflexão mais sistemática a respeito do poder que arquivos e arquivistas exercem sobre os campos da memória, do conhecimento e das identidades. Depois de quase dois séculos orientados pela crença na transparência dos documentos de arquivo e na objetividade do saber produzido para abordá-los, teóricos da arquivologia viram-se desafiados a reconhecer o enraizamento histórico e cultural de seus fundamentos disciplinares [...]. (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 7).

As reflexões teóricas decorrentes desses estudos apresentam os arquivos como construções sociais, influenciados pelos "valores e convenções dos contextos nos quais se inserem" (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 8) e "agentes sócio-históricos" das instâncias de poder (*idem*).
Os arquivistas passaram a ser questionados, pelos pesquisadores de outras áreas, por sua posição pretensamente "objetiva, imparcial e arbitrária" em relação aos arquivos, à formação dos acervos, ao tratamento documental e às consequências disso para a construção da memória social. Apesar das transformações sociais e dos impactos nos arquivos, os arquivistas se comportavam como os profissionais das instituições do século XIX, executando o tratamento documental com base na aplicação dos princípios interpretados para aqueles arquivos. Dos impasses decorrentes desses questionamentos, surgiu uma corrente teórica crítica em relação à aplicação dos princípios e métodos de arquivamento e à noção de proveniência e contexto arquivístico da forma como abordados pela teoria de fundos, por considerá-los parte do contexto sócio-histórico (HEYMANN, 2009; COOK, 1998). Segundo essa visão, a proveniência é definida como contextualidade, noção que agrega os conceitos de proveniência e contexto arquivístico (NESMITH, 2018; COOK, 2018).
A Arquivologia pós-moderna é compreendida como a que engloba reflexões sobre "a natureza política dos arquivos e a mediação ativa de arquivistas e instituições de custódia na configuração das fontes documentais". Através dela, é questionada a estabilidade do documento ao serem enfatizados os sentidos a eles atribuídos, de acordo com o tratamento técnico recebido e lugar de custódia (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 7).
Para Terry Cook, além de os constructos teóricos clássicos, criados no século XIX e de acordo com a realidade das instituições do período, não se adequarem aos arquivos das sociedades do século XX sem passarem por uma revisão, dadas as complexidades das mudanças sociais e suas influências nos processos de documentação e constituição dos arquivos, as "afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional" (COOK, 2018, p. 24-25) e suas dicotomias, como a estabelecida entre os arquivos pessoais e públicos, já seriam falsas no contexto em que foram criadas. Ele se refere não apenas aos arquivos pessoais e institucionais, mas principalmente à divisão entre categorias profissionais: os que atuavam nos arquivos públicos e aqueles com os documentos privados (*idem*). Nos séculos XX e XXI, muitas outras mudanças, "fundamentais na natureza das instituições governamentais e empresariais, nos meios dos registros e na natureza dos processos de geração e manutenção de arquivos" (*idem*), corroborariam os seus questionamentos. Segundo o autor:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] Considerando, ainda, o contexto pós-moderno em que vivemos e os novos conhecimentos que estão sendo desenvolvidos sobre a história e o caráter da memória, irei contestar neste trabalho a ideia tradicional de arquivos públicos, ou do arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos, especialmente devido às novas exigências, tanto para a avaliação quanto para a organização e descrição de arquivos institucionais, que agora surgem para lidar com os registros eletrônicos, ou gerados por computadores. Meu argumento é que a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade. (COOK, 1998, p. 132).

Relacionamos as noções de contextualidade e documentalidade visando aprofundar a compreensão do processo de produção e acumulação dos documentos que constituem os arquivos como fundamental em uma abordagem contextual, evidenciando os agenciamentos que transformam "coisas" em documentos e o valor do documento de arquivo nas sociedades de escrita. Destacamos a importância da avaliação nesses agenciamentos, considerando que nem todos os objetos se tornam documentos, nem todos os documentos se tornam arquivo e nem todas as ações humanas são materializadas através dos documentos.

Para Nesmith, as mudanças vivenciadas pelos arquivistas desde os anos 1970 redirecionaram o tratamento documental até então centrado na noção de fundo para a construção da história dos documentos e conhecimento do contexto sócio-histórico de sua produção e acumulação (NESMITH, 2018, p. 155). Redirecionaram ainda os rumos da profissão, na medida em que a "história intelectual da profissão arquivística é a história do pensamento sobre a natureza do conhecimento contextual a respeito dos documentos" (*idem*).

Na prática, o tratamento documental se sofisticou com os recursos proporcionados pela descrição arquivística normalizada e pelos sistemas eletronicamente constituídos. Ao mesmo tempo, a avaliação e a custódia têm sido influenciadas pelas transformações dos processos comunicacionais e documentários decorrentes dos usos das tecnologias digitais. A contextualidade propicia que a função social da Arquivologia seja vista sob a perspectiva do contexto informacional e da documentalidade.

Foi preciso que os arquivistas se vissem como parte dos processos informacionais (NESMITH, 2018, p. 155) e os documentos abordados como construções sociais, inseridos nas práticas sociais que os produzem, acumulam e utilizam. Os fatores de configuração dos documentos são, segundo Frohmann, sua materialidade, suas histórias, as instituições nas quais estão inseridos e a disciplina social que dá forma às práticas sociais com documentos (FROHMANN, 2012, p. 244-247).

Compreendemos o processo informacional na perspectiva fenomenológica sem recorrermos ao "rigor teórico das definições e essências", conforme apresentada pelo autor:

> [...] Porque 'qualquer tentativa de extrair uma estrutura conceitual coerente para a noção não seria apenas fútil: seria também artificial com relação à sua fenomenologia: a *informação* é capaz de realizar seu trabalho precisamente porque torna indefinidas as fronteiras entre diversas categorias de experiência originalmente distintas' (p. 114). E o trabalho que ela realiza é significativo, porque a imprecisão entre os diferentes sentidos da palavra 'informação' – imprecisões que constituem a informação como um fenômeno – permitem, *inter alia*, que os entusiastas da era da informação utilizem 'informação' em um sentido 'que carrega um fardo ideológico nas discussões das novas tecnologias [de informação]', discussões nas quais acredita-se que tais tecnologias 'prenunciam uma nova e memorável ordem discursiva' (p. 110). Além disso, como a mensurabilidade é uma das características fenomenológicas da informação,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> tendemos, como salienta Nunberg, a levar a sério afirmações populares como 'uma edição diária do New York Times contém mais informação do que a coletada durante toda a vida por um típico cidadão inglês do século XVII' (p. 111). Uma vez que as informações se apresentam em fragmentos contáveis, temos um recurso – a quantidade de informação – que nos permite denominar não apenas novas experiências, tais como 'a ansiedade da informação' (WURMAN, 1989), mas também novos fenômenos sócio-históricos, tais como uma 'sociedade de informação', uma 'era da informação' ou uma 'info-esfera' em expansão (FLORIDI, 1999). O estudo da fenomenologia da informação pode, portanto, ajudar-nos a rastrear as fontes de muitas crenças associadas à palavra 'informação'. (FROHMANN, 2012, p. 227-228).

Compreendemos que, nas práticas sociais com documentos, é gerada uma infinidade de objetos, mas que é o efeito de informação que os afeta nos agenciamentos, como "coisas" marcadas ou não, que os tornam documentos (FROHMANN, 2007, p. 1-2). Segundo Frohmann, é por meio dos agenciamentos que "uma coisa" é revestida de documentalidade e é transformada em documento (FROHMANN, 2014, p. 1). Os revestimentos estão associados à atribuição de relevância e aos aspectos públicos e sociais do contexto em que os agenciamentos ocorrem (FROHMANN, 2007, p. 1-2). Nesse sentido, na concepção da contextualidade, a avaliação e a custódia são abordadas pela sua função política e ideológica.

A mudança de perspectiva dos documentos de arquivo, de uma construção "física" para a "social", integra-os, juntamente com outros agentes, ao contexto sócio-histórico e elucida as relações entre documentos e agentes, possibilitando a superação da dicotomia pessoal/institucional.

Considerações finais

Retomando nossa hipótese inicial, consideramos que a análise dos documentos que constituem arquivos institucionais e pessoais – levando em conta o conhecimento do seu contexto sócio-histórico – possibilita elucidar as articulações em torno das ações e transações dos agentes envolvidos em sua produção e acumulação. Essas articulações foram elucidadas através da literatura e do campo empírico.

Tanto a corrente dicotômica, que nasceu contemporaneamente à teoria de fundos, quanto a contextualidade foram determinadas pelo contexto sócio-histórico e pelas concepções de ciência nos séculos XIX e XX. A teoria de fundos foi desenvolvida a partir da relação dos arquivos com a História e com a historiografia do século XIX, e a naturalidade e a organicidade, que estruturam tal abordagem, foram características complementares na definição do arquivo como "todo orgânico", sendo associadas à visão de documento como prova, exaltando sua objetividade.

A contextualidade é desenvolvida a partir da abordagem construtivista das ciências sociais no século XX, ressaltando a importância da experiência humana nos processos sociais, destacando o papel da linguagem na compreensão das relações sociais. O documento adquire novos significados sociais e os arquivos passam a ser compreendidos por seus processos de constituição como parte do contexto sócio-histórico.

Mesmo que os arquivos pessoais sejam agora vistos como conjuntos arquivísticos, nem sempre foram abordados assim na trajetória da Arquivologia. A partir dos anos de 1970, com o seu reconhecimento como fontes para uma nova história, transformaram-se em objeto de estudo de outras áreas, que passam a lançar luz sobre o seu processo de construção e a questionar as

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

diferenciações estabelecidas na apresentação dos arquivos institucionais públicos como objetivos, imparciais e neutros, e dos arquivos privados, pessoais ou familiares, como "coleções" subjetivas, parciais e arbitrárias.

A definição de arquivos pessoais e institucionais estabelecida com base no estatuto jurídico dos produtores converge para a identificação das funções dos documentos, mas o conhecimento dessas funções pode não refletir satisfatoriamente os processos de constituição dos arquivos, sejam eles pessoais ou mesmo os institucionais. A identificação das funções pode ocorrer principalmente por meio de outras fontes e não apenas no âmbito dos documentos que constituem esses arquivos.

A construção de uma lógica de acumulação documental por parte do arquivista, por meio da análise e reunião de informações levantadas sobre o arquivo, possibilita elucidar os processos de acumulação dos documentos, seus agenciamentos e o conhecimento da proveniência e do contexto arquivístico.

Na literatura, as especificidades dos arquivos pessoais são destacadas pelas dificuldades técnicas que acarretam. Uma delas diz respeito à presença de espécies documentais de difícil identificação das funções que as geraram; um dado importante para a classificação de acordo com a aplicação do princípio. Nem todos os documentos possibilitam que a identificação seja realizada apenas com as informações neles disponíveis e elas precisam ser buscadas em outras fontes. Os documentos institucionais são fruto de processos administrativos e criados com determinadas características que evidenciam as funções e atividades, o que não ocorre com muitos documentos pessoais. Em ambos os casos, no entanto, a compreensão do processo de acumulação permite um melhor entendimento desses conjuntos, fornecendo condições para a representação social dos arquivos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

BORGES, Renata Silva. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz**: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero. 2014. 161f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10721/DISSERTA%C7%C3O_RENATA%20SILVA%20BORGES.pdf?sequence=1. Acesso em: 9 nov. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BORGES, Renata Silva. **O elo perdido:** as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade. 2021. 273f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23390/TESE%20RENATA%20BORGES%2021ago21%20com%20ficha%20catalografica.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 nov. 2021.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Celso Arcoverde de Freitas**. Disponível em: http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/celso-arcoverde. Acesso em: 9 out. 2020.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais**. Disponível em: http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-ineru. Acesso em: 9 out. 2020.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. **Depoimento oral de Celso Arcoverde de Freitas**. Memória da Saúde Pública no Brasil, 1994. [documento eletrônico]. Documento impresso. Acesso em: 9 out. 2020.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, 1998, p. 129-149.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. [documento eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81. 364 p.

CUNHA, Neiva Vieira da. **Viagem, experiência e memória**: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30. Bauru: EDUSC, 2005.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47-74.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10/14, n. 1, abr./ago. 1982, p. 14-33, 1986.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e as orientações da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 19-45.

EASTWOOD, Terry.; MACNEIL, Heather. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

FREITAS, Celso Arcoverde de. **História da peste e de outras endemias**. Rio de Janeiro: PEC/ENSP, 1988. (Coleção Memória da Saúde Pública)

FREITAS, Celso Arcoverde de. **Saúde no Brasil**: nomes e fatos. Recife: Bagaço, 1998.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 227-249, 2012. Disponível em: http://www.unirio.br/morpheusonline/número14-2012/artigos/frohmann_pt.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

FROHMANN, Bernd. Document, index, trace, and death: The Briet´s antelope lesson. *In*: **For the culture and technology lectures series**. Toronto: University of Toronto, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/14052442/Document_Index_Trace_and_Death_Briet_s_Antelope_Lessons_February_25_2014_. Acesso em: 22 ago. 2016.

FROHMANN, Bernd. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; WINDFELD LUND, N.; VÅRHEIM, A. (Orgs.) **A document (re) turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. L. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008, p. 19-34.

FROHMANN, Bernd. The social construction of knowledge organization: the case of Melvil Dewey. **Advances in Knowledge Organization**, v. 1, n. 4, p. 109-117, 1994.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364 p.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adrian; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 155-175.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos pessoais:** história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: AAB, 2012.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun., 2006.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar. **Revista Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62 -76, jul./dez. 1986.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AS MULHERES NAS FESTAS EM HOMENAGEM AO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (BRASIL)

Sandra C. A. Pelegrini[1]

As festas do Divino Espírito Santo são ritos do Catolicismo popular que apresentam singularidades em distintas regiões do Brasil [2], embora na maior parte do país a celebração esteja diretamente vinculada aos rituais da Igreja Católica, em São Luís do Maranhão, ela se distingue por seus vínculos com o Tambor de Mina[3] e pelo protagonismo feminino das mulheres negras. São elas, as caixeiras, que tocam instrumentos musicais de percussão chamados "caixas" e vestem as crianças que participam da celebração do Império do Divino. Além disso, principalmente, em São Luís, a festa está articulada ao calendário religioso das casas de culto afro-maranhenses e homenageia concomitantemente o Espírito Santo, um santo ou uma santa, como representação de Nossa Senhora[4].

Como bem o lembra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os terreiros figuram como "espaços sagrados" das comunidades tradicionais de matriz africana, cuja organização remonta ao século XIX. Eles podem ser considerados mananciais de conhecimento histórico e cultural sobre a sociedade brasileira, uma vez que resguardam um universo simbólico rico em memórias e tradições como cantos, danças, mitos, poesias e ritos que remetem as reminiscências dos ancestrais dessas comunidades e reforçam o sentido de pertencimento das pessoas que os frequentam.

A festa do Divino cumpre a um *script* detalhado e rigoroso de ações e representações em honra do Espírito Santo. Na maior parte dos terreiros, a festa é organizada logo após o sábado de Aleluia e a partir do domingo de Pentecostes, entre os meses de maio e junho. As homenagens ao Divino Espírito Santo podem perdurar até por quinze dias, podendo variar de uma região para outra. A Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão estima que são organizados, por ano, mais de cem celebrações em homenagem a referida entidade, em São Luís.

---

[1] Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural, da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil Campus sede (CEP 87 020 900). A autora é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo Brasil. E- mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br

[2] Do ponto de vista de historiadores e antropólogos, a festa em honra ao Divino se originou nos Açores, mas foi trazida para o Brasil por casais que se destinaram a povoar a então colônia na região de Belém do Pará (Norte), Santa Catarina (Sul), Goiás (Centro-Oeste), São Paulo e Rio de Janeiro (Sudeste). Posteriormente, a celebração se espalhou por inúmeros estados e municípios de todo o país.

[3] Nos terreiros de Tambor de Mina são recorrentes as festas e folguedos da cultura popular maranhense que, não raro, são considerados pedidos realizados por entidades espirituais. Entre elas, destacam-se o Bumba-meu-boi, a Festa do Divino, a Queimação de Palhinhas e o Tambor de Crioula, entre outras.

[4] Cumpre-nos lembrar que é sabido que alguns devotos realizam os rituais em suas moradias, ou seja, fora do espaço do sagrado aqui entendido como o terreiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tais festas em homenagem a terceira pessoa da Santíssima Trindade são divididas em quatro partes, a saber: a Abertura da Tribuna, o Levantamento do Mastro, o Pentecostes e a Derrubada do Mastro, mas podem ser ajustadas de acordo com as peculiaridades de cada região ou terreiro.
É certo que em todas elas há uma representação do presente e do futuro, difundido aos fiéis ou devotos por meio do reconhecimento do processo permanente de transformação vivenciado por homens e mulheres no decorrer de suas existências. Logo, como assinala Rocha (2019, p. 9) uma das singularidades da festa é a "flexibilidade", "as coisas não são fixas, elas são adaptáveis, e onde houver um maranhense devoto do Divino é provável que haja também uma festa para celebrá-lo. Esta é uma das razões da festa ter se espalhado por todo o território brasileiro a partir da década de 1950[5].
O Império, normalmente, é constituído por um grupo de cinco a dez crianças, com a faixa etária dos quatro aos quatorze anos. Elas se apresentam adornadas com vestes ou trajes da corte de imperadores e mordomos, "com seus respectivos símbolos, como coroa, tiaras, cetro e outros". Eles "são saudados como nobres e sentam-se em tronos ou tribunas" (FERRETI, 2019, p. 3).
A preparação da festa em homenagem ao Divino Espírito Santo mobiliza inúmeras pessoas que se encarregam de organizar a tribuna do Império, o lugar do mastro e do altar, e também, as mesas onde serão servidos os doces. A decoração completa do terreiro (local do sagrado) conta ainda com a confecção de almofadas, bandeiras, cortinas e toalhas.
Mais do que isso, Ferreti assevera que

> Com antecedência mínima de um ano, são escolhidos os membros dos impérios como um casal de imperadores, de mordomo régio, mordomo mor, os padrinhos do mastro e outros colaboradores. Um semestre antes se escolhe as cores predominantes das vestimentas, a serem usadas pelas crianças, e dos enfeites, para que os organizadores comecem a adquirir o material necessário, devendo tudo ser preparado com bastante antecedência (2019, p. 3)

Ademais as festas proporcionam oferendas às entidades dos terreiros e ao Divino. São muitas "mesas de doces, cada uma com duas a três dúzias de enfeites ou lembranças para serem distribuídas entre os amigos e colaboradores" da celebração (FERRETI, 2019, p.3).
Para a composição dos luxuosos trajes das crianças do Império do Divino, os festeiros necessitam do apoio de costureiras e bordadeiras, pois elas são responsáveis pela confecção das fardas, ternos e vestidos. A criançada se apresenta com luvas, mantos aveludados (denominados "capotes") e sapatos novos.
Nos terreiros, a tribuna, normalmente, é feita com base estética ou inspiração no altar das igrejas católicas, adornados com fios de iluminação, adereços de papel ou plástico. Nesse altar se incluem guirlandas e o trono do imperador destinado as crianças. Trata-se de um espaço do sagrado, como tal, abriga variados ritos significativos como as saudações aos imperadores, a abertura e o encerramento da festa, que acontecem acompanhados pelas sonoridades produzidas pelas mulheres caixeiras e seguem acompanhados por todos aqueles personagens que representam a corte do Divino.

[5] Nos anos cinquenta do século XX, muitos maranhenses abandonaram a sua "terra natal" e se deslocaram para a região sudeste do país.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nas casas de culto afro-brasileiro, as celebrações em honra do Divino Espírito Santo vinculam-se de variadas maneiras as entidades cultuadas pelo Tambor de Mina. Em geral, a sua efetivação decorre de promessas e outras formas de devoção do pai ou mãe de santo. Nesses casos, não raro, a festa é realizada para atender ao pedido de um dos seus encantados[6], logo, entidades como caboclos, gentis, orixás, princesas e voduns figuram como presenças marcantes nos rituais. Segundo Leal (2018, p.94), "os caboclos, em particular os caboclos farristas, têm uma participação relevante nos segmentos relacionados com o "buscamento", o "levantamento" e o "derrubamento do mastro" e a "recepção da coroa e dos impérios".

Do ponto de vista do autor, por esta razão, "em muitas casas, a abertura e o encerramento da tribuna envolvem também a participação de entidades espirituais do Tambor de Mina" (LEAL, 2018, p. 94). Mais do que isso,

> (...) As festas do Divino fazem, geralmente, parte de um conjunto festivo mais vasto que engloba vários toques em homenagem a entidades espirituais da mina. Esses toques realizam-se diante da tribuna do Divino, que se mantém montada por mais sete dias após o encerramento formal da festa, e preveem modos variáveis de integração ritual entre tambor de mina e culto ao Espírito Santo (LEAL, 2018, p. 94).

Em alguns casos, assevera Leal (2018), o retorno da coroa ao altar da casa é efetuado por intermédio de um rito que acontece durante o derradeiro toque do tambor. No decorrer de alguns desses toques também são entoadas algumas cantigas dedicadas às entidades e às princesas mirins que representam o império do Divino, como veremos a seguir.

A realização da festa envolve muitas pessoas. Existem aquelas que são incumbidas de consertar os instrumentos musicais (as caixas do Divino), de adornar o mastro e da preparar os locais destinados a conservar os gêneros alimentícios que serão consumidos durante as celebrações. Por vezes, alguns se encarregam de transladar os participantes que, excepcionalmente, tomam parte das missas realizadas em algumas igrejas católicas da cidade de São Luís. É certo que, enquanto alguns devotos doam seu tempo e trabalho, outros doam gêneros alimentícios e insumos, carne bovina, suína e aves criadas por eles como oferenda ao Espírito Santo. Essas prendas ou "joias", como são denominadas, são preparadas por diversos auxiliares de cozinha. Trata-se de um mutirão da fé!

Cumpre-nos lembrar que a Fundação Municipal de Cultura e organismos articulados ao Turismo, apesar de alguns percalços, vem apoiando financeiramente as festas do Divino nos terreiros, com o objetivo de corroborar com a manutenção dessa tradição, pois como bem o lembra, Nestor Canclini "o tradicionalismo é hoje uma tendência em amplas camadas hegemônicas" (1997, p.206). Todavia, por um lado, este auxílio gera embates entre os organizadores devido as ingerências externas, e por outro, expressa a extensão política da festa que envolve as celebrações populares, além da participação de diferentes segmentos entre os realizadores[7].

[6] Encantados são entidades e, segundo Leal, eles figuram como "entidades espirituais que baixam no Tambor de Mina", durante as festas do Divino. Os "encantados não só participam em plano de relevo" nessas celebrações, "como sua participação se faz de acordo com sua associação a valores e comportamentos marcados ora pela solenidade e pela hierarquia, ora, inversamente, pelo excesso e pela desordem" (LEAL, 2020, p. 434).

[7] Referimo-nos aos auxílios financeiros advindos da Comissão Maranhense de Folclore e do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Esse aspecto torna imperioso nos referirmos ao fenômeno da patrimonialização da celebração que vem ocorrendo em São Luís, ou seja, a gradual inscrição da festa no "regime patrimonial" (HAFSTEIN, 2004) e ao fato de que as festas do Divino têm se tornado instrumento "de um conjunto de políticas e práticas de objetificação[8] da cultura" (LEAL, 2018, p. 95).
Conforme assinala Leal (2018, p. 95):

> As ideias de Handler acerca da objetificação da cultura visam sublinhar o modo como determinados aspetos – fundamentalmente locais – da cultura são transformados em signos identitários usados a escala local regional e/ou nacional por elites intelectuais e políticas.
> No caso de São Luís, estas políticas e práticas objetificadoras, que envolveram folcloristas, antropólogos, organismos estaduais, ativistas e associações culturais, inserem-se no quadro mais vasto dos processos de patrimonialização da cultura popular que se desenvolveram no Maranhão, ao longo do século XX.

Como ressaltado por Leal (2018, p. 95), esse processo teve início na década de 1930, porém, adquiriu maior expressão nos anos sessenta quando ocorreu a "tematização etnográfica" das distintas "expressões" culturais populares maranhenses; a implantação de políticas públicas de cultura devotadas a enaltecer a cultura popular; e ainda, a busca do apoio de "ativistas e associações culturais".
No processo de tematização etnográfica da cultura popular maranhense, em especial, no âmbito das práticas ritualísticas e dos folguedos, Domingos Vieira Filho teve papel importante[9], pois influenciou a criação da "Comissão Maranhense de Folclore", ativa até a atualidade. Nos anos setenta do século XX, entrou em cena outro destacado estudioso Sergio Ferretti, "que atuou como uma espécie de braço direito" de Vieira Filho na referida Comissão. Na década seguinte, Ferreti "assumiu a direção da Comissão Maranhense de Folclore que, a partir de 1993, iniciou a publicação, que se mantém até hoje, do "Boletim da Comissão Maranhense de Folclore" (LEAL, 2018, p. 95-96).

Esta publicação exerceu uma função significativa na esfera da divulgação da cultura popular do Maranhão e influenciou a implementação de políticas públicas regionais em defesa da cultura popular nos governos de José Sarney (1966-1971) e de Roseana Sarney (1995-2002, 2009-2010, 2011-2014), pois ela "abraçou e investiu na cultura, elegendo essa área como uma de suas prioridades" (LIMA, 2006, p. 304 apud LEAL, 2018, p. 96). Ao mesmo tempo em que essas políticas estaduais contribuíram para objetificação da cultura popular, a criação de associações culturais como a LABORARTE (fundado em 1972) [10] favoreceram o processo de patrimonialização do Tambor de Mina.

[8] Este conceito foi proposto por Richard Handler (2004) e visa designar o modo como determinados traços da cultura "são transformados em coisas discretas que devem ser estudadas, catalogadas e exibidas. Isso envolve seleção e reinterpretação. O objetificador olha para um meio que lhe e familiar e descobre que e composto de traços tradicionais, coisas que ele retira de um contexto adquirido e transforma em espécimes típicos" (HANDLER, 1988, p. 77 apud LEAL, 2018, p. 95).
[9] Vinculado a Subcomissão Maranhense de Folclore de 1948 a 1950, foi responsável por publicações regulares sobre o "folclore maranhense entre as décadas de 1940 e 1970" (LEAL, 2018, p. 95)
[10] O LABORARTE, segundo especialistas, veio "contrapor-se ao regime militar de 1964 e a censura", porque figurou como um ponto de "resistência e contestação" naqueles anos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Vale ressaltar que apesar de iniciativas de patrimonialização, estas não implicaram na imediata adoção de políticas culturais amplas e efetivas, com exceção do reconhecimento do bumba-meu-boi como um bem cultural imaterial maranhense. Mas devemos admitir que, a partir delas desenvolveu-se uma política mais sistemática de apoio as manifestações da cultura popular no Maranhão, como a ajuda financeira as festas do Divino. Este apoio culminou segundo Leal (2018, p. 98), com dois tipos de ação: "a implementação de um programa de apoio financeiro as festas e a organização de eventos e programas de ação orientados para a sua visibilização no espaço público".

Tais programas de execução financeira de apoio aos terreiros tiveram início nos meses finais de 1980, mas, a princípio limitavam-se as festas do Divino de Alcântara, posteriormente, passaram a abranger os terreiros mais conhecidos e bem-conceituados como a Casa das Minas e a Casa de Nagô, em São Luís. Somente em meados de 2014, duzentas celebrações no estado do Maranhão foram brindadas com auxílios financeiros variáveis, mas na sua maioria bem modestos[11]. Nesse contexto, interessa-nos debater como se dá o destacado desempenho das mulheres negras no culto e nas festas dedicadas a terceira pessoa da Santíssima Trindade.

O protagonismo das caixeiras de São Luís do Maranhão

As caixeiras figuram como participantes indispensáveis da festa do Divino no Maranhão. São senhoras afrodescendentes com mais de cinquenta anos que assumiram a tarefa de tocar as caixas e entoar cânticos em honra ao Divino Espírito Santo, reproduzidos de memória ou inventados na hora das apresentações nos terreiros.

Estas caixas são instrumentos de percussão (tambores com 70 cm de altura por 50 de diâmetro), produzidos em metal cilíndrico e couro nas duas bocas, pendurados nos ombros das caixeiras por faixas de tecido colorido. Eles são tocados com duas varetas de madeira, adornadas nas cores: azul e branco ou vermelho e branco. Os sons emitidos pelas caixas são acompanhados de movimentos circulares dessas mulheres e cânticos que entoam orações como o Pai Nosso e Ave Maria[12], além de improvisos como:

> O meu telefone tocou/ É Deus que está me ligando/ É Deus que está me ligando/ É o gestor Gabriel/(....) E eu respondi para ele / Gabriel estou chegando/ E eu respondi para ele / Gabriel estou chegando/ E eu respondi para ele / Gabriel estou chegando (...) [13]

Esses cânticos são entoados em tom de ladainhas e repetidos inúmeras vezes como um clamor que acompanha as batidas do tambor:

> E hoje eu cantei em São Luís/ São Luís do Maranhão/ E hoje eu cantei em São Luís/ São Luís do Maranhão/ E hoje eu cantei em São Luís/ São Luís do Maranhão/

[11] Não tivemos acesso aos valores exatos dos financiamentos, mas é sabido que tais valores, além de variáveis, na maioria dos casos atingiam apenas cerca de quinhentos reais por festa/terreiro.

[12] Cf. Cantigas do Divino Espírito Santo. Ponto BR. (10:33 min.).Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ynxfHIuvPeQ&list=RDYuGQBQRdKn0&index=2 Acesso em 29 set 2020

[13] Pátio aberto 2019. As caixeiras de Maria Caixeira – Pindaré-Mirim. Centro Cultural Vale do Maranhão (58:28 min.) Disponível em https://www.youtube.com/results?search_query=As+caixeiras+de+Maria+Caixeira+ Acesso em 30 set 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Os amigos que me escutam / a vocês eu quero agradecer / Quero que Deus nos de muita saúde para sobreviver/Já cantei em São Luís e região/Boa noite meus amigos/ A vocês eu tenho que agradecer/ Que Deus lhes de muita saúde para sobreviver (...)
> Sou caixeira de rojão/ Canto "caxu" pro mundo inteiro/ (...)[14]

A toada dos cânticos, com versos reproduzidos muitas vezes, é acompanhada de uma intricada dança apresentada durante os cultos nos terreiros. Elas são executadas em torno do "mastro" e da "tribuna do império", rodeadas por adolescentes e meninas que portam as bandeiras, as denominadas bandeireiras.

Em pequenos grupos de seis a dez senhoras, as caixeiras régias e as caixeiras mor executam suas danças, entoam cânticos e fazem orações que advêm de promessas feitas ao Divino ao longo de suas existências. As primeiras são aquelas que administram o ritual e são consideradas figuras de reconhecido valor por suas comunidades. Nas celebrações em homenagem ao Divino, elas são conhecedoras de todas as especificidades dos ritos e bailam de fronte ao trono e ao mastro da bandeira.

Elas participam dos rituais em vários terreiros e não podem receber nenhuma remuneração, geralmente, recebem mantimentos e pequenas doações para a confecção de suas vestimentas que são todas iguais e em tons de azul e branco ou vermelho e branco – as cores do Divino.

Cumpre destacarmos a complexidade da organização da festa, pois as caixeiras participam de longos ensaios que se realizam antes, durante e depois da festa propriamente dita. Do ponto de vista estético e ritual, a sequência dos passos e das batidas do tambor são longas e exuberantes, por essa razão são frutos de decisões coletivas de senhoras empenhadas em dar continuidade às "obrigações" para cumprir suas promessas, numa relação de dádiva e contra-dádiva.

Conforme depoimento recolhido em 1996, por Sergio Ferreti (2019, p. 2)

> Essas pessoas se reúnem sob a liderança de um ou dois responsáveis principais ou encarregados. Em geral, há a expectativa de que "uma festa bonita e bem organizada atraia muitas pessoas que, gostando, virão outras vezes, trarão novos convidados e, com isso, a cada ano a festa irá crescendo e atraindo mais pessoas" [15].

Logo, a partir do momento em que um grupo de senhoras resolve organizar uma festa, ela se realiza por vários anos e/ou enquanto as caixeiras régias puderem realizá-las. Segundo Ferreti, depois do falecimento "do primeiro organizador, muitas vezes a festa continua sendo organizada por pessoa do mesmo grupo, parente ou amiga" (2019, p. 2). Sabe-se, conforme afirma o referido autor, que algumas caixeiras realizam a celebração por mais de cinquenta anos.

O trabalho das caixeiras do Divino é organizado a partir de contatos prévios, pois, em geral, um mesmo grupo se apresenta em vários terreiros e também em programas de televisão com a finalidade de divulgar a festa.

Do ponto de vista de Ferreti (2019, p. 4):

---

[14] Pátio aberto 2019. As caixeiras de Maria Caixeira – Pindaré- Mirim. Centro Cultural Vale do Maranhão (58:28 min.) Disponível em https://www.youtube.com/results?search_query=As+caixeiras+de+Maria+Caixeira+ Acesso em 30 set 2020.

[15] Esse depoimento foi colhido por FERRETI, em 1996, em uma celebração realizada na casa da falecida Dona Neném.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Muitas pessoas, por gosto e devoção, ajudam e participam de várias festas. É comum as caixeiras dizerem que têm obrigação de tocar em todas as festas que tiverem conhecimento. Ouvimos caixeiras dizerem que, durante o ano, tocam em mais de trinta festas. Da mesma forma, várias pessoas cozinham ou preparam enfeites e realizam outras atividades.

Como já assinalamos, a principal finalidade das caixeiras é disseminar os princípios dos toques de caixas para as próximas gerações, além de assumirem o rito sagrado da Festa do Divino, como uma maneira de cumprir suas obrigações espirituais. Segundo Schechner trata-se de uma "performance", cujo intento é demonstrar autoridade e sabedoria, uma vez que essa atuação repercute aspectos "étnico e intercultural, histórico e a-histórico, estético e ritual, sociológico e político" (2002, p. 199).

Cumpre-nos lembrar conforme salienta Rocha, que a "performance" engloba "aspectos individuais e sociais, sendo o artista sujeito e objeto de sua arte" (2019, p. 7). Todavia, é sabido que existem dois tipos de sentido ou significação para as performances: aquela que aponta uma "presença física" e outra que se destina a apresentar um "espetáculo" para ser observado (GLUSBERG, 1987, p. 43). Nesse caso, as *performers* ou as caixeiras tendem a usar sua expressão corporal para exasperar tanto os atributos plásticos da dança, como para mensurar sua obstinação e sua força individual e coletiva.

E muito embora, essas mulheres não se autodenominem "artistas, o trabalho que elas desempenham com sua gestualidade, danças e cânticos" durante horas a fio, as transforma em "sujeito e objeto de sua própria arte, arte esta que se traduz como uma espécie de ritual de evocação do Divino" (ROCHA, 2019, p. 7).

A importância dessas mulheres na Festa do Divino nos terreiros de Tambor de Mina é tão significativa que a celebração não acontece sem a presença delas, pois são elas que puxam os cânticos, fazem as rezas ritmadas e tocam o tambor. Aliás, vale ressaltarmos que nos terreiros, normalmente, os instrumentos de percussão são tocados pelos homens – daí a particularidade das mulheres afrodescendentes no Tambor de Mina e na Festa do Divino de São Luís do Maranhão.

Considerações finais

As celebrações em homenagem ao Espírito Santo são riquíssimas, no entanto, implicam um grande esforço do historiador porque lidar com as questões do sagrado nos impõe certo distanciamento que, não raro, as observações participantes tendem a encobrir, tendem a tornar nebulosas pelo impacto que nos causam. Ademais, a mera descrição dos ritos não nos permite explicar a complexidade dessas festas, tampouco o valor cultural e histórico que representam para as devotas, em particular para as caixeiras maranhenses que possuem vínculos religiosos com os terreiros de Tambor de Mina.

Mas é certo, como procuramos demonstrar, que as festas são hierarquicamente preparadas e traduzem crenças organizadas de acordo com "sistemas culturais" e como resultante do "capital simbólico" eleito pelos devotos para representar o compartilhamento de crenças e tradições que, por sua vez, implicam a preservação de identidades culturais e bens patrimoniais. Nesse âmbito, a atuação das caixeiras compreende performances que estão vinculadas aos ritos que lhes deixam sentir ou experenciar uma via de mão dupla entre o sagrado e o profano. Trata-se de uma atuação

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ritual que lhes permite sacralizar os artefatos próprios da celebração do Divino, como é o caso da coroa, do cetro e do mastro, além de consagrar as representações da corte imperial, ou seja, o imperador e a imperatriz, o mordomo-mor e mordoma-mor, e por fim, os seus súditos.
Nas celebrações em honra do Espírito Santo, as figuras femininas de origem afro-brasileira assumem a incumbência de perpetuar os fundamentos musicais das caixas, passando-os de geração em geração. Além de cumprirem a obrigação de eternizar os ritos da celebração em homenagem a terceira pessoa da Santíssima Trindade, reforçando vínculos identitários e incontáveis redes de sociabilidades.

Referências

ABREU, Martha. **O Império do Divino.** Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPESP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Deifel, 1989.

BRITO, Viviane. **Mulheres que tiram joias da caixa:** tradição do Maranhão tocada pelas Caixeiras do Divino no Rio de Janeiro. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Contemporâneos das Artes) - Instituto de Arte e Comunicação Social,Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERRETTI, Sergio F. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERRETTI, Sergio F. Festa do Divino no Maranhão. Disponível em https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/295/1/Festa%2520do%2520Divino%2520no%2520Maranhao.pdf Acesso em 10 dez de 2019.

FERRETI, Sergio. Festa do Divino no Maranhão. Disponível em https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/295/1/Festa%2520do%2520Divino%2520no%2520Maranhao.pdf

GLUSBERG, Jorge. **A arte da performance**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOUVEIA, Claudia Rejane Martins. **"As esposas do Divino".** Poder e prestígio feminino nas festas do Divino em terreiros de tambor de mina em São Luís do Maranhão. Recife: Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFP/PPGA, 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HAFSTEIN, V. Claiming culture: intangible heritage inc., folklore, traditional knowledge. In: HEMME, D.; TAUSCHEK M.; BENDIX. R. (Orgs.), **Prädicat'heritage'**. Wertschopfungen aus culturellen ressorcen, Munster, Lit Verlag, 2007, p. 75-100.

LEAL, João. Religião como cultura? As festas do divino, o tambor de mina e o regime patrimonial. **REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais**. V.15 n.30, 2018. Disponível em site: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/9684Acesso em 08/07/2019.

LEAL, João. Os encantados nas festas do divino: estrutura e antiestrutura. Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro. V.9 , n.2 , p. 431- 451. Disponível em site: https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n2/2238-3875-sant-09-02-0431.pdf. Acesso em 09 out. 2020

LEAL, João. A festa maior dos terreiros: Divino e Mina em São Luís (Maranhão). REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais. V.11 n.21, 2014. Disponível em site: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2871 Acesso em 10 dez. 2018.

NATAL. Caion Meneguello Tradições móveis: Mário de Andrade e a cultura popular. Revista Tempos Históricos. v. 24, n. 1 (2020). Disponível em site: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/22595/16412 Acesso 26 out 2020.

PELEGRINI, Sandra. C. A. Memórias e identidades: a Patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, v. 25, p. 87-115, 2018.

PELEGRINI, Sandra. C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ROCHA, Marcelle Schleinstein A. Caixeiras do Divino: performance feminina e sua inter-relação com o sagrado. *Revistas.UNAMA.BR*. Asas da palavra. V. 16, n. 1. 2019. Disponível em site: http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/view/1379 Acesso em 30 dez 2019.

ROCHA, Vanderley de Paula. **Várias gerações, muitas histórias e uma devoção**: as festas do Divino em Ponta Grossa/PR (1882-2020). Maringá: Tese de Doutorado em História, UEM/PPH, 2020.

SCHECHNER, Richard. **Performance studies, an introduction**. London: Routledge, 2002.

Fontes

Caixeiras do Divino (Parte um). Sonora Brasil. SESC TV. 1998. (29:54 min.). Disponível em site: https://www.youtube.com/watch?v=YuGQBQRdKn0 Acesso em 09 out. 2020.

Caixeiras do Divino (Parte dois). Sonora Brasil. SESC TV. 1998 (29:54 min.). Disponível em site: https://www.youtube.com/watch?v=YuGQBQRdKn0&list=RDYuGQBQRdKn0&start_radio=1&t=0 Acesso em 09 out. 2020

Cantigas do Divino Espírito Santo. Ponto BR. (10:33 min.).Disponível em site: https://www.youtube.com/watch?v=ynxfHIuvPeQ&list=RDYuGQBQRdKn0&index=2 Acesso em 29 set 2020

Pátio aberto 2019. As caixeiras de Maria Caixeira – Pindaré - Mirim. Centro Cultural Vale do Maranhão (58:28 min.) Disponível em site: https://www.youtube.com/results?search_query=As+caixeiras+de+Maria+Caixeira+ Acesso em 30 dez. 2019

FERREIRA, Wilian. Tambor de Mina. 2019. (06:01). Disponível em site: https://www.youtube.com/watch?v=M2ln4sW9rp4&list=RDYuGQBQRdKn0&index=4 Acesso em 10 jul 2020

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PATRIMÔNIO SEM FRONTEIRAS: O ACERVO RAYMOND CANTEL DE LITERATURA DE CORDEL E XILOGRAVURA E OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS E ACADÊMICOS ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

Sylvia Nemer[1]

A literatura de cordel e a xilogravura

Nas últimas décadas, a literatura de cordel e a xilogravura se tornaram objeto de interesse recorrente de instituições culturais e acadêmicas francesas. Realizando exposições, estágios de artistas e pesquisas especializadas, estas instituições vem contribuindo de maneira significativa para a expansão dos diálogos interculturais entre a França e o Brasil em torno destas duas expressões características da arte popular do Brasil: a literatura de cordel e a xilogravura, cujas relações, desde as décadas de 1950-1960, se tornaram consideráveis, em parte, devido ao "interesse manifestado por intelectuais e colecionadores" (SANTOS, 1997, p. 87, trad. da autora).

As relações entre o cordel e a xilogravura remontam à história da Tipografia São Francisco, a mais importante tipografia popular do Nordeste. Situada em Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, esta tipografia foi criada por José Bernardo da Silva na década de 1940 e se tornou um marco pelo volume extraordinário de folhetos impressos.[2]

O crescimento da demanda obrigou o empreendimento de José Bernardo a adotar novas soluções para ilustração das capas dos folhetos que eram, anteriormente, ilustradas por meio de clichês de metal.

A utilização de matrizes metálicas causava muito atraso na confecção dos folhetos pois os clichês eram encomendados em cidades situadas à grande distância de Juazeiro do Norte.

Diante deste problema, José Bernardo decidiu recorrer à matéria prima e mão de obra locais. A produção de santos esculpidos em madeira era uma das principais fontes da economia local. Fortemente ligada ao culto do Padre Cícero, esta economia era sustentada pela venda de objetos nos locais de peregrinação (CARVALHO, 1998).

José Bernardo decidiu aproveitar a circunstância favorável da cidade, recorrendo à madeira, abundante na região, e à mão de obra dos escultores de santos para o entalhe das ilustrações do folhetos de cordel.

A opção de substituir os clichês de metal por matrizes em madeira gerou uma significativa baixa dos custos e do tempo de produção. Mediante todas estas vantagens, a xilogravura começou a ser

[1] Doutora em História, pesquisa Fundação Casa de Rui Barbosa, nemer.sylvia@gmail.com

[2] O início da utilização da xilogravura como ilustração de folhetos de cordel é objeto de ampla discussão. Entre os primeiros defensores da ideia do emprego da xilogravura a partir da segunda metade do século XX se destaca o estudo de Liêdo Maranhão (MARANHAO, 1981). De outro lado, se apresenta a pesquisa de Jeová Franklin cujo argumento é o da utilização da xilogravura desde o início da literatura de cordel (FRANKLIN, 2007).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

utilizada por outras tipografias e se tornou rapidamente o principal modo de ilustração de folhetos de cordel.

Além do impacto positivo sobre as economias dos centros de produção de folhetos de cordel, a utilização da xilogravura para ilustração de capas se revelou uma importante opção para tornar a mensagem mais acessível ao público habitual, na maior parte analfabeto.

A forma antiga de ilustração de folhetos, a partir da utilização de clichês de metal, apresentava, usualmente, uma imagem genérica do conteúdo textual. Ao contrário, a imagem impressa a partir da xilogravura estava diretamente ligada à história narrada. Esta imagem funcionava como uma síntese visual da narrativa cuja transmissão se fazia, sobretudo, pela via oral.

A utilização da xilogravura na literatura de cordel tornou possível ao leitor-ouvinte uma comunicação mais direta com o repertório de signos imersos no imaginário rural do Nordeste do Brasil.

A xilogravura para além das capas dos folhetos de cordel

Para além das capas dos folhetos de cordel, a arte popular da xilogravura conquistou, progressivamente, novos espaços de expressão. A partir dos anos 1960 ela aparece sob a forma de álbuns temáticos largamente disputados por colecionadores (IBID.). Esta nova forma de apresentação das obras chamou atenção para esta expressão artística, até então pouco conhecida fora de seus espaços tradicionais de produção e consumo.

Exposições em museus e galerias de arte se tornaram recorrentes no Brasil e no mundo.[3]Convites para realização de oficinas de xilogravura em escolas e universidades foram incorporados às agendas dos xilógrafos.[4] Um novo universo se abre aos artistas que eventualmente compartilham suas origens populares com formações mais especializadas em escolas de arte renomadas.

As artes do cordel e da xilogravura se veem face a um processo inédito de crescimento de públicos e de trânsitos entre a cultura popular e a cultura formal hegemônica. Nesse contexto, se inscreve o trabalho de Raymond Cantel junto aos poetas de cordel e aos xilogravadores.

A importância de Raymond Cantel no processo de difusão da literatura de cordel e da xilogravura para além das fronteiras nacionais

A presença na França das artes do cordel e da xilogravura remonta à experiência pioneira do professor Raymond Cantel da Universidade de Poitiers (CANTEL, 2005). Ele fez inúmeras viagens de pesquisa pelo Brasil entre o fim da década de 1950 e início da década de 1980. Estas

[3] Um nome importante na divulgação da xilogravura na França é Everardo Ramos que, nos anos 2000, fez várias exposições pelo país: RAMOS, E. *Littérature et gravure populaires brésiliennes. L'œuvre de Marcelo Soares.* 2007. (Exposição); RAMOS, E. *Cordel. Textes et images populaires brésiliennes*. 2006. (Exposição); RAMOS, E. *Littérature d'hier, images d'aujourd'hui.* 2006. (Exposição); RAMOS, E. *Littérature et gravure de cordel. Textes et images populaires au Brésil*. 2005. (Exposição; RAMOS, E. *Gravure populaire brésilienne. L'exemple d'une collection privée d'Olinda*. 2005. (Exposição); RAMOS, E. *Du marché au marchand. La gravure populaire brésilienne*. 2005. (Exposição).

[4] Entre as residências artísticas de xilógrafos brasileiros na França, pode-se citar as realizadas por Marcelo Soares, durante as comemorações do Ano do Brasil na França em 2005 e por Francisco Correia Lima (Francorli), durante as atividades do projeto "Bois Brésil" em 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

viagens foram de grande impacto para a difusão internacional destas artes, pouco conhecidas fora dos seus domínios usuais de circulação. Munido de profundo conhecimento da literatura popular francesa, Cantel observava as recorrências entre esta e a literatura de cordel brasileira.

De grande circulação a partir do século XVII, a chamada "literatura de colportage" cessou de circular na metade no século XIX (ANDRIES e BOLLÈME, 2003). A literatura de cordel, ao contrário, continua bem viva e em um constante processo de renovação. Suas particularidades foram construídas a partir de um rico diálogo entre tradições narrativas e iconográficas de origens variadas – europeia, africana e indígena (CASCUDO, 2006). Assim, ela se torna um importante objeto de estudo sobre os trânsitos entre múltiplas esferas de criação cultural.

Com o olhar aprofundado de Raymond Cantel, o campo de conhecimento da literatura de cordel se alarga. Colocando em questão os princípios folcloristas aos quais ela até então havia estado ligada, esta literatura se torna, com Cantel, estudada a partir de seus protagonistas: os poetas, xilógrafos, agentes de comercialização, o público leitor e ouvinte. Em suas inúmeras viagens de pesquisa ao Brasil, Cantel cartografou os territórios do cordel do Nordeste ao Sudeste, fazendo contato com os agentes desta cultura.

A metodologia adotada por Cantel lhe permitiu recolher um vasto arquivo de documentos compostos por: registros em áudio de entrevistas e testemunhos; matrizes de xilogravuras; coleções de álbuns de xilogravura; álbuns de fotografias; cartas; material bibliográfico e um vasto conjunto de folhetos composto pelos mais representativos títulos e autores da literatura de cordel no seu mais importante período de produção.

Esta rica coleção está preservada na Universidade de Poitiers no Fundo Raymond Cantel, considerado o maior e mais importante acervo de literatura de cordel mantido fora do Brasil.

Além dos folhetos, o Fundo Raymond Cantel possui uma larga variedade de documentos centrados no universo da literatura de cordel, o que mostra uma prática de pesquisa que favoriza os trânsitos entre as esferas institucionais (culturais e acadêmicas) e os espaços sociais ocupados pelos artistas e pelo público tradicional.

Toda esta multiplicidade de fontes permite que a pesquisa sobre literatura de cordel transponha o campo da narrativa, revelando, para além do conteúdo dos enredos, as práticas de sociabilidade fundadas sobre a memória coletiva da comunidade de artistas e consumidores.

A aventura intelectual deste pesquisador obstinado suscitou o desenvolvimento de um vasto campo de atividades acadêmicas entre as quais pode-se citar o curso de mestrado oferecido pela Universidade de Paris III entre 1974 e 1978.

Entre as atividades acadêmicas relacionadas à literatura de cordel, chama atenção, igualmente, a série de cinco conferências intituladas "Le livret de cordel, la gravure sur bois et les arts plastiques" que colocam em evidência o interesse do pesquisador em analisar as relações entre os três referidos campos artísticos. O conteúdo destas conferências não foi registrado por escrito, permanecendo, no entanto, preservado no Fundo Raymond Cantel em sua forma original de "notas de pesquisa".

O material recolhido por Raymond Cantel em suas viagens pelo Brasil atesta a importância das missões internacionais de pesquisas: 1) na difusão de patrimônios artísticos pouco conhecidos fora do circuito cultural hegemônico; 2) no despertar de novas vocações no campo dos estudos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

culturais; 3) na promoção dos diálogos interculturais e seus impactos sobre os processos de renovação teórico-metodológica no campo dos estudos em questão.
No momento em que a literatura de cordel e a xilogravura como arte associada assumem o estatuto de patrimônio imaterial do Brasil, o conhecimento da documentação mantida pelo Fundo Raymond Cantel se revela decisiva. Esta documentação nos oferece uma oportunidade considerável para o alargamento dos diálogos interculturais acerca dos patrimônios tradicionais cujos processos de transmissão têm como base os princípios da interação, da reinvenção e da transformação. É este caráter múltiplo que caracteriza a experiência de Raymond Cantel em suas pesquisas sobre a literatura de cordel e a xilogravura cuja proposta inovadora abriu caminho à divulgação destas artes junto à públicos diversos fora do Brasil.

O projeto "Bois Brésil"

Nesta linha de iniciativa – de divulgação da xilogravura e da literatura de cordel para o grande público – o projeto "Bois Brésil" se destaca pela realização de exposições itinerantes na França.[5]
O projeto foi realizado entre julho de 2018 e fevereiro de 2021 em museus e instituições culturais de cidades de médio e grande porte[6] situadas no Noroeste da França o que permitiu a um público amplo e variado em idades e interesses, a descoberta destas expressões artísticas (cordel e xilogravura) pouco conhecidas fora dos seus locais originais de produção e consumo.
Com uma importante marca de público visitante, as exposições revelaram o impacto positivo de recepção das expressões artísticas apresentadas que, diferente, por exemplo, da capoeira e do samba, não fazem parte da lista de manifestações populares brasileiras de larga difusão na Europa.
Com o objetivo de atrair o maior número possível de visitantes, o projeto procurou apresentar a xilogravura e a literatura de cordel em suas diferentes perspectivas:

- histórica – chamando atenção para as relações entre a xilogravura e a literatura de cordel;
- antropológica – dando destaque as diversas temáticas apresentadas na obras expostas;
- artística – sublinhando as diferentes técnicas empregadas pelos artistas participantes do projeto

Para dar visibilidade a estas três dimensões, o projeto se desenvolveu a partir de obras de três xilógrafos[7] representativos de diferentes: a) estilos de entalhe e impressão; b) trajetórias artísticas; c) temáticas representadas.

[5] @nemer.sylvia
[6] Musée du Nouveau Monde de La Rochelle, julho – novembro 2018; Bibliothèque Universitaire de Rennes2, Rennes, outubro de 2018; Musée des Beaux-Arts de Brest, novembro de 2018 – maio de 2019; Médiathèque François Mitterrand, Poitiers, setembro de 2020 – fevereiro de 2021.
[7] Francisco Correia Lima (Francorli) de Juazeiro do Norte, Ceará; Maércio Lopes Siqueira do Crato, Ceará; Erivaldo Ferreira da Silva do Rio de Janeiro.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Todas as obras apresentadas[8] fazem parte das coleções particulares dos artistas participantes do projeto. As instituições realizadoras foram responsáveis: a) pelo material complementar como, por exemplo, painéis explicativos e biográficos, molduras para as obras e etiquetas para legendas; b) pelo material impresso: cartazes, convites, catálogos; c) pela divulgação: imprensa escrita e digital, publicidade urbana; d) pela realização de atividades paralelas (vernissages, oficinas de xilogravura, atividades musicais, visitas guiadas, apresentação de filmes com temáticas da exposição, debates, conferências, etc.); e) pelo transporte e seguro das obras.

Da parte das instituições brasileiras, o projeto recebeu apoio institucional da Embaixada do Brasil na França e da Fundação Casa de Rui Barbosa.[9]

Um importante diferencial deste projeto foi a parceria com universidades francesas estabelecidas nas cidades de realização das exposições[10] o que permitiu o aprofundamento dos diálogos entre os domínios estético-museológico e da pesquisa acadêmica.

Desta forma, o projeto "Bois Brésil" promoveu uma síntese entre as ações pioneiras conduzidas pelo professor Raymond Cantel e as múltiplas inciativas individuais e pontuais de divulgação na França das artes brasileiras da xilogravura e da literatura de cordel.

Referências bibliográficas

ANDRIES, Lise et BOLLÈME, Geneviève. *La Bibliothèque Bleue – Littérature de colportage*. Paris, Editions Robert Laffont, 2003

CARVALHO, Gilmar de. *Madeira matriz – cultura e memória*. São Paulo, Annablume, 1998

CANTEL. Raymond. *La littérature populaire brésilienne*. Poitiers, Centre de Recherches Latino-Américaines, 2005

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo, Global, 2006

[8] Cada artista participou com um conjunto de 15 gravuras, 5 matrizes de madeira e 10 folhetos de cordel ilustrados com gravuras de autoria própria, totalizando 45 gravuras, 15 matrizes de madeira e 30 folhetos de cordel.

[9] Estes apoios permitiram uma ampla divulgação das exposições e conferiram um importante reconhecimento cultural e acadêmico ao projeto.

[10] Université de La Rochelle, Université de Rennes2, Université de La Bretagne Occidentale, Université de Poitiers

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FRANKLIN, Jeová. *Xilogravura popular na literatura de cordel*. Brasília, L.G.E. Editora, 2007

MARANHÃO, Liêdo. *O folheto popular – sua capa e seus ilustradores*. Recife, Fundação Jaquim Nabuco – Editora Massangana, 1981

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *La littérature de cordel au Brésil – Mémoire des voix, grenier d'histoires*. Paris, L'Harmattan, 199

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PATRIMOINE SANS FRONTIERES: LES FONDS RAYMOND CANTEL DE LITTERATURE DE CORDEL ET GRAVURE SUR BOIS ET LES ECHANGES CULTURELS ET ACADEMIQUES ENTRE LE BRESIL ET LA FRANCE

Sylvia Nemer[1]

La littérature de cordel et la gravure sur bois

Dans les dernières décennies, la littérature de cordel et la gravure sur bois brésilienne sont devenues objet d'intérêt recourent des institutions culturelles et académiques françaises. En réalisant des expositions, des séjours d'artistes et des recherches spécialisées, ces institutions ont contribué de manière significative pour l'expansion des dialogues interculturels entre la France et le Brésil. Ces deux expressions sont très caractéristiques de l'art populaire brésilien : la littérature de cordel et la gravure sur bois, dont les rapports depuis les années 1950-1960 sont devenus considérables en raison de « l'intérêt manifesté par les intellectuels et les collectionneurs » (SANTOS, 1997, p. 87).

Les rapports entre le cordel et la gravure sur bois remontent à l'histoire de la Typographie São Francisco, la plus importante typographie populaire du Nord-est. Cette typographie, située dans la ville de Juazeiro do Norte, dans l'état du Ceará, a été créée par José Bernardo da Silva dans les années 1940 et s'est fait remarquer par le volume extraordinaire de livrets imprimés[2].

L'augmentation de la demande a obligé l'entreprise de José Bernardo d'adopter des nouvelles solutions pour l'illustration des couvertures des livrets qui étaient illustrées par des cliches de métal auparavant.

L'utilisation de matrices métalliques provoquait beaucoup de retard dans la confection des livrets car les cliches devaient être commandés à des villes situées très loin de Juazeiro do Norte.

Face à ce problème, José Bernardo a décidé de recourir à la matière première et à la main d'œuvre locale. La production de saints sculptés sur bois était une des principales sources de revenus de l'économie locale. Cette économie, très liée au culte du Père Cícero, était soutenue par les ventes d'objets dans les lieux de pèlerinage (CARVALHO, 1998).

[1] Doctorat en Histoire, recherches à la Fundação Casa de Rui Barbosa, nemer.sylvia@gmail.com

[2] Les débuts de l'utilisation de la gravure sur bois comme illustration des livrets de cordel est objet de large discussion. Parmi les premiers défenseurs de l'idée de l'emploie de la gravure sur bois a partir la deuxième moitié du XXème siècle on détache l'étude de Liêdo Maranhão (MARANHAO, 1981). De l'autre coté se pose la recherche de Jeová Franklin dont argument est de l'utilisation de la gravure sur bois dés les débuts de la littérature de cordel (FRANKLIN, 2007)..

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

José Bernardo a décidé de profiter de la circonstance favorable de la ville, en recourant au bois, abondant dans la région, et à la main d'œuvre des sculpteurs de saints pour l'entaille des illustrations des livrets de cordel.

L'option de remplacer les cliches de métal pour matrices en bois a entraîné une baisse des coûts et du temps de la production. Avec tous ces avantages, la gravure sur bois a commencé à être utilisée par d'autres typographies et est devenue rapidement le principal moyen d'illustration des livrets de cordel.

L'utilisation de la gravure sur bois pour l'illustration des couvertures s'est révélée une option importante pour rendre plus accessible le message du récit au public habituel, la plupart analphabète.

La forme ancienne d'illustration des livrets à partir des cliches de métal présentait, usuellement, une image générique du contenu textuel. En revanche, l'image imprimée à partir de la gravure sur bois était directement liée à l'histoire racontée. Cette image était comme une synthèse visuelle du récit dont la transmission se faisait surtout de façon orale.

L'utilisation de la gravure sur bois dans la littérature de cordel rendrait possible au lecteur-écouteur une communication plus directe avec le répertoire de signes plongés dans l'imaginaire rurale du Nord-est du Brésil.

La gravure sur bois au-delà des couvertures de livrets de cordel

Au-delà des couvertures de livrets de cordel, l'art populaire des gravures sur bois a progressivement conquis des nouveaux espaces d'expression. A partir des années 1960, il apparaît sous le format d'albums thématiques, très disputés par les collectionneurs (IBID.). Ce nouveau format de présentation des œuvres a attiré l'attention sur cette expression artistique jusqu'alors peu connue hors de ses espaces traditionnels de production et consommation.

Les expositions dans les musées et galeries d'art sont devenues récurrentes au Brésil et dans le monde[3]. Des invitations pour la réalisation des ateliers d'entaille dans les écoles et universités ont été intégrées sur les agendas des graveurs[4]. Un nouvel univers s'ouvre aux artistes qui éventuellement partagent leurs origines populaires avec des formations plus spécialisées dans les écoles d'art renommées.

Les arts du cordel et de la gravure sur bois se voient face à un processus inédit de croissance de public et de passage entre la culture populaire et la culture formelle hégémonique. Dans ce contexte, s'inscrit le travail de Raymond Cantel auprès des poètes de cordel et les graveurs sur bois.

[3] Un nom important dans la divulgation de la gravure sur bois en France est Everardo Ramos qui, dans les années 2000, a fait plusieurs expositions autour du pays : RAMOS, E. *Littérature et gravure populaires brésiliennes. L'œuvre de Marcelo Soares*. 2007. (Exposição); RAMOS, E. *Cordel. Textes et images populaires brésiliennes*. 2006. (Exposição); RAMOS, E. *Littérature d'hier, images d'aujourd'hui*. 2006. (Exposição); RAMOS, E. *Littérature et gravure de cordel. Textes et images populaires au Brésil*. 2005. (Exposição; RAMOS, E. *Gravure populaire brésilienne. L'exemple d'une collection privée d'Olinda*. 2005. (Exposição); RAMOS, E. *Du marché au marchand. La gravure populaire brésilienne*. 2005. (Exposição).

[4] Parmi les séjours de graveurs brésiliens en France on cite ceux de Marcelo Soares, pendant les commémorations de l'année du Brésil en France en 2005 et de Francisco Correia Lima (Francorli), pendant les activités du projet « Bois Brésil » en 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Le rôle de Raymond Cantel dans le processus de diffusion de la littérature de cordel et la gravure sur bois au-delà des frontières nationales.

La présence en France des arts du cordel et de la gravure sur bois remonte à l'expérience pionnière du professeur Raymond Cantel, de l'Université de Poitiers (CANTEL, 2005). Il a fait plusieurs voyages de recherche autour du Brésil entre la fin des années 1950 et le début des années 1980. Ces voyages furent de large impact sur la diffusion internationale de ces arts, peu connus hors ses domaines usuels de circulation. Muni de profonde connaissance de la littérature populaire française, Cantel observait les récurrences entre celle-ci et la littérature de cordel brésilienne.

En grande circulation a partir du XVIIème siècle, la littérature de colportage a arreté de circuler dans la moitié du XIXème siècle (ANDRIES et BOLLÈEME, 2003). La littérature de cordel, au contraire, reste bien vivante et dans un constant processus de renouvellement. Ses particularités sont construites à partir d'un riche dialogue entre les traditions narratives et iconographiques d'origines variées – européenne, africaine, indigène (CASCUDO, 2006). Ainsi elle devient un important objet d'étude sur les transits entre multiples sphères de création culturelle.

Avec le regard approfondi de Raymond Cantel, le champ de connaissance de la littérature de cordel s'est élargi. En mettant en question les principes folkloristes auxquels elle avait été jusque-là attachée, cette littérature devient, avec Cantel, étudiée à partir de ses protagonistes : les poètes, les graveurs, les agents de commercialisation, le public lecteur et auditeur. Dans ses plusieurs voyages de recherche au Brésil, Cantel a cartographié les territoires du cordel au Nord-est et au Sud-est en entrant contact avec les agents de cette culture.

La méthodologie adoptée par Cantel lui a permis de recueillir de vastes archives de documents composées par : des registres en audio d'interviews et témoignages ; des matrices de gravures sur bois ; des collections et albums de gravure sur bois ; des albums de photographies ; des lettres ; un matériel bibliographique et un vaste ensemble de livrets composés par les plus représentatifs titres et auteurs de la littérature de cordel dans sa plus importante période de production.

Cette riche collection se trouve préservée par l'Université de Poitiers dans le Fonds Raymond Cantel, considéré le plus grand et les plus importantes archives de littérature de cordel maintenues hors du Brésil.

Au-delà des livrets, le Fond Raymond Cantel possède une large variété de documents centrés sur l'univers de la littérature de cordel, ce qui montre une pratique de recherche qui favorise les dialogues entre les sphères institutionnelles (culturelles et académiques) et les espaces sociaux occupés par les artistes et le public traditionnel.

Toute cette multiplicité de ressources permet à la recherche sur la littérature de cordel de transposer le champ du récit en révélant, au-delà du contenu des histoires, les pratiques de sociabilité fondées sur la mémoire collective de la communauté des artistes et consommateurs.

L'aventure intellectuelle de ce chercheur obstiné a suscité le développement d'un vaste champ d'activités académiques parmi lesquelles on peut citer le Master offert à l'Université de Paris III entre 1974 et 1978.

Parmi les activités académiques concernant la littérature de cordel, on peut mettre en évidence aussi la série de cinq conférences nommée « Le livret de cordel, la gravure sur bois et les arts

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

plastiques » qui montre l'intérêt du chercheur à analyser les rapports entre ces trois champs artistiques. Le contenu de ces conférences n'a pas été formalisé par écrit, restant donc dans le Fond Cantel comme « notes de recherche ».
Le matériel recueilli par Raymond Cantel lors de ses voyages autour du Brésil atteste l'importance des missions internationales de recherche dans : 1) la diffusion de patrimoines artistiques peu connus hors du circuit culturel hégémonique ; 2) le réveil de nouvelles vocations dans le champ des études culturelles ; 3) la promotion de dialogues interculturels et leurs impacts dans le processus de renouvèlement théorique-méthodologique dans le champ d'études en question.
Au moment où la littérature de cordel et la gravure sur bois comme art associé acquièrent l'statut de patrimoine immatériel du Brésil, la connaissance de la documentation maintenue par le Fond Raymond Cantel se révèle décisive. Cette documentation nous offre une opportunité considérable pour l'élargissement des dialogues interculturels concernant des patrimoines traditionnels dont le processus de transmission est fondé sur l'interaction, la réinvention et la transformation. L'expérience de Raymond Cantel a ouvert la voie à la divulgation de arts de la gravure sur bois et la littérature de cordel auprès des publics variés et non directement liée au milieu académique.

Le projet « Bois Brésil »

Dans cette ligne d'initiative – de divulgation de la gravure sur bois et la littérature de cordel au large public – le projet BOIS BRÉSIL excelle dans la réalisation d'expositions itinérantes en France[5].

Le projet a eu lieu entre juillet 2018 et février 2021 dans des musées et des institutions culturelles des villes hôtes[6] qui ont permis au public de différents âges et groups d'intérêt la découverte de ces expressions artistiques peu connues hors de ses lieux originaux de production et consommation.
Les expositions ont révélé l'impact positif de réception des expressions artistiques présentées qui, à la différence, par exemple, de la capoeira et de la musique de samba, ne font pas partie de la liste des manifestations populaires brésiliennes de large diffusion en Europe.
Visant attirer l'intérêt du plus large nombre possible de visiteurs, le projet a essayé de présenter la gravure sur bois brésilienne et la littérature de cordel dans plusieurs dimensions :

- historique : où se sont détachés les rapports entre la gravures sur bois et la littérature de cordel ;
- anthropologique : mis en relief par les thématiques divers présentées dans les œuvres exposées ;
- artistique : souligné par les différents styles et techniques employés par des artistes participants de l'exposition

[5] @nemer.sylvia
[6] Musée du Nouveau Monde de La Rochelle, juillet – novembre 2018; Bibliothèque Universitaire de Rennes2, Rennes, octobre, 2018; Musée des Beaux-Arts de Brest, novembre 2018 – mai 2019; Médiathèque François Mitterrand, Poitiers, septembre 2020 – février 2021.

Pour rendre visible ces trois dimensions, le projet s'est développé à partir des œuvres de trois graveurs[7] expressifs de différents : a) styles d'entaille et d'impression ; b) trajectoires artistiques ; c) sujets de représentation.

Toutes les œuvres présentées dans l'exposition[8] font partie des collections des artistes participant du projet. Les institutions réalisatrices furent responsables pour : a) le matériel complémentaire, comme, par exemple, les panneaux explicatifs et les panneaux biographiques, les encadrements, les étiquettes sous-titrés ; b) le matériel imprimé : affiches, invitations, catalogues ; c) la divulgation : presse écrite et digital, publicité urbaine ; d) la réalisation des activités parallèles (vernissages, ateliers de gravure sur bois, activités musicales, visites guidées, présentations de films sur le sujet de l'exposition, débats, conférences, etc.) ; e) le transport et l'assurance des œuvres.

De la part des institutions brésiliennes, le projet a reçu l'appui institutionnel de L'Ambassade du Brésil en France et de la Fundação Casa de Rui Barbosa[9]

L'important différentiel de ce projet c'est le partenariat des universités françaises locales[10] qui a permis l'approfondissement des dialogues entre le domaine esthétique-muséologique et le domaine de la recherche académique.

Le projet BOIS BRÉSIL parvient à réunir dans une seule démarche les actions pionnières menées par le professeur Raymond Cantel et quelques initiatives individuelles et ponctuelles, ce qui contribue à la divulgation en France des arts brésiliens de la gravure sur bois et la littérature de cordel.

Références bibliographiques

ANDRIES, Lise et BOLLÈME, Geneviève. *La Bibliothèque Bleue – Littérature de colportage*. Paris, Editions Robert Laffont, 2003

CARVALHO, Gilmar de. *Madeira matriz – cultura e memória*. São Paulo, Annablume, 1998

CANTEL. Raymond. *La littérature populaire brésilienne*. Poitiers, Centre de Recherches Latino-Américaines, 2005

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo, Global, 2006

FRANKLIN, Jeová. *Xilogravura popular na literatura de cordel*. Brasília, L.G.E. Editora, 2007

[7] Francisco Correia Lima (Francorli) de la ville de Juazeiro do Norte, Ceará; Maércio Lopes Siqueira de la ville du Crato, Ceará; Erivaldo Ferreira da Silva de la ville du Rio de Janeiro.

[8] Chaque artiste a participé avec un ensemble de 15 gravures, 5 matrices et 10 livrets de cordel illustrés avec ses créations, totalisant 45 gravures, 15 matrices en bois, 30 livrets de cordel.

[9] L'appui institutionnel de l'Ambassade du Brésil en France et de la Fundação Casa de Rui Barbosa au Rio de Janeiro, on permis une plus large divulgation des expositions et une reconnaissance académique au projet.

[10] Université de La Rochelle, Université de Rennes2, Université de La Bretagne Occidentale, Université de Poitiers

MARANHÃO, Liêdo. *O folheto popular – sua capa e seus ilustradores*. Recife, Fundação Jaquim Nabuco – Editora Massangana, 1981

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *La littérature de cordel au Brésil – Mémoire des voix, grenier d'histoires*. Paris, L'Harmattan, 1997

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ACERVO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BELÉM DO PARÁ(BRASIL): ESTUDO EXPLORATÓRIO COM VISTAS A UMA INVESTIGAÇÃO DAS PRÁTICAS MUSICAIS DO PASSADO

Stherfany Taynara Ribeiro de Sousa[1]
Fernando Lacerda Simões Duarte[2]
Tainá Maria Magalhães Façanha[3]

Introdução

O estudo em acervos, entrou em ascensão desde a segunda metade do século XIX, momento no qual pesquisadores - a partir do desenvolvimento das ciências humanas, sobretudo da história - aderiram ao ideal da reconstrução do passado a partir dos vestígios das fontes recolhidas. Maria Janotti (2008) aponta que o "historiador do passado e do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção de seu discurso" (JANOTTI, 2008. p. 10). Fazendo um paralelo com a afirmação da autora, poderíamos refletir sobre trabalho musicológico em acervos, pois este exige uma significativa atenção aos contextos que estão localizado os acervos, mais especialmente aos detentores - quando houver - das memórias das fontes pesquisadas, a quem "pertence" essa memória; um profundo compromisso com a pesquisa e sobretudo criticidade ininterrupta durante análises das fontes; uma pré-disposição para trabalhar em condições muito desafiadora de acesso às fontes; mas, mais que isso, um esforço constante, não apenas para "escutar" as memórias contidas nas fontes, mas também para "ouvir" os silêncios e silenciamentos (esquecimentos) que as fontes

[1] Acadêmica do Curso de Licenciatura plena em música na Universidade do Estado do Pará. Participa do coro Schola Cantorum da Catedral Metropolitana de Belém, tem interesse nos estudos voltados para acervos musicais. taynarardesousa@gmail.com

[2] Graduado em Direito e em Música (Composição e Regência). Mestre e doutor em Música pela UNESP. Realizou estágios pós-doutorais junto aos PPGs Música / UFMG e Artes / UFPA. Recebeu bolsas da CAPES na pós-graduação e nos pós-doutorados. Possui experiência docente em diversos níveis da escolaridade. Sua pesquisa de campo em acervos alcança cerca de 125 cidades. Tem se dedicado principalmente às seguintes temáticas: música religiosa, música na Amazônia e acervos musicais brasileiros. É autor de aproximadamente 140 títulos, entre artigos, capítulos e trabalhos completos em anais, publicados ou no prelo. Foi segundo secretário da ANPPOM.fernandolacerda@ufpa.br

[3] Professora do curso de Licenciatura Plena em Música da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Licenciada em Música pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) (2014). Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA (2017), na linha de pesquisa História, Crítica e Educação em Artes. Doutoranda em Artes no Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA, na linha de Teorias e Interfaces Epistêmicas em Artes. Desenvolve pesquisa nas áreas da Educação Musical e Etnomusicologia. É integrante do Laboratório de Etnomusicologia da UFPA e pesquisadora nos grupos de pesquisa: Grupo de Estudo sobre Música no Pará (GEMPA), Grupo de Pesquisa Patrimônio Musical no Brasil (PATRIMUSI), Grupo de Estudos Musicais da Amazônia (GEMAM) e Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ. Foi representante do Fladem-Brasil na Região Norte e no Estado do Pará (2017-2019) e atualmente é representante da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) no Estado do Pará e membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM).taina.facanha@uepa.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

revelam. O texto aqui apresentado trata do início do desenvolvimento de um projeto de digitalização de um acervo muito extenso em suas dimensões, que necessitou de olhar estratégico para realização de sua digitalização e que necessitará de um olhar atento para futuras análises e catalogação.

O musicólogo Fernando Duarte aponta, com ênfase no trabalho musicológico, que "as últimas duas décadas - no Brasil - têm revelado considerável recrudescimento na diversidade dos acervos estudados" (2021. p. 302-333). Este fato decorre de algumas ações de pesquisadores, a exemplos dos trabalhos do musicólogo Paulo Castagna em São Paulo e Minas Gerais, com destaque ao acervo João Antônio Romão; a investigação doutoral de Duarte (DUARTE, 2016) mas também de eventos científicos da área, como: o I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical que foi realizado em Mariana-MG, em 2003; o I Simpósio Latino-Americano de Musicologia (SIMPÓSIO, 1998). O autor ainda aponta os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Estudo dos Acervos Musicais Mineiros, sob coordenação de Edite Rocha; os trabalhos de Thais Rabelo, em Sergipe, de Marcos Moreira, em Alagoas e Pernambuco, e dos pesquisadores ligados à Universidade Federal do Maranhão, Guilherme Ávila e Daniel Cerqueira; os trabalhos do Laboratório de Musicologia Braz Wilson Pompeu de Pina, da Escola de Música e Artes Cênicas da UFG e o I Colóquio de Mariana (1993), além destes citados por Duarte (2021), destacamos o Encontro de Musicologia Histórica do Campo das Vertentes, da Universidade Federal de São João del Rei, atualmente em sua quarta edição; a Semana de Arquivologia e Edição Musical da UFPel; o I Encontro Brasileiro de Documentação Musical e Musicologias, sediado pela UFPA (2021); o tradicional Encontro de Juiz de Fora, que está em sua décima edição. Os exemplos citados, são ou trazem expressões do trabalho musicológico em acervos no Brasil. (DUARTE, 2021)

Como uma dessas ações, destacamos aqui o projeto supracitado, que está sendo realizado na Catedral Metropolitana de Belém do Pará (Brasil). A Arquidiocese de Belém do Pará foi o quinto bispado instituído no atual território brasileiro, no ano de 1719. Nesses mais de três séculos, muitos documentos foram produzidos e acumulados, assim como itens bibliográficos. Um acervo bibliográfico e documental recolhido à Sé de Belém tornou-se de conhecimento dos autores deste trabalho no ano de 2019 graças à inserção da primeira autora nas atividades musicais e religiosas da catedral. Desde então, tem sido realizado um estudo exploratório acerca de seu conteúdo, baseado na produção de fotografias digitais dos itens e, especialmente, na busca por fontes que revelam práticas musicais no Pará, campo de estudo dos autores. Sendo assim, este texto parte da resposta das seguintes questões: Quais os primeiros resultados do projeto executado no acervo da Sé de Belém do Pará - Brasil? Como se deu a primeira etapa do projeto? Quais as dificuldades e soluções encontradas para a execução da digitalização das fontes?

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o acervo recolhido à Sé de Belém do Pará – Brasil, assim como os primeiros resultados do projeto executado, expondo o processo ocorrido na primeira etapa do mesmo, as dificuldades e soluções encontradas pelos pesquisadores no processo de digitalização dos documentos. Este artigo está dividido em três partes: a primeira tratará da contextualização histórica da Sé e do catolicismo na Amazônia, a segunda apresentará

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o projeto e o acervo em questão, apontando sua localização, armazenamento e alguns tipos de fontes, e por fim, apresentaremos as considerações finais.

Contextualização histórica da Sé de Belém e do catolicismo na Amazônia

O processo de evangelização na Amazônia começou com a chegada sistemática dos missionários no século XVII, dentre os quais estavam os Capuchinhos da Bretanha, que aportaram no Maranhão juntamente com os franceses, além de Franciscanos da Província de Santo Antônio (1617); Carmelitas (1626); Mercedários (1640); Jesuítas (1652); Franciscanos da Província da Piedade (1693) e os Franciscanos da Província da Conceição (1706) (MATA, 2016). A forte presença dos missionários reforçou os interesses dos colonizadores europeus na dominação da terra descoberta. Em um contexto de desenvolvimento econômico local, foi desmembrada do bispado do Maranhão, a pedido de Dom João V de Portugal, a Diocese de Belém, em 1719, pela bula *Copiosus in Misericordia* do Papa Inocêncio XI, criada com apenas uma paróquia que recebeu o nome de Nossa Senhora das Graças, sob a responsabilidade de Dom Frei Bartolomeu do Pilar (ARQUIDIOCESE, 2018), sendo esta anterior aos bispados de "São Paulo, Mariana; e [*sic*] as prelazias de Goiás e Mato Grosso, todos sufragâneos da Bahia", que foram criados em 1745 (LIMA, 2019. p. 5).

Com finalidade de contribuir na administração junto ao Bispo Diocesano, a Sé de Belém desde sua fundação recebeu um Cabido. A divisão das funções escritas por Lima (2019) expressa como era a organização.

> [...] O corpo capitular, que segundo a bula de ereção da Catedral *Copiosus in Misericordia* deve compor-se de quarenta ministérios repartidos em três jerarquias: a primeira de quatro cônegos graduados, arcediago, arcipreste, chantre e mestre escola; a segunda de cônegos simples dez de ordem presbiteral, seis de ordem diaconal, e quatro deordem subdiaconal; e a terceira de dezesseis beneficiados (BAENA, 1969. P. 145 apud LIMA, 2019. p. 10).

Junto ao cabido, estavam outros que executariam as demais funções, dentre eles "nove capelães cantores [...] e um organista" (BAENA, 1969. P. 145 apud LIMA, 2019. P. 10). Neste contexto, foi fundada em 1735 a *Schola Cantorum* pelo Conêgo Loureço Álvares Roxo de Potiflix, chantre e mestre de capela (ROCHA, 1993).

No século XIX, o décimo bispo do Pará, Dom Macedo Costa (1860-1890), foi personagem da chamada Questão Religiosa junto com Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda. A Questão Religiosa foi um conflito entre Igreja e Maçonaria, que culminou no julgamento de Dom Macedo, que foi condenado a quatro anos de prisão e a executar trabalhos forçados na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Influenciado pelos ideais da Romanização, o mesmo Dom Macedo investiu no embelezamento do templo e adquiriu um órgão tubular de dois teclados manuais da manufatura Cavaillé-Coll (MATA, 2016). Dom Macedo também foi o responsável pela criação da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, que é atualmente a Basílica de Nazaré (ARQUIDIOCESE). Com o conflito da Questão Religiosa, a *Schola Cantorum* da Sé de Belém, teria supostamente perdido o ânimo e encerrado as suas atividades, sendo reativada apenas em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1985 pelo Mon. Nelson Soares (MATA, 2016). Em artigo publicado em 2020 (SOUSA, DUARTE, GABY) foi apresentado vestígios que contestam essa versão.

Em 1º de maio de 1906, a diocese de Belém foi elevada à dignidade de Arquidiocese pela Bula "*Sempiternum humani generis*", do papa Pio X, conhecido por suas reformas na liturgia. Pio X também publicou, em 1903, o *Motu Proprio* "*Tra Le Sollecitudini*", que se refere à música ritual empregada nas funções litúrgicas, proibindo o repertório com características teatrais e colocando o canto gregoriano como modelo ideal. Uma fonte recolhida no acervo da Sé, demonstra as repercussões do *Motu Proprio* de Pio X, a partir de uma interpretação do bispo local.

Em 1957, Dom Alberto Gaudêncio Ramos (1957-1990) foi nomeado Arcebispo de Belém, sendo o primeiro Belenense a ocupar a Cátedra. Dom Alberto participou da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico Geográfico, grande parte das fontes do acervo contém a assinatura deste bispo. Dentre as fontes, encontram-se alguns mapas e livros com carimbos e assinaturas que podem ter origem nestes dois órgãos do qual Dom Alberto Ramos era membro. Para confirmar tal hipótese, faz-se necessário uma investigação aprofundada que excede o limite deste estudo exploratório.

O Projeto Fundos documentais da Sé de Belém e um breve detalhamento do Acervo

O projeto executado na Sé de Belém, intitulado "Fundos documentais e coleção bibliográfica na Sé de Belém: tratamento e investigação de uma possível história das práticas musicais religiosas a partir das fontes", tem por objetivo compreender as atividades musicais católicas em Belém por meio dos documentos e itens bibliográficos. Este projeto foi iniciado a partir do interesse da discente do curso de Licenciatura em Música da UEPA Sthefany Taynara Ribeiro, primeira autora deste artigo, em diálogo com os docentes Fernando Lacerda da Escola de Música da Universidade Federal do Pará (EMUFPA), André Alves Gaby (EMUFPA) e Tainá Façanha professora do curso de Licenciatura em Música da UEPA. O projeto atualmente foi institucionalizado na UEPA e posteriormente contemplado com uma bolsa de iniciação científica, instituição na qual a estudante é vinculada.

Ao identificar o estado de conservação do acervo (fotografia 01) foi montado um plano de trabalho, estipulado no projeto, para início imediato da digitalização do referido acervo levando em consideração também a abertura da Sé para desenvolvimento desta empreitada. Desta forma para alcançar os objetivos estipulados, uma equipe de voluntários foi montada, inicialmente composta por 11 pessoas, e realizada uma primeira etapa do projeto com uma jornada intensiva de trabalho que aconteceu entre final de janeiro de 2021 a fevereiro de 2021, retornando entre final de março e meados de abril do mesmo ano, sendo os encontro realizados três vezes na semana em dois turnos (manhã e tarde). Tal período ocorreu desta forma devido ao momento da pandemia e as exigências de distanciamento social, o que ocasionou decretos de lockdown na cidade de Belém. A segunda etapa foi iniciada no final de julho de 2021, perdurando até agora, novembro de 2021, sendo os encontros realizados semanalmente em um turno.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fotografia 01 - Livro do acervo em estado de deterioração - Fonte: Acervo pessoal do projeto.

Os documentos tratados nesta pesquisa estão armazenados em três espaços diferentes da Catedral de Belém: (1) os livros de tombo, fábrica e assentamento estão recolhidos a um armário ao lado da secretaria da paróquia, (2) a segunda parte do acervo – e a mais volumosa - está recolhida em uma sala acima do salão dos pontificais. O acervo contém itens bibliográficos e documentais, dentre os quais, manuscritos, fontes hemerográficas e fonográficas. O acervo musicográfico da (3) Schola Cantorum que fica em uma sala ao lado esquerdo do coro, é citado no projeto, porém não faz parte da etapa de digitalização, pois são documentos de uso corrente.

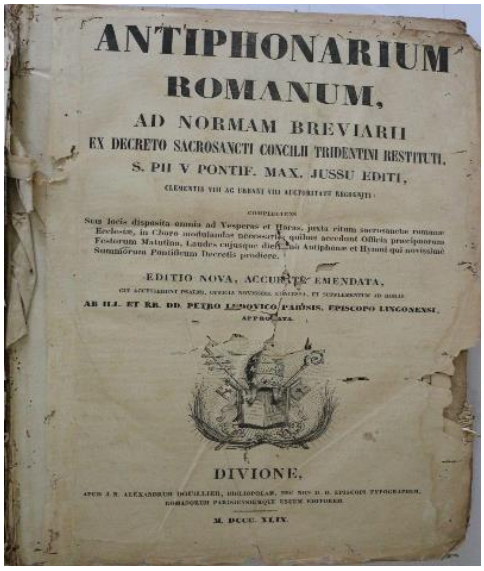
Os livros de tombo e fábrica, que se localizam em um armário numa sala ao lado da secretaria da paróquia, também estão comprometidos devido ao pouco espaço no armário (Figura 02) que fez com que as fontes se comprimissem gerando curvaturas em algumas delas, o que prejudica no manuseamento. O acervo localizado na sala acima do salão dos pontificais, estava armazenado em caixas, dentro de um depósito. Partes das fontes estavam fortemente atingidas pela ação de agentes biológicos, além da exposição a umidade – que é característica do clima Amazônico. O acervo da Schola Cantorum, que contém fontes musicográficas do século XX e XXI, é citado no projeto, porém não está contido no processo de digitalização pois não há risco de perda, sendo este acervo o mais cuidado dentre os três.

Fotografia 02 - Armário utilizado como arquivo para o acondicionamento de livros de batizados, além de livros de tombo e fábrica da Sé. Fotografia nossa.

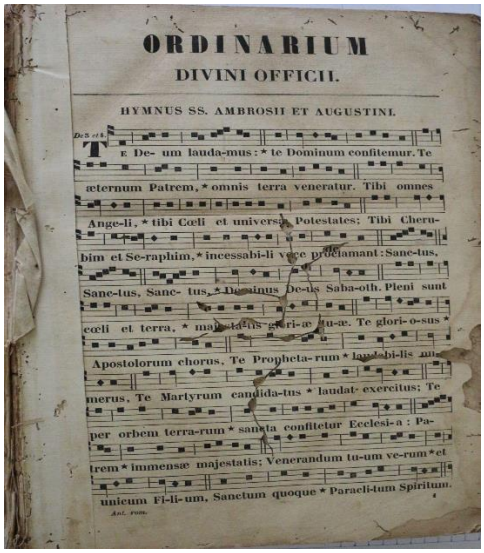
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os itens bibliográficos têm datação que abrange mais de dois séculos, ao passo que os hemerográficos se concentram entre as décadas de 1870 e 1950. Os assentamentos compreendem fins do século XIX e parte do XX, ao passo que os livros de tombo e fábrica se concentram no século XX. A maior parte dessa documentação serve de fonte à investigação, merecendo destaque ainda os seguintes documentos musicográficos: itens da coletânea "Musica Divina", editada por Karl Proske nas décadas de 1850 e 60, livros litúrgicos com cantochão dos séculos XIX e XX, bem como fonogramas em suporte de vinil com repertório litúrgico católico, além de gravações de repertório sinfônico. Não há documentos referentes a Schola Cantorum de 1735.


ANTIPHONARIUM
ROMANUM,
AD NORMAM BREVIARII
EX DECRETO SACROSANCTI CONCILII TRIDENTINI RESTITUTI,
S. PII V PONTIF. MAX. JUSSU EDITI,
EDITIO NOVA, ACCURATE EMENDATA,
DIVIONE.

Fotografia 03 - Antifonário Romano - Fonte: Acervo pessoal do projeto


ORDINARIUM
DIVINI OFFICII.
HYMNUS SS. AMBROSII ET AUGUSTINI.
Te De- um lauda-mus: * te Dominum confitemur. Te
æternum Patrem, * omnis terra veneratur. Tibi omnes
Ange-li, * tibi Cœli et universæ Potestates; Tibi Cheru-
bim et Se-raphim, * incessabi-li voce proclamant: Sanc-tus,
Sanc-tus, Sanc- tus, * Dominus De-us Saba-oth. Pleni sunt
cœli et terra, * majestatis glori-æ tu-æ. Te glori-o-sus *
Apostolorum chorus, Te Prophcta-rum * laudabi-lis nu-
merus, Te Martyrum candida-tus * laudat- exercitus; Te
per orbem terra-rum * sancta confitetur Ecclesi-a: Pa-
trem * immensæ majestatis; Venerandum tu-um ve-rum * et
unicum Fi-li-um, Sanctum quoque * Paracli-tum Spiritum.

Fotografia 04 - Ordinarium contido no Antifonário Romano - Fonte: Acervo pessoal do projeto

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para operacionalizar a digitalização das fontes foi necessário montar um laboratório móvel, pois não seria possível a retirada dos itens do acervo da Sé que contém três câmeras DSLR e dois celulares com reconhecimento de texto, além de gruas, suportes, luzes – para ser utilizado quando a luz do ambiente não for suficiente –, tudo para garantir a qualidade das imagens.

Como já apresentado, a primeira etapa do projeto tem como objetivo a digitalização das fontes, no decorrer desta etapa apesar de não ser a sua finalidade, foi detectado nos documentos hemerográficos, expressiva quantidade de anúncios de vendas de partituras, instrumentos, além dos destaques nos músicos em festas de santos ocorridas principalmente em cidades do interior do estado do Pará. Nos livros de tombo e fábrica observou-se a movimentação financeira para o custeamento de compras e manutenção de instrumentos. Estes vestígios mais expressivos demonstram a quantidade de material para a pesquisa musicológica, que só poderá ser mensurada após a etapa que será dedicada à análise das fontes.

Por fim, os produtos esperados da realização da pesquisa, consistem na produção de imagens digitais do acervo e entrevistas, que sirvam como fontes para futuras pesquisas, em um inventário dessas fontes, além de papers a serem comunicados em eventos e, ao menos, um artigo em periódico indexado. No âmbito da difusão do patrimônio cultural, as ações de salvaguarda poderão ser revertidas até mesmo em apresentações artísticas, caso haja interesse dos envolvidos.

Considerações

Como primeira etapa do projeto, está sendo realizada a digitalização dos documentos, que será finalizado ainda neste final de 2021, ainda não análises detalhadas de fontes e direcionamentos mais aprofundados sobre a pesquisa no projeto. Contudo, há de se destacar, que foi observado alguns caminhos interessantes para proseguimento de análises e possíveis desdobramentos da pesquisa, como as várias marcas de proveniências encontradas nas fontes, por vezes mais de duas em cada fonte, que demonstram a diversidade deste acervo e que serão investigadas na próxima etapa do projeto. Outro ponto interessante diz respeito a futuras análises dos impactos positivos ou não para a comunidade da igreja, visto que, se de interesse dos responsáveis pela igreja, há a viabilidade de organização deste material para consulta e, também, exposição; destacando a relevância histórica de algumas fontes encontradas. A necessidade de criação do laboratório móvel também apreende a possibilidade de reflexões sobre processos metodológicos para digitalização de fontes documentais e aplicabilidades em contextos distintos de pesquisa musicográficas. A dimensão de divulgação das fontes encontradas para a comunidade em questão, a partir da execução deste repertório encontrado no acervo, ou seja, o fazer ouvir das fontes. Mas, também, não menos importante, a análise por meio de relato de experiência problematizando a questão do impacto de pesquisas no campo da musicologia histórica na formação de graduandos em música e como isso pode ser relevante para formação de professores de música e de que forma essas memórias formativas em espaços de pesquisa impactam na atuação e concepções de professores de música (FAÇANHA, 2021).

Por fim, o patrimônio documental ainda não é compreendido na sua totalidade. A preservação ausente do acervo recolhido na Sé de Belém – que foi encontrado com forte ação de agentes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

biológicos e exposto à umidade – coloca em evidência a necessidade de ampliar a visão sobre os acervos na Amazônia. Apesar da execução do projeto, o destino do acervo é incerto no tocante a sua preservação. Após a etapa de digitalização, será realizada a análise das fontes com ênfase na pesquisa musicológica. Este projeto pretende ser um impulso e uma contribuição para a pesquisa musicológica em acervos na Amazônia.

Referências

ARQUIDIOCESE. A arquidiocese de Belém do Pará. Disponível em: https://arquidiocesedebelem.com.br/a-arquidiocese/ . Acesso em: 21 de novembro de 2021.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Tecnologias economicamente viáveis para o tratamento de acervos documentais: o desenvolvimento de uma mesa de higienização desmontável e um suporte para fotografia com celulares. In: Líliam Cohen; Gilda Maia; Jucélia Estumano. (Org). Laboratório de Etnomusicologia da UFPA: Um panorama das pesquisas na atualidade. 1 ed. Belém-PA: Editora do PPGARTES, 2021. p. 300-324.

FAÇANHA, T. M. M.. *Memórias de Professores de Música na Educação Básic*a. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021. 154p .

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. São Paulo: Editora Contexto. 2008. P. 10

LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda. *Catolicismo, poder e sociedade*. Belém- PA. ed. Faces de Clio, 2019. P. 5

MATA, Raimundo. *Fazei isto em Memória de Mim*. Belém, 2016.

SOUSA, Stherfany Taynara Ribeiro; DUARTE, Fernando Lacerda Simões; GABY, André Alves. Ecos da restauração: o repertório da Schola Cantorum da Sé de Belém (PA) sob a regência do Monsenhor Nelson Soares. Belém, 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

REGISTRO DAS TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE TRABALHADORES DA ÁREA DO TURISMO

Victor Hugo Geovú Esposito[1]
Thayane Trindade Silva[2]
Dalila Rosa Hallal[3]
Valéria Lima Guimarães[4]

Introdução

A preservação da memória é fundamental para fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade. Também é importante para que todos tenham acesso a essas informações Especificamente a memória de trabalhadores da área do turismo é de extrema relevância uma vez que são poucas pesquisas que se dedicam aos trabalhadores e o registro dessas memórias é uma possibilidade de pensarmos coletivamente em caminhos alternativos que garantam mais justiça social, igualdade de direitos, democracia e liberdade.

O objetivo do estudo é descrever o processo de registro das experiências de formação e trajetória de vida e profissional de trabalhadores da área do turismo no Brasil, suas escolhas, compreender os movimentos laborais e os sentidos atribuídos ao trabalho pelos trabalhadores.

Temos o intuito de discutir a importância do registro das memórias dos trabalhadores da área do turismo. Esse "sentido de registro de memórias" é percebido quando se admite que memória "[...] é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança" (CHAUÍ, 2003, p. 140).

Nesse sentido, entendemos como necessário voltar o nosso olhar para o passado reativando a história oral como documento da memória individual e coletiva dos trabalhadores, sua vivência e experiência na área do turismo. Numa perspectiva da história-social abordou-se nos relatos o passado desses sujeitos e, dessa forma, perceber suas trajetórias de vida, elementos sobre o sentido da vida, a experiência no turismo, o cotidiano de seu trabalho.

Nos relatos de memória manifestam-se sentidos, atribuem-se valores e foi por esse caminho que o estudo sobre o registro de história oral dos trabalhadores tornou-se relevante.

[1] Graduando em Turismo; Universidade Federal Fluminense; http://lattes.cnpq.br/2402736725492445; victorgeovu@id.uff.br.
[2] Graduanda em Turismo; Universidade Federal Fluminense; http://lattes.cnpq.br/6019468166400797; thayanetrindade@id.uff.br.
[3] Doutora em História (PUCRS); Professora da Universidade Federal de Pelotas; Pelotas - RS; http://lattes.cnpq.br/4606760006124679; dhallal@ufpel.edu.br.
[4] Historiadora e Turismóloga; Doutora em História Comparada (UFRJ); Professora da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. http://lattes.cnpq.br/5344912790840208; valeriaguimaraes@id.uff.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Revisão de Literatura

De acordo com Le Goff (1990, p.540) a memória é uma fonte de identidade individual, e é utilizada como um objeto de luta das forças sociais do poder, utilizada na produção e manutenção da preservação da memória do indivíduo. Portanto, é importante a preservação de documentos, que podem ser escritos, ilustrados, transmitidos pelo som e pela imagem ou de qualquer outra maneira em que possa ser feito o registro da memória.

A memória traduz o passado, trazendo, no presente, o pensamento que é de cada um e de todos, contribuindo significativamente para a história dos grupos sociais. Ainda, pode-se considerar que a memória é o entrelaçamento de várias memórias, pois, é a partir das trocas, do que foi vivido, que o passado pode ser transmitido para gerações futuras. Hoje, o mundo conta com mudanças tecnológicas e é em consequência dessa rápida evolução, que a cultura social tenta se manter e reorganizar a memória social, a fim de que possa ser transmitida às próximas gerações. (DEGLINOMINI, 2014).

De acordo com Goulart (2005, p. 35-36), a valorização da memória interna é importante para que exista um compromisso afetivo com as experiências daqueles que relembram, pois esta atividade reconstitui vivências pessoais e sociais do indivíduo, desenroladas a partir do grupo, de forma a oferecer dele um quadro de analogias nas quais seus membros se reconheçam.

Na mesma perspectiva, Le Goff (1984, p. 47) ressalta que a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens, almejando garantir a preservação da sua história enquanto movimento dos trabalhadores brasileiros e, mais especificamente, dos trabalhadores da área do turismo, suas trajetórias de vida, suas experiências, sua participação e inserção e seu olhar sobre a atividade turística.

A memória é elaborada na experiência dos indivíduos vivenciada em grupo "(...) e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações". (NORA, 1995, p.8). De acordo com Nora (1995), a história, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é a representação do passado, operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico, só se liga a continuidades temporais e há um trabalho constante que destrói a memória espontânea.

O que se detém nessas vozes do passado são as experiências sociais dos sujeitos. Assim sendo, por meio do termo "experiência" o sujeito é reinserido na história. A "estrutura é transmutada em processo". (THOMPSON, 2004, p. 188).

Cardoso (2002) pesquisando as memórias dos trabalhadores que construíram a cidade de Brasília, localizada na região centro-oeste do Brasil e capital da República desde 1960, destaca que:

> Os depoimentos são narrativas individuais, mesmo feitas a partir de um roteiro propiciado pelo levantamento de dados, e conduzidos por técnicos habilitados. Enquanto narrativas individuais, eles podem evidenciar vivências comuns de pessoas que enfrentam o desafio de reconstruir suas vidas em outro local, muitas vezes distante do lugar de origem. Podem revelar também experiências diversas do ser trabalhador em uma cidade em construção. Mas, mais do que isto, podem desvendar diversidade de valores e expectativas, porque reconstruídos cotidianamente a partir das experiências de cada um, o que vai levando-os a rever sonhos e a construir alternativas. (CARDOSO, 2002, p. 7).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Metodologia

O uso da história oral possibilita a produção do documental em contato com o cotidiano da pessoa comum. E a principal contribuição é a reconstrução mais realista do passado porque aceita a ideia de que a realidade é "complexa e multifacetada". (THOMPSON, 1992, p. 25), ou seja, cada um que narra e lembra, o faz tendo em vista a posição que ocupou na sociedade.

Um acervo com as narrativas destes trabalhadores é uma produção que leva em consideração a complexidade de qualquer realidade, considerando de onde se narra e quais as fontes documentais vão determinar a história que se pretende escrever. O estudo histórico voltado para a análise da memória "é esteio para o autoreconhecimento". (DELGADO, 2006, p.51).

Portanto, para a autora, a metodologia de história oral contribui para o reconhecimento da dinâmica social constituída tanto por similitudes como por diferenças. E essa complexidade foi levada em consideração para a escolha dos documentos de história oral utilizados, tendo em vista que;

> [...] [o] mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista. Mas essa vantagem não é importante apenas para escrever história. Em sua maioria, os historiadores fazem julgamentos implícitos ou explícitos – o que é muito certo, uma vez que a finalidade social da história requer uma compreensão do passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente. [...] De modo geral, porém, a mensagem social está presente, ainda que dissimulada. É bastante fácil a um historiador dedicar a maior parte de sua atenção e de suas citações aos líderes sociais que admira, sem emitir diretamente nenhuma opinião pessoal. [...] A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1992, p. 25-26)

A narrativa dos trabalhadores contribui para a compreensão do que está intrínseco, subentendido, pouco detalhado. Dessa forma, nas falas subentendem-se traços, tendências, desejos de pessoas ansiosas por se sentirem também sujeitos ativos da história que ajudavam a construir. Nas vozes retomam-se as experiências sociais e por meio delas eles são inseridos na história. (THOMPSON, 1981).

Assim, a partir da História Oral, entrevista temática e de trajetória de vida, é que estamos constituindo nosso acervo, apresentando os relatos de memória, desde suas origens, suas experiências, sua vida pregressa e sua relação, experiências, percepções da área do turismo. De acordo com Thompson (1981), na sociedade os valores se realizam no cotidiano dos indivíduos que não se definem somente pelos aspectos econômicos do modo de produção capitalista. É o entendimento dos sentidos culturais nas relações sociais dos trabalhadores que estão impregnados de valores e experiências que lhes são singulares.

Desenvolvimento

O grupo de pesquisa HISTUR – Conexões entre História, Cultura e Turismo, da Universidade Federal Fluminense, vem organizando o Museu Virtual de Turismo no Brasil, com o intuito de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

preservar a história e as memórias do turismo. A iniciativa foi inspirada no Museu Virtual do Turismo, mantido por professores, técnicos e pesquisadores da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, em Portugal. A partir de então, foram traçadas ações iniciais para construir um acervo digital para o museu. Dentro dessa proposta estamos constituindo um acervo das memórias de trabalhadores da área do turismo no Brasil. Para isso, estão sendo realizadas entrevistas abertas como trabalhadores do setor turístico no território nacional, que estão sendo gravadas e futuramente disponibilizadas para os visitantes do museu.

Na tarefa de desvendar a memória social dos trabalhadores, partimos da premissa de colocá-los como protagonistas do turismo, independente da fragilidade que lhes reservou a história oficial.

A história dos trabalhadores brasileiros da área do turismo e de suas organizações não têm sido objeto de análise do turismo, havendo muitas lacunas a serem preenchidas e, também, muitas possibilidades de pesquisa para o campo.

Reconhecendo e reiterando a necessidade de se aprofundar o conhecimento do tema, o Museu Virtual de Turismo no Brasil vem entrevistando trabalhadores do turismo que contribuíram para a o setor, onde os sujeitos relatam a sua história de vida e suas experiências e vivências na área do turismo a fim de mostrar o papel dos trabalhadores do turismo, o que possibilita uma visão complexa do setor, contribuindo de forma efetiva para a produção de uma memória do turismo no Brasil a partir de múltiplos olhares.

Entretanto, ao buscar alcançar as trajetórias do trabalhador do turismo, percebem-se obstáculos e questionamentos já existentes. Inicialmente, definir quem é, de fato, um trabalhador do setor turístico é uma tarefa árdua, a partir da falta de consenso acerca dos setores existentes e das relações atuantes no fenômeno. Isso pode ser observado, por exemplo, na classificação disponibilizada pelo Ministério do Turismo/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014) das Atividades Características do Turismo (ACTs), compostas por: Alojamento; Agências de Viagem; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Transporte Aquaviário; Aluguel de Transportes; Alimentação e Cultura e Lazer. Embora atue como um ponto de partida para agrupar os diversos setores e consolidar a ideia de "trabalhador do setor turístico", acaba por ser excludente ao não abranger outras tantas áreas que atuam no turismo.

Ainda, há a problemática de muitos trabalhadores não perceberem a relação de seu trabalho com o turismo e, portanto, não se considerarem atuantes no setor. Segundo Fratucci e Carneiro (2020), a complexidade do fenômeno do turismo gera um sistema amplo e diversificado, o que justifica a falta de autopercepção de muitos trabalhadores acerca de sua atuação no produto/experiência vivenciada pelo turista. Entretanto, esse fator implica na maior dificuldade na tentativa de consolidar quem é o trabalhador do turismo.

Visando alcançar os objetivos inicialmente traçados pelo grupo de pesquisa, o Museu Virtual do Turismo definiu o trabalhador do setor turístico como aquele que percebe em sua atuação uma relação com o fenômeno do turismo, independente de sua área de formação, do setor em que trabalha e da função que exerce.

Com base nisso, iniciamos as entrevistas de história oral com trabalhadores do turismo - forma remota - buscando suas vivências ao longo da vida, como se deu sua aproximação com a área, além de sua trajetória na área do turismo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O roteiro da entrevista é aberto, o que possibilita ao depoente falar livremente sobre os assuntos abordados, aprofundando aquilo que for de seu maior interesse. Até o momento, foram realizadas 11 entrevistas com trabalhadores da área. A partir do relato de sua trajetória pessoal e profissional, foi possível conhecer, por meio das histórias e memórias pessoais, aspectos significativos do seu exercício profissional no setor de turismo, do quanto as suas vidas se cruzam com a atividade laboral e o quanto suas memórias e vivências também podem revelar algo a respeito da memória coletiva sobre o trabalho no turismo.

O conjunto de experiências de cada sujeito se forma do binômio vida material-bases culturais, e nele é traçada sua gênese sedimentada pelas relações de parentesco, crenças, formação humana, esperanças e frustrações como construção individual ou coletiva.

Como discorre Thompson (1981).

> Os valores não são 'pensados', nem 'chamados'; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e 'aprendidas' no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. (THOMPSON, 1981, p.194).

Por meio da análise dos relatos dos trabalhadores é que se vislumbra a relação do sujeito com o mundo que ele interpreta. Muitos relatam o forte vínculo com a família de origem e, por nascerem em municípios do interior, muito cedo tiveram que sair de casa para estudar, na sua maioria reconhecendo como importante a educação formal. Outra perspectiva bastante recorrente nas narrativas são o trabalho e as condições de vida. Suas lembranças sobre a rotina de trabalho no turismo também foram afloradas e ressignificadas à luz do momento presente em que estavam sendo elaboradas, no processo de entrevista.

Os relatos compõem um mosaico da história do turismo que, apesar da fragmentação, são um enredo não dissociado das vivências desses personagens. É a memória elaborada na experiência dos indivíduos com o mundo material, espacial e cultural. Nos relatos dos trabalhadores, pode-se indicar a tentativa de reificar sua realidade redefinindo sua experiência, adaptando-se às novas alternativas.

E a efetividade desse processo se apresenta nas primeiras entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa. Ao questionar a Profa. Dra. Cláudia Corrêa de Almeida Moraes, docente da Universidade Federal Fluminense (localizada no Rio de Janeiro, Brasil) sobre seus momentos de lazer, percebe-se a presença de memórias da infância em passeios de trem, em viagens com a família em "vagões para fumantes", em que alugavam o espaço apenas para eles. E em um relato de infância preserva-se uma mudança no turismo, em uma realidade em que esses espaços, em grande parte, deixam de estar disponíveis para o público por conta de mudanças nos hábitos e percepções da sociedade.

Aprofundando-se na entrevista, suas memórias referentes a sua trajetória profissional carregam experiências vividas no mercado de trabalho nas operações básicas do turismo e no campo do ensino na área. Um exemplo está presente no setor de agenciamento: na sala de aula, era disponibilizado para os alunos conteúdo referente à emissão de bilhetes e seu preenchimento; nas agências de viagens, a experiência acompanhava a teoria, em que o estudante aplicava o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

conhecimento adquirido de forma prática, realizando reservas em um processo que se estendia por alguns dias. Atualmente, entretanto, os processos de emissão de bilhetes mudaram, sendo instantânea a reserva para o cliente. Essas alterações, decorrentes do desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, são responsáveis pelas vivências na atualidade, em que, muitas vezes, o mesmo processo realizado anteriormente possui novas características atribuídas a ele.

Ainda no campo acadêmico, a professora Dra. Maria Goretti - docente da Universidade Federal do Pará, no estado do Pará, na Região Amazônica do Brasil, permite, por meio de sua entrevista, o aprofundamento no Projeto Roteiros Geo-Turísticos, com atuação em Belém, cidade que é capital do estado do Pará. Por meio do relato da coordenadora do projeto, foi possível registrar como funcionam os roteiros turísticos, a forma que são construídos e como envolvem outros estudantes e profissionais da área. Além disso, o público-alvo varia entre moradores e turistas, o que demonstra que, por meio da disponibilização da visita gratuita e monitorada, há maior interesse da própria comunidade por sua história e, com isso, maior compreensão acerca da importância da preservação dessa memória e de seu legado cultural.

Ainda, alcançar trabalhadores de outras áreas - mas que tenham contato com o fenômeno do turismo - apresenta-se como fator essencial para que o acervo do museu seja ampliado e englobe temáticas diversificadas em sua construção. O relato do entrevistado Sergio Renato Bacellar (Coordenador Ambiental do Parque Rural de Niterói) demonstra, em seu decorrer, a história da criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, presente nos municípios de Niterói e Maricá (Rio de Janeiro, Brasil). Nele, é possível observar um trecho do Caminho de Darwin, o percurso realizado pelo naturalista durante sua visita ao estado do Rio de Janeiro. Por meio dessa trilha, o número de visitantes do parque subiu, gerando maior interesse no bairro (Engenho do Mato) e nas atividades realizadas no entorno.

Outro relato acerca da atuação em uma área de preservação - também no município de Niterói/RJ - pertence ao Senhor Alex Figueiredo, administrador do Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT). Por meio de sua atuação na área, é possível registrar o empenho na elaboração de atividades com o objetivo de ampliar a preservação efetiva do espaço acompanhado pela criação de novas trilhas e pela busca da ampliação do interesse por possíveis visitantes ao local. Um exemplo é a recuperação, por meio da ação de voluntários do parque, da Ponte de Pedra, na Trilha Colonial, construída por africanos escravizados por volta de 1830.

Por meio da entrevista realizada, é perceptível a relação do PARNIT com o turismo na região. Embora sua atuação principal não seja na área do turismo, as ações do geógrafo - e guia de turismo - Alex Figueiredo demonstram os processos de conservação, sinalização e ampliação do contato dos turistas e comunidade com a localidade. Além disso, a criação de novos trajetos, como trilhas e travessias, amplia a atração de visitantes para o parque, auxiliando na compreensão de moradores e visitantes sobre a importância do espaço para o município e, consequentemente, de sua preservação para o futuro.

Para Thompson (1981), numa perspectiva dialética, a experiência social possibilita aos sujeitos atuar diante das "relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura". (THOMPSON, 1981, p.182). A experiência possibilita o entendimento do sujeito reinserido no

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

processo histórico, expressando os valores simbólicos, tais como: "parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias". (THOMPSON, 1981, p. 189).

Considerações Finais

Em um cenário no qual entende-se a participação dos trabalhadores como um aspecto central, o Museu Virtual de Turismo do Brasil em 2021, dá início ao processo de registro dessas memórias por meio da história oral, com o objetivo de dar visibilidade às histórias dos trabalhadores do turismo, preservar as suas trajetórias e democratizar as informações de seu acervo. A presença do acervo disponibilizado virtualmente, por sua natureza, simboliza a ligação entre o presente e o passado ao lançar mão das modernas tecnologias de informação e comunicação a serviço da preservação e disseminação do conhecimento, potencializando o acesso ágil à história dos trabalhadores, suas entidades representativas, suas lutas, e, por conseguinte, de sua própria história.

A maneira como esse acervo vem sendo reunido, tratado e disponibilizado é o que possibilita ao Museu cumprir suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa. Como já dito, não foram identificados até então trabalhos que tenham a preocupação de registrar e disponibilizar as histórias dos trabalhadores do setor turístico. O Museu pretende dar visibilidade à sua importância histórica no contexto sócio-econômico-cultural e, também, suas instituições representativas. Ainda estamos no início desse processo, mas temos a certeza da importância desses registros de memórias dos trabalhadores para o desenvolvimento do fenômeno, por meio das trajetórias e vivências.

Referências

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. História, memória e esquecimento na construção de Brasília: Geração e uso de depoimentos orais na reconstrução da História da cidade. **VI Encontro Nacional de História Oral.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

DELGADO, Lucilia. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

FRATUCCI, A. C.; CARNEIRO, J. Trabalhadores do turismo: de quem estamos falando? **Turismo: Estudos & Práticas (UERN)**, Mossoró/RN, v. 9 (Dossiê Temático 2), p. 1-12, 2020.

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v. 1.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões.** 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formarção da classe operária inglesa**: volume 1 : árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar , 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ

Jumára Soares das Chagas[1]
Simey Thury Vieira Fisch[2]

O Brinquedo de Miriti e sua importância cultural no Estado do Pará

Os brinquedos de miriti são um tipo de artesanato oriundos dos povos originários da Amazônia brasileira. O município de Abaetetuba, localizado ao Norte do País, no Estado do Pará deu origem ao brinquedo. O município relata história dos brinquedos através de antigos moradores que viviam as margens dos Rios da Amazônia. Acredita-se que foram as crianças que começaram a usar o miriti para fazer pequenos brinquedos, sobretudo pela maciez do material para entalhe e sua capacidade de flutuar nas águas dos rios e igarapés (LOUREIRO, 2012).

Além de ser uma fonte de renda e representação viva da identidade e dos costumes dos povos da Amazônia, o brinquedo artesanal feito com a palmeira do Miriti, (*M. flexuosa*) reflete um trabalho que passa de geração a geração, transformando-se em uma tradição cultural na região, sendo amplamente divulgados na mídia e comercializados em eventos e feiras da região.

Um dos eventos é o círio de Nazaré, uma festa religiosa cristã que acontece anualmente em Belém do Pará. As girandolas, pedaços de pecíolo dispostos em cruz onde os artesãos expõem o brinquedo para venda no círio, são comercializadas durante três semanas da festa que acontece no mês de outubro. Em eventos como esse, os brinquedos ganham mais destaque, sendo vendidos em grande escala, o que os torna uma valiosa fonte de trabalho e renda para as populações urbanas e ruais que vivem da produção das peças.

> O Brinquedo de Miriti representa um dos símbolos de maior destaque na mais importante manifestação religiosa do estado do Pará – o Círio de Nazaré. E com o Círio, o artesanato em miriti de Abaetetuba se transformou em uma das marcas de atração do Pará. Graças a um esforço empreendido pelos artesãos, com o aprimoramento das suas produções, o Brinquedo de Miriti passou a ser conhecido internacionalmente (SILVA, 2014).

Outras festividades da região reúnem milhares de pessoas e disseminam a tradição dos brinquedos de miriti. É o caso do Miritifeste. Evento iniciado em 2003,é hoje a maior expressão cultural e comercial do brinquedo na Amazônia Brasileira.

Além dos brinquedos, outros artefatos de decoração oriundos palmeira do miriti, como quadros, cortinas etc. são expostos para comercialização. É um evento anual que acontece em Abaetetuba, no Pará, sempre na primeira semana de maio. Em eventos como esse, os brinquedos de miriti

[1] Pedagoga, doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.
[2] Agrônoma, Doutora em Ecologia.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aparecem como símbolo de identidade amazônida, também fomentam a economia, a cultura e o turismo na região.

Várias representações identitárias da Amazônia estão esculpidas nos brinquedos. No entanto, o formato das peças é bastante diversificado. São produzidos desde barquinhos até personagens midiáticos, como bob esponja, chaves, Mickey etc. Os brinquedos de caraterísticas lúdicas, são direcionados especificamente para o público infantil. Eles também estão consolidados na mídia regional onde as peças são retratadas como instrumento de diversão para crianças de todas as idades.

O formato e a confecção dos brinquedos estão retratadas nas falas de poetas e historiadores que relatam o brinquedo: "O Caráter lúdico convive com a beleza. O brinquedo de miriti, por sua aparência artística e sua destinação lúdica, é uma forma intercambial de jogo e de beleza" (LOUREIRO, 2012).

Para a intensa comercialização dos brinquedos durante os festejos religiosos e outros eventos artríticos regionais, duas associações trabalham na organização da produção do brinquedo no Estado, a ASAMAB e MIRITONG. Fundada em 2002, a Associação dos artesãos de brinquedos e artesanatos de Miriti de Abaetetuba, ASAMAB conta com 84 integrantes. A associação acolhe uma parte dos artesãos que produzem os brinquedos de miriti que são direcionados tanto para eventos locais, quanto para outros eventos que acontecem na região. Já a Associação Arte Miriti de Abaetetuba, MIRITONG, fundada em 2005, conta com 119 associados. Tanto a ASAMAB quanto a MIRITONG desenvolvem trabalhos com jovens e adolescentes com o objetivo de alcançar novas gerações, garantindo assim, a permanência da tradição dos brinquedos, além de promover a geração de renda entre as famílias de baixa renda da região.

Materiais usados na confecção de brinquedos de miriti

Os brinquedos existem em diferentes formatos e em diferentes tamanhos, desde bonecos, barcos, animais, robôs, midiáticos (figura 1) e apresentam uma variedade de materiais utilizados na sua confecção. O processo de transformação da fibra em brinquedo é lento e envolve sequencialmente: corte, entalhe, lixamento e montagem do brinquedo (alguns dispensam montagem). Com o brinquedo montado, novos produtos são incorporados à fibra do miriti. O selador acrílico, seguido da tinta para tecido ou tinta óleo e por fim, o verniz começa a dar vida para um brinquedo colorido e atrativo visualmente. Esse processo é comum e faz parte de 40% dos ateliês visitados que trabalham com a produção do brinquedo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1: Diferentes brinquedos comercializados em feiras publicas no Pará, um dos Estados da Amazônia brasileira. (a) a: joaninha; b: Minions; c: boneco do bbb; d: ratinho que corre; e: ponbinhos; f: casal de namorados; g: tatuzinho que meche; h: cobrinhas que mechem; i: Minnie; j: aviãozinho; k: barquinho com especiarias; l: princesa do gelo; m: canoinha; n: barquinho de pesca; o: passarinhos; p: homens no pilão; q: Chaves; r: móbile para carrinho ou berço de bebe; s: palhacinho; t: Bob Esponja

Fonte: autores. Imagens coletadas em trabalho de campo

Os brinquedos podem conter diferentes tipos de tintas sintéticas, além do verniz, que inibe o descolamento das tintas. No entanto o verniz não é usado pela maioria dos ateliês visitados que trabalham na confecção do brinquedo.

> A preparação para pintura propriamente dita se faz com aplicação de uma camada de selador ou vase d'água nas peças. Também a anilina em pó..., hoje trocada por tintas industrializadas. As mais usadas são as não toxicas para tecido, embora alguns artesão prefiram aquelas à base de óleo e vernizes. "...passa uma massa, se tiver muito furo no miriti, lixa bem ela, passa cal ou alguma coisa branca, base d'água e ai uma outra tinta colorida (MORAES, 2013).

Nas visitas realizadas nos ateliês de produção, foi verificado que brinquedos pintados a tinta, sem aplicação de verniz soltam fuligem facilmente (figura 2). Para evitar o uso do verniz, 80% dos ateliês aplicam cola de isopor para evitar o descolamento das tintas. No caso de alguns brinquedos além do verniz, há aplicação de massa corrida, a mesma usada em material para construção de casas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2: Tinta desprendida do barquinho de brinquedo.

Fonte: autores. Imagens coletadas em trabalho de campo

Também faz parte da confecção dos brinquedos: arames, cola de sapateiro, selador, Cal, thinner e outros recursos de incremento mercadológicos. Alguns produtos identificados no ambiente de produção das peças podem conter elevados índices de toxicidade.

O material utilizado na confecção dos brinquedos oferecem riscos ocupacionais que podem comprometer a saúde e a vida de quem os confecciona. O risco envolve não só o uso de substâncias sintéticas, mas, também a própria fibra da palmeira *M. flexuosa* L.f, que é disposta no ambiente de produção de forma abundante e desorganizada, gerando excesso de folículos que podem causar graves problemas de pele a quem manuseia as braças.

Apesar de alguns produtos usados no brinquedo serem apontados por muitos artesãos como não tóxica, tintas e outros materiais industrializadas contém certo nível de toxidade, o que pode ser constatado através da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) do produto (quadro 1).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 1: Composição, controle e informações ecológicas de material sintético

MATERAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	COMPOSIÇÃO	COTROLE DE EXPOSIÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL	CONSIDERAÇÕES SOBRE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO	INFORMAÇÕES ECOLÓGICAS
Thinner	Acetato de Etila, Tolueno, Álcool Etílico	Respirador com filtro químico, Luvas impermeáveis, óculos de segurança ou protetor facial, em atividades de contato direto com o líquido, usar aventais e botas de PVA.	Restos de produtos devem ser descartados em instalação autorizada	Pode contaminar lençóis freáticos.
Tinta óleo	Pigmento Amarelo, Óxido de Ferro Amarelo, Mistura de Pigmentos Amarelo, Pigmento Amarelo Monozoico, Dióxido de Titânio Óxido de Zinco, Aguarrás Mineral, Carbonato de Zinco, Hidróxido de Cálcio, Hidróxido de Cobalto, Hidrocarbonetos aromáticos, Metil Etil Cetoxima	Máscara protetora, Luvas de borracha Látex/Neoprene, Óculos de segurança, Avental de PVC, sapato fechado em caso de emergência, utilizar chuveiro de emergência e lava-olhos. Manter limpo o local de trabalho.	Resíduos que não serão mais utilizados devem ser descartados, conforme legislação local vigente.	Produto insolúvel em água, não degradável totalmente
Cal	Hidróxido de cálcio, Hidróxido de Magnésio, Fixador: Cloreto de sódio	Botas, luvas de proteção impermeável, óculos de segurança com proteção lateral, proteção respiratória do tipo facial para poeiras e névoa particulares.	Não dispor em lixo comum. Colocar em local adequado, em concordância com regulamentações vigentes	Produto que em contato com o solo promove a correção de sua acidez. Após sua aplicação, seja em argamassas ou em solo, promove a captura do CO_2 da atmosfera.
Selador acrílico	Dióxido de Titânio, trimetil, pentanediol mono isobutirato, Bromo-nitro-propanodiol, Isotiazolinonas (mistura), derivados de benzimidazol	Máscara protetora de acordo com o ambiente de trabalho, Luvas de borracha Látex/Neoprene, Óculos de segurança, Avental de PVC, sapato fechado ou outros de acordo com as condições de trabalho.	Quando o recipiente estiver vazio, pode ser encaminhado para empresas de reciclagem autorizadas pelo órgão ambiental. As embalagens não devem ser reutilizadas.	Nocivo para a vida aquática. Não deve ser permitido que o material atinja cursos d'água ou esgoto.
Massa corrida	Massa viscosa, resina acrílica, cargas minerais inertes, éter de celulose, solvente alifático e pigmentos.	Máscara protetora de acordo com o ambiente de trabalho, Luvas de borracha Látex/Neoprene, Óculos de segurança, Avental de PVC, sapato fechado ou outros de acordo com as condições de trabalho.	As embalagens não devem ser reutilizadas.	Produto não totalmente degradável
Verniz	Dispersão Aquosa de Polímero Acrílico Modificado (Sólidos), Aguarrás Mineral, Solução de Amônia, Etileno Glicol, Propileno Glicol, Dietil (succinato, glutarato e adipato), amino, metil, propanol, Pigmento Óxido de Ferro Vermelho, Pigmento Óxido de Ferro Amarelo, Negro de Fumo	Utilizar máscara para vapores orgânicos, para não respirar vapores do produto, óculos de segurança, luvas de PVC / Neoprene, avental de PVC, sapato fechado e capacete de segurança	Não jogar o material em esgotos, bueiros, solo ou qualquer fonte de água	Pode contaminar o solo e rede de esgotos e cursos d'água

Fonte: Autores, adaptado de FISPQ - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

As informações do quadro 1 evidenciam que os elementos sintéticos aplicados nas peças oferecem, além de risco ao ambiente, danos à saúde do artesão que confecciona as peças. (Quadro 2).

Quadro 2: Quadro de possíveis riscos encontrados nos materiais presentes no brinquedo de Miriti.

Materiais encontrados no brinquedo	Possíveis riscos ambientais	Possíveis riscos à saúde do artesão que mantém contato continuo com materiais tóxicos	Possíveis riscos para consumidor final
Thinner, tinta óleo, cal, selador acrílico, verniz, cola branca, massa corrida etc	Poluição do solo, da água causada por resíduos químicos; contato com o material tóxico de forma voluntária (consumidor final) ou involuntária sem uso de EPI ou simples descarte do produto no meio ambiente (caso do artesão)	Coceira, queimação, irritação e vermelhidão na pele ou na região ocular; boca seca; dor de cabeça; Dor e desconforto gástrico	Coceira e vermelhidão na pele e nos olhos;
Particulados Pequenos pedaços e poeiras da fibra do miriti	Poluição em ambiente fechado pela excessiva quantidade de particulados da fibra dispostos no ar.	Asma, bronquite; desconforto nos olhos (se inalados ou absorvidos pelo organismo).	Sufocamento, crises de tosse, asma (se ingeridos ou inalados).

Fonte: Autores, com base na adaptado de FISPQ - Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico.

A periculosidade do ofício artesão é negligenciada na região. A confecção do brinquedo ocorre normalmente sem nenhuma discussão das autoridades sanitárias e ambientais locais. Consequentemente não há promoção de políticas públicas que garantam a segurança ao trabalhador artesão.

> A gente ter que estar com a cabeça fria. Trabalhar com muito cuidado, às vezes eu largo e vou embora, dar uma volta. Quando a gente tá fazendo o brinquedo, tem de tá com o olhar certo, com visão certa, porque qualquer vacilo a gente tá se furando (depoimento de um artesão, PARÁ, 2017).

O brinquedo de miriti enquanto produto rentável passa a ter grande importância regional, uma vez que favorece mudanças a nível social, ajudando famílias de baixa renda a terem um retorno financeiro com a comercialização dos brinquedos. Isso torna a produção indispensável do ponto de vista econômico, pois a confecção das peças passa a ser um elemento propulsor da economia regional.

No entanto, a imprudência na confecção dos brinquedos passa desapercebido pela maioria dos consumidores que não tem conhecimento sobre os produtos utilizados na confecção das peças, nem sobre os riscos que envolvem o oficio do trabalhador artesão (Quadro 3).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 3: Materiais identificados na confecção de brinquedos de miriti.

Categoria	Material	Brinquedos
Material de construção	Arames	Palhacinho; pássaros em geral
	Massa corrida	Minnie, Bobo esponja, chaves e outros
	Cal	Canoinhas, aviãozinho, joaninha
	Verniz	Barquinhos de pesca, joaninhas
	Thinner	Minions, Bob esponja
	Selador	Barquinhos, boneco do BBB
	Tinta óleo	Princesa do gelo, Chaves
Tintas	Tinta guache	Tatuzinho, homens do pilão, pombinhos
	Tinta para tecido	Cobrinhas
	Anilina	Casal de namorados
	Pincel Atômico	Barquinhos de pesca
Colas	Cola branca	Casal de namorados; Tatuzinho cobrinhas, Minnie; Aviãozinho, barquinho com especiarias, Princesa do gelo; canoinha e outros
	Cola de isopor	Passarinhos, homens no pilão, Chaves; móbile para carrinho ou berço de bebe; palhacinho; Bob Esponja e outros
	Cola fórmica	Barquinhos (dependendo do artesão)
Outros recursos florestais madeireiros e não madeireiros	Madeira	Pássaros
	Outras fibras	barquinhos de especiarias
	Sementes	barquinhos de especiarias
	Barro amarelo	Tatuzinho, ponbinhos
Objetos plásticos	Olhos e boca de bonecos	Joaninhas
Tecidos e Fios em geral	Fios de nylon	Pássaros, palhacinhos, tatuzinho
	Fios de algodão	Mobiles para bebes
	Tecidos	Cobrinhas, pássaros em geral

Fonte: autores

Os materiais utilizados nos ateliês de produção são diversificados. 100% dos ateliês visitados fazem uso de algum tipo de material sintético (Gráfico 1). Tinta para tecido e cola de isopor são os itens mais manipulados pelos artesãos. No total, 25% dos ateliês aplicam tinta para tecido, guache e anilina; 23% usam cola de isopor e cola branca nos brinquedos de miriti. Outros 10% fazem uso de material de construção civil, como Cal, Verniz, tinta óleo e massa corrida, mesmo naqueles brinquedos mais tradicionais como o barquinho de pesca (figura 3).

Figura 3: Gráfico com percentil sobre material sintético utilizados pelos ateliês de produção

Fonte: Autores

Além de todos os materiais sintéticos utilizados no brinquedo, há ainda o risco da ingestão da fibra macia da palmeira, já que as peças confeccionadas através de encaixe e colagem são facilmente desconectadas o que pode levar o consumidor final (crianças abaixo de 3 anos), a ingerirem as peças acidentalmente, provocando um quadro de engasgo ou sufocamento.

A questão ecológica e o brinquedo de miriti

O conceito de ecológico aplicado à produção de brinquedos parte da premissa de que todo material utilizado na confecção deve ser natural, com nível de impacto zero ou impacto reduzido ao meio ambiente. Os brinquedos ecológicos podem ser feitos com madeira, tecidos orgânicos, fibra natural, borracha natural etc, cuja extração não cause impacto negativo ao meio ambiente. Segundo Fernandes, alguns fatores motivam a produção sustentável de brinquedos ecológicos, dentre os quais se destacam:

1- Busca de um equilíbrio entre a produção de brinquedos, aliada a política de desenvolvimento sustentável;

2- Escolha de componentes biodegradáveis que elimine ou reduza minimante os impactos negativos causados após descartes do brinquedo na natureza;

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

3- A extração da matéria prima não é fator de desflorestamento ambiental ou danos a espécie vegetais;
4- O produto contém componentes passíveis de reutilização ou reciclagem;
5- O produto deve estar livre de qualquer composto químico que provoquem danos à saúde do consumidor final (FERNANDES, 2011).

Outro fator relevante na produção de brinquedos ecológicos, é o trabalho manual com os quais a maioria é feito. Por outro lado, há questões que inviabilizam a produção sustentável de brinquedos ecológicos. Os materiais utilizados na confecção devem garantir o uso de produtos que não agridam o meio ambiente, e que não comprometam a saúde do trabalhador ou mesmo do usuário final.

Produtos aparentemente inofensivos podem ser um problema quando utilizados na confecção de um brinquedo. A maioria dos pigmentos utilizados na fabricação das tintas são tóxicos e podem causar irritação na pele ou mesmo, se inaladas ou ingeridas podem causar danos à saúde de quem as utiliza.

Um material que deve ser evitado na confecção de brinquedo ecológico são os solventes orgânicos. Os Compostos Orgânicos Voláteis fazem parte de uma série de materiais como removedores, colas, incluindo a cola de sapateiro, verniz, entre outros.

> Geralmente o termo "solvente" se refere a um composto de natureza orgânica. Apesar da diversidade de composições químicas, os solventes têm propriedades comuns: são compostos líquidos lipossolúveis, normalmente são voláteis, são muitos inflamáveis e produzem importantes efeitos tóxicos (RUPPENTHAL, 2013).

Os solventes são, provavelmente, o material mais utilizado na diluição de tintas que cobrem variados artefatos. Porém, o manuseio desses produtos tóxicos podem causar efeitos nocivos à saúde. Em decorrência de seu uso, variados sintomas, como reações alérgicas (irritação da pele, coriza, irritação nos olhos etc), alterações cardíacas, dificuldades respiratórias e outros, podem ser uma constante para quem está exposto aos solventes (RUPPENTHAL, 2013).

Outros produtos podem significar risco a saúde, não só para quem os manuseia, mas também para o consumidor final. Criado pela ABNT NBR 14725-4, a Ficha de Informação do Produto Químico, FISPQ, fornece informações sobre vários aspectos de produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente, além de recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência. Podemos ver algumas dessas indicações no quadro 4.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 4: Riscos de produtos químicos

MEIOS DE ABSORÇÃO DE SUBSTANCIAS QUÍMICAS - CAUSAS E SINTOMAS				
Substancias químicas e particulados: Chumbo, tolueno, xilol, n-hexana, acetato de etila, tricloroetileno etc e substancias naturais.				
Produtos relacionados		**Formas de absorção**	**Doenças/impactos Relacionadas**	**Efeitos esperados**
Tinta óleo; Cola formica; Verniz; Tinta para tecido outros	**Partículas finas (poeira das fibras vegetais)**	Olhos	Conjuntivite química; cegueira	Vermelhidão, irritação, desconforto, coceiras, ardor e até com lesão da córnea.
		Derme	Dermatite de contato; micoses;	Feridas profundas, queda de cabelo, perda de elasticidade da pele. Coceira, irritação e vermelhidão; Dor e desconforto gástrico
		Inalação	Asma, bronquite; alergias respiratórias	Mal estar gástrico; em doses elevadas de absorção podem levar a perda da consciência, desmaios e náuseas; Inflamação nos pulmões e redução de suas funções
		Meio Ambiente	Contaminação	Produtos não totalmente biodegradáveis. Podem apresentar perigos por ser um produto insolúvel em água. Podem afetar o ecossistema

Fonte: Autores, adaptação das Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico.

Algumas substâncias são mais nocivas que outras, mas, qualquer substancia química, dependendo da frequência e do tipo de acesso e uso, pode ser prejudicial à saúde. No caso dos produtos constituídos de agentes químicos[3] podem ser um risco para quem os manuseia como ferramenta de trabalho ou mesmo para quem recebe o produto exposto a substâncias químicas. Tinta óleo, cola formica e verniz são produtos totalmente inviáveis e antiecológicos quando se trata de brinquedos artesanais ecológicos.

A exposição a substâncias químicas raramente se dá por uma única via, seja ela dérmica, inalatória ou oral, mas, principalmente, quando se trata de saúde ocupacional, a pele é uma das mais frequentes vias de exposição resultando em irritação, ressecamento, coceiras e alergias são os sintomas mais comuns.

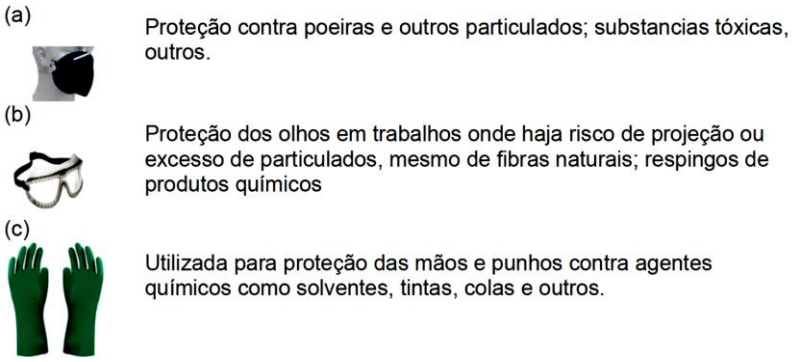
Outra maneira mais rápida de absorção de substâncias químicas no organismo se dá através dos pulmões, que, diferentemente da pele, não possuem uma camada de proteção mais resistente quando se trata de inalação. O maior risco de dano decorrente da exposição inalatória pode ter maior incidência entre crianças, jovens e idosos que ficam em contato direto com as substâncias, incorrendo em algum tipo de deficiência pulmonar (FONSECA, 2008).

Por se tratar de substâncias que interferem no alto risco de doenças pulmonares, dermatológicas etc, o manuseio de produtos que contém substancias químicas demandam ações de segurança e prevenção. No caso de manuseio em qualquer caso, principalmente.

laboral, é indispensável o uso de Equipamentos de Proteção Individual, EPI, capazes de proteger o trabalhador contra riscos doenças causadas por agentes químicos (figura 4).

[3] De acordo com o MTE, agentes químicos são substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.

Figura 4: Equipamentos de proteção individual- EPI – (a) máscara; (b) óculos protetor; (c) luvas.



Fonte: autores

Além do uso de EPI, para preservar a saúde e da integridade física do trabalhador que manuseia agentes químicos, o MTE dispôs de uma NR que estabeleceu o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, instrumento obrigatório que deve ser comum a todos os trabalhadores. A mesma NR traz a descrição dos principais riscos ocupacionais, seguindo uma padronização de cores. As cores verdes, vermelho, marrom, amarelo e azul, facilitam a identificação dos grupos de risco e suas causas (Quadro 5). A utilização de produtos químicos em um ambiente com grande concentração de resíduos, incluindo substâncias químicas e particulados em geral, pode colocar em risco a saúde de trabalhadores que ficam diariamente expostos a essas substâncias. O PPRA se coloca como uma alternativa para amenizar os problemas causados por esse tipo de risco.

Quadro 5: Classificação dos principais riscos ocupacionais.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GRUPO 1: VERDE	GRUPO 2: VERMELHO	GRUPO 3: MARROM	GRUPO 4: AMARELO	GRUPO 5: AZUL
Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos De Acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço Físico Intenso	Arranjo Físico Inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento E Transporte Manual De Peso	Máquinas E Equipamentos Sem Proteção
Radiações Ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência De Postura Inadequada	Ferramentas Inadequadas Ou Defeituosas
Radiações Não Ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle Rígido De Produtividade	Iluminação Inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição De Ritmos Excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho Em Turno E Noturno	Probabilidade De Incêndio Ou Explosão
Pressões Anormais	Substâncias, Compostos Ou Produtos Químicos Em Geral		Jornadas De Trabalho Prolongadas	Armazenamento Inadequado
Umidade			Monotonia E Repetitividade	Animais Peçonhentos
			Outras Situações Causadoras De Stress Físico E/Ou Psíquico	Outras Situações De Risco Que Poderão Contribuir Para A Ocorrência De Acidentes

Fonte: Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. (DOU de 30/12/94 – Seção 1 – págs. 21.280 a 21.282). Republicada em 15/12/95 – Seção 1 – págs. 1.987 a 1.989.

A Extração da Matéria prima do brinquedo

A produção do brinquedo de miriti e de outros artefatos produzidos a partir da fibra da palmeira *M. flexuosa* L.f, vem intensificando a exploração desse recurso na região. A busca pela matéria prima é cada vez maior, uma vez que a produção de brinquedos serve como fonte de renda para

muitas famílias ribeirinhas (que vivem da extração) e para os próprios artesãos que vivem da produção e comercialização do brinquedo.

Na Amazônia há grande adensamento de palmeiras de miriti o que favorece a extração predatória do pecíolo, principal matéria prima do brinquedo. Com a facilidade de encontrar grande quantidade de palmeiras na região, o artesão realiza a coleta das 'braças' em áreas públicas e áreas próximas de suas residências ou em localidades mais distantes. Dentro da cidade de Abaetetuba, principal produtora do brinquedo, há pequenas áreas de extração, mas é na região das ilhas fluviais que se concentram os maiores miritizais, sendo que 90% dos ateliês visitados trabalhavam com pecíolos extraídos nas 72 Ilhas fluviais de Abaetetuba. Somente os pecíolos de um ateliê eram extraídos de uma propriedade particular, pertencente a um artesão do brinquedo.

Observações feitas nas três áreas de extração, constataram que há o corte indiscriminado de folhas jovens, fato que ocorre, principalmente, nos períodos que antecedem as festas religiosas onde há o aumento da produção dos brinquedos para comercio regional. O excesso de demanda em torno da extração de fibras mais jovens evidencia uma interrupção no crescimento das palmeiras, uma vez que que as folhas extraídas não cumprem seu papel fotossintético, fundamental para o desenvolvimento natural da palmeira.

Palmeiras de caule curto e de aspecto envelhecido mostram uma paisagem alteradas nas áreas de extração. Essas modificações antrópicas ocorrem porque, segundo alguns artesãos, as folhas jovens são mais apropriadas para a confecção do brinquedo, uma vez que apresentarem as fibras mais macias para o entalhe das peças. Esse argumento aumenta o número de extração de folhas de palmeiras jovens na região.

Os trabalhadores artesãos parecem desconhecer os problemas causados pelas retiradas de folhas jovens das palmeiras. Para a maioria, a extração da folhagem jovem é idealmente sustentável, uma vez que estas seriam descartadas "futuramente" na natureza. Fato que podemos observar na fala dos artesãos:

> Os braços cortados verdes possuem um invólucro que é a tala, parecem verdes, mas estão maduros, estes logo tenderão a cair, então automaticamente a árvore é benevolente em oferecer uma matéria-prima, que ela vai descartar futuramente. Por aí já se percebe que é algo sustentável.
> [...]
> Com uma faca bem afiada as talas são retiradas das braças ainda verdes, para em seguida serem postas para secar junto com a bucha destalada (Declaração de artesãos do brinquedo, PARÁ, 2017).

As folhas verdes não são naturalmente descartadas. Ao contrário, elas fazem parte do processo de desenvolvimento da planta adulta. Quando a poda acontece bem antes das folhas cumprirem seu papel fotossintetizante, as palmeiras acabam por ter seu ciclo natural de desenvolvimento interrompido.

Essa constatação foi observada nas três áreas de extração da matéria prima. Palmeiras podadas tinham aspecto envelhecido, além de apresentarem caule curto e atrofiado. Algumas arvores podadas não chegavam a 3 metros de altura. Também nessas palmeiras inexistiam frutos. Nas três áreas de extração as imagens se repetiam. Em palmeiras que não sofreram com poda para extração

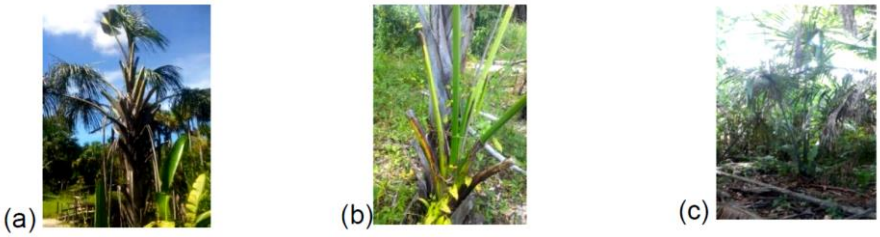
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do pecíolo, o cenário era completamente diferente. As palmeiras sem poda alcançavam aproximadamente entre 20 a 30 metros de altura. De caule robusto, era notável a presença de frutos na maioria dessas palmeiras.

Em áreas de extração de folhas jovens havia abertura de pequenas clareiras com palmeiras apresentando aspecto combalido e estéril. Nessas árvores o caule apresentava aspecto curto com grande escamação, da raiz ao topo da árvore (figura 5); a presença de folhas variava entre 5 e 8.

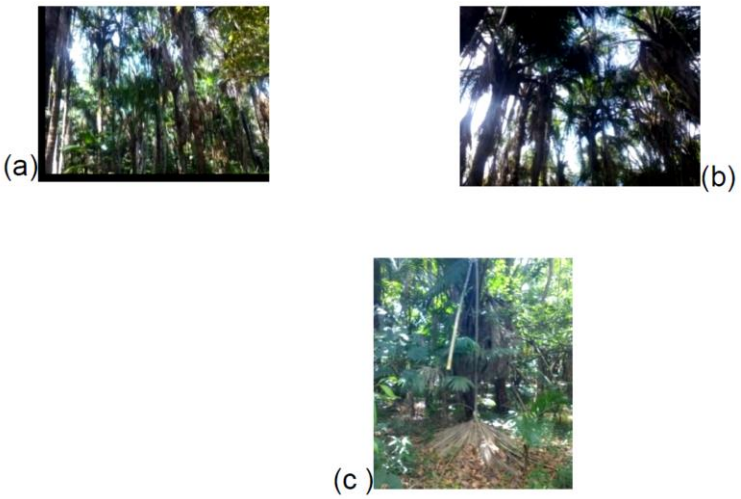
Já nas áreas de palmeiras conservadas, ou seja, sem uso de poda para extração de folhas jovens ou verdes, a paisagem era de floresta densa, com palmeiras apresentando de 12 a 18 folhas, formando assim uma grande coroa de folhas no dossel da floresta não explorada (figura 6.a; 6.b); Nessas palmeiras, as folhas apresentam extensão aproximada de 5 metros. Quando estas concluem a missão fotossintética, inicia-se o processo de senescência das folhas (figura 6.c).

Figura 5: palmeiras podadas para extração de folhas jovens: (a) palmeira já com estirpe desenvolvido com 7 folhas fotossintéticas e 10 folhas podadas, apresentando menos de 4m de altura, aspecto envelhecido e estéril; (b) palmeira jovem completamente podada; (c) palmeira jovens com estirpe não desenvolvida;



Fonte: autores

Figura 6: Palmeiras sem uso de poda: (a) caule de 20 a 30m de altura; (b) Coroa de folhas formando dossel na floresta Amazônica; (c) Folha senescente descartada naturalmente sem uso de poda.



Fonte: autores

Folhas senescentes dispensadas espontaneamente na natureza não são utilizadas no brinquedo de miriti por não apresentarem a fibra macia que é exigida na confecção das peças. No entanto, o

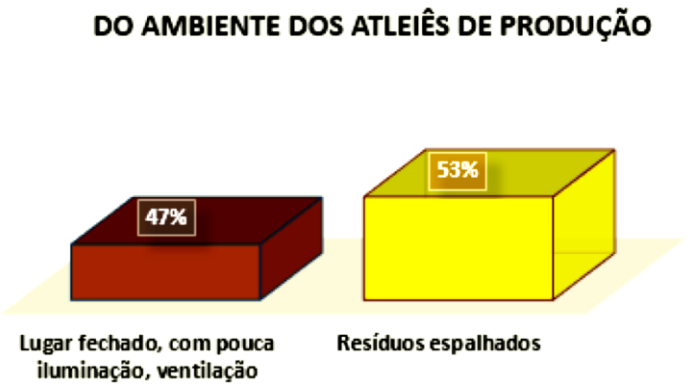
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

processo de extração de folhas verdes direcionadas para a confecção do brinquedo está trazendo sérios prejuízos a palmeira, uma vez que a retirada dessas folhas interrompe o processo de desenvolvimento da planta. Se ao contrário da extração ocorresse a coleta de folhas senescentes, cujos pecíolo apresentam forma madura, os impactos negativos sobre palmeira seriam enormemente reduzidos e amenizados na região.

O Ambiente laboral de produção do brinquedo

O ambiente laboral foi outro item observado durante as visitas técnicas. Resíduos espalhados nos espaços físicos dos ateliês mostrava um ambiente pouco saudável para o trabalhador desempenhar suas funções laborais. Fatores como pouca iluminação, ventilação, evidenciavam condições risco à saúde do trabalhador. No caso dos ateliês visitados, 47% funcionavam em espaços fechados com pouca iluminação, ventilação, enquanto a maior parte dos ateliês 53% não apresentava qualquer tipo de higienização do espaço laboral, contendo resíduos de tinta, potes de massa corrida, colas, thinner e outros espalhados por todo ambiente de produção (Figura 7).

Figura 7: condições do Ambiente nos Ateliês de Produção.



Fonte: Autores

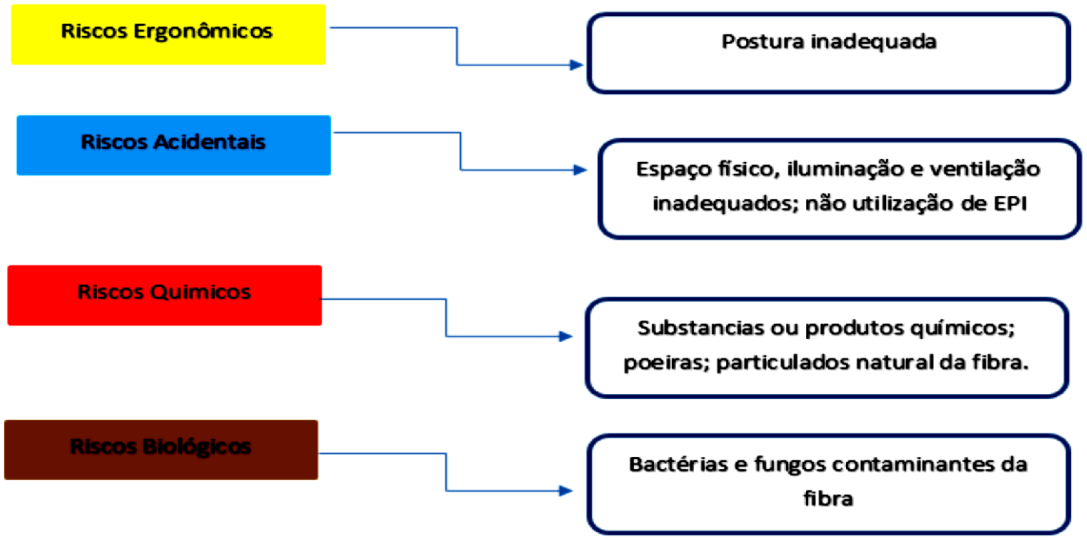
Apesar do uso permanente de tintas, verniz, massa, cola etc aplicados nos brinquedos, observou-se que 100% dos ateliês não tinham qualquer tipo de equipamento de segurança. Idosos, adultos, jovens e crianças transitavam pelos ateliês sem qualquer tipo de precaução aos resíduos espalhados no ambiente. Também era notório a quantidade de poeira da fibra, além de talos e restos de produtos já descartados, o que evidenciava um ambiente respirável pouco saudável para artesãos que trabalhavam sem máscara ou qualquer tipo de proteção.

O risco envolve não só uso de materiais sintéticos, mas, principalmente os folíolos da palmeira dispostos no ambiente de produção que se acumulavam de forma abundante.

Dentro do quadro de risco ocupacionais descritos pelo MTE na NR Nº 9, os artesãos se enquadrariam em todos os riscos conforme acompanhamos na figura abaixo:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 8: riscos ocupacionais dos artesãos do miriti



Fonte: Autores, com adaptação da Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994.

Com relação ao espaço de trabalho, 80% dos ateliês funcionavam na casa dos próprios artesãos. Para eles é comum que os ateliês ou oficinas, como muitos chamam, sejam, majoritariamente, instalados em seus locais de moradia já que eles não contam com apoio das autoridades da região para labutarem em locais apropriados. Facas, estiletes e outros objetos cortantes e pontiagudos ficam dispostos em mesas e bancadas, sem nenhum lugar adequado, sendo que as facas afiadas são os instrumentos mais utilizados na confecção das peças. Os ateliês funcionam em condições precárias, em locais com grande evidencias de insalubridade (figura 9).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 9: figuras de diferentes Ateliers de produção retratam as condições ambientais do espaço de produção dos brinquedos de miriti (a) Tintas para tecido, tinta guaches e fitas adesivas; (b) Tecidos; (c) Verniz e tinta óleo; (d) cola branca, particulados da fibra, tintas para tecido e outros; (e) facas espalhadas pelos ateliês; (f) Selador e tintas para tecido; (g) restos de fibra; (h) Massa corrida e tintas guache; (i) massa corrida e tinta óleo; (j) verniz, linhas de nylon; (k) cola de sapateiro, linhas de algodão, restos de tintas; (l) particulados e cola de isopor.

Fonte: autores

Há um evidente conhecimento e preocupação dos artesãos sobre os riscos de acidentes com facas e nota-se o cuidado com que os mesmos trabalham no momento de confecção das peças. Apesar da consciência sobre os riscos funcionais a que estão submetidos, há um evidente estado de carência nas condições financeiras desses trabalhadores. A maioria é desprovida de recursos para tornar adequado o ambiente de trabalho.

Por outro lado, há uma extrema necessidade desses artesãos continuarem exercendo suas atividades. Para sobreviver a maioria depende exclusivamente da confecção desses brinquedos artesanais ou de outros tipos de artesanatos feitos da fibra do miriti. A extrema situação de pobreza leva os artesãos a continuarem o ofício mesmo convivendo em situações de risco.

Apesar profissão ser reconhecida pelo MTE pela Lei nº 13.180, inexiste relação de emprego nos 12 ateliês visitados. O trabalho é dividido no seio familiar. Apesar da lei conter benefícios como a destinação de linha de crédito especial para o financiamento da comercialização de produtos e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

para a aquisição de matéria-prima e de equipamentos imprescindíveis ao trabalho artesanal, a maioria dos trabalhadores artesãos, não recebem qualquer tipo de benefício que a lei dispõe para a categoria. Além disso, a inexistência de relação de emprego dificulta a aplicação da Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994, que dispõe sobre programa de Prevenção de Riscos Ambientas no ambiente de trabalho.

Conclusão

É necessário uma discussão para formação de políticas públicas que trabalhem uma futura adequação dos brinquedos de miriti a uma política sustentável de produção, incluindo, inclusive o uso do pecíolo descartado naturalmente no meio ambiente. Além disso, é importante aplicar critérios de segurança, excluir componentes sintéticos da produção ou, existindo estes, direcionar as peças exclusivamente para o mercado decorativo, fora do alcance do publico infantil.

Os riscos a que os artesãos dos brinquedos de miriti estão expostos são diversos e envolvem desde a exposição a resíduos químicos até permanência em ambiente laboral pouco ventilado e fechado, problemas laborais invisibilizados pelas autoridades públicas da região.

O brinquedo de miriti possui grande valor social, econômico e cultural na região. Eles fornecem mais do que entretenimento, evidenciam a cultura, a identidade dos povos da Amazônia, além de servirem como fonte de renda das famílias ribeirinhas que vivem da extração da palmeira e de artesãos que confeccionam as peças.

No entanto, mais do que enaltecer a riqueza cultural das peças, é preciso que as autoridades reconheçam e discutam as reais condições de trabalho a que estão submetidos os artesãos do brinquedo de miriti, visando futuras ações de melhorias.

Referências

ABNT. Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). NBR 14725-4.2014.

BRASIL. Ministro de Estado do Trabalho. Norma Regulamentadora Nº 15 - Atividades e Operações Insalubres. Portaria MTE n.º 15, DOU de 06/07/1978.

Brasil. MTE. PORTARIA N.º 25, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 (*) (DOU de 30/12/94 – Seção 1 – págs 21.280 a 21.282) (Republicada em 15/12/95 – Seção 1 – págs 1.987 a 1.989)

FERNANDES, Sónia Agosto. **Ecologia e sustentabilidade ambiental no design de brinquedos**. 2011. Tese (Doutorado)- Universidade da B. Interior, Covilhã, 2011.

FONSECA, Janaína Conrado Lyra da; MARCHI, Mary Rosa Rodrigues de; FONSECA, Jassyara Conrado Lyra da. Programa Internacional de Segurança Química: Substâncias Químicas Perigosas

à Saúde e ao Ambiente. In: Organização Mundial da Saúde. Programa Internacional de Segurança Química. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

LOUREIRO, João de jesus Paes. **Da cor do Norte. Brinquedos de Miriti**. Lumiar, 2012.

MORAES, Y. S. **Brinquedo de Miriti e o Desenvolvimento Local no Município de Abaetetuba/PA.** 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais) - Programa de Pós graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PARÁ, Carlos. CONTENTE, Falvio. **Miriti, mão que tecem sonhos.** Editora Marques, 2017.

RIOS, Mary Naves da Silva; JÚNIOR, Floriano Pastore. "Plantas da Amazônia: 450 Espécies de Uso Geral". Biblioteca Central de Brasília, DF (2011). Acesso por EBOOK. Disponível em: <http://leunb.bce.unb.br/acesso em 20/09/2016>.

RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Toxicologia.** Rede e-Tec, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SAMPAIO, Maurício Bonesso; CARRAZA, Luis. **Aproveitamento Integral do Fruto e da Folha do Buriti (Mauritia Flexuosa),** Brasília, 2012.

SHANLEY, Patricia; MEDINA, Gabriel (Ed.). **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica.** Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SILVA, G. V. **Um estudo nas perspectivas ambiental, econômica e cultural na grande romaria do Círio de Nazaré, na cidade de Belém**, Pará, Brasil. 2014. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Universidade do Estado do Pará. 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 08
DESIGUALDADE, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

AÇÕES PARA PROMOVER DIREITO À MORADIA DIGNA ÀS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Bárbara Delazeri[1]
Guilherme Osterkamp[2]
Jamile Maria da Silva Weizenmann[3]
Raiza Betania Halmenschlager[4]

Introdução

O êxodo rural no século XX acarretou o crescimento desenfreado da urbanização nas cidades brasileiras. O Brasil é um dos países que mais cresceu, uma vez que em 50 anos passou do meio rural para a cidade, sendo que oitenta e dois por cento da população mora em centros urbanos. Devido à carência de políticas públicas adequadas, esse acontecimento acabou por sobrecarregar o sistema urbano, trazendo à tona uma série de problemas associados à moradia e infraestrutura urbana. Uma das grandes discussões relacionadas às políticas de habitação se refere ao tipo de posse, podendo ser como propriedade, locação e outras alternativas. (MONTANER, 2021, pg. 213). O direito à moradia deve dispor de diferentes tipos de posse, desde que seja acessível e justo à toda população.

Nesse sentido, é notório que a habitação é um tema de grande relevância que exige atenção e cuidado. Na sua grande maioria, as moradias em questão estão dispostas em áreas irregulares e, em geral, são ocupações informais, construídas pelos próprios moradores, sem qualquer apoio técnico e profissional. Deste modo, acarretam sérios problemas para a saúde e a segurança dessas famílias. Tal situação acaba por gerar grandes lacunas de desigualdade social, associadas principalmente à habitação. Para promover a transformação nas comunidades vulneráveis, o governo brasileiro dispõe da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) com o propósito de ofertar melhorias em suas moradias e impactar na qualidade de vida da população com maior vulnerabilidade. Em algumas cidades brasileiras as iniciativas relacionadas às ações e serviços têm apresentado resultados positivos e significativos, apesar de contarem com poucos recursos e a falta de implementação por parte do poder público.

[1] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Lajeado, RS. Bolsista Projeto Habitar Bem - Univates. Endereço Eletrônico: barbara.delazeri@universo.univates.br.
[2] Mestre e doutorando em Arquitetura pelo PROPAR UFRGS. Professor da Universidade do Vale do Taquari - Univates - Lajeado, RS. Endereço Eletrônico: guilherme.osterkamp@univates.br
[3] Doutora em Arquitetura pelo PROPAR UFRGS. Professor da Universidade do Vale do Taquari - Univates - Lajeado, RS. Endereço Eletrônico: jamile.w@univates.br
[4] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Lajeado, RS. Bolsista Projeto Habitar Bem - Univates. Endereço Eletrônico: raiza.halmenschlager@universo.univates.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fundamentação teórica

A luta pela Reforma Urbana no Brasil iniciou a partir da década de 1960 (BONDUKI, 2014). Este princípio ocorreu em um período no qual a sociedade defendia progresso e transformações, reivindicando reformas estruturais no que se refere ao direito de acesso à cidade para todos. Tal movimento envolvia diversos setores da sociedade, tais como estudantes e profissionais de formação técnica. No entanto, ainda na década de 1960, houve uma mudança importante de rumo no país, marcada na área do direito à moradia pela implantação do Banco Nacional de Habitação – o BNH, uma das primeiras ações do regime militar recém-instalado em 1964 (SANVITTO, 2010). Os anos 1980 foram marcados pelo processo de redemocratização no país, sendo um período de mudanças no qual diversos profissionais, principalmente da área de Arquitetura e Urbanismo, organizaram-se em entidades que buscavam promover o apoio e suporte técnico para projetos de Habitação de Interesse Social. A interação destas entidades possibilitou o diálogo entre a população vulnerável e o poder público, incentivando a criação e realização de programas e projetos habitacionais em formato de mutirão, sendo gerenciados pelas Associações de Moradores e os Movimentos Sociais de Moradia.

A aprovação de duas Leis foi uma importante conquista destas entidades, nos anos 2000, que procuravam a promoção de cidades brasileiras mais justas e iguais a toda população. A Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) responsável por regulamentar os instrumentos de política urbana e, também a Lei Federal 11.888/2008 (Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita), responsável em assegurar a assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda para projetos, construção, reformas e ampliação de habitações de interesse social, confirmando a integralidade do direito social à moradia para todos brasileiros que se encontram nesta situação. Apesar de todas as conquistas legislativas frente a este tema, não há garantias à população de baixa renda de que as políticas públicas sejam executadas sistematicamente no país. Portanto, ainda que haja o movimento constante para se consolidar o direito e o acesso à assistência técnica gratuita na prática, é predominante o número de famílias que vivem em condições inadequadas de moradia, e o seu crescimento acelerado acentua-se a cada ano. Assim, destaca-se que a proteção do direito à moradia está disposta claramente na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), seguida por questões fundamentais, como a educação, a saúde, a alimentação, o lazer, a segurança e a assistência aos desamparados.

> Ingo Sarlet (1998, p.46) considera que os direitos fundamentais são aqueles direitos da pessoa humana que estejam reconhecidos e protegidos no ordenamento jurídico de determinado Estado, via Constituição. (...) *todos os direitos fundamentais são também direitos humanos, "no sentido de que seu titular será sempre o ser humano, ainda que representado por entes coletivos.* (DIMOULIS; MARTINS, 2008, pg. 46).

Segundo dados revisados no ano de 2019 pela Fundação João Pinheiro, o Brasil possui um *déficit* habitacional de 5,8 milhões de moradias. O estudo apresenta uma tendência alarmante de crescimento que resulta em consequências que impactam diretamente a parcela da população que mais necessita desse auxílio. Importante apontar ainda a existência de um grande distanciamento

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entre os profissionais de Arquitetura e Urbanismo e com a parcela da população que mais necessita de apoio técnico, fato este já reconhecido no meio acadêmico, que busca abordar tal tema junto aos projetos e programas de extensão universitária.

Metodologia aplicada

A fim de alinhar as necessidades regionais à extensão Universitária, nasce o projeto Habitar Bem. O objetivo principal do projeto é promover a melhoria na qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social, a partir da união de esforços entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia Civil da Universidade do Vale do Taquari - Univates. O projeto também objetiva promover a compreensão do papel social dos futuros profissionais destas áreas, proporcionando uma relação de diálogo entre os estudantes e a comunidade regional, permitindo desta forma a construção de novos saberes frente à temática de habitação de interesse social e a transformação da comunidade. Desta forma, ao estudar e investigar os fatores principais que interferem na qualidade de vida desta parcela da população, é possível perpassar pelos desafios que se referem ao direito à moradia digna das comunidades vulneráveis, contribuindo para a formação profissional e social do acadêmico.

Por meio de convênios com setores públicos municipais, com a Prefeitura de Lajeado, o projeto dialoga com as atividades da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e da SEPLAN (Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Mobilidade) do Município de Lajeado. As ações são planejadas e organizadas em dois eixos de atuação.

No eixo de "melhoria habitacional", a abordagem das famílias acontece em conjunto com a equipe da SMDS que direciona os casos e demandas de acordo com a ordem de prioridade através dos cadastros de famílias em seu sistema.

Imagem 01 e 02: visitas e levantamentos realizados pelos estudantes e equipe da assistência social.

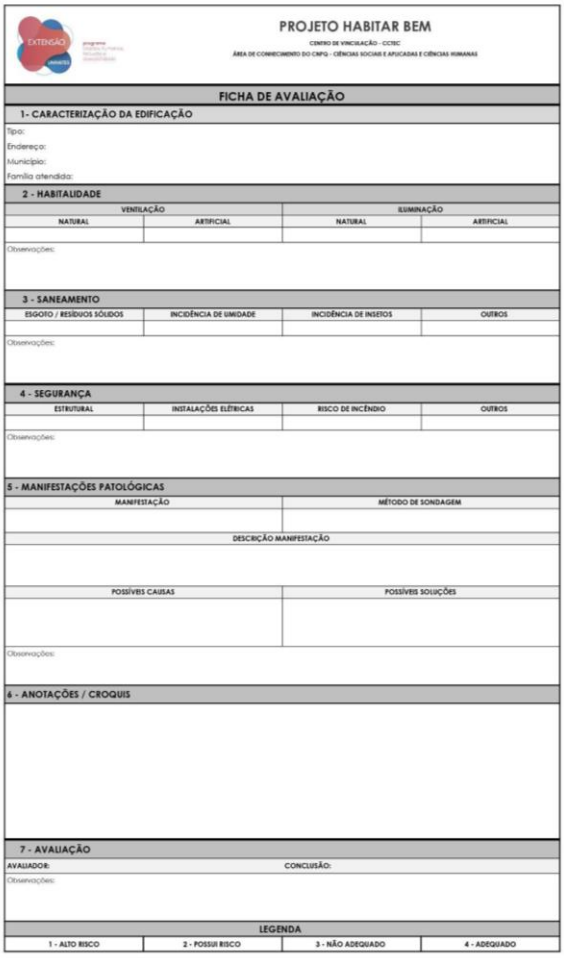
Fonte: imagens produzidas pelo Projeto de Extensão Habitar Bem (2021).

Dessa forma, os estudantes acompanham as equipes de assistência social, junto às famílias e estabelecem um vínculo com a comunidade. Nas visitas são realizados levantamentos, o reconhecimento do local, medições e aplicação da ficha de avaliação. Esta ficha foi desenvolvida

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pelos integrantes do projeto através de estudos e pesquisas, com o propósito de diagnosticar os principais problemas encontrados nas residências durante as visitas. A ficha contém quatro processos de análise, tais como o estado de habitabilidade, saneamento básico, segurança e manifestações patológicas na qual a edificação se encontra. A partir do preenchimento das fichas, cria-se um plano de necessidades e ação, para prosseguir com o andamento do projeto de forma sistemática e objetiva.

Imagem 03: ficha de avaliação e diagnóstico das residências.



PROJETO HABITAR BEM

FICHA DE AVALIAÇÃO

1- CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Tipo:
Endereço:
Município:
Família atendida:

2 - HABITALIDADE

VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO	
NATURAL	ARTIFICIAL	NATURAL	ARTIFICIAL

Observações:

3 - SANEAMENTO

ESGOTO / RESÍDUOS SÓLIDOS	INCIDÊNCIA DE UMIDADE	INCIDÊNCIA DE INSETOS	OUTROS

Observações:

4 - SEGURANÇA

ESTRUTURAL	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	RISCO DE INCÊNDIO	OUTROS

Observações:

5 - MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS

MANIFESTAÇÃO	MÉTODO DE SONDAGEM

DESCRIÇÃO MANIFESTAÇÃO

POSSÍVEIS CAUSAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Observações:

6 - ANOTAÇÕES / CROQUIS

7 - AVALIAÇÃO

AVALIADOR: CONCLUSÃO:

Observações:

LEGENDA

1 - ALTO RISCO	2 - POSSUI RISCO	3 - NÃO ADEQUADO	4 - ADEQUADO

Fonte: documento produzido pelo Projeto de Extensão Habitar Bem (2021).

Outro eixo de atuação é o "auxílio à regularização fundiária" que inicia a partir das demandas repassadas pelo SAJUR (Serviço de Assistência Jurídica Universitária) vinculado ao curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates. O SAJUR se responsabiliza por filtrar e identificar as pessoas atendidas que não possuem recursos financeiros próprios para a contratação do serviço de um responsável técnico para regularizar seu imóvel ou terreno. Após essa seleção o SAJUR aciona o EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Univates) para organizar as ações referente a regularização fundiária ou usucapião. Após o repasse do processo

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aos voluntários e professores envolvidos, são programadas as ações com os estudantes voluntários que acompanham todo o processo, desde a verificação e validação dos levantamentos realizados em campo, até a confecção de memoriais e mapas para registro.

Imagem 04 e 05: ficha de avaliação e diagnóstico das residências.

Fonte: imagens produzidas pelo Projeto de Extensão Habitar Bem (2021).

Resultados e discussões promovidas

Ao inserir o estudante nesta realidade, tem-se possibilitado o reconhecimento das necessidades da população, de modo a compartilhar seus conhecimentos técnicos adquiridos na sala de aula, podendo aplicar os temas abordados de forma prática, além de ter a oportunidade de estabelecer vínculo com a comunidade. A partir dessas vivências, são desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de profissionais mais participativos e engajados nas comunidades vulneráveis, reforçando a importância do papel social do profissional. Além disso, como impacto mais significativo à comunidade, o projeto organizou um banco de doações de materiais para auxiliar nas construções e reformas.

Imagem 06 e 07: depósito de materiais criado pelo projeto.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fonte: imagens produzidas pelo Projeto de Extensão Habitar Bem (2021).

Conclusões

Avaliando os aspectos práticos dos métodos aplicados, o projeto organizou um banco de doação de materiais para auxiliar nas reformas, de forma a promover ações de curto e médio prazo. Outro ponto-chave do desenvolvimento é auxiliar na otimização de processos relacionados às condições das moradias no Município de Lajeado no que se refere à gestão municipal. Ao proporcionar aos estudantes a interação entre diferentes contextos sociais, incentiva o diálogo e percepções de questões importantes ligadas à temática de habitação e saúde residencial. O compartilhamento de conhecimentos e vivências incentiva o empoderamento dos moradores locais e a longo prazo, pretende-se compreender se as ações desenvolvidas e aplicadas conduzem a uma melhoria no bem-estar das famílias impactadas pelo projeto.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder, da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01 - Cem anos de política pública no Brasil.** São Paulo: Unesp, 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Art. 6° emenda constitucional n°64, 2010. Dispõe sobre direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em 10 de novembro de 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). LEI Nº 11.888, 2008. Dispõe sobre assegurar às famílias de baixa renda assistência pública gratuita e altera a Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em 10 de novembro de 2021.

DUARTE, Marise Costa de Souza. **Meio Ambiente e Moradia: Direitos Fundamentais e Espaços Especiais na Cidade.** Curitiba: Juruá, 2012.

MONTANER, Josep Maria. **Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista.** São Paulo: Olhares, 2021.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender…** - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986.** UFRGS (tese). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. UFRGS, 2010.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENSINO À DISTÂNCIA NA PANDEMIA: DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DE PIERRE BOURDIEU

Bruna Vanti da Rocha[1]
Juliberta Alves de Macêdo[2]
Letícia Rios Dias[3]
Marielly de Moraes[4]

Introdução

A pandemia da COVID-19 é a mais séria crise socioeconômica e de saúde pública com impactos globais. Crise que tem salientado e aprofundado desigualdades sistêmicas pré-existentes e com potencial de causar efeitos danosos a longo prazo, impactando a vida de indivíduos e sociedades. Como uma das medidas para contenção da pandemia, as portas de escolas foram fechadas, atingindo cerca de 1,5 bilhão de alunos em todo o mundo, a partir de 30 de março de 2020. No final de julho de 2021, quase 15 milhões de alunos ainda enfrentavam alguma interrupção em seus estudos. Cerca de 180 países relatam que 17 milhões de crianças estariam em risco de abandono ou não matrícula em instituições de ensino. Meninas adolescentes correm maior risco de não voltar à escola em países de baixa e baixa-média renda. Já os meninos têm maior probabilidade de estar fora da escola em países de renda média-alta e alta. Enquanto muitas crianças em países em desenvolvimento e desenvolvidos mudaram, pelo menos parcialmente, para o ensino à distância (EAD), cerca de 100 milhões de crianças adicionais perderam proficiência em leitura abaixo do mínimo devido à pandemia. Além disso, muitos Centros de Educação Profissional e Técnica foram totalmente ou parcialmente fechados durante a pandemia (ONU, 2021).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu e seus colaboradores dedicaram décadas à análise do sistema de ensino, além de observarem outros sistemas educacionais, salientando a distância entre a realidade escolar e os princípios preconizados pelas políticas para a educação. Desse modo, a educação escolar, que está na raiz do movimento republicano e ocupa um lugar privilegiado na constituição das sociedades modernas, é o alvo de quatro de suas principais obras: *Os herdeiros*, 1964 e *A reprodução*, 1970, elaboradas em parceria com Jean-Claude Passeron; *Homo academicus*, 1984; e *A nobreza de Estado*, 1989 (VALLE, 2013).

De acordo com a teoria de Bourdieu, a educação perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Este autor oferece um novo quadro teórico para a análise da educação, dentro do qual os dados estatísticos acumulados a partir dos anos 50 e a crise de confiança no sistema de ensino vivenciada nos anos 60 ganharam uma nova interpretação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Nesta perspectiva, cabe promover a reflexão sobre como o ensino à distância durante a pandemia possibilitou evidenciar ainda mais as desigualdades sociais existentes.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Este trabalho tem como objetivo discutir acerca dos desafios do ensino à distância no Brasil durante a pandemia, a partir da teoria de Pierre Bourdieu.

Desenvolvimento

Entende-se a obra sociofilosófica de Pierre Bourdieu como uma teoria das estruturas sociais a partir de conceitos-chave. Tais conceitos são primordiais nesta discussão sobre o ensino a distância no Brasil durante a pandemia. Os conceitos primários formulados e aperfeiçoados por Bourdieu são o de *habitus* e o de *campo*, teorias que estão interligadas, sendo uma consequência da outra. A estes se agregam outros, secundários, mas não menos importantes, e que formam uma rede de interações (THIRY-CHERQUES, 2006).

Ao se analisar a fundamentação teórica de Bourdieu e as desigualdades sociais evidenciadas pelo modelo de ensino à distância durante o período pandêmico, foi possível apontar alguns elementos da trama que envolve a Educação em tempos de pandemia no Brasil no que diz respeito a *habitus, classes sociais* e os *capitais*.

O conceito de *habitus* adotado por Bourdieu refere-se a um sistema de disposições, modos de perceber, sentir, fazer, pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações. O *habitus* constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente (THIRY-CHERQUES, 2006).

As afinidades de *habitus* são princípios geradores e unificadores de uma coletividade, que retraduzem as características intrínsecas e racionais de uma posição e estilo de vida unitários. Os *habitus* são diferenciados e são diferenciantes, ou seja, operam distinções. O conceito de *habitus* envolve um termo médio entre estruturas objetivas e condutas individuais, considerando que o coletivo/fração da sociedade estão depositados em cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais. O *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um *campo* que circunscreve um *habitus* específico (THIRY-CHERQUES, 2006).

Para Bourdieu, *habitus* refere-se a um *campo*, e se acha entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as ações e as instituições, e as ações visíveis desses atores, que estruturam as relações. O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O *campo* é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (THIRY-CHERQUES, 2006).

O EAD sempre foi motivo de polêmicas e discussões no campo da Educação, gerando um "campo de lutas" entre seus defensores e seus críticos. No entanto, o contexto pandêmico revelou também um "campo de forças", já que muitos professores, mesmo contrários ao EAD, precisaram executar esta modalidade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O *campo* é delimitado pelos valores ou formas de *capital* que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada *campo* é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Segundo Bourdieu, c*apital* refere-se tanto no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. (THIRY-CHERQUES, 2006). Os diversos tipos de capitais em Bourdieu são o *capital econômico*, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o *capital social*, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do *capital cultural* institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

As diferenças entre aula presencial e aula à distância, somadas a realidade de professores despreparados para lidar com o EAD, remete para um olhar à luz do capital econômico. Para Bourdieu (1989), o espaço social é percebido como um campo de lutas onde os agentes (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias se relacionam a diferentes tipos de *capital*, dentre eles o capital econômico, que se traduz na forma de diferentes fatores de produção para fins econômicos, como é o caso do trabalho do professor que passou por grandes mudanças durante o período de isolamento social, muitas vezes impostas pelas instituições de ensino.

Ao longo da pandemia, professores demonstraram-se assoberbados e sobrecarregados, relatando cansaço e até mesmo adoecimento diante do cenário complexo que envolve as aulas online e suas rotinas nas residências. Muitos desprovidos de infraestrutura adequada, com tarefas de trabalho que se somaram às da vida pessoal, além da necessidade de reinventar sua didática. Manter o interesse e motivação dos alunos foi um desafio, pois as aulas online não faziam parte de sua rotina anterior, denotando um *campo* de lutas.

Segundo Bourdieu, todo agente, indivíduo ou grupo, para subsistir socialmente, deve participar de um jogo que lhe impõe sacrifícios. Para o sociólogo, a matriz determinante do indivíduo consiste nas relações entre as condições da existência, a consciência, as práticas e as ideologias. Neste jogo, alguns acreditam-se livres, outros determinados. Contudo, Bourdieu afirma que não somos nem uma coisa nem outra, e sim, o produto de estruturas mais profundas. Temos, pautados em nós, os princípios geradores e organizadores das nossas práticas e representações, das nossas ações e pensamentos. Por este motivo Bourdieu não trabalha com o conceito de sujeito, prefere o de agente. Os indivíduos são agentes à medida que atuam e que sabem, que são dotados de um senso prático, um sistema adquirido de preferências, de classificações e de percepção (THIRY-CHERQUES, 2006).

Pierre Bourdieu denomina sua análise do espaço social de estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista. Deste modo, o sociólogo pretende afirmar que no mundo social existem estruturas objetivas, independentes da consciência e vontade dos agentes, que constrangem e orientam suas práticas e representações (vertente estruturalista); e que há uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e das estruturas sociais, em decorrência dos campos e dos grupos sociais (vertente construtivista). Desse modo, entende que a verdade da interação social nunca está na forma como esta se apresenta à observação, sendo que as

representações e os pontos de vista devem ser sempre reportados à posição dos agentes na estrutura social (MENDES; SEIXAS, 2003).

Assim, a concepção de estrutura de Bourdieu é dinâmica. É a de um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante. Deriva da dupla imbricação entre as "estruturas mentais" dos agentes sociais e as estruturas objetivas ("mundo dos objetos") constituídas pelos mesmos agentes. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo, um sistema generativo autocondicionado — o *habitus* — que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir. Do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nosso *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pelas mais antigas. Percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos (THIRY-CHERQUES, 2006). Percebe-se a formação de um *habitus* ao longo do cenário da pandemia da COVID-19, já que foram necessárias mudanças no espaço social, o que refletiu nas relações, comportamentos e percepções dos indivíduos.

Nesse contexto, para além da modalidade online, o ensino híbrido, solução temporária adotada por várias instituições de ensino, acabou por acentuar o desgaste dos professores. Tal desgaste foi decorrente principalmente da necessidade de cumprirem com responsabilidades para além de sua alçada, como planejar e ministrar aulas nas modalidades online e presencial concomitantemente, além da necessidade de estarem disponíveis para atender demandas dos pais dos estudantes.

A sobrecarga de todos, a redução de salários e de carga horária de muitos (no caso de instituições privadas), permite estabelecermos uma relação com o *capital econômico*, agravada pela pandemia, que envolve exploração e imposição dos dominantes sobre os dominados a partir de relações verticalizadas. Tais relações que de certa forma se apresentavam como naturais e legítimas, mas que se sustentam por meio de uma violência simbólica em função da conservação e reprodução das desigualdades que constituem a sociedade capitalista. Parece que a pandemia acentuou a percepção da classe trabalhadora acerca do domínio muitas vezes perverso exercido pelas instituições.

Bourdieu defende que os agentes e instituições dominantes tendem a inculcar a cultura dominante, de modo a reproduzir o *habitus*, as desigualdades sociais nas maneiras de falar, de trabalhar, de julgar. Desse modo, a família, a escola, o meio não só reproduzem as desigualdades sociais, como legitimam inconscientemente esta reprodução, sendo assim aparelhos de dominação. A desigualdade não reside no acesso ao campo, mas no âmago do próprio sistema. A vida social é governada pelos interesses específicos do campo, sendo que cada campo tem um interesse que é fundamental, comum a todos os agentes. Esse interesse está ligado à própria existência do campo (sobrevivência), às diversas formas de capital, isto é, aos recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais (THIRY-CHERQUES, 2006.).

Outra questão diz respeito à educação/capital social, que segundo Bourdieu (1997) consiste num princípio tão forte quanto o capital econômico, uma vez que o sistema escolar opera na lógica de uma ordem social que separa estudantes considerando seu capital social. Uma realidade de desigualdades enfrentada por escolas e alunos passou a ser evidenciada: escolas carentes de estrutura, sem computador e internet; estudantes sem acesso a equipamentos e conexão, em zonas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

rurais e vulneráveis - o que já era frequente antes da necessidade do EAD e passou a ter suas dificuldades ainda mais acentuadas desde então.

Segundo Bourdieu, o ator da Sociologia da Educação não é nem o indivíduo isolado, consciente, reflexivo, nem o sujeito determinado, mecanicamente submetido às condições objetivas em que ele age. Bourdieu nega radicalmente o caráter autônomo do sujeito individual. Cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). No contexto pandêmico, em que desigualdades sociais foram evidenciadas e ampliadas, para os estudantes de baixa renda que possuem uma bagagem herdada que comporta pobreza e diversas outras situações de vulnerabilidade, ficou ainda mais difícil o acesso à educação no ensino remoto.

É nessa interpretação, assinalada por uma acentuada preocupação em relação ao sofrimento dos menos favorecidos, às desigualdades sociais, à "miséria do mundo", que fez do autor inspiração e guia para diferentes domínios de pesquisa até os dias atuais. Possivelmente um dos domínios mais motivados por sua teoria seja a educação, especialmente na sua forma escolar (VALLE, 2013).

As diferenças entre as estruturas muitas vezes precárias das escolas e as diferenças entre as realidades de vida dos estudantes apontam que a democratização do ensino não consiste em apenas permitir a todos o acesso à escola, independente do meio social destes alunos. Ela está atrelada, segundo Bourdieu e Passeron (1975) a uma linguagem inconsciente privilegiada na escola, que corresponde a uma classe social particular. Aqui levanta-se a questão da desigualdade de acesso no que diz respeito ao ensino remoto. Os estudantes das classes privilegiadas são favorecidos no exercício escolar, já que a linguagem utilizada na escola é também muito próxima da que eles já utilizam em casa (o que inclui o uso do computador e da internet, um computador adequado, condições adequadas com conhecimento prévio de manejo para o acesso).

Já estudantes de classes sociais desfavorecidas acabam por ser prejudicados, uma vez que a linguagem escolar (que se amplia ao acesso e uso da internet e ausência de ambiente e condições adequadas necessárias) exige de sua parte uma aprendizagem e um esforço constantes. Muitas vezes para eles, a vida escolar e a vida familiar se distanciam em vários sentidos e essa distância intensificou ainda mais durante o período da pandemia, visto que muitos não dispõem da estrutura necessária para o acesso e acompanhamento das aulas. Inclusive muitos são desprovidos da ajuda de pais e familiares, tendo em vista que estes não dispõem de tempo para auxiliá-los ou porque precisam trabalhar, ou mesmo por inabilidade ou desconhecimento sobre os conteúdos das aulas, dadas as deficiências relacionadas a sua própria escolarização.

Muito antes de se cogitar a ocorrência de uma pandemia, Freire e Guimarães (2013) no livro "Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação", apontaram a preocupação com o fato de 'se ficar na internet' e a manutenção da desigualdade social. De acordo com Louis, na escola "atual" (já naquele período) havia uma grande diferença reconhecida por professores entre os alunos que têm internet tanto na escola quanto em casa, e aqueles que só a têm na escola. Segundo ele, o risco de permanecer só na internet, mantém a desigualdade no que diz respeito à manutenção do capital cultural, ou seja, "entre duas pessoas que olham a mesma coisa na internet, aquela que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tem o capital cultural mais rico e mais diversificado vai tirar muito mais proveito do que a outra." Considerando Freire e Guimarães (2013, p. 138), deste modo, a internet aumentaria as desigualdades, que é o que temos visto nos tempos de ensino remoto na pandemia.
Segundo Bourdieu (1997, p. 86):

> A acumulação de *capital cultural* desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um *capital cultural* tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do *capital cultural* é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital.

Neste contexto, a partir da teoria de Bourdieu (1997) percebe-se que os dominantes têm os seus valores e se esforçam por fazer os dominados acreditarem que esses são os valores, em geral. Isso nos dá a ideia da dimensão da exclusão que se amplia, por exemplo, na discussão que envolveu a dificuldade de acesso dos estudantes a inscrição/preparativos para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio, pois envolvia dispor de poder aquisitivo. Neste sentido, a instituição escolar, excludente, corrobora com a reprodução tanto da distribuição do *capital cultural* quanto a do próprio espaço social.
Para Bourdieu (1998) o conceito de *capital* busca a compreensão da classificação e funcionamento do mundo social. Deste modo, todos os capitais referidos pelo autor atravessam-se e ligam entre si, fundamentando-se em trocas materiais e simbólicas. Na sociedade atual vemos uma rede de relações implicada com os capitais, que abordamos, em especial, a partir da ideia de capital econômico e cultural.

Por vezes, Bourdieu (1998) destaca que o *capital social* é sustentado por três aspectos: os elementos constitutivos; os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais e as formas de reprodução desse tipo de capital. Se considerarmos que, conforme Bonamino, Franco e Cazelli (2010) o volume de capital social de um indivíduo depende tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar, como do volume das diferentes formas de *capital*, levando em conta a temática da educação em tempos de pandemia, compreende-se que a problemática do EAD corrobora com a manutenção de uma dada posição de *status quo* excludente.

Considerações finais

A pandemia da COVID-19 conduziu os agentes sociais a mudanças estruturais que irão refletir na fragilização dos processos educacionais, podendo gerar consequências a longo prazo na formação profissional, acesso a emprego, renda, condições de vida e saúde desses indivíduos. Assim, percebe-se nitidamente a interrelação entre os *capitais* elaborados por Pierre Bourdieu e a influência das condições do EAD no Brasil ao longo da pandemia.
Conclui-se que na ausência de uma discussão que direcione para um posicionamento coletivo e técnico acerca dos rumos da educação no Brasil, haverá uma precarização ainda maior da formação educacional, subsidiada pelo atual projeto de sucateamento das instituições e das condições de trabalho dos professores.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências Bibliográficas

BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtdFkQ/abstract/?lang=pt Acesso em out 2021.

BOURDIEU, P. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975. (Série Educação em Questão).

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Guimarães. Educar com a mídia [recurso eletrônico] : novos diálogos sobre educação - 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 15–35, 2002.

ONU. Secretary-General's Policy Brief. Investing in Jobs and Social Protection for poverty eradication and a sustainable recovery. 28 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_jobs_and_social_protection_sept_2021.pdf. Acesso em 30 set., 2021.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27–55, 2006.

VALLE, I.R. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1891/189126039020.pdf Acesso em: 02 out., 2021

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A LEI EM CONFLITO COM O ADOLESCENTE: SELETIVIDADE PUNITIVA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO

Fernanda Bottari Lobão dos Santos[1]
Hebe Signorini Gonçalves[2]

O presente trabalho é um recorte de uma dissertação de mestrado e é fruto de um caminho percorrido de anos de pesquisa no Departamento de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (Degase). Adentrei pela primeira vez o sistema socioeducativo em 2014 para participar de um projeto de extensão chamado Parcerias, onde propúnhamos a realização de grupos de encontro que se constituíssem em espaços de liberdade dentro de uma unidade de internação. Após os grupos com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, encontros com os agentes socioeducativos e outros funcionários e idas a audiências de apresentação, me deparei com um trabalho de pós graduação tomando forma. A pesquisa foi realizada durante a pandemia de covid-19 e precisou, portanto, ser atualizada apenas em esfera teórica, onde pude costurar minhas experiências anteriores nas unidades com contribuições sobre seletividade punitiva, a legislação da infância e juventude, a criminalização da pobreza e o racismo estrutural.

Wacquant (2007) propõe o conceito de *gestão da miséria* ao se referir aos processos de criminalização da pobreza no contexto estadunidense a partir da ascensão do neoliberalismo, quando a autorregulação do mercado passou a demandar a gestão da população pobre, que no contexto neoliberal não funciona mais como mão de obra reserva, mas é tida como massa "sem destino", sendo necessário seu isolamento e neutralização, ou seja, prisão e extermínio. O desinvestimento em políticas sociais e o crescimento do Estado penal foi o solo fértil para que a captura dos "consumidores falhos" (BAUMAN, 1998) fosse possível.

O biopoder proposto por Foucault (2000) refere-se à sobreposição de duas tecnologias de poder, combinadas a partir do contexto neoliberal do qual falamos: a técnica disciplinar, visando a docilização dos corpos, e a tecnologia de manipulação da vida, agrupando os efeitos de massa e fluxos para controlar eventos e, assim, pensar a segurança do conjunto com relação aos seus perigos internos. Mbembe (2018) entende o biopoder como o domínio da vida sobre a qual o poder estabelece controle, uma vez que visa a separação daqueles que devem morrer em nome de um aumento da qualidade de vida dos que podem viver.

No mesmo contexto e de maneira interligada, temos a produção do que seriam as *classes perigosas* (FOUCAULT, 2008). A partir de concepções eugenistas, os processos de criminalização vividos por pessoas pretas, pobres e periféricas as levaram a ocupar o espaço de inimigo interno (ZACCONE, 2007). O crime estaria ligado diretamente ao sujeito e ao que se chamou de

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. fernandablobao@gmail.com
[2] Doutora em Psicologia pela PUC-Rio, professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. hebesignorini@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

periculosidade, sem que se levassem em consideração os mecanismos sociais de distribuição de riquezas. A pobreza foi entendida enquanto um desvio moral individual que deveria ser criminalizado, e não um problema social. Construiu-se a noção de que a sociedade estaria em estado de perigo constante com a iminência do cometimento de infrações por esses sujeitos.

Thompson (1998) estudou a população que responde por crimes para discutir a criminalização da pobreza, afirmando que apesar de haver uma quantidade considerável de infrações cometidas, o total de delitos praticados é muito maior do que temos conhecimento. A brecha entre os crimes cometidos e os registrados foi denominada *cifra oculta* e levou o autor a concluir que não se trata da gravidade do ato praticado, mas de quem o praticou.

> Não é por acaso e nem por coincidência que as vítimas desse abuso de poder (…) sejam, quase sempre, cidadãos das classes marginalizadas e subalternas. São os deserdados da lei, nascidos para cumprir um destino sem esperança e sem expectativa, sobre os quais se abate, por isso e para isso, uma violência cotidiana (THOMPSON, 1998, pp. 25-26).

Observamos os processos de criminalização e de criação de "inimigos internos" no contexto brasileiro a partir de construções midiáticas que reforçam ideologias racistas e elitistas no tratamento da criminalidade, construindo a ideia de cidade sitiada, objetificando a manutenção de um Estado penal forte, com estratégias de exclusão e controle social da população pobre.

> Entre nós, o quadro da insegurança foi pintado com o sangue dos pobres e das classes historicamente discriminadas devido à imensa produção de subjetividades que associam essa sensação permanente de insegurança à questão da violência urbana que assola as maiores cidades do Brasil (RODRIGUES, 2009, p. 39).

Batista (2010) argumenta que, ao falarmos de América Latina, devemos pensar o conceito foucaultiano de "instituição de sequestro" de forma expandida, onde todo o continente é um território de sequestro formado a partir da lógica colonial. Os jovens, especialmente pretos, periféricos e pobres, são alvos prioritários desse controle, sendo entendidos constantemente enquanto inimigos internos.

O estereótipo *menor* ilustra o processo de criminalização da juventude brasileira, sendo herdado de legislações passadas e, mesmo superado há mais de três décadas, ainda é usado pela mídia e pelo senso comum para justificar ações higienistas e de captura. O perfil do *menor infrator*, aquele distante da escola, negligenciado ou abandonado pela família e envolvido com drogas ilícitas, é o sujeito classificado enquanto potencialmente criminoso mesmo antes de cometer algum delito.

A justiça para os adolescentes sempre foi a parte mais sensível do sistema, pois exerce a seletividade e o punitivismo com roupagem de tutela e protecionismo. As políticas ditas de proteção, sustentadas pela Doutrina da Proteção Integral proposta pelo ECA, atuam também visando o controle social. Proteção e socioeducação, portanto, podem ser vistas enquanto faces da mesma moeda, tanto por lidarem com a mesma população, como por atuarem enquanto medidas de segurança, e não prioritariamente de educação e assistência. Platt (1969) narra a história estadunidense das políticas de assistência e do salvacionismo enquanto ferramentas fundamentais para a captura e punição de jovens da época, nos alertando para essa lógica perversa do punitivismo trajado de assistencialismo e proteção.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Contextualizando o campo: a legislação atual

A Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foram sancionados após lutas e reivindicações da sociedade civil no contexto de redemocratização e inauguraram a noção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem ser prioridade na atenção do Estado e da sociedade. A Doutrina da Proteção Integral, garantida pelo ECA, substitui a Doutrina da Situação Irregular, proposta pelos Códigos de Menores (sancionado em 1927 e reformulado em 1979).

De acordo com o ECA e a Constituição Federal, o adolescente, sujeito entre 12 e 18 anos incompletos, é penalmente inimputável, ou seja, não pode ser julgado criminalmente. Sendo assim, quando comete um ato análogo a um crime ou infração penal, estamos tratando de um ato infracional, que pode receber uma medida socioeducativa, e não uma pena.

As medidas socioeducativas têm por finalidade a responsabilização, a integração social, a garantia dos direitos individuais e sociais do adolescente e a desaprovação do ato infracional cometido. De acordo com o Sinase (2012), o objetivo das medidas deve ser a reparação, e não a punição do adolescente. A legislação garante também que o único direito que pode ser restrito é o de liberdade. Os demais seguem assegurados por lei.

Seis medidas socioeducativas estão previstas no ECA, em seu artigo 112. Da mais branda para a mais gravosa, são elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. No presente estudo, trataremos da medida de internação, por se tratar da mais gravosa e por seu caráter excepcional. Durante sua validade, o adolescente deve permanecer dentro da unidade socioeducativa, podendo sair apenas em caso de atividades e quando acompanhado pelos funcionários do sistema.

A medida socioeducativa, por se diferenciar da pena, não comporta prazo determinado, devendo ter sua aplicação reavaliada no máximo a cada seis meses. A reavaliação não deve se basear no ato infracional ao qual o adolescente responde, mas na sua situação atual, de acordo com os relatórios da equipe técnica que o acompanha. Em audiência de reavaliação, a juíza da Vara de Execuções Socioeducativas decide pela manutenção ou aplicação de outra medida. O prazo máximo da manutenção de cada medida socioeducativa é de três anos.

O ECA, em seu artigo 122, e o Sinase, em seu artigo 42, estabelecem as condições para a aplicação da medida de internação, que "em nenhuma hipótese será aplicada" havendo outra medida adequada. A autoridade pode decidir pela internação em caso de ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração de atos graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anterior (neste caso, a duração da medida é de no máximo três meses).

A medida de internação deve ser cumprida em unidade exclusiva para adolescentes e em local distinto das unidades de acolhimento. O ECA também garante que atividades pedagógicas sejam obrigatórias. Além do direito à escolarização, outros também são tratados nas legislações, onde a dignidade da pessoa humana é colocada em destaque. Em suma, o único direito do qual o adolescente fica privado é de sua liberdade, não podendo sofrer qualquer outro tipo de restrição durante a aplicação da medida.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

É necessário pontuarmos que a medida de internação não é, ou não poderia ser, aplicada enquanto forma de punitivismo. A lógica punitivista nos quer fazer crer que a privação de liberdade significa uma privação ampla de direitos, mas não é. A construção midiática e discursiva apresenta os direitos garantidos aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como regalias, mas trata-se de direitos garantidos em lei.

O adolescente suspeito de cometimento de ato infracional só poderá ser apreendido em flagrante ou com mandado de busca e apreensão expedido pelo juízo da área. No Rio de Janeiro, após a apreensão, é feito o encaminhamento à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), exclusiva para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Depois, ele é encaminhado ao Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP), onde terá sua audiência de apresentação. Na capital do Rio de Janeiro, as audiências ocorrem no turno da tarde. Pela manhã, o adolescente é ouvido pelo Ministério Público, pela Defensoria e por um membro da equipe técnica, sendo este um psicólogo ou assistente social vinculado à Vara da Infância e Juventude (VIJ). O relatório técnico produzido pelo profissional será anexado ao processo e lido em audiência, quando o juiz decide se o adolescente aguardará sua audiência de continuação em liberdade ou em internação provisória no Degase. Em qualquer dos casos, a audiência de continuação será agendada com o prazo máximo de 45 dias.

Na audiência de apresentação, feita na VIJ, o juiz decidirá pela remissão do processo, ou seja, um perdão judicial, ou pela aplicação de medida socioeducativa. Com a aplicação de uma medida em meio aberto, o adolescente é encaminhado a um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Com uma medida de restrição ou privação de liberdade, ou seja, semiliberdade ou internação, ele é levado ao Degase, órgão estadual vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) responsável pela execução das medidas de restrição e privação de liberdade no Rio de Janeiro.

Os processos analisados: a seletividade punitiva em prática

A pesquisa de campo do presente trabalho foi realizada na Vara da Infância e da Juventude, localizada em Santo Cristo, na Zona Portuária do Rio de Janeiro. A coleta dos documentos foi feita através do programa DCP, utilizado pelas equipes técnicas e operadores de direito das diversas varas, que guarda informações sobre as audiências de apresentação e de continuação da vara pesquisada. Para o acesso ao DCP e à Vara da infância e Juventude, uma carta de solicitação foi apresentada à juíza titular, com explicações sobre o projeto de pesquisa, e nos foi autorizado o acesso aos dados sigilosos. A coleta se deu a partir da leitura de relatórios técnicos acerca das audiências de apresentação, dos quais coletávamos dados para o preenchimento de uma ficha previamente elaborada.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

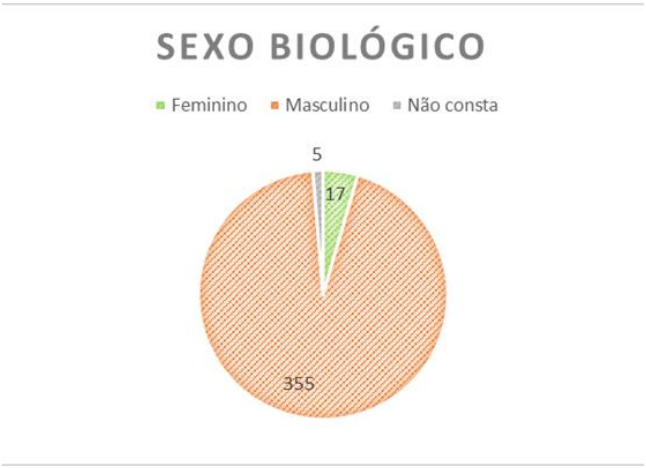


Figura 1 - Sexo biológico (gráfico de autoria própria)

Os dados referem-se ao período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019. A análise de todos os processos de um ano não foi viável devido ao número elevadíssimo de casos, o que também nos chamou atenção enquanto dado de pesquisa. Decidimos, então, com vista na confiabilidade da pesquisa, selecionar as primeiras segunda, terça e quarta feira de cada mês do período. Decidimos por esse método, e não a análise de um mês em sua totalidade, por entendemos que os atos infracionais, o formato da intervenção policial e o número de apreensões variam de acordo com o mês. As operações de verão, por exemplo, garantem historicamente um aumento expressivo de apreensões em comparação com outros meses. O número de adolescentes que passaram por audiência de apresentação em julho foi de 16, em comparação com 60 jovens em março.

No total, no período analisado, foram coletados dados acerca de 401 processos, referentes a 377 adolescentes acusados, uma vez que alguns jovens responderam por mais de um processo no período. Os dados sobre os relatórios técnicos e o ato infracional, por exemplo, foram analisados com base no número total de processos (401), enquanto os dados referentes aos adolescentes, como idade e sexo biológico, foram vistos com base no número total de jovens (377).

O número de adolescentes do sexo masculino apreendidos é expressivamente maior do que o feminino, apesar do aumento de apreensões de pessoas do sexo feminino. Do total, 355 (94,2%) adolescentes são do sexo masculino e 17 (4,5%), do feminino. Em 05 casos (1,3%) o sexo biológico não foi identificado.

Nestes 05 casos, os dados do sexo biológico foram obtidos através da análise do nome registral contido no processo, o que nos aponta a falta de investimento institucional e político na discussão de gênero. Sabemos da existência de pessoas transgêneras nas unidades socioeducativas do Rio de Janeiro e reforçamos a urgência do debate. Por conta da falta de informações disponíveis no meio pesquisado, este tema – apesar de relevante - não será aprofundado na presente pesquisa.

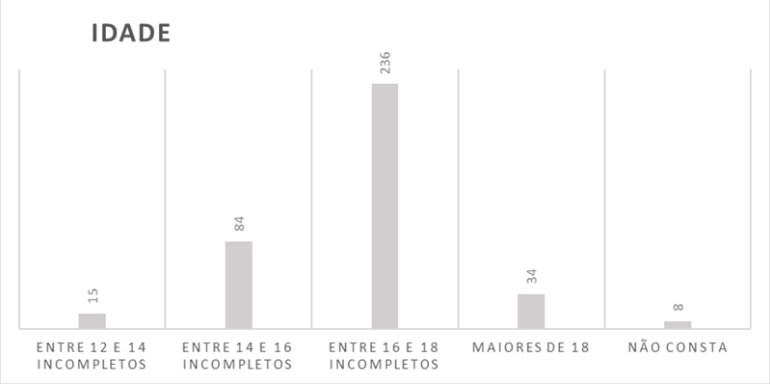


Figura 2 - Idade (gráfico de autoria própria)

A maior parte (62,6%) dos adolescentes pesquisados está na faixa dos 16 aos 18 anos de idade, totalizando 236 jovens. Entre os 12 e 14 anos incompletos há um total de 15 (4%). Entre 14 e 16 anos incompletos, 84 adolescentes (22,3%). Maiores de 18 anos, 34 (9%) Ainda há 8 adolescentes cuja idade não consta no processo.

Os projetos de lei e debates que defendem a redução da idade penal se mostram ainda mais perversos ao ponderarmos que a maior parte dos adolescentes apreendidos seriam capturados pelo sistema prisional, o que resultaria em um crescimento ainda maior da população carcerária. A juíza titular da VIJ se posiciona publicamente contrária ao projeto, inclusive, pela mesma razão aqui citada.

O objetivo político parece ser encarcerar cada vez mais e cada vez mais cedo. Defender ao menos a manutenção da idade penal se mostra um movimento de resistência à captura e controle dos nossos adolescentes. Rejeitar essas propostas é rejeitar a hiperlotação de um sistema prisional já superlotado, é defender o tratado internacional de atenção especial aos sujeitos em condição de desenvolvimento e é garantir o direito à educação e profissionalização dos jovens. A manutenção da idade penal aos 18 anos é promoção de redução de danos e, assim, se apresenta enquanto medida fundamental para a defesa de direitos já previstos em lei.

Não é possível falar de seletividade punitiva e de privação de direitos básicos sem atentarmos ao atravessamento racial, primordial ao debate em um país fundado a partir da escravização de corpos pretos (BORGES, 2019). Os dados do IBGE (2017) mostram que, em 2016, a população brasileira era composta de 44,2% brancos, 8,2% pretos e 46,7% pardos. Esses dados são de interesse para o perfil que apresentamos a seguir, uma vez que permitem a comparação entre os dados nacionais e os dados coletados na pesquisa. Sinalizamos que, diferente do IBGE, as respostas que apareceram no perfil no DCP são: amarelo, branco, negro e pardo.

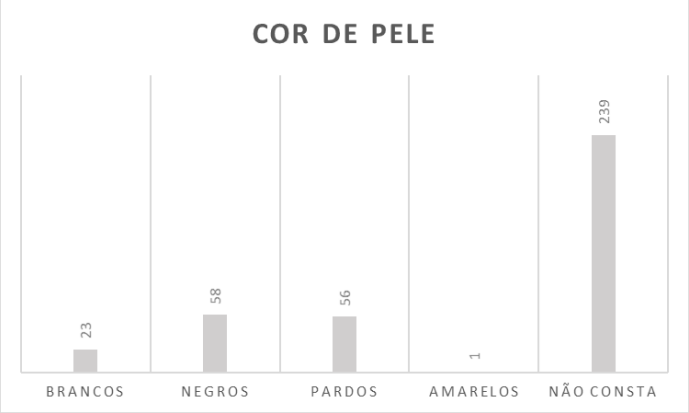


Figura 3 - Cor de pele (gráfico de autoria própria)

Os processos analisados contam com uma escassez de dados raciais: do total de 377 adolescentes, sobre 239 (63,4%) não há tais informações. Das 138 fichas com dados acerca da cor da pele do adolescente, 58 (15,4% do total) constam como negros, 56 (14,9%) como pardos e 23 (6,1%) como brancos. Há apenas um adolescente identificado como amarelo. Sendo assim, dos 146 casos com identificação racial nos processos, 115 (78,8%) correspondem a jovens não brancos.

Entendemos que o racismo é base fundante para a seletividade punitiva no Brasil. O racismo é um processo sistêmico e, assim, se relaciona com a organização social a partir da construção do que é ser negro e do que é ser branco, vivenciada a partir de privilégios estabelecidos. Góes (2016) afirma que o racismo é uma prática ideológica que estrutura e projeta instituições, valores e atos de forma excludente e violenta por parte de um grupo social-racial que se considerou superior. O racismo, segundo Almeida (2019), é estrutural e estruturante, habitando nossas relações, construções sociais e a forma de organização da sociedade.

A ausência de dados raciais em diversas esferas, inclusive observada no sistema judiciário, e de debates sobre o racismo, é das estratégias mais efetivas para a manutenção da discriminação racial, uma vez que permite que o funcionamento racista das instituições sequer seja mencionado. Podemos entender que há um silenciamento do tema em âmbito jurídico, acadêmico e social. Omitir o recorte racial em debates, inclusive sobre a apreensão de adolescentes, é fingir que o dado não é importante. Deixar de preencher a lacuna referente à cor daquele que é capturado pelo sistema judicial é fomentar um sistema de controle social cujo alvo são pessoas pretas, uma vez que a denúncia permanece impossibilitada por conta da omissão.

A falta de dados anda de mãos dadas com o silenciamento teórico da questão racial, funcionando também enquanto instrumento de propagação da ideia de que vivemos uma "democracia racial". Será que nós, psicólogos, não notamos a cor daqueles sentados à nossa frente? Será que não notamos a cor dos rostos grudados nas grades dos alojamentos de instituições de privação de liberdade? Nós, profissionais brancos que atuamos em sistemas de controle cujo alvo são as populações pretas, precisamos dar conta de não nos encobrirmos com esse silenciamento.

A inserção social do adolescente acusado de ato infracional se apresenta como justificativa para a aplicação de medida socioeducativa. A privação de liberdade seria, portanto, uma tentativa excepcional de promoção social de um jovem cujos direitos foram privados até então. Em outras

palavras, para aquele adolescente que não frequenta a escola e/ou não exerce atividade remunerada e, mais importante, encontra-se abandonado pela família e sem responsáveis, o Estado atuaria de maneira tutelar e protetiva. A socioeducação serve, em teoria, para a reinserção, reeducação e reestruturação do adolescente.

Na prática, os dados a seguir nos mostrarão que a construção do senso comum de um adolescente abandonado e sem inserções sociais é fictícia. A aplicação de uma medida de privação de liberdade implica na suspensão ou rompimento de uma inserção social já existente. Em outras palavras, privar o sujeito de sua liberdade a partir de uma desculpa tutelar é tirar toda sua possibilidade de criar e de viver suas próprias redes de inserção social.

Figura 4 - Estuda atualmente? (gráfico de autoria própria)

Do total de 377 adolescentes, 145 (38,5%) declaram estar estudando, enquanto que 219 (58,1%) afirmam não frequentar a escola no momento em que foram apreendidos.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, afirma a educação como dever do Estado; a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, garante "a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". O ECA garante também, em seu artigo 53, o direito à educação e à qualificação para o trabalho, com igualdade de condições de acesso e permanência, para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

A discussão sobre a não permanência no sistema educacional é proposta por nós a partir da responsabilização estatal, e não a partir de uma visão individualista de culpabilização do estudante e de sua família. Por ser obrigatória, a educação básica é responsabilidade do Estado, que deve ser cobrado pelo número expressivo de jovens que não estão frequentando a escola.

O exercício de atividade remunerada aparece também enquanto dado de inserção social, uma vez que a lógica de acúmulo de capital funciona no sentido de valorização do trabalho, mesmo quando se trata de adolescentes. Vale mencionar que a cobrança social pela entrada no mercado de trabalho na adolescência é destinada sobretudo às camadas pobres, uma vez que aos jovens ricos a expectativa (e por que não, a torcida?) é pela educação superior.

Figura 5 - Exerce atividade remunerada? (gráfico de autoria própria)

Do total de 377 adolescentes, 185 (49,1%) dizem exercer atividade remunerada no momento da apreensão, enquanto 165 (43,8%) afirmam que não trabalham.

Estar trabalhando significa desempenhar qualquer atividade, autônoma ou não, formal ou informal. Grande parte dos adolescentes afirmaram auxiliar pais ou familiares em funções como pedreiro ou lava a jato; outros trabalham como camelô, vendem balas ou exercerem atividades similares. Alguns trabalham em lanchonetes, oficinas, mudanças e outras empresas, ou no comércio. Poucos adolescentes relatam trabalhar como Jovem Aprendiz, o que indica a necessidade de investimento estatal no programa.

O mesmo senso comum que nos ensina que os adolescentes apreendidos não estão inseridos socialmente em ambientes escolares e no mercado de trabalho, precisando de intervenções estatais e judiciais, nos afirma que esses jovens são abandonados pelas suas famílias e que vivem sozinhos. Os processos de criminalização, baseados na lógica menorista, criaram o estereótipo de adolescentes *perambulando*, ou seja, *soltos* pelas ruas sem qualquer responsável e figura de cuidado, forjando noções de famílias desestruturadas, desorganizadas ou ausentes. Os dados conflitam com esses estereótipos.

Figura 6 - Com quem vive? (gráfico de autoria própria)

A maior parte desses adolescentes vive com mãe e/ou pai, totalizando 262 (69,5%). Importante mencionar que, apesar dos relatórios técnicos sinalizarem mãe e/ou pai, a maior parte dos adolescentes vivem em famílias monoparentais femininas. Os que vivem com avós ou outros familiares somam 65 (17,2%); 14 (3,7%) dividem a residência com um/a companheiro/a; 7 (1,9%) adolescentes relataram viver sozinhos; 4 (1,1%) estavam acolhidos em instituições de acolhimento e outros 7 (1,9%) se encontravam em situação de rua.

Batista (2010) afirma que as "ilusões re", ou seja, as ilusões de reinserção, reestruturação e ressocialização ensaiam boas desculpas para o controle diferencial das ilegalidades, colocando certas populações como alvos de políticas de captura e controle social em nome de proteção e tutela. A ideia dos "res" inverte a própria lógica do funcionamento punitivo, que se inicia com os "des": desclassificação, dessocialização e desintegração.

Como já vimos anteriormente, a exclusão de camadas da população se relaciona com a lógica do capital e o biopoder. A seletividade punitiva opera a partir de práticas discursivas, onde as construções sociais e os estereótipos servem para justificar o injustificável – que aqui seriam as privações de liberdade em massa e, inclusive, o extermínio dessas populações. A produção midiática constrói um contexto de cidade sitiada e defende o punitivismo enquanto forma de resolver conflitos sociopolíticos. Sendo assim, a letra morta da legislação é sobreposta por práticas discursivas com maior peso e corpo, que definem o que será feito na prática no que diz respeito à aplicação das leis.

A instituição do NAAP, ocorrida em 2016 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), exemplifica a questão proposta. Antes da sua criação, o adolescente acusado de cometimento de ato infracional era encaminhado pela DPCA ao Degase, onde permanecia entre três e quatro dias até ser apresentado ao MP e à juíza. O NAAP atenderia, então, a uma determinação do ECA, que prevê a realização de uma audiência de apresentação logo após a apreensão do adolescente, no prazo máximo de vinte e quatro horas, evitando a aplicação desnecessária de internações provisórias.

Figura 7 - Liberações e internações provisórias (gráfico de autoria própria)

Entre os 377 adolescentes analisados, 296 foram encaminhados para a internação provisória e apenas 79 puderam aguardar sua audiência de continuação em liberdade. Os números alarmantes de decisões por internação provisória, ao contrário do anunciado, nos apontam um enraizamento da lógica punitivista na sociedade, que acredita na privação de liberdade como via de promoção da justiça.

Apresentado enquanto ferramenta importante para que o sistema funcione com rapidez, o NAAP infelizmente não evita que a maior parte dos adolescentes passe por internações provisórias, uma vez que a lógica do direito é mais moral-punitivista do que ética. O problema em si não é o NAAP, cujo funcionamento está previsto legalmente, mas as operações do judiciário, e as exigências do senso comum, que atuam em prol do punitivismo.

A lógica punitiva atua no sistema socioeducativo com foco principal no julgamento do ato em si, e não nos recursos coletados pelos adolescentes para sua vida adulta. Como visto anteriormente, as internações provisórias não parecem ter como objetivo a inserção social ou a promoção de igualdade, alinhando-se ao punitivismo social e à lógica de captura em nome da garantia de direitos. Sendo assim, o ato infracional aparece enquanto dado importante, recebendo atenção especial no processo judicial.

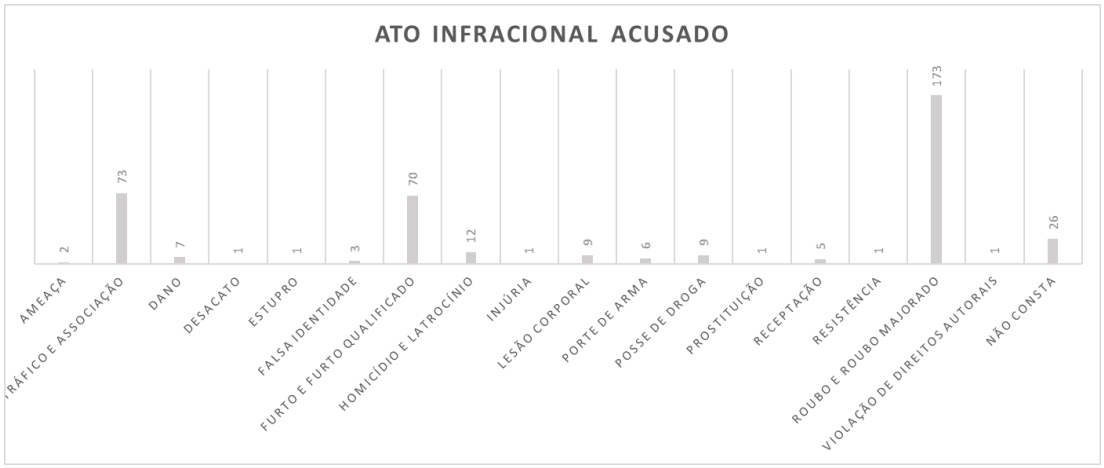


Figura 8 - Ato infracional acusado (gráfico de autoria própria)

A maior parte dos adolescentes estava sendo acusada de ato infracional análogo ao roubo ou roubo majorado, totalizando 173 (45,9%) casos. Houve 73 (19,4%) processos de atos análogos ao tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes e 70 (18,6%) processos de atos análogos ao furto e furto qualificado. Alguns dos atos infracionais estão vinculados a poucos processos, como os análogos ao desacato e à ameaça. Atos infracionais considerados mais gravosos, como os análogos ao homicídio e latrocínio, são menos frequentes. Do total de 401 processos, 12 foram registrados como atos análogos a homicídio ou latrocínio, representando 3,2% dos processos. Apenas um (0,3%) caso de estupro foi analisado.

A movimentação do sistema para emissão de mandado de busca e apreensão e a própria busca policial que visa a apreensão do adolescente dizem sobre a seletividade punitiva. O investimento

de recursos públicos não intenta o combate às práticas *per si*, mas o controle social e a captura de uma população selecionada: jovens pobres, pretos e periféricos.

A investigação da reiteração do ato infracional é uma forma adicional de atuação da seletividade punitiva. Para mapear uma possível reiteração, o profissional técnico é encarregado de perguntar ao adolescente se ele já foi apreendido anteriormente, o que seria dispensável, uma vez que é possível identificar rapidamente a informação no sistema. Entendemos, então, que não se trata de colher o dado, mas de verificar o posicionamento do adolescente sobre o ato infracional acusado no processo atual, e sobre sua própria história de vida. Se o jovem já passou pelo sistema anteriormente, infere-se que ele provavelmente seja culpado pelo ato que o levou à presente apreensão. Em outras palavras, ao admitir ter sido alvo de processo anterior, é como se estivesse se declarando culpado do ato infracional de que é acusado nesse processo. Obviamente essa relação não é admitida no corpo do processo, mas serve para conduzir o jovem ao lugar de "perigoso". O relatório técnico, portanto, se aproxima muito de um exame criminológico, tratando a existência de uma passagem anterior como uma construção de *carreira criminal*. A própria pergunta colocada pelos profissionais técnicos ("é a sua primeira passagem?") nos leva a crer que haverá necessariamente uma segunda vez, como se não fosse possível haver uma única passagem pelo sistema.

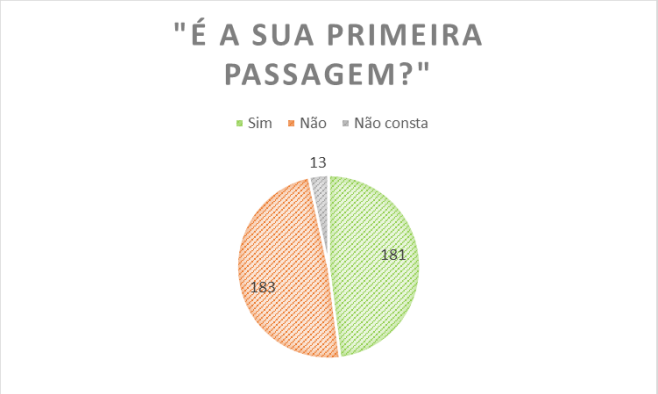


Figura 9 - "É a sua primeira passagem?" (gráfico de autoria própria)

Problematizamos a pergunta e o modo como ela parece ser usada para sustentar possíveis decisões judiciais pela internação provisória. Os números mostram o vaticínio da reiteração do ato: 181 (48%) dos adolescentes já haviam sido apreendidos anteriormente, enquanto 183 (48,5%) estavam vivenciando sua única passagem.

Considerações finais: a lei em conflito com o adolescente

Escrevemos a conclusão do presente artigo não com o objetivo de finalizar questões anteriormente levantadas, mas de colocá-las em movimento, mantendo-as em aberto e desejando que sejam discutidas nos espaços mais diversos. Enquanto psicólogas, reafirmamos a importância do tema da criminalização e da luta antipunitivista, em nome do nosso Código de Ética (2005),

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que nos determina uma prática alinhada com os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos: liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano.

Propomos a inversão do termo *adolescente em conflito com a lei* ao nos questionarmos de que natureza é esse conflito. Todos os dados aqui apresentados apontam para a seletividade punitiva enquanto um processo produzido a partir de uma gama de fatores que resultam na apreensão, criminalização, encarceramento e extermínio de uma população delimitada: pobres, pretos e periféricos/favelados. Se a própria concepção de quem é criminoso se baseia em práticas racistas e eugenistas e visa a captura desses sujeitos, como dizer que o adolescente que está em conflito com a lei?

A disputa proposta se apresenta no campo prático com o cabo de guerra historicamente colocado: socioeducação é educação ou segurança? Não há um consenso quanto a essa questão, que é constantemente recolocada em espaços de debates, de conversas com funcionários, da academia e em disputas políticas, como a mudança de nomenclatura de agentes socioeducativos para agentes de segurança socioeducativos e as lutas da categoria pelo porte de armas.

A medida socioeducativa, segundo a legislação, tem caráter educativo e de responsabilização, o que não significa atender à lógica punitiva, embora o faça de forma frequente. A narrativa de muitos juízes de que a aplicação de medida seria uma "chance" ou "oportunidade" para que o adolescente possa "mudar de vida" é uma mistura entre a proposta educativa e perspectiva punitiva. Em nome de uma legislação que diz da responsabilização, atuamos em prol no punitivismo. Com a desculpa de que se trata de educação, a privação de liberdade se justifica.

A socioeducação é o que a fazemos ser, uma vez que a prática discursiva se mostra mais determinante do que as previsões legais. Socioeducação é prática política e ética da sociedade civil, polícia, escola, família, justiça, Degase e universidades. Acreditamos que o fazer socioeducativo mais próximo a ideais educacionais e libertadores, e não de um alinhamento com a segurança e o punitivismo, se dê a partir da expansão de espaços de debates para pensarmos e movimentarmos nossas práticas, traçando limites, objetivos e funcionamentos. Defendemos aqui uma socioeducação da emancipação e autonomia, e não como resposta ao clamor público por apreensões e aniquilamento de potências.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural.* São Paulo: Polén, 2019.

BATISTA, V. M. Adeus às ilusões re. In: COIMBRA, C. M. B., AYRES, L. S. M., NASCIMENTO, M. L. *Pivetes:* encontros entre a psicologia e o judiciário. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2010, p. 195-199.

BAUMAN, S. *O mal-estar na pós modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Polén, 2019

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BRASIL. *Lei nº 6.697*. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em: 10 de julho de 2020.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 07 de agosto de 2021.

_____. *Lei nº 8.069*. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 10 de julho de 2020.

_____. *Lei nº 12.594*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 10 de julho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, 2005. Disponível em: <site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2021.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas:* uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____, M. Aula de 25 de janeiro de 1978. In: _____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 73-116.

GÓES, L. *A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues*: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

IBGE. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em: 20 de julho de 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3ª ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PLATT, A. *The child savers:* the invention of delinquency, 1969.

RODRIGUES, R. C. *O estado penal e a sociedade de controle:* o Programa Delegacia Legal como dispositivo de análise. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

THOMPSON, A. *Quem são os criminosos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998.

WACQUANT, L. *Punir os pobres:* a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 3a ed, 2007.

ZACCONE, O. *Acionistas do nada:* quem são os traficantes de drogas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MELHORIAS SANITÁRIAS EM HABITAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA INTERFACE ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/RS

Raiza Halmenschlager[1]
Guilherme Osterkamp[2]
Bárbara Delazeri[3]
Jamile Weizenmann[4]

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas-ONU[5] abordam os maiores problemas enfrentados mundialmente para um crescimento sustentável. O sexto objetivo, denominado Água potável e saneamento, possui o propósito de assegurar acesso de saneamento básico a todas as moradias. Entretanto, no Brasil, o acesso à água ainda é um problema enfrentado por uma parcela considerável da população. Observa-se que muitas famílias vivem em condições precárias, sem estruturas básicas de saneamento em suas residências.

Diante desta realidade surgiu o programa "Nenhuma Casa sem Banheiro", uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), que visa beneficiar cerca de 11 mil famílias gaúchas de baixa renda com projetos de melhorias habitacionais. Este programa é desenvolvido no município de Lajeado em parceria com a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Alto Taquari (SEAVAT) e a Prefeitura Municipal. A ação também conta com o apoio do projeto de extensão Habitar Bem da Universidade do Vale do Taquari - Univates.

Fundamentação teórica

A relação entre saúde e moradia já é tratada há muito tempo, como pode-se exemplificar com o Movimento Sanitarista do final do século XIX, onde muitos cortiços foram demolidos, devido às suas condições de habitabilidade, e vias foram abertas e alargadas para melhorar a ventilação e

[1] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Lajeado, RS. Bolsista Projeto Habitar Bem - Univates. Endereço Eletrônico: raiza.halmenschlager@universo.univates.br
[2] Mestre e doutorando em Arquitetura pelo PROPAR UFRGS. Professor da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, RS. Endereço Eletrônico: guilherme.osterkamp@univates.br
[3] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Lajeado, RS. Bolsista Projeto Habitar Bem -Univates. Endereço Eletrônico: barbara.delazeri@gmail.com
[4] Doutora em Arquitetura pelo PROPAR UFRGS. Professora da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, RS. Endereço Eletrônico: jamile.w@univates.br
[5] fonte

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

insolação das edificações. A partir disso, é notório que a casa, ou as condições desta, podem afetar diretamente na saúde de seus moradores, seja no acesso de água potável, tratamento do esgoto sanitário, proliferação de vetores que pode ocorrer por umidade ou conservação inadequada de alimentos, além do dimensionamento inadequado de ambientes, ventilação e insolação destes

> Mais de um bilhão de habitantes na Terra não têm acesso à habitação segura e a serviços básicos. No Brasil, as doenças resultantes da falta ou de um inadequado sistema de saneamento, especialmente em áreas pobres, têm agravado o quadro epidemiológico (BRASIL, 2006).

Historicamente, podemos fazer referência à Constituição Federal 1988, que dispõe sobre a proteção do direito à moradia, expressa principalmente no Artigo 6º da Constituição, ao lado de questões fundamentais como alimentação, saúde e educação. A habitação é um tema de grande relevância sendo que as moradias em áreas irregulares, as ocupações informais, ou em áreas de risco, bem como as condições das casas que por vezes são construídas pela própria família, revelam problemas que demandam atenção.

A cidade se configura como palco para múltiplas relações e vivências. Também nesse espaço ocorrem diversos problemas que afetam a vida dos habitantes, sendo um dos principais o tema da habitação. Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2017), 44% da população brasileira vive sem saneamento básico. Na cidade de Lajeado, a situação não é muito distinta, possuindo um índice semelhante ao nacional.

> [...] o direito a um meio ambiente sadio salvaguarda a própria vida humana sob dois aspectos, a saber, a existência física e a saúde dos seres humanos, e a dignidade desta existência, a qualidade de vida que faz com que valha a pena viver. O direito a um ambiente sadio, desse modo, compreende a ampliação do direito à saúde e o direito a um padrão de vida adequado ou suficiente [...] (TRINDADE, 1993, p. 76).

O saneamento básico é além do serviço essencial para a vida da população, um elemento que gera dignidade à vida, sendo de suma importância para o bem-estar da população. No país, dentre outros meios para a melhoria da qualidade de vida, o governo dispõe da ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social), que mesmo com poucos recursos tem apresentado resultados significativos em alguns estados e cidades brasileiras.

Metodologia

Através do programa "Nenhuma Casa sem Banheiro" é possível viabilizar e promover melhorias sanitárias em residências das famílias mais carentes da região. A ação proporciona assistência técnica gratuita de qualidade para essas famílias, e a extensão universitária tem apresentado um papel fundamental ao promover a relação dialógica com a comunidade local.

Ao inserir o estudante neste meio, tais iniciativas possibilitam a interação com os setores públicos e com profissionais da área, além de facilitar a compreensão da situação das famílias em vulnerabilidade do município. Lajeado conta com mais de 1.500 famílias em situação de extrema pobreza, das quais o programa selecionou nove, pelo critério de gravidade da situação. A seleção destas famílias se deu com o auxílio da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social).

Após a definição das residências contempladas, três arquitetas e urbanistas, selecionadas pelo CAU/RS por edital público, iniciaram as visitas às famílias para levantamento das áreas e conhecimento da dinâmica de funcionamento de cada habitação, para assim desenvolver um projeto que se encaixa com as situações especiais de cada morador. Estas visitas e coleta de dados foram acompanhadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SMDS e equipe do Projeto de Extensão Habitar bem.

Imagem 01 e 02: levantamento das residências pelas profissionais e estudantes da área de arquitetura e urbanismo.

Fonte: arquivo do projeto de extensão Habitar Bem (2021)

Encerrado o primeiro contato com os contemplados, as arquitetas e urbanistas elaboraram os projetos das melhorias sanitárias. Em alguns banheiros serão realizadas reformas e melhorias, quando já há alguma estrutura existente que pode ser mantida. Em outros casos, quando a família não conta com qualquer equipamento sanitário, será executada toda a estrutura para suprir as necessidades das famílias, conforme projeto.

Imagem 03 e 04: apresentação dos projetos das estruturas sanitárias para as famílias contempladas pelo programa.

Fonte: arquivo do projeto de extensão Habitar Bem (2021)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Prosseguindo com a metodologia do programa, o projeto foi apresentado para as famílias contempladas, expondo os novos sanitários que serão usufruídos pelos moradores. Para viabilizar a execução destes banheiros, realizou-se uma campanha de arrecadação de materiais de construção e equipamentos. Através da divulgação do programa, a comunidade e empresas locais puderam participar do projeto, auxiliando na concretização das estruturas através de doação de materiais e mão de obra. Estes insumos foram organizados e tabulados pela equipe do projeto de extensão, sendo depositados em um espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Lajeado.

Imagem 05 e 06: depósito de materiais doados para execução dos banheiros.

Fonte: arquivo do projeto de extensão Habitar Bem (2021)

O início da construção do primeiro banheiro está previsto para novembro de 2021. Através do recebimento de diversas doações de equipamentos, apoio da comunidade e parceria entre o poder público e privado serão iniciadas as melhorias habitacionais nas residências selecionadas.

Resultados

Ao longo do ano de 2020 e 2021 foram realizadas visitas aos locais para a conferência de medidas e registros fotográficos, seguindo os protocolos e cuidados devido à pandemia. A próxima etapa do programa, que será iniciada no mês de novembro de 2021, envolverá a execução das melhorias a partir dos projetos. A equipe de apoio do projeto extensionista Habitar Bem organizou a captação de materiais através de doações de materiais e recursos para dar andamento às obras. Espera-se com essa ação fomentar novas iniciativas do poder público e privado para promover melhorias sanitárias e habitacionais para mais famílias em situação de vulnerabilidade social na cidade de Lajeado.

Ao refletir sobre essa problemática, percebe-se que é papel da Universidade estar atenta às transformações sociais e as questões que impactam no planejamento e gestão das cidades. Os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, em interface com profissionais do Direito, da Saúde e da Engenharia Civil, são imprescindíveis para pensar soluções e políticas públicas que possam

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mudar o quadro atual da qualidade da Habitação de Interesse Social e toda sua relação com a infraestrutura urbana necessária a uma condição digna de vida. Com isso, proporcionar uma formação que envolva diferentes habilidades frente aos problemas abordados.

Conclusão

A partir dessas vivências foram desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de profissionais mais participativos e engajados nas comunidades carentes, reforçando a importância do papel social do profissional. As atividades de Extensão Universitária compõem experiências decisivas à formação acadêmica. Acredita-se que o impacto na formação profissional dos estudantes ocorre em relação ao tema e à problemática da ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social), uma possibilidade de atuação profissional que muito pouco é abordada em disciplinas curriculares. Dessa forma, amplia-se a compreensão do papel social do Arquiteto e Urbanista, exercendo uma relação prática e teórica entre a Universidade e a comunidade externa.

A compreensão das frentes de atuação junto à Habitação Social no Brasil permite visualizar oportunidades de trabalho que não são reconhecidas em muitas localidades. A profissão de Arquitetura e Urbanismo, de Direito, assim como da Engenheira Civil são geralmente vinculados a um público de elite, que pode arcar com os serviços prestados. Por outro lado, a ATHIS ou projetos piloto nesta área, que estejam vinculados à Moradia Digna, permitem inserir o estudante em um campo futuro de atuação que atende uma parcela invisível da população, vulnerável socialmente e carente, que não tem acesso ou condições financeiras para serviços técnicos e especializado desses profissionais.

Ademais, as ações conduzem a uma melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas e da comunidade como um todo, além de diminuir a incidência de doenças provindas da falta de saneamento básico. Sabe-se que ainda há muito para chegar-se a um nível elevado de saneamento básico, entretanto, com estas pequenas ações inicia-se um processo de mudanças nas comunidades locais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento**. 3. ed. rev. Brasília: FUNASA, 2006. Disponível em: funasa.gov.br Acesso em: 30 de set. de 2021.

Movimento Sanitarista. In CPDOC. FGV. Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 30 de set. de 2021.

ONU BR - Organização das Nações Unidas Brasil. **Objetivos para um desenvolvimento Sustentável**. 2016

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NA CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA URBANA PULSA O CONFLITO: ENTRE A PRECARIEDADE MATERIAL E A AÇÃO POPULAR

Vivian Prado Pereira[1]

Introdução

São João del-Rei é um município localizado no estado de Minas Gerais, Brasil, com fundação datada do início do século XVIII e população atual de aproximadamente 90 mil habitantes.
O Bairro São Dimas, objeto de estudo dessa pesquisa, conta atualmente com cerca de 200 famílias e, aproximadamente, 600 habitantes. Sua ocupação como bairro urbano tem início na década de 1960, com moradores provenientes de municípios próximos e da zona rural da região que migram à procura de trabalho.
Como o objetivo da análise consiste em discutir a formação de periferias urbanas pelo viés do conflito, a metodologia empregada envolveu consulta aos arquivos da Associação de Moradores do Bairro São Dimas e ao material, relativo ao bairro, produzido pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA)[2]; entrevistas semiestruturadas com membros e ex-membros da Associação de Moradores e com habitantes mais antigos do bairro e acompanhamento das reuniões da Associação de Moradores.
Analisando os mecanismos que fomentam e constituem os conflitos que se desenvolvem na localidade e observando a atuação dos diferentes agentes identificados buscamos entender as nuances da produção capitalista do espaço urbano. Consideramos que ao autoconstruir seus espaços de moradia e reivindicar equipamentos urbanos as populações periféricas estão construindo a habitabilidade urbana de seus territórios e, simultaneamente, preparando-os para que sejam incorporados ao processo de acumulação de capital no espaço urbano.
Privilegiamos, para tanto, as ações cotidianas adotadas pelos moradores, experiências apreendidas, aqui, como práticas de resistência que tomam formas tanto individuais/familiares quanto coletivas e que nos orientam no desenvolvimento da problemática da formação e ação de classe no espaço urbano.

Periferias urbanas: fronteiras de expansão do capital

A formação do bairro São Dimas apresenta um fértil cenário de lutas, que passa tanto pela organização dos moradores para a abertura e calçamento de ruas, construção das casas etc., quanto

[1] Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF), Brasil. (vivian.vpp@gmail.com)
[2] O NINJA é um grupo de pesquisa cadastrado na plataforma do CNPq e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) que realiza, desde 2004, ações de pesquisa e extensão no bairro em questão.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pelas reivindicações demandando a ação do poder público no estabelecimento de infraestruturas urbanas. Aparecem aqui duas modalidades de trabalho coletivo: 1) o trabalho de autoconstrução de equipamentos urbanos e moradias, empreendido coletivamente, pela ajuda mútua entre vizinhos e/ou através do trabalho familiar, por meio de mutirões; 2) o trabalho de mobilização dos moradores - que se deu de diversas maneiras, principalmente, pela articulação com a Igreja, pela formação da Associação de Moradores e pela ação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – que visa, principalmente, pressionar os agentes oficiais e garantir oferta e manutenção de infraestruturas urbanas.

Por meio da combinação dessas duas formas de trabalho, os moradores do bairro conseguiram transformar uma parcela de terra em solo urbano, dotado de valor e bens coletivos. A cristalização de trabalho no território valorizou não apenas o espaço ocupado pelo São Dimas, mas também as áreas próximas: fomentou o mercado da especulação imobiliária da região, abriu oportunidades de empreendimento de loteamentos de baixo custo em terras que demandariam investimentos para serem consideradas urbanizadas, ou seja, produziu insumos e proporcionou a abertura de novos espaços ao processo de acumulação.

Através do trabalho realizado pelos moradores do bairro São Dimas, os habitantes dos demais bairros da cidade se beneficiaram da ampliação da rede de oferta de ônibus e coleta de lixo. A abertura de ruas e a expansão do bairro possibilitaram a criação de ligações com outras ruas e regiões do município, de modo que o crescimento e o desenvolvimento do bairro dinamizaram todo o entorno.

De acordo com Mautner (1999), embora sigam um padrão fragmentado e descontínuo no tempo e no espaço, as periferias constituem a forma predominante de produção do espaço urbano, caracterizam-se como uma fronteira de expansão para o capital. Na medida em que o capital apresenta requisitos para se estabelecer no espaço urbano, a periferia, uma vez que acumula trabalho, apresenta as condições necessárias para se incorporar ao processo de acumulação. Como resultado desse processo, temos um espaço construído que, apesar das irregularidades e da precariedade subjacentes, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade e necessário para o êxito do projeto capitalista de uso e apropriação do espaço. Percebe-se, desse modo, que o movimento de valorização do espaço, ou seja, da formação de territórios, não é mero efeito de determinações econômicas, pelo contrário, "ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência de processos econômicos" (MORAES, 2002, p.59).

Como aponta Kowarick (2000) a expansão das cidades brasileiras se realiza, principalmente, por meio do movimento de periferização, ou seja, pela transformação de espaços remotos em loteamentos habitacionais irregulares ou clandestinos. O que o autor denomina de padrão periférico de ocupação se caracteriza pelo estabelecimento de loteamentos irregulares, ou clandestinos, nas zonas periféricas da cidade e pela retenção das áreas centrais para fins especulativos.

Esses loteamentos, por não contarem com infraestrutura urbana adequada e não atenderem à legislação urbanística, demandam pouco investimento dos empreendedores, o que possibilita apresentarem baixo custo e se tornarem, portanto, acessíveis à população pauperizada. Na medida em que cristalizam trabalho no território sob a forma de valor e, por meio da pressão dos

moradores, são abastecidos de serviços e equipamentos urbanos, têm seu preço aumentado e seu ônus social reduzido. Tal processo de valorização faz com que uma área antes acessível a faixas de remuneração mais baixa se transforme em uma zona para as camadas melhor remuneradas, Segundo Kowarick:

> Reproduz-se, assim, um padrão de periferização que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser – algum dia – providas com um mínimo de serviço público. Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar um preço de um progresso altamente espoliativo (KOWARICK, 2000, p. 28).

O empreendimento "Loteamento Cidade Nova", que data de meados dos anos 1990, exemplifica o tipo de processo de periferização que buscamos demonstrar. Formado a partir do loteamento de uma gleba rural adjacente ao bairro São Dimas, a empresa responsável pela iniciativa realizou apenas o arruamento e a demarcação dos lotes, vendendo-os sob a promessa de logo providenciar a implementação da infraestrutura urbana, que nunca foi cumprida. Entretanto, essa promessa nunca foi cumprida pelos empresários que venderam todos os lotes e foram embora de São João del-Rei.

A lucratividade desse empreendimento se deu, em grande medida, pela valorização do trabalho incorporado ao espaço do São Dimas e estendido ao espaço do loteamento Cidade Nova: o acesso ao loteamento só pode se dar pelas ruas abertas pelos moradores do São Dimas e o abastecimento de água é feito através do poço artesiano construído a partir de esforços dos moradores do bairro São Dimas. Nota-se que os agentes do capital imobiliário que articularam a produção do loteamento se apropriaram da riqueza coletiva construída historicamente pelos moradores do São Dimas.

O trabalho coletivo empreendido pelas populações periféricas é essencial não só para a reprodução material das mesmas, como também para a o desenrolar do modo capitalista de acumulação nas cidades. Essa riqueza, produzida por um sem-número de ações, coletivas e familiares ou individuais, é condição *sine qua non* para o barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho em que se baseia o processo de acumulação de capital. De outra parte, vê-se que parcela dessa riqueza é apropriada pelo processo de valorização de capitais investidos na produção da cidade, utilizada para o rebaixamento dos custos dos insumos e para possibilitar a abertura de novos espaços ao capital.

A espoliação urbana e o sentido dos conflitos urbanos

Kowarick (1979) considera que a adoção de um modelo econômico que tem a periferia como fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades possibilitou, por um lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, "forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora" (p. 41). Associando elementos como o pressionamento dos salários, a facilidade de substituição da mão de obra, o afastamento dos trabalhadores para as fronteiras urbanas e a autoconstrução de moradias, o autor cunha o conceito de "espoliação urbana".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A ausência e/ou precariedade de infraestrutura e serviços de consumo coletivo - associadas ao fato de os salários não incorporarem, entre outros itens, os custos com moradia, lazer e saúde - expõem os trabalhadores a múltiplas situações de espoliação, tendo em vista que precisam, por exemplo, recorrer a práticas de mutirão e autoconstrução para ter acesso à moradia, despender horas nos tortuosos e longos trajetos entre casa e trabalho, em transportes públicos de péssima qualidade, e habitar espaços da cidade que não oferecem estruturas básicas que assegurem qualidade de vida, como redes de distribuição de água tratada e de coleta de esgotos.

A espoliação urbana, entretanto, não se configura, apenas, como outra face do trabalhador pauperizado. Ela é resultado não só do processo de acumulação de capital, mas também da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores e de seu êxito em pressionar o Estado e dele obter os meios básicos de sobrevivência nas cidades. Para o autor, a noção de espoliação extrapola a ideia de que existe a necessidade de acesso à moradia e aos serviços de consumos coletivos (como água encanada, rede de esgoto, transporte público, instituições de saúde e educação etc.). Trata-se de uma construção histórica que advém das lutas sociais, de uma percepção coletiva que considera que existe legitimidade nas reivindicações por acesso aos bens comuns julgados socialmente necessários e cuja negação constitui uma injustiça.

Por essa análise, Kowarick busca destacar que as condições materiais objetivas não são suficientes para tomar para si o protagonismo da ação coletiva, enfatizando também a problemática da subjetividade social.

> Em outros termos, em vez de atrelar a análise das condições urbanas de existência às vicissitudes da expansão capitalista e deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam, parece analiticamente mais promissor indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social (Kowarick, 2000, p. 106).

Por essa ótica, é possível privilegiar o conflito no processo de formação dos territórios urbanos periféricos. Na medida em que os trabalhadores elaboram uma percepção de que a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo (incluindo o acesso à terra e à moradia) apresenta-se como um fator de exclusão, pois os coloca à margem do acesso aos direitos urbanos, e que, portanto, existe legitimidade nas reivindicações por acesso aos bens comuns, socialmente necessários à sua reprodução, estes vivenciam um processo espoliativo construído historicamente pelas lutas sociais.

Para garantir o êxito dos processos de acumulação de capital se fazem necessárias a expropriação e a exclusão da classe trabalhadora. Essas, tendo como pano de fundo a precariedade das condições materiais objetivas, ao construírem historicamente suas lutas imprimem nas cidades a percepção da espoliação urbana e protagonizam os conflitos que possibilitam a constituição de seus territórios.

A seguir, seguindo as orientações de Kowarick, buscaremos refletir sobre o significado que a precariedade material assume na vida dos moradores do bairro São Dimas. Para esse propósito, privilegiaremos as ações cotidianas adotadas pelos moradores, experiências apreendidas, aqui, como práticas de resistência que tomam formas tanto individuais/familiares quanto coletivas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tais práticas são compreendidas aqui como resistências, menos porque configuram ações coletivas de reivindicação (ainda que muitas vezes assumam um caráter coletivo), mas porque representam a dimensão da espoliação urbana vivida pelos moradores. Percebe-se que a percepção da exclusão, da precariedade de serviços de consumo coletivo e da legitimidade da busca por acesso aos bens materiais necessários à reprodução (terra urbana, moradia, infraestrutura, serviços etc.) não se apresenta, necessariamente, por meio da ação coletiva. A análise do processo de formação do bairro São Dimas permite identificar não apenas as lutas sociais e mobilizações coletivas empreendidas, mas também, por meio da observação das trajetórias de vida dos moradores, práticas individuais e familiares de resistência, lutas pela reprodução material que carregam elementos de espoliação e de reconhecimento das desigualdades que imperam no urbano.

Conflitos urbanos e práticas cotidianas de resistência

Quando falamos em território, nos referimos ao espaço socialmente produzido. Soja (1993) utiliza o termo espacialidade para interpretar a organização do espaço como produto social. Hoje, parece ser consenso a premissa de que o espaço urbano ultrapassa os limites do espaço físico, que é resultado de inscrições de valor e de transformações, ou seja, é socialmente construído.

De acordo com Soja (1993), apesar de, na maior parte das vezes, a organização espacial da sociedade se apresentar como socialmente inerte, o processo de reificação do espaço é problemático e repleto de contradições e disputas. A produção social do espaço no capitalismo constitui um processo envolto em poder, que não tem sido pacífico ou automático, como se a estrutura social se imprimisse no ambiente sem resistência ou constrangimento. A falsa aparência de coerência e homogeneidade espaciais é produto do poder político.

Segundo Bourdieu, "uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico" (2012, p. 161), ou seja, devido à sua inscrição durável, a territorialidade reafirma a dominação, naturalizando as realidades sociais. Para o autor, o lugar de um agente no espaço físico é resultado da posição que ocupa no espaço social, e numa sociedade hierarquizada, como a capitalista, todos os espaços são hierarquizados.

A espacialidade concreta do capitalismo é, desse modo, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais. Não é um acontecimento pontual, que ocorre de uma única vez, e sim um processo contínuo, que requer continuamente o estabelecimento de práticas sociais que visam tanto a manutenção e reforço da espacialidade existente, quanto uma reestruturação ou revolução da mesma. "A matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada – ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise" (SOJA, 1993, p. 157). Desse modo, os segmentos da sociedade que possuem pouco acúmulo de capitais e se veem, portanto, dominados pelo desenvolvimento capitalista "precisam procurar criar contra estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço" (idem, p. 210).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O cientista político e antropólogo estadunidense James C. Scott desenvolveu nas últimas décadas uma análise acerca das formas cotidianas da resistência camponesa. O autor vem ao longo de suas pesquisas alertando para a necessidade de se atentar para as ações mais casuais de lutas das classes subalternas, estratégias cotidianas de sobrevivência e recusa da dominação. Ações, aparentemente, isoladas, esvaziadas de ideologia e organização política, mas que se constituem como alternativa possível de resistência e são o alicerce sobre o qual outras formas de resistência irão se consolidar (SCOTT, 2002).

Atos de auto-interesse, quando raros e isolados, são de pouco interesse, mas, na medida em que assumem um padrão consistente, mesmo que aparentemente não coordenados, podem ser considerados como práticas cotidianas resistência. A noção de coordenação derivada de cenários formais e institucionalizados e, até mesmo, de movimentos organizados pouco contribui para compreender ações em pequenas comunidades ou em outros arranjos que apresentam redes informais densas e profundas. De acordo com Scott, as sociedades camponesas apresentam uma vasta série de atividades complexas coordenadas por redes de negociação e práticas, mas "nenhuma organização formal é criada porque nada se exige, e, assim mesmo, uma forma de coordenação é alcançada, alertando-nos para o fato de o que está acontecendo não é apenas ação individual" (SCOTT, 2002, p. 29).

As formas cotidianas de resistência não produzem manchetes de jornais como as ações de lutas diretas, e apenas eventualmente atos individuais de insubordinação são dignos de ser notícia. Os atores populares, geralmente, tendem a não chamar atenção para tais práticas, pois a segurança dessa modalidade de resistência consiste em seu anonimato. Na medida em que seus atos não são visibilizados, ou considerados como comportamento de oposição, sua reprodução se faz com mais facilidade, sem contestação e repressão. Também ao Estado não é interessante destacar esse tipo de subversão, pois fazê-lo seria admitir sua política falha, excludente e impopular: "a natureza dos atos em si e o mutismo dos antagonistas conspira, desse modo, para criar uma espécie de silêncio de cumplicidade que faz com que as formas cotidianas de resistência não apareçam nos registros históricos" (SCOTT, 2011, p. 227).

Scott (2002) argumenta, ainda, que a História e as Ciências Sociais, uma vez que busquem suas fontes apenas em registros escritos, produzidos em grande medida por autores oficiais, dificilmente, poderão desvelar as formas silenciosas e anônimas de lutas de classes.

A trajetória dos moradores do bairro São Dimas é composta tanto por momentos de lutas coletivas, deliberadamente organizadas, com finalidades específicas e que demandam ações do poder público, quanto por práticas prosaicas, que só podem ser compreendidas como resistência por meio da investigação científica. Assim, acomodaremos, também, na categoria de resistência práticas que, ao juízo de quem as desempenha, ou mesmo pelo olhar de algumas abordagens clássicas dos estudos urbanos, não representam estratégias de luta política e subversão.

De uma maneira geral, podemos apontar duas formas de estratégias, cotidianas ou reiteradas, de resistências empregadas pelos moradores do bairro em questão: 1) Práticas individuais ou familiares, continuamente adotadas no âmbito do núcleo familiar, que se reproduzem com o passar do tempo, quase mecanicamente, sem modificações significativas e se caracterizam, principalmente, por seu caráter autointeressado; 2) Práticas coletivas, intermitentes, mobilizadas,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

principalmente, por meio da Associação de Moradores, da Igreja Católica, de grupos de vizinhos ou pelas redes de amizade e parentesco e que, comumente, reivindicam a ação de órgãos públicos. Essa classificação é, entretanto, apenas um artifício para auxiliar a análise e sua exposição, não pretendendo, desse modo, ser suficiente. Tais práticas são complexas e apresentam nuances que, como poderá ser observado mais adiante, extrapolam a esfera de uma ou outra categorização, confirmando a necessidade de se produzir conhecimento por meio da relação dialética entre conceituação e empiria.

Os trabalhadores que iniciaram a ocupação do bairro estavam, em sua maioria, empregados nas fábricas de tecelagem da região e nos institutos educacionais Salesiano e Auxiliadora, ambos também vizinhos ao bairro. Buscar um local de moradia próximo ao local de trabalho aparece, nesse contexto, como uma estratégia para poupar o "tempo livre" e, assim, propiciar o desenvolvimento de outras práticas que não aquelas diretamente ligadas ao trabalho. No caso dos moradores do São Dimas, o "tempo livre" foi empregado, em grande parte das vezes, na autoconstrução das casas e equipamentos urbanos.

Todo o curso de crescimento do bairro ocorreu de maneira espontânea e fortemente pautada pela ação popular, um tipo de ocupação que designamos aqui de espontânea, que responde a um ritmo próprio e está associada ao desenvolvimento e necessidade das famílias locais. Apesar de não se configurar como uma ocupação urbana - os moradores ou compraram seus terrenos, ou os receberam por meio de doação/aforamento e estão regularizados diante do poder público – o processo de desenvolvimento do São Dimas, desde seu princípio até a sua configuração atual, é marcado pelo envolvimento de diferentes agentes, mas muito pouco influenciado pela atuação do capital imobiliário local.

Em se tratando de uma localidade de pouco interesse para o capital, tê-la colocado à disposição das classes populares favoreceu ao mesmo tempo os interesses do poder público, da população de baixa renda e do capital. O poder público resolve, em parte, problemas como o inchamento das áreas centrais e o déficit habitacional, além de se promover, por meio do clientelismo, diante população periférica que tende a personificar as ações de aforamento e alimentar um sentimento de gratidão; essa população, dadas as escassas possibilidades de se realizar um financiamento habitacional em bancos ou adquirir uma casa popular subsidiada pelo Estado, consegue, dessa maneira, iniciar o empreendimento da casa própria; e o capital mantém o espaço como reserva de valor, na medida em que aguarda sua valorização, que se dá pela incorporação do trabalho realizado pelos moradores e pelos investimentos públicos feitos pelo Estado.

No bairro São Dimas, podemos identificar o "silêncio de cumplicidade" descrito por Scott (2002), por exemplo, na ocupação da parte mais alta do bairro, por meio da abertura da rua Afonso Santana. Com a abertura dessa rua teve início uma nova etapa de crescimento e povoamento do bairro, em direção à porção do morro mais elevada e mais propícia à formação de erosões e desbarrancamentos. Ainda que fosse perceptível a possibilidade de avanço das erosões no terreno, muitas famílias aforaram terras e construíram suas moradias. O "silêncio de cumplicidade" permitiu que os moradores se fixassem no bairro, construíssem suas moradias, estabelecessem redes de amizade e confiança e, posteriormente, cobrassem junto ao poder público ações de contenção das erosões e a instalação de equipamentos e serviços urbanos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Por mais que os gestores municipais estejam servidos de leis e planos urbanos, à exemplo do que ocorre no bairro São Dimas, a organização dos territórios de classes populares se realiza, principalmente, pelo trabalho da própria população. Ainda que as práticas de aquisição de lotes urbanos anteriormente relatadas apresentem elementos controversos, é por esses meios que a maioria da população que vive em periferias alcança o acesso à terra para a construção da casa própria. A partir da pesquisa foi possível perceber que motivações orientam a racionalidade das classes populares, para elas constitui mais vantajoso se sacrificar num local com deficiências de equipamentos urbanos e investir em uma moradia da família (mesmo que essa habitação se configure mais como um "barraco" ou um cômodo sem acabamento) que significará, entre outras coisas, a libertação do aluguel, a suposta tranquilidade de não se ver numa situação de despejo, uma poupança ou "segurança" para a velhice e a construção/consolidação de redes de amizade e parentesco

A construção das moradias, em casos como esses, se dá, grande parte das vezes, pela autoconstrução e pela prática de mutirão. Por essas modalidades, a construção da casa se estende por anos a fio, demanda o trabalho familiar e se configura como o mais importante investimento da família.

Percebe-se, entre os moradores do São Dimas, que a busca por um local de moradia envolveu, entre outros, o desejo de se manter próximo de familiares e amigos. Entre as classes populares, a precariedade dos serviços públicos ofertados, ou mesmo sua ausência, são, em parte, supridas pelas redes de amizade e parentesco: a prática de mutirão, como já mencionado, é essencial para a construção das moradias; a carência de creches e escolas de turno integral é remediada pela ajuda mútua, entre parentes e vizinhos, no cuidado com as crianças; entre outros. O desenvolvimento dos sentimentos de pertencimento e apego ao lugar - que está associado aos laços criados ao longo da trajetória de vida (vizinhança, práticas cotidianas, hábitos e valores) ou a conquistas mais específicas, como a construção da casa própria ou o sucesso em lutas por melhorias de infraestrutura (VARGAS, 2006) -, constituem, ainda, fatores que contribuem para a mobilização dos moradores e, consequentemente, aumentam as chances de êxito em suas lutas.

A busca por proximidade física em relação aos familiares, assim como o estabelecimento de redes de amizade e confiança na vizinhança são, desse modo, práticas interpretadas como estratégias de resistência, ao mesmo tempo individuais/familiares e coletivas. Individuais porque comportam elementos de autointeresse, como a construção da casa própria, e coletivas na medida em que propiciam o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao local e dos laços de solidariedade entre os moradores.

As lutas coletivas, geralmente, assumem um caráter mais emblemático em comparação com as práticas individuais/familiares dos moradores, isso porque visam provocar a atenção do poder público e da sociedade de maneira geral, por meio de manifestações abertas, passeatas, protestos, convocação da mídia, elaboração de abaixo-assinados etc. Entretanto, essas ações organizadas e explosivas só são possíveis e alcançam seus objetivos na medida em que existe mobilização comunitária. Tais lutas tendem a se fortalecer e triunfar na mesma proporção em que a mobilização se apresenta genuína, ou seja, enraizada no cotidiano, nos hábitos e valores compartilhados coletivamente (SCOTT, 2002). Daí a relevância de se analisar as práticas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

individuais/familiares, ordinariamente adotadas, como estratégias de luta das classes populares, pois tais práticas se apresentam como alicerce sobre o qual outras ações irão se desenvolver.

Em um contexto como o apresentado, as lutas coletivas são consideradas resistências cotidianas menos porque os moradores vivenciam diariamente ações organizadas, mas sim porque percebemos que reiteradamente práticas coletivas precisam ser planejadas. A partir da pesquisa foi possível identificar que, de tempos em tempos, a Associação de Moradores do Bairro São Dimas precisa elaborar ofícios e articular abaixo-assinados reivindicando a manutenção do calçamento das ruas ou a normalização da oferta de transporte público e do serviço de coleta de lixo. Mesmo a realização de obras mais duradouras, como a construção do poço artesiano ou a obra de contenção das erosões não garantem tranquilidade aos moradores: a preocupação com uma possível falta de água em longo prazo está sempre presente, assim como a constante ameaça de desbarrancamento mobiliza intermitentemente os moradores a reivindicar ações de contenção. Entretanto, por mais que as práticas cotidianas aqui apontadas apresentem elementos de resistência e se configurem, muitas vezes, essenciais à reprodução dos modos de vida dessas populações, é necessário observar as contradições que tais ações fomentam. No bairro São Dimas, os momentos explosivos de lutas foram marcados não só por mobilizações e vitórias, mas, também, por impasses.

A Associação de Moradores do Bairro São Dimas conseguiu, mesmo que com oscilações, ter uma atuação consistente e representativa dos interesses dos moradores do bairro durante um longo período, que compreende de meados dos anos 1980 ao início dos anos 2000. A responsabilidade pela gestão, pelas ações empreendidas, as diversas carências do bairro e, consequentemente, a necessidade constante de buscar alternativas, sobrecarregaram sobremaneira as lideranças comunitárias. Brigas, desconfianças, ausência de moradores interessados em trabalhar na gestão e o processo crescente de desmobilização são resultado do cansaço acumulado nos sucessivos anos de lutas, reivindicações por instalação/melhoria de infraestrutura urbana e desrespeito por parte do poder público.

Em um contexto de grande escassez de capitais acumulados e de predomínio de práticas clientelistas, a atuação de movimentos sociais locais, como as associações de moradores, dificilmente consegue extrapolar o plano dos problemas locais para agir conjuntamente numa escala um pouco mais ampla, como a das questões do município. A racionalidade por eles adotada é, na maioria das vezes, do tipo autointeressada e, para alcançar seus objetivos, não hesitam em contar com favores políticos. Essas estratégias, claramente, pouco contribuem para a organização e emancipação das classes populares; ao contrário, muitas vezes alimentam a rivalização e a alienação entre elas, sendo, assim, funcionais aos interesses das classes dominantes.

Considerações finais

Os moradores do bairro São Dimas desenvolveram, ao longo de suas trajetórias, práticas cotidianas (individuais/familiares e coletivas) que não fazem dos mesmos cidadãos revolucionários e não são usualmente consideradas como elementos da luta de classes. Esses moradores são considerados pelo poder público e pela elite local sujeitos passivos, leigos e

ludibriáveis por favores políticos. Todavia, em seus relatos sobre seus percursos de vida e de consolidação do bairro é possível perceber aspectos de reconhecimento de suas práticas como estratégias de lutas.

A maneira como os moradores do bairro São Dimas experienciam as relações de produção que predominam nas cidades capitalistas os leva a desenvolverem estratégias e encamparem lutas pela apropriação e significação do espaço urbano. Partindo de uma acepção de Thompson (1987), podemos identificar os conflitos por eles protagonizados como componentes de luta de classes. Pelo sentido que confere às noções de classe e luta de classes em suas obras, recorrer ao autor parece justificável para o desenrolar do presente trabalho

Thompson (1987) define classe como um processo histórico ativo que se deve tanto à ação humana, quanto aos determinantes materiais e se realiza em seu fazer-se. Não a interpreta como "estrutura" ou "categoria", mas como algo que efetivamente ocorre nas relações humanas. Para o autor, as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe, essas situações geram antagonismos e criam assim as condições de luta.

Nesse sentido Thompson argumenta que a luta de classes precede à classe, ou ainda, que existe "luta de classes sem classe". Para o autor "as pessoas se comportam em 'formas de classe', mesmo antes, e como precondição, de formações maduras de classe com suas instituições e valores conscientemente definidos por classe" (THOMPSON, 1987 *apud* WOOD, 2003, p. 78).

Essa é a contribuição de Thompson que acreditamos ser oportuna para o desdobrar da pesquisa aqui proposta. De acordo com Wood (2003), na medida em que busca evidenciar a presença de força de classe e modos de consciência estruturados por classes nas situações históricas em que não se percebe claramente os elementos de formação de classe não é o objetivo relegar as realidades objetivas das relações de produção capitalista, mas sim perceber suas expressões na organização da vida; A ênfase na análise das relações cotidianas tem como propósito identificar as mudanças no interior das continuidades para demonstrar a lógica das relações de produção capitalista em operação na "superestrutura"; O autor põe em prática um projeto político ao reconhecer o papel ativo da classe trabalhadora na sua própria formação, ao "resgatar a ação das classes subordinadas de uma análise que efetivamente as relega à subordinação permanente, subjugação à hegemonia da classe dominante, antigas superstições e irracionalidades" (WOOD, 2003, p. 68).

Por essa abordagem, podemos identificar os conflitos protagonizados pelos moradores do bairro São Dimas como componentes de luta de classes, ou seja, "reconhecer e explicar as operações de classe na ausência da consciência de classe" (WOOD, 2003, p. 75). Ainda que suas práticas cotidianas e mesmo suas lutas coletivas organizadas não sejam empreendidas pelo viés da consciência de classe, a análise histórica e relacional permite perceber a presença de forças de classe. Embora não seja perceptível entre os moradores uma consciência estruturada por classe, os mesmos se comportam em "formas de classe".

Tanto as estratégias cotidianas, quanto as lutas coletivas delineadas pelos moradores do São Dimas não são representações "duras" da luta de classes. Suas práticas são, muitas vezes, repletas de elementos de autointeresse, não refletem a percepção coletiva da consciência de classes e pouco contribuem para a organização e emancipação das classes populares, pelo contrário, acabam

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

alimentando a rivalização e a alienação entre elas, sendo, assim, funcionais aos interesses das classes dominantes. Entretanto, ao buscar uma análise relacional, que considera as circunstâncias históricas e privilegia as ações dos sujeitos no processo de formação de classe não se pretende elaborar um conceito universal de classe ou luta de classes, mas perceber "o quanto de conflito de classe existe no sentido e significado das lutas cotidianas" (KOWARICK, 2000, p. 79), conceber os conflitos urbanos como a expressão espacial da luta de classes.

A observação empírica no campo favoreceu a percepção do papel ativo dos moradores no processo de formação do bairro São Dimas. Assim como fazem os autores aqui referenciados, oferecer destaque às ações miúdas e cotidianas, ou a práticas de movimentos sociais pouco organizados, e interpretá-las como representativas da luta de classes que opera na construção de territórios urbanos, parte de uma escolha política que visa recuperar a "história que vem de baixo" (WOOD, 2003), nesse caso, evidenciar a atividade das classes populares no desenvolvimento da história.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar - In BOURDIEU, P. (Org.) Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, pp.159 – 166. 2012.

CARNEIRO, Eder J. Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei – MG, Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho, Recife, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina, Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

KOWARICK, L.. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L.. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos.1969.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In Deak, Csaba & Shiffer, Sueli (Org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam EDUSP,1999.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1999, Caxambu, MG. XIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1999

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PEREIRA, Vivian P. Conflitos urbanos e estratégias cotidianas de resistência: o processo de formação de um bairro periférico. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, James C. Exploração normal: resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº. 5, Brasília jan./jul. 2011.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?, In: Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustiral. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 13-61. Artigo originalmente publicado em *Social History*, 3 (2), 1978.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade (vol. I). 2. ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Paz e Terra. 1987, pp. 9-14.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência' In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos /E. P. Thompson ; A. L. Negro, S. Silva. Campinas, (Org) SP: Ed. da Unicamp, 2001, pp. 269-281.

WOOD, Ellen Meiksins, A origem do capitalismo, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo, São Paulo, Boitempo, 2003.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 10
ESTUDOS DE GÉNERO, FEMINISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

LOUCA: INDEPENDENTE E VOLUNTARIOSA

Aline Michelli Crestani[1]

Introdução

No dia 27 de janeiro de 1936 uma mulher, a quem chamarei pelas letras iniciais de seu nome, DDR, deu entrada no Sanatório Pinel, instituição psiquiátrica de caráter privado que atendia ao público das classes mais abastadas, localizada em Pirituba, na cidade de São Paulo-SP, levada por seus familiares. O prontuário médico de DDR a descrevia da seguinte maneira: 28 anos, mulher, brasileira, casada, doméstica, residente em Santos. Ainda de acordo com prontuário, a paciente "era dotada de temperamento dócil e mostrava-se um tanto retraída, toda dedicada aos arranjos do lar e cuidado dos filhos". Porém nos últimos meses "esta passou a mostrar-se independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sobre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc." O caso pareceu se agravar quando, de acordo com o depoimento de seus familiares, ela fugiu para o Rio de Janeiro e "passou a mostrar-se excessivamente vaidosa, tentando, mesmo, seguir carreira artística". Interrogada pelos profissionais do sanatório que cuidavam do seu caso, ela disse "que, não tendo vocação para mártir, desejava desquitar-se, pois o marido ultimamente a maltratava; aliás, gostava de outro".

Conhecer as histórias das pessoas que habitaram nos sanatórios nos faz compreender como se orquestravam as políticas eugênicas e quais as condutas seriam consideradas como adequadas e inadequadas para uma pessoa mentalmente "sadia". No entanto, interessa-nos principalmente pensar como determinados discursos que sustentavam essas políticas se cristalizaram e passaram a atuar na sociedade por meio do dispositivo de verdade. Ou seja, do caso específico da loucura, pensarmos de que maneira o saber científico da medicina, o qual produz uma série de procedimentos e verdades sobre a saúde, a doença e a sanidade – saberes esses legitimados e aceitos como verdades – constrói o sujeito da loucura, o "louco", o "anormal", o "inadequado". O que nos leva a questionar e investigar as motivações políticas envolvidas no controle dos corpos e das populações por meio da gestão da vida, ou seja, da biopolítica.

O caso de DDR não é isolado, mas faz parte de grande número de prontuários existentes, não apenas do Sanatório Pinel, mas de tantos outros que nos retratam como os papéis de gênero atribuídos aos indivíduos daquele contexto eram um fator decisivo na classificação dos corpos entre sadios ou doentes. Para avançarmos um pouco mais na compreensão do caso específico que acabei de narrar, é preciso entender um pouco como se orquestravam as políticas de saúde da época.

[1] Graduada em História pela Universidade Paranaense, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail para contato: mickcrestani@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Desenvolvimento urbano e eugenia

O início do século XX foi marcado por um série de transformações no mundo e no Brasil. As inovações tecnológicas, o avanço da industrialização no país, somadas a um forte processo de urbanização contribuíram ao processo de mudanças nos comportamentos sociais; a este processo se atribuiu a ideia de modernização. Começaram a se formar neste período os grandes centros urbanos do país, como exemplo notório, a cidade de São Paulo, que, devido à instalação de indústrias e ao altíssimo aumento populacional, fruto de um processo migratório tanto dentro do próprio país, como vindo de outros países, tornou-se em um polo econômico do Brasil.

Diante destas configurações que iam transformando o espaço urbano de São Paulo, os hábitos e comportamentos que também se modificavam estavam igualmente marcados pelas diferenças de classe, raça, gênero e origem. Como aponta Margareth Rago (1992), tornou-se também urgente definir as barreiras simbólicas entre as jovens de família, as trabalhadoras e as meretrizes que circulavam pelas ruas da cidade.

Ecoavam naquele contexto as ideias difundidas pelo darwinismo social que acreditava na hierarquização dos indivíduos, e portanto, algumas medidas deveriam ser adotadas a fim de evitar a degenerescência e manter a saúde física e mental da população. Para tanto, políticas eugênicas com caráter preventivo foram tomadas com a finalidade de garantir a formação de uma população sadia. Dessa forma, de acordo com esse pensamento para manter a sociedade organizada, livre de conflitos, e a população sadia e desenvolvida, seria necessário lidar com as condutas vistas como males prejudiciais para a organização da vida social, como o alcoolismo, a prostituição, a homossexualidade e comportamentos que não se inseriam nos papeis de gênero. instituídos como saudáveis e corretos. De acordo com Rita Cristina C. de Medeiros Couto (2020, p.27).

> O combate à desordem deveria ocorrer aliando-se a questão da higiene à questão da raça. A raça ideal difundia-se com o cidadão ideal, cujo padrão de comportamento obedeceria aos parâmetros normativos responsáveis pela construção da unidade nacional, em que o todo da nação era visto como uma família. Portanto, a elaboração moral desse cidadão deveria começar pela célula básica do Brasil, a família, na qual os genitores tinham a função disciplinar.

A fim de sanear os males que afetariam o desenvolvimento social, algumas organizações médicas foram criadas, como é o caso da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e a Liga Paulista de Higiene Mental (1926). Com a finalidade de atuar tanto no âmbito privado, quanto nas questões sociais, uma vez que comportamentos considerados degenerados afetariam não somente as questões pessoais, mas todo o quadro social, estas organizações atuavam no combate à desordem, e em busca da civilização ideal. Neste contexto, surgiram as primeiras instituições psiquiátricas de São Paulo, configuradas como locais de reclusão e tratamento aos indivíduos que não estariam aptos para o convívio social.

Fundando em 1929, devido à grande demanda por novos leitos em instituições psiquiátricas na cidade de São Paulo, o Sanatório Philippe Pinel, mais conhecido como "Pinel", caracterizou-se como uma instituição de caráter privado, que portanto, deveria atender as famílias mais abastadas. Segundo a historiadora Rita Cristina C. de Medeiros (2020), ao atuar de acordo com os interesses do Estado, inevitavelmente a instituição psiquiátrica acabava por agir no âmbito privado, já que a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

instituição familiar seria a grande responsável pelo mantimento de uma sociedade saudável. Dessa forma, muitos dos internamentos se configuravam em problemas considerados morais no seio familiar. Sendo assim, o sanatório assumia também a característica de um lugar de correção e não apenas tratamento.

Loucura Moral

De acordo com Michel Foucault (2019), a partir do século XIX os conflitos existentes no âmbito familiar passaram a assumir um caráter psicológico, e as condutas dos indivíduos consideradas "problemáticas" dentro de seu contexto passariam a ser concebidas como uma "loucura moral". "Devassidão, prodigalidade, ligação inconfessável, casamento vergonhoso: tudo está entre os motivos mais vergonhosos de internamento" (FOUCAULT, p.92, 2019). Dessa maneira, as normas que regem e classificam as condutas dos indivíduos passaram a ser o ponto de partida na classificação dos corpos em normais ou anormais, sendo a prática do internamento uma medida preventiva para controlar e lidar com aqueles que se configuravam como um indivíduo impróprio para viver em sociedade, no momento em que "a loucura passou a ser percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal". (FOUCAULT, 2009, p.121).
A partir do prontuário médico de DDR, localizado hoje no Arquivo Público do Estado de São Paulo, podemos perceber como se efetivavam as políticas normatizadoras daquele contexto, e de que maneira essas práticas eram atravessadas por questões de classe, raça e gênero. O prontuário em questão carrega as seguintes descrições da paciente:

> Éra dotada de temperamento docil e mostrava-se um tanto retraída, toda dedicada aos arranjos do lar e cuidado dos filhos. Ha cerca de 6 mêses, toda a família viu-se alarmada com a mudança radical que se operou no carater da paciente. Esta passou a mostrar-se independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sôbre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc. Censurada pela progenitora, tomou tal fato como hostilidade, repelindo seus conselhos. Certo dia abandonou o lar, fugindo para o Rio de Janeiro, de onde veio trazida por um irmão. Tanto o marido, como a familia, são concordes em afirmar a mudança por que passou a paciente, contando-nos que a mesma passou a mostrar-se excessivamente vaidosa, tentando, mesmo, seguir carreira artistica, para a qual, aliás, nunca demonstrou aptidões nem vocação. Interrogada, éla nos disse: "que não tendo vocação para mártir, desejava desquitar-se, pois o marido ultimamente a maltratava; aliás, gostava de outro, e que ninguem poderia censurar seus sentimentos; que infelizmente, as leis dos País não permitiam o divorcio integral, como éra do seu desejo, pois não lhe agradaria um concubinato." (caso 1370, 1936, lata 37, ordem 9612).

Este documento nos apresenta indícios da maneira como se constroem as performances de gênero, e o modo como, naquele contexto, os sujeitos poderiam ser classificados pelo saber médico como "normais ou anormais" em função de suas condutas, que por vezes transpassavam as barreiras simbólicas dos signos de gênero. No que diz respeito às mulheres, principalmente as de famílias mais abastadas, eram consideradas como responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade, e também por garantir a perpetuação da espécie, através da produção de crianças saudáveis e da sua criação dentro de um ideal de civilidade. Daí, como nos aponta Michelle Perrot (2020), o forte interesse do Estado nas famílias. Elas estavam à mercê dos saberes médicos e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

jurídicos, que visavam a controlar as práticas sexuais, a fim de evitar redução de natalidade e a degenerescência.

> Existem outras missões atribuídas à família, com uma pressão crescente à medida que se aproximava o final do século assombrado pelos fantasmas da redução da natalidade e do medo da degenerescência: a reprodução de uma raça numerosa, fecunda e saudável, uma sexualidade praticada sem fraudes nem esmorecimentos. (PERROT, 2020, p.101).

Internada por sua mudança de comportamento, a qual passou a assumir uma conduta mais "independente e voluntariosa", DDR se revela uma mulher que não se encaixa nos padrões normativos de seu tempo, nas palavras de Margareth Rago "a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada" (RAGO, p.62, 1997). Portanto, ao se posicionar da forma como foi classificada, DDR se posicionou também contra as normas que lhes foram impostas, e não agiu de acordo com o que se esperava na época de uma dama, que deveria desenvolver unicamente o papel que lhe foi imposto. O custo de buscar sua autonomia e tentar mudar de vida, não aceitando as imposições que lhe recaíam, foi o internamento forçado, a privação da liberdade e a impossibilidade de decidir sobre a própria vida.

Em "O segundo sexo, a experiência vivida" (2016), Simone de Beauvoir já nos discorre sobre a condição da mulher na história, e volta seu olhar às funções que foram designadas à mulher na sociedade ocidental, sendo o casamento, a maternidade e os cuidados com a família "destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher" (BEAUVOIR, 2016, p. 186). Nessas condições, divórcio e adultério estariam entre as práticas inaceitáveis, como vimos no caso de DDR, a qual desejava separar-se do marido, mas as leis do país não permitiam, e ainda, totalmente sem condição de manter-se por sua situação, permanecia sob as ordens e poder do marido e familiares, que acabaram por interna-la.

Não eram incomuns os casos de internamento por adultério, ou por condutas que desafiassem a rigidez das normas de gênero: a leitura considerada excessiva, o desejo de se casar com alguém que não fosse da escolha dos pais, a tentativa de levar uma vida independente, construir uma carreira e não dedicar-se ao casamento, eram as condições que bastavam para que as mulheres fossem levadas para o sanatório por seus familiares. Considerando que somente esses poderiam solicitar sua saída do local, era comum que as mesmas reavaliassem sua condição e se sujeitassem às regras que lhes foram impostas, para assim conseguirem voltar para casa.

Em "História da Sexualidade, a vontade de saber" (2014) Michel Foucault nos aponta para o "triplo processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como um corpo integralmente saturado de sexualidade" (FOUCAULT, 2014, p. 112). Esse corpo marcado pelo saber e práticas médicas como corpo histérico, possuindo uma patologia inerente à sua existência, deveria ser controlado e tratado para cumprir sua função na ordem social, gerando e cuidando crianças que deveriam se tornar cidadãos saudáveis. Dessa maneira, percebemos que o saber médico embasando as políticas eugênicas e de saúde mental da época em questão, no que diz respeito às mulheres, atuava a fim de manter aquilo que acreditava ser sua função incontestável: a maternidade, sendo essa a única capaz de controlar a loucura que era intrínseca ao corpo feminino.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Percebemos ao longo do prontuário de DDR (que hoje talvez possa nos parecer um tanto absurdo, tendo em vista toda a conquista das mulheres nos últimos anos na sociedade ocidental) o quanto o gênero foi um marcador importante e decisivo na classificação dos corpos, sustentada por um discurso médico-científico que atuava em prol do mantimento de uma sociedade excludente, coercitiva, machista e misógina, mas que não atravessa apenas os corpos femininos, mas todos aqueles que, de alguma forma, não se encaixavam nos padrões normativos, encarcerando seus corpos e ferindo suas subjetividades.

Referências bibliográficas

BARBOSA, A.S. A. **Cartas pessoais de pacientes do Sanatório Pinel (1929-1944):** um estudo filológico. 2019. Dissertação (mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo II:** a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

COUTO, R.C.M. **Nos corredores do Pinel:** eugenia e psiquiatria. São Paulo: LiberArs, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

PERROT, M. "A família triunfante". In: PERROT, M. (Org) **Historia da vida privada 4:** da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia na cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAGO, L. M. Imagens da prostituicão na belle epoque paulistana. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 31–44, 2005. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1679. Acesso em: 25 nov. 202

VACARO, J.S. **A construção do moderno e da loucura**: Mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929 – 1944). 2011. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

A EDUCAÇÃO E O FEMINISMO CATÓLICO DEFENDIDO POR ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Anna Clara Granado[1]

A finalidade desse texto é revelar mais uma história de uma mulher que foi invisibilizada ao longo dos anos pela história, e principalmente, pela história da educação. E, no entanto, essa pesquisa se faz presente como parte da minha dissertação de mestrado concluída e defendida pelos meses de agosto e setembro de 2021. Inicialmente procurei na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em periódicos da Primeira República, a revista "A Escola Primária", pelos anos de 1910 a 1930, de modo a estabelecer um recorte de tempo, fui conhecendo e buscando por pista e indícios que me levassem a uma conexão por nomes de professoras mulheres que em algum ponto, dialogassem com o cotidiano escolar.

A revista "A Escola Primária" foi um periódico publicado mensalmente durante a Primeira República, sob a direção de alguns inspetores escolares[2] do Distrito Federal, que ao me debruçar nesse periódico pude analisar dados, reconstruíveis somente através de pistas, sinais e indícios (GINZBURG, 1898), procurando examinar alguns detalhes e particularidades de algumas escritoras, assim fui me deparando com algumas docentes muito importantes para o contexto da época.

Dentre uma série de nomes e personalidades a professora Alba Cañizares do Nascimento apareceu para mim, como uma mulher muito atuante no período republicano, ela atuava como filósofa, docente e escritora fervorosa e a favor de uma escola voltada para educação popular, direcionada para a criação de valores como a disciplina, a noção de responsabilidade, a moral e a alma republicana, virtudes essas que as escolas deveriam incutir nos estudantes desde a atuação primária.

Através de seus escritos, Alba Cañizares do Nascimento consegue nos revelar como a educação republicana estava em disputa naquele período, demonstrando que com a separação entre a Igreja Católica e o Estado, a introdução do ensino leigo estava ainda em voga nas escolas públicas, através da Constituição de 1891 (HORTA. 1994). Mesmo sabendo que as escolas possuíam um caráter laico, Alba Cañizares acreditava em um ensino voltado para a religião, que deveria ser transmitido pelas aulas de filosofia, aliando a formação da cultura à construção do caráter dos indivíduos.

Quem foi Alba Cañizares do Nascimento?

Uma mulher carioca, nascida no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1893, filha de Nicanor Queiróz do Nascimento e de Emília Cañizares do Nascimento. Formou-se em filosofia pela Faculdade de

[1] Mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Supervisora Pedagógica da Rede Pensi, annaclara@id.uff.br

[2] O cargo de Inspetor Escolar do Distrito Federal era uma espécie de fiscal das escolas públicas, um serviço administrativo ao qual cabia a responsabilidade de fiscalizar o trabalho dos professores e o andamento das escolas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Filosofia do Rio de Janeiro, foi professora da Escola Normal em 1914 e do Instituto de Educação, onde lecionou psicologia, disciplina que também ministrou na Escola Normal Wenceslau Brás e na Universidade Livre da Prefeitura do antigo Distrito Federal (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 27). Ela atuou como Inspetora Escolar e Superintendente de Educação Municipal.

Alba Cañizares do Nascimento veio de uma família influente e de formação cultural erudita. Alba frequentava os locais privilegiados da sociedade carioca. E pertencente de uma extensa rede de sociabilidade[3], muito ligada aos meios educacionais e de aperfeiçoamento da sua formação. A referida personagem também participou e contribuiu com vários artigos em jornais e revistas da sua época, participando de palestras e conferências relacionadas à educação. Publicando uma série de livros, tais como "Introdução à Bíblia Sagrada para terceiro e quarto anos do ensino religioso"; "Formação ética do professor"; "Prática de pedagogia social" e "Capistrano de Abreu – o homem e sua obra".

A professora Alba nos nega algumas informações quanto a sua vida privada, mas nos deixa algumas pistas e indícios sobre a sua vida profissional e militância feminista, como o tipo de corte de cabelo. No livro "Minha história das mulheres", Michelle Perrot (2017) afirma que manter o corte de cabelo curto era sinal de emancipação, de liberação política e de costumes. Perrot (2017, p. 59) vai nos dizer que o "comprimento, corte, cor dos cabelos são objetos de códigos e de modas". E dentre esses códigos, o penteado de Alba Cañizares nos mostra mais um pequeno e singelo indício sobre a sua vida privada, podendo ser observado nas figuras 1 e 2.

Pelas minhas análises em jornais e revistas pude vê-la atuando firmemente na revista "A Escola Primária" e também no jornal "A Cruz", embora ela tenha sido citada inúmeras vezes em outros jornais republicanos, tais como: "O Paiz", "Correio Paulistano", "Jornal do Brasil", "Correio da Manhã". Porém, em nenhum desses jornais fica evidente alguma informação sobre a sua vida privada, apenas artigos e notícias vinculados a sua vida profissional e acadêmica e mesmo assim, ainda de forma muito limitada.

Figura 1 - Retrato de Alba Cañizares. Fonte: Jornal A Cruz, 25/08/1929

[3] Entendo que as redes de sociabilidade são formadas por intelectuais que compartilham de concepções e ideias políticas em disputa, discussões que podem girar em torno de ideologias ou de uma cultura em comum gerando um campo intelectual antagônico, mas que influi e pauta os debates levantados (SIRINELLI, 2003).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 2 - Retrato de Alba Cañizares. Fonte: Revista Fon-Fon, 07/02/1931

Associação Brasileira de Educação

CONFERENCIA DA PROFESSORA D. ALBA CANIZARES NASCIMENTO

Realizar-se-á amanhã, ás 17 horas, no salão nobre da Escola Polytechnica, a conferencia da inspectora escolar professora Alba Canizares Nascimento, professora de Psychologia na Escola Normal Wenceslau Braz.

O thema da conferencia é: "O Estado e o problema da educação moral", fazendo a conhecida educadora o estudo critico do laicismo educativo em suas varias modalidades. O assumpto é, pela primeira vez, discutido por elemento do magisterio official, despertando grande curiosidade nos meios educativos. Vão convidados quantos se interessam com as questões educativas.

Figura 3 - Exemplo de como Alba era citada nos jornais cariocas. Fonte: Jornal do Brasil, 27 de julho de 1927, Acervo Hemeroteca Digital.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Associação Brasileira de Educação

Conferência da professora D. Alba Cañizares do Nascimento

Realizar-se-á amanhã, às 17 horas no salão nobre da Escola Politécnica a conferencia da Inspetora Escolar professora Alba Cañizares do Nascimento, professora de Psicologia na Escola Normal Wenceslau Braz.

O tema da conferencia é "O Estado e o problema da educação moral" fazendo a conhecida educadora o estudo crítico do laicismo educativo em suas várias modalidades. O assunto é, pela primeira vez, discutido por elemento do magistério oficial, despertando grande curiosidade nos meios educativos. São convidados quantos se interessam com as questões educativas.

Nesse trecho retirado do Jornal do Brasil (fig.3), podemos ver seu engajamento com a educação pública brasileira, como uma das professoras pioneiras a discursar sobre o tema da laicidade nas escolas. Nesse sentindo, podemos considerar Alba Cañizares do Nascimento uma intelectual desse período. E o ser intelectual está voltado com a preocupação em se constituir como parte de "um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho" (SIRINELLI 2003, p.234). Com isso, é possível apontar o seu envolvimento e militância com o tema da filosofia e também sobre a laicidade e ensino religioso, sempre recorrendo à moral para justificar sua importância nas escolas primária, como sendo um assunto pontual e destinado a uma pequena parcela da sociedade, à elite social.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber, em arquivos encontrados no site do Arquivo Nacional que Alba defendia uma pauta feminista, visto o seu envolvimento com Bertha Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Também em consultas em arquivos, não foi possível atestar por meio de certidões se ela se casou. Seus familiares, no qual tive contato, no entanto, me informaram que Alba não havia se casado, mas que adotara uma filha, e o que pode confirmar essa informação é o fato de Alba Emília Cañizares do Nascimento ter permanecido com o seu nome de solteira até o fim da vida, algo incomum para a época e especialmente para uma cristã conservadora, que defendia os preceitos da Igreja Católica.

Vale ressaltar também que a Alba Cañizares do Nascimento vivia na elite carioca, além de ser professora, escritora e uma intelectual de sua rede de sociabilidade, não há indícios de que ela teria se envolvido em uma relação de concubinato, pois como professora no contexto da época, ela deveria possuir uma moral irretocável, condição inclusive disposta pela lei de instrução pública aprovada em 15 de outubro de 1827.

Alguns escritos por Alba Cañizares do Nascimento

Consegui observar que entre anos de 1925 e 1926 Alba Cañizares do Nascimento se dedicou a transmitir nos veículos de mídia impressos o seu conhecimento sobre filosofia. Ela buscou desenvolver e realizar um forte apelo para que as escolas primárias tivessem como componente curricular as aulas de filosofia. O seu intuito era o de proporcionar o aprimoramento moral dos jovens estudantes, fazendo com que as crianças não fossem levadas pelo ceticismo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Além de promover um forte debate e apelo para a importância das aulas de filosofia nas escolas, Alba Cañizares do Nascimento não concordava com uma educação sem religiosidade, para ela a filosofia e a religião não eram concepções antagônicas ou independentes. Alba pensava que a filosofia era o princípio da ciência e, portanto, se a ciência era a fonte da verdade, logo a religião seria a prática dessa verdade. Para ela, a tríade ciência, filosofia e religião seria algo intrínseco e complementar. Nesse contexto, a religião seria uma manifestação prática da intelectualidade, havendo uma importante harmonia entre ciência, religião e filosofia. Segundo ela, o desprezo pela religião faria necessário o uso da força para promover e garantir a ordem social. Por conta disso, ela escreve que não admitia uma educação sem religiosidade.

A então professora destaca a importância da Escola Normal, lugar onde os futuros educadores recebem os ensinamentos que irão ser transmitidos futuramente. Afirmando que quando as lições são transmitidas de maneira caótica e imprecisa, acabam por realizar uma educação equivocada. Dessa forma, a educação dos professores consistia em uma doutrina indispensável à vida dos estudantes. A fim de embasar seu argumento sobre a indissociabilidade entre ciência, filosofia e religião. A educadora também defende que os professores devem sempre transmitir conteúdos filosóficos como uma forte influência na formação do caráter e na constituição da personalidade dos jovens estudantes.

Alba Cañizares repudiava veemente aquele que condenassem a religião, ou os que demonstrassem certa intolerância ao assunto. Ela acreditava que tanto a filosofia quanto a religião estavam em um mesmo patamar de conhecimento e que nem sempre iriam corresponder com a realidade, mas que procuravam de todo modo buscar tentativas de explicação para as condutas humanas e morais. De tal modo, a escritora enxerga a religião como uma forma de aplicação da filosofia, através da qual o governo dos povos transmite uma ordem teórica (filosofia) em uma ordem prática (religião) organizando os povos com o fundamento da moral, estabelecendo e criando regras de ação e leis de condutas de acordo com as suas convicções.

A harmonia entre ciência e religião, segundo ela, ajuda na ordem prática e faz a organização e o fundamento moral das sociedades. Além disso, é possível obter através da religião certas respostas que a ciência não consegue provar. Sendo assim, a religião é uma espécie de governo moral da sociedade e sua promoção é um dever dos educadores. Os educadores devem ter um certo cuidado, para não abordar levianamente tal matéria, que deve ser tratada de forma filosófica, abstendo-se de interpretações religiosas, para demonstrar a religião com uma interpretação científica e filosófica. Essa é a visão de Alba Cañizares que se depreende de seus artigos na Revista A Escola Primária.

Feminismo e a educação

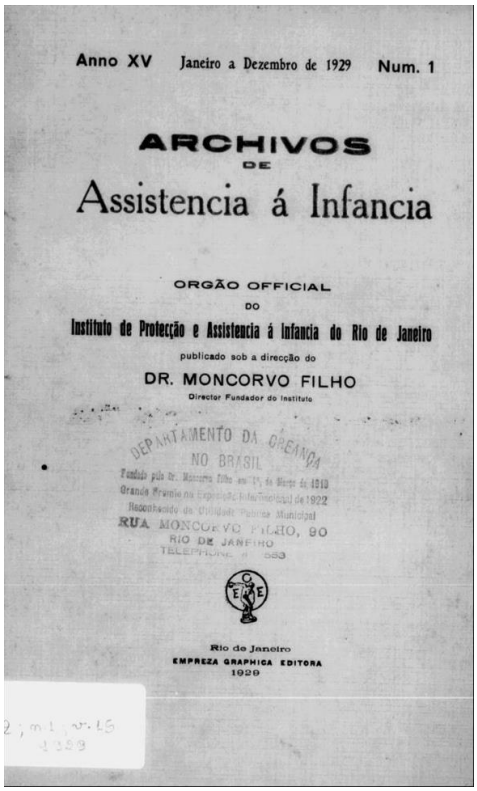
Articular toda a documentação coletada ao longo da pesquisa com toda a teoria, tanto das mulheres, como da educação, de modo a aprofundar e explicar com destreza o contexto da educação durante a Primeira República, foi complexo. Para tanto, no entanto, procurei vestígios e pistas do passado na tentativa de criação de um método interpretativo, no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes constituem formas essenciais de acesso a uma determinada

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

realidade (CHAHLOUB, 1990). O paradigma indiciário foi fundamental para compreender as formas de controle social nos detalhes mais sutis dos documentos encontrados, convertendo os escritos passados em possíveis dados e informações, dissolvendo as névoas da ideologia que obscurecem a estrutura social para traduzir os materiais investigados em significados mais profundos (GUINZBURG, 1898).

Nesse sentido, a professora Alba Cañizares do Nascimento pouco se manifestou sobre o feminismo nos jornais e revistas da época. A princípio, pouco se sabe sobre o que ela acreditava, defendia ou esperava. Durante a análise e pesquisa na revista A Escola Primária, não foi possível reconhecer nenhum padrão em sua escrita sobre essa temática, não obtendo nenhum dado mais aprofundado. E ao perceber que não seria possível explorar apenas algumas pequenas publicações, fui à procura de outros escritos seus através de buscas por seu nome na Hemeroteca digital e assim foi possível encontrar outros textos, tais como "A mulher e a obra da igreja: O apostolado da educação", que será abordado nesse tópico.

O texto foi publicado nos "Arquivos de Assistência à Infância", um órgão oficial do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, tendo sido publicado no ano de 1929, sob a direção do Dr. Moncorvo Filho, diretor e fundador da instituição. Ele foi apresentado ao final de uma conferência na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro e também publicado em "O Jornal" no dia 12 de janeiro de 1930 (fig. 4 e 5).


Anno XV Janeiro a Dezembro de 1929 Num. 1

ARCHIVOS
DE
Assistencia á Infancia

ORGÃO OFFICIAL
DO
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro
publicado sob a direcção do
DR. MONCORVO FILHO
Director Fundador do Instituto

DEPARTAMENTO DA CRIANÇA
NO BRASIL

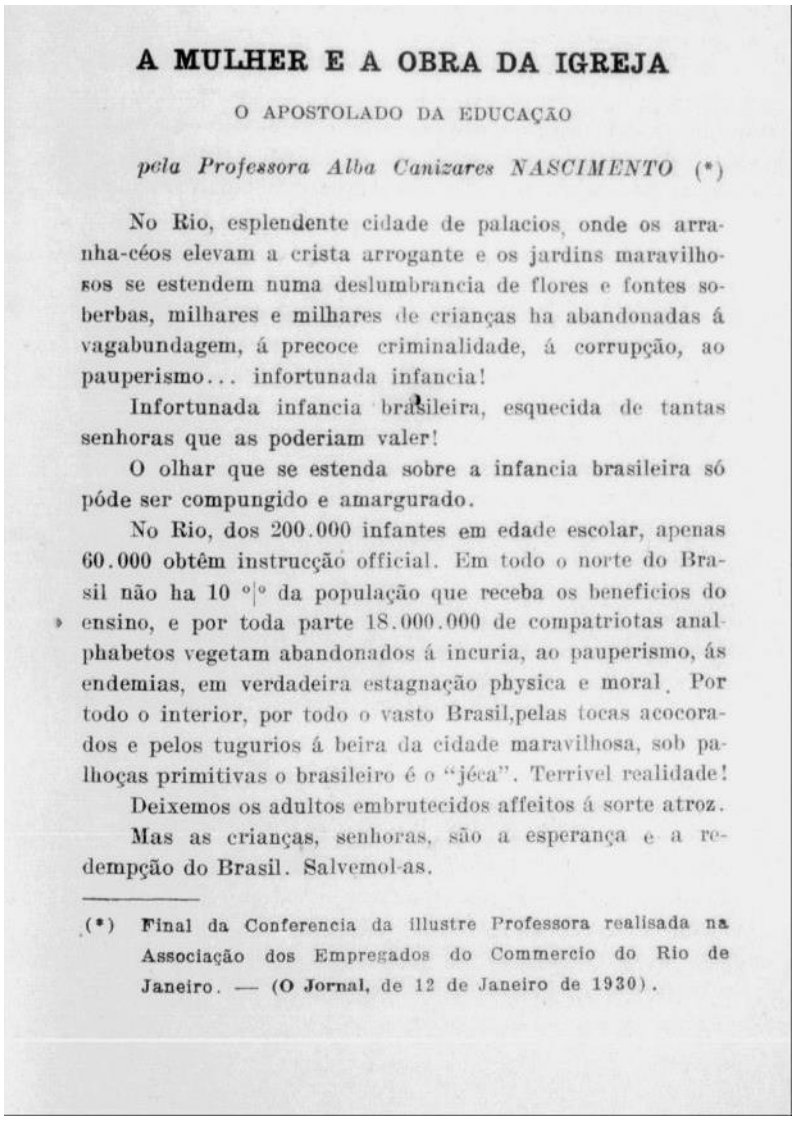
RUA MONCORVO FILHO, 90
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro
EMPREZA GRAPHICA EDITORA
1929

Figura 4 - Capa do Arquivos de Assistência à Infância. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7



A MULHER E A OBRA DA IGREJA

O APOSTOLADO DA EDUCAÇÃO

pela Professora Alba Canizares NASCIMENTO (*)

No Rio, esplendente cidade de palacios, onde os arranha-céos elevam a crista arrogante e os jardins maravilhosos se estendem numa deslumbrancia de flores e fontes soberbas, milhares e milhares de crianças ha abandonadas á vagabundagem, á precoce criminalidade, á corrupção, ao pauperismo... infortunada infancia!

Infortunada infancia brasileira, esquecida de tantas senhoras que as poderiam valer!

O olhar que se estenda sobre a infancia brasileira só póde ser compungido e amargurado.

No Rio, dos 200.000 infantes em edade escolar, apenas 60.000 obtêm instrucção official. Em todo o norte do Brasil não ha 10 °|° da população que receba os beneficios do ensino, e por toda parte 18.000.000 de compatriotas analphabetos vegetam abandonados á incuria, ao pauperismo, ás endemias, em verdadeira estagnação physica e moral. Por todo o interior, por todo o vasto Brasil,pelas tocas acocorados e pelos tugurios á beira da cidade maravilhosa, sob palhoças primitivas o brasileiro é o "jéca". Terrivel realidade!

Deixemos os adultos embrutecidos affeitos á sorte atroz.

Mas as crianças, senhoras, são a esperança e a redempção do Brasil. Salvemol-as.

(*) Final da Conferencia da illustre Professora realisada na Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro. — (O Jornal, de 12 de Janeiro de 1930).

Figura 5 - Capa do artigo "A mulher e a obra da Igreja". Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No texto, a professora catedrática do município do Rio de Janeiro expôs sua visão atenta ao que se referia sobre os assuntos destinados à infância brasileira. O artigo é permeado por um olhar voltado para o assistencialismo das crianças, com o objetivo de educá-las para servirem ao evangelho, à religião e à moral – sempre lembrando que, para Alba, a religião e ciência são concepções complementares. Pensando na instrução pública e em como ampliar o acesso à educação popular e diminuir o índice de analfabetismo do país, o que salta aos olhos no texto é o momento em que a presente autora se coloca ao lado do feminismo, se posicionando de maneira favorável ao movimento feminista e defendendo ser preciso deixar de infantilizar as mulheres, visto que elas eram as principais aliadas da educação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), um dos intelectuais que mais combateu a feminização do magistério foi Tito Lívio de Castro, um pensador que buscava afirmar que havia uma aproximação notável entre as psicologias feminina e infantil, sentença que subestimava as capacidades cognitivas das mulheres, fruto de uma sociedade patriarcal. Para o cientificista, por mais que essa semelhança pudesse sugerir uma "natural" inclinação feminina para o ensino das crianças, na verdade representava "um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa" (LOURO, 1997, p. 450).

Em contrapartida, haviam intelectuais que argumentavam a favor das mulheres. Para eles, as mulheres eram as mais bem preparadas para a docência, pois desde sempre e "por natureza" elas saberiam lidar com as crianças. Como as representantes do sexo feminino, seriam as mais naturais educadoras, portanto mais adequado deixá-las atuando no campo da educação escolar. Entretanto, Alba escreve que a educação da infância é uma obra essencialmente feminina, uma vitória da mulher, sendo considerado um vitória e conquista da vida social e o ingresso para a vida pública e política, um local visto como a base de todas as conquistas para o bom feminismo, sendo assim o meio de emancipação para as mulheres. E se nos aprofundarmos nesse tema e pensarmos nas feministas dessa época, incluindo Bertha Lutz e todas as outras integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, iremos compreender o significado desse posicionamento feminista.

Vale ressaltar que esse feminismo apontado acima, "o bom feminismo", era um feminismo que não buscava a modificação do *status quo,* que não visava mudar o regime patriarcal e machista. Nesse contexto, as mulheres burguesas viam na educação uma forma "bem vista" de poder sair do seu mundo privado, pois nessa época, nem todos os empregos eram vistos com bons olhos, vide as operárias e as empregadas domésticas, que sofriam com abusos e más condições de trabalho.

Voltando ao texto de Alba, a professora buscou colocar a educação e a mulher em um mesmo patamar, quase que sinônimos. Argumentando que se fosse estimulado as crianças a respeitarem as mulheres, essas crianças, que seriam o futuro da sociedade, iriam assegurar que suas professoras e mulheres de seus contextos seriam um verdadeiro prestígio no futuro, um prestígio ligado a moral.

Acerca do feminismo católico, Alba o descreve como o feminismo que prega a ordem, base do progresso, argumentando que a religião ensina que a mulher não é inferior aos homens, mas que são seres complementares que formam um par nos laços matrimoniais. Relata que há diferenças, mas que não quer dizer que sejam superiores ou inferiores: "ao homem compete a conquista do mundo, as lutas exteriores – à mulher compete a conquista do próprio homem" (NASCIMENTO, 1931a, p. 12). A mulher, portanto, seria responsável pela educação e formação do homem, por ser ela a mãe carnal e espiritual. O feminismo católico seria a inspiração, a imitação da Virgem Maria, modelo do lar e da sociedade.

Com relação à missão da mulher, Alba destaca que a essência da mulher é a família, de modo a ser considerada a rainha de seu lar, sua mais alta e nobre missão. Apesar disso, Deus também chama para o serviço do bem em outros ramos e esferas da ação humana, de forma que quando não encontre sua legião na religiosidade, ou quando não forme uma família carnal, a mulher pode formar uma família espiritual e ter filhos espirituais, como no caso das educadoras cristãs.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Alba Cañizares afirma que o feminismo católico é acirrado em relação à honra e às virtudes. Ele prega a indissolubilidade do matrimônio, por entender que a família constitui a base da sociedade, devendo se unir na dedicação do amor e nos sentimentos mútuos de bondade. Do contrário, o divórcio é tido como imoral, e a poligamia considerada a negação da estabilidade moral da família, gerando uma desarmonia social. Vale ressaltar aqui que o divórcio, o amor livre e os direitos reprodutivos eram termos que estavam em disputa naquela época, com feministas lutando por esses direitos, que enfrentavam resistência da parcela conservadora da sociedade da época.
Nesse sentido, o texto de Alba apresenta alguns paradoxos. Talvez seja incoerente da sua parte fazer um apelo e uma defesa tão enfática sobre algo que ela mesma não vivenciou, que nem se quer experimentou. Talvez por escolha, pela opção de seguir a sua carreira, ou pela sua missão de vida, Alba não viveu um matrimônio. Não saberemos o porquê e não podemos julgá-la, porém, sua defesa enfática da família não deixa de ser paradoxal em relação às suas experiências de vida.

A profissional Alba Cañizares do Nascimento, a modernização da educação brasileira e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

Alba Cañizares do Nascimento deixa indícios de ser uma pessoa reservada sobre sua vida pessoal, no entanto, a sua atuação profissional ela nos deixou alguns sinais e indicações de modo a transparecer o seu envolvimento e opinião sobre o trabalho. Ao longo de sua jornada Alba Cañizares publicou artigos e ensaios com certa frequência na revista A Escola Primária e no jornal A Cruz, além de participar de conferências e debates em outros jornais republicanos, como o Jornal do Brasil, A Noite e A Manhã.

E ainda nessa sessão, busco apontar algumas aparições profissional de Alba Cañizares do Nascimento e o seu engajamento na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Ao longo deste trabalho foi possível perceber que ela participava de uma diversa rede de sociabilidade junto à intelectualidade carioca de seu período, como a Academia Brasileira Feminina de Letras, a Academia Carioca de Letras, a Academia de Ciências e Educação, a Sociedade Brasileira de Filosofia e o Conselho Arquidiocesano de Ensino Religioso, além de conseguir, que Alba Cañizares era uma intelectual e escritora atuante.
Alba Cañizares, busca levantar discussões sobre o ensino técnico e profissional promovido pela Reforma Fernando de Azevedo de 1928, a partir do caso da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, essa escola se situava no Rio de Janeiro, até então capital do Brasil e berço da educação profissional do país. No entanto, essa escola foi contemplada pelos discursos da modernidade pedagógica e embalada pelos ideais do movimento da escola nova.
No final do século XIX, o Rio de Janeiro se destacava com seu primeiro surto de industrialização. Procurando garantir uma posição na corrida pelo protagonismo industrial frente a estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, a sociedade carioca buscava meios de se modernizar, com reflexos na educação. Embora perca a posição de liderança econômica para São Paulo, a então capital da Primeira República, consegue se manter na posição de segundo lugar. Para se manterem competitivas, as indústrias começavam a substituir os artesãos pelos operários, modificando as condições financeiras de grande parte da população brasileira (CARDOSO, 2005).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse contexto, as escolas passavam a priorizar uma educação voltada para as mudanças econômicas em curso. O governo federal percebeu a necessidade de intervir na educação popular e na formação profissional, a fim de obter mão-de-obra especializada e qualificada para o desenvolvimento econômico (CARDOSO, 2005, p. 3). Paradoxalmente, tais políticas dialogaram com as diversas partes do espectro político, fazendo convergirem frentes até então divergentes. Luiz Antônio Cunha (2000) destaca como elas beneficiaram tanto os discursos conservadores – estimulando a defesa da manutenção de jovens em escolas de preparação de ofícios, sob o argumento de que isso produziria o controle social e livraria os jovens dos "males das ruas" –, como os discursos progressistas, que viam nessas escolas uma forma de propiciar e propagar meios de desenvolvimento intelectual das forças produtivas, estabelecendo meios para que os jovens pudessem atingir a emancipação econômica e política.

Nesse cenário, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz era uma escola mista, cujos professores se mostravam preocupados, desde a sua fundação, com a educação feminina, a educação profissional e as mudanças políticas e econômicas vigentes. Vale ressaltar que embora a educação feminina comece a se estabelecer com mais efervescência na primeira República, tratava-se de um ensino voltado para prendas domésticas e trabalhos manuais, como o de corte e costura. Essa visão colocava a mulher em um local marginalizado e submisso na sociedade, destinando-lhe exclusivamente trabalhos e atividades ligadas ao cuidado. Além disso, a constituição republicana tirou a educação das amarras da Igreja Católica, promovendo a laicização e descentralização do ensino, que ficou a cargo dos órgãos públicos e privados de cada estado. Em cada local, a educação popular foi sendo instaurada a seu modo.

Heleieth Saffioti (2013) argumenta que os dados estatísticos sobre a educação no período republicano refletem que as mulheres cursavam os ramos de ensino considerados mais secundarizados, não havendo dados significativos quanto à entrada de mulheres nos cursos superiores até 1930. No ensino técnico e profissional, apresentaram maior adesão os cursos de datilografia, taquigrafia e o tradicional curso Normal. As normalistas representavam quase 90% do alunado, e o corpo docente do ensino primário era composto em sua quase totalidade de professoras mulheres.

Para Heloísa Villela (2009), a formação feminina obtida através dos cursos profissionalizantes – especialmente das escolas normais – foi fundamental para a luta feminista. Através da formação, mulheres passaram a exigir e a lutar por trabalhos dignos e por uma remuneração adequada, além de atingirem elevados níveis de instrução. A profissionalização das mulheres foi uma das possibilidades de ascensão e acesso para os espaços públicos sociais.

Não obstante a educação profissional e técnica não permitisse, na maioria dos casos, acesso direto aos cursos de nível superior, obrigando muitas mulheres a interromperem seus estudos, os anos de 1920 a 1930 podem ser considerados como um período revolucionário, pois havia uma busca incessante em projetar, transformar e reorganizar a educação do Distrito Federal. Dessa forma, "o curso normal passou a oferecer formação profissional que habilitava ao exercício do magistério primário, durante dois anos, exigindo de seus candidatos o certificado de conclusão do curso ginasial de cinco anos" (SAFFIOTI, 2013, p. 319). Tal política beneficiou a população feminina, estendendo seu período de escolarização.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Com a crescente participação das mulheres na vida pública e social, as mulheres oriundas das classes sociais mais abastadas foram sendo submetidas a um rigoroso controle, cujo *modus operandi* era determinado por normas austeras. Acompanhando o processo de feminização do magistério, foram definidos hábitos de controle, obediência e discrição, de modo a normalizar a atuação das mulheres no espaço acadêmico e profissional (VILLELA, 2009).

Pregando os ideais da Escola Nova, a reforma Fernando de Azevedo tinha a intenção de reformar não só as práticas pedagógicas vigentes, mas reorganizar todo o aparelho escolar, de modo a transmitir para gerações futuras um ideal de educação social que deveria preparar e instruir a população para a vida social e para o trabalho. Azevedo acreditava que a educação deveria ser um serviço destinado igualmente a todos, sendo leiga e integral, de modo a gerar consciência econômica, social, de igualdade, de solidariedade e de cooperação. Assim, a educação seria uma espécie de imersão para o mundo social.

Nesse cenário, podemos notar que Alba Cañizares do Nascimento abordava o tema da educação em seus trabalhos, defendendo uma instrução voltada para a moral e os saberes religiosos, com o objetivo de conter a ordem através da força – o que inclusive é o tema presente em seus escritos. Para ela, a educação precisava dialogar necessariamente com a religiosidade, garantindo assim uma formação com princípios e relacionando a tríade ciência, filosofia e religião como forma de ensinar, disciplinar e canalizar os desejos dos educandos. Como reflexo da modernização, Alba mergulha nas bibliografias de sociólogos, aproximando-se de algumas concepções e ideais de Fernando de Azevedo e da reforma que o educador conduziu em 1927. Ambos percebem que as instituições escolares são o local ideal para a formação integral do cidadão, onde educando e educador aprendem em sintonia e em conjunto, além de ensinar e estabelecer princípios inspirados na moral, na ética e na construção do patriotismo.

Sônia Camara (2013) demonstra que o processo de modernização do Brasil aconteceu de forma lenta, sem uma discussão efetiva de quais as características deveriam ser assumidas. Os modernistas buscavam construir a identidade nacional para que o país pudesse ingressar no cenário internacional, mas não houve a preocupação de discutir qual identidade e quais características seriam essas. Assim, embora a modernização tenha permitido a possibilidade de olhar para as especificidades do país e garantir a criação de uma identidade nacional, não o fez para apagar as marcas do passado, mas sim para promover a renovação e a atualização do país.

A educação, o trabalho e a saúde também foram assuntos que estavam na pauta dos modernistas e nos discursos dos intelectuais, áreas que eles consideravam marcadas pelo atraso, apresentando desafios para a construção de uma nova ideia de país. Assim, "para a construção de uma nação moderna era preciso estabelecer mudanças na educação, uma vez que grassavam na sociedade problemas crônicos como o analfabetismo e as doenças" (CAMARA, 2013, p. 91). Essa perspectiva determinou a ênfase dada ao ensino primário e profissional na educação republicana, cuja reforma não deveria se restringir aos métodos, didáticas e horários, tendo por verdadeiro objetivo estabelecer formas renovadas de educação, adequando os estudantes ao novo modelo de sociedade, disciplinando-os para os tempos acelerados e para os novos valores (SILVA, 2004).

Havia também o objetivo de incutir nos alunos e professores o hábito da leitura e da escrita, uma das necessidades da sociedade moderna. Desse modo, passaram a criar espaços para a

disseminação de práticas como o uso obrigatório das bibliotecas, "prescrevendo modos adequados de ler e de selecionar livros" (VIDAL, 2006, 154) de acordo com repertórios de leitura específicos da época. Buscava-se promover boas práticas e hábitos de leitura, oferecendo conteúdos adequados e estimulando o exercício silencioso da leitura. No mesmo sentido, os professores eram incentivados a escrever sobre as suas práticas, criando assim um arsenal de boas práticas pedagógicas, que serviria também como forma de verificar possíveis resistências à aplicação das inovações pedagógicas (VIDAL, 2006).

Podemos perceber que a educação e os ideais da Escola Nova eram vistas como forma de transformar a população através da construção da nova identidade nacional, desenvolvendo nos educandos uma nova mentalidade enraizada na cultura do trabalho. Além das novas concepções e estratégias pedagógicas, Azevedo promoveu também a criação de novos prédios escolares, cuja arquitetura apresentava características do estilo neocolonial, como forma de criar o sentimento de pertencimento, identidade e progresso. A arquitetura escolar visava demonstrar uma noção de beleza, limpeza e higiene, com espaços próprios para o desenvolvimento das atividades pedagógicas (CAMARA, 2013).

Considerações finais

Podemos perceber que Alba Cañizares do Nascimento foi uma figura influente e que com o passar do tempo e dos anos ela foi invisibilizadas e apagada da história da educação e, principalmente, da história das mulheres. E cabe a nós, mulheres e pesquisadoras, avançar e lutar pela devida reparação.

Não me canso de agradecer a família da Alba Cañizares, que de certa, me ajudou e contribuiu grandemente para que essa pesquisa fosse realizada, e afirmo, que ainda falta muito para que se esgote as fontes de pesquisa e informação sobre essa mulher republicana. Inclusive, deixo o convite e meu contato, para que juntos, todas, todos e todes, que sentiu interesse pela personagem que me procurem, para que juntos possamos desvendar e mostrar ao mundo essa mulher, que foi incansável em seu tempo, na luta por uma educação pública popular e de qualidade.

Alba Cañizares faleceu em 1944, em decorrência de um câncer, porém apesar de sua morte precoce, ainda há muita informação a resgatar e ser analisadas nos acervos espalhados por esse pais ainda há muitas histórias a serem descobertas e muita análise para fazer, principalmente nos seus livros publicados ainda em vida. Existem alguns manuscritos que não foi possível explorar ainda, mas que ainda pretendo me debruçar em um momento futuro. Também existe um acervo de livros de Alba Cañizares guardado com seus parentes, que podem nos ajudar a obter mais dados sobre a história da educação e, especialmente, sobre a história das mulheres. Gostaria de investigar ainda mais as suas ações frente à educação e as suas conexões com instituições importantes, verificar mais a fundo a sua relação com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o seu envolvimento político, interpretar e analisar as cartas trocadas pela professora com seu pai e outras personagens da República, como Bertha Lutz, que construíram e contribuíram para a nossa história.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sinto que ainda me falta fazer um enfrentamento teórico sobre as citações da Alba. Assim como os autores e autoras que a personagem utilizava e também os filósofos que foram abordados nesse trabalho e nos trabalhos de Alba. Faltou fazer um levantamento das suas leituras que Alba fazia para produzir seus trabalhos, além de ler e analisar os próprios livros produzidos por ela. Além desse levantamento existe ainda uma escola municipal com o seu nome, a Escola Municipal Alba Cañizares do Nascimento, situada na Rua Professor Souza Moreira, 301, em Inhoaíba, Rio de Janeiro, com a qual também não obtive nenhum contato durante toda a minha pesquisa e que também não pude visitar, por conta da situação pandêmica que assolou todo o globo terrestre e, principalmente, no Brasil. E acredito que deva haver mais dados e acervo histórico que precisam ser tirados da invisibilidade, a fim de mostrar ao mundo que as mulheres também fizeram parte do contexto histórico e social. Há ainda, sob a minha tutela, parte do acervo pessoal da educadora que ainda não foi utilizado: cerca de dezenove cadernos com seus manuscritos, alguns papéis soltos com fragmentos de pensamentos e escritas, e alguns recortes de jornais da época.

Feitos os devidos apontamentos, espero que esse trabalho atinja o maior número de pessoas e que o encantamento que eu sinto ao revisitar essas informações e contexto, seja o mesmo para os outros, que o meu brilho nos olhos ao falar sobre esse tema, encante a todas, todos e todes e juntos, consigamos explorar e reconhecer outras personalidades que fizeram história e contribuíram para o avançar da civilização.

Referências bibliográficas

AZEVEDO. F. **Novos caminhos e novos fins**. 3ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. S/A.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade:** Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

CAMARA, S. **Reinventando a Escola:** o ensino profissional feminino na reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2013.

CARDOSO, T. F. L. **A formação docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1. Anais. Rio de Janeiro, RJ: SBHE, 2000.

_____. **A reforma do ensino profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz**. Revista Diálogo Educacional, vol. 5, n. 14, janeiro-abril, p. 1-14, 2005.

_____. **Uma escola normal, uma "escola de trabalho"**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 8, n. 15, janeiro/julho. p. 58-72. 2013.

CERTEAU, M. D. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CUNHA, L. A. **A primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes LTDA, 1978.

_____. **Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DE ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais:** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GONDRA, J. G. e SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GONTIJO, R. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: BICALHO, M.;

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: [s.n.], 1997. p. 443- 481.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NUNES. C. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M.C; PIMENTEL, M.A.L (Orgs). **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2° ed., 5° reimpressão. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PRIORE, M.D. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 11.

_____. **Sobreviventes e guerreiras:** Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RAGO, M. **Os prazeres da noite:** Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930). 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. **Entre o mundo da casa e o espaço público: um plesbicito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906)**. Revista de História e Historiografia da Educação, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 122 - 146, janeiro/abril 2018.

SCHUELER, A.; MAGALDI, A. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa. **Tempo [online]**, v. 1, n. 26, p. 32-55, 2009.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SCOTT, J.W. **A cidadã paradoxal:** As feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J.M. **A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas**. Educação. Santa Maria, v. 42, n. 1, jan./abr. 2017.

SEPULVEDA, D. e SEPULVEDA, J. A. **Trabalhando questões de gênero: Criando e recriando currículos para a valorização do feminino**. Periferia, v. 11, n. 4, p. 58-80, set./dez. 2019.

SEPULVEDA, D. e SEPULVEDA, J.A. Conservadorismo, gêneros e sexualidades: temáticas que entrelaçam nas pesquisas do GESDI e GEPCEP. In: SEPULVEDA, D e AMARO, I. (Org's). **Gêneros, sexualidade e educação na ordem no dia**. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, J.C.; VIDAL, D. G.; ABDALA, R.D. **FERNANDO DE AZEVEDO em releituras: sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados.** Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.

SILVA, J.C.S **A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930).** [Dissertação de mestrado]. Universidade de São Paulo. – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação de São Paulo. São Paulo. Brasil, 2004.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VIDAL, D.G. **Educação e Reforma: O Rio de Janeiro nos anos 1920 – 1930**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

VIDAL, D.; FARIA FILHO, L.. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003.

VIDAL, D.G. **O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927-1930)**. Ed. Foco, Juiz de Fora, n. Especial, p.11-24 /mar/ago. 2007.

VILLELA, H.O.S. **Normalistas histéricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX**. Dimensões. Vol. 23. p.67 – 81. 2009.

VILLELA, H. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A INSERÇÃO DE MULHERES IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS

Camila Rocha[1]
Odisseia Aparecida Paludo Fontana[2]
Paola Pagote Dall'Omo[3]
Silvia Ozelame Rigo Moschetta[4]

Introdução

A migração é um fenômeno constante que se apresenta em diferentes formatos e intensidades ao longo da história. Movimenta pessoas que desejam alcançar melhores condições de vida, seja mediante a satisfação de necessidades básicas, como moradia, alimentação, trabalho e segurança, seja pela busca de novas oportunidades.

Atualmente, segundo dados obtidos pelo Observatório das Migrações Internacionais, aproximadamente 272 milhões de pessoas vivem e trabalham fora do seu país de nascimento, entre as quais quase a metade (47,9%) é composta por mulheres (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Esses números podem se justificar em virtude das diversas mudanças negativas advindas dos processos de globalização, que atingem as mulheres de maneira acentuada.

Assim, neste artigo, serão feitas reflexões a partir da relação existente entre migrações, gênero e trabalho no contexto brasileiro. Por meio desta pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, objetiva-se promover apontamentos acerca da mobilidade internacional das mulheres e de como esse fenômeno é responsável por promover novos panoramas migratórios, além de impactar de maneira significativa o mercado de trabalho no Brasil.

A análise será realizada sob a ótica da pesquisa bibliográfica, com utilização de livros, teses, dissertações e artigos existentes em portais de periódicos, e de dados, especialmente do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir do desdobramento dos seguintes

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: caamila.roch@gmail.com.
[2] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora permanente do Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisas Relações Internacionais, Direito e Poder – atores e desenvolvimento pluridimensional. E-mail: odisseia@unochapeco.edu.br.
[3] Bolsista Prosuc/Capes do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestranda em Direito pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: paolapagote@gmail.com.
[4] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestra em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais, Direito e Poder – atores e desenvolvimento pluridimensional da UNOCHAPECÓ. Integrante da Rede de Pesquisa Interinstitucional (UFSC, UNESC, UCS, ESUCRI) em Republicanismo, Cidadania e Jurisdição – RECIJUR. Mediadora. Advogada. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1370518931808075 ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3722-8581. E-mail: silviaorm@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

eixos: contexto do processo migratório feminino, a inserção da mulher imigrante no mercado de trabalho brasileiro, dificuldades e oportunidades encontradas.

É importante ressaltar que este estudo não tem o objetivo de homogeneizar, sistematizar ou ignorar as especificidades das experiências das mulheres imigrantes ou das migrações em si, tampouco, nos dizeres de Mohanty (2008), colonizar e se apropriar das complexidades das suas vidas por meio de discursos hegemônicos e acríticos[5]. Não se desconhecem as individualidades, mas a utilização da categoria "mulheres imigrantes" ao longo do texto tem o propósito de exemplificar as vulnerabilidades de forma ampla.

Mulheres: contextualização dos movimentos migratórios

A mobilidade humana precede e acompanha o desenvolvimento das sociedades. Apesar de se apresentar por meio de múltiplas dinâmicas, está presente em diferentes épocas da história. No contexto contemporâneo, as migrações geram conexões complexas nos Estados e nas relações sociais, sendo reconhecidas como um desafio para as atuais concepções de cidadania que regem uma sociedade (PÉREZ; LUNA, 2017, p. 44).

As causas das migrações estão frequentemente associadas à busca de melhores oportunidades, condições de trabalho e educação, reunificação familiar ou, também, às desigualdades econômicas, pobreza, violações de direitos, catástrofes ambientais ou discriminação. Na quase totalidade das situações, estão presentes razões materiais ou econômicas (NUNES, 2018, p. 2-3).

Essas motivações se intensificam ou diminuem a depender da conjuntura socioeconômica, política e cultural do capitalismo e dos processos de globalização, sobretudo nas influências que assolam os países de origem. Primeiro, porque, a partir de meados dos anos 1970, quando o sistema passou a ser caracterizado pelo neoliberalismo, a financeirização do capital e reformulação da produção, em todo o mundo, verificou-se um aumento do desemprego e das desigualdades sociais (NUNES, 2018, p. 2). Segundo, porque a globalização tomou conta do sistema de reprodução do capital (SILVA, 2008).

Por meio da globalização, os empreendimentos econômicos não são limitados por barreiras geográficas, e são criados dentro da lógica de maximização dos lucros. Os processos produtivos e de comercialização são geridos de maneira transnacional e em rede (SILVA, 2008).

Perpassando a ideia de economia, globalização também é inovação, política, sociologia, religião e cultura. É um conjunto de processos muitas vezes contraditórios, pois, ao mesmo tempo que retira o poder de comunidades e nações e os coloca no globo, é também a razão do ressurgimento de identidades culturais locais, do aparecimento de ideias nacionalistas, da criação de novas zonas econômicas e culturais dentro e através das nações (GIDDENS, 2007, p. 22-23).

Enquanto, de um lado, observam-se progressos em relação à qualidade de vida de alguns, de outro, há o crescimento intenso dos níveis de pobreza ao redor do mundo (SILVA, 2008). Com isso, não se pode dizer que a globalização se desenvolve de maneira equitativa, e está longe de ter apenas

[5] Para Mohanty (2008), é problemático o uso de "mulheres" como uma categoria estável de análise, pois pressupõe uma unidade histórica universal baseada em uma noção generalizada de subordinação. Essas formulações são historicamente redutoras e ineficazes no combate à opressão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

consequências positivas. Com ela, é criado um mundo de vencedores a caminho da prosperidade, e de perdedores condenados a uma vida de miséria e desalento (GIDDENS, 2007, p. 25).

Ao entender de Barbosa (2010, p. 15), com a configuração política e econômica apresentada nas décadas de 1980 e 1990, com a Guerra Fria, houve interferência direta nos movimentos migratórios, além de executarem-se políticas quanto ao controle de imigrantes e às oportunidades no trabalho, havendo uma distinção considerável entre as remunerações ofertadas em países reconhecidos como desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Tanto o capitalismo quanto a globalização promoveram diversas transformações nos padrões de organização e gestão das relações de trabalho, por meio da flexibilização, desregulamentação e precarização. Além disso, a desterritorialização permitiu que os grandes grupos estivessem em qualquer lugar do mundo, de onde poderiam se utilizar – e explorar – tanto a mão de obra quanto recursos produtivos e naturais (NUNES, 2018, p. 4).

Um dos fenômenos que caracteriza a globalização e transformou a distribuição de trabalho entre homens e mulheres é a feminização da força de trabalho. O modelo de desenvolvimento dirigido para a exportação, especialmente de manufaturas, aumentou a procura e contratação de trabalhadoras mulheres (CUNHA; FUENTES, 2006, p. 8). No entanto, apesar do crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, a participação, muitas vezes, ocorre em empregos precários e vulneráveis (HIRATA, 2009, p. 143).

Em regra, o número de mulheres em situação de pobreza extrema é maior, uma vez que são elas que mais sofrem com a falta de emprego remunerado, e que possuem maiores dificuldades de acesso à saúde e ao ensino. São as primeiras a acessar o desemprego, a redução de salários, a informalidade e a precariedade no mercado de trabalho. São vítimas de sistemas de tráfico internacional de pessoas e das doenças sexualmente transmissíveis (SILVA, 2008). Além disso, pelas assimetrias de poder entre os gêneros, são submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho diante da necessidade de conciliar os trabalhos produtivo e reprodutivo, com origens históricas na divisão sexual do trabalho[6].

Assim, a diminuição das fronteiras entre os países e o aumento das desigualdades sociais são determinantes para o aumento dos movimentos migratórios, pois são formas de enfrentamento dessas condições e de busca por melhores oportunidades. Esse fenômeno acontece mais com as mulheres, uma vez que compõem a parcela mais pobre da população e, por isso, são as maiores vítimas da precarização das políticas públicas e das condições de emprego, muitas vezes encontrando-se no limite da sobrevivência em relação às necessidades mais básicas (NUNES, 2018, p. 5-6).

Ou seja, não bastassem as consequências negativas ocasionadas às mulheres pelo capitalismo e pela globalização hegemônica, consistentes no aumento das desigualdades sociais, pobreza e precariedade, esses mesmos motivos levam-nas à necessidade de se deslocarem geograficamente

[6] A divisão sexual do trabalho, apesar de apresentar diferenças entre as culturas, universalmente instituiu tarefas diferenciadas entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 2). Às mulheres, foram atribuídas as tarefas de âmbito privado: cuidado dos filhos e dos idosos, organização da alimentação e do serviço doméstico. Aos homens, foram direcionadas atividades de gerência, tomadas de decisões, controle da unidade familiar e o trabalho remunerado na esfera pública (PAULILO, 1987).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de forma global em busca de melhores condições de existencialidade, o que nem sempre é alcançado.

Além disso, também influenciam os movimentos migratórios a expansão da rede de contatos entre migrantes e a cultura de migração, pois, quanto mais habitual ela se torna, mais mudam os valores e percepções das pessoas (DUTRA, 2013a, p. 95). Desse modo, verifica-se no processo migratório uma mediação entre culturas de diferentes nações, como modos de vivência próprios (BARTH, 2009, p. 18).

Nesse contexto, é possível dizer que os deslocamentos fazem parte da história da humanidade e, contemporaneamente, possuem próxima relação com as assimetrias socioeconômicas. Por isso, sozinhas e em busca de prover a família, cada vez mais as mulheres migram e enfrentam as duras realidades tão longe de suas casas (SCHWINN, 2019, p. 38). Segundo dados da ONU de 2019, 47,9% das 272 milhões de pessoas que vivem e trabalham fora do seu país de nascimento são mulheres (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Considerando esses números e as mudanças nas relações sociais ocasionadas pelas migrações, é essencial que sejam analisadas suas dinâmicas, as políticas de receptividade e integração dos países de destino, bem como a ocupação na sociedade e no mercado de trabalho.

A inserção da mulher imigrante no mercado de trabalho brasileiro

Com o objetivo de explicar em que segmentos as mulheres migrantes se inserem nos países de destino, ao longo dos anos, vários estudos foram desenvolvidos e deram origem a alguns paradigmas que deduzem que a inserção laborativa ocorre em atividades relacionadas ao cuidado, como enfermeiras, babás e empregadas domésticas. No entanto, embora esses estudos tenham possibilitado que as migrações femininas saíssem da invisibilidade, a maioria das construções teóricas e metodológicas é centrada nas experiências de migração Sul-Norte global (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

No Brasil, até o fim do século XIX, os trabalhos domésticos foram realizados predominantemente por pessoas escravizadas vindas da África; e, apesar dos movimentos migratórios da Europa e do Japão para trabalhos agrícolas e na indústria, nos setores de cuidado, predomina a nacionalidade brasileira (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 158).

Assim, a partir de dados obtidos em publicações do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), propõe-se, neste momento, que as migrações para o Brasil (Sul-Sul ou Norte-Sul) sejam analisadas sob outra perspectiva.

De acordo com os dados do Sistema de Tráfego de Imigrantes (STI) da Polícia Federal, de 2010 a 2019, houve 26.554.564 entradas e 25.360.296 saídas de mulheres do Brasil, constituindo um saldo de 688.367 imigrantes. Na segunda metade da década, tiveram maior destaque as sul-americanas e as caribenhas, o que demonstra a tendência de participação do Brasil no eixo migratório Sul-Sul (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Quanto ao mercado de trabalho, conforme dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), entre 2011 e 2019, houve um crescimento exponencial na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

emissão de carteiras de trabalho para mulheres imigrantes, cujas principais nacionalidades são de países vizinhos e caribenhos: em 2011, foram emitidas 3.722; em 2019, 39.813 – um aumento de 970%. Isso demonstra que a procura de trabalho tem motivado as migrações de mulheres para o Brasil nos últimos anos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Apesar de os dados apresentarem informações relacionadas ao trabalho, é importante mencionar que a dimensão econômica não pode ser a única motivação diante da complexidade dos processos migratórios, pois devem ser considerados os demais contextos de cada indivíduo em cada período histórico. No entanto, a necessidade de obtenção de renda e de trabalhar tem um grande peso na hora da decisão de deixar o país de origem e se separar da família (CASTLES, 2010, p. 25; DUTRA, 2013a, p. 191).

Em relação às oportunidades, pelas mesmas bases de dados, verifica-se que o número de mulheres imigrantes em trabalhos formais tem crescido, mas o sistema não consegue absorver por completo essa mão de obra. Embora em 2019 tenham sido emitidas 39.813 carteiras de trabalho no Brasil, apenas 28.096 foram admitidas em algum tipo de emprego formal no mesmo ano (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Entre as mulheres imigrantes, são altos os índices de demissões e baixos salários, o que indica a constante instabilidade de participação e rotatividade no mercado formal. Além disso, muito embora o número de mulheres e o de emissão de carteiras de trabalho tenham aumentado nos últimos anos, dos postos de trabalho formais no País, aproximadamente 70% são ocupados por homens e 30% por mulheres (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Para Cazarotto e Mejía (2017, p. 188), as mulheres são mais excluídas que os homens nos postos de trabalho. Às vezes, não conseguem se estabelecer e são desligadas, também porque o meio empresarial prefere contratar funcionários do gênero masculino para não arcar com a licença-maternidade.

Esses dados indicam que os efeitos nocivos imediatos sofridos pelas mulheres se encontram nas esferas trabalhista e social. A não inserção no mercado de trabalho ou a inserção em trabalhos informais e precários prejudica o seu sustento e o de sua família, a integração na sociedade de destino, bem como dificulta o acesso a bens de consumo e serviços básicos.

As adversidades também existem no alcance aos direitos previdenciários, pois, de acordo com a Lei 8.213/91, como regra geral, o acesso aos benefícios exige o cumprimento de carência, que é um número mínimo de contribuições mensais. Esses períodos são maiores em benefícios programáveis (aposentadoria) e menores nos não programáveis (auxílio por incapacidade temporária).

As imigrantes inseridas no mercado de trabalho formal e que cumprirem os requisitos mínimos de carência e tempo de contribuição estarão amparadas pela previdência, especialmente quando se trata de benefícios não programáveis ou de curto prazo. Entretanto, segundo Tavares e Martins (2020, p. 68), essa não é uma constante positiva, tendo em vista que o cumprimento dos requisitos de tempo de contribuição ou de carência se apresenta como inalcançável.

As bases de dados da RAIS-CTPS-CAGED possibilitam também o acesso ao rendimento médio dos imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal e às diferenças salariais entre homens e mulheres. Em todos os anos da série histórica analisada, as mulheres receberam salários menores

que os homens. Em 2019, a discrepância foi muito menor do que nos anos anteriores, mas ainda assim foi de R$297. As diferenças ocorrem, inclusive, entre imigrantes provenientes de países ricos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Logo, embora a mobilidade internacional tenha como motivações as perspectivas de trabalho e de sustento, muitas mulheres ainda permanecem invisíveis nas migrações, algumas porque os homens absorvem a maior parte dos empregos disponíveis, outras porque estão inseridas em empregos informais, transitórios e precários (NUNES, 2018, p. 5).

Esses dados fazem lembrar a existência da segregação ocupacional e da desigualdade de salários estabelecidas historicamente entre os gêneros, que implicitamente colocam a mulher como força de trabalho secundária e complementar (TEIXEIRA, 2008, p. 38).

Os materiais também possibilitaram a colheita de informações sobre o nível de instrução das mulheres imigrantes inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro. Na série histórica estudada, a maioria das imigrantes tem o ensino médio completo. Em 2011, essas mulheres representavam 39,4% do total; em 2015, eram 43%; em 2019, esse número passou para 49,5%. Em segundo lugar, estão as mulheres com nível superior completo: em 2011, eram 32,7% do total; em 2015, 21,9%; em 2019, 22,2% (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Segundo Cazarotto e Mejía (2017, p. 178), por meio de pesquisa de campo efetuada com mulheres imigrantes haitianas residentes no Brasil, tem-se que o grau de escolaridade era inferior comparativamente ao dos homens, o que ajudava a sustentar as hierarquias de poder entre os gêneros. A partir de 2015, essas diferenças desaparecem.

Ao mesmo tempo que houve crescimento no número de mulheres imigrantes com nível de instrução médio, também se verificou uma diminuição das imigrantes com nível de instrução superior completo. Especialmente a partir de 2014, os novos movimentos são, em parte, de mulheres que ainda não possuem nível superior de formação (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Especificamente para os imigrantes haitianos, considerando que o projeto migratório compreende aspectos econômicos e educacionais, as dificuldades para encontrar vagas em universidades para cursar o ensino superior é um dos motivos de frustração de mulheres e homens nessa experiência, pois no Haiti é forte a cultura de que o conhecimento é fundamental para a ascensão social (CAZAROTTO; MEJÍA, 2017, p. 175).

Quanto aos nichos laborais acessados pelas imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, a base de dados da RAIS-CTPS-CAGED constatou que em 2011, 2015 e 2019 as principais ocupações foram nas áreas de serviços, vendedoras do comércio em lojas e mercados. Depois, os trabalhos voltados aos serviços administrativos; por último, a produção de bens e serviços industriais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Dos movimentos migratórios crescentes no Brasil nos últimos anos, as nacionalidades haitiana e venezuelana tiveram presença marcante, para homens e mulheres. Em 2019, as mulheres dessas nacionalidades corresponderam a 26% das imigrantes admitidas no mercado de trabalho formal (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Em relação às haitianas, as principais ocupações foram, nesta ordem: faxineira; alimentadora de linha de produção; auxiliar nos serviços de alimentação; trabalhos em frigoríficos e açougues. As venezuelanas,

por sua vez, em sua maioria, são contratadas para o setor amplo de serviços, que engloba vendedora do comércio varejista, operadora de caixa, auxiliar de escritório, atendente de loja/mercados, assistente administrativo e, por fim, faxineiras. Diferente das haitianas, as venezuelanas não realizam trabalhos em frigoríficos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Em vista desses dados, importa conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes em relação à inserção no mercado de trabalho brasileiro, as oportunidades e resistências existentes e, como consequência, quais os desafios postos para a promoção e o acesso aos direitos dessas trabalhadoras.

Desafios e resistências experienciadas pelas mulheres imigrantes

Como visto, a diminuição das fronteiras entre os países e o aumento da pobreza e das desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista e pela globalização são determinantes para o aumento dos movimentos migratórios de mulheres, à medida que são meios de enfrentamento dessas condições e de busca por melhores oportunidades. No entanto, as diferenças de gênero, a xenofobia, o racismo, as dificuldades com a língua e a ausência de políticas públicas preparadas para receber e integrar imigrantes na sociedade são alguns dos fatores que determinam novos padrões de fragilidade e desigualdade.

As mulheres migrantes, além das dificuldades e opressões sofridas apenas por serem mulheres, também estão expostas às vulnerabilidades ocasionadas aos sujeitos migrantes, frequentemente confinados a uma condição de não nacionais, ou seja, *não sujeitos*, por isso levados para locais de privação e ausência de voz e ação (REDIN, 2010, p. 18).

Para as imigrantes mães, pode-se dizer que a primeira dificuldade é a de que, muitas vezes, necessitam deixar seus filhos no país de origem. Diante do aumento das famílias monoparentais e da necessidade de sustento da família, as mulheres são agentes fundamentais no envio de valores, o que faz com que estejam sempre "entre os dois mundos", onde está agora e onde deixou (DUTRA, 2013b, p. 181). Lidar com o "abandono familiar", fato mais condenável para as mulheres do que para os homens, é um processo bastante doloroso e que traz grande carga de sentimento de culpa (BERTOLDO, 2018, p. 317-318).

Esses elementos condicionam as situações de vida dessas mulheres, tendo em vista que limitam as chances de mobilidade social e reproduzem modelos de sociedades estratificadas (DUTRA, 2013b, p. 181).

A ausência de documentação regular é outro fator determinante de aumento das vulnerabilidades, à medida que leva a condições de exploração nas relações de trabalho ou ao desemprego (BERTOLDO, 2018, p. 318). A clandestinidade gera insegurança, dependência e submissão às arbitrariedades impostas pelos empregadores (SIMÕES; LUZ, 2018, p. 2).

Não bastassem esses fatores, as relações entre as condições de nacionalidade, raça, gênero e classe[7] acentuam as fragilidades das mulheres migrantes trabalhadoras, cabendo a elas grande parcela do mercado informal de trabalho e, como consequência disso, poucos ou nenhum direito trabalhista e/ou previdenciário (DUTRA, 2013b, p. 181).

Esses marcadores de discriminação condenam as mulheres migrantes trabalhadoras, por si só, a uma situação de desproteção social, que acaba sendo acentuada pelo acesso desigual a documentação e recursos econômicos que lhes permitam acessar o mercado de trabalho em condições regulares e não informais (CAVALCANTI; TONHATI; DUTRA; OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Muitas mulheres são obrigadas a se submeter a condições de trabalho precárias por necessidade de sobrevivência. No caso dos serviços domésticos, a ocupação em maior número pelas haitianas no Brasil, em geral, é regulada por contratos frágeis, acompanhados da desvalorização do trabalho e do imaginário servil (semelhante às brasileiras), com a especificidade de preconceitos em relação à nacionalidade e à raça (BERTOLDO, 2018, p. 318).

Ainda, há a questão do idioma, ferramenta essencial para quebrar as barreiras do isolamento. Em uma pesquisa realizada com mulheres bolivianas indocumentadas trabalhadoras em oficinas de costura, algumas relataram que a dificuldade de comunicação fazia com que elas não procurassem os serviços públicos. Uma delas chegou a dizer que estava havia sete meses residindo no País e ainda não havia conversado com nenhum brasileiro. Outra disse se sentir de "*ningún lugar*", pois não conhecia ninguém (SILVA; SOUZA, 2015, p. 98).

Outra adversidade enfrentada se dá quanto ao não reconhecimento de suas formações técnicas ou acadêmicas. Muitas imigrantes possuem qualificações profissionais, inclusive de ensino superior em seus países, mas no Brasil as únicas ofertas de trabalho são em postos menos remunerados, resultado do sistema capitalista, que entende que a mão de obra dos imigrantes existe para ser explorada conforme mandam as regras do mercado. Às imigrantes, cabem as atividades não desejadas pelos nacionais, em que não há necessidade de qualificações profissionais e prevalece a informalidade (BERTOLDO, 2018, p. 318).

Com isso, nota-se que as mulheres migrantes que vêm para o Brasil têm suas vulnerabilidades marcadas pela condição de estrangeira do sexo feminino. É dizer que, além de encontrarem obstáculos em relação ao idioma, à adaptação à cultura e à insegurança da ausência de documentação, também sofrem com condições de trabalho precárias, baixa ou nenhuma remuneração, e até mesmo diversas formas de violência (BERTOLDO; RICARDO, 2017, p. 97).

É importante pontuar que as condições de vulnerabilidade em que se encontram muitas imigrantes impactam não somente suas próprias vidas, mas também na do núcleo familiar em relação ao qual possuem responsabilidade. Há repercussões tanto para o país de origem como para o de destino (DUTRA, 2013b, p. 182). Isto porque as imigrantes não são meras expectadoras da globalização, mas seus agentes ativos. Além das remessas financeiras destinadas à família que permaneceu no

[7] No âmbito da terceira onda feminista, e buscando afastar a ideia de que os sujeitos são universais, a jurista, professora e ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw cunhou o termo "interseccionalidade", que permitiu identificar que, além do gênero, as mulheres possuem outros marcadores de discriminação, como raça, classe social e outros (CRENSHAW, 2004).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

país de origem, os locais de destino se beneficiam pelo preenchimento de lacunas de mão de obra, empreendedorismo, pagamento de impostos e contribuições para a previdência social. Ainda, a diversidade cultural enriquece as comunidades (SCHWINN, 2019, p. 36).

No entanto, apesar desses indicadores relacionados à necessidade e quase que obrigatoriedade de migrar, associados à desproteção encontrada onde passam a residir, algumas mulheres conseguiram superar os desafios encontrados e, por isso, suas histórias também merecem destaque.

Leydi, venezuelana e residente em Manaus desde 2019, com o auxílio de organizações da cidade, conseguiu empreender nas atividades de costura de vários itens, como *kits* para bebês recém-nascidos, pijamas e roupas de todos os tamanhos (ACNUR, 2016).

Lucie, natural da República Democrática do Congo e residente em Brasília desde 2016, já trabalhava com moda em seu país de origem, faz parte do projeto Égalité, uma loja-escola idealizada pelo grupo Mulheres do Brasil, cuja proposta é oferecer, mais do que um local para que refugiados e imigrantes possam vender seus produtos, um espaço de aprendizagem. Atualmente, ela concilia o trabalho como estilista com a graduação em Design na UnB (ACNUR, 2016).

Soda, de 60 anos de idade, natural do Senegal e residente em São Paulo desde os 13 anos, iniciou sua trajetória no comércio do centro da cidade até abrir uma loja. No local, são vendidos tecidos, roupas, turbantes, faixas, colares, entre outros produtos com tradicionais estampas africanas, de onde obtém suas principais receitas (ACNUR, 2016).

Esse pequeno recorte dado às experiências individuais e positivas da imigração busca descaracterizar a homogeneidade dos trabalhos de análise feminista em relação aos quais Mohanty (2008) estabelece sua crítica, no ponto em que, com frequência, qualificam as mulheres simplesmente como um grupo distinto de vítimas de opressões compartilhadas. Para ela, os escritos devem apresentar também as escolhas e resistências, não apenas necessidades e problemas.

Nesse sentido, de acordo com o relatório *El Estado de la Poblacion Mundial* de 2006, por vezes, a experiência migratória para as mulheres é tão positiva a ponto de desejarem não retornar para seus locais de origem, por receio de perderem a independência obtida. As migrações também contribuem para que sejam questionados os papéis sociais tradicionais destinados a cada um dos gêneros (MARINUCCI, 2007).

As histórias das mulheres que conseguiram encontrar espaço e também protagonismo no mercado de trabalho, resistindo e ultrapassando as barreiras que lhes foram impostas, trazem à tona também a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e das iniciativas da sociedade civil em relação à acolhida e inserção das imigrantes na sociedade brasileira.

Conclusão

Até pouco tempo, a migração internacional era vista como um fenômeno essencialmente masculino. As mulheres eram consideradas dependentes; suas experiências e vivências, invisíveis. Os números atuais demonstram que elas representam quase a metade das pessoas que vivem em locais diferentes de onde nasceram. Para Marinucci (2007), a crescente quantidade de mulheres

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que migram, inclusive sozinhas, representa um grande desafio, o qual exige respostas efetivas da comunidade internacional, dos governos e da sociedade civil.

Por isso, associar os estudos de gênero com migrações possibilita reconhecer a autonomia das mulheres nos movimentos populacionais, conhecer e evidenciar as fragilidades e resistências existentes, e, de certo modo, contribuir para que a sociedade civil e o Estado brasileiro respondam a essas realidades de maneira eficaz.

Esta breve incursão entre as origens do aumento da mobilidade internacional de mulheres e sobre a inserção das imigrantes no mercado de trabalho brasileiro possibilitou algumas importantes reflexões, que certamente merecem maior exploração e não se limitam a este artigo.

A primeira é referente à grande influência do capitalismo e da globalização para o aumento dos movimentos migratórios das mulheres, em virtude da diminuição das fronteiras entre os países, do aumento das desigualdades sociais e da feminização da pobreza, à medida que são maneiras de enfrentar essas condições e buscar melhores condições de vida.

Outro eixo de reflexão importante foi a análise das informações das bases de dados consultadas, que expõem de forma detalhada o mercado de trabalho que cabe às mulheres imigrantes, a média de salários, bem como as ocupações formais e informais, permitindo estabelecer comparações relativamente às mulheres brasileiras.

Depois, notou-se que as principais dificuldades e vulnerabilidades das mulheres migrantes no mercado de trabalho brasileiro estão relacionadas ao idioma, à exploração e precarização, à informalidade, à ausência de reconhecimento das qualificações profissionais e de documentação, o que demonstra que os deslocamentos refletem nas dimensões sociais, econômicas, políticas, jurídicas e culturais.

Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades, as três histórias narradas são exemplos de que existem mulheres imigrantes que conseguiram superar os desafios diários e exercer o protagonismo em suas atividades laborativas, o que reforça a importância da promoção de políticas migratórias atentas às vulnerabilidades específicas a elas atribuídas. Assim, diante dos paradigmas enfrentados na seara trabalhista pelas mulheres imigrantes no Brasil, uma análise sob a perspectiva de gênero é imprescindível para promover a equidade de direitos, assegurando a elas perspectivas mais dignas.

Referências

ACNUR. **Refugiados ressignificam sua vida no Brasil através da moda**. 2016. Disponível em:
<http:// https://www.acnur.org/portugues/2021/02/17/refugiados-ressignificam-sua-vida-no-brasil-atraves-da-moda/ Acesso em: 9 jul. 2021.

BARBOSA, Joelma Carmo de Melo. **Reassentamentos Urbanos de Imigrados Palestinos no Brasil**: um estudo de caso do "campo" de Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BARTH, Daiani Ludmila. **Brasileiros na Espanha: internet, migrações transnacionais e redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2009.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Catalisys**, Florianópolis, vol. 21, n. 2, p. 313-323, 2018.

BERTOLDO, Jaqueline; RICARDO, Karoline Hachler. Diálogos entre gênero e migrações: mulheres imigrantes no Brasil. **Captura Crítica**, Florianópolis, 6, n. 1, p. 83-106, 2017.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. In: Diário Oficial de Brasília: DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: out.2021.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; MACEDO, Marília F. R, de (Orgs.). **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcelo de (Orgs.). **A imigração haitiana no Brasil**: características socio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. Brasília: OBMigra, 2016.

CAZAROTTO, R. T.; MEJÍA, M. R. G. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 14, n. 27, p. 171-191, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. A Intersecionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>
Acesso em: out.2021.

CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. Mulheres, trabalho e globalização: gênero como determinante nos padrões globais de desigualdade. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2103>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Delia. Mulheres do sul também migram para o sul, paraguaias no Brasil. **Anuario Americanista Europeo**, Espanha, n. 11, p. 93-108, 2013a.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan.-jun. 2013b.

FALCÃO, Ana Taisa da Silva; VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O Social em Questão**, ano XXII, n. 43, p. 371-392, jan.-abr. 2019.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.1, p. 151-180, 2011.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARINUCCI, R. Feminização das migrações? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Orgs.). **Descolonizando el Feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra, 2008.

NUNES, Ivna de Oliveira. **Migração e divisão sexual do trabalho**: um olhar para o trabalho das mulheres. Vitória, 2018. Trabalho apresentado no 6º Encontro Internacional de Política Social. 13º Encontro Nacional de Política Social, 2018.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Ciência Hoje Rio de Janeiro, v.5, n.28, p. 64-70, jan/fev, 1987.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PÉREZ, Gabriel Pérez; LUNA, Luis Alberto. Migração e transformação do espaço público: novas chaves de ensino pela geografia. **Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, Florianópolis, v. 4, n. 5, p. 32-48, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009. p. 116-149.

REDIN, Giuliana. **Direito de imigrar**: direitos humanos e espaço público na sociedade contemporânea. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

REYNALDO, Renata Guimarães. **O fenômeno global e o papel dos movimentos feministas na efetivação de uma globalização contra hegemônica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWINN, Simone Andrea. **Feminização das migrações internacionais e luta pelo reconhecimento como garantia da igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres refugiadas no Brasil**: contribuições da teoria de Axel Honneth. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

SILVA, Alessandro Soares da; SOUZA, Lorraine Lopes. Trabalho, lazer e relações de gênero na ótica de mulheres imigrantes. **Revista Electrónica de Psicología Política**, San Luis, v. 13, n. 35, p. 72-109, 2015. Disponível em: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/2015-Diciembre-05.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, Manuela. Globalização, Pobreza e Género. In: HENRIQUES, Fernanda (Dir.). **Gênero, Diversidade e Cidadania**. Évora: Publicações do Cidehus, 2008.

SIMÕES, Barbara Helena; LUZ, Cícero Krupp da. As condições de trabalho das mulheres imigrantes no Brasil e a proteção dos direitos fundamentais. **Revista Científica da Fasete**, ano 12, n. 19, p. 97-110, nov. 2018.

TAVARES, Marcelo Leonardo; MARTINS, Luis Lopes. A Proteção Previdenciária de Imigrantes no Brasil - A cobertura dos acordos internacionais de cooperação previdenciária. **Revista de Informação Legislativa do Senado Federal**, Brasília, ano 57, n. 225, p. 61-82, jan./mar. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2. sem. 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NOTAS PÓSTUMAS SOBRE A MORTE INFAME DE JOÃO SINHÁ: O CRIME DE PELOTAS (1897)

Carlos Gilberto Pereira Dias[1]

"Caminhando por Pelotas
Lembrei de quando eu nasci [...]
Ando nos braços do mundo,
Mas sempre volto pra ti!"
Kleiton Alves Ramil / Kledir Alves Ramil

Introdução

Na primavera de 2020 encontrei no MCHJC[2], em Porto Alegre, uma notícia na capa do jornal *Correio do Povo*, de 17 janeiro de 1897, intitulada "O crime de Pelotas". A vítima desse crime brutal que ocorreu na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, foi João Pedro dos Reis. O homem tinha 50 anos e foi assassinado dentro de sua casa com dezenas de golpes de punhal. O cadáver foi encontrado no dia 15 de janeiro de 1897, já em estado adiantado de putrefação.

Na publicação do *Correio do Povo*, João Pedro dos Reis é descrito pelo autor (anônimo) como um "homem-mulher", frequentemente referido nas ruas de Pelotas pela alcunha desonrosa de *João Sinhá*. O substantivo feminino *sinhá* era a forma de tratamento com que os escravos designavam a senhora ou patroa. Ao atribuí-la a João Pedro dos Reis, a expressão ganha, naturalmente, contornos de escracho e humilhação. É muito provável que essa referência indique a posição social que João Pedro dos Reis mantinha em relação às pessoas que estavam em seu entorno (escravos, ex-escravos, etc.), especialmente pelo fato de ser um homem muito rico.

O historiador James Green lembra que no Brasil, na virada do século, as expressões "fresco" e "puto" eram termos ambíguos e comuns, usados "para zombar dos homens efeminados ou daqueles que supostamente mantinham relações anais "passivas" com outros homens" (GREEN, 2019, p. 74). Ao retomar a expressão *João Sinhá*, busco subverter aquilo que lhe foi atribuído como sinônimo de vergonha e deboche em um marcador social de potência e desestigmatização.

O fragmento miúdo da notícia, encontrado à margem da História, me diz muito sobre questões mais amplas: o debate sobre como a homossexualidade era entendida em um momento em que havia uma ampla discussão sobre caracterizar o homossexual como uma "aberração"; um contexto histórico incerto de instalação da República e do recente processo de abolição da escravidão no país, além das rápidas mudanças que sinalizavam um declínio econômico no final do século XIX em Pelotas, outrora uma cidade próspera e efervescente.

[1] Professor de História da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul. Doutor em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).
[2] Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse sentido, a proposta metodológica da *Micro-História* nos induz a redimensionar esse pequeno enredo construído a partir de uma trama aparentemente banal, movendo-se em uma escala reduzida, permitindo observar um interessante deslocamento que se estende do microscópio ao telescópio e vice-versa. Além disso, se ponderarmos que a biografia é o exemplo mais refinado da redução da escala de análise proposta pela *Micro-História* para se entender um contexto e uma trajetória, podemos reforçar que esse estudo, pelas suas características ainda mais restritivas, pode ser considerado uma microbiografia: "nem tanto pela obscuridade dos biografados, pois a micro-história os traz à luz e os agiganta, nem mesmo pela miudez dos enredos de que participam, também amplificados e colocados no proscênio pela microanálise" (VAINFAS, 2002, p. 138). É uma microbiografia não pela irregularidade, mas por se tratar de uma passagem historicamente circunstancial, neste caso, o assassinato de *João Sinhá*.

Pelotas: a anatomia de uma cidade no século XIX

Se pudéssemos contemplar a cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX percorreríamos a opulência de uma sala de visitas no extremo sul do Brasil com suas ruas simétricas como um tabuleiro de xadrez e seus casarões imponentes, no entanto, Pelotas - a "Princesa do Sul" – era contornada pelas charqueadas fétidas impulsionadas pelo trabalho escravo.

Contei essa fictícia viagem para ilustrar ao leitor o quão paradoxal era Pelotas neste contexto: uma cidade rica econômica e culturalmente, mas permeada pelas tensões sociais que a assombravam cotidianamente. Foi justamente nesse cenário que ocorreu, em janeiro de 1897, um crime brutal: o assassinato de João Pedro dos Reis, conhecido popularmente como *João Sinhá*.

Ao longo do século XIX, Pelotas foi se estabelecendo como um microcosmo opulento que poderia lembrar muito vagamente alguma metrópole europeia. Um desejo financiado pela elite econômica e fomentada muitas vezes pelos filhos dessa aristocracia transplantada e aculturada, a qual emergia com seus novos barões.

Durante o Império, duas expressões antagônicas foram atribuídas a Pelotas: de um lado, a "Princesa do Sul"; de outro lado, a "degoladora de bois". A denominação "Princesa do Sul" apareceu por volta de 1863 e na década de 1880 a utilização já era frequente na imprensa. A partir desse contexto, não era só para os pelotenses que Pelotas se afigurava como a "Princesa dos campos do Sul" (MAGALHÃES, 1993, p. 89-90). Em um outro contexto, o médico e explorador alemão Robert Christian Avé-Lallemant, o qual passou por Pelotas em 1858, descreveu-a de maneira sombria, com um "horrível cheiro de carniça" (ibidem, p. 70). O mau cheiro era decorrente da indústria do charque: os charqueadores não eram criadores de gado ou fazendeiros; os mesmos compravam o gado e o abatiam nas charqueadas[3].

A origem de Pelotas remonta a meados do século XVIII com a chegada dos primeiros colonizadores vindos da Ilha dos Açores, Portugal. Dessa forma, a cidade não foi povoada por portugueses oriundos do continente (Brasil). Tais açorianos estavam bastante familiarizados com

[3] Uma grande extensão de terra é ali designada pelo nome de Charqueadas, sendo famosa pela sua produção luxuriante e pelo seu gado numeroso [...] A denominação de charqueadas provém do charque que esse distrito prepara e exporta (MAGALHÃES, 1993, p. 33).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o legado cultural de outrora, o que talvez os caracterize desde o início de sua chegada, atraídos pela "civilização" que o espaço urbano proporcionaria. Através da transferência e sucessivas heranças, o núcleo inicial deu origem a novas fazendas. A configuração urbanística de Pelotas desenvolve-se a partir da demarcação de quarteirões em forma de tabuleiro, herança da organização urbana de cidades portuguesas como Lisboa e Porto, uma vez que a organização geométrica define o traço principal de Pelotas[4].

As raízes desta vila/cidade como núcleo central das charqueadas remontam ao final do século XVIII, mais exatamente 1780, quando ocorre a instalação da primeira charqueada - indústria saladeril de produção do charque[5]. Segundo Mario Osório Magalhães, em 1820 eram 22 charqueadas; em 1873, 38 charqueadas.

Ao longo do século XIX, o charque foi o produto de exportação mais importante da economia gaúcha, destinado a alimentação das camadas sociais mais baixas. Pelotas era o centro dinâmico da indústria do charque, tornando-a próspera e populosa. Apesar de ser uma cidade fértil, tornando-se o centro da indústria do charque, Pelotas estava situada longe demais da pujança da economia do país – o Sudeste brasileiro.

Do período que se estende do final da Revolução Farroupilha em 1945 até 1860, a população de Pelotas duplica. No recenseamento de 1872, a cidade tinha 12.000 habitantes, alcançando 41.591 no período imediatamente posterior à Proclamação da República[6]. Além disso, é preciso destacar que juntamente com a expansão das charqueadas ocorre o desenvolvimento da indústria complementar (curtumes, fábricas de sabão e velas, etc.).

Os charqueadores tiveram a sua contribuição econômica e a sua lealdade política reconhecidas pelo Império ao ponto de receberem títulos de nobreza. Os filhos desses charqueadores-barões, despreocupados com a sobrevivência por terem nascido em berço de ouro, puderam se dedicar largamente aos estudos, às letras, às ciências e às artes (MAGALHÃES, 1993, p. 100). Até aqui ainda não se faz evidente qual a origem da fortuna de João Pedro dos Reis, mas conforme a documentação analisada é muito provável que a família Reis tenha estado vinculada direta ou indiretamente à indústria do charque.

Para entender os hábitos culturais da elite pelotense é importante entender que houve uma influência francesa significativa a qual ajudou a moldar a identidade cultural da cidade. O êxito econômico dos barões do charque[7] estimulou a construção de sobrados espaçosos e luxuosos, descritos com euforia pelo Conde D'Eu ao se referir às ruas largas e bem alinhadas com seus "edifícios quasi todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas [que] dão a ideia de uma população opulenta" (1936, p. 212). Eram promovidos saraus e peças teatrais (a construção do Teatro Sete de Abril em 1831 é um marco desta opulência). Os filhos dos barões do charque

[4] Pelota é uma embarcação de couro e cortiça utilizada para a travessia de rios.
[5] Dados históricos indicam que a freguesia de Pelotas foi fundada oficialmente em 1812 e elevada à condição de Vila de São Francisco de Paula, desligando-a da cidade de Rio Grande em 1832. Três anos mais tarde, em 1835, a vila recebe o título de cidade e passa a se chamar Pelotas.
[6] A título de comparação, em 1890 a capital gaúcha Porto Alegre tinha 52.421, São Paulo 64.934 e o Rio de Janeiro - a maior cidade brasileira – tinha 522.651 (Synopse do Recenseamento. 1890, p. 103).
[7] O poder dos charqueadores pelotenses - os barões do charque - foi oficialmente consolidado a partir de 1829, quando o imperador Dom Pedro I outorgou o primeiro título de nobreza a um fazendeiro do ramo.

que eram enviados constantemente para estudar na Europa transplantavam o ambiente refinado e de ostentação cultural. Conde D'eu pareceu de fato bastante impressionado em 1865:

> É Pelotas a cidade predileta do que eu chamo de aristocracia rio-grandense [...] Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e domar cavallos no interior da Campanha vem gozar as onças e os patacões que ajuntou em tal mister (CONDE D'EU, 1936, p. 212).

O intenso circuito de espetáculos era frequentemente apresentado nos palcos teatrais da cidade, alguns, inclusive, com exclusividade. Pelotas chegou a ser referida como a "Atenas do Sul". Em seu testamento, *João Sinhá* faz referência com enorme admiração pelo piano, pelas partituras e pelos livros. No obituário que circulou na imprensa, o homem é mencionado repetidamente como muito culto, "muito dado à música e à poesia".

A fisionomia urbana de Pelotas ostentava casarões e prédios imponentes com materiais muitas vezes importados da Europa. Vale ressaltar que a residência onde morava *João Sinhá* era conhecida como "Palácio Encantado das Sete Conchas". A elite pelotense e seus modos *à la Française* pareciam reproduzir deliberadamente uma atmosfera de elegância. Embora a Inglaterra e Portugal tenham protagonizado uma relação econômica muito mais sólida com o Brasil, a França foi responsável pela primeira colonização cultural do país, influenciando o comportamento das elites, determinando modelos de vida social e referências intelectuais desde a filosofia até a literatura e à arte no sentido mais amplo. Um exemplo disso é que a moda participa das remodelagens sociais, contribuindo para a definição dos modos de viver.

Paralelamente à fortuna que os charqueadores faziam, a sociedade pelotense se "europeizava" com valores socioculturais que podem ser rotulados simplificadamente como de urbanidade e intelectualidade. O culto às letras e às artes e, até mais do que isso, o requinte social é materializado no arrolamento do inventário de *João Sinhá* através de um conjunto de móveis e objetos luxuosos. No final da década de 1890 as charqueadas entraram em rápido declínio por dois motivos: a Revolução Federalista (1893-1895) e o surgimento dos frigoríficos que colapsou a outrora pujante economia pelotense. O apogeu foi se desintegrando lentamente na década de 1890: "O fin-de-siècle em Pelotas é que correspondeu à sua *Belle Époque*" (MAGALHÃES, ibid., p. 10), coincidindo com a morte infame de *João Sinhá*.

O Crime de Pelotas na Imprensa Gaúcha

Após a descoberta do "Crime de Pelotas" no *Correio do Povo*, foi necessário redefinir a triagem dos jornais no MCHJC a partir de um recorte temporal mais restrito: 1897-1900. A intenção era justamente procurar acompanhar a repercussão desse assassinato na imprensa gaúcha. Entre os jornais analisados, considerando as lacunas da disponibilidade no acervo, analisei: *O Boato* de Pelotas e três jornais impressos em Porto Alegre: *A Gazetinha*, o *Correio do Povo* e *A Reforma*. De todos esses jornais, só encontrei referências sobre o assassinato de João Pedro dos Reis em dois periódicos: *Correio do Povo* e *A Reforma*.

Intitulado "O Crime de Pelotas", a publicação que foi veiculada na capa do *Correio do Povo* de 17 de janeiro de 1897 e transformada no ponto de partida desse estudo é anônima assim como as

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

outras citadas. O texto com referências literárias e mitológicas apresenta a notícia estarrecedora do assassinato de um homem chamado João Pedro dos Reis, embora este não seja o foco do argumento narrativo pelo qual o autor se ocupa nas duas colunas da capa do periódico, visto que há poucas informações materiais sobre as possíveis motivações do crime. Em contrapartida, existe um severo julgamento sobre o perfil "degenerado" da vítima. Já nas primeiras linhas somos informados de que João Pedro dos Reis havia sido violentamente assassinado em sua própria casa e no mesmo parágrafo é descrito como "[...] um desses typos dignos de paciente estudo scientifico, por parte daqueles que se aprazem em catalogar e classificar devidamente certas aberrações humanas" (*Correio do Povo*, 1897, p. 1). Ao longo do texto, a trajetória de João Pedro dos Reis é descrita pelo autor de maneira depreciativa e condenável: "[Ele falava] num tom aflautado e dengoso de mulher que se oferece [e] caminhava bamboleando um pouco os quadris, e em passo muito miúdo" (ibidem).

Sob diferentes ângulos, o autor explora amplamente o caminho "errático" de João Pedro dos Reis e sua "natureza repugnante":

> Trata-se nem mais nem menos que do esquecimento, ou da troca do próprio sexo, pelo desvirtuamento das suas funções, por parte de um homem muitíssimo inteligente, com muito bom preparo litterario, possuidor de bens de fortuna e descendente de uma boa família. João Pedro dos Reis apezar de todos esses dons, da comodidade com que poderia gosar a vida, era um furioso adepto do culto a Priapo[8], gabava-se de jamais ter trocado affectos sinceros ou fingidos com uma mulher, porque elle próprio perdera a noção da superioridade das funções masculinas. (*Correio do Povo*, 1897, p. 1).

Ao ignorar as hipóteses do contexto do crime, o autor engendra um julgamento moralista e preconceituoso, fazendo com que a vítima seja alçada à categoria de pervertido, enquadrando-o ao rebaixamento moral através de seu desprezo pessoal. Contudo, apesar de todos esses elementos "execráveis, condenáveis e escandalosos" que caracterizavam a vítima, admite que João Pedro dos Reis era um homem muito "filantrópico [pois] nunca deixou de sair sem o seu auxilio quem alguma vez recorreu a sua bolsa para qualquer acto de benefficencia"[9]. De fato, as inúmeras informações na imprensa da época confirmam que João Pedro dos Reis deixou uma fortuna considerável em verba testamentária à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Embora acredite que "lamentar o seu triste fim é uma obra misericordiosa", o autor finaliza sua exposição afirmando que "João Reis foi uma monstruosidade moral. Acabou victima de um crime tão monstruoso e extraordinário como a sua vida" (*Correio do Povo*, 1897, p. 1).

Ao evocar o "Crime de Pelotas", o argumento narrativo mencionado reforça a cada parágrafo que alguém com um caminho "desviante" dificilmente poderia ter um desfecho diferente do que teve João Pedro dos Reis. É pertinente sinalizar que a vulnerabilidade de homossexuais assumidos nesse cenário é estarrecedora, especialmente em um contexto em que "especialistas"

[8] No conjunto da extensa lista dos deuses da mitologia grega, Priapo é talvez pouco referido. Filho de Afrodite e Dionísio, é representado na iconografia com um pênis enorme e caracterizado pelo incansável apetite sexual, o que possivelmente o tenha transformado numa figura associada a pornografia homoerótica.

[9] Em uma pequena nota na página seguinte a informação é confirmada: "Foram hoje arrolados os bens deixados pelo finado com a assistência de um representante da Santa Casa de Misericórdia, a quem João Reis legou todos os seus bens" (*Correio do Povo*, 1897, p. 2).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

difundiam teorias científicas sobre a anormalidade ou a "monstruosidade moral" que estes representavam para a sociedade. Suscetíveis às perseguições e aos insultos verbais e/ou físicos, James Green exemplifica a violência contra homossexuais no final do século XIX no Rio de Janeiro, referindo-se, em particular, ao caso de Renildo José dos Santos: "As imagens contraditórias das festas permissivas do carnaval e a brutalidade dos assassinatos são alarmantes, assim como as tensões entre tolerância e repressão [...]" (GREEN, 2019, p. 36).

A repercussão do "Crime de Pelotas" reverberou na imprensa ao longo do mês de janeiro de 1897. Um dos suspeitos foi um homem chamado Serafim Pinto dos Santos, conhecido como Castanheira, também natural de Pelotas. No *Correio do Povo* de 20 de janeiro de 1897 uma reportagem sobre um crime ocorrido em Porto Alegre, intitulado "A tragédia da Azenha", fazia menção ao assassinato de João Pedro dos Reis:

> É recente o caso do assassinato de João Reis, em Pelotas, e também por esse crime, Castanheira esteve preso, sendo depois posto em liberdade por falta de elementos para se lhe formar a culpa. Entretanto, não appareceu o autor da morte de João Reis, e Castanheira jamais arredou de si a pecha da inculpação. Foi depois desse facto que elle aportou a esta capital e por aqui ficou. (*Correio do Povo*, 1897, p. 1).

O viés dado ao "Crime de Pelotas" no jornal *A Reforma*[10] destoa bastante daquele apresentado pelo *Correio do Povo*. Em nenhuma das duas reportagens existe alguma menção à orientação sexual da vítima. A primeira reportagem data do dia 15 de janeiro de 1897:

> Na madrugada de hoje a polícia encontrou morto, no interior da casa em que residia, João Pedro dos Reis, solteiro, pertencente a antiga família Reis desta cidade. Posto que fosse um homem intelligente e de educação esmerada, vivia afastado da sociedade. João Reis estava cahido junto ao leito, apresentado cinco profundos talhos no pescoço. Seu corpo achava-se em adiantado estado de decomposição, o que faz suppor que o crime tivesse sido praticado há duas ou três noutes. (*A Reforma*, 1897, p. 2).

Foi registrado o empenho da polícia que, embora nada tenha descoberto até aquele momento, efetuou a prisão de diversas pessoas para averiguações. A reportagem reafirma que João Pedro dos Reis deixou um testamento, feito em abril de 1886, destinando todos os seus bens à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O texto finaliza dizendo que "O facto criminoso muito tem impressionado a população" (*A Reforma*, 1897, p. 2).

A segunda publicação, veiculada na capa do jornal *A Reforma* em 23 de janeiro de 1897, é bastante longa e narra minuciosamente o "Crime de Pelotas". A vítima – João Pedro dos Reis -, tinha "50 annos de idade, solteiro [e acredita-se] que o crime tenha sido [motivado por] roubo e [tenha] sido commetido na noite de 13 para 14 do corrente". (*A Reforma*, 1897, p. 1). A seguir, somos informados linearmente sobre o momento que a patrulha da guarda municipal invadiu a residência, suspeitando que algo estranho havia ocorrido na residência e detalhando os diversos ferimentos apresentados no cadáver da vítima: "Os médicos deram como causa da morte: hemorrhagia determinada pela secção [seção] das carótidas jugulares de ambos os lados" (idem).

[10] O jornal *A Reforma*, impresso em Porto Alegre, RS, foi fundado em 1862 e ficou notoriamente conhecido por ser o órgão oficial do Partido Liberal.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim como referido no *Correio do Povo*, aqui também há uma referência sobre a fortuna da vítima: "João Pedro dos Reis deixou um longo testamento, feito e approvado em 13 de abril de 1886". (*A Reforma*, 1897, p. 1).

Se por um lado, no jornal *A Reforma*, verificamos uma ampla preocupação em narrar detalhadamente os elementos da materialidade do "Crime de Pelotas", por outro lado, no jornal *Correio do Povo*, o fio condutor está centrado na presumível trajetória vexatória da vítima João Pedro dos Reis.

O Crime de Pelotas através do Processo-Crime[11]

Paralelamente à repercussão do "Crime de Pelotas" na imprensa, o processo-crime sobre o assassinato de João Pedro dos Reis vai desdobrando-se. As publicações encontradas nos periódicos impressos ajudaram a desenhar em qual contexto histórico a trajetória da vítima se desenvolveu. O processo-crime, por outro lado, trouxe elementos importantes sobre os indícios materiais que envolveram a cena da tragédia. A grande dificuldade foi me familiarizar com a linguagem jurídica e entender como funcionam as partes que compõem o processo-crime. Ao trabalhar com tal assunto é fundamental entender o que é considerado crime em diferentes sociedades, bem como de que maneira se dá o andamento das investigações, ou seja, quais seriam as regras do processo.

Enquadrado como um crime particular[12], o processo-crime sobre o assassinato de João Pedro dos Reis se insere no contexto do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, vigentes naquela circunstância. Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais produzidas pela Justiça a partir de um evento específico: o crime e seu andamento nas instituições policiais e judiciárias, ou seja, processos-crimes são, em última instância, mecanismos de controle social marcados pela linguagem jurídica e pela intermediação constante do escrivão, do delegado de polícia e, naturalmente, do juiz, um manipulador técnico.

É necessário considerar o percurso do processo-crime: uma investigação na qual se interrogam os suspeitos, as testemunhas e ainda participam peritos, advogados e demais agentes da lei e da ordem. Nessa dinâmica,

> [...] todos os depoimentos seriam "ficções", papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história. Além dos mais, aquilo que muitos historiadores veem como a possibilidade de recuperar a "fala" de pessoas que, na maioria dos casos, não deixaram registros escritos de suas existências, para outros seria uma conquista impossível, por conta de o depoimento de réus, vítimas e testemunhas ter sempre a mediação do escrivão, agente da lei (GRINBERG, 2015, p. 127-128).

Mais do que reconstituir o acontecimento, o principal objetivo do processo-crime é produzir uma verdade, acusando e punindo alguém ou, dependendo do desenrolar do ritual jurídico, arquivando o documento.

[11] O Processo-Crime de 1897 compõe-se de três partes (n. 1483, n. 1484 e n. 5488) e encontra-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

[12] Desde o código criminal de 1830 foram estabelecidos três tipos de crime: crimes públicos, crimes particulares (contra a propriedade ou indivíduo) e crimes policiais (contra a civilidade e os bons costumes).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A primeira parte desse processo-crime é constituída pelo Auto de Corpo de Delito e data de 15 de janeiro de 1897. Conduzido pelo delegado Rodolpho Duarte de Lemos, médicos e peritos apresentaram uma descrição técnica detalhada da cena do crime: as dezenas de ferimentos comprovaram que a causa da morte de João Pedro dos Reis foi uma hemorragia. O corpo da vítima já estava em estado adiantado de putrefação, o que os levou a considerar a hipótese de que ele tenha sido assassinado no dia 13 de janeiro daquele ano.

O Auto de Corpo de Delito indicou uma linha de investigação que em um primeiro momento levou os agentes policiais a prenderem e interrogarem alguns suspeitos. A principal direção desse protocolo policial induziu os peritos a apontarem para um suspeito em particular, o jovem Vespasiano da Maia Firme, de dezesseis anos. Isso se deu pelo fato de os peritos observarem um rastro de sangue que se estendia da casa de João Pedro dos Reis até a casa onde residia Vespasiano, o qual, curiosamente, era filho do padre Marcolino da Maia Firme, membro da congregação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Para além disso, algumas perguntas são levantadas e conduzem o ritmo da linha de investigação. Vemos emergir, então, o protagonismo dos agentes policiais que imprimem um prognóstico do desfecho do processo-crime. A vítima – João Pedro dos Reis – é citada muito eventualmente, tornando-se uma sombra no desdobramento do processo em si. O depoimento de todos, incluindo Vespasiano, familiares e testemunhas próximas ao principal suspeito, defendem-no veementemente, mesmo que através de respostas monossilábicas, e afirmam que o acusado seria uma criança incapaz de cometer crime tão brutal. Em momento algum do referenciado documento judicial consta narrativa sobre a vida pregressa da vítima, tampouco no Tribunal do Júri. O desfecho desse longo processo-crime concretiza-se, por fim, em seu ritmo: por falta de provas suficientes, é arquivado.

O processo-crime possui muitas contradições, incoerências, mentiras e, principalmente, silêncios. Ao final da leitura desse documento, tentando dar um sentido aos depoimentos e às conclusões das autoridades, me pareceu que a existência de João Pedro dos Reis havia sido arquivada nesse ritual judicial, cujo propósito, em última instância, era produzir uma verdade. Embora o "desfecho" do processo-crime seja seu arquivamento, é preciso considerar que este não é o fim da história que envolve a morte de João Pedro dos Reis.

O Testamento e o Inventário de *João Sinhá*

O testamento[13] de *João Sinhá* foi a declaração de sua última vontade antecipada em onze anos. Tal documento foi registrado no cartório de Pelotas quando o mesmo tinha apenas 38 anos, no dia 13 de abril de 1886.

A estrutura do testamento é bastante similar a outros testamentos da época: possui uma breve saudação religiosa no início - Em nome de Deus, Amém – e logo em seguida João Sinhá admite estar plenamente dotado de suas faculdades mentais. Para além do que já foi mencionado

[13] O Testamento de *João Sinhá* foi trasladado na sua íntegra para o Inventário, tendo sido, portanto, incorporado ao mesmo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

aparecem algumas identificações protocolares: nome completo do testador, definição de estado civil (solteiro), nome dos pais já falecidos e a localização de sua residência.

João Sinhá, então, prepara a sua morte anunciando no testamento a construção de um jazigo familiar e de uma estátua do anjo da solidão (conforme desenho em anexo). Logo após solicita que os religiosos desta instituição façam orações de maneira periódica em seu túmulo, ou seja, ao doar sua fortuna espera que zelem por sua memória após sua partida. Em outras palavras, há aqui um pacto espiritual**.** Na medida em que *João Sinhá* transfere à Santa Casa de Misericórdia o encargo de tutora de seu patrimônio, parece esperar a salvação de sua alma e, talvez, a absolvição de seus pecados terrenos. O pacto espiritual revela o quanto a Igreja Católica influenciou seus fieis sobre a noção de "boa morte".

João Sinhá levanta algumas hipóteses de sua morte e como os encarregados deverão proceder em cada uma das possibilidades e, para cada uma dessas, existe uma remuneração financeira (desde joias até dinheiro). O piano e os livros possuem um lugar de destaque, embora não formalize um destino específico para tais bens. Por outro lado, o homem orienta seus testamenteiros a doarem todas as suas roupas e seus móveis ao Asilo dos Mendigos de Pelotas, o que não aconteceu[14].

Por fim, um registro demasiadamente intrigante chama a atenção em seu Testamento: *João Sinhá* solicita para que tenham extremo cuidado com seus papéis particulares. Solicita que queimem tudo. Do ponto de vista formal, sua última vontade é compartilhada quase secretamente com o tabelião, as testemunhas e os testamenteiros. Além da fortuna que possuía, deixa como herança seu palacete e o sobrado à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

O Inventário foi organizado imediatamente após sua morte. É importante destacar que se trata de um inventário judicial por vários motivos: o inventariado foi assassinado, era solteiro e não haviam herdeiros, além de ter deixado tudo registrado. Os bens materiais de *João Sinhá* seriam reorganizados, distribuídos e leiloados conforme vontade manifestada em Testamento. Impressiona bastante a quantidade de móveis e objetos luxuosos existentes em seu palacete: lustres, espelhos, mesas, poltronas, cadeiras estufadas, louças e escarradeiras de porcelana, estatuas, relógios de parede, quadros, oratório, piano, etc. É valido lembrar que todos pertences possuíam enorme valor em tal contexto.

Depois de todo o arrolamento dos bens o juiz anuncia a convocação dos testamenteiros, onde surge um momento melancólico: nenhum acaba comparecendo. Esse desdobramento sugere algo que talvez o próprio João Sinhá não tenha percebido até sua morte: a efemeridade da rede de sociabilidade que o envolvia.

Uma vez que nenhum dos testamenteiros aceitou o encargo de dar prosseguimento ao Inventário de João Sinhá, o juiz distrital da Provedoria, Dr. João Jacintho de Mendonça, escolheu uma quarta pessoa que, naturalmente, não estava referida no Testamento: Sr. Alberto Roberto Roza. Depois do acerto, comunica-se a venda e distribuição de seus móveis e objetos e, no final do Inventário, aparecem diversos editais do jornal Diário Popular que comunicam o leilão das duas propriedades de João Sinhá, no dia 19 de maio de 1897. Assim, surpreendentemente, encerra-se em uma

[14] Esta instituição foi construída em 1887 e inaugurada em 1892, ou seja, antes de sua morte. Tal informação necessita ser esclarecida ainda através da documentação, pois existe um desencontro entre a vontade manifestada de *João Sinhá*, registrada em seu Testamento (1886) e oficializada com a organização do Inventário (1897).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

velocidade incomum os trâmites do processo formal que reúne vagamente as solicitações de João Sinhá e a apuração dos bens, direitos e acusação de dívidas do testador, embora os registros confirmem a quitação destas no desdobramento do Inventário. É válido ponderar que as temporalidades dos dois tipos de documentos – testamento e inventário - são distintas. Apesar de considerar que o tempo do testamento seja breve - correspondente aos últimos instantes de vida do testador -, não se sabe dizer quanto tempo João Sinhá levou para elaborá-lo, visto que o documento foi registrado quando a vítima tinha 38 anos, 12 anos antes de sua morte. Já os inventários [...] desenrolam-se normalmente durante anos, mas, apesar de extenso e volumoso, foi organizado em cinco meses, imediatamente após sua morte. Através deste, somos informados que os seus bens foram distribuídos, leiloados e vendidos conforme sua última vontade ou o mais próximo disso.

Se o Testamento foi a maneira lânguida de *João Sinhá* organizar o destino de seus bens materiais, o Inventário reordena suas pretensões quando este não mais tem autoridade sobre os desdobramentos após sua morte.

Considerações Finais

É interessante observar a rede de sociabilidade que se forma em torno de João Sinhá - desde alguns familiares até pessoas envolvidas no processo de organização do testamento/inventário. Ler o testamento foi um deleite porque através desse documento fui conduzido pelo personagem central dessa trama à antessala de sua morte, especialmente porque *João Sinhá* confidencia corajosamente seu plano final, o que, convenhamos, não é uma tarefa fácil. Inevitavelmente "encontrei", de maneira metafórica, a voz do homem que tanto procurei, afinal, nos jornais da época, no processo-crime e no inventário o mesmo não era o autonarrador dos fragmentos reunidos nesta minibiografia.

Desde o início me senti bastante instigado a descobrir se João Sinhá era homossexual ou não, porém, gradativamente, preferi observar como tal marcador social se constituía nos vestígios que o envolviam. O desafio em tentar reconstruir a morte infame de *João Sinhá* nos remete não apenas às reverberações do emaranhado que envolve o desfecho trágico de sua vida, mas, principalmente, nos instiga a entender como tal caso exemplifica de maneira dramática a violência contra homossexuais naquele contexto.

A sua trajetória insere-se em um contexto histórico em que são raríssimas as fontes a respeito de homossexuais masculinos. Além disso, a maioria desses vestígios não foi produzida por eles próprios. As pistas encontradas na imprensa da época, no processo-crime, no testamento e no inventário sugerem, sobretudo, o lugar semiclandestino que, via de regra, homossexuais ocupavam no fim do século XIX.

Todas as caracterizações sobre *João Sinhá* encontradas nas fontes históricas me ajudam a entender não apenas sobre quem o mesmo foi, mas, sobretudo, sobre como de certa maneira homossexuais assumidos eram tratados naquela época, desautorizados a existirem. O autor do artigo que é o pilar deste estudo finaliza seu texto dizendo: "[*João Sinhá*] foi uma monstruosidade moral. Acabou

víctima de um crime tão monstruoso e extraordinário como a sua vida" (*Correio do Povo*, 1897, p. 1)

A vulnerabilidade de homossexuais assumidos nesse cenário é estarrecedora, especialmente em um cenário em que especialistas difundiam teorias científicas sobre a anormalidade ou a "monstruosidade moral" que estes representavam para a sociedade. Suscetível às perseguições e aos insultos verbais e/ou físicos, a vida frágil de *João Sinhá* se desenvolve de maneira pouco amistosa, submergindo-o à uma morte infame.

Fontes de Pesquisa

Fontes primárias

A REFORMA. Porto Alegre, 15 de janeiro de 1897 (MCHJC)

A REFORMA. Porto Alegre, 23 de janeiro de 1897 (MCHJC)

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 17 de janeiro de 1897 (MCHJC)

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 20 de agosto de 1897 (MCHJC)

INVENTÁRIO. Número 1379, Maço 75, Estante 06. 1897 (APERS)

PROCESSO-CRIME. Número 1483, Maço 46, Estante 36. 1897 (APERS)

PROCESSO-CRIME. Número 1484, Maço 46, Estante 36. 1897 (APERS)

PROCESSO-CRIME. Número 5488, Maço 125, Estante 31. 1897 (APERS)

Localização das fontes primarias

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

MCSHC – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. **Anais do Colóquio História e Imprensa**. p. 87-91

CONDE D'EU. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**: Agosto a Novembro de 1865. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** 3. ed. Lisboa: Veja/Passagens. 1992.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários". In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tania R de (Orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 119-139

LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, n.5, 1999, p. 7-27.

LUCA, Tania Regina de. "Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Dissertação de Mestrado, UFSC, 1993.

SYNOPSE DO RECENSEAMENTO (1890). Rio de Janeiro: Officina da Estatítistica, 1898.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: Micro-História. Rio de janeiro: Campus, 2002.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, SP. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP. N. 4, junho, 1985.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O SUJEITO IDENTIFICADO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO

Carolina Dal-col Vianna[1]
Mardem Leandro Silva[2]
Helena de Almeida Cardoso Caversan[3]
Daniela Paula do Couto[4]
Elizabeth Fátima Teodoro[5]

Introdução

O debate entre psicanálise e teorias feministas atravessou o século 20 e ainda se mostra acirrado na aurora do século 21. Ora pelo distanciamento advindo do posicionamento completamente antagônico que se fia em uma leitura que insiste em ressaltar o caráter misógino das principais teses psicanalíticas, principalmente freudianas e lacanianas, sobre a sexualidade feminina. Ora pela aproximação oriunda do número não somente de pacientes mulheres, mas também de mulheres pesquisadoras e analistas, que encontram nessas mesmas teorias importantes chaves de interpretação dos deslocamentos próprios desse campo investigativo. É inegável, porém, que esse debate entre psicanálise e feminismo permanece como uma mola propulsora de teorizações sobre subjetividade e cultura.

Entre os temas polêmicos que movimentam essa querela teórica, os estudos de gênero ocupam lugar privilegiado, uma vez que, por um lado, temos autoras como Beauvoir (1949) e Butler (2008) que, ao evidenciarem que no processo de análise de categorias sociais, os corpos são controlados, de acordo com o contexto histórico e social, a partir das atribuições dos papéis sociais de gênero, terminando também por denunciar como, em sociedades patriarcais, o gênero ainda é utilizado como ferramenta

[1] Graduanda do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis. Pesquisadora bolsista do projeto de Iniciação Científica "A direção do tratamento e os princípios de sua escuta: análise da telessérie "Psi" como instrumento psicopedagógico para o desenvolvimento da escuta e de intervenções clínicas". E-mail: carolina.1693248@discente.uemg.br
[2] Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais, Cláudio. Orientador do projeto de Iniciação Científica "A direção do tratamento e os princípios de sua escuta: análise da telessérie "Psi" como instrumento psicopedagógico para o desenvolvimento da escuta e de intervenções clínicas". E-mail: mardemls@yahoo.com.br
[3] Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Psicóloga pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis. Pesquisadora do projeto de Iniciação Científica "A direção do tratamento e os princípios de sua escuta: análise da telessérie "Psi" como instrumento psicopedagógico para o desenvolvimento da escuta e de intervenções clínicas". E-mail: helenacaversan@gmail.com
[4] Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Co-orientadora do projeto de Iniciação Científica "A direção do tratamento e os princípios de sua escuta: análise da telessérie "Psi" como instrumento psicopedagógico para o desenvolvimento da escuta e de intervenções clínicas". E-mail: dp.couto@yahoo.com.br
[5] Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Psicóloga pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis. Pesquisadora do projeto de Iniciação Científica "A direção do tratamento e os princípios de sua escuta: análise da telessérie "Psi" como instrumento psicopedagógico para o desenvolvimento da escuta e de intervenções clínicas". E-mail: elektraliz@yahoo.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que sustenta as relações de poder e essas influenciam diretamente nos modos de se pensar os sujeitos, suas singularidades e os lugares destinados a eles. Por outro lado, as mesmas autoras e outras mais veem na psicanálise um discurso que fomentaria e limitaria suas teorias a uma concepção binaria de gênero, circunscrita na perspectiva de uma lógica falocêntrica.

É nesse contexto que tais debates colocam questões fundamentais para a psicanálise, tanto no que concerne à análise dos efeitos das relações de poder, considerando as categorias sociais de gênero, raça, sexualidade, classe e outras, quanto no tocante às contribuições que a psicanálise poderia fornecer para uma possível desconstrução dessas posições vistas como fixas no discurso. Pensando principalmente nesse último, este trabalho objetiva analisar algumas contribuições da psicanálise acerca da temática sexualidade e gênero, sem desconsiderar a importância da mesma como precursora dessas discussões. Trata-se, portanto, de uma investigação teórica de base psicanalítica que se serve de Freud e Lacan para abordar questões referentes à sexualidade e às formas de gozo, bem como a diferenciação entre identidade e identificação, além de recorrer a contribuições da literatura atual acerca das discussões de gênero, a exemplo da autora Judith Butler em suas críticas aos conceitos próprios do arcabouço psicanalítico. Realiza-se ainda uma análise fílmica psicanalítica (WEINMANN, 2017) do episódio "Quero Ser Quem Sou", da telessérie "Psi", para efeitos de casuística. Desse modo, o trabalho busca fazer uma interlocução entre a psicanálise e as teorias de gênero, oferecendo como chave de leitura que as identidades de gênero não reconhecidas pela norma fálica, estariam contempladas dentro da posição de gozo nomeada por Lacan como gozo do Outro, de modo a permitir uma possível desconstrução de um discurso fixo da teoria psicanalítica.

Acreditamos que a telessérie "Psi", por organizar suas narrativas em torno do processo psicoterapêutico, possa ser utilizada como importante ferramenta de transmissão e apreensão dos fundamentos clínicos, principalmente da psicanálise. Isso porque como o próprio criador da série, Contardo Calligaris, esclarece, no seriado se encontra psiquiatria clássica, etnopsiquiatria, psicologia social, psicologia cognitiva e comportamental, mas parece ser o prisma da psicanálise e da psicopatologia clínica que mais se encaixam na visão de Carlo Antonini, protagonista da série. O episódio escolhido para análise fílmica psicanalítica deste trabalho tem como tema central a discussão acerca das questões de gênero, evidenciando o embate vivido por Renato, um homem transexual que recorre à justiça para ter seu nome e seu sexo modificados nos documentos legais. A partir daí é a promotora de Justiça, Taís, responsável pelo caso, quem leva para o divã sua posição conflitiva na situação. Ao referir dificuldade em compreender e aceitar a reivindicação de Renato, Taís se indispõe em uma luta fervorosa contra a respectiva demanda jurídica. Na esteira dos acontecimentos, é por meio da análise que o psicanalista tenta demonstrar que qualquer posicionamento em relação a questões de gênero se refere, em última instância, a uma posição fundamentalmente singular, condição que reitera o fracasso de qualquer saída genérica, visto que as soluções escapam à tentativa de situá-los dentro de princípios gerais.

A sexualidade no âmbito da psicanálise e as críticas das teorias feministas

Os estudos acerca da sexualidade como conhecemos hoje foram profundamente influenciados pela teoria psicanalítica desde sua origem com Sigmund Freud e suas formulações que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ultrapassavam em muito a percepção da sexologia médica hegemônica de sua época. Sua teoria sobre uma sexualidade que seria infantil e, por isso, caracterizada como perversa e polimorfa, em 1905, já escandalizava a comunidade científica de Viena, causando indignação e críticas severas por parte dos mais conservadores. Entretanto, essa obra conhecida como "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" desponta como uma das mais importantes, pois fornece subsídios para tratar os destinos da sexualidade para além da reprodução, uma vez que os descreve como caraterísticas próprias dos seres humanos e seus corpos pulsionais. Essa situação faz vacilar uma classificação patológica das sexualidades imposta pelo discurso médico, visto que a sexualidade não passa mais por um impulso natural, ausente na infância, marcado por relações heterossexuais e com objetivo de reprodução. Ela se constitui na infância, a partir dos impulsos parciais, que servem como obtenção de prazeres e satisfações, não possuindo, exclusivamente, objetivos naturais nem fixos (FREUD, 1905/1996).

Anos mais tarde, Freud (1908/1996) traria novas contribuições para o tema da sexualidade, ao evidenciar as bases de um discurso sobre a sexualidade que, apesar de se mostrar pautado na teoria biológica dos corpos, tinha como pano de fundo o discurso moral de uma sociedade burguesa. Nesse contexto, o que principiava os adoecimentos não era a sexualidade em si, mas sim uma percepção moralista da mesma que reprimia severamente tudo que fugisse ao modelo balizado pelas normas de uma sociedade que elegeu a família tradicional como estrutura fundamental para seu desenvolvimento econômico. Isso levou à constatação de que as exigências dos discursos sobre o sexual geravam patologias e não o contrário. A essa altura, portanto, o criador da psicanálise buscava evidenciar o caráter psíquico da sexualidade, tentando ressaltar inclusive para si próprio que, para além das questões biológicas, havia um universo psíquico muito mais complexo e fundamental, motivo pelo qual em determinado momento de sua teoria Freud passa falar de psicossexualidade.

Ainda nessas veredas, Freud (1908/1996) pontua como esse discurso de uma "moral sexual civilizada" era claramente mais severo com as mulheres e suas sexualidades, não sem razão, ele fia sua construção teórica tentando traçar os contornos do que poderia ser definido como sexualidade feminina. É fato que suas primeiras elaborações buscam respaldo no binarismo que tenta explicar a sexualidade feminina em oposição à sexualidade masculina. Entretanto, ao se deparar com a impossibilidade de tal feita, o pensamento freudiano precisou retornar às consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos e à centralidade do complexo de castração na dissolução do complexo de Édipo, a fim de pensar a sexualidade feminina, quando se viu diante da importância das vivências pré-edípicas na organização psíquica da criança (principalmente das meninas). Assim, foi levado a mergulhar no universo feminino, identificando singularidades que apontavam a feminilidade como uma posição psíquica que se encontraria para além da lógica fálica. Lacan, no rastro de tais teorizações, irá avançar nessas formulações apresentando uma leitura da sexualidade e dos posicionamentos dos sujeitos que possibilitará ir ainda mais além desse discurso binário como veremos mais adiante.

Apesar desses avanços teóricos do fenômeno da sexualidade humana e todos os deslocamentos posteriores que esse novo modo de pensar a sexualidade exigiu, as teorias feministas colocam sob o viés da crítica não somente as teses psicanalíticas sobre a sexualidade feminina, mas ao deslocar

gradativamente dos estudos de mulheres para os estudos de gênero, traz à tona o gênero enquanto questão. Nesse sentido, vemos surgir autoras como a filósofa americana Judith Butler, de projeção no campo dos estudos feministas e de gênero e no desenvolvimento dos estudos *queer*. A autora busca desenvolver um diálogo crítico com a psicanálise, recorrendo a conceitos psicanalíticos, que utiliza de modo singular, articulados a suas reflexões e propostas teóricas.

Nessa linha de pensamento, Butler (2008) denuncia a existência do que seria uma ideia de "predisposição originária" do que se entende por feminino e masculino que, especialmente em Freud, seria apresentado como sendo do território do constitucional, quando, na verdade, o pensamento freudiano sobre a diferença sexual gravita mais em torno dos ditames da cultura por sobre a subjetividade, do que sobre algo que se proponha de forma fixa, de uma vez por todas. Assim, sua teorização trata da "produção da matriz heterossexual", visando combater uma organização da sexualidade tanto em torno do que caracteriza como "heterossexualidade compulsória", quanto dos essencialismos no que se designa por homens e mulheres.

Para refletir melhor sobre essas críticas, é importante primeiramente localizarmos o saber psicanalítico, assim como evidenciar como as posições de mulher e homem na sociedade parecem permear algumas concepções de gênero e sexualidade. Nesse sentido, entra em cena uma distinção fundamental entre o que entendemos como identidade e identificação.

Identidade e identificação: uma distinção fundamental

As teorias *queer* têm seus estudos baseados numa perspectiva foucaultiana, partindo de um estudo crítico das formas de poder normativas que se apresentam na sociedade (SOUZA, 2017). Possuem como objetivo uma problematização do normal, daquilo que está dentro das lógicas dominantes sociais, questionando então, as concepções binárias, universais e essenciais do sujeito. Ao analisar as formas de poder dentro das relações socais, a exemplo das categorias de gênero, entende-se que há um mecanismo que regula e organiza as identidades sociais (SOUZA; CARRIERI, 2010). Desse modo, para as teorias *queer*, as identidades, enquanto produto da cultura, são regularizadas por esses mecanismos de poder e saber que, ao serem definidas por meio de dispositivos biológicos, universais e essenciais, produzem repressões e limitações sobre as outras formas de se apresentar no mundo (BUTLER, 2008).

Souza e Carrieri (2010) defendem que Judith Butler define o gênero no nível performativo, fundamentado pelo discurso, pela norma social, dentro de um regime regulatório, definindo as identidades reconhecidas ou não pela norma. Um exemplo dessa performatividade do gênero pode ser observado no episódio "Quero ser quem sou" da série "Psi", que apresenta a história de Renato e seu dramático sofrimento por ser transgênero.

Ao nascer, ele foi identificado biologicamente como mulher, mas, a despeito de sua anatomia, se reconhece dentro de uma identidade masculina, o que é rejeitado pelos regimes regulatórios da norma. Na justiça, ao tentar uma mudança de nome e de sexo em seus documentos legais, é constantemente oprimido e limitado pelos discursos normativos da promotora de justiça Taís, responsável pelo caso.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse sentido, discurso é, então, um representante de uma estrutura social e, segundo Lacan (1971/2009, p. 15), "Tudo que é discurso só pode dar-se como semblante". O semblante aqui poderia ser compreendido como "aquilo que se assemelha a algo", ou seja, o que adquire a aparência de uma outra coisa. Dessa forma, as categorias "homem" e "mulher" constituem-se também enquanto semblantes, fazendo parte de um discurso que é representado por uma cadeia de significantes inseridos em uma estrutura social, e não por algo *a priori*, inato e biológico, como sintetiza Lacan (1971/2009, p. 29-30):

> [...] a saber, aquilo que se estuda em biologia: o cromossomo e sua combinação X Y ou XX, ou XX, XY. Isso não tem absolutamente nada a ver com aquilo de que se trata, e que tem um nome perfeitamente enunciável: as relações entre o homem e a mulher.

Dentro dessa lógica, o semblante lacaniano se assemelha aos atos performativos de gênero determinados por Butler (2008), que formariam, a partir de um discurso social, as noções de gênero e de identidades (AMBRA, 2018). Entretanto, as teorias *queer* e feministas, de autoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, apontam nas construções psicanalíticas uma concepção de sujeito a partir da lógica binária de gênero e de uma inscrição num regime no qual o homem figuraria como sendo a medida universal. No entanto, reconhece-se na psicanálise a utilização do conceito de "identificação", em detrimento do termo "identidade", constantemente encontrado nos estudos de gênero. Essa diferenciação carrega consequências importantes para o que, mais tarde, determinará as posições "masculina" e "feminina" enquanto identificações a modalidades diferentes de gozo.

Vemos a noção de identificação aparecer em Freud (1921/2020), em seu texto "Psicologia das massas e análise do eu", no qual ele defende que, na constituição de um sujeito, as relações estabelecidas com o outro têm um papel fundamental, diante das quais esse outro aparece como modelo, objeto ideal ou adversário, podendo mesmo atuar de forma auxiliar. Nesse contexto, nas possibilidades de identificação a esse outro, Freud (1921/2020) apresenta três tipos diferentes: primeiro, identificação com o pai, o exemplo utilizado foi a partir do mito do pai primevo, elaborado por ele em "Totem tabu" (1913/1977). O mito conta sobre um pai agressivo, temido, que detinha todo poder e expulsava da horda todos os filhos homens. Certo dia, todos estes irmãos que haviam sido expulsos, reúnem-se e matam o pai. Porém, para que o ato estivesse completo e a tirania findada, os irmãos realizam um banquete totêmico, ou seja, alimentam-se do corpo do pai morto, introjetando, literalmente, em si mesmos, pedaços do pai e constituindo o início de uma organização social.

A identificação primeira aparece ao nível do ódio pelo pai, sentido em igualdade pelos irmãos, um pai tirano diante do qual todos sentiam-se impotentes. No entanto, o ato do banquete de devorar e incorporar esse pai figura no nível de um certo amor, ou seja, "pelo ódio o mataram, mas pelo amor o devoraram e o incorporaram" (ROCHA, 2012, p. 118-119). A identificação ao pai, portanto, a partir desse ato da introjeção, diz da incorporação do pai enquanto um ideal e representante da lei, isto é, por meio da identificação primária entra em vigor a Lei do pai, reconhecida posteriormente por Lacan enquanto a lei fálica. O segundo tipo da identificação tem base em um recorte: é a identificação ao traço, ou seja, ela é uma identificação parcial, na qual o sujeito toma do outro, considerado seu objeto, apenas um traço caraterístico. Freud (1905/1996)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

representa esse modelo conforme o caso Dora, escrito em 1905. Nesse caso, Dora, ao ter o pai como objeto de amor, identifica-se a ele a partir do traço de uma tosse sintomática, demonstrando que a escolha do objeto de amor foi retomada pelo fenômeno da identificação (FREUD, 1921/2020).

O terceiro e último tipo, diz da identificação a uma certa disposição emocional – ou ao desejo – que acaba por unir um número de indivíduos em função de uma qualidade emocional comum (PEREIRA; FERRARI, 2016). O exemplo utilizado por Freud (1921/2020), é o de jovens moças em um internato: uma delas recebe uma carta de seu amado e, ao lê-la, tem uma crise nervosa; as outras moças, mesmo sem terem recebido cartas semelhantes, começam a apresentar o mesmo ataque nervoso. Isto é, movidas pelo desejo de também viverem uma história de amor, identificam-se à colega e aceitam sofrer as mesmas consequências, causando a influência de um contágio vasto e horizontal.

Os mecanismos de identificação apresentados por Freud, ressaltam que a "identidade" de um sujeito é construída de forma complexa e multifacetada, colocando-se além do binarismo clássico homem/mulher e além de uma concepção falocêntrica que, mesmo presente no Édipo freudiano, não aglutina em si todo o conjunto de relações estabelecidas para que um ser falante se determine de alguma maneira. Resta saber, portanto, qual a possibilidade encontrada pela teoria psicanalítica de abarcar o que, para o sujeito, apresenta-se nas questões de gênero, nos discursos e semblantes que fogem à norma fálica estabelecida, de matriz binária e heterossexual. Desse modo, a fim de compreender a saída psicanalítica para tais questões, usaremos como base, no próximo tópico, a noção lacaniana de sexuação e seus modos de gozo.

Do binarismo à diferença: a sexuação em Lacan

Como evidenciamos nesta investigação, aproximar a teoria psicanalítica e as discussões empregadas pelas teorias de gênero se configura sempre em adentrar em um terreno espinhoso, sobre o qual é preciso um apreço delicado e cuidadoso nas exposições dos embates e dos conceitos em questão. Não é lugar incomum encontrar teóricas como Simone de Beauvoir, Luce Irigaray e Judih Butler que, abertamente, tecem críticas à psicanálise principalmente no que se refere à utilização do aspecto binário de gênero como mencionamos anteriormente. Para Beauvoir e Irigaray, o criador da psicanálise não apenas traria em sua teoria resquícios dos aspectos duais das ciências positivistas (representados pelos conjuntos ser/tornar-se; ter/ ser o falo; atividade/passividade; pênis/clitóris), como também reproduziria o ideário de sua época, elencando o masculino enquanto origem e referência, e relegando à mulher o lugar de inacabada e hierarquicamente inferior (COSSI, 2019).

Um texto como o "Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos", escrito por Freud em 1925, serviria de respaldo para tal crítica, visto que, nessa altura do desenvolvimento teórico da psicanálise, os direcionamentos edípicos dependeriam do fator "ter" ou "não ter" o pênis. Porém, mesmo esse texto abre para interpretações outras que apontam uma clivagem entre posição subjetiva e posição anatômica, uma vez que sua teoria

proporia não um primado genital, mas sim um primado do falo (*Phallus*). Sobre esse aspecto, Cossi (2019) esclarece que

> Se se alegava que Freud era interessante por desenvolver uma teoria que sustentava que o processo de constituição do sujeito como homem ou mulher, na trama edípica, é histórico ou cultural, portanto não predeterminado; por outro lado, também se delatava seu caráter falocêntrico e mantedor da subordinação da mulher a partir da conjectura de que a diferença anatômica prescrevia a ela menos valor e inferioridade de condições quando comparada ao homem (p. 310).

Fato é que Freud, até o fim de sua vida, encontrou na mulher e no feminino um grande impasse de formulação conceitual, no entanto, é inegável a sua constante disposição de revisão teórica e textual[6], com intuito de desenvolver a psicanálise e ultrapassar alguns dos limites que lhe apareciam; disposição esta que, de certa maneira, encontrou em Lacan a possibilidade de retomada da teoria, avançando nas discussões acerca do dualismo e da supremacia masculina criticados por Beauvoir e Irigaray.

O embate entre as teorias de gênero e o pensamento de Jacques Lacan é representado por Butler, que aponta que a psicanálise lacaniana contribuiria para as noções de gênero binárias, cis e heterossexuais, quando coloca em pauta o conceito de semblante, sobre o qual discorremos no tópico anterior. Fazendo uma pequena retomada, a noção lacaniana de semblante corresponde a um aspecto imaginário, isto é, traços imaginários, fornecidos por determinada cultura, que constituem a figuração de uma identidade de gênero. Nesse sentido, o sujeito recolheria da cultura aqueles traços com os quais se identifica e, assim, não somente representaria o semblante da sua identidade, como também se utilizaria dele para estabelecer um laço sexual com seu(sua) parceiro(a) (TEIXEIRA, 2016). No entanto, para Lacan, o semblante não é o aspecto determinante no que se refere à definição da identificação sexual de um sujeito, mas sim o que ele vai chamar de "sexuação".

Ao trabalhar a sexuação, saindo da vertente imaginária do semblante, Lacan (1972-1973/2008) atrela à diferença simbólica entre os sexos um aspecto do registro do real, trazendo à cena o conceito de gozo. Portanto, ao dizer de uma diferença sexual em psicanálise, seja ela qual for, as atribuições exclusivamente imaginárias que comporiam oposições como homem/mulher, cis/transgênero e hétero/homossexual, mostram-se insuficientes, visto que é a identificação do ser falante com uma determinada modalidade de gozo que seria capaz de relacionar-se com a dimensão faltosa e dramática da sexualidade, a real diferença entre os sexos, representada pelo conhecido aforisma lacaniano de que "não há relação sexual" (LACAN, 1971-1972/2012). Dessa forma,

> A sexualidade está, sem nenhuma dúvida, no centro de tudo que se passa no inconsciente. Mas está no centro por ser uma falta. Isso quer dizer que, no lugar de seja o que for que pudesse escrever-se da relação sexual como tal, surgem em substituição os impasses gerados pela função do gozo sexual [...] (LACAN, 1971/2011, p. 33-34).

[6] A exemplo do texto "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", escrito em 1905, que teve sua última revisão em 1923, contando com inúmeras modificações e acréscimos de notas de rodapé advindas das modificações próprias que suas teorias iam sofrendo.

De que maneira, então, Lacan emprega essas modalidades de gozo? A sexuação lacaniana é dividida em dois lados, o lado esquerdo – denominado "masculino" – e o lado direito – denominado "feminino". A determinação dessa divisão, é claro, não implica a diferença anatômica dos seres falantes e, ainda sim, mesmo que possua dois lados, não é possível afirmá-los enquanto oposições, pois o simples fato de sustentar que "não há relação sexual", ou seja, que "não há complementariedade possível entre os sexos", já esclarece que não se trata de duas coisas que se totalizam – as "duas metades da laranja", como empregado pela cultura popular –, mas sim de duas categorias diferentes. Nesse sentido, a sexuação lacaniana avança no impasse falocêntrico freudiano, "que pode ser resumido em dois axiomas: 'Todos os homens têm o falo' e 'Nenhuma mulher tem o falo'. Tal posição, explica Lacan, leva ao *um*, isto é, à negação da diferença" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 300. Grifos dos autores).

Ademais, a partir dos anos 1970, o falo lacaniano passa de um representante substantivo para exercer uma função adjetiva, ao caracterizar o lado masculino do gozo: o gozo fálico. Esse gozo masculino, ao ter o falo enquanto seu representante, define-se enquanto um gozo localizado na Lei do pai, isto é, na lei simbólica, agenciado pela linguagem e, sendo localizado na linguagem, Lacan o define como um gozo fora do corpo (SOUZA, 2017). Nesse sentido, o gozo masculino recupera algo da virilidade, de um certo poder que o pretende fazer totalizador, afirmativo, localizado dentro das leis da cultura. Ele assevera um discurso reduzido às leis da linguagem e ao registro simbólico, por isso um "discurso total", que não consideraria determinados aspectos que fogem às leis dos homens e ao alcance do que é possível apreender pelo simbólico, seja esse sujeito portador de uma anatomia correspondente ao XX ou ao XY, ou seja esse sujeito sustentado por um semblante de homem ou um semblante de mulher. A exemplo disso, recuperando o episódio da série "Psi" em questão, a posição da promotora de justiça Taís, ao negar tão veementemente a inscrição do nome social e do sexo de Renato em seus documentos legais, encarna a posição masculina de sustentar uma modalidade de gozo que não consegue articular-se com o que foge do arcabouço da lei.

O que Taís não consegue autorizar é o que, justamente, está para além do que a simbolização, de certa maneira, alcança. A lei dos homens, tributária do gozo fálico, embaraça-se na amarração própria que Renato faz com relação à sua anatomia, ao semblante cultural e imaginário que porta e à escolha de seu próprio nome, aspectos esses que constroem o seu "corpo". O gozo fálico, subsumido ao simbólico, tem o gozo localizado exclusivamente na linguagem, deixando escapar o gozo do corpo, dimensão essa que é incorporada pelo outro lado da sexuação lacaniana, o lado feminino. Nesse contexto, Souza (2012) afirma que "o gozo fálico cava um lugar, como uma falta de simbolização, na relação entre o homem e a mulher. Uma condição que vai servir de referência para a presença de outro tipo de gozo" (p. 131), que afeta o corpo e funda sua existência para além da linguagem: o gozo não-todo fálico, também denominado de gozo feminino ou gozo Outro. Isso significa que, do lado feminino da sexuação, o ser falante consegue se relacionar tanto com o gozo cerceado pela linguagem (todo fálico), quanto com essa parcela de gozo suplementar "que constrói uma série de impossibilidades e de paradoxos entre os seres sexuados" (SOUZA, 2017, p. 131).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dessa forma, a abordagem que a psicanálise lacaniana faz sobre a sexuação ultrapassa a noção freudiana do feminino enquanto negatividade em relação ao masculino, e instaura a ideia da alteridade do sexo, alteridade essa que se vincula ao que é mais próprio do sujeito, a saber, o seu desejo. O desejo é singular e impede a perfeita complementaridade entre os sexos, ele marca a diferença e a hiância que insiste e persiste entre os campos do feminino e do masculino, diferença essa que não poderá jamais ser reduzida ou definida por caracteres genéticos, recortes anatômicos, adereços imaginários ou mesmo "nomes" simbólicos. A psicanálise, assim, não se implica em circunscrever normas de gênero, mas sim de abrir espaço para o que faz "diferença" e consegue sustentar a singularidade dos seres falantes, isso que aparece como impossível e permite a mais distinta das invenções: o amor.

Considerações finais

Ao longo do texto, foram denotadas possíveis interlocuções entre as teorias *queer*, feministas e psicanalítica, a partir das críticas que apontariam na psicanálise um discurso binário de gênero e uma concepção de mundo na qual homem e mulher seriam dados como complementares e o homem enquanto medida e parâmetro universais. Freud, o criador da psicanálise, elaborou contribuições para a sexualidade que apontariam um destino pulsional para além da reprodução que, em suas revisões teóricas e textuais, pôde atestar a partir dos estudos acerca do feminino, fazendo despontar aberturas capazes de inferir uma sexualidade que iria além da ambiguidade clássica entre homens e mulheres, que é retomada mais tarde, por Jacques Lacan.

Ademais, o psicanalista, ao teorizar acerca da constituição do sujeito a partir dos mecanismos de identificação apresentados no trabalho, apresenta uma identidade construída de forma complexa e multifacetada, caminhando na direção contrária às críticas que vinculariam à psicanálise uma concepção binária de determinação do ser falante. Dessa forma, ao distinguir identidade e identificação, a investigação buscou demonstrar como, na teoria psicanalítica, a "identidade" do sujeito parte dos semblantes imaginários ofertados pela cultura, assim como para Butler funcionariam os fenômenos performativos.

Entretanto, com o avanço teórico empreendido por Lacan, passa-se a entender que o que determinaria as diferenças entre as identidades sexuais estaria em outra ordem, não nos semblantes imaginários, mas sim na "sexuação", que empregaria os registros do simbólico e do real. Portanto, na sexuação, na qual não há complementariedade entre os sexos, o que existe é a divisão entre duas modalidades de gozo: o gozo fálico, determinado pela Lei do pai e pela cultura, e o gozo não-todo, que, subsistindo para além das normas e dos discursos de poder, seria capaz de abarcar as identidades múltiplas e individuais trazidas pelas teorias *queer*, fugindo à exclusividade da lógica fálica, binária e de matriz heterossexual. O gozo Outro, não-todo, porém, seria capaz de tratar o um-a-um, respeitando a singularidade maior de cada sujeito.

Nesse sentido, o episódio "Quero ser quem sou", da série "Psi", a partir do desenrolar do conflito vivido pela promotora Taís, é capaz de revelar o desconhecimento dos neuróticos sobre as razões singulares que os fazem defender – de forma tão incisiva, como fazia Taís – as normas gerais, ou seja, por mais que se utilize da lei, de princípios universais, é por razões singulares, presentes na

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

história de cada um, que se formam as opiniões e olhares acerca de temas como o da identidade sexual: a associação livre da promotora, diante de uma escuta psicanalítica, identificou que o caso de Renato tocou na dor sentida por ter sido, ela e sua mãe, abandonadas pelo pai que, assumindo sua identidade homossexual, parte para viver a vida com outro homem. Desse modo, para além de abarcar as identidades sexuais, abordadas pelas teorias *queer* de uma perspectiva mais universal, a psicanálise caminha ainda por meio da escuta singular do sujeito, reconhecendo as vias e os entraves por meio dos quais passam sua identificação de gozo e o fluxo de seu desejo. Talvez essa seja uma das grandes contribuições da teoria psicanalítica, evidenciar que os embaraços do sujeito em relação à sexualidade escapam as normas vigentes, por isso, precisam ser acolhidos e escutados de modo singular, pois o desembaraço é sempre uma saída única construída por cada um a partir de suas elaborações no contexto analítico.

Referências

AMBRA, P. Gênero e identificação. *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 43-50, 2018.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro. Editora nova Fronteira, 1949.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSSI, R. K. Psicanálise e binaridade de gênero: um debate à luz da sexuação lacaniana. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 3. 2019.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1905). In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna (1908). In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução: James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9, p. 169-186.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: FREUD, S. *O mal estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 13, p. 111-191.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução: James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7, p. 117-231.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LACAN, J. *Estou falando com as paredes: conversas na capela de Sainte-Anne* (1971). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LACAN, J. *O Seminário livro 19: ...ou pior* (1971-1972). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

LACAN, J. *O Seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. *Seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante* (1971). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PEDROSSIAN, D. R. dos S. O mecanismo da identificação: uma análise a partir da teoria freudiana e da teoria crítica da sociedade. *Inter.Ação - Revista da Faculdade de Educação da UFG*, Goiás, v. 33, n. 2, 2008.

PEREIRA, C. E.; FERRARI, I. F. A identificação e os processos de segregação na contemporaneidade. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, Belo Horizonte, n. 28, p. 205-210, 2016.

ROCHA, H. de F. O. Do pai da horda a Moisés: o ideal como articulador entre o sujeito e a cultura. *Boletim de Psicologia*, v. 12, n. 137, 2012.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA, A. Se fazer homem e se fazer mulher. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 48, p. 127-134, 2017.

SOUZA, E. M. de. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, Paraíba, v. 21, n. 3, 2017.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2010.

TEIXEIRA, M do R. Teoria de gênero e psicanálise. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, 2016.

WEINMANN, A. de O. Sobre a análise fílmica psicanalítica. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan., 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A SERBIAN MOVIE: UMA CRÍTICA A PORNOGRAFIA?

Carolina Fernandes Carvalho[1]

Diante do projeto de pesquisa instaurado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", há uma busca para entender o processo da pornografia: em que nasce como linha crítica, mas consolida-se como um mercado profícuo e que reproduz alguns discursos considerados (hiper) neoliberais.

Como Hunt (1999) explica, todas comunidades tiveram alguma exposição a respeito de sexo, corpos nus e órgãos sexuais; não obstante, a pornografia, como conhecemos na contemporaneidade, nasce com uma gema protestadora, sendo utilizada para crítica da monarquia e clero. Seu viés rebelde perde força ao adentrar nos romances da época, tornando-se comercial e chamariz para a indústria literária que se consolidava. Acontece que a pornografia hoje traz uma díade: ao mesmo tempo que é largamente consumida, ninguém a assume. Há muitas formas de criticá-la, falar dela, e algumas vezes são implícitas.

Mesmo com esse cenário dúbio e, muitas vezes, confuso, torna-se inspiração para outros mercados, e com maior profundida o cinema. Há um leque de filmes considerados pornográficos, e até mesmo erótico, como ; outros usam a pornografia como forma de afronta ou objeto para invocar uma sensação de contestação, angústia; sentimentos muitas vezes díspar ao que se imagina com a pornografia.

No segundo objetivo citado, um filme tornou-se muito famoso *A Serbian Film*, que em tradução para o português brasileiro se tornou Terror sem Limites, é o primeiro filme do diretor e produtor sérvio Srđan Spasojević, e ganhou alguns prêmios de festivais por todo o mundo, como em Fantasia Carnaval de 2010, no Canadá, "Filme Mais Inovativo e Fantasporto de 2011, "Melhor Roteiro". Mesmo com essa coleção de premiações, ficou proibido no Brasil durante cerca de um ano[2].

O roteiro parte de uma premissa que pode ser considerada simples: um ator pornô aposentado vive com sua família tradicional: uma esposa dedicada e de cabelo claros e um filho pequeno que parece muito vivaz; no entanto, a vida financeira se torna dificultosa, fazendo com que esse homem chamado Milos tente empréstimos em bancos. O protagonista recebe uma proposta irrecusável, diante dessa crise econômica: um projeto que deseja unir a pornografia e a arte, tal como um teatro experimental e participante. Milos aceita não pela justificativa ou objetivo do projeto, mas sim pelos cifrões envolvidos. O filme não se expõe qual seria a quantia que o ator receberia, mas deixa explícito que seria um valor considerado para pagar as contas.

[1] Discente no Programa de Pós-Graduação em Ciências na Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, orientada pelo Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7814-3883. Correio eletrônico: carolina.f.carvalho@unesp.br

[2] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/07/06/juiz-libera-exibicao-de-a-serbian-film.htm. Acesso em 22 de out. de 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apesar do *background* simples, de jeito nenhum é simplista. Levanta questionamentos sobre realização pessoal, dependência química e o sistema capitalista, a questão de parafilia e fetiches, além de aprofundar nas temáticas que deixou o filme famoso.

A fotografia é bonita, seus ângulos são abertos e dão sensação de que tanto o telespectador quanto o protagonista estão perdidos juntos, inclusive é muito bem-feita a sensação de que quem o assiste tem a mesma informação que Milos tem. As cores, a maioria das vezes, são monocromáticas e de tom sépia. A sua qualidade de efeitos visuais e técnicos são baixos, assim como não é um filme que explora o nicho *gore;* no entanto, a condução e direção do filme cumprem com o que prometem: promover o asco. A obra traz um clima de *found footage*, mesmo não sendo um, e mostra o protagonista encontrando "provas" que são películas da gravação - e se vendo de maneira aterrorizante.

Argumenta-se que nesse trabalho não haverá o eixo jurídico ou moral do filme *A Serbian Film,* porém é um pretexto justificativo ao observar a importância de as Ciências Sociais analisar o que é considerado indigno, nojento e aberrante. Em especial, a sociologia, necessita debruçar sob as temáticas consideradas amorais, repugnantes, devassas; por mais que às vezes, a sociologia se contenta em discutir por lentes já estruturadas e acadêmicas, ignorando a contemporaneidade da sociedade e seus questionamentos e pontos de eixos. O objetivo geral é fazer uma análise crítica da obra, utilizando, especialmente, o protagonista, Milos, como conversão entre o filme e a teoria sociológica e entender qual é a função da pornografia no filme.

A justificativa dessa escolha se dá pela vasta crítica negativa e censura da obra[3], sendo conhecido por ser um *cult* no nicho de terror, assim como A Centopeia Humana (2009), e Salò ou 120 Dias de Sodoma (1975), inspirado nas experiencias dos médicos e cientistas nazistas e os horrores da guerra – o segundo filme também é pautado na obra homônima de Sade. Também é uma forma crítica de pensar que a sociologia necessita debruçar em temáticas consideradas polêmicas e imorais. De sobreaviso, a resenha evitará discorrer extensivamente sobre as cenas e seus fios de história, pois, há um objetivo implícito que o leitor tenha vontade de assisti-lo tomando esse trabalho como escopo crítico.

As primeiras cenas desbocam em uma criança da segunda infância vendo um filme pornográfico, que logo descobrimos que o ator apresentado na tela é seu pai, Milos. Tanto Milos quanto a esposa, que fica visualmente incomodada – ao ponto de perguntar por que o casal não faz sexo igual as simulações que Milos faziam, e a resposta é que ele a ama -, reprendem o filho e, em seguida, vimos a dificuldade financeira: não consegue pagar as aulas infantis, necessita de um empréstimo.

E as sequências próximas são rápidas, mas entendíveis: o irmão de Milos sente uma mistura de inveja e ciúmes, o que centraliza até mesmo na esposa de Milos, que se posta como uma mulher dedicada, bonita e desejável. O protagonista é chamado para um projeto de filme pornográfico, e Vukmir, o diretor, se encanta com a habilidade de Milos: permanecer com ereção por muito tempo. Contratam-se de maneira escusa: este quer mutar a pornografia em arte, propõe em surpreender quem assistir esse novo filme; por outro lado, Milos quer o dinheiro apenas, não mostra interesse em voltar a atuar.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse ressalto que o filme executa o seu objetivo que é provocar o incômodo, chocar, ojerizar. A celeuma que se instala nos críticos e cinéfilos para este filme parece ignorar a proposta dele que é justamente causar os sentimentos citados. Possivelmente, esperava-se que por tratar de um filme que tem como uma das forças motrizes o sexo, ou o que chamamos aqui de (dispositivo de) sexualidade, fosse instigar ou excitar. Mas não é bem assim, a sexualidade é uma ferramenta, um meio de atingir o objetivo de controlar os indivíduos, e consequentemente a população.

> [...] a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...] e adquire efeito por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação. [...] a sexualidade, quando é indisciplinada e irregular, tem sempre duas ordens de efeitos: um sobre o corpo, sobre o corpo indisciplinado que é imediatamente punido por todas as doenças individuais que o devasso sexual atrai sobre si. (Foucault, p.300-301, 2012)

Essa sexualidade irregular que Foucault (2012) faz alusão é importantes por conta da recepção do público, há uma estranheza com um filme que trata o lado "perverso" da sexualidade; pelo protagonista ser um ex-ator pornô que volta ao trabalho contrariado e tristonho, mesmo sendo viril, esta movimentação quebra o que se espera de um homem, especialmente se ele é ator pornográfico; e ainda, o objetivo do personagem que é diretor, que é o de desconcentrar e trazer algo aparentemente novo, e esse produto que ele quer trazer vem embrulhado de tortura e sadismo.

Ao contrário do que esses pontos abordam, essa sexualidade comentada em nenhum momento foi equipada para causar prazer ou desejo, ou algum sentimento de emancipação dos indivíduos. Milos entende isto, inclusive comenta como escapa (em vão) desse cabresto: ele confessa que ingere bebidas alcoólicas em excesso para ficar frígido.

No começo desse projeto artístico, Milos é encaminhado para um orfanato abandonado munido de áudio e câmera, sua única recomendação é: fazer sexo *de verdade* - e não uma simulação - com a primeira pessoa que aparecer. E, então, Milos se assusta ao encontrar uma adolescente, ele hesita e, nesse momento, a primeira sequência assustadora, de muitas, aparece: o que parece ser a mãe da menina a retira do local e é obrigada a fazer sexo oral no protagonista; e ele, por sua vez, é atuado para ensiná-la como se comportar. Ele a ensina por meio de socos e pontapés. Milos em seguida desiste. Nesse momento, percebe-se que o filme

Enjoado e irado, Milos procura seu irmão, que é policial, e este parece não se importar, até mesmo há tons de zombaria na resposta desse pedido. Inclusive, esse homem que corresponde a lei, o correto, também participa da onda de horror quando o filme atinge o clímax.

Após um tempo, o protagonista acorda: está há três dias sedado, encontra vísceras humanas em suas mãos, sem noção do que houve. Em uma procura latente, encontra vídes do que foi feito nesses três dias em coma: Milos é visto sendo o "executador "de violências tamanhas – e é bem aqui o filme dá ar de *found footag*. Percebe então que foi drogado com estimulante sexual bovino, e mesmo que não seja sua culpa "biológica", há uma culpa social e moral que ele nutre. O horror

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

destruiu todos a sua volta. No meio dessas descobertas, Milos se vê abusando do seu filho enquanto seu irmão, são e consciente, estupra sua esposa e um homem praticando necrofilia.
Milos está enlaçado ao diretor, ao contrato, aos horrores. O personagem está em um cárcere invisível e vê o mundo a sua volta ruindo – sua linda esposa com asco, seu pequeno filho traumatizado. Inspirando a reflexão na obra de Mbembe (2016), o protagonista está em uma

> [...] condição de escravo [que] resulta de uma tripla perda: perda de um "lar", perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em "estado de injúria", em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. (Mbembe, 2016 P. 131 – 132).

No clímax, Milos é visto como um animal perto a ser abatido, sacrificado; e o sangue é o purificador: o protagonista é um pai que se sacrificou pela sua família, consagrou-se na tentativa de mantê-la bem, saudável e sem preocupações. Milos então adquire duas imagéticas ao final: o que fez um sacrífico por doar-se totalmente em prol da sua família; e por outro lado, como sobrevivente a uma série de horror.
No porto da relação de sacrífico, pautando-se na obra de Mauss e Hubert (2017), Milos passou pelos dois tipos de sacrifícios. Em primeiro momento, pela sacralização, ele foi escolhido diante de todos os atores pornográficos possíveis pelo tamanho do seu pênis, por fazer as atrizes se apaixonarem, pela sua performance, por ser viril; em seguida, ele passou pela expiação: seu corpo e sua alma concentraram tudo de ruim da moralidade e valores – estuprou, abusou, praticou incesto, foi conveniente e apoio. Milos fechou um contrato com um ser (que parece ser) divino, Vukmir: ele oferendou seu corpo para um bem da comunidade, a família.
Também pode-se observar Milos em um papel de sobrevivente. Ele sobreviveu a uma crise política e economia da Sérvia, sobreviveu à indústria pornográfica e está sobrevivendo aos caprichos de um projeto sádico e, que tenta ser, vanguardista. Ao provocar dor e miséria, Milos está buscando sua sobrevivência.

> Canetti assinala que na lógica da sobrevivência, "cada homem é inimigo de todos os outros". Mais radicalmente, o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro. É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente. (Mbembe, 2016, p. 142)

Ao final do filme, avisando antecipadamente que contém *spoilers*, Milos e sua mulher fazem um motim, assassinando a equipe e seu principal vilão, Vikmur. Em seguida, o pai sacrifica a família, matando todos para terem o devido descanso e paz e comete suicídio. Porém, não faz diferença, e como o diretor já tinha dito: o horror vende; depois de um tempo, naquele orfanato, outra equipe chega e o diretor diz para começar com o filho de Milos.
O final é particular, e diante de todas as atrocidades, Milos e seu corpo estão dizimados, e o seu corpo e dos outros sequer são dignos de atenção e cuidado, ou nas palavras de Mbembe: "[...] o corpo como tal não é apenas um objeto de proteção contra o perigo e a morte. O corpo em si não tem poder nem valor." (Mbembe, 2016, p.143). Há todo uma discussão a respeito do que se

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

está vendendo, dando a entender que o telespectador está assistindo justamente o filme produzido pelo diretor.

O sangue, a morte, as estranhas são fáceis de vender, e também consumir. Em um exemplo próximo a vida cotidiana, são as mortes e estupros noticiadas nos canais televisivos, em tom blasé se vê a atrocidade. Não há nenhum pensamento crítico sequer a programas sensacionalistas, ou, aproximando-se desta resenha, os tipos e categorias de pornografias que se procuram.

Outro tópico que só é compreensível após digerir o filme, é que o filme traz à tona, mesmo que de maneira implícita e em pontos comedidos – ou até mesmo só para os conhecedores da história do sudeste europeu -, as Guerras Balcânicas, que desmantelou a Iugoslávia exilando os sérvios, e diante dessa situação, houve uma frente nacional sérvia que coloco aquela população como superior.

Todas essas frentes históricas provocou o Massacre de Srebrenica, em que bósnios muçulmanos foram dizimados por grupos paramilitares sérvios. Esse genocídio representa uma mancha na história, gerando certo preconceito com a população sérvia, sendo encarados como uma população que aceita tudo, sem escrúpulos ou/e valores próprios.

O diretor então desloca esses horrores de conflitos passados e os aloca em uma situação para a maioria da população quase diária: assistir e consumir pornografia. Já que a população se acostumou com as mortes, as torturas tão presentes em jornais físicos e televisivos, onde elas se assustariam ou se incomodariam? Ao aproximar o filme da guerra – quantas mulheres e crianças foram violentadas e usadas? O quanto a população precisou acatar regras ou matar para sobreviver? - o choque parece menor, ou ao menos mais fatídico.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975- 1976. São Paulo: Martins Fonts, 2005.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Ubu editora, 2017. 144

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. PASOLINI, P. Salò ou 120 de Sodoma. Direção de Pier Paolo Pasolini. Produção de Alberto Grimaldi e de Alberto De Stefanis. Roma: PEA s.a.s., 1975. Itália/França, cor, 114 min. 1 DVD. Legendado. US.

SIX, Tom. Centópeia Humana – Primeira Sequência. Direção de Tom Six. Produção de Tom Six. Amesterdã: Independente, 2009. Holanda/EUA, cor, 92min. 1 DVD. Legendado. US.

Spasojevic, Srdjan. A Serbian Film – Terror sem Limites. Direção de Srdjan Spasojevic. Produção de Dragoljub Vojnov e de Srdjan Spasojevic. Belgrado: Contra Film, 2010. Sérvia, cor, 104min. Legendado. US.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS NÃO DITOS: HOMOSSEXUALIDADE INDÍGENA E SEUS SILENCIAMENTOS ENTRE O POVO BOE-BORORO DA RESERVA TADARIMANA

Claudinei Caetano dos Santos[1]

Um olhar sob a homossexualidade indígena

Este trabalho versou sobre compreender como a homossexualidade é significada no âmbito cultural, social e político entre os índios Boe-Bororo da reserva Tadarimana[2], situada no Estado de Mato Grosso[3], a partir das representações trazidas no documentário *Majur* (2018) e em diálogo com o documentário *Terra sem Pecado* (2019).

A partir do que é enunciado no documentário *Majur* (2018), a homossexualidade indígena entre os Boe-Bororo tinha um caráter não proibitivo, e nos enuncia a protagonista do curta metragem que "[...] segundo a minha mãe o relato dela foi assim que antigamente tinha mesmo, tinham pessoas casadas com mesmo sexo né, que eu acho que quando o branco entrou e o preconceito não veio de nós né, o branco trouxe preconceito né [...]". Infere pensar, a partir do que afirma Majur do documentário que esse ato era algo normal, porém não discutidos na aldeia, o que na perspectiva de Fernandes (2015, p. 281), se liga a "[...] um fenômeno que ao longo da história colonial sempre foi reprimido e invisibilizado: as práticas homossexuais indígenas em suas mais diversas formas [...]", fazendo parte de sua cultura cotidiana.

Entretanto, é salutar notar na fala de Fernandes (2016a, p.55) que:

> O índio gay subverte duplamente o ideal colonizador; moralmente, por sua sexualidade, e etnicamente, por sua indianidade. Acusar o indígena homossexual de "estar perdendo sua cultura" é focar sobre uma dessas subversões, trazendo o debate para dentro da esfera dos "civilizados": esvaziando-se a diferença étnica, esvazia-se também a necessidade de se pensar as fissuras abertas pelo processo colonial.

Ao encontro dessas colocações apontadas pelo autor, a fala de Neimar Kiga (2018), índio Boe-bororo, em um trabalho produzido sobre ele por Maria Gabriela Zanotti e Daniel Sakimoto, reforça a citação acima ao passo em que afirma que "[...] eles dizem que ser homossexual não está

---

[1] Licenciado e bacharel em Filosofia, Especialista em Comportamento Humano, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Doutorando em Educação, todos pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: prof.claudineicaetano@hotmail.com. Fone e WhatsApp 55 66 99977-6440.

[2] Com uma área de 10 mil hectares, localizadas nos municípios de Rondonópolis e Pedra Preta, homologada com REG. CRI e SPU, em 30/10/1991, pelo decreto 300, com uma população estimada de 604 indígenas com a presença da Missão católica das irmãs franciscanas

[3] Terras indígenas no Brasil - Terra Indígena Tadarimana - Área habitada por bororo. terrasindigenas.org.br, 2019. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3862?_ga=2.61667562.751323988.1610208030-727145968.1609791561 > Acesso em: 25 nov. 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

dentro do que a igreja prega, de que é errado… Eu acredito que foi depois da colonização que surgiu o preconceito [...]"[4]. Evidenciando assim a visão clara de que o aspecto de censura, de preconceito foi se arraigando com a colonização. Para a antropóloga Braulina Baniwa, em relato ao documentaria *Terra sem Pecado* (2019), do povo Baniwa, percebe-se que esta particularidade não é só do povo Boe-Bororo, e salienta ser de grande importância dialogar "[...] sobre isso por que não é só questão da sexualidade, mas questão de saúde também... aí tem outra imposição com relação às religiões que adentraram nas comunidades indígenas [...]"[5], trazendo ao cotidiano indígena de que essa prática homossexual é pecaminosa, nefasta e proibida.

Os relatos de Alisson Pankararu, no documentário *Terra sem Pecado* (2019), evidenciam o preconceito velado ao afirmar que:

> [...] sofria dentro da aldeia claro né tem dessas mazelas da colonização toda, meu povo foi catequisado então tem igrejas lá dentro né, todo preconceito parte da igreja, você não tem referencias no povo sobre isso...você não aprende viver sua sexualidade aí você vive essa vida todinha sem alguém do seu lado pra conversar, você não tem referencias, você não sabe o que está acontecendo[6].

Na compreensão de Fernandes (2015, p.275), o debate em torno da questão deve ser pulverizado e submetido à análise de que:

> [...] a homossexualidade indígena pode se articular com as perspectivas indígenas de gênero à luz de suas cosmologias, noções de pessoa, corpo, parentesco etc. É possível que o homossexual (ou, pelo menos, o homossexual masculino) acabe incorporando a ambiguidade feminina ou, por outro lado, que seja, ele mesmo, um elemento ambíguo.

A sexualidade mesmo que de certa forma não posta em debate nas aldeias, é de interesse de seus pares que este tema seja posto em discussão, o que é perceptível na fala de Alisson Pankararu (2019) onde afirma que:

> [...] futuramente espero que seja uma discussão aberta como outras discussões dentro da pauta indígena são, eu quero que a discussão saia de lá para chegar até aqui pra gente chegar aqui e já sabendo por que isso muda totalmente a visão do que é, do que são essas siglas todas LGBT.[7]
> .

Pensando a problemática da homossexualidade indígena, e tomando os filmes como fontes de análise histórica, torna-se relevante salientar a importância do cinema para a construção de narrativas historiográficas em torno dessas questões. Para Napolitano (2010), o cinema na história é o cinema visto como fonte primária para a investigação historiográfica; a história no cinema é o cinema abordado como produto de discurso histórico, tomando como base as representações do real, fazendo assim valer o estudo da temática via documentários filmográficos.

---

[4] Zanotti, Maria Gabriela e Sakimoto, Daniel. A GRALHA NA CIDADE - Indígena gay está pintando com urucum os caminhos que levam o seu povo à academia. Peruda, 2019. Disponível em: < http://www.peruda.com.br/neimar > Acesso em: 20 nov. 2020.

[5] Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 25 nov. 2020.

[6] Ibidem.

[7] Ibidem.

Para Avelino e Flório (2013), o cinema é visto como uma linguagem imagética constitutiva do tecido social e que apresenta o imaginário do cineasta e suas representações. Nessa direção Marcelo Costa em entrevista ao Iesb (2019), aponta que:

> [...] atualmente os indígenas LGBTQ+ sofrem discriminação dos próprios parentes, que reproduzem um preconceito que não faz parte de suas tradições. E quando esses indígenas LGBTQ+ saem de suas aldeias para os centros urbanos, fugindo dos ataques homofóbicos ou expulsos pelos parentes, sofrem duplo preconceito, por serem indígenas e por serem LGBTQ+".[8]

O documentário como fonte, segundo Napolitano (2010), oferece ao pesquisador um olhar diferenciado possibilitando a este uma espécie de discurso audiovisual, podendo despertar nos interlocutores as nuanças da representação individual e social, nessa direção, Chartier (2011), corrobora com a compreensão desses aspectos, pois evidencia que a ideia de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores e historiadoras a se desfazerem de sua "muito pobre ideia do real", como escreveu Foucault (1999), colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.

Para Fabris (2008), ao analisar determinada obra, o lugar de onde se olha e de onde se fala, ou seja, o lugar social ocupado pelo analista diz muito de sua análise, uma vez que quem o faz tem o papel de mostrar a historicidade do olhar, assume que nosso modo de ver não é natural, mas localizado e, portanto parcial, e produzir uma narrativa histórica que toma a homossexualidade indígena como foco e assume os documentário *Majur* (2018) e *Terra sem Pecado* (2019) como fonte de análise histórica é algo de grande relevância que contribui para a pluralidade dos debates sobre as questões indígenas e ao mesmo tempo LGBTQIA+[9].

A homossexualidade a partir da vivência na Reserva Tadarimana

Uma das vias de análise deste trabalho é compreender como a homossexualidade indígena e suas relações sociais, culturais e políticas, em interface com os silenciamentos e os "não ditos" em torno dessas questões entre os povos Boe-Bororo da reserva Tadarimana, bem como o fato de haver poucas ou quase nenhuma pesquisa acerca desta temática com os Boe-Bororo desta região, fomentando assim, algumas indagações a respeito do assunto, tendo em vista as diferenças culturais de cada povo, de cada aldeia, de cada etnia, suscitando de forma investigativa compreender a partir da história o universo da homossexualidade no conjunto de aldeias da reserva Tadarimana.

[8] Dourado, Felipe Caian. Terra Sem Pecado: documentário de egressos mostra realidade de indígenas LGBTQ+. IESB, 2020. Disponível em < https://iesb.br/institucional/noticia/Terra-sem-pecado-documentario-de-egressos-mostra-realidade-de-indigenas-LGBTQ- > Acesso em: 28 nov. 2020.

[9] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, O + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero. Aqui são incluídos os pansexuais, por exemplo, que sentem atração por outras pessoas, independente do gênero. Qual o significado da sigla LGBTQIA+? E+B Educação | Gabriele Silva, 2020. Disponível em < https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia > Acesso em 08 dez. 2020.

A intenção em estudar esta temática, vem em parte da minha formação no mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea pelo programa ECCO na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso e por trabalhar do ponto de vista teórico as relações de poder e sexualidade em Michel Foucault (2001), por ter convivido toda minha infância e adolescência em uma terra de reserva indígena Boe-Borro no Distrito de Jarudore - MT, e por ser neto do lado paterno de avô indígena. Ante todos esses fatores, tanto das relações parentais quando da relação de convivência com esse povo, o interesse por essa cultura emerge, sobretudo no mérito de tentar compreender essas relações que tangenciam a homossexualidade entre os Boe-Bororos do complexo de aldeias Tadarimana.

Considerando as proposições teóricas de Napolitano (2010), as fontes audiovisuais precisam ser pensadas como importantes ferramentas de representação social dotadas de estruturas e linguagens internas, pois dialogam com elementos do cotidiano. Alinhado a essa perspectiva Azevedo (2019, p.114) acentua que, "[...] a partir do movimento da tela, o cinema, como artefato da cultura, vai produzindo, ressignificando e visibilizando representações e significados das práticas sociais e, assim, constituindo sujeitos e identidades".

Compreendendo o cinema como um elemento importante para a produção de diálogos, conflitos e tensões, Kellener (2001), ressalta que o cinema produz um espaço de disputas, com base nas representações produzidas no contexto sócio-historico a partir da confecção do filme. O cinema na história se prefigura como uma fonte primária para a investigação historiográfica e exige dos historiadores e historiadoras, olhares analíticos capazes de dialogar sobre as narrativas e representações que se apresentam hora em aspectos fictícios, e hora na representação do real, como bem destaca Napolitano (2010).

De acordo com Napolitano (2010), as produções audiovisuais, pensadas como corpus documental, não podem ser concebidas e analisadas como um registro mecânico da realidade, mas como uma representação passível de interpretações e múltiplas leituras. As enunciações produzidas pelas linguagens audiovisuais vão produzindo importantes tensões entre o que é representado nas narrativas e o que se materializa na vida cotidiana, pensada como realidade, e nessa perspectiva proponho pensar os dois documentários para vislumbrar as vivencias da homossexualidade na reserva das aldeias Tadarimana em interface com as questões de gênero, sexualidade, identidades e cultura.

O documentário *Majur* (2018), tem como protagonista Gilmar Traitou, conhecida por Majur, que vive na aldeia Pobore, que faz parte da reserva Tadarimana. O curta-metragem dirigido por Rafael Irineu, retrata a vida da Majur, pessoa LGBTQIA+ que é porta-voz e responsável pela chefia de comunicação da aldeia Pobore.

O documentário *Majur* (2018), foi dirigido por Rafael Irineu que além de filmar o curta que foi muito premiado também já produziu o documentário também premiado *Meu Rio Vermelho*,[10] no

[10] Selecionado - 9º Circuito Tela Verde - Ministério do Meio Ambiente; Prêmio SESC Amazônia das Artes 2017 - Representante de Mato Grosso; Melhor Filme Documentário - Festival da Freguesia do Ó, SP. 2017; Menção Honrosa - Mostra Cinema de Fama, MG. 2017; Menção Honrosa - 16ª Mostra Universitária UFMT, Cuiabá, MT; 2º Lugar "Filmes Solidários" - Cine Tornado, Curitiba, PR; Indicado - Prêmio ABC 2017 - Categoria Estudantil; Exibição - Museu da Imagem e do Som - Cine MIS - São Paulo, SP; Finalista - Echo Film Festival BRICS 2017 em Moscou – Russia; Selecionado - Festival Internacional da Cidade da Praia. Cabo Verde; Selecionado - 10th International Tourism Film Festival - Letónia, Riga; Selecionado - 17º Encontros de Cinema - Portugal, Viana do Castelo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ano de 2016[11], mostrando o rio que nunca é o mesmo, na parte sul do Estado de Mato Grosso, as correntezas e vivencias no trajeto do Rio Vermelho, e fora na ocasião que conheceu Gilmar, que futuramente faria uma parceria para mostrar a vida em transição de Gilmar para Majur.

Já no documentário *Terra sem Pecado* (2019), dirigido por Marcelo Costa, mostra a vida de quatro indígenas de diferentes etnias, o espectador acompanha na tela os personagens e suas experiências como pessoas LGBTQIA+ indígenas, bem como as dificuldades que encontram no cotidiano por serem indígenas e ao mesmo tempo homossexuais. A fala de Fêtxawewe Veríssimo[12] presente no documentário ilustra bem tais questões apresentadas quando afirma que "[...] sempre o povo perguntava: há você é indígena? Eu falava sim sou indígena. Há você é gay, mas como é possível você, você ser indígena e ser gay ao mesmo tempo?", nota-se na fala que ainda há um distanciamento da realidade com o imaginário das pessoas, do que pode ser, do que é permitido, do que é silenciado, do que é pecado.

O jornalista e diretor Marcelo Costa, em entrevista concedida ao Conafer, revela por meio de depoimentos que existe um movimento de resistência contra a homofobia dentro das comunidades e aldeias. Faz em seu trabalho um diálogo linear sobre a homossexualidade entre os indígenas, mostrando suas dificuldades e seus desafios dentro de suas aldeias e de como é descobrir uma visão diferente ao chegar ao mundo fora de suas comunidades indígenas.

Após a sucinta apresentação dos documentários, fontes de análise neste trabalho, faz-se necessário contextualizar de forma histórica as obras que serão aqui utilizadas como fonte de pesquisa. É salutar ressaltar que os personagens de ambos os curtas-metragens são pessoas de diferentes etnias, mas com muitas coisas em comum, ambas lutam pelo fim do preconceito contra as homossexualidades, lutam por um espaço de direito em suas aldeias e na sociedade não indígena, onde sofrem, tipos distintos de preconceito, por serem concomitantemente indígenas e homossexuais.

Os documentários aqui propostos como fonte de análise histórica, possuem personagens com uma faixa etária bem próxima, com anseios e sonhos muitos parecidos, todos querem o direito de voz, de sair do silenciamento sobre a temática em suas comunidades indígenas, de dar visibilidade a suas sexualidades sem sofrerem preconceito ou qualquer tipo de violência, seja ela física, moral ou psicológica.

A personagem do documentário *Majur* (2018), mostra seu cotidiano como chefe de comunidade, sua vida na aldeia e na cidade, bem como sua busca por uma conivência harmoniosa com os povos de sua comunidade tendo em vista sua orientação sexual. Os personagens do documentário *Terra sem Pecado* (2019), retrata a vida de quatro jovens indígenas, Alisson Pankararu da etnia Pankararu, Fêtxawewe Veríssimo da etnia Guajajara, Danilo Tupinikim, da etnia Tupinikim, todos estudantes da UnB, e da Antropóloga Braulina Baniwa da etnia Baniwa, todos os quatros jovens trazem narrativas do cotidiano vivido em suas comunidades e de como a temática da homossexualidade é sutilmente silenciada e como essas relações socialmente estabelecidas faz com que suas vivencias se tornem ainda mais difíceis. Braulina Baniwa (2019) entende que "[...] é um grande desafio

[11] Filmes Simples – Meu Rio Vermelho. 2016. Disponível em: <https://www.filmesimples.com/meuriovermelho> Acesso em 14 out. 2020.
[12] Índio Guajajara, Fetxawewe Tapuya Guajajara, Liderança jovem do Santuário dos Pajés BSB/DF.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

discutir isso com o coletivo né, por que é uma temática que ainda tá no início não é qualquer um que trata da temática LGBT e quando se trata de povos indígenas a sempre uma outra preocupação." [13]

No curta *Majur* (2018), as narrativas colocam em destaque a questão da homossexualidade indígena evidenciando determinados silenciamentos, o que na compreensão de Fernandes (2015, p. 259) "[...] ainda padece de uma cegueira ontológica, tanto por parte dos etnólogos quanto, eventualmente, dos próprios indígenas – questão por si só, interessante." E que mostra a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, de desvencilhar esses silenciamentos nas aldeias, de lançar luz sobre as múltiplas questões latentes dentro do tema.

Ao encontro disso, Majur, em seus relatos sinaliza para esses silenciamentos ao afirmar que: "[...] segundo a minha mãe o relato dela foi assim que antigamente tinha mesmo, tinha pessoas que casada com mesmo sexo né, que eu acho que quando o branco entrou é o preconceito não veio de nós né, o branco trouxe preconceito né" [14]. Evidência que corrobora com a ideia de Fernandes (2016), onde para os índios, foi sobreposto os moldes da normatividade sexual, que deve ser analisada concomitantemente com a conceituação científica, teológica e filosófica, pois os índios outrora foram percebidos no Brasil, por parte da sociedade, nas esferas predominantes.

O curta *Majur* (2018), e seu personagem Gilmar Traitou, com suas narrativas destacam que a questão da homossexualidade indígena ainda é uma questão delicada, um campo pouco explorado, e que possui nos seios das aldeias um silenciamento, e uma aceitação do discurso de forma lenta e gradual, a própria Majur, segundo o diretor Rafael Irineu em entrevista, afirma que:

> [...] para aceitar o convite do jovem, Majur fez um pedido: ninguém na aldeia poderia saber a respeito do tema do documentário. "Ele me pediu sigilo, para não sofrer represálias ou algo assim. Somente o cacique sabia o real motivo das gravações", diz. O pedido não afetou a produção. "Busquei mostrar uma pessoa que se doa e é porta-voz para uma comunidade inteira, sem nomenclaturas e clichês que todo mundo espera vindo de um conteúdo LGBT" [15].

Percebe-se a preocupação de Majur em filmar sobre a temática de forma aberta, mesmo segundo ela afirmando que sofreu críticas dos irmãos, e sua família aceitando, como ela disse que sua mãe, "[...] pelo que eu vejo, ela me aceita só que eu acho que ela tem medo né do que os outros vão pensar do que os outros vão fazer comigo né, eu acho que isso que ela tem medo né"[16], verifica-se uma preocupação por parte dela de sofrer alguma represália ou qualquer outro tipo de preconceito por parte dos integrantes da aldeia.

Majur busca conquistar seu lugar, o reconhecimento como indivíduo de orientação sexual diferente da norma dominante, e como afirma Fioravante e Rogalski (2011, p.18), "[...] o espaço

[13] Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 18 de set. 2020.

[14] Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.

[15] Lemos, Vinícius. Jovem usa câmera para melhorar timidez e se torna cineasta premiado. Rdnews. 24 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/final-de-semana/arte-e-cultura/conteudos/113895 > Acesso em: 17 de nov. 2020.

[16] Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.

é vivenciado de forma antagônica por diferentes sujeitos, e que a questão de gênero... tem influência central nisso [...]", e a partir disso o protagonista do curta busca constantemente sua afirmação mesmo que em um lugar onde seu corpo se cala, ela representa um grupo que almeja a liberdade das amaras de sua aldeia impostas pelo processo de catequização. Segundo Michel de Certeau (1982, p.77), "[...] levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência) [...]", e mesmo não sendo uma luta fácil, percebe-se que a perseverança e persistência é constante para a ocupação histórica desse lugar por Majur e transformar esse espaço, dando lugar a debates e outras formas de tratar o assunto. Ao encontro dessa reflexão Neimar Kiga (2018) em depoimento ao programa papo de índio, da etnia Boe-Bororo, afirma que essa preocupação é recorrente entre os indígenas:

> [...] principalmente dentro da aldeia por conta de todo esse processo de colonização as pessoas têm em mente algo... cria uma ideia ruim sobre a homossexualidade depois desse processo de colonização porque a gente sabe que sempre existiu a homossexualidade, tá na hora da gente colocar esse tema em debate mesmo pra gente falar mais e conversar[17].

Índio Gay?! A sexualidade dos não ditos

De acordo com Fernandes (2017), antropólogo e estudioso pioneiro das relações da homossexualidade indígena, a pergunta mais recorrente é se existe índio gay. Segundo o estudioso durante suas pesquisas encontrou algumas referências sobre a homossexualidade indígena. De acordo com ele,

> [...] a homossexualidade indígena aparece de múltiplas formas em diversas fontes desde o início da colonização do Brasil. Autores como Gaspar de Carvajal (1540), Padre Manuel da Nóbrega (1549), Padre Pero Correia (1551), Jean de Léry (1557), Pero de Magalhães Gandavo (1576) e Gabriel Soares de Sousa (1587) fazem referência à homossexualidade indígena. (FERNANDES, 2016 b, p. 17).

Aliado às pesquisas existentes sobre o assunto, os documentários aqui eleitos enquanto fonte de análise histórica tem o propósito de discutir por meio das narrativas apresentadas a vivência dos homossexuais indígenas em suas comunidades e os meandros que atravessam essas relações. Tomando como ponto de reflexão a afirmação da antropóloga Braulina Baniwa (2019), de que "[...] depois do contato, tudo era errado, tudo era pecado tudo era incompatível, então a discriminação e violência é do lado sempre do externo para o interno [...]", torna-se necessário discutir essas questões relacionadas ao processo de colonização e significação cultural.
Segundo Fernandes (2016a, p.51), "[...] o processo de colonização das sexualidades indígenas não pode ser compreendido fora das relações de trabalho e do modelo de moral e de família impostos

[17] Indígenas LGBTs no Brasil: Povo Boe Bororo – MT. Produzido e apresentado por Jefferson Niotxarú Pataxó [S.l.]: 20 de out. 2018. 1 vídeo (13:50 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=fJk1ixPeD2k >Acesso em: 18 de out. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ao longo da colonização [...]", tendo claro assim que as práticas homossexuais eram corriqueiras e entendidas como naturais como nos elucida em sua fala Majur, no decorrer do documentário[18]. E na noção de Grünewald (1999) podemos notar que a homossexualidade a partir do "regime de índio" pode ser entendido como a capacidade de atualizar práticas tradicionais na interação em diferentes arenas culturais, possibilitando certa legitimidade étnica, dando espaço para a conquista da voz dos indígenas LGBTQIA+, que busca tirar do silenciamento, como nos provoca Louro (2004) a observar o "corpo estranho" na aldeia, que este possa ser visto, problematizado e discutido.

Em diálogo com essa perspectiva, em entrevista a Maria do Rosário Caetano no festival de gramado, Rafael Irineu fala sobre a aceitação velada às quais estão submetidos alguns indígenas homossexuais em suas aldeias, para tanto afirma ainda que, "Os pais do jovem só agora começam a aceitar a opção do filho. Durante todo o processo de filmagem, que foi longo e respeitoso, o cineasta teve que chamar Majur de Gilmar, sempre que estivesse diante de seus genitores" [19].

Tanto o documentário *Majur* (2018), quanto o documentário *Terra sem Pecado* (2019) emergem em um contexto importante ao qual o país se encontra, com o conservadorismo e a defesa da família tradicional, vindo de encontro às questões de gênero, e lançar luz sobre as questões relacionadas à homossexualidade indígena é algo subversivo, desafiador e importante, como bem destaca Fetxawewe Veríssimo (2019), "[...] é necessário não por que eu quero, eu preciso é por que é necessário não é só minha voz e a voz de outras pessoas... ser uma liderança, ser LGBT no contexto indígena é ser resistência".

Cinematograficamente, as representações podem ser pensadas como o papel que assume, mostrando historicamente os grupos marginalizados no âmbito social e silenciados no seio de suas aldeias, viabilizando a reflexão sobre o lugar de fala dos homossexuais abordados nos documentários que serão analisados nesse trabalho. Para Chartier (2011, p. 28) "[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social [...]", e pensar o cinema de maneira articulada a essa perspectiva que possibilita compreender de maneira interessante como se articula este tipo de produção audiovisual, dotado de múltiplas e distintas linguagens e códigos, como o mundo social de modo mais amplo, considerando as clivagens de gênero, raça e classe no interior de uma dada sociedade.

Na perspectiva de Napolitano (2010, p. 266), "[...] a linguagem não escrita, apoiada em registros mecânicos, é uma linguagem como outra qualquer, que precisa ser decodificada, interpretada e criticada." As produções cinematográficas precisam ser analisadas à luz de sua linguagem, a partir de uma crítica sistemática que os localize enquanto fontes históricas e os posicione enquanto potenciais formativos e representativos sob a ótica da análise crítica.

Partindo da visão de Azevedo (2013), onde coloca que um documentário se faz a partir de um ordenamento narrativo de relatos e de fragmentos, pode notar que destes elementos e a articulação das ideias vai aos poucos construindo seu sentido, assim, o documentário lida de maneira

[18] Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.

[19] Caetano, Maria do Rosário. Gramado mostra transexual indígena e longa que revigora o cinema social. Revista de cinema. 21 de ago. de 2018. Disponível em: < http://revistadecinema.com.br/2018/08/gramado-mostra-transexual-indigena-e-longa-que-revigora-o-cinema-social/ > Acesso em: 28 de nov. de 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

heterogênea com as dimensões do "real" e com a parte da ficção desse real, e neste mesmo sentido, como apontado por Napolitano (2010) vivemos num mundo marcado por imagens e sons que acabam por representar elementos da realidade, quer seja pela produção ficcional ou por documentos.

Todo e qualquer documento é uma reapresentação da realidade, essas produções, assim como nos textos históricos, tratam de representações produzidas em determinados momentos históricos, e o cineasta, assim como o historiador, seleciona, recorta, prioriza determinados relatos ou fatos, com o intuito de produzir uma narrativa consonante com a perspectiva que pretende apresentar. Assim como nos traz Freitas (2016), a cinematografia também escreve a história e produz, por meio de sua linguagem específica, conhecimentos sobre o passado, mesmo quando reconhecido certo grau de ficção.

Pensar as representações de Chartier (1991), na perspectiva da análise cinematográfica enquanto narrativa, se torna um documento importante capaz de produzir diversas compreensões, interpretações e sentidos. A linguagem cinematográfica alcança os espaços individuais que consomem determinada obra, ela em suas variáveis termina por colocar em jogo o corpo, o espaço, a temporalidade e as relações estabelecidas, dando a possibilidade da criação de novas interpretações a partir de cada espaço social.

E mais do que nunca ao historiador e pesquisador na visão de Napolitano (2010) cabe analisar e pensar as fontes audiovisuais como importantes ferramentas de representação social dotadas de estruturas e linguagens internas, pois estas estão em diálogo com representações do cotidiano, e esses elementos passam a ser internalizados pelo espectador que tem o papel de analisar todo o contexto reproduzido a partir da realidade evidenciada.

Na perspectiva de Fabris (2008, p. 119), um "[...] olhar para esses artefatos da cultura como *lócus* de produção de sentidos particulares, gestados nesse lugar de compartilhamento e lutas por imposição de significados que é a cultura", oferece aos teóricos dos estudos culturais em grande parte, elementos para uma visão pedagógica das culturas, vislumbrando outras evidencias sociais. Nestes termos, as produções cinematográficas, sobretudo quando dedicadas a representar determinados grupos sociais, acaba por marcar de modo evidente e por vezes eterno, marginalizando ou privilegiando a existência de determinado grupo.

As lutas por representação estão ligadas no campo social por meio das estratégias simbólicas travadas que culminam na determinação de posições e relações que constroem por meio de marcadores sociais de gênero, classe e raça, seres percebidos que se constituem em elementos constitutivos de sua identidade no mundo real. Identidade essa que os indígenas homossexuais buscam evidenciar e firmar como um debate central de suas culturas, perpassando assim os preconceitos e tabus agora existentes em suas aldeias. Na perspectiva de Fabris (2008, p. 124):

> Os indivíduos, ao assumirem essa ou aquela identidade, são interpelados por discursos e, ao mesmo tempo, transformam-nos de acordo com suas histórias de vida e com as posições-de-sujeito que ocupam no momento da interpelação. Esse é um processo infinito, complexo e instável, em que se articulam identidades, em que muitas são rejeitadas, outras são abandonadas e algumas são assumidas, o que confere provisoriamente, um sentido de pertencimento a um determinado grupo social.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

E são justamente esses discursos de silenciamento que os indígenas LGBTQIA+ busca romper, como podemos notar na fala de Neimar Kiga em entrevista ao canal Papo de Índio no youtube em 20 de outubro de 2018:

> [...] se nós nos unirmos... a gente consegue construir um espaço melhor para as pessoas que estão vindo, as próximas gerações de pessoas do meio LGBT né pra que eles não sofram tanto quanto a gente está sofrendo hoje assim de não aceitação de nossas comunidades" [20].

Considerações Finais

A questão de gênero, sexualidade, heteronormatividade ainda são conceitos que possuem certo distanciamento dos meios mais comuns de debates com uma aceitação ímpar, tendendo a se polarizar ao encontro dos vieses políticos e ideológicos. E ao inserir estes conceitos em via de reflexão nos povos indígenas, mais apropriadamente aos índios boe-bororos da Reserva Tadarimana, objeto de investigação de nosso trabalho, este fato toma uma nova visão, afinal, falar de índio na atualidade já pressupõe alguns empecilhos, e falar de índio gay, travam-se novos debates e em muitos casos com a visão estrita pelo tabu.

A perceber pelas falas dos personagens dos curta metragem aqui abordados, e a partir das análises bibliográficas, o silenciamento é próprio da proibição, tomando a ideia de normalidade a partir e um patrão eurocêntrico e patriarcal, aliado à ideia religiosa, como elucidado no decorre do trabalho, que contribuiu para a ideia de proibição e pecado das práticas não normatizadas. Até entre os indivíduos deste povo, os boe-bororo, a negação e não ditos sobre a homossexualidade são deixados de lado e não tratadas como assunto, mesmo que em fala de Majur, a prática sempre existiu, o que ouve foi uma tentativa de proibição e um distanciamento destes debates.

Referência

AZEVEDO, Maria Thereza. Memórias clandestinas: o documentário e a construção de uma história. *Doc On-line*, n. 15, dezembro de 2013, (p. 229-231).

AVELINO, Yvone dias. FLÓRIO, Marcelo. História cultural: o cinema como representação da vida cotidiana e suas interpretações. Projeto História, São Paulo, n. 48, Dez. 2013.

AZEVEDO, Paula. Tatiane. Cinema. In: Colling. A.M. e Tedeschi, L.A (org.). Dicionário crítico de gênero. Prefácio: Michelle Perrot. – 2. Ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. (p.112 – 115).

COLLING. A.M. e TEDESCHI, L.A (org.). Dicionário crítico de gênero. Prefácio: Michelle Perrot. – 2. Ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

[20] Indígenas LGBTs no Brasil: Povo Boe Bororo – MT. Produzido e apresentado por Jefferson Niotxarú Pataxó [S.l.]: 20 de out. 2018. 1 vídeo (13:50 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=fJk1ixPeD2k >Acesso em: 18 de out. 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982. (p. 77).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. "Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas". In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33 n. 1, p.117-134, jan./jun., 2008.

FERNANDES, Estevão Rafael. Descolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (Tese de Doutorado), 2015.

FERNANDES, Estêvão Rafael. Ativismo homossexual indígena: uma análise comparativa entre Brasil e América do Norte. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2015.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 257-294, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100257&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2020.

FERNANDES, Estêvão Rafael. Quando o armário é na aldeia: Colonialidade e normalização das sexualidades indígenas no Brasil. In: Dados - Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental. Acre, n. 1, 2016.

FERNANDES, Estevão Rafael. A colonização das sexualidades indígenas: Um esboço interpretativo. Dados, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 50-56, Dez. 2016a. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/12635> Acesso em: 21 out. 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: Um roteiro histórico-bibliográfico. Dados, Mato Grosso, v. 3, N. 5. P. 14-38. Jan. a Jul. de 2016b. Disponível em < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3849 > Acesso em: 12 jul. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FERNANDES, Estêvão Rafael. Quando existir é resistir: Two-spirit como crítica colonial. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. v. 11 n. 1, 2017.

FIORAVANTE, Karina Eugenia; ROGALSKI, Sérgio Ricardo. Da geografia às imagens do cinema: uma discussão sobre espaço e gênero a partir de Pedro Almodóvar. Revista discente Expressões Geográficas, n. 07, ano VII, p. 11-31. Florianópolis, 2011.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade III: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os "Índios do Descobrimento": tradição e turismo. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS (Tese de Doutorado), 1999.

KELLNER, Douglas. In: *A cultura da mídia*, estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. (p. 235-289).

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua "intencionalidade histórica". Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, www.doc.ubi.pt, pp. 11-31.

Filmografia

Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 25 nov. 2020.

Webgrafia

Caetano, Maria do Rosário. Gramado mostra transexual indígena e longa que revigora o cinema social. Revista de cinema. 21 de ago. de 2018. Disponível em: < http://revistadecinema.com.br/2018/08/gramado-mostra-transexual-indigena-e-longa-que-revigora-o-cinema-social/ > Acesso em: 28 de nov. de 2020.

Dourado, Felipe Caian. Terra Sem Pecado: documentário de egressos mostra realidade de indígenas LGBTQ+. IESB, 2020. Disponível em < https://iesb.br/institucional/noticia/Terra-sem-pecado-documentario-de-egressos-mostra-realidade-de-indigenas-LGBTQ- > Acesso em: 28 nov. 2020.

Filmes Simples – Meu Rio Vermelho. 2016. Disponível em: <https://www.filmesimples.com/meuriovermelho> Acesso em 14 out. 2020.

Indígenas LGBTs no Brasil: Povo Boe Bororo – MT. Produzido e apresentado por Jefferson Niotxarú Pataxó [S.l.]: 20 de out. 2018. 1 vídeo (13:50 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=fJk1ixPeD2k >Acesso em: 18 de out. 2020.

Lemos, Vinícius. Jovem usa câmera para melhorar timidez e se torna cineasta premiado. Rdnews. 24 de mai. de 2019. Disponível em: < https://www.rdnews.com.br/final-de-semana/arte-e-cultura/conteudos/113895 > Acesso em: 17 de nov. 2020.

Qual o significado da sigla LGBTQIA+? E+B Educação | Gabriele Silva, 2020. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia > Acesso em 08 dez. 2020.

Terras indígenas no Brasil - Terra Indígena Tadarimana - Área habitada por Bororo.Terrasindigenas.org.br, 2019. Disponível em: < https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3862?_ga=2.61667562.751323988.1610208030-727145968.1609791561 > Acesso em: 25 nov. 2020.

Zanotti, Maria Gabriela e Sakimoto, Daniel. A gralha na cidade - Indígena gay está pintando com urucum os caminhos que levam o seu povo à academia. Peruda, 2019. Disponível em: < http://www.peruda.com.br/neimar > Acesso em: 20 nov. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A CANÇÃO DE AUTORIA FEMININA EM BELÉM DO PARÁ, DA BELLE ÉPOQUE ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Dione Colares de Souza[1]
Leonardo José Araujo Coelho de Souza[2]

Introdução

A pesquisa sobre a produção musical de autoria feminina, especificamente no campo da canção lírica no Pará, da *Belle Époque*[3] até a primeira metade do século XX, visa a compreensão dessa produção musical no Pará a partir de uma perspectiva historiográfica, sociológica e de gênero que intenciona também desvelar os processos de inserção da mulher no âmbito das práticas culturais dentro do período proposto para este trabalho.

Além da materialidade dessas canções, percebe-se em diversos espaços de cultura em Belém, a representatividade feminina na arte. Assim, é no contexto histórico da segunda metade do século XIX e início do século XX que se abrem as cortinas do passado musical contado pela mulher que produziu composições musicais em Belém do Pará.

Segundo Salles (1980), a primeira temporada lírica do Theatro da Paz ocorreu em 1880. Inicia-se assim uma história narrada por meio de documentos deixados ao longo do tempo nos arquivos de programas daquele teatro monumento inaugurado em 1878 em Belém. Além disso, outras fontes documentais, tais como, partituras musicais manuscritas e editadas que indicam a participação feminina nesse universo predominantemente restrito aos homens naquela época, também são encontradas no *Acervo Vicente Salles*, bem como na Biblioteca do Instituto Estadual Carlos Gomes e em acervos particulares, os quais serão descritos mais adiante.

Quanto à base teórica nos campos disciplinares da história social, estudos culturais e musicológicos, para fins deste artigo, destacam-se, entre outros autores, Salles (1980; 2007; 2016), por pesquisas na área da cultura e arte no Estado do Pará; Vieira (2001), por abordar o ensino e práticas musicais no Pará; Souza (2020) por suas pesquisas sobre canções de autoria feminina no Pará e; Bourdieu (2017), por analisar a sociedade como espaço simbólico das relações de poder e dominação e auxiliar no entendimento dos processos historicamente construídos.

---

[1] Doutora em Estudos Literários pelo programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará- UFPA; Mestre em Música- Canto Lírico- pela University of Missouri-Columbia (EUA); professora da Universidade do Estado do Pará e da Escola de mÚsica da UFPA; dionecolares@ufpa.br

[2] Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Música-piano- pela University of Missouri-Columbia (EUA); professor de piano e música popular brasileira na Escola de Música da Universidade Federal do Pará; leonardojose@ufpa.br

[3] Expressão que vem do francês e que significa "Bela Época". Em Belém do Pará, estudos definem o período entre as décadas de 1870, quando foi inaugurado o Theatro da Paz, até por volta de 1912, quando foi criado o Cinema Olympia, este último que marcou mais intensamente a decadência da ópera em Belém. Foi um período de intenso desenvolvimento urbano e cultural na cidade, sob influência dos modos e culturas europeias que deixaram rastros até os dias atuais.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Portanto, o presente artigo visa discutir a canção de autoria feminina tomando por base alguns fatores sociais, culturais e de gênero que dialogam com o grupo das autoras elencado, tecendo abordagens sobre as ideias e os costumes do período histórico que envolve esta pesquisa, bem como sobre os espaços por onde esses sujeitos sociais circularam.

As canções de autoria feminina no Pará

O estudo sobre a canção de autoria feminina até a metade do século XX partiu do levantamento de diferentes conjuntos documentais que compreendem o *corpus* principal da presente pesquisa.
Para a busca do conjunto documental de partituras de autoria feminina no Pará até a primeira metade do século XX, recorreu-se a diferentes fontes, a destacar o *Acervo Vicente Salles*, no qual encontrou-se o maior número de registros em partituras de autoria feminina. Na biblioteca do Instituto Estadual Carlos Gomes e acervos particulares pertencentes a familiares de artistas que viveram durante a época investigada, foram verificados também outros registros, como é o caso do acervo documental da família da compositora e cantora Helena Nobre, que teve seus manuscritos publicados, e de Helena Souza[4], que deixou valioso material[5] de partituras, recortes de jornais, escritos da própria autora para jornais e revistas da época, cartas e outros registros de sua atuação profissional, além de fotografias e composições.
Durante a investigação no *Acervo Vicente Salles,* encontraram-se algumas dificuldades no que tange à precisão de informações. As obras constantes no acervo são catalogadas como um todo, tanto de autores locais, nacionais ou estrangeiros. Identificou-se que algumas composições estão incompletas, outras apresentam imprecisões de informações quanto à autoria e ao gênero do autor. Além disso, algumas composições também são atribuídas a autores sobre os quais não há referência em outras fontes bibliográficas, tornando difícil identificar a procedência desses compositores, além de obras de autores que não nasceram, mas que viveram ou morreram em Belém, bem como composições com o mesmo texto que foram catalogadas mais de uma vez, ora com diferente instrumentação, ora por serem diferentes transcrições da mesma música. Algumas imprecisões na catalogação de obras também foram observadas com relação à indicação de instrumentação.
Diante da identificação dessas inconsistências, as obras manuscritas constantes na catalogação do *Acervo Vicente Salles foram* analisadas e conferidas uma a uma, para confirmação de dados como autoria, datas, instrumentação e verificação da presença ou não de texto.
Dentre outras particularidades observadas, encontram-se também composições de autoria masculina, porém com texto de autoria feminina, bem como o contrário, músicas de autoria feminina com texto de autoria masculina. Outra situação notada nas composições vocais de autoria feminina foi o idioma trabalhado, nem sempre em nossa língua vernácula, pois também eram musicados textos escritos em latim e em francês.

[4] Pianista, professora, compositora, a primeira mulher a ocupar a cátedra de piano no então Conservatório Carlos Gomes, e a primeira mulher a assumir a direção desta instituição de ensino. Estudou em Portugal com o pianista Vianna da Motta (1868-1948).
[5] Acervo de Helena Souza gentilmente cedido pela família da autora, com exclusividade para esta pesquisa.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Em se considerando esse contexto documental, descartou-se do levantamento quantitativo de partituras catalogadas como sendo manuscritas no *Acervo Vicente Salles* as transcrições de partituras de autores estrangeiros, as que possuem referências incompletas (indicação de autor, título e instrumentação, compositores nacionais ou sem referência quanto a sua naturalidade). Algumas poucas duplicatas de partituras manuscritas constantes no *Acervo Vicente Salles* também foram encontradas na biblioteca do Instituto Estadual Carlos Gomes, mas que não acrescentam em número ao contingente encontrado. A partir desses critérios, chegou-se ao seguinte quantitativo:

Tabela 1- Partituras Manuscritas

PARTITURAS MANUSCRITAS DO *ACERVO VICENTE SALLES*	
AUTORIA MASCULINA	587
AUTORIA FEMININA	104

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Esse significativo espectro de partituras de autoria feminina engloba composições que são apenas instrumentais, elaboradas principalmente para o instrumento piano, e outras obras que são vocais, arranjadas para canto e piano, canto e outros instrumentos e coro. Assim, restringindo esse recorte, para fins desta pesquisa, buscou-se analisar apenas as composições de autoria feminina que possuem textos escritos para canto e piano, doravante denominadas canções.
Desta feita, a partir da coleta documental de partituras, chegou-se ao seguinte quantitativo:

Tabela 2- Canções Manuscritas de Autoria Feminina I

CANÇÕES MANUSCRITAS DO *ACERVO VICENTE SALLES* DE AUTORIA FEMININA	
NÚMERO GERAL DE PARTITURAS	104
COMPOSIÇÕES PARA CANTO E PIANO	59

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Além disso, recorreu-se a outros acervos, como dito anteriormente, pertencentes a outras bibliotecas, tais como a do Instituto Estadual Carlos Gomes, acervos de familiares das compositoras investigadas e de outros particulares, ampliando o número de manuscritos de autoria feminina em mais 4 composições das senhoras Helena Nobre[6], Marcelle Guamá[7] e Maria de Lourdes Rangel Antunes[8].
A partir de todo o conjunto documental que compreende as partituras de autoria feminina no Pará, para fins deste estudo, selecionou-se as canções manuscritas e as editadas de autoras nascidas até 1920 e que, portanto, viveram sua juventude até meados do século XX em Belém do Pará.
As canções de autoria feminina atribuídas a compositoras, sem referências biográficas e que não constam no dicionário *Música e Músicos do Pará* de Vicente Salles (2007; 2016), bem como as de compositoras que não viveram em Belém durante o período estudado, ficaram de fora do recorte ora proposto.
Dessa forma, o quantitativo total de obras manuscritas demonstrado na tabela anterior ficará um pouco mais reduzido, sendo selecionadas 52 canções das 59 encontradas no *Acervo Vicente Salles,* acrescidas de outras quatro canções encontradas em outras fontes.

[6] Disponíveis no livro "Ode a uma nobre pianista" de Lilian Barros e Gilda Maia.
[7] Manuscrito original da Canção de Marcelle Guamá intitulado "Pelas Estradas Silenciosas", encontrado apenas no acervo particular de Helena Sousa (1906-1990) e disponibilizado pela família com exclusividade para esta pesquisa.
[8] Canção de Lourdes Antunes intitulada "Maria Eunice", com letra de Francisca Menezes, gentilmente cedida pela professora Lenora Menezes de Brito.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 3- Canções Manuscritas de Autoria Feminina selecionadas para o estudo

CANÇÕES MANUSCRITAS DE AUTORIA FEMININA	
Acervo Vicente Salles	52
Outros acervos e fontes	4
TOTAL DE CANÇÕES	56

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A tabela 4 indica o nome de todas as autoras selecionadas dentro do recorte proposto. Acrescenta-se a este o nome de outras cinco compositoras que nasceram até 1920, mas das quais só foram encontrados registros de canções editadas, como é o caso de Zilda Bacellar, Olindina Cardoso, Antônia Rocha Castro, Dora de Abreu Chermont e Maria de Nazaré Figueiredo. As autoras estão listadas em ordem alfabética dos sobrenomes, com respectivas referências de local e datas de nascimento e morte, ou data de publicação da composição, bem como o quantitativo de canções encontradas por autora. Demonstra-se também o quantitativo de obras tanto manuscritas quanto editadas de todas as autoras selecionadas.

Tabela 4- Compositoras e suas obras

Nº	COMPOSITORAS [9]	LOCAL, DATAS E OUTRAS REFERÊNCIAS	Nº DE CANÇÕES ENCONTRADAS [10]	
			MANUSCRITAS	EDITADAS[11]
1	**ANTUNES, Maria de Lourdes** Range	Belém,1905	2	1
2	**BACELLAR, Simira** (Semírames)	Manaus,1920 Viveu em Belém de 1922 a 1938.	11	9
3	**BACELLAR, Zilda**	Data de nascimento não encontrada, mas publicou na década de 1920	0	1
4	**BELTRÃO, Anita** (Ana Holanda da Cunha Beltrão)	Belém,1896-1977	1	0
5	**CARDOSO, Olindina**	Data de nascimento não encontrada, mas publicou na década de 1920	0	1
6	**CARVALHO, Júlia das Neves**	Belém, 1873-1969	3	1
7	**CASTRO, Antonia Rocha**	Belém, 1881- 1937	0	1
8	**CHERMONT, Dora** de Abreu	Belém, 1886	0	1
9	**CORDEIRO, Júlia** Cesarina Ribeiro (Madre Cordeiro)	Belém, 1867- Recife-PE, 1947	12	10
10	**FIGUEIREDO, Maria de Nazaré**[12]	Data de nascimento não encontrada, mas publicou canção em 1942 em Belém.	0	1
11	**GUAMÁ, Marcelle** Corrêa (Marcelle Gabrielle Lainiez)	Paris-Fr,1892-	18	10

[9] Em negrito, nome artístico das compositoras.
[10] Existem referências de outras canções de autoria feminina no dicionário *Música e Músicos do Pará* de Vicente Salles, mas que não foram quantificadas nesta tabela porque as partituras não foram encontradas nos acervos e bibliotecas pesquisados.
[11] Algumas canções editadas são as mesmas encontradas em manuscritos.
[12] A única canção editada de autoria de Maria de Nazaré Figueiredo traz a inscrição de que a autora nasceu em Belém do Pará e de que a obra foi publicada no carnaval de 1942.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

		Rio de Janeiro-RJ, 1978- viveu em Belém		
12	**MORAES, Eneida** do Espirito Santo	Belém, 1918	1	0
13	**NOBRE, Helena**	Belém, 1888-1965	2	1
14	**PARAENSE, Dulcinéa**	Belém, 1918	1	0
15	**RODRIGUES, Coêmia** Espíndola	Belém-PA, 1916	1	0
TOTAL DE CANÇÕES MANUSCRITAS E EDITADAS			52	37

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ao analisar essas produções femininas, observa-se que as composições para piano solo e as canções para canto com acompanhamento de piano são predominantes.

O acesso a essas partituras possibilita compreender dimensões sócio-culturais que envolveram a mulher em seu universo criativo durante o período da Belle Époque até a primeira metade do século XX. De acordo com Vieira (2013)

> A partitura musical é o suporte gráfico de uma criação sonora, que envolve uma infinidade de elementos e informações musicais e extramusicais, que se relacionam a tal criação sonora, dependendo dos objetivos de cada um desses elementos gráficos. (VIEIRA, 2013, p. 217).

Após a análise documental e de dados acerca das compositoras selecionadas, intui-se que o acesso das mulheres à música ocorreu inicialmente como parte de sua formação intelectual, especialmente voltado ao aprendizado do piano. A seguir, discute-se sobre essa dinâmica social que possibilitou a profissionalização de mulheres na música.

Espaços de cultura e a educação musical feminina

Para compreender o arcabouço da produção das canções de autoria feminina no período da *Belle Époque* paraense até a primeira metade do século XX, as relações entre essas representações e o contexto histórico, social e cultural amazônico, e o perfil dessas personagens femininas enquanto autoras, torna-se imprescindível entender o ambiente burguês social e familiar em que a mulher estava inserida, os espaços públicos em que circulava o gênero canção, os espaços de formação e outros onde cantavam-se músicas acompanhadas ao piano.

As transformações sociais vividas em Belém durante a economia da borracha tiveram efeito no processo de construção do universo musical e agiram sobre as relações sociais, na incorporação de diferentes valores estéticos e na percepção de nossos bens culturais. Ao observar o referido processo de assimilação de modelos estético-musicais europeus para a cultura regional, ao referir-se ao Conservatório Carlos Gomes e ao Teatro da Paz, Vieira (2001) afirma que

> A música erudita, desenvolvida na Belém do século XIX, teve, no conservatório, o espaço de conservação e reprodução que, por sua vez, tomou o Teatro da Paz como lugar de exposição de seus trabalhos; ambos espaços compuseram um universo musical erudito, dentro dos moldes europeus (VIEIRA, 2001, p.64).

Portanto, a formação pianística era um predicado das moças de família e, ao final do século XIX, era considerado um dote feminino importante até mesmo para os arranjos matrimoniais. Esse comportamento social diante do piano ao final do século XIX foi tão relevante que sua valorização social se estendeu até as primeiras décadas do século XX, quando o instrumento ganhou espaço

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

também nas casas das famílias de classe média e a formação pianística nos conservatórios musicais passou a ter maior ênfase, com a manutenção de uma matriz pedagógica essencialmente europeia nos conservatórios musicais do Brasil (AMATO, 2007, p.03-04).

Similarmente ao Conservatório de Música, o Teatro da Paz permanece até os dias atuais como espaço simbólico que reforçou o processo de valorização do modelo de música erudita europeia em Belém (VIEIRA, 2001, p.74), bem como a valorização do repertório canônico europeu de autoria masculina. Esse espaço de cultura além de ratificar a posição de destaque ocupada pelo instrumento piano dentro de uma tradição da música erudita em Belém atesta, por meio de seu acervo de programas de concerto ocorridos até a primeira metade do século XX, a predominância da performance de composições de autoria masculina e total exclusão do repertório musical de autoria feminina.

O estudo de gênero no campo da análise sociológica e cultural incorpora diferentes dimensões, podendo compreender para além da significação dos papéis sociais de homens e mulheres, o sistema de relações sociais capaz de revelar um sistema de poder simbólico definidor de uma ordem social, como preconiza Pierre Bourdieu (2017), sociólogo e antropólogo que também recorre à história das mulheres para fundamentar suas ideias acerca dos mecanismos simbólicos de dominação social, os quais contribuíram para a exclusão feminina da historiografia oficial e dos modelos canônicos de música. Portanto, o Estado, a família, a religião e entidades sociais como a escola, de forma sistemática, orientavam ideologias e costumes formadores de uma rede de dominação que se tornaram mecanismos simbólicos de dominação feminina e de exclusão da mulher enquanto seres sociais produtivos e criativos.

Considerações finais

O universo musical, tanto no campo da produção quanto no estudo dessa produção foi, ao longo do tempo, uma prerrogativa masculina. Somente a partir da segunda metade do século XX, a mulher compositora irá merecer destaque como tal, embora em número consideravelmente inferior aos homens. Ao resgatar as produções musicais de autoria femininas, especificamente as canções líricas, ou seja, composições possuidoras de texto para serem cantadas, este trabalho almeja contribuir à musicologia brasileira, à comunidade acadêmica, aos interessados pela memória histórica na Amazônia e pelos estudos culturais e sobre a mulher nesse contexto e, principalmente, à classe artística que poderá identificar a presença feminina na produção musical do Pará, desconstruindo o discurso historiográfico universalizado em torno do feminino no campo da música.

Os resultados preliminares dessa pesquisa apontam para a compreensão dessas produções de autoria feminina a partir das práticas de consumo de bens culturais e das relações sociais da época investigada, bem como a partir das referências histórico-sociais que se tornam basilares para o entendimento do lugar do sujeito e da obra em contexto, além da compreensão acerca da significação estética das referidas produções artísticas.

É importante intuir que o domínio da história é parcial e que muitos espaços lacunares se fazem presentes no campo historiográfico dos diversos campos de conhecimento. A história e seus agentes se tornaram fragmentados porque se pautaram durante séculos em uma universalidade que privilegiava, no campo das artes, por exemplo, as realizações artísticas masculinas e excluía os

feitos femininos. Evidenciar a mulher como sujeito histórico, seja na música ou em qualquer área do saber, é tornar pública a materialidade de suas realizações.
Portanto, esta pesquisa sobre a mulher compositora em Belém se lança para interrogar os paradigmas que mantêm a mulher compositora ausente na historiografia amazônica. Assim, divergentemente das práticas historiográficas do passado, é possível provar que as compositoras selecionadas tiveram sim uma história de produção musical em Belém.

Referências

AMATO, Rita de Cássia Fucci. *O Piano no Brasil: uma perspectiva histórico-sociológica.* IN: Anais do congresso da ANPPOM, 2007. (disponível em: http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/musicologia/musicol_RCFAmato_1.pdf

BARROS, Lilia e MAIA, Gilda. Ode a uma nobre pianista. Belém, Paka-Tatu, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina.* Tradução Maria Helena Kuhner. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

VIEIRA, Lia Braga. *A Construção do Professor de Música.* Belém: Cejup, 2001.

VIEIRA, Lia Braga e SOUZA, Jusamara. "Música em Belém do Pará: um estudo sobre fontes escritas". IN: VIEIRA, Lia Braga; ROBATTO, Lucas e TOURINHO, Cristina (org.) *Trânsitos entre Fronteiras na Música.* Belém: PPGARTES/ UFPa,2013.

SALLES, Vicente. *A Música e o Tempo no Grão Pará.* Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980. (Coleção Cultura Paraense. Série Theodoro Braga)

_____. *Música e Músicos do Pará.* 2.ed. Belém: Secult/Seduc/Amu-PA, 2007.

_____. *Música e músicos do Pará*; 3ª Ed. Belém: Secult/Seduc/Amu-PA, 2016.

SOUZA, Dione C. de. **A Presença da Mulher na Música do Pará: o texto na canção de autoria feminina, da *Belle Époque* até a primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UM ROMANCE ESCRITO NO FINAL DO SÉCULO XIX, ONDE AS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E FORMAÇÃO EDUCACIONAL MISTURAM-SE E SÃO EXPOSTAS NA NARRATIVA DE UMA MULHER EM MEIO À UMA SOCIEDADE PATRIARCAL E OPRESSORA

Euridice Hespanhol Macedo Pessoa[1]

Júlia Lopes de Almeida foi uma escritora que alcançou muito sucesso em finais dos oitocentos e início do século XX, mas seu nome não consta na lista dos escritores mais lidos em sua época. Escreveu cerca de 40 obras editadas entre Brasil, Portugal e França. Conviveu e foi reconhecida pelos literatos do seu tempo, mas após sua morte, não foi considerada pelo cânone literário Brasileiro. Participou do planejamento da fundação da Academia Brasileira de Letras, mas não foi permitido que mulheres ocupassem as cadeiras da instituição. Muitos dos seus livros foram reeditados diversas vezes e o sucesso das vendas garantiram seu lugar entre os melhores escritores do seu tempo.

Memórias de Marta[2] foi o primeiro romance editado por Júlia Lopes de Almeida, publicado antes como folhetim no jornal *Tribuna Liberal do Rio de Janeiro*, de 3 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1899, conforme informações do editor em ALMEIDA, 2009, p. 489. Dez anos depois, em 1899 virou livro pela Editora Casa Durski, de Sorocaba (São Paulo), com a terceira edição (segunda em livro), pela Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, em Paris, provavelmente em 1930.

No romance temos duas Martas, mãe e filha, sendo que a segunda é a narradora personagem. Marta, a protagonista, relata suas memórias, mesclando as passagens de tempo entre passado e presente, o livro todo traz em suas páginas lembranças dolorosas, sentimentos e visões de mundo de uma menina que conviveu desde a infância numa comunidade popular do início do século, mas ostentando uma ótica totalmente burguesa, narrando a difícil convivência e a miséria exposta dentro do cortiço, sua nova casa após o falecimento do pai:

> Não posso acompanhar o movimento de transição da nossa vida, desse tempo para outro, em que habitamos um cortiço de São Cristóvão. Ahi já minha mãe não tinha criados, nem mesmo a velhinha que nos acompanhava outr'ora, e que partiu não sei para onde, nem com quem. Lembro-me de que vivíamos nós duas sós; minha mãe engommando para fora, desde manhã até á noite, sem resignação, arrancando suspiros do peito magro, mostrando continuamente as queimaduras das mãos e a aspereza da palie dos braços estragada pelo sabão. (ALMEIDA, 1899, p. 09)

[1] Graduada em letras e, pedagogia, escritora. Mestre em educação pela faculdade de Formação de Professores da Universidade do estado do rio de Janeiro- UERJ- e-mail: ehm.pessoa@gmail.com

[2] O livro Memórias de Marta, usado para este estudo é da primeira edição de 1899, digitalizado conforme o original. A grafia dos vocábulos estão exatamente como foram escritos à época.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O que impressiona são os detalhes impressos na memória da personagem, o significado do medo, originado da imposição religiosa.

Após a morte do pai, as duas Martas recomeçam uma vida totalmente diferente, pois são obrigadas a abandonar a casa que viviam. A narrativa tem como cenário uma moradia popular típica dos finais do século XIX, um cortiço. A vida para as mulheres viúvas naquele final de império não apontava caminhos de superação ao abandono e falta de recursos, uma das saídas era lavarem e engomarem roupas como ganho e sustento, outra poderia ser a prostituição.

> As viúvas oitocentistas, identificadas pelo seu luto ostensivo, exibindo sua dor e suas mazelas, eram uma lembrança indesejável da finitude da vida e a expressão do sofrimento, da perda e do vazio. Contidas, silenciosas e silenciadas, passaram ao largo da História e dos assuntos considerados interessantes e que poderiam atrair a atenção do mundo acadêmico, exceto quando o estudo se relacionava à família e ao envelhecimento (BRANDÃO, 2013, p. 17).

Reafirmando a escrita de BRANDÃO, em relação a dor e ao luto ostensivo, a nossa narradora descreve: "(...)minha mãe trabalhava, vestida com o pobre traje de viúva, já velho e russo, mal arranjado em seu corpo de tisica, muito delgado"! (ALMEIDA. 1899, p.09). A viuvez na sociedade brasileira era uma marca que identificava as mulheres e as colocava em situação distinta no seio social.

Ao iniciar a leitura do "Memórias de marta", pensei em parar, o choro descia-me pela face. Mas, por compreender a importância desta narrativa, enfrentei o desafio em plena pandemia da corona vírus. Chorei os amigos mortos, a desesperança, chorei pelas mulheres em dificuldade neste momento, talvez, experimentando o mesmo sofrimento da mãe de Marta, a viúva que mudou-se para uma habitação popular em finais do século XIX. A narrativa nos remonta à situação das mulheres nos finais dos oitocentos. Marta relata sua infância, a maior lembrança é o falecimento do pai e o medo de Deus: Na morte, não era o pavor da cova negra o que me assustava mais, era a presença do Pae do Ceu, de que me fallavam a todo o instante, como uma. punição para as minhas travessuras e um prêmio para virtudes(...). (ALMEIDA, 1899, p. 7-8).

No romance, não há chance para a menina pobre, a não ser pela caridade da professora bem casada, que escolhe Marta como discípula. Os estereótipos aparecem o tempo todo nos sentimentos de rejeição de Marta ante a situação da sua vida no cortiço:

> Eu, às vezes, ia brincar para a porta com umas crianças da vizinhança: mas as pequenas eram brutinhas e magoavam-me os pulsos, puxando com força por mim. Eu cahia, chorava alto, minha mãe corria a soccorrer-me e levava-me ao collo para dentro. Sentia-lhe a respiração offegante, as mãos muito quentes e os beiços seccos, queimados, que ella unia às minhas faces em beijos longos e sentidos. (ALMEIDA, 1899, p. 10).

Na página doze, Marta narra sua timidez e docilidade, o que pode ser traduzido por medo e passividade diante do que chamava de vida bruta das outras crianças, seu almoço quase sempre era café ralo com um pedaço de pão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Não menos difícil é uma cena na casa de uma personagem a quem o livro se refere como "ilhoa"[3], Marta fica na casa desta vizinha quando a mãe precisa sair para entregar as roupas engomadas. A filha da portuguesa, vendo que ela está com fome, tira dos guardados um pedaço de carne com farinha. Ao flagrar a menina comendo, a "ilhoa" avança na filha que ofereceu a iguaria com demonstrações de violência.

> Eu tinha apenas sete annos a nessa edade o appetjte não dorme; pois bem, a Carolina, condoída, deu-me um boccado de carne com farinha, dizendo-me ao mesmo tampo umas cousas consoladoras a meigas. Eu devorava verdadeiramente aquelle acepipe raro quando a ilhôa chegou. Vendo-me, perguntou admirada: — Quem te deu isso? (..) Eu tinha a bocca cheia a não pude responder logo. A Carolina disse sem titubear, com toda a sua costumada serenidade, que tinha sido ella A mãe enfureceu-se e fechando apertadamente as mães, deu-lhe, com toda a rijeza de seus pulsos de ferro, uma meia dúzia de soccos que a deitaram por terra. A Carolina affirmava que o quinhão que me dera era o seu, só o seu, que ella não tinha vontade de jantar. (...) — Não me importa, continuava a enraivecida mulher, bato-te para que saibas que não se mexe na comida sem minha licença! (ALMEIDA, 1889, p. 13-14).

Estranha-se a maneira da narradora se referir a filha da Ilhoa, Carolina, dizendo que há flores no pântano. Percebe-se na personagem narradora uma constante e repetida ideia de mostrar os moradores do cortiço como sujos, fétidos, brutos, violentos com raríssimas exceções. Marca a possibilidade de que na classe burguesa[4], considerando que Marta é oriunda das classes burguesas, pois nas entrelinhas desses enunciados construídos para dar voz a protagonista, parece haver um grau comparativo que eleva a classe de sua origem a uma classe superior.

A questão de classe é apresentada com maior força ainda, numa cena que mostra a diferença entre a filha de uma cliente para quem a mãe de Marta lavava roupas e a Marta menina, que rememora esse passado, expondo seu sentimento de criança diante da enorme desigualdade:

> No vão de uma janella, ao lado da moringueira envernizada, uma menina da minha edade vestia, em uma boneca de cara de louça e corpo de pellica, um traje de velludo bronzeado, prendendo-lhe nos cabellos muito louros um laço da mesma côr. Vendo-me, sentou-se em um banco baixo e poz-se a tirar de um cofre fatos de seda, de setim e de cachemira para a sua querida boneca. Chamou-me, fez-me sentar a seu lado, mais por vaidade que por outra cousa, e desenrolou á minha vista o grande enxoval de *Mlle. Rosa.* Ria-se muito das minhas exclamações e movia *mademoiselle* em uns tregeitos graciosos, dizendo palavras amáveis e pretenciosas. Depois, enfastiada de brincar, fallou-me da mestra, das amigas, de uma festa de Natal a que assistira, de caixas de amêndoas forradas de seda, de *bombons,* de jóias, de passeios. **c**onduziu-me depois para defronte do espelho, um grande espelho, que vinha do tecto ao chão, tomando uma parede toda. Como me achei triste e feia o lado d'aquella menina da minha edade! (...) Eu sentia-me humilhada a com vontade de chorar (ALMEIDA, 1889, p. 17).

A construção deste texto em Júlia Lopes pode ser uma estrada que atravessa questões de gênero e classe, se observado por um leitor mais atento. Seguindo, Marta ganha roupas usadas e dessa forma, pode frequentar a escola:

---

[3] Aquela que é natural ou habitante de um dos arquipélagos portugueses (Madeira ou Açores). Adjetivo indicado no inicio do século para mulheres portuguesas originárias dessas ilhas. Homens não eram chamados com tal designação. Acredita-se que seja um estereótipo de gênero.

[4] Classe social surgida na Europa, com o desenvolvimento dos burgos medievais e o influxo do comércio na sociedade feudal, e que principia a gozar, com o seu enriquecimento, de crescente liberdade e poder, passando a dominar sociopolítica e economicamente as outras classes, a partir da Revolução Francesa 1789.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Lucinda não estava, fora para o collegio. A mãe tinha separado umas roupas, já curtas e apertadas para a filha, e deu-m'as. D'essa vez custou-me menos a receber da caridade. O primeiro passo é sempre o mais difficil em uma vereda desconhecida. Habitua-se a gente a tudo até ao perigo, até á humilhação! Perguntaram-me se eu já sabia ler. Minha mãe respondeu que não. — Mas porque a não mette na escola?! Ella já tem edade de aprender... — E que eu não podia mandar minha filha tão pobrezinha para. a escola... agora que tem esta roupa sim, posso trazel-a asseiadinha e leval-a lá. — Faz bem, faz bem, disseram ameigando-me, as bondosas senhoras (AMEIDA, 1989, p. 19).

A esmola, as "doações" caridosas que muito foram incentivadas por parte da igreja para que as mulheres das classes burgueses pudessem se apresentar à vida pública como senhoras bondosas, também é narrada no livro História das mulheres no Brasil:

> (...)os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina. Entretanto, ao mesmo tempo promovia um modelo de sacrifício pessoal e resignação a ser adotado pelas mulheres, a instituição religiosa podia fornecer-lhes um espaço de atuação (...) A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem filantropia (HABNER, 2016, p. 48).

No mesmo texto, vamos da caridade à perversidade, práticas urbanas sentidas na pena de Júlia Lopes: Maneco, o filho da portuguesa, com menos de 10 anos sofre de alcoolismo, vítima do dono do botequim que lhe dava bebida para vê-lo embriagado. A descrição primeira sobre o menino, é como muitas outras, mostrando as impressões tristes de Marta:

> O Manéco tinha oito annos, era magro, orelhudo e pallido; cheirava sempre a cachaça e vivia fumando as pontas de cigarros encontradas no chão. Era elle quem mais me affligia, entretanto quem mais me procurava! Quando se ria mostrava as gengivas arroxadas, como se estivessem cozidas pelo álcool, e os dentes grandes, deseguaes, ainda muito novos. Era alto para a edade, mas magríssimo, com o peito fundo, e braços e as pernas moles (ALMEIDA, 1889, p. 21).

A cachaça, bebida brasileira, atualmente conhecida no mundo todo, tinha a fama de ser a bebida das classes populares. Tal é a fama da mesma, que quando se pensava em alcoolismo, a imagem social era do pobre, do homem caído na sarjeta das ruas. A este ser das classes populares, era atribuído culpa por sua "degeneração". Cabe aqui, um parêntese sobre a ideia social do alcoólatra naquele momento e sobre a "cachaça":

> Cabe ressaltar, no entanto, que a cachaça mesmo sendo apreciada por pessoas de diferentes segmentos sociais, geralmente, esteve associada às camadas mais humildes da população, adquirindo também seu consumo certo preconceito (bebida de pobre, de negro, sendo, inclusive, menos valorizada em relação a outros tipos de bebidas), conforme Alencastro esse aspecto está correlacionado ao seu papel de mercadoria-escambo de escravos africanos e também pela associação que se estabeleceu entre a cachaça brasileira e São Benedito, o santo negro, esta "representação racial do santo se agregou ao uso de bebida que até o início do século XX foi considerada no Brasil como uma bebida quase exclusivamente de negros (SALES, 2010, p. 172-173)

Os recortes de desigualdades continuam através da fala da nossa protagonista enredo afora. A primeira amiga de Marta na escola, é descrita como tantos outros personagens mestiços das tramas de Júlia Lopes como a "mulata" e os costumeiros estereótipos de raça (feia, escura, marcada de bexigas, pouco inteligente...), que flanavam nos finais do século XIX, sob os preconceitos de raça:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Dediquei-me principalmente a uma menina mulata, que, mais adiantada do que eu, tinha a paciência de ensinar-me as lições. Ficava a meu lado; era feia, escura, marcada de bexigas, com olhos pequeninos e amortecidos, o cabello muito encaracolado a curto. Chamava-se Mathilde, teria doze anos e estava havia três na escola; era pouco intelligente, e não passava do *Segundo livro de leitura,* por mais esforços que a professora fizesse (ALMEIDA, 1889, p. 24)

Sobre Matilde, a narrativa relata um roubo que foi descoberto em flagrante, as humilhações na correção do mesmo faz de Matilde uma aluna proscrita na classe. Com o tempo, o romance nos relata que a "mulata" ficou violenta, revoltada e acabou sendo expulsa. Nesta passagem do texto, vamos pedir a presença de Lélia Gonzales:

> (...) discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista (...) (GONZALES, 2020, p. 160).

Passando essa observação de Gonzales, sobre a cor de Matilde e sua expulsão da escola, vamos trazer as questões dos ideais médicos recém-chegados ao Brasil em finais do século XIX. Lélia também nos elucida:

> (...) sabemos que o colonialismo Europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período o racismo se constitui como a "ciência" da superioridade euro cristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental (GONZALES, 2020, p. 129).

Na fala de Lélia Gonzales temos o nascimento da eugenia[5] que neste contexto já começa a influenciar os pensamentos sociais no Brasil, acentuando a situação de discriminação e exclusão das populações negras, limitando os direitos em relação à educação e ascensão social.

Podemos constatar no romance, a questão da interseccionalidade[6] presente, ou seja, no romance, as questões relativas às classes sociais interferem na maneira como as mulheres são vistas, tratadas e reconhecidas. Segundo Davis (2016) a opressão que a mulher negra sofre não é igual à da mulher branca, além da questão do gênero, está interseccionalizada também com as discriminações de raça e de classe. A mulher branca passa discriminações relativas ao gênero, mas não sofre com as discriminações de raça, pois a maior parte da população que pertencente as classes populares são negras – por motivos segregacionistas históricos.

O romance é uma ode à educação, como se a escola fosse, para as meninas das classes populares o único caminho para um futuro sem as misérias narradas por Marta. Tornar-se professora é

[5] O conceito de Eugenia é atrelado a um discurso de melhoria da espécie humana. Nos Estados Unidos, a teoria foi influente na história e cultura norte-americana a partir do século 19, determinando desde leis antimiscigenação que proibiam casamentos inter-raciais e estabeleciam esterilização compulsória em mulheres latinas, negras e indígenas. No Brasil, a eugenia foi abraçada por médicos, cientistas, jornalistas e intelectuais da época, que também defendiam uma série de práticas para "melhorar" a nação brasileira. Nos jornais, não era incomum encontrar artigos exaltando a eugenia.

[6] Interseccionalidade é um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Então, a Interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Ela trata das interseções entre estes diversos fenômenos (MOUGEOLLE, Léa, 2015).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

desejo da personagem. Já naquele momento, as mulheres haviam conquistado o magistério nas classes iniciais. Podemos dizer que foi uma conquista, apesar de encontrarmos na história da educação a alusão ao pendor maternal para exercer as funções de educar nas séries iniciais. Desta forma, foi atribuído à mulher uma espécie de dom natural para o exercício do magistério infantil. Portanto, houve um deslocamento do lar para as salas de aula, como se este, também fosse um local santo, uma atividade missionária. Essa possível introdução do sexo feminino no espaço educacional, relativizou uma nova questão de gênero e pode ter impedido a inserção de muitas meninas em outros campos profissionais.

> No percurso da história da profissão docente, encontra-se o ingresso da mulher professora repercutindo significativamente no processo de definições e construção da identidade do magistério, o que, segundo Nunes e Ramalho (2006), trouxe modificações acerca da identidade de gênero e da identidade profissional da docência. Na construção da identidade de gênero estão presentes as relações entre espaço público e privado, bem como as representações do que era julgado "adequado" ao feminino e ao masculino. No caso do magistério primário, essas relações se encontram imbricadas na construção da identidade docente e no processo de transformação desta profissão como feminina. No entanto, os autores alertam ser necessário compreender este processo de feminização sem desconsiderar que a saída dos homens da sala de aula não "significou sua ausência do campo educacional, no qual permaneceram e permanecem em cargos de comando e poder, o que denota uma significativa presença da dominação masculina no âmbito da docência (UEKANE, 2010, p. 44, grifos do autor)

Marta progredia na escola à custa de muito esforço para a realização do seu sonho, amparada pela lida penosa da mãe, queimando os braços no ferro de engomar, que de tão pesado foi apelidado popularmente de maxambomba[7]. Sobre os cotidianos escolares apresentados por Marta na escola de meninas, ela fala de evasão escolar, apresentando o fato como pouco ou nada relevante:

> Em cada anno que começa há uma onda nova de meninas, que entram, e um grande vácuo de meninas que sahiram, algumas sem uma palavra ao menos de despedida! Cada dia occorre-nos à lembrança uma ou outra collega que não tornámos a vêr! (ALMEIDA, 1889, p. 41).

Neste contexto em finais do século XIX, estudo sobre questões de evasão escolar, esclarecem:

> A identificação da presença da população de origem africana nas salas de aula não significa negar as tensões na convivência de crianças de origens raciais diferenciadas e os conflitos subsequentes. Como apontado anteriormente, Almeida (1899) comenta que muitos pais tiravam os filhos das escolas pública, temendo a convivência com crianças negras (GOUVEA, 2007, p. 133).

A pobreza retratada pela narradora fica claras diante da melancolia provocada pelas férias que a privavam da escola, fazendo-a infeliz até ficar doente. Trata-se de um imenso estímulo à educação formal para as meninas, discutida naquele final de século. Tornar-se professora era desejo da personagem, como se fosse a única saída. Marta tornou-se discípula de sua mestra, que a orientou, ajudando e valorizando seu esforço até tornar-se ajudante da professora. Na prática, a educação naquele momento, poderia lançar mão da formação pela prática, como nos relata Gondra e Schueler:

[7] Vagão ferroviário com mais de um pavimento.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> À primeira vista, ao analisarmos os saberes prescritos para a formação escolar das meninas, podemos salientar, como o fez grande parte da historiografia especializada na temática da escolarização, que a preparação para vida doméstica era o ideal de instrução primária feminina, pelo menos conforme foi estabelecido pela legislação. Estes estudos afirmam que, durante todo o século XIX, tal diferenciação curricular se relacionou à manutenção de um modelo dominante e hierárquico nas relações sociais de gênero, que implicavam o domínio patriarcal e a reserva de funções domésticas às mulheres (...) Além disso, é preciso considerar também que um dos modelos de aprendizagem do ofício docente então vigente implicava o recrutamento de aprendizes, alunos e alunas das próprias escolas que, na condição de monitores(as), auxiliares e professores(as) adjuntos(as), eram formados(as) pela prática, por meio de processos de transmissão direta dos saberes do ofício. Nesse sentido, ao longo do século, grande parte das meninas e mulheres que se *fizeram* professoras primárias, aderindo ao magistério em escolas e colégios públicos ou particulares (...). (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 205-206).

Em relação à educação formal, para muitas meninas das classes populares, este era um tema que nem sequer era cogitado, elas ajudavam nos cuidados da família substituindo a mãe que precisava exercer atividades de ganho, ou mesmo andando pelas ruas da cidade em busca de diversas atividades, em meio a pobreza que se instalou após a abolição da escravatura, distanciando-se das escolas. Elas muito cedo assumiam o papel de ajudante da mãe, como era o caso de Carolina, filha da portuguesa. Trabalhava e abandonava-se no cuidado com os irmãos e assumia pela imposição austera da mãe, o fazer doméstico para manutenção da família. Segundo Schueler:

> Em meio a essa população que dominava as ruas, as crianças e jovens representavam seus papéis de "pequenos agentes" na luta cotidiana. Moleques de recados, vendedores ambulantes, criados e aprendizes, as crianças populares, escravas, livres nacionais ou estrangeiras, exerceram diversas funções na sociedade e teceram com suas mãos um quinhão da história. Nas principais cidades do Império, as crianças e jovens representavam espetáculos à parte. As fontes primárias disponíveis, como os *Relatórios Provinciais*, os arquivos de polícia, os relatos dos viajantes e contemporâneos, os documentos das instituições de assistência leiga, religiosa e educacional, assim como outros inúmeros documentos, chamam a atenção para a presença e a vivência marcantes das crianças e jovens na vida do Império, notadamente àquelas pertencentes às classes trabalhadoras e pobres (SCHUELER, 1999, p. 1, grifos da autora)

Não seria difícil encontrar razões para que tantas crianças fossem assíduas frequentadoras das ruas, o romance mostra os cortiços com seus cômodos apertados e a condição de higiene comprometida, vem nos dizer para além das lembranças de Marta, as mazelas de todos os tempos. Quantas enfermidades ainda sem recurso... e a vida parca. Nos conta Marta, sobre as doenças que certamente acometiam outras crianças:

> Ao expirar das férias, cahi gravemente doente. Desenvolvera-se no *cortiço* a epidemia terrível de diphteria, e o sarampo. Minha mãe, enlouquecida, não me desamparava... velava assídua noite e dia, por sua pobre doentinha, evitando o menor golpe de ar, proporcionando todo possível conforto. Logo no primeiro dia de doença, correu à casa do médico, de manhã, mas só á noite é que elle appareceu, o que a desesperava de impaciência... eu gemia baixo, enfraquecida e prostrada pela intensidade da febre. Delirei, tive suffocações medonhas e só depois de duas semanas pude levantar-me, muito tremula a muito impertinente (ALMEIDA, 1889, p.37).

Em diversos momentos da história, podemos encontrar preocupações relacionadas às condições de saúde dos centros urbanos. As questões vindas do continente Europeu, as dificuldades e os

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

projetos que sempre permaneciam, na intenção de banir da capital a imagem da pobreza. Os cortiços, considerados habitações coletivas, eram alvo desses projetos:

> Políticas de controle e limpeza das habitações coletivas e dos espaços "imundos" das cidades foram alvos das batalhas dos poderes públicos, os quais recorriam aos ideais de racionalidade científica, "ordem" e "progresso" para justificarem sua intervenção, a despeito das diferenças sociais e das lutas de classes. Apontando para a necessidade de higienizar e sanear, vacinar, construir diques e lavadouros, habitações salubres, edifícios, escolas e colégios etc., os higienistas, médicos e demais dirigentes imperiais intentavam não apenas transformar e modernizar as cidades, mas atingir os costumes e hábitos da população (SCHUELER, 1999, p. 1, grifos da autora).

Por fim, a volta à escola, onde Marta estava imensamente feliz por poder levar Lucia, uma das filhas da portuguesa. Até que, num certo dia, na volta da escola, encontram ajuntamento em frente ao botequim e a polícia segurando a "Ilhoa" possessa de raiva, depois de ter partido com violência para cima do dono do botequim que embriagava o Maneco, agora, desenganado por um médico, em estado avançado de cirrose. Carolina, cuidou do irmão até o último suspiro:

> (...), entretanto, a Carolina lavava o irmão com um panno molhado, e vestia-o com muito cuidado, como se temesse desprender-lhe os braços ou as pernas.... Pesava um abatimento extraordinário sobre aquela gente. Nenhum grito, nenhum accesso, nenhum ataque perturbou a tristeza grave, a solemnidade d'aquella morte tão esperada e tão triste.... Estavam todos cansados, silenciosos e quietos. Chegou emfim a hora das despedidas. A Rita beijou o irmão na testa, fechando os olhos, com um leve estremecimento que lhe percorreu o corpo. A Carolina beijou-o na boca, innundando-o de lagrimas. 0 pae abençoou-o muito commovido; a mãe então suspendeu nos braços aquelle corpo imóvel de uma magreza transparente, e conchegou-o ao peito, como se o quizesse guardar; depois beijou-o longamente, longamente, e foi depol-o no caixão, sem flores, sem um crucifixo, sem nada... (ALMEIDA, 1889, p. 70)

A morte de Maneco passa pela trama como uma lâmina de realidade naquele espaço pobre. A dor da família é igual a dor de qualquer menino que morre, mas as circunstâncias, o motivo torpe, o desamparo daquela miséria, realmente oferece um rastro de denúncia que perpassa a questão de classe, raça e gênero.

O conceito de maternagem[8], está implícito na voz da narradora do romance em questão, lançando para a mulher um certo grau de culpabilidade por eventuais "erros" na educação da prole:

> Com que orgulho eu penso na desvelada sollicitude que tem em geral a mulher brasileira para o filho amado! Não o repudia nunca, trabalha ou morre por elle. Coração cheio de amor,

[8] O conceito de maternagem coloca a mulher numa posição de dedicação incondicional em relação aos filhos. A sociedade contemporânea com base nos postulados positivistas ainda possui uma visão patriarcal do tipo de "mãe ideal": aquela que dedica integralmente seu tempo para cuidar dos filhos, que abdica de seus anseios individuais em benefício da família heteronormativa.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> perdoemos-lhe os erros da educação que lhe transmitte e abençoemo-la pelo que ama e pelo que padece! (ALMEIDA, 1889, p. 140).

A maternidade na figura da mãe de Marta, retrata a extensão da maternagem na santificação da mulher segundo os padrões positivistas daquele final de século: uma proposta para que as mulheres tivessem o lar como seu altar:

> Assim, a função básica da mulher é manter a harmonia na sociedade doméstica, educar os filhos dentro da mentalidade da ordem, da sujeição e do respeito aos pais e, por extensão, aos adultos e às autoridades constituídas. O lugar de sua atuação se restringe às paredes domésticas, onde ela se mantém como 'rainha do lar', na dependência econômica de seus maridos que, segundo Augusto Comte "deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social" (PEREIRA, 2016, p. 237, grifo do autor).

Mesmo que esse modelo de mulher e essa santidade atribuída ao sexo feminino fosse algo considerado importante, as classes populares forneciam força de trabalho para as fábricas e industrias. Mulheres e crianças foram mão de obra tão necessária, que segundo Scott (2016, p. 18): "Em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas. Portanto, como podemos notar, as mulheres das classes populares sempre trabalharam para o sustento de suas famílias, de maneira formal ou informal, mas sempre foram à luta, e a narrativa expressa esses movimentos cotidianos nas habitações do cortiço onde residiam nossas protagonistas.

O progresso de Marta na escola e seu afinco para tornar-se mestra foram aos poucos ganhando forma:

> Ao fim de dois annos fiz exame com desembaraço e firmeza: ficaram ahtonitas as professoras, que me sabiam tímida e nervosa. Foi um dia de triumpho para mim, que nunca me vira tão bonita, com o cabello crespo a papelotes, o vestido branco transparente a fita azul do uniforme a tiracollo. Aquelle vestido, aquelia fita, quantas horas de trabalho custaram à minha pobre mãe! Hoje vejoos atravez das lágrimas de saudade e reconhecimento; então via-os entre os risos da vaidade e da ignorância, a ignorância natural na despreoccupação da meninice! (ALMEIDA, 1889, p. 280).

Com o pequeno salário da ajudante da professora, as duas Martas mudaram-se para a casinha perto da escola. Enfim fora do cortiço, o lugar que Marta tanto rejeitou a vida toda, de onde sempre quis sair, de onde presenciou tantas desgraças, o cômodo sombrio e frio ficava para trás. Não era nenhum palacete, uma casinha simples, mas onde entrava o sol. Talvez isso fosse o que todo ser desse mundo deveria ter direito: ao sol.

> Fizemos a mudança. Agora entrava sem frouxidão a luz do dia na nossa morada alegre, com um bello cheiro a nova, toda envernizada e limpa. A mobília destacava-se de velha, rara e feia naquelle ninho risonho e fresco; mas.... ora! isso a pouco e pouco se iria arranjando também. Minha mãe trabalhava sempre; assim era preciso para sustentar-nos. A nossa vida não decorria num scenario tão lugubre, mas estava longe de poder ser considerada feliz (ALMEIDA, 1889, p. 77).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A vida de menina Marta, figura como exemplo de perseverança e honestidade, modelo da sociedade de então. Parece que o texto quer nos dizer o tempo todo que sua origem burguesa, branca, não a havia feito para o ambiente do cortiço, que sua tenacidade e objetivo serviria para todas as moças que lessem suas memórias: "Assim cheguei à edade de vinte annos, passando o melhor tempo da vida a estudar para ensinar, ou curvada sobre a costura, ao lado de minha mãe, que enfraquecia muito e trabalhava sempre.... Eu não tinha amigas intimas, nem amores; não dançava nunca, não lia novelas..." (ALMEIDA, 1889, p. 82).

No entanto, para poder aspirar o cargo de professora, ela e seu empenho, conquistaram a ajuda e a atenção da sua Mestra, que a conduziu desde pequena para realizar o seu sonho, o que nos leva a crer nas dificuldades das mulheres das classes populares para atingir qualquer posto educacional de maior categoria social.

Já na casa nova, apesar da simplicidade, Marta está finalmente feliz, porém começa a sentir-se mal, humor em desalinho e muitas dores de cabeça, tonteiras. A mãe preocupada, leva a filha ao médico e o diagnóstico muito comum à época era histeria:

> Ao mesmo tempo vieram-me vertigens e horas de humor execrável, em que eu me fechava em um silencio agressivo e doentio. O medico aconselhou que me casasse. Aquillo era hysterismo. Taes palavras foram como que chicotadas que me batessem nas faces. Minha mãe ficou-se a olhar para elle, com os seus olhos tristes.... O médico sorriu e remediou: — Ou então uma viagenzinha, distracções... ar puro.... (ALMEIDA, 1889, p. 96).

Atendendo as recomendações do médico e com a ajuda da professora de Marta, Dona Marta consegue que sua filha faça uma viagem de férias para um passeio no interior. Lá, ela conhece um rapaz, primo da sua mestra e se encanta por ele, não passou de mera ilusão e no dia de voltar, ela o encontra com uma Americana a dizerem-se: I Love You! Marta retorna, saudosa de sua inseparável mãe.

Enquanto a filha passava um mês de férias longe da Dona Marta, esta mostrava suas cartas para um freguês antigo. Este, acaba sendo o pretendente a marido que a mãe sonhava para sua filha. O casamento acontece em meio a tristeza de Marta e alegria de sua mãe, que a convence com algumas máximas distintas para gênero feminino: "A reputação da mulher é essencialmente melindrosa. Como o Crystal puro, o mínimo sopro o enturva..." (ALMEIDA,1889, p. 145). Poucos dias depois do casamento acontece a morte da mãe de Marta. O desespero e a tristeza de Marta, agora consoladas pelo esposo, revela um final trágico, onde a nossa Marta, perde seu amor mais precioso, o amor de sua inseparável mãe.

> Tive ataques violentos, toda à tarde, rasgando o vestido, mordendo-me, batendo com a cabeça na cabeceira da cama e nas paredes, cerrando os dentes a todos os remédios e alimentos, num desespero atrocíssimo! As Ave-Marias levantei-me e fui postar-me ao lado da minha adorada morta; não me arredei d'alli, de joelhos entre o leito e a janella aberta por onde entrava a viração perfumada da noite semeada de estrelas (ALMEIDA, 1889, p. 162).

Mesmo lutando dia a dia para estudar, mesmo vendo sua mãe trabalhar de sol a sol para dar sustento a ambas, o final do romance revela a triste realidade de um modelo social onde a classe

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

trabalhadora sofre explorações e impedimentos para realizar pequenos sonhos, enquanto a classe dominante detém privilégios muitas vezes travestidos de "mérito".

Lendo sobre o sofrimento de Marta diante da morte da sua mãe, numa obra capaz de provar a excelência da escrita feminina para a fase realista da literatura brasileira, pode-se afirmar que diante das obras de Julia Lopes, nada parece repetir ou ser de fácil compreensão e análise. Em *Memórias de Marta*, um texto aparentemente simples, com flagrantes de cotidiano escolar, abriu-se um leque inesperado para trazer questões de gênero, raça, classe, formação educacional e conceitos cristalizados e reproduzidos naquele início de século. Os amplos olhares da narradora personagem traçando caminhos entre presente, passado e sonhos de futuro, revelaram entre a ficção e sua ostensiva verossimilhança a prova de que a arte ao imitar a vida pode invadir o universo do leitor e muito mais do que isso, pode prestar serviços às pesquisas históricas que contribuem para uma visão social de determinado espaço e época. Na voz da protagonista Marta, a menina fraca, medrosa e a professora apaixonada, há muitos conceitos e identidades a serem questionados na busca de pistas, indícios e sinais, já que nossa metodologia de pesquisa está pautada em Ginzburg, om historiador que nos orienta a enxergar o que pode passar despercebido no meio dos documentos, fotos, entrevistas, etc. Nestas buscas, podemos tentar entender como as mulheres das classes populares dos finais dos oitocentos e início do século XX, são exemplos de coragem e tonaram-se sujeitos de uma força descomunal e de uma perseverança inacreditável para defenderam a vida em meio às adversidades, construindo suas histórias dignas de registro.

Referências

ALMEIDA, Cláudio Lopes de. *D. Julia, abril/2018.* [arquivo pessoal]. Rio de Janeiro, 2018.CD-ROM.

ALMEIDA, Júlia Lopes. *A viúva Simões.* [Domínio Público]. (s.d). Em:

_____. *Memórias de Marta.* São Paulo: Editora Casa Durski, de Sorocaba. 1899.

_____. *O Livro das donas e donzelas. Rio de Janeiro: Vermelho marinho, 2019.*

_____ *O livro das noivas*. Rio de Janeiro: Castorino Mendes, 1929.

ALÓS, Anselmo Peres, Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 691-713, maio-agosto/2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Silmária Souza. Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em salvador (1850-1920), Artigo do repositório da Universidade federal de Salvador, 2013. Acesso em 29/04/2021, em:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18539/1/Tese%20-20Silmaria%20Souza%20Brand%C3%A3o.pdf

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GINZBURG, Carlo. *A Micro–história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortêz, 2008.

GONZALES – Por um feminismo Afro Latino Americano. Org: RIOS, Flavia, LIMA, Márcia. São Paulo: Zahar, 2020.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de A *escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita*. Natal: Revista educação em questão. V28, n14, p. 121/126- 2007. Disponível em: file: ///C:/Users/Euridice/Downloads/4467-Texto%20do%20artigo-10500-1-10-20131026.pdf

HABNER, June E. *Honra e distinção das famílias*. In Nova história das mulheres no Brasil. Org: PINSKY, Carla Bassanezy e PEDRO, Jana Maria. São Paulo: Contexto, 2016.

HABNER, June E. Mulheres da Elite*:* honra e distinção das famílias. (pp 43-64) In: PINSK, Carla MOUGEOLLE, Léa. O Conceito de "Interseccionalidade. Em: https://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade. Portal sociologia, 2015. Acesso em 09/11/2021,

MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920).* Rev. Estud. Fem. Vol.27 no.1 Florianópolis 2019 Epub Feb 21, 2019.

PEREIRA, Mabel Salgado. O *papel da mulher no positivismo ortodoxo brasileiro: um projeto conservador.* CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 30, n. 1. p. 235-246, jan./jul. 2016 – ISSN 1983-1625. Acesso em 09/11/2021, às 15:38 h

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. Pernambuco: Revista Caderno de História da UFPE, ano VII, nº 7, p. 167/203, 2010. Acesso em 04/09/2021. Em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110065/21988

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/os críticos/a escritura*: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Em https://lume.ufrgs.br/handle/10183/81773. Acesso em 28/10/2019.

SCHUELER, Alessandra**,** *Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo:* Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

SCOTT, Ana Silva. *O caleidoscópio dos arranjos familiares, p. 15/42*. Org: PINSK, Carla Basanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História da Mulheres no Brasil, São Paulo, Contexto, 2016*.

SEPULVEDA, José A.; SEPULVEDA, D. *Conservadorismo e Educação Escolar:* um exemplo de exclusão. Niterói: Movimento, 2016. Em: http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/319/318 Acesso em: 25/05/2018 às 18:30,

UEKANE, Marina Natsume, *Mulheres na sala de aula": um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888).* **N**iterói, v. 11, n. 1, p. 35-64, 2. sem. 2010

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A "MARAVILHOSA" HISTÓRIA DE MARIA UMBELINA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO: RELAÇÕES DE PODER NAS PROVÍNCIAS DA PARAHYBA E DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Helmara Giccelli Formiga Wanderley[1]

Em fevereiro de 1862, na capital parahybana, Parahyba do Norte, noticiou-se o [re]aparecimento de uma mulher, supostamente falecida, em Caguaratema, Rio Grande do Norte, quatro anos antes, em 1858. O "maravilhoso" caso veio à público, quando um reputado médico da cidade da Parahyba foi chamado a uma "pensão suspeita" (prostíbulo) para prestar socorro a tal mulher que estava acometida de febre palúdica. Ao terminar a consulta, quando deixava o cômodo onde se encontrava a enferma, o "doutor assinou o receituário" e dirigindo-se à proprietária do estabelecimento teria dito em tom grave: "se eu não tivesse assistido, em Cunhaú, no Rio Grande do Norte, ao enterro da filha do Comendador Antonio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, diria que se tratava da mesma pessoa" (apud CASCUDO, 1941).

Ao ouvir o que o médico havia dito, a mulher enferma respondeu imediatamente "com serena convicção":

> E não se enganaria, Doutor. Eu sou Maria Umbelina, casada com o capitão de polícia Anacleto José de Mattos [o qual ficou viúvo em 1858, por ter simulado estar morta] e filha do Comendador Antonio d' Albuquerque Maranhão Cavalcanti [...] (CASCUDO, 1941).

Admirado com as declarações que ouviu, o médico demorou-se um pouco mais no estabelecimento a fim de ouvir da mulher sua "maravilhosa" história. Depois de ouvi-la, compreendendo a gravidade das revelações e denúncias feitas por ela, o médico não se demorou a avisar ao Chefe de Polícia da Parahyba, Dr. José Nicolau Riqueira da Costa, que empreendeu uma grande investigação sobre o caso, que colocava como réus dois influentes homens da Província do Rio Grande do Norte, num contexto em que o projeto social visava legitimar a dominação masculina, impondo às mulheres a autoridade do homem- pai-marido, isto é, uma posição de submissão, cujo poder de vida e morte da mulher era determinado pelos homens da família. Isto posto, cabe dizer que o Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão não foi uma mulher pacífica ou submissa, sua trajetória de vida e resistência revelam, antes, uma mulher reacionária, que "viveu como escolheu viver", para tanto enfrentou homens poderosos e os

[1] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunto de História da Unidade Acadêmica de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: helmaragiccelli@hotmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

preconceitos de uma sociedade fortemente patriarcal, o que passo a reapresentar nas páginas que seguem:

Reza a lenda que, em 1858, na pequena Vila Flor (Canguaratema), no Rio Grande do Norte, depois de complicações no parto, a filha caçula do Comendador Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti e da Sra. Joana de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão, teria dado seu último suspiro, deixando seu único filho aos cuidados do pai, o capitão de polícia Anacleto José de Mattos (BRAZIL, 1862).

Os pais de Maria Umbelina, informados sobre o falecimento da filha providenciaram para que as cerimônias de cortejo, velório e sepultamento fossem pomposas, digna de uma Albuquerque Maranhão. Conta-se que acompanhou o féretro até a Fazenda Cunhaú-RN o Frei Serafim de Catania, que ao longo do cortejo fúnebre, ao se aproximar dos vilarejos existentes no percurso, entoava cantos e pregações em "bom latim" (BRAZIL, 1862, p. 46). A passagem do séquito por Canguaratema – RN também foi faustosa de modo que o vigário José de Mattos, amigo de Anacleto José de Mattos, conduziu as exéquias, também em latim (GALVÃO, 2015).

Chegando o corpo da jovem Maria Umbelina à Fazenda Cunhaú-RN, depois de uma longa travessia em carro conduzido a boi, tratou a família de providenciar o velório que aconteceu na Capela existente na propriedade, tendo o evento transcorrido durante toda à noite.

O sepultamento daquela jovem senhora teria ocorrido antes de amanhecer o dia, "em face do boato de ter surgido um leve odor podre no ambiente". O enterro foi realizado apressadamente, não havendo tempo para aguardar amigos e familiares que estavam distantes do local. Apesar disso, de acordo com o escritor norte-rio-grandense, Luís da Câmara Cascudo, em suas Actas Diunas (1941), "o falecimento enlutou toda a redondeza", atraindo pessoas das vilas e municípios vizinhos. Assinale-se a presença do médico da família, cujo nome não sobressai na documentação, além de alguns parentes e da criadagem, que só deixou o lugar quando a sepultura "na Capela do Cunhaú ao pé da porta que dá para a sacristia foi fechada" (CASCUDO, 1941).

Não há informações se houve missa de corpo presente apesar de ter sido atribuído também ao Frei italiano Serafim de Catania os serviços religiosos, como já citado antes. De todo modo, considerando o contexto de época e observando que se tratava de famílias Católicas e poderosas, entende-se que, se não houve a missa naquele momento, decerto houve a encomenda do corpo, realizada pelo referido Frei ou por outro vigário da região.

É possível que o falecimento daquela jovem senhora que, de forma irônica, deixou a vida quando dava à luz, tenha comovido parentes, amigos e conhecidos, como sugere Galvão (2015), em seu romance "A Ressuscitada".

Maria Umbelina, imóvel em seu féretro, levaria para a sepultura, além da "mocidade mais prometedora de encantos", os sonhos, as realizações, assim como, as frustrações e desesperanças de sua curta existência. Também os seus segredos mais íntimos e tudo o que pudesse macular as imagens imponentes de seus familiares seria inumado junto ao seu corpo. Era o que se imagina que acreditavam seus familiares.

Ademais, cumpre advertir que parentes e curiosos que não compareceram ao sepultamento da filha do Comendador Albuquerque Maranhão, por falta de informação ou devido à pressa em que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o enterro foi realizado, fizeram-se presentes na ocasião da missa do 7º Dia, cuja cerimônia teria sido muito faustosa (CASCUDO, 1941).

A missa de 30º Dia também foi concorridíssima, afinal, para as famílias abastadas, era costume que os funerais se tornassem também ocasiões para realização de arranjos políticos e negócios em geral, diz-se, de afirmação social. De todo o modo, o que importava para as famílias enlutadas era o fato de que, ao fim daquele rito calar-se-iam os rumores sobre o trágico fim de Maria Umbelina que, mesmo diante de um parto difícil, deu à luz a um menino cheio de saúde (GALVÃO, 2015, p. 29).

Que segredo Maria Umbelina teria levado para a sepultura? Os boatos em torno da estranha morte daquela jovem mulher logo foram cessando, de tal modo, pouco tempo depois do seu falecimento já não se falava mais no assunto.

Entretanto, se é verdade que "nada há de oculto que não venha a ser revelado, e nada em segredo que não seja trazido à luz do dia", como preconizou o Apóstolo Marcos 4:22 (BÍBLIA SAGRADA, 2007, p. 818), não tardaria a vir à tona os segredos mais íntimos que a filha do Comendador Albuquerque Maranhão, supostamente levou para a Sepultura.

Destarte, Maria Umbelina, a "Ressuscitada", como passou a ser chamada a suposta filha do Comendador Albuquerque Maranhão teria contado ao médico e, depois, ao chefe de polícia da Parahyba que

> Casara sem amor, imposto Anacleto José de Matos pelos pais. O namorado fiel era um português, moço forte, bonito. Anacleto era grosseiro, impulsivo, grotesco. Depois de casada, encontrava-se com o português frequentemente. Um dia o marido surpreendeu-os em palestra intima. Não a matou imediatamente por temer a vingança fulminante dos Albuquerque Maranhão. Procurou o Comendador e narrou a traição de sua filha (BRAZIL, 1862, p.181).

De acordo com as declarações feitas pela mulher "Ressuscitada", seu pai, o Comendador Albuquerque Maranhão, depois de ouvir as denúncias feitas por Anacleto, reuniu o Conselho da Família que decidiu "suprimi[-la] do número dos vivos" (CASCUDO, 1941). Àquela altura, Maria Umbelina estava grávida. De tal modo, os familiares da jovem senhora, como bons cristãos que se julgavam, decidiram que seria necessário aguardar o nascimento da criança, de forma a não macular a família com sangue inocente, segundo relatou a mulher "Ressuscitada". Assim, só após o parto, o crime foi executado (BRAZIL, 1862).

Visando anular os vestígios do crime, considerando que "o corpo seria vestido, e visitado, quando exposto no caixão" optou-se por envenená-la, recomendando à jovem senhora que "se encomendasse a Deus, pedindo perdão pelos pecados cometidos" (CASCUDO, 1941). Acreditava-se que com tal ato, a família Albuquerque Maranhão Cavalcanti permaneceria sem mácula, senão aos olhos de Deus, pelo menos aos olhos da sociedade, fortemente patriarcal, naquele contexto da segunda metade do século XIX, como já foi observado. Frente o exposto, entende-se que com o desaparecimento de Maria Umbelina, também seu cônjuge, o Capitão Anacleto José de Mattos, seria poupado da vergonha pública de ter sido traído, o que o arruinaria moralmente.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Maria Umbelina relatou ainda, que foi mantida presa em seu quarto, incomunicável, por meses, aguardando o fatídico dia, até que uma escrava de confiança "furou o cerco e avisou ao Português a tragédia que estava por acontecer" (CASCUDO, 1941).

Sobre a tentativa de matá-la por envenenamento, a suporta filha do Comendador Albuquerque Maranhão assegurou:

> [...] que seu marido [Anacleto José de Mattos] mandou-a envenenar; que o encarregado da propinação, um português de nome Freitas ou Fortunato, trocou o veneno por um narcótico; que considerada morta, foi enterrada na capela do engenho Cunhaú [Rio Grande do Norte]; que da sepultura foi subtrahida durante a noite pelo mesmo português; e que quando tornou a si achava-se no mar, dentro d'um caixão mortuário, em uma barca e na companhia do seu raptor (BRAZIL, 1862, p. 181).

A mulher "Ressuscitada" observou ainda que "com ella se achavão duas escravas de seu pai, ou suposto pai; refere que andarão pelo Ceará, onde [as mesmas] foram vendidas" e, sublinhou que, tendo falecido seu amante, veio para a Parahyba onde encontrava-se há cerca de dois anos, quando foi descoberta pelo médico da família (BRAZIL, 1862, p. 181).

Desta narrativa, considerada "tão maravilhosa" pelas autoridades jurídicas da Província do Rio Grande do Norte, quiçá do Império Brazileiro, resultou uma grande investigação por parte do Chefe de Polícia, Dr. Riqueira Costa, acerca dos fatos revelados pela suposta Maria Umbelina, a mulher "Ressuscitada", conforme se observou na documentação consultada.

De acordo com o Senador Silveira Lobo, o Chefe de Polícia da Parahyba "cham[ou] a interrogatório a ressuscitada [...], e a chama[vam] muito regularmente, a fim de saber, além do mais, se com efeito essa mulher era quem dizia ser [a filha do Comendador Albuquerque Maranhão]" (BRAZIL, 1862, p.181). O referido deputado, defendendo claramente os interesses dos supostos pais e esposo da "Ressuscitada", ressaltou que o caso poderia ter sido resolvido de forma simplória, bastando que o investigador fizesse, com base nos depoimentos dos familiares da moça supostamente falecida, o reconhecimento do corpo que havia sido exumado a pedido do Comendador.

É preciso observar que o Senador Silveira Lobo esteve longe de ser parcial em relação ao caso da mulher ressuscitada, visto que ele era amigo íntimo das famílias acusadas.

Como se as autoridades parahybanas estivessem convencidas de que a mulher "Ressuscitada" falava a verdade, foram solicitadas informações às autoridades das Províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco (onde vivia Anacleto José de Mattos), acerca das denúncias feitas pela suposta Maria Umbelina. Os detalhes das declarações feitas pela "Ressuscitada" eram tão impressionantes que o Dr. Riqueira Costa invitou seus familiares para acareação.

A notícia sobre o aparecimento da suposta filha do Comendador Albuquerque Maranhão logo ganhou as páginas dos jornais de circulação nacional, espalhando-se por todo o Império, ocasionando grande descontentamento às influentes famílias envolvidas.

Assim, durante a 22ª Sessão Parlamentar do Império de 05 de julho de 1862, o Sr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, cunhado da Sra. Joana de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, portanto, concunhado do Comendador Albuquerque Maranhão, pediu licença à Câmara para tratar "da celebre aparição de uma mulher que se diz[ia] ressuscitada, e que tendo lugar na Província da Parahyba, despertou ali a maior curiosidade que logo se estendeu por todo o Império" (BRAZIL,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1962, p. 43). Antes, porém, o Parlamentar observou que se tratava de "fato que se prestaria muito ao ridículo se não tivesse já causado sofrimentos graves a diversas pessoas, e vexações atrozes a uma senhora respeitável sexagenária e enferma" (BRAZIL, 1862, p.43).

O parlamentar referia-se ao inquérito realizado pelo chefe de polícia da Parahyba, que investigava as denúncias de tentativa de envenenamento contra os supostos pais e esposo da Sra. Maria Umbelina. Inclusive, o Sr. Bezerra Cavalcanti, sublinhou em seu relato que o Dr. Riqueira Costa estava "praticando ali [na Parahyba] violências injustificáveis" contra seus conterrâneos do Rio Grande do Norte, tratando-se de "ofensas graves à liberdade individual e até de violação do pudor e da honra, objetos sagrados a que o homem de brio não pôde ser indiferente" para o que solicitava daquela Câmara e do governo imperial "providências promptas e eficazes afim de que cess[assem] taes violências" (BRAZIL, 1862, p 43).

Fato é que, em abril de 1862, o Comendador norte-rio-grandense, informado sobre o evento, dizendo querer colaborar com a investigação do chefe de polícia da Parahyba, a fim de calar a mulher "Ressuscitada", dirigiu-se àquela Província com os supostos restos mortais de sua filha, a fim de provar "que havia um verdadeiro embuste naquele facto, de que sua filha tinha realmente falecido, e o tal envenenamento era tão chimérico e falso, como todas as mais circunstâncias maravilhosas que a embusteira referia" (BRAZIL, 1862, p. 43). O Comendador não fora preso naquela ocasião, entretanto, ele teria sido proibido de sair da Cidade da Parahyba, "sob pena de prisão", o que causou grande descontentamento entre os "prestigiosos" homens da Província do Rio Grande do Norte.

Também o capitão Anacleto José de Mattos, que estava residindo em Pernambuco, informado sobe o caso, deslocou-se até a Parahyba objetivando desmentir a mulher "Ressuscitada", ocasião em que foi preso para averiguação.

Realizadas as acareações, Maria Umbelina repetiu todas as acusações, vindo inclusive a apontar sinais e cicatrizes existentes nos corpos de sua mãe e esposo, diante do que, não tardou para que Dona Joana Albuquerque tenha se tornado alvo das diligências do Dr. Riqueira Costa, que, segundo o parlamentar Bezerra Cavalcanti, achando-se enferma no Engenho Espírito Santo, na Parahyba, ficou sob cerco policial durante 15 dias, até ser levada para averiguação.

A prisão daqueles nobres senhores e senhora norte-rio-grandense mobilizou o Parlamento Brasileiro, como já anunciado neste estudo, de maneira que foi requerido pelos parlamentares do Rio Grande do Norte e da Parahyba esclarecimento sobre os supostos "abusos" cometidos pelo Chefe de Polícia, a quem acusavam de "arbitrário e despótico".

Inclusive, Bezerra Cavalcanti, em julho de 1862, e Silveira Lobo, em agosto daquele ano, dispostos a descredenciar o referido Chefe de Polícia da Parahyba, passaram também a desqualificar as testemunhas e as provas em favor da "Ressuscitada", ao passo que qualificavam as testemunhas e provas favoráveis ao Comendador Albuquerque Maranhão e ao capitão Anacleto. Em seu relato Bezerra Cavalcanti afirmava que:

> [...] diversos cidadãos respeitáveis e importantes da Província do Rio Grande do Norte, do mesmo município, e vizinhos do Commendador Antonio de Albuquerque [...] pessoas de conducta e reputação superiores a toda a suspeita, caracteres muito probos e honrados [...] forão à parahyba espontaneamente ver essa mulher, e à vista dela dar testemunho de que não era a falecida, aquém havião conhecido perfeitamente (BRAZIL, 1862, p. 48).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Em defesa do Dr. Riqueira Costa, o Parlamentar Carvalho Reis afirmou que o referido Chefe de Polícia era homem da maior honradez, contrariando o que Silveira Lobo afirmou acerca de sua conduta profissional, impasse que ficou ainda mais intenso quando esse Senador assim se expressou:

> Reconheço que o Dr. Riqueira Costa não é venal; sei mesmo que é invulnerável por esse lado. Mas para que um magistrado se diga honrado, na extensão da palavra, para que seja íntegro, não basta que não seja venal [...] é mister que tenha a força d'alma precisa para sustentar-se superior a qualquer paixão, ou qualquer motivo que tenda a transviá-lo das sendas da justiça (BRAZIL, 1862, p.181)

Objetivando o apoio daquela assembleia, Silveira Lobo, não podendo afirmar que o Chefe de Polícia da Parahyba era corrupto, lançou mão de discursos sobre ódio e vingança, supostamente empregados pelo referido Chefe de Polícia em investigações por ele realizadas em outras Províncias onde havia trabalhado.

Sobre as diligências do Dr. Riqueira Costa, Silveira Lobo, em seu *pedido de informações*, fez referência às violações do que chamava de "sentimentos briosos da sociedade em que viv[ia]", observando que as ações do investigador estavam violando as leis de sociabilidade quando as atingia no "ponto mais delicado e melindroso da sua honra, qual o da honra da família" (BRAZIL, 1862, p. 180). E não se tratava de qualquer família, mas de uma família considerada sem mácula aos olhos daquele Parlamento, conforme já havia sublinhado, em sessão anterior, o Senador Bezerra Cavalcanti. Destarte, de acordo com Silveira Lobo, amigo íntimo da família Albuquerque Maranhão:

> As pessoas que figurão como comprometidas nesse revoltante e burlesco drama, de que é autor o chefe de polícia, são pessoas sem a menor dúvida distinctas por sua família, por sua educação, por seu bom comportamento civil, por sua probidade, por sua posição social, e pelo merecido conceito e consideração de que gozão.
> Duas dessas pessoas conheço eu pessoalmente: o Sr. Comendador Antonio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti e sua consorte a Exma. Sra. D Joanna de Albuquerque Maranhão Cavalcanti.
> [...]
> Lembro-me perfeitamente do caracter franco, sincero, mansueto e prazenteiro do Sr Antonio de Alburquerque, caracter e índole incompatível com a sombria, tenebrosa e refalsada natureza do crime.
> Tenho pela consciência da conducta illibadamente honrada, da morigeração e da severidade de costumes da Exma. Sra. D. Joanna. [...] essa respeitável matrona reúne em si todos os dotes Moraes e virtudes que constituem a verdadeira esposa e mãe, de que nos dá tão sublime modelos a nossa santa religião (BRAZIL, 1862, p. 180).

Também, o esposo de Maria Umbelina, a filha do Comendador Albuquerque Maranhão, Anacleto José de Mattos foi elevado pelos Parlamentares como "cidadão pacífico e respeitador das leis" (BRAZIL, 1862, p. 48)

Ademais, segundo Silveira Lobo, Anacleto morria de amores por Maria Umbelina, que veio a gerar seu primeiro filho, o que para o referido senador era indicativo de que ele não escolheria "tão horrorosa e infernal resolução" para o suposto adultério.

E continuava suas alegações:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Recordarei que a ciência médica consagra a impossibilidade de um narcótico que produza uma morte aparente de tão completa inquietação, uma catalepsia, que a todos iluda por espaço de tantas horas, como as que forão precisas para realizar-se todo essa maravilha, não menos de trinta horas; recordarei as impossibilidades da exhumação, da reposição da sepultura mesmo estado, da subtração, da condução, do embarque do caixão e cadáver, feita por um só homem, e durante uma só noite (BRAZIL, 1862, p.180).

De acordo com Allan Young, em seu THE HARMONY OF ILLUSIONS: I NVENTING POST-TRAUMATIC STRESS DISORDER, a catalepsia, é definida como: "a comalike state in which patients are usually insensible to stimulation and pain, and their limbs are in a condition of "waxy" rigidity, remaining fixed in whatever position they are placed" (YOUNG, 1995, p. 33).[2]
Apesar das alegações do senador Silveira Lobo, há registro de crises de catalepsia patológica que duraram dias. E, se hoje a tecnologia ajuda no diagnóstico de catalepsia, no contexto do século XIX não foi incomum que pessoas tenham sido consideradas, quando na verdade estava numa crise cataléptica. Não obstante, o desconhecimento por parte dos médicos do século XIX, acerca da existência de fármacos que pudessem induzir a catalepsia, tais como: o ópio, a morfina, o cânhamo, éter e cocaína, acredita-se que curandeiros e/ou pajés conheciam o poder sedativos e psicomotores de tais substâncias, produzindo a partir de misturas "secretas", narcóticos e/ou fórmulas.
Como fica evidenciado, se por um lado o discurso do parlamentar Silveira Lobo exaltava as supostas virtudes da família Albuquerque Maranhão, por outro, desconstruía a imagem da mulher "Ressuscitada", identificada como "embusteira" e "analfabeta" nos discursos do Sr. Bezerra Cavalcanti, que assim se dirigiram a ela:

> Aquella mulher é uma embusteira, que absolutamente não é, nem se parece com cousa alguma com a finada, e é antes a sua perfeita antithese, quer em suas feições, quer em sua configuração physica...
> [...]
> Quer na sua estatura e quer mesmo em sua educação. A outra era uma senhora bastante alta, esta é muito baixa...
> A outra era uma senhora esbelta e secca de corpo, esta é corpulenta e gorda; a outra era clara e loura, esta é trigueira e tem cabelos pretos; a outra era uma senhora educada, coma educação que recebem as nossas famílias ricas e importantes do interior, [...] que as habilita pelo menos a escreverem e falarem bem a sua língua; aquela mulher é tão ignorante que, dizendo-se filha de Antonio de Albuquerque, não sabe exprimir o nome de seu suposto pai (BRAZIL, 1862, p. 46).

Sobre acareação entre a mulher Ressuscitada e seu suposto pai, Silveira Lobo observou que o Comendador Antonio Albuquerque Magalhães Cavalcanti, referiu que "sua finada filha D. Maria Umbelina sabia perfeitamente ler e escrever, e que pois não podia ser ella a impostora, que nem uma nem outra cousa sabia", o que teria sido ignorado pelo Chefe de Polícia. Sublinhe-se que durante a sessão de 5 de julho daquele ano, Bezerra Cavalcanti fez notar que D. Maria Umbelina sabia apenas escrever seu nome. Nota-se aqui, que além da questão sociocultural representar um

[2] Em tradução livre, a catalepsia, segundo Allan Young é "um estado semelhante ao coma, em que os pacientes ficam geralmente insensíveis à estimulação e dor, e seus membros ficam em uma condição de rigidez "cerosa", permanecendo fixos em qualquer posição em que forem colocados" (YOUNG, 1995, p. 33).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

indício sobre a identidade da Maria Umbelina, ela também aparece como um qualificador/desqualificador para a afirmação social.

Contrariando o que afirmou Bezerra Cavalcanti em relação ao grau de instrução da "Ressuscitada", Dr. Riqueira Costa, em sessão parlamentar de 25 de agosto daquele ano, chama a atenção para o fato de que "Maria Umbelina mostrava grande desenvoltura durante as acareações, dirigindo-se a todos pelos nomes e apresentando eloquência ao falar em presença de homens de reputado saber, tais como advogados, médicos, jornalistas, deputados e senadores (BRAZIL, 1862).

E como se esse Chefe de Polícia estivesse convencido de que Maria Umbelina, era quem dizia ser, a cada manobra política dos réus, ele se mostrava enérgico em esclarecer os mal-entendidos, possibilitando que, pela primeira vez na história da Parahyba, uma mulher desafiasse, no âmbito da justiça, homens poderosos.

Como possível saída para encerrar o caso, outra diligência do Dr. Riqueira Costa, censurada pelos parlamentares, diz respeito ao exame que ele mandou proceder no corpo da Sra. D. Joanna, por dois médicos, para verificar "se existião nelle signaes congêneres com outros que existem no corpo daquela mulher [a Ressuscitada]", um sinal na coxa direita (BRAZIL, 1862, p.44). Na ocasião, interviram, em favor dos pais de Maria Umbelina, os senhores Manoel Salustiano de Medeiros, o capitão Sebastião Policarpo e o Dr. Felix Antônio Ferreira de Albuquerque, diante do que o Comendador, "depois de propor ao chefe de polícia assignar um termo em que se declarasse a existência de taes signaes", observando que a ciência médica não era precisa para tal exame, não consentiu que fosse periciado o corpo de sua esposa. Tal advertência, resultou na prisão do casal por desobediência (BRAZIL, 1862, p. 44).

Ouvidas inúmeras testemunhas sobre o caso, depois de 7 ou 8 meses, o Dr. Riqueira Costa concluiu sua averiguação, afirmando a veridicidade dos fatos revelados pela suposta mulher, pedindo a prisão do seu suposto esposo por tentativa de uxoricídio (JORNAL O CONSTITUCIONAL, 1862), e também do comendador Antônio de Albuquerque que foi "recolhido à prisão como criminoso de morte, como filicida", tudo motivado pela suposta traição e pela desonra que aquele caso provocaria às famílias envolvidas (BRAZIL, 1862).

Como forma de pressionar as autoridades jurídicas da Parahyba, o caso foi noticiado no Jornal "Constitucional", onde "o senador Silveira Lobo, informava sobre a investigação e pedia esclarecimentos públicos sobre o caso" (BRAZIL, 1863, p. 183). O referido parlamentar reverteu o caso declarando tratar-se àquela mulher não de quem afirmava ser. Segundo Silveira Lobo, tratava-se de uma louca, vinda da Vila de Ingá, para o que descontruiu as provas juntadas pelo Chefe de Polícia, afirmando o estado de epilepsia da Ressuscitada, o que explicava sua inexatidão e o seu "desmemoriamento". Além disto, apesar do depoimento de uma das testemunhas de acusação, identificada como Sr. Manoel "Porteiro", que declarou ter conhecimento de que uma das filhas do aludido Comendador sofria do "mal da gôta", como era conhecida popularmente a epilepsia. Tal coisa foi imediatamente denegada pelo advogado do Comendador Albuquerque Maranhão, o Pe. Lindolfo Neves, que afirmou não ter conhecimento ao porteiro sobre "mal da gôta que nunca sofreu, nem se provou que sofresse nenhuma filha do comendador" (BRAZIL,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1862, p. 183). E, não se falou mais sobre esse assunto, senão para acusar a "Ressuscitada" de ser louca.

Diante da irredutibilidade do Dr. Riqueira Costa, em atender aos apelos dos Parlamentares e do advogado de defesa, o Pe. Lindolfo Neves, que representava as famílias Maranhão Cavalcanti e Mattos, como parte das manobras dos parlamentares Silveira Lobo e Bezerra Cavalcanti para inocentar os réus, o chefe de Polícia da Parahyba, Dr. Riqueira Costa, foi substituído por Dr. Domingos Sobreira em setembro de 1862, quando foi expedido o primeiro pedido de internamento no Hospital da Santa Casa de Misericorida para "a louca", Maria Umbelina. No ofício emitido pelo Palácio do Governo da Parahyba, datado de 7 de outubro de 1862, observa-se que há uma ordem expressa para que seja comunicado à presidência da Provincia quando a referida mulher apresentasse melhora em seu estado de saúde.

> Providencie V. Sª essa ordem a ser convenientemente tratada no Hospital da Santa Casa a Alienada Mª Umbelina, que pelo chefe de polícia lhe ser mandada apresentar, devendo V. Sª, logo que ella melhorar e possa ser despedida do Estabelecimento, comunicado a esta presidência (LIMA, 1862).

Não foi localizado em outros ofícios de internação semelhante orientação, o que pode ser mais um indício das manobras políticas dos parlamentares e das elites norte-rio-grandenses por eles representadas, cujo fim era desqualificar a mulher identificando-a como louca.

Os senhores Anacleto José de Matos e Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, e sua esposa Joana, não foram inocentados dos crimes de envenenamento, mas conseguiram o *habeas-corpus* em setembro daquele ano. Entretanto, depois daquela decisão "o assunto foi dado por encerrado". Tentando-se de todas as formas calar a mulher que passou a ser considerada "louca". Inclusive, consta que, durante uma das suas passagens pelo Hospital da Santa Casa, Maria Umbelina teria sido vítima de nova tentativa de envenenamento, o que não foi comprovado[3]. Atribuindo-se tal denúncia caluniosa ao estado de alienação daquela mulher (BRAZIL, 1862). Pese que, naquele momento, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia era o Pe. Lindolfo Neves, advogado de defesa dos réus, cuja biografia revela que esse homem esteve envolvido em muitas polêmicas, de acordo com Barbosa e outros, "o processo, segundo a linguagem da época, 'eivado de vícios de toda a ordem' até hoje dá lugar a dúvidas" (2009, p. 110).

Finalmente, quanto ao destino de Maria Umbelina sabe-se que achando restabelecida, foi "dada ordem que ela [seguisse] para a corte", diante do que foi solicitada sua liberação pelo secretário do Governo da Parahyba, Laureano d'Oliveira, em 05 de fevereiro de 1863. Acredita-se que, levada à capital nacional, Maria Umbelina tenha sido internada no Hospício Pedro II, mas nada há na documentação consultada sobre isso.

Considere ainda que, outros homens e mulheres com registro de várias passagens pelo Hospital da Santa Casa como loucos[as], ao longo daquele ano, também poderiam ter sido remetidos para o Rio de Janeiro, o que não aconteceu, fato que só reforça a ideia de que a mulher "Ressuscitada", independentemente de sua saúde mental, foi enviada para o Rio de Janeiro em face das declarações

[3] Consta que a referida senhora foi encaminhada para o Hospital da Caridade por três vezes, num espaço de cinco meses, até que, recebendo alta em fevereiro de 1863 foi enviada ao Rio de janeiro.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"maravilhosas" que fez. O certo é que os propósitos da internação de Maria Umbelina no Pedro II seriam, por um lado, silenciá-la, visto que os envolvidos no polêmico caso eram homens de grande prestígio político nas Províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco e, por outro, garantir a absolvição dos acusados de tentá-la assassinar por envenenamento, dando por encerrado o processo.

Ademais, se a mulher "Ressuscitada" falava a verdade ou caso se tratava de uma "embusteira" ou "louca epiléptica", como se referiram os parlamentares Bezerra Cavalcanti e Silveira Lobo, não há como afirmar. A propósito, Bezerra Cavalcanti em seu *pedido de informações*, afirmou que após o longo processo de averiguações realizadas pelo Dr. Riqueira Costa, o que se tinha eram milhares de pessoas que se apresentariam em juízo para testemunhar contra ou a favor de que a mulher Ressuscitada era a filha do Comendador Maranhão (BRAZIL, 1862), o que antes de esclarecer o caso, levanta ainda mais dúvidas sobre a veracidade das acusações feitas pela referida senhora.

Acrescente-se a isso que, segundo Câmara Cascudo (1941), no testamento do Comendador Albuquerque Maranhão, feito em março de 1862, Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão, sua filha, supostamente falecida em 1858, seria beneficiária de seus bens, o que causa estranheza. Afinal, se sua filha caçula era falecida naquele ano de 1862, qual motivo teria o Comendador para mencioná-la em seu testamento?

É importante notar que sob a perspectiva cultural, os valores que estavam em jogo colocavam a honra como fator preponderante daquela sociedade, como bem frisaram os parlamentares em seus *pedidos de esclarecimentos*.

Destarte, ao tratar das experiências e trajetória de vida, morte e "ressurreição" de uma mulher que lutou contra os padrões culturais, de caráter patriarcal e cristão, impostos socialmente, não é de estranhar o silêncio ou a[s] tentativa[s] de silenciamento nas fontes. Neste sentido, entende-se que o desaparecimento de Maria Umbelina, a filha do Comendador Albuquerque Maranhão, "do mundo dos vivos", por morte, bem como, o atestado de loucura atribuído àquela mulher que se dizia "Ressuscitada", outra coisa não era senão uma forma de calá-la, mas não só isso, não registrar suas experiências públicas ou privadas, seria também uma tentativa de a tornar invisível. Assim, não fosse a repercussão que o caso ganhou nas sociedades norte-rio-grandense, parahybana e pernambucana, notadamente, no que se refere ao envolvimento de homens de grande poder aquisitivo e de prestígio político, "a mulher ressuscitada" estaria fadada a ser lembrada como uma lenda, o que deixa em relevo as experiências e padrões morais constituídos socialmente num dado contexto. Sobre isso, o escritor norte-rio-grandense, Câmara Cascudo, observou em sua Acta Diurna de 09 de fevereiro de 1941:

> Como haveria de existir uma mulher, naquele tempo, com a fria audácia de enfrentar a mais rica e poderosa família da região, acusando-a de um crime? E como seria possível o conhecimento exato de peculiaridades e minúcias genealógicas, sinais físicos, a mancha rôxa de dona Joana, a cicatriz de Anacleto? E porque este se recusou mostrar, o peito, desmentindo o indício? [...] E essa mulher, humilde, apanhada num bordel, como possuiria desenvoltura, presença de espírito para arrostar os interrogatórios, respondendo a tudo e a todos com serena, impressionante simplicidade? (CASCUDO, 1941).

Maria Umbelina, a suposta filha do Comendador Antonio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti e esposa de Anacleto José de Mattos, quaisquer que tenham sido as suas motivações pessoais para

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

viver como escolheu viver, fato é que ela desafiou uma sociedade, provocou homens poderosos, deixando o exemplo de luta e resistência contra os modelos socialmente impostos para as mulheres do século XIX. Se ela era quem dizia ser, não temos certeza, o que sabemos é que, de todos os modos, Maria Umbelina, a mulher "Ressuscitada", foi vítima de uma dominação e de uma ordem social que se exerce e produz a subordinação feminina (BOURDIEU, 2017). Apesar disso, sua trajetória revela que antes de ser dada por vencida, ela venceu, pois que, conforme sublinhou Câmara Cascudo (1841), se seu envio para a Corte pretendia encerrar a questão, não foi capaz de evitar a decadência das famílias envolvidas, que caíram em ruína em face da publicidade que o fato ganhou.

Como as tantas versões lendárias em torno do caso, existem ainda muitas possibilidades a serem desveladas sobre essa "extraordinária" história de vida da mulher Ressuscitada, que se dizia Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão.

Referências

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.) **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX:** de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. – João Pessoa, 2009. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins. Acesso em: 12 dez. 2014.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.) **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX:** de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. – João Pessoa, 2009. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRAZIL. **ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da undécima legislatura, sessão de 1862. Tomo 3-4. Rio de Janeiro, Typographya Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C. 1862. Disponível em: https://books.google.com/. Acesso em: 01 fev. 2015.

CASCUDO, Luis da Câmara. A Ressuscitada do Cunhaú – Partes I a IV. **Acta Diurna**. Natal, RN, v. 2, n. 3, fev. 1941. Disponível em https://www.geni.com/people/Maria-Umbelina-de-Albuquerque-Maranh%C3%A3o/6000000054364692002. Acesso em: 15 mar. 2021.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

D'OLIVEIRA, Laureano. **Ofício** expedido pelo Palácio do Governo da Parahyba solicitando liberação de alienado do Hospital da Caridade. Parahyba do Norte, 05 de fevereiro de 1863.

GALVÃO NETO, Francisco Alves. **A Ressuscitada.** Natal: Sebo vermelho, 2015.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

JORNAL O CONSTITUCIONAL, Rio de Janeiro, 21/08/1862; 23/08/1862; 19/09/1862. Disponíveis em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=235709&pagfis=131&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader. Acesso em: 28 mai. 2016.

JUNQUEIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. **Doidos[as] e Doutores:** A medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba do Norte 1830-1930. 2019. 465p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1862 *In:* LIMA, Francisco D'Araujo. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente**. Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1862.

NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1863. (manuscrito).

PEIXOTO, Domingo Sobreira. **Ofício** expedido pelo Palácio do Governo da Parahyba solicitando internamento de alienado do Hospital da Caridade. Parahyba do Norte, 08 de outubro de 1863.

SEIXAS, Henrique Carlos do Rosario. **Os crimes dos Epiléticos.** Porto: Imprensa Nacional, 1922.

SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba.** João Pessoa: Santa Clara, 1998.

WADI, Yonissa Marmitt, **A História de Pierina** (subjetividade, crime e loucura). Uberlândia: EDUFU, 2009.

YOUNG, Allan. **The Harmony Of Illusions:** I am inventing post-traumatic stress disorder, 1995. Published by Princeton University. Princeton, New Jersey. Disponível em: http://www.agpolpsy.de/wp-content/uploads/2011/05/young-the-harmony-of-illusions.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

SEXUALIDADE SOB DEMANDA: ONLYFANS E A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO SEXUAL

Henry Fragel Madeira Peres[1]

Introdução: Só Para Fãs

Onlyfans[2] é uma plataforma online, fundada em 2016, com o propósito de conectar criadores de conteúdo digital e fãs; em decorrência da pandemia de covid-19, passou por um crescimento meteórico: de 7,5 milhões de usuários, no início de 2020, para 130 milhões, em agosto de 2021. Distingue-se das demais redes sociais por duas razões: a ausência de restrições à postagem de nudez parcial/total e sexo explícito – ainda que existam regulamentações acerca dos tipos de práticas circunscritas pelo domínio de permissividade da rede; e a presença de um paywall, ou seja, a ocultação dos perfis até que seja concordado o pagamento de uma taxa mensal de assinatura, que pode chegar até 50 dólares. Ainda, é possível demandar conteúdo extra e customizado por meio do pagamento de uma gorjeta de até 200 dólares.

O empresário britânico Tim Stokely lançou a Onlyfans em 2016, porém, seus esforços iniciais na exploração da relação entre criadores e consumidores de conteúdo digital datam de 2011. GlamWorship, o primeiro empreendimento do "rei do pornô caseiro" (DAS, 2020) propunha-se a ser uma plataforma mediadora entre praticantes do fetiche de dominação financeira. Se o GlamWorship permitiu o desenvolvimento de uma visão de negócio baseada em uma lógica de negócio mais complexa, independente da gratificação imediata, o Customs4U, de 2013, e o 121With, de 2015, forneceram, respectivamente, a experiência necessária acerca da troca de conteúdo audiovisual customizado e expertise intangível por meio de tutoriais.

Com o aumento meteórico de inscrições no site após o início da pandemia de covid-19, foram realçados conflitos entre leis nacionais e riscos reputacionais de serviços bancários e a regulamentação da plataforma, o que resultou em diversas ações e tentativas de cerceamento de conteúdo sexual. Em 2021, foi anunciado que, em 01 de outubro, as regras mudariam, de modo que o conteúdo explícito fosse banido, decisão que foi repensada após a mobilização de trabalhadores sexuais por meio da hashtag #SexWorkIsWork[3], replicada pelo perfil oficial da Onlyfans no Twitter. O que significa redefinir criticamente as fronteiras entre trabalho e sexo e como isso afeta os eixos moral e econômico que coproduzem subjetividades a partir de uma lógica neoliberal? O que se pode esperar de um futuro do trabalho no sexo - em que se desnaturalizem ritualizações de trabalho sexual mistificadas pelo amor romântico - e de um futuro do sexo no

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: henryfragel@gmail.com
[2] Só para fãs, em português
[3] #TrabalhoSexualÉTrabalho, em português

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

trabalho - transferido do campo da escolha afetiva e moral à produção social em redes orientadas pelo consumidor?

No intuito de compreender a imbricação entre transações econômicas e relações afetivas, o ensaio se destrincha em três eixos: a conceituação e contextualização de trabalho sexual; a midiatização da sexualidade a partir do uso de dispositivos auto transmissores que permitem a exploração espetacular do corpo e da intimidade em uma economia digital regida por valores como customização e inovação, na qual o capital humano de um criador deve fomentar o investimento dos fãs por meio de uma performance da subjetividade desejável normativa em constante atualização; a sistematização da expropriação do trabalho sexual para fins empresariais e estatais simultânea à precarização e negação de garantias trabalhistas e reconhecimento social para trabalhadores sexuais.

Por fim, serão sistematizadas uma série de considerações finais acerca do aprofundamento das três seções e apontadas as possibilidades de continuidade para a pesquisa.

Mercantilização do corpo

O trabalho sexual é amplamente presente na história humana, assim como a circulação de imagens sexualmente explícitas. A seção a seguir busca compreender o contexto em que é forjada, no seio do modo de produção capitalista, a mercantilização do corpo a partir da agência individual.

A partir do século XVII, na Inglaterra, consolida-se a propriedade privada – e uma nova configuração de intimidade que com ela surge. Com suporte legal, o cercamento de terras comunais no campo promoveu a expropriação de comunidades que perpetuaram famílias por gerações sob regimes de trabalho servil em detrimento de uma burguesia agrária emergente. Wood (2001) nota que o tratamento de melhoramento dado às propriedades visando a competitividade, a rápida urbanização e a formação de um forte mercado interno foram propriedades específicas do capitalismo inglês, distinto, por exemplo, do absolutismo francês que se desenvolvia no mesmo período. Cabia aos trabalhadores rurais expulsos a migração, frequentemente para centros urbanos, onde seriam inseridos no regime de trabalho assalariado, que se diferencia dos meios tradicionais de subsistência pela inserção dos ofícios em um processo profissional, em que a venda da força de trabalho habilitada é mediada por uma economia monetarizada.

Nomear um preço para o trabalho foi especialmente difícil para as mulheres, que estavam habituadas a trabalhar com práticas de cura, contracepção e partos, ordenadas por motivações comunitárias. Nas cidades, o exercício desse tipo de conhecimento tornou-se restrito à formação universitária – exclusivamente masculina, cabendo às mulheres posições de menor qualificação associadas ao cuidado do paciente – e era cerceado pela Igreja Católica e seu tribunal da inquisição, que, desde o Concílio de Trento, aumentou a ênfase da dimensão sagrada do matrimônio e da concepção, perseguindo crenças e rituais populares concorrentes ao conhecimento oficial – a ginecologia, campo de saber que surgia com viés regulatório – ministrado pela instituição religiosa e seus aliados políticos. Como consequência dessa campanha difamatória, o trabalho de Federici (2019) sobre a perseguição religiosa às mulheres defende que estas não só tornaram-se párias sociais como eram alvo de desconfiança dos próprios parentes e parceiros, refletindo

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

economicamente em atribuições salariais inferiores nas mesmas atividades executadas por homens.

Este processo, descrito como "feminização da pobreza" (FEDERICI, 2019, p. 37), é acompanhado por uma disciplina do corpo e do desejo feminino, que se alimenta estereótipos medievais e modernos acerca da fraqueza corporal, sugestividade e voluptuosidade das mulheres, que fornecerão o substrato ideológico para a feminilidade burguesa, a família nuclear e projetos eugenistas de reprodução humana.

Um dos motes simbólicos da demonização de práticas sexuais não reprodutivas foi a assimilação da figura da bruxa com a da prostituta. A prostituição era uma das poucas formas de ofício feminino exercido na esfera púbica urbana ocidental. A prostituta podia ser considerada apenas uma mulher desvirtuada ou ainda enquadrada sob a alcunha de terceiro sexo, guarda-chuva científico para diversas práticas ditas como inversão sexual, dentre as quais se encontrava, por exemplo, a homossexualidade. Personagem privilegiado de uma literatura pornográfica nostálgica do erotismo da Antiguidade, como aponta Hunt (1999), a cortesã ou meretriz munia-se de artifícios para seduzir os homens, vendendo o sexo alienado do amor romântico – ainda argumentava-se que, de acordo com a pesquisa de Laqueur (1990) sobre o discurso médico medieval, o motivo de sua aparente esterilidade estava associado com a ausência desse afeto. Era um trabalho despido de valor produtivo, uma vez que não teve respaldo moral para uma exploração sistemática durante o desenvolvimento capitalista, e, por isso, um perigo da modernidade.

Assim, podemos chegar a uma definição de trabalho sexual baseada em três aspectos delineados por Federici (2013), a partir de um contexto feminista, marxista e operaísta: a domesticidade, a sexualização e a reprodução da força de trabalho. O aspecto reprodutivo é polissêmico: diz respeito à reprodução da força de trabalho masculina, sendo o sexo e o afeto necessidades comparáveis à alimentação, o sono e a higiene, e à reprodução do trabalhador como mercadoria capitalista, por meio da filiação. É um trabalho não remunerado, realizado por mulheres, centrado no ambiente privado, em nome de uma performatividade de ontologia feminina, quando não justificado como um voluntarismo fruto da solidariedade matrimonial. Esta feminilidade inata foi acompanhada pelo desenvolvimento de discursos médicos e psicológicos como a histerização da mulher, descrita por Laqueur (1990): determinados órgãos exclusivos da constituição física demarcada como feminina, como os ovários, eram responsáveis pela regulação de trejeitos comportamentais. Weber (2004), ao descrever o tradicionalismo, critica as mulheres operárias por não conseguirem se desvincular de formas tradicionais de trabalho, em detrimento de formas ditas mais práticas.

Até o século XIX, de acordo com a argumentação de Macpherson (1970), o capitalismo inglês amadurece o individualismo possessivo como filosofia moral e econômica. Com o desenvolvimento de modelos científicos guiados por uma visão secular e antropocêntrica da realidade, que são apropriados das ciências físicas e aplicados às ciências sociais, promove-se a noção de sujeito atomizado, ou seja, dotado de qualidades inatas de caráter humano precedentes à formação social, o que sugere o lugar da coletividade como competitivo e dependente de uma regulação de ordem contratualista, a fim de proteger as liberdades individuais da barbárie

desregrada. A nível coletivo, a colonização escravocrata e a série de conhecimentos antropológicos, biológicos, geográficos e médicos acumulados que permitiram a taxonomização do humano, ao qual a liberdade e a propriedade privada são promessas da natureza, e os Outros aos quais cabe a espoliação da força de trabalho e do livre arbítrio, tanto os colonizados como as mulheres e o exército industrial de reserva em crescimento. A nível subjetivo, a hierarquização de estados emocionais derivada da reapropriação do platonismo pelo humanismo, pelo solipsismo e pela cisão cartesiana e pela herança da medicina medieval, por meio da qual o domínio das emoções, análogo ao do corpo, é subjugado pelo domínio da razão, análogo à mente, a qual estabelece uma relação de propriedade em relação ao primeiro.

Assim, a condição mínima para o exercício da liberdade cada vez mais desloca-se da posse de terras e bens para a unidade comum e democrática do corpo e para a busca por auto satisfação, que, como descreve Sahlins (2007), deixa de ser o sinônimo de servidão pregado pela filosofia moral católica medieval. Esta noção de liberdade é demonstrada também no desejo afetivo-sexual, sobretudo quando investido de amor romântico, estritamente relacionado ao indivíduo. O individual é local do desejo, e o comum, da disciplina. Retirado do domínio da convencionalidade social e dos vínculos legais, arranjo típico em diversas sociedades feudais e não ocidentais, o desejo é transferido para o domínio da espontaneidade e da necessidade, o que é descrito por Viveiros de Castro e Benzaquem de Araújo (1977) como a substituição de uma sociologia da aliança por uma psicologia do amor; relaciona-se, sobretudo, à capacidade de desafiar desígnios familiares e de demais contrastes contextuais em prol de uma determinação do próprio destino.

Entre os séculos XIX e XX, o status de pária social da prostituição passou por processos porosos de criminalização e regulamentação, junto a intoxicação pública, vagabundagem e demais práticas consideradas ameaçadores e moralmente condenáveis, em um contexto de sanitarização e otimização não só das cidades, mas da genética e moral humanas. As prostitutas são absorvidas por estudos de criminologia, sendo consideradas portadoras de uma degeneração, ainda que sua existência seja explicada por meio de modelos de masculinidade e feminilidade matrimoniais, ou seja, monogâmicos, que já assimilam o homem à esfera pública e a mulher à esfera privada; o homem, à libido excessiva, e a mulher, à libido escassa – como Krafft-Ebing (1895) aponta em seu estudo pioneiro e obsoleto sobre anomalias psicossexuais. É interessante notar que a prostituta, assim como o homossexual, o escravizado, o selvagem, era o Outro do individualismo possessivo: corpos incapazes de autorregulação racional, cuja agência era justificadamente sobrepujada por saberes pedagógicos e terapêuticos. Entretanto, durante os séculos XIX e XX, a figura da prostituta é revestida de nova agência com a emergência do arquétipo da femme fatale, destrinchada em suas multiplicidades por Jaguaribe (2007), que utiliza-se de seus artifícios, de seu corpo de caráter híbrido que sintetiza o conflito entre natureza e fabricação, para seduzir seus parceiros em busca da realização de objetivos pessoais.

Da segunda metade do século XX em diante, é construído um discurso empreendedor baseado na autenticidade individual – ou seja, em uma reformulação da noção de vocação, que se apresenta em suportes externos como testes de aptidão –, na meritocracia – ou na teoria de oportunidades iguais –, no autoaprimoramento e na exposição ao risco. O discurso corporativo se apropria, inclusive, da divisão sexual do trabalho, uma vez que a presença feminina nesses ambientes é

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

valorizada a partir das soft skills, ou inteligência emocional, uma característica que integraria a ontologia da identidade da mulher e ajudaria a equilibrar o ambiente agressivo e competitivo estabelecido pelo domínio masculino.

Este trabalho, entretanto, é um pressuposto adicional ao trabalho doméstico, o que é frequentemente descrito, heroificado ou criticado como jornada dupla ou jornada tripla da mulher. A ênfase das reformas neoliberais dos anos 80 na transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo em âmbitos da vida como a educação e a saúde, respaldadas pelo Estado de bem-estar social, alimenta os papéis tradicionais femininos no núcleo familiar, como o cuidado de crianças e idosos, a assistência para gravidez na adolescência, o sustento de uma educação superior, etc. Ao passo em que o neoliberalismo flexiona as delimitações éticas e morais a fim de otimizar o lucro privado, um movimento contrário, de extrema moralização, localiza na família a célula social a ser gerida como empresa, assegurando a hierarquia de autoridade e a disciplina, como observam Cooper (2017) e Brown (2019).

Nessa nova configuração capitalista, o mercado não identifica mais o local de troca de mercadorias ou encontro entre agentes livres regidos por uma mão invisível, mas sim "um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador (...) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193). Encarar o mercado como um processo subjetivo demanda, em primeira instância, reconhecer o corpo como matéria-prima: "o eu passa a se estruturar em torno do corpo (...), da imagem visível do que cada um é" (SIBILA, 2008). Produz-se um corpo economicamente viável para o trabalho, e, em uma economia marcada pela intangibilidade, pela compressão do espaço pelo tempo – rápida circulação de informações e recursos –, pela valorização de identidades sociais incorporadas e pela porosidade entre público e privado, expediente e lazer, vigília e sono, esse corpo só pode ser um "híbrido de máquina e organismo" (HARAWAY, 2009). Trabalhadores em devir-ciborgue que habitam fronteiras e são programados por Outridades.

Midiatização da sexualidade

Com o advento da web 2.0, que desenvolve o formato da plataforma como "modelo dominante de infraestrutura e economia da web" (HELMOND, 2016), é permitido que o usuário pratique a constante produção de versões de si por meio da autopublicação e dos fluxos entre as múltiplas audiências que se formam em torno de tópicos ou pessoas de interesse. Esta seção se dedicará a compreender os processos de plataformização do trabalho, midiatização da sexualidade e suas imbricações.

Baseadas em confiança, diversas formas de economias de multidão ganharam espaço nas plataformas online em decorrência da ausência de agentes intermediários opacos mediando as negociações; ainda que a plataforma seja esse componente turvo nas transações, sua atuação é dissimulada pela comunicação desintermediada entre usuários. A economia compartilhada, como é o caso de empresas como Uber, que encabeçaram a vanguarda das relações de trabalho plataformizadas, flexibiliza condições como expediente de trabalho, valor recebido e avaliação de desempenho. Apesar de suas particularidades, o mercado do trabalho sexual contemporâneo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

funciona de forma semelhante a outras economias digitais: é marcado pela produção sob demanda, constante necessidade de inovação e criatividade a fim de satisfazer novas demandas e pela plataformização, aspectos descritos por Oliveira, Assis e Costa (2019).

Assim como a Uber não necessita de uma frota privada de carros e conecta motoristas a passageiros, a Onlyfans não necessita de funcionários e conecta corpos desejáveis, empreendedores, a fãs. Nesse contexto, qualquer léxico relativo à prostituição é abolido, tanto pelos usuários quanto pelo cerceamento dos próprios Termos de Serviço, que proíbem a promoção de prostituição ou serviços de acompanhamento. Até mesmo a associação a atores e atrizes pornográficos é evitada, ainda que não haja nenhuma forma de restrição quanto a este tipo de serviço. Categorias como modelo, performer e criador de conteúdo, que enfatizam o trabalho com a imagem, são priorizadas. Cada indivíduo é responsável por valorizar seu "capital humano" (DE MARCHI, 2018, p. 197), ou seja, otimizar o conjunto de atributos que possui, sejam habilidades físicas, intelectuais ou emocionais, de modo que fomente o investimento alheio em sua marca pessoal.

Simultaneamente a esse tipo de aplicativo, surgiram aplicativos de relacionamento, baseados no elencamento de uma série de atributos pessoais que seriam disponibilizados para avaliação pública, funcionando como uma vitrine virtual – como o aplicativo exclusivamente gay Grindr – ou como uma mediação de correspondências – como o amplamente bem sucedido Tinder. No caso do primeiro aplicativo, a lógica de decomposição de atributos corporais como altura, peso, atuação sexual e proximidade geográfica, e no caso do segundo, a identificação visual, o cruzamento de interesses mútuos, e, também, a localização, são utilizados como parâmetros de remanejamento de intenções afetivas e sexuais. O perfil sócio-sexual é avaliado, tal qual um perfil profissional, a fim de preencher os requisitos mínimos para engajamento em uma busca afetiva e sexual, que envolve uma série de rituais como deslocamento, encontro, feedback – que pode ser demonstrado negativamente por meio de bloqueios ou unmatches – pelos quais os riscos de envolvimento em uma possível relação – duradoura ou não, e em ambos os casos o conflito de expectativas é determinante para a obtenção de satisfação.

A mediação e a midiatização da sociabilidade sexual otimizam a remediação da solidão, sinal de fracasso na economia afetiva e sexual. Sobretudo, aplicam um ideal de eficiência aos relacionamentos interpessoais, evitando qualquer natureza de conflito por meio de uma série de estratégias de compatibilidade – que podem incluir astrologia e testes de personalidade –, por meio das quais sugestões automatizadas induzem a interação.

Esse processo – que chamaremos de forma ampla de midiatização da sexualidade, a partir da inspiração dada pelo conceito de midiatização de Hjarvard (2013) – não se dá em função de aplicativos de relacionamento, ainda seja intensificado por eles. Aliada ao desenvolvimento de formas de propagação da informação, como a imprensa e a fotografia e à especialização de campos de saber normativo, a produção de discursos acerca da sexualidade humana e do caráter do indivíduo como sujeito de desejo foi crescente. A sexualidade, antes retida nos redutos da intimidade, da confissão e da terapia, passa a ser tópico de agendamento midiático, permitindo que diversas formas de expressão sexual possam ser conhecidas, avaliadas e contestadas pelo olhar público, ou mesmo, incorporadas pela cultura popular.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para Foucault (1977), duas formas de gestão social das parcerias sexuais se sobrepõem na imagem familiar: o dispositivo de aliança, baseado na fixação de parentescos e na circulação de patrimônios, e o dispositivo de sexualidade, focado no controle dos fluxos de afeto e prazer e nos sutis potenciais corporais de produção e consumo. Ambas definem formas de disciplinar o corpo e o trabalho sexual que executa, proliferando informações sobre maneira correta ou da melhor forma de se fazer sexo, e também, acerca das formas proibidas e pervertidas. Os espaços midiáticos criado por novas tecnologias da informação e da comunicação tornam-se lugares privilegiados de aprendizado, confronto e normatização da sexualidade; Barss (2011) argumenta que o interesse na circulação de imagens sexuais foi essencial para a ampliação dos usos e popularização de novas tecnologias, ainda que, posteriormente, esses meios investissem em censura para viabilizar o acesso de mais grupos demográficos.

Preciado (2010) introduz o conceito de pornotopia, baseado na heterotopia foucaultiana: um lugar em que espaços incompatíveis se sobrepõem, produzindo brechas nas formas tradicionais de organização do poder e do conhecimento. Logo, as pornotopias são espaços em que o prazer e a experiência sexual fogem de normatizações relativas aos domínios do público e do privado, do real e do virtual. Bordéis, clubes de strip tease e mesmo banheiros públicos são alguns exemplos de pornotopias; porém, uma versão destacável da potencialidade erótica desses espaços é produzida por publicações que permitem o consumo de uma simulação midiática de intimidade, desde revistas eróticas a filmes pornográficos, e o ambiente cibernético tornou-se cada vez mais propenso a abrigar esses ecossistemas. Esse consumo – que é também o consumo de uma estilização corporal normatizada como desejável e de um cotidiano sexualizado –, junto a novas formas de auto transmissão de longo alcance, redefiniu fronteiras de permissividade de compartilhamento de conteúdos eróticos. Salas de bate papo com acesso a webcam criaram uma forma de ocupação sexual online além do consumo audiovisual produzido por terceiros.

O acesso cada vez mais democrático a essas condições de auto transmissão possibilitam a conjuntura do sucesso de plataformas como Onlyfans; um regime plataformizado de trabalho sexual é sinônimo de dissolução das fronteiras entre público e privado, lazer e expediente e acentuamento das implicações mútuas entre sexo, relações de afeto e relações de poder. Simultaneamente à midiatização da sexualidade, ocorre o processo de pornografização do cotidiano, descrito por Ryan (2019). É o processo pelo qual o imaginário sexual invade o cotidiano – por meio de arquétipos como boy/"girl next door" (PRECIADO, 2010, p. 65), imagina-se a outra face de secretárias, encanadores, entregadores de pizza – e é reificado pela inserção da produção pornográfica em demais indústrias do entretenimento, por meio de canais privados e outros tipos de assinaturas em pacotes televisivos – licenciados para domicílios e hotéis –, sex shops e clubes de strip tease. Assim, uma complexa estrutura industrial e internacional do erotismo é subsidiária de uma série de companhias de tecnologia.

A dinâmica de monetização na Onlyfans é baseada no que Bonifacio, Hair e Whom (2021) chamam de mecenato digital: longe de acumularem seguidores o suficiente, ou, quando o têm, adquirir valor reputacional para monetizar seu perfil em diversas plataformas de redes sociais mainstream, regidas por lógicas algorítmicas, a maneira mais prática de recompensar o constante trabalho criativo investido por essas microcelebridades é a presença do paywall; esse é o princípio

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

básico do funcionamento da Onlyfans: três mil seguidores é pouco para uma rede social como o Instagram, porém, três mil seguidores pagando uma taxa mensal de 10 dólares, demandando conteúdo customizado pago por meio de gorjetas e ainda engajando em pesquisas internas de público que permitem o alinhamento máximo entre criador e seu público alvo, torna-se uma comunidade rentável.

O modelo é comparado ao crowdfunding; em ambos os casos, pretende-se converter o comportamento experimental e instantâneo da primeira assinatura em uma contribuição prolongada ao longo do tempo. Os corpos desejáveis – ou mesmo apenas partes dele, de acordo com subculturas fetichistas como a podolatria – convertem-se em objetos compartilhados nessa economia plataformizada e a exploração de seus cotidianos, forma de obter informação: autoaprimoramento. É mutuamente produzida uma promessa de retorno: o criador de conteúdo passa a produzir cada vez mais, temendo perder o interesse dos fãs; os fãs, devido à intangibilidade do investimento que realizam, têm dificuldade em acessar expectativas realistas de satisfação.

A lógica da dívida de Lazzarato (2017) antecipa o porvir para normalizar o tempo que é campo da incerteza; a relação de credor/devedor forja o sujeito na assimetria. Para o mercado neoliberal, os trabalhadores sexuais só podem existir em condição de dívida: a mercantilização do corpo, a capitalização da vulnerabilidade corporal, da nudez e dos atos sexuais, por meio da plataforma que coordena essas transações, corresponde a uma dívida moral que nunca se esgota; é um trabalho que, na medida em que produz mais dinheiro, produz mais dívida, mais indocilidade que não pode ser disciplinada pelo processo de trabalho. É uma dívida moral porque é capaz de abalar e desnaturalizar o modo que se organizam socialmente as relações de trabalho e as relações afetivas.

A expropriação do trabalho sexual

A última seção do trabalho expõe um panorama contemporâneo dos principais dilemas que são impostos aos trabalhadores sexuais por atores vinculados de alguma forma à plataforma, sejam os provedores de tecnologias de serviço bancários, os fãs ou Estados nacionais.

Existe um histórico de marginalização dos trabalhadores sexuais por serviços bancários; a plataforma Stripe, responsável pela mediação financeira na Onlyfans, apresenta uma regra contra a associação à promoção de pornografia e brinquedos sexuais; a contradição levava à exclusão de inúmeras contas de trabalhadores sexuais, ainda que não violassem os Termos de Serviço da Onlyfans. Além disso, quando os porta-vozes oficiais da Onlyfans e o CEO Tim Stokely anunciaram o banimento de conteúdo explícito – que logo foi revogado –, apontaram os provedores de pagamento e investidores como principais responsáveis pela pressão por uma plataforma livre para todos os públicos.

Um dos bancos apontados como obstáculo para a manutenção da atual situação da plataforma foi a empresa JP Morgan Chase, que, em 2014, encerrou uma série de contas de trabalhadores sexuais com certa proeminência online, além de, em adição a outros bancos, empecilhar a requisição de financiamentos e empréstimos em função da ocupação profissional. O banco se encontra na lista de doadores da campanha da congressista estadunidense Ann Wagner, republicana e conservadora

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

cristã, responsável por assinar as leis FOSTA-SESTA (Allow States and Victims to Fight Online Sex Trafficking Act[4] e Stop Enabling Sex Traffickers Act[5]), aprovadas em 2018. O principal mote das leis é o cerceamento de conteúdo erótico online, a fim de preverir o tráfico sexual e o abuso infantil.

A congressista, em agosto de 2021, submeteu uma carta ao departamento de justiça dos Estados Unidos, acusando falhas na verificação do conteúdo, argumento sustentado pela organização sem fins lucrativos National Center on Sexual Exploitation[6], que alega que a plataforma explora pessoas vulneráveis, que crianças, devido ao isolamento, ficaram mais tempo conectadas à internet e que, desde 2018, a organização denuncia a presença de conteúdo infantil na plataforma. É interessante notar que a organização, anteriormente denominada Morality In Media[7], posicionava-se publicamente contra obscenidade, brinquedos sexuais, sex shops e a descriminalização do trabalho sexual e pornografia. A organização é acusada de manipular dados, contradizer estudos revisados por pares e fabricar acusações sem fundamento em nome do pânico moral.

Wagner também se posicionou publicamente contra a Onlyfans após uma reportagem da emissora britânica BBC, que revelou que adolescentes que tinham burlado o sistema de verificação de identidade da plataforma e comercializado conteúdo pessoal. Em 2020, algo semelhante aconteceu quando o jornal estadunidense New York Times divulgou que o site pornográfico PornHub possuía cenas de abuso infantil em seu acervo. As empresas de cartão de crédito Visa e Mastercard imediatamente pararam de processar transações relativas aos conteúdos do site, que instaurou um sistema de verificação biométrica para permitir a postagem de vídeos. A Mastercard, desde então, atualizou as regras de processamento de pagamentos para sites com conteúdo sexualmente explícito, demandando provas de consentimento, idade e identificação das pessoas envolvidas nos materiais audiovisuais veiculados. A empresa recebeu um prêmio do National Center on Sexual Exploitation.

Onlyfans faz parte de uma série de investimentos de alto risco – chamados de ações do pecado, devido à falta de consenso ético-moral acerca de sua permissividade social –, que, assim como a grande maioria das produtoras de filmes pornográficos, redes de sex shop, fabricantes de bebidas alcóolicas e cigarros, é possuída por uma empresa-mãe privada, a Fenix International. No momento em que a plataforma ameaçou banir o conteúdo sexualmente explícito em outubro de 2021, uma série de concorrentes se beneficiou da instantânea quebra de confiança na plataforma para promover serviços análogos.

Além disso, há uma multiplicidade de leis ao redor do mundo acerca da permissividade do trabalho sexual, seja ele presencial ou digital. Na África do Sul, por exemplo, a prostituição é criminalizada e a pornografia é restringida e censurada. Porém, desde o crescimento da rede durante a pandemia, inversamente proporcional aos demais setores afetados pelo distanciamento social, o governo do país criou um imposto de 15% a cada transação de consumidores da Onlyfans. A medida, que buscava diminuir o déficit econômico do país, gerou revolta entre trabalhadores sexuais, que

[4] Ato para Permitir que os Estados e Vítimas Lutem contra o Tráfico Sexual Online, em português
[5] Ato para Impedir a Atividade de Traficantes Sexuais, em português
[6] Centro Nacional de Combate ao Tráfico Sexual, em português
[7] Moralidade na Mídia, em português

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

demandaram a descriminalização do trabalho sexual. Nesses termos, a plataformização do trabalho sexual reconhece seu estatuto de trabalho, o que é reivindicado por manifestos cânones do movimento internacional em defesa dos trabalhores sexuais – como o indiano Sex Workers' Manifesto –, uma vez que sistematiza a sua expropriação, porém, direitos e garantias trabalhistas permanecem indiscutidos.

Considerações finais

Com uma ampla concepção do trabalho sexual, é possível investigar as imbricações entre desejo de compra e desejo sexual, que não são recentes e que estão a todo tempo remodelando relações sociais e relações de trabalho, especialmente no ambiente online, onde estão submetidas à midiatização e à regulação híbrida de corporações e Estados, destacando-se os provedores de tecnologias financeiras.

Entretanto, é fundamental para o prosseguimento dessa pesquisa, postular que não se deve assumir um olhar maniqueísta sobre o fenômeno da plataformização do trabalho sexual: ao mesmo tempo em que oferece uma possibilidade alternativa à falta de conforto, segurança e garantia de remuneração que o trabalho sexual presencial não oferece, existem formas de perseguição virtual e existe expropriação de parte dos lucros do trabalho pela corporação que disponibiliza a plataforma. Também não deve ser ignorada a agência dos trabalhadores sexuais, uma vez que existem uma série de motivações que não podem ser resumidas simplesmente a coerção econômica, uma vez que existe respaldo social, cultural e filosófico para a mercantilização do corpo, assim como o voluntarismo do trabalho sexual mobilizado pelo afeto romântico em relacionamentos monogâmicos não deixa de ser um exercício de agência.

Destrinchada essa reflexão sobre o impacto moral da plataforma na sociabilidade digital do trabalho, abrem-se portas para novos questionamentos: qual o impacto da existência de dados materiais que rastreiam as flutuações da sexualidade humana segundo parâmetros quantitativos, ou, mais especificamente, o que significa saber quanto um usuário está disposto a pagar para visualizar um conteúdo específico, produzido por alguém de determinado gênero, com determinadas características físicas, intelectuais e emocionais? E o que é implicado pela exploração financeira da articulação entre desejo de compra e desejo erótico, dada a tradição de estratégias publicitárias baseadas em sexo e o acúmulo sem precedentes de dados vinculando ambas as informações?

Referências

BARSS, Patchen. **The Erotic Engine:** how pornography has powered mass communication, from Gutenberg to Google. Toronto: Doubleday Canada, 2011.

BBC NEWS. **OnlyFans:** adolescentes vendem vídeos íntimos em rede que permite comércio de 'nudes'. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-57284910. Acesso em: 21 jul. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BONIFACIO, Ross; HAIR, Lee; WOHN, Donghee Yvette. Beyond fans: the relational labor and communication practices of creators on patreon. **New Media & Society**, [S.L.], p. 146144482110279, 4 ago. 2021. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/14614448211027961.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CHAMBERS, Ellie. **JPMorgan Chase shuts down porn stars bank accounts**. 29 abr. 2014. Disponível em: https://www.retailbankerinternational.com/news/jpmorgan-chase-shuts-down-porn-stars-bank-accounts-4254921/

COOPER, Melinda. **Family Values:** between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

DAS, Shanti. **Meet the king of homemade porn:** a banker's son making millions. a banker's son making millions. 2020. Disponível em: https://www.thetimes.co.uk/article/meet-the-king-of-homemade-porn-a-bankers-son-making-millions-z9vhq9c9s. Acesso em: 29 set. 2021.

DE MARCHI, Leonardo. Como os algoritmos do YouTube calculam valor? **Matrizes**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 193-215, 29 ago. 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p193-215.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Villatuerta: Traficantes de Sueños, 2013.

FEDERICI, Silvia**. Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

FIRST NATIONAL CONFERENCE OF SEX WORKERS IN INDIA. **Sex Workers' Manifesto**. Disponível em: https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/Sex%20Workers%20Manifesto%20-%20Meeting%20in%20India.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GLAMOUR. **Miss Bumbum vende água do próprio banho por quase R$ 40 mil a um brasileiro**. Disponível em: https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2021/05/miss-bumbum-vende-agua-do-proprio-banho-por-r-63-mil.html. Acesso em: 21 jul. 2021.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2a ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HELMOND, Anne. A plataformização da web. In: OMENA, Janna Joceli. **Métodos Digitais:** teoria-prática-crítica. Lisboa: Icnova, 2019. p. 49-71.

HJARVARD, Stig. **The Mediatization of culture and society.** Nova Iorque: Routledge, 2013.

HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia**: obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

KRAFFT-EBING, Richard Von. **Psychopathia sexualis**. Paris: Georges Carré Editeur, 1895.

LAPOWSKY, Issie. **OnlyFans shows Visa and Mastercard are 'choke-points' of online speech.** 20 ago. 2021. Disponível em: https://www.protocol.com/policy/onlyfans-visa-mastercard

LAQUEUR, Thomas W. **Making sex:** body and gender from the greeks to freud. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LYON, Danika. **Why some businesses aren't allowed.** Disponível em: https://stripe.com/blog/why-some-businesses-arent-allowed. Acesso em: 21 jul. 2021.

MACPHERSON, Crawford Brough. **La teoría política del individualismo posesivo de Hobbes a Locke.** Barcelona: Editorial Fontanella, 1970.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São. Paulo: Boitempo, 2004.

MLAMBO, Sihle. **'If you're taxing OnlyFans, decriminalise sex work', government told.** Disponível em: https://www.iol.co.za/news/south-africa/gauteng/if-youre-taxing-onlyfans-decriminalise-sex-work-government-told-926d2e37-32fd-4fa5-90d0-b334c0eed914. Acesso em: 21 jul. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; ASSIS, Anne Karolline Barbosa de; COSTA, Joelane Borges. O Direito do Trabalho (Des)Conectado das Plataformas Digitais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 246-266, jul. 2019

PRECIADO, Paul Beatriz. **Pornotopía**: Arquitectura e sexualidade en 'Playboy' durante la guerra fria. Barcelona: Anagrama, 2010

PRESS RELEASE. **Congresswoman Ann Wagner Leads Bipartisan Coalition Calling for DOJ to Investigate OnlyFans for Child Exploitation.** 10 ago. 2021. Disponível em: https://wagner.house.gov/media-center/press-releases/congresswoman-ann-wagner-leads-bipartisan-coalition-calling-for-doj-to

REDAÇÃO FINANÇAS. **Twitter lança Super Follow para todos usuários de iOS.** 01 nov. 2021. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/twitter-lanca-super-follow-para-todos-usuarios-de-i-os-201943745.html

RYAN, Hannah. **Museus de Viena lançam conta no OnlyFans para exibir obras de arte 'explícitas'.** 20 out. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/museus-de-viena-lancam-conta-onlyfans-para-exibir-obras-de-arte-explicitas/

RYAN, Paul. **Male sex work in the digital age:** curated lives. Maynooth: Palgrave McMillan, 2019.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SIBILA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SHAW, Lucas. **OnlyFans Creates Its First App With a Twist: No Nudity, No Cost.** 15 ago. 2021. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2021-08-15/onlyfans-creates-its-first-app-with-a-twist-no-nudity-no-cost?utm_source=twitter&cmpid=socialflow-twitter-business&utm_campaign=socialflow-organic&utm_content=business&utm_medium=social

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo."Romeu e Julieta e a origem do Estado", In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade:** ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p. 130-169.

WEBER, Max. O "espírito" do capitalismo. In: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

INDIANARAE ALVES SIQUEIRA:UMA TERRORISTA DO GÊNERO QUE ROMPE COM O CONTRATO SEXUAL DA NORMA

Jessica Tatiane Felizardo[1]

Introdução

Histericamente histórica
Históricamente estoica
Estou cá
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Para que eu possa voltar
Histericamente histórica
Históricamente estoica
Estou cá
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Para que eu possa voltar
Da cor do barro, do berro,
Da prata, do preto, do ferro.
Erro.
Da cor do barro, do berro,
Da prata, do preto, do ferro.
Erro.
Eu vou vingar
Quem mandou morrer
Quem mandou matar
(Júnior está morto)
Para renascer das cinzas
Antes teve que queimar
Arder
Queimar, arder
Queimar, arder
& Se trans for mar, eu rio
& Se trans for mar, água de torneira
& Se trans for mar, eu rio
Contra a correnteza
Pra me lavar

[1] Graduação de Psicologia pela Universidade Federal de São João de-Rei (UFSJ). Mestrado pela Universidade Federal do Espírito Santo em Psicologia Institucional pelo programa (PPGPSI). Atualmente, está atuando como terapeuta na Klínica menor e na ONG (NAC Tales) na cidade de São João del-Rei (MG). E-mail: jessicafelizardo12@yahoo.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

& Se trans for mar, eu rio
& Se trans for mar, água de torneira
& Se trans for mar, eu rio
Contra a correnteza
Pra me lavar
Eu matei o Júnior
(Eu matei)
Eu matei o Júnior
Se vaia
Se traia
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Se vaia
Se traia
Eu matei o Júnior
(Eu matei)
Se traia
Eu matei o Júnior
(Eu matei)
Se vaia
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior[2].

O presente ensaio é um convite para aproximação da existência de uma vida criativa, reinventiva da ativista Indianarae Alves Siqueira.Visa refletir sobre uma subjetividade TransVestiGênere, um corpo falante, nômade que faz de sua vida uma obra de arte como reverberou Michel Foucault (2006).

Antes de tudo, existências transvestigênere, são corpos que vivem em riscos e deixam rastros na cidade quando são mortas pelo Estado transfóbico. Na esteira do fascismo tropical e em busca de produção de possíveis, suas forças materializam em seus corpos, multiplicam-se à revelia, circulam em bando pelo território da cidade ou em puteiros, zonas rurais, consultórios, escolas, universidades, empresas etc.

Eles, elas, elus resistem e se reinventam em meio às suas práticas de si, prostituindo seus saberes nas redes sociais, grupos de estudos, clínicas clandestinas, salas de aula e ruas, batem punheta ou siririca neste imenso continente tropical, fazem uma reinvenção da vida ao se chocarem com a norma e o poder que fabricam sujeitos com certidão de nascimentos com lógica binária.

O Brasil é o país que mais mata mulheres travesti, transexual e transgênero no mundo. A transfobia é uma prática que repercuti nas notícias dos jornais que estampam os números de assassinatos diariamente. Essas vítimas são mortas pelo ódio de um sistema cisheteronormativo. Dessa maneira, quais vidas são possíveis de serem vividas, de aparecem no espaço público?

[2] Canção: "eu matei o Júnior ft. Ventura Profana". Compositores: Linn Da Quebrada / Ventura Profana.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Finalmente, atiçar merda neste sistema, romper com o binarismo, e apostar numa vida criativa aos modos de Donald Winnicott[3], seria uma das provocações que este texto almeja expor e experimentar.

Indianarae-se

> as gay, as bi, as trava, as sapatão estão tudo organizanda para fazer revolução[4]

Indianarae Alves Siqueira**,** é ativista, pute, transvestigenere não binária, vegane, antifascista, foi candidate a vereadore no Rio de Janeiro entre os anos de (2016/2018/2020), fundadore do PreparaNEM, CasaNem eTransRevolução. Atuante desde os anos 1990 na prevenção do HIV/AIDS, luta pelas prostitutas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgênerx, interssexo, GBTQIA+, negres, indígenes, pelos mais pobres e por moradia para todes. O termo TransVestiGênere foi cunhado pela ativista,trata-se de ressaltar as subjetividades trans. Em suas palavras:

> Nós somos Trans pois estamos dou outro lado, vamos além do binarismo de gênero da sociedade cisheteronormativa. Vestir, pois as vestes pra nós são só produtos que nós gostamos da forma e na qual nos sentimos confortável ao usar. Genere: Pois somos neutres. Podemos transitar entre os generos ou não ter genero[5].

Ao cunhar este conceito, Indianarae quebra com o discurso médico, jurídico que enfraquece a vida das mulheres trans, travesti, e transgênero, e lança um conceito para pensar nestas subjetividades enquanto processos de força e resistência que produz uma superfície de desejo imanente.

Aproximar de Indianarae é ter um olhar atendo que elu vem produzindo pistas de uma vida imanente. Mas, o que seria uma vida imanente? Uma vida imanente, segundo Gilles Deleuze, é uma vida singular, alegre, reinventiva, criativa diante da existência dos afetos.

A potência de existir e agir bem como os afetos foram trabalhados por Spinoza (2019) na obra "Ética". Sucintamente, para o autor, tudo se resume em afetos, sendo o próprio desejo preenchido de afetos ativos, forças de criar realidade, de maneira que é a partir do afeto que se julga que alguma coisa é boa ou má.

O desejo para Spinoza (2019), demarca a essência da vida, na medida em que haja de alguma maneira, o desejo é uma potência da realidade, não um plano da falta[6]. Sobre isso, Gilles Deleuze frisa:

---

[3] A partir da obra "O brincar e o aprender" Winnicott (1975) tece provocações a respeito de uma vida saudável sendo uma vida criativa, reinventiva. Assim, uma vida doente, estaria no automático, já que não abre brechas para a criatividade.

[4] Ver no documentário "Indianara", produzido por Marcelo Barbosa e Aude Chevalier Beaumel.

[5]Informação presente na página "Indianare Siqueira" postada no dia 01 de janeiro de 2021 às 22:35.

[6] "Mais uma vez, não dizemos: não há falta. Dizemos: os fenômenos de falta não têm nada a ver como o desejo. Todo mundo, até agora, de Platão a Lacan, todos dizem: ah, o desejo é muito complicado ... é um problema de falta e de satisfação, vocês compreendem ... E então, de Platão a Lacan, a gente se encontra na igreja (DELEUZE, 2018, p. 207).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Quando dissemos que o desejo não era falta, mas produção, não queríamos dizer, evidentemente, que ele produzia seu próprio objeto. Não queremos dizer que a fome do bebezinho produz e basta objeto. Não queremos dizer que a fome do bebezinho produz e basta para produzir leite. Como todo mundo, sabemos que o desejo não produz seu objeto. O que estamos dizendo é que a divisão objeto, do desejo/pessoa distinta/sujeito desejante já implica um corte que pode vir do campo social, que pode vir também da natureza. É um corte sobre fundo de fluxos que fluem, e o desejo é, fundamentalmente, essa fluência de fluxos onde nada falta. Porém, que dois fluxos não se encontram, por exemplo, que o fluxo de fome do bezerro e o fluxo de leite da vaca não se encontram se o bezerro perdeu uma vaca, isso nós já sabemos como todo mundo. Mas nós dizemos que o desejo, em sua essência, são esses encontros ou não encontros de fluxo, assim como há fenômenos de desgosto, porque fluxos podem se encontrar e produzir efeitos de repulsa, ou então não se encontrar e, assim, produzir efeitos que são sentidos como faltas por um sujeito, e não pelo próprio fluxo, obviamente. Sabemos muito bem que há faltas. Sabemos também que a sociedade é organizada para distribuir a falta em tal lugar, o excesso em tal outro. De maneira algum estamos dizendo que não há falta. Dizemos: os fenômenos de falta, isso não é o desejo (DELEUZE, 2018, p.203).

Saber desejar é alçar modos de uma vida que aposte nas forças a partir dos encontros, que nos geram potência aos modos de Spinoza (2009). Assim, este modo de desejar, implica uma maneira particular de viver, isto só pode ser construído por meio do plano da imanência.

Assim, refletir sobre as questões de gênero e sexualidade num plano da imanência, tendo como base a vida da Indianarae, é ter uma dimensão de uma vida que burla os documentos de certidão de nascimento, lançando um corpo máquina que incomoda que se diz nem homem nem mulher, mais que se permiti rir e ir a luta para ser quem se é. O corpo está assim, no embate de afetar e ser afetado mediante aos encontros. Mas, o que seria alias um corpo?

> Um corpo qualquer, Espinosa o define de duas maneias simultâneas. De um lado, um corpo, por menor que seja, sempre comporta uma infinidade de partículas: são as relações de repouso e de movimento, de velocidade e de lentidões entre partículas que definem um corpo, a individualidade de um corpo. De outro lado, um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros: é este poder de afetar e de ser afetado que também define um corpo na sua individualidade. Na aparência, são duas proposições muito simples: uma é cinética, e a outra é dinâmica. Contudo, se a gente se instala verdadeiramente no meio dessas proposições muito simples: uma é cinética, e a outra é dinâmica. Contudo, se a gente se instala verdadeiramente no meio dessas proposições, se a gente as vive, é muito mais complicado e a gente se torna espinosista antes de ter percebido o porquê (ESPINOSA, 2002,p. 128).

Nesta perspectiva, experimentar o que pode um corpo na transição de gênero, é dizer que as pessoas estão cada vez mais modificando seus corpos do ponto de vista fármaco. Paul Preciado traz essas indagações pontuando que vivemos em tempos de uma sociedade farmacopornográfico na medida que os remédios nos atravessam o tempo todo. Em suas palavras:

> O sucesso da industria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em Pílula, nossa AIDS em triterapia, sem que seja possível saberquem vem primeiro a depressão ou o Prezac, o Viagra ou a ereção, a testoterona ou a masculinidade, a Pílula ou a maternidade, a triterapia ou a AIDS. Este feedback performativo é um dos macanismos do regime farmacopornográfico (PRECIADO, 2018, p. 37).

Em sua obra "Texto Junkie" é narrado sua transição de gênero. A obra lança uma estética de escrita implicada, onde o autor traz suas memórias e experiências ao fazer o uso da aplicação de testosterona em si.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na medida em que Paul Preciado corre dos consultórios médicos, ele mesmo faz suas aplicações de testosterona, e registra suas mudanças corporais não só psicológica bem como também a libidinal. "Não tomo testosterona para me transformar em um homem nem sequer para transexualizar meu corpo" (PRECIADO, 2018, p. 18). Existe a partir disso, uma quebra e uma contestação a normatização de corpos trans que carecem de serem avaliados e diagnosticados com transtorno de identidade. Pois, antes de dar início à transição, é preciso ser enquadrado nas normas médicas e jurídicas.

Paul Preciado traz então, justamente essas questões em sua obra. Isto posto, ao experimentar os corpos, produz-se uma estética da existência singular, que se potencializa mediante a paixão alegre, alçando uma vida livre, "Se alguém fez algo que imagina afetar os demais de alegria, ele próprio será afetado de alegria" (SPINOZA, 2019, p. 118).

O terrorismo de gênero: Atirando merda no sistema cisheteronormativo

Paul preciado (2014), lança questões relevantes para pensar a respeito do corpo enquanto uma máquina de experimentação que burla e quebra com o sistema cisheteronormativo. Os corpos que foram oprimidos e violentados por esse sistema, ao produzir um gênero nômade, neutre, buscam atiçar merda no sistema cisheteronormativo rompendo com o contrato sexual da normal. Sobre isso, lemos:

> (...) a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por contrato contrassexual. No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homem ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos-falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos d suas práticas significantes. (PRECIADO, 2014, p. 21).

Desse modo, a estética de um corpo falante, é a desconstrução de identidades na sociedade da contrassexualidade, é a coragem de ser você mesmo, atiçando o terrorismo de gênero. Experimentar a vida, e nossos corpos, é atiçar merda num sistema que enfraquece a vida e tira todo modo de produção de uma vida alegre e singular.

> Desejo que lhes falte força para repetir a norma, que não tenham energia para continuar fabricando identidade, que percam a determinação de continuar acreditando que seus papéis dizem a verdade sobre vocês. E quando tiverem perdido toda a coragem, loucos de covardia, desejo que inventem novos e frágeis usos para seus corpos vulneráveis. É por amá-los que os desejo frágeis e não corajosos. Porque revolução atua através da fragilidade (PRECIADO, 2020, p. 146).

Paul Preciado proclama a sociedade contrassexualidade, uma sexualidade definida como tecnologia. A contrassexualidade teria assim como objetivo, pegar os corpos desviantes (corpos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

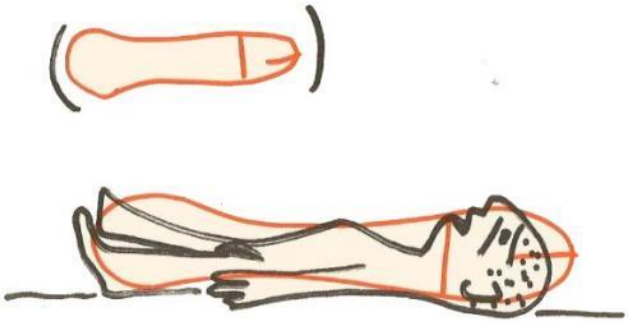
intersexuais, hermafrodita, loucas, caminhoneiras, sapas, loucas, frigidas)e reforçar o poder de desvio em relação aos sistema heterocentrado.

O gênero vai ser frisado semelhante ao dildo, a categoria gênero-sexo abriu brechas para o que ele intitulou de regime farmacopornogrático. Assim, o filósofo vai contra o que Judith Butler diz que gênero é apenas uma performance. De acordo com Preciado (2018), tem algo além desta compulsão à repetição performativa causais como práticas discursivas, culturais e linguísticas. O que se vê é uma disforia orgânica, um corpo medicalizado sendo produzido.

Em outras palavras, o ato de engolir comprimido faz produzir gêneros: "O gênero é antes de tudo prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos" (PRECIADO, 2018, p. 416).

Paul Preciado chega a interligar o gênero com dildo, pois existe uma semelhança entre ambos, uma vez que, além de ter como característica a imitação, sua plastidade carnal subverte o imitado e o imitador. O gênero seria, assim, o polo de uma fábrica tecnológica que fabrica corpos sexuais.

Figura 4: Dildo



Fonte: Disponivel em https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/05/05/o-que-e-a-contrassexualidade-paul-beatriz-preciado/

"Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engranagem
Inventa a contra-mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera[7]"

Inconclusão

Pode-se por essas linhas inconclusas, reconhecer que diante de uma era farmacopornográfica há corpos falantes que vem produzindo outros modos de habitar o mundo. Indianarae Alves Siqueira

[7] Canção: "Primavera nos dentes". Secos e Molhados. Composição de João Ricardo e João Apolinario.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

é um corpo máquina que experimenta burlar, quebrar, romper o sistema binário, heteronormativo com suas reinvenções de vida, com suas alegrias e prática de cuidados de si. Por ora, chegamos até aqui, arriscando falar de alegria, de vida criativa, experimentação e um modo potente de desejar, pois, são essas práticas que nos afeta e move quando nos colocamos em conversa com Indianarae e Paul Preciado.

Referências

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. – São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Cartas e outros textos**. Edição preparada por David Lapoujade. Editora N-1 edições, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Ética do cuidado de si como prática da liberdade**. Em: Ditos e Escritos volume Em: Ditos e Escritos volume V. Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul. **Texto Junkie**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da travessia. Tradução Eliana Aguiar. Prefácio Virgínia Depentes. Editora Zahar, 2020.

SPINOZA. **Ética**. Tomaz Tadeu. 2. ed., 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade.** Traduzido Tavistock. Imago editora Ltda, Rio de Janeiro, 1975.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LOS CRONOTOPOS DEL HOGAR Y LA CIUDAD EN *COMETIERRA* (2019) DE DOLORES REYES

Jimena Bracamonte[1]

Introducción

En los últimos veinte años, la Argentina vio incrementado el advenimiento de barrios populares, también conocidos como villas miseria. Entiéndase miseria como esa pobreza absoluta que vulnera todos los derechos de las personas sin importar su género y edad. UNICEF define a este fenómeno como pobreza estructural porque esas carencias aumentan y se pasan de generación en generación aniquilando toda movilidad social. En estos barrios populares, la pobreza estructural se ve complementada por que también se denominan los nuevos pobres, es decir, familias de clase media que devienen pobres por diversas causas, a las que ahora se les suma todo lo que trajo aparejado el Covid-19.

Este fenómeno se reproduce prácticamente en todas las grandes ciudades del país. Se habla de ausencia del Estado a pesar de numerosas medidas paliativas para este flagelo. En la Argentina pre-pandemia, el gobierno de Mauricio Macri, según el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), aumentó un 35 % la pobreza entre 2015 y 2019. En el Gobierno actual, encabezado por Alberto Fernández, se habla de números similares. Particularmente, en el gobierno macrista la novela *Cometierra* (2019) de Dolores Reyes inscribe su trama.[2]

A modo se síntesis, puedo decir que la Cometierra es el apodo de una adolescente pobre de la Argentina del siglo xxi y que vive en un barrio popular. Es huérfana porque su madre falleció víctima de un feminicidio. Su padre, el femicida, está ausente por obvias razones, aunque en libertad. Vive con su hermano mayor, el Walter[3]. La protagonista tiene un don, el de hablar con los muertos a través de la ingesta de tierra. Por último, puedo decir que tiene una vida doblemente difícil: en su barrio la rodea la violencia, el desamparo y la injusticia, también allí, las víctimas son las mujeres.

Desde dos ejes de trabajos abordaré la novela, en primer lugar, el espacio íntimo del hogar que debe reescribirse por el contexto que presenta la novela de pobreza, violencia hacia las mujeres, marginalidad, abandono y ausencia estatal, ente otros; de allí que el hogar no sea ese refugio

---

[1] Mgter. en Lenguajes e Interculturalidad, Licenciada y Profesora de Español Lengua Materna y Lengua Extranjera por la Facultad de Lenguas de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Doctoranda en Letras en la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba. Integrante de proyecto de investigación: "*Discurso Literario, espacialidades y afectividad en la narrativa del siglo XXI. Estudios sobre Literatura argentina y proyecciones sobre otras literaturas.*" Centro de Investigaciones de la Facultad de Lenguas (CIFAL), UNC, con subsidio SeCyT. jbracamonte@unc.edu.ar, jimebracamonte@gmail.com

[2] Cabe aclarar que no hay datos exactos que vinculen la obra con la situación real del país. La fecha se deduce por las canciones de reggaetón que se cantan en la novela y que permite ubicar temporalmente a la historia.

[3] El uso del determinante artículo "el" es empleado de manera afectiva y cariñosa.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

materno al que se vuelve, sino un espacio cronotópico donde leer el deterioro y las ruinas físicas, pero también de las vidas que en él habitan. En el segundo eje, titulado la ciudad, el espacio público que no es para todas, desde una perspectiva feminista pretendo revisar en la novela algunos momentos en los que la ciudad entendida como un espacio planificado y diseñado por la masculinidad afecta las mujeres y a otras identidades. Durante el recorrido analítico observé la existencia de un lugar intermedio hago referencia a un espacio de frontera entre el hogar y el afuera, la reja de la casa en tanto frontera. En este punto, recurro como categoría de análisis a la frontera de Iuri Lotman (1996), un interesante espacio plurisignificativo que separa y une, incluye y excluye, contiene y elimina.

El cronotopo del hogar

Para Mijaíl Bajtín (Bajtín, 2011 [1982]), filósofo ruso del lenguaje, el cronotopo es la vinculación de las relaciones entre el espacio y el tiempo que se asimilan en la literatura. Para Bajtín es un sinsentido concebir al espacio y la tiempo de forma independiente, no obstante son objetivos y se pueden volver independientes de la conciencia (entidad que aparece tanto en el autor como en los personajes y que permite el diálogo entre ellos a la hora de construir la novela).Es importante ver al tiempo en el espacio no como algo inmóvil, sino como un proceso. Esta categoría bajtiniana es la rectora de la novela, el tiempo de condensa y el espacio se intensifica.

En lo que respecta a la intimidad, se necesita de un yo que enuncia y otro que es exterior al que me enfrento. Es una esfera que nos representa y construye, para reconocerla hay que enfrentarse a la exterioridad que es el polo opuesto. De modo más específico, en lo íntimo hay, tal como François Jullien (2016) plantea, una condición dual en tanto aquello profundo que nos sucede de manera individual, así como aquello que compartimos con algunas personas. A pesar de que no se reduciría a mera complicidad, lo íntimo invierte a lo más secreto en eso con lo que nos vinculamos y provocamos la unión con el otro. En este sentido, se extiende el adentro en un afuera, una especie de yuxtaposición. Lo íntimo equivale al interior de lo interior, es al mismo tiempo que un ensimismamiento una apelación a lo otro. Ese interior pretende trascender la frontera.

Como un primer acermiento a la novela de Reyes (2019), entendemos que *Cometierra* es la narración de una vida, en este caso en primera persona, de esta joven cuyo nombre desconocemos, pero no así sus asuntos más íntimos. Como plantea Leonor Arfuch (2017), el "umbral entre lo íntimo, lo privado y lo público- se despliega, casi obligadamente, el arco de la temporalidad" (p.226) que es también espacialidad y que sirve como marca clara de la cronología. La espacio-temporalidad es para Arfuch indisociable de la experiencia humana.

Mi hipótesis de trabajo en este punto es que, si bien en Cometierra podemos encontrar el cronotopo del hogar o de la casa, no será en los términos clásicos. Sino que será un ejemplo del deterioro y de las ruinas físicas, pero también de las vidas que en él habitan. Para Arfuch, "la casa, espacio simbólico por excelencia que condensa todas las coordenadas del lugar: casa natal, lugar de origen, hogar, cuna, amparo, abrigo, refugio, morada" (2017:229)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

luego de saber que su madre ha muerto y que el padre los ha abandonado a ella y a Walter, hay en el cronotopo del hogar un cambio. En cierto punto, con la muerte de la madre hay un antes y un después en las vidas de estos jóvenes y en sus posteriores acciones vitales. Cabe recordar que la interioridad se construye en la temporalidad no como una línea de tiempo sino en su anclaje en el espacio. Para la Cometierra el anclaje a ese hogar y a su interioridad coindicen y se intensifican.

Para Arfuch la casa o el hogar pueden ser un cronotopo que actúa como punto nodal de la trama, actúa configurativamente dotando de sentido y afecto a los personajes y las acciones que realizan. Luego de la muerte esa casa cambia con la llegada de la tía que pretende cumplir un rol materno, pero que a la larga se da por vencida y los abandona. Después el estar en casa se vuelve una preocupación para Walter. "No hacía nada más que estar tirada y pasar un poco la escoba por la casa como para evitar que algo, no sé qué, nos invadiera" (Reyes, 2019:24)

La primera invasión la hacen los amigos de Walter entre *Playstation* y cervezas. En determinado momento Hernán se vuelve amigo de la joven y un compañero para pasar el rato.

La casa comienza a venirse abajo como la vida de la protagonista. Se quedan sin teléfono,

"A veces pensaba que ya no extrañábamos nada, que nos acomodábamos a cualquier cosa mientras estuviéramos cerca mi hermano y yo" (Reyes, 2019:47) No me parece menos importante el hecho de dejar de tener teléfono porque es una forma de comunicarse con el exterior. Previo a que se rompiera, ella había comenzado a recibir amenazas por la tierra que comía y el caso de Ian. Por la marginalidad que vive, por la ausencia de adultos que se responsabilicen por ella, la casa no es sinónimo de protección. No puede salir porque no conoce, porque vive amenazada y porque, por lo general, se vuelve al hogar materno en busca de protección y nada de eso existe para ella. En esta novela, la casa es la intemperie. Una noche su casa recibe disparos para amenazarla y para que dejara de comer tierra e investigar. "Una de las balas pegó en el tanque de agua y empezó a caer agua desde el techo" (Reyes, 2019:49). Esa situación, ese miedo colectivo que viven todos hace que muchos de los amigos de Walter dejen de ir incluido Hernán.

Ante la pérdida de control, el cronotopo de la casa cede espacio a una naturaleza un poco salvaje que crece y ocupa espacios. Crecen como el pelo de la muchacha que tampoco lo mantiene. Porque la casa también es el jardín. "El pasto andaba invadido de yuyos. El laurel, desbordado, creía por donde le daba la gana. Tenía mil hijos que, a medida que les pegaba el sol, echaban cuerpo y doblaban el alambre de mi terreno como su fuera cartón" (Reyes, 2019:53)

Si bien la casa no es ese espacio que reconforta, es un anclaje a este mundo entre tanta visión sobrenatural, los pies descalzos sobre la tierra de su terreno la conectan a sus raíces, a su extrañada madre y una infancia que tuvo momentos agradables. Es también un espacio al que le cuesta abandonar. La casa es un espacio sin control, también en el interior y no solo en el jardín. "Abajo del sillón de la salita encontré un jean. Estaba bastante limpio. Había también una botella de cerveza vacía, que dejé ahí" (Reyes, 2019:69 El tiempo pasa, la historia avanza, la casa intensifica su declive.

Como puede verse la casa y la esfera íntima de a obra presenta anclajes cronotópicos. No obstante, es tan grande el peligro que la protagonista, con su nueva hermana Miseria y el Walter deben irse, solo se llevan dos mochilas y la puerta queda abierta.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Un espacio intermedio entre el hogar y la ciudad: La frontera o la reja de la casa

El concepto de frontera (Lotman, 1996) es una categoría semiótica que se explicita como una zona de tránsito de la información. Es decir, un mecanismo que cumple la función de filtro traductor que separa, articula, vincula, excluye y permite los diálogos entre sistemas culturales o parcelas de cultura. Hacemos referencia al modo mediante el cual la cultura se autodefine y define, asimismo, a las figuras que marginaliza en su propio sistema: el otro cultural (pensemos, por ejemplo, en mujeres, negros, homosexuales o esclavos, entre otros). Aclaro que utilizo esta categoría lotmaniana, que en Bajtín aparece como la categoría de umbral, pero con ciertas diferencias ya que lo considera un umbral comunicante entre conciencias diversas que se relacionan por ejemplo en el proceso escriturario del que les hablé al comienzo cuando comenzamos con la noción de cronotopo. Bajtín (2011[1982]) entiende que cada sujeto se conoce y se manifiesta, solamente a través y con el otro de manera dialógica.
En *Cometierra* el umbral es la reja de la casa, es el espacio desde el que ella mira el exterior, es el espacio que la conecta de manera parcial y que le brinca ciertas seguridades propias del hogar pero a la intemperie y a la mirada del barrio y de quienes la juzgan.

La ciudad, el espacio público que no es para todas

Pretendo revisar en la novela algunos momentos en los que la ciudad entendida como un espacio planificado y diseñado por la masculinidad afecta las mujeres y a otras identidades. Les propongo este recorrido analítico porque imagino que quizás alguien haya pensado en trabajar con la categoría de ciudad y con algunas particularidades en la novela y me pareció interesante darle otra vuelta de rosca al asunto. En este eje de trabajo hipotetizo que la ciudad es para Cometierra un espacio adverso que presenta peligros en latencia y que desconoce por su permanencia casi inamovible en su casa.
Cabe recordar que la joven está siempre en el barrio, va del almacén a su casa y no tiene demasiadas salidas. En este sentido, revisaremos aquellas salidas del hogar que tienen injerencia en la trama y que me ayudan a comprobar la hipótesis de trabajo, así como otros desplazamientos reales o a nivel introspectivos cuando come tierra.
En primer lugar, identifico su paseo con Hernán y su ingreso a una feria, encuentro que entre conocer de oído y haber ido hay una diferencia. Ella no sale del barrio y casi que ni de su casa. Esa ruta 8, está destruida, clara refracción del estado de muchas rutas argentinas. Esquivan pozos, agua, barro, estacionan la moto y entran a la feria. Un espacio que combina olores, sonidos, personas. Mega, esa feria es uno de sus primeros vínculos con el exterior, en el exterior de su casa. Ese contacto se vuelve una situación de felicidad, una de las pocas que la protagonista atraviesa en la obra.
En segundo lugar, va con Ezequiel a buscar a la prima del policía, la lleva a la casa de esta chica, a comer a una parrillada, a una confitería a comprar masas y a un negocio que vende sábanas y toallas. Ella no se desplaza sola. Siempre necesita de una compañía. La buena comida de la parrillada le recuerda a su madre, la posibilidad de comprarse una toalla y pagarla, así como haber

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comprado en la feria le dan cierta independencia. Pero lo principal en este punto es que ella no sabe volver sola a su casa. "Como casi nunca salía de mi barrio, sola yo no sabía volver a mi casa" (Reyes, 2019: 91).

En este punto, sin adentrarnos de manera profunda en Gabriela Heffes (2008) podemos hipotetizar que en las "ciudades imaginarias" sus mecanismos de producción simbólicos de sentido expulsan a ciertos tipos de personas y por ende no logran acceder a ella. La novela de Reyes (2019) parece estetizar la vida de la pobreza argentina y de quienes están desplazados del sistema, del mercado, de prácticamente todo. Hay una marcada convivencia de diversas temporalidades en lo que respecta a una modernidad que se estrecha manos con lo ultramoderno de la *Playstation* y con aspectos casi coloniales como el barro que rodea la casa o su construcción.

Si bien Cometierra no sale prácticamente de su casa y cuando lo hace, sale acompañada, hay numerosas barreras físicas, sociales, económicas y hasta simbólicas que actúan modelando la cotidianeidad femenina. También es interesante que esas barreras forman parte de varias de las víctimas por las que la protagonista come tierra. En este sentido se equiparan las mujeres a otras minorías como los discapacitados y los niños pobres, como lo son: Ian y Dypi.

Las ciudades, sus posibilidades y restricciones colaboran para mantener los roles de género. La joven sabe por enseñanzas maternas que hay espacios y horarios que son para las mujeres.

> Caminaba la primera cuadra de las siete que tenía hasta la estación de tren. Era temprano todavía. En las casitas se veía ropa colgada, que la gente se había olvidado de entrar y el rocío de la mañana había mojado. A mi vieja no le gustaba que anduviéramos tan temprano. Decía que había tipos que todavía estaban de gira de la noche anterior y que esos eran los peores. (Reyes, 2019: 119)

Eso que podemos considerar imprevisible y que genere cierto miedo en las mujeres, ha hecho que en *Cometierra* la historia de la Seño Ana o de María, dos mujeres que salieron y no volvieron más, sean una clara posibilidad para todas las demás mujeres. Lo imprevisible, en la historia parece acentuarse al consentimiento seguro de los suburbios. El cuerpo de la mujer pobre es signo de peligro y de exclusión en la ciudad. La vendedora la mira mal cuando compra las toallas y tiene las manos sucias, por ejemplo.

Si pensamos en la exclusión que esta ciudad imaginaria por Reyes refracta, estamos en presencia de uno de los principales problemas del país, la pobreza y lo que ella conlleva: pérdida de la escolarización, marginalidad, falta de educación sexual. La vida en la periferia de la vida no es la ideal.

El miedo y su conexión con el exterior aparecen cuando la protagonista pierde a su maestra, luego de haber perdido a su madre. Las mujeres comenzamos desde la adolescencia a entender que hay cosas que es mejor evitar, como, por ejemplo, quedarnos solas entre varones, como ella misma lo dice. Lo ideal es quedarse sola, siempre debemos pensar en nuestra soledad. Si hay dos sentimientos que mixturan este umbral de lo íntimo en lo público es el hecho de que por ser mujeres viviremos en el espacio urbano con cierto miedo e inseguridad.

Consideraciones finales

A modo de cierre hemos visto que estos dos ejes, el espacio íntimo del hogar y el de la ciudad, el espacio público que no es para todas, nos permitieron aplicar las categorías de cronotopo y de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

cronotopía de la intimidad, así como un rápido abordaje de la ciudad desde una perspectiva feminista. Lejos de ser un análisis cerrado porque la investigación siempre está abierta a más interrogantes y a nuevos desafíos.

El cronotopo del hogar como vimos no es ese espacio de refugio materno que acobija y reconforta, es atravesado por la pobreza y la marginalidad un espacio para estar, para habitar sin conservar. Así como vimos que la ciudad es para las mujeres un espacio que se vuelve sinónimo de miedo y se inseguridad, así como lo público que no es público.

El hallazgo de ese lugar entre, frontera o umbral si se toma la teoría lotmaniana o bajtiniana no permite ver que además de haber diferencia y separación hay continuidades. En la reja de la casa, la protagonista no está ni en el escaso refugio que le ofrece la casa ni en la absoluta intemperie del exterior, solo ella transita ese espacio. Queda pendiente trabajar la frontera que atraviesa cuando ingiere tierra y se comunica las víctimas.

Finalmente, aclaro que el abordaje que realicé en esta novela es exploratorio, en tanto está en mis planes profundizarlo y ampliarlo. Quizás, también hipotetizando que estamos en presencia de un nuevo realismo mágico, esta vez marginal, humilde y con sonido a cumbia y reggaetón.

Referencias bibliográficas

Arfuch, Leonor (2017). *Pensar este tiempo. Espacios afectos y pertinencias.* Buenos Aires: Prometeo Libros.

Bajtín, Mijaíl (2011[1982]). *Estética de la creación verbal.* Buenos Aires: Editorial Siglo XXI.

Heffes, Gabriela (2008). *Las ciudades imaginarias en la literatura latinoamericana.* Rosario: Beatriz Viterbo Editora.

Jullien, François (2016). *Lo íntimo.* Buenos Aires: El Cuenco De Plata

Lotman, Iuri (1996). *La semiosfera I.* Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra.

Reyes, Dolores (2019. *Cometierra.* Buenos Aires: Sigilo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CENAS DE SANGUE: REPRESENTAÇÕES DOS CRIMES PASSIONAIS NOS PERIÓDICOS CARIOCAS *GAZETA DA TARDE*, *CIDADE DO RIO* E *GAZETA DE NOTÍCIAS*

Mariana Schulmeister Kuhn[1]

Introdução

Entre o final do século XIX e o início do XX problemas conjugais extrapolavam o campo privado e tornavam-se públicos por meio das manchetes de jornais. Casos de adultério, flagrantes, agressões e até mesmo assassinatos envolvendo parceiros e amantes, eram comuns de serem noticiados pelos periódicos da época. A compreensão destes eventos violentos, suas motivações e consequências está relacionada, sobretudo, aos diferentes papeis sociais atribuídos à homens e mulheres naquele período.

No contexto de entresséculos alguns aspectos das relações de gênero estavam se transformando. Samara (2002) assinala que a desestruturação da sociedade escravista brasileira gerou mudanças no mercado de trabalho e a progressiva inserção das mulheres neste meio. De acordo com a autora, desde a metade do século XIX já havia ocorrido a "incorporação [...] das mulheres solteiras e jovens no universo fabril". Além disso, no início do século XX, as provenientes da elite e das classes médias urbanas "foram aos poucos ocupando espaços, aparecendo algumas atuando na área da Física, do Direito, da Farmácia e da Arquitetura". No entanto, ainda que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tenha oferecido novas opções a este grupo, isso não significou uma mudança completa na forma como elas eram percebidas e em sua autonomia. Elas não estavam isentas de cumprirem suas "funções básicas de mãe e de donas de casa, para as quais tinham sido socializadas e educadas" (SAMARA, 2002).

Afinal de contas, é preciso lembrar que, ainda neste período, as ideias que se tinha a respeito da mulher eram marcadas pela "reprodução de antigos valores morais relativos a uma suposta natureza feminina[2]" (ENGEL, 2006, p. 224). Assim, de acordo com Samara (2002), mesmo alçando novos espaços de atuação, mulheres, nas relações familiares, ainda eram subjugadas pela dominação masculina e consideradas incapacitadas, podendo assumir a liderança da família apenas em situações da ausência do marido. Os homens, por outro lado, desfrutavam de outra situação. Comumente associados às ideias de força, inteligência, dignidade e carreira pública, eles ocupavam espaços de poder, possuíam maiores liberdades e direitos. Desta forma, pode-se dizer que mulheres e homens, viviam ainda em uma relação bastante assimétrica.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Email: mari_schul@hotmail.com.

[2] Segundo Vieira (2002), a ideia de natureza feminina "baseia-se em fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher – a capacidade de gestar, parir e amamentar, assim como também a menstruação". Estas características, muitas vezes foram e ainda são utilizadas como uma determinação biológica e uma forma de justificar concepções como a de um suposto instinto maternal, a divisão sexual do trabalho e atribuições de papeis sociais.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A eles também era relegada uma maior liberdade sexual, sendo, inclusive naturalizada a prática de adultério. Esta flexibilidade em relação à infelidade masculina existia porque acreditava-se que neles os "instintos sexuais" eram mais aflorados que nas mulheres. Desta forma, o adultério nada mais era do que uma forma de o marido sanar esta necessidade que lhe era inerente.

No entanto, quando a situação era inversa, o resultado era diferente. Da mulher esperava-se o recato, a fidelidade e a perfeita representação do papel de esposa e mãe. Orientava-se que, uma vez casadas, elas se vestissem com modéstia, saíssem pouco na ausência do esposo e não o chateassem com interrogatórios se chegassem tarde ou ainda se mantivessem relações extraconjugais. As que corrompiam este modelo não eram bem vistas. "Esposas infieis não deveriam esperar nenhuma compreensão, nenhum gesto de ajuda, nenhuma indulgência. Elas eram fortemente criticadas, quando não punidas" (ENGEL, 2006, p. 478).). Por este motivo, notícias de assassinatos de mulheres pelos seus cônjuges, de agressões físicas e de violência contra a "adúltera e o amante" eram comuns nas páginas dos periódicos deste período. Nestes, expunha-se abertamente os nomes dos envolvidos, o local em habitavam e, às vezes, o próprio jornal já tratava de estabelecer um culpado para o evento conflituoso.

Cometidos em sua maioria por homens, estes crimes denomiandos passionais, tornaram-se comuns no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, chegando ao ponto de serem vistos com naturalidade. Evidentemente que é difícil de "avaliar se houve de fato uma proliferação desses crimes, tendo em vista a dispersão e a incompletude das fontes e, ainda, a subjetividade das estatísticas da época" (ENGEL, 2006, p. 222). Mas o fato é que este tipo de situação começou a incomodar cada vez mais os órgãos públicos, que principalmente a partir de 1910, passaram a ver o crime passional como algo "particularmente ameaçador" para a ordem pública.

Neste artigo o objetivo é compreender como o caso de *Umbelino Silos* foi noticiado pelos jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*, circulantes no Rio de Janeiro, no ano de 1888. A situção, que chamou a atenção do público carioca e dominou as páginas dos jornais por dias, contou com o assassinato de *Antônio Joaquim de Sant'Anna Ramos* por *Umbelino Silos*, devido à relação que *Maria das Dôres*, esposa do último, mantinha com a então vítima. A intenção é analisar como os personagens envolvidos neste trágico espisódio foram representados pela mídia e quais as concepções de honra, mulher, homem e de crime eram vigentes naquele período.

"Crimes da paixão": violência e crime nas relações entre homens e mulheres

Analisar os momentos de conflito de uma sociedade é extremamente revelador. Eles possibilitam perceber "as normas, hábitos e comportamentos que foram quebrados na vivência cotidiana das relações de gênero" (CONCEIÇÃO, 2015, p. 31) e também identificar as transformações que estavam ocorrendo em determinado período.

No contexto brasileiro do final do século XIX , as tensões entre homens e mulheres tornaram-se constantes e cada vez mais expostas publicamente. Segundo Engel (2001), embora mulheres fossem as agressoras em determinadas situações, na maioria das vezes elas eram os alvos dos atos violentos de homens, independente da classe social que pertenciam.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os motivos, que podem ser apontados como os causadores de tais problemas familiares e conjugais, são os mais múltiplos possíveis. Porém, é possível dizer que as próprias transformações sociais e econômicas da época acabaram por gerar estas tensões, pois elas "viabilizaram a disseminação de posturas mais autônomas por parte dos segmentos femininos da população urbana" (ENGEL, 2001, p. 91) o que rompia com as normativas de gênero até então vigentes e possibilitava novas formas de ser e estar na sociedade.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho permitia que elas estivessem em novos espaços de atuação e também que não mais dependessem única e exclusivamente do marido para sua sobrevivência. Por sua vez, com esta mudança, o homem ficava privado de exercer papeis que comumente lhe eram atribuídos pela ideologia dominante, tais como o de provedor.

Outra justificativa que pode ser citada como geradora de conflitos eram as infidelidades ou suspeitas de adultério. Inúmeros eram os casos, em que, suspeitando que suas parceiras – sendo elas esposas, noivas, ou namoradas – tinham outras relações afetivas, homens resolviam a situação através da violência, causando lesões, ou por vezes a morte, da companheira ou do suposto amante desta. A justificativa para tal ação desmedida era a necessidade de "lavar a honra", que havia sido manchada publicamente.

O adultério, neste contexto, mais que um dilema pessoal era também considerado crime. O Código Penal de 1890 determinava que, para a adúltera que fosse casada, deveria ser aplicada a prisão celular de 1 a 3 anos. Ao homem valeria a mesma penalidade, se ele tivesse concubina teúda ou manteúda. Na prática, tal lei significava que a prisão somente seria efetivada contra o homem se ele estivesse mantendo financeiramente outra mulher, e portanto, desviando dinheiro que deveria ser destinado a sua família oficial. A desigualdade de punições para homens e mulheres era evidente. Borelli (2002, p. 3), destaca que

> O discurso jurídico considerava o adultério masculino um deslize aceitável, pois os filhos ilegítimos não traziam desonra ao pai. No que tange ao adultério feminino, as implicações seriam mais graves, pois, a mulher adúltera introduzia a prole ilegítima no seio do casamento e trazia desonra ao marido.

Ainda que houvesse uma legislação específica para tratar de situações de infidelidade, muitos casos de traição eram resolvidas pelo derramamento de sangue. Um exemplo, é o caso de *Justo Barreto*, publicado no jornal *Gazeta da Tarde* em 11 de setembro de 1886. Obrigado a ausentar-se de casa para trabalhar na estrada de ferro D. Pedro II, ele foi prevenido por amigos que sua esposa o estava atraiçoando com outros empregados. Ao espiar a mulher, viu sair de sua casa o mestre de obras *Coimbra* e ficou tomado de ódio. Ao surpreender os dois, o suposto amante conseguiu fugir do marido ofendido. Porém, a situação teve desfecho três dias mais tarde.

> Três dias passou Justo, trabalhando pelo odio e pela vergonha, sem saber como proceder: se dar queixa contra os que eram indigitados como amantes de sua mulher, ou se tomar um desforço por suas próprias mãos. [...] No dia 3 de setembro entre 6 e 7 horas da noite, Justo foi à sua casa próximo a Pedreira Dez e, armado de um revolver desfechou cinco tiros contra sua mulher. O sexto tiro disparou-o contra sua própria pessoa, na cabeça (GAZETA DA TARDE, 1886, p. 1). [3]

[3] Neste trabalho será mantida a ortografia original das fontes. Por este motivo, algumas palavras podem estar escritas com grafia diferente da utilizada atualmente.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os crimes cometidos nestas circusntâncias ficaram popularmente conhecidos como "crimes passionais". Borelli (2003) explica que estes delitos eram chamados desta forma porque seus praticantes alegavam estar tomados de "violenta emoção", de paixão ou ainda privados de suas faculdades intelectuais no momento de sua execução.

O surgimento desta denominação para este tipo de transgressão se relaciona com o Código Penal de 1890 e um de seus questionáveis artigos. De acordo com Borelli (2003), esta legislação, que teve como principal redator o doutor Batista Pereira, foi considerada, na época, mal elaborada, pois misturava preceitos jurídicos de orientações distintas – clássica e positiva. Porém, ainda que contasse com muitos erros, ela representou um avanço em determinados aspectos, pois "aboliu a pena de morte e instalou o regime penitenciário de caráter correcional" (BORELLI, 2003, p. 1).

Um dos principais embates gerados por este Código, girava em torno do artigo 27. Este elencava diversos critérios que definiam quem não poderia ser considerado criminoso. O inciso 4º definia que, não poderia ser punido por seus atos aquele que se achasse em estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no momento do crime. Tal afirmação, criou o que se chamou de "tese da passionalidade", a qual permitiu que muitos homens não fossem devidamente penalizados ao cometer crimes contra suas parceiras e interesses amorosos destas.

A tese da passionalidade tinha como princípio básico a ideia clássica de livre-arbítrio, segundo a qual o ser humano é dotado de uma vontade "livre e inteligente". "Dessa noção, uma outra foi derivada: a idéia de que só é possível punir os atos que derivam de uma ação consciente e desejada" (BORELLI, 2003, p. 2). Partindo desta concepção, atos praticados devido à privação momentânea da consciência – independente dos fatores que a haviam gerado – não eram passíveis de serem punidos.

Borelli (2003, p. 4) destaca que embora muitos recorressem à paixão, à emoção e a dor para justificar seus atos, haviam alguns requisitos para que um crime pudesse ser classificado como passional. Em primeiro lugar, considerava-se que este tipo de delito tinha como uma de suas principais características "a violência impensada como reação a um ato iminente". Desta forma, qualquer atitude que demonstrasse que a ação praticada pudesse ter sido premeditada – tal como a compra de uma arma – poderia derrubar o argumento da passionalidade da ação. Além disso, cabia ao réu comprovar que realmente estava privado de sua capacidade intelectual no ato do crime. Por fim, ainda havia a questão do suicídio, considerado "elemento crucial, pois, para os juristas, era indispensável como forma de demonstrar o arrependimento do réu e a sua situação mental" (BORELLI, 2003, p. 4).

Para sustentar a ideia do crime passional tornou-se comum a utilização dos saberes elaborados pelo criminologista italiano Enrico Ferri (1934). De acordo com este, as paixões que o homem desenvolvia durante sua vida poderiam promover a perda dos sentidos e, consequentemente, levá-lo a cometer crimes. De acordo com este estudioso "a paixão social era aquela que contribuía para a consolidação da vida em comunidade e para o progresso humano. A paixão antissocial era sua antítese, aquela que trazia a destruição dos valores morais e desestruturava a vida em sociedade" (CONCEIÇÃO, 2015, p. 39).

A teoria das paixões foi explorada por juristas braSileiros, os quais possuíam ideias distintas a respeito de sua validade para julgar os denominados "crimes da paixão". Borelli (2003, p. 6),

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

destaca, por exemplo, Lima Drummond que acreditava que o homem muitas vezes era dominado por paixões, mas não admitia que estas fossem utilizadas para "impor debilidade aos criminosos passionais". Na mesma linha de pensamento estava Esmeraldino Bandeira que defendia que "as paixões não poderiam absolver o ato criminoso, somente, atenuar a pena do réu". Na contramão destas ideias, havia Evaristo de Moraes, que "considerava que indivíduos honestos e motivados por paixão social não representam perigo para a sociedade e, por este motivo, não deviam ser encarcerados" (BORELLI, 2003, p. 6).

No rol dos que combatiam completamente a tese da passionalidade estavam Afrânio Peixoto e Roberto Lyra. Este último, realizou na década de 1930 uma série de protestos contra os criminosos passionais. Ele defendia que "os criminosos passionais cometiam seus atos premeditada e friamente, sem relação alguma com momentos de insanidade. E, se isto ocorresse, eles deveriam ser encaminhados para os manicômios a fim de receberemtratamento apropriado" (CONCEIÇÃO, 2015, p. 41).

Porém, crimes deste tipo já existiam antes mesmo da criação do Código Penal de 1890 e da utilização da Tese da passionalidade. Os seus réus, muitas vezes acusados de matar suas companheiras ou amantes destas, não tinham ainda como recorrer à ideia da privação dos sentidos para se livrarem de penalidades, porém, utilizavam-se de outros argumentos – tais como a defesa da honra – para não pagarem por seus atos.

O caso discutido abaixo, de *Umbelino Silos*, ocorrido em 1888 nos evidencia como julgamentos prévios a existência do Código Penal eram conduzidos de forma a suprimir ou inocentar infratores. Ele nos permite também perceber algumas concepções homem, de mulher, de honra e violência que eram vigentes no contexto e continuaram existindo por um longo período. Por fim, nos possibilita refletir como tais ideias, expressas na vida cotidiana se refletiam na jurisdição da época, na concessão e privação de direitos.

Mártir da honra ou criminoso hediondo: O caso de Umbelino Silos

A exposição de crimes passionais na imprensa carioca era algo praticamente corriqueiro nos fins do século XIX. Alguns casos recebiam atenção breve, noticiando-se apenas os motivos do ocorrido e ás vezes os nomes dos protagonistas da ação. Em outras situações, o crime cometido era tão chocante que ocupava as páginas de vários jornais por dias seguidas.

O caso de *Umbelino Silos* pode ser descrito como um dos eventos violentos que mais chamou a atenção dos jornais no ano de 1888. Periódicos como a *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notí*cias acompanharam o drama desde o fatídico momento do delito até o julgamento do réu.

O crime teve como protagonista central *Umbelino Joaquim Silos*, baiano de 40 anos, casado com *Maria das Dôres*. De acordo com as publicações dos jornais acima citados, *Maria das Dôres* havia cometido adultério com *Antônio Joaquim de Sant'Anna Ramos*, em 1884, e fora flagrada por seu esposo na embaraçosa situação. Diante da traição, *Umbelino* tentou alcançar o amante da esposa, mas este fugiu pela janela. Consternado pelo acontecimento, *Silos* tirou a mulher de casa e a levou até seus pais, determinado a encerrar a relação que os unia. Porém, aconselhado pelo pai da mesma, *Alexandre Villar*, desistiu da separação, passou a morar junto do sogro e manteve a união

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

até 1886, quando teve uma discussão com *Maria das Dôres* por ela ter dormido fora de casa. Diante desta situação conflituosa, foi expulso da casa de *Villar* e levou consigo seus filhos maiores, deixando com *Maria* apenas o menor que ainda era amamentado. A partir de então o casamentose desfez.

O caso, porém, se agravou porque, de acordo com testemunhas, o suposto amante de *Maria, Sant'Anna Ramos*, armado de um revólver, passou a perseguir *Umbelino*, mandando-lhe cartas insultuosas e até ameaçando-o de morte. O esposo traído, temendo a situação, armou-se também. O desfecho da história ocorreu no dia 27 de julho de 1888 na Rua Uruguayana. Neste dia, estava *Umbelino* a esperar um bonde quando encontrou *Ramos* e começaram a discutir. *Silos*, armado, então atirou três vezes sobre o rival, levando-o a morte.

A repercussão do crime foi imediata. Vários jornais passaram a publicar sobre o assunto de forma bastante detalhada, contando inclusive com testemunhas. Vale dizer que, embora buscasse passar uma suposta imagem de neutralidade, tais periódicos assumiam claramente um posicionamento diante da situação. Neste sentido, cabe lembrar que, ao utilizar reportagens de jornais como fonte de estudo, alguns cuidados são necessários. Luca (2008, p. 139) aponta que a "imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público". Desta forma, a narrativa presente nas reportagens não pode ser encarada como uma descrição verídica do que ocorreu. Elas estão permeadas por valores do período, interesses e interpretações dos sujeitos que produziram este material. É necessário ter em conta as "motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa" e as razões que existiram para ocultar outras (LUCA, 2008, p. 140).

Para analisar este tipo material, cabe portanto, ao historiador utilizar de ferramentas "que problematizam [...] a narração do acontecimento e o próprio acontecimento". Neste sentido, a fim de realizar um estudo crítico sobre as fontes jornalísticas aqui selecionadas, serão utilizados princípios da Análise do Discurso. Esta abordagem metodológica considera que "a linguagem não é transparente" e busca compreender "como este texto significa" em seu contexto, em relação a quem os recebe, às ideias circulantes, entre outros aspectos.

Em relação aos dispositivos de interpretação, Orlandi (2009, p. 27), define que estes dependem do rigor e do método da Análise de Discurso, mas também dependem do próprio analista. Segundo a autora, de acordo com a questão que se formula, conceitos distintos são mobilizados, pois uma análise é diferente da outra. Para atingir os objetivos propostos para este artigo, as reportagens do caso *Umbelino* serão analisadas a partir de quatro categorias – mulher, homem, honra e violência – as quais possibilitarão compreender como a sociedade da época percebia as relações de gênero e os conflitos decorrentes destas. As reportagens escolhidas contemplam dois principais momentos do crime: as notícias que saíram logo após o ocorrido e as que acompanham o momento do julgamento de *Umbelino*.

A notícia do crime ocorrido na rua Uruguayana ocupou lugar de destaque em alguns veículos informativos cariocas. De forma geral, eles buscavam passar para o público, ávido por informações, o máximo de detalhes acerca do ocorrido. Porém, para além do relato das questões essenciais, alguns dos periódicos também buscavam teorizar a respeito dos culpados pela existência de tais infrações, sobre a questão da defesa da honra e dos vícios sociais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O jornal *Cidade do Rio*, na publicação do dia 28 de julho de 1888, além de noticiar o assassinato de *Sant'Anna Ramos*, buscou também justificar as ações de *Umbelino Silos* – o homicida – e encontrar o verdadeiro culpado pela degradante situação que havia ocorrido. De acordo com o autor da notícia, o causador destes crimes sangrentos era a própria sociedade, que pervetia os valores, cultivava o adultério e os maus hábitos em homens e mulheres.

> E das indagações a que se procedem sobre as causas determinantes desses lamentosos desastres tão dolorosamente a perturbar a paz inconsciente das multidões carcomidas por todo esse trabalho interior de depravação, resalta sempre a criminalidade, não do homem que disparou os tiros de rewolver ou embainhou o punhal nas carnes do inimigo, mas a sociedade que não soube cohibir-se a si mesmo, que fez para si uma atmosphera de convencionalismos lorpas, que arvorou em dogmas umas tantas asneiras e perverteu a noção santa da honra (CIDADE DO RIO, 1888, p. 1).

Na reportagem, além da tentativa de isentar – ou ao menor suprimir – a culpa de *Silos* pelo crime, há também a associação da prática de tal violência como uma forma de "defender" a honra masculina, que havia sido manchada pela traição da esposa e pelas injúrias públicas do amante. De forma muito clara, defende-se inclusive que o marido tem o direito de matar a sua mulher quando exposto de situações consideradas ultrajantes:

> [...] emquanto não ficar estabelecido, muito claramente proclamado que a honra de um homem não pode ser guardada dentro do cofre das graças de uma mulher, ao marido ultrajado vai perfeitamente o direito de matar e o orgão da justiça pública só póde arrastar ao banco dos réus a sociedade que determinou semelhante acto, que impôz como solução última e obrigatória desse triste estado das cousas (CIDADE DO RIO, 1888, p. 1).

A defesa da honra era um argumento comumente empregado em casos de crimes como o analisado. O uso de tal justificativa expressa os valores patriarcais que orientavam a sociedade brasileira de fins do século XIX. A ideia de que o homem tinha posse sobre a mulher a partir do momento que com ela casava ou se relacionava, permitia e legitimava que ele cometesse atos violentos contra ela – ou contra pessoas a ela relacionadas - restringisse suas ações, escolhas e desejos.

Samara (1995) explica que embora não estivesse expresso literalmente em uma legislação o direito do homem sobre a vida da mulher, esta ideia era um "princípio arraigado, quase como uma herança moral a ser presevada dos tempos da conquista" (SAMARA, 1995, p. 63). Além disso, as "regras do jogo que pautavam as relações entre marido-esposa" também eram bastante lacunares no período imperial, tornando-se mais claras apenas a partir do advento da República.

No processo de narração destas transgressões, é evidente que os jornais também já assinalavam seu posicionamento, determinando mesmo que implicitamente, quais personagens eram inocentes ou vítimas da situação e quais eram os responsáveis. Além disso, a forma como eles eram descritos nos permite identificar algumas concepções de homem e de mulher vigentes no período.

Umbelino Silos, chamado de mártir em uma publicação da *Gazeta da Tarde* é, claramente visto pela imprensa da época como um marido sofredor, que merece ser absolvido de suas ações. Na notícia do dia 28 de julho, o periódico *Cidade do Rio*, fez uma breve descrição sua, a fim de que o público leitor conhecesse o protagonsta do crime tão comentado:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] E é por tudo isto que na historia pungente do drama de hontem ressaltam todas as benevolencias para o miserando Silos – para aquelle homem que abriu para si as portas de um carcere, mas abriu tambem a portas das sympathias populares.
> De estatura regular, rosto oval, o diametro um pouco exagerado nos malares, nariz cheio, romano, bigode e cavaignac, largo, curto e negro, a sua physionomia tinha a dignidade das dôres nobres e profundas. Estava vestido com decência, mas sem apuro. Frack e collete de chevit preto, calça de casemira escura. Sacudimol-o do torpor, em que o acontecimento fatal o mergulhara, e sabendo que eramos da imprensa, pediu-nos com um soluço: - Compadeçam-se de meus filhos. (CIDADE DO RIO, 1888, p. 1).

Ao construir a imagem de *Silos*, a imprensa optou, de forma intencional, por descrevê-lo como um homem decente, de aparência sofrida – devido aos últimos acontecimentos - e emotivo. A invocação de sua imagem paternal também é uma estratégia que fazia com que o público se identificasse com o réu e se compadecesse de seu sofrimento, a ponto de considerá-lo digno de absolvição.

O tom empático, utilizado na escrita sobre *Silos*, desaparece quando se passa a narrar sobre *Sant'Anna Ramos* e *Maria das Dôres*. Apesar de ser a vítima do crime, *Ramos* é evidentemente narrado como um homem irresponsável, violento e sedutor. Na publicação da *Cidade do Rio*, escreveu-se que ele "se apoderara da mulher de Silos", que era um português nacionalizado de "physionomia insinuante" e que andava armado. A conduta de *Ramos* também é questionada quando se menciona que ele possuía dois cômodos – um em seu estabelecimento comercial e um outro fóra – e que dormia ora em um, ora em outro, buscando demonstrar que lhe faltava estabilidade e que não possuía um lar "digno" para o qual voltava todos os dias. Pela maneira como era apresentado, praticamente defendia-se que o seu assassinato era justo.

Maria das Dôres também não era bem-vista. Na publicação da *Cidade do Rio*, explica-se que ela fora obrigada a casar-se com *Silos* aos 12 anos de idade e que recentemente havia vencido, na Bahia, uma ação de divórcio contra o esposo. Apesar de haver-se noticiado publicamente que seu casamento havia ocorrido "à força", em nenhum momento houveram questionamentos sobre a diferença de idade entre os cônjuges, sobre o modo de vida que *Maria das Dôres* possuía com o marido, se ela era bem tratada, ou ainda os motivos pelos quais ela solicitara o divórcio.

Chamada de "mulher adúltera", evidencia-se a todo momento sua relação ilegítima com *Ramos* – a qual, de acordo com os jornais, deu origem a dois filhos – e o desrespeito que ela havia praticado em relação à instituição do casamento e contra seu marido. Após o crime ela passou a ser mal-vista para população carioca, que tentou inclusive, agredi-la em algumas situações, o que obrigou a força policial a escoltá-la de um lugar a outro:

> Desde que começaram os espíritos a serenar, a tropa formou-se e Maria das Dôres, acompanhada de Alexandre Villar e pelo Sr. Dr. Nogueira da Gama que levou-a até o carro, tomou este [...]. Nessa occasião rompeu estrondosa vaia, e dezoito praças de cavallaria foram o sequito que teve quem deixára morto um homem e no cárcere aquelle que a Igreja lhe consagrara como esposo.
> Apesar da valentia com que os animaes arrastavam o vehiculo, este foi seguido por dezenas de pessoas aos gritos e assovios até a casa de residência de Maria das Dôres, à rua Theophilo Ottoni.
> Ahi também conservava-se muito povo e vaia com que este a recebeu foi immensa. Ao entrarem para a casa, fechadas as portas desta, sobre ellas foram arremessadas garrafas e diversas projectis (GAZETA DA TARDE, 1888, p. 2).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Neste trecho percebe-se a rigorosidade com que o comportamento feminino era julgado. "As esposas sempre foram ensinadas a agir com cautela, submissão e resignação (SAMARA, 1995, p. 62) e quando, saiam do esperado, como *Maria das Dôres*, os resultados podiam ser desastrosos. Elas corriam o risco de serem violentadas, terem suas vidas tomadas e de serem repudiadas publicamente.

As descrições e defesa feitas na imprensa se assemelham muito ao tom que conduziu o julgamento do caso. Este recebeu igual notoriedade e praticamente foi transcrito por jornais como *Cidade do Rio* de também pelo periódico *Gazeta de Notícias*.

Umbelino Joaquim Silos foi julgado no dia 29 de setembro de 1888, tendo a sessão início as onze e meia da manhã. O réu foi processado pela promotoria pública como o causador da morte de *Ramos*, a partir do que estabelece o artigo 193 do Código Criminal de 1830 e teve como defesa os advogados o *Dr. Sá de Benevides*, *Dr. Busch Varella*, *Dr.Jansen Júnior* e *Dr. Cyro de Azevedo*. O processo teve início com o interrogatório de *Silos*, o qual narrou os fatos que antecederam o crime, suas motivações e o dia do fatídico acidente.

Na sequência, tomou a vez a promotoria, na figura do *Dr. Sampaio Ferraz*, procedendo com as acusações. Porém, antes de iniciar seu discurso a respeito do crime que estava sendo julgado, aproveitou o momento para parabenizar a imprensa, e a cobertura jornalística que esta havia realizado. Segundo o promotor, ele sentia

> [...] o sentimento de admiração pela imprensa que abriu caminho para a oppinião e é ella quem o abre sempre em favor dos apprimidos, dos interesses e direitos dos fracos.
> No caso foi a imprensa que deu o grito de alarma, o primeiro brado, chamando a attenção de todo o paiz, na sua circulação maior ou menos, para este drama de sangue [...]. Foi a imprensa que disse que era a honra ultrajada, que derramou o sangue do amante, [...] assim como disse que a honra da familia é que formou ondas de sympathia em prol de Silos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, p. 2)

Nota-se no discurso do jurista uma aprovação em relação ao envolvimento da imprensa no caso julgado. Em nenhum momento, a atuação dos jornais, que reconhecidamente haviam formado uma posição de defesa de *Silos*, é considerada por *Ferraz* como um fator que poderia influenciar no julgamento no imparcial do caso. Entretanto, apesar de valorizar o trabalho desenvolvido pelos periódicos, ele buscou em seu discurso de acusação contra o réu, demonstrar que as duas principais teses que buscavam absolver *Silos* – a da defesa da honra e da legítima defesa – não eram aplicáveis. De acordo com *Ferraz*, o assassinato de *Ramos* não poderia ser justificado como defesa da honra porque *Umbelino*, se desejasse realmente se vingar das injúrias cometidas pela mulher e pelo amante desta, teria tomado providências assim que havia descoberto a relação ilegítima, em 1884. O promotor chega até mesmo a sugerir que o homicídio da mulher seria considerado "aceitável", se tivesse sido cometido nas circunstâncias do primeiro flagrante:

> A mulher que procede como esta, que deshonra o marido e os filhos, ou deve ser assassinada, ou expulsa; n'aquelle caso, quando no marido há fraqueza motivada por affectos; n'este quando o hommem é superior e dentro da commoção d'essa injura, tem olhos para vêr o futuro de seus filhos.
> Nem uma cousa nem outra se deu; mas ambos, elle e ella, entraram no regimen de transacções que não podem ser admittidas na natureza immaculada da honra (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, p. 2).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Da mesma maneira, o promotor não acredita na tese de legítima defesa. Para explicar seu posicionamento, o *Dr. Sampaio Ferraz* evoca uma carta de que havia sido escrita por *Umbelino Silos*, na ocasião de um dos últimos confrontos com *Ramos*. De acordo com o réu, a epístola serviria para avisar as autoridades acerca das ameaças que vinha recebendo de *Ramos*, caso acontecesse algum acidente com ele ou até a sua morte. Para o promotor, no entanto, a carta produzida por Silos e o ato deste comprar uma arma para carregar junto de si, provavam que ele mataria o amante da esposa, na primeira oportunidade que tivesse, tratando-se portanto de um crime premeditado. As acusações lançadas pelo promotor foram refutadas pelos advogados de defesa. De acordo com eles, a promotoria havia criado "um romance baseado na defesa da honra", e as afirmações não se comprovavam. Sobre a atitude de *Silos* de não lavar sua honra no ato da descoberta do adultério, eles argumentaram que o réu

> [...] quando encontrou um homem em sua casa, não tinha certeza de que a mulhe o trahiu; esta protestou que não, e diante de si elle via os filhos a quem adorava, e pensava sobre o futuro d'elles. [...] Foi por ser pai, por adorar os filhos, para garantir-lhes a educação e o futuro, que deixou vivos e seductor e a adultera, buscando forças para este acto de uma grande abnegação, na innocência immaculada, nos doces afagos e caricias, no elevado e suave amor de seus filhos (GAZETA DE NOTICIAS, 1888, p. 2).

A estas informações os advogados ainda acrescentaram que a circunstância do tempo não afetava o caso, e que Silos tinha direito de lavar sua honra, ainda que anos depois de descoberto o adultério. Por fim, defenderam que as suas ações haviam sido praticadas pelo réu tinhm a única finalidade de manter o respeito e a estabilidade de sua família.

Quanto à ideia que Silos não havia agido por legítima defesa, mas que antes, praticara um crime premeditado, os advogados alegaram que a promotoria tinha um argumento vazio e que, se realmente estivesse convicta desta afirmação teria denunciado a "falta de cumprimento de um dever" e adicionado um agravante ao julgamento do réu. Além disso, de acordo com os advogados, *Umbelino* havia agido em legítima defesa, pois no dia do crime, quem primeiro havia disparado tiros, fora *Sant'Anna Ramos*.

Após as argumentações coube ao júri tomar a decisão final sobre o destino do réu. Este foi absolvido de forma unânime e considerou-se que seu ato criminoso havia sido motivado por desafronta de injúria e em defesa de sua própria vida. A *Gazeta de Notícias* narrou que, após a leitura do veridicto, grande foi a comoção popular: "*Silos* ao sahir da sala do tribunal foi abraçado por grande número de amigos. Teve uma syncope. Nas escadas formaram alas mais de duzentas pessoas que o acclamaram victoriosamente à sua passagem" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, p. 2).

As notícias que expuseram o caso de *Silos*, bem como o processo de seu julgamento não dão pistas acerca das regras sociais da época e do modo de funcionamento da justiça no final do século XIX. No contexto do crime de *Silos* ainda não havia sido publicado o Código Penal de 1890, que facilitou, por meio de seu artigo 27, a absolvição de muitos homens devido a alegação de uma transitória perda dos sentidos e das faculdades intelectuais. Nota-se, entretanto, que apesar da ausência deste dispositivo legal facilitador, a defesa de *Umbelino* foi construída a partir de um

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

arsenal ideológico extremamente forte e eficiente para a época - o do direito de defesa da honra masculino.

A ideia de que um homem possuía o direito de violentar ou assassinar sua parceira ou o amante desta diante de situação de adultério, nos mostra como a prática da violência em relações afetivas era naturalizada e uma constante no período. Além disso, a absolvição de indivíduos como *Silos*, o repúdio público sofrido por *Maria das Dôres* e os argumentos utilizados no julgamentos evidenciam como a sociedade brasileira da época era machista e guiada por valores patriarcais.

Por fim, cabe destacar o poder se comunicação e intereferência que a imprensa neste período. A publicação das reportagens e as escolhas narrativas dos jornalistas levavam o público leitor a adotar um ponto de vista específico. Estas opiniões formadas a partir do discurso jornalístico não ficavam restritas a circulação social, mas chegavam a influenciar decisões judiciais, como bem nos demonstrou o caso de *Umbelino*. Desta forma, longe de apenas informar o cidadão acerca dos acontecimentos cotidianos, estes periódicos também tinham a função de formar opiniões, as quais refletem muitos a cultura e as ideias da época.

Considerações finais

O estudo sobre as práticas de violência, cometidas no interior de relações afetivas, nos evidencia como algumas concepções e posturas de séculos passados ainda permancem vigentes em nossa atualidade. A ideia de defesa da honra, o abrandamento das infidelidades masculinas, o julgamento excessivo sobre infrações femininas e a alegação da passionalidade no momento de crimes, são elementos que, em certa medida, ainda fazem parte de nosso cotidiano no século XXI.

Desta forma, mais do que compreender como se davam as relações de gênero, os crimes e processos judiciais no Brasil Império e República, este trabalho também busca levantar reflexões acerca de nosso tempo e de como algumas ideias precisam ser urgentemente superadas.

Além disso, o uso de fontes jornalísticas dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias* nos leva a perceber como no contexto entresséculos a imprensa periódica possuía força e capacidade de mobilizar a opinião pública, a ponto de interferir em processos criminais. Tais documentos, apesar de serem riquíssimos vestígios do passado, também nos mostram a importância de uma análise crítica e perspicaz do historiador ao utilizar as produções da Imprensa como forma de compreender outras temporalidades.

Referências Bibliográficas

BORELLI, Andrea. Adultério e a mulher: considerações sobre a condição feminina no direito de família. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, p. 07-19, 2004.

BORELLI, Andrea. A tese da passionalidade e os Códigos Penais de 1890 e 1940. In: **ANPUH–XXII Simpósio Nacional De História**, João Pessoa, 2003.

CONCEIÇÃO, A. C. L. **Metendo a colher:** os crimes pasionais em Salvador (1940-1980). Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

ENGEL, M. G. Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 86-101, 2001.

ENGEL, M. G. (2006). Relações de gêneros, violência e modernidade nas crônicas cariocas. In: SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

SAMARA, E. D. M. Mistérios da "fragilidade humana": o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 57-71, 1995.

SAMARA, E. D. M. (2002). O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. **Psicologia Usp**, V. 13, p. 27-48, 2002.

Fontes

Dramas do adultério. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, p. 1, 11 set. 1886.

Os dramas do adulterio: senas de sangue. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jul. 1888.

Scenas de sangue: assassinato a tiros de rewolver. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, p. 2. 01 ago. 1888.

Tragédias do adultério: o processo de Sillos. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1-2. 29 set. 1888.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

TERTÚLIAS COR-DE-ROSA

Marlene Filipa Rocha Almeida[1]

Enquadramento teórico

Se, por um lado, temos uma perspetiva mais profana, que associa a dança oriental a algo imoral e impuro, por outro ela também pode ser encontrada em casamentos, aniversários, programas de televisão e apresentações para os turistas em hotéis e cruzeiros (Pires, 2016). Isto acontece porque a dança oriental é uma atração para turistas e por isso torna-se bastante lucrativa, mas como está associada à nudez e à sensualidade, as mulheres que a querem praticar profissionalmente encontram diversas restrições e preconceitos, apesar de a aprenderem desde a sua infância (Pires, 2016).

A dança oriental, quando foi criada, estava bastante relacionada com a religião e o sagrado, reunindo diversos elementos relacionados com o misticismo e a natureza (Silveira, 2019). Por isso, inicialmente ela era chamada de Raks El Shark, que significa "dança do leste", pois essa é a direção de onde nasce o sol (Pires,2016). Para além disso, esta é uma dança muito ligada ao feminino, pelo que os seus movimentos dão um grande enfase à região do ventre com encaixes e desencaixes, contração e descontração do abdómen e movimentos ondulatórios do quadril (Oliveira, Marques, Souto, 2015). Xavier (2006) e Braga (2008) afirmam que a dança oriental foi feita exclusivamente para o corpo feminino, permitindo o resgate feminino na medida em que as mulheres, com a sua prática, conseguem autoconhecer-se, autocurar-se e aumentar a sua autoestima, a sua sensualidade e sexualidade, pois aceitam-se a si mesmas e o seu corpo percebendo que o fundamental é ser saudável e flexível. Deste modo, a dança oriental traz benefícios para as mulheres a nível corporal, estético e psicológico, porque os movimentos ondulatórios dos músculos do ventre "massageiam" os órgãos internos, o que permite auxiliar na hora do parto, regular o metabolismo e melhorar a circulação, o que faz com que o ciclo menstrual também melhore, nomeadamente no que se refere às cólicas primárias (Oliveira, Marques, Souto, 2015).

A dança oriental permite queimar muitas calorias, pelo que auxilia na manutenção de um estilo de vida saudável e possibilita a reeducação postural (Braga et al., 2011). A nível estético a dança oriental fortalece a musculatura do abdômen, pernas, braços, costas e glúteos, desperta a feminilidade e permite que as mulheres conheçam o seu corpo de modo a destacarem as partes que mais gostam e a atenuar as que consideram que não as favorecem (Oliveira, Marques, Souto, 2015; Braga et al., 2011). Já em termos psicológicos, a dança oriental contribui para o desenvolvimento do autoconhecimento, autoestima, autoimagem, ajuda na desinibição e desenvolve a capacidade de gerir relacionamentos através da convivência grupal e proporcionando

[1] Mestranda em Educação e Intervenção Social – Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de alunos na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESSE|PP), licenciada em tradução e interpretação em Língua Gestual Portuguesa e assistente pessoal no Centro de Apoio à Vida Independe na APPACDM do Porto. E-mail: marlenefilipa96@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o bem estar (Oliveira, Marques, Souto, 2015). Para além disto, alguns autores consideram que a prática desta dança permite reduzir a complexidade na abordagem da sexualidade feminina, favorecendo a expressão e libertação do corpo e da mente, o que conduz à autovalorização e à busca do sentido positivo da vida (Abrão, Pedrão, 2005).

Porém, apesar destes benefícios e do significado sagrado atribuído à dança oriental na antiguidade, o contacto do mundo ocidental com esta e o desenvolvimento de uma sociedade patriarcal e monoteísta conduziram ao surgimento de uma perspetiva preconceituosa para com esta dança. Deste modo, existe uma dualidade no tratamento das bailarinas de dança oriental, que também depende da perspetiva que cada pessoa ou sociedade tem sobre esta dança. Atualmente existem duas formas de ver esta dança: a que se liga ao culto e às altas esferas e a que se liga ao popular, isto é, às ruas (Aguiar e Kussunoki, 2009). Por isso, ou as bailarinas conseguem ter uma grande fama e sucesso, sendo consideradas grandes artistas, ou são bailarinas em alguns restaurantes turísticos pequenos e médios, acabando por se prostituir. Nestes últimos locais considera-se que não existe um compromisso cultural (Aguiar e Kussunoki, 2009).

Por outro lado, as mulheres aprendem esta dança desde pequenas no seio familiar e praticam-na em celebrações como aniversários e casamentos, mas, se decidirem praticar a dança oriental profissionalmente ou lecioná-la, encontram grandes entraves e preconceitos, tendo muitas vezes de escolher entre a família e a dança. O mesmo ocorre com as bailarinas estrangeiras que vivem no Cairo. Apesar de ainda assim serem as que mais se apresentam em público, precisam, não raras as vezes, de esconder a sua profissão e viver uma vida e identidade duplas, para conseguirem casa para morar e aceitação social (Oliveira, Marques, Souto, 2015). Esta situação acaba por ser promovida pelo próprio governo e pelos partidos políticos, como por exemplo o Irmandade Muçulmana, que tentou aprovar uma lei que proibia as apresentações publicas de dança oriental, por considerarem que estas são um mau exemplo para as meninas e mulheres "de família", devido à associação desta dança com a prostituição (Oliveira, Marques, Souto, 2015). Contudo, uma das maiores receitas e atração turística do Egito são as apresentações luxuosas de dança oriental nos principais hotéis do país. Essas bailarinas, além de serem muito bem pagas, também são idolatradas pelos egípcios, o que gera alguma controvérsia (Oliveira, Marques, Souto, 2015).

Silveira (2019) acredita que esta dicotomia e o preconceito sobre a dança oriental advêm de uma atitude misógina, que coloca o homem como o protagonista de uma sociedade e a mulher com um papel secundário "sem voz". Sobre este assunto, Grosz (2000), afirma que o homem representa o reprodutor e a potência de uma sociedade, enquanto a mulher resta apenas como reprodutora. Deste modo, os homens têm justificado o seu protagonismo na sociedade, considerando que os poderes reprodutores e definidores das mulheres tornam-nas vulneráveis, pois possuem corpos frágeis, imperfeitos, desregrados e não confiáveis, necessitando de proteção e tratamento especial (Grosz, 2000). Deste modo, as mulheres, bem como os seus conhecimentos e culturas, foram alvo de interpretações masculinas, que levaram à tentativa de abafar e dizimar estas práticas e saberes, inclusive através da igreja e da sua repressão, principalmente na época da "caça às bruxas". Segundo Silveira (2019), foi "um extensivo formato de eliminar todo e qualquer rastro de autonomia, inteligência, intuição e saberes das mulheres, colocando-as num lugar subjugado e controlado" (Silveira, 2019, p.99). Transpondo isto para a dança oriental, é evidente

que esta, tal como já foi referido anteriormente, tem diversos símbolos místicos associados a práticas pagãs, o que faz com que muitas bailarinas sejam vistas como bruxas que utilizam todos os elementos da Natureza (Silveira, 2019).

Assim, a dança oriental é ao mesmo tempo um instrumento de fortalecimento, desenvolvimento e emancipação e um símbolo de resistência das mulheres; bem como uma atividade erotizada e associada ao profano, à promiscuidade, às bruxas (mulheres que vivem à margem das regras da sociedade) (Silveira, 2019). Porém, Pires (2016) refere que cada bailarina é responsável pela forma como vive esta dança e como a transmite, dependendo também delas desconstruir este estigma: "Esta dança tornou-se uma técnica primorosa e difere-se no uso a que cada bailarina se propõe fazer dela, que vai desde a busca por autoconhecimento e bem estar até a prática de uma atividade física. A mesma pode também ser praticada como facilitadora para a gestação, como sedução, como técnica para a hora do parto, como atividade profissional, entre outras." (Pires, 2016)

Isto acontece porque as sociedades e as culturas são dotadas de plasticidade cultural e de ressignificação (Pires, 2016). Kroeber (1993) afirma que as sociedades e a cultura são mutáveis, isto é, podem transformar-se ao longo do tempo, principalmente devido à intervenção do sujeito no meio. Cada pessoa é capaz de mudar a cultura, transformá-la, ao mesmo tempo que é mudado por ela, pois o sujeito recebe a cultura como lhe é transmitida e interpreta e age sobre a mesma, com o seu cunho pessoal e individual. Por outro lado, Boas (2010) refere que os indivíduos têm a capacidade de modificar as leis culturais, pois interagem com outros indivíduos, assimilando o conteúdo cultural da sua sociedade de maneira diferenciada e única e, por isso, transmitindo-a de forma diferenciada e única.

Metodologia

Para a realização deste projeto com um grupo de bailarinas de dança oriental posicionámo-nos na metodologia de investigação – ação participativa. Esta é uma metodologia que se utiliza em projetos de intervenção social cuja principal característica é a intenção de transformar, pois a investigação - ação participativa não pretende apenas observar e conhecer a realidade, mas sim transformá-la a partir daquilo que se conheceu e observou. Nessa transformação, os sujeitos estudados são agentes ativos e participativos, atores e autores das mudanças a fim de conquistarem o bem-estar comum e individual do grupo ou comunidade (Timóteo & Bertão, 2012).

Por este motivo, a teoria e a prática são componentes que estão interligadas nesta metodologia, apresentando-se em forma de espiral, pois também se complementam dado que o investigador lê a teoria, investiga/age no terreno e, perante esses resultados, pesquisa novamente na teoria, durante todo o processo (Coutinho, 2014). Isto acontece porque na investigação – ação participativa, apesar dos saberes teóricos serem relevantes, sozinhos não nos possibilitam o conhecimento sobre uma determinada realidade. Por isso, é de suma importância escutar as pessoas que vivem e interagem no e com o contexto em que vivem, tomando consciência de que estes sujeitos detêm um conhecimento sobre a realidade que não pode ser encontrado nos livros ou na internet. Deste modo, os seus saberes, opiniões, preocupações e perspetivas são indispensáveis e imprescindíveis para o conhecimento efetivo da realidade estudada (Lima, 2003).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Este conhecimento das pessoas não deve ser hierarquizado, visto que todos devem ter a mesma relevância e estar envolvidos de forma ativa e participativa em todo o processo (Ander-Egg, 2000).

Nesta metodologia, o conhecimento sobre uma determinada realidade faz-se à medida que a ação se desenrola, pelo que o conhecer e o agir estão interligados no tempo e no espaço (Coutinho,2014) procurando estabelecer uma relação entre a ação, a reflexão, a teoria e a prática (Lima, 2003). Deste modo, a investigação-ação participativa tem como principal objetivo criar saberes ao invés de avanços científicos (Lima, 2003). Esta metodologia é situacional, é interventiva, é auto-avaliativa, e é participativa (Coutinho, 2014). Este último aspeto da participação é fundamental, pois tanto os investigadores como os atores sociais são sujeitos ativos, tratando-se de um processo dinâmico que tem como finalidade o desenvolvimento e formação de competências, a aquisição de uma aprendizagem social e uma transformação da realidade, sendo que as pessoas estão no centro da ação deste processo de forma a desenvolverem capacidades que as tornam capazes de resolverem os próprios problemas (Esteves, 1999).

Deste modo, na investigação-ação participativa os projetos são flexíveis, já que não obedecem a orientações rígidas e pré-estabelecidas (Cortesão, 1990). Cortesão (1990) afirma que a investigação-ação participativa deve ser realizada a um nível microssociológico, o que conduz à consciencialização da existência de subgrupos culturais, enquanto que as metodologias qualitativas realizadas a um nível macro promovem a imposição de uma cultura dominante, que apela a uma "autoridade monolítica, autolegitimada e manifestamente opressora" (Monteiro, 2012, p. 167). Posto isto, é possível afirmar que devido à participação de todos os intervenientes num determinado contexto e de todos os participantes do projeto, a metodologia de investigação-ação participativa cria espaços e condições de "questionamento crítico do tradicional e das novas propostas, que necessitam, elas também, de fundamentos credíveis" (Lima, 2003, p.308), pelo que um investigador coletivo se revela fundamental nesta metodologia. Todos são investigadores e participantes do mesmo projeto. É necessário que este investigador coletivo articule o conhecimento local com o conhecimento das instituições consagradas, deslocando-se do centro para as margens (Lima, 2003). A investigação-ação participativa apela ao compromisso moral e político com a democracia participativa, na medida em que promove a comunicação através de diversas formas democráticas, o que conduz a uma mudança social desejada e planeada e à emancipação, ao empoderamento e ao desenvolvimento de todos os intervenientes (Lima, 2003).

Análise da realidade

O projeto foi realizado com um grupo nove de bailarinas amadoras de dança oriental, com idades entre os 40 e os 23 anos. Para iniciar a análise da realidade comecei com a observação participante e direta das aulas de dança oriental. Contudo, o contacto e as oportunidades de conversar e conhecer melhor as participantes revelaram-se escassas, já que as mesmas só utilizavam aquele espaço com a intenção de praticarem a dança oriental. Deste modo,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

optámos por marcar alguns convívios que decorreram online, através das plataformas de vídeo chamada online Mensenger e WhatsApp. Estes convívios foram realizados com as participantes em duplas, com a exceção da professora. Optámos por realizar estes primeiros convívios em duplas para as alunas e em individual com a professora, pois queríamos que todas se sentissem confortáveis e nenhuma das partes se sentisse condicionada a dizer algo que considerasse certo ou que a professora/alunas fossem gostar de ouvir.

Um dos temas mais abordados ao longo destas conversas iniciais dizia respeito às representações sociais que são feitas acerca da dança oriental. As participantes, numa fase inicial, afirmaram que a sociedade tem uma tendência para sexualizar a mulher e a objetificar enquanto elemento sedutor para homens: "…eu digo às pessoas que pratico dança oriental toda a gente fica um bocadinho… 'Ah não te fazia numa dança dessas, não é nada o teu género' porque toda a gente vai logo 'ai é a dança do ventre, é só para se exibir é só para se mostrar' e (…) há coisa de 4/5 anos também, numa feira medieval, nós fomos lá dançar e ouvi uns comentários um bocadinho impróprios." (AL). Deste modo, as participantes demonstraram sentir-se diminuídas enquanto elementos que se expressam através de uma arte, considerando que foram reduzidas a um objeto sexual e que os benefícios físicos e psicológicos que esta dança tem nas mulheres foram ignorados.

No entanto, as participantes também consideram que parte das bailarinas desmistificar e desconstruir estas representações sociais que existem da dança oriental e que, na sua ótica, são consideradas negativas: "Eu sou professora e os meus alunos todos sabiam que eu praticava dança oriental, não tinha problema nenhum porque eu faço questão de mostrar que não são as coisas que pintam." (AX). Posto isto, ficou claro a formulação do problema que deu origem a esta ação que diz respeito ao facto de a dança oriental ser estigmatizada e sexualizada pela sociedade.

Desenho da ação[2]

Perante este contexto, foi formalizado o problema: "A dança oriental é estigmatizada e sexualizada pela sociedade". Para responder ao mesmo, criamos a ação "Tertúlias Cor-de-Rosa", que tem o objetivo geral de "Desconstruir as representações sociais mais comuns sobre a dança oriental". Deste modo, os objetivos específicos são: "As participantes devem ser capazes de refletir sobre as diferentes perspetivas que a sociedade tem acerca da dança oriental". Já o outro objetivo específico para esta ação é "As participantes devem ser capazes de expressar a sua própria perspetiva acerca da dança oriental de forma clara, mesmo quando esta diverge de outras perspetivas". As estratégias utilizadas para concretização destes objetivos foram grupos de discussão, primeiro online e depois presencialmente, onde, através das histórias de vida partilhadas pelas participantes, foi promovida uma reflexão grupal e individual sobre o papel da mulher na sociedade ocidental, o papel da mulher na sociedade oriental e de que forma esses papeis impostos às mulheres influenciam o modo como as suas ações são percecionadas pelo outro, podendo levar

[2] Tendo em conta que este artigo se centra na segunda ação de um projeto maior, optei por chamar a esta parte do artigo "Desenho da ação" ao invés de "Desenho do projeto".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a pré-julgamentos de personalidade, profissionalismo e caráter. Assim, estes grupos de discussão traduziram-se nas atividades que estão representadas no seguinte cronograma:

Data	Atividade	Modalidade
05/03/2021	Chá das 21h	Online
28/03/2021	Cibercafé	Online
29/05/2021	Belly Time Lunch	Presencial
07/06/2021	Eu Sou Mais Nós	Presencial

Tabela 1- Cronograma da ação

Desenvolvimento da ação

A primeira atividade foi denominada de "Chá das 21", foi realizada online, no dia 03 de março. Nesta atividade as participantes puderam partilhar e refletir sobre as suas experiências e os feedback's que recebem das pessoas quando estas sabem que praticam dança oriental. Para além disto, as participantes também puderam refletir sobre a forma como algumas coreografias podem ter impacto nas pessoas, levando-as a perceber que a dança oriental não é apenas uma dança sensual e erótica: "Nós estamos a desmistificar com os espetáculos com tudo, e não é uma coisa que me tenha tocado particularmente a mim porque eu não passei por essa fase, mas eu acho que foi muito impactante a P ter colocado duas grávidas na coreografia (…) Ela ficou em evidência, eu acho que isso é um quebrar de barreiras que só aí muita gente deve ter pensado 'Wow!! Espera aí, isto não é aquilo que pintam cá fora porque se uma grávida com estes meses todos consegue fazer isto e faz isto naturalmente e consegue ter um protagonismo muito bonito…', acho que esses géneros de barreiras têm de ser quebradas e começam a ser quebradas e quanto mais nós divulgarmos a nossa dança, mais essas barreiras vão ser quebradas." (AX).

A segunda atividade foi nomeada por "cibercafé" e foi realizada a 28 de março, online. Nesta atividade, ao partilharem experiências relacionadas com a dança oriental, as participantes também refletiram um pouco sobre a história da dança oriental, bem como os valores éticos, morais, religiosos e sociais que contribuíram para a construção destas representações sociais, mais sexualizadas, acerca deste tipo de dança. "Infelizmente é assim, e quem for ler a história da dança oriental consegue perceber porquê que é assim porque houve uma fase na história em que as bailarinas não tiveram hipótese e tiveram de se prostituir para poderem sobreviver, foi uma questão de sobrevivência e realmente tornaram-se mulheres da vida, foi a guerra e os problemas que acabaram por levar a isso."(ML). Para além disto, as participantes também realizaram uma comparação entre as representações sociais que os egípcios têm sobre a dança oriental e as representações sociais que as pessoas das culturas ocidentais têm sobre o mesmo tempo. Aí consideraram que, no Egito, existe uma tendência para a dança oriental ser ainda mais estigmatizada como uma dança sexualizada com uma conotação negativa. As participantes concluíram que, por motivos culturais e religiosos, os egípcios acabam por ser mais intolerantes para com as bailarinas profissionais muçulmanas "Lá, eu acho que o problema deles é uma cultura fechada, uma cultura muçulmana a mulher é submissa, não mostra o corpo, não tem reação em público, não pode chamar de forma alguma a atenção e hoje em dia é tudo isso o que a dança do ventre faz, a dança oriental traz." (MC).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ou seja, ao longo do diálogo reflexivo as participantes consideraram que as representações sociais sobre a dança oriental vêm de dois pontos. O primeiro está relacionado com a própria cultura egípcia e a religião muçulmana, que faz com que as mulheres em público devam ser o mais discretas possível e, por isso, a pessoa que dança mostrando o seu corpo é mal vista pela sua família e pela sociedade do geral, tendo muitas vezes de recorrer à prostituição pela dificuldade em encontrar emprego e subsistir autonomamente. O segundo ponto está relacionado com a forma como a mulher é vista e tratada nas sociedades ocidentais. As participantes concordam que apesar de as mulheres terem aparentemente mais liberdade para dizerem o que quiserem, se apresentarem e vestirem como quiserem, as sociedades ocidentais, nomeadamente a portuguesa, são machistas, colocando a mulher numa posição de sedutora e femme fatale, a vilã que vai seduzir os homens com um interesse monetário e/ou sexual, enquanto que o homem já é mais percecionado como a vitima que é manipulada e seduzida por essa mulher. As participantes consideram inclusive que esta posição faz com que os homens adotem posturas muitas vezes questionáveis, que fazem com que as mulheres se sintam constrangidas.

Por outro lado, as participantes consideraram que a forma como as bailarinas apresentam a dança oriental ao público influencia a criação das representações sociais sobre a dança oriental, sendo elas negativas, como a sexualização e prostituição, ou positivas, como uma forma de arte e cultura. As participantes admitiram que se o seu primeiro contacto com a dança oriental fosse naquele do cruzeiro que as mesmas descreveram como "uma mulher a abanar o silicone", também trariam uma conotação mais negativa da dança oriental: "Não trazia muito boa imagem…"(JS). Contudo, terminaram este diálogo refletindo que cada bailarina pode demonstrar e apresentar a dança oriental da forma que lhe parece melhor ou mais adequada e mediante o a dança representa para essa bailarina, e que, apesar de às vezes não estarem de acordo com essa forma de se apresentarem, devem aceitar e respeitar visto que as mulheres, acima de tudo, devem ser livres para fazerem o que as deixa mais felizes "Cada pessoa expressa a dança que sente ou a música que sente da forma que achar melhor, mas para mim é uma questão de que eu não me identifico e não é essa a imagem que eu tenho daquilo e portanto não o faria dessa forma." (JD).

Por sua vez, a terceira atividade foi realizada no dia 29 de maio, presencialmente, num parque. Durante a mesma, foram mostradas e debatidas algumas frases sobre as bailarinas de dança oriental:

Frase 1 - A dança oriental tem grande influência na autoestima das bailarinas e na forma como elas se veem a si mesmas.

As participantes concordaram com esta frase, na medida em que também consideram, que a dança trouxe efeitos positivos na sua vida, ajudando-as a ganhar mais confiança, a sentirem-se mais seguras de si mesmas e a aceitarem melhor as suas limitações, os seus corpos e a valorizarem mais as suas qualidades.

Frase 2 - Ter traços agradáveis e boa índole é bom para as pessoas em geral, porém são obrigatórios para membros do parlamento, por isso as bailarinas de dança oriental não podem ser candidatas a um cargo político.

As participantes discordaram desta frase, na medida em que consideram que o carater de uma pessoa não se mede pela dança que pratica. Quando descobriram a origem desta frase, as

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

participantes refletiram sobre a cultura egípcia e a forma como esta influencia a vida das mulheres: "É a cultura deles que não permite que as mulheres egípcias sigam a dança oriental como profissão e depois elas ficam com uma conotação negativa e acabam por surgir injustiças destas." (ML).

Frase 3 - As bailarinas de dança oriental incitam a imoralidade, depravação e a promoção da nudez nos seus videoclipes "sem-vergonha".

Mais uma vez as participantes discordaram da frase, afirmando que, enquanto bailarinas de dança oriental, sentem que apenas estão a expressar uma parte de si, a sua feminilidade, e que nunca tentaram incitar à promiscuidade, imoralidade e depravação, uma vez que também não percecionam a dança oriental dessa forma.

- Ser bailarina de dança oriental é libertar-se das amarras e preconceitos da sociedade. É assumir a sua identidade e feminilidade perante quem não as aceita. É encontrar a sua essência e expressá-la através do corpo e do movimento.

As participantes concordaram com esta frase e afirmaram que expressava exatamente o que elas sentiam enquanto bailarinas de dança oriental e que é por isso que gostam tanto de praticar esta dança.

Algumas destas frases foram baseadas em noticias referentes a episódios que aconteceram no Egito durante a última década. A partir daqui. as participantes refletiram sobre a forma como a cultura e a religião influenciam a perceção da sociedade sobre a dança oriental e as bailarinas. "Não é estranho como o próprio local não ela foi criada também é o local onde mais discriminam as bailarinas?" (MA), "São sociedade com pensamentos e ideias diferentes, mais fechados." (JS), "Mas se forem bailarinas ocidentais a dançar lá eles já aceitam. Acho que está relacionado com a intimidade. As mulheres egípcias podem dançar, mas em casa com a família, para o marido." (ML), "Nós os ocidentais já somos mais abertos, há sempre quem tenha preconceito, mas tem vindo a mudar, aceitam mais coisas." (JS), "Sim, e em relação a tudo. Eu vou buscar o meu filho à escola e vejo miúdas com saias super curtas e tops que mostram a barriga. Na minha altura era impensável" (ML).

A última atividade realizou-se na modalidade presencial, no dia 07 de junho e foi denominada de "Eu Sou + Nós". Esta atividade consistiu num encontro num parque perto da escola de dança após o jantar na qual as participantes realizaram e partilharam um historiograma das suas vidas e, inevitavelmente, foi abordado o papel da mulher na sociedade. Uma das participantes revelou que ela e a irmã eram conotadas negativamente pela vizinhança porque trabalhavam à noite: "Uma vez disseram à minha mãe 'a tua filha anda numa rica vida, sempre fora, chega às tantas' e a minha mãe farta de saber que eu ia trabalhar, não ia para a noite" (ML). Outra participante revelou a dificuldade em trabalhar com família e quando se tem filhos pequenos: "Eu trabalhava com a minha sogra e não foi nada fácil, às vezes o menino estava doente e ela não era flexível e estava sempre a intrometer-se na educação que lhe dava e na alimentação dele (…) Quando passei para a loja e a minha colega ficou gravida eu troquei o turno com ela, ela fazia a abertura e eu o fecho porque é complicado por causa da alimentação do bebé ter de o acordar muito cedo são crianças, não têm o mesmo ritmo que nós, agora fiz o mesmo com ela porque ela foi mãe e eu sei como é e não custa nada, se podemos ajudar…" (AL). Uma das participantes revelou ainda que foi despedida porque tinha de faltar ao trabalho para ficar com o filho em casa quando este estava

doente: "Agora há leis que não permitem, mas naquela altura ele era pequenino e eu tinha de ficar com ele porque ele estava com febre e tudo e o meu chefe não gostou perguntou-me se a minha mãe não podia ficar com ele." (ML).

Também se refletiu sobre as atitudes de outras colegas mulheres nestas situações: "As mulheres são piores." (AX), "Eu vou-vos contar o que aconteceu comigo (…) elas criticavam-me se eu faltasse ao trabalho para ficar com o meu filho doente e criticavam-me se deixasse o meu filho doente com o meu marido." (ML). Ou seja, as participantes consideram que, por vezes, as próprias mulheres têm atitudes de incompreensão para com colegas que passam por situações idênticas às delas. As participantes consideraram que, apesar de atualmente se falar bastante em sororidade, no local de trabalho, por vezes, isso não se nota devido à competição, apesar de concordarem que a tendência é que este padrão se venha a modificar. Neste sentido, as participantes reconhecem a importância da educação que dão aos mais jovens e de movimentos como o feminista, que vem lutar não só por direitos iguais para mulheres e homens, mas também por união e mais solidariedade entre as mulheres.

Por outro lado, também se refletiu no papel do homem enquanto pai na sociedade portuguesa: "Quando eu fui ao Egito, as pessoas pensavam que eu ia com o meu filho e eu disse que não então diziam-me 'ah vais deixá-lo com a tua mãe?' e eu respondia 'não, ele vai ficar com o pai, tem pai e o pai também é para isso' e elas ficavam escandalizadas 'com o pai, tens coragem?' eu não percebo, é pai, não é? Pode ficar com ele, também dá comida, também educa…" (ML). Com isto as participantes consideraram que, durante muito tempo, a educação dos filhos era única e exclusivamente função da mulher e que durante muito tempo foi assim em Portugal. Apesar de verificarem que, atualmente, os pais querem participar e estar mais ativos na educação dos seus filhos, ao contrário do passado, as participantes consideram que a sociedade portuguesa, devido à sua cultura, ainda tende a ver o homem como incapaz de cuidar dos filhos e exercerem tarefas que sempre foram consideradas próprias da mulher. As participantes revelam, mais uma vez, que este padrão irá modificar não só com a educação que os progenitores dão aos filhos, mas também as próprias atitudes dos homens: "Quantos mais homens tomarem esses lugares e quererem participar nas lides domésticas e na educação dos filhos, mais isso se vai tornar normal na nossa sociedade." (MC), "Sim, e a própria independência também. Nós vemos que as mulheres lutam para serem independentes aos olhos da sociedade, mas também é importante que os homens sejam vistos como independentes porque antigamente existia muito a ideia de que a mulher precisa do homem porque é ele que sustenta a casa, mas também existia a ideia de que o homem precisa da mulher para ela cuidar da casa. E agora isso tem vindo a mudar, mas é sempre complicado mudar uma cultura e mentalidade" (MA).

Avaliação

A avaliação foi um processo que se desenrolou ao longo de todo o projeto, desde a análise da realidade até as atividades. A cada atividade era percetível as conclusões a que as participantes chegavam bem como a evolução que fizeram passando a compreender o as razões que conduzem a perspetivas mais negativas sobre a dança oriental.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao longo da primeira atividade as participantes refletiram sobre as representações sociais que a sociedade tem acerca da dança oriental e concluíram que a melhor forma de desmistificar a ideia de que a dança oriental é apenas uma dança exótica e sensual está relacionada com a forma como as próprias bailarinas também a transmitem. Ou seja, a forma como as bailarinas mostram a dança, através da coreografia que fazem e a forma como conversam sobre esta dança, em contextos diversificados do seu dia a dia, levam as pessoas que estão de fora a percecionarem esta dança de um outro modo, como uma forma de arte e expressão corporal. Com isto, as participantes trabalharam ambos os objetivos específicos, na medida em que refletiram sobre as diferentes representações sociais que as pessoas têm acerca da dança oriental e expressaram, de forma clara e objetiva, os mecanismos que elas acreditam que resultam para modificar essas representações sociais.

Na segunda atividade as participantes compreenderam que ninguém está livre de preconceitos uma vez que as pessoas atribuem significado ao que veem mediante os seus valores éticos, morais, sociais e religiosos. Deste modo, as participantes conseguiram compreender o porquê deste estigma existir e conseguiram expressar as suas ideias e opiniões de forma problematizadora, pelo que é possível afirmar que, nesta atividade, foram trabalhados os dois objetivos gerais enunciados no ponto do desenho da atividade. Ao longo desta atividade, as participantes foram refletindo sobre as diferenças e semelhanças culturais entre a sociedade portuguesa e a sociedade do Médio Oriente, reconhecendo valores díspares e valores idênticos e compreendendo que, também elas, têm estereótipos sobre a dança oriental e o que ela é ou deveria ser para as pessoas.

Já na terceira atividade as participantes compreenderam que a dança oriental, por utilizar vestes que mostram mais o corpo e por utilizar muitos movimentos pélvicos, acaba por ser associada à promiscuidade e à libertinagem sexual. Para além disto, as participantes refletiram sobre a evolução da sociedade portuguesa e a perceção sobre o papel da mulher na sociedade portuguesa e concluíram que, atualmente, as mulheres têm mais liberdade e podem ser mais independentes, incluindo na forma como se vestem. As participantes concordam que os preconceitos vão-se modificando à medida que a sexualidade é aceite pelas sociedades como algo natural e como um direito ao seu exercício de forma autodeterminada, tratando-se de um direito e de uma liberdade individual na medida em que se compreende que um ser humano só se pode realizar quando tem este direito assegurado e respeitado. Deste modo, à medida que a liberdade sexual é aceite pelas sociedades, também a dança oriental é aceite pois deixa de ser percecionada como algo negativo que promove a promiscuidade, passando a ser vista como uma manifestação da feminilidade e liberdade das mulheres.

Na última atividade as participantes concluíram que é sempre difícil atingir mudanças culturais e de valores na sociedade. Apesar destas mudanças serem inevitáveis, também são necessárias e vão acontecendo gradualmente e com alguma naturalidade, embora, em alguns casos, seja necessário que as comunidades se manifestem e reivindiquem os seus direitos. As participantes também consideram que, à medida que estes valores culturais se vão modificando, a forma como a sociedade perceciona a dança oriental também se modifica, seja em Portugal ou no Egito. Assim, esta atividade revelou-se importante, na medida em que levou as participantes a refletirem criticamente sobre os papeis sociais do homem e da mulher, bem como nas representações que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

as outras pessoas têm acerca do desempenho desses papeis por cada um. As participantes não só dialogaram expressando as suas opiniões de forma clara e objetiva acerca dos temas debatidos como também tiveram a oportunidade de refletir sobre as perspetivas que as sociedades têm das bailarinas de dança oriental e de como isso é influenciado pelo papel que cada sociedade atribui à mulher e o que se espera desta.
Deste modo, as participantes deixaram de percecionar as pessoas que estigmatizam a dança oriental como pessoas incultas e preconceituosas, percebendo que a própria cultura e a história influenciam o significado que as pessoas atribuem à dança ou apresentação que estão a ver.

Considerações Finais

A realização deste projeto partiu do pressuposto de que, onde existem pessoas, existe uma realidade que pode ser analisada como produto e produtora de conhecimento. Quando me deparei com o contexto percebi desde logo alguma dificuldade para o conhecer profundamente, visto que o grupo de dança oriental só frequentava a escola de dança para praticar a modalidade que frequentavam. Houve, por isso, uma necessidade de constante adaptação, primeiro para conhecer as participantes e a realidade e depois para desenvolver o projeto tendo em conta as limitações colocadas pelo contexto pandémico.
Por este motivo, o projeto teve um forte cunho reflexivo, no qual as participantes dialogavam e debatiam ideias e opiniões a partir de histórias suas, fossem elas pessoais ou coletivas, e histórias referentes a pessoas desconhecidas que eram trazidas e contadas. Estas reflexões, que estão na base do projeto, conduzem a uma intervenção educativa, na medida em que o grupo realiza uma aprendizagem coletiva e individual. Ao narrar e ao refletir sobre uma história, o grupo está a reconsiderá-la e a resignificá-la coletivamente e individualmente, o que conduz a uma melhor compreensão sobre as pessoas envolvidas na história, a situação em si e outras situações semelhantes, e a forma como influenciou os seus pensamentos e os seus valores éticos e morais. Deste modo, esta aprendizagem tem repercussões no grupo e na vida de cada um dos seus membros, já que as suas atitudes perante situações idênticas, bem como a atitude que os membros do grupo adotam entre si, são influenciadas por esta aprendizagem.
Assim, este projeto revelou-se verdadeiramente transformador e emancipatório, na medida em que as participantes não só modificaram as suas perspetivas acerca das representações sociais, que elas consideram negativas no que diz respeito à dança oriental, como também fortaleceram a sua união e tornaram-se capazes de confrontar a escola em grupo, quando consideram que esta adota uma postura menos correta para com o grupo.

Referências Bibliográficas

Abrão, A., Pedrão, L., (2005). A Contribuição Da Dança Do Ventre para a Educação Corporal, Saúde Física e Mental de Mulheres que Frequentam uma Academia de Ginástica e Dança. Revista Latino-americana Enfermagem, março-abril, V.13 n.2. p. 243-248.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Aguiar, C., Kussunoki, S., (2009). Aspetos históricos da dança do ventre e sua prática no Brasil. Motriz. Revista de Educação Física, Rio Claro, V.15, n.3, p.708 – 712.

Ander-Egg, E., (2000). Metodología y práctica de la animación sociocultural. Madrid: Ateneo.
Braga, V., Liberali, M., Artaxo, E., Mutarelli, M., (2011). O resgate do feminino através da Dança do Ventre e seu significado para a vida cotidiana. Disponível em: http://docplayer.com.br/17807201-O-resgate-do-feminino-atraves-da-danca-do-ventre-e-seu-significado-para-a-the-rescue-of-feminine-through-belly-dance-and-its-meaning-to-everyday-life.html

Cortesão, L., (1990). Projecto, interface de expectativa e de intervenção. In E. Leite, M. Malpique, & M. R. Santos (Orgs), Trabalho de projecto 2 – Leituras comentadas (pp. 81-89). Porto: Afrontamento.

Coutinho, C., (2014). Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação. Em Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática (2ª ed.). Coimbra: Almedina.

Esteves, A., (1999). A investigação-acção. In Silva, A. e Pinto, J. (orgs.), Metodologias das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento.

Grosz, E., (2000). Corpos reconfigurados. In: Piscitelli, A., Gregori, F. (org.) Cadernos Pagu: corporificando gênero. N.14, p. 45 – 85. Campinas.

Kroeber, A., (1993). A natureza da cultura. Lisboa: Edições 70.

La Regina, G., (1998) Dança do ventre: uma arte milenar. São Paulo: Moderna.

Lima, R., (2003). Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária (Tese de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Monteiro, H., (2012). Diálogo, investigação e emancipação: percursos partilhados. In Cláudia Múrias & Marijke de Koning (Eds.), Lideranças partilhadas. Percursos de literacia para a igualdade de género e qualidade de vida (pp. 165–182). Porto: Livpsic.

Oliveira, L., Marques, A. & Souto, G., (2015). Dança do Ventre e Descobertas: Percepções das Mulheres sobre as Mudanças Ocorridas em Si Mesmas após a Prática. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v.19, s.2, p.85 – 92.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Pires, E., (2016). O Movimento Infinito. Raks El Shark : um processo multicultural. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil.

Silveira, M., (2019). Prática corporal, gênero e feminismo: a dança do ventre como lócus de pensamento, ação e reflexão. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, Brasil.

Timóteo, I., & Bertão, A., (2012). Educação Social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos, Sensos, 2, 11-26.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CRÔNICA POLICIAL E AS MULHERES NO JORNAL *CORREIO PAULISTANO* NOS ANOS 1910

Mônica Diniz[1]

O jornal Correio Paulistano em sua coluna intitulada "Factos Diversos" trazia uma demasiada quantidade de pequenas notícias criminais, agrupadas por temas correlatos, como por exemplo 'gatunagens', 'furtos', 'desordens', 'facadas', 'assassinato', entre outras. Notícias como estas povoavam a chamada imprensa diária ou grande imprensa, no início do século XX. Dentre tantos temas que envolviam as notas criminais nesse período conhecido como Bela Época, a presença constante de crimes passionais, por vingança e traição ganhavam visibilidade nos jornais. Estas, eram mais desenvolvidas pelo jornal, com detalhes do fato, caracterização dos sujeitos envolvidos, atuações da polícia e desfecho, caso houvesse um. Poderiam ficar dias pelas páginas do jornal, como um Folhetim daqueles que o público acompanha dia a dia, esperando um novo dado, uma informação inusitada ou mesmo um final surpreendente.

As narrativas criminais que os jornais produziam com maior frequência, estão situadas num momento da transformação da imprensa paulistana. Momento este, em que a estrutura interna de alguns jornais se alterava, passando de pequenos jornais artesanais, para investimentos em aumento de pessoal interno nas redações, com variadas funções, aquisição de máquinas mais modernas e rápidas que pudessem aumentar a produção. Assim, alguns periódicos tornavam-se jornais com características de empresa. A transformação da escrita, impactada pelas transformações técnicas e de reprodução, sofria igualmente mudanças. Este texto trata da produção das crônicas policiais envolvendo mulheres no jornal Correio Paulistano nos anos da década de 1910, e que estão inseridas nessa transformação da cidade e da imprensa paulistana.

Correio Paulistano – breve histórico

Foi no curso da passagem do XIX para o XX que uma grande quantidade de periódicos surgiu na cidade de São Paulo e o que se viu foi não apenas a concorrência entre eles, mas a variedade de informações que traziam sobre eventos da cidade, do país e do mundo. Nessa conjuntura de início de século, a imprensa começava a passar pela modernização tanto na forma, no aspecto e na configuração, quanto pelo conteúdo, com novas temáticas a serem narradas. Grande parte dos jornais até o XIX fazia um jornalismo mais político e literário, em que o 'homem das letras' era o difusor das ideias. Na sua grande maioria, os jornalistas ou redatores como se coloca nesse tempo, tinham formação nas Letras e geralmente eram também Bacharéis em Direito. Frequentavam as Academias e tinham posicionamento político mais bem manifesto. Publicavam livros e o ato de escrever no jornal era 'uma coisa menor', visto até como 'alguém que não teve sucesso no meio

[1] Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica/SP, docente do Colégio São Luís Jesuítas (São Paulo, Brasil), monicadiniz@uol.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

literário e foi escrever no jornal', no entanto, com as transformações em marcha, muitos deles passam a produzir crônicas e escrever nos jornais. O panorama do início do XX se apresentava como um período de crescimento demográfico e urbano intensos na cidade de São Paulo, além de uma transformação política e cultural que mudou o viver e as relações na cidade. Aos desdobramentos da abolição, o tema do trabalho vinculado ao progresso, a causa republicana, eram discutidos e debatidos nos jornais, com grupos favoráveis e resistentes. A imigração foi tema corrente em muitos deles, assim como novas formas de pensar calcadas na concepção científica de mundo e novos projetos sociais que surgiam. Esses temas não passaram em vão nas páginas dos periódicos da época.

O crescimento e modernização da cidade, o trânsito de pessoas indo e vindo com ideias, valores e sentimentos diferentes sobre as coisas, o contato com novas culturas e costumes, a mudança da paisagem física da cidade, as demolições e construções constantes, o ritmo promovido pelas primeiras fábricas e suas chaminés impulsionando a formação de bairros fabris, o encurtar de distâncias favorecido pelos bondes, enfim, essas e outras mudanças capturadas pelas tecnologias, mudaram a percepção de mundo e de temporalidade, alteraram comportamentos e o viver na cidade. Os periódicos passaram então, a noticiar acontecimentos inéditos, inusitados, corriqueiros, cotidianos. A imprensa, inserida nessa conjuntura também vai traduzir e promover grande parte dessa empreitada chamada "modernidade". Ela terá um papel fundamental na divulgação e propagação de novos valores e ideais.

O jornal Correio Paulistano que tratamos aqui, foi publicado pela primeira vez em 26 de junho de 1854 na antiga rua da Constituição, depois Florêncio de Abreu e tinha sua tipografia na rua Nova de São José, número 74. Num primeiro momento, logo após a sua criação, sofreu influências das mudanças literárias, econômicas e políticas, principalmente, quando necessitou aliar-se ao governo por questões financeiras. Já, em fins do XIX, após a fundação do Partido Republicano, o jornal apoiou a causa abolicionista. Como diz Schwarcz (SCHWARCZ, 2008, p.66), essa indecisão reflete o meio em que se encontrava e para o leitor atual se torna difícil compreender e localizar a que grupo político o jornal se ligava, já que foi conciliador, conservador, liberal, republicano. Por esse período, foi transferido da rua do Rosário para a Rua XV de Novembro e passou a ter uma tiragem diária. Estar situado à rua Rua XV de Novembro tinha uma peculiaridade, pois esta era tida como, até o século XIX, o local onde se encontravam lojas de armarinhos, secos e molhados e pequenas oficinas, um local conhecido pelo fluxo grande de pessoas e comerciantes e, a partir do século XX, passou a ser o lugar das lojas mais *chics*, casas importadoras, confeitarias, cafés, tornando-se um dos locais prediletos dos passeios elegantes. Estar nessa localidade representava uma condição econômica melhor e de boa visibilidade para este jornal que crescia.

O jornal trazia estilo e visão ligados às elites oligarcas e elementos na sua narrativa denotam essas características conservadoras. Nos assuntos do cotidiano e, sobretudo, nas notícias criminais que analisamos fica evidente a postura conservadora, adjetivando de imediato os sujeitos envolvidos, e, por vezes, culpabilizando-os. Embora com uma linguagem mais séria, formal e requintada, o jornal apresenta marcas de um noticioso com tons sensacionalistas, carregado de dramaticidade. De fato, apresentava características de um jornal empresa, pelo seu aumento do uso de máquinas modernas e caras, visto serem importadas e necessitarem de mão de obra especializada para sua

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

montagem, e pela ampliação das páginas. Com isso, consolidou-se como um jornal de tiragem diária, com melhor qualidade gráfica.

Nas notícias de crime apresentadas pelo jornal, muitos dos sujeitos descritos aparecem caracterizados de forma negativada e nos levam a concluir pelo preconceito. Ao tratar de um crime 'no cortiço' ou de um conflito 'num botequim' ou mesmo afirmar que o crime ocorreu 'durante um'samba', o jornal indiretamente constrói uma percepção de lugar e sujeitos. Mais até que uma construção preconceituosa, o jornal qualifica os sujeitos e tece um julgamento para seu leitor de valores em consonância com a ideia de 'modernidade'que se construía. Essa reflexão é percebida não apenas nas notícias que povoam as páginas do periódico, mas em seus editoriais, quando valorizam a ciência em suas narrativas, os avanços da medicina que se faziam sentir nas prática higienistas e sanitárias, que fundamentavam um novo tipo de viver urbano. Explicita-se da mesma forma nas reportagens acerca da eficiência da Antropologia Criminal para o combate aos criminosos, as atuações policiais na captura dos 'indesejáveis', as entrevistas com personalidades do saber médico, que buscavam analisar o comportamento 'imoral' de alguns sujeitos.

O periódico colocava em destaque temáticas relacionadas à ciência e higiene, artigos que valorizavam os conhecimentos científicos no combate às moléstias e o destaque da higienização tanto dos espaços quanto pessoal, como por exemplo, em seu editorial do dia 25 de agosto de 1910, sobre a "Conferencia da Syphilis", em que foram apresentados os métodos científicos de tratamento e novos medicamentos; já em 1911 destacou sob o título, Alcoolismo, uma notícia em que apresentava pesquisas e experimentos feitos em Nova Iorque, com base em métodos científicos que prometiam 'curar o alcoolismo', considerado como um mal a ser combatido, uma vez que compromete o dever do trabalho. Defensor da ordem e progresso, lema republicano, constrói nas notícias miúdas e, sobretudo, no artigo-de-fundo, o comentário como o 'ponto de vista' institucional. Este último não deixava de ser uma notícia informativa e opinativa em um só tempo. De linguagem impessoal e persuasiva, buscava transformar a opinião em uma verdade. O Correio foi o primeiro jornal a ser publicado diariamente e a sair às segundas-feiras com distribuição matutina. Em 1910, diluído pelas páginas do jornal, encontramos pequenos anúncios em negrito, centralizados, lembrando os leitores de que as assinaturas "até 31 de dezembro" custam apenas 21$000 com direito a um valioso brinde. O jornal encontrava maneiras de promover interesses ao leitor para levá-lo a assinar o jornal. A escrita é corrida na íntegra, sem subtítulos e o nome do jornal com fonte simples. Em sua narrativa, anuncia o desejo de ser inovador – "abrir uma nova hera" – e buscar a neutralidade e objetividade – "interesse no conhecimento da verdade" e "ser imparcial".

Este jornal passou por mudanças no período aqui analisado, mesmo assim, mantinha as suas primeiras características de um jornal mais sóbrio, tanto na linguagem quanto na sua diagramação. De 1910 a 1917, o periódico teve oscilações entre 6 e 8 páginas, sendo que em datas específicas poderia chegar até a 12 páginas. Inicialmente, em 1910, trazia sete colunas, com uma escrita densa, notícias oficiais, decretos, assuntos políticos relacionados ao Congresso Nacional, muitas Notas e Telegramas do país inteiro, inclusive do exterior. Dessa forma, as três primeiras páginas eram ocupadas com tais notícias. Na página quatro, encontramos temas mais direcionados ao cotidiano

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da cidade, como as crônicas sociais, policiais, tribunal de júri, assuntos sobre hospedaria dos imigrantes bem como boletins sanitários e a coluna dos "Factos Diversos", composta por notícias criminais, desastres, suicídios, desordens, prisões. Um emaranhado de notas, aparentemente 'soltas' para um olhar mais descompromissado, porém, como nosso objetivo é interpretar a maneira como este periódico narrava os crimes na cidade, dirigimo-nos para o olhar de correlação entre as notícias. Segundo Bahia, (BAHIA, 1972, p. 156) deve-se ter atenção,

> (...) é importante considerar que a função de preparação gráfica não pode ser isolada num jornal, não pode ser encarada independentemente de suas finalidades editoriais. O campo exploratório do jornal não se limita às palavras, mas é extensivo às imagens. E estas devem ter uma correlação direta com a difusão das idéias.

O jornal, ao produzir a crônica policial e noticiar o crime, nos indica que havia um público leitor dessas notícias, uma demanda. Ao mesmo tempo, produzia o gosto por tais notícias utilizando em suas narrativas elementos que prendessem o leitor, como títulos e subtítulos em caixa alta ou negrito, o destaque por meio de uma comunicação acessível ao público em geral, normalmente, simples e direta, com recursos apelativos da linguagem e semelhantes aos Folhetins da época, ou seja, uma estrutura fácil de ser compreendida, com início, meio e fim, com destaque para o tema, o desenrolar da história e um possível desfecho. Para o critério que desejavam, de objetividade do jornal e de aproximação com o leitor, ofereciam nome, endereço e detalhes dos sujeitos envolvidos nas ocorrências, buscando conferir ás notícias credibilidade, veracidade. Muitas vezes, a narrativa em terceira pessoa também atribuía a 'universalidade ao discurso' do jornal, buscando tornar oculta ao leitor a ideia de que o periódico conduzia-o a valores.

A temática do crime era cosiderada importante questão social desde fins do XIX e as informações publicizadas no periódico demonstram essa preocupação: os debates políticos no Congresso e na Câmara para aprovar as leis contra vadiagem e mendicância, as colunas dedicadas a noticiar prisões de criminosos, as seções judiciárias e de Fóruns Criminais. O combate à criminalidade, à vadiagem, aos delitos, que eram criminalizados nesse momento, cresceu na passagem para o XX e se apresenta no jornal aqui trabalhado. Consideramos a imprensa periódica enquanto um importante meio para a formação da chamada opinião pública e igualmente contribui para o entendimento que os indivíduos têm dos acontecimentos sociais. Dessa forma, o jornal Correio Paulistano se mostra importante para perceber como tratava a criminalidade e como apresentava os sujeitos e os caracterizavam.

Quando refletimos e analisamos a narrativa sobre as mulheres e o crime, sejam elas as autoras ou as vítimas, somos levados para o universo da vida privada. Mais que isso, nos deparamos com uma memória do privado, do íntimo, que relaciona outras temáticas como a família, o casamento, a condição de mãe. O periódico aqui em questão construiu sua visão acerca das mulheres e o crime nesse período, a partir de filtros, produzindo por muitas vezes, estereótipos. Os dramas de sangue envolvendo adultério, ciúmes e as mulheres, rendiam longas histórias, crônicas que faziam emergir discussões sobre o lugar social da mulher, seu comportamento, valores, convenções e papéis sociais.

A crônica policial: a construção do ideal de mulher

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na cidade de São Paulo, assim como em outras capitais brasileiras, tinha-se uma política que valorizava os ideais de 'modernidade, progresso e civilização', que para além de transformações meramente urbanas, carregavam ideais moralizantes. A proposta de urbanização da cidade de São Paulo buscava não apenas apagar historicamente vestígios do passado colonial, vistos como atraso, bem como eliminar práticas, modos de vida e valores de populações marginalizadas. Nas ruas da capital paulista por essa época, eram proibidas as vendas de alimentos, doces e quitutes que negras e negros comercializavam como formas de pequena sobrevivência, assim como ervanários e as práticas de curandeiras. Evidente que esta população, em suas resistências, enfrentavam o poder municipal, mas aos poucos a racionalidade urbana e o controle do poder público foi eliminando práticas e gerando um apagamento histórico na cidade.

Em nome do 'progresso e do moderno' não apenas práticas culturais e sociais foram reprimidas, mas a criminalidade se tornou um ponto crucial para a municipalidade. Dessa forma, o que chamamos de crimes de contravenção, como os pequenos delitos, furtos, vadiagens, mendicâncias, prostituição eram combatidos de maneira veemente, bem como o que denominamos de crimes de sangue que envolviam a honra e o adultério. Tanto em relação aos primeiros, quanto aos segundos, o jornal Correio Paulistano exprimia seu posicionamento. As notícias referentes aos crimes sejam de sangue ou de contravenção, eram produzidas como pequenas notas, aquelas com poucas linhas, simples, sem grandes chamativos, por muitas vezes com os mesmos títulos, sem muito apelo sensacionalista e estavam cotidianamente nos jornais. Tinham uma função de informação e, por serem muito curtas, não acompanhavam imagens, limitando-se a dar de forma direta a descrição de um fato. Podiam apresentar os seguintes títulos: "Prisão de vadios", "Combate a vadiagem", "Scena num Cortiço", "Prisão de criminosos", "Gatunas", "Entre mulheres", "Mãe mata a fiha" etc. Já as mais elaboradas, ocupavam um espaço de visibilidade maior, com subtítulos, diversas fontes e traziam uma narrativa mais desenvolvida. A construção dessas notícias, envoltas em adjetivações e estereótipos, marcavam os sujeitos, principalmente as mulheres, que eram conceituadas pelo jornal. O leitor habituado na leitura cotidiana ou mesmo semanal destes periódicos já sabia que, na página 4 do Correio Paulistano, por exemplo, encontraria os "Factos Diversos "narrando sobre tais situações, e, certamente estaria à par do mais novo drama na cidade. A repetição dessas pequenas notas de crimes ou de contravenções, que estavam nos periódicos cotidianamente, demonstra o projeto de comunicação do jornal. Grande parte das notícias foram narradas de forma sintética, mas outras foram construídas como uma história do crime, com pormenores e até sequências diárias para seu desfecho, seduzondo o leitor a acompanhar dia a dia a notícia 'em pedaços'.

A presença diária dessas notícias criminais que, por meio do discurso contruído do jornal vai-se tornando próxima e familiar do leitor, transforma o tema do crime em algo de interesse público, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem da criminalidade, daquilo que não é moralmente aceito,do que é transgressor da ordem. Ao tornar rotineiro, o tema vai penetrando na vida cotidiana da cidade e, por ameaçar a ordem, o progresso, precisa ser combatido. E, com isso, o jornal apresenta a maneira de se combater esses elementos ameaçadores. Mais que classificar os sujeitos criminosos ou delituosos, o que se faz é construir orientações implícitas desses indivíduos, dos lugares, dos modos como se vive.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A partir de novos estudos e abordagens sobre a temática da mulher na historiografia e da ampliação do debate e reflexões sobre família, sexualidade, comportamento, maternidade, foi possível trazer à luz a compreensão do seu papel na sociedade e relacioná-lo com a opressão, a violência e exploração, os abusos, o trabalho e a educação, resgatando vários aspectos da condição feminina. Segundo Bresciani (BRESCIANI, 1989, p.2), o tema da mulher no espaço público é um tema que reflete a história da exclusão e de luta, para ser reconhecida e se reconhecer. Acrescenta que, nos estudos sobre o tema, superou-se o desprezo para com as atividades que envolviam a 'vida privada', o lar, a família, a casa, que são acontecimentos históricos, datados em sua modernidade, e que merecem a atenção do historiador.

A imagem da mulher relacionada aos crimes no periódico aqui escolhido, contrapõe valores, carrega muitos elementos e estereótipos de gênero do discurso social vigente. Nessa reflexão, procuramos demonstrar como a narrativa do jornal se apresentou envolvendo as mulheres. Buscamos com esse item revelar um pouco da perspectiva que esse jornal construíu sobre a mulher e o tema da criminalidade, alicerçado no pensamento de seus contemporâneos.

Na manhã do dia 11 de fevereiro de 1913, na página 6 na coluna intitulada Factos Diversos, o jornal Correio Paulistano trazia etampada a crônica policial, cujo título primeiro era "Tentativa de morte". Em letras garrafais e centralizado na página, a notícia seguia com um subtítulo em maior destaque "A PORFÍA DE UMA MULHER" e apresentava aos leitores o que seria lido a seguir:

> Dois indivíduos, com sacrifício da própria vida, disputam a posse de uma mulher de costumes faceis. Uma scena de sangue que se reproduz seis mezes depois, com inversão dos papeis – Dois tiros de revólver – O criminoso, preso em flagrante, presta declarações á policia – O inquerito sobre o facto
>
> A 9 de agosto do anno proximo findo, conforme noticiámos, o indivíduo de nome Pedro Pinto Gouvêa, de 23 annos de edade, tendo se demitido naquelle mesmo dia do logar de agente da policia da capital, foi postar-se ás 8 e meia da noite a rua Alvares Penteado, em frente ao Aero Club, e, vendo dalli sahir o seu desaffeiçoado Alberto Urbano de Sousa, que se dispunha a tomar um automóvel, contra elle desfechou traiçoeiramente cinco tiros de revólver.
> Alberto Urbano, ferido gravemente nas costas, no braço esquerdo e na região lombar, foi soccorrido pela Assistencia, e removido para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde esteve em tratamento.
> Pedro Pinto Gouvêa foi preso em flagrante e recolhido ao xadrez, mas no decorrer do processo foi posto em liberdade, provavelmente mediante fiança provisória.
> A causa determinante desta feroz desafeição era nada mais nada menos do que o ciume por uma portuguezita de vida airada, que ambos requestavam, e que, por sua vez, a ambos vivia illudindo com os seus artificios de mulher experimentada no vicio.
> Maria Celeste era o nome dessa heroina desse episodio de amor barato.
> Decorridos agora exactamente seis mezes da violenta scena de sangue, que afinal de contas terminou do melhor modo para ambos, eis que de novo de agita a questão entre os dois adversários, dando-se uma «reprise» da scena de agosto, apenas com uma inversão de papeis.
> Pedro Pinto de Gouvêa foi a victima desta vez.
> Tendo conseguido de Celeste novamente abandonasse Alberto Urbano, com ella se dispunha a partir para o Rio. E com este intuito dirigiu-se hontem, as 7 e meia da noite, á estação do Braz, onde, na companhia de Celeste, aguardava a chegada do rimero nocturno procedente da estação da Luz.
> Desconfiado de uma traição da parte de Celeste, que lhe havia prometido embarcar sozinha para Ribeirão Preto, Alberto Urbano de Sousa tomou o nocturno na estação da Luz. E ao chegar o combio no Braz, certificou-se de suas suspeitas.
> Assim sendo, saltou inesperadamente e enfrentando-se com Pedro Pinto Gouvêa, desfechou-lhe dois certeiros tiros de revólver.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Em seguida, o aggressor tentou fugir, mas foi preso em flagrante.
> Avisada a policia, compareceram ao local, o dr. Franklin Pisa, quarto delegado auxiliar, os médicos drs. Archer de Castilho e Raul de Sá Pinto.
> Perdo Pinto de Gouvêa apresentava um ferimento perfuro contuso produzido por arma de fogo na região costo-ilinea esquerda, indo o projectil fazer saliencia sobre a pelle do hypocondrio esquerdo e, outro de egual natureza no braço esquerdo. O offendido depois de receber os primeiros soccorros medicos, foi removido para o hospital de Santa Casa de Misericordia, onde se achava em tratamento.
> Sobre o facto foi aberto inquerito.
> Interrogado pela policia, Alberto Urbano declarou que ha quatro annos conheceu Celeste, vivendo em sua companhia. Pelo carnaval do anno passado, ella desappareceu de sua casa, indo viver com Pedro Pinto Gouvêa na casa n.13 da rua Cavalheiro. Decorrido um mez, ella de novo o procurou e, declarando-se arrependida do acto que praticava passou a viver de novo em suacompanhia.
> Em agosto daquelle mesmo anno, deu-se a scena de aggressão por parte de Gouvêa. Ferido, esteve na Santa Casa até que se reestabeleceu. Nesta occasião passou ainda a viver com Celeste.
> Chegando agora á época do Carnaval, a amante pediu que a levasse á pensaõ Negrinha, a Rua São João, para dalli assistir a passagem de carros.
> Celeste foi e, entendeu de permanecer na Pensão. Urbano veio a saber que Celeste tinha ido procurar Pedro Pinto e com elle pretendia embarcar para o Rio. O inquerito prosseguirá hoje no posto policial do Braz. (Correio Paulistano, 11/fev/1913, p.6 – AESP).

Ainda que essa narrativa não traga a mulher que comete o crime de sangue, é de sua responsabilidade, segundo o jornal, o crime que seu amante incorre. Celeste é colocada como pivô do ciúme do amante, o que leva ao desfecho do crime. Como mulher de vida fácil, é apresentada não como a causa de um, mas de dois crimes, demonstrando ao leitor que, mesmo diante de trágica situação de meses atrás, ela continuava em sua vida de imoralidade. Os crimes envolvendo mulheres se multiplicavam assim como tantos outros praticados por homens. Nos primeiros anos da década, deparamo-nos com esse crescente. Por vezes, a notícia criminal é construída de forma sensacional com dramaticidade, principalmente, quando o crime é de sangue e envolve aspectos morais, como a honra ou o adultério. Mas isso não quer dizer que as pequenas notas que tratam de delitos menores não sejam uma construção sobre a imagem da mulher, contrariamente a isso, encontramos nessas pequenas narrativas que se fazem presentes cotidianamente nos jornais uma forma para a construção de estereótipos. Essa crônica citada aqui, inicia-se com a memória de um crime que envolve três personagens, uma mulher e seus dois amantes, ocorrido meses atrás, o jornal manifesta-se relembrando o fato. O título remete o leitor à memória recente relembrando sobre as características dos envolvidos, principalmente, sobre a mulher de vícios que ilude com artifícios os dois homens.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1354

CORREIO PAULISTANO - Terça-feira, 11 de Fevereiro de 1913

TENTATIVA DE MORTE

A' PORFIA DE UMA MULHER

Dois individuos, com sacrificio da propria vida, disputam a posse de uma mulher de costumes faceis
Uma scena de sangue que se reproduzio ante-hontem, com inversão dos papeis — Dois tiros de revólver — O criminoso, preso em flagrante, presta declarações á policia — O inquerito sobre o facto

A 9 da agoita da anno proximo findo, [illegible] individuo de nome Pedro Pinto Gouvêa, de 23 annos de edade, domiciliado [illegible] mesmo predio, foi logar de agente de policia da capital, foi postado ás 8 e meia da noite na rua Alfredo Pujol, no [illegible] Clelio, a venda dalli sahir o seu desaffecto Alberto Urbano de Souza, que ao chegando a tomar um automovel, emfim ella desfechou tresincommodos tiros [illegible] a sua companheira.

Alberto Urbano, tendo gravemente [illegible] no braço esquerdo e na região lombar, foi soccorido pela Assistencia, e em seguida para o hospital do Santa Casa de Misericordia, onde soffreu um tratamento.

Pedro Pinto Gouvêa foi preso em flagrante e recolhido ao xadrez, mas no dia seguinte, por ordem superior, foi-lhe concedida liberdade, permanecendo mediante fiança provisoria.

A scena determinou duas horas depois [illegible] era nada mais nada menos que a [illegible] uma portuguesa de vida airada, que andava captivando-a ha [illegible] tempo, e, [illegible] vez, a ambos vivia illudindo com as suas artificios de mulher experimentada no vicio.

Maria Celeste era o nome da heroina desta scandalosa aventura.

Descendo agora exactamente aos pormenores da violenta scena de sangue, que ficou de ser narrada em primeiro logar, direi que, [illegible] ás oito horas da noite, [illegible] Pedro Pinto Gouvêa foi ter com [illegible] Maria Celeste, que [illegible] a sua casa de pasto, [illegible] Rua Conselheiro Ramalho, [illegible] ahi [illegible] a sua companheira.

Ao [illegible] Pedro Pinto Gouvêa [illegible] Maria Celeste [illegible] a [illegible] Alberto Urbano, [illegible] ella [illegible] a [illegible] Rua, [illegible] Pedro Pinto Gouvêa [illegible] Alberto Urbano [illegible] Maria Celeste [illegible] Alberto Urbano [illegible] Pedro Pinto Gouvêa

Um dia antes, o jornal trazia uma notícia envolvendo crime e prostituição. "Violenta scena de sangue – Drama de Alcoice – Numa casa de tolerância da rua dos Gusmões – Violento epilogo de uma paixão – Uma mulher morta com quatro tiros de revolver – Prisão do Criminosos – as providências da Policia". No início da notícia, o leitor encontra uma descrição do local do crime,

> Numa casa de tolerância da mais baixa espécie existente á rua dos Gusmões n.15, desenrolou-se pela madrugada de hontem violenta scena de sangue, de que resultou a morte de uma das infelizes habitantes daquele sórdido antro de prostituição. Rosaria da Conceição chamava-se a victima. Atirada muito cedo ao lodaçal do vício, Rosaria tinha ultimamente um preferido na sua vida de dissipações: era elle o pedreiro de nacionalidade italiana Virgilio Turcci, de 26 annos de edade, morador a rua dos Appeninos n.109. Sendo um simples trabalhador, de salario parcimonioso, Virgilio não podia, como era natural, prover a subsistência de Rosaria. Ella sabia disso. Acceitou-o nessas condições, e elle, por sua vez, pareceu conformar-se com a situação vexatória e incommoda de amante de uma mulher pública.(Correio Paulistano, 10/fev/1913, p.5, AESP).

Com essa introdução, o Correio Paulistano afirma que Rosaria, influenciada pelo meio em que vivia desde muito cedo, tornou-se prostituta, condição, segundo o jornal, humilhante para Virgilio, seu amante. O desenrolar da notícia mostra que o casal vivia com dificuldade e que Rosaria não aceitava mais viver com alguém que não atendia às suas necessidades 'pecuniárias'.

> A vida para os dois era um martyrio [...] desavenças se sucediam, cada vez mais graves e ameaçadoras; e tanto que Virgilio ainda na quinta-feira ultima, ascenou á sua amante com um revólver. Nessa occasião, Rosaria, pela segunda vez, foi pedir garantias á policia da Santa Iphigenia. A autoridade deu as providências que lhe competiam [...] Hontem, pela madrugada, Rosaria, achando-se acomodada sentiu bater á porta. [...] protestou consigo mesma não abrir-lhe [...] Mas depois, quando já os batidos não eram tão reiterados, saltou do leito [...] A porta abriu-se. Virgilio irritado com a obcessão do ciúme fitou a amante [...] exclamou: -AH! Mulher, você tantas me fez, que um dia não sei o que será de nós!... A isso seguiu-se uma disputa entre os dois. [...] Rosaria num ímpeto de mal contida cólera – Antes você me pagasse os 100$000 que lhe emprestei, do que andar constantemente ameaçando-me. Nesse momento um tiro reboou dentro do quarto [...] Rosaria quis sahir [...] Virgilio desfechou-lhe sucessivamente mais três tiros [...] Ensanguentada e cambaleante, a ofendida [...] cahiu de bruços [...] morreu momentos depois. [...] Sobre o facto foi aberto inquérito no posto policial de Santa Iphigenia [...] Rosaria era brasileira e tinha apenas 22 anos de edade.(Correio Paulistano, 10/fev/1913, p.5, AESP).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

1356

CORREIO PAULISTANO - Segunda-feira, 10 de Fevereiro de 1913

Brasil — Estados-Unidos

A viagem do sr. Lauro Müller a Washington — A política do reconhecimento com a America do Norte

O «Journal do Commercio» publica hoje em artigo de fundo o seguinte:

«Em nossa secção bibliographica publicamos hoje um despacho de Washington, que consideramos de maior importancia. Diz a correspondencia que sobe-se e exhaustivo Morgan tem instrucções claras ao diretor do governo brasileiro exaltar-nos as virtudes com tem o governo dos Estados Unidos de estreitar cada vez mais as tradicionaes relações de boa amizade entre os dous grandes republicos; e que, com esse intuito, e exhaustivo foi encarregado a manifestar o grande satisfacção com que seria recebido nos Estados Unidos a visita do ministro Lauro Müller, uma certa, pelo seu valor de estadista e pelas provas que occupa, recebido como o sentimento da obra de approximação tão desejada pela maioria do nossos Brasil cujo visita ao Brasil o Barão de Rio Branco, por motivos de seu preservo estado, disegou, mas não pode realizar.

Acrescenta a correspondencia que nesta altura em Washington que esta noticia será secreta.

Para nós, que acompanhamos sempre o interessante a politica do approximação estreita e leal com a grande e poderosa Republica do norte, a viagem do sr. Lauro Müller vem ser a confirmação espontanea das tendencias inalteraveis da Chancellaria brasileira, nas suas relações com os Estados Unidos. Desde o imperio nos habituamos a idéa de uma amizade solida com aquella adiantada paiz, cuja seguinte progresso é a maior fé ida de orgulho do nosso sentimento.

Joaquim Nabuco, assumindo a elle cargo de embaixador em Washington, teve a mais feliz de todos realizar, no espaço de vida, uma ardente de pleno modificação de sua privilegiada intelligencia, a obra meritoria, que era a sua preoccupação de todos os momentos.

Com o prestigio de seu personalidade, tendo conquistado para o nosso paiz uma situação excepcional nos nossa America, inspirado com segurança as fundamentos de nova politica, que ha de unir cada vez mais as duas maiores nações do America.

Não ha tal difficil o tarefa, porque a esse tempo existiam, já, um Root, que, nem a seu seguro demorino comprehendera a necessidade de unir em vasto todo a politica e vida internacional do continente, e, aqui, um Rio Branco, perfeitamente conscientisando as mesmas idéias.

Nas occasiones, recordo-se, fizeram-se triumphal do secretario de Estado, em volta da America.

A sua grande figura de diplomata e homem publico adquiria um forte relevo nesse longo recondo, cujo alto e exacto sentido fizeram assignada nas luminosas discursos da abertura do Pan-Americano no Mexico.

Elihu Root foi extraordinaria impressão na America do Sul. Pela sua acção pessoal, dissemol-o precisamente velar-lhes o seu grandes seguranças de sympathia e amizade.

Infelizmente alguns incidentes, na Conferencia de Rios, fizeram-no, por um momento desviar-se as idéas do illustre secretario de Estado e ao de presidente com quem seria cada vez mais estreita a sua ação; mas vimos logo ao a desnhil-do de um valle adiçando não pode empanar o brilho de uma grande politica.

A esta altura hospeda a boa harmonia de continuar, pouco importando que tambem de nossa parte se d'haver inhabilidades passageiras, como assistem em Pan-Americano de Buenos Aires.

As boas amarras germinam sempre. O sr. Lauro Müller, com a sua viagem, vae restar e promptar aos termos decididos a altissima obra iniciada pelos nossos illustrados estadistas e pelo eminente ministro de Roosevelt.

Recebemos hontem a segurança de que a nossa noticia é verdadeira e, pois, devemos ver brevemente o sr. Lauro Müller partir para a sua importantissima missão.

E porque eis a, ele, aliás ao melhor criação, mas é alliá ou mais Natural-mente irá em navio de guerra, ou fórma de pragmatica.

O sr. Elihu Root foi o 1.o secretario de Estado que sahiu, sem-officio, de seu paiz para o estrangeiro.

E' do certo e mesmo que recebeu-o agora com o sr. Lauro Müller, a quem felicitamos pela honra que vae ter de ser recebido em caracter official no seio daquelle grande povo e pela opportunidade que se lhe apresenta de prestar mais um serviço ao seu paiz, que já lhes deve muitos e valiosos.»

FACTOS DIVERSOS

PEDINDO JUSTIÇA

Os moradores de S. José do Barreiro dirigiram hontem as seus lamentações ao «Correio Paulistano», sobre um facto, que é realmente digno de nota.

Contam elles que o serviço dos correios ao facto até aqui por Barbara e S. José do Barreiro, linha sem que é diaria. Mas, por uma ordem recente, as respectivas malas passaram a ser entregadas pela estrada de ferro de Rezende a Barreiro, que só funciona tres vezes por semana.

Ora acontece que, de ordinario, as malas são levadas pelo trem expresso da Central, que quasi sempre chega tarde; e o «Rezende a Barreiro» não espera o expresso, quando tal attraso se verifica, de modo que a correspondencia fica retida em Barbara.

Pergunta-nos os nossos misteriosos a quem hão de dirigir as suas reclamações contra semelhante attaque. Ao sr. administrador dos correios de S. Paulo, Sua exc. é um funccionario zeloso e cumpridor dos seus deveres e ha de attender-nos a brilhante! Nós vamos dispensar-lhe os interesses de pobres.

E José do Barreiro, fiquem, acompanhando, com um notavel dispendio de energias, o esforço progressivo de nossa Estado. E, emfim avim, não se compreende que, tendo attenção e estando em plena posse dum certo numero de regalias, dum dia para o outro se lhe imponha, por motivos extranhos á sua acção, aquelle curioso empecilho dos estrangeiros que andam para traz...

O sr. administrador dos correios vae decerto fazer a justiça que a cada reparo. E' esta a sua conhecida norma de conducta, o que dete ser motivo para se tranquillisarem os laboriosos habitantes de S. José do Barreiro.

Desavenças e aggressões

Na rua Vinte e Cinco de Março, os trabalhos Genaro Godinho e Zacharias Rabelleri, estes resolveram ao pesado ha 23 domicilio rua, travaram luta corporal hontem, ás 8 horas da manhã, ainda que sem gravidade.

Ambos ficaram levemente feridos. Comtudo com uma canivete no nariz do primeiro, e Zacharias com uma cuttilada no pescoço.

Augusto Cesar de Aguiar Filho, de 25 annos de edade, proprietario de uma estabelecimento existente á rua da Assembléa n. 26, sendo hontem, ás 11 horas da manhã uma desavença com seu pae, foi por elle aggredido a navalha, recebendo um ferimento na parte anterior do craneo, alem na região cervical, em sua face anterior, lateral do lado esquerdo.

Dous casos a aggravar o facto do aggressor ter fugido, eliminando a assumir as sua filho, que, aliás, resida.

O offensor evadiu-se a victima recebeu soccorros na casa da Assistencia Policial, sendo submettida a exame de corpo de delicto.

Está aberto inquerito sobre o facto.

* * *

O individuo de nome Cyro Begotti, de 41 annos de edade, morador á rua Ypiranga, no Largo, aliás, de Sancto Amaro, no meio da tarde de hontem, foi aggredido no mesmo logar, a navalhadas, por Sebastião Ferreira, que, aliás, é seu visinho.

Sendo-lhe ferido o tentativa de aggressor que foi a seu aggressor. Segundo foi informado por seus companheiros que o tinha sido dispensado por Segundo Barbosa.

O facto foi immediatamente communicado á policia, que abriu inquerito para apurar a quem cabe a natureza do delicto e quaes as motivos que o determinaram.

Cyro Begotti foi soccorrido pela Assistencia Policial.

* * *

O menor Luiz Gagliardi, de 12 annos de edade, morador á rua Lavapés n. 191, foi hontem victima de uma desastre, pois, quando dirigia-se para casa, achando-se hortos ao meio-dia, no momento da sua casa, foi atropellado no auto-truck dirigido por um tiro de carroça.

Sendo-lhe ferido o tentativa de aggressor que foi a seu aggressor. Segundo foi informado por seus companheiros que o tinha sido dispensado por Segundo Barbosa.

O facto foi immediatamente communicado á policia, que abriu inquerito para apurar a quem cabe a natureza do delicto e quaes as motivos que o determinaram.

Cyro Begotti foi soccorrido pela Assistencia Policial.

* * *

Thereza da Conceição, de 50 annos de edade, moradora á rua Mendes Gonçalves n. 54, teve hontem 4 e 1 meio da tarde, pouco desintelligencia, com sua nora, Zilda Ramos, foi por ella aggredida a cuspe de vassoura.

A offendida, que apresentava uma contusão no parietal esquerdo, queixou-se á policia e foi submettida a exame de corpo de delicto.

* * *

O carpinteiro Benedicto Ferraz de Campos, de 45 annos de edade, morador á rua Joaquim Carlos n. 85, hontem por

continua, hontem ás 2 horas da tarde, numa casa da rua Sabbatha Maranhão, foi preso credido a bem-dizia pelo respectivo carcereiro, um preso no mesmo.

O aggressor evadiu-se e offendido foi soccorrido na Policia Central.

* * *

No Restaurante Pinheiro, á rua Visconde de Maranguape, esquina da rua Marechal Deodoro, ás 2 horas da tarde, foi preso o portuguez Manoel Antonio Ferreira, que, aliás, é casado.

Ferreira, que, aliás, é casado, estava em companhia de uma mulher, quando foi aggredido por um individuo

Os crimes relacionados ao meretrício tinham destaque nos jornais pelo seu teor sensacionalista, descritos com dramaticidade, envolvendo ciúmes e traição, e também porque expunham a vida desses sujeitos, homens e mulheres envolvidos na trama, aguçando assim a curiosidade do leitor para conhecer os detalhes da vida privada, dos casos amorosos, suas intimidades, pobrezas e dramas que eram midiatizados. Uma fórmula que também rendia aos jornais um possível aumento nas vendas. As mulheres nas notícias criminais nos levam a percepção de o Correio buscava construir uma imagem sobre as atitudes e comportamentos femininos seguindo esses ideais. Notícias em que as mulheres são agredidas por seus companheiros, amantes, filhos e pais também são comuns de se encontrar em pequenas notas. Casos de mulheres assassinas, percebidos em menor número nas notícias encontradas, buscam do mesmo modo divulgar a ação de mulheres 'fora das normas aceitas'. Se considerarmos em parte que a polícia informa tais relatos aos jornalistas, podemos aferir que o volume dos crimes seja um pouco diferente, dado que tais informações sejam imprecisas.

Nas notas dos "Factos Diversos", o Correio Paulistano, por meio do relato de pequenos delitos, traça o perfil, os comportamentos, ressaltando características por vezes estereotipadas e que contribuía para formar uma imagem das mulheres.

> Mulher destemida
> Na rua Bresser – Discussão e bordoada – Intervenção da Policia
> Na casa n.366 da rua Bresser, a portugueza Maria de Jesus Pinto, tendo hontem, ás 11 horas da manhã, violenta discussão com seu ex-empregado Anselmo Ferreira, aggrediu-o brutalmente a cacetadas, produzindo-lhe diversos ferimentos. Foi presa a aggressora, tendo sido o offendido medicado na Repartição Central da Policia, á requisição do dr. Alarico Silveira, quinto delegado. Está aberto inquérito sobre o facto. (Correio Paulistano, 07/jan/1910, p.6, AESP).

> Discussão e lucta
> Coleta da Cruz, residente á travessa dos Carmelitas n.1 empenhou-se hontem, ás 11 horas da manhã, pouco mais ou menos, em lucta corporal com Idalina de tal, sahindo ferida em varias partes do corpo. Interveio o rondante da ladeira, foi presa a aggressora. Coleta recebeu curativos no gabinete medico da Repartiçao Central da Policia. (Correio Paulistano, 07/jan/1910, p.6, AESP).

Na primeira notícia, o título passa a ideia de que a mulher destemida não aceita desaforos. Como as demais citadas na notícia do mesmo dia, as mulheres são colocadas como impulsivas, briguentas e estão sempre se envolvendo nas confusões do dia a dia. Pela reflexões, conseguimos perceber que muitas dessas mulheres, encaradas como conflituosas e desordeiras pelos jornais, tinham ocupações como vendedoras, cozinheiras, verdureiras, donas de botequins ou pensões. Portanto, mesmo essa fonte fragmentária e sugestionada ao leitor, nos revela uma parte de modos de vida e experiências.

> Mulher aggredida
> Na madrugada de hontem, a preta Joaquina de 30 annos de edade, moradora a rua do Glycerio 147, foi agredida no largo São Paulo, por um desconhecido que lhe deu um socco na pálpebra esquerda ferindo-a. Joaquina, que se achava embriagada, foi soccorrida e recebeu curativos no gabinete da policia, aplicados pelo dr. França Filho. (Correio Paulistano, 11/jan/1912, p.3, AESP).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A seguir temos mais uma crônica narrada pelo Correio Paulistano, que examina sobre a vida da costureira Maria Venuto, apresentando, como vários periódicos dessa época, pormenores das notícias criminais que começavam a crescer nas folhas diárias, compondo o que chamamos de dramas da vida privada. O jornal já inicia sua descrição de Maria Venuto como criminosa, homicida, desequilibrada e histérica.

> Mais uma tragédia!
> Mal casada e mal sucedida nos seus amores ilícitos – Tremenda scena de sangue – Assassinato a punhaladas – A criminosa presa, confessa o seu hediondo delicto – As providências da polícia
>
> A casa n.58 da rua D. José de Barros, antiga Onze de Junho, foi theatro na madrugada de hoje de uma tremenda scena de sangue, que deu em resultado a morte quase instantânea do pedreiro Alessio Ambrogi, morador a rua Marcos Arruda, n.32. Não nos sendo possível entrar em detalhes devido ao adeantado da hora despresa temos os pormenores de ao menos importância, para narrar o facto na sua singeleza:
> Maria Venuto, a protagonista da empolgante scena de sangue, é uma italiana de 33 annos, uma hysterica, sofrendo de ataques dos nervos, e cujo nome por muitas vezes figurou nas crhonicas policiaes da imprensa diária. Não era até então uma criminosa, mas uma victima das torpezas e maus tratos de seu marido Jose Barletta, expulso há dois annos do território brasileiro, em consequencia de processo instaurado pela polícia da consolação. Maria Venuto apparecia frequentes vezes na Central e nos postos policiaes, apresentando vestígios de sevicias. Era torturada pelo marido que ameaçava matal-a que a injuriava e que batia desumanamente nas creanças. Devido a estes factos, Barletta sofreu vários processos e foi inúmeras vezes recolhido ao xadrez. Mas um dia a policia verificou melhor a causa do bárbaro procedimento de Barletta. Sua mulher, deixara-se levar pelas seduções do pedreiro Alessio Ambrogi , um rapagão de cabelos e olhos castanhos, ganhando excelentes salários porque era artista excellente. Não ignorando as relações ilícitas da esposa com o pedreiro, Barletta começou a explorar a torpe situação por elle mesmo enredada. E exigia dinheiro de Maria Venuto. Dahi aos maus tratos, dahi as sevicias, as injurias e os escândalos frequentes. Apurado tudo isso a policia processou o ignóbil explorador que por sentença regular de um dos juízes criminais foi posto fora do território brasileiro.
> [...] há dois annos Alessio passou a viver maritalmente com Maria Venuto, em companhia dos filhinhos Stellinha de 8 annos, Helena de 4 e Nuncia de apenas dois. Os outros filhos do casal Arthur de 15 annos; Humberto de 14 e Antonio de 12, achavam-se na Europa, onde até hoje permanecem, completando a sua educação. A vida para os amantes começou então a decorrer tranquila. Mas foi por pouco tempo. Vieram os ciumes. Maria Venuto notou um certo retrahimento por parte do amante [...] Alessio era viuvo duas vezes e residia com a jovem Angelina Delizia, creada quase como uma filha por uma de suas falecidas esposas.
> Hysterica como parece, accomettida de accessos nervosos, Maria Venuto encasquetou na cabeça, a idea de que estava sendo trahida pelo amante. Com essa supposição a martelar-lhe o cérebro, como uma idea fixa, imaginou provavelmente um desforço violento contra o amante. Alessio atormentado com as lamurias, começou a evital-a.
> Desde o dia 29 de abril ultimo não mais lhe appareceu em casa, si bem que nada lhe deixou faltar, atendendo a todas as necessidades pecuniárias. Julgando-se abandonada definitivamente pelo amante, Maria Venuto resolveu transferir a sua residência, intalando-se quarta feira ultima na casa n. 58 da rua D. Jose de Barros.
> A´s 5 horas da tarde, quando apenas tinha concluído sua mudança, Alessio alli appareceu. Como era de imaginar-se, reproduziram-se as mesmas crises de lagrimas, os mesmos queixumes, que eram o martyrio de Alessio. Este, embalde procurou acalmal-a, suplicando que não se deixasse levar por simples suposições [...] Alessio passou esses dias na casa de Maria Venuto até hoje, ás 2 horas da madrugada, quando se desenrolou a brutalíssima scena de crime, sem uma única testemunha, porque as próprias creanças dormiam. O que se passou ninguém pode descrever com precisão. Tudo o que se sabe é que minutos depois das 2 horas, uma mulher ensanguentada era vista sahir da referida casa, acompanhada de três lindas creanças e da criadinha Teresa Nella de 12 annos de edade.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [...] Maria Venuto tinha as vestes manchadas de sangue. Era positivamente um crime. Chamado o rondante da rua, este interpelou Maria e ella, titubeante confessou que no interior da sua residência jazia um cadáver de um homem. [...] o rondante [...] a Repartição Central da Polícia. Ahi chegando Maria Venuto é interrogada pelo dr João Baptista de Sousa, quarto delegado. Maria respondeu com a voz tremula e ofegante:
> - Matei! Era impossível continuar a suportal-o.
> A autoridade fel-a recolher incomunicável a uma sala da Repartição e seguiu para o local no automovel da policia. Acompanhava o medico legista dr Honorio Libero.
> A casa estava imersa em profunda escuridão. Apenas um dos degraus da escadinha de cimento, junto ao portão, a luz fouxa de uma vela bruxeleava.
> Penetrando pelo estreiro corredor, por onde havia pegadas de sangue, a autoridade e o medico chegaram á sala [...] sobre um lago de sangue jazia o cadáver de Alessio [...] em decubido abdominal, com o braço direito em flexão sob a cabeça. No peito, um largo peito de athleta, apresentava um golpe de punhal [...] há uma porta que dá acesso ao quarto de dormir. O leito em desalinho e as roupas maculadas de sangue [...] No quarto contiguo três pequenos leitos de creanças, havia pegadas de sangue e impressões de mãos que acabavam de ser limpas. De tudo isso depreendeu o medico legista que houve lucta entre Maria e a sua victima. A autoridade deu então busca pela casa, apreendeu documentos da identidade de Alessio e as roupas deste, em suas algibeiras havia 1:805$500, deu por concluída sua missão.
> O quarto delegado procedeu o interrogatório de Maria Venuto Ella confessou o crime, narrando-o com os antecedentes a que referimos. Desaviera-se por ciumes com seu amante. Elle tentou assassinal-a com um punhal; ella armou-se de uma navalha. Alessio foi o mais infeliz na lucta. Tendo cahido ela arrebatou-lhe o punhal. Foi, em summa, o que disse a criminosa desde o momento, mas essas suas declarações pareceram desde logo inverossímeis, pos Alessio era homem possante, musculoso.
> O que resulta de tudo isto é que Maria Venuto premeditou maduramente o seu crime, munindo-se com antecedência da arma com que o devia perpetrar. A hora em que nos retiramos (três da madrugada) aassassina continua a ser interrogada.
> Hoje o cadáver de Alessio Ambrozio será autopsiado no necrotério da Central. O inquérito prosseguirá no posto policial da Consolação. (Correio Paulistano, 06/maio/1911, p.5).

Apesar do título não estar em fonte destacada, a exclamação cumpre o papel de expressar sentimento, espanto. Aqui também evidenciamos a construção de uma imagem da protagonista. Sofrida com maus tratos do marido, Maria é personagem corrente nas notícias dos jornais devido aos escândalos. Nessa época em que ia à polícia queixar-se, o jornal a aponta como vítima do marido e também acentua que o marido é um tipo ignóbil, reprovando a atitude deste. Na sequência, coloca o jornal que Maria se deixou seduzir pelo pedreiro Alessio, e tinha falta de vigor em sua personalidade, quando destaca quesofre de ataques dos nervos. São essas características de 'fraqueza psicológica' que o jornal explora para construir o caráter de Maria, pois a narrativa traz os lamentos, queixumes dela para com Alessio que atormentado não as aguentava. Com tom sóbrio, coloca Maria Venuto como vítima do marido criminoso, mas fraca emocionalmente histérica e nervosa.

A narrativa do Correio, pouco objetiva, traz um tom bem descritivo, em detalhes o lugar do acontecimento, das roupas, da casa, trazendo também as informações do médico legista, a fim de sofisticar e dar maior credibilidade às informações. Nem por isso deixa de colocar um ponto de vista, quando literalmente expõe que as declarações de Maria são inverossímeis e, pela maneira como finaliza a notícia, atribuindo-lhe 'veredito', sem sequer esperar o desfecho ou desenrolar de processo como ocorrem costumeiramente com esses dramas de sangue. Termina dizendo "é que Maria Venuto premeditou maduramente o seu crime".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Numa tentativa de trazer maiores informações ao leitor, o Correio apurou sobre o passado do marido de Maria, Giuseppe Barletta, que foi processado em 1909 e, na ocasião, fugiu para Ribeirão Preto onde foi preso, para, no dia 30 do mesmo mês, ser deportado para Gênova no navio Toscana. Segundo a narrativa, o casal de amantes Maria e Alessio viveram pouco tempo felizes devido ao ciúme, pois Maria descobrira que Alessio tinha um caso com Angelina Delizia, por isso, o assassinou. O jornal explica que as filhas, Stelina, Helena e Núcia, foram mandadas para a casa n. 12 da rua dos Imigrantes, onde residia Pedro Testa, pai da pagem das mesmas, e que a acusada contratou seu advogado, Capote Valente. O Correio alicerçava sua narrativa às falas das autoridades tanto médicas quanto policiais, a fim de tornar a notícia "séria" e imparcial, ou seja, não é o jornal que se manifesta, ele apenas relata 'objetivamente' os fatos. As falas corroboram com o mito da imparcialidade na imprensa.

No discurso das autoridades, que defendiam a cidade moderna, eram os sujeitos regrados, disciplinados e trabalhadores que se desejava. Visto como algo edificante, constituinte da moral, o trabalho e, por conseguinte, o trabalhador eram elementos essenciais para uma cidade civilizada e moderna como se desejava. Para firmar o posicionamento que faz sobre Maria Venuto, o jornal expõe o passado de Aléssio, viúvo de 51 anos, que veio para São Paulo no ano de 1880 e foi trabalhar como pedreiro. Sendo muito hábil e ativo, logo passou a mestre de obras e, em 1884, empregou-se como mestre de obras de nada mais nada menos do que Ramos de Azevedo, cargo que ocupava a época do crime, juntamente com uma equipe de 30 operários do mesmo engenheiro. Ainda aponta que era um homem de probidade e de máxima consideração, trabalhando nas mais importantes construções realizadas na capital, junto ao trabalho de Ramos de Azevedo, e era competente, prestativo e dedicado. Dessa maneira, o viúvo trabalhador, pedreiro, que se tornou empreiteiro, ao ser enaltecido pelo jornal, faz contraposição à amante, mãe de três filhas, 'heroína sombria, mulher fraca, mal casada e mal sucedida em seus amores ilícitos, que sofria de sincopes nervosas', parecer realmente culpada.

A partir da década de 1910 que o Correio Paulistano cria um novo título para a continuidade dos crimes de sangue. Nomeada de "Ecos de uma tragedia", essa pequena nota trazia reminiscências dos crimes, como conclusão de inquéritos, condenações. Na edição de 2 de junho o Correio, na seção "Fórum Criminal", vemos finalizada a história de Maria Venuto,

> Por se achar doente a acusada, conforme atestou o medico legista dr Xavier de Barros, deixou de prosseguir hontem o sumário de culpa do processo a que responde Mari venuto, assassina de Alessio Ambrosi. (Correio Paulistano, 02/jun/1911, p.8, AESP).

Ao narrar a história da vida dos personagens, por um momento, o periódico não apenas faz considerações como transmite valores. Com essas qualificações, o jornal busca destacar que o rapaz tinha uma vida até então regrada, disciplinada no trabalho, visto que pelo esforço e competência destacou-se na profissão. Ao realçar essas qualidades, o jornal visa, talvez por um instante, produzir um efeito no leitor. Um deles é de que a trajetória dos personagens está na verdade localizando-os socialmente na profissão, na nacionalidade, na conduta moral, marcando o seu lugar social. Alessio era trabalhador. Na cidade de São Paulo, o discurso da modernidade vinha atrelado ao do trabalho. Ele era a contraposição a vadiagem, ociosidade, mendicância e práticas ilícitas de ganhar a vida, como a prostituição. Quando comparamos algumas notícias de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

crime nos jornais analisados, percebemos na narrativa, sinais e traços da sociedade. Apesar da fragmentação de seus elementos e dados, além da técnica utilizada, recheada de clichês folhetinescos da época, amplificando as emoções e desenvolvendo a trama, quase como romance, isso não nos impossibilita encontrar as relações sociais ali presentes.

Os dramas de sangue envolvendo as mulheres rendiam longas notícias. Aqui estamos lidando com o jornaL impresso e suas crônicas policiais que trazem entre outras temáticas e personagens, as notícias que envolvem mulheres. Ricas, da "boa sociedade", pobres e trabalhadoras, ociosas ou "de vida fácil", os jornais constroem visões dessas mulheres que se envolveram nos crimes, vítimas ou não, protagonistas de um tema que atravessa a fronteira social, crimes que têm sequência e desdobramentos proporcionando uma reflexão sobre os valores, ideais e condutas que se desejavam e que se propagavam nessas narrativas.

Segundo Michele Perrot (PERROT, 2005, p.35), os arquivos do crime são ricos para o conhecimento da vida privada, mas dizem pouco sobre as mulheres, na medida em que seu peso na criminalidade é fraco, não em virtude de uma natureza doce, pacífica e maternal, como pretendia Lombroso, mas devido a uma série de práticas que a excluem do campo da vingança ou do afrontamento. Assim, o olhar de homens sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres. No caso desta pesquisa, são os jornais que nos revelam essas personagens e, rompendo com a neutralidade, sinalizam parte do pensar, do viver e do se relacionar naquele período. A fim de refletir e desvendar essas narrativas e estabelecer uma relação com o jornal enquanto fonte e com os sujeitos ali descritos e apresentados, apreendemos parte desses vestígios. Vestígios esses que nos levam não apenas a refletir sobre o dito nos jornais, mas o não-dito, as ausências.

Os jornais apresentam um mundo fragmentado, repleto de acontecimentos minúsculos, incidentes costumeiros, personagens comuns que são apenas frações de vidas, retalho de disputas e experiências evidenciados em suas páginas aparentemente de forma desordenada. Mas o jornal enquanto objeto, na sua estrutura e projeto editorial, nas suas intenções e construções, revela-nos que essa organização tem suas intenções e nós, historiadores, cabe-nos unir 'as pontas' e buscar compor minimamente essa conjuntura a qual os periódicos estão inseridos.

Muitos dramas de sangue se relacionavam com a cafetinagem e os abusos por vezes dos maridos. Mas o adultério também aparece nos jornais como grande causa do crime de sangue. Era uma prática criminalizada e condenada não apenas legalmente, mas sobretudo moralmente. No Capítulo IV do Código Penal de 1890 encontramos,

> Do adultério ou infidelidade conjugal
> Art. 279 – A mulher casada que cometer adultério sera punida com a pena de prisão cellular por um a três annos.
> § 1º Em igual pena incorrerá:
> 1º o marido que tiver concubina teuda e manteuda; 2º A concubina
> 3º O co-réu adultero.
> §2º A acusação deste crime é licita somente aos cônjuges, que ficarão privados do exercício desse direito, si por qualquer modo houverem consentido no adultério.
>
> Art. 280 – Contra o co-reo adultero não serão admissíveis outras provas sinão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle.
> Art. 280 – Acção de adultério prescreve no fim de três mezs, contados da data do crime.
> Paragrapho único . O perdão de qualquer dos cônjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os efeitos de acusação e condenação. (Código Penal, 1890).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A temática do adultério envolve aspectos das questões morais, do comportamento desvirtuante, da quebra da ordem e dos costumes. Põe em xeque a vida em família, a tranquilidade do lar, ameaçando seus alicerces. Essas eram as palavras que o Correio Paulistano pronunciava e proclamava entre uma notícia de crime e outra. A estrutura que esse periódico trazia, com suas repetições de notas criminais, de suas temáticas estabelecidas e de suas fórmulas prontas para narrar os crimes e apresentar os sujeitos, evidencia experiências individuais e coletivas que se relacionam ao cotidiano da sociedade, quando a partir de sua construção buscava-se legitimação e veracidade.

Grande parte das notas de agressões e ofensas corporais se relacionavam com questões de trabalho ou rivalidades pessoais, indivíduos que partilham o mesmo espaço e, por vezes, terminavam o conflito no espaço das ruas. Essas ocorrências eram noticiadas de forma abreviada e agrupadas na mesma seção, marcando a leitura no jornal. O leitor já sabe onde encontrar as notícias dos pequenos furtos, crimes e delitos. Pelas pequenas notas reunidas nos jornais, podemos perceber muitas das ocupações que esses sujeitos envolvidos nos delitos tinham. Carroceiros, chaufeurs, condutores em geral, trabalhadores da Light, botequineiros. Essas são as profissões que se repetem nas notícias. Como nos aponta Cruz (CRUZ, 1991, p.62), o crescimento da população urbana na cidade tornou-se inquietante e, desde fins do XIX, se encontra nos relatórios de secretários de justiça explicações para a insegurança devido a crescente população flutuante, composta muitas vezes de imigrantes, considerados como vadios e ociosos.

> Agressão a sopapos «Palais Elegant» - Queixa a policia – Inquerito sobre o facto
> A hespanhola Anna Maria Barcos y Rios, residente á rua Benjamin Constant, 35, foi hontem, á noite, esbofeteada por Nina Paulera, proprietária de uma casa de tolerância, que, com a designação «Palais Elegant», funcciona á rua Conselheiro Chrispiniano, contiguo ao «Club Kosmos».
> Anna Maria é empregada de Lina de tal, pensionista da agressora.
> Sobre o facto foi aberto inquérito, tendo sido a victima examinada na Repartição Central de Polícia· (Correio Paulistano, 01/fev/1910, p.4, AESP).

Em diversas narrativas estudadas,, percebemos o detalhamento dos sujeitos envolvidos e do crime, a fala da autoridade médica, o legista, que sempre acompanha a polícia, enquanto aquele que atribui 'objetivamente' e concede os detalhes minuciosos do crime; o tratamento noticioso das diligências policiais; o caráter moral dos criminosos; as qualidades das vítimas; a proximidade social entre os sujeitos; a insegurança nos espaços públicos, ruas e praças; a rixa no trabalho e na família, os empregados infiéis, entre tantas outras qualificações. Esses elementos nos levam a identificar a construção da violência e da indisciplina como um problema social apontado pelos jornais. As mulheres das camadas populares, empobrecidas, moradores das áreas consideradas inseguras, dos cortiços e frequentadoras de locais públicos, são vistas de maneira preconceituosa muitas vezes, necessitando da intervenção moralizadora e educativa, que pudesse transformar seus comportamentos. Das notícias de crime que analisamos nesta pesquisa, encontramos as diferenças entre as narrativas de sangue e de contravenção bem delineadas. Um relacionado às questões morais e outro refletindo o aspecto social. A primeira nos levou ao universo da vida privada, com os crimes que atravessam a fronteira do social, como a honra e o ciúme. Estes não têm classe,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

pois, relacionados ao comportamento do campo da moral, envolviam pobres e ricos, anônimos ou não. Na sua grande maioria destas narrativas, fomos levados para o universo feminino, das questões envolvendo moral, costumes, o papel da mulher e da filha, o casamento e a família. Temáticas que normatizam a mulher, a dona de casa, a esposa infiel. Poucas foram as narrativas em que o homem apresentava-se enquanto infiel. Para essas narrativas, observamos que estava em jogo, relacionado à moral, o "nome da família" e dos "negócios". Estes ocorrem no espaço privado. As narrativas de crimes de contravenção, como o roubo, furto, vadiagem, alcoolismo, se apresentam enquanto aquelas que precisam da intervenção e do poder do Estado, seja pela atuação da polícia ou pelas normas de comportamento. As crônicas relacionadas a disciplina dos espaços não atravessam fronteira de classe e são tratadas como questões pertinentes as chamadas "classes perigosas" e estão inseridas muito mais em um universo social. Incorporadas na discussão do trabalho e do progresso, são empecilhos ao desenvolvimento da civilidade, nos apontando para a normatização da vida pública. Atentamos uma clara distinção entre as mulheres populares trabalhadoras e as mulheres 'de vida fácil', bem como as adúlteras, que são apresentadas pelo jornal como possuidoras de um caráter imoral, desvirtuado. Há uma clara oposição entre a mulher casada e a solteira, a mãe e esposa exemplar com a mulher da vida fácil, da lascívia, a adúltera e a de família, a trabalhadora e a ociosa. O tratamento para aquelas que cometem o crime se pela violência sofrida explica-se e justifica-se, pela vingança se condena. O jornal apresenta o crime feminino relacionado a histeria, aos problemas nervosos e à má índole feminina. Podemos observar que por meio da construção das narrativas, e pelo modo como o jornal publicizava os crimes, carregado de valores conservadores e relacionados à uma visão de mundo burguesa, que almejava o ideal da 'civilidade, ordem e progresso', combater a criminalidade era uma defesa deste jornal.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica.** São Paulo, IBRASA, 1972.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa (1900-2000).** Ri de Janeiro, Mauad X, 2007.

_____ *Como escrever uma história da Imprensa?* **II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho.** Disponível: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros- nacionais/2o-encontro-2004-1 (acesso 21/10/2016).

BRETAS, Marcos Luiz. **A Ordem na cidade:** o exercício do cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

_____. **A Guerra nas Ruas:** o povo e a polícia no Rio de Janeiro. IUPERJ, 1988.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. **Revista Policial: formas de divulgação das policias no Rio de Janeiro de 1903**. In Revista Social, Poder e Repressão, n.16, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/19 (acesso 05/06/2019).

BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e Tradições da cidade de São Paulo.** Vol. III "Metrópole do Café". São Paulo, HUCITEC, 1991.

BUENO, Francisco de Assis. **A cidade de São Paulo**. São Paulo, Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1976.

BURK, Peter. (Org.) **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo, UNESP, 1992. CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei (1889-1930).** Brasília, UNB, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 2001.

_____, **Trabalhadores na Cidade**: Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Maria Letícia. **História econômica e Imprensa.** Rio de Janeiro, Contra Capa, 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, dez/2007.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta – periodismo e vida urbana 1890-1915.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

DARMON, Pierre. **Médicos e Assassinos na Belle Époque.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamurete. Mídia, cultura e revolução.** São Paulo, Cia das Letras, 2010.

_____. **Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800).** São Pau, EDUSP, 1996. DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e Poder**. São Paulo, Brasiliense 1995

FARGE. Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo, EDUSP, 2009.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano – a criminalidade em São Paulo 91880-1924).** São Paulo, Edusp, 2001.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FILHO, Ciro Marcondes. **Jornalismo *Fin-de-siècle*** . São Paulo, SCRITA Editorial, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo, Edições Loyola, 1996.

GOMES, Ana Porto. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do preludio republicano.** Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2003.

GUIMARÃES, Valéria. **A Revista Floreal e a recepção aos *faits divers* na virada do dezenovevinte.** Revista Galáxia, São Paulo, n.19, p.274-290, jul/2010.

NEVES, Margarida de Souza. Uma esxcrta do tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas, In. CANDIDO, Antônio. **A Crônica.** São Paulo, UNICAMP, 1992.

PADILHA, Marcia. **A cidade do Reclame. Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20**. São Paulo, AnnaBlume, 2001.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas** – o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História.** Bauru, EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros**. São Paulo, Paz e Terra, 2010

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em preto e branco. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do XIX.** São Paulo, Cia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Cia das Letras, 2016.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole – arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** Atelie Editorial, São Paulo, 2000, p. 55.

SILVA, Marcos A. da . **Repensando a História**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SODRE, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. THOMPSON. E.P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **A Imprensa e a cultura popular, uma perspectiva histórica.** Trad. CRUZ, Heloisa de Faria e IANNUZZI, Ricardo B. – Revista Projeto História, São Paulo, n.35, dez 2007. https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202/1308 (acesso em 22/10/2017).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A (SUB)REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO *#CONTATO HISTÓRIA* (VOL. 1, 2 E 3)[1]

Elloisy Pedroso dos Santos[2]
Debora Queren Santos de Godoi[3]
Paulo Roberto Krüger[4]

Desde seu surgimento, os Livros Didáticos (LDs) estão fortemente presentes no cotidiano da educação, atuando como instrumento para a mediação do conhecimento entre professores e alunos. No Brasil, é possível associar a história do livro didático ao Colégio Pedro II, no início do século XX, visto que, na época, ele era uma referência de ensino no país (RODRIGUES, 2017, p. 57).

Esse instrumento passou por diversas transformações influenciadas pelo tempo e pelos diferentes acontecimentos históricos. No início do século XX, quando cerca de 80% da população não era alfabetizada, o treinamento industrial da população foi um dos principais focos dos LDs. Na Era Vargas, foram ferramentas essenciais para o controle da educação por parte do Estado e com o Golpe de 1964, os manuais de História passaram a se adequar com a realidade do período ditatorial brasileiro. Na década de 1980 personagens históricos até então silenciadas – como mulheres e negros – começaram a se fazer presentes em suas páginas. No século XXI o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) passou a cobrar das editoras, que participassem de seu processo seletivo de aquisição, a inserção dos estudos das culturas indígenas e africana (MAC GINITY, 2015, p. 920-921).

A partir das mudanças e avanços técnicos, é possível observar que a maioria dos manuais contam com a presença de sugestões de links e filmes que podem ajudar na fixação do conteúdo. Porém, mesmo diante à iminência da tecnologia, os LDs, muitas vezes, podem ser os únicos recursos pedagógicos disponíveis para professores e alunos em sala de aula e fora dela, já que no mundo e, em especial no Brasil, há grande desigualdade de recursos, oportunidades e direitos, que foi ainda mais evidenciada pela pandemia de COVID-19 (SACAVINO e CANDAU, 2020, p. 123). Durante a pandemia o uso da Internet para conduzir as atividades escolares foi de grande necessidade, mas esses meios tecnológicos, que em geral facilitam o processo educacional, não

[1] Esta pesquisa contou com o financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC JR. IFPR/CNPQ, por meio do Edital n.º 03/2020 – DIPRE/PROEPPI do IFPR.
[2] Estudante do Curso Técnico em Agroecologia Integrado no Instituto Federal do Paraná – *Campus* Ivaiporã (IFPR) e bolsista PIBIC Jr. IFPR/CNPQ. E-mail: elloisypds@gmail.com.
[3] Graduanda em Publicidade e Propaganda na Universidade Estadual do Centro-Oeste - *Campus* Santa Cruz em Guarapuava (UNICENTRO). E-mail: dbrgodoi@gmail.com.
[4] Coordenador da pesquisa. Docente EBTT, disciplina de História, no Instituto Federal do Paraná - *Campus* Ivaiporã (IFPR). Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: paulorobertokruger@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

são disponibilizados igualmente em todas as regiões e podem se fazer ausentes para alguns grupos sociais.

Por conta dessa desigualdade de distribuição tecnológica e de acesso à internet, dentre outros aspectos, que os Livros Didáticos ainda são considerados importantes ferramentas educacionais, ainda mais por serem distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que garante sua gratuidade e o alcance a todas as escolas públicas do Brasil - fato que possibilita e democratiza o acesso ao conhecimento e à leitura. A criação do PNLD também passou a estimular autores e editoras a qualificar e inserir abordagens sobre combate à homofobia, estudos culturais dos povos indígenas e afrodescendentes, História da África e a imagem da mulher, por exemplo (BRASIL, 2018, p. 10). Dessa forma, estabeleceu-se uma concorrência entre as editoras, visto que, para serem aprovados, adquiridos pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuídos às escolas, os materiais devem passar por uma banca avaliadora e atender aos pré-requisitos do PNLD, além de se destacarem nas resenhas disponibilizadas aos docentes que estão nas escolas e escolhem as coleções que pretendem utilizar pelo período de vigência determinado pelo PNLD. Por isso, as editoras aprimoram, cada vez mais, a qualidade de suas produções (MAC GINITY, 2015).

O PNLD disponibiliza, a cada edição, o Guia de livros didáticos, elaborado por profissionais de todas as regiões do Brasil e destinado às professoras(es) da rede pública brasileira, com objetivo de auxiliá-las(os) na escolha das coleções que serão adquiridas. O Guia de Livros Didáticos de História do PNLD de 2018 afirma que houve, nas últimas edições, a ampliação do espaço concedido à imagem feminina e a outras problemáticas, de forma a promover a inclusão dessas minorias (BRASIL, 2018, p. 10). Entretanto, simultaneamente a isso, ele alerta para as poucas informações acerca das características e condições de vida dos jovens estudantes e propõe, assim, a exploração de temas como fobias de ordem racial, sexual, de gênero e aborto, entre outros, para as próximas edições (BRASIL, 2018, p. 18).

O Guia de livros didáticos de História do PNLD de 2018 foi estruturado em quatro partes: problematização dos objetivos do ensino de história e implantação do novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); princípios, critérios e processos de avaliação; perfil das obras aprovadas; e por fim, apresentação das resenhas das coleções. Uma das principais discussões promovidas pelo Guia é acerca das representações dos estudantes. A identidade individual, a qual os livros propõem ajudar a construir, bem como as características dos jovens e adolescentes não são profundamente discutidas.

A Coleção "#Contato História" é uma das coleções avaliadas e aprovadas pelo PNLD de 2018, sendo a coleção utilizada no Câmpus Ivaiporã do Instituto Federal do Paraná durante o desenvolvimento desta pesquisa. Os livros são de autoria de Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg e foram elaborados pela Editora Quinteto no ano de 2016, para atender ao edital de chamada para inscrições de livros didáticos 004/2015 (PNLD, 2015), correspondendo ao triênio de 2018, 2019 e 2020. A resenha do Guia de livros didáticos afirma que a coleção apresenta diversidade de fontes históricas e evidencia o trabalho com imagens, além de dar destaque à figura da mulher e valorizá-la como sujeito na construção da História (BRASIL, 2018, p. 71). Ademais, na proposta de formação cidadã, há o compromisso com a agenda de não violência contra as mulheres, o combate às percepções preconceituosas, a compreensão da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

atuação feminina em diferentes contextos e épocas e o reforço do seu protagonismo social (BRASIL, 2018, p. 75).

É necessário ressaltar que nesse projeto o Livro Didático, mais especificamente o da disciplina de História, não será encarado como um sujeito "inocente" no processo de ensino-aprendizagem, visto que ele é um mecanismo de difusão de saberes produzido dentro da lógica de políticas educacionais. Nas últimas décadas os LDs foram elaborados de acordo com os editais trienais do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), o que faz do PNLD uma ação de governo, que não é isenta de interesses políticos, culturais, econômicos etc. Para Júlia Silveira Matos,

> todo e qualquer suporte de escrita carrega em si a idealização de seu produtor e ao mesmo tempo de seu consumidor. [...] o compromisso do livro didático de história com os conteúdos históricos está muito mais atrelado aos interesses e interlocutores do presente do que propriamente com o conhecimento do passado por ele mesmo. Essa característica reforça o entendimento de que precisamos ver o livro didático enquanto um produto de consumo que se apresenta como um recurso didático e assim, buscarmos seu papel enquanto veiculador de ideologias. [...] Sendo assim, antes de ser um fundamental recurso didático, o livro didático de História é um produto comercial, inserido em políticas públicas de educação nacional e por isso precisa ser estudado como tal (MATOS, 2012, p. 168-169).

Além disso, Matos ainda considera que os LDs, além de um recurso didático, também precisam ser vislumbrados como um instrumento de controle e normatização (2012, p. 170). Desse modo, o Livro Didático de História é uma ferramenta que precisa ser operacionalizada com cuidado em sala de aula, pois seus textos, gráficos, imagens, indicações, exercícios podem privilegiar determinados fatos, grupos sociais, comportamentos, culturas etc.

Os três volumes do livro didático *#Contato História* trazem, nas páginas iniciais, uma breve apresentação de sua estrutura, pela qual é ressaltada a importância das imagens dispostas ao longo dos capítulos. Elas estão presentes não apenas no início de cada unidade, acompanhadas de um texto introdutório que explica o assunto a ser abordado, mas também ao longo de todos os capítulos. Além disso, há a seção "Explorando a imagem", que auxilia no entendimento de informações e das figuras, dada a importância de saber lê-las (PELLEGRINI, DIAS e GRINBERG, 2016, p. 3). Os livros também ressaltam pontos importantes de serem explorados, como o "Sujeito na História" e uma relação mais direta entre acontecimentos passados e a realidade presente.

Neste projeto, optou-se por analisar as imagens presentes nos três volumes da coleção, tomando os capítulos sobre a História do Brasil, e os que não exclusivamente podem envolver essa temática, como recorte temático da pesquisa. A discussão de gênero e representação figuram como o aporte teórico e o método indiciário como aporte metodológico.

Sobre essa Fonte Histórica, propusemos a seguinte problemática: Como as mulheres são representadas, nas unidades de História do Brasil, no Livro Didático *# Contato História* por meio das imagens dispostas nele? Essa problemática é apresentada devido a importância que a história vem dando para estudos de imagem, devido ao movimento de ampliação do sentido de fonte histórica (BURKE, 2004), e dos estudos de Gênero, que passaram a ganhar forte contornos a partir da década de 1960 por conta dos movimentos feministas (LOURO, 1997). Dessa forma,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tendo em mente que os livros didáticos fazem parte do jogo político, econômico e cultural, verificamos como as mulheres são representadas no LD # *Contato História*, por meio de imagens (fotografias, gráficos, pinturas, desenhos), buscando identificar qual construção feminina é apresentada aos discentes do Ensino Integrado do IFPR – *Campus* Ivaiporã.

Referencial teórico e metodológico

A indagação acerca de como a figura feminina é representada nos livros didáticos, considerando que muitas vezes esses são os únicos recursos pedagógicos para os discentes e a importância da análise imagética em uma sociedade na qual as pessoas são rodeadas por imagens ao longo da maior parte do seu dia (MAC GINITY, 2015, p.929), nos levou a examinar os capítulos de História do Brasil dos três volumes do Livro Didático (LD) de História "#Contato História", que são utilizados no IFPR - Campus Ivaiporã. Para isso foi utilizado o conceito de representação apresentado pelo historiador Roger Chartier, que considera que as

> [...] representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem o utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990,p. 17)

Ao discorrer sobre os antigos sentidos atestados à palavra "representação", Chartier identifica dois tipos de significados aparentemente opostos: o primeiro remete à ausência, supondo uma distinção entre o representante e o que é representado; O segundo aponta para a exibição pública de algo, aludindo a uma presença, em vez de ausência. Nesta pesquisa, o sentido adotado foi o relacionado à ausência, descrito por Chartier como: "[...] o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma 'imagem' capaz de trazê-lo à memória e 'pintá-lo' tal como ele é" (CHARTIER, 2002, p. 74).

Portanto, carregada de razões, códigos, finalidades e destinatários particulares, a representação é capaz de fazer entender as situações ou práticas que são seu objeto, se esses elementos forem bem identificados (CHARTIER, 2011, p. 16). Além disso, Chartier defende que o conceito de representação ajuda a articular as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social (CHARTIER, 2011, p. 20). Nesse sentido, a pesquisadora Eliane Mac Ginity já questionava como as "representações imagéticas das mulheres nos livros didáticos de história do ensino médio" (MAC GINITY, 2015, p.915), dispostos no PNLD 2015, influenciam na composição de identidades que dão origem a determinadas visões de mundo, estimuladas pelos interesses de grupos culturais, socioeconômicos e políticos. Dessa forma, a autora mostrava a importância da representação da figura feminina nos materiais educacionais para a construção do ser na sociedade.

Soma-se ao arcabouço teórico desta pesquisa o conceito de gênero, a partir da perspectiva da historiadora Joan Scott, que promoveu questionamentos sobre as formas como o gênero funciona nas relações sociais humanas e como ele dá sentido ao conhecimento histórico. Ela ainda afirma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que o gênero precisa ser discutido como uma categoria de análise, assim como classe e etnia (SCOTT, 1995, p.74)

Scott (1995) tem seu interesse voltado para a história das mulheres a partir de uma perspectiva de gênero. Utilizando o conceito foucaultiano de poder e sendo influenciada pelos trabalhos de historiadores como Jacques Derrida e Edward Thompson, as pesquisas da estadunidense foram extremamente relevantes para a contestação das práticas historiográficas que se referem ao papel das minorias. Em seus trabalhos, Scott defende que gênero trata dos papéis sociais referentes a cada um dos sexos, enquanto o sexo propriamente estaria voltado para a área biológica.

Essa postura de Scott reforçou a postura de outras pesquisadoras, como a da própria Natalie Davis, citada por Scott e que em 1975 afirmava o seguinte:

> Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses (DAVIS, 1975, apud SCOTT, 1995, p.72).

Apoiando-se nessa noção, Scott propõe o uso do gênero como uma categoria de análise histórica, reforçando com a observação de que as feministas, nas últimas décadas, passaram a utilizar a palavra "gênero" como uma forma de se referir à organização social da relação entre os sexos, enfatizando o caráter social das distinções baseadas no sexo e indicando uma rejeição do determinismo biológico implícito nos termos como "sexo" ou "diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 72).

Também é evidente que Scott considera a intrinsecidade das relações de poder, que em nenhum momento são tratadas de forma paralela ao gênero. Ao contrário disso, ela afirma: "[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p.88).

Junto ao estabelecimento dos referenciais teóricos da pesquisa, foi necessário definir sua estratégia metodológica de abordagem. Desse modo, para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, ela foi dividida em cinco etapas: o levantamento bibliográfico, que envolveu a definição do aparato teórico, leitura do PNLD 2018 e de trabalhos com perspectivas similares; a análise da organização da nossa fonte de pesquisa, o Livro Didático "# Contato História" (volumes 1, 2 e 3); o levantamento quantitativo de imagens femininas nos capítulos de História do Brasil da fonte de pesquisa; a elaboração de tabela e categorização de análise das imagens; e o processo de cotejamento das fontes com o referencial teórico e metodológico da pesquisa.

A pesquisa foi auxiliada metodologicamente pelo paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (2009; 2011) que remonta a necessidade de analisar indícios, sinais e sintomas que possam estar presentes nas fontes.

O paradigma indiciário foi construído por Ginzburg (2009a) a partir das noções de sintomas. O historiador italiano analisou os seguintes métodos: o psicanalítico de Sigmund Freud, de onde extraiu a noção de indício; o investigativo de Sherlock Holmes (personagem de Arthur Conan Doyle), apresentando a noção de signo; e o trabalho do crítico de arte Giovanni Morelli, que tinha por pretensão a investigação das minúcias, uma análise microscópica e exaustiva de cada detalhe do objeto analisado. Portanto, por meio dos indícios, signos e olhar microscópico é possível

decifrar elementos das fontes que possam passar despercebidos para o espectador menos atento, ou, como afirma Ginzburg, "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la" (2009a, p. 177).

Assim, a fonte pôde ser analisada de maneira minuciosa, sendo observados critérios de categorização das imagens das(os) representadas(os) quanto a:

- Gênero predominante: masculino, feminino ou outro (quando informado ou possível de ser identificado nas imagens). Quando houve a impossibilidade de identificação quantitativa de determinado gênero na imagem, a esta foi atribuída a categoria "não quantificado". Do contrário, quando houve número significativo de indivíduos na imagem e a possibilidade de identificá-los quanto aos seus gêneros, a imagem foi considerada pertencente ao gênero em que houve a predominância (maioria numérica). Sobretudo, quando a imagem representava uma paisagem ou objeto que não estava enquadrado em representação de gênero, a imagem foi quantificada na categoria "Paisagem, objeto etc.";
- Etnia: afrodescendente, indígena, branca, outras (referindo-se a outros grupos étnicos) ou múltiplas (com a presença de duas ou mais etnias);
- Representação do gênero feminino e masculino na imagem: protagonista (quando a/o representada/o desempenha papel principal na imagem ou em relação ao corpo do texto), coadjuvante (quando a/o representada/o desempenha papel secundário na imagem ou meramente ilustrativa em relação ao corpo do texto), não houve representação de gênero (em caso de objetos inanimados, paisagens e ou representação de aspecto humano sem gênero aparente).

Além disso, a análise das relações entre o corpo textual, a descrição e posição das imagens, e suas referências serviram para alcançar as considerações feitas nesta pesquisa. Esse procedimento garantiu um mapeamento e sistematização das fontes de pesquisa, que estão detalhados na apresentação dos resultados desta pesquisa.

Resultados da pesquisa

Após esses primeiros procedimentos e a constituição do referencial teórico e metodológico deste artigo se deu o processo de levantamento quantitativo das imagens disponíveis nos capítulos que tratavam de temas ligados à História do Brasil nos livros didáticos que foram analisados - # Contato História. Ademais, existiu o procedimento de leitura dos capítulos para identificar os dados presentes no corpo do texto, deste modo, permitindo uma interpretação mais clara das imagens e suas correlações dentro dos espaços em que se encontram.

O levantamento quantitativo das imagens foi tabulado em três tabelas para este artigo, que podem ser analisadas abaixo (Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela 1 - Predominância de Gênero em imagens dos capítulos com temáticas de História do Brasil nos Livros Didáticos - #Contato História.

VOL/CAP	PAISAGEM, OBJETO ETC.	GÊNERO PREDOMINANTE			
		MASCULINO	FEMININO	OUTRO	NÃO QUANTIFICADO
V1/C11	9	4	2	0	1
V2/C5	8	14	4	0	3
V2/C6	11	18	3	0	4
V2/C11	6	7	0	0	5
V2/C12	12	14	3	0	4
V3/C2	10	20	3	0	7
V3/C5	0	16	3	0	2
V3/C6	2	7	1	0	1
V3/C9	2	19	2	0	4
V3/10	4	21	3	0	7
V3/C12	11	10	5	0	9
TOTAIS	**75**	**150**	**29**	**0**	**47**

Fonte: das autoras.

Tabela 2 - Composição étnica em imagens dos capítulos com temáticas de História do Brasil nos Livros Didáticos - #Contato História.

VOL/CAP	ETNIA				
	AFRODESCENDENTE	INDÍGENA	BRANCA	OUTRAS	MÚLTIPLAS
V1/C11	0	7	0	0	0
V2/C5	5	3	4	1	8
V2/C6	6	0	7	2	10
V2/C11	1	6	5	0	6
V2/C12	3	0	13	3	2
V3/C2	2	0	13	4	11
V3/C5	2	0	13	0	6
V3/C6	0	0	5	2	2
V3/C9	0	0	10	6	9

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

V3/10	0	0	15	8	8
V3/C12	0	2	4	9	9
TOTAIS	**19**	**18**	**89**	**35**	**71**

Fonte: das autoras.

Tabela 3 - Tipos de representação em imagens dos capítulos com temáticas de História do Brasil nos Livros Didáticos - #Contato História.

VOL/CAP	REPRESENTAÇÃO FEMININA		REPRESENTAÇÃO MASCULINA		NÃO HOUVE REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO
	PROTAGONISTA	COADJUVANTE	PROTAGONISTA	COADJUVANTE	
V1/C11	3	1	5	0	0
V2/C5	6	6	10	8	7
V2/C6	7	3	19	6	9
V2/C11	1	4	11	1	6
V2/C12	5	2	17	3	12
V3/C2	8	7	18	11	7
V3/C5	3	7	14	4	0
V3/C6	1	2	5	3	1
V3/C9	4	4	17	6	2
V3/10	10	7	23	6	1
V3/C12	14	4	16	2	10
TOTAIS	**62**	**47**	**155**	**50**	**55**

Fonte: das autoras.

Nestas tabelas estão apresentadas as informações quantitativas dos dados analisados, determinadas a partir das categorias definidas no referencial teórico metodológico deste artigo, predominância de gênero, composição étnica e o tipo de representação.

A partir da observação deste material expõe-se a evidente discrepância entre a quantidade de imagens com gênero predominante masculino e feminino, chegando a números cinco vezes maiores referente a quantidade masculina em relação a quantidade feminina, demonstrando a falta de igualdade dentro das representações incluídas no recorte do livro didático aqui analisado.

Analisando a categoria representação feminina na tabela 3, é possível verificar que a quantidade de imagens categorizadas como coadjuvantes se aproxima da quantidade das imagens consideradas protagonistas, sendo cerca de 76% das imagens. Enquanto isso, na representação

masculina, observa-se que as imagens categorizadas como coadjuvante representam cerca de 32% da quantidade total de imagens que indicam a posição protagonista masculina.

Ademais, ao comparar a quantidade de imagens femininas e masculinas categorizadas como protagonistas, é possível verificar que as imagens femininas representam 40% em relação às imagens masculinas. A partir deste dado, observa-se uma desigualdade representativa entre as imagens masculinas e femininas quanto a postura de protagonistas nas representações no LD, evidenciado de forma ainda mais sintomática se tomarmos a diferença entre as representações predominantes de gênero (tabela 1): 150 imagens masculinas e 29 imagens femininas, ou seja a presença masculina como gênero predominante nas representações nos capítulos com temática de história do Brasil é 517,24% maior do que a presença feminina.

Para Chartier, a representação tem poder de fazer algo ser conhecido, de trazer à mente do público, ou, nesse caso, leitores dos livros, a presença de uma coisa ou uma pessoa (CHARTIER, 2011, p. 17). O autor ainda afirma que as representações tentam convencer que o mundo, a sociedade e o passado são o que elas dizem ser (CHARTIER, 2011, p. 23). Portanto, o contraste entre representação de imagens femininas e masculinas têm interesse de predominar o poder de um determinado grupo generificado, sugerindo, ao leitor, que as mulheres, nas sociedades passadas, ocupavam lugares inferiores e de menor importância para a construção da História.

Dentro dos dados tabulados, é significativo ainda citar o tema sobre etnia, que revela a desigualdade aguda no número de representações dos grupos étnicos. Neste aspecto, a etnia branca é a que dispõe de maior visibilidade. A tabela 2, apresentada acima, sintetiza os dados totais em relação à categoria de etnia, abaixo encontra-se a tabela 4 demonstrando quantitativamente a categoria de etnia relacionada a quantificação de representação feminina protagonista:

Tabela 4 - Composição étnica de representações femininas protagonista em imagens dos capítulos com temáticas de História do Brasil nos Livros Didáticos - #Contato História.

VOL/CAP	ETNIA NA REPRESENTAÇÃO FEMININA PROTAGONISTA				
	AFRODESCENDENTE	INDÍGENA	BRANCA	OUTRAS	MÚLTIPLAS
V1/C11	0	3	0	0	0
V2/C5	3	2	1	0	0
V2/C6	4	0	0	0	3
V2/C11	0	0	0	0	1
V2/C12	1	0	3	0	1
V3/C2	1	0	4	1	2
V3/C5	0	0	3	0	0
V3/C6	0	0	1	0	0
V3/C9	0	0	3	1	0

V3/10	1	0	7	1	1
V3/C12	0	1	2	5	6
TOTAIS	**10**	**6**	**24**	**8**	**14**

Fonte: das autoras.

Com base na tabela, constata-se a baixa quantidade de representações femininas afrodescendentes e indígenas frente às representações femininas brancas. Mostrando que além de desigualdade de gênero, existe a desigualdade étnica, assim, não só se restringe à mulher um papel de sub representação no ambiente onde a figura masculina possui destaque, mas também, dentro da perspectiva de interseccionalidade, onde a representação feminina branca é maior que a indígena e a afrodescendente.

Este último ponto nos leva às considerações de Kimberlé Crenshaw, que considera fundamental, para que mulheres possam melhorar sua situação e ampliar sua proteção e direitos, a atenção para as relações travadas entre o gênero e as várias identidades com as quais ele intersecta, pois essas intersecções podem contribuir para o estado de vulnerabilidades particulares para os diferentes grupos de mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 174).

Por essa razão podemos identificar que há, além da desigualdade entre gêneros, uma desigualdade intra gêneros, pois quando levamos em consideração outras identidades no interior do gênero feminino é visível o impacto das diferenças étnicas e, possivelmente, outras.

Para ilustrar o exposto até aqui, serão apresentadas abaixo, algumas imagens que foram selecionadas do LD *#Contato História* ao longo da pesquisa realizada.

Imagem 1: Pintura Indígena (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 266).

No volume 1, capítulo "Os povos da América", há um espaço destinado para a discussão de povos que ocupavam o território brasileiro, a imagem 1 faz parte do contexto desta discussão e traz a representação de uma mulher de etnia Sateré-mauré pintando a sua filha, como um ato de manifestação cultural. O texto referente a fotografia trata da temática sobre a pintura dentro da cultura indigena brasileira e cita a mulher como responsável por esta tarefa dentro de algumas etnias.

Embora o povo indígena seja essencial para toda construção e história do país, ele segue tendo a menor representação dentro do livro didático. Isso é possível de ser constatado quando estabelecemos um olhar que intersecta o gênero feminino com a categoria de etnicidade. Desse modo e de acordo com a tabela 2, a mulher indigena pode ser considerada como a categoria de maior sub-representação dentre aquelas estabelecidas para o recorte desta pesquisa, que é seguida da mulher afrodescendente.

Imagem 2: Menina Kayapó com boneca e pintura corporal (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 1, p. 266).

A imagem 2 também aparece na sequência do LD, no mesmo capítulo. O tema continua sendo a pintura corporal e traz a cena de uma menina de etnia Kayapó brincando com uma boneca branca, enquanto ambas exibem uma pintura corporal. Esta ilustração pode reforça a visão dos cuidados maternos designados a crianças do sexo feminino, além de apresentar uma discrepância entre a etnia da menina e da boneca com a qual brinca, reforçando a presença da branquitude da representação aqui exposta. Apesar da menção sobre a cultura indígena por meio da pintura corporal, o LD não apresenta nenhuma crítica ou ponderação quanto ao aspecto da boneca branca.

Imagem 3: Barraca de comércio de propriedade de uma mulher brasileira de origem africana (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 2, p. 115).

A pintura produzida na década de 1822 pelo pintor Henry Chamberlain presente no volume 2, capítulo "A conquista e a colonização portuguesa na América", apresenta a imagem de uma barraca comercial no Rio de Janeiro, cuja proprietária era uma mulher brasileira de descendência africana (imagem 3). O texto que acompanha a ilustração relata a mudança da visão historiográfica sobre as mulheres a partir de 1980, que passaram a serem colocadas como donas de negócios, chefes de família e adversárias do domínio masculino, divergindo do conceito de estarem sujeitas a uma submissão dentro da sociedade governada por homens, que existia até então.

A figura da mulher negra, protagonista e com poder, não é encontrada com facilidade, sendo responsável por uma parcela muito pequena da ocupação das imagens, em geral, esta mulher costuma ser colocada numa posição de classe baixa, ou associada a temática escravista. Porém, não se pode negar que as autoras do LD parecem buscar o que havia sido proposto pelo PNLD 2018.

O Guia de História do PNLD 2018 apresenta a importância do estímulo à autoras(es) e editoras(es) a qualificarem a abordagem sobre combate à homofobia, as singularidades culturais dos povos indígenas e afrodescendentes, as identidades juvenis e as especificidades da aprendizagem histórica para o Ensino Médio. Concedendo uma ampliação do espaço para assuntos como à História da África, à imagem da mulher, à compreensão da historicidade da cidadania e problematização dos conhecimentos prévios do estudante (BRASIL, 2017, p.10).

Imagem 4: Interior de loja luxuosa de roupas (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 3, p. 44).

No volume 3, capítulo "A primeira república", a partir da imagem 4, que exibe uma cena cotidiana em uma loja luxuosa de roupas, é possível perceber a presença de mulheres, provavelmente, de classe alta, sendo todas de etnia branca. Esta imagem proporciona uma associação de riqueza com a cor da pele do indivíduo, mesmo em um período em que o sistema escravista e a divisão de ambientes para pessoas de diferentes grupos sociais já havia sido, supostamente, superado. O texto que segue a imagem retrata a separação das classes, em uma época onde grupos diferentes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

nem mesmo frequentavam os mesmos ambientes e áreas da cidade, e também cita um cosmopolitismo agressivo.

Assim, a imagem, apesar de reforçar a presença feminina branca no LD, problematiza, a partir do texto que a acompanha, a questão da diferença econômica e racial, já que um dos princípios que regiam as mudanças nas cidades brasileiras era "a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante" (SEVCENKO apud PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 3, p. 44).

Imagem 5: Getúlio Vargas no Palácio do Catete em 1930, acompanhado por homens e mulheres (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 3, p. 107).

Já a imagem 5, presente no volume 3, capítulo "A era Vargas", surge como uma ferramenta meramente ilustrativa, apenas apresentando Getúlio Vargas e um grupo de pessoas no Palácio do Catete, dias antes de tomar posse do governo provisório no ano de 1930. O grupo ao redor de Vargas não é mencionado, dando ênfase apenas ao então futuro presidente do Brasil, o colocando em posição protagonista na imagem. Além disso, é possível notar a presença de pessoas pertencentes a uma classe alta ou, ao menos, a etnia branca. Próximo a Vargas encontram-se algumas mulheres, em menor número e em posição coadjuvante.

Evidentemente que o período em que a foto foi produzida a condição feminina era muito diferente da condição atual. Roger Chartier afirma que a noção de representação também transformou a definição dos grupos sociais e, para isso, cita Pierre Bourdieu, que ressalta: "a representação que os indivíduos e os grupos exibem [...] faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido, quanto por seu ser, por seu consumo, quanto por sua posição nas relações de produção" (BOURDIEU apud. CHARTIER, 2011, p. 22). Assim, a ausência de qualquer menção sobre as mulheres na imagem 5 apenas reforça a condição de sua "realidade social", ou seja, submissas ou mesmo "decorativas".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Porém, em diversos momentos o LD apresenta e problematiza a presença feminina no curso da história. O capítulo "O Brasil contemporâneo", presente no volume 3, pode ser utilizado como exemplo. Abaixo estão duas imagens (imagem 6 e imagem 7) que corroboram com esse ponto.

Imagem 6: Ensino de artesanato na aldeia Guarani Tenondé Porá (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 3, p. 277).

Imagem 7: Maria da Penha Maia Fernandes (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, v. 3, p. 283).

A imagem 6 representa uma professora ensinando artesanato para alunas na escola da aldeia Guarani Tenondé Porã. O texto que acompanha a imagem relata sobre a legislação escolar indigena, que tem suas diretrizes estabelecidas desde a década de 1990 e auxiliou na diminuição dos índices de analfabetismo nas comunidades indígenas. Também cita o interesse na formação de professores que sejam indígenas, para que haja maior valor agregado na preservação desta cultura. Por sua vez, a imagem 7 evidencia Maria da Penha, uma forte presença na luta pela defesa

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

dos direitos das mulheres, que veio a se tornar um destaque na temática sobre violência doméstica após lutar para conseguir a condenação de seu agressor.

O Guia de História do PNLD 2018 também aponta o destaque dado à figura feminina, considerando que o LD #*Contato História* se propõe à uma formação cidadã, combatendo às percepções preconceituosas, além de buscar a compreensão da atuação feminina em diferentes contextos e épocas, bem como sua valorização como sujeito histórico, ressaltando seu protagonismo social. "A atuação feminina aparece em diferentes contextos e épocas, abrindo espaço para discutir com os estudantes a figura da mulher como sujeito e sua importância na História", além da valorização da História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas (BRASIL, 2018, p. 75).

Ou seja, as imagens 6 e 7 servem como exemplo para a afirmação anterior, visto o papel protagonista da mulher indígena na atuação da preservação de sua cultura, bem como a associação da imagem de Maria da Penha no contexto da luta contra a violência exercida contra as mulheres e os avanços legislativos em prol da defesa da mulher, dando destaque para a lei Maria da Penha.

Foi possível analisar até aqui que o livro didático # *CONTATO HISTÓRIA* (VOL. 1, 2 e 3) apresenta uma expressiva diferença quantitativa entre imagens com predominância masculina e a feminina nos capítulos com a temática de História do Brasil, essa situação se mantém quando verificamos a situação protagonista versus coadjuvante, sendo ainda mais acentuada quando ocorre a intersecção de gênero com outras identidades étnicas. Apesar disso, em várias ocasiões o LD dá destaque à representação feminina, o que é um ponto positivo em meio a sub-representação quantitativa da imagem feminina.

Considerações finais

Claro que a tarefa de fazer apontamentos e problematizações para todas as imagens que aparecem no LD, levando em consideração todas as complexidades das sociedades humanas, é uma tarefa impossível e subverter a lógica do LD. A pesquisa desenvolvida tem consciência disso, mas se considera necessária para apontar, mesmo diante da ampliação da representação feminina (como apontado pelo Guia de História do PNLD), que há muito para se fazer quanto à representatividade feminina, ainda mais quando observada a partir da interseccionalidade. Para além disso, cabe ressaltar que existem outros gêneros que também estão sub-representados no LD e precisam ganhar mais notoriedade.

Os Livros didáticos são uma ferramenta de grande importância dentro do processo de ensino de instituições públicas. Devido a sua relevante presença no processo de formação de crianças, adolescentes e adultos, os LDs podem colaborar para o estabelecimento de uma normatização no mundo. Assim, tomando o LD como uma ferramenta protagonista no processo de ensino-aprendizagem e que ocupa uma importante parcela dos investimentos educacionais públicos, é de fundamental importância que ele represente a sociedade a qual serve, proporcionando, dentre diversos aspectos, a inclusão e a igualdade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quanto aos aspectos da representação por meio das imagens é inevitável não esquecermos de Chartier, que considera as representações em um campo de lutas que constroem um mundo social a partir da adesão e do rechaço (CHARTIER, 2011, p. 22).

Desse modo, um mundo social mais inclusivo e igualitário também passa pela forma como as mulheres e outros sujeitos históricos são representados. Enquanto os avanços nesse campo caminham, mas não superam a desigualdade, cabe aos professores uma postura ativa diante o LD, não o tomando como um recurso acabado e perfeito.

A disciplina de História foi marcada por muito tempo pela predominância de temas que envolviam sujeitos históricos tidos como "grandes homens", reforçando ainda mais a presença masculina nos estudos do passado. Porém, como explorado no artigo, a partir do final do século XX a presença feminina passou a ser mais constante e o próprio PNLD passou a reforçar a necessidade dessa presença, bem como de outros grupos sociais e identitários. Observa-se que o LD *#Contato História* tem a presença da imagem feminina nos capítulos que tratam da História do Brasil, bem como algumas problematizações e análises, mas seu quantitativo ainda é muito inferior quando comparado com a presença da imagem masculina.

Desse modo, é possível considerar que a mulher está representada no LD analisado neste artigo, porém, quando comparada a visibilidade masculina o prefixo "sub" poder ser acrescido a noção de representação para designar uma sub-representação feminina no LD.

Fontes

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **# Contato história, 1º ano**. 1ª ed. vol. 1 – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016a. – (Coleção #cotato história).

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **# Contato história, 2º ano**. 1ª ed. vol. 2 – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016b. – (Coleção #cotato história).

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **# Contato história, 3º ano**. 1ª ed. vol. 3 – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016c. – (Coleção #cotato história).

Bibliografias

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos** – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CAIMI, Fávia Eloisa. Escolhas e usos do Livro Didático de História: o que dizem os professores. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 24, p. 15-29, jul/dez, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, ROGER. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. (2ª edição, 3ª reimpressão) São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 1º semestre de 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. (1ª reimpressão) São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo**. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. (3ª reimpressão) São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, João Carlos. **As representações de feminino nas imagens dos livros didáticos de História - Ensino Médio**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Vozes, 1997.

MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de história. In: **Revista do Lhiste**, Porto alegre, n. 3, v. 2, jul/dez 2015.

MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n.3, p. 165-184, 2012.

MARQUES, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Ana Carolina do Nascimento. Mulheres e a história aprendida nos livros didáticos: análise de coleções didáticas. In: **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 39, p. 124 - 144, abril 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MORTANI, Thábata. **A ausência/presença da História das Mulheres nos Livros Didáticos - Ensino Fundamental II**. In: XVI Encontro Regional de História (ANPUH-RIO), 2014.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Manuais didáticos. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.

SCAVINO, Susana Beatriz; CANDAU, Vera Maria. Desigualdade, conectividade e direito à educação em tempos de pandemia. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 121–132, 2020.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n. 2, jul./dez. 1995, p 71-99.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, janeiro-abril/2005.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. In: Cadernos Pagu (24), Campinas, p. 127-152, jan/jun 2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MULHERES PAULISTANAS E SUAS ATUAÇÕES POLÍTICAS NO MOVIMENTO FEMININO PELA A ANISTIA

Samara Regina da C. Santos[1]

Como as discussões de gênero ganhando cada vez mais espaço dentro da historiografia brasileira, a mesma encontra-se em um constante processo de construção e reconstrução e dentro dessas perspectivas, a pesquisa aqui tecida, encontra-se inserido dentro do campo da história cultural e da história do tempo presente[2], sendo importante ressaltar que para além do corte cronológico as questões de gênero a respeito de ditadura civil-militar ainda se encontram em processo de construção.

Considerando esse contexto que se fez necessário para fundamentar essa pesquisa, a análise de trabalhos que abordam o Movimento Feminino Pela Anistia. Obras como as de: "*Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua imprensa (1975-1979), fruto da dissertação de mestrado de Maria Cecília Conte Carboni, defendida em 2008*", "*Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979), fruto da tese de doutorado de Ana Rita Fonteles Duarte (2012)" e "O Movimento Feminino pela Anistia: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979*". Fruto do trabalho de conclusão de curso de Mariane da Silva, defendido em 2015.

Para entender a historicidade dessa pesquisa, além das fontes acima citadas, utilizamos também o livro *Anistia: Semente da Liberdade,* lançado em 1979, por Therezinha Godoy Zerbine, que reúne discursos a respeito do *Movimento Feminino Pela Anistia*, reportagens e entrevistas concedidas pela autora, o que nos possibilita entender como esse movimento foi se desenvolvendo e reverberando em parte da sociedade e de que modo ele teve importância, dentro da conjuntura social na qual estava inserido, além de sua proposta de anistia. Seria uma anistia ampla, irrestrita e geral para todos aqueles que de alguma maneira se viram prejudicados pelo autoritarismo da ditadura civil-militar, bem como aos os agentes do Estado que cometeram crimes de tortura, sequestro, desaparecimento, morte e estupros com motivação política, em interrogatórios e prisões.

Como analisamos bibliografias e discursos publicados por meio de periódicos, é de fundamental importância, buscarmos apoio na metodologia de análise dos mesmos.

O corpus do trabalho foi desenvolvido da seguinte maneira: em um primeiro momento buscamos discutir o contexto da ditadura civil-militar brasileira e a inserção das mulheres nessa realidade,

[1]Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) – UFMA. Pesquisa temas como: história das mulheres, gênero, feminismo(s) e movimentos de mulheres na perspectiva latino-americana. E-mail: samara.reginae@gmail.com

[2] Koseleck nos apresenta o termo de historia do tempo presente, o qual se dialoga com problematizações geradas no presente e que podem ressignificar o passado, e isso pode ocorrer por meio de experiências vividas, sendo estas capazes de "entrelaçar o passado e o futuro", dessa maneira esse trabalho, não apenas se encontra inserido na história cultural, mas também se faz a partir de problematização do presente em busca de responder problematizações de como se desenvolveu a história do gênero dentro do âmbito de ditadura brasileira. (KOSELLECK, 2006. p. 311-337).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

levando em consideração múltiplos discursos, tais como o de que a mulher deveria estar restrita à esfera privada e ao mundo doméstico, sendo questões políticas ligadas ao mundo dos homens. Além da análise desses discursos, trazemos exemplos de mulheres ativas na atmosfera da vida pública no referido contexto.
No segundo momento, trataremos sobre o *Movimento Feminino Pela Anistia*, analisando o seu processo de criação; seus núcleos e os artifícios usados para driblarem os abusos da ditadura; e ainda, de que maneira o engajamento do mesmo repercutiu na política brasileira.

A inserção das mulheres na Ditadura Militar

Quando se fala de Anistia brasileira durante o período Civil Militar, sente-se uma grande necessidade de saber de que maneira a mesma foi institucionada, entender a discussões acerca da Anistia é uma questão chave para entender muitas outras demandas que estavam em jogo durante esse período, é dessa maneira o que se é possível perceber é uma grande teia de interesses políticos e sociais que estavam em constantes disputas.

Mulheres e mobilizações na ditadura

Quando se trata de lutas por direitos sociais durante a ditadura civil-militar brasileira, a figura masculina ainda prevalece como um agente predominante[3]. Isto encontra-se ligado aos movimentos de protestos que surgiram durante esse período, tanto pelo viés artístico quanto pela luta armada. Por isso, os movimentos estudantis, artísticos e os de guerrilhas são representados por imagens heroicas masculinas.

No que diz respeito à representação feminina nesses espaços de reivindicação, a imagem que se apresenta das mulheres é de coadjuvante desses movimentos, esboçando um contraste de gênero que permanece no imaginário sobre o lugar do homem e o da mulher no tocante às questões associadas ao espaço público, como bem expressa Jelin (2009, p. 127):

> El contraste de género en estas imágenes es claro, y se repite permanentemente en una diversidad de contextos. Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizarse en mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen pertenecer a los hombres[4].

Mesmo com a presença de mulheres em alguns ambientes públicos, o que ainda é percebido é o silenciamento, a exclusão da sua participação - a exemplo da política durante a ditadura civil militar, onde sobremaneira, os homens tiveram um maior reconhecimento nesse contexto. Nesse sentido, consideramos o pensamento de Scott (1989) de que o gênero é um elemento constitutivo

[3] De acordo com Perrot (1989, p. 09-10), as mulheres por muito tempo foram apresentadas como indissociáveis do âmbito privado, estando "apagadas" dos relatos da historiografia mundial e brasileira, na segunda metade século XX, produções femininas passaram a ganhar espaço dentro do âmbito público, que até então era dominado pelo público masculino.
[4] O contraste de gênero nessas imagens é claro, e é repetido permanentemente em uma diversidade de contextos. Dor personalizada e símbolos de sofrimento tendem ser incorporada nas mulheres, enquanto os mecanismos institucionais parecem pertencem aos homens (JELIN, 2009, p. 127).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, de modo que é uma das primeiras formas de legitimar o poder, que se manifesta de maneira violenta, perpassando todas as camadas da sociedade. A percepção desse tratamento, por meio das produções sobre gênero, tem permitido que, aos poucos, que as mulheres tenham se tornado mais ativas dentro da atmosfera pública e também visibilizadas.

Scott (1989) defende a tese que todos nós somos seres sociais e que fazemos parte da própria definição de gênero. Essa definição pode ser entendida da seguinte maneira: "gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21)". Todavia, o fato de sermos tais sujeitos sociais pautados nas diferenças entre masculino e feminino faz com que estejamos constantemente nos organizando baseados nas diferenças existentes entre os sexos. Por conseguinte, temos o gênero como a primeira forma de relação de poder e isso se encontra inserido em todas as camadas da sociedade, pois para Scott (1989, p. 21):

> As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias).

Dentro dessa discussão é válido destacar que somos produtos de uma sociedade que é culturalmente patriarcalista, onde as mulheres "são uma leve sombra" da historiografia, haja vista que as mulheres são impelidas ao espaço privado[5]. Esse discurso patriarcal imposto acaba por reforçar a ideia de que as mulheres não nasceram para adentrar espaços públicos e políticos. Quando ocorre a inserção dessas mulheres no espaço público, é observado um silenciamento em torno das mesmas. Nessa perspectiva, defende que "a história da representação do período militar de 1964-1979 é a história dos homens. As relações de gênero estão aí excluídas[6]".

E muitas das vezes essas questões não estão devidamente evidenciadas, no caso do *Movimento Feminino Pela Anistia* se encontravam diferentes perfis de mulheres. O fato de ser o primeiro grupo a levantar a bandeira da Anistia e, desde sua formação, esteve intrinsecamente ligado ao contexto familiar, muitas de suas apoiadoras encontravam-se nas figuras de mães, esposas e filhas de presos políticos, que passaram a reivindicar frente ao poder instituído (COLLING, 1997). Logo:

> Mesmo subordinadas ao homem, à sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem

[5] Nesse caso, é válido destacar, que as mulheres negras, pobres e periféricas, desde sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho informal, sejam elas trabalhando como faxineiras, vendedoras em grandes centros urbanos e entre outros trabalhos informais. Ver Raquel Soihet (2013) e seu artigo: "Conquista do espaço Público".

[6] O fato de se colocar que a história do período militar de 1964-1979 é a uma história dos homens, não necessariamente significa que as mulheres eram inexistente nessas discursões, mas sim esclarecer, que as mesmas não eram representadas, conforme Ana Maria Colling, as mulheres não costumavam ser recordadas nos arquivos do DOPS (Departamento De Ordem Política E Social) '[...] os documentos do SOPS e do DOPS apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes teleguiadas [...]'. Quando se era feita menções as mulheres, essas nunca eram tidas como sujeitos históricos, sempre eram recordadas como as mães, filhas ou esposas dos sujeitos acusados de subversão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> membros, mães, esposas, filhas se postam diante das autoridades, cobrando o paradeiro de familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade (DUARTE, 2009, p. 38).

Esse quadro é demonstrativo de uma espécie de interface da movimentação de mulheres entre o espaço público e o privado. Jelin (2009) destaca que dentro dos sistemas ditatoriais da América Latina, as mulheres foram tanto vítimas diretas como indiretas - e este é o papel em que são visualizadas com mais frequência: como parentes das vítimas: mães e avós, esposas, irmãs, filhas, namoradas. Isso ocorreu dada as relações familiares em que as mesmas se encontravam inseridas. Podemos entender que o sistema repressivo afetou de maneira direta os papéis de gênero no espaço familiar e as mulheres passaram a atuar mais no espaço público e no espaço político, nesse sentido para Jelin (2009, p. 131):

> [...] el sistema represivo afectó a las mujeres en su rol familiar y de parentesco, es decir, en el núcleo de sus identidades tradicionales de mujer y esposa. Desde esos lugares, y como mecanismo para poder sobrevivir y sobrellevar sus obligaciones familiares las mujeres movilizaron otro tipo de energía, basada en sus roles familiares «tradicionales», anclada en sus sentimientos, en el amor y en la ética del cuidado - lógica que difiere de la política[7]).

No contexto ditatorial brasileiro, não foi diferente. De acordo com Duarte (2009), a ascensão do regime militar põe os núcleos familiares em ameaça com a separação de entes queridos. Quando o Estado passa a se transformar em inimigo desses núcleos familiares e de mulheres dos setores médios urbanos, elas passam a ocupar mais os espaços públicos, conforme o exposto:

> As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação indenitária (DUARTE, 2009, p. 23).

No entanto, na própria gênese da ditadura civil militar brasileira foi perceptível, os primeiros passos de mulheres nesse novo cenário político, embora a sua presença tenha sido invisibilizada durante a maior parte do regime ditatorial.

Trajetória do MFPA

Formação do MFPA

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) teve seu surgimento em São Paulo no ano de 1975, mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o ano internacional da mulher que trazia como princípio básico três pilares: a liberdade, a igualdade e a paz. Instigada por esses princípios Zerbine sentiu a necessidade de lutar em prol da paz e da justiça, para que

[7] O sistema repressivo afetou as mulheres em seu papel de família e parentesco, isto é, no centro de suas identidades tradicionais de esposa e esposa. Daqueles locais e como mecanismo para sobreviver e superar suas obrigações familiares as mulheres mobilizaram outro tipo de energia, com base em seus papéis familiares 'tradicionais', ancorados em seus sentimentos, no amor e na ética do cuidado - lógica que difere da política (JELIN, 2009, p. 131).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

qualquer cidadão brasileiro pudesse se sentir livre para pensar e falar sem ter que sofrer algum tipo de repressão. Esse foi um germe para criação do MFPA (ZERBINE**,** 1979).

Durante o Congresso Internacional das Mulheres[8] - na cidade do México entre os dias 19 e 27 de julho de 1975 - Therezinha Godoy Zerbine difundiu suas ideias a respeito da Anistia no então cenário político vivido na América Latina. Para Zerbine (1979, p. 28) a Anistia significava: "uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações". Na Conferência do Ano Internacional foram abordados múltiplos assuntos: lesbianismo, a libertação, a legalização ao aborto, a prostituição e a igualdade; além da ideia de respeito de uma Anistia a nível nacional e internacional.

> [...] Fala no México: a Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações onde existir sua aplicação. A anistia conduz à liberdade. Liberdade, desenvolvimento e paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro. Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial. Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global. O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica [...] (ZERBINE**,** 1979, p. 28-29).

Na fala de Zerbine, notamos que seu discurso traz o signo da paz, da família e a anistia aos presos que de alguma forma tinham sofrido pelo autoritarismo da ditadura. Palavras como: justiça, liberdade e paz acabam por se tornar recorrentes nos diálogos de Zerbine, bem como há sempre uma fortificação do papel das mulheres como mães, filhas e esposas. Tais discursos englobavam o papel da mulher no âmbito familiar e social. Isso tornou-se fundamental para aceitação de parte do movimento dentro da sociedade. Simultaneamente a ascensão do MFPA e outros movimentos de mulheres dentro da sociedade brasileira. Foi dentro dessa conjuntura política e social que se organizou o Movimento Feminino Pela Anistia como deixava claro em um dos textos do seu Boletim:

> Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERA a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção **(**BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977).

Em sua gênese, o movimento teve como demanda questões como a necessidade de amparar famílias que de alguma forma foram separadas pelo regime militar brasileiro. Surgindo assim à necessidade de lutar em prol de algo que fosse maior e que abrangesse uma parte da sociedade brasileira. Foi então que se fez mister propagar uma espécie de conscientização em torno dos presos políticos e contra outros abusos da ditadura, surgindo assim o MFPA, que fazia da anistia a sua principal bandeira. O Movimento passou então a ganhar força junto às muitas mulheres que estavam empenhadas em trazer de volta seus filhos ou maridos pelo então regime militar brasileiro (ZERBINE, 1979).

[8]Congresso Internacional das Mulheres, patrocinado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em comemoração ao Ano Internacional das Mulheres. Intervenção realizada no dia 23 de junho de 1975, às 10h30, Salão Um, Cidade do México, a nível de tribuna (ZERBEINE**,** 1979, p. 28).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O principal objetivo enquanto movimento era trazer a público as discussões a respeito da anistia dentro do MFPA. Estruturando campanhas abrangentes a respeito da temática, buscava-se aprovação de uma lei que tornasse a anistia ampla e geral. Para alcançar tal objetivo o movimento elaborou um documento com a nomenclatura: *Manifesto Brasil Mulher;* em seguida houve uma divulgação em massa de suas principais ideias e propostas por meio desse manifesto.
Uma das primeiras atividades da líder Therezinha Zerbine, logo após a efetivação do MFPA como instituição, foi a realização de um abaixo-assinado e um documento que expõe as bases do Movimento Feminino Pela Anistia, juntamente com outro documento contendo cerca de 12 mil assinaturas colhidas de pessoas de vários estados do país, assinaturas estas que foram entregues ao então ministro da Casa Civil - Golbery Couto e Silva (ZERBINE**,** 1979). Nesse sentido:

> A organização do movimento conseguiu reunir em pouquíssimo tempo esse grande número de assinaturas em favor da Anistia. A partir da iniciativa do MFPA outros movimentos e comitês foram criados com a finalidade de lutar pela Anistia política ampla, geral e irrestrita, como os CBAs – Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz, etc. (DA SILVA, 2015, p. 30).

Logo após de coleta das assinaturas, o então Movimento Feminino Pela Anistia, começou a agir. Isso ocorreu por meio de entrevistas aos jornais e mobilizações por meio da criação de núcleos espalhados por diversos estados do país. O MFPA pretendia assim levar a proposta a respeito da anistia ao maior número de pessoas possíveis. Embora os núcleos fossem formados majoritariamente por mulheres, a ideia da Anistia não estava restrita apenas a esse público (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977).

Sistematicamente, os núcleos eram formados por meio de um convite que costumavam ser feito por meio de cartas. Apresentavam a instituição do MFPA, seus objetivos e suas propostas; somente mulheres podiam participar das reuniões, todavia, a presença do público masculino era aceita, desde que estes ocupassem apenas as funções de colaboradores bem como comparecer a eventos e atividades desenvolvidas pelos núcleos dando suporte técnico (DA SILVA, 2015). Logo, foram as mulheres coordenação essas ações com a fundação de diversos núcleos no Brasil:

> Depois de estabelecidos esses núcleos em outros estados, uma diretoria era eleita, com presidente, vice-presidente e secretários, e uma agenda de atividades e programações eram executadas. Assim como aconteceu em São Paulo, mulheres interessadas nessa campanha se reuniram nessa campanha a esses núcleos, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, entre outros estados (CARBONI, 2008, p. 32).

Em uma entrevista dada por Therezinha Zerbine ao *Jornal Pasquim* é possível perceber a influência das questões pessoais a que deram subsídio ao nascimento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), conforme observamos nesse trecho da entrevista:

> As pessoas que formaram a comissão provisória do movimento éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um general também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga, uma artista plástica (PASQUIM, 1977, p. 08).

A composição do MFPA se dava pela seguinte maneira: em cada Estado havia um núcleo composto por vinte mulheres e uma diretoria. Os núcleos buscavam divulgar o seu trabalho e seus objetivos por meio

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de conferências e manifestos; Zerbine (1979, p. 85) salienta que "a mulher que trabalhava sofria mais dificuldades e era a mais sensibilizada pelo movimento do que as intelectuais". Ademais:

> Na direção do MFPA atuaram mulheres que tinham seus familiares desaparecidos, presos ou exilados, que vinham de organizações de esquerdas esfaceladas, presas políticas e algumas feministas, ou simplesmente mulheres com o desejo de se engajar no debate dos direitos humanos, ou mesmo do feminismo, recém-chegado no Brasil (CARBONI, 2008, p. 29).

Historicamente, desde o primeiro momento da implantação do regime civil-militar, o regime esteve intrinsecamente preocupado com a questão jurídica, criando mecanismos de "legalidade", criando múltiplas leis que transparecessem suas ações ante a sociedade, incluindo a Lei da Segurança Nacional. Esta lei, possibilitou que parte dos opositores fossem condenados por subversão ou traição ao regime militar, e essas ações influenciaram direta e indiretamente na vida em sociedade como um todo, principalmente as famílias de presos políticos (MARTINHO, 2006), pois:

> [...] A Anistia era uma necessidade imperiosa e somente através deste instituto do direito, seria conseguida a união nacional, porém a consecução teria que ser no campo político, nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo. Levantamos a bandeira da anistia como sendo uma bandeira de direitos humanos. Nunca nos preocupamos em falar como homens, e sim, como mulheres que somos, fonte da vida, responsáveis pela sociedade de hoje e pelas transformações do amanhã, assumimos nosso papel de agentes da história [...] (ZERBINE**,** 1979, p. 54).

Observamos no discurso da representante do MFPA o devido cuidado em esclarecer o real objetivo e quais as reais necessidades de uma luta por Anistia, enfatizando os papéis de gênero deixando claro o papel da mulher na sociedade onde essas seriam as principais responsáveis pelo lar e pela administração da família. Nesse cenário, a célula familiar já era ameaçada diante dos abusos da ditadura, logo, o movimento, começou a agir no âmbito público, extrapolando o âmbito familiar, assumindo uma responsabilidade bem maior dentro de um quadro político nacional. Sendo assim:

> Não há dúvida de que as mães ingressam no espaço público, com nova ação política, investidas de identidade de gênero tradicional, respaldadas pelo imaginário coletivo que, entre outras coisas, prescreve a defesa da família e a manutenção da memória dos próximos como atribuição social (DUARTE, 2009, p. 34).

Desse modo, podemos visualizar que no MFPA-SP há performances de gênero[9]. Onde os discursos da líder faziam da sensibilidade do amor materno, do cuidado e defesa familiar, algo tido como natural ao público feminino; tais características acabaram sendo usadas a fim de atingir um objetivo político, tendo em vista que muitas dessas mulheres, de forma direta ou indireta, foram atingidas com a repressão política do regime civil militar brasileiro.

[9]Butler , vai tratar dessa ações como de 'performances de gênero', onde se é naturalizado característica de mulheres, tais como o amor materno e zelo da família, a exemplo disso, termos o movimento : *Las Madres da Plaza de Mayo,* que usaram do sentimentalismo e das emoções, como uma estratégia política, para lutar contra a repressão da ditadura Argentina a fim de trazerem de volta os seus filhos e netos sequestrados pela ditadura argentina e no Brasil, podemos citar como exemplo o próprio MFPA, em que diversas vezes fez um constante recorreu ao discurso familiar e humanitário, para que não fossem alvos diretos da ditadura militar, pegando emprestadas as palavras de Ana Rita: 'como enfrentar mulheres que utilizam publicamente a condição de mãe, figura exaltada pelos discursos oficiais? A única coisa que desejava era encontrar os filhos e cuidar deles' (DUARTE, 2009. p. 29-35).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dentro da lei

O MFPA não apenas foi o primeiro grupo de mulheres a reivindicar a promulgação da Lei da Anistia, mas também um movimento pioneiro a agir dentro da legalidade para a divulgação de tais ideais. A ideologia era inclinada para democracia, bem como reclamava o fim das cassações políticas e das prisões/torturas arbitrárias. O movimento também atuou em conjunção com as demais forças e manifestos que compunham a oposição à ditadura civil-militar brasileira. Mais além disso: foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas[10] segundo Carboni (2008, p. 25):

> O Movimento Feminino Pela Anistia tem respaldo legal pela constituição Brasileira, 'da mesma maneira que a constituição nos indica obrigações, como por exemplo a de votar, segundo seu artigo 147, temos também nossos direitos' esclarece a Dra. Therezinha (ZERBINE, 1979, p. 60).

Nessa perspectiva, podemos observar que o MFPA buscava agir com cautela, atuando sempre na defensiva. O ingresso das mulheres no âmbito público, por meio do MFPA, vem acompanhado por um discurso de preservação de laços familiares vinculado à paz; isso fez-se necessário para ganhar o apoio social. O movimento buscou deixar evidente os seus apoiadores - dentre eles podemos citar: a Igreja Católica e o M.D.B. Estes possuem forte influência no âmbito da sociedade brasileira (DUARTE, 2009).

> Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães de presos políticos, em agosto de 1972, as primeiras a falar em Anistia, ainda que de maneira confusa e emocional - anistia aos nossos filhos - ou mesmo redução de ao menos um terço de suas condenações (GRECO, 2003, p. 198).

A partir dessa premissa, o MFPA tinha um modo singular de agir e foi justamente com esse discurso de pacificação política (incorporado ao âmbito familiar), que durante o ano de 1975 houve uma disseminação incessante de suas ideias em prol da Anistia. Por conseguinte, o movimento ganhou apoio de outros grupos que também passaram a reivindicar a bandeira da anistia, e assim influenciaram a criação da CBA[11] (Comitê Brasileiro Pela Anistia), em 1978, difundida por parte do território brasileiro (DUCCINI, 2017), conforme observamos na manifestação seguinte:

> [...] Sobre o Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia: Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

[10] Era tida como ação subversiva, toda e qualquer atividade, que fosse à visão do estado uma ameaça comunista (NAPOLITANO, 2014, p. 13).
[11] Em 14 de fevereiro de 1978, foi lançado no Rio de Janeiro o primeiro Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA), Os CBAs surgiram basicamente da necessidade de melhorar o debate acerca da anistia, e tomando exemplo dos MFPAs passaram a agir em diversos estados do país, constantemente as mobilizações dos CBAs eram realizadas em conjutos com os MFPAs. (DUCCINI, 2017, p. 83)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificam com a ideia da necessidade da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação! (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977 *apud* ZERBINE**,** 1979, p. 28).

Nesse discurso de Therezinha Zerbine é possível observar a oficialização do MFPA e junto com ele toda a repercussão a respeito do Manifesto *Brasil Mulher*. Estrategicamente, o MFPA esteve *a priori* diretamente ligado ao contexto familiar, por isso escolheu a paz como tema central de suas discussões. Nas diversas falas de Zerbine o seu dialogismo em prol da paz e da família, a anistia era uma espécie de paz que iria fazer uma amálgama em todo o país, já que o Brasil se encontrava dividido por múltiplas questões políticas e ações repressivas da ditadura civil-militar, por isso: [...] era primordial que a campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivos para esconder sua intenção (CARBONI, 2008, p. 28).

O fato é que o constante apelo familiar e humanitário feito pelo MFPA em torno das tradicionais questões de gênero tais como mães e esposa que tinham como papel proteger e zelar pelo bem maior da família, acabaram por adquirir o apoio em massa de centenas mulheres pelo país afora, e não atraindo tanta visibilidade do governo para si.

Em diversas falas da líder Zerbine é possível notar que ela sempre recorreu a alguma emoção, a um apelo sentimental. É possível perceber isso na sua entrevista concedida ao jornal *Pasquim*: "Sou mulher de general cassado. Na época da cassação do meu marido, meus filhos tinham nove e dez anos e para eles foi um sofrimento imenso [...] éramos mulheres muito machucadas e feridas" (ZERBINE**,** 1979, p. 07).

É importante ressaltar que durante a década de 1975, ano do surgimento do MFPA, o Brasil encontrava-se sob o governo do presidente Ernesto Geisel. O então presidente buscava uma transição "lenta e gradual" em relação redemocratização brasileira e o fato de o MFPA ter surgido em 1975 pode levar a crer que o Movimento tenha tido mais tranquilidade na relação com o aparato repressivo (DUARTE**,** 2009), pois o:

> Movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganharam credibilidade por sua 'neutralidade' e 'ausência de objetivos políticos', prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar (DUARTE, 2009, p. 50).

Uma vez que estava em discussão o plano de distensão "lenta e gradual e segura" da ditadura, o então projeto tinha como principal objetivo assegurar o afrouxamento das tensões políticas no país, ao conceder esse "afrouxamento" da repressão ocorrida de forma intensa durante os outros governos o então plano de distensão acabou contribuindo para que o MFPA tivesse mais autonomia em seu projeto em prol da Anistia (DUCCINI, 2017).

Considerações finais

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante do trabalho exposto foi possível observar e entender um pouco melhor como se desenvolveu a luta da Anistia dentro do panorama brasileiro, para entender tais questões recorremos ao estudo da historia do MFPA no estado de São Paulo.

Ao longo desse processo de pesquisa foi possível perceber de que maneira a construção de papeis de gênero foram usadas como meio manipulação com a finalidade de driblar os abusos cometidos dentro da ditadura civil-militar..

Mulheres utilizaram o seu lugar de mãe, esposas e filhas, para agir dentro da legalidade; enquanto simultaneamente realizavam denúncias a órgãos internacionais, organizando eventos, conferencias e propagando e uma campanha para uma anistia que levasse a julgamento todos os responsáveis por atos repressivos cometidos pelo estado e crimes conexos aos mesmos.

Agiram legitimadas pela defesa da vida e demonstraram capacidade de mobilização. Mesmo que a princípio, possa parecer um movimento impelido por questões imediatas e particulares, acabou por se integrar a um ideário de luta contra a ditadura civil militar. Se utilizaram dos expedientes que dispunham, movimentaram forças em muitos estados brasileiros, organizando núcleos que socializavam informações por meios de publicações, que faziam chegar mobilizações e denuncias a um público maior.

Para além dessas, ações, é fundamental visibilizar essa imagem de luta de mulheres brasileiras, entendendo o contexto político e os debates que punham em evidencia perspectivas de identificação específicas. Femininas ou feministas, era um destes elementos que exteriorizava, tanto um movimento que ganhava expressão na década de 1970 no Brasil, quanto a face de discursos repressores que tentavam submeter a expressividade política das mulheres.

Ainda que sob restrições e pautas morais em prol da família e do recato feminino, em detrimento do significado atribuído ao feminismo, a atuação dessas mulheres em prol da anistia, se constituiu em um importante capítulo da história brasileira e de algumas de suas mulheres.

Referências

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria*: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979). São Paulo, SP, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles: *Memórias em disputa e jogos de gênero*: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. *A luta pela anistia na Bahia*: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979). 2017, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria.* Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In*: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 311-337.

MARTINHO**,** Francisco Carlos Polomanes. *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *1964:* A história do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina.* (Rev. Bra. de Hist./ São Paulo, 1989).

SCOTT, Joan. Gênero: *Uma categoria de análise útil à análise histórica.* Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, Mariane da. *O Movimento Feminino pela Anistia*: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TELES, Maria. *Breve História do Feminismo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

ZERBINE, Therezinha Godoy**.** *Anistia:* semente da liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

JORNAIS:

Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 1, 1977.
Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 2, 1977.
Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 2, n 3, 1978.
Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 3, n 4, 1979.
Pasquim. 1977, n 418.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UMA SOCIALISTA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE: O FEMINISMO DE ANGELINA VIDAL PRESENTE NAS PÁGINAS DO JORNAL GAZETA OPERÁRIA, DE MARIANO GARCIA. 1902-1903

Sayonara Faria Sisquim[1]

À primeira vista, no recorte temporal aqui proposto, pode parecer algo inusitado a participação da mulher como intelectual - sem o uso de pseudônimos - que escrevesse colunas em jornais no Rio de Janeiro. Mais singular ainda seria uma mulher assinar artigos em jornais operários, levando-se em consideração ser o movimento operário um espaço sabidamente controlado por elementos do sexo masculino (RAGO,1985, p.64), e que isso se fazia ecoar nas colunas dos seus periódicos, onde nunca ou quase nunca, mulheres se faziam presentes como articulistas na divulgação das suas ideias. E mesmo a defesa da emancipação da mulher ser uma bandeira dos socialistas em suas diferentes correntes: reformistas, revolucionários ou anarco-sindicalistas, e uma pauta recorrente presente em vários artigos publicados pelos militantes em seus diferentes periódicos, mulheres escrevendo em, e para colunas de jornais operários era algo raro.

Entretanto, no Rio de Janeiro da Belle Época, uma mulher chama a atenção justamente por ter suas ideias publicadas em um dos mais importantes jornais operários da época, a *Gazeta Operária*, do propagandista socialista reformista Mariano Garcia. Seu nome era Angelina Vidal, uma intelectual feminista portuguesa de renome que escreve colunas na defesa da emancipação feminina para diferentes jornais operários na Europa, em particular para o importante jornal operário: *A voz do Operário*, em Portugal.

Ao constatarmos a presença de Angelina Vidal no periódico de Mariano Garcia, uma pergunta se apresenta quase que instantaneamente: por qual motivo Angelina Vidal está presente no jornal *Gazeta Operária?* Afinal, estamos tratando de um período histórico em que as mulheres continuavam socialmente silenciadas, excluídas dos processos criativos e da organização dos trabalhadores, mesmo tendo um grande contingente de mulheres participando do sistema de produção de bens e serviços onde, segundo estudos, entre o período de 1870 até 1920 sua presença era maciça, ultrapassando em números a presença dos homens. (SOIHET, 1997. p 288/89).

A *Gazeta Operária* no Rio de janeiro da Belle Época.

Na passagem do século XIX para o século XX o Rio de Janeiro experimentava uma aceleração vertiginosa do tempo onde tudo parecia mudar num ritmo surpreendente (NEVES, 2003. p.15). Em consonância com os novos ideias republicanos e positivistas de progresso, procurando apagar

[1] Doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – (UERJ) – E-mail: ssisquim@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

um passado escravista considerado como primitivo, bárbaro, a cidade passa por significativas mudanças inspiradas nas grandes metrópoles europeias entendidas como exemplo de progresso, de civilização (BENCHIMOL, 2003). João do Rio, importante jornalista da época, traduzia por meio de crônicas nas colunas do jornal *Gazeta de Notícias* suas percepções sobre essas mudanças que foram impostas de cima para baixo à sociedade carioca. Segundo o jornalista:

> O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se pôs barreiras. (Rio, 1909, p.215)

O Distrito Federal crescia como nunca, a modernização trazida pelas reformas urbanas se materializava com a chegada do automóvel, por meio da instalação dos postes de iluminação pública, alargamento das ruas, construção de praças e estruturas de saneamento básico. Inovações que alteravam não só a geografia da cidade, mas também gostos e hábitos da população, transformando significativamente a forma como as pessoas interagiam no espaço urbano. Mudanças essas novamente retratadas por João do Rio na seguinte passagem:

> Naquele delicioso percurso da avenida Beira-Mar, toda ensopada de luz elétrica, outros automóveis de toldo arriado, outros carros, outras conduções corriam na mesma direção. Homens espaçados nas almofadas davam vivas, mulheres de grandes chapéus estralejavam risos, era uma estrepitosa e inédita corrida para Citera.. (Rio, 1909, p.135).

Atraídas pelas melhorias, várias empresas passam a ser instalar na capital proporcionando um surto industrial com significativos investimentos em diversas áreas. E em decorrência do incremento fabril e do "brilho" da cidade, uma grande leva de trabalhadores de diferentes regiões, não só do Brasil, mas também do mundo, vêm em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que levou a concentração de um grande proletariado na capital da República e uma maior difusão do trabalho assalariado.

Por toda parte novos atores sociais e novos hábitos transformam a cidade do Rio que se apresenta como um verdadeiro caleidoscópio de heterogeneidades de ideias e práticas sociais vindas de diferentes localidades, (NEVES, 2003. P.15) em particular da França tida como referência em civilização. O Rio de Janeiro passa a receber um grande número de imigrantes, sendo boa parte dessa imigração estimulada pelo Estado brasileiro.

No processo civilizatório por qual passava a cidade (BENCHIMOL,2003 p.234) ao mesmo tempo em que parte dela se modernizava, em particular o Centro e a Zona Sul, um grande contingente populacional era desalojado, obrigado a migrar para regiões periféricas ou subir os morros, evidenciando assim, o caráter ambíguo da mudança que deixou de fora significativa parcela da sociedade, em particular os trabalhadores.

Apesar do evidente progresso ocasionado pelo crescimento econômico e das significativas transformações sociais ocorridas na cidade, em termos de inserção ocupacional, isso não significou uma melhoria das condições de vida e de trabalho para os operários, pois, o deslocamento de uma massa populacional para a capital federal em busca de melhores condições de vida proporcionou um excedente de mão-de-obra acarretando, somado à demanda da lei da

oferta e da procura, uma maior rotatividade de mão-de-obra e consequentemente a baixa dos salários.

Os trabalhadores no início do século XX estavam submetidos a longas jornadas diárias de 12 a 16 horas de trabalho, condições insalubres e salários pífios que não davam condições de alimentação adequada e de moradia digna, isso quando se estava trabalhando.

E através das suas organizações, os trabalhadores buscavam mecanismos para resistir a exploração a que eram impostos, e o jornal operário se apresentava como um dos principais veículos de denúncia dessa exploração, assim como importante ferramenta de luta, opções organizativas e propostas ideológicas. O jornal *Gazeta Operária* de Mariano Garcia se apresentava como veículo de difusão de ideias, conscientização e organização para a classe trabalhadora, um instrumento essencial de politização e arregimentação. (LUCAS, 2005, p.109).

Corroborando com o posicionamento de Lucas (2005), Vitor Giannotti (1998) sintetiza bem a função do jornal operário como ferramenta na organização e conscientização das massas através da difusão das ideias. De acordo com o autor:

> Para a organização política operária, como um sindicato ou um partido, fazer propaganda das suas ideias é não só essencial como absolutamente vital. Sem propaganda, a organização definha e morre. Sem se expandir, a organização proletária perde sua força, torna-se inútil. Vira um clube de debate ou um círculo de compadres. (GIANNOTTI, 1998 p.47).

Baseado nas considerações acima, podemos perceber por qual motivo Mariano Garcia durante sua trajetória como militante socialista se empenhou em lançar vários jornais operários, além de contribuir para tantos outros na busca da conscientização e organização da classe trabalhadora.

Mariano Garcia e a organização da classe operária no Brasil

Operário da indústria do tabaco ainda na época do Império, Antônio Mariano Garcia começou a trabalhar aos 11 anos na indústria do cigarro (BATALHA, 2009, p.70,) conhecendo assim, desde muito cedo, a dura realidade dos trabalhadores no interior das fábricas, é bem provável que suas experiências e as percepções sobre as precárias condições dos trabalhadores nas fábricas lhe proporcionaram uma tomada de consciência o levando à militância.

Influenciado pelas teorias do socialismo, em especial as de diretrizes reformistas de autores como Benoît Malon, Mariano Garcia lutou pela valorização do ato de se trabalhar com as mãos, e por isso seu engajamento pelo fim da escravidão e pela República como forma de governo, por compreender ser através da organização dos trabalhadores em associações e na representatividade política que os operários poderiam garantir direitos e a cidadania. Assim sendo, durante toda a sua trajetória buscou, na organização da classe, criar um partido político de origem operária por entender que somente a participação dos trabalhadores na política formal poderia trazer ganhos reais à classe.

Como militante socialista, Garcia foi atuante em uma das principais tendências ideológicas que guiariam o movimento organizado dos trabalhadores na Primeira República: a corrente socialista reformista. Sua atuação como militante fez fama até no exterior, Augustin Hamon, uma das principais figuras do movimento anarquista internacional, em um informe ao Congresso Socialista

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que ocorrera na cidade de Londres em 1896, cita o militante como um dos principais destaque na defesa da social democracia no Brasil.

> Em 1895 alguns intelectuais fundaram um Centro Socialista, grupo que é também social-democrata, mas fortemente influenciado pelas obras de Benoit-Malon, que o senhor Magalhães Lima divulgou nessas regiões. Esse grupo publica em português um jornal bimensal – A questão social. Os homens mais em vista da social democracia brasileira são os senhores Silvério Fontes, Sóter Araújo, Carlos Escobar, Esperidião de Médicis, Mariano Garcia, Cirilo Costa, Benedito Ramos, etc. (VIANNA, 2008, p.4).

É importante na citação acima observar o diálogo entre os militantes de diferentes localidades, assim como a circulação de ideias entre os socialistas; não só no Brasil como também do exterior, e tendo os jornais operários a importante função de agente desse diálogo. Outro fator de importante relevância é que muitos desses militantes citados por Augustin Hamon iriam fundar sete anos depois, juntamente com Mariano Garcia, a *Gazeta Operária* na cidade do Rio de Janeiro. E não é à toa que Augustin Hamon aponta a influência de Malon sobre o grupo, pois de acordo com Batalha (1991), fica evidente nas ações de formar sindicatos, associações, cooperativas de consumo e um partido político, a intenção de organizar o proletariado, segundo as orientações do teórico.

Entendendo a importância do jornal como veículo de divulgação do programa socialista, e também calcado pelas suas próprias práticas de militância, Garcia atuou como jornalista, e ao longo da sua trajetória lançou vários jornais operários, a maioria de vida curta, a exemplo da própria *Gazeta Operária*, entretanto, vale ressaltar que isso era uma das características da maioria dos jornais operários aqui no Brasil. Também é importante destacar que Mariano Garcia como jornalista e militante socialista não escrevia só em seus jornais, mais também em jornais anarquistas - apesar dos pontos de divergências entre os princípios socialistas de Malon e anarquistas de Proundhon - e para consagrados periódicos da Grande Imprensa no Brasil, a exemplos do *O Paiz* e da *Gazeta de Notícias,* os mesmos jornais onde João do Rio publicava suas famosas crônicas sobre o Rio de Janeiro da Belle Époque.

Em 1902 é lançado o hebdomadário *Gazeta Operária.* O jornal surge como porta voz do que viria a ser o primeiro partido socialista de abrangência nacional: o Partido Operário Brasileiro, gestado no II Congresso Socialista Brasileiro ocorrido em São Paulo entre os dias 28 de maio e 01 de junho do mesmo ano. Estevam Estrella, juntamente com outros nomes conhecidos do socialismo - muitos deles militantes que possuíam um certo prestígio e que influenciavam na condução das organizações operárias (BATALHA, 1995, p.30) - fazia parte do Conselho Geral responsável pela organização do partido, e a redação do jornal estava a cargo de Mariano Garcia. No seu lançamento o jornalista apresentou assim o periódico:

> "Aí têm os companheiros a Gazeta Operária".
> Ela não é minha, representa o meu esforço auxiliado poderosamente por um grupo de companheiros que, como eu são dedicados à causa da nossa emancipação; seu programa, seu ideal, é o ideal de todos nós, é franquear as suas colunas a todos os propagandistas emancipados e conscientes de que nosso caminhar só pode ser para o socialismo (...) não pretendemos doutrinar, mais [sic] ceder as colunas aos doutrinadores. (*Gazeta Operaria*, 28/09/1902).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

É relevante a passagem em que Mariano Garcia diz: **"ceder as colunas aos doutrinadores"** (grifo meu), ela diz muito sobre a participação de Angelina Vidal no jornal, onde seus artigos passam a ser publicados a partir da 4ª edição do periódico. No jornal podemos constatar a presença de outras mulheres como ativistas, a exemplo de Rina Ranzenigo, do Grupo Socialista Feminino de Ribeirão Preto (GARCIA, 2002, p.91), entretanto, como intelectual propagandista do socialismo em defesa das pautas feministas Angelina Vidal se destaca, e assim como as teorias socialistas que vinham de fora e passam a ser ressignificadas pelos militantes socialistas no Brasil, parece que o feminismo, pelo menos nos anos inicias do século XX, segue o mesmo caminho quando o artigo da autora é reproduzido na *Gazeta Operária.*

O Artigo de estreia de Angelina Vidal na *Gazeta Operária* foi escrito inicialmente para o jornal operário português: *A voz do Operário*, um tradicional jornal de militância do qual ela fazia parte como dirigente. Em suas colunas a militante denunciava a violência utilizada contra mulheres e crianças pelas autoridades da região da Catalunha, um importante polo fiandeiro na Espanha, para coibir a greve promovida pelas mulheres da indústria têxtil em Barcelona que ,assim como o Rio de Janeiro, possuía uma importante indústria têxtil.

Como foi dito anteriormente, o início da República no Rio de janeiro foi o período em que a urbanização e a industrialização tronaram-se acontecimentos sociais decisivos para a cidade, empreendimentos industriais de diferentes portes em distintos ramos passam a se instalar na capital federal, mas a indústria alimentícia e a têxtil eram os setores mais desenvolvidos e importantes da época, (DECCA, 1991, p.6), sendo a indústria têxtil a que mais arregimentava trabalhadores, principalmente mulheres e crianças que trabalhavam em longos períodos recebendo salários ínfimos por isso, e sempre muito abaixo dos salários pagos aos operários do sexo masculino.

Além das longas jornadas e dos baixos salários, os trabalhadores em geral eram submetidos as piores condições de trabalho, as fábricas eram lugares insalubres: sujos, quentes e mal ventilados o que causavam doenças, em particular a tuberculose que ocasionava altos índices de mortalidade entre os trabalhadores, principalmente entre as crianças. Não bastasse toda a condição aqui relatada, os operários de um modo geral ainda enfrentavam constantes situações de opressão, humilhação, de violência física e moral, e, para as mulheres por conta da sua condição social, mesmo já inserida na ordem capitalista, o quadro se apresentava ainda muito pior.

Por conta do capitalismo que se apresenta e das exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e cultural dos grandes centros urbanos (RAGO, 1985, p.62), o século XX passa a exigir um novo modelo de feminilidade, diferente do modelo vitoriano anterior em que a mulher era cerceada à esfera particular do lar e da família, as mulheres são chamadas a atuar no espaço público, tais como: ruas, praças, teatros, cafés, e, no mundo do trabalho, mas isso não significou sua emancipação, no imaginário social carioca do início do século XX, arraigadamente patriarcal e machista, a mulher ainda permanecia entendida como uma propriedade assegurada por lei ao homem, pai ou marido, vivendo à sombra da figura masculina.

A inserção da mulher no espaço público e urbano não significou melhores condições sociais nem mesmo para as trabalhadoras assalariadas como enfatiza Michelle Perrot:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> No entanto, não é primariamente nessa fonte que bebe o novo antifeminismo do início do século XX, mas alimenta-se antes das conquistas das mulheres, do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela "mulher emancipada" que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, justamente, confinar-se à "vocação" materna. Essa "nova Eva" (a expressão é de Jules Dubois em 1896) suscita o fervor daqueles – poucos – que sonham com companheiras inteligentes e livres, porém mais generalizadamente o medo daqueles que temem ser desbancados e veem nessa ameaça do poder feminino o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes. (PERROT,1992, p.164/65):

No lugar social destinado à mulher, além de todas as vicissitudes enfrentadas dentro da fábrica e das longas jornadas de trabalho, em nome de uma "vocação natural" as mulheres eram duplamente cobradas, sendo responsáveis por cuidar da casa, do marido e dos filhos, e sem o abrandamento das exigências morais remanescentes do modelo vitoriano, permaneciam condicionadas à dominação masculina.

Os jornais operários constantemente denunciavam a condição da mulher na sociedade: exploração dentro das fábricas, longas jornadas, baixos salários, péssimas condições de trabalho e o constante assédio pelos chefes. Também é comum artigos que abordavam temas caros para a agenda feminista da época: o acesso à educação e ao trabalho, o direito ao divórcio, a possibilidade de a mulher constituir novas relações afetivas, e a igualdade de direitos entre os sexos. O artigo de Eugênio George: "A emancipação da mulher" na *Gazeta Operária* é um exemplo disso, assim como os artigos de Angelina Vidal, tocavam em assuntos caros à agenda feminista da época, mas que ainda enfrentavam bastante resistência pela sociedade. E diante da presença da intelectual no jornal aqui no Brasil, uma outra questão se levanta: seria Angelina Vidal uma mulher à frente do seu tempo?

Angelina Vidal, uma mulher do cotidiano, uma mulher do seu mundo

Filha ilegítima de um conhecido músico, nascida em 1853 numa família da média burguesia de Lisboa, quando órfã aos 9 anos de idade, Angelina Vidal é internada em um colégio de freiras onde teve acesso à educação formal - o que era muito significativo para a época – estudando francês, piano e música. Seu nome de batismo era Angelina Casimira do Carmo, passou a assinar o sobrenome Vidal a partir de 1872 quando se casa com o médico Luís Augusto de Campos Vidal com quem teve 4 filhos. Ao dissolver a união por iniciativa própria, 12 anos após o casamento, numa época em que o divórcio não era garantido por lei - coisa que só aconteceria 26 anos depois, em 1910 – Angelina Vidal sofreu todo tipo de estigma em uma sociedade tradicional como a de Portugal do século XIX. Por conta do divórcio, perdeu a guarda dos filhos, e sem poder se sustentar através da sua profissão de professora, pois não conseguia alunos por sua condição de divorciada, precisou trabalhar como operária na indústria do fumo para garantir o seu sustento. (RIBEIRO, 2011; PIMENTEL, 2009; VIDAL, 2010).

Apesar das inúmeras vicissitudes sofridas ao longo da vida, Angelina Vidal não desistiu de lutar por uma sociedade mais justa, foi uma socialista de destaque na defesa pelos direitos dos mais necessitados, em particular das mulheres operárias de Portugal, sendo reconhecida no período

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entre 1880 e 1910 como uma das 20 figuras mais proeminentes nas atividades de propaganda, conferências, comícios e outras ações culturais (RIBEIRO, 2011, p.66).

Como intelectual e ativista político defendeu o fim da Monarquia e a implantação da República como sistema representativo, pois segundo a sua perspectiva, "a República sistematizava a legislação democrática para o proletariado" (2011, p.127). Como feminista lutou pela igualdade de direitos civis das mulheres, de proteção no trabalho e pelo direito à educação feminina, em particular das operárias da indústria do tabaco, pois como um lugar de fala, numa perspectiva thompsoniana,(1981), devido a sua experiência no cotidiano de operária, conhecia bem as aflições da profissão, por isso era comum em suas palestras a defesa da criação de caixas de pecúlio e de maternidade visando a conscientização e a melhoria das condições econômicas das mulheres operárias em sua problemática com relação à maternidade (2011, p.66).

Angelina Vidal foi uma atuante jornalista contribuindo para diferentes periódicos e almanaques. Foi tradutora, professora e uma importante escritora com livros publicados em diferentes idiomas, escreveu peças para o teatro, além de prosa e poesia e como poetisa ganhou prémios internacionais com os poemas Noite do Espírito e Ícaro, (PIMENTEL,2009).

Suas ideias políticas se apresentavam alinhadas ao pensamento republicano onde o tema "progresso" era uma das principais discussões políticas e intelectuais da época. Segundo Angelina Vidal:

> O nível mental dos povos é sempre garantia ou negação do seu progredimento moral e material. […] ora se os poderes que mais deviam proporcionar os melhoramentos públicos, tanto na esfera moral como material, o contrariam, cumpre aos verdadeiros apóstolos do progresso dar-lhe o mais potente impulso. (RIBEIRO, 2011, p.6).

Sua defesa da ideologia republicana e do socialismo estava calcada na perspectiva democrática do progresso civilizacional das sociedades, o que a fez militar, assim como Mariano Garcia, pelo socialismo, em particular pelo reformista, seguindo as orientações teóricas de Marx, Engels, Malon, Comte e Magalhães Lima, teóricos esses também caros para o grupo da *Gazeta Operária.*

Para Vidal a emancipação feminina seria uma condição imperativa para o progresso da sociedade, por isso se tornara firme no propósito da necessidade de conscientização das mulheres ao defender seu acesso à educação para sua emancipação, do direito ao trabalho como fator regenerador da condição feminina e da igualdade entre os sexos, entendendo ser essa a única via para que a mulher se equiparasse civil e politicamente ao homem. . (RIBEIRO, 2011, p.118).

Para a ativista o progresso da sociedade futura passava pela questão feminina, em particular, pela maternidade, pois entendia ser a missão da mulher, em especial da mulher operária, que através da valorização do seu trabalho e em conjunto com a maternidade, desempenharia a função regeneradora da sociedade, por isso entendia ser de suma importância as melhorias das condições para a mulher operária, em particular, a diminuição das longas jornadas, além de salário digno. Para Vidal :

> [...]a mulher operária, mercê das deficientíssimas condições de trabalho e da extrema pobreza em que vive não pode criar os filhos de modo a fazer deles os cidadãos de que o país necessita para se assumir como nação civilizada. (RIBEIRO, 2011, p.119).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Angelina - baseada na posição engelsiana sobre a luta feminina - defendia ser a maternidade o papel primordial da mulher perante o mundo, no seu entendimento a mulher deveria lutar por sua emancipação e por direitos sociais e políticos, entretanto, isso não significava abrir mão das suas responsabilidades maternais. Por isso, em seus discursos, as pautas sobre a melhorias das condições econômicas que colocassem a maternidade em lugar de destaque eram entendidas como primordiais em comparação as pautas do direito e da participação política (SAMARA, 2007, p.37). Isso se tornava evidente nos discursos da militante quando defendia em suas palestras a necessidade da criação de redes de solidariedade entre as operárias, a exemplo do associativismo e de caixas de pecúlio como forma de proteção à maternidade, temas esses sempre abordados em seus discursos junto às organizações de mulheres operárias.

Sua defesa pelo direito à maternidade e à família foi criticada por ativistas numa 2ª geração de feministas, agora, já no período republicano em Portugal. Por não relativizar o papel tradicional dado à mulher, sendo esse papel agora ressignificado pelo discurso burguês - o ainda papel de submissa, à sombra do homem, de reprodutora e de "guardiã do lar" (RAGO, 1985, p.69), – recebeu, juntamente com outras militantes da sua época, a denominação de "feministas de sacristia" (2007, p.45). Entretanto, tal crítica, de forma alguma diminuiu o seu protagonismo no movimento feminista em Portugal, ou impediram que suas concepções e ativismo atravessassem fronteiras, e aqui no Brasil o movimento operário nos primórdios da organização da classe operária passa a compartilha seu pensamento no propósito da conscientização e formação de identidades do operariado, em particular, das mulheres operárias.

Na edição de lançamento da *Gazeta Operária*, Mariano Garcia dentro do que viria a ser um dos principais propósitos do periódico: "*As nossas columnas estão à disposição dos companheiros de todas as classes para tratarem de interesses de suas classes, quer das classes em geral.*" começa a reproduzir a partir da quarta edição, as ideias de Angelina Vidal defendidas nos artigos escritos para o jornal: *A voz do Operário,* de Portugal.

De Portugal para o Brasil, suas ideias presentes no *Gazeta Operária*. O artigo: greve em Barcelona

Ao longo do mês de fevereiro a região da Catalunha na Espanha, um grande centro industrial têxtil, foi tomada por movimentos grevistas de distintas categorias sendo noticiado em diferentes jornais não só aqui no Brasil como do mundo, mediante à gravidade dos acontecimentos. Barcelona, uma das principais cidades da Catalunha, era um grande centro industrial manufatureiro de fios, e assim como no Rio de Janeiro, a maioria dos operários era composta por mulheres e crianças.

Na edição do dia 19 de outubro, na segunda página do *Gazeta Operária* sob o título: A Greve de Barcelona, Angelina Vidal denunciava a extrema violência utilizada contra os operários, em particular, contra as mulheres e crianças grevistas da indústria fiandeira. Em sua coluna denuncia que: "a civilização responde pelas bocas das carabinas aos que pedem pão e justiça". Com indignação a jornalista relata no artigo:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Confrange-se o coração pensando naqueles grupos de mulheres famintas, a percorrerem ruas e praças, alçando o estandarte da miséria e clamando justiça e amparo contra os exploradores do suor do seu rosto... Desarmadas, pálidas de fadigas, agarradas ao facto as maositas emagrecidas dos filhos das suas entranhas, nem se compreende que haja feras humanas capazes de responder seus brandos com a gargalhada satânica da metralha. (*Gazeta Operaria*. 19/10/1902).

Em seu artigo, Angelina Vidal se alinha a concepção socialista dos reformistas que escreviam na *Gazeta de Operária*, em particular, o posicionamento de Mariano Garcia com relação à greve como ferramenta de luta. Para o militante, a greve também trazia consequências negativas para os trabalhadores como a falta de emprego, além da violência utilizada por ambas as partes nos confrontos, entretanto, quando se fazia necessária, depois de se esgotar todos os canais de negociação, acompanhava o entendimento de Angelina Vidal que escrevia em sua coluna ser *"a greve é o grito da alma espicaçada pelo desgosto, pela injustiça, pelo desespero! Não provém da vontade de guerrear, mas do direito da defesa"*. (*Gazeta Operária*, 19/10/1902).

Com relação à violência presente nas greves, Angelina Vidal se colocava como contrária o seu uso pelos trabalhadores, mesmo como resposta a truculência utilizada pelo Estado dizendo: *"Não louvo nem aplaudo a violência, ou venha das alturas sociais ou das multidões anonymas, e por isso mesmo censuro e condemno a violência que outras violências provoca"*. (*Gazeta Operária*, 19/10/1902).

> Para o interesse de todos convem harmonizar quem trabalha com as classes para quem trabalha, e neste intuito o estado muito deve colaborar.
> Ora, sendo de utilidade geral o equilíbrio de classes, não é a tiro que é de razão sustenta-la, mas por meio de leis sabiamente codificadas e sensatamente postas em prática. (*Gazeta Operária*, 19/10/1902).

É interessante observar na passagem acima o entendimento da militante sobre o papel do Estado na relação capital – trabalho, este totalmente calcado na teoria de Malon. Assim, como Mariano Garcia, Angelina Vidal entendia ser papel do Estado a mediação dessa relação através da criação de leis que regulamentassem a relação patrão-empregado, e como já foi dito acima, era de suma importância a criação de um partido operário que defendesse os interesses dos trabalhadores na política formal.

Entretanto, para a feminista a luta das mulheres iria além dos direitos trabalhistas, mas, também, pelos direitos sociais adquiridos pela igualdade de sexo, pois para as mulheres além das péssimas condições de trabalho e das longas jornadas, recebiam remunerações menores que de seus companheiros. Assim a feminista denunciava a condição da mulher oprimida na sociedade:

> Ah! Pobres mulheres! Nenhum assomo de revolta vós é consentido, míseras escravas da indústria, ainda mais escravas do que nossos companheiros. Arrastam vos o trabalho negando-lhe igualdade de salário com igualdade de trabalho do homem, murcham-vos a mocidade na insalubridade das oficinas, condemnam-vos os seios a esterilidade de creadoras e o cérebro a esterilidade do raciocínio[...] (*Gazeta Operaria*. 19/10/1902).

A citação de Angelina Vidal expõe a situação da mulher operária na Europa através da percepção do que é denominado por ela como dupla escravidão: as longas horas do extenuante trabalho na indústria e questão da desigualdade com relação à remuneração, dentre outras situações que diminuem a condição humana das mulheres trabalhadoras de modo geral. A *Gazeta Operária* , em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

particular no artigo de Eugênio George, também utiliza essa analogia entre o trabalho e a escravidão para denunciar as péssimas condições de trabalho e os baixos salários, e com relação à mulher se acrescentava a situação de opressão em que ela enfrentava na sociedade, principalmente as trabalhadoras dos grandes centros urbanos que, com a crescente industrialização, passam a ser cada vez mais requisitadas por conta do baixo custo da sua mão-de-obra.

Ao analisarmos o artigo de Angelina Vidal podemos entender ser a realidade da mulher operária na Europa, grosso modo, bastante próxima à condição da mulher operária brasileira, por isso, suas denúncias não se tornavam estranhas ao universo da trabalhadora aqui no Brasil, bem como suas bandeiras em defesa das mulheres.

As pautas femininas levantadas por Angelina Vidal promoviam um diálogo com o pensamento dos articulistas da *Gazeta Operária* aqui no Brasil. E o que parece ser, na falta de intelectuais feministas de destaque, nos primórdios da organização dos seus trabalhadores, que viessem contribuir para a conscientização da classe, principalmente possibilitando a identificação com uma parcela significativa dos trabalhadores, que é o caso das mulheres trabalhadoras da indústria têxtil, a intelectual feminista Angelina Vidal parecia ser a solução, sendo assim, com suas colunas Angelina Vidal contribuía para a conscientização e a formação da classe trabalhadora no Brasil através das colunas da G*azeta de Operária*.

Considerações finais

O desenvolvimento comercial e industrial que ocorreram nos principais centros urbanos, tanto na Europa como no Brasil, solicitavam a participação da mulher em diferentes espaços públicos, e por isso há a necessidade de um novo modelo normativo de feminilidade, esse em oposição ao modelo vitoriano do período anterior que restringia a mulher ao interior do lar. A mulher do século XX passa a ser solicitada na esfera pública: nas ruas, nos bares e praças, como as crônicas de João do Rio aqui já citadas evidenciavam, e consequentemente, a mulher se faz presente também nos mundos do trabalho.

Entretanto, isso não significou a sua emancipação, pelo contrário, a transformação dos padrões familiares da época vitoriana não acompanharam as rápidas mudanças econômicas, culturais e sociais conferidas ao período, e como salienta Perrot (1992, p.164/5) o antifeminismo do século XX passa a se retroalimentar das tímidas conquistas femininas, permanecendo a mulher atrelada as mesmas construções sociais de antes; sem direitos sociais e sujeita ao sexo masculino, por isso, no âmbito das lutas feministas o acesso à educação e ao trabalho eram entendidos como questões primordiais que promoveriam a emancipação da mulher e diminuição dos limites que separam as mulheres dos homens.

Diante disso, esse trabalho tentou mostrar, dentro das limitações presentes em um artigo que opera com dois conceitos distintos que possuem singularidades próprias e que em muito são conflitantes: classe operária e gênero, e levando em consideração o paradoxo apresentado no apoio pelo movimento operário a uma ideologia de igualdade e emancipação sexual de um lado, e do outro, o aperto dos laços que mantinham as trabalhadoras em seu papel social definido e subordinado (HOBSBAWN, 2015, p.161) em um ambiente predominantemente masculino que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

era (e ainda é): o movimento organizado dos trabalhadores, demostrar as possíveis interlocuções entre o artigo da feminista portuguesa Angelina Vidal e o jornal operário *Gazeta Operária*. Porém, com o devido cuidado de não sobrepor um ao outro, tentou-se apontar a importância da presença de Angelina Vidal como uma voz feminina no periódico, num período em que mulheres intelectuais e feministas quase nunca apareciam em jornais, levando-se em consideração o social e o feminismo defendido pela cultura da época, principalmente nos anos iniciais do século XX.

Quando se fala sobre a participação da mulher, principalmente como intelectual, ou mesmo como militante do movimento operário nos primórdios da República, claramente podemos perceber um lapso temporal na historiografia tradicional que apresenta a participação feminina como referência só a partir dos anos 20, isto é, quase no final da Primeira República, mulheres militantes a exemplos de nomes como de Maria Lacerda de Moura, Patrícia Galvão e Bertha Lutz, dentre outros já bastante evidenciados em importantes estudos sobre a questão de gênero, e que tiveram um importante protagonismo a partir do período Vargas, mas que se revelavam sempre atrelados à figuras masculinas.

Entretanto, muito do que se foi alcançado pelo movimento feminista, e que tem como referência, em particular, essas três ativistas citadas anteriormente, foi fruto de mais de 30 anos de luta das mulheres que as precederam. Feministas, intelectuais ou apenas simples trabalhadoras que não se conformavam e denunciavam as injustiças do sistema, lutavam por melhores condições de vida, e por igualdade entre os sexos através de diferentes formas de resistências, mas foram silenciadas por determinados recortes historiográficos, ou por não deixarem registros em diários, colunas de importantes revistas, ou em outras formas de registro documental.

Mediante a tal perspectiva de importante tema, esse trabalho não tem a pretensão de se esgotar em si mesmo e aponta que há muito para ser aprofundado sobre a contribuição da mulher no avanço da democracia através da sua participação na luta por direito e da cidadania na organização da classe operária ou em outras formas de resistência na busca pelo seu direito de ocupação dos diferentes espaços públicos de forma igualitária, na busca por uma sociedade melhor.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio H. M. *"A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX"*. In: Moraes, João Quartim de (Org.). História do marxismo no Brasil II: os influxos teóricos Campinas, Ed. da UNICAMP, 1995.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge Delgado e NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.) - O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. P.231-286.

DECCA, Maria Auxiliadora G. de. Cotidiano de trabalhadores na República. São Paulo – 1889-1940. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 1990.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____*Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2009.

_____O Socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes. – XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 1991. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt27-8/7076-claudiobatalha-o-socialismo/file. Acesso em 17/11/2121.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. Entre ofícios e representações: as mulheres de Ribeirão Preto na transição do século XIX e XX. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br . Acesso em 18/11/2021.

GIANOTTI, Vitor. O que é jornalismo sindical. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção primeiros passos; 208).

HOBSBAWM, E. J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nós e por meio dos periódicos." In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge Delgado e NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.) - O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. P.13 – 44.

NUNES, Maria de Fátima. Angelina Vidal e o mundo do Trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, v.1, 1986. Disponível em: https://revistas.ufrj.br. Acesso em: 18/11/21.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 -1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIO, João do. Cinematographo (chronicas cariocas). 1ªEd. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.1909. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3087. Acesso em 17/11/2021.

RIBEIRO, Lia. A Popularização da Cultura Republicana 1881-1910. Imprensa da Universidade de Coimbra. Maio.2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0213-4. Acesso em 20/11/2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SAMARA, Maria Alice. Operárias e Burguesas. As mulheres no tempo da República. Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIMENTEL, Irene – «ANGELINA VIDAL, uma socialista e republicana com um pensamento original», disponível em: http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/05/angelina-vidal-uma-socialista-e.html. Acessado em 10/11 2021.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Anarquistas e socialistas na imprensa da primeira metade do século XX – XIII Encontro de História Anpuh- Rio – 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212147816_ARQUIVO_SocialismoANPUH.pdf. Acesso em 17/11/2021.

VIDAL, Mário de Campos. Angelina Vidal, Escritora, Jornalista, Republicana, Revolucionária e Socialista. Parede. Tribuna da História, 2010.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A TRANSEXUALIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO DE PEDRINHAS – MA: À LUZ DO DIREITO DE PERSONALIDADE

Tassiane Sousa Corrêa Branco[1]
Thaisa Viegas de Pinho[2]

Introdução

A transexualidade ainda sofre pela invisibilização dentro do sistema jurídico brasileiro, e se tratando do Sistema Penitenciário, ainda existem diversos conflitos estruturais, e sociais, que dificultam o acolhimento das pessoas que pertencem ao grupo LGBTQIA+. No Estado do Maranhão, a mesma realidade se repete, apesar da Instrução Normativa Nº 05, de 19 de janeiro de 2018, que reconhece pessoa transexual, o que segundo esta, está previsto em seu art 1°, §2,V – "Transexual: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico." (MARANHÃO, 2018, p. 35). Apesar disso, sabemos que na prática, sobram diversas lacunas que não são preenchidas, como a questão dos homens transexuais que sequer são mencionados por ela.

A dignidade da pessoa transexual está diretamente ligada ao respeito à sua individualidade, ao reconhecimento do gênero a qual se identifica. Respeitando esses limites de identidade de gênero que é possível de não ferir o seu direito à identidade e à dignidade humana prescrita pela Constituição Federal. Mesmo estando em situação de privação de liberdade, a pessoa transexual continua e necessita dos seus direitos básicos e fundamentais. Assim também como, a garantia de que não esteja sujeito a situações de violência física, psicológica e simbólica. Para além disso, direitos que vislumbram a sua identidade de gênero, que é imprescindível a sua existência como ser social, como o direito ao nome social, ao tratamento no sistema único de saúde e no jurídico, que comporte a suas condições e necessidades. É o direito de determinação sobre o seu próprio corpo.

O Estado é responsável por garantir os direitos afirmados na Constituição Federal, assim como em todo ordenamento jurídico, trazendo a possibilidade de uma vida digna e igualitária dentro dos seus parâmetros de gênero. São normas que garantem a autonomia e a individualidade, mas que principalmente, possibilitam que a voz da pessoa transexual seja ouvida para além das grades do sistema que os encarcera. Permite que conflitos, violências e ações de desumanização sejam menos frequentes dentro das unidades prisionais e que estas pessoas cumpram suas penas sem que elas sejam dobradas sobre seus ombros. Partindo disso, esse estudo busca refletir sobre as

[1] Graduada em Direito pela Faculdade Pitágoras - São Luís. Advogada da Comissão de Direitos Previdenciários – MA e Comissão da diversidade Sexual e Gênero – MA. Contato: thassiane_sousa@hotmail.com
[2] Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão. Contato: viegasthaisa@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

questões de identidade de gênero pertinentes às pessoas transexuais masculinas que estão sob custódia do estado. Para tal estudo buscamos refletir sobre o sistema carcerário de Pedrinhas no Maranhão por meio das instruções normativas que regem a organicidade e o regimento na penitenciária que está em vigor.

Para que esta análise fosse possível, buscamos nos pautar em estudos relacionados à questão de gênero e que discutem a transexualidade como uma identidade de gênero. Para isso, trouxemos estudos como o de Judith Butler *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2017), além de Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira *Travassos Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência* (2018)

O conceito de transexualidade em face dos estudos de gênero e a realidade da penitenciária de Pedrinhas no Maranhão

A transexualidade é compreendida como uma discordância entre o corpo e a identidade psíquica do sujeito. "A expressão transexual define as pessoas que desde a infância, não aceitam seu gênero ou estão em descompasso psíquico emocional com o seu sexo biológico. E por isso, procuram formas de adequação ao seu sexo psicológico." (REQUI, 2018, p. 25) Ou seja, a pessoa transexual não se identifica com o gênero a qual nasceu e por esses motivos, busca alternativas para transformar e adequar o seu corpo de acordo com a sua compreensão do eu. A transexualidade é algo que sempre esteve em nossa sociedade, mas somente nos últimos anos é que ela vem sendo mais discutida.

> Se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabiliza-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é a sua aparência de gênero. É comum encontrar transexuais que, antes de começarem os processos de harmonização, geram à utilização de artifícios para terem aparência do gênero identificado. (BENTO, 2006, p. 162)

Tendo em vista o que os dois autores falam a respeito da transexualidade, como uma desarmonia entre as identidades de gênero que implicam cada ser humano, assim como a visão e aparência de gênero. A identidade de gênero é aquela a qual cada sujeito vivencia dentro da sua particularidade íntima. Como também, a compreensão da identidade do *eu* que é atrelada ao gênero e performance dentro de uma sociedade. Segundo Anthony Giddens, teórico da modernidade, "A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento nem — por mais importante que seja — nas reações dos outros, mas na capacidade de manter em andamento uma narrativa particular." (GIDDENS, 2002, p. 55) a identidade do sujeito é constituída por todas essas narrativas que ele constrói e mantém sobre si mesmo, independente de quaisquer que elas possam representar. De forma que, quando uma pessoa transexual é detida e sentenciada, muitas dessas questões inerentes ao "eu", à identidade individual, são apagadas pelo sistema. A pessoa transexual é direcionada para a unidade de detenção correspondente ao seu sexo biológico por motivos que os presídios brasileiros não possuem nem estrutura física, muito menos social para receber essas pessoas.

Segundo o Código Civil de 2002 a respeito dos Direitos da Personalidade no Art. 11. Diz que "Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária." (BRASIL, 2002). A

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

personalidade individual do sujeito é algo irrenunciável e assegura que é um direito constituído de que todo brasileiro não deve sofrer nenhuma renúncia dessa natureza. A transexualidade é um direito de personalidade, é o gênero a qual uma pessoa, que não tenha nascido com sexo biológico, se identifica e se reconhece. A transexualidade é uma questão de identidade de gênero, é o que o indivíduo sustenta sobre si mesmo, é um direito de viver a sua própria verdade.

> O Sistema Penitenciário é regido por um conjunto de normas jurídicas que disciplinam o tratamento dos sentenciados, sendo esta, disciplina normativa. A construção sistemática do Direito Penitenciário deriva da unificação de normas de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito do Trabalho, e da contribuição das Ciências Criminológicas, sob os princípios de proteção do direito do preso, humanidade, legalidade, jurisdicionalidade da execução penal. (MAGNABOSCO, 2009, p. 1)

Segundo Magnabosco, as unidades penitenciárias possuem os seus próprios regimentos os quais estão embasados nos direitos que preservem a dignidade humana do preso que esteja em execução penal. No entanto, a realidade prisional é questionável, principalmente aqueles que atropelam direitos que são inerentes à individualidade humana. A divisão binária dos presídios prescrita pela Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) invisibiliza mais ainda a população transexual dentro do sistema carcerária e dificulta a garantia dos seus direitos que estão relacionados à sua identidade de gênero. Além da violação dos direitos sociais, a divisão binária é uma violação ao direito de igualdade que todo cidadão possui.

> O que faz um sujeito afirmar que pertence a um outro gênero é um sentimento; para muitos transexuais, a transformação do corpo por meio de hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade, e eles não reivindicam, portanto, as cirurgias de transgenitalição. (BENTO, 2006, p. 44)

Segundo os estudos de Berenice Bento, a respeito da transexualidade e a experiência transexual, tem muito mais a ver com sentimento, do que o corpo tende a apresentar. É óbvio que existam pessoas que para se sentirem dentro ou aquele gênero, elas necessitam modificar o próprio corpo e "moldá-lo" conforme o gênero a que se sente pertencer. No entanto, esta não é uma regra a respeito da transexualidade. Existem pessoas que não sentem a necessidade de modificar o próprio corpo, como aquelas que não cogitam modificar os seus órgãos genitais. E se tratando do transexual masculino, este é um procedimento muito mais inacessível. Deste modo, é bem mais comum transexuais masculinos, sem procedimentos hormonais e clínicos.

> Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma "promessa", um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se suponha causa. A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. (BENTO, 2006, p. 89)

Ou seja, nosso corpo imprime algo que está além do físico, mas um arsenal das construções sociais de uma sociedade binária. O que não se pode esquecer, que como sujeitos, somos compostos de complexidades que envolvem sentimentos, emoções, relações e tantas outras questões. No entanto, a sociedade é construída pelo biopoder e mesmo que se fuja destes parâmetros, vez ou outra, o sujeito será enquadrado dentro dessas caixas sociais. De modo que, se tratando da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

transexualidade masculina, em espaços que são destinados a mulheres, por mais que haja questões relacionadas à segurança e à estrutura das unidades, nada garante que na prática, estas pessoas sejam só mais um corpo tratado pela sua composição biológica. Sem que se pense no que Bento (2006) fala sobre estar além, sobre o ser e a sua identidade, seus sentimentos e suas condições, que podem ser facilmente violadas por meio do preconceito e transfobia.

> Quando se age e se deseja reproduzir o homem/a mulher "de verdade", espera se que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem do gênero. No entanto, nem sempre o resultado corresponde àquilo que é definido e aceito socialmente como atos próprios a um homem/uma mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizarem as normas de gênero, que geralmente utilizam a violência física e/ou simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. (BENTO, 2006, p. 93)

O estudioso Aedan Dougan Marques de Souza em *O corpo transgênero e o direito brasileiro: Uma breve análise do sistema jurídico brasileiro a respeito do não binário* (2019) a pessoa física só existe para o Estado se ele tiver um sexo biológico, algo que define a personalidade desse ser e o distribui dentro desse sistema binário. O indivíduo só pode ser macho ou fêmea, não existe para este a existência de indivíduos que transitam entre os dois, ou que não se compreende dentro dessa binaridade. Vejamos o trecho a seguir em que o estudioso fala a respeito da transexualidade e o direito:

> O corpo transexual não existe no mundo do direito, assim ele não é dotado de prerrogativas, não será assunto de pauta legislativa, de ações sociais executivas, e muito menos reconhecido no judiciário. O direito, baseado na medicina, irá tratar os corpos dos trans como um desvio sexual, uma doença. (SOUZA, 2019, p. 256)

Um exemplo evidente, é o art. 13 do Código Civil, em que permite a transgenitalização, mas apenas por uma exigência média e por consequência dessa "mudança", a adequação do nome como um direito. Ou seja, o corpo não é visto por suas prerrogativas sociais, muito menos pela identidade do sujeito e a sua identificação. Questões que para os estudos de gênero e identidade de gênero, são de grande relevância, e por isso, são levadas em consideração. Souza (2019) ressalta que todos somos direcionados aos padrões binários normativos e isso dificulta que as pessoas, que não se encaixam nesses padrões, de terem o direito à singularidade de ser respeitado e exercido.

Segundo os estudos de Berenice Bento, a respeito da transexualidade e a experiência transexual, tem muito mais a ver com sentimento, do que o corpo tende a apresentar. Ou seja, nosso corpo imprime algo que está além do físico, mas um arsenal das construções sociais de uma sociedade binária. O que não se pode esquecer, que como sujeitos, somos compostos de complexidades que envolvem sentimentos, emoções, relações e tantas outras questões. No entanto, a sociedade é construída pelo biopoder e mesmo que se fuja destes parâmetros, vez ou outra, o sujeito será enquadrado dentro dessas caixas sociais. Para além disso, o ser e a sua identidade, seus sentimentos e suas condições, que podem ser facilmente violadas por meio do preconceito e transfobia. A transexualidade é um direito de personalidade, é o gênero a qual uma pessoa, que não tenha nascido com sexo biológico, se identifica e se reconhece. A transexualidade é uma questão de identidade de gênero, é o que o indivíduo sustenta sobre si mesmo, é um direito de viver a sua própria verdade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

De acordo com o último diagnóstico nacional do tratamento penal as pessoas LGBTQIA+ que estão no sistema prisional brasileiro, a respeito das unidades que correspondem ao Estado do Maranhão, promovido pelo Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT e publicado em 2020, o complexo penitenciário de pedrinhas possui apenas um local destinado a mulheres transexuais, travestis e homens homossexuais. O centro de custódia de Pedrinhas que atende a todo o Estado é composto por apenas uma unidade feminina, uma Casa de Detenção, pelo Centro de Custódia de Presos da Justiça de Pedrinhas e pelo Centro de Detenção Provisória, além do de Triagem e os presídios que se dividem em duas unidades I e II. A cela que atende a comunidade LGBTQIA+ se encontra na unidade II do presídio, localizada na BR135 na cidade de São Luís.

> O Presídio de São Luís II é considerado um estabelecimento prisional para presos neutros, ou seja, pessoas que não tem pertencimento a nenhuma facção criminosa, evangélicos, crimes sexuais e LGBT. Segundo a administração da unidade, mesmo que não existisse um procedimento formalizado para a triagem de LGBT, essa população já era encaminhada para uma cela específica que se encontrava no bloco destinado aos internos que cometeram os chamados crimes sexuais. (BRASIL, 2020, p. 59)

Levando em consideração o que foi relatado pelo diagnóstico, não há nenhuma menção a respeito das mulheres LGBTS, e muito menos, sobre os homens transexuais dentro do sistema prisional. Da mesma forma que, segundo este relatório, não existe nenhum centro triagem especificamente voltado para os transexuais masculinos. Tendo em vista estas informações, o que nos leva a perceber que existem duas problemáticas dentro do sistema carcerário maranhense, elas se concentram nas seguintes questões: existem homens transexuais no sistema prisional do estado? Para qual unidade prisional eles são direcionados? Existe algum tipo de identificação destas pessoas no Centro de Triagem?

Outro trecho do relatório constata que "Segundo a administração da unidade, por uma questão de superlotação, nesse momento é possível reservar apenas uma cela para a população de travestis, transexuais e homens gays." (BRASIL, 2020, p. 61) Apenas uma cela atende a população LGBT, porém nenhuma delas diz respeito ao transexual masculino. O que nos leva a compreender que se eles estão presentes dentro do sistema carcerário do estado, eles estão postos na unidade feminina, sem identificação específica, logo, sem garantias que se adequam às suas necessidades advindas da sua identidade de gênero. Logo, se não há diretrizes que identifiquem esta população quando eles entram nas unidades, não há atendimento específico, nem uso do nome social, eles são completamente invisibilizados e trados apenas por seu sexo biológico.

Viver de acordo com o gênero em que a pessoa trans se reconhece, é uma questão de dignidade humana e o Estado precisa garantir que esse direito seja assegurado. Sendo assim, é necessário refletir sobre a forma mais adequada de se receber estas pessoas quando estão sob sua custódia. Mas não somente, é necessário que se discuta a respeito do homem transexual dentro dos presídios femininos e sobre a complexidade dessa questão. Afinal, o para alguém que vive em um corpo a qual não se reconhece, ser tratado como uma mulher, é viver uma segunda prisão.

Por todo exposto, observa-se um hiato jurídico que não absorve os direitos civis da pessoa transexual, posto que não há legislação pátria específica que abarque a temática. É notório que o debate sobre as pessoas transexuais no Brasil, ainda é arraigado de preconceito e injustiça social. Algo que em países desenvolvidos já existe uma renovação no campo jurídico que busca garantir

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

direitos à dignidade da pessoa transexual, assegurando a estas pessoas, por muito tempo excluídas, normas jurídicas que lhes permitam resguardar a sua identidade cidadã.
O poder judiciário não pode se abster do julgamento ou da análise de uma causa, quando não há legislações específicas, legislações esparsas ou princípios constitucionais são requisitados, o direito de personalidade e os direitos a dignidade da pessoa humana são constantemente requeridos, por trazer a pessoa transexual a tutela necessária à sua identidade de gênero. A transexualidade é o direito que o indivíduo tem de se permitir viver de forma livre e irrestrita a sua personalidade, inclusive, no sistema penitenciário, onde sofre dupla punição, a sanção penal e a exclusão social. Restringindo assim o direito à liberdade e o seu direito de personalidade.

Conclusão

Falar sobre a transexualidade masculina é uma forma de dar espaço para um grupo de pessoas que são frequentemente invisibilizadas em nossa sociedade, principalmente, quando são elas que ocupam a cadeira do réu. Ou seja, são opressões que se atravessam, ele é tanto punido por ser um infrator, quanto segregado por sua identidade de gênero. A figura do transexual masculino em si já transgride essa nossa sociedade patriarcal, pois ele vai contra tudo aquilo que eles dizem como aceitável do corpo feminino. A segregação vem tanto por parte dessa sociedade opressora, que não proporciona condições de vida a estas pessoas, quanto do sistema que encarcera e trata estes homens como mulheres.
O apagamento da identidade trans é bem mais frequente do que imaginamos e se tratando das unidades prisionais, ele é muito mais naturalizado e violento. O homem transexual parece não existir dentro do Sistema Carcerário de Pedrinhas, o que acaba agravando ainda mais um problema que é social e estrutural. Refletir sobre estas e outras questões, reverberam a luta por garantia de direitos básicos dentro das penitenciárias brasileiras, assim como, contribuir para a criação de alternativas que sejam mais adequadas para o acolhimento destas pessoas, sem ferir a sua identidade de gênero. É uma maneira também de tornar a academia mais inclusiva, compreendendo a sociedade e suas multiplicidades. Mas para além disso, é imprescindível olhar para as problemáticas daqueles que estão distanciados do meio social, e por assim estarem, são muitas vezes desumanizados e violentados por suas condições.
O sistema punitivo brasileiro tem o condão de ressocializar o indivíduo, devendo ser reeducativo e humanitário. O apenado está sob a tutela do Estado, devendo este garantir uma pena digna e de forma que assegure a sua ressocialização. Se o indivíduo tem seus direitos individuais massacrados e desrespeitados há uma quebra desse ciclo e um desequilíbrio das relações sociais. Portanto o direito do homem transexual deve ser sempre preservado.

Referências

ALARCON, Letícia Nunes Silva. Transgênero: a busca por sua dignidade. Rev. Âmbito Jurídico, 2020. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitocivil/transgenero-a-busca-por-sua-dignidade/. Acesso em: 23 junho 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL, Código Civil. Lei. n. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Dário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 16 de set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos internacionais. Pacto internacional sobre direito civis e políticos. Promulgação. Brasília: Verbo jurídico, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso: 17 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: [s. n.], 2020.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, Antonho Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Kunrath, Yasmine Coelho. Os direitos da personalidade enquanto direitos fundamentais. Justiça do Direito, v. 30, n. 3, p.503-522, set./dez. 2016. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/6178/4019. Acesso em: 17 maio 2021.

_____. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84. Acesso em: 16 set. 2020.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. Transexualidade O corpo entre o sujeito e a ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Heloisa Bezerra; NASCIMENTO, Raul Victor Rodrigues do. Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista. Revista Transgressões, Natal, v. 2, n. 2, p. 75-89, 10 dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6444. Acesso em: 04 de set. 2020.

LIMA, Lorraine. A transexualidade e o direito. História, saúde pública, mercado de trabalho e decisões do Supremo Tribunal Federal. [S. l.: n. l], 2021.

MAGNABOSCO, Danielle. Direito do Apenado. Brasília: CEUB, 2009.

MICHEL FOUCAULT. História da sexualidade: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 12 REQUI, Julia Viol. A violação dos direitos do transexual: uma realidade do binarismo sexual no sistema carcerário brasileiro. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2018. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ Direito/article/view/7578. Acesso em: 15 de set. 2020.

ROCHA, Fernado Luiz Ximenes. Direitos fundamentais na constituição de 88. Themis, Fortaleza, v. 1, n. 2, p.109-123, 1998.

SANTOS, Camila da Silva Corrêa dos. Transexuais encarcerados: dignidade da pessoa humana e a dupla penalização de transexuais privados de liberdade. Legis, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/ legisaugustus/article/ view/442. Acesso em: 16 de set. 2020.

SOUZA, Aedan Dougan Marques de. O corpo transgênero e o direito brasileiro: Uma breve análise do sistema jurídico brasileiro a respeito do não binário. Redoc, Rio de Janeiro, v. 3, n.2 p. 253 Maio/Ago. 2019. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/ re-doc/article/view/40521. Acesso em: 22 de set. 2020.

ZAMBONI, Marcio. Travestis e transexuais privadas de liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos. REA, n. 2, p. 15-23, jun. 2016. Disponível em: http://nadir.fflch.usp.br/ sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/ZAMBONI_Paper%20ENADIR.pdf. Acesso em: 10 de set. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A GEOGRAFIA FEMINISTA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A VIOLÊNCIA CORPORIFICADA

Yasmim Silva De Campos Gonçalves Leal[1]
Patrícia Helena Milani[2]

O amor pode ser muitas coisas. O amor é vida. O amor é acolhimento, aceitação. O amor pode ser também perdão. Mas se tem uma coisa que o amor não é, é violento. O amor não é morte.
Coisa Mais Linda (série).

Introdução

O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada: "A violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas-MS". Temos como fundamento epistemológico as Geografias Feministas e as questões de gênero como tema central. Temos como objetivo central neste texto, desenvolver algumas reflexões sobre gênero e violência de gênero na análise espacial, tendo como recorte a cidade de Três Lagoas, situada no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.
Do ponto de vista teórico nos baseamos em autoras e autores que tratam do tema, sobretudo: Silva (2010), Milani (2020), Chauí (2019) e Saffioti (1994).
O recorte espacial adotado para o presente artigo é a cidade de Três Lagoas-MS (como evidenciamos), na qual a mulher entrevistada residia e onde vivenciou a violência de gênero. Vemos a relevância em estudos sobre este tema, vez que a violência contra a mulher se tornou algo recorrente e mais visível. As questões inerentes a dimensão territorial de Três Lagoas -MS foram um dos motivos que nos levaram a formular o estudo de violência de gênero. A priori, nossas próprias experiências e necessidades se encontram latentes, vez que amigas e parentes já sofreram violência de gênero, e, em muitos destes casos carregaram marcas psicológicas e físicas que lhes assombram por onde andem.
Minha posicionalidade na pesquisa para ser válida, deve levar em consideração o fato de ser mulher, parda, ter nascido nos anos de 1990, ser formada em Direito, e, possuir alguns privilégios. Outrossim, a busca pela compreensão do problema social abordado nesta investigação advém de situações pessoais das quais presenciei laborando em escritório de advocacia, em que inúmeras vezes, as próprias mulheres vítimas da violência, eram a pessoa que buscava o auxílio advocatício para libertar seu companheiro e agressor.
Por este caminho, temos que pensar pela Geografia Feminista como pesquisadoras, é de extrema importância nossa corporalidade, para ir contra o padrão de produzir ciência com gênero neutro, vez que conforme Silva (2010) nos introduz a ideia da quebra do padrão de gênero neutro

[1] Bolsista CAPES. Mestranda em Geografia PPGEO. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Brasil. E-mail: yasmimleal3l@gmail.com
[2] Orientadora. Professora Doutora dos cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia, . Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Brasil. E-mail: patriciah.milani@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual, com base nisso se define a neutralidade científica e quem são os "outros".

A questão da violência sempre fora retratada, conforme podemos ver nas obras de Chaui (2019) e Saffioti (1994), sendo de grande importância para os estudos de gênero. Outrossim o trabalho de Santos e Passinato (2005) nos ajudaram a nortear o caminho para vislumbrar os estudos de gênero realizados no Brasil, do ponto de vista da epistemologia das Geografias Feministas nos inspiramos em Silva (2010).

A violência se dá de forma diferente para cada indivíduo, logo, com as questões de gênero, vemos que as mulheres que foram e são vítimas experimentaram de uma violência em seus próprios corpos além das violências psicológicas.

Do ponto de vista metodológico, nos pautamos sobretudo em instrumentos de cunho qualitativo para o desenvolvimento da pesquisa. Neste texto utilizamos uma entrevista como uma mulher que vivenciou durante cinco anos a violência de gênero, uma entrevista com um advogado que atua no âmbito da defesa dos agressores, as duas narrativas nos possibilitaram análises acerca dos conflitos e das experiências dos sujeitos sociais envolvidos no processo.

A entrevistada que vivenciou a violência de gênero é a Ana[3], deixou claro como foi sua relação, em que ponto ela se tornou abusiva, quais foram os abusos sofridos, as influências que seu ex namorado exercia sobre ela, bem como, como se sente hoje, anos depois daquela relação e que ainda possui medo de seu ex namorado. Nessa toada, como todos seus relacionamentos posteriores foram um reflexo do abusivo, no qual ela em certo ponto sempre projetava seu ex namorado abusivo - o Ricardo. Por conseguinte, o advogado entrevistado denominamos de Augusto, que possui anos de carreira como advogado criminalista, atuando em vários casos enquadrados na Lei Maria da Penha, e, nos forneceu informações gerais a respeito do perfil de seus clientes.

Com a dicotomia das posições dos entrevistados, descobrimos vários pontos a respeito da violência que são primordiais para vislumbrar suas características marcantes, e principalmente como é o papel da mulher dentro da violência de gênero, papel o qual nos estudos feministas fora amplamente discutido e estudado. Aqui com base em nossos entrevistados podemos compreender melhor este fenômeno inerente à sociedade patriarcal que integramos.

A violência e a violência de gênero

Para compreendermos a violência contra a mulher e a violência gênero, primeiro pontuamos o que compreendemos como violência, Chauí (2019, p. 7) nos mostra o significado contido no dicionário a respeito do vocábulo:

> 1. qualidade do que é violento; 2. Ação ou efeito de violentar, de empregar a força física (contra alguém ou algo ou intimidação moral contra alguém; crueldade, força; 3. exercício injusto ou discricionário, em geral ilegal, de força, ou de poder; 4. Cerceamento do direito ou da justiça, coação, opressão, tirania; 5. Força súbita que se faz senti com intensidade; fúria, veemência; 6. Dado causado por uma distorção ou alteração não autorizada (censura); 7. Juridicamente: constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade

[3] Todos os nomes são fictícios.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> de outrem; 8. Direito penal: relação sexual mantida com uma mulher mediante utilização da força; estupro; 9. Ferocidade, fúria, sanha.

Vemos que a violência possui dimensões sendo ela física, psicológica que gera uma dimensão simbólica, para complementar Chauí (2019, p. 36) nos aponta "A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro".

Nesse sentido podemos conceber que violência também é o ato de diminuir o outro, pode ser realizada por meio de atos agressivos, sejam estes físicos ou morais. Na seara da violência contra a mulher, observamos que há a incidência da superioridade implícita nas relações, como uma forma de posse e objetificação da mulher, que integra a sociedade machista e patriarcal.

É a concepção de que a vontade do macho seja imposta a sua companheira, que deve ser submissa a suas vontades. Desta forma, em muitos casos fica à mulher o papel de vítima (àquelas que vivenciam a violência na relação), no qual se vê presa por dependência, seja por fatores econômicos ou por dependência emocional.

Saffioti (1994, p. 446) demonstra essa linha da violência ao apontar:

> A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido em sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heterônima que não se percebe como tal.

A violência do dominador para a vítima, inicia-se de modo sutil, e conforme dito por Saffioti (1994) o processo de dominação é realizado de tal forma que a parte dominada não consegue perceber (em muitos casos), isso foi exemplar no caso de Ana, como veremos adiante. A autora também aduz a questão do macho, em se sentir macho ao praticar a violência.

Passinato e Santos (2005) realizaram um estudo para melhor compreender os estudos feministas sobre violência contra as mulheres e violência de gênero, em sua pesquisa, as autoras chegam ao ponto de que o conceito de gênero, é entendido como uma construção social do masculino e do feminino, logo, podendo ser uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres.

Este pensamento de Passinato e Santos (2005) é reforçado por Saffioti (1994), vez que demostra a legitimidade social, que reforça os estigmas e incentiva a violência contra a mulher, isto é, o homem enquanto constituído socialmente como homem, macho, que detém o direito e o poder de decisões, sendo respaldado diante da sociedade, e por consequência a violência uma modalidade material de controle social, uma firmação legitimada muitas vezes do poder.

Se olharmos para o passado remoto, Engels (2019) em seu livro A origem da família da propriedade privada e do Estado, nos remete a esta ideia de o homem socialmente aceito como macho imponente. Em seus estudos sobre a família, o autor nos fala a respeito dos períodos históricos e de como a sociedade possuía descendência por linha materna, sendo denominado direito materno, em razão do modo de relacionamentos da época, que conforme especulado por Engels (2019) era por casamentos por grupos, ou similares, nos quais a mulher possuía uma liberdade sexual, e liberdade sobre seu corpo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nestes períodos os quais vigorava o direito materno, a mulher possuía um papel de importância no grupo, sendo respeitada por todos, e, principalmente, sua liberdade lhe era garantida, assim, possuía voz, direito e vez de se posicionar e ser respeitada.

Com a evolução das trocas e a criação das fortunas o homem passou a sentir a necessidade do direito paterno, e, para garantir que seus filhos fossem de fato seus, e pudessem passar adiante sua fortuna. Nesse contexto, se iniciou o vislumbre da pré monogamia, e posteriormente da monogamia, mas, não com o intuito de ambas as partes serem fiéis, mas sim, com o sentido de aprisionar a mulher e domesticá-la para que perdesse seu extinto e sua liberdade, transformando-a em dona de casa que deveria ser submissa ao seu esposo, o qual não detinha igual fidelidade para com sua cônjuge.

Este processo de perca de direitos sobre seu corpo e sua sexualidade, fora lento e tirou da mulher o peso e importância que possuía enquanto havia o direito materno, sendo subjugada a apenas companheira, a qual não possuía voz, vez que em várias civilizações apenas se consideravam cidadãos os homens maiores de idade, sendo as mulheres e escravos excluídos de direitos políticos e sociais da época.

Nesse sentido, Estés (2018, p.21) em sua obra, tenta trazer o espírito da mulher "selvagem", isto é, trazer o empoderamento que foi ceifado da mulher, durante o período de extermínio do direito materno em prol do direito paterno.

> Essas palavras, *mulher e selvagem,* fazem com que as mulheres se lembrem de quem são e do que representam. Elas criam uma imagem para descrever a força que sustenta doas as fêmeas. Elas encarnam uma força sem a qual as mulheres não podem viver.

Este ponto abordado por Engels (2019) que demonstra o afastamento do respeito da mulher, e sua domesticação, seu estudo, aponta o início do machismo, e da desvalorização do serviço feminino, os quais aparecem nos estudos feministas de violência de gênero.

Ainda no âmbito dos estudos de Passinato e Santos (2005) as pesquisadoras conseguiram distinguir três correntes doutrinarias a respeito da violência contra a mulher e a violência de gênero, sendo a primeira denominada de dominação masculina, a segunda de dominação patriarcal e a terceira de relacional.

A dominação masculina compreende a violência contra as mulheres como uma expressão do homem que domina a mulher, ceifa a autonomia da mulher que passa a ser concebida como vítima, e sua principal escritora é Chauí, que defende que as diferenças entre o masculino e o feminino são transformadas pelos discursos masculinos em desigualdades hierárquicas, nas quais o homem fala da mulher, de seu corpo, sua posicionalidade, (como, mãe, mulher, esposa) e pela mulher, o que gera o silenciamento feminino.

A teoria da dominação patriarcal possui influência direta feminista e marxista, analisando a violência pelo viés do patriarcado, levando em consideração que mesmo que a mulher seja um sujeito social autônomo, ela está historicamente vitimada pelo controle social masculino. Sua principal autora é a socióloga Saffioti, que explora pelo viés marxista o machismo, pelo qual o macho espanca sua mulher por se sentir no direito, vez que este seria um direito natural e muitas vezes naturalizado pela sociedade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Salientamos que as duas primeiras correntes levam em consideração a mulher como vítima, apenas reproduzindo a violência que sofreu. Enquanto a terceira corrente dispõe um caráter diferente.

A corrente relativista, observa a relação da violência como um modo de comunicação, retirando da mulher o estado de vítima e incorporando a noção de cumplice na violência. As autoras apontam que a responsável por esta linha doutrinária é Gregori que com base em sua experiência no SOS-Mulher de São Paulo.

Por mais que as autoras Passinato e Santos (2005) corroborem com a importância dos estudos de Gregori, o fato de colocar a mulher como cumplice não deve ser considerado, nesse sentido Saffioti (2001, p.121) nos esclarece:

> Por que então continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, especialmente a doméstica e a intrafamiliar, de vítimas? Ora, se a ordem patriarcal de gênero é imposta, não querendo sequer legitimação, segundo Bourdieu, as mulheres são efetivamente vítimas deste estado-de-coisas.

Acreditamos que as duas primeiras correntes, mesmo que Saffioti (2001) não concorde com a colocação de Chauí (1985), as duas possuem maior coerência com curso histórico da deslegitimação da mulher, vez que, conforme apontado no por Engels (2019) ao estudar a formação da família, temos a nitidez de como a mulher foi submetida a um pertence de seu marido, de ter saído de sua *gens (grupo familiar)* para ser absorvida pela *gens* de seu esposo. Sendo obrigada a cuidar da casa e ser submissa, fatos que reverberam até os presentes dias, com o sentimento machista de posse, de controle sob a mulher, sob seu corpo, suas ideias e seus comportamentos. Outrossim, a desvalorização do trabalho feminino, e tudo que é realizado por mulheres.

Portanto, é importante compreender que, houve um processo para que a mulher se tornasse submissa, bem como, que atualmente dizer que a mulher que sofre com violência de gênero é cúmplice da violência é inconcebível, vez que, em vários casos, como, a história de Ana, a mulher se sente culpada, acha que "é assim mesmo", "ele me ama", "a culpa é minha", nas palavras da entrevistada. Assim, a denominação vítima é a mais correta para enquadrar-se. Nesse sentido, nos esclarece novamente Saffioti (2001, p. 125) indo contra o pensamento de Gregori e alguns posicionamentos de Chauí.

> Se as mulheres sempre se opuserem á ordem patriarcal de gênero; se o caráter primordial do gênero molda subjetividades; se o gênero se situa aquém da consciência; se as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face as detidas pelos homens; se as mulheres são portadoras de uma consciência de dominadas, torna-se difícil, se não impossível, pensar estas criaturas como cumplices de seus agressores.

Em suma, podemos considerar que a violência de gênero, possuí origens no machismo, e, na dominação da mulher pelo homem, na qual por muitas vezes as agressões acontecem quando o homem se sente ferido em algum aspecto de sua virilidade/masculinidade, isto é, quando seu papel de macho, é ou pode ser questionado. Logo, se sente no direito de submeter a sua parceira a violência, para diminui-la, inferiorizá-la e demonstrar quem detém o poder na relação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A questão da violência vivida e corporificada

As formas de dominação do homem para com a mulher, podem ser sutis, sobretudo, no início da relação, que se desenvolve violenta, conforme veremos no caso de Ana, nossa entrevistada. Paulatinamente os gestos de violência aumentaram, e causam medo, submissão, culpa, e, vergonha na mulher. Nessa linha, percebemos uma manipulação para que a mulher se sinta como errada, desequilibrada e perca sua credibilidade perante a sociedade – "a culpa é sempre da mulher".
Ana nos mostrou como inicialmente seu relacionamento aparentava ser saudável, e sem que ela percebesse o amor se tornou uma obsessão, e por vezes ela sentia que a culpa era sua. Seu relacionamento começou quando ela tinha por volta de seus quinze anos, Ricardo, que já era maior de idade, pediu sua mão em namoro para seus pais, a apresentou para seus amigos, sempre saia com ela, e tudo parecia ser um conto de fadas (em seus termos), até que, aos poucos seu lado ciumento e possessivo, foi aflorando, tudo virava motivo para brigas, se suas roupas eram muito curtas, se olhavam muito para ela. Mesmo com as constantes brigas Ana acreditava que ele a amava.

> Eu vi, ele gostava de mim, isso eu sei, eu sei que ele gostava de mim, eu não sei em que ponto isso se tornou uma obsessão, por que eu comecei a perceber que ele estava ficando obcecado, mas no começo ele gostava de mim (Ana, 25 anos, entrevistada).

Conforme o relacionamento se consolidou e eles saíam juntos, as crises de ciúmes cresciam, ao ponto de ameaças de agressões a terceiros, sobretudo amigas de Ana que se contrapunham às ordens e formas de tratamento de Ricardo em relação a Ana, que relatou durante a entrevista algumas frases do namorado.

> Nossa, mas não da pra andar com você, a galera acha que você é troféu porque a galera fica prestando atenção toda vez".
> "O que você está olhando pro lado? O que que você perdeu naquela mesa ali? O que que você tá olhando lá? Aquele cara está te olhando. Aí ele começava a querer brigar com as pessoas nos lugares porque segundo ele as pessoas estavam me olhando (Ana, 25 anos, entrevistada).

Conforme nossa entrevistada nos relatava a respeito das crises de ciúmes de seu ex namorado, ela evidenciava que ele sempre lhe dizia que ela iria diminuir a imagem dele, iria manchar, que fazia ele passar vergonha. Seus verbos eram sempre impositivos, lhe censurando, e diminuindo, como se sua existência lhe trouxesse vergonha, outrossim, possuía atos violentos como, jogar o celular de Ana no chão, jogar o celular na própria entrevistada, fiscalizava seu celular, querendo a todo momento saber com quem estava conversando.
Esse sentimento fica evidente, vez que, concluímos que é uma característica machista, a qual a imagem de homem viril, que comanda as relações, não pode ser afetada, caso, algum outro homem, ouse olhar para sua companheira, ou assediá-la isso não é uma ofensa para ela, mas sim direcionada a ele. Esse sentimento de posse e de poder sobre a mulher, faz com que sinta um ciúme irracional latente, e, sua fúria sobrecai em sua parceira.
Para melhor compreensão a respeito da violência de gênero no dia a dia, entrevistamos também o advogado que denominamos de Augusto, que possui cerca de cinco anos e meio de carreia e atua na área criminal, quando questionado a respeito dos processos mais incidente em que atua

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

nos apontou que em primeiro lugar, tráfico e contrabando, principalmente em razão da fronteira[4], e em terceiro lugar, crimes de violência doméstica.

> Tráfico, contrabando e em terceiro por incrível que pareça a violência doméstica, geralmente nos finais de semana, é onde ela é, mais recorrente, entre a sexta-feira, quando ocorre, sexta, sábado e domingo, ai domingo a noite, segunda a noite, de madrugada é onde tem vários casos de violência doméstica. (Augusto, 27 anos, entrevistado).

Augusto também nos disse que o perfil das vítimas varia bastante desde 20 anos a 50 anos, bem como, que em 95% dos casos, o agressor fora o homem e em pouquíssimas vezes as mulheres foram as agressoras. Nessa toada, que os motivos sempre eram por brigas geralmente motivadas por ciúme, bem como, o consumo de álcool e de drogas era comum.

É importante salientar, que o consumo de álcool e de drogas, por mais que altere o senso de realidade, este consumo apenas alimenta traços da personalidade que já eram inerentes ao indivíduo, características violentas motivadas por ciúmes. Assim, evidenciamos que o sentimento de posse, e, de controle sobre a vítima são potencializados com esses consumos.

Notamos pela fala de Augusto que 95% dos casos o agressor é o homem, isto é, que o homem quando se expõe ao consumo de entorpecentes aflora seu lado machista, enquanto a mulher, por mais que possua ciúmes, não possui reações estremas de violência, como vemos nos homens.

Percebemos também com os diálogos dos entrevistados que a violência física vem posterior a violência psicológica, ou seja, primeiro há o domínio emocional do agressor perante a vítima, que sempre acredita que seja sua culpa, e em alguns casos, Augusto nos informou que quando o agressor é preso por descumprir a medida protetiva, ele aponta que a culpa da prisão é da mulher. Nessa linha, nos diz a respeito do controle psicológico:

> As vezes o homem comete tanta violência psicológica que ele consegue convencer a mulher que ela não vai conseguir viver sozinha, que ela não vai conseguir emprego, que ela não vai conseguir outro companheiro tão bom quanto ele, que os filhos amam tanto ele, e coloca os filhos contra a mulher (Augusto, 27 anos, entrevistado).

Esta dependência emocional e financeira é visível, segundo Augusto cerca de 90% as mulheres acabam reatando com o parceiro, aduz que a longo prazo os relacionamentos findam, entretanto, que varia de caso, para caso o tempo de duração posterior a denúncia.

As percepções apontadas pelo advogado convergem muito com o dito por Ana, vez que inúmeras vezes acreditou que a culpa era sua, e que seu namorado a amava, logo, ela deveria ter de "arrumar" e "trabalhar" para o relacionamento dar certo.

> Na minha cabeça ele era muito ciumento, eu não tinha esse gatilho de sai, sai, sai, eu tinha esse gatilho de caramba! Ele é bem ciumento, vamos trabalhar isso. Ai o que que eu fiz? Eu comecei a trabalhar isso, ai me afastei de amigos, me afastei, fiquei mais fechada pra minha família, a minha família eu tinha um relacionamento sensacional com eles, eu sempre contei tudo pra eles, e nessa época, eu era uma pedra, eu não falava, conversava, não tinha nada, eles só sabiam que eu namorava o Ricardo (Ana, 25 anos, entrevistada).

[4] O Estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia (oeste do estado) e a cidade de Três Lagoas faz fronteira com o Estado de São Paulo (Brasil).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ainda no depoimento de Ana, ela compartilhou que, se usasse vestido, ele implicava, pois, ela iria desfilar com as pernas de fora, que passou a andar mais "largada" (ou seja menos arrumada, em seus termos) e que quase não usava maquiagem, estas foram as alternativas que encontrou para que ele não tivesse ciúme dela, e para diminuir as brigas e agressões.

Foram cinco anos de relacionamento com idas e vindas entre Ana e Ricardo, o ponto final, foi quando ele, após uma crise de ciúmes em um evento que ambos foram, a levou para uma área mais distante do centro da cidade e a espancou, tentou estupra-la, e, por ser uma localidade próxima ao corpo de bombeiros, ela conseguiu ir até o posto e pedir para que ligassem para seu pai.

A partir desta data, sua família tomou conhecimento do que acontecia com ela na relação, seu pai a levou a delegacia e fora registrado o boletim de ocorrência, bem como, concedida a medida protetiva. Atualmente Ana mora em outra cidade, mas, pretende voltar a morar em Três Lagoas, no entanto, possui medo, vez que, toda vez que visita seus pais, Ricardo tenta de alguma forma entrar em contato com ela.

Mesmo após muitos anos, ela ainda é perseguida, e tem pânico, pois, ele a ameaça constantemente.

As correntes feministas, que apontam o machismo como principal motivo da violência de gênero, estão corretas em afirmar. Cumpre esclarecer, que o termo machismo, não está sendo usado em vão, mas sim, com sentido de sentimento de dominação e superioridade, a qual lhe concede direitos de dizer e diminuir o outro, no caso as mulheres.

Abordamos a violência corporificada, vez que, as mulheres que sofrem violência, carregam em seus corpos, os estigmas, as marcas e traumas advindos das violências físicas e psicológicas. A respeito do Corpo a geografa feminista Silva (2010, p. 100) nos ilustra a dimensão da corporalidade.

> A ideia de que o corpo não é algo fixo e acabado, mas maleável, moldável, variável, leva a utilização do termo "corporalidade", para melhor expressar a ideia de um estado corpóreo sujeito a transformações, conforme McDowell (1999). Para ela, a corporalidade capta o sentido de fluidez, de representação e das relações entre anatomia e identidade social. Embora a autora aborde de várias formas de compreensão do corpo desenvolvidas na geografia, esse trabalho destaca a ideia do corpo como representação, que sustenta grande parte dos estudos geográficos atuais sobre a sexualidade.

Logo, compreendemos o corpo e a corporalidade como algo além do físico, sendo imprescindível nos estudos de violência de gênero, vez que, é necessário compreender como a mulher sofre a violência, bem como, se posicionar como um corpo, que também produz um efeito na entrevistada, isto é, como pesquisadores mulheres, conseguimos maior liberdade para que as entrevistadas consigam demonstrar o que de fato sentiram, e viveram.

Conseguimos então entender que a violência de gênero possui aspectos complexos, que marcam as vítimas em todos seus estados, com base no diálogo de Ana, todos os seus relacionamentos posteriores a Ricardo, foram de alguma maneira abusivos, ou, traumatizantes, chegando ao ponto de Ana projetar neles o que vivenciou com Ricardo.

Nessa ótica, a concepção de Saffioti (2001) de que a mulher possui sim papel de vítima, é o que mais se assemelha a realidade vivida por nossa entrevistada e por nós analisada, e pelo depoimento

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de Augusto, sendo de grande importância compreender a corporeidade da violência e seu grande peso na vida daquelas que sofreram, e sofrem com a violência de gênero.

Considerações finais

Consideramos em nossa análise, que, partiu da entrevista de Ana e de Augusto, esta dicotomia de olhares nos enriqueceu e pudemos notar como a violência tem forma, rosto, e deixa marcas.
Primero entendemos que corporificar a violência é trazer as informações qualitativas e afastar a frieza do quantitativo, deste modo, dando voz, para as vítimas e suas histórias de vida. Outrossim, teorizar a realidade, para que por novos caminhos possamos estudar e compreender os fenômenos da violência de gênero. Autoras como Silva (2010) trabalham com a corporeidade e os estudos de gênero dentro da geografia, deste modo, explicar a corporeidade através de estudos geográficos é uma forma de absorver e dizer a violência pelo viés sentido.
Segundo a abordagem das correntes que estudam a violência de gênero como Chauí (2019) e Saffioti (1994) e (2001), se pode ver uma teoria que se aproxima da realidade, principalmente nos estudos de Saffioti (2001) que é contundente ao dizer que a mulher que sofre violência, diante de vários fatores, não deve ser vista como cumplice, mas sim, como vítima.
Com a entrevista de Ana, se tornou claro que o relacionamento abusivo, tem início como algo impecável, e, perfeito, entretanto, os sinais de controle e dominação aparecem com atos, como, mandar trocar de roupa, vigiar o celular, e evoluem para ofensas verbais e físicas, causando danos os quais as vítimas carregam pelo resto da vida.
Conforme apontado, esta ideia de controle masculino surgiu com a deslegitimação feminina, quando a mulher perdeu sua liberdade, principalmente a sexual, para garantir ao homem o direito paterno, vez que, a única forma de garantir que um filho era de determinado pai, seria pela monogamia feminina. Nesse sentido, a mulher perdeu sua posição de igualdade e passou a ser encarada como um ser para reprodução e serviços domésticos, como um bem pertencente ao homem.
Esse sentimento de posse é visível no número de casos de agressões sob o efeito de álcool, por mais que o casal brigue, na maioria dos casos, o cônjuge agredido é a mulher, o que indica que provavelmente a relação já possuía violência psicológica, bem como, que o álcool ou as drogas apenas foram um facilitador para que as agressões acontecessem.
Assim, podemos concluir que a violência de gênero, faz a mulher ficar em silêncio e se afastar de amigos e familiares, e nesse sentido é difícil com que ela consiga sair de um relacionamento abusivo. Boa parte dos motivos de agressão são ciúmes, que levam o homem a agir impulsivamente, acreditando estar defendendo sua honra.

Referências

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. 1. ed. vol 5. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da propriedade privada e do estado.** 1. Ed. Vol 1. Lebooks. 2019. Disponível em < https://www.amazon.com.br/dp/B07VLCZD91/ref=redir_mobile_desktop/143-0494477-8116208?_encoding=UTF8&psc=1&ref_=ya_aw_dod_pi> Acessado em: 22 de Novembro de 2021.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**. Rio de Janeiro, Rocco, 2018.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1993.

LAN, Diana. **Género y territorio: la violencia domestica em espacios e vulnerabilidad y exclusión social** – notas a partir de un caso en Argentina. IN: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 281-299.

MAGALHÃES, Jaqueline Soares. **Abuso sexual intrafamiliar**: reflexões sobre um caso clínico sob a pespectiva da psicanálise do self. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2003.

MILANI, Patricia Helena, LIMA, Bianca de Oliveira**.** A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero,** v. 11, n. 1, p. 77 97, 2020. ISSN 21772886.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Gênero, patriarcado, violência** - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Violência de gênero no Brasil** atual- Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1994

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 16, p. 115–136, 2016

SANTOS, C. M; PASINATO, W. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.** Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe, v.16, nº 1, p.147-164. Israel: Universidade de Tel Aviv, 2005.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades:** desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Espaço e Cultura (UERJ), v. 27, p. 39-55, 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 11
ESTUDOS CULTURAIS, ARTES E MULTICULTURALISMO

A RECEPÇÃO DE MITOLOGIAS CLÁSSICAS NO MANGÁ *OS CAVALEIROS DO ZODÍACO*

Emerson Aparecido dos Santos Bezerra[1]

Introdução

O *shonen Saint Seiya*, traduzido para a língua portuguesa como *Os Cavaleiros do Zodíaco*, foi escrito pelo *mangaka Masami Kurumada* e comercializado pela revista *Weekly Shonen Jump*, da editora *Shueisha*, narrando a reencarnação da deusa grega Atena na era moderna para proteger a humanidade. O mangá e, posteriormente, o animê foram exportados para diversos países do mundo e, no Brasil, representou uma revolução no mercado editorial, sendo comercializado pela editora CONRAD e, mais recentemente, pela editora JBC.

Este artigo está dividido em três partes: na primeira, há um breve panorama do mangá, apresentando as semelhanças com os quadrinhos ocidentais, as influências históricas envolvidas na sua produção, o papel de *Osamu Tezuka* na popularização do mangá e, por fim, as características dos gêneros associados aos mangás. Na segunda parte, a narrativa de *Saint Seiya* será brevemente exposta, com especial atenção aos eventos descritos na Guerra Santa. Nessa parte, trechos da edição brasileira comercializada pela editora CONRAD, entre 2000 e 2004, foram utilizados para ilustrar os tópicos apresentados. Por fim, na terceira e última parte do artigo, há uma sucinta discussão a respeito da recepção dos mitos em *Saint Seiya;* em um primeiro momento, há foco na representação de figuras divinas, apresentando Atena como uma exceção à regra da simplificação por parte do gênero; e, em um segundo momento, o foco passa a ser em duas figuras mitológicas que são ressignificadas no mangá: Pandora, de *Hesíodo*, e Orfeu, de *Ovídio*.

O mangá

Sendo um gênero genuinamente japonês (PRILLA, 2020, p. 46), o mangá é um tipo de narrativa sequencial, semelhante às histórias em quadrinhos, pois também mistura elementos gráficos com elementos textuais, segundo um código compartilhado entre leitores e autores a partir de uma gramática e de uma sintaxe particulares. (ECO, 1979, p. 147). Devido à sua grande popularidade, no Japão, ele se configura mais como um meio do que como um gênero:

> O *mangá* é, no Japão, mais propriamente um meio do que um gênero. Esse meio engloba inúmeros assuntos, desde guias oficiais e materiais educativos até fantasia, ficção científica e aventuras. O *mangá* está em todo lugar e para todos no Japão.[2] (PEER, 2018. p. 57, tradução nossa)

---

[1] Mestrando em Estudos Literários na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação da professora doutora Lucia Sano, pesquisando a recepção de mitologias clássicas no mangá *Os Cavaleiros do Zodíaco*, de *Masami Kurumada*. E-mail: emersonbezerra81@gmail.com

[2] Manga is, in Japan, more properly a medium than a genre. The manga medium encompasses countless subjects from official guides and educational material to fantasy, sci-fi and adventure stories, manga is everywhere and for everyone in Japan.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

De acordo com MOLINÉ (2004), *Katsuhika Hokusai* (1760 – 1846) foi um dos artistas mais famosos de sua época, sendo o primeiro a desenvolver as imagens em sucessão (p. 18). Ele, inclusive, foi pioneiro ao unir as duas partículas "*man"* e "*ga",* cunhando o termo:

> Ao criar o estilo, que unia os caracteres *man* ("involuntário") e *ga* ("desenho", "imagem") – cuja palavra resultante significava "imagens voluntárias" -, este se impôs definitivamente como sinônimo de tudo o que é relacionado à caricatura ou ao humor gráfico, à semelhança da palavra *cartoon.* (MOLINÉ, 2004, p. 18)

Cabe ressaltar que, a partir da era Meiji (1868 – 1912), houve esforços por parte do imperador para estreitar os laços entre o país do Sol Nascente e os demais países. Dessa forma, diversas ações foram pensadas para mudar a impressão que os japoneses tinham dos outros países ao mesmo tempo que pensava em mudar a impressão que os outros países tinham do país do Japão:

> Houve um clima de entusiasmo pelas ideias e valores ocidentais, nas duas décadas após a ascensão de Meiji, algo que veio a ser chamado no Japão de "civilização e iluminação" (*bunmei kaika*). Um ministro da Educação do Japão chegou a sugerir abolir a língua japonesa pela língua inglesa. Em caso não tão extremo, houve inúmeros casos de mistura da tradição e novidades vindos do exterior. (UNZER, 2017, 130)

Traços da cultura ocidental estavam, portanto, presentes na civilização japonesa há décadas e, após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o Japão ficou sob influência direta dos Estados Unidos. Neste período, o mercado editorial japonês passou por grandes transformações tanto em relação às revistas, que passaram a ser semanais, quanto em relação aos autores, conhecidos como *mangakas,* e as influências nas temáticas abordadas. O grande nome dos mangás nesta época, exercendo grande influência entre seus contemporâneos e nas demais gerações de autores foi *Osamu Tezuka*, o deus do mangá.

Tezuka foi fã dos desenhos ocidentais, especialmente dos *bandes dessinées* franceses, do cinema e das animações de *Walt Disney*. Seus mangás tornaram-se animes muito populares e ele se consagrou como um dos maiores *mangakas* de todos os tempos. Entre suas histórias de maior sucesso, podem-se citar: *Astro Boy* (1952), *Kimba, o leão branco* (1950) e *A princesa cavaleira* (1953). De acordo com MOLINÉ:

> Todas as inovações não eram fruto da casualidade: o cinema – tanto de imagem real como de animação – e o comic norte-americano haviam influenciado o jovem Tezuka o suficiente para que importasse essas inovações. Acabamos de mencionar o cinema de animação norte-americano como uma das principais fontes de inspiração de Tezuka: a admiração que sentia pelos desenhos animados de Disney e Fleischer pode ser comprovada pelo modo como quase todos seus personagens aparecem desenhados: com olhos grandes e amplas e brilhantes pupilas, em homenagem aos desenhos animados americanos. Até os dias atuais, esses detalhes foram imitados por diversos autores. (2004, p. 22)

O deus do mangá escreveu histórias de diversos gêneros. É importante salientar que os quadrinhos japoneses são classificados de acordo com o público-alvo a partir do sexo e da idade:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> A natureza e os assuntos são, frequentemente, decididos pelas revistas que publicam e distribuem os *mangás*. Existem revistas diferentes para diferentes tipos de leitores, de acordo com o gênero e a idade.[3] (PEER, 2018. p. 57, tradução nossa)

Cada gênero possui temáticas específicas, por exemplo, os *shojos,* que são os mangá destinados ao público jovem feminino:

> As revistas femininas vendem sonho e fantasia em doses homeopáticas semanais e mensais dentro do clima de romantismo que as caracteriza. Há nelas todos os ingredientes para atrair o público adolescente feminino. As capas das revistas são o cartão de visita, a entrada para esse universo idealizado, com sugestivas tonalidades rosa e pastel, pano de fundo para o desenho de graciosas meninas de sorriso meigo e convidativo. (LUYTEN, 2011, p. 44)

Existem também os *shonens,* cujo público-alvo são jovens do sexo masculino, que têm amplo apelo aos esportes, à violência e aos valores japoneses de amizade, companheirismo e sucesso.

> Se o romantismo é a marca registrada nos mangás femininos quase todas as revistas para rapazes são preenchidas com histórias melodramáticas, dentro da temática do samurai invencível, do esportista e do aventureiro, tendo como constante as condutas japonesas típicas de autodisciplina, perseverança, profissionalismo e competição. O que caracteriza o interesse das revistas é a violência que transita pelas páginas monocromadas de cor preta, tornando-as mais cheias de mistério e agressividade. (LUYTEN, 2011, p. 44)

Tanto os *shonens e shojos* quanto os demais gêneros dos mangás – *kodomos, josei seinen* - apresentam características e lugares-comuns, isto é, um conjunto de ideias gerais para serem utilizadas em todos os discursos e em todos os escritos (CURTIUS, 1955, p. 122) que são pouco mutáveis apesar da grande variedade de temas que os mangás abrangem.

Os Cavaleiros do Zodíaco

Escrito por *Masami Kurumada* na década de 1980, *Saint Seiya* é um *shonen*, ou seja, um mangá cujo público-alvo são jovens do sexo masculino, que narra a reencarnação, a trajetória e os combates da deusa grega Atena e de seus cavaleiros para garantir a paz e o equilíbrio no planeta, segundo CASTELLO e SCILABRA:

> Em *Saint Seiya*, os protagonistas são jovens cavaleiros servindo a uma garota japonesa que é a reencarnação da deusa Atena nos dias atuais. Eles lutam contra guerreiros que servem a outros Olimpianos – Hades, Apolo e Poseidon – para trazer paz, esperança e justiça.[4] (2014, p. 187, tradução nossa)

De acordo com o mangá, Atena reencarna na Terra a cada duzentos anos para proteger a humanidade das forças malignas que a ameaçam. No século XX, quando a saga clássica é ambientada, Atena reencarnou no corpo de *Saori Kido*. Crescida longe do santuário grego, a jovem

[3] The nature and subjects are often decided by the magazines that publish and serialize them. There are different magazines for different kinds of readership, according to gender and age.
[4] In *Saint Seiya*, the protagonists are the young knights serving a Japanese girl who is the present-day incarnation of the goddess Athena. They fight against warriors serving other Olympians – Hades, Apollo and Poseidon – in order to bring peace, hope and justice to the Earth.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

teve problemas para ter sua autoridade reconhecida pelos cavaleiros e pelo Grande Mestre, representante da deusa entre os mortais. Na primeira etapa do mangá, os cavaleiros de bronze lutam entre si em um campeonato cujo prêmio é a armadura de ouro de Sagitário. Na segunda etapa, os cavaleiros de bronze, os mais próximos da reencarnação de Atena, travam combates contra os cavaleiros de ouro – a elite do exército de da deusa -, pois nem todos reconheciam que *Saori* era, de fato, Atena. Os cavaleiros, também conhecidos como cavaleiros do Zodíaco, são divididos em três patentes: ouro, prata e bronze. Os cavaleiros de ouro são os mais fortes, pois estão sob a proteção das constelações zodiacais: Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Libra, Escorpião, Sagitário, Capricórnio, Aquário e Peixes. Abaixo deles na hierarquia, existem os cavaleiros de prata, que são os mais numerosos entre o exército e, por fim, os cavaleiros menos fortes são os de bronze.

No mangá, após a Batalha das Doze Casas, contra os cavaleiros de ouro e o Grande Mestre, existe a guerra contra Poseidon, o imperador dos mares, e seus marinas. A alma do imperador foi selada em uma ânfora protegida pelo selo de Atena – uma espécie de talismã talhado com o nome da deusa – após o combate anterior entre eles, do qual Atena sai vitoriosa. A elite do exército dos mares é composta por sete marinas, trajando armaduras que fazem menção a algumas criaturas do mar, tais como Cavalo Marinho, *Kraken* e *Sirene*.

O último combate de Atena e seus cavaleiros no mangá canônico de *Kurumada* é conhecido como Guerra Santa, pois é travado entre a deusa e Hades, o imperador do mundo dos mortos.

> O único inimigo que realmente representa ameaça para Atena é Hades!!! O selo que Atena havia fixado após a última Guerra Santa perdeu a eficácia. Agora, para deter a ambição maligna de Hades e impedir a nova Guerra Santa, Atena e todos os demais cavaleiros precisarão se dedicar a proteger o Santuário. (KURUMADA, 2002, ed. 32: 54 – 55)

Nessa última saga do mangá, Hades, cuja alma estava aprisionada em uma torre, liberta-se devido ao enfraquecimento do selo de Atena. Além da alma do imperador, o exército do mundo dos mortos também foi libertado. Os espectros, cavaleiros a serviço de Hades, formam uma tropa de cento e oito guerreiros divididos da seguinte forma: a elite do exército composta pelos juízes do mundo dos mortos: *Radamantis, Aiacos e Minos* e espectros menos poderosos sob proteção de estrelas celestes e de estrelas terrestres. Somada ao exército, aparece Pandora, a comandante das tropas de Hades.

O início da Guerra Santa é marcado com a premonição de *Dohko*, o cavaleiro de ouro de Libra, a respeito da morte de Atena:

> Creio que minha espera chegou ao fim. Tenho de ir à fronteira secreta, mil quilômetros a oeste daqui... Lá, onde fica a imensa torre na qual Atena aprisionou o mal na última batalha, mas o selo que continha esse mal vai se soltar; vai perder a eficácia em pouco tempo. Nesse momento, das profundezas tenebrosas, renascerão as 108 estrelas malignas comandadas por Hades, o senhor das trevas. Elas tentarão dominar o mundo com o terror, privando-nos da luz, mas enquanto existirem os Cavaleiros do Zodíaco, os espectros de Hades não poderão agir à vontade. Uma nova Guerra Santa vai começar. (KURUMADA, 2003. ed. 32: 8)

Após isso, o Santuário de Atena, na Grécia, é invadido por cavaleiros de ouro ressuscitados por Hades com o propósito de cortar a cabeça da deusa. Os ressuscitados *Afrodite de Peixes* e *Máscara da Morte de Câncer* foram os primeiros a enfrentar os cavaleiros no santuário, seguidos por *Saga de*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Gêmeos, Camus de Aquário e Shura de Capricórnio. *Shion de Áries*, antigo Grande Mestre do Santuário, também foi ressuscitado e revela aos cavaleiros de bronze as reais intenções dos supostos cavaleiros traidores:

> Quando partimos para o sono eterno da morte, Hades nos fez uma proposta: nós, ex-cavaleiros, teríamos facilidade para atravessar as Doze Casas do Zodíaco. Então, se levássemos a cabeça de Atena para Hades, ele nos tiraria do mundo dos mortos e receberíamos a vida eterna. Então, fingimos aceitar a sua oferta e viemos ao Santuário para contar a história da armadura para Atena. (KURUMADA, 2003, ed. 37: 90)

A segunda etapa do combate acontece no mundo dos mortos, baseado na construção do inferno descrito por Dante Alighieri na *Comédia* (PRILLA, 2020, p. 22), após a morte de Atena, onde os cavaleiros têm a missão de entregar a armadura da deusa para que ela lute em pé de igualdade contra Hades. Nessa parte do mangá, diversos mitos clássicos são incorporados à narrativa: o mito de Caronte, o mito de Orfeu, o mito de Pandora, a noção de julgamento no mundo dos mortos entre outros.

O primeiro contato entre os deuses acontece na *Giudecca*, templo de Hades no mundo dos mortos. Atena pede que o imperador cesse o Grande Eclipse – obstrução total da luz do Sol na Terra a partir do alinhamento de todos os planetas. Após a recusa, os dois dirigem-se aos Campos Elísios para continuarem a luta. É importante salientar que somente aos deuses e aos protegidos pelos deuses é permitida a entrada nos Campos.

Os Elísios são descritos como paraíso depois do inferno:

> Depois de tanta luz e tanta escuridão, finalmente chegamos ao outro mundo. Dizem que há uma enorme planície rio Aqueronte acima ... em torno do leito do rio. O Paraíso: lugar habitado apenas por aqueles escolhidos por Deus após a morte. Ali não existe fome, guerra, violência ou tristeza ... É uma terra santa, livre dos sofrimentos físicos ou morais. O nome desse lugar é Campos Elísios. (KURUMADA, 2003. Ed. 45: 85 – 86)

As almas dos cavaleiros de ouro reencontram-se no Muro das Lamentações (KURUMADA, 2003, ed. 43: 92), lugar mais profundo do inferno, para destruí-lo e abrir caminho para os cavaleiros de bronze cumprirem sua missão. Ao chegarem aos Elísios, os guerreiros enfrentam os deuses Hipnos e Tânatos, deus do sono e deus da morte respectivamente. O combate entre os deuses e os mortais ajuda a despertar as armaduras divinas e, com auxílio delas, os cavaleiros conseguem vencer os dois deuses.

Com a derrota de Hipnos e Tânatos, os cavaleiros descobrem que Atena havia sido aprisionada em um vaso sagrado que roubava a vida da deusa. Quando o vaso estivesse tingido de vermelho, a vida dela teria acabado. Os cavaleiros tentaram destruir o vaso, mas não obtiveram sucesso. Com isso, o corpo de Hades, que estava repousando no paraíso, desperta para o combate final. Atena consegue se libertar do vaso e vestir sua armadura para enfrentar Hades e cravar seu cetro no peito do imperador, marcando o fim da guerra.

O mangá *Saint Seiya* fez bastante sucesso no Japão e, por isso, foi exportado para diversos países do mundo, tais como França, México e Brasil. Além da mídia impressa, o universo de *Kurumada*, entre as décadas de 1980 e 1990, foi adaptado para o formato *animê*, ou seja, para o formato animação. As mídias diferem, entre muitos fatores, especialmente no seu modo de criação:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Os quadrinhos japoneses são, em sua maior parte, um 'show de um homem só', o autor – chamado de *mangaka* – é responsável pela criação de ambos, a narrativa e os desenhos. Animes, por outro lado, são resultados de trabalho em equipe.[5] (SCILABRA, 2018. p. 4, tradução nossa)

No Brasil, o *animê* mobilizou grandes mercados, por exemplo, o editorial e o da dublagem:

> Os dubladores (especialmente os de séries japonesas) têm recebido grande reconhecimento de público, graças à febre causada pelos Cavaleiros do Zodíaco. Esse *animê* foi responsável não só por uma explosão de desenhos na televisão, mas também por ter inundado as bancas de jornais com revistas especializadas em heróis japoneses, tendo sempre a cultuada série à frente. (NAGADO, 2005, p. 52)

Além do mangá e do *animê*, existem filmes sobre os defensores de Atena: "O santo guerreiro" (1987); "A lenda dos defensores de Atena" (1988); "A grande batalha dos deuses" (1988); "Os Guerreiros do Armagedon" (1989); "Prólogo do céu" (2004); "A lenda do santuário" (2014). e, mais recentemente, uma nova reconfiguração (HARDWICK, 2003, p. 10) realizada pelo serviço de *streaming, Netflix,* narrando os primeiros combates descritos no mangá.

Recepção dos mitos

No mangá de *Kurumada*, existe uma vastíssima quantidade de mitos ressignificados. Entre as figuras divinas, Atena destaca-se por seu protagonismo e pela multiplicidade de atributos, tanto semelhantes aos atribuídos à deusa na Antiguidade quanto àqueles atribuídos posteriormente:

> Atena não lembra a deusa grega da sabedoria. Reencarnada no corpo de uma adolescente, ela se assemelha às carismáticas e renomadas mulheres da tradição ocidental, como a Virgem Maria, Joana D'Arc, Elizabeth I e Morgana das sagas medievais. Ela não é uma deusa da guerra, mas sim, de acordo com a tradição japonesa, uma deusa da paz, da justiça e, acima de tudo, da esperança. Os cavaleiros dela, caracterizados por traços místicos, apresentam similaridades com os Templários.[6] (CASTELLO; SCILABRA. 2014. p. 188, tradução nossa).

As divindades em *Saint Seiya* são reduzidas a uma única função/ atributo, por exemplo, a deusa Ártemis, na Antiguidade, era cultuada como deusa da caça, deusa da vida selvagem e deusa da Lua, no entanto, no universo de *Kurumada*, ela é apenas descrita como a deusa da Lua. O mesmo ocorre com Apolo, que é descrito como o deus do Sol. Dessa forma, as divindades são simplificadas não só em virtude do grande número de referências que o mangá apresenta, mas também pelo próprio meio/ gênero ao qual se veicula, uma vez que o mangá, por ser semelhante aos quadrinhos, também não trabalha com individualização dos personagens, apresentando-os de maneira simplificada e/ou estereotipada, conforme aponta ECO a respeito da caracterização dos personagens nas histórias em quadrinhos:

[5] Japanese comics are for the most part a "one-man show", the author – called *mangaka* – is responsible for the creation of both the storyline and the drawings of the series. On the other hand, anime are the result of a team work.
[6] Athena does not really recall the Greek goddess of wisdom. Incarnated in a teenager's body, she resembles the charismatic, renowned women of the Western tradition, like the Virgin Mary, Joan of Arc, Elizabeth I and Morgana from the Arthurian saga. She is not a warrior-goddess, but rather, according to the Japanese tradition, a goddess of peace, justice and, above all, hope. Her knights characterized by ascetic traits, present many similarities with Christian Templars.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> A linguagem da estória em quadrinhos só estaria apta a contar estórias altamente simplificadas, onde as gradações psicológicas se reduzem ao mínimo, e a personagem não vale pela sua capacidade de individuação, mas, quando muito, por sua utilizabilidade esquemática, alegórica; ou então como puro quadro de referência para uma série de identificações e projeções livremente realizadas pelo leitor. (1979, p. 154)

A jovem *Saori Kido*, reencarnação de Atena, incorpora elementos da recepção da deusa por parte da tradição japonesa. Sendo assim, a deusa da paz, da justiça e da esperança configura-se como uma exceção à regra da caracterização nos quadrinhos, pois existem novas características atribuídas a ela, tornando-a dupla: uma jovem que cresceu no Japão longe do P*arthenon* grego e, portanto, longe da tradição clássica e, ao mesmo tempo, a reencarnação de uma das deusas gregas mais importantes e figura central na luta pelo bem da humanidade. Na recepção de Atena, nota-se o processo de adaptação, que consiste em uma versão da fonte, desenvolvida com propósito diferente[7] (HARDWICK, 2003, p. 9, tradução nossa). Dessa forma, a deusa grega da sabedoria e da guerra é incorporada, moldada e ressignificada no mangá como uma guerreira, que porta armadura, e luta ao lado de seus cavaleiros para proteger os seres humanos, conforme expõe MARTINDALE:

> Elas [as fontes clássicas] são artefatos flexíveis e colantes acometidos, moldados e timbrados com novos significados por todas as gerações de leitores, e elas chegam até nós irreversivelmente alteradas pela experiência deles. Dessa forma, a distinção entre a própria antiguidade e sua recepção ao longo dos séculos é dissolvida.[8] (2008, p. 4, tradução nossa)

Os deuses, geralmente, aparecem no mangá para se oporem à Atena e castigar os homens por seus atos, corroborando o caráter maniqueísta da linguagem quadrinizada (ECO, 1979, p. 137). Dessa forma, os deuses, ainda que simplificados, portam-se como manifestações da natureza (Lua, Sol, Morte e Sono), cuja função principal é punir as pessoas e, consequentemente, punir Atena por sua má conduta.

Além das divindades, outros mitos são ressignificados no mangá, tais como Pandora e Orfeu. Pandora, no mangá *Saint Seiya*, aparece no início da Guerra Santa, porém seu mito é apenas apresentado no fim da segunda fase, ou seja, no combate ambientado no inferno.

De família rica, Pandora encontra uma caixa selada com o selo de Atena dentro de uma casa abandonada. Movida por uma força misteriosa e poderosa, ela abriu a caixa e liberou os dois deuses gêmeos subordinados a Hades: Hipnos e Tânatos. A partir disso, ela se tornou responsável pelo exército de mundo dos mortos e por preparar a alma do imperador nos momentos que antecedem sua reencarnação. Nota-se o intertexto claro com o mito descrito por *Hesíodo* em *Trabalhos e Dias*, a partir de um elemento muito significativo da narrativa oral: a caixa que libera o mal no mundo.

No caso de Pandora, a recepção ocorre pelo processo de apropriação, que consiste em retirar uma imagem ou um texto antigo e usá-lo para aprovação ideias ou práticas subsequentes de forma

[7] A version of the source developed for a different purpose.
[8] They are pliable and sticky artifacts gripped, molded, and stamped with new meanings by Every Generation of readers, and They come to us irreversibly altered by their experience. On this model the sharp distinction between antiquity itself and its reception over the century is dissolved.

explícita ou implícita[9] (HARDWICK, 2003, p. 9, tradução nossa). Os males, oriundos da caixa e que foram liberados por ela, no mangá, são ressignificados como os deuses subordinados a Hades, tornando-a figura chave para a introdução desses personagens. Além disso, ela ganha status de autoridade na história por ser a comandante do exército e, portanto, acima de todos os espectros, inclusive dos juízes.

Em virtude de seu mito estar atrelado à liberação do mal no mundo, ela, no universo de *Kurumada*, é vista como aliada ao imperador do mundo dos mortos. Já Orfeu é representado como um subordinado a Atena.

Orfeu, no mangá, é o cavaleiro de prata protegido pela constelação de Lira. Logo, ele é um guerreiro a serviço de Atena. Ele passava os dias tocando canções de amor em sua lira para sua amada Euridice que, após ser picada por uma serpente, faleceu. Ele realiza a *catabase*, isto é, a descida ao mundo dos mortos para tocar sua lira a Hades e pedir que a alma de sua amada volte com ele para o mundo dos vivos.

Hades permite que eles retornem, mas com a condição de que Orfeu apenas olhasse para Euridice quando estivessem no mundo dos vivos e ele aceita a condição. Pandora, encantada pela melodia na lira de Orfeu, ordenou que um dos espectros enganasse-o, simulando a luz do Sol. Dessa forma, o músico-cavaleiro pensa ter conseguido chegar ao mundo dos vivos e, por um momento, olha para trás para ver Euridice e, neste momento, o corpo da moça fica petrificado no inferno. Ele decide, então, permanecer no mundo dos mortos, tocando sua lira para sua amada por toda eternidade.

Da mesma forma que há um intertexto claro entre o mito de Pandora e sua recepção no mangá, existe o intertexto com o mito descrito nas *Metamorfoses*, de Ovídio. Orfeu era um músico nas duas versões, sua amada é picada por uma serpente e morre, ele desce ao inferno para resgatá-la e a perde para sempre. No mangá, existem duas mudanças significativas em relação ao mito: a transformação de Orfeu em um cavaleiro e a continuidade da história.

Em *Saint Seiya*, os personagens mitológicos, geralmente, tornam-se cavaleiros, armaduras ou constelações protetoras, por exemplo: Pégaso, o cavalo alado que nasce após Perseu cortar a cabeça da Medusa, torna-se a armadura protetora do cavaleiro Seiya. Isso acontece com a figura do Minotauro, da Fênix, de Caronte, das sereias entre outros. Logo, a transformação de Orfeu em um cavaleiro facilita o reconhecimento de seu mito, de seu poder – uma vez que ele é enquadrado como cavaleiro de prata, um dos mais poderosos do exército de Atena – e, por fim, de seu lado na balança maniqueísta.

Outro ponto significativo na recepção de Orfeu neste mangá diz respeito ao que acontece posteriormente ao momento em que ele perde Euridice: no mito ovidiano, ela está perdida para sempre; já em *Saint Seiya*, ela está petrificada, mas lúcida. Sendo assim, Orfeu opta por não retornar ao mundo dos vivos para ficar junto de sua amada por toda eternidade. A continuação do mito faz parte do processo de transplante desse personagem, isto é, a incorporação de um texto ou imagem para outro contexto[10] (HARDWICK, 2003, p. 10, tradução nossa), pois se permite que a fonte clássica se desenvolva em novo ambiente.

[9] Taking an ancient image or text and using it to sanction subsequent ideas or practices (explicitly or implicitly).
[10] To take a text or image into another contexto and allows it to develop.

A mitologia clássica no mangá *Os Cavaleiros do Zodíaco* desempenha papel importante para a construção da narrativa, pois garante três funções básicas: a ambientação ideal para a história, a difusão de conhecimentos clássicos entre autor e público e a reinterpretação da mitologia a partir da leitura do *mangaka*.
Com relação à ambientação:

> A herança clássica – basicamente o mito – apenas constitui um tipo de moldura; seu papel é, principalmente, oferecer um contexto ideal para se colocar no palco, em um ambiente de contos de fadas, batalhas épicas e amores trágicos.[11] (SCILABRA, 2018. p. 6, tradução nossa)

Em *Saint Seiya* o ambiente está, diretamente, ligado ao desenrolar da narrativa: quando os cavaleiros de Atena lutam entre si, o cenário é o *Parthenon*, já quando o combate é entre os cavaleiros e os espectros, ele acontece no Hades e, por fim, quando o combate divino se inicia, ele acontece nos Campos Elísios. A mitologia é a moldura ideal para *Os Cavaleiros do Zodíaco*, pois ele se propõe a ser um *shonen* com temática épica, isto é, um mangá para rapazes que se baseia na Antiguidade e em suas figuras mitológicas.
Por se basear na Antiguidade, nota-se o caráter didático deste mangá em especial ao utilizar a herança clássica para difundir os mitos.[12] (SCILABRA, 2018, p. 6, tradução nossa). E o maior exemplo disso acontece na luta entre o cavaleiro *Shiryu de Dragão* contra *Algol de Perseu*, em que Algol narra ao seu oponente como Perseu derrotou a Medusa:

> Segundo a mitologia grega, o valoroso Perseu cortou a cabeça da Medusa, com cabelo de serpente e o olhar capaz de transformar homens em pedra. Dizem que Perseu conseguiu vencer o monstro dos mares graças a essa cabeça. (KURUMADA, 2001. Ed. 11: 76)

Existe, dessa forma, a difusão indireta dos mitos clássicos por intermédio dos nomes dos personagens, mas há, também, um processo de *paideia*, isto é, de instrução, de compartilhamento e de perpetuação do mito de forma direta e explicita.
Por fim, a presença desses mitos no mangá ajuda a compreender como a Antiguidade e seus personagens estão sendo pensados, recebidos e ressignificados na contemporaneidade:

> Em *Saint Seiya*, é possível dizer, as referências mitológicas são usadas para tornar a história mais misteriosa e parte de um universo distinto; consequentemente, há pouca atenção à origem grega antiga. Entretanto, o fato de o autor, deliberadamente, escolher usar mitologia grega como a base de sua história e tornar Atena e Hades figuras importantes nela deve ser considerada uma recepção do clássico no sentido em que demonstra a habilidade para reinterpretar a fonte clássica em sua própria cultura. [13] (CASTELLO; SCILABRA. 2014. p. 187, tradução nossa)

[11] The classical heritage – basically myth – only constitutes a sort of frame; its role is mainly to offer the ideal setting to put on stage, in a fairy tale like environment, epic battles and tragic loves
[12] This free use of the classical heritage could also be read as a proof of the diffusion of at least a basic knowledge of classics among the audience.
[13] In *Saint Seiya*, one might argue, the mythological references are used to make the story more mysterious and a part of a different universe; hence there is little regard for their proper ancient Greek origin. However, the fact that the author deliberately chose to use Greek mythology as the basis of his story and to make Athena and Hades important figures in it should be considered classical reception in the sense that it demonstrates the ability to reinterpret the classical source material into one's own culture.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Existe uma constante mescla entre elementos antigos e atuais no mangá, fruto da reinterpretação do *mangaka* dos mitos. Dessa forma, percebe-se que as fontes clássicas estão sendo renovadas e ressignificadas à luz de novos contextos e novas narrativas em diversas fronteiras geográficas e culturais.

Considerações finais

A mitologia clássica está presente em diversas manifestações culturais desde a antiguidade até a contemporaneidade. Ela se estabelece como cânone e, por diversas vezes, é revisitada, ressignificada e moldada em diversos contextos.

O mangá é um meio muito popular no Japão, com constantes modificações ao longo dos anos. Nos primórdios, ele era utilizado como meio para exercer críticas sociais, passando, posteriormente, a funcionar como material didático até, atualmente, desenvolver-se como histórias em quadrinhos (NAGADO, 2005, p. 49). A partir da popularização das revistas especializadas na segunda metade do século XX, houve uma pluralização dos subgêneros associados aos quadrinhos japoneses, levando em consideração o público-alvo ao qual eles se destinam. No caso de *Saint Seiya*, o público-alvo são jovens do sexo masculino e, sendo assim, as temáticas envolvidas na narrativa são pré-determinadas pelo subgênero *shonen,* quer dizer, há predominância de violência, de aventuras fantásticas e a inclusão de valores que a sociedade japonesa espera que os jovens internalizem.

Percebe-se que a temática do aventureiro, os valores morais, o combate e a violência estão presentes em todas as etapas do mangá *Saint Seiya*, especialmente no último combate narrado no mangá: a Guerra Santa. A presença de mitologias clássicas também é acentuada nessa fase final do universo CDZ ao passo que diversos mitos são incorporados à narrativa, corroborando a diálogo entre o clássico e o moderno que o mangá se propõe a estabelecer. Ao centralizar a história na deusa Atena, *Kurumada* estabelece o primeiro contato com a cultura da antiguidade, realizando uma adaptação da figura divina ao seu universo, simplificando-a, uma vez que o meio com o qual está trabalhando está apto apenas a contar histórias altamente simplificadas, com personagens estereotipados (ECO, 1979, p. 154), mas, ao mesmo tempo, acrescentando novas características a ela, oriundas da recepção da deusa pela tradição japonesa. À exceção de Atena, as divindades gregas são altamente simplificadas no mangá, reduzidas a um único atributo e a uma única função: opor-se à Atena.

Em relação aos demais personagens mitológicos incorporados no universo de *Saint Seiya*, eles também são simplificados, à luz do maniqueísmo, isto é, sendo colocados como personagens bons ou maus, apresentando pouca individuação psicológica. No caso da recepção de Pandora, percebe-se que ela é, em um primeiro momento, uma intrusa no universo dos cavaleiros, mas sua presença na narrativa está condicionada à liberação dos males no mundo – no mangá, à liberação dos deuses gêmeos e/ou à liberação do exército de Hades.

Quanto a Orfeu, ele, já em seu mito descrito por *Ovídio*, apresenta relações diretas com Hades e o mundo dos mortos. Os elementos essenciais da narrativa oral de Orfeu foram preservados ao passo que a figura do músico foi ressignificada para se adequar ao universo criado por *Kurumada:*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ele se tornou um cavaleiro. A recepção de Orfeu como cavaleiro e de Pandora como comandante das tropas está ligada aos lugares-comuns do mangá para rapazes, ou seja, ligada à ideia de violência, de competição e de luta.

Em se tratando de um produto de cultura de massa, *Os Cavaleiros do Zodíaco* faz uso de elementos da antiguidade para compor seu universo narrativo, uma vez que a presença da mitologia não se resume a um simples capricho e/ou um simples adorno à história. Os clássicos possuem papel ativo na construção do mangá, apresentando cenários que corroboram a construção da narrativa e personagens que difundem ao público-leitor conhecimentos a respeito dos mitos. A recepção das mitologias clássicas em mangás japoneses não acontece, exclusivamente, em *Os Cavaleiros do Zodíaco*, pois após a Segunda Guerra Mundial, os *mangakas* estavam mais abertos às influências ocidentais e encontraram na Antiguidade clássica uma vasta e inexplorada fonte de inspiração para criar suas adaptações à luz de suas próprias culturas, acrescentando e/ou removendo nuances aos mitos e estabelecendo seu lugar no continuum de recepções dos clássicos ao longo dos anos.

Referências bibliográficas

CASTELLO, M. G. SCILABRA, C. **Theoi Becoming Kami: Classical Mythology in the Anime World.** In: F. Carlà, I. Berti (eds.), Ancient Magic and the Supernatural in the Modern Visual and Performing Arts, pp. 177-196, London, New Delhi, New York, Sydney. 2014.

CURTIUS, E. R. **Literatura europea y Edad Media Latina I: lengua y estúdios literários fondo de cultura econômica**; tradução de Margit Frenk Alatorre e Antonio Alatorre. Mexico: Fondo de Cultural económica, 1955.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**; tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HARDWICK, L. **Reception Studies**. London. Cambridge University Press. 2003.

HESÍODO. **Trabalhos e Dias**; tradução de Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.

KURUMADA, M. **Saint Seiya**. Ed. 11ª. São Paulo: CONRAD editora. 2002.

KURUMADA, M. **Saint Seiya**. Ed. 32ª. São Paulo: CONRAD editora. 2003.

KURUMADA, M. **Saint Seiya**. Ed. 37ª. São Paulo: CONRAD editora. 2003.

KURUMADA, M. **Saint Seiya**. Ed. 43ª. São Paulo: CONRAD editora. 2003.

KURUMADA, M. **Saint Seiya**. Ed. 45ª. São Paulo: CONRAD editora. 2003.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LUYTEN, S. B. **Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses**. 3ª ed. São Paulo: Hedra, 2011.

MARTINDALE, C. **Introduction: thinking through reception**. *In:* MARTINDALE, C; THOMAS, R. Classics and uses of Reception. London: Blackwell, 2008. pp. 1 – 13.

MOLINÉ, A. **O grande livro dos mangás**. São Paulo: editora JBC, 2004.

NAGADO, A. **O mangá no contexto da cultura pop japonesa e universal**. In: LUYTEN, S. B. Cultura pop japonesa: mangá e animê. São Paulo: Hedra, 2005. pp. 49 – 58

OVÍDIO. **Metamorfoses**; tradução de Bocage. São Paulo: Hedra, 2007.

PEER, A. **Thermae Romae Manga: Plunging into the Gulf Between Ancient Rome and Modern Japan**. New Voices in Classical Reception Studies, Issue 12. 2018.

PRILLA, J. P. V. **Arquiteturas do submundo: o mundo dos mortos do mangá Cavaleiros do Zodíaco à sombra do inferno dantesco**. Dissertação (mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianopolis. p. 178. 2020.

SCILABRA, C. **When Apollo tasted sushi for the first time. Early examples of the reception of Classics in Japanese comics**. In: Fabien Bièvre-Perrin et Élise Pampanay (dir.). Antiquipop. 2018.

UNZER, E. **História do Japão: uma introdução**. São Paulo: editora Amazon, 2017.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

INCIDÊNCIAS AUTOCANIBAIS NA ARTE: VESTÍGIOS NO TERRITÓRIO LATINO AMÉRICA

Flaviana Benjamin[1]

Introdução

Ileana Diéguez Caballero (2011) expõe um estudo sobre o cruzamento de performance e teatro de alguns coletivos artísticos - sem apoio institucional e financeiro, mas que conseguiram manter pilares culturais na América Latina - que começam a deslocar-se de espaços formais de fruição artística.

Tanto o teatro como a performance sofreram um processo de abandono de espaços institucionais (galerias, museus, teatros e etc). O teatro inseriu em suas obras vestígios de uma espécie de *teatralização*. Nesse sentido, a proximidade com *happenings* e *performances* começou a dar novas formas ao fazer teatral. Para a autora, o deslocamento do texto cênico para o corpo vem da forte influência da performance.

Parte importante desse aspecto, segundo Caballero, são as criações a partir das escrituras corporais que acredita vir da noção de *performance text* proveniente da performance. E isso se deu pelo processo de cruzamento cultural entre os artistas cênicos e a chegada do *Odin Teatret* e de Eugênio Barba no território Latino Americano. A escritura cênica que não tinha o texto dramático como ponto inicial dá lugar ao corpo cênico como resultante dos processos de artistas.

Na América Latina os processos que envolvem a expressão artística, muitas vezes, são marcados por vestígios de uma história apagada e pulverizada. Dessa maneira, os processos artísticos acompanham processos que remetem a dor e violência. Assim, o território, muitas vezes representado pelo corpo do artista, desenha papel pulsante e fértil para trazer à tona atrocidades que foram naturalizadas ao longo dos anos. O uso da fisicalidade como tradutor dessas violências permite desenterrar aspectos que fogem da história dos povos, pois o corpo passa a ser utilizado como ponte entre passado e presente – que ao reler processos ocorridos no passado expressa-os em forma de arte.

Nessa perspectiva, pode-se observar que as práticas entendidas como violentas na arte têm sua raiz na história e encontram nas expressões artísticas forma de ressurgir como atos de dor. A dor extrema aparece em diferentes aspectos: testemunhos, experiências de dor física e experiência de choque.

O autocanibalismo apresenta-se como forte exemplificação de vestígios de barbárie ocorrida em todo território Latino Americano durante anos de fragilidade de direitos, exploração e violação. Detona paradigmas por meio do choque e fuga do simbólico.

[1] É artista, atua nas linguagens de teatro, dança, performance e fotografia. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação de Artes da Universidade de Campinas/UNICAMP (Brasil).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, apresenta-se duas ações artísticas para melhor compreender vestígios que podemos intuir como autocanibais na América Latina e os efeitos dessas expressões no espectador: os espetáculos performáticos do encenador argentino Emilio García Wehbi, *El Matadero,* realizado em diversos anos*,* e a performance *Autocanibalismo* (2001), da artista guatemalteca Regina José Galindo que justapõe a ideia de ação autocanibal como experiência de choque no espectador.

Práticas teatrais na Argentina

O encenador argentino Emilio García Wehbi atua na encruzilhada das linguagens artísticas e é fundador do *El Periférico de Objetos*, grupo paradigmático de experimentação independente. As estratégias de suas obras trabalham conceitos como: obsceno (o que está fora da cena), instabilidade, crise, memória, morte, violência e extraordinário (o que se desloca da ordem).
Nesse sentido, Wehbi nos apresenta pistas de possíveis indícios de expressões que tentarei sinalizar como autocanibais. Na obra "El Matadero" (2008), livremente inspirada no conto do escritor Esteban Echeverría (1805-1851), o encenador faz uso de uma série de recursos para criar atmosfera de um abatedouro.

> A imagem extrema será apresentada como um lance constante: diga mais, mostre mais, mostre o inédito, o irrepresentável, até o inimaginável. A imagem extrema se altera, quebra as defesas do espectador, obrigando-o a ir além do que se pode imaginar. 'Submerso na emoção ao ponto de não saber, fisicamente, o que responder frente a ela. Se encontra em uma estética do demasiado (FÉRAL, 2011, p. 74, tradução nossa[2]).

Na concepção de Wehbi, *El Matadero,* é destrinchado em diversas encenações entre os anos de 2005 a 2010. O diretor inspirou-se na obra de Echeverría como pretexto para elaborar as diversas encenações ao longo dos anos com desdobramento de conceitos: civilização e barbárie.
Seus personagens trazem o arquétipo da fratura histórica entre o Unitarismo (responsável por promulgar a Primeira Constituição da Argentina) e Rosismo (referente a Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas 1793 - 1877).
Em *El Matadero. 4: Respondez* (2007), Wehbi não hesita em fazer alusão a historiografia da performance com inserção de um coelho morto em cena enquanto lê o texto de Walt Whitman (1819-1892). O uso de animais vivos e mortos apresenta-se como marca registrada em suas obras. O auxílio de uma profissional de saúde, faz com que sangue de suas veias seja retirado e posto a escorrer durante a leitura que dura seis minutos e quarenta segundos. Podemos reconhecer nessa ação um ato de barbárie.

[2] *La imagem extrema se presentaría como una puja constante: decir más, mostrar más, mostrar lo inaudito, lo irrepresentable, lo inimaginable incluso. La imagem extrema altera, rompe las defensas del espectador, obligándole a ir más allá de lo que puede imaginar. "Sumergindo esta vez en la emoción al punto de no saber, fisicamente, qué responder frente a ella. Se encuentra en una estética de lo demasiado* (FÉRAL, 2011, p. 74).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

I - Imagem Divulgação: Homem com máscara de super-herói tem seu braço estendido enquanto uma enfermeira coleta seu sangue. Uma outra mulher acompanha a ação com uma bandeja.

A referência da barbárie em cenas que revelam comportamentos que escapam à civilidade é uma das questões que percorre as obras de Wehbi. A crítica à construção civilizacional do povo argentino serve como mote para as criações das encenações em *El Matadero*. Ao que se refere às obras, estas evocam vozes silenciadas, comportamentos desviantes, mas sempre na expressão dicotômica dos extremos: bom e mau, saúde e doença, normalidade e anormalidade, beleza e feiura; tendo como fonte artistas de diferentes disciplinas: Gottfried Helnwein, Karl Georg Büchner (1813-1837), Frederick William Burton (1816 -1900), Héctor Viel Temperley, Rainer Maria Rilke (1875 - 1926), e etc.

II- Imagem Divulgação: Homem com máscara de super-herói segura um coelho branco morto.

As encenações de Wehbi são contestadoras e consideradas como antiteatrais. Para ele, o teatro finge um tempo presente, mas seu percurso nos ensaios firma-se no passado. Ao contrário disso, a performance desenha-se no futuro, pois é imprevisível. Assim, apela para a direção de um devir com rizomas ramificados na pura pulsão da arte vida. Dessa maneira, *El Matadero* pode ser considerado uma experiência performática e também teatral (performativa).

Para Josette Féral (2011), vivemos em um momento em que artistas de diversas linguagens tentam escapar da representação, com isso, trazem para a cena aspectos do real como espaço de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

acontecimento. Nessa tentativa, o espectador é introduzido na ação como um agente modificador.

Para Wehbi, *El Matadero* é uma ação que utiliza aspectos corporais originários do teatro e lança-se na improvisação a fim de perturbar o espectador no envolvimento com a obra. Durante a ligação do espectador com o ator, a interferência de outros personagens golpeia o espectador causando um entrave na relação de identificação.

Efeito Autocanibal

Algumas expressões encontradas na arte da performance apresentam indícios sobre ações autocanibais. O mote da pesquisa foi da artista guatemalteca Regina José Galindo. Em 2001, a artista realizou a performance intitulada *Autocanibalismo*, numa ação de comer as unhas compulsoriamente.

III- Imagem: Bella de Vico. Na fotografia uma mulher guatemalteca olha para a própria mão. Metade do seu rosto aparece na imagem.

Galindo é conhecida por radicalizar seu corpo em ações artísticas e faz uso do limite físico como expressão em suas composições. O choque causado por suas propostas tem o corpo em estado de dor como mediação de ação real. O choque provocado por suas ações é um golpe no espectador.

Para Féral (2011), o choque contém ao mesmo tempo empatia, respeito e consternação diante de uma barbárie, repulsa e rechaço frente ao acontecimento e também dúvida. Ao deparar-se com situações de extrema violência durante uma realização artística, o espectador tende a desacreditar no que se apresenta como situação real.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

IV - Imagem: Bella de Vico. Na foto uma mulher guatemalteca rói as unhas compulsoriamente.

Nas obras de Galindo, o uso da autoviolência permite uma via de aproximação com o espectador frente a radicalidade presente no corpo do outro. Concede indícios para compreender a ação da violência como vestígios de horror do acontecimento no presente, colocando o espectador fora da situação de comodidade cotidiana.

> Nesse processo, o olhar do espectador e todo o seu corpo encontram-se absorvidos, presos pelo horror. A cada nova exibição, mais uma vez se depara com esse assassinato de um ser humano e sua violência, como também o choque que sofre o espectador (FÉRAL, 2011, p. 18, tradução nossa[3]).

Um indício da violência como efeito no espectador pode ser visto nos jogos de exuberância, muito usado como divertimento e catarse da população na Antiguidade. A tragédia grega, é exemplar na composição de situações limites como gatilho no espectador. Embora a performance arte não trabalhe com catarse, pois nega a dramaticidade, há um processo de aproximação do espectador com ações próximas do real cotidiano, ou seja, a moldura da ficção encontrada nas expressões teatrais não é utilizada na performance. Diferente disso, a performance e os efeitos provocados por ela podem causar dúvida no espectador que usa a referência teatral da ficção como envolvimento da obra. Dito de outro modo, quando o espectador reconhece a quebra da referência teatral (quando não se ajusta ao que vê) tende a oscilar entre rechaço, asco, abandono e etc.

Féral (2011) vai recorrer aos termos schechnerianos para expor dois efeitos da interrupção da representação acometida pelo espectador. O primeiro deles é a quebra da ludicidade ou inserção de elementos que misturam ficção e realidade. Isso pode acontecer em espetáculos teatrais performáticos com uso de testemunhos, vídeos documentais e etc. O segundo é a falta de referência frente ao que se vê. Dessa maneira, o espectador sente-se abandonado e recorre a busca

[3] *En este proceso, la mirada del espectador y todo su cuerpo se encuentram absorbidos, atrapados por el horror. En cada nuevo visionado, se vuelve a estar así frente a este asesinato de un ser humano y su violencia, como también frente al shock que sofre el espectador* (FÉRAL, 2011, p. 18).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

equilibrada entre o programado, controlado, interrupção e o acidental. Assim, esses momentos performativos estão no limiar simbólico e no acontecimento.

Galindo consegue, com maestria, provocar no espectador diversas camadas relacionais. Ora provoca comoção e aproximação, ora rechaço e distanciamento. Uma característica marcante em suas ações é a dúvida: o que se está a ver está de fato a acontecer? Em *Autocanibalismo,* este efeito não é diferente.

Ela realiza ações que oportunizam o espectador experimentar diferentes efeitos numa mesma obra e provocam reflexões ácidas sobre situações limites do corpo. A autoviolência, recorrente nas obras da artista, deixa uma questão sobre a dor de processos desconstrutivos passados por indivíduos, quando a morte de si é necessária para entender novos mundos.

A ação ocorrida no ano de 2001 foi registrada enquanto a artista devorava compulsoriamente suas unhas. Ao mastigar partes das unhas, Galindo, em estado de consumir a si, retira de seu corpo partes envelhecidas dando lugar a novas células em seu corpo.

Galindo devora partes do corpo, assim como o território da América Latina também é devorado. A obra também faz alusão a diversos aspectos que fazem parte da história desses países, sobretudo ao processo colonial que marca todo o continente. A ação de autodevoração permite a leitura do consumo de corpos que, depois de esgotados, devoram outras ideias e culturas. A referência ao consumo desenfreado engole outras formas de expressão artística em prol da mantenedora arte contemporânea.

Suas composições são implosivas e desconfortantes. Não permite descanso e passividade ao espectador. Assim, o corpo de Galindo sempre é outro e nos convida a ser outro também depois de experiências tensionadas por ela em suas obras.

Considerações finais

As poéticas autocanibais na arte podem ser vistas na América Latina por meio de desdobramentos que alguns artistas usam como parte de seu trabalho. A autoviolência, o choque e o que não é digerido facilmente estão presentes nas composições de artistas como Regina José Galindo e Emilio García Wehbi. Um aspecto de cruzamento entre Wehbi e Galindo é o uso de referência histórico-sociais de seus países em seus trabalhos.

O uso de elementos como sangue, animais (mortos e vivos), corpos expostos, objetos cortantes e bonecos (que lembram figuras humanas), são usados para criar atmosfera dual entre realidade e ficção. No caso da performance, a ação direta e próxima do real reflete esses elementos em seu uso funcional, mas radicaliza ações que podem gerar aspectos de dúvidas no espectador. Frente a dualidade observada, o espectador desestabiliza-se ao se relacionar com estas obras.

Nesse sentido, a desestabilização é um ferramental importante para pensar as poéticas autocanibais, sobretudo nas relações com criações que tomam como aporte o contexto social. No território Latino Americano, a construção das desestabilizações, quando revisitada pela arte, cria composições que atravessam violências diversas que (re)lembram processos coloniais e ditatoriais que conectam todos os países latinos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências bibliográficas

CABALLERO, Ileana Diéguez. **Cenários liminares: teatralidade, performances e política.** Uberlândia: EDUFU, 2011.

FÉRAL, Josette. **Théâtre et violence: une mediation impossible?** Frontera Sur Ediciones, 2016.

Sítios

https://emiliogarciawehbi.com.ar/archivo/
Acesso em 4 de novembro de 2021 às 17:43.

https://www.reginajosegalindo.com
Acesso em 6 de novembro de 2021 às 18:51.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

«QUASE INVISÍVEL»: TESTEMUNHO, ENCENAÇÃO E ARQUIVO EM «NAUSICAA», DE AGNÈS VARDA

Lucas Manuel Mazuquieri Reis[1]

Entre o visível e o invisível: as sobrevivências de *Nausicaa*

Em seu livro *Varda par Agnès*, Agnès Varda (1994) afirmou que *Nausicaa*, apesar de totalmente filmado e montado, foi um dos filmes que não pôde realizar. A obra foi comissionada em 1967 pelo Ofício de Radiodifusão Televisão Francesa (ORTF) para integrar uma série de filmes para a televisão pública, *Escrita pela Imagem*, um projeto encabeçado por Pierre Levéille que propunha um novo tipo de escritura televisual e buscava trabalhar temas da sociedade contemporânea apresentados ao espectador como uma realidade com a qual ele poderia se identificar, integrar e participar (LAMOTHE, 1981).

A "temática social", no caso de *Nausicaa*, seria a "busca pela identidade grega". Para além de suas experiências pessoais com esta busca (seu pai, Eugène, era um imigrante grego), o interesse de Varda pelo tema se devia particularmente a acontecimentos políticos recentes: em 1967 ocorreu na Grécia um golpe de estado realizado pela junta militar, o qual deu início à Ditadura dos Coronéis, um período ditatorial que durou de 1967 a 1974, no qual o governo do país foi tomado por militares que instituíram restrições às liberdades civis e a prisão, tortura e exílio de oponentes políticos (WOODHOUSE, 1985).

Originalmente, *Nausicaa* seria uma narrativa ficcional inspirada em eventos biográficos da diretora, mas a chegada dos primeiros exilados gregos à França levou à inclusão de testemunhos destes refugiados na obra (BAEZ; HEYNEMAN; MACHADO, 2019). Em 1971, a produção seria interditada e os negativos da obra seriam confiscados e destruídos pelo governo. Considerando que a França mantinha no período relações diplomáticas e econômicas com a Grécia[2], Varda (1994) acreditava que a obra havia sido censurada pois tais relações poderiam ser prejudicadas caso um filme crítico aos coronéis fosse exibido na televisão aberta francesa.

Nausicaa seria considerado perdido por décadas até que encontrou-se uma cópia bruta do filme nos arquivos da Real Cinemateca Belga. Essa versão era produto da única exibição pública de *Nausicaa*, que havia ocorrido em 1971 na cidade de Bruxelas, ocasião na qual uma *workprint* do filme fora projetada. Essa cópia bruta fora arquivada pela Cinemateca e só foi redescoberta cerca

---

[1] Graduando do curso de Comunicação Social - Midialogia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa nas áreas de Teoria e Estética do Cinema, Cultura Visual e Teoria da Imagem. Entre 2020 e 2021 desenvolveu o projeto de Iniciação Científica "Por uma análise d'*O Discurso Cinematográfico*", fomentado pela FAPESP, no qual pesquisou as disseminações semânticas do tensionamento estético-político entre transparência e opacidade. Email: reis.lucas3@gmail.com

[2] Como apontou C. M. Woodhouse, "o governo francês nunca interrompeu o fornecimento" armamentista para a Grécia (1985, p. 40, trad. nossa)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de 40 anos após da censura dos negativos, sendo então digitalizada e distribuída junto de outros filmes da cineasta na coleção *Tout(e) Varda*, de 2012 (GRÈCE HEBDO, 2019).
Neste ensaio, proponho analisar como o filme elabora sua reflexão sobre a busca da identidade grega e os efeitos do golpe de 1967 através de múltiplas modalidades de enunciação que se atravessam mutualmente. Também buscarei argumentar como a materialidade das imagens do filme passa a incorporar um *modo de ver* que evoca o perigo da destruição experimentado pela obra e seus atores, partindo do seguinte questionamento: se "para saber é preciso imaginar" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 11), a que imaginação a precariedade das imagens de *Nausicaa* dá lugar? Qual camada de visibilidade se adiciona a um filme cuja censura o tornou "quase invisível"?

De Agnès Varda a Agnès-Nausicaa: heterogeneidades mostradas

Na sessão "Os filmes não rodados" do livro *Varda par Agnès* encontramos a seguinte descrição de *Nausicaa*:

> Uma jovem, filha de pai grego desaparecido, chamada *Agnès*, estudante da École du Louvre e sua amiga *Rosalie* (Myriam Boyer, tão jovem) acolhem um jornalista grego, refugiado político, pouco após o golpe dos coronéis de abril de '67. (Ao meu ver, assim como *Nausicaa*, uma das virgens da *Odisseia*, avistara *Ulisses* nu nos juncos, como se um naufrágio lhe tivesse depositado na orla da praia). *Agnès-Nausicaa* tem então sua primeira noite de amor com o grego de passagem, que pode ser seu pai ou seu *Ulisses*. Bem! Esse filme de ficção era entrecortado de testemunhos políticos e humanos (expressos pelos verdadeiros gregos que sofreram a pressão e mesmo a tortura dos coronéis, como Périclès Korovessis). E também por esquetes desempenhados por *Rosalie*. Zombamos muito da mitologia e dos coronéis. (VARDA, 1994, p. 120, trad. nossa)

Encontramos aqui uma marca importante da realização de Agnès Varda: a heterogeneidade de procedimentos enunciativos que se atravessam. A obra da cineasta não se permite limitar a *fronteiras* – como as que separariam os domínios da ficção e do documentário – , pelo contrário, sua realização habita um *limiar*, opera em uma *zona de passagem* que "permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios", possibilitando "fluxos e contrafluxos, viagens e desejos" (GAGNEBIN, 2014, p. 36) entre diferentes modos de fazer cinema.
Para além de ser entrecortada de testemunhos (que alhures poderiam indexar o filme ao domínio documental), a narrativa ficcional de *Nausicaa* traça uma relação curiosa com certos fatos históricos: Stavros Tornes, o ator que interpretou a personagem do refugiado grego (Mikhail "Michel" Alexiou), era ele próprio um refugiado do regime militar. Isso é revelado dentro do filme pela própria diretora, que narra a história do ator enquanto mostra uma viagem que realizou com ele até Sète, a comuna no sul da França onde ela passara sua infância. Nesta cena, a cineasta leva Tornes ao porto para conversar com marinheiros gregos sobre a política do país, mas a conversa não tem seu áudio gravado pois a ORTF não liberara a equipe de som para esta gravação, de modo que a narração de Varda suplementa as imagens da conversa e sintetiza o diálogo em *voice over*.
A sequência estabelece, ao mesmo tempo, um efeito de fragmentação e acoplamento entre as subjetividades do ator e de Varda – onde a voz dele não pôde ser registrada, a diretora lhe empresta a dela – e uma continuidade ator/personagem – pois em grande parte do filme acompanhamos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Alexiou em atividades políticas que ecoam as mesmas práticas ativistas de Tornes, como se o personagem que "corporifica asserções sobre o mundo" (RAMOS, 2005, p. 26) encarnasse também, como ator, uma personalidade que *traduz*[3] a sua singularidade na narrativa ficcional.

Notamos um acoplamento subjetivo (DELEUZE; GUATARRI, 2010) similar entre a protagonista, "Agnès-Nausicaa", e a diretora do filme, Agnès Varda. Como nos conta a cineasta, seu pai deixou a Grécia aos 20 anos para estudar engenharia em Montpellier, tornando-se ao longo dos anos um "grande e respeitado industrialista" do ramo armamentista. Segundo a artista, após a imigração seu pai renunciou à Grécia e nunca levou a família para conhecer sua terra natal; esta privação seria o motivo pelo qual a jovem Agnès Varda abandonaria a comuna de Sète para estudar arte e arqueologia grega, deixando sua terra natal para "ir atrás de suas origens" gregas em Paris.

Como Varda, Agnès-Nausicaa estuda arte grega da École du Louvre; em suas leituras, visitas a museus e tentativas de trabalhar no ramo do turismo, a personagem demonstra uma obsessão pela Grécia que, como no caso da cineasta, também deriva de uma preocupação "telemáquica": ela nunca conheceu seu pai, que acredita estar morto. Seu interesse pela antiguidade grega é também uma busca pelo seu passado, que inevitavelmente se revela frustrante: apesar de Agnès procurar a identidade no "retorno às origens", ela não consegue encontrá-la em aulas modorrentas sobre afrescos cretenses e arquitetura de ordem clássica.

Em determinado ponto da obra, um homem comenta estar surpreso que Varda (então atrás das câmeras) finalmente está fazendo o filme que planejava desde maio de 1967, pois a situação dos exilados mudara muito deste então. Neste momento, a câmera se vira para a diretora, que entra no campo de visão pela primeira vez no filme – dando espessura de personagem ao "sujeito-da-câmera" (RAMOS, 2005) – para responder ao homem: "A situação pode ter mudado, mas o tema da obra segue sendo desde sempre o mesmo: *a busca pela identidade grega*".

Este momento deixa claro que o seu interesse está justamente em um *processo de busca* que não tem fim determinado. Varda aborda no filme a identidade como uma construção social móvel que sempre se dá na relação dialógica do Mesmo com o Outro, mutualmente indissociáveis neste processo (CANDAU, 2012), sendo que a ilusão de fixidez identitária é um efeito de sentido necessário para que se mantenha a unidade da função-sujeito. Como apontam Felix Guattari e Suely Rolnik (1996) a subjetividade é fabricada no registro social por agenciamentos coletivos de enunciação que produzem semioticamente o sentido em processos simultaneamente extrapessoais e infrapessoais. Nesta seara, estruturas identificatórias de dominação – que se encarnam no corpo, em discursos imagéticos, em relações sociais, etc. – constroem uma referenciação que, ao mesmo tempo, circunscreve o indivíduo a certos quadros de referência na realidade e geram um efeito de delineação fronteiriça entre Mesmo e Outro, de homogeneidade e, consequentemente, de unidade subjetiva.

Varda tem consciência deste descentramento, seu cinema não trata a identidade como evidência inerente ao indivíduo, mas como um processo resultante de determinadas condições históricas de

[3] Partindo da perspectiva benjaminiana, Mieke Bal (2002) aponta que a tradução (como a imagem e a historiografia) é marcada por uma diferença irredutível entre o original e o traduzido, uma lacuna sobre a qual a tradução constrói uma passagem, carregando em si as cicatrizes desse processo, sendo sempre marcada por um princípio de dissipação (perda de elementos que resistem à tradução).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

possibilidade – sobre as quais ela busca elaborar na materialidade de seus filmes. Sua obra trata "do reposicionamento e da visibilidade de corpos" (BAEZ; HEYNEMAN; MACHADO, 2019, p. 160) em escala macro e micropolítica, consiste em uma constante reconsideração sobre os espaços subjetivos historicamente constituídos em processos ligados a mídia, classe, raça, gênero, trabalho, práticas políticas, identidades nacionais, etc. (BÉNÉZET, 2014). Em sua opacidade, os filmes de Varda fazem emergir como *heterogeneidade mostrada* a *heterogeneidade constitutiva* dos discursos e dos sujeitos (AUTHIER-REVUZ, 2004).

No caso de *Nausicaa*, essa fragmentação subjetiva se revela na heterogeneidade de procedimentos que compõem o filme, especialmente na tensão irredutível entre a narrativa ficcional e os fatos históricos. Isso é destacado pela presença de Varda como figura da enunciação dentro do filme, narrando em voz-*over* os fatos históricos e os elementos autobiográficos que se condensam e se deslocam na trama. Aqui, a locução fora-de-campo demarca ao mesmo tempo a proximidade e a distância dos fatos narrados em relação à realidade, interpelando o espectador de forma ambivalente e suscitando dele uma posição ambígua em relação ao filme, entre o "entreter" ficcional e a "asserção" da realidade (RAMOS, 2005).

Dentre os momentos nos quais Varda toma o lugar reflexivo de narradora em voz *over*, um deixa claro as relações de interdependência e fragmentação que tecem a sua subjetividade e a dos personagens: a sequência na qual Agnès-Nausicaa e Alexiou passam a noite juntos [**Fig. 1**]. Quando o refugiado faz uma pergunta a sua amante a trilha diegética é mutada e a *voice-over* de Varda intervém em seu lugar, respondendo ao personagem com um poema; quando Alexiou compara a jovem estudante a Nausicaa (pois, como a Ulisses, a "virgem dos sonhos" lhe apresenta a tentação de ficar em terra estrangeira ao invés de retornar ao lar), a montagem entrecorta a encenação deste momento com a voz de Varda lendo o diálogo da cena, enquanto surgem imagens das ilhas gregas e do próprio roteiro, que se mostra, de modo autonímico, escrito em papel – "Sobre uma folha branca, um texto. É o *diálogo manuscrito*", lemos na tela.

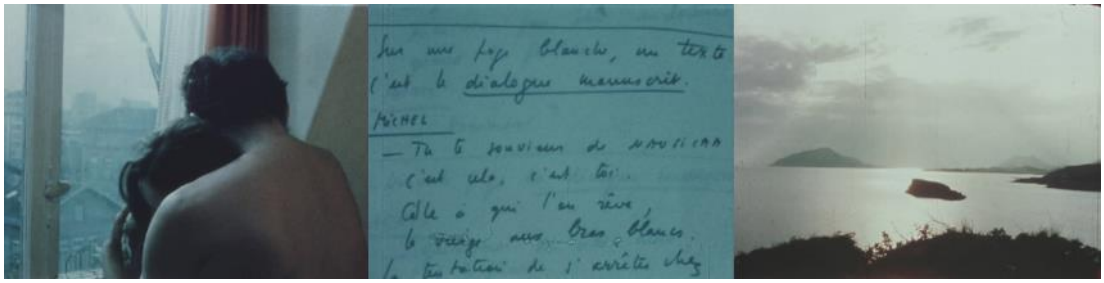


Fig. 1.: Sequência de planos no clímax do filme. *Frames* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

Se, como afirma Sarah Yakhni (2014), a fabulação das obras de Varda produz uma subjetividade artística que se estende para além da identidade homogênea – a cineasta fala de si para o espectador, mas fala sempre *com* o outro – notamos em *Nausicaa* que a bricolagem de elementos heterogêneos que compõem o filme parece refletir essa própria heterogeneidade subjetiva: ao se colocar no limiar entre domínios cinematográficos o filme desloca as linhas fronteiriças da identidade. Neste sentido, seu procedimento lembra em muito a reflexão de Jean-Pierre Vernant sobre a constituição identitária do homem grego:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> é sempre olhando, não dentro de si mas para fora, para um ser diferente que lhe é aparentado, que nossa alma pode se conhecer, como o olho pode ver no exterior um objeto iluminado por causa da afinidade natural entre o olhar e a luz da similitude completa entre o que vê e o que é visto. Assim, o que somos, nosso rosto e nossa alma, nós o vemos e conhecemos ao olhar o olho e a alma do outro. A identidade de cada um se revela no contato com o outro, pelo cruzamento dos olhares e pela troca de palavras. (VERNANT, 2001, p. 184)

Entre o mito e a história: a *mise-en-scène* como contradispositivo

Em entrevista cedida à *Cahiers du Cinema* em 1977, Varda afirmou que todos os seus filmes eram marcados por relações de contradição-justaposição; no caso de *Nausicaa*, essa relação se construía na tensão "história/mitologia, os gregos após o golpe e o mito dos deuses gregos" (VARDA, 2014, p. 85, trad. nossa). Quais seriam as implicações do mito na "busca pela identidade grega" proposta pelo filme?

Joel Candau aponta que a naturalização de uma comunidade e a gênese de uma identidade nacional costumeiramente passa pela referência a um passado mítico, esse ato de memória seleciona quais acontecimentos do passado serão ou não relacionados com a origem de certo grupo e considerados, dentro de determinado enquadramento de memória, como constituintes dos fundamentos "históricos locais de sua identidade política atual" (2012, p. 97).

Em relação aos enquadramentos de memória relativos à Grécia, Jean-Pierre Vernant afirmou que é necessário revisar certas ideias pré-concebidas sobre a antiguidade clássica, reconhecendo, para além de suas grandezas, também os fracassos e limites do "modelo grego", situando-o historicamente "no lugar que lhe cabe no curso da história humana, em vez de fazer dela um absoluto" (2001, p. 53). Os coronéis da Junta, em movimento inverso, buscavam totalizar esta posição mítica da Grécia na cultura ocidental, servindo-se dela como "álibi para justificar seu regime de opressão e para fechar a Grécia sobre si mesma em vez de abri-la para os outros povos" (*Ibidem* p. 54).

Pouco após Varda afirmar no interior de *Nausicaa* que o tema do filme é a busca pela identidade grega, a voz de um depoente não-identificado (que inferimos ser grego pela prosódia da fala) narra, fora de campo, o seguinte texto:

> O que é um grego? A questão da identidade grega é tão complexa e obscura quanto a própria língua grega. Dizemos "belo como Apolo", "trágico como Antígona". Essa é a tragédia mediterrânea, a ideia que o estrangeiro faz da Grécia. Ou Zorba, o Grego, homem efusivo que ama dançar. Mas nós Gregos vemos nosso país de forma diferente. Estávamos apenas começando a nos sentir confortáveis com nossa identidade, conscientes de nossa nação, sabendo que nossas canções, nossos poetas, nossos pintores eram tão bons quanto os de outros países. Foi então que aconteceu o golpe de estado, e essa consciência de nossa identidade foi estilhaçada em milhares de pedaços. (*NAUSICAA*, 1971)

Há uma montagem vertical deste texto com filmagens de estatuária clássica em um museu e registros do exilado Alexiou/Tornes andando por Paris. Nota-se aqui um movimento contraditório, no qual o questionamento da centralidade do modelo grego é parte de um processo de tomada de consciência sobre a identidade nacional – já marcada pela tensão entre a visão dos conterrâneos sobre seu país e a visão dos estrangeiros. Essa ressensibilização identitária é interrompida pelo golpe de estado, como se a imposição de uma visão absoluta sobre a cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

grega interrompesse um processo de (re)construção da identidade nacional, estilhaçando as subjetividades em formação e impondo outro dilaceramento em prol do discurso nacionalista. Jean-Pierre Vernant afirma que "a construção de si passa pela abertura para o outro", de modo que "a busca da identidade não é a busca do absoluto" (2001, p. 35). *Nausicaa* parece estar de acordo com essa posição: a idealização, totalização e mitificação dos modos de ser grego são exploradas por Varda de forma irônica em três esquetes do filme, onde o mecanismo de "contradição-justaposição" age justamente como um "contradispositivo" (AGAMBEN, 2005) que profana a totalização forçada da história e restitui ao uso comum um passado antes subtraído ao livre uso, permitindo a criação de um "espaço de jogo" (BENJAMIN, 2010) no qual a encenação artística pode romper com a rigidez dos espaços cênicos da subjetivação[4] e produzir uma singularidade disruptiva e autoconsciente de seu caráter processual (BAL, 2001). Em *Nausicaa*, o tom satírico e farsesco confere aos esquetes um caráter subversivo contra os poderes morais e políticos que instituem rigidamente o local do sujeito e a identidade cultural de um povo. O esquete *A pessoa deslocada* é apresentado em duas cenas diferentes (sendo entrecortado pelo primeiro testemunho de Périclès Korovessis). No plano que abre o filme, um diretor – atrás da câmera, só vemos o movimento de sua mão – comanda atores a trazerem para dentro de um espaço teatral (e do campo de visão da câmera) figuras de gesso imitando estátuas helênicas; a seguir dois homens, vestindo indumentária grega, colocam diante de uma das figuras uma placa de isopor imitando mármore, na qual lê-se o título do filme [Fig. 2].

Fig. 2.: Encenação da encenação no plano de abertura. *Frames* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

Na continuação do esquete, vemos esse mesmo espaço emoldurado por um proscênio pintado com chaves gregas. O diretor (que descobrimos se chamar Sr. I.D.) está diante da câmera, vários atores trazem para dentro do *set* adereços que recuperam artificialmente elementos da antiguidade clássica: estatuária de papelão, indumentária feita com tecido de baixa qualidade, colunas de gesso, etc. Enquanto comanda o processo, o *matteur-en-scène* se dirige à câmera dizendo: "É tempo de recuperar a arte clássica. Devemos casar mármore e plástico, bronze e acrílico, pedra e poliéster. Devemos pulverizar a noção de passado. Tudo é presente para nossa recuperação". No entanto, quando um exilado (figura do presente) adentra o espaço cênico o diretor o despreza, dizendo rispidamente que ele deveria voltar para a Grécia [Fig. 3].

[4] Mieke Bal (2002) propõe uma leitura do processo de subjetivação como *mise-en-scène*, afirmando que a subjetividade só é possível dentro de um espaço cênico/teatral no qual se pode performar um efeito de individualidade para o outro na interação social.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fig. 3.: A montagem cênica anacrônica. *Frames* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

O que presenciamos aqui é uma *meta-encenação* da identidade ("Sr. I.D."). Cria-se para um público externo – reconhecido no olhar para a câmera e no posicionamento diante da moldura teatral, que quebram a absorção diegética[5] – um espaço cênico *kitsch*, cuja artificialidade deliberada revela a plasticidade do olhar homogeneizante para o passado, excluindo o que não interessa à noção de identidade que busca delinear.

Assim, a *montagem cênica* do esquete abre *legibilidade* para o *anacronismo* (DIDI-HUBERMAN, 2015; 2017) de uma visão sobre o passado: sua *meta-mise-en-scène* talha nossa percepção sobre as imagens da Grécia antiga, contrariando o discurso generalizante ao fazer reconhecer nelas a sobredeterminação histórica desse olhar para o passado, a heterogeneidade de tempos que se tece na imagem da antiguidade clássica criada pela modernidade – "O anacronismo é muito moderno", diz uma das mulheres do coro de teatro.

O esquete *Ó, les îles grecques*, por sua vez, joga ironicamente com a tensão entre a visão conterrânea da Grécia e a visão estrangeira desde o seu título: por um efeito de homofonia, a frase "Ó, as ilhas gregas" também pode ser ouvida em francês como "*Ô, l'exil grecque*" ("Ó, o exílio grego"). Na cena, um pastor cuida de ovelhas em uma colina pedregosa adornada de ciprestes e oliveiras. O Sr. I.D. chega ao local, olha para o horizonte e elogia para o pastor a "bela paisagem" – no caso, uma pintura das ilhas gregas exposta em um grande painel; daí o subtítulo do esquete, "Filmada em Provença", que destaca a inscrição de uma vista artificial da Grécia no território francês [Fig. 4.].

[5] Também poderíamos associar este procedimento ao *efeito de distanciamento* brechtiano, que Didi-Huberman (2017) associa à própria condição do estrangeiro no exílio.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fig. 4.: A imagem das ilhas gregas inscrita no território francês. *Frame* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

O pastor revela-se um exilado do regime da Junta, que tenta expor os problemas do país ao artista que, por sua vez, insiste em idealizar a Grécia, comparando os horrores da ditadura descritos pelo homem às tribulações da Odisseia - onde o pastor vê Makrónisos, ilha na qual 4000 prisioneiros do regime estão presos em campos de concentração sujos e sem água, o diretor vê os companheiros de Ulisses transformados em porcos por Circe.

O terceiro esquete (cujo título não é apresentado) tem lugar em uma sala montada no interior de um espaço teatral pintado [Fig. 5.]. Uma mãe intima sua filha, Democracia (interpretada por Rosalie trajando um peplo branco e uma peruca curta de tecido preto), a assinar um juramento de lealdade e patriotismo, ameaçando-a com um chicote. Diante da recusa da jovem rebelde, a mãe deixa-a de castigo debaixo da mesa, sem comer, dormir ou poder ir ao banheiro. A seguir, entram em cena três coronéis (respectivamente chamados Ass, Ass e In); escondida debaixo da mesa Democracia chama-os de assassinos. Enquanto procuram quem fala aquilo, o primeiro coronel Ass (interpretado por Sr. I.D.) ameaça a figura invisível: "Nós o furaremos, faremos ele passar fome, enjaularemos ele e então o mataremos". Olhando para a câmera, Democracia gargalha enquanto os militares deixam sua casa.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fig. 5.: Democracia em seu espaço teatral. *Frame* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

Segundo Pavis (2008), a farsa não se deixa reduzir ou recuperar pela ordem, sua comicidade se constrói através de procedimentos demasiado visíveis e infantis que propiciam ao espectador uma revanche contra as opressões angustiantes da realidade e da razão. Neste sentido, o terceiro esquete é talvez o mais abertamente farsesco do filme, ele opera com um humor pouco refinado (feito a partir de trocadilhos baratos e piadas óbvias), chamando sempre a atenção do espectador para a arte da cena e a técnica corporal dos atores. No entanto, à guisa do mecanismo de contradição-justaposição, o humor burlesco da cena se contrapõe radicalmente às implicações horríficas do que o esquete alegoriza: a limitação de direitos democráticos; a prisão e a tortura de oponentes do governo.

Pavis também aponta que a farsa se constituiu como gênero teatral na Idade Média e, em sua origem, intercalavam-se momentos de mistério tenso e relaxamento cômico. Por sua natureza entrecortada, nos parece particularmente apropriado aproximar o gênero da farsa aos esquetes de *Nausicaa*, que se intercalam às tragédias da narrativa ficcional e dos testemunhos documentais do filme, proporcionando momentos de alívio cômico (porém crítico), ao mesmo tempo em que potencializam a dimensão trágica da obra pela disjunção: à risada maníaca de Democracia sucede-se na montagem um plano do rosto triste e entediado do exilado Alexiou/Tornes, totalmente sozinho em seu quarto com janelas que abrem para um real planimétrico e claustrofóbico [Fig. 6].

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

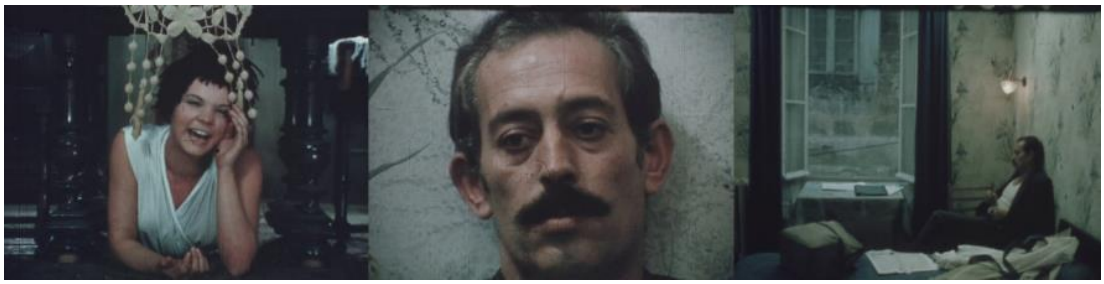


Fig. 6.: Disjunção entre planos. *Frame* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

A ficção e o "real": encenar o testemunho

Em sua leitura de Lacan, Daisy Wajnberg (1995) afirma que a verdade conhecida pelo indivíduo se sustentaria sempre na ficção da linguagem pois o conhecimento do mundo pelo sujeito, situado pelo discurso do Outro, é sobredeterminado pela ordem simbólica. É ela que organiza a experiência e realidade do ser do sujeito, cujo efeito de unidade evidente se constitui na "mentira verídica" da palavra.

É por este motivo que o testemunho habita também um limiar entre a ficção e o "Real" – aqui compreendido na chave freudiana do *trauma* que resiste à representação (SELIGMANN-SILVA, 2003). O testemunho, como aponta Derrida, se *demora* (permanece, habita, faz sua última morada) na "cena intraduzível" (2015, p. 10) da experiência traumática. É por tal resistência à representação que o testemunho sofre do martírio de traçar uma relação indissociável com a ficção; ainda que a tradição jurídica exija da testemunha dizer "toda a verdade" ela, contraditoriamente, adquire o estatuto de testemunha justamente por não poder atender a tal totalização - porque sua experiência é incomensurável, intraduzível. Portanto, testemunhar implica sempre "a possibilidade de ficção, de simulacro, de dissimulação, de mentira e de perjúrio" (*Ibidem*, p. 38).

No mesmo ensaio, Derrida nos aponta que todo o testemunho se dá dentro de uma *encenação*, fora da qual a testemunha não pode testemunhar, pois é esta cena que "afirma ser um lugar único e um aqui-agora, isto é, um instante agudo que suporta justamente esta exemplaridade." (*Ibidem*, p. 50). Neste sentido, *Nausicaa* constrói uma cena muito peculiar para as suas testemunhas: os exilados entrevistados no filme são enquadrados frontalmente, em primeiro plano e, majoritariamente[6], são filmados diante de um fundo neutro [Fig. 7]. Alguns olham para a câmera, outros desviam o olhar e falam com Varda. A aparente simplicidade desta encenação ganha grande relevância quando considerada dentro do sistema de articulação discursiva da obra da autora, onde a relação figura-fundo se configura de modo radicalmente diferente.

[6] As exceções são os testemunhos de Marios Ionannidis, Phaedon Metalinos, Vlassis Caniaris e Philolaos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fig. 7.: Os testemunhos em fundo neutro. *Frames* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

Recorre na obra de Varda o *motif* de entrevistas enquadradas frontalmente em primeiro plano diante do espaço onde se desenvolvem as experiências cotidianas de seus personagens [Fig. 8]. Em sua prática materialista de reposicionamento de corpos, Varda traça uma relação figura-fundo pela encenação em profundidade que relaciona os sujeitos captados por sua câmera com o espaço social que os produz: o local onde se trabalha, a casa onde se mora, o espaço onde o artista realiza sua obra de arte. Essa prática não busca gerar um pretenso realismo ou um efeito transparente de evidência, pelo contrário, Varda sempre inflexiona sua subjetividade na cena e os seus personagens reconhecem a sua encenação para a câmera e para a cineasta na circunstância da tomada.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Fig. 8.: Entrevistas com enquadramento similar na obra de Varda. *Frames* de *Black Panthers* (1968); *Daguerréotypes* (1975); *Mur Murs* (1981); *Ulysse* (1982); *Les Demoiselles ont eu 25 ans* (1993); *Les glaneurs et la glaneuse* (2000); *Deux ans après* (2002); *Rue Daguerre en 2005* (2005), dir. Agnès Varda

Em *Nausicaa*, porém, o que está em jogo é justamente a "extraterritorialidade do exilado", como descrita por Traverso (2018), sua posição de interna-exterioridade, sua vivência heterotópica e heterocrônica entre passado e presente, entre a pátria que o exilou e a terra que o hospeda. Ele é um estrangeiro por onde quer que esteja: nunca em casa no país em que se refugia e não podendo voltar ao país do qual partiu. Enquanto a identidade pressupõe hegemonia e harmonia, traçando uma linha divisória como fronteira que impede que algo se derrame em direção ao informe, a espacialidade do estrangeiro-exilado sempre se dá no limiar entre uma coisa e outra, em um lugar de passagem variável, no tempo, entre os espaços (AFFORTUNATI, 2021).

Considerado dentro desse sistema de articulação discursiva, o fundo neutro diante do qual se dão os testemunhos de *Nausicaa* opera um desvio justamente por *negar* a integração do sujeito ao espaço. A encenação planimétrica[7] tem como efeito a *afirmação da ausência* do espaço que originalmente produzira os sujeitos filmados: a terra natal que, originalmente, lhes conferira identidade como um Mesmo e agora lhes confere a excentricidade como um Outro estrangeiro. Ocorre assim uma singularização dos depoentes, como se a cena para eles construída lhes

[7] David Bordwell chama de "planimétrica" uma vertente de encenação na qual "o plano de fundo é decididamente perpendicular ao eixo das lentes e as figuras ficam totalmente frontais" (2008. p. 219-220), negando a profundidade representacional.

destacasse do fundo, conferindo-lhes no "instante agudo" da circunstância da tomada a exemplaridade do estatuto testemunhal.

É importante destacar que esta cena de exemplaridade não visa uma totalização. Como notaremos no testemunho de Périclès Korovessis, existe um reconhecimento reflexivo da criação da cena testemunhal, onde a figura de Varda também é inflexionada, abrindo espaço para lacunas e faltas que podem ocorrer no testemunho – sintomas do real na ficção do discurso. Deste modo, como aponta Patrícia Machado, o filme pode incitar reflexão e pensamento histórico sem recorrer ao que Annette Wieviorka descreveria como o sentimentalismo que toma conta do espaço público na "era da testemunha", que dá ao testemunho o estatuto totalizante de verdade pessoal, ao mesmo tempo em que apresenta o perigo de fragmentar a narrativa histórica em histórias individuais. (BAEZ; HEYNEMAN; MACHADO, 2019)

A honra do real: o testemunho do anarquivo

Nos testemunhos de *Nausicaa* o que *não se fala* e o que *não se pode falar* (o Real que não pode se tornar ficção) é tão importante quanto o dito. Isso se torna claro na fala de Péricles Korovessis que abre o filme e fragmenta o primeiro esquete:

> Agnès, você me pede para aparecer em seu filme. Há três anos, quando eu era ator, eu teria aceitado com muita felicidade. Hoje, prefiro não falar, especialmente sobre o meu caso. Prefiro ser um anônimo, que foi preso em 8 de outubro de 1967 e, após seis meses de prisão e tortura, foi solto em março de '68. Me tornei escritor por razões políticas. Escrevi um livro, *O calvário*, para testemunhar diante da consciência dos responsáveis após testemunhar diante do Tribunal... do Tribunal de Direitos Humanos. (*NAUSICAA*, 1971)

Nota-se nesse e em outros testemunhos do filme a necessidade de falar pelos que não escaparam, de elaborar sobre as condições históricas que levaram ao golpe, sobre o estado da cultura na Grécia durante o regime militar, a precariedade das condições de trabalho no exílio, as formas de resistência possíveis dentro da estrutura autoritária e, recorrentemente, a falta de um espaço social de escuta, a qual entra em conflito com a necessidade de alertar os outros sobre o perigo da ascensão de regimes autoritários. Mas, ao mesmo tempo, encontramos nos testemunhos a recusa e a impossibilidade de falar diante destas condições.

Delineia-se aqui a aporia entre testemunho e arquivo. Como afirma Giorgio Agamben, o testemunho garante a exterioridade de um enunciado em respeito ao arquivo – aqui tomado na acepção foucaultiana de "sistema das relações entre o não-dito e o dito em cada ato de palavra, entre a função enunciativa e o discurso sobre o qual se projeta, entre o fora e o dentro da linguagem" (2008, p. 146) – pois testemunhar implica "pôr-se na própria língua na posição dos que a perderam, situar-se em uma língua viva como se fosse morta, ou em uma língua morta como se fosse viva – em todo caso, tanto fora do arquivo quanto fora do corpus do já-dito" (*Ibidem*, p. 160).

Deste modo, testemunhar implica articular uma possibilidade de palavra pela impossibilidade – a incapacidade de testemunhar no lugar do Outro e no seu próprio lugar; essa atividade, portanto, é desde-sempre incompleta, precária, impossível, mas aporeticamente, é também um imperativo

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ético (DERRIDA, 2015; AGAMBEN, 2008). Neste sentido, *Nausicaa* busca produzir uma *cena possível* que acolha a *impossibilidade do inarquivável*.

A censura política de *Nausicaa* tinha a intenção de manter fora do arquivo as tentativas de expressão do trauma. Curiosamente, a própria interdição da obra pelo governo dá a suas imagens uma nova camada testemunhal. Devido ao estado inacabado da cópia bruta de *Nausicaa* exibida em 1971 em Bruxelas, bem como o desgaste sofrido pelos negativos ao longo do tempo, a própria materialidade do filme testemunha a censura à qual foi submetida. Clivadas entre o presente de sua redescoberta e o passado de sua interdição, as imagens do filme apresentam em si mesmas uma "temporalidade de exílio" (DIDI-HUBERMAN, 2017).

Em sua montagem fragmentária e incompleta, em seus defeitos na mixagem de som, na deterioração de suas imagens, *Nausicaa* incorpora no presente uma forma de ver que evoca o perigo da destruição experimentado pelo filme e seus atores. Essas imagens carregam, em sua precariedade, as *marcas visuais* dos quarenta anos nos quais foram invisíveis, em que não puderam *ser imaginadas* e, portanto, não puderam dar lugar a um saber [Fig. 9.].

Fig. 9.: Deteriorações na materialidade do filme. *Frames* de *Nausicaa* (1971/2012), dir. Agnès Varda

O espectador que se coloca diante do filme e é olhado por suas imagens não pode mais vê-las de outra maneira que não como um anarquivo, uma perturbação da impressão de totalidade do arquivo causada pela consciência da pulsão destrutiva que o assola – o mal de arquivo; essa perturbação converte-se numa *paixão* que nos convoca "a procurar o arquivo onde ele se esconde, correr atrás dele ali onde: mesmo se há bastante alguma coisa nele se anarquiva" (DERRIDA, 2004, p. 118). É interessante notar, no caso de *Nausicaa*, como o anarquivamento se deu em relação à preservação: o filme só pôde ser reencontrado porque, uma vez, fora arquivado pela Cinemateca Belga, mas ficou desaparecido por décadas justamente por não poder ser encontrado no interior do próprio arquivo.

A sobrevivência material de *Nausicaa* enuncia em suas imagens um potente assombro, sua permanência mostra-se ainda mais impressionante pela possibilidade de destruição que uma vez

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

as assolara, e é justamente por terem sido *quase invisíveis* que elas nos intimam, em sua ardência, a *imaginar* a destruição de outras imagens e corpos que não tiveram a oportunidade de testemunhar ao nosso olhar. Como afirma Didi-Huberman

> cada vez que pousamos o nosso olhar sobre uma imagem deveríamos pensar nas condições que impediram a sua destruição, o seu desaparecimento. É tão fácil, foi sempre tão corrente destruir as imagens. [...] O próprio do arquivo é a sua lacuna, a sua natureza esburacada. [...] O arquivo é muitas vezes cinzento, não só por causa do tempo que passou, mas também por causa das cinzas de tudo o que o rodeava e que ardeu. É quando descobrimos a memória do fogo em cada folha que não ardeu que experimentamos a barbárie documentada em cada documento da cultura. (2015, p. 297-298)

Tomada de posição: imagens dialéticas entre o Então e o Agora

Como apontam Angouri e Wodak (2014), a ascensão da extrema-direita na Grécia contemporânea, destacadamente o fenômeno do partido neonazista Aurora Dourada, só pode ser compreendida quando colocada no contexto da história grega moderna. Os efeitos do golpe de abril de 1967 se mantêm relevantes para compreender o perfil e o crescimento de tal fenômeno: o período da Junta fez reemergir diversos grupos de extrema-direita que haviam sido marginalizados desde o fim da guerra civil (1946-1949); após a restauração da democracia e sentenciamento de prisão perpétua aos líderes da Junta, em 1974, esses grupos reemergentes buscaram "recrutar e preparar os futuros líderes da 'extrema-direita' grega" (*Ibidem*, p. 543)

Em um presente no qual no qual ideologias de extrema-direita como estas e governos autoritários metastizam-se pelo mundo, num tempo em que incendeiam-se "tão facilmente" arquivos, as imagens dialéticas de *Nausicaa* saltam do *Então* para o *Agora*, formando, em lampejo, uma constelação que quebra qualquer progressão linear (BENJAMIN, 2008). Elas nos oferecem, em sua imaginação, novas formas de olhar para o nosso presente. Elas nos intimam a nos posicionar – pois "para saber é preciso tomar posição" (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 15) – em um gesto móvel e relativo que se situa no agora e visa um futuro sobre o fundo de uma temporalidade precedente que engloba a todos e chama por nossa memória[8]

Referências bibliográficas

AFFORTUNATI, A. **O estrangeiro em Freud e Benjamin**: curso de extensão universitária, São Paulo, UNIFESP, 2 ago. – 20 set. de 2021

AGAMBEN, G. "O que é um dispositivo?". **Outra Travessia**, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005.

___. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

[8] Gostaria de deixar meu agradecimento a Drª. Mariana Duccini Junqueira da Silva que, em "política de amizade", realizou uma generosa leitura da primeira versão deste trabalho e contribuiu com valiosos apontamentos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANGOURI, J.; WODAK, R. "They became big in the shadow of the crisis': The Greek success story and the rise of the far right". **Discourse & Society**, [S.I.], v. 25, n. 4, p. 540–565, 2014.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAEZ, L.; HEYNEMANN, L.; MACHADO, P. "Dossiê Varda". **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 19 n. 39, pp. 159-186, dez. 2019.

BAL, M. **Travelling concepts in the humanities**: a rough guide. Toronto: University of Toronto Press, c2002.

BÉNÉZET, Delphine. **The cinema of Agnès Varda: resistance and eclecticism.** Londres: Wallflower Press, 2014.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, J. **Demorar**: Maurice Blanchot. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

___. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, G. "A imagem arde". In: ___. **Falenas**: ensaios sobre a aparição, 2. Lisboa: KKYM, 2015. pp. 292-319.

___. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.

___. **Quando as imagens tomam posição**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

GAGNEBIN, J.-M. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GRÉCE Hebdo. "Nausicaa – le film censuré d'Agnès Varda sur la Grèce". 12 abr. 2019.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAMOTHE, J. "Cheminement des dramatiques françaises à travers quelques œuvres significatives". **Études Littéraires**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 251-279, 1981.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NAUSICAA. Direção de Agnès Varda. Paris: Cine Tamaris, 1971. (94 min.), color.

PAVIS, P. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RAMOS, F. **Mas afinal... o que é mesmo o documentário?** São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. "O testemunho: entre a ficção e o 'real'". In: ___ (org.). **Testemunho, memória, literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 371-385

TRAVERSO, E. "Las dimensiones del exilio: pensar el pasado y el presente desde la 'extraterritorialidad'". **Las Torres de Lucca**, Madrid, v. 7, n. 12, pp. 159-181, jun. 2018.

VARDA, A. **Agnès Varda**: Interviews. Editado por T. Jefferson Kline. Jackson: University Press of Mississippi, 2014.

___. **Varda par Agnés**. Paris: Editions Cahiers du Cinéma; Ciné-Tamaris, 1994.

VERNANT, J.-P. **Entre mito e política**. São Paulo: EDUSP, 2001.

WAJNBERG, D. "A verdade tem estrutura de ficção". In: CESAROTTO, Oscar (Org.). **Idéias de Lacan**. São Paulo: Iluminuras, 1995, v. 1, pp. 155-159.

WOODHOUSE, C. M. **The rise and fall of the Greek colonels**. Londres: Granada Publishing, 1985.

YAKHNI, S. **Cinensaios de Agnès Varda**: o documentário como escrita para além de si. São Paulo: Hucitec, 2014.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CULTURA, HISTÓRIA E NARRATIVA: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO A PARTIR DO EVENTO TRAUMÁTICO SHANGRI-LÁ

Manuela Chagas Manhães[1]
Sulamita Conceição Ribeiro[2]
Karina Ritter Manhães[3]
Kaio Lucas Ritter Mota[4]

Introdução

Ao constatarmos o papel integrador da linguagem, compreendemos que ela permite a interação entre os interlocutores constituindo um grande acervo de sedimentações coletivas. Estas são adquiridas e podem ser reinventadas e reinterpretadas diante das nuanças vivenciadas pelo grupo, ou seja, pela própria dinâmica social. O fato é que pela relação dialógica e interação social o processo de socialização é praticado, tanto o primário quanto o secundário. A socialização forma o indivíduo a partir das sedimentações coletivas construídas historicamente e passadas de geração em geração.

Assim definimos como nosso objeto de estudo a comunidade tradicional pesqueira, utilizamos como uma das fonte de análise o livro: "Arraial do Cabo seus contos e seus encantos", organizado e documentado por Wilnes Martins Pereira. Tal livro foi o resultado de um trabalho etnográfico de coletar de informações de histórias orais organizadas pelo autor. Desse modo, esse livro realmente é uma fonte grandiosa de elementos estruturantes significativos na construção da memória social e coletiva e da identidade cultural da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo.

Nesse processo buscamos a compreensão da conexão entre representações do contexto sociocultural e o seu isolamento social geográfico, os elementos estruturantes significativos e particularidades narradas entre os membros da comunidade. É perceptível a importância da relação da territoriedade, ancestralidade, meio ambiente e o sentido de comunidade tradicional; o desenvolvimento da pesca artesanal e sua definição; e as vivências experimentadas no cotidiano com determinação de funções e saberes, além das lendas com caráter mágico e ficcional construídas na vila de pescadores. Entendemos,

[1]Doutora Manuela chagas Manhães Dra. Manuela Chagas Manhães (UNESA/ UENF/PEA PESCARTE/IBAMA/PETROBRÁS). email: manuelacmanhaes@hotmail.com
[2] Graduanda em Ciências Sociais Sulamita Conceição Ribeiro (UENF/PEA PESCARTE/IBAMA/PETROBRÁS). Email: sulamitaribeiro16@gmail.com
[3] Mestranda em Políticas Sociais Karina Ritter Manhães (UENF/PEA PESCARTE/IBAMA/PETROBRÁS). Email: kakaritter.kr@gmail.com
[4]Graduando em Ciências da Computação Kaio Ritter Mota (UNESA/ UENF/PEA PESCARTE/IBAMA/PETROBRÁS). Email: kaiolucas.ritter@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Desenvolvimento

Transmicibilidade da memória social e coletiva

É efetuada uma relação dialógica na qual há inferência do novo contexto da nova realidade social na constituição dos sentidos e das representações individuais. Neste aspecto, Bosi (1994, p.55) afirma que: "a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, *Halbwatchs* amarra a memória da pessoa á memória do grupo". Os elementos, símbolos, tarefas sociais, então, constituem tanto a memória-hábito quanto a memória lembrança (memória pura), e são fundamentais para a formação e co-existência das memórias social e coletiva, por pertencerem à historicidade da própria comunidade. Nesse contexto Reuter (2002, p.127) afirma que:

> Antes de tudo, jamais algo é dito ou contado de maneira neutra.Toda palavra e todo enunciado correspondem a uma dupla escolha fundadora: escolha do que é dito, escolha da maneira de dizer. Nesse tocante, toda palavra, todo enunciado e toda narrativa portam vozes e intenções que os opõem potencialmente a outras palavras outros enunciados e outras narrativas. Portanto, o contar é sempre acompanhado de saberes, valores e efeitos.

Logo, compreendemos a narratividade como catalisadora entre os indivíduos e como a fonte de imagens-lembranças, objetos e significações que serão inspiradores, descritos e captados pelos sujeitos sociais através das relações sociais. O ato de contar permite a transmissibilidade de saberes, valores, lembranças, memórias que se ressignificam ao serem compartilhadas na interação social. Por outro lado, a memória seria definida também pelo seu caráter livre e excepcional. Isso define a fluidez da dinâmica social como processo definidor dos quadros sociais e da própria memória. Tal fato pode ser percebido na afirmação de Bosi (1994, p. 55):

> O caráter livre, quase onírico da memória, é segundo *Halbawchs*, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideiais de hoje as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho (...) a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual.

Nas palavras de Bosi (1994, p. 413):

> Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é o ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado.

Segundo Reuter (2002), há vozes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas e diferentes sujeitos sociais envolvidos. Isso se deve ao fato da percepção ter diferentes formatos e ser intersubjetiva, depende do indivíduo, o que permite a construção das distintas significações. Nesse quadro, a relação entre os envolvidos em seu interior colabora com as impressões que têm diferentes prismas e estarão sendo mediadas pelos narradores. A narrativa evidencia uma maneira de contar histórias; ela é percorrida pelas memórias

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

individuais, as quais corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta com o cotidiano. Dessa forma, o ato de narrar é uma rememoração de fatos, acontecimentos que estarão no interior de um grupo, de uma comunidade; é o de "desenrolar fios de meadas" (BOSI, 1994, p. 413). Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção. O ato de narrar tem elementos objetivos e subjetivos que encarnam denominadores comuns dos diversos membros envolvidos e, por isso, tais elementos podem ser considerados parte integrante da vida social na comunidade e, consequentemente, fundamentais para a memória social e coletiva.

O fato é que todas as narrativas sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não-oficiais, são narrativas de identidades (ANDERSON apud ERRANTE, 2000, p.142). Nesse aspecto, Errante (2002, p.142) afirma que as narrativas são fontes da realidade social construídas historicamente, e que o narrador, por sua vez, comunica como ele se percebe, assim como percebe os demais e é percebido. Por conseguinte, o narrador alinha, por meio das narrativas, os grupos, ideais, valores e símbolos das suas representações externalizadas. Desse modo, há articulação das vozes narrativas à identidade; há articulação do narrador com o grupo e o meio em que vive (territoriedade).

> Toda narrativa se inscreve em uma cultura. Nesse tocante, ela não remete apenas às realidades extralingüísticas do mundo, mas também a outros textos, escritos ou orais, que a precedem ou acompanham e que ela retoma, imita, modifica... este fenômeno é geralmente chamado de intertextualidade (...) (REUTER, 2002, p.167-168).

Já Maluf (1999) ressalta que as narrativas são pessoais, mas, no entanto, acontecem num espaço (ambiente/territoriedade) em momentos específicos da interação social, e este seria um dos motivos para podermos entendê-las como representantes do próprio *ethos* do grupo no qual o ator social está inserido. Desse modo, ao falar de si, de suas memórias, recortes e lembranças, ou ainda, recontar histórias que trazem representações da própria comunidade, significa que o indivíduo recai na esfera coletiva. Assim, por mais que sejam experiências singulares e íntimas, ao compor a narrativa, o sujeito social traz um aspecto essencial da afirmação de si e da demarcação simbólica da identidade cultural, tanto individual quanto coletiva, constituindo pelas diferentes formatos narrativos o fenômeno da intertextualidade. Nesse sentido, Bosi (1994, p. 414) afirma que:

> As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecermos, não basta que os outros testemunhem, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência.

É nesse contexto que compreendemos a origem da palavra memória, que está associada à Deusa *Mnemosyne*. Essa Deusa, conhecida como musa inspiradora e protetora das Artes e da História estaria no caminho dos seres humanos por permitir que eles se comuniquem uns com os outros, assim como tenham a recordação, possibilitando o sentido da sua existência entre seus pares. (LE GOFF, 2000, p. 21- 44). Complementando, Benjamin (1987) ao falar da deusa *Mnemosyne,* afirma que ela é considerada como a deusa da reminiscência e funda a cadeia de tradição que transmite os acontecimentos de geração em geração. Desse modo, há a constituição da herança cultural, a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

qual pode ser considerada como a base para a concepção do sentido de memória social e coletiva. Nesse sentido, entendemos a relação da memória e da narratividade. Segundo Benjamin (1987, p. 211): "(...) ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstram todos os outros narradores".

Em outras palavras, quando entendemos a palavra memória, estamos afirmando que a memória permite o ordenamento do mundo antes de existirmos, ela permite que a vida coletiva seja organizada garantindo os modos de vida através de lembranças, vivências e compartilhamento de valores, rituais, tradições. Bosi (1994, p.66) salienta que a memória dos indivíduos é dependente do processo que leva à sua constituição. Sendo assim, seria um longo processo pelo qual há determinação do que permanece e do que significa. Entretanto, a permanência dos elementos estruturantes significativos não é do mesmo modo, ou seja, às vezes quase intactos, mas em outros momentos são alterados.

Segundo Bosi (1994, p. 55):

> (...) na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito (...) por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou- se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Já Halbwachs (1990) nos diz que a memória não permanece inalterada, na verdade, a memória não reproduz de forma simétrica a imagem do que foi vivido do passado, ou seja , na verdade a memória é uma reconstituição, uma reprodução sobre o viés de pontos de vista e, por isso, também, ficcional. Dessa forma, a memória social e coletiva se constrói por meio da interseção dos sujeitos sociais ao se relacionarem uns com os outros. Isso favorece a doação de sentido na relação entre o narrador e o ouvinte; ao passado existente no consciente e inconsciente dos indivíduos: a memória parte da relação com o presente e com a necessidade de conservação de histórias, ou seja, do que é narrado.

São tais questões que permitem a redescoberta e redefinição da identidade cultural. Sendo assim, a dinâmica vivenciada possibilita que haja um acervo de detalhes do experimentado, do observado, de histórias e de lembranças das realidades sócio-históricas culturais da comunidade tradicional em questão. Além disso, esse acervo permite que haja a constituição de suas representações alusivas e memorísticas. Tal perspectiva, no que se refere ao nosso objeto de estudo, é respaldada também em Pereira (2013, p.9) ao afirmar que:

> As lendas, as crônicas e os contos que repousam nas fontes folclóricas do mundo maravilhoso e do mundo mágico em nossa terra, têm como origem a espiritualidade e a irreverência de um povo que vivia a beira mar com o sublime propósito de inserir valores literários na cultura de nossa gente (...) os contos engraçados eram passados para as pessoas da pequena colônia de pescadores de nosso quarto distrito, e seduziam, principalmente, as crianças pela forma teatral como eram narrados. Acredita-se que alguns fatos existiram, outros não passam de criações imaginárias de um povo espirituoso e participativo da história cultural e folclórica de Arraial do Cabo.

Segundo Benjamin (1987, p. 210-211), "a memória é a mais épica de todas as faculdades". Logo, a Deusa *Mnemosyne* retorna à nossa reflexão, por ser ela a musa da narração. Benjamin (1987)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

salienta que a deusa da reminiscência permite a articulação de histórias. Nesse contexto, há articulação umas nas outras, do mesmo modo que há uma relação direta entre o narrador "contador de histórias" e o ouvinte, já que quem ouve uma história, ainda que rememorada, não está só, mas sim em companhia do narrador. Logo, a partir da narrativa podemos compreender a existência da interação social e o seu papel na integração desses atores sociais. Assim, há a articulação daqueles elementos significativos e fatos manifestados à memória social e coletiva, presentes na realidade social.

Narrativa e interlocução: escuta compartilhada na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo

Por escolher essa comunidade tradicional pesqueira, utilizaremos como fonte de análise o livro: "Arraial do Cabo seus contos e seus encantos", organizado e documentado por Wilnes Martins Pereira. Tal livro foi o resultado de um trabalho etnográfico de coletar de informações de histórias orais organizadas pelo autor. Desse modo, esse livro realmente é uma fonte grandiosa de elementos estruturantes significativos na construção da memória social e coletiva e da identidade cultural da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Por isso selecionamos alguns contos.

Por conseguinte, encontramos nos contos organizados por Pereira (2013), de maneira geral, tradições, costumes, crenças, saberes, costumes. Há uma edificação do tornar-se humano sobre diferentes prismas, que são fundamentais e que caracterizam a cultura como contexto da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Podemos dizer que é um patrimônio imaterial que permite aos sujeitos sociais conhecerem e se reconhecerem. Assim, em tais contos que foram "remontados" por Wilnes Martins Pereira, há uma narrativa que provoca o imaginário e traz uma espécie de visão de mundo, de estar no mundo, ao qual os interlocutores dessa comunidade se sentem pertencentes. A narrativa permite a escuta compartilhada, de maneira objetiva e descritiva entrelaçadas às questões subjetivas, permeando o processo ficcional por estar presente no imaginário social e, ao mesmo tempo, trazendo elementos da realidade social. É uma escrita repleta de achados e perdidos que passeiam na memória social e coletiva.

Análises do conto

Segundo Benjamin (1987, p.210), o cronista é o narrador da história. Concordamos com o autor ao afirmar que o narrador mantém sua fidelidade à época, ao seu olhar sobre os fatos contados, reinventados, reinterpretados. Por isso, uma história recontada não será a mesma, passa pela intersubjetividade, influenciada pelos valores, pela socialização, pelo tempo que refugiam a formação do indivíduo. Mas, para que a narrativa mantenha-se viva, há uma relação ingênua entre o ouvinte e o narrador, a qual é dominada pelo interesse de conservar o que foi narrado. "Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução" (210).

O que isso significa? Segundo o autor (1987), o narrador tem suas raízes no povo, na sua comunidade, é um artesanato de palavras que tem a musa da reminiscência, inspirando a formação

da memória. O narrador é capaz de provocar o sentido de vida e moral da história passada de geração à geração. Nas palavras de Benjamin (1987, p. 214): "Em suma, independentemente do papel elementar que a narrativa desempenha no patrimônio da humanidade, são múltiplos os conceitos através dos quais seus frutos podem ser colhidos".

Logo, nos questionamos como o narrador favorece para que haja representatividade e não-representatividade na narrativa. Isso acontece por existir um hibridismo nas histórias com a rememoração e as possíveis ressignificações. Assim, encontramos a ressignificação nas histórias cabistas, passadas de geração em geração. Estas são construídas por elementos significantes que compõem a própria vida social, principalmente, quando pensamos na historicidade dessa vila de pescadores que é retratada nas narrativas. Os fatos descritos são compartilhados, ganham um novo leque de sensações e emoções quando construídos e captados pelo narrador. Tais fatos, lendas e estórias estão voltados para a evocação de um referencial: elementos culturais da realidade social cabista.

A fim de demonstrar o que foi acima mencionado, aqui abordamos O conto: "Shangri-lá", uma narrativa composta por características específicas da comunidade pesqueira cabista remontando uma base sequencial dialogal, argumentativa, explicativa e descritiva (REUTER, 2009). Nesse conto, há elementos socioculturais e territoriais, além da questão da religiosidade, das tradições, dos saberes e da sua historicidade. Isso significa dizer que são perceptíveis às questões que envolvem a profissão do pescador e do desenvolvimento da sua percepção da pesca (descrição cultural: pormenores culturais). Do mesmo modo, o orgulho no que se refere aos encantos voltados para a natureza (descrição geográfica e territorial), ou seja, a exuberante beleza dessa região que tem o mar de águas azuis, claras; o conhecimento produzido pela observação do meio ambiente, como por exemplo, o vento que sinaliza o sinal de chuva ou de sol. Da mesma forma que a observação da maré e das correntezas forma saberes que direcionam a divisão de funções e são determinantes sobre local da pesca, pois demonstram por onde andam os cardumes. Nesse aspecto, Prado (2002, p. 127) afirma que:

> Assim, quando conjugada com a palavra cabista, a palavra tradicional assume o significado de pertencimento a uma identidade que se orgulha de seu passado histórico; de ser descendente de uma imigração que remonta ao descobrimento; de pioneiros que desde o século XVI chegaram à terra dos Tupinambás para se assenhorar e criar a primeira feitoria de pau-brasil, que acabou ficando, simplesmente, Brasil. Significa também sorrir vaidoso das belezas naturais de sua terra natal; saber contar naufrágios e casos de pirataria; conhecer os fantasmas da restinga por seus nomes; saber sobre as imagens das santas das igrejas e da organização de suas festas anuais; é saber fazer renda de bilros e identificar uma planta que pode ser tomada para libertar deste ou daquele mal físico; é ter comido pirão de peixe em panela de barro, cozido no fogão de lenha; é ter iluminado suas noites com lampião, em casinhas de pau-a-pique (...) é ter o sobrenome do próprio padrinho ou do padrinho do pai, é ser chamado no mínimo por um apelido e, ao rechaçar alguém, de preferência usar a via da acusação: "você tem o pé na Prainha". Quando conjugada à palavra pescador, a palavra tradição já adquire outro significado, já não esboça nenhuma relação com a terra, mas apenas com o mar e com o ofício de quem vive de enfrentá-lo (...) ser pescador é exercer uma atividade tradicional à medida que foi a primeira profissão que os imigrantes tiveram, ou que puderam ter, por conta do isolamento em que viviam. Não há como se manter estática uma tradição, aliás, sabemos disso, quando abrimos mão do absurdo "um" pelo humano "múltiplo", encontrado na diversidade cultural (...) a tradição muda, mesmo que seja imã da permanência, que neste caso representa o registrado, o transmitido, que se faz distinto entre os nativos mais velhos e os mais jovens.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nas entrelinhas há interpretações e ressignificações que provocam sensações e percepções nos envolvidos na sequência dialógica. Desse modo, a história é recontada, reinterpretada, reinventando a comunidade cabista. Nas narrativas, além da escuta compartilhada, desvelam-se os elementos da tradição misturados à realidade da vida social. Esta vem sendo preenchida por uma cultura referida às concepções da natureza, da pesca e suas funções, de um universo relacional, compondo um conjunto de práticas sociais dotadas de sentidos que são transmitidas pela linguagem. Hoje, a organização de suas histórias transmitidas pela história oral possibilitou a construção dos contos num livro.

Este conto toma forma na realidade social da comunidade cabista por envolver o cerne dessa comunidade: os pescadores e sua natureza relacional. Os pescadores, ou melhor, o exercício da pesca artesanal e o que os envolve (universos simbólicos, territoriedade, funções sociais e instrumentos) são base da identidade cultural e, por isso, alimentam a memória social e coletiva. Assim sendo, essa interlocução entre os membros da comunidade permite que tais elementos sejam descritos, narrados e, consequentemente, possam ser compartilhados favorecendo a autoidentificação do membro da comunidade, o que possibilita a constituição do respeito e autorrespeito, por comungarem tais elementos. Ou seja, a narrativa é socializadora e, por isso, formadora e mantenedora da memória social e coletiva, além da memória lembrança e hábito.

Por mais que seja ressignificada, redefinida, a narrativa, ao trazer elementos estruturantes significativos, a percepção dos atores sociais como membros da comunidade. Em outras palavras, eles constituem a sua autoimagem e a imagem (Mead apud HONEETH, 2009) dos demais membros havendo, então, o sentido de respeito e autorrespeito. Sendo assim, se percebem como pares e iguais na comunidade cabista provocando a definição dos bens primários no cotidiano e, assim, a possibilidade do princípio de justiça como equidade (RAWLS, 1997) entre os envolvidos na dimensão comunitária.

É inegável que, por meio da existência de tais narrativas, haja sequências descritivas, argumentativas e explicativas. Desse modo, tais sequências da narrativa permitem a redescoberta dessa comunidade tradicional pesqueira. Isso se deve ao fato das narrativas serem fontes de conhecimento que incorporam um sentido amplo dos aspectos culturais, territoriais e cotidianos. Compreendemos que tais narrativas demonstram particularidades culturais da pequena vila de pescadores artesanais de Arraial do Cabo. É perceptível que enquanto comunidades tradicionais, as especificidades encontradas em suas histórias representam o seu modo de vida, se diferenciando das outras comunidades tradicionais e grupos sociais.

O conto: Shangri-lá

Nesse primeiro conto intitulado Shangri-lá, existe um evento que é descrito através de pormenores, definidores da representação dos perigos que os pescadores sofreram ao descrever um evento traumático. Assim, para os membros daquela comunidade, a história narrada torna-se real, dissolvendo a fronteira entre o passado e presente sendo rememorada pelas diferentes gerações. Ao ser narrada há a "escuta compartilhada". Isso significa que traz o sujeito, o ouvinte, o leitor para dentro do evento narrado, provocando suas emoções, interpretações e suas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

significações. Isso é mais evidente quando tal evento, parte da memória social e coletiva vinculadora do grupo, da comunidade, incluindo, assim, a dimensão participativa no ato de narrar. É nesse aspecto que entendemos a particularidade presente no conto *Shangri-lá*. Tal conto "narrado" por diferentes indivíduos tem sido uma das histórias contadas e recontadas entre as gerações. Foi mantendo-se viva pela oralidade articulada na relação direta entre os membros da comunidade cabista. Assim, em *Shangri-lá*, especificamente, encontramos quando remontada e escrita por Pereira (1983) elementos culturais materiais e imateriais, com uma grande riqueza de detalhes descritivos em torno do evento traumático.

Em tais histórias narradas, de maneira geral, além daqueles elementos significantes, há uma margem para diferentes simbologias que percorrem a socialização e provocam distintas conotações. Em *Sangri-lá*, por exemplo, há uma relação entre as lembranças doídas e sofrimentos causados à vila dos pescadores ao evento descrito como histórico. Esse conto é desenvolvido em torno de um evento traumático para a comunidade e, hoje, narrado como:

> Uma das histórias mais tristes ocorridas em Arraial do Cabo foi, sem dúvida alguma, o bombardeio ao Shangri-lá. Muitas versões sobre o ocorrido foram citadas ao longo do tempo, segundo pesquisa realizada em arquivos oficiais, é esta, contada aqui em poucas linhas (PEREIRA, 2013, p. 130).

Partindo dos pressupostos teóricos de Benjamim (1983) entendemos que há uma relação entre narrador e sua matéria (a história) que seria a própria vida humana. Portanto, não é apenas uma relação artesanal de elementos trazidos da experiência, mas, também, de detalhes descritivos da realidade sociocultural e histórica (em nosso caso) e vividos por outros em outro tempo. Entretanto, tal evento traumático descrito nas interações sociais da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo remonta ao presente, pelas emoções e percepções com a narrativa do que teria sido o bombardeio (evento traumático) ao barco pesqueiro denominado *Shangri-lá*:

Shangri-lá

> Uma das histórias mais tristes ocorridas em Arraial do Cabo foi, sem dúvida alguma, o bombardeio ao Shangri-lá. Muitas versões sobre o ocorrido foram citadas ao longo do tempo, segundo pesquisa realizada em arquivos oficiais, é esta, contada aqui em poucas linhas.
> O barco São Martinho, também denominado Shangri-lá, tripulado por dez pescadores, deixou o porto de Arraial do Cabo em uma tarde de junho de 1943.
> Navegando em direção leste-oeste, por fora do farol de Cabo, e São Martinho varria algumas milhas à procura de bons cardumes. Aquela tarde prenunciava excelente pescaria; teoria sábia dos mareantes da Praia dos Anjos devido à pigmentação da água e correntes fracas que corriam em direção sul. Existem coisas que só o céu e o mar podem explicar... E o homem do mar aprende certos mistérios por costumes, profissão e, também, é claro, com a mãe natureza.
> O mundo estava em guerra e a Marinha do Brasil provia algumas embarcações com rádio transmissor e um livro ilustrado com bandeiras de todos os países; a ordem era para qualquer embarcação, navio ou avião de guerra estrangeiro, visto em águas ou espaços do territorial brasileiro, emitir, de imediato, mensagem para terra, em uma frequência que o aparelho dispunha.
> Certa noite, por volta de vinte e uma horas, surgiu, como por encanto, um barco de guerra que os tripulantes do Shangri-lá não sabiam distinguir sua nacionalidade. Era um submarino alemão identificado com as iniciais U-199, considerado o maior e mais moderno navio de guerra da frota de Hitler – "informações contidas nos anais da segunda guerra, segundo relatos da Marinha".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> O barco de pesca semi-iluminado por um candeio era assediado pelo submarino que fazia várias manobras com um canhão de 105 mm de um mero exercício de tiro ao alvo para testar o poder bélico dessa poderosa arma.
> O mestre do Shangri-lá, impelido pelo desespero, apagou a lanterna e deixou o pequeno barco escuro. O comandante alemão *Hans Kraus*, em poder das coordenadas de ataque, deu volta e meia e, contra o bombordo do pesqueiro, autorizou os disparos de sete tiros de canhão, destruindo, por completo, o indefeso barco de pesca.
> Após os disparos, nenhum gemido humano foi ouvido naquele ponto do mar. A marejada, em murmúrio sepulcral, denunciava o repouso daqueles bravos pescadores em sua morada eterna. As claras águas do mar, por razões maternais, não devolveram os corpos de seus filhos, porém, restos do pesqueiro boiaram e seguiram trajetórias diferentes; uma grande porção dos destroços rumou para o alto mar, e outra fração devolvida às praias de Arraial do Cabo. Recentemente, o que se tem conhecimento desse episódio, após setenta anos, foi o anúncio feito pela Marinha do Brasil cientificando tal fato e condecorou, através de uma placa no Monumento Nacional dos Mortos da II Guerra Mundial, os nomes dos dez pescadores tidos, também como HERÓIS DE GUERRA (PEREIRA, 2013, p.130-132).

O narrador, ao contar a história do barco pesqueiro São Martinho, se volta para o acontecimento vivido pela comunidade e que, embora não tivesse, no barco, deixa subentendido as consequências desse bombardeio, doando sentido, emoções e representações para aquela comunidade. Isso possibilita identificarmos, na narração de histórias como essa, a utilização da oralidade, numa perspectiva memorística. Isso se evidencia em detalhes como: "os destroços do pequeno barco retornaram às praias em Arraial do Cabo". Portanto, os destroços possibilitaram que os membros da comunidade naquela época tivessem ciência do que tinha acontecido. Isso favoreceu uma relação entre as gerações no ato de "contar a história" de Shangri-lá. Isso ganha proporções enormes na comunidade por ser um evento traumático vivenciado por aquela comunidade na Segunda Guerra Mundial. Comunidade que vivia isolada geográfica e socialmente. Logo, a narrativa fomentará a constituição da memória social e coletiva por narrar tal "história", mantendo-se viva com a ressignificação da memória social e coletiva.

> As claras águas do mar, por razões maternais, não devolveram os corpos de seus filhos, porém, restos do pesqueiro boiaram e seguiram trajetórias diferentes; uma grande porção dos destroços rumou para o alto mar, e outra fração devolvida as praias de Arraial do Cabo (PEREIRA, 2013, p. 132).

Hoje, com a documentação e organização de tais histórias por Pereira (2013), podemos perceber o que o conto Shangri-lá, especificamente, provoca nessa comunidade. Por ser um evento traumático, faz face às recordações vivenciadas por outras gerações, e que sobreviveu ao tempo, por constituir parte da memória social e coletiva. Agora com o registro, não mais composto apenas pela oralidade, o evento narrado permite uma reinterpretação, ressignificação por meio das sequências descritivas e explicativas. Há uma estreita ligação entre narrador e leitor, embora, seja um movimento solitário vivenciado pelo leitor, ao realizar uma introspecção sobre o evento traumático.

> O mestre do Shangri-lá impelido pelo desespero, apagou a lanterna e deixou o pequeno barco escuro. O comandantes alemão *Hans Kraus*, em poder das coordenadas de ataque, deu volta e meia e, contra o bombordo do pesqueiro, autorizou os disparos de sete tiros de canhão, destruindo, por completo, o indefeso barco de pesca. (PEREIRA, 2013, p.130-131).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse âmbito, ao analisarmos os contos confirmamos nossa hipótese de que a narrativa é socializadora para quem a compartilha no dia a dia. Além disso, consideramos a narrativa como um instrumento revelador de uma cultura, pois ela possibilita conhecer os elementos culturais, que se edificam como contexto e são vivenciados pelos membros da comunidade. Desse modo, o detalhamento dos saberes produzidos ao longo da historicidade dessa comunidade, desde sua formação até a atualidade, permite que encontremos na constituição da herança cultural as tradições e os costumes. Há particularidades da identidade cultural da pequena vila de pescadores cabista. Por exemplo, evidenciamos a percepção desenvolvida pelo pescador dessa região sobre o meio ambiente havendo uma sequência explicativa de como forma o saber desse homem do mar: "E o homem do mar aprende certos mistérios por costumes, profissão e também, é claro, com mãe natureza" *(Shangri-lá).*

> Navegando em direção leste-oeste, por fora do farol de Cabo, e São Martinho varria algumas milhas a procura de bons cardumes. Aquela tarde prenunciava excelente pescaria; teoria sábia dos mareantes da Praia dos Anjos devido à pigmentação da água e correntes fracas que corriam em direção sul. Existem coisas que só o céu e o mar podem explicar... E o homem do mar aprende certos mistérios por costumes, profissão e também, é claro, com a mãe natureza (PEREIRA, 2013, p. 130).

Por meio das narrativas há concepção do que é ser pescador e como tais saberes permitem práticas cotidianas. Ultrapassam o aspecto objetivo da pesca, ganhando um sentido subjetivo do que é ser pescador para essa comunidade de pesca artesanal constituindo a identidade cultural coletiva. Saber o que significam os ventos, as luas, as tonalidades de azuis de suas águas, as marés, da mesma forma, os tipos de pescado, representa um conhecimento vivenciado que forma um legado para as próximas gerações. Tal saber é perceptível na sequência descritiva no trecho: "Aquela tarde prenunciava excelente pescaria; teoria sábia dos mareantes da Praia dos Anjos devido à pigmentação da água e correntes fracas que corriam em direção sul" *(Shangri-lá).* Por isso, a narratividade e a memória social e coletiva são tão relevantes para a sobrevivência do modo de vida da pesca artesanal nessa comunidade.

Dessa forma, a narrativa enquanto linguagem possibilita que as relações dialógicas sejam constantes na formação dos indivíduos que vivem na comunidade. Assim sendo, através da narrativa há a relação dialógica constante com a multidão de vozes, a qual também modela, coloreia e recheia a memória, construindo as subjetividades, nutrindo o mundo com um rico acervo de significações como, por exemplo, encontramos em *Shandri-lá*: "Após os disparos, nenhum gemido humano foi ouvido naquele ponto do mar. A marejada, em murmúrio sepulcral, denunciava o repouso daqueles bravos pescadores em sua morada eterna" (PEREIRA, 2013, p.130).

Nessa narrativa mantiveram-se vivas determinadas lembranças que remontam à memória lembrança, além da memória social e coletiva. Entretanto, o que existe são retalhos de histórias e, por isso, retalhos de narrativas que descrevem os fatos que alimentam as subjetividades e rememorações. Desse modo, em tais narrativas compreendemos pormenores que estruturam um modo de vida que tem elementos estruturantes significativos que permitem que seus membros se reconheçam entre si. Tal reconhecimento, só é possível devido às narrativas serem "recheadas"

de significações que são dadas por aqueles que as compartilham. Na vila de pescadores cabista materializaram-se eventos como esse descrito em *Shangri-lá*, um evento traumático.

> Recentemente, o que se tem conhecimento desse episódio, após setenta anos, foi o anúncio feito pela Marinha do Brasil cientificando tal fato e condecorou, através de uma placa no Monumento Nacional dos Mortos da II Guerra Mundial, os nomes dos dez pescadores tidos, também como HERÓIS DE GUERRA (PEREIRA, 2013, p.132).

Assim sendo, a narrativa provoca o imaginário e significações para quem o conhece e desemboca na realidade da comunidade cabista deixando a emoção, o suspense fluir. Do mesmo modo, suas recordações e lembranças são redefinidas na memória social e coletiva a qual, como já dissemos, constitui representações e subjetividades da historicidade cabista, entre elas, o bombardeio ao barco São Martinho na Segunda Grande Guerra Mundial.

Conclusões

Nesse processo seletivo buscamos a compreensão da conexão entre representações do contexto sociocultural e o seu isolamento social geográfico, os elementos estruturantes significativos e particularidades narradas entre os membros da comunidade. É perceptível a importância da relação da territoriedade, ancestralidade, meio ambiente e o sentido de comunidade tradicional; o desenvolvimento da pesca artesanal e sua definição; e as vivências experimentadas no cotidiano com determinação de funções e saberes, além das lendas com caráter mágico e ficcional construídas na vila de pescadores. Entendemos, então, que esse livro é uma fonte de informação sobre a comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo. Assim sendo, podemos compreender como o aprendizado informal construído historicamente demonstra a relação do conhecimento espontâneo na composição dos seus saberes, sabores, valores, divisão de papéis sociais e racismo local mediante a formação étnica da comunidade cabista.

Nesse sentido, ao compreendermos a importância da narrativa e seus diferentes formatos, há diferentes componentes que são fundamentais para seu desenvolvimento. No que se refere à relação dialógica entre os membros da comunidade encontramos diferentes sequências explicativas, argumentativas, dialogais e descritivas. Desse modo, há um grande acervo cultural que passeia em suas histórias recontando o seu modo de vida e, por isso, é um bem cultural, o que as torna, então, além de ficções por percorrer o imaginário social, uma fonte de elementos definidores do modo de vida, de vivências e memória social e coletiva, reafirmando os elementos materiais e imateriais, bens culturais, e a constituição do sentido do patrimônio cultural dessa comunidade e da sua identidade cultural.

Por meio dessas narrativas, entendemos que a sua importância e suas perspectivas convergem com a nossa reflexão sobre a existência do reconhecimento social na dimensão comunitária e sua relação com a cultura como contexto. Em outras palavras, em tais narrativas há a cultura como contexto, particularizada pelas especificidades vivenciadas no processo de socialização, mantendo o sentido do que forma os cabistas. Isso significa dizer que as narrativas possibilitam a compreensão dos elementos significantes desta comunidade, que são compactuados e compartilhados entre seus membros por meio da interlocução. Portanto, a cultura, vista no contexto social no qual são vivenciados tais elementos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

significativos, pode permitir o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, consequentemente, do que Honneth (2009) definiu como reconhecimento social comunitário entre os membros da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Nilo Lima de & JUNIOR, Wilson Coury Jabour (org). Reflexões e ollares: o patrimonio cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalta, 2012, pp. 17-42.

BEGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento.* 22ª. Edição. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política.* Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. Editora Brasiliense. São Paulo: 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* - lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. Memória e indentidade. 1ª. Edição. SP: Contexto, 2016.

DURKHEIM, Émile. *Les régles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.

ERRANTE, Antoinette. *Mas afinal, a memoria é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar.* In: História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.8, set, 2000, pp. 141-174.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento.* SP: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MALUFF, Sônia Weidner. *Antropología, narrativas e a busca de sentidos*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 12, dez. 1999, p. 69-82.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: principios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª. Ed, 2002.

PEREIRA, Wilnes Martins. *Arraial do Cabo seus contos e seus encantos*. RJ: Hoffmann Editora, 2013.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MEMÓRIA E IDENTIDADE EM LOS ROJOS DE ULTRAMAR, DE JORDI SOLER

Maria Eugênia Morasco Agostinho[1]

Estabelecer um único agente que possa ser dado como causa principal do estopim e da porta de entrada para a Guerra Civil Espanhola resume-se a uma tentativa simplista. Diferentes aspectos foram fundamentais na explosão do conflito: a questão da extrema polarização gerada, principalmente, por ideais político-sociais absolutamente divergentes entre o eixo político de esquerda e de direita; a questão do autoritarismo em oposição à liberdade individual e a questão do centralismo estatal *versus* as já crescentes aspirações regionalistas que surgiam por toda a Espanha.

Eclode, pois, em julho de 1936, após a convergência inevitável dos determinantes citados unidos ao golpe ao estado democrático vigente da II República Espanhola, liderado pelo General Francisco Franco, a Guerra Civil Espanhola, que tem como protagonistas conflitos extremamente violentos entre a vertente democrática de caráter republicano, representada pelas forças que antes haviam constituído a Frente Popular (inúmeros partidos de esquerda e organizações afiliadas) e a extrema direita, o "contingente nazi-fascista, que estava em ascensão principalmente na Alemanha e na Itália" (MEIHY; BERTOLLI FILHO, 1996) e que era composto principalmente por monarquistas, carlistas, católicos radicais e simpatizantes do nazi-fascismo.

Em 1939, a guerra civil propriamente dita se encerra e, por fim, os militares sublevados saem vitoriosos e é instaurado o regime ditatorial de caráter fascista gerido pelo general Francisco Franco, que comandava o exército vencedor. Derrubada a República, implanta-se novamente, com este regime, um governo pautado em moldes extremamente conservadores que perduraria, com algumas mudanças modestas, por quase quarenta anos. No entanto, é importante ressaltar que o estado de guerra no qual a Espanha se encontrava durante a guerra civil durou pelo menos mais 10 anos com a intenção de aniquilar qualquer resquício de existência republicana no país.

Para cumprir com este objetivo, instaura-se uma política de terror apoiada na premissa de que todos aqueles suspeitos de oposição ao regime franquista eram culpados caso não se provasse o contrário, o que era quase impossível dentro do atroz sistema judicial militar vigente, no qual o direito de defesa era praticamente inexistente. Sobre a truculenta repressão empreendida na época, Arnabat Mata (2013, p. 35) diz:

> Tan importante era eliminar físicamente al enemigo, como atemorizar y humillar a la población vencida que sobrevivía para que asumiera su lugar en el *Nuevo Estado*. El régimen franquista creó una tupida red represiva que abarcó todos los campos posibles: el económico, el social, el cultural, el ideológico, el político y fue un instrumento de dominación, de humillación y de consenso forzado.

[1] Mestranda do programa de pós-graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Um dos inúmeros flagelos que assolaram a Espanha a partir destes períodos da guerra civil e do consequente regime ditatorial foi o exílio. Como bem o definiu Said (2003, p. 46), "ele [o exílio] é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar". O sentimento central do exilado é o de não pertencer a nenhum lugar, de estar desgarrado e de não ter um lugar para chamar de seu. Como bem definiu Julia Kristeva (1994, p. 15), a essência do exílio é:

> Não pertencer a nenhum lugar, nenhum tempo, nenhum amor. A origem perdida, o enraizamento impossível, a memória imergente, o presente em suspenso. O espeço do estrangeiro é um trem em marcha, um avião em pleno ar, a própria transição que exclui a parada. Pontos de referência, nada mais. O seu tempo? O de uma ressurreição que se lembra da morte e do antes, mas perde a glória do estar além: somente a impressão de um sursis, de ter escapado.

Sob o comando do general Lázaro Cárdenas, México foi um dos países a abrir suas fronteiras e receber um grande contingente de exilados espanhóis. Segundo dados da Agencia da ONU para os Refugiados (UNHCR - ACNUR) estima-se que entre 20,000 e 25,000 espanhóis se exilaram no México entre 1939 e 1942. De acordo com Víctor Peñalver Guirao (2017, p. 243):

> Francia fue el territorio de salida para los republicanos que iban rumbo a México. El éxodo al país galo alcanzó unas dimensiones jamás vista en la frontera pirenaica. La historiografía no se pone de acuerdo en el número exacto de españoles que cruzaron los pirineos en los últimos meses del conflicto, aunque todo indica que giró en torno al medio millón de personas. El exilio a América, en general, consistió en expediciones escalonadas ya que pocos estaban dispuestos a dar el paso que suponía instalarse en otro continente sin su familia. Es por eso que, entre los primeros que se dirigieron a América, "destaca un grupo importante de hombres solos, pero también de mujeres y niños que, en un segundo momento, después de las evacuaciones infantiles, viajaron con sus familias". […] Mientras tanto, en el sur de Francia, la situación de los españoles en los campos de concentración franceses alcanzaba tintes de tragedia. El Informe Vallière, realizado a petición del gobierno francés, recogía que el 9 de marzo de 1939 la cifra de republicanos españoles en Francia era de 440 000; de los cuales 170 000 eran mujeres, niños y ancianos, 220 000 soldados o milicianos, 40 000 inválidos y 10 000 heridos.

Los Rojos de Ultramar (2004) do mexicano Jordi Soler é um romance que percorre as memórias da guerra civil espanhola e da ditadura franquista, explorando suas consequências a nível individual e coletivo a partir da experiência dos exilados. O narrador da obra, retrato do próprio autor em vários aspectos, é neto de um republicano catalão exilado cuja biografia está repleta de lacunas. Pouco a pouco o narrador vai reconstruindo seu percurso, desde o período de mais de um ano e meio passado no campo de concentração de Argèles-sur-Mer, no sul da França, até a partida ao México graças à ajuda do embaixador mexicano Luis Rodríguez. Ali, mais especificamente em Veracruz, funda uma plantação de café junto a outros quatro catalães exilados, os chamados "rojos de ultramar", aos quais alude o título do romance.

Entretanto, apesar da vida construída no país de exílio, a obra revela que os exilados nunca deixaram de sonhar com o regresso à Espanha, chegando a envolver-se, nos anos 60, em um complô que teria como objetivo o assassinato do ditador Franco, já que sua morte seria o requisito imprescindível para que pudessem voltar a sua terra natal. Assim sendo, através da história de seu

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

avô, o narrador não só se aprofunda na história do exílio republicano, mas também nas marcas emocionais do desterro, que resistem ao tempo atingindo sua própria geração.

Um dos grandes temas suscitados pela obra é o da transmissão e resgate da memória histórica coletiva e individual, familiar. Contudo, antes de que estes temas sejam analisados, é necessário explorar os hiatos existentes na transmissão de memórias, principalmente de memórias traumáticas. Mercedes Yusta Rodrigo (2014) em seu artigo sobre a recuperação da memória histórica na Espanha atual cita o chamado "pacto del olvido" (p. 25), acordo estabelecido no país pelas elites políticas após a morte de Francisco Franco como condição para colocar em prática um processo pacífico de democratização, o que acabou por anular do debate público um possível espaço de legitimidade que desse voz às experiências e às reivindicações das vítimas. Inclusive, a essas circunstâncias relaciona-se de certa forma o ímpeto inicial do narrador de *Los Rojos de Ultramar* (2004) (um professor da Facultad de Antropología da Universidad Autónoma de México) de resgatar as memórias de seu avô. Em uma viagem a Madrid, é convidado para ministrar uma aula para jovens do curso de jornalismo da Universidad Complutense. Em determinado momento, o narrador é questionado por um dos alunos quanto às razões de possuir um sobrenome catalão, tendo em vista sua nacionalidade mexicana. Percebe, assim, que a história do exílio republicano havia sido quase que apagada da história oficial da Espanha. Sobre isso, diz:

> De regreso a México, espoleado por mi experiencia en la Complutense, sintiéndome un poco ofendido de que el exilio republicano hubiera sido extirpado de la historia oficial de España, busqué el sobre que contenía las memorias y las cintas que le había grabado a Arcadi en La Portuguesa y que llevaba años guardado en un cajón de mi oficina. Lo puse sobre mi escritorio y lo observé detenidamente como si se tratara de una criatura lista para la disección. Lo abrí como quien abre un sobre, no me di cuenta de que estaba detonando una mina. (p.19)

Por outro lado, em relação à Espanha, outras possíveis contribuições para a solidificação do pacto do silêncio firmado durante o período de transição à democracia e a consequente dificuldade em conhecer e transmitir memórias do pós-guerra e da ditadura são a resistência que muitos de seus protagonistas apresentam em relatar vivências traumáticas, a ausência de protagonistas que possam fazê-lo ou mesmo a própria subjetividade que compõe os relatos da memória, que acaba criando lapsos em sua transmissão. Sobre a dificuldade em relatar episódios traumáticos, Santos Juliá (2003, p. 254) diz:

> Borrar como cosa no sucedida, no renovar la memoria: echamos al olvido cuando lo que se trata de afirmar es la voluntad de que algo sucedido en el pasado, y de lo que conservo muy vivo y hasta doloroso recuerdo, no contará en el futuro. Son, en la experiencia individual, los amantes, hermanos, amigos que deciden echar al olvido algún suceso que los distanció en el pasado o que les llevó hasta romper la relación. Cuando algo así ocurre no se quiere decir en absoluto que no se recuerda; todo lo contrario, lo que se dice es que se enfrenta conscientemente ese pasado y se decide olvidarlo porque su memoria impediría la reconstrucción de la relación quebrada.

Logo no primeiro dos seis capítulos de *Los Rojos de Ultramar* (2004, p. 17), o narrador descreve um pouco de sua empreitada em gravar os relatos de seu avô Arcadi. Diz: "La tarea de grabar a Arcadi fue un estira y afloja, cada vez que echaba a andar el magnetófono él cambiaba el tema o se sumía en un mutismo del que era muy difícil sacarlo".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao longo de toda a obra, nota-se um entrelaçamento entre as memórias narradas por Arcadi e o discurso próprio do autor, que tenta preencher os espaços não revelados pelo avô (conscientemente ou não). Faz-se clara a impossibilidade de fidelizar a memória à realidade. Sobre esta falida pretensão de relacionar fielmente memória e discurso histórico, Paul Ricoeur (2007, p. 40) diz:

> Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado; desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento [...] não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar. [...] Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela. Os falsos testemunhos [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. [...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história.

A transmissão geracional começada pelos protagonistas do exílio não se dá apenas com relação às memórias, mas também com relação às vivências. As próximas gerações acabam por herdar circunstâncias nas quais estarão permanentemente inseridos. Logo no início do primeiro capítulo de *Los Rojos de Ultramar* (SOLER, 2004), o narrador afirma: "Tengo la impresión de que Arcadi se disculpa con ella (sua filha Laia), con nosotros, de antemano, por esa historia de guerra que desde entonces había comenzado a heredarnos" (p. 15). Sobre isso, Elizabeth Jelín (2002, p. 132) afirma:

> Junto a los silencios voluntarios, son "restos" que quedan, huellas de un pasado "que no pasa" […]: no se trata de la insistencia recordatoria y el reconocimiento permanente de los acontecimientos pasados promovidos por militantes de la memoria, sino todo lo contrario. Huellas y marcas, inclusive en la gestualidad corporal, que permanecen, aun cuando su origen y su sentido hayan sido olvidados. Son a menudo las generaciones más jóvenes, que no vivieron el período del que quedan las huellas, quienes cuestionan y ponen en evidencia esos restos.

No decorrer da narração, começa a fazer-se perceptível uma outra direção para a qual aponta a investigação documental das memórias do avô do narrador: a busca pelo entendimento de sua própria identidade como indivíduo pertencente a duas culturas (a mexicana e a catalã) e portador de duas línguas (o castelhano e o catalão). Em determinado momento, o narrador expõe um pouco de sua vivência como indivíduo multicultural:

> Cuando éramos niños Joan y yo sabíamos que Arcadi había sido artillero y que mamá había nacido en Barcelona en medio de la guerra. Eso era todo. En la casa de La Portuguesa nunca se hablaba ni de la guerra ni de España, o más bien, no se hablaba como se debía de ese país donde había algo que era nuestro ni de esa guerra que había hecho pedazos la vida de la familia. […] Vivíamos una vida mexicana y sin embargo hablábamos en catalán y comíamos fuet, butifarra, mongets y panellets, y los 15 de septiembre, el día de la independencia, permanecíamos encerrados en casa porque los mexicanos de Galatea y sus alrededores tenían la costumbre de celebrar esa fiesta moliendo a palos a los españoles. (p. 41)

Em seu livro intitulado *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2001) Edward Said expõe um pouco de sua vivência como indivíduo pairado entre duas culturas (neste caso, a árabe e a estadunidense). Entre suas problemáticas, cita o permanente sentimento de dúvida e de deslocamento, de sempre

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

se sentir "no lado errado, em um lugar que parecia me escapar assim que eu tentava defini-lo ou descrevê-lo." (p.305). Diz ainda que a relação conflitante entre a língua inglesa e o árabe tornaram-se a pior parte de sua condição de estrangeiro, pois era justamente a língua que, segundo ele, "separava Nós de Eles" (p.305).

Em sua conferência chamada *Reflexões sobre língua e identidade* (2004), Rodolfo Ilari aponta duas evidências que comprovam a relação entre identidade/identificação e a língua. A primeira delas seria o fato de que "a inserção de qualquer falante na língua é sempre altamente pessoal, circunstancial, e isso que faz da língua um fator de identificação muito eficaz" (p. 10). A segunda evidência estaria relacionada ao fato de que a identificação com a língua é sempre da ordem do vivido. Diz ainda: "[...] um dos principais fatores que levam grupos de indivíduos a se identificarem entre si através da língua, são precisamente as representações compartilhadas, pelo peso que tem nelas o vivido" (p. 13). Segundo o linguista, "a contaminação pelo vivido e a força das representações associadas são os dois fatores mais importantes para que nos identifiquemos com outros através da língua" (p. 15).

No romance de Jordi Soler, a família do narrador se distingue dos nativos da região principalmente através da língua. Os habitantes de La Portuguesa falam catalão entre si e comem "fuet, butifarra, mongetes y panellets" (SOLER, 2004, p. 41). Paralelamente, a comunidade circundante também acentua diferenças a respeito dos exilados, os quais consideram estrangeiros. Conta o narrador que no dia da independência do México, os habitantes de La Portuguesa costumavam "permanecer encerrados en casa porque los mexicanos de Galatea y sus alrededores tenían la costumbre de celebrar esa fiesta moliendo a palos a los españoles" (SOLER, 2004, p. 41). Em seu artigo "Geografías del recuerdo" Mónica Quijano Velasco (2011) analisa a relação entre o espaço e a memória em *Los Rojos de Ultramar* (SOLER, 2004). O espaço acaba sendo um elemento narrativo que se faz de especial importância no romance de Soler porque os lugares constituem nele cenários que permitem ao narrador construir sua própria identidade como descendente de exilados. Como destaca a autora, "esto es así porque el espacio vital donde las familias construyeron sus mundos se contrapone al espacio originario, aquel que los migrantes, por diversas razones, dejaron atrás" (QUIJANO VELASCO, 2011, p. 50).

Todos esses entraves identitários sentidos pelo narrador e pelos seus familiares são sintomáticos dos filhos e netos do exílio, bem como do próprio Arcadi quando finalmente retorna a Barcelona décadas depois, em 1977, dois anos depois da morte de Franco. É justamente nesse retorno que Arcadi se dá conta da total dimensão de seu irreparável desgarramento cultural com relação à Catalunha deixada por ele no passado. Ele mal reconhece sua irmã, descobre que o que fora seu lar na juventude havia sido demolido e substituído por um edifício novo e moderno e, além disso, se dá conta de que "la lengua, el catalán que había preservado, junto con sus amigos, durante tanto tiempo en La Portuguesa, y que había transmitido a dos generaciones, era uma lengua contaminada, híbrida, con un notório acento de ultramar" (SOLER, 2004, p. 167).

Em um artigo publicado em 2010, Jordi Soler conta que "ser catalán en Veracruz era precisamente eso: ser un niño exótico que estaba obligado a explicar, con una frecuencia desesperante, la rara filiación de su exotismo" e mais adianta se pergunta: "¿qué es un país? Una lengua, una docena de afectos, tres o cuatro paisajes, unos cuantos sabores y olores, y no mucho más". Segundo Elina

Liikanen (2013), "en el mundo globalizado, la inmigración es una realidad que obliga a las naciones replantearse sus señas de identidad", e em *Los Rojos de Ultramar* (2004), Jordi Soler narra em forma de autoficção as origens e o proceso de construção de sua própria identidade plural na convergência da selva mexicana e da Barcelona imaginada. Ao final, é possível entender que enquanto seu avô Arcadi, catalão, não consegue assumir a qualidade permanente de exilado e ajustar de modo positivo as duas realidades culturais em sua identidade, o autor acaba por mostrar uma conciliação positiva dessa vivência de duplo pertencimento, que não só o permite levar uma vida pessoal satisfatória, mas também exercer o ofício de elo cultural entre Espanha e a América Latina, dois espaços culturais semelhantes, mas muitas vezes alheios entre si em função do desconhecimento e dos preconceitos mútuos.

Referências:

ACNUR, Unhcr -. **El exilio español en México: 80 años de legado**. Disponível em: https://www.acnur.org/exilioespanol/. Acesso em: 09 jul. 2021.

ARNABAT MATA, Ramón.. La represión: el ADN del franquismo español. *Cuadernos de Historia,* (39), Pág. 33 en https://cuadernosdehistoria.uchile.cl/index.php/CDH/article/view/30783/32529, 2013.

BEEVOR, Antony. A Batalha pela Espanha: A Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Rio de Janeiro: Record, 2007.

ELEXILIO español en México: Emiliana Claracó. [S.I]: Acnur La Agencia de La Onu Para Los Refugiados, 2019. Son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XeY9tsdWEUc. Acesso em: 02 jul. 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer.* São Paulo: Editora 34, 2016

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Os impedimentos da memória**. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/NHCHy6vFnHnBxdP3vnmLZ8v/?lang=pt. Acesso em: 09 jul. 2021.

GUIRAO, Víctor Peñalver. El exilio español a méxico y el terror franquista. Una síntesis del inicio del pasado traumático español. **Tzintzun. Revista de Estudios Históricos**, Morelia, v. 66, n. [], p. 233-265, jul./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/pdf/treh/n66/2007-963X-treh-66-233.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

ILARI, Rodolfo. **Reflexões sobre língua e identidade**. 2004. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Palestras/Reflexões%20sobre%20língua%20e%20identidade.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

JELÍN, Elizabeth. Transmisiones, herencias, aprendizajes.*Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JULIÁ Díaz, Santos. "Echar al olvido. Memoriay amnistía en la transición a la democracia". *Revista Claves de Razón Práctica,* 2015, nº 243.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIIKANEN, Elina. La herencia de una guerra perdida. La memoria multidirecional em *Los Rojos de Ultramar* de Jordi Soler. Revista de literatura y cultura españolas, 2013, nº 20. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5023504. Acesso em 11 mai. 2021

MARTIN CASAS, Julio; CARVAJAL URQUIJO, Pedro. El exílio español: (19361978). Barcelona: Planeta, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, Claudio. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

QUIJANO VELASCO, Mónica. Geografías del recuerdo: memoria, literatura y exilio. Revista Andamios, 2011, nº 15. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/628/62819892003.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

RICOUER, Paul. *A memoria, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRÍGUEZ, Ana María Serna. **El exilio en México de la gente común**. 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/amnis/1510. Acesso em: 09 jul. 2021

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio: E outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOLER, Jordi. El relato catalán. *El País,* 31 out. 2010. Disponível em: https://elpais.com/diario/2010/10/31/opinion/1288476012_850215.html. Acesso em 31 ago. 2021.

TODOROV, Tzevetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro: Record, 1999. Yusta Rodrigo, Mercedes. El pasado como trauma. Historia, memoria y «recuperación de la memoria histórica» en la España actual. *Pandora: revue d'etudes hispaniques*, nº 12,2014, pp. 23-41. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5238920. Acesso em 09 jul. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PARTICIPAÇÃO E COLETIVIDADE - DRAMATURGIAS DE FESTA EM SEUS ASPECTOS POLÍTICOS

Matilde Wrublevski Pereira[1]

Este artigo propõe um estudo teórico sobre os desdobramentos políticos possibilitados pela noção de dramaturgias de festa. Se trata de uma reflexão, através de uma concepção dramatúrgica, que reúne conceitos de dramaturgia, festividade e ritual, como um posicionamento sobre formas de engajamento e participação do público. Festa enquanto expressão social existe em suas variadas formas e organizações, podendo propor um reforço da constituição das relações e das lógicas de poder que existem no mundo cotidiano, no entanto, a ideia de festa abordada neste estudo aparece como uma forma de questionar e subverter as hierarquias e lógicas prévias ao acontecimento. De modo que, os participantes possam, através de uma experiência de autonomia, escrever novas formas de relação com o outro. Assim, a festividade dentro dessa noção de dramaturgia é um posicionamento e uma proposta de engajamento e pertencimento dentro de uma experiência que é coletiva e individual ao mesmo tempo.

Quando nos referimos às dramaturgias de festa no contexto sociopolítico brasileiro, estamos entrando em um território específico, onde a prática capitalista neoliberal, seu histórico como país colonizado e suas subsequentes problemáticas com desigualdades sociais e invisibilização de parcelas da sociedade dificultam e complexificam o processo de participação popular. Este estudo traça um paralelo entre as possibilidades de organização e participação dentro de uma proposta estética festiva, que habita simultaneamente o mundo cotidiano e o mundo da festa, como formas de criação de comunidades efêmeras e o exercício da participação política popular. Este processo evidencia a busca constante por diferentes formas de pensar a questão do engajamento e da participação.

Em um primeiro momento será apresentado a noção de dramaturgias de festa, em sua constituição teórica e estrutural, para então, apresentar um recorte político sobre a política brasileira bem como uma compreensão sobre capitalismo neoliberal como uma base de organização institucional que fortalece a esfera individual. Posteriormente, será observado como essa dramaturgia problematiza e tensiona esse sistema através de experiências cujo propósito está pautado no encontro, em um exercício de engajamento nas negociações que existem no âmbito da coletividade.

Dramaturgias de festa enquanto noção

Dramaturgias de festa se trata de uma noção que é construída sob uma concepção dramatúrgica que se aproxima de uma prática ritualística, onde existe um roteiro a ser seguido, no entanto, ele

[1] Mestre em Artes da cena e doutoranda da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. matildewrublevski@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

não é determinante sobre os desdobramentos ou efeitos práticos que possam aparecer. A organização das ações é pensada para produzir um determinado impacto e/ou sugerir um direcionamento de problematização e reflexão, sobre o público, através de um movimento que traz cada vez mais a prática da dramaturgia para o acontecimento cênico, abandonando um texto prévio, para dar lugar a um roteiro composto por propostas de ações para serem realizadas coletivamente com o público. A dimensão da festa nesse cenário não aparece como um conceito total, mas ela é desenvolvida entre as resoluções de Roberto DaMatta (1997) baseada nos ritos informais e fundadas na ideia da espontaneidade, da despersonalização e na quarentena da hierarquia (p. 48) e na visão de Patrícia Fagundes (2010), onde é tomada por uma forma de ver e conviver no mundo, sendo centrada em um ponto de vista sobre a existência, criação e relação. Assim, festividades seriam momentos de atravessamentos, questionamento e sobreposições dentro de uma dinâmica polissêmica (p. 34). Desse modo, a festividade aparece como posicionamento artístico que expressa um modo de convivência e coexistência em uma nova lógica.

A provocação do encontro dessa noção dramatúrgica é um traço constitutivo, onde são enfatizadas as possibilidades de criação coletiva, expondo um posicionamento sobre a relação do artista com o público, se posicionando também sobre a imposição de lógicas de existência individuais e meritocráticas. "Nos definimos na relação com os demais, participamos em uma experiência comum que se inscreve em uma lógica relacional onde o sensível opera como um fator importante de sociabilidade. [...]" (Fagundes, 2010, p. 104). O encontro evidencia a necessidade de uma profunda negociação nas relações, que pode gerar diferentes qualidades de coletividades e comunidades efêmeras. Cada desdobramento faz parte do encontro, seja a aproximação ou a recusa. Existe fortemente o caráter do prazer, mas não se trata necessariamente de um acontecimento harmonioso. Na verdade, o aspecto do embate faz parte da negociação, pois é preciso considerar as perspectivas, posicionamentos, história e afetos do outro. O encontro então é construído através de olhares, contatos e escutas, podendo provocar discordância, mas, o que é interessante ressaltar nesse quesito é a possibilidade de estar aberto para a escuta e a troca sem necessariamente afirmar a posição do outro.

O caos é um elemento importante para quando pensamos nesse encontro. Primeiramente, é importante esclarecer que o caos não aparece aqui como um aspecto negativo que está em oposição a ordem, a ideia de caos traz complexidades que dizem respeito a um movimento incessante de negociações e transformações. Assim, a ideia de caos é construída através da visão de Fagundes como vetor do que se define como festividade, em um "universo onde a destruição é compreendida como parte da criação, o azar e o imprevisível são aceitos, o processo é privilegiado, a dissonância, dinâmico e o plural são admitidos" (Fagundes, 2010, p. 97). Ao abraçar a ideia de imprevisibilidade, da perturbação da ordem e da destruição como parte do processo de criação, vemos que o encontro existe em uma pluralidade de formas e se coloca nesse lugar aberto ao risco e ao inesperado, pois não há como planejar cada ação que pode surgir de uma festa, cada formação coletiva ou os níveis de engajamento.

O processo de um ritual conduz a um paralelo que traça um caminho entre a preparação, o contato com uma nova lógica de relação e o retorno a vida social. Esse paralelo traz o estudo de Victor

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Turner (1982) sobre as fases *preliminal*, *liminal* e *posliminal*, do ritual de passagem. A etapa de preparação neste estudo corresponde ao estado *preliminal* que, segundo Turner, demarca um tempo e espaço específicos (1982, p. 24). Nesse tipo de dramaturgia, o estado de preparação pode aparecer de diferentes formas, a questão não está na ação que é elaborada, mas na intenção que existe para ela, transformando-a assim, em momento de separação da vida cotidiana. Este é um momento proposto pelo artista onde o público deve se concentrar no tempo presente e pode vislumbrar alguns sinais sobre os acontecimentos que estão por vir, em um primeiro contato com a proposta estética, quando o público chega ao espaço e encontra os artistas e os elementos que foram preparados.

A próxima etapa corresponde ao estado *liminal* onde o sujeito atravessa um tempo de ambiguidade, como um limbo social (Turner, 1982, p. 24), onde as regras sociais são suspensas, este é o lugar das transformações. Os ritos oferecem um momento dentro e fora do tempo e da estrutura social, evidenciando aos olhos, os vínculos sociais que ao deixar de existir se fragmenta em outros elos estruturais (Turner, 1998, p. 103). Mesmo no texto de Turner já podemos ver indícios de que a suspensão das regras é algo mais complexo e menos delimitado. A finalização da festa e seu retorno a vida social também são partes relevantes, existindo como um propósito que se expande para além do acontecimento artístico. A fase *posliminal* do ritual, ao que Turner chama de integração, representa o retorno ao seu lugar na sociedade (1982, p. 24), o sujeito retorna transformado pelo ritual. "[...] nenhuma mudança de status pode estar envolvida, mas eles foram ritualmente preparados para uma série de mudanças na natureza das atividades culturais e ecológicas a serem realizadas e nas relações que terão com os outros [...] " (Turner, 1982, p. 25)[2]. Contudo, consideramos aqui que a concepção de transformação não opera no sujeito sozinho de forma radical, ela existe no âmbito da preparação para novas relações, podendo haver ou não uma mudança no status social.

Diferente do que é colocado por Turner (1982) para o período *preliminal*, quando pensamos na noção de dramaturgias de festa especificamente, o processo vivido pelo público não acontece por um afastamento de uma condição social anterior, na verdade ela é colocada no centro da questão, isto é, nenhuma condição social, econômica ou cultural prévia é abandonada. Por não se tratar de uma suspensão das normas sociais, mas de enfatizá-las, as estruturas sociais permanecem exatamente para serem alvos de questionamentos e subversões, para que esse processo aconteça às vistas do público e a partir das suas interferências e participação. A ideia de transformação não aparece como uma mudança que é concluída após o acontecimento. As dramaturgias de festa são operadas por uma intenção de tensionar, no âmbito sensitivo e crítico, as relações, de modo que, a fase *posliminal* exista para causar uma inquietação e estranhamento sobre as lógicas hegemônicas. Dramaturgias de festa é uma escolha e um posicionamento que tenciona a criação de comunidades efêmeras, em uma identificação do encontro como um modo de criar o reconhecimento dentro do âmbito coletivo sobre as implicações das escolhas sobre as ações que são propostas. O posicionamento se refere a renovação das experiências estéticas diante da ênfase social para uma

[2] No original: "[…] no change in status may be involved, but they have been ritually prepared for a whole series of changes in the nature of the cultural and ecological activities to be undertaken and of the relationships they will then have with others […]" (Turner, From Ritual to Theatre: the Human Seriousness of Play, 1982).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

trajetória predominantemente meritocrática e individual, possibilitando a pesquisa e redescobertas de novos formas de potência do movimento coletivo. Essa noção de dramaturgia pode ser considerada como uma forma de discurso que diz respeito a essa experiência coletiva aberta para atravessamentos diretos cuja reverberação ultrapassa o acontecimento cênico. Desse modo, as comunidades efêmeras que são criadas e destruídas constantemente fazem parte da relação entre o simbólico e a vida cotidiana, sendo o contexto, social, político, econômico e cultural, em que ela se encontra parte desse processo.

O caminho que o participante elabora passa primeiro por um reconhecimento da proposta e das relações que são ofertadas, tendo em vista que cada corpo e cada história é composto por um curso diferente. Após esse entendimento a experiência ganha protagonismo, pois é necessário que cada participante prove e vivencie os limites dessa autonomia. Existe um processo racional de entendimento, mas ele não acontece apenas no intelecto, ele existe também no corpo, isto é, há um movimento que perpassa a noção do pertencimento sobre o acontecimento, como cada resposta e cada ação impacta a construção coletiva. De modo que, cada participante precise tomar uma decisão e escolher como deve ser a sua participação, independentemente de como ela for, será um meio de se posicionar criticamente. Como ponto central desse processo podemos observar a experiência em controverter as hierarquias e lógicas de relação pré-existentes no campo do espetáculo, mas não as abolir, para que o espectador possa participar ativamente dessa subversão, colocando-se, através da participação.

Contexto político e econômico neoliberal

A festa enquanto dramaturgia possui uma agenda impulsionadora das ações que são propostas. Pode ser a reunião de pessoas interessadas em algum tema específico, algum estilo de música, uma data festiva, uma causa política, dentro de uma imensa variedade de motivos pelos quais as pessoas se juntam, se aglomeram ou se sentem convocadas. A construção entre os integrantes da festa é responsável por criar um modo de organização particular, que só é possível a partir da combinação de elementos específicos, criando modos relacionais. Em uma primeira instância, a discussão em torno de questões políticas, no Brasil, na última década, passara a abarcar um engajamento que leva em consideração questões identitárias, afetos e outras camadas de relações que compõe o contexto político atual. Assim, a micropolítica para a qual até então não havia espaço na agenda dos movimentos sociais, passou a ter uma presença de maior relevância, com uma expansão de múltiplas vozes e pontos de vista discordantes que proporcionaram novas formas de participação e engajamento político.

Vemos no contexto brasileiro, principalmente dentro do processo que abarca as últimas duas décadas, um encadeamento de acontecimentos que formaram o cenário político brasileiro. As manifestações de junho de 2013 tiveram um aspecto de renovação das expressões do exercício político. Muito se questionou se o apartidarismo que foi investido na época significava uma dissolução entre os movimentos de esquerda e direita que bradavam juntos por um país sem corrupção, o que agora já podemos concluir que esse foi um pensamento bastante ingênuo e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tendencioso. Em uma primeira instância o Movimento Passe livre[3] (MPL) foi o incendiador desses protestos diante do reajuste de 0,20 centavos nas passagens de ônibus, no entanto, outras pautas foram agregadas, como a insatisfação sobre os gastos com os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo e com as notícias de denúncias de corrupção, além de uma sensação já fatigada de falta de representação política. O que se seguiu nos anos seguintes, foi um agravamento das disputas e da ênfase nas diferenças entre os posicionados pela esquerda ou pela direita.

Em 2014 o Partido dos Trabalhadores venceu a acirrada eleição presidencial que acabou, no ano seguinte, por culminar em um golpe político com o afastamento da primeira Presidenta mulher eleita democraticamente, Dilma Roussef. Os eventos se seguiram, como o julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos processos contra corrupção, a posse do vice-presidente, as novas campanhas para a eleição presidencial de 2018 que ascenderam um candidato, que viria a ser presidente e, que representava uma união de elementos antidemocráticos, assim como um reflexo de todo sentimento reacionário expressado fortemente e principalmente (mas não exclusivamente) pelas classes econômicas média e alta brasileiras. Era refletido o clima de instabilidade política, no sentido da instituição, mas também refletia um expressivo engajamento ou envolvimento de organizações e coletivos sociais. A partir de 2018 o Brasil tornou-se cada vez mais hostil com opositores ao governo, como podemos ver no exílio de Jean Wyllys[4], e no assassinato de Marielle Franco[5], vereadora eleita em exercício, da cidade do Rio de Janeiro, cuja investigação ainda não foi concluída e que já apontou indícios de relação com a família do presidente em exercício.

Diante dessa breve recapitulação de evento, podemos perceber que houve o seguimento de um cenário conturbado, mas, dentro desse contexto, muitas organizações se consolidaram. Dentre os inúmeros atos que protestavam sobre o processo judiciário onde tramitava o golpe para Dilma Roussef, tivemos também uma imensa manifestação, organizada por mulheres, que expressava seu descontentamento com a candidatura do candidato do Partido Social Liberal (PSL) à presidência. Até hoje, os atos que reivindicam uma resposta para quem foi mandante do crime que matou Marielle Franco continuam a aglomerar pessoas na praça da Cinelândia, além das manifestações que correram o Brasil devido aos cortes orçamentários na educação em 2019. Vemos nesses exemplos como o a construção de um espaço-tempo coletivo foram artifícios essenciais e potentes para o posicionamento e o exercício político.

Apesar da aparente adesão a uma pluralidade de agendas, a questão do engajamento ainda é uma adversidade pois é preciso contemplar a pessoa engajada, suas demandas particulares e outras indiretas. Torna-se perigoso escorregar nesse mar de assuntos sem priorizar nenhum, ou até

[3] O MPL se posicionou em 2013 como um "movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior" (Movimento Passe Livre, 2013, p. 12-13).

[4] Em 2019, diante de repetidas ameaças de morte, deputado federal eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Jean Wyllys abdica do cargo e da vida no Brasil.

[5] Marielle Franco, mulher, negra, lésbica e nascida no complexo da Maré, foi assassinada na noite de 14 de março de 2018, junto com seu motorista Anderson Gomes. O crime aconteceu no bairro Estácio, quando seu carro sofreu uma emboscada. Na época o Estado estava sobre intervenção federal na segurança pública. Entre as pautas da vereadora, ela denunciava constantemente a truculência policial em moradores das comunidades.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mesmo, diminuir o nível de engajamento por priorizar um deles. Não se pode forçar alguém a participar ou se posicionar diante de uma situação. Mesmo alguns representantes eleitos quando pressionados não o fazem. Tem se buscado novas formas de organização e participação popular, assim como se procura novas propostas para construir e experimentar outros modos de participação, reconhecendo na dramaturgia da festa um desses modos onde é possível potencializar a formação e reconstrução de novos impulsos de participação. Quando abordamos o termo participação, ele está sendo abordado como um paralelo entre a participação do público em um espetáculo festivo e a participação política popular, delineando um diálogo que existe entre práticas artísticas e o exercício político. Esse diálogo traça um caminho entre um acontecimento artístico que pode ser visto como uma resposta sintomática de um processo político que envolve o Estado e seus posicionamentos dentro de uma constituição capitalista neoliberal.

Quando pensamos na estrutura do Estado, podem existir dois lados, enquanto organização que é essencialmente política cujo papel é de administração através de um conjunto de constituição e poderes, e como entidade responsável por garantir o acesso a requisitos básicos para uma vida digna. Assim, quando analisamos a relação do Estado com as estruturas econômicas da sociedade capitalista vemos que muitas vezes no discurso existe uma tentativa de afastamento da esfera política, mas que na prática desenha claramente um projeto que é político. Este projeto se concentra na constante individualização do sujeito e das experiências, com ênfase em uma trajetória de vida meritocrática que não abarca as demandas específicas de cada segmento da população.

Através da análise de Wolfgang Streeck (2018), observamos como o processo de despolitização está atrelado a uma contínua individualização da vida e das experiências. Tanto a despolitização quando a individualização são encadeamentos que as dramaturgias de festa enquanto posicionamento político coloca em tensionamento direto. O ponto central da tese de Streeck é que subestimar o capital como um potente agente político e como força social e sobrestimar sua capacidade de ação e planejamento de políticas estatais, acaba por substituir a teoria econômica, com a teoria do Estado e da democracia (2018, p. 14). O capitalismo traz consigo uma concepção de formas de vida que são adaptadas e movidas ao mercado, isso é um ponto significativo, pois é exatamente nessa diluição do mercado em múltiplos aspectos da vida que aparece a contradição do posicionamento do capital sobre o Estado democrático. "[O capitalismo] não é um estado natural, mas sim uma ordem social que, estando associada a determinado tempo, necessita de ser formada e legitimada: [...] podendo, em princípio, ser sempre negociada de novo e estando permanentemente ameaçada da ruptura" (Streeck, 2018, p. 27). Esse ponto de partida coloca o capital como algo constituído pelo contexto social e temporal, sendo que essa constituição pode ser reconstruída ou questionada a qualquer momento, além de, essa parte é importante enfatizar, ele não é um estado natural e inerente para a humanidade.

A modificação da maneira como o capitalismo atuava num cenário pós-guerra, e a posterior liberalização que o associou ao neoliberalismo é um grande exemplo disso, como o desemprego

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

estrutural[6]. De modo que, a meritocracia, termo cada vez mais presente no vocabulário atual, ganhou um espaço que acabou também sendo normalizado a ponto das desigualdades e exploração do trabalhador não serem tão evidentes ou serem vistas como algo inerente ao mesmo. O que se seguiu foram várias derrotas da população dependente dos salários através dos enfraquecimentos dos sindicatos e fim da sua capacidade de greve. Ao retirar ou diminuir as forças de organização dos trabalhadores foi inevitável um processo de despolitização, impactando diretamente a participação da população em decisões do Estado, afastando assim cada vez mais a participação popular da vida pública, sendo que, esse processo não implica apenas em uma participação direta, mas até mesmo, em dificultar o processo de entendimento, tornando difícil responsabilizar um representante em uma pauta pública. Tornou-se muito comum, em discursos, de figuras políticas atuais, que uma empresa privada precisa responder por uma questão que era de responsabilidade do Estado. Assim, o progresso se trata de uma "despolitização da economia política, cimentada em Estados nacionais reorganizados sob o controle de uma diplomacia governamental e financeira internacional isolada da participação democrática" (2018, p. 42) e isolada assim de uma participação coletiva. Do ponto de vista teórico, portanto, o neoliberalismo não é compatível com uma participação da população nas decisões políticas dentro de um Estado democrático e este último, cada vez mais se torna um agente atuante dentro dos interesses neoliberais, como um forte repressor da participação política popular.

Quando a economia política capitalista neoliberal é vista como condições essenciais de funcionamento do sistema em um estado natural, alheio a vida política, acaba por transformar toda forma de contestação ou abalo como uma perturbação. O que podemos perceber no estudo de Wolfgang Streeck é um processo de individualização da experiência aliado a uma despolitização do modo como olhamos a vida social e as outras relações que os atravessam. Esse ponto é muito relevante, pois esses aspectos não estão isolados de outras esferas da vida, pensar o mercado, e por consequência o trabalho, destacados entre si, é uma visão precipitada. A vida, especialmente no âmbito social, é composta de elementos que se influenciam diretamente, tanto no modo como construímos uma carreira, como no modo como nos relacionamos com o entorno.

Esse processo se torna uma cadeia de acontecimentos através de uma perspectiva onde o que importa acima de tudo é a conquista individual, o que é construído no domínio privado, a carreira que é conquistada por seu próprio mérito, os lucros que são retidos pelo dono da empresa, independente da dimensão da contribuição dos funcionários. A participação política direta, através das eleições, é um exemplo interessante, pois é bastante comum ouvir argumentos sobre a decisão do voto ser em função, principalmente, de um benefício próprio, para então considerar o impacto coletivo. Esse tipo de caso é muito explicativo, pois demonstra que existe uma preocupação e ação em prol de um bem coletivo, de organizações sociais que se dedicam a essas pautas, no

[6] O desemprego estrutural foi uma resposta a um cenário de empregos aparentemente seguros e permanentes que faziam com que os trabalhadores abandonassem a possibilidade do desemprego e da volta a um estado de miséria "Os empregadores e alguns governos do capitalismo democrático encararam a onda mundial de greves selvagens em 1968 e 1969 como a consequência de uma fase demasiado longa de crescimento sem crises e de pleno emprego garantido e como a expressão da atitude crescentemente descomedida por parte dos trabalhadores que a prosperidade e o Estado-Providência tinham habituado mal." Para mais detalhes ver: Streeck, 2018, p.28.

entanto o modo como é equilibrado as esferas individuais e coletivas são desproporcionais, ou seja, a individualização das experiências e a despolitização das relações geram uma reação.

O aspecto da experiência de participação coletiva projetada por dramaturgias festivas tem uma ação direta sobre os paradigmas políticos brasileiros. Essas práticas artísticas vêm como uma reação e expande o entendimento sobre as questões que são englobadas dentro da esfera política. Assim, se torna político a negociação e o tensionamento que existe, assim como suas contradições que não são suprimidas. O aspecto da simultaneidade traz um paralelo importante onde, mesmo quando o participante habita o mundo cotidiano, dentro desse contexto político, ele também subverte e experimenta no corpo outras formas de relação que não necessariamente estão baseadas por uma premissa de despolitização. No entanto, é importante enfatizar que o momento da festa, a lógica capitalista ou as hierarquias postas pelo Estado não desaparecem, ele existe de modo complementar ao acontecimento festivo, sendo papel dos participantes transitar entre esses dois mundos.

Portanto, quando Žižek discorre, em *Cidades Rebeldes*, sobre a luta pela liberdade, que estaria por detrás de outras demandas, afirma que ela deveria existir além da esfera política propriamente dita, mas também residir na rede "apolítica" das relações sociais, "desde o mercado até a família", apontando que a mudança efetiva consiste não numa reforma política, mas nas transformações das relações sociais "apolíticas" de produção (p. 103). Essa expansão no sentido de política, abrangendo as relações "apolíticas" diz respeito a uma reflexão de Marx, trazida por Žižek, que coloca questões, como por exemplo, direitos humanos, relações trabalhistas ou liberdade de imprensa, que são deixadas de fora da esfera política, no sentido estatal, portanto seriam consideradas "apolíticas", sendo, contudo, esse tipo de problemática a qual deveria ser dedicado as transformações. No entanto, considero que essas relações não são "apolíticas", a partir do momento que são pensamentos construídos a partir de relações sociais e essas por sua vez são permeadas por posicionamentos e conflitos políticos internos, conscientes ou inconscientes.

O que é implicado aqui é o envolvimento e impulso de decidir sobre a forma de se relacionar com essas práticas cotidianas, ditas como "apolíticas", pois essa mesma forma pode refletir não apenas um posicionamento sobre, mas também pode gerar uma mudança, ambos que ecoam diretamente na esfera política. Parece então, que uma coisa influencia a outra, alimentando e reorganizando constantemente paradigmas e lógicas vigentes. A festa enquanto posicionamento político como dramaturgia traça uma mudança de perspectiva, dentro de uma organização coletiva no olhar para o modo de estar juntos, seja no âmbito econômico, social ou em uma ação planejada com esse objetivo, como uma festa. A perspectiva tomada se torna um olhar crítico nesses contextos, tensionando o modo como essa organização acontecem, podendo então, enxergar reverberações, mesmo que subjetivas, nos demais aspectos da vida social.

Considerações finais

O Brasil tem uma construção social particular, onde seu desenrolar não acontece da mesma forma para todos, sendo atravessado e fraturado por questões de colonizações, econômicas, gênero, cor, entre outros pontos. Desse modo, as relações políticas e com a própria política em si, possuem

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

especificidades que reverberam no modo de exercer e refletir sobre diversas formas de participação popular. Quando pensamos então, sobre o que vemos de político na participação de uma festa, seja ela envolvendo uma manifestação diretamente política como também uma festa que tenha um propósito voltado a experiência sensorial, estética e artística, é preciso considerar primeiro que os reflexos dos acontecimentos das dramaturgias de festa estão permeados por esse contexto.

Existem diversas reflexões sobre a força que a coletividade tem sobre seus governantes, no entanto, podemos observar com frequência a dificuldade que enfrentam organizações sociais, ao tentar engajar parte da população em suas manifestações públicas, ou até mesmo, em tornar alguma informação importante pública. A sensação de não fazer parte de determinados segmentos da sociedade é levada a tal ponto, que regularmente manifestantes, além de enfrentarem a força de repressão do Estado, enfrentam fortes críticas da população por interferir na ordem diária, congestionando ruas ou causando aglomerações em praças. A sensação de não pertencimento, aliada a uma urgência de questões socioeconômicas com que convivem muitas dessas pessoas, acabam por se desvincular de demandas, por causas aparentemente mais amplas como educação ou cultura, não por falta de empatia, mas por conta de outras questões urgentes cujo impacto imediato é muito grande. Não há tempo para protestos e engajamentos, mas a consciência existe, pois o oprimido compreende sua condição de existência, o que se encontra comprometido é a reação. Assim, a construção coletiva é criticada e deslocada do seu lugar a todo tempo, contudo, existe uma forte força de reação sobre esse encadeamento, continuam a existir muitas formas de pensar as relações de trabalho, as fissuras afetivas que vinculam as pessoas e modos de alteridade. As pessoas não deixaram de se organizar coletivamente e nem de pensar novas formas de organização, novas economias ou novas formas de troca. O que acontece são novos contextos sociopolíticos que geram novas urgências ou barreiras, estamos redescobrindo novas formas de manifestar nossas insatisfações com as organizações, instituições e representações

Nessa reflexão, podemos pensar que a ideia de engajamento para uma participação política foi sendo reformulado e conquistou novas formas de existência e de fazer despertar um sentimento crítico social que permeia a vida, em um sentido de um exercício político cotidiano. Acredito que o engajamento tem relação direta com uma sensação de pertencimento que extrapola uma experiência específica isolada para outras esferas da vida, desde o convívio diário com familiares até nas pequenas escolhas rotineiras. Essa dramaturgia transita entre uma condição que só pode ser vivenciada coletivamente, mas que passa também por um impulso individual tanto para pertencer a essa coletividade quanto para compor a própria ação à sua maneira, sendo visto assim, como um posicionamento político.

Assim, a participação e o engajamento criam espaços de percepção de uma implicação individual dentro da ação coletiva. Esse cenário remete a um entendimento de pertencimento e envolvimento de cada participante no que diz respeito e reflete aspectos sobre participação em agendas sociais e coletivas. Questiono então, o que nos move? O que suscita os nossos processos de engajamento? Diante de um contexto social que privilegia a experiência individual, quando nos sentimos parte de um movimento coletivo? Penso que certos conjuntos de estratégias propostos como dramaturgias atuam, de modo que, o participante sinta que faz parte da ação, e crie o

impulso de colaborar diretamente. Como cada detalhe, contribui para os participantes habitarem um limiar entre diferentes mundos.

Os questionamentos e resoluções apresentados são uma forma de impulsionar a reflexão, no entanto, não há intenção de construir uma compreensão plena sobre estes desdobramentos devido a pluralidade que existe nas manifestações de dramaturgias de festa, e a constante mudança na qual o contexto brasileiro está submetido. Porém, pensar até que ponto as contradições sociais brasileiras estão presentes, ou não, nas dramaturgias de festa, se trata de um exercício em busca de uma especificidade trazida por esse contexto, para compreender a relação que existe a concepção capitalista neoliberal no Brasil e os modos de participação popular.

Referências

DaMatta, R. *Carnavais, Malandros e Heróis.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Fagundes, P. *La Ética de la Festividad en la Creación Escénica.* Madrid, Espanha, 2010.

Rolnik, R., & De et al. *Cidades Rebeldes.* São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

Streeck, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático.* São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

Turner, V. *From Ritual to Theatre: the Human Seriousness of Play.* New York: Performing Arts Journal Press, 1982.

Turner, V. *El proceso ritual.* Madrid: Taurus, 1998

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

THE FALSE PERFORMANCE: ANALISANDO A NOÇÃO DE "POSER" ENTRE OS MEMBROS DO HEAVY METAL

Muryel Moura dos Santos[1]

Introdução

Este manuscrito que apresento parte de uma pesquisa empreendida desde 2015, desde então, temos acumulado e sistematizado um extenso material fruto de um esforço etnográfico das situações em que os membros do Heavy Metal interagem e acompanhamento dos mesmos nas redes sociais em grupos do Face Book e WhatsApp. Quando começamos a estudar os membros desse grupo, havia a intenção de entender como se dava as relações sociais no grupo, notadamente, nos espaços dos shows e assim produzir a monografia final de curso. Através dessas incursões, compreendemos existir um sistema classificatório de pertencimento que dinamizava as interações entre eles. Duas categorias do grupo se destacavam, a primeira, truer e a segunda poser, mobilizadas para mensurar até que ponto o indivíduo inserido no Heavy Metal era merecedor de tal honra, caso isso não fosse possível de ser apresentado em tais ocasiões não se gozaria do prestigio social que era ser membro do Metal – prática fortemente compartilhada entre homens e, portanto, era rara observar mulheres inferindo tal atitude aos demais.

Aqui pretendemos interpretar a representação performada e compreendida pelo grupo enquanto "poser", categoria mobilizada quando o indivíduo demonstra não ser merecedor da identidade Headbanger, sendo assim, uma categoria atribuída a exclusão e indiferença para com tal e convencionada, isto é, se trata de uma prática comum no recorte de pesquisa. Através dessa categoria podemos entender um pouco sobre o modus operandi das relações internas ao grupo, de modo a demandar dos membros lealdade e compromisso, algo que era compreendido como um desafio constante em manter uma identidade verdadeira de acordo com os valores sociais do grupo, de envolvimento completo com a identidade sem se desviar ou dissimular tais aspectos – viver a identidade no ordinário e excepcional da vida.

Para apresentar está interpretação do grupo, se tornou fundante observar os membros em diferentes contextos antes, durante e depois dos shows, como em excursões e cotidiano dos indivíduos que se compreendem enquanto possuidores de uma imagem social Headbanger, prática que nos resultou num caderno de campo com diversas ocasiões em que a categoria poser aparecia. Nosso foco recai em entender de que forma esta categoria é acionada pelos membros estabelecidos como representação falsa que "alguns" indivíduos fazem do Metal. Portanto, o manuscrito está dividido em dois pontos: o primeiro ponto, tratará da prática de representar o grupo; no segundo ponto, discutimos a maneira pela qual a prática social produz desafios para se

[1] Doutorando em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG/FAPESQ-PB. Lattes ID: http://lattes.cnpq.br/5996979421440487. Orcid ID: https://orcid.org/0000-0003-1552-2189. E-mail: muryel_moura@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

manter a representação, não somente aqueles que na visão do grupo "falseiam" bem como a todos da comunidade que em alguma medida pretendem manter status no Metal. Assim, compreendemos que a forma de representar no Metal se realiza no percurso ou trajetória dos indivíduos e que esta encontrará em algum momento rasuras e fragmentação quando mal praticada.

The false performance

Ao iniciar minha pesquisa sobre o tema aqui tratado em 2015, observando e acompanhando os membros que compõem esta identidade social e cultural Headbanger, tendiam a super enfatizar a importância de representar "bem" o grupo como algo de apreço social, sendo através da prática de representar que os membros avaliam se o outro indivíduo está transmitindo sinais autênticos no momento da socialização dos shows (Santos, 2021). Sendo esta prática social dos Headbangers socialmente compartilhada objetivamente e subjetivamente, compreendemos que os espaços sociais de interação em que os membros ocupam são valorizadas a tal ponto que se demanda deles questionar uns aos outros até que ponto estão inseridos no Metal para manter a identidade como truer, isto é, sustentar a impressão transmitida que segue um estilo de vida verdadeiro do Metal.
Isso de fato têm várias implicações, no entanto, se destaca aqui o jogo de interações que são operadas pelos membros para afirmar o seu lugar, mostrando que tem um gosto musical distinto, não somente da sociedade dominante como se distinguir dos membros do grupo o que permite a existência de uma disputa em que todos participam. As bandas "clássicas" desse estilo musical são exortadas no discurso dos membros para destacar certo gosto distinto e que valoriza as origens da identidade subversiva, portanto, o valor social depositado nessas práticas reverbera na reprodução de uma forma social de ser Metal super enfatizada na prática de representar.
Segundo os membros do grupo considerados especialistas em Metal, há indivíduos que não possuem bagagem cultural e social para merecer da honra de participar do grupo e buscam representar o grupo sem um processo de formação e de reconhecimento, essa ação pode ser considerada uma representação poser da realidade social do Metal, representação esta que se encontra fora do lugar ou deslocada dos valores socialmente acordados. Se torna importante entender porque esses indivíduos fazem isso, de certa forma dissimulam as práticas sociais, a saber: querer se aceito enquanto alguém "igual"; tentar demonstrar que escuta o mesmo estilo musical; buscar demonstrar possuir um capital social que outros não têm ou não possuíram no decorrer do processo de formação. Esses aspectos sociais que se revelam na prática, destacam que os membros não querem ser envergonhados por aqueles que não interagem da forma estabelecida, por exemplo: é considerado vergonhoso ao indivíduo que almeja galgar a trajetória no grupo se relacionando com sujeitos cristãos – segundo eles o Metal cristão tende a desviar os membros e as práticas consolidadas.
Nos shows de Metal era comum escutar os membros conversando sobre a assiduidade aos eventos como um aspecto de uma ação de lealdade e compromisso com a identidade, cuja característica atravessava os eventos, isto é, estes se compreendiam enquanto verdadeiros porque viviam o estilo de vida além dos shows, por exemplo: usar roupas pretas, cabelos longos, tatuagem, discurso

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

voltado exclusivamente a identidade, corrobora na visão que eles desejam transmitir de engajamento, porém, isso também aparece desbotado naqueles que querem representar, observa-se mais este aspecto entre os iniciantes interessados no grupo, outros dissimulam e são compreendidos enquanto posers, porque não sustenta tal estilo de vida alternativo e subversivo. Como já discutimos em outro trabalho, a representação social não se limita a forma de expressão ou de transmissão de sinais de expressão, antes disso, existe a prática que norteia o indivíduo a realizar suas ações e perceber a diferença entre o discurso e prática da representação social desenvolvida pelos grupos sociais como dos Headbangers. Isto é, as representações e suas práticas mobilizam os indivíduos, pois estes indivíduos representam e são movidos por seus objetivos, interesses e pretensões sociais de elevar si socialmente.

Refletindo acerca do processo de pesquisa, especialmente, os momentos em que analisávamos os shows, muitos se dizia e discutia entre os membros que indivíduo X ou Y não era Metal de verdade, sendo este aspecto reproduzido pelos membros e discrepante da realidade. Afinal, muitos desses membros tentam imprimir uma imagem social que ainda não portava e viviam numa autocobrança para manter a integridade solida sem diferir entre o discurso e a prática identitária. Para demonstrar que tais aspectos identitários produzem dinâmicas, recuperamos situações do nosso processo de pesquisa que nos permite interpretar tais práticas sociais, a seguir.

O primeiro momento que gostaríamos de destacar ocorreu no percurso realizado da universidade para nossa casa, em que apanhamos o ônibus com destino a estação de ônibus da cidade. Neste local, enquanto esperava o ônibus com destino a nossa residência, um membro do Metal nos observou e reconheceu nossa identidade – pois também sou apreciador da música – e logo tentou se esconder por traz de outras pessoas que estavam em sua companhia. O membro em questão, apesar do cabelo longo estava descaracterizado, isto é, sem as roupas pretas com que se costuma utilizar nos shows de Metal, ele se vestia com roupas típicas de festas Juninas como do *Maior São João do Mundo* realizado em Campina Grande todos os anos[2]. Apenas a identificação do indivíduo reconhecendo o outro enquanto um "igual", fez com que ele agisse de forma desconfortável gerado pela vergonha, pois o mesmo sabia que tal prática não é bem quista no grupo. Conta-se em campo que esta prática é reprovada por várias razões, podemos destacar dois pontos, o primeiro, trata-se da lealdade do Headbanger, isto é, o indivíduo deve ir apenas aos eventos de Metal, mesmo assim, não é todo evento, tem que ser o verdadeiro e autêntico, isso pode mudar conforme os parâmentos que eles mobilizam para a compreensão do que é verdadeiro ou autêntico, segundo, as roupas devem em sua maioria ser utilizadas com cores opacas, eles têm apreço mais por roupas pretas.

Estes momentos ordinários que contrastam ao excepcional constituem um desvio do comportamento esperado e numa compressão que tal prática poder ser compreendida como poser, isto é, aquela apresentação que não sustenta a prática e o discurso do grupo, ou melhor, os valores sociais estabelecidos. Fato que difere daqueles que se compreendem sendo reconhecidos como truers, pois eles creem na representação realizada e tem uma reputação que precisa ser zelada e protegida, pois o visual, a estética e som são dimensões importantes para o estabelecimento de interações e laços sociais (Santos, 2021; Azevedo;2009) . De acordo com

[2] Local destinado à festa do maior São João do mundo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Goffman (1959) quando o indivíduo investiga e chega à conclusão que a representação social realizada pelo outro é falsa, significa dizer em outras palavras que este outro não está autorizado a realizar a representação que deseja apresentar aos demais.

A categoria poser no processo de pesquisa surgia em tom de brincadeira e em outros momentos como convicções reais do que o indivíduo não é. Tal categoria também significava entre outros aspectos, não poder honrar o Metal como um headbanger que conhece o grupo e conhece a importância do seu papel, ou melhor, num sistema de posições que formam e asseguram a identidade. Em suma, a categoria acionada pelo grupo dos Headbangers de intitulada de poser, se trata de um falseamento da realidade, se desenvolve em outras dimensões sociais (Berger; Luckman, 2001).

Com regularidade, costuma-se escutar por parte dos membros que bem antes do indivíduo se apresentar aos demais já é possível identificá-lo pela forma que atua nos contextos sociais. Destacamos outra situação de pesquisa ocorrida em 2007, numa apresentação de música clássica na universidade, um membro do grupo que após nos avistar tentava ao seu modo se esconder por trás de outros musicistas para ocultar sua participação num grupo de coro. Talvez esperava ele não encontrar alguém do grupo naquela dada ocasião, no entanto, destacou-se que a presença de outro membro causou certo desconforto em alguém que sempre se auto emulou como verdadeiro, rigoroso e distinto pelo gosto musical que destacava apreciar.

Através dessas situações, percebe-se de que maneira a imagem social transmitida pelos membros do Metal tem importância dentro e fora do grupo, podendo ser tensa ou intensa em emoções, porque mesmo em ocasiões como as sinalizadas, em que o indivíduo tentava representar, gerava efeitos práticos aos membros como forma de denunciar os falsos nos shows e com isso eles evitassem ir aos eventos e desvirtuar o espirito coletivo que ali se expressa em sua máxima ritualizada nos palcos e desse modo não permita que indivíduos sem formação possam falsear o status sacro da identidade Headbanger (Goffman, 2011).

Falsear a realidade representada pelos membros não é algo fácil de identificar no processo de sociabilidade, mas se tratando de um grupo pequeno, em que todos se conhecem nas "cenas" se torna um modo pelo qual eles localizam os iniciantes ou posers, estes indivíduos incorporam certo tipo performático operado no grupo que possibilita aos membros iniciarem as interações. No entanto, o olhar treinado do membro estabelecido, ou melhor, os especialistas em Metal podem identificar e reforçar constantemente aqueles que autoemulam dizer ser Metal mais que não possuem o capital social que aparentam possuir, como resultado disso, produz-se entre os headbangers desgosto por manter contato com um poser (Bourdieu, 2008).

Atentamos agora ao caso do jovem Félix que tentou se aproximar dos membros. A forma de se vestir e portar-se nos encontros fez com ele pudesse interagir com alguns membros do grupo local e propor aos mesmos a formação de uma banda, em que todo esforço seria apenas dos músicos se deslocarem para sua casa, pois Félix garantiria os instrumentos, fato que não foi contestado pelos membros a priori devido ele ser da classe média alta e ter "boas" condições financeiras que possibilitavam ter instrumentos de qualidade e usufruir, por exemplo, de bebidas caras nos shows. No dado contexto, os membros instigados pelo convite realizado e poder tocar

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

com instrumentos musicais "top de linha" de Félix, com isso esses músicos não precisariam caminhar pela cidade com os instrumentos em mãos e arriscar perdê-los em assaltos.

No entanto, esses sentimentos foram se perdendo para os membros que com frequência chamavam Félix para ensaiar e ele colocar dificuldades para a realização, mesmo tendo sido algo que ele havia elaborado. No decorrer do tempo, ele havia afirmado que não tinha instrumento em casa e fizera tal coisa porque queria se aproximar dos membros e compartilhar do mesmo gosto musical. Esta situação passou a ser falada pelos membros e denunciada, como uma atitude que não é desejável de ser praticada, constituindo um discurso que desqualificava Felix enquanto um membro do grupo pelo fato dele se apresentar enquanto um Headbanger e falsear alguns fatos intencionalmente, práticas que são levadas a sério no grupo. O indivíduo destacado acima foi julgado por falsear as disposições da prática identitária ao acreditar que sua apresentação nos contextos de sociabilidade era "bem quistos" e que não resultaria em alguma crítica pelo que fez. Na realidade, a situação expressa uma simplificação da experiência de ser um Headbanger, especialmente, quando o indivíduo se auto engana ao pensar que a identidade social Headbanger não tem objetivos claros resguardados por especialistas na cultura do grupo, em contraste, os Headbangers estão prontos para defenderem seus direitos daqueles que se apresentam como "habilitados" (Bourdieu, 2008).

Estes dados aqui analisados e interpretados interpelam as condições de idade e sexo no grupo do Metal. Por exemplo, muitos membros entendem que um iniciante tenha um capital social equivalente ao de um indivíduo já experiente; com efeito, os experientes desacreditam no jovem que não passa pelo processo de formação da forma devida, conhecendo a cultura do grupo por completo, algo que exige estudo e compartilhamento de experiências no grupo nos momentos de interação, isso também sugere a necessidade de amadurecimento intelectual para entender, por exemplo, porque determinadas músicas no Metal são realizadas ainda com baixa qualidade e outras canções com alta qualidade, em suma, trata-se de som limpo e sujo como eles dizem; com regularidade as mulheres participam menos dessas disputas pela representação, mas elas mantêm um apreço as canções tradicionais no campo; se vestem algumas vezes como amazonas, guerreiras do Metal; escutam música extrema e assim como os homens tocam em bandas dos subgêneros mais extremos como Black e Death Metal – embora isso ainda não seja uma regularidade.

Não obstante, as possíveis transformações sociais no processo de integração do iniciante no grupo podem ser suspensas pelo fato do indivíduo ainda estar se encontrando e realizando suas escolhas, assim, somente o tempo poderá afirmar se ele pode ser compreendido enquanto um verdadeiro membro ou poser. Desse modo, o tempo se torna um modo pelo qual as trajetórias de vida se transformam e os membros consideram essa invariável como importante, pois o indivíduo poderá conhecer outros estilos musicais como forró ou sertanejo[3] e ainda se converter ao cristianismo e desejar seguir estes do que o Metal.

Há outras formas de diferenciações identificadas no grupo das disposições do poser, por exemplo, o indivíduo deixar o cabelo crescer, o que não significa que este seja um membro reconhecido como Headbanger; há aqueles que auto atribuem nicknames de artistas com objetivo de demonstrar mais envolvimento com a causa do grupo na formação de um corpus, por exemplo,

[3] Estilos musicais e religião dominantes na região de pesquisa.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Iron, Death, Blackned, Nergal, Havoc, Tormentor e Destruction. Em suma, apresentamos aqui alguns elementos e situações da prática da representação social desenvolvida pelos membros do Heavy Metal, a seguir apresentamos como esta se fragmenta no campo (Bourdieu, 2004).

Analisando o impacto da fragmentação

Neste segundo momento, atentamos as práticas compreendidas como questionáveis sobre a representação social feita, notadamente, quando o indivíduo reproduz a prática "poser" de forma evidente sem tentar dissimular. Destacamos uma situação experienciada em Recife, capital do estado de Pernambuco, no qual um determinado membro conhecido pelo compromisso com o Metal, caiu numa brincadeira elaborada pelos membros para caçoar dele, cujo objetivo se baseava no desvelar da representação social imprimida por tal membro. Na fila de espera amigos ou colegas do membro em questão, criavam uma banda para pegar o outro na mentira, eles inventaram uma banda no momento com características diferentes e subgêneros do Metal cujo nome da banda seria Gnome of Death, atribuíram também nacionalidade e uma biografia para a referida, tudo isso sendo construído distante do outro membro. Finalmente, quando ele esteve entre o ciclo de amigos, questionaram se ele conhecia a banda criada, rapidamente ele confirmou conhecer, algo que levou os demais naquele momento sorrirem discretamente, com claro sinais que a brincadeira empreendida fora um sucesso (Berreman, 1975).

Conta-se em campo outros exemplos como: assistir shows de bandas consagradas sem ter ido ou ocorrido no real; afirmar possuir instrumentos raros e discos de vinil, cuja distribuição era limitada – os anos de 1980 com a eclosão das mídias digitais tornou isso possível e hoje tais objetos são considerados sagrados e únicos devido seu valor histórico e social no Metal – sem possuir tais materiais artísticos (Silva, 2014; Weinstein, 2000). Os indivíduos identificados nessas condições são desmascarados e se tornam desacreditados nas interações sociais, afinal sempre se trata de uma mentira ou dissimulação do real e isso pode ainda ter os valores sociais fragmentados entre aquilo que se apresenta como prático e o que apresenta como discurso de modo discrepante. Sabendo que o grupo em questão tem uma imagem a zelar, isso afeta a biografia do indivíduo, não muito distante, na sociedade dominante aqueles que contam mentiras reiteradas vezes não são merecedores de confiança e precisam sempre estar sobre a supervisão de outros considerados "verdadeiros" (Goffman, 1956).

Não obstante, tal falseamento da realidade como as apresentadas aqui, eram formas sociais elaboradas pelos indivíduos de maneira objetiva/subjetiva e acordados socialmente conforme os desejos e interesses. No entanto, a prática de enquadrar ou posicionar o indivíduo com caracteres "inapropriados" não produz, digamos "efeitos colaterais" aos estabelecidos, pois esta é uma prática que se permite ser realizada apenas àqueles que estão no jogo de reconhecimento, por exemplo, num dado jogo de futebol os jogadores não penalizam o juízo por seus possíveis erros de arbitragem, ou mesmo o jogador levanta o cartão vermelho ao juiz. Mas cabe ainda dizer que isso também se deve pelo fato consolidado que estes indivíduos já possuem no campo, são especialistas e respeitados pela irmandade do Metal.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Isso revela ainda que os indivíduos desse grupo desejam manter um corpus integrado, pois nesse recorte de pesquisa, muito se comenta das entradas de pessoas despretensiosas, cristãs e outros que não desejam seguir a identidade social por completo, como os próprios membros já disseram não se trata de uma modinha mais de um estilo de vida. Se os membros têm experiencias compartilhadas e formadas que possibilitam tais identificações sociais, o poser se torna reconhecido pelas práticas e discursos que não parecem produzir tanta sintonia aos do grupo. A categoria poser imprimiu – e imprime – questionamentos sobre o outro de acordo com que este apresenta nos momentos de interação e isso revela algumas disposições para ser um Headbanger. A pesquisa de Santos (2013) destaca de que forma as relações sociais são estruturadas no grupo e significadas por várias categorias que podem dirigir ao indivíduo uma posição que comunica aos membros aqueles indesejados que transitam no grupo. A prática do indivíduo que deseja ser integrado por este mundo social e artístico, deve ser verdadeiro, engajado e compromissado, atravessando a vida ordinária e excepcional como fatores condicionais de seu empenho com a identidade social. O ato de representar o "poser" passa de uma "mera" enunciação falada e performada para uma posição dentro de um sistema cultural que têm seus valores sociais acordados pelos membros. Pode-se destacar que o acionamento da categoria não é somente para aqueles iniciantes mais para aqueles que estão no campo e possuem alguma experiência, isto é, esse sistema de classificação/enquadramento que tenta mensurar o pertencimento do indivíduo é operado em diversas dinâmicas sociais do grupo. De fato, estas práticas nessas condições têm pesos e medidas diferentes e precisam ser interpretadas conforme os contextos em que se realizam socialmente (Santos, 2021).

Em alguns contextos pode-se notar o esforço de alguns membros em tentar manter práticas ocultas do olhar singular dos outros Headbangers – por exemplo: indivíduos que são cristãos e não anunciam suas crenças, mas as mantêm ocultamente; outros procuram participar apenas de ocasiões religiosas singulares como casamento, batismo e outras práticas, enquanto outros casam na praia e locais que não tem vínculo com religião, geralmente regida por um advogado) – do grupo. Como foi discutido, a representação desenvolvida pelos membros coloca o indivíduo numa condição que não permite que este fique em cima do muro, indeciso ou pensando demasiadamente, especialmente, se conferindo ao tema tão custoso da religião cristã e o Metal (Wanderley, 2006).

De acordo com Goffman (1959) num ambiente de sociabilidade em que regras e estratégias sociais de interação são super enfatizados, há chances dos indivíduos que atuam nesses meios ocultarem determinadas práticas para manter o status da identidade "intocável" como nos parece ocorrer nos shows de Metal. Pois, quando há a descoberta de um poser entre eles, esta se compreende enquanto desonra, porque fere os valores do grupo e se revela desejos e interesses ocultos, fato que termina sendo descobertos pelos membros (Peristiany, 1971).

É importante destacar que esta representação social realizada pelos membros do Heavy Metal se norteia por elementos masculinos nos quais os membros disputam pela representação e tendem a honrá-la. As disposições sociais do grupo podem ser entendidas como coações da interação que atua e modifica a prática da representação (Goffman, 1956; Bourdieu, 2008). É no curso da ação que a prática se modifica para representar, em que se revela a "verdadeira" ou "falsa" forma de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

expressão, por isso a formação no grupo se torna fundamental e a práticas adotadas, pois há chances de descontinuidades nos momentos de transmissão de sinais apropriados aos demais.
Por fim, a realidade social instituída não está aparte de contradições e discrepâncias, em função dos interesses e pretensões que os indivíduos almejam, como focamos em apresentar, tensionam as relações no grupo e mobiliza os indivíduos para tais ações e reações. A nossa proposta é apresentar como tais ações criam dinâmicas sociais que podem ser realizadas tanto para a integração – quando ocorre a compreensão e se deseja a incorporação dos sinais transmitidos – quanto a desintegração dos indivíduos que almejam participar – de modo dissimulado/desinteressado – ou já fazem parte desse mundo social e cultural cultuado por jovens e adultos de diferentes gerações e gêneros.

Considerações finais

Neste artigo objetivamos entender de que forma o mundo social dos membros do Heavy Metal (músico-audiência) são tensionados pela categoria do grupo de poser e quais estratégias se imprimem para deslegitimar determinadas representações sociais desse mundo. Todo indivíduo enquadrado nessa categoria nos contextos de sociabilidade tende a desenvolverem um conjunto de característica performática que aparentemente permite a esses serem reconhecidos como tal, embora os olhos treinados dos especialistas não deixarem passar, impossibilitando que determinado indivíduo se porte como um membro com capitais sociais distinto e incentive uma impressão pretensamente autentica. Assim, as regras e estratégias de interação desse grupo demanda dos seus indivíduos manterem a identidade com os valores apropriados e aponta para a renúncia do que falseia esta quando se revela práticas indesejáveis.
Como foi destacado nem mesmo aqueles membros já experientes no grupo e suas práticas culturais são passiveis de serem colocados nessa posição, geralmente, aí o enquadro ocorre em forma de brincadeira, com menor regularidade e efeitos em suas relações sociais. O real diferencial para estes últimos se dá por manterem as práticas por mais tempo de forma incorporada, enquanto os poser não fazem da mesma forma e rigor nas ocasiões de sociabilidade. Há sim, algo em comum entre eles, o cuidado em apresentar as representações de forma desejáveis, na busca de excluir caracteres indesejáveis como forma de evitar enquadro pelos outros e assim se reconhecido mais no jogo interativo se demanda muito mais como demonstramos na discussão. Por fim, buscamos analisar essa dimensão social desse grupo para entender o peso que estas práticas imprimem nas relações sociais ocorridas nos shows em Campina Grande-PB, no nordeste do Brasil.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Cláudia Souza Nunes de. **É para ser escuro – codificações do Black Metal como gênero audiovisual**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2009

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BERREMAN, Gerard D. **—Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. Desvendando Máscaras Sociais (GUIMARÃES, Alba Zaluar, org.) Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.1975

BERGER, P., & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento** (5th ed.). Petrópolis: Vozes. 1983

BOURDIEU, Pierre. A **economia das trocas linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Coisas ditas**. Coisas ditas São Paulo: Brasiliense, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1956.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011. 255

PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. 1 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1971, p. 269.

SANTOS, M, M. **Shows, bandas e audiência: uma análise microssociológica entre os Headbangers**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

SANTOS, Taís Vidal dos. **O true contra o poser: um estudo das condições e contradições de ser e fazer metal underground na cidade do Salvado**r. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013

WANDERLEY, Maurício do Vale Dourado. **A Cena Metal Aracajuana: Identidade e conflitos entre grupos antagônicos**. Monografia (graduação) Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais, 2008.

WEINSTEIN, Deena. **Heavy Metal: the music and its culture**. Da Capo Pres. 2000. p, 368.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA FANTÁSTICA: J. R. R. TOLKIEN E OS PARADOXOS DA MODERNIDADE (1917-1949)

Roney Marcos Pavani[1]

Introdução

Na segunda cena no quarto quadro de Fausto, o clássico de Goethe (1749-1832), após dissipadas as névoas do encantamento que acabara de fazer, o personagem-título encontra-se face a face com o Diabo. Diante da figura visível em forma humana pela primeira vez, lança a ela a seguinte pergunta: "Qual é o teu nome, então?" Como definir o que ao mesmo tempo encanta e apavora? A resposta de Mefistófeles é instigante:

> […] Sou parcela do além. Força que cria o Mal e também faz o Bem! (…) Eu sou aquele Gênio que nega e que destrói! E o faço com razão; a obra da Criação caminha com vagar para a destruição. (…) Por isso, tudo aquilo a que chamas pecado, ou também "destruição" ou simplesmente "o Mal" constitui meu elemento eleito e natural (GOETHE, 1983, p. 89).

Tal qual o personagem do poema dramático, a modernidade europeia, em especial após a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e de sua filha, a Revolução Russa (1917-1922), estava repleta de ambiguidades. Sentimentos diversos, do horror à exultação, mostravam que a realidade presente não mais se bastava a si mesma. Ao contrário, ela era esmagada, à esquerda e à direita, seja em nome da construção de um estado perfeito no futuro, seja em nome da restauração de um passado glorioso e imaginado.

Esse período, ao mesmo tempo imerso em uma atmosfera de decadência, segundo Eric Hobsbawm (2011, p. 499), "significou o fim da superficialidade e da frivolidade da sociedade burguesa, (…) da tranquilidade e da ordem pacífica que era a utopia liberal". Da mesma forma, pôs abaixo o entusiasmo com os avanços do conhecimento científico e da produção de recursos materiais. Por fim, da certeza de que a Europa era o centro do planeta.

Em uma época marcada pelo ceticismo das crenças tradicionais, pelo relativismo moral e, na literatura, pelo questionamento e mesmo a "ridicularização do heroísmo" (KLAUTAU, 2012), chama-nos a atenção a obra de um filólogo inglês e professor de Anglo-saxão em Oxford.

J. R. R. Tolkien: sua vida e sua obra

John Ronald Reuel Tolkien (1892-1973) nasceu em Bloemfontein, no então Estado Livre de Orange. Filho de pais ingleses – Arthur Tolkien e Mabel Suffield –, que haviam saído de seu país pelo caminho aberto pelo expansionismo do Império Britânico e sua busca por mercados na África do Sul.

[1] Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor efetivo da área de História do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (IFES). Link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9315179326957885. E-mail para contato: roney.pavani@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tolkien perdeu o pai precocemente, ainda com quatro anos de idade. Com isso, ele, sua mãe e seu irmão Hilary voltaram a se estabelecer na Inglaterra. Inicialmente, e por pouco tempo, na região rural e idílica de Sarehole. Tempos depois, a família migrou para os subúrbios de Birmingham, "de paisagem suja, barulhenta e medonha" (CARPENTER, 2018, p. 22). Esse contraste entre o campo e a cidade, a natureza e a indústria foram fundamentais, mais tarde, para o seu desprezo à tecnologia e à modernização, ao que ele mesmo viria a chamar de "maquinário".

Com a eclosão da Primeira Guerra – "os últimos dias da humanidade" (HOBSBAWM, 1995, p. 29), Tolkien procurou conciliar a vida acadêmica (um promissor estudante de idiomas antigos em Oxford) com o posto de Segundo Tenente no Corpo de Fuzileiros de Lancashire. Em 1916, ele partiu para a França, onde teve participação na linha de frente da Batalha do Somme. Entre as impressionantes 1,1 milhão de vítimas resultantes desse combate, estava Rob Gilson (1893-1916), um de seus amigos do clube de leitura da faculdade. Pouco depois, em dezembro, também morreria G. B. Smith (1894-1916), outro dos membros do grupo. Este último deixara a Tolkien uma breve carta, como um incentivo para, no futuro, desenvolver seus talentos de escritor: "possa você dizer as coisas que tentei dizer, muito tempo depois de eu não estar aqui para dizê-las" (CARPENTER, 2018, p. 62).

E assim, nos anos que se seguiram, nosso autor atenderia ao pedido do amigo moribundo, e criaria toda uma mitologia. Porém, mais do que uma motivação pessoal ou uma missão a cumprir, é relevante mencionarmos o que dizem Bernard Droz & Anthony Rowley (1999, p. 213) a respeito da remodelação das sociedades no pós-Guerra:

> […] a Guerra, os seus grandes homens e os seus acontecimentos dramáticos alimentam, simultaneamente, a literatura, as artes e o movimento das sociedades, sem permitir aos contemporâneos o tempo suficiente para uma habituação ao novo cenário. Como se a memória, a lenda e a nostalgia tivessem precipitado a sua ação.

A nostalgia de uma *Belle Époque* e a noção de descontinuidade entre o passado e o futuro foram as marcas desse período. Era preciso, inclusive artisticamente, reinventar tradições e regressar a um suposto equilíbrio rural pré-capitalista. Por outro lado, o universo cultural também se abria a novas possibilidades, como por meio do jazz, da moda feminina e dos bares noturnos. "Novos valores para escapar à fragilidade" (DROW & ROWLEY, 1999, p. 220) da Paz de Versalhes (1919).

Em outras palavras, houve uma revolução profunda nos artistas e em sua relação com o mundo. Na literatura de língua inglesa isso se manifestou de várias formas: ora enfatizando-se as desilusões do período, o caso de autores como Siegfried Sasson (1886-1967), T. E. Lawrence (1888-1935), Wilfred Owen (1893-1918) e Virginia Woolf (1882-1941); ora por meio da criação de universos desconhecidos e cenários distópicos: H. G. Wells (1866-1946), Aldous Huxley (1894-1963), George Orwell (1903-1950); ora de mundos de fantasia e de espanto: H. P. Lovecraft (1890-1937), C. S. Lewis (1898-1963), Robert Howard (1906-1936), além do próprio J. R. R. Tolkien.

Em sua obra, ele representou uma mistura de sentimentos. As desilusões trazidas pela experiência nas trincheiras, mais a criação de um mundo fantástico, inspirado sobretudo nas lendas nórdicas, porém com um grau refinado de complexidade, deu origem ao que ele mesmo chamou de *The Book of Lost Tales*. Os três contos desse compêndio – *The Fall of Gondolin, The Children of Húrin, e*

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Beren & Lúthien, escritos entre 1917 e 1930 (mas só publicados em épocas bem posteriores[2]), diziam respeito às aventuras e às desventuras vivenciadas por personagens humanas e semi-humanas em um passado longínquo e grandioso.

Esse lugar, essa Terra de muitas eras atrás, era permeada de seres maravilhosos (elfos, magos, etc.) e elementos sobrenaturais (como armas, joias e artefatos de grande poder). Isso não quer dizer que se trate, como à primeira vista pode soar, de um enredo de super-heróis. O elemento mágico existe sim, contudo é apresentado de modo muito mais sutil, indefinido, ou, nas palavras de Augustburger (2020), "brando". É esse mesmo autor quem diz: "O universo de Arda [nome dado por Tolkien ao mundo] está repleto de referências que as personagens e o leitor. jamais entenderão completamente" (2020, p. 29). Ou seja, nem tudo o que existe pode ser apreendido e previsto pela mente humana. Uma realidade baseada em cálculos, crente na razão e dependente de máquinas, nesse sentido, pode ser perigoso.

De mais a mais, e assim como no mundo real, a beleza e a virtude estão constantemente sob ameaça. Há um Inimigo, um Mal de ambições ilimitadas. Todos os protagonistas, por sua vez, são criaturas trágicas, isto é, tentam escapar a um destino, mas que, por isso mesmo, são arrastadas para dentro dele.

As vitórias e os ganhos, quando ocorrem, nunca se apresentam plenamente como finais felizes. São agridoces. O elemento ameaçador pode até ser derrotado, porém há um preço a ser pago: a perda irreparável de vidas, sentimentos, encantos, valores. Nesse sentido, a conclusão a que se chega é que a fase posterior da história (Tolkien concebeu uma mitologia desenvolvida em três grandes eras) é sempre inferior, qualitativamente, à época pregressa. Em termos mais simples, a humanidade não progride. Ela decai.

Entre 1937 e 1949, ainda em Oxford, mas agora como professor, Tolkien redigiu seu trabalho mais conhecido: *The Lord of the Rings*[3]. A ideia original era produzir uma continuação para o seu primeiro livro de ficção, um conto de fadas chamado *The Hobbit*. No entanto, conforme o enredo foi sendo desenvolvido, o novo conto adquiriu feições de temas grandiosos, isto é, as ideias já pinceladas nos textos lendários das décadas de 20 e 30.

Basicamente, os temas ameaça, decadência, desencanto, tragédia voltam à carga. Entre outras razões, o alcance e a magnitude da obra estavam em unir o corpus imaginativo que havia sido produzido anteriormente em um único romance. O personagem principal desse romance? Não era propriamente uma pessoa, mas um objeto, tentador e hipnótico. Um artefato que garantia ao usuário poder e longevidade. Porém, igualmente, era capaz de corrupção e morte. O argumento

[2] As três histórias foram todas publicadas após a morte de Tolkien. Inicialmente, apareceram em conjunto, nas obras *The Silmarillion* (1977), *Unfinished Tales of Númenor and Middle-earth* (1980) e *History of the Middle-earth* (1983-86). Mais recentemente, em volumes separados: *The Children of Húrin* (2007), *Beren and Lúthien* (2017), e *The Fall of Gondolin* (2018). No Brasil, à exceção da terceira obra, todos os títulos foram traduzidos e publicados, tanto pela Martins Fontes quanto pela HarperCollins Brasil.

[3] Publicado, pela primeira vez, pela *George Allen & Unwin Book Publishers*, em três volumes, entre 29 de julho de 1954 e 20 de outubro de 1955. No Brasil, foi inicialmente publicado em uma versão não autorizada, sob o título de *O Senhor dos Anéis*, pela extinta editora Artenova (1979). Tempos depois, em 1994, foi publicado pela Martins Fontes, tanto em 3 partes, quanto em volume único. A partir de 2019, a *Harpercollins* Brasil adquiriu os direitos da obra. Em todos os casos, a tradução do título foi mantida. O romance, além de inaugurar a ficção fantástica moderna, impressiona pela sua vendagem: mais de 150 milhões de cópias em todo o mundo.

fundamental está na disputa entre aqueles que querem possuí-lo e aqueles que, por outro lado, querem destruí-lo.
Trata-se de um anel, que seduz e amedronta. Mas que não pode ser usado, nem mesmo com boas intenções, sem consequências profundas, transformadoras e nefastas. Ele é, por natureza, ambivalente, e está fadado a voltar-se contra si mesmo. Não por coincidência, o único local em que ele pode ser destruído é exatamente o mesmo em que foi forjado.
Por analogia, trata-se de um símbolo da modernidade, que cria e que destrói, como o Mefistófeles de Goethe mencionado no início desse texto. Todavia, e por que não, como uma metáfora do ideário iluminista, tal qual explorada por Adorno & Horkheimer (2021) no seminal ensaio Dialética do Esclarecimento?

Romance, conservadorismo, modernidade

Este trabalho tem como referencial inicial a chamada Escola de Cambridge, especialmente a abordagem teórico-metodológica de Quentin Skinner. Este autor buscou, entre outras coisas, superar um tipo de História das Ideais que se dedicava apenas ao estudo dos escritos de um determinado intelectual, desconsiderando o contexto no qual estava inserido e os demais pensadores com quais dialogava na formulação de suas ideias.
Nessa mesma linha, a história das ideias das últimas décadas tem privilegiado fontes diversas, especialmente os textos literários e ficcionais. Para Skinner, tais estudos devem ser feitos não apenas sobre os textos canônicos, mas também sobre os textos marginais que veiculem ideias políticas ou morais, localizando-os com os clássicos dentro de tradições ou quadros amplos de pensamento. Ele destaca também como os escritores não estavam alheios às inúmeras questões de sua época e como os escritos são fruto de reflexões, debates, bem como do esforço em encontrar respostas aos problemas presentes em determinado contexto (SKINNER, 2007).
Esse posicionar-se ante a realidade, do ponto de vista da literatura, vai ao encontro da definição para o romance moderno de Angélica Soares (2007), sendo *The Lord of the Rings* uma obra que se enquadra nesse gênero[4]. Para ela, o romance "vem-se impondo fortemente, desde o século XIX, quando (…) se caracterizou sobretudo pela crítica de costumes ou pela temática histórica" (SOARES, 2007, p. 41-42).
Nesse sentido, Tolkien é um intelectual que critica as contradições e as transformações de sua época, sob uma ótica conservadora. Em primeiro lugar, a definição que adotamos para o conceito de "conservadorismo" vai além do senso comum. Ao contrário, diz respeito não somente a um "impulso" (TRINDADE, 1978), a um simples "desejo de manter as tradições" (NISBET, 1987), ou a um "comportamento natural, intuitivo de lutar contra o aparecimento de novidades no campo político ou moral" (KIRK, 2014), mas sim a um conjunto de ideias específicas e historicamente situadas (VINCENT, 1995). Dito de outra maneira, os autores conservadores pretendem, em contrapartida aos teóricos liberais ou socialistas, criar uma via alternativa de acesso

[4] Ainda segundo Angélica Soares, todo romance se estrutura a partir dos seguintes elementos: enredo, personagens, espaço, tempo e ponto de vista da narrativa. Caminham na mesma linha as análises de Antonio Candido, no capítulo "A personagem do Romance". In: CANDIDO, A. et. al. (org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

para o mundo moderno (VIERECK, 2004), aceitando em maior ou menor grau temas presentes no ideário iluminista.

Um dos temas que é bastante criticado pelos conservadores é o *progresso*: a ideia de progresso acredita que a humanidade avançou do passado – a partir de alguma condição original de primitivismo, barbárie ou até nulidade – continua agora avançando e deverá ainda avançar através do futuro que possa ser previsto. Nisbet demonstra o impacto dessa ideia na formação da civilização europeia:

> […] Do começo do século XIX até algumas décadas atrás, a crença no progresso da humanidade, com a civilização ocidental na vanguarda, foi, para todos os efeitos, uma religião universal de ambos os lados do Atlântico. E seja qual for o seu estado lamentável hoje em dia no Ocidente, é muito plausível afirmar que esta é uma das idéias ou valores ocidentais mais duradouros e fortes, que se tenham enraizado na Europa Oriental (…) e em grande parte da Ásia (NISBET, 1985, p. 19).

Na obra de Tolkien, bem como em suas cartas, essa crítica também existe. Isso fica claro quando se observa o enredo de suas narrativas, dos contos ao romance. Há três elementos que são constantes: a) a ideia de decadência (em oposição ao progresso); b) o recurso ao trágico (quando o homem se vê impelido a uma fatalidade) (SOARES, 2007, p. 60); e c) a ameça de destruição.

Este tripé narrativo pode ser igualmente relacionado aos estudos de Albert Hirschman. Ao analisar os desdobramentos da ideologia conservadora, definindo-a como um modo de encarar negativamente as transformações políticas, o autor propõe que ela está baseada nas seguintes teses: 1) da perversidade; 2) da futilidade; 3) da ameaça.

A perversidade se mostra presente quando as pessoas que reagem às mudanças, "vivem em um mundo hostil (…) a tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela se mova, mas na direção contrária" (HIRSCHMAN, 2019, p. 18). Em outras palavras, há um poder maior em funcionamento no universo do que a racionalidade dos seres humanos. É impossível garantir que a humanidade esteja qualitativamente melhor do que antes.

A futilidade (2019, p. 43), por sua vez, estaria relacionada com a crença de que qualquer tentativa de mudança é sempre abortiva, pois as estruturas da sociedade permaneceriam intactas. Isto é, a capacidade de previsão e de planejamento da humanidade é pequena. As circunstâncias são mais fortes do que as vontades individuais. Um ataque frontal ao ideário iluminista do homem "autônomo" (MERQUIOR, 2014), cuja liberdade é "natural" (BOBBIO, 2000), que traça o seu próprio destino rumo à felicidade.

Por fim, a tese da ameaça (HIRSCHMAN, p. 73) defende que a mudança proposta pelo progressivismo é sempre ruim, pois acarreta custos ou consequências inaceitáveis às instituições já existentes. Isto é, o mundo não é ordeiro e seguro, embora possa parecê-lo superficialmente. Essa ordem é fruto de um equilíbrio instável, e que pode vir a baixo a qualquer momento.

Tolkien e sua fantasia, assim, consideram o mundo moderno decaído, trágico e ameaçador. Pois, ao mesmo tempo em que traz inovações e respostas, ele procura destruir e lançar ao abismo o espírito humano. Já que, na ânsia para construir um mundo novo, precisa higienizar ou mesmo aniquilar o mundo velho. Dessa forma, faz-se necessário recorrer a autores que exploram o conceito de modernidade. Nas palavras de Marshall Berman (1986, p. 13-15), "ser moderno é

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

viver uma vida de paradoxo e contradição. (…) É experiência de tempo e espaço, das possibilidades e perigos da vida".

Essa construção de um mundo novo, ordenado, fruto de projeto e manipulação, é abordada por Zygmund Bauman. Para ele, a modernidade é um constante esforço para definir as coisas com precisão, sem deixar espaços vazios. Tudo o que não pode ser assimilado deve ser negado. "A intolerância é, portanto, a inclinação da prática moderna" (BAUMAN, 1999, p. 15-16).

Essa intolerância também foi observada por Alain Touraine. Por fazer tabula rasa do passado, a modernidade se propõe destruir laços sociais, sentimentos, costumes e crenças chamadas tradicionais. No entanto, produzir mudanças de modo tão amplo e ambicioso pressupõe a existência de um poder colossal, muito maior do que o Leviatã hobbesiano. O resultado disso é, em suas próprias palavras, "uma sociedade nova e um homem novo, aos quais imporão, em nome da Razão, obrigações maiores que as das monarquias absolutas" (TOURAINE, 2012, p. 21).

Outro autor que também trabalha com a noção de modernidade enquanto repositório de contradições é David Harvey. Para entendê-las, faz-se necessário distinguir "modernidade" (uma transformação mais geral, que remonta ainda ao século XVI) de "projeto de modernidade", algo que se desenvolve especificamente a partir do século XVIII com os paradigmas do Iluminismo. Uma marca basilar desse projeto é que "o tempo e a história são tratados como algo a serem criados, em vez de aceitos" (HARVEY, 2009). O homem pode domar a natureza e utilizá-la a seu favor, sempre em uma perspectiva de melhora. Daí a sua relação com a noção de progresso, que vimos anteriormente.

Nome importante para esse debate é também Fredric Jameson (2005), e a diferenciação entre "modernidade", tida como uma nova situação histórica; "modernização", o processo pelo qual ela é atingida ou como ela é construída; e "modernismo", visto como a relação estética, filosófica e ideológica entre os conceitos anteriores[5].

Considerações finais

Os paradoxos da modernidade e de seus projetos, por fim, pode ser buscada nas reflexões de Theodor Adorno & Max Horkheimer. Os teóricos se propõe a responder a seguinte pergunta: por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está mergulhando na barbárie? A resposta: a Razão Iluminista, o Esclarecimento kantiano, contém em si o germe de sua própria destruição. Exemplificando,

> […] o aumento da produtividade econômica confere ao aparelho técnico uma superioridade imensa sobre o resto da população. (…) A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo" (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 14).

[5] Para exemplificar, Jameson cita o modernismo alemão e a revolução cultural soviética, fenômenos barrados, respectivamente, pelo nazismo e pelo stalinismo, e por suas estéticas oficiais. Tanto um quanto o outro são movimentos marcados por uma forte modernização: urbanização, industrialização, progressos técnicos e científicos, etc. Cf. JAMESON, F. Op. cit., p. 117-120.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse sentido, o Esclarecimento é um mito. Pretende conduzir os seres humanos ao progresso, investindo-os na posição de senhores do universo. Tal operação não pode lograr êxito, uma vez que, para isso, se propõe não a acrescentar, mas a substituir um aspecto humano (a imaginação) por outro (o saber). De uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, as consequências dessa substituição se farão visíveis. E se fizeram, entre outros momentos, no caos gerado após a Primeira Guerra Mundial.

Diante dele o que fazer? Como sobreviver a ele literariamente? Ganharam força, nesse aspecto, os gêneros de ficção científica e de ficção fantástica. Esta última, que é a que realmente nos interessa nesse trabalho, pode ser definida como "determinado tipo de história que trata do sobrenatural com o foco na hesitação causada no leitor entre o que é real e o que é imaginário" (TODOROV, 2017, p. 85). Ambos os gêneros, para o futuro ou para o passado, traduziam o desconforto com o presente, e afirmavam a necessidade de vivenciar as realidades da vida sem ignorar as impotências do homem moderno.

Então, podemos inferir que o gênero de ficção fantástica, como apresentado nas obras J. R. R. Tolkien entre os anos de 1917 e 1949, transmite um conteúdo de ideias de matriz conservadora, na medida em que percebe sempre a realidade como trágica, decadente, fútil e ameaçadora. Mais do que isso, identifica as ambivalências da modernidade, sendo a tecnologia e a guerra seus elementos mais marcantes, em sua própria origem, isto é, no aspecto dialético da Razão Iluminista. Se o projeto iluminista falhou, e o autor assim o crê, isso não se deve a um mau uso dele ou a um acidente, mas à sua própria essência. Não há outra saída, portanto, se não rejeitá-lo. O roteiro elementar do romance *The Lord of the Rings*, isto é, a destruição de um instrumento de poder, é uma metáfora dessa visão.

Referências bibliográficas

Documentação primária impressa

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Tradução, notas e posfácio de Sílvio Meira. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *Beren and Luthien*. Londres: HarperCollins, 2017. _____. *On Fairy Tales*. Londres: HarperCollins, 2014.

_____. *The Children of Húrin*. Londres: HarperCollins, 2007.

_____. *The Fall of Gondolin*. Londres: HarperCollins, 2018.

_____. *The Fellowship of the Ring*. Part one of The Lord of the Rings. Londres: HarperCollins, 2008

_____. *The Hobbit*. Londres: HarperCollins, 2011.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. *The letters of J. R. R. Tolkien*. Londres: HarperCollins, 2006.

_____. *The Return of the King*. Part three of The Lord of the Rings. Londres: HarperCollins, 2008.

_____. *The Two Towers*. Part two of The Lord of the Rings. Londres: HarperCollins, 2008.

Obras de apoio

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento:* fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

AUGUSTBURGER, Francisco Escosteguy. *A Guerra Fantástica em O Senhor dos Aneis de J. R. R. Tolkien*. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar:* aventura na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

CANDIDO, Antonio Candido. et. al. (org.). *A personagem de ficção.* São Paulo: Perspectiva, 2011.

CARPENTER, Humprey. J. R. R. *Tolkien: uma biografia.* Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo.* Campinas: EDUNICAMP, 1997.

DROZ, Bernard & ROWLEY, Anthony. *História do Século XX.* v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência:* perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* O breve século XX (1917-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era dos Impérios:* 1875-1914. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

JAMESON, Fredric. *Modernidade singular:* ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KIRK, Russel. *Politics of Prudence.* Nova York: ISI Books, 2014.

KLAUTAU, Diego Genu. *Paideia Mitopoética:* a educação em Tolkien. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo:* Antigo e Moderno. São Paulo: É Realizações, 2014.

NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso.* Brasília: EDUNB, 1985.

_____. *O conservadorismo.* Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e história.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários.* São Paulo: Ática, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica.* São Paulo: Perspectiva, 2017.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade.* Petrópolis: Vozes, 2012.

TRINDADE, Liana Salvia. *As raízes ideológicas das teorias sociais.* São Paulo: Ática, 1978.

VIERECK, Peter. *Conservatism revisited.* Londres: Routledge, 2004.

VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

EESERUNPANENPÎRA WAYUUPA EKOKOMAMÎI: PARA ESPANTAR A TRISTEZA COM A VOZ, A PERFORMANCE DE VOVÓ BERNALDINA

Sonyellen Fonseca Ferreira[1]
Katia Sayuri Fujisawa[2]
Meire Lúcia Ferreira Lemos[3]

Neste trabalho, analisamos a performance de um tukui realizado por Bernaldina José Pedro, Meriná, em *Makuusi Maimu* (na língua Makuxi), e, como afirma o artista também Makuusi Jaider Esbell (FIOROTTI; PEDRO, 2019) que a considerava mãe de afeto, foi uma sobrevivente do holocausto perpetuado contra os povos originários desde a chegada dos colonizadores. Moradora da região das serras, da comunidade Maturuca, na bastante conhecida Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, Vovó Bernaldina como era afetivamente conhecida, passou a realizar suas performances na Galeria de Arte Contemporânea fundada pelo seu filho de afeição, Esbell. Em uma dessas performances conheceu Devair Fiorotti, professor que coordenava o então projeto de Pesquisa Panton Pia', cuja produção, entre outras, é a publicação impressa dos textos literários registrados pelo projeto, que, além de trazer à tona a memória coletiva e a presença individual de cada cantor, narrador, artista, visibiliza a "presença contemporânea das possibilidades literárias indígenas" (FIOROTTI; SILVA, 2019, p. 39-40).

Do encontro entre Meriná e Fiorotti, começou a nascer a obra "Cantos e encantos: Meriná eremukon" (FIOROTTI; PEDRO, 2019). Nesse livro, são reunidos cantos pertencentes a distintos gêneros do povo Makuusi: *tukui*, cantos da homologação, *parixara*, *more'erenkato*, *areruia* e *simiitin*. Dentre os gêneros, escolhemos, para análise, um tukui que conta com um vídeo em que Vovó Bernaldina o interpreta[4]. A partir da letra do canto e da performance de Bernaldina tecemos algumas considerações acerca da forma com que os povos indígenas, em especial o Makuusi (Makuxi), ao qual pertencia a artista, percebem a arte. A relação dessa arte com a literatura e a presença das mulheres têm tido um papel importante, tanto na defesa da vida, quanto na valorização das culturas originárias.

Para tanto, compreendemos que as produções verbo-artísticas dos povos indígenas exigem de quem se debruça sobre elas um grande exercício de mudança de perspectivas. A primeira talvez seja a de assumir que a pedra de base, que fundamenta essa literatura outra, não está assente no mesmo suporte nem no mesmo material gráfico que os sacramentados pelas literaturas

[1] Indígena Makuusi, doutoranda do Póslit/UFF, mestre em Literatura, artes e cultura regional pelo PPGL/UFRR, professora substituta do curso de Licenciatura Intercultural do Instituto de Formação Superior Indígena Insikiran da UFRR. E-mail: sony.ferseck@gmail.com
[2] Doutoranda no programa de pós-graduação do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP. Bolsista Capes. E-mail: sayuri.kat@hotmail.com
[3] Indígena Makuusi, mestranda em Letras/Literatura pelo PPGL-UFRR.Email: lemosmeire17@gmail.com
[4] Tal vídeo está disponível no *site* do projeto Panton Pia': https://pantonpia.com.br/.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

consideradas ocidentais, ou seja, pelo livro e pela letra. Vale lembrar que Finnegan (2016) menciona uma inclinação, nas sociedades de cultura escrita, por pensar que a literatura é sempre escrita, especialmente, quando se ignora a existência de outros povos. Fiorotti (2012, p. 240), nesse sentido, também ressalta que ainda há quem não aceite "a possibilidade de uma literatura oriunda da oralidade". Porém, Finnegan (2016) afirma que as culturas orais, sem tradição escrita, possuem formas não escritas comparáveis ao que se conhece como literatura e têm sido descritas por estudiosos como lírica, panegírico poético, canções de amor, narrativa em prosa ou drama. Segundo a autora, também se nota, nas obras orais, um "distanciamento" artístico literário, como forma de contemplar o mundo e, inclusive, também pode haver um distanciamento psíquico com o uso de máscaras, como na Grécia antiga, entre povos africanos (FINNEGAN, 2016) e povos indígenas. Dessa forma, lidar com essas literaturas nos obriga a assumir a palavra literatura enquanto uma relação que parte da metonímia trazida pelo radical latino ao qual está ligada *litterae,* letra, mas que não se reduz a ela.

Assim, nesse gesto aproximativo em direção às artes verbais indígenas, suas literaturas, assumimos que a menor unidade de significado e de materialização da arte verbal para os povos indígenas é a palavra, seja ela cantada (cantos), contada (narrativas) ou encantada (palavras de cura, rezas) ou mesmo a estabelecida através das relações entre as diversas gentes dos cosmos e possibilitadas pela arte, de forma que para o povo Makuxi, o termo *mai* e a sua forma possessiva *maimu* tanto podem significar "língua" quanto palavra ou mesmo voz (AMODIO; PIRA, 2007; RAPOSO; CRUZ, 2016; ARMELLADA; SALAZAR, 2007). Palavras que podem se diferenciar da comunicação comum por fórmulas verbais, pela linguagem poética, pelo embelezamento por meio da música (tons e instrumentos musicais), pela vestimenta do artista, de maneira a expressar sentimentos em forma literária, o que implica certo afastamento próprio da literatura (FINNEGAN, 2016). Também nessa esteira de pensamento, recorremos a um estudioso das poéticas orais, Paul Zumthor, para quem palavra é "linguagem vocalizada, realizada fonicamente na emissão da voz" (ZUMTHOR, 2010, p. 11). Tornaremos a seus estudos mais adiante.

Além do mais, pensar as literaturas indígenas implica considerar um ponto comum entre os diferentes povos (no Brasil, há mais de 300 povos) e que orienta "a construção do ser pessoal e que cria uma relação de resistência que vai além do desejo individual", a Memória (MUNDURUKU, 2012, pp. 17-18).

> A Memória é um vínculo com o passado sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca [os indígenas] em conexão profunda com o que nossos povos chamam Tradição. [...] Tradição não é algo estanque, mas dinâmico, capaz de obrigar-nos a ser criativos e a oferecermos respostas adequadas para as situações presentes. (MUNDURUKU, 2012, p. 18)

Essa Memória é transmitida pela palavra cujo "dono", de acordo com Munduruku (2012), é a anciã e o ancião, o avô e a avó, que sempre tiveram como meio preferencial para tal transmissão a oralidade, que engloba muito mais que o signo verbal por envolver diversas manifestações culturais como a dança, o canto, o grafismo, as preces e as narrativas tradicionais, preservando a sabedoria dos ancestrais por meio da dinamicidade da Tradição. Por exemplo, é o "dono" da palavra que conta "aos pequenos e pequenas que somos parte da natureza e que devemos nos

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

comportar dignamente com ela para que a harmonia prevaleça e todos possamos viver a alegria da fraternidade." (MUDURUKU, 2012, p. 19)

Assim sendo, neste trabalho, assumimos a possibilidade que o termo palavra também represente a potencialidade que as artes verbais indígenas têm tanto para a literatura quanto para o canto, já que mesmo a chamada literatura ocidental e canonizada guarda em suas origens, no chamado berço da cultura ocidental, Grécia, uma relação próxima com a música e a melodia, uma vez que, como menciona Rocha:

> Ainda sobre o termo "lírica", gostaria de frisar que os poetas do período arcaico não usavam essa palavra para designar aquilo que eles produziam. Esse adjetivo passou a ser usado, provavelmente, a partir do período helenístico (que se estendeu, grosso modo, de 323 a 146 a. C.), quando os gramáticos alexandrinos, principalmente Aristófanes de Bizâncio (circa 257 a 185-180 a. C.), precisaram classificar e organizar os textos que estavam armazenando na Biblioteca de Alexandria. Ao invés de poesia "lírica", os autores anteriores ao período helenístico chamariam suas criações de poesia "mélica", termo derivado de mélos, ou seja, "canção", ou mesmo mousiké, ōidé ou áisma, todas palavras que remetem à ideia do "canto". Sendo assim, talvez fosse melhor chamar a poesia lírica grega arcaica simplesmente de poesia "mélica", inclusive para evitar a confusão com a poesia lírica moderna, que tem suas características próprias e bem diferenciadas. (ROCHA, 2012, p. 86)

Sobre literatura e canto, é interessante acrescentar que estudiosos de sociedades de cultura oral ressaltam que a literatura se faz real quando é performada, ou seja, no momento em que o contador de histórias, o cantor, ou ainda o artista performista expressa os textos literários para uma audiência (FINNEGAN, 2012; SCHIPPER, 2016), de maneira a haver uma estreita conexão entre a transmissão e a exata existência, fazendo com que essa literatura quando impressa perca o todo da expressão estética e poética (FINNEGAN, 2012). Tal expressão é caracterizada pela sua variabilidade, que depende da audiência presente e também de seu enunciador, que, conforme a ocasião, pode fazer inserções pertinentes, embelezar as palavras com música, com danças etc. (FINNEGAN, 2016). Uma variabilidade, dependente da ocasião e da criação individual, não encontrada na literatura escrita (fixada em suportes vários), mas que é característica marcante da oralidade, o que gera questionamentos sobre a expressão estética, embora muitos pesquisadores identifiquem o uso de técnicas e estilos complexos, que podem envolver padrões rítmicos, metrificações, técnicas tonais, aliterações etc. (FINNEGAN, 2012, 2016). Em consonância, nos estudos no circum-Roraima, em relação aos gêneros parixara e tukui, que "são ritmos intimamente ligados à dança" (FIOROTTI, 2019, p. 23), Fiorotti (2019) afirma encontrar variações musicais e em intercalamentos de versos e mesmo estrofes, muito mais que na letra do canto, conforme cada cantor; variações essas perdidas no impresso.

O *tukui* [iii]

Retomada a relação entre canto e literatura para a chamada ocidentalidade, partimos para os *eremukon*, produção verbo-artística Makuxi em cantos, e mais especificamente ao tukui. Fiorotti (2019) discorrendo sobre a poeticidade dos cantos indígenas do circum-Roraima, região que circunda o Monte Roraima, irá afirmar que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> [o] tukui ou tukuxi (como presente em algumas músicas, um uso mais antigo da palavra), significa beija-flor, e são cantos em geral relacionados à sabedoria dos pajés, para se fazer intervenções na natureza, como chamar chuva, acalmar trovões, e vale acrescentar que também eram dançados coletivamente. Armellada e Salazar dizem que se formam duas rodas concêntricas, em que o tukui era dançado por fora enquanto o parichara por dentro, além de se usar tambor e pitos de taquara (2007, p. 148 e 203). O tukui está relacionado à flora, à floração, e pertencia principalmente aos guerreiros e pajés sua dança. (FIOROTTI, 2019, p. 30)

Fiorotti ainda enfatiza que o tukui foi o gênero mais oprimido quando da chegada das religiões cristãs às comunidades do circum-Roraima, justamente por estarem relacionados à figura do pajé (ou do xamã, para outros povos), que tinha função tanto ligada à espiritualidade quanto à organização social e política das comunidades indígenas. Além disso, Fiorotti relembra que muitos dos interlocutores do projeto Panton Pia' negaram-se a falar sobre o tukui, deixando subentendido que as interdições relativas aos conhecimentos do pajé causadas pela chegada das religiões de matriz judaico-cristãs foram de certo modo introjetadas no imaginário dos povos indígenas.

Há, entretanto, nesses cantos, algumas possibilidades de interpretação que deixam entrever parte do que se tratava não apenas dos conhecimentos do pajé, mas uma forma diferenciada de percepção dos mundos, das pessoas e, no limite, da arte para esses povos. Isso porque o tukui também é um gênero dedicado a todas as aves e todos os peixes, além de estarem intimamente relacionados às narrativas Makuxi (FERNANDES, 2015). Dentro das poéticas indígenas, em especial, das registradas pelo projeto Panton Pia', há um intenso jogo de multiplicidades e potencialidades que se estendem indefinidamente pelos espaços e através das pessoas, não raro, possibilitado pela arte. Artes essas, indígenas, como afirma Velthem (2010, p. 23), nas quais também ousamos incluir as literaturas orais, são um campo que se expressa de diferentes formas e sua "experiência estética constitui elemento fundamental na transmissão de conhecimentos e de valores sociais, por meio das quais pode ser definida sua especificidade, ou seja, a natureza ou a essência de sua própria humanidade".

Finnegan (2012, 2016) lembra ainda, acerca da literatura oral, que ela não se reduz à função de ordem prática, mas mesmo que haja uma função social clara, não se exclui o interesse estético. Assim, nesse jogo de multiplicidades e potencialidades, palmilhando o pensamento de Viveiros de Castro (2015) com o multinaturalismo ou o perspectivismo ameríndio, admitimos para o tukui, a possibilidade de que:

> todos os animais e demais componentes do cosmos são intensivamente pessoas, virtualmente pessoas, porque qualquer um deles pode se revelar (se transformar em) uma pessoa. Não se trata de uma mera possibilidade lógica, mas de potencialidade ontológica. A "personitude" e a "perspectividade" – a capacidade de ocupar um ponto de vista – são uma questão de grau, de contexto e de posição, antes que uma propriedade distintiva de tal ou qual espécie. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, pp. 45-46)

Com essa breve introdução do gênero tukui, canto de dança (SANTOS, 2018), passamos a analisar *tukui iii*, presente em "Cantos e encantos: Meriná eremukon" (FIOROTTI, PEDRO, 2019). Tal canto, como os outros da obra, cantados principalmente em *Makuusi Maimu* (língua Makuxi), "não são de autoria de Meriná, mas são aqueles que aprendeu durante a vida, sendo a força interpretativa e política na região das serras. Pertencem a uma produção coletiva ou cantos que se tornaram de uso coletivo dos povos do circum-Roraima" (FIOROTTI; PEDRO, 2019, p. 9).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tukui iii

eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpanenpîra wayuupa ekokomamîi
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
eeserunpakî wayaura
ó ó ó ó
(FIOROTTI; PEDRO, p. 18)

a casa está triste
sem música triste
encontrei uma casa
canta wayaura
passarinho
(FIOROTTI; PEDRO, p. 19)

Vale destacar que a escrita desse tukui foi realizada por Fiorotti de maneira artística, introduzindo uma disposição do texto na página que busca novos efeitos poéticos, tendo o objetivo de dialogar com o mundo de movimento da dança e da música, no qual tal gênero tem origem (FIOROTTI; PEDRO, 2019). Além disso, as repetições dos versos são registradas conforme a artista a executou, já a tradução busca apresentar a imagem poética condensada (FIOROTTI; SILVA, 2019). Especialmente, a disposição do *tukui iii* pode aludir ao movimento do pássaro, à transformação da casa/corpo, que está deixando a tristeza graças a presença do pássaro cantado. Em uma visada ligeira, o canto diz de uma casa encontrada por um eu que pede ao passarinho Wayaura (corrupião) que cante para alegrá-la. Porém, como mencionado anteriormente sobre o perspectivismo ameríndio, podemos admitir uma extensão do *eu* tanto enquanto o sujeito da poesia presente no verbo encontrar (*encontrei*), como poderíamos também relacionar esse sujeito

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

com *casa* e *passarinho*, de forma que teríamos os desdobramentos: eu-sujeito, eu-casa, eu-passarinho. Essa forma de extensão do *eu* é uma característica que se repete em outros ritmos dos *eremukon Makuusi*, proporcionados pelo paralelismo sintático e semântico típicos dessas artes verbais indígenas como Cesarino (2001) e Fiorotti (2018) já apontaram e como podemos ver no canto a seguir:

> Uweyupe wei tapi'se
> [...]
> Uipi sirîrî paapa
> [...]
> Tiwiyupe wei tapi'se
> [...]
> Kesera' uyepî paapa
> [...]
> Uweyupe wei tapi'se
> (FIOROTTI; SILVA, 2019, p. 96)
>
> Estou vindo agarrado na luz do sol
> Venho agora meu deus
>
> Ela vem agarrada na luz do sol
> A maniva está vindo meu deus
>
> Venho agarrado na luz do sol
> A maniva está vindo.
> (FIOROTTI; SILVA, 2019, p. 97)

Quando analisamos o canto, os primeiros dois versos "Uweyupe wei tapi'se/ [...] Uipi sirîrî paapa – Estou vindo agarrado na luz do sol/ Venho agora meu deus" sugerem que o *eu* estaria estabelecendo um deslocamento em que a luz do sol seria aquilo que o conduz de volta, provavelmente num movimento descendente à terra, mas também sugere que mais que um deslocamento poderia (re)estabelecer a relação de parentesco entre o *eu* e o sol, uma vez que "vir agarrado" também pode ser interpretado enquanto nascer, como a expressão sinonímica "dar à luz", de certo modo reforçada pelo termo *paapa,* papai ou Deus, Senhor. Já o terceiro e quarto versos o sujeito passa a ser a maniva que vem com a luz do sol e não podemos deixar de lado que a raiz é uma planta exigente de sol pleno, ideais e vastamente cultivadas para o clima equatorial de Roraima. Por último, os dois últimos versos realizam o paralelismo semântico de maneira mais bem acabada, em que o desdobramento talvez seja melhor elucidado, pois que o *eu* e maniva encontram-se então equalitariamente. Assim, esse *eu* do canto poderia ser compreendido tanto como um *eu* sujeito humano como a própria maniva entoando o canto, fazendo com que essa relação tanto solar quanto telúrica seja (re)estabelecida e mesmo (re)afirmada pelo canto, uma vez que a cada execução do canto essa (re)conexão se atualiza através dos tempos.

O sol que pode também equivaler a "meu deus" ou na língua Makuusi, *paapa*, papai. De modo que o indígena, o sol e maniva estabeleceriam uma aliança afetiva (COHN; KRENAK, 2015) que sustém a vida e ressona através dos cantos pelos mundos e que desenvolve através dessa aliança um sem fim de potencialidades para o humano e para o próprio mundo, o que leva o considerado modo de pensar e fazer ocidental, inclusive a literatura, a realizar uma atualização conceitual, pois a partir do canto podemos entrever uma multiplicidade que amplia tanto o *eu*.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A performance de Vovó Bernaldina

Assim retomar o complexo de jogos do *eu* promovidos pelo *tukui iii* de Vovó Bernaldina e também de como a aliança afetiva que sua execução se estabelece junto ao público que o presencia, tornamos ao vídeo de sua performance disponibilizado no *site* Panton Pia' (em Vídeos, "Eren Macuxi – Koko Bernaldina"). Nele, ao longo de 03:05 minutos, Vovó Bernaldina realiza sua performance (https://player.vimeo.com/video/296024578?h=451fc97eee). Por performance, seguimos Paul Zumthor, para quem

> a performance é a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida. Locutor, destinatário, circunstâncias (quer o texto, por outra via, com a ajuda de meios linguísticos, as represente ou não) se encontram concretamente confrontados, indiscutíveis (ZUMTHOR, 2010, p. 31).

A despeito de tratar-se de uma gravação, ou seja, distancia-se espaço e temporalmente do momento de sua execução originária, presentifica-se a gestualidade vocal e corporal de Vovó Bernaldina, assim como apresenta-se sempre inédita ao público que nunca teve a oportunidade de presenciar as performances de Vovó Bernaldina quando em vida.

Bernaldina inicia e termina o vídeo falando em *Makuusi maimu,* em língua Makuxi. Faz uma breve apresentação acerca do que irá cantar e então inicia sua performance, munida de seu *kewei*, longo chocalho, cujas sementes de aguaí - conforme uma visão de mundo outra e os conhecimentos que lhe são próprios - somente são recolhidas do chão após o pedido de permissão à floresta e passam por uma defumação para adquirirem a sonoridade desejada (SANTA RITA, 2016) e, assim, são amarradas em uma espécie de cajado de pau-pereira, segurado, nesta performance, por uma mão enegrecida pela tintura de jenipapo (*karutuke*) feita por ela mesma mais cedo e com a qual também desenhou grafismos no rosto, a cabeça ornada com um diadema de plumas vermelhas, amarelas e pretas, colares de miçangas cruzados no peito. Assim, inicia seu canto cuja marcação do ritmo é acompanhada pelo chocalho e que vai num crescente tanto na altura da voz de Vovó Bernaldina quanto nas batidas do chocalho. Essa passagem de altura também é acompanhada pela frequência e vigor com que ela dá as batidas do chocalho, alternando quando da emissão de cada uma das palavras que compõem a poesia.

Neste ponto, vale ressaltar o que Zumthor (2010), discorrendo acerca das performances de povos africanos que elegem como percussão primordial o tambor, afirma sobre a relevância desse tipo de acompanhamento instrumental. Para ele, a percussão constitui, estruturalmente, uma linguagem poética, em que a voz humana e o instrumento se relacionam de maneira indissociável, "com vistas a uma obra comum significante" (ZUMTHOR, 2010, p. 211). Isso pode ser percebido de maneira análoga quando nos voltamos à performance de Vovó Bernaldina. A cada repetição, embora a frase geradora seja a mesma, o conjunto resultante entre voz, percussão e a própria poesia ganham novas nuances aos sentidos de quem presencia a performance. Algo se cria e se mobiliza no cerne dos sentidos do público, que é invadido pelas vibrações da voz e do instrumento, no mesmo crescente da execução do canto, que subindo de altura o eleva de igual maneira, tornando-se a si mesmo e ao público também corrupião que espanta a tristeza da casa,

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do corpo, essa arquitetura que abriga as potencialidade dos espíritos, tanto dela, Vovó Bernaldina, quanto de quem a ouve, criando um complexo de afetos e afeições bem próximo do que Zumthor identifica na passagem:

> Na vibração da voz se estende, no limite da resistência, o fio que liga ao texto tantos sinais ou índices retirados da experiência. O que resta ao poema de força referencial diz respeito à sua focalização, no contato entre os sujeitos corporalmente presentes na performance: o portador da voz e quem a recebe. A intimidade desse contato bastaria para estabelecer um sentido, como no amor (ZUMTHOR, 2010, p. 178).

E não seria o canto uma forma de Vovó Bernaldina também provocar afeições, ou alianças afetivas (COHN; KRENAK, 2015) em quem a ouve? Ou nos termos de Zumhtor de estabelecer contato e intimidade, no limite amor, passando-se para dentro de nossa própria interioridade através da voz e da arte? Podemos afirmar com menos dúvidas e mais sentidos que sim.

O corpo, a voz e a presença feminina: a mulher indígena que resiste pela voz

Falar sobre culturas indígenas na contemporaneidade traz uma reflexão de como canto, danças, hábitos, costumes, crenças, oralidade, vestimenta, alimentação se faz necessária para que essas culturas sejam disseminadas e reconhecidas pela sociedade. Neste sentido, os povos indígenas ao mesmo tempo que acompanham a globalização e as mudanças da atualidade, percebem que se faz necessário preservar suas culturas para mantê-las avivadas e alcançar as futuras gerações. Diante desse esforço as mulheres indígenas assumem o protagonismo e a responsabilidade de disseminar esses conhecimentos por meio de sua oralidade, cantos, poesia e todas as formas de artes que foram criadas ao longo dos anos ocupando o seu espaço dentro da literatura indígena.

No Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, as lutas sociais emergem em defesa dos direitos indígenas, tendo como foco a publicização das singularidades étnico-culturais, buscando enfatizar como era a vivência indígena e a sua exclusão diante da sociedade, realizando denúncias acerca da marginalização e violência, mas também defendendo que as culturas dos povos indígenas têm muito a contribuir com as ciências, ressaltando que os saberes indígenas são conhecimentos gerados através da prática em comunidade.

> [...] [O] caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o que o índio, enquanto sujeito, faz, mas sobre a própria existência do sujeito índio. E quando digo Estado, digo Estado brasileiro do branco. Estado que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira. Nesse Estado, o negro chega a ter uma participação. De segunda classe é verdade, mas tem uma participação, à margem, o índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado (ORLANDI, 1990, p.55).

Assim, na luta pelo reconhecimento do direito à terra, na década de 1970 em Roraima, um movimento surgiu revelando a articulação feminina no fortalecimento da luta indígena: o "Vai ou racha". Segundo a historiadora Elisangela Martins:

> No ano de 1977, na comunidade do Maturuca, região das serras ao norte de Roraima, ocorreu uma manifestação organizada pelas mulheres indígenas que ficou conhecida como "Vai ou Racha", documentada, pelo Padre Vincent Carelli no vídeo "Vai ou Racha! 20 anos de lutas",

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> de 1998. Segundo o vídeo, as mulheres indígenas, preocupadas com a desagregação familiar resultante do alcoolismo, identificaram que este era causado sobretudo pelo contato cada vez maior dos homens das aldeias com bebidas alcoólicas trazidas por garimpeiros. A manifestação foi marcada pela mobilização feminina que, protestando com firmeza, pretendeu impedir a entrada de garimpeiros e bebidas alcoólicas em sua comunidade. (MARTINS, 2014, p. 4)

Maturuca é a comunidade considerada coração político da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que é uma das maiores em extensão territorial do Brasil e que obteve bastante publicidade com sua homologação em área contínua já na primeira década dos anos 2000, em razão das discussões sobre a desintrusão dos não-indígenas e dos produtores de arroz da região. Em tal comunidade, Vovó Bernaldina residiu por muitos anos até seu falecimento.

Se de um lado os homens saíam para realizarem as assembleias em que iriam traçar estratégias para tratar das negociações com as entidades políticas, as mulheres acabavam ficando em casa cuidando das crianças, dos idosos e da roça como fica evidente na fala de dona Zenita Lima, mulher indígena do povo Wapichana e falante de língua Makuxi, em entrevista ao Projeto Panton Pia' (no prelo):

> ZL: Pra mim o acontecimento que eu não esqueço, hoje eu falo pro meu, pras minhas filhas que, quando meu marido trabalhava por aí, que eu ficava abandonada, né, assim, eu sentia abandono junto com meus filhos, mas eu entreguei a Deus.
> DF: Mas na época ele tava no CIR, né?
> ZL: Ele morou muito tempo, quatro ano fora daqui, né?
> DF: Ahã!
> ZL: Eu fiquei, mas eu nunca fiquei triste não.
> DF: E como foi esse período?
> ZL: Esse aí, porque ele gostava de trabalhar, gosta, agora não, que ele já tá nessa idade, ele não tem mais condição. Já é sempre eu falo que ele já tá cansado, né? Mas na época, quando ele era novo assim, ele só vinha passar um dia comigo e voltava, então aí que eu achava assim, triste dentro de mim, triste assim, aí meus filhos também passavam, né?
> DF: Ahã!
> ZL: E ele vinha passava um dia e voltava. Então, mas fora do que em casa, mas aí eu até hoje nós estamos juntos ainda, né? Que é minha vida, que eu tô falando da minha vida.
> DF: Justamente.
> ZL: Que foi, é essa. Eu fui mãe, eu fui pai, graças a Deus, Deus abençoou a gente! Criei meus filhos, resto dos filhos, em casa, da casa pra roça, meus filhos ia pra escola eu nunca deixei faltar aula, tudo meus filhos sabe ler e escrever!
> [...]
> ZL: Ah, meu alimento, caso que, quando eu tava em casa, é farinha mesmo, farinha, beiju, galinha que a gente criava, porco que a gente criava. A gente matava um porco, galinha. A gente viveu com esse alimento que eu nunca, eu sou uma mulher que nunca fiquei assim com dificuldade, eu sempre já corri atrás, eu nunca esperei pelo homem, né? Eu mesmo ia atrás e conseguia, comia, eu nunca passei fome não.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) protagonizou um dos grandes movimentos que balizaram as discussões que resultaram no reconhecimento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e posterior homologação. Zenita Lima e seu esposo Terêncio Luiz Silva, indígena Makuxi, foram fundadores do CIR e em seguida do Alidecirr (Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas em Roraima), sendo ele, por isso, uma das lideranças indígenas no vórtice do movimento indígena em Roraima. Na fala de dona Zenita é perceptível que o tempo dedicado pelos homens à luta, acabava tendo de ser suprido pelas mulheres no ambiente doméstico e talvez isso tenha feito com que elas tenham conseguido manter o contato com os falantes das línguas,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

notadamente os anciãos, e com os conhecimentos ditos tradicionais que em boa medida alimentam os modos de conceber os mundos por parte dos indígenas. De forma que as mulheres passaram a se articular inclusive em uma organização, a OMIR (Organização das Mulheres Indígenas de Roraima), a partir de 1999 e bastante atuante ainda hodiernamente.

Nesse contexto social e político, ainda é importante ressaltar que em Roraima os índices de homicídios praticados contra as mulheres atingiram os primeiros lugares em 2013, segundo dados coletados pelo Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015). É importante esclarecer que a partir do ano 2000 o IBGE, passou a considerar a população, por autodeclaração como branca, preta, amarela, parda e indígena. Contudo, no Mapa da Violência 2015, são inseridas apenas duas categorias: branca e negra, sendo esta última resultante da somatória de mulheres pretas e pardas. De maneira que as mulheres indígenas estariam incluídas nessas estatísticas enquanto negras. De toda forma, analisando o período entre 2003 e 2013, os dados do Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil ainda revela o grande número de mulheres negras brasileiras vítimas da violência de gênero. Durante o período analisado o número de homicídios de mulheres brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, representando o decréscimo de 9,8% no total de homicídios do período. De outra mão, os homicídios perpetrados contra mulheres negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Embora se reconheça que houve avanços significativos na prevenção e no enfrentamento das situações de discriminação e violência contra as mulheres indígenas acometidas pelos não indígenas, todavia, no contexto intraétnico, não houve a mesma modificação, seja nas relações conjugais ou familiares (CASTILHO, 2008). Na análise ilustre de Marilyn Strathern (2006) em o *Gênero da Dádiva* as desigualdades entre os sexos têm sido interpretadas como um fenômeno universal. Comparando questões da dominação masculina entre as culturas, Strathern enfatiza que todas as categorias de coisas ou pessoas são determinadas pelo gênero. Os homens controlam as mulheres com uma suposta forma de poder e dominação.

Em 2009 uma menina indígena Sateré-Mawé no Estado do Amazonas foi violentada sexualmente e assassinada pelo próprio pai também indígena. Levando em consideração as trajetórias das mulheres indígenas dessa etnia em relação às evidências de violência doméstica que sofrem e as formas de enfrentamento, Milena Fernandes Barroso (2012) realizou uma abordagem perceptiva de algumas delas. Embora desconheçam o significado jurídico de violência física, psicológica e sexual, os casos são constantes, seus relatos exprimem as consternações vivenciadas no cotidiano da comunidade.

Diante desse panorama, a presença de uma mulher indígena e idosa executando seu canto na língua indígena de seu povo, como é o caso de Vovó Bernaldina, que possuía em seu repertório "Cantos da homologação" relacionados à finalização do processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, revela a resistência na luta não apenas pelo direito à terra, mas pelo direito de existir, de fazer arte e o direito à diferença em si, não somente na forma de perceber o mundo, mas os mundos e as gentes em toda sua multivalência e que que lhes foram violentamente negados desde a invasão dos colonizadores. Nesse conjunto, a literatura, a arte verbal, o direito a fazer arte, a seus modos, junto com a palavra foi um desses direitos negados. Márcia Kambeba, indígena do povo Omágua-Kabemba, poeta e geógrafa enfatiza:

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Na literatura indígena, a escrita, assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade. Não quero dizer aqui que a prática da oralidade tenha se cristalizado no tempo. Essa prática ainda é usada, pois é parte integrante da cultura em movimento. À noite o indígena sonha com o que vai ser escrito ou com a música a ser cantada com os guerreiros da aldeia. Acredita-se que quem escreve recebe influências de espíritos ancestrais, dos encantados, por isso a literatura dos povos da floresta é percebida com um valor material e imaterial. (KAMBEBA, 2020, p. 40)

Kambeba deixa claro que os valores espirituais e rituais estão presentes na literatura, demonstrando seu potencial cognitivo e ressaltando os seus valores espirituais e rituais da literatura, atravessada pelo potencial simbólico dos sonhos e das orientações dos ancestrais. A geógrafa enfatiza também sobre alguns indígenas que vivem atualmente de forma diferente, que buscaram estar em sintonia com o que a sociedade exige:

> Hoje, temos indígenas que se utilizam das redes sociais, blogs e páginas de cunho literário que são visualizadas todos os dias. Nasce outra ferramenta, se bem usada, de divulgação do pensamento indígena. Aos poucos vai-se ganhando um público leitor nas redes virtuais para uma literatura virtual, com o mesmo peso que a literatura publicada em papel. (KAMBEBA, 2020, p. 42)

Nesse sentido, observa-se que a literatura indígena passa a ser conhecida de uma forma mais ampla, quando existe essa divulgação por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação. Nota-se que aos poucos os indígenas estão ocupando o seu espaço e o que era somente de conhecimento dos indígenas e de alguns estudiosos passam a ser percebido por pessoas que buscam conhecer a realidade e os costumes indígenas e, como diz Ailton Krenak (2019), buscam algumas ideias para adiar o fim do mundo e estender nossa breve passagem por essas terras.

Referências

Amodio, E., & Pira, V. (2007). *Makusi maimu – língua makuxi:* um guia para aprendizagem e dicionário makuxi. Editora Valer.

Armelada, C., & Salazar, M. G. (2007). *Diccionário pemón:* pemón-castellan/ castellano-pemón. Universidade Católica Andrés Bello e Hermanos Capuchinhos.

Barroso, M. F. (2012). Experiências de violência doméstica no contexto indígena: percepções das mulheres sateré-mawé. *Gênero na Amazônia*, *2*, 125-148.

Castilho, W. V. (2008). A violência doméstica contra a mulher no âmbito dos povos indígenas: qual lei aplicar? Ela. In Verdum, R. (Org.) *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. (pp. 21-32). INESC.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cesarino, P. N. (2011). *Oniska: uma poética do xamanismo na Amazônia.* Fapesp.

Cohn, S. & KRENAK, A. (2015). *Encontros*. Azougue.

Fernandes, F. M. M. (2015). *Do parixara ao forró, do forró ao "parixara":* uma trajetória musical (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Finnegan, R. (2016). O significado da literatura em culturas orais. (A. E. Ribeiro, Trad.). In S. Queiroz (Org.), *A tradição oral* (pp. 61-98). FALE/UFMG.

Finnegan, R. (2012). The 'Oral' Nature of African Unwritten Literature. In Finnegan, R. *Oral Literature in Africa.* (pp. 2-28). Open Book Publishers.

Fiorotti, D. (2012). Do timbó ao Timbó ou o que eu não sei eu invento. *Revista Aletria*, *22*(3), 239-252.

Fiorotti, D. A. (2019). Panton Pia': diante da poeticidades dos eremukon do circum-Roraima. In Fiorotti, D. A., & Silva, T. L. *Panton pia':* Eremukon do circum-Roraima. Cantores Manaaka e Yauyo. (pp. 18-52). Museu do Índio.

Fiorotti, D. A., & Pedro, B. J. (2019). *Cantos e encantos:* Meriná eremukon (2a. ed.). Patuá, Wei editora.

Fiorotti, D. A., & Silva, T. L. (2019). *Panton Pia:* Eremukon do circum-Roraima. Cantores Manaaka e Yauyo. Museu do índio.

Kambeba, M. (2020) O olhar da palavra: Escrita de resistência. In J. Dorrico, F. Danner, & L. F. Danner (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea:* autoria, autonomia, ativismo. Editora Fi.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Martins, E. A. (2014). A obra de Carmézia Emiliano: das lutas indígenas e de gênero. In *Anais do XV Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado".* UFSC. http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405547613_ARQUIVO_Carmezia_lutas_indigena_genero_elisangela_martins.pdf

Munduruku, D. (2012). Literatura indígena e as novas tecnologias da memória. *LEETRA Indígena*, *1*(1), 16-23.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Orlandi, E. P. (1990). *Terra à vista.* Discurso do confronto: velho e novo mundo. Cortez & Ed. da Unicamp.

Raposo, C., & Cruz, M. O. S. (2016). *Dicionário da língua Makuxi.* EDUFRR.

Santa Rita, F. A. (2016). *Transculturalização*: Música, Educação e Valorização da Cultura Indígena Macuxi, a partir da "Banda Cruviana" da UFRR. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Roraima, Boa Vista.

Schipper, M. (2016). Literatura oral e oralidades escrita. (F. Mourão, Trad.). In S. Queiroz (Org.), *A tradição oral* (pp. 11-24). FALE/UFMG.

Strathern, M. (2006). *O gênero da dádiva*: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésía (A. Villalobos, Trad.). Editora da UNICAMP

Velthem, L. (2010). Artes indígenas: notas obre a lógica dos corpos e dos artefatos. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, *7*(1), 19-29.

Viveiros de Castro, E. (2011) *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia.* Cosac Naify.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015*: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil.

Zumthor, P. (2010). *Introdução à poesia oral* (J. Pires, Trad.). Editora UFMG.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

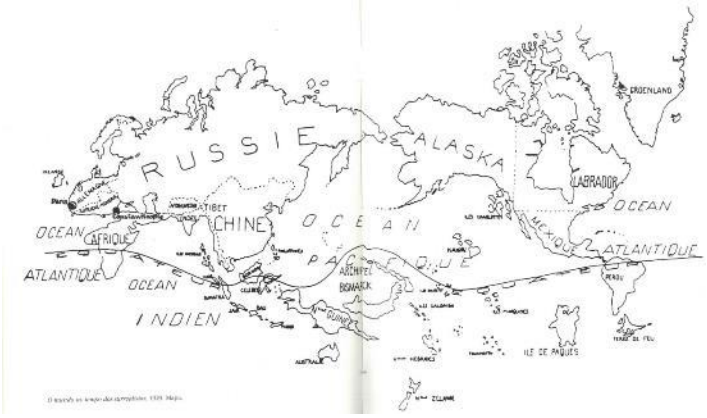
OTROS VIAJES DE DESCUBRIMIENTO: LA EXPEDICIÓN SURREALISTA A HAITÍ

Xenia Roque Benito
Julio Moracén Naranjo

Este trabajo estudia el momento histórico en que varios artífices surrealistas estrechan relaciones en Haití, en un viaje que fue orquestado por el entonces diplomático, médico y escritor francés Pierre Mabille (1904-1952) y André Breton (1896-1966). Van en misión cultural y trazan un trayecto en el mapa singularísimo que buscó la apropiación de esa cultura y al mismo tiempo afianzar nuevos adeptos. Para una mejor definición de sus epistemes modernas los surrealistas hacen ese recorrido por este país mítico en una estancia que se extiende entre octubre de 1945 a febrero de 1946.

Desde los años treinta, el Movimiento Surrealista había promovido varios viajes la mayoría de las cuales resultan en exposiciones. Se puede decir que existe el deseo de conquistar un universo históricamente relegado, como muestra el mapamundi "El mundo en la época de los surrealistas", publicado en la revista Variétés (junio de 1929) (fig.1). Un mapamundi donde todavía el Caribe y África aparecen disminuidos, desplazados y el continente de Oceanía aumentado. ¿Qué motiva a Breton, mentor del grupo, a promover viajes, exposiciones de arte, conferencias y el contacto con los núcleos de intelectuales vanguardistas comprensivos en cada lugar donde estuvo presente? ¿A qué aspirabas? Como sugiere el ensayo "Surrealismo e viajes" de Robert Ponge, hay un objetivo común en todo esto: "Buscar hombres", es decir, futuras adhesiones al movimiento. Además, como advierte el propio Breton: "En el surrealismo se pueden ubicar dos grandes crisis, [...] una en 1939, que marca el final de la mayor parte de las actividades colectivas del grupo y otra, el inicio de una transferencia cultural al nuevo mundo"(BRETON, 1932, p.511) Evaluar las consecuencias de la llegada del surrealismo a Haití, que deriva tanto del deseo de conquistar nuevos miembros para el movimiento como de su desplazamiento hacia las Américas, es uno de los objetivos del presente texto.

Figura 1: Mapa El mundo en la época de los surrealistas



Fuente: Robert Ponge (org) Surrealismo e viagens, 1992

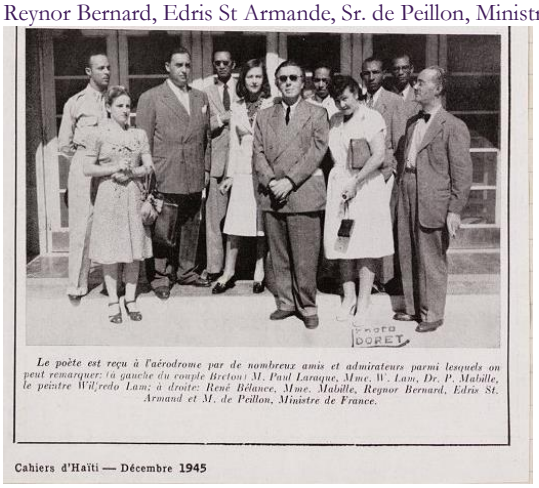
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Cuando se trata de la construcción surrealista – y más allá de ella– de Haití como configuración de una identidad recordamos la terminología de Stuart Hall (1932-2014). Este haciendo la crítica a los conceptos de "raza", "identidad" y "cultura", que quedaron estancados, sostiene que hay dos tipos de identidad. Una existente (*identity in being),* (que ofrece un sentido de unidad y pensamiento común), y otra como devenir (*identity becoming).* En esta segunda designación, "Identidad" es más un proceso de redescubrimiento imaginativo que una verdad esencial. Según la posición de Hall la "identidad cultural" debe asociarse con sujetos que están continuamente activos en la historia, la cultura y el poder. Para él, por tanto, la identidad no es una esencia inmutable, como la ven algunos, sino una posición estructurada por puntos inestables a ser enmendados dentro del discurso histórico y cultural. Como entendió Hall, era necesario instrumentalizar y difundir una identidad alejada de las creencias en lo inmutable, más cambiante, impredecible, opaca, en la cual la potente fuerza transformadora fuera un desafío por desvelar. Breton, en el campo ensayístico y Lam, en el campo de las artes plásticas, intentaron interpretarla, abarcarla, conocerla, incorporarla. Los encuentros, los bailes, los desfiles antillanos, el sueño, los Caraïbes, los pájaros, los puntos cardinales, todo eso era prueba, al menos de una unidad que se manifestaba como tema en diálogo con la identidad de la región.

Llegan a Haití en octubre de 1945, primero el artista cubano Wifredo Lam (1902-1982) quien se había trasladado desde Cuba y después llega Breton desde los Estados Unidos. (fig. 1). En el artículo de Le Soir del 1 de octubre de 1945 se anunciaba enfáticamente la llegada de este poeta conferenciante: "[..] llegará a nuestra capital [...] atendiendo a una amable invitación, el gran poeta francés André Breton, que desde la guerra se ha instalado en Nueva York". (DOSSIER DE HAITÍ, 1946, p. 16). El periodista añadió: "[...] Estamos convencidos de que las conferencias que se impartirán en nuestra capital [...] atraerán a las instalaciones del Rex a una multitud innumerable de todos los rincones de nuestra capital y de las provincias más lejanas. " (DOSSIER DE HAITÍ, 1946, p. 16). Vale agregar que la ruta incluía paseos organizados por localidades alejadas del centro, recorridos programados para encontrar el paisaje agreste de la isla y trayectos donde aprovecharon viajes en barcos de juncos (las llamadas piraguas).

Figura 2. El poeta es recibido por numerosos amigos e admiradores. A la izquierda de la pareja Breton Sr. Paul Laraque, Sra Lam, Dr Pierre Mabille o pintor Wifredo Lam, a la derecha René Bélance, Sra Mabille, e la derecha Sra. Mabille, Reynor Bernard, Edris St Armande, Sr. de Peillon, Ministro de Francia



Fuente: www.andrebreton.fr

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

La selección de este campo trae a tono una pregunta, por qué los surrealistas estaban tan interesados en viajar a Haití. Son varias las motivaciones que los llevan a conocer y adentrarse en la cultura haitiana. Esta isla constituyó casi un recorrido de iniciación a las ceremonias rituales. Si como se sabe, desde los años treinta, los surrealistas han tenido entre los ejes de su investigación el descubrimiento de la "belleza convulsiva" y la evidencia de lo "maravilloso", como vemos en sus impresiones escritas sobre el vodú, endémico de esta isla del Caribe esta relación trasparece.

> Las ceremonias negras en Cuba no se podían comparar con las de Haití, que eran prodigiosas. Uno de ellos, que comenzó al anochecer, terminó alrededor de las cinco de la mañana. Incluía sacrificios de animales e invocación de los muertos. Inolvidable. Mujeres vestidas de blanco bailaban. Todos estaban en trance. Los sonidos de enormes tambores golpeaban en nuestros oídos. Qué belleza salvaje. Una belleza no intelectual. En la superficie, una emoción humana en toda su desnudez (LAM, *apud.* FOUCHET, 1976, p. 35)

Lam deja escritas estas memorias. Mientras tanto las descripciones que hace Mabille del vudú coincidirán con las de Lam. Nótese este otro pasaje del ensayista francés, donde la danza produce gestos convulsivos.

> Ahora comienzan, invocan a Legba, dios de la frontera, de la puerta, el que precede a los otros, quien introduce los espíritus cerca de los hombres. Todos danzan, pero ¿cómo emplear esta palabra para describir lo que veo, palabra que evoca por lo demás una pareja en un salón o esos espectáculos de conjunto en los que un cuerpo de ballet representa un tema clásico? Aquí cada cual baila consigo mismo, pone en tensión hasta las menores partículas de su cuerpo y se prepara para recibir al dios. Aparece éste, entra en posesión de una de las mujeres que le sirven; pierde ésta el sentido, se agita en movimientos convulsivos. Un título de André Breton me viene a la mente: "La belleza será convulsa". El recuerdo de un libro sobre histeria me obsesiona. [...] Las posesiones se suceden, se multiplican, se enredan, sin que se lea entre los asistentes emoción o temor alguno. (MABILLE, 2002, p. 410)

Sin embargo, los rituales vudú que tanto subyugaban a Mabille y a Lam, a Breton le provocaban una especie de malestar: "André [Breton] no soportaba ese espectáculo. Sentía náuseas. Jugué amablemente con él, y recordando que había escrito: La belleza será convulsa o no será". (LAM apud. FOUCHET. 1976, p.35).
Breton se explicó así en sus memorias:

> Lo patético de las ceremonias vudú que me ha impresionado demasiado vívidamente que después de los persistentes vapores de la sangre, el ron, puedo pretender separarlo del espíritu generativo y así medir su alcance real. Pero me fue dado para impregnarme de su clima, para hacerme permeable al desvelamiento de las fuerzas primitivas que se pusieron en movimiento (BRETON, 1991, p. 307)

Resulta en el compromiso de comparar aspectos referenciales anteriores del concepto primitivo con los de la cultura afro haitiana. Lam, por ejemplo, había presenciado tras su regreso a Cuba en 1941 manifestaciones del folclore y la fauna tropical que le dejaron una profunda huella. También había estudiado y asimilado los ritos y la fusión con el paisaje. ¿Fue posible establecer equivalencias entre ellos? El vudú haitiano no era tan semejante a las religiones de origen yoruba (como la santería). Está más cerca de los ritos de los negros del Congo y de la Sociedad Secreta Abakuá (también conocida como Ñáñigos). Tales ritos habían llamado la atención de Lam, influenciado

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

por la reconocida investigadora, antropóloga y escritora cubana Lydia Cabrera (1899-1991), quien se convirtió en parte de su círculo de amigos. Ella no tarda en presentarle las intrincadas interpretaciones de estos secretos rituales, tornándose la figura clave: Lydia Cabrera y Alejo Carpentier que orientaron a Lam en sus nuevas direcciones, compartieron sus experiencias con él, lo llevaron a ceremonias rituales o bembés.

Ante tales influencias, en Haití se logró abundar más, buscar puntos de contacto con su cultura, la complejidad de la música, los bailes y los numerosos casos de trance vudú, rasgos que terminaron contaminando profundamente su pintura en años posteriores y observa los veves, su uso, su transformación en dibujos con harina blanca sobre el suelo para invocar a las divinidades: "El *hougan* (sacerdote) iniciando pasos de baile, para entrar en el ritmo, cumple con su obligación ritual, a la que nadie parece prestar atención; traza dibujos mágicos en el suelo con harina. saluda a los puntos cardinales, vertiendo un poco de agua en las cuatro direcciones ". (MABILLE, p. 1944, p. 252-253). Estos elementos fueron posteriormente incorporados por el artista a su vocabulario pictórico.

Paralelamente hay que destacar que en años previos Haití fomentó una estrecha relación cultural institucionalizada con gobierno de La Habana de 1940-1944. Ambos países habían creado un frente único antifascista y habían facilitado los intercambios entre los intelectuales. Por citar algunos ejemplos, a fines de 1942, el poeta cubano Nicolás Guillén viajó a Puerto Príncipe en misión oficial. Jacques Romain y otros escritores haitianos viajaron a Cuba y publicaron allí. El gobierno cubano también fundó La Gaceta del Caribe, revista dirigida por Jorge Mañach, que publicó la reseña firmada por Ángel Augier de la edición cubana de "Retorno al país natal", escrita por Césaire e ilustrada por Wifredo Lam. Es también en el Centre d'Art haitiano donde varios pintores cubanos participan de una colectiva en los primeros meses de 1943.

Finalmente, es gracias a estos intercambios que Alejo Carpentier viaja a Haití en 1943 donde inicia las investigaciones para escribir la primera novela dedicada a la Revolución Haitiana, El Reino de este Mundo (1949). En el Prólogo de esta novela el intelectual cubano lanzó su concepto de *lo real maravilloso,* que se posiciona contra la "fabricación" de lo maravilloso surrealista. Hay que recordar también que en los treinta Carpentier firma en 1929 *Un cadavre*, texto contra Breton, y que culminó en la ruptura del grupo y la conformación de un campo de fuerzas contrarias entre los disidentes y los ortodoxos. Lo real maravilloso carpenteriano también ataca los artificialismos propuestos desde las metáforas de Maldoror, y lo opone a los poderes de mutación del héroe Makandal, mítico ex esclavo en el cual los haitianos creen. Así mientras Carpentier se dedica a demarcar el surrealismo europeo y el latinoamericano su *Prólogo* a El Reino de este mundo, elabora un especie de manifiesto en el que se apoya la literatura comprometida con el realismo prodigioso americano. Sin embargo esa querella sólo se manifestó años después de la visita de los surrealistas a Haití.

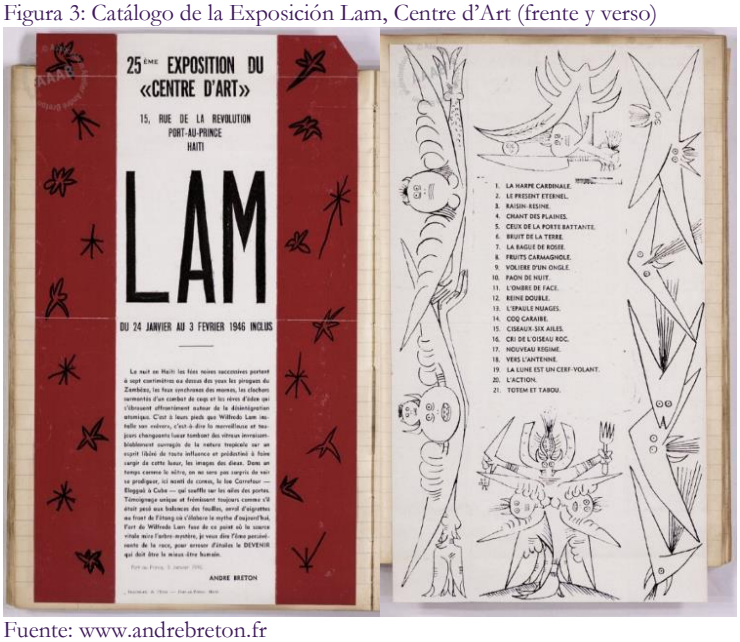
La Exposición de Lam desde el punto de vista del Surrealismo

Los que hace de Lam justamente uno de los surrealistas es su espíritu abrazador del arte no europeo: del arte de Oceanía, de nativos americanos, y de Haití. En este viaje de 1946, se puede decir, la experiencia de la ceremonia se consolidó. Era posible profundizar en el concepto de lo

"maravilloso", tan importante para Mabille, sabiendo que constantemente insistió en hacer paralelo y ver sus similitudes con la esencia de lo "maravilloso" y su obra. Así, como había hecho con la santería afrocubana, el vudú le permite hacer permeable al descubrimiento de las fuerzas primitivas.

Mabille invita a Breton a escribir la letra de la exposición individual de Lam en la galería Centre d'Art. El texto del catálogo de Breton (fig.3). "La nuit à Haiti" (Noche en Haití) expresa el deseo de encontrar un "Edén moderno en el Caribe", una cuestión más urgente frente a la "desintegración atómica". (BRETON, 2002, p. 474). El comentario de Breton fue escrito cinco meses después de que se conociera la noticia de que Estados Unidos había lanzado su primera bomba atómica sobre Hiroshima y Nagasaki en agosto de este año. De hecho, esta noticia, la rendición de Japón en septiembre de 1945 y el fin de la guerra pairaban en el momento de la exhibición.

Figura 3: Catálogo de la Exposición Lam, Centre d'Art (frente y verso)



Fuente: www.andrebreton.fr

Las palabras de Breton merecen citas y comentarios. Más poéticas que lógicas, están escritas en su estilo característico, cargado de imágenes. Como el lector podrá comprobar, no dilucidan, salvo en aspectos aislados o en metáforas sueltas, como las que señalan a Lam como un artista de gran promesa no solo dentro los trópicos, sino dentro del arte en la arena internacional. Breton todavía habla de esta síntesis provocada por la luz y el contaminante ambiente edénico de Haití. Todo era sinónimo de vida al borde de la desintegración por explosiones atómicas. Menciona las aves que tanto le impresionaron y que se convierten en un signo constante en la obra del artista, como son "las lidias de gallos". Evoca también el aliento de Eleguá, dios de la encrucijada:

> Por la noche, en Haití, las hadas negras que se suceden llevan a siete centímetros por encima de los ojos las piraguas del Zambeze, los fuegos sincrónicos de los cerros, los

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> campanarios trascendidos por una lidia de gallos y los sueños de edén que se sacuden con descaro en torno a la desintegración atómica. A sus pies, Wifredo Lam ha instalado su veve, es decir, la maravillosa luz cambiante que cae de los vitrales increíblemente trabajados de la naturaleza tropical sobre un espíritu liberado de cualquier influencia y predestinado a hacer surgir las imágenes de los dioses. En una época como la nuestra, no habría que sorprenderse al ver prodigarse aquí en Cuba, dotado de cuernos al dios de las encrucijadas. Elegguá que sopla sobre los batientes de las puertas. Cual testimonio singular y estremecedor, como si siempre estuviera pesándose en la balanza de las hojas, vuelo de garzotas frente al estanque donde se fabrica el mito de hoy, el arte de Wifredo Lam fluye desde ese punto donde la fuente vital refleja el árbol del misterio, es decir, el alma perseverante de la raza, para regar de estrellas, el porvenir que debe ser la felicidad humana. (BRETON, 2002, p.474)

La exhibición de arte nada menos que del artista que resumió y condensó en su arte un marcado "yo" caribeño, provocó reverberación y no sólo en este texto de Breton. En uno de los comunicados de prensa se explica: "Wifredo Lam, el gran pintor cubano, actualmente en Puerto Príncipe, expone en el Centre d'Art. Rinde homenaje a Césaire y cuenta con el patrocinio del gran poeta surrealista André Breton" (Matin, 24 de enero de 1946, DOSSIÊ DE HAITI, 1946, p. 19). Este homenaje a Aimé Césaire adquirió una dimensión muy importante en territorio haitiano. La serie, que allí se exhibe, aunque es un arte primitivista, resultó en un conjunto de obras "revelaciones", quizás no completamente comprendidas. Estas apariciones en su pintura llevaron el peso de todo lo asimilado hasta ese momento de su carrera, que en gran parte debía a la relación con el poeta martiniqués, desde que ilustra su poema *Retorno al país natal*, (Habana, Molinas &Cía. y traducción de Lydia Cabrera).

Por otro lado, también terminan impregnando el trabajo de Lam desde la crítica. En el número de Tropiques de enero de 1945, Pierre Mabille publica "*La manigua, De l'importance Prize par la critique d'art à l'époque contemporaine*" (La manigua, De primordial importancia para la crítica de arte en la época contemporánea). Vale la pena revisar algunos puntos de este texto, que en ese momento era el ensayo más completo sobre la obra de Lam. Para escribir el ensayo, Mabille visitó La Habana, en 1944, después de que Lam produjera el famoso cuadro, La Jungla. Este fue el catalizador perfecto entre la teoría mabilliana y la prueba definitiva de que el artista había imitado su arte el poder transformador mostrado en los rituales.

Mabille inicia su discusión distinguiendo entre la crítica de arte que se ocupa de actividades comerciales y la dedicada a la obra de arte, donde se iluminan los ideales comunes para expresar una familiaridad espiritual. Después denuncia la falta de tales ideales en la sociedad contemporánea, donde los egos y las metas individuales tienen prioridad. Quizás estaba reflexionando sobre la difícil situación del disperso grupo surrealista. Lanza una acusación contra la colonización europea y sus efectos, concretamente en las Antillas, a las que designa como el "nuevo Edén". Explica que europeos, africanos y asiáticos se transformaron en este entorno, al volver a los recuerdos de sus respectivos continentes ancestrales. Luego Mabille revisa algunos hechos y circunstancias de la vida de Lam, así recuerda sus primeros encuentros en el Café Deux Magots de París, justo después de que Lam entrara en contacto con Picasso y sus destinos entrelazados en Marsella y República Dominicana. Cuando Mabille vio a Lam en La Habana, luego de terminar La Jungla, va a encontrarse con el

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

artista, y está claro que este cuadro fue "el signo de un punto de inflexión decisivo en su carrera" (MABILLE, 2002, p. 400). Si bien compara la importancia de esta pintura con el descubrimiento de la perspectiva en la obra del artista italiano del siglo XV Paolo Uccello y señala que La Jungla en su tratamiento formal es un logro que influirá en el arte occidental. Continúa con una descripción del entorno de los ritos vudú, que la obra de Lam evoca igualmente como "un universo en el que árboles, flores, frutos y espíritu conviven en una interrelación que es como la de la danza" (MABILLE, 2002, p.414). Este artículo se convirtió en un prototipo del acercamiento biográfico a la obra de Lam, como mezcla de hechos, mito y alusión poética. Al ser publicado por la importante revista mexicana *Cuadernos americanas*, contribuyó a la promoción de una imagen en la cultura créole que venía siendo impulsada por los intelectuales. Esto también ayudó considerablemente a la aplicación de la teoría de lo maravilloso de Mabille dentro del repertorio de las bellas artes.

Sobre el sitio que alberga la exposición, el Centre d'Art de Haití

También es necesario hablar del espacio que promueve la exposición, el Centre d'Art. Este lugar tiende un puente hacia la institucionalización del arte moderno en el caso particular de Haití. La institucionalización del llamado "arte moderno" a partir de la creación de museos exclusivos de esta modalidad, o desde la concepción de exposiciones claves, fue un proceso que sin duda cristalizó durante la década del treinta en Nueva York, y que en la siguiente década continúa en las regiones periféricas. Desde su creación el MoMA ha jugado un papel crucial en los diferentes medios artísticos y en la orientación de la nueva historiografía del arte. Por eso cuando creado el Centre d'Art en Puerto Príncipe, en 1944 quien tomó la iniciativa fue el estadounidense DeWitt Peters, profesor de inglés, hijo del renombrado pintor que había sido de los primeros a exponerse en el MoMA. Él contó también con el apoyo de intelectuales haitianos como Albert Mangones, Philippe Thoby-Marcelin, Georges Remponeau, Maurice Brono y Jean Chenetesse, de instituciones estadounidenses como el Instituto Haitiano-Americano, y del entonces presidente haitiano Elie Lescot. Pronto despertó la curiosidad a nivel internacional de varias personalidades culturales sobre todo entre 1944 y 1967 como José Gomez Sicre, abogado, diplomático y crítico de arte cubano, también René d'Harnoncourt, director del MoMA. El Centre d'Art se había creado como un espacio para el aprendizaje de la pintura y la escultura, pero pronto también albergaría la redacción de la que en ese momento era la única publicación periódica dedicada a las bellas artes en el país, el ESTUDIO No 3. Asimismo, La existencia del Centro sería indispensable para la creación del Musée d'Art Haïtien en años posteriores.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 4: Entrada do Centre d'Art

Fuente: Foto do documentário de 1950 Centre D'Art. (https://www.youtube.com/watch?v=5Mr1USFY3mY)

Figura 5: Detalle del patio do Centre d'Art con clases de pintura

Fuente: Foto do documentário de 1950 Centre D'Art. (https://www.youtube.com/watch?v=5Mr1USFY3mY)

Para hacerse una idea de la gran cantidad de exposiciones que promovió este lugar, basta con comprobar que "Lam", una exposición realizada apenas dos años después de su fundación, fue la 25 ma.. El Centre d'Art no sólo logró tener la estructura simple dedicada a la formación de estudiantes de pintura y escultura, sino que, gracias a un programa de intercambio con Estados Unidos, se convirtió en la institución que fue fundamental en el fomento y la infraestructura para el desarrollo del arte (moderno) en este país marginal y económicamente. precario. El lugar promovió con absoluto éxito, una resignificación de las artes plásticas locales. En esta década en Puerto Príncipe, progresa culturalmente el llamado "Renacimiento de Haití", un grupo de pintores populares que alcanzaron un notable protagonismo y que comenzaron a despuntar en los cursos y en las exposiciones internacionales.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sería imposible comentar aquí todas y cada una de las 21 obras que componen la exposición que nos ocupa, por lo que hablamos de algunas de las más importantes, buscando expresar su unidad en su conjunto. Una primera coincidencia que da forma al grupo expuesto es el año de creación: casi todas datan del período 1944-1945. El segundo punto donde coinciden es en el uso de grandes dimensiones, casi todas mantienen un patrón de más de un metro.

Figura 6: Pierre Mabille, Wifredo Lam y André Breton en la inauguración de la Exposición en el *Centre d'Art*, posan frente al cuadro *Harpa Cardinal*, 1944

Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

L'Harpa Cardinale, (El Harpa Cardinal), 1944, (fig. 6), si no el más importante, es el segundo más importante junto a Le Présent éternel. Lam sintetiza en él todos los nuevos elementos plásticos que componen su obra, como si se tratara de una revisión de la Jungla. Sin embargo, aquí los elementos parecen seguir una fórmula que busca la disolución y la transparencia. Más que sumas y restas de colores; reflejos en lugar de texturas compactas. La "densidad transparente", como la llama Fouchet (1976, p. 23, traducción nuestra) también parece ser el resultado de un resplandor producido por el sol, oscureciendo la visión pasiva, en los márgenes de los trópicos. Sensación de letargo sobre los cuerpos africanos desnudos y sólo recortados y totémicos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

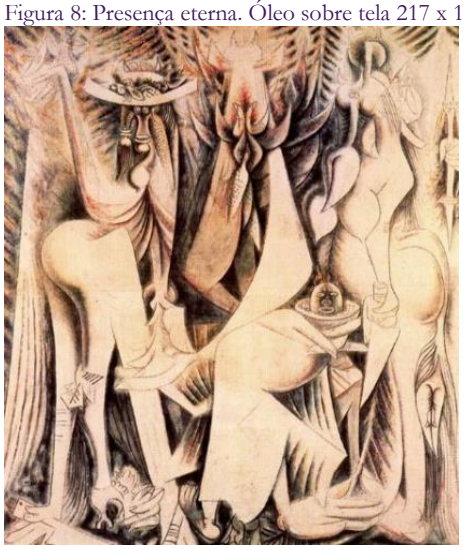
Figura 7: *L'Harpa cardinale*, 1944. Óleo sobre tela, 216 x 200cm, 1944.

Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

Le Présent éternel [Hommage à Alejandro García Caturla] (fig. 8), es una obra que, como la anterior, reduce la paleta a una acromía total, dando preponderancia al diseño y la dualidad del blanco y negro. Según la especialista Lokes Sims, esto se debe a una mutación que sufrirá la obra de Lam a lo largo de los años cuarenta, donde muestra el diseño sumergido, como parte de la composición final. La austeridad, además de la ya mencionada negación del color como "color local", parece reforzar, por un lado, la herencia cubista (como en la serie que desarrolló Picasso-Léger en Punta del Ebro) y, por otro, para representar el drama que la pintura quiere gritar. Quizás se pueda hablar de un carácter corrosivo de esta pintura, como equivalente a la poesía corrosiva de Césaire, indócil y alarmante. Cabe destacar también que esta obra es una de las pocas que el artista comenta en detalle: "El personaje de la izquierda es una prostituta, sexual, un imbécil. Te sientes ridículo con tus dos bocas. De su corazón sale la garra de un animal. Su heterogeneidad evoca el mestizaje, la degradación de la raza." (LAM, apud FOUCHET, 1976, p. 35). Se hace referencia a la degradación de la raza negra vista en la mulata, indefinida, alienada y hasta prostituida, lo que traduce su falta de revuelta en un plano más real y poético. Luego comenta: "El personaje de la derecha empuña un cuchillo; es el instrumento de la integridad, pero no lo usa, no lucha. Sugiere la indecisión del mulato (...) El recipiente lleno de arroz, del que brota una cabeza, representa la religión, los misterios". (LAM, apud. FOUCHET, 1976, p. 35). Finalmente, sobre el tercer y último componente de la tríada: "En el centro, la forma con los miembros cruzados aparece representando el sueño" (LAM, apud FOUCHET, 1976, p. 35). Esta figura informe, el sueño, prevé su redención y unión, y sin embargo confirma su alma surrealista a la bretona. Además, la obra estuvo dedicada a Alejando García Caturla (1906-1940), brillante músico cubano que supo incorporar los ritmos africanos y el folclore negro a la música culta como ningún otro en la isla. Su personalidad y estilo musical también quedaron encantados por la riqueza de la música culta que se nutre de la africanidad. Ante el gran escándalo de la sociedad de la época, se casó con una afrodescendiente. En París, Caturla había sido discípulo de Nadia Boulanger y era amigo íntimo de Alejo Carpentier, quien, como se ha dicho, pertenecía al círculo de amigos de

Lam. Una de sus composiciones más famosas, "El diablito baila", es casi una fuga de Bach. rítmica a velocidad que los ñáñigos, también identificados como "diablitos", saltaban y se retorcían en los ritos Abakuá. Estos bailes de hombres enmascarados sugirieron la demanda de virtuoso presente en la composición de Caturla.

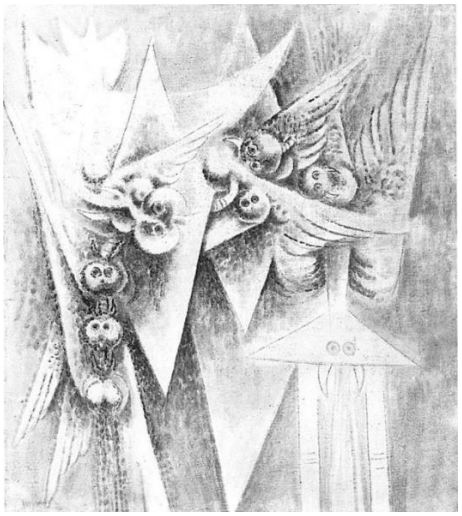
Figura 8: Presença eterna. Óleo sobre tela 217 x 197 cm, 1945



Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

Ceux de la porta battante, (fig. 9), también en clave monocromática, muestra una progresión de "apariciones", como figuras aladas colocadas sobre grandes diamantes, que culminan en posición vertical, asemejándose a referencias a pájaros decapitados para el ritual. También el título, "Esos da porta batiente", alude a Eleguá, oricha de las entradas, de los caminos.

Figura 9: Ceux de la porta battante, 1945. Óleo sobre madeira encerada, 127 x 109 cm.



Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Coq de Caraïbes (Gallo de los Caribes) — óleo sobre tela, 41 x 50 cm, 1945, (fig.10). Hace referencia a un elemento de uso frecuente en el repertorio del artista, el gallo. De hecho, esta es una figura central y determinante en esta etapa cubano-antillana. Es también el símbolo de luchas, de apuestas, presente en el folclore de Haití y Cuba. Se sabe que Breton y Lam asistieron a peleas de gallos durante su viaje, y este ritual se menciona en el prefacio. El gallo pelea hasta sangrar y hasta que lo consigue. Permaneció en el imaginario de la cultura isleña como sinónimo de virilidad. El hecho de que no sea solo un gallo, sino, como indica el título, el gallo del Caribe, también designa una agresividad indómita. Caraïbe o Caribe, eran aquellos hombres del Mar Caribe que, a diferencia de los arahuacos, no eran pacíficos, sino guerreros feroces que asustaban a los colonizadores. Y esta fue la señal movilizada al mencionar a este pájaro. El gallo telúrico, de pies firmes apoyados en el suelo, se hizo con un gesto punteado, evocador y palpitante que sugiere esta obra como una vuelta a lo primitivo.

Figura 10: *Coq de Caraïbes*, 1945. Óleo sobre tela 41 x 50 cm

Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

L' Oiseau au roc (*Un pájaro sobre una roca)* 1945, (fig.11). Esta tela ejemplifica la mención constante de aves. En él, el pájaro emerge del fondo, como en un vuelo trascendental. El pico abierto trae en el ámbito semántico los significados de canto, gritos, música, advertencia, ataque y anuncio libertario, la preocupación por los elementos involucrados en la composición, direcciones, como rayos, como en un gesto primitivo, o de un poseído, nada más que reforzado.

Figura 11. *L' Oiseau au roc* (*Um pássaro sobre uma roca)* óleo sobre tela 1945.

Fuente: Catalogue Raisonné of the Painted Work. Volumen I 1923-1960., 1996.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

El vodú y su importancia para los protagonistas del viaje

Una de las consecuencias directas de este viaje es la mejor compresión del vudú haitiano. Y Breton en carta a su hija Aube comenta como había estado absorto por la atmosfera bucólica de Haití, las peleas de gallos y las ceremonias del vodú:

> Mi hermosa Aube, recibí tu carta ayer (casi mi Navidad) [...] ayer nos levantamos a las tres de la mañana, Elisa y yo, para ver el amanecer y miles de pájaros (garzas, garzas, garzas, patos) se despertó en el lago salobre. Los negros empujaban nuestros botes entre los juncos. Ojalá hubieras visto esto. Todavía no he dado muchas conferencias, pero solo hablamos de surrealismo en Haití, en los periódicos y en las calles. También vi una pelea de gallos y, le dirás a Jacqueline, participamos en varias ceremonias y sacrificios de 'vudú' […]. (BRETON, A. Carta fechada en París. 12 de octubre de 1948. HAITÍ DOSSIER, p. 18)

Mabille los lleva (unas ocho o nueve veces) a ceremonias secretas, prohibidas a los blancos. Con su prestigio él tenía acceso a los rituales. gracias a la detallada biobibliografía de Remy Laville, comentada por Irlemar Champi, podemos comprender el viaje de Mabille por Haití. Llega a esta isla caribeña en 1941 en compañía de Jane, su segunda esposa. Allí permaneció seis años ejerciendo la medicina. Una de las primeras personalidades con las que contacta es Price Mars (autor del clásico sobre vudú*, Ainsi parla l'oncle,* 1928). Establece una amistad con la familia del presidente Lescot, "lo que le facilita la inserción en la vida cultural, que mantiene fuertes lazos con la tradición francesa" (CHAMPI, 2004, p. 188). Su estancia en la pequeña isla asegura que Mabille se inicie en el culto vudú con la ayuda del etnólogo y escritor haitiano Jacques Roumain, su socio en la fundación del *Institut d'Ethnologie Haïtien*, donde enseña biotipología y antropología física. Mabille también "viaja por todo el país, [donde] colecciona instrumentos rituales y pinturas utilizadas por los brujos; hace investigación arqueológica" (CHAMPI, 2004, p.189). Breton, evocando este encuentro, recuerda la asiduidad y devoción con la que el erudito Mabille frecuentó los houmphors (templos), donde fue recibido con notable simpatía por el houngan (sacerdote) o por la hounsi (madre de un santo), para los ritos. 'ceremonias. También recuerda su capacidad para comprender las posesiones y, sobre todo, su capacidad de comunión plena con ese grupo étnico y cultural tan diferente al suyo.

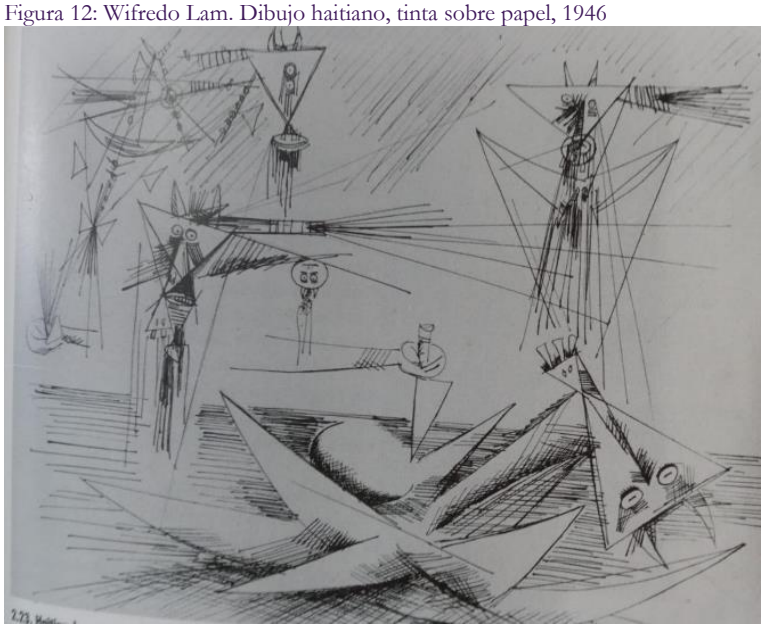
En la década de 1940, ni Lam ni Breton conocían el África. Lo que surgió en sus obras fue una África construida. Habían trabajado con recursos similares a Pablo Picasso, Breton, Guillaume Apollinaire, Blaise Cendrars. La "cosa negra", como acordaron llamar a sus antecesores, también se trabajó a partir de las lecciones aprendidas en las colecciones del *Musée d'Ethnographie du Trocadéro* de las que tanto habían bebido en la primera etapa. En el caso de Lam, el conocimiento sobre África también se aprendió de su proximidad a Michel Leiris, quien estuvo involucrado en la Misión Etnográfica y Lingüística Dakar-Djibouti (1930-1931), un viaje de costa a costa del continente africano, que lo llevó a producir *L'oeil de l'ethnographe*. En el caso de Breton, había marcado una posición en relación a las colonias, años antes con la exposición" Las verdades sobre las colonias "(1929).

Cuando Lam llega a Haiti crea la serie de dibujos haitianos (fig. 12-15) llevando todo el ímpetu del ritulístico de esta tradición africana. "A través del dibujo, recuperando motivos y temas de principios de los años 40, La Jungla prácticamente desapareció, hasta resurgir a finales de los

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

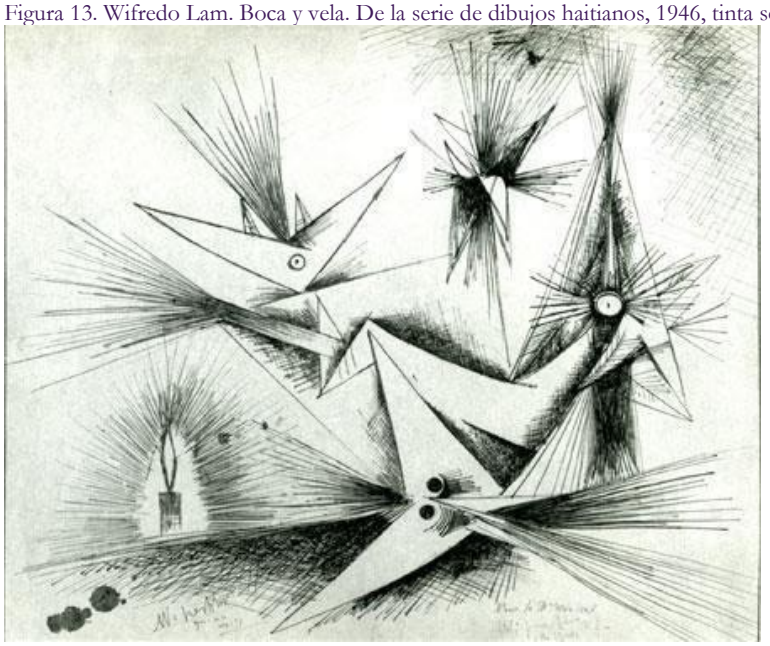
cincuenta". (MEREWETHER, 1992, p.29). Un dibujo de esta serie fue presentado en Haití por Lam a André y Elisa Breton con una dedicatoria incluida. Otros forman parte de la colección privada de Lydia Cabrera.

Figura 12: Wifredo Lam. Dibujo haitiano, tinta sobre papel, 1946



Fuente: Catálogo: Retrospectiva de obras en papel de Wifredo Lam, 1992

Figura 13. Wifredo Lam. Boca y vela. De la serie de dibujos haitianos, 1946, tinta sobre papel, 31 x 50 cm

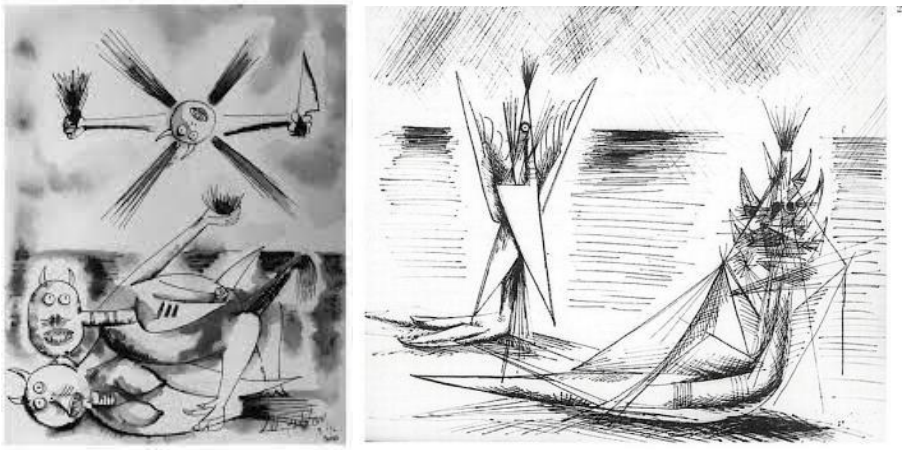


Fuente: Catálogo: Retrospectiva de obras en papel de Wifredo Lam, 1992

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 14. W. Lam. Ritual Yoruba, 1946, tinta sobre papel, 31,8 x 24 cm. / Figura 15. W. Lam. De la serie Haitian Drawing, 1946 tinta sobre papel. 31 x 50 cm



Fuente: Catálogo: Retrospectiva de obras de Wifredo Lam en papel

En el conjunto de dibujos que aquí se presentan, hay sobresaltos lineales, presencia humana, animal e híbrida de estos reinos. También hay presencia de objetos rituales como el cuchillo, aves destinadas al sacrificio o en posición de lucha, como gallos. Y en todos aparece una claridad que se traduce en clarividencia. Como algunos de los cuadernos de bocetos de Lam, esta serie no acompañó a ningún texto. Los dibujos que estaban dispersos en colecciones privadas podrían haber sido concebidos para ilustrar algunos de los textos de Mabille, ya que Lam en ellos imita las vivencias vividas en Haití y le rinde homenaje. Al mismo tiempo, interpretan con la fuerza del trazo, la distribución de lo claro y lo oscuro, y la sencillez que apela a los registros plásticos de este vudú recién descubierto, todo lo que fue objeto de admiración para los surrealistas. Cabe aclarar que la ceremonia haitiana estuvo relacionada con uno de los conceptos clave del movimiento. Es decir, lo consideraron la fuente de lo maravilloso. Las figuras flotan, se elevan y se funden en el espacio, mezclándose promiscuamente sobre el suelo. Sus rostros grotescos con ojos y cuernos bulbosos, sus pies en forma de garra y sus cuchillos en mano sugieren una escena de sacrificio inminente o muerte ritual.

Las conferencias

Portador de un rico repertorio histórico, este país ofrecía no sólo interés dentro de los contornos culturales, sino también políticos. La singularidad más notable: la revuelta promovida por esclavos, negros libertos y mestizos que condujo a la abolición de la esclavitud en el país y a la independencia de Francia, es decir, la Revolución Haitiana (1791-1804) histórico fue una de las inspiraciones más claras para el Movimiento Negro Estadounidense y es aplaudida por el surrealismo. Por tanto, el heroico Toissant Louverture, líder de la revolución haitiana, fue un referente indispensable para estos intelectuales. Las celebraciones dedicadas a Haití destacaron los fuertes lazos que unían el pensamiento anticolonial con los propósitos libertarios del pensamiento surrealista.
Breton ofrece la primera Conferencia de Cine Rex sobre la riqueza de la cultura haitiana, las condiciones de vida en Haití y el surrealismo en diciembre de 1946. Muestra su fascinación por la

naturaleza local. Impartió otras conferencias cuyo tema sería la pintura y la literatura moderna que incluían: "Reflexiones sobre Matisse y el descubrimiento del arte primitivo"; "Los 'pre-surrealistas': De Chirico, Klee, Chagal y Jean Arp"; Habla también de los surrealistas Duchamp, Ernst, Miró, Yves Tanguy, Dalí, Giacometti, algunos de los cuales a esa altura se habían convertido en disidentes del movimiento. Le dedica también conferencia a aquellos artistas que habían seguido el surrealismo como "segunda generación", el caso de Victor Brauner, Donati, Matta y Lam. Todavía dedica una de sus conferencias a los surrealistas contemporáneos, a todos los poetas simbolistas como Appolinaire, Lautréamont y Alfred Jerry.

Al comienzo la visita de Breton al principio fue un éxito total. Se le dedicaron numerosos artículos donde fue presentado como el "padre del surrealismo" y "autor de la lujosa revista VVV". Breton debatía con sus homólogos sobre algunos autores de los que "no se había hablado bastante". En cierto modo, aspiraba con las conferencias busca conocer intelectuales haitianos del linaje y talento de Césaire. Al menos, el poeta haitiano René Depestre, autor del poemario Étincelles, en 1945, sale de los auditorios bretonianos y entra en la red de intelectuales surrealistas de marcado activismo.

Todo iba bien en este viaje hasta que Breton dio allí una de sus conferencias dedicadas a la vanguardia francesa que culminarían con la desgracia de Mabille. La revolución haitiana, que comenzó en enero y terminó con el derrocamiento del presidente Lescot, coincide con estas conferencias. Breton, que había mantenido la audiencia llena de estudiantes, dejó al clero y la burguesía exasperados al reflexionar sobre la herencia étnica de los haitianos y la civilización occidental. Todo esto culminó en una campaña de calumnias que recayó sobre Mabille (acusado de ser un agente comunista, con vínculos con Cuba y México, de contar con la ayuda de la propaganda soviética, etc.) El caso es que tuvo que salir de Haití con urgencia. Vá a Cuba donde su amigo Carpentier de la época parisina le ofrece alojamiento. Allí, Mabille hizo una presentación de la exposición de Wifredo Lam, quien salió de Cuba, vía Estados Unidos, el 22 de abril de 1946, para no regresar nunca a las Antillas ni a América.

Pero, ¿cuál fue el destino de estos intelectuales? Años posteriores, escritores y poetas como Rene Dupestre continúan la obra de sus predecesores. En cuanto a los pintores Héctor Hippolite, Bazin Opin, entre otros, ganaron cierta visibilidad internacional. Las pinturas de estos artistas participarían en la Exposición Surrealista que organizaron Breton y Duchamp y que ocupó la Galería Maegh, en París, en 1947, y que tuvo como principio rector distintas interpretaciones de altares, ritos y cultos.

Como conclusión advertimos la densidad de una identidad que manifestó este viaje, donde el arte y la historia del arte de Occidente se proponen, al mismo tiempo, ejercitar la totalidad invirtiendo la linealidad primitiva en la globalidad. Al mostrarnos los surrealista un Haití como vocación del grupo, y como cultura sin precedentes, nos presentaron las cualidades y los valores de los Trópicos con distintos grados de elevación, y con la pertinente dosis de dialéctica entre naturaleza y alta cultura.

Referencias

BRETON, A. La noche en Haití. In: NOCEDA, J.M. (org) **Wifredo Lam: La cosecha de un brujo**. Havana: Ed. Letras Cubanas, 2002.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BRETON, A; MASSON, A. **Martinique: Charmouse de Serpents.** Paris: Ed. Jean Jacques Pauvert**,** 1972.

CARPENTIER, A. **El reino de este mundo**.6. ed. México D.F: Ed. CIA General de Ediciones, 1973.

CHAMPI, I. Pierre Mabille e Alejo Carpentier: O Surrealismo na Encruzilhada do Caribe. in PERRONE, (org). **Do Positivismo à Desconstrução: Ideias Francesas na América**. São Paulo: EDUSP, 2004

FOUCHET, M. **Wifredo Lam**. Barcelona: Ed. Polígrafa, 1976.

HALL, Stuart. Cultural Identity an Diáspora, In **Identity: Comunity , Culture, Diference**. London: Lawrence & Wishart, 1990, p.224

MABILE, P. La Manigua. In NOCEDA, J.M (org). **Wifredo Lam: La cosecha de un brujo**. La Habana: Ed. Letras Cubanas, 2002. p. 394 - 414.

PONGE, R. **Surrealismo e Novo Mundo**. (Org.) Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1999.

STOKES-SIMS, L. **Wifredo Lam and International Avant- Gar**de, 1923-1982. Austin: University of Texas Press, 2002

Catálogos

BRETON, A. La Beauté Convulsive. In La Beauté Convulsive. 1991. Paris: Musée National d´Art Moderne; Centre Georges Pompidou.

Midias

Documentário de 1950 Centre D'Art. https://www.youtube.com/watch?v=5Mr1USFY3mY)

Sitios web

Album de Haiti Disponível em https://www.andrebreton.fr. Acessado em 20/07/2018

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 12
MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PRÁTICAS DE CURA COM PLANTAS MEDICINAIS PARA ARBOVIROSES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA/NA AMAZÔNIA TOCANTINA- BRASIL

Andrea Silva Domingues[1]
Benedita Celeste de Moraes Pinto[2]
Sherlyane Louzada Pinto[3]

Apresentação

A pesquisa intitulada "Práticas de cura com plantas medicinais para arboviroses em comunidades tradicionais da/na Amazônia Tocantina- Brasil", tem como proposta central dialogar com as formas de tratamento dos males do corpo realizada pelas comunidades e povos tradicionais da Amazônia Tocantina. "A expressão Amazônia Tocantina é uma designação que se insere, se inscreve e se refere a uma área territorial do Pará estruturada em torno do rio Tocantins que foi regionalizada de diferentes maneiras." (PEREIRA, 2012, p.200). Em busca de não manter o discurso hegemônico quando se pensa os territórios brasileiros, que acreditamos ser importante demarcar que estamos tratando de uma das Amazônias brasileira, especificamente da mesorregião onde se encontra "a microrregião de Cametá, compreendendo o município de Abaetetuba, Cametá, Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará e Igarapé Miri, municípios ligados pelo rio Tocantins no espaço do seu baixo curso. (idem)

Nesta pesquisa os diálogos e troca de saberes com as comunidades e povos tradicionais, a saber quilombolas, indígenas e ribeirinhos que possuem costumes próprios de viver, formas próprias de (re) existir entre as florestas e as águas dos rios, sempre em contato com a natureza para o seu bem viver. Ou seja, homens e mulheres portadores de saberes específicos que não estão nos espaços urbanizados, onde cada grupo tem sua

> (...) organização social, cultural e política diferente do Estado envolvente e com a especificidade de serem portadores de conhecimentos e práticas ancestrais de uso sustentável do ambiente, da floresta, dos rios e demais elementos da natureza em que estão envoltos. (PARENTE, LOPES, MILEO 2020, p.64)

Para pensar, interpretar, conhecer as práticas de cura desses povos e comunidades tradicionais, principalmente as formas de tratamento do corpo; nos vinculamos ao projeto "ArboControl : Gestão

[1] Doutora em História Social / PNPD do Programa Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora voluntária do Arbocontrol rede Norte Pará. E-mail: andrea.domingues@gmail.com
[2] Doutora em História Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura/ Universidade Federal do Pará. Coordenadora / FINATEC do Arbocontrol rede Norte Pará. E-mail: celpinto18@gmail.com
[3] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura/ Universidade Federal do Pará. Professora da Secretaria de Educação do Município de Cametá – PA Pesquisadora voluntária do Arbocontrol rede Norte Pará. E-mail: sherlylp@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

da informação, educação e comunicação no controle das arboviroses dengue, zika e chikungunya"; financiado pela Fundo Nacional de Saúde e a Universidade de Brasília; que atua no eixo de comunicação e saúde no que tange a interculturalidade , tendo como foco os fatores culturais, o qual tem como objetivo geral perceber os sentidos e a representação dos discursos dos moradores e moradoras sobre as práticas de cura tradicionais e as formas de tratamento das arboviroses dengue, zika e chikungunya vividas no cotidiano das comunidades e provos tradicionais na Amazônia Tocantina; em sua maioria, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Buscamos ainda entender a relação das Unidades Básicas de Saúde com as vivências diária de práticas de cura dos moradores dessas comunidades, ou seja, se há um processo de educação e saúde ou se segue um padrão biomédico, baseado no modelo da medicina formal, atrelado em ações voltadas, por exemplo, nas orientações farmacológicas e realização de exames.

Thompson (1998) enfatiza a ideia de que as tradições se (re)significam de geração em geração e que muitos seus conhecimentos e experiências via transmissão oral, e o "Tradicional", a cultura, os costumes de tempos diversos; passam por transformações constantes e adaptações, (re)significação, e se perpetuam por longas gerações, como por exemplo as práticas de cura.

Nesta perspectiva, entendemos que os saberes de cura, a medicina tradicional, não é realizada de uma única forma, mas um acontecimento com diferentes significados e transformações, que envolvem diferentes saberes e sujeitos sociais ao longo dos anos, o que antes só era de interesse de adultos mais velhos hoje já causa curiosidade dos mais jovens que observam, que também misturam com o farmacológico e com o saber ler. Assim entendemos que "ao se fazer um estudo desses grupos, considera-se os significados das práticas coletivas de acordo com as ações dos atores sociais e das convenções instituídas pelas comunidades' (CHARTIER, 2002, p.123).

É nesta direção que o projeto ArboControl da Rede Norte, equipe Pará é composto por duas coordenadoras, duas mestrandas bolsistas, dois alunos de graduação de Iniciação Cientifica, duas pesquisadoras voluntárias e representantes das comunidades ou povos tradicionais que se propõe a caminhar a pensar nesta Comunicação Intercultural (CIC), pois:

> Enquanto horizonte epistemológico, a CIC pode oferecer um plano reflexivo altamente operacional, seguro e confiável para manobras teóricas inéditas e audaciosas, capazes de trilhar profundamente a complexidade sociopolítica da época contemporânea e retraçar de modo bastante fiel o emaranhado geocultural da era global. (ELHAJJI, 2005, p.55)

Neste percurso adotamos um plano reflexivo e audacioso que busca realizar um diálogo interdisciplinar da Educação, da História e da Análise de Discurso para que possamos trazer, cada vez mais, o direito das diferentes formas de conhecimento desses sujeitos, a uma existência dentro de seu universo cultural. Não se trata, portanto, apenas da proposta traduzida como intercultural, mas de desbancar a tradição do colonizador da supremacia de seus saberes, buscando promover a desconstrução das práticas educativas e curativas hegemônicas.

Os passos metodológicos da pesquisa

Metodologicamente, o trabalho está sendo desenvolvido por meio de diálogo entre História e a teoria da Análise do Discurso, tendo como corpus de análise, narrativas orais, fotografias e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

documentos oficiais. Diante disso, estamos dialogando com autores que trabalham as categorias cultura, memória e discurso, tais como: HALL (2008), PORTELLI (1997), PECHÊUX (2019) e ORLANDI (2015), a fim de que desse modo possamos realizar um levantamento das práticas de cura presentes no cotidiano dos moradores e as formas de tratamento das arboviroses dengue, zika e Chikungunya vividas diariamente pelos moradores das comunidades e povos tradicionais . Devido a pandemia, COVID 19, que assola o Brasil desde março de 2020, estamos utilizando de pesquisas bibliográficas na área de saúde e educação, com intuito de verificar o que já foi levantado sobre o assunto; bem como da adaptação da netnografia que é um caminho de realizar a pesquisa utilizando as tecnologias digitais enquanto dura a pandemia, que como nos diz Kozinets (2014) é uma forma especializada medida por computadores, pela tecnologia, como fonte de dados para chegar a compreensão e a representação etnográfica. Contudo a mesma não elimina a pesquisa etnográfica, que com as medidas de segurança autorizadas pelas agências de saúde, conforme a vacinação avança na região e os narradores, sujeitos da pesquisa autorizam para efetivação das entrevistas, buscamos aprofundar os diálogos de formas diversas seja adotando mecanismos de reuniões e oficinas online com as lideranças e ou entrevistas por caminhos diversos com aplicativos virtuais e quando possível pessoalmente. Desta forma a pesquisa de campo está ocorrendo online ou pessoalmente, os quais as entrevistas tem como foco diálogos abertos ou questões temáticas sobre os tratamentos das dores do corpo, as doenças e como estas são apreendidas por cada narrador/ narradora de geração a geração.

Dialogando com alguns resultados

Conhecer as muitas memórias e outras histórias pelos discursos produzidos por diferentes corpora documentais e sujeitos é ir além da história, pois segundo nos diz Orlandi (2009) é pelo discurso que podemos compreender os modos pelos quais se dá a individuação do sujeito.
Nessa perspectiva, entendemos que os processos identitários se fazem em diferentes espaços de memória, onde as artes da cura assumirão o meio pelo qual o sujeito se constituirá como ser participante da construção de sua história, que possui historicidade que compõe a memória, pois:

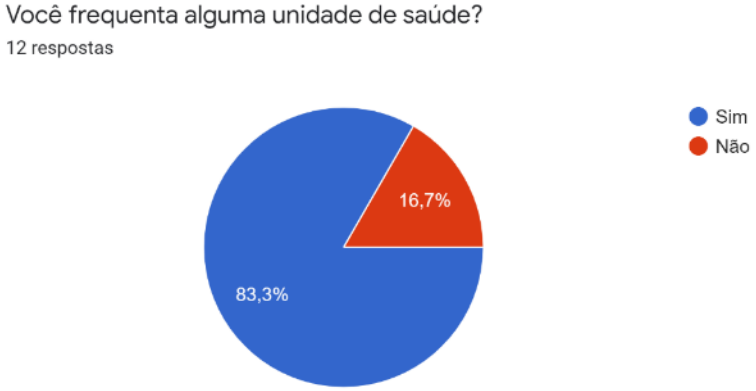
> A intenção de superar a análise histórica, sob o ponto de vista das totalidades, tem conduzido cada vez mais historiadores à investigação da micro-história e ao uso da Análise de Discurso de linha francesa, que propõe a compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de significar da atividade humana em todas as suas manifestações. É a partir desta intenção que se fala em totalidade, traduzida na compreensão de novos temas de pesquisa relacionados com as particularidades da vida cotidiana e que vêm sendo discutidos entre analistas de discurso e historiadores. (DOMINGUES; CARROZA, 2013, p.08)

Portanto, para que se possa construir um olhar além do da medicina convencional, do discurso médico oficializado e para valorizar as práticas culturais dos povos das matas e das águas é que filiadas a Análise de Discurso e a História Crítica, que observamos a existência de uma grande farmácia viva presente no cotidiano dos moradores dessa região que possui carências latentes de atendimento e políticas públicas de saúde, que foram intensificadas em tempos de pandemia, principalmente com doenças como a arboviroses dengue, zika e Chikungunya.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante deste contexto nos diálogos, questionários e oficinas realizadas com os representantes das comunidades e povos tradicionais estamos conhecendo as práticas de cura utilizadas pelos moradores e as formas de tratamento das arboviroses dengue, zika e chikungunya e verificando se existe comunicação entre as Unidades Básicas de Saúde com os sujeitos, de forma que se valorize os saberes tradicionais como um itinerário terapêutico da comunidade local.
Uma das primeiras percepções importante neste estudo foi identificar a relação dos sujeitos com as Unidades Básicas de Saúde, assim ao serem interpelados sobre os usos deste espaços públicos, foi possível perceber:

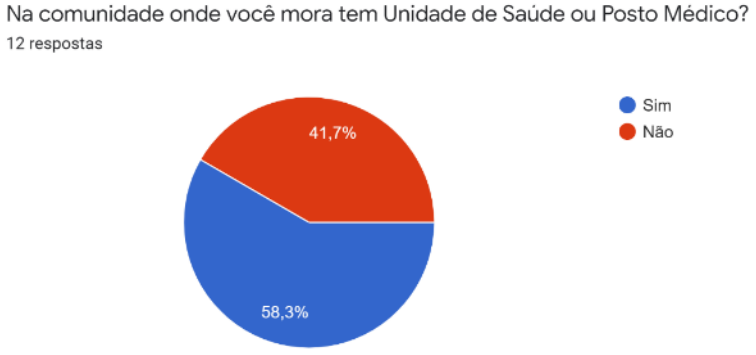
Gráfico 01: Usos de Unidades de Saúde



Fonte: ArboControl rede Norte – Pará , 2021

De doze lideranças que participaram da primeira etapa deste estudo, foi perceptível que a maioria frequenta uma Unidade Básica de Saúde e todas dependem deste serviço, pois nenhum deles utiliza de setor privado para saúde, convênios médicos. É neste contexto que enfatizamos a importância de politicas públicas de saúde e educação, pois pela educação é possivel trabalhar formas de prevenção.

Gráfico 02: UBS



Fonte: ArboControl rede Norte – Pará , 2021

A falta de oferta de cuidados com a saúde pelo setor publico é evidente na Amazônia Tocantina, situação esta que em tempos de pandemia se agravou ainda mais, levando a morte centenas de pessoas por descaso público do governo vigente no Brasil, que com campanhas e práticas

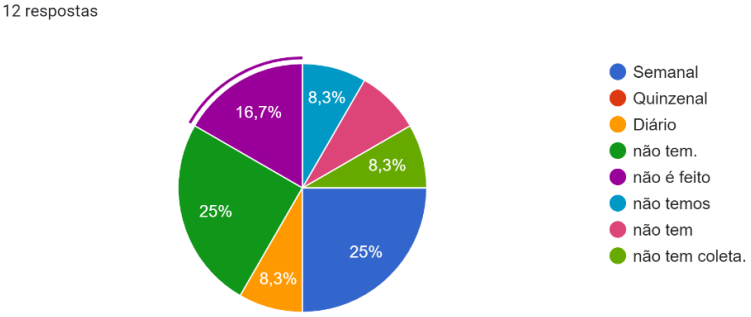
negacionistas tardou a adquirir as vacinas. Diante deste contexto as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que são recursos terapêuticos utilizados principalmente pelas e nas comunidades e povos tradicionais ganharam evidências ainda mais fortes na busca de prevenção de doenças e tratamento da saúde, tendo o meio ambiente, as florestas, as práticas culturais de tempos remotos passados de geração a geração pela arte de falar como estratégia de sobrevivência e (re)existência.

Destaca-se que questões básicas como limpeza pública nos territórios das comunidades lhe são negados.

Gráfico 03: Coleta de lixo

Fonte: ArboControl rede Norte – Pará , 2021

Gráfico 04: Frequência de coleta de lixo



Fonte: ArboControl rede Norte – Pará , 2021

Para resolução do problema da limpeza das comunidades cada grupo busca alternativas, vejamos a narrativa de um de nossos narradores de Igarapé Preto, comunidade quilombola.

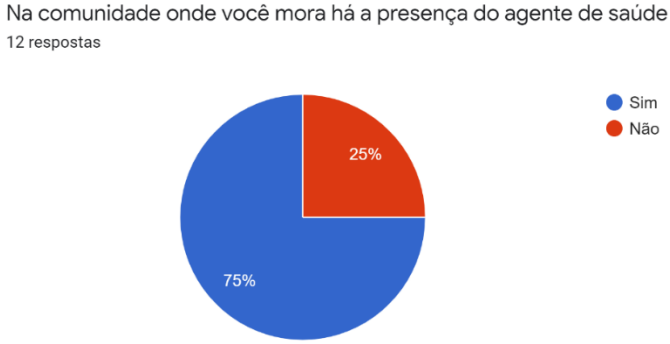
> A comunidade ela faz, acredito mutirão de uns três meses a quatro meses faz para limpar as ruas principais, que nós chamamos de / das vicinais, alguns conhecem também como entrada da vila ou caminho. Agora no quintal da casa cada morador cuida do seu quintal, né. Cada morador vai fazer a limpeza do seu quintal. Aí, assim, não existe um tempo por que o pessoal são mais acostumados é fazer a limpeza, se for preciso todo o dia estão varrendo, limpando o seu quintal, botando o lixo no pé da planta e fazendo essa limpeza. Aqui em casa, por exemplo a gente faz, né, toda semana ou final de semana estamos fazendo uma limpeza, mas é por que a gente trabalha em escola, quem tem assim mais tempo é acredito que ele faz mais, quase todo dia. Então é muito relativo isso. (narrador B)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A questão da limpeza é organizada pelos próprios moradores que em comunidade buscam formas de manter seu território limpo, para isso se organizam em mutirões de limpeza no espaço coletivo, para limpar as ruas principais e espaços coletivos; e nos espaços privados, os quintais, cada família cuida de seu espaço. Essa estratégia faz com que o bem viver no território seja sempre pensado pelo e no coletivo, para que possam se agenciar e resistir frente as mazelas das políticas públicas governamentais.

Referente aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, para visita as comunidades, orientação para prevenção de doenças, há uma prática de visitas, porém ainda não extensivo a todos / todas.

Gráfico 05: Presença ACS



Fonte: ArboControl rede Norte – Pará , 2021

Observa-se nos diálogos com nossos narradores, que existe os ACS, porém as visitas quando ocorrem não são constantes e para 25% não acontece:

> Na verdade nós éramos assistidos por Baião, só que a agente de saúde veio uma vez e isso já faz alguns anos, depois não veio mais, agora tem a agente de Oeiras, porém a demanda dela é grande, aí ela não atendem todo mundo, na minha casa não tem agente de saúde (narrador A)

No recorte da entrevista do narrador A, residente na Comunidade quilombola de Igarapé Preto, este rememora que a presença do ACS não é uma prática corriqueira, mesmo porque o número é reduzido a um ou dois, e estes atendem diferentes municípios. Vejamos qual seria uma das funções dos ACS:

> V - Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês. (BRASIL, 2012, p.48)

A Política Nacional de Atenção Básica vigente no Brasil, garante um acompanhamento pelo ACS de no mínimo uma visita ao mês ás comunidades tradicionais, contudo como foi possível observar na narrativa do Narrador A e no gráfico 05 isso não ocorre, e principalmente nas comunidades mais vulneráveis como os povos indígenas e quilombolas.

Ao percebermos que as ações coletivas e estratégias adotadas pelos povos e comunidades tradicionais são fundamentais para que possam cuidar do viver em grupo e também de resistirem o abandono governamental, que afirmamos a necessidade por parte da academia, dos estudiosos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de uma investigação etnológica que se dá no campo, nas comunidades através de métodos etnográficos com compromisso social, pois tem que haver uma entrega do pesquisador /educador, para partilhar , vivenciar outros saberes tradicionais, porque ela se dá no âmbito das comunidades e envolve assim pesquisa – ação , coparticipação e arte de ouvir muitas vozes. (BELTRÃO, 1991)

Saberes e Natureza

Para que o leitor possa conhecer um pouco dos recursos utilizados para o tratamento das dores do corpo por essas comunidades e povos tradicionais, apresentamos agora algumas das plantas encontradas nos quintais, terreiros, florestas, na farmácia viva cultivada ou simplesmente cuidada em meio as florestas.

- Urtiga mansa: serve para aliviar dores reumáticas, inchaços nas pernas, e que ao serem murchas pelo calor, as folhas de algumas plantas são utilizadas como desinflamatório para curar feridas e isipelas ou erisipelas.[4]
- Quina: é extraída da casca da planta utilizada como chá para os sintomas da malária, dor no corpo, mal estar, é tida como desinflamatório, digestiva e cicatrizante.
- Folha de eucalipto: faz a queima para espantar os mosquitos e chá para sintomas da gripe.
- Chicória e flor de laranjeira: chá para dor de barriga.
- Pariri: o chá da folha do pariri é utilizado para curar anemia.
- Algodão: o suco da folha do algodão para infamação uterina.
- Canafiche: chá da canafiche para controlar doenças de cunho renal.
- Coco: a água do coco para combater a desidratação corporal e facilitar a regulação intestinal.
- Favacão: o banho serenado de favacão com folha de limão, que é receitado para curar descongestionamento nasal, gripes e resfriados.
- Limão galego: o banho de limão galego é indicado para tratar doenças de pele, principalmente a sarna, conhecida popularmente como curúba.
- Noni: suco do noni, recomendado para se tomar em jejum contra o câncer.

Como é possível perceber as formas de tratamento das dores do corpo, as Práticas Interativas Comunitárias de Saúde utilizadas nas comunidades e povos tradicionais, buscam formas diferenciadas para se agenciarem a partir de seus saberes e do que as florestas, a terra a água lhes oportuniza, ocorrendo,

> Obstáculo ao ajustamento das farmacopeias às novas formas da medicina e fisiologia. Alguns sistemas puramente simbólicos conservaram sua solidez até o final da era clássica, transmitindo, mais do que receitas, mais do que segredos técnicos, imagens e símbolos surdos que se ligavam a um onirismo imemorial. (FOUCAULT, 2010, p. 336)

[4] Infecção bacteriana, causada pela bactéria estreptococos, que se manifesta através de vermelhidão, dor e inchaço da parte do corpo afetada.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mais do que tratar o corpo, esses povos mantêm suas práticas culturais, saberes tradicionais que dialoga com o meio em que vivem, que não se encaixa nas politicas do estado envolvente, capitalista; avança barreiras de saberes e do uso de uma farmácia viva composta de plantas que "aliviam os mais diferentes tipos de dores" (PINTO, 2010, p. 263). Os conhecimentos de propriedades terapêuticas naturais ou derivados, descritas pelos narradores, parceiros deste estudo se destinam a receitas de cura para as mais diversas enfermidades, mas principalmente nos demonstra o viver em coletivo de comunidade e povos tradicionais em meio a Amazônia Tocantina que resistem e buscam seu melhor viver, mesmo sendo-lhes negados o direito a saúde pelo sistema governamental vigente.

Algumas considerações finais

Como já dito anteriormente propomos uma abordagem intercultural que dialoga com as experiências dos saberes tradicionais dos povos que residem na Amazônia Tocantina, no que diz respeito as práticas de cura utilizadas cotidianamente além dos remédios farmacológicos e as formas de tratamento das arboviroses dengue, zika e Chikungunya vividas no cotidiano dos moradores da região.

A partir das ações já realizadas integradas com a Rede Nacional ArboControl e com a Universidade Federal do Pará, o projeto de pesquisa aqui apresentado já aponta como resultados realização de atividades de extensão junto as comunidades tradicionais como por exemplo: oficinas pedagógicas, construções de mídias, materiais educativos, programas de rádios e eventos culturais; ações estas que compõe o projeto ArboControl Pará – Rede Norte auxiliam no mapeamento e formas de tratamento das arboviroses dengue, zika e Chikungunya na e para Amazônia Tocantina.

Imagem 01: Charge – produto da equipe ArboControl Pará

Fonte: ArboControl Rede norte Pará

É a partir de atividades como a distribuição de Charges, panfletos, reuniões de capacitação, cartilhas de PICs, vídeos que a equipe Arbocontrol vem organizando e avançando como aprendizes dessas comunidades e povos, para que através da pesquisa e da extensão possamos avançar os muros da academia e promover a prática – ação – cooperação e intervenção com e como as comunidades desejam para seu melhor viver.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Jane Felipe. Etnoeducação para a Amazônia. **Cadernos de Centro de filosofia de Ciências Humanas**, Belém: 1991

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

DOMINGUES, Andrea Silva. CARROZZA, Newton Guilherme. Algunas cuestiones metodológicas: Historia Oral, discurso y memoria. In: **Anais de artigos completos de XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia.** Mendoza- Argentina. UNCUYO, 2013.

ELHAJJI, Mohammed. Comunicação Intercultural: apontamentos analíticos. **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 04, 2005. Disponível: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17059. Acessado em 03 de junho de 2021.

FOUCAULT, M. **História da loucura**: na idade clássica. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Trabalho original publicado em 1964)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia:** Realizando Pesquisa Etnográfica Online. Porto Alegre: Penso, 2014

ORLANDI, Eni Puccinelli. A **Linguagem e seu Funcionamento***:* As Formas do Discurso. Campinas: Pontes, 2009

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015

PARENTE, Francilene de Aguiar. LOPES, Raquel da Silva Lopes. MILEO, Irlanda do Socorro de Oliveira. Pedagogia da alternância na formação de professores extrativistas: uma experiência na terra do meio, em Altamira/PA**. Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.12 – 2020

PÊCHEUX, Michel**. Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019

PEREIRA, Edir Augusto Dias. A configuração territorial da Amazônia Tocantina paraense. In **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina** / Organizado por José

Pedro Garcia Oliveira, Doriedson S. Rodrigues, João Batista do Carmo Silva, Odete da Cruz Mendes. _ Cametá, PA: UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **"Filhas da Mata**": prática e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açaí, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? In: **Revista Projeto História.** São Paulo: EDUC, n.14, 1997

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM PANORAMA SOBRE O CURRÍCULO DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Denis dos Santos Alves[1]
Thais Aparecida Dibbern[2]
Milena Pavan Serafim[3]

Introdução

O presente estudo buscou analisar o nível de incorporação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no currículo de ensino do Estado de São Paulo - maior estado subnacional brasileiro. Destarte, buscou-se responder às seguintes questões: (a) qual o contexto histórico da EDS na América Latina e Brasil?; (b) qual o número de norteadores da EDS no currículo?; e, se (c) é cumprido as premissas da EDS?

Dado os objetivos que se propõe no com o presente texto, visando introduzir à exposição da pesquisa, se expõe nas linhas que se seguem uma contextualização histórica internacional e brevemente brasileira sobre a EDS nesses cenários, bem como a definição do que é a EDS no âmbito deste estudo.

A EDS é uma prática educativa com nascimento oficializado, no ano de 2002, na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johanesburgo/África do Sul. Esse encontro encaminhou uma proposta de promoção/implementação de uma Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) para 57ª Reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas sendo aprovada e vigente entre 2005 e 2014 (ONU, 2003).

A Resolução A/RES/57/24 da Assembleia Geral das Nações Unidas - que representa em materialidade a aprovação da DEDS - aponta que a educação é parte indispensável do desenvolvimento sustentável e demonstra o entendimento das Nações Unidas que a educação é "a chave - condição *sine qua non* - para o desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2005, p. 35). Outro documento de relevância, é o *Plano Internacional de Implementação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (PIIDEDS), com sua criação determinada pela mesma resolução da DEDS e que nos traz um aparato robusto de informações. O documento aponta que o objetivo da DEDS é a busca por uma visão global da EDS: onde essa prática visa tornar alcançável para todos a "oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e de aprender os valores, comportamento e estilos de vida requeridos para o Desenvolvimento Sustentável e para uma transformação social positiva" (*idem, ibidem*, p. 65).

[1] Graduando em Administração Pública/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email - alvesd@unicamp.br
[2] Doutoranda em Política Científica e Tecnológica pelo DPCT/Unicamp. Email - dibbern.thais@gmail.com
[3] Livre-docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Email - milenaps@unicamp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Dada essa relevância e ambicioso objetivo, algumas características dessa prática educativa foram apresentadas no PIIDEDS, sendo elas as seguintes (UNESCO, 2005): (i) ser interdisciplinar e holística; (ii) ter valores direcionados, isto é, ter claro os valores e princípios; (iii) favorecer o pensamento crítico e as soluções de problemas; (iv) recorrer a múltiplos métodos; (v) participar do processo de tomada de decisões, ou seja, o educando participando da decisão de como irá aprender; (vi) ser aplicável; (vii) ser localmente relevante.

No último ano da Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a UNESCO realizou a Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em Aichi-Nagoya (Japão), e realizou o lançamento do Programa Ação Global para o EDS. O programa teve por finalidade "gerar e ampliar a EDS e acelerar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável" com duração de 4 anos (2015-2019).

Em Nova York, no ano de 2015, ocorreu a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável. Encontro esse em que os 193 países que compõem as Nações Unidas definiram os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável com prazo de cumprimento até o ano de 2030 (portanto, o compromisso também ficou conhecido como **AGENDA 2030**). Sendo a Educação de Qualidade em si um objetivo - OBJETIVO 4 - e, dentro de suas metas, o item 4.7. direcionando os esforços para garantir, até 2030, que "todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (...)". O indicador dessa meta é a medida em que

> (...) (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores e d) avaliação dos alunos (grifo nosso).

Mas, antes de dar continuidade na exposição que se faz em tela, é válido definir que a EDS é um prática educativa, propagada pela UNESCO, que busca a mudança da forma "como as pessoas pensam e agem visando um futuro sustentável", dado que o ambiente educacional é um espaço privilegiado de transformações culturais (UNESCO, 2017).

Dando continuidade, no contexto brasileiro, a meta 4.7 foi ratificada na íntegra. Destarte, em tese, o país demonstrou para comunidade internacional uma certa auto-obrigação para cumpri-la em seu formato original aprovado pelas Nações Unidas. Todavia, ao realizar um estudo preliminar em documentos e plataformas brasileiras (IPEA, 2019; TCESP, 2019; BRASIL, 2021) e internacional (RITCHIE et al, 2018), neste ano de 2021, não se identificou dados oficiais relativos à meta 4.7.

Sendo contextualizado o cenário motivador do estudo em tela e as questões que o norteiam. As respostas para tais questões e como se alcançou são apresentadas no presente artigo ao decorrer das suas quatro seções.

Método

O presente estudo detém caráter exploratório de cunho descritivo-analítico, com abordagem quanti-qualitativa, embasada na revisão bibliográfica e pesquisa documental de documentos oficiais do Governo Estadual. Ademais, a pesquisa em tela se desenvolveu em três momentos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No primeiro momento, buscou-se estudos que abordassem o histórico da EDS na América Latina e Brasil, através das bases de dados Google Scholar, Web of Science e Scielo. Em paralelo, se realizou buscas relativas a estudos que analisam o currículo escolar - nosso objeto de estudo.
No segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental em documentos oficiais das Nações Unidas, em especial, a publicação *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (UNESCO, 2017) e a *Agenda 2030* (ONU, 2015). Deste último, se extraiu uma lista de termos recorrentes em discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável e do primeiro uma ampla gama de objetos de conhecimento e habilidades necessárias para "promover o desenvolvimento sustentável".
Por último, se fez uso das coletas da etapa anterior para realizar o procedimento de busca de objetos de conhecimento "e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável" (ONU, 2015) no Currículo do Estado de São Paulo ou Currículo Paulista - resultando em dados e informações que serão discutidas nas próximas seções.

Contexto Histórico da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Brasil

Segundo a literatura identificada no processo de revisão bibliográfica, a América Latina e o Brasil possuem sua trajetória em matéria de EDS em sentido contrário ao contexto internacional. Essa afirmação será trabalhada nesta seção, para tanto discorremos brevemente sobre o contexto histórico internacional envolto da Educação Ambiental, prática educativa que compartilha raízes históricas com a EDS.

O termo *Educação Ambiental* tem seu nascimento datado antes do de Desenvolvimento Sustentável, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, no ano de 1965 (BASTOS; LEMES, 2013; MEDINA, s/d). Em 1972, na Conferência de Estocolmo, a recomendação n°92 do relatório final da conferência discorre sobre a necessidade de construir um programa de educação sobre o meio (ONU, 1973). Já em 1974, o Seminário de Educação Ambiental (EA), na Finlândia, reconheceu a Educação Ambiental e estabeleceu os Princípios de Educação Ambiental (BASTOS; LEMES, 2013; MEDINA, s/d). No ano de 1974, o Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, em Moscou, "edita a Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90, que ressalta a necessidade de fortalecer as orientações de Tbilisi[4]" (BASTOS; LEMES, 2013, p. 168). Tal prática educativa tem sua institucionalização pela maioria dos Estados latino-americanos (LOUREIRO, 2008; CARVALHO, 2008; BERCHIN et al, 2021).
A título de exemplificação, no Brasil, a EA ganha protagonismo e relevância ao ponto de ser consagrada na Constituição da República de 1988 deste país (vigente), em seu artigo 225, no inciso VI, com o seguinte texto: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Já em 1994, é aprovado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e, em 1999, aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

[4] Em breve comentário, as orientações de Tbilisi são um marco na Educação Ambiental ao ponto de suas doze recomendações serem referências do campo durante décadas (BRASIL, 1998)

No começo deste século, em Johanesburgo, a DEDS seria aprovada e ratificada pelo Brasil. Porém, apesar dessa posição no cenário internacional, em terras brasileiras, o 'resumo da opera' foi outro por assim dizer. Em dossiê sobre a DEDS no Brasil, construído por Bastos (2016), é apontado a construção do suposto *trade-off*: Educação Ambiental vs. Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O pesquisador em sua tese de doutorado (ibidem) defende que pessoas com afeições com a EA e posições estratégicas teriam sido fundamentais para o não acolhimento da DEDS, além de outros atores que fizeram posição contrária.

O cenário refratário a essa prática educativa se estende pela região da América Latina, segundo um estudo realizado pelo governo mexicano, em 2004. No Brasil, especificamente, Bastos (2016) expõe que possivelmente ocorreu ação de um grupo estratégico em retardar resultados que indicariam uma boa aceitação, em especial dos jovens, da EDS no Brasil. Sendo então construída uma imagem de grande oposição nacional contra a essa prática educativa, mas essa imagem é colocada toda em questionamento pelo pesquisador. Porém, a prevalência da Educação Ambiental vingou, em grande medida, pelo ataque realizado por esse grupo que contribuiu para o rechaçamento da EDS no Brasil (BASTOS, 2016).

Apesar desse cenário, conforme exposto, o Brasil ratificou sem alterações a ODS Meta 4.7 que determina em seu texto a incorporação das EDS nas políticas nacionais de educação, nos currículos, na educação para os professores e na avaliação de alunos.

Além disso, é válido apontar que, dois anos mais tarde da ratificação, o Brasil aprovou uma legislação educacional intitulada "Base Nacional Comum Curricular" - na qual busca indicar as bases educacionais do país, dentre elas objetos de conhecimento e habilidades. Por último, essa legislação indica que seus Estados subnacionais devem aprovar currículos escolares de forma complementar e incorporando as diretrizes nacionais. Nesse âmbito, o presente estudo analisa o currículo do maior estado subnacional brasileiro: o Estado de S. Paulo. A descrição e análise de tal serão realizadas na próxima seção.

Currículo Paulista: Norteadores e Premissas da EDS

Inicialmente, uma descrição do Currículo de Ensino do Estado de São Paulo é necessária para compreensão do procedimento metodológico analítico adotado. O currículo é dividido em dois volumes/documentos, um documento é direcionado ao Ensino Infantil e Fundamental e outro ao Ensino Médio.

O Currículo do Ensino Médio contém 301 páginas. Em seu início, o documento realiza uma apresentação dos números populacionais, matriculados, extensão territorial, entre outros, bem como uma descrição breve sobre o processo de discussões em relação aos currículos no Brasil. Em termos de números relativos a representatividade e legitimidade, é apresentado que a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo realizou seminários e aplicação de *survey* que embasaram a versão preliminar do currículo: (i) os seminários contaram com a participação de 142.076 estudantes e 18.739 profissionais da educação; (ii) e o questionário com a colaboração de 165.252 estudantes da rede estadual. Em 2020, o documento preliminar foi submetido a consulta pública. A consulta pública teve por participação "98.856 pessoas da sociedade civil,

incluindo estudantes, professores e demais profissionais da educação fizeram contribuições para o documento curricular e para a arquitetura do Ensino Médio" (ESTADO DE SÃO PAULO, 2020a, p. 18). Segundo o documento, as contribuições "foram significativas e incorporadas nas respectivas sessões do documento, resultando na versão final do Currículo Paulista etapa do Ensino Médio" (*idem, ibidem,* p. 20).

Em sequência, o Currículo do Ensino Médio determina a formação geral básica por área de conhecimento e os itinerários formativos. A formação geral básica exposta entre as páginas 46 e 195 aponta as competências, habilidades e objetos de conhecimento comum a todos os estudantes, já entre as páginas 196 e 294 são apresentados os itinerários formativos - que são ainda subdivididos por área de conhecimento e integrados (que agregam duas áreas de conhecimento ou mais). Ainda nos itinerários formativos (por área de conhecimento e integrados) são determinados eixos estruturantes que possibilitam a organização de temáticas que aprofundam os conhecimentos de forma aplicada.

O documento (ESTADO DE SÃO PAULO, 2020a, p. 49-50) destinado ao Ensino Médio conceitua *competências* - "engloba a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" - *habilidades* - "dizem respeito às aprendizagens essenciais para cada disciplina e série. Iniciam-se sempre por um verbo que explicita o processo cognitivo envolvido que se deseja construir ou consolidar" - *e objetos de conhecimento* - "referem-se aos conteúdos, conceitos e processos abordados nas habilidades e podem ser identificados como complemento do verbo relacionado ao processo cognitivo em questão". Em rápida comparação, a UNESCO (2017) trata competências e habilidades enquanto sinônimo e assim tratamos no presente estudo.

Dando continuidade à nossa descrição, são apresentados, no documento, quadros que aglutinam as informações curriculares. Na parte da formação básica, os quadros apresentam de forma comum: competências, habilidades e objeto de conhecimento. Na parte dos itinerários formativos por área de conhecimento, os quadros apresentam: habilidades relacionadas às competências gerais/eixo estruturante; habilidades específicas associadas aos eixos estruturantes; pressupostos metodológicos - que apresentam métodos e objetos de conhecimento que possivelmente poderão ser implementados em sala de aula. Na parte dos itinerários formativos integrados ocorre apresentação similar ao itinerário por área de conhecimento, todavia ao invés de apenas uma coluna de "habilidades específicas associadas aos eixos estruturantes" se apresenta duas relativas às áreas integradas. Por último, é válido afirmar que o documento faz referência direta ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 (ESTADO DE SÃO PAULO, 2020a).

O Currículo do Ensino Infantil e Fundamental, por sua vez, apresenta 526 páginas. O documento preliminar foi construído pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em parceria com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de São Paulo (UNDIME-SP) e profissionais educativos da rede privada. O início do documento se dá, assim como o Currículo do Ensino Médio, com uma apresentação contendo uma contextualização da currículo escolar só que voltada para o Ensino Infantil e Fundamental, aponta-se a fundamentação pedagógica e a participação pública, no processo de construção da versão final do currículo, se tem os seguintes números: "Professores, gestores, dirigentes, estudantes e representantes das universidades e da

sociedade civil totalizaram 44.443 pessoas que contribuíram com" 2.661.204 sugestões (ESTADO DE SÃO PAULO, 2020b, p. 20). Ademais, se demonstra pleno alinhamento com a BNCC, o Currículo do Ensino Infantil e Fundamental apresenta o uso da definição de competência pelo Currículo do Estado de São Paulo idêntica à da BNCC.

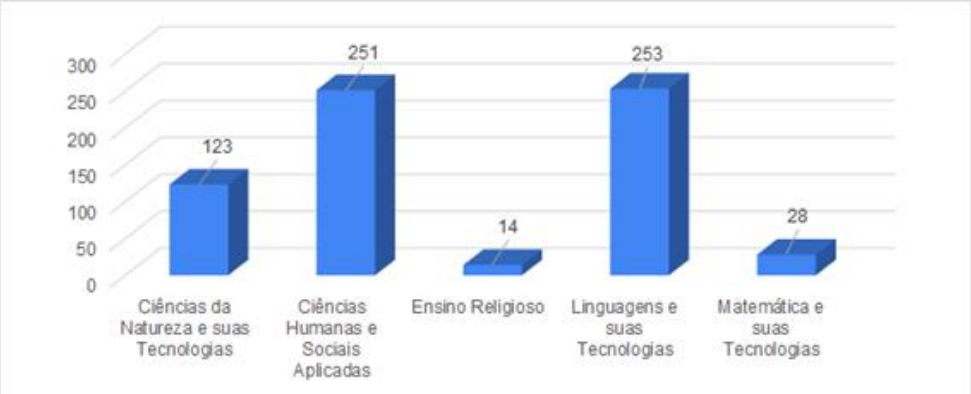
A Educação Infantil tem seu currículo baseado em campos de experiências que geram atitudes, habilidades e valores por faixa etária. Já o Fundamental apresenta-se por área de conhecimento e demonstrando enquanto comum a todos os quadros, semelhante ao Currículo do Ensino Médio, ano, habilidade e objeto de conhecimento. Mas, apresenta as competências esperadas por área de conhecimento de forma geral sem realizar correlação direta com as feitas no Currículo do Ensino Médio (ESTADO DE SÃO PAULO, 2020b). Enfim, as páginas referentes ao Ensino Infantil são as entre 47 e 80; já as direcionadas para o Ensino Fundamental são as entre 81 e 514.

Dada tal descrição, podemos apresentar os termos e procedimento analítico utilizados no desenvolvimento deste estudo.

Em relação ao termos, se chegou na seguinte lista: Agricultura/Agricola(s); Água; Alimentação/Alimento; Aprendizagem; Assentamentos; Bem-estar; Biodiversidade; Cidades; Clima; Consumo; Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável; Desigualdade; Doenças; Ecossistemas; Educação; Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Emprego; Energia; Espécies; Fome; Gênero; Igualdade; Infraestrutura; Inovação; Instituições; Medicamentos; Mortalidade; Mulheres; Oceanos; Países; Pesca; Pobreza/Pobres; Políticas; Produção; Recursos; Saneamento; Saúde; Sustentável; Tecnologia; Vida.

Esses termos foram procurados nos dois volumes do Currículo Paulista e catalogado os trechos onde foram localizados cada termo, preenchendo-se um formulário instrumentalizado com a plataforma Google Forms descrevendo a página e área do conhecimento. Por fim, se realizou uma validação de acordo com o tipo de trecho (objetos de estudo ou habilidades) extraídos de UNESCO (2017). Essa catalogação gerou dados que resultaram em uma série de gráficos, dentre eles os expostos, a seguir.

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRECHOS VALIDADOS IDENTIFICADOS POR ÁREA DO CONHECIMENTO - ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL.



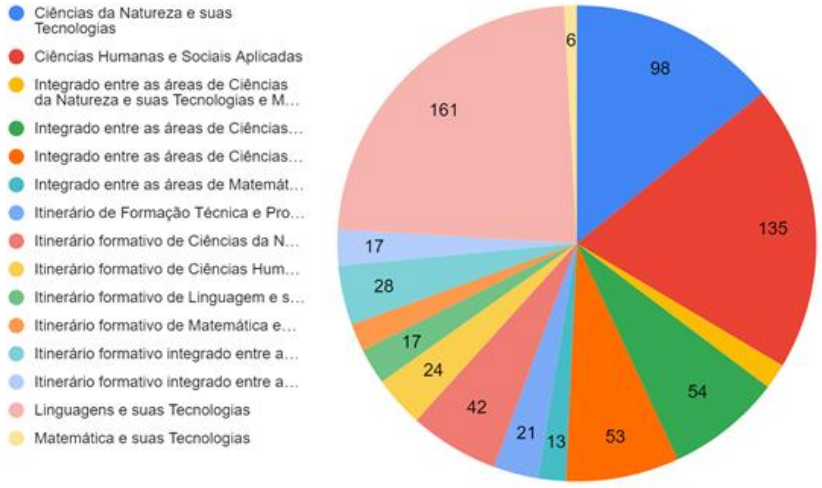
FONTE: Elaboração própria (2021).

As buscas identificaram um total de 5330 termos, número que representa 2,26% do total de termos existentes nos dois volumes. Esse total se transformou em 2.469 trechos, tendência já

esperada considerando a presença de um mesmo termo mais de uma vez no mesmo trecho. Essa organização permite a identificação de qual(is) área(s) do conhecimento concentram os trechos. Após a validação dos termos, o cenário encontrado é reduzido para 1.363 trechos.

Na Figura 1, é apresentada a distribuição por área de conhecimento do Ensino Fundamental e Infantil. Ficando em evidência uma concentração dos termos validados nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens e suas Tecnologias. Em menor destaque, mas apresentando um número significativo de termos estão as Ciências da Natureza e suas Tecnologias. O Ensino Religioso e a Matemática e suas Tecnologias surgem de forma discreta quando comparadas com as outras áreas.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRECHOS VALIDADOS IDENTIFICADOS POR ÁREA DO CONHECIMENTO - ENSINO MÉDIO



FONTE: Elaboração própria (2021).

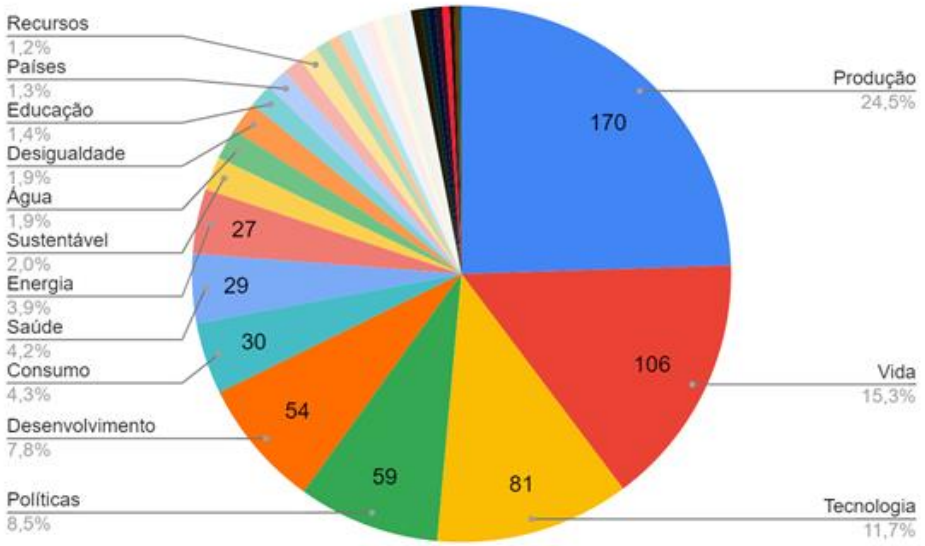
A Figura 2 expõe de forma semelhante os mesmos resultados, portanto podemos afirmar que existe uma concentração dos trechos com termos-chaves em três áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Aplicadas; Linguagens e suas Tecnologias; e, Ciências da Natureza e suas Tecnologias. É possível que se questione a comparação dado o maior número de categorias/áreas existentes no Currículo do Ensino Médio, mas se antecipa a esse questionamento que a consideração desses, na figura 2, não altera o resultado afirmado neste parágrafo, dado os números absolutos e a visualização proporcional dessas áreas expostas nas fatias do gráfico - somadas representam 56% do termos validados no Currículo do Ensino Médio.

Além das áreas, é possível analisarmos a partir da perspectiva dos termos em si, isto é, quantos trechos por cada um dos 42 termos procurados foram identificados e validados, buscando apresentar essa análise as figuras 3 e 4 apresentam essa ótica.

Na Figura 3, apresenta-se a quantidade de trechos por termos procurado e encontrado no Currículo do Ensino Médio. Existe um direcionamento enorme para "Produção". Mas, deve-se explicitar que são apenas 7 termos que aparecem com uma frequência maior que 2%, além de "Produção", encontram-se em ordem decrescente: Vida; Tecnologia; Políticas; Desenvolvimento; Consumo; Saúde; Energia.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

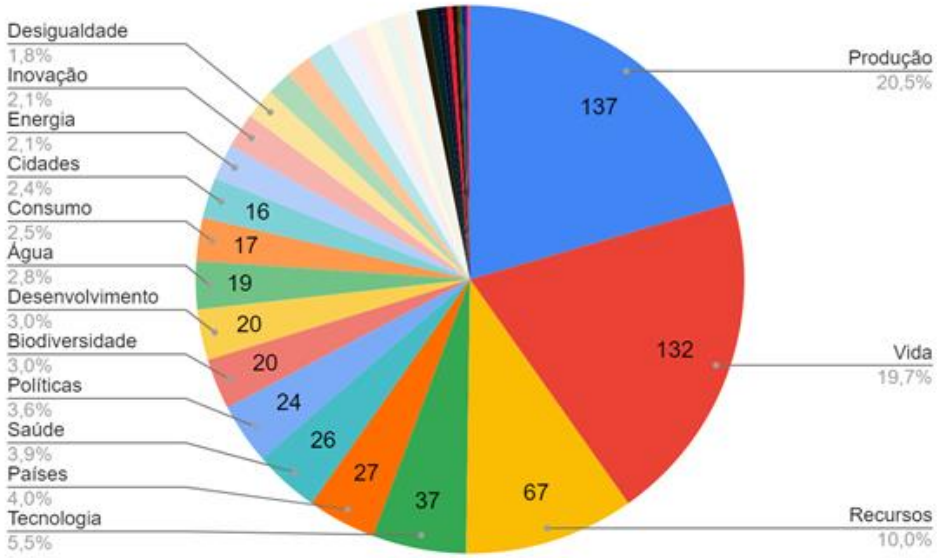
FIGURA 3 - QUANTIDADE DE TRECHOS POR TERMO (ENSINO MÉDIO)



FONTE: Elaboração própria (2021).

A Figura 4, apresenta os termos válidos que mais apareceram no processo de identificação do Currículo do Ensino Infantil e Fundamental, sendo visível uma maior dispersão das temáticas. Sendo então os termos chaves apresentados no Currículo do Ensino Infantil e Fundamental de forma decrescente: Produção; Vida; Recursos; Tecnologia; Países; Saúde; Políticas Biodiversidade; Desenvolvimento; Água; Consumo; Cidades; Energia; Inovação.

FIGURA 4 - QUANTIDADE DE IDENTIFICAÇÃO POR TERMO (ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL)



FONTE: Elaboração própria (2021).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Finalizando a exposição dos resultados-centrais da pesquisa em tela, aponta-se que ao se discorrer sobre "dispersão", deve-se deixar claro que não se busca uma igualdade na apresentação, afinal cada contexto possui suas relevâncias. Mas, quando dentre 42 termos, apenas 7 ou 14 possuem real relevância, pode-se inferir que se possui um indicativo de não-direcionamento do sistema educacional para os objetivos que esses termos em conjunto possuem. Em outras palavras, além da sub-apresentação no todo do documento, nos trechos que estão sendo abordados, ainda existe expressivo direcionamento para determinadas temáticas.

Considerações Finais

O presente artigo buscou, de forma inicial, contextualizar o histórico da EDS na América Latina e Brasil e, com maior profundidade, identificar a existência de norteadores e premissas da EDS no Currículo Paulista. Esse último se constitui enquanto característica única da presente comunicação, uma vez que os dados e resultados apresentados no presente são inéditos, considerando que não existe nenhuma produção em tal direção nas principais plataformas e documentos de monitoramento oficiais de informações sobre a Agenda 2030.

Sendo assim, se evidenciou a divergência entre o contexto internacional e regional em matéria de EDS desde o próprio reconhecimento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável pelas Nações Unidas. No decorrer do estudo, se descreveu, com base na literatura, que o Brasil se juntou aos seus vizinhos na época da Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e rechaçou de forma implícita a EDS. Todavia, ratificou na íntegra a meta 4.7 da Agenda 2030, que prevê a incorporação da EDS nos currículos, políticas educativas, entre outros instrumentos do sistema educacional.

Foi enfatizado que não se identificou dados oficiais sobre a incorporação de tal prática educativa no Brasil. Esse estudo, portanto, buscou produzir dados de tal incorporação no âmbito do currículo, realizando um panorama do *Currículo Paulista*, aprovado em duas partes nos anos de 2019 e 2020. Esse objeto complexo e que influencia fortemente a educação do estado de maior população e de maior participação no PIB nacional brasileiro. Foi submetido a um processo de identificação e analítico na busca de premissas e norteadores alinhados com a EDS. Esse procedimento possibilitou a identificação de características distantes da EDS, tais como a concentração expressiva dos objetos de conhecimento e habilidades em determinadas áreas do conhecimento e temática.

A partir desses resultados, pode-se constatar que o Estado de S. Paulo pouco incorpora as premissas da EDS no Currículo do Estado de São Paulo, isto é, respondendo nossa questão norteadora, na perspectiva adotada, o sistema de ensino básico do Estado de São Paulo pouco transmite e estimula conhecimentos e habilidades necessárias para o Desenvolvimento Sustentável em seus educandos, via currículo escolar estadual.

Por fim, se evidencia que essa conclusão é preocupante, havendo um indício de distanciamento por parte do Brasil da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, considerando o papel de destaque deste estado subnacional no Brasil, faltando apenas nove anos para o atingimento do prazo para conclusão das 169 metas da Agenda 2030. Mas, deve-se coletar mais informações, tais como análises dos currículos de outros estados subnacionais brasileiros, da formação docente, entre outros.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

BASTOS, A. M. Dossiê DEDS (2005 a 2014): a década da educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlia de Mesquita Filho". Araraquara. p. 96. 2016

BASTOS, A. M.; LEMES, S. de S. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Contexto Curricular da Rede Pública de Ensino do Governo do Estado de São Paulo: Uma breve reflexão pela perspectiva da década da EDS (2005-2014). Artigo. 2014

BASTOS, A. M.; SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de. A Educação e a Sustentabilidade: O Desafio de Um paradigma e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO (2005-2014). Artigo. 2013.

BERCHIN, I. I., de Aguiar Dutra, A. R., & Guerra, J. B. S. O. A. (2021). How do higher education institutions promote sustainable development? A literature review. *Sustainable Development*, 1– 19. https://doi.org/10.1002/sd.2219

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Articulação Social. Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese> Acessado em 31/08/2021

BRASIL. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Resolução N° 3 de 31 de Novembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Resolução Nº 2 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação. Institui a Base Nacional Comum Curricular.

CARVALHO, I. C. M. **A Educação Ambiental no Brasil**. Educação Ambiental. Salto para o Futuro. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.

ESTADO DE S. PAULO. Currículo Paulista – Parte Educação Infantil e Ensino Fundamental (Volume1). Disponível em <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculo> Acessado em 05/11/2021

ESTADO DE S. PAULO. Currículo Paulista – Parte Ensino Médio. Disponível em <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/> Acessado em 05/11/2021

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ODS 4 - Educação de Qualidade. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html> Acessado em 04/05/2021.

_____. *Cadernos ODS: ODS 4*. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. Proposta Pedagógica. Educação Ambiental. Salto para o Futuro. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. 1973.

_____. A ONU e o meio ambiente. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente> Acessado em 20 de fevereiro de 2021.

_____. Carta da Terra. 2000

_____. Documento Final Plano de Internacional de Implementação da DEDS. 2005.

_____. Resolução A/RES/57/24 da Assembleia Geral. Nova York: 2003.

_____. Relatório "Nosso Futuro Comum". 1987.

_____. Relatório Final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.

TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A Educação como Um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. 2019.

UNESCO - Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expe Acessado em 26/08/2021. 2021a

_____. Educación para la ciudadanía, la salud y desarrollo sostenible. Disponível em https://es.unesco.org/fieldoffice/quito/dsostenible/sostenible Acessado em 20/08/2021

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. Education For Sustainable Development Goals. 2017

_____. Education for Sustainable Development. Disponível em <https://en.unesco.org/themes/education-sustainable-development> Acessado em 26/08/2021. 2021b

_____. Marco de aplicación de la Educación para el Desarrollo Sostenible (EDS) después de 2019. França, 2019.

_____. Plano de Internacional de Implementação (Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. 2005. p. 113.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

AGENDA 2030-UNESA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paulo José de Mendonça Ribeiro[1]
Manuella de Azevedo Guedes[2]
Beatriz Santiago Paganoto[3]

Este estudo é resultado parcial do Projeto de Iniciação Científica Agenda 2030 – UNESA (Universidade Estácio de Sá) através de uma pesquisa exploratória, com amostra qualitativa, de 408 alunos desenvolvida no Campus Taquara-R9, com aplicação de questionário. Utilizou-se como parâmetro o total de alunos no Campus Taquara-R9, a qual em 2016 eram registrados em matrículas, um total de 4518 alunos. O objetivo foi compreender o estado atual de compreensão da Agenda 2030, um documento fundamental firmado na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima regido pela COP 21 (Conferência das Partes) realizada em Paris, França. Assim, os instrumentos adotados para elaboração deste artigo foram pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Embora esses instrumentos sejam objeto de estudo de alguns autores em metodologia científica, tais como GIL (1995 e 1997), LAKATOS (1995 e 2001), VERGARA (1990), THIOLLENT (1994), TRIVINÕS (1995), optou-se por utilizar como referencial para o tipo de investigação efetuada, principalmente, as obras de VERGARA (1990) e TRIVINÕS (1995) que se complementam. VERGARA (1990) propõe dois critérios básicos para escolha do tipo de pesquisa: quantos aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins: pesquisa exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Aos meios: pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Segundo VERGARA (1990), a pesquisa exploratória, é realizada em áreas de pouco conhecimento sistematizado, assim sendo não comporta hipóteses na sua fase inicial, porém no decorrer da pesquisa estas poderão surgir naturalmente.

Seguiu-se, inclusive, a técnica de triangulação, proposta por TRIVINÕS (1995), utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema pesquisado, a pesquisa documental relativa à Agenda 2030 e aplicação dos questionários respondidos pelos próprios alunos e coordenadores na presença dos pesquisadores, junto ao corpo discente e plataforma FORMS aos coordenadores. De acordo com TRIVINÕS (1995), "a técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude descrição, explicação e compreensão do foco estudado". A pesquisa bibliográfica pressupõe sistematizar um estudo, a partir de elementos acessíveis publicados em livros, jornais e revistas (VERGARA, 1990). Tem como objetivo fazer um levantamento sobre o material que já foi elaborado sobre o assunto da pesquisa, assim como situar o "estado da arte". Já, segundo GIL (1995), a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, porém tem o objetivo

[1] Mestre, Professor UNESA. E-mail: ciclomkt@hotmail.com
[2] Bacharel em Administração UNESA. E-mail: guedes.manuella@gmail.com
[3] Bacharel em Administração UNESA. E-mail: bia.sanspaganoto@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

específico de consultar arquivos públicos e particulares, além do que foi produzido e divulgado pela imprensa.

À aplicação do questionário seguiu-se o roteiro previamente estabelecido, com perguntas pré-determinadas, isto é, fechadas e abertas (LAKATOS, 1995). Sua aplicação visou obter dados primários necessários, a informações da realidade no Campus Taquara. O pré-teste do questionário, segundo GIL (1997) foi importante para avaliar os instrumentos de coleta de dados, garantindo aquilo que se busca na pesquisa. As pessoas relacionadas possuíam o perfil dos alunos e coordenadores abordados. Por fim, o tratamento e a tabulação dos dados, foram literalmente contemplados em formato do Microsoft Office Excel, um editor de planilhas.

BRASIL: AGENDA 2030

A importância dessa etapa foi aprofundar o conhecimento dos integrantes do projeto sobre cada ODS e identificar a situação no âmbito nacional e a contribuição da IES no cumprimento dos objetivos e metas criadas pelos países signatários da ONU (Organização das Nações Unidas).

ODS 1 – Erradicação da Pobreza. O Brasil possui uma população em cerca de 209 milhões de habitantes (2017), sendo que 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R$ 387,07 – ou US$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre (IBGE, 2017).

A PNAD (Pesquisa nacional de Amostra de Domicílios) no levantamento em 2015 informa que as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas quando o assunto é extrema pobreza que é a renda igual ou inferior a U$ 1,90 por dia, chegando a 7 milhões e 300 mil nordestinos vivendo nessas condições precária. A pobreza é mais que renda, ela leva em consideração fatores como educação, informação, trabalho infantil, moradia, água e saneamento básico. A ausência de um ou mais desses seis direitos coloca meninos e meninas em situação de privação. A UNICEF fez um alerta em 2018 dizendo que 61% das crianças e adolescentes brasileiros são afetados pela pobreza em suas múltiplas dimensões que equivale a 32 milhões de meninos e meninas. Sendo 6 milhões afetados apenas pela pobreza monetária, 12 milhões pela monetária e com ou mais direitos negados e 14 milhões que não são monetariamente pobres, mas que tem um ou mais direitos negados. No conjunto de aspectos analisados, o saneamento é a privação que atinge a maior quantidade com 13 milhões e 300 mil, seguido da educação com 8 milhões e 800 mil, água com 7 milhões, informação com 6 milhões, moradia com 5 milhões e 900mil e trabalho infantil com 2 milhões e 500 mil.

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. Segundo o IBGE, em 2015 mais de 7 milhões de brasileiros não tinham o que comer e em 2019 aumentaram a quantidade de brasileiros com fome para 13 milhões. Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), a fome tem endereço certo, são os negros, nordestinos, pessoas da zona rural ou das periferias das grandes cidades, com baixo nível escolar e afeta principalmente mulheres. Quem não tem acesso a alimentação, sofre com o aparecimento de doenças crônicas, devido à má alimentação. Outro dado mostra que, em 2019, uma em cada quatro pessoas de 18 anos ou mais anos de idade no Brasil estava obesa, o equivalente a 41 milhões de pessoas. Já o excesso de peso atingia 60,3% da população de 18 anos ou mais de idade, o que corresponde a 96 milhões de pessoas, sendo 62,6% das mulheres e 57,5% dos homens.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O Brasil possui área agriculturável superior a 351 milhões de hectares, porém somente 1,2 milhões de hectares são destinados ao cultivo de produtos orgânicos ou agroecológico, representando menos de 0,5% da área total agriculturável. Porém, o setor apresenta grandes entraves o que dificulta o crescimento da produção orgânica no Brasil. O primeiro lugar no ranking de países que mais consomem agroquímicos. Consumimos cerca de 20% do que é comercializado por todo o mundo. Em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período (FRIEDRIC, 2021; pág. 23)

ODS 3 – Saúde e Bem-estar. Em 2015 a taxa de mortalidade subiu devido a epidemia do vírus Zika e acabou acarretando a redução de gravidez afetando em 5,3% a taxa de natalidade, o que fez o Brasil mergulhar em uma emergência sanitária. Outras doenças que eram erradicadas começaram a causar vítimas, como sarampo, rubéola, febre amarela e outras mais, com o descaso da saúde pública, que falta passar orientação a prevenção de doenças e suporte para aqueles que estão infectados (BRASIL, 2017).

Outro problema são as drogas lícitas e ilícitas, segundo a ONU o Brasil ocupa o 2º lugar como consumidor mundial de cocaína e derivados, totalizando mais de 6 milhões de usuários brasileiros que usam ou já usaram tóxicos (BASTOS, 2017. Pág. 411)

O Cigarro, de acordo como INCA, causa a morte de cerca de 428 pessoas por dia, sendo responsável por 12,6%, só em um ano 73.500 pessoas foram diagnosticadas com câncer proveniente do cigarro. Já as bebidas alcoólicas atingem 12% dos adultos e correspondem 90% das mortes associadas ao uso de outras drogas.

Em 2014, pela primeira vez, uma auditoria feita nos hospitais públicos. Resultado apresenta 69% dos hospitais estão sempre superlotados. 80% dos hospitais fiscalizados pelo Tribunal, faltam médicos e enfermeiros e quase a metade desses hospitais tem leitos fechados, exatamente pela falta de profissionais. As UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) superlotadas e com salário dos funcionários atrasadas. Segundo o levantamento feito pelo TCU, 80% dos hospitais fiscalizados faltam médicos e enfermeiros e quase a metade tem leitos fechados pela falta de profissionais, além de 77% com leitos desativados pela falta de equipamentos mínimos como monitores e ventiladores pulmonares. 45% com equipamentos fora de uso por falta de manutenção, 48% com deficiência de instrumentos e moveis básicos. Esses são alguns dos problemas que afetam o setor de saúde no Brasil (CONASS, 2015)

ODS 4 – Educação de Qualidade. O investimento em educação no Brasil caiu 56% nos últimos quatro anos. Entre 2014 e 2018, diminuiu de R$ 11,3 bilhões para R$ 4,9 bilhões. E ainda, o país que está nas últimas posições em avaliações internacionais do desempenho escolar (BRASIL, 2019)

A pesquisa do PNAD relatou que em 2017, o país veio mostrando lentamente uma queda na taxa de analfabetismo recuando de 7,2% para 7% que significam 11,5 milhões de brasileiros. Normalmente o perfil predominante é de brasileiros nordestinos com uma média de 6 milhões e com 60 anos ou mais entorno de 3 milhões. A pesquisa do MEC mostrou que 70% dos alunos de ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática. Segundo a OCDE o Brasil está entre os países com menor número de adultos formados no ensino médio e com uma das maiores desigualdades de renda de todos os países da OCDE. Entre adultos de 25 a 64 anos, 52% não tem

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ensino médio, sendo que 69% dos jovens de 15 e19 anos e 29% entre 20 e 24 estão matriculados em rede de ensino. A pesquisa mostra ainda as deficiências em relação a infraestrutura das escolas que oferecem ensino fundamental, apenas 41,6% apresentam rede de esgoto e 52,3% apenas possui fossa, 6,1% não há sistema de esgotamento sanitário. Em relação a abastecimento de água 17,4% de poço artesianos, 11,9% de cacimba e 6,2% direto de rios e córregos, sendo 10% delas sem água, energia e esgoto. Apenas 46,8% dispõem de laboratórios, 65,6% têm acesso à internet. Apenas 54,3% possuem biblioteca, 32,1% das escolas têm banheiros adaptados. Além da falta de profissionais qualificados para lidar com as diversidades e deficiência, criando barreiras de acessibilidade e alguns casos até mesmo a negativa de matrícula (IBGE, 2017).

ODS 5 – Igualdade de gênero. Em relação a diferença salarial, o Brasil está em 129º lugar em cargos de executivos superior a 50% para o sexo feminino. Segundo o IBGE as brasileiras ganham em média, 73,7% do salário pago aos homens. O grau de dificuldade que é igualar a presença das mulheres aos homens nos cargos de liderança, 43% dos homens entrevistados entendem que não há mulheres por falta de preparo delas e só 7% delas concordam com essa afirmação (HRYNIEWICZ e VIANNA, 2018).

O feminicídio também é importante ser pontuado, segundo o Ministério dos Direitos Humanos no primeiro semestre de 2018 foram registrados 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídio e 118 tentativas de homicídios. Relatos de violência física foram 37.396 e psicológica com 26.527, já a violência doméstica foram registrados 63.116 casos (ARAÚJO *et al.,* 2018)

ODS 6 - (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos). Mesmo existindo a Lei nº. 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, dados do Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil, em 2016, 7% da população ainda não era abastecida com água potável, 48% da população não tinha coleta de esgotos e somente 45% dos esgotos gerados no país eram tratados (TRATA BRASIL, 2016).

ODS 7 – Energia Acessível e Limpa. Contribui para o desenvolvimento econômico e do meio ambiente, em acordo com as metas de desenvolvimento sustentável, e reinsere o Brasil no processo de desenvolvimento econômico pouco intensivo em carbono do qual poderia ser importante protagonista. Assim, é essencial que a reorganização do setor energético brasileiro atente à sua importante dependência de investimento público e que isso seja efetivo, com responsabilidade (CNI, 2016). Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima-se que até 2050 o consumo de energia elétrica irá triplicar aqui no Brasil (TCU, 2014).

ODS 8 - (promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostrou que em três anos (de 2014 para 2017) o contingente de desocupados passou de 6,7 para 13,2 milhões. Segundo o IBGE, a população economicamente ativa era de 92,1 milhões de pessoas em 2017, mas a maioria dos trabalhos disponibilizados foram no campo da economia informal.

ODS 9 - (Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação). Em 2017 o investimento em infraestrutura correspondeu a apenas 1,5% do PIB, percentual inferior aos 1,75% de 2016 e muito abaixo da necessidade de 5% para a modernização da infraestrutura nos próximos 10 anos. E Os investimentos em Pesquisa e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Desenvolvimento não foram significativos, representaram 1,16% do PIB, segundo ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) (BANCO MUNDIAL, 2017).

ODS 10 - (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles). O relatório da Oxfam "A distância que nos une" publicado em 2017 mostra, que apenas seis pessoas possuíam riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E que ainda há uma maior vulnerabilidade entre mulheres, pretos ou pardos, jovens e população ocupada menos escolarizada. 65% das mulheres ganham até 1,5 salários-mínimos, em contraste com 52% dos homens. E entres pessoas que recebem até 1,5 salários-mínimos, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos (OXFAM, 2017).

Objetivo 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis). A maior parte dos municípios brasileiros tem sob sua responsabilidade enormes extensões territoriais, que compõem porções significativas de nossas riquezas naturais. Segundo o estudo: Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil, que foi realizado em 2015 pela Embrapa, 84,3% da população do país mora nas cidades e que esses brasileiros estão concentrados em menos de 1% do território brasileiro, o equivalente a 0,63% do espaço do país (Costa JR et al., 2018).

ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis). O guia para localização dos ODS nos municípios brasileiros publicado em 2016, informa que em 2011, foi lançado o Plano de Ação para produção e consumo sustentáveis, buscando uma articulação entre o governo, a sociedade e o setor produtivo com relação a políticas de mudança do clima, dos resíduos sólidos e as voltadas para inovação e produção industrial (CNM, 2016). Porém, segundo O estudo feito pelo feito pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) divulgado em 2019, o Brasil é o quarto país no mundo que mais produz lixo. São 11.355.220 toneladas e apenas 1,28% de reciclagem (WWF, 2019).

ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima (adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos). No ano de 2009 foi instituída a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei 12.187/2009. Essa política oficializou o compromisso do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020. Porém, em 2018, e acordo com os números do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa, O Brasil emitiu um total de 1,9 giga tonelada de carbono (GtCO2eq) que é praticamente o mesmo valor de 2017 (SEEG, 2018).

ODS 14 – Vida na água. O Brasil enfrenta graves problemas relacionados à poluição marinha, tanto devido ao lançamento de esgoto não tratado quanto pela destinação inadequada de resíduos sólidos. Nos primeiros compostos químicos ricos em fósforo ou nitrogênio. As principais fontes de poluição por nutrientes são os esgotos urbanos não tratados e as atividades agrícolas, neste último caso decorrente do uso excessivo de fertilizantes nas culturas e, ainda, pelo escoamento de descargas de esgoto e de resíduos de animais criados em cativeiro; ou então do processamento destes pela indústria agropecuária. E, ainda o nível de eutrofização e densidade de detritos plásticos flutuantes não são monitoradas pelo Brasil de maneira sistemática em toda a costa. Consequentemente, será necessário implantar um sistema de monitoramento que passe a levantar os dados necessários para a mensuração do indicador original (ODS, 2018).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os nossos oceanos representam, em volume, 99,3% do espaço do planeta. Sendo 44% dos oceanos estão sendo afetados incisiva e diretamente por atividades humanas: como poluição (lixo, esgoto não tratado, produtos químicos dos mais variados níveis de toxicidade, petróleo e material a base de polímero que tem uma vida útil curtíssima, mas demora centenas de anos para se decompor, seja no mar, seja na terra). Esses objetos dentro do estômago de um animal marinho, pode fazer um grande estrago, levando-o até à morte. Os oceanos absorvem cerca de 32% do dióxido de carbono que os seres humanos produzem; e estamos produzindo mais dióxido de carbono do que nunca, o que faz com que os oceanos fiquem mais ácidos, são 28% a mais desde o início da revolução industrial. Nosso lixo também ajuda na degradação dos oceanos, há 13.000 pedaços de lixo plástico em cada quilômetro quadrado (AGENDA, 2030, 2018).

Entre 2010 e 2014 foram avaliados 12.256 táxons da fauna, incluindo todos os vertebrados descritos para o país. Foram 732 mamíferos, 1980 aves, 732 répteis, 973 anfíbios e 4.507 peixes, sendo 3.131 de água doce (incluindo 17 raias) e 1.376 marinhos, totalizando 8.924 animais vertebrados. Foram avaliados também 3.332 invertebrados, entre crustáceos, moluscos, insetos, poríferos, miriápodes, entre outros. Para avaliar os 12.256 táxons, o ICMBio realizou ao longo desses cinco anos 73 oficinas de avaliação e 4 de validação dos resultados. Também foi firmado um termo de reciprocidade entre o ICMBio e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) (ICMBio, 2018).

ODS 15 - Vida terrestre (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade). A definição de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos é simples: trata-se dos benefícios que as pessoas obtêm da natureza direta ou indiretamente, através dos ecossistemas, a fim de sustentar a vida no planeta. Segundo informações do livro "Quanto Vale o Verde" a nossa principal matriz energética vem das hidroelétricas e estima-se que pouco mais da metade (56%) da capacidade de produção de hidroeletricidade em operação no Brasil está sob a influência de Unidades de Conservação, que são espaços territoriais e seus recursos ambientais, com objetivos de conservação e limites definidos, legalmente instituído pelo Poder Público (YOUNG e MEDEIROS, 2018).

Biomas terrestres, áreas marinhas e costeiras e águas continentais são considerados conservados quando a manutenção da integridade, resiliência, e os serviços dos ecossistemas está assegurada, de modo a garantir a representatividade e viabilidade de todos os níveis de organização da biodiversidade, possibilitando a sua manutenção e a sua utilização sustentável, de modo a produzir benefícios, em bases sustentáveis, mantendo seu potencial e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (IPEA apud RIBEIRO, 2009).

ODS 16 – Paz, Justiça e instituição eficazes. Em 2005, a ONU criou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, cujo principal objetivo é construir regras e caminhos para reconhecer, coibir e punir crimes desta ordem. No Brasil, o diálogo com esta convenção se dá principalmente por meio da Controladoria Geral da União (CGU), responsável pela criação da Escala Brasil Transparente (EBT), uma metodologia para avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Alguns fatos e dados sobre segurança e desenvolvimento são que nos últimos 15 anos, quase a metade da população mundial foi afetada pela violência, mais de 90% das vítimas de conflitos civis, mas só 0,4% da ajuda pública ao desenvolvimento é direcionada para a proteção e preparação contra desastres. Os conflitos estão na base de 80% das necessidades humanitárias. Atualmente, 43% da população mundial vive em países em situação de fragilidade. Em 2030, 62% da população mundial viverá em Estados frágeis (UN, 2016).

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação. A complexidade inerente à implementação dos objetivos e metas da Agenda 2030, na abrangência recomendada, exige um permanente esforço de coordenação e integração das políticas sociais, econômicas e ambientais; de interação dos diferentes níveis de governo e privado, logo, dos setores com a sociedade.

Há necessidade de um processo sistemático de avaliação e monitoramento das políticas públicas com vistas não somente a garantir maior eficiência, eficácia e efetividade na execução de programas, mas também a otimizar a qualidade do gasto público. A questão que emerge, portanto, é de que modo tornar o setor público mais eficiente para garantir a continuidade e melhoria de políticas públicas. Melhoria da capacidade institucional dos Estados e Municípios brasileiros e de uma articulação maior entre as três esferas da administração pública. Uma Agenda tão complexa e integrada exige esforços multilaterais da ação governamental, da mesma forma que enfrentar o acúmulo de desigualdades estruturais e sobrepostas não é função exclusiva do Estado. Pressupõe empresas e sociedade.

Agenda 2030 perpassam o desafio da coordenação entre áreas de governo e todos atores na busca pela compreensão da integração e interseções entre as dimensões cultural (ainda dissolutiva), ambiental, social e econômica. Por conseguinte, as parcerias e redes com diferentes atores da sociedade civil tornam-se imperativas para o alcance dos ODS (IPEA *apud* RIBEIRO, 2009).

Resultado das pesquisas discentes e docentes

O Desenvolvimento Sustentável na Universidade Estácio de Sá, no Campus R9, para 48%, trata-se de proteção ao meio ambiente, apenas. O resultado surpreendente é que 42% dos alunos sabem o que é Desenvolvimento Sustentável e 38% já ouviram falar. Pelo menos, parte dos alunos ficaram interessados em saber, já que 83% afirmam que Desenvolvimento Sustentável é um modelo econômico. Enquanto conduzíamos uma palestra em sala, foi perguntado: "o que é a Agenda 21 e para que serve?". Nem os alunos de Gestão Ambiental souberam responder. Os resultados refletem, onde 28% dos respondentes não sabem o que é Agenda 21 e 42%, nunca ouviram falar. Ainda sobre para que serve a Agenda 21, 75% dizem que não sabem.

Em relação ao comportamento dos alunos, 55% não jogam lixo no chão e outros 35% utilizam de critérios para o uso da água. Destes, 81% sabem o que é reciclagem, mas apenas 14% a praticam.

Com relação a solidariedade. Pergunta: Em relação a sua vida, e as outras pessoas (solidariedade). Baseado nas respostas, 73% dos alunos dizem que acham que devem mudar a sua relação para com as outras pessoas. Outros, 13% dizem que em primeiro lugar, "eu" e 11% nunca tinham pensado nisso. Nesta pergunta havia 5 (cinco) opções de respostas: Nunca pensei nisso; em

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

primeiro lugar eu; acho que devo melhorar esta relação; não é minha responsabilidade; e a culpa é do governo.

A pesquisa abordou, política: promover ou debater sobre política, na vivência da universidade, sempre foi muito importante, para que somemos opiniões contrárias; e extrair o melhor de cada lado, para construirmos um país melhor. Não constatamos; porque quando se fala de políticas públicas, poucas pessoas se interessam pelo assunto. O número se reflete na realidade da universidade, onde 21% acham política importante, apenas e 61% acompanham nos noticiários. Assim, 80% das pessoas sabem o que é Democracia, mas não a pratica, segundo suas avaliações.

A realidade, vai ao encontro dos alunos respondentes, onde 70% dos mesmos, trabalham e estudam. O pouco tempo que lhes restam, é para ler no caminho da universidade, onde 38% gostam de ler, 16% gostam muito de ler e 8% têm paixão em ler, ou seja, 62% dos alunos, de fato, leem. Os alunos, 40% deles, gostam de assistir TV e 44% dos alunos afirmam gostar do Facebook. Dos alunos abordados, 83% acham que devemos nos informar sobre as mudanças do país e 72% acreditam no futuro do país.

A pesquisa destinada aos coordenadores foi composta com 6 (seis) perguntas no total: 2 (duas) perguntas fechadas (alternativas) e 4 (quatro) abertas (discursivas). E com as respostas obtidas, podemos verificar o conhecimento dos coordenadores sobre a agenda 2030 em seu ofício. Dos 16 (dezesseis) coordenadores, apenas 10 (dez) responderam nossa pesquisa (62,5 % de adesão). A primeira pergunta: Os ODS são importantes? Todos responderam que sim. Na segunda pergunta, isto é: esses objetivos podem ser alcançados ao nível Nacional, até 2030? 5 (cinco) responderam que sim, 4 (quatro) que não e 1 (um) acredita que de forma parcial. Na mesma pergunta: explique sua resposta.

A sua área, científica, tem relação com alguns ODS? Todos os coordenadores acreditam que a sua área, científica, tem relação com alguns ODS. Quais? Os ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) foram os que mais destacaram nas respostas.

Analisando as respostas, observamos que a maioria fala em: mudança, tomada de consciência, interesse, envolvimento e comprometimento tanto da população quanto dos governantes. Quando perguntado se a Universidade tem papel a contribuir para cumprir os ODS e o Porquê: todos responderam que sim, a Universidade tem papel a contribuir para cumprir os ODS. Quando questionado o porquê, percebemos que a maioria acredita que o papel da universidade é gerar conhecimento e pensamento crítico.

Considerações finais

A primeira etapa foi um desafio no acesso aos dados atualizados. As pesquisas já não estavam sendo realizadas há mais ou menos 2 ou 3 anos, o que deixava as informações um pouco defasadas. Nossa hipótese neste quadro, com novos dados repentinamente, deve-se à aproximação das eleições para presidência da república. Discutiu-se ao longo do projeto os 17 Objetivos de Desenvolvimento sustentável e como estão relacionados com o nosso país. As pesquisas feitas possibilitaram um conhecimento mais profundo sobre cada objetivo. Durante

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

esse processo, constatamos que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se complementam e se reforçam. Por exemplo, se não há investimento em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento (ODS 9), dificilmente será possível promover crescimento econômico, emprego pleno e produtivo e trabalho decente (ODS 8). Às desigualdades de renda e riqueza (ODS 10) somam-se a distribuição injusta de serviços essenciais como por exemplo, o acesso ao saneamento básico (ODS6). A escassez de informações à população sobre o verdadeiro significado e importância da sustentabilidade faz cada vez mais com que o país tenha uma visão avessa à realidade. Individualista, alheia às necessidades da população que ao mesmo tempo acelera, por conta, toda a desigualdade no Brasil.

As políticas públicas em saúde e educação são as áreas que mais sofrem e são justamente as fundamentais para a sobrevivência de todos. Como o PLASAN (Plano Nacional de Segurança Alimentar), com intuito de "enfrentar a obesidade, a ampliação da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos saudáveis, assim como o combate à insegurança alimentar e nutricional de grupos populacionais específicos, como quilombolas e indígenas". Este, contemplava 12 metas e 99 ações para combater problemas de saúde e prover a qualidade de vida destes grupos populacionais de 2016 até 2019. Sem registros que o consolidam, atentando para o contraste com a subnutrição. A realidade é o fato de dar assistência às pessoas que precisam de suporte por motivos da má alimentação que acarreta doenças crônicas severas.

Também é fundamental para erradicar a pobreza extrema, estimular transformações em direção à sustentabilidade, promover o progresso social, reduzir os conflitos e a violência, e desenvolver uma governança inclusiva. Neste processo, as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental, por serem formadoras de pensamento crítico e opinião no seu papel fundamental de serviço da sociedade. Para tanto, é necessário que a administração, corpo docente e corpo discente alinhem-se no desenvolvimento das atividades universitárias que sirvam como base para a disseminação do conhecimento e fortalecimento de práticas sustentáveis. Ao analisar a pesquisa dos alunos, tivemos uma grande surpresa ao perceber que a maioria, além de não conhecer a Agenda 2030, ainda tinha uma visão muito limitada do termo sustentabilidade. Já os coordenadores acreditam que a sua área científica tem relação com alguns ODS. Os ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) foram os que mais se destacaram nas respostas. Não é observado que os ODS se relacionem entre si. Afirma-se: os ODS são globais em sua natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitando políticas e prioridades nacionais que precisam ser implementadas de uma forma integrada.

O resultado parcial do Projeto revela a ausência de interrelação das cátedras e do desenvolvimento sustentável como ciência; apoia-se na carência de cultura promotora ao examinar-se a hipótese da transdisciplinaridade provedora à construção da AGENDA 2030 e inclusivamente a mediação cultural como promotora do empoderamento da instituição, do corpo docente e discente e da sociedade no país.

O projeto de iniciação cientifica de forma geral é uma experiência enriquecedora, auxiliando no aprendizado com pesquisa e coleta de dados, na gestão de tempo e análises de forma ampla, incentivando a inovação além do trabalho em equipe, e ajuda o aluno a se tornar mais confiante e

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a se posicionar, independente de críticas. A autoanálise que fazemos diante de todo o processo de conhecimento obtém-se com debates fundamentais para a formação acadêmica. Dessa forma, o projeto exposto torna-se ainda mais importante porque este pode ser um ponto de partida para o conhecimento da Agenda 2030 por buscar promover ações e impactar a vida das pessoas dentro e fora da universidade.

Referências

IBGE: "A Síntese dos Indicadores Sociais 2008 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira". Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2017.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf. Acesso em: 13.03.2021

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO. https://doi.org/10.4060/ca9692en. Disponível em: http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf. Acesso em 06.03.2021

Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida : Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 139p.

Friedrich, Karen (org.). Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!/ Organizadores: Karen Friedrich, Murilo Mendonça Oliveira de Souza, Juliana Acosta Santorum, Amanda Vieira Leão, Naila Saskia Melo Andrade e Fernando Ferreira Carneiro; Prefácio de Leonardo Melgarejo e João Pedro Stedile. – 1. ed. -- Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

LIMA, Lucas Ferreira et al.. CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL.. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Anais...Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343573-CONSTRUCAO-DE-UMA-TIPOLOGIA-PARA-A-PRODUCAO-ORGANICA-NO-BRASIL>. Acesso em: 21/11/2021 17:07

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Saúde Brasil 2015/2016 : uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo Aedes aegypti [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 386 p.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ministério da Educação: despesas primárias pagas 2014-2018 e impactos da EC 95/2016 (Teto de Gastos). Informativo Técnico nº 6/2019-CONOF/CD. Brasília: Câmara dos Deputados/CONOF, 2019.

Hryniewicz, Lygia Gonçalves Costa e Vianna, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2018, v. 16, n. 3 [Acessado 21 Novembro 2021] , pp. 331-344. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/Wwqj4gNdm8k8jcGRjCFxvqm/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 21/11/2021.

Perfil da violência e monitoramento da violência contra a mulher na região do Cariri em 2017, realizado pelo observatório da violência e dos direitos humanos da região do Cariri, Universidade Regional do Cariri (URCA). / Maria de Lourdes Góes Araújo, Grayce Alencar Albuquerque, Lígia Lucena Gonçalves Medina - organizadoras – Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2018

ESTRATÉGIA ODS. Onde estão os indicadores que acompanham os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? 2016. Disponível em http://www.estrategiaods.org.br/ondeestao-os-indicadores-que-acompanham-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 16.mar.2018.

AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030. 2018. Disponível em < http://www.agenda2030.org.br/acompanhe> Acesso em: 01.mar.2018.

SILVEIRA, Marco Antônio Karam. Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/2011): democracia, república e transparência no Estado constitucional. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 102, n. 927, p. 131-155, jan. 2013. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/retrieve/106800/RTDoc%20%2016-8-31%203_56%20%28PM%29.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

UN. One humanity: shared responsibility. Report of the Secretary-General for the World Humanitarian Summit, 2016; A/70/709. Geneva 2016. A/70/709.

RIBEIRO, P. J. M. Uma proposta de gestão do marketing no município de Miracema/RJ como estratégia para promoção do município saudável e sustentável. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, P.J.M.; BARCELLOS, C.; ROQUE, Odir C. da C. Desafios do desenvolvimento em Miracema (RJ): uma abordagem territorial sustentável de saúde e ambiente. Saude soc.[online]. 2013, vol.22, n.2, pp.575-589. ISSN 0104-1290. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000200026.

INSTITUTO TRATA BRASIL Ranking do Saneamento. 2016. Disponível em: http://tratabrasil.com.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2016.

CNI, 2016, Confederação Nacional da Indústria, "O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada", Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2016, disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/07/18/11404/1807-EstudoFinanciamentodoInvestimentoemInfraestrutura.pdf.

Tribunal de Contas da União. Relatório sistêmico de fiscalização de energia: exercício de 2014 / Tribunal de Contas da União; Relatoria Vital do Rêgo. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica), 2016.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2018) Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume I/1. ed. Brasília: ICMBio, 492 p. (impresso). Acompanha Pen Card contendo: v.2. Mamíferos - v.3. Aves - v.4. Répteis - v.5. Anfíbios - v.6. Peixes – v.7 Invertebrados.

BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasília, 2017.

OXFAM. A distância que nos une. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acessado em 25/10/2017

Costa JR et al (2018) Cidades e Comunidades sustentáveis: Contribuições da Embrapa, Brasília, Embrapa, pp 92. Available on https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184240/1/ODS-11-Cidades-e-comunidades-sustentaveis.pdf. Acesso em 10/07/2019.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber – Brasília: CNM, 2016.

WWF - World Wildlife Fund (b). Brasil é o 4º país do mundo que mais gera lixo plástico. 04. mar. 2019. Disponível em: < https://www.wwf.org.br/?70222/Brasil-e-o-4-pais-do-mundoque-mais-gera-lixo-plastico>. Acesso em: 29/01/2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Relatório Emissões do Setor de Mudança de Uso da Terra 2018: documento de análise. SEEG (Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa) do Observatório do Clima. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wpcontent/uploads/2018/05/Relato%CC%81rios-SEEG-2018-MUT-Final-1.pdf>. Acesso em 10 jun. 2018.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. 2018. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conserva-ção brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional (CI-Brasil), 184p.

GIL. A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL. A. C. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

THIOLLENT, M. Metodologia de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, S. C. Tipos de Pesquisa em Administração. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro: FGV, n. 52, jun. 1990.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

Brasil. Plano Nacional de Segurança Alimentar-PLASAN. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, Brasília, 2007.

ANTES DO RIO, PORTEIRAS E CADEADOS: APROPRIAÇÕES DA TERRA E DISPUTAS POR USOS DO MÉDIO RIO IVAÍ NO SÉCULO XXI[1]

Simone Aparecida Quiezi[2]
Vânia Inácio Costa Gomes[3]
Cleiton Costa Denez[4]

Geograficamente a pesquisa teve como objeto o rio Ivaí. Um rio integralmente paranaense, que percorre por 685 km no sentido sudeste-noroeste. O território às suas margens compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, que cobre área total de 36.646,36 km². Esta pesquisa analisou no médio Ivaí, algumas formas de apropriação humana da terra e do rio. Para evidenciar tais formas de apropriação, destacou-se os pescadores e os proprietários de terras lindeiras (chacareiros, agricultores e pecuaristas). Uma hipótese é que todos são originários do processo de ocupação privada das terras ocorrido na segunda metade do século XX e que a mesma lógica privada se transportou para o rio, neste estudo, compreendido como um território em disputa por usos diversos. Usos que, contrariando os atos regulatórios vigentes, insuficientes, tardios e/ou inexistentes, impactam a dinâmica do rio e transformam a paisagem. A metodologia utilizada foi o estudo de campo, em consonância com as estratégias utilizadas na história ambiental. O trabalho de campo possibilitou que algumas imagens fossem selecionadas a fim de demonstrar as formas de apropriações e disputas presentes, refletidas na paisagem impactada. Evidenciou-se que há um descompasso lacunar entre as configurações e práticas sociais de apropriação do rio e das terras e a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, conforme preconiza a legislação. A história ambiental é um campo historiográfico que considera a natureza como um "agente ativo na história" (FERRI, 2017, online). Uma escrita que se constrói e ganha espaço no século XX, especialmente a partir da década de 1970. Dentre outros autores, Donald Worster nos EUA é um dos expoentes. Na década de 1990, a história ambiental é globalmente institucionalizada enquanto campo teórico e acadêmico. No contexto das décadas de 1990 e 2000, na América Latina, um coletivo de pesquisadores emerge, ao dialogar com a história ambiental norte-americana. Um

[1] A primeira versão deste texto foi publicada no 31º Simpósio Nacional de História da ANPUH/Brasil (Rio de Janeiro, 2021) e é uma construção de hipóteses e problemas que compõe a pesquisa de doutorado da primeira autora deste trabalho. Está disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628498378_ARQUIVO_ba8c3e151164a6f0a9f59e08c4639640.pdf. Em coautoria, após reorganização, uma segunda versão foi publicada na revista *Research, Society and Development*, cujo acesso pode se dar pelo link: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20522. Para este evento, os autores realizaram revisão e adequações.

[2] Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: simonequiezi@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-3428-5839.
[3] Doutoranda em História Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR) E-mail: vaniaicg79@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-9173-0222.
[4] Pós-Doutorando em Geografia Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) E-mail: denezgeo13@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-9173-0222

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

diálogo que, ao mesmo tempo reconhece a história ambiental como um campo inovador, mas também faz a crítica por ela pensar a relação humana com a natureza como um processo destrutivo. Segundo Schama (1996, p.23)

> Embora a história do ambiente seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, ela, inevitavelmente, expõe o mesmo quadro desanimador: terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista.

A partir das décadas de 1990 a 2010, a história ambiental passa a vivenciar o desafio de romper com a perspectiva teórico conceitual hegemônica do mundo ocidental ancorada na "disjunção da natureza e da cultura" (CARVALHO, 2010, p. 135) e, ainda conforme o autor, incorporar nos seus modelos de análise elementos que congreguem e reconheçam as diferentes configurações sociais, as quais se conflitam ao se postarem no coletivo e projetarem seus usos e interesses no biofísico, abstratamente chamado de natureza. Neste sentido, Porto-Gonçalves (2012, p. 27), registra o desenvolvimento de "importantes correntes teórico-políticas no campo ambiental", dentre elas: o "Ecologismo dos Pobres" (ALIER, 1992); a "reapropriação social da natureza" (LEFF, 2006); a "justiça ambiental" (ACSELRAD, 2002).

No Brasil, José Augusto Drummond (1991) é um dos autores que contribui com um dossiê importante sobre história a ambiental e os pressupostos teóricos e metodológicos foram também analisados por José Augusto Pádua (2010). A partir das pesquisas destes precursores, os quais estavam inseridos em um contexto de diálogo com os outros autores, a história ambiental, conforme defende Pádua (2010. p.94) teve um crescimento acadêmico e incorporou a análise histórica do biofísico, às dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, com a "capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos."

Drummond (2002) considera o Brasil como terreno fértil para os estudos de história ambiental e Pádua (2010, p.96) diz que não se pode fazer pesquisa de história ambiental com base somente na "abstração das teorias", mas que elas se dão "por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola, etc." E, dentre as cinco características metodológicas e analítica desenvolvida por Drummond (1991, p.184), está o "trabalho de campo". Para o autor, "o trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam em documentos escritos." Inicialmente, foram estas bases teóricas e metodológicas que ampararam a delimitação geográfica deste trabalho, o rio Ivaí, e a pesquisa de campo como principal metodologia.

Isto posto, é um desafio aqui, apropriar-se da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, a qual reúne distintos grupos sociais, como uma unidade de análise a partir dos preceitos da história ambiental. Tem-se, portanto, um conjunto de diversidade ecológica e social, a qual se pretende analisar, na perspectiva de identificar as demandas que emergiram no rio Ivaí após a década de 1970 e as particularidades que podem estar influenciando as relações dos humanos com a natureza.

Conforme Porto e Porto (2008, p.43), o conceito de Bacia Hidrográfica remonta às décadas de 1920 e 1930 nos EUA, quando da aprovação de políticas para formação de agência e gestão de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

água dos rios. Na legislação brasileira da década de 1990, Bacia Hidrográfica também se torna um conceito de gestão de recursos hídricos. Foi no contexto da redemocratização do Brasil, da efervescência dos movimentos sociais, entre eles os ambientais, bem como do contexto mundial em que se avançavam os estudos e "debates acerca dos limites da intervenção humana na natureza" (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.22) e da necessidade de repensar as relações humanas com estes recursos, que a Constituição Federal de 1988 garantiu a descentralização da gestão dos recursos hídricos e previu a bacia hidrográfica como unidade administrativa que deveria constituir colegiados como instâncias decisórias para regular os usos pelos humanos dos recursos naturais incluídos ao território da bacia.

Anterior a 1988, no Brasil, a legislação sobre águas regulamentava e direcionava o uso da água para atender o setor econômico (atividades agrícolas, navegação e produção de energia hidrelétrica). Não se pensava a partir de conceitos de preservação e sustentabilidade ambiental. Na década de 1980, o contexto ambiental global, movimentado pelas demandas da chamada Era da Ecologia, influenciou e fomentou inúmeros eventos coletivos com a participação de pesquisadores, políticos, ambientalistas, entre outros, com o propósito de formular uma política nacional dos recursos hídricos. De acordo com Rajão *et al.* (2021, p.33)

> movimentos ambientais começaram a estabelecer alianças entre si e, em 1986, formalizaram a Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte[...]
> Diante de um regime militar aberto para discutir questões ambientais e com as alianças se formando entre cientistas, políticos e movimentos ambientais, o tema ambiental tornou-se um dos mais centrais durante o processo de redemocratização.

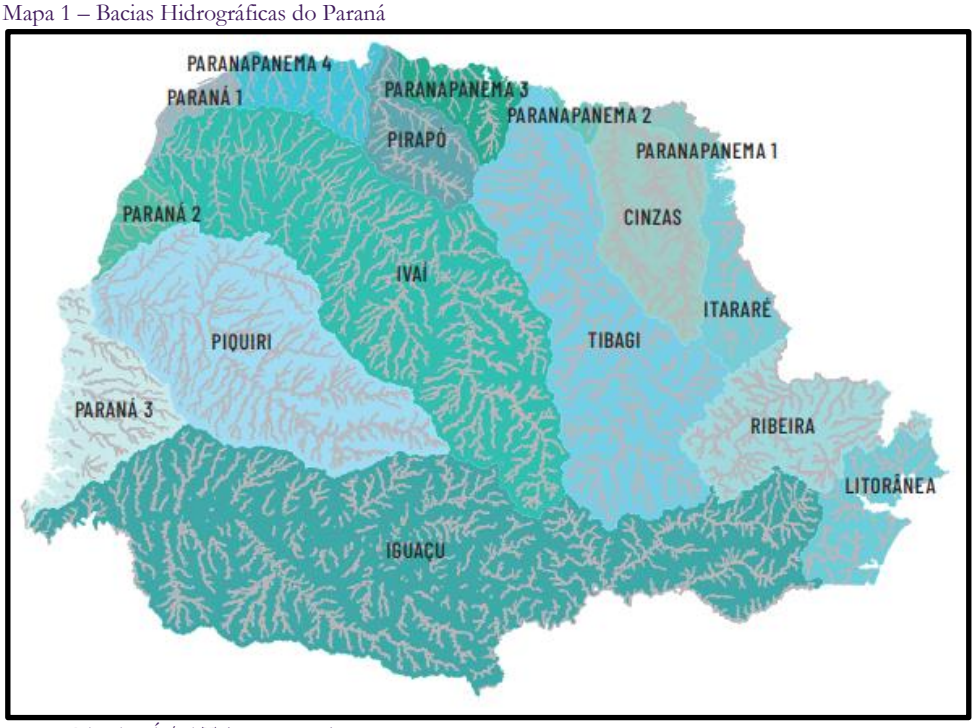
Quase uma década depois, a Lei Federal n° 9.433/1997, conhecida como a "Lei das Águas" é o ato regulatório advindo da constituição federal e dentre as inúmeras prerrogativas desta lei, estava a descentralização da gestão dos recursos hídricos delegada aos estados. Instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH) e tornou-se uma lei disciplinadora, com a finalidade de promover a sustentabilidade hídrica do país.

No Paraná, é a Lei nº 12.726/1999 que regulamentou a Política Estadual de Recursos Hídricos. Ela é composta por fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos de gestão. Organização que acompanha o previsto na legislação e política federal. Merece destaque as fases de implementação dos instrumentos de gestão, que segundo o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná (2020) encontram-se em processo de elaboração e não efetivados.

Dentre as dezesseis bacias hidrográficas do Paraná (mapa 1), está a do rio Ivaí (mapa 2), integralmente inserido no território paranaense, com duas unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos: Baixo Ivaí e Alto Ivaí. Por questões de delimitação geográfica do território e sua relação com o curso do rio Ivaí propriamente, optou-se, nesta pesquisa, por apropriar-se da definição geográfica de Parolin *et al.* (2010), que a subdividiram em *Alto curso, Médio curso e Baixo curso* (mapa 2), por compreenderem que ela apresenta diferentes características morfométricas, diferentes ambientes naturais e diferentes processos produtivos de ocupação e usos antrópicos.

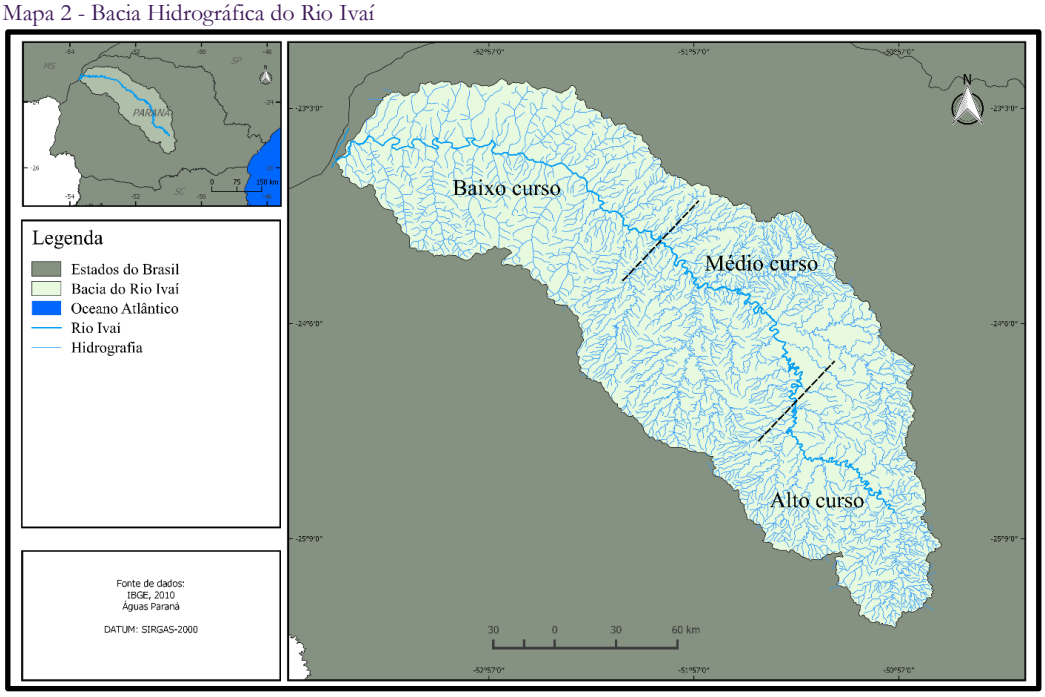
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mapa 1 – Bacias Hidrográficas do Paraná



Fonte: PARANÁ/IAT (2020, p. 17)

Mapa 2 - Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí



Fonte: QUIEZI (2020, p. 33)

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para cada uma das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a Política Estadual de Recursos Hídricos prevê a constituição dos Comitês de Bacias, os quais são fóruns compostos por representantes do governo, representantes dos usuários e representantes da sociedade civil e destinam-se a discutir e propor atos regulatórios de "interesses comuns relacionados aos usos da água em uma bacia hidrográfica específica" (PARANÁ/IAT, 2020, p. 112).

Imagem 1 – Estágios de Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos no Paraná por Comitê de Bacia Hidrográfica

ESTÁGIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PARANÁ POR COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA

CBH	PBH	ENQUADRAMENTO	COBRANÇA
Tibagi	Aprovado	Aprovado	A implementar
Jordão	Em análise	Em análise	A ser estudada
COALIAR	Aprovado	Aprovado	Implementada
Paraná 3	Aprovado	Em consulta pública	Em análise
Piraponema	Em fase final	Em consulta pública	Em análise
Norte Pioneiro	Aprovado	Aprovado	A implementar
Baixo Ivaí e Paraná 1	Em análise	Em análise	Em análise
Litorânea	Aprovado	Em aprovação no CERH	A implementar
Piquiri e Paraná 2	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Baixo Iguaçu	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Alto Ivaí	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Obs.: O Plano Estadual (PLERH), a outorga e o Sistema de Informações estão implementados em todo o Estado.

Fonte: PARANÁ/IAT (2020, p.119)

Ao analisar as informações contidas na imagem 1, observa-se uma significativa lacuna entre o que prevê a Política Estadual de Recursos Hídricos e os estágios da implementação dos instrumentos de gestão previstos por Comitê de Bacia. No caso específico da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, subdividida em dois comitês, ressalta-se o Baixo Ivaí em fase de análise quanto ao plano, o enquadramento e a cobrança do uso da água. Já o Alto Ivaí, no qual está inserido o médio curso, os instrumentos de gestão, mais de vinte anos após a Lei Estadual nº 12.726/1999, ainda não existem. O que permite indagar por que deste ausente processo regulatório? Quais interesses entravam a efetiva implementação da Lei Estadual nº12.726/1999? Os distintos grupos sociais que atualmente ocupam a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, podem ou não estar interferindo?

Diante da contextualização deste cenário regulatório, fez-se necessário recorrer ao trabalho de campo, para analisar as formas de apropriação e as práticas de alguns grupos sociais presentes às margens do rio Ivaí, os quais se constituíram em simultâneo ao processo de

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

construção dos atos regulatórios, sendo, portanto, movidos e/ou influenciados pelo contexto externo. Por que não, também, movedores e influenciadores do atual estágio em que se encontra a organização e a gestão do Comitê de Bacia do Alto Ivaí?

O foco deste trabalho são os grupos sociais que atualmente ocupam e se apropriam do médio rio Ivaí, neste contexto de formulação e implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, em decorrência dos atos regulatórios federal e estadual. Importante destacar que para se produzir uma história ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí seria necessário analisá-la a partir de suas relações humanas e não humanas ao longo do tempo, estabelecendo suas "temporalidades, permanências e transformações" (ARRUDA, 2015, p.217). Uma história em fase de produção[5]. Entretanto e especificamente, o cenário atual no entorno do médio rio Ivaí constitui-se de distintos grupos sociais, entre eles: os pescadores ribeirinhos do Distrito de Porto Ubá, no município de Lidianópolis e os proprietários de terras lindeiras (chacareiros, agricultores e pecuaristas). Cada um destes grupos sociais, possuem distintos interesses de uso do rio e/ou das terras às suas margens. Todos originários do processo de ocupação privada das terras a partir da década de 1950.

Os pescadores

A trajetória dos pescadores ribeirinhos de Porto Ubá, no município de Lidianópolis-Pr, foi recentemente analisada por Quiezi e Arruda (2021). Estes autores, evidenciaram que a trajetória dos pescadores deve ser compreendida a partir de três fases distintas:

> a primeira fase informal, não legalizada e não reconhecida (1930-1980); a segunda, quando a pesca foi regulamentada no rio e os pescadores se tornaram profissionais (1980-2000); a última fase, quando a pesca foi proibida e os pescadores se reinventaram, criando a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (2000-2020) (QUIEZI e ARRUDA, 2021, p.25)

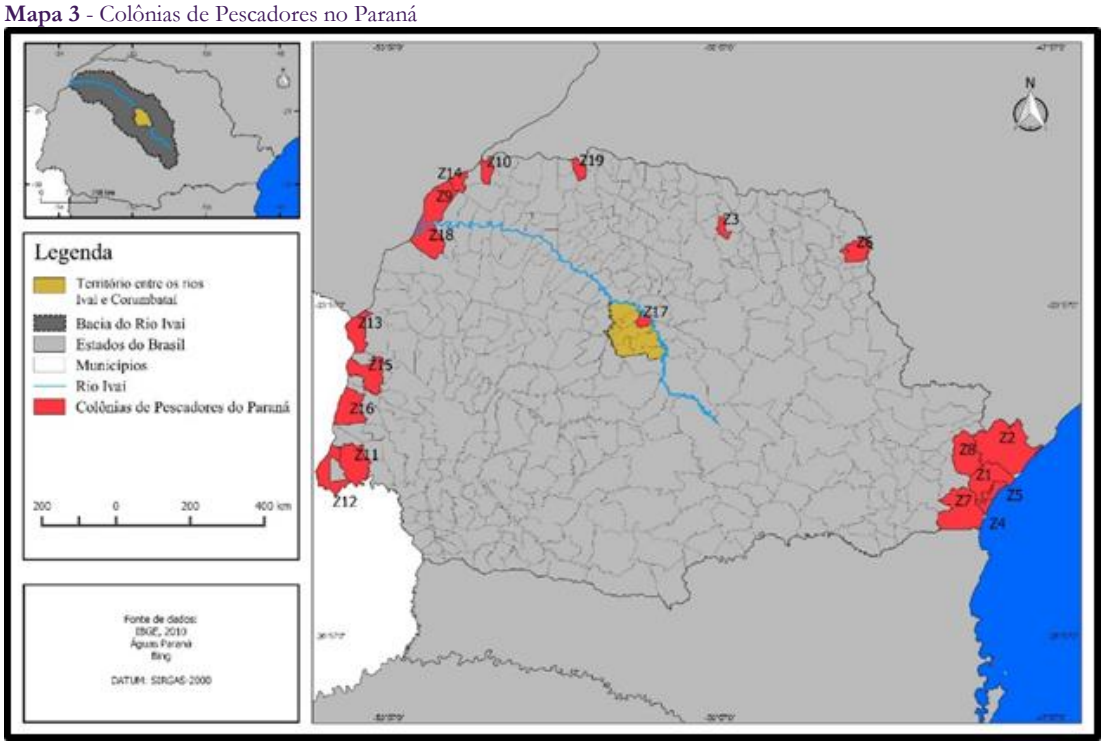
Analisa-se que o percurso de atuação, profissionalização e institucionalização dos pescadores está relacionado com a dinâmica nacional de construção de políticas públicas, tanto para o setor da pesca, como para a gestão dos recursos hídricos. Dinâmica que foi fortemente influenciada pelo contexto internacional e nacional da efervescência dos movimentos sociais ambientais e da história ambiental como campo historiográfico.

Na fase atual, correspondente as duas primeiras décadas do século XXI, os pescadores, além de manterem seus registros profissionais e a institucionalidade por meio da Colônia de Pescadores de Porto Ubá Z-17 (mapa 3), reinventaram-se ao criar a Patrulha Ambiental do Rio Ivaí (P-A-R-I), como estratégia para comporem os espaços de discussão em relação aos usos e regulamentação da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Vale ressaltar que estes processos regulatórios são também advindos do contexto global da chamada Era da Ecologia.

[5] O rio Ivaí, as hipóteses e problematizações aqui levantadas compõem pesquisa de doutorado em andamento de Simone Aparecida Quiezi, um dos autores deste trabalho.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mapa 3 - Colônias de Pescadores no Paraná



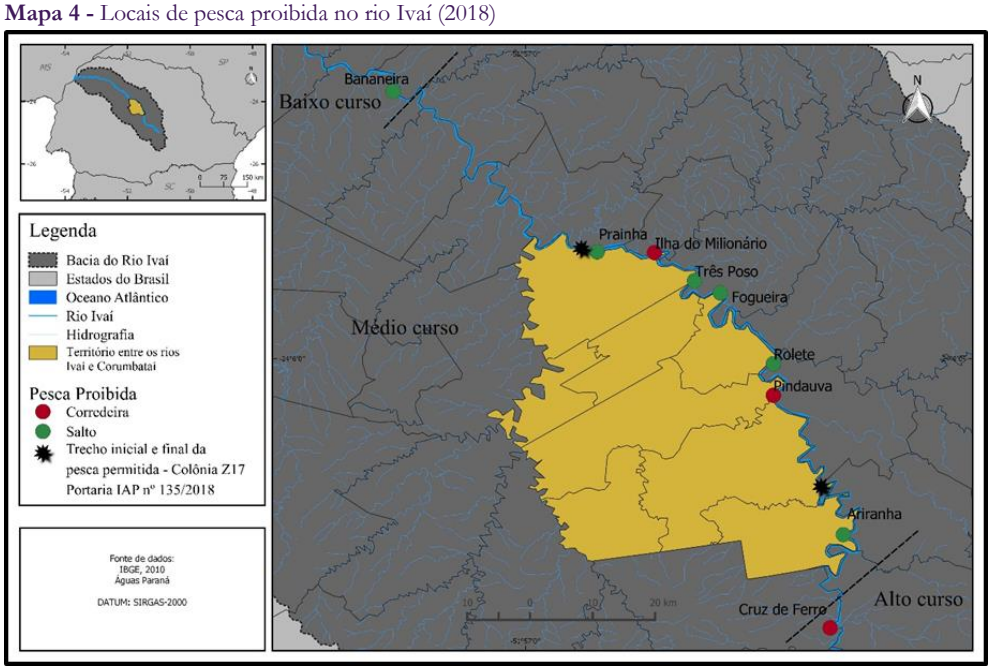
Fonte: QUIEZI (2020, p. 183)

Fruto desta reinvenção e da consequente participação nos espaços de discussão que visam a regulamentação dos usos da água no rio Ivaí, os pescadores conseguiram a autorização de pesca profissional especificamente para o trecho do rio denominado de médio Ivaí. O ato regulatório é a Portaria do IAP nº 135/2018 (mapa 4), a qual estabelece regras, normas e locais para o exercício profissional da pesca pelos pescadores ribeirinhos de Porto Ubá e/ou os filiados da Colônia de Pescadores Z-17. No Comitê de Bacia do Alto Ivaí, os pescadores compõem a representação da sociedade civil.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Mapa 4 - Locais de pesca proibida no rio Ivaí (2018)



Fonte: QUIEZI (2020, p. 196)

Contudo, as pesquisas de campo deste trabalho, revelaram um cenário antes não abordado pelos pescadores, que é dificuldade de acesso ao rio para o exercício da atividade da pesca. De acordo com alguns pescadores de Porto Ubá, para praticarem sua atividade profissional, faz-se necessário acessar o rio por caminho localizado abaixo da ponte, no Distrito de Porto Ubá e seguir de barco, a montante ou a jusante do rio, para os pontos liberados de pesca. Ou então, manter relação de amizade com alguns proprietários rurais lindeiros, o que nem todos conseguem, a fins de obter a autorização e/ou cópia das chaves de cadeados das porteiras para acessar o rio via estas propriedades.

Os proprietários de terras lindeiras

As terras localizadas às margens esquerda e direita de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, majoritariamente foram privatizadas e pertencem a uma diversidade de atores sociais que as ocupam e as usam praticando, especialmente no caso do médio Ivaí, a agricultura familiar, o plantio monocultor (soja, trigo, milho e cana), a criação de gado leiteiro e de corte, a construção de empreendimentos imobiliários a fins de loteamento para lazer às margens do rio e chácaras particulares, também para descanso e lazer. No Comitê de Bacia do Alto Ivaí, estes ocupam vaga na representação dos usuários.

A legalidade quanto a essas formas de ocupação privada, demandaria análise de atos regulatórios específicos como o Código Florestal Brasileiro e a legislação fundiária rural. Pesquisa em andamento, mas que não caberá análise aqui. Portanto, parte-se do pressuposto que as terras localizadas às margens do médio rio Ivaí, são de domínio particular e privado, salvo área do atual

Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo (PEVRES) (Decreto Estadual no 3279 de 18 de novembro de 2011), que é uma unidade de conservação estadual, devido ao seu valor histórico, arqueológico e biodiversidade. Neste local, estão as ruínas de *Villa Rica del Espiritu Santu*, uma redução indígena Guarani criada pelos jesuítas no século XVI.

Já o rio Ivaí, de acordo com a Constituição Federal de 1988 artigo 26, é de dominialidade do Estado do Paraná (imagem 2). Dominialidade aqui compreendida, tomando o artigo 225 da Constituição, como "bem de uso comum do povo", que perpassa a condição de pertencimento a uma pessoa física ou jurídica de cunho privado ou público. Neste caso, a dominialidade dos recursos hídricos está para a gestão e o gerenciamento coletivo por aqueles que nutrem interesses de uso, regulamentado e com instrumentos de gestão em fase de elaboração e implementação, conforme Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná (2020).

Imagem 2 – Dominialidade do rio Ivaí – Paraná

Fonte: BRASIL/SNIRH (2021) (recorte e destaque dos autores)

Neste sentido, recuperando as informações dos estágios de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos no Paraná por Comitê de Bacia Hidrográfica (imagem 1), no qual o Alto Ivaí aparece com um quadro de inexistência de todos os seus instrumentos, à campo evidencia-se um processo de apropriação privada, no qual os proprietários, ao restringir o acesso às suas terras, também restringe o acesso ao rio (imagens 03 a 07).

Ao percorrer pelo território do médio Ivaí é muito comum encontrar paisagens ocupadas, cercadas e com acesso restrito diante das inúmeras porteiras com cadeados. Paisagens que produzem inúmeros questionamentos quanto as relações que estes grupos sociais mantêm entre si e com a natureza.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Imagem 03 – Porteira de acesso à propriedade particular

Fonte: os próprios autores (2021)

Imagem 04 – Portão de acesso ao rio Ivaí de um empreendimento imobiliário particular

Fonte: os próprios autores (2021)

Imagem 05 – Desmatamento para o plantio de monoculturas

Fonte: os próprios autores (2021)

A legalidade ou não das formas de apropriação das terras às margens do médio Ivaí (imagens 03 a 07) não foram aqui analisadas. O estágio ainda é de levantamento de fontes e do exercício de problematizar ao verificar as lacunas entre o que estabelece os atos regulatórios com o que de fato ocorre na prática, quanto aos processos implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, de apropriação e da ocupação das terras, que podem estar impactando a dinâmica natural

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

do rio e o acesso a ele por parte dos pescadores filiados à Colônia de Pescadores de Porto Ubá Z-17, os quais dependem deste acesso para exercerem a atividade profissional da pesca.

Imagem 06 – Apropriação particular de Ilha no médio Ivaí

Fonte: QUIEZI, 2020 (imagem do Google Earth)

Imagem 07 – Ocupação do solo para criação de gado

Fonte: QUIEZI (2020)

O atual cenário de apropriações sociais do biofísico (imagem 03 a 07), revelam a presença de diferentes grupos humanos, com distintos interesses de usos das terras e do rio Ivaí, no seu médio curso. São grupos que possuem posições divergentes e, portanto, em disputas. Particularidades e relações, sobretudo de poder, que neste momento, podem estar influenciando o atual estágio de estagnação das ações necessárias para a implementação dos instrumentos de gestão via Comitê de Bacia do Alto Ivaí. Carvalho (2017, p. 51), contribui com esta análise ao afirmar que

> mais que um confronto do ser humano com a natureza o que se tem é um confronto entre seres humanos. Em geral o que se tem é uma disputa de diferentes formas de apropriação e gestão daquele ecossistema. Uma disputa para ver quem terá ou não acesso aos recursos e a que forma de acesso terão.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

E o Estado, também de acordo com Carvalho (2017, p. 51), enquanto "regulador dos conflitos sociais" não consegue gerenciar ações "unívoca" por também ser um "campo de conflitos" no que tange a sua à composição e, consequentemente, suas ações.

O comitê pode estar sendo ocupado por representantes de grupos sociais que de fato o querem manter neste estágio lento ou inexistente de atuação efetiva. Interessante pontuar que, enquanto os proprietários lindeiros se fazem representar no Comitê como usuários, os pescadores ocupam vaga na representação da sociedade civil. Isto porque, reinventaram-se por meio da Patrulha Ambiental do Rio Ivaí, estrategicamente para inserirem-se nestes espaços. Entretanto, como pescadores profissionais, não deixaram de ser também usuários. Seja como patrulheiros ou pescadores, também estão em disputa pelo rio.

Proposto pela Resolução nº78 de dezembro de 2012 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná (CERH/PR), o Comitê da Bacia do Alto Ivaí foi instituído por meio do decreto estadual nº8859 em setembro de 2013. Em maio de 2012, o CERH/PR com vista a implementação do comitê, elaborou uma descrição suscinta das características do Alto Ivaí. Conforme demonstra o quadro 01, somente em 2020 o comitê como instância deliberativa, retoma as atividades, ainda que de forma bastante lenta.

Quadro 01 - Comitê de Bacia do Alto Ivaí

Ato regulatório	Descrição	Esfera/institucional
Constituição Federal de 1988	Art. 26 e 255 - descentralização de gestão dos recursos hídricos e dominialidade das águas.	Federal
Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997	Política Nacional dos Recursos Hídricos e a bacia hidrográfica como instrumento de gestão (planejamento e gerenciamento)	Federal
Lei Estadual nº *12.726 de 26 de novembro de 1999*	Política Estadual de Recursos Hídricos e a bacia hidrográfica como instrumento de gestão (planejamento e gerenciamento)	Estadual
Maio/2012	Descrição e diagnóstico da unidade hidrográfica do Alto Ivaí com vistas à criação do Comitê de Bacia	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
Resolução nº78 de dezembro de 2012	Proposta de Implantação do Comitê da Bacia do Alto Ivaí	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
Decreto Estadual nº 8859 de 04 de setembro de 2013	Institui o Comitê da Bacia do Alto Ivaí e nomeia seus representantes.	Estadual
1º de setembro de 2020	Constituição em reunião extraordinária da nova diretoria do Comitê de Bacia Alto Ivaí (mandato 2020/2024)	Comitê de Bacia Alto Ivaí
Deliberação nº 01 de 07 de julho de 2021	Cria a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Comitê da Bacia do Alto Ivaí – CTINS	Comitê de Bacia Alto Ivaí

Organização: QUIEZI (2021)

De acordo com o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná (2020), é evidente o descompasso entre a legislação em vigor e a constituição, regulamentação e atuação dos comitês de bacia enquanto parte dos instrumentos de gestão dos usos dos recursos hídricos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Entretanto, salta aos olhos o estágio de "inexistência" em que se encontra o Comitê de Bacia do Alto Ivaí. Em 2021 ainda vivencia o desafio da construção do diagnóstico e da elaboração do plano de bacia hidrográfica (imagem 01).

Dentre a composição atual dos membros do Comitê de Bacia do Alto Ivaí, destaca-se os usuários representados por empresas do setor de captação de água, serviços de esgoto, setor energético, usina de cana-de-açúcar, ramo agropecuário e de empreendimentos turísticos. Já a sociedade civil, faz-se representar destacadamente pela presença do ensino e pesquisa (universidades), mas também pela "agenda 21 de Campo Mourão", os pescadores, a terra indígena, a OAB e o CREA.

Analisando o histórico de constituição do Comitê de Bacia do Alto Ivaí (quadro 01) e fundamentando-se no trabalho a campo, conclui-se que o próprio processo, lacunar e em descompasso com a legislação nacional e estadual, revela os conflitos e disputas, não só para ocupar os espaços de representatividade, mas também as estratégias de estagnar e/ou inibir uma efetiva atuação do comitê. Pode-se afirmar que os grupos sociais que na prática apropriaram-se das terras e do rio, disputam pela legitimação do direito de uso nos espaços deliberativos de atos regulatórios, utilizando-se inclusive das relações de poder político e econômico para neutralizar as ações do próprio espaço deliberativo. Esta é uma das hipóteses que necessita ser demonstrada, cuja pesquisa está em curso por parte de uma das autoras deste trabalho.

Considerações finais

A história ambiental foi o campo teórico conceitual de suporte, cuja trajetória de institucionalização foi apresentada de forma bastante generalizada, para destacar o desafio atual deste campo historiográfico de incorporar aos seus modelos de análise elementos que congreguem e reconheçam as diferentes configurações sociais, conforme apresentadas aqui, a fins de superar o modelo ocidental homogeneizante, que reforça a concepção e narrativa do homem destruidor numa eterna disjunção entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2010).

Fundamentando-se em Drummond (2002), o Brasil se apresenta como um território para os estudos da história ambiental. E, portanto, a Bacia Hidrográfica, pode ser considerada um recorte geográfico, uma unidade espacial, conforme analisaram Pádua (2010) e Arruda (2015). Dentre as possibilidades metodológicas, utilizou do trabalho de campo (DRUMMOND, 1991).

Analisou-se que a Constituição Federal de 1988, constituiu-se como marco regulatório para a gestão dos recursos hídricos de forma sustentável e descentralizada. Fruto de um processo anterior, das décadas de 1970 e 1980, quando da efervescência de movimentos sociais ambientais internacional e nacional, analisados por Rajão *et al.* (2021) e da origem do campo historiográfico da história ambiental, cujas preocupações centrais pautavam-se em repensar os usos, as ações e as relações do humano com a natureza. Um movimento mundialmente denominado por Donald Worster como a "Era da Ecologia".

Diante da necessidade de regulamentação do que preconizou a Constituição Federal no âmbito da gestão dos recursos hídricos, elaborou-se e aprovou-se a Lei Federal nº 9.433/1997, conhecida como "Lei das Águas". Ela Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No Paraná, a Política Estadual de Recursos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Hídricos foi instituída pela Lei nº 12.726/1999. Cujo destaque aqui foi para o descompasso e atrasos em relação as fases de implementação dos instrumentos de gestão, conforme avaliado pelo Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná (2020).

Na sequência, apresentou-se a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí (mapa 1 e 2), com a evidência da "inexistência" (imagem 01) dos instrumentos de gestão a serem implementados pelo Comitê de Bacia do Alto Ivaí. E a partir do "trabalho de campo" (DRUMMOND, 1999) destacou-se algumas das formas de apropriação privada das terras localizadas as margens do rio Ivaí (imagens 03 a 07), cujas práticas e usos, podem estar restringindo o acesso ao rio Ivaí, sobretudo dos pescadores filiados a Colônia de Pescadores de Porto Ubá Z-17. Um cenário que, analisado também a partir do histórico de composição e implantação do Comitê de Bacia do Alto Ivaí, revelou os conflitos sociais e as disputas por usos do rio, ao considerar o conceito de dominialidade dos recursos hídricos, compreendido como a gestão de uso comum das águas (CF/1988).

Os pescadores e os proprietários de terras lindeiras, foram compreendidos e analisados como grupos sociais distintos, os quais disputam por usos e acesso ao rio Ivaí. É preciso postular outros elementos teóricos e conceituais, reunir outras fontes (documentais, orais e de observação) para aprofundar a análise das problematizações preliminares deste trabalho. Contudo, evidencia-se um cenário em constante disputa, cujos atores apropriam-se de diversas estratégias, dentre elas: a ocupação e estagnação da atuação da instância deliberativa (o comitê); as porteiras, os cadeados e as placas que sinalizam a posse privada da terra e, consequentemente do acesso ao rio; a institucionalização e reinvenção dos pescadores com vistas a se fazerem representar; a dinâmica de ocupação e usos das terras que, a mercê da legislação, restringe o acesso ao rio e impacta a paisagem, já claramente marcada e transformada.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e construção social do risco. *DMA – Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.5, p.49-60. jan./jun. 2002. Editora UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116/14480. Acessado em: 06 ago. 2021.

ALIER, Juan Martinez. O ecologismo dos pobres. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 1, dez. 1997. ISSN 2177-2738. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685. Acessado em: 08 ago. 2021. doi: http://dx.doi.org/10.5380/raega.v1i0.17910.

ARRUDA. Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 209-231, 2015. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 17 jul. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, D.F., 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). *Corpos Hídricos Superficiais e Dominialidade.* Disponível em: https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=ef7d29c2ac754e9890d7cdbb78cbaf2c. Acessado em: 24 abr. 2021.

CARVALHO, Ely Bergo. *Inspirar amor à terra. Uma história ambiental da colonização moderna no Brasil, o caso de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

CARVALHO, Ely Bergo de. No fundo da mata virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. Florianópolis, SC: *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 2, p. 135 - 153, 2010. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010135. Acessado em: 8 ago. 2021.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319. Acessado em: 01 jan. 2020.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. *Varia História*, n. 26, p. 13-32, jan.2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b555f4c2f8564c3833c55/1462457695947/01_Drummond%2C+Jose+Augusto.pdf. Acessado em: 1 jan. 2020.

FERRI, Gil Karlos. História Ambiental: historiografia comprometida com a vida. *In*: ***Café História***. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/. Publicado em: 5 abr. 2017. Acessado em: 24 abr. 2021

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reprodução social da natureza.* Tradução: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009. Acessado em: 22 out. 2020.

PARANÁ. *Lei Estadual nº 12.726 de 26 de novembro de 1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adora outras providências.* Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5849. Acessado em: b5 jan. 2020.

PARANÁ. *Portaria IAP nº 135, 26 de junho de 2018*. Portaria Gabinete. Paraná, 2018b. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3875. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARANÁ. *Decreto 8859 de 04 de setembro de 2013. Institui o Comitê da Bacia do Alto Ivaí e nomeia seus representantes.* Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=101267&indice=1&totalRegistros=1&dt=22.2.2019.10.0.34.388. Acessado em: 28 ago. 2021;

PARANÁ. *Resolução nº 78 - CERH/PR, de 11 de dezembro de 2012. Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí e a proposição de composição de sua Mesa Diretora Provisória*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/CERH_-_20_RO/resolucao_n_78_mdp_alto_ivai.pdf. Acessado em: 30 ago. 2021;

PARANÁ. *Decreto Estadual nº 3279 de 18 de novembro de 2011. Cria o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix.* Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=62176&indice=1&totalRegistros=7&dt=1.8.2021.7.7.5.372. Acessado em: 30 ago. 2021;

PARANÁ. *Descrição e diagnóstico da Unidade Hidrográfica do Alto Ivaí com vistas à criação do Comitê de Bacia.* Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Disponível em: https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/CERH_-_20_RO/descricao_diagnostico_alto_ivai.pdf. Acessado em: 30 ago. 2021;

PARANÁ. *Comitê de Bacia do Alto Ivaí.* Instituto Água e Terra – IAT. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-do-Alto-Ivai. Acessado em: 30 ago. 2021.

PARANÁ. *Conselho de Recursos Hídricos.* Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Disponível em: https://www.sedest.pr.gov.br/CERH# . Acessado em: 30 ago. 2021;

PARANÁ. *Relatório de conjuntura dos recursos hídricos do Estado do Paraná.* Curitiba: IAT – Instituto Água e Terra, 2020. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/relatorio_conjuntura_recursoshidricos_2020.pdf. Acessado em: 1 ago. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; LEANDRINI, Josimeire Aparecida (org.). *Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná*. Campo Mourão: Editora da Facilcam, 2010. Disponível em: https://cutt.ly/Ya2A7m2. Acesso: em 6 mar. 2020.

PORTO, Monica F.A.; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 63, pág. 43-60, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ccyh4cf7NMdbpJdhSzCRNtR/?lang=pt&format=pdf. Acessado em: 10 nov. 2020.

QUIEZI, Simone Aparecida. *Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)*. 2020. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

QUIEZI, Simone Aparecida; ARRUDA, Gilmar. De balseiros a patrulheiros ambientais: as trajetórias dos pescadores de Porto Ubá no médio rio Ivaí-PR (1930-2020). *Revista Faces da História*, Assis, SP: v.8, n.1, p.25-49, jan/jun. 2021. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1959/1775. Acessado em: 30 jun. 2021.

RAJÃO, Roani; GIUDICE, Roberta Del; HOFF, Richard van der; CARVALHO, Ely Bergo de. *Uma breve história da Legislação Florestal Brasileira.* contém a Lei nº 12.651, de 2012, com comentários críticos acerca da aplicação de seus artigos. Florianópolis, SC: Expressão, 2021.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória.* Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A CRISE CLIMÁTICA E OS EMBATES POLÍTICOS: O NECESSÁRIO RECONHECIMENTO LEGAL DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Taynara Gagliano[1]

Introdução

A Terra está em constante transformação, desde seu nascimento há bilhões de anos. Essas mudanças são naturais e fazem parte da renovação da vida no planeta. Com o surgimento da espécie humana e seu desenvolvimento, os processos de transformações naturais foram sendo acelerados, devido à necessidade do homem de sobreviver em um ambiente hostil e se defender de predadores.

À medida que o ser humano se desenvolve, habitando em comunidades, desenvolvendo técnicas como a agricultura tão necessária à sua sobrevivência, a utilização do meio ambiente natural acaba igualmente a produzir seus efeitos gradualmente. Com aumento populacional, o desenvolvimento de tecnologias, os conceitos de progresso científico e material, e sobretudo, a estruturação econômica mundial no modelo mercantil-capitalista a partir da 1ª Revolução Industrial, foram os catalisadores da atual catástrofe ambiental contemporânea.

Neste sentido, fica claro que o embate político-econômico e a preservação ambiental não correspondem a um fenômeno atual. Ele sempre existiu, desde o início da deterioração massiva dos ecossistemas, a qual foi embasada no citado modelo econômico extrativista. Ao longo dos séculos a força do homem em se utilizar do meio ambiente natural sem qualquer responsabilidade se mostra preponderante à capacidade de resiliência da Terra. Isso significa que chegamos a pontos de não retorno, como a perda de biodiversidade, extinção de espécies e até mesmo, as mudanças climáticas, que podem ser mitigadas, mas a alteração no clima do planeta é tamanha, que dificilmente poderemos esperar que ele retorne ao seu *status quo*.

Com este ponto de partida, propõe-se no presente artigo uma reflexão crítica sobre as migrações ambientais, a partir do axioma entre a responsabilidade dos Estados pelo colapso ambiental, sendo esta precisamente a causa para a necessidade do deslocamento dessas pessoas, e a conjuntura política que visa estorvar a tutela dos direitos humanos para esses migrantes. Foi adotada a pesquisa bibliográfica-documental e o método hipotético-dedutivo para se estabelecer as críticas aos materiais analisados.

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil; Especialista em Direito Público e em Direito Internacional; Advogada; Pesquisadora nas áreas de Direitos Humanos e Direito Ambiental, com ênfase em migrações, proteção infantil e gênero. tgagliano.adv@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A sociedade de risco e seus impactos

Como apontado as ações humanas foram as causadoras da crescente deterioração ambiental, que resultou em uma nova realidade climática em constante mudança.
Conceitos como sociedade industrial ou de classes[2] traz à reflexão o axioma de como as riquezas socialmente produzidas são distribuídas de forma desigual e ao mesmo tendo, sendo vista como legítima, ocasionando o que o sociólogo Ulrich Beck vai denominar sociedade de risco.[3] Segundo ele: (BECK, 2013, p. 24)

> Não se trata mais, portanto, ou não se trata exclusivamente de uma utilização econômica da natureza para liberar as pessoas de sujeições tradicionais, mas também e sobretudo de problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. O processo de modernização torna-se '*reflexivo*', convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões de '*manejo*' político e científico – administração, descoberta, integração, prevenção, acobertamento – dos riscos de tecnologias efetivas ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos.

Ou seja, o caráter inicial de utilização da natureza para promoção de segurança e bem estar econômico do ser humano foi superado pelos problemas originados pelo próprio processo de modernização e seu desenvolvimento técnico-econômico.
Um exemplo pode ser destacado no desmatamento de florestas, que ocorre há muitos séculos, a princípio para abertura de pastos e após, para extração irrefletida de madeira. No entanto, no contexto pós-moderno esse desmatamento ocorre globalmente, como consequência implícita da industrialização tardia, aliada a questões sociais e políticas diversas. (BECK, 2013, p. 25–26)

Observa-se um fenômeno cada vez mais latente diante da globalização: há um padrão de distribuição de riscos que inevitavelmente alcançará aqueles que os produziram ou lucram com eles. "Em sua disseminação, os riscos apresentam socialmente um *efeito humerangue*: nem os riscos e poderosos estão seguros diante deles." (BECK, 2013, p. 45) Na verdade todos os habitantes do planeta são afetados pelas consequências da sociedade de risco.
Apesar disso, é imperioso reconhecer que o impacto desses efeitos é sentido com mais intensidade por aqueles que estão mais expostos, mais vulneráveis aos reflexos desses riscos, como ocorre com os grupos marginalizados.
Isso se comprova prontamente quando se observa as populações insulares que pouco contribuem para o agravamento do problema, mas estão sendo demasiadamente afetadas pelas consequências do aquecimento global.

Fundamentos normativos internacionais e internos do Direito Ambiental

Os estudos sobre os impactos ambientais são recentes, assim como as medidas jurídicas que tentam mitigar o problema. Essa mudança de interesse pelo meio ambiente se deu por dois

[2] Segundo a mais ampla vertente de Marx e Weber.
[3] Teoria exposta no livro Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade, lançado inicialmente em 1986 na Alemanha.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

processos concomitantes e interligados, a saber, a propagação global da ideia de conscientização ambiental e a imperiosa necessidade de se formularem políticas públicas de proteção ao ambiente. (GUERRA, 2020, p. 461)

Segundo Guerra: (2020, p. 462–463)

> Com efeito, a crise ecológica passou a ser reconhecida a partir do momento em que a degradação ambiental atingiu índices alarmantes. Tomou-se consciência de que a preservação de um ambiente sadio está intimamente ligada à preservação da própria espécie humana. Matérias relativas ao efeito estufa, à destruição da camada de ozônio, à redução da biodiversidade, à poluição do solo, da água e do ar, ao tratamento inadequado do lixo, já não estampam apenas as páginas catastróficas de autores de ficção científica, mas as páginas dos jornais e as agendas de qualquer governo.

Essa tomada de consciência não foi só tardia, mas tem se mostrado insuficiente apesar dos esforços das organizações internacionais e dos apelos da sociedade civil. É notório que houve avanços no campo jurídico, tanto internacionalmente quanto internamente, mas a efetividade das metas e compromissos relacionados à agenda ambiental está muito longe do esperado, e pior, do necessário para de fato reduzir os efeitos da degradação ambiental.

O grande marco do direito ambiental internacional se situa na Conferência de Estocolmo de 1972, convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que resultou na Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano. Apesar de contar com a presença de mais de cem países e centenas de organizações intergovernamentais e não governamentais, somente dois chefes de Estados[4] participaram da Conferência. Talvez tal fato possa ser justificado pela insatisfação dos países emergentes com as medidas ambientais restritivas propostas, o que na visão desses Estados, seria uma estratégia das nações hegemônicas para prejudicar seu desenvolvimento econômico, sendo que o quadro de deterioração ecológica fora causado em consequência do desenvolvimento desses mesmos países.

Apesar das controvérsias, o dispositivo é considerado um verdadeiro paradigma por consagrar o meio ambiente de qualidade em um direito da humanidade, pelo seu compromisso com a proteção e melhora do meio ambiente para as futuras gerações, além da criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). (ONU, 1972)

A cada dez anos foi realizada uma nova Conferência, merecendo destaque a do Rio de Janeiro em 1992, que consagra no primeiro princípio da Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento[5] (ONU, 1992) a relação harmônica dos seres humanos com a natureza.

Trata-se de um problema de difícil resolução, uma vez que a dinâmica entre os direitos humanos e a degradação ambiental é reflexiva. O que impacto ambiental pode causar violações aos direitos humanos, assim como ocorre com os migrantes ambientais, no entanto, violações aos direitos humanos também são capazes de gerar impactos ambientais, como é o caso das construções irregulares em áreas de preservação devido à ausência de políticas públicas de moradia e a poluição da água e solo para descarte de resíduos diante da ausência da coleta de lixo.

[4] A saber Olaf Palme da Suécia e Indira Gandhi da Índia.

[5] ____, *Rio Declaration on Environment and Development,* Rio de janeiro, 1992. Princípio 1: Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. (Documento não traduzido oficialmente pelas Nações Unidas).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No plano interno, a Constituição brasileira é considerada uma das mais completas em matéria ambiental, pois institucionaliza a política do meio ambiente e estabelece diretrizes e preceitos básicos a serem cumpridos por toda a sociedade, além de conter um capítulo próprio para questões ambientais. (GUERRA; GUERRA, 2012, p. 11)

No artigo 225 da Constituição Federal[6] (BRASIL, 1988) se localiza o núcleo normativo do direito ambiental interno, onde se evidencia o reconhecimento do meio ambiente como bem de uso comum do povo, já inserido pela jurisprudência e doutrina como direito fundamental de terceira geração, o que se ratifica no §1º do citado artigo. (GUERRA; GUERRA, 2012, p. 12)

Diante dessa breve exposição, pode-se concluir que muitos avanços em termos de preservação e resiliência ambiental poderiam já ter sido alcançados, caso os dispositivos legais internacionais e internos fossem mais bem observados e levados ao seu cumprimento pelos governos estatais.

Nova realidade climática em números

A preocupação com as mudanças climáticas tem despertado a preocupação da comunidade global. Em pesquisa realizada pelo Pew Research Center em 2019, verificou-se que para a maioria dos

[6] BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente
VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

entrevistados entendem que as mudanças climáticas representam o principal risco para as nações do mundo. (GUERRA et al., 2021)

Isso tem um fundamento real, tendo em vista que as pesquisas apontam para o aumento na temperatura terrestre, caso os governos não tomem medidas rápidas e eficazes para minimizar a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Segundo Climate Analytics and NewClimate Institute organizações que pesquisam e fiscalizam a os avanços das mudanças climáticas, sobretudo em função do aquecimento global, apenas 19 dos 113 países que se aderiram às Contribuições Nacionais Determinadas (NDC) para redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), se submeteram as metas mais fortes para a redução. Outros 9 países, incluindo o Brasil, não aumentaram a ambição, ou seja, não aderiram às novas metas NDC.(CLIMATE ANALYTICS; NEWCLIMATE INSTITUTE, 2021a)

Esse compromisso é de vital importância quando se observa o impacto que o aumento na temperatura global promove efeitos desastrosos, como por exemplo, as mudanças climáticas. O Acordo de Paris propõe essas metas a serem atingidas pelos países, mas não tem recebido a devida atenção, principalmente após a saída dos Estados Unidos do tratado em 2019.

Segundo as projeções do aquecimento global disponíveis no gráfico a seguir, (CLIMATE ANALYTICS; NEWCLIMATE INSTITUTE, 2021b) caso os governos mundiais permaneçam com suas atuais políticas ambientais, a temperatura da Terra aumentará de 2,7º a 3,1ºC até 2100. Houve uma ligeira queda nas projeções de dezembro de 2020 (CLIMATE ANALYTICS; NEWCLIMATE INSTITUTE, 2020) (redução de 0,2ºC) em comparação com a atual medição de maio de 2021, como demonstrado na figura 2. Ainda assim, dentro de uma análise otimista de que seja alcançada a meta de emissão 0, prevê-se um aumento de 2,0ºC no planeta até 2100.

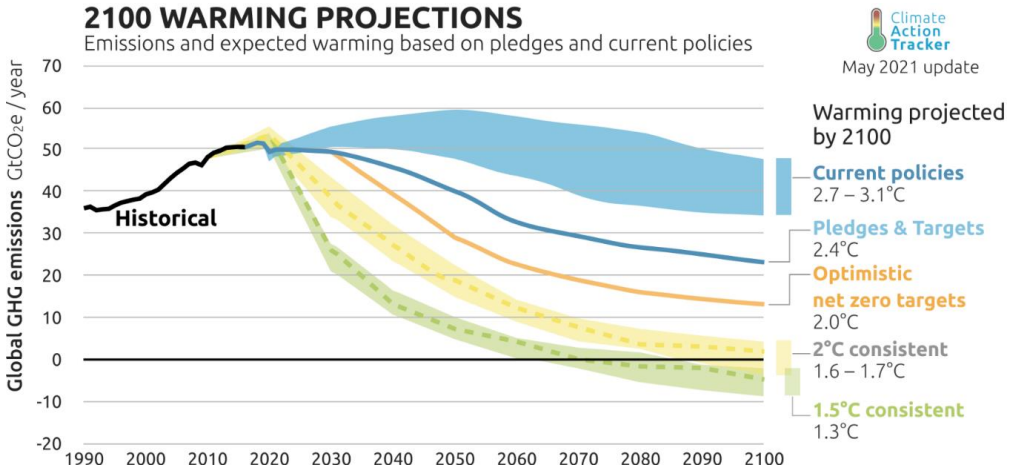


Figura 1 disponível em: < https://climateactiontracker.org/global/temperatures/>. Acesso em 15 out 2021

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

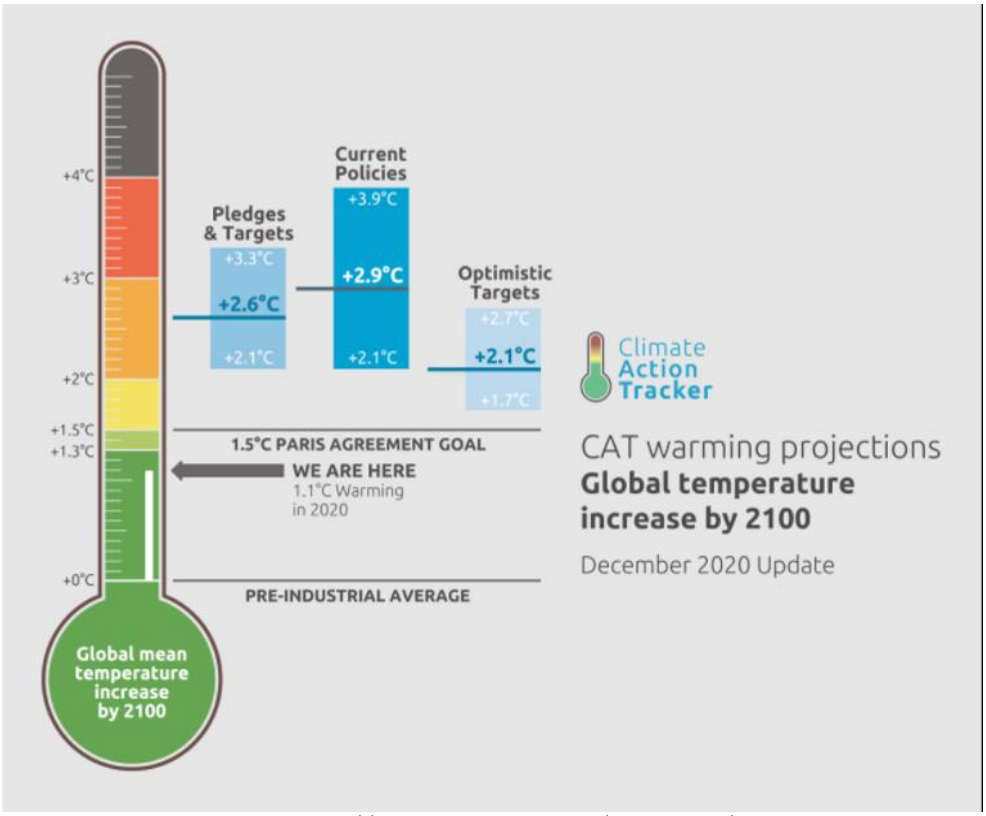
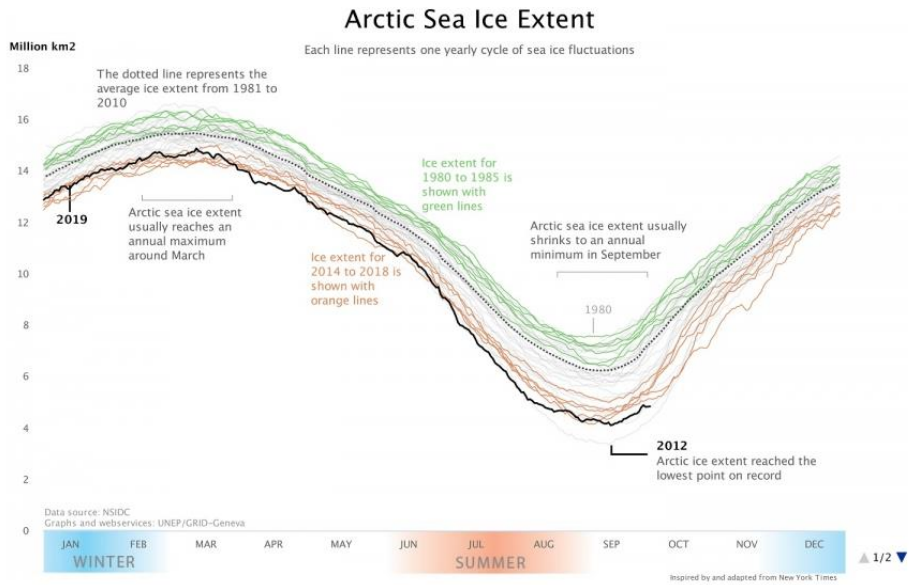


Figura 2 disponível em: < https://climateactiontracker.org/publications/global-update-paris-agreement-turning-point/>. Acesso em 15 out 2021.

O aumento de 2,0ºC na temperatura global neste século parece pouco, mas causa impactos catastróficos ao planeta. Um deles é o descongelamento do Mar Ártico, que causa efeitos globais como, por exemplo a mudança no clima mundial, pois os bancos de gelo auxiliam no equilíbrio térmico do planeta, além dos impactos ambientais e ecológicos. Esse fenômeno tem sido observado pelos cientistas desde 1979, quando se percebeu uma diminuição consistente na extensão da banquisa ártica, ou seja, na extensão de água marinha congelada em uma fina camada, que se expande durante o inverno no hemisfério norte, aumentando a extensão do Mar Ártico. (PNUMA, 2019)

Segundo relatório (IPCC, 2019) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) se prevê uma redução na banquisa de 12,8% por década, tendo como as menores marcas o verão de 2012, seguido do de 2019. (PNUMA, 2019):



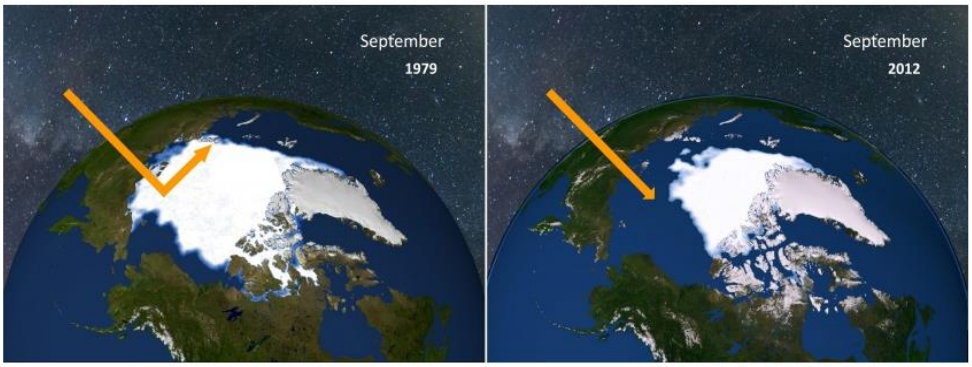
A banquisa ártica expande durante o inverno do hemisfério norte, atingindo seu ponto máximo em março, antes de diminuir durante o verão. A extensão da banquisa em 2019 foi a segunda menor desde o início do monitoramento por satélite em 1979. Este gráfico é atualizado diariamente e pode ser acessado na World Environment Situation Room do PNUMA.

Gráfico do PNUMA / GRID-Genebra, com base em dados da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica e do Centro Nacional de Dados sobre Neve e Gelo, ambos dos EUA.

Figura 3 disponível em: < https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/satelites-registram-reducao-historica-do-banco-de-gelo-do-artico>. Acesso em 15 out 2021.

> Se o aquecimento global chegar a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais até o final do século XXI, o oceano Ártico ficará sem gelo no mês de setembro apenas uma vez a cada 100 anos. Se a temperatura chegar a 2 °C acima dos níveis industriais, esse fenômeno ocorreria uma vez a cada três anos, segundo o IPCC.
> A diminuição da banquisa intensifica o aquecimento global, pois enquanto a neve branca reflete a luz solar, a água a absorve. O declínio da banquisa ártica, portanto, amplifica o aquecimento do Ártico. As temperaturas aumentaram cerca de 0,5 °C por década entre 1982 e 2017, principalmente devido ao aumento da radiação solar absorvida que acompanha a diminuição da banquisa desde 1979, duas vezes mais rápida que a média global. (PNUMA, 2019)

Na figura 4 (PNUMA, 2019) é possível verificar através de uma foto de satélite a dimensão dessa redução no gelo ártico, e assim justificar um dos efeitos que decorrem do aquecimento desenfreado.



A banquisa ártica reflete os raios do sol. À medida que a cobertura do gelo diminui, mais raios do sol são absorvidos pelo oceano, levando a um aquecimento adicional. Apesar do derretimento das banquisas não contribuir diretamente para a elevação do nível do mar, contribui para o aquecimento dos oceanos, induzindo assim a dilatação térmica.
Imagens de satélite para 1979 e 2012 da NASA (setas adicionadas pelo PNUMA/GRID-Genebra).

Figura 4 disponível em: < https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/satelites-registram-reducao-historica-do-banco-de-gelo-do-artico>. Acesso em 15 out 2021.

Os dados aqui apresentados correspondem a apenas alguns dos efeitos causados pelas mudanças climáticas e a deterioração ambiental que avança a cada dia. Outro efeito importantíssimo e que consiste no núcleo deste trabalho é representado pelos deslocamentos humanos resultantes desses impactos, como será exposto a seguir.

Deslocamentos Ambientais: clima que movimenta

Diante dos desastres ambientais ocorridos indistintamente por todas as partes do globo, urge a necessidade do deslocamento de pessoas em virtude da ausência completa de condições de vida digna provocada pelos danos ambientais.
Não se trata somente dos povos tradicionais que se estabelecem em um contato profundo com o ambiente natural, cada vez mais ameaçado pela civilização. Tampouco das populações ribeirinhas que veem suas casas e modo de vida ameaçados pelas constantes e intensas inundações causada pelo aumento do nível dos oceanos. Ou dos habitantes de locais urbanos que sofrem com o a variação extrema da temperatura, causando não só males à saúde física dos indivíduos, mas culminando inclusive na morte de seres humanos.
Todos esses são apenas poucos exemplos das consequências diretas que vêm sendo absorvidas pela humanidade. É impossível se pensar em meio ambiente sem compreender sua interseção com os direitos humanos, vez que sua interação é imprescindível para o desenvolvimento sustentável, sobretudo nos países mais carentes.
Neste sentido, afirma Guerra: (2020, p. 471)

> O vínculo entre meio ambiente e os direitos humanos está demonstrado pelo fato de que, ocorrendo degradação ambiental, podem ser agravadas violações aos direitos humanos, e, por outro lado, as violações de direitos humanos podem levar à degradação ambiental ou tornar mais difícil a proteção do meio ambiente.

Internamente os deslocamentos ambientais são uma realidade alarmante, mas pouco se faz em termos de políticas públicas para amenizar o problema. Segundo pesquisas do Observatório de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Migrações Forçadas, vinculado à ONG Instituto Igarapé, de 2000 até 2017, cerca de 7,72 milhões de brasileiros foram forçados a se deslocar por questões ambientais, sejam elas oriundas de desastres ou por projetos de desenvolvimento (meio ambiente artificial). (IGARAPÉ, 2018) Isso significa que a totalidade de deslocamentos internos ocorridos no Brasil entre 2000 e 2017 foram de natureza ambiental. Na figura 5 (IGARAPÉ, 2018) pode-se verificar os motivos dos deslocamentos e sua divisão pelos estados da federação.

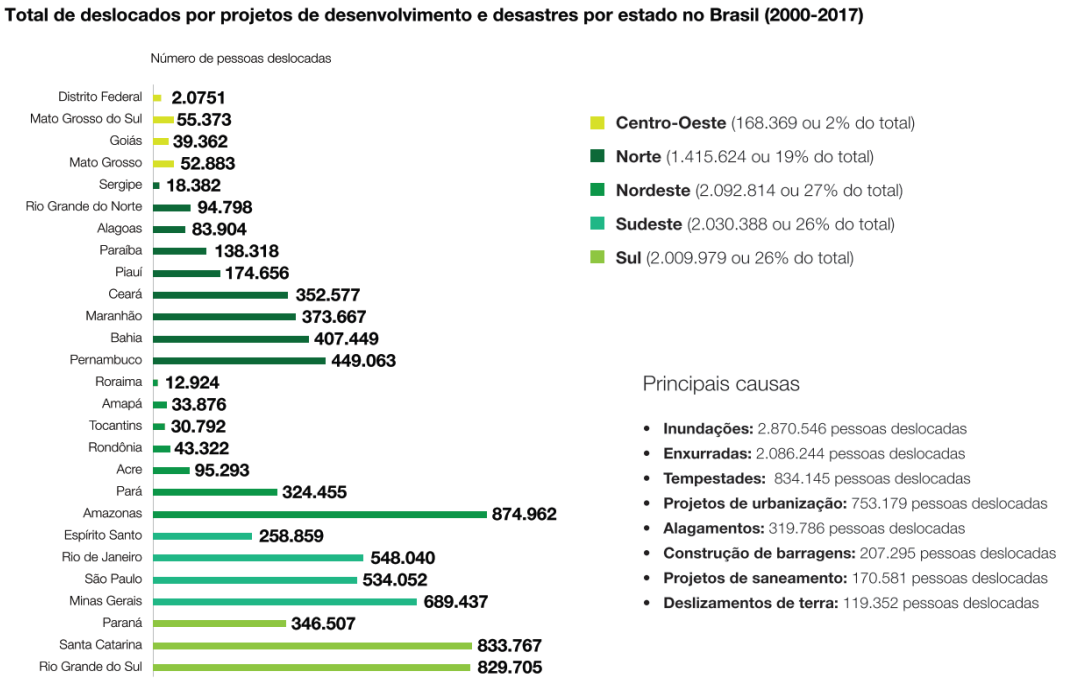


Figura 5 disponível em: <https://migracoes.igarape.org.br/>. Acesso em 29 mai 2021.

No contexto internacional os números são igualmente alarmantes. A ocorrência de desastres naturais como furacões, grandes terremotos e fenômenos meteorológicos tropicais, como *el niño* e *la niña,* vêm crescendo em frequência e intensidade a cada ano.
Outros fenômenos, como a desertificação, têm se intensificado com a degradação ambiental. Neste sentido Guerra (2009, p. 10) afirma:

> A perda de solos férteis apresenta índices alarmantes. A cada ano, seis milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos e são destruídos mais de onze milhões de hectares de florestas. Aproximadamente 10% das terras potencialmente férteis do planeta viraram desertos ou foram aniquilados pela intervenção humana enquanto 25% estão em perigo. A cada ano, perdem-se 8,5 milhões de hectares de florestas tropicais pelo desmatamento. Essa redução de floresta contribui para o aumento de 20% de CO2 atmosférico, enquanto o uso de combustíveis fósseis é responsável pelos 80% restantes. Ao todo, são quase 25 milhões de toneladas de gás carbônico lançados a cada ano na atmosfera decorrentes de atividades humanas.

Todos esses fatores são importantes para entendermos as migrações em razão dos desastres ambientais. É importante ressaltar ainda que as ações antrópicas são responsáveis pelos danos aos

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ecossistemas, sendo imperiosa a adoção de medidas governamentais globais para reduzir os riscos ambientais.

Por tudo isso as pessoas não possuem outra solução a não ser buscar outros locais para sobrevivência, o que tem aumentado o número já expressivo de refugiados e migrantes, por razões de pobreza extrema, guerras e notadamente por catástrofes naturais. Independente dos fatores que motivaram os fluxos, todas essas pessoas buscam na realidade a preservação de suas vidas, não tendo outra escolha a não ser migrar. (GUERRA; TORNETTO, 2018, p. 6)

Desastres com endereço certo

Apesar de serem muitos os efeitos da degradação ambiental, para fins de objetividade neste trabalho iremos nos concentrar no aumento dos níveis dos oceanos, originado no descongelamento das geleiras, no aumento do nível de CO2 que promove o desequilíbrio da temperatura global e coopera com o efeito estufa.

A cada ano o mundo fica mais quente, o que resulta nem diversas implicações, sobretudo na questão da água, tendo em vista que ela corresponde a 70% da composição do nosso planeta. (CONSELHO NACIONAL DA ÁGUA, 2021)

No entanto, é possível verificar que os Estados do sul global estão sendo inicialmente os mais afetados pelo aumento do nível dos oceanos, apesar de alguns Estados serem considerados com os menores índices de poluição e emissão de GEE.

Como exemplo cita-se Tuvalu, país insular do localizado no Pacífico Sul que vem sofrendo tremendamente com o aumento do nível dos oceanos, culminando no estreitamento da sua área costeira pelo avanço da água. O ponto mais alto do país não é superior a 5 metros do nível do mar, sendo iminente o risco da perda total do seu território. Diante disso, a ONU tem mobilizado a comunidade internacional a atuar em socorro da população. (ONU, 2019)

No caso de países insulares que correm o risco de submergir, a necessidade de socorro imediato se torna ainda maior, tendo em vista que o desaparecimento do país causará, não somente uma horda de refugiados, mas a apatridia dos seus nacionais, já que o território é um dos elementos essenciais de formação de um Estado, o que reforça a necessidade de um mecanismo protetivo para esses indivíduos, como se caracteriza no instituto do refúgio.

Segundo o IPCC estima-se que os impactos da elevação dos níveis dos oceanos nos ecossistemas costeiros durante o presente século incluem a contração do habitat, perda de funcionalidade e biodiversidade, além da migração dessas comunidades. O relatório ressalta ainda que as disputas por terras terão um impacto exacerbado, sobretudo onde barreiras antropogênicas e os próprios biomas (pântanos e manguezais) limitam a disponibilidade dos deslocamentos internos e a realocação de sedimentos. (IPCC, 2019, p. 66)

Interessante observar que a industrialização sem a devida responsabilidade ambiental praticada nos países mais ricos, como visto na Europa por exemplo, está causando efeitos mais rápidos nos países mais pobres e menos poluidores, não só no que tange à perda do território pelo aumento do nível dos oceanos, mas também pela disputa de terras habitáveis como efeito colateral de uma forma geral. O mesmo efeito ocorre na desertificação enfrentada principalmente pelos países

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

localizados na África Subsaariana. O deserto do Saara cresceu mais de 7.600km² ao longo do século passado, o avanço foi mais acentuado em direção ao sul, onde se espalhou por mais de 554.000km² do Sahel no mesmo período. Atualmente o Saara cobre uma área de 9,4 milhões de km². (GRAY, 2020) (GRAY, 2020)

Há inclusive uma iniciativa da construção de uma Grande Muralha Verde, uma barreira de 8.000km que cruza o continente de leste a oeste na tentativa de conter o avanço do deserto do Saara rumo ao sul. (GRAY, 2020)

A ONU estima que 120.000km² de terra são perdidos globalmente a cada ano em decorrência da desertificação. (GRAY, 2020) Isso não só torna a terra improdutiva, como inviabiliza a sobrevivência das comunidades anteriormente instaladas nessas localidades.

Propõe-se uma reflexão: a crise migratória enfrentada pelos países da Europa é a consequência direta da sua política colonialista, da sua economia mercantilista marcada pela Revolução Industrial e a consequente aceleração da degradação ambiental global. Seja por questões econômicas, conflitos armados oriundos da descolonização, ou diretamente pelos impactos ambientais, é possível verificar que a crise de refugiados comprova o *efeito bumerangue* proposto por Beck no contexto da sociedade de risco. (BECK, 2013)

Por que refugiados ambientais?

Há uma resistência global em se reconhecer o status de refugiados aos migrantes ambientais. Essa recusa está fundada em motivos políticos, que vão de encontro aos interesses das nações hegemônicas.

Segundo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, refugiados são: "Pessoas com fundado temor de perseguição em razão da raça, religião nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa e alhures." (ONU, 1951)

A definição clássica acima foi expandida pelos sistemas regionais Interamericano e União Africana, sendo importante destacar a ampliação do conceito de refugiado dada pela Declaração de Cartagena de 1984:

> Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (OEA, 1984)

O acréscimo das expressões "violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública" demonstram não só a adequação do conceito de refugiados à realidade latino-americana, como também abarca outros tipos de violações que não puderam ser previstas individualmente.

O instituto do refúgio compreende standards de maior protetividade aos indivíduos, seguem abaixo os principais mecanismos de proteção. Diferente do migrante, o refugiado possui proteção do Estado de acolhida, sendo proibida sua extradição, expulsão e deportação, esta última, ainda

que na condição de postulante (**princípio do *non-refoulemen***). Não há discricionariedade aos Estados-partes, uma vez preenchidos os critérios objetivos para a concessão do refúgio. Os Estados descumpridores respondem por violação à normas específicas, sob controle de órgãos internacionais multilaterais. O país é obrigado a acolher o refugiado e proporcionar a ele acesso a políticas públicas de interiorização. (GUERRA, 2020, p. 389–390)

Esses mecanismos jurídicos de proteção são de extrema relevância para as populações em risco ambiental, visto que muitas vezes a migração forçada ocorre sem possibilidade de retorno, como acontece nas regiões onde há perda do território.

Assim, a obrigação de acolhimento do Estado de destino e sobretudo a salvaguarda do princípio do *non-refoulemen* são fundamentais para a reconstrução da vida dessas pessoas.

Isso já não ocorre no caso dos migrantes, os Estados de destino não têm obrigatoriedade de acolhê-los e estes indivíduos estão submetidos à legislação interna para concessão de vistos de permanência, por exemplo. Assim, o migrante não está resguardado pelo princípio do *non-refoulemen*, está sujeito à discricionariedade para concessão de vistos e os Estados não estão sujeitos a responsabilidade internacional.

Levando-se em conta o nível de vulnerabilidade dos migrantes ambientais, tal qual ocorre nas guerras e na perseguição, essas pessoas não possuem escolha ao se deslocar, passam a ocupar o mesmo status de violação dos direitos humanos que qualquer pessoa que tenha o reconhecimento da condição de refugiado.

Refúgio Ambiental: Teitiota vs Nova Zelândia, síntese e crítica do caso

Proveniente de Kiribati, país insular da Oceania, Ioane Teitiota migrou para a Nova Zelândia em 2007 e solicitou o status de refugiado depois que seu visto expirou em 2010.Ele alegou que os efeitos das mudanças climáticas e a elevação do nível do mar o forçaram a migrar.

Kiribati é um arquipélago composto por 33 atóis de corais e ilhas, nem todas habitadas. Sua população total é cerca de 100.000 pessoas, Tarawa do Sul é a capital do país e sua população passou de 1.600 habitantes em 1947, para mais de 50.000 atualmente. Ou seja, metade da população reside em apenas uma ilha, o que converteu Kiribati em um dos países mais populosos do mundo. Esse êxodo se deve justamente pelo aumento do nível do mar. Estima-se que o território irá desaparecer em 10 ou 15 anos. (BBC NEWS MUNDO, 2020)

Além disso, a efervescência de graves disputas políticas e sociais em razão da escassez do território, originaram uma onda de violência e ataques aos direitos humanos no país. Ele foi deportado de volta para Kiribati em setembro de 2015.

Teitiota ingressou com o caso junto ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, que concordou com a decisão da Nova Zelândia em deportá-lo, diante da ausência de risco imediato no retorno. Entretanto, o Comitê, concordou com a gravidade da situação, e declarou que os países não podem deportar indivíduos que enfrentam condições induzidas pelas mudanças climáticas que violem o direito à vida (TEITIOTA; NOVA ZELÂNDIA, 2020), o que corresponde a um avanço na tutela e reconhecimento dos refugiados ambientais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No entanto ela não formaliza essa condição, o que mantém essas pessoas em insegurança jurídica, já que não há previsão formal de responsabilização dos Estados que descumprirem a declaração.
A decisão do Comitê se baseou no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (TEITIOTA; NOVA ZELÂNDIA, 2020) como fundamentação, devido ao impacto político no caso concreto, (conflitos e disputas pelas terras habitáveis), e não pela violação aos direitos humanos decorrentes da catástrofe climática em si.
Isso problematiza outras hipóteses onde danos aos direitos civis não forem verificados, por exemplo. Essa reticência mundial em reconhecer o status de refugiado ambiental tem fundamento político-normativo, mormente embasado nos princípios da soberania e não interferência.
No entanto, outros princípios internacionais como o da cooperação, da solidariedade e da não indiferença, são capazes de nortear decisões mais protetivas e abrangentes aos direitos humanos, ainda que ausente norma específica para o reconhecimento formal dos refugiados ambientais.
A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos possui fundamentos suficientes para a concessão dessa modalidade de refúgio, notadamente nos artigos 2º, 3º, 13º e 28º[7], caso fosse aplicada a interpretação ***pro homine***, sob pena de cerceamento de direitos. (ONU, 1948) Segundo este princípio a melhor norma a ser aplicada ao caso concreto é sempre aquela que amplia os direitos, diante das que os restringem, e mais, sua hermenêutica à luz dos direitos humanos deve sempre ser expansiva a fim de contemplar de forma mais abrangente os direitos pleiteados e sua proteção.
Nisto se funda a crítica do trabalho, vez que o marco legal utilizado pelo Comitê de Direitos Humanos apenas levou em consideração a questão política e de direitos civis que envolveram o processo, o que representa um contrassenso entre a real função do Comitê, que é de salvaguarda dos direitos humanos, e uma decisão fundamentalmente política, sujeita à pressão internacional para que se sustente de forma cada vez mais intransponível as fronteiras estatais, impedindo o acesso aos diferentes dos nacionais.
Outro ponto de crítica está na inobservância do princípio da precaução, que está diretamente ligado à busca pela proteção do meio ambiente, como também à segurança da integridade da vida humana. Ao se negar o pedido de refúgio do requerente sob a justificativa de que não existia iminente ameaça à vida, já que a expectativa de desaparecimento do país está entre 10 e 15 anos,

[7]Artigo 2°
Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.
Artigo 3°
Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
Artigo 13º
1.Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
Artigo 28°
Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o Comitê desprezou a gravidade dos acontecimentos ocorridos em Kiribati. De fato, 10 anos é um tempo muitíssimo curto para aqueles que realmente sofrem com esse impacto, além de significar uma data final para criação de soluções efetivas contra o desaparecimento de um país inteiro. (TEITIOTA; NOVA ZELÂNDIA, 2020)

Novamente vislumbra-se o interesse político obstando a concretização dos direitos humanos. Caso fosse reconhecido o status de refugiado ambiental, a decisão se tornaria um precedente importante, que poderia ser utilizado por um sem número de pessoas que se encontram em situações semelhantes à de Teitiota. O dever do Comitê julgador seria combater através das suas decisões e evitar possíveis violações aos direitos humanos. O que ocorreu neste caso foi apenas o adiamento da solução para esse grande conflito jurídico.

Apesar das críticas à decisão, as pressões para uma maior abrangência entre os direitos humanos e o meio ambiente têm surtido efeito. No último dia 08 de outubro, pela primeira vez, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu que o ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito de todas as pessoas. A resolução foi aprovada com 43 votos a favor, o órgão também decidiu criar cargo de relator especial para mudança climática. (ONU, 2021)

A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet declarou que a decisão do Conselho "reconhece claramente a degradação ambiental e a mudança climática como crises interconectadas de direitos humanos". (ONU, 2021)

A resolução seguirá para a consideração da Assembleia Geral, e sendo aprovada, fortalece a luta pelo reconhecimento dos refugiados ambientais, renovando a esperança de que essas pessoas deixem de ter seus direitos humanos violados por questões pelos interesses político-econômicos.

Considerações finais

O instituto do refúgio, pela sua característica de salvaguarda, proporciona sob o prisma dos direitos humanos, a proteção mais adequada aos afetados pela crise ambiental que vivemos atualmente.

No entanto, a ausência de um reconhecimento formal desta categoria de refugiados se mostra um verdadeiro entrave para a efetividade desses direitos.

Iniciativas como a das Maldivas, que propôs um protocolo internacional para reconhecimento desse enquadramento, necessitam de maior apoio internacional. Afinal, diante da universalidade das catástrofes ambientais, toda a comunidade global está sujeita a impactos ambientais severos, que fatalmente darão causa a mais pessoas em situação de refúgio pelas mesmas razões.

É necessária uma ação mais contundente por parte das organizações internacionais que se dedicam ao tema, além da mobilização dos Estados e da sociedade civil, para que o instituo do refúgio seja igualmente aplicado às ameaças a vida e aos direitos humanos em decorrência dos impactos ambientais.

A necessidade dos refugiados e deslocados ambientais é urgente, e inversamente proporcional às medidas legislativas e políticas públicas que os abarcam. Sendo assim, a responsabilidade recai igualmente sobre a sociedade, que não pode fechar os olhos aos mais afetados pelo seu modelo de vida desarmônico com o meio ambiente.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A exemplo da origem do próprio direito ambiental, esse movimento pode ser mais efetivo tendo como ponto de partida demandas sociais para a esfera política, tanto interna como internacionalmente, já que princípios como o da soberania e da não interferência, podem ser relativizados nos limites de valores universais superiores, como o direito à vida.

Ainda está longe a conclusão que alcance em plenitude, os meandros dessa realidade tão adversa, enfrentada por um número crescente de pessoas. Estima-se que os deslocados ambientais já tenham superado os migrantes em função de guerras. Espera-se que doravante os olhos do mundo se convirjam para esses filhos da Terra.

Referências

BBC NEWS MUNDO. **O país superpovoado que poderá ficar inabitável em 15 anos**. *BBC News*. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51197329>. Acesso em: 29/maio/21.

BECK, U. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade.pdf**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 384 p. ISBN: 978-85-7326-450-0.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05/nov./20.

CLIMATE ANALYTICS; NEWCLIMATE INSTITUTE. **Global update: Paris Agreement Turning Point**. *climateactiontracker.org*. 2020. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/publications/global-update-paris-agreement-turning-point/>. Acesso em: 16/out./21.

_____. **Climate Target Update Tracker**. *climateactiontracker.org*. 2021a. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/climate-target-update-tracker/>. Acesso em: 16/out./21.

_____. **Temperatures Climate Action Tracker**. *climateactiontracker.org*. 2021b. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/global/temperatures/>. Acesso em: 16/out./21.

CONSELHO NACIONAL DA ÁGUA. **Água no Planeta Terra**. *conselhonacionaldaagua.weebly.com*. 2021. Disponível em: <https://conselhonacionaldaagua.weebly.com/aacutegua-no-planeta-terra.html>. Acesso em: 17/out./21.

GRAY, R. **O "muro vivo" construído para conter o deserto do Saara, que não para de crescer**. *BBC News*. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-52951357>. Acesso em: 17/out./21.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GUERRA, S. **A Crise Ambiental na Sociedade de Risco**. *Lex Humana*, [s.l.], nº 2, p. 177–215, 2009. ISSN: 2175-0947.

_____. **Curso de Direitos Humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

_____. **As mudanças climáticas na sociedade global de risco: desafios para o direito internacional das catástrofes**. *Revista de Direito da Unigranrio*, [s.l.], v. 11, nº 1, p. 1–27, 2021.

GUERRA, S.; GUERRA, S. **Intervenção estatal ambiental. Licenciamento e compensação de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011**. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 190 p. ISBN: 978-85-224-7403-5.

GUERRA, S.; TORNETTO, F. **Refgiados Ambientais: Existe Proteção Jurídica na América do Sul?** In: SALEME, E. R.; MEDEIROS, F. L. F.; SOBRINHO, L. L. P. (Orgs.). *Direito Ambiental e Socioambientalismo*. Salvador: CONPEDI, 2018. v. II, p. 207–227. ISBN: 9788555055904.

IGARAPÉ, I. **Dados sobre migrações forçadas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://migracoes.igarape.org.br/>. Acesso em: 29/maio/21.

IPCC. **The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate. A special report of the intergovernmental panel on climate change**. In: *Intergovernmental Panel on Climate Change*. Genebra: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srocc/chapter/summary-for-policymakers/>.

OEA. **Declaração de Cartagena**. 1984.

ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Declaração Universal dos direitos Humanos. 1948.

_____. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados**. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>.

_____. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 29/maio/21.

_____. **Rio Declaration on Environment and Development**. United Nations Conference on Environment and Development. (1992a). Declaration of the United Nations Conference on Environment and Development. In Report of the United Nations Conference on Environment and Development reprinted in 31 ILM 876). Rio de Janiero, Brazil: Annex 1, UN Doc A/Conf. 151/26 (Vol. I). 1992.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____. **ONU quer "impedir que Tuvalu afunde", e que o mundo afunde com a ilha**. *ONU News*. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1672661>. Acesso em: 29/maio/21.

_____. **Acesso ao meio ambiente saudável é declarado um direito humano**. *ONU News*. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1766002>. Acesso em: 17/out./21.

PNUMA. **Satélites registram redução histórica do banco de gelo do Ártico**. *https://www.unep.org/pt-br/*. 2019. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/satelites-registram-reducao-historica-do-banco-de-gelo-do-artico>. Acesso em: 15/out./21.

TEITIOTA, Ioane vs. NOVA ZELÂNDIA. **Comunicación núm. 2728/2016**, Comitê de Direitos Humanos, ONU, Nova York, Data da decisão: 23/09/2020. Disponível em: < https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR/C/127/D/2728/2016&Lang=en>

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NEXOS ENTRE ODS 3 E ODS 4 NO ENSINAR-APRENDER DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ESCOPO

Valdenildo Pedro da Silva[1]

Introdução

Poucos estudos, se houver, têm abordado sobre os nexos entre educação de qualidade e boa saúde e bem-viver no sistema educacional, já reconhecidas internacionalmente por organismos como World Health Organization e International Union of Health Promotion Education. Neste período atual em que saúde e bem-estar se tornaram desafios críticos planetário, essa sinergia ganha relevância devido às mais nefastas consequências da pandemia de COVID-19, disseminada amplamente a partir de 2020, "virando o mundo de cabeça para baixo", como pontuou Oyedotun (2020, p. 1), causando colapsos e/ou fechamentos de espaços de saúde e de educação, quando, na verdade, aprendizados pertinentes escolares poderiam estar contribuindo para conter a propagação da doença através de mudanças de comportamento de risco.

No caso do Brasil, um dos países amplamente afetado por essa pandemia, com mais de 22 milhões de casos confirmados e cerca de 612.527 óbitos até o último dia 20 de novembro de 2021 (BRASIL, 2021), as evidências de sinergias entre educação e saúde escolar, decorrentes de práticas educativas do contexto de sala de aula, ainda são tímidas ou pouco conhecidas. Nesse contexto, contudo, a própria Carta de Ottawa já há algum tempo considerou importante a promoção de saúde para além da prestação de serviços de saúde, considerando que essa promoção contempla aspectos multidimensionais e envolve situações socioecológicas, educacionais e econômicos, por exemplo, que afetam, de certa forma, a vida humana, e, que, portanto, pode ser promovida, também, em espaços educacionais (OMS, 1986).

Nesse país, mesmo com a existência de um Programa Saúde na Escola (PSE), desde os idos de 2007, que procura articular, de forma integral e permanente a educação e a saúde, visando a melhorar a qualidade de vida da população escolar (BRASIL, 2021), pouco se sabe, cientificamente, sobre ações de prevenção, promoção e atenção à saúde do programa no ensinar-aprender de sala de aula e aprendizados entre educação de qualidade e saúde escolar nos diferentes níveis da educação básica (ensinos fundamental e médio), neste período de cumprimento da "Agenda 2030" e da "Década de Ação" (2020-2030) das Nações Unidas, que requerem conexões dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os países signatários, como é o caso do Brasil (UNITED NATIONS, 2015; UNITED NATIONS, 2020), na busca de pôr fim a pobreza e permitir paz, prosperidade e oportunidades sustentáveis para todos num ambiente saudável.

[1] Doutor em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, valdenildo.silva@ifrn.edu.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse contexto, ainda, pode-se afirmar que as escolas, sobretudo dos ensinos fundamental e médio, podem estar desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde, principalmente para a melhoria de aprendizados transformativos e de conhecimentos fortes dos alunos acerca de uma vida mais saudável e de bem-estar duradouros, mas os seus conhecimentos ainda são poucos divulgados ou conhecidos nos meandros da ciência. A promoção da saúde, a partir do ensinar-aprender escolar, pode ser imprescindível e valiosa à realidade socioecológica adversa do país que enfrenta desafios de baixo nível de conhecimento em saúde e de alta proliferação de doenças infecciosas, cardiovasculares e mentais.

A busca por interações entre educação de qualidade es saúde e bem-estar, voltada às pessoas em geral e aos sistemas educacionais, vem desde o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que surgiram com o compromisso de extirpar a fome e a pobreza extrema no mundo até 2015 e, que devido as suas incompletudes e à falta de alcances ecossociais, possibilitaram a emergência de um novo plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade. Esse plano foi cognominado de "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável" e entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016. Essa agenda está composta por 17 ODSs e 167 Metas interligados e indivisíveis em prol da sustentabilidade humana do Planeta que devem ser cumpridos por todos os humanos até 2030 (UNITED NATIONS, 2015).

Dentre esse total de ODSs, dois se destacam pela importância para o alcance dos demais ODSs, que são: o ODS 3 (Boa Saúde e Bem-Estar para todos) e o ODS 4 (Educação de Qualidade), pois asseguram a promoção de uma vida mais saudável, o bem-estar e a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem mais significativas ao longo da vida para todos. Nesse sentido, as intervenções realizadas com vistas à promoção da saúde e da educação em/ou para a saúde no contexto escolar da educação básica tornam-se fulcrais para o alcance da sustentabilidade e para o enfrentamento de crises ecossociais de insustentabilidades humanas como as proporcionadas, nos dias de hoje, pela disseminação da Covid-19. Assim sendo, o conhecimento do potencial das contribuições da educação em saúde da sala de aula, no contexto da educação básica do país, para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes ao longo da vida, ainda não tem sido totalmente evidenciada ou conhecida. Por isso, este artigo visa mapear as principais evidências científicas sobre a promoção da educação em saúde das escolas de educação básica e seu impacto para a realidade socioecológica brasileira, com ênfase na extensão, no alcance, na natureza, na sumarização e na divulgação de dados e de lacunas de pesquisas publicadas.

Material e métodos

A estratégia metodológica adotada para alcançar o objetivo deste estudo é o emprego da revisão de escopo, abordagem comparativamente nova e ainda pouco usual, dentre muitas outras, de revisão de literatura, que pode ser empregada para avaliar evidências e sintetizar o escopo da literatura disponível sobre tópicos específicos de forma mais ampla (ARKSEY; O'MALLEY, 2005; MUNN et al., 2018), bem como para permitir a necessidade ou não de realização de uma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

revisão sistemática. O estudo de escopo possibilita a síntese do conhecimento por meio de uma descrição do volume e de características da literatura científica publicada acerca de um tema (TRICCO et al., 2018). Este é um tipo de revisão, de acordo com Grant e Booth (2009, p. 101), que possibilita a "avaliação preliminar do tamanho potencial e escopo da literatura de pesquisa disponível".

Para este tipo de revisão, uma questão envolvendo interações entre educação de qualidade *versus* boa saúde e bem-estar foi primordial ao percurso metodológico. Por isso, indagou-se: Como as conexões entre educação de qualidade (ODS 4) e promoção de saúde e de bem-estar (ODS 3) estão ocorrendo no contexto da educação básica brasileira, neste período de cumprimento da Agenda 2030 e da Década da Ação das Nações Unidas? Explorando *a priori* os dois bancos de dados *JBI Evidence Synthesis, Cochrane Database of Systematic Reviews* e *International Register of Prospective Systematic Reviews* (PROSPERO, na sigla em inglês) constatou-se inexistir revisões de literatura publicadas sobre conexões entre os ODSs 4 e 3 em relação ao contexto educacional brasileiro.

O protocolo desta revisão seguiu os cinco estágios propostos por Arksey e O'Malley (2005) – definição da questão de pesquisa; identificação dos estudos relevantes para inclusão; seleção do estudo; extração dos dados; e comparação, resumo e relato dos resultados –, e pesquisas nas bases de dados Portal de Periódicos Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e *Google Scholar*. Para isso, considerou-se buscas de artigos relevantes publicados entre 2016 e 2021, período correspondente à vigência da "Agenda 2030" e da "Década de Ação" da ONU, que requerem integrações e equilíbrios entre os ODS e entre as principais dimensões da sustentabilidade (Social, Ecológica e Econômica), rumo ao princípio básico de que ninguém fique para trás. As buscas foram realizadas por meio de variações e de combinações de descritores ou de palavras-chave – "Educação em Saúde, Promoção em Saúde, ODS 3, ODS 4, Educação básica, Ensino fundamental, Ensino Médio" –, limitadas ao título do artigo, às palavras-chave e ao resumo nos idiomas português, inglês e espanhol. Destaca-se, ainda, que no transcorrer das buscas foram utilizados os operadores booleanos *AND* ou *OR,* entre as combinações das palavras-chave, no sentido de adicionar ou de alternar os resultados da pesquisa. O agrupamento base para as buscas da pesquisa nos bancos de dados, usando parênteses e operadores booleanos, foi este: ((Educação em Saúde) AND (Educação Básica)) OR ((Promoção em Saúde) AND (Educação Básica)) OR ((Educação em Saúde) AND (Ensino Fundamental)) OR ((Educação em Saúde) AND (Ensino Médio)) OR ((Educação em Saúde) AND (ODS 3) AND (ODS 4)).

Em relação aos critérios de inclusão e de exclusão, foram considerados como elegíveis os estudos publicados em periódicos, revisados por pares, resultantes de pesquisas empíricas com abordagem qualitativa ou quantitativa; artigos escritos em português, inglês ou espanhol; e pesquisas que demonstram integrações entre os ODSs 3 e 4 da Agenda 2030, nos diferentes níveis da educação básica do país. Logo, os estudos não empíricos, como estado da arte, revisões de literaturas, editoriais, cartas ao editor e literaturas cinzentas, foram desconsiderados, assim como os estudos que não apresentaram contributos do ensino-aprendizagem escolar para a promoção e para a melhoria da saúde e do bem-estar dos estudantes.

A análise dos dados coletados teve início logo após as buscas realizadas em março de 2021, concentrada na avaliação do título e do resumo de todos os artigos escolhidos, com base nos critérios de inclusão e de exclusão determinados. Os artigos selecionados foram recuperados na

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

íntegra e analisados quanto à duplicidade; com isso, procedeu-se com a extração dos dados a partir de planilha construída no *Microsoft Excel*, considerando-se determinadas variáveis, a saber: ano de publicação, área de conhecimento, tipo de pesquisa, procedimentos metodológicos, dentre outras. Os temas dos artigos foram relatados para destacar sinergias e evidências entre esses dois ODSs sobre essa realidade na educação brasileira e publicados na literatura nacional e internacional.

Resultados e discussão

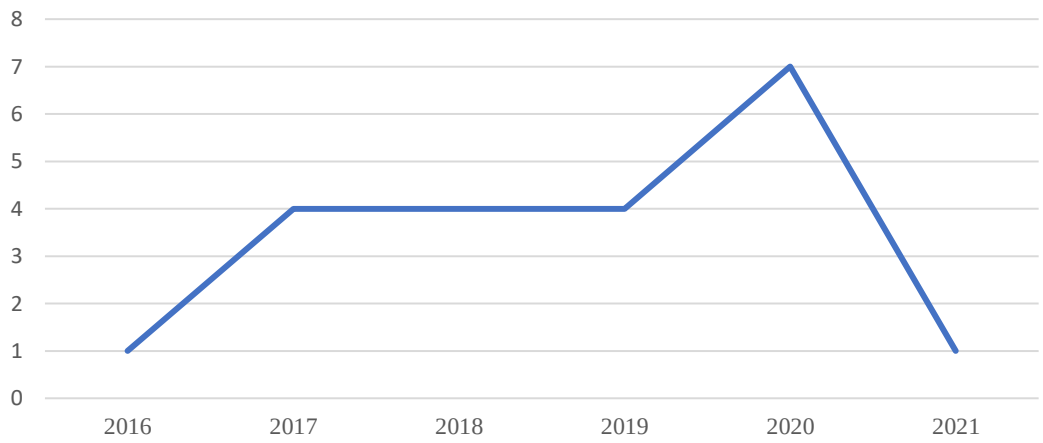
Este estudo de escopo, após criteriosa análise dos títulos e resumos, identificou um total inicial de 584 artigos buscados no Portal de Periódicos Capes (n = 321), na base SciELO (n = 189) e no *Google Scholar* (n = 74). Na sequência, uma análise qualitativa de conteúdo dos estudos foi realizada, removendo-se artigos duplicatas, literatura não empírica, bem como artigos que não evidenciassem contributos integrativos entre educação em saúde no âmbito do ensino escolar da educação básica e não atendessem aos critérios de inclusão. Desse total, resultaram 21 artigos publicados em periódicos indexados e revisados por pares, buscados no Portal de Periódicos da Capes (n = 7), SciELO (n = 4) e *Google Scholar* (n = 10), e considerados elegíveis para esta revisão de escopo.

Descritivamente, os artigos escolhidos foram publicados, em totais diferentes entre os anos de 2016 e 2021, em periódicos nacionais e internacionais, enfatizando aspectos ou visões gerais de educação em saúde no ensinar-aprender de sala de aula da educação básica. A maioria deles foi escrito em língua portuguesa e inglesa e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Informações adicionais sobre cada um dos 21 artigos, inclusos nesta revisão, encontram apresentadas no quadro 1 e no texto a seguir.

Do total de artigos inclusos, 7 (32 %) foram publicados em 2020 (Gomes et al., 2020; Menezes et al., 2020; Nascimento et al., 2020; Rodrigues et al., 2020; Suassuna et al., 2020; Tenório et al., 2020; Vaz, Ribeiro, Rufino, 2020), seguidos de 4 (18,1 %) em 2019 (Barcelos et al., 2019; Ferreira et al., 2019; Herrera et al., 2019; Silva et al., 2019), de 4 (18,1 %) em 2018 (Ataliba, Mourão, 2018; Medeiros et al., 2018; Pereira, Sanchez, 2018; Ribeiro et al., 2018) e de 4 (18,1 %) em 2017 (Caetano, Leite, Rosa et al., 2017; Lima et al., 2017; Rocha, Facina, 2017; Urio et al., 2017). Em 2016 (Araújo et al., 2016) e 2021 (Vieira et al., 2021) foram publicados somente 1 (4,5 %) artigo em cada ano, respectivamente. Os anos de 2017 a 2020 são os de maior número de publicações, demonstrando uma maior atualidade do tema que envolve o ODS3 e o ODS 4 da Agenda 2030 da ONU (Figura 1).

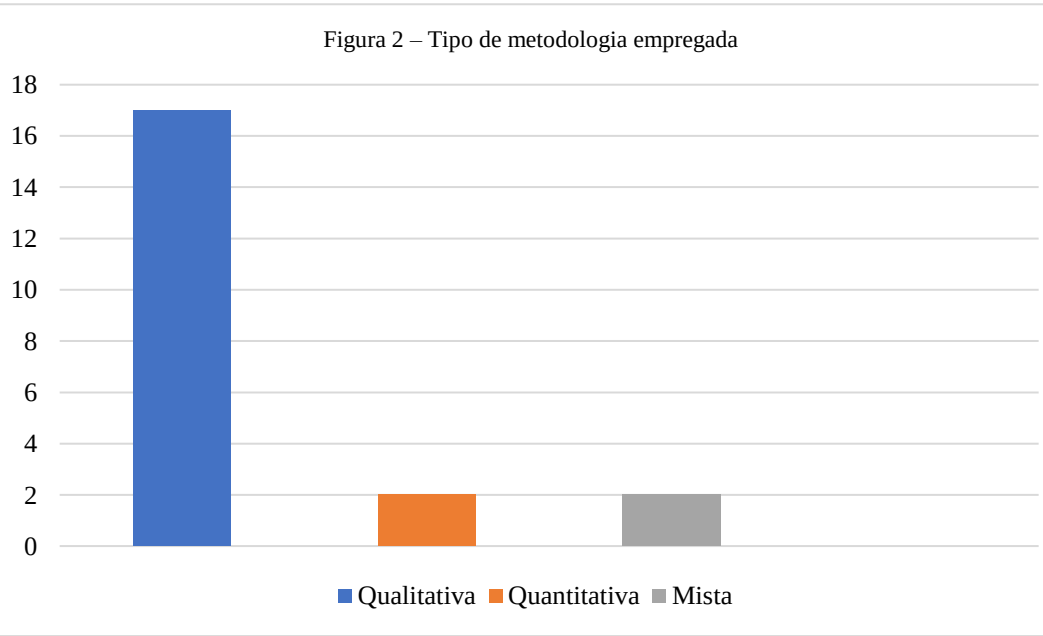
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Figura 1 – Número de publicações de artigo por ano



Com relação a abordagem metodológica dos estudos, dezessete artigos (81 %) utilizaram abordagens qualitativa, dois (9,5 %) quantitativa e dois (9,5 %) apresentaram estratégias mistas, ou seja, usaram dados qualitativo e quantitativo. Ou seja, no tocante ao tipo de metodologia empregada nas investigações das publicações, a maioria é do b qualitativa, seguido de quantitativo e de mista (Figura 2).

Figura 2 – Tipo de metodologia empregada



Todos os estudos (n = 21) foram desenvolvidos em realidades socioeducacionais distintas do território brasileiro e incluíram 3.032 participantes entre estudantes, docentes e gestores de instituições educacionais públicas e privadas. Os artigos evidenciaram aspectos importantes de

educação em saúde, como higiene bucal, saúde mental, sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis, prevenção ao uso de drogas, alimentação saudável, dentre outros, como pode ser observado no quadro 1. No entanto, nenhum dos artigos selecionados mencionou individual ou alinhou tais aspectos aos propósitos da Agenda 2030 das Nações Unidas ou citou interações de sustentabilidade voltadas aos ODSs 3 e 4 dessa Agenda, no contexto da pesquisa científica realizada.

Quadro 1 – Aspectos gerais dos 21 artigos elegíveis para o estudo de escopo sobre as integrações sobre os ODSs 3 e 4 da Agenda 2030 da ONU

Autor/Ano	Título/Periódico/Site	Objetivo	Abordagem	Conclusão
Araújo et al. (2016)	Epidemical survey on caries using DMF carried out among the children´s with five years old / International Journal of Recent Scientific Research/ https://www.recentscientific.com/	Avaliar a saúde bucal, mensurando o estado das estruturas cárie dentárias afetadas ou não decorrentes direta ou indiretamente da condição de higiene, alimentação, quantidade e qualidade dos cuidados e serviços de saúde prestados à população.	Mista	As crianças da comunidade correm risco de cárie dentária devido à frequência de alimentação cariogênica, falta de educação escolar sobre higiene bucal e dificuldade de acesso aos cuidados prestados pelo serviço de saúde da região.
Caetano, Leite e Rosa et al. (2017)	Educação em saúde na escola: plano de intervenção escolar para debater infecções sexualmente transmissíveis no ensino médio/ Revista ELO – Diálogos Em Extensão/ https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID447/v12_n8_a2017.pdf	Estudar a execução de um Plano de Intervenção Escolar construído para abordar a temática das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), cujos dados estatísticos da OMS e MS-Brasil indicam que representam o problema de saúde pública mais comum em todo o mundo, sobretudo no Brasil que vem crescendo sobremaneira o número de casos entre adolescentes e adultos jovens.	Qualitativa	Intervenção escolar sobre infecções sexualmente transmissíveis é fundamental para o processo de formação dos estudantes, promovendo criticidade e autonomia em suas escolhas.
Lima et al. (2017)	Relato de experiência de educação nutricional para o incentivo do consumo do pescado entre escolares do ensino fundamental em Palmas,	Estabelecer estratégias para inserção do pescado na alimentação escolar, ofertando aos alunos uma proteína animal de qualidade e a abertura de novos	Qualitativa	A educação nutricional para a promoção de saúde entre escolares do ensino fundamental em Palmas-TO é uma aliada na prevenção de doenças e no estímulo ao estilo de vida saudável.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

	Tocantins/ Revista Em Extensão/ http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/37874	mercados para pescadores artesanais.		
Rocha e Facina (2017)	Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares/ Ciência & Educação/ https://www.scielo.br/j/ciedu/a/W3TxRpcFSvVt7BsH9MBRPGx/?lang=pt	Verificar o conhecimento dos professores do Ensino Fundamental I acerca do papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares.	Mista	Os professores reconheceram o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares e reconheceram-se como agentes fundamentais na promoção da alimentação saudável e da qualidade de vida no ambiente escolar.
Urio et al. (2017)	Desafios na utilização de estratégias para aprendizagem ativa com estudantes em uma escola pública/ Revista de Enfermagem UFPE on line/ https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/230181	Compreender o desenvolvimento de novas estratégias didático-pedagógicas de ensino e sua relação no cotidiano escolar.	Qualitativa	O uso das tecnologias como coadjuvante do tema saúde na escola não é utilizado pelos estudantes de forma adequada.
Ataliba e Mourão (2018)	Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas/ Psicologia Escolar e Educacional/ https://www.scielo.br/j/pee/a/jMtgDVfwpmZDVCSBMYnBpcn/?format=pdf&lang=pt	Avaliar o Programa Saúde nas Escolas, voltado para as questões da sexualidade, de gênero e de prevenção de infecções e gravidez.	Quantitativa	Os gestores conhecem o Programa Saúde nas Escolas, mas a implementação dele apresenta falhas. Por outro lado, os alunos não confirmam a realização das atividades previstas nas escolas e não foram encontradas diferenças significativas entre o conhecimento do grupo experimental e do grupo controle acerca da prevenção de doenças sexuais.
Medeiros et al. (2018)	Percepções da comunidade escolar sobre a implantação do programa unplugged em escolas/ Psicologia Escolar e Educacional/ https://www.scielo.br/j/pee/a/hndNSpg	Investigar as percepções da comunidade escolar sobre o programa Unplugged, implantado pelo Ministério da Saúde em escolas públicas brasileiras de ensino fundamental II.	Qualitativa	O aprimoramento da implantação do programa Unplugged nas escolas brasileiras necessita de pesquisas avaliativas para subsidiar programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

	vYJDrCJjfRPkhM8P/?lang=pt			
Pereira e Sanchez (2018)	Drug use prevention: factors associated with program implementation in Brazilian urban schools/ BMC Public Health/ https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-018-5242-y	Investigate the prevalence of factors associated with implementing drug use prevention programs in Brazilian public and private middle and high urban schools.	Quantitative	A adoção de práticas de prevenção ao uso de drogas nas escolas brasileiras pode ser ampliada com maior orquestração das escolas por meio da formação especializada de gestores e professores, ampliação do Programa Saúde na Escola e concomitante desenvolvimento das escolas, atributos estruturais e curriculares.
Ribeiro et al. (2018)	Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas/ Interface/ https://www.scielo.br/j/icse/a/3X3TL3CwsbdDTtgg5wmjPZB/abstract/?lang=pt	Compreender a evolução temporal da educação e sua influência na saúde da população do Grande Bom Jardim, Fortaleza, estado do Ceará, Brasil, território marcado pela vulnerabilidade social.	Qualitativa	O estudo mostra a evolução da educação e sua influência na saúde de moradores de uma região do município de Fortaleza marcado pela vulnerabilidade social, apontando para a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que garantam os direitos sociais, como a educação e a saúde.
Barcelos et al. (2019)	Ações de educação em saúde sobre parasitoses humanas em escolas públicas no município de Jataí, Goiás/ Revista Em Extensão/ http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/49658	Realizar ações educativas para estudantes de escolas públicas sobre parasitoses intestinais, pediculose, toxoplasmose e tricomoníase com foco na prevenção e controle de doenças parasitárias.	Qualitativa	Ações de educação em saúde através de palestras, cartazes, jogos, filmes e teatro sobre parasitoses humanas em escolas públicas no município de Jataí, Goiás, contribui para a formação de alunos e cidadãos mais conscientes da realidade onde residem.
Ferreira et al. (2019)	Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para o cuidado/ Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online/ http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/7403	Discutir a percepção de adolescentes acerca da sexualidade no espaço escolar.	Qualitativa	A aproximação entre saúde e educação no intuito de avaliar seus planos de ação e sua repercussão social na vida dos adolescentes estudantes constitui uma estratégia de apoia a política de saúde sexual e reprodutiva brasileira.
Herrera et al. (2019)	Um mosquito e três doenças: ação de	Desenvolver atividades de combate ao mosquito e	Qualitativa	A realização de atividades de combate ao mosquito Aedes aegypti e

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

	combate ao Aedes Aegypti e conscientização sobre Dengue, Chikungunya e Zika em Divinópolis-MG, Brasil/ Revista Brasileira de Extensão Universitária/ https://periodicos.ufs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10520	conscientização sobre o tema com alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).		conscientização com alunos do Ensino Fundamental contribui para a promoção da educação em saúde no ambiente escolar.
Silva et al. (2019)	Semáforo Alimentar como instrumento de promoção da saúde e qualidade de vida/ Revista Em Extensão/ http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/44529	Relatar a experiência extensionista com crianças de uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Belém, estado do Pará, em que foi aplicado o semáforo alimentar, com o intuito de avaliar o aprendizado durante a palestra sobre alimentação saudável.	Qualitativa	O uso de um semáforo alimentar contribui para o ensinar-aprender sobre a importância dos alimentos para a saúde do corpo por meio de atividades educativas.
Gomes et al. (2020)	Educação em saúde na escola: dialogando sobre sexualidade com adolescentes/ Research, Society and Development/ https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3700	Descrever a experiência de profissionais residentes em uma ação de educação em saúde sobre a temática sexualidade atrelada às mudanças fisiológicas da puberdade e a percepção corpórea de adolescentes de uma escola pública.	Qualitativa	A importância de profissionais de saúde em espaços para além dos serviços de saúde é importante no desenvolvimento de atividades de prevenção de doenças sexuais e agravos de saúde pública e a promoção da saúde de crianças e adolescentes.
Menezes et al. (2020)	Educação em saúde no contexto escolar: construção de uma proposta interdisciplinar de ensino-aprendizagem baseada em projetos/ Revista de Educação Popular/ http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53255	Analisar o processo de construção de uma proposta de ensino-aprendizagem baseada em projetos e investigar as contribuições dessa proposta para educação em saúde no ensino fundamental.	Qualitativa	O ensino-aprendizagem para educação em saúde no ensino fundamental através de práticas educativas em saúde baseada em projetos possibilita a articulação do trabalho interdisciplinar e promove ações de formação continuada aos docentes.
Nascimento et al. (2020)	Relato de experiência sobre educação em saúde na escola: alimentação saudável	Descrever as vivências dos acadêmicos de enfermagem, durante o ensino teórico-	Qualitativa	Contatou-se por meio de relatos sobre educação em saúde, a construção própria de conhecimentos

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

	e higiene pessoal/ Revista Pró-UniverSUS/ http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2315	prático da disciplina de saúde coletiva, explorando as contribuições das atividades de educação em saúde desenvolvidas no ambiente escolar. Materiais e métodos: estudo descritivo que se deu por meio de relato de experiência		por partes dos alunos e, por conseguinte, em replicadores sobre alimentação e higiene pessoal entre familiares e sociedade local.
Rodrigues et al. (2020)	Health problems of children at a school in Cabo Frio-RJ: a contribution to health promotion/ Global Academic Nursing Journal/ https://www.globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/52	Raise the health problems of schoolchildren at a municipal early childhood school located in the city of Cabo Frio-RJ.	Quantitative	Os problemas de saúde mais detectados pelos alunos, professores e auxiliares referem-se a distúrbios dermatológicos, respiratórios, de comportamento e relacionados a práticas inadequadas de higiene.
Suassuna et al. (2020)	Percepções de alunos da rede pública de ensino de Natal-RN sobre educação em saúde na escola/ Revista Ciência Plural/ https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/19841	Identificar as atividades de educação em saúde realizadas nas escolas do ensino médio do município de Natal no estado do Rio Grande do Norte, bem como verificar as expectativas dos estudantes quanto ao papel dos profissionais de saúde e governantes para viabilizar uma melhoria de sua qualidade de vida.	Quantitativa	Constata-se incipiente realização de atividades de educação em saúde nas escolas públicas de Natal-RN, como afirmaram os estudantes em relação ao desconhecimento do Programa Saúde na Escola.
Tenório et al. (2020)	Educação em saúde na escola: dialogando sobre o HPV/ Brazilian Journal of Development/ https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19149	Relatar a experiência vivenciada por professoras enfermeiras e acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem na educação sexual de adolescentes que frequentam escolas públicas.	Qualitativa	A educação em saúde no âmbito escolar auxilia na disseminação do conhecimento fazendo do jovem um futuro adulto consciente da importância da prevenção e dos cuidados necessários para manter a sua saúde sexual.
Vaz, Ribeiro e Rufino (2020)	Os reflexos profilático e pedagógico da educação alimentar nas escolas do Maciço de Baturité, Ceará/ Revista	Traçar o perfil do consumo diário de frutas e hortaliças dos educandos, tanto no convívio familiar como no ambiente educacional, e	Qualitativa	O estudo evidencia as percepções/aprendizados de estudantes sobre a relevância de uma dieta equilibrada, composta por alimentos saudáveis, saborosos e nutritivos que

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

	Brasileira de Extensão Universitária/ https://periodicos.ufs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10928	contribuir para uma prática alimentar mais saudável.		contribui para o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo.
Vieira et al. (2021)	Avaliando o tema saúde bucal nos livros didáticos de ciências de uma escola municipal de Manaus-AM/ Revista Ciências & Ideias/ https://pdfs.semanticscholar.org/7b50/8929f69a2ab17df03ac04172e2fa6d0ad885.pdf?_ga=2.131836109.376121710.1635686103-1782161637.1635686103	Avaliar o conteúdo de saúde bucal nos livros didáticos de Ciências aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Fundamental I adotados em uma escola municipal da cidade de Manaus-AM.	Qualitativa	O tema saúde bucal é escasso e até inexistente na maioria dos livros didáticos de ciências da escola, requerendo com isso uma reavaliação das obras adotadas.

Fonte: Elaboração própria (2021).

No que tange ao recorte espacial estudado por cada artigo, constatou-se que todas as regiões geográficas do Brasil foram representadas por algum estudo científico realizado e os estados de São Paulo, Ceará e Santa Catarina predominaram com o maior número de publicações. Dos 21 artigos elegíveis, 3 abordaram algum aspecto de educação em saúde no âmbito de escolas de educação básica de municípios dos estados de São Paulo e Ceará, respectivamente. Dois artigos se voltaram para a educação em saúde em escolas de Santa Catarina. Os demais artigos descreveram esforços de estudos sobre educação em saúde na escola de educação básica de distintos estados da federação e somente um artigo (NASCIMENTO et al., 2020), que desenvolveu um estudo num colégio federal de ensino, não especificou a área geográfica dessa unidade escolar.

Com relação aos principais tipos de artigos publicados, indexados e avaliados por pares, a maior parte dos 21 artigos abordou questões voltadas à saúde bucal, educação sexual nas escolas, educação nutricional, prevenção de uso de drogas, prevenção de infecções e gravidez, e saúde ambiental (comunidades vulneráveis). Todos os estudos realizam pesquisa empírica em escalas local, regional ou nacional e a predominância recaiu sobre estudo de caso (100%, 21). Diante disso, nenhum dos artigos pode ser considerado como sendo de algum dos diferentes tipos de revisão de literatura.

De acordo com os dados apresentados pelos 21 artigos, constatou-se que nenhum dos deles citaram nexos ou integrações entre ODS 3 e ODS 4 da Agenda 2030 das Nações Unidas. Ou seja, a garantia de aprendizados sobre vidas saudáveis e promoção de bem-estar para todos em todas as idades por meio de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa sequer ganhou menções ou notoriedade no *corpus* deste estudo de escopo. Como já mencionado na Figura 2, o delineamento de estudo mais frequentemente realizado foi a abordagem qualitativa, declarada em

81% dos artigos (17/21), 9,5% (2/21) declararam abordagem quantitativa e 9,5% (2/21), declararam a utilização de abordagem mista (14/97). A maior proporção de tipos de artigos da lista original de 21 foi para educação em saúde na escola (47,6%, 10), seguida por sexualidade ou infecções sexualmente transmissíveis (19%, 4), educação nutricional (19%, 4), saúde bucal (9,5%, 2) e drogas na escola (4,8 %, 1). Todos os artigos realizados sobre os diferentes níveis da educação apresentam resultados de estudos focados principalmente em pesquisa original (100%, 21), estudo de caso (66,7%, 34), e outro tipo (33,3%, 7).

A distribuição dos autores torna-se essencial neste estudo de escopo no sentido de que se descubra a amplitude ou não de pesquisadores interessados com a temática de educação em saúde em ambientes escolares, já que o ensinar-aprender sobre saúde e bem-estar é importante para o alcance da sustentabilidade humana em múltiplas dimensões social, psicológica e física saudável, inclusiva e duradoura (EMERALD PUBLISHING, 2021). Os 21 artigos foram redigidos por um total de 76 autores. A quantidade de autores de um artigo era em média de quase 3,6 cientistas, com uma variação de 2 a 7. Nenhum dos artigos elegíveis foi escrito por um único autor. A maior parte dos artigos (n = 8) foi escrito por 4 autores – Lima et al. (2017); Medeiros et al. (2018); Barcelos et al. (2019); Silva et al. (2019); Ferreira et al. (2019); Menezes et al. (2020); Suassuna et al. (2020); Vieira et al. (2021) – os quais abordaram os seguintes temas de pesquisa: educação nutricional, prevenção ao uso de drogas, doenças, sexualidade, educação em saúde e saúde bucal.

Este estudo de escopo da literatura, veiculada por periódicos qualificados, investigou as conexidades entre os ODS 3 e ODS4, no âmbito do ensinar-aprender da educação básica por meio de 21 artigos publicado a partir do ano de implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas, de 2016 até o presente momento. Esse total de publicações sobre a discussão entre saúde e bem-estar e educação de qualidade, voltada à realidade brasileira, não se apresentou significativa. Devido o tema educação em saúde ser contemplado com uma discussão transversal na educação do Brasil, pode-se afirmar como sendo um campo negligenciado. Contudo, com o advento da pandemia da COVID-19, que fechou escolas e praticamente todas as atividades econômicas do país, a temática de boa saúde e bem-estar ganha notoriedade e precisa estar mais concretamente presente nos processos de ensino-aprendizagem da educação básica, devido as demonstrações de estar se vivendo num espaço-tempo dinâmico, incerto, complexo e volátil, como assinalaram Dixon e Robertson (2021). Neste período atual, tornou-se fundamental para "aqueles que trabalham no campo da educação para a educação para a saúde nas escolas reimaginem as possibilidades e o potencial da disciplina para enfrentar os desafios apresentados e fazer a diferença no mundo dos alunos" (DIXON; ROBERTSON, 2021, p.1), contribuindo com aprendizados sobre os melhores nexos entre os ODSs 3 e 4, que possibilitem trilhar em tempos complexos e incertos durante as suas vidas.

O estudo de escopo em pauta não procurou analisar criticamente nenhum dos artigos de pesquisa original realizada, mas apresentar as principais informações evidentes de cada um dos 21 artigos mapeados. Como já se sabe, um estudo de escopo procura descrever o máximo possível da amplitude da literatura, mas não analisa qualitativamente o conteúdo do estudo contemplado (ARKSEY; O'MALLEY, 2005; PHAM et al., 2014). O conteúdo dos artigos de um estudo de escopo poderá ser examinado detalhadamente para cada categoria de tipo de artigo numa próxima

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

etapa do estudo. Nesse sentido, uma discussão futura pode ser considerada fundamental sobre o porquê da não integração dos ODSs 3 e 4 de maneira mais incisiva no ensinar-aprender da educação básica do país, já que a superação da pobreza humana perpassa pelo acesso a serviços básicos condignos que perpassa por boa saúde e bem-estar e educação de qualidade para todos em todas as suas vidas.

Como ocorrem na maioria das revisões de literatura realizadas, os termos de buscas, seu desenvolvimento e as diferentes bases de dados da literatura usados têm pontos fortes e fracos. Da mesma forma, a revisão não pesquisou a literatura cinzenta, incluindo relatórios, dissertações e tese, por exemplo. Nesse sentido, algum trabalho científico pode ter ficado de fora do estudo de escopo, mas é improvável que isso tenha alterado de forma significativa as conclusões a que o estudo de escopo se propôs. Além disso, ressalta-se que foi utilizada literatura inglesa e portuguesa, uma vez que a realidade social investigada tem como língua vernácula predominante o português.

Conclusões

O estudo de escopo destaca as poucas evidências de 21 artigos, considerados elegíveis pelos critérios de inclusão adotados, sobre interações entre Boa saúde e bem-estar (ODS 3) e Educação de qualidade (ODS 4) no ambiente escolar da educação básica brasileira. Esse é um tipo abordagem relativamente novo, mas importante para revisar a literatura de uma forma mais ampla e que tem ganhado significância nos últimos tempos. O conjunto de estudos sobre conexões dos ODSs 3 e 4 na realidade do ensinar-aprender da educação básica do Brasil mostrou-se incipiente nesses 6 anos de vigência da Agenda 2030 da ONU. Dentre os temas mais abordados em sala de aula destacaram-se as questões diversas envolvendo desafios de saúde na escola. No entanto, em nenhum dos artigos analisados constatou-se evidências sobre as integrações entre os dois ODSs que, são considerados por muitos autores como indivisíveis no sentido de garantir vidas saudáveis e promover bem-estar para todos em todas as idades por meio de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promotora de oportunidades de aprendizados mais pertinentes e significativos ao longo da vida de todos. Por isso, espera-se que os resultados deste estudo de escopo possam alertar e contribuir com evidências para alunos (desde idades tenras e adultas), docentes, gestores educacionais e demais tomadores de decisão sobre as poucas conexões, ou sinergias, que vêm ocorrendo no âmbito do ensino-aprendizagem da educação básica do país para a implementação de ações concretas mais integradas a esses dois objetivos, considerados fundamentais ao cumprimento da "Agenda 2030 ou para a "Década da Ação" das Nações Unidas. Como afirmou recentemente o atual secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, "os ODS são mais importantes agora do que nunca. Agora é a hora de garantir o bem-estar das pessoas, economias, sociedades e nosso planeta" (NACIONES UNIDAS, 2021, p. 1).

Há necessidade de estudos mais analíticos qualitativamente sobre as diferentes práticas de educação em saúde, a partir da sala de aula, no sentido de que as experiências de aprendizagens exitosas sejam compartilhadas para outras realidades escolares e de como os ODS 3 e 4 possam ser melhor integrados e reformar às práticas educativas da educação básica acerca de melhores conexões de abordagens entre boa saúde e bem-estar e educação de qualidade, nos diferentes

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

níveis da educação básica do Brasil, estando assim em consonância com os princípios da Agenda 2030 da ONU.

Referências

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, 8:1, 19-32, 2005. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1364557032000119616.

BRASIL. Covid19: painel coronavírus. **Coronavírus/Brasil 2021**. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Programa saúde na escola**. Disponível em: https://aps.saude.gov.br/ape/pse. Acesso em: 10 out. 2021.

DIXON, R.; ROBERTSON, J. How school-based health education can help young people navigate an uncertain world. **Health Education**. 2021. https://doi.org/10.1108/HE-12-2020-0117

EMERALD PUBLISHING. **Health Education**. 2021. Disponível em: https://www.emeraldgrouppublishing.com/journal/he?distinct_id=17c6a1b08f663c-074a0c98993512-5f12371c-e1000-17c6a1b08f760a&_ga=2.188670568.1708305398.1633867731-1132310420.1633867730#journal-description

GRANT MJ, BOOTH A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Info Libr J**. 2009 Jun;26(2):91-108. doi: 10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x. PMID: 19490148.

MUNN, Z. et al. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Med Res Methodol** 18, 143 (2018). https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x

NACIONES UNIDAS. **Informe de los objetivos de desarrollo sostenible 2021**. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2021_Spanish.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa para la Promoción de la Salud**. Ottawa: OMS, 1986. Disponível em: <http://165.158.1.110/spanish/hpp/hppota.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

OYEDOTUN, T. D. Sudden change of pedagogy in education driven by COVID-19: perspectives and evaluation from a developing country, **Research in Globalization**, v. 2, Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.resglo.2020.100029.

PHAM, M. T. et al. A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. **Res Synth Methods**. 2014 Dec;5(4):371-85. https://doi.org/10.1002/jrsm.1123

TRICCO, A. et al. Prisma, extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**. pp. 467-473. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.7326/M18-0850

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 agenda for sustainable development. 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/publications/transforming-our-world-2030-agenda-sustainable-development-17981. Acesso em: 10 mai. 2021.

UNITED NATIONS. **Decade of action**. 2020. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/decade-of-action/. Acesso em 10 jun. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 13
ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

ASPECTOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cinara Aline de Freitas[1]
Helena de Ornellas Sivieri-Pereira[2]

O processo de construção da educação inclusiva vem se desenvolvendo nas instituições escolares mediante muitos desafios, resistências e superações, em termos pedagógicos, estruturais e políticos (SCUSSEL, 20018; DECHICHI e SILVA, 2012). A atuação do professor regente constitui-se como um elemento fundamental para a efetivação de práticas inclusivas e que garantam o desenvolvimento da aprendizagem (FRANCO e GOMES, 2020, ORRÚ, 2017). Os profissionais da educação conhecem na pele a complexidade de se pensar e efetivar práticas inclusivas. Esse processo faz-se desafiador ao passo que se estimula a pensar de modo não convencional e encontrar soluções para um problema que ronda o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, a garantia de uma educação que seja acessível a todos.

A educação inclusiva baseia-se nos princípios de educação para todos e fundamenta as políticas existentes, de modo a garantir o acesso e a permanência do aluno que faz parte de seu público-alvo nas escolas regulares comuns, participando da convivência com todos os demais alunos. A sala de aula regular comum configura-se como um espaço privilegiado da viabilização do processo de ensino-aprendizagem a partir da valorização das diferenças. O aluno, seja ele com ou sem deficiência, deve fazer parte desse ambiente e ter o seu desenvolvimento garantido.

Apenas o ato de manter o aluno na sala de aula regular comum e não prover as estratégias necessárias para uma aprendizagem significativa e participação coletiva, acaba por excluí-lo e impedi-lo de exercer o seu direto de aprender e conviver efetivamente na escola. Cunha (2015, p. 69) ressalta que "incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades". Por isso, as metodologias precisam ser repensadas na perspectiva de valorização das diferenças e na crença de que todo aluno tem a capacidade de aprender, a seu tempo e a seu modo.

O processo de educação inclusiva traz, em si, concepções e práticas que podem despertar uma visão de utopia por parte de algumas pessoas, visto que requer uma série de transformações nas práticas pedagógicas tradicionais e no comportamento de resistência dos mais conservadores. Mantoan (2003) alerta que tanto o ensino regular comum como a escola especial têm demonstrado relutância ao desenvolvimento da educação inclusiva, pois faz-se necessário uma aceitação ilimitada das diferenças.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: cinaraaline33@gmail.com
[2] Doutora em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFTM. E-mail: helena.pereira@uftm.edu.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A fala de Mantoan (2003) revela em profundidade os desafios vivenciados no dia a dia da escola regular comum. É de conhecimento de todos as necessidades de transformação impostas pelo processo de acolhimento incondicional das diferenças, entretanto, estas não são pensadas em primeiro plano, de forma que possamos vislumbrar mudanças reais e significativas na sala de aula. Ao contrário, são colocados empecilhos à realização de ações necessárias à inclusão efetiva. Essa situação pode ser ilustrada na fala comum de que a escola não está preparada para incluir e que os professores não possuem conhecimentos necessários para realizar práticas inclusivas.

Assim, apesar do avanço na legislação e nas teorias educacionais vê-se, ainda, uma busca por disciplina, apreço excessivo pela lógica, padrões, bem como o combate a processos que possam causar desestabilização nas escolas, sendo estes a base das movimentações que compõem as diferenças (MANTOAN, 2003). Entende-se, assim, que para viabilizar uma educação inclusiva é fundamental praticar a capacidade de 'sair da caixinha', propor-se a pensar de maneira complexa e disposição para enfrentar situações de desequilíbrio que vêm para que algo novo seja criado.

De fato, os professores devem receber apoio e formação para a obtenção de novas habilidades, que os permitam ressignificar suas concepções e práticas acerca de um ensino inclusivo. Além disso, faz-se importante que os próprios professores também se desenvolvam dentro de um ambiente colaborativo e de apoio mútuo.

Os profissionais da educação precisam ser vistos muito além de pessoas que simplesmente exercem um trabalho remunerado, que possuem direitos e deveres, ou ainda como detentores de um conhecimento que lhes confere poder para solucionar qualquer problema ou responder a questionamentos. O papel do professor é administrar um currículo que percorre um caminho de incontáveis opções e possibilidades. Todas essas demandas novas e desafiadoras deixam uma indagação acerca de qual deve ser o conhecimento necessário ao professor para administrar todo esse contexto.

Ao se verificar o processo histórico da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, entende-se a trajetória da inclusão escolar como um movimento de lutas e abertura democrática de um espaço, desde sempre, direcionado a poucos privilegiados (SCUSSEL, 20018; DECHICHI e SILVA, 2012; PESSOTI, 1984; BLANCO, 2003). Se, por um lado, os professores sentem que foram colocados em uma situação de improviso para lidar com especificidades tão singulares de aprendizagem, por outro lado, os alunos que agora têm a oportunidade de estar no ambiente da sala de aula regular comum, ganham vez para se desenvolverem socialmente e saírem de um contexto de segregação.

Compreender o papel docente, buscando saídas viáveis para um melhor preparo, promovendo ainda transformações em nível micro e macro no sistema educacional, de forma que acolha efetivamente as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, são elementos fundamentais para que se possa vislumbrar uma escola que realmente seja de e para todos.

Nesse contexto, a construção da identidade diz respeito a como nos vemos e enxergamos o outro nos vários contextos de interação social, determinando nossa maneira de pensar e agir. A construção da identidade compõe-se por um processo de estruturação de si, da forma como nos vemos, nos percebemos e, também, da forma como queremos que os outros nos vejam. Esse desenvolvimento perpassa pelos âmbitos individual e coletivo, constituindo-se como um

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

fenômeno relacional, que acontece no terreno do intersubjetivo. Ressalta-se que esse é um processo que está em constante evolução e desenvolvimento (MARCELO, 2009).

Ciampa (1998) estabelece a identidade humana como um processo de metamorfose, na medida em que acontece mediante a constante constituição e transformação das pessoas, a partir de suas trajetórias pessoais, interações sociais e circunstâncias materiais. A identidade se dá na conexão entre os aspectos subjetivos e objetivos, constantes em uma relação dialética. Para o autor, "como processo que articula a subjetividade e a objetividade, ela é metamorfose constitutiva do sujeito, localizando-o no mundo, dando-se sempre como relação, tanto sincrônica como diacrônica" (CIAMPA, 1998, p. 92). Assim, pode-se compreender que produzimos sentido, permanentemente, por meio das construções históricas e sociais. Para Ciampa (1998) não é possível conceber a identidade individual sem considerar a identidade coletiva, pois asseguramos nossa existência enquanto 'eu', a partir da articulação com as figuras que desempenham os mais diversos papéis em determinados contextos.

O conceito de identidade pode ser definido como o processo de se reconhecer filiado a uma ou várias instituições sociais, agregado ao seu "significado emocional e de valoração ligado a essa filiação que envolve processos socioafetivos, cognitivos e valorativos que são implicados na organização singular do sujeito em interação com o ambiente social" (CRUZ E AGUIAR, 2011, p.7). Dessa forma, é possível identificar a importância do coletivo na construção do eu individual e as implicações advindas disso na identidade profissional.

Nesse processo de construção de si, o professor se vê em um constante equilíbrio entre como percebe a sua própria imagem e os papéis assumidos enquanto docente, influenciando-se pelo ambiente escolar, pelas reformas educacionais e políticas, bem como pelos conhecimentos sistematizados da sua área de atuação (MARCELO, 2009). Dessa forma, a identidade profissional é constituída mediante uma estrutura multifacetada de trajetórias, saberes, movimentos e regras.

Verifica-se que a identidade profissional não é algo linear, ela é desenvolvida de maneira complexa e dinâmica, a partir da harmonização dos papéis a serem desempenhados enquanto professor. Ademais, a identidade profissional constitui-se como um processo diacrônico de atribuição de perspectivas e significados das vivências. É, ainda, um desenvolvimento que acontece durante toda a existência. Marcelo (2009, p.112) ressalta que "a formação da identidade profissional não é a resposta à pergunta "quem sou eu nesse momento?", mas sim a resposta à pergunta "o que quero vir a ser?". Esse movimento se dá na medida em que reinterpretamos constantemente os acontecimentos ao longo da vida.

Cruz e Aguiar (2011, p. 8) enunciam que a identidade profissional precisa ser compreendida dentro de um sentido de "mobilidade psicológica, com múltiplas variações e flutuações, cuja entropia (ordem-desordem) se reveste de uma estabilidade relativa, simultaneamente eivada por mudanças e permanências". Assim, nos constituímos progressivamente mediante as experiências vivenciadas nos grupos a que estamos vinculados, compartilhando concepções, comportamentos e construindo relacionamentos baseados no sentido de valoração que é atribuído a esse grupo em relação aos demais. Dentro desse movimento, acontecem os processos de categorização e comparação social.

Para Marcelo (2009), a identidade docente constrói-se mediante três elementos fundamentais: as vivências pessoais, a relação com o conhecimento formal e suas experiências escolares. No primeiro aspecto, a sua trajetória de vida e sua forma de ver o mundo, incluindo a forma como se enxerga e aos outros compõe sua construção identitária. No segundo aspecto, verifica-se o modo como ele experienciou a construção do conhecimento específico da disciplina que atuará. E, por último, todas as experiências que teve dentro da escola, seja como aluno ou professor.

De acordo com Marcelo (2009), o profissional da educação é o único que tem a oportunidade de vivenciar por um longo período a contemplação das atividades e papeis que exercerão em sua profissão. Enquanto alunos, os docentes constroem modelos mentais, concepções sobre ensinar e aprender, a partir do prolongado tempo de observação. Dessa forma, a identidade docente vai se produzindo de modo progressivo e, até certo ponto, irrefletida, na medida em que ela se constrói informalmente, a partir de referências absorvidas paulatinamente, priorizando mais os aspectos emocionais em detrimentos dos racionais. O autor assinala que:

> esse vínculo entre os aspectos emocionais e cognitivos da identidade profissional docente hão de ser levados em conta na hora de apresentar propostas formativas, já que, como veremos em seguida, as emoções constituem uma parte muito importante das crenças que nós, os professores, desenvolvemos acerca de como se ensina, como se aprende, e como se aprende a ensinar (MARCELO, 2009, p. 116)

Nesse sentido, já que as emoções são elementos predominantes da constituição da identidade profissional docente, as mudanças significativas são realizadas por esse caminho, sendo necessário um forte apelo emocional para que se possa ressignificar crenças sobre os processos de ensino e aprendizagem.

Quando um docente adentra aos muros escolares para exercer sua atividade, ele já vem com uma infinidade de concepções acerca do seu trabalho. Estas crenças definem a visão do que tem sobre o que é certo ou errado, verdadeiro ou falso; influenciando ainda, na forma como se disporá a aprender e sobre as transformações de que estará disposto a concretizar. De acordo com Marcelo (2009, p. 117), "as crenças que os professores em formação trazem consigo quando iniciam sua formação inicial afetam de uma maneira direta a interpretação e valorização que os professores fazem das experiências de formação docente". Vê-se, assim, o papel predominante das crenças no processo de constituição da identidade profissional docente, pois estas possuem um tom afetivo e julgador, sendo comumente inalteráveis no decurso da formação e prática em sala de aula (MARCELO, 2009).

A construção da identidade docente é um processo que envolve o individual e o coletivo, pois é esperado que os professores adquiram determinadas concepções e posturas em relação à sua imagem profissional. Assim, é possível diferenciar os docentes entre si, de acordo com a relevância que atribuem a estas características, desenvolvendo a própria reação ao contexto em que está participando (MARCELO, 2009).

A identidade profissional também "contribui para a percepção de autoeficácia, motivação, compromisso e satisfação no trabalho dos docentes, e é um fator importante para que se tornem bons professores. A identidade é influenciada por aspectos pessoais, sociais e cognitivos" (MARCELO, 2009, p.112). Percebe-se, dessa forma, que a identidade docente sustenta os

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

processos de construção da autoimagem do professor, a forma com que ele encara seu trabalho e a maneira como direcionará suas ações dentro do ambiente educacional. De acordo com Sales e Chamon (2011, p. 187):

> As relações com o outro geram também identidades sociais, isto é, sentimentos de pertença a um grupo com o qual o indivíduo é susceptível de se identificar. Entre as muitas identidades sociais do indivíduo, a identidade profissional é aquela ancorada nas representações, práticas e saberes profissionais, que depende do contexto de exercício profissional do indivíduo.

Dessa forma, a identidade profissional ancora-se nos significados, nas atividades e nos conhecimentos estabelecidos no seu contexto de atuação. O ambiente profissional é um espaço privilegiado de interação social e influencia diretamente na construção da identidade, na medida em que os professores o utilizam para realizarem os ajustes necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

A identidade profissional docente está passando por um movimento significativo de transformações e, até mesmo, de crise, devido às mudanças relacionadas à educação. Hoje os princípios que guiavam a identidade docente não devem ser mais os que regiam as práticas educativas nas décadas anteriores. A crise da identidade docente relaciona-se não apenas com a própria dimensão profissional, mas, também, com um contexto mais amplo de mudanças sociais, em nível local e global, gerando uma desestabilização nos papéis até então. De acordo com Marcelo (2009, p. 114):

> Embora agora seja muito mais evidente, durante sua história a profissão docente foi rebocando um déficit de consideração social, baseado, segundo alguns, nas características específicas das condições de trabalho que fazem com que ela se assemelhe mais a ocupações do que a "verdadeiras" profissões, como a Medicina e o Direito. Pretendeu-se comparar sistematicamente a docência com essas outras profissões [...]

A profissão docente, entretanto, em sua essência, não desempenha um papel direcionado ao interesse de classes específicas e está sempre em processo de transformação. Estas mudanças são encaradas a partir de duas vertentes: uns a veem como uma "desprofissionalização" na medida em que há uma supressão da independência e controle dos processos educativos; outros encaram como uma "reprofissionalização", pois oportuniza a capacidade de reinvenção das atividades rotineiramente realizadas pelos professores (MARCELO, 2009).

Marcelo (2009) destaca que a profissionalização pode ser entendida como a habilidade do profissional e da instituição em que atua desenvolverem atividades de qualidade, de maneira comprometida com as pessoas atendidas, sempre em um ambiente colaborativo. O autor ainda esclarece que há a emergência de reprofissionalizar a atividade do professor para que possam ser desenvolvidas ações de qualidade. Nesse cenário há uma ampliação das funções do docente, indo além das que tradicionalmente centravam-se apenas nos alunos e na sala de aula. Verifica-se que os professores possuem a capacidade de realizar esse movimento de ampliação e ressignificar o seu trabalho.

Ainda nesse sentido, Marcelo (2009) explica que é necessário identificar a ironia presente nesse processo, pois vende-se uma ideia de autonomia aos professores e de que eles são responsáveis

pelo atendimento de suas demandas quando, concomitantemente, atribuem a eles o dever de obter resultados a partir de parâmetros nacionais para um melhor desempenho em nível internacional. Assim, o professor se vê imerso em uma conjuntura de interesses políticos e sociais, permeados pela necessidade urgente de garantir o serviço essencial da educação, que é o de desenvolver o processo de construção da aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, como o docente pode se ver dentro desse contexto? Quais dimensões sustentam o seu papel e atuação na escola? São questionamentos que fazem parte do cotidiano docente e que identificam a crise na identidade profissional docente. Esta crise de identidade acarretará profundas transformações biográficas referente ao seu trabalho (SALES e CHAMON, 2011).

Verifica-se que o decurso de uma crise de identidade profissional passa por uma crise de identidade geral, visto que uma das problemáticas principais é a impossibilidade de o sistema educacional resolver as dificuldades de ordem social como a desigualdade. Dessa forma, esta crise pode ser concebida de três formas: como uma falta de valorização social da função do professor; por uma falta de clareza das responsabilidades institucionais da escola e aumento progressivo dos papéis a serem desempenhados pelo professor; bem como por uma percepção destorcida do que é a sua profissão por parte dos docentes (CHAMON, 2003). Dessa forma, os professores veem-se entranhados em uma confusa visão do que deveriam desempenhar enquanto profissionais a partir de demandas sociais, educacionais e pessoais.

Metodologia

O presente trabalho pauta-se na perspectiva de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa constitui-se como uma abordagem multimetodológica no que se refere ao foco, utilizando-se essencialmente da interpretação dos fenômenos humanos, em que a pessoa é a figura central do processo de pesquisa (SOUZA e KERBAUY, 2017). Assim, a pesquisa qualitativa desenvolve-se mediante a construção de dados no ambiente natural do participante, atribuindo sentido e interpretando os fenômenos a partir das interações sociais estabelecidas. Nesse contexto é importante que o pesquisador ajuste suas percepções para compreender o contexto sociocultural e histórico a ser investigado.

O processo de construção dos dados desenvolveu-se mediante a utilização de dois métodos: a História de Vida e o Grupo Focal. A História de Vida possibilita traçar uma linha de acontecimentos, restaurando-os através das memórias no momento presente e, compreendendo a partir desse movimento, como essa história ecoa em suas vivências atuais. Em termos gerais, o método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo (NOGUEIRA, et al, 2017).

Acerca da segunda metodologia utilizada para a construção dos dados da pesquisa, a utilização de grupos focais nas pesquisas qualitativas tem sido cada vez mais significativa. Os grupos focais configuram-se como a reunião de indivíduos previamente selecionados para argumentarem acerca

de um tema específico, mediante suas vivências particulares nesse contexto. A definição "focal" vem justamente desse movimento em que pessoas distintas se ocupam de refletirem e discutirem um mesmo tema em questão (GATTI, 2005).

Esta pesquisa contou com o envolvimento de oito participantes que foram selecionados mediante contato pessoal prévio com a pesquisadora. Todos os participantes são professores que atuam como regente de turmas/aulas da Educação Básica em escolas públicas do município de Uberaba/MG. O público deste estudo compõe-se de docentes que não atuam como especialistas na área da educação inclusiva e que possuem experiência em turmas regulares comuns que possuem alunos com deficiência.

Em um primeiro momento foram realizadas as entrevistas abertas individuais, com duração média de 40 minutos cada uma. As entrevistas foram realizadas pelo Google Meet, sendo gravadas e, depois, transcritas.

As entrevistas tiveram o objetivo de realizar a construção de dados, em um primeiro momento, acerca da formação e atuação docente, bem como da trajetória de escolha da profissão docente, o processo de formação inicial e a entrada na docência até os dias atuais e, em um segundo momento, sobre a experiência destes professores com a educação inclusiva em salas regulares comuns, assim como suas concepções, percepções, desafios, possibilidades e expectativas em relação à educação inclusiva.

Dividiu-se, então, a entrevista em dois momentos e cada um deles teve uma reflexão prévia para que se pudesse sensibilizar o participante acerca da temática a ser trabalhada. Para o primeiro momento, leu-se a citação de Paulo Freire (1991, p. 58): "Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde. Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática".

A escolha da frase deveu-se a ela representar, de maneira acessível, a ideia de como nos desenvolvemos enquanto professores ao longo da nossa trajetória formativa e suscitar reflexões significativas. Considerou-se, ainda, a importante e eminente figura de Paulo Freire amplamente conhecida pelos educadores. Foram projetados quatro tópicos: 1. Minha escolha pela profissão docente; 2. Meu processo de formação inicial; 3. Minha entrada na docência até os dias atuais; 4. Minhas percepções em relação ao ser docente.

No segundo momento, trouxemos inicialmente, um compilado de quatro imagens representativas de como é ilustrada a educação inclusiva nas buscas de banco de imagens. Ressalta-se que as imagens eram compostas, sempre, por crianças sorridentes e interagindo umas com as outras, sentadas em círculo e com a atenção individualizada do professor. O simbolismo das imagens e a sua articulação com a realidade da sala de aula foram discutidos pelos participantes. Após o momento de sensibilização, os professores se manifestavam livremente acerca dos tópicos projetados: 1. Minha experiência em sala regular comum com a educação inclusiva; 2. Minhas percepções, desafios, possibilidades e expectativas em relação à educação inclusiva.

Nos dois momentos os docentes se sentiram à vontade para contarem suas experiências e concepções em relação aos tópicos apresentados, não sendo necessário estimulá-los a falarem. Posteriormente realizou-se o encontro do Grupo Focal com todos os participantes da pesquisa. Iniciou-se com os esclarecimentos acerca do funcionamento do encontro e, posteriormente,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

propôs-se um primeiro item para a discussão: "Qual é a sua percepção em relação ao processo de educação inclusiva na escola regular comum?". Em um segundo momento, foi lançada outra pergunta: quais são os sentimentos envolvidos no processo de ser professor regente no contexto da educação inclusiva? Finalizou-se com os agradecimentos da pesquisadora e feedback livre dos participantes acerca da participação no processo da pesquisa.

Os dados construídos foram submetidos à análise de conteúdo. De acordo com Franco (2005, p. 13) a análise de conteúdo se ocupa da "mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada". Assim, toda mensagem emite um sentido que precisa ser visto dentro de um contexto específico. O significado de uma palavra pode ser entendido e generalizado a partir de seu "corpus de significação", compartilhado assim, de modo coletivo.

A análise de conteúdo tem como base os preceitos críticos e dinâmicos da linguagem, na medida em que esta representa a condição humana dentro de sua trajetória histórica e representações sociais no "dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação" (FRANCO, 2005, p. 14). Ao se analisar as palavras, deve-se considerar todo o conteúdo complexo desses múltiplos fatores envolvidos na linguagem.

Utilizou-se a análise de conteúdo para compreender como é construída a identidade docente dos professores regentes de aulas que atuam com educandos que compõem o público-alvo da educação inclusiva e os desdobramentos dessa construção na sua prática profissional.

Nesse processo foram identificadas cinco unidades temáticas. Neste trabalho abordaremos as análises iniciais de duas unidades temáticas: "Emoções e sentimentos que perpassam o processo de educação inclusiva" e "Concepções sobre Inclusão Escolar". A primeira unidade temática surge a partir da expressiva manifestação dos participantes da pesquisa em relação aos estados emocionais cotidianos no desenvolvimento das suas atividades laborais. Na segunda unidade temática são analisadas as percepções dos professores sobre o que é incluir e como esse processo se desenvolve na prática profissional destes.

Resultados e discussão

Emoções e sentimentos que perpassam o processo de educação inclusiva

Todos os professores enunciaram uma série de emoções e sentimentos relacionados ao processo de incluir na sala de aula em suas entrevistas individuais (E.I.) e grupo focal (G.F.). Como grandes elementos, percebem-se os sentimentos de impotência e frustração na fala da maioria dos participantes. Ressalta-se que a identidade dos participantes foi preservada por nomes fictícios.

> Realmente assim, no nosso curso a gente tem uma matéria, uma disciplina que fala sobre inclusão, mas na prática é bem diferente, né? Então é um desafio mesmo. Dependendo do caso, às vezes é um desafio muito grande para mim. Eu entendo assim, que às vezes falta muito apoio à criança. Porque a gente como regente de turma, não tem como dar o suporte que aquela criança precisa, certo? Então tem sido para mim um desafio muito grande. (SUZANA, G.F)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Eu, como professor de matemática, com 40 alunos dentro de uma sala, infelizmente gente, nem se eu quisesse eu conseguiria ensinar matemática para aluno que está no oitavo ano, não é alfabetizado e chegou no oitavo ano. Ele não sabe diferenciar números, ele não sabe identificar formas geométricas, então, infelizmente, eu fico de pés e mãos atadas. É triste falar isso, mas é a realidade que eu vivencio. Então eu gostaria muito de poder fazer algo a mais por esse aluno, mas, infelizmente, dentro das minhas possibilidades, de uma escola pública sem infraestrutura com quarenta alunos, eu não consigo. (MARCOS, G.F.)

A fala acima dos professores revela um cenário em que se sentem inaptos a dar o apoio necessário de que o aluno com deficiência demanda. Essa situação é ilustrada por condições adversas de uma sala de aula superlotada e a falta de estrutura para atuar em tal especificidade, conforme enunciou o professor Marcos. Esse sentimento também é compartilhado por outros professores:

> A gente fica meio frustrada às vezes. Por que a gente não consegue atingir tudo, né? Tudo o que o aluno precisa. Acaba às vezes no final de ano a gente: "gente, será que eu fiz tudo isso mesmo por aquele aluno? Será que eu consegui que ele aprendesse alguma coisa? Porque é muita responsabilidade ... é muita coisa. (RAQUEL, G.F.)

> É muita coisa, é muita exigência em cima de nós. É muita habilidade para ser trabalhada, é muito papel para ser preenchido ... e o aprendizado do menino mesmo ... como diz, às vezes a gente perde tanto tempo em fazer umas coisas assim, burocráticas, que a gente poderia estar trabalhando com o aluno (GABRIELA, G.F.)

Em meio a tudo isso, também revelam que praticam a empatia com os alunos e suas famílias, como um elemento fundamental no processo de educação inclusiva.

> E a questão da empatia como foi falado também. Então eu sinto gratidão e empatia. A gente se colocar no lugar deles, no lugar da família. Então são meus dois sentimentos. (RAQUEL, G.F.)

Faria e Camargo (2018) ressaltam que não há um olhar mais direcionado para as emoções dos professores de modo a instrumentalizá-los para lidarem com as demandas complexas que fazem parte de seu dia a dia de trabalho. Dessa forma:

> Os aspectos emocionais do professor são relegados em detrimento dos fatores cognitivos, fazendo com que a formação docente se volte somente à compreensão intelectual dos termos e das situações de inclusão, porém deixando de considerar a importância das emoções do professor, tanto frente ao trabalho realizado no processo inclusivo como em relação ao aluno com necessidades educacionais especiais (FARIA e CAMARGO, p. 219).

Assim, as falas dos professores revelam sentimentos desconfortáveis e nem sempre fáceis de serem trabalhados, dentro do desafio de ser professor em um contexto inclusivo. Faria e Camargo (2019) revelam em seu estudo que as emoções e sentimentos que compõe o cotidiano do professor traz o incômodo tocante à aspectos estruturais do sistema inclusivo. As autoras enunciam ainda que "alguns estudos mencionaram emoções/afetos/sentimentos vinculadas(os) a um relacionamento professor-aluno mais próximo e afetivo, como aceitação, afeto, amor, carinho, sensibilidade e tranquilidade". (FARIA e CAMARGO, 2018, p. 222). Estes dados vêm ao encontro com a ambiguidade presente em algumas narrativas, na medida em que o professor enuncia sentir conteúdos desafiadores/negativos, mas também, gratidão e empatia pela função que exercem e por seus alunos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ressalta-se que o conhecimento das emoções e dos sentimentos docentes a respeito do processo de educação inclusiva, enuncia "a realidade da educação inclusiva por dentro, por detrás dos discursos treinados e estereotipados". (FARIA e CAMARGO, 2018, p. 222), pois a emoção é uma expressão genuína e indica a verdade de como este docente se relaciona com o processo de educação inclusiva.

Concepções sobre Inclusão Escolar

Acerca das concepções emergidas na fala dos participantes, podemos destacar que o desenvolvimento da identidade docente se faz mediante uma série de desafios e situações complexas.

> Então o incluir, ele está muito além de colocar o aluno lá dentro da sala e falar que ele está incluso, o incluir está muito, muito além disso. Transcende na verdade. Porque não é só pegar o aluno e colocar dentro e sala e falar que ele está incluído. Ali você tem que fazer um trabalho com ele e desenvolver atividades para que ele possa alcançar as habilidades dele, aquelas habilidades de acordo com a capacidade dele (GABRIELA, G.F.)

Os professores revelam consciência de que o processo de inclusão está um lugar além de inserir o aluno com deficiência na sala de aula regular sem, no entanto, dispor de condições necessárias para realizar um trabalho efetivo de desenvolvimento da aprendizagem, bem como de socialização. Dessa forma, enunciam a concepção de que a inclusão ainda acontece só de fachada.

> E muitos ainda acham que a inclusão é só a criança estar numa escola regular. E se a escola regular não oferece uma equipe multidisciplinar para fazer um trabalho de qualidade com essa criança, ela não está incluída ali. Ela faz parte do grupo, mas não está incluída. (AURORA, G.F.)

> É só no papel a inclusão, é só o papel bonito para mostrar para fora. Porque como vocês já colocaram, jogou para todo mundo e trata de pipocar ali na panela do jeito que dá para não cair fora, né? (HELENA, G.F.)

Assim, é possível perceber que os professores encaram o processo de educação inclusiva com desconfiança e pouca efetividade. Acreditam que ainda é algo que foi imposto por políticas sem o devido preparo estrutural para que, de fato, possa acontecer.

O processo de incluir é algo bastante desafiador, pois coloca em xeque valores e crenças estabelecidas historicamente. Demanda, sobretudo, a modificação de pensamentos, comportamentos e práticas que se encontram obsoletas dentro das instituições escolares. Na educação inclusiva não deve ser prioritário o atendimento de profissionais especializados na área, mas sim, oferecer aos alunos a possibilidade de obterem atendimento adequado dentro dos espaços comuns, com alunos e professores (STAINBACK E STAINBACK, 1999)

De fato, os professores devem receber apoio e formação para a obtenção de novas habilidades, que os permitam ressignificar suas concepções e práticas acerca de um ensino inclusivo. Além disso, faz-se importante que os próprios professores também se desenvolvam dentro de um ambiente colaborativo e de apoio mútuo. Faz-se importante refletir que a criação de um ambiente cooperativo é fundamental não apenas para os alunos, mas, também, para a equipe pedagógica

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como um todo. A troca de experiências e apoio entre os profissionais das instituições escolares configura-se como um ponto de força para que se possam ser realizadas as transformações necessárias.

Um outro benefício para os professores é o fato de que se cria um ambiente propício para se conhecer novas metodologias e teorias dentro do campo educacional, bem como pensarem de maneira estratégica, antevendo situações e planejando ações mais assertivas (STAINBACK E STAINBACK, 1999).

Esse aspecto é de fundamental importância, visto que não é possível realizar transformações significativas sem que se invista em formação de professores, melhoria das instalações das instituições escolares, compra de equipamentos e materiais pedagógicos e contratação de profissionais que deem o suporte necessário no que tange à educação especial.

Algumas considerações

Na tentativa de responder ao objetivo geral da pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo para compreender como é construída a identidade docente dos professores regentes de aulas que atuam com educandos que possuem deficiência e os desdobramentos dessa construção na sua prática profissional.

A análise preliminar das unidades temáticas: "Emoções e sentimentos que perpassam o processo de educação inclusiva" e "Concepções sobre Inclusão Escolar" demonstrou que o processo de construção da identidade docente se desenvolve mediante a criação de significados da prática e do que é ser professor. Assim, podemos observar que os professores ainda se veem como profissionais despreparados para lidarem com a complexidade da educação inclusiva.

Sentem-se desamparados pelo sistema educacional e obrigados a lidarem com situações desafiadoras que demandam um desgaste físico e emocional. Sendo o ambiente escolar um espaço propício para a construção de novas percepções, consideramos a escola como um local definidor de transformações, sendo que as reflexões e o trabalho coletivo são peças-chaves para a superação dos desafios. Diante disso, a formação de professores que considere essa realidade é algo de suma importância para que possamos vislumbrar uma educação efetivamente inclusiva.

Referências

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003.

CIAMPA, A. C**. Identidade humana como metamorfose:** a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. Interações, v. 03, n. 06, jul/dez, 1998.

CRUZ, F. M. L; AGUIAR, M. C. C. **Trajetórias na identidade profissional docente:** aproximações teóricas. Psicologia da Educação, São Paulo, 2011.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental.** 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DECHICHI, C. & SILVA, L. C. Alguns Aspectos Históricos no Atendimento a Pessoa com Deficiência In: **Curso Básico:** educação especial e atendimento educacional especializado. DECHICHI, C., SILVA, L. C. & FERREIRA, J. M. (Organizadoras). Uberlândia: EDUFU, 2012. https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-317-2

FARIA, P.M.F., CAMARGO, D. **As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar:** uma revisão sistemática. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.2, p.217-228, Abr.-Jun., 2018.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo.** Brasília: Liber Livro, 2005.

FRANCO, R. M. S. GOMES, C. **Educação Inclusiva para além da Educação Especial:** uma revisão parcial das produções nacionais. Revista Psicopedagogia, 2020, 37(113): 194-207.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCELO, C. **A identidade docente:** constantes e desafios. Formação Docente, Belo Horizonte, v. 01, n.01, ago/dez, 2009.

NOGUEIRA, M.L.M. et al. **O método de história de vida:** a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017.

ORRÚ, S.E. **O re-inventar da inclusão:** os desafios da diferença no processo ensinar e aprender. Petrópolis: Vozes; 2017.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental:** da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

RODRIGUES, D., LIMA-RODRIGUES, L. **Formação de professores e inclusão:** como se reformam os reformadores? Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 41-60, jul./set. 2011.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SALES, A. C. M., CHAMON, E. M. Q. O. **Escolha da carreira e processo de construção da identidade profissional docente.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.183-210, dez. 2011.

SCUSSEL, D. R. **As inter-relações do trabalho pedagógico e a deficiência intelectual.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

SOUZA, K. R. KERBAUY, M. T. M. **Abordagem quanti-qualitativa:** superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão:** Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CORPOS NEGROS MASCULINOS NO CURRÍCULO – UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL

Claudinei Caetano dos Santos[1]

O livro didático como fonte de representações

Investigou-se enquanto problemática de pesquisa como o livro didático de história produz representações sobre o corpo negro masculino e como essas representações podem fabricar reproduções heteronormativas e racistas na vida dos estudantes secundaristas, levando em consideração as dificuldades perpetradas pelo racismo, advindas da herança escravocrata do passado colonizador brasileiro, que por meio dos conceitos eurocêntricos amplamente divulgados, inclusive pela educação e por materiais didáticos, terminam por potencializar perspectivas que tomam os corpos negros, por meio das reproduções vinculadas ao material didático, a partir de estereótipos assentados em pressupostos de força, gênero e sexualidade, que reduzem os corpos em si mesmos, que estão alinhados a uma matriz heteronormativa operam na produção de masculinidades e percepções de si. Nesse matiz, Costa (1986) destaca que:

> […] a violência é a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (p.104)

Esses cerceamentos e silenciamentos por parte deste levante ideológico eurocêntrico que atravessam a sociedade, as relações sociais e grande parte do que ela produz, marcam não só, mas principalmente as sociedades colonizadas, e muitos são "obrigados" a carregar o estigma natural da frustação do homem branco, o corpo, a força, o desejo, a sexualidade, pois como nos elucida Grada Kilomba (2019), "as pessoas negras tornam-se a representação daquilo que a sociedade branca tem empurrado para o lado e designado como perigoso, ameaçador e proibido" (p. 119), fazendo das ações diárias de cada pessoa negra um martírio psicológico, manipulando a realidade para o prazer da sociedade branca, levando em consideração suas vontades e desejos.

Nessa mesma direção, Barros e Barreto (2018) enfatizam que "um ambiente de boicote, hostilidade e medo, o mal-estar na masculinidade negra contemporânea tem um forte vínculo na formação desse sujeito" (p. 313), e esse ambiente se torna propício às inúmeras hostilidades e terminam por operar na constituição do indivíduo. Com base nisso, compreender o papel que os livros didáticos, sobretudo os de história exercem nesse processo é algo urgente e necessário, fazendo emergir não ditos que trabalham na construção do gênero, da sexualidade e da masculinidade de homens negros, especialmente adolescentes e jovens.

[1] Licenciado e bacharel em Filosofia, Especialista em Comportamento Humano, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Doutorando em Educação, todos pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: prof.claudineicaetano@hotmail.com. Fone e WhatsApp 55 66 99977-6440.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Grada Kilomba (2019), afirma que o "[...] o racismo não é biológico mas discursivo [...]" (p.130), afinal a tortura física dos séculos XX não se aplicam mais nos mesmos moldes, agora tem-se outras tecnologias de poder para tais efeitos perniciosos à pessoa negra, agora se usa também o discurso, a palavra para ferir, usando de suas artimanhas silenciosas cotidianamente para diminuir e menosprezar o ser negro.

Neste mesmo caminho do processo discursivo, engendrado pela matriz racista e heteropatriarcal, podemos notar que as ações racistas e homofóbicas fazem com que as pessoas busquem muita das vezes refúgio no silêncio, sejam por medo ou por falta de espaços para o enfrentamento a essas ações, assim faz-se importante analisar como as representações dos corpos negros, alinhados a pressupostos compulsórios de heterossexualidade são retratados nos livros didáticos de História, bem como os mecanismos de normatização empreendidos pela escola.

Essa produção de ataques contra os que não se localizam nos ideais da heteronormatividade compulsória, muita das vezes começa nos espaços escolares como ressalta Bernardo e Maciel (2015), se tornando um fator preocupante em relação às tratativas ético-raciais e homoafetivas em analogia aos meios que produzem desigualdades em universos diferentes, dificultando assim o enfrentamento ao racismo e a homofobia nos lugares de convivência diária. Significativamente, Louro (2000), ressalta que:

> [...] para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia. (p. 21)

Com a Lei 10.639/03[2], que torna obrigatória nas escolas a inserção da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas instituições privadas e públicas. Nessa perspectiva seria possível pensar por um novo viés esses corpos negros, mas em grande parte a resistência por parte das gestões e as resistências de muitos docentes impedem a aplicabilidade dessa temática. As referencias tanto à cultura quanto a raça nos livros didáticos deixa a desejar e além de, com essa inclusão, esse aluno negro teria outra visão de suas raízes e genealogia, sendo vantajosa no combate a dificuldade do mesmo, bem como no combate ao racismo.

De certa forma o livro didático é o material de apoio ao professor mais usado em sala de aula, como elemento norteador do conhecimento, e este tem o papel de facilitador de aprendizagem, auxiliando em mudanças e transformações na prática pedagógica, anunciando assim ao aluno informações importantes sobre o passado, que o faz estar imerso nas percepções de mundo, para compor suas análises do tempo presente.

Para Cotrim (2008), o livro didático vem com o objetivo de instigar o aluno a se inserir no campo de estudos da história, reconhecendo sua posição histórica a partir das representações nestes aportes, fazendo com que se sintam transformados após as reflexões ali postas. Sendo assim, este instrumento é de importância fundamental para a formação de consciência crítica a partir das informações ali alocadas.

[2] Em 9 de Janeiro de 2003, foi decretada a Lei 10.639/03 que torna obrigatório no ensino fundamental e médio o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ao se tratar do livro didático, como uma ferramenta primordial ao aluno, dentro da formação humana, Bezerra (1999), assinala de que este deve levar em consideração os educandos e suas necessidades que precisam ser contempladas com os conhecimentos a serem trazidos, com representações de extrema importância para o discente estruturar sua base identitária e seu arcabouço histórico. Essas representações, nos livros didáticos de história por Mauad (2007), são embasamentos tanto no prospecto de instrução quanto para o processo educacional, estas garantem a maneira de ser e agir de um indivíduo, projetando seus valores, desejos e ideias. As representações não são meros assessórios para compor o conjunto dos caracteres de aprendizagem, mas devem ser vistos com um devido cuidado, pois carrega em si a construção de um mundo além de sua projeção no aluno.

O currículo e suas representações dos corpos negros masculinos

Levando em consideração a centralidade que o corpo assume nesse trabalho é importante apresentar de maneira interligada as reflexões de estudiosas e estudiosas que se dedicam às questões ligadas ao corpo, às dimensões étnico-raciais, ao gênero e a sexualidade.

As relações de discriminação que se dão no âmbito social e cultural, estão além das questões de preconceito assentados em aspectos físicos, pois esta vem em detrimento dos mesmos, os traços fenotípicos são marcadamente o ponto de partida para um olhar preconceituoso, sendo assim, ao se disporem com esta visão, o negro sempre está associado a algo inferior, a algo maléfico, marcado pelo menosprezo e esvaziado de sua humanidade (MUNANGA & GOMES, 2006).

Essas questões se enraizaram de tal forma, que a qualquer citação sobre o corpo negro vem à memória pensamentos negativos e estigmatizados, e esses fatores em um ambiente escolar se tornam ainda mais prejudicial ao aluno negro, afinal por si só o meio já é excludente e com essa leitura dos fatos, imagens e representações do próprio indivíduo se distanciam de sua realidade.

As representações nos livros didáticos, segundo Fernandes e Almeida (2008), são informações em forma de imagens como elementos mediadores de um texto escrito, e deixam de ser apenas uma informação para se tornar outro elemento fundamental para as leituras das imagens, agora elas representam outra forma de interpretação por si só, a de um novo texto.

Essas representações não são apenas gravuras ou meras ilustrações, são informações repletas em detalhes que contribuem para a formação identitária dos jovens, e no caso específico desse trabalho, o corpo negro expresso nestas imagens, são sempre representados como elementos depreciados e sem apreço nos livros didáticos, em quase sua totalidade são representados em situação associados à escravidão, robustez, virilidade, acenando para uma ideia de heterossexualidade.

Chartier (2011) corrobora com a compreensão desses aspectos, pois evidencia que a ideia de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores e historiadoras a se desfazerem de sua "muito pobre ideia do real", como escreveu Foucault (1999), colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é

exatamente o que elas dizem que é. Nesses termos, as representações terminam por fabricar efeitos de realidade.

Para Chartier (2011) "[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social [...]" (p. 28), e pensar essas imagens nos livros didáticos articulados a essa perspectiva que possibilita compreender de maneira interessante como se articula este tipo de produção audiovisual, dotado de múltiplas e distintas linguagens e códigos, como o mundo social de modo mais amplo, considerando as clivagens de gênero e raça no interior de uma dada sociedade.

Pensar as representações de Chartier (1991), na perspectiva da análise das imagens nos livros didáticos de história enquanto narrativa se torna um documento importante capaz de produzir diversas compreensões, interpretações e sentidos. A linguagem ali representada alcança os espaços individuais e coletivos que consomem o material didático, ela em suas variáveis termina por colocar em jogo o corpo, o espaço, a temporalidade e as relações estabelecidas, dando a possibilidade da criação de novas interpretações a partir de cada espaço social.

As representações dos corpos negros nos livros didáticos, segundo Gomes (1996) sendo um processo de construção da identidade "[…] é um dos fatores determinantes da visão de mundo, da representação de si mesmo e do outro" (p. 88). E tendo essas imagens retratadas de forma não positivas, sedimenta ai uma estrutura negativa na formação do indivíduo. Rosemberg (2003) destaca que são muitas as ilustrações nos livros didáticos que, ainda, apresentam "[…] o negro escravo, vinculando-o à passagem daquela condição à de marginal contemporâneo, pouco trabalhando a diversidade de sua condição" (p. 136). Levando assim o aluno negro a não se interessar pela sua própria história, pelo seu próprio legado e a se compreender como um ser menor.

As representações contidas no livro didático, na visão de Silva (1995), possui um impacto considerável em relação à construção da identidade do discente, que de certa forma não conseguem encontrar um aspecto positivo em relação à sua questão étnico-racial, sua história e sua cultura é elucidada sempre em momentos de inferioridade, servidão, trabalho e sofrimento, ou às vezes omitida e em sua quase totalidade de forma caricatural e/ou estereotipada na escola.

A perca ou a não identificação com sua cultura leva a desmotivação tanto em conhecer melhor as origens, quanto buscar fazer parte ativamente do processo de formação histórica de seu povo, as caricaturas, os estereótipos e todas as classificações pejorativas ao se tratar do corpo negro nos livros didáticos afasta esses indivíduos de seu lugar de origem. E não só essas ilustrações nos livros que minam constantemente a libertação desse estigma eurocêntrico, segundo Chiavenato (1999) a noção de inferioridade dos corpos negros enquanto ideologia foi assinalada a partir do escravismo, marcando assim toda uma história carregada de significados negativos.

Para os espaços e ações antirracistas, Wieviorka (2008), aponta que o lugar de luta deve perpassar barreiras e buscar mudanças em se tratando da história, inserindo as histórias silenciadas por narrativas ao longo do tempo, as vítimas, as pessoas de pele negra, precisam levantar e propiciar debates e problemáticas entre os aspectos da história e memória.

Na análise de Silva Júnior (2006) trás que, o livro didático precisa promover entre o cotidiano do aluno e os temas propostos uma interação estreita de ensino/aprendizagem, com suas ilustrações atualizadas e contextualizas, mas, no entanto vemos que a relação de representação da questão

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

étnico-racial padece de atualização critica. Os elementos compostos nos livro didático deve instigar a colaboração do aluno ao ter contato com essas informações.

Ao se falar do confronto identitário, étnico-racial, Gomes (2004), nos salienta que o processo da construção da identidade, só é percebida quando colocada em evidencia com a do outro, este outro, o homem branco, nos interpelando por estar na condição de sujeito negro, pensando esse aspecto como um organismo cultural, histórico e social. Essa tomada de consciência versa sobre como o homem negro em meio a seus conflitos de densidade dialógica, reage meio ao encontro de sua relação com o outro.

Representar nos livros didáticos, segundo Averbuck apud Silva (2011), as ilustrações de forma a humanizar o indivíduo de cor de pele negra, faz com que a autoestima do aluno, bem como o resgate de sua identidade cultural, se torne motivo para o mesmo se orgulhar, tendo em vista de que o mesmo reconhecerá e perceberá sua identidade a partir das representações e não de como os aspectos reais se apresentam, fazendo assim, com que o aluno negro em meio a esse espaço escolar caracterizado para menosprezar, diminuir, excluir em se tratando do conhecimento do social identitário, fica a margem e muita das vezes evade-se da escola por não se sentir seguro, amparado e positivamente representado.

Grada Kilomba (2019) afirma que "no racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade" (p.78), projeções essas que sempre vêm acompanhadas de martírios antes físicos e agora psicológicos, onde em muitas vezes de forma a tornar tais ações comuns, tanto que presenciamos em alguns momentos pessoas negras caindo na armadilha de cometer pequenos atos racistas que estão inconscientemente arraigados que se formam e permanecem em nós, caso não busquemos esmagar essas ações a todo o tempo.

Na direção do que é pré-determinado racialmente, Olga Maria L. Pereira (2012), nos trás um retrato no Brasil, que por ser um lugar de diversidade cultural e racial forte, o silenciamento racial é muito acentuado, permeia ainda o distanciamento do diferente, seja pelo cabelo, pela questão social e/ou questões étnicos raciais, do não igual, e com certa sutileza negando as marcas e ações microfísicas do racismo.

E esse racismo e preconceito vão muito além da cor, afinal ser negro já é um martírio e ser for negro e não se encaixar nos pressupostos heteronormativos a situação será mais agravada pelo fato de que o homem negro tem que ser obrigatoriamente viril, e másculo. Pensando historicamente essa questão, Mott (1988), destaca que as relações homoafetivas entre negros e senhores na época da escravatura eram corriqueiras e não havia um sistema de hierarquização, os domínios dos desejos e fantasias permeavam os domínios da sexualidade latente.

Mesmo na relação escravocrata o homem negro sendo tratado inferiormente em todos os espaços por pessoas brancas, a relação no campo do desejo eram tidas como algo exótico e mantida em segredo pelo senhor, o negro sempre foi tido como objeto de uso em suas mais diversas atribuições. E nesse caminho, Barros e Barreto (2018) traz a masculinidade dos corpos negros como configuração submissas produzindo questões complexas ao se ver no meio social.

Ser homem negro é ser subserviente em relação à sua própria masculinidade, pois se vê diante de situações desafiadoras, e levando a um questionamento sobre sua virilidade, fator que não o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

permite titubear em momentos de seu dia-a-dia, não se pode fraquejar em relação a sua postura masculinizada. Ações que inferiorizam a imagem do homem negro são constantes, e segundo Almeida (2018) o racismo passou a se tornar regra, pois este se tornou ação decorrente da estruturação social.

Essas ações punitivas de degradação para com homem negro são sentidas até hoje, em todos os cantos e ações, seja em seu cabelo, na cor de sua pele, nos lugares que frequenta, por suas roupas, enfim a todo o momento o olhar discriminador transpassa os anseios da sociedade branca a fim de diminuir a presença da figura negra na sociedade. E como bem pontua Grada Kilomba (2019) "parece que só se pode existir através de uma imagem alienada de si mesma/o" (p. 119), imagem essa criada e projetada pelo indivíduo branco, cortejando seus desejos mais sombrios com intuito de esmagar a identidade da pessoa negra.

Seguindo essa linha de raciocínio e vendo em sua maioria os livros didáticos de história representando a imagem dos corpos negros sempre em caráter escravocrata e caricatural, furta-se do aluno o desejo que se ver representado por aquela imagem, por aquela ideia que lhe diminui, lhe coloca em linha de colisão com a chacota e o menosprezo. Como nos traz Silva, apud, Munanga (2005) "em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas" (p. 23).

Para Gomes (2003):

> Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. (p. 173)

Para Santos (2014) "o imbricamento de culturas e valores presentes no colonialismo europeu contribuiu indubitavelmente para a formação do imaginário coletivo sobre a sexualidade do homem negro" (p. 11). Uma sexualidade medida, cuidada, escondida para não infringir as normas e padrões estabelecidos pela sociedade machista, heteronormativa e preconceituosa.

Para Paulo R. Ceccarelli (2008)

> o discurso social, que constrói as referências simbólicas do masculino e do feminino e dita os parâmetros que definem a "sexualidade de normal", contribui não só para a invenção da homossexualidade como também para que o sujeito homossexual, marcado pelos ideais da sociedade, se sinta "desviante", posto que excluído do discurso dominante. Os homossexuais nascem em uma sociedade cuja organização simbólica cedo lhes ensina que sua forma de viver a sexualidade é errada. (p. 89)

Essa construção social estrutura a identidade que deveria se construir de forma livre e natural, mas essa ação considerada desviante é tratada com um olhar de suspeita por parte do sistema heteronormativo, e ser um sujeito fora desse padrão, e ainda carregar o "estigma" da cor da pela negra, se torna uma luta diária, pois as regras sociais machistas e patriarcais escapam ao tempo em que passa pela história sempre escrevendo um novo capítulo. Questões de homossexualidade e raça se tornam mais delicadas, pois o "racismo não é falta de informação sobre a/o "*Outra*/o" – como acredita o senso comum -, mas sim a projeção *branca* de informações indesejáveis na/o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

"*Outra*/o", (GRADA KILOMBA, 2019, p. 117), ficando evidente de que as intenções ao preferirem ações racistas são sempre as piores possíveis.

Marcados pela visão patriarcal, Júnior (2010) salienta que a sociedade heteronormativa, classifica o masculino e o feminino de forma a se ver em modos de estranhamento, alocados em mundos diferentes em relação à sexualidade, mesmo orientando-os a se relacionarem binariamente. E essa norma ao ser direcionada a homens negros homoafetivos se apropria de uma forma ainda mais severa quando se trata das questões raciais. Em muitos casos os próprios indivíduos imersos a esse meio são levados a tomarem ações pejorativas a seus próprios companheiros. Para Santos (2014), "Estereotipar a masculinidade e sexualidade negra de tal forma é um ato que configura uma modalidade de prática do racismo em nossa atualidade, por meio da chamada violência simbólica" (p.10-11), que por muitas vezes são ações cotidianas e silenciosas.

Os espaços educacionais sob uma visão étnico-racial

O Livro didático é muito importante na formação do indivíduo e na formação para a cidadania, pois nele estão presentes conhecimentos que o aluno carregara durante e depois de sua formação, e para Bittencourt (1997) este:

> [...] é um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares são por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular (p.72).

Não é apenas um instrumento de condição para formação do conhecimento, mas também uma ferramenta para o professor planejar suas aulas e permite ao mesmo a apresentação de forma clara, coerente e coesa das informações aos alunos. Para tanto, Costa & Allevato (2010) destacam que:

> O livro didático apresenta-se com destaque no cenário educacional, ou seja, desempenha um papel relevante no desenvolvimento das atividades de sala de aula, realizadas pelos professores com seus alunos. Trata-se, portanto, de importante instrumento utilizado pelos professores para o desenvolvimento de suas atividades como docentes. (p. 79)

Significativamente, muitos alunos tem acesso a determinado tipo de informação apenas nos livros didáticos, por isso esse instrumento é muito importante, pois trabalha não só a formação do ensino aprendizagem, mas também opera na construção identitária, que vai muito além da formação padrão heteronormativa, acaba por produzir corpos encarcerados em sua sexualidade, como nos elucida Judith Buther (2015) "[...] as restrições binárias continuam a operar no sentido de estruturar e formular a sexualidade, e delimitar de antemão as formas de sua resistência ao 'real'," (p. 104) cabendo assim a cada um, o papel de se desvencilhar das amaras, buscando fugir desses meios que capturam e moldam as ações, desejos e pensamentos.

Nessa dinâmica, "[...] não basta que esse sujeito mostre desconforto com a sua sexualidade. É preciso que o outro o nomeie, permita-o, designe-o [...] (p. 25)" como bem sinaliza Mônica F. Cassana, (2018), fazendo-o passar pelo limiar estreito e rasteiro da heteronormatividade racista.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Uma das linhas de observação desse trabalho foi verificar como as representações do livro didático de história podem operar na produção de perspectivas de inferiorização dos corpos negros masculino, de imperativos de heterossexualidade, virilidade e robustez.

Para Gomes (1995) "[...] o aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial […]" (p. 89). Tendo assim, o aluno, uma visão de sua condição humana de forma menosprezada e não valorizada nem ao longo da história nem em seu momento na formação escolar, espaço de ensino/aprendizagem.

Assim, para Silva (1995)

> O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico - cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima. (p. 47)

Tratar a temática com sua devida legitimidade, dá ao aluno negro o dinamismo da importância de sua história, de sua cultura e negar esse direito, assim como lhe negaram por longos anos, e mesmo com a implementação obrigatória do ensino de cultura afro-brasileira, ainda falta muito para a efetivação desta nas escolas, nos materiais didáticos, nas práticas cotidianas escolares.

O silenciamento em suas relações afetivas de homens negros, passa pelo crivo de que:

> A transgressão de tabus da sexualidade e do corpo, a irremediável marginalidade em termos culturais, são alguns dos atributos hegemonicamente associados à pornografa, são também os mesmos atributos que fazem dela um rótulo para tudo o que é situado no extremo oposto daquilo que é moralmente aceitável. (BARROS E BARRETO, 2018, p. 304)

A sociedade impõe padrões que se dizem aceitável a serem seguidos, a serem tomados como modelos e instituído ao logo do tempo de forma sutil em nossas vidas diárias, fazendo com que as pessoas muitas das vezes não aceitam mais se silenciam.

Para Freire (2005), ao se tratar da relação entre ensino e aprendizagem, esse ressalta que:

> Não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado também educa. (p. 78-79)

Pensando a educação nesse viés assertivo, a lei 10.639/03 vem a corroborar e muito com o que almejamos e intentamos enquanto modelo educação não só de uma forma ampla, mas com a inserção do homem negro como prevê a lei neste nicho de aprendizagem. E assim na mesma linha de raciocínio, Bernardo e Maciel (2015) ao tratar deste tema afirmam que:

> O combate ao racismo, assim, se daria na esfera de produção e difusão de valores fundamentais para incidir nos seguintes aspectos: na construção de uma imagem positiva do negro; na inserção da história e da memória negras nos livros didáticos e no currículo tradicional; na oposição ao modelo eurocêntrico que funda o currículo oficial, entre outros. Não obstante a sua importância política, a sua efetivação conta com um conjunto de ações articuladas, visto que cabe ao poder público. (p.192)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tratando no âmbito escolar o debate e as reflexões como ponto de partida para a construção de uma imagem do negro de forma positiva, o inserindo na história, na cultura, na politica, enfim onde o mesmo o fez e o faz presente, que por tanto tempo foi lhe tirado esse direito pelo olhar eurocêntrico de nosso universo, nos fazendo acreditar que nossa condição é algo natural, não permitindo qualquer reconfiguração desta por muito tempo.

Quando buscamos analisar determinada obra, o lugar ocupado por quem analisa terá reflexo no resultado da análise, pois o lugar de onde se observa e/ou se fala, reproduz o intento de que se faz este, uma vez que "assume a historicidade do olhar, assume que nosso modo de ver não é natural, mas construído" (FABRIS, 2008, p. 124), uma construção que busca encontrar em seus interlocutores um aporte para disseminação de tais ideias, conceitos e reflexões. Nessa direção, o que se propõe aqui é a busca da compreensão do corpo do homem negro no livro Didático de História.

Considerações Finais

Quando nos referimos às representações, estas não são apenas gravuras ou meras ilustrações, são informações repletas em detalhes que contribuem para a formação identitária dos jovens, e no caso específico desse trabalho, o corpo negro expresso nestas imagens, são sempre representados como elementos depreciados e sem apreço nos livros didáticos, em quase sua totalidade são representados em situação associados à escravidão, robustez, virilidade, acenando para uma ideia de heterossexualidade.

Ao se tratar das imagens nos livros didáticos de história enquanto narrativa estas se tornam um documento importante capaz de produzir diversas compreensões, interpretações e sentidos. A linguagem ali representada alcança os espaços individuais e coletivos que consomem o material didático, ela em suas variáveis termina por colocar em jogo o corpo, o espaço, a temporalidade e as relações estabelecidas, dando a possibilidade da criação de novas interpretações a partir de cada espaço social.

Vendo e vivenciando as análises a partir das representações dos corpos masculinos negros, estes passam a não se interessar pela sua própria história, pelo seu próprio legado e a se compreender como um ser menor, pois esses fatos possuem um impacto considerável em relação à construção da identidade do discente, que de certa forma não conseguem encontrar um aspecto positivo em relação à sua questão étnico-racial, sua história e sua cultura é elucidada sempre em momentos de inferioridade, servidão, trabalho e sofrimento, ou às vezes omitida e em sua quase totalidade de forma caricatural e/ou estereotipada na escola.

Tento a perca ou a não identificação com sua cultura leva a desmotivação tanto em conhecer melhor as origens, quanto buscar fazer parte ativamente do processo de formação histórica de seu povo, as caricaturas, os estereótipos e todas as classificações pejorativas ao se tratar do corpo negro nos livros didáticos afasta esses indivíduos de seu lugar de origem, assim, os elementos compostos nos livro didático deve instigar a colaboração do aluno ao ter contato com essas informações pois em muita das vezes o aluno evade-se da escola por não se sentir seguro, amparado e positivamente representado.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referência

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Minas Gerais: Editora Letramento, 2018.

AVERBUCK, Lígia M. Leitura e ideologia. Revista Leitura: teoria e prática, v. 2, n. 2, p. 12-14, out. 1983.

BARROS e BARRETO, Paulo Ester; Robenielson Moura. Corpo negro e pornografa A fantasia do negro pauzudo**.** BAGOAS n. 19 | 2018 | p. 301-315.

BEZERRA, Holien Gonçalvez. O Processo de Avaliação de Livros Didáticos. In: ANAIS do XX Simpósio da ANPUH. Florianópolis, Santa Catarina: p. 195-202, julho 1999.

BERNARDO, Teresinha e MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 191-205.

BITTENCOURT, C. M. Livros didáticos: concepções e uso. Recife: Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco, 1997. (Coleção Qualidade do Ensino, Série: Formação do Professor).

BUTLER, Judith. In: *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASSANA, Mônica Ferreira. Corpo e(m) discurso: ressignificando a transexualidade. 1ª edição. Editora Appris, Curitiba – PR, 2018.

COTRIM, Gilberto. Saber e Fazer -História –5ª série –3ª edição revista. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

COSTA, M. S.; ALLEVATO, N. S. G. Livro didático de matemática: Análise de professoras polivalentes em relação ao ensino de geometria. Vidya, v. 30, n. 2, p. 71-80, jul./dez., 2010.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: Violência e psicanálise. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

CECCARELLI. Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. n. 02 | 2008 | p. 71-93.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna,1999. (Coleção polêmica)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33 n. 1, p.117-134, jan./jun., 2008.

FERNANDES, J. D. C; ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. B. L. (org.). Perspectivas em análise visual:do fotojornalismo ao blog. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008, p. 11-31.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. In: Kulé Kulé. Ano, p. 8-17. Maceió: Edufal, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. São Paulo, Educação e pesquisa, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

JÚNIOR, Durval M. A. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias das Sexualidades**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: DIA, Margarida; STAMATTO, Ines. O Livro didático de história: políticas, educacionais, pesquisas e ensino, Natal: Ed. UFRN, 2007.

MOTT, Luiz. Escravidão, homossexualidade e demonologia. São Paulo: Ícone, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org). Superando o Racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de Hoje. 1ª ed. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2006.

PEREIRA, Olga Maria Lima. A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n. 1, 2012.

ROSEMBERG, Fluvia; BAZILLI, Chirley & SILVA, Vinícius Baptista da. **Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate:** uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, 2003, v. 29, n. 1, p. 125-146.

SANTOS, Daniel. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. Universitas Humanas, Brasília, v.11, n. 1, p.7-20, jan./jun. 2014.

SERIACOPI, Gislaine C. A.; SERIACOPI, Reinaldo. História (Ensino Médio). São Paulo. Editora Ática, V. Único, 1 ed. 2009.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Ana Célia da. A representação do negro no livro didático: o que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA JUNIOR, C. G. da. O livro didático de matemática e o tempo. In: VI Encontro Pernambucano de Educação Matemática, O Currículo de Matemática na Educação Básica, Caruaru-PE, Anais... Caruaru: UFPE, 2006.

WIEVIORKA, Michel. Mutação do racismo. In: BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudelir Corrêa (Org.). Diásporas, redes e guetos: conceitos e configurações no contexto transnacional. São Paulo, Logo/Educ, 2008, p. 27-40.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS AULAS DE QUÍMICA

Higor Lopes Gonçalves[1]
Giordano Barbin Bertelli[2]

Introdução

Este trabalho parte dos pressupostos da discussão pós-colonial: trata-se de postular vínculos constitutivos entre, por um lado, os processos de exploração (expropriação, saque, pilhagem) e dominação (racialização, bestialização, biologização) típicos da formação e expansão do capitalismo europeu e, por outro, a matriz epistemológica cujos princípios, objetivos e projetos fomos ensinados, em função do colonialismo, a reconhecer como atributos do que chamamos de racionalidade e ciência modernas (SANTOS; MENESES, 2009).

Essa perspectiva analítica assinala duas propriedades cruciais para o funcionamento dessa matriz epistemológica, em função de sua relação com a diferença: i) procede mediante uma leitura da diferença pela chave do negativo e ii) pela homogeneização cultural mediante sua remissão a um metro normativo dado pelos traços que entram na composição das identidades hegemônicas (id. ibid). A significação do outro com base na ausência das propriedades supostamente presentes em nós, e a generalização desta suposta falta a tudo e todos cujos modos de existir escapam ao nosso, resulta numa forma de produção do saber que capta, a cada nova significação, nada senão uma pálida e esquemática imagem de si mesma.

Contudo, a questão central da crítica pós-colonial não se restringe a assinalar a inconsistência cognitiva do saber eurocentrado. Mais premente é a vinculação entre a lógica de produção científica e as estratégias de subalternização imprescindíveis à legitimação, a um só tempo, das particularidades do modo de existir europeu, do cânone racional e científico ocidental e, por fim, da sistemática violência e espoliação inerentes ao funcionamento e expansão do capitalismo.

Nossa discussão incide sobre a categoria central na articulação destas estratégias e, podemos dizer, nas formas de resistência e subversão que foram contrapostas a ela: a categoria "raça". Mais especificamente, trata-se de discutir a forma que esta categoria vem sendo construída em processos de ensino e aprendizagem de Química, procurando assinalar possibilidades de abordagem das relações étnico-raciais em um ensino de Química que contribua para a desconstrução da narrativa eurocentrada sobre raça e ciência.

A Química participou e participa do desenvolvimento de países industrializados, o que melhora a qualidade de vida em todo o mundo, mas ignora os impactos negativos dessa interação com a natureza e o desenvolvimento de outras regiões (EILKS; RAUCH, 2012). Conforme Santos

[1] Especialista em Educação pelo IFSP, Licenciado em Química pela UFSCar e Universidade de Coimbra. Professor de Química na rede pública de São Luís (MA). e-mail: higorlop@gmail.com.
[2] Doutor em Sociologia pela UFSCar e professor do IFSP - São Carlos (SP). e-mail: giordano.bertelli@ifsp.edu.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(2009), na estrutura da realidade social do norte e sul há distinções visíveis construídas a partir da invisibilidade das distinções entre ambos os lados.

Os saberes químicos, presentes na Química como ciência moderna, são menos amplos e gerais do que defendem ser por desconsiderarem compreensões de diversas partes do globo. Urge reconhecer a persistência do pensamento abissal[3] do conhecimento para, criticamente, confrontarmos a monocultura da ciência moderna (Santos, 2009).

Carneiro (2005) diz haver um processo que persiste na produção da indigência cultural do negro,

> [...] pela negação ao acesso à educação, [...]; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, [...]. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Por ser um processo persistente de produção da inferioridade intelectual, a autora supracitada correlaciona o *epistemicídio* com a conceitualização sobre sermos instituídos como diferentes. Abre-se uma janela que nos mostra um elo que não mais se destina só ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. Sendo assim, o epistemicídio se constitui como tecnologia que integra o dispositivo de biopoder [4] e que tem por especificidade compartilhar características e adotar critérios de autocontrole ao negar sua constituição como sujeito moral, bem como seu desenvolvimento no progresso da ciência.

Esse poder de classificação social da população mundial, de acordo com a ideia de raça, está ligado à constituição da América e do capitalismo. Conforme Quijano (2005), essa é construção mental que exprime a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o *eurocentrismo*. O processo de colonização é racista e o racismo é colonial, porém, a categorização de raça provou-se mais duradoura e estável que o próprio colonialismo onde se desenhou.

Raça, portanto, opera como categoria que permite naturalizar as desigualdades, ao atribui-las a fatores biológicos e não a relações de poder.

Olhar para esse processo nos é caro, pois é no bojo dessa construção do ocidente e do pensamento moderno de ciência no/do Norte, que um *epistemicídio* maciço tem ocorrido nos últimos cinco séculos, onde uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem sido desperdiçada (SANTOS, 2009).

Concordamos com Carneiro (2005) ao compreender o epistemicídio não só como a ação de anular os conhecimentos de alguns povos – que são subjugados, negados à qualidade de racionalidade -

[3] Santos (2009, p.13) defende que "a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis [...] e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento [...]".

[4] Para Foucalut (2005), o biopoder é definido e toma duas formas: uma anátomo-política do corpo e em uma biopolítica da população, o autor diz que o Estado utiliza a raça, a eliminação das raças e a purificação destas para exercer seu poder soberano. A justaposição através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mas também pelos diversos processos de assimilação cultural impostos. Não se trata somente de colocar em questão o cânone epistemológico ocidental, mas também de deixar de ignorar, silenciar, marginalizar, desqualificar ou até mesmo eliminar tais autores (NUNES, 2009).

> Reconhecer a validade e dignidade de todos os saberes implica que nenhum saber poderá ser desqualificado antes de ter sido posta à prova a sua pertinência e validade em condições situadas. Inversamente, a nenhuma forma de saber ou de conhecimento deve ser outorgado o privilégio de ser considerada como mais adequada ou válida do que outras sem a submeter a essas condições situadas e sem a avaliar pelas suas consequências ou efeitos (NUNES, 2009, p. 232).

Quebrar o paradigma de neutralidade é afirmar que toda pesquisa científica é contextualmente localizada e subjetivamente produzida, rompendo-se assim com a ideia de lógica única. Evita-se também cair na cisão entre os procedimentos didáticos e os conteúdos com que dialogamos e que gostaríamos que fossem trabalhados. (DRIVER *et al.*, 1994; GIL-PÉREZ, 2001).

Raça como construção sócio-histórica e a Lei 10.639/03

Entender raça como construção sócio-histórica permite perceber que esta legitima e perpetua privilégios e hierarquias, porém, abandonar o termo raça é um equívoco, pois estaríamos nos esquecendo das desigualdades que atuam no campo dos materiais ou símbolos presentes tanto no livro didático como na forma de estruturar nossas aulas ou no uso do tempo com os estudantes, afinal, como explica Fanon "colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais" (FANON, 1968, p. 80).

Hoocks (2017) defende haver uma parcialidade que sustenta e mantém a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo, distorcendo a educação a ponto de esta deixar de ser uma prática da liberdade. Abdias Nascimento (1978) também diz que o sistema educacional brasileiro funciona como aparelhamento de controle na estrutura de discriminação cultural em todos os níveis do ensino. Assim, é necessário reorientação curricular para poder quebrar esse mosaico de uma cor só; não sendo apenas responsabilidade de nós professores negros, mas também uma urgência a se cumprir por professores brancos. São estes que precisam quebrar o narcisismo branco, já que a descolonização fundamental para a construção de uma saúde psíquica social (SANT'ANA, 2005; FANON, 1963).

Gomes (2011) aponta que as ações desenvolvidas pela população negra nos séculos XIX, XX e começo do XXI, tiveram a educação como foco, graças ao papel estratégico desta na sociedade, tornando-se, assim, uma forte bandeira do Movimento Negro no século XX, ao qual é legítimo creditar a Lei n. 10.639, de 2003, a Resolução CNE/CP 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004 que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, afirmada e reconhecida por documentos oficiais do Estado brasileiro.

O mesmo pode-se dizer da ampliação Lei 10.639/03, pela Lei 11.645/08, a qual prevê a inclusão obrigatória da história e cultura indígena nos currículos escolares dos ensinos médio e fundamental, além da Lei nº 12.288/10 e Lei 12.711/12, que se referem respectivamente à instituição do Estatuto da Igualdade Racial e às cotas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quando Frantz Fanon nos convoca para a necessidade de descolonizar nossos corações, afirma que:

> A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos (FANON, 1968, p. 26).

Trata-se de um processo que demanda uma abordagem interseccional, englobando para além de raça e classe, o gênero. No Brasil, Gonzales (1998) nos lembra:

> Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, [...], foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular [...]. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas (GONZALES, 1998, p. 18).

Dessa forma, não é possível pensar em educação sem pensar em racismo, sexismo e ideologias criadas e mantidas pelo colonialismo. Nossos estudantes negros não são somente potencialidades de algo, eles já são plenos. Portanto, decolonizar currículos é, no âmbito da escola e do trabalho docente, gerar transformação e avanço da sociedade para levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir. Se queremos corresponder à expectativa de nossos povos**,** temos de procurar noutra parte, não na Europa (FANON, 1968).

Levando em consideração tal contexto, neste trabalho, colocamos a seguinte questão: quais potencialidades antirracistas podemos identificar nas abordagens dispensadas à temática étnico-racial no ensino de Química?

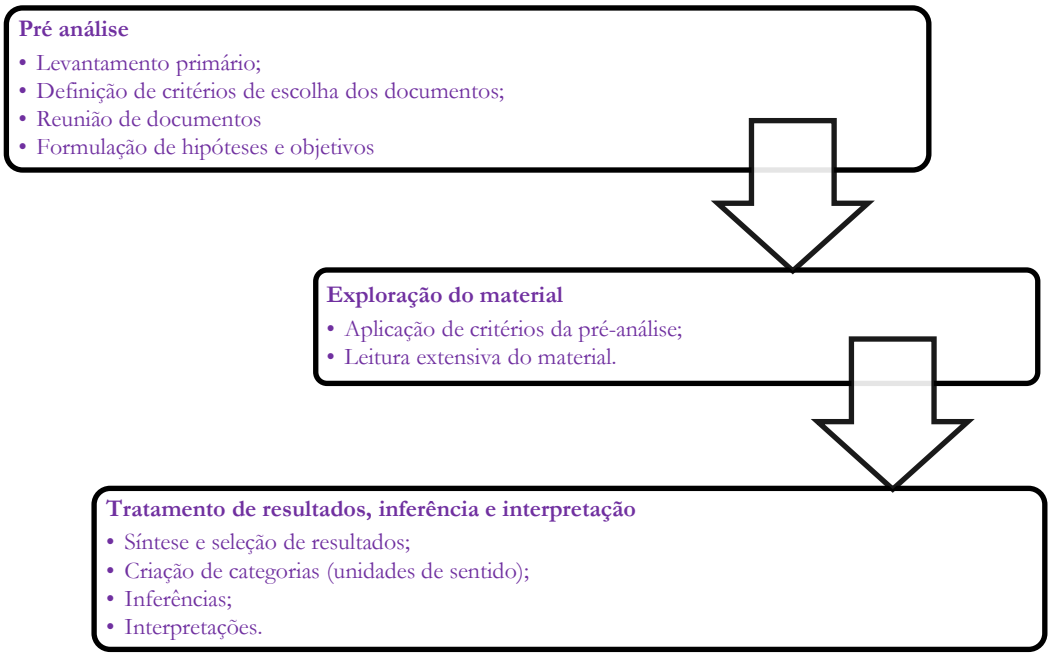
Em resposta, foi realizada uma pesquisa documental-bibliográfica, mediante levantamento da legislação específica e trabalhos acadêmicos publicados a partir da promulgação da Lei 10.639/03, que enfocaram, em diversas perspectivas, as relações étnico-raciais e a Educação em Química.

Metodologia

Neste trabalho utilizamos a Análise de Conteúdo, metodologia cujo objetivo é utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, em que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção (BARDIN, 2011). Toda Análise de Conteúdo deve levar em consideração o contexto da produção científica, as possibilidades do desenvolvimento e, de modo algum, poderão ser dissociadas da vida humana e da relação social (OLIVEIRA *et al.,* 2003). O método da Análise de Conteúdo se divide em três etapas, no contexto de um trabalho de conclusão de curso, as etapas estão representadas a seguir na Ilustração 1.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Ilustração 1 - Fluxograma 1 – Etapas da Análise de Conteúdo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As unidades de sentido foram pensadas conforme a sistematização e objetividade do trabalho permitindo maior generalização dos resultados para ponderar com a própria subjetividade que cerca toda produção de conhecimento científico (OLIVEIRA *et al.,* 2003). O corpus de análise deste trabalho se constitui de artigos, dissertações e teses encontrados no Scielo, Periódicos e Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, produzidos após a promulgação da Lei 10.639/03 e publicados até o ano de 2020.

Foram levantados 996 trabalhos sobre relações étnico-raciais; 99 discutiam sobre as Relações étnico-raciais e o Ensino de Ciências, Relações étnico-raciais e a Química, a Lei 10.639/03 e Química; e a temática Afro-brasileira e a Química. Dentre esses textos, selecionamos 11 (ver ANEXO I) que possibilitam a conversa entre as diferentes formas de pensar, existir e conviver. O foco, portanto, são os caminhos já trilhados ou propostos em ações docentes nas aulas de Química, compreendendo as aplicações da Lei 10.639/03.

Resultados e Discussão

Categoria 1 – Devemos olhar para conhecimentos sobre a vida e sobre a natureza orgânica da matéria

Os trabalhos, aqui, relacionam a temática da vida à natureza orgânica da matéria. O trabalho de Franzão (2017), com a comunidade Kalunga, exemplifica tal relação ao explorar a planta que dá o

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

nome à comunidade. Os conhecimentos da fotoquímica são valorizados pela academia, mas precisamos reconhecer o papel dos saberes de todos os lugares. Conforme fala à pesquisadora, o Kalunga Emiliano, 68 anos:

> Sobre a origem da planta Kalunga não tem assim uma origem concreta, mas é pelo seguinte, a Comunidade Kalunga recebeu esse nome através dessa planta, que essa planta foi uma das que salvou muita gente nos tempos que existia malária, morreu muita gente, então descobriram ela, salvou muita gente. Então, os de fora descobriram que essa planta kalunga estava salvando o povo. Aí começou a apelidar o povo, os kalungas, se chama pra briga. Mas depois, como foi registrado o quilombo com esse nome e foi ficando famoso, agora então é isso aí, tá na prática, essa planta kalunga é uma grande planta medicinal na nossa vida, inclusive se alguém duvidar, quer ver qual o gosto da vida dos Kalungas prova uma casquinha daquela planta que sabe o nosso gosto (FRANZÃO, 2017, p. 77).

Esses conhecimentos é que podem ser usados em sala para evidenciar saberes de pessoas mais velhas da comunidade escolar, inclusive de familiares dos nossos estudantes. É uma possibilidade de contextualização do conhecimento sobre plantas medicinais e o debate sobre o cânone epistêmico moderno da ciência. Particularmente, sobre esse exemplo, a autora aponta a pesquisa de Noldin (2005) que realizou o estudo fitoquímico das folhas e rizomas de *Simaba ferruginea* e avaliou a atividade antiúlcera e antinociceptiva dos extratos e compostos isolados da planta calunga.

Franzão (2017) ainda aponta que nesse contexto também é possível uma análise dos grandes desafios que existem devido à supervalorização do conhecimento científico como único que merece reconhecimento.

> Há jovens que saem da comunidade Kalunga para fazer o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e quando retornam, [...], querem aplicar os conhecimentos adquiridos em detrimento das práticas tradicionais, como forma de conseguir maior produção em menor tempo, não considerando a importância das técnicas agrícolas utilizadas pelos Kalungas, que se dedicam à agricultura de subsistência, produzindo os alimentos para o consumo de forma sustentável e orgânica, mantendo, assim, a região preservada (FRANZÃO, 2017, p. 177).

A alimentação também é um tema central em alguns dos trabalhos levantados[5]; o texto de Solange Maria da Silva, por exemplo, a partir de um olhar diaspórico, promove um resgate sobre plantas utilizadas na alimentação, trazendo à luz a *experimentação* com novas espécies em África (M'BOKOLO, 2008; SILVA, 2015; COSTA; SILVA, 2011).

Além da experimentação, a troca de saberes com outros povos também pode ser usada na aula de Química. Tal ideia é expressa pelo trecho:

> O *tef* é um tipo de cereal miúdo com o qual se fabrica pão. A *ensete* é uma espécie de bananeira, da qual se aproveita o caule e os brotos consumidos cozidos, como legume; o *noog* é uma espécie oleaginosa. Todos esses vegetais são encontrados na África e na Índia, espécies seriam originárias da Etiópia. A prática do cultivo poderia ter sido através do contato com os povos do Oriente Médio. Porém, ressalte-se que os africanos já consumiam os alimentos descritos, com outras espécies provenientes do Oriente agregadas a sua alimentação (SILVA, 2015, p. 109).

[5] Importa destacar que não se trata apenas de uma listagem de alimentos de África ou indígena, tampouco reduz a contribuição de negros e indígenas a isso; são mostras de possibilidades de expandir nossos conhecimentos.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Uma das bebidas mais consumidas no mundo, o café, também é uma possibilidade para as aulas de Química; seu grão não surge no colonialismo, é de origem africana domesticada na Etiópia. Seu processamento, moagem, separação, no estudo das funções orgânicas da cafeína e debates sobre efeito de alcaloides nos sistemas nervosos, podem partir de uma origem em África. Nesse sentido, cabe lembrar que seu processamento e difusão, na África, ocorreram a partir do contato com os mulçumanos, para quem o café era uma bebida aceita dentro dos fundamentos religiosos do Islã (SILVA, 2015). O café também é um elemento encontrado no trabalho de Cardoso (2019) como possibilidade de efetivação da Lei 10.639/03.

Outros trabalhos discorrem sobre o feijão e a feijoada; Santos (2018), por exemplo, destaca a importância da leguminosa na oferta de nutrientes e energia aos povos trazidos de África, para que suportassem as condições impostas pelas relações do colonialismo. Tal ideia é exemplificada abaixo:

> As populações africana e negra brasileira foram utilizadas como mãos de obra em diversas atividades de período colonial. Para a realização das opulentas cargas-horárias, necessitavam de uma alimentação adequada. Contudo, os alimentos eram escassos, mas de forma (im)pensada o alimento feijão, [...], tornou-se uma fonte indispensável, pois subsidia o ferro, um micronutriente essencial que os fornecia a resistência, boa imunidade, além de diversas outras benéfices (SANTOS, 2018, p. 79).

Dessa maneira, entendemos que considerar a natureza orgânica da matéria e das plantas (seja para fins medicamentosos, recreativos ou alimentícios) pode ser caminho para efetivar uma abordagem que inclui conhecimentos de epistemologias não eurocentradas.

Categoria 2 – Devemos olhar para os conhecimentos sobre a constituição e transformação da matéria e materiais

A metalurgia é a atividade Química que envolve obtenção de metais e/ou ligas metálicas a partir de seus minérios. Há indícios de que o ouro nativo, encontrado na forma quase pura, pode ter sido o primeiro metal extraído por nós (ALVINO, 2017). Neste trabalho destaca-se o Ferro, por ser o metal mais recorrente nos trabalhos levantados - junto ao cobre, prata e a liga metálica bronze, – e também por possuir alta temperatura de fusão e, portanto, necessitar de um processo mais complexo para sua extração, demandando fornos que atinjam altas temperaturas para fundi-lo. O Ferro (Fe)[6] é um metal encontrado na natureza principalmente na forma de óxidos como na magnetita[7] e na hematita[8] e hidróxidos insolúveis como a goethita[9].

Alvino (2017) discute as semelhanças entre os fornos de fundição africano e contemporâneos e resgata a figura de Ogum, Orixá responsável pela transformação da natureza, conforme se vê abaixo:

> Ogum, Orixá do ferro, deu ao homem os conhecimentos necessários para a forja do ferro, [...]. O mestre fundidor representa o líder da comunidade, a tecnologia de fundição representava

[6] Ferro é elemento de número atômico 26.
[7] (Fe_3O_4)
[8] (Fe_2O_3)
[9] (FeOOH)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> domínio de uma tribo sobre a outra, o martelo do ferreiro representa uma situação de poder. No Brasil o mestre fundidor tinha o domínio, controle e confecção de materiais (armas), no centro sul do Brasil, os ferreiros eram/são líderes religiosos e militares, os mestres fundidores foram fundamentais nas revoltas quilombolas e conquista da liberdade dos negros no Brasil (ALVINO, 2017, p. 54).

As pesquisas nos fazem perceber que a metalurgia é uma atividade Química tão antiga quanto a história da humanidade; o domínio das atividades de mineração por parte dos africanos data do sexto ao terceiro milênio antes da Era Cristã. Nota-se assim, portanto, que a produção e domínio da transformação do Ferro é relevante para se trabalhar nas aulas de Ciências/Química, afinal:

> A transformação do minério em utensílios indica o uso de operações unitárias nas quais o material passa por transformações físicas e Químicas até chegar ao ferro no estado de oxidação zero. O objetivo dos estudos arqueológicos é desvelar e sistematizar esses processos e como foram utilizados nos passados mais remotos (CAMARGO, 2018, p. 80).

Já Santos (2018), ao estudar o sistema da panela de pressão, propôs observar a constituição dos alimentos e as transformações que ocorrem no processo de cocção, bem como a influência da pressão, temperatura e volume dentro de panelas de pressão, compreendendo o que ocorre no cozimento em paralelo com princípios de dominação do fogo praticados pelos primeiros agrupamentos humanos, isto é, do continente Africano.

Trabalhos como o acima mencionado, que abordam a composição e/ou transformações químicas, operam a favor das relações étnico-raciais e pela efetivação da Lei 10.639/03 nas aulas de Química, à medida que promovem os legados e origens africanos e o que estes representam para a sociedade brasileira. Assim o faz Camargo (2018) que, ao estudar a transformação Química a partir do óleo de dendê e sua relação com a produção de biodiesel[10], lembra-se das origens deste fruto[11], o qual chega ao Brasil por ocasião do tráfico negro para América Portuguesa.

Categoria 3 – Devemos olhar para a Cultura de África e para nossas características fenotípicas

Promover uma educação de qualidade passa por oferecer na sala de aula momentos de resgate, que visem valorizar e reconhecer as experiências africana e indígena, fundadoras da sociedade brasileira. Importa que, concomitantemente a esse processo, seja desenvolvida a ideia de ciência como algo plural e diverso, diferente do cientista, homem, branco, europeu que trabalha em laboratório. Essa ressalva, resumida nas palavras abaixo, aparece em todos os trabalhos, em

[10] A reação de esterificação do glicerol para obter o triacilglicerol transforma suas propriedades físicas através da mudança estrutural das cadeias carbônicas modificando também suas propriedades, como forças intermoleculares. A produção e queima do diesel comum e biodiesel como fonte de energia devem ser debatidas, já que apresentam vantagens e desvantagens, tanto em relação à origem não renovável, onde há emissão de carbono fixado e alteração no ciclo do carbono (diesel comum); quanto à renovável, a formação de subprodutos de síntese (glicerol) e emissão de aldeídos de cadeia curta, como formaldeído e acetaldeído (tóxicos e potencialmente carcinogênicos).

[11] Dendê é um fruto da palmácea (*Elaeis guineenses*), oriunda do continente africano. Cabe destacar que o dendê é um patrimônio imaterial da cultura afro-brasileira, possui uma importância simbólica, sendo usado na liturgia de religiões de matriz africana, como o candomblé. É ainda um ingrediente fundamental na culinária do Brasil.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

especial nos de Heidelmann, (2017); Kato; Felicio, (2017); Camargo; Benite, (2019); Benite e*t al.,* (2018):

> Essa proposta representou uma alternativa para apresentação de uma Ciência/Química não universal: branca, masculina, de laboratório e europeia. Como mediadores do conhecimento químico, somos os responsáveis por sua apresentação e fazer no primeiro momento, ou seja, no ensino médio contribuir para desconstruir o racismo científico (BENITE *et al.,* 2018, p. 31).

> O tema se justifica dadas as africanidades que marcam a história do povo brasileiro e a multiplicidade de etnias que foram expropriadas de seus territórios africanos e submetidas às mais variadas formas de repressões e violências simbólicas pelas práticas colonialistas e escravagistas europeias. Em quase quatrocentos anos de diáspora forjada durante o período Moderno, é possível identificar o legado cultural de forte matriz africana, e, concomitantemente, as condições assimétricas, econômicas e sociais, em relação à parcela afrodescendente da sociedade brasileira. (KATO; FELICIO, 2017, p. 624).

Também é latente nos trabalhos analisados a discussão sobre nossas características fenotípicas ligadas à pele e cabelo. A melanina, substância Química que determina a cor dos cabelos, está presente no córtex e medula capilar. É uma proteína que possui o aminoácido tirosina que, ao ser formado por células produtoras de pigmentos, produz dois tipos de melanina: eumelanina e feomelanina (OLIVEIRA *et al*., 2014).

A eumelanina é responsável por produzir cores de marrom para preto e a feomelanina, pela cor de loiro para vermelho; tais combinações geram diferentes resultados (OLIVEIRA *et al.,* 2014). Ambos os pigmentos são formados por uma rota biossintética similar através de reações de oxirredução e eliminação, partindo da tirosina. Compreender que há rotas de síntese ou retrossíntese com nossos estudantes pode contribuir para o questionamento de concepções sobre seus cabelos, evitando-se assim taxar o cabelo negro como sendo ruim.

O cabelo também é encontrado no trabalho de Cardoso (2019) como possibilidade de efetivação da Lei 10.639/03. A autora reflete que, embora o cabelo crespo é fator constituinte da identidade da mulher negra, este não deve ser a única referência da negritude e da cultura negra. Afinal, a resistência e a negritude das mulheres negras, não estão apenas nas cabeças, mas na luta cotidiana para manter sua condição de mulher e negra.

Kato e Felicio (2017), ao abordarem questões que revelam aspectos positivos das relações étnico-raciais, tal como a estética, permitem pensar em um ensino de ciência inclusivo, que faz com que a juventude negra – no caso do referido trabalho – se sinta contemplada nos processos de ensino e aprendizagem.

Portanto, nos trabalhos levantados há três apontamentos mais frequentes, o primeiro sobre como o cabelo e a pele são elementos de identidade importantes no Brasil; o segundo em aprofundar a estrutura e funcionamento das melaninas, ressaltando a importância destas para proteção contra raios solares e, em terceiro, os riscos dos alisamentos físicos e/ou químicos fazendo o uso de reagentes que reagem com a melanina através de reações de redução (BENITE *et al*., 2018 como citado em ROBBINS, 2002).

As reflexões e inferências, aqui, visam coadunar a necessidade de reler o título desse tema; a Cultura de África deve estar presente no processo de edificação de conhecimento ao falar sobre características fenotípicas. As aulas de Química devem ser um espaço para olharmos a cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

juntamente com as características fenotípicas, já que ensinar Ciências da Natureza é também ensinar sobre a natureza das Ciências.

Considerações finais

A bibliografia levantada aponta para a relevância em problematizar o currículo enquanto espaço de interpelação entre os paradigmas epistemológicos que fundam, produzem adesão a – ou dissidência frente – a construção de "raça" que preside o delineamento da identidade pessoal e coletiva do (pós)colonizado. O currículo eurocentrado – hétero, branco – funciona como fator persistente de reprodução de desigualdades sociais e escolares; mais que isso, a capacidade de retroalimentação entre ambas, é articulada, no plano curricular, nas diversas estratégias práticas e discursivas de produção de identidades racialmente subalternizadas, operantes na produção do insucesso escolar de minorias étnico-raciais.

Nesse contexto, mais que descontruir – explicitar seus catalizadores materiais e inconsistências cognitivas – as narrativas que produzem as subalternidades racializadas, cumpre mobilizar as matrizes culturais e epistemológicas africanas e indígenas, obliteradas na narrativa de formação da sociedade brasileira, como exercício de delinear parâmetros cognitivos e práticos que podem potencializar a prática antirracista nos processos de ensino e aprendizagem em Química.

Por fim, cabe assinalar a necessidade de expandir o enfoque das problematizações para além das práticas e metodologias aplicadas em sala de aula, isto é, para instâncias do processo social de ensino e de aprendizagem – formas associativas, processos decisórios, gestão educacional – em cuja dinâmica as lutas em torno da construção de "raça" assumem igual centralidade, a contrapelo dos parâmetros epistemológicos e narrativos das identidades hegemônicos.

Referências

ALVINO, A. C. B. **Estudos sobre a educação para as relações étnico – raciais e a descolonização do currículo de química.** 2017, 104 f. Dissertação (Mestrado em Química), Universidade Federal de Goiás. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. - São Paulo: Edições 70, 2011.

BENITE *et al.* Cultura africana e afro-brasileira e o ensino de Química: estudos sobre desigualdades de raça e gênero e a produção científica. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.34, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educaçã – LDB).

BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em:

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das Diretrizes curriculares nacionais para Educação das relações etnicorraciais e para o Ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: MEC, 2009.

CAMARGO, M. J. R. **Estudos sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação de Professores de Química: A Experiência do Coletivo Ciata.** 2018, 152 f. Dissertação (Mestrado em Química) Programa de pós-graduação em química, Universidade Federal de Goiás – UFG, 2018.

CAMARGO, M. J. R.; BENITE, A. M. C. A diáspora africana na resistência: o Coletivo CIATA em ação no ensino de química. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**, v.7, n.1, 99-122, 2019.

CANEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARDOSO, S. M. B. **Indícios de uma perspectiva (de)colonial no discurso de professores (as) de química: desafios e contribuições na educação para as relações étnico-raciais.** 2019, 105 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Feira de Santana, Salvador, 2019.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARVALHO, I. V.; MONTEIRO, B. A. P.; COSTA, F. A. G. A Lei 10.639/03 no ensino de ciências: uma proposta decolonial para o currículo de química. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v 9, n. 5, p. 47 - 76, Edição Especial 2019.

DRIVER, R. *et al.* Constructing Scientific Knowledge in the Classroom. **Educational Researcher**, v. 23, n. 7, p. 5-12, 1994.

EILKS, I.; RAUCH, F. Sustainable development and green chemistry in chemistry education. **Chemistry Education Research and Practice,** v.13, p. 57-58, 2012

FANON, F. **Peles Negras, Máscaras Brancas,** 1963.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1968.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976),** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANZÃO, J. M. **Comunidades kalunga e jardim cascata: realidades, perspectivas e desafios para o ensino de química no contexto da educação escolar quilombola.** 2017, 200 f. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GIL PÉREZ, D. et al. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência e Educação**, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação –** v. 27, n.1, p. 109-121, 2011.

GONZALES, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano.** Arquivo Círculo Palmarino, 1988.

HOOCKS, B. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KATO, D. S. & FELICIO, B. V. S. "Cabelo Bom/Ruim ou Bastonete de Queratina?" – Dimensão Estética de uma Controvérsia Étnico-Racial no Ensino de Química no Contexto da Educação Popular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências,** v. 19, p. 623-647, 2019.

MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado /** Abdias Nascimento. – Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1978. 232 p.

NOLDIN, V. F. **Estudo fitoquímico das folhas e rizomas Simaba Ferrugínea St. Hil. e avaliação da atividade antiúlcera e antinociceptiva dos extratos e compostos isolados**. 2005, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

NUNES, J. A. O Resgate da epistemologia. *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**, 2009. Coimbra: CES p. 215-242.

OLIVEIRA, B. & LINDNER, E. L. Ensino de Ciências e as relações Étnico-Raciais: um olhar para a Base Nacional Comum Curricular. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020.

OLIVEIRA, E. et al. Análise de Conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, 2003.

OLIVEIRA, R. A. G. *et al.* Química e toxidade dos corantes de cabelo. **Química Nova**, v. 3, n. 6, 1037-1046, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais –perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANT'ANA A. O. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. *In:* MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 39-68.

SANTOS, Boa Ventura. S.; Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul,** 2009. Coimbra: CES p. 23-72.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. *In*: _____. (org.) **Epistemologias do Sul,** 2009. Coimbra: CES, p. 9-19.

ANEXO I – Material sobre práticas decoloniais no ensino de Química

BENITE *et al.* Cultura africana e afro-brasileira e o ensino de Química: estudos sobre desigualdades de raça e gênero e a produção científica. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.34, 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CAMARGO, M. J. R. **Estudos sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação de Professores de Química: A Experiência do Coletivo Ciata.** 2018, 152 f. Dissertação (Mestrado em Química), Universidade Federal de Goiás – UFG, 2018.

CAMARGO, M. J. R.; BENITE, A. M. C. A diáspora africana na resistência: o Coletivo CIATA em ação no ensino de química. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**, v.7, n.1, 99-122, 2019.

CARDOSO, S. M. B. **Indícios de uma perspectiva (de)colonial no discurso de professores (as) de química: desafios e contribuições na educação para as relações étnico-raciais.** 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Feira de Santana, Salvador, 2019.

FRANZÃO, J. M. **Comunidades kalunga e jardim cascata: realidades, perspectivas e desafios para o ensino de química no contexto da educação escolar quilombola.** 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

HEIDELMANN, S. P. **Ensino de Química em foco**: utilizando a Lei 10.639/2003 para desconstruir o mito da neutralidade da ciência. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de Química), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

KATO, D. S.; FELICIO, B. V. S. "Cabelo Bom/Ruim ou Bastonete de Queratina?" – Dimensão Estética de uma Controvérsia Étnico-Racial no Ensino de Química no Contexto da Educação Popular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências,** v. 19, p. 623-647, 2019.

OLIVEIRA, B.; LINDNER, E. L. Ensino de Ciências e as relações Étnico-Raciais: um olhar para a Base Nacional Comum Curricular. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020.

SANTOS. J. P. V. **O ensino de Química na educação de jovens e adultos do ensino médio no município de Itumbiara-GO**. 2016. Tese, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

SANTOS, V. L. L. **Sobre operações unitárias e a implementação da lei 10.639 no ensino de química: o ato de cozinhar como prática social.** 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Química), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SILVA, S. M da. **Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino.** 2015, 104 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: DIREITO DA CRIANÇA IMIGRANTE

Julia D'Avila Santa Catarina[1]
Odisséia Aparecida Paludo Fontana[2]
Silvia Ozelame Rigo Moschetta[3]

Introdução

O ambiente escolar, antes de tudo, é um espaço sociocultural, transmite cultura e conhecimento. Por esta razão, a inserção de crianças imigrantes enriquece-o, aproximando culturas e realidades distintas, criando uma oportunidade ímpar de desenvolvimento integral.

A escola deveria ser o lugar no qual os estudantes fossem estimulados a conhecer e refletir sobre o diferente e compreender que cada grupo, cada ser humano, possui sua particularidade, e estão todos inseridos no mesmo contexto. Muitas vezes, a criança e o adolescente, por se sentirem ameaçados e excluídos, acabam se fechando dentro do seu próprio mundo, privando-se de experiências que poderiam ser adquiridas no espaço escolar.

Para que as crianças imigrantes não passem por esse tipo de situação, e não se sintam excluídas da sociedade em que começaram a conviver, é necessário que as crianças "brasileiras" também compreendam o valor da diferença, o valor que cada ser humano carrega dentro de si – em suma, o respeito à diversidade.

Neste viés, observa-se a importância da escola no processo de acolhimento e de inserção do imigrante na sociedade, uma vez que ela é o primeiro local, depois da família, com o qual a criança estabelece vínculos de interação. Ademais, o direito à educação é um direito fundamental e, por assim se classificar, deve ser disponibilizado a todos, independentemente de sua origem. Essas são algumas das questões que serão abordadas neste trabalho.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil. Os objetivos específicos deste estudo são analisar as atuais características dos movimentos migratórios, sobretudo no Brasil; apontar os direitos à

[1] Mestranda em Direito, Cidadania e Atores Internacionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ; graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC; integrante do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais, Direito e Poder – atores e desenvolvimento pluridimensional da UNOCHAPECÓ, Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: <juliadavilasc@gmail.com>.

[2] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil. Professora permanente do Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisas Relações Internacionais, Direito e Poder – atores e desenvolvimento pluridimensional. E-mail: <odisseia@unochapeco.edu.br>.

[3] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestra em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais, Direito e Poder – atores e desenvolvimento pluridimensional da UNOCHAPECÓ. Integrante da Rede de Pesquisa Interinstitucional (UFSC, UNESC, UCS, ESUCRI) em Republicanismo, Cidadania e Jurisdição – RECIJUR. Mediadora. Advogada. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1370518931808075 ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3722-8581. E-mail: silviaorm@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

educação aos quais as crianças devem ter acesso; identificar as metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil, a partir de experiências escolares que possuam alunos imigrantes.

A pesquisa aconteceu por meio do método dedutivo, com uma abordagem qualitativa e uso das técnicas documental e bibliográfica, pelo estudo de legislações, doutrinas, artigos científicos e dados oferecidos pelas plataformas digitais da Unesco.

Além desta seção introdutória, consta também deste artigo a revisão bibliográfica, que contempla temas como os atuais movimentos migratórios e a entrada de imigrantes no Brasil, as leis que garantem à criança o acesso à educação e como se dá a efetivação desses direitos no Brasil; por fim, serão apresentadas a conclusão e as referências utilizadas neste trabalho.

O contexto dos movimentos migratórios, sobretudo no Brasil

A migração faz parte da história humana. Desde os tempos mais remotos o ser humano migra para lugares distintos do seu local de origem. Isso se dá por diversos motivos, por exemplo, ambientais, falta de alimentos, desavenças com membros da tribo/aldeia, falta de segurança e questões financeiras; neste sentido, as migrações precedem e criam a história humana (MOYA, 2018). Nos últimos tempos, houve um grande aumento nos movimentos migratórios, motivados por guerras, desastres naturais, perseguições políticas, entre outros fatores.

No entanto, desde 1530, no início da colonização brasileira, até os anos de 1930, o Brasil passou a ser conhecido como país de acolhimento dos povos em busca de oportunidades; após esse período, deixou de incentivar a vinda de imigrantes. Nos anos 2000, com a crise econômica mundial e a estabilização da economia brasileira, o País voltou a ser um território de acolhida de imigrantes (OLIVEIRA, 2016). Eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2018 tornaram o Brasil um local com muita visibilidade para a imigração (BEZERRA, [2019]).

Em 1990, o número de migrantes no mundo era de 153 milhões; no ano de 2019, já havia 272 milhões (UN DESA, 2020). Um estudo feito pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) no ano de 2020 aponta que esses 272 milhões de migrantes representam 3,5% da população mundial; dentre essas 272 milhões de pessoas, 31 milhões são crianças ou adolescentes (OIM, 2020).

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (ENAP, 2020), esses migrantes encontram-se espalhados pelo globo, porém pode-se identificar que 83,6 estão situados na Ásia, 82,3 milhões estão na Europa, 58,6 milhões situam-se na América do Norte, 26,5 milhões na África, 11,6 milhões na América Latina e Caribe, 8,9 milhões na Oceania. Analisando essas informações, observa-se que o Brasil é um país com uma população migrante bastante discreta, comparativamente a outros países. Dados da Polícia Federal, fornecidos por meio do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA *apud* UNICAMP, 2020), apontam que, até novembro de 2019, havia um total de 1,5 milhões de migrantes com registro ativo no Brasil, representando um total de 0,7% da população.

Segundo informações oferecidas pela Polícia Federal ao ENAP, as concentrações quantitativas de migrantes ocorrem nos seguintes estados brasileiros: o primeiro é São Paulo, com 544.076

migrantes; o segundo é o Rio de Janeiro, com 164.992 migrantes; Santa Catarina ocupa a sexta posição, com 67.574 migrantes (ENAP, 2020).

Atualmente, os principais grupos de imigrantes que chegam ao Brasil são motivados por catástrofes, como haitianos e bolivianos; refugiados de guerra, como os sírios, senegaleses e nigerianos; crise econômica, como os venezuelanos; empreendedorismo, como chineses e coreanos – os quais migram ao Brasil para abrir comércio e se estabelecem, principalmente, nas capitais (BEZERRA, [2019]).

Com o advento da pandemia da Covid-19, houve uma queda brusca no número de registros de imigrantes no Brasil; no ano de 2020, foi registrada uma redução de 50% em comparação com 2019. Os principais países de nacionalidade dos imigrantes no ano de 2020 foram Venezuela e Haiti: juntos, somando quase 70% das imigrações (OBMIGRA, 2021).

De acordo com dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2021), a cidade que mais recebeu imigrantes no ano de 2020 foi Boa Vista (capital de Roraima), totalizando 138 mil migrantes; em segundo lugar, ficou Manaus (AM), que superou São Paulo (SP) ao receber 12,6 mil migrantes. A maior parte desses imigrantes eram venezuelanos (mais de 40 mil registros de imigração) e haitianos (entre 5 mil e 40 mil registros de imigração).

A criança no âmbito das migrações

Os motivos que fazem crianças, de forma individual ou juntamente com suas famílias, migrarem são perseguições, conflitos, causas naturais e tráfico de pessoas, incluindo a comercialização infantojuvenil. Também podem migrar para encontrar condições de vida melhor, ou até mesmo para ter uma educação parecida com a de outras crianças (ENAP, 2020).

Para a Unicef (2020), a definição de "criança migrante" segue a mesma linha de pensamento da OIM, qual seja: qualquer pessoa que seja menor de 18 anos de idade e que esteja se movimentando através de alguma fronteira internacional, ou dentro de um Estado, longe do lugar em que reside habitualmente, independentemente da sua situação jurídica (legal ou "ilegal"), se o seu deslocamento é voluntário ou involuntário, das causas que motivaram a migração e da duração da sua estadia.

Essas crianças podem ser migrantes desacompanhados – quando migram sem um adulto; migrantes separados – quando migram com adultos que não possuem poder familiar ou representação; e podem, também, migrar com suas famílias, o que, por vezes, significa para elas um luto, uma vez que se separam do universo com o qual estão acostumadas (ENAP, 2020).

O número de 31 milhões de crianças migrantes, no ano de 2020, apresentado no primeiro tópico deste título, aponta que, a cada oito migrantes, um é criança ou adolescente – isso implica que cerca de 14% de todos os migrantes mundiais são crianças de 0 a 19 anos (UN DESA, 2020).

Além da situação de migrantes, muitas vezes, essas crianças estão expostas a outros tipos de perigo, como abuso, violência e exploração. Dessa forma, integrar essas crianças nas respostas locais e criar mecanismos de proteção torna-se trabalho necessário e importante (OIM, 2020).

De acordo com Cantinho (2018), não bastasse toda a situação de ter que sair de seu país de origem, procurar moradia em outros países, enfrentar uma realidade diferente daquela à qual são

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

acostumadas, muitas crianças migrantes ainda precisam se deparar com o problema de enfrentar todos os revezes sozinhas, sem o acompanhamento dos pais ou de responsáveis, o que torna sua situação ainda mais perigosa. Um relatório produzido pela Unicef em 2016 (ONU, 2017) aponta que 25,8 mil menores de idade e desacompanhados dos pais alcançaram a rota entre o Mediterrâneo e a Itália no ano de 2016. Esse número equivale a 91% das crianças imigrantes.

O número de crianças migrantes espalhadas pelo mundo não é proporcional entre os continentes. De acordo com o relatório da UN DESA (2020), o continente que mais possui crianças migrantes é a África: elas representam 28% do total de migrantes. Os que possuem os índices mais baixos de migrações infantis são a Europa e os Estados Unidos da América, ambos com 9%. No Brasil, a porcentagem de crianças migrantes (entre 0 e 19 anos) no ano de 2019 chegou a 16% de todos os imigrantes no País (UN DESA, 2020).

No Brasil, os principais grupos de crianças que frequentam a educação infantil são dos países do Sul Global, destacando-se países como Venezuela e Haiti. Estas nacionalidades, até os anos 2000, quase não eram notadas no território brasileiro, mas no ano de 2019 representaram 35,7% das matrículas em creches e pré-escolas (OBMIGRA, 2021).

O considerável aumento no número de crianças migrantes no Brasil nos últimos anos representa um novo desafio para as entidades políticas, uma vez que essas crianças devem ter seus direitos protegidos: saúde, cidadania, moradia, alimentação e educação – tema deste artigo. Nesse viés, passa-se a analisar os direitos das crianças ao acesso à educação.

O direito da criança imigrante ao acesso à educação

Disposta no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a educação aparece como um direito inerente a todos os seres humanos, devendo ser fornecida gratuitamente nos graus elementares e fundamentais. A educação fornecida deve, também, promover a tolerância, a compreensão e a amizade entre todas as nações e os grupos raciais, e atuará junto com as Nações Unidas em prol da paz.

A educação é uma ferramenta necessária para a proteção da dignidade humana. Além de ser uma chave valiosa para o desenvolvimento intelectual, também auxilia no desenvolvimento social e cultural. Nos casos de imigrantes crianças, a possibilidade de frequentar um sistema de ensino é ainda mais importante e tal participação gera um sentimento de pertencimento, torna o processo de adaptação mais fácil e auxilia na integração dessas crianças à nova sociedade em que começaram a viver (UNESCO, [2018]).

De acordo com Azevedo e Barreto (2020), a escola se classifica como um lugar de suma importância, pois é nela que as crianças migrantes podem ter a oportunidade de se relacionar, de trocar experiências e promover enriquecimento cultural, visto que podem compartilhar com outras crianças as suas histórias.

Constitucionalmente, o direito à educação encontra amparo nos artigos 6º, 205 e 206. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) aponta que a educação é um direito social, ou seja, o Estado deve garantir a sua implementação, visto que é um direito fundamental. Os artigos 205 e 206, também da CF de 1988, abordam a educação com maior ênfase: o artigo 205 aponta

que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida de cidadão e seu preparo para o mercado de trabalho (BRASIL, 1988); o artigo 206 traz os princípios nos quais a educação deverá se basear, primando pela igualdade de acesso e a permanência na escola.

Têm-se também os artigos 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, os quais ressaltam que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à educação e que nenhuma criança deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, por ação ou omissão, dos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Outro marco legal importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996). Esta, em seus artigos 2º e 3º, estabelece algumas regras referentes à educação nacional, como, por exemplo, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, o apreço pela liberdade à tolerância e a garantia de um padrão de qualidade.

Após este breve relato acerca do direito ao acesso à educação, resta claro que toda criança deve ter condições de acessar esse direito tão importante; então, como fica a situação das crianças imigrantes? Neste viés, Coomans (*apud* UNESCO, [2018]) aponta que a educação dos migrantes gera uma série de desafios para os países acolhedores, uma vez que políticas públicas de acolhimento devem ser implementadas. Passa-se, agora, a analisar o direito das crianças imigrantes ao acesso à educação.

Com o expressivo número de imigrantes no Brasil, o número de crianças imigrantes também aumenta. As matrículas de alunos estrangeiros nas escolas brasileiras duplicaram nos últimos oito anos, e a maioria dessas matrículas ocorreu em instituições públicas (INSTITUTO UNIBANCO, 2018). Dessa forma, criar políticas públicas que abranjam esse público, que possibilitem a participação na sociedade e a exercibilidade de direitos é imprescindível (AZEVEDO; BARRETO, 2020).

Além dos marcos legais supramencionados, observam-se os artigos 3º e 4º da Lei da Migração (BRASIL, 2017). Em seu artigo 3º, a lei menciona que a política migratória deve seguir alguns princípios, sendo um deles a igualdade de tratamento e de oportunidade aos migrantes, e que aos migrantes deve ser fornecido acesso igualitário e livre aos serviços, programas e benefícios sociais, aos bens públicos, à educação e à assistência judiciária, por exemplo. O artigo 4º, por sua vez, aponta que, aos migrantes em território nacional, são garantidas a condição de igualdade com os nacionais, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como o direito à educação pública, sendo vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória em que o imigrante se encontra.

Sendo assim, observa-se que o direito à educação é fornecido de forma igualitária para todas as crianças, jovens e adultos em território brasileiro, independentemente de sua origem. A criança migrante possui uma dificuldade mais: ao chegar no Brasil, ela pode ter passado por diversas situações hostis, como violência física e psicológica, situações de guerra, perseguições políticas, religiosas, raciais, de gênero, e também extrema vulnerabilidade social. Tais situações podem gerar alguns problemas na criança e no adolescente: dificuldades de concentração, de aprendizado, psicológicas e de comportamento. Dessa forma, ter paciência, compreender a situação da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

criança/do adolescente, falar suave e pausadamente com um vocabulário de fácil entendimento e prestar atenção na linguagem corporal do educando tornam-se ações que devem ser praticadas constantemente pelos educadores, a fim de auxiliar no entendimento dessas crianças e adolescentes (SÃO PAULO, 2017).

O Conselho Nacional de Educação publicou, no dia 13 de novembro de 2020, a Resolução n. 1, que assegura a crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio o direito de matrícula nas escolas da rede pública de educação básica brasileira. A resolução determina que, uma vez demandada a matrícula, ela será assegurada na educação básica obrigatória, inclusive no ensino de jovens e adultos, e, conforme a disponibilidade de vagas, em creches. Determina, também, que a matrícula deverá ocorrer sem mecanismos discriminatórios e aponta que a ausência de tradução juramentada de documentos e a situação migratória irregular não são motivos que impedem a matrícula (BRASIL, 2020).

Ainda, a supramencionada Resolução determina que as escolas devem organizar procedimentos para o acolhimento dos estudantes imigrantes, seguindo as diretrizes de não discriminação, prevenção ao *bullying*, racismo e xenofobia, não segregação entre alunos brasileiros e não brasileiros, capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão, práticas de atividades que valorizem a cultura não brasileira e a oferta de ensino de português como língua de acolhimento visando à inserção social daqueles que possuem pouco ou nenhum conhecimento da língua (BRASIL, 2020).

Porém, além das questões legais, devem-se observar as questões socioculturais, uma vez que somente a lei não é capaz de suprir todas as necessidades e estabilizar a situação dos migrantes. A questão do idioma é a maior dificuldade encontrada pelas escolas. Neste viés, a maioria dos imigrantes que chegam ao Brasil não conhece o português e frequenta as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e com os colegas; acabam excluídos da convivência escolar e, principalmente, sem entender os conteúdos ministrados em sala de aula (INSTITUTO UNIBANCO, 2018).

O que se observa, de acordo com Assumpção e Coelho (2020), é que, muitas vezes, os imigrantes não possuem conhecimento acerca da lei e, também, os profissionais da educação não possuem a orientação necessária para o acolhimento dessas crianças em um momento tão crítico. Sendo assim, passa-se a analisar as formas de efetivação do direito à educação das crianças imigrantes no Brasil e as metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil, a partir de experiências escolares que possuam alunos imigrantes.

Metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil

De acordo com Censo do Instituto Unibanco (2018), os latinos representam 40% dos alunos estrangeiros, e estes alunos concentram-se no ensino público. Tem-se também um número expressivo de europeus, seguidos pelos asiáticos e pelos norte-americanos. Por conta dessa diversidade cultural, é necessário que as escolas implementem atividades pedagógicas destinadas a essas crianças que estão sendo acolhidas, para que assim possam se inserir não apenas no mundo escolar, mas também na sociedade em que vivem.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No que concerne aos docentes, é imprescindível a criação de cursos que os ensinem a trabalhar com as diferenças culturais existentes nas salas de aula atuais. Muitas vezes, o professor possui o desejo de ajudar o aluno mas não dispõe de capacidade para isso, pois nunca lhe foi disponibilizado um curso sobre migrações (ASSUMPÇÃO; COELHO, 2020).

Ainda no viés da importância da qualificação do corpo docente, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio da plataforma Escola Virtual (escolavirtual.gov), disponibilizou, gratuitamente, um curso denominado "Crianças e adolescentes migrantes", com temas atuais e de suma importância para o mundo da educação, uma vez que analisa os movimentos migratórios atuais, os motivos das migrações e as principais dificuldades encontradas pelas crianças migrantes.

Oliveira (2016) aponta que, apesar de o sistema para a efetivação da matrícula de imigrantes ser facilitado, as escolas públicas ainda não possuem uma proposta pedagógica capaz de integrar essas crianças. Desta forma, não basta apenas receber as crianças nas escolas; é preciso que essas crianças não estejam ali apenas por estar, ou seja, presentes mas sem entenderem os professores e colegas (ASSUMPÇÃO; COELHO, 2020).

A situação afeta, sobretudo, crianças e adolescente vindos da América Latina e da África, visto que esses imigrantes vieram para o País em busca de uma vida melhor e, muitas vezes, não possuem condições de pagar por uma escola particular, como fazem os imigrantes chineses, japoneses, norte-americanos e europeus (OLIVEIRA, 2016).

Muitas dessas crianças presentes em escolas possuem uma atitude quieta, silenciosa, não se comunicam com colegas, com professores e ficam em silêncio ao máximo, tudo com o objetivo de não serem vistas, não chamarem a atenção. Magalhães (2010) afirma que, muitas vezes, essa atitude silenciosa torna essas crianças e adolescentes invisíveis para os outros olhos. Essa invisibilidade, ainda segundo Magalhães, é o desejado por eles, visto que muitos não querem chamar a atenção por conta de sua situação migratória, ou até mesmo para não sofrerem preconceitos – a invisibilidade é utilizada como uma forma de proteção.

Como apontado anteriormente, um dos maiores problemas de integração das crianças imigrantes nas escolas é o idioma; neste sentido, observa-se o exemplo trazido por Assumpção e Coelho (2020), de uma menina equatoriana de seis anos que frequenta uma escola pública no Rio de Janeiro (RJ). A menina afirma que gosta de ir à escola, ficar no cantinho da leitura, lanchar, mas afirma que não sabe todas as letras e que, quando ela fala isso para a professora, esta grita com ela, diz que ela é burra. Depois, a menina diz que fica com dor de cabeça. Questionada, a professora diz que ali só se fala português, e agora inglês, e que não poderia "perder tempo" com explicações na língua de cada criança.

Nessa mesma pesquisa, observa-se que as mães das crianças imigrantes também se sentem incomodadas com a forma como são tratadas nas escolas. Segundo essas mães, elas não possuem voz, não entendem o que é repassado pelas professoras e não se sentem encorajadas a fazer perguntas sobre a situação de seus filhos. Essas mães afirmam que estão acostumadas a ouvir das professoras que suas crianças/seus filhos não se desenvolvem porque a família fala muito espanhol em casa. E uma dessas mães pergunta: "Como não usar a língua materna para falar com o meu filho?" Como esquecer sua língua materna quando se "fala com o coração?"

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O grupo de pesquisa Diaspotics – Migrações Transnacionais Comunicação Intercultural realiza um trabalho voluntário na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, com crianças e com mães equatorianas. Por meio desse contato, o grupo consegue orientar, com suas limitações, os professores dessas crianças que participam das atividades. Auxiliam com palestras e cursos de formação inicial e continuada, tudo pensado ao melhoramento da integração da criança e do adolescente nas escolas. O espaço do grupo tornou-se também um espaço de troca de informações e entendimentos para as mães dessas crianças. Segundo os autores da pesquisa, Assumpção e Coelho (2020), o momento de interação tornou-se um momento de contínua aprendizagem para todas as partes envolvidas.

Outro exemplo de formas de integração das crianças e adolescentes imigrantes em escolas é o trabalho realizado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Infante Dom Henrique, situada no bairro Canindé, na cidade de São Paulo. O trabalho realizado pela escola lhe rendeu um convite da Unesco para participar de um programa mundial de escolas associadas (INSTITUTO UNIBANCO, 2018). Desde 2012, a escola trabalha com formas de integração dos alunos imigrantes, que somam um total de um quinto dos alunos matriculados na escola. Além de todas as placas de orientação da escola serem escritas em quatro idiomas (português, espanhol, árabe e inglês), a cada 15 dias, a escola mantem um projeto denominado Escola Apropriada, que reúne todos os alunos imigrantes ou descendentes de estrangeiros para discutir assuntos relacionados à sua situação. Outra ação que a escola adotou foi incluir nas aulas de história temas que afetam os imigrantes, como, por exemplo, xenofobia e escravidão (INSTITUTO UNIBANCO, 2018).

De acordo com a professora criadora do projeto, Rosely Marchetti Honório, o mais incrível é que eles se sentem migrantes, descobriram que não há inferiores e superiores, que todos são iguais e que a migração é um tema presente na vida de todos (INSTITUTO UNIBANCO, 2018).

Observa-se que outras escolas estão seguindo o exemplo do projeto Escola Apropriada, porém o caminho a ser percorrido é longo e a necessidade de que algo seja feito é urgente. É imprescindível uma atitude mais incisiva das escolas, com mais cursos e capacitações para professores, mais instrução sobre cultura e diversidade, pois só assim as crianças e os adolescentes migrantes se sentirão mais incluídos na sociedade brasileira. Pois, se a escola não trata esses alunos de forma inclusiva e construtiva, fica difícil para que os outros estudantes possam reconhecer a importância da diferença cultural trazida pelos colegas migrantes (ASSUMPÇÃO; COELHO, 2020).

Conclusão

O objetivo deste artigo consistia em identificar as metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil, analisando as atuais características dos movimentos migratórios, sobretudo no País, apontando os direitos à educação aos quais as crianças devem ter acesso e identificando as metodologias de ensino-aprendizagem oferecidas às crianças imigrantes no Brasil, a partir de experiências escolares que possuam alunos imigrantes.

Neste viés, observa-se que os atuais movimentos migratórios, e também o elevado número de crianças migrantes, mostram como os Estados estão despreparados para lidar com esse tipo de situação. Não há questionamento acerca da existência de leis assistenciais para essas crianças,

porém, na prática, elas ainda não funcionam. Falta infraestrutura; falta qualificação de professores para lidar com crianças diferentes; mas, acima de tudo, faltam políticas públicas e interesse do governo brasileiro em lidar com essa situação, inserindo nas escolas, de forma obrigatória, metodologias adequadas para o ensino das crianças imigrantes.

Na maioria dos casos, os imigrantes são tratados de forma precária, sem informações suficientes, sem auxílio. São tratados como seres que não possuem direitos e que estão aqui somente para fazer o trabalho que o povo brasileiro não quer mais fazer; mas o pior de tudo é quando se pensa que essas pessoas estão aqui de favor.

No que concerne às crianças imigrantes, observa-se que elas também passam pela maioria desses problemas, porém "proporcionalmente" à sua idade. Sofrem preconceito nas escolas, não apenas dos colegas mas também dos professores; muitas vezes não conseguem se adaptar a uma forma de vida diferente; possuem dificuldades de aprendizado por conta de língua; muitas vezes, ficam isoladas por não conseguirem se comunicar.

Somando esses problemas àqueles enfrentados no momento da migração – como a falta de comida, o risco em atravessar fronteiras, fugir do seu país de origem, entre muitos outros –, questiona-se ao leitor: essas crianças ainda necessitam passar por dificuldades no momento de frequentar a escola?

Uma metodologia que deveria ser adotada com mais frequência é a inserção dos pais/mães ou responsáveis das crianças imigrantes na escola: levar os responsáveis para o ambiente escolar, encontrar uma forma de comunicar-se com eles (visto que muitas vezes essas pessoas não falam o português) e repassar as necessidades das crianças, as formas como esses responsáveis podem ajudar e a importância de incentivar esses alunos a falarem o português (sem se esquecer de sua língua materna) para que possam participar de forma efetiva do novo ambiente que se encontram.

Portanto, é clara a necessidade de melhoria do sistema de ensino fundamental no Brasil no que diz respeito, nesse momento, às crianças imigrantes. Não adianta apenas garantir o acesso desses alunos à escola, é necessário que a educação seja efetiva, que os integre e que os incentive à melhoria, e não ao retrocesso.

Referências

ASSUMPÇÃO, Adriana Maria; COELHO, João Paulo Rossini Teixeira. Crianças migrantes e o direito à educação: leituras e conversas com equatorianos na atuação voluntária do grupo Diaspotics. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Urbana**, v. 28, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/KQGjtgPbgtbQWKVRmHPcjhC/?format=html. Acesso em: 22 jun. 2021.

AZEVEDO, Ana Paula Zaikievicz; BARRETO, Ketlin Petini. A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças imigrantes em solo brasileiro. **Trajetórias Humanas Transcontinentais**, v. 6, 2020. Disponível em: https://www.unilim.fr/trahs/2368. Acesso em: 22 jun. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BEZERRA, Juliana. **Imigração no Brasil**. [2019]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/imigracao-no-brasil/. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Conselho Nacional de Educação garante direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes e refugiados**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/novembro/conselho-nacional-de-educacao-garante-direito-de-matricula-de-criancas-e-adolescentes-migrantes-e-refugiados. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152. Acesso em: 5 jul. 2021.

CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 155-176, maio/ago. 2018. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_7_Cantinho.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

FUNDACRED. **Direito à educação e educação infantil**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.fundacred.org.br/site/2021/03/05/direito-a-educacao-e-educacao-infantil/. Acesso em: 29 jun. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

GODOY, Gabriel Gualano de. Considerações sobre grandes avanços na proteção dos apátridas. **Caderno de debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 6, p. 61-72, dez. 2011. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-06_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/. Acesso em: 22 jun. 2021.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. **Fronteiras do direito humano à educação**: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16092010-100821/publico/GIOVANNA_MODE_MAGALHAES.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 49, p. 24-68, set.-dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/cJm7cNVCCgBmqNxgwbDkw4b/?lang=pt. Acesso em: 22 jun. 2021.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Dados consolidados da migração no Brasil**: 2020. Brasília, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Dados_Consolidados_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_-_2020.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Olhar integrado sobre os direitos das crianças e adolescentes refugiados e migrantes é o tema do último módulo público de capacitação**. Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/news/olhar-integrado-sobre-os-direitos-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes-refugiados-e-migrantes-%C3%A9-tema-do. Acesso em: 22 jun. 2021.

OLIVEIRA, Cida de. **Formar os formadores**. Rio de Janeira, 2016. Disponível em: https://oestrangeiro.org/2016/02/29/formar-os-formadores/. Acesso em: 6 jul. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 25 jun. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Dobra o número de crianças que chegam desacompanhadas na Itália**. Brasília, 2017. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2017/01/1574121-dobra-o-numero-de-criancas-que-chegam-desacompanhadas-na-italia. Acesso em: 12 nov. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SÃO PAULO. **1º documento orientador CGEB/NINC**: estudantes imigrantes. 2017. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/10/imigrantes_1documento-orientador-estudantes-imigrantes-verso-de-15-09-2017.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

SOUZA, Edu Morais; SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **A problemática das políticas imigratórias em tempos de globalização**. Caxambu, 2011. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt22-20/1081-a-problematica-das-politicas-migratorias-em-tempos-de-globalizacao/file. Acesso em: 22 jun. 2021.

UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **International migrant stock 2019**. Roma, 2020. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp. Acesso em: 24 jun. 2021.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A educação dos migrantes é um direito humano inalienável**. Brasília, [2018]. Disponível em: https://pt.unesco.org/courier/2018-4/educacao-dos-migrantes-e-um-direito-humano-inalienavel. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNICAMP. **Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE/ Registro Nacional Migratório – RNM)**. Campinas, 2020. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/. Acesso em: 24 jun. 2021.

ENAP. **Crianças e adolescentes migrantes.** Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/news/novo-curso-apoia-capacita%C3%A7%C3%A3o-de-profissionais-que-atuam-com-crian%C3%A7as-e-adolescentes-migrantes. Acesso em: 22 nov. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE DESAFIOS PARA SUA EXECUÇÃO

Miriam Maria Coelho[1]
Maria Cristina Piana[2]

Introdução

Esse estudo parte da experiência profissional como Assistente Social trabalhando com a Política de Ações Afirmativas nas Instituições Federais de Ensino brasileiras desde sua implantação em 2012, e tem como objetivo identificar alguns dos desafios ainda enfrentados pelos estudantes e pelas Instituições quando se aproximam os 10 anos de sua implantação.

O acesso desigual ao ensino superior brasileiro é representado pela manutenção do elitismo e conservadorismo nessas instituições durante muitos anos. A trajetória da educação superior demonstra que esses espaços sempre for am ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Uma parcela menor e mais rica da população é que tem se utilizado dessa instituição desde a implantação de instituições desse porte no país para legitimar sua posição social. Em síntese, as instituições de ensino superior refletem as desigualdades raciais, sociais e a distribuição desigual do poder e da riqueza na sociedade brasileira.

[1] Assistente Social da UFTM- Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca (2020). Mestre em Serviço Social pela pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus Franca (2016). Graduação em Serviço Social pela Universidade de Uberaba/ UNIUBE (2006). Integrante do GEPESSE Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação. Integrante do GEPPIA Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência. Linhas de pesquisas e estudos com tema: Políticas de Ações Afirmativas nas instituições Federais de Ensino Superior. E-mail: miriamcoelhocv@hotmail.com

[2] Pós-Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2020). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - câmpus Franca/SP (2008), Mestrado em Serviço Social pela mesma Universidade (2003), Especialista em Política Social e Serviço Social pela UnB, Graduação em Serviço Social e Licenciatura em Pedagogia. Atualmente é docente do Departamento de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP / Campus Franca. Tutora do Grupo PETSS - Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, por meio de convênio da PROGRAD-Pró-Reitoria de Graduação da Unesp com o MEC/SESu/DIFES, desde 2016. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA) Unesp/Franca - SP. É membro pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) Unesp/Franca - SP e do Grupo de Estudos e Pesquisas "Sociologia, Trabalho e Educação" da UFSCAR. Coordena o Projeto de Extensão: Núcleo de Estudos sobre Criança e adolescente NECRIA e o ECA na Escola, desde 2016. Atua como professora, pesquisadora e orientadora, principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas para a Infância e Adolescência, Política de Educação, Famílias, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conselho Tutelar, Trabalho Social, Serviço Social, Pesquisa Social. ORCID 0000-0002-4530-9541. https://orcid.org/0000-0002-4530-9541. https://publons.com/dashboard/tools/record/create/. E-mail: Cristina.piana@unesp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O acesso à universidade sempre significou um obstáculo, especialmente para a população negra, estudantes oriundos de classes menos favorecidas e estudantes provenientes de escolas públicas, na maioria das vezes de baixa qualidade se comparadas com as escolas particulares brasileiras.
O sistema de ensino brasileiro, de tradição meritocrática, corrobora com a reprodução das desigualdades sociais ao passo que garante às altas classes a perpetuação de seus privilégios e deixa à margem a maior parte da população. Estudantes filhos da classe trabalhadora, classe historicamente vulnerável, não tem condições de concorrer com estudantes que tiveram melhores condições sociais e educacionais, isso confirma a importância da implementação de políticas de caráter afirmativo com a finalidade de superação das desigualdades raciais, sociais e educacionais.

A Política de Ações Afirmativas brasileira e seu caráter racial e social

A construção de uma Política de Ações Afirmativas partiu da luta dos movimentos sociais, notadamente do movimento negro, pela democratização do acesso à política de educação superior brasileira, trazendo a denúncia da pouca presença da população negra na educação superior, justificada pela condição de discriminação e marginalização sofrida pelo povo negro no decorrer da história.
Para fundamentar a importância da implementação de Políticas de Ações Afirmativas, Kabengele Munanga (2003, p 119) ressalta:

> Daí a justificativa de uma política preferencial, no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. É nesse contexto que colocamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência das cotas, que, pela experiência de outros países, afirmou-se como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerado como um dos aspectos na menos importante de desigualdade racial.

Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra (pessoas que se auto-declaram pretos e pardos), é a maioria no país. Entretanto, conforme dados do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), essa maioria continua vivendo em condições desiguais de acesso a bens e serviços, acesso ao mercado de trabalho, políticas públicas e condições materiais de sobrevivência (PAIXÃO, 2011).
A população negra é o segmento social mais discriminado nas diversas dimensões da vida social, seja no acesso à educação, ao mercado de trabalho, e até mesmo na expectativa de vida. Posto isto, as políticas de Ações Afirmativas, como forma de expressões da luta da população negra pela igualdade no Brasil, configuram-se como mecanismo de busca da afirmação de direitos equidade social como resultado de um processo histórico de luta contra as desigualdades sociais.
Apesar de todo processo de luta do movimento negro para garantir as cotas raciais, a Política de Ações Afirmativas brasileira tem como principal critério a origem escolar pública do estudante. De acordo com Damiani (2006) pode-se entender que a opção por favorecer, estudantes egressos de escolas públicas deve-se aos aspectos estruturais da educação básica pública brasileira, que não garante aos estudantes oportunidade de competir com estudantes de escolas particulares (de maior

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

qualidade educacional) no processo seletivo por vagas nas Instituições Federais de Ensino, situação que, aliada a outros fatores sociais e econômicos, nega aos estudantes pobres o acesso à educação superior pública.

A escolha brasileira por ações afirmativas que beneficiam, majoritariamente, grupos sociais, possivelmente se expressa como a manifestação de uma empatia maior à questão da pobreza e uma relutância de alguns setores da sociedade em aceitar ações afirmativas de cunho puramente racial.

A expansão do Ensino Superior privado x público

A educação superior no Brasil é jovem se comparada a outros países da América Latina e como outras políticas, sofreu avanços e retrocessos de acordo com o período histórico e o momento político e social do país. A Universidade Pública, sinônimo de luta dos movimentos sociais nos anos da Ditadura Militar, após a Reforma Universitária de 1968, sofre sérios danos no que se refere à sua principal atribuição em oferecer o ensino de qualidade, democrático e igualitário. Presenciamos nessas últimas décadas a expansão desenfreada do setor privado e consequentemente a não garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizados pela educação superior pública.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2015 nos mostram que as matriculas presencial e a distância concentram-se nas instituições privadas, com 76%, enquanto as matriculas nas instituições públicas representam 24%. No que tange ao número de instituições de educação superior, os dados do Censo revelam que 88% são privadas, e apenas 12% são públicas.

Nessa perspectiva, denota-se que o sistema educacional superior brasileiro é constituído principalmente por instituições privadas, com concepção mercantil e dedicadas fundamentalmente ao ensino, com objetivos diferentes do perfil de ensino, pesquisa e extensão, trazidos pelas Instituições Federais de Ensino.

Nesse cenário de uma perspectiva de educação como mercadoria em contraposição à uma educação como bem público, direito do cidadão e dever no Estado, a tônica da luta pela democratização do acesso e permanência na educação superior pública e de qualidade se torna indispensável.

O Governo Lula e os avanços do acesso à Educação Superior Pública

A partir da entrada do Partido dos Trabalhadores na presidência em 2003, a democratização do acesso à educação superior foi ganhando espaço na agenda do governo, protagonizados pela luta dos movimentos sociais, e fomentou políticas públicas de expansão e interiorização da oferta de vagas nas Instituições Federais de Ensino assim como ações afirmativas voltadas a grupos sociais excluídos.

Os números que se seguiram representaram um crescimento substancial para a história do ensino superior público brasileiro. No ano de 2003, o país possuía 45 universidades federais, número que chegou a 63 no ano de 2016. Nesse intervalor 18 novas instituições foram criadas. O número total

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de matrículas em 2003 era de 567,1 mil e, em 2016 esse número dobrou, passando para 1.083.050 (INEP, 2016).

No que se refere à Ações Afirmativas, Segundo o Levantamento das Políticas de Ações Afirmativas (2017) no ano de 2012, um total de 40 universidades federais (69%) já haviam implantado algum tipo de política de ação afirmativas que poderiam ser caracterizados como cotas, sistema de bônus e acréscimo de vagas. Até o referido ano, as universidades empregavam seus próprios critérios para ingresso determinados por seus conselhos universitários.

Com a sanção da Lei Federal nº 12.711 (Popularmente conhecida como Lei das Cotas) os critérios foram assemelhados e o estabelecimento da reserva de vagas tornou-se obrigatório em todas as Instituições Federais de Ensino.

A Lei determina a reserva de 50% das vagas de todos os cursos a estudantes prioritariamente egressos de escolas públicas, subdivididos em quatro grupos: (GG1) estudantes egressos de escolas públicas, (G2) estudantes egressos de escolas públicas e baixa renda (G3) estudantes pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas, e (G4) estudantes pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas e de baixa renda. A Lei também estabelece que a reserva seja equivalente à proporção de pretos, pardos e indígenas, de acordo com o último Censo Demográfico para o estado onde se localiza a instituição e que esse público dispute entre sí o número de vagas proporcional à soma das três populações. Em 2017, a Lei nº 12.711 foi substituída pela Lei nº 13.409, e nesse novo texto estabelece que as vagas reservadas deverão ser preenchidas também por pessoas com deficiência.

Desafios à execução da Política de Ações Afirmativas e algumas ponderações

Após a implantação da Lei de Cotas, as Instituições Federais de Ensino precisaram se adequar ao processo seletivo e ao atendimento desse público em seu espaço. Entretanto, a legislação não previa os diversos desafios que seriam enfrentados nem tampouco alguns critérios que deveriam ser estabelecidos de forma mais clara, o que permitiu em cada Instituição diferentes concepções, planejamento e execução da política.

A seguir apresentaremos alguns elementos observados na execução do trabalho de atendimento a estudantes e análise de renda para acesso à Política de Ações Afirmativas no Centro Federal de Educação Tecnológica/ CEFET-MG (de 2012 a 2015) e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/ UFTM (de 2015 a 2020), identificados como desafios ainda enfrentados pelos estudantes e pelas Instituições e obstáculos à materialização da política.

Porcentagem de vagas para estudantes de escolas públicas

Um primeiro ponto observado para reflexão se refere se refere à porcentagem de vagas reservadas para estudantes oriundos de escola pública, ou seja, 50% do total de vagas se destina a estudantes de escolas públicas e 50%, a outra metade, se destina à ampla concorrência.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019, mais de 80% dos estudantes do ensino fundamental e médio frequentam escolas públicas e menos de 20% estudam na rede particular.

Podemos observar que os estudantes oriundos de escolas particulares e que, consequentemente, tem mais oportunidade de acesso a bens sociais e culturais e um ensino de maior qualidade, portanto maiores chances de passar num processo seletivo, possuem um número de vagas (ampla concorrência) significativamente maior, proporcionalmente falando, que os estudantes de escola pública.

Apesar do reconhecimento do avanço que representa a criação dessa Política para garantir maior acesso ao ensino superior público, precisamos aludir a observação de que a proporção definida na divisão das cotas não condiz com a realidade educacional e social brasileira e continua atendendo, majoritariamente, os filhos das elites econômicas do país.

Processo seletivo e opção dos grupos

No que ser refere ao formato do processo seletivo do SISU -Sistema de Seleção Unificado, identificamos que o candidato opta por apenas um dos grupos de vagas, sendo ampla concorrência ou algum dos grupos de cotas e não tem a possibilidade de alterar sua opção posteriormente, mesmo se sua nota for suficiente para o ingresso pela ampla concorrência.

Compreendemos que o candidato muitas vezes faz a opção por um dos grupos de cotas para não correr o risco de perder a vaga, considerando que as cotas possuem nota de corte abaixo da ampla concorrência, mas após o resultado ele pode constatar que sua nota seria suficiente para o ingresso pela ampla concorrência.

Percebemos que esse formato não favorece o acesso democrático e o ingresso de mais estudantes de escolas pública e concluímos que, se o sistema primeiramente o classificasse para pleitear as vagas da ampla concorrência para somente depois colocá-lo no grupo de cota, caso sua nota não fosse suficiente para o ingresso na ampla concorrência, o acesso seria mais democrático.

O critério de procedência escolar e as escolas federais

A justificativa para eleger como critério fundamental de ingresso nos grupos de cotas a procedência escolar pública deve-se, além da condição econômica e social dos candidatos e a consequente falta de acesso aos bens culturais, pela baixa qualidade do ensino fundamental e médio público, o que dificultaria a concorrência com estudantes de escolas particulares.

Inferimos que, no contexto das escolas públicas federais, reconhecidamente de qualidade superior às demais escolas da rede pública esse critério não se justifica, pois, o estudante de uma escola pública comum dificilmente terá condições de concorrer com um estudante de uma escola federal.

Observamos esse como um outro fator que poderia ser facilmente resolvido seguindo o mesmo formato da seleção do sistema inicialmente pela ampla concorrência para depois, se necessário, ser recolocado no grupo de cotas escolhido.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Grupo de cotas raciais (pretos e pardos)

No que se refere a esse grupo de cotas a legislação previa apenas, inicialmente, que o candidato se auto declarasse preto ou pardo. Notamos que, principalmente nos primeiros anos que se seguiram à implantação da Lei, surgiram várias dúvidas dos estudantes e familiares no que se refere à não compreensão da sua identidade e se possuiriam os critérios que determinariam o direito à vaga.
Notamos com o passar do tempo o surgimento de diversas denúncias de fraudes vindas dos próprios estudantes, de professores, servidores e da sociedade civil. Nesse ínterim, universidades de todo o país iniciaram discussões que culminaram na implantação de comissões de heteroidentificação em algumas Instituições com a definição dos critérios a serem levados em consideração para ingresso desse público e para análise dos casos.
Compreendemos que as comissões de heteroidentificação ainda não foram implantadas em todas as Instituições e é um tema polêmico, não tendo apoio unânime dentro das universidades e dos movimentos sociais.

Grupo de pessoas com deficiência

Em 2016, é incluído na porcentagem de vagas reservadas outro grupo beneficiário - pessoas com deficiência. A medida foi recebida pelas universidades sem que houvesse um preparo anterior para atendimento da demanda, já que para averiguação das condicionalidades desse grupo é necessário uma equipe multidisciplinar, algo que muitas universidades não possuem. Observamos ainda que a medida não foi acompanhada por um aumento no percentual das vagas reservadas, o que ocasiona numa maior fragmentação da oferta de vagas entre os grupos.

Critério de renda

Em relação aos critérios de renda, para os candidatos que optam pelo grupo de estudantes com familiares de renda inferior a um salário mínimo e meio per capita, identificamos diversas dificuldades já que a legislação previa apenas uma lista mínima de documentos e não foi ofertado nenhum suporte técnico do Ministério da Educação ou nenhum outro órgão do governo para acessar dados de renda dos candidatos.

Assistência estudantil

Outro fator de grande importância identificado foi a falta de fomento nos programas de Assistência Estudantil para esses estudantes, já que após a implementação da lei, viu-se, ao contrário do que se esperava, uma diminuição expressiva e gradativa do orçamento nesses programas, o que afetou diretamente o ingresso e permanência do público de baixa renda nas Instituições.

Com o aumento dos campi nas diversas cidades e o Sistema de Seleção Unificado muitos estudantes foram morar para outras cidades e estados para estudar e com isso necessitavam dos programas de assistência estudantil para custear as despesas.
Com os cortes do recurso das universidades e consequentemente da assistência estudantil, o número de bolsas diminuiu muito, contrastando com o perfil dos estudantes agora ingressantes e que deveriam ser atendidos pelos programas de permanência.
Muitos estudantes dependem desse recurso para se manter na universidade e além do número de bolsas ser insuficiente para atendimento de todo o público alvo, o valor ofertado não é suficiente para custear integralmente as despesas necessárias.
Os alunos cujas famílias enfrentam dificuldades financeiras para manter suas despesas, não conseguindo ser contemplados pelos programas de assistência estudantil enfrentam diversos desafios para além dos que já serão enfrentados com relação ao ensino e à vivência na universidade. Sofrem com problemas emocionais pela impossibilidade de visitar a família com frequência, má alimentação, moradia insalubre, impossibilidade de compra de materiais essenciais para andamento do curso, entre outros, o que em alguns casos leva à desistência do curso.
Verificamos que os problemas financeiros fazem com que, muitas vezes, o estudante busque trabalho e com isso, além de não conseguir se dedicar integralmente aos estudos, muitas vezes não tem disponibilidade do tempo necessário para as aulas e demais atividades, especialmente para cursos de turno integral, acarretando muitas vezes na evasão e abandono.

Apoio pedagógico

Compreendemos que a falta de apoio pedagógico e de preparo por parte do corpo docente para recepção dos estudantes de diferentes níveis educacionais é um fator extremamente relevante no que se refere à permanência. As dificuldades pedagógicas com as quais o aluno chega nos bancos da universidade estão relacionadas ao pouco acesso ao capital cultural e social do estudante de baixa renda e seus familiares e uma bagagem educacional deficitária e de menor qualidade se comparado às escolas particulares.

Preconceito por parte de outros estudantes e do corpo docente.

Sabemos que algumas dificuldades, expressas de forma velada ou não, podem afetar diretamente a permanência num ambiente onde o estudante não cria um sentimento de pertencimento e não se sente acolhido.
O espaço universitário, historicamente elitizado, passa a ter em seus corredores um número cada vez maior de meninos e meninas de origem popular, contrastando com o público até então predominante.
Compreendemos que a relação preconceituosa com que muitas vezes é visto e tratado o estudante cotista dentro desse espaço, seja por colegas ou professores, afeta diretamente seu desempenho e sua permanência, fazendo com que o mesmo espaço considerado de inclusão, possa ser excludente.

Falta de projetos institucionais de apoio e recepção desses estudantes no meio acadêmico

Aludimos que o tratamento igualitário requerido nesse cenário, se tenciona ao mesmo tempo com a importância de uma estrutura para o acompanhamento diferenciado do estudante cotista, afim de atender suas necessidades imediatas.
Vemos as equipes de trabalho multidisciplinar, que ofereçam um trabalho direcionado a atender às necessidades específicas desse público e um trabalho de acolhimento que envolva toda a comunidade acadêmica como fundamental para a garantia da permanência desse estudante.
Diante do exposto, nos perguntamos se esse estudante tem sido acolhido em suas diversas demandas de forma satisfatória, do ponto de vista material, pedagógico, acadêmico, nas suas relações com o meio e com os demais colegas. Os programas e projetos oferecidos tem respeitado as diferenças individuais? Quais mudanças ainda são necessárias para colaborar com a democratização do acesso aos segmentos historicamente excluídos?

Considerações finais

Próximo a fazer 10 anos de implantação da Política de Ações Afirmativas nas Instituições Federais de Ensino brasileiras, muitos estudantes de rede pública ainda não sabem de sua existência, como ela funciona, ou ainda, apesar dela, não veem como possível seu ingresso numa Universidade Pública. Para os que conseguem transpor a barreira do ingresso, a permanência pode representar um desafio a ser vencido para conclusão do curso.

A materialização dos objetivos da Política de Ações Afirmativas só pode ser alcançada através da investigação de elementos que ainda interferem no acesso e na permanência dos grupos historicamente excluídos do ensino superior público. Esperamos que essa breve análise contribua para o desenvolvimento de outros estudos e forneça elementos para a avaliação da Política, a fim de dar subsídios ao debate e possibilitar uma melhoria na sua execução.
As Instituições ainda enfrentam diversos desafios para efetivação da lei, no entanto, a Política de Ações Afirmativas é uma maneira de mudança social e econômica para a classe trabalhadora e uma oportunidade de ascensão cultura e social para muitos estudantes.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

Censo da Educação Superior 2016. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

CERQUEIRA, E. A.; SANTOS, A. P**. Ensino Superior:** trajetória histórica e políticas recentes. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

DAMIANI, M. F. **Discurso pedagógico e fracasso escolar**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: v. 14, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez , 2003.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil:** público e privado. Seminário sobre Educação no Brasil. São Paulo: NUPES/USP, 2003.

FERES JÚNIOR, J. et al. **Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais** (2016). In: Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESPUERJ, 2017.

FERES JUNIOR, J. **Ação Afirmativa no Brasil**: fundamentos e críticas. Rio de Janeiro: Econômica, 2004.

FERES JUNIOR, J.; DAFLON, V.; RAMOS, P.; MIGUEL, L. **O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais.** Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2013.

GOMES, N. L.; MUNANGA, K.**O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MOEHLECKE, S. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 2002.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

PAIXÃO, M. et al. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

RISTOFF, D. **A expansão da educação superior brasileira**: tendências e desafios. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs.). Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida - SP: Idéias & Letras, 2011.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – BRASIL (2010-2020)

Raquel Bernardes Correa[1]
Solange Aparecida de Oliveira Hoeller[2]

Intenções iniciais

Este texto apresenta os resultados de um inventário da produção científica brasileira, demarcada entre os anos de 2010 a 2020, acerca da participação das crianças no planejamento da Educação Infantil. Tem-se como questão-problema: Como compreender a participação das crianças no planejamento da Educação Infantil, por meio do Projeto Político Pedagógico, ultrapassando os limites da simples execução das ações planejadas pelos adultos.

Apresenta-se como objetivo central analisar em que medida o direito à participação das crianças no planejamento do cotidiano das instituições de Educação Infantil está contemplado nos Projetos Políticos Pedagógicos.

Ao compreender "[...] o conhecimento como produção histórico-cultural situado e datado nas estruturas de poder vigentes em cada espaço tempo". (MOROSINIA; FERNANDES, 2011, p. 155). Sob esta perspectiva, localiza-se a importância da elaboração do *estado do conhecimento* para o trabalho acadêmico, o qual se constitui como:

> [...] matéria formativa e instrumental que favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo. (MOROSINIA; FERNANDES, 2011, p. 155).

O interesse das pesquisas pelas crianças não é fato atual. As crianças se constituíram objeto de preocupação de algumas ciências em períodos anteriores. Relacionado ao século XIX, constata-se que "Neste período, a psicologia do desenvolvimento, a pediatria e a psiquiatria infantil, por exemplo, convocavam suas primeiras reuniões gerais para estabelecer uma estrutura e uma rede a fim de discutir e fortalecer ideias e percepções sobre o desenvolvimento infantil". (QVORTRUP, 2015, p. 16). Verifica-se que os estudos no campo das ciências humanas, sobre a infância, marcaram presença desde o século XIX, entretanto é a partir de um novo contexto, posicionado mais ao final do século XX, que a infância ganha espaço nos estudos das ciências sociais e se amplia nas ciências humanas.

Mais especificamente, a partir dos anos 1980, o discurso sobre a participação das crianças vem ganhando cada vez mais espaço e, "[...] diversas sociedades observaram uma onda crescente de

[1] Mestranda. Secretaria Municipal de Educação de Gaspar/SC. E-mail: raquelbcorrea13@gmail.com.
[2] Professora. Instituto Federal Catarinense. E-mail: solange.hoeller@ic.edu.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ideias sobre a participação e a voz das crianças". (PROUT, 2010, p. 21). Esse movimento abriu espaço, por exemplo, ao campo de estudos da Sociologia da Infância, que chegou para tencionar algumas defesas feitas em torno do desenvolvimento infantil pautado numa perspectiva estritamente biológica, contribuindo para modificar olhares tradicionais quanto à criança, em especial da criança como um *vir a ser*, valorizando sua ação social desde a tenra idade.

> A Sociologia da Infância tem somado esforços no sentido de desenvolver teórica e metodologicamente conhecimentos que visibilizem as crianças e as suas infâncias, considerando-as como atores sociais, na busca da compreensão do social, através das e com as crianças. (AGOSTINHO, 2010, p.10).

As pesquisas publicadas sobre a participação das crianças podem contribuir para potencializar as reflexões que irão emergir acerca da temática estudada para a análise dos documentos, (PPP's) das instituições de Educação Infantil de Gaspar/SC Assim, "[...] as ideias teóricas não aparecem inteiramente novas a cada estudo, elas são adotadas de outros estudos e relacionadas e, refinadas durante o processo, aplicadas a novos problemas interpretativos". (GEERTZ, 1989, p.37).

Com o intuito de se ter um panorama geral do que vem sendo produzido pelos pesquisadores sobre o direito à participação das crianças, elaborou-se este inventário de produções brasileiras, por meio de teses e dissertações, no portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD; no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; e no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, mais especificamente, no GT 7, que se configuram como um espaço de conhecimento científico que reúne um conjunto de produções referentes a estudos sobre crianças de 0 a 6 anos.

As produções científicas e a descrição da participação das crianças

Para iniciar a organização do inventário, realizou-se um mapeamento pela BDTD e da CAPES. Utilizou-se a combinação de descritores e/ou palavras-chave que se complementavam como "participação infantil" ou "participação das crianças", situadas no contexto da "Educação Infantil" ou creche ou pré-escola e, ainda, na relação com "Projetos Políticos Pedagógicos". Recorreu-se aos operadores lógicos *booleanos "AND", "OR" e "NOT",* na tentativa de restringir a seleção para as pesquisas que tivessem pertinência direta com o estudo em curso, no período cronológico, entre os anos de 2015 e 2020[3].

Desse processo, resultaram quarenta e quatro teses da BDTD e da CAPES e/ou dissertações, sobre as quais passou-se à leitura dos resumos, na intenção de analisar sua pertinência para estudo. Feito isto, selecionou-se, segundo os critérios eleitos, oito produções para a leitura na íntegra e realização de fichamentos, conforme apresentadas no quadro a seguir.

[3] A demarcação deste período, foi reduzido devido a maior quantidade de produções nestas plataformas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 1: Produção acadêmica localizada na BDTD e CAPES

Autor/a	Título	Portal	Ano/Tipo	Instituição
SILVA, Adriana Aparecida Rodrigues da	A participação das crianças na roda de conversa: possibilidades e limites da ação educativa e pedagógica na educação infantil	BDTD e CAPES	2015 Dissertação	PUC-GO
VASCONCELOS, Queila Almeida	Crianças bem pequenas no cotidiano da escola: tecendo relações entre participação e interesses de aprendizagem	BDTD e CAPES	2015 Dissertação	UFGRS
VIEIRA, Ana Luzia da Silva	Projeto político-pedagógico na creche: participação e protagonismo da equipe de funcionárias(os) de uma unidade da rede municipal de Santo André	BDTD e CAPES	2015 Dissertação	UNINOVE
LIRA, Claudia Dantas de Medeiros	A participação das crianças no desenvolvimento do currículo na Educação Infantil	BDTD e CAPES	2017 Dissertação	UFRN
VASCONCELLOS, Giselle Machado de	A participação infantil nas ações pedagógicas: um estudo das relações educativas em um contexto de educação infantil pública	BDTD e CAPES	2017 Tese	UFSC
SILVA, Lilian Barbosa da	Aspectos inovadores em uma Escola Municipal de Educação Infantil em São Paulo	BDTD e CAPES	2018 Dissertação	PUC-SP
VELOSO, Marilia Tuler	Crianças na cidade-participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade.	BDTD	2018 Dissertação	UFMG
RADECK, Neuza Aparecida	Percepções de crianças da primeira infância sobre as relações educativas na sua escola: é possível melhorá-la a partir de suas opiniões?	BDTD	2019 Dissertação	UNINTER

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base no sistema da BDTD e CAPES.

Percebeu-se com este inventário que ainda há poucas produções brasileiras que mergulham na pesquisa sobre a participação das crianças elencadas no PPP das instituições, pois conforme descrito no Quadro 1, apenas um desses estudos trouxe a importância de assegurar a participação das crianças por meio dos PPP's, possibilitando reflexões da equipe pedagógica e demais profissionais das instituições de Educação Infantil.

Das produções selecionadas, observa-se um equilíbrio quanto ao lugar de produção destes estudos, sendo quatro deles defendidos em programas de pós-graduação de Universidades Públicas e quatro de Universidades Privadas, dos quais sete consistem em dissertações de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

mestrado e uma tese de doutorado. Quanto ao período dessas produções, a metade das defesas se concentrou no ano de 2015 e as quatro restantes distribuídas entre 2016 a 2019.

No que tange à metodologia das pesquisas analisadas, a maioria se descreve, a partir de uma abordagem qualitativa e, em se tratando do tipo de pesquisa, vimos bastante variedade, consistindo em duas na perspectiva etnográfica, um estudo de caso, duas pesquisas participantes, uma do materialismo histórico dialético, uma documental e uma de pesquisa ação. Em todas, as crianças foram os sujeitos de pesquisa, sendo que uma trouxe todos os participantes da instituição, incluindo integrantes da equipe gestora, professoras e funcionárias (os) de diferentes segmentos: equipe da limpeza, da cozinha, da secretaria, agentes de desenvolvimento infantil.

Evidencia-se maior concentração dos estudos no referencial da sociologia da infância, com quatro das pesquisas amparadas neste campo disciplinar e fundamentadas em autores como: Manuel Sarmento; Willian Corsaro; Alan Prout; Natália Fernandes, entre outros. Encontramos também duas pesquisas pautadas nos estudos da teoria histórico cultural, alicerçadas em Vigostski. Um estudo se concentrou no materialismo histórico dialético, além de realizar um diálogo entre a sociologia da infância e as teorias críticas. Em três outros estudos, encontramos as contribuições de Paulo Freire para fomentar a temática da participação de forma democrática e considerar o "sujeito criança" como um "sujeito político". Por fim, localizamos uma pesquisa que se embasou nos estudos da pedagogia da infância, trazendo as contribuições de Eloisa Candal Rocha e Ângela Scalabrin Coutinho.

No que diz respeito ao conteúdo destas pesquisas e das suas contribuições para o estudo em curso, foi possível perceber que a maioria das autoras concluiu que a ação docente é fundamental para assegurar o direito à participação das crianças no cotidiano das instituições. Este conjunto de estudos colocou em pauta o adultocentrismo que ainda prevalece nas ações cotidianas de algumas das instituições educativas pesquisadas, em alguns casos justificado pelo fato de o conhecimento dos professores sobre o assunto ser superficial, noutros, pela falta de formação continuada.

Estas produções permitem pensar na possibilidade de um trabalho pedagógico que vislumbre a participação das crianças, principalmente, quando as ações são planejadas no coletivo, tendo professores e funcionários que consideram as crianças como interlocutoras e, desta forma reconhecendo a participação infantil na interlocução com as crianças.

Cabe dizer que todas as autoras partem da compreensão de que as crianças têm protagonismo e, sendo assim, devem ser considerados como participes do percurso educativo. Indicam que as crianças têm assegurado o direito à participação, quando planejado e organizado no cotidiano, tempos e espaços. Mostram também que as concepções dos professores sobre o direito à participação das crianças são relevantes para assegurar esse direito. Uma concepção que considera a criança como sujeito da ação irá pensar em organizar espaços e tempos que assegurem o direito à participação, se antepondo à concepção adultocêntrica.

Dada a relevância da ANPEd para o fortalecimento e promoção do desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, entende-se que não se pode realizar um *estado do conhecimento* sem recorrer a essa base. Como anunciado no início desta seção, situamos a busca no GT7 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos, pois que se configura um espaço de conhecimento cientifico e que reúne um conjunto de produções referentes a estudos sobre crianças, infância e

Educação Infantil. Devido a forma como as reuniões são organizadas, entre nacional e regionais, ampliamos o período de busca para 2010 a 2019, pontuando as sete reuniões nacionais ocorridas neste período[4] e as cinco reuniões da região Sul[5]. Utilizou-se os mesmos descritores, como feito junto à BDTD e CAPES, para localização e seleção dos trabalhos apresentados, entretanto não encontramos nenhum trabalho que descrevesse especificamente o direito à participação das crianças, elencada nos PPP's, ou que relacionasse participação das crianças e PPP, conforme pontua-se no quadro a seguir.

Quadro 2: Produção acadêmica localizada na ANPEd Nacional – GT 7

Autor/a	Título	Ano
JOÃO, Janaína da Silva	Crianças, Professores e Famílias: (Co)Protagonistas da Educação Infantil	2012 Reunião Nacional
OLIVEIRA, Fabiana de	A Criança e sua relação com a sociedade: considerações sobre a participação infantil nos espaços públicos	2015 Reunião Nacional
GONÇALVES, Barbará de Oliveira; AQUINO, Ligia Maria Motta Lima Leão de	Vivemos para lutar, lutamos para viver... A participação das crianças sem terrinha na vida política da sociedade	2019 Reunião Nacional
MARTINS, Karoline Joulie	Escola, mídia e cinema: construindo espaços de participação com as crianças	2019 Reunião Nacional

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base nos Anais da ANPEd – Reunião Nacional – GT 7.

Encontrou-se entre o período delimitado, quatro trabalhos relacionados à temática, todos provenientes de Universidades Públicas. Assim como nas pesquisas localizadas na BDTD e CAPES, os estudos aqui apontados também se constituíram, a partir de diferentes metodologias, sendo na perspectiva etnográficas, de observação participante e pesquisa-intervenção, alicerçadas no campo teórico da sociologia da infância e antropologia, sustentadas em autores como: Manuel Sarmento, Willian Corsaro, Giles Brougère, Alma Gottlieb, entre outros; assim como da Psicologia, representada por Bárbara Rogoff.

Estas produções revelam, entre outros aspectos, que os estudos da sociologia da infância trazem importantes contribuições para a análise da participação das crianças, considerando-as como ator social e sujeito de direitos. Demarcam possibilidades da participação das crianças na transformação da sociedade ao enfatizar que por muito tempo essa foi uma categoria geracional excluída socialmente. Indicam o quanto as crianças têm suas potencialidades e devem ser considerados no processo de participação e apontam para a importância de uma organização de espaços e tempos voltada para a autonomia das crianças. As produções apontam as instituições de Educação Infantil como espaços promotores e transformadores, e de potencial para a aprendizagem de novas experiências. Consideram as crianças capazes de modificar e compreender

[4] Até o ano de 2013 as reuniões nacionais aconteciam anualmente. Posterior a este ano os encontros passaram a ser bianuais (2010 – Caxambu/MG; 2011 – Natal/RN; 2012 – Porto de Galinhas/PE; 2013 – Goiânia/GO; 2015 – Florianópolis/SC; São Luis/MA, 2017; Rio de Janeiro/RJ, 2019).

[5] A partir de 2000, as reuniões regionais também passaram a acontecer bianualmente. Para este trabalho, a análise centrou sobre nas ocorrências dos anos de 2010 – Londrina/PR; 2012 – Caxias do Sul/RS; 2014 – Florianópolis/SC; 2016- Curitiba/PR; 2018 – Porto Alegre/RS.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

o seu redor, sendo fundamental a discussão a respeito da participação das crianças para a constituição de uma sociedade mais justa e democrática. Nas reuniões da região da ANPEd Sul, encontramos sete trabalhos sobre a participação das crianças, conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 3: Produção acadêmica localizada na ANPEd Regional Sul – GT 7

Autor/a	Título	Ano
MACHADO, Carolina Castelli	Ampliando as discussões sobre a aprendizagem na educação infantil: observação e participação entre bebês e crianças mais velhas	2016 Reunião Sul
ROCHA, Jeruza da Rosa da; NÖRNBERG, Marta	"Eu presto atenção no que ela fala, copio do quadro, ajudo com os vasos de flor, faço as contas" participação das crianças na escola	2016 Reunião Sul
BRAGAGNOLO, Adriana; DICKEL, Adriana	A interação verbal entre professoras e crianças de educação infantil pelo viés da participação guiada e da retomada da palavra	2016 Reunião Sul
MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves	Tia, posso pegar um brinquedo? A ação das crianças no contexto da pedagogia do controle	2014 Reunião Sul
OLIVEIRA, Fabiana de	A Criança e sua relação com a sociedade: considerações sobre a participação infantil nos espaços públicos	2014 Reunião Sul
DELGADO, Ana Cristina Coll; SILVA, Francine Vargas da	Bebês e crianças bem pequenas nas programações do mês da criança: entre a proteção, controle e participação conquistada	2012 Reunião Sul
BELTER, Luciléia; WESCHENFELDER, Noeli Valentina	Conhecendo as culturas da infância: possibilidades de participação das crianças no cotidiano escolar	2012 Reunião Sul

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base nos Anais da ANPEd – Regional Sul – GT 7.

Os trabalhos encontrados decorrem, em grande parte, dos Programas de Pós-Graduação de Universidades públicas, apresentados nos anos de 2012, 2014 e 2016. As produções têm em comum a perspectiva etnográfica, alguns desses estudos estão amparados em autores como Graue e Walsh (2003), que consideram a etnografia como forma de pesquisa interpretativa. Outros trazem a compreensão do entendimento etnográfico caracterizado por, ao defender a etnografia como possibilidade de "[...] uma postura menos adultocentrada e que permite vislumbrar o que está para além do discurso adulto sobre as crianças." (DELGADO; SILVA, 2012, P.03).

A etnografia, segundo (PROUT, 1990 apud AGOSTINHO, 2016, p. 02), "permite às crianças uma voz e uma participação na produção de dados sociológicos mais diretos do que são normalmente possíveis através de estilos de investigação experimental" e, nesse sentido, nos leva a reflexão sobre a participação infantil atrelada também a metodologia da pesquisa que estaremos utilizando. Outro aspecto observado diz respeito às escolhas teóricas e aos sujeitos da pesquisa. Constata-se que os estudos utilizaram como referenciais a sociologia da infância, a antropologia da criança, a teoria histórico-cultural e a psicologia cultural, pautando-se em autores como: Manuel Sarmento, Willian Corsaro, Lev Vigotski, Mikhail *Bakhtin,* entre outros. No que diz respeito aos envolvidos nas pesquisas, as crianças ocuparam espaço central e, em alguns casos, os professores se constituíram sujeitos da pesquisa, na mesma direção dos estudos apresentados nas reuniões nacionais da ANPEd.

Notas finais

Constatou-se que as produções trazem como resultado para assegurar o direito à participação das crianças fatores como: interação entre as crianças de faixa etárias diferentes; as crianças podem e

devem participar das mudanças nas instituições de Educação Infantil; organização de tempos e espaços que contribuam para a participação; a importância de uma docência que (re)conheça as crianças como potentes, suas culturas e a infância como categoria geracional. Neste último aspecto, deixam claro que, assim como as crianças, os/as professores/as devem ser curiosos/as, ativos/as e protagonistas. Considera-se que para assegurar a qualidade ao direito à participação infantil o Projeto Político Pedagógico ocupa lugar de destaque, pois é, "[...] um elemento de apoio para si e para a criança, um documento que diz com certeza qual caminho, quanto se caminhou e se o caminho foi percorrido na direção desejada [...]" (BONDIOLI, 2004, p. 110).

Entende-se que ter um documento que oriente as ações do cotidiano contribuíra para que seja assegurado nas instituições o planejamento, a reflexão-ação e, sobretudo, a qualidade no trabalho pedagógico de todos os envolvidos no percurso, "[...] definir e produzir qualidade são uma tarefa política, um trabalho democrático" (BONDIOLI, 2004, p. 15).

Conforme pontuado anteriormente, o inventário abarcou um conjunto de produções que trouxeram contradições e afirmações sobre o direito à participação e de como elaborar a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições, voltados para a garantia da participação das crianças.

Além disso, foi possível refletir sobre outras questões: Quais indicativos descritos nos PPP's contribuem para a participação infantil? O expresso nos PPP's sobre a organização dos tempos e espaços contribui para o direito à participação das crianças? Os projetos trazem indicativos para que adultos compreendam e possibilitem que a participação infantil aconteça? De que modos? Há nos PPP's indícios de práticas adultocêntricas? As concepções de criança e de infância levam ao entendimento de uma concepção que considera a criança como protagonista?

Referências

AGOSTINHO, Kátia. **Formas de participação das crianças na Educação Infantil.** Tese (Doutorado em estudos da Criança) Universidade de Minho, Portugal, 2010.

AGOSTINHO, Kátia. A etnografia com crianças. Reunião Científica Regional da ANPED. UFPR, Curitiba/Paraná, 24 a 27 de julho de 2016.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Infâncias, Tempos e Espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, pp.15-24, Jan/Jun 2006.

GEERTZ, Cliffor. Uma Descrição Densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, Cliffor. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

QVORTRUP, Jens. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem Fronteiras**, v.15,n.1, p.11-30, jan./abr. 2015.

MOROSINIA, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza.Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. In: **Educação Por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, set./dez. 2010.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 14
MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITO E DIREITOS HUMANOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (1995-1999)

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira[1]

Introdução

O movimento estudantil possui um histórico de lutas, cuja bandeira principal é a defesa da educação. Trata-se de um espaço que possibilita atuação estudantil e contribui para a formação humana e política dos estudantes, uma vez que os instiga a atuar no meio educacional, e consequentemente na sociedade. A militância do movimento estudantil traz à memória lutas pela garantia de direitos ao ensino. Assim, há possibilidade de analisar a política educacional universitária brasileira através da memória de tais sujeitos históricos: os estudantes.

Historicamente, houve envolvimento político estudantil no Brasil desde o processo de criação das universidades. Na década de 90, desdobramento da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984), houve um cenário de redemocratização do país, onde o movimento estudantil se posicionou contra o neoliberalismo e lutou pela permanência de universidades públicas no país. As universidades públicas sofreram ameaças de privatização através de um intenso processo de sucateamento, e também regulamentação das atividades que ocorriam, passando por um crivo ideológico.

Durante este período, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) também refletiu problemáticas em decorrência do sucateamento da educação. Dessa forma, esse artigo tem como objetivo investigar a atuação do Movimento Estudantil de História da Universidade Federal do Maranhão representado pelo Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* (CAHIS) nos anos 1995 à 1999, por meio das fontes documentais e de fontes orais através dos discentes da época. Afinal, como se posicionou o Movimento Estudantil diante de tais demandas? Como o Centro Acadêmico *Lagoa Amarela* reflete essa militância em defesa da universidade pública? A análise gira em torno desses questionamentos para conhecer quais foram as demandas do Movimento Estudantil, específico de História, o perfil e posicionamento dos estudantes de História.

Dentre as entidades de representação estudantil daquela época, encontra-se a União Nacional de Estudantes (UNE), legalmente reconhecida como entidade máxima de representação dos estudantes pela Constituição de 1988; o Diretório Central Acadêmico; Diretório Acadêmico (DA); Centro Acadêmico (CA) e outra mais específica do Movimento Estudantil de História como a Federação dos Estudantes de História (FEMEH). O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, entidade representativa dos estudantes do curso de História da Universidade Federal do

[1]Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) – UFMA. Professora pela Secretaria Municipal de Educação – Marabá. E-mail: beatriz.ana.fo@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Maranhão, uma instância do Movimento Estudantil de História é um exemplo de organização estudantil existente e atuante na universidade.

Para desenvolvimento da narrativa histórica, utiliza-se fontes documentais do acervo produzido pelo Centro Acadêmico *Lagoa Amarela*, que contém possíveis envolvimentos em defesa da universidade entre os anos 1995 à 1999. Utiliza-se da História Oral como metodologia, através de três entrevistas com ex-discentes que militaram na entidade naquela época, ouvindo e analisando as entrelinhas na fala dos entrevistados, os silêncios, esquecimentos e os conflitos na luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

Universidade no Brasil

Ao estudar o histórico da Universidade, cabe entender que ela deve ser analisada dentro do contexto em que está inserida, pois a universidade compreende as expectativas de determinado tempo, é um produto das relações de força que a rege (FÁVERO, 2006, p. 17-18).

O processo de criação no Brasil foi tardio se comparado a outros países da América Latina. Enquanto colônia portuguesa, não havia incentivo para a criação de universidades. A elite enviava os filhos para Europa, para obter uma melhor educação e principalmente ter acesso ao ensino superior, dentre elas, a Universidade de Coimbra em Portugal (COSTA, 2014, p. 53). Assim, percebe-se que ensino superior vigora como sinônimo de manutenção do poder entre as famílias da elite.

As cidades onde se instalaram os primeiros cursos foram as de influência no país, por volta de 1839 em São Paulo e Olinda, 1854 na Bahia e no Rio de Janeiro. Surgiram os cursos tradicionais como Direito, Medicina e Administração, com intenção de continuidade do legado da família com a ocupação dos cargos que eram de seus pais. Somente com a vinda da Família Real, a necessidade de implantação desse nível de ensino, mesmo que de forma tímida, vingou e se consolidou (PASE, 2006, p.98).

Em terras maranhenses, a educação superior foi tardia comparada ao resto do país devido uma mistura de problemas econômicos, sociais e políticos que permeavam na época. A primeira escola superior no Maranhão, bem como em todo o país, foi fundada e mantida por fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos. O nascimento do ensino superior no Maranhão que ficou localizado em São Luís, e o primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito (COSTA, 2014, p. 65-66).

Nos anos de 1920, as universidades foram se expandindo no Brasil. Fortaleceu-se com influência dos jovens estudantes brasileiros da elite que retornaram da Europa e começaram a questionar o academicismo existente no Brasil, o qual excluía a própria produção (SILVA, 2009, p. 1). Quando Getúlio Vargas assume a Presidência da República em 1930, tem-se uma reforma no modelo de funcionamento do ensino. A educação passou pelo processo de federalização, seria mantida pela União e assumiria um caráter agregado. Nesse contexto, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos.

> Na inauguração dos trabalhos, o ministro declara que a Universidade do Brasil, mantida pela União, "precisa ser perfeita". Afirma ser intenção do governo simplesmente "fazer uma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração da lei. Que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso, torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado uma cidade universitária" (FÁVERO, 1999, p. 23).

Ocorreu expansão dos cursos, dentre eles houve a criação de mais um núcleo. "No entanto, a função de investigação e de formação de professores, que caberia a essa Faculdade, em termos operacionais, é esquecida pela iniciativa federal, até 1939, quando em abril desse ano, através do Decreto 1.190, é criada a Faculdade Nacional de Filosofia" (FÁVERO, 1999, p. 21). Com essa criação, o ensino superior se expandiu com cursos voltado para formação de professores.

No período da Ditadura Militar (1964-1984), a universidade torna-se um alvo de medidas autoritárias dificultando o desenvolvimento acadêmico para docentes e discentes. As universidades brasileiras passaram por ameaças de fechamento, pois as principais ideias de oposição vinham de dentro da universidade que se tornara um campo fértil resistência.

> Vale dizer que, a partir desse período, a repressão voltou às universidades de forma mais intensa, ocorrendo a expulsão de docentes, a proibição de determinadas disciplinas e uma queda sem antecedentes no nível acadêmico. Do mesmo modo, foi reduzido o financiamento do ensino superior, sendo adotada a cobrança de mensalidades. O novo setor privado, que se expandiu a partir de então, apresentou um perfil nitidamente conservador. Além disto, houve o empobrecimento científico e tecnológico, sendo as políticas científicas desvinculadas das universidades (RIBEIRO, 2000, p. 58).

Após esses anos de ataques, o Brasil vivenciou um processo de redemocratização pautado na Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã". As universidades firmaram-se em pilares que envolviam conceitos como direitos humanos e cidadania, foram cada vez mais buscando se reafirmar depois de um período de ameaças. A década de 90 vigorou a instalação da agenda neoliberal e a lógica de enxugamento dos gastos com serviços públicos praticadas pelos presidentes Fernando Collor de Mello e principalmente por Fernando Henrique Cardoso (FHC), como melhor caminho para a transição democrática que o país estava vivenciando.

Assim, o Brasil passou por uma série de reformas, bem como privatizações na área educacional. Dentre elas, a reforma da Lei de Bases e Diretrizes (LDB) em 1996, baseada na Constituição de 1988, modificou o ensino e o meio universitário no país onde viabilizou e incentivou abertura de iniciativas privadas no ensino bem como a modificação do modelo de universidade.

> Título IV
> Da organização da educação nacional
> [...]
> Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam -se nas seguintes categorias administrativas:
> I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
> II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (LEI Nº 9.394/96).

Observa-se a gradativa privatização do ensino onde o Estado, onde as universidades brasileiras passaram por redução dos gastos, indicando uma deterioração no ensino cuja pesquisa e extensão

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ficaram comprometidas. Em contrapartida, houve a expansão do sistema privado de ensino superior que se mostrava como opção em meio ao sucateamento universitário.

> A partir da década de 1990, contudo, as propostas de reforma para as universidades públicas têm conduzido a um processo crescente de privatização, sem falar da expansão desenfreada da rede privada de ensino superior, induzida pelo próprio Estado (BOTTONI. SARDANO e COSTA FILHO, 2003, p. 40).

Naquele momento, tanto a função da universidade como o perfil universitário inseriram-se na lógica de mercado transformando o espaço de discussão política, social e construção do conhecimento para espaço de produção voltado à formação de mão de obra. Tal característica foi transmitida às pesquisas que passaram ser avaliadas conforme os aspectos produtivistas, privatizando o conhecimento. Para a concepção de educação neoliberal, o ensino público incluiria os princípios de produtividade, competitividade e força de trabalho paralelo ao ensino.

> Ao afirmar que se tem reproduzido a lógica de produção capitalista, conclui-se que o conhecimento produzido passa a ser mercadoria, estando disponível somente para quem possa comprá-lo [...]. Ademais, os grandes conglomerados multinacionais utilizam a estrutura pública e a mão de obra qualificada da Universidade para realizarem pesquisas, que serão a base de seus produtos ou que referendem informações que lhes trarão benefícios mercadológicos. Sendo assim, o conhecimento produzido serve a determinados interesses e atende a determinadas demandas, quais sejam, as das classes dominantes (ARAÚJO, 2012, p. 40).

Houve movimentação de professores, estudantes e servidores contra as posições do Governo FHC, pois a [...] educação, como direito social fundamental, estava sendo apropriada pelo capital para desenvolver sua plataforma política econômica de gestão e controle (CARDOSO. MIRANDA. SANTOS e PESSOA, 2009, p. 01). Nesse sentido, a luta pela defesa da educação pública e de qualidade era o foco, pois o processo de privatização estava atingindo a educação. Como ressalta Araújo (2012),

> A Universidade não vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus muros irão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder (ARAÚJO, 2012, p. 44).

O sucateamento das universidades foi visto no cotidiano quando faltavam materiais básicos para continuidade das atividades que incluía alimentação, transporte, limpeza, mas também os eventos acadêmicos. Nesse cenário, a educação é corrompida pela competitividade, pelo lucro voltado para fins trabalhistas, viabilizando transformação no ensino em todos os termos.

> Nessa perspectiva, a educação tem sido regida pelas orientações neoliberais, que buscam fortalecer o sistema capitalista e manter privilégios de uma classe historicamente hegemônica no controle das decisões do país. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de resistência por meio de lutas em defesa sistemática da educação pública, gratuita e de qualidade que venha incorporar as políticas públicas educacionais para o país (CARDOZO; MIRANDA, SANTOS; PESSOA, 2009, p. 4).

Como observado desde o processo de formação, a universidade é um espaço de formação recente com caráter elitista, portanto houve a necessidade de defender que ele fosse acessível, além de formação diplomática, é um dos pilares para a construção da democracia. Nesse aspecto, "Não é

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

plausível aceitar uma educação falsamente humanista, academicamente oca, verbalista, palavrosa e autoritariamente indiferente ao meio que lhe circunda" (ARAÚJO, 2012, p. 43). Houve ameaça de diminuição ou até mesmo extinção do ensino superior público. As resistências contaram com a participação dos próprios discentes, através do movimento estudantil, que se reinventou naquela época dentro do país, seguindo a bandeira em defesa da universidade.

Movimento Estudantil e a luta em defesa da universidade

Os estudantes possuem um histórico de participação nos movimentos que envolveram decisões políticas, econômicas e sociais nos acontecimentos ao longo da história. Segundo Arthur Poerner (1979),

> Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro de nossa história global, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para os poucos, procura ser mais presente constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim , já agora, tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais (POERNER, 1979, p. 20).

Mesmo que de forma dispersa, sem essa concepção de movimento estudantil organizado, percebe-se estudantes envolvidos nas causas desde antes das próprias universidades serem criadas com influência dos estudantes que voltavam da Europa (COSTA, 2014, p.55). Sobre tal assunto, Artur José Poerner (1979) em *O Poder Jovem*, trouxe um panorama sobre a participação política dos estudantes brasileiros, traçando consequentemente a história da educação através de tais sujeitos iniciados pela influência europeia que obtiveram em seus primórdios,

> Os estudantes é que trouxeram da Europa as idéias revolucionárias de Voltarie, Rousseau e Montesquie, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução, no Brasil, daqueles ideais, até que se concretizasse, em 1827, o sonho inconfidente da fundação de uma Universidade no País (POERNER, 1979, p. 56).

Com a criação do espaço universitário no governo de Getúlio Vargas em 1930 o movimento estudantil foi regulamentado. Criou-se o Diretório Central Acadêmico (DCE), representação máxima estudantil dentro da universidade, o Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) trata das demandas dos cursos.

Destacou-se como representante estudantil no Brasil a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi criada em 11 de agosto de 1937 no Rio de Janeiro. O autor Poerner (1979), divide o movimento estudantil brasileiro em antes e depois da UNE, destacando sua resistência no período ditatorial. A política de repressão foi intensa sendo deslegitimada enquanto entidade representativa durante o período. Vale rememorar nessa passagem, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no restaurante universitário Calabouço do Rio de Janeiro, no embate do tempo ditatorial (POERNER, 1979, p. 293), fato que representou um marco do nível de luta que o ME enfrentou naquele tempo junto com outras áreas da oposição.

Com o fim da Ditadura Militar, sucedeu que em 1984 ocorreram as *Diretas Já!*. O Movimento Estudantil se reorganizou pedindo o voto direto para Presidente da República. Para o movimento, a manifestação simbolizou uma mobilização vitoriosa, pois contou com grande força nas ruas. Com cartazes, os estudantes pediam o voto direto.

Em 1985 José Sarney assumiu a Presidência da República por voto indireto, sendo o primeiro civil depois do período ditatorial a ocupar o cargo. As entidades de representação estudantil foram legalizadas em 31 de outubro, e tal ato simbolizou uma conquista para os estudantes universitário em todas as instâncias, diante do embate dos anos anteriores.

> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art . 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.
> Art . 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.
> Art . 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.
> Art . 4º - Fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.
> Art . 5º - A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.
> Art . 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 1985).

Mobilizados pela legalidade, o movimento estudantil na década de 1990 vivenciou uma época de transição política, social e econômica que, com a redemocratização, levou o movimento a um novo rumo, assim como o país. O perfil do movimento estudantil modificou-se em consequência do neoliberalismo.

Essa lógica foi implantada pelo presidente Fernando Collor de Mello, que passou pelo *Impeachment* por denúncia de corrupção, tal passagem obteve apoio dos movimentos sociais, inclusive do movimento estudantil. Entoando gritos de *Fora Collor!*, os militantes saíram às ruas (RODRIGUES, 1992, p. 143).

Essa passagem trouxe repercussões para o movimento estudantil, pois em 1994 FHC se candidatou a presidente e venceu. Iniciou-se o que se entende como a "Era FHC", tendo em vista que foram dois mandatos seguidos vencendo de um mesmo concorrente.

O novo governo assumido em 1995, trouxe um incentivo ao neoliberalismo. As palavras próprias daquele contexto foram: desestatização, abertura do mercado, livre comércio, globalização.

> Tudo vira objeto de consumo e se toma descartável, dependendo do valor atribuído à capacidade do objeto em responder tal demanda. O consumo passa a ser um dos eixos desta lógica [...] (MESQUITA, 2001, p. 49).

A luta era contra a exclusão social que as ideias neoliberais propagavam, um movimento que ficou conhecido como *Grito dos Excluídos!* e obteve base, fortalecimento nos países da América Latina que vivenciavam a ótica neoliberal.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante de tal perspectiva, abre-se espaço a tais questionamentos: Quem são os estudantes que entram na universidade naquele momento? Como ficou o movimento estudantil acadêmico? Essas questões tornam-se primordiais para compreender os fios que teceram tal movimento nos anos 90. Nota-se que os discentes ingressavam na universidade conduzidos pela lógica mercadológica, ou seja, obter formação profissional para alcançar uma vaga no mercado de trabalho. Assim, houve modificação também do movimento estudantil universitário.

> Pensar a nova caracterização estudantil a partir de um modelo de universidade que vem sendo ratificado por uma concepção utilitarista acerca da própria produção do saber é desafiador. Podemos afirmar que este modelo influencia a identidade estudantil e o próprio cotidiano dos estudantes. As reações são variadas. Se percebe tanto uma reação contestatória do modelo que se quer implantado, a uma internalização de valores que reforçam o ideário neoliberal como a competência, a competitividade, o individualismo, a produção e o lucro diante e através do saber (MESQUITA, 2001, p. 56).

A abertura do mercado na educação proporcionou uma busca por profissionais, principalmente das universidades públicas, que eram as principais formadoras de professores daquele tempo. Chegar na universidade pública continuou sendo privilégio, pois o número de vagas caiu à medida que os recursos repassados pelo governo foram sendo controlados. Paralelo a isso, as faculdades de iniciativa privada aumentaram.

Os acadêmicos das universidades públicas eram no mercado de trabalho e poderiam assumir vagas para ministrar aula. Essa ideia foi modificada somente em 1999 por força do *Decreto n° 3.275*, de 6 de dezembro, solicitando formação no ensino superior para atuar no ensino básico. Tendo em vista a baixa perspectiva de renda financeira que acontecia no país e o sucateamento das universidades na intenção de privatização, muitos discente optavam por esse caminho como forma de garantir o sustento.

Desta forma, o movimento estudantil compartilhou da linha tênue entre os que queriam vivenciar a universidade pública em caráter militante, e aqueles que passaram pelo espaço universitário para entrar no mercado de trabalho. No artigo *Jovem dos anos 90. À procura de uma política sem "rótulos"*, de Anne Müxel (1994), ela relata que tal perda de credibilidade se refere à dificuldade de se situar no meio.

> Esta perda generalizada de credibilidade estabelece um tipo de ruptura nos laços que podem unir os jovens ao mundo político. Este é percebido como um mundo "paralelo" que suscita cada vez mais incompreensão e em relação ao qual eles têm cada vez mais dificuldade de se identificar e se situar" (MÜXEL, 1994, p. 153).

Entre as pautas da educação também estava o *Provão*, o modelo de avaliação do ensino universitário que o Ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, do Governo FHC, pretendia aplicar. Ele defendia que a prova avaliaria o nível das universidades e aumentariam as verbas, mas as entidades estudantis acreditavam que isso serviria como forma de limitar os repasses para as universidades, uma vez que as provas não coincidiam com o modelo de ensino universitário, "As principais pautas relativas à educação foram, novamente, o combate ao "Provão" e à privatização das universidades" (MESQUITA, 2001, p. 114).

A defesa da educação pública brasileira, em específico as universidades, foi legítima. Partindo dessas demandas, ocorreu gradativamente a reinvenção do Movimento Estudantil com lutas individuais, mas também em prol da defesa do ensino público como maior bandeira estudantil.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> A UNE, mantendo sua tradição de pauta voltadas para a situação econômica e social do país, reage neste período à realidade educacional daqueles anos de extrema pauperização dos serviços públicos, de ataque à universidade e de projetos de privatização que começam a se mostrar enquanto uma possibilidade real (MESQUITA, 2001, p. 106).

A defesa da educação continuou como principal luta do movimento e com maior mobilização dos estudantes. Entende-se que era o ponto em comum da militância estudantil, aquilo que unia todas as bandeiras, tendo em vista a educação, como a principal luta do movimento estudantil e de suma importância para o desenvolvimento da humanidade.

Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*: acervo documental e entrevistas

O CAHIS *Lagoa Amarela*, fundou-se como entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão em São Luís. O nome *Lagoa Amarela* faz referência a um quilombo do Maranhão fundado por Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme, um escravo ativista que lutava pelo fim da escravidão. Lagoa Amarela representava o lugar de resistência ao sistema escravocrata, onde eram desenvolvidas atividades educativas para os negros escravizados que ali chegavam.
De tal inspiração veio o nome atribuído à entidade de representação estudantil de História da UFMA. O slogan do CAHIS *Lagoa Amarela* representa o símbolo dessa resistência no Maranhão. Portanto, a entidade firma-se na ideia de resistir, lutar, formar e representar o movimento estudantil de História.

Figura 5 – Logotipo do CAHIS Lagoa Amarela

Fonte: Acervo CAHIS *Lagoa Amarela* Gestão *Apologeticus: Unidos pela História*

O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* acumulou um vasto material ao longo de sua existência. Trata-se de documentos diversificados, entre eles: cartas, ofícios, panfletos, informativos, projetos, memorandos, fotografias, editais, jornais, recibos, slogans, fichas de inscrição, atas. Os documentos que datam a década de 90 estavam datilografados[2] em sua maioria. Foram mapeados os seguintes documentos entre os anos de 1995 à 1999:

[2] Máquina de escrever utilizada naquele tempo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Tabela – Quantidade de Documentos

ANO	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS
1995	37 (trinta e seis)
1996	64 (sessenta e dois)
1997	57 (setenta e dois)
1998	28 (vinte e oito)
1999	33 (trinta e oito)

Fonte: Elaborada pela autora.

Para análise, levou-se em consideração conhecer o contexto, observar quem as escreveu, os critérios adotados, uma vez que o trabalho historiográfico se encontra nesse interesse de análise do passado partindo do presente.

Levando em consideração que se trata de uma história recente, foi utilizado como suporte para essa investigação a História Oral, pois como diz Robert Frank (1999). A História Oral serve também ouvir as vozes que não soaram em seus tempos. Então foi estabelecido um diálogo entre memória escrita e oral, levando em consideração que possibilitam entender as motivações dos movimentos (FRANK, 1999, p. 105).

O primeiro entrevistado foi o Prof. Me. Wagner Cabral, ex-discente e atualmente compõe o quadro do Departamento de História da UFMA. A segunda foi Profª Drª Helidacy Corrêa, e o terceiro entrevistado foi Prof. Drº. José Henrique Borralho. Ambos ex-discentes, e atualmente compõe o quadro de professores do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

As fontes escritas e orais do CAHIS *Lagoa Amarela* refletem algumas demandas emergentes na época, dentre eles, destaca-se aqui os que contém vestígios da militância do movimento estudantil em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Observou-se entre o acervo a regulamentação da representação estudantil feita a partir da Constituição Federal de 1988, no governo de José Sarney, como citado na primeira parte deste artigo, o *Jornal Historiando*, produzido pelo CAHIS *Lagoa Amarela* na Gestão discorreu sobre a legalidade das entidades. Destacou-se a UNE, como representante máxima, assim como os DCE's pela universidade e os D.A's/ C.A's por cada curso.

Acervo 1 – Jornal Historiando Gestão Ação Histórica

HISTORIANDO

MUDANÇA

Fonte: ACERVO CAHIS, 1997

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Sobre o processo de sucateamento das universidades públicas, o entrevistado Henrique Borralho descreveu a preocupação naquele momento com relação à política e seus desdobramentos no espaço universitário, fazendo referência ao processo de privatização das universidades. Houve memória sobre a falta de materiais básicos necessários para o funcionamento da universidade recorrente nas bibliografias sobre a temática. "[...] coisas básicas para funcionamento da universidade faltava e não sabiam como recorrer, [...]" (BORRALHO, 2018).

As licenciaturas também se expandiram nos anos 90, assim como as universidades e escolas particulares, então havia a oportunidade de empregos para os graduandos. Por causa das dificuldades financeiras, muitos aceitavam as propostas de emprego para lecionar no ensino básico. Como foi o caso do entrevistado Wagner Costa, da entrevista Helidacy Corrêa, segundo as entrevistas.

Wagner Cabral enfatizou em sua fala "[...] depois comecei a trabalhar, dar aula, isso acabou atrasando minha formatura [...]" (CABRAL, 2018). A entrevistada Helidacy Correa recorreu que suas memórias sobre a época se dividiam entre o trabalho e a academia "[...]. Os meninos que estavam mais atuantes, eram os que tinham mais tempo para as vivências acadêmicas né. Eu tenho impressão que era mais isso [...]. Os mais velhos da turma era trabalho, faculdade, trabalho né" (CORRÊA, 2019).

Dessa forma, observa-se que o movimento estudantil também foi afetado com as novas políticas juntamente com o país, pois foi época de mudanças nas relações trabalhistas que afetaram a universidade. Resultava em um certo desinteresse dos universitários pela política refletida em parte dos estudantes, gerando um preconceito com relação à militância universitária. Como relatou Borralho, "Tinha muito estudante que entrava e o que ele queria era aula. Ele não queria discussão política porque ele havia entrado ali para conseguir emprego [...]" (BORRALHO, 2018). Com a instabilidade econômica do país, houve um crescimento mercadológico da educação.

Naquele tempo os graduandos tinham liberdade para atuar no mercado de trabalho, resultava em ajuda financeira, porém danificava o aproveitamento acadêmico e ocasionava uma certa "privatização do pensamento".

Outras memórias destacaram a luta em defesa da universidade pública. Em 1999, no dia 26 de março, os estudantes foram às ruas com a frase: *Se cuida FHC, quem derrubou Collor pode derrubar você* e *FHC, pode esperar, a sua hora vai chegar*. No primeiro mandato de FHC, a Defesa da Universidade Pública; segundo Mandato de FHC com o movimento *CHEGA DE FHC*!. Essa tomada de postura devia-se ao entendimento da importância da representação estudantil.

Como relatou Henrique Borralho, "Em 90 não tínhamos nada, nada. O Centro Acadêmico tinha que lutar por tudo né [...]. Era pouco, os estudantes eram muito pobres na década de 90 né, então não era tanto assim, era centavos como hoje [...]" (BORRALHO, 2018).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Acervo 2 – CHEGA DE FHC!.

nexo
UNE NAS RUAS NUM CLIMA DE CHEGA DE FHC

Fonte: ACERVO CAHIS, 1999

A LDB 1996 deu espaço para a iniciativa privada e instituiu como responsabilidade do Estado o controle de qualidade. Dessa perspectiva, criou-se o *Provão*, como explanado na parte anterior do artigo, à política de avaliação do ensino superior adotada pelo Governo FHC. "Assim, ao Estado caberia apenas regular e controlar a educação superior por meio da criação de mecanismos de credenciamento e avaliação" (BOTTONI; SARDANO; FILHO, 2003, p. 32). A crítica a tal método de avaliação não correspondia ao ensino crítico de universidade.

Portanto, entre outras reivindicações da época estava a greve nas federais *Contra o Provão*. A representação feita a caneta no verso de um informativo de reunião, trouxe à memória uma pauta latente de luta entre os estudantes em 1996. Os discentes decidiram que iriam à prova, mas a deixariam em branco. Tal arte representou como o *Provão* estava no imaginário dos discentes da época: abafando, sufocando ou mesmo pegando-os de surpresa no meio do sucateamento do ensino.

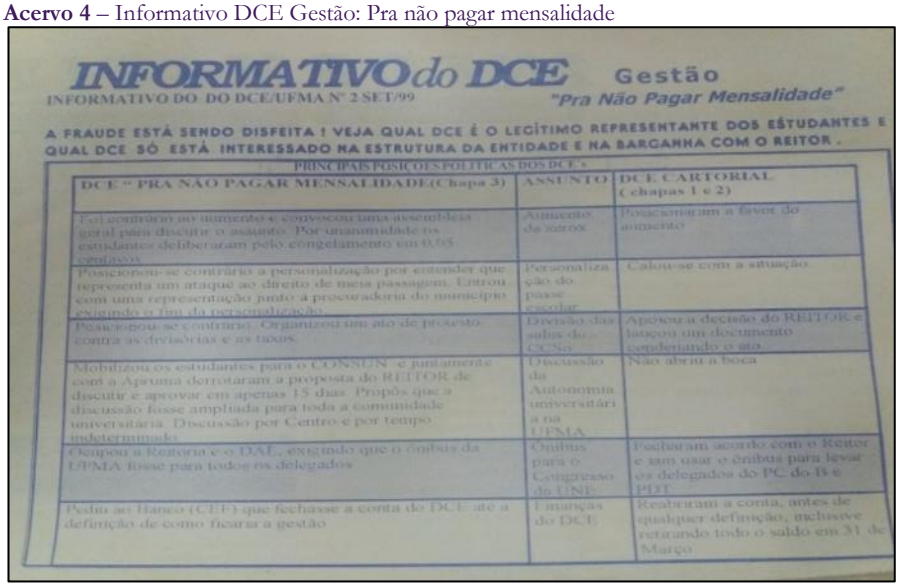
Acervo 3 – Desenho Provão.

Fonte: ACERVO CAHIS, 1999

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O DCE 17 de setembro possuía um *Informativo* feito pela Gestão *Pra não pagar mensalidade* na qual o próprio nome transmitia a luta contra a privatização da Universidade naquele tempo. Percebe-se que a temática pairava no meio acadêmico e refletia em diversos espaços das entidades estudantis.

Acervo 4 – Informativo DCE Gestão: Pra não pagar mensalidade



INFORMATIVO do DCE Gestão

INFORMATIVO DO DO DCE/UFMA Nº 2 SET/99 "Pra Não Pagar Mensalidade"

A FRAUDE ESTÁ SENDO DISFEITA ! VEJA QUAL DCE É O LEGÍTIMO REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES E QUAL DCE SÓ ESTÁ INTERESSADO NA ESTRUTURA DA ENTIDADE E NA BARGANHA COM O REITOR .

PRINCIPAIS POSIÇÕES POLÍTICAS DOS DCE's

DCE " PRA NÃO PAGAR MENSALIDADE (Chapa 3)	ASSUNTO	DCE CARTORIAL (chapas 1 e 2)
Foi contrário ao aumento e convocou uma assembléia geral para discutir o assunto. Por unanimidade os estudantes deliberaram pelo congelamento em 0,05 centavos.	Aumento de zeros	Posicionaram a favor do aumento
Posicionou-se contrário a personalização por entender que representa um ataque ao direito de meia passagem. Entrou com uma representação junto à procuradoria do município exigindo o fim da personalização.	Personalização do passe escolar	Calou-se com a situação.
Posicionou-se contrário. Organizou um ato de protesto contra as divisórias e as taxas.	Divisão das salas de aula	Apoiou a decisão do REITOR e lançou um documento tendenciando o ato.
Mobilizou os estudantes para o CONSUN e juntamente com a Apruma derrotaram a proposta do REITOR de discutir e aprovar em apenas 15 dias. Propôs que a discussão fosse ampliada para toda a comunidade universitária. Discussão por Centro e por tempo indeterminado.	Discussão da Autonomia universitária na UFMA	Não abriu a boca
Cobrou a Reitoria e o DAE, exigindo que o ônibus da UFMA fosse para todos os delegados	Ônibus para o Congresso da UNE	Fecharam acordo com o Reitor e um usar o ônibus para levar os delegados do PC do B e PDT
Pediu ao Banco (CEF) que fechasse a conta do DCE até a definição de como ficaria a gestão	Finanças do DCE	Realizaram a conta, antes de qualquer definição, inclusive retirando todo o saldo em 31 de Março

Fonte: ACERVO CAHIS, 1999

Sobre os encontros estudantis, mapeou-se o *XV ENEH HISTÓRIA E GOVERNOS POPULARES,* temática do XV Encontro Nacional dos Estudantes de História. O evento pretendia discutir sobre a relevância dos governos populares no Brasil e sobre a política de FHC que era o oposto naquele tempo. Eram eventos que visavam à concentração dos discentes em uma determinada universidade para formação política com viés social e cultural e incentivando o intercâmbio acadêmico também contemplavam um assunto do contexto político do país, era o momento para organização do movimento estudantil assim como debates, grupos de trabalhos e atividades culturais seguindo os requisitos da conforme ordenava o *Estatuto da FEMEH*. Sobre tais encontros, encontrou-se registros ao longo do acervo do CAHIS *Lagoa Amarela*, exemplificando categoricamente o funcionamento e temas relevantes da década de 1990.
A realização do evento foi da FEMEH e do CAHIS *Lagoa Amarela* FEMEH, ocorreu na UFMA. Sobre o encontro o entrevistado Henrique Borralho relatou,

> [...] além de também ter feito parte da organização do único ENEH em São Luís. Eu era, não foi na minha gestão, a nossa gestão, mas eu fiz parte da gestão anterior embora não fosse da gestão, nós participamos [...] e nós realizamos o ENEH. Foi em 95, né. Nós fizemos um ENEH em 95 [...] (BORRALHO, 2018).

A *Regulamentação do Profissional de História* era pauta de luta naquela época, citada em diversos pontos como pauta das entidades estudantis e relatado pelo entrevistado Wagner Cabral, "A única questão que estava mesmo na época e continua até hoje é a regulamentação da profissão [...]" (CABRAL, 2018).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, observa-se muitas ações do movimento estudantil regidas pelo contexto em que estavam inseridos. Os documentos divulgaram a comunicação que o CAHIS *Lagoa Amarela* mantinha com as demais instâncias que rodeavam sua existência, como universidades e outras entidades. A diversidade do arquivo ampliou a visão sobre aquele momento, bem como a fala dos entrevistados ao enfatizar o sucateamento e a luta pelo ensino público superior.

Considerações Finais

Conhecer a história da universidade traz conhecimento do contexto, da relação de força que a sustenta. Possibilita compreender os caminhos que levaram a sua criação, bem como sua existência e resistência em nome da ciência. A história da militância estudantil precisa ser contada, pois é a história de sujeitos atuantes na construção do mundo. Observa-se que possuem um longo histórico de atuação na política, inclusive do Brasil, interferindo no funcionamento das universidades.

Na década de 90, os estudantes universitários militaram em defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA, para que todos tivesse acesso, GRATUITA, para que pudessem se manter dentro do espaço e concluir suas formações, E DE QUALIDADE para que ocorresse um ensino contemplasse elevado nível acadêmico para desenvolvimento científico no país.

As bibliografias ressaltam que as universidades públicas foram duramente repreendidas com a inserção do neoliberalismo no Brasil, o acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* refletiu essas demandas através da variedade documental, bem como as entrevistas com ex-discentes que cruzaram suas memórias enquanto militantes da época, mas também enquanto docentes conhecedores daquele contexto.

O Movimento Estudantil de História lutou pela permanência da universidade pública e o CAHIS *Lagoa Amarela* esteve conectado e atuante nessa luta. Portanto, trata-se da memória do movimento estudantil voltado para política educacional brasileira refletida na universidade, visando perpetuar ressaltar os direitos conquistados e a emergente necessidade de continuar lutando pela reparação de direitos educacionais.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80, p. 155.

ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. Filosofando: **Revista de Filosofia da UESB**. Ano 1. n° 1, p. 38-47, jul-dez.2012.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSK, Carla Bassanezi Pinsk (org.) Fontes Históricas. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2018.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus Sardano; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. **Uma breve história da Universidade no Brasil:** de Dom João a Lula e os desafios atuais, .2003. p. 19-42.

BITTAR, Marisa, BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. Eccos Revista Científica [em linea]. 2014. ISSN: 1517-1949. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71532890009

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.pl http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394. Acesso em: 1 out. 2019

BRASIL. Lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm. Acesso em: 1 out. 2019

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.pl http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm analto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 out. 2019

CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro; MIRANDA, André Luis Ferreira Miranda; SANTOS, Mateus Sousa dos; PESSOA, Leilane de Nararé Fagundes. **Educação e Neolliberalismo em Contexto Brasileiro Elementos Introdutórios à Discussão**. Educere: congresso nacional de educação. 2009.

CHAUÍ, M. (1999) - Universidade Operacional. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 09/05.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2019.

COSTA, Wagner Cabral da. Entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2018.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950**): uma contribuição à história da educação. São Luís: [s.n.], 2014.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil:** um itinerário marcado de lutas. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro Jan./Abr.1999 nº 10. p. 16-32.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. p. 17- 36.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. *In:* Chauveau, Agnès. **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Atern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 103-117.

MACIEL, David. **Neoliberalismo e Autocracia Burguesa no Brasil.** Comunicação para colóquio Max & Engels. 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. [*S. l*]: Edição Loyola.2002.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil**: O "velho" e o "novo" na militância. Março de 2001.

MÜXEL, Anne. Jovem dos anos 90. À procura de uma política sem "rótulos" *In:* PERRINEAU, Pascal (org.). L'Engagement. **Politique**: déclin ou mutation? Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994. Tradução de Ines Rosa Bueno.

OLIVEIRA, Carolina Alves de. **Gramsci e os movimentos sociais na América Latina**. Revista Perspectiva Sociológica, n.º 13, 1º sem. 2014. p.44-57.

PASE, Luiz Hemerson. **A Formação da Elite na Primeira República.** 2006.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem:** História da participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Políticas para a educação superior no Cone Sul: Do autoritarismo ao neoliberalismo**. Pro-Posições - v. ,11 n. 3 (33), novembro 2000. p. 55-65.

RODRIGUES, Alberto Tossi. Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise IN: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/08/92. p.138-144.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SILVA, Beatriz Coelho. **Semana de Arte Moderna**. 2009, p. 1-5.

UFMA. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA.** São Luís, 2014. Disponível em: http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Q3ppkb971ac4pcC.pdf Acesso 26 mar. 2018.

UNE HISTÓRIA. Disponível em: https://une.org.br/memoria/historia. Acesso: 24 jul. 2018.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A PANDEMIA DA COVID-19 E AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NO BRASIL

Vanessa Pereira Corrêa[1]
Bruna Vanti da Rocha[2]
Roger Flores Ceccon[3]
Ione Jayce Ceola Schneider[4]

Introdução

Este ensaio teórico propõe uma discussão crítica e reflexiva acerca das estratégias organizativas à nível local no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a pandemia da COVID-19 (*Coronavirus disease 2019*), especialmente a partir da constituição das Redes de Atenção em Saúde (RAS). Busca-se também apontar como este arranjo é potente no enfrentamento dos principais problemas de saúde das populações de acordo com os aspectos territoriais, pois considera as características sociais e culturais, supera a fragmentação do cuidado e otimiza práticas de promoção, educação, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e cura.

Para a construção deste texto, parte-se do pressuposto de que a pandemia esvaziou o debate e o exercício de práticas que buscam a integralidade do cuidado, centrando-se em ações individualizantes, biomédicas e focadas apenas no enfrentamento ao Sars-CoV-2 – com caráter reativo e curativo, e, em maioria, não preventivo. Esse fato pode ser oriundo do isolamento e do distanciamento social recomendados por instituições internacionais da área da saúde, por alguns estados e municípios brasileiros e evidenciados pela ciência. Tais recomendações foram apontadas como única medida de controle da disseminação da COVID-19, que impactou o trabalho compartilhado das RAS. Além disso, determinados dispositivos da rede, como emergências e Unidades de Pronto Atendimento, tornaram-se a única porta de entrada para pacientes sintomáticos, mudando o caráter da RAS, que tem todos os dispositivos da rede como porta de entrada e a Atenção Primária em Saúde (APS) como ordenadora da rede.

Estados e municípios brasileiros, seguindo a tendência internacional para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia, ainda que timidamente, centraram suas ações na promoção do distanciamento social, testagem e aumento da oferta de leitos hospitalares, sobretudo em Unidades de Tratamento Intensivos (UTI) e hospitais de campanha. Em grande parte das cidades brasileiras, foi necessária a abertura de leitos específicos para o tratamento da COVID-19 em hospitais públicos e privados; suspensão de atendimentos eletivos em ambulatórios e hospitais e sua preparação para receber casos infectados pelo vírus Sars-Cov-2; construção de hospitais de campanha; aquisição de respiradores e outros equipamentos e ainda a contratação e capacitação emergencial de profissionais. Houve também a criação de centros de referência para COVID-19, onde ocorria o primeiro atendimento aos sintomáticos respiratórios e testagens. Outros serviços de saúde foram desativados, a fim de centralizar nesses locais a avaliação dos sintomáticos respiratórios (SEIXAS et al., 2021).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Em diversos estados brasileiros, como Santa Catarina, os atendimentos eletivos em saúde, que não se caracterizavam como caso-COVID, foram suspensos nos primeiros meses da pandemia. Entretanto, mesmo com as mudanças organizativas que decorreram da evolução da pandemia, a assistência manteve-se restrita a casos prioritários, realizados de forma individual e à distância. Além disso, ficaram proibidos eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, não sendo autorizada a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo (SANTA CATARINA, 2020). Ocorreu, ainda, a suspensão de aulas presenciais em escolas e universidades e manutenção apenas de serviços essenciais, intensificação de ações de educação/comunicação em saúde e restrições de transportes e viagens (ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020).

Essas ações foram justificadas pela necessidade de reduzir a transmissibilidade da infecção e contribuir para que o SUS pudesse estar preparado para prover assistência ao crescente número de casos confirmados de COVID-19, garantir o cuidado às demais necessidades de saúde da população e garantir a segurança dos profissionais da saúde (DAUMAS et al., 2020). As doenças transmitidas por gotículas respiratórias, como é o caso da COVID-19, exigem certa proximidade física para que ocorra o contágio, o que justifica as medidas de distanciamento e isolamento social e a suspensão de atividades que contribuem na redução de internações hospitalares (AQUINO et al., 2020). Essas medidas, embora sejam recomendadas por sanitaristas desde o século XIX no enfrentamento a epidemias, caracterizam-se como práticas que rompem com aquelas historicamente propostas no âmbito do SUS (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008).

O SUS, instituído em 1988 como sistema público de saúde, sempre atuou na busca pela garantia da *universalidade* de acesso em todos os níveis de assistência; *integralidade*, oferecendo um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso e em todos os níveis de complexidade do sistema, e ações que possibilitem à população saúde como direito inalienável, além da melhoria das condições de saúde no país (GIOVANELLA et al., 2018).

Em 2010, o SUS normatizou a RAS através da Portaria nº 4.279/2010, na qual estabeleceu diretrizes para a organização da rede. A portaria conceitua as redes como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que se integram através de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão (BRASIL, 2010). No ano de 2011, em continuidade à reorganização assistencial e de acesso ao SUS, surge o Decreto Presidencial 7.508/11 que estabelece as regiões de saúde, caracterizadas como espaço geográfico composto por municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas, sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução da assistência em saúde. Uma região de saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de APS; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde (BRASIL, 2011).

As redes e regiões de saúde instituíram uma nova forma de gerir e organizar os serviços, facilitando a integração da lógica territorial ou do processo de territorialização. A assistência em saúde exige uma visão integrada dos níveis de atenção, pois o cuidado requer a interação dos diferentes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

serviços e profissionais. Afinal, são as necessidades dos indivíduos que definem a urgência ou tempestividade da resposta ofertada pelo sistema (VIANA et al., 2018).

Apesar de mais de três décadas de existência, o SUS ainda pode ser considerado um processo social em construção, pois trata-se de um projeto ambicioso em um território tão extenso. Agravado pelo enfrentamento da pandemia de COVID-19, o SUS e as RAS têm vivenciado um período de grave perturbação de ordem política, econômica, social, moral e estrutural (NASCIMENTO et al., 2020a). Assim, identificar os pontos de fragilidade da RAS no contexto da pandemia de COVID-19 torna-se essencial para (re)construir uma rede com a estrutura, articulação e processo de trabalho em compasso com o preconizado pelas políticas de regiões e redes no SUS.

A pandemia da COVID-19 e os modelos de resposta sanitária no Brasil

Apesar dos primeiros casos terem sido diagnosticados em dezembro de 2019, a pandemia foi decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020. Os efeitos alastraram-se globalmente e tornou-se responsável por uma das maiores crises socioeconômicas e sanitárias do mundo. A disseminação de informações falsas sobre a natureza do vírus, sobre a doença e seus possíveis tratamentos ampliaram o sentimento social de impotência, pois a doença, em um primeiro momento, não possuía vacina e nem tratamento medicamentoso eficaz (ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020).

O medo de UTIs superlotadas, hospitais fechados e realocação de instalações e pessoal para ambientes de cuidados intensivos, a fim de se preparar para receber pacientes com complicações graves, desencadeou a busca dos gestores pela aquisição de respiradores, equipamentos de proteção individual (EPI), testes-diagnósticos e contratação de recursos humanos. Inicialmente não havia estoque desses insumos no país, e isso necessitou importação de grande parte (ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020; WEERT, 2020).

Na APS, com a escassez de EPI, o distanciamento social foi recomendado, e as equipes de Saúde da Família começaram a racionalizar estes insumos. Nos serviços hospitalares também houve racionalização, o que gerou atrasos nos exames diagnósticos e avaliações. Tal combinação de medidas culminou em uma diminuição sem precedentes na oferta de serviços de saúde prestados na fase inicial da pandemia (Weert, 2020).

Essa modalidade de resposta à crise causada pela pandemia encontra alicerce na hegemonia do modelo biomédico, que tem norteado grande parte das decisões e práticas de gestores da saúde. O modelo fundamenta-se na medicina científica moderna, que define a doença como defeito biológico-mecânico, o qual necessita de uma abordagem tecnicista de atenção à saúde. Soma-se isso a concepção sobre saúde e doença que prioriza o paradigma da história natural da doença, que trabalha com o agente, o hospedeiro e o ambiente, em seus aspectos quantitativos, centrado no manejo no corpo doente (SEIXAS et al., 2021).

Essa abordagem trata de um conceito restrito de saúde, que deve incluir singularidades, relações, inclusões e exclusões, valores e culturas. A avaliação de todos estes aspectos certamente modifica a possibilidade e o curso dos adoecimentos (SEIXAS et al., 2021). Afinal, trata-se de uma crise

com muitas faces e desigualdades, não comportada ao modelo de assistência que prevê uma situação linear.

Os profissionais da saúde são os componentes centrais da resposta à pandemia. Embora vivenciem desafios no cotidiano do trabalho que, além da escassez de EPIs, materiais e equipamentos, também há risco de infecção, quarentena, discriminação, ataques sociais e a responsabilidade de cuidar não só dos usuários dos serviços, mas também de amigos e familiares (OPAS; OMS, 2020). No enfrentamento de uma crise sanitária de tamanha dimensão, o que está em jogo é a sobrevivência das comunidades. Assim, torna-se muito elevada a expectativa da população em relação à atuação dos trabalhadores da saúde na "linha de frente". No entanto, estes profissionais estão subjugados às gestões, políticas de governo, limites econômicos e institucionais que podem acabar por cercear sua liberdade ou possibilidades de atuação (ABDELAZIZ et al., 2020). Tudo isso contribui para a sobrecarga de trabalho, déficit de desempenho e maior vulnerabilidade aos impactos da infecção e da saúde mental fragilizada (NASCIMENTO et al., 2020b; OPAS; OMS, 2020).

As Redes de Atenção em Saúde em tempos de pandemia

Perante a heterogeneidade de situações que compõem as múltiplas realidades de saúde do país, o SUS não é organizado a partir de um modelo de atenção único e rígido. A estruturação da assistência em RAS propõe modelos nos quais há o enfrentamento da fragmentação do cuidado, promove continuidade, integração e coordenação do cuidado como medida central (VIANA et al., 2018). Essas ações são fortalecidas pela aproximação e criação de vínculos entre atores e organizações/serviços, as quais permitem reduzir as fragilidades encontradas nas políticas, programas e ações. Os benefícios econômicos também são identificados, pois relações mais estreitas e de intercâmbio evitam ações repetidas, desnecessárias ou descontextualizadas, resultam em redução de custos, melhoria no acesso e qualidade da assistência (MENDES, 2010).

A RAS tem papel fundamental na garantia da criação de mecanismos potentes de coordenação institucional, obtidos a partir da forma como se relacionam as unidades gerenciais e assistenciais e se definem os mecanismos de descentralização. Essa coordenação pode ser desenvolvida por meio da normatização e da supervisão e/ou através da adaptação mútua, estímulo para que os trabalhadores de uma RAS estejam em contato permanente para resolver os problemas, nos mesmos níveis em que se geram as informações (MENDES, 2010). A coordenação, por meio de normatização, atua nos processos de trabalho: elaboram diretrizes clínicas, constroem habilidades e promovem educação permanente em saúde; e avaliam os resultados. A coordenação pela adaptação mútua atua na comunicação informal, através de correio eletrônico, telefone, internet e reuniões informais; por dispositivos de articulação, como gestão de caso, grupos multidisciplinares e estruturas matriciais; e nos sistemas de informação integrados horizontalmente (MENDES, 2010).

O cuidado ofertado por meio de grupos multidisciplinares amplia o acesso e tem sido adotado como forma de superar dificuldades dos sistemas de atenção à saúde, causados por uma assistência estruturada no atendimento individual e centrado no médico. O atendimento em grupo pelos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

profissionais da saúde vai além do olhar para necessidades biomédicas, pois lida com aspectos coletivos, sejam eles educacionais, psicológicos e sociais de indivíduos que apresentam condições de saúde semelhantes e buscam autocuidado (MENDES, 2010).

A regionalização e a constituição das RAS são processos que necessitam de uma visão integrada de sistemas de saúde e determinantes sociais, com intervenções intersetoriais de diferentes tipos, operadas por uma multiplicidade de agentes e instituições (VIANA et al., 2018). No entanto, é urgente definir os padrões de contratualização entre público-público e público-privado, devido a aceleração do processo de terceirização e precarização assistencial no setor público. Um novo paradigma tecnológico faz-se necessário, visto que a conectividade, integração e regulação pressupõem a utilização de uma nova estrutura tecnológica com uso intensivo de dispositivos e plataformas digitais (VIANA et al., 2018).

A efetiva organização do sistema de serviços de saúde em redes integradas encontra entraves oriundos de modelos teóricos, pois não se trata do significado usual de 'Redes' de serviços, já descrito na literatura em outras décadas. O conceito de RAS atual define-se como um sistema complexo, adaptativo e com capacidade autorregulatória em torno de um sentido ético da organização sistêmica. Sua efetividade apresenta-se ainda como grande desafio para os gestores, profissionais e usuários do sistema de saúde, pois percebe-se diferentes configurações na sua implementação que dependem de contexto político, ideológico e social. Tudo isso reflete na dificuldade de organização, aproximação e articulação entre os componentes da RAS. O processo de negociação e de formação de consensos pode ser lento no trabalho em rede, e ainda ocorrer a exclusão de atores ou regiões importantes devido a fragilidade dos critérios de participação (VIANA et al., 2018). A exclusão de atores no processo de atuação, articulação e construção da RAS foi identificada no enfrentamento à pandemia da COVID-19 no SUS. Instituições de ensino federal, estadual e municipal tiveram suas atividades presenciais paralisadas devido à pandemia, o que interferiu no apoio à efetivação da RAS. As instituições de ensino atuam como pontos importantes de diálogo e articulação com a rede. Essas promovem espaço para discussão, qualificação e trocas de experiências, ofertando ambiente para educação em saúde através de ações de integração ensino-serviço e projetos compartilhados com professores, acadêmicos e trabalhadores do SUS.

As medidas de isolamento social no cenário da COVID-19 também afetaram a efetivação da RAS, e causaram prejuízos a gestores, profissionais e usuários dos serviços de saúde. Inicialmente, o isolamento social inviabilizou encontros presenciais (reuniões de coordenação, matriciamento, discussão de casos, conselhos de saúde), grupos (terapêuticos, de apoio, de práticas), educação permanente em saúde, entre outros. Profissionais da saúde também foram orientados a restringir ao máximo as intervenções individuais eletivas face a face, o que minimiza o risco de propagação do vírus (SCHMIDT et al., 2020).

Esse contexto reforçou a necessidade de modificar as formas de comunicação e aproximação entre atores e órgãos/instituições, com a utilização de tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de retomada na direção do que é proposto pela RAS. Sabe-se que devido às diferentes realidades regionais, nem todo órgão/instituição de saúde apresenta estrutura informatizada, equipada e com qualidade de acesso à internet em todos os pontos da rede. Ainda,

os profissionais não foram adequadamente treinados/habilitados para utilizar ferramentas audiovisuais e digitais, o que demonstra a precária estrutura tecnológica de informação e comunicação de algumas instituições de saúde, além do subfinanciamento do SUS (SCHMIDT et al., 2020). A promulgação da Emenda Constitucional nº 95, que promoveu um ajuste fiscal de caráter recessivo, estabeleceu o limite de investimentos financeiros e despesas federais até 2036. Com isso, houve maior pressão em estados e municípios pela alocação adicional de recursos para financiar o SUS, tornando o enfrentamento da pandemia pela gestão local ainda mais complexa (FUNCIA, 2019).

A redução no número de trabalhadores nos pontos de atenção da RAS, devido aos afastamentos do trabalho em decorrência de suspeita ou confirmação da COVID-19 ou por pertencer aos grupos de maior vulnerabilidade em saúde, também contribuiu para dificultar a atuação em rede. Afinal, grande parte dos órgãos públicos já operam com limite mínimo de profissionais na gestão e na assistência.

Outro aspecto importante é a insuficiência de recursos financeiros no SUS, que gera problemas na manutenção da rede de serviços, desvalorização e precarização dos trabalhadores de saúde (FUNCIA, 2019). Há que se registrar um histórico de fragilização dos sistemas públicos de saúde, que se potencializou com a pandemia e com a recessão nos investimentos públicos em saúde. Isso implicou em menos eficiência no enfrentamento assertivo da crise sanitária, que ocasionou maior exposição dos profissionais ao adoecimento e morte pela COVID-19 (SOUZA, 2020).

Estruturar uma RAS conforme preconizam as políticas públicas de saúde que consiga atuar de forma eficaz, nas mais diversas situações epidemiológicas vivenciadas no país, é um desafio político, educacional, social e ético que precisa ser enfrentado. Ainda, além de se constituir como um arranjo organizativo que contribuirá no enfrentamento da pandemia da COVID-19, o fortalecimento das RAS auxilia na superação das demais necessidades em saúde da população brasileira, que não pararam de afetar grandes contingentes populacionais.

Considerações finais

A resposta dos sistemas de atenção à saúde à pandemia da COVID-19 revelou o predomínio de sistemas fragmentados, voltados principalmente para atenção às condições agudas e à agudização de condições crônicas de saúde. Assim, o trabalho em rede, realizado com base no que preconiza a RAS, foi duramente afetado pela pandemia da COVID-19, pois apresentou dificuldades em sua estrutura tecnológica, logística e de recursos humanos.

O sentimento de impotência e insegurança dos profissionais da saúde devido à escassez de EPIs, testes diagnósticos, ausência de tratamento eficaz ou vacinação contra a COVID-19 favoreceu a instabilidade das equipes, direcionando as ações da RAS para a autopreservação do profissional. Ainda com a vacinação iniciando, devido à escassez de doses e dificuldade de insumos, a rotina da RAS na maioria dos municípios brasileiros ainda não se restabeleceu. Sobretudo, o planejamento para a distribuição e vacinação da população evidenciou ainda mais o distanciamento entre os componentes da RAS e de diferentes esferas de governo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O subfinanciamento do SUS, a ausência de algumas instituições/atores, a redução no quadro de recursos humanos e as tecnologias da informação e comunicação pouco eficientes contribuíram para tornar o trabalho em rede um desafio ainda maior a partir do ano de 2020. Além do mais, o projeto ideológico em curso de destruição do SUS e do arcabouço teórico construído nas últimas décadas em prol de um projeto neoliberal biomédico de privatização contribui para o enfraquecimento de ações em rede.

Diante da pandemia de COVID-19 o SUS mostrou-se – apesar das limitações estruturais e orçamentárias – um sistema vital, atuando no controle da disseminação do vírus, por meio de políticas de saúde já instituídas, como a vigilância em saúde e na assistência aos quadros sintomáticos leves, moderados e graves, devido ao seu acesso universal e integral, possibilitando atendimento em quaisquer níveis de complexidade. Em contrapartida, cabe destacar que todos os dispositivos da rede precisaram redirecionar seus processos de cuidado para lidar com as diferentes facetas da demanda de COVID-19.

O país sentirá por longos anos as sequelas da pandemia da COVID-19 no campo social, econômico e na saúde física e mental da população. No campo da saúde, cabe destacar como a restrição dos atendimentos eletivos, principalmente das especialidades, podem levar a novas epidemias e piores condições de vida e saúde. Além disso, devido ao comportamento humano, outras emergências em saúde pública poderão surgir, comprometendo a funcionalidade da RAS. No entanto, uma rede com financiamento adequado, bem constituída e consolidada poderá ter sua funcionalidade facilmente restabelecida por seus atores e gestores ao final do processo emergencial em saúde.

Referências

ABDELAZIZ, A. B.; BENZARTI, S.; NOUIRA, S.; MLOUKI, I.; ACHOURI, M. Y.; ABDELAZIZ, I. B.; YAHIA, F.; BARHOUMI, T.; SOULIMANE, A. Attitudes of health professionals towards the response to the covid-19 pandemic in maghreb | Attitudes des professionnels de santé à l'égard de la riposte contre la pandémie covid-19 au maghreb. Tunisie Medicale, [S. l.], v. 98, n. 5, p. 324–333, 2020.

AQUINO, Estela M. L.; SILVEIRA, Ismael Henrique; PESCARINI, Julia Moreira; AQUINO, Rosana; DE SOUZA-FILHO, Jaime Almeida. Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: Potential impacts and challenges in Brazil. Ciencia e Saude Coletiva, [S. l.], v. 25, p. 2423–2446, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.10502020.

ARAÚJO, Janieiry Lima De; OLIVEIRA, Kalyane Kelly Duarte De; FREITAS, Rodrigo Jácob Moreira De. Em defesa do Sistema Único de Saúde no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. Revista Brasileira de Enfermagem, [S. l.], v. 73, n. Suppl 2, p. 1–6, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria no 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União, [S. l.], 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BRASIL, Presidencia da República. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm.

DAUMAS, Regina Paiva; AZEVEDO E SILVA, Gulnar; TASCA, Renato; DA COSTA LEITE, Iuri; BRASIL, Patrícia; GRECO, Dirceu B.; GRABOIS, Victor; DE SOUSA CAMPOS, Gastão Wagner. The role of primary care in the Brazilian healthcare system: Limits and possibilities for fighting COVID-19. Cadernos de Saude Publica, [S. l.], v. 36, n. 6, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00104120.

ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: Do Império ao Desenvolvimento populista. In: FIOCRUZ (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro. p. 333–384.

FUNCIA, Francisco Rózsa. Subfinanciamento e orçamento federal do SUS: referências preliminares para a alocação adicional de recursos. Ciência & Saúde Coletiva, [S. l.], v. 24, n. 12, p. 4405–4415, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25892019.

GIOVANELLA, Ligia et al. Universal health system and universal health coverage: Assumptions and strategies. Ciencia e Saude Coletiva, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 1763–1776, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018236.05562018.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. [s.l: s.n.]. v. 15 DOI: 10.1590/S1413-81232010000500005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500005&lng=pt&tlng=pt.

NASCIMENTO, Leila Cristine Do; VIEGAS, Selma Maria da Fonseca; CÁSSIA MENEZES; GABRIEL RIOS ROQUINI; THIAGO ROCHA SANTOS. O SUS na vida dos brasileiros: Acessibilidade e equidade no cotidiano de usuários da Atenção Primária à Saúde. [S. l.], v. 30, n. 3, p. 1–17, 2020. a.

NASCIMENTO, Vagner Ferreira Do; ESPINOSA, Mariano Martínez; SILVA, Manoel Carlos Neri Do; FREIRE, Neyson Pinheiro; TRETTEL, Ana Cláudia Pereira Terças. Impacto da COVID-19 sob o trabalho da enfermagem brasileira: aspectos epidemiológicos. Enfermagem em Foco, [S. l.], v. 11, n. 1 Esp, p. 24–31, 2020. b. DOI: 10.21675/2357-707X.2020.v11.n1 Esp.3756. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3756.

OPAS; OMS. Política e gestão da força de trabalho em saúde no contexto da resposta à pandemia da COVID-19 Orientação provisória. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53295/OPASWBRAPHECOVID-19210009_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Decreto no 525, de 23 de março de 2020. 2020. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-525-2020-santa-catarina-dispoe-sobre-novas-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus-e-estabelece-outras-providencias.

SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE, Simone Dill Azeredo; NEIVA-SILVA, Lucas; DEMENECH, Lauro Miranda. Mental health and psychological interventions during the new coronavirus pandemic (COVID-19). Estudos de Psicologia (Campinas), [S. l.], v. 37, p. 1–13, 2020. DOI: 10.1590/1982-0275202037e200063.

SEIXAS, Clarissa Terenzi; MERHY, Emerson Elias; CAMARGO, Laura; FEUERWERKER, Macruz. A crise como potência : os cuidados de proximidade e a epidemia pela Covid-19. [S. l.], v. 25, p. 1–15, 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. The COVID-19 pandemic beyond health sciences: Reflections on its social determination. Ciencia e Saude Coletiva, [S. l.], v. 25, p. 2469–2477, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.11532020.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila; BOUSQUAT, Aylene; MELO, Guilherme Arantes; DE NEGRI FILHO, Armando; MEDINA, Maria Guadalupe. Regionalization and health networks. Ciencia e Saude Coletiva, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 1791–1798, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018236.05502018.

WEERT, Henk Van. After the first wave : What effects did the COVID-19 measures have on regular care and how can general practitioners respond to this ? After the first wave : What effects did the COVID-19 measures have on regular care and how can general practitioners res. European Journal of General Practice, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 126–128, 2020. DOI: 10.1080/13814788.2020.1798156. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13814788.2020.1798156

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968: QUEBRANDO PARADIGMAS

Edmilson José Zanin[1]

Introdução

Com este trabalho queremos levantar a questão do Movimento Estudantil de 1968, refletindo sobre a problemática: O Movimento Estudantil conseguiu abalar, de certa forma, várias estruturas de pensamento e de organização do poder, questionando conceitos, regras, emoções, crenças, quebrando assim velhos paradigmas? O que o Movimento representou e representa em nossos dias atuais de modo particular para a geração jovem deste novo século.

Pretendemos inicialmente apresentar o caráter mundial e o contexto histórico do movimento, considerado como uma onda mundial de revoltas, a saber: A França, onde se destacaram o Maio de 68 em Paris e a greve que parou o país neste mês; a Alemanha, onde se destacaram os movimentos estudantis na então Berlim Ocidental desde o início da década de 60; a Itália, com uma greve de amplas proporções em 1969; os Estados Unidos, com amplos movimentos estudantis e de grupos de esquerda contra a Guerra do Vietnã. Na América Latina, destacam-se o México (onde o governo mexicano mandou o Exército atirar contra a multidão desarmada, matando centenas de pessoas e prendendo dois mil) e o Brasil que trataremos com mais detalhes, por se tratar de uma realidade nossa.

Queremos mostrar também que o Movimento Estudantil de 1968 foi o ponto de partida para uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais, que afetaram as sociedades da época de uma maneira irreversível. Ele proporcionou a criação de um espaço para novos temas políticos, por exemplo, no que se refere à condição feminina, dos negros, dos homossexuais e das minorias em geral, dos movimentos ecologistas, das organizações não-governamentais, etc... Sem esquecer o seu impacto na educação tradicional, de modo particular nas universidades, que não respondiam mais as expectativas da juventude ávida por um novo mundo, devido às insuficiências dos programas, o conservadorismo, o rigor das estruturas burocráticas acadêmicas, a ausência de criticidade e de democracia nas relações internas.

Ao fazer um paralelo entre a geração de 68 e a geração da vidada do século e do milênio, queremos analisar as duas épocas enfatizando as diferenças entre a geração que sonhava com a "Era de Aquários" e a geração que vive hoje o pesadelo do "Aquecimento Global".

[1] Doutorando em Teologia Cristã pela PUC-SP. Mestre em Teologia Sistemática pela PUC-SP. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFAC. Licenciatura em Filosofia e História pela USC. Bacharelado em Teologia pela FAJOPA. Docente na Faculdade João Paulo II (FAJOPA), em Marilia. Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo – PUC-SP. peedmzanin@uol.com.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O Movimento Estudantil pelo mundo

Fundamentalmente, os movimentos estudantis dos anos 60 não foram um fenômeno exclusivo dos países "desenvolvidos", só pelo fato de terem eclodido na Europa. Mas foi um fenômeno que segundo Luiz Dario Ribeiro, "não aconteceu em Paris, não aconteceu em Berlim, não aconteceu em Roma: aconteceu em todo o planeta" (HOLZMANN, 2003, p. 24).

Como fenômeno universal os Movimentos Estudantis variaram de região para região, tiveram intensidades variadas, características diversificadas e histórias diferentes. Mas apesar da diversidade nacional, regional e étnica destes Movimentos, havia uma base comum: Primeiro se tratava de movimentos de juventude universitária com origem principalmente das classes médias; segundo, os movimentos se deram principalmente nas grandes cidades, que eram centros políticos e econômicos (Paris, Berlim, Roma, Londres, Nova Iorque, México, São Paulo, rio de Janeiro, Praga, etc...); e terceiro, tinham como "causa" um contexto histórico geral em comum: fatores geopolíticos como a guerra Fria e a descolonização da Ásia e da África, fatores sócio-econômicos como o enorme avanço da economia mundial no Pós-2ª Guerra Mundial e a ascensão das novas classes médias (mais ligadas aos setores de serviços e técnicos) e fatores político-culturais como as transformações nas universidades, os novos radicalismos e a contracultura.

Segundo Holzmann, o ano de mil novecentos e sessenta e oito teve as suas origens. Segundo ele, uma delas foi a regressão do mundo no pós-2ª Guerra Mundial, quando as mulheres tiveram que voltar do espaço público que ocuparam durante o grande conflito, como produtoras e prestadoras de serviço, para as atividades domésticas (um regresso da sociedade para um patamar de patriarcalismo que parecia ter sido superado). Outra origem, segundo Holzmann, foi a deficitária realização, no mundo de pós-guerra, das promessas democráticas que conduziram a luta contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Um outro aspecto foi a hegemonia dos Estados Unidos no período pós-guerra, dominando e determinando o modo de organização da sociedade, da economia e da vida (HOLZMANN, 2003, p. 19).

Para Poerner, foram inúmeros temas comuns que originaram esta chamada "onda mundial" de revoltas juvenis, tais como: a forte crítica ao imperialismo norte-americano (inclusive dentro dos Estados Unidos nos protestos contra a Guerra do Vietnã); a crítica à conivência soviética para com o imperialismo americano e sua tese da "convivência pacífica"; os temas da democracia radical na sociedade e na Universidade; solidariedade aos movimentos antiimperialistas de libertação nacional (Vietnã, África, Ásia e América Latina; influência dos socialismos do "terceiro mundo"; propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto (não após) à transformação política e econômica, sob influência da Revolução Cultural Chinesa, por um lado, e da Contracultura e dos hippies, por outro (POERNER, 1979, p. 16-17).

Com relação a este último aspecto citado, observa-se que em todos os movimentos sempre houve ações efetivas na arte e na contestação de valores e tradições da vida cotidiana, como por exemplo: no Brasil (cinema novo, canção de protesto e tropicalismo); nos Estados Unidos (movimento hippie, drogas psicodélicas, busca de misticismos orientais, poesia beat, relações tensas mas complementares entre radicalismo estudantil e contracultura); na França (grafites, panfletos); no

mundo socialista soviético (literatura e teatro de dissidentes); na Revolução cultural Chinesa (cartazes e caricaturas), entre outros.

Segundo a afirmação de Holzmann, o ano de mil novecentos e sessenta e oito teve o seu ápice em três acontecimentos de importância significativa:

a) A eclosão do "maio parisiense", que foi espontânea e se configurou como um processo revolucionário que terminou sendo derrotado;

b) a "Primavera de Praga", um processo de reformas inicialmente dirigido pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia, que transbordou os seus limites e avançou muito além das propostas originais rumo a uma democracia com socialismo de "face humana", como eles chamavam;

c) a "Ofensiva do Tet", realizada pelos vietcongues e pelo exército norte-vietnamita no ano novo chinês de 1968, que levou a derrota política dos Estados Unidos, na Guerra do Vietnã, iniciando a crise da hegemonia norte-americana, e que foi, por outro lado, um dos fatores que desencadearam a luta ou parte dos eventos de 1968 (HOLZMANN, 2003, p.20).

Não podemos esquecer que, pelo menos na Europa, dois dos movimentos mais radicais que expressam 68 aconteceram sob o signo da repressão aos movimentos de oposição à intervenção norte-americana no Vietnã.

Na Alemanha, a crise universitária, que chegou as raias de uma subversão estudantil e a um confronto aberto com o monopólio dos meios de comunicação do grupo Springer, teve origem em uma manifestação internacional de apoio aos vietcongues e a República do Vietnã do Norte.

Em Paris, os eventos de maio tiveram a sua origem na prisão de dois estudantes do comitê de apoio ao Vietnã, situado na Universidade de Nanterre, que panfletavam nas ruas e terminaram sendo presos. A partir deste acontecimento, desdobrou-se um processo que culminou com a tomada das universidades e a insurreição.

O movimento dos estudantes atingiu não só o bairro universitário de Paris, mas toda a França e pôs em xeque o poder francês. Mas a postura anti norte-americana não era só contra a Guerra do Vietnã, mas era também contra as intervenções conservadoras e reacionárias no terceiro mundo e contra o apoio e a sustentação que os Estados Unidos davam às ditaduras no mundo subdesenvolvido (HOLZMANN, 2003, p.24-25).

Foi o endurecimento repressivo que provou a evolução das manifestações pacíficas a uma insurreição espontânea por parte dos universitários, que partiram para formas de atuação direta, não só na França, mas também na Itália, na Alemanha, no Japão, assim como em outros países (CON-BENDIT, 1988, p. 45).

A universidade: Ponto de partida para compreensão do Movimento Estudantil

De acordo com Poerner, um importante ponto de partida para compreender a atuação dos Movimentos Estudantis de 1968 seria ao que se refere às transformações enfrentadas pela instituição de onde brotaram tais movimentos: A Universidade. Mas, segundo ele, a questão universitária foi a ponta de lança que levou o movimento estudantil a questionar praticamente todas as instituições, valores e políticas da sociedade e do sistema mundial de então (POERNER, 1979, p. 18). Por isso é que Con-Bendit vai afirmar que "a crítica da universidade era uma crítica

fundamentalmente política, tão radical que colocava em questão toda a sociedade" (CON-BENDIT, 1988, p. 49).

É nesta mesma linha referente a questão universitária que Poerner, vai afirmar que "a universidade é o lugar onde as pessoas começam seriamente a questionar as condições de sua existência e levantam o tema a respeito da maneira como podem se comprometer com a sociedade em que nasceram" (POERNER, 1979, p.38).

A partir da insatisfação e protestos relativos à "crise da universidade", os movimentos estudantis ampliaram seus questionamentos a ponto de abarcar praticamente todos os problemas sociais, como se os estudantes se considerassem a consciência crítica de um sistema social que se auto-alienava diante das injustiças econômicas e dos desmandos da geopolítica da Guerra Fria.

A abrangência das preocupações do movimento estudantil, segundo Holzmann, logo extrapolou o universo das unidades acadêmicas, ainda que esta práxis, segundo ele, em direção à sociedade estivesse "muitas vezes carregada de arrogância, elitismo, populismo e pretensão" (HOLZMANN, 2003, p.22-24). Mesmo assim, os movimentos estudantis foram capazes de grande criatividade, foram ousados em práticas que revolucionaram (mesmo que apenas momentaneamente) as relações de ensino, as relações cotidianas, as artes e os valores.

Em si mesmos, os movimentos estudantis eram práticas de transformação social, exemplos a serem seguidos ou invejados por outros jovens e outros setores sociais, segundo o que afirma Holzmann. (HOLZMANN, 2003, p.25).

Diante destas práticas de transformação social empreendida pelos movimentos estudantis, as reações dos diversos segmentos sociais foram variadas, entre os extremos do apoio entusiasta da população às passeatas estudantis e da aversão dos adultos que chegou a caracterizar um verdadeiro "conflito de gerações" (HOLZMANN, 2003, p.126).

São vários os casos bem sucedidos de relação com outros setores sociais. Isso se observa na integração que houve de diversos setores sociais com os estudantes nas passeatas, um fenômeno muito mais característico dos movimentos do terceiro mundo, especialmente na América Latina, como Brasil e México, onde o manifesto estudantil representava diversos graus de insatisfação e demandas da sociedade civil em seu todo contra regimes autoritários. Um exemplo dessa integração do Movimento Estudantil com outros setores sociais foi na cidade do México, em setembro de 1968, quando o movimento estudantil convocou a "Marcha do Silêncio". Uma passeata com milhares de pessoas em completo silêncio, isto para provar que o movimento estudantil não era formado por arruaceiros e vândalos, como queria fazer crer o governo mexicano, mas sim por jovens organizados e com objetivos claros. Um outro exemplo foi aqui no Brasil, a passeata dos 100 mil que aconteceu de junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro. Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas.

O Movimento Estudantil no Brasil

O Movimento Estudantil e as grandes manifestações de 1968 no Brasil foram anteriores aos acontecimentos ocorridos em Paris e que desencadeou uma onda mundial de revoltas. Três meses

antes de ocorrer o levante dos estudantes parisienses, no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, um secundarista carioca chamado Edson Luís foi morto numa operação policial de repressão a um protesto em frente ao restaurante universitário "Calabouço". Deu-se uma comoção nacional. O enterro fez-se acompanhar por uma multidão de 50 mil pessoas, estando presentes inúmeros intelectuais e artistas. A partir daquele momento o Brasil entraria nos dez meses mais tensos e convulsionados da sua história do pós-guerra.

Os protestos estudantis no Brasil estavam acontecendo, e se intensificaram a partir do início do ano de 1968, porque uma grande parcela dos estudantes discordava do governo e de sua política educacional, da qual estavam convencidos de que era o oposto de suas reivindicações. Cabe então a pergunta: o que reivindicavam os estudantes?

De acordo com Paes, os estudantes reivindicavam mais verbas para as escolas e universidades, melhorias nos espaços de estudo, nas bibliotecas e nos laboratórios, modernização dos equipamentos de ensino e pesquisa, ampliação do acesso ao ensino superior e uma política de auxílio aos estudantes mais pobres: bolsas de estudo, assistência médica, transportes e restaurantes mais baratos (PAES, 1995, p. 66).

Lutavam também por reformas no ensino e na pesquisa, currículos adaptados ao país, métodos de avaliação objetivos e transparentes, assim como novos professores abertos ao diálogo. Os estudantes buscavam participação, queriam ter voz na construção das políticas educacionais, lugar nos órgãos de decisão, enfim, a democratização das escolas e universidades brasileiras (PAES, 1995, p. 66-67).

Segundo júnior, em 1968 já eram raras as lideranças estudantis desvinculadas aos partidos de esquerda. Partidos que exerciam enorme influência no meio estudantil e polarizavam o movimento (JUNIOR, 1982, p.81). Naquela época, dois blocos se defrontavam: de um lado a Ação Popular, parcialmente apoiada pelo partido Comunista do Brasil (PC do B) e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do outro lado as dissidências do Partido Comunista Brasileiro, aliadas à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e em certos momentos ao próprio PCB.

A "Ação Popular" enfatizava as denúncias políticas gerais e as lutas de rua, enquanto as "Dissidências" e seus aliados preferiam concentrar a atenção nas lutas reivindicatórias e na articulação e organização nas escolas e nas universidades. Ambas as orientações não excluíam a luta política nem a luta reivindicatória, mas a prioridade entre elas (JUNIOR, p. 81-82).

Refletindo a polaridade dos partidos de esquerda do país, os estudantes não chegavam a um acordo sobre as opções de luta. Mas no congresso da UNE, ainda no começo de 1968, por maioria apertada, optaram pela segunda posição (PAES, 1995, p. 66).

Após o congresso, estudantes da USP, FGV e PUC ocuparam suas Reitorias reivindicando mais vagas. No Rio de Janeiro, os estudantes do Calabouço (nome do restaurante mantido pelo Ministério da Educação, no centro da cidade do Rio de Janeiro) não aceitavam as condições de reabertura de seu restaurante, que havia sido fechado para impedir as "manifestações subversivas", e no dia 28 de março organizaram uma passeata pela melhoria de suas condições. A passeata que iria do Calabouço até a Assembléia Legislativa foi impedida pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, que recebido com vaias pelos estudantes, invadiu o Restaurante de armas nas mãos e

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

começou a atirar. Feriram alguns a bala e outros a cassetetes. Mataram o estudante Edson Luís de Lima Souto. As manifestações de repúdio ao assassinato foram imediatas e de grandes proporções em todo o país. Segundo Junior, compareceram ao enterro do estudante mais de cinqüenta mil pessoas, que ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: "Neste luto, começou a luta!" (JUNIOR, 1982, p. 82).

Contudo, a mesma Polícia Militar repetiu a agressão na missa de 7º dia, quando atacou covardemente os que assistiram as cerimônias na saída da Igreja da Candelária, no centro Rio de Janeiro. Soldados a cavalo encontravam-se com estudantes, padres, intelectuais e populares (HOLZMANN, 2003, p.31).

Nos meses seguintes, afirma Paes, sucederam-se greves, ocupações e passeatas, sempre reprimidas pela polícia. A denúncia do imperialismo, presente em todos os anos, agora ampliava-se com protestos contra a Guerra do Vietnã. O ápice de tais protestos deu-se na segunda metade do mês de junho de 1968, com 17 grandes passeatas em 8 capitais de estado. No Rio de Janeiro, no dia 20 de junho a polícia reprimiu com muita violência estudantes em passeata no centro da cidade, na chamada "quarta-feira sangrenta". No dia seguinte, a polícia encurralou no Estádio do Botafogo centenas de estudantes que estavam em Assembléia na Universidade Federal. No dia 22, aconteceria a "sexta-feira sangrenta": a população apoiou os estudantes e também atacou a polícia, e o confronto que se estendeu até o final da tarde deixou muitos feridos e mortos (PAES, 1995, p. 67).

Em resposta, convocou-se um ato de protesto no dia 26. Seria a passeata dos cem mil, onde os estudantes bradavam: "Abaixo a ditadura" ou "povo unido jamais será vencido". Ao lado dos estudantes estavam artistas, membros do clero, das classes médias e até trabalhadores. O movimento ganhava ampla legitimidade. Apesar do caráter pacífico da passeata, que não teve conflitos com a polícia, o tema da violência marcou o tom dos discursos dos líderes estudantis (JUNIOR, p. 83). Diante desses acontecimentos, afirma Paes, o presidente Costa e Silva exclamava: "não permitirei que o Rio se transforme numa nova Paris" (PAES, 1995, p. 68).

A esquerda, destacadamente a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), manteve-se atuante realizando ações com o objetivo de obter armas e dinheiro para a guerrilha, afirmam Paes e Junior (PAES, 1995, p.68) e (JUNIOR, 1982, p. 88).

Segundo Paes e Junior, o conflito entre a Igreja e o regime militar também se aprofundou. Um documento lançado pela CNBB, "A doutrina de Segurança Nacional à luz da Igreja", revelava que o conflito não era apenas político, mas também ideológico (PAES, 1995, p. 69) e (JUNIOR, 1982, p. 83-86).

Para fazer frente a assim chamada "esquerda católica", a "direita católica radical" voltou à carga com a TFP (Tradição, Família e Propriedade) combatendo o que chamava de "infiltração comunista no clero", bem como incentivando organizações paramilitares e suas ações terroristas. Organizações de direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Frente Anticomunista (FAC), além dos atentados às peças teatrais "Roda-viva", em São Paulo, "O burguês fidalgo", no Rio de Janeiro, e a explosão no Teatro Opinião, também no Rio de Janeiro, desencadearam com provocações uma verdadeira guerra entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP (PAES, 1995, p. 69). Essa situação

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

culminou com a chamada "batalha da rua Maria Antonia", em outubro de 1968, entre os estudantes de Filosofia da USP e os estudantes da Mackenzie, que travaram um violento duelo. Ao final, a Faculdade de Filosofia foi incendiada, sob o olhar conivente da polícia (HOLZMANN, 2003, p.31-32).

Toda essa situação, em meio a greves, aumentou o clima de tensão que acabou desembocando em dezembro de 1968 na decretação do AI-5, que suspendeu os direitos políticos dos cidadãos e revelou em definitivo a cara do regime. A ditadura "legitimava-se" por um ato final e definitivo de força.

Assim, o memorável ano de 1968, demonstrou ser um ano e talvez o último, onde as manifestações puderam ocorrer de forma direta no país. O primeiro passo para o fim desta "liberdade de manifestar" foi dado pelo Presidente Costa e Silva, precisamente numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, pelo Ato Institucional nº 05, que, segundo Gaspari foi "um golpe dentro do próprio golpe" (GASPARI, 2002, p. 299).

Contra os estudantes, o governo militar reservou para o início do ano de 1969 o Decreto nº 477, que estipulava que: fazer ou participar de greve, passeata ou simplesmente distribuir "material subversivo" era um grave delito. A partir de então os estudantes viram seu espaço constantemente cercado e vigiado.

Isto não significou para os jovens estudantes que a batalha foi em vão, pelo contrário. Segundo Ventura, uma das maiores heranças dessa geração foram as novas relações que esses jovens criaram. Relações que hoje são refletidas na convivência e educação entre pais e filhos, aluno e professor, no movimento feminista, na igualdade de direitos, na preocupação mundial com a ecologia e em outros âmbitos. Foi uma juventude que pela sua garra pode vivenciar o movimento de renovação cultural e politização, atingindo e repercutindo em vários campos como na música, teatro e poesia. Uma juventude que se encantava com o novo e criavam ideais. Eram jovens, estudantes mostrando sua cara (VENTURA, 1988, p.44-46).

De acordo com Ventura, a contabilidade nunca foi feita, mas é provável que os estudantes inscritos nas escolas e faculdades brasileiras de 66 a 68 tenham passado mais tempo na rua do que nas salas de aula. Dizia-se até que estudantes só queriam fazer política (VENTURA, 1988, p.46).

O que há de diferente entre a geração dos anos 60 e a geração do novo milênio? Ventura diz que, "aqueles olhavam para o futuro procurando mudá-lo, enquanto estes preferem pensar no presente, no aqui e agora, até porque nada mais incerto hoje do que o porvir". (VENTURA, 2008, p. 21). Na verdade, os jovens de hoje estão bem mais distantes de questionamentos políticos ou culturais, do que aqueles da contracultura dos anos 60. Em outras palavras: os jovens hoje não querem rupturas, seus pais já fizeram isso, querem continuidade. Talvez o objetivo hoje está no sentido de se dar bem, ser um vencedor e não um perdedor. Não há mais um ideal coletivo que faça a juventude abrir mão de seus planos pessoais. O pragmatismo está direcionado par a busca do bem-estar.

Ao mesmo tempo, afirma Ventura, que a geração do novo milênio, de fato não é uma geração dogmática e apostólica, cheia de crenças e de fé, como a de 68, que acreditava na vitória do proletariado e apostava que o mundo marchava para o socialismo. Segundo ele, vive-se um tempo menos crédulo e talvez menos ingênuo. Com a cabeça de 68, cobra-se dos jovens de hoje

participação e reclama-se que eles não se interessam pela política, não gostam de ler, não tem projeto, só pensam em si, só querem saber do aqui e agora. E assim deixa-se de perceber que eles também têm muitas vantagens. Por exemplo (VENTURA, 2008, p. 27). Às vezes tem mais informação do que nós. Nas áreas como eletrônica, informática, música, eles dão de mil, pois já nascem com uma ciência na ponta dos dedos. Segundo ela, isso faz a diferença até em termos neurológicos. Por isso é necessário olhar a essa turma de hoje com esperança. Talvez o que falte para esta nova geração é uma bússola que aponte para algum lugar ou para algum caminho.

Para Ventura, o importante agora é apostar nesse "novo 68" que estaria ocorrendo agora. Mas como, se uma geração é antítese da outra? De qualquer maneira, equivalente não é igual. Interesse que, mesmo sem saber numa entrevista Caetano Veloso acaba reforçando esta tese ao responder sobre a possibilidade de surgir algo semelhante a 68: "Para ser parecido com aquilo tem de ser muito diferente daquilo" (VENTURA, 2008, p. 140).

Conclusão

Abordamos alguns aspectos importantes referentes ao Movimento Estudantil de 1968 e sua influência no que se refere a quebra de paradigmas, e assim pudemos comprovar que o ano de 1968 com a atuação marcante do Movimento Estudantil, foi um acontecimento com múltiplas dimensões e várias conseqüências. Uma delas, talvez a principal, foi a capacidade de tal movimento abalar, de certa forma, várias estruturas de pensamento e de organização do poder.

Esse período, com seus acontecimentos, contribuiu para sacudir os valores da velha sociedade e estabelecer novos padrões. Mesmo não acontecendo a revolução social e as mudanças políticas esperadas, o movimento conseguiu realizar uma verdadeira revolução de costumes, onde se sentia a necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos tais como: a liberdade sexual, o fim do autoritarismo no relacionamento entre pais e filhos, na escola e em outras situações, do novo papel da mulher na sociedade, dos direitos das minorias étnicas, do respeito ao meio ambiente.

O lema mais conhecido de 1968 talvez tenha sido "É proibido proibir", pois estava presente nas paredes, nas canções, nas falas e nas mentes. Na verdade, ele exprimia o brado de revolta de jovens do mundo inteiro.

Dentro dessas perspectivas os jovens da geração de 1968 no Brasil, acreditavam na possibilidade de tornar realidade seus sonhos, um mundo, ou melhor, um país democrático, sem autoritarismo, discriminação e alienação. A radicalidade apareceu nesse período com uma grande ênfase, eram os cabelos longos, roupas coloridas e muita música. Essa nova forma trouxe maneiras diferentes de se pensar e compreender o mundo, fazendo com que esses jovens lutassem contra alguns paradigmas até então estabelecidos.

Paradigmas foram também desconstruídos dentro das universidades. A educação tradicional foi desnudada. Isto porque, os modelos pedagógicos vigentes até então, não estavam mais respondendo as novas modalidades e expectativas da juventude ávida por um novo mundo. Era necessário desdogmatizar os conhecimentos, era necessário rever conceitos "consagrados" de aparente neutralidade nos livros e cadernos didáticos. Para essa nova geração, o ato de educar

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

exigia: politizar as aulas, contextualizar as fontes, identificar os conflitos cuja causa é o carcomido modelo econômico capitalista que se expressava nos interesses antagônicos da luta de classe e não apenas reproduzir os conteúdos expressos nos livros didáticos das editoras e dos cadernos doutrinários dos governos.

Foi um tempo de quebra de paradigmas, de jovens que enfrentavam a ditadura, que pregavam o amor livre, o fim do tabu da virgindade, questionavam o casamento, a família tradicional, o poder autoritário dos pais, mas que muitas vezes foi mal compreendido, caindo num outro extremo: na luta contra o autoritarismo dos pais, tentou-se construir uma família aberta, com diálogo e compreensão muitas vezes deixando de lado a necessidade de estabelecer limites na educação dos filhos, não sabendo estabelecer um equilíbrio. Se o tabu da virgindade caiu, do amor livre ouvem-se os ecos no mundo pós-Aids. A liberdade sexual tão cobiçada e conquistada pela geração de 68, transformou-se em algo que aquela própria geração combatia: o fortalecimento da indústria da pornografia incluindo casos como a pedofilia e outros.

Apesar de algumas limitações, o ano de 1968 foi realmente um tempo de lutas e de mudanças, que leva um grande baque em dezembro com o AI-5 e a intensificação da repressão.

Embora o Movimento Estudantil de 1968 não tenha concretizado o que pretendia, tornou-se sim um símbolo de mudanças e um emblema de uma luta, que mesmo muitas vezes, levantando a bandeira do "é proibido proibir", confundiu com o "é permitido permitir", não deixou de quebrar importantes paradigmas e assim substituir padrões antigos por padrões novos, mesmo que muitos deles não fossem necessariamente melhores.

Gostaria de concluir este artigo com as palavras do historiador Luiz Dario Teixeira Ribeiro:

> Como tarefa dos historiadores, nos cabe, apreender de 68, aprender com 68 e, a partir daí tirar as lições da História para a ação presente e a ação futura. Recuperar uma dimensão da História, que hoje parece estar fora de moda: a de tirar lições da História. Parece hoje que a História não tem lições para dar..., mas eu acho que devemos ser um pouco arcaicos nesse sentido e tirar as lições de 68 (HOLZMANN, 2003, p.124).

Referências

COHN-BENDIT, Daniel. *O grande bazar:* As revoltas de 1968. Brasiliense: São Paulo, 1988.

GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada.* Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

JUNIOR, Antonio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil.* Brasiliense: São Paulo, 1982.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org.). *1968 contestação e utopia.* UFRGS: Porto Alegre, 2003.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60:* Rebeldia, contestação e repressão política. 3ª Ed. Ática: São Paulo, 1995.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

POERNER, Artur José. *O poder jovem:* História da participação política dos estudantes brasileiros, 2ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou.* Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1988.

VENTURA, Zuenir. *1968 o que fizemos de nós.* Planeta: São Paulo, 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

POPULISMO DIGITAL: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO BOLSONARISTA DENTRO DO TWITTER PARA AS MANIFESTAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO DE 2021

Felipe Santino de Araujo Silva[1]
Rafael Braz da Silva[2]

Introdução

No dia 28 de outubro de 2018, a nação brasileira conheceu o nome de seu novo presidente: Jair Messias Bolsonaro, eleito com mais de 57 milhões de votos, 55% do total. Quebrando uma tradição histórica, Bolsonaro não falou primeiro com a imprensa, mas sim utilizou uma rede social para dar seu primeiro discurso como presidente eleito. A priorização de uma rede social em detrimento da mídia tradicional não era nenhuma novidade da parte de Bolsonaro.

Durante sua campanha presidencial, Bolsonaro ecoou as táticas que levaram Donald Trump, dois anos antes, à presidência dos EUA: usou as redes sociais digitais como principal meio de comunicação para com seu eleitorado e demais votantes.

Porém, o intenso uso das redes sociais continua com Bolsonaro agora presidente. Seus perfis no Twitter, Facebook, Instagram, entre outros sites, se tornaram uma espécie de portais de comunicação direta não apenas com os cidadãos, mas principalmente com sua vasta rede de apoiadores. Desse modo, Bolsonaro corta a moderação das mídias tradicionais e entrega para seus defensores um discurso sem intermediários: Bolsonaro transmite exatamente o que quer transmitir.

Com mais de dois anos ocupando a cadeira de chefe do poder executivo, Bolsonaro vive sua pior crise. Em pesquisa do instituto Datafolha, divulgado em nove de julho de 2021, o presidente atingiu sua maior taxa de reprovação: 51%. Em uma tentativa de demonstrar apoio popular, Bolsonaro e seus filhos, os três que ocupam cargos legislativos, passaram a promover uma manifestação para o feriado da independência brasileira. A promoção de tal manifestação foi feita extensamente dentro do perfil no *Twitter* do presidente e de seus filhos e apoiadores.

Bolsonaro, em discurso para seus apoiadores nas manifestações de sete de setembro, reforçou as pautas antidemocráticas presentes no ato. Ameaçou "enquadrar" o presidente do poder judiciário, afirmou que não mais cumprira decisões jurídicas de um ministro do Supremo, e defendeu um conceito difuso de liberdade.

O objetivo deste trabalho é apresentar as formas com que a rede bolsonarista digital construiu o discurso visto no sete de setembro, conciliando noções de liberdade com reivindicações de teor

[1] Mestrando do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail para contato: fsantinof@gmail.com.
[2] Professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina no Departamento de Ciências Sociais. E-mail para contato: rafael.braz@uel.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

antidemocrático que foi visto nas manifestações do dia da independência, mais precisamente dentro do espaço digital de seus perfis no *Twitter*. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, analisando as relações discursivas entre Bolsonaro e os bolsonaristas no *Twitter*.

O populismo digital

O estudo da comunicação política dentro do ambiente digital das novas tecnologias da informação e comunicação, mais especificamente das redes sociais virtuais, vêm crescendo em relevância nos últimos anos. Diversos autores (Cesarino, 2020; Vinhas, 2019; Rothberg, 2014; para citar alguns) se debruçam sobre os mais diversos aspectos dessa temática: desde o populismo político empregado no ambiente digital, até a construção discursiva e de sentidos dentro de tais espaços digitais. Desde as eleições de 2018, Bolsonaro não diminuiu a importância dada às redes sociais, adotando uma espécie de campanha permanente, dentro e fora do ambiente virtual: "declarações polêmicas, voltadas ao conservadorismo, à autopreservação do clã e o ataque aos que se opõem a suas políticas e a sua forma de pensar. Cria-se, ainda, a ideia de que há sempre um inimigo a ser combatido" (CIOCARRI; PERSICHETTI, 2019, p. 138).

Como afirmam Berti e Carvalho (2019, p. 141) "a guerra contemporânea não é bélica, mas virtual. Seus soldados não usam mais rifles ou fuzis, mas sim têm como armamentos computadores, laptops e o mais letal e móvel de todos, os smartphones". Uma guerra discursiva travada no campo da construção de consensos, da definição de amigos e inimigos, do controle da imagem do líder e na exacerbação dos aspectos emocionais para tomada de decisões políticas.

Ao fazer uso de seu perfil no Twitter, a distinção entre verdade e mentira pouco importa para Jair Bolsonaro. Durante as eleições presidenciais, tal artimanha foi utilizada para mobilizar sua base de eleitores e apoiadores. Viscardi (2020, p. 1149) destaca que "não importa, para o tuíte, que Bolsonaro esteja sendo o divulgador de uma mentira: importa a quem ele aponta sua acusação e o efeito que reverbera em seus seguidores ao definir seu opositor da forma como o faz".

O discurso de Bolsonaro, presente em suas publicações nas redes sociais, se importa mais com os efeitos da mensagem do que com sua veracidade ou acurácia. Por vezes, o objetivo da postagem é exatamente caracterizar o outro como inimigo e ativar os afetos negativos por parte de seus seguidores e apoiadores. Essa constante construção do outro como inimigo, por meio dos aparatos de comunicação, vai de encontro com Heclo, citado por Cioccari e Persichetti, entende como o conceito de Campanha Permanente.

> [...] o conservadorismo do qual Jair Bolsonaro é o maior expoente no Brasil hoje, usa, como valor político, o discurso do medo como uma estratégia de poder a fim de obter a obediência num sentido de que "guerra é paz"
> [...] é nesse contexto que surge a necessidade de uma adaptação das campanhas eleitorais à gramática da mídia, à espetacularização e personalização da política. Vale ressaltar que o uso da mídia como aparato e instância simbólica transcende o período eleitoral. Torna-se uma visibilidade permanente. Essa relação entre mídia e política como palco de disputas e convencimento ocorre diariamente, mesmo findo o período de disputa. Tal fenômeno é conceituado como Campanha Permanente. (HECLO, 2000, apud CIOCARRI; PERSICHETTI, 2019, p. 140-141)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Utilizando a conceptualização de populismo segundo Laclau, como a busca pela construção de hegemonia política, o controle de mídias especificas para consolidação da imagem do líder, a constante construção de um inimigo ou ameaça antagônica à vontade do líder e a ao seu grupo, e "apelos emotivos, estéticos, morais, que podem ser tanto positivos (esperança, desejo de ordem, de justiça ou de mudança) quanto negativos (ódio ao inimigo, ressentimento, desejo de vingança)" (Laclau, 2005, apud Cesarino, 2018, p. 10), Cesarino entende que o populismo em sua forma virtual não é uma mera transposição desse conceito para as mídias digitais, mas sim que este possui especificidades próprias combinadas com as práticas populistas descritas por Laclau.

> Dois aspectos em particular se tornaram centrais à medida que essa tática clássica para construção de hegemonia política se torna crescentemente mediada digitalmente: topologia fractal, e sua memética (recursividade). A mediação através de smartphones e WhatsApp – ambos que não estavam amplamente disponíveis no Brasil durante as eleições presidenciais anteriores – proporcionou capilaridade sem precedentes. Do ponto de vista do usuário individual, as redes sociais tornam concreto o senso geral (neoliberal) de que intermediários não são mais necessários: se você tiver sorte suficiente, sua mensagem no Twitter ou WhatsApp pode acabar indo parar no celular do presidente. Apoiadores de Bolsonaro tendem a destacar como não se importavam com política até o surgimento dele – mas isso é apenas porque o sentido da política mudou para abraçar uma variedade emergente de atitudes e identidade, coletivas e individuais, mediadas digitalmente, incluindo uma redefinição do que significa ser de "direita" ou "conservador". Um acontecimento oportuno em setembro (2018) intensificou a um outro nível o efeito de capilarização proporcionado pelas mídias digitais: a facada, que removeu o candidato dos debates públicos, e levou seus apoiadores à assumirem, em seu nome, a campanha. O corpo físico doente do candidato foi substituído, portanto, por um "corpo digital" vasto e extenso de marqueteiros voluntários. (CESARINO, 2019b – tradução nossa)

Fractal diz respeito a uma estrutura geométrica que, quando separa, repete os traços do todo completo. Já memética se refere a capacidade de repetição de uma mesma mensagem ou objeto. Segundo a autora, o objetivo da memética é "reduzir o discurso político a esse nível mais elementar, potencialmente apreensível por qualquer eleitor, mesmo (ou especialmente) aqueles sem nenhuma educação política num sentido convencional" (Cesarino, 2019, p. 6-7). Com isso, Cesarino indica que o populismo em sua forma digital possui, em sua essência, uma descentralização da figura do líder, mas que se repete em diversos apoiadores, e tais apoiadores, mesmo separados, possuem em si traços do líder. Além disso, essas partes separadas do todo repetem e copiam as mensagens do líder e de si mesmas. Ou seja, a autora entende que o populismo digital, e no caso o Bolsonarismo, é um fenômeno organizado de maneira orgânica e descentralizada, já que mesmo sem Bolsonaro estar apto fisicamente para realizar sua campanha, como ocorreu após o atentado à faca de 2018, seus apoiadores o fizeram por ele. Dessa forma, o bolsonarismo seria composto por vários "pequenos Bolsonaros", que agem de maneira conjunta com a figura do líder. Rodrigues e Ferreira chamam tal hierarquia operacional de "mobilização social vertical"

> O populismo de direita brasileiro opera um tipo de mobilização social vertical, baseado em mensagens em redes sociais como Facebook, Whatsapp e Twitter que informa a agenda a ser seguida por seu eleitorado. Sob esse registro, o eleitorado é receptor, mas também divulgador da agenda. Além disso, o populismo de direita de Bolsonaro ativa com intensidade maior do que qualquer outro movimento a prática das Fake News na construção de suas narrativas, de tal maneira a produzir uma fronteira antagônica capaz de rejeitar todo o campo progressista. (RODRIGUES; FERREIRA, 2020, p. 1083)

Em uma etnografia nos grupos Bolsonaristas de Whatsapp, Cesarino (2019b, p. 5) separou "cinco funções metalinguísticas que esgotavam virtualmente a totalidade do conteúdo digital da campanha pró-Bolsonaro nas mídias digitais, e em especial no WhatsApp". São estas: 1) fronteira antagonística amigo e inimigo; 2) equivalência entre liderança e povo; 3) mobilização permanente através de ameaça e crise; 4) espelhamento do inimigo e inversão de acusações; e 5) produção de um canal midiático exclusivo.

Procedimentos metodológicos

Os perfis selecionados para coleta foram separados em três categorias diferentes, à fim de abranger diferentes aspectos do bolsonarismo. As categorias propostas foram de 1) Políticos; 2) Influenciadores; e 3) Veículos de Mídia. Os perfis de Flavio Bolsonaro (@FlavioBolsonaro), Carlos Bolsonaro (@CarlosBolsonaro) e Eduardo Bolsonaro (@BolsonaroSP) integram a categoria dos políticos; Bárbara Zambaldi Destefani (@taoquei1), Adrilles Jorge (@AdrillesRJorge), Leandro Ruschel (@leandroruschel) fazem parte dos influenciadores; e Renova Mídia (@RenovaMídia), Conexão Política (@conexaopolítica) e do Portal Terça Livre (@tercalivre) são parte da Mídia. Além destes perfis, como já dito acima, o perfil do próprio Jair Bolsonaro (@JairBolsonaro) completa a coleta de dados.

Aqui é importante ressaltar que a seleção dos perfis se deu por conveniência de pesquisa, mas seguindo critérios para integrarem o escopo. Todos os perfis citados acima seguem ou são seguidos por Jair Bolsonaro ou ao menos um de seus filhos. No momento em que se iniciou a coleta, Bolsonaro apenas não seguia Leandro Ruschel, Adrilles Jorge, Conexão Política e o Portal Terça Livre, mas Eduardo e Flavio Bolsonaro seguiam tais perfis. Além disso, outros perfis foram identificados seguindo tais critérios, como, por exemplo, os perfis do Jornal Brasil Sem medo (@JornalBSM), do economista Paulo Figueiredo Filho (@realpfigueiredo) e de Allan dos Santos (@allanldsantos). Para separar estes perfis dos outros que foram efetivamente selecionados, optou-se pelo critério quantitativo de número de seguidores, de forma a englobar apenas os perfis com maior quantidade de seguidores em cada categoria proposta. Tal critério se dá pela tendência de que, com mais seguidores, mais pessoas são atingidas pelo discurso presente nas mensagens, de forma com que estes perfis tornam-se fundamentais na construção discursiva do bolsonarismo.

> Um dos aspectos sobre o uso das redes sociais é com relação à influência exercida por alguns utilizadores sobre outros. No Twitter, essa questão se refere à possibilidade de vários seguidores representarem ou não, para a pessoa ou organização seguida, algum poder de influência sobre outros utilizadores. (SANTOS; CIOCCARI; MORAES, 2020, p. 68)

A coleta foi realizada através do site tweetbeaver.com, que permite realizar o *download* de toda *timeline* (linha do tempo) de usuários do *Twitter*, com limite dos últimos 3600 *tweets*. Após isso, os dados foram colocados em planilhas do Excel, onde foram identificadas as postagens com maior número de *retweets* (uma função que permite compartilhar a mensagem). O recorte temporal abrangeu o período de primeiro de setembro até o sete de setembro, dia das manifestações.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Buscamos analisar a construção discursiva do bolsonarismo através da obra de Foucault "A Ordem do Discurso". Nela, Foucault reconhece que não devemos transformar o discurso "em um jogo de significações prévias", e afirma que "deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade" (1999, p. 53). Isto é, o bolsonarismo, agindo de acordo com suas aspirações populistas, ressignifica conceitos e noções amplas, dando-lhes sua própria interpretação. Ainda segundo o autor, para compreender a construção do discurso, devemos "analisar as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais" (FOUCAULT, 1999, p. 66). Com isso, busca-se apreender as regularidades afirmativas do discurso, sem desconsiderar os elementos que limitam a própria formação discursiva.

Discussão e resultados

Ao longo dos sete dias de coleta de dados, 1136 postagens foram capturadas, uma média de aproximadamente 162 *tweets*, ou 16 publicações em média por usuário. Desse todo de mensagens, 333 foram realizadas apenas no dia sete de setembro, o dobro da média semanal. Tal fato indica uma grande importância dada ao dia da manifestação por parte de Bolsonaro e seus apoiadores. Dado ao elevado número de publicações, nossa análise focara nas três postagens com maior número de compartilhamento de cada um dos dez perfis observados.

Bolsonaro postou 29 *tweets* durante a semana de coleta de dados, uma média de quatro mensagens por dia. No dia da manifestação, foram sete publicações. Suas publicações mais compartilhadas defendiam o "povo" como poder moderador da república, divulgava a manifestação e celebrava "nosso Brasil, nosso povo". Veremos mais à frente que "povo" é um termo muito presente nas publicações Bolsonaristas.

Seus três filhos aparecem mais presentes nas redes sociais digitais, com 131 *tweets* ao longo da semana, sendo 55 apenas no feriado nacional. Carlos e Eduardo Bolsonaro relembraram o atentado à faca sofrido pelo seu pai, em 2018, e tentaram associar tal ato de violência a opositores políticos, como o PSOL e ao que chamam de "terceira via". Carlos ainda defendeu que os atos da direita eram pacíficos, enquanto Flávio defendia o teor democrático das manifestações, afirmando que antidemocrático era um ministro do STF, não o povo. Eduardo foi além e afirmou que "a voz do povo não pode ser acusada de ser antidemocrática". Dos três filhos, Flávio é quem parece defender com maior veemência o caráter supostamente democrático dos atos.

No campo dos influenciadores, Leandro Ruschel postou 112 vezes apenas no dia da manifestação. Seus *tweets* de maior compartilhamento continham críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF). Adrilles Jorge e a influenciadora Taoquei1 fizeram coro às falas da família Bolsonaro, afirmando também que as manifestações não poderiam ser antidemocráticas pois estariam expressando a vontade popular. Taoquei1 ainda defendeu que os atos eram pela liberdade e tinham forte adesão de manifestantes, enquanto Adrilles também criticou a atuação do STF. Ao todo, foram 355 postagens ao longo da semana, sendo 146 publicadas durante o feriado.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Já os perfis que representam veículos de mídia se mostraram os mais produtivos, com 585 postagens ao longo da semana, mas apenas 125 no dia das manifestações. O Conexão Política focou em notícias sobre a vacina e pandemia, dando destaque para uma manifestação na Holanda contra o "passaporte sanitário", a infecção de um ministro do STF mesmo após este ter tomado as duas doses da vacina, e fez coro com o Renova Mídia e o Portal Terça Livre na divulgação da manifestação em diversos locais do país. O Portal Terça Livre ainda ecoou as palavras de Bolsonaro e sua família ao afirmar que as manifestações provariam que as pesquisas eleitorais estavam erradas em apontar a baixa popularidade do presidente.

Centralizando a análise nas mensagens mais compartilhadas, podemos ter um olhar sobre os temas que são mais caros ao bolsonarismo digital, aqueles que possuem maior adesão entre seus seguidores. A defesa constante do caráter democrático das manifestações salta aos olhos, principalmente quando observamos os cartazes e demandas presentes no sete de setembro (Folha de São Paulo, 2021). Fechamento do STF, "intervenção militar com Bolsonaro no poder", até mesmo a "extinção do TSE" foi pauta dos manifestantes.

A construção do discurso bolsonarista, nas redes sociais digitais, difere do discurso do "mundo real". Foucault reconhece que não devemos transformar o discurso "em um jogo de significações prévias", e afirma que "deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade" (1999, p. 53). O bolsonarismo, agindo de acordo com suas aspirações populistas, ressignifica conceitos e noções amplas, dando-lhes sua própria interpretação. Em suas publicações, valores genéricos, como "liberdade" e "povo", são utilizados para passar uma mensagem de apoio popular e de ataques aos opositores, já que se eles, os bolsonaristas, estão lutando pela liberdade, aqueles que se opõe a esse grupo político agem pelo autoritarismo. O "povo" também é utilizado para justificar os arroubos autoritários do presidente, já que este seria um "poder moderador" que supostamente está ao lado de Bolsonaro.

O discurso do mundo digital parece agir para justificar as falas mais duras do "mundo real". O discurso Bolsonarista nas redes sociais tenta exatamente tornar como democráticas as pautas golpistas defendidas nas manifestações. Liberdade adquire um significado único e restrito àquilo que os Bolsonaro entendem como liberdade, e o povo é somente aqueles que os apoiam.

Considerações

Na concepção de Populismo Digital proposta por Cesarino, povo e líder agem como um corpo só. Essa relação se dá de maneira hierárquica "'emergent' one, whereby individual agents respond to informational stimuli and are coordinated to move as a swarm.." (Cesarino, 2021, p. 1). Tal tipo de relação transforma "humanos pensantes" em "robôs reativos" (Cesarino, 2021, p. 2), que replicam e transmitem através da internet o discurso do líder populista.

Aqui, o populismo digital enquanto estratégia política encontra-se presente em todos os perfis analisados. A lembrança do atentado a faca sofrido por Bolsonaro em 2018 e a tentativa de associação deste ato com opositores políticos serve para traçar a fronteira antagônica entre amigos e inimigos, quanto para promover uma manifestação permanente frente à uma ameaça, no caso,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a memória do atentado. A equivalência entre liderança e povo se manifesta nas postagens que defendem o caráter popular da manifestação, equivalendo o apoio dos manifestantes como uma espécie de apoio da população em geral.

O espelhamento e a inversão das acusações do inimigo aparece quando se defende o teor democrático dos atos de sete de setembro, com o conceito de "liberdade" sendo usado para este mesmo fim. Já o canal de mídia exclusivo mostra-se presente nos próprios perfis de veículos de mídia que, por essência, deveriam seguir o rigor jornalístico, mas acabam por se comportar da mesma forma que outros bolsonaristas ao divulgarem extensivamente as manifestações e publicarem a mesma ideia vaga de apoio popular ao presidente.

Vale notar também que, dentre as postagens analisadas, nenhuma fez menção ao discurso de Bolsonaro no sete de setembro, onde o presidente fez duras ameaças ao equilíbrio dos três poderes. Foi ignorada completamente a ameaça de agir "fora das quatro linhas da constituição", os cartazes golpistas também foram esquecidos. Na construção cuidadosa do discurso digital bolsonarista os apelos emotivos e conceitos vagos tem mais força do que o que pode-se observar na realidade. A percepção da verdade é mais importante do que a verdade em si.

Referências bibliográficas

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho; CARVALHO, Sônia Maria dos Santos**. Democracia e ética em tempos de fake news: o tuiteiro-presidente Jair Bolsonaro e as consequências para a socialização da informação no País**. Revista de Estudos Universitários-REU, v. 45, n. 1, 2019.

CESARINO, Letícia. **Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018**, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018_manuscrito_>. Acesso em: 28 set. 2020.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal**. Revista de Antropologia, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019a.

CESARINO, Letícia. **Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética**. VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, 2019b.

CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil**. Internet & Sociedade, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020a. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/62205827/numero1_volume1_fev2020_cesarino20200226-14293-ugynyh.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente**. Lumina, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28571>. Acesso em 30 set. 2020.

FOLHA DE SÂO PAULO. **Cartazes nos protestos do 7 de Setembro de 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: <fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1710251843658922-7-de-setembro>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.

RODRIGUES, Theófilo; FERREIRA, Daniel. **Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: brasil e espanha em perspectiva comparada**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 59, n. 2, p. 1070-1086, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132020000201070&script=sci_arttext&tlng=pt.>. Acesso em: 03 out. 2020

ROTHBERG, Danilo. **Democracia digital e redes sociais: Twitter como filtro de informação política**. In: E-Compós. 2014. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1023>. Acesso em: 23 set. 2020.

SANTOS, Romer Mottinha; CIOCCARI, Deysi; DE MORAES, Thiago Perez Bernardes. **O clã Bolsonaro e o Twitter: comunicação política e influência na rede social**. Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, n. 10, p. 65-81, 2020.

VINHAS, Otávio Iost. **Os sentidos da" facada" em Jair Bolsonaro: uma análise de redes culturais online à luz da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

VISCARDI, Janaisa Martins. **Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132020000201134&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

HANNAH ARENDT E O MOVIMENTO NEGRO NORTE-AMERICANO

Isaac José da Silva[1]

Para conhecer a legislação e o costume de um povo, é, portanto, necessário começar estudando sua situação social (JEFFERSON, 1973, p. 197).

Introdução

Este artigo tem por objetivo explicitar os elementos constitutivos que configuram um dos mais emblemáticos conflitos sociais norte-americanos, ocorrido na década de 1960 nos Estados Unidos da América. Para nos guiar sobre esse contexto político, social e segregacionista, utilizaremos como ponto de partida dois textos que são de suma relevância para o entendimento desse conflito social norte-americano. No primeiro momento, utilizaremos o controverso texto de Hannah Arendt, *Reflexões sobre Little Rock*, publicado em 1959, no qual a autora busca fundamentar sua teoria política em um contexto segregacionista e sofre várias críticas por não entender aquilo que Ralph Ellison chamou de "ideal de sacrifico" dos negros norte-americanos. Para tanto, vamos demonstrar, nas linhas que se seguem, o contexto segregacionista que os Estados Unidos vivenciavam quando a dessegregação forçada nas escolas dos Estados Sul foi inserida na pauta das discussões na política americana. E, por fim, traremos para a discussão a entrevista de Ralph Ellisson e a carta de Arendt reconhecendo seu erro ao analisar a questão da dessegregação forçada no ambiente escolar em Little Rock.

A segregação racial e Litlle Rock

Em 4 de setembro de 1957, uma cidade do interior dos Estados Unidos da América entraria para a história não apenas por vivenciar uma batalha no campo jurídico com seu Estado, mas por ter em pauta uma das cenas que, dias depois, correria por todos os jornais mais importantes do país e do mundo levantando os mais emblemáticos questionamentos acerca da segregação racial nas escolas norte-americanas.

Nesse contexto, na cidade de Litlle Rock, capital do Arkansas, nove adolescentes e suas famílias exigiam do Estado o direito de estudar em escolas onde não mais houvesse distinção de cor e raça. As escolas americanas tinham como padrão uma discrepância absurda na educação de crianças brancas e pretas, a começar pela própria estrutura física dos prédios que abrigavam essas crianças e adolescentes como também os próprios salários dos professores dessas escolas. Esse fato fez com que o Movimento Negro Norte-americano articulasse movimentos sociais em busca

[1] Isaac José da Silva. Mestrando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Isaacrs7@hotmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

de igualdade educacional, uma vez que, na constituição americana, todos seus cidadãos têm os mesmos direitos e deveres perante a lei.

A princípio, o movimento NAACP (*Nacional Association for the Advancement of Colored People*), por esse viés, tentou buscar, dentro da lei, instrumentos para que escolas segregadas tivessem a mesma qualidade de ensino. No entanto, devido às políticas racistas do Sul, nada foi efetivado. Por isso, um dos caminhos que o Movimento Negro Norte-americano encontrou foi a luta pela dessegregação nas escolas públicas norte-americanas, para garantir uma educação de qualidade entre crianças brancas e negras.

Depois de um longo processo, a cidade de Litlle Rock concedeu, por meio de suas leis municipais, o direito de crianças negras estudarem em escolas destinadas a crianças brancas. Tal evento foi o estopim que levou a população branca da cidade de Litlle Rock às ruas, a fim de impedir essa dessegregação reafirmando seus princípios racistas.

A NAACP articulou uma estrutura jurídica e física para garantir a integridade desses nove adolescentes que iram ingressar na Central High School. Todavia, a adolescente Elizabeth Eckford, por não ter telefone em casa e não ter sido avisada das mudanças de planos que a NAACP havia modificado, justamente para evitar um confronto maior com a guarda do estado de Arkansas, que esperava em frente a Central Hight School. Os pais de Elizabeth agiram como o combinado e enviam Elizabeth para a Central High School. Quando chegou à escola, Elizabeth encontrou um clima nada amistoso e um motim havia se formado para evitar sua entrada no estabelecimento. De início, Elizabeth pensou que a Força Nacional estava em frente a Central High School para protegê-la, mas logo percebeu que os policiais que ali estavam parecia estarem dispostos a agredi-la se preciso fosse para que a adolescente não entrasse na escola. Esse fato pode ser confirmado quando vemos a fotografia que foi impressa no jornal *The New York Times*, em 5 de setembro, quando a Guarda Nacional permitiu que uma menina branca contornasse para agredir Elizabeth.

Quando Elizabeth percebeu que todos ali estavam para agredi-la e impedir sua entrada na escola, lembrou-se dos ensinamentos de sua mãe, que sempre a aconselhava que, em momentos como aquele, buscasse se aproximar de pessoas mais velhas em busca de proteção. Porém, nesse dia, Elizabeth encontrou entre os velhos o mesmo clima de animosidade dos mais jovens que ali estavam.

Em meio a essa emblemática inserção do Movimento Negro Norte-americano para a dessegregação nas escolas americanas, Elizabeth foi fotografada por alguns jornalistas que ali estavam para cobrir esse evento, o qual, em poucos dias, se tornaria um acontecimento de grande relevância no cenário político e social dos Estados Unidos.

Isso posto, partimos para o ponto que é de suma relevância para entendermos os possíveis equívocos de Hannah Arendt, uma das mais notáveis pensadoras do século XX. A partir das fotografias de jornais, Hannah Arendt escreveu um texto discorrendo os problemas da dessegregação racial nas escolas americanas. Mas, Arendt, logo de início, partiu de um equívoco, do qual ela nunca se desculpou. Ela escreveu o artigo intitulado "Reflexões sobre Litlle Rock" a partir de uma fotografia publicada em 5 de setembro pelo jornal *The New York Times*, que traz duas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

fotografias de duas adolescentes negras vivenciando contextos parecidos. Entretanto, esses acontecimentos aconteceram em Estados e escolas diferentes.

Na primeira foto, o jornal estampa, em sua primeira página, Elizabeth Eckford sendo impedida de entrar na Central High School na cidade de Little Rock, Arkansas. Nessa imagem, é possível observarmos que a multidão está ali para impedir que Elizabeth Eckford tivesse seu direito de frequentar a Central High School como os adolescentes brancos da cidade de Little Rock.

Na imagem inferior da primeira página do mesmo jornal, o *The New York Times* traz outro emblemático caso em que a adolescente Dorothy Counts e o doutor Edwin Tompkins, rodeados de estudantes brancos, eram agredidos verbalmente. Escolas e Estados diferentes, mas ambos os casos traziam em si os problemas do racismo e da segregação escolar dos Estados Unidos. Nesse caso específico, a família de Dorothy havia conseguido na justiça o direito de que sua filha estudasse na Harding High School, em Charlotte, destinada a crianças brancas. Edwin Tompkins era um amigo branco do pai de Dorothy e estava ali para proteger a garota. Quando os dois deixaram a escola, uma multidão de pessoas brancas lançava sobre eles copos de papel, água e varas na direção deles, e a polícia local nada fez para impedir a agressão.

Nesse contexto, temos duas garotas e duas histórias bem parecidas e que, por ironia do destino, usavam, no dia, vestidos com estampas semelhantes. Esse fato levou Hannah Arendt a se confundir ao analisar a fotografia para então tecer suas considerações.

Outro ponto importante a ser destacado é entendermos o contexto racista e segregacionista do território norte-americano desde a sua fundação. Em 1776, os Estados Unidos da América começaram sua ruptura com a Coroa britânica por meio da revolução. Nas suas 13 colônias, aconteceram o que John Adam chamou de despertador coletivo fazendo-as acordar de uma só vez em busca de liberdade fundamentada nos mesmos princípios de igualdade política (MCCULLOUGH, 2001, p. 452). Nesse contexto revolucionário, os pais fundadores escreveram uma das constituições mais respeitadas e seguidas até os dias de hoje. Todavia, os pais fundadores, homens que procuravam revigorar a política por meio da liberdade, igualdade e busca da felicidade dos homens, deixaram à margem da constituição índios e negros. Esse crucial detalhe não incorporado na constituição americana levou Jefferson (1973, p. 254) a afirmar: "[...] tremo quando penso que Deus é justo". Sobre essa passagem de Jefferson, Arendt (2003, p. 264) assevera: "[...] Jefferson não tremia pelos negros e nem pelos brancos, mas pelo destino da República, porque sabia que um de seus princípios vitais havia sido violado bem no início".

Após a fundação dos Estados Unidos da América, dois fatores distintos corroboraram para a diferença econômica que o país vivenciaria ao longo da sua história. Esse fator econômico automaticamente distanciou também interesses políticos, que mais tarde trariam uma forte colisão em interesses políticos e econômicos entre os Estados do Sul e do Norte.

No Norte, predominou o modelo assumido pelos novos americanos fora da pequena propriedade, que fazia uso da mão de obra assalariada. Com o desenvolvimento alicerçado na mão de obra assalariada, e, consequentemente, sua economia, teve-se um desenvolvimento mais rápido e, na industrialização, um mecanismo de desenvolvimento social e político.

Em contrapartida, os Estados do Sul tiveram sua economia baseada na monocultura e, como força de trabalho, a mão de obra dos escravizados, tendo como fundamentos a política latifundiária e a

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

concentração de rendas nas mãos de homens brancos e donos de grandes propriedades territorial. O poder político e econômico, ao contrário do Norte dos Estados Unidos, se concentrava nas mãos desses latifundiários, que se fortaleciam, cada vez mais, em políticas racistas e economicamente escravocratas.

Nesse contexto de desigualdade entre o Norte e o Sul, os Estados Unidos viram surgir em seu território uma guerra civil, que já era esperada desde a fundação da Constituição em 1976 quando os pais fundadores deixaram fora dela direitos das minorias como os negros e os índios. Nesse cenário segregacionista, aconteceu, entre 1861 e 1865, a guerra civil americana. Ela trouxe, para o cenário político, temas separatistas, que tinham como pano de fundo a questão negra e o regime escravocrata. Após quatro anos de guerra civil, os Estados do Sul foram derrotados, dando início a uma nova refundação dos Estados Unidos da América, dessa vez incluindo os povos esquecidos no ato da fundação da Constituição. Um significativo ponto imposto aos derrotados foi a abolição da escravidão negra em todo o território nacional. Entretanto, os Estados do Sul, não convencidos de que a dessegregação racial seria uma boa alternativa para suas políticas públicas e sociais começaram a articular leis que pudessem dar o direito de manter os negros longe dos espaços sociais, a fim de que os negros perdessem, de forma velada, os direitos garantidos a eles pela Constituição.

Segundo Karnal (2007, p. 146), nos Estados do Sul,

> leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução, mas desapareceram até 1868. Ressurgiram no governo de Grant, a começar pelo Tennessee, em 1870: lá, os sulistas brancos promulgaram leis contra o casamento inter-racial. Cinco anos mais tarde, o Tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do Sul o seguiu rapidamente. O termo 'Jim Crow', nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio 'separados, mas iguais', estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Em 1885, a maior parte das escolas sulistas também foram divididas em instituições para brancos e outras para negros. Houve 'leis Jim Crow' por todo o Sul.

Nesse contexto trazido por leis segregacionistas e racistas, o território americano teve inserido em seu cenário político e social o agravamento entre os Estados do Sul, que ainda cultuavam políticas racistas, e os Estados do Norte, que fundamentavam sua política na constituição americana

Acompanhando o cenário político americano, a educação seguia as diferenças adotadas nas políticas dos Estados do Norte e do Sul. Esse contexto político foi se tornando cada vez mais animoso à medida que a população negra do Sul percebia que seus direitos garantidos na Constituição estavam sendo desrespeitados. De acordo com Karnal (2007, p. 146), "Apenas nas décadas de 1950 e 1960, a Suprema Corte derrubaria a ideia de separados, mas iguais". Nesse cenário efervescente dos movimentos sociais, o Movimento Negro Norte-americano perpassou por uma nova onda significativa quando líderes, como Rosa Parks e Martin Luther King, e movimentos, como Panteras negras, tomaram as ruas de todo o país.

No entanto, em 1957, dois fatos importantes aconteceram no mês de setembro, fazendo com que o Movimento Negro Norte-americano se tornasse o centro das discussões políticas do país. No primeiro caso, temos o evento de Litlle Rock, onde nove estudantes quebraram o paradigma das escolas segregadas do Sul tendo como protagonista Elizabeth Eckford, que trouxe discussões essenciais ao Movimento Negro Norte-americano e aos direitos civis. O segundo acontecimento, que marcaria uma nova fase na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, seria a decisão da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Suprema Corte em garantir por lei o direito ao voto de todos os seus cidadãos em todo o território nacional. Entretanto, a segregação racial chegaria ao fim com a Lei dos Direitos Civis promulgada no dia 2 de julho de 1964 pelo então presidente Lyndon Johnson.

Arendt e a Dessegregação em Litlle Rock

Em 1957, logo após os acontecimentos de Litlle Rock ocuparem as primeiras paginas de quase todos os jornais americanos, Hannah Arendt escreveu um artigo sobre as questões políticas e sociais, que envolviam a Central High School em Litlle Rock, capital do Arkansas.
Hannah Arendt tenta publicar seu artigo na revista *Commentary*, mas este foi rejeitado. Só dois anos mais tarde, em 1959, conseguiu publicá-lo pela revista *Dissent*, que, de imediato, sofreu duras críticas por tratar a questão negra de forma político- histórica, e não político-social como era esperado pelos movimentos sociais da época. Conforme Arendt (2003, p. 266), "A questão da cor foi criada por um grande crime na história dos Estados Unidos e só tem solução dentro da estrutura política e histórica da Republica". Por mais que Arendt entendesse que a questão negra nos Estados Unidos tinha seus fundamentos na história da fundação americana e, consequentemente, política por natureza, ela deixou passar despercebido o esforço político do Movimento Negro Norte-americano na luta por direitos civis.
Um dos pontos centrais que levou Hannah Arendt a responsabilizar os adultos em colocar sobre os ombros das crianças questões que deveriam ser resolvidas, como, por exemplo, a livre escolha ao casamento era proibida pela lei nos Estados do Sul. O casamento inter-racial era considerado crime em todo o território do Sul dos Estados Unidos. Para a pensadora, não seria com uma forçada uma dessegregação nas escolas que isso se resolveria. A autora argumenta que tais problemas deveriam ser resolvidos na esfera pública-política da vida humana, e não nos pátios de uma escola. Na perspectiva de Arendt, a criança tem por direito estudar e ser preparada pelos adultos à inserção da vida pública.
Arendt não era racista como alguns líderes do Movimento Negro Norte-americano da época a acusavam. Ela não concordava e argumentava bravamente sobre a questão racial nos casamentos proibidos nos Estados do Sul. Para ela, ter o direito de se casar com quem quiser é de ordem pública-política. Isso vem muito antes de uma intervenção escolar para forçar uma dessegregação social e política. Um dos pontos que Arendt quer enfatizar com esse texto é que questões básicas da política estão sendo deturpadas em beneficio de uma política racista e segregacionista. Na visão da autora, quando o casamento entre pessoas negras e brancas é proibidos nos Estados do Sul e é legalmente aceito na jurisprudência da lei, a Constituição americana é violada e os princípios básicos de cada cidadão, como a busca da felicidade, é deturpado por interesse de uma parcela da sociedade. Para Arendt, 2003, p. 171):

> [...] o projeto de lei dos direitos civis não avançava o suficiente, pois deixava intocável a lei mais abusiva dos estados sulistas – a lei que torna o casamento misto uma ofensa criminal. O direito de casar com quem quiser é um direito humano elementar comparado ao qual 'o direito de frequentar uma escola integrada, o direito de sentar onde lhe apraz num ônibus, o direito de entrar em qualquer hotel, aérea de recreação ou lugar de diversão, independentemente da cor da pele, cor ou raça' é realmente secundário.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Esse posicionamento de Arendt sobre essa questão da dessegregação nas escolas foi duramente criticado pelo Movimento Negro Norte-americano sendo acusada de racista e insensível com a questão negra. Lideranças do Movimento Negro Norte-americano a acusam de uma cegueira por não trabalhar em seu artigo sobre Reflexões sobre Litlle Rock o sociopolítico da raça e do racismo no Ocidente . Porém, Arendt não era racista e nem insensível com os movimentos sociais. Ela queria demonstrar, com esse artigo sobre Litlle Rock, a importância em se preservarem as esferas privada, social e pública no âmbito da política. Para ela, a educação está atrelada à esfera social da vida humana. Ou seja, a educação convive em uma intensa zona de conflito entre o público e o privado, mas, em momento algum, pode ser confundida como responsável por problemas que a esfera pública-política não tenha resolvido.

Por esse viés, Arendt nos alerta a respeito desta intrínseca relação que a educação exerce entre a vida pública e privada na vida humana. Porém, mesmo se tratando de uma zona onde sempre haverá conflitos, a educação deve ser preservada na esfera social, que Arendt denomina como pré-política. É nessa esfera social que a educação exerce um papel fundamental na preparação da passagem das crianças e jovens da vida privada para a vida adulta.

As posições assumidas por Arendt nesse artigo se devem, em grande parte, pelo seu posicionamento político, no qual ela fundamenta toda a sua teoria política e traz para a discussão temas que são tão caros a ela, como a diferença existente nas esferas privada, social e pública, tanto com a liberdade política e individual, tendo como fim a ação política por meio de espaços públicos.

Por esse viés, Arendt começa seu artigo culpando as mães negras do Sul ao exporem seus filhos a uma batalha política, que é cabível à vida adulta, e não às crianças. Esse argumento de Arendt, acerca da responsabilidade pública que os adultos deveriam assumir com o mundo e com as crianças, é de suma importância para que possamos entender o que levou a autora a defender seus pontos políticos contra a dessegregação na escola. Na ótica dela, os recém-chegados ao mundo deveriam receber um mundo tranquilo para se educarem e se prepararem para a vida adulta sem ter a responsabilidade com questões do mundo. Para Arendt (2011, p. 242): "Parece-me um conservadorismo. No sentido da conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança".

Nesse aspecto, Arendt critica duramente os adultos brancos e negros por faltarem com esse cuidado com os recém-chegados e os culpa de colocarem sobre seus ombros uma responsabilidade que não lhes pertence, uma vez que o problema do racismo se encontra na esfera política e pertencente à vida adulta dos homens. Para Arendt (2011, p. 235), "[...] a criança requer cuidado e proteção especial para que nada de destrutivo lhe aconteça da parte do mundo".

Sobre esse contexto educacional, Duarte e César (2010, p. 828) comentam:

> O aspecto para o qual Arendt chama a atenção em sua reflexão sobre a crise da educação contemporânea diz respeito ao fato de que as fronteiras entre adultos e crianças vêm se tornando cada vez mais tênues, problema que, por sua vez, põe em destaque a falta de responsabilidade e o despreparo dos adultos para introduzir os recém-chegados no mundo.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Outro ponto importante a ser destacado sobre o posicionamento de Arendt acerca da dessegregação forçada na educação americana acontece quando tentamos entender o contexto histórico no qual a pensadora foi educada:

> Quando ainda criança, contudo, ela tomou consciência de sua judaicidade, não por ter sido informada por sua família de que era judia, mas pelos insultos antissemitas de seus colegas de escolas. Se seus professores fizessem observações antissemitas, ela era instruída a levantar-se, deixar a sala de aula, ir para casa e reportar exatamente o que havia sido dito, com base no que sua mãe escreveria uma carta de reclamação às autoridades encarregadas de tais assuntos (ARENDT, 2016, p. 15).

Nesse sentido, vemos, em Arendt, uma preocupação em preservar a integridade das crianças em uma batalha política, que, para ela, é de responsabilidade dos adultos. Na perspectiva da autora, a educação se encontra na esfera pré-política da vida humana e, portanto, não tem a responsabilidade de atuar em espaços concedidos à vida pública da política.

Arendt, também, sai em defesa das mães brancas afirmando que os pais têm o direito de escolher onde educar seus filhos e com quem eles devem conviver. Tal posicionamento se dá porque Arendt (2003, p. 280) define que a educação e a criação dos filhos é tarefa dos pais e da família, e o Estado não tem o direito de intervir, salvo quando os direitos à educação de uma criança não estão sendo respeitados: "Forçar os pais a mandar os filhos à escola integrada contra sua vontade significa privá-los de direitos que claramente lhes pertencem em todas as sociedades livres – o direito privado sobre seus filhos e o direito social à livre associação".

O que podemos perceber é que o que Arendt quer defender e preservar nesse contexto de Litlle Rock é a integridade das crianças e adolescentes. Por mais que tenha sido criticada, Arendt nunca se retratou sobre as questões de racismo ou insensibilidade às questões sociais das quais foi acusada pelo Movimento Negro Norte-americano. O que Hannah Arendt fez foi escrever uma carta a Ralph Ellison, um ativista do Movimento Negro Norte-americano, quando ele, em uma entrevista a Robert Penn Warren, mencionou o artigo de Arendt e disse que a pensadora não havia entendido o ideal de sacrifício das crianças negras norte-americanas. Ellison se referia à passagem da vida privada para a vida pública e suas responsabilidades com o mundo. Na entrevista de Ellison a Robert Penn, ele pontua:

> Os homens em nossa situação simplesmente não podem se dar ao luxo de ignorar as nuances das relações humanas. E embora a ação seja necessária, a ação direta, ela deve ser guiada – temperada por discernimento e compaixão. No entanto, não é disso que se trata a civilização? E não é isso que a tragédia sempre procurou nos ensinar? De qualquer forma, isso também fez parte da experiência do negro americano e acredito que uma das pistas importantes para o significado dessa experiência reside na ideia, no ideal do sacrifício. A falha de Hannah Arendt para apreender a importância desse ideal entre os negros do Sul fez com que ela voasse para longe do campo da esquerda em seu 'Reflexões sobre Little Rock', no qual ela acusou os pais negros de explorar suas crianças durante a luta para integrar as escolas. Mas ela não tem absolutamente nenhuma concepção do que se passa na mente dos pais negros quando eles mandam seus filhos através daquelas fileiras de pessoas hostis. No entanto, estão conscientes das conotações de um ritual de iniciação que esses eventos realmente constituem para a criança, uma confrontação com os terrores da vida social com todos os mistérios desnudados. E, na perspectiva de muitos desses pais (que desejariam que o problema não existisse), espera-se que a criança enfrente o terror e contenha seu medo e sua raiva precisamente porque é um negro americano. Assim, ela é demandada a dominar as tensões internas criadas por sua situação racial e, se ela se machucar – então o seu é mais um sacrifício. É uma exigência severa, mas se ela falhar neste teste básico, sua vida será ainda mais dura (WARREN, 2014 p. 342-344).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Em resposta a Ralph Ellison, Hannah Arendt o responde com uma carta reconhecendo seu erro ao não entender o ideal de sacrifício que Ellison menciona:

> **CARTA DE ARENDT**
> Nova York, 29 de julho de 1965
> Caro Sr. Ellison
> Ao ler "Quem fala pelo negro?", de Robert Penn Warren, deparei-me com uma entrevista muito interessante consigo e também li suas considerações sobre minhas antigas reflexões sobre Little Rock. Você está inteiramente correto: é precisamente o "ideal do sacrifício" que eu não compreendi; e uma vez que meu ponto de partida foi uma consideração sobre a situação das crianças negras em escolas forçadas à integração, essa falha na compreensão de fato fez com que eu seguisse em uma direção inteiramente errada. Recebi, é claro, um grande número de críticas sobre este artigo por parte de meus amigos "liberais" – ou melhor, não amigos –, as quais, devo confessar, não me incomodaram. Não obstante, sabia que de algum modo eu estava errada e pensava que não tinha apreendido o elemento de gritante violência, de medo elementar e corporal na situação. Mas suas observações parecem-me tão inteiramente corretas que agora percebo que simplesmente não compreendi a complexidade da situação.
> Saudações cordiais.
> Atenciosamente,
>
> Hannah Arendt

Considerações finais

No decorrer deste artigo, procurei demonstrar os erros de Hannah Arendt ao analisar a questão educacional em Litlle Rock. Tentei, ainda, argumentar o que pode ter levado Arendt a cometer tais equívocos ao analisar a dessegregação forçada em Litlle Rock.

Posto isso, trouxe a entrevista de Ellison, que, apesar de expor uma passagem longa, mas necessária para o entendimento do problema proposto. Finalizei com o pedido de desculpas de Arendt ao Movimento Negro Norte-americano na pessoa de Ralph Ellison.

Referências

ARENDT, Hannah. *Responsibility and Judgment*. New York: Schocken Books, 2003.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUARTE, André; CESAR, Maria Rita. *Hannah Arendt*: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 nov. 2021.

JEFFERSON, Thomas. A Democracia na América. São Paulo: Abril S.A., 1973.

KARNAL, L. Morais, M.V.; FERNANDE, L.E.; PURDY, S. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

MCCULLOUGH, David. Jhon Adams. New York: Simon &Schuster, 2001.

WARREN, Robert Penn. *Who speaks for the negro?* [1965]. New Haven: Yale University Press, 2014.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A VELHICE E O DIREITO NATURAL NO PENSAMENTO DE SIMONE DE BEAUVOIR

Lúcia Helena da Silva[1]

INTRODUÇÃO

Propomos, com este artigo, um estudo sobre o direito natural fundamentado na obra "A Velhice", da pensadora francesa Simone de Beauvoir (1970). Nesse contexto, buscaremos a questão do direito natural na literatura antiga e na Antiguidade grega, mais especificamente na peça "Antígone", escrita por Sófocles. Para tanto, nosso trabalho pautar-se-á nas análises que Beauvoir realizou acerca das tribos indígenas, com relevantes considerações sobre a temática da vida dos velhos. Nesse sentido, destacamos a velhice nas comunidades primitivas, na forma como é aceita a involução senil no seio da sociedade e o lugar que o velho nela ocupa. Em um breve percurso, analisaremos as comunidades indígenas brasileiras. Dessa maneira, para compreendermos a realidade e significação da velhice, torna-se indispensável examinarmos o lugar que é destinado aos velhos na sociedade ao longo da história na qual eles estão inseridos. Buscaremos contrapor esse direito natural antigo com o pensamento filosófico beauvoiriano, quando a pensadora questiona as implicações políticas, filosóficas e humanas já inseridas nas primitivas sociedades indígenas.

Considerações acerca do direito natural na Antiguidade grega

Compreendemos o direito natural como superior ao Estado, pois este é independente do Estado e das leis, sendo ligado a princípio que nasce na própria natureza humana. Qual o conflito existente entre o direito natural e o direito positivo? Haveria indícios desse conflito na Antiguidade grega? Em local próximo de Atenas em 496 a.C., nasceu Sófocles, filho de uma rica família de mercadores. Foi escritor de inúmeras tragédias e deteve o maior número de vitórias nos concursos dramáticos de Atenas. Sabe-se também que participou muito da vida pública de Atenas e misturava em suas obras mitologia com política no intuito de "democratizar" o entendimento para a maior parte da população. A Antígone é uma tragédia grega escrita por Sófocles composta por volta de 442 a.C. Na peça "Antígone", de Sófocles- os dois irmãos de Antígone surgem envolvidos em uma briga onde Polinice e Etéocles, um atacando a cidade de Tebas e o outro defendendo-a , terminam se matando. Assim, ocorreu que após a morte de ambos, o governante Creonte, por crueldade resolve proibir o sepultamento de Polínice que atacou a cidade e sepultar Etéocles com as devidas honrarias. Percebemos, que na ideia de direito natural existem elementos e já há indicativos na peça de Sófocles, no sec. V a.C ., na qual já se introduz a

[1] Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei. (UFSJ) Brasil. lucinhafilosofia@yahoo.com.br, http://lattes.cnpq.br/7028420367347559

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

problemática que gira entorno do conflito entre direito natural e positivo. Assim, é a partir da análise da peça, que de certa forma já nos alude para a questão, que buscaremos elementos a nos assegurar como a temática do direito natural já se fazia presente na Grécia antiga.

Dessa maneira, na peça, a personagem, Antígone, irmã dos herdeiros, entendeu que esse procedimento do Tio Creonte, agora rei, era arbitrário, não respeitando as leis naturais mais antigas ou divinas que estabeleciam que todo homem devia ter o seu devido direito ao sepultamento (SÓFOCLES, 2005, p. 6). Obviamente, o que se percebe por meio do comportamento de Antígone, é a retratação na realidade da questão da em torno da religiosidade, numa ligação íntima entre os homens e deuses. Pois, ao perceber que a lei havia sido estabelecida, Antígone decidiu recorrer ao direito natural de sepultar o irmão e não deixar que o seu corpo se tornasse comida dos abutres. Por essa razão, afirma Antígone, (2005, p.8): "[...] ele não tem o direito de me coagir a abandonar os meus!". Para Antígone o fundamento da lei natural , na qual reivindicava, estava para muito além, de uma lei positiva, estabelecida por homens, e, nessa contradição, entre um e outro, na sua concepção, deveria prevalecer, o direito natural.

Na Antiguidade grega, não havia espaço público assegurado à mulher, uma vez que não era tratada de forma igual. Antígone preferiu se arriscar a morrer, e num ato de bravura e coragem enfrentou a ordem superior estabelecida, reivindicando o seu direito a sepultar com dignidade o corpo do irmão. A referida peça nos apresenta composições antagônicas no que diz respeito a tópicas relacionadas a questões de gênero e conflito de gerações, ou seja, entre o homem e a mulher, assim como, entre o jovem e o velho. Ao exercer o seu direito de manter a ordem social Creonte impõe que a lei seja rigorosamente cumprida, e a morte seria a forma de punir quem a desobedecesse. Assim, (2005, p.16) exige que: "[...] Zelai, agora, pela fiel execução de minhas ordens". O que teria que ser respeitado pelo prepotente Creonte, era a sociedade se manter organizada, mesmo que para isso não levasse em consideração a condição humana dos habitantes da cidade grega, negando a esse qualquer direito. Destacamos o conflito entre o homem e a mulher, em (2005, p. 45), nesse contexto, disse Creonte: "[...] Cumpre, pois, atender à ordem geral, e não ceder por causa de uma mulher". Ao se referir à mulher representada pela personagem Antígone, Creonte, agiu desprezando totalmente o sentimento, o valor e a força feminina, exercida por ela no ato de exigir um direito que deveria a, seu ver, ser-lhe assegurado. O embate entre o velho e o jovem, ocorre quando seu filho, noivo de Antígona busca num diálogo, mostrar ao velho pai a necessidade de rever sua postura e mudar de opinião, e este foi irredutível, como se a idade lhe atribuísse uma forma correta no seu modo de pensar e agir. Percebemos na literatura de Sófocles, que já se estabelecia um debate conflituoso entre o justo e o injusto, num modo de discussão que se materializa entre as razões do Estado e aquilo que na contemporaneidade denominamos de consciência individual[2] e coletiva. Mas, Creonte, (2005, p.44) diz que: "[...] Quem, por orgulho e arrogância, queira violar a lei, e sobrepor-se aos que governam, nunca merecerá meus encômios. O homem que a cidade escolheu para chefe deve ser obedecido em tudo, quer seus atos pareçam justos, quer não". A absurda prepotência do rei Creonte, o leva a crer, que a lei positiva, não tem fundamentação com questões morais e religiosas. Além disso, é inadmissível para um rei tirânico, que o poder exercido por ele, seja contestado.

[2] Consciência na Grécia Antiga significa conhecimento com si mesmo, quer dizer, que era conhecimento em si mesmo.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Percebe-se que há um choque entre costumes naturais e a vontade de um tirano positivada em lei, na figura do rei Creonte. Pois, a forma com a qual o seu ato de governar e exercer o poder corresponde na peça, na lógica de Antígone, uma perspectiva tirânica. E, Antígone se levanta e faz a sua voz ecoar contra a organização de um tirano, exigindo que se cumpra a lei natural em detrimento da lei positiva. Assim, percebemos até mesmo em governos "democráticos" no âmbito na sociedade contemporânea a existência de conflitos entre direito natural e direito positivo. O governante no exercício do poder que o representado lhe coloca nas mãos, não tem o menor critério de respeito aos direitos do povo, não ouvindo o apelo das minorias, e buscando muitas vezes agir e pensar, de acordo com o seu próprio interesse.

A ideia de que já existiam princípios do direito natural na peça de Sófocles ocorre por meio do fato de Antígone arrogar o propósito de exigir o sepultamento do irmão Polínice. Nesse caso, a personagem Antígone apela ao direito natural, pois, era crença antiga que os rituais de passagem eram importantes para que a alma não ficasse vagando eternamente sem destino. Com essa preocupação, Antígone preferiu correr o risco da morte para enterrar seu irmão despojado. O que nos remete à percepção de que a obra tem como finalidade, justamente combater as duas posições extremistas, punindo ambas por não buscarem um acordo e desejarem prevalecer uma sobre a outra. Assim, retrata o conflito entre as leis divinas, encarnadas na religiosidade de Antígone e as leis humanas ditadas pelo tirano Creonte. Em outras palavras, por um lado, temos um decreto imposto pelo rei, isto é, temos uma lei positiva. Por outro, se recorre à lei divina, configurada como um direito natural que se efetiva por meio do sepultamento do irmão.

Na figura mítica de Antígone, entendemos na peça, que existem conflitos inerentes à condição humana, como veremos num diálogo entre Antígone e sua irmã, quando em (2005, p.8) Ismênia lhe diz:

> E agora, que estamos a sós, pensa na morte ainda mais terrível que teremos se contrariarmos o decreto e o poder de nossos governantes! Convém não esquecer ainda que somos mulheres ,e, como tais, não podemos lutar contra homens; também, que estamos submetidas a outros, mais poderosos, e que nos é forçoso obedecer as suas ordens, por mais dolorosas que sejam. De minha parte, pedindo a nossos mortos que me perdoem, visto que sou obrigada, obedecerei aos que estão no poder. É loucura tentar aquilo que ultrapassa nossas forças!

Percebemos no diálogo entre as duas irmãs, como o espaço público, permitido aos homens era, e, ainda hoje insiste em permanecer, um espaço, expressamente proibido às mulheres. O enfrentamento da lógica masculino- feminino se faz presente na peça no papel das duas irmãs. Ao passo que observamos a insolência da mulher Antígone que ousou desafiar a lei positiva, a lutar pelo direito natural, frente a uma sociedade, cuja cultura, era de caráter predominantemente masculino. Destarte, admitimos que no mundo contemporâneo haja "Antígones" espalhadas a lutar, pelo seu direito, em vários espaços. Por outro lado, percebemos na figura de Ismênia, o medo e a insegurança diante da força e do poder masculino opressor e excludente. E, a personagem nos leva a um olhar mais atento a inúmeras "Ismênias", que seguem a vida sendo guiadas pelo poder do opressor, renunciando a força e a coragem feminina que grita para que se enfrente a problemática, cedendo sempre a uma "ordem" social culturalmente estabelecida.

Seguindo a trilha dos embates da condição humana, observaremos na peça, como o velho e o jovem se vêm em um diálogo que ocorreu entre Creonte e seu filho Hémon, noivo de Antígone,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

este vai ao encontro do pai, ao entender o que havia ocorrido após a desobediência da noiva frente ao poder do governante. Dessa maneira, Hémon num primeiro momento, (2005, p. 43) diz ao seu pai: "[...] Pai... eu te pertenço... Teus sábios conselhos me têm guiado, e eu os seguirei. Para mim não há casamento algum que possa prevalecer sobre tua vontade". No entanto, Hémon passou a refletir melhor, quando percebeu que sua noiva seria enterrada viva, e a cidade de Tebas se dividia contra a lei imposta por Creonte, então, voltou a falar com o pai Creonte, sobre a possibilidade de rever sua postura diante de tal situação. Nesse momento, percebemos que se estabelece um embate entre o velho e o jovem na fala de Creonte, pois (2005, p.) o pai lhe diz: "[...] Devo eu, na minha idade, receber conselhos de um jovem?". E Hémon responde: "[...] Ouve somente os que parecerem justos. Sou moço ainda, é evidente; mas nós devemos atender às razões, e não à idade". A oposição entre o velho e o jovem, na peça, nos leva a entender que em todas as etapas da vida há sempre uma troca de experiência, nas quais nem o jovem pode dizer que no ímpeto da juventude, não tem o que aprender com a sabedoria do velho. Dessa maneira, o velho deve se abrir, a novas descobertas e revisão de conceitos que muitas vezes, dominam sua razão, e o jovem tem muito a lhe ensinar.

Como o poder não pôde ser contestado em Creonte, a jovem Antígone é de acordo com a lei enterrada viva. E, antes de morrer (2005, p.59) ela diz: "[...] Ó cidade de meus pais, terra tebana! Ó deuses, autores da minha raça! Vejo-me arrastada! Chefes tebanos vede como sofre a última filha de vossos reis, e que homens a punem, por haver praticado um ato de piedade!". Compreendemos que Creonte ao buscar estabelecer uma lei civil, causou um transtorno ao defrontar com o seu papel social, e diante da força do poder, foi levado a não mudar de opinião. Neste caso, o rei Creonte desrespeitou um costume inerente à religiosidade vivenciada no seio da *pólis*. A intransigência do tirano de Tebas era tão evidente que nem mesmo o cego profeta Tirésias, muito respeitado na Grécia pelas suas assertivas profecias, conseguiu com as forças da natureza, levá-lo a repensar sua conduta e considerar o direito natural na sua relação com o direito positivo. E, o Rei Creonte, encerra na peça, sofrendo as consequências[3] de seu ato, ao manter a lei positiva, contra tudo e contra todos para não enfraquecer a *pólis*. E, acaba por afirmar que, doravante não é mais que o nada.

Enfim, a peça "Antígone", de Sófocles, da Antiguidade grega, nos induz a perceber, como há elementos do pensamento ocidental, na figura mítica de Antígone, em relação aos problemas inerentes aos costumes naturais na população da época e as leis positivas instituídas por quem governa a cidade-estado. Enquanto, Ismênia diz que, "Somos apenas mulheres", ao referir-se a um espaço público, permitido aos homens e proibido às mulheres. Em Antígone, o horizonte que permeia suas ações ao transgredir a lei, atravessa a fronteira entre o privado e o público. Mesmo condenada à morte ela (2005, p.31) afirma: "[...] Se te parece que cometi um ato de demência, talvez mais louco seja quem me acusa de loucura". Isso mesmo, louco é quem me considera louca.

[3] Creonte: (2005, p.76) diz: "[...] Erros da minha insensatez! Obstinação fatal! Vede... na mesma família, vítimas e assassinos! Ó sorte desgraçada! Meu pobre filho! Jovem, sucumbiste por uma morte tão triste... perdeste a vida não por tua culpa, mas pela minha! Mensageiro: (2205, p.77) entra em cena e relata que: "[...] Senhor"! Que desgraças caem sobre ti! De uma tens a prova em teus braços... as outras estão no palácio... Creio que deves ver! "E segue dizendo: "[...] Tua esposa acaba de morrer""". A mãe que tanto amava este infeliz jovem... Ela feriu-se voluntariamente, para deixar a vida.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Assim, os conflitos inerentes à condição humana se encontram presentes na peça, onde a voz de Antígone segue ecoando, e sinalizando para as novas gerações, ao negar a autoridade do Rei e do homem, como que a afirmar a evolução da lógica do feminino. E, a peça segue a suscitar que homens, mulheres, jovens e velhos, numa percepção contemporânea, repensem a questão do poder humano, e a sua dinâmica diante da fragilidade da natureza humana.

Velhice nas sociedades primitivas e o direito natural

Nos passos de Beauvoir, que em sua obra (A velhice, 1970[4]), fez uma análise acerca das comunidades indígenas primitivas, buscaremos perceber nesse espaço, de que forma na velhice, o direito natural é exercido. Avaliaremos, em várias comunidades indígenas, qual o lugar que o velho ocupa dentro da organização social, e o que há de inelutável na condição dos mesmos nessas comunidades.

Nos trabalhos de Frazer[5], há relatos de que, em muitas coletividades, há uma veneração ao chefe, como a encarnação da divindade que habitará o corpo de seu sucessor, depois de sua morte. Entretanto, se essa encarnação se encontra enfraquecida pela idade, ela não terá condições de proteger de forma eficaz a comunidade, é necessário matar o chefe antes do início do declínio, e aos primeiros sinais de decadência, impotência ou doença, o chefe era morto. Isso foi observado entre os shiluques do Nilo branco, quando o chefe foi abatido ainda em pleno vigor, pois, poderia transmitir ao seu sucessor, uma alma vigorosa, se morresse de forma natural, o deus seria extinto com ele, e em breve o mundo seria aniquilado (2018, p. 46). Há crenças análogas que levam os velhos em muitas coletividades a buscarem de forma voluntária a morte. E Beauvoir (2018, p. 60) diz :

> Há um documento surpreendente que prova que os velhos muitas vezes amaldiçoaram seu infeliz destino: é a epopeia dos nartes, que se criou há muito tempo entre os ossetos, e que a tradição oral transmitiu aos *tcherkesses*. Certas passagens descrevem a angústia dos velhos diante da execução que os ameaça.

Para Beauvoir, existe uma tendência na qual os etnólogos, afirmam que os velhos resignam de modo fácil à morte que lhe é infligida, que é , o costume. E, que, seus filhos não podem agir de outra maneira, pois, admite-se que os velhos também tenham matados seus próprios pais e se sentem honrados com ao serem penalizados (2018, p.59). A pensadora diz: "[...] Em que medida este otimismo é justificado?". E, enfatiza que não há como afirmar essa questão, dado aos extremamente raros documentos encontrados sobre a temática. Compreendemos que prevaleceu um ciclo vital humano, nas tribos indígenas, onde, o adulto maltrata o jovem e há fortes indicadores de que será também maltratado quando envelhecer. Por conseguinte, o jovem ao maltratar o velho em obediência a uma ordem social tradicional e histórica, acaba comprometendo o modo com o qual, será acolhido em sua própria velhice. A pensadora Beauvoir (2018, p.58) relata que:

[4] A obra utilizada na pesquisa: A velhice/Simone de Beauvoir; tradução de Maria Helena Franco Martins.- 2.ed.-Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
[5] Antropólogo escocês: James George Frazer (1854-1941).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> Quando chega a idade muito avançada e a incapacidade, há grandes diferenças de tratamento, de acordo com as famílias; mas frequentemente os velhos são negligenciados e até mesmo os jovens roubam a comida que lhes é destinada. Pensa-se que perderam seu poder mágico, e se deixa de temê-los. Chegava-se mesmo a abandoná-los numa cabana, longe da aldeia, ou numa ilha deserta. Se algum de seus parentes quisesse socorrê-los era escarnecido e impedido de fazê-lo. Esses velhos preferiam, em geral, ser mortos solenemente.

Mediante a forma na qual a tribo indígena considerava a sua tradição , assim como, o que a memória de seus ancestrais lhes deixou, percebemos que até mesmo pensar de forma diferente da preconizada ao longo dos tempos, tornava-se difícil nas sociedades primitivas. Pois, manter a tradição prevalecia sempre, e a isso fazia com que os membros das tribos, não reconsiderassem seus atos em relação ao destino cruel que era brutalmente conferido aos velhos indígenas.

Em Beauvoir, na comunidade indígena os *ojibwas* do norte, que vivem perto do lago Winnipeg, e que é hoje muito influenciado pela civilização branca, mas no início do século conservavam seus costumes antigos. Entre eles, vivia a velha O'Rin quase septuagenária, muito exemplar na piedade e abnegação.

Certo dia, a velha O'Rin, ouve na rua o canto de Narayama, cuja letra , diz que quando se passam três anos, envelhece-se três anos, como que para lembrar aos velhos que se aproxima a "peregrinação", onde os velhos pais serão abandonados nas montanhas. E, mesmo O'Rin se sentindo amada pelo filho, e ainda muito vigorosa, ela trabalha, e conservou todos os dentes, o que é para a velha motivo de grande preocupação, pois, numa aldeia onde falta comida é na sua idade uma vergonha ser capaz de se alimentar normalmente. Além disso, um de seus netos fez uma canção, na qual zomba dela, chamando-a de velha de trinta e três dentes, e mesmo O'Rin quebrando dois de seus dentes com pedradas , as crianças todas cantam a música e a zombaria persiste. O mais velho de seus netos casa-se, e, há agora duas mulheres jovens na casa, a velha se sente cada dia mais inútil, e anseia pelo dia de sua peregrinação.

Chegando o dia tão sonhado por ela, o filho chora sua anunciada decisão, e a festa acontece, "A festa dos mortos", os que "devem ir à montanha", a única festa do ano, para convocar as pessoas a conduzirem seus pais para aquele local, come-se arroz branco, o mais precioso dos alimentos, e se bebe vinho de arroz. De madrugada, O'Rin instala-se sobre uma tábua que seu filho Tappei carrega nas costas, e seguindo o costume, sobem a montanha sem pronunciar uma única palavra, e aproximando do cume já se observa esqueletos e cadáveres ao pé dos rochedos, o local esta coberto de ossadas (2018, p.59). O filho pousa a velha mãe no solo, e a velha coloca uma esteira que trouxe, e sobre ela uma bola de arroz, sentando em seguida. Faz gestos para que o filho se afaste dela sem pronunciar uma palavra, e, este se afasta chorando, a neve cai com força e a velha O'Rin está envolta de flocos brancos. Aí o filho volta para advertir a mãe: "Está nevando, é sinal de sorte", e novamente ela sinaliza para que ele vá embora. Mesmo o jovem filho demonstrando um incondicional amor e dedicação a velha mãe, o quadro se desenvolve em meio ao que é fornecido pela sociedade, onde se impôs esse costume e determina que para se mostrar um filho dedicado é preciso levar a velha mãe O'Rin para morrer de frio no alto da montanha.

E, Beauvoir (2018, p. 61) afirma: "[...] Mas geralmente não se tinha o consentimento dos velhos que se costumava matar: eles se submetiam à lei comum fundada na religião e no direito". Percebemos que nas sociedades primitivas indígenas, o velho não consegue lutar contra uma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

condição que lhe é imposta pela coletividade, e o jovem ainda que ame seu velho, também não se desvincula do ciclo vital humano, adotado pelas comunidades ao longo dos tempos.

O Direito das Mulheres e dos Velhos no Campo da Política

Na peça de Sófocles, vemos em Antígone um ponto de partida para que a mulher pudesse vir posteriormente lutar para conquistar e ocupar mais tarde seu lugar no espaço público e na história. Destarte, percebemos que ao decorrer dos tempos a história nos mostra que a sociedade sempre negou às mulheres liberdade efetiva de participação no espaço publico. Em Beauvoir em sua obra: *O Segundo Sexo* (1992, p. 7):

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma com que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*.

Nesse sentido, a pensadora nos aponta para uma necessidade de desconstrução social quando se refere às formas com as quais desde a mais tenra infância a distribuição dos papéis são conferidos aos homens e às mulheres. Sendo que, as mulheres da infância à velhice continuam socialmente desprestigiadas pela supremacia masculina. Porém, vale destacar nessa passagem do texto, que a mulher sofre ainda mais a privação dos seus direitos enquanto mulher idosa. Nesse sentido, Beauvoir (2018, p. 273) afirma: "[...] mais que tormentos materiais, a mulher velha é vítima dessa negação de toda vida privada, dessa metamorfose de ser humano em puro objeto que lhe é imposta". E, mesmo após grandes conquistas as mulheres na velhice ainda se encontram aprisionadas na história das sociedades em uma luta permanente por espaços de liberdade onde elas possam ser vistas, ouvidas e respeitadas.

Em Beauvoir, (2018, p. 95) o estatuto das mulheres nas sociedades, onde o domínio é masculino, ocorre que, quando a busca das mulheres na disputa por autoridade é na vida privada lhe é garantido nesse espaço certa autoridade. Porém, na vida pública é que as mulheres jovens ou velhas permanecem com o mesmo estatuto, ou seja, sem autoridade e eternas menores. A realidade feminina, sempre se viu aprisionada em correntes nas quais, as impedem sendo jovens ou velhas a se introduzir no espaço de liberdade política na vida pública. Um ponto a ser destacado e por sua vez é de grande relevância nesse contexto é a inserção do voto feminino no cenário político global. Essa emancipação do voto feminino mudou os rumos do feminismo e das lutas por igualdade de gênero.

A vista disso é de grande relevância mencionar a questão política no universo feminino, a relação da mulher no campo da política nasceu da luta pela liberdade feminina que teve seu inicio com o movimento social pelo sufrágio feminino. Quando em meados do século XIX, ocorreu uma grande vitória para as mulheres ao conquistar o direito de exercer sua cidadania. Assim, podendo votar pela primeira vez na Grã-Bretanha em 1918, não foi uma luta fácil de ser travada, no entanto ela se estendeu por diversos países, e constatamos que em solos brasileiros o direito ao voto feminino, foi regulamentado em 1934. Dessa forma, o movimento das mulheres britânicas inspirou e influenciou mulheres a lutar pelo direito não somente ao direito ao voto, mas ao de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ocupar um espaço na vida pública, que mais tarde viria ser um direito assegurado pela lei. Em Beauvoir(2018, p.53) : [...] "Mas, no conjunto, os velhos são afastados da vida pública; levam uma vida marginal, e não se tem com eles nenhuma consideração". Nesse sentido, o que diríamos da condição da mulher velha no âmbito da política. Todavia, ainda há esperança, vejamos nesta entrevista de (30/11/2020):

> Mas há poucos dias, um vídeo da candidata a vice-prefeita de São Paulo, a deputada Luiza Erundina, que completa 86 anos hoje, dia 30 de novembro, viralizou e repercutiu fortemente. Sua fala incisiva respondeu com firmeza às insinuações irônicas de que poderia ou deveria - já ter se aposentado. "Que se danem"! declarou bem alto Erundina. "Estou vivendo meu tempo, minha saúde e inteligência, minha experiência. Estou fazendo mal para alguém? Não estou. E quero que mulheres com a minha idade também se sintam assim, que sejam contagiadas pela minha vivência e vontade de seguir trabalhando. E para aqueles que se sentem incomodados, desejo que tenham a sorte de chegar onde cheguei com a energia e convicção que tenho". " Sabe? Se você perde seu projeto de vida, tudo perde o sentido", prosseguiu. " E meu projeto de vida não termina no meu tempo. Meu projeto é sonhar com outro futuro.

Destacamos a revelação de Luiza Erundina no auge dos oitenta e seis anos, a mulher velha brasileira e deputada federal na sociedade contemporânea, nos diz que: "[...] A velhice não impede o sonho. Quando o sonho que a move em relação às transformações que a sociedade precisa, não envelheceu". Nesse contexto, percebemos que a velha mulher compreende perfeitamente seu real papel ao ocupar um lugar no espaço de liberdade pública no âmbito da política. Mas Beauvoir (1992, p.349), nos adverte; que a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas uma figura de servidão, sendo que as mulheres ao longo da história foram destinadas a cuidar das atividades privadas. Entretanto, ao lutar para o exercício de atividades no espaço público, cabe às mulheres procurar sempre pautar por um fim a ser atingido, e assim não recair na função que sempre lhe foi atribuída de somente se ocupar das atividades como um mero passatempo. Dessa maneira ao se reverenciar a mulher velha a pensadora (2018, p. 95) diz; que as mulheres por viverem mais que os homens a sua experiência pessoal na velhice, é a mesma em ambos os sexos. Entretanto, as sociedades que têm uma história predominantemente masculina, nas lendas, nos livros e mesmo quando a velhice se torna objeto de especulação, é a condição do homem que essencialmente é considerada.

De acordo com o pensamento da autora sobre as sociedades primitivas, percebemos que os velhos sofriam com a condição lhes era imposta na última etapa da vida. Assim como, os jovens sem perspectiva de mudança seguiam a tradição estabelecida, e esta, até mesmo os obrigava a ter um direito natural, de agir com crueldade para com quem chegasse na etapa da velhice

Dessa maneira, Beauvoir nos sugere quebrar a conspiração do silêncio que existe em torno da temática da velhice ao longo da história da vida humana em diversas sociedades. Deste modo, a existência social do idoso[6], indica que este não é apenas um indivíduo, sujeito biológico, que se restringe a um processo de evolução do nascimento até a morte, a velhice, mais que um conceito biológico, é uma construção social. Assim que o adulto ativo, possa se reconhecer nos velhos e

[6] A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo com maior número de pessoas idosas(Dados cedidos antes da Pandemia da Covid-19).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

lutar para que estes sejam incluídos no espaço público gozando de plena liberdade política sendo uma das mais significativas formas de lhes assegurar um direito positivo a uma velhice feliz e ativa.

Os Índios Brasileiros na Perspectiva do Líder Indígena Marcos Terena

Os índios brasileiros de acordo com Darcy Ribeiro, nas décadas do achamento, descoberta ou invasão do Brasil, surgiram diversas discrições das novas terras. Quando nossas terras foram sendo apropriadas pelos invasores também o conhecimento de suas matas e rios, classificando e dando nome às coisas e aos lugares, de uma forma a definir seus usos e utilidades. E, após sucessivas definições e redefinições, rebatizando e nos dois casos com um novo corpo de saber, com o olhar voltado para valores e diferentes propósitos (2015, p.52). Dessa forma, (RIBEIRO,2015, p.27) nos diz que:

> No histórico, pela reconstituição da linha singular e única de sucessos através dos quais chegamos a ser o que somos, nós, os brasileiros. No antropológico, porque o processo geral de gestação de povos que nos fez, documentadíssimo aqui, é o mesmo que fez surgir em outras eras e circunstâncias muitos outros povos, como a romanização dos portugueses e dos franceses, por exemplo, de cujo processo de fazimento só temos notícias escassas e duvidosas.

Percebemos que o processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entre choque de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo (2015, p. 153). Esses conflitos Inter étnicos que existiram desde sempre: Ainda persistem? Como vivem os indígenas brasileiros em nossa sociedade hoje? E os velhos índios como vivem diante da realidade contemporânea brasileira?

Interessante, buscar um entendimento da forma com a qual as comunidades indígenas brasileiras se comportam diante de seus velhos na contemporaneidade. Para tanto, a fonte da nossa pesquisa será uma entrevista do líder indígena (Marcos Terena) do Comitê Interctribal Memória e Ciência Indígena, ema vários vídeos. Terena é o nome do seu povo na região do pantanal, fronteira do Paraguai com a Bolívia no Mato Grosso do Sul.

De acordo com o líder indígena da comunidade Terena, os índios brasileiros, que foram donos de todo o Brasil, e tem hoje 300 povos em todo o território brasileiro, em vários estados. O índio brasileiro é parte do processo da civilização brasileira. No entanto, na Assembleia Constituinte de 1986, não houve participação das comunidades indígenas, pois, era necessário que houvesse um índio deputado. Por via indireta e comunicando com deputados, foi possível de maneira tímida colocar algumas reivindicações na Constituição de 1988. Os indígenas não tem ideologia partidária, e isso impossibilita uma candidatura nos partidos, dentre as minorias, notamos que os negros avançaram e conseguiram direito a uma cadeira nos partidos políticos, e verba destinada a sua candidatura, os índios não. Para as nossas comunidades indígenas não há um orçamento, o município é que recebe a verba destinada aos indígenas que sem voz legal são negligenciados dos recursos que deveriam ser destinados a eles. Percebe-se que há no Brasil uma intenção de recuar as poucas conquistas indígenas de 1988, que ainda não chegam às comunidades em forma de direitos que já foram assegurados na Constituição Brasileira aos indígenas. Tornar-se-á necessário desengavetar o estatuto dos povos indígenas, e rever a conduta com relação a essa minoria.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Há uma preocupação dos líderes e de todas as comunidades indígenas brasileiras, com a política atual do governo Bolsonaro, mesmo não assumindo nenhum programa para as minorias, ainda assim, ganhou a eleição. Nesse momento, a política é declaradamente favorável ao agronegócio, onde uma bancada ruralista tem o domínio dos rumos da vida das comunidades indígenas brasileiras. Além disso, não há espaço para as comunidades indígenas de forma igualitária, se as minorias não estão na pauta dos políticos brasileiros nesse momento da história, os indígenas estão mais à margem, apesar de serem os primeiros povos do Brasil. A representatividade política dos povos indígenas deveria ser pauta prioritária, parece que está havendo hoje de forma tímida uma pressão do judiciário para que isso ocorra.

Em relação aos velhos índios, segundo, o líder indígena Marcos Terena, não há estatística do número de idosos, nas 300 sociedades indígenas espalhadas pelo Brasil, com línguas distintas em cidades diferentes. Com baixa escolaridade, os velhos índios brasileiros não tiveram oportunidade de aprender a língua portuguesa, isso dificulta os cuidados com sua saúde por exemplo. O Sistema Único de Saúde (SUS) é a secretaria de saúde que atende os velhos índios, as falhas no sistema são ainda mais acentuadas para os indígenas. E, ainda tem um agravante, pois, as Universidades principalmente, nos cursos de medicina, não se preocupam em incluir na grade uma disciplina voltada para a língua indígena, isso dificulta um entendimento entre o velho índio e o jovem médico. Terena nos relata que: Uma anciã indígena, antes de morrer, pediu para receber o cachimbo sagrado, para realização de seu lado espiritual, e morreu sem ser atendida, pois, o médico não entendeu o que ela disse. Marcos Terena vislumbra um futuro, onde os índios tenham uma Universidade ìndigena.

Além disso, existem muitas doenças que foram levadas pelo homem branco, nas quais, os recursos indígenas não conseguem cuidar. Quando o índio velho começa a ter demência, e a esquecer das coisas, é catastrófico, o velho é um problema para a família, das crianças todos cuidam do velho não. A demarcação das terras indígenas torna-se um implicador na prevenção da saúde dos velhos índios, sem fonte de renda, nem soberania alimentar, este se vê totalmente desprotegido. E (RIBEIRO, 2015, p. 153) nos relata que:

> De 1500 até hoje, esses enfrentamentos se vêm desencadeando através de lutas armadas contra cada tribo que defronta com a sociedade nacional , em sua expansão inexorável pelo território de que vai se apropriando do seu chão do mundo: a base física de sua existência.

Ocorre-nos perceber que existem constantes conflitos, e num sistema capitalista no governo Bolsonaro persiste bateu recordes em 2019, com o assassinato de nove líderes indígenas, sendo o maior número de lideranças indígenas assassinadas dos últimos onze anos. Para além desse embate, há ainda outras questões. Pois, quanto aos benefícios sociais para os idosos brasileiros há direitos, porém, as comunidades indígenas no Brasil, não os têm assegurado, e isso é um grande desafio para os brasileiros. O Ministério dos direitos humanos tem verba destinada aos idosos, não incluindo esse direito aos velhos índios. O Estado deve garantir políticas públicas específicas para os anciãos indígenas, com estratégias de cuidados aos idosos indígenas, bem como um acompanhamento do envelhecimento nas aldeias. Entretanto, o avanço tecnológico, e os avanços econômicos faz com que os jovens migrem para as cidades, e não vivem mais do arco e da flecha, deve haver todo um cuidado para que as tradições indígenas não sejam banidas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A pandemia Covid 19, declarada pela OMS[7] em março de 2020, escancarou de vez as dificuldades, e a situação já sofrida dos indígenas brasileiros, com a saúde debilitada e a insegurança no serviço prestado pelo Estado. Houve nesse momento uma corrida das lideranças aflitas por socorro médico para os indígenas. Organizaram-se com os "Médicos sem Fronteiras" que é uma organização que leva cuidados à saúde em especial a pessoas afetadas por graves crises humanitárias. No entanto, a ajuda só aconteceu por alguns dias. A saúde dos povos indígenas brasileiros passa por um momento na história em que um sistema neoliberal implanta sua avassaladora destruição das minorias na sua forma de governar. Assim, os médicos sem fronteira foram proibidos de socorrer os povos indígenas, o fato é que há um cabide de empregos, e a saúde dos povos indígenas passa a ser viabilizada por pessoas que não conhecem essas comunidades, com seus anseios e necessidades. Pois, não existe uma política voltada para a população indígena. Há necessidade de se fazer um mapeamento das comunidades indígenas existentes, para diferentes frentes de ajuda humanitária para o enfrentamento da pandemia. Existem dados, segundo o líder indígena Marcos Terena, que dos 900.000 indígenas brasileiros, houve 25.000 notificações de indígenas com Covid 19, com 678 mortes, e dentre as mortes, 170 são de anciãos. Os anciãos são um patrimônio linguístico e medicinal nas comunidades, a morte deles por negligência política representa perdas irreparáveis para o país.

Dessa maneira, os índios no Brasil, precisam de uma legislação específica para que tenham seus direitos assegurados nas mãos de quem de fato se compromete com sua causa. Vale ressaltar que, a sociedade tecnológica deve sempre entender que o velho índio tem valor muito maior que os interesses econômicos. O fato, é que as comunidades indígenas brasileiras, que desde sempre defendem o nosso país e o nossa mãe terra, pelo amor que tem as terras, as matas e aos rios, pelo cuidado e carinho com a biodiversidade e com o planeta terra, de acordo com o pensamento de Beauvoir, estão sendo tratados no país com párias.

Enfim, percebemos em Beauvoir, as atitudes das sociedades históricas para com seus velhos, e as imagens que elas forjaram deles em todas as civilizações. Há a classe exploradora e a classe explorada, e um esforço para que os velhos se conformem à imagem que tais sociedades faz deles, com fortes indicadores que este fenômeno se estende à sociedade contemporânea (2018, p.222). Tornar-se-á necessário uma luta sem trégua contra a classe dominante em defesa dos velhos e das velhas em toda e qualquer sociedade a qual este pertença. Destarte, incluir os velhos numa comunhão de partilha de saberes e participação coletiva no espaço público, assegurando-lhes o direito que lhe é outorgado por Lei, não deixá-los como párias, à margem da sociedade. De maneira tal, que ao jovem e adulto ativo possa ser assegurado no futuro, um destino livre, ativo e feliz, quando vir a se tornar: o velho, a velha.

Bibliografia

------. *Antígone- Sófocles* (c.496 AC- 406 AC) Tradução: J.B de Mello e Souza. Vol. XXII Versão para e Book e BooksBrasil.com- 2005- Sófocles.

[7] Organização Mundial de Saúde (OMS).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

BEAUVOIR, Simone de - A velhice; tradução de Maria Helena Franco Martins. - 2.ed.-Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

------. Simone de- A força da idade; tradução Sérgio Milliet.- 5. Ed.- Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2018c.

-------. Simone de- O Segundo Sexo- 2. A Experiência Vivida- 2ª Edição, 1992- Tradução de Sérgio Milliet- Capa de Fernando Lemos- Editora nova Fronteira.

------. COSTA, Elizabeth Maria Sene. **Gerontodrama**: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade, São Paulo: Agora, 1998.

-------. Comitê Intertribal- ITC- Vídeos Marcos Terena.

-------. CARTA CAPITAL, Por Léa Maria Aarão Reis em 30/11/2020.

-------. RIBEIRO, Darcy – O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil- 15ª ed.- São Paulo; Companhia das Letras, 2015.

http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-eleitorado-feminino-cresce-5-81-em-quatro-anos

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/os-avancos-da-carta-magna-e-as-perspectivas-para-o-futuro-da-pauta-das-mulheres

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: OS DEVIRES DO ÓDIO E A INTIMIDAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE IMPRENSA DURANTE A COVID-19

Luís Delcides Rodrigues da Silva[1]

Introdução

Após os acontecimentos históricos e marcantes para a solidificação da discussão acerca dos Direitos Humanos e , principalmente sobre a liberdade de expressão, como marco e direito fundamental elencado no artigo 5º da Constituição Federal, há um misto de autoritarismo e submissão gravitando em torno dessas autonomias conquistadas.

Intrinsecamente entre os discursos de tradição, família, religião e costumes, há uma submissão perniciosa, maléfica e bidirecional. A busca do "correto" resulta em um ódio impositivo, demolidor de relacionamentos, inclusive familiares e de amizades de longa data.

Entre as relações desfeitas, há uma discursividade odiosa com o objetivo de atingir os meios comunicacionais. Não atingir a empresa em si, mas a parte mais fraca da força de trabalho: o comunicólogo. Essa terminologia ao agregar, repórteres, pauteiros, apresentadores, editores; o conjunto de ocupações de um conglomerado midiático sofre perseguições – sejam através das mídias sociais ou invasões de veículos, estúdios móveis, como aconteceu durante as manifestações de 2013, onde um furgão da TV Record [2]foi queimado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, localizado à Praça Ramos de Azevedo, no centro de São Paulo.

A presente pesquisa tratará sobre a comunicação e a liberdade de expressão como direito humano e como esses devires do ódio ocupam um espaço importante de fala, principalmente dos profissionais da imprensa.

Na primeira seção, o presente artigo abordará sobre o ciberativismo e a sua atuação dentro da imprensa. Em vez de um jornalismo da era industrial, com toda a sua organização semelhante a uma linha de produção, repórteres editam e decupam seus materiais dentro de casa e agilizam vários processos ao autonomizar e eliminar postos de trabalho nas redações.

Em seguida a pesquisa apresentará sobre a relação entre o jornalismo e o midialivrismo e como este atua diante de um cenário pós-moderno ao romper com o *modus operandi* tradicional, sem cortes e filtros impostos por departamentos superiores.

O trecho subsequente apresentará o movimento bidirecional do ódio e como este transita através de um vai e vem de opiniões sem fundamento, carregadas de raiva e rancor por parte de um exército de seguidores, munidos de achismos e sem fundamentos e referências históricas.

---

[1] Graduando em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5456750358720852 e-mail: luisdelcides@gmail.com

[2] FOLHA. Equipe da Record TV relata tensão em ataque a carro durante protesto. 27 de julho de 2013. Disponível: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1317685-equipe-da-record-relata-tensao-em-ataque-a-carro-durante-protesto.shtml?cmpid=menupe Acesso em: 13 nov. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Na sequência, este trabalho tratará sobre as violações a liberdade de imprensa, em consequência de uma intimidação dos profissionais de imprensa abordadas na subseção seguinte e os ataques as mulheres jornalistas, subsequentemente no bloco a seguir, tanto nas relações de trabalho por parte de cidadãos comuns.

Por último, o estudo abordará sobre os casos de agressão a jornalistas e a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 897, impetrada pelo Partido Rede Solidariedade em face das agressões cometidas pelo Presidente da República e seus seguranças durante a sua passagem na Itália na sua pequenina participação da conferência do G 20.

Este estudo terá como objetivo a compreensão das práticas ciberativistas ao difundir informações duvidosas e esta resulta na intimidação de profissionais de imprensa, ao gerar movimentos de insegurança, rebeldia e ódio na massa populacional.

A metodologia a ser adotada por esta pesquisa é a jurídico-sociológica através do levantamento do banco de dados das notícias da imprensa e na busca por artigos científicos sobre a temática proposta. Esta terá como linha mestra a pesquisa qualitativa-bibliográfica através das obras concernentes a temática proposta e embasamento doutrinário, principalmente a última decisão do STF acerca da agressão aos jornalistas.

A pesquisa concluirá sobre a mobilidade entre as relações e a discursividade colocada em prática tanto pelos chefes de governo, membros do parlamento, fomentam o ódio, este adotado como premissa pela massa populacional, ao gerar desinformação e desvios na opacidade da relação entre políticos e população.

O Ciberativismo e a imprensa

De acordo com Spinoza (2009, p. 99) a mente ,ao ter ideias adequadas, ela age por necessidade. Logo, há uma interconexão (LEVY, 1999,p.167) e esta favorece os processos de inteligência coletiva nas comunidades virtuais e o indivíduo encontra-se menos desfavorecido diante do caos informacional.

O Direito Humano a liberdade de manifestação, especialmente quando este sujeito toma as ruas para reivindicar e usar as mídias sociais para engajar as pessoas, coloca em prática um ativismo digital ao influenciar outras pessoas de outras localidades e criar uma sinergia por uma causa.

Como interconexão do planeta, o Ciberespaço tende a tornar-se a principal estrutura de produção, transação e gerenciamento econômicos. Em breve este espaço virtual, atuará como mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade, será o principal equipamento coletivo internacional da memória, pensamento e comunicação (LEVY, 1999, p. 167).

Ao tratar a comunicação como Direitos Humanos de Terceira Dimensão é importante mostrar o quanto essa prática ciberativista caminha lado a lado com as liberdades fundamentais, especialmente quando os sujeitos atuam nos meios digitais ao fortalecer vínculos para a manifestação coletiva nas ruas.

Quanto a vida humana se empenha em fazer algo, suas raízes permanentes estão em um universo de homens e estes constituem o ambiente de cada uma das suas atividades. Estas não teriam

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

sentido sem uma localização e esse meio seria inexistente sem a atividade humana (ARENDT, 2007, p.33).

Por isso, o estar junto, a atuação no ambiente digital é uma prática ciberativista. É uma forma de agregar pessoas através do virtual e estimular atores sociais para atuações políticas ou sociais prioritárias. É a livre manifestação e Direitos Humanos as liberdades e comunicação.

Para Levy (1999, p. 31) há um movimento intenso de virtualização da comunicação e da informação. Este afeta profundamente os dados elementares da vida social como a automação da linha de produção e a busca por ganhos de produtividade.

Todos os atores coletivos possuem as chances semelhantes na influência dos processos decisórios. Os membros da organização determinam a política das associações e dos partidos ao serem forçados a assumir compromissos e entrelaçar interesses, ao serem levados pelos mais diversos grupos pertencentes.

Dessa forma ao extrair as palavras de Habermas (1997) , há uma formação política da opinião e da vontade. Essas duas caminham juntas nas redes sociais, especialmente na atitude dos indivíduos ao se posicionarem, reivindicar direitos, expor problemas da cidade.

Entre a opinião e a vontade em um ambiente digitalizado, há o exercício de um jornalismo pós-industrial, com cobertura em tempo real e uma quantidade de transmissão de notícias ao vivo por dispositivos portáteis.

Esses novos formatos estão configurados em uma cultura *peertopeer*[3], em um formato de rede de computadores ao descentralizar as funções convencionais de rede ao tornar publica qualquer tipo de manifestação, sem nenhuma maquiagem de edição. Os usuários comuns podem acessar diretamente dados de outros funcionários. É uma espécie de "nasperterização" da informação (BRITO;LONDERO, 2017, p.8).

Compartilhar informações, ou seja, o denominado *midialivrismo* (MALINI, 2013, p.21) é caracterizado pelo cidadão multimidia atuante nas dinâmicas do compartilhamento e na construção da cultura comum.

Por isso, essa partilha digital é comum no ciberativismo e torna-se uma prática costumeira na imprensa. Não faz mais sentido apenas o exercício jornalístico do período industrial, é necessário a difusão de conhecimentos e informações de forma rápida, fácil e instantânea.

Jornalismo e midialivrismo

Primeiramente é importante tratar sobre um novo *modus operandi* no fazer jornalístico do século XXI. O enviar uma cartinha para a caixa de sugestão para o correio, o preenchimento de formulário de site, deu lugar as mídias sociais e uma proximidade da relação entre pauteiro e possível personagem.

Conforme a compreensão de Castells (1999, p. 57) as novas tecnologias de informação integram o mundo em redes globais de instrumentalidade. Ao gerar uma gama de oportunidades, a comunicação , especialmente os sistemas de informação e formação de redes, subvertem o conceito de sujeito independente.

[3] Do inglês par-a-par, ou simplesmente "ponto a ponto".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Compreende-se a respeito da dependência de um e de outro. O conceito de redes comunicacionais torna-se presente diante da nova prática jornalística. Em vez de caçar, visitar, circular longas distâncias, as histórias gravitam nas mídias sociais.

Há uma lógica excludente em apenas redefinir critérios de valor e significado em um mundo com pouco espaços para não iniciados em computadores, os grupos de baixo poder de consumo e os territórios com deficiências para a receptividade de sinal de internet e desatualizados com outros apetrechos comunicacionais (CASTELLS, 1999, p.60).

O midialivrismo propõe-se a destacar enquadramentos diferenciados dos estampados nos jornalões e os exibidos nos telejornais. Assim, há uma busca de informações desprendidas de interesses mercadológicos e uma apresentação dos fatos por um outro ângulo (RIBEIRO; FALCÃO, 2013, p.4).

É uma nova forma da prática jornalística. Ao contrário da práxis industrial, do jornalismo *prêt-a-porter*[4], conhecido como o jornalismo de fonte, ao dar lugar ao assessor de imprensa e este, na atual conjectura, teve sua função ampliada ao ser chamado de Relações Públicas e *branded content* por envolver conteúdos relacionados a marca.

Dessa forma, essa prática comunicacional contemporânea, trata-se de um novo olhar sobre os acontecimentos e estes tornam-se notícias instantaneamente por meio da colaboração das redes sociais.

Ódio: bidirecionalidade e devir

Ao alicerçar nos ensinamentos de Deleuze (1974, p.210) a história capta a efetuação dos acontecimentos em estados de coisa e este escapa a história. Logo, a trama, ao se transformar em um registro documental e memorial, não é apenas uma experimentação, mas um conjunto das condições quase negativas e estes possibilitam o escapar do enredo.

Para tratar de bidirecionalidade, é preciso solidificar nos escritos do puro devir, um dos primeiros estágios da obra de Deleuze (1974, p.1) e este possui a simultaneidade do furtar-se ao presente, não suporta a separação e nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. A sua essência é avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo.

Para Deleuze (1974, p.1): "O bom senso é a afirmação de que, todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo".

Contudo, há um movimento de vai e vem nessa discursividade odiosa, rancorosa de alguns sujeitos, especialmente quando estes criam postagens, fazem questionamentos sem fundamento sobre o trabalho de profissionais da imprensa.

Para Deleuze (1974, p.214):

> O que define a maioria é um modelo atual ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio macho adulto habitante das cidades... Ao passo que uma maioria não tem modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que a maioria não é ninguém. Todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo.

[4] De acordo com (WEIS, 2005, web), significa pronto, com palavras bem arrumadinhas e frases feitas.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quando a massa cria modelos para si é a necessidade de se tornar majoritária e essa necessidade é inevitável para a sua sobrevivência. Como o povo é sempre uma minoria criadora e por permanecer ao conquistar uma maioria, as duas coisas podem coexistir pois não são vividas no mesmo plano (DELEUZE, 1974, p.214).

É uma linguagem que fixa os limites e ela ultrapassa e restitui à equivalência de um devir ilimitado. Ao mesmo tempo em que o Eu precisa de Deus e do mundo, após a fusão dos substantivos e adjetivos e os nomes de parada são arrastados pelos verbos de puro devir e deslizam na linguagem dos acontecimentos, a identidade se perde para o eu, o mundo e Deus (DELEUZE, 1974, p.5).

Contudo, por estabelecer marcos e esta perpassar e resgata a equidade de um devir sem limites. É perceptível uma defesa as tradições, a moral e ao mesmo tempo há um protecionismo, semelhante a ave mãe ao proteger a sua ninhada ou ao usar um provérbio popular "minha farinha, meu pirão primeiro".

As escorregadelas da linguagem e a dúplice discursiva dos sujeitos, especialmente dos revoltosos ao replicarem "tudo é culpa da mídia" são como movimentos de vai e volta, sem fundamento. São achismos sem nenhum embasamento científico ou teórico para criticar algo tão subjetivo no momento da transmissão de uma notícia ao vivo.

Violações a liberdade de imprensa

No entendimento de Benjamim (2012, p.8) articular historicamente o passado é apoderar-se de uma recordação quando surge como um clarão em um momento de perigo. Este ameaça tanto o corpo da tradição como os seus receptores e a sua representatividade é a transformação de cada sujeito em instrumentos das classes dominantes.

Há uma resistência e uma luta dos comunicadores em enfrentar os desafios de prestar a informação adequada, sem ruídos, com liberdade de questionar, perguntar, cobrar, dar o parecer adequado para esclarecer o leitor, telespectador ou ouvinte.

Nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer (BENJAMIM, 2012, p.8). O desafio atual está nos adversários ocultos, escondidos atrás das telas portáteis, com seus perfis duvidosos e na prática de intimidações a profissionais de imprensa.

Há uma anestesia por parte do cidadão, especialmente, ao fazer referência a Santos (2006, p.83) quando este diz sobre a perda da capacidade de raiva e de espanto perante o realismo grotesco ao perder a vontade de sacrifício.

Essa paralisia, a perda de capacidade de indignar e a mudança comportamental do cidadão, especialmente ao duvidar do trabalho da imprensa, faz gerar imagens desestabilizadoras (SANTOS, 2006, p.83) e estas terão eficácia quando são amplamente partilhadas, ao fazer menção as fake news amplamente difundidas nas mídias sociais.

Há uma distinção entre o direito e a liberdade a informação. Embora sejam usadas como sinônimos, é um direito e jamais poderá ser violado . Este encontra-se amparo no Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992 – Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos[5], em seu artigo 16, onde

[5] Art. 16 - Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

nenhum profissional de imprensa poderá ser importunado ou machucado por suas opiniões e toda a pessoa terá direito a receber e difundir informações.

É preciso mencionar o que está na Constituição Federal [6]em seu artigo 220, *caput,* sobre a manifestação do pensamento e a sua inviolabilidade e a redação da carta é cristalina ao mencionar sobre a impossibilidade de haver embaraço legal para o pleno exercício da liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social.

A intimidação de jornalistas

Ler, responder ou moderar comentários online representa uma atividade acrescida no trabalho jornalístico. Forçosamente, esta se reflete em acúmulo de funções e, muitas vezes rejeitadas pelos profissionais, independente da incumbência dos departamentos de gestão (SIMÕES, 2021, p. 133).

O embaraço ao profissional de comunicação inicia nas redações, seja nos jornalões, nas agências de comunicação. Embora haja uma plastificação do caráter humanístico da profissão, principalmente ao visitar os sites das empresas, a precarização e o constrangimento atuam de forma continua nos empreendimentos.

Os jornalistas, para Simões (2021, p.134) , embora estejam sujeitos a alguma forma de regulação, sofrem impactos severos das ameaças e dos ataques *off line* dirigidos aos profissionais.

As coberturas da pandemia da Covid-19, fizeram vários jornalistas mudarem comportamentos, especialmente em não aceitar desconhecidos e até filtrar comentários em redes sociais, para preservação da sua própria saúde psíquica e de sua família.

Ao potencializar o sofrimento, especialmente pela sua forma inesperada, a Covid-19 mexe muito com a psiquê do indivíduo. Por isso exige-se uma postura preventiva diante do vírus, ao alterar e ceifar vidas ao mesmo tempo (MORETTO; SILVA JR.,2021, p. 241-242).

Embora haja um caráter educativo do jornalista e da empresa de comunicação, principalmente ao expor os infográficos em veículos impressos e eletrônicos, a rede de desinformação atua de forma intensa, com postagens ofensivas, em escritas garrafais com mensagens ofensivas, a ponto de desestabilizar o profissional e mudar o comportamento perante amigos e familiares.

Os ataques as mulheres jornalistas na Covid-19

2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.
3. O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para:
a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas;
b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas

[6] Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No entendimento de Silva, Fontes e Marques (2021, p.3), a atividade jornalística é marcada pela desigualdade de gênero nas redações, tanto pela questão salarial quanto ao abandono de trabalho. Sem contar com outras questões ligadas a benefícios e recompensas comparadas aos colegas masculinos.
Com a Covid-19, os ataques aumentam vertiginosamente. A adoção do midialivrismo estimula a criação de veículos por autores, especialmente por atores sociais ligados a força pública, onde veladamente intimidam jornalistas, apresentadores, fazem descrições jocosas sobre a forma de atuação do profissional. O foco dos ataques concentra-se nos atributos físicos e , consequentemente, há uma violação dos padrões sociais de comportamento. Essas agressões geram repercussões profissionais e pessoais para diversas jornalistas ao incluir autocensura, alterações no envolvimento com o público e recusa em participar de determinadas pautas ou coberturas (SILVA;FONTES;MARQUES, 2021, p.4).
Algumas repórteres, pelo seu cuidado com o corpo , principalmente na questão da imagem – o corpo, a fala e voz possuem a devida importância para a credibilidade da difusão da mensagem – são assediadas na rua, tem a sua a rotina de trabalho atrapalhada e fora o assédio nas mídias sociais. De acordo com Simões (2021, p. 136) os abusos e a retórica misógina têm como alvo figuras públicas com temas sensíveis aos movimentos femininos, a atuação dessas atrizes sociais, especialmente diante das câmeras ao empregar a sua missão de difundir a mensagem com credibilidade.
Essas agressões resultam para essas jornalistas mulheres instabilidades e até mesmo uma possível mudança de estratégia por parte dos conglomerados de comunicação em mudar as formas e até selecionar as pautas ou fazer boletins ao vivo nas dependências da empresa para preservar suas colaboradoras.

Agressão a jornalistas e a ADPF 897

Recentemente um grupo de jornalistas brasileiros na Itália, durante a cobertura do evento do G 20 foram agredidos por seguranças do Presidente da República Jair Bolsonaro.
De acordo com a matéria do Poder 360[7], os profissionais da imprensa foram intimidados por apoiadores do presidente e na sequência agredidos pelos supostos seguranças. Os atos de violência já começaram antes da aparição do chefe de Estado Brasileiro (PODER360, 2021, web). Não é o primeiro caso de violência praticada tanto pelo representante maior da República e de seus seguidores. Outros casos de agressão aconteceram durante o ano de 2021, principalmente por adotar uma postura bastante questionadora sobre as ações do atual governo.
O partido Rede Sustentabilidade entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal em 01 de novembro de 2021 e o Ministro Dias Toffoli adotou a decisão em caráter definitivo, conforme o rito do artigo 12, da lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999[8].

[7] PODER360. **Jornalistas são agredidos por seguranças de Bolsonaro em Roma**.31 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/jornalistas-sao-agredidos-por-segurancas-de-bolsonaro-em-roma/ Acesso em: 11 nov. 2021.
[8] Art. 12. Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Conforme o despacho publicado em 4 de novembro de 2021, o relator Ministro Dias Toffoli solicitou informações a parte requerida no prazo de dez dias e , após, a abertura de vista no prazo de 5 dias tanto para o Advogado Geral da União e ao Procurador Geral da República- PGR.
É um comportamento inadmissível por parte de um chefe de Estado e chefe de Governo. Trata-se de uma forma de iniciativa a condutas violências contra a imprensa, especialmente pelos apoiadores ao repetir os ataques de forma inconsciente e obediente.

Considerações Finais

Conclui-se sobre a prática de compartilhar informações, especialmente pela prática do midialivrismo pelo cidadão multimidia atuante nas dinâmicas do compartilhamento e na construção da cultura comum.
No entanto, a partilha digital é comum no ciberativismo e torna-se uma prática costumeira na imprensa. Por ser uma nova forma da prática jornalística, trata-se de um novo olhar sobre os acontecimentos tornam-se notícias instantaneamente.
Contudo, por estabelecer marcos , há um devir sem limites. Com isso , há uma defesa das tradições, da moral e ao mesmo tempo há um protecionismo. Entre as escorregadelas da linguagem e a dúplice discursiva dos sujeitos, especialmente dos revoltosos ao replicarem "tudo é culpa da mídia" são como movimentos de vai e volta, sem fundamento. São achismos sem nenhum embasamento científico ou teórico para criticar algo tão subjetivo no momento da transmissão de uma notícia ao vivo.
Portanto, é necessária uma postura preventiva diante do vírus, ao alterar e ceifar vidas ao mesmo tempo. Embora haja um caráter educativo do jornalista e da empresa de comunicação, principalmente ao expor os infográficos em veículos impressos e eletrônicos, a rede de desinformação atua de forma intensa, com postagens ofensivas, em escritas garrafais com mensagens ofensivas, a ponto de desestabilizar o profissional e mudar o comportamento perante amigos e familiares.
Porém, as agressões as jornalistas mulheres geram instabilidades. Trata-se de um comportamento inadmissível por parte de um chefe de Estado e chefe de Governo. Trata-se de uma forma de iniciativa a condutas violências contra a imprensa, especialmente pelos apoiadores ao repetir os ataques de forma inconsciente e obediente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, T. D. R.; EVANGELISTA, Amanda Falcão. **Tecnologias móveis, mídias independentes e coberturas de mobilizações sociais urbanas: as influências do "midialivrismo" na sociedade midiatizada**. II Colóquio Semiótica das Mídias, 2013. Disponível em: http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm2/CSM2_ThiagoDangeloAmandaFalcao.pdf Acesso em 10 nov. 2021.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENJAMIM, Walter. **O anjo da história**. São Paulo: Autêntica, 2012.

BRITO, Alanis Hitomi Ishihara; LONDERO, Rodolfo Rorato. **Ciberativismo, Midiativismo e Jornalismo Pós-Industrial: Uma Discussão em Torno do Mídia Ninja1**. 40º Congresso brasileiro de ciências da comunicação. Curitiba-PR. 04 a 09/09/2017. Disponível em: http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2017/resumos/R12-0931-1.pdf Acesso em 10 nov. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELEUZE, Gilles**. Lógica do Sentido** São Paulo: Ed. Perspectiva – Universidade de São Paulo ,1974.

FOLHA. Equipe da Record TV relata tensão em ataque a carro durante protesto. 27 de julho de 2013. Disponível: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1317685-equipe-da-record-relata-tensao-em-ataque-a-carro-durante-protesto.shtml?cmpid=menupe Acesso em: 13 nov. 2021.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade – Vol. I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MALINI, F. **A Internet e a Rua: ciberativismo nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORETTO, Maria Livia Tourinho; SILVA JR, Nelson da. Os afetos na pandemia da Covid-19 e a política da imobilização psíquica. 2021**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund**., São Paulo, 24(2), 243-250, jun. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/VhjXyXHg7cjkCFx5xyfLT7n/?format=pdf&lang=pt Acesso em 11 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

DA SILVA, Gisele Barão; FONTES, Giulia Sbaraini; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística?** VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo 28 de agosto de 2021- Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/bc60e34c-df92-4eca-bbe8-534eacbbba08/Mulheres_jornalistas_e_liberdade_de_imprensa_no_Brasil_Gisele_Bar_o__Giulia_Sbaraini_Fontes_e_Francisco_Paulo_Jamil_Marques_VIII_Semin_rio_de_Pesquisa_da_Abraji.pdf Acesso em: 11 nov. 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

SIMÕES, Rita Basílio de. **Do trauma pessoal ao silenciamento público: Implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários on line**. In CORREIA, João Carlos; AMARAL, Inês. De que falamos quanto dizemos "jornalismo"? Temas emergentes de pesquisa. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2021. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=jrJFEAAAQBAJ&pg=GBS.PA6&hl=pt Acesso em: 11 nov. 2021.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

WEIS, Luiz. **Sobre a diferença e outros *prêt-a-porter***. Observatório da imprensa. 13 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/sobre-a-diferenca-e-outros-pretaporter/ Acesso em 11 nov. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A SOCIEDADE INFORMACIONAL E A ERA DIGITAL: O PERÍODO PRÉ-ELEITORAL BRASILEIRO NO ANO DE 2018 E O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE

Mayara Paula Atanásio Soares da Silva[1]
Paloma Rayana França da Silva[2]

Introdução

Historicamente, a explosão informacional é retratada após a segunda guerra mundial quando toda a capacidade econômica e científica fora utilizada a serviço dos esforços de guerra, porém hodiernamente com o advento da tecnologia e facilidade ao acesso dos meios de comunicação, a demanda informacional tem crescido exponencialmente, causando uma nova dinâmica para a ciência da informação. De acordo com Araújo (2018, p. 6): "A chamada 'explosão da informação' do pós-segunda guerra não pode ser comparada em volume e intensidade, com a revolução causada pela expansão dos computadores pessoais, da internet e dos smartphones no final do século XX e início do século XXI".

> A era da informação teve seus primeiros sinais de surgimento no início da segunda metade do século XX. Seu fenômeno principal – a sobrecarga informacional – eclodiu no período pós-guerra, que se tratou de um período com intensiva divulgação das informações produzidas durante a Segunda Guerra Mundial (LE COADIC, 1996 apud DE LUCCA, 2019, p. 35).

Dentro desse contexto, a ciência da informação que anteriormente se destinava a analisar documentos científicos e suportes físicos, passa a se adequar à era pós-moderna, dedicada também às atividades de cunho tecnológico, tornando um dos seus campos de estudo a investigação e uso da informação que estão disponíveis nas plataformas digitais.

> As novas tecnologias e a multiplicação dos meios e dispositivos de comunicação provocaram alterações definitivas nas atividades humanas, determinando o modo como lidamos com a informação, os meios de comunicação e suas relações. Tais processos revelam que se encontra em curso um fenômeno social e tecnológico generalizado de convergência midiática, que influencia intensamente as instâncias sociais, econômicas, culturais e educacionais (DUDIZIAK, FERRARI, FERREIRA, 2017, p. 213)

A partir disto, a capacidade de análise e distinção de informações se torna algo crucial diante do grande fluxo informacional que permeia a vida contemporânea e é nesse contexto que a competência informacional e midiática se encaixam. A obra literária iKRITIKA trata sobre os estudos críticos em informação que tem como um de seus autores Bezerra (2019, p. 10) relata que

[1] Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa FACEPE. mayara.atanasio@ufpe.br
[2] Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil. paloma.rayana@ufpe.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

a competência informacional iniciada nos EUA por volta dos anos 70 atualiza uma linha de prática e estudos voltados à educação para o uso de recursos, ferramentas e ambientes de informação, com a participação de profissionais em seus "contextos institucionais de ação".

Assim como a competência em informação, a alfabetização ou competência midiática tem se tornado um elemento fundamental para a construção de uma sociedade crítica e com aptidões democráticas. Ainda dentro do contexto da competência informacional, Brisola e Romeiro (2018, p.73) retratam as preocupações da análise crítica sobre a quantidade de informações disponíveis nos espaços físicos e virtuais.

É importante conceituar o fenômeno da pós-verdade durante esse estudo para que seja viável explorar a sua conexão com a competência em informação e mídia. Segundo Bezerra (2019, p. 75), o termo pós-verdade se popularizou nos últimos anos, porém se caracteriza como um velho fenômeno sócio informacional, que possui crenças infundadas exercendo maior influência na formação de opinião pública do que as evidências e argumentos racionais.

No Brasil, a análise e filtragem de informação tem sido um mecanismo pouco utilizado. Um exemplo disso são as ações desenroladas durante a corrida presidencial de 2018, em um dos casos, os eleitores do PSL, da extrema direita, se envolveram em escândalos nas prévias da eleição com o envio maciço de informações – em grande maioria de caráter inverídico – pelo aplicativo de mensagens instantâneas, Whatsapp, com a finalidade de influenciar prováveis eleitores na decisão do processo eleitoral, esse tipo de ação favoreceu a polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT), representado por Fernando Haddad, e o Partido Social Liberal (PSL), representado por Jair Bolsonaro, tornando o período eleitoral o cerne de discussões acaloradas tanto no ambiente digital como nas ruas.

Para Magenta (2018[3]) a estratégia do uso de aplicativos como o Whatsapp buscou criar um efeito "manada" entre os eleitores do Partido Social Liberal, utilizando da massificação de informações como influência na tomada de decisões na campanha eleitoral de 2018. O jornalista abordou essa ideia ao dizer que um dos filhos do candidato, o vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ), empenhou-se em criar uma onda de apoio, tendo em vista que "tradicionalmente o eleitor vota em quem está na frente". Sendo assim, a problemática a ser discutida nesse projeto deseja entender como a tecnologia e democratização informacional afeta a experiência humana do que diz respeito à competência informacional e midiática, investigando que tipos de ferramentas podem ser utilizados pela sociedade informacional em prol da diminuição do alastramento das notícias falsas durante a era da pós-verdade.

Dentro desses apontamentos, o intuito dessa pesquisa é encontrar soluções para a seguinte pergunta: como a competência em informação e mídia pode ser utilizada na diminuição da propagação e alastramento de notícias falsas? Por fim, a relevância dessa pesquisa se justifica, principalmente, pela atualidade do tema em questão, tendo em vista o impacto que as notícias falsas acarretam no contexto político e de desinformação social, sendo uma das principais preocupações de pesquisadores, profissionais das mais diversas áreas, políticos e a sociedade em geral que compreende a gravidade que pode acarretar a quantidade exacerbada de informações falaciosas.

[3] Documento digital não paginado: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45768006

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Objetivos

O presente estudo possui como objetivo geral analisar os impactos das notícias falsas e pós-verdade durante a corrida presidencial brasileira no ano de 2018 e a importância da aplicação da competência informacional e midiática, a partir disso os objetivos específicos buscam relatar a democratização informacional na internet e mídias sociais e a importância do conhecimento humano acessível; averiguar os impactos das notícias falsas na sociedade e em tomadas de decisões, como o caso do processo eleitoral brasileiro em 2018; compreender a questão da pós-verdade a partir da proposta da competência em informação e midiática.

Quadro teórico conceitual

De acordo com Darnton (2017) convivemos com "fake news" desde períodos remotos, sendo mais preciso, na época bizantina. Procópio, um historiador do Século VI d.C., produziu informações dúbias que foi mantida em segredo até sua morte, a fim de manchar a reputação do imperador Justiniano. A pesquisadora Braga e Chaves (2019) fortalecem o mesmo tipo de pensamento ao apontar que a política sempre caminhou lado a lado com mentiras, boatos e difamações.

Dessa maneira, é possível compreender que o fenômeno da disseminação das notícias falsas, boatos, das disputas e acusações entre políticos, eleitores e adversários não se restringe à era digital, o que ocorre é que se possui uma maior facilidade da disseminação e acesso a essas informações, fazendo com que boatos tenham uma proporção maior do que o imaginado. Diante desse pensamento Braga e Chaves (2019, p. 1) ainda versam que o fenômeno de disseminação de boatos e falsas acusações entre adversários dentro do contexto político não é uma novidade. O que há de particular nas especificidades que são trazidas pelos ambientes digitais, criados pelas tecnologias de informação e comunicação acarretam consequências, em sua maioria não previstas e voltadas aos modos de interação, comunicação e na vida social.

Gimenez (2019, p. 556) enfatiza a antiga presença da "fake news" no cotidiano da sociedade "De origem tão longínqua, a mudança na dimensão de sua importância reside na massificação e propagação aliada à disposição dos interlocutores em aceitá-las e compartilhá-las". Nesse contexto, durante o período pré-eleitoral, as aplicações que predominavam para propagação das notícias falsas eram o *facebook* e *whatsapp*, que em sua maioria possuíam grupos de interesses em comum ao processo eleitoral, fazendo com que o encaminhamento e criação de mensagens obtivessem mais facilidade no seu processo de disseminação, criando uma forma de massificação.

O autor Ruediger (2019) consegue fundamentar o ciclo eleitoral no Brasil com o seguinte apontamento:

> No ciclo eleitoral do Brasil em 2018, a disseminação de notícias falsas em diferentes redes sociais públicas e privadas operou papel de destaque inédito no país, assim como o próprio debate público, na web, sobre a emergência do fenômeno das fake news como ferramenta de marketing político e desinformação. Com os diferentes lados do atlas político brasileiro questionando ou reiterando informações, reportagens, memes e publicações como falsas ou verdadeiras (sob os respectivos pontos de vista) e sem que houvesse consensos ou fontes

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> amplamente aceitáveis, não apenas o diálogo passível de se estabelecer entre opositores ficou bastante fragilizado, como também a própria capacidade da imprensa tradicional em operar como interlocutora entre adversários. Mais para o fim do calendário eleitoral, a partir de desdobramentos das campanhas e da divulgação de notícias sobre o uso das redes sociais para produzir conteúdos sem legitimidade informativa — especialmente o WhatsApp —, tornou-se mais evidente para a sociedade civil brasileira o protagonismo da desinformação na política (RUEDIGER, 2019, p. 21).

No entanto, antes de particularizar a corrida presidencial do ano de 2018, é pertinente retroceder a um período considerado divisor de águas para a política brasileira: as manifestações ocorridas em junho de 2013. Inicialmente desenrolaram-se por conta do reajuste da tarifa de transporte público que tomaram o país e foram organizadas estritamente nas redes sociais. Tags, slogans e cartazes invadiram as ruas e mídias sociais, sendo um marco para o que chegaria a ser uma nova forma de comunicação e relação da sociedade com o cenário político. A internet começava a dar liberdade, voz e impulso aos desejos dos brasileiros. Leite (2019, p. 924) elucida esse episódio como o início de uma insatisfação popular ao descrever que "Começa a ganhar corpo, assim, uma insatisfação popular também com a mídia tradicional, que começaria a reconhecer certa parcialidade desses veículos de informação". A autora ainda salienta que após esses fenômenos, estaríamos diante de duas crises: a crise política representativa e a crise da informação.

Com o crescimento do uso das redes sociais para atividades e debates políticos, os boatos e histórias inverídicas têm o seu papel em destaque, já que a presença das mesmas é verificada desde o início da comunicação humana. O caso da eleição presidencial dos Estados Unidos da América, em que Donald Trump foi nomeado como presidente, fez com que o termo começasse a ter destaque, causando preocupação com o que se era disseminado através de sua campanha eleitoral.

> Durante sua campanha para a presidência, Donald Trump acusou constantemente a imprensa de tentar prejudicá-lo espalhando "fake news" sobre sua carreira política e suas declarações. A expressão foi usada com tanta frequência, que o dicionário britânico Collis a escolheu como a "palavra do ano" de 2017. [...] Segundo a equipe que produz e elege as novas palavras do dicionário, o uso do termo "fake news" cresceu 365% no ano passado. Para a chefe de conteúdo do Collins, Helen Newstead, o termo contribuiu para "prejudicar a confiança da sociedade nas notícias". Trump usa constantemente a expressão, principalmente em seus tuítes, para se referir às notícias que o criticam de alguma forma. Algumas das reportagens apontadas por Trump durante sua campanha eram realmente falsas, mas muitas delas nunca puderam ser comprovadas ou acabaram sendo verdade. [...] No Brasil, a disseminação de "fake news" também cresceu nos últimos anos. Notícias de que, por exemplo, a cantora Preta Gil financiou cada docinho de seu casamento com dinheiro da Lei Rouanet e que o governo brasileiro declararia guerra contra a Venezuela a qualquer momento se espalharam pela internet, difundidas por sites que imitam a aparência e a linguagem do jornalismo profissional (VEJA, 2019, p. 1).

A corrida presidencial brasileira de 2018 traz similaridades com a eleição de 2016 do presidente norte americano Donald Trump. No Brasil, a forte presença das fake news disparadas em redes sociais foi um dos fatores que possivelmente corroborou com a nomeação do então presidente Jair Bolsonaro. Coelho (2018, p. 74) faz uma interpretação sobre esse período, "A campanha presidencial de Jair Bolsonaro foi alavancada pelo uso potente de fake news inseridas em postagens e vídeos em redes sociais digitais como Youtube, *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter*. Dentre as notícias falsas, destacaram-se as relativas ao 'kit gay' e à 'ideologia de gênero'". Coelho (2018, p. 80) também descreve em sua pesquisa como os princípios de Jair Bolsonaro são envoltos de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

temáticas conservadoras e religiosas e como esse tipo de posicionamento rendeu benefícios que trouxeram para o então candidato à presidência mais atenção dos setores conservadores da sociedade brasileira e importantes alianças com líderes e políticos religiosos.

A massificação e disparos das notícias tidas como falsas vem causando preocupações. No Brasil, questões como política e saúde têm sido o alvo principal desse fenômeno pós-moderno. É nítido que a disseminação dessas informações causa grande impacto e acabam por influenciar as pessoas, mudando a forma como uma figura ou situação seja vista na sociedade, atribuindo a ela informações que a favoreça ou a prejudique, causando uma distorção da realidade.

> No Brasil, o congresso nacional e o senado têm discutido a criação de leis para criminalizar a conduta de propagação de falsas notícias e responsabilização por criação de conteúdo. Recentemente nesse seguimento o senado federal e a câmara de deputados instauraram a CPI Comissões parlamentar de inquérito da Fake News com objetivo investigar fatos ocorridos nas eleições presidenciáveis de 2018, assim como encontrar meios de combater seus efeitos e propagação (GIMENEZ, 2019, p. 563).

A pós-verdade é tratada por Bezerra (2018, p. 74): "[...] é uma expressão que se popularizou nos últimos anos e que alude a uma nova modalidade de um velho fenômeno sócio informacional, a saber, o fato de crenças infundadas exercerem maior influência na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais.". É possível compreender que a pós-verdade pode ser caracterizada como um "abandono" ou "despreocupação" com a racionalidade, em que o conhecimento empírico nem sempre bem fundamentado prevalece sobre o conhecimento científico.

> Pós-verdade é algum conjunto de crenças compartilhadas pela opinião pública (em grande medida alimentadas por fake news, informações mentirosas que circulam nas redes digitais), refratárias ou indiferentes a evidências factuais ou argumentativas que as contrariem. Como combater a pós-verdade se abandonamos a noção de verdade? Este abandono da noção de verdade, ou pelo menos da possibilidade de se pensar racionalmente em uma verdade universal, abandono que aliás já virou senso comum – fora do terreno religioso, todos repetem, cheios de autoridade, que não existe verdade universal; no terreno religioso, a verdade já foi revelada, é sustentada por alguma autoridade e não deve ser submetida ao escrutínio da razão e da crítica –, é uma das marcas principais das epistemologias relativistas contemporâneas, frequentemente denominadas pós-modernas (BEZERRA, 2019, p. 32).

Recentemente, as pesquisas voltadas ao estudo da pós-verdade tornaram-se uma temática recorrente no campo da CI. Durante o V fórum sobre Competência em Informação: pesquisas e práticas, Araújo (2018) retrata em sua palestra, a preocupação com a temática e suas consequências perante a sociedade.

> O Brasil e o mundo estão vivenciando um fenômeno novo: a pós-verdade. Não se trata apenas da divulgação massiva de informações falsas, mas, também, de uma atitude ou mentalidade das pessoas de desinteresse ou desdém pela verdade das informações propagadas. Como resultado, temos populações escolhendo seus líderes com base em mentiras, crescimento da cultura do ódio, ataques a instituições como a ciência e as universidades. Várias áreas têm se dedicado a estudar o fenômeno e propor formas de agir frente ao seu crescimento. Entre elas está a Ciência da Informação e, nela, uma área de destaque: a competência crítica em informação (ARAÚJO, 2019[4]).

[4] Documento digital não paginado: http://escritos.ibict.br/palestra-desafios-para-competencia-em-informacao-em-tempos-de-pos-verdade-disponivel-no-youtube/

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A preocupação diante deste fenômeno pode ser compreendida através da necessidade de uma ruptura desses ideais de crença e indiferença pela verdade, sendo uma das principais soluções a utilização da competência em informação. Bezerra (2019, p. 99) ao versar a questão da pós-verdade deixa claro que não há nada de novo no fato das crenças serem decisivas na composição da opinião pública e na receptividade de informações falaciosas. O maior transtorno se dá quando as crenças insustentáveis prevalecem diante das evidências e argumentos.

A pesquisadora do campo da competência informacional, Brisola e Romeiro (2018, p.75), manifestam em seu artigo a importância do senso crítico no que diz respeito ao consumo informacional explicitando que "se as pessoas não forem estimuladas a pensar criticamente as informações que recebem, tendemos a um panorama informacional de degradação e manipulação da informação sem precedentes".

Para Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 61), é importante que as pessoas se mantenham atualizadas, mas que consigam tomar decisões pertinentes de acordo com a sua demanda informacional. Os autores descrevem como "necessário que as pessoas tenham competências e habilidades em informação para reconhecer suas necessidades informacionais, buscar, selecionar, avaliar criticamente e compartilhar a informação em diversas fontes", sendo essas as ações que compreendem a competência informacional. Em consonância com os pensamentos dos autores expostos anteriormente, Da Silva, Ottonicar e Yafushi (2017) clarificam as relações presentes entre a competência informacional e midiática ao afirmar que:

> A competência em informação é relevante para a análise e interpretação de qualquer informação, inclusive aquelas de origem duvidosa. As fontes de informação são analisadas a partir de suas ideologias, assim o indivíduo compreende que um texto não é neutro, mas carrega opiniões próprias do autor. Não apenas textos, mas também cabe ao indivíduo compreender as mensagens emitidas pelos demais veículos de comunicação emitidos por diversas mídias. Assim, o indivíduo necessita ser competente no uso das mídias, competência conhecida como midiática. Nesse sentido a competência midiática, juntamente com a competência em informação, contribui para que o indivíduo saiba lidar com as demandas do século XXI e utilize as potencialidades de ambas competências para geração de oportunidade de crescimento, desenvolvimento e criação de novos conhecimentos (DA SILVA, OTTONICAR, YAFUSHI, 2017, p.612).

É importante esclarecer que atualmente as fontes informacionais mais utilizadas pela população brasileira ainda são os meios de comunicação de fácil acesso, como a televisão e o rádio, que se apresentam de forma frequente e cotidiana na rotina do cidadão. Porém, as redes sociais também realizam uma conexão importante entre os portais de notícias e o indivíduo. São essas ferramentas que compreendem em sua maioria o papel de disseminar informações. Nesse caso, é importante que o cidadão saiba compreender e utilizar as informações ao seu favor, principalmente quando lidamos com a instantaneidade das redes sociais, seu fluxo intenso, sua liberdade e rapidez no alastramento de ideias, pensamentos, dados e informações no contexto geral. Silva, Ottonicar, Yafushi (2017) deixam claro que "a competência midiática possui elementos em seus conceitos que são semelhantes as definições de competência e informação, porém envolve tanto o uso das tecnologias quanto das mídias".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para convívio de forma ética e cidadã, essas competências são ferramentas importantes para o desenvolvimento social, tendo em vista as mudanças ocorridas com a globalização e as formas de expressão e comunicação. Sendo assim, a competência midiática e informacional busca estimular os indivíduos ao pensamento crítico, o fazendo refletir sobre a realidade, a busca pela informação e os problemas advindos da ausência das análises críticas, como a presença da má informação, notícias falsas e todo o transtorno informacional que advém da pós-verdade. Abrindo brechas de conscientização em benefício da autenticidade, emancipação, empoderamento e respeito a favor da democracia, buscando assim minimizar o efeito da desinformação e criação de mais notícias falsas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa a ser desenvolvida é de natureza documental, tendo em vista a utilização de aspectos midiáticos, entre eles, fontes jornalísticas, principal fonte de informação durante as eleições presidenciais. A pesquisa documental é importante no auxílio à compreensão do contexto social, cultural e histórico de uma comunidade em determinada época, elucidando características, comportamentos, tradições, etc. Severino (2007) explana esse tipo de pesquisa da seguinte forma:

> No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007 p. 122-123).

É possível também qualificar esse trabalho como um estudo bibliográfico que, segundo Gil (2002, p. 50): "é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos". Para melhor contextualização foram necessários o uso de fontes informacionais como artigos científicos da área da ciência da informação e sites que tratam de notícias políticas brasileiras.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa que é voltada ao estudo social e se assemelha aos métodos filosóficos empiristas que permite através de análises de dados busca estabelecer e provar hipóteses interagindo com o campo. No contexto metodológico adotado, a pesquisa qualitativa se caracteriza por Gerhardt e Silveira (2009) nesses aspectos:

> A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.[...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34).

Ao unir os três métodos, é possível apresentar uma pesquisa que contribui não só com o período eleitoral de 2018 como também com estudos e pesquisas futuras. Todo o referencial teórico buscou mostrar as conexões entre os temas, sendo eles um caminho importante para o uso mais sensato das fontes de informação e compreensão individual dos dados apresentados.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Considerações finais

Diante dos apontamentos é válido apresentar ao final deste estudo como a sociedade necessita do desenvolvimento de habilidades em prol de uma melhor compreensão das informações que são consumidas nas diversas fontes midiáticas. A grande demanda informacional enfraquece e dificulta a construção de conhecimento da sociedade, principalmente no que se refere à questões de falsas notícias, desinformação, distorções de realidade e boatos, tendo em vista que o objetivo da má informação gerada por esses fenômenos é desenvolver no usuário uma credibilidade inexistente e falaciosa.

Neste aspecto, podemos relacionar a competência midiática com a competência em informação, ficando claro que ambas proporcionam habilidades e reflexão crítica para uma análise de conteúdo eficaz, oferecendo aos indivíduos a capacidade e responsabilidade do que é disseminado e consumido. Realizando assim uma avaliação conteudística de forma inteligente e racional, gerando uma sociedade cada vez mais consciente por seus direitos, deveres, questões políticas, sociais, desenvolvendo uma emancipação social e cada vez mais democrática.

Nos últimos anos, no Brasil, ter acesso a informações assertivas e de base verídica é a ferramenta mais importante para o conhecimento aprofundado acerca da política ao qual estamos inseridos, o que favorece o desenvolvimento de habilidades, capacidades e experiências diante de experiências políticas, democráticas e de cidadania.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

_____. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-17, maio 2020. ISSN 1518-2924. Disponível em: . Acesso em: 21 maio 2020

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 60-77, out. 2014. ISSN 1981-8920. Disponível em: . Acesso em: 05 jun. 2020.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKRITIKA**: Estudos críticos em informação. 1a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. 252 p.

BRISOLA, Anna Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68-87, set. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CHAVES, Mônica; BRAGA, Adriana. The agenda of disinformation:" fake news" and membership categorization analysis in the 2018 Brazilian presidential elections. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 474, 2019.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. **"Fake news acima de tudo, fake news acima de todos": Bolsonaro e o "kit gay","ideologia de gênero" e fim da "família tradicional"**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/COR/article/view/9299/6568 >. Acesso em: 21 maio 2020.

DA SILVA, Rafaela Carolina; OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. **A Competência em Informação e Midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia.** RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 15, n. 3, p. 604-628, 2017.

DARNTON, Robert. The True History of Fake News. **The New York Review of Books, New York,** 13 fev. 2017. Disponível em: <https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>. Acesso em: 10 maio 2020.

DE LUCCA, Djuli Machado. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso sob o foco da dimensão política.** 2019. Disponível em: . Acesso em: 28 maio 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 213-253, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, Katia Valentina Escobar; DE OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues. **A problemática da fake news.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/75supl/38.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

MAGENTA, Matheus. Eleições 2018: Como Bolsonaro superou a bolha radical na internet e terminou o 1º turno na liderança. **BBC News Brasil**, São Paulo, 07 de outubro de 2018. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45768006>. Acesso em: 26 maio 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

RUEDIGER, Marco Aurélio et al. **Desinformação nas eleições 2018**: o debate sobre fake news no Brasil. 2019. Disponível em: . Acesso em: 26 maio 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. atual. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. 304 p.

VEJA. **Fake news é eleita palavra do ano por dicionário Collins**: A expressão se popularizou graças ao presidente Donald Trump, que constantemente acusa a imprensa de contar mentiras sobre ele. [s. l.], 2 nov. 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2020

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Mayara Simon Bezerra[1]
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira[2]
Maria Cristina Piana[3]

Introdução

Crianças e adolescentes vêm sendo cada vez mais vítimas de violência, em suas diversas formas e modalidades, mesmo com todos os direitos e proteções assegurados por leis conforme conhecemos hoje, seja no Brasil ou no mundo, mas nem sempre foi assim, pois ao longo da história estes muitas vezes foram considerados um problema no qual o sentimento pela infância era quase que inexistente.

Um longo caminho foi percorrido e trilhado para buscar e assegurar a proteção e direitos da infância e adolescência, em que o século XX é considerado um marco, pois a partir de então sociedade volta seu olhar para a criança e adolescente. Direitos, responsabilidades, proteções e garantias são assumidas através de legislações, normativas e declarações, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração dos Direitos da Criança e legislações especificas de cada país, como no caso do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente "ECA".

As legislações e normativas não eximem crianças e adolescentes da violência e de terem seus direitos violados, como ocorre no Brasil, que vem registrando um aumento no número de violações contra crianças e adolescentes.

Neste trabalho, através de pesquisa teórica e documental, apresentamos inicialmente, de maneira breve um histórico da infância e adolescência no desenvolvimento da sociedade, pois é necessário voltar ao passado, buscar as raízes de alguns eventos que ocorrem no presente. Posteriormente elucidamos a violência contra criança e adolescente no Brasil, com alguns dados que nos fazem refletir como estamos em relação a proteção destes, com números que muitas vezes se tornam invisíveis aos olhos da sociedade.

[1] Doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Franca (Brasil). Bolsista Capes. Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA). E-mail: mayarasimonbe@yahoo.com.br
[2] Doutora em Serviço Social. Docente Aposentada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Franca e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (Brasil). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: cirlene.oliveira@unesp.br
[3] Doutora em Serviço Social. Docente Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Franca (Brasil). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA). E-mail: cristina.piana@unesp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A Infância e Adolescência ao longo da história

Na sociedade atual, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos, detentores e todo e qualquer direito que todo ser humano possui, sem nenhuma distinção, mas nem sempre foi assim. É necessário voltar na história e conhecer todo caminho que foi percorrido até os dias atuais, nos quais a própria história ainda é a chave para muitos acontecimentos do presente que possuem raízes no passado, conforme Stearns (2006, p. 14) "[...] é possível verificar como muitos aspectos da infância contemporânea decorrem do passado, o que por seu turno permite entender bem melhor a infância contemporânea, inclusive alguns novos problemas que ocupam a nossa atenção."

A história da humanidade, seu desenvolvimento tem a marca da violência contra crianças e adolescentes, desde os primórdios das civilizações mais antigas e primitivas, de século a século, no qual "somos inclinados a concordar que o tema da violência contra a infância e a adolescência é uma forma secular de relacionamento das sociedades, variando em expressões e explicações." (MINAYO, 2001, p. 93). Neste sentido, Stearns (2006, p. 12) destaca que conforme o tempo, sociedade, costumes e cultura a infância vai apresentando variações e mudanças em suas características.

Nas sociedades primitivas, denominadas de caçadoras-coletoras as crianças eram consideradas uma dificuldade para a locomoção do grupo, visto que estes se deslocavam constantemente conforme a caça e coleta se esgotavam.

> [...] os constrangimentos na infância como resultado da frequente limitação de recursos e da necessidade de se locomover em busca de comida. Entre outras coisas, era muito difícil transportar mais do que uma criança pequena por família, quando um bando reduzido descolava-se para encontrar caça, e isso colocava limites definidos sobre a taxa de natalidade.
> [...]
> [...] Um grupo, em que as crianças acompanhavam as mulheres na busca de forragem, era menos produtivo do que quando os adultos trabalhavam sozinhos, uma vez que as crianças atrapalhavam. (STEARNS, 2006, p. 22).

Devido a estas condições, somado a outros fatores a taxa de natalidade era controlada através de fatores naturais, como o período de lactação, além de métodos contraceptivos naturais (uso de plantas abortivas), e fatores externos como doenças que atingiam mulheres e crianças, desnutrição e baixa expectativa de vida.

Um fator destacado por Stearns (2006, p. 23), é que nas representações encontradas de artes primitivas era raro aparecerem crianças, e que os caçadores-coletores não enterravam os filhos menores de cinco anos que vinham a óbito. Isto não consistia no fato de que os pais não se importavam com os filhos, mas que tinham consciência de que diante das condições objetivas do período e realidade era esperado que algumas crianças não chegassem a idade adulta.

Os caçadores-coletores tinham um tempo em que brincavam com as crianças, visto que o trabalho não era determinado por longas jornadas e no ato do brincar as primeiras diferenças sociais da sociedade começam a existir.

> [...] muitas sociedades caçadoras-coletoras começaram bem cedo a oferecer divertimentos extras para crianças das famílias dos líderes – os primeiros exemplos do uso de crianças para expressar diferenças sociais, uma prática que obviamente subsiste, embora de outras formas, até os dias de hoje. (STEARNS, 2006, p. 24).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A passagem do universo infantil para o adulto se dava muito cedo, algumas vezes precocemente, no qual os meninos iniciavam a passagem de uma fase a outra através dos rituais de caça e as meninas eram destinadas ao casamento ainda na adolescência.

Na substituição da caça e coleta pela agricultura, o universo infantil começa a sofrer algumas modificações. "É importante lembrar que a agricultura introduziu algumas das maiores modificações na infância que a espécie humana jamais experimentou." (STEARNS, 2006, p. 34).

Nas sociedades agrícolas as crianças começaram a ingressar mais ativamente no mundo do trabalho, não sendo vistas como um problema, mas sim como um meio de ajuda para a família. "A infância se tornou mais importante dentro da sociedade, tanto econômica quanto quantitativamente." (STEARNS, 2006, p. 27).

As crianças, quando entram na adolescência ingressam no trabalho nos campos, e a taxa de natalidade começa a aumentar quando comparada as caçadoras-coletoras.

> As crianças não dispunham de meios próprios de sustento antes da adolescência, mas em meados da adolescência podiam contribuir ativamente para a economia familiar, trabalhando nos campos e ao redor da casa.
> Não temos noção exata de quando as famílias da era agrícola perceberam que as crianças podiam ser uma força de trabalho essencial. Sabemos que as taxas de natalidade começaram a subir bem rápido [...].
> [...]. Grande parte das sociedades agrícolas registrou um número maior de crianças nas famílias mais abastadas do que nas menos ricas, uma vez que essas famílias tinham meios de sustentá-las. (STEARNS, 2006, p. 26).

Mesmo com o aumento da taxa natalidade os índices de mortalidade ainda eram elevado, a fome persistia mesmo com o sistema de agricultura familiar, além de acidentes de trabalho, bem como doenças, persistindo assim os índices de mortalidade infantil.

Cabe destacar que nas sociedades agrícolas o trabalho passa a ser central, no qual crianças e adolescentes são incluídos nas tarefas diárias.

> Crianças pequenas poderiam ajudar as mães nas atividades domésticas; crianças um pouco mais velhas poderiam tomar conta de animais domesticados e auxiliar em trabalhos mais leves nos campos, inclusive a coleta. Meninos adolescentes poderiam caçar, como auxilio à produção principal, mas o ponto-chave era a atividade de trabalho regular como parte da equipe de trabalho da família. (STEARNS, 2006, p. 28).

As diferenças sociais também estava presente nestas sociedades e era possível de ser observada na estatura das crianças, visto que crianças de famílias mais abastadas se desenvolviam melhor e crianças de classes com menor poder econômico sofriam de déficit nutricional.

As sociedades agrícolas eram patriarcais e o poder do homem sobressaia ao da mulher na criação dos filhos (STEARNS, 2006, p. 32). Em relação as famílias, os laços familiares com a família extensa eram valorizados, e a maioria dos pais cuidava diretamente dos filhos, com exceção das famílias de maior poder aquisitivo.

Stearns (2006, p. 34) destaca que nos dias atuais herdamos costumes e tradições das sociedades agrícolas em relação as crianças, como as férias escolares no verão e que a vida no campo é benéfica para as crianças.

Na Roma Antiga, situação da infância e adolescência não obteve grande avanço, visto que algumas questões ainda se faziam presentes e outras surgiam. A mortalidade, aborto e abandono de

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

crianças era legitimado nestas sociedades. O abandono de crianças era frequente e normal, no qual questões financeiras também exerciam influencia, além do fato do abandono de meninas ser maior do que em relação ao de meninos.

> A criança que o pai não levantar será exposta diante da casa ou num monturo público; quem quiser que a recolha. Igualmente será enjeitada se o pai estiver ausente, o tive ordenado à mulher grávida [...] Enjeitavam ou afogavam crianças malformadas (nisso não havia raiva, e sim razão, diz Sêneca: É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada), ou ainda os filhos de sua filha que "cometeu uma falta". Entretanto, o abandono dos filhos legítimos tinha como causa principal a miséria de uns e a política patrimonial de outros. [...] Contudo mesmo os mais ricos podiam enjeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentárias já estabelecidas (VEYNE, 1989 p.24).

A aceitação ou não de um filho que nascia dependia do pai, do homem, observando aqui a posição de inferioridade da mulher. "Os recém nascidos só vem ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe da família; [...]." (VEYNE, 1989, p.23).
Na Grécia Antiga não era diferente. O assassinato ou abandono de crianças portadoras de deficiência ou que nasciam com má formação era justificado, a exemplo do caso de Esparta:

> De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia. (PESSOTTI, 1984, p. 3).

A violência contra criança na Grécia Antiga, desde seu nascimento era justificada e utilizada como argumento para desenvolvimento da sociedade.

Chegando na Idade Média a situação da infância não atinge novo patamar em relação a proteção e sentimento. A criança era considerada e vista como um miniadulto, sem personalidade própria, no qual a morte não era sentida e aquela criança logo poderia ser substituída por outro filho que o casal viesse a ter. *"A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade."* (ARIÈS, 1981, p. 10, grifo do autor).
A educação tem um papel importante em relação a infância, pois no ambiente escolar as crianças começam a ser separadas dos adultos a partir do século XIV, na qual os homens ingressaram primeiro, sendo destinado a mulher a educação doméstica. "Além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada." (ARIÈS, 1981, p. 126). A educação feminina era voltada ao casamento, que ocorria ainda na infância.

> As meninas eram educadas por suas mães, mal sabiam ler ou escrever. Sua educação era voltada para o casamento, aprendendo serviços domésticos e como coordenar uma casa. O casamento de meninas ocorria muito cedo, com cerca de 10 anos de idade. O ingresso das meninas no universo escolar se deu somente no século XVII, com dois séculos de atraso em relação aos meninos. (BEZERRA, PIANA, ANDRADE, 2018, p. 26-27).

As meninas neste período estavam sempre em um patamar inferior aos meninos. O nascimento de um menino era considerado um fato extraordinário para a família, ao contrário do nascimento de uma menina, que era considerado um pecado ou enfermidade por parte dos pais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

O índice de mortalidade infantil também era alto, devido os cuidados em relação as crianças não serem questionados e transmitidos de geração em geração, além do fato de uma criança que viesse a óbito ser facilmente substituída por um outro filho que nascia, situação que começa a mudar a partir do século XVII.

> Com o passar do tempo e a cristianização dos costumes cristãos, este cenário começa a sofrer transformações e a criança recebe mais atenção por parte das famílias. A preocupação em vacinar os filhos contra a varíola, no século XVII desencadeia uma série de fatores que geram preocupações sobre o desenvolvimento das crianças, como as altas taxas de mortalidade. Algumas questões de higiene passam a ser adotadas, bem como o controle de natalidade, mudando a demografia da época. (BEZERRA, 2017, p. 39).

A começa a ter centralidade na família, que começa a se preocupar com os cuidados dos filhos, além de sua criação e educação, gerando um sentimento pela infância.

> A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. [...]. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno da família. (ARIÈS, 1981, p. 194).

Com o passar do tempo e a instauração do sistema capitalista, a criança pobre é destinada ao trabalho desde muito cedo, preferencialmente nas indústrias de tear, no qual sua baixa estatura e seus membros ainda em formação, eram ideais para o manuseio das maquinas, causando muitos acidentes de trabalho, com mortes e mutilações de crianças.

As crianças da classe operária estavam expostas a longas jornadas de trabalho, eram exploradas, consideradas mão-de-obra barata, e inseridas em ambientes de trabalho com condições insalubres.

> As crianças, ocupadas na bobinagem e na confecção das bainhas, sofrem efeitos deletérios à sua saúde e à sua constituição física; trabalham desde os seis ou sete anos, dez a doze horas por dia, em pequenos espaços e sob uma atmosfera asfixiante; muitas desmaiam durante o trabalho, debilitam-se a ponto de não conseguir realizar as tarefas domésticas mais banais e tornam-se tão míopes que têm de usar óculos desde a infância. Os inspetores constataram sintomas de escrofulose em muitas delas e os industriais recusam-se, em geral, a contratar para suas fábricas os jovens que se ocuparam desse tipo de trabalho, dada a fraqueza que apresentam. (ENGELS, 2010, p. 223).

Diante da precarização do trabalho, a classe operária começa a se organizar e lutar por seus direitos, nos quais a infância também é beneficiada.

> Com o passar dos anos e a luta de classes, em que os trabalhadores começam a reivindicar seus direitos, as condições de trabalho das crianças vão sofrendo mudanças e regulamentações por leis. Atualmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda como idade mínima a partir de 16 anos, e em alguns casos, quando não há prejuízo à saúde, a idade de 14 anos na condição de aprendiz. (BEZERRA, 2017, p. 41).

Um longo caminho foi trilhado, e no século XX a infância e adolescência são inseridas na agenda mundial. A partir de então estas passam a ser protegidas e terem seus direitos garantidos por leis, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Criança em 1959, considerada um marco, que garante os direitos e liberdades que toda criança possui para um desenvolvimento saudável e infância garantida.

No caso do Brasil, a história da criança e adolescente não difere da história mundial e a proteção integral de seus direitos vem a partir de mobilizações e organizações da sociedade civil, movimentos socais e população na década de 1980, quando o cenário político brasileiro começa a sofrer algumas transformações, culminando na Constituição Federal de 1988 (CF/88), com destaque especial para seu artigo 227 (BRASIL, 2016), que coloca como dever as família, sociedade e estado assegurar os direitos de crianças e adolescentes.

A promulgação da CF/88 serve de inspiração e base para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2015), que garante a proteção integral e prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros. Anteriormente as legislações existentes eram de caráter repressivo e moralista, no sentido de punir e disciplinar o então "menor" em situação irregular.

Mesmo com todas as proteções afiançadas, muitas crianças e adolescentes se encontram longe de viver uma infância e adolescência como é preconizada pelo ECA, pois tem seus direitos violados diariamente, e muitas vezes ficam invisíveis aos olhos da sociedade e poder público.

Crianças e adolescentes cada vez mais vêm sendo vítimas frequentes de violência no Brasil, quadro que se agravou com a chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil no ano de 2020, elevando os índices de violações de direitos que este segmento é vítima frequente.

Infância, adolescência e a sombra da violência no Brasil

Conforme mencionado anteriormente, a legislação brasileira de proteção à infância e adolescência não garante a proteção integral de milhares de crianças e adolescentes no Brasil, que vêm sendo expostos as mais diversas violações de direitos.

> Entre 2010 e 2020, pelo menos 103.149 crianças e adolescentes com idades de até 19 anos morreram no Brasil, vítimas de agressão, segundo levantamento divulgado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Do total, cerca de 2 mil vítimas tinham menos de 4 anos. (PEDUZZI, 2021).

A violência mata milhares de crianças e adolescentes todos os anos no Brasil, e os números continuam aumentando ano após ano, levando a vida dos "pequenos brasileiros", que muitas vezes não têm como se defender, desde muito cedo.

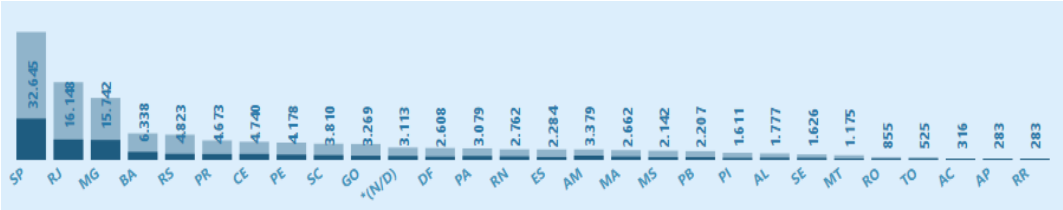
O Brasil, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2021) possui o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), que compila as denúncias de violências contra alguns segmentos, dentre eles: violência contra mulher, violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra crianças e adolescentes, pessoa idosa, pessoa socialmente vulnerável, pessoa com deficiência, pessoa em restrição de liberdade, população LGBT e pessoa em situação de rua.

Os dados divulgados através do Painel da ONDH (BRASIL, 2021), revelam que no primeiro semestre de 2020, foram registrados no Brasil 53.525 denúncias e 266.930 violações de direitos de crianças e adolescentes. No período de 01/07/2020 a 05/11/2021 o número de denúncias chega

a 129.053, e as violações 437.269, no qual o segmento criança e adolescente representou 30,56% do total de violações entre todos os segmentos.

É possível observar também as violação registradas por cada estado brasileiro, no qual alguns apresentam incides mais elevados que outros, o que não significa que a violência não está presente nestes estados, mas que na realidade são menos denunciadas, o que demonstra que muitas crianças e adolescentes estão expostos a violência, sem saber por quanto tempo terão seus direitos violados.

Gráfico 1 – Denúncias de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes por Estado



*Dados não declarados

FONTE: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2021).

Através do gráfico é possível observar que os estados da região sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, são os que concentram os maiores números de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes comparado a outros estados e a situação tende a piorar.

Conforme divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BUENO; LIMA, 2021, p. 15), o ano de 2020 não foi um dos melhores para a infância e adolescência brasileira, no qual o índice de violência intencional contra esse segmento aumentou quando comparado com o ano de 2019, demostrando que o isolamento social contribuiu no aumento dos índices.

Imagem 1 – Violência contra crianças e adolescentes

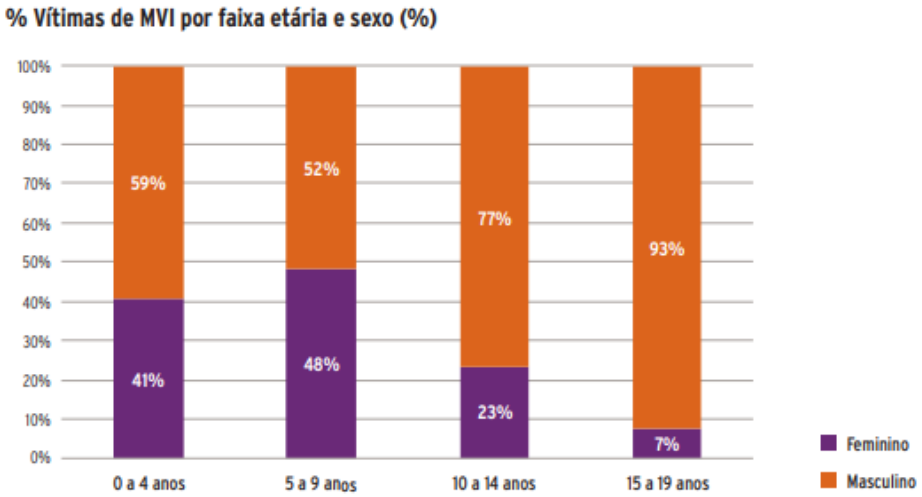
FONTE: Bueno e Lima (2021, p. 15).

Mais da metade de crianças assassinadas em 2020 no Brasil tinham até 4 anos de idade, e o número de adolescentes assassinados é mais de vinte vezes maior quando comparado ao número de crianças. "Há mais de dois anos, portanto, que morrem 17 crianças e adolescentes por dia no

Brasil. A cada duas horas que passam, pelo menos, mais uma dessas vidas se perdem." (REINACH, 2021, p. 226-227).

O gráfico a seguir apresenta a faixa etária e sexo das crianças e adolescentes vítimas de morte violenta no ano de 2020 no Brasil.

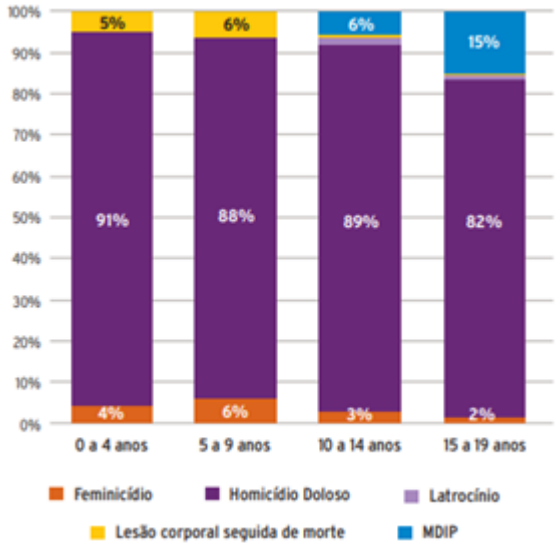
Gráfico 2 – Crianças e adolescentes vítimas de morte violenta por faixa etária e sexo



FONTE: Reinach. (2021, p. 229).

Nota-se que a maioria das mortes ocorridas são de crianças e adolescentes do sexo masculino e que os adolescentes de 15 a 19 anos são as maiores vítimas de mortes violentas, assim como na faixa etária de 10 a 14 anos de idade. Sobre o tipo de crime pelo quais são vítimas, observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Crianças e adolescentes vítimas de morte violenta por faixa etária e tipo de crime %



FONTE: Reinach. (2021, p. 231).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A maioria das crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio doloso, quando se tem a intenção de matar e as maiores vítimas de feminicídio são aquelas entre 05 a 09 anos de idade. Um fato que merece destaque é que quando as crianças passam para a fase da adolescência estas ficam mais expostas a violência, visto que conforme o gráfico 3, ao atingirem a idade entre 10 a 14 anos e 15 a 19 anos, os crimes latrocínio e mortes decorrentes de intervenções policiais começam a aparecer, o que evidencia que a adolescência brasileira encontra-se mais exposta a violência.

Outro ponto que merece destaque é que quando falamos sobre a violência contra crianças e adolescente não podemos deixar de falar sobre a violência sexual, umas das mais cruéis violações contra seus direitos humanos, é uma violência que "[...] caracteriza-se por atividades sexuais inapropriadas para a idade e o desenvolvimento psicossexual de crianças e adolescentes. Pode ocorrer por meio de sedução, ameaça, chantagem ou força." (GRACIANI et al., 2013, p.49). Os dados revelam que a maior parte das vítimas de violência sexual no Brasil são as crianças.

> [...] mais de 60% das vítimas de estupro no Brasil em 2020 tinham até 13 anos. A distribuição por faixa etária demonstra que, dentre as vítimas de 0 a 19 anos, o número de vítimas tem o seu pico na faixa etária de 10 a 13 anos de idade (37%). Porém, os percentuais são altos também nas faixas etárias de 0 a 4 anos (14%) e de 5 a 9 anos (26%). (REINACH, 2021, p. 234).

As vítimas em sua maioria são do sexo feminino, expressão de uma sociedade patriarcal e machista que ainda vê e tem a mulher como um objeto e em condição de inferioridade. "Do total de vítimas de 0 a 19 anos, 85% são do sexo feminino. Dentre essas vítimas, 13% tinham entre 0 e 4 anos, 24% entre 5 e 9 anos, 38% entre 10 e 13 anos e 25% entre 14 e 19 anos. Ou seja, 75% das vítimas do sexo feminino tinham entre 0 e 13 anos." (REINACH, 2021, p. 235). Os meninos também são vítimas desta violação, mas em quantidade inferior se comparado as meninas.

Todos os dados e números apresentados até aqui reforçam que a infância e adolescência continuam sendo vítimas da violência no país, mesmo com legislações existentes, demonstrando que o Brasil ainda tem muito no que avançar para proteger integralmente suas crianças e adolescentes.

Considerações Finais

Diante das considerações apresentadas é possível refletirmos que não basta apenas as legislações existirem no papel, elas precisam ser colocadas em prática e executadas, pois muitas crianças e adolescentes brasileiros estão longe de viverem uma infância como preconizada no ECA, com todos os direitos e garantias asseguradas, livres de toda e qualquer forma de violação de direitos.

Cabe a cada um de lutar pelos direitos da infância e adolescência, pois estes não podem esperar, precisam do hoje, do agora, pois muitos estão expostos diariamente a muitas outras formas de violência além das mencionadas neste trabalho, como a fome, a miséria, a falta de acesso a política de educação, saúde, condições de moradia precária que os colocam em situação de risco.

As crianças e adolescentes precisam de cada um de nós, sua vida e futuro não podem esperar mais longos anos para terem seus direitos garantidos, a eles temos que dedicar o hoje.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BEZERRA, Mayara Simon. **Infância descolorida**: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar. 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

BEZERRA, Mayara Simon; PIANA Maria Cristina; ANDRADE, Suzana Batista de. *In:* PIANA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Org. **Voz e vez:** reflexões sobre a infância e adolescência no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh. Acesso em: 15 nov. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Org. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/engels-a-situac3a7c3a3o-da-classe-trabalhadora-na-inglaterra-boitempo.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

GRACIANI, Maria Stela Santos et al. **Crianças e adolescentes têm direitos:** conheça o Sistema de Garantia de Direitos e saiba como participar. São Paulo: CONDECA: Manufatura de Idéias, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.** Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002. Acesso em 13 nov. 2021.

PEDUZZI, Pedro. SBP: violência mata mais de 103 mil crianças e adolescentes no Brasil: Óbitos ocorreram entre 2010 e 2020. **Agência Brasil**, Brasília, 14 abr. 2021. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sbp-violencia-mata-mais-de-103-mil-criancas-e-adolescentes-no-brasil. Acesso em 20 nov. 2021.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo, EDUSP, 1984.

REINACH, Sofia. A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. *In:* BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Org. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

STEARNS, Peter Nathaniel. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

VEYNE, Paul. O Império Romano. *In:* VEYNE, Paul. (org.). **História da vida privada 1**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

CARTOGRAFIA DE PROTESTOS: MEMÓRIA E HISTORICIDADE NAS PERFORMANCES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Nádia Maria Weber Santos[1]

Partindo de imagens contemporâneas de atos de protestos, tomadas em mídias diversas e, também, ao vivo e nas redes sociais, relacionamos imagens históricas de diversos protestos e estudamos os processos (regimes de historicidade, Hartog, 1996) pelos quais as performances dos gestos, dos corpos e das atitudes dos cidadãos em manifestações públicas relacionam-se a expressões humanas de luta e de embates através dos tempos e representam, num contexto contemporâneo, momentos simbólicos de lutas coletivas. A busca pela historicidade, pela sensibilidade e pela memória das lutas, em atos de protestos e através de suas imagens, amplia-se a outros movimentos de outros períodos históricos, no Brasil, chegando até às manifestações [consideradas paradigmáticas] de maio de 1968 na França. Este texto é um pequeno recorte desta pesquisa mais ampla, em andamento, da bolsa de produtividade (PQ) do CNPq[2], intentando refletir sobre as performances dos protestos do **Movimento dos Servidores da Fundação Piratini** de Porto Alegre/RS, no final de 2016, e da manifestação de artistas e da população LGBTQIA+ quando do fechamento da exposição **Queer Museu – cartografias da diferença na arte brasileira**, em setembro de 2017 no Santander Cultural de Porto Alegre.

Para Hartog (1996), regime de historicidade refere-se a uma expressão da experiência temporal, organizando o passado como uma sequência de estruturas. "Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo" (HARTOG, 1996, p.96), dotando de um ritmo a marca do tempo. Conforme o autor, "um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento", dando ritmo à escrita do tempo e representando "uma "ordem" à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais frequentemente) da qual queremos escapar, procurando elaborar outra". (HARTOG, 1996, p.129).

Os corpos, os gestos, os discursos nos momentos de protestos foram além de suas concretudes para se tornarem imagens críticas de movimentos, ficando na memória da sociedade e reatualizando o passado nas lutas do presente, nas performances das ações. São cotejadas algumas imagens, investigadas em situações de protestos e atos públicos, cujo recorte temporal e espacial

[1] PPG em Performances Culturais (PPGIPC), Universidade Federal de Goiás. Bolsista PQ/CNPq (Produtividade em pesquisa, nível 2). nnmmws@gmail.com

[2] A pesquisa chama-se **CARTOGRAFIA DE PROTESTOS: Memória e historicidade nas performances de manifestações públicas** e foi contemplada com a Bolsa de Produtividade CNPq, chamada PQ 2018, vigência março 2019 a fevereiro 2022. Esta pesquisa já foi apresentada em evento de 2019 em Paris (Congresso ABRE) e, em função da pandemia do Covid-19, transformou-se em uma investigação bibliográfica e de imagens em redes sociais. Foi impossível a pesquisa presencial em arquivos em 2020, devido às restrições e regras sanitárias. Portanto, apenas as imagens em arquivos digitalizados com acesso remoto ou em redes sociais foram pesquisadas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

se dá pela relevância das mesmas no contexto social e democrático do Brasil e respeitando suas especificidades.

Figura 1 – Movimento dos servidores da Fundação Piratini. Ângulo frontal. 26-12-2016
Fonte: Autoria e Acervo da pesquisadora

Imagem 2 – Movimento dos servidores da Fundação Piratini. Ângulo frontal. 26-12-2016
Fonte: Sul21. Autoria Guilherme Santos.

As imagens acima, 1 e 2, foram tomadas em 26 de dezembro de 2016, no dia em que os servidores da *Fundação Piratini* (TVE e FM Cultura) de comunicação pública do Rio Grande do Sul foram impedidos de entrar no prédio da emissora para trabalhar, após a votação na Assembleia Legislativa do projeto de lei (PL 246) que extingue a fundação, depois de 42 anos de funcionamento. Eles estão com mordaças, no pórtico de entrada da emissora e reivindicam poder entrar em seu ambiente de trabalho, uma vez que não foram demitidos até aquele momento e nem a Fundação tinha sido extinta oficialmente. A imagem desse ato de protesto é carregada de significados e demonstra, em sua materialidade performática, uma *práxis* de luta, que atualiza uma experiência e representa, no tempo presente, memórias de outras lutas.

Imagem 3: Movimento Dos Servidores da Fundação Piratini na Praça da Matriz, Porto Alegre, dezembro de 2016
Fonte: Sul 21, Foto de Guilherme Santos, Twitter, dezembro de 2016.

Imagem 4: Movimento Dos Servidores da Fundação Piratini na Praça da Matriz, Porto Alegre, dezembro de 2016.
Fonte: Instagram, dezembro de 2016.

As imagens 3 e 4, retiradas de redes sociais, são o mesmo movimento, porém, alguns dias antes, em praça pública, Praça da Matriz em Porto Alegre, em novembro e dezembro de 2016, onde houve acampamento dos servidores até a votação na AL em dezembro do projeto Lei que fecharia a Fundação Piratini.

Em novembro de 2016, o governador Sartori (PMDB) enviou para votação na Assembleia Legislativa os projetos (PLs 246, 240 e 301) de extinção de 9 Fundações Públicas do RS (ligadas à cultura, ciência, pesquisa, saúde e tecnologia[3]), alegando necessidade de enxugamento de gastos

[3] Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec); Fundação Cultural Piratini (FPC, que mantém a TVE); Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Fundação de Economia e Estatística (FEE); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps); Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF); Fundação de Zoobotânica (FZB); Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Ver detalhes em http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-extinge-nove-fundacoes-e-reduz-numero-de-secretarias-no-rs.html. Acessado em 25/07/2021.

no Estado (dentro de uma votação maior, do pacote de ajustes fiscais) - e prevendo a demissão de aproximadamente 1200 funcionários, entre servidores e cargos de comissão. O PL 246 (que incluía a Fundação Piratini) foi aprovado por 30 a 23 votos na AL. Este processo ocasionou uma grande disputa entre os servidores, a sociedade e o Estado e seus governantes, culminando em dias de guerra na Praça da Matriz em Porto Alegre, dias estes que antecederam a noite da votação do pacote na AL, 21 de dezembro. Desde meados do segundo semestre de 2016, foram criados movimentos para preservação da Fundação Piratini por parte dos servidores e as redes sociais ficaram repletas de depoimentos, notícias, gritos de embates – a grande maioria contra a extinção da Fundação Piratini. Alguns atos-shows-debates foram organizados pelos artistas e intelectuais da capital, principalmente em duas praças públicas relevantes da cidade (Parque Farroupilha/Redenção e Praça da Matriz, onde ficam as sedes dos poderes) e mobilizaram milhares de pessoas.

Os protestos são formas de manifestações democráticas, públicas ou privadas, que demonstram o descontentamento em relação a questões cruciais em determinado momento histórico de uma sociedade. Quando o protesto é coletivo, as pessoas protestam contra algo, pois não estão de acordo ou satisfeitas com determinada atitude ou ação – seja de governos, de empresas, etc. Os protestos podem ter inúmeros motivos, sejam de interesses pessoais ou coletivos, envolvendo um ou vários grupos sociais e também podem se manifestar de diversos modos: caminhadas e marchas ('passeatas') pelas ruas das cidades com cartazes, por exemplo, com rostos e corpos pintados ou não; reunião de pessoas em determinado local público, com gestuais expressivos, cartazes e discursos; e mais recentemente são utilizados outros meios, como os 'panelaços' (batidas de panelas) ou 'carreatas' (sequência de carros em movimento pelas ruas de uma cidade), entre outros.

Ao longo do século XX, principalmente após a segunda Grande Guerra e na segunda metade do século, vimos eclodir diversos movimentos coletivos e públicos no Brasil e no mundo, que se propuseram a pautar novos rumos para as discussões e ações concretas que tratam do homem e sua vivência em sociedade. Assim, todas as áreas da convivência humana em um ou outro momento histórico foram motivo de projetos coletivos de transformação. No comportamento, na economia, na política, no social, na cultura, na ecologia e em tantos outros campos, grupos que se preocupam com a transformação da sociedade em um espaço mais justo e inclusivo, com respeito à diversidade de pensamento e cultural, mobilizaram-se em atos de luta e de protesto na tentativa de mudança do *status quo*. São exemplos destes movimentos as manifestações feministas, aquelas contra o racismo, as de afirmação de gênero, outras contra a homofobia, as manifestações em defesa da distribuição de renda, de denúncia do fascismo, de totalitarismos, contra arrochos e políticas econômicas neoliberais, etc. Característica percebida também nestes movimentos é a articulação em rede, ou seja, normalmente um protesto de um tema determinado perpassa obrigatoriamente outras áreas de tensões sociais ou de comportamento.

As imagens de protestos abundam nas mídias televisivas e jornalísticas. Algumas delas são icônicas e representativas de um imaginário coletivo que se reatualiza de tempos em tempos, conforme as necessidades de grupos e coletivos que articulam mudanças ou a garantia de direitos já conquistados (ameaçados de retrocesso). Mesmo considerando que o campo midiático funciona como um retro-alimentador das políticas que interessam aos grandes grupos de poder econômico

e político (pensando-se aqui na imprensa e conglomerados jornalísticos impressos, de rádio e televisão que se articulam naquilo que convenciona-se chamar de "grande mídia"), há nestes mesmos veículos espaços que se tornam "brechas", nos quais, imagens e temas se articulam em desacordo ou contraponto aos interesses dominantes, à revelia das intenções de editores e construtores das notícias e narrativas do nosso tempo (uma história, em geral, apresentada pelo olhar da sociedade tradicional). Nestas brechas, mesmo que proporcionalmente em menor espaço midiático e destaque que os temas de interesse neoliberal, o campo alternativo contrário ao pensamento hegemônico se mostra potente em suas imagens.

Os regimes de historicidade não operam, evidentemente, de forma isolada, pois podem ser simultâneos, "apresentando-se um em predominância aos outros em alguns momentos, ou em absoluta tensão entre eles" (MELLO, 2016, p.239).

Os atos de protestos são pensados como momentos de experiência, sensibilidade e memória, onde pode haver a predominância de regimes de historicidades, "cujo espaço da experiência é mais alargado em função de continuidades do passado ainda fortemente presentes, havendo alguma projeção para o futuro, sem que com isso haja rompimento, ao menos aparente, com o passado". (MELLO, 2016, p.240)

Nos atos performáticos dos protestos, identificam-se performances que funcionam como atos de transferência vitais (TAYLOR, 2013, p.27), as quais transmitem conhecimento, memória e um sentido de identidade social.

O caráter histórico do imaginário coletivo de uma época pode se transmitir a outra época exatamente através dos símbolos de lutas que, muitas vezes, se tornam universais e se repetem. É o caso das mordaças, conforme será visto a seguir.

Um dos dados que chama a atenção em muitas imagens de protestos é a utilização das mordaças, pretas ou brancas (imagens 1 e 2, acima), ou feitas com a própria camisa usada, ou mesmo com as faixas que impedem a entrada de um prédio (imagens 5 e 6, a seguir), simbolizando o fato de serem impedidos de falar, de se manifestar, ou de serem calados – o que remonta a momentos ditatoriais pelo mundo todo ou momentos repressivos (vide mais recentemente as mulheres que usaram mordaças no centro do Rio de Janeiro em protesto à morte da vereadora Marielle Franco e explicaram que se sentiam representadas por ela e, com seu assassinato, calaram sua voz e sua representatividade).

A mordaça é uma imagem que se utiliza para representar tudo aquilo que não pode ter mais voz. Mais um exemplo contemporâneo, é a Lei da Mordaça, como acabou por ser conhecida a lei do PL 193/2016, que inclui o "Projeto Escola sem partido", pois entende-se que os professores e os alunos têm o direito de se manifestar em sala de aula, neste binômio que se constitui o ensino e a aprendizagem da realidade em que vivemos, e que, se forem amordaçados, o debate crítico, que condiz com a verdadeira educação, será eliminado.

Há várias representações, através dos tempos, de mordaças conotando castigo, submissão, ausência de cidadania, assim como há outros gestuais em levantes modernos denotando lutas e protestos, como pinturas no rosto. (DIDI-HUBERMAN, 2018) Por exemplo, algumas representações pictóricas da época da escravidão no Brasil mostram os negros com espécies de mordaças nas bocas, que conotam castigos impostos pelos seus 'senhores'. Atualmente, algumas

religiões africanas no Brasil também mostram imagens de orixás e entidades afrodescendentes com mordaças, simbolizando as agressões que a religião e seus seguidores têm sofrido atualmente.

Imagem 5 – Protesto em frente ao Santander Cultural. Porto Alegre.
Fonte: Sul 21, foto de Guilherme Santos, 12/09/2017.[4]

Imagem 6 – Protesto em frente ao Santander Cultural, com performance de beijo gay. Porto Alegre.
Fonte: Sul 21, foto de Guilherme Santos, 12/09/2017.[5]

[4] Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/09/ativistas-lgbt-protestam-contra-fechamento-de-exposicao-no-santander-e-por-visibilidade . Acessado em 25/07/2021.
[5] Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/09/ativistas-lgbt-protestam-contra-fechamento-de-exposicao-no-santander-e-por-visibilidade . Acessado em 25/07/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Também as mordaças foram utilizadas por artistas e por alguns ativistas LGBTQIA+ (imagens 5 e 6, acima), como forma de protesto contra o fechamento da exposição "Queer Museu – cartografias da diferença na arte brasileira", de curadoria do crítico de arte Gaudêncio Fidélis, em setembro de 2017, no Santander Cultural, no centro de Porto Alegre. Feitas com fitas pretas/amarelas, geralmente usadas para impedir algo (estacionamentos em lugares proibidos, entradas de obras, prédios, etc.), e que os manifestantes colocaram na escadaria do Santander[6], as mordaças aqui simbolizaram o silenciamento da arte ali exposta, tanto quanto das pessoas LGBT representadas nas obras ou nos artistas. Foi realizada, entre outras, uma performance de um beijo gay na porta da instituição (imagem 6) como forma de mostrar a realidade natural das relações, enquanto os manifestantes com mordaças mostravam fotos das obras censuradas e cartazes contra essa censura. Segundo Fidélis, a exposição era "sobre criar plataformas de expressão sobre identidade de gênero, sobre orientação sexual, sobre liberdade, diferença e diversidade" (Entrevista, SUL21, 12/9/2021)[7]

Essa exposição, que em Porto Alegre foi acusada de apologia à zoofilia, à pedofilia, de ataque à religião cristã e sofreu uma grande ação difamatória em redes sociais pelo MBL (Movimento Brasil Livre), foi realizada um ano depois, em setembro de 2018, no Parque Lage no Rio de Janeiro, com um sucesso de público e de venda de seu catálogo, a partir de um grande financiamento coletivo. A exposição congregou um conjunto de 264 obras de 85 artistas, dentre eles alguns consagrados na história da arte brasileira, como Lygia Clark, Fernando Baril, Adriana Varejão, Alfredo Volpi, Bia Leite, Cândido Portinari, Leonilson, entre tantos outros. "Provenientes de coleções públicas e privadas, as obras são igualmente representativas da diversidade estética, geográfica e geracional da produção artística do Brasil. " [8]

Ao ritualizar a metáfora do silenciamento de suas vozes, criam-se situações performativas que potencializam as imagens que são difundidas na imprensa e, atualmente, nas redes sociais, sobre aquilo que está sendo reivindicado ou contestado. O drama social (TURNER, 2008) que os manifestantes estavam vivendo foi traduzido em mordaças (impossibilidade de falar) para tornar público um discurso revelador: um cenário às avessas no qual deixariam de se expressar como principal instrumento de transformação para a maioria da população. (SANTOS e SILVA, 2018)

Ao ocupar os espaços públicos com seus "gritos mudos", os manifestantes transformaram a realidade em discurso não verbal (metáfora que simbolizava a crise). Com suas mordaças, punhos erguidos e postura corporal de guerreiros, os protestantes reivindicavam o prosseguimento daquilo que detonou suas lutas. Uma imagem crítica que, ao ser olhada por nós, revela-se crítica deste olhar, simbolizando de súbito a memória de lutas já travadas há alguns anos e a reivindicação de seu oposto: que suas lutas não sejam caladas. Um grito mudo, mas que é um grito. "É assim que se entrelaçam, na aura, a onipotência do olhar e a de uma memória que se percorre como quem se perde numa "floresta de símbolos". (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.150)

[6] Ver mais fotos da manifestação em https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/09/ativistas-lgbt-protestam-contra-fechamento-de-exposicao-no-santander-e-por-visibilidade . Acessado em 25/07/2021.
[7] Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/09/ativistas-lgbt-protestam-contra-fechamento-de-exposicao-no-santander-e-por-visibilidade . Acessado em 25/07/2021.
[8] Disponível em: http://eavparquelage.rj.gov.br/queermuseu/ . Acessado em 25/07/2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Os corpos, os gestos, os discursos, as performances nestes momentos de protestos foram além de suas concretudes para se tornarem imagens críticas e simbólicas de movimentos, ficando na memória da sociedade e reatualizando o passado nas lutas do presente, nas performances com mordaças, cartazes erguidos e ... um beijo!

Referências

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Levantes**. Catálogo de exposição. Jeu De Paume - Paris/SESC São Paulo. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. 2 ed. São Paulo: editora 34, 2010.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade** [Time, History and the writing of History – KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. O cotidiano, os "regimes de historicidade" e a memória. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236 - 253. set./dez. 2016.

SANTOS, Nádia Maria Weber e SILVA, Newton Pinto da. Uma cartografia dos protestos: performance e sensibilidades nas imagens das manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (rádio e televisão). In: OLIVEIRA, Vânia de. **Performances Urbanas**. Porto Alegre: editora Fi, 2018.

SUL21. Ativistas LGBT protestam contra fechamento de exposição no Santander e por visibilidade. Reportagem. 12/9/2017. Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/09/ativistas-lgbt-protestam-contra-fechamento-de-exposicao-no-santander-e-por-visibilidade/. Acessado em 25/7/2021.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório –** Performance e memória cultural nas Américas. BH: editora UFMG, 2013.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas - Ação simbólica na sociedade humana. Niterói/RJ: EdUFF, 2008.**

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E INTERFACES PÚBLICO-PRIVADAS

Raiza Monteiro Poggiali[1]

O espaço no período contemporâneo é produzido de acordo com as lógicas de reprodução do capital, e quando se trata do espaço construído urbano se tem a ação de diversos sujeitos com papel preponderante da ação do setor imobiliário e do Estado. Segundo a lógica capitalista, de extração de maior lucro do solo urbano e com a atuação do setor imobiliário em consonância com o Estado, a morfologia da cidade é alterada, fazendo com que o espaço apresente disparidades, com a transformação do ambiente construído no intuito de criar espaços alugáveis. Segundo Carlos (2011):

> [...] a generalização do valor de troca no espaço, englobando-o ao mundo da mercadoria aparece como possibilidade de realização do consumo produtivo. O espaço, nesta condição, se reproduz enquanto mercadoria sob a forma de áreas incorporáveis para a construção de prédios [...] a partir das necessidades de crescimento do mercado imobiliário. (CARLOS, 2011, p. 4).

A natureza capitalista do espaço faz com que ele seja classificado de algumas formas, dentre elas a classificação de público e privado. Essa classificação deriva das dinâmicas inerentes aos reflexos dos interesses do setor imobiliário e do Estado. Entretanto, a partir da interação do sujeito com o ambiente, a caracterização binária e jurídica do espaço é extrapolada.

As questões que envolvem a caracterização e definição de público e privado é esforço de alguns autores devido ao fato de as interfaces público-privadas contemporâneas irem além do estatuto jurídico do espaço. Deste modo, a definição de organizações espaciais vai além da oposição binária direta *público versus privado*, com a presença de fronteiras frágeis e mutáveis entre eles.

Para Queiroga (2015), espaço público é aquele de propriedade pública, podendo ou não ser de acesso coletivo. Nesse sentido, constituem espaços que são de aceso irrestrito como as ruas, vias, praças, parques e também espaços com restrição de acesso como prefeituras, instituições de ensino e hospitais. Já o espaço privado é o espaço de propriedade de pessoa física ou jurídica. Da mesma forma que os espaços públicos, no que diz respeito à utilização podem permitir ou não o uso coletivo. Englobam edifícios e suas extensões, parques temáticos, estádios, entre outros.

No que diz respeito à utilização, o espaço urbano se revela mais complexo uma vez que espaços de natureza jurídica pública podem ser de uso coletivo ou de uso restrito, o que se pode verificar de modo semelhante em espaços privados. Desta forma não devem ser feitos reducionismos, baseando-se em regimes de propriedades, como conceitos absolutos e excludentes. Isto devido ao fato de que podem existir espaços juridicamente públicos, que não satisfazem plenamente o uso público e espaços privados em que o uso coletivo pode permitir a realização da vida pública.

[1] Arquiteta e Urbanista. Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora e coordenadora FAU Estácio de Sá UNESA. raizamonteiro@yahoo.com.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Nesse sentido, também aponta Cortês ao afirmar que "o espaço, tanto público quanto privado, é antes de tudo um lugar praticado que aparece – se constitui na ação" (CORTÊS, 2008, p.72).
Carlos (2013), ao discorrer sobre os espaços públicos defende que sua definição não é dada por sua oposição ao privado, mas sim pela multiplicidade de apropriações e diversos sentidos para a sociedade em função de culturas, hábitos, costumes:

> O espaço público, por sua vez, tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não pode ser negligenciado.[...] Portanto, os espaços privados e públicos são marcados por formas de apropriação diferenciadas, enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão/cidade em sua indissociabilidade, apesar de constituírem-se, historicamente, como contraditórios: o dentro e o fora, o individual e o coletivo, o protegido e o violento. (CARLOS, 2013, par. 19).

A autora também destaca que na atualidade o espaço dado como público vem se restringindo à contemplação passiva, assumindo papéis importantes de dissimulação da participação do indivíduo no projeto coletivo da cidade (CARLOS, 2013). Esses espaços mascaram uma importante função dos espaços públicos em sua essência, a posição dos espaços públicos enquanto palco de ação política, como destaca Hannah Arendt (2000) e Jürgen Habermas (2003). Na obra de Arendt, o espaço público aparece enquanto lugar da ação política. Na concepção de Arendt, a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana. Para Gomes (2002), espaço público não é aquilo que não é privado, nem apenas se define pelo acesso livre, é o local da prática da cidadania, de onde se origina um fato político que poderá dar origem a uma nova ordem social.

As transformações inerentes aos espaços derivam-se de ações do setor imobiliário que com a anuência do Estado cria arranjos espaciais novos, marcados pela crescente privatização do espaço e a diminuição da representatividade dos espaços públicos. Isso torna evidente a latência de alguns processos que vem ocorrendo em maior amplitude no ambiente construído contemporâneo: a privatização de espaços públicos tradicionais, delegando à esfera privada a responsabilidade de seu gerenciamento e a manutenção e a proliferação de espaços que se camuflam como espaços públicos através do ideal de uso comum e coletivo, mas que são de iniciativas privadas.
Segundo Serpa (2007), o processo de privatização dos espaços públicos é evidente e provoca a acentuação da segregação socioespacial nas cidades na atualidade. Para o autor, em diversas cidades brasileiras, o lazer e o consumo são os motivos principais dos projetos de produção e transformação dos espaços públicos, que tem como públicos alvos fundamentais as classes médias e as elites. Modelo esse que, segundo o autor, foi inspirado nos projetos de reurbanização norte-americanos, que hoje se espalharam por todo o mundo capitalista (SERPA, 2004). Muitas vezes, a presença desses empreendimentos, a depender de seu porte, aponta até para a criação de novas centralidades, alterando a morfologia da cidade em múltiplos graus de complexidade.
Segundo Gomes (2002), hoje há uma multiplicação de espaços que são comuns, mas que não se configuram como espaço público. Esses fenômenos são evidenciados no ambiente construído através de ações pontuais do Estado com terceirizações, contratos, concessões, gestões compartilhadas. Outra forma de atuação do Estado é através de parcerias público-privadas (PPPs),

que acarretam mudanças de maior magnitude abrangendo instrumentos legislativas que envolvem a escala urbana.

As PPPs integram-se ao ideário do Estado neoliberal com a minimização do papel do Estado e o triunfo dos interesses da cidade-mercadoria. Segundo Silva (2004), elas surgiram com inspiração na iniciativa inglesa denominada *Public-Private Partnership* que tinha por objetivo não sobrecarregar o orçamento do governo através da captação de capital advindo da iniciativa privada. Essa relação entre poder público e privado ocorre em diversos países e se reflete também no Brasil como forma de captar provisões privadas que visariam atender interesses coletivos.

Com o Estado atuando servindo aos interesses do capital, em especial o capital imobiliário, assume a posição dúbia de não colocar em risco a propriedade privada ao passo que também tem por objetivo, garantir a função social e coletiva do espaço. Nesse sentido, Maricato e Ferreira (2002), ao refletirem sobre as alianças público-privadas no Brasil, elencam o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, como marco, em que a função social da propriedade é abordada e são adotados instrumentos legislativos que visam abranger essa finalidade, como a adoção, por exemplo, das operações urbanas consorciadas. Destacam que não se tratou de um instrumento novo, pois já havia sido utilizado em outros locais. No entanto, põe em xeque qual seria a real validade dessas parcerias:

> As operações urbanas podem ir além de um conjunto de lucrativas operações imobiliárias? Elas poderão ser utilizadas de fato para engendrar "melhorias sociais" e "valorização ambiental" como reza o Estatuto da Cidade? Elas constituem essa excepcional fonte de recursos para um poder público falido como apregoam alguns? (MARICATO; FERREIRA, 2002, p. 216).

Compans (2005), Ferreira (2003) e Fix (2011) enxergam a parceria público-privada como instrumento para se viabilizar a cidade-mercadoria no contexto de produção do espaço urbano contemporâneo. Essas parcerias se estabelecem de diversas maneiras e se refletem nas políticas urbanas municipais.

Está presente em processos de renovação urbana- viabilizando a construção e a operação de infraestruturas e equipamentos coletivos; na construção de equipamentos públicos e na destinação de espaços privados ao uso coletivo. Elas são estabelecidas como uma via de mão dupla entre Estado e capital imobiliário. De acordo com Cardoso (1997), "A participação da iniciativa privada, sob a forma de recursos para a realização de obras, tem como contrapartida a transformação dos parâmetros urbanísticos através da permissão para usos antes vedados ou do aumento de potencial construtivo" (CARDOSO, 1997, p. 107).

As parcerias público-privadas fazem com que sejam delineadas formas espaciais distintas inseridas no contexto da cidade como mercadoria. Elas refletem o triunfo do espaço mercadoria através de iniciativas privadas de dominação e a desvalorização do valor de uso do solo ao diminuírem possibilidades de espaços públicos nos cotidianos das pessoas, criando espaços coletivos que apesar de permitirem o uso da população estão sob um controle privado. A intervenção proposta a esses novos empreendimentos fazem com que se torne dúbia a classificação público ou privado, não apenas no que diz respeito a sua conceituação, mas no que tange ao seu uso, ou seja, na interação das pessoas com o espaço. De maneira que a forma edificada interfere no espaço

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

tradicional público ao introduzir o uso coletivo com a articulação de usos. Segundo Mahfuz (2011):

> [...] o espaço público já não se restringe aos tipos básicos de espaço aberto da cidade tradicional, a rua, a praça e o pátio [...] Muitas atividades públicas anteriormente associadas com o espaço aberto, estão se transferindo para o interior dos edifícios que se tem como características principais o uso misto, a tridimensionalidade, a estratificação [...]. (MAHFUZ, 2011, p. 72).

Verifica-se então que a dualidade, *público versus privado*, não contempla a multiplicidade das novas organizações espaciais. O que se percebe são múltiplos espaços com apropriações distintas. Espaços que apesar de não se isentarem da natureza jurídica privada, permitem o uso coletivo da população e espaços públicos de controle privado.

Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e Planos Diretores**: avaliação da experiência recente. Cadernos do IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1/2, 1997.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. Espaço público e "nova urbanidade" no contexto do direito à cidade. **Confins – Revista franco-brasileira de geografia**, São Paulo, n. 18, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8391?lang=pt>.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Unesp, 2005.

FIX, M. A. B**. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAHFUZ, E. C. **Tipo, projeto e método, construção disciplinar**: quatro partidos em debate 1960/2000. Porto Alegre: Marca Visual, 2011.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (Org.). **Estatuto da cidade e reforma Urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

QUEIROGA, E. F.; MEYER, J. F. P.; MACEDO, S. S. Espaços livres de fruição pública: novos instrumentos municipais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Anpur, 2015.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 15
RELAÇÕES ENTRE ESTADOS, CIDADANIA, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE

"*A VIDA É UMA ENTREGA*": O TRABALHO POR PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENTREGA E SUAS RESSONÂNCIAS NEOLIBERAIS

Ester Almeida[1]

Introdução

"Há sem dúvida motivos para ser pessimista, contudo é tão mais necessário abrir os olhos na noite, se deslocar sem descanso, voltar a procurar os vaga-lumes".
Georges Didi-Huberman

O trabalho é uma dimensão importante que atravessa profundamente a vida em determinadas sociedades, principalmente as capitalistas. Sua dinâmica de oferta e procura, ganho e perda, ter ou não ter trabalho, sensibilizam diretamente os modos de vida, bem como elevam a necessidade global de se obter um ofício, que garanta o mínimo de sobrevivência material aos que vivem do trabalho. Ou seja, as "situações de trabalho são microcosmos onde operam forças mais amplas dos campos sociais, econômicos, políticos e históricos" (FERREIRA, 2020a).

A partir da década de 1970, vivenciou-se mundialmente uma reestruturação do modo de produção capitalista que buscou reaver seu padrão de acumulação, de maneira ainda mais crescente e flexível. Diante das greves e levantes populares que inundaram o mundo social no final da década de 1960, era imprescindível que o capital se renovasse, a fim de não perder sua hegemonia (Antunes, 2009a). A era do keynesianismo e do Estado de Bem Estar Social foi deixada para trás e ascendeu então de forma mais acentuada motes como o individualismo, o mérito, e principalmente a concorrência, inaugurando um novo momento do neoliberalismo, dessa vez implementados em práticas governamentais de diversos países.

É a partir da cartilha neoliberal que Antunes (2014) nos apresenta uma nova morfologia do trabalho. O aumento do proletariado de serviços e uma crescente difusão dessa classe, propõe novos redesenhos das formas de trabalho, bem como a descaracterização dessas forças enquanto classe comum trabalhadora. Também surgem novas modalidades como a flexibilização, o empreendedorismo, o voluntariado, cooperativismo, entre outros. Tais reconfigurações são apresentadas enquanto solução para aumentar os índices de ocupação, porém são uma imposição de condições aos trabalhadores para que se aceite a precarização do trabalho.

É produzida uma insegurança em relação ao trabalho e renda que sujeita os trabalhadores à lógica da concorrência (KREIN, 2018). Como Antunes (2009b) aborda, vive-se no risco iminente do não trabalho. Esvazia-se, portanto, seu sentido, tornando-o uma mera forma de sustento.

[1]Psicóloga, educadora popular e mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGP - UFRJ). contato: estercf.almeida@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

No Brasil, tais ideais aparecem, em 1980, com uma breve discussão da reforma sindical, que não andaram. Mais tarde, a Constituição de 1988 traça conquistas, mas não altera o caráter flexível da legislação trabalhista. Com os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso é que se importa a agenda neoliberal inglesa e americana, marcada pela privatização e venda de estatais, produzindo uma menor intervenção do Estado na regulação econômica e consequentemente, das relações de trabalho. Marca-se, então, a entrada do Brasil na globalização financeira (Krein, 2018).

As contradições vivenciadas ao longo dos anos 2000, no Brasil, principalmente em sua primeira década, trazem novas dimensões visíveis no aprofundamento da agenda neoliberal. Ao mesmo tempo que se inclui socialmente o trabalhador através do consumo, aumentando seu poder de compra, e dando base ao financiamento sindical (pela Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais - Lei nº11.648/2008), é possível notar a continuidade da agenda de flexibilização e redução da proteção social. O avanço mundial da lógica neoliberal pressionou, principalmente em meio à crise dos governos do Partido dos Trabalhadores, amplificada e provocada por setores conservadores, ao legislativo brasileiro deliberar sobre as questões trabalhistas. Em 2015, votou-se, por exemplo, o Projeto de Lei nº4330/2004, que regulamenta a terceirização.

O Brasil se aprofunda em uma crise política e econômica, que culmina, em 2016, no impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, abrindo espaço para que a agenda de desmonte dos direitos trabalhistas fosse, de vez, efetivada. Em 2017, é sancionada a Lei nº13.467/2017, com alteração de 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A (contra) reforma trabalhista (KREIN, 2018), possui como eixos a flexibilização das modalidades de contratação, "despadronização" da jornada de trabalho, remuneração variável, aspectos das condições de trabalho (por exemplo, grávidas e lactantes podem agora trabalhar em lugares insalubres), bem como fragilização do sindicalismo, esvaziamento da justiça do trabalho e redução da fiscalização das condições de trabalho. Krein (2018) nos alerta para os impactos substanciais da contrarreforma e destaca que "os trabalhadores ficam submetidos a maiores pressões de resultados e metas e mais subordinados à dinâmica da empresa" (p. 91), bem como à necessidade de se manter no trabalho, mesmo que adoecido, a fim de assegurar o emprego.

É nesse cenário de constante desmonte dos direitos trabalhistas que, em 2020, uma força - microscópica - atravessa o mundo brutalmente. A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, escancarou desigualdades intrínsecas à sociedade brasileira. A fim de diminuir radicalmente o contágio do novo vírus, que já levou mais de 600 mil vidas brasileiras, foi determinado o isolamento social, onde alguns trabalhadores foram elencados como essenciais, enquanto outros transitaram para o *home office* ou perderam seus empregos. De maio a outubro de 2020 o contingente de desempregados aumentou 35,9%; nesse período 3,6 milhões de brasileiros perderam seus empregos, aumentando tal taxa para 14,1%, se consagrando como a maior da série, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mesmo que em curto tempo, os impactos da pandemia do novo coronavírus intensificaram mudanças substanciais no mundo do trabalho. Mas uma modalidade em especial se destacou nesse período, tanto por evidenciar o desemprego e as alternativas existentes para driblá-lo, mostrando ao mundo as consequências da precarização do trabalho, quanto por notabilizar a organização

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

coletiva e política, em prol de direitos, enquanto operações de frestas. Trata-se dos entregadores por plataformas digitais.

Com o desemprego despontando e com uma crise político-econômica-sanitária em curso, era preciso encontrar outras formas de sustento imediato. Em entrevista à Reuters, o vice-presidente da maior empresa de *delivery* que opera no Brasil, a IFood, relata que o aplicativo recebeu 175 mil inscrições para trabalhar na plataforma apenas em março de 2020. O setor é comandado por quatro empresas principais: IFood, Rappi, Loggi e UBER Eats.

O Capital Pandêmico (ANTUNES, 2020) se apresenta, nesse cenário, enquanto a junção do metabolismo anti social do capital (no sentido de seu comportamento e funcionamento necessariamente desigual), a crise estrutural em curso e a crise sanitária do novo coronavírus. Notamos, então, que essa faceta vem realizando, durante esse período, experimentações que visam potencializar as estratégias de exploração do sobretrabalho (entendido como o trabalho excedente gerante de lucro ao patronato).

A informalidade ganha espaço e, como afirma Ferreira (2020b), o "imperativo da competição parasitária transformou os indivíduos em capital humano, em microempresários-empreendedores-de-si-mesmos" (p. 24). Dessa forma, é possível perceber a lógica neoliberal operando no trabalho da entrega.

Com condições de trabalho precárias, maquiadas pela ideia do empreendedorismo, a modalidade adquiriu centralidade ao ser considerada atividade essencial durante o período de isolamento social. Houve uma expressiva demanda do serviço de entregas, com aumento de 24% dos *downloads* das plataformas digitais, em comparação ao mesmo período de 2019, o que contrasta com o aumento da jornada de trabalho e queda da remuneração dos entregadores.

De acordo com a pesquisa da CESIT[2], o aumento das inscrições de novos trabalhadores diminuiu a oferta de chamadas para entregas, resultando em um alongamento da carga horária. Durante a pandemia, 62% dos entrevistados trabalham mais de 9 horas diárias. Porém, a remuneração não acompanhou esse acréscimo: 58,9% relatou baixa do pagamento e 34,4% dos entregadores vivem com renda semanal menor a R$260,00. Para Antunes e Filgueiras (2020) as baixas remunerações do setor são condições necessárias para essa submissão a longas jornadas.

O risco de contágio pelo vírus causador da COVID-19 também preocupa: 83,2% relataram medo de contaminação durante as atividades de entrega, ao mesmo tempo que 57,7% não receberam apoio das plataformas digitais para diminuir tais riscos e os custos das medidas de proteção eram próprios. Dos que obtiveram apoio dos aplicativos, 57% relataram ser apenas orientações para proteção durante a entrega. Nessas condições, ao responder à lógica cruel do mercado e acreditando tratar de empreendedorismo, os entregadores se veem trabalhando mais, recebendo menos e correndo mais riscos, sem a assistência necessária e condições mínimas a um trabalho digno.

Diante do cenário que se coloca para o trabalho da entrega por plataformas digitais, a presente comunicação busca explicitar os caminhos que venho percorrendo com a pesquisa de mestrado "*A vida é uma entrega*: o trabalho por plataformas digitais de entrega e suas ressonâncias

[2] Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Cesit - Unicamp, Brasil)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

neoliberais", realizada no Programa de Pós Graduação de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGP-UFRJ).
Passarei, primeiramente, por uma exposição de seus objetivos, motivações, bem como a forma com que a pesquisa vem sendo conduzida. Em seguida, abordarei os principais aspectos do avanço do capitalismo neoliberal, do processo de precarização do trabalho e da *uberização*. Por fim, centralizarei o trabalho por plataformas digitais de entrega e buscarei linhas de fuga para a insurgência de um trabalho vivo a partir de movimentos coletivos da classe que se destacaram no ano de 2020.

A pesquisa

A pesquisa de mestrado trabalhada na presente comunicação busca analisar os efeitos do capitalismo neoliberal nos processos de subjetivação de entregadores inscritos em plataformas digitais, bem como seus desdobramentos para a saúde mental. Buscarei ainda, enquanto desdobramentos do eixo principal da pesquisa caracterizar e contextualizar a situação do trabalho de entrega mediado por plataformas digitais, refletir sobre as implicações dessa modalidade na saúde mental de tais trabalhadores, identificando os sentidos que se atribui ao trabalho da entrega, cartografar os mecanismos que produzem vivências de prazer e sofrimento, estratégias de defesa e mobilizações subjetivas e formular operações de frestas, linhas de fuga e espaços de vida que busquem um trabalho vivo, bem como pensar sobre as formas de insurgir nesse contexto.
Esta pesquisa parte de diversas motivações que atravessaram tanto minha trajetória acadêmica e profissional quanto pessoal. O tema do trabalho sempre me impactou, desde a infância acompanho o trabalho informal da família, em Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, onde a taxa de empregos formais para cada 100 habitantes é de apenas 11,9[3]. Fui amplamente incentivada a estudar, a fim de quebrar o ciclo da estatística, entrando então para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Durante a graduação em psicologia não desloquei o olhar da temática. Ao participar de um Projeto de Extensão onde pensávamos o cuidado de educadoras a partir de oficinas de artes, pude refletir mais sobre o mundo do trabalho, contemplando ainda sua complexa relação com a educação.
Sem conseguir desassociar - o que não seria possível - a vida acadêmica da luta política, passei a coordenar o Pré Vestibular Popular +Nós[4], na unidade de Nilópolis, município da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Brasil. Vi juventudes potentes mudando seus rumos ao entrar na universidade; vi também jovens que saíram do ensino formal e

[3] De acordo com o Mapa da Desigualdade de 2020, construído pela Casa Fluminense, o dado indica a quantidade de empregos nos territórios do estado do Rio de Janeiro em relação ao tamanho de cada população, evidenciando os locais com mais ou menos oferta de trabalho. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>
[4] O Movimento de Educação Popular +Nós surgiu em 2015 a partir da demanda de jovens secundaristas, organizados pelo movimento de juventude *RUA juventude_anticapitalista*, em se prepararem para o vestibular. Fundaram, então, sua primeira unidade na região central do Rio de Janeiro, capital fluminense. Hoje, são 14 unidades pelo estado do RJ: seis unidades na Baixada Fluminense, uma unidade em São Gonçalo e uma na Região Serrana do RJ. Em 2019, na unidade de Nilópolis, a turma teve início com 100 alunos, porém a evasão mês a mês é alta por inúmeros fatores socioeconômicos e culturais (entre eles, a baixa perspectiva com ocupar o ensino superior), mas o ano terminou com 30 alunos, dos quais 16 foram aprovados nas principais provas de acesso ao ensino superior público do Rio de Janeiro.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

foram trabalhar para suprir suas famílias. Passei a observar essas diversas juventudes, suas estratégias para driblar as desigualdades e quais fatores constroem seus critérios de escolha. Tais questões renderam-me o trabalho de conclusão de curso, onde busco explorar mais a relação educação-trabalho.

Com a pandemia, muitos desses alunos passaram a realizar entregas para os aplicativos. A COVID-19, em conjunto ao avanço brutal do neoliberalismo, evidenciam e intensificam reconfigurações no mundo do trabalho que impactam diretamente a vida e a subjetividade de entregadores de plataformas digitais.

A psicologia vem se debruçando nesse rearranjo trabalhista nos últimos tempos, mas ainda explora pouco o trabalho por plataformas digitais; o que me instigou a buscar uma produção de conhecimento implicada, ativa e que analise esses fatores que modulam a vida desses trabalhadores.

Os recentes levantes, em busca de direitos básicos, retomam à psicologia a importância e relevância dessa modalidade de trabalho enquanto produtora de sentido para uma geração. Portanto, é de interesse político, coletivo e social pensar as contribuições da psicologia para o bem viver dos trabalhadores de entrega por aplicativos.

Dessa forma, se faz relevante e necessário refletir sobre os rumos do trabalho para o período pós pandemia. Durante o período novos redesenhos foram traçados, bem como o aprofundamento dos efeitos neoliberais nas expropriações de direitos, logo é preciso refletir sobre a reinvenção do trabalho enquanto atividade vital que afirme os diversos modos de existência.

A fim de atingir os objetivos propostos, a pesquisa em questão vem se valendo de revisão bibliográfica acerca do campo problemático e de pesquisa de campo constituída por encontros coletivos e entrevistas (coletivas e individuais), que ainda não ocorreram. Ao longo de todo processo serão elaborados diários de campo.

A realização da pesquisa de campo se dará pela ponte com o movimento político organizado pela categoria: Entregadores Antifascistas. Contará com trabalhadores inscritos nas diversas plataformas digitais de entrega, ou seja, sem nenhum vínculo direto com as empresas.

A partir do referencial da Análise Institucional, o estudo valerá da pesquisa-intervenção, onde o caminhar do processo de pesquisa, por si só, produz transformações no plano de experiência. É sem esse saber predeterminado que quebra-se a noção de pesquisador e objeto, possibilitando o mergulho nesse plano, construindo de maneira processual, um "saber que emerge no fazer" (PASSOS; BARROS, 2015, p.18).

A pesquisa-intervenção, como Lourau (1993) aborda, assume que o pesquisador é técnico e praticante, ao mesmo tempo. É uma aposta na dimensão política da pesquisa, onde é preciso transformar para conhecer e esse caminho se constrói no pesquisar. Os encontros, portanto, propõem um mergulho no plano da experiência a fim de "criar um dispositivo de análise social coletiva" (p.30).

Dessa forma, a pesquisa de campo buscará traçar um plano comum, e ao mesmo tempo heterogêneo, entre pesquisadora e entregadores. A proposta é fazer valer o protagonismo desses trabalhadores e sua inclusão ativa no processo de produção de conhecimento, já intervindo na realidade (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para dar conta das modulações do trabalho da entrega, usarei enquanto ferramenta o método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari. As anotações constroem também a intervenção, e buscarei, portanto, não representar o objeto, mas sim acompanhar os processos. Os diários de campo, definidos por Lourau (1993) como a escritura do processo de pesquisar, buscarão aqui a circularidade do conhecimento e da experiência, dando visibilidade ao processo coletivo de conhecimento, tornando os entregadores coprodutores do pesquisar (KASTRUP; PASSOS, 2015).

O escrever, portanto, cruza a pesquisa-intervenção. Como Kastrup e Passos (2015) definem, a cartografia capta e descreve o que se dá no plano intensivo de forças e afetos e dessa forma pretendo, com a presente pesquisa, criar um espaço que facilite a circulação dos processos que atravessam a modalidade, bem como seus efeitos na saúde mental dos entregadores.

Reitero, ainda, o compromisso ético-político da pesquisa, que visa, a partir de uma produção coletiva de conhecimento, a garantia de direitos do trabalho e um bem viver pleno à classe dos entregadores, ou seja, uma vida digna e eticamente referenciada.

Uma mercadoria especial

A degradação do trabalho sempre foi uma peça importante no tabuleiro da manutenção, reprodução e expansão do capital. A lógica da acumulação capitalista prevê a mercantilização das forças de trabalho, tornando-as menos valorizadas a quem sobrevive dela e mais lucrativa a quem a explora. Para Marx (1996), à medida que se acumula capital as classes privilegiadas acumulam riqueza e a classe trabalhadora, miséria, "tornando o material humano sempre pronto a ser explorado" (p. 263).

Apesar de responder à lógica da oferta e procura, a força de trabalho humana é uma mercadoria especial, pois, de acordo com Antunes (2020), é a única que por si só já cria valor. Porém, ao fim do século XX, a reestruturação produtiva, que deu origem ao neoliberalismo, construiu uma nova cartilha não só econômica, mas que modula a vida social até hoje, retomando a acumulação ativa do capital.

Dardot e Laval (2016) destacam esse período como a grande virada, com o fortalecimento do capitalismo financeiro e diversas consequências importantes, sobretudo sociais. O empobrecimento de assalariados foi crescente, bem como a própria relação do sujeito com ele mesmo também se afetou. Assim, entende-se que a racionalidade neoliberal produz mudanças não apenas econômicas, mas que levaram o sujeito a conceber-se e comportar-se como um capital a valorizar-se, inundando a vida social.

O processo de neoliberalização aprofunda ainda mais a precarização do trabalho. Antunes (2020) explica que a era da financeirização se torna a forma mais fetichizada da acumulação capitalista, pois atua em duas frentes, "enfeixa e abarca tanto a riqueza do investimento quanto a que resulta da exploração do trabalho" (p. 10). Ao se intensificar esse processo, a exploração do capital humano se torna mais sofisticada, levando ao aprofundamento desse quadro crítico, que "adentra um novo ciclo de demolição do trabalho em escala global" (ANTUNES, 2009b, sp).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Essa crescente precarização tem operado com estratégias requintadas. Hoje, no capitalismo neoliberal, se organiza a vida social e o trabalho, sob os lemas do individualismo e liberdade. Veicula-se, por exemplo, a falsa ideia de que "só não trabalha quem não quer" e aparecem, sob máscara de alternativa, o que Antunes (2020) chamou de "novas modalidades de extração compulsiva de sobretrabalho" (p. 11). O trabalhador acredita, por sua vez, que a falta de emprego é culpa do esforço insuficiente e se insere nas alternativas da flexibilização, informalidade, precarização, empreendedorismo, etc. Para Harvey (2014), o neoliberalismo se torna hegemônico a partir de sua narrativa e seus pensamentos se incorporam à vida cotidiana, com ênfase no indivíduo enquanto pilar político-econômico. Assim, esvazia-se a ação coletiva, estabelecendo um sistema de responsabilidade pessoal.

Dejours (2004) apresenta o trabalho não apenas como uma atividade, mas também como uma relação social, o que implica dizer que se desdobra em um mundo imerso nas relações de desigualdades, poder e dominação. Para o autor, a virada neoliberal sugere o sacrifício da subjetividade em nome da rentabilidade e competitividade. Assim, essa desassociação da subjetividade com a vida coletiva, em nome de uma acumulação desenfreada, gera cada vez mais adoecimento, aprofundando essas relações de desigualdades.

O neoliberalismo opera também nos processos de subjetivação da classe trabalhadora, mercantilizando-os. Harvey (2014) aponta para a capacidade neoliberal em "enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado" (p. 13). O campo do desejo, pertencimento, desespero por sobrevivência são inteiramente capturados, visto que "se nos modelos taylor-fordistas, os afetos, desejos e emoções eram negados, nos modelos pós-fordistas passam a ser entendidos como ferramentas poderosas" (FACAS, 2020, p. 66).

Coloca-se, portanto, a lógica de mercado acima da lógica da vida de forma ainda mais refinada. É possível compreendê-lo, então, enquanto patologia social, pois "se torna intolerante aos desvios da norma imperativa da valorização do capital" (FERREIRA, 2020a, p. 24). As décadas de degradação do trabalho, em nome da falácia da liberdade individual e com estratégias subjetivantes, intensificaram a exploração para que fosse possível retomar a acumulação ativa do capital.

O trabalho da entrega

É possível notar essa subjetivação capitalística (GUATTARI; ROLNIK, 1996) ao ligar a televisão e assistir a propaganda da maior plataforma digital de entrega, a IFood: "A vida é uma entrega". O slogan opera nos centros dos desejos de uma geração que viu seus direitos em desmontes graduais e profundos, como uma das estratégias sofisticadas de construção e internalização da narrativa neoliberal.

Usa-se, então, estratégias para produção do desejo e necessidade, respaldando-se em técnicas de marketing e propaganda, como o *slogan*. Atua-se, portanto, no campo da subjetividade, a partir desses mecanismos que se ancoram em "dispositivos e algoritmos sofisticados de manipulação" (FERREIRA, 2020b, p. 29).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A subjetivação - entendida aqui enquanto processo, produção - ocorre nos agenciamentos de enunciação, como afirmam Guattari e Rolnik (1996), ou seja, operam na produção de sentido. A subjetividade não se centraliza no indivíduo, é fruto contínuo dessa multiplicidade de agenciamentos e "é essencialmente fabricada e modelada no registro social" (p. 31). Dessa forma, é conveniente ao neoliberalismo a desassociação intensa entre indivíduo e subjetividade.

A dimensão da subjetividade, portanto, é ponto fundamental para a produtividade, legitimando formas mais precárias de trabalho. O trabalho da entrega não se desloca dessa dinâmica. Como aponta Antunes (2009b), os trabalhadores "empolgam-se cada vez mais pela falácia do empresário-de-si-mesmo, mas esbarram cada vez mais na ladeira da precarização" (sp).

Explora-se o trabalhador não só em sua força produtiva, mas no campo da emoção. A era da eficácia pós fordista espera desse contingente de pessoas cada vez mais implicação no processo produtivo, cada vez mais entrega ao trabalho, "não apenas com competência cognitiva, mas também emocional" (FACAS, 2020, p. 66), é o que o autor nos atenta para o trabalhador empreendedor, ou seja, aquele que empreende um capital emocional, subjetivo e de custos e riscos próprios ao trabalho.

O trabalho da entrega por plataformas digitais se enquadra no processo de *uberização,* entendido como "uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, que se apresenta como uma tendência global" (ABÍLIO, 2020, p. 14). Para Antunes e Filgueiras (2020) é um modo de ser do trabalho, expandido pelas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, ao passo que aparentam prestação de serviços.

É importante ressaltar que a *uberização* não se inicia, nem se limita às práticas da empresa Uber, mas se apresenta enquanto processo histórico em constante estruturação em escala global, decorrente de décadas de políticas neoliberais. Abílio (2019) nos faz refletir sobre elementos centrais que configuram esse processo. As plataformas digitais, por exemplo, vêm sendo consideradas vetores dessas novas formas de organização do trabalho, visto que materializam cada vez mais um novo estágio do processo de *uberização* e buscam novas formas de dispersar o trabalho sem perder seu controle. Assim, notamos um gerenciamento, controle e vigilância do trabalho por meio de programações algorítmicas que mapeiam e produzem dados, possibilitando, portanto, pensar novas formas de organização desse trabalho, configurando um tipo de gerenciamento algorítmico (ABÍLIO, 2019).

É importante percebermos, então, que tais plataformas digitais se colocam como mediadoras da oferta e da procura, quando na verdade negam vínculos empregatícios e continuam controlando o trabalho, determinando o valor e detendo o total controle das regras de distribuição dos serviços de entrega. Opto portanto, junto às contribuições de Abílio (2019), por convocar a responsabilidade para estas plataformas digitais, chamando-as de *empresas-aplicativo*.

Assim, os entregadores inscritos nessas empresas-aplicativo formam um contingente de trabalhadores *just-in-time* (ABÍLIO, 2019), ou seja, aqueles que estão à disposição do trabalho, arcando com os custos e os riscos, sem receberem garantias e direitos, nem a possibilidade de negociação ou determinação da distribuição e valor de seu trabalho.

Dessa forma, desloca-se essa força de trabalho *uberizada* às margens da proteção social. Antunes e Filgueiras (2020) apontam para a exclusão completa desses trabalhadores dos direitos sociais,

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

que valem para o conjunto da classe trabalhadora. Assim, ao sair do desemprego para a *uberização*, os entregadores de plataformas digitais encontram-se sob nova modalidade de servidão.

Uma parcela da população vive mais intensamente a expropriação de seus direitos e também se tornam mais suscetíveis à marginalização da *uberização*. A população negra, bem como as minorias sexuais e de gênero, experimentam os postos mais precários de trabalho. Antunes (2020) aponta para a COVID-19 como uma pandemia de gênero, classe a raça. São aqueles que sobrevivem do trabalho, negros e negras, mulheres, que não obtiveram a opção do isolamento social e permaneceram no fogo cruzado entre a miséria e a morte pela doença, como o trabalho da entrega.

A realidade da modalidade é trágica. O entregador Paulo Lima, conhecido como Galo, relatou a tortura de sentir fome e carregar comida nas costas. O setor não para de crescer e experimentar cada vez mais a *uberização* do trabalho. Muitas horas *online*, controle e arbitrariedade das plataformas digitais de entrega, baixa remuneração e custeio próprio dos serviços são características desse trabalho.

Nesse momento, quebra-se a expectativa criada pela falácia da autonomia, liberdade e empreendedorismo neoliberal. Para Dejours (2004) essa quebra se dá no confronto do mundo real e o sujeito, a partir de suas afetações: "É sempre afetivamente que o real do mundo se manifesta para o sujeito" (p. 28). É nesse momento de sofrimento que se constrói a experiência do mundo e de si próprio.

As constantes metamorfoses no mundo do trabalho são resultados, também, de anos de financeirização e informatização do capital. As formas de organização do trabalho, produzidas pelas plataformas digitais são, na verdade, estratégias que mascaram a degradação intensa do trabalho. Antunes e Filgueiras (2020) nos alertam para a recorrente recusa da condição de empregador dessas empresas, o que se expande e se potencializa pelas empresas-aplicativo.

Nota-se, dessa forma, uma contradição irônica do capitalismo contemporâneo, apontada por Antunes e Filgueiras (2020). Ao mesmo tempo que essas tecnologias permitem, de um ponto de vista técnico, uma identificação de direitos, mais do que em qualquer outro momento da história, como gravações de determinadas situações ou mesmo o acesso à informação, mas também intensificam formas de trabalho sem proteção legal e legitimam a falta de limites para a exploração. É o que se vê na realidade do trabalho da entrega por plataformas digitais.

Insurgir o trabalho

Apesar de resultarem de um contínuo processo de *uberização* do trabalho, os entregadores têm sido ponta de lança na luta por afirmação de direitos. Durante a crise instaurada pela COVID-19, o trabalho da entrega ganhou visibilidade, enquanto essenciais, e os entregadores passaram a se reconhecer enquanto classe.

Esse reconhecimento, para Dejours (2004), confere pertencimento, o que possibilitou a potencialidade política da luta por direitos. É em um cenário de total degradação do trabalho e desvalorização da vida, como visto no trabalho da entrega por plataformas digitais, que se reacende a chama da ação racional, ou seja, ação destinada à subjetividade no trabalho, ao mesmo tempo que toda atividade do trabalho provém da subjetividade. Dessa forma, o autor considera

que tal ação é racional, quando não objetiva somente a luta contra injustiça, mas também, e principalmente, a celebração da vida.

A busca por direitos e a luta por um trabalho digno ganharam as ruas de todo o Brasil e as pirâmides com os *boxes* da entrega foram vistos em todos os veículos de informação. Pedia-se melhores condições de trabalho às plataformas digitais, como aumento da remuneração, vale-refeição, seguro e equipamentos de proteção contra a COVID-19 - o mínimo em meio a uma pandemia que já dizimou milhões no mundo.

Diante de um cenário de profundas expropriações de direito, é preciso que se reafirme a vida. As formas de trabalho *uberizadas* - como a entrega - têm desempenhado papel de destaque, não só para a reprodução e expansão do capital, mas também no disparo de novas lutas sociais no mundo do trabalho (ANTUNES, 2014). Cria-se então novas formas de resistência, enquanto "dimensão comum das ações empenhadas em afirmar os direitos fundamentais" (FERREIRA, 2020c, p. 3).

Por isso, é necessário o resgate de um trabalho vivo, que também tem o sentido apontado por Ferreira (2020c) como toda atividade que possibilite a afirmação da vida. Insurgir o trabalho enquanto ato poético, vital, capaz de abarcar a reprodução da vida humana, atividade criadora (ANTUNES, 2009a; 2009b), poder de sentir, pensar, inventar (DEJOURS, 2004). É preciso, portanto, - o que fica nítido nas reivindicações de entregadores - "desenhar um novo sistema de metabolismo verdadeiramente humano-social" (ANTUNES, 2020, p. 23).

Os entregadores vem possibilitando, então, uma rota de fuga no processo intenso de precarização do trabalho. A possível conquista de direitos básicos, pelo PL 1665/2020[5] que tramita no Congresso Federal, nos mostra que é preciso resistir. É preciso construir composições, laços e vínculos, surgindo de grandes ou pequenos gestos de coletivização - como o *breque dos apps*[6] - que possibilitem essa abertura de frestas (FERREIRA, 2020a).

Aspectos conclusivos

Assim como consta na epígrafe da presente comunicação, de Didi-Huberman, é preciso abrir os olhos na noite e voltar a procurar os vaga-lumes. A afirmação da vida não é dada no capitalismo neoliberal, é preciso, portanto, investigar e analisar mais profundamente seus efeitos nos processos de subjetivação, bem como *brecar*, a partir de rotas de fuga, o intenso processo de precarização do trabalho e inventar novos modos de vida.

Se faz imprescindível, com o avanço das nítidas experimentações do capital pandêmico, colocar em questão uma produção de conhecimento implicada com as operações de frestas que se apresentam na contemporaneidade. É interessante, então, além de caracterizar a situação do trabalho da entrega por plataformas digitais, nos aprofundarmos nas mobilizações que se opõem à racionalidade neoliberal, como os movimentos insurgentes trabalhados aqui.

[5] Projeto de Lei que define direitos para entregadores que atuam com plataformas digitais durante a pandemia; o PL abarca as reivindicações dos trabalhadores que paralisaram durante o período.

[6] Nome dado às reivindicações por melhorias das condições de trabalho de entregadores, construído pelo movimento Entregadores Antifascistas, liderado por Paulo Lima, o Galo, que denunciou a exploração crescente no trabalho da entrega via plataformas digitais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Olhar atentamente, portanto, para as mobilizações que aparecem no cenário mundial, principalmente as de trabalhadores precarizados das periferias globais, se faz ação potente, enquanto operadores ético-político de afirmação da vida digna, que devem ser norteadores de nossas pesquisas no mundo do trabalho.

Referências

Abílio, L. C. (2020) *Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?*. Contracampo, v. 39, n. 1.

Abílio, L. C. (2019) *Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.* Psicoperspectivas, v. 18, n. 3

Abílio, L. C. *et al.* (2020) *Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19*. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, Edição Especial - Dossiê COVID-19, p. 1-21.

Antunes, R. (2020) *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. (1ª ed). Boitempo.

Antunes, R. (2014) *Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil*. Estudos Avançados, v. 28.

Antunes, R. (2009a) *Século XXI: Nova Era da precarização estrutural do trabalho?* Infoproletários: a degradação do trabalho virtual. Boitempo Editorial.

Antunes, R. (2009b, 1º de maio) A erosão do trabalho. *Folha de São Paulo.* <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0105200908.htm>

Antunes, R.; Filgueiras, V. (2020) *Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo*. Contracampo, v. 39, n. 1

Dardot, P; Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* (1ª ed) Boitempo.

Dejours, C. (2004) *Subjetividade, trabalho e ação.* Revista Produção, v. 14, n. 3.

Facas, E. P. (2020) Sociedade da performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.) *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho.* Editora Fi.

Ferreira, J. B. (2020a). Capturas e potências das formas de vida no trabalho / Captures et puissances des formes de vie au travail / Capturas y potencias de las formas de vida en el trabajo. In: *Subjectivité et travail: entre mal-être et bien-être / Subjetividad y trabajo: entre el mal-estar y el bien-estar /*

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Subjetividade e trabalho: entre mal-estar e bem-estar; (Orgs): Hernández, J. J. R., Lhuilier, D. Araújo, J. N. G., Pujol, A. Paris: Éditions L'Harmattan

Ferreira, J. B. (2020b) Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.) *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho.* Editora Fi.

Ferreira, J. B. (2020c) *O ato de criação como operador ético-político dos direitos de existência: ressonâncias com práticas artísticas, clínicas e do trabalho.* **[**Projeto PIBIC] Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://www.academia.edu/43882830/O_ato_de_cria%C3%A7%C3%A3o_como_operador_%C3%A9tico_pol%C3%ADtico_dos_direitos_de_exist%C3%AAncia_resson%C3%A2ncias_com_pr%C3%A1ticas_art%C3%ADsticas_cl%C3%ADnicas_e_do_trabalho_Projeto_de_Pesquisa_do_N%C3%BAcleo_Trabalho_Vivo_Instituto_de_Psicologia_da_UFRJ>

Guattari, F.; Rolnik, S. (1996) *Micropolítica: cartografias do desejo.* (4ª ed) Vozes.

Harvey, D. (2014) *O Neoliberalismo: história e implicações.* (2ª ed) Edições Loyola.

Kastrup, V.; Passos; E. (2015) Cartografar é acompanhar processos. In: orgs. E. Passos, V. Kastrup e L. da Escóssia. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Sulina.

Kastrup, V.; Passos, E. (2013) *Cartografar é traçar um plano comum.* Fractal, Rev. Psicol., v. 25, n.2.

Krein, J. D. (2018) *O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva.* Tempo Social, v. 30, n. 1.

Lourau, R. (1993) *René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.* UERJ.

Marx, K. (1996) *O Capital: crítica da economia política - Volume 1.* Editora Nova Cultura.

Motoboy desabafa: você sabe a tortura que é carregar comida nas costas e sentir fome? (2020, 1º de julho) *Brasil 247:* <https://www.brasil247.com/brasil/motoboy-desabafa-voce-sabe-a-tortura-de-ter-que-carregar-comida-nas-costas-e-sentir-fome>

Mello, G. (2020, 2 de abril) Número de entregadores de aplicativo cresce após COVID-19. *Terra*: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html>

Passos, E.; Barros, R. B. (2015) A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: orgs. E.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Passos, V. Kastrup e L. da Escóssia. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.

Silveira, D. (2020, 1º de dezembro) Desemprego diante da pandemia bate novo recorde em outubro, aponta IBGE. *G1*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/01/desemprego-diante-da-pandemia-volta-a-bater-recorde-em-outubro-aponta-ibge.ghtml>

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

VÍNCULO DE EMPREGO PARA MOTORISTAS DE APLICATIVO: TEMAS DE UM DEBATE AINDA EM ABERTO

Guilherme Saraiva Grava[1]

Introdução

O surgimento de novas relações de trabalho a partir do uso de tecnologias inovadoras cria desafios à interpretação e aplicação de institutos jurídicos tradicionais. No Brasil, em especial no que se refere ao caso dos motoristas de aplicativos, observa-se que apesar de haver posição relativamente consolidada na Jurisprudência Superior a respeito do afastamento do vínculo de emprego nestas hipóteses, decisões em instâncias inferiores têm revertido este cenário ao identificar, em casos específicos, elementos da subordinação e das demais características essenciais do contrato de trabalho convencional na maneira como o serviço é prestado e no modo como funcionam referidos programas. Tais decisões podem ser relevantes para assegurar a manutenção de direitos que eventualmente encontram-se desamparados, mas também têm o possível efeito de gerar insegurança jurídica. Compreendendo a relevância do debate, o presente artigo procura abordar esta temática nas três partes que se seguem. Na primeira apresenta-se o referencial teórico e normativo que fundamenta a identificação dos requisitos para a caracterização do vínculo de emprego no País. Na seção seguinte expõe-se um estudo qualitativo que procura apontar a tese da Jurisprudência dominante e, em seguida, identificar e descrever argumentos utilizados em decisões que a contrariam. Por fim, a partir destas discussões, a terceira parte visa ressaltar alguns pontos de maior dúvida e controvérsia a fim de sugerir perguntas a trabalhos futuros. Espera-se, a partir desta revisão, ser possível melhor compreender o contraste entre as disposições teóricas e normativas e as diferentes posições adotadas pelo Poder Judiciário - ora preservando-se o entendimento dominante, ora sendo necessário afastar a sua aplicação diante dos casos concretos. Acredita-se que desta compreensão é possível retirar lições importantes não só a respeito do estado atual da Jurisprudência, mas também sobre eventuais desafios às relações de trabalho no futuro.

Vínculo de emprego: critérios teóricos e normativos para a sua identificação

A identificação do vínculo de emprego é, talvez, o tema mais importante dentro do Direito do Trabalho no Brasil, uma vez que é justamente a presença ou não deste tipo de relação que define a aplicabilidade do regime jurídico trabalhista a um determinado acordo de prestação de serviços.

[1] Advogado, Mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV Direito SP. Bacharel em Direito pela PUC/SP. Professor no Centro Universitário Paulistano. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6032064267919889 Orcid: http://orcid.org/0000-0002-8381-4952 Contato: gsgrava@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Isso ocorre porque, como observa Romar (2018, p. 35), nem toda a atividade que pode ser genericamente definida como "trabalho" é regulada, no País, por esta disciplina. Dentro do amplo escopo de atividades sociais e econômicas que podem ser concebidas na contemporaneidade, o objeto do Direito do Trabalho é limitado, em sua extensão, aos liames contratuais marcados pela existência (concreta ou pressuposta) de um desequilíbrio de forças socioeconômico e fático entre as partes celebrantes, quais sejam, o empregado e o empregador. Tal desequilíbrio de poderes, uma vez constatado, deve ser devidamente ponderado pelo sistema jurídico, protegendo-se a parte mais fraca – o trabalhador – a fim de evitar situações injustas (ROMAR, 2018, p. 36). Na ausência, porém, dos elementos normativos caracterizadores desta relação, fica afastada a incidência específica do regime jurídico trabalhista em favor de outras normas.

Concretamente, coube à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, a definição destes requisitos a partir, sobretudo, das regras fixadas em seus artigos 2º e 3º. Tais preceitos definem, respectivamente, os conceitos de "empregador" e de "empregado", sendo possível deduzir a conceituação jurídica da relação de emprego da sua interpretação conjunta:

> **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**
> Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. [...]
> Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
> (BRASIL, 1943).

Como se nota, portanto, o emprego resulta do vínculo específico que é marcado pela seguinte divisão de papeis entre as partes: ao empregado, por um lado, que deve ser pessoa física, cabe a prestação de serviços de forma não-eventual, mediante salário e sob a dependência do empregador, enquanto a este, por outro, cabem os poderes de direção e os riscos da atividade econômica, não necessariamente lucrativa.

Delgado (2019, p. 338) ressalta que todas estas características são, de certo modo, pré-jurídicas. Isso significa dizer, em essência, que o papel do Direito não deve ser encarado como propriamente criador, mas sim de reconhecedor de realidades fáticas (econômicas, sociais e culturais), tomadas como pressupostos fundamentais. Em outras palavras, pode-se dizer que a complexidade e a mutabilidade das concretas relações de trabalho por subordinação é que se colocam como definidoras das raízes que justificam, ao menos teoricamente, a existência de uma necessária regulação por parte do Direito. A norma, por sua vez, a partir da apreensão destes fenômenos pelo legislador, define as implicações jurídicas decorrentes destes fatos, criando prerrogativas e obrigações.

É neste aspecto que se insere a questão fundamental deste artigo: embora a essência deste vínculo entre empregados e empregadores ainda permaneça relevante no contexto atual, fato é que inúmeras mudanças na sociedade – em especial provocadas pela emergência da internet, dos *smartphones*, dos aplicativos e de outras tecnologias – têm tornado o cenário econômico e social muito distinto (e, até mesmo, mais complexo) do que aquele que existia na época em que estas normas foram originalmente consolidadas, ainda no início da década de 1940. Com o surgimento de empresas como a Uber, o iFood, a Rappi ou o Airbnb, para citar alguns exemplos, a forma

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como produtos e serviços tem sido produzidos, circulados ou consumidos transformou-se profundamente, aspecto que também vem implicando uma revolução na forma como tais organizações procuram recrutar e aplicar a mão-de-obra necessária aos seus modelos de negócio inovadores.

Neste ambiente tecnológico novo, tornam-se comuns situações que, há alguns anos, seriam impensáveis: grandes empresas de transporte de passageiros destacam-se no mercado sem possuir frotas de veículos ou motoristas em seus quadros; aplicativos de entrega conectam os mais diversos seguimentos (restaurantes, mercados, farmácias, entre outros) a consumidores que adquirem seus produtos sem sair de casa ou do escritório; empreendimentos hoteleiros assumem papeis de liderança no setor de turismo sem possuir um hotel sequer, mas ofertando plataformas para que proprietários aluguem seus imóveis por curto período e de forma relativamente desburocratizada. Também tem se tornado comum a adoção de mecanismos de comunicação que viabilizam as formas de trabalho remotas, com o uso de ferramentas de compartilhamento de arquivos e de conferências em vídeo, dispensando deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, aspectos que criam condições para jornadas em horários mais flexíveis e independentes.

Diante desse cenário, faz-se necessária uma rediscussão ampla a respeito da maneira como as relações de trabalho têm sido reinterpretadas e repensadas tanto do ponto de vista das empresas quanto dos próprios trabalhadores. Essa discussão, ainda que decorrente de um debate que possui raízes econômicas, sociais e políticas mais profundas, traz consequências relevantes ao campo do Direito. Nesse sentido, é possível tratar do tema a partir de diversas perspectivas diferentes, considerando não apenas a forma como os institutos legais são interpretados, aplicados e integrados nos contextos que carecem de regulação mais precisa, mas também o modo pelo qual novos modelos normativos podem ser construídos em face de novos paradigmas que vão se consolidando.

Considerando-se que o objetivo deste trabalho é o de investigar, ainda que de forma preliminar, o modo como diferentes Tribunais do País têm adotado soluções para as questões que se relacionam especificamente a casos dos motoristas vinculados a aplicativos de transporte, verifica-se que referida análise deve partir, inicialmente, de uma breve revisão a respeito da forma como os requisitos caracterizadores do emprego são postos pela lei e sua interpretação tradicionalmente conferida pela literatura. Sendo assim, este trabalho irá considerar, a partir do texto dos arts. 2º e 3º da CLT, transcritos acima, cinco conceitos fundamentais à definição desta relação jurídica. São eles a subordinação, a alteridade, a não-eventualidade, a onerosidade, e a pessoalidade.

A primeira dessas características, a subordinação, é identificada na doutrina a partir de diferentes enfoques, conforme explica Romar (2018, p. 133 e 134): a dependência econômica do empregado em relação ao empregador (subordinação econômica); a prevalência dos conhecimentos técnicos do empregador diante daqueles detidos pelo empregado (subordinação técnica) ou até mesmo o interesse social da empresa na organização e funcionamento das atividades (subordinação social). Tais teorias, porém, são superadas pela concepção mais moderna de subordinação jurídica, que "decorre do fato de que o empregado transfere ao empregador o poder de direção" da atividade (ROMAR, 2018, p. 134). Em outras palavras: trata-se do resultado natural da relação que se forma entre empregado e empregador na qual aquele dirige a atividade econômica e este sujeita-se a

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

acatar as ordens que lhe forem dadas no que se refere à consecução de seus serviços. Para Delgado (2019, p. 348), de todos os elementos fático-jurídicos do vínculo de emprego, este é o mais relevante, seja porque trata-se do traço que mais nitidamente diferencia os contratos contemporâneos das modalidades tradicionais de relação de produção que historicamente os antecederam (como a servidão ou a escravidão), como também é o aspecto que melhor segrega o emprego das diferentes formas de trabalho autônomo.

A segunda característica, a alteridade, encontra-se intimamente ligada a estes mesmos pontos, mas a partir da perspectiva inversa, isto é, do empregador: sendo o empregado dirigido, em suas funções pelas ordens da empresa, é decorrência lógica do poder de comando desta a sua assunção de responsabilidade pelos eventuais riscos que a atividade possa produzir. A alteridade, portanto, significa a transferência de responsabilidade, ao empresário, pelos atos praticados no âmbito do empreendimento. Tais riscos, embora aparentemente restritos aos de natureza empresarial pela forma como se redige o *caput* do art. 3º da CLT, devem ser interpretados, em última instância, de forma mais ampla e abrangente, também se referindo a todos os demais riscos decorrentes da atividade prestada, "ainda que sem intuito econômico para o tomador (trabalho doméstico, emprego público etc.)" (VILLELA, 2010, p. 106).

A não-eventualidade, terceira característica relevante, pode ser compreendida como a "prestação do serviço com habitualidade, de forma contínua e permanente, na qual o obreiro passa a fazer parte integrante da cadeia produtiva da empresa, mesmo que desempenhando uma atividade-meio" (SARAIVA e SOUTO, 2018, p. 47). Não há na CLT (embora haja em outras leis que regulamentam serviços específicos, como o doméstico) a exigência de uma rotina fixa de trabalho ou de uma frequência mínima a ser observada pelo empregado em cada caso para configurar o caráter não-eventual da atividade. Sendo assim, este conceito, de fato, define-se pela negativa, sendo considerado preenchido o requisito uma vez que esteja presente algum caráter de permanência ou de continuidade da relação, com expectativa de retorno futuro às funções desempenhadas.

A onerosidade, por sua vez, quarta característica fundamental, revela-se no valor econômico da força de trabalho que é colocado à disposição do empregador. Sendo o contrato de trabalho um acordo bilateral, comutativo e oneroso, ao trabalho realizado devendo necessariamente corresponder "a uma contrapartida econômica em benefício obreiro, consubstanciada no conjunto salarial, isto é, o complexo de verbas contraprestativas pagas pelo empregador ao empregado em virtude da relação empregatícia pactuada" (DELGADO, 2019, p. 345).

Finalmente, a quinta e última característica essencial é a pessoalidade, aspecto que não só decorre do fato de que o trabalho deve necessariamente ser executado por um empregado que seja pessoa física, mas também na constatação de serem as suas prestações deveres que, no que tange ao empregado, possuem caráter personalíssimo (*intuitu personae*) e, deste modo, infungível (SARAIVA e SOUTO, 2018, p. 47).

Como observa Romar (2018, p. 130 e 131), "a existência de relação de emprego somente se verifica quando todas estas características estiverem presentes ao mesmo tempo", ou seja, "a ausência de um ou de alguns destes elementos caracterizadores pode implicar na existência de uma relação de trabalho, mas, jamais, de uma relação de emprego". Portanto, na linha do que

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

destaca Villela (2010, p. 106), realizada a atividade dentro destas condições e não havendo restrição que torne o objeto da obrigação ilícito, "não há conteúdo específico ao contrato de trabalho, abrangendo qualquer obrigação de fazer". Partindo-se das definições teóricas e normativas expostas acima, passa-se, na seção seguinte, à investigação sobre diferentes soluções adotadas pelos Tribunais do País ao tratar do caso específico dos motoristas vinculados a aplicativos de transporte: afinal, podem estes profissionais serem considerados empregados estas organizações ou não? Ou, ainda, consideradas as especificidades destas funções, é possível concluir que estão presentes os elementos fático-jurídicos que constituem a relação de emprego ou, na verdade, estes novos vínculos se revestem de características diversas das exigidas em lei?

Motoristas de aplicativo: como são vistos pela Jurisprudência?

Nos últimos anos, diversos têm sido os casos em que a Justiça Brasileira vem sendo levada a discutir o preenchimento (ou não) dos requisitos fático-jurídicos caracterizadores da relação de emprego na situação específica de motoristas de aplicativos. Nesse sentido, nos primeiros casos em que discutiu este tema, entre os anos de 2020 e 2021[2], o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem sustentado a tese, em linhas gerais (observadas as peculiaridades dos casos concretos), de que referidas empresas atuam como plataformas intermediadoras de serviços entre motoristas parceiros e passageiros consumidores, havendo ampla independência e autonomia daqueles em relação às atividades realizadas, as horas trabalhadas, bem como à sua frequência. Estas decisões têm sido tomadas por diferentes turmas referido Tribunal, sendo relevante o esforço de retomar o seu histórico.

O primeiro caso a ser destacado é o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR) de n. 11199-47.2017.5.03.0185, de relatoria da Min. Dora Maria da Costa, da Oitava Turma do Tribunal, julgado por unanimidade em dezembro de 2018. Ressalta o acórdão que a ampla flexibilidade do motorista em determinar sua rotina, seus horários de trabalho, os locais de prestação do serviço, bem como a quantidade de clientes atendidos por dia é incompatível com o pressuposto básico da subordinação, assemelhando-se mais ao trabalho autônomo em que não há hierarquia ou forte ingerência da empresa nas atividades do trabalhador, que é mais independente. Este mesmo aspecto de autonomia estaria presente também, ainda de acordo com o argumento, do percentual de participação dos motoristas no preço dos serviços (equivalente a algo entre 75% e 80% do valor pago pelo usuário final), fato que os colocaria não na posição de subordinados, mas de verdadeiros parceiros da empresa de aplicativo, em vínculo semelhante ao que ocorre entre cabelereiros, manicures e maquiadores com os salões de beleza, por exemplo.

Entendimento semelhante foi reiterado em um segundo julgamento, desta vez no Recurso de Revista (RR) de n. 1000123-89.2017.5.02.0038, relatado pelo Min. Breno Medeiros e julgado por unanimidade pela Quinta Turma do TST em fevereiro de 2020:

[2] O levantamento das decisões judiciais comentadas no presente trabalho se deu a partir de buscas no site do TST. Uma vez identificados os casos, a identificação dos precedentes se deu a partir das menções realizadas, pelos julgados posteriores, às decisões que os antecederam.

> Com efeito, o reclamante admite expressamente a possibilidade de ficar "off line", sem delimitação de tempo, circunstância que indica a ausência completa e voluntária da prestação dos serviços em exame, que só ocorre em ambiente virtual.
> Tal fato traduz, na prática, a ampla flexibilidade do autor em determinar sua rotina, seus horários de trabalho, locais que deseja atuar e quantidade de clientes que pretende atender por dia. Tal autodeterminação é incompatível com o reconhecimento da relação de emprego, que tem como pressuposto básico a subordinação, elemento no qual se funda a distinção com o trabalho autônomo.
> Não bastasse a confissão do reclamante quanto à autonomia para o desempenho de suas atividades, é fato incontroverso nos autos que o reclamante aderiu aos serviços de intermediação digital prestados pela reclamada, utilizando-se de aplicativo que oferece interface entre motoristas previamente cadastrados e usuários dos serviços.
> Dentre os termos e condições relacionados aos referidos serviços, está a reserva ao motorista do equivalente a 75% a 80% do valor pago pelo usuário, conforme consignado pelo e. TRT.
> O referido percentual revela-se superior ao que esta Corte vem admitindo como bastante à caracterização da relação de parceria entre os envolvidos, uma vez que o rateio do valor do serviço em alto percentual a uma das partes evidencia vantagem remuneratória não condizente com o liame de emprego. (TST, 2020-a, p. 20 e 21).

Na sequência, em setembro de 2020, deu-se o julgamento do Recurso n. 10575-88.2019.5.03.0003, pela Quarta Turma do Tribunal, também de forma unânime, em acórdão de relatoria do Min. Alexandre Luiz Ramos. Neste caso, entendeu-se, adicionalmente aos argumentos anteriores, que a relação de emprego definida pela CLT observa, como paradigma, a relação típica do trabalho industrial, comercial e de serviços que não abrange as novas formas de trabalho, as quais devem ser reguladas oportunamente por legislação própria. Na ausência de tal regulação, conclui-se, não cabe ao Judiciário aplicar a relação de emprego padrão de forma indiscriminada e generalizada.

Mais adiante, em dezembro daquele ano, teve início o julgamento do RR n. 100353-02.2017.5.01.0066, relatado pelo Ministro Mauricio Godinho Delgado da Terceira Turma. Em voto no sentido distinto ao que se viu nos casos acima, o relator reconheceu, na hipótese, o preenchimento dos requisitos fático-jurídicos para o reconhecimento do vínculo de emprego. Em particular, o Ministro entendeu que existem no sistema destes aplicativos um conjunto nítido de ordens e diretrizes objetivas a serem seguidas, ficando então caracterizada a subordinação mesmo que à distância. O julgamento, todavia, foi suspenso em razão do pedido de vista dos demais julgadores, não havendo posição definitiva da Turma a respeito do caso quando o presente trabalho foi redigido.

De todo modo, a Quarta Turma do Tribunal e Quinta Turma do Tribunal voltaram a se manifestar sobre o tema, respectivamente, em casos julgados em março de 2021, no âmbito do RR n. 10555-54.2019.5.03.0179, relatado pelo Min. Ives Gandra Martins Filho, e maio daquele ano, no RR n. 1001821-40.2019.5.02.0401, novamente de relatoria do Min. Breno Medeiros. Em ambos os casos, foram reforçadas as posições anteriores e o entendimento pela inexistência do vínculo de emprego nestes casos em particular.

> No entanto, à míngua de normas legais específicas, temos que, na doutrina e na jurisprudência, inexistem maiores discussões a respeito da presença dos elementos concernentes à pessoa física, à pessoalidade e à onerosidade no trabalho por aplicativo. Contudo, os requisitos da habitualidade e, principalmente, da subordinação merecem ser mais bem analisados, havendo um enorme dissenso quanto aos referidos aspectos.
> Entende-se que a análise da presença da habitualidade (ou não eventualidade), que se caracteriza pelo prolongamento e permanência no tempo das obrigações contratuais, fica

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> mitigada nesses casos, uma vez que inexiste a obrigação de uma frequência predeterminada ou mínima de labor pelo motorista para o uso do aplicativo, estando a cargo do profissional definir os dias e a constância em que irá trabalhar. Ora, causaria estranheza concluir que a forma de trabalho, elegida exclusivamente pelo motorista, definiria o tipo de relação contratual firmada entre as partes. Além disso, a habitualidade não é um atributo exclusivo da relação de emprego, estando presente em contratos de trato sucessivo, não sendo, portanto, o fator determinante para se reconhecer a relação de emprego na presente hipótese.
> Daí a importância de se verificar a ocorrência da subordinação jurídica, a fim de bem delimitar a existência de contratos de emprego ou de prestação de serviços autônomos.
> Aqui, tem-se que o requisito da subordinação jurídica, caracterizada pelo controle por parte do empregador da atividade desenvolvida pelo empregado, não interessando apenas o resultado, mas também o processo de produção do trabalho – havendo dependência do empregador, de quem o obreiro recebe as ordens –, não está presente na relação formada entre motorista de aplicativo e empresa provedora da plataforma de tecnologia.
> Ora, é latente a ampla autonomia do motorista em escolher os dias, horários e forma de labor, podendo desligar o aplicativo a qualquer momento e pelo tempo que entender necessário, sem nenhuma vinculação a metas determinadas pela Uber ou sanções decorrentes de suas escolhas. (TST, 2021-a, p. 8 e 9).

É interessante observar, a partir da leitura dos casos mencionados acima, que a despeito das variações nos argumentos utilizados pelos Ministros em relação às especificidades dos casos concretos, é possível conceber a existência de um pressuposto fundamental a respeito da natureza da atividade dos serviços de transporte por aplicativo que, deste modo, orienta a compreensão posterior a respeito da configuração (ou não) dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego. E esse entendimento básico é o seguinte: "empresas provedoras de aplicativos de tecnologia, como a Uber, têm como finalidade conectar quem necessita da condução com o motorista credenciado"; dessa maneira, tem-se que "o serviço prestado de motorista, em si, competência do profissional e apenas uma consequência inerente ao que propõe o dispositivo" (TST, 2021-a, p. 10 e 11).

A partir dessa noção tem-se, na sequência, a constatação de que inexistem nas atividades em tela os mecanismos mais evidentes e tradicionais de subordinação e de direção que são típicos do trabalho empregado tal como concebido em suas formulações mais antigas da legislação brasileira, ainda de meados do século XX. Sendo assim, a flexibilidade de horários e do exercício da atividade (o motorista pode trabalhar na hora que desejar, por quanto tempo desejar, estabelecendo suas próprias metas diárias de clientes e gerindo seus gastos com manutenção, combustível, entre outros), associada ao modelo de distribuição do preço cobrado por corrida do consumidor final levam o julgador à conclusão de que não há, neste caso, emprego formal, mas uma parceria entre a empresa e motoristas interessados em oferecer os seus serviços à comunidade de forma empreendedora e desprendida dos laços tradicionais que existem nos trabalhos com carteira assinada.

Tal modo de pensar, porém, não se estende a todos os Tribunais e instâncias do País. Ao contrário, é possível achar, mesmo a partir de uma pesquisa não estruturada, exemplos de diversos casos em que o Judiciário reconheceu a existência do vínculo de emprego por entender estarem presentes os cinco elementos fático-jurídicos que o caracterizam.

A título de exemplo, no julgamento do Recurso Ordinário n. 0010258-59.2020.5.03.0002, a Décima Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região reconheceu o vínculo de emprego do motorista reclamante com a empresa reclamada sustentando que casos

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

como este "exigem análise diferenciada por parte do julgador, por se tratar de um novo contexto de organização da forma de trabalho" (TRT 3ª Região, 2020, s. p.). Sendo assim, ao analisar cada um dos elementos do vínculo de emprego, concluiu que: a pessoalidade se justificaria em razão de ser o prestador de serviço pessoa física com cadastro individualizado na plataforma; a não-eventualidade fica comprovada pelo histórico de viagens do motorista; a onerosidade se dá em razão da fixação do preço da corrida e da política de pagamento de prêmios e incentivos pela empresa; e, por fim, o binômio alteridade-subordinação decorreria da existência de um conjunto de hipóteses de desativação do motorista em caso de descumprimento de regras de conduta e comportamento, fato que serviria para justificar a existência de um mecanismo de controle e gestão por parte do aplicativo.

> No caso, restou claro que o reclamante, pessoa física, prestou serviços de motorista em prol da reclamada, mediante cadastro individualizado na plataforma da Uber, caracterizando a pessoalidade. Ressalta-se que a reclamada veda expressamente a utilização do cadastro de motorista por outra pessoa, conforme "Políticas de Desativação" ID. 7fc31c5 - Pág. 46.
> A atividade do autor era remunerada pela ré, que efetuava os repasses pelas viagens realizadas (ID. d695593). Cumpre destacar que a fixação do preço do serviço era feita pela reclamada, o que afasta a suposta autonomia do motorista. A prova documental (ID. 42e351b) demonstra, ainda, que a empresa adota a política de pagamento de prêmios aos motoristas que se destacam. Tais fatos revelam, portanto, o requisito da onerosidade.
> O histórico de viagens do reclamante (ID. ae3e1f7) demonstra a continuidade na prestação dos serviços, que se inseriam na atividade econômica da reclamada. Desse modo, restou comprovado o requisito da não eventualidade.
> A subordinação, elemento primordial da caracterização do vínculo de emprego no caso presente, foi evidenciada pelo conjunto probatório, que demonstrou que a Uber tinha o controle da prestação de serviços, exercendo poder diretivo e atuando muito além de mera locadora de plataforma virtual. [...]
> Em caso de descumprimento das regras impostas pela reclamada, o motorista sujeita-se à rescisão contratual, perdendo acesso ao aplicativo de motorista. Tais regras tornam evidente o trabalho subordinado, na medida em que a Uber exercia plenamente seu poder diretivo ao expedir normas relativas ao comportamento e às condições de trabalho do motorista. [...]
> Observa-se, portanto, que os trabalhadores da Uber, incluindo o reclamante, atuavam sobre intensa e eficaz supervisão tecnológico/algorítmica, sujeitando-se a bloqueio da plataforma e sendo impossibilitados de trabalhar, medida que, a rigor, induz falta grave do empregador, qual seja, deixar de dar trabalho. (TRT 3ª Região, 2020, s. p.).

De forma semelhante, em julho de 2021, a Sétima Turma do TRT da 1ª Região, no Recurso n. 0100853-94.2019.5.01.0067, considerou os pontos indicados acima e ainda ressaltou que a comunidade jurídica internacional tem reiteradamente reconhecido empresas de transporte de passageiros por aplicativo como empregadoras (e não como parceiras ou tomadoras de serviço autônomo), optando por enquadrar os motoristas cadastrados nestes serviços ora "como empregados, ora em categoria intermediária entre autônomo e empregado" (TRT 3ª Região, 2021, s. p.).

Em setembro de 2021, foi a vez da 8ª Turma do TRT 4ª Região, no Recurso n. 0020750-38.2020.5.04.0405, identificar na relação em tela a existência do vínculo de emprego. Em tom que destoa dos anteriores, a decisão é ainda mais enérgica no sentido de afirmar que, não apenas não haveria nada de extraordinário no vínculo entre motorista e empresa prestadora de transporte por aplicativo, como também que o não reconhecimento deste vínculo e as práticas que procuram afastá-lo representariam violações a direitos sociais.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Deste quadro observado, e ainda a partir deste esforço de se realizar um levantamento preliminar e uma revisão qualitativa dos argumentos que permeiam a discussão a respeito deste tema, o que se nota é que, embora os aspectos jurídicos sejam o cerne do debate e das divergências identificadas, a raiz destas discordâncias é mais profunda e remete inclusive aos elementos pré-jurídicos (econômicos, sociais e culturais) que permeiam essas novas formas de trabalho. Ao tomarem como ponto inicial premissas diferentes daquelas sustentadas pelo TST, os Tribunais mencionados acima entenderam que os aspectos relativos ao funcionamento do serviço – política de pagamento, regras de conduta, prestação continuada do serviço (ainda que com horários flexíveis), entre outros, são elementos reforçadores (e não descaracterizadores) da relação empregatícia.

Considerado o caráter mais fundamental da divisão de opiniões, é evidente a existência de traços de subjetividade no processo de subsunção entre a norma jurídica posta pelos arts. 2º e 3º da CLT, de um lado, e os casos concretos que são rotineiramente levados a julgamento na Justiça. Sendo assim, vislumbrando a existência de pontos ainda abertos para debate a respeito deste tema, a seção a seguir levanta alguns pontos para reflexão considerando as implicações de ambos os entendimentos – seja no que se refere aos direitos fundamentais envolvidos, seja no que tange a segurança jurídica.

Direitos fundamentais ou insegurança jurídica? Reflexões para o debate

Desconsideradas as particularidades de cada caso específico – que, certamente, podem levar o Judiciário a se posicionar de formas distintas a depender do contexto fático e da existência ou não de respaldo probatório – é possível destacar aspectos que podem representar vantagens e desvantagens tanto no reconhecimento quanto no afastamento do vínculo de emprego para motoristas de aplicativo. Esta constatação faz, no momento, ser bastante difícil a tarefa do intérprete e aplicador da norma jurídica. Contudo, algumas observações gerais podem ser apresentadas.

Como objeção à tese de que empresas de transporte por aplicativo apenas fazem a intermediação entre o motorista e o cliente, seria possível imaginar o argumento de que tal posicionamento limita sobremaneira o papel que estas organizações efetivamente exercem nestes serviços. A ferramenta, embora ofereça flexibilidade ao trabalhador na prática da atividade, de fato estabelece padrões de comportamento e regras de conduta a serem seguidas, com a possível aplicação de penalidades por seu descumprimento. De igual modo, ainda que inexista uma jornada de trabalho bem definida, seria possível sustentar que o requisito da não-eventualidade estaria preenchido uma vez que o serviço se torne prática recorrente, mesmo que inconstante. Sendo este o entendimento, a desconsideração do vínculo de emprego se torna uma potencial violação a direitos fundamentais dos motoristas, os quais não teriam garantidas todas as prerrogativas que seriam decorrência natural das suas atividades. Tais direitos, como se sabe, além de protegidos pelo texto constitucional de forma expressa (como, por exemplo, nas disposições constantes no art. 7º da Constituição), também estão ligados de forma íntima aos fundamentos da República do valor

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, sendo certa a necessidade de atuação afirmativa do Poder Judiciário para a sua concretização de maneira efetiva.

Por outro lado, há de se considerar que as novas tecnologias têm oferecido a trabalhadores a possibilidade de exercer atividades profissionais sem a observância de elementos mais estritos que são característicos da relação de trabalho subordinado tradicional, que é notadamente marcada por uma relação mais hierarquizada e frequentemente sob um controle mais rigoroso por parte dos empregadores no que diz respeito a metas, diretrizes e objetivos de um modo geral. Seria possível pensar, ao se sustentar este ponto de vista, que forçar a inserção destas atividades econômicas mais inovadoras a um sistema mais oneroso e restritivo – como é o decorrente do vínculo de emprego – poderia gerar o efeito negativo não apenas de tornar esta atividade menos atraente a trabalhadores que buscam neste tipo de trabalho o exercício de uma função mais livre e empreendedora, como também poderia tornar inviável economicamente a atuação destas empresas. Tornado impossível o modelo de negócio, todo um setor da economia que poderia ser beneficiado pelo uso mais amplo destas novas tecnologias poderia prejudicar-se de forma muito negativa. Considerando-se que o objetivo da norma trabalhista, como se viu acima, é o de atender aos interesses dos empregados, inclusive com a adoção de normas protetivas que asseguram a continuidade dos vínculos de trabalho, estes potenciais efeitos indesejados não podem ser, de modo algum, desconsiderados.

Se na análise abstrata deste tema não é possível chegar a uma única solução satisfatória para o problema, havendo méritos e deméritos que podem ser bem sustentados em ambos os lados, é forçoso reconhecer que o papel do Judiciário, neste contexto, deve ser pautado pelas características específicas do caso concreto. Contudo, este cenário também gera as suas dificuldades, já que a proliferação de demandas também pode significar um aumento da insegurança jurídica, elevando os riscos e os custos a empresários e trabalhadores que não podem prever com certeza o desfecho de um possível processo judicial.

Em suma, todos estes elementos sugerem a necessidade de um amadurecimento deste debate, que não pode ser ainda considerado um tema plenamente vencido pelas razões expostas ao longo deste trabalho. Como produto ideal de tal amadurecimento, tem-se a possível atuação do Congresso Nacional, como fórum legítimo para a deliberação democrática a respeito de um marco regulatório que possa proporcionar a formação de um regime híbrido que melhor atenda a ambas as partes. Seja como for, espera-se que os pontos apresentados neste trabalho possam contribuir para esta discussão a partir da identificação de diferentes questões controvertidas que ainda devem ser mais propriamente endereçadas. Acredita-se que futuras pesquisas, a partir destas conclusões, podem aprofundar esta análise por meio de uma revisão qualitativa dos casos aqui mencionados, bem como na proposição de alternativas para um novo eventual marco normativo que possa estar à altura do momento histórico e das realidades impostas pelas novas relações de trabalho criadas pelas recentes revoluções tecnológicas.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho)**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores** 18ª. ed. São Paulo: LTr, 2019.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado.** São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SARAIVA, Renato; SOUTO, Rafael Tonassi. **Direito do Trabalho.** 20ª ed. revista, atualizada e ampliada. Salvador: Juspodivm, 2018.

TRT 3ª Região (2020). **Recurso Ordinário n. 0010258-59.2020.5.03.0002.** Relator Des. Antônio Gomes de Vasconcelos. Décima Primeira Turma, j. dezembro de 2020.

TRT 1ª Região (2021). **Recurso Ordinário n. 0100853-94.2019.5.01.0067.** Relator Des. Carina Rodrigues Bicalho. Sétima Turma, j. julho de 2021.

TRT 4ª Região (2021). **Recurso Ordinário n. 0020750-38.2020.5.04.0405.** Relator Des. Marcelo José Ferlin D'Ambroso. Oitava Turma, j. julho de 2021.

TST (2018). **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 11199-47.2017.5.03.0185**. Relatora Min. Dora Maria da Costa. Oitava Turma. j. dezembro de 2018.

TST (2020-a). **Recurso de Revista n. 1000123-89.2017.5.02.0038**. Relator Min. Breno Medeiros. Quinta Turma. j. fevereiro de 2020.

TST (2020-b). **Recurso de Revista n. 10575-88.2019.5.03.0003**. Relator Min Alexandre Luiz Ramos. Quarta Turma. j. setembro de 2020.

TST (2021-a). **Recurso de Revista n. 10555-54.2019.5.03.0179.** Relator Min. Ives Gandra Martins Filho. Quarta Turma. j. março de 2021.

TST (2021-b). **Recurso de Revista n. 1001821-40.2019.5.02.0401** Relator Min Breno Medeiros. Quinta Turma. j. maio de 2021.

VILLELA. Fábio Goulart. **Manual de Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro : Elsevier, 2010.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ANÁLISE DISCURSIVA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MATERIALIDADES E SUBJETIVIDADES

Mônica de Oliveira Pasini[1]

We are the champions, my friends
And we'll keep on fighting till the end
We are the champions
We are the champions
No time for losers
'Cause we are the champions of the World
(MERCURY, 1977 [grifo nosso])[2]

Introdução

A precarização das condições de trabalho observadas na nova subjetividade do capitalismo com o "sujeito neoliberal" ou "sujeito empresarial" (DARDOT e LAVAL, 2016), trouxe-nos a inquietação sobre como estão estabelecidas as subjetividades e materialidades nas plataformas digitais para prestadores de serviço. Assim, a proposta deste estudo é analisar o acontecimento discursivo das plataformas on-line que se apresentam como intermediadoras entre usuários e prestadores. O *corpus* de análise compreende a textualização presente nos enunciados de abertura dos links para cadastro dos prestadores de serviço e também nos "Termos de condição de uso" de três grandes plataformas atuantes no Brasil: GETNINJAS S/A ("GetNinjas"); LOGGI TECNOLOGIA LTDA. ("Loggi") e UBER TECHNOLOGIES, INC. ("Uber"). A leitura e respectiva concordância dos "Termos de condição de uso" são pré-requisitos para efetivar o cadastro na plataforma. Com a finalidade de identificar os sentidos que estão em jogo nas formações discursivas desse espaço digital, assumimos o dispositivo teórico da Análise de Discurso (AD) materialista de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

Metáforas do digital: internauta, navegação e plataforma

De acordo com Eni Orlandi (2017), o efeito de sentido no leitor é afetado pela "natureza da materialidade significante" e o discurso digital é configurado por outra natureza e outra forma. O objeto de análise digital possui características, segundo Marie-Anne Paveau (2021), de ordem

[1] Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com a pesquisa "Direito Social e seus Discursos: entre uma mera propaganda de governo e uma necessária divulgação de direitos", orientada por Profa. Dra. Greciely Costa. E-mail: m234235@dac.unicamp.br

[2] Nós somos os campeões, meus amigos / E vamos continuar lutando até o fim / Nós somos os campeões /Nós somos os campeões / **Não tem vez para perdedores /** Porque somos os campeões do mundo (tradução e grifo nossos).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

linguística e extralinguística, portanto é preciso descrever o que compõe este dispositivo tecnológico. A autora traz a definição de tecnologia discursiva que trata sobre uso discursivo da língua no ambiente digital, denominado, por ela, como "tecnodiscurso" (PAVEAU, 2021, p.363). Com o argumento de Cristiane Dias (2018) sobre a tecnologia não ser neutra, mas ser "determinante dos processos de individualização do sujeito cuja forma é capitalista" (DIAS, 2018, p.42). Partindo da afirmação de Orlandi (2017) de vivermos a "[...] contradição de nos metaforizarmos em tecnologias regidas pelo 0 e o 1, pelo binário, sendo múltiplos, plurais" (ORLANDI, 2017, p. 332), imitamos o gesto de Pêcheux ([1983] 2015) quando, na ocasião da vitória do primeiro candidato socialista da França, ele analisa o enunciado "*On a gagné*" [Ganhamos] presente na cobertura jornalística desse acontecimento. Isso posto, entendemos que o enunciado "plataformas digitais" assemelha-se a "*On a gagné*", em sua opacidade, a começar pelo lexema "plataforma". Ele produz diversos efeitos de sentido, dependendo do registro discursivo, pode ser uma plataforma de programa político-eleitoral ou uma estrutura com equipamentos para extração de petróleo ou gás, enfim, sem complemento podem ser estabelecidas diversas associações. Desta forma, temos as plataformas digitais descritas, por elas mesmas, como "plataforma on-line hospedada sob o domínio…" (LOGGI, 2021) ou como "plataforma de tecnologia" (UBER, 2021).

Massimo Di Felice (2020) apresenta a dificuldade em definição das plataformas digitais pelos paradoxos inerentes de sua composição, pois elas são "igualitárias e hierárquicas"; ligadas a empresas privadas e com valores relacionados à utilidade pública; locais e globais, ao mesmo tempo. O autor descreve as plataformas que oferecem serviços, ditas setoriais, " [...] como ecologias - compostas de diferentes entidades - que formam redes relacionais cuja articulação se dá por meio da conexão entre pessoas, dados, circuitos, dispositivos, algoritmos, sensores, softwares e territórios" (DI FELICE, 2020, p. 155).

Para entender a metáfora de viés retórico presente nessa definição, trazemos Paveau (2021) marcando as diferenças de internet e *World Wide Web* (web): a primeira, como a rede que conecta computadores e a segunda, como uma aplicação da internet. É a web que trouxe a figura de linguagem às ações realizadas no seu ambiente, como "ato de navegar", com os usuários, chamados de "internautas", indo de um endereço, *Uniform Resource Locator* (URL) a outro. Essa navegação apresenta como característica a deslinearização, porque traz link ou hipertexto com URL, possibilitando uma intervenção no fio do discurso. O internauta pode ter sua atenção voltada para outro lugar com um simples "clique" na palavra que traz o link com um outro endereço de destino.

Partimos da figura de linguagem da web como "mar de dados", no qual se navega com endereços de internet. É importante destacar que neste ponto, não consideramos a metáfora como é entendida na AD, isto é, a transferência de sentido, uma palavra por outra, mas nos mantemos na superfície da materialidade discursiva (ilusão de transparência), considerando a figura de linguagem de plataformas como construções localizadas acima do mar de dados. Nas definições encontradas nas próprias plataformas, onde temos que elas facilitam a conexão, aproximam, viabilizam o contato direto, o significante reporta para um lugar seguro, um "porto seguro" para fazer conexões, no qual os "navegantes no mar de dados" podem encontrar com segurança o que

procuram na web. Inclusive, observamos que, dentro do ambiente virtual das plataformas, há poucos links e os que existem remetem ao próprio ambiente virtual da plataforma. Exceto os links que reportam às lojas de aplicativos para instalação do aplicativo do próprio serviço.

Dias (2018) afirma que um dos efeitos de sentido estabilizado para tecnologia é justamente "[...] tomá-la como solução, sem falha, para o mundo", prometendo superar as "fragilidades" da vida (DIAS, 2018, p.40 e 64). No caso do local oferecido pelas plataformas, a busca de soluções para realizar conexões entre prestadores de serviços e consumidores com a sua intermediação são apresentadas como solução ideal.

Quem é o sujeito que busca oferecer seus serviços por meio das plataformas? Quais as formações imaginárias que estão no funcionamento discursivo das plataformas? Para responder estas questões, de acordo com Orlandi (2020), partimos do entendimento que "[...] em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição discursiva", articulando o material (língua e sua historicidade), o institucional e o mecanismo imaginário (ORLANDI, 2020, p.38).

Com Ludmila Costhek Abílio (2020), apresentamos elementos da situação social (empírica) do sujeito prestador de serviços que faz seu cadastro e se associa à plataforma digital. A pesquisadora afirma que no Brasil de 2019, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), quase quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras obtinham sua fonte de renda, exclusivamente, com o trabalho por aplicativo. A autora observa que "elementos tais como o trabalho amador, o *crowdsourcing*[3], a imbricação do trabalho no consumo, a transferência de riscos e custos em uma relação de trabalho" já aconteciam antes das plataformas digitais. Ela define o termo "uberização", justificando que com a entrada da empresa Uber no mercado ocorreu a visibilidade desse fenômeno social, que se refere a processos. Processos, estes, "[...] que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho" (ABILIO, 2020, 112).

Como descreve Abílio (2020) há uma "complexa e poderosa" redefinição das relações de trabalho, marcada pela retirada do Estado na regulação dessas relações. A ausência do Estado confere ao trabalho o caráter informal, porque não possui cobertura para os riscos, isto é, não há vínculo com políticas previdenciárias, precarizando o trabalho.

As plataformas GetNinjas e Loggi, com a finalidade de se eximir de encargos previdenciários, mas conferindo uma aparência de preocupação com as situações de riscos, apresentam orientações de como formalizar uma microempresa individual, retirando os sujeitos prestadores de serviço da sua plataforma da aparente condição de informalidade.

José Dari Krein (2018) trata sobre outros pontos dessa precarização, na perspectiva de trabalho como "labor", onde a atividade que traz renda se transforma em "em algo árduo e pesado", diferentemente da perspectiva de "opus", na qual se tem "a busca, por meio do trabalho, da realização humana e da dignidade" (KREIN, 2018, p.78). Ele aponta o padrão nas mudanças legislativas trabalhistas que "busca coadunar o padrão de regulação do trabalho à lógica da

[3] Definido por Jeff Howe (2008) citado por Abílio (2020) por "indeterminação controlada da multidão" (HOWE, 2008, *apud* ABÍLIO, 2020, p. 114)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

acumulação capitalista almejada pelo mercado financeiro internacional e pelas oligarquias nacionais" (KREIN, 2018, p.96).

Aquilo que Abílio (2020) e Krein (2018) constatam, Robert Castel (1999) preconizava ao falar sobre a metamorfose social com o "individualismo negativo", característica de uma sociedade fragmentada, na qual temos a polarização entre os que têm sua posição social garantida e aqueles que "carregam sua individualidade como uma cruz, porque significa a falta de vínculos e ausência de proteções" (CASTEL, 1999, p. 609-610).

Além de tudo isso, há a questão levantada por Pierre Dardot e Christian Laval sobre uma nova racionalidade do capital, o neoliberalismo, no qual o Estado assume uma característica empresarial que coordena a forma como os sujeitos se auto conduzem, promovendo a empresa a um modelo de subjetivação, no qual "cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar" (DARDOT e LAVAL, 2016, p.378).

Sobre o papel do Estado, Orlandi (2017) acrescenta que ele assume uma "articulação simbólica-política" que resulta na individuação do sujeito, na forma-sujeito histórica. Ainda Dias (2018) acrescenta que o Estado, para o sujeito digital, está mais para um gestor de áreas específicas do que um promotor "de formas de vida em sociedade" (DIAS, 2018, p.57). Por isso, entendemos que a ausência de um Estado regulador das relações trabalhistas ou de um Estado que propõem soluções como o Microempreendedor Individual (MEI), visando garantir um mínimo de proteção, em casos de acidentes ou doenças para esses sujeitos prestadores, corrobora o funcionamento do Estado a serviço da subjetividade neoliberal.

Dardot e Laval (2016) estabelecem como hino deste "sujeito neoliberal" ou "sujeito empresarial" a música epígrafe deste trabalho "We are the Champions", onde não há espaço para os perdedores e onde se segue lutando até o fim, porque são campeões. Sobre os perdedores, Dardot e Laval (2016) lembram que se trata do "homem comum, aquele que perde por essência" (DARDOT e LAVAL, 2016, p.356).

É este sujeito empírico que buscará renda para subsistência nas plataformas digitais. Abílio (2020) defende que a subjetivação desse novo sujeito "nos demandam uma compreensão do engajamento, responsabilização e gestão da própria sobrevivência, praticados e experienciados pelos trabalhadores e trabalhadoras uberizados" (ABÍLIO, 2020, p. 113). Assumimos que a AD contribui para compreender esse engajamento, porque os sentidos em produção no sujeito, que apesar de já ser interpelado pela ideologia neoliberal, seguem na sua condição de incompletude (ORLANDI, 2017, p.258). Dessa forma, partimos à AD em dois momentos distintos: na abordagem do usuário para se cadastrar e na textualidade presente nos termos de adesão.

Recortes dos processos discursivos das plataformas digitais

Como é o processo discursivo de abordagem dos sujeitos que se cadastram nas plataformas digitais? Nos recortes trazidos, buscaremos os procedimentos de construção, antes de partirmos para as significações. Também, seguindo Orlandi (2020), tentaremos articular o real e o imaginário, porque entendemos que é aí que o discurso funciona.

A análise começa com a Figura 1, da plataforma GetNinjas, que oferece adesão a diversos prestadores de serviços.

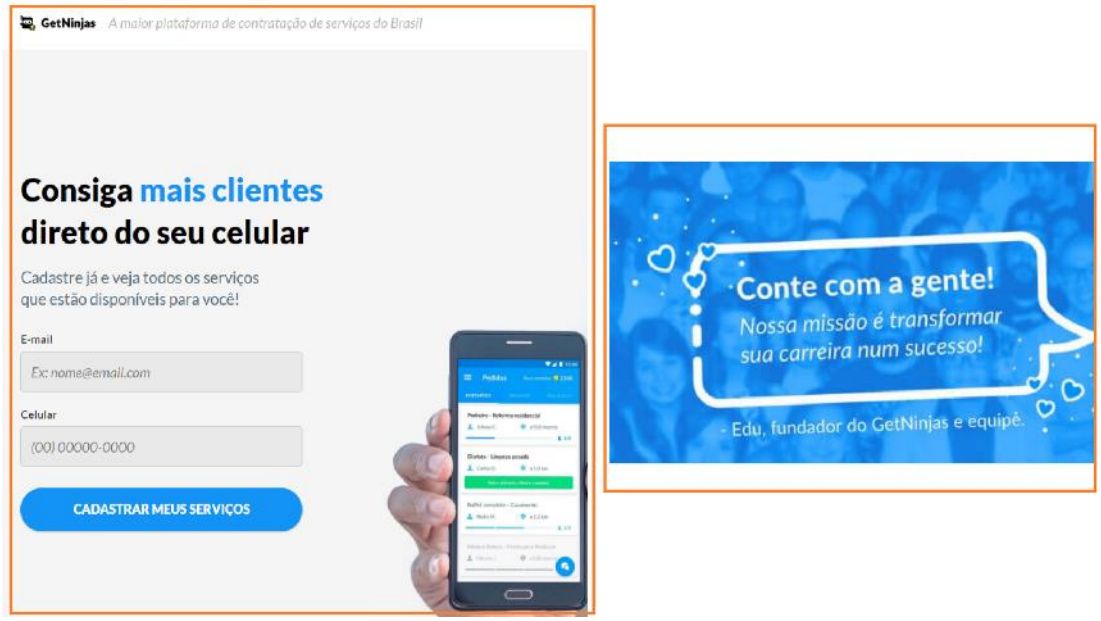


Figura 1: *Print Screen* de dois enunciados para realização de cadastro GetNinjas (composição nossa)
Fonte: GETNINJAS, 2021

De acordo com Orlandi (2017), o excesso de informações presente no ambiente digital resulta no que ela chama de memória metálica. Essa memória de quantidade torna o interdiscurso linear. Também, consideramos importante trazer o conceito de "memória digital" formulado por Dias (2018) que coloca a memória no "lugar da contradição", no qual ela "escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)" (DIAS, 2018, p.105). Orlandi (2017) nos dá algumas pistas ao dizer que no digital a memória "torna-se superfície achatada (fina membrana), sem espessura histórico-social, o excesso suturando a falta, na falha do esquecimento: vontade de completude, de transparência". (ORLANDI, 2017, p.252). Enquanto Dias (2018) nos mostra que a memória digital e a memória discursiva se articulam no espaço do interdiscurso.

Trataremos da materialidade da língua expressa nestes enunciados. Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), a interpelação ou assujeitamento do sujeito o leva a ser conduzido, "sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade" (PÊCHEUX e FUCHS, [1975] 2014, p.162). Os autores nos recordam que o discursivo é um dos aspectos materiais do que é entendido por ideologia. As condições de produção estão inscritas na relação de classes, entretanto identificamos diversos apagamentos disso na textualidade presente nestes recortes. Se observarmos na descrição do topo da página, ao lado da logomarca GetNinjas, encontramos em letras miúdas o enunciado "A maior plataforma de contratação de serviços do Brasil". Porém, a pessoa prestadora de serviços que se cadastrar não será contratada, pois não existe um vínculo empregatício entre prestadores e plataforma. Tanto a palavra "contratação", quanto a palavra

"clientes" denotam que a condição de forma sujeito é capitalista. Sobre o apagamento de uma possível relação de classes, Abílio (2020) recorda que não há demissão para os trabalhadores uberizados, "[...] pois não há contratação". Ela lembra que não há processos de seleção para contratação, para "ser um parceiro", como é propagado pelas empresas-aplicativo, "basta aderir" e finaliza: "a adesão implica preencher um cadastro, aceitar os 'termos de adesão' de um contrato que não é um contrato de trabalho e cumprir requisitos mínimos" (ABÍLIO, 2020, p.118).

As formações discursivas da GetNinjas apagam qualquer possibilidade de uma relação patrão/empregado, porque são dirigidas diretamente ao sujeito prestador interessado em se cadastrar declarando: "Consiga mais clientes direto do seu celular" e o outro enunciado acena com uma ajuda em "transformar sua carreira num sucesso". É a memória discursiva em articulação com a memória digital, nesse caso, o sucesso identificado nas soluções tecnológicas (DIAS, 2018, p.40) associado ao sucesso que depende do esforço e mérito do sujeito prestador.

Na Figura 2 temos a plataforma Loggi que é para cadastro de entregadores.

Figura 2: *Print Screen* de dois enunciados para realização de cadastro na Loggi (composição nossa)
Fonte: LOGGI, 2021

Nesses recortes, observamos o mesmo apagamento das relações produtivas, o entregador é incluído em "nosso negócio" e acenam com a "liberdade de gerenciar o próprio tempo", conforme já nos mostrou Abílio (2020) não existe esta liberdade, pois o tempo dispensado ao trabalho está diretamente atrelado a quanto a pessoa trabalhadora pretender receber.

A palavra liberdade, no capitalismo, conforme aponta Orlandi (2017), "[...] é sinônimo de individualismo" (ORLANDI, 2017, p.288). Esse individualismo assume no sujeito o modo pragmático preocupado com sua própria sobrevivência e centrado no seu próprio mundo. O sujeito prestador de serviços não tem liberdade porque precisa sobreviver, então precisa dedicar o tempo que for preciso para obter a renda de sua sobrevivência.

A falta de clareza nas regras, conforme apontado por Abílio (2020), fica evidente nas generalizações dos enunciados. A tensão entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente) na palavra "liberdade" associada ao ato "de aceitar e recusar rotas quando quiserem" carrega o equívoco. A própria Abílio (2020) ao entrevistar os motofretistas de São Paulo e Campinas, em 2018, desconstrói esta aparente liberdade, pois os algoritmos atuam sem neutralidade alguma, se há recusa de rotas, o algoritmo deixa de ofertar outras entregas, é um jogo com regras desconhecidas pelo sujeito prestador de serviço.

Para concluir, no enunciado "Aumente seu ganhos", temos a pergunta de quem realmente lucra? Neste jogo de regras difusas para a pessoa trabalhadora, que para ganhar mais, precisa dedicar mais de 10 horas do seu dia ao trabalho, a grande vencedora é a plataforma, no caso da Loggi, em 2019, a empresa estava avaliada em US$ 1 bilhão (Abílio, 2020, p.117).

A Figura 3 traz os enunciados presentes na plataforma Uber:

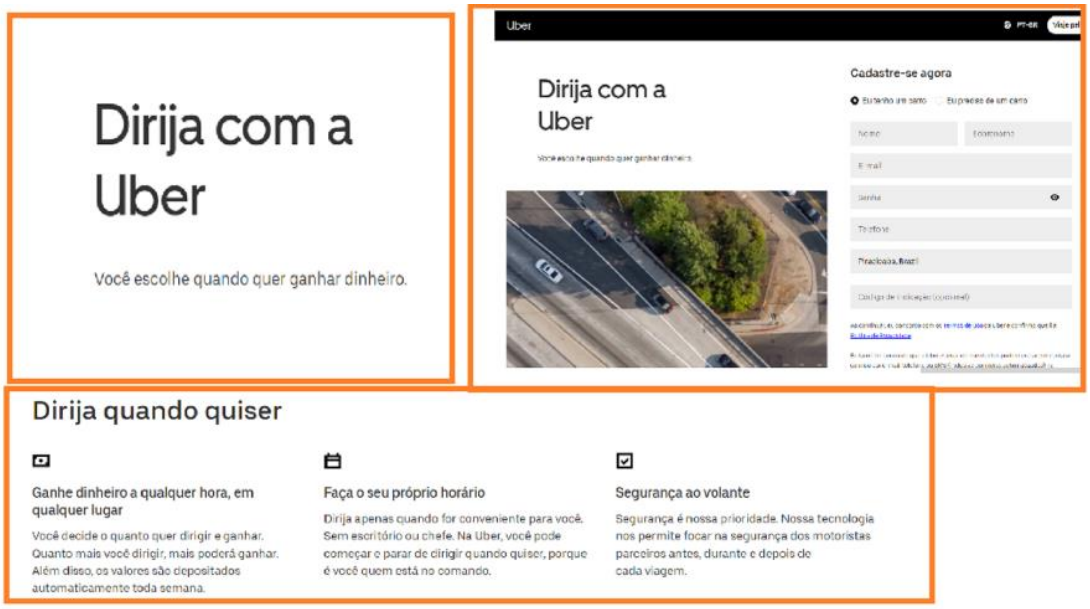


Figura 3: *Print Screen* de três enunciados para realização de cadastro na Uber (composição nossa)
Fonte: UBER, 2021

Os enunciados da plataforma Uber não são diferentes das outras duas analisadas, porque colocam o interessado em se tornar um motorista da Uber na condição de autonomia para dirigir "quando quiser", em fazer "seu próprio horário", em "ganhar quanto quiser". Inclusive um enunciado diz claramente "é você quem está no comando".

Considerando o que defende Orlandi sobre "a condição da linguagem é a incompletude" (ORLANDI, 2020, p.50), entendemos que esses enunciados são atravessados pelo interdiscurso da autonomia, deixando um espaço que pode ser completado com o desejo de estar no comando. Percebemos que o processo de significação está acontecendo, podendo ser determinado, institucionalizado, estabilizado e cristalizado, na ato de aderir ao que está sendo proposto. As evidências apontam que o alvo desse processo em andamento é "você", o gerente de si mesmo.

A elipse desse sujeito, em algum desses enunciados, estabiliza esse efeito de sentido "dono do seu tempo, dos seus ganhos, da sua segurança". Observamos aquilo que Pêcheux ([1975] 2014) fala a respeito do interdiscurso, na prática da forma-sujeito na relação entre "sujeito de enunciação" e "sujeito universal". Nesta relação, o interdiscurso "determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica", o que ele classifica na primeira modalidade como "bom sujeito". O autor chama a atenção para uma determinação cega, com um efeito de sentido de que a ação foi assumida "em plena liberdade" (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.199).

Os elementos gráficos da plataforma Uber são escassos, mínimos, somente duas cores, mantendo um padrão, literalmente, "preto no branco", jogo de cores que passa "seriedade", reforçando o imaginário do profissional que pode vir a ser "Uber". Então constatamos que o que fala aí, o pré-construído dessa formação discursiva leva à identificação, que resulta na adesão do sujeito prestador. Esses elementos contribuem para o "apagamento" da contradição capitalista, porque no contraste das duas cores são dissolvidas as diferenças de classes, favorecendo o pré-construído "eu sou o dono".

Isso posto, ratificamos com essas análises o entendimento sobre interdiscurso digital ser linear e promover o apagamento da contradição nas três plataformas com formações discursivas equivalentes, operando nas mesmas formações imaginárias de um sujeito universal. Ainda, observamos que o interdiscurso opera na identificação da forma-sujeito, na modalidade de "bom sujeito" (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.199). Entendemos que, nessa fase de adesão, não há espaço para uma "contra-identificação" ou para o "mau sujeito" que é a segunda modalidade definida por Pêcheux ([1975] 2014). A "contra-identificação" pode vir a acontecer depois, quando o sujeito prestador de serviço entender que foi iludido por promessas que não se cumpriram. Conforme relato coletado por Abílio (2020), constatamos a "contra- identificação" na fala de um motoboy, há 15 anos com esse ofício, que declara: "Antes tinha muita entrega, não tinha tanto estresse, não era tão nervoso, hoje em dia você cansa mais andando de moto, gastando, sem ganhar nada" (ABILIO, 2020, 117).

Esse fato não tem como consequência imediata a ruptura do sujeito com a filiação na formação discursiva do sujeito empresarial, conforme definido por Pêcheux ([1975] 2014) na terceira modalidade que é a "desidentificação" e seus desdobramentos. Mesmo insatisfeita, a pessoa prestadora de serviço precisa se manter nesse trabalho, seguindo com a fala do motoboy: "[...] se o tempo estiver chuvoso, igual hoje de manhã, eles mandam mensagem 9 horas: 'das 10h até as 13h, fazendo 8 pedidos delivery você ganha mais R$50'. Se você não fizer, você não ganha o bônus." (ABILIO, 2020, 119). Conforme o exemplo, o sujeito permanece na formação discursiva que é ele quem decide, neste caso, ganhar o bônus ou não. Sobre o discurso digital, de acordo com Orlandi (2017), assumimos que ele apresenta a "pragmática do excesso, do efêmero visível, do sujeito da impaciência…" (ORLANDI, 2017, p.244). A combinação do discurso digital com a forma-sujeito inscrita na formação discursiva do sujeito empresarial funciona na articulação com a memória digital. Observamos esse funcionamento quando o sujeito "livremente" (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.199) consente em entregar a gestão do seu tempo ao algoritmo da plataforma de serviço. É inevitável não retornar ao trecho da canção epígrafe "no time a loser", onde "time" pode ser tanto "tempo", quanto "vez". O trabalhador "*just-in-time*", o sujeito da impaciência

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

presente no discurso digital, na transferência de sentido ou metáfora discursiva, deriva no oposto: o vencedor fica com o seu tempo. Porque o que, realmente, está em negociação na ecologia da plataforma digital é o tempo.

Termos Gerais de Uso ou Termos de Condição de Uso: uma língua de espuma

Nas três plataformas, os enunciados para efetuar o cadastro são diferentes, mas produzem os mesmos efeitos, conforme segue: para prosseguir no cadastro da Loggi é exigido o clique em "Aceito que a Loggi use e guarde meus dados conforme os Termos de Uso e o Aviso de Privacidade"; para prosseguir no cadastro da GetNinjas, a exigência é "Concordo com os Termos de uso do GetNinjas" e na Uber é "Ao continuar, eu concordo com os Termos de Uso da Uber e confirmo que li a Política de Privacidade". Nesse simples gesto, que é um clique, entendemos que há uma apagamento do sujeito, cujas condições oferecidas pela tecnologia se sobressaem.
De acordo com Dias (2018), até pode existir uma "exaltação do sujeito como produtor de uma tecnologia nunca antes imaginada", mas não se pode esquecer que: "Por outro lado, apaga-se o sujeito, por outro, apaga-se a história, as condições de produção, produzindo uma cisão, dessa vez entre o sujeito e história" (DIAS, 2018, p.44). A autora aponta que as tecnologias "produzem uma ilusão da centralidade do sujeito em relação a sua existência" (DIAS, 2018, p.59). Ela ainda lembra que é importante considerar a tecnologia em sua historicidade, porque na sua transparência temos o efeito de sentido, de adesão aos termos de uso com um "clique", ou seja, observamos o que a autora diz sobre o "desaparecimento do sujeito mediante a máquina". Assim chegamos ao dono da plataforma contabilizando o "clique" de adesão desse sujeito trabalhador.

Esse apagamento traz um "efeito ideológico produzido pelo discurso de rupturas epistemológicas sem retorno" (DIAS, 2018, p.46), e entendemos que aqui o apagamento leva à ruptura com o sujeito de direito, afinal é difícil definir "contrato" nesses objetos de análise. Outra vez, temos o atravessamento da "relação contraditória entre memória histórica e memória metálica" que é a "memória digital" (DIAS, 2018, p.105): o clique na "caixa de visto ou *check*" dos "Termos gerais de uso" têm o mesmo valor que uma assinatura em um documento cujas partes concordam. Entendemos que no clique/*check* a memória digital é atravessada pelo interdiscurso que transfere ao clique o ato de "assinar".
Assim, partimos para análise dos termos gerais de uso, iniciando com o extralinguístico, onde observamos poucos hipertextos quando estamos no local onde está o termo de adesão ou de uso. No caso da GetNinjas, não há hipertextos. Nos casos da Loggi e Uber, os hipertextos remetem a outra exigência que é ler a política de privacidade ou termos de pagamento ou preços. Sobre isso, Paveau (2021) explica que essas ausências configuram um discurso linear que é caracterizado pela narratividade, decorrendo em "uma mudança de regime do enunciado de gesto: o clique de link em link abre caminho para a rolagem de cima para baixo da página, agora única do site" (PAVEAU, 2021, p.247).
Seguindo na análise da forma, observamos a utilização nos termos da Uber, em vários momentos, o uso de "caixa alta" em parágrafos inteiros. No linguageiro da internet a caixa alta quer dizer que o enunciador está "gritando", isto é, chamando a atenção para aquele determinado ponto do texto.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Observamos no discurso digital, diferentemente do passado onde a parte do contrato que trazia penalizações ou riscos ficava com "letras miúdas", agora, essas considerações são apresentadas em letras graúdas ou em "caixa alta". Aparentemente, há um esforço em chamar a atenção aos trechos em "caixa alta". Nos três casos, o lexema "contrato" também se apresenta em "caixa alta", entretanto, não se trata de um contrato, na sua forma jurídica, como é reforçado na sequência dos próprios termos de condição e uso. Nossa proposta é entender esses textos como unidades de análise, "na sua forma material" e como "parte de um processo, na relação descrição/interpretação" (ORLANDI, 2017, p.245), ou seja, não nos deteremos no conteúdo. Entretanto, destacamos que essa reconfiguração textual proposta nesses documentos digitais denota uma tentativa de escape da memória discursiva do contrato ter implicações jurídicas, porque nos documentos digitais "Termos Gerais…" não têm caráter jurídico de contrato.

Mantendo a perspectiva de análise da forma, escolhemos o critério da quantidade e realizamos a contagem de palavras dos três termos, encontrando os resultados aproximados: o termo da Loggi possui 7 mil palavras; o termo da GetNinjas possui 8 mil palavras; e, por fim, o termo da Uber, com 4 mil. No caso da Uber, destacamos que ao abrir o texto está em inglês "*U.S. Terms of Use 1. Contractual Relationship*" e é necessário, buscar a caixa de seleção no topo da página, escolher e marcar o país para, enfim, obter acesso ao termo de uso no idioma nativo.

Sobre essa quantidade, destacamos o que Orlandi (2017) nos diz sobre a pragmática do excesso no discurso digital. A própria Orlandi (2011) ressalta a importância da AD nas condições onde domina "um processo discursivo que produz a indistinção e a diluição de sentidos" (ORLANDI, 2011, p. 43). Ela explica sobre a dificuldade de definir algumas expressões, porque apresentam seus sentidos diluídos. Nos enunciados analisados, sentimos essa diluição de sentidos, a começar, na dificuldade em definir "contrato" conforme o sentido estabilizado no dicionário "documento que ratifica um acordo" (HOUAISS e VILLAR, 2009, p.540). Os sentidos estão diluídos.

Identificamos no excesso e na diluição, o que Orlandi (2007) descreve como língua "vazia", uma língua de uso imediato, cujos sentidos não ecoam, denominada pela autora de "língua-de-espuma":

> É uma língua em que os sentidos batem forte mas não se expandem, em que há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma "realidade", de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para essa mesma "realidade" (ORLANDI, 2007, p.99).

A autora acrescenta que "a língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar". É possível observar esse mecanismo discursivo, porque por mais que a linguagem seja "objetiva" ela não repercute e não permite que outros sentidos se estabeleçam. Destacamos que no caso da Uber, os termos de uso surgem no primeiro clique em outro idioma, o que confere um caráter maior de ausência de significados para os usuários com língua nativa diferente, neste caso, o português.

Sobre a permanência, novamente trazemos Orlandi (2011) que atribui ao discurso digital a característica do "efêmero visível", nos três termos de uso temos encontramos os enunciados "poderá modificar o teor do T&C e/ou da própria Plataforma Loggi ou de qualquer parte dela [...] o Condutor Autônomo automaticamente concorda e se sujeita aos novos termos do T&C"

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(LOGGI, 2021); "poderá alterar, a qualquer tempo e a seu único e exclusivo critério, estes Termos. [...] Não havendo manifestação no prazo estipulado, entender-se-á que o Usuário aceitou tacitamente os novos Termos, e o contrato continuará vinculando as partes." (GETNINJAS, 2021); e ainda, "poderá alterar os Termos relativos aos Serviços a qualquer momento" (UBER, 2021). Sempre reforçando que se o trabalhador seguir usando os serviços, depois de notificado pela postagem, "[...] representa seu consentimento em vincular-se aos Termos alterados" (UBER, 2021).

É a materialidade do efêmero, o prestador aceita esses termos que podem mudar, sem aviso prévio, mantendo-se em concordância às novas regras. A única plataforma que menciona notificar ao prestador, que estabelece prazo para uma resposta e o possível desligamento da plataforma, é a GetNinjas. As outras duas, somente declaram que as novas regras estarão publicadas no site e que isto basta como anuência das partes.

Constatamos o efeito de sentido de metonímia ao substituir "termos de condição de uso" por "contrato" ou "relações contratuais", que não trazem garantias ou mesmo vínculo empregatício para os prestadores que concordam com os termos. Esses "contratos" na formação discursiva digital não carregam o princípio jurídico do vínculo entre partes, ou seja, não é um contrato. A natureza de não-ser é reforçada nos três termos de condição de usos. Para tentar explicar o que essa metonímia sustenta, trazemos Lacan (1998):

> A metonímia como lhes ensino, é o efeito possibilitado por não haver nenhuma significação que não remeta a outra significação, e no qual se produz o denominador mais comum entre elas, ou seja, o pouco de sentido (comumente confundido com o insignificante) [...]. (LACAN, 1998, p.628-629).

Com essa citação de Lacan (1998), retomamos a subjetividade presente na discursividade das plataformas digitais. O desejo de ser dono do próprio negócio, administrar seu próprio tempo e de ter uma "carreira de sucesso" faz o "bom sujeito" acatar as poucas garantias dos termos de condição de uso como se fosse um contrato. O denominador comum entre um contrato de acordo entre as partes e uma concordância com os termos de adesão com um simples "clique" está calcado nesse desejo. É a subjetividade que Dardot e Laval (2016) atribuem ao gozo de ser gestor de si mesmo. Ainda, sob ação da memória digital, o sujeito filiado a esta formação discursiva consegue atribuir a um "clique" o caráter de "assinatura", que lhe permite prosseguir para fazer o seu cadastro na plataforma e atender ao seu desejo de se realizar como sujeito empresarial.

Efeito metafórico: articulação da subjetividade e do histórico

A reflexão sobre questões discursivas referentes à subjetivação do novo sujeito ou sujeito empresarial, exige a articulação de Orlandi (2017) que defende a relação dialética entre subjetividade e história e Pêcheux ([1982] 2015) que defende a visibilidade dos "processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios, assimétricos e deslocadores, [...] nas formas sócio-históricas da subjetividade, [...], na percepção dos acontecimentos e nos registros da discursividade" (PÊCHEUX, [1982] 2015, p.118).

Abílio (2020) apresenta na uberização a nova configuração de trabalho, na qual o trabalhador é "auto gerente de si mesmo", é "responsável por sua própria sobrevivência e permanência em um trabalho onde nada parece estar garantido"; onde ele "inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la" (ABILIO, 2020, p.115). Entra em jogo a gestão da própria sobrevivência pelo sujeito prestador de serviços por aplicativo.

Para análise da formação discursiva, cujo sujeito prestador está inscrito, consideramos Orlandi (2020; 2017) que diz sobre o "processo de produção de sentidos" estar "sujeito ao deslize", e que "o diferente e o mesmo" serem "afetados pelo efeito metafórico" (ORLANDI, 2020, p.78). E também trazemos a metáfora definida por Pêcheux ([1975], 2014), a partir de Lacan (1998) que diz "[metáfora] é o efeito de substituição de um significante por outro, sem que nada natural o predestine a essa função de *phore*, a não ser o tratar-se de dois significantes" (LACAN, 1998, 904). Assim, na nossa análise realizamos, de acordo com Pêcheux ([1975], 2014), uma transferência pela qual "[...] elementos significantes passam a se confrontar" (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.239), buscamos a compreensão sobre os deslocamentos e derivas da metáfora (no viés retórico) das plataformas digitais como o lugar seguro para realizar as conexões.

Pêcheux ([1975] 2014; [1984] 2015) explica que a metáfora, como deriva de sentido ou transferência *(meta-phora)* aparece como uma "perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho… ([1984], 2015 p.160)". Com a finalidade de evidenciarmos o lapso e a falha, articulamos a imagem do sujeito empírico sem garantia alguma diante da plataforma como "construção acima do mar de dados", que após o "clique", aceita e concorda com os termos de condição de uso, e "sobe" na plataforma. Nesse momento, passa a vigorar as "letras" do contrato que não é contrato, aí identificamos a falha, o equívoco. Esse sujeito que aceitou os "termos gerais" se vê "isolado" e totalmente preso às determinações de um algoritmo, com regras desconhecidas, porque apesar da plataforma se apresentar "legalmente como mediadora", de acordo com Abílio (2020), é ela quem estabelece "as regras do jogo da distribuição do trabalho e determinação de seu valor". É a plataforma que regula a oferta e procura dos serviços "[...] por meio de regras permanentemente cambiantes que se retroalimentam da atividade da multidão" (ABÍLIO, 2020, p.199).

A ilusão de uma jornada de trabalho flexível descobre o real e conforme afirma Pêcheux ([1983] 2015, p.29): "Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra". Aquele sujeito vencedor da canção perde a batalha para o capital, que agora tem sua força de trabalho em uma jornada indefinida, no trabalho por aplicativos *just-in-time* "a força de trabalho [está] permanentemente disponível" (ABÍLIO, 2020, p.117). Somente se faz uso dela quando preciso, com a remuneração vinculada ao que for produzido e a pesquisadora conclui sobre essa realidade: "estão trabalhando o tempo que for preciso para obter o valor que estabelecem para si como a renda necessária" (ABÍLIO, 2020, p.117).

Considerações finais

Para concluir, observamos o funcionamento do discurso digital com a forma-sujeito inscrita na formação discursiva do sujeito empresarial, evidenciado no instante que o sujeito "livremente"

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

(PÊCHEUX, [1975] 2014, p.199) consente em entregar a gestão do seu tempo para o algoritmo da plataforma de serviço.

Da promessa de um local onde o sujeito prestador fará conexões e oferecerá seus serviços, com horários flexíveis, observamos a realidade de um local com regras efêmeras geridas por algoritmos. É inevitável lembrar do verso de Caetano Veloso (2021) "Agora a minha história é um denso algoritmo / Que vende venda a vendedores reais" e também do trecho da canção epígrafe "no time a loser", onde "time" pode ser tanto "tempo", quanto "vez". O trabalhador "*just-in-time*", o sujeito da impaciência presente no discurso digital, vendado pela subjetividade, entrega a administração do seu próprio tempo ao algoritmo que pertence às plataformas de serviço, sendo seus proprietários, portanto, os legítimos "vencedores".

Referências

ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos avançados**, 34(98), p. 111-126, 2020. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008

CASTEL, R. **A metamorfose da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1999**.**

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal, 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, C. **Análise do discurso digital:** sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

DI FELICE, M. **A cidadania digital:** a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes sociais. São Paulo: Paulus, 2020.

GETNINJAS. Termos e Condições Gerais de Uso. Disponível em: https://www.getninjas.com.br/termos-de-uso Acesso em 01 out. 2021

HOUAISS, A. e VILLAR, M. S. "Contrato". In: **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 540.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018, p. 77-104 Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082/138676 Acesso em 03 mai. 2021.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1. ed. 1998.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

LOGGI. Termos e Condições de Uso da Plataforma Loggi e da Prestação de Serviços de Cobrança e Informações Cadastrais – Condutor Autônomo. Disponível em: https://www.loggi.com/termos-de-uso-entregadores/ Acesso em 01 out. 2021.

MERCURY, F.© Queen Music Limited "We Are the Champions". In: **News of the World,** Londres: Sarm West e Wessex Studios, 1977.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; e FERREIRA, M.C.L. **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 37-54

ORLANDI, E. **Eu, Tu, Ele e o real da história**. Campinas: Pontes, 2. ed., 2017.

ORLANDI, E. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PAVEAU, M. **Análise do discurso digital:** dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 5. ed., ([1975]2014).

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 5. ed., [1975] 2014.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados. Campinas: Pontes, 4. ed., [1984] 2015.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 7. ed., [1983] 2015.

UBER. **Termos Gerais de Uso.** Disponível em: https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?name=general-terms-of-use&country=brazil&lang=pt-br Acesso em 01 out 2021.

VELOSO, C. E. V. T.© Warner Chappell Music, Inc. "Anjos Tronchos". In: **Meu Coco,** Rio de Janeiro, 2021.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ET 16
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL: PROBLEMAS E DESAFIOS

Maria Luiza Nogueira Rangel[1]
Remi Castioni[2]

Introdução

O presente estudo é parte de uma pesquisa maior sobre interação universidade-empresa em busca da inovação em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), e foi desenvolvido com o objetivo de realizar uma reflexão sobre os problemas e desafios da divulgação cientifica no Brasil. Compreende a importância da divulgação científica na atualidade e lança luz ao seu papel no processo de formação da sociedade como instrumento de popularização da ciência.

Parte do entendimento de que na atualidade existe uma crise de confiança na ciência e nas instituições científicas e que no Brasil esta crise é acentuada por um conjunto de medidas que impactam o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Daí a importância de analisar o cenário atual das políticas de educação, ciência, tecnologia & inovação e a forma como este cenário dialoga com a divulgação cientifica.

Conforme destaca Neto (2015), "A ciência, a tecnologia e a inovação são instrumentos cruciais para o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades na sociedade". Da mesma forma o trabalho desenvolvido por cientistas, pesquisadores e técnicos é determinante para a construção da soberania nacional e a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais da maioria dos brasileiros.

Dessa forma, a divulgação científica torna-se um elo entre os pesquisadores e a sociedade, cumprindo um papel importante em traduzir conhecimentos científicos ou tecnológicos para uma linguagem mais adequada ao público não familiarizado com termos técnicos e especializados, evitando que as pessoas tomem como verdade algo que já foi em algum momento contradito pela ciência.

Conforme destaca Voght (2011), o objetivo ideal do divulgador da ciência é que o conhecimento científico seja vivenciado como o futebol. Assim, mesmo sendo poucos os que jogam [...] "são muitos, na verdade, os que o entendem, conhecem suas regras, sabem como jogar, são críticos de suas realizações, com ele se emocionam e são por ele apaixonados". (VOGHT, p. 13).

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Bolsista em Portugal no Programa Capes-print, vinculada ao Instituto Politécnico de Setúbal (IPS). Docente de Ensino Superior na Universidade Estadual de Goiás (UEG), rangel.luiza@gmail.com
[2] Doutor em Educação (Unicamp). Professor da Faculdade de Educação da UnB e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB. rcastioni@globo.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Apaixonados pela ciência e pelo conhecimento, afinal, do ponto de vista epistemológico, é certo que os homens seguem em busca de certezas e verdades sobre o mundo, assim como os filósofos na antiguidade. O que por sua vez torna ainda mais difícil compreender a distância que existe entre a ciência e a sociedade. Sobretudo, a crise de confiança na ciência e nas instituições científicas (universidades, centros de pesquisa, instituições de fomento) que ajudou a construir. Mas, esse fenômeno, no entendimento de vários pesquisadores, é mundial. Mesmo que no Brasil apresente outras nuances, características especificas de desvalorização das atividades cientificas aliada a uma política de cortes extensos no seu financiamento.

Os efeitos desse fenômeno foram problematizados e estão disponíveis em pesquisas como a World Values Survey, o estudo sobre Percepção pública da C&T no Brasil 2019, feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) ou a realizada pelo Instituto Gallup que mostra que 73% das pessoas desconfiam da ciência e 23% consideram que a produção científica pouco contribui para o desenvolvimento econômico e social do país (amostra Brasil).

Outro exemplo é a média de resposta em que 71% das pessoas com muito interesse em C&T afirmam que não conhecem o nome de nenhuma instituição que faça pesquisa no Brasil, e 82% delas dizem não conhecer o nome de nenhum cientista brasileiro.

As pessoas deixaram de acreditar no conhecimento científico? Existe um movimento anticientífico em curso? De que forma a divulgação cientifica pode mitigar essa desconfiança, aproximando a sociedade e o conhecimento?

A desconfiança no conhecimento científico

Na atualidade é recorrente falar em pós-verdade. Termo foi traduzido do inglês post-truth para indicar situações em que os fatos, as evidências cientificas perdem espaço, ou tornam-se menos importantes do que as emoções e crenças para alcançar a opinião pública. Portanto, a pós-verdade, como aprofundaremos no decorrer do estudo, pode ser compreendida como uma má comunicação de conhecimentos científicos, ou mesmo a ausência destes. Reforçando o papel da divulgação cientifica, afinal um dos caminhos para reverter esse fenômeno passa por promover a comunicação cientifica, uma combinação entre uma comunicação mais acessível por parte dos cientistas e uma cultura de educação científica da sociedade.

O problema é que a universidade pública no Brasil, lócus privilegiado da realização da pesquisa e da produção do conhecimento científico e tecnológico, na atualidade, virou sinônimo de balburdia e vive sobre ataque sistemático de membros do próprio governo. Diferentes movimentos na esfera do governo contribuem para desmoralizar as universidades e inviabilizar um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Os reflexos desta política podem ser observados em diferentes atividades, como o atraso no pagamento de bolsas, diminuição do apoio para participação em congressos e publicações, na ameaça de extinção de agencias e empresas de fomento como a Financiadora de Estudos e Projetos de Inovação FINEP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ, no encerramento de redes internacionais de pesquisa, na interrupção das compras de equipamentos para laboratórios, na fuga de cérebros, entre outras.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Para além do enfrentamento político e financeiro, a ciência começa a perder espaço para ideias obscuras cultivadas por grupos religiosos, ou semi religiosos como os seguidores da "terra plana" ou da rede antivacina.

A comunidade científica tem procurado estabelecer novos canais de diálogo com a sociedade, e neste sentido a divulgação científica cumpre um papel importante em traduzir conhecimentos científicos ou tecnológicos para uma linguagem mais adequada ao público não familiarizado com termos técnicos e especializados.

No entanto, essa aproximação da comunidade científica com a sociedade não tem sido suficiente para evitar que as pessoas tomem como verdade algo que já foi em algum momento contradito pela ciência. Na atualidade basta um clique e alguns seguidores para que uma nova teoria seja lançada na rede, segundo De Negri, Hernandez e Alves (2019) [...] "a facilidade de comunicação e as redes sociais deram visibilidade a teses e ideias que antes ficavam restritas a pequenos grupos de pessoas sem expressão". E quando as ideias anticientíficas são propagadas por representantes do próprio governo?

O exemplo do aquecimento global ajuda a ilustrar o problema, o consenso entre cientistas sobre o aumento da temperatura global e o peso das atividades humanas nesse processo gerou uma participação mais efetiva dos governos na regulação da emissão de gases estufa, incluindo um acordo internacional entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), o protocolo de kyoto, cujo Brasil é signatário.

Porém, o entendimento do governo atual é de negar ou manifestar dúvidas sobre o aquecimento global e o fato de que as mudanças climáticas poderem ter como causa a ação humana, contrariando consenso que envolve 99% dos cientistas. Tal ceticismo foi expresso mais de uma vez pelo próprio titular do Meio Ambiente (RIBEIRO, 2019). Adicionalmente, as declarações do Ministro da Educação confundem a população quanto a importância do conhecimento e do papel das universidades na construção desse conhecimento.

"O presidente dos Estados Unidos espalha teorias de conspiração, o primeiro-ministro britânico engana a Rainha, e um exército internacional de trolls tem agora uma razão de existir: praticar desinformação nas redes sociais". Complementando as considerações de Christina Bergmann (2019), o Ministro da Educação "deseduca" a população no Brasil ao afirmar que as universidades fazem balburdia e que ao invés de fazer pesquisa, as universidades públicas produzem metanfetamina nos laboratórios de química, e que também cultivam plantações extensivas de maconha, a ponto de precisar de borrifador de agrotóxico.

Com base nesse discurso o Ministério da Educação (MEC) informa vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo "balbúrdia" em seus câmpus. No início de 2019 três universidades foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Definitivamente o ano 2019 não foi um bom momento nem para a ciência nem para a verdade (BERGMANN, 2019).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Diante deste cenário questionamos: Quais são os interesses manifestos que incentivam a desconfiança no conhecimento científico na atualidade, de que forma a divulgação cientifica contribui para reverter essa situação?

O conceito de verdade, a confirmação de teorias científicas, a possibilidade do conhecimento científico, a reflexão sobre o significado do trabalho científico, a interpretação ou análise dos procedimentos ou das metodologias utilizadas pelas ciências tem ocupado a atenção de filósofos e pesquisadores ao longo da história.

De certa forma, aprendemos a perceber as questões relacionadas ao mundo da ciência, e por tanto fundamentadas, como verdadeiras. Verdade, aqui compreendida, como sinônimo de certeza. No entanto, há pouco consenso sobre o que caracteriza algo dito como "verdade". De partida poderíamos questionar a existência de uma verdade absoluta, afinal a verdade está sempre em disputa, cabendo a teoria do conhecimento ou epistemologia lançar luz sobre a possibilidade do conhecimento. Logo, para iniciar a reflexão sobre a possibilidade do conhecimento buscamos a tradição filosófica que organizou três condições para estabelecer o conhecimento sobre algo.

A perspectiva filosófica do conhecimento

Segundo a tradição filosófica ocidental, a epistemologia ofereceu uma definição sobre conhecimento, na qual este é analisado em três componentes essenciais, a saber: justificação, verdade e crença. "Segundo essa análise, o conhecimento propositivo é, por definição, a crença verdadeira e justificada. Essa definição é chamada análise tripartite do conhecimento e análise tradicional" (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 18).

Dessa forma, para saber P, temos de crer em P, e também é necessário justificar essa crença, logo: podemos dizer que um sujeito S sabe que P (qualquer proposição dada) se, e somente se:

- P é verdadeira,
- S acredita que P, e
- S está justificado em acreditar em P.

Pela definição apresentada acima nossas opiniões e crenças constituem uma parte do nosso conhecimento, e é condição necessária para o conhecimento. Para os autores, a crença é um requisito para o conhecimento propositivo, no entanto, a crença não é suficiente para se adquirir conhecimento.

Outra observação importante mostra que, por mais que uma crença esteja justificada, não significa que a mesma não possa ser falsa, e uma vez falsa, mesmo que justificada não pode ser englobada na categoria "conhecimento" (MOSER; MULDER; TROUT, 2004).

No passado, era justificável que muitos crescem que a terra é plana. A crença deles era errada, como sabemos, mas, dadas as melhores informações de que então dispunham, tinham razões justificadas para sustentar essa crença. Como a crença era errônea eles não sabiam que a Terra é plana. Nesse caso, o fato de lhes negarmos que tinham conhecimento, não estamos criticando-os nem culpando-os (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 20).

Com a firmação acima os autores mostram que apesar da crença ser justificada, estava errada. Errada porque não possuíam as informações necessárias que conduzissem a verdade. Dessa

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

forma, "Muito embora eles atendessem à condição de crença e à condição de justificação, não atendiam à condição de verdade para terem conhecimento" (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 20).

Na atualidade as pessoas possuem diferentes mecanismos científicos para saber que a terra não é plana. Entretanto, alguns seguem acreditando, com associações e contribuições financeiras como a Flat Earth Society "Sociedade da Terra Plana". "Porém, essas pessoas não sabem que a terra é plana, pois o fato é que ela não é. Para se saber algo, para se ter um conhecimento verdadeiro, é preciso que a crença seja correta. É impossível saber algo falso" (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 19).

Os autores mostram que a verdade é necessária para o conhecimento, mas problematizam acerca do que é necessário para que uma crença seja verdadeira. Adicionalmente, apresentam outros critérios para validação da verdade, entre estes o da correspondência.

Nessa perspectiva, a verdade precisa ter seu correspondente no mundo real, porque as afirmações verdadeiras correspondem de algum modo à realidade, e as afirmações falsas não correspondem ao estado real das coisas no mundo.

Segundo Moser, Mulder e Trout (2004) nessa concepção, a verdade não é verdade segundo essa ou aquela pessoa, mas sim com um correspondente no mundo real, independente de crenças ou posicionamentos.

Outro critério indicado por Moser, Mulder e Trout (2004, p. 77) é o da coerência.

Nesse critério, "uma afirmação só é verdadeira se guarda uma relação adequada com algum sistema de ouras afirmações". Há uma relação estreita entre esse critério de verdade e a lógica matemática: uma afirmação é coerente com determinado sistema de outra afirmação se e somente se decorre logicamente desse sistema ou implica logicamente algum subconjunto do sistema.

Moser, Mulder e Trout (2004) indicam que essa forma de "legitimar" a verdade,

possui aspectos que podem ser tidos como relativistas. Uma determinada afirmação pode ser coerente para uma pessoa ou grupo de pessoas, o que a torna verdadeira, mas para outro grupo pode não ser, tornando-a falsa.

Os autores apresentam ainda o pragmatismo como princípio de validação da verdade, mostrando que William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) defenderam posições pragmáticas ao indicar que uma afirmação só é verdadeira se for útil de um modo determinado. Assim, a verdade funcionaria como uma forma de validação ou "corroboração" que as ideias recebem quando são postas em uso em nossas interações com o mundo (MOSER; MULDER; TROUT, 2004).

Moser, Mulder e Trout (2004) argumentam que a definição pragmática de verdade é relativista, uma vez que a utilidade como critério de definição de verdade pode variar de acordo com a cultura que se está observando.

Como podemos observar são diversos os entendimentos que legitimam a verdade, e se por um lado a contribuição dos autores não consegue explicar o fenômeno dos terraplanistas na atualidade, por outro, fornece elementos para diferenciar o que estamos denominando como movimento anticientífico, e assim começar a compreender os interesses que incentivam a desconfiança no conhecimento científico na atualidade relacionados a novos fenômenos, como Pós-verdade e Fake News.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A divulgação cientifica no combate as Fake News

O Brasil é considerado, hoje, um dos países com maior número de produção, circulação e consumo de notícias falsas do mundo (Fake News). A eleição presidencial de 2018 revelou o impacto decisivo exercido por boatos na configuração da opinião pública e na percepção dos eleitores em relação aos candidatos e às suas respectivas propostas. O que entendemos como Pós-verdade?

Eleita pelo Dicionário Oxford como a palavra do ano de 2016, sua primeira definição formal consiste em "Adj. Relacionado a ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal" (MCINTYRE, 2018, p.5). Mcintyre (2018), mostra que a pós-verdade é um campo complexo envolvendo diferentes temáticas incluindo fenômenos como: negacionismo científico, hiperpolarização política, vieses cognitivos, big data, mídias sociais, bolhas on-line e pós-modernidade.

No livro "Pós Pós-verdade, a nova guerra contra os fatos em tempos de Fakes News", Matthew D'Ancona (2018), apresenta a problemática da pós-verdade, tendo como referência dois acontecimentos recentes que tiveram ampla repercussão mundial: a vitória de Donald Trump na eleição presidencial dos Estados Unidos e o Brexit.

Em seu terceiro capítulo aprofunda aspectos sobre a paranoia conspiracionista e o negacionismo científico, demostrando que no contexto da pós-verdade, esses fenômenos tendem a operar de forma integrada. Ilustrado por duas por duas iniciativas distintas:

1) o movimento antivacina (grupo que se recusa a aderir a qualquer forma de imunização coletiva ou individual, devido à crença que existe um complô arquitetado pela indústria farmacêutica com a anuência do estado e cujo objetivo é ocultar supostos efeitos colaterais das vacinas sobre a população, como o aumento nos índices de crianças com autismo;

2) a negação do holocausto, que consiste em um movimento ideológico com orientação antissemita que tem como propósito deslegitimar ou mesmo rejeitar por completo o consenso histórico acadêmico a respeito da factualidade da perseguição e do extermínio de judeus em campos de concentração durante o Terceiro Reich.

Embora, apresentem características aparentemente distintas, os dois movimentos compartilham princípios como a fundamentação pseudocientífica produzida por "especialistas" que manipulam métodos e instrumentos de investigação.

É preciso reforçar o entendimento que as Fake News surgem como notícias, em grande parte, exageradas ou imprecisas e que costumeiramente são chamativas e sensacionalistas, publicadas majoritariamente na internet como se fossem informações reais e com embasamento científico. As redes sociais propagam essas informações de uma forma célere (como se verdade fossem) confundindo as pessoas e de certa forma agravando um determinado problema (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BRAGA, 2018).

Por outro lado, e para efeito de análise, percebemos os "terraplanistas" como pessoas que questionam o conhecimento científico por falta de conhecimento, como afirmam os autores Moser, Mulder e Trout (2004), essas pessoas não sabem que a terra é plana, pois o fato é que ela

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

não é. Assim, movimentos negacionistas muitas vezes resultam do desconhecimento sobre o que é a ciência e como ela funciona.

Na visão de alguns autores não seria um movimento anticientífico, mas bolhas que rejeitam certas evidências e consensos, e que aceitam outros. "Os que se recusam a reconhecer que as mudanças climáticas estejam ligadas à ação do ser humano não são necessariamente os mesmos que defendem que a Terra é plana". Esses grupos, são pequenos e sempre existiram. Fortalecidos por suas próprias fontes de informação e por interpretações equivocadas de estudos científicos, ganharam notoriedade com o poder de difusão da internet (CASTELFRANCHI apud ANDRADE, 2019. P 20).

Quanto ao governo, promove a desinformação de forma intencional para atender aos interesses de grupos políticos e econômicos. O atual governo não tem poupado esforços nessa direção, sendo que um dos caminhos encontrados é o de tentar desconstruir a imagem das universidades públicas, que respondem por mais de 90% das pesquisas produzidas no país e que é responsável por um sistema de graduação que alimenta constantemente a sociedade com mão de obra qualificada: médicos, engenheiros, professor, entre outros.

De Negri, Hernandez e Alves (2019) apresentam um dado interessante extraído da pesquisa World Values Survey, que existe um reconhecimento dos impactos positivos da ciência e da tecnologia na vida cotidiana das pessoas, e um reconhecimento sobre a importância da universidade no Brasil: 80% dos respondentes concordam, em alguma medida, com a afirmação de que, por causa da C&T, haverá mais oportunidades para as próximas gerações.

No Brasil esse percentual é de 74%, mostrando que a confiança nos impactos futuros da C&T são ainda maiores do que o reconhecimento dos seus impactos no presente. Em alguma medida, esses resultados refletem na confiança que as pessoas dizem depositar na instituição símbolo do progresso científico e tecnológico: a universidade. No mundo, 67% dos entrevistados dizem confiar bastante nas universidades e, no Brasil, 73%.

Por outro lado, o estudo elaborado pelo CGEE por demanda do atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mostra que esta percepção já está se modificando. Realizado desde 2006, o levantamento mostra que os brasileiros sempre afirmaram se interessar por C&T, mostraram-se mais críticos em relação à ciência e seus usos. A pesquisa constatou uma diminuição do percentual de indivíduos que consideram que C&T só trazem benefícios para a humanidade – de 54%, em 2015, para 31%, em 2019. Os cientistas já não aparecem entre as fontes mais confiáveis de informação. Apenas 12% das pessoas consultadas consideram os cientistas confiáveis, enquanto 15% indicaram líderes religiosos, 26% médicos e outros 26% jornalistas.

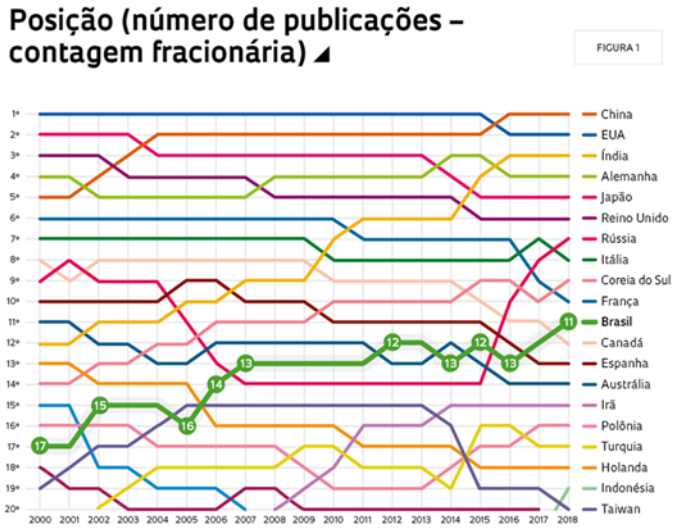
Como podemos observar, diante deste cenário o Estado, a imprensa, as escolas e as universidades se convertem em alvos de ataques potencializando um crescente descrédito popular que, por sua vez, está implicado na ascensão e popularidade de problemáticas como fake news, negacionismo científico e revisionismo histórico.

Afirmar que essa desconfiança já seria efeito dos movimentos impulsionados pelo atual governo, seja durante o processo eleitoral ou como reflexo das ações durante a gestão, seria precipitado, mas o projeto sistemático de desmonte do ensino superior público, da ciência, da pesquisa e do

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

desenvolvimento tecnológico no Brasil não melhoram a imagem da universidade junto à sociedade, tão pouco contribuem para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Mesmo diante das dificuldades o Brasil ficou entre inclui os 20 primeiros países que mais publicam artigos internacionalmente, quando o número de artigos atribuídos ao Brasil foi de 60.147,96 passando de 17º em 2000 para 11º em 2018 (FAPESP, 2020).

Figura 1 – Número de publicações/ contagem fracionária.



Fonte: (Pesquisa FAPESP) Edição 288 fev. 2020.

A publicação de artigos científicos é fundamental para fazer avançar a ciência e diminuir o impacto as Fake News, é uma fonte que sempre recorremos para atualização, a questão central é que não são suficientes para reverter, é aqui que reforçamos o papel da divulgação cientifica para além da produção de artigos. Pois como nos mostra Luís Barbeiro (2007, p. 9) "(...) a sociedade necessita da ciência assim como esta da sociedade. A consciência do seu papel e da sua natureza tornou-se um elemento fundamental para a democracia". Assim, em momentos em que a democracia do País está sobre ameaça, a ciência, assim como a divulgação cientifica são também uma forma de resistência.
Sobretudo, no atual momento em que o mundo é acometido pela Covid-19, o número de notícias falsas que circulam diariamente nos meios de comunicações influencia grande parte da população, tornando imprescindível a discussão sobre o papel da ciência atualmente. Esse quadro coloca em evidência a importância da Divulgação Científica como forma de mitigar a circulação de notícias Fake News em meio a população.

Considerações finais

O estudo demonstrou que a universidade pública, lócus privilegiado da realização da pesquisa e da produção do conhecimento científico e tecnológico, virou sinônimo de balburdia e vive sobre ataque sistemático de membros do governo do presidente Jair Bolsonaro, prejudicando um

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

projeto de desenvolvimento científico e tecnológico para o país. Os reflexos desta política podem ser observados pelas matérias publicadas pela mídia e nas diferentes ações do governo, como o atraso no pagamento de bolsas, diminuição do apoio para participação em congressos e publicações, na fuga de cérebros, entre outras.

Para além do enfrentamento político e financeiro, a ciência começa a perder espaço para ideias obscuras cultivadas por grupos religiosos, ou semirreligiosos como os seguidores da "terra plana" ou da rede antivacina. Por outro lado, a comunidade científica tem procurado estabelecer novos canais de diálogo com a sociedade, e neste sentido a divulgação científica cumpre um papel importante em traduzir conhecimentos científicos ou tecnológicos para uma linguagem mais adequada ao público não familiarizado com termos técnicos e especializados, evitando que as pessoas tomem como verdade algo que já foi em algum momento contradito pela ciência.

Referências Bibliográficas

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, **M. Social Media and Fake News** in the 2016 Election. Journal of Economic Perspectives, Pitsburgh, Vol. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Resistencia a Ciência**. Revista Pesquisa FAPESP. SP. 2019.

BARBEIRO, Luís (2007). **Comunicação da Ciência**. Colecção Públicos, N.º 5. Sete Pés.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva.** Ano XVI, Nº 38, Universidade e Sociedade. DF. Junho de 2006.

D' Ancona, Matthew. **Pós verdade.** Trad. Carlos Szlak. 1. Ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DE NEGRI, Fernanda. **Novos caminhos para a inovação no Brasil** / Autora: Fernanda de Negri, Organizadores: Wilson Center, Interfarma – Washington, DC: Wilson Center, 2018.

GOMIDE, A; PEREIRA, A.K; MACHADO, R. **Burocracia e Capacidade Estatal na Pesquisa Brasileira. In: Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

KIFFER, Carlos. **O desafio de fazer pesquisa científica no Brasil. In: Reportagem** *Cristina Sanches. Lab network. 2016. Disponível em:* https://www.labnetwork.com.br/especiais/o-desafio-de-fazer-pesquisa-cientifica-no-brasil/. *Acesso: janeiro, 2020.*

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MA: MIT Press, 2018. PABLO Ortellado: Brasil esteve na 'vanguarda' das fake news. Veja, São Paulo, 11 de mai. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/tveja/em-pauta/pablo-ortellado-brasil-esteve-navanguarda-das-fake-news/ . Acesso em: out. 2019.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

MOREIRA, L. R. **Com Ciência & Política**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, José (2006). O que é divulgação científica? Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100015 consultado em 25/05/2020.

RIBEIRO, Amanda. In: **Reportagem laboratório aos Fatos**. Disponível em: https://aosfatos.org/noticias/o-que-dizem-bolsonaristas-que-negam-o-aquecimento-global-e-por-que-eles-estao-errados/. Acesso em: 10 de out. 2019.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa/naturalista – problemas epistemológicos**. In: BARBIER, R. (Org.) Pesquisa-ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

A INFORMAÇÃO COMPARTILHADA DA ASTRONOMIA: CONHECIMENTO E PRAZER

Maria Veronica Silva Vilariño Aguilera[1]

Introdução

Nosso interesse pela divulgação da Astronomia é fruto de paixão antiga e de estudos mais recentes nessa área da Ciência, conjugados a uma longa trajetória acadêmica e profissional com a palavra, a linguagem e a comunicação social. A linha mestra de nossos trabalhos com as Ciências Astronômicas tem sido a divulgação pelas redes sociais, cujo sensível crescimento, já observado antes da pandemia da Covid-19, trouxe novas linhas de reflexão na esteira das modificações viscerais na sociedade humana, provocadas pelo Novo Coronavírus.

Este trabalho retoma o percurso da pesquisa sobre o papel das redes sociais, notadamente o *Facebook,* na divulgação da Astronomia, da Cosmologia e ciências afins, relembrando justificativas e objetivos de uma investigação dessa natureza e destacando aspectos relacionados à linguagem da comunicação científica, em especial de recursos tais como o da intertextualidade. No bojo da preocupação com os inquietantes cenários de um mundo marcado pela pandemia, ressaltamos ainda a questão da interdisciplinaridade na comunicação científica — mais do que nunca possível e necessária.

Nesse mesmo contexto dos efeitos sociais da pandemia, enfatizamos também a importância do compartilhamento prazeroso — e (por que não?) esperançoso — do conhecimento científico, em busca de melhor qualidade de vida e relações humanas mais harmoniosas.

O universo compartilhado

Há poucos anos, entre os séculos XX e XXI, o estudante brasileiro de ensino médio que mostrasse interesse em ingressar na graduação em Astronomia ainda podia ser confundido com um aspirante à vaga em alguma escola de magia, no melhor estilo Harry Potter. Apesar do noticiário televisivo sobre viagens espaciais, estudar os astros era alguma coisa obscura, onde ainda se mesclavam o impacto dos filmes de ficção científica, ecos de histórias remotas de lendários ETs e a leitura cotidiana das constelações celestes pelos signos da Astrologia.

É certo que, junto com boa parte do mundo ocidental, já havíamos testemunhado pela televisão a chegada do homem à Lua (em 20/07/1969, o astronauta Neil Armstrong, da nave Apollo 11, em que viajavam mais dois astronautas, pisava no solo lunar), assim como alguns lembravam a comoção pela cadelinha Laica, a primeira morte no espaço (em 1957, no satélite russo Sputnik),

[1] Mestra e Doutora em Língua Portuguesa — Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Bacharel em Comunicação — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Graduanda no Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra — Universidade Federal do Rio de Janeiro

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

bem como da explosão da nave Apollo 1 (em janeiro de 1967, matando os três astronautas da tripulação). Mas era tudo muito distante da realidade cotidiana.

A série televisiva, *Cosmos,* do astrofisico Carl Sagan (1934-1996), ainda não chegara aos lares do país, e um dos primeiros responsáveis pela popularização da astronomia e da cosmologia fazia parte da galeria de cientistas conhecidos quase que exclusivamente nos meios acadêmicos das Ciências Exatas. Somente em 2014, a série, reeditada por Neil Tyson, revestida do glamour da tecnologia digital e com a popularização da TV por assinatura, viria a arrebanhar um número maior de fãs e seguidores. O físico Stephen Hawking (1942-2018), cujo nome remete de pronto, hoje, a expressões complexas que o cinema ajudou a difundir[2], era mais citado pela incrível superação de seus graves problemas de saúde e da quase absoluta limitação de movimentos. Os livros sobre Astronomia ou Astrofísica ainda não eram exibidos com destaque nas vitrines ou bancadas. Nosso astrônomo conhecido era Ronaldo Rogério de Freitas Mourão[3], pioneiro com um programa de rádio sobre o tema, e a quem Carlos Drummond de Andrade[4] dedicou uma bela crônica, *O companheiro oculto de Aitken-14,* publicada originalmente no Jornal do Brasil, em 1970.

> Cada vez mais sinto a força poética do conhecimento cientifico. Poeta, para mim, neste momento, é Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, astrônomo-chefe da Seção de Equatoriais do Observatório Nacional. Seus livros de versos não contêm versos, embora obedeçam à métrica mais exigente: a micrométrica. Usa o menor número possível de palavras; exprime-se por algarismos, com o rigor matemático. Entretanto, Rogério vê o invisível, o que me parece ser o objeto principal da poesia, e resultado que raros poetas conseguem obter em raros instantes de felicidade verbal. Não, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão não necessita de prosa ou verso, ou versiprosa, para que visualizemos sua estrela oculta: ela está luzindo com apenas ser enunciada, e daqui lhe confesso minha inveja: ah, que sei apenas escrever a palavra estrela, e jamais descobrirei uma... (ANDRADE, 1993, p.161)

Por aquela mesma época (quando os sonhos de astrônomo do nosso jovem estudante ainda eram mal compreendidos), mais um rebento da rede mundial de computadores (Internacional-Networking ou **InterNet),** o *Facebook* — criado em 2004 apenas como um serviço de âmbito universitário — , crescia vertiginosamente. Em 2009, já somava 840 milhões de usuários em todo o mundo; dez anos após sua criação, tinha mais de um bilhão de usuários ativos. Abriam-se novas janelas para a comunicação social e novas oportunidades para a divulgação de uma ciência fascinante e de grande importância na evolução do conhecimento humano.

São muitas as evidências do grande avanço na disseminação e/ou divulgação do conhecimento científico com as redes sociais. Mas quem trabalha com ciência precisa ir além das evidências: há muitas perguntas a serem respondidas, não apenas do ponto de vista da história e evolução do fenômeno, mas quanto a questões complexas da relação entre a ciência e a comunicação (o que abrange teoria e prática no jornalismo científico, que, em parte, antecede o universo da mídia

[2] O filme *Interestelar*, produção anglo-americana de 2014, explora fenômenos do cosmos, como buracos negros e horizonte de eventos.

[3] Brasileiro e carioca (1935-2014), de intensa atividade na Astronomia, autor de quase uma centena de livros e perto de mil ensaios, escreveu também os roteiros do primeiro programa radiofônico do Brasil sobre Astronomia: *O céu do Brasil,* Rádio Ministério da Educação (novembro de 1978 a junho de 1979).

[4] Poeta, cronista, contista, um dos grandes escritores brasileiros (Minas Gerais, 1902 – Rio de Janeiro, 1987).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

social e, em parte, o configura) e ainda, *last but not least,* questões relacionadas ao ensino da Astronomia.

Nosso interesse pelo tema está alicerçado no tripé da formação acadêmica, da experiência profissional e da paixão pelo conhecimento científico, notadamente pela ciência astronômica. A dupla graduação, em Jornalismo e Letras, acentuou, aprofundou e aprimorou o gosto pela comunicação, pela palavra e pelos fenômenos e fatos da linguagem, multiplicado em pesquisas acadêmicas e publicações diversas; o exercício profissional também resultou na convergência entre o magistério e a atividade jornalística diversificada, da redação de jornais, revistas e rádio à editoria executiva e assessoria de comunicação em empresas públicas e privadas; a paixão, que, em tese, não se explica, remonta, provavelmente, à influência de leituras desde a infância, cultivada ao longo da vida e sempre estimulada por uma curiosidade inata.

Alguns aspectos são prioritários em estudos sobre a divulgação científica. Um deles é o da sedução da linguagem, componente essencial na análise de textos informativos, de qualquer natureza, sejam eles impressos ou do ambiente online, para serem lidos, ouvidos e/ou vistos. Assim como a conjugação de linguagem verbal e não verbal, de forte poder de atração nas postagens das redes. Na medida certa, portanto, da matéria astronômica, "matéria" aqui empregada em seu duplo sentido mesmo: o do jargão da narrativa jornalística e o cósmico, das galáxias, constelações, planetas e tantos outros corpos, além dos artefatos criados pelo homem para as viagens e pesquisas espaciais. Vide, por exemplo, o impacto causado, na telinha de um celular, da construção "ao vivo" do telescópio James Webb, da geração pós-Hubble, com sua rede de espelhos e ouro; ou a possibilidade de escutar os sons de Saturno, enquanto se namora ou cuida de uma simples rotina doméstica.

Um trabalho muito apropriado a nosso tema, tanto pela proposta da obra e perfil do autor, quanto por sua linguagem, é o do físico e astrônomo amador, Luis González de Alba, *El burro de Sancho y el gato de Schrodinger*. Seu texto aponta para questões linguísticas importantes na divulgação científica:

> Está escrito como uma conversación, evitando el lenguaje técnico mientras no haya explicado en el mismo texto. Pero, ni modo, no se puede hablar de ciencia sin el lenguaje de la ciencia, así que quien abra páginas al azar encontrará términos "em chino". Es que la única manera de decir "quark" es com la palavra "quark", pero creo haber logrado suficiente claridad em estas explicaciones para hacerlas accesibles a lectores sin conocimientos previos del tema. (ALBA, 2000, p. 14)

Ao se debruçar sobre o trabalho de divulgação de fatos e eventos do Universo, é essencial lembrar que a Astronomia mexe com inquietações ancestrais dos seres humanos. É desafiante refletir sobre o que pode ter sido, para os primeiros representantes da espécie humana, vivenciar os fenômenos naturais de nosso planeta e as transformações do céu, muitos dos quais talvez jamais tenhamos visto ou venhamos a ver.

> Nosso cérebro é nosso equipamento mental, e foi para sobreviver que desenvolvemos um cérebro com capacidade de pensar simbolicamente, de questionar e raciocinar. Mas esse equipamento, uma vez adquirido, pode ser usado para diversas finalidades; e assim como a imaginação do nosso Homo sapiens sapiens produziu um salto adiante, a percepção de que todos iremos morrer ajudou a dirigir nosso cérebro para questões existenciais como "Quem está no comando do cosmo?" Essa não chega a ser uma questão científica em si, mas

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

> elucubrações como ela abriram caminho para perguntas do tipo "O que é um átomo?" e para considerações mais pessoais como "Quem sou eu?" e "Será que posso alterar o ambiente a meu favor?" . Quando os seres humanos remontaram para além das nossas origens animais e começaram a fazer essas indagações, nós demos o passo seguinte como uma espécie cuja marca registrada é pensar e questionar. (MLODINOW, 2015, p. 36)

E se não bastasse a complexidade das implicações filosóficas e culturais que os posts de Astronomia, ao mesmo tempo, contêm e atiçam, nas doses homeopáticas do *Facebook,* do *Instagram* e outras redes, é interessante refletir sobre outro forte componente de qualquer noticia, em qualquer suporte: a celebridade. Célebres são os astros do cinema, da TV e dos esportes. Cientistas podem ser renomados e mesmo reverenciados. Alguns conseguem atravessar os séculos e até mesmo incendiar a imaginação de estudantes e dos apaixonados pela ciência, tais como Galileu, Newton e Einstein. Não consta que tenham fã-clube, mas, em 2007, a Revista Time nomeou a física e cosmóloga Lisa Randall, que trabalha no LHC[5] (o gigantesco acelerador de partículas, construído abaixo do solo na Suíça, onde cientistas de todo o mundo estudam os mistérios da matéria e da origem da vida nas menores partículas existentes), uma das cem pessoas mais influentes do mundo, segundo a classificação da *Times Magazine,* na seção Cientistas e Pensadores. O astrofísico Neil deGrasse Tyson chegou a receber críticas pelo que seria uma exagerada exposição midiática, no rastro da popularidade de sua coluna mensal na revista *Star Dateem* (1995 a 2005), em que tirava dúvidas dos leitores sobre o Universo. Na série *Cosmos: a Space Odyssey (Uma Odisséia do Espaço-Tempo),* estreada em 2014, Tyson ganhou ainda mais notoriedade, nos passos de seu predecessor, Carl Sagan, astrônomo e astrofisico, responsável pela serie inicial de 1980, e que também ousou na divulgação da Astronomia e da Cosmologia. Graças a Sagan, hoje podemos, por exemplo, curtir, a qualquer momento nos vídeos da NASA (a agência espacial norte-americana), os sons da humanidade gravados sob sua coordenação no Disco de Ouro da *Voyager (Voyager Golden Record)*[6] do programa espacial norte-americano, iniciado em 1977, com as missões Voyager 1 e 2. Enfim, seria possível se falar hoje de uma espécie de *"science appeal",* a viralizar nas páginas do Face?

É claro que tangenciamos agora uma questão polêmica nessa atração midiática da ciência: a seriedade da investigação científica, qualidade cultivada com justo rigor, por muito tempo, e que, para alguns críticos, ficaria comprometida por essa superexposição, sob risco de deturpação de suas leis e axiomas. Sem dúvida, todo cuidado é pouco. Falar sobre ciência, divulgar o pensamento científico ou noticiar fatos e eventos do mundo da ciência de maneira agradável, em linguagem clara e simples, não implica ser desonesto nem leviano com a informação.

Enfatizando, entretanto, o lado positivo de exposição na mídia e aproveitamento de situações contextualizadas, relembramos o astronauta Chris Hadfield, comandante da Estação Espacial Internacional *(International Space Station* – ISS), que gravou e transmitiu da ISS "o primeiro clipe

[5] Em 4/07/2012, no Grande Colisor de Hádrons (Large Hadron Collider-LHC), aconteceu a extraordinária descoberta do bóson de Higgs, um novo tipo de partícula "que diz algo sobre o poder do espaço vazio", segundo Lisa Randall.

[6] O Programa *Voyager é* um projeto de exploração e pesquisa especial norte-americano, iniciado em 1977 com o lançamento de duas missões, a *Voyager* 1 e a *Voyager* 2, com o objetivo inicial de estudar os planetas Júpiter e Saturno e suas respectivas luas. Porém, em 1990, seus objetivos no Sistema Solar foram atingidos, e iniciou-se um programa chamado Missão Interestelar *Voyager.* Em 2004, a *Voyager* 1 saiu da heliosfera e entrou numa região chamada *Heliosheath* (fronteira entre os limites do Sistema Solar e o espaço interestelar), feito atingido em 2007 pela sonda *Voyager* 2.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

espacial", cantando, ao violão, a música *Space Oddity,* de seu ídolo pop, David Bowie. O vídeo viralizou na Internet, tal como as mensagens que trocou pelo *Twitter* com o ator de Capitão Kirk, da série *Jornada das Estrelas,* e as fotos que fez do espaço.

Hadfield conta em livro como as ideias e o apoio de seu jovem filho, Evan, ajudaram a popularizar as missões espaciais:

> Ele disse que, quando eu chegasse ao espaço, deveria fazer rnarketing da beleza e das maravilhas do espaço. Aquela seria a minha chance de parar de dizer às pessoas quão inspirador é o programa espacial e começar a demonstrar tal fato. (HADFIELD, 2014, p. 204)

Ao contar sobre as 681 mil pessoas que o seguiam no *Twitter* e as mais de 1.200 mil que acompanhavam a viagem, por sites e redes sociais, o astronauta expôs sua emoção com as conquistas midiáticas e o componente educacional em relação ao público.

A atração que as redes sociais exercem, particularmente sobre os mais jovens, é notória e muito benvinda no terreno das estratégias no âmbito educacional e social, tendo a Astronomia como cenário, palco ou cena para o desenvolvimento intelectual e cultural da juventude. Paralelamente, inclua-se, nessa abordagem, a facilidade e mobilidade do acesso ao conhecimento, tendo em vista a hegemonia do celular: o universo literalmente em minhas mãos, o cosmos ao alcance do toque dos dedos de uma criança.

Tudo isso somado à possibilidade de fazer aquilo que os adolescentes normalmente mais gostam: agrupar-se. Não apenas eles, é claro. Não à toa, a palavra "amigos" é intrínseca ao *Facebook*. Mas, independente da faixa etária, o fato é que o conhecimento compartilhado tem um sabor diferente e que "o intercâmbio incondicional das ideias e das descobertas impõe-se para um progresso harmonioso da ciência e da vida cultural." (EINSTEIN, 1981, p. 40)

Compartilhamento de jornada, tal como disse o físico Stephen Hawking, em sua primeira postagem na página que criou no *Facebook,* no dia 7 de outubro de 2014:

> Sempre me perguntei o que faz o Universo existir. Tempo e espaço podem permanecer para sempre um mistério, mas isso não impediu minha busca. Nossas conexões cresceram infinitamente e, agora que eu tenho a chance, estou ansioso para compartilhar essa jornada com vocês.

Registre-se: em menos de um mês, antes do final de outubro, Stephen Hawking já contava com mais de 1,8 milhão de seguidores na rede social.

Intertextualidade: muito além das imagens

É praticamente impossível não se deixar fascinar pelas imagens do Universo, captadas com os mais avançados recursos dos potentes telescópios terrenos e espaciais e da astrofotografia. Mas para que a divulgação científica cumpra plenamente seus objetivos, indo além do mero encantamento, é preciso conhecimento e habilidade no trabalho com a linguagem verbal. Teorias e questionamentos multiplicam-se com o avanço dos estudos em Astronomia, Cosmologia, Astrofisica e ciências correlatas. Não só nas universidades e centros de pesquisa, mas o que advém das missões e laboratórios espaciais. Para fins de intercâmbio de ideias, a publicação científica e acadêmica

segue regras rígidas de redação e normas internacionais. No entanto, há uma diferença muito grande entre falar de ciência com e entre os pares e falar de ciência para o grande público.

Tangencia-se aqui o desafio da linguagem jornalística, na sua tarefa de comunicação com um público vasto e heterogêneo. É possível estabelecer também uma comparação entre o universo de leitores dos antigos jornais diários (falamos dos jornais de banca, uma espécie quase em extinção diante do jornalismo digital, da comunicação pela Internet e das redes sociais) e os usuários das redes sociais. Mesmo considerando as peculiaridades do universo digital, é possível trazer para o novo ambiente algumas reflexões sobre o jornalismo e a redação de textos da imprensa:

> Diríamos que o jornal diário possibilita uma leitura linear e linguística dos fatos e uma interação entre a vida cotidiana, esse todo complexo em que o homem se insere como ator e espectador, e o processo de dedução e multiplicação de ideias. Transdisciplinar em sua própria essência, o jornal se apropria da linguagem como meio de expressão de uma realidade desordenada e caótica que se propõe a reproduzir, ao tempo que a reinventa e ordena através dessa mesma linguagem, utilizada, ao máximo, em seus critérios de clareza e concisão, simplicidade e correção tal como é — ou deveria ser —a linguagem jomalistica. (AGUILERA, 2002, s.p.)

Dos critérios a que nos referimos, clareza, simplicidade e correção sobressaem e são perfeitamente aplicáveis à comunicação científica junto ao grande público. Uma ressalva: correção aqui implica não apenas o respeito às normas da língua, mas coerência e veracidade, o que traz obviamente embutido o respeito à informação factual e teórica e à autoria dos trabalhos.

Nada, entretanto, inviabiliza a sedução do texto, enfatizando aqui o texto verbal, pois o não verbal, tratando-se de Astronomia, é — como dissemos antes — sedutor, por excelência. Há recursos de linguagem verbal que envolvem e contribuem significativamente para o entendimento da mensagem, tais como a metáfora, uma espécie de "reinvenção da realidade". (AGUILERA, 2002, p. 191)

Eles são preciosos nos processos de comunicação e construção do conhecimento. A literatura e a linguagem poética estão fartas de exemplos que podem ser usados perfeitamente no compartilhamento de fatos e ideias na divulgação científica. Exigem, sem dúvida, entretanto, maestria, destreza no uso da língua e bastante sensibilidade em relação à palavra.

Um recurso riquíssimo de linguagem é o da intertextualidade, que se vale da captura dos sentidos possíveis e desdobráveis de um texto, tão mais rico quanto mais aberto se esteja à multiplicidade da vida e das formas de expressão do pensamento e dos sentimentos. Na Linguística, o mecanismo estrutural da intertextualidade refaz o percurso inverso ao da leitura (que converte um discurso em texto), fazendo com que o texto se converta em outro discurso a interpretar; desse modo, um primeiro texto, produzido por uma primeira leitura, pode ser relido como discurso de outro texto. (LOPES, 1978, p. 53)

> A intertextualidade pressupõe um leitor de todas as linguagens — voraz, atualizado, crítico — antenado para perceber, cobrir passado e presente, com o olhar no futuro, possuir repertório amplo, conhecimento literário suficiente, assim como estar atento a manifestações culturais diversas. Dilui-se a importância da intertextualidade se apenas a assinalarmos: devemos (re)interpretá-la, constatando possíveis implicações para o sentido do que lemos ou escrevemos. Raramente são gratuitas. (...) Um texto cria outro por vários motivos: para enfatizar, contradizer, mutilar ou polemizar as ideias do texto citado. Sempre, no entanto, dialogando com ele. (PEREIRA, 1997, p. 284)

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quando a física norte-americana Lisa Randall refere-se, em seu livro, ao Grande Colisor de Hádrons como uma "Irmandade de anéis", ela está praticando a intertextualidade: ao mesmo tempo em que procura traduzir em palavras a imagem da complexa engrenagem, que acelera as partículas do átomo para observação e estudo, aproxima o leitor – não necessariamente um especialista na matéria – do complexo universo da Física de Partículas. O LHC é um maquinário circular gigantesco e belo de anéis que giram dentro de um túnel de 27 km de circunferência, em aceleração crescente, liberando níveis altíssimos de energia. Ao evocar a imagem do famoso romance de J.R.R. Tolkien, *O Senhor dos Anéis,* imortalizado em trilogia do cinema, Randall constrói pontes para o entendimento e cria vínculos afetivos.
No campo dos estudos linguísticos, temos aqui o que a Estilística da Enunciação denomina de subjetividade afetiva do discurso, ou, ainda, a linguagem da emoção.

Interdisciplinaridade: órbitas cruzadas

Como introduzimos no vídeo de apresentação para a JVIPC, é possível falar de Astronomia com obras literárias, com telas de pintura, com filmes, com música, com dança e, por que não, acrescentamos, com temperos de cozinha, com design de móveis, com costuras e bordados? Quando se trata de falar de ciência para um público não especializado, são válidos todos os recursos de sedução da linguagem, em todas as suas formas, desde que se respeite o conhecimento científico e a veracidade da informação.
É imperioso abrir parênteses para falar de *fakenews*. Com a pandemia e o uso intensivo da comunicação e dos eventos online e a multiplicação de *lives e chats,* decorrente do isolamento social e da suspensão de atividades presenciais, de ensino, cultura ou lazer, acentuou-se o pernicioso e perigoso fenômeno, levando à distorção ou falseamento da informação.
É preciso atenção e vigilância constantes. Especialmente quando se reflete sobre a importância e a extensão da Internet nos processos de ensino e aprendizagem, ainda mais em países de dimensões continentais como o nosso (Brasil) e de tamanha diversidade cultural e social. Tanto na educação formal, quanto não formal, o espaço das redes sociais pode ser um auxiliar fundamental — quando não o único recurso — para a disseminação da Astronomia, tomando essa nossa área de interesse como exemplo.
Ainda são escassos os espaços físicos tais como observatórios, planetários, museus, e o ensino formal da Astronomia em nível fundamental, médio e superior ainda é bem restrito. Por ocasião de palestras, seminários, congressos, temos constatado a reação positiva de professores dos níveis iniciais de ensino e a carência que sentem de formação e informação nessa área.
A interdisciplinaridade reveste-se assim de importância ainda maior, na interligação e inter-relacionamento entre disciplinas e saberes diversos.
Em nossa prática de comunicação online, criamos o blog *Astronomia em Revista,* onde procuramos nos exercitar na divulgação do conhecimento com ciência, cultura e arte. Falando, por exemplo, da expectativa pela passagem do cometa Neowise pelos céus do Brasil, em julho de 2021, orbitamos pela literatura, pela pintura, pela Música Popular Brasileira, pela Astronáutica... Afinal, cometas deixam rastros indeléveis em muitas formas de expressão.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Foi assim com o artista italiano Giotto di Bondonne, que eternizou o cometa Halley (a cuja passagem assistiu no ano de 1301) na pintura *A adoração dos Reis Magos,* que integra um conjunto de obras do interior da Capela Arena, em Pádua na Itália. O cometa aparece como a Estrela de Belém sobre a manjedoura do Menino Jesus, para onde o astro teria guiado os Três Reis Magos. Seis séculos depois, a Agência Espacial Europeia (ESA) homenagearia o grande artista com a sonda Giotto, lançada em 1985, em missão espacial não tripulada para pesquisar o cometa Halley. O "despertar" a passagem de um cometa é um acontecimento astronômico e uma fonte ímpar de pesquisas científicas sobre as próprias origens da vida na Terra, mas é também um evento de alta densidade poética, como se pode aquilatar na crônica *Fim de mundo,* onde Carlos Drummond de Andrade relembra a passagem do Halley por uma cidade do interior do Brasil, no ano de 1910.

> O que aconteceu à noite foi maravilhoso. O cometa de Halley apareceu mais nítido, mais denso de luz e amorosamente deslizou sobre nossas cabeças sem dar confiança de exterminar-nos. (...) Nunca mais houve cometa igual, assim terrível, desdenhoso e belo. (ANDRADE, 1962, p. 81)

No blog em pauta, aproveitamos para pegar carona na cauda do cometa, com a música *Lindo balão azul*[7], do compositor Guilherme Arantes: "Pegar carona/Nessa cauda de cometa/Ver a via láctea/Estrada tão bonita/Brincar de esconde-esconde/Numa nebulosa/Voltar pra casa/Nosso lindo balão azul".

Vale enfatizar que a canção retoma as aventuras pelos "espaços infinitos" da turma do *Sítio do Picapau Amarelo,* imorredoura fantasia do escritor Monteiro Lobato, que, seguramente, plantou as sementes da paixão pela Astronomia (e pelo conhecimento em geral) na alma de muitas crianças: "Aquilo até parecia fábula. Estarem montados num cometa, a voarem com velocidade de cavalos-luz, (...) havia de provocar sorrisos de incredulidade." (LOBATO, 1957, p. 97)

Conclusão

A construção de pontes no exercício da divulgação científica em Astronomia está no cerne de um dos trabalhos que apresentamos recentemente, em congresso de História da Ciência, sob o desafio de trazer uma mensagem de esperança no cenário desolador da pandemia da Covid-19.

O trabalho nasceu da releitura do livro *Murmúrios da Terra,* onde o cientista Carl Sagan, com a participação de uma devotada equipe multidisciplinar, narra todo o processo de criação e produção do Disco de Ouro da *Voyager,* o disco fonográfico afixado às naves espaciais lançadas em 1977, rumo ao espaço interestelar, em belo e audacioso projeto. Ao deixar a Terra, cada disco levava registros da vida na Terra e da civilização humana, entre os quais, saudações em 59 línguas humanas e língua de baleias, os sons de beijos, o choro de um bebê, o registro eletroencefalográfico das meditações de uma jovem apaixonada, mais de cem imagens codificadas do conhecimento científico e uma hora e meia de música de todo gênero, épocas e origens. Esse projeto simboliza para nós a esperança possível mesmo em meio a tempos tão cruéis.

[7] Canção de abertura do musical infantil *Pirlimpimpim,* da Rede Globo, exibido em 1982, para comemorar os 100 anos de nascimento do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), um dos clássicos da literatura infantojuvenil brasileira.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Com o seu Disco de Ouro, a *Voyager* ultrapassa também as fronteiras do conhecimento das ciências físicas e da tecnologia aeroespacial, pois a ideia concebida pelo professor e astrônomo Carl Sagan, um precursor na divulgação científica moderna, integra filosofia, história, linguagem e arte, desde a concepção do disco ao título do livro narrativo, de grande densidade poética. Ninguém melhor do que ele, portanto, para traduzir o pensamento e o sentimento com que nos debruçamos sobre o tema, em sintonia com uma necessária reflexão sobre o homem pós - pandemia:

> (...) ninguém envia uma mensagem semelhante em semelhante jornada sem uma positiva expectativa pelo futuro. Apesar de todas as possíveis fantasias da mensagem, quem quer que a receba terá a certeza de que fomos uma espécie dotada de esperança e perseverança, pelo menos um pouco inteligente, substancialmente generosa e com um palpável prazer em fazer contato com o Cosmos. (SAGAN, 1984, p. 236)

Tal como discorremos no trabalho apresentado no Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, *Scientiarum Historia XIII,* do Programa de Pós-Graduação HCTE/UFRJ (8 a 12/12/2020), o Disco de Ouro da *Voyager* pode ser considerada a mais ousada, bela e interdisciplinar das iniciativas de Carl Sagan. O projeto traduz aspectos fundamentais da personalidade e da formação multidisciplinar de um cientista extremamente atuante nas observações e pesquisas espaciais, de participação e liderança ativas na defesa das causas ambientais, mas que também se dedicou com afinco e brilhantismo à divulgação científica.

Referências Bibliográficas

AGUILERA, Maria Veronica S. V. **Carlos Drummond de Andrade:** a poética do cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____**.** O Disco de Ouro da Voyager: na contramão da desesperança. In: SCIENTIARUM HISTORIA, 13, 2020, Rio de Janeiro. **Anais do XIII Congresso Scientiarum Historia,** Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE/CCMN,on-line, 2020. Disponível em http://146.164.248.81/hcte/downloads/sh/sh13/anais_SH_XIII.pdf.
p. 473-479.

_____**. O jornal e o ensino de Língua Portuguesa:** leitura de mundo nas malhas da linguagem. 2002. Tese (Doutorado em Língua portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALBA, Luís González de. **El burro de Sancho y el gato de Schrodinger. Um paseo al trote por cien años de física cuántica y su inesperada relación con la conciencia.** México: Editorial Paidós Amateurs, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Auto-retrato e outras crônicas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

_____ . **A bolsa e a vida.** 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ARANTES, Guilherme. **Lindo balão azul.** Disponível em https://www.letras.mus.br/guilherme-arantes/46311/. Acesso em 25/11/2021.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

HADFIELD, Chris. **Guia de um astronauta para viver bem na terra:** o que o espaço nos ensinou sobre talento, determinação e desafios. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

LOBATO, Monteiro. **Viagem ao céu.** 12 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1957.

LOPES, Edward. **Discurso, texto e significação:** uma teoria do interpretante. São Paulo: Cultrix, 1978.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à estilística:** a expressividade na Língua Portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MLODINOW, Leonard. **De primatas a astronautas:** a jornada do homem em busca do conhecimento. Trad.: Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

NASA's Voyager 2 probe enters interstelar space. JPL News. 10/12/2018. Disponível em www.jpl.nasa.gov. Acesso em: 13 nov. 2020.

PEREIRA, Maria Teresa G. (org.) **Língua e linguagem em questão.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

PIRLIMPIMPIM. In DICIONÁRIO da TV Globo, v1: programas de dramaturgia & entretenimento/projeto Memória das Organizações Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RANDALL, Lisa. **Batendo à porta do céu:** o bóson de Higgs e como a física moderna ilumina o universo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SAGAN, C. et. al. **Murmúrios da Terra:** o disco interestelar da Voyager. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

UOL NOTÍCIAS. Stephen **Hawking cria página no Facebook e tem quase 2 milhões de seguidores.** São Paulo: out. 2014. Disponível em:< https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2014/10/28/stephen-hawking-cria-pagina-no-facebook-e-tem-quase-2-milhoes-de-seguidores.htm>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO SITE DA BIBLIOTECA NACIONAL

Paloma Rayana França da Silva[1]
Mayara Paula Atanásio Soares da Silva[2]

Introdução

Os estudos acerca das necessidades dos usuários têm crescido consideravelmente, principalmente quando as instituições de memória e informação necessitam criar novas estruturas, produtos e serviços para os mesmos.

Ao longo da história da Ciência da Informação e das instituições de memória e informação sempre houve questionamentos que diz respeito às demandas das mesmas no desenvolvimento de formas de divulgação dos conteúdos que formam seus acervos.

Nas últimas décadas do século XX esses estudos fixaram seus olhares nas demandas e questionamentos dos usuários, como melhor atender ao público alvo que visitava constantemente as suas coleções. Com o processo de automação e surgimento da internet ficaram mais evidentes o quanto bibliotecas, arquivos e museus necessitam se adequar às novas necessidades dos sujeitos informacionais.

Para isso, essas instituições passaram a criar plataformas digitais, repositórios, bases de dados, com partes de suas coleções disponíveis nessas estruturas para o acesso direto, sem que haja a necessidade dos pesquisadores se desloquem às instituições físicas. Foi o caso da Biblioteca Nacional Brasileira (BN), que tem disponível em seu acervo virtual não apenas partes de suas coleções, mas serviços e conteúdos sobre a própria BN.

Pensando nessas novas estruturas de divulgação informacional surge a preocupação referente a como essas informações estão sendo disseminadas e quais os cuidados que as instituições estão tendo no momento de construir suas bases. Nesse momento surge a Encontrabilidade da Informação que traz justamente parâmetros e atributos que podem ser utilizados para estruturação das interfaces auxiliando, assim, na busca, disseminação, uso e construção de novas informações por parte do usuário.

As instituições que utilizam esses atributos tornam seus usuários autônomos e participantes ativos na construção de conteúdos, cumprindo assim, o propósito da EI junto à sociedade informacional e estabelecendo uma cultura de incentivo à dinamicidade na divulgação de conteúdos para a produção de novos conhecimentos.

A partir dessa visão a pesquisa tem o propósito de analisar o site da BN a partir do instrumento de avaliação *checklist,* que através de 14 atributos identifica o nível de encontrabilidade da informação em sites e plataformas digitais.

[1] Mestranda em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paloma.rayana@ufpe.br
[2] Mestranda em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:mayaraatanasio@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Revisão de literatura

As novas necessidades dos usuários

A partir do ano de 1960 os estudos de usuários da informação passaram a ter uma visão e abordagem qualitativa, focando nas reais necessidades dos usuários, em como os mesmos utilizavam as bibliotecas e seus serviços.
Segundo Andrade e Andrade (2016, p. 106):

> Os desenvolvimentos de pesquisas com ênfase nos usuários tem de longa data e tradição a Biblioteconomia. Entretanto, tais pesquisas eram bastante limitadas quando tratavam desses sujeitos, considerando apenas níveis de satisfação e questões relacionadas ao acervo. Nesse aspecto, o usuário passou a ser sujeito ativo e também determinante nos aspectos funcionais dos serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca.

Com esse contexto os estudos e práticas de novos serviços e ações dentro não apenas da biblioteca, mas em outras instituições de informação passaram a ter outro viés, colocando assim, o sujeito como centro de todas as atividades. Com isso, todo e qualquer indivíduo passa a ser um usuário em algum momento de sua vida. Os estudos sobre os tipos de usuários nos leva a entender dois tipos de necessidades informacionais, essas necessidades são caracterizadas por Figueiredo (1979), como: A necessidade de informação em função do conhecimento onde o usuário identifica que ele necessita se aprofundar em uma temática e para isso procura a unidade de informação para sanar os seus questionamentos, e a segunda necessidade informação em função da ação resultante de materiais exigidos para a realização de atividades profissionais, encaixasse nessa necessidade pesquisas profissionais e acadêmicas.

Para Crawford (1978), necessidade de informação é um conceito "difícil de ser definido ou mensurado porque implica em processos cognitivos que podem operar em diferentes níveis de consciência e, portanto, podem inclusive não estar claros para o próprio usuário". Pode-se verificar essa dificuldade na busca e recuperação de suas pesquisas no momento de definição de termos e palavras-chave nas plataformas de bases de dados ou nas pesquisas presenciais na elaboração de suas dúvidas.
No contexto atual onde há uma grande demanda informacional devido ao acesso a tecnologias e redes de comunicação em massa, as necessidades e dificuldades dos usuários para o encontro da informação continuam mesmo com novas técnicas de recuperação. Em um novo contexto, onde o usuário passa a interagir com a informação, onde não apenas à busca e pesquisa, porém, passa a ser um novo produtor e disseminador de opiniões e conhecimentos.
A partir dessa nova visão de usuários, os profissionais da informação passaram a ver outras demandas crescerem, como a utilização de bases de dados e serviços virtuais para pesquisas rápidas, conteúdos de acesso simplificados, atendimentos online (*chatbot*), e a necessidade de atualizações de dados com frequência. Tudo para que a pesquisa e outras carências informacionais possam ser sanadas com rapidez, eficácia e qualidade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Biblioteca como instituição de busca por informação

Por séculos a biblioteca foi tida apenas como um ambiente de guarda informacional, por essa razão acessada por poucos. Apenas quem possuía o domínio de seus conteúdos eram as classes mais nobres da sociedade, por muito tempo suas coleções ficaram restritas, pois se sabia que à informação e o conhecimento libertaram as classes sociais mais vulneráveis de crenças limitantes e do jugo da burguesia, criando assim, revoltadas, guerras e insubordinação.
Só então, com a evolução das classes, a chegada da imprensa e outros acontecimentos que culminaram na abertura das bibliotecas para todas as camadas sociais que o conceito de biblioteca e sua real importância foram revistos, dessa forma criando ambientes de busca por conhecimento de acesso a todos.

> A biblioteca é "a universidade do povo", num ambiente agradável, onde o melhor e mais importante da sabedoria e do conhecimento humano está reunido de forma ordenada, onde se ajuda o leitor a encontrar o que deseja e necessita e a expandir seus horizontes, e onde se dá atenção especial aos interesses de grupos, sejam crianças em idade pré-escolar, donas de casa, mecânicos de automóvel, homens de negócios, políticos ou qualquer outra pessoa, e onde regularmente se organizam atos educativos e culturais (SHEPARD, 1973, p. 124).

A partir da última década do século XX com a chegada de novas tecnologias que davam acesso à informação, surgi os rumores de que os livros iriam deixar de existir e com isso as bibliotecas acabariam, pois toda a demanda de acesso e busca por informações em suportes físicos não seriam mais necessárias, visto que, a internet, o computador e todas as novas formas de disponibilização de conteúdos dariam conta de suprir as necessidades dos usuários.
Com a chegada das tecnologias e redes a informação e conhecimento passaram a ser sinônimos de poder entre as sociedades e culturas, com isso, bibliotecários e pesquisadores da informação passaram a se indagar sobre os novos rumos que a biblioteca teria. Como essas instituições se manteriam nessa nova visão de sociedade da informação?
A partir da popularização dos computadores pessoais e o barateamento dos mesmos fizeram com que a busca pelas tecnologias aumentassem muito rápido, e com isso a quantidade de informação em rede também cresceu assustadoramente.
O impacto da introdução das tecnologias de comunicação nas unidades de informação fez com que as bibliotecas compreendessem as novas demandas sociais e fez com que os bibliotecários mudassem a visão das necessidades dos novos usuários e os leitores passaram a possuir um olhar amplo sobre as atividades desenvolvidas nas bibliotecas e centros de informação.
Uma das novas tecnologias informacionais aderidas pelas bibliotecas formam as plataformas e bases de dados que surgiu no intuito de ajudar o usuário de forma remota, para isso, foram criados repositórios, coleções e acervos digitais para que pesquisadores não necessitem dirigir-se à biblioteca para realizar suas consultas. A partir dessas disponibilidades de documentos, materiais informacionais, etc. Surgir à necessidade de uma organização e gerenciamento das informações divulgadas para o melhor acesso por parte dos utilizadores.
Pensando dessa forma, os profissionais da informação perceberam que a biblioteca, deixa de ser um lugar por buscar, compartilhamento e divulgação da informação e passa a ser um agente direto de produção de novas pesquisas e produtora de conhecimento para todos que utilizem de seus

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

conteúdos, a partir das necessidades de cada ser que atua como colaborador da realidade social a qual está inserida seja ela, acadêmica ou não.

Encontrabilidade da informação

Com a intenção de melhorar as buscas e o acesso à informação de usuários em plataformas e bases de dados, o pesquisador Morville (2005) passou a utilizar o termo *Findability* que originou os estudos sobre Encontrabilidade da Informação (EI).
Para Vechiato e Vidotti (2014, p. 164), a Encontrabilidade da Informação:

> [...] sustenta-se fundamentalmente na interseção entre as funcionalidades de um ambiente informacional e as características dos sujeitos informacionais. Nesse sentido, a EI considera a Intencionalidade do sujeito informacional um fator importante para o projeto de um ambiente informacional digital.

Dessa forma, pode-se afirmar que EI vai além das questões de recuperação de informações em bases, o mesmo coloca o usuário com o centro de todo o processo mostrando que a necessidade do indivíduo e os caminhos que a apropriação do conhecimento a partir das formas de navegação.

> Além disso, é favorecida pelo projeto de Arquitetura da Informação em ambientes informacionais, uma vez que seu objetivo é que a informação seja encontrada e, posteriormente, acessada, usada e apropriada pelo sujeito, visando à construção de conhecimento (TORINO; VIDOTTI; VECHIATO, 2020, p. 440).

Dessa forma, a Encontrabilidade da informação passa a atuar dentro da Ciência da Informação no paradigma pós-custodial, onde as Tecnologias da Comunicação são utilizadas para impulsionar o acesso informacional e há operacionalização de sistemas de informação. Sendo assim, a EI passa a ser a relação do indivíduo com os ambientes de informação e seus sistemas de busca e acesso (Miranda, 2010).
Ainda para Miranda (2010, p. 273):

> A intencionalidade da informação para a *findability* significa direcionalidade de informação e se funda na experiência de cada sujeito [...]; a informação que é produzida é sempre acerca de e dirigida a, isto é, um sujeito, com a sua experiência, cria informação acerca de e dirigida a para atingir seus objetivos.

Dessa forma, produzindo em seu fluxo os processos de produção, seleção, organização, representação e armazenamento, fazendo com que o esse fluxo se torne um processo subjetivo da ação através da intencionalidade que está presente na busca pelo sujeito.
A Encontrabilidade da Informação é composta por treze atributos que os autores Vechiato e Vidotti (2017) asseveram que são "responsáveis por auxiliar e contribuir para o desenvolvimento e a avaliação de ambientes informacionais, digitais, analógicos ou híbridos". Os mesmos atributos são presentes em fluxos de infocomunicação a partir do momento que se aplicam em bases informacionais, onde podem potencializar o acesso a informações, dessa forma favorecendo e simplificando o atendimento aos usuários.
Segue abaixo o quadro com os treze atributos propostos por Vechiato e Vidotti (2014):

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Quadro 1 – Atributos de encontrabilidade da informação

Atributo	Descrição
Taxonomias navegacionais	Utilizadas em estruturas de organização *top-down*, se referem à organização das categorias informacionais com vistas a facilitar a navegação e a descoberta de informações. Essas categorias, por exemplo, são organizadas geralmente em menus ou no corpo das páginas *Web*, nas comunidades e coleções de repositórios ou nas legendas utilizadas para descrição dos assuntos nas estantes das bibliotecas, organizadas previamente a partir de um sistema de classificação. Conforme Aquino, Carlan e Brascher (2009), as taxonomias navegacionais devem ser apoiadas nos seguintes aspectos: categorização coerente dos assuntos em relação ao entendimento dos sujeitos; controle terminológico para redução de ambiguidade; relacionamento hierárquico entre os termos; e multidimensionalidade, possibilitando que um termo possa ser associado a mais de uma categoria de acordo com o contexto de uso.
Instrumentos de controle terminológico	Compreendem os vocabulários controlados, como os tesauros e as ontologias, para apoiar a representação dos recursos informacionais.
Folksonomias	Estão relacionadas à organização social da informação e propiciam ao sujeito a classificação de recursos informacionais, bem como encontrar a informação por meio da navegação (uma nuvem de *tags*, por exemplo) ou dos mecanismos de busca, ampliando as possibilidades de acesso. São utilizadas em estruturas de organização *bottom-up*. Quando associadas aos vocabulários controlados e às tecnologias semânticas, potencializam as possibilidades de encontrabilidade da informação.
Metadados	Compreendem a representação dos recursos informacionais e são armazenados em banco de dados para fins de recuperação da informação.
Mediação dos informáticos	Está associada ao desenvolvimento de sistemas, dispositivos, bancos de dados e interfaces com utilização de linguagens computacionais, com vistas à gestão e à recuperação da informação.
Mediação dos profissionais da	Ocorre em ambientes informacionais em que há sujeitos institucionais envolvidos na seleção, estruturação e disseminação da informação.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

informação	
Mediação dos sujeitos informacionais	Está relacionada às ações infocomunicacionais que os sujeitos informacionais empreendem em quaisquer sistemas e ambientes informacionais, por exemplo no que diz respeito à produção e à organização da informação e do conhecimento em ambientes colaborativos, gerados a partir de seus conhecimentos, comportamento e competências que caracterizam sua Intencionalidade.
Affordances	Funcionam como incentivos e pistas que os objetos possuem e proporcionam aos sujeitos a realização de determinadas ações na interface do ambiente. Essas ações estão relacionadas à orientação, localização, encontrabilidade, acesso, descoberta de informações entre outras.
Wayfinding	Associado a orientação espacial, utilizando-se de aspectos que facilitem a localização, a encontrabilidade e a descoberta de informações por meio da navegação na interface do ambiente.
Descoberta de informações	Está condicionada aos demais atributos de encontrabilidade da informação no que diz respeito às facilidades que a interface (navegação e/ou mecanismos de busca) oferece para encontrar a informação adequada às necessidades informacionais do sujeito, bem como a possíveis necessidades informacionais de segundo plano.
Acessibilidade e Usabilidade	Relacionados à capacidade do sistema permitir o acesso equitativo à informação (acessibilidade) no âmbito do público-alvo estabelecido em um projeto com facilidades inerentes ao uso da interface (usabilidade).
Intencionalidade	A teoria da Intencionalidade fundamenta a importância em se enfatizar as experiências e habilidades dos sujeitos informacionais no projeto de ambientes e sistemas de informação.
Mobilidade, Convergência e Ubiquidade	Estão associados ao meio ambiente, externo aos sistemas e ambientes informacionais, mas que os incluem, dinamizando-os e potencializando as possibilidades dos sujeitos em encontrar a informação por meio de diferentes dispositivos e em diferentes contextos e situações.

Fonte Adaptada: Vechiato e Vidotti (2014)

A partir do contexto da era digital na qual a sociedade atual está submersa se faz de fundamental importância o uso desses atributos para os encontros das informações em qualquer ambiente digital onde a pesquisa ou busca seja realizada.

Ainda, "uso dessas ferramentas em conjunto aos demais recursos encontrados no conceito de EI podem garantir que o ambiente informacional desenvolvido atenda às necessidades informacionais dos usuários de maneira satisfatória" (VECHIATO; VIDOTTI, 2019, p.61).

Metodologia

A pesquisa a ser realizada é caracterizada como uma análise descritiva e qualitativa. Para isso houve a necessidade da realização de um levantamento bibliográfico para embasamento teórico sobre os assuntos relacionados, sendo eles: Estudos de Usuário da Informação, Instituições de Memória e Informação, Encontrabilidade da Informação.

Analisamos o site da Biblioteca Nacional do Brasil no período de outubro e novembro do ano de 2021, com a finalidade de identificar os atributos de Encontrabilidade da Informação e de que forma elas estão sendo aplicadas para a melhoria do acesso às informações e conhecimentos que estão inseridos nas coleções da BN. Para a análise foi preciso utilizar o modelo de avaliação

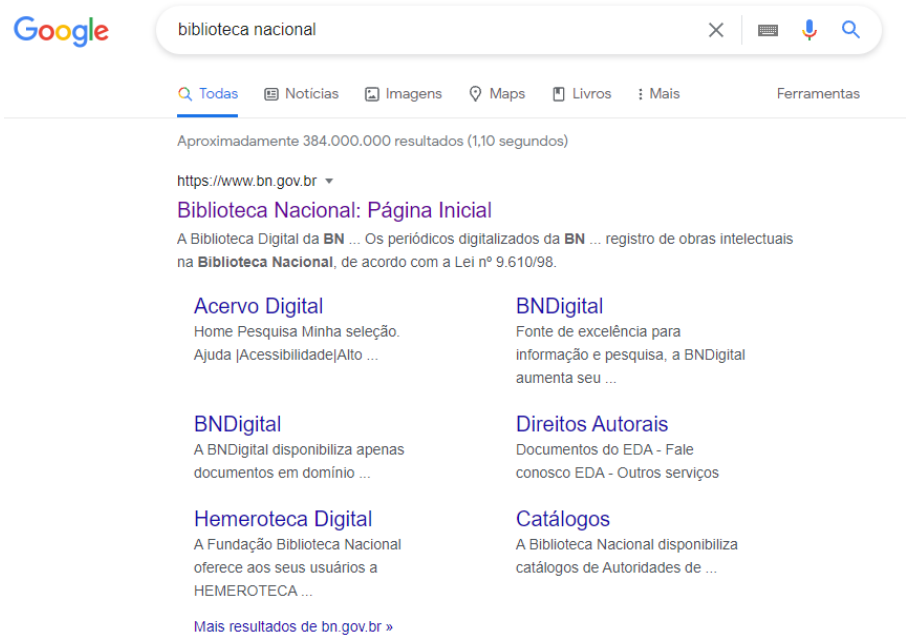
Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

desenvolvido por Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016), chamado de "*Checklist* para avaliação de ambientes híbridos".
A análise foi realizada apenas no layout da página inicial do site, onde constam as interações iniciais do sistema com o usuário, objetivando assim, como o usuário se adaptaria as buscas iniciais das informações e conteúdos disponibilizados pela plataforma.

Análise

Nesta sessão iremos trazer o resultado da análise feita no site da Biblioteca Nacional (BN) acerca dos atributos da Encontrabilidade da Informação. Para tal avaliação foi necessário o instrumento de *Checklist* para avaliação de ambientes híbrida elaborada e desenvolvida pelos autores Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016).
Gostaríamos de ressaltar que a plataforma (site) da BN se encontra de fácil acesso para todo e qualquer indivíduo que queira consultá-la. Faz-se necessária essa observação, pois, considerando que Morville (2005, *apud* Sanchez, Vechiato, e Vidotti, 2019, p.63) "defende que a qualidade de encontro de um ambiente informacional via mecanismos de busca é tão importante quando a preocupação com a encontrabilidade dos recursos informacionais disponíveis dentro do ambiente". Dessa forma, assim que o usuário colocar no buscador do *Google* o termo Biblioteca Nacional será a primeira opção sugerida pelo site de busca.

Figura 1: Página de Busca Google.



Fonte: https://www.google.com/

Com isso, o acesso para o site da BN fica mais compreensível para o pesquisador ou qualquer outro usuário que deseja encontrá-lo. A partir de então, o acesso se dá pelo primeiro link disponível no topo da página remetendo, assim, ao ambiente informacional desejado. Segue abaixo a figura da interface inicial da BN.

Figura 2: Interface principal da Biblioteca Nacional.

Fonte: https://www.bn.gov.br/

Com isso, favorecendo a encontrabilidade da plataforma com mais agilidade fazendo com que o usuário não perca tempo à procura do link para acesso a plataforma da BN. No quadro abaixo segue a análise de toda a interface do site segundo o *Checklist* avaliativo construído para a utilização de plataformas híbridas de informação e conhecimento, destacamos que essa forma avaliativa poderá ser utilizada em outras plataformas. Na primeira coluna vemos os atributos necessários para que o ambiente digital possa ser avaliado, na segunda coluna identifica-se a descrição dos atributos de acordo com o que se busca nos sites, repositórios, plataformas híbridas ou digitais na última coluna às informações de acordo com as avaliações dos atributos referentes à página analisada. Podemos caracterizar as mesmas como SIM (quando possui o atributo recomendado), e NÃO (quando não possui o atributo recomendado).

Quadro 2: Checklist de avaliação de ambientes digitais e híbridos – BN

Atributo	Checklist	SIM NÃO
Taxonomias navegacionais	A taxonomia navegacional existente possui categorização adequada dos conceitos/termos.	SIM
	A taxonomia navegacional existente possui termos significativos e coerentes que não dificultam seu entendimento.	SIM
Instrumentos de controle terminológico	São utilizados vocabulários controlados, tesauros e/ou ontologias para a representação do assunto dos recursos informacionais.	SIM
Folksonomias	Há recursos de classificação social (folksonomia) que favoreçam a participação dos sujeitos informacionais.	NÃO
	As tags geradas pelos sujeitos são disponibilizadas em nuvem de tags para facilitar a navegação social.	NÃO

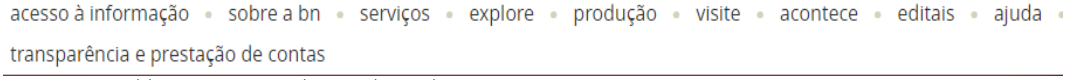
Metadados	Os recursos informacionais estão representados por metadados.	SIM
	É utilizado padrão de metadados coerente com a proposta do ambiente	SIM
Mediação dos sujeitos institucionais (informáticos e profissionais da informação)	O ambiente disponibiliza formas de auxílio aos sujeitos informacionais a partir de tutoriais (ambientes digitais).	SIM
Mediação dos sujeitos informacionais	Os sujeitos participam da produção da informação disponibilizada.	NÃO
	Os sujeitos participam da organização / representação da informação	NÃO
Affordances	As affordances aplicadas facilitam o entendimento por diferentes tipos de sujeitos informacionais.	SIM
Wayfinding	O ambiente utiliza marcos e/ou metáforas que dão pistas ao sujeito para orientá-lo no espaço digital e/ou analógico.	SIM
Descoberta de informações	O mecanismo de busca utiliza o recurso autocomplete ou autossugestão.	NÃO
	Na página com os resultados de busca são apresentadas facetas para o refinamento da pesquisa.	NÃO
	Os resultados de busca apresentam diversos tipos de documentos com base na estratégia de busca inicial do sujeito, apresentando-os de forma relacionada.	SIM
Acessibilidade e Usabilidade	O ambiente possui usabilidade.	SIM
	O ambiente digital possui recursos de acessibilidade digital na interface.	SIM
	Foram utilizadas as recomendações de acessibilidade da W3C (WCAG 2.0).	SIM
Intencionalidade	Há indicativos de que a ecologia se preocupa com a intencionalidade dos sujeitos por meio de tecnologias como análise de log de interação ou outras.	NÃO
Mobilidade, convergência e ubiquidade	Possui interface responsiva.	NÃO
	Permite a continuidade das ações dos sujeitos informacionais entre os diferentes dispositivos.	NÃO
	As distintas partes da ecologia informacional possuem consistência entre si.	SIM

Fonte: Vechiato e Vidott (2014) e Dados da pesquisa.

Ao analisar a plataforma segundo a tabela acima, pode-se descrever as avaliações dos atributos encontrados das seguintes formas:

Taxonomias navegacionais: No site da BN as taxonomias de navegação fazem presentes visivelmente sendo fáceis de serem usadas pelos usuários, dessa forma, avalia-se positivamente, pois faz com que o ambiente digital fique claro e ambiguidade. Tornando assim, segundo Sanchez; Vechiato; Vidotti (2019) o uso das ações e recursos possíveis para a pesquisa.

Figura 3: Taxonomias Navegacionais do site BN.



Fonte: https://www.bn.gov.br/search/node/catalogos.

Instrumento de controle terminológico Identificou no primeiro momento da avaliação na busca pelos instrumentos de controle (catálogos, tesauros, etc.), a existência de uma lista de índices disponíveis que facilitam a busca por conteúdos no sistema. Porém a localização dessa lista não é de fácil acesso pele o usuário, se for necessária a utilização o mesmo precisará fazer uma busca exaustiva mesmo assim, o site encaminhará o usuário para outro link de acesso fora da página principal. Avalia-se que: há a existência desse atributo pela plataforma, porém as informações não

estão de fácil acesso para quem for utilizada, dessa forma impossibilitando a encontrabilidade da informação no ambiente digital.

Figura 4: Instrumentos de controle terminológico do site da Biblioteca Nacional.

Fonte: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=sbat_pr:sbat_db.

No tocante as **Folksonomias** foram identificadas que o site não faz a utilização desse atributo em suas plataformas, pois segundo Vechiato (2013, p. 130), a folksonomia são termos atribuídos pelos usuários que utilizam tal sistema e os mesmos são atrelados à linguagem natural, dessa forma interferindo diretamente na recuperação e encontrabilidade da informação. Por essa razão se faz de fundamental importância que a instituição possua esse recurso em sua interface, trabalhando com termos indexados pelos usuários da plataforma, além de possuir uma maior dinamicidade poderá ter outros termos que facilitem a recuperação dos conteúdos disponíveis. Por não ser identificado esse atributo avaliativo foram pesquisadas outras propostas de recursos informacionais na base que pudesse substituir as Folksonomias, porém também não houve a identificação.

Os metadados são todos os dados que fazem parte da descrição dos conteúdos dentro das plataformas digitais, não apenas os que descrevem os assuntos, mas, os dados descritivos dos recursos (Vechiato, 2021). Com isso, no que se refere ao site da Biblioteca Nacional os metadados que são utilizados, são pertinentes ao que a plataforma se propõe, sendo de fácil utilização pelos pesquisadores e compreendendo as necessidades informacionais dos usuários nas buscas por conteúdos a partir de termos mais específicos.

Mediação dos sujeitos institucionais trata-se dos profissionais que atuam na parte de disponibilização e organização das informações nos ambientes digitais. No caso da BN há em sua interface uma lista com os principais profissionais que atuam na estrutura da informação dentro do site e os responsáveis pelas estruturas das coleções e da Biblioteca Central física. Na lista, além dos nomes e funcionalidades, há e-mails e contatos (organizacionais) dos mesmos. Para ter acesso a essas informações os usuários necessitam dirigir-se nas taxonomias navegacionais e acessar o

conteúdo <<sobre a bn>> nela estará a estrutura organizacional da instituição e do site. Porém os sujeitos institucionais não disponibilizam vídeos referentes à forma de utilização da plataforma, como: tutoriais e vídeos de instrução.

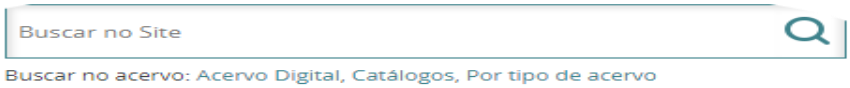
Figura 5: Estrutura Organizacional da BN.

Fonte: https://www.bn.gov.br/sobre-bn/estrutura-organizacional

A Mediação dos sujeitos informacionais no caso do site da Biblioteca Nacional não foi encontrada essa prática. Considera-se o fato da instituição já ter suas coleções e estruturas informacionais delimitadas segundo seus acervos físicos e a composição dos seus documentos e acesso aos mesmos serem uma continuidade do acervo da biblioteca física não possibilitando que os interagentes participem na construção das informações.

Affordances são pistas de ação que o sistema indica para que o sujeito possa agir com o sistema fazendo com que chegue à informação de uma forma rápida e eficiente (Vechiato, 2021). Dessa forma encurtando o tempo de pesquisa do usuário na busca. A partir dessa ideia de Affordances o site da BN indica para quem acessa sua interface pistas que ajudam na busca, localização tanto da informação quanto a localização do próprio interagente dentro do meio que o mesmo se encontra.

Figura 6: Exemplo de Affordances do site da BN.

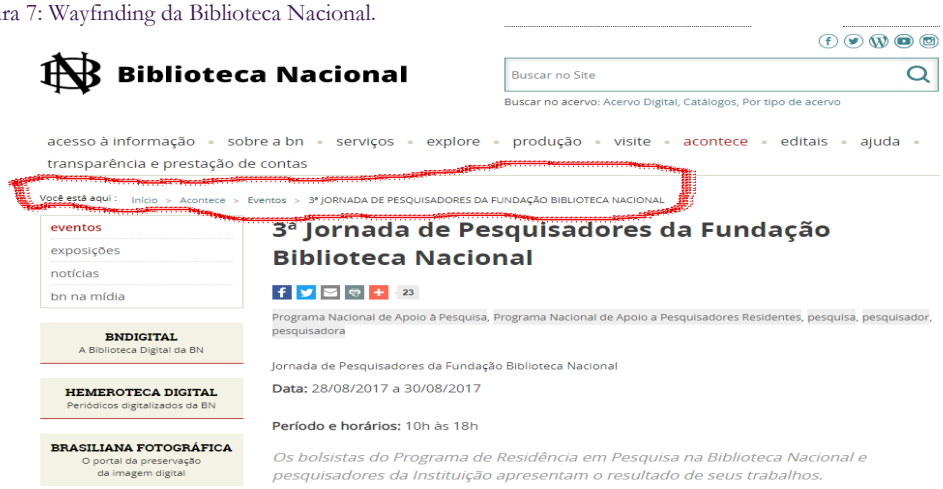


Fonte: https://www.bn.gov.br/

Wayfinding são as trilhas que percorremos para chegar à informação principal do site. Assim como a Affordances auxilia na navegação e orientação espacial do sujeito no ambiente. Consegue-se identificar na plataforma digital da instituição esse atributo com bastante clareza. Morville (2005 *apud* Sanchez; Vechiato; Vidotti, 2019), esse atributo tem

por característica cinco etapas que parte do princípio por onde está, conhecer seu destino e seguir melhor rota para alcançá-lo, reconhecendo com isso seu destino final e conseguir retornar ao ponto de partida.

Figura 7: Wayfinding da Biblioteca Nacional.



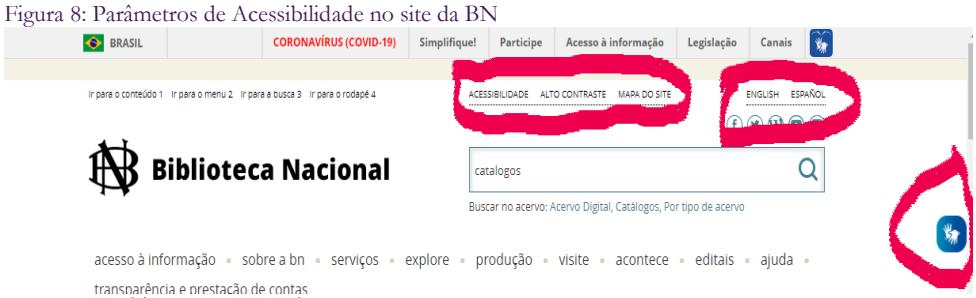
Fonte: https://www.bn.gov.br/acontece/eventos/2017/08/3a-jornada-pesquisadores-fundacao-biblioteca-nacional.

Descoberta de informações esse atributo refere-se, segundo Vechiato (2013), aos recursos que facilitam a encontrabilidade da informação a partir da navegação no mecanismo de busca no site que os sujeitos procuram no ambiente. Infelizmente o site analisado não dá essa opção para os pesquisadores que utilizam sua base. O buscador do site não faz o complemento dos termos quando o usuário faz a descrição das informações que necessita.

Em destaque à **Acessibilidade e Usabilidade** identificamos no site as adequações sugeridas e recomendações da W3C (WCAG 2.0) concernente à acessibilidade, possuindo um ambiente digital com recursos acessíveis digital na interface. A plataforma dispõe de acesso para três idiomas (português, inglês e espanhol), abrange interface interativa para pessoas que possuem deficiência visual, auditiva e baixa visão.

Segundo (Vodotti *et al* 2017, p. 8), "a usabilidade objetiva avaliar as facilidades do sujeito informacional em relação a interação, via interface, com as informações disponibilizadas nos ambientes informacionais digitais". A partir dessa fala entende-se que a Heurística da Usabilidade dentro do processo da Encontrabilidade da Informação passa a ser um atributo de fundamental importância, pois passa a avaliar como a interface interage com o usuário no momento da busca, dessa forma, ao analisar a plataforma da BN foi identificado uma excelente interface de interação, sendo de fácil acesso e utilização para todos os pesquisadores que necessitem fazer a utilização das mesmas. Compreendendo, com isso, a importância do acesso e uso na encontrabilidade, ou seja, quando possibilita a descoberta de informações por meio da navegação.

Figura 8: Parâmetros de Acessibilidade no site da BN



Fonte: https://www.bn.gov.br/

Intencionalidade da informação para a Encontrabilidade da Informação significa direcionamento de informação para cada sujeito, usando com isso, as experiências como controle na produção, organização e partilha de informação. A partir disso o interagente passa a criar informação devido às experiências que antecederam as suas pesquisas, também podemos caracterizar como conhecimentos prévios (Miranda, 2010). Com base no texto de Miranda (2010), foi analisada a interface proposta com esse olhar na busca por características que possibilita a intencionalidade no processo de busca por informações relevantes para quem utiliza a mesma. Porém, esse atributo não é aplicado no site, não havendo informações sobre as análises referentes aos sujeitos que acessam a base. Não possuindo um estudo dos usuários que fazem a utilização das informações, partindo desse pressuposto pode-se afirmar que os mesmos usuários não participam da construção do ambiente digital ou sequer de sua interface.

Pode- se caracterizar dentro da Arquitetura da Informação Pervasiva os atributos de **Mobilidade, convergência e ubiquidade** fazendo com que a informação passe por diferentes dispositivos e ambientes, sejam eles analógicos, digitais ou híbridos. Segundo Fumero (2007, *apud* Sanchez; Vechiato; Vidotti, 2019, p. 73), "tanto a ubiquidade, quanto a mobilidade dão forças para a convergência, principalmente pelo aumento de possibilidades de acesso a internet, estando atrelada ao crescimento das tecnologias móveis". Com essa fundamentação ao analisar a interface da Biblioteca Nacional foi verificado que a mesma possui condições de ser acessada por outras formas e meio digital e partes de suas coleções podem ser usufruídas por meio analógico a partir das visitas às coleções físicas e por meio das coleções que já se encontram disponíveis na própria plataforma.

Ao observar o site da BN, constatamos nas questões uso, acesso, usabilidade, acessibilidade e layout aos conteúdos da plataforma que atendem aos atributos da EI. Dessa forma fazendo com que o usuário da informação tenha facilidade em encontrar e acessar os conteúdos que necessite, porém no que se refere às interações e participações do interagente com os conteúdos, como: Folksonomias, Mediação dos sujeitos informacionais, descoberta de informações, intencionalidade não correspondem às expectativas, sendo assim, não há como o sujeito participar da construção do conhecimento informacional ou partilhar seus conhecimentos e sugestões de busca e pesquisa. Todas as funcionalidades de atributos são totalmente voltadas para os mediadores institucionais, ficando assim, a critério dos mesmos decidirem o que deve ou não ser acessado pelos usuários na plataforma.

A partir da análise realizada no site da Biblioteca Nacional percebe-se a importância dos atributos de Encontrabilidade da Informação para a análise de plataformas digitais. Os mesmos servem como parâmetros que identificam se as instituições estão conseguindo adequar suas estruturas digitais às necessidades dos usuários. Ressaltando que a partir da utilização dos atributos da EI nas construções de bases de dados faz com que os sujeitos se apropriem da informação e dos conteúdos de uma forma dinâmica, sem contratempos em suas buscas, e assim, gerando mais informação e conhecimento.

Considerações finais

Ao decorrer da pesquisa foram abordados assuntos importantes na Ciência da Informação como Encontrabilidade da Informação e Instituições de Memória.

As instituições de memória e sua atuação na sociedade sempre fizeram parte dos estudos da CI por sua colaboração na guarda e disseminação informacional em diferentes contextos e grupos sociais, porém nessa proposta vimos à instituição de memória e suas necessidades de adequação às demandas de uma sociedade que passou a ver o usuário como interagente informacional. Necessitando ampliar a visão e repensar como suas coleções e informações podem chegar aos grupos sociais que se modificaram ao longo dos anos e com as novas tecnologias.

Foi a partir dessas tecnologias que as instituições, como a Biblioteca Nacional Brasileira, investiram na divulgação de partes de suas coleções físicas passando as mesmas para o formato digital. Dando ao usuário a dinamicidade e oportunidade de acesso às informações sem precisar consultar os suportes físicos.

No que se refere à Encontrabilidade da Informação foi visto que a partir da empregabilidade de seus atributos os sujeitos que acessam as plataformas na busca por informação e conhecimentos tendem a serem mais autônomos, independentes e participantes nas construções dos sites. Desse modo, o processo de estudo do público a qual se designa a instituição necessita compreender as necessidades informacionais dos sujeitos para que as informações gerenciadas nos ambientes digitais possam ter o uso e acesso.

A partir da análise realizada no site da BN foi visto que para o funcionamento de maneira adequada e possam atender as demandas dos sujeitos, se faz necessário um estudo das aplicabilidades dos atributos de EI. Através do instrumento avaliativo utilizado foi identificado que os usuários que utilizam a plataforma não têm uma interação na construção de informações, na forma de recuperação das mesmas quando não tem a liberdade de inserir as folkisonomias que ajudam no processo de busca e recuperação a partir de outras expressões utilizadas e que não são inseridas pelos sujeitos institucionais.

Por outro lado o site trás uma estrutura de interface simples e intuitiva de uso com as práticas de acessibilidade, usabilidade, taxonomias navegáveis que fazem com que o interagente tenha acesso com mais rapidez e precisão às informações e coleções. Esperamos com base nessa pesquisa fazer-se compreensível a importância dos atributos de Encontrabilidade da Informação para as instituições de memória e informação.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Referências

ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos; ANDRADE, Wendia Oliveira de. **USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: SUJEITOS PERFILADOS COM BASE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.** Rio de Janeiro: Revista Conhecimento em Ação, v. 1, n. 1, 2016.

CRAWFORD, Susan. **Information needs and uses**. Annual Review of Information Science and Technology, v. 13, p. 61-81, 1978.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

MIRANDA, M. K. F. de O. **O acesso à informação no paradigma póscustodial: da aplicação da intencionalidade para findability.** 2010. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

MORVILLE, P**. Ambient findability**. Sebastopol: O´Really, 2005.

SANCHEZ, Fernanda Alves; VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS:** UMA ANÁLISE DO DATAONE. Londrina: Inf. Inf., v. 23, n. 1, p. 51 – 79, 2019.

SHEPARD, Marietta Daniels. **A biblioteca moderna na era da Tecnologia.** Brasília: Bibliotecon, 1973, p. 121-132.

TORINO, Emanuelle; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; VECHIATO, Fernando Luiz. **Contribuições do atributo Metadados para a Encontrabilidade da Informação**. Porto Alegre: Em Questão, v. 26, n. 2, p. 437-457, 2020.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; ROA-MARTÍNEZ, Sandra Milena; CONEGLIAN, Caio Saraiva; FERREIRA, Ana Maria Jensen Ferreira da Costa; VECHIATO, Fernando Luiz. **AS CONTRIBUIÇÕES DAS HEURÍSTICAS DE USABILIDADE PARA A ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO**. XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação, Marília: ENANCIB 2017.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ASPECTOS BIOÉTICOS E BIOJURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Edna Raquel Hogemann[1]
Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da Rocha[2]

Considerações iniciais

O presente estudo tem por objetivo promover uma análise reflexiva a respeito dos conflitos bioéticos e jurídicos decorrentes das pesquisas científicas realizadas em seres humanos, bem como as possíveis distorções que podem decorrer nessa temática. O assunto, de evidente relevo, assume particular importância agora, em que os esforços de toda a comunidade científica na busca pelo desenvolvimento de medicamentos eficazes ao combate da pandemia de covid-19 tornam-se tema do noticiário diário e de acalorados debates. A apropriação, pelo discurso político, envolvendo a autorização ou não para o uso de medicamentos cuja eficácia é controversa – dos quais a cloroquina se tornou o mais conhecido exemplo – e a pressão para o desenvolvimento rápido de uma vacina, ainda que acelerando – ou mesmo quebrando – protocolos existentes de pesquisa incrementam a dramaticidade do tema. Esta verdadeira "invasão" da esfera científica pela política, agregada às inúmeras dificuldades que envolvem, por si só, uma enfermidade recente e não conhecida, mostram as dificuldades de "fazer pesquisa em tempo real".

Não cabe ao jurista ficar indiferente a esse processo, até porque há que se considerar a função social do direito num ambiente demarcado constitucionalmente pela ambiência do Estado de Direito, cuja vocação e a da manutenção pacífica da convivência social, por meio de "regras de conduta" capazes e aptas a sustentar e manter a estabilidade das relações sociais. E, quando se vai além, e se aborda aspectos relacionados ao Estado Democrático de Direito, isso diz respeito a um Estado cuja participação seja ampla, a ponto de garantir aos indivíduos mecanismos de defesa, da preservação dos seus direitos, de respeito às liberdades individuais e garantias constitucionalmente previstas e que podem ser invocadas, inclusive cem face do próprio Estado. E, nesse sentido, a sociedade se revela como um único sistema que interconecta as relações humanas, pretensamente dirigido a satisfazer as carências sociais.

Por outro lado, não se nega o óbvio fato de que pesquisar implica em assumir riscos, nem a urgência em desenvolver abordagens eficazes face ao cenário de enfrentamento de uma pandemia

[1] Doutora em Direito (UGF- Brasil), com Pós-Doutorado em Direitos Humanos (UNESA - Brasil). Especialista em Direitos Humanos (Coimbra), professora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Decana, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social – GPDHTS (CNPq), membro da Law & Society Association (EUA). E-mail: ershogemann@gmail.com

[2] Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, doutorando em Direito na Universidade Veiga de Almeida. E-mail: augustocastellobranco@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

ora enfrentado. Mas tais assertivas, ainda que evidentes, não permitem desconsiderar os interesses daqueles que se voluntariam como sujeitos de pesquisa, e as implicações éticas e legais que envolvem tais estudos. Por maiores e mais evidentes que que sejam os benefícios que a descoberta de uma terapia eficaz proporcionará à comunidade global, não se pode pretender objetificar a pessoa humana, subordinando-a a uma perspectiva meramente utilitarista.

Aspectos bioéticos e biojurídicos da relacionados à pesquisa em seres humanos

Preliminarmente, é possível conceituar o termo pesquisa como a "atividade estruturada para desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável" [3]. Quando ligada à saúde humana, envolve inúmeros procedimentos, tendentes a documentar os efeitos observados[4]. A experimentação é parte inerente e necessária desse processo[5]. Experimentar pode ter uma conotação "subjetiva" – quando implica em aprendizagem, em apropriação de uma técnica, mediante exercício de uma ação cujo resultado é de conhecimento comum[6] – ou "objetiva" – quando implica no emprego de procedimentos ou meios cujos efeitos (diretos ou indiretos, atuais ou futuros) ainda se desconhecem[7] –, sendo este último sentido o que interessa aos objetivos deste artigo. Por sua própria natureza, a pesquisa e a experimentação implicam em riscos, que, embora justificados pela expectativa de benefícios à sociedade como um todo, não permitem se negligenciem os interesses daqueles que dela participam. Implicam ainda na necessidade de "limites éticos", evitando que as possibilidades apresentadas pelo domínio da técnica não conduzam a violações à dignidade humana.

Do Código de Nuremberg à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde

Muito embora seja possível antever preocupações éticas com a pesquisa/experimentação em diversos momentos da história humana[8], importante recorte histórico é encontrado após a Segunda Guerra Mundial, quando, motivado pelas atrocidades cometidas (em especial, porém,

[3] PESSINI, Léo.; BARCHIFONTAINE, Christian. *Problemas Atuais de Bioética.* 11ªed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2014, p. 241.

[4] "A pesquisa médica em seres humanos abarca: - estudos de processos fisiológicos, bioquímicos ou patológicos ou de reação a uma intervenção específica – física, química ou psicológica – em pacientes ou sujeitos sãos; - ensaios controlados de intervenções diagnósticas, preventivas ou terapêuticas em grandes grupos de pessoas, para demonstrar uma resposta específica generalizável a essas intervenções contra um pano de fundo de variação biológica individual; - estudos estruturados para determinar as consequências de intervenções preventivas ou terapêuticas específicas para indivíduos e comunidades; e – estudos sobre o comportamento humano relacionado com a saúde em variadas circunstâncias e ambientes" (PESSINI, Leo; BARCHIFONTANE, Christian. *Op. cit.*, pp. 241-242).

[5] SGRECCIA, Élio. *Manual de Bioética: Fundamentos de ética biomédica.* V. I. Trad. Orlando Soares Moreira. 4ªed. São Paulo: ed. Loyola, 2014, p. 609.

[6] SGRECCIA, Élio. *Op. cit.*, p. 611.

[7] "Neste último sentido, experimentar quer dizer submeter à verificação, mediante o emprego direto, procedimentos ou meios (remédios) que são novos, ou permitidos, mas cuja consequência direta ou indireta, imediata ou futura não se conhece. Essa 'novidade' ou 'não conhecimento' pode ser absoluto ou parcial, ou de qualquer modo, pode o 'meio' ser tido como não totalmente utilizável sem uma comprovação mais rigorosa" (SGRECCIA, Élio, *Op. cit.*, pp. 611-612).

[8] Sgreccia aponta, dentre outros exemplos históricos o de Moisés Maimônides, "médico e filósofo judeu do século XII, já ensinava seus alunos a experimentar também em si mesmos a eficácia ou não dos medicamentos então disponíveis" (SGRECCIA, Élio. *Op. cit.*, p. 616).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

não exclusivamente) pelo nazismo, é criado o Código de Nuremberg, em 1947[9]. Posteriormente, importante instrumento seria a publicação, em 1954, pela AMM (Associação Médica Mundial), dos Princípios para os Envolvidos em Pesquisa e Experimentação, que estabeleceriam as linhas mestras para a futura Declaração de Helsinque, de 1964[10], a qual estabeleceria normativas para a ética em pesquisa clínica em seres humanos, que nortearam inúmeros acordos internacionais e legislações internas, com o devido destaque aos documentos do *Council for International Organizations of Medical Sciences*, datado de 1993. Nesse mesmo ano, foram publicadas as Diretrizes Éticas Internacionais para pesquisas biomédicas envolvendo seres humanos, do Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS), em cooperação com a OMS, cuja atualização mais recente se deu em 2016, ocasião em que se substituiu o termo "pesquisa biomédica" por "pesquisa relacionada à saúde" . O documento conhecido como "*Good clinical practice*" (GCP), do *Comitee for Proprietary Medicinal Products* – CPMP produzido em julho de 1996 (CPMP/ICH/135/95) buscou garantir a segurança, os direitos e o bem-estar daqueles que aceitam se submeter aos estudos clínicos, procurando fixar um padrão internacional de excelência ética e científica.

Importante demarcar a relevância da IV Conferência Pan-Americana para Harmonização da Regulamentação Farmacêutica, em março de 2005, na República Dominicana, que aprovou um documento denominado "Boas práticas clínicas: Documento das Américas", em que define o conceito de ensaio clínico como um estudo sistematizado que tanto pode envolver medicamentos como especialidades, envolvendo voluntários humanos, a partir da implementação das diretrizes emanadas de um método estritamente científico.

Em nível nacional, a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde - CNS estabeleceu as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos, que foi um avanço na política de controle social com o objetivo de evitar abusos nas pesquisas científicas. Como decorrência direta das recomendações dessa Resolução, formaram-se em todo o país os CEP`s, Comitês de Ética em Pesquisa locais, cujo papel é avaliar a pertinência ética de uma pesquisa científica. No que se percebe vuma sinonímia entre pesquisa clínica e ensaio clínico.

Dezesseis anos depois, será revogada pela 466/12, que passa a incluir em seu texto os fundamentos básicos bioéticos, a saber: a dignidade da pessoa humana, a autonomia, a não maleficência, a beneficência, a justiça, a liberdade e a equidade, como os principais, entre outros que têm por objetivo a defesa dos direitos e dos deveres de todos os envolvidos nas pesquisas científicas, seja a comunidade científica sem geral, os pacientes e ao Estado; contém diretrizes que

[9] "O Código de Nuremberg (1947) estabeleceu padrões de conduta ou procedimentos éticos a serem seguidos em experiências científicas com seres humanos, dando ênfase ao consentimento livre do participante e vedando pesquisa que tenha objetivos **políticos, bélicos ou eugênicos**" (DINIZ, Maria Helena. *O Estado Atual do Biodireito*. 9ªed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 535, **grifo nosso**).

[10] Muito embora possua caráter deontológico, a Declaração de Helsinque, criada pela Associação Médica Mundial, serve como importante orientação ética, tendo sido objeto de diversas alterações posteriores, nos anos de 1975, 1983, 1989, 1996, 2000, 2004, 2008, datando a mais recente de 2013, sendo considerada "o marco inicial para o reconhecimento da vulnerabilidade e da necessidade de proteção diferenciada para os indivíduos. Desta forma, pode-se considerar a Declaração como a primeira medida internacional efetiva que visava padronizar a pesquisa clínica" (GERMANO, Ivone Maria; FRANÇA, Beatriz Helena Sottile. Estudo comparativo entre as diferentes versões da Declaração de Helsinque. In: *Revista Estudos de Biologia, Ambiente e Diversidade*. V.36, 2014. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdebiologia/index. Acesso em: 02.06.2020. p. 04).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

orientam o julgamento ético dos protocolos e dispõem normas operacionais, muito embora, desde o início já se apontasse críticas por suas insuficiências, como por exemplo, não conter as modificações da 2ª. Declaração de Helsinque.

Em agosto de 2013, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP cria um Grupo de Trabalho que incorpora diversas associações científicas para redigir a minuta de uma resolução específica sobre a Ética em Pesquisa nas CHS – Ciências Humanas Sociais. Depois de um processo de consulta à sociedade para discussão da minuta será aprovada a Resolução 510/16, atualmente em vigor, que trouxe como principais novidades: a identificação dos casos de não submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, bem como alguns termos e definições, entre os quais se destaca: as etapas da pesquisa, os benefícios, a discriminação e a estigmatização, bem como o consentimento e suas formas de registro, com isso a Resolução 466/12 foi parcialmente revogada.,

Registre-se o Código de Ética Médica (Resolução 2217/2018, posteriormente alterada pelas Resolução 2222/2018 e Resolução 2.226/2019) também estatui a respeito em seu capítulo XII (arts. 99 e segs.). Tais instrumentos permitem extrair diversas considerações éticas relevantes para a proposta desse artigo.

Incialmente, a Declaração de Helsinque aponta como principal objetivo norteador da pesquisa biomédica a adequada compreensão das causas, evolução e efeitos das patologias, visando ao aprimoramento das condições preventivas, diagnósticas e terapêuticas. Contudo, tal objetivo encontra limites nas normas e padrões éticos, legais e regulatórios, nacionais e internacionais e, sobretudo, nos direitos e interesses individuais de cada sujeito de pesquisa, não podendo, sob nenhuma hipótese utilitarista, ser admitida a instrumentalização e atomização da pessoa humana envolvida. Preocupação similar é encontrada na Diretriz n. 1 do CIOMS/2016, ao afirmar que a justificativa ética da pesquisa está relacionada a seu valor científico e social , sua perspectiva de gerar conhecimento e meios hábeis a promover e proteger a saúde das pessoas, sendo condicionada ao respeito aos direitos humanos e à justiça para com os sujeitos da pesquisa . A relevância social da pesquisa também e sua harmonização com seu aspecto humanitário é apontada como aspecto ético importante pela Resolução 510/16, CNS, , que estabelece diretrizes éticas especiais relacionadas às ciências humanas e sociais (CHS) e é o produto de muitos anos do labor e afinco de profissionais e instituições que durante muito tempo já vinham alertando para o fato da inadequação da existência de tão somente uma orientação somente de caráter biomédico para pesquisas em diferentes áreas.

A pesquisa como uma questão de princípios

Os princípios éticos norteadores da pesquisa científica na área biomédica são aqueles apontados pela bioética principialista, a saber: respeito pelas pessoas (autonomia) , beneficência , não maleficência , justiça e equidade. Isso se revela, nos termos previstos na Resolução n° 466/2012, que dispõe, que se existirem lacunas, o correto é aplicar-se os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Por suposto, tais princípios deverão ser tomados prima facie e não poderão ser considerados como procedimentos, do mesmo modo que não devem ser solicitados pelos CEP, com base na Resolução nº 466/2012, aos projetos de CHS. A seu lado, caminham princípios jurídicos mencionados na declaração de Helsinque[11], sem prejuízo de outros porventura existentes nas convenções internacionais e nas normas de direito interno dos países aonde se realize a pesquisa[12]. Inúmeros outros aspectos éticos se apresentam como de substancial importância para a aferição de eventual responsabilização civil, pelo que se promoverá sucinta análise de alguns deles.

O princípio da "prudência" é uma exigência ética, na medida em que demanda uma avaliação dos riscos[13] previsíveis "antes" de iniciada a pesquisa em seres humanos[14]. Naturalmente que a avaliação completa dos riscos não é possível, pela própria natureza da pesquisa. Contudo, o que

[11] Declaração de Helsinki, parag. 9: "It is the duty of physicians who are involved in medical research to protect the life, health, dignity, integrity, right to self-determination, privacy, and confidentiality of personal information of research subjects. The responsibility for the protection of research subjects must always rest with the physician or other health care professionals and never with the research subjects, even though they have given consent" (Disponível em: https://www.wma.net/policies-post/wma-declaration-of-helsinki-ethical-principles-for-medical-research-involving-human-subjects/. Acesso em: 02.06.2020). Trad. Nossa: É dever dos médicos envolvidos na pesquisa médica proteger a vida, a saúde, a dignidade, a integridade, o direito à autodeterminação, a privacidade e a confidencialidade das informações pessoais dos sujeitos da pesquisa. A responsabilidade pela proteção dos sujeitos da pesquisa deve sempre pertencer ao médico ou a outros profissionais da área da saúde e nunca aos sujeitos da pesquisa, mesmo que tenham dado consentimento.

[12] Resolução 510/2016, do CNS, art. 3º: "São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:
I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica; II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa; III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas; IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada; V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa; VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações; VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz; VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes; IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário" (Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 03.06.2020).

[13] A Resolução 510/2016, CNS, em seu art. 2º, XXV, define risco da pesquisa como: "possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente" (Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 03.06.2020).

[14]Declaração de Helsinki, parag. 17 e 18. Diretriz n. 04, CIOMS/2016. A Resolução 510/2016, CNS determina uma gradação dos riscos, conforme seu possível impacto, implicando na adoção de protocolos distintos: "Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos. § 1 o A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.§ 2 o A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa" (Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 03.06.2020).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

se exige é uma adequada ponderação entre riscos e benefícios[15] e que o estudo siga determinados protocolos, cumprindo etapas prévias[16], anteriores[17] aos testes em humanos, além da ampla informação ao sujeito de pesquisa quanto aos riscos até então conhecidos, ou potenciais e da adoção de medidas no sentido de minimizar sua ocorrência. Esses dois fatores repercutirão quando da análise da eventual responsabilização (ou não) do pesquisador, instituição científica ou patrocinador quanto aos denominados "riscos do desenvolvimento", conforme mais adiante se discutirá.

A tutela privilegiada de grupos vulneráveis também constitui objeto de particular preocupação ética. "Vulnerável" é qualidade daquele que pode ser ferido (*vulneras*)[18]. "Vulnerabilidade" é, aqui, tomada em uma concepção relacional/social, ligada a condições pessoais, etárias, socioeconômicas do indivíduo, ou da comunidade à qual pertença[19], capazes de comprometer sua capacidade de autodeterminação[20]. A pesquisa em grupos vulneráveis somente é justificada quando responsiva às suas necessidades de saúde e não possam ser realizadas em grupos não

[15] A mencionada Diretriz n. 04 do CIOMS/2016 impõe análise distinta conforme se trate de procedimentos que possam, ou não, acarretar benefícios individuais aos participantes. No primeiro caso, o parâmetro é que os riscos são razoáveis quando compensados pela possibilidade de proporcionar benefícios individuais; no segundo, o parâmetro é o valor social/científico do estudo (neste sentido, PESSINI, Leo; BARCHINFONTAINE, Christian. *Op. cit.*, p. 249. DINIZ, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 541). Naturalmente, na medida em que a avaliação completa dos riscos não é, como mencionado, possível, a relação risco-benefício é pautada, sobretudo, por uma ideia de "razoabilidade" (CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS. Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas a saúde envolvendo seres humanos. 4. ed. Genebra: CIOMS; Brasília, DF: CFM, 2018., p. 43. Disponível em: https://cioms.ch/wp-content/uploads/2018/11/CIOMS-final-Diretrizes-Eticas-Internacionais-Out18.pdf. Acesso em: 02.06.2020).

[16] "Ensaios clínicos envolvendo novos medicamentos são tipicamente divididos em quatro fases. Na fase 1, pesquisadores determinam a segurança e a dosagem de medicamentos experimentais e detectam os efeitos colaterais toxicológicos em um pequeno grupo (20-80) de voluntários sadios. Na fase 2, 100 a 300 pessoas são recrutadas para avaliar a eficácia do medicamento e aprofundar análises sobre sua segurança. Na fase 3, o medicamento estudado é administrado a grandes grupos (1000-3000) de pessoas para confirmar sua eficácia, observar seus efeitos colaterais, compará-los a outros tratamentos e reunir dados sobre seu uso ótimo. Esses ensaios são frequentemente coordenados através de múltiplos centros de pesquisa que são localizados em diferentes partes do mundo. Estudos de fase 4, também conhecidos como vigilância pós-comercialização, são primariamente observacionais e não experimentais, em que companhias e agências reguladoras coletam dados sobre os riscos e benefícios do medicamento após sua entrada no mercado (PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. In: *Horiz. antropol.* vol.17 no.35 Porto Alegre Jan./June 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100005. Acesso em: 06.06.2020).

[17] "A fase pré-clínica da experimentação deve ser realizada com todo cuidado, de modo a se adquirir o máximo de conhecimento válido e tornar mínimo o risco na fase de aplicação no homem" (SGRECCIA, Élio. *Op. cit.*, p. 628).

[18] Declaração de Helsinki, parag 19 e 20. Diretriz n. 15, CIOMS/2016.

[19] Particularmente delicada, a vulnerabilidade socioeconômica de pessoas e comunidades inteiras em países pobres ou em desenvolvimento pode sujeitar membros de tais comunidades a uma maior adesão a testes farmacológicos, em virtude da precariedade de seu acesso às políticas sanitárias. "Novos grupos dentro dos EUA estão sendo procuradas para participar como sujeitos de pesquisa. Pesquisadores estão também olhando para longe do país, para os contextos mais pobres onde as pessoas que enfrentam carências de tratamentos e crises dos serviços de saúde aceitam dizer "sim". As paisagens de experimentação envolvem um tipo de toma lá dá cá onde as pessoas com necessidades médicas não atendidas aceitam dizer 'sim' para o movimento de capital global e de mercadorias científicas e médicas" (PETRYNA, Adriana. *Op. cit*, s.p.).

[20] Resolução 510/2016, CNS, Art.2º, XXVI: "vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

vulneráveis[21]. Nessa categoria de pessoas vulneráveis se enquadram crianças, pessoas incapacitadas de manifestar consentimento, portadores de deficiência mental, dentre outras.

A obtenção do "consentimento informado" (esclarecido, consciente, vontade qualificada do paciente) do sujeito da pesquisa é elemento essencial para sua validade ética, na medida em que visa assegurar-lhe a autonomia em relação à sua participação/ continuidade no estudo clínico, a qual só pode entender-se respeitada na medida em que tenha acesso, de forma clara e compreensível[22], às informações pertinentes[23]. No Brasil, a Resolução 510/2016 estabelece uma distinção entre "consentimento"[24] e "assentimento"[25] informados, conforme o sujeito da pesquisa esteja, ou não, apto a consentir. Tradicionalmente, o consentimento informado é compreendido como um negócio jurídico celebrado entre médico e paciente, pelo qual se assegura a voluntariedade de sua adesão ao tratamento (ou, *in casu*, à pesquisa)[26]. Por ser negócio jurídico envolvendo especial confiança, incide sobre ele o princípio da boa-fé objetiva[27], em seu dever anexo de "informação", manifestada em sua fase pré-negocial, mas cujos efeitos se prolongam *post factum finitum*[28]. De notar-se que, por estar diretamente ligado à sua autonomia existencial e à sua integridade psicofísica, não pode ser tratado como outros negócios jurídicos de viés

[21] Declaração de Helsinki, parag. 20.

[22] "Consoante já se salientou, somente cabe falar em verdadeiro consentimento informado se o paciente for capaz de compreender o teor do Termo de Consentimento Informado, cujo vocabulário, próprio da área médica, deve ser suficientemente preciso e compreensível ao paciente, para que proporcione completo entendimento sobre seus termos" (GODINHO, Adriano Marteleto. A Responsabilidade Civil dos Profissionais da Saúde pela Violação da Autonomia dos Pacientes. In: ROSENVALD, Nelson. *Et. all. Responsabilidade Civil – Novas Tendências*. Indaiatuba, SP: ed. Foco Jurídico, 2017, pp. 468-469).

[23] Declaração de Helsinki, parag. 25-26. Diretriz n. 9, CIOMS/2016. Código de Ética Médica, arts. 101 e 103. Resolução 510/2016, CNS, arts. 4º e sgs.

[24] Resolução 510, CNS/2016, art. 2º, V: "consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos".

[25] Resolução 510, CNS/2016, art. 2º, I: " assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa - criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável".

[26] "O consentimento informado é uma etapa que arremata a passagem do paciente por um 'processo informativo e deliberativo', o qual envolve esclarecimentos prévios à tomada de decisão, que sejam claros e razoavelmente precisos quanto aos custos, ao diagnóstico, aos tratamentos disponíveis, com os ônus e bônus (inclusive riscos) de cada possibilidade de atendimento ou tratamento, o prognóstico em diferentes variáveis, descrevendo suas consequências, ou, **na pesquisa**, as informações a respeito de sua natureza, extensão, finalidade, etapas, benefícios possíveis, probabilidades e demais circunstâncias que a envolvem" (SOARES, Flaviana Rampazzo. Consentimento Informado: Panorama e Desafios. In: ROSENVALD, Nelson. *Et. all. Responsabilidade Civil – Novas Tendências*. Indaiatuba, SP: ed. Foco Jurídico, 2017, p.477).

[27] Considera-se boa-fé objetiva o conjunto de postulados éticos exigíveis das partes durante todas as fases de uma relação negocial, desempenhando os papéis de *standard* interpretativo dos negócios jurídicos, parâmetro limitador ao exercício válido de direitos subjetivos e fonte de deveres anexos, dentre os quais se destacam a lealdade, o cuidado e a informação, estes dois últimos particularmente relevantes para o tema em enfoque.

[28] TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*. Tomo II. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2006, pp. 95-96.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

marcantemente patrimonial. Mais que um simples contrato, é antes e umbilicalmente ligado à esfera dos direitos da personalidade[29] e à dignidade humana[30].

Em que pese a fundamental importância ética e (como se verá) jurídica da obtenção do consentimento informado para a autorização da pesquisa em saúde, é possível que a mesma seja dispensada sob certas e excepcionais circunstâncias autorizativas, previamente autorizadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, dentre as quais se destacam a inexistência de riscos consideráveis para os sujeitos da pesquisa, relevância do valor social, inviabilidade da obtenção[31], autorização

[29] "A proteção desta esfera físico-psíquica está sob a tutela do direito geral de personalidade, designadamente a autonomia, a liberdade e a integridade, formas descentralizadas da tutela jurídica da personalidade, entre o mais, no respeito pelas opções do paciente, inclusive pela eventualidade de este não aceitar qualquer intervenção médico-medicamentosa" (apud GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. O Consentimento Informado como Direito da Personalidade. In: GOZZO, Débora, *et. all. Bioética e Direitos Fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 2012 ,p. 103).

[30] MORAES, Maria Celina Bodin de. *Na Medida da Pessoa Humana: Estudos de direito civil-constitucional.* Rio de Janeiro: RENOVAR, 2010.

[31] Diretriz n.10, CIOMS/2016: "Os pesquisadores não devem iniciar estudos envolvendo seres humanos sem obter o consentimento informado individual dos participantes ou do representante legalmente autorizado, a menos que os pesquisadores tenham recebido aprovação explícita do comitê de ética em pesquisa dispensando-os. Antes de ser concedida essa dispensa, os pesquisadores e os comitês de ética devem primeiro decidir se o consentimento informado pode ser modificado, de forma a preservar a capacidade de o participante entender a natureza geral da pesquisa e decidir se deseja participar. O comitê de ética em pesquisa pode aprovar modificação ou dispensa do consentimento informado se a pesquisa: • não for viável ou executável sem a dispensa ou modificação; • tem importante valor social; • não apresenta mais que riscos mínimos para os participantes".

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

puder ser obtida por representante legal[32], ou ser a causa de incapacidade uma característica necessária à própria pesquisa[33].

A proteção dos dados e informações dos sujeitos de pesquisa, garantindo sua privacidade, é objeto de particular preocupação ética. Os dados e informações pessoais compõem a definição atual de privacidade, compreendida como "autodeterminação informativa"[34]. Dentre estes, os referentes às condições de saúde integram a categoria que se pode chamar de "dados sensíveis" (*sensitive data*),

[32] Declaração de Helsinki, art. 28: "For a potential research subject who is incapable of giving informed consent, the physician must seek informed consent from the legally authorised representative. These individuals must not be included in a research study that has no likelihood of benefit for them unless it is intended to promote the health of the group represented by the potential subject, the research cannot instead be performed with persons capable of providing informed consent, and the research entails only minimal risk and minimal burden. (Disponível em: https://www.wma.net/policies-post/wma-declaration-of-helsinki-ethical-principles-for-medical-research-involving-human-subjects/. Acesso em: 02.06.2020). Trad. Nossa: Para um possível sujeito de pesquisa que seja incapaz de dar o consentimento informado, o médico deve buscar o consentimento informado do representante legalmente autorizado. Esses indivíduos não devem ser incluídos em um estudo de pesquisa que não tenha probabilidade de benefício para eles, a menos que se pretenda promover a saúde do grupo representado pelo sujeito em potencial; a pesquisa não pode ser realizada com pessoas capazes de fornecer consentimento informado; e a pesquisa envolve apenas risco e carga mínimos.

[33] Declaração de Helsinki, art. 30: "Research involving subjects who are physically or mentally incapable of giving consent, for example, unconscious patients, may be done only if the physical or mental condition that prevents giving informed consent is a necessary characteristic of the research group. In such circumstances the physician must seek informed consent from the legally authorised representative. If no such representative is available and if the research cannot be delayed, the study may proceed without informed consent provided that the specific reasons for involving subjects with a condition that renders them unable to give informed consent have been stated in the research protocol and the study has been approved by a research ethics committee. Consent to remain in the research must be obtained as soon as possible from the subject or a legally authorised representative" (Disponível em: https://www.wma.net/policies-post/wma-declaration-of-helsinki-ethical-principles-for-medical-research-involving-human-subjects/. Acesso em: 02.06.2020). Trad. Nossa: Pesquisas envolvendo indivíduos física ou mentalmente incapazes de dar consentimento, por exemplo, pacientes inconscientes, podem ser realizadas apenas se a condição física ou mental que impede o consentimento informado for uma característica necessária do grupo de pesquisa. Em tais circunstâncias, o médico deve buscar o consentimento informado do representante legalmente autorizado. Se esse representante não estiver disponível e se a pesquisa não puder ser adiada, o estudo poderá prosseguir sem o consentimento informado, desde que as razões específicas para envolver indivíduos com uma condição que os torne incapazes de dar o consentimento informado tenham sido declaradas no protocolo da pesquisa e no estudo foi aprovado por um comitê de ética em pesquisa. O consentimento para permanecer na pesquisa deve ser obtido o mais rápido possível do sujeito ou de um representante legalmente autorizado.

[34] "Uma definição de privacidade como "direito a ser deixado só" perdeu há muito tempo seu valor genérico, ainda que continue a abranger um aspecto essencial do problema e possa (deva) ser aplicada a situações específicas. Na sociedade da informação tendem a prevalecer definições funcionais da privacidade que, de diversas formas, fazem referência à possibilidade de um sujeito conhecer, controlar, endereçar, interromper o fluxo das informações a ele relacionadas. Assim a privacidade pode ser definida mais precisamente, em uma primeira aproximação, como o direito de manter o controle sobre as próprias informações" (RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância* (Trad. Maria Celina Bodin de Moraes). Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 92).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

em virtude de seu claro potencial discriminatório[35] [36]. A utilização inadequada de tais dados, não consentida, ou para fins diversos dos declarados, sua publicização e exposição do paciente, além de desvios éticos, são circunstâncias que autorizam a responsabilização civil.
Por fim, a compensação por danos suportados no curso e em razão do estudo realizado é, mais do que uma imposição ética assegurada nos diversos documentos mencionados[37], um direito, cujos precisos contornos e limites se pretende abordar a seguir.

Algumas considerações a respeito da Responsabilidade Civil por danos decorrentes de pesquisas clínicas em seres humanos

Considerados os aspectos bioéticos supramencionados e, tendo em vista que a pesquisa na área da saúde implica em riscos para os sujeitos da pesquisa, se faz necessário tecer algumas considerações sobre a responsabilidade civil de pesquisadores, instituições e patrocinadores Tal responsabilidade compreende a assistência integral , como o custeamento de despesas médico-hospitalares, mesmo após o encerramento do estudo, bem como compensação por danos morais sofridos pelo próprio paciente ou, em caso de óbito, por seus familiares.

Sobre o profissional investigador

No presente ensaio, está-se trabalhando com o pressuposto segundo o qual uma pesquisa clínica será entendida como toda investigação que envolva seres humanos que tenha por objetivo descobrir ou verificar os efeitos clínicos, farmacêuticos e/ou outros efeitos relacionados de um produto sob investigação, assim como, possa também ter por finalidade identificar possíveis reações adversas a um produto que esteja sendo objeto de investigação, bem como possa alternativamente envolver o estudo da absorção, distribuição, metabolismos, e excreção de um produto sob investigação com o objetivo de apurar sua segurança e/ou eficácia .

[35] "A necessidade de intimidade dilatou-se para muito além das informações relacionadas à esfera íntima da pessoa, constituída esta pelos dados que o indivíduo quer ver excluídos de qualquer tipo de circulação. Do exame dos textos relevantes nessa matéria, percebe-se claramente que o "núcleo duro" da privacidade é ainda hoje constituído por informações que refletem a tradicional necessidade de sigilo (por exemplo, aquelas relacionadas à saúde ou aos hábitos sexuais): internamente, porém, assumiram cada vez maior relevância outras categorias de informações, protegidas sobretudo para evitar que pela sua circulação possam nascer situações de discriminação com danos os interessados. Trata-se, em especial, de informações relacionadas às opiniões políticas e sindicais, além daquelas relativas ao credo religioso. Ora, a particularidade dessa situação decorre do fato de que as opiniões políticas e sindicais não podem ser confinadas somente na esfera "privada": pelo menos nos estados democráticos elas são destinadas a caracterizar a esfera "pública", fazem parte das convicções que o indivíduo deve poder manifestar "em público", contribuem a determinar a sua identidade 'pública"' (RODOTÀ, Stefano. *Op. cit.*, pp. 95-96).
[36] Resolução 510/2016, CNS, art. 2º, XIX: "privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa". Ao conceituar privacidade para fins de pesquisa em saúde, o texto se aproxima da definição dada por Rodotà ("controle sobre suas escolhas e informações pessoais"), mas também daquela apresentada por Amitai Etzioni em sua obra *The Limits of Privacy*, de 1999, como licença social que isenta uma categoria de atos (incluindo pensamentos e emoções) do escrutínio comunal, público e governamental (ETZIONI, Amitai. *The Limits of Privacy.* Nova York: Basic Books, 1999, p. 196).
[37] Declaração de Helsinki, parag. 15. Diretriz 14, CIOMS/2016. Resolução 510/2016, CNS, art. 9º, V.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Geralmente, o médico torna-se investigador ou subinvestigador de pesquisa clínica, podendo também ser aceitos pesquisadores odontólogos quando o respectivo protocolo incluir sua área de atuação. Assim, sendo o médico pesquisador, o responsável por conduzir o estudo clínico no centro de pesquisa ou na instituição de pesquisa e quem responderá pelas decisões médicas relativas ao assunto, entende a doutrina que sua responsabilidade no que diz respeito aos aspectos civis é, a princípio, considerada subjetiva[38], dependente da violação de dever de cuidado, ou mau emprego da técnica médica. Contudo, sua responsabilização já se verifica mesmo anteriormente à realização dos procedimentos clínicos, caso tenha ocorrido desrespeito à autonomia do paciente. A realização do estudo sem obtenção do consentimento (salvo as hipóteses nas quais seja dispensado[39]), para parte da doutrina, implica em um agravamento de sua responsabilidade, constituindo, "em si", um dano reparável, "independente" da ocorrência de outras lesões[40]. Equipara-se a ausência de consentimento a sua obtenção deturpada, pela conduta do médico que, para obter a aquiescência, omite informações[41] relevantes, ou induz sua vontade mediante o

[38] BARBOZA, Heloísa Helena. *Op. cit*, p.. 220.

[39] O art.1° da Resolução 510/2016 elenca as pesquisas que "Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:
I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
III – pesquisa que utilize informações de domínio público;
IV - pesquisa censitária;
V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização".

[40] "Nesses casos, mesmo que não haja danos à incolumidade física, caberá atestar, quando menos, a existência de ato ilícito praticado contra o direito à autodeterminação do paciente. É preciso, pois, atestar um postulado essencial nesse domínio: não é necessária a existência de dano à saúde do paciente para que o profissional incorra em responsabilização pessoal; o desrespeito à autonomia do enfermo já justifica o reconhecimento de um dano à **liberdade de escolha** do paciente. Em tais circunstâncias, ainda que se demonstre que o profissional atuou em estrita observância das normas e técnicas próprias de seu ofício, caberá atribuir-lhe o dever de reparar o dano, consistente na violação de um espaço necessário de autonomia do paciente, a quem competirá, em última análise, a decisão sobre os rumos a tomar em relação à sua saúde" (GODINHO, Adriano Marteleto. *Op. cit.*, p. 470). No mesmo sentido: "a violação do dever de esclarecimento do paciente é fundamento da responsabilidade médica independentemente de negligência no que respeita à intervenção médica em termos técnicos e independentemente do seu resultado positivo ou negativo" (*apud* GOZZO, Débora. *Op. cit.*, p. 106).

[41] "À míngua de informação, ou sendo ela incompleta ou imprecisa para sustentar um consentimento devidamente esclarecido, poder-se-á afirmar que, ainda que o paciente tenha aposto sua assinatura no Termo que lhe tiver sido apresentado, o consentimento obtido será considerado inválido, passando a conduta médica a ser tratada como um ato não autorizado, incidindo, a partir daí, as regras que imputem a ele a responsabilidade civil (e mesmo criminal) pela intervenção não permitida sobre a integridade de terceiros" (GODINHO, Adriano Marteleto. *Op. cit.*, p. 469).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

emprego de artifícios inadequados[42], assim considerados aqueles que abusam da fragilidade do enfermo, ou que de algum modo a suprimem[43].

A doutrina sustenta se tratar, ainda aqui, de responsabilidade subjetiva, havendo alguns posicionamentos no sentido de ser modalidade de culpa presumida[44]. Necessário, entretanto, ter-se em conta que é preciso ir além. Se parece indubitável que a ausência de consentimento esclarecido é, em si, um dano a reparar, entende-se que a omissão/manipulação na obtenção da vontade do sujeito da pesquisa fundamenta verdadeira hipótese de responsabilidade "objetiva", não havendo necessidade de comprovar/presumir um desvio de conduta. Ao assim proceder, o pesquisador submete o indivíduo a uma situação de risco, que somente seria ética e juridicamente justificável na medida em que fosse obtida sua concordância. Sem este elemento volitivo integrador do paciente, o risco de quaisquer danos que este porventura sofra deve ser integralmente assumido pelo pesquisador.

Sobre a instituição de pesquisa e o patrocinador

A responsabilidade da instituição de pesquisa e do patrocinador quanto à reparação dos danos suportados pelo voluntário é, indubitavelmente, de índole objetiva, inclusive quanto à perda da chance de cura[45]. Tormentosos questionamentos, entretanto, surgem quanto a seu fundamento e alcance e se eventuais danos futuros e inesperados deveriam ser compensados, ou se os riscos do desenvolvimento poderiam ser aceitos como argumento excludente.

[42] "Do mesmo modo, caso reste demonstrado que o próprio médico levou o paciente a prestar o consentimento, valendo-se, para tanto, de artifícios indevidos, seja mediante o induzimento malicioso capaz de deturpar a realidade dos fatos (dolo), seja em virtude de ameaça de mal injusto (coação), poderá responder civil e criminalmente, em virtude de atuar mediante constrangimento ilegal, ao intervir sobre a integridade física do paciente sem que esse tivesse manifestado validamente sua permissão para tal fim. Afinal, também conforme os argumentos suscitados algures, a manifestação de vontade do paciente há de ser livre e estar isenta de quaisquer vícios que a maculem" (GODINHO, Adriano Marteleto. *Op. cit*., p. 469).

[43] "A averiguação sobre quais circunstâncias se enquadrariam em um comportamento inadequado do médico, contudo, exige prudência. Não se pode acusar o profissional de agir mediante coação quando vier a sugerir fortemente que seu paciente se submeta a determinada intervenção médico-cirúrgica, desde que se reserve a esse a liberdade suficiente para, se entender adequado, rejeitar o tratamento proposto. A mera tentativa de persuasão, enfim, não induz à presença do vício. Outra será a hipótese, entretanto, caso o médico venha a reduzir a capacidade de resistência do paciente, ao colher seu consentimento após a ingestão de analgésicos, sedativos ou outros produtos farmacêuticos que lhe comprometam o discernimento, Nesse caso, será indubitável a ausência de voluntariedade na manifestação de vontade, ficando comprometida sua validade, o que, em última instância, revela inaceitável desrespeito à autonomia do paciente, capaz de gerar a responsabilização civil do profissional envolvido (GODINHO, Adriano Marteleto. *Op. cit.*, pp. 469-470).

[44] "A realização da pesquisa sem o consentimento do sujeito nela incluído caracteriza, por si só, ato ilícito, visto que descumprindo o dever de cautela exigível nas circunstâncias. Responderá o pesquisador por qualquer dano resultante da pesquisa, sendo sua culpa presumida. Trata-se de hipótese da denominada culpa contra a legalidade, ante as normas do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, sobre o assunto". (BARBOZA, Heloísa Helena. *Op. cit.*, p. 231).

[45] "Esses danos não precisam sempre ser decorrentes de uma ação ou omissão diretas, mas podem vir da perda de uma chance de tratamento. Por exemplo, mesmo que o item 33 da Declaração de Helsinque, na versão de 2013, declare ser ético que, por "[...] razões metodológicas convincentes e cientificamente sólidas, o uso de qualquer intervenção menos efetiva que a melhor comprovada, o uso de placebo, ou de não intervenção, [seja] necessário para determinar a eficácia ou a segurança de uma intervenção", trata-se de ilícito civil e enseja reparação civil ou até mesmo ter repercussões na esfera criminal, por ser hipótese típica desse tipo de responsabilidade civil" (FILHO, Eduardo Tomasevicius. O Código Civil Brasileiro Na Disciplina da Pesquisa com Seres Humanos In: *R. Dir. sanit.,* São Paulo v.16 n.2, p. 116-146, jul./out. 2015, p. 142. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v16i2p116-146. Acesso em: 05.06.2020).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

Importante esclarecer quem é e o papel desempenhado pelo patrocinador; essa figura é definida como o responsável pela realização e sustentação permanente das garantias e do controle de qualidade, fundamentais à condução acertada do estudo clínico nos exatos termos constantes do protocolo, o GCP (*Good Clinical Practice*, de 1996) e as normas regulatórias que estão em vigor. Cumpre ao patrocinador elaborar toda a documentação dos dados decorrentes da investigação, como também promover a escolha dos centros de pesquisa e articular os acordos com eles, visando o acesso irrestrito a todos os dados obtidos no curso da pesquisa, entre outras tarefas.

No que tange aos riscos do desenvolvimento[46] (temática normalmente ligada à seara consumerista), em que pesem as divergências doutrinárias que apontam inúmeros argumentos favoráveis[47] e contrários[48] à sua natureza eximente do dever de reparar, parece que a melhor solução é a de não os admitir como excludente na situação sob análise. Se é verdade que, nem sempre será possível pautar a análise da pesquisa científica na área de saúde pelo prisma das relações de consumo, nada impede que possa haver uma ampliação da discussão, dado que, inegavelmente, o progresso científico e o uso de medicamentos em desenvolvimento tem potencial para produzir danos que não podem ser de todo conhecidos ao tempo de sua experimentação clínica. Além disso, há, como já se viu, uma vulnerabilidade inerente a certos grupos envolvidos na pesquisa, a justificar sua proteção diferenciada. De afastar-se, contudo, o argumento que estender responsabilidade a estas situações equivaleria a uma concepção de risco integral. Se os fármacos (ou vacinas) testados possuem potencial lesivo que, somente futuramente, poderá ser descoberto, parece aplicável a ideia de "nexo causal oculto" entre o uso da droga/vacina experimental e o dano, liame este que sendo desde sempre existente, é de impossível verificação consoante a tecnologia disponível à época da realização dos testes. Negar reparação por tais danos seria transferir inteiramente os ônus do progresso científico para o sujeito da pesquisa, com base em sua concordância em participar da mesma, o que soa injusto e incoerente,

[46] A expressão é normalmente associada a produtos oferecidos no mercado, cujos danos são insuscetíveis de verificação pelo conhecimento científico então disponível. Naturalmente que, no contexto ora estudado, não há que se falar em produto disponibilizado no mercado, mas de um estudo em desenvolvimento que pode produzir danos que, somente futuramente, sejam a ele associados, perante estudos posteriores. Naturalmente, danos diretamente causados pelo tratamento experimental serão indenizados/compensados, sem que se precise recorrer a este instituto.

[47] "Em favor da tese argumenta-se, em primeiro lugar, que o risco de desenvolvimento configura hipótese extrema cuja assunção pode se tornar insuportável para o setor produtivo da sociedade, desencorajando a comercialização de certos produtos. Em seguida, invoca-se o interesse da sociedade no sentido de um crescente e constante aprimoramento da ciência, especialmente no que diz respeito aos novos medicamentos e à sua peculiar capacidade de gerar riscos – devendo estes, em consequência, ser absorvidos por todo o corpo social" (TEPEDINO, Gustavo. *Op. cit.*, p. 111).

[48] "Não se pode desconsiderar que o legislador do CDC, ao estabelecer o regime da responsabilidade objetiva e restringir as hipóteses de exclusão da responsabilidade do fornecedor, teve por finalidade a máxima extensão para o consumidor da proteção contra os riscos do mercado de consumo. Neste sentido, imputou ao fornecedor o ônus de suportar tais riscos, sobretudo por sua capacidade de internalizar os custos que estes representam, e distribui-los por intermédio do sistema de fixação de preços. A simples exclusão dos riscos do desenvolvimento significaria, em última análise, imputar ao consumidor-vítima de um acidente de consumo o ônus de suportar o próprio dano, o que se afasta completamente do sistema protetivo adotado pelo CDC. Daí porque nos parece, no sistema atual, consagrada a responsabilidade do fornecedor pelos chamados riscos do desenvolvimento" (MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor*, 5ª ed., São Paulo: RT, 2014, p. 570).

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

na medida em que nem mesmo os responsáveis pela pesquisa poderiam dimensioná-los adequadamente[49].

Não menos importante é o tema envolvendo a proteção dos dados do sujeito da pesquisa. Conforme mencionado "supra", a noção de privacidade é atualmente associada à autodeterminação informativa e à tutela dos dados pessoais, em especial os dotados de potencial discriminatório, dentre os quais, inegavelmente, se encontram aqueles ligados às condições de saúde[50] de um indivíduo.

Por outro lado, oportuno sublinhar, em adendo, que quando se trata de pesquisas sociais , estas envolvem risco mínimo, no entanto "é na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, tais como garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios, devolução dos resultados, etc." Naturalmente, a publicização e identificação de informações referentes aos dados utilizados no estudo acarreta responsabilização do condutor da pesquisa. A divulgação dos resultados deve respeitar a estrita confidencialidade quanto a sua origem. O uso de tais informações fora dos limites para os quais foram autorizados também enseja responsabilização da instituição de pesquisa[51].

[49] "Salvo melhor juízo, parece-nos que aplicar o princípio da autorresponsabilidade nesta seara é complicado, porque é difícil qualificar como informado o consentimento do paciente que se dispôs a fazer os testes do medicamento se muitas vezes nem os próprios médicos dispõem de informações suficientes a respeito das consequências que podem advir da sua aplicação em seres humanos" (GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. MEIRELES, Rose Melo Venceslau. Princípios da Responsabilidade Civil nos Estudos Clínicos em Medicamentos. In: TEPEDINO, Gustavo, *et ali. O Direito Civil entre o Sujeito e a Pessoa – Estudos em Homenagem ao professor Stefano Rodotà.* Belo Horizonte, Fórum, 2016, p. 249)

[50] O Regulamento 2016/79(UE) define dados de saúde como sendo: "todos os dados relativos ao estado de saúde de um titular de dados que revelem informações sobre a sua saúde física ou mental no passado, no presente ou no futuro. O que precede inclui informações sobre a pessoa singular recolhidas durante a inscrição para a prestação de serviços de saúde, ou durante essa prestação, conforme referido na Diretiva 2011/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, a essa pessoa singular; qualquer número, símbolo ou sinal particular atribuído a uma pessoa singular para a identificar de forma inequívoca para fins de cuidados de saúde; as informações obtidas a partir de análises ou exames de uma parte do corpo ou de uma substância corporal, incluindo a partir de dados genéticos e amostras biológicas; e quaisquer informações sobre, por exemplo, uma doença, deficiência, um risco de doença, historial clínico, tratamento clínico ou estado fisiológico ou biomédico do titular de dados, independentemente da sua fonte, por exemplo, um médico ou outro profissional de saúde, um hospital, um dispositivo médico ou um teste de diagnóstico in vitro". Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT. Acesso em: 06.06.2020.

[51] "Existem alguns casos que demonstram a pertinência em questionar a amplitude do consentimento para disposição de partes ou produtos do corpo humano para pesquisa. Alguns deles envolveram pesquisas genéticas humanas e povos indígenas. Trata-se do recente precedente judicial estadunidense em torno do caso Havasupai. Em meados da década de noventa alguns integrantes da tribo, em contato com pesquisadores (médicos e antropólogos) doaram sangue para pesquisas genéticas, supostamente, voltadas para o estudo da diabetes, cuja incidência na tribo era preocupante. Os doadores assinaram um termo de consentimento informado amplo autorizando as pesquisas. As amostras foram armazenadas e utilizadas, posteriormente, como base para diversas outras pesquisas, para as quais não havia autorização, segundo os Havasupai. O conflito originariamente não envolvia interesses materiais ou econômicos em si. Um dos reflexos mais graves dessas pesquisas genéticas incidiu sobre a história das origens da tribo devido a um estudo sobre teoria das origens geográficas da tribo. Este estudo concluiu que a tribo tinha suas origens em outro lugar, contrariamente à história e à cultura da tribo relatada de ascendente para descendente que afirmava que a tribo originava-se dos cânions e por isso era sua guardiã. O caso foi julgado e a Universidade do Estado do Arizona condenada a devolver o sangue, a prestar assistência e ao pagamento de 700 mil dólares aos integrantes da tribo Havasupai" (SCHIOCCHET, Taysa. Acesso às informações genéticas humanas e direitos da personalidade: impactos sobre o consentimento informado. In: *Revista Civilistica.com* a1.n.1. 2012, pp. 10-11. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/7/3. Acesso em:05.06.2020).

Considerações Finais

Esse breve ensaio procurou delinear alguns aspectos bioéticos e jurídicos aplicáveis. Os princípios bioéticos e os diversos instrumentos de caráter infralegal, além de nortearem a conduta do pesquisador e da instituição de pesquisa, fornecem balizamentos para uma correta interpretação jurídica. Os institutos da Responsabilidade Civil podem ser aplicados para assegurar a adequada compensação dos danos suportados pelos sujeitos da pesquisa, ou mesmo a prevenção destes. Assim, foram abordadas situações envolvendo responsabilidade do pesquisador e da instituição de pesquisa, danos decorrentes da sonegação do consentimento esclarecido, possibilidade de aplicação da excludente dos riscos do desenvolvimento e responsabilidade pela violação da privacidade do participante.

O aperfeiçoamento do conhecimento humano, em especial na área da saúde, tem proporcionado inegáveis benefícios à sociedade como um todo. A experimentação e pesquisa são etapas inerentes a esse processo, justificáveis ética e juridicamente na medida em que visem equilibrar os benefícios individuais aos participantes e os ganhos a serem compartilhados por toda a sociedade. Deste duplo viés nunca deve se descuidar o estudioso do direito, na medida em que se depare com os inevitáveis desdobramentos jurídicos decorrentes da realização de pesquisas em seres humanos. Contudo, também não se pode descuidar ao fato de que a busca por novos conhecimentos e medicamentos, muitas vezes financiadas por interesses financeiros, pode, por vezes, por em xeque direitos fundamentais de pessoas e comunidades, particularmente quando se encontrem em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, cabe ao jurista manter-se vigilante, sem adotar nenhuma postura negacionista ao progresso, mas sem esquecer-se de que a tutela da dignidade humana, da qual a saúde é um de seus componentes mais essenciais, constitui valor primordial do direito.

Referências

BARBOZA, Heloísa Helena. Responsabilidade Civil em Face das Pesquisas em Seres Humanos: Efeitos do Consentimento Livre e Esclarecido. In: MARTINS-COSTA, Judith. *et.all. Bioética e Responsabilidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios de Ética Biomédica*. Trad. Luciana Prudenzi. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS. Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas a saúde envolvendo seres humanos. 4. ed. Genebra: CIOMS; Brasília, DF: CFM, 2018. Disponível em: https://cioms.ch/wp-content/uploads/2018/11/CIOMS-final-Diretrizes-Eticas-Internacionais-Out18.pdf. Acesso em: 02.06.2020.

DINIZ, Maria Helena. *O Estado Atual do Biodireito*. 9ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

DINIZ, Débora; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico.In: *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 2, 2008.

ETZIONI, Amitai. *The Limits of Privacy*. Nova York: Basic Books, 1999.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos et al. Pesquisa clínica sob a ótica da integridade in *Revista Bioética*, Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422018000200172. Acesso em 01jun 2020.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. O Código Civil Brasileiro Na Disciplina da Pesquisa com Seres Humanos In: *R. Dir. sanit.*, São Paulo v.16 n.2, p. 116-146, jul./out. 2015, p. 142. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v16i2p116-146. Acesso em: 05.06.2020.

GERMANO, Ivone Maria; FRANÇA, Beatriz Helena Sottile. Estudo comparativo entre as diferentes versões da Declaração de Helsinque. In: *Revista Estudos de Biologia, Ambiente e Diversidade.* V.36, 2014. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdebiologia/index. Acesso em: 02.06.2020.

GODINHO, Adriano Marteleto. A Responsabilidade Civil dos Profissionais da Saúde pela Violação da Autonomia dos Pacientes. In: ROSENVALD, Nelson. *Et. all. Responsabilidade Civil – Novas Tendências.* Indaiatuba, SP: ed. Foco Jurídico, 2017.

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. O Consentimento Informado como Direito da Personalidade. In: GOZZO, Débora, *et. all. Bioética e Direitos Fundamentais.* São Paulo: Saraiva, 2012.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. MEIRELES, Rose Melo Venceslau. Princípios da Responsabilidade Civil nos Estudos Clínicos em Medicamentos. In: TEPEDINO, Gustavo, *et ali. O Direito Civil entre o Sujeito e a Pessoa – Estudos em Homenagem ao professor Stefano Rodotà.* Belo Horizonte, Fórum, 2016.

MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor,* 5ª ed., São Paulo: RT, 2014.

PESSINI, Léo.; BARCHIFONTAINE, Christian. *Problemas Atuais de Bioética*. 11ªed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2014.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância* (Trad. Maria Celina Bodin de Moraes). Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. In: *Horiz. antropol.* vol.17 no.35 Porto Alegre Jan./June 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100005. Acesso em: 06.06.2020.

SANTORO, Luciano de Freitas. *Morte Digna. O direito do paciente terminal.* Curitiba: JURUÁ, 2012.

SCHIOCCHET, Taysa. Acesso às informações genéticas humanas e direitos da personalidade: impactos sobre o consentimento informado. In: *Revista Civilistica.com* a1.n.1. 2012. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/7/3. Acesso em:05.06.2020.

SGRECCIA, Élio. *Manual de Bioética: Fundamentos de ética biomédica.* V. I. Trad. Orlando Soares Moreira. 4ªed. São Paulo: ed. Loyola, 2014.

SOARES, Flaviana Rampazzo. Consentimento Informado: Panorama e Desafios. In: ROSENVALD, Nelson. *Et. all. Responsabilidade Civil – Novas Tendências.* Indaiatuba, SP: ed. Foco Jurídico, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*, Tomo II. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2006.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder
Maria Ferreira & Paula C. Teixeira (orgs.)
Editora Cravo – Porto – Portugal: 2022
ISBN 978-989-9037-26-7